Jornais e encartes da Adufrj–SSind publicados de 12/01/04 a 20/12/04

Encartes publicados neste período:

29/03/04 – Campanha Salarial

12/04/04 – Reforma Universitária

19/04/04 – Reforma Universitária

27/09/04 – Reforma Universitária

04/10/04 – Reforma Universitária

13/12/04 – Reforma Universitária

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 123 • 12 de janeiro de 2004

Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind

14/01 quarta-feira **15:00**

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:
1) Pesquisa sobre os HU's
2) Reforma da previdência nos estados e nos municípios
3) Preparação para o 23º Congresso do Andes-SN

Grupo de Trabalho conjunto Adufrj-SSind, Sintufrj e DCE sobre Política Educacional

15/01 quinta-feira **9:30**

Sede da Adufrj-SSind

Pauta:
Planejamento de atividades

Unidades farão novas contratações temporárias para 2004
Página 3

Governo inicia contra-reforma universitária
Página 5

Kelvin Melo

REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA COMUNIDADE INSTALARAM O GT CONJUNTO NA ÚLTIMA QUARTA, 7/1

Movimentos debaterão Política Educacional na UFRJ

Nesta quinta 15/1, às 9h30, será realizada, na sede da Adufrj-SSind, a primeira reunião do Grupo de Trabalho conjunto da Adufrj-SSind, DCE-UFRJ e Sintufrj sobre Política Educacional (GTPE conjunto). A instalação do Grupo de Trabalho, para o qual também está sendo convidada a APG-UFRJ, foi decidida em reunião das direções dos movimentos dos estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores na última quarta-feira, dia 7/1 (foto). O objetivo geral do GTPE conjunto é assessorar os movimentos nas matérias da Política Educacional, em especial as relativas à Universidade Pública. De acordo com a Diretoria da Adufrj-SSind, as atividades do Grupo de Trabalho, cujo planejamento ainda estará na pauta de reunião do dia 15, deverão concentrar-se inicialmente na realização de debates, palestras, mesas-redondas, estudos, publicações etc sobre temas como autonomia, financiamento, democracia e gestão, avaliação e controle social, expansão do ensino superior público, inovação tecnológica, ensino tecnológico e outros, na perspectiva de propostas como a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira, o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, da Fasubra Sindical, o ante-projeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais, da Andifes, as propostas do Banco Mundial, do MEC e outras. Cada movimento definirá os seus próprios critérios de participação no GTPE conjunto. Este não terá caráter deliberativo e seus encaminhamentos serão adotados por consenso entre os seus membros.

Movimento

Governo concede abono temporário a técnico-administrativos

No dia 29 de dezembro, o governo federal publicou uma medida provisória que concede aos servidores técnico-adminstrativos uma gratificação temporária que varia de R$ 24,87 para a Classe D-I dos cargos de nível auxiliar a R$ 175,27 para a Classe A-III dos cargos de nível superior. O abono será pago com a aplicação de R$ 16 milhões que o governo federal tem disponibilizados para os servidores técnico-administrativos das universidades e escolas técnicas.

De acordo com o informativo da Fasubra Sindical de 6/1/2004, à representação do governo apresentou a entidade uma proposta de utilização dos 16 milhões de reais previstos para 2003 "em valores diferenciados, de cerca de 5% em dezembro/2003, 5% em novembro/2004 e 5% em dezembro/2004, totalizando 143 milhões ao final de 2004".

Segundo a Fasubra, a justificativa que o governo deu para não aplicar o percentual fixo de um abono de valores unitários para toda a tabela teve por base não gerar nenhum questionamento de outras categorias, nem caracterizar um reajuste de tabela, já que esses índices se aplicarão somente aos funcionários das universidades federais e CEFETs, ativos, aposentados e pensionistas. Ainda segundo a Federação, consta da negociação com o governo a inclusão de um termo aditivo ao acordo firmado em 3 de setembro, após a greve pelo Plano de Cargo Único, que garanta a reestruturação da careira destes servidores em 2004. A representação da Fasubra aceitou esta proposta, "já que era uma das alternativas aprovadas pela Federação da utilização dos 143 milhões, como antecipação da carreira para 2004", segundo o informativo da entidade.

Fasubra rejeita projeto de carreira do governo

No final do ano passado, o governo federal anunciou um PL (que ainda não foi apresentado ao Congresso Nacional) para a carreira dos servidores técnico-administrativos. O PL do governo representa um rompimento das negociações com a Fasubra em torno do Plano de Cargo Único aprovado pelos sindicatos de Trabalhadores em Educação das IFEs.

Para o novo coordenador do Sintufrj e integrante da executiva nacional da CUT, Agnaldo Fernandes, a especulação sobre um PL é uma forma que o governo encontrou para minimizar o impacto negativo que causou o descumprimento do compromisso assinado pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, de apresentar ao Congresso o projeto da Fasubra. "O governo descumpriu o acordo de apresentar o projeto de Plano de Cargo Único aprovado pelo movimento. Nós não reconhecemos este PL e não vamos trabalhar com esta proposta", diz o coordenador do Sintufrj.

Segundo o boletim da Fasubra de 9/12, o governo convocou a entidade e Sinasefe (sindicato que representa os servidores técnico-adminsitrativos dos Cefets) para uma reunião no Ministério do Planejamento, no último dia 8. "Ao iniciar a reunião, o Governo, apresentou uma proposta de Projeto de Lei (PL) que, segundo ele, dava conta do cumprimento do Termo de Acordo que havia sido assinado com as entidades". O PL do governo não incorporava nenhum elemento do Plano de Cargo Único, apresentado ao governo durante todo o ano passado e que prevê, entre outros pontos, o reenquadramento dos trabalhadores em uma só carreira, com a correção das distorções da tabela salarial e a possibilidade de ascensão funcional a partir da formação do servidor, tal como acontece com os docentes das IFES.

Os representantes da Fasubra ouviram, ainda, da equipe do governo, que o PL poderia ser encaminhado de forma unilateral ao Congresso Nacional, caracterizando o rompimento do acordo estabelecido ao final da greve da categoria no ano passado.

Agenda Sindical

15/01/2004 – Reunião do GT Política de Formação Sindical
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

16/01/2004 – Seminário sobre Reforma Trabalhista e Sindical
Brasília (DF)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

17/01/2004 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

18/01/2004 – Plenária dos Servidores Públicos Federais
Brasília (DF)

4 a 9/03/2004 - 23º Congresso do Andes-SN
Salvador (BA), com o tema central: Superávit Fiscal e Déficit Social: Reforma da Educação, Privatização e Arrocho Salarial

13 e 14/03/2004 – Encontro Sindical Nacional
Brasília (DF)

25, 26 e 27/03/2004 – II Congresso Estadual de Educação
Rio de Janeiro (RJ), Uerj

2 a 5/05/2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

28 a 31/07/2004 – Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Errata: No jornal nº 122, de 23/12, foi escrito incorretamente o sobrenome da professora Celina Costa, do Colégio de Aplicação, na matéria "Mais mobilização do que nunca".

MST

MST contesta informações do governo

De acordo com matéria da Agência Carta Maior (em 29/12), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra contesta parte dos números divulgados pelo governo em relação aos assentamentos realizados em 2003.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), até 10 de dezembro "foram assentadas 26.140 famílias, sendo que outras 4.828 famílias de antigos projetos de assentamento tiveram suas propriedades reconhecidas e regularizadas". Para João Paulo Rodrigues, integrante da coordenação nacional do MST, no entanto, estes números não deveriam ser computados dessa forma, uma vez que já que incluem processos iniciados antes da gestão do atual governo. "O governo havia estipulado a meta de 60 mil famílias assentadas em 2003. Deste total, segundo os cálculos dos vários movimentos de trabalhadores sem terra, apenas 10 mil realmente passaram por todo o processo de assentamento este ano", disse, na matéria da Carta Maior. A afirmação do Incra de que existem "mais 79.441 famílias em fase de assentamento nas diversas etapas do processo da reforma agrária" não é questionada pelo MST, diz Rodrigues, mas a indefinição de prazos para a finalização destes processos é preocupante. "Entre a vistoria de terras, a desapropriação e o assentamento de famílias podem se passar anos. É claro que, depois do compromisso firmado conosco em novembro pelo governo Lula, esperamos que o processo se agilize bastante no início de 2004."

O governo se comprometeu a assentar as 200 mil famílias acampadas ao longo do ano de 2004, além de 550 mil famílias durante os três anos que ainda faltam do governo. Também prometeu implementar um plano de recuperação dos assentamentos atuais, atingindo, no mínimo, 400 mil famílias.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Reitoria não renova contratações temporárias de 2002

CEG solicita às Unidades setorização das vagas de substitutos para novo edital

As Unidades tiveram como prazo a última sexta-feira, dia 9/1, para realizar a setorização por departamento dos pedidos aprovados pela Câmara Docente para a contratação de novos professores substitutos para o ano letivo de 2004. Apesar da reclamação de alguns conselheiros, a Pró-reitoria de Pessoal informou que não iria prorrogar os contratos anteriores a 2003. O relatório final da Câmara Docente do CEG, finalizado em 16/12, já sinalizava que, por conta da legislação em vigor, os contratos assinados em 2000, 2001 e 2002 não poderiam ser renovados e se transformariam em pedidos de novas vagas. No última sessão do colegiado, em 17/12, foi aprovado com base no relatório da Câmara um pedido de 539 vagas de substitutos, incluindo a renovação de 107 contratos de 2003, a qual já foi efetuada, segundo o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer.

MEC libera mais vagas

A setorização das vagas e a preparação dos editais não puderam ser realizadas antes, porque somente no dia 31 de dezembro, o Ministério da Educação publicou a portaria 4.098 que definiu o montante de vagas que cabe à UFRJ. Ao todo, a universidade tem um quadro de 3.726 docentes de nível superior, somados os efetivos e as vagas que são preenchidas por professores substitutos. Hoje, apenas 3.110 professores são permanentes e, com a portaria, o MEC libera a contratação de 616 docentes em caráter temporário para substituir os atuais cargos vagos por morte, aposentadoria ou afastamentos.

Outra novidade, é que para o Colégio de Aplicação, o provimento de vagas veio discriminado pelo MEC em separado. Atualmente o CAp tem, para o MEC, 110 vagas no seu quadro de docentes de ensino fundamental e médio. Pela conta do ministério, 79 nove professores do Colégio são efetivos, sobrando 31 vagas a serem preenchidas com contratações temporárias. O CEG havia aprovado o pedido de 36 substitutos para o CAp. O pró-reitor disse que solicitaria autorização para completar as vagas que ficaram faltando na liberação do MEC com as vagas que sobraram do quadro dos docentes do ensino superior.

O colegiado decidiu que as Unidades publicarão os editais para o preenchimento da vagas para 2004 que já estavam previstas pela Câmara Docente, e realizaria novo estudo através dos pedidos das Unidades para as 108 vagas a mais, liberadas pelo ministério pela portaria.

Prazo curto para novas contratataçoes

Apesar de o ministério ter permitido contratações acima dos pedidos feitos pela UFRJ, os integrantes do CEG reclamaram do pouco tempo que as Unidades terão para realizar novos concursos até o início do período letivo: 9/2 para Faculdade de Medicina, 16/2 para o CAp e 8/3 para as demais Unidades. Para a representante do CCJE, Maria da Penha, haverá um caos nas Unidades e, em março, vários problemas de turmas sem professor serão apresentados ao conselho. A professora sugeriu a prorrogação dos atuais contratos até o fim do primeiro semestre, para não inviabilizar o início das aulas em vários cursos. Segundo ela, apesar da proibição da legislação, a renovação de contratos anteriores a 2003 foi feita para o primeiro semestre de 2004 por várias instituições, como a "UFF, a UFMG e a FioCruz". "É inumano começar as aulas em fevereiro e março e ter que realizar concursos para 539 professores (na verdade, 432, pois 107 contratos são de 2003 e foram renovados)", protestou. Mesmo com a decisão de abrir os editais, o CEG aprovou, ainda, uma solicitação para a PR-4 (Pessoal) para que os contratos sejam renovados em caráter de emergência, tal como foi feito no ano passado pelo mesmo pró-reitor, professor Luiz Afonso Marins.

Falta de concursos é causa dos problemas

A precariedade das universidades com relação à falta de professores é devida à política de congelamento dos concursos públicos promovida pelos últimos governo. Para 2004, o governo Lula, ainda pautado pelo último acordo da greve nacional dos servidores de 2001, realizada ainda no governo Fernando Henrique, liberou 118 novas vagas para concurso docente na UFRJ. A promessa ministerial é de que, a partir de agora, a cada ano, as vagas decorrentes de aposentadoria e morte sejam automaticamente repostas com previsão orçamentária no ano seguinte.

Com as especulações da reforma universitária ventilada pelo governo e pelos pronunciamentos da equipe econômica, é difícil vislumbrar a recomposição efetiva do quadro docente da universidade sem uma forte pressão dos movimentos organizados. Vale lembrar que os professores substitutos representam um sintoma claro da política de sucateamento das universidades públicas que promove contratações com baixos salários e contratos de trabalho precários. Os contratos temporários deixam de ser utilizados pela administração como um expediente excepcional e acabam encobrindo a necessidade de uma política que acompanhe e amplie o quadro docente das universidades.

Resenha

Unicamp tem recorde de aposentadorias

A Unicamp terminou 2003 com o maior número de aposentadorias de professores desde a sua fundação, em 1966, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo (3/01). Dos 2.152 docentes da instituição, 139 (6,46% do total) requereram suas aposentadorias no ano passado. O maior número registrado até hoje havia sido verificado em 1998, quando o então presidente FHC iniciou a primeira etapa da reforma da Previdência. Na ocasião, 72 professores pediram aposentadoria.

Editorial alerta sobre fundos de pensão

Em editorial deste último dia 5, a Folha de S. Paulo comenta a incerteza gerada pela criação dos fundos previdenciários na economia brasileira. O articulista traz dados sobre os problemas financeiros enfrentados pelos fundos nos Estados Unidos, com citação ao jornal *The New York Time*". Se as 500 maiores empresas norte-americanas tivessem que honrar agora os compromissos assumidos com trabalhadores ativos e aposentados, o déficit no sistema seria de US$ 259 bilhões. No ano passado, o desequilíbrio era de US$ 212 bilhões (com cálculos da empresa *Standard & Poors*).

Missionários espancados em Roraima

Na madrugada do dia 6 de janeiro, aproximadamente 200 pessoas invadiram e depredaram a sede da missão indígena do Surumu. Alguns padres foram seqüestrados e espancados. A missão do Surumu, distante 220 quilômetros da capital Boa Vista, está localizada dentro da Área Indígena Raposa Serra do Sol. Esse fato faz parte de um conjunto de manifestações lideradas pelos plantadores de arroz, fazendeiros e políticos invasores da área indígena que estão inconformados com a possível homologação em área contínua daquele território, ainda este mês. As informações foram divulgadas pelo Rápido da CUT (9/01).

Andes-SN

Regional Rio do Andes-SN realiza encontro com seções sindicais

Na semana passada, dia 8/1, a Secretaria Regional Rio do Andes-SN organizou o Encontro Pós-Conad para discutir com as seções sindicais do estado as deliberações do último Conselho Nacional do Sindicato, realizado em novembro, em Natal, no Rio Grande do Norte. Apesar da quantidade de assuntos que deveriam ser abordados, foi privilegiada a discussão sobre a política educacional face às investidas do governo federal com a divulgação de propostas para a contra-reforma da Universidade.

Na ocasião, o conselheiro da Adufrj-SSind Roberto Leher fez uma exposição destacando que, ao contrário da Reforma da Previdência, o governo está encaminhado a reforma da universidade de forma fragmentada e não em bloco. O professor afirmou, ainda, que a política educacional do governo Lula não expressa o acúmulo do Partido dos Trabalhadores nesta área. Leher lembrou que o PT trabalhou junto do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na construção do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. "O que está sendo encaminhado é congruente com as diretrizes do Banco Mundial", alertou.

Outra característica desta reforma, segundo Leher, é a manutenção de um sistema governamental de avaliação centralizado. Entre os principais eixos da reforma, foi destacado, ainda, a proposta de financiamento público das instituições privadas, fim da gratuidade e a transformação do ensino público em serviço.

Foram aprovados os seguintes encaminhamentos: rearticulação do Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública; realização de eventos promovidos pela SR-RJ e seções sindicais do estado para apresentação do projeto do Andes-SN para a Universidade Brasileira e para a produção de conhecimento no país. Os eventos devem ser organizados, também, de forma a mostrar para a comunidade e para a sociedade porque a contra-reforma do ensino do governo deve ser combatida. Foi definida, ainda, a realização de uma reunião com os Grupos de Trabalho de Política Educacional das S.Sinds para avaliar a política educacional do governo Lula e preparar estratégias de enfrentamento.

Colegiados

Consuni homologa pagamento de dívida da UFRJ

Débito com a Light chega a quase R$ 21 milhões

Na primeira sessão do Conselho Universitário de 2004, o reitor Aloisio Teixeira apresentou aos conselheiros a forma como a UFRJ pretende pagar débitos acumulados junto à Light no valor de quase R$ 21 milhões – além de uma despesa anterior de pouco mais de R$ 8 milhões, estão pendentes nove contas mensais de 2003, num total de R$ 13 milhões. Em um acordo que deve ser firmado com a empresa, a universidade compromete-se a dar uma primeira parcela de R$ 8,19 milhões imediatamente.

Parte dessa "entrada" será originada das verbas do Plano Emergencial (R$ 3,7 milhões); outros R$ 4,5 milhões virão de recursos do Tesouro já reservados pela universidade em 2003 para saldar os compromissos com a companhia, de acordo com informações da superintendente geral de Planejamento e Desenvolvimento da UFRJ, Fátima Sobral. O restante será quitado em 36 parcelas mensais de aproximadamente R$ 355 mil.

A renegociação da dívida voltou à pauta da administração após uma ameaça de corte do fornecimento da energia em três pontos da UFRJ (CLA, prédio da reitoria e prefeitura universitária) no início deste ano de 2004. Em correspondência de 19/12, o superintendente de Grandes Clientes, Marco Antonio Donatelli, explicava que "o insucesso dos esforços para se chegar a um consenso com essa universidade" para o pagamento dos débitos levaria a empresa ao ato extremo.

A reitoria mobilizou-se e, de reuniões ocorridas nos dias 24 e 29 de dezembro com representantes da companhia, surgiu este calendário de pagamentos ao longo de 36 meses. Aloisio comentou que a UFRJ chegou a propor parcelas mensais menores (cerca de R$ 266 mil) por 48 meses, mas a Light contrapropôs receber tudo em dois anos. Na negociação, prevaleceu o meio-termo (prazo de três anos). O reitor fez questão de observar que a diferença entre as parcelas mensais propostas inicialmente pela universidade e o que ficou acordado ao final será garantida pelo MEC (cerca de R$ 89 mil/mês).

Melhoria das instalações elétricas da UFRJ

No termo de compromisso a ser assinado, também será acordado um programa de melhoria das instalações elétricas prediais da universidade e da iluminação pública da Ilha do Fundão. Esse projeto está orçado em R$ 10 milhões e os recursos viriam de um programa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Kelvin Melo

PRIMEIRA REUNIÃO DE 2004 DEBATE GASTOS DA UNIVERSIDADE

Alternativas para os gastos

Aloisio observou que, independente do atual acordo, a reitoria vai prosseguir com estudos para reduzir a conta de energia da universidade. Também serão procuradas outras fontes de recursos para o pagamento dos débitos da UFRJ. Neste sentido, o reitor comentou que tenta desvincular a iluminação pública do *campus* do Fundão – paga pela UFRJ - do orçamento da universidade. Ele também pensa em procurar o BNDES – que é um grande credor das distribuidoras de energia – para equacionar esta dívida. Aloisio lembrou que o presidente do banco, professor Carlos Lessa, era reitor na época do famoso apagão da universidade, em agosto de 2002.

Conselheiros homologam acordo

Os conselheiros concordaram com os termos do acordo e aprovaram a iniciativa da reitoria. O decano do CT, Cláudio Baraúna, que também integra a Comissão de Desenvolvimento do Consuni, lembrou ainda que está sendo formulada uma proposta em relação aos gastos de energia com os permissionários da UFRJ em todos os *campi*, como os quiosques e estandes de fotocópias.

Transmissão, ao vivo, das sessões colegiadas

Durante a sessão de 8/01, a reitoria apresentou uma proposta para transmissão das sessões dos colegiados superiores (Consuni, CEG e CEPG) da universidade. As reuniões poderiam ser acompanhadas por telões instalados nos diversos Centros ou por qualquer computador, via internet. Uma versão editada seria repassada ainda para a UTV (canal universitário de TV a cabo) como programação da UFRJ. A iniciativa teria o objetivo de "concretizar a transparência da gestão institucional", a renovação e dinamização do "relacionamento entre representantes e representados" e o estímulo do "interesse pela gestão universitária", entre outras razões.

Embora tenha sido elogiada pela maioria dos conselheiros, a proposta também suscitou algumas dúvidas sobre custo e viabilidade técnica. A transmissão dos colegiados, mesmo editada, para a UTV, também foi questionada sob o ponto de vista do interesse para um público externo.

Diante das perguntas, o reitor comprometeu-se a detalhar a proposta para a próxima sessão (em 22/01). Ele garantiu, no entanto, que o custo é "insignificante", pois a universidade já possui os equipamentos necessários para fazer esse tipo de comunicação interna. Aloisio lembrou que o sistema já foi testado durante a sua cerimônia de posse, realizada na Casa do Estudante Universitário (em julho do ano passado). O dirigente deseja aprovar a proposta no fim do mês e iniciar as transmissões do Consuni logo após o recesso de fevereiro. Os conselheiros do CEG e do CEPG também deverão manifestar-se sobre o tema, em suas respectivas reuniões. A volta da UFRJ para a grade de programação da UTV também será debatida em ocasiões futuras.

Um dos representantes dos técnico-administrativos, José Carlos comentou que o equipamento poderia ser aproveitado também para a divulgação, entre as diversas Unidades, dos trabalhos desenvolvidos na universidade.

E o Conselho de Curadores?

Em um questionamento que já se tornou uma constante no Consuni, o professor Ricardo Tauile (CCJE) cobrou a realização de reunião do Conselho de Curadores da UFRJ – órgão deliberativo para assuntos de patrimônio da universidade. Da última vez que se explicou sobre a questão, Aloisio disse que a convocação do Conselho de Curadores dependia da indicação de um representante do MEC para integrar este colegiado (o que, apesar de solicitada, ainda não havia ocorrido). Tauile fez votos para que exista uma reunião do conselho de curadores em 2004.

Comissões permanentes

No primeiro ponto de pauta da sessão, foi feita eleição para as comissões permanentes do Conselho Universitário. Em relação à listagem existente na página www.consuni.ufrj.br/comissoes/principal.html (até o fechamento desta matéria, em 9/01), houve apenas duas modificações: na comissão de Ensino e Títulos, o professor Carlos Antônio Levi (cujo mandato se encerra neste dia 13/01) foi substituído pela professora Belkis Valdman; na comissão de Legislação e Normas, o aluno Márcio Carvalho de Sá (com mandato expirado) foi substituído pelo estudante Pedro Martins Coelho.

Cerimônia na Faculdade de Educação

O reitor convidou os conselheiros para a cerimônia solene de transmissão do cargo de diretor da Faculdade de Educação para o professor Marcelo Macedo Corrêa e Castro, neste dia 16, às 17h, na sala Anisio Teixeira.

Reforma Universitária

Governo conduz reforma universitária

Já tramitam no Congresso diversos projetos de lei e de emenda constitucional que alteram a atual estrutura do ensino superior e fazem parte da reforma anunciada

Logo após a instalação de uma comissão ministerial para a elaboração de uma reforma no sistema universitário brasileiro, o governo Lula deu início a uma estratégia de aprovar as mudanças através de medidas provisórias e de projetos de lei e alterações constitucionais, apresentados no último mês por parlamentares de sua base.

Chamado de 'revolução universitária', o pacote começou com a publicação da medida provisória 147, de 15/12/2003, que cria o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (Sinapes), em substituição ao Provão. O fato de o governo decidir começar sua reforma por meio de uma MP já demonstra a linha antidemocrática que deverá ser adotada, sem discussão do tema com a sociedade, tal como foi feito com a reforma da Previdência, que acabou sendo aprovada pelo Congresso, imputando aos servidores públicos a perda de direitos trabalhistas conquistados nas últimas décadas.

Antecipando a presença da proposta de reforma no Congresso, no dia 11/12, o deputado Eduardo Valverde (PT/RO) apresentou um Projeto de Lei Complementar com o objetivo de instituir uma Lei Orgânica da Autonomia Universitária. Há tempos, o movimento docente, nas instâncias e fóruns do Andes-SN, já manifestou o entendimento de que a autonomia plena está garantida no artigo 201 da Constituição Federal. Qualquer tentativa de aprovar uma legislação infra-constitucional para a autonomia universitária seria, na prática, pôr fim à própria autonomia, criando limites e entraves para sua gestão acadêmica e administrativa. O PLP 118/2003 já está tramitando e, no dia 19/12 foi encaminhado à Coordenação de Comissões Permanentes para publicação. O PL da Autonomia prevê, entre outras medidas, que cada universidade poderá estabelecer seu próprio quadro de pessoal, criar, transformar e extinguir cargos e funções, "no limite de sua capacidade orçamentária".

O PL apresentado por Valverde significa a volta da proposta conhecida entre os dirigentes universitários de 'orçamento global'. Cada instituição receberia um montante que podereria ser gerido da forma mais conveniente pelos administradores da universidade, com remanejamento de rubricas, verbas de programas, despesas, receitas próprias e até rendimentos de capital. Se a reitoria do momento realizar uma 'boa' administração dos recursos, tudo bem. Caso contrário, como em uma empresa qualquer do mercado, a comunidade ficará à mercê de futuras 'reengenharias' para contenção de custos. Parcerias e contratos de cooperação financeira, com a assinatura de garantias por parte do dirigente universitário também poderiam ser realizadas, na proposta do deputado Valverde.

Verbas públicas para instituições privadas

Com a Proposta de Emenda Constitucional 28/2003, apresentada ainda em abril do ano passado, o deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS) segue a linha privatista do governo como modelo para o financiamento da educação no país e propõe que os recursos da educação pública sejam destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, médio e superior para os estudantes que apresentarem baixa renda ou quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública local. A princípio, a idéia parece boa, mas, com a emenda, o governo poderá financiar as intituições privadas utilizando o recurso das bolsas. No parágrafo 2º da PEC, o autor propõe que "As atividades universitárias de pesquisa e extensão também poderão receber apoio financeiro do poder público". Não fica claro, no texto do deputado, que estes recursos serão destinados exclusivamente para insituições públicas. Com a aprovação da PEC, estaria aberto o caminho para que instituições privadas disputem com o sistema público os já minguados recursos vindo da União.

A PEC 28/2003 já está na Comissão de Constituição de Justiça desde 1º de agosto e aguarda parecer do relator Irineu Mário Colombo (PT/PR).

Outra proposta de emenda que, caso aprovada, terá impacto no financiamento do ensino superior é a apresentada pelo deputado Severiano Alves (PDT/BA), em 28 de abril de 2003. A PEC 37/2003 altera o artigo 212 da CF e cria um Fundo de Manutenção da Educação Infantil e Valorização do Magistério em âmbito estadual. Pela proposta, a União teria que repassar 10% dos recursos da Educação para este fundo.

Em 28/8, o relator André de Paula (PFL/PE) apresentou parecer favorável à admissão da PEC na Constituição de Constituição de Justiça. Até 11/12, a CCJR ainda não havia deliberado sobre o parecer.

PEC cria fundo para ensino superior

Mais uma proposta que compõe a reforma universitária do governo Lula é a PEC 217/2003 da deputada Selma Schons (PT/PR). A PEC também é novíssima, foi apresentada no dia 11 de dezembro e está aguardando encaminhamento na Coordenação de Comissões Permanentes da Câmara. A PEC também altera o artigo 212 da CF e 'amplia' as fontes de financiamento da educação superior com a criação de um Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (Fundes) e da Contribuição Social para a Educação Superior (CES). A proposta da deputada é que a União, o Distrito Federal e os municípios aplicariam, anualmente, 25% da receita de impostos para a "manutenção e desenvolvimento do ensino". Os estados contribuiriam com 30% de sua arrecadação. Destes recursos, "pelo menos", 75% dos recursos da União constituiriam o Fundes.

A PEC da deputada prevê, também, como 'contribuição social', que os detentores de diplomas de graduação e pós-graduação de instituições públicas passem a descontar um percentual de seus salários como profissionais. Dada a dificuldade operacional de acompanhar todos os egressos das instituições públicas em suas vidas profissionais o mais provável é que somente os servidores públicos que se formaram nestas universidades sofram com mais este desconto diretamente em seus contracheques.

Anote

São Paulo realiza Fórum Mundial de Educação governamental

Entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, entre elas o Andes-SN, não participarão do Fórum Mundial de Educação temático que está sendo organizado pela prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, nos dias 1 a 4 de abril. O FME do governo paulistano, com o tema *Educação Cidadã para uma Cidade Educadora,* está sendo visto pelos organizadores da terceira edição do Fórum Mundial de Educação que acontece em Porto Alegre, de 28 a 31 de julho de 2004, como um evento patrocinado exclusivamente pelo governo de Marta com o apoio do governo Federal, sem legitimidade para as entidades do setor. A prefeitura paulista estima que 60 mil pessoas participem do mega evento, uma projeção megalômana, se levarmos em consideração que o Fórum de Porto Alegre conta com a participação das entidades do FNDEP e, na sua última edição em 2002, reuniu 15 mil participantes de mais de 300 associações e sindicatos de profissionais da educação de mais de 170 países. O espírito do FME é a apresentação e debate das contribuições das entidades para a construção de um sistema de educação transformador, inclusivo e cidadão.

Entrevista

Conflito sobre transgênicos reflete crise da universidade

Com Luiz Eduardo Carvalho

Professor do Laboratório de Consumo e Saúde (LabConsS) da Faculdade de Farmácia da UFRJ, Luiz Eduardo R. de Carvalho aborda a questão dos transgênicos para esta edição do Jornal da Adufrj, em entrevista concedida por e-mail. Formado como Engenheiro de Alimentos (pela Unicamp, em 1974), foi professor do Departamento de Agronomia da UnB, e do Instituto de Nutrição da UFRJ. Está na FF/UFRJ desde agosto de 1989. Foi por duas vezes presidente da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos (no período de 1986 a 1990). Em 3/12/2003, esteve na Comissão de Educação do Senado como um dos convidados para debater o tema da biossegurança em audiência pública. Para Luiz Eduardo, o conflito sobre as vantagens e riscos dos transgênicos no país retrata a crise da universidade brasileira.

Parece que todos já têm uma posição contra ou a favor transgênicos. O senhor é contra ou a favor?

Eu sou a favor, embora todos que me ouvem insistam que falo contra. Mas não vejo como poderia, um professor universitário, ser contra todo e qualquer transgênico. A modificação genética é uma invenção da inteligência humana. É de uma bactéria transgênica, por exemplo, que se extrai a insulina para os diabéticos. O problema é que cada caso é um caso. E o cidadão brasileiro parece não ter nada a ganhar com a soja transgênica. Por que seria a favor?

Mas será que o cidadão comum entende de genética, de transgenia, de genoma e pode ter uma opinião sobre assunto cientificamente tão complexo?

Sim, se em vez de definições com terminologia científica, oferecermos exemplos. A partir dos exemplos reais, qualquer pessoa pode perfeitamente entender do que estamos tratando e pode ter uma opinião. Não uma opinião científica; mas uma opinião de consumidor. E isso deve ser também respeitado.

Que exemplos seriam esses?

Se dermos apenas exemplos de organismos modificados para produzir remédios, como o da bactéria que produz insulina, claro que quase todos seremos a favor da transgenia. Mas é preciso, por outro lado, lembrar do hormônio transgênico, aplicado nas vacas para produzir mais leite, trazendo risco à saúde das crianças que tomam esse leite; ou do milho Bt, com genes de *Bacillus thuringiensis*, milho que então produz toxina bacteriana, mortal para insetos; ou dessa soja RR, da Monsanto, que por ser transgênica, e ao contrário do capim que se quer matar, sobrevive ao despejo de herbicidas sobre a lavoura. Ou o exemplo do salmão transgênico, que come exageradamente, e alcança, em um ano, o tamanho de um salmão de 60 meses, como se já não bastasse o monte de porcaria que se usa para fazê-lo ficar artificialmente vermelho, como se não bastasse os aditivos que injetam no presunto, nos frangos, no polvo e no camarão, para que incorporem água, e roubem o consumidor no peso.

Como o senhor vê essa disputa entre os favoráveis e os contrários aos transgênicos?

Existe uma guerra midiática, visando conquistar corações e mentes, pró e contra os organismos geneticamente modificados (OGMs). O uso e abuso da semiologia e da lingüística, a serviço das ambigüidades e das meias verdades, são algumas das armas do combate. Só que a arma principal, obviamente, é dinheiro. Estamos tratando mais de palavras que de genes e risco. Palavras tornam-se armas não apenas pelo viés da persuasão cultural e psicológica. Mas também pelo viés jurídico, nas manobras inseridas na regulação oficial. Os pró-OGM dizem que não se deve proibir, mas deixar a decisão para o mercado, para o consumidor. Porém, ao mesmo tempo, negam-se a rotular os produtos. Sem rótulo, como poderá o consumidor exercer seu poder de optar?

Podemos rotular os alimentos transgênicos?

Só podemos escrever, no rótulo de um frasco, o nome do conteúdo, se esse conteúdo tiver um nome e esse nome tiver uma definição muito precisa. E isso não existe para OGMs e, menos ainda, para alimentos transgênicos.

OGM é uma coisa e comida, alimento transgênico, é outra. Em alguns casos, são sinônimos, mas isso é muito raro. Claro que no caso do salmão transgênico, trata-se de um organismo transgênico que é, ao mesmo tempo, alimento transgênico. O mesmo vale para soja ou milho em grão. Mas não vale para o óleo extraído do milho, ou para a lecitina extraída da soja, que nem são organismos, e sequer contém genes. Óleo, lecitina, enzimas, pigmentos, edulcorantes, vitaminas, hormônios, essas substâncias extraídas dos organismos transgênicos não podem ser rotuladas como OGMs, não são organismos, nem contêm genes convencionais ou modificados. São alimentos; não são organismos.

Então é praticamente impossível rotular?

Pelo contrário, rotular é possível e necessário. O problema é definir o que é alimento transgênico. Creio que, para o consumidor, o óleo feito de soja transgênica, e a margarina feita desse óleo, e a empadinha que contém essa margarina, tudo isso deva ser rotulado, informando a origem transgênica, estando ou não, ainda presentes, os genes da soja modificada. É também o caso de todo queijo hoje industrializado no Brasil, que usa quimosina transgênica como coalho, e não informa isso no rótulo. Entendo que rotular não vise alertar sobre risco à saúde, pois dependendo do risco nem deveria estar sendo vendido. Rotular visa orientar o consumidor, e este escolhe sua comida culturalmente, hedonisticamente, financeiramente, ideologicamente. Ninguém compõe seu cardápio diário a partir unicamente do que tem maior ou menor risco sanitário. Não é só de genética ou de nutrição e toxicologia que os transgênicos são feitos. Eles são feitos também de símbolos, de imaginários e atitudes. Comida é isso. E rotular é viável. O que não é viável é vender transgênico rotulado, porque vai ser rejeitado, e porque ficaria exageradamente caro segregar e rotular.

A decisão sobre a liberação ou não de transgênicos deve ser técnica ou política?

Todos renegam o termo, e se dizem apoiados na ciência, inclusive o Lula. Mas é óbvio que é uma questão ideológica, que está sendo administrada ideologicamente. Não é preciso saber genética para entender isso do que estamos aqui tratando. Claro que os geneticistas são entusiastas dessa tecnologia. Mas o processo decisório, as atividades reguladoras, as ações de biossegurança, a proteção da saúde do consumidor, e as estratégias comerciais do agronegócio brasileiro, obviamente, são variáveis de outro universos, distantes e distintos da biologia molecular. Assim como a transgenia não é feita por voluntaristas, mas pela inteligência e pelo trabalho, a regulação também exige saberes muito específicos. Os geneticistas brasileiros precisam é se ocupar da invenção transgênica, de fazer o Brasil ser mais competente que a Monsanto, esse é o trabalho deles, e temos que assegurar recursos e liberdade para isso. Mas muitos deles vivem na TV, instrumentalizados como lobistas, dando pitacos ridiculamente furados em nutrição, toxicologia, biossegurança, economia, legislação sanitária, rotulagem, meio ambiente etc.

O senhor esteve, semanas atrás, em uma audiência pública no Senado para debater o assunto. Como foi?

No Senado, foi exatamente assim. Um destacado biólogo molecular da USP, agora associado com a Votorantim para montar uma indústria biotecnológica, não falou nada de biologia molecular, usando todo seu tempo para explicar, não como empresário que é, mas como professor que um dia foi, que os transgênicos são a única saída para evitar a fome no mundo. O outro depoente, da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), centrou sua fala nos fantásticos medicamentos que a transgenia vai gerar, acabando com as filas de criancinhas doentes e sem cura nas filas dos hospitais públicos. De quebra, argumentou que é claro que os agricultores sempre serão pró-OGM, porque podem ganhar milhões de dólares por hectare, caso plantem soja GM para produzir hormônio do crescimento. E o conferencista, que veio do Hospital do Câncer de São Paulo, optou por denunciar o que chamou de calúnias contra os OGMs, assegurando que a soja GM não vai ter mais resíduos de agrotóxicos que a soja convencional. Só esqueceu que a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) está, neste exato momento, por "coincidência", alterando a legislação, de forma a permitir quantidade 50 vezes maior desse exato herbicida da Monsanto na soja. Assim fica muito difícil debater. Isso não é um debate técnico-científico, não é um diálogo entre cientistas, mas um tribunal, onde todos falam como advogados, defendendo seu cliente em vez de trocar informações, e onde todo argumento pode ser colocado na mesa, ainda que inconsistente, ainda que apenas atrapalhe a compreensão dos fatos.

Qual a função da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nesta história?

A CTNBio é um cartório como tantos outros. Boa parte dos pesquisadores é a favor da CTNBio na expectativa de descolar um carguinho lá e, com isso, como um camelô do Largo da Carioca, ter um ponto comercial privilegiado, para ali fazer contato com o mercado, captando patrocínios e vendendo serviços. Uma agência que decide quais OGMs podem ser liberados ou não, pode e deve convidar professores e cientistas para atuar como consultores, mas não pode delegar o poder decisório a convidados informais. É imperativo que seja uma agência formal, institucionalizada, com pessoal concursado, estabilidade funcional e plano de carreira. E não de gente que vai a Brasília a cada dois meses, para trabalhar de graça, voando de manhã cedinho, para voltar no início da noite, correndo, aproveitando o horário do almoço para dar um pulinho na Capes e no CNPq, com a cabeça mais nestes assuntos, que nos assuntos da CTNBio. Ademais, a CTNBio diz que tem representantes da comunidade científica, mas quem os

elege não são os ditos assim "representados", mas o próprio ministro, sabe-se lá com quais critérios e interesses. Isso é um papo mais longo e tem a ver com o desmanche da maquina pública, com o desmanche do Estado. Quando apóia isso, a Universidade está só dando força para essa máquina que vai desmanchá-la também todinha. Professor pode entender de dar aula de genética, de orientar doutorandos e de publicar trabalho, mas CTNBio e regulação é um outro universo. É outro método para outro objeto. Não pode ser um mero objeto de desejo.

Qual a relação deste tema com a Universidade brasileira?

Bem, de certa forma, esse conflito sobre vantagens e riscos dos transgênicos, no Brasil, essa confusão, é também retrato da crise da universidade brasileira. Quem vai patrocinar pesquisas independentes sobre riscos nutricionais e toxicológicos dos transgênicos? A Embrapa, que fabrica OGMs, e mantém um contrato secreto, com a Monsanto, anuncia que o fará no laboratório que está montando em Guaratiba (o CTAA, que é o Centro de Tecnologia Agrícola). Esse centro foi criado para dar apoio à indústria. Não existem centros para dar apoio à proteção para a saúde, ao consumidor e, se a universidade vai sendo empurrada para gerar receita, para prestar serviço às indústrias, aí é que não vamos ter mesmo nenhuma pesquisa nesse campo da saúde. Cabe ressaltar que, muitas das vezes, ao prestar servicinhos laboratoriais, a universidade está apenas sendo cooptada, por alguns trocados, fazendo análises que as multinacionais nem precisam. E os funcionários do Estado acabam fazendo isso por uma ninharia. Basta ver a esfuziante alegria com que departamentos de pediatria, de nossas universidades, respondem a minguadas doações da Nestlé para pequenas obras civis, em prédios degradados pela omissão do governo. Mas dá para confiar na isenção desses pesquisadores? Será mesmo confiável a palavra e os pareceres dos cientistas que viajam para congressos na Europa com dinheiro da Monsanto, como se pode ler nos próprios boletins das empresas?

Fale do seu trabalho na UFRJ e sua relação com os transgênicos

Nosso trabalho é principalmente criar conteúdos e linguagens para informar a sociedade sobre consumo e saúde pública. Os atores envolvidos com a "polêmica transgênica" não querem informar, querem convencer, cooptar, e argumentam como advogados, defendendo uma causa, pró ou contra. Nesse jogo, omitem, mentem, confundem. A confusão está aí não por acaso. Ela se dá porque a figura de uma universidade pública e socialmente orientada está fragilizada.

O LabConsS – Laboratório de Consumo e Saúde, da Faculdade de Farmácia da UFRJ, realiza um trabalho muito modesto, mais de treinamento e capacitação de recursos humanos do que propriamente de pesquisas científicas ou defesa do consumidor. Mesmo assim, mesmo modesto, é um trabalho de enorme destaque no cenário brasileiro, com repercussão internacional. Isso não é motivo de satisfação, mas de preocupação. Se alcançamos tal sucesso, sendo tão pequenos, é porque esse setor está realmente abandonado pelo Estado. Aproveito para convidar que visitem o site em www.ufrj.br/consumo. Bolsistas do PET/SESu respondem perguntas de consumidores, e produzem *clippings* diários de notícias, sobre transgênicos, medicamentos, dietéticos etc. Interações e parcerias com outros setores da UFRJ seriam bem vindas.

Opinião

Acerca do cinismo e de coisas afins

Paulo César Alves Carneiro*

"A humanidade tem dupla moral: uma que prega, mas não pratica, outra que pratica, mas não prega".

Bertrand Russell (1872-1970). Prêmio Nobel de Literatura de 1950.

Manifestei, recentemente, os meus sinceros parabéns ao jornalista Jânio de Freitas pelo brilhante artigo: "**Brasil: 2003**" (**Folha de S.Paulo**, Domingo, 28.Dez. 2003. p.A5), onde foi mostrado de modo cabal que o presidente Lula é um gênio do "Marketing pessoal" e da hipocrisia. Solicitei permissão para sugerir o acréscimo de mais quatro frases ao seu elegante texto:

"Lula nas pirâmides do Egito";

Lula com os ditadores: Fidel e Kadafi;

Lula nos churrascos de Brasília;

Lula com o Prêmio Notre Dame[1] (Personalidade do ano, na América Latina)."

Considerando a presença do nosso "homem" em vários lugares, em curto intervalo de tempo, leva-nos a pensar que o mesmo pode estar mimetizando "o rebanho que passa pastando", descrito por Friedrich Nietzsche (1844-1900) (In: Segunda Consideração Intempestiva: da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida) nos seguintes termos: "...ele não sabe o que é ontem e o que é hoje; ele saltita de lá para cá, come, descansa, digere, saltita de novo; assim é de manhã e de noite, dia após dia". O presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece estar ligado ao instante, portanto feliz; e o povo brasileiro, com inveja e infelicidade. O antihistórico e o cinismo são marcas registradas do seu governo de dúvidas e incertezas. O novo dicionário do Aurélio Buarque de Holanda ensina que o termo cinismo é sinônimo de imprudência, desvergonha, desfaçatez, descaramento, enquanto a palavra cínico é sinônimo de hipócrita, sarcástico e oportunista. Vale ler ou reler o que escreveu o mesmo filósofo alemão, com muita propriedade: "...talvez nenhum filósofo tenha mais razão do que o cínico: pois a felicidade do animal, como a do cínico perfeito, é a prova viva da razão do cinismo".

Oportunamente, felicito a inteligência do César Benjamin (Fundador do PT e Ex-Petista) pelo interessante e oportuno artigo: "O triunfo da razão cínica" (Revista Caros Amigos), texto que deveria ser republicado por outros órgãos da imprensa brasileira. Este texto evidencia que o governo atual está mergulhado "na cultura do individualismo, do oportunismo e do pragmatismo".

Por derradeiro, vale enfatizar que o ano de 2003 foi muito difícil, sofrido e complexo. No mundo, avançou o imperialismo norte-americano à proporção que avançou, também em demasia, a obsessão antiamericana, por parte dos homens ditos de esquerda – os seguidores ou admiradores de Karl Marx (1818-1883), Lênin (1870-1924) e Antônio Gramsci (1891-1937) e outros, que se consideram justos e honrados, todavia pobres e oprimidos. Em 2003, o Brasil quase parou. Houve predomínio das seguintes condições: juros altos; muita festa e alegria dos banqueiros; muito desemprego; pesada carga tributária; reforma da previdência com taxação dos funcionários públicos inativos; aumento do preço dos medicamentos; desrespeito ao idoso; incoerência política do Partido dos Trabalhadores (PT) e expulsão dos coerentes do partido – cognominados de "radicais"; fuga e distanciamento de intelectuais do PT; desprestígio e baixos salários do funcionalismo público; crise nas universidades e hospitais públicos; manutenção da alíquota do Imposto de Renda e da CPMF; falta de correção do desconto do Imposto de Renda com educação; enfim, baixaram a auto-estima e a esperança do povo brasileiro. Pessoas com pouco amor próprio na velhice tendem a perder a memória, segundo estudo de médicos canadenses (LUPIEN, Sônia. BBC, em 23.Nov.2003). Dizem os pesquisadores que "o cérebro daqueles com baixa auto-estima era até um quinto menor do que aqueles que gostavam de si mesmos". Portanto, torna-se fundamental focalizar as coisas positivas do cotidiano, bem como valorizar os bons momentos da vida, mesmo quando ela está difícil (HUPPERT, Felícia – Universidade de Cambridge).

2003 foi um ano que deixou cicatrizes horripilantes. Foi o ano da morte do meu pai: Antônio Carneiro (81 anos) e do adeus a personalidades que se foram, tais como: o ator Charles Bronson (81 anos); a escritora cearense Rachel de Queiroz (92 anos) e o jornalista Roberto Marinho (98 anos).

O presidente (não pagador de promessas) já prometeu um Brasil melhor em 2004, no seu último programa do ano, na Radiobrás. Afirmou de modo enfático: "Vamos gerar os empregos necessários e fazer política de distribuição de renda". Os senhores estão lembrados de quantos empregos iria produzir, se eleito, presidente? E agora? De tanta felicidade transbordando disse: "Felicidade se reparte". Espero que todos brasileiros e brasileiras possam conferir tal jogo de cena no decorrer de 2004 e se manifestem publicamente.

O ano de 2004 já chegou; adeus, ano velho. Ele é um ano de eleições programadas – e o povo com sabedoria e tirocínio, saberá dar o troco merecido. Nesse sentido racional, teórico e prático, vale recordar Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), quando afirmou: "A paciência é amarga, mas seu fruto é doce".

Por tudo isso e algo mais, eu assino embaixo.

* Médico; 48 anos; Livre-Docente; Professor Adjunto Mestre e Doutor da Faculdade de Medicina da UFRJ; Titular da Academia Fluminense de Medicina (Cadeira – 28). E-mail: pcacarneiro@globo.com.

[1] Prêmio conquistado, conjuntamente com o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), pelo desempenho na transição de governo. Esse prêmio é organizado pelo "*Kellogg Institute for Internacional Studies*" da Universidade de Notre Dame (EUA).

UFRJ

Reitoria propõe cotas para vestibular 2005

Acabar com a ociosidade de vagas será outro objetivo, anunciado em sessão solene do Consuni

Kelvin Melo

ALOISIO TEIXEIRA MOSTROU-SE DECEPCIONADO COM O GOVERNO LULA

Era para ser apenas uma solenidade de encerramento do ano, no dia 22/12, no salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura, com um balanço da gestão Aloisio Teixeira e as perspectivas para a universidade em 2004. Mas coube ao pró-reitor de Graduação e Corpo Discente, José Roberto Meyer, o anúncio de uma proposta da reitoria que certamente vai mobilizar as conversas dos corredores da UFRJ neste início de 2004: reservar 20% das vagas ofertadas por cada curso a alunos oriundos da rede pública já para o próximo vestibular.

De acordo com José Roberto, baseado em um estudo do professor Maurício Luz, do Colégio de Aplicação da UFRJ sobre os cursos de Medicina, Odontologia, Direito e Serviço Social, praticamente não existe ou não existe diferença de desempenho acadêmico entre os grupos de alunos que ingressaram com as maiores notas e aqueles que conseguiram as vagas com os graus mínimos. O trabalho começou a ser feito no segundo semestre do ano passado, mas conta com dados destes cursos de 1997 para cá.

Além disso, não há, ainda segundo o pró-reitor, uma diferença significativa de pontuação entre muitos estudantes da rede pública que não alcançam a classificação e aqueles alunos que ingressam na universidade com as notas mínimas.

Para o pró-reitor, isso implica que um grande número de estudantes da rede pública com potencial não ingressa na universidade. Para democratizar o acesso ao ensino superior, José Roberto vê justiça na proposta de criar uma cota (embora não goste deste termo) para este grupo - o pró-reitor acredita que as expressões "reserva de vagas" e "cotas" criam uma idéia negativa de privilégio para os beneficiados. "Nós estamos democratizando o acesso, unindo uma demanda social com um estudo científico. Se conseguirmos aprovar esse projeto, pode vir a ser um exemplo para outras universidades", comentou. "Ou a gente parte na frente ou governo vem com a sua proposta", completou, ressaltando que a reitoria vai garantir ampla discussão do tema na UFRJ. "Não existe projeto fechado", disse.

E a ociosidade?

Outro projeto da reitoria que deverá ser lançado, em breve, para debate, é curiosamente intitulado "Povo" (Programa de Ocupação de Vagas Ociosas). Diante das altas mensalidades cobradas nas particulares, José Roberto disse estar indignado com o fato de vários cursos da universidade pública apresentarem vagas ociosas, enquanto tantos estudantes deixaram de ingressar. "Temos que intervir para solucionar isso", disse.

Segundo José Roberto, a reitoria deve concluir seu levantamento sobre a retenção e evasão nos cursos da UFRJ até o início de março. Em seguida, a administração deverá apresentar uma proposta para resolver o problema que será discutida nas Unidades, conselhos de Centros e, por fim, nos colegiados superiores.

Reitor relembra programa de campanha

Antes do anúncio da reserva de vagas, o reitor Aloisio Teixeira abriu a sessão solene com um breve histórico de seu mandato. Ele recordou o programa da campanha eleitoral, intitulado "A universidade em tempos de mudança", e fez uma irônica comparação com a área política: "Muitos, uma vez eleitos, abandonam o que escreveram. Eu reli para reafirmar o programa. Não há nada que deva ser mudado. Poderíamos, sim, enriquecê-lo", disse.

Aloisio destacou, dos primeiros meses de sua reitoria, a criação de novos cursos - em um processo que também creditou aos seus antecessores Carlos Lessa e Sérgio Fracalanzza -, o aperfeiçoamento do vestibular (que teve poucos faltosos no ano que passou), a interação com a comunidade da Maré, o funcionamento regular dos colegiados superiores da universidade, a transformação da antiga SR-3 em duas estruturas (uma pró-reitoria de Desenvolvimento e Planejamento e uma superintendência mais voltada para a área financeira), entre outras iniciativas.

Apesar de tudo, otimista para 2004

O reitor acredita que a maior alteração do período da posse até hoje foi a diminuição da esperança no governo: "As esperanças naquela época eram maiores. Os rumos da política brasileira continuam pautados pelos princípios de dez anos atrás. Isso coloca graves problemas para o Brasil e para a universidade", observou.

No entanto, se existem os problemas externos, Aloisio vê com otimismo a possibilidade de melhorar a universidade em suas estruturas internas. Com o programa de campanha como referência, o reitor pretende empreender esforços para acabar com o que chama de "organização federativa de Unidades" dentro da UFRJ, que, segundo ele, estão desprovidas de instâncias integrativas para uma atuação coordenada. "Poucas vezes conseguimos funcionar como uma universidade", disse.

Além de outros pontos, Aloisio criticou a escassez de cursos noturnos, a fragmentação das área de ensino e pesquisa (através da proliferação de institutos e órgãos complementares), a estrutura inadequada dos currículos, as limitações à gratuidade do ensino e o caráter elistista dos mecanismos de acesso à universidade. Aloisio disse ainda que a reitoria vai investir em programas de qualificação para o corpo de servidores da UFRJ. Segundo ele, embora esta iniciativa deva ganhar maior impacto entre os técnico-administrativos, não será restrita a eles. O reitor garantiu que a qualificação terá como objetivo a formação de cidadãos. "Não será um mero treinamento para o trabalho", comentou.

Diálogo com as entidades

Aloisio Teixeira garantiu que sua reitoria vai buscar um diálogo intenso com as representações de técnico-administrativos, docentes e estudantes. "Poderão existir diferenças, mas tudo dentro de um rigoroso respeito", completou.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 124 • 26 de janeiro de 2004

Preparação para o 23º Congresso do Andes-SN
9/2 segunda-feira **14h**
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Assembléia Geral
10 fevereiro terça-feira 14h
Local a confirmar

Pauta
1 – Reforma universitária do governo Lula;
2 – Ações judiciais;
3 – Campanha Salarial 2004;
4 – Propostas para o 23º Congresso do Andes-SN;
5 – Escolha de delegados e observadores para:
a) Plenária dos servidores federais (15/2),
b) Congresso do Andes-SN (4 a 9/3).

Reunião do GTPE conjunto
6/2 sexta-feira **14h**
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Aviso: O Jornal da Adufrj-SSind sofreu uma pequena alteração na sua periodicidade nos meses de janeiro e fevereiro. A edição nº 124, que deveria ter circulado no dia 19/1, é lançada neste dia 26/1, segunda-feira. A próxima edição regular circulará no dia 16 de fevereiro. A partir de 8 de março, o Jornal da Adufrj-SSind volta à sua periodicidade semanal.

Guilherme Lessa

APESAR DO RECESSO DE AULAS, COMUNIDADE PARTICIPA DE SEMINÁRIO NA PRAIA VERMELHA

Movimentos querem outra reforma universitária

Governo apresenta reforma privatista e quer o fim da gratuidade

Para o conselheiro da Adufrj-SSind e ex-presidente do Andes-SN, Roberto Leher, o documento do grupo interministerial que prepara a reforma universitária do governo Lula não corresponde ao acúmulo do trabalho de mais de vinte anos dos educadores ligados ao Partido dos Trabalhadores. O professor participou como palestrante do seminário *Reforma universitária do governo Lula*, promovido pelo Grupo de Trabalho conjunto Adufrj-SSind, DCE e Sintufrj sobre Política Educacional. O evento foi realizado no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na última quinta-feira, 21/1.

Continua na página 4

Movimento

Servidores preparam Campanha Salarial

Na primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação, realizada no último dia 15, o governo federal nada apresentou aos representantes dos sindicatos nacionais dos servidores. Uma nova mesa foi marcada para o dia 19 de fevereiro. Até lá, por deliberação da última Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, realizada no último dia 18/1, as categorias, entre elas os docentes das universidades federais, deverão avaliar em suas assembléias gerais e na próxima reunião do Setor das IFEs, que acontece nos dias 13 e 14/2, em Brasília, a construção de uma campanha salarial com a reivindicação de um reajuste emergencial linear que reponha as perdas salariais acumuladas desde junho de 1998. A data de lançamento da campanha salarial será definida na próxima plenária nacional.

Setor das Federais

Na reunião do setor das Federais do Andes-SN que antecedeu a plenária dos servidores, no último dia 17/1, foi proposto que a Campanha Salarial dos servidores deve denunciar junto às categorias e à sociedade que não está havendo um efetivo processo de negociação por parte do governo federal. Também deve ser denunciado que não foi previsto verba no Orçamento de 2004 para o reajuste devido ao funcionalismo público.

No Setor das Federais, também foi aprovada a reivindicação de um reajuste emergencial com base no ICV-Dieese, estimado em 50,19% (até janeiro de 2004), descontados a reposição de 3,5%, de janeiro de 2002, e 1,5%, recebido a partir de janeiro do ano passado. Os servidores também deverão reivindicar a perda salarial referente à inflação de 2003, de cerca de 9%, prometida pelo governo Lula, ainda no início do ano passado. Na reunião do Setor, inclusive, a reposição da inflação do ano foi considerada pelo presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, um "índice emergencial de dignidade governamental".

Reforma Universitária

Na reunião setorial do Andes-SN, também foi aprovado como encaminhamento que o sindicato promova uma "agenda de revitalização da universidade pública a partir do Projeto do Andes-SN para a Universidade – Caderno 2 (atualizado em 2003)". O Andes-SN e as Seções Sindicais deverão esclarecer os servidores e a sociedade as intenções do governo federal com o projeto de reforma universitária como parte de um plano estratégico de subserviência às diretrizes dos organismos internacionais, como o FMI e a Organização Mundial do Comércio. Outros encaminhamentos no sentido de promover a difusão da proposta do Andes-SN entre os congressistas, o próprio governo, a imprensa e a sociedade em geral também foram aprovados.

Contra o produtivismo e as formas anti-éticas de registro da produção acadêmica

Como encaminhamento do Setor das Federais, foi aprovado que o Sindicato deverá lutar por uma avaliação não produtivista do trabalho acadêmico e pela democratização do financiamento da Ciência e Tecnologia, com o deslocamento das atribuições das agências para os espaços públicos da universidade. O Andes-SN deverá promover debates sobre a ética na produção do conhecimento e sobre a lei de propriedade intelectual.

Mobilizar para uma negociação efetiva

O conselheiro da Adufrj-SSind Roberto Leher representou a seção sindical na reunião do Setor das Federais. Para Leher, não há negociação em curso com o governo. "No Setor, foram aprovados encaminhamentos para que se construa movimentos que façam o governo reconhecer as perdas dos servidores, pelo menos as do último ano, que representam quase 10%". Leher rememorou, também, o compromisso de Lula e do ministro José Dirceu, ainda no começo do mandato, no ano passado, com a reposição da inflação para os servidores em 2004.

Governo investe nas reformas sindical e trabalhista

Depois de mexer na Previdência e na questão tributária, o governo Lula começa a voltar sua atenção para outras duas contra-reformas: a sindical e a trabalhista. Para encaminhar as mudanças nestas áreas, foi instalado, em julho do ano passado, o Fórum Nacional do Trabalho, que é formado por representantes das centrais sindicais, do governo e dos empresários. A coordenação está a cargo de sete integrantes do Ministério do Trabalho, entre eles, o próprio ministro Jaques Wagner. Em circular enviada às seções sindicais no dia 8 de janeiro, o Andes-SN já tomou posição contrária ao conteúdo e à forma como estão sendo encaminhadas as duas novas contra-reformas: "O governo encaminha de forma acelerada reformas que retiram direitos dos trabalhadores", dizia um trecho do documento. Em um dos relatórios do Fórum, o governo explica que a reforma sindical deve preceder "a revisão do demais institutos legais que regulam o trabalho no Brasil". No entanto, já não há dúvida que a reforma trabalhista será adiada para depois das eleições municipais do fim deste ano para não atrapalhar o desempenho dos candidatos preferidos do Palácio do Planalto.

Seminário sobre reformas

Em 16 de janeiro, cerca de 70 dirigentes sindicais participaram de um primeiro seminário sobre as reformas Sindical e Trabalhista, em Brasília. Segundo um dos coordenadores do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN, professor Antônio Bosi, o debate no evento girou em torno dos principais problemas detectados em cada uma das reformas.

Na reforma sindical, existe a proposta de regulamentação da representatividade sindical, com o reconhecimento das centrais sindicais. Esse reconhecimento, no entanto, pressupõe a perda de autonomia dos sindicatos de base, o que poderá causar graves prejuízos em negociações com os patrões (no caso da iniciativa privada) ou com os governos (no serviço público). "Isso vai gerar uma profunda distorção", comentou o professor, que antevê um obstáculo para a conscientização dos trabalhadores. "Imagine como vai ser complicado explicar para alguém que o reconhecimento das centrais sindicais não será bom", explicou.

Já no caso da reforma trabalhista, está esboçado um texto que determina que o "negociado" (com os patrões) vai prevalecer sobre o "legislado". "E, então, sob o risco de ficar desempregado, o trabalhador aceita banco de horas, perda do 13º salário e outros direitos", alerta Bosi. "Pode haver, ainda, flexibilização pontual dos direitos trabalhistas, como foi, por exemplo, a aprovação da Medida Provisória do banco de horas, no governo FHC (em 2001)", disse

Próximas atividades e Alca

O seminário um primeiro passo para a organização dos trabalhadores contra as "reformas". Em meados de fevereiro, um outro seminário será organizado na capital federal e, nos dias 13 e 14 de março, será realizado um Encontro Sindical Nacional para consolidar a informação e mobilização das categorias do serviço público e da iniciativa privada. "A partir daí, vamos reunir força e partir para ações mais abrangentes, como passeatas", observou Bosi. O professor acrescenta ainda que essas contra-reformas estão relacionadas com as negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), cujo prazo para início é janeiro de 2006. "Para a vigência do acordo, as legislações nacionais (nessas áreas) não podem entrar em choque", comentou.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Colegiados criam nova comissão para alocar vagas

Nem Cotav, nem portaria do reitor. Após quatro horas de reunião, os integrantes dos conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados decidiram criar uma nova comissão para analisar os pedidos de vagas docentes apresentados pelos Centros (com base na sistemática definida pelo reitor) e os pedidos feitos diretamente por treze Unidades à Comissão Temporária de Alocação de Vagas Docentes que foi instalada na sessão conjunta dos colegiados acadêmicos no final do ano, em 17 de dezembro. A Comissão Extraordinária de Alocação de Vagas deverá apresentar um relatório final para aprovação dos CEG e CEPG neste dia 28/1, quarta-feira. A nova comissão, aprovada por nove votos favoráveis, seis contrários e três abstenções, vai alocar 112 novas vagas para concursos a serem realizados a partir de março. Aprovada, a proposta desta comissão ainda deverá ser apreciada e homologada pelo Conselho Universitário na quinta-feira, dia 29.

Os conselheiros contrários à nova comissão defenderam a dissolução da Cotav criada em dezembro e cobraram da reitoria a responsabilidade por todo o processo, incluindo a indicação de nomes para a composição de qualquer comissão para tratar das vagas. A proposta derrotada foi feita pelo professor Hilton Pereira da Silva, representante do Fórum de Ciência e Cultura no CEPG. Assim como Hilton, os representantes do CEPG, Hatisaburo Masuda (CCS) e Mariâgela Menezes (FCC), e do CEG, Maria Lúcia Patitucci (CCMN), Gil Fernando da Costa Mendes de Salles (CCS) faziam parte da Cotav, mas não aceitaram compor a nova comissão que também não contou com a participação dos representantes discentes dos dois conselhos. Foi aprovado, então, que os Centros sem representação na comissão extraordinária de alocação poderão indicar um integrante mesmo que este não faça parte dos colegiados acadêmicos.

A nova comissão será co-presidida pelas professores Maria da Penha Almeida Cruz (CCJE), pelo CEG, e Aracéli Cristina de Souza Ferreira (CCJE), pelo CEPG.

Reitor fala sobre as vagas no Consuni

No fim da sessão do Consuni de 22/01, o reitor Aloisio Teixeira reconheceu que a reitoria falhou ao apresentar tardiamente o que chamou de "Plano de Desenvolvimento do Quadro Docente" aos colegiados acadêmicos – o MEC fez a distribuição do número de concursos entre as universidades em outubro, mas a administração da UFRJ só apresentou seu documento em dezembro.

Aloisio comunicou aos integrantes do Consuni que os colegiados acadêmicos criaram a Comissão Extraordinária. Diante disso, representantes da Comissão de Ensino e Títulos e da Comissão de Desenvolvimento do colegiado solicitaram que a proposta da comissão especial fosse repassada aos conselheiros até esta terça-feira (27/01). O objetivo é analisar o material recebido e elaborar um parecer conjunto das comissões para evitar longas discussões na sessão extraordinária.

Aloisio aproveitou a ocasião para criticar antigas formas de discussão da alocação de vagas na universidade. Ele repudiou os processos em que todas as vagas eram decididas pelo reitor (como na gestão Vilhena) e também observou que a Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) foi uma experiência "positiva, mas não satisfatória".

Ele insistiu que a reitoria vai retomar a discussão de um Plano de Desenvolvimento do Quadro Docente depois que o atual processo se encerrar, a partir de março. "E que deverá ter a participação de todas as Unidades, a partir dos Departamentos", completou.

Reitoria anuncia novas bolsas para graduação

Na sessão do Conselho de Ensino de Graduação de 15/1, o pró-reitor José Roberto Meyer anunciou uma proposta de concessão de bolsas para estudantes de graduação para 2004. A proposta deverá ser analisada pelo colegiado e, após aprovação, encaminhada ao Conselho Universitário. O pró-reitor de Desenvolvimento e Planejamento, Joel Teodósio, estava presente, na ocasião, e comentou a proposta da reitoria. De acordo com Joel, a política de bolsas é uma prioridade. "Pode ser que falte dinheiro para outras coisas, mas para as bolsas vai haver", garantiu o professor, informando que, além dos R$ 35 milhões do orçamento para custeio, a universidade conseguiu para 2004, através de emendas parlamentares, cerca de R$ 17,9 milhões.

Tipos de bolsas

A reitoria tem verba, segundo Joel, para conceder 750 bolsas novas de monitoria, com valor mensal de R$ 240,00, nos meses de março a dezembro. Também seriam concedidas 250 novas bolsas de Iniciação Artística e Cultural e 250 novas bolsas de Apóio ao Estudante, destinadas a alunos do alojamento e os de baixa renda, com valor mensal de R$ 240,00, nos meses de março a dezembro. Também serão mantidas 250 bolsas-auxílio, com valor mensal de R$ 240,00, nos meses de janeiro e fevereiro, e de R$ 260,00, nos meses de março a dezembro.

Joel anunciou, ainda, a transformação das bolsas Profag (Programa de Fomento a Graduação) em bolsas de auxílio manutenção, para todos os estudantes do alojamento, com valor de R$ 260,00, nos meses de janeiro a dezembro. Ao todo serão gastos R$ 5.342.480 milhões com a nova política de assistência estudantil.

Secretário da SESu fala ao Consuni

Discurso não descartou possibilidade de cobrança no ensino superior

A última sessão do Consuni (em 22/01) foi precedida de uma palestra do secretário de Ensino Superior do MEC, Carlos Antunes, como convidado da reitoria. Na ocasião, ficou claro que os dirigentes do ministério estavam batendo cabeça – talvez por influência da reforma ministerial, na qual Cristovam Buarque acabou substituído por Tarso Genro em 23/01.

Como exemplo, Carlos Antunes disse aos conselheiros da UFRJ que o compromisso deste governo era pela manutenção da universidade pública e gratuita; só que, na véspera, o ministro Cristovam comentou, em Lisboa (onde receberia a notícia de sua demissão, por telefone), que alguns cursos poderiam ser pagos e outros, não.

Mas também ficou nítido na explanação do secretário da SESu que a defesa do ensino gratuito poderia não resistir ao que chamou de "tendências internacionais" de transformação da educação em um serviço pago. Carlos Antunes relatou ao Consuni que esteve, na semana anterior, em um evento promovido pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) com representantes das áreas educacionais de diversos países. Antunes disse ter ficado decepcionado com as falas de representantes da Alemanha e do México que teriam informado a implantação de ensino pago nesses países num prazo máximo de cinco anos. Apesar da "decepção", afirmou: "Não podemos deixar de pensar num contexto internacional".

Reforma Universitária

O secretário da SESu disse que 2004 é um ano-chave para discussão da reforma universitária. Antunes comentou que a posição do MEC "é de não apresentar nenhuma proposta, mas criar com a sociedade alguns pré-projetos para encaminhar ao Congresso". Ele disse já ter recebido o documento do grupo coordenado pela professora Marilena Chauí, da USP e que um debate com os autores da proposta deveria ocorrer, nos próximos dias, no auditório do jornal Folha de S. Paulo.

Por falar em debate, o secretário anunciou ainda que a questão da autonomia universitária será discutida neste dia 28, em Brasília, com representantes das universidades estaduais paulistas (que são financiadas por um percentual da arrecadação do ICMS de São Paulo).

Avaliação e vagas

O secretário comentou que a regulamentação do novo sistema de avaliação das universidades deverá ser formalizada por uma portaria, que será publicada no Diário Oficial nos próximos dias. Saúde, Ciências Biológicas e Educação serão as primeiras áreas do conhecimento a serem avaliadas.

O secretário disse que o MEC está solicitando ao núcleo econômico do governo a autorização para oito mil concursos para docentes e mais sete mil concursos para técnico-administrativos. Enquanto isso não aparece, Antunes comunicou que mais 532 concursos para as universidades deverão ser anunciados para professores e técnicos nesta semana. Informou o fim da burocracia que obrigava a universidade a abrir concursos para docentes com maior titulação, o que atrasava o preenchimento das vagas em determinadas áreas.

Estudante questiona política do MEC

O representante discente Pedro Martins questionou o novo sistema de avaliação do ensino superior e também criticou o estímulo do ministério à aproximação entre universidades públicos e setores privados com vistas à captação de recursos. Ele creditou o atual estado das instituições públicas às restrições orçamentárias impostas pelos governos federais nos últimos dez anos.

Reforma Universitária

Alerta para a liberalização das públicas

Continuação da capa

Leher, que é professor da Faculdade de Educação e pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj, afirmou que a proposta universitária em curso se coaduna com as diretrizes do Banco Mundial para a educação nos países da América Latina e tem como objetivo manter a credibilidade do país junto do setor financeiro internacional. "O Banco Mundial afirma em seus documentos que a América Latina não requer mais universidades com o modelo europeu, ao qual se referem pejorativamente, que tem como princípios a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e uma perspectiva universalista", comentou. Segundo o professor, dados das Nações Unidas mostram que a América Latina sofre um processo de desindustrialização e citou como exemplos o Brasil e a Argentina. "O Banco Mundial quer o ajuste das diretrizes da educação na América Latina a esta nova realidade".

Os modelos implícitos na reforma do governo são os da China e Coréia com formação breve e à distância de professores, cursos seqüenciais e diversas modalidades que apontam para uma "simplificação do sistema educacional". Na Coréia, segundo Leher, as universidades ligam-se a corporações do mercado, produzindo pesquisa diretamente para elas. No caso dos países sul americanos, a orientação é para uma economia voltada basicamente à venda de produtos extraídos da natureza, como a soja. Neste cenário, as pesquisas básicas e voltadas ao desenvolvimento industrial são dispensadas. "Trata-se de uma nova divisão internacional do trabalho, que, na América Latina, caminha em direção ao século XIX"

Análise do documento

Leher fez uma atenta análise do documento interministerial do governo e concluiu que quem dita esta reforma universitária são a Casa Civil e as áreas econômicas. "Os documentos saem do MEC, passam pela Casa Civil e pela Fazenda, retornando ao MEC com as orientações permitidas. Com todo o respeito a educadores e profissionais que estejam de alguma forma envolvidos com este processo, o fato é que a reforma está se dando em um lugar no qual estes não têm acesso. Nem mesmo os parlamentares estão tendo acesso ao que está sendo formulado", criticou.

Autonomia financeira

A base da reforma do governo, de acordo com Leher, é a autonomia financeira. O professor chamou a atenção para o fato de que o termo autonomia está recebendo um novo significado. "Para os neoliberais que defendem esta reforma, autonomia significa não o que nós (movimentos e educadores) sempre defendemos, mas sim a liberalização das universidades para que estas possam captar recursos no mercado", afirmou. Para o professor, a reforma anunciada pelo governo retoma a lógica da transformação das instituições de ensino em organizações sociais, com autonomia financeira para seu gerenciamento. Esta autonomia seria dada a partir de um 'Pacto da Educação para o Desenvolvimento Inclusivo' entre universidade e governo, pelo qual a instituição deveria cumprir uma série de metas. Aumentar a carga horária docente, aumentar o número de estudantes nas salas de aula e aumentar a oferta de ensino à distância são alguns dos objetivos da reforma.

Guilherme Lessa

LEHER COMENTA PROPOSTA DO GOVERNO

Financiamento e fundações

O documento do governo reconhece a situação precária das universidades públicas e cinicamente constata que a solicitação de R$ 341 milhões feitas pelo MEC não foi incluída no orçamento de 2004 e que isto "pode trazer graves problemas no funcionamento das universidades". O governo afirma que seriam necessários aportes de R$ 759 milhões em 2004, R$ 834,9 milhões em 2005, R$ 918,39 milhões em 2006 e, finalmente, R$ 1 bilhão em 2007. São cifras altíssimas se considerada a realidade atual e, no texto, o governo não se compromete efetivamente em destinar estes recursos para as instituições. Segundo Leher, as fundações privadas e a captação de recursos diretamente do mercado seriam a grande mola da reforma governista. "Por isso, a institucionalização definitiva das fundações privadas faz parte do eixo das propostas", relata o professor em sua análise do documento.

Fim da gratuidade

Um dos maiores problemas da reforma governista é o fim da gratuidade do ensino nas universidades públicas. Para Leher, no momento em que o Congresso aprovar alterações no artigo que define a gratuidade, novas taxas, mensalidades ou descontos serão aprovados em legislação ordinária sob a justificativa de que a comunidade e, em especial, os alunos devem contribuir para a manutenção daquilo que deveria ser um direito de todo cidadão.

Ensino à distância

Leher chamou a atenção para um dos pontos que pode ser considerado atrativo para a população na reforma do governo. No documento, o grupo interministerial afirma que as universidades públicas deverão alcançar 40% do total das matrículas do ensino superior em 2007. Isso significa 500 mil vagas no ensino à distância. Sobre este ponto, foi lembrado que o modelo de ensino à distância que está sendo produzido nas universidades brasileiras determina que os alunos apenas recebam conteúdo e não haja nenhuma troca com os orientadores ou professores do curso. Para Leher este modelo representa um ensino massificado que se caracteriza por uma estratégia de estabelecer "graus diferenciados de cidadania" aos que se formam pelo ensino tradicional e aos que se formam à distância, o que pode vir a ser manipulado pelo mercado no momento de oferta de empregos.

Avaliação

O estudante Bruno Lopes questionou o fim da autonomia didático-científica na proposta do governo. Leher afirmou que o estudante tem razão ao afirmar que uma das maiores ameaças em jogo é o fim da autonomia acadêmica nas instituições. O professor citou a nova avaliação do MEC, o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior (Sinapes), instituído por uma medida provisória. "Esta avaliação centralizada tem como comando de sua avaliação política sete pessoas escolhidas diretamente pelo governo, que formam a Comissão Geral de Avaliação", criticou Leher.

Propostas

Os cerca de trinta participantes do seminário concluíram que é necessário realizar mais eventos como esse, assim que as atividades de aula forem retomadas na universidade e, até março, novos eventos para debater a reforma universitária deverão ser organizados pelo GT dos movimentos. Apesar das críticas à proposta do governo, Roberto Leher considera o momento privilegiado para que os movimentos possam apresentar à sociedade a sua proposta de universidade pública. Tanto o Andes-SN, como a Fasubra e os estudantes têm seus próprios projetos de universidade e autonomia, mas o professor considera que é possível estabelecer princípios comuns. "A defesa da universalização do ensino, a autonomia como é entendida pela comunidade universitária, a democracia interna, o compromisso social, o controle sobre a pesquisa, currículos sob critérios acadêmicos e não de mercado e o fim da extensão como prestação de serviços podem ser alguns destes princípios", diz.

"Reforma Universitária em Debate"

27/01 terça-feira **18h**

Auditório Florestan Fernandes
Faculdade de Educação UFF
Bloco D - *Campus* do Gragoatá

Debatedores:

Katia Regina de Souza Lima
(Prof.ª da Escola de Serviço Social/UFF)

Roberto Leher
(Prof. da Fac. de Educação/UFRJ - Clacso LPP - Uerj)

Promoção da Aduff-SSind

UFRJ

Reitoria vai propor Plano Diretor e Plano Estratégico

Intenção é aprovar as duas propostas este ano para começar a implementá-las em 2005

Além de uma já divulgada proposta de cotas para alunos oriundos dos colégios públicos (ver jornal anterior, nº 123, de 12/01), o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Teodósio, anunciou, em entrevista ao Jornal da Adufrj, mais duas novidades da reitoria para o debate no ano que se inicia: um Plano Diretor, para aproveitamento dos espaços no *campus* da Ilha do Fundão; e um Plano Estratégico de Desenvolvimento, que deverá nortear as ações da universidade pelos próximos dez anos.

Segundo Joel, o Plano Estratégico vem para "introduzir a cultura do planejamento" dentro da UFRJ, que hoje se apresentaria muito fragmentada. Para ele, esse aspecto da instituição ficou muito aguçado na gestão Vilhena, quando a reitoria não tinha apoio da comunidade. "A fragmentação, naquela época, passou a ser uma premissa de resistência", observou. Uma vez que os tempos são outros, Joel defende a necessidade de a universidade pensar a longo prazo. Ressalta, ainda, o fato de que é o primeiro pró-reitor de Planejamento da UFRJ, embora outras instituições já tivessem instância semelhante há mais tempo.

Para criar o Plano Estratégico, o pró-reitor defende reuniões que envolvam as Unidades, decanias e a Prefeitura Universitária, além da reitoria, ao longo deste ano. "O Plano deve ser decenal ou até por um tempo maior. Com base nele, faremos os planos bianuais", disse. Joel pensa em aprovar este Plano nos colegiados superiores já para 2005, mas ainda não tem estabelecido o cronograma de discussão. "A partir daí, lançaremos o orçamento participativo", adiantou.

Plano Diretor

O Plano Diretor para o Fundão tem como objetivo garantir uma ocupação ordenada dos espaços daquilo que, um dia, o ex-reitor Carlos Lessa chamou de "Sibéria tropical". Joel não esconde que a proposta também visa a captar recursos para a universidade. Ele cita como exemplo uma solicitação do Centro de Pesquisas da Petrobrás para alugar mais espaço dentro da ilha. "Eles querem duplicar seus laboratórios. E nós, com o aluguel, vamos investir em pesquisa e investimento", comentou.

Kelvin Melo

JOEL TEODÓSIO AFIRMA QUE COLEGIADOS DISCUTIRÃO FUNDAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTE ANO

Esse debate também ainda terá seu cronograma organizado. Por enquanto, a reitoria mantém apenas algumas listas de discussão sobre temas relativos ao Plano, no endereço eletrônico www.ufrj.br/planodiretor. Os interessados podem opinar sobre o que falta no Fundão para melhoria das atividades acadêmicas e a integração entre as áreas de ensino, entre outros pontos.

A reportagem da Adufrj-SSind foi conferir o endereço fornecido pelo pró-reitor. As listas encontram-se com poucas ou nenhuma mensagem.

Uma diretriz já está fechada: por proposta da reitoria, Joel informou que o Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) aprovou recentemente que serão mantidos os dois *campi* (da Praia Vermelha e do Fundão) para atividades da UFRJ. Esclareceu, também, que o atual Plano Diretor, datado de 1973, estabelece a mudança de todas as Unidades para o *campus* da ilha.

Projetos em andamento

Independente dos Planos a serem propostos, Joel ressalta dois projetos que devem mudar a vida da Cidade Universitária nos próximos anos: ligação com o metrô e um Centro de Treinamento para o Pan-Americano de 2007, que será no Rio de Janeiro.

Segundo Joel, tanto a Prefeitura como o governo do estado fizeram licitações para a construção de uma linha metroviária que ligue o Aeroporto Internacional à Barra da Tijuca, com duas estações na ilha do Fundão (uma, entre a Faculdade de Letras e o Centro de Tecnologia; a outra, perto do Hospital Universitário). Perguntado se seriam obras conjuntas entre autoridades estaduais e municipais, Joel disse que não e desconversou sobre como seria o andamento dos trabalhos.

O Centro de Treinamento é iniciativa da Prefeitura, já firmada no Diário Oficial do Município, em 3 de novembro de 2003. Para tornar o CT uma realidade, as instalações da Escola de Educação Física e Desportos seriam restauradas e novos e mais modernos equipamentos seriam adquiridos para o local. "Depois do Pan, isso ficaria como um legado para a UFRJ", comentou Joel. Ele observou que o *campus* da universidade foi escolhido não só por causa dos profissionais da EEFD, mas também pela proximidade com as áreas médica e tecnológica (CT e restante do CCS) para o desenvolvimento dos atletas. Além de tudo, o único laboratório de *antidoping* reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional na América Latina fica no Instituto de Química da UFRJ.

Outras obras como um hotel de trânsito, um centro de convenções e aperfeiçoamento dos alojamentos ainda não estão certas, de acordo com o dirigente.

Patrimônio da universidade

O pró-reitor comentou que a reitoria está em negociações com os ocupantes do terreno da UFRJ onde hoje se localizam o Canecão e um bingo. Joel disse que "estamos querendo negociar aquela área como um todo", mas descartou a possibilidade de cobrança de um aluguel conjunto. Mesmo perguntado, não quis entrar em detalhes sobre o assunto.

Já sobre o terreno da universidade localizado na avenida Chile, no Centro, Joel disse que a reitoria também está em fase de negociações com a construtora vencedora (Tishman Speyer-Método) da licitação ocorrida em 2001, ainda na gestão Vilhena. Na época, ficou definido que a empresa construiria um prédio comercial e a UFRJ teria direito a 13.800 m^2 do empreendimento. Embora Joel não tenha um cálculo de quanto o aluguel desse espaço poderia render para a universidade hoje, no relatório de gestão financeira de 2001 da UFRJ (disponível em www.sr3.ufrj.br/RELATGESTAO2001.doc), estimava-se que o montante anual poderia chegar a R$ 8 milhões. Observou que detalhes como o pagamento do condomínio das salas destinadas à universidade, enquanto não forem alugadas, estão sendo discutidos.

Fundações universitárias e prestação de serviços

A reitoria também vai apresentar propostas para o CSCE e para o Consuni, neste primeiro semestre, sobre a prestação de serviços e a relação entre a UFRJ e suas oito fundações privadas de apoio.

Aqui vale ressaltar que o Andes-SN tem posição contrária ao funcionamento das fundações privadas de apoio às universidades. De acordo com o Sindicato Nacional, essas fundações atuam no sentido da privatização das instituições públicas.

Orçamento da UFRJ

Para 2004, o orçamento da UFRJ é de R$ 41 milhões e mais R$ 11 milhões de recursos próprios. Joel garantiu ainda que conseguiu a renegociação das grandes dívidas da UFRJ (com a Light e empresas de telefonia) e que a universidade está pagando em dia os demais serviços terceirizados, como a limpeza, segurança e compra de combustível para os veículos da instituição.

Entrevista

Professora lembra centenário do antropólogo Arthur Ramos

Com Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

IFCS terá aula inaugural de 2004 sobre o trabalho do catedrático

No ano de 2003, a UFRJ perdeu a oportunidade de comemorar o centenário de uma de suas maiores expressões nas áreas humanas e sociais. Ao lado de nomes como Anísio Teixeira e Josué de Castro, o antropólogo e fundador do curso de Antropologia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, Arthur Ramos deixou uma vasta obra composta de 369 títulos publicados e mais de 5.000 documentos escritos. Os ideais de uma educação libertadora foram seguidos por seus alunos e orientandos, a começar pela ex-diretora do IFCS, professora Marina São Paulo Vasconcellos. Intelectuais que acreditavam, já nos anos trinta, ser possível mudar a sociedade através da educação pública no Brasil.

A professora aposentada e sindicalizada da Adufrj-SSind Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros procurou a redação deste jornal para fazer uma justa homenagem ao professor Arthur, sobre quem realizou seu trabalho de pós-doutoramento, publicado no livro *Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo***.** Em entrevista concedida na sala Tempo Presente, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, em 10 de dezembro passado, Luitgarde contou um pouco da memória das lutas sociais nos anos que precederam o golpe militar e marcaram as vidas dos professores Arthur Ramos e Marina Vasconcellos na criação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. "Quando se fala em institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, é bom escrever uma memória de lutas destes docentes", sublinha Luitgarde, que faz questão de relembrar, ainda, a luta pelo retorno dos professores anistiados no IFCS, deste 1979, liderada pela Adufrj e militantes do movimento docente da UFRJ.

Em sete de julho de 1903, nascia o professor Arthur Ramos

De acordo com Luitgarde, a institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro foi acompanhada de forte

Manuella Soares

PROFESSORA LUITGARDE BARROS

controle e de um brutal sistema de repressão, bem caracterizados nas investidas contra o grupo de intelectuais do qual fazia parte o professor Arthur Ramos. Como seus companheiros, a professora cita, entre outros, Anísio Teixeira, Luiz Aguiar da Costa Pinto e Josué de Castro, e, é claro, D. Marina, como era chamada pelos colegas e alunos. "As ciências sociais começam no Rio de Janeiro em 1935 com a criação da Universidade do Distrito Federal na gestão do prefeito Pedro Ernesto, com a participação de Anísio Teixeira e Afrânio Peixoto; em São Paulo, em 1934". A professora chama a atenção para a diferença de concepções existentes entre as correntes do antigo Distrito Federal e a da Escola Paulista de Sociologia e Política, criada meses antes, e que serviria para preparar uma elite intelectual para a retomada da hegemonia política no país para aquele estado, "perdida com o movimento de 30, quase esmagada com o movimento de 1932, quando São Paulo tenta retomar o domínio anterior".

Para a professora, o surgimento das áreas de pesquisa no Rio, "marcado pelo trabalho de Arthur Ramos", caminha na direção oposta da centralização política e econômica: "serão criados cursos de história, economia e ciências sociais e psicologia social. Essas disciplinas são formuladas para preparar a população brasileira para viver em um mundo moderno. Faziam parte de um plano integrado entre a escola primária, as escolas técnicas e as faculdades. O grupo que cria a UDF investiu no soerguimento das camadas mais pobres, através da criação de uma categoria especializada na administração do bem público, fora do clientelismo político .

Avaliação responsável

Já nos anos trinta, Arthur Ramos combatia a idéia de testes para determinar o coeficiente de inteligência das crianças em fase escolar. "Anísio Teixeira e Arthur Ramos se dedicarão ao acompanhamento dos alunos das escolas municipais para melhorar as condições de aprendizado das camadas populares, e o professor vai combater a idéia de testes para determinar quem é criança normal ou anormal, e demonstrou, através de pesquisas, que mais de 80% das crianças consideradas anormais pelos critérios da época tinham apenas problemas de aprendizado. Arthur Ramos, então, inova dizendo que estes problemas são de natureza social", registra Luitgarde.

Professor idealiza escola e cidade integradas para a educação

Em 1934, Arthur Ramos já demonstrava que desemprego, alcoolismo familiar, falta de acompanhamento das famílias pobres, falta de habitação e outras deficiências sociais traziam problemas sérios para o ensino. Em vez de determinar que uma criança de difícil aprendizado era 'anormal', o professor investiu em pesquisas junto à família para planejar e organizar uma escola integrada com a população e à realidade social. É neste processo, segundo Luitgarde, que Ramos inova na idéia da educação "não como técnica, mas como crescimento mental, social, intelectual e emocional de toda a população".

Psicologia Social

É creditado ao professor Ramos importante papel no desenvolvimento da psicologia social no Brasil, como primeiro professor desta disciplina. Luitgarde chama a atenção para o livro do autor *Introdução à Psicologia Social*, recentemente reeditado pelo Conselho Federal de Psicologia, sendo considerada obra importantíssima para a história desta área no país. "A professora Olga Sodré, filha de Nélson Werneck Sodré, formou-se em psicologia social e trabalhou anos na França. Olga realizou uma recente conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na qual falou sobre a importância deste livro de Arthur Ramos para a psicologia social no mundo".

'Linhagem pioneira'

A professora costuma referir-se ao grupo de Arthur Ramos como uma linhagem pioneira, com o pensamento voltado para o conhecimento científico aplicado ao desenvolvimento do país que seria "transformado numa sociedade livre, competente e igualitária. Esta linhagem vem marcada desde suas primeiras manifestações anteriores Estado Novo com estes professores nas áreas de ciências humanas". Arthur Ramos vem a ser o primeiro docente interino de Antropologia e Etnologia Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e realiza concurso em 1945 para a cátedra definitiva.

Em 1937, Arthur Ramos é preso por defender pesquisa social e condenar o racismo

Por sua filosofia libertária e seu trabalho muito ligado aos diretórios acadêmicos e aos estudantes, o professor Arthur acaba sendo preso em 1937 e acompanhado, a partir de então até a sua morte, em 1949 na França, pelos agentes da repressão.

Em 1943, Ramos propõe a criação de institutos de pesquisa e demonstra que não poderia haver estudos de ciências sociais sem investimento nessa área. Já naquela época, o professor levava seus alunos para pesquisar nos locais de imigração no Rio de Janeiro, nas fábricas, e acompanhava de perto as contradições do sistema capitalista no país recém-industrializado e o agravamento dos problemas sociais no período, mostrando a importância das ciências sociais para a análise das problemáticas e propostas de soluções.

Em 1942, Arthur Ramos pede registro de uma Sociedade Brasileira de Antropologia, quando é fichado pela polícia que o acusava de já ter sido preso, de ser comunista e filiado ao PCB. Segundo a professora Luitgarde, Arthur Ramos nem era comunista, nem tão pouco 'homem de partido', apesar de denunciar a cassação do

Arquivo Arthur Ramos, FBN

DE PÉ, ARTHUR RAMOS E MARINA DE VASCONCELLOS EM AULA DE ANTROPOLOGIA NA FNFI, EM 1945

Partido Comunista por Eurico Gaspar Dutra, em 1947, afirmando publicamente ser "um retrocesso a ditadura de Vargas e uma violência contra a democracia". "Ele ficou tão visado que, em 1948, quando é convidado para dar aulas pela Universidade de *Vanderbilt* nos Estados Unidos, o Departamento de Estado Americano veta sua presença, demonstrando que ele seria *persona non grata* naquele país".

Morte prematura

Em agosto de 1949, Arthur Ramos assume a direção do Departamento de Ciências Sociais da Unesco como primeiro diretor efetivo e, dois meses depois, termina o projeto de um plano de trabalho para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas nas áreas de sociologia e antropologia, patrocinado pela Unesco, para investigar problemas étnicos e sócio-econômicos dos países mais pobres. Arthur Ramos era cardíaco e, em sua última carta, datada de 10 de outubro, vinte dias antes de sua morte, ele relata a D. Marina sua indignação por se encontrar na França à revelia do governo brasileiro e da universidade que não lhe concederam licença para estar naquele país desenvolvendo seu trabalho. Na carta, Ramos anuncia que, ao finalizar o projeto, pediria demissão do cargo na Unesco para não perder sua cátedra na universidade brasileira, "que estava sendo leiloada", conta Luitgarde.

Resistência no IFCS

Após a morte do professor, D. Marina e seus colegas iniciam uma luta para manter a bibliografia de Arthur Ramos nos programas e cursos da Nacional de Filosofia. A professora Luitgarde ingressou na FNFi em 1965 e foi testemunha desta empreitada. Em 1967, D. Marina torna-se diretora do então renomeado IFCS, e estimula os estudos de Josué de Castro, Arthur Ramos e outros pensadores que elaboraram projetos para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Em meio ao processo de perseguição do regime militar, D. Marina e os professores Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Manoel Maurício, Moema Toscano, José Américo Peçanha, Alberto Coelho, Míriam Limoeiro e outros, segundo Luitgarde, foram cassados e afastados do Instituto, pela aplicação do Decreto-Lei 477, em fevereiro de 1969.

Em 1979, a Adufrj foi uma das protagonistas na luta pelo reingresso dos professores cassados. Para a professora Luitgarde, a luta de personalidades como o professor Arthur e D. Marina por uma rede pública de educação foi sendo esmagada, ao longo das últimas décadas não só pelo liberalismo econômico que imperou no mundo e no Brasil, mas também devido a uma profunda mudança na mentalidade da comunidade universitária nos últimos vinte anos. "A Adufrj também ajudou a organizar a luta do IFCS durante a queda da ditadura, pelo reingresso dos cassados. De lá para cá, a cultura do individualismo se instalou e a resistência às políticas liberais não está mais presente. A Adufrj-SSind talvez seja um dos últimos pontos de combate pela autonomia universitária", comenta a professora.

Apagamento da memória

Luitgarde aproveita a oportunidade para denunciar que a página eletrônica do Instituto relata uma 'aposentadoria' da professora Marina de Vasconcellos: "No início dos anos 70, D. Marina Vasconcelos se aposenta mas deixa (sic) uma Área de Antropologia construída por 9 professores sendo (sic) que 7 cursando o mestrado e um com especialização em Antropologia". "Fico espantada como um instituto especializado em memória seja capaz de contar uma história apagando elementos drásticos como este para a política do país, como a cassação de D. Marina. Como os estudantes podem fazer Ciência Política, História da Antropologia, História da Sociologia com uma informação oficial do Instituto que apaga todo os conflitos?".

Luitgarde diz que enquanto D. Marina era viva, os livros de Arthur Ramos eram citados nas bibliografias dos cursos na Unidade. "Quando ele morreu, as indicações de pesquisa na Unesco vão para os professores de São Paulo e para lá também seguem as pesquisas sobre racismo que são orientadas por intelectuais franceses e norte-americanos. No Rio, apenas Costa Pinto integra o projeto Unesco pela FNFi. Arthur Ramos paulatinamente vai sendo retirado da bibliografia das ciências sociais. De 1973 em diante, ele foi praticamente suprimido".

Homenagem na Uerj

Luitgarde Cavalcanti aposentou-se como professora da UFRJ (em regime de 40 horas sem dedicação exclusiva) em 1995 e é docente concursada da Uerj, desde 1984, em regime de 40 horas. Em novembro de 2003 coordenou o evento *Fazendo Ciência, Construindo o Social: centenário de Arthur Ramos e o pensamento brasileiro*, realizado na Uerj. A professora faz questão de registrar a comunicação de um dos convidados, o professor do Museu Nacional, Luiz Fernando Dias Duarte, pesquisador da história das Ciências Sociais no Brasil, que destacou a relevância do trabalho de Arthur Ramos para a ciência social no país.

Luitgarde aproveita para anunciar que, em março, o coordenador do Laboratório Tempo Presente do IFCS, professor Francisco Carlos Teixeira da Silva receberá os calouros de 2004 com atividades e palestra sobre a memória e obra de Arthur Ramos e D. Marina Vasconcellos, morta em fevereiro de 1976. O ano de 2003 marcando o nascimento de Arthur Ramos, registra também a perda em conseqüência da repressão contra as ciências sociais no Brasil, dos catedráticos Josué de Castro e D. Marina Vasconcellos.

Uma tardia, mas necessária homenagem.

Agenda Sindical

26 a 30/1 - III Encontro do Hemisfério de Luta contra a ALCA
Havana (Cuba)

29, 30 e 31/1 - Reunião da Comissão Organizadora do 5º Congresso Nacional de Educação
Rio de Janeiro (RJ)

11 e 12/2 - Seminário sobre Reforma Trabalhista e Sindical (CNESF)
Brasília (DF)

13 e 14/2 – Setor das Federais do Andes-SN
Sede do Andes-SN, Brasília

15/2 – Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

4 a 9/3 23º Congresso do Andes-SN
Salvador (BA)
com o tema: Superávit Fiscal e Déficit Social: Reforma da Educação, Privatização e Arrocho Salarial

Março – 15º Encontro de Formação da CUT Nacional
São Paulo (SP)

29 a 31/7 - 3ª Edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Resenha

Fundações privadas na USP

Em 2003, as 33 fundações ligadas à USP faturaram cerca de R$ 200 milhões e repassaram à universidade apenas R$ 5,8 milhões (2,9% do total), segundo matéria da Folha de S. Paulo (23/01). Os críticos dizem que algumas das fundações deixaram seu papel de interface com o mundo exterior e se transformaram em verdadeiros negócios. No ano passado, foi constituído um grupo de 40 pessoas para elaborar uma proposta de regulamentação dessas entidades. O resultado não agradou a nenhum dos lados e a solução final deverá ser dada pelo Conselho Universitário local, até a metade do ano.

Capes estuda reajuste após anúncio do CNPq

Para acompanhar o reajuste concedido às bolsas do CNPq, a Capes começa a estudar a possibilidade de aumentar o valor de suas bolsas também. A idéia é manter a isonomia do valor das bolsas entre as agências. Após tanto tempo com seus valores congelados, as bolsas do CNPq e Capes acumularam uma grande defasagem. A Associação Nacional dos Pós-graduandos reivindicava um aumento mínimo de 46,95% (Folha Dirigida, 20/01).

Jurídico

Reforma da Previdência em julgamento

Com a promulgação pelo Congresso, emenda constitucional nº 41 já sofre ações nos tribunais

Com a reforma da Previdência promulgada pelo Congresso, a batalha contra os efeitos negativos da emenda constitucional nº 41/03 ganhou um novo espaço: o Judiciário. A Machado Silva Consultoria Jurídica, que presta assessoria a diversos sindicatos de funcionários públicos - entre eles, a Adufrj-SSind -, promoveu um seminário no dia 9 de janeiro sobre a contra-reforma previdenciária. Na reunião, que contou com a presença da diretoria da Seção Sindical, foi avaliado o conteúdo da emenda e também foram pensadas algumas possíveis ações para defender os direitos dos funcionários públicos.

De acordo com a advogada Sayonara Grillo, a estratégia judicial dos sindicatos deverá ser pautada pela questão do equilíbrio atuarial. Segundo ela, já existe jurisprudência no Supremo Tribunal Federal em torno disso: "Se existem novos benefícios, deve haver novas fontes de custeio. Agora (com a reforma), é o inverso: se existem novas fontes de custeio, deve haver novos benefícios", comentou. Além disso, enquanto o governo não providenciar a regulamentação da cobrança dos inativos e dos pensionistas, a assessoria jurídica também utilizará o argumento de ausência de norma específica regulamentando o tema. Outro ponto que deve ser indicado nas eventuais ações, de acordo com a advogada, é o limite estabelecido pela própria Carta Magna ao poder reformador das emendas constitucionais – o parágrafo IV do artigo 60 observa que "não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais". Justamente o que ocorre com a reforma previdenciária.

Duas ações

A assessoria jurídica vai recomendar que cada sindicato entre com dois tipos de ação: a primeira, de caráter coletivo, será relativa à taxação dos aposentados; a segunda, individual, dirá respeito às regras de transição para a aposentadoria. A assessoria esclarece que essa segunda ação é individual porque envolve um grau de risco para o sindicalizado que aderir. "Afinal, trata-se do valor que a pessoa vai receber pelo resto da vida", comentou Sayonara. E, uma vez que o próprio governo ainda não fez todas as regulamentações previstas no texto da emenda constitucional, é necessário analisar caso-a-caso. "Os interessados devem procurar o plantão jurídico", disse. O plantão funciona na sede da Adufrj-SSind (Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200), à tarde, e o professor deve marcar um horário com antecedência junto à secretaria da seção sindical (ver números de contato no expediente desta edição).

Conamp bem fundamentada

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) já ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, duas ações diretas de inconstitucionalidade contra as regras de transição e a taxação dos aposentados, no dia 2 de janeiro. Embora tenha avaliado que a Conamp agiu precipitadamente – seria melhor entrar com ações nos estados antes de levar a situação ao STF -, Sayonara considerou as ADINs bem fundamentadas. Ela acredita que o plenário do Supremo deve julgar a questão no final de fevereiro. "Provavelmente, o Andes-SN e outros sindicatos vão auxiliar na defesa das ações da Conamp e também irão ajuizar ações nos estados", contou.

De fato, um dos encaminhamentos da última reunião do Setor das Federais do Andes-SN (de 17/01) é a interposição de mandados de segurança coletivos com pedidos de liminar nos locais pelas seções sindicais, acompanhando a avaliação dos assessores jurídicos, segundo os quais quem conseguir ganho de causa estará construindo uma cultura jurídica com as liminares favoráveis, influenciando na regulamentação federal da previdência complementar.

Justiça de Salvador

Um indício positivo para essa estratégia de fragmentação da luta judicial é uma decisão de 7 de janeiro, da Justiça Federal de Salvador (BA). O funcionário Wilson José Moreira, de 62 anos, aposentado pelo Ministério da Agricultura, conseguiu uma liminar que impede o desconto de 11% do salário, como prevê a emenda constitucional 41/2003, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É o primeiro mandado concedido após a sanção presidencial da emenda.

Próximos contracheques

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind faz um alerta para os sindicalizados isentos da cobrança de PSS (Plano de Seguridade Social) por já terem cumprido os requisitos para a aposentadoria e continuarem em atividade. O parágrafo 19 do Artigo 40 da Constituição, com a redação dada pelo Artigo 1º da Emenda Constitucional 41/2003 observa que, se o servidor continuar trabalhando nesta situação (até o limite da aposentadoria compulsória), fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária.

Então, nos próximos contracheques, esse servidor em atividade, que não estava descontando a contribuição previdenciária, terá anotado na coluna "débitos" a cobrança de PSS. No entanto, em "créditos", estará recebendo igual valor por algo que designe esse novo "abono" de permanência.

Previdência

Adiada taxação de aposentados

De acordo com matéria do jornal O Dia (20/01), os servidores aposentados terão pelo menos mais um mês sem contribuição previdenciária. Embora a Reforma da Previdência estivesse sendo discutida pelo Congresso Nacional desde o primeiro semestre do ano passado, só agora os advogados da União se deram conta de que a taxação dos aposentados depende de regulamentação para ser aplicada e, por isso, vai atrasar.

O governo deve preparar uma Medida Provisória (MP) para regulamentar a cobrança, que só pode ser iniciada após 90 dias da data de publicação da MP. Se não fosse necessária a regulamentação, a noventena seria contabilizada desde a publicação no Diário Oficial da promulgação da Reforma da Previdência, no dia 30 de dezembro.

"O desconto de contribuição previdenciária dos servidores aposentados vai atingir todos os poderes e todas as esferas, exceto os militares. Mas há uma diferença na incidência da alíquota, que será sempre de 11%. Para servidores da União, o percentual vai incidir sobre a parcela dos vencimentos que ultrapassar R$ 1.440. Nos estados e municípios, para permitir arrecadação maior, a taxação será dos mesmos 11%, mas sobre tudo o que passar de R$ 1.200", diz a matéria.

MP altera também cálculo de benefício

De acordo com o referido jornal, a mesma MP que vai regulamentar a taxação dos aposentados trará as regras para o cálculo da aposentaria de servidores que não tenham direito à integralidade. Até a edição da MP, continua valendo o último salário como referência para o benefício.

UFRJ

UFRJ concedeu 337 aposentadorias em 2003

Deste número, 128 são professores

O receio da reforma da Previdência do governo Lula provocou uma corrida às aposentadorias na universidade. De acordo com números fornecidos pelo pró-reitor de Pessoal, professor Luiz Afonso Mariz, 337 servidores encerraram seus trabalhos na UFRJ em 2003 – 128 professores (veja quadro) e 209 técnico-administrativos. Foram 194 mulheres e 143 homens. Os dados da PR-4 foram fechados em 17 de dezembro último.

A informação obtida junto à pró-reitoria evidencia que a recente autorização do governo para o preenchimento de 118 vagas do quadro permanente da UFRJ sequer servirá para repor as perdas do ano passado – isso sem contar com as aposentadorias que poderão ocorrer até o ingresso dos recém-concursados.

Docentes aposentados em 2003

Professor Adjunto 1	4
Professor Adjunto 2	8
Professor Adjunto 3	6
Professor Adjunto 4	72
Professor Assistente 3	1
Professor Assistente 4	9
Professor de 1º e 2º graus	5
Professor Titular	23
Total	**128**

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 125 • 18 de fevereiro de 2004

Consuni distribui vagas docentes
Página 3

Andes-SN tem proposta para o financiamento das universidades
Página 6

Andes-SN se reune com novo minitro
Página 8

Manuella Soares

AUDIÊNCIA ACONTECEU NO DIA 3/2, NA PRAIA VERMELHA

Adufrj-SSind e reitor defendem autonomia universitária

Para Aloisio e diretoria da Seção Sindical, autonomia é auto-aplicável

No dia 3 de fevereiro, a diretoria da Adufrj-SSind reuniu-se com o reitor da UFRJ Aloisio Teixeira e parte de sua equipe. Estiveram presentes os pró-reitores de Graduação, José Roberto Meyer, e de Patrimônio e Finanças, Joel Teodósio, além do chefe de gabinete do reitor, João Eduardo Fonseca, e do superintendente geral de administração e finanças, Milton Flores. A diretoria apresentou à reitoria da UFRJ as suas preocupações centrais na conjuntura atual: a defesa da universidade pública e gratuita e a oposição ao projeto do governo Lula para a universidade e o ensino públicos, expresso nas reformas universitária e do ensino técnico e tecnológico em curso no país. De sua parte, o reitor manifestou grande preocupação com os rumos sinalizados pelo governo para as universidades públicas.

A diretoria da seção sindical e a reitoria da UFRJ convergiram nos principais pontos avaliados. Foi enfatizada a necessidade da união de todos os que se dedicam à defesa do ensino superior público, elemento essencial para a construção da democracia e da justiça social no país, em torno de princípios básicos capazes de nortear a luta contra o avanço dos interesses privados no setor. É consensual o papel fundamental que o respeito e o aprofundamento do princípio da autonomia universitária desempenham na defesa da universidade pública, e o entendimento de que reduzir a autonomia universitária à simples liberdade de gestão de recursos cada vez mais escassos representa, na prática, o empobrecimento do papel da universidade e o reforço ao argumento governamental que vê a solução para o financiamento da universidade na captação de recursos no setor privado. A autonomia universitária defendida pelo movimento docente e pela reitoria supõe a existência de recursos públicos que garantam o livre exercício do trabalho acadêmico e está intimamente ligada à gestão democrática e à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Continua na página 5

Minerva Assanhada
Carnaval 2004

"O Pau Vai Comer"

Jurandir da Mangueira
Roberto Medronho
César Veneno
Marco França
Roberto Serrão

Abre o seu olho
manda-chuva
o coração do povo
não se engana

bis aqui é nossa casa
não é a casa da mãe joana

afobado come cru...
afobado come cru
não é assim que a banda toca
ajoelhou tem que rezar
ao invés de reformar
tá querendo complicar
a galera só quer estudar
e não tem grana pra gastar
e o sonho de cada dia
é conquistar a nossa autonomia
eu não quero nem saber
se o pau vai comer

bis toma cuidado meu senhor
que a minerva já se assanhou

lá laiá laiá laiá laiá laiá laiá laiá
quero estudar...

O desfile será no dia 21 de fevereiro às 10h na Avenida Rio Branco.
Concentração: a partir das 9 h na esquina da Avenida Rio Branco com a Avenida Presidente Vargas

Adufrj-SSind

Assembléia aprova ação contra contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas

A Assembléia Geral da Adufrj-Ssind, realizada no último dia 10/2, aprovou o ajuizamento de mandado de segurança com o objetivo de evitar a cobrança da contribuição previdenciária de 11% dos docentes aposentados e dos pensionistas. A diretoria da Adufrj-SSind e sua assessoria jurídica empenharam-se em demonstrar aos docentes presentes à Assembléia Geral e comprometeram-se em dar ampla divulgação aos seus sindicalizados sobre as enormes dificuldades identificadas para a aprovação em última instância desta ação judicial. Tal dificuldade deve-se, fundamentalmente, ao dispositivo aprovado na Emenda Constitucional nº 41/03, de 19/12/2003, que tornou legal desde então a contribuição previdenciária.

O mandado de segurança será baseado em alguns princípios jurídicos como: a cobrança dos inativos viola o princípio da retributividade direta, pois não haverá retribuição de benefícios conseqüentes a este recolhimento; implica em dupla contribuição, pois se caracteriza como imposto sobre vencimentos, sobre os quais já incide o Imposto de Renda; tem natureza confiscatória sobre os inativos; viola o equilíbrio atuarial; viola a isonomia tributária, porque não atinge os celetistas; viola o princípio dos direitos adquiridos.

23º Congresso do Andes-SN

A Assembléia Geral tratou das teses e da escolha dos delegados da Adufrj-SSind ao 23º Congresso do Andes-SN. Foram eleitos os seguintes delegados de base: Sara Granemann, Walcyr de Oliveira Barros, Salatiel Menezes dos Santos, José Miguel Bendrao Saldanha, Roberto Leher, Carlos Roberto Strauss Vieira, Vera Salim, Marco Antônio Carneiro Cunha, Leila Rodrigues, Miriam Kaiuca, Antonio Carlos Moraes e Sandra Martins de Souza. Os professores Ellen Martins Castelo Branco, Raquel Goulart Barreto, José Augusto Bisneto, Alejandra Pastorini, Sheila Garcia e José Henrique Sanglard foram eleitos observadores e suplentes de delegado de base, nesta ordem, devendo ser consultados sobre a disponibilidade desta representação.

As posições historicamente defendidas pela Adufrj-SSind orientarão os posicionamentos e votos dos delegados durante o Congresso. Foi convocado para o dia 16/02 seminário de preparação, durante o qual as propostas do Caderno de Textos seriam avaliados diante daquelas posições e, não havendo consenso, a diretoria convocaria nova Assembléia Geral, para deliberação, antes do Congresso. A Adufrj-SSind aprovou ainda como seus delegados à Plenária dos Servidores Públicos Federais os professores Salatiel Menezes e Sara Granemann.

Campanha Salarial

Sobre a Campanha Salarial e os índices de reajuste em pauta na Plenária dos Servidores Públicos Federais, a AG aprovou o índice de reposição emergencial de 50,19%, além dos índices de 127% e 10% para serem trabalhados como índices de denúncia e matéria de negociação com o governo nas mesas de negociação (mais detalhes da Campanha 2004 na página 12 desta edição). No ponto relativo à Reforma Universitária do Governo Lula, foram dados informes do Grupo de Trabalho conjunto da Adufrj, APG, DCE e Sintufrj sobre Política Educacional (GTPE conjunto), que está programando atividades de divulgação, mobilização e debate sobre as ameaças à universidade pública e gratuita presentes no projeto de reforma universitária do governo Lula.

Delegação da Adufrj-SSind estará completa no 23º Congresso

Após a consulta deliberada pela AG, a diretoria da Adufrj-SSind indicou, como delegada da Diretoria ao 23º Congresso do Andes-SN, a professora Ellen Martins Castelo Branco, da EEAN, completando assim os 13 nomes da delegação da Adufrj-SSind.

Cartas

Prezados Srs.

Abismada com mais uma noticia contra a universidade venho perguntar aos senhores, isto é real? Estamos passando por isto mesmo? O que fazer contra isto? O que fazer para parar esta loucura? As indagações dizem respeito a notícia publicada no jornal Adufrj de 12 de janeiro 2004, página 5, assunto reforma universitaria, no setor sobre PEC cria fundo para ensino superior, e onde a deputada Selma Schons prevê uma contribuição social para os graduados e pos-graduados em instituições públicas. Absurdo, somente num pais nas atuais condições, os formados, os estudiosos, os que batalham para melhorar, os que conseguem competir com as vagas e entram numa federal, os que antes eram uma elite no Brasil, não elite em dinheiro, mas em cultura, somente estes são hoje penalizados pagando por ter cultura e formação! Em algum lugar deste país deve estar a Constituição! Em algum lugar deve estar o respeito! Enquanto deputados ganham mais para votar nas reuniões que deveriam ser obrigatórias, pois fazem parte dos seus trabalhos, enquanto até estrangeiros ganham agora oficialmente a "complementação de renda", que por sinal não sei de onde será retirada para ser paga, enquanto o ensino superior vai sendo sucateado, enquanto isto... nós que um dia nos qualificamos e os outros que estão se qualificando ou pretendem, vemos morrer a cada dia os nossos valores, e nos desiludimos ainda mais.

Professora Elenice Correa
Laboratório de Neurobiologia (CCS)

Agenda Sindical

19/2 – Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

4 a 9/3 23º Congresso do ANDES-SN
Salvador (BA)
com o tema: Superávit Fiscal e Déficit Social: Reforma da Educação, Privatização e Arrocho Salarial

Março – 15º Encontro de Formação da CUT Nacional
São Paulo (SP)

29 a 31/7/2004 - 3ª Edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Consuni distribui as 112 vagas docentes

Discussão sobre futuros concursos será pautada em março

Após muitas idas e vindas, a distribuição de 112 vagas docentes finalmente foi decidida pelo Conselho Universitário em sessão extraordinária de 29/01. O Centro de Ciências da Saúde foi aquele que recebeu o maior número de concursos (35), seguido pelo Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (19) e pelo Centro de Tecnologia e o Centro de Letras e Artes (ambos com 18). O Centro de Filosofia e Ciências Humanas ficou com 12 vagas, seguido pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (9) e pelo Fórum de Ciências e Cultura (1). A distribuição por Unidades pode ser conferida no quadro abaixo.

Todos os concursos serão ser feitos para o regime de 40 horas com dedicação exclusiva, salvo em casos de manifesta justificativa da Unidade, que deveria ser apresentada ao Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) – formado pelo reitor, seus pró-reitores, decanos e mais a prefeita universitária - para julgamento, até a primeira semana de fevereiro.

Ainda existe a expectativa de a universidade receber mais seis vagas, conforme previsão anterior do MEC, mas ainda não confirmada em portaria oficial. Esse restante, se confirmado, será distribuído pelo CSCE, que vai seguir duas recomendações das Comissões de Ensino e Títulos e de Desenvolvimento do Consuni: preferir programas que privilegiem a interação entre Unidades e/ou Centros; e destinar as vagas aos cargos mais altos da carreira universitária, à exceção de áreas que ainda não dispõem de pessoal com a titulação necessária.

Base da distribuição

A distribuição do Consuni tomou como base o trabalho feita pela Comissão Extraordinária de Alocação de Vagas (COEAV), formada por integrantes dos colegiados acadêmicos CEG e CEPG (veja matéria na página 4). A diferença essencial foi a transformação para Adjunto de algumas vagas destinadas inicialmente aos cargos de Auxiliar e Assistente. No Consuni, prevaleceu a visão de dotar a universidade de quadros com a maior titulação possível, em vez de formar o professor "dentro de casa", como desejavam alguns representantes do CEG e do CEPG para determinadas áreas.

A dificuldade de encontrar bons candidatos com a titulação necessária em algumas áreas também foi analisada pelo Consuni. Por 14 votos favoráveis, 12 contrários e seis abstenções, foi aprovado o chamado "edital automático". De acordo com este dispositivo, sugerido pelo professor Luiz Cunha (CFCH), se não aparecerem os candidatos com doutorado para o cargo de adjunto ou se ninguém for aprovado no concurso, o mesmo edital prevê o prazo seguinte para o nível imediatamente abaixo na carreira. Segundo Cunha, esse tipo de procedimento impede a perda de tempo em novas reuniões de conselhos departamentais e elaboração de novos editais. O mecanismo ainda depende, no entanto, de um parecer favorável da Procuradoria da Universidade para ser viabilizado.

Titulares e reforma da Previdência

Dentro do propósito de aumentar o grau de titulação da universidade, foi criticado que o número de pleitos atendidos de concursos para Titulares (13) tenha sido inferior ao limite de 20% permitido ao concurso.

Vale ressaltar ainda que o número de concursos autorizados para a UFRJ sequer repõe as elevadas perdas por aposentadorias registradas no ano passado por causa da reforma previdenciária (128, até 17 de dezembro). Isso sem contar outros motivos de redução de pessoal, como morte e invalidez.

Imprecisão dos dados

Em comum, todos os representantes dos conselhos superiores reclamaram da imprecisão dos dados recebidos das Unidades. No Consuni, foi recomendado que a UFRJ deve buscar, "com a maior urgência, a estruturação de uma base de dados sobre sua realidade acadêmica, administrativa e infra-estrutural, que permita um conhecimento consistente e permanentemente atualizado de sua situação real".

Também foi criticado o pouco tempo disponível para efetuar a alocação de vagas. A COEAV foi formada em reunião conjunta CEG/CEPG no dia 16 de janeiro e terminou seus trabalhos no dia 28. As comissões do Consuni analisaram o documento preliminar da COEAV no dia 27 e o definitivo, na tarde do próprio dia 28.

Critérios foram motivo de atritos

Os critérios utilizados para distribuição, tanto da COEAV como no Consuni, foram motivo de atritos entre os conselheiros. Além da imprecisão das informações, alguns representantes apontaram a ausência de outros indicadores que poderiam nortear a distribuição.

Diante das críticas, o reitor Aloisio afirmou que a discussão estratégica para distribuição de vagas na UFRJ deverá ser pautada logo em março, após o recesso dos colegiados, com o objetivo de evitar os atropelos do processo atual. Um parecer do decano do CCJE, Alcino Ferreira, que propunha uma forma alternativa de distribuição, não foi aprovado na reunião do dia 29, mas também poderá ser considerado nos debates futuros sobre o tema.

Duplicidades

Os conselheiros também ressaltaram a existência de duplicidades em locais diferentes da UFRJ que devem ser debatidas a partir de março. O exemplo mais claro citado foi a solicitação de professores para Departamentos da FAU e da EBA que têm o mesmo nome: "Análise e Representação da Forma".

Dois locais sem vaga

Na distribuição final, apenas o recém-criado Instituto do Coração e o Instituto de Economia ficaram sem qualquer vaga. O próprio reitor Aloisio Teixeira, que é do IE, defendeu que o instituto não recebesse uma vaga "nesta rodada" e deslocou a vaga a ele antes destinada para o Observatório do Valongo, que estava zerado na alocação. Os conselheiros decidiram premiar o OV pelo seu crescimento acadêmico nos últimos anos, mesmo com um reduzido quadro docente.

Alocação de vagas docentes

	Assistente	Adjunto	Titular	Total
CCJE				
Direito	0	4	0	4
FACC	1	2	0	3
IPPUR	0	1	0	1
COPPEAD	0	1	0	1
IE	0	0	0	0
Total Centro	**1**	**8**	**0**	**9**
CLA				
Música	2	1	0	3
Letras	1	6	0	7
EBA	1	3	0	4
FAU	1	3	0	4
Total Centro	**5**	**13**	**0**	**18**
CT				
COPPE	0	0	3	3
EQ	0	3	3	6
Politécnica	0	8	0	8

	Assistente	Adjunto	Titular	Total
IMA	0	0	1	1
Total Centro	**0**	**11**	**7**	**8**
FCC				
Museu Nacional	0	1	0	1
Total Centro	**0**	**1**	**0**	**1**
CFCH				
IFCS	0	2	0	2
IP	0	2	0	2
ECO	0	1	0	1
FE	0	6	0	6
ESS	0	1	0	1
Total Centro	**0**	**12**	**0**	**12**
CCS				
Nutrição	0	1	0	1
EEFD	0	5	0	5
EEAN	0	2	0	2
ICB	0	2	1	3

	Assistente	Adjunto	Titular	Total
NESC	0	1	0	1
IBCCF	0	1	1	2
NUTES	0	1	0	1
NPPN	0	1	0	1
Microbiologia	0	2	0	2
Biologia	0	2	0	2
Odontologia	0	4	0	4
Farmácia	0	3	0	3
Medicina	0	4	4	8
Inst. do Coração	0	0	0	0
Total Centro	**0**	**29**	**6**	**35**
CCMN				
Física	0	4	0	4
Geociências	0	4	0	4
Matemática	0	6	0	6
Química	0	4	0	4
Valongo	0	0	10	1
Total Centro	**0**	**19**	**0**	**19**

Colegiados

Anúncio de reforma universitária preocupa Consuni

Reitor comenta mudança de ministro no MEC

A abrupta mudança do ministro da Educação e o anúncio cada vez mais próximo de uma reforma universitária comandada pelo governo Lula trouxeram grande preocupação ao Conselho Universitário. Antes da discussão das vagas docentes (veja matéria na página 3), os conselheiros manifestaram suas opiniões iniciais a respeito do processo que começa a ganhar forma no MEC.

O reitor Aloisio Teixeira comentou que o modo como se deu a mudança na direção do MEC (demissão por telefone) confirma seus temores em relação ao futuro das universidades públicas. Para Aloisio, o fato de se retirar alguém mais ligado à Universidade, como era Cristovam Buarque, para dar o lugar a Tarso Genro parece já "dar concretude" à expressão do ministro da Casa Civil, José Dirceu, "de que o pau vai comer". Aloisio chegou a dizer que a "a temporada não será fácil": "Pessoalmente, já tirei minha armadura do armário e já dei um polimento", brincou.

O representante dos técnico-administrativos, Marcílio Lourenço, por sua vez, disse que já estava "vestido com a armadura" há muito tempo. Ele cobrou que as universidades assumam uma postura mais ofensiva na defesa de seus interesses. Lamentou ainda que, dentro desse processo de resistência, as instituições federais de ensino superior tenham perdido, nos últimos anos, sua autonomia jurídica – as procuradorias universitárias foram transferidas para a esfera da Advocacia-Geral da União.

Kelvin Melo

SESSÃO DE 29 DE JANEIRO

O diretor do IFCS e um dos representantes do CFCH, professor Franklin Trein, disse ter acompanhado um debate sobre reforma universitária promovido pela Seção Sindical dos Docentes da UFF, dois dias antes da reunião do Consuni. Ele sugeriu que a reitoria convidasse os palestrantes daquele evento - a professora Kátia Regina de Souza Lima e o professor da Faculdade de Educação da UFRJ e conselheiro da Adufrj-SSind, Roberto Leher , para uma exposição ao Consuni, após o recesso de fevereiro. "Seria de extrema relevância ouvir ambos ou um e outro para nos dar informações atualizadas", afirmou.

Um dos representantes discentes, Victor Neves convidou os demais conselheiros para acompanhar as discussões do Grupo de Trabalho conjunto das entidades (Adufrj-SSind, DCE, Sintufrj e APG) sobre a reforma universitária. Segundo ele, as universidades devem buscar uma participação bastante ativa no debate, ao longo de 2004. Pelo que observou do trabalho junto ao GT, Victor comentou que as propostas do governo visam a estimular a competitividade entre universidades (por recursos), o que, "na prática, representa a falência do ensino superior". Ele também sugeriu que o Consuni formasse uma comissão para discutir o tema.

Reunião do Conselho de Curadores

Foi anunciado que finalmente ocorreu uma reunião do Conselho de Curadores da UFRJ, no dia 27/01. Este fórum, que não se reunia há anos, tinha sua realização cobrada insistentemente pelo conselheiro Ricardo Tauile.

Resultado de sindicância na Faculdade de Direito

Aloisio distribuiu aos conselheiros o resultado da sindicância aberta no ano passado para apurar supostas irregularidades na Faculdade Nacional de Direito. Segundo ele, o mesmo documento estaria sendo entregue ao Ministério Público, que solicitou o processo. Aloisio pediu que as informações recebidas pelos representantes não viessem a público, por enquanto, mas disse que a questão deverá ser pautada após o recesso do colegiado, em março.

Estudantes ligados ao Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) estiveram novamente no Consuni para protestar contra o diretor Armênio Cruz, daquela Unidade. Um dos coordenadores da entidade estudantil pediu a palavra, mas, sob a alegação da falta de tempo (por causa da discussão das vagas docentes), não lhe foi dada a permissão para se manifestar.

CEG e CEPG discutem concepções de universidade

Na véspera da decisão final do Conselho Universitário (veja matéria na página 3), os colegiados acadêmicos CEG e CEPG também fizeram uma proposta de distribuição de vagas. Além de repetirem as críticas ao processo conturbado deste ano e à imprecisão dos dados disponíveis na UFRJ – assim como fizeram os colegas do Consuni, os conselheiros detiveram-se mais tempo na questão da carreira docente. Foi o que se chamou de discussão entre diferentes "concepções de universidade".

A professora Celuta Sales (CCS - CEPG) foi quem demonstrou mais preocupações com o resultado final do CEG/CEPG que distribuía mais vagas para os níveis de Assistente e Auxiliar. Ela lembrou que os critérios de concessão de bolsas da Capes privilegiam o número de doutores na universidade e lamentou que, num quadro de escassez de concursos, os Adjuntos não fossem preferidos. "Aqui não foi priorizada a pesquisa. A pós-graduação é o cartão de visitas da UFRJ. Assim, não estamos estimulando novos cursos de pós-graduação", afirmou.

O diretor da Faculdade de Educação e representante do CFCH no CEG, professor Marcelo Corrêa e Castro respondeu que "temos que ter a cultura do profissional formado na instituição". Segundo ele e diversos outros conselheiros que se manifestaram sobre o assunto, os docentes que obtêm titulação dentro da própria universidade "vestem mais a camisa da UFRJ". Ele também criticou a política de guiar a distribuição pelos critérios da Capes: "Quem não tem boa nota da Capes, não ganha professor e continua por baixo".

A professora Aracéli Cristina (CCJE – CEPG) também defendeu os Auxiliares na distribuição. "Estou percebendo aqui uma discriminação, como se Auxiliar fosse mau professor ou que venha a diminuir a qualidade de ensino", disse. Ela disparou que muitos doutores podem ser bons para pesquisa, mas não correspondem em sala de aula. E lembrou ainda que a última distribuição da gestão Vilhena privilegiou os cursos com notas 6 e 7 da Capes.

Colegiados

Reitoria detalha sistema de transmissão das sessões colegiadas

Na reunião ordinária do Conselho Universitário de 22 de janeiro, foi distribuída aos conselheiros uma proposta detalhada para "registro e difusão audiovisual" das sessões dos colegiados superiores da UFRJ. O assunto já tinha sido objeto de breve debate no dia 15/01, mas, naquela ocasião, alguns representantes solicitaram informações sobre custos e viabilidade técnica das transmissões, antes de eventual aprovação.

No próprio dia 22/01, no entanto, ocorreu uma palestra do secretário do Ensino Superior do MEC, Carlos Antunes, que não deixou tempo para discussão do documento da reitoria. Com o recesso do Consuni em fevereiro, o tema deverá voltar à pauta apenas em 11 de março.

Pela proposta da administração da universidade, a transmissão deverá ser aprovada em cada conselho superior. Além do Consuni, "proposta análoga será encaminhada oportunamente para apreciação e decisão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG)". A intenção da reitoria é ampliar a transparência da gestão institucional e estimular o aperfeiçoamento do trabalho colegiado, entre outros objetivos.

Três fases de implantação

Em primeiro lugar, as sessões seriam transmitidas para telões instalados em nove locais, nos *campi* da Praia Vermelha e do Fundão (veja quadro). Na segunda fase, as reuniões seriam assistidas "por meio da rede informatizada de comunicação da UFRJ nas Unidades dos dois *campi* a ela já conectadas". Na terceira fase, o acesso às transmissões chegaria às chamadas Unidades isoladas, como a Faculdade de Direito, no centro do Rio.

Se os colegiados assim decidirem, poderá haver também uma retransmissão editada das sessões para o canal universitário da TV a cabo.

Registro

O sistema proposto pela reitoria permite ainda a gravação digital dos dados, que estariam sendo enviados para sua posterior disponibilização na internet em uma página eletrônica a ser desenvolvida pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) e pela equipe da assessoria de comunicação do Gabinete do Reitor.

Equipamento

A Escola de Comunicação já possui os equipamentos necessários à captação e geração de som e imagens e deverá oferecer consultoria técnica e suporte de estagiários para as transmissões. São três câmeras digitais, mesa de áudio, gerador de caracteres, monitores, ilha de edição digital e outros materiais.

Custos

Outros itens complementares para a transmissão, destinados à sonorização e iluminação da sala das sessões colegiadas, custam R$ 15 mil, que seriam financiados por um patrocínio do Banco do Brasil. Não é explicada no texto da reitoria a contrapartida dada ao banco.

Para manutenção do registro e das transmissões com compra, por exemplo, de fitas ou lâmpadas para os refletores, está sendo projetado um custo anual de R$ 12 mil, gasto que seria de responsabilidade da reitoria.

Locais dos telões

Fórum de Ciência e Cultura; auditório do CFCH; no CT (*hall* do bloco A e auditório do bloco C – Oceânica); no CCMN (Salão da Decania e auditório do NCE); no CCS (Auditório do bloco K e Centro de Convivência); no CLA (*hall* do prédio da reitoria).

Observação: a projeção poderá ser feita ainda para qualquer setor da UFRJ que disponha de "conectividade com a rede de dados; microcomputador ligado a Data Show e sistema básico de áudio (amplificador e caixas acústicas)".

Consuni regulamenta sanções aos usuários das bibliotecas

Ainda na sessão de 22/01, foram estabelecidas as sanções que serão aplicadas aos usuários inadimplentes das bibliotecas da UFRJ. Quem não devolver um livro no prazo determinado não poderá pedir novo empréstimo até regularizar sua situação.

O aluno inadimplente não poderá inscrever-se em disciplinas, nem receberá o certificado de conclusão dos cursos de graduação e pós-graduação. Também não conseguirá trancar matrícula ou transferir-se de curso até pôr-se em dia com suas obrigações.

Aos usuários docentes ou técnico-administrativos inadimplentes, que não regularizarem sua situação em um prazo de seis meses, serão aplicadas as sanções previstas na lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico Único), em seu Título IV, do Regime Disciplinar. Essa medida foi adotada para garantir a isonomia no tratamento dado aos servidores e alunos. A maioria dos conselheiros entendeu que a não-devolução dos livros constituiria um descumprimento do dever do servidor de zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.

No caso de extravio da obra, o usuário deverá repor o volume ou, se esgotada, substituí-la por outro livro do mesmo assunto, de valor equivalente, de acordo com a coordenação da biblioteca.

Multas

As multas a serem aplicadas pelas bibliotecas serão estabelecidas por tabela definida pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva – o que deve ocorrer em março, após o recesso dos colegiados. E a resolução com essas medidas só entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da UFRJ.

Os representantes discentes presentes ao Consuni discordaram da cobrança de multas aos alunos inadimplentes por entenderem que o dispositivo rompia com o princípio da universidade pública e gratuita, mas não conseguiram convencer os demais conselheiros. "Não se pode confundir taxa com multa. Multas são utilizadas para punir comportamentos anti-sociais", disse o decano do CLA, Carlos Tannus.

Os estudantes também foram contrários à proibição em inscrição de disciplinas, no caso de inadimplência, mas venceu o argumento de outros conselheiros de que seria pior deixar para resolver esse tipo de situação no fim do curso.

Só penalidades não resolvem

Não nos opomos, em princípio, à aplicação de sanções pelo descumprimento de normas estabelecidas democraticamente, mas somos contrários a que estas sanções se traduzam necessariamente em multas pecuniárias, pois estas atingem de forma mais dura as pessoas que têm renda mais baixa e que, por este motivo, têm, em geral, mais necessidade de serviços públicos e gratuitos. Também nos opomos a que a aplicação das demais sanções, como a proibição de atos acadêmicos e novos empréstimos, decorra imediatamente do conteúdo dos registros informatizados, transferindo ao usuário o ônus da prova de adimplência em caso de erros nesses registros, como ocorre por vezes nas bibliotecas da UFRJ, o que impõe graves, injustos e possivelmente irreparáveis prejuízos aos usuários, principalmente aos estudantes. Além disso, gostaríamos que a preocupação com as sanções aos usuários inadimplentes viesse acompanhada de melhorias nos serviços das bibliotecas, em especial a atualização dos acervos, a ampliação dos horários de funcionamento, procedimentos alternativos para a devolução dos livros etc.

Diretoria da Adufrj-SSind

Continuação da capa

Um ponto fundamental de convergência nas avaliações da reitoria e do movimento foi a compreensão de que a garantia legal da autonomia universitária deve restringir-se à Constituição Federal, com destaque para o seu artigo 207, sendo necessária a revogação da legislação infraconstitucional que, a pretexto de regulamentá-la, na verdade limita o seu exercício.

Outra dimensão da autonomia, destacada pelos representantes do movimento docente, é a preservação da independência do sindicato em relação às administrações universitárias, aos partidos, aos governos e aos credos religiosos, que não pode ser vista, no entanto, como impedimento ao trabalho conjunto com aquelas instâncias e com os demais movimentos sociais, desde que preservados os espaços próprios de debate e deliberação democráticos.

Uma das preocupações enfatizadas pelo reitor Aloísio Teixeira, ao tecer as suas considerações sobre a reforma universitária, foi a forma fragmentada como a discussão da universidade tem sido apresentada pelo atual governo, que, a seu ver, dificulta o debate sobre a questão central que é o papel da universidade pública na sociedade brasileira. O reitor e a sua equipe manifestaram firme disposição em desenvolver uma defesa conjunta (Andifes, Andes-SN, Fasubra, Une e Sociedades Científicas) da universidade pública brasileira que, na concepção de Aloisio Teixeira, diz respeito, em última instância, ao projeto civilizatório que este país pretende assumir no presente e no futuro.

A diretoria da Adufrj-SSind manifestou a sua preocupação com o funcionamento democrático dos colegiados da UFRJ, comprometido em vários aspectos, como, por exemplo, a realização de eleições para representantes docentes em período de férias e/ou com pouca divulgação, como está acontecendo na eleição para representante de professores adjuntos do Centro de Tecnologia no Conselho Universitário, e a situação da CPPD, cujos membros estão todos com os mandatos vencidos desde julho do ano passado. O reitor lembrou que a responsabilidade da eleição para o Consuni é do Centro, e não da reitoria, e afirmou que os mandatos da CPPD serão tratados no início do próximo semestre letivo.

Ao final do encontro foram agendadas outras reuniões entre a seção sindical e órgãos da reitoria, especificamente dedicadas a questões de natureza operacional e trabalhista, como a execução de ações judiciais, progressões funcionais de docentes, condições de trabalho, concursos e outros.

Reforma Universitária

Andes-SN tem proposta para o financiamento das universidades

Sem garantia de recursos públicos, autonomia financeira pode ser cilada para instituições

Apesar da substituição do ministro Cristovam Buarque pelo ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, a reforma universitária do governo Lula continua a ter como referência o documento do Grupo Interministerial composto por integrantes da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência e pelos ex-dirigentes dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Vale lembrar que este é único documento do governo apresentado até o momento sobre a reforma. O grupo interministerial ressalta a necessidade de uma reforma centrada na autonomia financeira e de gestão das instituições públicas de ensino superior. Assim como nas reformas universitárias anunciadas desde os governos militares, passando pelos neoliberais Collor e Fernando Henrique Cardoso, a reforma da equipe de Lula propõe como solução para o sucateamento das instituições (promovido por estes mesmos governos) um orçamento global, com pactos de gestão e possibilidade de remanejamento de recursos de acordo com a vontade dos dirigentes. Esta fórmula tem como pano de fundo a idéia de que é no mercado ou no setor privado que as instituições públicas irão conseguir recursos que suplantem a falta de previsão orçamentária adequada no Orçamento da União.

Nesta empreitada governista para aprovar mais uma reforma que os governos liberais não conseguiram anteriormente, o deputado petista Eduardo Valverde se antecipou e apresentou, em 13 de dezembro passado, seu Projeto de Lei Complementar 118/2003, que institui uma lei orgânica da autonomia universitária. No capítulo referente à autonomia financeira, é assegurada à Universidade o remanejamento de recursos oriundos do Estado e de receitas próprias, "inclusive de rendimentos de capital, entre rubricas, programas ou categorias de despesas". Pelo PLP 118/03, as universidades públicas também poderão estabelecer cooperação financeira com entidades privadas, além de receberem "heranças, doações e legados".

Histórico do sucateamento

O tema financiamento é somente parte da discussão que envolve a autonomia das universidades públicas. A Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira dedica um capítulo ao tema e, na introdução, faz um resgate histórico das tentativas de privatização da universidade pública no Brasil, desde o início dos anos 1980. De acordo com o Sindicato, os anos de neoliberalismo provocaram não apenas um "corrosivo achatamento salarial", mas também uma queda das verbas para Outros Custeios e Capital da ordem de 38,50% do total de recursos destinados às federais, em 1973, para um percentual médio de 13% nos últimos oito anos, "provocando, assim, o mais alto nível de deterioração e sucateamento já registrado na história das universidades".

A Proposta registra, ainda, que, desde 1988, os governos ignoram o preceito constitucional de que, no mínimo, 25% da arrecadação do Estado com impostos deveriam ser gastos com o desenvolvimento e a manutenção do ensino (art. 212 da Constituição Federal).

Em 1979 e 1980, o movimento docente conseguiu barrar três tentativas do governo militar para transformar as instituições federais de ensino superior públicas de autarquias para fundações de direito privado . Em 1982, em resposta às mobilizações da Associação Nacional dos Docentes (mais tarde transformada em Sindicato Nacional), a ministra Esther de Figueiredo Ferraz publicou os Avisos Ministeriais 473 e 474, que propunham a implantação do 'Orçamento Global', com a intenção de estabelecer um valor máximo para gastos de pessoal, custeios e capital. Esta concepção de orçamento global vem, desde este período, encantando alguns dirigentes e escamoteando a proposta de desresponsabilização do Estado com o ensino superior público. A lógica do Orçamento Global, nos moldes neoliberais, é a mesma dos que hoje defendem a autonomia financeira na perspectiva do atual governo: com um montante definido de recursos, ainda que insuficiente, as direções universitárias poderiam estabelecer seus próprios limites de gastos e suas prioridades, buscando na iniciativa privada parcerias para complementação de seus orçamentos internos.

É sempre bom lembrar que estas propostas de "orçamento global", "autonomia financeira" (ou outro nome que venha a ser adotado pelos defensores desta reforma anunciada) não estão desvinculadas de outras reformas no âmbito do aparelho do Estado. A reforma da previdência, aprovada no final do ano passado, também tem a ver com as alterações propostas para as universidades. Com a perda de direitos de aposentadoria dos servidores e com a eventual aprovação de um projeto de Emprego Público - onde os futuros docentes e técnico-administrativos poderiam ser contratados pelas regras da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) - associadas à "autonomia financeira", as administrações poderiam estabelecer carreiras próprias e contratar ou demitir de acordo com as suas 'metas' de 'eficiência' e 'produtividade'. Salta aos olhos, então, a perda de autonomia didático-científica que está embutida na propalada autonomia.

Modelo privatista já vem sendo implementado em alguma Unidades

Em recente seminário realizado pelos movimentos da UFRJ sobre a Reforma Universitária do governo Lula, a professora do Programa de Engenharia Química, Vera Salim, lembrou que o modelo de universidade proposto pelo atual governo já existe em diferentes Unidades da universidade. "A Coppe, especialmente, é exemplo claro da implantação deste modelo, na medida em que vem levando a efeito uma ampla captação de recursos no mercado e, para usar a linguagem dos que defendem este projeto de universidade: 'presta serviços à sociedade'".

Para a professora, em uma primeira análise, este modelo poderia ser considerado correto, uma vez que permite a implementação de excelentes laboratórios, salas de aula e instalações modernas. Mas, Vera alerta para o empresáriamento que se instala com a necessidade da 'captação' de recursos. "Cabe analisar este modelo sob parâmetros mais amplos, centrados no lugar estratégico da universidade na sociedade em que está inserida. Sob tal ótica, o que vamos inevitavelmente observar em futuro próximo são professores transformados em "empreendedores", as salas de aulas transfiguradas em empresas juniores, alunos

em micro-empresários e linhas de pesquisa, teses e conhecimento, tudo isso, em mercadoria", alerta.

Quando se fala em 'parcerias' ou 'captação de recursos privados', muitos consideram, ainda que num primeiro momento, a idéia de conseguir verba extra-orçamentária um 'bom negócio' para a instituição. O que é pouco comentado é que as prestações de serviço implicam, necessariamente, em desvio de parte considerável da capacidade de recursos humanos e materiais para projetos ligados a interesses privados, afastando-os do atendimento das necessidades do ensino, pesquisa e extensão gerados pela própria universidade.

Proposta do Andes-SN

Para os que, como Vera, acreditam que a universidade pública deve estar estruturada com base em um modelo voltado para a construção de uma sociedade mais justa e com verdadeira autonomia didático-científica, totalmente desatrelada do mercado, uma proposta a ser levada em consideração é, sem dúvida, a do Sindicato Nacional. Para o financiamento da Universidade, o Andes-SN propõe, entre outras medidas, que o Estado financie o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas, destinando-lhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do Orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim.

O Sindicato defende ainda uma 'dotação orçamentária global' que, longe de ser a mesma coisa que o 'orçamento global', deve ser entendida como um "instrumento garantidor da manutenção da responsabilidade do Estado para com a educação pública e gratuita". Nesta perspectiva, o movimento docente defende um planejamento democrático e participativo dos recursos desta dotação, "tanto no âmbito de cada instituição, como no processo mais global de planejamento educacional".

Para o Andes-SN, a implantação desta dotação orçamentária global deve garantir que os recursos definidos "sejam automaticamente suplementados de forma a compensar possíveis desvalorizações monetárias ao longo do exercício financeiro". Os recursos destinados a Pessoal e Encargos também devem ser suplementados automaticamente "de maneira a atender a eventuais reajustes e/ou aumentos salariais, bem como para a expansão e/o reposição de quadros subordinados ao planejamento elaborado pelas IES. Este conjunto de garantias que dizem respeito à suplementação e ao planejamento participativo e democrático serviria para que o resultado da adoção de uma dotação orçamentária global para cada IFE não significasse a busca de recursos na iniciativa privada. A suplementação também garante que não sejam efetuados pagamentos de despesas de consumo e investimentos às custas de uma 'economia' obtida com o arrocho salarial de docentes e técnico-administrativos.

Reforma Universitária

Manuella Soares

LUIZ CARLOS LUCAS FALA PARA CERCA DE 60 PESSOAS, EM SEMINÁRIO REALIZADO NA FLUMINENSE

Movimentos da UFF fazem seminário sobre reforma universitária

Presidente do Andes-SN comenta documento interministerial do governo

No último dia 6, os movimentos universitários da Universidade Federal Fluminense promoveram mais um debate sobre a proposta de autonomia universitária anunciada pelo governo Lula. Assim como na UFRJ, as entidades representativas dos estudantes (DCE), professores (Aduff-SSind) e técnico-administrativos (Sintuff) constituíram um Grupo de Trabalho conjunto sobre Política Educacional. O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, e a coordenadora da Fasubra Sindical Graça Freire participaram como debatedores. Estavam previstas também as participações da presidente da Andifes, Wrana Panizzi, e do representante da UNE Geraldo Villar. A professora e o estudante justificaram a ausência alegando outros compromissos.

Para Luiz Lucas, a reforma universitária anunciada é mais uma tentativa de implementação de uma reforma mais ampla: a do aparelho do Estado. Segundo o presidente do Andes-SN, a reforma esboçada no documento interministerial do governo traz embutida a idéia da transformação da Educação em serviço, deixando de ser um direito do cidadão como um dever do Estado, tal como foi feito com a previdência social. "O que nós encontramos, hoje, na proposta da chamada reforma universitária segue exatamente a mesma lógica daquilo que há pouco se começou a materializar do que diz respeito à reforma da previdência".

De acordo com o professor, não há como não comparar este modelo de reforma com o receituário dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional. "A lógica presente no documento é a da retirada do Estado, de avanço do mercado, de tal modo que se tenha cada vez menos direitos e cada vez mais simplesmente a condição de se obter os recursos necessários à própria sobrevivência no mercado, através de serviços que anteriormente eram considerados como sendo decorrência da existência de determinados sujeitos sociais"

Quanto ao documento interministerial, Lucas reclamou de sua apresentação como texto pronto e da falta de diálogo do governo com as instituições e com as entidades representativas dos segmentos universitários. Seu temor é que o projeto do governo chegue ao Congresso Nacional sem a necessária discussão com as entidades, tal como ocorreu com a reforma previdenciária.

O problema não está no diagnóstico, mas na cura

Lucas reconheceu que o diagnóstico feito pelos ministérios quanto à falência e ao estado de sucateamento das universidades "é bastante razoável", mas nada mais é do que uma constatação da realidade vivida diariamente pela comunidade. "O problema é que a partir deste diagnóstico que corresponde mais ou menos aos fatos, nós encontramos uma série de terapias que são absolutamente indefensáveis".

Lucas se referiu ao fato de o governo sugerir uma proposta de aumento emergencial de recursos públicos das universidades e ao mesmo tempo propor uma expansão do número de vagas com o aumento da relação de professores-alunos de 12% para 18%, "o que significaria claro aumento do número das turmas nas salas de aula e o aumento da permanência do docente em sala de aula".

"Para inglês ver"

Lucas chama atenção, ainda, para os dados contraditórios contidos no texto em relação ao financiamento das instituições. "Num mesmo documento, se propõe um aumento de recursos da ordem de R$ 1 bilhão para 2004 e este mesmo documento reconhece que o que foi proposto pelo MEC para o orçamento deste ano já foi cortado em, no mínimo, R$ 200 milhões, no que diz respeito à manutenção". Para o professor, é incoerente que o governo reconheça que os recursos são insuficientes, que não serão concedidos nem mesmo os R$ 200 milhões de manutenção e, "ao mesmo tempo, se propõe que haverá um aumento, a partir deste ano (sem contar que o orçamento de 2004 já foi decidido no Congresso), de cerca de R$ 1 bilhão". "Não conheço nada mais adequado para esta situação do que a expressão: para inglês ver", brincou. Na opinião de Lucas, este esquema demonstra que a expectativa do governo é de que as universidade aumentem a captação de recursos na iniciativa privada para fechar esta e outras contas.

Reforma Universitária

Ministro faz reunião com Andes-SN em seu primeiro dia

No mesmo dia de sua posse (27/1), o novo ministro da Educação, Tarso Genro, convidou o Andes-SN para uma reunião em seu gabinete. O Sindicato foi representado pelo presidente Luiz Carlos Lucas e pelos diretores Ceres Maria Torres e Maria Cristina Miranda. De acordo com o relatório do encontro produzido pela diretoria do Sindicato, foi uma primeira reunião, sem pauta prédeterminada, na qual o ministro afirmou sua disposição para dialogar com todas as entidades relevantes na área educacional do país, e que o Andes-SN deverá ser uma voz necessária nesse debate".

Questionado sobre a reforma universitária, Tarso disse que pretende considerar as posições das entidades e que conhece a proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira. Os diretores do Sindicato reafirmaram sua disposição para a interlocução com o MEC, apesar das inúmeras solicitações de audiência não atendidas.

Os docentes também ressaltaram a necessidade da instalação de uma mesa setorial de negociação entre as entidades do setor e o Mistério para encaminhar questões específicas dos servidores da Educação.

Para Lucas, o encontro "protocolar", sinaliza a intenção do ministro de interlocução com o Andes-SN, mas não garante que efetivamente haja negociação por parte deste ministério. "Acredito que vai haver um diálogo mais objetivo com o novo ministro. Mas não devemos esquecer que ele (Tarso) faz parte de um governo que insiste em manter a taxa de superávit primário em 4,5% do PIB".

A avaliação do Andes-SN é de que o que se configura com a proposta de reforma universitária do governo, sinalizada no relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, no qual o MEC tem um papel secundário, é a transferência de responsabilidades do Estado para o Setor privado e a conseqüente perda de qualidade da universidade pública. Um exemplo disto é a proposta de "estatização" de 300 mil vagas das instituições privadas em 5 anos, desviando portanto verbas que deveriam ser destinadas a uma real expansão com qualidade da universidade pública.

Roberto Barroso/Agência Brasil

TARSO GENRO RECEBE DE LUIZ LUCAS A PROPOSTA DO ANDES-SN PARA A UNIVERSIDADE

Governo libera verba para particulares

Nem esperaram a reforma universitária de Lula. O escoamento dos recursos públicos para as instituições privadas de ensino superior já começou. O presidente do BNDES e ex-reitor da UFRJ, Carlos Lessa, anunciou a concessão do primeiro financiamento para uma instituição privada. A reportagem do jornal da Adufrj-SSind confirmou com a assessoria de comunicação do Banco que serão liberados R$ 4,56 milhões para o Centro Universitário Univates, da Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social. O financiamento tem carência de 24 meses e oito anos para amortização. A taxa de juros é a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) de 10% ao ano, mais uma remuneração bancária (spread) de 1%/ano.

De acordo com uma nota publicada no jornal Folha Dirigida, de 5/01/04, o "O banco vai destinar R$ 4,6 milhões à ampliação do Centro Universitário Univates. Serão construídos dois prédios de salas de aula no *campus* de Lajado, sua principal sede, e de Encantado, ambos no Rio Grande do Sul". Os recursos são do Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior e eqüivalem a 80% dos investimentos totais do Centro. É dinheiro também para comprar móveis, equipamentos de informática e livros.

Enquanto isso, nas universidades públicas...

Resenha

Mais privatização...

O novo ministro da Educação, Tarso Genro, anunciou que vai criar vagas 'públicas' nas instituições privadas de ensino superior. Em matéria de O Globo, de 6/02/04, o ministro disse que vai aproveitar as vagas ociosas das particulares para suprir a demanda das universidades públicas. Na mesma nota, o jornal anuncia a intenção de Tarso de alterar a medida provisória que criou o Sinapes – Sistema Nacional de Avaliação para o Progresso do Ensino Superior. A idéia do ministro é estabelecer critérios "mais objetivos" de avaliação. Leia-se: volta do Provão e do ranqueamento dos cursos.

Dívida pública pode passar de R$ 1 trilhão

Em 2004, a dívida pública brasileira poderá alcançar a cifra de R$ 1,15 trilhão, um crescimento de 19% em relação ao ano passado. A matéria é de O Globo (6/2/04). Segundo o jornal, parte deste crescimento deve-se ao "colchão de liquidez que o Tesouro pretende formar para administrar com tranqüilidade os humores do mercado". Trata-se, na verdade, da emissão de novos títulos da dívida pelo governo e a da rolagem da dívida externa em sintonia com os acordos feitos com o FMI e a manutenção do superávit fiscal. "Pelas projeções, o Tesouro Nacional precisará refinanciar R$ 252.9 bilhões em dívida interna e externa de um total de R$ 310,2 bilhões que vencem este ano". Mais dívida, mais pagamento de juros, mais arrocho e desemprego.

Servidores do INSS em greve

Depois da greve dos peritos da Previdência, os servidores do INSS estão marcando uma nova paralisação para a Segunda quinzena de março. A decisão foi tomada em plenária da Federação Nacional dos Servidores da Previdência Social (Fenaspes) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde e Previdência Social (CNTSS), no dia 7/2, em Brasília, com a presença de 200 delegados. Os servidores param porque o governo não cumpriu o acordo firmado entre os trabalhadores e o ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. A matéria é do O Estado de S. Paulo, de 12/2/04. "Pelo o acordo, o governo ficou de enviar ao Congresso projeto de lei sobre a reestruturação da carreira previdenciária, aprovado por uma assembléia da categoria", diz o Estadão.

Movimento

Entidades debatem participação no Fórum Estadual

Ao final do I Congresso Estadual de Educação (Coed), em novembro de 2002, deveria ter sido instalado o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, congregando as entidades do estado do Rio de Janeiro que lutam pela educação pública, em todos os níveis e para todo o conjunto da população. Mas somente às vésperas da realização do II Coed, previsto inicialmente para acontecer em março deste ano, a coordenação provisória do Fórum chamou uma plenária para sua instalação oficial.

Se no primeiro Coed, a tônica foi a disposição dos movimentos em construir um Plano Estadual de Educação e enfrentar um então próximo governo Rosinha Garotinho, a organização do segundo Congresso, conta com a participação maciça de organizações não governamentais, entidades ligadas aos empresários do ensino e será patrocinado nada menos do que pela equipe da atual governadora.

As preocupações quanto à construção deste II Coed, foram tema da pauta da última reunião do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública realizado na sede da Adufrj-SSind, no Rio. A reunião do Fórum Nacional aconteceu nos dias 29, 30 e 31 de janeiro. Na manhã do dia 30, houve um encontro dos integrantes do Fórum Nacional com representantes de entidades nacionais e do Rio, entre elas, o Andes-SN e suas seções sindicais, a Fasubra, Sinasefe, Contee, Seção Sindical dos Docentes do Pedro II (Sindscope) e estudantes representantes de DCE e de diversas Executivas Nacionais de Cursos. A diretora do Andes-SN e integrante da Secretaria Executiva do Fórum Nacional, Vera Jacob, explicou que a reunião foi transferida para o Rio como uma tentativa de ajudar as entidades fluminenses a instalar definitivamente o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública . "O Fórum é constituído por consenso em uma reunião de entidades que assinam uma carta de princípios. Não vai haver consenso se houver entidades representantes do setor patronal ou do governo neste Fórum ou na organização do Congresso".

No dia 5 de fevereiro, as entidades do Rio que participaram da reunião com o Fórum Nacional realizaram outro encontro, desta vez na sede da Secretaria Regional Rio do Andes-SN com o intuito de marcar uma plenária para constituir formalmente o Fórum Estadual. Os representantes da coordenação do Fórum Permanente foram convidados. Alexandre Arrais, um dos coordenadores deste Fórum disse que já havia convocado uma Plenária aconteceria no dia 16/1, no auditório do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação. Na convocação apresentada por ele, não havia como ponto de pauta a constituição do Fórum Estadual. Os representantes presentes na reunião na sede da Regional do Andes-SN solicitaram que este ponto fosse incluído.

Arrais, que também representa a ONG Action Aid do Brasil e o Comitê Rio da Campanha Nacional pelo direito à Educação, chegou a afirmar que não reconhecia a reunião das entidades com o FNDEP, nem seus encaminhamentos. Na manhã do dia 16/2, as entidades incluiram como ponto de pauta na plenária convocada pelo Fórum Permanente a discussão sobre a instalação do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (veja matéria no quadro abaixo).

Fórum é das entidades que defendem a educação pública

De acordo com a vice-presidente da Regional Rio do Andes-SN, Janete Luzia, o problema da organização do II Coed está na falta de um Fórum legitimamente constituído com uma carta de princípios que congregue todos os movimentos que realmente defendam a escola pública. "Quando nós recebemos o documento da organização do II Coed, (através de terceiros) que deveria ser feita também pelo Fórum Estadual, estranhamos o fato de o Andes-SN que é uma das entidades que compõe o Fórum Nacional não ter sido convidado".

A diretora da Aduff-SSind e do Andes-SN, Gelta Ramos, acompanhou algumas reuniões da organização do II Coed e disse ter ficado assustada com a quantidade de ONG´s e de representantes do setor privado. "Temos que fazer uma reflexão sobre o que significa a organização de um Plano Estadual de Educação. Temos que lembrar a força que tem um Congresso, como os eventos dos Congressos das Entidades de Bases, no período militar. É uma responsabilidade muito grande das entidades decidirem sobre o formato do Fórum Estadual em Defesa da Escola. Às reitorias das universidades estão envolvidas nestes Fórum à revelia dos movimentos, por exemplo", criticou.

Entidades realizam primeira plenária para organização do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública

Com a participação da representante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Marília Washington, as entidades e movimentos do Rio realizaram no último dia 16/2, a primeira plenária de organização do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública. Após muitas discussões e críticas dos presentes à condução do processo de organização do II Congresso Estadual de Educação (Coed) pela coordenação do Fórum Permanente em Defesa da Escola Pública, foi marcada uma Plenária para o dia 15 de março às 14 horas, em local a ser definido para instalação oficial do FEDEP.

Na ocasião, as entidades que compuserem o Fórum assinarão a declaração de princípios e finalidades do FNDEP. A carta de princípios do fórum defende intransigentemente a escola pública, gratuita e de qualidade, com padrão de qualidade socialmente referenciado estabelecida como na Constituição de 1988, como um direito de todos e um dever do Estado.

Na reunião que ocorreu na sede do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), os coordenadores do Fórum Permanente esclareceram para os presentes o processo de construção do Fórum Permanente, estabelecido ao final do I Coed, em novembro de 2002. Marília lembrou que o Congresso Estadual nada tem a ver com a criação do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pú blica, que é a organização do Fórum Nacional no estado e deve congregar as entidades que compõem a instância nacional. Vários representantes dos movimentos docente e estudantil presentes questionaram a participação de entidades patronais e algumas ONG's no Fórum Permanente.

Ao final, foi decidido que o dia 15/3 será a data oficial da formação do FEDEP. As entidades presentes à Plenária e que assinarem a declaração de princípios do Fórum farão parte de sua coordenação, tal como acontece na organização do Fórum Nacional.

Retrospectiva

Novembro de 2002 – Realização do I Congresso Estadual de Educação. Após a realização do I Coed foi instituído um Fórum Permanente em Defesa da Escola Pública, sob a coordenação 'provisória' do representante da ONG Action Aid, Alexandre Arrais, Gesa Linhares Corrêa (CNTE), José Luiz Antunes (ANFOPE) e Sérgio Aurnheimer (SEPE/RJ).

Após a eleição do governo Rosinha, a coordenação provisória deste Fórum passou a realizar audiências com a Secretaria Estadual de Educação e definiu uma série de encaminhamentos para a realização do II Coed, sem que o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública fosse definitivamente formalizado com a participação efetiva dos sindicatos, seções sindicais e entidades estudantis do Rio que tradicionalmente compõem as frentes em defesa da Educação e da escola pública.

Maio de 2003 – Alexandre Arrais encaminha em nome da Coordenação Provisória do Fórum Permanente em Defesa da Escola Pública do Estado do Rio de Janeiro um ofício à Secretaria Executiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública relatando que, desde agosto de 2002, "mais de 40 entidades" vinham se reunindo e debatendo a organização do Fórum Permanente no estado e solicitando sua integração, a partir daquele momento, ao FNDEP. Entre as entidades que compunham o Fórum Permanente do estado, constavam diversas ONGs, sindicato de estabelecimento de ensino privado e as universidades do Rio. As seções sindicais do Andes-SN, diretórios de estudantes e demais entidades do setor de educação não apareciam na listagem enviada ao FNEDP.

Junho de 2003 – Em mensagem à lista de participantes do Fórum Permanente, o coordenador provisório convoca algumas entidades e integrantes de uma listagem eletrônica para uma reunião sobre encaminhamentos a serem tomados para a realização do II Coed. Desta vez, a coordenação provisória já denomina o fórum como Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública do Estado do Rio de Janeiro (não mais Fórum Permanente). Nesta ocasião, a Regional Rio do Andes-SN enviou mensagem a Arrais solicitando a inclusão formal da entidade e de suas SSind na lista de recebimento das convocações para as reuniões do Fórum.

Agosto de 2003 - a Secretaria Estadual de Educação convoca uma Comissão para a elaboração do Plano Estadual de Educação, através da resolução 4.604, publicada no Diário Oficial, em 5 de agosto. Nesta resolução, a Secretaria nomeia 26 integrantes representantes de ONGS, sindicatos patronais, e universidades. Na ocasião, a coordenação provisória do Fórum Permanente passou a responder indevidamente como o Fórum em Defesa da Escola Pública e protocolou ofício à SEE solicitando a ampliação da tal comissão do PEE.

Setembro de 2003 - No relatório de atividades encaminhado em setembro pelo próprio Alexandre Arrais à lista de participantes do Fórum Permanente, é reconhecido que, na organização do II Coed, está prevista a participação e entidades como a Firjan e o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. Até este momento, o Fórum Estadual não havia sido formalmente constituído.

Janeiro de 2004 – A pedido de algumas entidades, sindicatos e movimentos do setor de educação do estado, a Secretaria Executiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública transfere reunião que aconteceria em Brasília para o Rio de Janeiro. As entidades presentes tinham dúvidas quanto à participação na organização do II Coed. No encontro que aconteceu em 30 de janeiro, na sede da Adufrj-SSind, ficou definido que as entidades fariam uma outra reunião, convidando a coordenação provisória do Fórum Estadual com o objetivo de organizar uma plenária para formalizá-lo, assinar a carta de princípios do Fórum Nacional e eleger uma coordenação efetiva para o fórum.

Fevereiro – Em 5 de fevereiro é realizada uma reunião com as entidades do Rio e a presença dos coordenadores provisórios do Fórum Permanente, Alexandre Arrais e Gesa Linhares Corrêa. Estes comunicaram aos presente que não reconheciam a última reunião do FNDEP com as entidade do Rio e nem seus encaminhamentos, convocando uma Plenária para o dia 16/02 às 10h, dia e horário notoriamente inconvenientes para entidades sindicais e estudantis.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

A derrota anunciada dos sindicatos alemães

Udo Rehfeldt*

A crise do sindicalismo alemão se reflete nos baixos índices de adesão e na dificuldade de mobilização. Mas as raízes dela são mais profundas – se assentam na ruptura com as bases do Estado social-democrata

No início de 2003,o sindicalismo alemão entrou numa crise sem precedentes, que diminuiu sua influência política. Ela define uma ruptura do consenso fundador do sistema social alemão ao qual aderiam tradicionalmente os sindicatos, o patronato e os grandes partidos políticos, seja o partido social-democrata (SPD) ou o partido democrata-cristão, ligado ao movimento operário católico. Este consenso repousava sobre três pilares. O primeiro é o Estado-Providência, fundado por Otto Von Bismarck no século XIX e depois consolidado pelos governos democrata-cristãos nos anos 50. O segundo, "a autonomia coletiva", se constitui em um sistema de negociação coletiva no nível dos ramos profissionais, criado no início do século XX, cuja autonomia é plenamente reconhecida pelo Estado depois da Segunda Guerra Mundial. E, por fim, no sistema de "codeterminação", nos estabelecimentos e empresas, conhecido na França pelo nome de "co-gestão", concedido ao movimento sindical pelos governos democrata-cristãos no decorrer dos anos 50 e reforçado por um governo social-democrata nos anos 70. Estes direitos se exercem principalmente nos conselhos de empresa e também nos conselhos de controle das grandes empresas.

Atualmente, o primeiro pilar é submetido a fortes ataques, que vêm do patronato, dos partidos democrata-cristãos e liberais e também do SPD, com o anúncio, pelo chanceler Gerhard Schröder, de uma profunda remodelagem do sistema social. No entanto, por duas vezes, Schröder ganhou as eleições graças ao apoio das organizações sindicais. Em 1998, ele honrou suas promessas eleitorais, abolindo as leis que diminuíam o auxílio-doença e a aposentadoria – votadas pelo governo de Helmut Kohl, apesar da intensa oposição dos sindicatos. Schröder, entretanto, voltou atrás depois de um certo tempo, e implementou uma reforma no sistema das aposentadorias, que incorporaram um componente de capitalização. O movimento sindical acabou aceitando, com o argumento de que o princípio de repartição estava preservado e que os fundos de pensão complementares abririam um novo campo para a negociação coletiva.

Recuos e derrotas

De uma forma implícita esta concordância era, também, a contrapartida de uma reforma da lei sobre os conselhos de empresas, que deveria facilitar a representação dos assalariados, principalmente nas pequenas empresas. Este compromisso, no entanto, não estava claro. No cenário tripartite do "Pacto pelo emprego" de 1988, as organizações sindicais aceitaram outras mudanças, com destaque para a fórmula de uma "*política salarial moderada a médio prazo*", subscrita em janeiro de 2000. Esta se traduziu numa baixa real dos salários, sem concretizar a promessa de criação de novos empregos, apesar da IG Metal acabar decretando o "*fim da modéstia salarial*", apresentando uma reivindicação de recuperação salarial substancial, só obtida de maneira parcial.

A crise sindical é determinada por certa perda de rumo dos assalariados, com a ausência de novas filiações, principalmente entre os jovens

Encarregada pelo governo de elaborar uma reforma da política de emprego, a "comissão Hartz" propôs, em agosto de 2003, medidas para melhorar a eficácia do Escritório Federal do Trabalho, exigindo mais sacrifícios aos desempregados. Os solteiros deveriam aceitar as ofertas de emprego menos bem pagos e mais distantes de seu domicílio. Em caso de recusa não suficientemente motivada, o salário-desemprego seria suspenso. Estas opções foram arrancadas do movimento sindical em troca da promessa, renovada pelo chanceler na campanha eleitoral, que não se diminuiria nem a duração nem o nível do salário-desemprego.

Depois de ter conseguido o apoio sindical nas eleições de outubro de 2002,o chanceler apresentou ao Parlamento, no dia 14 de março de 2003, um amplo projeto de reforma do Estado-providência, chamado Agenda 2010 *(ver Box)*. Este projeto está em contradição com suas promessas e prevê uma diminuição das prestações dos seguros-desemprego, doença e velhice, além da flexibilização dos direitos trabalhistas, principalmente para facilitar as dispensas nas pequenas empresas e para derrogar as convenções coletivas por ramo. Atende, desta forma, às reivindicações patronais recorrentes, diminuindo as taxas de cotizações sociais e ampliando a desregulamentação dos direitos trabalhistas[1].

Reviravolta política e ideológica

Esta reviravolta política é o resultado de uma mudança profunda no ambiente ideológico na Alemanha. Após a vitória da coalizão vermelho-verde de Schröder o neoliberalismo voltou a ganhar, rapidamente, sua hegemonia cultural na imprensa e na televisão. Em uma campanha de difamação sem precedente nos últimos anos, a imprensa, incluindo aquela habitualmente considerada de centro-esquerda, denunciou cotidianamente o poder político excessivo do "lobby sindical" – fator apontado como impeditivo para as reformas do Estado-providência consideradas necessárias para que se recupere a competitividade da economia alemã e condição prévia para a volta ao crescimento e à criação de emprego.

Mais do que nunca os sindicatos se encontravam quase totalmente isolados no debate público para se contrapor às teses da cartilha neoliberal, que sustentavam que o mau desempenho da economia alemã seria conseqüência de um custo muito alto do trabalho e de uma legislação do trabalho muito rígida *(leia o artigo de Heiner Ganssmann, nesta edição)*. As teses não são novas, mas acabaram sendo incorporadas aos discursos dos dirigentes do SPD e dos Verdes e estabeleceram um novo patamar de justiça social: é considerado justo o que cria emprego. A criação de empregos necessitaria da moderação salarial e a diminuição de encargos sociais, daí os cortes no Estado-providência.

Estes ataques feriram um sindicalismo já mergulhado em uma crise estrutural profunda, e cuja base vinha diminuindo há cerca de dez anos. Partindo de uma cifra de 12 milhões de filiados em 1991, em razão da reunificação política e sindical, os sindicatos filiados à confederação sindical DGB não representavam mais que 7,7 milhões de filiados em fins de 2002 – e isso apesar da absorção do sindicato dos empregados DAG no ano anterior. Mantendo-se por muito tempo acima de 30%, a taxa de sindicalização da DGB hoje caiu para 20%.

As raízes da crise

É verdade que estas perdas são o resultado, principalmente, das crises e das mudanças econômicas, como a queda do emprego na Alemanha do Leste e o crescimento do setor terciário. Mas elas revelam, também, uma certa perda de rumo dos assalariados, que se traduz por uma ausência de novas filiações, principalmente entre os jovens, e por uma perda de audiência. Quando das eleições dos comitês de empresa de 1988, dois terços dos eleitos eram membros de um sindicato da DGB. Na votação de 2002, eram somente 585. Mais dramático ainda: esta base sindical reduzida não parece mais compartilhar as convicções de seus líderes. Segundo uma pesquisa encomendada pela DGB, 48% dos filiados estimam que os cortes nos orçamentos sociais preconizados pelo governo Schröder são justos; somente 37% consideram estes cortes excessivos.

Esta divisão interna explica o pouco sucesso da mobilização contra a Agenda 2010 iniciada pela IG Metal e o sindicato dos serviços Verdi, que representam mais de dois terços dos filiados da DGB. Na jornada de ação nacional de 24 de maio de 2003, somente 90 mil trabalhadores participaram das doze manifestações públicas. É um número modesto, comparado às manifestações de 1º de novembro de 2003, organizadas sobre o mesmo tema pelo Attac, o Partido do Socialismo

Democrático(PDS, ex-comunista), organizações sociais e alguns sindicatos, que reuniram 100 mil pessoas, somente em Berlim. Ainda é muito cedo para saber se isto representa uma erupção efêmera ou se marca o início de uma política comum da mobilização dos sindicatos e organizações sociais, atualmente divididas[2] .

Os sindicatos são vulneráveis diante do corporativismo de empresa e da ameaça do desemprego

Alguns dias antes da manifestação do dia 24 de maio, os dirigentes do sindicato químico IGBCE e de dois outros pequenos sindicatos fazem uma declaração comum reconhecendo a "necessidade de reformas" de Schröder e afirmando sua disponibilidade para dela participar. Este ponto de vista, minoritário no movimento, é, certamente, compartilhado por muitos sindicalizados, daí sua débil participação na manifestação. Como conseqüência desses desacertos internos sobre a estratégia a ser aplicada, as direções sindicais decidiram "suspender" a mobilização dos filiados e de dar prioridade à negociação com o governo, na esperança de poder modificar certos detalhes do projeto.

Negociação frustrada

Até o congresso extraordinário do SPD em junho de 2003, que acabou adotando a Agenda 2010 de forma quase unânime (90% dos votos), os sindicatos apostaram na sua influência indireta sobre o partido. Segundo cálculos efetuados pela imprensa e pelos sindicatos, três quartos dos deputados social-democratas são membros da DGB. Mesmo sem atingir este percentual, o grau de sindicalização dos membros do partido é, igualmente, considerável. Apesar desta influência numérica, os sindicatos não lograram forçar o partido a rejeitar o plano do governo Schröder. O máximo que conseguiram foram algumas melhoras parciais, que o governo negociou depois na troca de favores com a oposição democrata-cristã para conseguir um voto favorável no Bundesrat (segunda Câmara) para a adoção definitiva do conjunto do projeto da Agenda 2010 .

Como explicar este fracasso? Como tinham feito os sindicatos com as recomendações da Comissão Hartz, a ala esquerda do partido parece, como um reflexo de sobrevivência, ter escolhido o que ela pensa ser o mal menor: antes aceitar o projeto Schröder, melhorando em detalhes, do que favorecer a vitória dos democratas-cristãos e seu projeto de desregulamentação social – julgado mais radical e abertamente anti-sindical.[3]

Os sindicatos, em parte, são responsáveis pela deterioração de sua imagem, pois sempre negligenciaram justificar teoricamente os acordos que fechavam nas negociações, quer seja em nível nacional, setorial ou por empresa. Contentando-se em mascarar estas práticas por uma retórica maximalista, os dirigentes sindicais sentem crescentes dificuldades em se comunicar com a massa dos assalariados e até mesmo com seus próprios filiados, majoritariamente mais moderados. O movimento sindical não tem um projeto alternativo confiável, uma nova síntese que seja capaz de superar as divergências internas. Os raros intelectuais que permaneceram próximos dos sindicatos não têm, também, receitas novas para lhes propor.[4] Alguns lhes recomendam abandonar a ação política e se concentrar no trabalho tradicional da negociação coletiva.

Política sem resultados

Desta forma, os sindicatos sentem atualmente dificuldade crescente para manter seu papel. Em junho de 2003, a IG Metal foi, pela primeira vez em cinqüenta anos, obrigada a suspender uma greve sem resultado positivo. É verdade que se tratava de uma situação particular: um movimento pela introdução das 35 horas na Alemanha do Leste. Mas isto, também, revelou uma fissura no seio dos filiados entre Leste e Oeste. São os conselhos de empresa das grandes empresas do Oeste que recusaram a solidariedade com seus colegas do Leste, com temor de colocar suas empresas em dificuldade e seus empregos em perigo. Isto coloca em evidência a vulnerabilidade dos sindicatos diante do corporativismo de empresa e da ameaça do desemprego.

A nova política de emprego exige mais sacrifício dos desempregados e impõe perdas salariais importantes

Reivindicando uma maior descentralização da negociação coletiva, os empregadores esperam explorar ainda mais essa situação. Insatisfeitos com as cláusulas de abertura já introduzidas em um grande número de convenções coletivas por ramo, pediram uma lei tornando-as obrigatórias. Isso teria como resultado um questionamento do segundo pilar do sistema social alemão, a negociação por ramo, e um enfraquecimento suplementar dos sindicatos. O próprio Schröder abre a caixa de Pandora, incluindo na sua Agenda 2010 a ameaça de uma intervenção legislativa se os atores sociais não chegarem a um acordo sobre esta questão. A oposição democrata-cristã aproveitou a oportunidade, apresentando um projeto de lei ao Bundesrat para abolir parcialmente o "princípio do favor", que dá prioridade à convenção por ramo e proíbe acordos derrogatórios negociados pelos conselhos de empresa.

Os democratas-cristãos esperavam conseguir o apoio dos sociais-democratas para este projeto de lei em troca de seu consentimento para a adoção final da Agenda 2010. No compromisso final de 15 de dezembro de 2003, os sociais-democratas fizeram um grande número de concessões, aceitando, principalmente, liberar a aplicação da lei sobre demissões, mas recusaram toda proposta que atingisse a prioridade da convenção de ramo. É, desta forma, o único ganho que os sindicatos alcançaram: um débil resultado que não consegue esconder a avaliação de uma importante derrota.

* Pesquisador do Institut de Recherches Economiques et Sociales (IRES), Noisy-le-Grand.

Tradução: Celeste Marcondes

1 Para uma análise detalhada da Agenda 2010 e de sua aplicação , ler Udo Rehfeldt, "Allemagne: porsuite de la reforme de L´Etat-providence", em *Chroniques internationale de IRES*, nº 85, novembro de 2003, Noisy-le-grand.

2 É difícil explicar as razões deste sucesso relativo. Aparentemente muitos aposentados espontaneamente se juntaram à manifestação para expressar sua cólera contra os projetos do governo. Para uma análise das divergências entre organizações sindicais e sociais, ler o artigo de Anne Allex "Wem gehört die Demo?", na revista da esquerda sindical *Express* nº 11, de dezembro de 2003.

3 Os democratas-cristãos dispõem de uma maioria no Bundesrat, a segunda Câmara legislativa alemã, e podem bloquear uma parte importante dos projetos de lei do governo.

4 Para algumas contribuições ao debate, ler Frank Deppe "Gewerkschaften center Druck" no suplemento da revista *Sozialismus*, de setembro de 2003. E também o número de maio de 2003 da revista teórica do DGB – *Gewerkschaftliche Monastshefte*.

Movimento

Reajuste de 1,99% pode levar servidores federais à greve

Plenária Nacional aprova pauta de reivindicações para 2004

Na Plenária Nacional realizada no domingo passado, lideranças do funcionalismo concluíram que este será um ano de embates com o governo contra as reformas anunciadas e de fortalecimento da unidade do movimento para evitar o desmonte do Estado.

Se o governo federal não cumprir os acordos feitos durante a Campanha Salarial, os servidores públicos poderão desencadear uma greve mais forte que a do ano passado. Na Plenária Nacional realizada em 15 de fevereiro, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), os delegados aprovaram uma pauta de reivindicações do funcionalismo para 2004, exigiram a reposição das perdas salariais passadas, definiram o índice do reajuste emergencial e desautorizaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a falar em nome deles no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), sem que as categorias sejam ouvidas quando o assunto for reformas trabalhista e sindical.

Decepcionados com o tratamento que vêm recebendo do governo, os servidores não descartam a possibilidade de iniciar uma greve, cujo indicativo é o mês de abril.

A definição de data para início da paralisação, no entanto, só será deliberada na próxima Plenária, no dia 16 de março. A greve está sendo considerada a última alternativa pela categoria e ainda deverá ser novamente debatida no dia 16. Mais do que no ano passado, quando lhes foi imposta a reforma da Previdência, os servidores públicos sentem-se traídos pelo governo federal e temem ser atropelados pelas reformas anti-populares anunciadas para este ano e pela falta de cumprimento dos acordos de data-base.

Campanha Salarial

Com 246 delegados e 68 observadores na Plenária, os servidores aprovaram o índice de 50,19% de reajuste (de julho de 1998 até dezembro de 2003), conforme estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), bem como a reposição das perdas históricas de 127% (de janeiro de 1995 a dezembro de 2003). Os servidores também reivindicam a incorporação das gratificações, como a GAE e as gratificações de produtividade, a definição da data-base no dia 1º de maio e a negociação das diretrizes de planos de carreira para o setor, que foram entregues ao governo na MNNP no dia 28 de maio do ano passado, sem resposta até hoje. Além disso, foi encaminhado para a discussão nas assembléias de base a proposta de um novo eixo a ser incorporadosà pauta de 2004: a definição de um piso salarial isonômico para todo o funcionalismo.

De acordo com os delegados da Adufrj-SSind, Sara Granemann e Salatiel Menezes, o ponto central do debate entre as entidades na Plenária foi a campanha salarial de 2004. Uma das preocupações é o fato de o governo anunciar um índice de reposição de 1,99% para as perdas acumuladas em 2003. A inflação registrada neste período já beira os 10% e, vale lembrar, que nas mesas de negociação ocorridas no ano passado, a equipe econômica de Lula comprometeu-se com a reposição de, pelo menos, a inflação do período. "O governo garantiu que não teríamos perdas salariais em sua gestão", lembrou Salatiel.

Além do resgate do poder aquisitivo perdido com a inflação dos últimos dez anos, o funcionalismo trava outra frente de luta: o embate contra as reformas neoliberais do governo, cujo objetivo é a implementação do famigerado Estado mínimo, conforme orientação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o desmonte dos serviços públicos. A avaliação de conjuntura dos participantes da Plenária foi marcada pela preocupação com a decisão do governo de fazer uma reforma sindical que engessa e enfraquece o movimento dos trabalhadores e facilita a execução da reforma trabalhista prevista para 2005. Para eles, não há mais dúvida de que está em marcha um projeto cujo objetivo é a supressão de direitos dos trabalhadores, tanto dos serviços públicos como da iniciativa privada.

Reforma Universitária

Foi incluída no debate sobre a Campanha Salarial a luta contra a reforma universitária do governo Lula, que sinaliza para a privatização e a mercantilização do ensino superior público, o que inviabiliza o acesso dos estudantes pobres à educação superior e acaba com a possibilidade de desenvolvimento do país nas áreas tecnológica, científica e de pesquisa. Na avaliação dos servidores, há uma clara opção pelo desmanche do Estado e pela privatização dos serviços públicos com redução de mão-de-obra e de salários. Hoje, há 1,9 milhão de servidores públicos federais no país, entre ativos, inativos e pensionistas, isso sem contar suas famílias, o que significa mais de três milhões de famílias que dependem dos salários do funcionalismo para sobreviver.

Com o desmonte do serviço público, cerca de cinco milhões de pessoas ficarão sem um meio de sobrevivência e engrossarão os já elevados níveis de desemprego, que já atingem 60% da população ativa. Além dos funcionários e de suas famílias, esse processo também prejudica a população brasileira, que depende dos serviços que o Estado oferece. Preocupados com esse contingente de pessoas direta ou indiretamente ligadas aos serviços públicos, e com a necessidade do fortalecimento do Estado, os servidores também aprovaram a defesa das universidades públicas e gratuitas e de um serviço público de qualidade como eixo da campanha salarial de 2004.

CUT deve sair do Fórum do governo

Com o refrão "A CUT, a CUT, a CUT é do peão, não é um instrumento da Articulação", os servidores criticaram a atuação da Central no Fórum Nacional do Trabalho e, depois de longo e agitado debate, aprovaram a proposta de retirada da CUT do Fórum. Se a Central não sair, não deve negociar qualquer proposta com o governo em nome dos servidores públicos sem que seja antes discutida e aprovada pelas plenárias do setor.

Ainda sob o impacto da reforma da Previdência aprovada no ano passado, os servidores estão prontos para o embate com o governo a fim de evitar as reformas sindical, trabalhista e universitária. Para isso, elaboraram um calendário de discussão sobre os temas que levam ao desmanche do Estado. Nos dias 13 e 14 de março, diversas entidades do setor público e privado, incluindo o ANDES-SN, realizarão um encontro sindical nacional intitulado "Construir a Resistência contra Esta Reforma Sindical e Trabalhista" no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em Luziânia.

No dia 15 de março, acontecem as plenárias setoriais e no dia 16 ocorrerá a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais. No dia 17, os servidores lançarão a Campanha Salarial de 2004 com atos públicos nos estados e um grande ato em Brasília. A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) deverá, conforme deliberação da Plenária, incorporar o calendário da Coordenação dos Movimentos Populares.

Fonte: CNESF

Eixos de luta aprovados pelos Servidores Públicos Federais para a Campanha Salarial de 2004

1 – Reposição das perdas salariais e correção das distorções salariais

2 – Incorporação das gratificações em seu mais alto valor (GAE e produtivistas)

3 – reconhecimento e respeito à data-base da categoria em 1º de maio

4 – Respeito às diretrizes dos Planos de Carreira, entregues em 28/5/2003 e, até hoje, sem resposta do governo

5 – Cumprimento dos acordos de greve

6 – Defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e dos serviços públicos de qualidade

7 – redução da jornada de trabalho sem redução de salário para todos os trabalhadores

Deverá ser discutido pelas assembléias locais para incorporação ou não na pauta da campanha:

- definição de um piso salarial isonômico para todo o serviço público

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 126 • 8 de março de 2004

Manuella Soares

MESA DE ABERTURA DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

Congresso do Andes-SN debate reforma universitária

Páginas 4 e 5

GTPE das entidades da UFRJ

Na UFRJ, no último dia 2, o Grupo de Trabalho Políticas Educacionais, formado por integrantes da Adufrj-SSind, da APG, do DCE e do Sintufrj, reuniu-se para acertar os detalhes do primeiro documento conjunto sobre reforma universitária, que está sendo produzido.

Também ficou definido que o primeiro debate viabilizado pelo GT, com o tema "Que Universidade queremos?", vai ocorrer na Sala 220 do Bloco D do Centro de Tecnologia, em 6 de abril, ao meio-dia.

A próxima reunião do grupo de trabalho conjunto das entidades acontece em 16 de março com o objetivo de preparar o debate do CT e o segundo encarte sobre reforma universitária. Este material deverá circular na UFRJ no início de abril.

Debate

Que Universidade queremos?

6/04 terça-feira **12h**

Sala 220, Bloco D,
Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Tarso Genro enfrenta críticas no Rio
Página 7

Servidores querem reposição das perdas salariais
Página 8

Grupos de Trabalho

GTPE do Andes-SN articula contra reforma

Como não podia deixar de ser, a reforma universitária foi o principal tema em debate na última reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) do Andes-SN, realizada em Brasília, no dia 13/02.

Os integrantes do GTPE decidiram elaborar um documento contrário ao Sistema de Avaliação para o Progresso do Ensino Superior (Sinapes). Foi encaminhado que o movimento docente busque contactar os parlamentares em seus estados para solicitar o veto à Medida Provisória 147, que criou o sistema.

Também será produzido um texto contra a proposta de estatização de 100 mil vagas em universidades particulares, mencionada pelo ministro Tarso Genro.

De acordo com o GT, essa ação "representa, em última análise, o desvio de verba pública para as universidades privadas".

O grupo de trabalho também encaminhou a articulação dos professores com os estudantes para mobilizar a comunidade universitária contra esta reforma. Entre outros pontos, deverá ser elaborado ainda um quadro comparativo que expresse as divergências entre as propostas do governo e da associação de reitores das federais (Andifes) e a do Andes-SN (conhecida como Caderno 2).

Campanha contra a reforma

A coordenação do GTPE ficou encarregada de elaborar até o Congresso do Sindicato, que ocorre por esses dias em Salvador (BA), a proposta de uma Campanha Nacional contra a reforma universitária, com previsão de custo financeiro. Além disso, diversos debates sobre a reforma em andamento estarão sendo organizados pelo Sindicato, em todo o país.

Movimento

DCE discute reforma universitária

Para aproveitar a chegada dos novos estudantes neste início de período letivo, o DCE-UFRJ resolveu organizar uma série de debates por todos os *campi* sobre a reforma universitária anunciada pelo governo Lula:

10/03 – Reforma Universitária e acesso à universidade, no Colégio de Aplicação, às 9h

10/03 – Reforma Universitária e Reforma Curricular, no Salão Azul, no prédio da reitoria, às 11h20

11/03 – Reforma Universitária, no Anfiteatro Maria Teresa de Loureiro (CCS), às 15h

12/03 – Reforma Universitária, no Salão Nobre do IFCS, às 13h

15/03 – A constitucionalidade da reforma universitária, no Salão Nobre da Faculdade de Direito, às 10h

16/03 – Reforma Universitária, no Alojamento, às 22h

18/03 – Reforma Universitária e Financiamento de Pesquisa, no Auditório da Decania do CCMN, às 12h

18/03 – Reforma Universitária, no Auditório da ESS, às 18h

MST

Mais um conflito no Pará

O Pará, que é considerado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra o estado líder na violência do campo, registrou mais um conflito no dia 19 de fevereiro: 250 famílias foram despejadas do Acampamento Rosa Luxembrurgo por pistoleiros de fazendeiros e policiais.

De acordo com notícia veiculada na página do MST (www.mst.org.br), "a força política e a violência do latufúndio estão cada vez maiores no estado. Em fevereiro, mais um trabalhador rural foi assassinado em Ronda do Pará a mando dos latifudiários e seis Sem Terra estão presos desde novembro de 2003."

Conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Pará, no ano de 2003 ocorreram 33 assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos pela posse da terra e 90 prisões. Ainda existem 53 trabalhadores ameaçados de morte. Esses dados deixam novamente o estado na liderança de violência e conflitos fundiários no Brasil. No ano corrente, já foram vitimadas quatro lideranças.

Agenda Sindical

8/03 – Dia Internacional da Mulher
Na Cinelândia, *durante todo o dia. Passeata com concentração na Candelária, a partir das 17h.*
O DCE-UFRJ terá uma barraca na praça, onde vai promover, entre outras atividades, a oficina "Imagem da mulher na mídia".

11/03 - Tribunal Internacional sobre os Transgênicos
Porto Alegre (RS)

12/03 - Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical do Andes-SN
Brasília (DF), na sede do Andes-SN

13 e 14/3 – Encontro Sindical Nacional
Luziânia (GO)

15/3 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

16/3 – Plenária Nacional dos servidores públicos federais
Brasília (DF)

16/03 – Reunião do Comitê Rio do Fórum Social Mundial
Na avenida Rio Branco, 109/16º andar (sede do Corecon)

17/3 – Lançamento da Campanha Salarial 2004
Brasília (DF)

20/03 - Dia Internacional de Protestos contra a Guerra
- convocado pelo Fórum Social Mundial; nesta data se completa um ano da invasão do Iraque.

14 e 15/4 - 13ª Plenária Social Nacional sobre a ALCA
São Paulo (SP)

29 a 31/7/2004 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Anote

Biblioteca do CCS comemora 30 anos

A Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde/UFRJ convida para a exposição comemorativa dos seus 30 anos. As festividades ocorrerão de 8 a 12 de março, de segunda a sexta, das 7h30 às 20h30, no Prédio do CCS, Bloco L, na Ilha do Fundão.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Reitoria paga ações do abono pecuniário

Veja como foram encaminhadas as várias ações durante os últimos oito anos

Conforme já foi noticiado pelo boletim eletrônico nº 24 (6/02/04), a Pró-reitoria de Pessoal (PR-4), em reunião com a Adufrj-SSind, comunicou que a folha suplementar de janeiro de 2004, paga em fevereiro, refere-se às ações judiciais movidas para pagamento dos Abonos Pecuniários de 1998, 1999 e 2001. A Adufrj-SSind já solicitou à reitoria informações sobre a discriminação dos valores pagos a cada docente naquela folha. Nas próximas edições deste jornal, serão prestadas informações complementares sobre este assunto.

História das ações

Desde 1996, a seção sindical tem que promover ações para a garantia do recebimento do abono pecuniário referente à venda de um terço dos quarenta e cinco dias de férias. Segundo a assessoria jurídica, as liminares da Adufrj-SSind baseiam-se no direito dos servidores das universidades federais de converter parte das férias em pecúnia, previsto no artigo 39 do Plano Único de Cargos, Retribuições e Empregos (PUCRCE).

Em 1986, os servidores técnico-administrativos e docentes das universidades federais obtiveram como conquista de uma greve nacional o direito a 45 dias de férias com a possibilidade de conversão de 1/3 deste período em abono. Em 1990, este direito foi incorporado ao Regime Jurídico Único e passou a valer para todo o funcionalismo federal.

Em 1995, o governo Fernando Henrique estabeleceu uma medida provisória que retira direitos do RJU, entre eles, a venda de 1/3 das férias. A MP virou lei em 1997 (9597/97).

Ainda em 1995, o Andes-SN impetrou um mandado de segurança coletivo em nome de toda a categoria dos docentes das instituições de ensino superior e conseguiu uma liminar que garantiu o pagamento do abono de férias em 1996 aos que fizeram a opção pela venda do período de 15 dias.

Em 1997, a Adufrj-SSind entrou com um outro mandado de segurança (Processo nº 960078092-7) e os professores que optaram pela venda de parte das férias receberam o abono daquele ano. A ação obteve sentença favorável em 13 de junho de 1997. A UFRJ entrou com recurso que foi negado pela 4º Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. A universidade interpôs novo recurso (especial) que foi negado em 30 de outubro de 2000. Ainda contra a decisão da justiça, a UFRJ interpôs um Agravo de Instrumento que, de acordo com a relatório da assessoria jurídica da SSind, foi negado pela 5ª Turma do TRF. Em 20 de março de 2002, a ação foi transitada em julgado com decisão favorável aos docentes. A UFRJ já cumpriu esta liminar, segundo a assessoria, mas ainda falta o pagamento para um pequeno grupo de professores.

Ação do abono de 1988

A ação referente ao abono de 1998 (Processo nº 980039710-8) obteve liminar favorável em 22 de janeiro de 1998, em primeira instância. No entanto, em 26 de março de 2003, a sentença favorável foi modificada em segunda instância (no Tribunal Regional Federal), em função de um recurso da universidade. Na tentativa de reverter a decisão contrária à ação da seção sindical, a assessoria jurídica entrou com um embargo de declaração em 12 maio de 2003 que foi julgado improcedente em 28 de maio do mesmo ano. Sobre esta ação, a seção sindical já encaminhou recurso ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. Os recursos ao STF e ao STJ estão aguardando parecer da vice-presidência do TRF para serem encaminhados a Brasília.

Ações posteriores

A ação referente ao abono de 1999 (Processo nº 990003635-2) foi deferida favoravelmente aos docentes em 1 de dezembro de 1988. A sentença também favorável foi emitida em 18 de outubro de 2001. A UFRJ entrou com recurso em 19 de novembro de 2003, o que foi negado pela 4ª Turma do TRF da 2ª Região, sendo mantido o direito dos professores. A atual reitoria, conforme já noticiado, disse que vai pagar esta ação.

A liminar e sentença da ação referente ao abono de 2000 (Processo nº 990021768-3) foram negadas pelo TRF. A seção sindical interpôs uma apelação (Processo nº 20000201031054-6), distribuída ao desembargador Benedito Gonçalves da 4ª Turma, no dia 20 de maio de 2000, e até agora aguarda julgamento.

A ação referente ao abono de 2001 (Processo nº 20005101031753-1) foi ganha em 4 de maio de 2001. A universidade entrou com recurso e em 21 de setembro de 2001, os autos do processo foram remetidos ao TRF da 2ª Região como o processo nº 20020201009799-9, que nas mão do desembargador Alberto Nogueira da 5ª Turma. Mesmo sem parecer quanto ao recurso da universidade, a atual reitoria disse que vai pagar esta ação.

Ação de 2004

A ação (Processo nº 20035101028194-0) está na 21ª Vara Federal e a liminar foi concedida favoravelmente aos professores em 17 de dezembro de 2003. A reitoria já está intimada para o cumprimento desta decisão.

Uma ação para cada ano

Como não há consenso entre os juristas e o Poder Judiciário sobre o direito dos professores ao abono pecuniário de férias, é preciso que, a cada ano, a seção sindical entre com uma ação específica para o período em questão. Este recurso é utilizado pela assessoria jurídica para que uma ação definitiva não seja julgada no mérito para todos os anos, que pode ser favorável ou também contrária ao direito dos docentes, como foi o parecer dado em 2000.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Resenha

Particulares querem mais

Representantes de universidades particulares gaúchas impõem condições para aderir à chamada "estatização" de vagas. A proposta do Ministério da Educação (MEC) é trocar impostos federais por lugares nas instituições privadas. Como já desfrutam abatimento de impostos, os estabelecimentos consideram que são necessárias outras formas de incentivo para compensar a destinação de 25% das ofertas para alunos pobres, com deficiência ou oriundos de seleção por cota racial, como quer o MEC (Zero Hora, 27/02/2004). Ou seja: o governo, além de não investir nas instituições públicas, propicia esse tipo de oportunismo.

Ação motivou ex- servidores

A história de servidores do Piauí que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária e conseguiram voltar ao serviço público encheu de esperanças todos os pedevistas que hoje se arrependem de ter abandonado a segurança da carreira pública. Os ex-servidores reintegrados eram da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e foram beneficiados por sentença dada pelo juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. Segundo ele, os funcionários teriam sido levados a pedir demissão ao acreditar em promessas que, mais tarde, não seriam cumpridas. De volta ao serviço, eles aceitaram devolver aos cofres públicos, em parcelas, o valor que fora pago na indenização (O Dia, 22/02).

Bancos demitem em massa

De acordo com notícia do Sindicato dos Bancários de São Paulo veiculada na página da CUT (www.cut.org.br), quase cinco mil bancários foram demitidos entre janeiro de 2003 a meados de fevereiro deste ano. Além da prática da demissão, o que os bancos têm em comum é o espantoso resultado financeiro de 2003. O lucro líquido do Bradesco foi de R$ 2,3 bi; o do Grupo Santander Banespa, R$ 1,137 bi e o do ABN Real, R$ 1, 74 bi. "Com tanto lucro não é possível que os banqueiros não cumpram sua responsabilidade social", afirma Juvândia Moreira, do sindicato.

Desemprego em SP permanece alto

A taxa de desemprego total da Região Metropolitana de São Paulo permaneceu em 19,1% da População Economicamente Ativa em janeiro, mesmo patamar de dezembro. Apesar da estabilidade em relação ao mês anterior, a taxa é a maior já registrada em um mês de janeiro desde 1985, ano em que a Fundação Seade e o Dieese começaram a realizar a Pesquisa de Emprego e Desemprego na região. Em janeiro de 2003, a taxa era de 18,6% (Diário Vermelho, 27/02).

Andes-SN

Congresso começa em Salvador com debate sobre reforma universitária

465 docentes representam 73 seções sindicais. Em todas as intervenções, críticas à política econômica do governo Lula e à ausência de políticas sociais

A abertura do 23º Congresso do Andes-SN, na noite do último dia 4, em Salvador, foi marcada pela preocupação dos movimentos sociais com as ameaças à universidade pública contidas na proposta de reforma universitária do governo Lula. Depois de um dia inteiro de intensos debates ocorridos ao longo dos seminários sobre o tema (veja matéria na página ao lado), um assunto, em especial, preencheu boa parte das intervenções dos integrantes da mesa. As chamadas políticas de ações afirmativas ou política de cotas raciais foram defendidas pelos representantes do movimento negro do estado.

A representante do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia, Ângela Rodrigues, cobrou dos professores congressistas uma posição a respeito da política de democratização do acesso às instituições públicas do país. O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, lembrou que há alguns anos, a direção da entidade se empenha em convidar os movimentos sociais para a composição das mesas de aberturas dos Congressos e Conads (Conselhos Nacionais do Andes-SN) e reiterou a disposição do movimento docente de debater a temática das cotas nas universidades. De acordo com o professor, no entanto, o Andes-SN trabalha na perspectiva da afirmação das políticas universalizantes. "Para nós, a presença dos movimentos na abertura deste evento não tem um aspecto apenas simbólico. Temos consciência de que hoje enfrentamos a destruição das políticas universa-lizantes e a sua substituição pelas políticas focalizadas, com a erradicação de direitos". O professor afirmou que o movimento docente reconhece a luta pela criação de espaços de igualdade, representada também pelo movimento negro, mas fez questão de lembrar o contexto político em que se insere a discussão das políticas afirmativas.

Luiz Lucas comentou ainda o acerto da avaliação política feita pelos últimos congressos da categoria em relação ao governo federal. Para o presidente do sindicato, a postura contra a reforma da previdência demonstrou a capacidade de luta da entidade frente a qualquer governo, "seja ele próximo ou distante" dos movimentos sociais.

Representando a CUT Nacional, o servidor da UFRJ Agnaldo Fernandes, comentou a conjuntura internacional e reforçou a necessidade de unidade de todos os segmentos sociais na luta contra a reforma universitária e na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, para toda a população trabalhadora.

Boas-vindas

O presidente da seção sindical dos docentes da Ufba (Apub-SSind), Antônio Câmara, lembrou que a entidade já havia sediado um encontro nacional dos docentes há 16 anos. "Depois deste tempo, nós achamos que poderíamos fazer um congresso aqui na Bahia pois estamos com um movimento docente comba-tivo e temos um reitor eleito (a Ufba sofreu um processo de intervenção recentemente)". Antônio deu as boas vindas aos congressistas e, sobre a polêmica levantada com o tema das cotas raciais, afirmou que, no evento, o tema seria debatido e todas as propostas apresentadas seriam consideradas no debate.

Congresso eleitoral

Cristina Mendes, vice-presidente da Regional Nordeste III do Andes-SN, destacou o caráter especial desta edição do 23º Congresso, no qual seria definido o processo para a eleição da próxima diretoria do sindicato nacional. "Este é um congresso de natureza especial, é um espaço político de decisões do conjunto da categoria em torno da sucessão da diretoria da nossa entidade e também um espaço de avaliações, de críticas e de propostas de avaliação que considera a atuação de um ano de governo Lula e define os nossos embates políticos com este governo no andar do ano de 2004", comentou a professora.

Com o tema 'Superávit fiscal e déficit social: reforma da educação, privatização e arrocho salarial', o Congresso de Salvador centrou os debates na elaboração de propostas alternativas às do governo para políticas públicas do setor e na atualização do Plano de Lutas da categoria para 2004.

Participaram do evento, 373 delegados e 52 observadores, representando 71 seções sindicais, além de 40 diretores do sindicato nacional.

Manuella Soares

CERCA DE 15 INTEGRANTES DO GRUPO MALÊ DEBALÊ SE APRESENTAM NA ABERTURA DO 23º CONGRESSO. SEGUNDO BLOCO CARNAVALESCO MAIS ANTIGO DE SALVADOR (O PRIMEIRO É O ILÊ AYÊ), O MALÊ, COMO É CARINHOSAMENTE CHAMADO PELOS BAIANOS, TEM ORIGEM NO BAIRRO ITAPOÃ E REPRESENTA A RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE NEGRA. CONTA COM 1,2 MIL DANÇARINOS E 600 MÚSICOS.

Participaram da mesa de abertura do 23º Congresso do Andes-SN

Diretores do Sindicato Nacional
Luiz Carlos Lucas
Celi Taffarel
José Vitório Zago
Presidente da Apub-SSind - Antônio Câmara
Regional Nordeste III – Cristina Mendes
CUT Nacional – Agnaldo Fernandes
Fasubra – Vicente Neto
Presidente da CUT Bahia – Everaldo Augusto
Sinasefe – Renato Anunciação
Assufba – Jorge Américo
DCE Ufba – Ângela Guimarães
Núcleo de Estudantes Negros da Ufba – Lio Zumbi
MST – Adenilza Monteiro
MSTS – João Dantas
CNTE – Rui Oliveira
Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Creuza Oliveira
UNE – Rafael Moraes
Coordenador nacional Movimento Negro – Edmilton Cerqueira

Andes-SN

Manuella Soares

PRESIDENTE DA ANDIFES, WRANA DISCURSA EM SEMINÁRIO ORGANIZADO PELO SINDICATO

Debates antecedem abertura do Congresso

Presidente da Andifes defende sistema nacional, público e gratuito

Antecedendo a abertura do 23º Congresso Nacional do Andes-SN, a presidente da associação nacional dos reitores, Wrana Panizzi, participou do Seminário 'Reforma Universitária em Perspectiva', no qual afirmou que a Andifes quer a expansão das vagas nas universidades a partir do ensino público em referência à proposta do ministro Tarso Genro de 'estatizar' as vagas nas faculdades particulares. Também participaram do debate o presidente do Sindicato dos Docentes, Luiz Carlos Lucas, o vice-presidente da UNE, Rafael Moraes, e o diretor da Fasubra Sindical Vicente Neto.

Para Lucas, os movimentos universitários devem se organizar para evitar que a reforma universitária do governo Lula repita o que aconteceu com a reforma da previdência, no ano passado, "que foi aprovada sem a devida discussão com a sociedade". O professor informou que o MEC cedeu às críticas quanto ao curto espaço de tempo previsto para o debate no documento interministerial lançado pelo governo no início do ano. Segundo Lucas, o MEC ampliou o prazo para a discussão com os movimentos e as comunidades universitárias de maio até dezembro deste ano. "O Andes-SN não vê problema em uma interlocução na qual o sindicato apresente suas propostas, mas não quer participar de um processo que seja entendido como um referendo à reforma do governo, semelhante ao que acontece hoje com o Fórum Nacional do Trabalho, na discussão da reforma trabalhista".

O diretor da Fasubra apresentou as propostas dos técnico-administrativos contidas no Caderno Universidade Cidadã, publicado pela Federação. "São opiniões que se assemelham às das demais entidades, como a UNE e o Andes-SN". Vicente disse que o governo federal tem se recusado a discutir com a Federação a proposta de um contrato nacional de trabalho para estes servidores. De acordo com o dirigente, a Fasubra está preocupada com a concepção de relação de trabalho contida no documento interministerial da reforma universitária, "que recupera o contrato social de Bresser Pereira".

O representante da UNE propôs a unidade das entidades na defesa da universidade pública e lembrou a luta histórica dos estudantes pela gestão democrática nas instituições e pela inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias de recursos destinados a uma política nacional de assistência estudantil.

A matéria completa sobre este evento será publicada na próxima edição do Jornal da Adufrj.

Movimento

Andes-SN solicita negociação com o MEC

Sindicato apresenta pauta de reivindicações e pedido de audiência com Tarso Genro

Incorporação de todas as gratificações (GAE, GED, GID), nos seus valores máximos, para todos os docentes do magistério superior e básico (para ativos e aposentados); implementação da Carreira Única do Andes-SN; reposição salarial e realização de concursos para recomposição e ampliação de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES). Essas foram algumas das reivindicações emergenciais enviadas pelo Sindicato Nacional ao ministro Tarso Genro, em carta protocolada no MEC, no dia 17 de fevereiro.

Além dessas solicitações de caráter mais imediato, a diretoria do Andes-SN entregou outras reivindicações em defesa do serviço público e da melhoria das políticas salarial e educacional nas IFES. O Sindicato frisou ainda que, por conta da realização do 23º Congresso do Andes-SN, em Salvador (BA), por esses dias (veja matérias nesta edição), a pauta sofreria uma atualização. Os resultados das discussões ocorridas nessa instância máxima de deliberação do movimento docente seriam informados ao ministro em momento oportuno.

Pedido de audiência

Na mesma carta em que protocolou as exigências dos professores universitários, a diretoria do Andes-SN solicitou audiência com o ministro para discussão dos pontos da pauta. No documento, ficou ressaltado que "esta pauta resulta de debates e deliberações realizados em todas as seções sindicais do setor e contém as principais medidas que julgamos necessárias para garantir a todas as IFES um padrão unitário de qualidade".

Sindicato faz nove solicitações de audiência com o MEC

Também não passou em branco o fato de o Sindicato ter sido recebido pelo ex-ministro Cristovam Buarque apenas uma vez, apesar de nove solicitações registradas no ministério – a última, em 6 de janeiro de 2004. O Sindicato afirma que as perdas decorrentes de quase uma década de congelamento das remunerações, associadas a medidas como gratificações produtivistas, têm causado indignação entre os docentes. Para o Andes-SN, esse sentimento de revolta pode ser ampliado se o governo Lula não considerar, para uma efetiva negociação, "a pauta de reivindicações emergenciais, gerada pela longa greve de 2001, totalmente ignorada pelo governo FHC e não discutida durante o mandato do ministro Cristovam Buarque".

Opinião

Reforma Universitária

Vera Salim*

Pensar uma reforma universitária no país tomando o *campus* da UFRJ da Ilha do Fundão como referência empírica certamente instalará a reflexão em um ponto de observação privilegiado, dada a multiplicidade de contrastes e problemas visíveis a olho nu por alguém, como eu, que freqüenta cotidianamente tal espaço – no meu caso na condição de professora da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE). O *campus* abriga centros de excelências e laboratórios altamente especializados convivendo pacificamente (?) com unidades em que profissionais se vêem freqüentemente obrigados a abandonar seus locais de trabalho em função da total falta de infra-estrutura elementar.

Na realidade, as contradições e contrastes que marcam o cotidiano do Fundão acabam sintetizando as brutais desigualdades que caracterizam sociedade brasileira, aliás exemplarmente perceptíveis igualmente no entorno do *campus*. Basta que se apure o olhar para as favelas que o cercam, que se respire o mau cheiro insuportável que no verão sufoca toda a região do Complexo da Maré e que se submeta à aventura do uso diário das vias expressas da área, com seus tiroteios anunciados e previsíveis. Sobreviver a tais tiroteios na linha Vermelha tornou-se uma experiência cada vez mais aterradora. Nestas favelas – modelos perfeitos do resultado da política neoliberal – trabalhadores e seus filhos são expostos à violência e humilhação diária, o que é relatado pelos nossos valorosos professores de primeiro e segundo graus obrigados a conviver com absurdos níveis de violência.

Nossa rotina é produzir ciência em centros de excelência em laboratórios que nada ficam a dever aos mais avançados mundialmente, em ilhas de trabalho onde se geram conhecimento, cultura e inovações tecnológicas. Devemos também formar mestres, doutores e profissionais qualificados e especializados; de quebra, a burocracia nos impõe a torturante tarefa do preenchimento de milhares de questionários que se multiplicam a cada dia para provar nossa produtividade. Tudo isso, não se deve esquecer, no interior daquele universo de balas perdidas, cadáveres jogados nas lixeiras do *campus*, tiroteios, roubos, assaltos e estupros.

Esta vivência diária, para aqueles que trabalham e acreditam na universidade e constroem currículos dignos e verdadeiros, nos obriga a analisar a universidade a partir de perguntas fundamentais: este é o país que queremos? O nosso trabalho contribui efetivamente para a construção de uma sociedade moderna e igualitária? Este enfrentamento diário impossibilitaria a alienação, só entendida e explicada como moeda de troca por favorecimento, corrupção moral e alguns privilégios acadêmicos.

Nossa formação acadêmica e nossa inserção na reduzida parcela de intelectuais do país exigem um posicionamento e uma intervenção crítica que nos proíbe assistir passivamente a este genocídio anunciado, premeditado e oficializado que se expande a cada corte orçamentário orgulhosamente anunciado pelo governo nas áreas de educação, transporte, saúde etc.

Os intelectuais brasileiros sabem – ou deviam saber – da necessidade e da obrigatoriedade de um repensar da sociedade brasileira a partir dos modelos econômico e educacional adotados. Sem a transformação estrutural destes elementos de base, as reformas jamais passarão de arremedos midiáticos, ajustes orçamentários vendidos como modernizadores, todos, contudo, voltados para o objetivo dissimulado da mera doação aos já privilegiados dos recursos públicos; no caso da universidade pública, tal apetite privatista, insaciável, passa pela destruição de uma das poucas instituições ainda minimamente capacitadas para a construção de uma nação verdadeiramente moderna e igualitária.

Ajustar a universidade às "necessidades do mercado" é transformar conhecimento em mercadoria, professores e alunos em astutos "empreendedores" devidamente instrumentalizados para mover a roda podre do capitalismo terceiro-mundista fadado à falência. Compactuar com esta mentira e fazer conscientemente a opção pela passividade ou – pior – pela participação oportunista no circo midiático criador de fantasias definitivamente agride a opção pela educação como uma missão social. Somos educadores, professores comprometidos com a verdade e com a construção do conhecimento, não empulhadores ilusionistas. Analisar a universidade brasileira sem repensá-la no interior de um projeto real de mudanças sociais é, hoje, simplesmente adaptá-la, ajustá-la aos objetivos estratégicos do Sr. Bush e do FMI..

É, portanto, colocá-la a serviço de uma ordem social criminosa que não possibilita repensar a geração de cultura, conhecimento e educação sob a ótica da sua função crítica, esta, sim, capaz de viabilizar a necessária contribuição modernizante e construtora de uma sociedade mais digna e mais humana. Transformar a educação em mercadoria, professores e pesquisadores em empresários, é aceitar a falência do Estado brasileiro, adaptado aos ajustes orçamentários necessários à estratégia genocida do modelo neoliberal.

Repensar a universidade de forma isolada, sem adotar o parâmetro metodológico da análise do seu papel e da sua inserção em um determinado modelo de sociedade, é criminoso e nos torna cúmplices e co-responsáveis pelas mortes provocadas pela violência, pela fome e demais mazelas sociais às quais caberia a uma universidade séria fazer frente.

A continuidade deste modelo econômico, anunciada diariamente por um presidente da República falastrão e endossada por seus competentes assessores é uma escolha ditada, não pela mera ignorância ou despreparo; trata-se de uma opção política cuidadosamente articulada. Isto, portanto, não nos autoriza supor que o Sr. Tarso Genro, articulador do pacto social, que cala trabalhadores e engorda ainda mais o lucro dos banqueiros, tenha a intenção de promover qualquer mudança benéfica na universidade brasileira. A política adotada por FHC e igualmente implementada pelo governo do PT é incapaz de outro milagre que não o de aumentar o lucro dos banqueiros e a miséria dos trabalhadores.

A reforma universitária precede a reforma trabalhista, que promove a "flexibilização" das leis trabalhistas, entendendo o Sr. Presidente que o pagamento de fundo de garantia, férias e 13° constitui um entrave para sua alegada "obsessão" por criação de empregos. Na próxima tacada, provavelmente o Sr. Presidente e sua equipe descobrirão que o salário é um entrave para sua "obsessão" e, girando um pouco mais a roda da história para trás, nos remeterão de volta para algum tipo de sociedade escravagista, só que desta vez sem sequer comida e moradia.

Analisar a reforma universitária sem inseri-la neste quadro de falência do Estado brasileiro os levará certamente a interpretações equivocadas quanto à sua origem e objetivos. Repensar a reforma universi-tria usando esta ladainha primária da soberania do mercado, já empregada na reforma da previdência e que obteve como maior resultado a transferência da previdência pública para fundos de pensão de banco privados, é mais um ato da farsa.

"Colocar a universidade a serviço da sociedade" não passa de uma frase de demagogia barata. Falar em comprar vagas em universidades particulares igualmente não passa de esperteza midiática destinada a iludir aqueles que batalham diariamente por empregos, sem acesso à educação sequer primária e têm, desgraçadamente, seu modo de pensar parametrado pelas mentiras de uma mídia especialista em produzir e vender Big Brothers e Faustões.

O exercício de uma mínima capacidade analítica não nos permite acreditar na correção dos objetivos desta reforma pretendida pelo governo do Sr. LIS, mesmo que referendada por acadêmicos teoricamente qualificados. Acreditar numa reforma originada na lógica da adaptação do Estado ao modelo neoliberal só é possivel se, ao final das contas, defendermos este modelo ou abandonemos o rigor metodológico que diariamente aplicamos no exercício da nossa profissão de professores e pesquisadores, o que nos transformaria em subservientes arautos do misticismo milagreiro deste governo.

Nós que aqui trabalhamos – alunos, professores, pesquisadores, funcionários – temos a obrigação de defender a universidade pública e denunciar o sucateamento avassalador desta instituição, talvez uma das últimas que preservam espaços e práticas voltadas para o recriar cotidiano da humanidade dos homens.

Repensar a universidade procurando resolver especificamente o problema universitário, isolando-o, esquecendo propositadamente de que ele é apenas um dos aspectos de exigência de mudanças, é como, desde a década de 70 já disseram inúmeros estudiosos, entre eles Michelena e Sonntag, uma atitude conformista que levará a fracassos inevitáveis.

Repensar a universidade sem analisar a crise estrutural do Estado brasileiro, sem discutir suas origens e reprodução é, no mínimo, uma perda de tempo e rigorosamente mais uma espoliação que vitima o trabalhador brasileiro.

Cabe a todos nós rejeitarmos resolutamente a já anunciada destruição do ensino superior gratuito. Defender a universidade pública é o real serviço e obrigação de todos que se dizem responsáveis e agentes participativos das formulações e projetos verdadeiramente capazes de operar transformações no país em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

* Professora da Coppe

Reforma Universitária

Tarso Genro enfrenta críticas no Rio

Programa de estatização de vagas foi atacado pela platéia

O ministro da Educação, Tarso Genro, enfrentou, no Rio de Janeiro, na última sexta-feira (5/03), uma platéia bastante preocupada com a anunciada reforma universitária. Na ocasião, o dirigente do MEC fez uma breve exposição sobre alfabetização, ensino básico e, finalmente, sobre reforma universitária.

O ministro afirmou, durante sua palestra, que o processo de discussão da reforma universitária vai ser operado de três formas: em primeiro lugar, serão estimuladas no país o que chamou de "mini-constituintes regionais". Esses eventos poderão durar até três dias, mas o ministro não entrou em detalhes sobre o formato, possíveis datas e os critérios de participação nestas instâncias. Paralelamente a isso, o MEC se reunirá, em Brasília, com 'estudiosos' de notório saber. O ministro disse que essa iniciativa já começou e que o próximo convidado será o sociólogo português Boaventura Souza Santos, no início de abril. Além disso, Tarso afirmou que um grupo de técnicos do ministério vai buscar acompanhar reuniões sobre o tema que não sejam organizadas pelo ministério para colher mais informações. O ministro anunciou ainda que novembro será o prazo final para que o MEC chegue a algumas diretrizes de uma "lei orgânica de reforma do ensino superior": "Elas podem até ser conflitantes entre si. Nesse caso, vamos escolher as melhores propostas para o país", comentou. Em outro momento, ele manifestou sua dúvida em relação ao processo legislativo para viabilizar a reforma: "Não sabemos se precisaremos fazer alterações constitucionais", disse

Tarso destacou que o governo vai defender uma novo modelo de financiamento das universidades, uma nova relação com a sociedade e um controle externo "que não tire a autonomia" das instituições públicas. O ministro, porém, não detalhou nenhum desses princípios.

Universidade para Todos

Uma vez que não existe nenhum documento oficial de uma reforma universitária propriamente dita (embora muitos projetos neste sentido já circulem pelo Congresso), a proposta de estatização de vagas em instituições particulares foi um dos principais alvos daqueles que puderam se manifestar na reunião, quando se abriu um curto espaço para perguntas dos espectadores.

O deputado Chico Alencar (PT-RJ) observou que muitas instituições particulares são "um mar de irregularidades". Ele também comentou que o dinheiro da renúncia fiscal concedida a esse tipo de universidades poderia até não ser uma verba desviada da educação pública, mas certamente deixaria de ir para os cofres da União, em uma última análise.

Outros docentes criticaram ainda a qualidade do ensino praticado nas instituições particulares, com professores horistas e mal pagos, turmas lotadas e aprovações sem critério. Presente à reunião, uma das coordenadoras do Sintufrj e técnica em assuntos educacionais, Ana Maria Ribeiro, cobrou do ministro a ampla discussão em torno da reforma universitária e observou que o 5º Congresso Nacional de Educação, organizado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e marcado para Recife (PE), em maio, seria um importante espaço para o MEC colher subsídios para este debate. Ana lembrou as péssimas condições salariais dos servidores das universidades e também afirmou que a questão do acesso ao ensino superior não pode ser separada de políticas públicas que garantam a permanência dos alunos carentes nos cursos.

Em suas considerações finais, Tarso defendeu o "Universidade para Todos", sob o argumento de que não existe nada mais antiliberal do que levar um jovem marginalizado para uma universidade, mesmo que esta particular não tenha a qualidade de uma instituição pública. "Em última instância, vamos estatizar um espaço privado", disse. Tarso afirmou que a estatização seria feita em parceria com universidades particulares que não estejam sob investigação e ironizou com as preocupações de desvio de dinheiro público para o espaço privado: "Estatização sem indenização, só na revolução bolchevique".

O ministro ressaltou diversas vezes que o programa de estatização de vagas não faz parte do conjunto da reforma universitária. "Trata-se de uma ação de política pública imediata", encerrou.

Reunião ampla foi inesperada

A grande expectativa em relação ao futuro do ensino superior provocou uma situação singular no prédio da representação do MEC no Rio: a exposição do ministro, que deveria ser feita para uns poucos convidados, atraiu dezenas de interessados que tomaram conhecimento do fato. Por uma falha de comunicação da assessoria do deputado Chico Alencar, assumida com muito bom humor pelo parlamentar, a notícia correu nos endereços eletrônicos do meio educacional. Na hora marcada, o ministério precisou arranjar um auditório maior do que o previsto, que também ficou lotado para receber diversos professores, técnico-administrativos e estudantes universitários (principalmente da UFRJ, da Uerj e da UFF), docentes do Colégio Pedro II e alguns poucos representantes de ONGs, entre outros. Um pouco mais cedo, em outra sala do prédio, o ministro reuniu-se com integrantes da Academia Brasileira de Ciências.

A diretoria da Adufrj-SSind não se fez presente por estar no 23º Congresso do Andes-SN, em Salvador.

Colegiados

Estudantes comemoram confirmação de bolsas novas

Na volta do recesso do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), os estudantes tiveram muito o que comemorar. Na sessão de 3 de março, foi confirmada pela reitoria a concessão de 1,5 mil novas bolsas, anunciada em 14 de janeiro (veja jornal da Adufrj nº 124, de 26/01). De novidade, houve apenas um remanejamento para contemplar um aumento do número da chamada bolsa-auxílio, destinada a alunos carentes. A totalidade de bolsas desta modalidade passa de 250 para 500. As bolsas de monitoria foram reduzidas de 750 para 600 e as bolsas de Iniciação Artística e Cultura vão de 250 para 150. Foram mantidas as bolsas de Apoio ao Estudante (250). As 504 bolsas do Programa de Fomento da Graduação (Profag), criadas pela gestão Vilhena, que vinculavam o recebimento do benefício a um trabalho, muitas vezes fora da área de atuação do bolsista, foram substituídas por um auxílio-manutenção. A política anual de concessão de bolsas vai custar R$ 5.402.480.

Para o representante discente Luciano da Silva Barboza, o início de ano está sendo bom para os estudantes: "Existe uma preocupação grande com a permanência dos alunos. Por isso, o orçamento (das bolsas) está garantido", disse, em referência a uma tabela distribuída na reunião do CEG.

Agenda para 2004

Alojamento, política de distribuição de vagas docentes, retenção, evasão, laboratórios de informática; perfil dos cursos de graduação; estágio curricular; cotas e vestibular, entre outros pontos, são assuntos que deverão estar na pauta do CEG ao longo do ano. Para dar conta de tantos temas, os conselheiros decidiram dedicar a reunião inteira desta semana (em 10/3) para organizar a agenda do colegiado. A intenção é estabelecer as prioridades, distribuir o trabalho e os prazos entre as comissões existentes no conselho e tentar evitar decisões apressadas no futuro.

Planejamento do vestibular 2005

Neste sentido, a superintendente da pró-reitoria de Graduação, professora Deia Maria, informou que um relatório sobre o último vestibular deverá estar concluído até o fim deste mês. Em seguida, esse documento será distribuído no CEG para já ter início a discussão em torno do funcionamento, normas e critérios do próximo concurso.

Recuperação dos LIGs

A superintendente comunicou ainda que o Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) está para concluir um relatório sobre as condições dos Laboratórios de Informática da Graduação (LIGs) da UFRJ. O objetivo deste trabalho é fazer um projeto para recuperação da malha de computadores da universidade.

Decreto sobre empenho dos recursos

O pró-reitor José Roberto anunciou que um decreto do presidente Lula (nº 4.992, de 18/2) obriga os órgãos federais (entre eles, as instituições de ensino superior) a empenhar todos os seus gastos anuais com custeio até o dia 31/03. Segundo ele, a situação é preocupante, pois, se houver qualquer emergência, a reitoria não terá nenhum recurso para cobrir as necessidades.

Contrato com o Cenpes

O pró-reitor também relatou que a reitoria negocia com o Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes) a renovação do contrato de aluguel daquela instituição no *campus* do Fundão. José Roberto contou que, além do aluguel, estaria sendo tentada uma verba excedente, não definida ainda, que seria dividida na UFRJ da seguinte maneira: 15% para urbanismo; 25% para extensão; 25% para pesquisa; e 35% para graduação. A quantia do urbanismo seria administrada pela Prefeitura Universitária para melhorias no *campus*. O restante seria submetido a uma disputa de projetos, na área de interesse da Petrobrás.

Embora tenha se manifestado contra o uso de recursos próprios conseguidos pela universidade para "tapar buracos" orçamentários, o pró-reitor parece não ter atentado para outro problema - a universidade, sem dinheiro, começa a ficar refém de projetos voltados para o interesse do mercado.

Dignidades acadêmicas

O pró-reitor informou ainda que a UFRJ voltará a conceder, provavelmente em abril ou maio, os títulos de dignidades acadêmicas para os alunos que se destaquem no ensino de graduação. Essa premiação havia sido interrompida durante a gestão Vilhena.

Movimento

Servidores querem reposição das perdas salariais

Categoria reivindica três índices de reposição de períodos distintos

No próximo dia 17 de março, os servidores públicos federais lançam a Campanha Salarial de 2004 com atos públicos em todos os estados e uma grande mobilização em Brasília. Na última Plenária dos SPF, em 15 de fevereiro, o funcionalismo federal aprovou como uma das reivindicações da pauta deste ano a reposição das perdas e a correção das distorções salariais. No conjunto, os servidores aprovaram como índice de reposição emergencial um reajuste linear de 50,19%, o que corresponde às perdas de julho de 1998 a dezembro de 2003. O vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, explica que neste índice emergencial já estariam descontadas as reposições de 3,5%, recebida em janeiro de 2002, e de 1%, recebida em janeiro de 2003. "Este valor não conta com a incorporação das gratificações produtivistas (GED e GID), pois cada carreira tem suas especificidades e distorções", diz o professor.

Além do reajuste emergencial, os servidores reivindicam as perdas acumuladas de janeiro de 1995 a dezembro de 2003, que representam a necessidade de um reajuste de 127%, descontados os valores recebidos em 2002 (3,5%) e 2003 (1%). O mês de janeiro de 1995 representa, na verdade, o melhor momento dos servidores em relação ao poder aquisitivo dos salários nos últimos nove anos. De lá para cá, foram sete anos com zero de reposição e ínfimos reajustes recebidos nos dois últimos.

Inflação de 2003

Outra reivindicação do funcionalismo é, pelo menos, a reposição da inflação acumulada no primeiro ano do governo Lula, que, segundo José Domingues, está calculada em 9,57%, pelo ICV/Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos). Esta reivindicação tem como argumento mais forte o fato de que, logo no início do atual mandato, o governo federal se comprometeu publicamente que não haveria perdas para nenhuma das categorias do serviço público nesta gestão. Para os servidores, o reajuste de 1,99% anunciada pela equipe econômica para 2004 é uma demonstração de desrespeito e falta de compromisso do governo.

Histórico das perdas

Um estudo recente da Subseção do Dieese na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), divulgado em janeiro deste ano, mostra a racionalidade da reivindicação dos 127% para as perdas acumuladas nos últimos nove anos. Para se ter uma idéia da inflação ocorrida neste período, o Salário Mínimo federal acumula perdas de 270,43% desde julho de 1994 a abril de 2003. Outros índices demonstrados pelo Departamento revelam o tamanho do rombo no bolso dos trabalhadores. No total geral dos itens discriminados pelo Dieese no cálculo do custo de vida, as perdas chegam a 137,60%, de janeiro de 1995 a dezembro de 2003.

Na alimentação, os preços dos produtos nos supermercados e nos restaurantes ficaram 88,24% mais caros. Os serviços de Saúde registraram uma inflação de 332,67% neste período. Somente a assistência médica privada teve aumento de 415,52% e os medicamentos e produtos de farmácia aumentaram 175%, de acordo com o ICV-Dieese.

Os livros didáticos aumentaram 194% e os gastos com educação e leitura registraram uma inflação de 261,5% nestes nove anos. Gastos com habitação, um dos itens acompanhados pelo Departamento, teve aumento de 223,94%.

Classificados como subitens na lista do departamento, os serviços públicos registram índices de inflação bastante altos. Os serviços de energia elétrica aumentaram 203,76%; os de água e esgoto: 261,6%; o gás de botijão aumentou 542% e os serviços de telefonia foram os campeões com 724,7% de reajuste.

O transporte coletivo aumentou 229% e a gasolina registra um índice de 265,9% de reajuste. Dos itens pesquisados pelo Dieese, as despesas pessoais tiveram aumento de 121%, os gastos com recreação, 45,85% e com equipamentos domésticos, 51,79%. O vestuário foi o único item que registrou uma variação negativa de 11,28% nos preços.

Outros indicadores

Além do ICV-Dieese, outros indicadores também registram as perdas dos últimos nove anos. De acordo com o próprio Dieese, o IPC-DI, da Fundação Getúlio Vargas, registra uma inflação acumulada de 133,56% de janeiro de 1995 a dezembro de 2003. O IGP-M/FGV (para as operações financeiras) registra uma inflação de 173,91% no mesmo período. O IGP-DI (utilizado também para operações financeiras e de preços), também da FGV, registra 171,56%; o IPCA (acompanha os mesmos itens do ICV), do IBGE, marca uma inflação de 119,34%; e o INPC/IBGE (tem como objetivo balizar os reajustes de salário) registra 125,20%.

Guilherme Lessa

EM OUTROS ANOS, OS SERVIDORES FORAM ÀS RUAS EM BUSCA DOS SEUS DIREITOS

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 127 • 15 de março de 2004

Debate

Que Universidade queremos?

6/04 terça-feira **12h**

Sala 220, Bloco D,
Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Agenda Sindical

15/3 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
***Brasília (DF)**, sede do Andes-SN*

16/3 – Plenária Nacional dos servidores públicos federais
Brasília (DF)

16/03 – Reunião do Comitê Rio do Fórum Social Mundial
Na avenida Rio Branco, 109/16º andar (sede do Corecon)

17/3 – Lançamento da Campanha Salarial 2004
Brasília (DF)

20/03 - Dia Internacional de Protestos contra a Guerra
- convocado pelo Fórum Social Mundial; nesta data se completa um ano da invasão do Iraque. No Rio de Janeiro, haverá uma caminhada com concentração na Rua Sá Ferreira com Av. Nossa Senhora de Copacabana, às 10h.

24/03 - Seminário sobre as reformas Trabalhista, Sindical e Universitária do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública
No Sintrasef (av. Treze de maio, 13, 10º andar), às 18h30

14 e 15/4 - 13ª Plenária Social Nacional sobre a ALCA
São Paulo (SP)

29 a 31/7/2004 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Ricardo Borges/Andes-SN

MARCHA DOS DOCENTES E TRABALHADORES SEM-TETO NO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN EM SALVADOR

Protesto com tempero baiano

Professores e sem-teto se unem e fazem em Salvador uma passeata contra a falta de moradia e em defesa da educação

Se depender da disposição dos professores universitários e do movimento dos sem-teto, as reformas do governo Lula, principalmente no setor da educação, não seguirão adiante. No início da tarde do dia 5/03, os dois segmentos se uniram numa marcha contra a reforma universitária, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e pela moradia para os sem-teto de todo o país.

Com quase mil pessoas, a passeata saiu do Palácio da Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBa) e seguiu pelo centro de Salvador até a Praça da Piedade. Durante o percurso, sindicalistas, políticos e representantes do movimento popular distribuíram panfletos à população para alertá-la dos prejuízos que a reforma universitária traz para a educação pública brasileira.

Portando bandeiras, faixas, cartazes e proferindo palavras de ordem, professores e líderes dos sem-teto criticavam a reforma universitária e a falta de compromisso do governo federal com os trabalhadores. Como parte da programação do 23º Congresso do Andes-SN, a marcha contou com líderes da seção Sindical da UFBA, da Fasubra, Andes-SN, militantes de partidos de esquerda (PCO, PSTU) e de segmentos da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Continua na página 2

Andes-SN

Três chapas concorrem nas eleições do Sindicato Nacional

Durante o 23º Congresso do Andes-SN, foram inscritas três chapas que participarão do processo eleitoral para a escolha da próxima diretoria do Sindicato. A apresentação das chapas ocorreu durante a Plenária do Tema II, na noite do último dia do evento (9/3), em Salvador. A novidade deste ano é que uma terceira chapa, formada por integrantes do Partido da Causa Operária (Chapa 1) participará do pleito. Nos últimos anos a direção da entidade vinha sendo disputada por apenas dois grupos de docentes. A Chapa Andes Autônoma e Democrática apresentou os 11 integrantes de sua composição para a Executiva Nacional da entidade, já durante a apresentação das chapas, no Congresso. No total, a direção do Andes-SN é composta por 85 professores, os da executiva nacional e os representantes das regionais, composta por seis integrantes cada.

As eleições acontecem, em todo o país, nos dias 18 e 19 de maio. Confira, ao lado as nomes das chapas e dos candidatos à direção da entidade.

Fotos: Manuella Soares

PATRÍCIA CRISTINA APRESENTA A CHAPA 1

Chapa 1 - Educação e Revolução

Presidente: Maria de Lourdes Sarmento – *Aduepb-SSind*
Secretário Geral: Patrícia Cristina P. de Almeida – *ADUnB-SSind*
1º Tesoureiro: Valdeci G. Silva – *Aduepb-SSind*

GIL VICENTE APRESENTA A CHAPA 2

Chapa 2 – Uma Nova Andes é Possível – Plural e de Luta

Presidente: Gil Vicente Reis de Figueiredo – *Adufscar-SSind*
Secretário Geral: Cássia Damiani – *Adufc-SSind*
1º Tesoureiro: Denise Maria Maia – *APUFPR-SSind*

Chapa 3 – Andes – Autônoma e Democrática

Presidente: Marina Barbosa Pinto – *Aduff-SSind*
1º Vice-presidente: Paulo Rizzo – *Apufsc-SSind*
2º Vice-presidente: Oswaldo Coggiolla – *Adusp-SSind*
3ª Vice-presidente: Maria Inês Corrêa Marques – *Aducsal-SSind*
Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira – *APESJF-SSind*
1ª Secretária: Milena Maria da Costa Martinez - *APESJF-SSind*
2ª Secretária: Ceres Torres – *Adufpel-SSind*
3º Secretário: Edmundo Dias – *Adunicamp-SSind*
1º Tesoureiro: Antônio de Pádua Bosi – *Adunioeste-SSind*
2ª Tesoureira: Zenilde M. de Morais – *Aduferpe-SSind*
3ª Tesoureira: Edna Maria Magalhães do Nascimento – *Adufpi-SSind*

MARINA BARBOSA APRESENTA A CHAPA 3

Continuação da capa

Em seus discursos, os representantes dos movimentos sindical e popular frisaram a necessidade de união dos movimentos populares e dos trabalhadores para enfrentar, com mais força, as políticas neoliberais que o governo federal tenta impor ao país. Os sindicalistas afirmavam nos microfones que não aceitam as propostas reformistas que visam a favorecer os contratos com banqueiros e megaempresários internacionais com sacrifício para os trabalhadores.

"Não aceitamos uma política feita por um governo que se elegeu com o apoio e o voto dos trabalhadores brasileiros e agora está fazendo uma política de favorecimento aos banqueiros", disse o professor universitário Josevaldo Cunha, diretor do Andes-SN e animador da marcha.

A crítica recorrente dos participantes da caminhada era a de que o governo Lula abandonou o programa do PT, que contemplava os interesses dos trabalhadores, e aderiu e reforçou as propostas voltadas para os setores ligados ao grande capital.

Sob o slogan "nossa luta exige solução, teto, emprego e educação", os manifestantes procuraram repassar à população a idéia de que a unidade na defesa dos interesses entre os trabalhadores é fundamental para o embate com o governo. Alguns professores universitários disseram que essa palavra de ordem representa uma simbologia da unidade da luta dos trabalhadores, que começa a ser construída.

No encerramento da passeata, o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, conclamou os trabalhadores a fortalecer os movimentos sociais autônomos e alertou para que não se deixassem conduzir por qualquer governo. Lucas considerou a marcha uma ação bem-sucedida, com boa participação popular. Para ele, essa é uma maneira de construir laços de solidariedade entre os docentes e os demais trabalhadores.

Fonte: Andes-SN

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN

Plenária define planos de luta para 2004

"Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista e radicalmente democrática". Mais uma vez, esse foi o primeiro eixo aprovado no Plano Geral de Lutas na Plenária do Tema I (políticas setoriais), do 23º Congresso do Andes-SN, realizada no quinto dia do evento que ocorreu entre 4 e 10 de março, em Salvador. Os docentes se posicionaram quanto à conjuntura internacional e nacional com destaque para as políticas públicas do setor de Educação. Combate à ofensiva capitalista, aos organismos financeiros internacionais e aos tratados de livre comércio foram algumas das deliberações de ontem.

Como deliberação, os docentes aprovaram a defesa intransigente da educação pública, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada, bem como a sua universalização em todos os níveis e modalidades, como um dever do Estado. Em relação à pesquisa universitária, os docentes criticaram a ingerência do mercado e aprovaram a luta pelo estímulo a uma produção acadêmica desatrelada das demandas do setor privado, além da ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento.

Ricardo Borges/Andes-SN

PLENÁRIA DO 23º CONGRESSO

Manuella Soares

VERA SALIM, MIRIAM KAIUCA, JOSÉ MIGUEL E LEILA RODRIGUES, DELEGADOS DA ADUFRJ-SSIND NO CONGRESSO DO ANDES-SN

Carreira

Quanto à Carreira, foi aprovada a reivindicação da carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salarial propostos pelo Sindicato.

Economia

Como bandeiras de luta foram aprovadas, entre outras, o "Não à autonomia do Banco Central!" e "Pela reestatização das empresas privatizadas!" Os professores decidiram exigir a retirada do governo federal das discussões sobre a Área de Livre Comércio com os EUA e a realização de um plebiscito oficial sobre a adesão do Brasil a este acordo.

Direitos trabalhistas

Quanto aos direitos sindicais e trabalhistas, foram aprovadas, entre outras resoluções, a organização e a implementação de ações para a revogação dos instrumentos (PLs, MPs e PECs) do governo que violentem os direitos e conquistas dos trabalhadores e contra as deliberações do Fórum Nacional do Trabalho.

Reforma Universitária

Foi aprovada, ainda, na plenária, a luta contra a implementação dos princípios da reforma universitária contidos nos documentos do Grupo Interministerial do governo federal. Os delegados também aprovaram, entre muitos dos temas sobre a Educação, uma posição contrária à política do MEC para a ampliação de vagas nas universidades por meio da Educação a Distância e à compra de 100 mil vagas em empresas de educação, ou faculdades privadas, conhecida como o Programa Universidade Para Todos. No mês de abril deverá ser realizado um dia nacional de defesa da universidade pública com atos nos estados.

Relação com a CUT

Na discussão sobre a relação do Sindicato com a CUT, os docentes aprovaram que a entidade continuará filiada à Central Única dos Trabalhadores, mas a entidade deve ter uma posição mais crítica e analisará o comportamento dos dirigentes da Central em relação ao governo Lula.

Resenha

Alojamento na UFF

Matéria da Folha Dirigida (de 04/03) informa que um grupo de trabalho encarregado de estudar a construção de um alojamento na UFF vai vistoriar os *campi* da instituição em busca de possíveis locais para a moradia estudantil. O relatório com a proposta final para viabilizar a moradia já foi finalizado. Agora, os membros da comissão esperam conseguir apoio do Conselho Universitário para aprovar o projeto no próximo dia 28 de abril. Presidente do GT, o estudante Afonso Madureira disse que "cerca de três mil estudantes precisam de moradia na UFF. A idéia é fazer um primeiro prédio para 800 pessoas até o ano que vem, outro para mil alunos nos dois anos seguintes e assim sucessivamente até que atenda a todos".

Plano Nacional de Graduação

Nota da coluna Comunidade Acadêmica, da Folha Dirigida de 9/03, conta que o professor Oscar Acselrad, ex-sub-reitor de Patrimônio e Finanças da UFRJ, foi recentemente nomeado para o Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior do MEC. O ex-sub-reitor será responsável pelo Plano Nacional de Graduação. "Nosso objetivo é criar políticas de subsídio à graduação, semelhantes às desenvolvidas pelo CNPq e pela Capes na pós", disse.

Jornada de trabalho

De 1988 a 2002, aumentou de 16,1 milhões para 31,1 milhões o número de pessoas que fazem jornada superior a 44 horas semanais. Os dados são da Secretaria do Trabalho da Prefeitura de São Paulo, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, de 2002. Cálculo da secretaria mostra que cerca de sete milhões de vagas deixaram de ser criadas em 2002 devido ao elevado número de pessoas que trabalham mais de 44 horas semanais. "Se tivessem sido criados 7,06 milhões de vagas, cerca de 800 mil pessoas estariam desempregadas no país, e não 7,8 milhões (segundo o mesmo IBGE). A hora extra deveria ser eventual", diz o economista Marcio Pochmann.

Vale lembrar que a última plenária dos servidores públicos federais, atenta às precárias condições da classe trabalhadora brasileira, aprovou a redução da jornada para todos como um dos seus eixos de luta.

MST

Trabalhadoras são presas no Dia Internacional da Mulher

De acordo com nota na página eletrônica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na manhã do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, duas trabalhadoras rurais foram presas em um despejo no Acampamento Serra das Varras, no município de Arco Verde, em Pernambuco. Foram presas Maria Rosilene Gomes da Silva, 18 anos e grávida de 7 meses e Rosangela de Mello Silva, 18 anos.

Andes-SN

O que está em jogo na reforma universitária

O painel *Reforma Universitária: o que está em jogo?* foi o segundo painel na tarde do dia 4, do seminário promovido pelo Andes-SN, antecedendo a abertura dos trabalhos do 23º Congresso dos docentes. Os professores Katia Lima, da UFF, Roberto Leher, da UFRJ, e João dos Reis Silva Júnior, da Universidade de Sorocaba, falaram sobre as implicações da reforma universitária para a universidade pública brasileira, da estratégia do governo para implementá-la e das estreitas relações das propostas governistas com a pauta política dos organismos financeiros internacionais.

Para o professor João dos Reis, o governo Lula produz uma identidade para a universidade pública: a de ser tutelada pelo mercado, de um lado, e por um Estado gerencial, controlador e centralizador, do outro, ao mesmo tempo em que pretende avaliar os resultados da produção universitária em função das políticas determinadas pelo chamado núcleo duro do governo. "Este governo transfere suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil, através das ONGs, concretizando uma forma sutil e perversa de privatização dos direitos sociais e subjetivos do cidadão e se exime da responsabilidade parcial pelo financiamento deste nível educacional", avalia.

O professor analisa o financiamento através do documento Gasto Social do Governo Central – 2001 e 2002 e afirma que o texto tem relação com o documento sobre a reforma universitária apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, divulgado no final de 2003. "O texto mantém, ainda, a mesma identidade do documento 'Política Econômica e Reformas Estruturais', assinado pelo secretário de Política Econômica Marcos Lisboa e apresentado no encontro de Primavera do FMI, em abril de 2003. Isso mostra as relações dos atuais propositores para a educação superior e para a ciência e tecnologia com os articuladores de um contexto mundial que extrapola a América Latina e o Brasil".

Segundo o professor, a reforma da educação superior do governo Lula acentua a iniciada pelo governo Fernando Henrique e se pauta nos seguintes pilares: que o ensino superior seria a grande barreira para a administração dos gastos sociais do governo Lula. E que é necessário dar total apoio ao setor privado, estruturado há mais de 40 anos, por meio de verbas públicas. Citou como exemplo a proposta do programa Universidade para Todos, que prevê o destino de cem mil vagas estatais oferecidas para as particulares. "O setor público seria o lugar privilegiado dos alunos mais bem aquinhoados. O último relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostra o contrário quando revela, por exemplo, que grande parte das vagas das públicas está ocupada pelos que detêm os 10% da riqueza nacional".

Manuella Soares

O PROFESSOR ROBERTO LEHER COMENTA O PROJETO DO GOVERNO LULA PARA O ENSINO SUPERIOR

Encaminhamentos do governo para o financiamento

Com a reforma universitária, o governo propõe a subvinculação de verbas, entre União, estados e municípios, onerando os dois últimos. "A União determinaria os parâmetros da educação superior, mas a maior parte deste orçamento estaria no âmbito dos estados e municípios", a exemplo do que foi feito com os fundos do ensino fundamental (Fundef) e da educação básica (Fundeb). O professor também acredita que o governo vai querer encaminhar o projeto de lei da deputada petista Selma Schons, que prevê uma contribuição social e o desconto de percentual dos salários de profissionais egressos das universidades públicas. "Ainda que isso tenha sido rejeitado pelo ministro Tarso Genro, o espírito desta proposta continua, que é o da privatização da universidade pública", complementa, relacionando a contribuição social ao tipo de pagamento de celulares: "Teríamos a educação pública pós-paga e não mais gratuita".

Uma das facetas do processo de privatização nas universidades é, para o professor, a transferência da responsabilidade pela manutenção das instituições para a sociedade, e cita como exemplos o projeto da deputada Selma e o Programa Universidade para Todos, "um fundo público que vai para o capital privado".

Autonomia

Para João dos Reis, a proposta do governo para autonomia universitária resgata a concepção das organizações sociais do ex-ministro Bresser Pereira, ainda que de forma muito sutil. O professor alerta para o projeto de lei complementar 118/03, do deputado petista Eduardo Valverde, que regulamenta a autonomia através de uma lei orgânica para as IFES e cria o "sistema de instituições superior". "O projeto prevê a criação de um conselho superior do poder executivo dos docentes e dos alunos. Caberá a este conselho sugerir ações administrativas a serem implementadas pelas instituições e propor modelos de financiamento". O projeto, de acordo com João dos Reis, prevê ainda o "fortalecimento do sistema superior de educação" o que, na sua opinião, acarretará uma aproximação entre os setores e a possibilidade de complementação orçamentária das públicas pelas instituições privadas e, em troca, uma migração dos docentes e pesquisadores das instituições públicas para as privadas. "Não sei a que *mix* nós chegaríamos", provocou.

Política de governo

Já para a professora da UFF Kátia Lima, a reforma é uma política da equipe de Lula e não apenas uma continuidade das políticas do governo anterior. Ela considera este entendimento importante para que se desmonte o discurso de que há diferenças de políticas entre os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Casa Civil e o da Educação. A professora destacou dois elementos centrais da conjuntura em que a reforma está inserida: o empobrecimento que marca o cenário mundial na atualidade e a forma como a burguesia internacional enfrenta este quadro de estagnação econômica; e os traços principais do projeto nacional de desenvolvimento do governo Lula e sua subordinação aos organismos internacionais do capital.

Para Kátia, a burguesia nacional enfrenta o empobrecimento mundial com o discurso da humanização do capital: "não é socialismo, não é capitalismo, mas uma terceira via, na expressão do Anthony Giddens, nova esquerda, na expressão de Bresser, da nova social democracia, em um discurso que está marcado por três elementos centrais. O primeiro: a articulação do crescimento econômico com a idéia de justiça social. O segundo: rejeição da política de classes ou a supressão do conceito de luta de classes deste debate. E o terceiro: a regulação e a desregulação da economia através das parcerias entre público e privado". A professora avalia que este cenário de humanização do capitalismo pode compreender, entre outros fenômenos, a guinada à direita do Partido dos Trabalhadores durante a década de 1990. Segundo a professora esta análise não é uma crítica simplista à política de alianças do atual governo, mas a verificação de quem está na direção das alianças: o capital ou o trabalho.

Subordinação ao capital

Para Kátia, as políticas do governo atual não são apenas uma continuidade do anterior, mas um aprofundamento do processo de privatização e que tem como objetivo subordinar a educação brasileira à ordem do capital. Na opinião da professora, esta reforma se apresenta através da retomada do conceito de 'público não estatal', que esteve presente na reforma do Estado do governo FHC, "e da diversificação das fon-

Reforma Universitária em perspectiva

Um ataque sem precedentes contra as universidades públicas brasileiras imposto por organismos internacionais que visa a transformar a Educação em mercadoria. Essa avaliação sobre a proposta do governo de reforma para as universidades permeou o discurso dos participantes do seminário que antecedeu a abertura do 23º Congresso, dia 4/3.

No painel Proposta das Entidades para a Universidade Brasileira, realizado no período da manhã, a presidente da Andifes, Wrana Panizzi, elencou as principais proposições da entidade para o fortalecimento e valorização da universidade pública brasileira. Segundo Wrana, é preciso uma maior autonomia, "a partir da compreensão de que a universidade pública é instituição do Estado e não de governo". Enfatizou também a necessidade de um novo projeto acadêmico, com ênfase na formação cidadã e de fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Para Wrana, a universidade deve responder à necessidade de diminuição das desigualdades sociais.

O diretor da Fasubra Sindical Vicente Neto ressaltou que a proposta do governo para as universidades "fere aspectos básicos no que se refere à autonomia" e afirmou que a aplicação dos recursos públicos deve passar pelo debate com a sociedade. "Queremos ser atores principais da reforma universitária. É preciso romper mitos contra a universidade brasileira, como o que afirma que são os ricos que estudam nas universidades públicas, sempre com a intenção de restringir os espaços públicos", afirmou.

O vice-presidente da UNE, Rafael Moraes, defendeu a ampliação do acesso à universidade e lembrou que, com a reforma universitária, "podemos perder em um ano o que resistimos em oito". O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, afirmou que o Sindicato defende a educação pública como concessão do Estado, sem fins lucrativos e que o governo caminha no sentido contrário, estimulando a privatização com a ausência de recursos para as universidades públicas. Para Lucas, os movimentos sociais devem se organizar para barrar a reforma universitária do governo que, a exemplo da reforma da Previdência, pode ser aprovada sem a discussão efetiva com a sociedade.

Ricardo Borges/Andes-SN

LUIZ LUCAS CRITICA A REFORMA EDUCACIONAL DE LULA

Lucas criticou, ainda, o fato de o governo Lula, não ter apresentado respostas às demandas dos servidores Públicos Federal por negociações. "Foi um diálogo que não tinha resposta. E não tinha resposta porque, todos nós sabemos, o problema central é justamente o do financiamento. E a decisão do governo referente às prioridades orçamentárias é manter o superávit primário de 4,25% do PIB até o final do mandato". Para o professor, diante deste quadro econômico e político, não há como garantir recursos para a educação e para a saúde públicas. "O conjunto das políticas sociais vai ser abandonado", concluiu.

tes de financiamento das universidades públicas, uma plataforma da Unesco, do Banco Mundial, do FMI e do governo neoliberal de Fernando Henrique".

Katia Lima discorreu, ainda, sobre a direção da política de desenvolvimento adotada pelo governo Lula que seria a de intensificar a redução dos gastos do setor público com o incentivo e ampliação da ação dos setores privados. Estas diretrizes estão, de acordo com a professora, nos documentos do FMI e do Banco Mundial para o Brasil. Os credores incentivariam a participação dos setores mais pobres da sociedade para a criação de um clima de consenso para as reformas estruturais. "Estes elementos estão presentes no primeiro acordo do governo Lula com o FMI, um empréstimo de 14 bilhões de dólares, realizado em 2003; na elaboração do Orçamento Geral da União de 2004; e na elaboração do Plano Plurianual 2004-2007".

Para dar uma idéia do clima de consenso que será buscado pelo governo para a aprovação das reformas, a professora lembrou a distribuição de R$ 700 milhões para as obras de interesse de deputados e senadores. "O que caracteriza este orçamento é a redução das verbas públicas para as áreas prioritárias com valores menores do que aqueles alocados no governo neoliberal de Fernando Henrique. Uma redução de 70,3%, segundo dados da Folha de S. Paulo de 31 de dezembro de 2003".

Dívida externa versus políticas sociais

Para apresentar o cenário econômico em que as reformas se inserem, Kátia Lima informou que no período de janeiro a outubro de 2003, o governo brasileiro liberou para o pagamento da dívida externa nada menos do que R$ 86 bilhões e apenas R$ 46 bilhões para as áreas sociais, que compreendem segurança, assistência social, saúde, educação, cultura, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, energia, esportes e transportes. A professora destacou ainda dois cortes neste orçamento, um de R$ 14 bilhões, em 2003, e outro de R$ 6 bilhões em janeiro deste ano.

Para a professora, a reforma universitária do governo Lula é uma prioridade como estratégia de abertura de novos campos de exploração para o capital. Para a burguesia brasileira, em especial, os novos espaços para a acumulação encontram-se no programa Universidade para Todos, uma expressão importante do que seria uma tentativa de salvar o empresariado do ensino da bancarrota que ameaça muitas destas empresas!

Mesma estratégia

Para o professor Roberto Leher, o governo vai usar o mesmo discurso dos privilégios utilizado na campanha pela reforma previdenciária, deste vez atacando os que defendem a universidade pública e gratuita. A tentativa será convencer a opinião pública de que há uma maioria de ricos que se beneficia da gratuidade e que os setores 'coorporativos' das universidades, leia-se: comunidade universitária e sindicatos, não querem a reforma 'necessária'.

O professor destacou a intenção do governo de afirmar que não há verbas do Estado para o ensino superior e então seria preciso diversificar as fontes de recursos do Estado. "A idéia desta diversificação estaria mais viva do que nunca e a conseqüência imediata disso é que com a diversificação virá também a diferenciação dos serviços prestados na Educação", comentou.

De acordo com Leher, todo um conjunto de medidas para institucionalizar esta diversificação, já regulamentada pelo governo Fernando Henrique com os Centros Universitários, volta à cena com a reforma universitária do atual governo. Para o professor, trata-se da diversificação do público: "em um requinte de perversidade, nós vamos ter cursos de maior ou menor qualidade de acordo com o público a que se destina". O professor citou o caso da proposta do ensino a distância na qual o governo propõe destinar estas vagas ou parte delas para os 'pobres'. "Esta lógica de diferenciação e diversificação está presente em todas as teses governistas desde a década de 1980".

Autonomia financeira

Um dos eixos da reforma universitária, segundo Leher, é a remoção dos 'obstáculos burocráticos' para que as universidades possam captar recursos no mercado. O governo argumenta que se as universidades tivessem maior autonomia financeira poderiam captar os recursos que faltam à complementação de seus orçamentos no mercado. Para o professor, o governo quer que a universidade seja uma organização que vende serviços e não uma instituição de produção de ensino e conhecimento.

O professor citou o projeto de Parceria Público Privado (PPA) como o instrumento que vai viabilizar o fim dos 'entraves burocráticos' que hoje impedem ou minimizam a venda de serviços em algumas instituições. A idéia é diluir as fronteiras que separam as instituições públicas das privadas fazendo dos dois setores um ente único, "teríamos apenas uma universidade".

Com esta estratégia, o governo poderia definir dentro do único sistema quais as instituições, sejam elas públicas ou privadas que poderiam receber verbas do orçamento público. Leher chamou atenção para os critérios de avaliação das instituições de ensino baseados na produtividade e número de formandos que levariam a instituições privadas que vêm crescendo, quantitativamente e não qualitativamente, a terem acesso a verbas públicas para a pesquisa e o ensino. Este entendimento, de acordo com o professor, é hoje crucial para viabilizar o acordo geral de comércio e serviços da Organização Mundial do Comércio. "O grande obstáculo colocado pela OMC é a concorrência 'desleal' entre as universidades públicas e privadas porque eles dizem que universidades públicas estão recebendo subsídios estatais. Ora, se o governo passar a financiar indistintamente públicas e privadas, o caminho está aberto para que o acordo geral de comércio seja implementado também na área de educação".

Opinião

A educação a distância na reforma universitária

Raquel Goulart*

O Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pelo Decreto Presidencial de 20 de outubro de 2003, encarregado de analisar a situação atual das universidades e apresentar plano de reforma, produziu documento que deve ser discutido pelo conjunto dos professores. Depois de abordar vários aspectos da "atual situação de crise da educação superior", destaca, como soluções emergenciais: (1) um "Pacto da Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo"; e (2) a "Educação a Distância". O referido pacto, como um todo, merece uma discussão sistemática que extrapola os limites deste texto. Aqui, o foco é a Educação a Distância (EAD), posta como solução para a crise.

O documento introduz a EAD (item 3.2) nos seguintes termos:

Como um segundo passo, rumo ao necessário redesenho emergencial, é imperativo reconhecer que a universidade pública brasileira, nos limites impostos pela educação presencial, mesmo com aumento substancial de recursos, não teria condições de aumentar as vagas de forma maciça no curto e media prazos. Em um país de dimensões continentais a educação a distância surge como um caminho viável e necessário. Infelizmente, no Brasil, muitos ainda julgam a educação a distância um ensino de segunda categoria e prevalece um medo infundado de que a educação a distância possa ameaçar o ofício de professor, no desconhecimento de que em qualquer processo de educação a distância bem planejado exige número apreciável de professores - no planejamento, elaboração de conteúdo, tutoria e avaliação. É urgente romper com essa cultura conservadora, que serve de suporte para um desinteresse político em promover investimentos públicos no apoio à disseminação do ensino a distância.

Neste trecho introdutório, é possível verificar a justaposição de diferentes aspectos da "crise": os "limites impostos pela educação presencial" (uma *restrição* educacional), as "dimensões continentais" do país (um *problema* geográfico) e "essa cultura conservadora" (uma *limitação* dos sujeitos envolvidos), Por outro lado, a meta está localizada para além da "crise". Não se trata de promover as condições necessárias ao pleno funcionamento das universidades, mas de "aumentar as vagas de forma maciça no curto e media [sic] prazos".

O tom assumido pelo texto é de exortação. Os aspectos destacados são interligados por: "necessário", "emergencial", "imperativo" e "urgente". Também é feita a apologia do "rumo" a ser tomado: "caminho viável e necessário" que "surge" (o documento não menciona *como* ou de *onde*). Em outras palavras, existem empecilhos ao alcance da meta (a reforma para a multiplicação das vagas), mas a solução aí está. Dada.

No documento, não há espaço para questionar os pressupostos, os implícitos, ou mesmo as implicações do caminho determinado. A EAD é alçada à condição de fórmula mágica, em movimento de mistificação máxima, desenvolvido a partir da desqualificação de toda e qualquer postura crítica em relação a ela, já que necessariamente associada a "cultura conservadora", "medo infundado", "desconhecimento" e "desinteresse político".

Em tom de lamento ("infelizmente"), o documento assume uma indefinição numérica "apreciável". Afirma serem "muitos ainda" os que têm restrições ao caminho apontado: os que desconhecem que "qualquer processo de educação a distância bem planejado exige número apreciável de professores". Ainda que ao fazê-lo esteja reconhecendo a possibilidade de processos não ou mal planejados (um "qualquer"), está retomando as operações matemáticas desenvolvidas a partir de uma relação aluno-docente que, reiteradamente, tem sido objeto de questionamento (item 1.2) e remetendo a uma espécie de *milagre*, também "apreciável":

para corrigir ao mesmo tempo a falta de professores e a substituição dos temporários por professores permanentes, seria preciso contratar 25.785 professores: 8.886 para substituir os atuais contratados como temporários, 9.211 para completar o quadro de 50.426 vagas, e 7.688 novos professores, necessários para atender ao aumento de 600 mil para 1,2 milhão de estudantes.

Em outras palavras, enquanto mais de dois terços das contratações visam a recompor a força de trabalho necessária nas condições atuais, menos de um terço basta para operar a duplicação das vagas oferecidas. É que a "disseminação" da EAD implica a ressignificação e o esvaziamento do trabalho docente em "tutoria e avaliação", já que "planejamento" e "elaboração de conteúdo" não são atividades atribuídas a todos, cabendo a um grupo de *especialistas*, na maioria das vezes, externos. A lógica é a mesma utilizada no mercado: a da substituição tecnológica. Quanto maior a presença da tecnologia, menor a necessidade de trabalho humano. Quanto maior a flexibilidade, maior a competitividade. No caso, a estratégia substitui a lógica da produção pela da circulação e a lógica do trabalho pela da comunicação. Por meio da intensificação do uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), é retomado um processo conhecido nas fábricas: a conversão da subsunção formal em subsunção real do trabalho ao capital. Nas universidades, um número cada vez maior de alunos, atendidos por cada vez menos professores.

Para explicar o funcionamento desta lógica, segue o outro parágrafo relativo à EAD:

Para dar esse salto, no âmbito das universidades, está em estudos a criação do Instituto Darcy Ribeiro de Educação a Distância. Já a partir de 2004, o Instituto Darcy Ribeiro ofereceria todo o apoio à criação e desenvolvimento de redes de ensino a distância, das quais poderá participar qualquer universidade, centro de ensino ou faculdade isolada. Até 2007, a meta é ter até 500 mil alunos[1] cursando o ensino superior por meio da educação a distância. Para tanto, além da implantação do Instituto Darcy Ribeiro de Educação a Distância, serão realizadas as seguintes ações, já previstas no PPA: capacitação de pessoal docente e equipes multimídias; implantação de redes com alto grau de comunicação e de interatividade; produção de materiais educacionais que garantam larga utilização; fortalecimento do apoio logístico a alunos e docentes, tanto na sede, quanto em pólos descentralizados; além do desenvolvimento e implantação de sistemas adequados de gestão, operacionalização, acompanhamento e avaliação.

As ações que sustentam o "salto" começam pela "capacitação de pessoal docente". A incapacidade é pressuposta; a possibilidade de que os professores venham a atrapalhar é assumida; e o deslocamento das funções é afirmado. Às "equipes multimídias" [sic] caberá a *tradução* dos conteúdos de ensino em materiais a serem utilizados à distância. Aos docentes caberá o controle do contato com estes materiais, através da "tutoria" e da "avaliação". Esta última, por sinal, tem sido o aspecto mais controvertido da EAD já praticada, *real*, bastante diferente da EAD imaginada pelos signatários do documento.

O elemento central deste suposto salto corresponde aos "materiais educacionais que garantam larga utilização". Eles são, de fato, o núcleo da proposta e os ícones da incorporação da tecnologia na perspectiva da racionalidade instrumental. Além de mais, na formulação, são os únicos elementos referidos a garantias. No caso, a garantia é a da "larga utilização": com uma excelente relação custo-benefício e uma inevitável pasteurização do seu conteúdo.

O documento menciona, ainda, "sistemas adequados de gestão, operacionalização, acompanhamento e avaliação". Não há qualquer preocupação com parâmetros que definam a suposta adequação. Esta é outra *garantia* implícita no documento. Não há qualquer menção a questões técnicas, como a transposição das aulas ("presenciais") para as novas mídias. Não há questões políticas, como a "revisão do marco regulatório do ensino superior" (item 4). Em síntese, a EAD tem todas as respostas para a "crise" diagnosticada. Novas tentativas de aproximação são dispensáveis, porque a solução (item 1.2) virá "graças ao esperado uso de técnicas de ensino a distância" [sic].

Por outro lado, é importante considerar que, na perspectiva do documento, a EAD poderá mesmo produzir resultados expressivos, como: (a) diminuir significativamente o número de professores e duplicar o número de alunos; (b) baratear drasticamente os custos das universidades; e (c) deslocar o foco da formação para o seu produto, desde sejam utilizados testes *adequados* (como provões) para aferir as competências *adequadas*, desde que *adequadamente* traduzidas nos "materiais educacionais que garantam larga utilização", a serem *adequadamente* consumidos por professores e alunos.

"Graças" à EAD, o investimento maciço nas TIC pode não resultar em aperfeiçoamento do ensino que, na configuração histórica conhecida, prescinde de outras qualificações, mas que recebe, por conta da EAD, o adjetivo "presencial". Porque a perspectiva é a de substituição tecnológica, porque as TIC entram *em lugar de*... no lugar dos sujeitos, no lugar do ensino como prática social.

As universidades brasileiras, seguindo as *condicionalidades* dos organismos internacionais e *adequadas* ao deslocamento da educação para o setor de serviços, capitaneado pela OMC e pelo ALCA, podem passar a contar com as tecnologias de que têm estado alijadas. Provavelmente esta nova condição ainda servirá para *demonstrar* que elas ultrapassaram o chamado *divisor digital* , sendo incluídas no que há de mais moderno na educação dita *globalizada*, mesmo que apenas como consumidora. O ensino, reduzido a mercadorias embaladas e vendidas em pacotes multicoloridos e perdendo suas referências de tempo e espaço (sua objetividade social), só não poderá ser tão ruim a ponto de perder toda a sua competitividade no mercado. Porque, então, pode ser outro grupo defina que a saída seja importar uma mercadoria de melhor qualidade, *coisa* de Primeiro Mundo. E aí, na completa mercantilização do ensino superior, as universidades estarão cada vez mais à distância da sua razão de ser.

A gravidade deste momento está marcada nas muitas simplificações e desvios que constituem o documento. Na sua seção final (item 4), na caracterização das etapas da reforma pretendida, está um movimento que pode ser tomado como síntese:

adaptar-se a realidade de um tempo onde o conhecimento se espalha no mundo, por Internet, televisão e outras modernas formas de mídia, sem respeitar o tradicional locus histórico do aprendizado em sala de aula.

Em síntese, entre a indistinção de informação e conhecimento e o desrespeito à formação universitária como prática social, vai sendo produzida a reforma presente: a que faz a apologia da distância.

---

* Professora da UERJ

[1] Uma primeira leitura poderia sugerir o "esquecimento" de 100.000 alunos. Porém, um mês após a divulgação (bastante restrita) do documento, já é sabido que eles fazem parte da *negociação* com as instituições privadas.

Colegiados

UFRJ sem dinheiro para funcionar

Decreto do governo inviabiliza pagamentos indispensáveis da universidade

Por força do decreto presidencial nº 4.992, de 18/02 deste ano, Lula conseguiu elevar ainda mais o sufoco orçamentário das universidades federais. A legislação obriga os órgãos da administração federal a empenhar todas as suas despesas de 2004 até o fim deste mês. Quer dizer: através de decretos, medidas provisórias e outros instrumentos normativos, o governo vai paulatinamente implementando sua reforma universitária. Quando o prazo para sugestões em relação à reforma propriamente dita se esgotar (em novembro), o núcleo governista parece esperar que a universidade pública esteja fragilizada de modo a facilitar sua associação com setores privados. Ou simplesmente serão ainda mais fortalecidas as instituições particulares, como se prenuncia com a já conhecida "estatização" de cem mil vagas defendida pelo ministro Tarso Genro.

Para a diretoria da Adufrj-SSind, antes mesmo da aprovação do Projeto de Reforma Universitária pelo Congresso Nacional, o Governo já opera uma brutal reforma, menos visível, através de inúmeros decretos e leis que, na prática, realizam antecipadamente a metamorfose da universidade pública em universidades privatizadas.

O decreto estabelece, de forma indireta, que as instituições não poderão contar com qualquer verba do governo para uma despesa emergencial. Pior: no caso da UFRJ, ficou estabelecido um teto de gastos que inviabiliza o seu funcionamento ao longo do ano.

Quem explicou a situação foi o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Teodósio, a um atônito Conselho Universitário, que voltava do recesso de fevereiro, em 11/03. De acordo com Joel, a UFRJ conta com um orçamento aprovado de cerca de R$ 53 milhões, sendo R$ 41,5 milhões de recursos do Tesouro e R$ 11,5 milhões de receita própria da universidade. Acontece que as despesas previstas para 2004 somam quase R$ 87 milhões. Mesmo com a estimativa de recebimento de verbas suplementares do MEC para pagamento de dívida com a Light (R$ 1,1 milhão), mais a média da emenda Andifes dos últimos três anos (R$ 6,1 milhões) e outros créditos (R$ 1,5 milhão), o déficit anual vai ficar em torno dos R$ 26 milhões.

O pró-reitor comentou que os representantes das universidades marcaram uma reunião com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que se mostrou um completo desconhecedor da realidade do ensino universitário público no país. "Houve um compromisso do ministro de estudar a situação junto do MEC", afirmou Joel.

O ponto "positivo" da audiência, para o pró-reitor, foi o fato de o ministro ter concordado que as instituições poderão gastar todos os recursos próprios arrecadados – pela legislação vigente, as universidades não podem gastar a mais que um determinado teto (como os atuais R$ 11,5 milhões mencionados anteriormente). Atualmente, o excedente ajuda a compor o superávit primário do governo frente aos organismos internacionais. Joel garante que esse dinheiro será utilizado apenas para investimento e bolsas. Um outro problema não tão visível nessa decisão do ministro Mantega é o estímulo à captação de recursos pelas universidades, justamente como deve ser a reforma universitária anunciada por Tarso Genro. É o Estado se desobrigando cada vez mais de suas responsabilidades com a Educação Pública ao abrir caminho para a promoção da privatização interna.

O reitor Aloisio Teixeira observou que, a princípio, a tática da universidade deverá ser empenhar as despesas de manutenção e, com algum nível de corte, a parte dos grandes fornecedores, como Telemar e Light. O dirigente espera que essas empresas "pressionem" o governo.

Reação deve ser conjunta

Os conselheiros estavam indignados com o decreto absurdo. O representante dos técnico-administrativos Marcílio Lourenço comentou que a "filosofia do decreto é transferir para os reitores a administração do caos". Para ele, sem a mobilização da comunidade para enfrentar esse problema, "não vamos avançar nada". Outro representante dos técnico-administrativos, José Carlos perguntou se a reitoria não poderia empenhar todos os recursos necessários para o seu bom funcionamento. Joel Teodósio respondeu que o sistema do governo não aceita um centavo a mais do que foi previsto.

Um dos conselheiros discentes, Pedro Martins classificou o decreto do governo como mais uma prova das declarações do José Dirceu de que "o pau vai comer". "Vamos completar 40 anos do golpe militar e, pelo visto, o pau já começou a comer", observou. Pedro também reivindicou soluções políticas, além das mobilizações dos movimentos sociais.

Nota pública

Foi aprovada pelo Consuni a formulação de uma nota pública em que a UFRJ explica sua grave situação financeira e reivindica um orçamento compatível com suas necessidades. Para Joel Teodósio, seria razoável que a UFRJ conseguisse, no mínimo, o orçamento executado do ano passado (quase R$ 64 milhões), mais a inflação do período. A versão final do documento ainda seria submetida por e-mail aos conselheiros para apreciação. Em seguida, haveria ampla divulgação.

Transmissão ao vivo do Consuni

Foi aprovada a proposta da reitoria de transmissão ao vivo das sessões do Consuni para alguns telões estrategicamente distribuídos pelos *campi* da UFRJ, conforme detalhado no Jornal da Adufrj nº 125 (de 18/02). O objetivo fundamental da iniciativa, segundo o reitor, "é o direito democrático de as pessoas terem acesso aos colegiados". A partir de abril, durante seis meses, o mecanismo vai funcionar de forma experimental. Ao final desse prazo, o tema voltará à discussão do conselho para uma reavaliação. A reitoria também comprometeu-se a divulgar a pauta das reuniões com antecedência, na página eletrônica da universidade (www.ufrj.br).

Alguns representantes ofereceram uma certa resistência à transmissão por acreditarem que não vá causar interesse na comunidade universitária. Também houve um receio de que a transmissão ao vivo estimule o discurso vazio ou "lero-lero" no plenário. Porém, foi majoritário o entendimento entre professores, estudantes e técnico-administrativos de que a iniciativa vai favorecer o diálogo entre representantes e representados. Foi observado ainda que esse tipo de mecanismo poderá ajudar no debate de questões como a reforma universitária.

Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ

Foi apresentada ao Consuni uma proposta da reitoria para a criação de um Colégio Brasileiro de Altos Estudos. Este novo órgão seria um "centro de excelência" da UFRJ, "de caráter interdisciplinar, operando além dos limites da estrutura convencional da Universidade". O Colégio seria constituído, estruturalmente, através de cátedras, seminários e laboratórios, com um "pequeno quadro permanente" e "um amplo repertório de professores e pesquisadores visitantes", cujas atividades seriam difundidas periodicamente através de publicações, revista, livros e pela internet". As cátedras não teriam ocupantes permanentes e receberiam, anualmente, pesquisadores visitantes do "mais alto nível". O centro funcionaria no prédio da universidade localizado na avenida Rui Barbosa, nº 762, Flamengo.

Diante da penúria financeira e de recursos humanos da UFRJ, fica a dúvida sobre o financiamento de tal empreitada. Contudo, saltam aos olhos, durante a leitura do documento, dois trechos bastante significativos da grave dinâmica que assola a universidade pública: a associação com setores privados, sem o detalhamento da contrapartida. No primeiro deles, está escrito que o Colégio "procurará estabelecer , dentro de rigorosos critérios de qualidade, alianças acadêmicas públicas e privadas, no país e no exterior (...)". Mais adiante, está descrito que "as atividades do Colégio serão parcialmente subsidiadas através de um sistema de cátedras, financiadas por doadores, que receberão o devido reconhecimento".

A proposta do Colégio será apreciada por uma comissão *ad hoc* do Consuni e será posteriormente enviada às comissões formais do colegiado. Em seguida, será discutida no plenário.

Colegiados

Estudantes fazem reivindicações

Bandejão gratuito, reabertura da biblioteca do IFCS e mudanças no vestibular são as solicitações

Além da discussão da penúria financeira, o Consuni de 11 de março foi marcado por um intenso protesto estudantil. Para cobrar a construção de bandejões universitários, alunos de diversos cursos lotaram a sala de reuniões com faixas e cartazes Outro grupo, do IFCS, fez reivindicações mais específicas: a reabertura da biblioteca da Unidade (fechada há um ano e meio por causa da contaminação de fungos) e a inserção das provas de Filosofia e Sociologia no vestibular da UFRJ.

De acordo com o aluno Fábio Samu, ex-conselheiro discente no CEG que teve a oportunidade de se manifestar no colegiado, a introdução dessas disciplinas no concurso já foi aprovada em sessão do conselho de graduação em maio do ano passado e, simplesmente, "não foi implementada pela reitoria". Samu lembrou a importância do respeito às decisões dos colegiados, sob o risco de se repetirem os problemas da gestão Vilhena. Comentou ainda que o eventual argumento da falta de professores para lecionar tais matérias não é válido, pois outras disciplinas como Física e Matemática apresentam déficit de docentes no ensino médio e, mesmo assim, não deixam de ser cobradas no vestibular. Outro estudante do Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais justificou a novidade no vestibular com a necessidade de qualificação dos alunos do antigo segundo grau, que assim receberiam "uma formação mais crítica". Em seguida, observou que os graduandos do IFCS precisam deslocar-se para bibliotecas do *campus* da Praia Vermelha para continuar seus estudos.

Kelvin Melo

ALUNOS LOTAM O CONSELHO E LEVAM UM CAIXÃO PARA REPRESENTAR A ATUAL POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Já o Centro Acadêmico da Geografia, através de uma representante, leu uma carta em que reivindica a volta do bandejão aos *campi* da UFRJ. De acordo com o documento, lido no Consuni, a atual reitoria Aloisio prometeu três bandejões no Fundão e não cumpriu. Segundo a carta, o grupo de trabalho formado pela administração e acompanhado pelos estudantes só se reuniu pela primeira vez em janeiro de 2004 e, após outras quatro reuniões, "a reitoria não apresentou uma decisão efetiva para a realização do bandejão". O documento encerra com uma solicitação para que a administração da universidade apresente medidas concretas para a viabilização do restaurante universitário (gratuito ou com preço simbólico inferior a R$ 1).

Resposta do reitor

Embora tenha permitido as manifestações dos estudantes ao fim do expediente, o reitor só respondeu a uma das reivindicações apresentadas no encerramento do Consuni – mesmo assim, apenas quando lembrado pela representação discente. Ele disse que preferia se inteirar primeiro da questão da introdução da Sociologia e da Filosofia no vestibular, e, então, falar com os alunos. "Pessoalmente, sou até favorável a essa inclusão", afirmou.

CEPG discute bolsas de Iniciação

Os integrantes do Conselho de Ensino para Graduados, na sessão de 12/3, manifestaram-se contra as mudanças que estão sendo proposta pelo CNPq para a concessão de Bolsas de Iniciação Científica. Os conselheiros entendem que a agência deve manter as atuais 5.000 bolsas IC-balcão e as 14.000 bolsas institucionais ou PIBIC (dirigidas aos estudantes indicados por docentes orientadores). A idéia da agência, rejeitada pelo CEPG, é repassar estas bolsas para distribuição pelos programas e cursos.

Vários conselheiros lembraram que muitas instituições de pesquisa, principalmente no Norte e Nordeste, não têm programas de pós-graduação e se beneficiam das bolsas PIBIC. Com a mudança, as bolsas aos estudantes de graduação ficariam concentradas na região Sudeste. A representante dos alunos da pós-graduação no colegiado, Ariane Larentis, lembrou que 50% dos estudantes da UFRJ que participam das jornadas de iniciação científica não são bolsistas. "Acho que deveríamos ser mais ousados e reivindicar não só a manutenção das bolsas atuais, mas a sua duplicação. Teríamos 28.000 bolsas PIBIC para atender as nossas demandas".

Rápidas do CEG

Falta de emergência no HU

Por protesto dos representantes discentes, a ausência de um atendimento de emergência no hospital universitário para a comunidade universitária, principalmente para os alojados, voltou a ser questionada no CEG. O pró-reitor José Roberto Meyer comentou que a reitoria esteve no HUCFF há cerca de dois meses e ouviu do diretor Amâncio Paulino que aquela Unidade não prestava o chamado atendimento primário. A resposta do diretor foi muito criticada pelos conselheiros.

Já em outra visita da reitoria, desta vez no Instituto de Ginecologia, a direção local pôs aquela Unidade à disposição do atendimento das 250 alunas alojadas para tratamentos preventivos ou em casos de doença. O pró-reitor disse que os procedimentos deste acordo serão estabelecidos junto à Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) o mais rapidamente possível. "Considero esse um primeiro passo para servir de exemplo para as outras unidades hospitalares da UFRJ", disse José Roberto, que também pretende fechar uma "parceria" semelhante com a Faculdade de Odontologia.

Prazo novo para o SIGA

Devido ao fato de o Centro de Ciências da Saúde ter ficado dois dias sem rede, o CEG ampliou em dois dias os prazos para a inserção de dados relativos ao primeiro período letivo de 2004 no Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA). A alteração dos pedidos de inscrição em disciplinas vai agora até 16 de março. A efetivação dessas alterações, até 19 de março. Já o trancamento da inscrição em disciplinas começa em 20/03 e prossegue até a data anteriormente prevista de 1º de abril.

Resoluções sobre bolsas

Na sessão de 10/03, os conselheiros debateram pequenas alterações nas resoluções do colegiado que regem as bolsas destinadas aos estudantes da UFRJ, como a bolsa-auxílio (atual resolução nº 01/03); a bolsa-apoio (nº 04/03); e o auxílio-manutenção (nº 07/92). O problema é que, com o sufoco financeiro imposto pelo governo (veja matéria sobre o Consuni de 11/03), tais bolsas correm o risco de serem cortadas. A discussão da agenda do CEG para 2004 foi adiada para a próxima sessão.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 128 • 22 de março de 2004

Reunião do Conselho de Representantes

29/03 segunda-feira **15h às 18h**

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Pauta:
23º Congresso do Andes-SN
Campanha Salarial
Reforma Universitária

Agenda Sindical

23/03 - Plenária de organização do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública do ***Rio de Janeiro***
Faculdade de Educação da Uerj, no 12º andar, na sala 12050, às 14h.

24/03 - Seminário sobre as reformas Trabalhista, Sindical e Universitária do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública
No Sintrasef (av. Treze de maio, 13, 10º andar), às 18h30

1º/4 – Lançamento da Campanha Salarial nos estados

14/4 – Paralisação de 24 horas com atos públicos nos estados

14 e 15/4 - 13ª Plenária Social Nacional sobre a ALCA
São Paulo (SP)

16/4 e 17/4 – Plenárias Setoriais dos SPF

17/04 – Reunião do GT Comunicação & Artes do Andes-SN
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN

18/4 – Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

18 e 19/5 – Eleições para a Diretoria do Andes-SN

29 a 31/7/2004 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Andes-SN

Começa a campanha salarial 1995/2004

Parece brincadeira, mas os servidores públicos federais amargam 9 anos sem reajuste salarial e acumulam perdas de 127%, desde 1995. Na semana passada, o funcionalismo deu início a mais uma campanha salarial. Atos em Brasília e no Rio de Janeiro também foram espaços de protestos contra as reformas do governo Lula.

Páginas 3 e 4

Andes-SN

Congressistas participam de Marcha no dia 8

Trabalhadoras do MST, estudantes e uma comitiva de professoras universitárias que participam do 23º Congresso foram às ruas do centro de Salvador no dia 8/03 para marcar o Dia Internacional da Mulher e exigir Reforma Agrária já, justiça social e protestar contra os rumos da política econômica do governo Lula.

Mais de 1.700 sem-terra também participaram da ocupação do prédio da Secretaria de Agricultura - em frente ao local de realização do Congresso do Andes-SN - e da Pró-reitoria de Extensão da Universidade do Estado da Bahia. O objetivo foi cobrar do governo estadual o cumprimento da pauta de reivindicações dos assentados, entregue em setembro do ano passado. O movimento pede mais infraestrutura para os acampamentos: educação, saúde, energia elétrica, creche, entre outras reivindicações.

A Bahia é um dos estados com maior número de famílias assentadas no país: cerca de 26 mil famílias. A dirigente nacional do MST Diolinda Alves de Sousa fez um discurso para os congressistas do Andes-SN. Ela destacou a simbologia do 8 de março, data que deve servir de reflexão sobre a luta das mulheres por igualdade de direitos em todo o mundo. Diolinda defendeu a interação do MST com os demais movimentos sociais. "O importante é que a sociedade aprofunde as discussões sobre a questão agrária e a opressão da mulher no campo e na cidade", disse.

Diolinda esteve presente também em uma das Plenárias do 23º Congresso do Andes-SN e, na ocasião, reafirmou a disposição de apoio à luta dos professores. Diolinda pediu aos docentes que produzam mais estudos sobre o campo e as necessidades do MST e dos demais movimentos sociais. Para Diolinda, os Sem Terra precisam de universidades que os acolham porque a população mais pobre, e ela mesma, gostaria de ter mais oportunidade de acesso às instituições públicas.

Fonte: Andes-SN

Ricardo Borges/Andes-SN

MARCHA DAS MULHERES EM SALVADOR

Anote

Abertas as inscrições para o III Fórum Mundial de Educação

Desde o dia 10 de março, as pessoas interessadas em participar do Fórum Mundial de Educação, que acontece de 28 a 31 de julho, em Porto Alegre, já podem se inscrever. Os procedimentos podem ser feitos na página eletrônica www.forummundialdeeducacao.com.br. Após preencher o formulário, o participante imprime o boleto bancário e o pagamento pode ser efetuado em qualquer agência do Banrisul. Os valores variam de R$ 10,00 a R$ 30,00.

Com o tema geral "A Educação para um Outro Mundo Possível", serão realizadas na III edição do FME três conferências, cinco debates temáticos, atividades organizadas pelas entidades que compõem o Comitê Organizador do FME, exposição de pôsteres dos participantes e apresentações culturais.

Resenha

Fundações de universidades são contestadas

Matéria da Agência Carta Maior (17/03) informa que as universidades públicas estão repletas de cursos pagos de especialização e pós-graduação *lato sensu*, oferecidos pelas fundações de apoio, núcleos ou centros de estudo. De acordo com entidades como o Andes-SN, eles contrariam os artigos 206 e 208 da Constituição, que garantem a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e o acesso aos níveis mais elevados do ensino e da pesquisa segundo a capacidade de cada um. Em investigação realizada pela Procuradoria da República do Estado do Ceará sobre a validade dos cursos pagos oferecidos na Universidade Federal do Ceará (UFC) no ano passado, foi constatado que as fundações de apoio locais não são credenciadas no MEC e que muitos docentes atuam dentro de sua carga horária normal, com prejuízo para as atividades na graduação e na pós-graduação. Além disso, alguns docentes dessas instituições não possuem nenhum vínculo com a universidade e agem como se pertencessem a ela. Segundo o Ministério Público do Ceará, esses cursos investigados arrecadam uma quantidade significativa de recursos que são aplicados integralmente neles mesmos, sem nenhum benefício financeiro para a universidade. Do montante obtido, 80% são utilizados para remunerar os professores.

Tarso é recebido com vaias no Paraná

Sob vaias de universitários, o ministro Tarso Genro (Educação) ministrou a aula que marcou o início do ano letivo na UFPR (Universidade Federal do Paraná). A platéia tinha cerca de 800 pessoas, a maioria estudantes. Cada vez que seu nome era pronunciado, Genro era vaiado. Na sua fala de cerca de 40 minutos, o ministro foi interrompido por vaias e questionamentos quanto aos rumos que o governo adotou na economia (Folha de S. Paulo, 16/03).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Campanha salarial 1995

Parece brincadeira! Mas é isso mesmo, 9 anos de perdas: 127%

Concentrados em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cerca de 200 servidores públicos federais participaram na manhã do dia 17/3 de manhã do lançamento nacional da Campanha Salarial 2004. Em nove anos as categorias acumularam 127% de perdas salariais. A chuva não desanimou os participantes que, puxados pelo carro de som, entoavam palavras de ordem contra a política econômica do Governo Lula. "Pode chover, pode molhar, contra o arrocho o servidor vai parar", gritavam, referindo-se à iminente greve unificada, com indicativo para o mês de abril.

A comissão de servidores, composta pelas 10 entidades da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), protocolou, às 11h, a pauta de reivindicações. A pauta inclui uma política salarial que recomponha o poder de compra dos salários, com reajuste emergencial de 50,19%, conforme cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), referente às perdas a partir de 1998. Os trabalhadores também reivindicam a reposição das perdas históricas (de 1995 a 2003) de 127%.

Na pauta deste ano, o funcionalismo quer a incorporação, ao vencimento básico, das gratificações por exercício de atividades e demais gratificações produtivistas (no seu valor mais alto); e a negociação das diretrizes de planos de cargos, carreiras e salários para o setor, que foram entregues no dia 28 de maio do ano passado e até hoje não tiveram uma resposta do Governo. Atualmente, a grande maioria dos servidores permanece vinculada a planos de cargos obsoletos, sem quaisquer incentivos ao desenvolvimento profissional.

Além disso, os servidores reivindicam o cumprimento dos acordos de greve, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e a defesa da universidade e dos serviços públicos.

Os trabalhadores querem ainda o reconhecimento da data-base dos servidores públicos federais em 1º de maio, desrespeitada pelos Governos desde 1996. A data simboliza a luta internacional dos trabalhadores pela garantia de seus direitos, além de coincidir com o reajuste do salário mínimo.

Muitos docentes participaram do ato público. A categoria está indignada com as perdas decorrentes de quase uma década de congelamento das remunerações, proventos e pensões. O Andes-SN quer a incorporação das gratificações (GAE, GED e GID), nos seus valores máximos, para todos os professores do magistério superior e básico, ativos e aposentados. Reivindica também a implementação da Carreira Única do Andes-SN, já protocolada no MEC.

Os servidores prepararam também um manifesto, que foi entregue junto com a pauta de reindicações e distribuído entre os participantes. No documento, destacam que a pauta deste ano mantém algumas bandeiras de outras campanhas, "reflexo do descompromisso de seguidos governos com o funcionalismo e com os serviços públicos".

De acordo com o manifesto, "a política orçamentária, que privilegia o mercado financeiro e compromete a produção nacional com o pagamento das dívidas interna e externa, tem levado ao desmonte dos serviços públicos, notadamente nas áreas de educação e saúde".

Os deputados federais Luciana Genro (sem partido-RS) e Babá (sem partido-PA) estiveram presentes no lançamento da Campanha para prestar solidariedade aos servidores públicos. Babá fez uma análise geral do primeiro ano do Governo do PT: "foram R$ 145 bilhões de juros pagos aos banqueiros internacionais contra R$ 4 bilhões investidos no país; apenas 13 mil famílias foram assentadas em todo o ano passado e o primeiro emprego só bateu na porta de 2 mil jovens". Para o deputado, a greve unificada é a única saída para o funcionalismo público. "Não podemos mais deixar que Lula trate os trabalhadores do jeito que vem tratando. É vergonhoso", disse.

Em seu discurso, Luciana Genro voltou a criticar a CUT, afirmando que a Central recusa-se a fazer o enfrentamento com o Governo. "A situação é extremamente grave. Estamos no 3º mandato de FHC e o desemprego cresce brutalmente. Esse Governo não representa a classe trabalhadora, é um agente do capital estrangeiro, do FMI", denunciou.

Fonte: Andes-SN

Servidores do Rio criticam "reformas"

O lançamento da campanha salarial dos SPF, no Rio de Janeiro, aconteceu na Cinelândia, com a organização do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública. Na ocasião, foi distribuído à população um panfleto do Fórum com críticas à condução da política econômica no país, sob orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI). As contra-reformas governamentais nas áreas educacional, trabalhista e sindical, que serão encaminhadas ao Congresso neste ano ou no próximo, também foram condenadas pelo documento dos servidores e no discurso dos participantes do ato.

Para Evandro Tavares, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Rio (Sintrasef), a chamada reforma sindical vem "para tirar a autonomia dos sindicatos" e preparar terreno para a reforma trabalhista, "que vai flexibilizar ou retirar direitos".

Dirigente da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind), o professor Juarez Torres comentou que "não bastasse a reforma que entregou a Previdência pública aos fundos de pensão, o governo Lula agora prepara uma reforma para a universidade pública que significa sua privatização".

Pela Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, o professor Frederico Falcão questionou o conceito de "reforma" utilizado pelo atual governo e o anterior. "Reforma é algo para melhorar; o que nós encontramos (nestas propostas) é um retrocesso, com retirada de direitos dos trabalhadores", disse.

Kelvin Melo

Lançamento de tortas

Os organizadores do ato promoveram uma brincadeira com base no já conhecido protesto de atirar tortas no rosto de autoridades. Em suportes montados no meio da praça, foram colocados baldes (foto) com os retratos do presidente Lula, dos ministros Ricardo Berzoini e José Dirceu e Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil. Quem passava no local era convidado a atirar uma torta na face de um dos "homenageados". Como termômetro da raiva popular, o ex-ministro da Previdência e atualmente à frente da pasta do Trabalho, Berzoini, foi o mais "contemplado" na foto. Em segundo lugar, veio Lula.

A Adufrj-SSind também esteve presente ao ato e em sua organização.

Greve da Polícia Federal

O Fórum Fluminense aprovou uma moção de apoio à greve dos servidores da Polícia Federal, que foi lida durante a manifestação. Logo em seguida, Fábio Domingos, diretor de Comunicação do Sindicato da categoria no estado, deu informes sobre a paralisação em curso no país. Segundo ele, se o governo não responder às reivindicações dos policiais até esta semana, o movimento de greve deve se intensificar.

Mesa de negociação permanente completa um ano sem resultado

No último dia 18/3, os servidores públicos federais estiveram mais uma vez reunidos com representantes do governo na Mesa Nacional de Negociação Permanente que já completou um ano e, neste período, nenhuma negociação efetiva aconteceu. No encontro, os servidores reapresentaram a pauta de reivindicações da categoria e cobraram, em especial, um posicionamento da equipe econômica sobre o reajuste salarial. As categorias do funcionalismo reivindicam as perdas acumuladas desde 1995, que somam 127%.

Os representantes do Ministério do Planejamento sinalizaram com reajustes diferenciados para as categorias. O governo diz que dispõe apenas de R$ 1,5 bilhões para reajustar os salários, o que daria um percentual linear de 2,67% para cada funcionário. No encontro do dia 18/3, os representantes sindicais presentes, entre eles, diretores do Andes-SN, questionaram o discurso do presidente Lula, em viagens recentes por cidades do Nordeste, de que o governo teria cerca de R$ 100 bilhões (do BNDES) em caixa para 'investimento'. Para os dirigentes sindicais, o governo deveria usar parte destes recursos, então, para reajustar o funcionalismo.

A próxima reunião da Mesa de Negociação Permanente acontece no dia 30 de março. Na ocasião, os servidores cobrarão mais uma vez as planilhas de gastos com pessoal para que o governo esclareça os cálculos utilizados para negar a reivindicação das categorias.

Movimento

Plenária dos SPFs confirma indicativo de greve para abril

Reunidos no último dia 16, em Brasília, 315 servidores públicos federais (241 delegados e 74 observadores) aprovaram indicativo de greve para o mês de abril. A Plenária Nacional, que aconteceu no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), reafirmou a intenção do funcionalismo de unir-se para combater a política econômica do governo Lula e lutar pela Campanha Salarial, exigindo reposição das perdas, correção das distorções, diretrizes de Planos de Carreira, incorporação das gratificações, entre outras reivindicações. No dia 18 de abril, será realizada nova plenária, e definida a data para o início da greve unificada.

Além de fazer uma análise da conjuntura, os participantes da plenária definiram um calendário de mobilização para os próximos dois meses, onde estão previstas atividades em todos os estados do país, com atos e paralisações (confira o calendário abaixo).

A 3ª secretária do Andes-SN, Maria Cristina Miranda, aproveitou para informar que o Sindicato promoveu, agora em março, em Salvador, seu 23º Congresso, onde os quase 500 participantes debateram e aprofundaram as discussões sobre as reformas sindical e trabalhista e a reforma universitária, além da Campanha Salarial da categoria. Uma das deliberações do Congresso foi a de que, ao longo de todo este ano, os docentes estarão trabalhando em um fórum de resistência sindical, com a realização de vários seminários nos estados.

A diretora do Andes-SN disse ainda que o Sindicato irá participar de uma audiência, amanhã, com o ministro da Educação, onde, além de discutir a Medida Provisória que destina vagas em universidades particulares para alunos excluídos, vai "(re)protocolar" as reivindicações das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Em reunião ontem, o setor das IFES decidiu intensificar as atividades de mobilização pela Campanha Salarial e contra as reformas e indicar que a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos (CNESF) divulgue um panfleto unitário denunciando a falta de disposição do Governo em negociar com os servidores públicos federais. A proposta do Andes-SN foi apresentada na Plenária e aprovada por unanimidade.

De acordo com Maria Cristina, a expressão máxima dos ataques do Governo contra a classe trabalhadora foram as propostas acintosas apresentadas na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Na última reunião, em 19 de fevereiro, o Governo apresentou três hipóteses aos servidores públicos – nenhuma delas com reajuste superior a 2,67%.

Além das lideranças sindicais, os deputados federais Luciana Genro (sem partido-RS) e Babá (sem partido-PA) estiveram presentes na Plenária. Em seu discurso, Luciana Genro criticou a atuação da CUT, "que tem trabalhado como braço do Governo e não como representante legítima dos trabalhadores", e manifestou sua preocupação com a iminente reforma universitária. "Essa reforma privatizante vai sucatear as universidades públicas. A MP que o Governo pretende editar esta semana é a legalização da pilantropia", afirmou a deputada, referindo-se à iniciativa do ministro da Educação de reservar vagas nas universidades particulares para alunos excluídos.

Babá também questionou o comportamento da Central. "Por que a CUT, que eu ajudei a fundar, votou, no Fórum Nacional do Trabalho, a favor da reforma sindical e trabalhista?". Para o deputado, independentemente da Central, os servidores precisam se unir para não ter que "pagar a conta" mais uma vez. "Não dá para aceitar o argumento do Governo de que não há verbas para reajustar o salário do funcionalismo. Dinheiro há, mas está destinado para pagar os bilhões da dívida externa", disse. Babá conclamou os trabalhadores a deflagrar uma poderosa greve por seus direitos e contra o Governo Lula.

Fonte: Andes-SN

Confira o calendário de mobilizações aprovado na Plenária:

17/3 – Lançamento nacional da Campanha Salarial 2004 dos SPFs (concentração às 9h em frente ao Ministério do Planejamento)
18/3 – Ato público em frente ao Ministério do Planejamento, a partir das 14h, durante reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).
01/4 – Lançamento da Campanha Salarial nos estados
14/4 – Paralisação de 24 horas com atos públicos nos estados
16/4 e 17/4 – Plenárias Setoriais dos SPFs
18/4 – Plenária Nacional dos SPFs

Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública reúne-se com Tarso Genro

Deputados e senadores do PT, PSB, PC do B, PTB, PSDB, PP e PMDB, que compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública e Gratuita, tiveram uma audiência com o ministro da Educação Tarso Genro, na última quarta-feira, 17/3, para discutir a reforma universitária. Também participaram do encontro representantes de diversas entidades ligadas ao ensino superior, como o Andes-SN, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a UNE, a Federação dos Sindicatos dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos.

A Frente apresentou ao ministro um manifesto em defesa da universidade pública e gratuita. O documento expressa a preocupação com a situação precária em que se encontram as universidades públicas no país. O texto também menciona a 'privatização branca' das universidades públicas que está em curso há vários anos.

Durante a audiência, os parlamentares pediram ao ministro que o programa Universidade para Todos – que reserva 25% das vagas de instituições privadas para alunos com dificuldade de acesso, como índios, negros, pobres e ex-presidiários – não seja editado por Medida Provisória, conforme anunciado pelo Governo. A deputada Mariângela Duarte (SP) levou a solicitação em nome do Núcleo de Educação do PT e Tarso Genro prometeu analisar a proposta.

O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, ressaltou sua expectativa de que todas as políticas da universidade sejam debatidas com as entidades. "Nossa visão é de que qualquer discurso sobre mudança na universidade brasileira leve em consideração o que dizem aqueles que no dia-a-dia fazem a universidade", disse. O vice-presidente da UNE, Rafael Barbosa de Moraes, reclamou dos sucessivos cortes no orçamento para as universidades públicas. "Se for mantida a política econômica atual, não há possibilidade de financiamento".

Tarso Genro explicou que a posição do MEC está centrada na busca de uma nova forma de regulação entre os setores público e privado, na defesa e no fortalecimento da universidade pública e na discussão com a sociedade das fontes de financiamento para a universidade. O ministro ressaltou que considera a Frente "uma fonte importante de diálogo no processo de produção da reforma da universidade" e disse estar favoravelmente impressionado com a qualidade da representatividade do movimento.

Fonte: Andes-SN

Reforma Sindical

Encontro Sindical Nacional reúne quase 2 mil em Luziânia

Líderes sindicais debatem a criação de um fórum de luta contra as reformas sindical e trabalhista

Adufrj-SSind

A CADA MOMENTO, OS TRABALHADORES CANTAVAM VERSOS COM CRÍTICAS ÀS REFORMAS E AO GOVERNO: *Ô, Ô, Ô LULA/ QUE PAPELÃO/ ESSA REFORMA TRABALHISTA É PRO PATRÃO. O SINDICATO É DE LUTA/ ELE ESTÁ AQUI/ ABAIXO A REFORMA/ DO FMI*

Se pensa que vai destruir o movimento sindical para, numa segunda etapa, acabar com conquistas históricas dos trabalhadores, o governo do PT deve colocar as barbas de molho. No fim de semana passado, um grupo de lideranças dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada começou a articular uma resistência nacional aos propósitos do governo.

Mais de 1.800 lideranças sindicais de 279 entidades de todo o país se reuniram no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no município de Luziânia (GO), com um objetivo claro: criar uma Coordenação Nacional de Lutas para enfrentar as reformas que o governo pretende implantar no país à revelia das centrais sindicais.

Inconformados com a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), onde vêm sendo discutidas as reformas sindical e trabalhista, os sindicalistas decidiram criar uma instância à parte para defender seus interesses. Eles acusam a CUT de ter se tornado um apêndice do governo federal e de não se empenhar em combater as reformas, que consideram lesivas aos interesses dos trabalhadores. Acham que não podem mais contar com a Central na defesa de direitos conquistados ao longo do século passado.

Encontro surpreende organizadores

O encontro surpreendeu os próprios organizadores. Eles contavam com a participação de no máximo 700 líderes sindicais. Nos dois dias do evento – sábado e domingo – o auditório da CNTI foi pequeno para abrigar as mais de 1.800 pessoas que chegaram dispostas a discutir novos rumos para o movimento sindical. Na avaliação do Andes-SN, uma das entidades que organizaram a reunião, o encontro foi uma vitória dos trabalhadores que não aceitam a participação das centrais sindicais no FNT.

As categorias presentes reconheceram que, a partir de uma análise da reforma sindical, a proposta do governo não aponta para a defesa dos princípios que sempre nortearam o movimento e as posições históricas da CUT: a autonomia e a liberdade sindicais.

1º de Maio sem a CUT

Pela primeira vez depois de muitos anos atuando em campos separados, servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada elaboraram um calendário de luta unificado. Em abril eles farão debates, seminários e plenárias em seus sindicatos pelo Brasil afora a fim de levar ao mais humilde trabalhador as idéias que defendem e de mostrar a eles os prejuízos que a reforma sindical acarretará para a organização da força de trabalho.

Depois de mais de 20 anos realizando manifestações conjuntas e coordenadas pela CUT, boa parte do movimento sindical comemorará, pela primeira vez, o 1º de Maio sem o comando da central. De acordo com o calendário de lutas aprovado no Encontro Nacional Sindical, este ano as festividades do Dia do Trabalhador desses 280 sindicatos será diferente. Eles farão manifestações em todo o país questionando a reforma sindical independentemente das festividades tradicionais da CUT.

Ao contrário do que ocorreu durante a reforma da Previdência, quando o embate envolveu apenas os servidores públicos, os sindicalistas decidiram promover uma forte resistência. Na segunda quinzena de maio vão realizar manifestações nos estados com o objetivo de ampliar a participação dos trabalhadores nas discussões. E pretendem realizar um ato público em Brasília no qual esperam reunir mais de 50 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios.

O problema é que a proposta da reforma sindical do governo bateu de frente com os interesses das lideranças dos trabalhadores. Na avaliação deles, a reforma do governo é a porta de entrada para a reforma trabalhista. “Ela é o primeiro passo para a flexibilização dos direitos dos trabalhadores que pretensamente viria só num segundo momento, mas agora já se trata disso. Ela liquida com a soberania das assembléias de base dos trabalhadores”, afirma José Maria de Almeida, ex-candidato à Presidência da República pelo PSTU e membro da Executiva Nacional da CUT.

Segundo os representantes do movimento sindical, hoje quem negocia e contrata em nome dos trabalhadores é o sindicato, submetido a uma assembléia. Com a reforma, as centrais vão poder fazê-lo sem dar nenhuma satisfação a suas ba-

Continua na página 6

Continuação da página 5

ses. E o temor dos representantes dos trabalhadores é de que isso possa representar um enfraquecimento da democracia e da representação sindical, com todas as mazelas que poderá acarretar, como tráfico de influência, empreguismo, corrupção e outros desmandos.

A reforma do governo, no entendimento dos grupos que estiveram no Encontro Sindical, liquida também com a autonomia dos sindicatos porque as centrais, podendo negociar à revelia das bases, adquirirão o direito de poder construir sindicatos onde quiserem para representar a sua direção. Enquanto isso, os trabalhadores enfrentarão mais dificuldades para se organizar do que teriam com as regras estabelecidas atualmente pela Constituição de 1988. Segundo Antonio Bosi, diretor do Andes-SN, essa determinação proposta pelo FNT submete e subordina completamente os sindicatos às direções das centrais. "Eles querem transformar os sindicatos em representações das direções das centrais na base, em vez de os sindicatos serem uma representação dos trabalhadores em seus locais de trabalho", acrescenta Zé Maria.

Fonte: Andes-SN

Reforma Sindical

Reformas concentram poder de negociação e retiram direitos dos trabalhadores

No encontro de Luziânia, os sindicalistas presentes fizeram uma análise da reforma sindical do governo. Um dos efeitos imediatos desta reforma é que a negociação entre as categorias e os empresários e, no caso dos servidores, o governo, sai da esfera dos sindicatos e passa a ser feita pelas Centrais. Com isso, as propostas para as negociações não estarão mais submetidas às assembléias gerais de base. É como se, a partir de uma reforma nestes moldes, a Central Única dos Trabalhadores pudesse negociar em nome do Andes-SN acordos de greve, sem que esta negociação passasse pelas instâncias do Sindicato e, muito menos, pelas assembléia gerais das seções sindicais.

Outro efeito da reforma sindical é que a negociação passaria a ser obrigatória. "O sindicato que se recusar a participar de uma mesa poderá perder o poder de negociação para outro", alerta José Maria de Almeida, que representou os metalúrgicos de Minas Gerais, no encontro. Neste contexto, a Consolidação das Leis do Trabalho passa a ter menos valor do que um acordo coletivo nacional aprovado por determinada Central Desta forma, o princípio da reforma, segundo José Maria, é fazer com que o negociado valha mais do que o legislado.

O poder que as centrais teriam sobre os sindicatos não pára por aí. Os acordos feitos por uma Central poderiam determinar o que poderia ou não ser alterado por um acordo de base. "Acabar com a unicidade sindical representa entregar nas mãos de qualquer sindicato a representação dos trabalhadores", critica José Maria. Pela reforma proposta pelo governo, o Ministério do Trabalho teria direitos de definir o estatuto dos Sindicatos, "podendo, inclusive cancelá-los", alerta o sindicalista.

José Maria chamou a atenção para a importância histórica do encontro que ocorreu em Luziânia. "Aqui temos companheiros que são da base da CUT, que não são e outros que nunca foram. Temos ainda entidades do serviço público. É um motivo de orgulho termos tido a capacidade de nos unirmos para debater estas reformas e buscar construir e organizar a nossa luta".

Agnaldo Fernandes, integrante da executiva nacional da CUT e Coordenador Geral do Sintufrj, fez criticas severas ao governo federal. "O governo Lula já deixou claro que fez a opção política de aprofundar a miséria do povo brasileiro". Para Algnaldo é possível que os trabalhadores se organizem na própria CUT para barrar as reformas trabalhista e sindical. "É importante multiplicarmos esses quase 2.000 companheiros que estão aqui (em Luiziânia). A disputa nesse país passa pela consciência da classe trabalhadores, mas isso não se dará sem unidade entre nós".

Calendário de Lutas do Encontro Nacional Sindical

1 – março e abril – reproduzir, nos estados, encontros sindicais nos mesmos moldes do Encontro Nacional. Realizar, nos sindicatos e regiões, seminários, plenárias e debates sobre a Reforma Sindical e Trabalhista;

2 – maio – realizar manifestações no primeiro de maio que, além das bandeiras tradicionais, paute com bastante destaque o protesto contra a Reforma Sindical e Trabalhista (ou então participar de atos, onde estes já estejam sendo organizados com este caráter). Na Segunda quinzena, iniciar processo de manifestações nos estados, ampliando a participação dos sindicatos de base.

3 – junho – grande manifestação em Brasília contra a Reforma Sindical e Trabalhista na FNT, em defesa dos direitos dos trabalhadores;

4 – Assumir, neste calendário, as atividades da campanha contra a Alca, a dívida Externa e o FMI, e apoiar as campanhas salariais e as lutas em curso das diversas categorias e movimentos sociais.

Movimento

Reunião discute educação no Rio

Nesta terça-feira, dia 23, a plenária de organização do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública reúne-se na Uerj para instituir-se oficialmente como Fórum, com a assinatura pelas entidades da Carta de Princípios do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. A partir daí, prosseguem as discussões preparatórias para o 5º Congresso Nacional de Educação, que será realizado em Recife (PE), em maio. Um problema de convocação inviabilizou as decisões da última reunião, em 15 de março, também na Uerj.

Na reunião anterior a esta, de 16 de fevereiro, ficou marcada a data da próxima plenária, mas faltou a definição do local. Somente na sexta-feira (12/3), em torno do meio-dia, chegou a convocação para a sala 12050 da Uerj, na segunda-feira seguinte. O problema é que muitos dos dirigentes que participam das atividades do Fórum estavam presentes em eventos sindicais, em Brasília, neste período, e foram surpeendidos mudança. Quando descobriram o novo local, boa parte da reunião já havia transcorrido. A solução encontrada foi remarcar a plenária com os mesmos pontos de pauta.

Composição da secretaria executiva

Um dos pontos em debate na próxima reunião será decidir a composição da secretaria executiva, que ficará encarregada da organização das atividades do Fórum. Atualmente, existe uma coordenação provisória formada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio (Sepe), pela Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (Anfope) e pelo Comitê-Rio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Antes do cancelamento da plenária, a reunião havia indicado os nomes do Sepe; da Anfope; do Centro de Ação Comunitária (Cedac), que é uma ONG; da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro (Feteerj); e do movimento estudantil. Alguns dos participantes que chegaram ao local depois questionaram esta composição. Foi criticada, por exemplo, a ausência de uma representação da Educação Profissional e do Ensino Superior.

Seminário preparatório

Em relação aos seminários pré-Coned, havia sido indicada apenas a data de 19 de abril, com debates sobre os quatro eixos temáticos do Congresso ("Organização e Avaliação da Educação Nacional", "Gestão Democrática da Educação Nacional", "Financiamento da Educação Nacional" e "Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação"). A professora Janete Luzia Leite, diretora da Adufrj-SSind e do Andes-SN, discordou desse encaminhamento. Ela lembrou que o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) orientou para a realização de mais de um seminário preparatório, com prioridade para um único tema (no caso do Rio de Janeiro, o eixo sobre "Organização e Avaliação da Educação Nacional").

UFRJ

Diretor da Faculdade de Direito pode ser afastado

Comissão de Sindicância apura exclusão de notas em histórico de aluno

Mais uma crise se avizinha na Faculdade de Direito. Uma comissão de sindicância constituída pelo reitor, Aloisio Teixeira, concluiu que houve várias irregularidades administrativas por parte da atual direção da Unidade, a começar pela alteração de notas no histórico escolar do aluno Arthur Henrique Chrispin Nascimento Almeida, que acabou impedido de concluir seu bacharelado. A denúncia chegou a uma sessão do Conselho Universitário, no ano passado, através de um recurso encaminhado pela mãe do estudante, Anna Katarinna Nascimento.

A comissão de sindicância analisou todos os documentos disponíveis no processo e nos requerimentos do aluno, ouviu estudantes e convocou o diretor Armênio Albino da Cruz Filho; o coordenador do curso, Agnelo Maia Borges de Medeiros, o chefe de departamento, Dilson Neves Chagas, os professores Maria da Penha Almeida Cruz e José Ribas Vieira; e a servidora Carmem Lucia Lameiro da Cruz para prestarem esclarecimentos.

Dos seis servidores intimados, a penas José Ribas atendeu à convocação da sindicância a tempo para a conclusão dos trabalhos da comissão. Os estudantes ouvidos e José Ribas acusaram, ainda, a direção da faculdade, de "abertas práticas de coação" em um clima de constante "atemorização pelo corpo docente em procedimentos incompatíveis com a vigência de relações acadêmicas próprias a um ordenamento democrático".

Notas adulteradas

O confronto dos históricos escolares obtidos por Arthur Chrispin mostra que houve alteração de notas em várias disciplinas. Em Direito Penal, cursada no primeiro semestre de 2000, por exemplo, o aluno obteve grau dez, conforme declaração do professor Antônio Vicente, responsável pela disciplina, e ficou, durante dois anos com o registro de grau zero. Até disciplinas de estágios, cursadas em 2002, não constavam no histórico do aluno até outubro de 2003, quando a sindicância foi instaurada.

Além destes e outros erros no histórico do estudante, os depoimentos de seis alunos e recém-egressos da Faculdade revelam deficiências no funcionamento administrativo do setor responsável pelos registros acadêmicos da Unidade.

Bancas questionadas

Outro questionamento surgido a partir da investigação da comissão diz respeito à composição das bancas que examinam as monografias de final de curso. Foi ressaltada a ausência de critérios claros para a composição das mesas e uma freqüente disparidade entre a especialidade do examinador e a natureza do trabalho da monografia. Os alunos denunciaram, ainda, a participação de uma professora em todas as bancas do curso, "independente do objeto da monografia".

Processos na justiça contra estudantes

A Comissão de Sindicância denunciou também o fato de parte dos professores com cargos administrativos na Unidade recorrerem, com freqüência, a ações na Justiça contra alunos como forma resolver problemas acadêmicos, administrativos ou mesmo políticos. A comissão ressalta o fato de a direção da Unidade desobedecer continuamente à ordem judicial de um sentença já transitada em julgado (julgada no mérito) e mantida pelo Tribunal Regional Federal do Rio. A ação trata de uma Prova de Títulos de concurso para professor assistente, anulada pelo juiz Alberto Nogueira Jr, que solicitou nova avaliação dos títulos dos candidatos àquela vaga. Por conta do descumprimento da ação por parte do professor Armênio Cruz, a Justiça fixou multa de R$ 1.000,00 por dia de atraso. O diretor encaminhou ofício ao Juiz afirmado que as despesas acarretadas pela ação são de responsabilidade da reitoria. Ou seja, o diretor da Unidade ignora a decisão judicial e joga o ônus para a universidade.

Sindicância indica afastamento de Armênio

O parecer da sindicância conclui que a UFRJ deve instaurar uma auditoria para "analisar as graves deficiências administrativa e a anomia acadêmica detectadas na Faculdade de Direito". Uma das conseqüências poderá ser o afastamento do professor Armênio Cruz da direção da Faculdade de Direito, por indicação da própria comissão de sindicância, "como medida cautelar para que o servidor não venha a influenciar a apuração das irregularidades apontadas". Os autos do processo de sindicância também serão encaminhados ao Ministério Público Federal.

O pró-reitor José Roberto Meyer disse ao jornal da Adufrj que vai montar uma comissão com integrantes indicados por ele para acompanhar os encaminhamentos da sindicância.

Concursos

Na semana passada, o Jornal do Brasil publicou denúncia de que a direção da Faculdade de Direito não deu posse aos 14 professores que passaram no último concurso para o quadro da Unidade, realizado no ano passado. José Roberto disse que a reitoria está comprometida em dar posse imediatamente aos concursados e lembrou que ainda há sete vagas que sobraram do último edital para concurso de adjuntos e assistentes para o curso de Direito. O pró-reitor está preocupado com o fato de que a atual política da direção da Unidade impede a contratação de professores qualificados. Com isso, a UFRJ é uma das poucas federais do país que não tem pós-graduação em Direito.

Rápidas CEPG

CEPG inicia discussão sobre reforma universitária

Em sua segunda sessão após o recesso de fevereiro (em 19/3), o Conselho de Ensino para Graduados iniciou a discussão da reforma universitária. Uma comissão ficou encarregada de levantar todos os documentos já existentes sobre o assunto para repassá-los aos demais conselheiros, dentro de duas semanas.

Protocolo UFRJ-Cenpes

O pró-reitor informou sobre o andamento das negociações a respeito do aluguel do espaço utilizado pelo Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) no *campus* da ilha do Fundão. Segundo ele, além desses recursos, viria um aporte extra de R$ 8 milhões (metade neste ano, metade em 2005), para investimentos na UFRJ, em troca de uma permissão para ampliação das instalações físicas do Cenpes. José Luiz comentou que a proposta da reitoria é utilizar R$ 4 milhões para recuperação e crescimento da rede de informação da universidade (considerada obsoleta e recentemente danificada pela vela de um despacho). Os outros R$ 4 milhões seriam aproveitados em diversas áreas da UFRJ. Para a pós-graduação, seriam destinados cerca de R$ 600 mil. A intenção é utilizar o recurso para viabilizar 60 bolsas/mês de mestrado. Os projetos seriam voltados para os interesses da indústria do petróleo, mas não restritos à área tecnológica. Aqui vale registrar que a universidade, sem dinheiro, fica refém do mercado.

UFRJ sofre cortes de bolsas do CNPq

O pró-reitor observou que a última concessão de bolsas de pós-graduação do CNPq já se encontra disponível na página eletrônica daquela agência de fomento: www.cnpq.br. Segundo ele, a cota da UFRJ foi mantida, em relação ao ano passado, no mestrado (478). Já no doutorado, houve a perda de 51 bolsas (de 759 para 708).

José Luiz disse que vai buscar uma articulação com outros pró-reitores da área de pós-graduação para tentar modificar esse quadro. "À primeira vista, a política foi renovar as bolsas ativas e cortar aquelas que foram descontinuadas por algum motivo", comentou. Ele também observou que houve uma inversão na questão dos cortes, pois, ultimamente, o doutorado era preservado e os cortes aconteciam no mestrado.

A Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira reivindica a ampliação de verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, com pleno controle social e participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática desses órgãos de fomento federais e estaduais, bem como na definição de políticas, prioridades e planejamentos do setor.

UFRJ

Ministro abre ano letivo da UFRJ

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ministrou a Aula Magna que simbolizou a abertura do ano letivo na UFRJ, no último dia 5/3, no auditório do Centro de Tecnologia. No evento, Amorim discursou brevemente sobre a atuação do governo Lula na área diplomática.

De acordo com o ministro, o atual governo brasileiro não se limita "aos belos discursos" no tratamento das relações internacionais. E, no ponto de vista dele, isso se reflete "no crescente respeito a Lula", que recebe diversos convites para visitas ao estrangeiro.

Ao falar do conflito no Iraque, Celso Amorim foi contraditório: destacou que a posição do governo brasileiro foi de "altivez e desassombro" contra a guerra, mas "sem manifestar confrontação (com os EUA)". Já em relação à possível formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o ministro opinou que o Brasil deve prosseguir com as negociações, "levando em conta o que podemos conceder sem comprometer o nosso desenvolvimento ou de outros países". Um pouco antes, ainda para justificar a continuidade nas rodadas de negociação, chegou a dizer que a questão sobre o acordo internacional estava muito polarizada: "Havia debates contra ou a favor e muito pouco de crítica sobre o que representa a Alca", afirmou.

Kelvin Melo

CELSO AMORIM FOI EVASIVO SOBRE A ALCA

Presente para o ministro

Ao final da "aula" do ministro, o reitor Aloisio Teixeira entregou-lhe um presente com o símbolo da Minerva. O dirigente fez uma pequena provocação: "Aceitando o presente, ele (ministro) se torna membro da nossa comunidade universitária. Assim, sempre que encontrar seus pares de governo, lembre-os das dificuldades que passam as universidades, em especial a UFRJ". Logo em seguida, o reitor encerrou a cerimônia, na qual não houve espaço para perguntas da platéia.

Posição do Andes-SN sobre a Alca

Aqui vale ressaltar que o movimento docente tem se posicionado contrariamente à formação da Alca (o que foi reafirmado no último Congresso do Sindicato, realizado em Salvador, no início deste mês) por ter visualizado no acordo comercial um prejuízo para todos os trabalhadores do continente. O Andes-SN defende a retirada do governo das discussões em curso e luta por um plebiscito oficial para oficialmente consultar a população sobre a adesão do Brasil a esse acordo.

No Rio, a Secretaria Operativa contra a Alca organiza, neste dia 27/03, uma oficina intitulada "Alca e Trabalho", com inscrições gratuitas pelo telefone 2240-7693. Existem apenas 40 vagas. A atividade ocorre na Uerj, de 9h às 17h, em sala a ser confirmada.

Anote

"64 + 40: GOLPE e CAMP0(U)S DE RESISTÊNCIA"

No Salão Pedro Calmon, no *campus* da Praia Vermelha

29/3
9h30 - Abertura
Aloisio Teixeira, Suely Souza de Almeida, Raymundo de Oliveira
Salão Pedro Calmon – Forum de Ciência e Cultura

10h "64+40: Ditadura e Luta pela Democracia"
Com Carlos Lessa, Carlos Nelson Coutinho, Cecília Coimbra, Chico Alencar, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Franklin Martins e Raymundo de Oliveira

15h"64+40: Partidos políticos e resistência democrática"
Com Dulce Pandolfi, Haroldo Lima, Luciana Genro, Marco Antônio Coelho, Milton Temer e Wladimir Pomar

18h "64+40: Os Militares e a Questão Nacional"
Com Major-Brigadeiro Rui Moreira Lima, Coronel Henrique Miranda e General Durval Andrade Nery

30/3
10h "64+40: Imprensa de Resistência"
Com Joel Rufino dos Santos, Milton Coelho da Graça, Raimundo Pereira e Domingos Meireles

15h "64+40: Resistência em Tela "
Com Eduardo Coutinho, Eduardo Escorel, Maurício Capovila, Nelson Pereira dos Santos
Oswaldo Caldeira, Walter Lima Júnior e Zelito Viana

19h "64+40: Literatura e Resistência"
Com Alex Polari, Alfredo Sirkys, Antonio Torre, Armando Freitas Filho e Ivan Ângelo

31/3
9h "64+40: Reformas educacionais"
Com Gaudêncio Frigotto, Libânia Nacif Xavier e Luiz Antônio Cunha

11h "64+40: Mulheres na resistência"
Com Cléa Moraes, Elizabeth Xavier Ferreira, Heloneida Studart, Regina van der Weid, Victória Lavínia Grabois e Zilda Xavier

15h "64+40: Resistência na cidade e no campo"
Com Hércules Correia, Ivan Pinheiro, João Pedro Stédile, Paulo Sérgio Tumolo, Ricardo Rezende e Vito Giannotti

1/4
11h "64 + 40: Ditadura e Resistência"
Com Jacob Gorender, Leandro Konder, Mozart Noronha e Virginia Fontes

15h "64+40: Movimento estudantil "
Aldo Rebelo, Jean-Marc von der Weid, José Luiz Guedes e Sergio Dias Campos

20h - Mesa de Depoimentos
Com Leonel Brizola, Wilson Fadur, Jacob Gorender e e outros convidados.
21:30 - Coquetel

2/4
10h " 64+40: Balanço da luta armada"
Com Cid Benjamim, Criméia Alice Schmidt de Almeida, Daniel Aarão Reis

14h "64+40: I mpasses atuais da Universidade Pública e propostas de mudança"
Com Aloísio Teixeira, Ana Maria Ribeiro, Pedro Martins e Sara Granemann

19h "64+40: Teatro e Resistência"
Com Augusto Boal, Edwaldo Cafezeiro, Iná Camargo Costa, João das Neves e Luís Fernando Lobo

21h30 – *Show* de Encerramento com MPB4

Para o evento estão programadas outras atividades culturais que podem ser conferidas no endereço www.cfch.ufrj.br/64mais40/index2.htm

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 129 • 29 de março de 2004

Assembléia Geral

12 abril segunda-feira 13:30

Auditório do CFCH

(campus da Praia Vermelha)

Pauta

1) Eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
2) Indicação do professor Salatiel Menezes dos Santos para compor a Diretoria da Adufrj-SSind
3) Campanha salarial
4) Atos e paralisação em 14 de abril
5) Eleição de delegados para a plenária de servidores federais de 18 de abril
6) Reforma universitária

Reunião do Conselho de Representantes

29/03 segunda-feira **15h às 18h**

Sede da Adufrj-SSind

(CT, Bloco D, sala 200)

Pauta:

1) Avaliação e encaminhamentos do 23º Congresso do Andes-SN
2) Campanha Salarial
3) Reforma Universitária

Reuniões de Unidades

30 de março a 7 de abril

Pauta:

1) Avaliação de conjuntura
2) Campanha salarial
3) Atos e paralisação em 14 de abril
4) Reforma universitária

Debate

Que Universidade queremos?

com Lúcia Neves

Professora da Faculdade de Educação da UFF

6/04 terça-feira **12h**

Sala 220, Bloco D, Centro de Tecnologia Ilha do Fundão

Manuella Soares

MAIS DE 200 ESTUDANTES LOTAM A SALA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA, DIA 25/03

Estudantes conseguem afastamento de diretor do Direito

Em tempo: no fechamento desta edição (26/03), a reportagem da Adufrj-SSind tomou conhecimento do afastamento temporário do professor Armênio Cruz da direção da Faculdade de Direito. A portaria nº 1209 que instaurou a comissão, com os professores José Roberto Lapa e Silva (Medicina), Aquilino Senra Martinez (Coppe) e Milton Roedel Salles (Instituto de Química), foi publicada em boletim extraordinário na sexta-feira (26/03). No mesmo documento, fica determinado que o decano do CCJE, professor Alcino Câmara Neto, vai responder pela direção da Unidade pelo período de 60 dias, prazo dado para as atividades da comissão.

A notícia da portaria foi dada pelo reitor em pessoa, que compareceu à faculdade no início da noite de sexta-feira. Aloisio falou à reportagem do jornal que espera, a partir de agora, recuperar as melhores condições acadêmicas do curso de Direito.

Fernanda Maciel, diretora do CACO e aluna do 4º período, comentou que a portaria foi recebida com muita alegria pelos estudantes, sem perder de vista que a vitória ainda não é completa enquanto não saírem os resultados da comissão. Ela observou que os alunos farão uma lavagem simbólica das escadarias do prédio da Faculdade, nesta segunda-feira, em horário ainda não confirmado. A estudante creditou o momento de felicidade que o corpo discente vivia naquela noite à luta que começou há cerca de 30 anos pela normalidade acadêmica da Unidade. “Inclusive, há muitos veteranos comemorando aqui”, disse.

Movimento

Fórum estadual prepara para o 5º Coned

Começam a surgir as primeiras iniciativas do Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública do Rio de Janeiro. Em reunião no último dia 23, na Uerj, os representantes das entidades que integram o grupo decidiram promover seminários preparatórios em todo o estado com vistas ao Congresso Nacional de Educação (Coned), que será realizado em Recife (PE), entre 2 e 5 de maio.

Vale lembrar que o Coned é a instância deliberativa máxima do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública. Organizado para atuar na constituinte, este Fórum foi responsável pelas principais conquistas que os setores sociais, comprometidos com essa concepção de educação - conseguiram inserir na Constituição Federal de 1988. Teve papel decisivo na construção do Projeto da LDB (PL nº 1.258/88), que, embora tenha sido a expressão dos anseios da sociedade brasileira, foi substituído por outro, no Senado, elaborado e aprovado à revelia da sociedade, dando origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor. Foi o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que, antecipando-se ao Governo Federal, apresentou, em 1998, ao Congresso Nacional (Câmara dos Deputados) o PL 4155/98: Plano Nacional de Educação Proposta da Sociedade Brasileira.

Plenária debate no Rio

O Fórum Estadual deve organizar eventos em diversas regiões do Rio até 24 de abril e, na capital, existe a previsão de um debate no dia 19 do próximo mês, na Uerj. O objetivo dessa preparação é conseguir uma discussão a mais ampla possível dos temas listados para o Coned ("Organização da Educação Nacional", "Gestão Democrática da Educação", "Financiamento da Educação" e "Trabalhadores e trabalhadoras da Educação"). Em seguida, no dia 27/4, seria realizada uma espécie de plenária do Rio para finalizar as contribuições do estado para o Congresso, em maio próximo.

Composição da secretaria

Ainda na última reunião, ficaram definidas as entidades que vão compor a Secretaria-Executiva do Fórum. Para contemplar todas as solicitações, passou-se de cinco para seis o número de integrantes da Secretaria-Executiva, que ficou sob a responsabilidade da Aduff-SSind, da Seção Sindical no Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (Sindcefeteq), de um representante dos DCEs, do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), do Centro de Ações Comunitárias (Cedac), e da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro (Feteerj).

Próxima reunião do Fórum

Para estruturar os seminários preparatórios e a plenária do dia 27, ficou agendada a próxima reunião do fórum estadual para esta quarta-feira, 31/03, às 15h, na sala 12050 da Faculdade de Educação da Uerj.

Agenda Sindical

29/03 – Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência
Sintrasef, às 18h

31/03 - Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
Faculdade de Educação da Uerj, na sala 12050, no 12º andar, às 15h

1º/4 – Lançamento da Campanha Salarial nos estados

14/4 – Dia Nacional em Defesa da Universidade Pública e Gratuita
- Com paralisação de 24 horas e atos públicos nos estados

14 e 15/4 - 13ª Plenária Social Nacional sobre a ALCA
São Paulo (SP)

16/04 – Reunião do GT Política de Formação Sindical
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

16/04 – Reunião do GT Seguridade Social do Andes-SN
Brasília (DF) *– na sede da CNESF*

16/4 e 17/4 – Plenárias Setoriais dos SPF

17/04 – Reunião do GT Comunicação & Artes do Andes-SN
Brasília (DF) *– Sede do Andes-SN*

18/4 – Plenária Nacional dos SPF

2 a 5/05 - V Congresso Nacional de Educação
Recife (PE)

18 e 19/5 – Eleições para a Diretoria do Andes-SN

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Cartas

Macumba deixa centro de excelência incomunicável por duas semanas

Caixas de e-mails infestadas por vírus já são comuns em algumas unidades da UFRJ. Mas, quem diria, um despacho de macumba deixar um centro de excelência incomunicável... aí é demais. A situação absurda começou na semana passada, mas somente após alguns dias sem comunicação externa por telefone ou e-mail é que a comunidade do Centro de Ciências da Saúde, CCS, que abriga dois programas de pós-graduação com nota 7 na avaliação da CAPES, foram informados da causa: algum devoto fervoroso de Xangô acendeu velas próximo demais de uma caixa por onde passavam os cabos que ligam o CCS ao resto do mundo. Pronto, estava feito o milagre! Brincadeiras à parte, e com todo o respeito aos seguidores e simpatizantes dos cultos de Umbanda, o fato é que já são mais de dez dias sem comunicação, o que revela a situação precária em que se encontra a estrutura da UFRJ, tanto física (comprovada pela suscetibilidade dos fios da rede), quanto organizacional. Alias, aproveitamos para lembrar que em dois retornos para acesso ao CCS há grandes buracos, verdadeiras crateras na pista, há meses esquecidos por quem deve tapá-los e certamente fazendo os usuários dos ônibus sacolejarem mais que o normal... A maior das IFES é, sem dúvida, termômetro do tratamento dispensado pelo governo ao ensino superior no Brasil.

Associação dos Pós- Graduandos da UFRJ

MST

Libertados os presos políticos do MST no Pará

A página eletrônica do MST (www.mst.org.br) noticiou, em 17/3, que, depois de quatro meses presos, seis Sem Terra do Pará conquistaram a liberdade. Os trabalhadores foram detidos em 6 de novembro de 2003 durante a ocupação da Fazenda Mutambá, latifúndio onde, inclusive, foi encontrado trabalho escravo.

Após muita pressão de diversos órgãos de proteção aos direitos humanos sobre o Ministério Público, a promotora do caso cedeu e opinou pela soltura dos presos, o que foi acatado pela juíza da Vara Agrária.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião

Pela expansão da educação superior

Pela valorização da educação superior como bem público

A Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) reafirma sua Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Educação Superior, apresentada em agosto de 2003 ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como forma de atendimento da legítima demanda da sociedade pela ampliação qualificada das oportunidades de acesso à educação superior, e manifesta-se contrária à implementação do programa de 'compra de vagas' anunciado pelo Ministério da Educação:

1. Em todas as partes do mundo, a riqueza econômica e cultural das nações depende do valor de sua educação superior. A educação superior é bem público, não está a serviço das elites econômicas, não beneficia somente aquele que obtém um diploma. Por isso, ao formar professores, pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas, ao produzir e divulgar o conhecimento, ao abrigar e desenvolver as ciências, as tecnologias, as humanidades e as artes, ao contribuir para o incremento das riquezas materiais e das identidades culturais, a educação superior revela-se absolutamente estratégica para a independência econômica e cultural das nações.

2. Hoje, mais do que nunca, a educação superior é estratégica para um país como o Brasil, que precisa crescer e gerar empregos, para uma nação que quer afirmar a sua soberania e identidade tornando-se mais justa e menos desigual.

3. O sistema público de educação superior brasileiro é obra republicana, não pertence a governos ou a grupos - a sociedade brasileira é portadora do seu destino. Nos últimos anos, apesar da diminuição de nossos recursos para custeio e investimento, apesar da redução dos nossos quadros docentes e técnico-administrativos, levamos adiante nossa missão com firmeza e responsabilidade. Como demonstram todos os indicadores, somos referência de qualidade, no âmbito do ensino e da pesquisa, para o conjunto da educação superior brasileira. Mais do que isso, enfrentando discursos e práticas que questionam a presença do Estado em quase toda e qualquer esfera da vida social, contrariando opiniões que, por princípio, duvidam da capacidade dos servidores públicos, crescemos em todas as direções. Formamos um número maior de estudantes de graduação, duplicamos a oferta de vagas em nossos cursos noturnos. Fizemos isso, e muito mais, sem abrir mão de nosso compromisso com a qualidade.

4. Entretanto, hoje, apesar dos nossos esforços, apesar do crescimento da oferta de matrículas por parte do setor privado (instituições confessionais, comunitárias, empresariais e outros provedores), apenas 9% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos tem acesso à educação superior, quando sabemos que essa taxa passa de 50% em alguns países. Portanto, o Brasil precisa ampliar, e muito, as oportunidades de acesso à educação superior.

5. Alguns mitos sobre a educação pública superior tem sido derrubados. Como mostram diferentes analistas e pesquisadores, o custo para a formação de um estudante por nossas instituições não é maior do que o praticado pelos estabelecimentos do setor privado. Como mostram os mesmos estudos, nossas instituições, ao contrário de abrigar 'estudantes ricos' ou 'privilegiados', de fato representam a única possibilidade de acesso à educação superior e de formação qualificada para milhões de brasileiros. Porém, se já realizamos muito, queremos e podemos fazer muito mais. Por isso, no dia 5 de agosto de 2003, nós, dirigentes das 54 instituições federais de ensino superior, apresentamos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma proposta de expansão e modernização do sistema que, entre outras metas, aponta para a duplicação do número de nossos estudantes de graduação. A íntegra desta proposta - até hoje não respondida pelo governo - foi amplamente divulgada junto à opinião pública e tem sido debatida pela ANDIFES, dentro e fora das universidades, com ministros e outras autoridades governamentais, com parlamentares, sindicatos, associações profissionais e empresarias e com outras tantas entidades.

6. Sabemos que o Brasil passa por dificuldades, sabemos que, nos últimos anos, o Estado brasileiro perdeu capacidade de investimento, reconhecemos que o atual governo não é responsável por esta situação - mas não aceitamos que isto justifique o prolongamento de políticas pautadas pela desvalorização da instituição educacional pública e de seus servidores, que têm resultado na crescente desqualificação e mercantilização de um bem público absolutamente estratégico para o desenvolvimento do nosso país e para a promoção da inclusão social duradoura. Sem dúvida, faz-se absolutamente necessária a expansão da educação superior, não para favorecer esta ou aquela instituição, este ou aquele setor, mas para ampliar os horizontes de milhões de brasileiros, para oferecer-lhes a oportunidade de contribuir de maneira ainda mais pertinente e qualificada para o desenvolvimento do país - esta é nossa convicção.

Entretanto, também é nossa convicção de que a melhor, a mais eficiente e eficaz, a mais generosa, a mais pertinente e promissora ação que se pode empreender hoje no Brasil nessa direção, é o investimento na instituição de educação superior republicana - pública, laica e gratuita.

7. O Estado brasileiro despende hoje mais recursos com o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) do que com o custeio de suas 54 instituições federais de ensino superior. Por outro lado, lembramos que há anos nossa legislação obriga as instituições filantrópicas a destinar 20% de suas vagas a estudantes carentes. Esta legislação está sendo obedecida? Em caso afirmativo, a sociedade conhece os critérios de distribuição destas vagas? A qualidade dos cursos oferecidos por estas instituições corresponde ao investimento público realizado? Os cursos das instituições públicas são permanentemente avaliados, pelos organismos competentes e pela sociedade. A gestão de nossos recursos financeiros é igualmente submetida, regularmente, ao controle da sociedade, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e de outros órgãos. Enquanto isso, o destino dos recursos que subsidiam instituições privadas, através da renúncia fiscal e outros meios, é pouco transparente para a sociedade, que quase nada sabe sobre o emprego de um dinheiro que, investido nas instituições públicas, poderia impulsionar nossos programas de expansão e modernização. Enfim, de maneira pouco coerente, os governos têm alegado a escassez de recursos para justificar a redução dos investimentos nas instituições públicas, porém, ao mesmo tempo, praticam a renúncia fiscal em nome da expansão do acesso, que, em muitos casos, realiza-se com o sacrifício da qualidade e sem o necessário controle da sociedade.

8. Os excluídos da educação superior brasileira não querem apenas uma oportunidade de acesso à graduação: o que de fato querem, é a igualdade de oportunidade para a obtenção de formação superior qualificada. E esta condição, como mostram os números e a experiência histórica, é oferecida pelo sistema público de educação superior. O que garante a inclusão social duradoura não é a simples (e absolutamente necessária) expansão da oferta de vagas, mas a qualidade e a pertinência da formação. O poder público não pode patrocinar a oferta de oportunidades desiguais de acesso a educação superior. Aos pobres, negros, pardos, índios e a tantos outros setores excluídos da educação superior, deve-se oferecer oportunidade igual de formação qualificada, o que se faz através do fortalecimento da educação pública e da ampliação da oportunidade de acesso republicano - 'pela porta da frente' - à formação superior.

9. Nada sabemos, oficialmente, sobre o programa 'Universidade para Todos'. Contudo, a julgar pelo debate que transita na opinião pública, manifestamos nossa contrariedade à proposta de compra de vagas ociosas no setor privado, chamando a atenção das comunidades acadêmicas, da sociedade e do governo, para o grave significado de uma iniciativa que, no contexto atual, certamente se fará em detrimento do fortalecimento das instituições públicas de ensino superior, e que - e isto nos parece ainda mais grave - promete ser implementada por medida provisória. Por sua natureza, este não é um assunto para decisões apressadas. Lembramos à comunidade acadêmica e à sociedade que esta proposta, ainda não conhecida na sua forma final, não consta do programa apresentado à nação pelo atual governo.

10. Finalmente, fazemos um chamamento a todos, para que, dentro e fora das universidades, participemos de maneira ativa e serena do debate em curso sobre os rumos da educação superior no Brasil - afinal, como já dissemos e aqui reafirmamos, a sociedade é a portadora do destino da educação pública.

Deliberação do Conselho Pleno da Andifes, em reunião realizada em Brasília, no dia 18 de março de 2004.

Colegiados

Consuni instaura processo administrativo contra Armênio Cruz

Consuni aprova processo administrativo contra diretor da FND

O diretor da Faculdade Nacional de Direito, Armênio Cruz, parece estar com os dias contados à frente daquela Unidade. Até o fechamento desta edição, dezenas de alunos mantinham uma ocupação no gabinete da direção da FND. Eles reivindicavam o afastamento de Armênio com base em denúncias de irregularidades administrativas e perseguições políticas. No dia 25, munidos de cartazes, camisetas, adesivos e muita animação, os futuros advogados fizeram ruidosa manifestação no Conselho Universitário.

Com base nas denúncias e reivindicações dos estudantes e de posse do relatório da comissão de sindicância, entregue como documento confidencial aos conselheiros em sessão extraordinária em janeiro, o colegiado aprovou, por unanimidade, a instalação imediata de processo administrativo disciplinar contra o diretor da FND e, além disso, recomendar o seu afastamento preventivo, como medida cautelar, para a adequada apuração dos fatos naquele local, conforme o artigo 147 da lei 8.112/90 (Regime Jurídico Único). O colegiado determinou ainda delegar ao reitor Aloisio Teixeira a autoridade para executar, em nome do Consuni, todos os atos administrativos que a lei autoriza para normalizar a situação da faculdade, "inclusive, se necessário, afastar temporariamente as autoridades acadêmicas da FND".

Ocupação desde o dia 24

A ocupação da sala da direção da faculdade começou na manhã do dia 24, com a presença de mais de 200 estudantes, indignados com a administração arbitrária e autoritária da gestão do professor Armênio. Perto do meio-dia, agentes da Polícia Federal e policiais militares foram chamados pela direção da faculdade para conter um possível tumulto (que não ocorreu). Em realidade, o aparato repressivo foi mobilizado para promover, com truculência, a intimidação aos estudantes. A reitoria realizou rápida intervenção e os policiais retirarem-se no fim da tarde.

Aloisio relata alguns problemas

Antes de abrir espaço para a manifestação dos conselheiros e dos representantes dos alunos do curso de Direito, Aloisio fez um breve relato do problema. Ele citou o relatório da comissão de sindicância (ver matéria do Jornal da Adufrj nº 128, de 22/03), cujos resultados foram entregues com pedido de sigilo aos conselheiros, em sessão extraordinária de 29 de janeiro deste ano. O dirigente relatou que formou recentemente mais duas comissões em busca da normalidade acadêmica da Unidade.

O professor referiu-se ainda à intrincada questão dos professores que ainda não haviam sido empossados, apesar de os concursos terem sido aprovados para a Unidade, desde o ano passado. "Reuni os professores concursados e me comprometi a resolver a situação. Os exames médicos começam hoje (25/03) e vão até terça-feira (30/03). No prazo máximo de dez dias, daremos posse a esses professores", acrescentou.

O dirigente fez questão de lamentar a atuação da Polícia Federal na repressão ao ato dos estudantes, no dia anterior, e comunicou aos conselheiros as medidas tomadas, na ocasião, para evitar uma tragédia maior. Segundo Aloisio, a reitoria teve que enviar um comunicado à PF considerando os estudantes como convidados da administração da universidade para permanecerem no local. De outra maneira, os policiais (vale lembrar que a categoria se encontra em greve) poderiam prender os alunos. Ao considerar a violência da polícia no âmbito da UFRJ, Aloísio consultou ao Conselho e foi apoiado na iniciativa de abrir processos contra os policiais e seus abusos no interior da FND.

Aloisio observou ainda que, na noite de véspera do Consuni, buscou negociar um pedido de licença com o diretor, que deveria ser solicitada por Armênio até o meio do dia seguinte, mas o professor não o fez.

Representante do CACO fala ao Consuni

Em seguida ao reitor, Fernanda Laje, uma das coordenadoras executivas do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), entregou uma carta aberta ao reitor e exigiu o afastamento imediato do professor Armênio. Segundo ela, a formação de qualquer comissão sem essa medida será um mero paliativo, pois "não haverá lisura na apuração dos fatos com a presença do diretor".

Relação com o Gol pe de 1964

As arbitrariedades denunciadas na faculdade, a violência da Polícia Federal e a proximidade com o 31 de março fez com que os conselheiros evocassem as lembranças do golpe militar de 1964. O pró-reitor de Graduação, José Roberto, que esteve presente no Direito durante o primeiro dia de ocupação, deu o testemunho do que viu: "O clima estava tenso por causa da presença da Polícia Federal armada com metralhadoras e algemas constrangendo os estudantes. Isso é inconcebível nos dias de hoje", disse. O pró-reitor ressaltou que o ato foi pacífico e ordeiro. O decano do CCJE, Alcino Câmara, também presente à ocupação do dia 24/03, estava indignado com a truculência policial. Ele disse ter sido agredido e que a reitoria deveria buscar os registros da mídia para motivar possíveis ações judiciais. "A polícia feriu a autonomia universitária", afirmou.

O estudante Pedro Martins e muitos outros conselheiros que se manifestaram exigiram o afastamento imediato de Armênio. Segundo ele, o processo de eleição do diretor foi obscuro e enviado para homologação para o ex-reitor interventor Vilhena. "Então, não é nem intervenção. É uma medida para tirar o interventor (Armênio) que está lá", disse. Edwaldo Cafezeiro, representante dos professores eméritos, que afirmou estar no CACO em 1964, quando a polícia invadiu o lugar com bombas, também reivindicou a saída do diretor. Fernanda Lima, representante discente, frisou o apoio dos pós-graduandos às reivindicações dos colegas do Direito.

Manuella Soares

ESTUDANTES TOMARAM CONTA DAS DEPENDÊNCIAS DO COLEGIADO, NO DIA 25

Reitor pondera pelo processo disciplinar

Uma vez que os discursos pediam a imediata saída do diretor, o reitor Aloisio ponderou que não teria poderes para tal. Ele observou que só poderia fazê-lo, a princípio, após solicitação de uma comissão que investigasse os fatos no local. "Eu não tenho provas (para afastá-lo). Tenho indícios, relatos", comentou. "Não posso dar um passo que pode colocar em risco esse movimento", justificou.

Entidades falam ao conselho

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, disponibilizou o apoio e a solidariedade da seção sindical à luta dos estudantes. Sara ressaltou o papel da universidade como lócus da produção de conhecimento e da formação política, não cabendo medidas autoritárias e arbitrariedades. Disse aos estudantes que a história da Universidade pública, no século XX, teve em seus momentos mais memoráveis a defesa dos estudantes de seu caráter público, e de seus princípios de democracia e de autonomia. Lembrou os processos movidos pelo diretor contra os alunos. "As liminares e as peças jurídicas são estranhas ao ambiente universitário. Se em casos limites elas podem ser utilizadas, jamais poderão sê-lo como a medida primeira. Quando os atos acadêmicos subordinam-se e são substituídos pelos ritos típicos de uma outra instituição, está gravemente ameaçada a autonomia universitária que tanto prezamos. Também referiu-se aos tempos da ditadura: "Para não se repetirem as práticas autoritárias que tiveram lugar no interior da universidade brasileira nos anos de chumbo, instaurados pelo golpe de abril de 64, conforme lembraram vários conselheiros, prestamos o nosso apoio político e material aos estudantes e também ao conselho Universitário (nas medidas necessárias ao reestabelecimento das democracia e autonomia universitária neste e em outros espaços em que ocorrerem violações como esta)", disse.

Simone Silva, representante do Sintufrj, frisou que os conselheiros terão todo o apoio das entidades representativas da UFRJ no encaminhamento desta questão. Ela elogiou a manifestação estudantil e recordou que, uma vez retirado um presidente da República (Fernando Collor) do poder, não poderia haver problemas intransponíveis em fazer o mesmo com um diretor de faculdade.

Apresentou também seu apoio aos estudantes a representante do Andes-Sindicato Nacional, Cristina Miranda. Ela manifestou preocupação com o autoritarismo denunciado na FND, que repete os maus exemplos da gestão Vilhena e da ex-diretora da Faculdade de Educação e afirmou que a luta e resistência dos estudantes na FND era a de todos aqueles estudantes, docentes e técnicos-administrativos, que defendem uma universidade pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e com autonomia e democracia como seus pilares.

Todos os pronunciamentos dos representantes das entidades apoiaram a reivindicação dos estudantes de afastamento imediato do diretor da FND e manifestaram apoio ao conselho e reitoria nos encaminhamentos necessários para tal ação.

Outras moções

Foram aprovadas moções de apoio à resistência dos estudantes e de louvor à atuação da reitoria (por conta das atitudes tomadas durante a ocupação). Mais: também foi decidida uma recomendação aos professores Adjuntos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) para que suspendam o professor Armênio da sua representação no Consuni. Aliás, vale dizer que o professor não apareceu no colegiado.

Os representantes do CACO, procurados pela reportagem da Adufrj-SSind, demonstraram insatisfação com a decisão tomada pelo Consuni, pois o afastamento do diretor, principal reivindicação, só se dará após a formação da comissão. Segundo Fernanda Laje, houve um avanço, "mas não alcançamos o que queríamos (o afastamento imediato)". Para ela, a pressão dos estudantes passa a ser agora pela rápida instauração da comissão do processo disciplinar aprovado no Consuni. Cláudio Lima, outro coordenador executivo do CACO, só acredita vendo: "Pelo histórico de tantas decepções", disse. Também diretor do centro acadêmico, Pedro Avzradel mostrou-se mais pessimista: "Estou decepcionado. Esperava uma atitude mais enérgica da reitoria", comentou.

Os estudantes, em assembléia após o Consuni, decidiram continuar a ocupação do gabinete do diretor da FND, como forma de pressão, até que a comissão seja formada, quando avaliarão novamente a questão.

Estudantes da EBA também protestam

Alunos da Escola de Belas Artes também reivindicaram medidas do Consuni para solucionar a grave situação da Unidade, localizada no prédio da reitoria. Como a sessão foi dominada pela discussão do curso de Direito, os estudantes conseguiram, que os problemas da EBA fossem pautados para a próxima sessão (em 8 de abril).

CEG condena manifestação estudantil

Um dos focos de resistência durante a época da administração Vilhena, o Conselho de Ensino de Graduação perdeu o rumo em sua sessão de 24/03, ao avaliar a manifestação dos estudantes do curso de Direito. O colegiado aprovou uma dura nota com críticas à postura dos estudantes, baseado apenas no relato da conselheira Maria da Penha (professora da FND e esposa do diretor Armênio), que mantinha contato telefônico com aquela Unidade. Essa decisão ocorreu mesmo sob os questionamentos de alguns representantes que preferiam aguardar mais informações sobre o ato, que se desenrolava justamente durante a reunião colegiada.

No texto, que obteve oito votos favoráveis e quatro contrários, o CEG "manifesta seu estarrecimento e seu repúdio com relação ao conteúdo das notícias sobre atos de vandalismo, violência e desrespeito que caracterizaram a invasão à Faculdade de Direito". Cabe destacar que, ao "melhor" estilo da revista Veja quando se refere ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ainda caracterizou a "ocupação" como "invasão".

Presidente do CEG esclarece

A moção do CEG recebeu várias críticas no Conselho Universitário do dia seguinte. Chegou a ser aprovada uma outra moção que se contra põe ao seu conteúdo, e acompanhada de um pedido de esclarecimento ao colegiado acadêmico sobre o teor dessa decisão.

Durante o Consuni, o presidente do CEG e pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, explicou que não estava presente neste momento da reunião do dia anterior, pois havia se dirigido para a Faculdade de Direito com o objetivo de controlar a situação.

Situação dos concursos

Vale registrar que, ainda durante o expediente do CEG, a professora Maria da Penha creditou o atraso na posse dos professores concursados da FND – um dos motivos de protesto dos alunos - à burocracia da Comissão Permanente de Pessoal Docente. Segundo ela, que fez uma síntese do desenrolar dos processos enviados à CPPD, a comissão fazia solicitações de tempos em tempos que postergaram até então a conclusão dos trâmites que levariam os professores finalmente às salas de aula.

Os integrantes do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira têm outra versão para a história. Segundo a "Crítica" (de novembro/dezembro/2003), publicação dos alunos do CACO distribuída no Consuni, foi a direção da FND que protelou o quanto pôde a realização dos concursos. Na revista, os alunos reclamam também de reuniões "secretas e fechadas da Congregação, que aprovaram as bancas examinadoras e indeferiram a inscrição de muitos candidatos". Entre outros fatores, os estudantes comentam ainda que, como resultado "desses encontros obscuros", foram formadas bancas irregulares.

Devo, não nego, pago quando puder...

Decreto do governo antecipa agonia financeira das universidades

O decreto presidencial nº 4.992 (de 18/02), já mencionado no Jornal da Adufrj nº 127, e que obriga os órgão da administração federal a empenhar todas as suas despesas de 2004 até este dia 31 de março produziu uma situação surreal na UFRJ. Já há alguns anos, as universidades conviviam com o aperto orçamentário e administravam os parcos repasses do governo a duras penas, ao longo do ano.

Graças ao decreto, e associado a um magro orçamento de pouco mais de R$ 52 milhões para despesas anuais indispensáveis estimadas na casa dos R$ 73 milhões, a UFRJ agora já sabe que não terá dinheiro para pagar certas despesas, logo no início do ano.

Como precisa empenhar esses R$ 52 milhões até o fim do mês para garantir algo e depois lutar por créditos suplementares, o Consuni decidiu não pagar parte das despesas com luz elétrica e com a manutenção e conservação de bens imóveis, num total de R$ 21 milhões.

Universidade sem saída

"Estamos numa situação em que não há como administrar. No início de abril, vou entregar a chave da universidade para o Palocci e para o Mantega", ironizou Aloisio, no Consuni. Ele comentou que o orçamento das estaduais paulistas, que possuem uma forma de financiamento diferente das federais, é superior ao da UFRJ. "A USP, que é do mesmo porte da UFRJ, tem um orçamento de R$ 300 milhões; o da Unicamp, que é menor, tem R$ 150 milhões", argumentou.

Gestão junto ao BNDES

José Carlos, um dos representantes dos técnico-administrativos, lembrou que o presidente Lula disse que o BNDES estava "cheio de dinheiro" para investimentos no país. O conselheiro sugeriu que a reitoria poderia fazer algum tipo de gestão para arrecadar recursos dessa fonte.

Colegiados

Anúncio de cotas do reitor irrita CEG

Pró-reitor tenta pacificar a questão

Causaram mal-estar no Conselho de Ensino de Graduação (em 24/03) as notícias veiculadas pela mídia, no início da semana passada, nas quais o reitor Aloisio Teixeira anunciava a proposta de cotas para o próximo vestibular da UFRJ. Embora tenha sido enfatizado que a proposta passaria pelos conselhos superiores da universidade, a professora Ana Borralho (representante do CCS) não poupou críticas à atitude da reitoria. "Lamento que as Unidades, os Centros e este colegiado não tenham discutido esta proposta (antes da divulgação para a imprensa). Isso me deixa até irritada". A representante dos técnico-administrativos Vera Lúcia Barradas também reforçou a fala de Ana Borralho: "Aloisio fala de cotas da maneira que ele pensa e que não foi discutida no colegiado", comentou.

O pró-reitor José Roberto Meyer tentou contemporizar a situação. Ele lembrou que o tema da democratização do acesso será objeto de discussão da agenda do conselho ao longo de 2004. "Estou entendendo que a política de cotas será o primeiro ponto", afirmou, com a justificativa de que o assunto só não foi debatido antes no CEG por causa de outras questões mais urgentes que ocupam o tempo das sessões.

Filosofia no vestibular

Estudantes do IFCS estiveram no conselho para cobrar o cumprimento da decisão de maio de 2003 do CEG que introduz a disciplina de Filosofia no vestibular. O CEG enviou uma nota para ser lida no expediente da sessão do Consuni para reafirmar essa decisão e, ao mesmo tempo, avisar que os meios para implementação desse exame ainda serão apreciados pelo colegiado. Isso acabou não ocorrendo, devido à movimentada sessão do Conselho Universitário do dia seguinte.

Ainda o alojamento

O representante discente Luciano Barboza voltou a reivindicar melhorias para o alojamento. Ele solicitou uma espécie de plano emergencial, enquanto não são resolvidos os problemas maiores das instalações físicas daquele prédio. Luciano cobrou um café da manhã mais duradouro e de melhor qualidade; a desratização do prédio e a limpeza da água dos bebedouros. "Os bebedouros foram trocados, mas há pessoas com indícios de problemas intestinais". O estudante alertou os conselheiros de que, caso estas medidas emergenciais não sejam tomadas dentro de 15 dias, os alojados voltarão a promover atos. "Provavelmente, dormiremos aqui (na sala de reuniões)", afirmou. O pró-reitor disse que ia se empenhar para solucionar esses três itens.

Jubilamento

O professor Ericksson Almendra (CT) cobrou maior rigor da universidade na aplicação das normas já existentes para o cancelamento de matrículas de estudantes por insuficiência de rendimento. Segundo ele, embora sejam casos raros, eles depõem contra a imagem da instituição. "Existem alunos aqui que repetem a mesma disciplina por vários anos", comentou. O docente sugeriu uma pequena alteração na resolução que trata do assunto para facilitar o jubilamento, o que ainda será avaliado pelo colegiado. Ericksson solicitou ainda a volta de um processo institucionalizado de avaliação das disciplinas por parte do corpo discente.

CEG e a FND

O colegiado tomou polêmica decisão em relação ao ato dos estudantes da FND (leia matéria nas páginas 4 e 5).

Conselheiros do CEPG criticam novas normas para bolsas PIBIC

Na sessão de 26/3, o Conselho de Ensino para graduados discutiu as novas normas estabelecidas pelo CNPq para a concessão das bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Atualmente a agência mantém um total de 14.299 bolsas, distribuídas em 149 instituições. A cota da UFRJ é de 714 bolsas. As novas regras não agradaram aos conselheiros do CEPG, a começar pelo pró-reitor José Luiz Monteiro, que ficou preocupado com o fato de que a distribuição das cotas dirigidas à instituição já venha pré-definida da agência e lembrou que o CEPG já havia se posicionado contrariamente a várias das novas regras quando o CNPq enviou a sua proposta inicial às instituições para que estas opinassem sobre ela.

O CNPq estabeleceu, ainda, que as bolsas serão destinadas a instituições públicas, comunitárias ou privadas, com ou sem curso de graduação, que desenvolvam pesquisa ou, diretamente, a pesquisadores ou orientadores. As bolsas continuarão a ser distribuídas anualmente pelo sistema de cotas.

Entre os critérios, a agência determina que os alunos de Iniciação Científica devem ser orientados pelos pesquisadores de "maior competência científica". Os orientadores terão que possuir nível de doutor e deverão exercer atividade de pesquisa comprovada por "sua recente produção intelectual".

Uma novidade é que a agência permitirá que o pesquisador ou orientador indique um estudante de outra instituição, pública ou privada. A resolução do CNPq permite que, a critério da instituição, um orientador poderá, "em função de sua competência", receber mais de uma bolsa.

As instituições não poderão limitar o acesso a bolsas por restrição de idade, pelo fato de o aluno já ser graduado em outro curso ou pelo tempo de ingresso no curso.

Bolsas Balcão

O CNPq reservará até duas mil bolsas PIBIC para pesquisadores I e até mil bolsas para pesquisadores II. Estes devem ser preferencialmente orientadores de pós-graduação de cursos níveis 5, 6 e 7.

Para o conselheiro Milton Roedel, as novas normas da agência só favorecem os grupos tidos como excelentes. "Quem chegou à excelência cria estes mecanismos para não deixar que os demais alcancem o mesmo nível".

O assunto estará de novo em pauta na próxima sessão do CEPG

Ainda o Provão

José Luiz informou aos presentes que recebeu um comunicado da Capes que a agência estaria 'premiando' os primeiros colocados no Exame Nacional de Cursos (Provão) de 2003. O detalhe curioso, segundo José Luiz, é que o Provão foi extinto pelo atual governo e substituído pelo Sinapes - Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior, que mantém a lógica da avaliação dos cursos através de exames aplicados aos estudantes.

Assembléia Geral

12 abril segunda

13h30

Auditório do CFCH

(campus da Praia Vermelha)

Debate

Que Universidade queremos?

com Lúcia Neves

Professora da Faculdade de Educação da UFF

6/04 terça-feira **12h**

Sala 220, Bloco D,
Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Movimento

Manuella Soares

JOSÉ MIGUEL, LÚCIA NEVES, JANETE LUZIA, JOSÉ MARIA E AGNALDO FERNANDES

Reformas aumentam exploração do trabalhador

Passado mais de um ano de governo Lula, aos servidores, trabalhadores do campo, da indústria, de serviços e estudantes só resta mesmo uma opção: encarar com resistência as reformas deste governo que nada mais são do que a materialização de um Estado e de uma sociedade neoliberais. E a propalada diferença entre Lula e Fernando Henrique? Perguntam os que ainda têm alguma esperança. "É, realmente, fisicamente os dois são bem diferentes", brinca o dirigente do Sintufrj e da CUT, Agnaldo Fernandes. Mas é só. Na política, as reformas (na verdade, as contra-reformas) de Lula deixam claro que o projeto neoliberal é o mesmo. A constatação foi feita pelos participantes do seminário *As reformas do governo Lula em debate*, promovido pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, no último dia 24/3. O evento contou com a participação do professor da UFRJ e diretor da Adufrj-SSind, José Miguel Bendrao Saldanha; da professora da UFF Lúcia Neves; do sindicalista e presidente do PSTU, José Maria Almeida; e de um dos coordenadores gerais do Sintufrj Agnaldo Fernandes. José Maria e Agnaldo são também integrantes da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores.

Em relação à reforma previdenciária, José Miguel lembrou que, apesar desta já ter sido aprovada pelo Congresso Nacional, o governo ainda precisa apresentar uma lei ou baixar uma medida provisória que institucionalize o novo regime de previdência complementar.

Para o professor, "o essencial da reforma da Previdência não é promover uma economia para os cofres do governo com a retirada de direitos dos servidores, mas sim abrir espaço para a previdência complementar privada por meio do estabelecimento de um teto baixo para a previdência pública. No entanto, a contribuição dos aposentados e pensionistas, a redução dos valores das aposentadorias e das pensões e a ampliação das exigências para obter esses direitos permitirão a economia necessária para pagar a conta da privatização."

Previdência privatizada

A privatização de parte da previdência dos servidores através dos fundos de pensão já estava aprovada desde dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional 20, a reforma previdenciária de FHC. Mas sua implementação dependia de uma legislação complementar, que quase foi aprovada durante o governo FHC, o Projeto de Lei Parlamentar (PLP) 9/99. Os movimentos de servidores públicos, na época com o apoio dos partidos que hoje compõem a base aliada do governo, principalmente o PT, lutaram e conseguiram evitar a aprovação final do PLP. No entanto, o novo governo, mesmo antes de empossado, e para surpresa de parte dos movimentos, sinalizou com a retomada da tramitação do PLP. Os servidores reagiram fortemente, demonstraram que a aprovação do PLP provocaria um enorme prejuízo para o governo, por causa da transferência de poupança pública para a os fundos de pensão e indicaram que entrariam em greve caso o PLP voltasse a tramitar. "A disposição de aprovar o PLP 9 foi o primeiro balão de ensaio do governo Lula para aprovar a privatização da previdência, o que causou uma grande surpresa para parte dos movimentos".

Segundo José Miguel, o governo apresentou então a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 40/03 (PEC 67/03 no Senado e Emenda 41 após aprovada), que tornou superado o PLP 9/99, ao eliminar a necessidade de legislação complementar para a implantação da previdência complementar, resolveu o problema do custo da transição para este regime por meio de um brutal confisco dos atuais e futuros aposentados e pensionistas, e ainda abriu o caminho para a cooptação das lideranças sindicais para a gestão dos fundos de pensão. Para o professor, este é o lado mais perverso da contra-reforma da previdência, que, além de taxar os aposentados e pensionistas, altera a estrutura do regime e enfraquece os instrumentos de luta dos trabalhadores. Com a reforma, parte da previdência dos servidores deixa de ser pelo regime de repartição, de solidariedade entre as gerações, e se transforma num regime de capitalização, no qual cada trabalhador deve aplicar financeiramente parte de seus rendimentos para garantir, individualmente, seus proventos no futuro. A aplicação destes rendimentos, administrada pelos fundos de pensão dá-se principalmente em títulos da dívida pública e em ações de empresas lucrativas, ou seja, os proventos dos trabalhadores aposentados passam a depender da exploração dos trabalhadores ativos pelo capital, com a colaboração ativa dos "representantes" dos trabalhadores, num autêntico "canibalismo de classe", disse o professor.

PEC Paralela

A chamada PEC paralela, aprovada no Senado (PEC 77/03) e atualmente em tramitação na Câmara (PEC 227/04), para José Miguel, apenas modifica algumas regras de transição válidas para os atuais servidores. Para o professor, o fato de a PEC paralela só garantir estes direitos para os atuais servidores reduz a resistência à reforma como um todo e o embate contra a reforma passou a ser, em grande parte, uma disputa pela manutenção de alguns poucos "direitos adquiridos" individualmente, e não mais para a categoria com um todo. "Perdemos a luta por esta reforma, porque boa parte das lideranças sindicais, inclusive a direção majoritária da nossa central sindical, a CUT, se iludiu com o novo governo", analisa.

Reforma universitária

Para Lúcia Neves, a reforma universitária já está em processo de implantação no governo Lula. "É um projeto burguês de universidade que tenta se implantar no Brasil desde os anos 1980. Uma construção lenta". Para a professora, o governo Lula se constitui na terceira etapa da implementação da reforma no ensino superior brasileiro. Em 1980, a reforma consistia na implementação do ensino pago nas universidades públicas e na separação da universidade brasileira em centros de excelência e unidades de ensino. "A conjuntura favorável a um projeto societário, democrático e de massa e a força dos movimentos docente, dos servidores e universitário impediu a sua implementação".

Segundo Lúcia, a Constituição de 1988 incorporou três preceitos que deram início ao modelo neoliberal de universidade: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ficou restrita somente às instituições universitárias; o ensino gratuito ficou restrito somente às instituições mantidas pelo Estado; e foi instituído, pela primeira vez, o ensino superior como atividade lucrativa. "A gente nunca se lembra disso, mas é na Constituição de 1988 que se institui a educação como empresa, como negócio lucrativo".

A segunda etapa de implementação do projeto neoliberal correspondeu aos governos FHC - de 1995 a 2002 - com a reestruturação do Estado "tanto nas suas funções econômicas quanto nas políticas e ideológicas". O mais importante na reforma universitária para a professora não é o aspecto econômico, mas o político-ideológico. Lúcia criticou o conceito de responsabilidade social adotado pelo governo nesta reforma, o que considera uma "aceitação das desigualdades sociais como naturais, da

Continua na página 8

Movimento

Continuação da página 7

desresponsabilização direta e universal do Estado pela própria ação do trabalho, e do associativismo prestador de serviços sociais em lugar do associativismo reivindicador de direitos sociais da década anterior".

Em relação à terceira etapa da reforma universitária em curso no governo Lula, a professora destacou que a privatização é intensificada com a estatização das vagas das instituições particulares. "A inadimplência que têm os empresários de educação hoje é da ordem de 30% e eles estão cobrando do governo subsídios. A compra de vagas para desiguais nas universidades privadas tem esta determinação. O que parece uma atitude democrática para os excluídos não passa de financiamento público aos negócios privados".

Reforma sindical

José Maria fez um relato dos acordos que estão sendo feitos entre o governo e as centrais sindicais no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Para o sindicalista, a reforma sindical do governo Lula prepara o Brasil para a sua adesão à Área de Livre Comércio (Alca). "As mudanças na estrutura sindical são no sentido de adequá-la aos moldes neoliberais e às exigências das grandes corporações internacionais e a preparação do nosso país para implantação da Alca".

Um dos objetivos fundamentais do governo com a reforma sindical é, segundo José Maria, a flexibilização de direitos. Ele lembrou que o presidente Lula já admite rever até mesmo o direito das férias remuneradas, previsto na atual Consolidação dos Leis do Trabalho. "O próprio presidente da República, dias atrás disse para jornalistas com toda a clareza que o que se pretende é a flexibilização dos direitos da classe trabalhadora".

De acordo com José Maria, que analisou o relatório final do FNT, com a reforma as centrais sindicais passarão a ter o direito de negociar em nome das categorias, dispensando a atuação dos sindicatos de base. O processo de negociação também passa a ser obrigatório. O que significa que se um sindicato se negar a negociar com os representantes patronais ou com o governo, no caso dos servidores, outra entidade ou mesmo uma Central poderá se apresentar e decidir em nome dos trabalhadores.

Outra mudança estabelecida pela reforma sindical é que as negociações feitas pelas centrais sindicais passam a estabelecer o poderá ser ou não alterado em uma negociação coletiva feita pela entidade de base.

José Maria diz que para ter exclusividade em uma negociação, o sindicato terá que contar um uma base de 20% de sindicalizados da categoria a qual representa. O sindicalista alertou para o fato de que, no setor privado, são muitas as empresas que restringem a contratação de empregados sindicalizados. Com este dispositivo, os empresários poderão literalmente conduzir as sindicalizações para as entidades que tiverem uma relação mais amistosa com o patronato.

Agenda

José Maria considera que esta reforma está sendo construída pelas centrais junto do governo. "O papel dos sindicatos e das federações de trabalhadores é fundamental para que possamos construir o processo de resistência a essas reformas". Ele lembrou o seminário sobre Reformas Sindical e Trabalhista, ocorrido nos últimos dias 13 e 14 em Luziânia e aproveitou para divulgar um calendário de lutas encaminhado pelos participantes do evento que contou com a participação de quase 2.000 sindicalistas de todo o país. O 1º de Maio deverá ser uma data em que as entidades sindicais deverão estar organizando atos nas principais capitais para denunciar as reformas e fortalecer o movimento das categorias em luta, como os servidores públicos federais que podem entrar em greve a partir de abril. No dia 19/3 foi constituída uma Coordenação Nacional de Lutas que está preparando uma carta aberta à população brasileira convocando no dia 16 de junho para um grande ato, em Brasília, contra as reformas do governo.

Reforma trabalhista

Tal como a reforma universitária, a trabalhista já está em curso, ainda que não esteja sendo apresentada em um único projeto. "Na medida em que o governo acelera a sua agenda em relação a estas contra-reformas, fica mais fácil compreender a totalidade do processo de aprofundamento do projeto neoliberal que tem como pilares de sustentação a reforma do Estado, as privatizações e as mudanças do mundo do trabalho", avalia Agnaldo Fernandes.

De acordo com Agnaldo, algumas medidas encaminhadas pelos últimos governos já delineiam o que seria o projeto acabado da reforma trabalhista. "Para nós do serviço público, durante os dois mandatos de Fernando Henrique, tivemos 56 direitos retirados. Anuênio, progressão, concursos, uma série de direitos conquistados ao longo dos anos foram retirados".

Em relação aos trabalhadores da iniciativa privada, Agnaldo chamou atenção para a Lei de Falências, que se encontra na comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Segundo ele, a legislação em vigor, os trabalhadores têm prioridade no recebimento das dívidas do processo de falência. "Com a Lei de Falência, ficam no mesmo patamar as dívidas da empresa falida com os trabalhadores e com os credores. E nós sabemos a quem as empresas vão querer pagar primeiro".

As propostas já aventadas pelo governo passam, segundo Agnaldo, por propostas como dividir o recebimento do 13º salário ao longo do ano, acabar com a licença maternidade, férias e outros direitos previstos na CLT. O servidor lembrou que, no ano passado, houve uma grande manifestação organizada pela CUT em Brasília para impedir as alterações na CLT. "Hoje não é assim. Essas alterações que têm o mesmo conteúdo de ataque e de retirada de direitos é co-patrocinada pelas centrais sindicais", questionou.

Assembléia Geral

12 abril segunda 13h30

Auditório do CFCH
(campus da Praia Vermelha)

Eixos de luta aprovados pelos Servidores Públicos Federais para a Campanha Salarial de 2004

1 – Reposição das perdas salariais e correção das distorções salariais

2 – Incorporação das gratificações em seu mais alto valor (GAE e produtivistas)

3 – reconhecimento e respeito à data-base da categoria em 1º de maio

4 – Respeito às diretrizes dos Planos de Carreira, entregues em 28/5/2003 e, até hoje, sem resposta do governo

5 – Cumprimento dos acordos de greve

6 – Defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e dos serviços públicos de qualidade

7 – redução da jornada de trabalho sem redução de salário para todos os trabalhadores.

Resenha

Reitores de federais condenam estatização de vagas

A Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) divulgou nota em 23/03 com críticas à proposta do governo de trocar isenções fiscais por vagas ociosas em universidades particulares para atender pobres, negros, egressos de escola pública, índios e deficientes. Essa é a tese central do programa "Universidade para Todos". O texto da Andifes defende investimentos na ampliação de vagas na universidade pública (O Estado de S. Paulo online, 23/03). Vale lembrar que o programa do governo de estatização já foi repudiado pelo movimento docente, através de uma moção aprovada no último Congresso do Andes-SN, no início deste mês. Leia a íntegra do documento da Andifes na página 3.

Limites às particulares?

O MEC anunciou que pretende limitar a abertura de faculdades privadas no país. Segundo o ministro Tarso Genro, em regiões onde ainda não existam faculdades que cubram as demandas existentes, o ministério vai publicar, através de edital, os requisitos necessários a fim de que instituições privadas possam se habilitar para abrir faculdades (Jornal do Commercio, 24/03). Talvez a nova iniciativa do MEC, se for efetivamente implantada, tenha como objetivo tentar refrear as críticas que vem sofrendo com o programa "Universidade para Todos"

Desemprego cresce em São Paulo

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo subiu de 19,1% em janeiro para 19,8% em fevereiro. É o pior resultado para um mês de fevereiro desde 1985, quando a pesquisa mensal da Fundação Seade/Dieese foi criada. Esse aumento representa a inclusão de 58 mil pessoas na lista dos desempregados da capital. A maior taxa de desemprego já registrada pelo Seade/Dieese em São Paulo foi nos meses de abril, maio e setembro de 2003 (20,6%) (Folha Online, 24/03).

BNDES socorre a mídia

Enquanto as universidades públicas agonizam, um setor de duvidosa contribuição para a sociedade brasileira está prestes a receber um senhor empréstimo do governo Lula. De acordo com notícia da agência Carta Maior (24/03), o BNDES apresentará, ao Senado uma linha de crédito especial para o pagamento das dívidas das grandes empresas de radiodifusão (televisões e rádios) e mídia impressa (jornais e revistas). O anúncio foi feito pelo vice-presidente do banco, Darc Costa, em audiência pública realizada no dia 24 na Comissão de Educação do Senado Federal.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
CAMPANHA SALARIAL 2004
EDIÇÃO DE 29 DE MARÇO 2004

Eixos centrais da Campanha Salarial dos Servidores de 2004

Os servidores estão em luta, desde 1995, por um processo real de negociação. Durante os anos do Governo de FHC não houve processo algum de negociação entre as partes. A recusa incondicional do Governo proibiu o democrático direito de negociar. Ano passado, já no Governo Lula, foi instalada uma pretensa mesa de negociação que, por sua vez, se limitou às discussões de forma deixando de lado as reivindicações substanciais. Agora nos dirigimos à população, ao Congresso Nacional, ao Judiciário, ao Governo, e aos setores organizados na sociedade com o intuito de que a negociação de fato ocorra.

São 9 anos sem reposição salarial. Vários anos cunhados por gratificações de produtividade que estimulam disputa entre servidores nos órgão, pois, são excludentes em seu pleno direito além de conceberem os princípios privados da produtividade. São vários anos lutando por planos de carreira e recebendo golpes distorcidos de tabelas limitadas. Fazem 9 anos que nossa data-base foi retirada e que não temos o direito legítimo e constitucional da revisão salarial, ou seja, não há ao menos a incorporação das perdas de cada período. Já fazem 12 anos que enxergamos os órgãos públicos serem extintos e privatizados, fato que se intensificou no Governo de FHC e que, pelo visto, como demonstra a Reforma da Previdência, continua no Governo de Lula. São mais de 56 direitos retirados, entre os quais se destaca o fim da exigência do Regime Jurídico Único, arrancado da Constituição por meio da Emenda Constitucional 19/98.

Há portanto um quadro negativo para os trabalhadores no serviço público que exige, imediatamente, respostas. Não falamos de respostas que se reduzam apenas em discursos aparentemente democráticas. Nos referimos às respostas objetivas, concretas, que melhorem esse triste quadro que leva, infelizmente, a uma precarização do trabalho e da vida dos servidores.

Nesse sentido, vimos por meio deste documento, apresentar de forma suscinta e clara nossas reivindicações emergenciais que compõem os eixos fundamentais da campanha salarial de 2004. Fazemos isso na certeza de que a população e todos os setores classistas e democráticos da sociedade apoiaram e marcharão junto com os servidores com a plena consciência de que a campanha dos servidores significa a luta por legítimas melhorias trabalhistas para os trabalhadores do serviço público federal ao mesmo tempo que representará a elevação dos direitos sociais de todos os que precisam dos serviços públicos no Brasil.

1. Reposição salarial de 127,30%

As perdas dos servidores acumuladas desde 1995 já somam 56%. Os salários representam, portanto, apenas 44% do que representavam no ano de 1995. Para recompor tais perdas se faz necessário um reajuste de 127,30%, segundo os cálculos do DIEESE.

2. Reposição imediata de 50,19%

Desde 1998, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 19 que alterou o conteúdo da Administração Pública Federal e acabou repercutindo nas administrações estaduais e municipais, os servidores não são contemplados com elementos chaves aprovados pela citada emenda. A revisão salarial foi deliberadamente negligenciada, não existindo ou, como ocorreu nos últimos anos, sendo concedida com valores ridículos. Isso exige uma imediata mudança e, para tanto, é necessário a incorporação imediata do índice relativo ao período de 98 e 2004 que corresponde, segundo os cálculos do DIEESE, 50,19%.

3. Correção das distorções

As várias tabelas diferenciadas; as mudanças anárquicas nas carreiras; a criação do dispositivo autoritário de carreira típica; o fim de uma política isonômica; a barreira para a garantia da paridade, são todos esses elementos que criaram distorções profundas entre os diversos setores dos servidores. Tais distorções aparecem nos salários, nas condições de trabalho, na recomposição dos serviços públicos prestados nos diversos órgãos e, finalmente, na vida real dos servidores. Isso coloca, portanto, a necessidade de corrigir, imediatamente, as correções criadas pelo neoliberalismo e seu modelo gerencial de Administração.

4. Incorporação das gratificações produtivistas e da GAE

É necessário recompor o salário dos trabalhadores no serviço público. Uma das medidas centrais para isso é acabar com o conjunto de penduricalho sem segurança que há hoje no valor final de salários. São gratificações inseguras porque não garantem o valor a ser recebido, já que dependem das malfadadas gratificações e porque, ao não fazerem parte do salário, podem ser retiradas em qualquer momento. Insegurança similar se constitui com a GAE, principalmente após a Lei de Responsabilidade Fiscal que estipula limite com gastos com servidores e com a Emenda Constitucional 19 que permite o corte das parcelas que não correspondem o salário base. Assim sendo, para recuperar a segurança e as garantias salariais, se faz necessário, imediatamente, a incorporação das gratificações aos salários.

5. Diretrizes de Planos de Carreira

Por meio da aprovação do DPC serão garantidos requisitos mínimos para estabelecer carreiras e planos de carreiras condizentes com a necessidade histórica dos serviços públicos no Brasil. Apenas por meio das Diretrizes será possível unificar os critérios, avançar na recuperação da isonomia e garantir a paridade. Além disso queremos um DPC que reafirme a propriedade estatal dos serviços e as relações trabalhistas coerentes com esse modelo de propriedade retirando todos os elementos privados que hoje predominam nas relações públicas de trabalho e acabam fazendo que se privilegie o lucro acima da vida.

6. Fixação da data-base em primeiro de maio

A data-base do funcionalismo, fixada em janeiro de cada ano pela lei 7.706/89, vem sendo desrespeitada pelo Governo desde 1.996. Com a promulgação de E.C. 19/98 reafirmou-se a obrigatoriedade da observância de Data Base Anual, com Revisão Geral de Índice para todos os servidores. Portanto, reivindicamos o direito legítimo da data-base, mas no dia 1º de maio, quando é comemorado, em nível internacional, o dia do trabalhador.

7. Cumprimento dos acordos de greve

A cada greve legítima dos servidores o Governo desfere seus ataques com todo o tipo de argumento. No entanto, quando se negocia e se fecha acordos para a saída de greve os mesmos governos não cumprem as negociações e resolvem, de forma cínica, esquecer a luta dos trabalhadores. Isso é inadmissível, mas infelizmente é o que ocorre na prática. Nos é necessário, portanto, reivindicar o cumprimento de todos esses acordos, pois, são conquistas da luta que não são respeitadas pelos Governos.

8. Defesa da Universidade Pública e dos Serviços Públicos

Não podemos deixar que a privatização das Universidades Públicas passe despercebida por um projeto que privilegia o financiamento das universidades privadas. Não temos dúvidas: dinheiro público é para os serviços públicos. A única forma de garantia dos serviços públicos universais, estatais e com qualidade é por meio de investimentos reais. Investimentos esses que não ocorrem porque o Governo privilegia o pagamento dos juros da dívida, um superávit primário de 4,25% e um orçamento que concentra 75% somente com o conjunto de gastos da dívida (como o de 2004). Isso é inadmissível. Temos clareza absoluta que a defesa dos serviços públicos, com destaque para as universidades públicas, nesse momento, é um eixo fundamental para recompor as condições de trabalho dos servidores e elevar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais

Pauta unificada de reivindicações dos servidores públicos federais - 2004

1. 1. SALÁRIOS

1.1 Conforme o próprio governo, em dados divulgados pelo Ministério da Fazenda, a Despesa de Pessoal no período de 1995 a 2003 teve uma variação em 70,30%, enquanto a Receita Corrente Líquida da União cresceu 198,22%! (Veja gráfico abaixo)

Estes indicadores nos informam da capacidade existente em conceder aos servidores a reposição imediata das perdas do período de junho de 1998 a dezembro de 2003, de acordo com índice ICV do DIEESE (aplicação da revisão geral anual obrigatória, conforme Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal - redação incluída pela Emenda Constitucional Nº 19, de 4/6/1998) com o reajuste de 50,19%;

É necessário que haja uma política salarial que estabeleça um plano de recomposição integral do poder aquisitivo dos servidores públicos, de acordo com o ICV-DIEESE, no período de janeiro-1995 a dezembro -2003 esse percentual é de 127,30%, além de um método que impeça a acumulação de perdas e, com isto, facilite o processo de revisão geral anual. Está claro, no entanto, que para uma correção profunda das distorções criadas nos últimos anos, se faz necessário recuperar o salário das diversas categorias e a incorporação das gratificações, peças fundamentais para que exista uma política de isonomia salarial no Serviço Público.

1.2 Reconhecimento da data base dos Servidores Públicos Federais em 1º de maio;

A data-base do funcionalismo, fixada em janeiro de cada ano pela lei 7.706/89, vem sendo desrespeitada pelo Governo desde 1.996. Com a promulgação de E.C. 19/98 reafirmou-se a obrigatoriedade da observância de Data Base Anual, com Revisão Geral de Índice para todos os servidores.

A partir da nova redação do Art. 37, x da C.F. dado pela E.C. 19/98, os servidores fariam jus em maio de 1.999 ao reajuste de suas remunerações.

Diante da inércia do Governo, o PT e PDT protocolaram a ADIN de N° 2061 que veio a ser acolhida em parte pelo STF, que declarou a omissão do Governo e reconheceu o direito do funcionalismo à uma Data Base Anual.

Ocorre que o Índice de Revisão Salarial de 3,5% concedido, em janeiro de 2002, através da lei 10.331 foi insuficiente para repor as perdas da categoria, conforme dados do DIEESE elencados no item 1.1.

Assim, ao mesmo tempo que pleiteamos uma política salarial que recomponha o poder de compra dos salários e corrija as distorções salariais criadas pela política neoliberal, sinalizamos o dia 1° de maio como Data Base do funcionalismo, reivindicação histórica, que se justifica por coincidir com a Data de reajuste do Salário Mínimo e por simbolizar a luta internacional dos trabalhadores pelo reconhecimento de seus direitos.

1.3 Incorporação das Gratificações por Exercício de Atividades e demais gratificações produtivistas no seu valor mais alto ao vencimento básico;

A incorporação da GAE e demais gratificações produtivistas ao vencimento básico se impõe como medida de justiça, especialmente tendo em vista que o valor da tabela de vencimentos básicos atualmente em vigor não cumpre a sua função, permitindo, simplesmente, o achatamento das vantagens sobre ele incidentes, tais como o adicional por tempo de serviço e adicionais de periculosidade. Além disso, as medidas adotadas para a reestruturação de poucas Carreiras indicam novamente a oportunidade e razoabilidade dessa medida, por meio da fixação de tabelas de vencimento realistas, com a incorporação de algumas vantagens, medida já aprovada pelos poderes Judiciário, Legislativo e parte do Executivo. Além disso, impõe-se reverter a política de gratificações produtivistas implantada no Governo FHC e que, para nossa surpresa, manteve sua continuidade no governo atua. Tal política rompeu com a isonomia, desfigurou carreiras, precarizou as remunerações, comprometeu a paridade entre ativos e aposentados e cria entre os servidores um clima de insegurança e insatisfação.

1.4 Pagamento Integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais;

1.5 Pagamento imediato e integral em

Relação entre Despesa com Pessoal e Receita Corrente Líquida da União
Período: 1995 a 2002*

R$ milhões correntes

	Despesa de Pessoal Líquida	Receita Corrente	% de Desp.Pes./ Rec.Cor.Líq. da União	Receita Corrente	Despesa de Pessoal X Receita da União
Acum. Em 1995	37.825,50	67.298,10	56,21	127.094	29,76
Acum. Em 1996	40.900,90	89.353,00	45,77	152.515	26,82
Acum. Em 1997	44.529,70	97.041,00	45,89	175.271	25,41
Acum. Em 1998	47.945,00	104.491,00	45,88	200.359	23,93
Acum. Em 1999	51.571,00	129.854,00	39,71	218.022	23,65
Acum. Em 2000	56.093,30	148.201,50	37,85	252.518	22,21
Acum. Em 2001	59.212,20	167.650,50	35,32	289.411	20,46
Acum. Em 2002	64.415,90	200.697,80	32,10	343.075	18,78
Variação % no período	70,30	198,22	-42,90	169,94	-36,91
Variação % média anual	7,90	16,89		15,24	-

Fonte: STN/MF

Elaboração: DIEESE/DF OBS: - A Receita Corrente Líquida Corresponde à Receita Corrente da União menos: transferências constitucionais e legais; contribuição para o PIS/PASEP; benefícios previdenciários. Das Receitas Correntes estão deduzidos os valores relativos aos incentivos e às restituições fiscais.

* No ano de 2003, as informações do boletim estatístico de agosto/03 apresentam os valores de jan/03 a jul/03, sendo que a despesa de pessoal acumulada foi de R$ 39.272,50, enquanto a receita corrente líquida foi de R$ 131.378,40 o que representa uma relação de 29,89% entre a desp.pessoal e a RCL..

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

uma única vez dos 28,86% concedidos aos militares, legislativo e judiciário;

A integralização dos 28,86% às remunerações dos servidores civis do Executivo é matéria já resolvida pelo STF, e que a própria MP 1904-16 estendeu e reconheceu em parte, desde julho de 1998, aos servidores. Essa extensão, no entanto, tanto em vista do seu parcelamento em 7 anos, quanto da sistemática de cálculo que, se deu de forma incompleta, subvertendo o princípio da decisão do STF que foi de reconhecer o direito ao reajuste **de tabelas.**

2. DIREITOS SINDICAIS

2.1 Direito de Greve e Autonomia Sindical

- Garan*tia do Direito Constitucional de Greve e da Autonomia Sindical, com a imediata retirada do pacote anti-greve;*

- Estabe*lecimento de espaços permanentes de negociação sindical geral e específicos, nos diversos órgãos públicos federais;*

- Re*conhecimento da importância do exercício da atividade sindical para o aperfeiçoamento da democracia, garantindo a liberação dos dirigentes com remuneração;*

- Garan*tia, conforme Constituição Federal, do desconto em folha de mensalidades e outras eventuais taxas aprovadas pela categoria, sem ônus para as entidades sindicais;*

- Contr*a a reforma sindical acordada no Fórum Nacional do Trabalho.*

2.2 Direito à Organização por Local de Trabalho

- Garan*tia de acesso dos dirigentes aos locais de trabalho para a realização de reuniões;*

- Espaço *para divulgação de materiais do sindicato;*

- Liber*ação de representantes por local de trabalho para participação em atividades sindicais;*

- Espaço *de negociação permanente acerca de questões locais;*

3. 3. SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

3.1 Acesso e ingresso na Administração Pública apenas por concurso público, e exclusivamente pela Lei 8112/90

É fundamental reafirmar o princípio constitucional contido no art. 37, II da CF, ainda mais quando proliferam as situações de contratação temporária por excepcional interesse público – descaracterizando-se a temporariedade pela sucessiva prorrogação de contratos, e a excepcionalidade pela sua banalização, conforme se verifica na Lei N° 9849/99. Além das diversas hipóteses de contratação que vem sendo abusivamente utilizadas, para substituir pessoal concursado, ou satisfazer necessidades que deveriam ser resolvidas mediante a nomeação de servidores efetivos; contratos com empresas prestadoras de serviço por meio das quais são contratados **sem concurso** servidores que, na maior parte dos casos, vêm executando tarefas típicas dos órgãos, **o que contraria orientação do Tribunal de Contas da União e decisões da Justiça Federal**. Finalmente, é absolutamente perversa e contrária ao interesse público a utilização de convênios com organismos internacionais, especialmente o PNUD, por meio dos quais têm sido contratados "consultores" e "assistentes" vinculados a projetos específicos custeados majoritariamente com dotações orçamentárias, onde são contratados **sem concurso** servidores que, muitas vezes, permanecem vinculados durante vários anos a tais projetos. Tais fórmulas aparentemente "legais" são, na verdade, fraudadoras da Constituição Federal, além de demonstrarem claramente a discriminação do servidor público, que na maioria dos casos recebe remuneração inferior à do pessoal contratado por essas formas irregulares.

3.2 Reabertura dos processos de convocação dos aprovados nos concursos já efetuados, e garantia de reposição de pessoal nas vagas existentes;

A suspensão da convocação de candidatos aprovados em concursos públicos determinada pelo Decreto nº 2.983 /99 é completamente desarrazoada e contrária ao interesse público. Engessa, sob o único argumento de que é necessário reduzir ou conter o gasto com pessoal, a nomeação de pessoal já concursado para áreas essenciais, assim como a realização de novos concursos públicos. As universidades federais e a rede federal por educação básica e profissional, assim, são cada vez mais forçadas a utilizar-se de contratações temporárias, de maneira fraudulenta, para satisfazer necessidades permanentes. A redução de quadros verificada desde 1989, por força de políticas similares, supera 250.000 servidores, que hoje, no Poder Executivo, são apenas pouco mais de 400.000. Instituições como o INSS, INPI, IBGE (revogação do Decreto nº 4178/02), Ministério da Saúde, agências reguladoras e outros também são sucateadas, por não disporem de quadros suficientes, o que exigirá concurso para todos estas instituições e esferas de Governo para contratação de pessoal para todas as atividades(apoio, meio e fim).. Além de impedir o Estado de aparelhar-se devidamente para cumprir suas obrigações, a medida frustra expectativas por parte dos cidadãos que concorreram e lograram aprovação nesses concursos, e que aguardam a chance de assumir seus cargos e exercer suas atribuições. Além disso, urge estabelecer uma mesa para revisão e revogação da extinção de cargos, visando a reestruturação e recomposição dos cargos, bem como ampliar o alcance dos serviços públicos de qualidade à população.

3.3 Definição de Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os trabalhadores dos diversos segmentos do Serviço Público Federal;

A política de recursos humanos definida pelo Plano Diretor e demais documentos do extinto MARE, negou, até onde foi implementada, o direito do conjunto do funcionalismo público a um plano de carreiras que observe os princípios do mérito e da profissionalização. A grande maioria dos servidores permanece vinculadas a planos de cargos obsoletos, sem quaisquer incentivos ao desenvolvimento profissional. A política de capacitação instituída pelo Decreto nº 2.794/98, além de inócua - posto que até o momento não implementada - é também ineficiente e inconsistente com a premissa de que a política de desenvolvimento deve ser associada à implantação de carreiras estruturadas, com conteúdos atributivos amplos, e adequadas à natureza das instituições públicas e suas competências. Da mesma forma impõe-se que sejam estruturadas carreiras cujas remunerações observem a qualificação dos seus membros e a complexidade das tarefas, garantindo atratividade e retenção do servidor público, e Art. 40, § 8º da CF, com estrutura de remuneração que garanta a paridade e integralidade dos vencimentos dos aposentados e dos pensionistas com os vencimentos dos ativos. Para isso, no entanto, é necessário que se aprove, imediatamente, as Diretrizes Gerais de PCC, já apresentadas, desde a primeira metade de 2003, pelos servidores ao Governo.

3.4 Implantação de políticas que impeçam a discriminação de trabalhadores do serviço público por motivo de etnia, gênero, idade, religião, opção sexual, entre outras, no acesso e prática do serviço;

O acesso aos cargos públicos, assim como o seu desenvolvimento em carreiras, e o acesso aos cargos e funções de confiança, devem ter como único critério o mérito. O art. 5º da CF não admite diferenciações em razão de etnia, gênero, idade, religião, opção sexual ou quaisquer outras. Ações que promovam o avanço de grupos sociais devem ser implementadas, sempre com o sentido de ampliar oportunidades para os grupos marginalizados, notadamente os deficientes físicos, como, aliás, determina a CF em seu artigo 7º, inciso VIII. Por isso, não é aceitável que a redação dada ao art. 37, II e ao art. 38, possa vir a dar margem a qualquer medida legal ou regulamentar no sentido de propiciar discriminação mediante a fixação de "requisitos diferenciados de admissão".

3.5 Alocação de verbas suficientes para o atendimento qualificado dos serviços públicos;

É inaceitável que se inviabilize a prestação dos serviços públicos ao cidadão por meio da destinação insuficiente de verbas. O Orçamento da União para o ano 2004 não garante as dotações necessárias para a manutenção e ampliação dos Serviços Públicos.

3.6 Reintegração dos demitidos e assegurar a manutenção dos anistiados pela Lei 8.878/94;

A anistia concedida pela Lei nº 8.878/94 foi o resultado de uma intensa luta dos servidores para reverter uma das maiores barbaridades cometidas pelo Governo Collor. No entanto, arbitrariamente o Governo Fernando Henrique não apenas suspendeu a reintegração dos demitidos que tiveram seus processos apreciados pela Comissão de Anistia, como determinou a revisão de todos os processos, cancelando milhares de anistias já concedidas. Cometeu, assim, um duplo pecado, penalizando com uma segunda demissão servidores que já haviam sido prejudicados pela demissão arbitrária e irresponsável no Governo Collor. A reintegração dos anistiados é questão de justiça que precisa ser reconhecida pelo Governo, como demonstração não apenas de civilidade, como também de respeito à Lei.

4. DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL

4.1 Defender um orçamento digno para a Seguridade Social e que sua utilização seja apenas na Seguridade Social;

4.2 Garantir o repasse do Tesouro Nacional de todas as receitas arrecadadas para a seguridade social, proibindo o desvio dessas verbas para outras finalidades;

É absolutamente inaceitável a prática, corriqueira nos últimos anos, de desvios de recursos da seguridade social, quer por meio do Fundo de Estabilização Fiscal, quer por meio da própria Lei Orçamentária, para o custeio de atividades estranhas à seguridade social. As receitas da seguridade, definidas no art. 195 da CF, devem ser totalmente destinadas à garantia de direitos sociais e serviços nas áreas de saúde, assistência e previdência. Não existe déficit na seguridade; as três áreas devem contar não apenas com suas fontes de recursos específicas, mas também com dotações orçamentárias do Tesouro, como forma de capitalizá-la para o cumprimento dos seus compromissos futuros, decorrentes do envelhecimento da população e da necessária ampliação da cobertura da saúde, previdência e assistência social.

4.3 Realizar auditoria da Previdência Social assegurando a transparência e o efetivo controle da sociedade sobre a auditoria;

- - *Aplicação da Lei 9983/00;*
- - *Depósito da contrapartida do Governo relativa à contribuição dos SPFs.*

4.4 Contra o desconto previdenciário para os servidores aposentados;

4.5 Garantia da aposentadoria especial para todos os trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde e condições insalubres, conforme § 4º artigo 40 da C.F.

Desde 1998, os servidores públicos não têm direito à aposentadoria especial, por falta de regulamentação. A Emenda Constitucional nº 20/98 exige lei complementar para o trato dessa questão, tanto para o servidor quanto para o segurado do RGPS. Essa lei deve ser instrumento efetivo para o exercício do direito, e não um meio para o seu cerceamento. É direito social que deve ser respeitado e materializado numa legislação tecnicamente correta, preservando a saúde do trabalhador, seja do setor público ou do setor privado, e assegurando a dignidade de sua existência.

4.6 Manutenção da Previdência Social Pública Estatal.

A previdência Social Pública Estatal sofreu um golpe de morte com a aprovação da Emenda Constitucional 41. Conseguiram, os capitalistas, a conquista da privatização da previdência, da garantia dos Fundos de Pensão e do acesso a contribuição "segura" dos servidores, por meio da previdência complementar. Isso, no entanto, é inaceitável e exige uma imediata revisão dessa política que significará a maior privatização já vista no Brasil. Nesse sentido, nos é exigido a luta pela revogação imediata da Emenda Constitucional 41/2003.

4.7 Garantia do Controle Social nas políticas de Seguridade Social, com a revogação dos artigos da Medida Provisória 1.799/99 que extinguem o Conselho Nacional de Seguridade Social e os Conselhos Estaduais de Previdência Social (quadripartite e deliberativo);

Além de ser matéria que não pode ser tratada por medida provisória, a extinção desses colegiados não apenas tolhe a participação social como demonstra um viés autoritário, que vê na participação e controle social uma forma de atuação política antagônica à democracia representativa, quando na verdade a democracia direta é complementar a ela. Trata-se de concepção neoliberal, que precisa ser rechaçada em favor de um projeto de Estado que opere na lógica da inclusão social e não da exclusão.

4.8 Garantia de aposentadoria integral a todos os trabalhadores do Setor Privado;

4.9 Previdência Pública solidária e por repartição;

4.10 Revogação imediata da Lei 9.717/99; Leis Complementares Nº 108 e 109; Emenda Constitucional 41/2003

4.11 Retirada imediata da PEC 227 – PEC paralela da Previdência – do Congresso Nacional.;

5. EDUCAÇÃO

5.1.Sistema Nacional de Educação

Consolidação do Sistema Nacional de Educação-SNE, conforme propõe o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, revogando imediatamente toda a legislação que impede ou fere a organização e o funcionamento democrático da educação brasileira.

5.2. Fórum Nacional de Educação e Conselho Nacional de Educação

Instituição do Fórum Nacional de Educação como instância máxima deliberativa da política educacional brasileira e redefinição, imediata, do Conselho Nacional de Educação-CNE, como órgão normativo e de coordenação do SNE, estabelecendo sua composição e atribuições, tomando como referência os princípios contidos no PNE: Proposta da Sociedade Brasileira e no Projeto de LDB (texto aprovado na comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados em 28/06/1990).

5.3. Avaliação da Educação Nacional

Extinção do Provão e da Avaliação das Condições de Oferta (por meio da revogação da Lei 9.131/95 e do Decreto 2.026/96), do ENEM e do SAEB e instituição de mecanismos de avaliação interna e externa em todos os segmentos do Sistema Nacional de Educação, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, mediante uma dinâmica democrática, legítima e transparente. É fundamental que esses mecanismos considerem as condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos e tomem por base o projeto político-educacional da instituição, assegurando o padrão unitário de qualidade.

5.4. Autonomia Universitária

Respeito ao artigo 207 da CF/88, assegurando a sua auto-aplicabilidade, a fim de que seja garantida a autonomia das universidades, revogando, conseqüentemente, todo o entulho autoritário (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.) que restringe o exercício pleno da autonomia universitária.

5.5. Ensino Público e Gratuito e de Qualidade com Compromisso Social

Garantia da utilização de verbas públicas para a escola pública. Com base nos termos do artigo. 206 da CF/88, que seja assegurada a gratuidade plena da educação pública e revogadas todas as taxas nas IFE´s.

5.6. Instituições de Ensino Privadas

Suspensão, imediata, da criação de novas Instituições de Ensino Privadas, bem como de autorizações para novos cursos, iniciando processo de revisão das autorizações de cursos e do credenciamento das referidas instituições desde 2000, de modo a garantir o padrão unitário de qualidade, até que sejam redefinidas as atribuições e a composição do Conselho Nacional de Educação.

5.7. Inovação Tecnológica

Arquivamento do Projeto de Lei, que trata de Inovação Tecnológica.

5.8. Hospitais Universitários

Manutenção dos Hospitais Universitários, com garantia de financiamento público, para que cumpram efetivamente seu papel social e suas funções didático-pedagógicas.

5.9. Revogação do Decreto 2.208/97

A revogação do Decreto 2.208/97 atende à deliberação do II CONED - Congresso Nacional de Educação, promovido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. A vigência do decreto representa uma concepção e de total vinculação às necessidades do mercado de trabalho.A revogação do referido decreto expressa a possibilidade de valorização e fortalecimento da educação profissional e possibilita restabelecer a responsabilidade do Estado pela manutenção e gestão da rede federal de ensino técnico e tecnológico.

6. OUTRAS

6.1 Garantia da dotação orçamentária para o pagamento dos direitos já assegurados tais como: indenizações; auxílios creche, transporte, alimentação e assistência médica, com revisão e ampliação dos valores e garantindo a isonomia;

6.2 Fim dos cortes no orçamento do Poder Judiciário e a garantia dos recursos para o pagamento dos benefícios (vale alimentação, transporte, saúde, etc.), bem como das diferenças salariais devidas; retirada do Projeto de Lei de Reforma do Judiciário e a ampla discussão com a sociedade civil;

6.3 Pagamento dos anuênios conforme decisão do STF.

6.4 Cancelar as sanções administrativas aplicadas aos Servidores Públicos Federais em decorrência de participação em movimentos reivindicatórios desde outubro de 1988.

Brasília, 17 de março de 2004

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais

Reivindicações emergenciais dos docentes do Setor das IFES do Andes-SN

Atualizadas no 23º Congresso

Salvador, 4 a 10 de março de 2004.

Os docentes do ANDES-SN, reunidos no 23º CONGRESSO, consideram inadiável a instalação imediata da Mesa Setorial de Negociação (nos termos das cartas nº 196/03, 199/03 e 206/03 enviadas ao MEC), bem como das Mesas Temáticas contidas no Termo de Acordo da Greve de 2001, priorizando as seguintes reivindicações:

1. Incorporação das gratificações (GAE, GED, GID), nos seus valores máximos, para todos os docentes do magistério superior e básico, ativos e aposentados;

2. Implementação do Projeto de Carreira Única e Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN, com piso e malha salariais propostos pelo ANDES-SN;

3. Realização de concursos pelo RJU para recomposição e ampliação de vagas nas IFES, tanto no magistério superior como no básico.

4. Reposição das perdas salariais desde 1995: 127% (Cf. Pauta SPF 2004);

5. Reposição salarial emergencial: 50,19% (Cf. Pauta SPF 2004).

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 130 • 5 de abril de 2004

Assembléia Geral

12 abril segunda-feira 13:30

Auditório do CFCH

(campus da Praia Vermelha)

Pauta

1) Eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
2) Indicação do professor Salatiel Menezes dos Santos para compor a Diretoria da Adufrj-SSind
3) Campanha salarial
4) Atos e paralisação em 14 de abril
5) Eleição de delegados para a plenária de servidores federais de 18 de abril
6) Reforma universitária

Reuniões de Unidades

30 de março a 7 de abril

Pauta:
1) Avaliação de conjuntura
2) Campanha salarial
3) Atos e paralisação em 14 de abril
4) Reforma universitária

Debate

Que Universidade queremos?

com Lúcia Neves

Professora da Faculdade de Educação da UFF

6/04 terça-feira **12h**

Sala 220, Bloco D, Centro de Tecnologia Ilha do Fundão

Governo anuncia reajuste diferenciado

Proposta do governo é um reajuste sob a forma de gratificações e índices menores para os aposentados. Servidores e equipe ministerial reúnem-se novamente nesta terça-feira, 6/4

Diante das greves de parte do funcionalismo público e do crescimento da mobilização das demais categorias para abril, o governo federal apresentou uma proposta de reajuste diferenciado para os servidores da Seguridade Social, Previdência, das Instituições Federais de Ensino Superior e categorias dos Planos de Cargos e Carreiras. A proposta não agradou os representantes das entidades nacionais presentes na reunião extraordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), na última terça-feira (30/3).

O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, apresentou a proposta de reajustar 905.848 mil servidores com percentuais que variam de 10,79% a 29,38%, utilizando um orçamento de R$ 1,5 bilhão. De acordo com a assessoria de imprensa do Andes-SN, cerca de 200 mil funcionários do Executivo – enquadrados nas faixas salariais mais altas – ficaram de fora. Segundo o secretário do MPOG, a proposta atinge os servidores de segmentos que acumularam as maiores perdas no governo anterior e que recebem os menores salários.

Continua na página 3

Movimento

Fórum estadual organiza seminários preparatórios

Durante a última plenária do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, no dia 31/03, ficaram indicadas algumas datas de seminários preparatórios em todo o estado (veja quadro ao lado). O objetivo dessas reuniões é definir as contribuições do Rio de Janeiro sobre os temas ("Organização da Educação Nacional", "Gestão Democrática da Educação", "Financiamento da Educação" e "Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação") que serão debatidos durante o Congresso Nacional de Educação, em Recife (PE), de 2 a 5 de maio. A próxima Plenária do Fórum ocorre neste dia 7 de abril, de 14h às 16h, na sala 12050, na Uerj.

Seminários indicados

19 de abril - Angra dos Reis, às 18h30, no Morro da Cruz

19 de abril - seminário Metropolitano, na Uerj (a confirmar)

20 de abril - São Gonçalo

22 de abril - Campos - CEFET

27 de abril - Seminário do Rio de Janeiro na Uerj (a confirmar)

sem data - Seropédica, Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Niterói, Região Serrana

Fórum Fluminense faz balanço de atividades

Para os integrantes do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública o ato do último dia 17, realizado na Cinelândia, marcou o lançamento da **campanha salarial dos servidores públicos federais** e denunciou as reformas do governo. Foi o primeiro passo para a mobilização das categorias que estão ameaçadas pelas reformas previdenciária, trabalhista, sindical e universitária

O Seminário *As reformas do governo Lula em debate (Jornal da Adufrj, 129/3/04)*, realizado pelo Fórum Fluminense no dia 24/3, caracterizou a necessidade de outros eventos e debates para o esclarecimento dos trabalhadores tanto do setor público quanto da iniciativa privada.

A próxima reunião do Fórum acontece nesta segunda-feira, dia 5/4, às 18h30, no Auditório do Sintresef, na Av. 13 de Maio, 13 - 10º andar, no Centro.

CUT/RJ não quer protestar contra reformas no 1º de Maio

Em reunião com representantes de sindicatos do Rio de Janeiro, o presidente da CUT/RJ, Jayme Ramos, disse que a Central não vai levantar bandeiras contra as reformas sindical e trabalhista nas comemorações do Dia do Trabalhador. "Todos sabem que a CUT participa do Fórum Nacional do Trabalho", disse. O FNT, composto por integrantes do governo e das centrais sindicais, é o espaço onde está sendo formulada a reforma sindical que será encaminhada ainda este ano para o Congresso Nacional. As reformas sindical e trabalhista, como vem sendo denunciado nas reportagens do Jornal da Adufrj, têm como objetivos a flexibilização das leis trabalhistas e a retirada de direitos conquistados pelas categorias. Os representantes das entidades de servidores presentes informaram que o conjunto do funcionalismo, em nível nacional, já se posicionou pela saída da Central do FNT.

O presidente da CUT/RJ reclamou da pouca participação das entidades no processo de construção dos eventos para o 1º de Maio. Das cerca de 20 entidades que responderam à convocação da CUT/RJ para a reunião preparatória dos eventos do 1º de Maio, a maioria era de servidores públicos. Os representantes do funcionalismo, muitos integrantes do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, analisaram que a baixa mobilização é um reflexo do distanciamento da Central das necessidades das categorias. Um dos motivos é justamente o fato de a CUT se negar a incorporar como eixo de sua campanha a luta contra as reformas do governo, incluindo a reforma universitária e a previdenciária, esta última aprovada pelo Congresso Nacional, no ano passado, sem a resistência da Central.

Quanto à reforma universitária, Jayme disse que a diretoria da CUT poderia analisar a possibilidade de encampar a luta dos movimentos. O dirigente disse, no entanto, que não tinha muitas informações sobre o tema. A diretora da Regional Rio do Andes-SN, Janete Luzia, lembrou que os movimentos universitários estão realizando vários debates e seminários sobre a reforma da educação superior e que as entidades estão à disposição da Central para debater o tema. Na ocasião, o presidente da CUT/RJ foi convidado a participar da reunião do Fórum Fluminense, no dia 5/4.

Financiamento do governo e da... Brahma

Na reunião, foi apresentado o custo do evento programado pela CUT/RJ para o Dia do Trabalhador: entre R$ 150 mil a R$ 200 mil, que seriam rateados pelos sindicatos participantes. De acordo com os dirigentes da Central, o evento também deve ser patrocinado por empresas estatais como a Eletrobras e a Petrobras, além do Banco do Brasil. Outro patrocinador pode ser a cervejaria Brahma, integrante da maior empresa de bebidas da América Latina. O 1º de Maio da CUT ainda não tem local definido para ser realizado. Até a semana passada, o prefeito César Maia só havia liberado o Aterro do Flamengo.

A próxima reunão da CUT/RJ para discutir o 1º de maio, será no dia 7/4, às 18h.

Agenda Sindical

05/04 – Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência, no Sintrasef, às 19h, na Av. Treze de Maio, 13, 10º andar

6/4 - Plenária Estadual da Campanha Contra a Alca
No sindicato dos metroviários, na Av. Rio Branco, 277/4º andar, às 18h

7/4 – Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
Faculdade de Educação da Uerj, na sala 12050, de 14h às 16h

7/4 – Reunião CUT às 18h
Pauta: organização do 1º de maio, Av. Presidente Vargas, 502/15º andar

12/4 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind, às 13:30 no Auditório do CFCH, campus da Praia Vermelha

14/4 – Rodada de assembléias e atos nos estados
- Para avaliar a proposta de reajuste salarial do governo, apresentada na reunião do MNNP, ocorrida em 30 de março de 2004.

14 e 15/4 - 13ª Plenária Social Nacional sobre a Alca
São Paulo (SP)

15/4 - Reunião do Jurídico do Andes-SN
Brasília - sede do Andes-SN

16/04 – Reunião do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
Brasília (DF) - *sede do Andes-SN*

16/04 – Reunião do GT Seguridade Social do Andes-SN
Brasília (DF) – na sede da CNESF

16/4 e 17/4 – Plenárias Setoriais dos SPF

17/04 – Reunião do GT Comunicação & Artes do Andes-SN
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN

18/4 – Plenária Nacional dos SPF

2 a 5/05 - V Congresso Nacional de Educação - Coned
Recife (PE)

18 e 19/5 – Eleições para a Diretoria do Andes-SN

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Campanha Salarial

Continuação da capa

Pela proposta do governo, os servidores aposentados teriam reajustes também diferenciados e menores dos que os oferecidos aos servidores em atividade. Os dirigentes sindicais não aceitam a quebra da paridade e exigem que o governo apresente dados detalhados dos eventuais ganhos das categorias. Estes dados serviram para fazer o cálculo da defasagem salarial de cada uma delas. O governo se comprometeu em fornecer a metodologia de cálculo utilizada para a construção da tabela de reajustes diferenciados. A próxima reunião entre servidores e governo acontece nesta terça-feira, 6/3.

Governo propõe reajuste menor do que a inflação para aposentados

Segundo o Andes-SN, para chegar aos números apresentados, o governo trabalhou com os vencimentos básicos de cada categoria, vantagens pecuniárias e gratificações. Estas últimas justificariam as diferenças de reajuste para ativos e aposentados, segundo o governo. Apenas os servidores das instituições federais de ensino teriam os mesmos índices de reajustes para ativos e aposentados, com variação de 12% a 26%. Nas demais categorias, o reajuste diferenciado proposto para os aposentados é, em média, de 7,5%, índice inferior até mesmo à inflação do ano passado, calculada em 9,56%.

Servidores querem suplementação

Uma das propostas dos servidores para o governo é de uma suplementação orçamentária para que o reajuste dos aposentados seja o mesmo dos da ativa. Pela proposta governista, docentes e técnico-administrativos das IFES, que juntos chegam a 250 mil servidores, teriam aumentos diferenciados de 10,91% até 26,13%. Em relação aos docentes, professores de 2º Grau em atividade receberiam reajustes que variam de 10,79% a 20,44%. Os aposentados deste segmento receberiam índices de 7,21% a 15,10%. Os docentes do ensino superior em atividade teriam reajustes de 10,91% a 22,57%. Os aposentados, de 7,25% a 14,88%.

Para o vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, "a proposta continua tratando diferentemente os servidores ativos, aposentados e pensionistas; volta a tratar, de forma também diferenciada, os professores de 2º grau e de 3º grau das IFES e propõe reajuste de salário novamente sob a forma de gratificação produtivista. Não aceitamos tratamento diferenciado - a correção de distorções entre e intracarreiras é uma bandeira antiga do movimento dos servidores públicos federais e não uma benesse do atual governo".

Sindicatos aumentam a mobilização

Após a apresentação da proposta do governo, a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) reafirmou a unidade das categorias e a necessidade de aumentar a mobilização para a campanha salarial deste ano. A Coordenação está indicando o dia 14 de abril como um Dia de Resposta, com a realização de assembléias gerais e paralisações nos estados, caso as reivindicações das categorias, como a paridade entre ativos e aposentados, não sejam atendidas.

Atenção

Devolução do PSS foi um erro do SIAPE e será cobrada no pagamento de abril

Por erro no processamento da folha de pagamento pelo Ministério do Planejamento, conforme informação da Divisão de Remuneração de Pessoal (reitoria da UFRJ), vários docentes sindicalizados da Adufrj-SSind tiveram creditados nos seus contra cheques do mês de março um item denominado "DECISAO JUD TRAN JUG S/PSS-AT". Os valores pagos a mais são quase todos iguais a R$500,00 e serão integralmente descontados na folha de abril. Os responsáveis pelo SIAPE informaram que os docentes atingidos pelo erro são os que estão na ação judicial da Adufrj-SSind que impediu o desconto da contribuição ao PSS sobre os rendimentos relativos a férias e décimo terceiro salário. A reitoria informou que enviará carta aos docentes explicando o ocorrido.

"Migalhas na Mesa"

Em vez de repor os 127% de perdas acumuladas desde 1995, governo tenta dividir servidores com índices diferenciados e com uma nova gratificação

A proposta apresentada pelo governo federal na Mesa Nacional de Negociação Permanente, na última terça-feira (30/03), não contemplou nenhuma reivindicação da campanha salarial deste ano dos servidores públicos federais. Ao apresentar tabelas, valores e percentagens, o governo se limitou a oferecer uma proposta de reajustes diferenciados com base em gratificações, prática já rejeitada pelo funcionalismo e considerada "penduricalhos" anexados aos salários a título de reposição salarial com o único objetivo de dar reajustes diferenciados.Além de não atender à demanda salarial do funcionalismo, o governo aprofunda as diferenças salariais, penaliza os aposentados e, sobretudo, deixa claro que a intenção é dividir o funcionalismo para dar continuidade ao desmanche do Estado brasileiro e à decomposição dos serviços públicos.

Para os representantes dos servidores, uma proposta assim estruturada contraria uma das reivindicações históricas do funcionalismo que é incorporar gratificações aos salários. Na verdade, esse mecanismo não garante reajuste salarial, mas estabelece uma aparente vantagem que pode ser eliminada dos salários quando o governo bem entender.

Além de manter as distorções salariais e de carreira e de deixar claro que não haverá reajuste linear para nenhum servidor, os representantes do governo, ao apresentarem as tabelas, não explicaram em que dados se basearam, limitando-se a afirmar que o objetivo do projeto é contemplar cerca de 900 mil servidores públicos ligados às áreas sociais e excluir 200 mil servidores do Executivo, bem como todos os servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.

A tabela apresentada pelo governo ignora todas as reivindicações da campanha salarial dos servidores. Com a proposta de reajuste por meio de gratificação, o governo prossegue com o mesmo tipo de política salarial do governo Fernando Henrique, aumentando a disparidade entre servidores da ativa e aposentados, intensificando as diferenciações entre professores de 2º e 3º graus, aprofundando as desigualdades salariais entre uma e outra carreira e entre os membros de uma mesma carreira, não atendendo às reivindicações relativas aos planos de carreira, reforçando a gratificação, dentre tantos itens da pauta nem sequer discutidos.

A pretexto de priorizar as categorias com maior defasagem salarial, o governo propôs reajustes diferenciados de 7,11% a 29,38% para as carreiras do PCC, da Seguridade Social, da Previdência (INSS), das IFEs e dos Docentes, com percentagens inferiores para os aposentados. Com isso, feriu de uma só vez os princípios constitucionais da isonomia e da paridade e a obrigatoriedade do reajuste anual, na mesma data e nos mesmos índices, conforme determina o artigo 37-X da Constituição Federal. O argumento de contemplar as categorias que tiveram as maiores perdas durante o governo de FHC também não se sustenta. Os mais prejudicados ao longo dos últimos anos, aposentados, pensionistas e pessoal do PCC, terão sua situação ainda mais agravada, caso a proposta seja aprovada. Vale lembrar que a partir do mês de maio os aposentados passam a descontar 11% dos seus salários para a Previdência Social.

Os representantes do governo também não apresentaram as planilhas detalhadas com os valores que cada servidor público receberia a partir de 1º de maio nem a metodologia dos cálculos que utilizaram para elaborar os índices das gratificações. A idéia do governo é começar a aplicar o reajuste, caso os servidores aceitem esta proposta, a partir de 1º de maio. No entanto, deixa de fora a reposição das perdas calculadas em 127%, entre 1995 e 2002, e outras reivindicações como o estabelecimento de uma política salarial. Diante do impasse estabelecido com a apresentação das tabelas, a bancada do governo pediu uma nova reunião extraordinária para a próxima semana, no dia 6 ou 7 de abril, na qual deverá informar as entidades se haverá ou não suplementação orçamentária para atender parte das reivindicações do funcionalismo e diminuir as discrepâncias salariais entre aposentados e servidores ativos.

Os representantes dos servidores, por sua vez, deixaram claro que não aceitam a idéia de se obter suplementação orçamentária apenas para promover aumentos com base em gratificações. Querem, sim, a recomposição dos salários, a incorporação de todas as gratificações produtivistas no seu mais alto valor, reposição salarial emergencial de 50,19% (desde 1998), recomposição das perdas acumuladas entre 1995 e 2002 no valor de 127,30%, implementação de uma política salarial que impeça acumulação de perdas, incorporação das gratificações pelo maior valor, paridade entre servidores ativos e aposentados, elaboração das diretrizes para um plano de carreiras que elimine as disparidades salariais, concurso público. Enfim, aguardam os servidores respostas do governo para o atendimento das necessidades do funcionalismo expressas na pauta de reivindicações protocolada no dia 17 de março.

Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais – CNESF

Brasília, 1º de abril de 2004

Golpe 64

UFRJ debate 40 anos do golpe

O golpe de abril de 64 contou com o apoio da classe média

Entender as marcas que o golpe de 1964 deixou de herança para o atual momento político e cultural do país foi, segundo a decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Suely Almeida, um dos objetivos do evento *64 + 40, golpe e campo(u)s de resistência*, realizado semana passada pela coordenação geral de Extensão do Centro e pela reitoria. Do dia 29 de março a 2 de abril, a UFRJ reviveu os chamados anos de chumbo através de mesas-redondas, exposições, teatro e mostras de cinema e vídeo. "É importante recuperar esta memória, as perdas deste período, a falta daqueles que tombaram na luta pela resistência e também a memória dos que sobreviveram e ainda lutam contra outras formas de ditadura: a do grande capital, a das desigualdades sociais, da extrema concentração de renda e propriedade, da violência desenfreada, do trabalho escravo, dos mecanismos autoritários que corroem projetos emancipatórios e a da cultura do individualismo", comentou a decana na mesa de abertura do evento.

Para o reitor Aloisio Teixeira, a universidade ainda precisa realizar estudos sobre este período recente da história brasileira. O professor lembrou que no período do golpe de 1964, já havia várias pesquisas que relatavam com detalhes a chamada 'revolução de 1930', "ainda hoje, no entanto, os acontecimentos de 64 permanecem envoltos numa certa bruma e se nós não formos capazes de interpretá-los bem, estaremos sempre sujeitos à tentação de repetir os erros cometidos".

Guilherme Lessa

ESTUDANTES DO CURSO DE DIREÇÃO TEATRAL ENCENAM "LIBERDADE, LIBERDADE", DE MILLÔR FERNANDES

O reitor fez referência aos últimos acontecimentos na Faculdade Nacional de Direito, com o afastamento do diretor Armênio Cruz por denúncias de irregularidades na administração da Unidade. "O espírito golpista de 64 está presente na Faculdade Nacional de Direito", disse, em referência às denúncias de perseguição política a estudantes e outras práticas antidemocráticas.

Homenagem

Ainda na abertura do evento, foi prestada uma homenagem à professora emérita Maria Yeda Linhares, primeira mulher catedrática de História da antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Representante da resistência à ditadura, Maria Yeda diz que 64 não foi um levante militar. Para a professora, setores conservadores com o apoio da classe média, da Igreja e até mesmo de parte das universidades foram coniventes com o golpe e contra as reformas de base que se apresentavam com o governo de João Goulart.

Ditadura e luta pela democracia

Na primeira mesa do evento, em seguida à abertura, estava prevista a participação do presidente do BNDES e ex-reitor da UFRJ, Carlos Lessa. O professor não compareceu, mas a conferência *Ditadura e luta pela democracia* contou com a participação dos professores Carlos Nelson Coutinho, Chico Alencar, Francisco Carlos Teixeira, Raymundo de Oliveira, da presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra, e do jornalista Franklin Martins. Nas falas dos palestrantes, uma análise comum: 1964 não foi um golpe estritamente militar. Além dos conservadores, setores da sociedade, em especial para alguns, a classe média, apoiaram e deram sustentação, durante anos, ao regime de exceção que aprofundou a concentração de renda e o níveis de desigualdade social no Brasil.

Contra a ditadura da Comunicação

Desafios da imprensa de resistência permanecem atuais

A ditadura ainda não acabou. Pelo menos na área de Comunicação. E, para romper com este resquício do regime autoritário, é necessário estimular e fortalecer os veículos da chamada imprensa popular, em contraponto às posições da grande mídia, estabelecida e consolidada no país em questionável relação com os governos. A conclusão é da mesa "Imprensa de Resistência", realizada na manhã do dia 30 de março, no Auditório Pedro Calmon, durante o evento "64 + 40: Golpe e Campo(u)s de Resistência". O debate lembrou ainda a atuação dos jornais durante o período do regime militar.

O primeiro palestrante da mesa foi o jornalista Raimundo Pereira, que é um dos editores da revista "Reportagem – um veículo que busca trazer notícias e artigos com pontos de vista diferentes do apresentado pela grande mídia. Segundo Raimundo, os sinais do golpe persistem até os dias de hoje. Ele classificou os atuais "órgãos de informação" como verdadeiros "órgãos de confusão". "A (grande) imprensa foi pelo caminho do comercialismo mais estreito. Precisamos de uma imprensa popular para fazer a ruptura que o governo Lula, eu acho, não fará", disse.

Milton Cunha da Graça, jornalista de O Globo, comentou que hoje existem vários pequenos jornais de qualidade na internet e ressaltou sua importância: "Se os militares fizessem o golpe de novo, no dia seguinte, muitos produziriam noticiário contestador sem serem descobertos". Milton também destacou que o jornalismo atual precisa aprender como informar, diante do que chamou de "triunfo da cultura visual". "As pessoas sabem mais do Big Brother Brasil do que dos fatos que realmente importam para a sua vida", criticou. Ele aproveitou o debate para apontar o falso comercial do governo Lula sobre agricultura familiar, produzido, na realidade, em uma área particular de um grande proprietário de terras. Um grave exemplo de manipulação. "Nem a ditadura fez isso. E poucos jornais mostraram", afirmou.

Para demonstrar a importância do tema da Comunicação, o historiador e professor da UFRJ Joel Rufino dos Santos chegou a comparar a estrutura da mídia com a de um partido político. Segundo ele, tanto um quanto o outro buscam exercer as funções de pedagogo e porta-voz de algum tipo de ideologia. Joel também concordou que o momento "é mais que propício" para a criação de pequenos jornais críticos que estejam comprometidos contra esse sistema montado na grande mídia. Não foi à toa, argumentou o professor da UFRJ, que o jornalista Roberto Marinho chegou a ser chamado de homem mais poderoso do Brasil.

Lembranças da resistência

Todos os palestrantes recordaram as dificuldades daqueles que organizaram a resistência, principalmente na imprensa escrita, contra a ditadura. Domingos Meirelles, hoje na Rede Globo como apresentador do programa Linha Direta, lembrou de uma entrevista com um dos militares envolvidos diretamente com as atividades dos órgãos de repressão. Esse personagem (que Meirelles não quis identificar, pois ainda se encontra vivo) queria fazer algumas alterações no Código Penal e, com isso, alcançar uma promoção. O jornalista contou que conseguiu fazer o entrevistado extravasar todo o pensamento doentio e, ainda por cima, tratou de convencê-lo a rubricar as anotações da reportagem para que tudo saísse tal como foi dito. O resultado foi que o militar, então considerado um herói que combatia a "subversão", ficou reconhecido como o sujeito perigoso que realmente era. "E ele até hoje está esperando sua promoção", ironizou.

Golpe 64

Evento discute reforma universitária

Representantes dos movimentos organizados criticam propostas do atual governo

Mobilização da comunidade acadêmica com base em projetos que mantenham e ampliem o caráter laico, público, gratuito e de qualidade da universidade. Essa foi a síntese dos depoimentos dos representantes dos movimentos sindicais da UFRJ e do Diretório Central dos Estudantes durante a mesa "Impasses atuais da Universidade Pública e propostas de mudança", na tarde de 2 de abril, no salão Pedro Calmon, como parte do evento "64 + 40: Golpe e Campo(u)s de Resistência".

Uma das coordenadoras do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro ressaltou a importância de os movimentos sociais organizados apresentarem seus projetos de universidade para fazer o debate e, mais importante, ganhar a discussão dentro da sociedade. Como pilares dessas propostas, a técnica-administrativa listou a autonomia universitária, os planos de carreira, o financiamento e a questão do acesso e permanência dos alunos.

Ela considera que a universidade hoje precisa livrar-se dos cerceamentos à plena autonomia e criar mecanismos de gestão democrática. Sobre a carreira, Ana observou que os trabalhadores da área de Educação recebem os menores salários da administração pública federal. "O piso da Advocacia-Geral da União é de R$ 5 mil. Um policial rodoviário federal ganha R$ 7 mil", contou. "É impossível discutir mudanças estratégicas sem dar condições dignas de trabalho e salários justos para os profissionais", completou. Sobre financiamento, a coordenadora do Sintufrj acredita que basta criar um controle democrático e transparente sobre as verbas que circulam pelas fundações de pesquisa e as fundações privadas de apoio instaladas no interior das universidades. "São rios de dinheiro", disse. Para tratar o tema do acesso, Ana defendeu que a instituição modifique sua estrutura para atrair os estudantes que sequer fazem o vestibular. E, quando eles já estiverem freqüentando as aulas, é mais do que necessário estimular a criação de bolsas, funcionamento noturno das bibliotecas, alojamento estudantil com qualidade e laboratórios de informática em condições.

Estudante critica desresponsabilização do Estado

Representante do DCE e conselheiro discente no Consuni, Pedro Martins chamou atenção para o processo de desmonte da educação pública, desde a década de 90. Segundo ele, com a implantação do projeto neoliberal para o Estado brasileiro, a universidade começa a ser

Kelvin Melo

ANA RIBEIRO, JOSÉ MEYER, ANTÔNIO PENNA, SARA GRANEMANN E PEDRO MARTINS

transformada em uma empresa que busca captar recursos. O estudante não viu com ânimo a eleição de Lula, em 2002, e justificou essa posição: "Em primeiro lugar, o governo cortou cerca de R$ 340 milhões da Educação. Depois, veio a reforma previdenciária, que forçou a aposentadoria de centenas de professores das universidades. Agora, surgem os projetos de lei que vão fazer o pano de fundo da reforma", afirmou. Para exemplificar o que dizia, Pedro citou o projeto da deputada federal Selma Schons (PT-PR) que institui a cobrança, via imposto de renda, para ex-alunos da universidade pública. "Ou seja, põe fim ao direito gratuito à educação", completou.

O representante do diretório estudantil comentou que a captação de recursos cria um quadro de desigualdade dentro da universidade e, às vezes, dentro de uma mesma Unidade. "É muito diferente entrar na Coppe e no IFCS. No hospital universitário, a emergência está fechada, enquanto existe um andar voltado para o atendimento dos pacientes com planos de saúde. É o 'HU-dor' e o 'HU d'Or'", ironizou. Pedro apontou a mobilização como o único caminho para a conquista de avanços na atual conjuntura. "Tivemos êxito com a ocupação da Faculdade Nacional de Direito e do Consuni", contou.

Reforma será pelo "varejo"

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, apontou a questão do financiamento como o ponto central do impasse da universidade, só que sob um ponto de vista diverso do governo: Lula e sua equipe afirmam que há carência de recursos para investir em políticas educacionais; Sara cita um estudo da professora Ceci Juruá, do Instituto de Economia da UFRJ, que mostra que o governo tem outras prioridades, como o pagamento de juros da dívida (e o detalhe é que a dívida interna passou de R$ 650 bilhões, em março de 2003, para R$ 737 milhões, em janeiro de 2004). "A desresponsabilização com a Educação é histórica, mas se aprofunda no governo Lula. Ele diz que devemos nos autofinanciar, que é uma outra expressão para "privatizar", para os professores complementarem os seus salários", criticou.

Com base em artigos e estudos de especialistas que analisam a questão educacional, como o professor Roberto Leher (da Faculdade de Educação da UFRJ), Sara acredita que não haverá um projeto global de reforma do ensino superior, tal como está sendo anunciado pelo MEC. "Na América Latina, nenhum governo fez isso. As mudanças são feitas no varejo, como, por exemplo, a medida que transferiu a Procuradoria das universidades para o âmbito da Advocacia Geral da União (ainda na gestão do ministro Paulo Renato)", disse. Ela argumentou que a contra-reforma universitária será completada quando forem suprimidas as fronteiras legais, ideológicas e de financiamento entre o público e o privado. "O mecanismo para tal ação não consta de um projeto exclusivamente relativo à educação. Ele está conformado naquilo que o governo tem chamado de contratos de parceria público-privado", disse

Na linha de supressão das fronteiras do público e do privado, a professora acrescentou que o programa de privatização dos recursos públicos pela compra de vagas em instituições privadas do ministro Tarso Genro ("Universidade para Todos") vai produzir uma renúncia fiscal (pelo certificado concedido às instituições filantrópicas, pela isenção de impostos para o oferecimento das vagas e pela desvinculação de recursos da União) aos cofres públicos da ordem de R$ 10 bilhões anuais. Esses recursos poderiam ser melhor aplicados no estímulo aos cursos noturnos para todas as carreiras nas universidades públicas, cujo orçamento total não passa dos R$ 7,5 bilhões ao ano.

Para enfrentar essas modificações, a professora observou que o Andes-SN tem uma proposta discutida nas instâncias do movimento docente sobre a universidade brasileira, com base na autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira. "Devemos organizar uma profunda defesa da universidade através da articulação de um calendário de lutas unificado", disse, em referência aos movimentos de professores, técnico-administrativos e estudantes.

Pró-reitor discute acesso à UFRJ

Mediador do evento, o professor emérito da UFRJ Antônio Gomes Penna informou à platéia que o reitor Aloisio estava em Brasília para resolver problemas relativos à Faculdade Nacional de Direito. Como seu representante, o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, aproveitou a oportunidade para falar sobre políticas de acesso à universidade.

Com o cuidado de dizer que seu discurso seria baseado em uma visão pessoal, pois o assunto ainda não havia sido discutido nos colegiados, José Roberto apresentou dados sobre o percentual de alunos da UFRJ oriundos da rede pública através do último concurso de vestibular e que estará em pauta no CEG desta semana (para mais detalhes, veja matéria na página 7).

O professor argumentou que, se houver vontade política neste sentido, a universidade poderá acrescer mais 20% de vagas em seu vestibular em todos os cursos, que seriam destinadas a estudantes da rede pública. Isso serviria, no ponto de vista dele, para melhorar um pouco a situação dos pouco mais de 70% dos estudantes da rede pública que concluem o ensino médio e cuja grande maioria não chega aos bancos universitários.

Para eliminar possíveis dúvidas sobre a queda de qualificação do corpo discente da universidade, ele informou que um estudo do professor Maurício Luz (do Colégio de Aplicação) com os cursos de maior demanda demonstrou que não existe diferença estatística de desempenho acadêmico entre a parte dos melhores candidatos (um terço dos classificados) e aqueles que ingressaram com as notas mínimas (outro terço). Além disso, não existe diferença significativa de notas no vestibular entre os 20% dos candidatos que ingressaram com as notas mínimas e as notas de um número igual dos candidatos da rede pública que mais se aproximaram da classificação.

Protesto de alunos do IFCS

Na parte de perguntas da platéia, estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais fizeram um protesto com cartazes pela realização imediata de obras e reabertura da biblioteca da Unidade, fechada há mais de um ano e meio devido à infestação de fungos.

Colegiados

Pesquisadores aposentados podem concorrer a bolsas PIBIC

CEPG define critérios para edital 2004

Durante o debate para a formulação do edital da UFRJ para as bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica, os integrantes do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa definiram que poderão concorrer à cota de 714 bolsas da UFRJ professores e técnico-administrativos com doutorado, que pertençam ao quadro da universidade e tenham desenvolvido atividades de pesquisa nos últimos dois anos. Também poderão disputar as bolsas da universidade docentes aposentados, com título de doutor, que também apresentem atividades de pesquisa realizadas nos últimos dois anos. Com os mesmos critérios, poderão pleitear pesquisadores do Programa Especial de Fixação de Doutores (Profix) e do Programa de Absorção Temporária de Doutores (ProDoc), além daqueles que atuem em atividades na pós-graduação por meio de convênios com instituições externas à UFRJ.

No ano passado, os docentes aposentados não puderam concorrer às bolsas PIBIC. De acordo com o representante do Comitê Local de Iniciação Científica, Edson Watanabe, o edital das bolsas PIBIC já deveria estar "na rua" há, pelo menos, um mês. Isto porque o prazo é curto para que os orientadores encaminhem seus pedidos. De acordo com o professor, o processo de solicitação das bolsas deve terminar até julho, para que os aprovados possam começar a receber em agosto.

Assim como nos anos anteriores, as cotas serão repassadas diretamente pela reitoria aos pesquisadores. De acordo com as novas normas do CNPq, os orientadores contemplados podem indicar seus bolsistas após a aprovação de suas solicitações. Para Watanabe, esta novidade pode criar um problema administrativo para o Comitê Local, devido ao pouco tempo para a conclusão do processo, entre a seleção e a implementação das bolsas. "Se o orientador indicar o aluno bolsista *a posteriori*, a bolsa pode não ser implementada em agosto", alertou.

Para o representante dos estudantes da pós-graduação, Eduardo Bouth, as normas estabelecidas pela agência para o programa de Iniciação Científica concentram ainda mais a quantidade de bolsas nos programas que tem as notas mais altas na avaliação da Capes (5, 6 e 7). Para o estudante, os critérios prejudicam o desenvolvimento dos novos cursos. Eduardo ressaltou, no entanto, que a quebra das restrições para a participação dos estudantes no Programa, quanto à idade ou ao acúmulo de graduações, por exemplo, é um aspecto positivo das novas regras do PIBIC. As normas do CNPq para o Programa podem ser acessadas no endereço www.cnpq.br/areas/pibic/oficio0108_04.pdf.

O detalhamento dos critérios para a formulação do edital interno da UFRJ para as bolsas PIBIC foi delegado pelo colegiado ao Comitê Local. De acordo com Watanabe, o edital da universidade deve estar pronto esta semana.

Anote

MST inicia marcha até Presidente Prudente

No dia 1 de abril, teve início a marcha do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra até o município de Presidente Prudente, em São Paulo. Segundo o Centro de Mídia Independente, duas colunas partiram das cidades de Teodoro Sampaio e de Presidente Epitácio, no mesmo estado. O MST pretende reunir na marcha 1.500 manifestantes em luta contra a regularização de áreas de até 500 hectares, proposta pelo governo de Geraldo Alckmin, e pela reforma agrária no Brasil. Os Sem Terra devem chegar a Presidente Prudente nesta terça-feira, 6/4.

Como anunciou um dos líderes do movimento João Pedro Stedile, este mês será o 'Abril vermelho' e o movimento deverá estar realizando diversas manifestações e ocupações pelo país. No dia 17 de abril, os trabalhadores relembram a morte dos 19 trabalhadores rurais mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Movimento

Servidores protestam e é adiada votação do relatório de Pimentel à PEC Paralela

Na última quarta-feira, 31/3, foi adiada a votação do relatório do deputado José Pimentel (PT-CE) à PEC Paralela da Previdência (227/04) na comissão especial da Câmara dos Deputados. O relator pediu prazo para fazer ajustes em pontos polêmicos da proposta, entre eles os que tratam da regra de transição, da aposentadoria compulsória e do subteto estadual.

Dezenas de servidores fizeram uma manifestação na porta da sala da comissão em que iria ser votado o relatório da PEC Paralela. O ato contou com a participação de cinco atores de um grupo teatral contratado pelo Unafisco.

Dois atores usavam nariz de palhaço, representando os servidores. Outro, fantasiado de Pinóquio, representava o governo, que engana o funcionalismo e o Senado Federal ao não respeitar o acordo feito com a oposição e os servidores, garantindo a aprovação da PEC Paralela na Câmara dos Deputados, sem quaisquer modificações em relação ao texto aprovado no Senado. Os demais atores representavam os parlamentares.

Os servidores que acompanhavam o ato usavam nariz de palhaço e seguravam cartazes com os seguintes dizeres: "Quem não cumpre a palavra, não quer ser levado a sério". O objetivo da apresentação teatral era mostrar que o governo tinha mentido para os servidores e para os parlamentares.

Fonte: Unafisco

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Resenha

UnB discorda sobre custo de universitário

A UnB (Universidade de Brasília) divulgou no dia 1º de abril uma pesquisa que mostra que o custo anual de um aluno na instituição, em média, foi de R$ 5.737, em 2003. Estão incluídos os estudantes de graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado) e residência. O valor é 40% menor que o apresentado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), que é de R$ 9.488. Segundo a universidade, o tribunal não diferencia as despesas com atividades de ensino de outras. Já o método da UnB analisa todos os custos e considera apenas aqueles que têm impacto direto no ensino. "O novo cálculo é importante, pois ajuda a derrubar o mito de que é caro investir no ensino superior público", defende o reitor da UnB, Lauro Morhy. A faculdade que apresentou os mais altos custos anuais por estudante em 2003 foi a de Medicina (R$ 16.115). "O valor é mais elevado, em parte, por incluir custos com o hospital universitário", afirmou uma das mestrandas envolvidas no projeto (Folha Online, 1/04).

Brasil cai para 15ª maior economia

Com o fraco desempenho do Produto Interno Bruto brasileiro em 2003, o país caiu da 12ª para 15ª colocação entre as maiores economias do mundo. O número faz parte de relatório da consultoria *Global Invest*. Em 1998, o Brasil ocupou a 8ª posição no *ranking*. O relatório destaca ainda que o Brasil é o país que mais perdeu posições no *ranking* nos últimos anos. Desde 1998, o país foi ultrapassado pelo Canadá, Espanha, México, Holanda, Índia, Austrália e Coréia do Sul (Diário Vermelho, 1/04).

Concentração de renda aumenta no país

A economia brasileira dobrou o número de ricos em 20 anos e aumentou ainda mais a concentração de renda. Estudo mostra que em 2000 existiam 1,162 milhão de famílias ricas no país, o correspondente a 2,4% da população brasileira. Vinte anos antes, havia 507 mil famílias ricas - 1,8% da população na época. Na pesquisa, ricos são as pessoas integrantes de famílias com renda mensal acima de R$ 10.982 (valores de setembro de 2003). Os dados foram reunidos pelo economista Marcio Pochmann no livro "Atlas da Riqueza no Brasil", que será lançado pela Cortez na Bienal do Livro. O estudo mostrou ainda que essas 1,162 milhão de famílias ricas detém 75% do PIB brasileiro, o equivalente a R$ 1,13 trilhão (Folha Online, 1/04).

Colegiados

Conselho retira nota sobre acontecimentos no Direito

Conselheiros dizem que foram mal interpretados

Ciente do que realmente ocorreu na ocupação pelos estudantes da Faculdade Nacional de Direito, na semana retrasada, o Conselho de Ensino de Graduação decidiu, em sessão de 31/03, retirar a polêmica nota aprovada na sessão anterior que criticava a manifestação dos estudantes na FND pelo afastamento do diretor Armênio Cruz.

Aquela nota, vale lembrar, foi aprovada em 24 de março baseada unicamente no relato da conselheira Maria da Penha (professora da FND e esposa de Armênio Cruz, diretor afastado daquela Unidade), que mantinha contato telefônico com o local. Naquele momento, a professora Penha descreveu a ordeira ocupação como uma violenta invasão.

O debate

Diversos conselheiros manifestaram que a nota não tinha como objetivo condenar o ato dos estudantes, mas a prática da "violência" no meio universitário. Ana Canen (representante do CFCH) explicou que havia um motivo para o texto, que foi distorcido depois. Segundo ela, com uma reitoria democraticamente eleita e com as comissões então existentes em funcionamento na Faculdade de Direito, os resultados cabíveis viriam "mais cedo ou mais tarde". Assim, a "forma da manifestação" e a sua "oportunidade" não se justificariam. "O mérito do pleito dos estudantes não foi contestado", disse, e voltou a defender a manutenção da nota.

O professor Fernando Augusto (também do CFCH) comunicou ter recebido um telefonema da professora Penha para passar o recado de que não estaria presente na sessão. Ela também teria pedido para agradecer os telefonemas de apoio que recebeu de outros conselheiros. Em concordância com Ana Canen, o professor reclamou que a nota "por inabilidade ou má fé" não tenha sido divulgada, na íntegra, nos órgãos de imprensa da universidade. Ismael da Silva Soares (CT) também criticou de forma veemente o tratamento recebido pelo colegiado na matéria do Jornal da Adufrj anterior. "Deixo aqui o meu protesto", comentou.

A representante discente Isabella Miranda (que é estudante da FND), por sua vez, discordou do teor da nota retirada: "Não houve vandalismo algum. Ainda bem que não estamos vivendo ditadura na UFRJ, mas estávamos vivendo (desse modo) na Faculdade de Direito. Sem o ato, não sei se o Armênio teria sido afastado", afirmou. O pró-reitor José Roberto Meyer lamentou que não tenha conseguido dar os informes precisos do que ocorreu durante a ocupação da faculdade aos conselheiros, antes da aprovação da nota. Miguel Jonathan (CCMN) reconheceu que o colegiado cometeu um erro. "Não se deve tomar decisões com base em informações que não são completas". Marcelo Corrêa e Castro (CFHC) lembrou que também foi contrário à nota na sessão anterior pela falta de informações. Joaquim Neto (CCMN) observou que não estava presente no momento de votação da nota, mas considerou o texto "extremamente conservador" e "precipitado". Ele cobrou uma posição do colegiado em relação à conselheira que induziu ao erro (em referência, provavelmente, à professora Penha). Vera Barradas, uma das representantes dos técnico-administrativos, também criticou a nota, baseada em informações da esposa do diretor afastado. Maria Lúcia Patitucci (CCMN) considerou que a nota foi "incorreta em todos os sentidos" e lembrou a solicitação do professor Ericksson Almendra (CT), naquela ocasião, pela necessidade de mais informações.

Houve dúvidas em relação ao resultado da votação favorável à nota (oficialmente de 8 a 4), que serão esclarecidas na próxima reunião do CEG, com a leitura da ata de 24 de março.

Consuni criticado

Em maior ou menor medida, a moção aprovada no Conselho Universitário que pede a anulação da nota do CEG e solicita esclarecimentos da decisão tomada pelo colegiado acadêmico também suscitou indignação da maioria dos conselheiros presentes. Foi criticado principalmente que a nota tenha sido repudiada no Consuni sem sequer ter sido lida. Ana Canen lastimou que o Consuni tenha aprovado algo de "ouvir falar". Marcelo observou que os colegiados superiores deveriam "dialogar" de uma outra forma.

Foi lembrado o teor de outras decisões tomadas no CEG e modificadas no Consuni que não receberam críticas por parte do colegiado acadêmico, como, por exemplo, a decisão (ver Jornal da Adufrj nº 125, de 18/02) de transformar vagas de concurso para níveis iniciais da carreira em vagas para adjuntos. Na ocasião, o CEG defendia o desenvolvimento da formação do profissional dentro da UFRJ.

Entretanto, para não acirrar ainda mais os ânimos entre os conselhos superiores, foi aprovado o texto de esclarecimento reproduzido nesta página (para suavizar ao máximo a questão, os conselheiros não quiseram classificar o texto como "nota" ou "moção"). O pró-reitor ficou encarregado de ler o "texto" no expediente da próxima sessão do Consuni (nesta quinta-feira, dia 8).

Acesso à graduação será discutido neste dia 7

Ao final da sessão, o pró-reitor distribuiu dois documentos para conhecimento dos conselheiros. Um deles relacionava, curso a curso, o percentual de alunos classificados provenientes de escolas públicas no último vestibular da UFRJ. O documento, no entanto, só listava os cursos até a letra "Q" e não contava o curso de Música. Esse material deverá ser discutido dentro do tema de acesso aos cursos de graduação na pauta da reunião desta quarta-feira, dia 7 de abril.

Pela listagem distribuída, d os 6.092 candidatos classificados para 2004, 1.853 (30,42%) eram oriundos de escolas públicas. As licenciaturas e os cursos oferecidos pela Faculdade de Letras foram os que apontaram a maior presença de ex-alunos do ensino médio público. A Licenciatura em Química foi a recordista, com 28 dos 40 classificados (70%).

Os cursos com menor percentual de estudantes com origem na rede pública estão espalhados pelos diversos Centros, como "Artes Cênicas/Indumentária" (3 em 20 ou 15%), Engenharia de Produção (9 em 80 ou 11,25%), Microbiologia e Imunologia (5 em 35 ou 14,29%) e Odontologia (12 em 80 ou 15%). Medicina e Direito apresentaram percentuais razoáveis (respectivamente, 25% e 23,14%), ao contrário do que se supunha. Vale lembrar que a reitoria propõe reservar 20% das vagas de cada curso para estudantes da rede pública.

Alocação de vagas docentes

O segundo documento distribuído pelo pró-reitor dizia respeito às diretrizes formuladas pela reitoria para a distribuição de vagas docentes na UFRJ. Na apresentação das diretrizes, o reitor Aloisio Teixeira escreveu que o documento está "integralmente disponível à crítica e à modificação".

Texto aprovado pelo CEG em 31/3

"Em sessão de 31/03/04, o CEG decidiu retirar a nota aprovada na reunião de 24/03/04. Para esclarecimento da comunidade, o CEG reitera que o intuito da nota ora retirada era o de trazer para o cenário das discussões uma palavra de apelo à manutenção das ações nos limites da não-violência.

Esse, porém, parece não ter sido o entendimento gerado pela interpretação do texto do CEG. Assim, firme no seu propósito de contribuir para a superação da crise que se instalou na Faculdade Nacional de Direito, o CEG retira sua nota e reafirma seu integral apoio às vias institucionais de solução de questões acadêmicas e administrativas."

Reforma Universitária

MEC tenta justificar financiamento da rede privada

Em teleconferência de inauguração, ministro volta a defender "estatização" de vagas

O Ministério da Educação lançou, na última quarta-feira (31/03), o chamado "portal da reforma universitária" (www.mec.gov.br/reforma). A página eletrônica pretensamente servirá como um canal para conhecimento das últimas notícias em relação ao tema e também para a troca de opiniões e propostas dos interessados. A inauguração do portal foi marcada por uma teleconferência, que contou com a participação do ministro Tarso Genro e sua equipe.

Chamou a atenção na teleconferência que, embora o discurso inicial seja pela ampla participação da sociedade nesta reforma, o ministro tenha afirmado que o governo não abre mão de alguns "parâmetros". Ou seja: não será um debate tão democrático assim. "Nenhuma grande mudança positiva na sociedade ocorre sem uma pressão de fora para dentro. Ela (reforma) não vai ser unânime, mas será uma proposta majoritária, em cima de alguns parâmetros: que seja a afirmação do público como referência estrutural, que amplie as portas de acesso, que crie um sistema de financiamento eficaz e não contingenciável, que permita um controle social da universidade. Controle social não quer dizer ferir a autonomia universitária. É criar uma relação dinâmica com a sociedade", disse.

Tarso justifica "estatização" de vagas

Como não podia deixar de ser, a proposta de "estatização de vagas", intitulada "Universidade para Todos" voltou a dominar as falas durante a teleconferência. Pela primeira vez, Tarso admitiu que a medida poderá ser incorporada no conjunto da futura reforma universitária. Até então, ele dizia que se tratava de uma "política pública imediata". "Um percentual de vagas privadas estará à disposição do Estado. É um avanço do público sobre a estrutura privada", disse. De forma nada elegante, o ministro desqualificou os críticos da proposta governamental: "Algumas mentalidades pequenininhas acham que isso aí é privatização. Privatização é o que existe aí agora. Nós estamos fazendo a inversão", atacou.

Aparentemente refeito da grosseria, Tarso lembrou-se da posição crítica da Andifes (publicada no último Jornal da Adufrj) em relação ao Universidade para Todos. Segundo ele, a associação de reitores das federais não se referiu ao mérito da proposta. Apenas, no ponto de vista dele, a Andifes enfatizou que os recursos deveriam ser priorizados para o atendimento das demandas das instituições públicas.

Financiamento estudantil

O secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, também fez comentários sobre o Universidade para Todos. Ele observou que o MEC gasta hoje cerca de R$ 900 milhões com o financiamento de estudantes na rede privada, através do FIES. "O que se pretende com o Universidade para Todos é uma revisão desse procedimento", afirmou, sem explicar como. Segundo ele, isso será feito porque a projeção dos gastos, em 2008, com a mera manutenção dos atuais 170 mil beneficiados, dada a inadimplência e o aumento das mensalidades, ficaria em torno de R$ 1,5 bilhões.

Será?

Tarso argumentou que as instituições privadas devem cumprir suas finalidades sociais estabelecidas na Constituição. "Vamos qualificá-las. Se tiver que fechar, é porque são péssimas. Mas isso será decorrência normal de um processo de avaliação", comentou. Ele indiretamente atacou governos anteriores que permitiram, nos últimos anos, "uma proliferação absolutamente irresponsável de escolas superiores do setor privado atrás de dinheiro". "Aquelas instituições que são empresas disfarçadas, nós vamos infernizar, inclusive no limite de fechá-las", completou.

Mais um fundo setorial

Os fundos setoriais, repudiados pelo movimento docente por vincularem a pesquisa aos interesses de mercado, devem ganhar mais um "reforço" em breve. O presidente da Capes, Jorge Guimarães, também presente no evento, anunciou que está sendo articulada, junto do MCT, a formatação de um fundo setorial para as instituições de ensino privado que queiram investir em pesquisa e pós-graduação. "Na base de editais competitivos, (essas instituições) vão absorver recursos humanos e formar seus recursos humanos", disse.

Tarso Genro, talvez preocupado com a repercussão já negativa do Universidade para Todos, apressou-se em defender a proposta do novo fundo setorial. "Esses recursos não são públicos. São recursos das próprias instituições privadas para serem distribuídos, sob orientação estatal, para os melhores projetos de pesquisa e ensino", comentou.

Financiamento das universidades

Para solucionar o problema de financiamento das universidades públicas federais, o ministro sugeriu a criação de um fundo que ficaria livre dos contingenciamentos de governo. "Se ele não for contingenciável, não estará sujeito, por exemplo, às flutuações do mercado internacional e que o governo tem que negociar. Isso já ocorre com o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), defendeu.

Ensino à distância

Secretário de ensino à distância, o professor Marcos Dantas afirmou que o ministério assegurou, no orçamento deste ano, os recursos "minimamente necessários" para a continuidade de programas já implementados nesta área. O MEC diz ter recursos ainda para produzir cursos à distância com prioridade para as áreas de licenciaturas em química, física, biologia e matemática. Detalhes estariam sendo finalizados para o lançamento de editais que, já se sabe, vão dar preferência aos consórcios universitários de universidades públicas.

Documentos dos movimentos estão na página

Na seção "documentos" do Portal, é possível conhecer as propostas do Andes-SN, da Fasubra e da UNE.A expectativa das entidades é de que suas propostas possam ser seriamente discutidas e que o governo não fixe as bases de suas propostas para serem ratificadas pelos movimentos ou que se utilize de medidas provisórias para efetiva-las.

Transmissão não favoreceu participação

A transmissão da teleconferência foi um mau indício de como poderá ser a discussão "democrática" da reforma universitária. Foi anunciado que o debate do dia 31 de março seria veiculado pela TV a cabo ou pela internet. Sem acesso aos canais fechados, a reportagem da Adufrj-SSind tentou acompanhar a inauguração do portal da reforma pelo endereço eletrônico fornecido na página do MEC. Minutos antes do início da teleconferência, descobriu-se, via telefonemas para a sede do ministério, que a transmissão pela internet apresentaria problemas. A reportagem da seção sindical somente assistiu ao debate, com várias interrupções na conexão, graças a um endereço eletrônico de uma TV vinculada à Radiobrás, que nem havia sido colocada como alternativa no anúncio da teleconferência.

A apresentadora da cerimônia chegou a dizer que mais de 300 perguntas foram enviadas para o programa, mas o formato da transmissão não favoreceu as respostas dos participantes do debate. Foram apenas duas horas de duração e um longo bloco de depoimentos de professores de diversas universidades ainda foi inserido durante a teleconferência. O ministro e os integrantes da equipe do MEC deram respostas curtas e pouco substanciais.A universidade pública brasileira espera poder discutir substantivamente as imperiosas mudanças nas politicas privantizantes ainda em curso no país. A "democracia" virtual é uma prática incompatível com as discussões e negociações que a comunidade universitária e o país reivindicam.

Reprise

A apresentadora do programa disse ainda que a teleconferência seria retransmitida pela TV Escola (canal 26 da SKY) e pela TV Câmara (canal 10 da NET), no dia 10 de abril, às 15h.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 131 • 12 de abril de 2004

Assembléia Geral

12 abril segunda-feira 13:30

Auditório do CFCH

(campus da Praia Vermelha)

Pauta

1) Eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
2) Indicação do professor Salatiel Menezes dos Santos para compor a Diretoria da Adufrj-SSind
3) Campanha salarial
4) Atos e paralisação em 14 de abril
5) Eleição de delegados para a plenária de servidores federais de 18 de abril
6) Reforma universitária

Dia do Trabalhador no Rio será 30 de abril
Página 3

Entidades discutem revogação de regulamentação de ensino técnico
Página 7

Seminário critica contra-reforma universitária
Página 8

Governo Lula manipula informações sobre reajuste

Índices diferenciados mascaram proposta de abono nas gratificações GED e GID

Páginas 4, 5 e 6

Editorial

Governo e CUT ignoram reivindicações dos servidores

As contra-reformas do governo Lula (previdenciária, sindical, trabalhista e universitária), estabelecem um novo patamar na reestruturação do Estado brasileiro. Todavia, a crítica ao 'tamanho' do Estado em nosso país – convém lembrar: aqui nunca se consolidou o chamado 'Welfare State" ou Estado de Bem-Estar Social assentado em políticas e serviços sociais universais - que se iniciara com o governo de Collor teve, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com as elaborações do então Ministro de Estado Bresser Pereira, seu momento privilegiado, ao menos no plano da formulação. Com o governo Lula da Silva, para alguns analistas o terceiro mandato de FHC, a consolidação da reforma do Estado tem seus vetores centrais no redimensionamento do espaço e da idéia de público e na redução das políticas sociais. A contra-reforma do sistema previdenciário dos servidores públicos do país - federal, estadual e municipal – é paradigmática na compreensão de que Estado o projeto de governo do senhor Lula da Silva imporá e legará ao país. A contra-reforma da previdência, para além de suas intenções particularistas, portava em suas entranhas o desenho da relação que o governo estabeleceria com os servidores públicos do Estado brasileiro: a larga promoção do divisionismo, em suas mais diferentes formas, no interior da classe trabalhadora. Após a aprovação da contra-reforma previdenciária, o que se anuncia como política salarial do governo Lula para os servidores públicos mescla a cooptação das lideranças sindicais às diferenciadas formas de valorização salarial das categorias entre si e no interior de uma mesma categoria profissional; a escolha de áreas restritas (exercício da força policial, da regulação e da elaboração das leis) para manter sob a responsabilidade estatal o desrespeito aos direitos consolidados pelos trabalhadores no Brasil. Assim, a análise da proposta alardeada pelo governo na grande imprensa ao longo da última semana não nos traz alento. Ao contrário, o exame da 'proposta governamental' nos indica a implementação de uma política salarial alicerçada na degradação da composição da nossa remuneração, que contraria abertamente nossas demandas e nossas reivindicações e ignora o que nós, trabalhadores do serviço público, temos como perdas históricas. No lugar da isonomia e do reajuste linear que objetiva recompor as perdas salariais resultantes da política econômica dependente e da enorme inflação que corroeram o salário dos servidores públicos federais ao longo dos anos que vão do governo FHC ao governo Lula da Silva, a ação dos governantes tem reforçado para a opinião pública o papel da CUT como defensora dos direitos dos trabalhadores com o claro objetivo de enfraquecer a organização dos servidores públicos federais no âmbito da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF). Em uma antecipação do que poderá ocorrer caso também seja aprovada a proposta de contra-reforma sindical ensaiada pelo governo, a CUT tem negociado com o governo por cima das reivindicações dos servidores e sem a autorização para fazê-lo. Os jogos de cena montados pelo governo e pela Central Única dos Trabalhadores objetivam reduzir e desgastar as lutas dos servidores públicos ao mesmo tempo em que tentam superar o enorme desgaste da CUT em razão de sua recuada ação durante a contra-reforma da previdência. Naquele episódio, a direção majoritária da central funcionou como extensão sindical do governo e negociou contra os trabalhadores.

A diretoria da Adufrj-SSind, na defesa da Universidade pública e de seus trabalhadores, repudia o aprofundamento de uma política salarial pautada em gratificações precárias e abonos não incorporados aos salários e que não se preocupa com a reposição das perdas salariais históricas dos trabalhadores deste país e conclama os docentes da UFRJ à mobilização pelas suas justas reivindicações.

Adufrj-SSind

Eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes

A Diretoria da Adufrj-SSind apresentará à Assembléia Geral uma proposta de mudança no Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind. O objetivo é tornar mais claro o dispositivo de convocação das eleições para cargos vagos do Conselho de Representantes e permitir que as eleições sejam realizadas junto com a eleição para a diretoria do Andes-SN, em 18 e 19 de maio. Na formulação atual, aplicam-se a estas eleições "fora de época", que não têm uma data certa para ocorrer, as mesmas regras das eleições em época normal, que têm data certa (entre 5 e 15 de setembro dos anos ímpares) e que são feitas junto com a eleição da Diretoria. Iso provoca algumas inconsistências no Regimento Eleitoral. Na formulação que será proposta, os procedimentos dos dois tipos de eleição serão distintos e o prazo para a convocação das eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes será de trinta dias, permitindo que estas sejam realizadas junto com a eleição para a Diretoria do Andes-SN, aproveitando a estrutura das seções eleitorais que necessariamente terão de ser formadas e o momento político privilegiado da eleição nacional.

O Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind foi originalmente aprovado na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 10 de julho de 1997, logo depois da transformação da Associação dos Docentes da UFRJ (Adufrj) em seção sindical do Andes-SN, e alterado na Assembléia Geral de 17 de novembro de 1998, quando foi introduzida a proporcionalidade nas eleições para o Conselho de Representantes.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Dia do Trabalhador no Rio será 30 de abril

Na semana passada, em reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública (5/4), entidades sindicais do Rio de Janeiro decidiram que não participarão das atividades organizadas pela CUT/RJ para o dia 1º de Maio. As categorias que participam do Fórum, entre elas, os servidores públicos, queriam que a Central acrescentasse, entre as suas bandeiras, a luta contra as contra-reformas do governo Lula: Previdenciária, Universitária (do Ensino), Trabalhista e Sindical. Sem justificativa, o presidente da CUT/RJ, Jayme Ramos, não compareceu à reunião das entidades do funcionalismo para a qual havia sido convidado.

Cerca de 30 representantes de sindicatos e movimentos sociais participaram da reunião do Fórum Fluminense. A participação das entidades na paralisação nacional do dia 14, convocada pela Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais foi um dos assuntos tratados. Neste dia, as categorias marcarão a Campanha Salarial 2004 e chamarão a atenção da sociedade para o discurso falacioso do governo em relação à sua proposta de reajustes diferenciados.

Quanto ao Dia do Trabalhador, o Fórum Fluminense decidiu organizar uma manifestação para marcar a data não no dia 1, mas no dia 30 de abril. O ato será na Cinelândia, durante toda a tarde. Foi proposta para a organização do evento a realização de aulas públicas sobre as reformas, teatro, panfletagens e outras atividades.

Seguindo a orientação da Coordenação Nacional de Lutas, fórum criado por entidades sindicais de todo o país que se contrapõem às reformas sindical e trabalhista, o Fórum Fluminense organizará o Encontro Sindical do Rio de Janeiro, no dia 22/5.

CUT/RJ mantém posição de não questionar reformas

Em reunião realizada com os sindicatos do Rio no último dia 7/4, os dirigentes da CUT/RJ mantiveram a posição de não levantar bandeiras contra as reformas do governo Lula nas atividades do 1º de Maio. Presentes à reunião, integrantes do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública informaram que os servidores do Rio decidiram não participar das atividades da CUT para o Dia do Trabalhador e que o Fórum estará realizando atos durante a tarde do dia 30/4, na Cinelândia, para marcar a data.

O presidente da CUT/RJ, Jayme Ramos, disse que concordava em levar faixas com palavras de ordem "pelo ensino público e gratuito" e 'pela abertura de discussões sobre a reforma universitária". Representantes do movimento docente lembraram ao dirigente da Central que a reforma universitária do governo Lula já está em curso e que o importante não é apenas pedir a abertura de discussões com o governo sobre a reforma, mas ter uma posição contrária à mesma.

Seminários preparatórios para o V Congresso Nacional de Educação

No dia 7/4, as entidades que compõem o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, entre elas a Regional Rio do Andes-SN, a Adufrj-SSind e a Aduff-SSind, confirmaram a realização de seminários preparatórios para o V Congresso Nacional de Educação (Coned), que será realizado nos dias 2 a 5 de maio, em Recife (PE).

Calendário de seminários

19/4 – Metropolitano – Pedro II (manhã)
Angra dos Reis – Morro da Cruz (noite)
20/4 – São Gonçalo – Uerj (manhã)
22/4 – Campos – Cefet
27/4 – Plenária Estadual do FEDEP – Uerj

Jurídico

Supremo suspende contagem de prazos dos processos

O Supremo Tribunal Federal determinou, no final de março, a suspensão da contagem dos prazos judiciais, enquanto continuar a legítima greve dos integrantes da advocacia pública federal por melhores salários e condições de trabalho. O movimento grevista envolve a Advocacia Geral da União, a Procuradoria Geral Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind avisa que, em função desta decisão do STF, os processos encontram-se paralisados nesta instância. A assessoria informa ainda que muitos outros ramos do Judiciário estão adotando atitude semelhante, com a paralisação parcial do andamento dos processos movidos contra os entes públicos, inclusive pelos servidores públicos.

Sucateamento

O sucateamento da AGU ocorre, principalmente, em função do baixo salário inicial (R$ 3,7 mil), em relação a outros órgãos que possuem profissionais do Direito, como o Ministério Público e a Magistratura (R$ 10 mil). O desinteresse pelo salário provoca pedidos diários de exoneração. "Há uma média de duas exonerações, a pedido, por dia, na Advocacia da União", disse Édson Soares, coordenador do Comando Geral de Greve do Rio de Janeiro, em entrevista ao Jornal do Commercio, de 2 de abril.

Os advogados reivindicam a volta da isonomia no tratamento entre Magistratura, Ministério Público e Advocacia Pública Federal, perdida há dez anos, segundo eles. Também pedem a criação de uma Lei Orgânica que discipline direitos, deveres e prerrogativas da categoria, além da implantação de carreiras de apoio nas diversas Procuradorias Públicas.

Anote

Programação do Fórum

O Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ apresenta intensa programação para esta semana. O primeiro evento ocorre nesta terça-feira (13/04), com a palestra "Impacto dos problemas relacionados ao álcool na saúde e na economia", a partir das 8h, no salão Moniz de Aragão. Toda a programação é gratuita. O Fórum fica no Palácio Universitário da Praia Vermelha, na avenida Pasteur, 250 / 2º andar. Mais informações pelo telefone 2295-1595 r. 113/117 ou na página www.forum.ufrj.br.

Reformas estarão na revista "Universidade e Sociedade"

O tema central do próximo número da revista Universidade e Sociedade (33), produzida pelo Andes-SN, abordará a proposta de Reforma Universitária do governo Lula. Pretende-se apresentar algumas análises críticas das várias ramificações que essa proposta integra, tais como a autonomia, o financiamento, a avaliação, a política de cotas, inclusive com o beneficiamento do sistema privado em detrimento da valorização da universidade pública. As demais propostas que estão sendo encaminhadas pelo atual governo (Sindical e Trabalhista) também serão objeto desta revista.

O Sindicato encaminha que os artigos expressem uma visão crítica acerca da proposta, "bem como da forma como o governo está atuando politicamente para difundi-la, mas também possam apresentar rumos desejáveis para o soerguimento do sentido público da universidade brasileira". Os artigos sobre o tema devem ser enviados para o endereço andesregsp@uol.com.br até o dia 10 de maio. Outros artigos com temáticas diferentes poderão ser enviados, ficando sujeitos às normas editoriais da revista e aos limites do espaço disponível. Mais informações podem ser conseguidas na página eletrônica http://www.andes.org.br/universidadeesociedade.htm

Campanha Salarial

Governo Lula manipula informações sobre reajuste

Índices diferenciados mascaram proposta de abono nas gratificações GED e GID

Apostando na tática do 'dividir para governar', o governo federal apresentou nova proposta de reajustes diferenciados para os servidores públicos. A grande imprensa repercutiu de forma positiva os novos índices apresentados aos dirigentes sindicais na última terça-feira, 6/4. Na verdade, o governo manteve a lógica divisionista e apresentou uma proposta sob a forma de reajustes diferenciados que, na prática, resulta na concessão de um abono quase fixo, no valor de cerca de R$ 510,00 para os docentes de ensino fundamental e médio e de R$ 540,00 para os docentes de ensino superior. Estes valores serão simplesmente acrescidos às gratificações de estímulo à docência (GED) e incentivo à docência (GID).

Aparentemente, os servidores de menor salário receberiam índices maiores do que os de maior salário. Trata-se, no entanto, de abonos que se somam às gratificações, cujos valores finais podem variar dependendo da pontuação do docente. A estratégia do governo aposta na divisão das categorias e no enfraquecimento da crescente mobilização do funcionalismo público, já que algumas categorias entraram em greve pela recomposição salarial, no mês passado.

Com ares de justiça, a proposta esconde a intenção da equipe econômica de economizar ao máximo com os funcionários públicos, desembolsando do orçamento apenas R$ 2 bilhões para dar conta dos nove anos de perdas salariais de um conjunto de 906 mil trabalhadores. Desde 1995, quando os servidores obtiveram 26% de reajuste linear referente às perdas por ocasião da implementação do Real, as categorias receberam apenas um reajuste linear, de 1%, em janeiro de 2003. Os 'reajustes' concedidos aos servidores foram, na verdade, a criação ou aumento de gratificações precárias. No caso dos docentes, houve, ainda, um reajuste 'quase linear' de cerca de 10%, em fevereiro de 2002, fruto da greve de 2001.

Este ano, o governo Lula mantém a tradição de seu antecessor e diz que não há verba para a reposição da perdas das categorias. Só não alardeia que a falta de recursos da União se deve ao fato de que 57,6% do PIB estão comprometidos com o pagamento da dívida líquida do setor público, que em fevereiro último atingiu R$ 926,7 bilhões.

Aposentados receberiam ainda menos

Executando uma política deliberada de arrocho salarial, o governo ignora as perdas acumuladas desde janeiro de 1995 até dezembro de 2003, calculadas em 127%, e apresenta reajustes que variam de 9,5% a 27,37%, para o segmento dos professores universitários. No caso dos docentes, os aposentados receberiam índices menores dos que os da ativa.

Os abonos apresentados na proposta do governo são acrescidos ao valor máximo da GED e da GID, cuja incorporação aos vencimentos básicos é uma das reivindicações do movimento docente. Não custa lembrar que estas gratificações estabelecem uma avaliação produtivista do trabalho acadêmico e rompem com a isonomia entre os docentes.

No documento que apresenta a proposta de reajuste 2004, o governo confirma que os reajustes incidirão sobre as avaliações de desempenho dos servidores das seguintes carreiras: Plano de Classificação de Cargos (PCC), Previdência, Seguridade Social e do Trabalho e Docentes. No caso dos técnico-administrativos das instituições de ensino superior, o governo anuncia que vai criar uma gratificação por desempenho para conceder os reajustes. Vale lembrar que, na greve nacional de 2001, os técnico-adminstrativos conseguiram incorporar a Gratificação por Atividade Executiva (GAE) e também derrotaram a proposta do então governo FHC de criar uma gratificação produtivista para este segmento.

Tabelas erradas

Segundo o Andes-SN, as tabelas apresentadas pela equipe econômica contêm erros nos valores mínimo e máximo dos salários, "além de se restringirem a docentes graduados e mestres, omitindo os especialistas, doutores e os titulares". Os cálculos apresentados na tabela do governo referem-se apenas ao regime de Dedicação Exclusiva. Não foram apresentados percentuais para os regimes de 20 e 40 horas semanais. Na avaliação do Andes-SN o que foi apresentado até o momento não permite uma avaliação precisa do que o governo está propondo. O Sindicato encaminhou formalmente a solicitação das "tabelas completas, com os cálculos corretos, referentes ao reajuste salarial proposto pelo governo, para que se evitem interpretações e conclusões equivocadas ou tendenciosas sobre a proposta que venham a gerar falsas expectativas"

Na quinta-feira, 8/4, a redação do Jornal da Adufrj-SSind entrou em contato com a Chefe de gabinete do MPOG, Marilene Ferrari Alves, que disse que as tabelas com o detalhamento da nova proposta ainda não estavam prontas e que seriam entregues ao Andes-SN apenas nesta segunda-feira, dia 12/4. Questionada sobre o índice de reajuste para as demais titulações e regimes de trabalho da carreira docente, a assessora não soube informar efetivamente com que percentuais o governo estava trabalhando. "Não dá para afirmar que estes professores (com doutorado) vão receber 10%, por exemplo. Mas dá para dizer que eles receberão na média dos valores apresentados na tabela".

Seguindo a lógica do governo de aplicar um abono fixo ao valor máximo da GID e da GED, os professores com maior titulação, se forem incluídos, receberão reajustes percentuais ainda inferiores aos propostos para os demais.

Três vezes mentiroso

Num dos documentos apresentados às entidades dos servidores, no qual tenta mostrar ganhos recebidos em anos anteriores pelos docentes, o governo consegue chegar ao cúmulo da desfaçatez. Em primeiro lugar, a equipe ministerial denomina os reajustes diferenciados como 'Percentuais de ganhos salariais". Como se trata de reposição salarial insuficiente, que nem chega perto de recompor as perdas dos últimos nove anos, são 'perdas' e não 'ganhos'.

A segunda mentira é a referência ao período utilizado para o cálculo dos reajustes: de janeiro de 1995 a dezembro de 2003. Em suas cálculos, o governo acumula o reajuste de 26% recebido no mês de janeiro de 1995, que, na verdade, se refere a perdas do período ante-

Campanha Salarial

rior (1994). A outra mentira é que a equipe descreve reajustes concedidos a partir da criação das gratificações GED e GID, e outros aumentos na sua pontuação, como "aumento linear referente ao período (janeiro 1995/ dezembro 2003)".

Assembléias de base apreciarão proposta de paralisação

Nesta segunda-feira (12/4), a Adufrj-SSind realiza Assembléia Geral, na Praia Vermelha, para, entre outros pontos, avaliar a proposta do governo e definir a participação dos docentes da UFRJ nos atos e na paralisação do dia 14 de abril, o Dia da Resposta. A paralisação foi proposta pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF). No dia 18, os representantes do Andes-SN e as seções sindicais participam da Plenária Nacional dos Servidores Federais. Insatisfeitos com o que o governo tem apresentado até agora, os servidores poderão indicar a realização de uma greve nacional por tempo indeterminado a partir de abril.

Reivindicações

O conjunto do funcionalismo tem como reivindicações a recomposição dos salários desde 1995 (127%), a reposição salarial emergencial de 50,19% (referente às perdas de 1998 a 2003), a implementação de uma política salarial que impeça a acumulação de perdas, a incorporação das gratificações pelo maior valor, a paridade entre ativos e aposentados, um plano de carreira que elimine as disparidades salariais e concursos públicos.

Nova mesa, dia 20 de abril

Segundo o diretor do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, a próxima reunião da Mesa de Negociação Permanente acontece no dia 20 de abril, quando já terá ocorrido a Plenária Nacional dos SPF (18/4) que tem como um dos pontos de pauta a discussão da data de deflagração da greve nacional. "A nossa posição na mesa foi contra a quebra da paridade e pela recomposição dos 127%, descontada a incorporação das gratificações".

Tabelas

As tabelas a seguir foram elaboradas pela Adufrj-SSind a partir da "Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais", 13ª edição (Ministério do Planejamento, dezembro de 2003) e das poucas informações disponibilizadas pelo governo sobre a sua proposta salarial.

Magistério Superior - graduado

		atual					proposta do governo					
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
classe	nível	RemFixa	GED140	Rem140	GED84	Rem84	Novo140	acr $	acr %	Novo91	acr $	acr %
TIT	U	2.542,95	317,80	2.860,75	190,68	2.733,63	3.403,61	542,86	18,98%	3.087,36	353,73	12,94%
ADJ	4	2.104,46	317,80	2.422,26	190,68	2.295,14	2.964,68	542,42	22,39%	2.648,43	353,29	15,39%
	3	2.020,43	317,80	2.338,23	190,68	2.211,11	2.880,56	542,33	23,19%	2.564,32	353,21	15,97%
	2	1.937,62	317,80	2.255,42	190,68	2.128,30	2.797,67	542,25	24,04%	2.481,42	353,12	16,59%
	1	1.856,81	317,80	2.174,61	190,68	2.047,49	2.716,78	542,17	24,93%	2.400,54	353,05	17,24%
ASS	4	1.709,80	317,80	2.027,60	190,68	1.900,48	2.569,63	542,03	26,73%	2.253,38	352,90	18,57%
	3	1.639,92	317,80	1.957,72	190,68	1.830,60	2.499,67	541,95	27,68%	2.183,43	352,83	19,27%
	2	1.575,20	317,80	1.893,00	190,68	1.765,88	2.434,90	541,90	28,63%	2.118,65	352,77	19,98%
	1	1.514,13	317,80	1.831,93	190,68	1.704,81	2.373,76	541,83	29,58%	2.057,51	352,70	20,69%
AUX	4	1.402,07	317,80	1.719,87	190,68	1.592,75	2.261,59	541,72	31,50%	1.945,34	352,59	22,14%
	3	1.347,62	317,80	1.665,42	190,68	1.538,30	2.207,09	541,67	32,52%	1.890,84	352,54	22,92%
	2	1.296,51	317,80	1.614,31	190,68	1.487,19	2.155,92	541,61	33,55%	1.839,68	352,49	23,70%
	1	1.247,86	317,80	1.565,66	190,68	1.438,54	2.107,23	541,57	34,59%	1.790,98	352,44	24,50%

Magistério Superior - mestrado

		atual					proposta do governo					
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
classe	nível	RemFixa	GED140	Rem140	GED84	Rem84	Novo140	acr $	acr %	Novo91	acr $	acr %
TIT	U	3.163,72	952,00	4.115,72	571,20	3.734,92	4.659,84	544,12	13,22%	4.089,66	354,74	9,50%
ADJ	4	2.615,62	952,00	3.567,62	571,20	3.186,82	4.111,19	543,57	15,24%	3.541,00	354,18	11,11%
	3	2.510,58	952,00	3.462,58	571,20	3.081,78	4.006,04	543,46	15,70%	3.435,86	354,08	11,49%
	2	2.407,05	952,00	3.359,05	571,20	2.978,25	3.902,41	543,36	16,18%	3.332,22	353,97	11,89%
	1	2.306,04	952,00	3.258,04	571,20	2.877,24	3.801,29	543,25	16,67%	3.231,11	353,87	12,30%
ASS	4	2.122,29	952,00	3.074,29	571,20	2.693,49	3.617,37	543,08	17,67%	3.047,19	353,70	13,13%
	3	2.034,93	952,00	2.986,93	571,20	2.606,13	3.529,92	542,99	18,18%	2.959,74	353,61	13,57%
	2	1.954,05	952,00	2.906,05	571,20	2.525,25	3.448,95	542,90	18,68%	2.878,77	353,52	14,00%
	1	1.877,69	952,00	2.829,69	571,20	2.448,89	3.372,52	542,83	19,18%	2.802,33	353,44	14,43%
AUX	4	1.737,62	435,40	2.173,02	261,24	1.998,86	2.715,20	542,18	24,95%	2.351,86	353,00	17,66%
	3	1.669,56	435,40	2.104,96	261,24	1.930,80	2.647,06	542,10	25,75%	2.283,73	352,93	18,28%
	2	1.605,67	435,40	2.041,07	261,24	1.866,91	2.583,12	542,05	26,56%	2.219,78	352,87	18,90%
	1	1.544,86	435,40	1.980,26	261,24	1.806,10	2.522,24	541,98	27,37%	2.158,91	352,81	19,53%

(1) Remuneração fixa atual = vencimento básico + GAE + Vantagem pecuniária individual (R$59,87)
(2) GED plena atual (140 pontos)
(3) Remuneração total atual de quem ganha a GED plena = (1) + (2)
(4) 60% do valor máximo atual da GED (84 pontos) - a maioria dos aposentados e pensionistas ganha este valor
(5) Remuneração total atual de quem ganha 60% da GED plena = (1) + (4)
(6) Remuneração total proposta pelo governo para quem ganha GED plena
(7) Reajuste em reais proposto pelo governo para quem ganha GED plena = (6) - (3)
(8) Reajuste percentual proposto pelo governo para quem ganha GED plena = (7) / (3)
(9) Remuneração total proposta pelo governo para quem ganha 65% do valor máximo da GED (*)
(10) Reajuste em reais proposto pelo governo para quem ganha 65% do valor máximo da GED = (6) - (3) (*)
(11) Reajuste percentual proposto pelo governo para quem ganha 65% do valor máximo da GED = (7) / (3) (*)

(*) O governo apresentou estes valores, mas não explicou se ou como quem ganha 60% da GED vai passar a ganhar 65%.

Campanha Salarial

Magistério de 1º e 2º graus - graduado

		atual					proposta do governo					
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
classe	nível	RemFixa	GID80	Rem80	GED48	Rem48	Novo80	acr $	acr %	Novo52	acr $	acr %
TIT	U	2.356,89	411,20	2.768,09	246,72	2.603,61	3.280,86	512,77	18,52%	2.937,72	334,11	12,83%
E	4	2.004,44	411,20	2.415,64	246,72	2.251,16	2.928,05	512,41	21,21%	2.584,91	333,75	14,83%
	3	1.922,22	411,20	2.333,42	246,72	2.168,94	2.845,76	512,34	21,96%	2.502,61	333,67	15,38%
	2	1.843,60	411,20	2.254,80	246,72	2.090,32	2.767,05	512,25	22,72%	2.423,91	333,59	15,96%
	1	1.766,77	411,20	2.177,97	246,72	2.013,49	2.690,15	512,18	23,52%	2.347,00	333,51	16,56%
D	4	1.641,61	411,20	2.052,81	246,72	1.888,33	2.564,86	512,05	24,94%	2.221,71	333,38	17,65%
	3	1.586,38	411,20	1.997,58	246,72	1.833,10	2.509,58	512,00	25,63%	2.166,44	333,34	18,18%
	2	1.555,73	411,20	1.966,93	246,72	1.802,45	2.478,89	511,96	26,03%	2.135,75	333,30	18,49%
	1	1.528,19	411,20	1.939,39	246,72	1.774,91	2.451,33	511,94	26,40%	2.108,19	333,28	18,78%
C	4	1.508,62	411,20	1.919,82	246,72	1.755,34	2.431,74	511,92	26,66%	2.088,59	333,25	18,98%
	3	1.482,54	411,20	1.893,74	246,72	1.729,26	2.405,63	511,89	27,03%	2.062,49	333,23	19,27%
	2	1.457,19	411,20	1.868,39	246,72	1.703,91	2.380,26	511,87	27,40%	2.037,11	333,20	19,56%
	1	1.437,19	411,20	1.848,39	246,72	1.683,91	2.360,24	511,85	27,69%	2.017,10	333,19	19,79%
B	4	1.185,72	411,20	1.596,92	246,72	1.432,44	2.108,52	511,60	32,04%	1.765,37	332,93	23,24%
	3	1.136,30	411,20	1.547,50	246,72	1.383,02	2.059,04	511,54	33,06%	1.715,90	332,88	24,07%
	2	1.089,65	411,20	1.500,85	246,72	1.336,37	2.012,35	511,50	34,08%	1.669,21	332,84	24,91%
	1	1.044,05	411,20	1.455,25	246,72	1.290,77	1.966,70	511,45	35,15%	1.623,56	332,79	25,78%
A	4	993,35	411,20	1.404,55	246,72	1.240,07	1.915,95	511,40	36,41%	1.572,81	332,74	26,83%
	3	953,07	411,20	1.364,27	246,72	1.199,79	1.875,64	511,37	37,48%	1.532,49	332,70	27,73%
	2	914,91	411,20	1.326,11	246,72	1.161,63	1.837,43	511,32	38,56%	1.494,29	332,66	28,64%
	1	882,80	411,20	1.294,00	246,72	1.129,52	1.805,29	511,29	39,51%	1.462,15	332,63	29,45%

Magistério de 1º e 2º graus - mestrado

		atual					proposta do governo					
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
classe	nível	RemFixa	GID80	Rem80	GED48	Rem48	Novo80	acr $	acr %	Novo52	acr $	acr %
TIT	U	2.931,15	952,00	3.883,15	571,20	3.502,35	4.397,04	513,89	13,23%	3.837,36	335,01	9,57%
E	4	2.490,58	952,00	3.442,58	571,20	3.061,78	3.956,03	513,45	14,91%	3.396,35	334,57	10,93%
	3	2.387,81	952,00	3.339,81	571,20	2.959,01	3.853,15	513,34	15,37%	3.293,47	334,46	11,30%
	2	2.289,53	952,00	3.241,53	571,20	2.860,73	3.754,77	513,24	15,83%	3.195,09	334,36	11,69%
	1	2.193,51	952,00	3.145,51	571,20	2.764,71	3.658,65	513,14	16,31%	3.098,97	334,26	12,09%
D	4	2.037,04	952,00	2.989,04	571,20	2.608,24	3.502,03	512,99	17,16%	2.942,35	334,11	12,81%
	3	1.968,01	952,00	2.920,01	571,20	2.539,21	3.432,93	512,92	17,57%	2.873,25	334,04	13,16%
	2	1.929,69	952,00	2.881,69	571,20	2.500,89	3.394,57	512,88	17,80%	2.834,89	334,00	13,36%
	1	1.895,29	952,00	2.847,29	571,20	2.466,49	3.360,14	512,85	18,01%	2.800,45	333,96	13,54%
C	4	1.870,80	952,00	2.822,80	571,20	2.442,00	3.335,62	512,82	18,17%	2.775,94	333,94	13,67%
	3	1.838,22	952,00	2.790,22	571,20	2.409,42	3.303,01	512,79	18,38%	2.743,33	333,91	13,86%
	2	1.806,52	952,00	2.758,52	571,20	2.377,72	3.271,28	512,76	18,59%	2.711,60	333,88	14,04%
	1	1.781,54	952,00	2.733,54	571,20	2.352,74	3.246,27	512,73	18,76%	2.686,59	333,85	14,19%
B	4	1.467,20	952,00	2.419,20	571,20	2.038,40	2.931,62	512,42	21,18%	2.371,94	333,54	16,36%
	3	1.405,40	952,00	2.357,40	571,20	1.976,60	2.869,75	512,35	21,73%	2.310,07	333,47	16,87%
	2	1.347,10	952,00	2.299,10	571,20	1.918,30	2.811,40	512,30	22,28%	2.251,72	333,42	17,38%
	1	1.290,09	952,00	2.242,09	571,20	1.861,29	2.754,33	512,24	22,85%	2.194,65	333,36	17,91%
A	4	1.226,72	952,00	2.178,72	571,20	1.797,92	2.690,90	512,18	23,51%	2.131,22	333,30	18,54%
	3	1.176,39	952,00	2.128,39	571,20	1.747,59	2.640,52	512,13	24,06%	2.080,84	333,25	19,07%
	2	1.128,68	952,00	2.080,68	571,20	1.699,88	2.592,76	512,08	24,61%	2.033,08	333,20	19,60%
	1	1.088,53	952,00	2.040,53	571,20	1.659,73	2.552,57	512,04	25,09%	1.992,89	333,16	20,07%

(1) Remuneração fixa atual = vencimento básico + GAE + Vantagem pecuniária individual (R$59,87)
(2) GID plena atual (80 pontos)
(3) Remuneração total atual de quem ganha a GID plena = (1) + (2)
(4) 60% do valor máximo atual da GID (48 pontos) - a maioria dos aposentados e pensionistas ganha este valor
(5) Remuneração total atual de quem ganha 60% da GID plena = (1) + (4)
(6) Remuneração total proposta pelo governo para quem ganha GID plena
(7) Reajuste em reais proposto pelo governo para quem ganha GID plena = (6) - (3)
(8) Reajuste percentual proposto pelo governo para quem ganha GID plena = (7) / (3)
(9) Remuneração total proposta pelo governo para quem ganha 65% do valor máximo da GID (*)
(10) Reajuste em reais proposto pelo governo para quem ganha 65% do valor máximo da GID = (6) - (3) (*)
(11) Reajuste percentual proposto pelo governo para quem ganha 65% do valor máximo da GID = (7) / (3) (*)

(*) O governo apresentou estes valores, mas não explicou se ou como quem ganha 60% da GED vai passar a ganhar 65%.

Movimento

Entidades discutem revogação de regulamentação de ensino técnico

No dia 30 de março, representantes de entidades ligadas ao ensino técnico e tecnológico participaram de uma audiência na Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC para discutir a revogação do decreto 2.208, de 1997. Criado durante o governo FHC, este decreto regula a educação profissional no país, flexibilizando a estrutura dos cursos técnico e de nível médio. O Andes-SN tem decisão congressual pela revogação do decreto, mas questiona a proposta de minuta apresentada pelo ministro da Educação, Tarso Genro, na qual fica mantida a possibilidade da separação da formação técnica do ensino médio. Segundo a diretora do Andes-SN e professora do Centro de Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Ana Lúcia Barbosa Faria, o decreto 2.208 favorece a lógica mercadológica para o ensino profissional. Para o Sindicato Nacional, não há necessidade de regulamentação desta modalidade de ensino, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Projeto do MEC

Pela minuta apresentada, a educação profissional pode se integrar ao ensino médio, como acontecia no período anterior ao 2.208/97. O decreto prevê quatro formas de articulação entre o ensino profissionalizante e o ensino médio: integrada na mesma instituição; integrada em instituições diferentes; concomitante e subseqüente.

Na forma do ensino técnico integrado ao ensino médio na mesma instituição, modalidade defendida pelo Andes-SN e pelo Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), o aluno é conduzido à habilitação profissional técnica, integrada com o ensino médio, com a ampliação da carga horária, cursada na mesma instituição.

A forma de ensino integrado em diferentes instituições permite o curso do ensino técnico e tecnológico em uma escola e do ensino médio em outra, o que, segundo o diretor do Sinasefe, Maurício Guimarães, causa transtornos para o estudantes e quebra a relação dos conteúdos entre um e outro nível de ensino. A forma concomitante permite que o estudante conclua o ensino médio e o profissionalizante ao mesmo tempo, modalidade a qual as instituições foram submetidas a partir do decreto 2.208. Muitos estudantes desistem de cursar o ensino tecnológico justamente pela obrigatoriedade do ensino médio, concomitantemente. Segundo Ana Lúcia, em 1996, o Cefet/MG tinha 5.000 alunos matriculados. "Com o decreto de 1997, as matrículas foram reduzidas pela metade". A quarta possibilidade prevista na atual proposta do governo regulamenta a habilitação técnica e tecnológica para estudantes que já concluíram o ensino médio. É o chamado curso seqüencial.

Apesar da tentativa do professor Antônio Ibañez, responsável pela Semtec/MEC, de encaminhar imediatamente o substitutivo para a Casa Civil e posterior tramitação no Congresso, o Andes-SN e o Sinasefe conseguiram agendar uma nova reunião para discutir o projeto nos próximos dias 19 e 20 de abril.

Agenda Sindical

12/4 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind, às 13:30 no Auditório do CFCH, *campus* da Praia Vermelha

12/4 – Plenária Ampliada do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência, 18h30, na Av. Pres. Wilson, 210 - Castelo (Assibge)

12/4 – Reunião do Grupo de Trabalho de Formação da Campanha Estadual contra a Alca, 18h, no Senge, Av. Rio Branco, 277, 17º andar

14/4 – Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, Uerj, sala 12050

14/4 – Paralisação e ato da Campanha Salarial e contra as reformas do governo Lula, concentração às 16h, na Candelária

14/4 – Rodada de assembléias e atos nos estados
- Para avaliar a proposta de reajuste salarial do governo, apresentada na reunião do MNNP, ocorrida em 30 de março de 2004.

14 e 15/4 - 13ª Plenária Social Nacional sobre a Alca
São Paulo (SP)

15/4 – Reunião da Coordenação Nacional de Lutas contra as reformas Sindical e Trabalhista
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

15/4 - Reunião do Jurídico do Andes-SN
Brasília (DF) *- sede do Andes-SN*

16/4 – Reunião do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

16/4 – Reunião do GT Seguridade Social do Andes-SN
Brasília (DF) – na sede da CNESF

17/4 – Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

17/4 – Reunião do GT Comunicação & Artes do Andes-SN
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN

18/4 – Plenária Nacional dos SPF

2 a 5/05 - V Congresso Nacional de Educação - Coned
Recife (PE)

18 e 19/5 – Eleições para a Diretoria do Andes-SN

16/06 – Manifestação contra as reformas Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Resenha

Governo e os gastos com publicidade

A partir deste mês, o governo federal torna pública a tabela de seus gastos com publicidade, que passa a ser conferida no endereço www.presidencia.gov.br/secom. Quer dizer: "pública" em parte, pois informações como despesas detalhadas por veículo não serão divulgados na tabela. Mas quem ainda tiver dúvidas sobre o lado que vai defender a mídia televisiva em um caso que envolva o governo, basta saber que as empresas do setor foram as que mais receberam recursos em 2003 (R$ 344.260.901,37), com base em informações da Agência Brasil (6/4).

Conselho avalia alojamento da UFF

O Conselho Universitário da UFF vai analisar, na sessão de 28 de abril, o projeto de construção de um alojamento para os estudantes da instituição. Para ser votada pelo Conselho, a proposta depende de aprovação nas cinco câmaras de gestão da universidade: Orçamento e Finanças, Legislação e Normas, Administrativa, Comunitária e Assistência Estudantil. A obra prevê a construção de prédios de quatro andares para abrigar, inicialmente, 800 estudantes. (Folha Dirigida, 06/4).

Justiça "estimula" mortes em conflitos de terra

Relatório elaborado por entidades nacionais e internacionais de Direitos Humanos afirma que a lentidão no julgamento de crimes que envolvem trabalhadores rurais e a impunidade conseqüente a esta demora perpetua os assassinatos no campo. A reportagem da Agência Carta Maior (em 06/4) cita o caso em que, há cerca de um ano, Vantuir Gonçalves de Paula e Adilson Laranjeira foram declarados culpados pelo assassinato de João Canuto de Oliveira, ocorrido em 1985. Na época, Canuto era presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no Pará.

Tarso vaiado em São Paulo

Durante um discurso em São Paulo, o ministro Tarso Genro foi bastante vaiado. As críticas foram feitas principalmente por cerca de cem alunos de instituições públicas (USP, Unesp, Unicamp e Uerj), que protestaram contra as propostas da reforma universitária do MEC. No final de sua exposição, sob vaias, o ministro afirmou que "se não sairmos do sedentarismo burguês, não haverá mudanças (no país)". "Falar é fácil, mas o Universidade para Todos (programa que visa ocupar vagas nas instituições particulares em troca de isenção fiscal), por exemplo, só reforça o caráter privado da política do governo", afirmou Maurício Costa, representante dos estudantes (Folha Online, 3/04).

Movimento

Seminário critica contra-reforma universitária

Palestrante argumenta que a proposta governista abre o setor educacacional ao capital estrangeiro

A reforma universitária em curso no governo Lula tem o objetivo de promover a internacionalização da Educação. Em outras palavras: abrir espaço para a entrada do capital internacional nesta área por exigência dos acordos da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa foi uma das afirmações da professora Lúcia Neves, que trabalha no Coletivo de Estudos de Políticas Educacionais da UFF, e convidada do seminário "Que Universidade Queremos?" promovido pela Adufrj-SSind, pela APG, pelo DCE e pelo Sintufrj, no último dia 6, na sala 220 do Bloco D, do Centro de Tecnologia.

Lúcia, que é co-autora do livro "O empresariamento da Educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990 (Xamã, 2002)", deu um exemplo que sinaliza essa possível submissão ao capital internacional. Ela disse freqüentar assiduamente a página da Associação Brasileira dos Mantenedores de Ensino Superior (www.abmes.org.br) para fins de pesquisa. "Há um mês, encontrei lá um texto do Ministério das Relações Exteriores com consulta aos empresários sobre dois termos de compromisso relativos à internacionalização de serviços", afirmou. A professora questionou ainda o fato de o Andes-SN não ter obtido acesso a estes documentos. "Ora, se a política de pacto nacional é feita de parceiros conciliados, todos os grupos deveriam receber os termos para opinar, mas só os empresários educacionais receberam", ironizou. Lúcia conta que a contra-reforma universitária em curso, com o "Universidade para Todos" à frente, tem como um dos seus objetivos "cobrir um pouco do prejuízo do setor nacional", que enfrenta problemas de inadimplência, e minimizar o receio dos empresários do setor com a futura entrada do capital estrangeiro. Para ela, a atual contra-reforma intensifica o individualismo dentro da universidade e sedimenta a dependência da universidade ao capital, "e cada vez mais ao capital internacional".

Kelvin Melo

UM BOM PÚBLICO ACOMPANHOU O PRIMEIRO SEMINÁRIO CONJUNTO PROMOVIDO PELOS MOVIMENTOS DA UFRJ

A proposta dos movimentos sociais

A professora fez questão de apontar as características desta concepção de universidade que começou a tomar forma nos últimos anos e se aprofunda no governo Lula: "Que a universidade seja instrumento de integração submissa do país ao capitalismo internacional. Que seja instrumento de aumento da produtividade nacional e da competetividade empresariais. Que a universidade seja um instrumento de difusão de uma nova cidadania política voltada para a filantropia social. Que seja instrumento de difusão da cultura empresarial, na forma de pensar, sentir e agir da burguesia mundial", relatou. Em oposição, Lúcia Neves descreveu a alternativa de universidade construída pelos movimentos sociais: "A universidade deve ser um instrumento de construção da soberania nacional, de construção da identidade cultural, de redefinição das relações sociais de produção vigentes e protagonista da evolução histórica nacional no sentido da melhoria da qualidade de vida da população brasileira", disse

Origem das propostas

A professora apontou a origem destas versões de universidade nos anos 90. "Nos anos 80, éramos um amplo bloco de forças políticas contra a ditadura. Nos anos 90, muda um pouco de figura. As forças políticas antes unidas se tensionam: Surgem um projeto neoliberal e um outro, que não chamaria socialista, mas de projeto democrático de massas. Nós estamos desse lado. Lutamos por uma universidade autônoma e democrática, que absorve o lema anterior de universidade pública, gratuita, universal e de qualidade", comentou.

Deste bloco dos anos 90, desligam-se, no ponto de vista da palestrante, os representantes da chamada "nova esquerda", que defendem o chamado "capitalismo com justiça social". "Esta fração está no governo hoje e passa a defender as bandeiras dos nossos adversários históricos, entre as quais a atual reforma. E isso tem uma ressonância interna. Há projetos que se batem no interior da universidade", constatou.

LÚCIA NEVES

> "A universidade deve ser um instrumento de construção da soberania nacional, de construção da identidade cultural, de redefinição das relações sociais de produção vigentes e protagonista da evolução histórica nacional no sentido da melhoria da qualidade de vida da população brasileira"

Promessas não cumpridas

Lúcia observou que o governo Lula prometeu, na campanha eleitoral, retirar o veto do ex-presidente Fernando Henrique ao percentual mínimo de 40% para o ensino superior público. "No entanto, os dispositivos que ele apresenta hoje no Congresso não se destinam a reforçar a educação pública. Muito pelo contrário. É o financiamento público das entidades privadas", criticou.

"Nossa cota é 100%"

A palestrante reforçou que os movimentos sociais defendem o ensino público e gratuito para todos. "Isso é o que queremos, mas a reforma universitária que está em curso tenta camuflar esse direito à educação. Tenta colocar o que é um direito em oposição à política de cotas e isso tem dividido o movimento. Nossa cota é 100%. E nós queremos condições iguais para que os estudantes das camadas populares (possam fazer os cursos)", ressaltou. "Por que não se fala em refeitórios ou em casa do estudante ou em hospital universitário prestando assistência ao estudante? A maioria dos alunos vai continuar do lado de fora da universidade", completou.

Responsabilidade

A professora lembrou que os movimentos sociais conseguiram, até o momento, impedir a implantação, na íntegra, da proposta neoliberal nas universidades públicas, "embora não tenha conseguido brecar a expansão do empresariamento da educação". Ela cobrou nova união de professores, técnico-administrativos e estudantes contra a reforma em andamento: "Estamos num momento decisivo para a universidade brasileira e para a sociedade brasileira, porque estamos tratando aqui da formação das novas gerações". A palestrante repetiu a fala de um índio canadense que ouviu no Fórum Pan-Amazônico de 2002, em Belém (PA), e que considerou muito própria para este momento da Universidade: "Nós somos responsáveis até a sétima geração, então nós temos que pensar muito antes de decidir algo".

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
REFORMA UNIVERSITÁRIA
EDIÇÃO DE 12 DE ABRIL 2004

Importantes estudiosos das políticas de educação (como os professores, Roberto Leher, Lúcia Neves, Nicholas Davies, Kátia Lima, João dos Reis, Raquel Goulart, Carlos Lima e Acácia Kuenzer), nos têm alertado: o essencial da contra-reforma do ensino superior, no âmbito das alterações jurídico-formais, já vem sendo realizado através de camuflados expedientes do executivo. Estima-se, assim, que o governo Lula não enviará ao Parlamento um projeto global de contra-reforma do ensino superior já que ele não mais é necessário para o avanço da lógica financista na educação. Todavia, isto não é original; também na América Latina, contra-reformas universitárias, semelhantes a do Brasil, já se realizaram ou estão em curso, sem que houvesse um projeto único para todas as mudanças que a compõem. A similitude encontrada nas contra-reformas nos países latino-americanos é que todas elas obedecem a um mesmo preceito global: o fim da gratuidade do ensino superior, tal como recomendam o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Em todos os países a realização se deu e se dá no tempo miúdo das alterações cotidianas; quase imperceptíveis na forma, mas profundas e fortes em seu conteúdo e em suas conseqüências: realizam-se no varejo e por meio de numerosas leis e medidas das políticas governamentais. Em nosso país, a efetivação da contra-reforma do ensino superior carece de medidas para superar e suprimir as fronteiras – legais, ideológicas e de financiamento – entre o público e o privado. Isto é, falta cumprir, estabelecer e aprovar o mecanismo, o guarda-chuva jurídico, para que as diferenças entre o público e o privado se esvaeçam, desapareçam. Mas, uma tal ação não consta de um projeto exclusivamente relativo à educação. Ele está conformado e moldado no expediente ideológico que o governo Lula denomina PPP (Contratos de Parceria Público-Privado).

A modelagem dos contratos de gestão materializa a parte final da reforma universitária ao viabilizar as **'parcerias'** no âmbito da educação, quando torna invisível e desnecessário adjetivar o público e o privado para diferenciar e atribuir a definição da responsabilidade e do caráter do oferecimento da educação em nosso país. Um 'privilegiado' exemplo da implementação das PPP é o projeto **"Universidade para Todos".** Na supressão das fronteiras do público e do privado, a universidade que o governo Lula quer impor não é a **universidade pública para todos**, é qualquer universidade! Preferencialmente a das empresas privadas de educação que em razão das crises econômicas da década de 90 não efetivaram os lucros que haviam projetado lograr e esperam ávidas pelos recursos estatais que lhes serão transferidos pela compra das 100 mil vagas já anunciadas pelo Ministro da Educação, o senhor Tarso Genro. Os textos publicados a seguir apresentam considerações de professores de universidades públicas brasileiras, empenhados na defesa da responsabilidade do Estado com o provimento da educação pública e gratuita.

PPP – Os contratos de Parceria Público-Privada

Ceci Vieira Juruá

Se a estabilização monetária sinalizou o primeiro ato do projeto de recolonização do Brasil, ensaiado no governo Collor mas com início efetivo a partir do Plano Real de FHC, quando foi deliberadamente (re) construída a vulnerabilidade externa da economia brasileira;
Se as privatizações e a Lei de Responsabilidade Fiscal constituíram os principais ingredientes do segundo ato do mesmo projeto, porque visaram especificamente colocar uma camisa-de-força nos principais instrumentos de política fiscal, promovendo ao mesmo tempo o desmonte das principais instituições vinculadas ao Estado desenvolvimentista;
Os contratos de parceria público-privada, em debate na Câmara Federal, poderiam representar o terceiro ato? a coroação de uma estratégia imperial que teria por finalidade reconduzir a economia brasileira a uma situação de dependência crônica, estrutural, de natureza semelhante àquela vigente *durante o Segundo Império e a República Velha?*[1]

No decorrer do próximo mês de março o Congresso Nacional irá apreciar o parecer do Dep. Paulo Bernardo (PT-PR) sobre Projeto de Lei (PL) que autoriza o governo federal a contratar, segundo normas específicas, parcerias público-privadas (PPPs). Apesar da premência do tempo, há um desconhecimento generalizado sobre este tema que só aparece na imprensa em pequenas notas que não permitem ao leitor desavisado tomar consciência do seu conteúdo real e, principalmente, de suas repercussões políticas e econômicas para o conjunto da sociedade brasileira. É por esta razão que decidimos colocar este assunto como objeto de nossa análise de conjuntura para março de 2004.

Neste texto apresentaremos os principais artigos do referido PL, destacando os aspectos conceituais e econômico-financeiros que nos parecem relevantes, a saber: qualificação e objeto dos contratos; sua oportunidade histórica do ponto de vista do Poder Executivo ; as modalidades propostas de financiamento dos investimentos objeto de PPPs.

Em seguida, procuraremos avançar algumas linhas de reflexão sobre uma experiência histórica de parceria público-privada já realizada no Brasil, na segunda metade do século XIX: a garantia de juros para construção do sistema ferroviário.

1-Conceituação e objeto dos contratos

Os primeiros artigos do projeto lei, transcritos a seguir, indicam que o governo poderá transferir ao setor privado a execução de uma parcela importante de suas atribuições constitucionais.

Artigo 2º- Para os fins desta Lei, considera-se contrato de parceria público-privada o acordo firmado entre a administração pública e entes privados, que estabeleça **vínculo jurídico para implantação ou gestão**, no todo ou em parte, de serviços, empreendimentos e atividades de interesse público, em que **o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem ao parceiro privado, observadas as seguintes diretrizes:**

(...)

III-indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional e do exercício do poder de polícia;

...

Artigo 3º- Podem ser objeto de parceria público-privada:

a)-a delegação, total ou parcial, da prestação ou exploração de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública;

b)-o desempenho de **atividade de competência da administração pública**, precedido ou não da execução de obra pública;

c)-a execução de obra para a administração pública;

d)-a execução de obra para sua alienação, locação ou arrendamento à administração pública

A leitura do inciso III art. 2º permite supor que **"Regular, legislar e policiar" são os únicos domínios de responsabilidade governamental aos quais ficam interditados os PPPs**. Todos os demais campos de atividade estatal, quer se trate da produção e comercialização de bens e serviços de natureza pública e coletiva, da pesquisa e do desenvolvimento tec-nológico, da defesa do meio ambiente, da conservação do patrimônio histórico e cultural, da representação externa dos interesses da Nação e do Estado, ficarão abertos à contratação de parceria público-privada, nas quais tanto o **financiamento quanto a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem ao parceiro privado** (sic).

O grau de abrangência que o projeto de lei concede aos PPPs é preocupante, do ponto de vista da economia política , pois abre a possibilidade de que sejam transferidas ao setor privado as principais decisões sobre investimentos governamentais, principalmente na ausência de um sistema de planejamento governamental capaz de sinalizar os objetivos da ação governamental e as prioridades de alocação dos recursos públicos no médio e longo prazo. Por isto, parece muito difícil crer que a parceria possa ser utilizada pelo governo para direcionar o investimento privado. Em nossa tradição o contrário é mais provável: as decisões de investimento ficarão por conta dos investidores privados que os selecionarão de acordo com seus critérios de poder de mercado e de maximização de lucros.

Se a hipótese acima estiver correta, uma pergunta que se coloca prontamente é quanto aos novos rumos e à própria natureza substantiva das políticas públicas daqui por diante. Dada a nova divisão de responsabilidades que emerge da parceria público-privada, qual será o conteúdo e o formato da políticas públicas daqui por diante?

Em primeiro lugar, é possível sinalizar o fato de que os contratos PPPs são funcionais ao abandono imediato dos objetivos de universalização dos serviços públicos e à focalização da ação governamental em programas assistenciais, destinados à população mais pobre e miserável, conforme as teses defendidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo monetário internacional. Se esta expectativa se confirmar, os PPPs poderiam ser vistos como mais um instrumento de facilitação de uma mudança bastante anunciada há duas décadas e ainda não entendida totalmente na sua inserção histórica: a adoção efetiva e institucional de um Estado mínimo liberal, em substituição ao Estado previdenciário e social que, embora incompleto, foi o grande agente da inclusão social verificada entre as décadas de 1930 e 1970. Será este o novo Pacto Social a que alguns ministros do atual governo se referem com frequência?

Em segundo lugar, esta nova divisão de responsabilidades poderia favorecer a configuração, na sociedade brasileira, de dois pólos de decisão bastante diferenciados quanto ao seu poder político e quanto à sua capacidade econômico-financeira: de um lado, o mercado (direcionado pelo grande capital nacional e internacional), que deverá se incumbir do atendimento das demandas dos segmentos médios e ricos, e, de outro lado, o Estado provedor de programas assistenciais. Este risco, que nos parece real, assume proporções maiores quando analisamos a justificativa apresentada, pelo governo, para a adoção dos PPPs e as formas indicadas para o seu financiamento, como faremos a seguir.

2-Justificativa dos PPPs

Os argumentos desenvolvidos pelo governo

na Exposição de Motivos (EM) que acompanhou o projeto de lei são pouco convincentes, pois dizem respeito apenas "à falta de disponibilidade de recursos financeiros e aproveitamento da eficiência de gestão do setor privado". Além disso, a EM justifica o sistema PPP como "uma alternativa indispensável para o crescimento econômico...".

A tese de fragilidade financeira do Estado é muito discutível em países que, como o Brasil, estão sujeitos ao modelo de acumulação rentista no qual o déficit e a dívida pública são absolutamente funcionais às necessidades do grande capital. Neste modelo, efetivamente, o papel central do Estado é oferecer um campo propício e rentável aos investimentos e aplicações privadas, à massa crescente de liquidez que se acumula em mãos particulares, por força dos mecanismos institucionais de concentração de renda e de expropriação dos patrimônios e direitos individuais da maioria da população.

De fato, na acumulação rentista, a ação dos mercados permite expropriar, legalmente, os ativos individuais e coletivos; foi o que ocorreu com as privatizações desnacionalizantes nos países periféricos, quando os ativos estatais foram transferidos por meios legais para os grandes oligopólios internacionais; na sequência, aquele fato viabilizou a transferência de rendas individuais para o grande capital monopolista, por intermédio de tarifas abusivas e incompatíveis com a renda dos usuários dos serviços públicos.

Na verdade, no caso brasileiro, como é possível admitir falta de recursos financeiros em um governo que remunera os títulos de sua dívida com uma taxa real de juros que se situa entre as maiores do mundo? Por isto a dívida mobiliária federal interna, no Brasil, passou de 650 para R$ 737 bilhões no curto espaço de dez meses, entre março de 2003 e janeiro de 2004 (dados do BC e STN retirados do jornal Valor, pág C1, de 19 de fevereiro de 2004) PÉ DE PÁGINA. O acréscimo de R$ 87 bilhões na dívida pública significa um aumento superior a R$ 13 bilhões no fluxo anual de juros, quantia mais do que suficiente para um programa substancial de melhoria das escolas públicas ou de reconstrução dos hospitais, por exemplo.

O aumento assinalado acima na dívida pública, de R$ 87 bilhões em dez meses, é também muito maior do que as necessidades estimadas, pelo próprio governo, para investimento no setor produtivo. Ao comentar as possibilidades de parceria com a PREVI, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento disse: "Se eles (PREVI) vierem com 20% a 30% dos **R$ 50 bilhões por ano que a gente precisa**, já está de bom tamanho" (revista Conjuntura Econômica de outubro de 2003, p. 31).

Constata-se, mais uma vez, que é o pagamento de juros a taxas oligopólicas, em cima de uma dívida pública construída por mecanismos financeiros irresponsáveis (títulos indexados ao câmbio, por exemplo), sem vinculação com as finalidades de crescimento econômico, que torna o Estado um agente social falido e refém do grande capital. É por isto que o governo brasileiro não tem recursos para o desempenho de suas funções estratégicas e sociais, argumento central na concepção das parcerias público-privadas!

Apesar desta fragilidade e da incapacidade financeira do Estado, favorecidas pela política monetária adotada a partir do Plano Real, o governo tem conseguido esbanjar generosidade na concessão de privilégios orçamentários a projetos privados. A imprensa noticiou, por exemplo, que os incentivos fiscais concedidos à fábrica da General Motors, em Gravataí (RS), já ascendem a um montante acumulado de quase R$ 300 milhões em ICMS não recolhido desde o início do contrato, em 1999.

Ainda há poucos dias fomos também informados de que, nos próximos dois anos, haverá redução de 50% no imposto de importação incidente sobre compras de máquinas e equipamentos para a indústria e a produção sem similares nacionais. No caso de bens de capital não produzidos em país algum do Mercosul, o imposto de importação poderá ser zerado.

Por outro lado, o argumento de que a gestão privada é mais eficiente do que a gestão pública não é uma justificativa consistente depois dos sucessivos escândalos e fraudes contábeis-financeiras praticadas por grandes empresas do setor privado, dos quais a Parmalat é apenas o exemplo mais recente. Nunca é demais lembrar o caso da Enron cujo colapso "custou a investidores US$ 68 bilhões em valor de mercado" (jornal Valor de 20 de fevereiro de 2004, página A22), em decorrência de manipulações contábeis e no preço das ações, conforme a imprensa tem noticiado.

Paradoxal no entanto, na proposta de PPPs, é que o mesmo governo que se considera desprovido de recursos financeiros suficientes para cumprir suas atribuições constitucionais, apresenta-se ao setor privado, e à sociedade, como um parceiro que poderá assumir o resgate das dívidas contraídas pelo setor privado para operacionalização dos contratos de parceria, conforme indicamos na sequência.

3-Financiamento e garantias dos contratos

Embora financiados e explorados pela iniciativa privada, o projeto de lei admite que, no caso de concessões e permissões de serviço público, **o governo poderá arcar, total ou parcialmente, com os custos do investimento e com a remuneração esperada pelos investidores**, pois:

Artigo 3º-

Parágrafo 2º-Nas concessões e permissões de serviço público, a administração pública poderá oferecer ao parceiro privado contraprestação adicional à tarifa cobrado do usuário, ou, em casos justificados, arcar integralmente com sua remuneração.

Adicionalmente, as modalidades previstas para os pagamentos a cargo do governo são bastante elásticas. Além do dinheiro e da cessão de créditos não tributários, a contraprestação de responsabilidade do governo poderá envolver a outorga de direitos, abrindo ao mesmo tempo a perspectiva de uma remuneração variável para o parceiro privado, segundo fórmulas contratuais paramétricas ou vinculadas aos padrões de desempenho estipulados em contrato:

Art.5o – A contraprestação da AP nos contratos PPP poderá ser feita por:

1-pagamento em dinheiro

2-cessão de créditos não tributários (?)

3-outorga de direitos em face da AP

4-**outorga de direitos sobre bens públicos**; ou

5-outros meios admitidos em lei

(...)

Par.2o- Os contratos previstos nesta Lei poderão ter prever o pagamento ao parceiro privado de **remuneração variável vinculada ao seu desempenho** na execução do contrato, conforme metas...

Como não imaginar que a cobiça internacional sobre rios e florestas, por exemplo, ou ainda sobre recursos minerais e energéticos, possa se aproveitar desse tipo de contrato para garantir o usufruto de nossas riquezas naturais por um longo e longo período de tempo, a título de contraprestação dos contratos de parceria?

Na parte relativa às garantias, fica ainda mais clara a postura servil do governo perante o capital. Deste, nada se exige. Do governo são exigidas garantias relativamente não às suas dívidas nem aos seus débitos atuais, mas **garantias de que o governo assumirá o risco dos compromissos firmados pelo setor privado**. Em outras palavras, as sociedades de propósito específico que serão constituídas para parceria com o governo poderão assumir empréstimos junto a instituições financeiras e repassar ao governo a responsabilidade pelo resgate dessas operações. É o que se entende nos artigos transcritos abaixo:

Art.6o – Observadas a legislação pertinente e a responsabilidade fiscal, em particular, quando for o caso, o art 40 da Lei 101, fica a AP autorizada a conceder **garantias para o cumprimento das obrigações assumidas pelo parceiro privado** em decorrência de contratos PPP.

Art. 7o – O contrato poderá prever que os empenhos relativos às con-traprestações devidas pela AP possam ser liquidados **em favor da instituição que financiou o objeto de parceria** como garantia do cumprimento das condições de financiamento.

(...)

Art. 8o – Para o cumprimento das condições de pagamento originárias dos contratos administrativos decorrentes de PPP será admitida a **vinculação de receitas e instituição ou utilização de fundos especiais**....

Para complementar, e baseando-se mais uma vez no ambiente de escassez de recursos públicos, o governo propõe a adoção de um Fundo Fiduciário constituído não apenas por recursos orçamentários, mas por títulos representativos de ativos de propriedade coletiva e/ou nacional, designados simplesmente por bens móveis e imóveis. Será que, efetivamente, o governo está oferecendo a possibilidade de garantir sua contraprestação nas parcerias não apenas em ações das empresas estatais, mas também com a transferência dos bens que a Constituição Federal considera como bens da União? Será esta uma possibilidade real aberta pelo projeto de lei no seu artigo 9º?

Art. 9o – Para concessão de garantia adicional ao cumprimento das obrigações assumidas pela AP fica a União autorizada a integralizar recursos, na forma que dispuser ato do Poder Excutivo, em Fundo Fiduciário de Incentivo às PPP criado por instituição financeira.

Par. 1o – A integralização poderá ser realizada com os seguintes recursos públicos:

I-dotações e créditos adicionais

II-transferência de ativos não financeiros; e

III-transferência de bens móveis e imóveis, observado o disposto em lei

Par. 2º – A integralização de recurso no Fundo Fiduciário mediante a transferência de ações de companhias estatais ou controladas pla AP, nos termos do inciso 2º, par. 1º, não poderá acarretar perda do controle acionário pela União.

Par. 3º – Estados, Municípios e o DF poderão, mediante lei específica, autorizar a integralização de fundos fiduciários com as caraterísticas referidas neste artigo.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

.....

Adicionalmente, no projeto de lei encaminhado há ainda a questão dos tribunais de arbitragem, tão ao gosto do capital privado porque permite que os conflitos surgidos da interpretação dos contratos escapem à ação do Poder Judiciário formal e sejam levados a um pequeno e seleto grupo de tres juízes acordados pelas partes em conflito!

É curioso que os formuladores deste projeto não tenham se debruçado sobre os resultados de uma experiência de parceria entre o setor público e o grande capital, desenvolvida a partir da segunda metade do século XIX para construção de ferrovias e de portos. Naquele tempo, como agora, a parceria operou como um elemento de mediação social religando os interesses políticos do Estado e os interesses financeiros do capital, enquanto o orçamento público e a dívida pública operavam como espaços privilegiados para a socialização dos custos da acumulação privada. Este será nosso próximo e último ponto de reflexão sobre as parcerias público-privadas e sobre a inquietação que este assunto desperta em matéria de soberania nacional e de autonomia do Estado brasileiro.

5-O sistema de garantia de juros

Na segunda metade do século XIX, ferrovias e portos foram construídos com base em um sistema de parceria público-privada que assegurava retorno atraente ao capital privado, nacional ou estrangeiro, investido nessas atividades. Esse sistema ficou conhecido como de garantia de juros embora, no caso das estradas de ferro, fossem "inúmeros os favores concedidos às companhias construtoras de ferrovias. O mais importante de todos era a própria garantia de juros sobre o custo da estrada"[2]. Uma diferença importante entre portos e ferrovias é que o custo dos favores governamentais era coberto por taxa específica no caso dos portos, enquanto o gasto orçamentário resultante dos juros garantidos às ferrovias "produziu uma verdadeira drenagem dos cofres públicos" (IBID)

O sistema de garantia de juros viabilizou uma estreita convergência entre as necessidades e os interesses do capital e aqueles do governo imperial, e viabilizou a montagem da infraestrutura requerida pela economia agro-exportadora. Do ponto de vista do capital (donos de terras, exportadores e financistas ingleses), a construção de ferrovias com juros garantidos permitia aumentar a rentabilidade dos produtos destinados a exportação, incorporar à produção terras novas e mais distantes, ampliar a demanda por material ferroviário inglês e por empréstimos externos. Da ótica do Estado, o sistema poderia ajudar na colonização e ocupação de terras e no aumento da receita tributária dependente dos impostos sobre o comércio exterior. Graças à convergência resultante de interesses públicos e privados, consideramos que **este sistema de garantia de juros funcionou como elemento de mediação social na construção de um modo de regulação social fundamentado na monocultura exportadora e na dependência externa colonial.**

Dentre os agentes beneficiados pela garantia de juros, aparecem em primeiro lugar os financistas ingleses. Enquanto até 1852 apenas quatro empréstimos públicos externos haviam sido contratados, no valor de 2,5 milhões de libras esterlinas, entre 1858 e 1889 "o Brasil contratará, na Inglaterra, mais onze empréstimos, num valor global de uns 60 milhões de libras"[3].Esses empréstimos destinaram-se majoritariamente, por um lado à construção de ferrovias federais, por outro lado à cobertura dos déficits orçamentários provocados, justamente, pelo sistema de garantia de juros. Em razão dos empréstimos ingleses, a República já nasceu com uma dívida externa de 50 milhões de libras, cerca de duas vezes o valor anual das exportações e dez vezes o saldo comercial da balança de pagamentos, nasceu dependente em decorrência da vulnerabilidade externa construída pelo endividamento público desproporcional aos recursos nacionais e pelo papel estratégico ocupado pelos financistas internacionais no equilíbrio das contas públicas.

Em segundo lugar, foram beneficiados pela garantia de juros os agentes envolvidos com a produção e a comercialização principalmente de café, mas também de outros produtos secundários na reduzida pauta brasileira de exportações daquela época, a exportação de café tendo sido mais do que duplicada entre as décadas de 1850 e 1880. Caio Prado Jr nota que "o café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país...os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira" (IBID: p.171)

É necessário observar que o dinamismo esperado da economia agro-exportadora funcionava ainda como elemento de construção de expectativas sobre a geração futura de divisas e de receitas públicas sobre o comércio exterior. Sobre essas duas expectativas é que se constrói o endividamento público interno e externo que levou à primeira moratória da dívida externa, em 1898. A dívida pública foi uma forma específica de ampliar os recursos públicos sem aumento dos tributos sobre a classe dominante proprietária da terra e sobre seus parceiros internacionais, além de constituir um campo privilegiado de aplicações seguras e rentáveis para as massas ociosas de liquidez. Era o sistema de acumulação rentista em formação, vigente do Segundo Império até a Revolução de 1930.

As condições favoráveis de exploração ferroviária com garantia de juros permitiram que esta atividade fosse sistematicamente deficitária, à exceção do trecho estratégico Santos/Jundiaí concedido à inglesa São Paulo Railways. Por isto, Anibal Villela[4] considerou que a garantia de juros facilitou a ineficiência, pois "com renda anual garantida, as empresas não se preocupavam em escolher traçados econômicos em termos operacionais...as concessões muitas vezes eram dadas como favores a pessoas influentes..."(IBID. pp. 331 e 395). Também Ana Célia Castro registra que "era um grande negócio, para nacionais e estrangeiros, construir estradas de ferro no Brasil" e acrescenta que a contribuição do capital estrangeiro "na construção dos caminhos de ferro da região mais dinâmica foi menor, sua importância cresce à medida que nos deslocamos no sentido norte, para as ferrovias do açúcar, e no sentido sul, para as de integração" (op cit, pp 47 e 51)

Em um dos mais brilhantes ensaios sobre aquele período, Francisco de Oliveira[5] nota que "a burguesia transforma-se em oligarquia anti-burguesa... o mecanismo determinante de todo o movimento reside na subordinação de toda a economia à forma de produção de valor da economia agro-exportadora e seu xipófago, a in-termediação comercial e financeira externa... o Estado perde a autonomia de um ente separado das classes sociais dominantes... [e] de Estado liberal transforma-se em Estado oligárquico... a intermediação comercial e financeira externa não é um acaso, ela é a relação ... [e] seu nome é imperialismo..." (p. 412)

A leitura dos parágrafos acima nos permite vislumbrar a estreita associação que ocorreu, efetivamente, entre o sistema de garantia de juros e alguns dos grandes problemas estruturais da sociedade brasileira, dentre os quais destaco: o latifúndio, a política oligárquica e a dependência externa. É uma lição histórica que merece ser recuperada e bem entendida antes de ingressarmos em outra experiência de parceria público-privada que, uma vez mais, deverá ser efusivamente recebida pelos financistas internacionais e por seus parceiros nacionais, pois é um sistema que vai garantir, novamente, aplicação segura e rentável à massa de capitais privados ociosos em busca de refúgios aprazíveis.

[1] JURUA Ceci, palestra apresentada no Instituto de Economia da UFRJ, em julho de 2002.

[2] CASTRO Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Zahar Editores, 1978.

[3] PRADO JÚNIOR Caio. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense, 1965 (9ª edição)

[4] VILLELA Anníbal V. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. IPEA, Série monográfica número 10.

[5] OLIVEIRA Francisco de. "A emergência do modo de produção de mercadorias: Uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil", in *História Geral da Civilização Brasileira* (sob a direção de Bóris Fausto, período republicano), vol. III, 1. BCD União de Editoras S.A., 1997 (6ª edição).

Este texto foi divulgado no sítio do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj (www.lpp-uerj.net).

Renúncia fiscal para as IES privadas: onde o pau não vai comer

Nicholas Davies

As recentes idéias de renúncia fiscal do governo em troca de vagas para alunos "carentes" nas faculdades privadas, lançadas pelo Ministro Tarso Genro, não são casuais nem podem ser vistas isoladamente. Devem ser situadas dentro do contexto maior das políticas prioritárias do governo Lula, que têm sido até agora a geração de superávit fiscal para pagar os juros da dívida externa e interna e, assim, atender aos capitalistas financeiros externos e internos, em nada diferindo do governo FHC. Em vista dessa prioridade, não surpreende a obsessão de congelamento ou redução dos gastos sociais (porém não os financeiros!) por parte do governo Lula e, portanto, a busca ou a intensificação de parcerias com o setor privado em todas as áreas, inclusive na educacional, como a renúncia fiscal e a proposta de fim da gratuidade do ensino superior público. A seguir examinamos algumas dessas idéias ou medidas, inclusive a renúncia fiscal prevista no programa Universidade para "Todos".

Em primeiro lugar, é bom frisar que o programa do governo na campanha eleitoral ("Uma escola para todos", acessível em www.pt.org.br) era bastante vago na questão do financiamento federal da educação pública. Não prometia aumentar os gastos em educação, mas apenas "re-examinar os vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação" (Lei 10.172) aprovado em janeiro de 2001, o que, de qualquer maneira, seria medida modesta (o principal veto foi o que previa a aplicação de 7% do PIB em educação ao final dos 10 anos do Plano) e em desacordo com a proposta do Plano elaborado por entidades de trabalhadores da educação no II Coned (Congresso Nacional de Educação), em Belo Horizonte, em novembro de 1997, que previa 10% do PIB. Entretanto, já se passaram muitos meses desde a posse do governo e até hoje ele não derrubou tais vetos nem sinalizou que o faria, provavelmente porque isso prejudicaria a obtenção dos 4,25% de superávit primário.

O programa também criticava o governo FHC por não ter cumprido os dispositivos

da Lei 9.424, do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), relativos ao cálculo do valor mínimo anual por matrícula no ensino fundamental e, portanto, à complementação federal devida aos Fundefs estaduais. Porém, em 2003 e 2004 o governo Lula continuou descumprindo o critério deste cálculo, apesar de ter instituído um grupo de trabalho para o estudo do valor mínimo, que reconheceu a ilegalidade praticada pelo governo federal. A conseqüência é que ele deixou de complementar com mais de R$ 3 bilhões para o Fundef em 2003 e deixará de fazê-lo com outro tanto em 2004, totalizando no mínimo R$ 6 bilhões de complementação federal devida porém não realizada só nos dois primeiros anos do governo Lula. É este descumprimento do cálculo da complementação federal que justifica um forte ceticismo em relação à implantação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública e de Valorização dos Profissionais da Educação), a panacéia apresentada pelo PT como solução para os males do Fundef. Ora, o Fundeb, que tramita como a Proposta de Emenda Constitucional 112 desde setembro de 1999, irá exigir do governo federal um volume muito maior de recursos do que ele atualmente gasta, para garantir um custo-aluno-qualidade em todos os níveis e modalidades da educação básica. Por isso, é pouco provável que ele seja implantado no atual governo ou nos moldes previstos pela PEC 112. Se ele fosse tão importante, o governo federal teria dedicado a ele o mesmo empenho que teve para aprovar as "reformas" da previdência e tributária, em 2003.

A "reforma" tributária, aprovada pela Emenda Constitucional 42, em 19/12/03, é outra medida prejudicial à educação e não pode ser atribuída à conveniente "herança maldita" deixada pelo governo FHC, pois desvincula 20% dos 18% de impostos que o governo federal é obrigado a aplicar em manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 2003, isso significou cerca de R$ 4,5 bilhões a menos do legalmente devido e, para os anos seguintes, podemos prever no mínimo outro tanto cada ano, isso se o "espetáculo do crescimento" não continuar sendo o da recessão. O prejuízo para a educação teria sido maior se a proposta original da PEC 42 tivesse sido aprovada, uma vez que previa também a desvinculação de 20% do salário-educação (cerca de R$ 700 milhões), ou seja, o governo iria embolsar esses recursos para usar como quisesse. Uma compensação parcial, no entanto, foi conseguida através da Lei 10.832, de 29/12/03, que, ao reter 10% do salário-educação no FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), aumentou de 33% para 40% a quota federal a partir de 2004, reduzindo, em conseqüência, a quota estadual de 66% para 60%. É verdade que esta lei corrigiu uma distorção ao repassar diretamente aos municípios a parcela do salário-educação correspondente ao número de matrículas que têm no ensino fundamental, evitando que dependessem de regulamentação por lei estadual (dificultada ou impedida por vários governos estaduais) e que dividissem com os governos estaduais apenas 50% da quota estadual, conforme previsto na Lei 9.766, de dezembro de 1998.

A diminuição da responsabilidade federal com a educação, em particular com a educação superior, e o incentivo à participação do setor privado ficaram claras em outras medidas também. O orçamento federal para a educação em 2004, por exemplo, representa uma redução de 13,4% em termos reais, segundo crítica de deputados do PT ligados à educação (*Folha de São Paulo*, 12/11/03). É verdade que o programa de governo ("Uma escola para todos") não assumiu nenhum compromisso de aumentar as verbas da educação para o setor público. Outra medida foi a defesa do fim da gratuidade do ensino superior público, com a proposta de cobrança dos ex-alunos de instituições públicas após a conclusão do curso, feita pelo então Ministro Cristóvam Buarque no primeiro semestre de 2003. Essa proposta, que nada tem de nova na história da educação brasileira, ganhou um reforço com o documento do Ministério da Fazenda que, divulgado em novembro, criticava a "injustiça social" na composição estudantil das universidades federais, por estas serem freqüentadas por estudantes da elite e, portanto, em condições de pagar faculdade. Toda esta farsa da "injustiça social" (curiosamente, o Ministério da Fazenda não enxerga injustiça social nos juros altos pagos aos banqueiros tupiniquins e estrangeiros) foi para o palco legislativo logo a seguir, em dezembro, com a PEC 217, da deputada federal Selma Schöns, do PT do Paraná, que prevê, entre outras coisas, a cobrança de ex-estudantes de universidades públicas com remuneração acima de um piso. Além dessas medidas e da continuação do arrocho salarial de grande parte dos servidores federais em 2004, o futuro das universidades federais, em vista de declarações recentes de autoridades federais, não parece promissor se os que nela trabalham não reagirem em aliança com outros servidores e trabalhadores de outros setores. José Dirceu, chefe da Casa Civil, declarou em dezembro que o "pau iria comer" nas universidades públicas, promovendo uma "revolução", supostamente para evitar que elas fossem superadas pelas privadas (*Folha de São Paulo*, 5/12/03). No entanto, é mais provável que tal superação aconteça pela compressão dos gastos das federais, por iniciativas como a renúncia fiscal proposta por Tarso Genro, pelas bilionárias e antigas isenções fiscais e previdenciárias de que gozam as instituições educacionais privadas e cujos privilégios até hoje não foram alvo de qualquer medida legislativa do governo Lula (que foi bastante ágil para combater os "privilégios" dos servidores públicos através da reforma da previdência) e financiamento público às instituições privadas (FIES). José Dirceu não explicou bem o que queria dizer com o "pau vai comer", mas certamente boa coisa não era nem é, sobretudo porque o seu chefe, o metalúrgico de mais de 20 anos atrás, Lula, declarou, para justificar a nomeação de Tarso Genro, que não queria um acadêmico para fazer a reforma universitária.

Nas privadas, no entanto, é pouco provável que o "pau vá comer", embora nelas o padrão de qualidade esteja longe do ideal para capacitar o Brasil para a "competitividade e excelência supostamente necessárias para enfrentar os desafios da globalização atual" (*sic*), conforme mostrou o Provão nos últimos anos e as denúncias de entidades como a OAB. Ao contrário. O FIES (financiamento ao estudante do ensino superior privado) cresceu significativamente este ano, com previsão de R$ 871 milhões. No caso do antigo Creduc (Crédito Educativo), antecessor do FIES e que existiu até abril de 1999, o governo permitiu, através da Medida Provisória 141, de 1°/12/03, uma negociação entre a Caixa Econômica Federal e os inadimplentes que resultarão num desconto significativo da dívida, estimada em cerca de R$ 2 bilhões em 2003. Em outras palavras, mais uma vez o prejuízo será socializado, pois o dinheiro público que financiou as mensalidades em faculdades particulares não voltará aos cofres públicos. Além disso, as escolas privadas continuam sendo beneficiadas com uma série de isenções fiscais (para todas que se definam como sem fins lucrativos) e previdenciárias (só para as declaradas filantrópicas), de incentivos dados pelo governo federal e governos estaduais e pelo controle privado de órgãos como os Conselhos de Educação, responsáveis pela autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições e que, juntamente com outros fatores, explicam a astronômica expansão do ensino superior privado nos anos 90.

Como se não bastassem todos esses privilégios, o governo federal resolveu oferecer mais um, com um verniz democratizante, pois se intitula Universidade para Todos, que ainda não é uma proposta bem definida e detalhada, mas apenas uma idéia de renúncia fiscal pelo governo em troca de vagas ociosas em instituições privadas, reservadas, segundo a página do MEC, a estudantes e professores da rede pública e beneficiários da política de cotas e portadores de necessidades especiais. A meta é oferecer 100 mil vagas em 2004 e 400 mil até 2006, oferecidas por vários tipos de instituições privadas em troca de renúncia fiscal pelo governo federal: as com fins lucrativos, as registradas como sem fins lucrativos, e as que se apresentam com o disfarce de filantrópicas, que poderiam assim sair da ilegalidade, segundo o Ministro Tarso Genro, que apontou ainda diversas vantagens para essa troca: (1) as privadas resolveriam o problema que enfrentam de vagas ociosas, que seria de 37,5%, segundo o Programa; (2) é mais barato para o governo comprar tais vagas nas privadas do que investir nas públicas - R$ 50 milhões de renúncia fiscal garantem 100 mil vagas nas privadas, ao passo que para conseguir este número nas públicas seriam necessários R$ 350 milhões; (3) as vagas nas privadas seriam conseguidas imediatamente, ao passo que nas públicas isso levaria muito mais tempo. Até o início de março de 2004 essa idéia do Ministro não havia sido formalizada como proposta, porém já teria recebido uma acolhida favorável de entidades representativas do setor privado, como a Abruc (Associação Brasileira de Universidades Comunitárias) e Anup (Associação Nacional de Universidades Particulares), embora com uma ou outra ressalva, como a de que a idéia ainda está "confusa", como reconhece inclusive o ex-ministro Cristóvam Buarque em declaração recente.

É interessante notar a sensibilidade de Tarso Genro para a ociosidade das privadas, que vêm enfrentando também inadimplência superior a 30%, segundo o noticiário dos últimos meses. Como se um ministro tivesse que estar preocupado com o problema das privadas! Com relação ao suposto custo menor de geração de vagas nas privadas do que nas públicas, é sempre bom lembrar que as públicas realizam atividades (pesquisa, atendimento médico em hospitais universitários, por exemplo) que, justamente por serem mais dispendiosas, não atraem o interesse da imensa maioria das privadas, que preferem se concentrar apenas no ensino, atividade mais econômica e industrializável. Portanto, se é verdade que o custo para criar uma vaga nas públicas é maior, é preciso ter em conta estes e muitos outros fatores, convenientemente não captado por um raciocínio puramente economicista e influenciado pela perspectiva neoliberal de contenção de gastos sociais. Mais grave, no entanto, é o Ministro não reconhecer a educação pública (em todos os níveis) como um direito da cidadania, que não deve estar sujeito nem à lógica do mercado totalmente livre, sem a ação do Estado, nem à lógica assistencialista/economicista/neoliberal do Estado, que parece inspirar a idéia de renúncia fiscal em troca de vagas para grupos "socialmente desfavorecidos" em instituições privadas, supostamente mais baratas do que as públicas.

Ao contrário do slogan vazio e populista "Universidade para todos", essa medida não se destina a todos, sendo típica da perspectiva neoliberal de focalização dos gastos públicos em grupos supostamente mais carentes, e não de sua universalização. Também é neoliberal ao reduzir a educação e os serviços públicos apenas ao seu aspecto econômico e, pior, economicista, transferindo-a para o setor privado. Também é neoliberal por omitir o papel do Estado na oferta direta de educação. Diante disso, não podemos ter expectativa favorável da proposta de reforma universitária que o governo vai tentar aprovar a todo custo este ano (depois das eleições municipais!).

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense

Fonte: página do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (www.andes.org.be/forum.htm).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 129 • 29 de março de 2004

Assembléia Geral

12 abril segunda-feira 13:30

Auditório do CFCH

(campus da Praia Vermelha)

Pauta

1) Eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
2) Indicação do professor Salatiel Menezes dos Santos para compor a Diretoria da Adufrj-SSind
3) Campanha salarial
4) Atos e paralisação em 14 de abril
5) Eleição de delegados para a plenária de servidores federais de 18 de abril
6) Reforma universitária

Reunião do Conselho de Representantes

29/03 segunda-feira **15h às 18h**

Sede da Adufrj-SSind

(CT, Bloco D, sala 200)

Pauta:

1) Avaliação e encaminhamentos do 23º Congresso do Andes-SN
2) Campanha Salarial
3) Reforma Universitária

Reuniões de Unidades

30 de março a 7 de abril

Pauta:

1) Avaliação de conjuntura
2) Campanha salarial
3) Atos e paralisação em 14 de abril
4) Reforma universitária

Debate

Que Universidade queremos?

com Lúcia Neves

Professora da Faculdade de Educação da UFF

6/04 terça-feira **12h**

Sala 220, Bloco D, Centro de Tecnologia Ilha do Fundão

Manuella Soares

MAIS DE 200 ESTUDANTES LOTAM A SALA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA, DIA 25/03

Estudantes conseguem afastamento de diretor do Direito

Em tempo: no fechamento desta edição (26/03), a reportagem da Adufrj-SSind tomou conhecimento do afastamento temporário do professor Armênio Cruz da direção da Faculdade de Direito. A portaria nº 1209 que instaurou a comissão, com os professores José Roberto Lapa e Silva (Medicina), Aquilino Senra Martinez (Coppe) e Milton Roedel Salles (Instituto de Química), foi publicada em boletim extraordinário na sexta-feira (26/03). No mesmo documento, fica determinado que o decano do CCJE, professor Alcino Câmara Neto, vai responder pela direção da Unidade pelo período de 60 dias, prazo dado para as atividades da comissão.

A notícia da portaria foi dada pelo reitor em pessoa, que compareceu à faculdade no início da noite de sexta-feira. Aloisio falou à reportagem do jornal que espera, a partir de agora, recuperar as melhores condições acadêmicas do curso de Direito.

Fernanda Maciel, diretora do CACO e aluna do 4º período, comentou que a portaria foi recebida com muita alegria pelos estudantes, sem perder de vista que a vitória ainda não é completa enquanto não saírem os resultados da comissão. Ela observou que os alunos farão uma lavagem simbólica das escadarias do prédio da Faculdade, nesta segunda-feira, em horário ainda não confirmado. A estudante creditou o momento de felicidade que o corpo discente vivia naquela noite à luta que começou há cerca de 30 anos pela normalidade acadêmica da Unidade. “Inclusive, há muitos veteranos comemorando aqui”, disse.

Movimento

Fórum estadual prepara para o 5º Coned

Começam a surgir as primeiras iniciativas do Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública do Rio de Janeiro. Em reunião no último dia 23, na Uerj, os representantes das entidades que integram o grupo decidiram promover seminários preparatórios em todo o estado com vistas ao Congresso Nacional de Educação (Coned), que será realizado em Recife (PE), entre 2 e 5 de maio.

Vale lembrar que o Coned é a instância deliberativa máxima do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública. Organizado para atuar na constituinte, este Fórum foi responsável pelas principais conquistas que os setores sociais, comprometidos com essa concepção de educação - conseguiram inserir na Constituição Federal de 1988. Teve papel decisivo na construção do Projeto da LDB (PL nº 1.258/88), que, embora tenha sido a expressão dos anseios da sociedade brasileira, foi substituído por outro, no Senado, elaborado e aprovado à revelia da sociedade, dando origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor. Foi o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que, antecipando-se ao Governo Federal, apresentou, em 1998, ao Congresso Nacional (Câmara dos Deputados) o PL 4155/98: Plano Nacional de Educação Proposta da Sociedade Brasileira.

Plenária debate no Rio

O Fórum Estadual deve organizar eventos em diversas regiões do Rio até 24 de abril e, na capital, existe a previsão de um debate no dia 19 do próximo mês, na Uerj. O objetivo dessa preparação é conseguir uma discussão a mais ampla possível dos temas listados para o Coned ("Organização da Educação Nacional", "Gestão Democrática da Educação", "Financiamento da Educação" e "Trabalhadores e trabalhadoras da Educação"). Em seguida, no dia 27/4, seria realizada uma espécie de plenária do Rio para finalizar as contribuições do estado para o Congresso, em maio próximo.

Composição da secretaria

Ainda na última reunião, ficaram definidas as entidades que vão compor a Secretaria-Executiva do Fórum. Para contemplar todas as solicitações, passou-se de cinco para seis o número de integrantes da Secretaria-Executiva, que ficou sob a responsabilidade da Aduff-SSind, da Seção Sindical no Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (Sindcefeteq), de um representante dos DCEs, do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), do Centro de Ações Comunitárias (Cedac), e da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro (Feteerj).

Próxima reunião do Fórum

Para estruturar os seminários preparatórios e a plenária do dia 27, ficou agendada a próxima reunião do fórum estadual para esta quarta-feira, 31/03, às 15h, na sala 12050 da Faculdade de Educação da Uerj.

Agenda Sindical

29/03 – Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência
Sintrasef, às 18h

31/03 - Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
Faculdade de Educação da Uerj, na sala 12050, no 12º andar, às 15h

1º/4 – Lançamento da Campanha Salarial nos estados

14/4 – Dia Nacional em Defesa da Universidade Pública e Gratuita
- Com paralisação de 24 horas e atos públicos nos estados

14 e 15/4 - 13ª Plenária Social Nacional sobre a ALCA
São Paulo (SP)

16/04 – Reunião do GT Política de Formação Sindical
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

16/04 – Reunião do GT Seguridade Social do Andes-SN
Brasília (DF) *– na sede da CNESF*

16/4 e 17/4 – Plenárias Setoriais dos SPF

17/04 – Reunião do GT Comunicação & Artes do Andes-SN
Brasília (DF) *– Sede do Andes-SN*

18/4 – Plenária Nacional dos SPF

2 a 5/05 - V Congresso Nacional de Educação
Recife (PE)

18 e 19/5 – Eleições para a Diretoria do Andes-SN

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Cartas

Macumba deixa centro de excelência incomunicável por duas semanas

Caixas de e-mails infestadas por vírus já são comuns em algumas unidades da UFRJ. Mas, quem diria, um despacho de macumba deixar um centro de excelência incomunicável... aí é demais. A situação absurda começou na semana passada, mas somente após alguns dias sem comunicação externa por telefone ou e-mail é que a comunidade do Centro de Ciências da Saúde, CCS, que abriga dois programas de pós-graduação com nota 7 na avaliação da CAPES, foram informados da causa: algum devoto fervoroso de Xangô acendeu velas próximo demais de uma caixa por onde passavam os cabos que ligam o CCS ao resto do mundo. Pronto, estava feito o milagre! Brincadeiras à parte, e com todo o respeito aos seguidores e simpatizantes dos cultos de Umbanda, o fato é que já são mais de dez dias sem comunicação, o que revela a situação precária em que se encontra a estrutura da UFRJ, tanto física (comprovada pela suscetibilidade dos fios da rede), quanto organizacional. Alias, aproveitamos para lembrar que em dois retornos para acesso ao CCS há grandes buracos, verdadeiras crateras na pista, há meses esquecidos por quem deve tapá-los e certamente fazendo os usuários dos ônibus sacolejarem mais que o normal... A maior das IFES é, sem dúvida, termômetro do tratamento dispensado pelo governo ao ensino superior no Brasil.

Associação dos Pós- Graduandos da UFRJ

MST

Libertados os presos políticos do MST no Pará

A página eletrônica do MST (www.mst.org.br) noticiou, em 17/3, que, depois de quatro meses presos, seis Sem Terra do Pará conquistaram a liberdade. Os trabalhadores foram detidos em 6 de novembro de 2003 durante a ocupação da Fazenda Mutambá, latifúndio onde, inclusive, foi encontrado trabalho escravo.

Após muita pressão de diversos órgãos de proteção aos direitos humanos sobre o Ministério Público, a promotora do caso cedeu e opinou pela soltura dos presos, o que foi acatado pela juíza da Vara Agrária.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião

Pela expansão da educação superior

Pela valorização da educação superior como bem público

A Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) reafirma sua Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Educação Superior, apresentada em agosto de 2003 ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como forma de atendimento da legítima demanda da sociedade pela ampliação qualificada das oportunidades de acesso à educação superior, e manifesta-se contrária à implementação do programa de 'compra de vagas' anunciado pelo Ministério da Educação:

1. Em todas as partes do mundo, a riqueza econômica e cultural das nações depende do valor de sua educação superior. A educação superior é bem público, não está a serviço das elites econômicas, não beneficia somente aquele que obtém um diploma. Por isso, ao formar professores, pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas, ao produzir e divulgar o conhecimento, ao abrigar e desenvolver as ciências, as tecnologias, as humanidades e as artes, ao contribuir para o incremento das riquezas materiais e das identidades culturais, a educação superior revela-se absolutamente estratégica para a independência econômica e cultural das nações.

2. Hoje, mais do que nunca, a educação superior é estratégica para um país como o Brasil, que precisa crescer e gerar empregos, para uma nação que quer afirmar a sua soberania e identidade tornando-se mais justa e menos desigual.

3. O sistema público de educação superior brasileiro é obra republicana, não pertence a governos ou a grupos - a sociedade brasileira é portadora do seu destino. Nos últimos anos, apesar da diminuição de nossos recursos para custeio e investimento, apesar da redução dos nossos quadros docentes e técnico-administrativos, levamos adiante nossa missão com firmeza e responsabilidade. Como demonstram todos os indicadores, somos referência de qualidade, no âmbito do ensino e da pesquisa, para o conjunto da educação superior brasileira. Mais do que isso, enfrentando discursos e práticas que questionam a presença do Estado em quase toda e qualquer esfera da vida social, contrariando opiniões que, por princípio, duvidam da capacidade dos servidores públicos, crescemos em todas as direções. Formamos um número maior de estudantes de graduação, duplicamos a oferta de vagas em nossos cursos noturnos. Fizemos isso, e muito mais, sem abrir mão de nosso compromisso com a qualidade.

4. Entretanto, hoje, apesar dos nossos esforços, apesar do crescimento da oferta de matrículas por parte do setor privado (instituições confessionais, comunitárias, empresariais e outros provedores), apenas 9% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos tem acesso à educação superior, quando sabemos que essa taxa passa de 50% em alguns países. Portanto, o Brasil precisa ampliar, e muito, as oportunidades de acesso à educação superior.

5. Alguns mitos sobre a educação pública superior tem sido derrubados. Como mostram diferentes analistas e pesquisadores, o custo para a formação de um estudante por nossas instituições não é maior do que o praticado pelos estabelecimentos do setor privado. Como mostram os mesmos estudos, nossas instituições, ao contrário de abrigar 'estudantes ricos' ou 'privilegiados', de fato representam a única possibilidade de acesso à educação superior e de formação qualificada para milhões de brasileiros. Porém, se já realizamos muito, queremos e podemos fazer muito mais. Por isso, no dia 5 de agosto de 2003, nós, dirigentes das 54 instituições federais de ensino superior, apresentamos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma proposta de expansão e modernização do sistema que, entre outras metas, aponta para a duplicação do número de nossos estudantes de graduação. A íntegra desta proposta - até hoje não respondida pelo governo - foi amplamente divulgada junto à opinião pública e tem sido debatida pela ANDIFES, dentro e fora das universidades, com ministros e outras autoridades governamentais, com parlamentares, sindicatos, associações profissionais e empresarias e com outras tantas entidades.

6. Sabemos que o Brasil passa por dificuldades, sabemos que, nos últimos anos, o Estado brasileiro perdeu capacidade de investimento, reconhecemos que o atual governo não é responsável por esta situação - mas não aceitamos que isto justifique o prolongamento de políticas pautadas pela desvalorização da instituição educacional pública e de seus servidores, que têm resultado na crescente desqualificação e mercantilização de um bem público absolutamente estratégico para o desenvolvimento do nosso país e para a promoção da inclusão social duradoura. Sem dúvida, faz-se absolutamente necessária a expansão da educação superior, não para favorecer esta ou aquela instituição, este ou aquele setor, mas para ampliar os horizontes de milhões de brasileiros, para oferecer-lhes a oportunidade de contribuir de maneira ainda mais pertinente e qualificada para o desenvolvimento do país - esta é nossa convicção.

Entretanto, também é nossa convicção de que a melhor, a mais eficiente e eficaz, a mais generosa, a mais pertinente e promissora ação que se pode empreender hoje no Brasil nessa direção, é o investimento na instituição de educação superior republicana - pública, laica e gratuita.

7. O Estado brasileiro despende hoje mais recursos com o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) do que com o custeio de suas 54 instituições federais de ensino superior. Por outro lado, lembramos que há anos nossa legislação obriga as instituições filantrópicas a destinar 20% de suas vagas a estudantes carentes. Esta legislação está sendo obedecida? Em caso afirmativo, a sociedade conhece os critérios de distribuição destas vagas? A qualidade dos cursos oferecidos por estas instituições corresponde ao investimento público realizado? Os cursos das instituições públicas são permanentemente avaliados, pelos organismos competentes e pela sociedade. A gestão de nossos recursos financeiros é igualmente submetida, regularmente, ao controle da sociedade, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e de outros órgãos. Enquanto isso, o destino dos recursos que subsidiam instituições privadas, através da renúncia fiscal e outros meios, é pouco transparente para a sociedade, que quase nada sabe sobre o emprego de um dinheiro que, investido nas instituições públicas, poderia impulsionar nossos programas de expansão e modernização. Enfim, de maneira pouco coerente, os governos têm alegado a escassez de recursos para justificar a redução dos investimentos nas instituições públicas, porém, ao mesmo tempo, praticam a renúncia fiscal em nome da expansão do acesso, que, em muitos casos, realiza-se com o sacrifício da qualidade e sem o necessário controle da sociedade.

8. Os excluídos da educação superior brasileira não querem apenas uma oportunidade de acesso à graduação: o que de fato querem, é a igualdade de oportunidade para a obtenção de formação superior qualificada. E esta condição, como mostram os números e a experiência histórica, é oferecida pelo sistema público de educação superior. O que garante a inclusão social duradoura não é a simples (e absolutamente necessária) expansão da oferta de vagas, mas a qualidade e a pertinência da formação. O poder público não pode patrocinar a oferta de oportunidades desiguais de acesso a educação superior. Aos pobres, negros, pardos, índios e a tantos outros setores excluídos da educação superior, deve-se oferecer oportunidade igual de formação qualificada, o que se faz através do fortalecimento da educação pública e da ampliação da oportunidade de acesso republicano - 'pela porta da frente' - à formação superior.

9. Nada sabemos, oficialmente, sobre o programa 'Universidade para Todos'. Contudo, a julgar pelo debate que transita na opinião pública, manifestamos nossa contrariedade à proposta de compra de vagas ociosas no setor privado, chamando a atenção das comunidades acadêmicas, da sociedade e do governo, para o grave significado de uma iniciativa que, no contexto atual, certamente se fará em detrimento do fortalecimento das instituições públicas de ensino superior, e que - e isto nos parece ainda mais grave - promete ser implementada por medida provisória. Por sua natureza, este não é um assunto para decisões apressadas. Lembramos à comunidade acadêmica e à sociedade que esta proposta, ainda não conhecida na sua forma final, não consta do programa apresentado à nação pelo atual governo.

10. Finalmente, fazemos um chamamento a todos, para que, dentro e fora das universidades, participemos de maneira ativa e serena do debate em curso sobre os rumos da educação superior no Brasil - afinal, como já dissemos e aqui reafirmamos, a sociedade é a portadora do destino da educação pública.

Deliberação do Conselho Pleno da Andifes, em reunião realizada em Brasília, no dia 18 de março de 2004.

Colegiados

Consuni instaura processo administrativo contra Armênio Cruz

Consuni aprova processo administrativo contra diretor da FND

O diretor da Faculdade Nacional de Direito, Armênio Cruz, parece estar com os dias contados à frente daquela Unidade. Até o fechamento desta edição, dezenas de alunos mantinham uma ocupação no gabinete da direção da FND. Eles reivindicavam o afastamento de Armênio com base em denúncias de irregularidades administrativas e perseguições políticas. No dia 25, munidos de cartazes, camisetas, adesivos e muita animação, os futuros advogados fizeram ruidosa manifestação no Conselho Universitário.

Com base nas denúncias e reivindicações dos estudantes e de posse do relatório da comissão de sindicância, entregue como documento confidencial aos conselheiros em sessão extraordinária em janeiro, o colegiado aprovou, por unanimidade, a instalação imediata de processo administrativo disciplinar contra o diretor da FND e, além disso, recomendar o seu afastamento preventivo, como medida cautelar, para a adequada apuração dos fatos naquele local, conforme o artigo 147 da lei 8.112/90 (Regime Jurídico Único). O colegiado determinou ainda delegar ao reitor Aloisio Teixeira a autoridade para executar, em nome do Consuni, todos os atos administrativos que a lei autoriza para normalizar a situação da faculdade, "inclusive, se necessário, afastar temporariamente as autoridades acadêmicas da FND".

Ocupação desde o dia 24

A ocupação da sala da direção da faculdade começou na manhã do dia 24, com a presença de mais de 200 estudantes, indignados com a administração arbitrária e autoritária da gestão do professor Armênio. Perto do meio-dia, agentes da Polícia Federal e policiais militares foram chamados pela direção da faculdade para conter um possível tumulto (que não ocorreu). Em realidade, o aparato repressivo foi mobilizado para promover, com truculência, a intimidação aos estudantes. A reitoria realizou rápida intervenção e os policiais retirarem-se no fim da tarde.

Aloisio relata alguns problemas

Antes de abrir espaço para a manifestação dos conselheiros e dos representantes dos alunos do curso de Direito, Aloisio fez um breve relato do problema. Ele citou o relatório da comissão de sindicância (ver matéria do Jornal da Adufrj nº 128, de 22/03), cujos resultados foram entregues com pedido de sigilo aos conselheiros, em sessão extraordinária de 29 de janeiro deste ano. O dirigente relatou que formou recentemente mais duas comissões em busca da normalidade acadêmica da Unidade.

O professor referiu-se ainda à intrincada questão dos professores que ainda não haviam sido empossados, apesar de os concursos terem sido aprovados para a Unidade, desde o ano passado. "Reuni os professores concursados e me comprometi a resolver a situação. Os exames médicos começam hoje (25/03) e vão até terça-feira (30/03). No prazo máximo de dez dias, daremos posse a esses professores", acrescentou.

O dirigente fez questão de lamentar a atuação da Polícia Federal na repressão ao ato dos estudantes, no dia anterior, e comunicou aos conselheiros as medidas tomadas, na ocasião, para evitar uma tragédia maior. Segundo Aloisio, a reitoria teve que enviar um comunicado à PF considerando os estudantes como convidados da administração da universidade para permanecerem no local. De outra maneira, os policiais (vale lembrar que a categoria se encontra em greve) poderiam prender os alunos. Ao considerar a violência da polícia no âmbito da UFRJ, Aloísio consultou ao Conselho e foi apoiado na iniciativa de abrir processos contra os policiais e seus abusos no interior da FND.

Aloisio observou ainda que, na noite de véspera do Consuni, buscou negociar um pedido de licença com o diretor, que deveria ser solicitada por Armênio até o meio do dia seguinte, mas o professor não o fez.

Representante do CACO fala ao Consuni

Em seguida ao reitor, Fernanda Laje, uma das coordenadoras executivas do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), entregou uma carta aberta ao reitor e exigiu o afastamento imediato do professor Armênio. Segundo ela, a formação de qualquer comissão sem essa medida será um mero paliativo, pois "não haverá lisura na apuração dos fatos com a presença do diretor".

Relação com o Gol pe de 1964

As arbitrariedades denunciadas na faculdade, a violência da Polícia Federal e a proximidade com o 31 de março fez com que os conselheiros evocassem as lembranças do golpe militar de 1964. O pró-reitor de Graduação, José Roberto, que esteve presente no Direito durante o primeiro dia de ocupação, deu o testemunho do que viu: "O clima estava tenso por causa da presença da Polícia Federal armada com metralhadoras e algemas constrangendo os estudantes. Isso é inconcebível nos dias de hoje", disse. O pró-reitor ressaltou que o ato foi pacífico e ordeiro. O decano do CCJE, Alcino Câmara, também presente à ocupação do dia 24/03, estava indignado com a truculência policial. Ele disse ter sido agredido e que a reitoria deveria buscar os registros da mídia para motivar possíveis ações judiciais. "A polícia feriu a autonomia universitária", afirmou.

O estudante Pedro Martins e muitos outros conselheiros que se manifestaram exigiram o afastamento imediato de Armênio. Segundo ele, o processo de eleição do diretor foi obscuro e enviado para homologação para o ex-reitor interventor Vilhena. "Então, não é nem intervenção. É uma medida para tirar o interventor (Armênio) que está lá", disse. Edwaldo Cafezeiro, representante dos professores eméritos, que afirmou estar no CACO em 1964, quando a polícia invadiu o lugar com bombas, também reivindicou a saída do diretor. Fernanda Lima, representante discente, frisou o apoio dos pós-graduandos às reivindicações dos colegas do Direito.

Manuella Soares

ESTUDANTES TOMARAM CONTA DAS DEPENDÊNCIAS DO COLEGIADO, NO DIA 25

Reitor pondera pelo processo disciplinar

Uma vez que os discursos pediam a imediata saída do diretor, o reitor Aloisio ponderou que não teria poderes para tal. Ele observou que só poderia fazê-lo, a princípio, após solicitação de uma comissão que investigasse os fatos no local. "Eu não tenho provas (para afastá-lo). Tenho indícios, relatos", comentou. "Não posso dar um passo que pode colocar em risco esse movimento", justificou.

Entidades falam ao conselho

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, disponibilizou o apoio e a solidariedade da seção sindical à luta dos estudantes. Sara ressaltou o papel da universidade como lócus da produção de conhecimento e da formação política, não cabendo medidas autoritárias e arbitrariedades. Disse aos estudantes que a história da Universidade pública, no século XX, teve em seus momentos mais memoráveis a defesa dos estudantes de seu caráter público, e de seus princípios de democracia e de autonomia. Lembrou os processos movidos pelo diretor contra os alunos. "As liminares e as peças jurídicas são estranhas ao ambiente universitário. Se em casos limites elas podem ser utilizadas, jamais poderão sê-lo como a medida primeira. Quando os atos acadêmicos subordinam-se e são substituídos pelos ritos típicos de uma outra instituição, está gravemente ameaçada a autonomia universitária que tanto prezamos. Também referiu-se aos tempos da ditadura: "Para não se repetirem as práticas autoritárias que tiveram lugar no interior da universidade brasileira nos anos de chumbo, instaurados pelo golpe de abril de 64, conforme lembraram vários conselheiros, prestamos o nosso apoio político e material aos estudantes e também ao conselho Universitário (nas medidas necessárias ao reestabelecimento das democracia e autonomia universitária neste e em outros espaços em que ocorrerem violações como esta)", disse.

Simone Silva, representante do Sintufrj, frisou que os conselheiros terão todo o apoio das entidades representativas da UFRJ no encaminhamento desta questão. Ela elogiou a manifestação estudantil e recordou que, uma vez retirado um presidente da República (Fernando Collor) do poder, não poderia haver problemas intransponíveis em fazer o mesmo com um diretor de faculdade.

Apresentou também seu apoio aos estudantes a representante do Andes-Sindicato Nacional, Cristina Miranda. Ela manifestou preocupação com o autoritarismo denunciado na FND, que repete os maus exemplos da gestão Vilhena e da ex-diretora da Faculdade de Educação e afirmou que a luta e resistência dos estudantes na FND era a de todos aqueles estudantes, docentes e técnicos-administrativos, que defendem uma universidade pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e com autonomia e democracia como seus pilares.

Todos os pronunciamentos dos representantes das entidades apoiaram a reivindicação dos estudantes de afastamento imediato do diretor da FND e manifestaram apoio ao conselho e reitoria nos encaminhamentos necessários para tal ação.

Outras moções

Foram aprovadas moções de apoio à resistência dos estudantes e de louvor à atuação da reitoria (por conta das atitudes tomadas durante a ocupação). Mais: também foi decidida uma recomendação aos professores Adjuntos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) para que suspendam o professor Armênio da sua representação no Consuni. Aliás, vale dizer que o professor não apareceu no colegiado.

Os representantes do CACO, procurados pela reportagem da Adufrj-SSind, demonstraram insatisfação com a decisão tomada pelo Consuni, pois o afastamento do diretor, principal reivindicação, só se dará após a formação da comissão. Segundo Fernanda Laje, houve um avanço, "mas não alcançamos o que queríamos (o afastamento imediato)". Para ela, a pressão dos estudantes passa a ser agora pela rápida instauração da comissão do processo disciplinar aprovado no Consuni. Cláudio Lima, outro coordenador executivo do CACO, só acredita vendo: "Pelo histórico de tantas decepções", disse. Também diretor do centro acadêmico, Pedro Avzradel mostrou-se mais pessimista: "Estou decepcionado. Esperava uma atitude mais enérgica da reitoria", comentou.

Os estudantes, em assembléia após o Consuni, decidiram continuar a ocupação do gabinete do diretor da FND, como forma de pressão, até que a comissão seja formada, quando avaliarão novamente a questão.

Estudantes da EBA também protestam

Alunos da Escola de Belas Artes também reivindicaram medidas do Consuni para solucionar a grave situação da Unidade, localizada no prédio da reitoria. Como a sessão foi dominada pela discussão do curso de Direito, os estudantes conseguiram, que os problemas da EBA fossem pautados para a próxima sessão (em 8 de abril).

CEG condena manifestação estudantil

Um dos focos de resistência durante a época da administração Vilhena, o Conselho de Ensino de Graduação perdeu o rumo em sua sessão de 24/03, ao avaliar a manifestação dos estudantes do curso de Direito. O colegiado aprovou uma dura nota com críticas à postura dos estudantes, baseado apenas no relato da conselheira Maria da Penha (professora da FND e esposa do diretor Armênio), que mantinha contato telefônico com aquela Unidade. Essa decisão ocorreu mesmo sob os questionamentos de alguns representantes que preferiam aguardar mais informações sobre o ato, que se desenrolava justamente durante a reunião colegiada.

No texto, que obteve oito votos favoráveis e quatro contrários, o CEG "manifesta seu estarrecimento e seu repúdio com relação ao conteúdo das notícias sobre atos de vandalismo, violência e desrespeito que caracterizaram a invasão à Faculdade de Direito". Cabe destacar que, ao "melhor" estilo da revista Veja quando se refere ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ainda caracterizou a "ocupação" como "invasão".

Presidente do CEG esclarece

A moção do CEG recebeu várias críticas no Conselho Universitário do dia seguinte. Chegou a ser aprovada uma outra moção que se contra põe ao seu conteúdo, e acompanhada de um pedido de esclarecimento ao colegiado acadêmico sobre o teor dessa decisão.

Durante o Consuni, o presidente do CEG e pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, explicou que não estava presente neste momento da reunião do dia anterior, pois havia se dirigido para a Faculdade de Direito com o objetivo de controlar a situação.

Situação dos concursos

Vale registrar que, ainda durante o expediente do CEG, a professora Maria da Penha creditou o atraso na posse dos professores concursados da FND – um dos motivos de protesto dos alunos - à burocracia da Comissão Permanente de Pessoal Docente. Segundo ela, que fez uma síntese do desenrolar dos processos enviados à CPPD, a comissão fazia solicitações de tempos em tempos que postergaram até então a conclusão dos trâmites que levariam os professores finalmente às salas de aula.

Os integrantes do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira têm outra versão para a história. Segundo a "Crítica" (de novembro/dezembro/2003), publicação dos alunos do CACO distribuída no Consuni, foi a direção da FND que protelou o quanto pôde a realização dos concursos. Na revista, os alunos reclamam também de reuniões "secretas e fechadas da Congregação, que aprovaram as bancas examinadoras e indeferiram a inscrição de muitos candidatos". Entre outros fatores, os estudantes comentam ainda que, como resultado "desses encontros obscuros", foram formadas bancas irregulares.

Devo, não nego, pago quando puder...

Decreto do governo antecipa agonia financeira das universidades

O decreto presidencial nº 4.992 (de 18/02), já mencionado no Jornal da Adufrj nº 127, e que obriga os órgão da administração federal a empenhar todas as suas despesas de 2004 até este dia 31 de março produziu uma situação surreal na UFRJ. Já há alguns anos, as universidades conviviam com o aperto orçamentário e administravam os parcos repasses do governo a duras penas, ao longo do ano.

Graças ao decreto, e associado a um magro orçamento de pouco mais de R$ 52 milhões para despesas anuais indispensáveis estimadas na casa dos R$ 73 milhões, a UFRJ agora já sabe que não terá dinheiro para pagar certas despesas, logo no início do ano.

Como precisa empenhar esses R$ 52 milhões até o fim do mês para garantir algo e depois lutar por créditos suplementares, o Consuni decidiu não pagar parte das despesas com luz elétrica e com a manutenção e conservação de bens imóveis, num total de R$ 21 milhões.

Universidade sem saída

"Estamos numa situação em que não há como administrar. No início de abril, vou entregar a chave da universidade para o Palocci e para o Mantega", ironizou Aloisio, no Consuni. Ele comentou que o orçamento das estaduais paulistas, que possuem uma forma de financiamento diferente das federais, é superior ao da UFRJ. "A USP, que é do mesmo porte da UFRJ, tem um orçamento de R$ 300 milhões; o da Unicamp, que é menor, tem R$ 150 milhões", argumentou.

Gestão junto ao BNDES

José Carlos, um dos representantes dos técnico-administrativos, lembrou que o presidente Lula disse que o BNDES estava "cheio de dinheiro" para investimentos no país. O conselheiro sugeriu que a reitoria poderia fazer algum tipo de gestão para arrecadar recursos dessa fonte.

Colegiados

Anúncio de cotas do reitor irrita CEG

Pró-reitor tenta pacificar a questão

Causaram mal-estar no Conselho de Ensino de Graduação (em 24/03) as notícias veiculadas pela mídia, no início da semana passada, nas quais o reitor Aloisio Teixeira anunciava a proposta de cotas para o próximo vestibular da UFRJ. Embora tenha sido enfatizado que a proposta passaria pelos conselhos superiores da universidade, a professora Ana Borralho (representante do CCS) não poupou críticas à atitude da reitoria. "Lamento que as Unidades, os Centros e este colegiado não tenham discutido esta proposta (antes da divulgação para a imprensa). Isso me deixa até irritada". A representante dos técnico-administrativos Vera Lúcia Barradas também reforçou a fala de Ana Borralho: "Aloisio fala de cotas da maneira que ele pensa e que não foi discutida no colegiado", comentou.

O pró-reitor José Roberto Meyer tentou contemporizar a situação. Ele lembrou que o tema da democratização do acesso será objeto de discussão da agenda do conselho ao longo de 2004. "Estou entendendo que a política de cotas será o primeiro ponto", afirmou, com a justificativa de que o assunto só não foi debatido antes no CEG por causa de outras questões mais urgentes que ocupam o tempo das sessões.

Filosofia no vestibular

Estudantes do IFCS estiveram no conselho para cobrar o cumprimento da decisão de maio de 2003 do CEG que introduz a disciplina de Filosofia no vestibular. O CEG enviou uma nota para ser lida no expediente da sessão do Consuni para reafirmar essa decisão e, ao mesmo tempo, avisar que os meios para implementação desse exame ainda serão apreciados pelo colegiado. Isso acabou não ocorrendo, devido à movimentada sessão do Conselho Universitário do dia seguinte.

Ainda o alojamento

O representante discente Luciano Barboza voltou a reivindicar melhorias para o alojamento. Ele solicitou uma espécie de plano emergencial, enquanto não são resolvidos os problemas maiores das instalações físicas daquele prédio. Luciano cobrou um café da manhã mais duradouro e de melhor qualidade; a desratização do prédio e a limpeza da água dos bebedouros. "Os bebedouros foram trocados, mas há pessoas com indícios de problemas intestinais". O estudante alertou os conselheiros de que, caso estas medidas emergenciais não sejam tomadas dentro de 15 dias, os alojados voltarão a promover atos. "Provavelmente, dormiremos aqui (na sala de reuniões)", afirmou. O pró-reitor disse que ia se empenhar para solucionar esses três itens.

Jubilamento

O professor Ericksson Almendra (CT) cobrou maior rigor da universidade na aplicação das normas já existentes para o cancelamento de matrículas de estudantes por insuficiência de rendimento. Segundo ele, embora sejam casos raros, eles depõem contra a imagem da instituição. "Existem alunos aqui que repetem a mesma disciplina por vários anos", comentou. O docente sugeriu uma pequena alteração na resolução que trata do assunto para facilitar o jubilamento, o que ainda será avaliado pelo colegiado. Ericksson solicitou ainda a volta de um processo institucionalizado de avaliação das disciplinas por parte do corpo discente.

CEG e a FND

O colegiado tomou polêmica decisão em relação ao ato dos estudantes da FND (leia matéria nas páginas 4 e 5).

Conselheiros do CEPG criticam novas normas para bolsas PIBIC

Na sessão de 26/3, o Conselho de Ensino para graduados discutiu as novas normas estabelecidas pelo CNPq para a concessão das bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Atualmente a agência mantém um total de 14.299 bolsas, distribuídas em 149 instituições. A cota da UFRJ é de 714 bolsas. As novas regras não agradaram aos conselheiros do CEPG, a começar pelo pró-reitor José Luiz Monteiro, que ficou preocupado com o fato de que a distribuição das cotas dirigidas à instituição já venha pré-definida da agência e lembrou que o CEPG já havia se posicionado contrariamente a várias das novas regras quando o CNPq enviou a sua proposta inicial às instituições para que estas opinassem sobre ela.

O CNPq estabeleceu, ainda, que as bolsas serão destinadas a instituições públicas, comunitárias ou privadas, com ou sem curso de graduação, que desenvolvam pesquisa ou, diretamente, a pesquisadores ou orientadores. As bolsas continuarão a ser distribuídas anualmente pelo sistema de cotas.

Entre os critérios, a agência determina que os alunos de Iniciação Científica devem ser orientados pelos pesquisadores de "maior competência científica". Os orientadores terão que possuir nível de doutor e deverão exercer atividade de pesquisa comprovada por "sua recente produção intelectual".

Uma novidade é que a agência permitirá que o pesquisador ou orientador indique um estudante de outra instituição, pública ou privada. A resolução do CNPq permite que, a critério da instituição, um orientador poderá, "em função de sua competência", receber mais de uma bolsa.

As instituições não poderão limitar o acesso a bolsas por restrição de idade, pelo fato de o aluno já ser graduado em outro curso ou pelo tempo de ingresso no curso.

Bolsas Balcão

O CNPq reservará até duas mil bolsas PIBIC para pesquisadores I e até mil bolsas para pesquisadores II. Estes devem ser preferencialmente orientadores de pós-graduação de cursos níveis 5, 6 e 7.

Para o conselheiro Milton Roedel, as novas normas da agência só favorecem os grupos tidos como excelentes. "Quem chegou à excelência cria estes mecanismos para não deixar que os demais alcancem o mesmo nível".

O assunto estará de novo em pauta na próxima sessão do CEPG

Ainda o Provão

José Luiz informou aos presentes que recebeu um comunicado da Capes que a agência estaria 'premiando' os primeiros colocados no Exame Nacional de Cursos (Provão) de 2003. O detalhe curioso, segundo José Luiz, é que o Provão foi extinto pelo atual governo e substituído pelo Sinapes - Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior, que mantém a lógica da avaliação dos cursos através de exames aplicados aos estudantes.

Assembléia Geral

12 abril segunda

13h30

Auditório do CFCH

(campus da Praia Vermelha)

Debate

Que Universidade queremos?

com Lúcia Neves

Professora da Faculdade de Educação da UFF

6/04 terça-feira **12h**

Sala 220, Bloco D,
Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Movimento

Manuella Soares

JOSÉ MIGUEL, LÚCIA NEVES, JANETE LUZIA, JOSÉ MARIA E AGNALDO FERNANDES

Reformas aumentam exploração do trabalhador

Passado mais de um ano de governo Lula, aos servidores, trabalhadores do campo, da indústria, de serviços e estudantes só resta mesmo uma opção: encarar com resistência as reformas deste governo que nada mais são do que a materialização de um Estado e de uma sociedade neoliberais. E a propalada diferença entre Lula e Fernando Henrique? Perguntam os que ainda têm alguma esperança. "É, realmente, fisicamente os dois são bem diferentes", brinca o dirigente do Sintufrj e da CUT, Agnaldo Fernandes. Mas é só. Na política, as reformas (na verdade, as contra-reformas) de Lula deixam claro que o projeto neoliberal é o mesmo. A constatação foi feita pelos participantes do seminário *As reformas do governo Lula em debate*, promovido pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, no último dia 24/3. O evento contou com a participação do professor da UFRJ e diretor da Adufrj-SSind, José Miguel Bendrao Saldanha; da professora da UFF Lúcia Neves; do sindicalista e presidente do PSTU, José Maria Almeida; e de um dos coordenadores gerais do Sintufrj Agnaldo Fernandes. José Maria e Agnaldo são também integrantes da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores.

Em relação à reforma previdenciária, José Miguel lembrou que, apesar desta já ter sido aprovada pelo Congresso Nacional, o governo ainda precisa apresentar uma lei ou baixar uma medida provisória que institucionalize o novo regime de previdência complementar.

Para o professor, "o essencial da reforma da Previdência não é promover uma economia para os cofres do governo com a retirada de direitos dos servidores, mas sim abrir espaço para a previdência complementar privada por meio do estabelecimento de um teto baixo para a previdência pública. No entanto, a contribuição dos aposentados e pensionistas, a redução dos valores das aposentadorias e das pensões e a ampliação das exigências para obter esses direitos permitirão a economia necessária para pagar a conta da privatização."

Previdência privatizada

A privatização de parte da previdência dos servidores através dos fundos de pensão já estava aprovada desde dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional 20, a reforma previdenciária de FHC. Mas sua implementação dependia de uma legislação complementar, que quase foi aprovada durante o governo FHC, o Projeto de Lei Parlamentar (PLP) 9/99. Os movimentos de servidores públicos, na época com o apoio dos partidos que hoje compõem a base aliada do governo, principalmente o PT, lutaram e conseguiram evitar a aprovação final do PLP. No entanto, o novo governo, mesmo antes de empossado, e para surpresa de parte dos movimentos, sinalizou com a retomada da tramitação do PLP. Os servidores reagiram fortemente, demonstraram que a aprovação do PLP provocaria um enorme prejuízo para o governo, por causa da transferência de poupança pública para a os fundos de pensão e indicaram que entrariam em greve caso o PLP voltasse a tramitar. "A disposição de aprovar o PLP 9 foi o primeiro balão de ensaio do governo Lula para aprovar a privatização da previdência, o que causou uma grande surpresa para parte dos movimentos".

Segundo José Miguel, o governo apresentou então a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 40/03 (PEC 67/03 no Senado e Emenda 41 após aprovada), que tornou superado o PLP 9/99, ao eliminar a necessidade de legislação complementar para a implantação da previdência complementar, resolveu o problema do custo da transição para este regime por meio de um brutal confisco dos atuais e futuros aposentados e pensionistas, e ainda abriu o caminho para a cooptação das lideranças sindicais para a gestão dos fundos de pensão. Para o professor, este é o lado mais perverso da contra-reforma da previdência, que, além de taxar os aposentados e pensionistas, altera a estrutura do regime e enfraquece os instrumentos de luta dos trabalhadores. Com a reforma, parte da previdência dos servidores deixa de ser pelo regime de repartição, de solidariedade entre as gerações, e se transforma num regime de capitalização, no qual cada trabalhador deve aplicar financeiramente parte de seus rendimentos para garantir, individualmente, seus proventos no futuro. A aplicação destes rendimentos, administrada pelos fundos de pensão dá-se principalmente em títulos da dívida pública e em ações de empresas lucrativas, ou seja, os proventos dos trabalhadores aposentados passam a depender da exploração dos trabalhadores ativos pelo capital, com a colaboração ativa dos "representantes" dos trabalhadores, num autêntico "canibalismo de classe", disse o professor.

PEC Paralela

A chamada PEC paralela, aprovada no Senado (PEC 77/03) e atualmente em tramitação na Câmara (PEC 227/04), para José Miguel, apenas modifica algumas regras de transição válidas para os atuais servidores. Para o professor, o fato de a PEC paralela só garantir estes direitos para os atuais servidores reduz a resistência à reforma como um todo e o embate contra a reforma passou a ser, em grande parte, uma disputa pela manutenção de alguns poucos "direitos adquiridos" individualmente, e não mais para a categoria com um todo. "Perdemos a luta por esta reforma, porque boa parte das lideranças sindicais, inclusive a direção majoritária da nossa central sindical, a CUT, se iludiu com o novo governo", analisa.

Reforma universitária

Para Lúcia Neves, a reforma universitária já está em processo de implantação no governo Lula. "É um projeto burguês de universidade que tenta se implantar no Brasil desde os anos 1980. Uma construção lenta". Para a professora, o governo Lula se constitui na terceira etapa da implementação da reforma no ensino superior brasileiro. Em 1980, a reforma consistia na implementação do ensino pago nas universidades públicas e na separação da universidade brasileira em centros de excelência e unidades de ensino. "A conjuntura favorável a um projeto societário, democrático e de massa e a força dos movimentos docente, dos servidores e universitário impediu a sua implementação".

Segundo Lúcia, a Constituição de 1988 incorporou três preceitos que deram início ao modelo neoliberal de universidade: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ficou restrita somente às instituições universitárias; o ensino gratuito ficou restrito somente às instituições mantidas pelo Estado; e foi instituído, pela primeira vez, o ensino superior como atividade lucrativa. "A gente nunca se lembra disso, mas é na Constituição de 1988 que se institui a educação como empresa, como negócio lucrativo".

A segunda etapa de implementação do projeto neoliberal correspondeu aos governos FHC - de 1995 a 2002 - com a reestruturação do Estado "tanto nas suas funções econômicas quanto nas políticas e ideológicas". O mais importante na reforma universitária para a professora não é o aspecto econômico, mas o político-ideológico. Lúcia criticou o conceito de responsabilidade social adotado pelo governo nesta reforma, o que considera uma "aceitação das desigualdades sociais como naturais, da

Continua na página 8

Movimento

Continuação da página 7

desresponsabilização direta e universal do Estado pela própria ação do trabalho, e do associativismo prestador de serviços sociais em lugar do associativismo reivindicador de direitos sociais da década anterior".

Em relação à terceira etapa da reforma universitária em curso no governo Lula, a professora destacou que a privatização é intensificada com a estatização das vagas das instituições particulares. "A inadimplência que têm os empresários de educação hoje é da ordem de 30% e eles estão cobrando do governo subsídios. A compra de vagas para desiguais nas universidades privadas tem esta determinação. O que parece uma atitude democrática para os excluídos não passa de financiamento público aos negócios privados".

Reforma sindical

José Maria fez um relato dos acordos que estão sendo feitos entre o governo e as centrais sindicais no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Para o sindicalista, a reforma sindical do governo Lula prepara o Brasil para a sua adesão à Área de Livre Comércio (Alca). "As mudanças na estrutura sindical são no sentido de adequá-la aos moldes neoliberais e às exigências das grandes corporações internacionais e a preparação do nosso país para implantação da Alca".

Um dos objetivos fundamentais do governo com a reforma sindical é, segundo José Maria, a flexibilização de direitos. Ele lembrou que o presidente Lula já admite rever até mesmo o direito das férias remuneradas, previsto na atual Consolidação dos Leis do Trabalho. "O próprio presidente da República, dias atrás disse para jornalistas com toda a clareza que o que se pretende é a flexibilização dos direitos da classe trabalhadora".

De acordo com José Maria, que analisou o relatório final do FNT, com a reforma as centrais sindicais passarão a ter o direito de negociar em nome das categorias, dispensando a atuação dos sindicatos de base. O processo de negociação também passa a ser obrigatório. O que significa que se um sindicato se negar a negociar com os representantes patronais ou com o governo, no caso dos servidores, outra entidade ou mesmo uma Central poderá se apresentar e decidir em nome dos trabalhadores.

Outra mudança estabelecida pela reforma sindical é que as negociações feitas pelas centrais sindicais passam a estabelecer o poderá ser ou não alterado em uma negociação coletiva feita pela entidade de base.

José Maria diz que para ter exclusividade em uma negociação, o sindicato terá que contar um uma base de 20% de sindicalizados da categoria a qual representa. O sindicalista alertou para o fato de que, no setor privado, são muitas as empresas que restringem a contratação de empregados sindicalizados. Com este dispositivo, os empresários poderão literalmente conduzir as sindicalizações para as entidades que tiverem uma relação mais amistosa com o patronato.

Agenda

José Maria considera que esta reforma está sendo construída pelas centrais junto do governo. "O papel dos sindicatos e das federações de trabalhadores é fundamental para que possamos construir o processo de resistência a essas reformas". Ele lembrou o seminário sobre Reformas Sindical e Trabalhista, ocorrido nos últimos dias 13 e 14 em Luziânia e aproveitou para divulgar um calendário de lutas encaminhado pelos participantes do evento que contou com a participação de quase 2.000 sindicalistas de todo o país. O 1º de Maio deverá ser uma data em que as entidades sindicais deverão estar organizando atos nas principais capitais para denunciar as reformas e fortalecer o movimento das categorias em luta, como os servidores públicos federais que podem entrar em greve a partir de abril. No dia 19/3 foi constituída uma Coordenação Nacional de Lutas que está preparando uma carta aberta à população brasileira convocando no dia 16 de junho para um grande ato, em Brasília, contra as reformas do governo.

Reforma trabalhista

Tal como a reforma universitária, a trabalhista já está em curso, ainda que não esteja sendo apresentada em um único projeto. "Na medida em que o governo acelera a sua agenda em relação a estas contra-reformas, fica mais fácil compreender a totalidade do processo de aprofundamento do projeto neoliberal que tem como pilares de sustentação a reforma do Estado, as privatizações e as mudanças do mundo do trabalho", avalia Agnaldo Fernandes.

De acordo com Agnaldo, algumas medidas encaminhadas pelos últimos governos já delineiam o que seria o projeto acabado da reforma trabalhista. "Para nós do serviço público, durante os dois mandatos de Fernando Henrique, tivemos 56 direitos retirados. Anuênio, progressão, concursos, uma série de direitos conquistados ao longo dos anos foram retirados".

Em relação aos trabalhadores da iniciativa privada, Agnaldo chamou atenção para a Lei de Falências, que se encontra na comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Segundo ele, a legislação em vigor, os trabalhadores têm prioridade no recebimento das dívidas do processo de falência. "Com a Lei de Falência, ficam no mesmo patamar as dívidas da empresa falida com os trabalhadores e com os credores. E nós sabemos a quem as empresas vão querer pagar primeiro".

As propostas já aventadas pelo governo passam, segundo Agnaldo, por propostas como dividir o recebimento do 13º salário ao longo do ano, acabar com a licença maternidade, férias e outros direitos previstos na CLT. O servidor lembrou que, no ano passado, houve uma grande manifestação organizada pela CUT em Brasília para impedir as alterações na CLT. "Hoje não é assim. Essas alterações que têm o mesmo conteúdo de ataque e de retirada de direitos é co-patrocinada pelas centrais sindicais", questionou.

Assembléia Geral

12 abril segunda 13h30

Auditório do CFCH
(campus da Praia Vermelha)

Eixos de luta aprovados pelos Servidores Públicos Federais para a Campanha Salarial de 2004

1 – Reposição das perdas salariais e correção das distorções salariais

2 – Incorporação das gratificações em seu mais alto valor (GAE e produtivistas)

3 – reconhecimento e respeito à data-base da categoria em 1º de maio

4 – Respeito às diretrizes dos Planos de Carreira, entregues em 28/5/2003 e, até hoje, sem resposta do governo

5 – Cumprimento dos acordos de greve

6 – Defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e dos serviços públicos de qualidade

7 – redução da jornada de trabalho sem redução de salário para todos os trabalhadores.

Resenha

Reitores de federais condenam estatização de vagas

A Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) divulgou nota em 23/03 com críticas à proposta do governo de trocar isenções fiscais por vagas ociosas em universidades particulares para atender pobres, negros, egressos de escola pública, índios e deficientes. Essa é a tese central do programa "Universidade para Todos". O texto da Andifes defende investimentos na ampliação de vagas na universidade pública (O Estado de S. Paulo online, 23/03). Vale lembrar que o programa do governo de estatização já foi repudiado pelo movimento docente, através de uma moção aprovada no último Congresso do Andes-SN, no início deste mês. Leia a íntegra do documento da Andifes na página 3.

Limites às particulares?

O MEC anunciou que pretende limitar a abertura de faculdades privadas no país. Segundo o ministro Tarso Genro, em regiões onde ainda não existam faculdades que cubram as demandas existentes, o ministério vai publicar, através de edital, os requisitos necessários a fim de que instituições privadas possam se habilitar para abrir faculdades (Jornal do Commercio, 24/03). Talvez a nova iniciativa do MEC, se for efetivamente implantada, tenha como objetivo tentar refrear as críticas que vem sofrendo com o programa "Universidade para Todos"

Desemprego cresce em São Paulo

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo subiu de 19,1% em janeiro para 19,8% em fevereiro. É o pior resultado para um mês de fevereiro desde 1985, quando a pesquisa mensal da Fundação Seade/Dieese foi criada. Esse aumento representa a inclusão de 58 mil pessoas na lista dos desempregados da capital. A maior taxa de desemprego já registrada pelo Seade/Dieese em São Paulo foi nos meses de abril, maio e setembro de 2003 (20,6%) (Folha Online, 24/03).

BNDES socorre a mídia

Enquanto as universidades públicas agonizam, um setor de duvidosa contribuição para a sociedade brasileira está prestes a receber um senhor empréstimo do governo Lula. De acordo com notícia da agência Carta Maior (24/03), o BNDES apresentará, ao Senado uma linha de crédito especial para o pagamento das dívidas das grandes empresas de radiodifusão (televisões e rádios) e mídia impressa (jornais e revistas). O anúncio foi feito pelo vice-presidente do banco, Darc Costa, em audiência pública realizada no dia 24 na Comissão de Educação do Senado Federal.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 132 • 19 de abril de 2004

Nesta edição, novo encarte Campanha Salarial 2004

Agenda Sindical

19/4 - Seminário metropolitano do Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública
no Pedro II, na Unidade de São Cristovão, a partir das 9h

19/4 - Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública
no Sintrasef (av. Treze de maio, 13, 10º andar), às 19h

20/4 – Reunião do comitê Rio do Fórum Social Mundial
Av. Rio Branco, 109/16º andar, às 18 hs

26/4 - Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública
no Sintrasef (av. Treze de maio, 13, 10º andar), às 19h

27/4 - Seminário do estado do Rio de Janeiro preparatório para o V Coned
- Na Uerj

30/4 - Dia do Trabalhador de Classe e de Luta
- Na Cinelândia, a partir das 12h.

2 a 5/5 - V Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

18 e 19/5 – Eleições para a Diretoria do Andes-SN

16/6 – Manifestação contra as reformas Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Guilherme Lessa

SERVIDORES CRITICARAM A ATUAÇÃO DA CUT EM RELAÇÃO ÀS REFORMAS DO GOVERNO

Servidores protestam contra política econômica

Página 7

Eleições para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

De acordo com o disposto no Art. 46 do Regimento Geral da Adufrj-SSind e no § 2º do Art. 4º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, convoco eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, para complementação dos mandatos do biênio 2003-2005, para os dias 18 e 19 de maio de 2004.

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 8 de maio de 2004, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Podem candidatar-se a cargo do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 19 de janeiro de 2004, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 45 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 19 de março de 2004 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Sara Granemann
Presidente da Adufrj-SSind

Editorial

A Universidade demolida

Por volta do dia 26 de fevereiro de 2003, pouco tempo depois de ter tomado posse, o governo Lula, através de 06 ministérios, implantou a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), na qual seriam tratados os temas referentes aos servidores públicos federais e as políticas para as respectivas áreas de ação do Estado em nosso país. Com bastante comemoração o governo distribuiu notas à imprensa e afirmou que, por meio desta iniciativa, inaugurava-se um novo tempo na relação do governo com os servidores públicos do Estado brasileiro. Numerosas foram as reuniões. Os servidores públicos, representados por seus sindicatos nacionais, logo no primeiro encontro apresentaram suas reivindicações. O governo, de sua parte, continuou a comparecer às reuniões. Entretanto, as comissões temáticas nas quais se consolidariam os grandes debates apontados pela Mesa demonstraram qual seria a ação do governo nos meses subseqüentes: mudança de negociadores a cada reunião sem a responsabilidade pelo que os representantes do governo, em anteriores reuniões, haviam acordado com os nossos representantes. E assim, por mais de um ano os servidores públicos compareceram às reuniões com o governo sem que os representantes dos seis ministérios se dignassem a apresentar, um esboço que fosse, da política salarial do governo para os servidores públicos da nação brasileira. A civilizada espera por efetivas negociações dos representantes dos servidores públicos demonstrou ao povo brasileiro a enorme vontade dos trabalhadores do Estado na defesa do público para todos, ainda que estejamos há nove anos sem reajustes salariais. Mas, ao cabo de um ano e um mês o governo Lula apresenta aos servidores públicos federais uma proposta aviltante e ignora as demandas destes trabalhadores por justa correção salarial. Veja-se: reivindicamos correção das perdas e do fim do achatamento salarial que sofremos há quase uma década. Sequer demandamos, ao estado provedor dos mais altos juros do mundo, ganhos salariais reais. Os servidores públicos federais têm sido acusados pelo governo e por seus aliados, de refratários às negociações. Contra estes argumentos temos a enorme disposição dos nossos dirigentes que não tem se furtado ao diálogo com nenhum governo, por mais ataques que ele tenha desferido sobre os trabalhadores. Não podemos, entretanto, fugir à responsabilidade que dirigentes sindicais devem ter: a defesa dos direitos do trabalho contra as investidas do capital e de **seu** Estado. A análise conseqüente da proposta que nos fez o governo nos impõe denunciar a solução apresentada: ela precariza ainda mais as relações de trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos, no âmbito da universidade pública e dos servidores federais nas demais dimensões do Estado brasileiro; nesta medida, a defesa de políticas estatais não pode ser desvinculada de remunerações e de condições de trabalho dignas para toda a classe trabalhadora. Empunhar tais bandeiras é, no entanto, tarefa de cada trabalhador e de todos os docentes desta universidade.

Do mesmo modo, no plano específico da reforma universitária, o governo utiliza o mesmo metro. Alardear negociações e encaminhar alterações na vida das universidades por **Medida Provisória**. É emblemática a declaração do Secretário Executivo do MEC, Fernando Haddad: estamos abertos para o debate amplo com toda a comunidade acadêmica. Ao ser questionado sobre as medidas provisórias editadas pelo governo que, na prática fazem a reforma no tempo miúdo das alterações do varejo e impedem a ampla discussão das propostas, o secretário respondeu que uma medida provisória não impede o debate. É bem verdade, sabemos nós que vivemos em ambiente de intenso debate – é isto que faz o conhecimento avançar – que medidas autoritárias denominadas MP, nunca foram suficientes para calar o debate, nem mesmo quando usadas nos duros anos de chumbo a partir de 64, mas desconhecer que elas tolhem a liberdade porque já encaminham resoluções, implementam ações e, sobretudo, fazem funcionar uma política de transferência de recursos da esfera pública – de todos – para o salvamento de dívidas de escolas de baixa qualidade e estimulam a acumulação de capitais, não é propriamente uma defesa coerente do exercício democrático. Encaminhar profundas alterações na conformação de uma instituição ou de uma política estatal acobertada por discursos enganadores de amor ao debate, é tratar um dos mais caros âmbitos da vida social – a educação pública nas quais o direito do trabalhador e o dever do estado são conquistas construídas no curso de uma longa história para limitar a exploração do trabalho e na construção de uma sociedade que varra do mundo a opressão de classes - com muita desconsideração. Do discurso ético-político ao cotidiano universitário, o que temos é uma UFRJ com graves problemas para o seu funcionamento: prédios com problemas estruturais, bibliotecas fechadas ou inexistentes, ambientes insalubres ao exercício do trabalho, banheiros sem condições de uso, laboratórios destruídos e inundados por chuvas deste e de outros verões, professores com contratos precarizados e enormes pressões para a manutenção de um padrão de qualidade para o ensino público diante das atraentes 'parcerias', eufemismo para a acelerada privatização. A crônica falta de recursos para a garantia estrutural de funcionamento da UFRJ, bem como de todas as IFES, é apenas o elemento mais visível de uma luta necessária e urgente na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada. Condições de salário e de trabalho são também determinações fundamentais para a Universidade pública e de qualidade. Certamente, não são estas as questões que gostaríamos de sinalizar como as centrais para o debate na Universidade pública; nosso desejo é discutir a ampliação da universidade e a ampliação do acesso ao ensino público superior para que os jovens de nosso país possam ao menos igualar os índices de acesso ao ensino público superior implementados nos demais países da América Latina; é estimular a pesquisa para a construção de padrões de desenvolvimento de nosso país que não o façam um dos mais desiguais do mundo; é pensar as possibilidades de conclusão dos cursos para os jovens que por não poderem se manter na Universidade, após terem passado pelo funil do vestibular, são excluídos em uma segunda barreira, a da permanência no ensino superior; é discutir com a sociedade – sem entendê-la como sinônimo de mercado – o papel da universidade e reavaliá-la permanentemente para corrigir seus rumos futuros; é enfim, fazer de jovens e adultos seres críticos em face ao mundo em que vivemos - professores, técnico-administrativos e estudantes - comprometidos na realização da cultura como marca da realização plena da humanidade.

Diretoria da Adufrj-SSind

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Pró-reitoria de graduação apresenta estudo sobre cotas

Colegiado superior debate cotas social e de etnia

As duas últimas sessões do Conselho de Ensino de Graduação foram dedicadas à apreciação de um estudo realizado pela Pró-reitoria de Graduação (PR1) sobre o impacto da adoção de uma reserva de 20% das vagas oferecidas no vestibular da UFRJ para estudantes oriundos da rede pública do ensino médio. O colegiado não definiu uma posição sobre o assunto, mas o estudo gerou um intenso debate sobre a adoção de políticas compensatórias como as cotas para estudantes carentes ou oriundos da rede pública, chamadas cotas sociais, e as cotas para negros ou afrodescendentes.

O levantamento da Pró-reitoria levou em conta os dados do Vestibular 2003 e o critério foi a classificação associada a vagas destinadas a alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas. Uma das conclusões do estudo é que o sistema de acesso diferenciado para 20% das vagas nos cursos de graduação da UFRJ, em especial nos de alta procura como Medicina e Engenharia, amplia o acesso de alunos de rendas média e baixa. O desempenho acadêmico médio dos alunos em diversos cursos não seria afetado pelo ingresso dos alunos através das cotas.

O coordenador da comissão que preparou o levantamento, Maurício Luz, simulou uma situação em que a reserva de 20% das vagas para alunos das escolas públicas aumentaria de 0,1% para 15% a participação de estudantes com renda familiar de um a três salários mínimos nos dez cursos de maior procura.

Desempenho acadêmico

De acordo com os dados apresentados por Maurício, com a adoção de cotas para a rede pública não haveria diferença significativa entre as notas dos estudantes que seriam preteridos em relação às notas dos incluídos. De acordo como estudo, ao entrar com notas mínimas, o aluno oriundo da escola pública não teria necessariamente um desempenho insuficiente, pois não foi verificada alguma relação entre as notas do vestibular e o coeficiente de rendimento (CR) dos ingressos no primeiro semestre.

Polêmica

O debate sobre cotas no CEG revelou posições e interpretações bem diferenciadas acerca das chamadas políticas compensatórias. Na sessão do dia 7/4, a representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro, lembrou que o segmento defende a democratização do acesso às universidades públicas, mas não tem um posicionamento sobre a reserva de vagas. Ana Maria, que já participou da organização de vestibulares na universidade, manifestou preocupação com as cotas para as escolas públicas. “A maioria das escolas particulares não classifica seus alunos. O que existe é um conjunto de escolas particulares que têm boa participação. Entre as pública, as federais se destacam na classificação, as demais não”.

Para Ana Maria, a proposta de cotas pode significar um freio no crescimento da escola pública “que desvirtua o problema central da democratização do acesso à universidade pública que é a garantia da expansão do ensino médio público e a sua universalização”.

Reserva de vagas

Na semana passada, na sessão do dia 14/4, o colegiado continuou o debate sobre a democratização do acesso à UFRJ. O representante do CFCH e diretor da Faculdade de Educação, Marcelo Corrêa e Castro, se disse preocupado com o caráter populista da proposta de cotas. “Podemos estar entrando em uma grande jogada para que se realize a reforma universitária, na qual se repita a situação de sucateamento que foi criada para o sistema público da saúde e do ensino básico”, questionou.

O representante dos estudantes Luciano Barboza sugeriu que no estudo da reitoria fosse feita a separação entre os estudantes oriundos das escolas federais e os das estaduais. “Acho que a maioria vem das federais, como os Cefets e os colégios de aplicação”. O estudante fez questão de ressaltar que o DCE da UFRJ defende as cotas sociais e para negros, com políticas simultâneas de melhoria do ensinos fundamental e médio da rede pública. Luciano sugeriu que na proposta de cotas para a rede pública fosse inserido um corte social, ou seja, uma renda máxima para que os estudantes tenham direito a concorrer às vagas reservadas. Luciano solicitou ainda que fosse pautado o debate sobre cotas para negros na próxima sessão do colegiado.

Outras formas de acesso

A representante do CFCH, Ana Canen, sugeriu que o conselho discutisse novas formas de acesso, além do exame de conteúdos tradicional dos vestibulares. “Devemos repensar o exame de entrada. Podemos avaliar competências e habilidades em outras bases que não a conteudista”, disse sugerindo a avaliação da participação dos alunos em projetos de extensão que são realizados no ensino médio como um dos critérios para o acesso à universidade. A professora também considera que a política de cotas pode ser usada com fins populistas. Ela reconhece o preconceito contra a população negra, mas é contra as cotas raciais. “Trabalho com multiculturalismo em minha disciplina e acredito que temos que combater a exclusão no processo de ensino, dentro das escolas, e não apenas no ingresso”.

Escolas estaduais não inscrevem seus alunos

Para o pró-reitor José Roberto Meyer, o custo da taxa do vestibular pode ser um dos fatores que explica o fato de que apenas 20% dos 53 mil inscritos no último vestibular sejam oriundos de escolas estaduais. Para participar de todas os vestibulares das universidades públicas do Rio, o estudante gasta cerca de R$ 500,00. A taxa do vestibular 2004 da UFRJ foi de R$ 85,00. Nos últimos anos, as administrações das universidades estabeleceram uma cultura de fazer ‘caixa’ com o dinheiro arrecadado com as provas como uma das formas de sobreviver à escassez de recursos orçamentários.

José Roberto lembrou ainda que de 60% a 70% dos estudantes que terminam o ensino médio, a cada ano, são das escolas públicas estaduais. “Isto já é uma auto-exclusão. Dos aprovados, apenas de 10% a 12% são das estaduais”. Para José Roberto, não existe a ameaça de que a universidade pública seja sucateada a partir da adoção de políticas compensatórias, a exemplo do que aconteceu com a democratização do acesso ao ensino público básico, a partir da década de 1960.

Rápidas do CEG

Alojamento

O representante dos estudantes Luciano Barboza agradeceu à reitoria pelo cumprimento da pauta emergencial apresentada pelos estudantes do alojamento que incluía a melhoria do café da manhã e a dedetização do prédio. “Na semana passada, a PR1 encaminhou a nossa solicitação e voltamos a ter frutas no café da manhã, o que, para nós, é significativo. A dedetização também já começou”.

PIBIC

A representante do CCMN Maria Lúcia Patitucci protestou contra as novas normas do CNPq para o Programa de Bolsas de Iniciação Científica. Para a professora, o programa esta sendo desinstitucionalizado e não atende ao desenvolvimento da pesquisa na graduação. “Com as novas normas, o programa deixa de ser voltado para o ensino e passa a ser um apêndice da pós-graduação”. Maria Lúcia lembrou que, em 2003, o edital PIBIC foi discutido em sessão conjunta CEG e CEPG. Este ano, a discussão das normas e a definição do edital para as 714 bolsas foram tratados somente pelo colegiado de pós-graduação.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Colegiados

Estudantes da EBA protestam no Consuni

Instalações da Unidade apresentam riscos

Risco de desabamento, falta permanente de água, banheiros sem porta e condições de higiene, falta de bancadas e espaço para os ateliês. Este é o quadro da Escola de Belas Artes que funciona no prédio da reitoria, no Fundão. No mesmo local, convivem ainda a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Mobilizados, os estudantes da EBA realizaram mais uma manifestação na última sessão do Conselho Universitário (15/4) para reivindicar da reitoria ações emergenciais para os problemas da Unidade.

A diretora da EBA, Angela da Luz, fez um histórico da transferência da Escola, nos anos 1970, do Museu de Belas Artes, no Centro, para a Cidade Universitária e relatou a precariedade das instalações e as dificuldades vividas diariamente pelos alunos. "Apesar de tudo, a Escola tem formado grandes nomes no meio artístico brasileiro", disse. A diretora reconheceu, no entanto, o apoio da reitoria na recuperação das instalações da Unidade e citou o repasse de verbas para a recuperação de 400 obras raras que foram atingidas por uma inundação, em novembro do ano passado. O decano do Centro de Artes e Letras, Carlos Tannus, também reconheceu que as instalações da Unidade não são adequadas das disciplinas próprias do ensino das artes, como escultura e pintura.

Cerca de 100 estudantes da EBA protestaram na sessão do colegiado e pediram medidas urgentes para evitar eventuais 'tragédias', como o desabamento do teto das instalações da Escola. Estudantes do IFCS também estiveram presentes e prestaram solidariedade às reivindicações dos colegas. A representante do Centro Acadêmico de História Roberta Correia Maiani lembrou que o sucateamento das Unidades é conseqüência do processo de mercantilização do ensino e das políticas neoliberais do governo para a Educação. Roberta citou como exemplo o corte de R$ 900 milhões do orçamento da Educação promovido pelo governo Lula, este ano.

Manuella Soares

MAIS UMA VEZ, O CONSUNI FOI OCUPADO PELOS ESTUDANTES

Revitalização do movimento estudantil

A decana do CFCH, Suely de Almeida, destacou a importância da revitalização do movimento estudantil na universidade. A professora observou que os estudantes que protestam são de Unidades das chamadas áreas humanas e que isto pode revelar problemas estruturais decorrentes do sucateamento do ensino público e de uma determinada orientação da política universitária. "Não por acaso são estudantes do Direito, das Ciências Sociais e, agora, das Belas Artes que realizam estas manifestações. Não podemos esquecer que vivemos 12 anos de gestões que investiram no desmontes destas áreas (humanidades)".

Reitor não concorda com protesto da EBA

Quem não gostou muito dos veementes protestos dos estudantes da EBA foi o próprio reitor. Aloisio disse ter errado ao dar "tratamento diferenciado" à Unidade. Segundo o dirigente, logo que tomou posse, visitou as instalações da Escola e ficou revoltado com o que viu: "Os banheiros são pocilgas". Disse que a Escola deveria receber um prédio próprio, mas que a reitoria não tem recursos, no momento, para construir outra instalação para abrigar a Unidade.

O reitor relatou que, diante da situação da Escola, repassou 'por conta própria' R$ 61.284,00, enquanto que as outras Unidades receberam cifras bem menores do gabinete para infra-estrutura, em torno de R$ 5.000,00. Parte da verba da EBA já foi aplicada, segundo ele, na iluminação e na pintura dos corredores e outra parte já foi utilizada para a compra de material para a reforma dos banheiros.

Aloisio disse ter estranhado a rejeição pelos alunos de sua proposta de transferir o Museu D. João VI, que se encontra fechado, daquele prédio para o *campus* da Praia Vermelha. "Seria uma oportunidade de reabrirmos o museu e levarmos o acervo para a sociedade". Os estudantes, no entanto, não aprovam a proposta.

Em nota distribuída durante a sessão, o Centro Acadêmico da EBA afirma que não foi do reitor a iniciativa de recuperar as instalações da Unidade. "Existem pilhas, montes sem fim de memorandos, documentos sérios, respeitosos, com carimbos e assinaturas mil solicitando verba-concurso-equipamentos-reformas-

Professores concursados do Direito tomam posse no Consuni

Na sessão do dia 15/4, o reitor Aloisio Teixeira deu posse aos dez professores concursados pela Faculdade Nacional de Direito. Por conta de dificuldades criadas pela direção afastada da FND, os novos docentes tiveram que esperar meses, desde a realização do concurso, para ingressar no quadro da universidade.

Os novos professores da FND são: Geraldo Prado (Processo Penal), Carreira Alvim (Processo Civil), Thadeu Andrade da Cunha (Direito Tributário), Leandro Ribeiro da Silva (Civil), Marcelo de Araújo (Filosofia), Sidney Guerra (Direito Internacional Público), Carlos Japiassu (Direito Penal), Flávio Martins (Direito Civil), Juliana Magalhães (Sociologia), Margarida Lacombe (Metodologia). A diretora do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira Maíra Fernandes aproveitou a oportunidade para dar boas-vindas aos novos docentes e elogiou o processo de acompanhamento dos concursos por parte da reitoria e o fato de a solenidade de posse ter sido realizada em uma sessão do colegiado superior. "Talvez com a entrada destes professores concursados a gente possa reconstruir a Faculdade Nacional de Direito".

Manuella Soares

etc", diz o panfleto do CA.

Estudante cobra inclusão do tema na pauta do colegiado

O representante discente Pedro Martins cobrou a inclusão como primeiro ponto de pauta daquela sessão a situação da EBA, o que, segundo ele, havia sido decidido ao final da reunião do dia 25 de março, quando os estudantes da Faculdade de Direito realizaram protesto pelo afastamento do diretor daquela Unidade.

Aloisio disse que a solicitação dos alunos não foi votada na sessão do dia 25/3, mas que a inclusão do tema poderia ser solicitada naquele momento, o que foi feito pelo estudante. Apenas com os votos das bancadas estudantil e dos técnico-administrativos e de dois docentes, o colegiado decidiu não incluir o tema na pauta. O reitor disse que iria encaminhar a discussão sobre os problemas da Escola para o Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE).

Estudantes encaminharão pauta conjunta

Após a votação no Consuni, os estudantes da EBA realizaram uma assembléia dentro do gabinete do reitor e decidiram realizar aulas públicas nos dias que antecedem à próxima sessão do colegiado, de 26 a 28 de abril, no *hall* da reitoria. O objetivo dos alunos é mobilizar o segmento para a discussão dos problemas das Unidades e também para debater a reforma universitária. No dia 29/4, os representantes discentes encaminharão uma pauta conjunta com as reivindicações dos estudantes da UFRJ.

Colegiados

CEPG discute organização do *lato sensu* na UFRJ

Proposta é implantar os cursos nos sistemas de gerenciamento acadêmico da universidade

Em sua última sessão (16/4), o Conselho de Ensino para Graduados iniciou uma discussão que pode abrir uma das muitas caixas-pretas da universidade: a organização da pós-graduação *lato sensu* na UFRJ com o conhecimento público da arrecadação desses cursos. Embora o funcionamento das turmas de *lato sensu* seja necessariamente autorizado pelo CEPG, não existe um sistema que gerencie o conjunto desta modalidade.

Para um dos integrantes da comissão formada para tratar o assunto, o técnico-administrativo Giovani Zebende, existe um grande volume de pedidos de novos cursos do qual o conselho não consegue dar conta. Ele argumenta que, com os sistemas Siga e Sigma reunindo essas informações, a rotina dos processos seria mais ágil. Além disso, o técnico observa que, com uma base de dados organizada do *lato sensu*, seria possível saber a receita gerada por esses cursos, quantos professores da UFRJ estão envolvidos com a especialização, qual o número de alunos atendidos por esta modalidade, entre outras informações. As implicações são diversas: por exemplo, o número de docentes da universidade envolvidos no *lato sensu* poderia ser usado como critério a ser avaliado na época da concessão de professores substitutos para os cursos regulares. Giovani informa que existem cerca de 170 turmas de *lato sensu*, por ano, na universidade.

A comissão estuda a possibilidade de se fazer um teste de implantação dos dados das turmas de *lato sensu* de uma única Unidade para correção de possíveis falhas, antes de ampliar o cadastramento das informações para todos os cursos desta modalidade.

Colegiado debate programas de conceito três

Uma outra comissão formada no CEPG para acompanhar os programas de conceito três da UFRJ também apresentou um relatório parcial da situação. De acordo com uma das integrantes da comissão, a professora Andréia Frazão (CFCH), o grupo buscou dialogar com representantes de 14 dos 15 cursos que se encontram neste nível da avaliação da Capes – o programa de pós-graduação da Faculdade de Educação já tem uma comissão específica para tratar do assunto, desde os incidentes da gestão da ex-diretora Speranza França. Desses 14, alguns cursos já promovem, de acordo com Andréia, "iniciativas interessantes" para melhorar sua avaliação junto à agência de fomento. A fusão em andamento dos três programas da Faculdade de Odontologia, cujo curso de Periodontia estava mal avaliado, foi destacada pela professora.

Edital do Pibic está disponível

O pró-reitor José Luiz Monteiro anunciou ter recebido um comunicado oficial do CNPq que manteve o número da UFRJ (714) no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. O edital já está disponível na página eletrônica http://www.sr2.ufrj.br/pos/programa/pibic/pibic.htm. O edital para as duas mil bolsas do Pibic/Balcão deverá ser publicado pela agência de fomento até o dia 15 de junho.

Museu Nacional incomunicável

Paulo Buckup, professor do Museu Nacional, informou que sua Unidade, localizada na Quinta da Boa Vista, encontra-se mais isolada do que nunca do restante da UFRJ: a mesa telefônica do prédio quebrou há duas semanas e ainda não foi consertada, em mais uma demonstração do nível de sucateamento do ensino superior no país.

Rápidas do Consuni

Filosofia no vestibular

O pró-reitor José Roberto Meyer informou que o Conselho de Ensino de Graduação aprovou a inclusão da disciplina Filosofia no vestibular 2005 e solicitou a apreciação da proposta pelo Conselho Universitário. Os conselheiros decidiram encaminhar a decisão do CEG para a Comissão de Ensino e Títulos que deverá apresentar parecer nas próximas sessões.

Octávio Ianni

A decana do CFCH, Suely de Almeida, lamentou a morte do professor Octávio Ianni, "que muito contribuiu para o conhecimento da realidade brasileira".

Jurídico

Adufrj-SSind entra com ação contra desconto de aposentadoria

A Adufrj-SSind ingressou, em 2/4, com um Mandado de Segurança Coletivo na Justiça Federal (20045101006151-7) para evitar o desconto de 11% nos proventos dos aposentados sindicalizados a título de contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público (PSS). O desconto dos aposentados é uma das conseqüências da reforma da previdência, aprovada pelo governo no Congresso Nacional, no ano passado.

A ação da assessoria jurídica baseia-se na violação da cláusula pétrea da Constituição de 1988 de que o servidor receberá sua aposentadoria sem descontos, no princípio da segurança jurídica, da estabilidade da ordem jurídica, no princípio da isonomia, na natureza jurídica da contribuição previdenciária, no limite constitucional ao poder de tributar e na violação do princípio de não retrocesso social.

Seção sindical tem liminar favorável

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (Adufmat-SSind) obteve liminar favorável, em 17 de março, da 3ª Vara Federal, que impede o desconto previdenciário de 11% sobre as aposentadorias de seus sindicalizados.

Movimento

Assembléia rejeita proposta do governo

Professores reivindicam o cumprimento da pauta de reivindicações dos servidores

A proposta de reajustes diferenciados e a apresentação, por parte do governo, de tabelas salariais incompletas e justificativas mentirosas fez com que os professores presentes à última Assembléia Geral da Adufrj-SSind rejeitassem a alternativa dada pelo Ministério do Planejamento. Os professores reafirmaram as reivindicações da pauta da Campanha Salarial 2004 dos servidores públicos federais e exigiram a abertura efetiva de negociações com os representantes do funcionalismo, entre eles, o Andes-SN.

Diretor da Seção Sindical, o professor José Miguel comentou a postura do governo de não detalhar suas proposta salarial: "As informações são muito precárias. Até agora, não apareceu a tabela para os regimes de 20 e 40 horas, além dos dados dos professores em nível de aperfeiçoamento, especialização e doutores do regime de dedicação exclusiva. Essa tática de não informar completamente faz parte do jogo. A proposta é inaceitável", disse. Ele observou que, pelo indício de se incluir um abono na gratificação, a proposta consegue ser pior, na forma, que o abono de R$ 59 para todos do ano passado: "Pelo menos, o abono não estava atrelado aos pontos da GED", completou.

O professor Salatiel Menezes condenou a quebra da paridade da proposta governamental: "Isso é uma flagrante inconstitucionalidade e abre um precedente perigoso para quem está na ativa. É bom que se lembre que os da ativa de hoje serão os aposentados de amanhã", disse.

Cristina Miranda, que faz parte da diretoria do Andes-SN, ressaltou que o Sindicato tem participado da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre servidores e governo desde o início, mas a "negociação" só existe no nome. "Todos os ministros do Lula estavam na instalação da Mesa e disseram que não haveria perdas salariais", lembrou.

Presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann também criticou o mecanismo da mesa de "negociação", na qual o governo troca os seus representantes a cada reunião para atrasar o diálogo entre as partes. Ela também relacionou a atual proposta com a reforma previdenciária aprovada recentemente: "Contra a reforma da Previdência, já dizíamos que estava embutida uma política salarial de quebra da isonomia. Não precisou muito tempo para saber que a avaliação daquela época estava correta", destacou.

Marcos Antônio Carneiro, da Faculdade de Educação, estava indignado com o "reajuste" do governo: "Ano passado, jogamos pelo ralo a dignidade dos aposentados. O governo dizia que a folha dos aposentados é que pesava para não conceder um aumento para os da ativa. E agora? O que nós vamos fazer com esse 'reajuste'?", ironizou.

Aprovada participação em ato do dia 14

Diante da mobilização ainda insuficiente, os professores presentes decidiram não aprovar uma paralisação da UFRJ no Dia da Resposta dos SPF, marcada para 14/04. Foi aprovada a participação da Adufrj-SSind no ato dos servidores, que ocorreu no Centro do Rio (veja capa e página 7).

Eleição para o Conselho de Representantes

Foi aprovada uma alteração para tornar mais claro o Regimento Eleitoral da Seção Sindical (conforme antecipado em texto da edição anterior do Jornal da Adufrj, de 12/04). Com o novo texto, fica expresso que a convocação das eleições para o Conselho de Representantes, em caso de vacância dos cargos fora do período eleitoral normal (quando também se elege a nova diretoria do sindicato), é atribuição do Presidente da Adufrj-SSind. A nova redação do dispositivo define um prazo mínimo de 30 dias para a convocação (ver quadro).

A alteração vai proporcionar a realização de pleito para os cargos vagos do conselho junto da eleição para a Diretoria do Andes-SN, em 18 e 19 de maio, aproveitando a estrutura das seções eleitorais que serão formadas e o momento político privilegiado da eleição nacional.

Delegados da Adufrj-SSind à Plenária dos servidores

A Assembléia aprovou o nome do professor Salatiel Menezes (indicado pela base) para representar a Adufrj-SSind na Plenária dos servidores públicos federais, marcada para o domingo (18/04), em Brasília. O professor Walcyr de Oliveira Barros irá à plenária como representante indicado pela diretoria.

Reforma universitária

Último ponto da pauta, a reforma universitária recebeu várias críticas dos professores presentes. Cristina Miranda comentou que esta iniciativa governamental segue o mesmo caminho da contra-reforma da Previdência: não existe negociação. Ela lembrou o estudo de diversos especialistas da área que apontam para o desmonte do ensino público por medidas e projetos de lei pulverizados, em vez de um projeto global de reforma do ensino superior. A professora argumentou que os docentes deveriam ser alertados com urgência sobre os efeitos desta reforma.

Sara Granemann observou que a associação de reitores das federais (Andifes) também faz críticas à proposta de compra de vagas nas particulares com dinheiro público intitulada "Universidade para Todos". Sara citou ainda uma matéria do jornal Folha de S. Paulo que demonstra o mau uso dos recursos do Estado com as chamadas instituições "filantrópicas" (leia a coluna "resenha", nesta edição).

José Miguel lembrou a realização do primeiro seminário conjunto organizado sobre a reforma pelo Grupo de Trabalho conjunto da Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj sobre Política Educacional no dia 6 (ver Jornal da Adufrj nº 131, de 12/04). O professor informou que o próximo seminário deverá ter como tema a "produção do conhecimento", mas ainda não existe uma data definida.

Salatiel é o novo diretor da Adufrj-SSind

Kelvin Melo

A Assembléia Geral de 12/04 aprovou a indicação do nome de Salatiel Menezes dos Santos para a vaga de 2º vice-presidente da Adufrj-SSind. O professor, nascido em Triunfo (PE), lecionou na Universidade Federal de Pernambuco de 1961 a 1975 e, a pedido de Carlos Chagas Filho, fez concurso para o Instituto de Biofísica da UFRJ, onde ficou de 1975 a 1991. Fez seu mestrado e doutorado no próprio instituto e pós-doutorado, em Paris. Depois, tornou-se pesquisador 1A do CNPq. Trabalhou ainda em um hospital, na França, de 1993 a 2002.

Filiado à Adufrj-SSind desde os tempos da fundação, Salatiel passou a se interessar mais pelas atividades sindicais, após sua aposentadoria. Quando retornou ao Brasil, no período da última campanha para presidente da República, Salatiel passou a freqüentar as reuniões e assembléias da Seção Sindical. A partir daí, marcou presença nos eventos realizados pela Adufrj-SSind e nas manifestações e instâncias do movimento docente nacional.

Nova redação do § 2º do Art. 4º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind

Art. 4º...

...

§ 2º. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Representantes, a eleição para esse cargo, para complementação de mandato, poderá ser feita a qualquer momento, convocada pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, com pelo menos trinta dias de antecedência em relação à data das eleições.

...

Movimento

Servidores protestam contra política econômica

Dia do Trabalhador será em 30 de abril

Mais um passo foi dado na campanha salarial dos servidores. No último dia 14, o funcionalismo foi às ruas em todo o país para o Dia Nacional de Resposta à proposta salarial apresentada pelo governo. Os reajustes diferenciados por categoria, através de acréscimo nas gratificações produtivistas, com mais uma quebra da paridade entre ativos e aposentados, foram rejeitados pelos trabalhadores.

A atuação da Central Única dos Trabalhadores, que congrega as entidades do serviço público federal, também foi bastante criticada na manifestação do Rio de Janeiro. Em resposta à omissão da Central na defesa dos interesses dos funcionários públicos, o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública vai organizar um Dia do Trabalhador em data diferente do tradicional 1º de maio. Neste ano, os trabalhadores vão comemorar em 30 de abril, na Cinelândia, a partir do meio-dia. Haverá atividades na praça até o ato político das 18h, que será seguido ainda por atrações culturais.

No Rio de Janeiro, o protesto contra a atual política econômica ganhou um caráter especial , pois ocorreu nas proximidades da confluência das avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, no coração financeiro da cidade. Gilmar Cabral, do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Rio (Sintrasef-RJ), lembrou que, a cada governo, os servidores ganham um apelido pejorativo. “Já nos chamaram de vagabundos e, agora, somos privilegiados”. Gilmar falou dos lucros extraordinários apresentados pelos bancos – muitos deles no entorno da manifestação - para dizer quem eram os verdadeiros “privilegiados” do atual modelo econômico.

Servidores em resistência

O coordenador do Sintufrj Agnaldo Fernandes comentou que os servidores foram às ruas para deixar claro que “não irão se curvar aos ditames do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial”. Agnaldo também observou que Lula dá continuidade à política neoliberal de governos passados e citou a resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como um exemplo a ser seguido.

Denise Góes, também da coordenação do Sintufrj, afirmou que muitos funcionários públicos não estão mobilizados porque ainda acreditam no governo Lula, “que já não representa o conjunto dos trabalhadores”. Denise chamou a atenção para o fato de não aparecerem mais as bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos atos do funcionalismo. “A CUT não cumpre o seu papel mobilizador”, disse.

Reforma universitária criticada

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, aproveitou o protesto para falar da investida governamental no ensino superior público, através da reforma universitária. “A reforma proposta implica em acabar com a gratuidade das universidades públicas. Os trabalhadores e seus filhos não terão mais acesso a elas. As várias reformas que o governo Lula promove somadas ao indecente ‘abono’ salarial que o governo nos oferece e que contraria a proposta de política salarial reivindicada pelos servidores públicos federais, demonstram a clara intenção de concluir o desmonte do Estado brasileiro no que ele tem de defesa do mundo do trabalho”, criticou. Diante da manifestação que contava com cerca de 150 pessoas, Sara não desanimou: “A luta nunca começou com uma multidão, mas com aqueles que tiveram a coragem de iniciá-la”, disse.

Os alunos da UFRJ também marcaram presença no ato. Alguns mencionaram as recentes mobilizações estudantis na Faculdade Nacional de Direito e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e criticaram o papel governista assumido pela direção da União Nacional dos Estudantes. Victor Neves observou que o DCE vai mobilizar os universitários para o Dia do Trabalhador convocado pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência, no dia 30 de abril. “Nós, do DCE da UFRJ, somos contra a reforma universitária”, ressaltou.

Juarez Torres, diretor da Seção Sindical dos Docentes da UFF, fez questão de dizer que o protesto dos servidores não está baseado unicamente em uma questão salarial, mas em defesa dos serviços públicos. Também criticou o conteúdo da reforma universitária em andamento, que classificou como o “Proer para os tubarões do ensino privado”, em referência ao programa que ajudou os bancos no governo FHC. “Teremos um enfrentamento duríssimo em função da reforma universitária. E ainda teremos as reformas sindical e trabalhista”, disse.

Paralisação em outras universidades

Dezoito seções sindicais do Andes-SN participaram da paralisação do último dia 14 de abril. Na UFRJ, os técnico-administrativos também pararam no Dia da Resposta.

No final de semana, em Brasília, o setor das Federais do Andes-SN se reuniu, no sábado, dia 17/4, tendo como um dos pontos da pauta a data para a greve dos servidores. No domingo, 18/4, as categorias se reuniram na Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais para discutir a Campanha Salarial 2004, a proposta do governo e a construção da greve.

Viva Octávio Ianni !

Texto lido na Oficina Nacional de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, em 06.04.04, em Florianópolis, da qual participaram mais de 500 pessoa. Marilda Iamamoto - prof. Titular da ESS da UFRJ, foi aluna de Octávio Ianni.

No dia 04 de abril de 2004, o Brasil perdeu um de seus maiores intelectuais críticos, um grande professor e pesquisador incansável.

Não estamos aqui para dizer adeus a Octávio Ianni, apesar da profunda tristeza que invade os nossos corações.

Estamos aqui, para afirmar, sim, que você Ianni, com sua grandeza humana e seu trabalho, *permanece vivo entre nós*: entre seus amigos, alunos e companheiros. Está vivo na universidade brasileira, na comunidade intelectual latino-americana, na história cultural e política deste país.

Estão vivas a sua generosidade, sabedoria e simplicidade que só vicejam nos grandes mestres; a sua combatividade intelectual e política na defesa da verdade, denunciando os descaminhos do poder econômico, político e militar. Está viva a sua – e nossa - luta permanente por um novo projeto histórico comprometido com os “homens simples”, como dizia.

Você, paulista de Itu, no percurso dos seus 77 anos de vida, não se afastou das atividades acadêmicas na formação de docentes e pesquisadores, qualificando a universidade pública e formando gerações. Na trilha de Florestan Fernandes, participou da criação e difusão da mais fecunda tradição sociológica brasileira, fundada no pensamento social crítico. Expulso da USP nos anos negros da ditadura, enriqueceu a formação de cientistas sociais na PUC-SP. Há duas semanas atrás, ainda ministrava, para as novas gerações de pós-graduandos, sua última aula na UNICAMP...

Intelectual de esquerda, e pesquisador profícuo, o Prof. Ianni difundiu os resultados de suas análises e reflexões em uma das ricas e amplas obras da sociologia no país. Ela documenta parte da história do Brasil contemporâneo e do debate cultural que informou a construção do pensamento social crítico brasileiro.

Nós, assistentes sociais, docentes, discentes e pesquisadores, representados e presentes nessa Oficina Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS - saudamos a vida e a obra deste grande intelectual brasileiro.

Sua coerência teórica e seu compromisso ético-político ecoam com uma permanente referência profissional e acadêmica na vida de cada um de nós. A luta continua!

A nossa homenagem ao querido mestre.

Viva Otávio Ianni !

Marilda Villela Iamamoto.
Rio de Janeiro, 06 de abril de 2004.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

O desmonte do Estado francês

Martine Bulard

O avanço das políticas neoliberais no governo Raffarin coloca a França entre os países com atestado de bom comportamento na OCDE – redução nas aposentadorias, cortes nos salários, flexibilização dos direitos trabalhistas. E enriquecimento de quem vive na ciranda financeira

Ao ler os comentaristas, poder-se-ia ter a impressão de que os negócios da França são geridos com uma bonomia negligente. Fala-se de um governo "hesitante", de ministros "inconvenientes", de um poder "à deriva". É uma ilusão: com uma determinação infalível - que não exclui desvios e contornos - o governo de Jean-Pierre Raffarin atacou o que resta do modelo social francês.

Em 700 dias no poder, que balanço! Recuo do direito à aposentadoria; volta do controle da Justiça, com a lei Perben 2; diminuição das indenizações do seguro desemprego; aumento das isenções fiscais para os altos rendimentos; redução das taxas de reembolso dos cuidados médicos; diminuição das verbas para a pesquisa e a educação; preparação de uma "reforma" da Seguridade Social inspirada na das aposentadorias; desmantelamento programado da legislação do trabalho... São medidas perfeitamente coerentes: elas visam os pobres (em condições ainda mais precárias) e os ricos (sempre mais garantidos).

As medidas neoliberais visam os pobres (em condições ainda mais precárias) e os ricos (sempre mais garantidos)

Aos pobres, cortes

Apesar da franqueza evidente do primeiro-ministro, a brutalidade das decisões lembra que uma das características da elite é seu desprezo pelos cidadãos comuns. O ministro da economia Francis Mer não afirmou que: "Aqueles que ganham muito dinheiro o merecem: trazem para a sociedade de um valor superior àqueles que ganham menos[1] ?"

Esses "merecedores" demonstram sobretudo seus dons de predadores: os patrões das 40 maiores empresas concederam a si mesmos, entre 2000 e 2002, um aumento de salário de 84%! Sem falar nas ações preferenciais e outros benefícios... Obtiveram uma redução significativa do imposto de renda, já que dois terços dessa redução beneficiam os 10% dos lares mais ricos.

Atualmente uma em cada seis crianças vive numa família pobre, por causa do desemprego dos pais

Por outro lado, o governo e sua maioria suprimiram o seguro de "mãe sozinha", que beneficiava 40 mil pessoas entre as mais desfavorecidas. Atualmente uma em cada seis crianças vive numa família pobre, por causa do desemprego dos pais, mas também por causa da "insuficiência das transferências destinadas às crianças", segundo relatório recente[2] do Conselho de emprego, renda, coesão social (CERC).

Ao mercado, tudo

Além disso, o governo empreendeu um programa de remodelagem completa da sociedade, aplaudido pelo alto patronato[3] . Trata-se de fazer tábula rasa das proteções sociais e de entregar ao mercado tudo o que, ao longo das lutas, dele escapara. Uma tarefa ainda mais difícil, na medida em que, na França como em muitos países vizinhos, o edifício social está baseado no trabalho e nos assalariados.

Essa transformação acompanha a nova fase da valorização do capital, cujo espaço geográfico se amplia para o planeta e o espaço tempo se reduz à última sessão da bolsa de valores, o que mata no nascedouro toda e qualquer ambição industrial ou tecnológica e provoca reestruturações permanentes. Os "planos sociais" para conveniência da bolsa proliferam. Daí a vontade de incentivar as reestruturações aceleradas, enquanto, em 2003, pela primeira vez nos últimos dez anos, a França mais suprimiu do que criou empregos.

"A proteção do emprego faz o desemprego", garante-nos a vulgata neoliberal. Há mais de 20 anos, o dogma é aplicado, por pressão de instituições pretensamente neutras, como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Desde 1989, esta última indicava a "rigidez do mercado de trabalho francês", razão pela qual os direitos foram jogados no lixo, ora por governos de esquerda, ora pelos de direita. Sem com isso regulamentar nada, pelo contrário. Assim sendo, suprimiu-se a autorização administrativa de demissão, atacou-se o contrato por tempo indeterminado (atualmente, cerca de 80% das contratações se fazem por tempo determinado), impôs-se o tempo parcial para as mulheres, suspendeu-se o controle do substituto (até 40% do pessoal de determinados grupos). Inventaram-se os horários móveis, a contagem anual do tempo de serviço e a flexibilização generalizada...

Sem emprego e sem seguro

Esse programa lembra estranhamente as "sessenta recomendações"[4] imperativas fixadas pela OCDE em 1994, assim formuladas: "Rever as disposições relativas à seguridade do emprego, aumentar a flexibilidade do tempo de serviço a curto prazo e por prazo indeterminado (...), agilizar as despesas com o desemprego, favorecer os contratos amigáveis entre trabalhadores e empregadores" etc.[5] A cada ano, a OCDE transforma-se em juiz. Parabeniza a Bélgica que, a partir de 1993, "tornou mais duras as condições de concessão de seguro desemprego", depois os Países Baixos em 1996, depois a França em 1999. Em 2002, os pontos positivos vão para a Alemanha, a Bélgica, a Espanha e a Suécia, que "flexibilizaram as regulamentações aplicáveis ao contrato por tempo determinado e às agências de trabalho temporário".

O governo faz tábula rasa das proteções sociais e entrega ao mercado tudo o que, ao longo das lutas, dele escapara

Durante certo tempo discriminada (sobretudo por causa das 35 horas de trabalho semanal), a França juntou-se ao batalhão dos alunos-modelo, de maneira singular com a expulsão de desempregados do sistema de indenização[6] (180 mil em 1º de janeiro de 2004) - que não é suficiente, no entanto, para impedir o aumento do número dos sem-emprego. As vítimas vêem-se acusadas de desonestidade, ameaçadas de punição. O relatório Marimbert sobre a privatização da Agência Nacional para o Emprego denuncia "as dificuldades crônicas" em verificar se os desempregados procuram de fato um emprego, enquanto o Tribunal de Contas lamenta "a falta de empenho dos controles da procura por emprego" e "a baixa taxa de punição"[7] . O modelo é a Alemanha de Gerhard Schröder, que duplicou, entre novembro de 2002 e novembro de 2003, o número de seguros desemprego suspensos por causa de "não procura efetiva" de emprego.

É provável que alguns passem por entre as malhas da rede e se beneficiem com o sistema de seguro desemprego. Mas, na França, o que choca é sobretudo o nível recorde de supressões administrativas: 225 408 em 2000, 395 007 em 2003[8] . Tanto que só 48% dos desempregados recebem seguro desemprego. O governo pretende, no entanto, acelerar as exclusões. Os desempregados atingidos pela diminuição do abono especial de solidariedade (ASS) vão se tornar "sem direitos". No máximo, vão receber a renda mínima de inserção (RMI), em breve corrigida para menos sob a forma de renda mínima de atividade (RMA).

Trabalho precarizado

Suspeitos de viverem como privilegiados - com um pouco mais de 13 euros por dia! - os "eremistas", que viraram "eremastas", devem aceitar qualquer emprego sub-remunerado, sem nem mesmo ter direito aos benefícios garantidos aos assalariados (não contribuem para a aposentadoria, por exemplo). Essa RMA vai cair do céu para um empregador que disporá de um assalariado, muitas vezes especializado (27% dos beneficiários da RMI têm curso médio completo e até mais), com dois terços pagos pela coletividade e sem direitos trabalhistas, ou quase. Os grandes pontífices do liberalismo chamam isso de "flexibilização das políticas de emprego".

Uma vez precarizados os assalariados mais frágeis, é preciso atacar os que não o são ainda. Em nome da igualdade de tratamento com "os trabalhadores temporários", a OCDE exige "uma liberalização da legislação em matéria de proteção do emprego para os trabalhadores permanentes"[9] (leia-se: os contratados por tempo indeterminado e os funcionários públicos). Alguns intelectuais em boas relações com o governo popularizam esses temas, que às vezes a mídia se diverte em contrapor. Atacando a "França que decai", Nicolas Baverez garante que os franceses "fizeram a escolha do crescimento lento e do desemprego para evitar a reforma do Estado-Providência"[10] , a ser feita urgentemente. Negando qualquer idéia de

declínio, Jacques Marseille chega a uma conclusão similar: "O desemprego não está ligado ao crescimento, mas à ação de três pobres coitados: o Estado, os sindicatos e a Educação Nacional". E ele conclama logicamente a derrubar "a fortaleza dos assalariados estatutários"[11].

Também é este o objetivo de Chirac e Raffarin. Assim como para a aposentadoria ou a seguridade social, eles preparam o terreno com um relatório, o de Michel de Virville. Esse ex-diretor geral da Renault, bem conhecido na Bélgica pelo fechamento abrupto da fábrica de Vilvoorde em 1997, propõe um supercontrato por duração determinada de cinco anos para os executivos, a criação de um "direito de pedágio das demissões" (uma espécie de taxa por empreitada que exonera os empregadores de todo e qualquer plano social e outro recurso), a limitação dos direitos das comissões de fábrica, a marginalização dos juízes em caso de conflito, e a preeminência do acordo de empresa sobre as convenções de setor e mesmo sobre a lei. Encontra-se aqui o famoso contrato "amigável" de que falava a OCDE desde 1994. O trabalho voltaria a se tornar uma relação puramente mercantil, no âmbito de um contrato "livremente" acertado entre o empregador todo poderoso e o assalariado desfavorecido - uma versão moderna da fábula da raposa "livre" no galinheiro "livre", já denunciada por Karl Marx.

A França juntou-se aos alunos-modelo da OCDE, com a expulsão de desempregados do sistema de indenização

Privatização do Estado

Essa fragilização programada dos direitos coletivos é acompanhada por uma redução do campo dos serviços públicos, que trariam uma certa proteção. Depois da privatização de uma parte das aposentadorias, o governo gostaria de transferir toda uma parte do seguro saúde para as companhias de seguro. A pesquisa pública é deixada de lado, enquanto aumentam os auxílios ao setor privado. Para sobreviver, o ensino superior é obrigado a passar o chapéu para fundos privados. No entanto, os estragos da privatização do transporte ferroviário no Reino Unido ou da eletricidade nos Estados Unidos, o insucesso dos fundos de pensão norte-americanos - que solicitam de agora em diante o auxílio público federal[12] - não deveriam levar a uma mudança de orientação?

Contrariamente às aparências, os entusiastas do liberalismo nada têm contra o Estado... se este servir de muleta para o capital. Aqueles que denunciam as despesas públicas abstêm-se de lembrar que os incentivos ao investimento, ao emprego ou à exportação representam mais de 100 bilhões de euros que escapam de qualquer controle. O que espera, portanto, o Tribunal de Contas, tão preocupado com o custo da indenização dos desempregados, para denunciar esse escândalo permanente?

Pois esses fundos públicos não criam empregos nem reforçam a indústria ou os serviços, e promovem menos ainda um novo tipo de desenvolvimento: 70% dos recursos dos grupos franceses desaparecem em dividendos, em juros e em aplicações financeiras. Em 2000, eles compraram ativos no exterior a preço de ouro, a ponto de propulsar a França à colocação de segundo investidor mundial. Como explica o economista Claude Picart num estudo muito oficial[13], disso resulta "uma transferência (de recursos) da França para o exterior, sobretudo para os Estados Unidos. Isso se traduz por um aumento dos dividendos depositados pela base produtiva (...) e pode, portanto, levar a uma política mais restritiva (salários, investimento)". Dito de forma mais direta, os assalariados e os desempregados pagam as operações financeiras das multinacionais no exterior. Depois de uma pausa por causa da anemia da bolsa, essas aquisições-fusões, que consomem muito dinheiro sem criar um centavo de riquezas suplementares, recomeçaram com mais intensidade , como a operação Aventis-Sanofi. Para fazer essa guerra das OPA, o que poderia ser chamado de "internacional financeira" precisa de assalariados tão "fluidas" quanto o capital, tendo na mira uma nova degringolada da massa salarial.

Caminho da reação

A totalidade é acompanhada por um sistema repressivo ainda mais pernicioso na medida em que parece funcionar em proveito dos mais frágeis, enquanto favorece os fortes. A defesa da escola serve de pretexto para Nicolas Sarkosy propor a presença de um policial nos colégios e liceus, enquanto são suprimidos cargos de professores e de vigilantes. A chantagem com o emprego faz chegar a repressão sindical que vai da demissão dos assalariados e representantes sindicais até os processos contra militantes[14]. Quando o Estado social recua, o Estado penal avança.

Mas os assalariados não têm como vocação abandonar sua cidadania na porta da empresa. E o poder público não é destinado a transferir suas prerrogativas aos proprietários do capital, como fez desde o início dos anos 1980. Talvez seria hora de remanejar um contrato social coletivo, de inventar regras, em âmbito francês, europeu e mundial, para se opor à onipotência do mercado e tirar dele setores inteiros da atividade humana (cultura, educação, patentes, água...).

Evidentemente, o movimento social ainda está atônito por não ter conseguido fazer com que governo recuasse na questão das aposentadorias. Continua enfraquecido por uma esquerda que não aprendeu nada com seus insucessos de ontem e que se revela incapaz de apresentar a menor alternativa. Os sindicatos permanecem divididos. As greves que acontecem aqui e ali continuam voltadas para a empresa, e terminam com mais ou menos sucesso. Não são, por isso, inúteis. Além de servirem para limitar os estragos, permitem aos que as conduzem (re)conquistar uma dignidade pessoal e coletiva. Ao dizer "não", os assalariados e os desempregados contribuem também para lançar pistas para um projeto de reformas radicais na medida do estado de urgência social da França (e da Europa).

---

* Editora do Le monde diplomatique
Trad. Regina Salgado Campos

1 *France 2*, 15 de setembro de 2003.

2 "Les enfants pauvres en France". Rapport n.4, fevereiro de 2004, La Documentation française. Um quarto das crianças pobres vive em famílias de imigrantes.

3 Ernest-Antoine Seillères, entrevista coletiva, 13 de janeiro de 2004.

4 "La stratégie de l'OCDE pour l'emploi", OCDE, Paris, 1994.

5 Ler de Serge Halimi, *Le grand bond en arrière*, Fayard, 2004, e de Jacques Nikonoff, "Le défi social", *Manière de Voir*, n. 66, novembro-dezembro de 2002.

6 Com o apoio de sindicatos, sobretudo da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT).

7 Jean Marimbert, "Le rapprochement des services de l'emploi", janeiro de 2004, www.travail.gouv.fr e "Le contrôle des demandeurs d'emploi", janeiro de 2004, www .ccomptes.fr

8 Ministério do Trbalho e CGT-Desempregados. Com as supressões em razão da ausência ao controle dos solicitantes, o número multiplicou-se por 2,5.

9 "Performance récente du marché du travail et réformes structurelles", OCDE, Paris, 2002. Ler também "Unemployment and labour marcket institutions: why reforms pays off ", FMI, Washington, 2003.

10 *La France qui tombe,* Edition Perrin, Paris, 2003.

11 *La guerre des 2 France,* Plon, Paris, 2003. E entrevista em *Marianne*, 2 de février de 2004, Paris.

12 David Finkel, "Over 50 and a slave to health insurance", *Washington Post*, 13-19 de outubro de 2003.

13 "Internationalisation et endettement des grands groupes français, à la fin des années 1990", *Economie et satistique,* n. 363-365, 2003. Ler também de Nasser Mansouri-Guilani, "Mobiliser les ressources des entreprises", *Analyses et Documents économiques*, n. 94 , setembro de 2003.

14 O caso de José Bové não é isolado. Cf. o relatório da Confédération internationale des syndicats libres (CISL) e *l'Humanité*, 14 de janeiro de 2004 .

Resenha

"Filantrópicas" ganham R$ 839,7 milhões

Números oficiais mostram que os incentivos já concedidos pelo governo federal às chamadas instituições filantrópicas de ensino superior seriam suficientes para dobrar o número de alunos nas federais. Beneficiadas com isenção fiscal, as filantrópicas deixam de pagar ao governo R$ 839,7 milhões anuais (sendo R$ 634 milhões de Previdência e R$ 205,7 milhões de imposto de renda). Estudo da gestão Cristovam Buarque indica que seriam necessários R$ 800 milhões a R$ 1 bilhão para criar cerca de 520 mil matrículas nas 43 universidades federais (Folha de S. Paulo, 12/04).

Reforma aumenta imposto sindical

A reforma sindical, mais uma contra-reforma do governo em curso, pode obrigar os trabalhadores a pagarem mais imposto. De acordo com matéria do Jornal do Brasil (9/04), sindicalizado ou não, o assalariado será descontado em até 1% do rendimento líquido auferido no ano anterior. Hoje, só é descontado um dia de trabalho por ano, no mês de março. Vale lembrar que o Andes-SN devolve aos sindicalizados o valor do imposto sindical eventualmente cobrado pelos patrões e suas atividades são financiadas apenas pelas contribuições voluntárias dos professores.

Gasto social estagnado

Levantamento feito pela Folha de S. Paulo (11/04) demonstra que os gastos sociais ficaram praticamente estagnados no primeiro ano do governo Lula (11,32% em 2003 contra 10,85% de 2002, no final do governo FHC). Nesse montante, houve redução orçamentária para as áreas de saúde, educação e organização agrária. A matéria observa que o resultado é frustrante se comparado ao discurso histórico do PT e às promessas eleitorais de combate à miséria e ampliação dos serviços do Estado.

Passeata reprimida no Sul

No dia 7 de abril, o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato) organizou uma "passeata luminosa", assim chamada em alusão à Semana Santa, numa forma bem humorada de protestar contra o governo local. A categoria reivindica 28% de reajuste, entre outros pontos. Ocorre que, durante o protesto, os trabalhadores foram violentamente reprimidos pela polícia. O Andes-SN divulgou, na semana que passou, um manifesto de apoio à luta do CPERS. No documento, o Sindicato Nacional cobra das autoridades constituídas no estado a apuração e a conseqüente responsabilização pelos fatos do dia 7 de abril.

Eleição Andes-SN

NOMINATA DA CHAPA 2

Uma Nova Andes é Possível – Plural e de Luta

PRESIDENTE - Gil Vicente Reis de Figueiredo – ADUFSCar
1º VICE PRESIDENTE - Eduardo Rolim de Oliveira – ADUFRGS
2ª VICE PRESIDENTE - Edilza Joana Oliveira Fontes – ADUFPA
3ª VICE PRESIDENTE - Beatriz d'Araújo Couto – APUBH

SECRETÁRIA GERAL - Cássia Damiani – ADUFC
1º SECRETÁRIO - Antônio Passos Lima Filho – ADUFAL
2º SECRETÁRIO - Homero Catão Maribondo da Trindade – ADUFPB
3º SECRETÁRIO - Fernando Antônio Sampaio de Amorim – ADUFRJ

1ª TESOUREIRA - Denise Maria Maia – APUFPR
2ª TESOUREIRA - Eliane Leão – ADUFG
3ª TESOUREIRA - Maria Auxiliadora Leal Campos – ADUPE

REGIONAL NORTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Manoel Coracy Saboia Dias – ADUFAC
2º VICE-PRESIDENTE: Selma Suely Baçal de Oliveira – ADUA
1º SECRETÁRIO: Parmênio Camurca Citó – SESDUF-RR
2º SECRETÁRIO: Iraildes Caldas Torres – ADUA
1º TESOUREIRO: Domingos José de Almeida Neto – ADUFAC
2º TESOUREIRO: Teresa Cristina Ramos – ADUNIR

REGIONAL NORTE II
1º VICE-PRESIDENTE: Antônio José Figueiredo Moreira – ADFCAP
2º VICE-PRESIDENTE: Antônio Sérgio Filocreão – SINDUFAP
1º SECRETÁRIO: Carlos Augusto Cordeiro Costa – ADFCAP
2º SECRETÁRIO: Jorge Garcia Filgueiras – ADUFPA
1º TESOUREIRO: Aluísio Fernandes da Silva Júnior – ADUFPA
2º TESOUREIRO: Joaquim Maia de Lima – ADUFPA

REGIONAL NORDESTE I
1º VICE-PRESIDENTE: José Maria de Sales Andrade Neto – ADUFC
2º VICE-PRESIDENTE: Helder Machado Passos – APRUMA
1º SECRETÁRIO: Leonardo Ferreira Soares – ADUFPI
2º SECRETÁRIO: Raimundo Pedro Nery dos Santos – APRUMA
1º TESOUREIRO: Sandra Helena de Souza - ADUNIFOR
2º TESOUREIRO: José da Cruz Bispo de Miranda – ADCESP

REGIONAL NORDESTE II
1º VICE-PRESIDENTE: Francisco Jaime B. Mendonça – ADUFEPE
2º VICE-PRESIDENTE: Antônio Guedes Rangel Júnior – ADUEPB
1º SECRETÁRIO: Severino Francisco de Oliveira – ADUFPB
2º SECRETÁRIO: Maurino Medeiros de Santana – ADUFCG
1º TESOUREIRO: Ademir Gomes Ferraz – ADUFERPE
2º TESOUREIRO: Francisco Wellington Duarte – ADURN

REGIONAL NORDESTE III
1º VICE-PRESIDENTE: Joviniano Soares de Carvalho Neto – APUB
2º VICE-PRESIDENTE: Ana Angélica Leal Barbosa – ADUSB
1º SECRETÁRIO: Josely Pereira Muniz – ADUCSAL
2º SECRETÁRIO: Maria de Lurdes Barros da Paixão – ADUSC
1º TESOUREIRO: Marcos Antonio da Silva – ADUFS
2º TESOUREIRO: Elvira Barbosa Quadros Côrtes – APUB

REGIONAL PLANALTO
1º VICE-PRESIDENTE: Maria Francisca Pinheiro Coelho – ADUnB
2º VICE-PRESIDENTE: Abraão Garcia Gomes – ADUFG
1º SECRETÁRIO: Paulo Afonso Francisco de Carvalho – ADUnB
2º SECRETÁRIO: Fábio Henrique Duarte – SEDUFT
1º TESOUREIRO: Peter Fischer - ADUFG
2º TESOUREIRO: Dirceu Luiz Hermann – ADCAJ

REGIONAL PANTANAL
1º VICE-PRESIDENTE: Wilson Ferreira de Melo – ADUFMS
2º VICE-PRESIDENTE: Manoel Francisco de Vasconcelos Motta – ADUFMAT
1º SECRETÁRIO: Anderson Gheller Fröehlich – ADUNEMAT - Tangará Serra
2º SECRETÁRIO: Flavio Dantas dos Santos – ADUFMS
1º TESOUREIRO: Osvaldo Nunes Barbosa – ADUFMS
2º TESOUREIRO: Sérgio Sebastião Negri, ADUFMAT - Rondonópolis

REGIONAL LESTE
1º VICE-PRESIDENTE: Rosângela Carrusca Alvim – APUBH
2º VICE-PRESIDENTE: Ângelo Gil Pezzino Rangel – ADUFES
1º SECRETÁRIO: Otávia Fernandes de Souza Rodrigues - APUBH
2º SECRETÁRIO: Manoel Ribeiro da Silva – APROEFEI
1º TESOUREIRO: Jaime Roberto Teixeira Rios – ADUFOP
2º TESOUREIRO: Euclides Honório de Araújo – ADUFU

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1º VICE-PRESIDENTE: Giuseppe Mario Cocco – ADUFRJ
2º VICE-PRESIDENTE: Julio Cezar Vaz da Silva – ADCEFET - RJ
1º SECRETÁRIO: Daniel Aarão Reis Filho – ADUFF
2º SECRETÁRIO: Mauro José Sá Rego Costa – ASDUERJ
1º TESOUREIRO: João Ramos Torres de Mello Neto - ADUFRJ
2º TESOUREIRO: Flávio Costa Miguens – SESDUENF

REGIONAL SÃO PAULO
1º VICE-PRESIDENTE: Denis Luis de Paula Santos – ADUFSCar
2º VICE-PRESIDENTE: Maria Aparecida de Aquino – ADUSP
1º SECRETÁRIO: José Ricardo Figueiredo – ADUNICAMP
2º SECRETÁRIO: Dilma de Melo Silva – ADUSP
1º TESOUREIRO: Luís Alfredo Chinali – ADUNESP
2º TESOUREIRO: Elaine Skorzenski Gonçalves dos Santos – ADFATEC

REGIONAL SUL
1º VICE-PRESIDENTE: Paulo Cezar de Freitas Mathias – VPR-Sul
2º VICE-PRESIDENTE: Milton Muniz – APUFSC
1º SECRETÁRIO: Maria Eliza Giusti - APUFPR
2º SECRETÁRIO: Clair Castilhos Coelho – APUFSC
1º TESOUREIRO: Elizabeth de Araújo Schwarz – APUFPR
2º TESOUREIRO: Osni Jacó da Silva – APUFSC

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
1º VICE-PRESIDENTE: João Eduardo da Silva Pereira – SEDUFSM
2º VICE-PRESIDENTE: Regina Helena Rodrigues Gonçalves – ADUFPel
1º SECRETÁRIO: Daniela Marzola Fialho – ADUFRGS
2º SECRETÁRIO: Maria Beatriz Mecking Caringi - ADUFPel
1º TESOUREIRO: Julio Cezar Colveiro – SEDUFSM
2º TESOUREIRO: Carlos Schmidt – ADUFRGS

calendário das eleições para a diretoria do Andes-SN - biênio 2004-2006

ABRIL/2004

09 – Data limite para registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos;

15 – Data limite para que as Seções Sindicais e/ou Secretarias Regionais informem à CEC se os candidatos inscritos pertencem aos quadros de sindicalizados do ANDES-SN até o dia 08 de dezembro de 2003 e se estavam e estão em dia com sua contribuição até o dia 08 de março de 2004;

16 – Data limite para que as Secretarias Regionais forneçam a listagem completa dos sindicalizados, via Secretaria Regional, para as Seções Sindicais onde os mesmos estarão aptos a votar;

16 – Data limite para que as Secretarias Regionais informem aos sindicalizados, via Secretaria Regional, a Seção Eleitoral onde os mesmos estarão aptos a votar;

19 – Data limite para as Seções Sindicais e as Secretarias Regionais enviarem para a CEC a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito do voto;

22 – Data limite para solicitação de alteração na composição das chapas, ficando estabelecido o horário limite de 18 horas;

22 – Data Limite para as chapas inscritas encaminharem o material para ser divulgado no InformAndes Especial;

30 – Data limite para divulgação, pela CEC, dos colégios eleitorais, local e nacional;

30 - Data limite para remessa do

Eleição Andes-SN

NOMINATA DA CHAPA 3

Andes AD - Autônoma e Democrática Para Não Apagar o Futuro

PRESIDENTE: Marina Barbosa Pinto - ADUFF S.Sind.
1º VICE-PRESIDENTE: Paulo Marcos Borges Rizzo - APUFSC SSind
2º VICE-PRESIDENTE: Osvaldo Coggiola – ADUSP
3ª VICE-PRESIDENTE: Maria Inês Corrêa Marques - APUB S.Sind e ADUCSAL SSind

SECRETÁRIO GERAL: Márcio Antônio de Oliveira – APES-JF SSind
1ª SECRETÁRIA: Milena Martinez – APUFPR - SSind
2º SECRETÁRIA: Céres Maria Ramires Torres - ADUFPEL SSind.
3ª SECRETÁRIO: Edmundo Fernades Dias - ADUNICAMP

1º TESOUREIRO: Antônio de Pádua Bosi – ADUNIOESTE SSind
2º TESOUREIRA: Zenilde Moreira Borges de Morais– ADUFERPE SSind
3º TESOUREIRO: Edna Maria Magalhães do Nascimento – ADUFPI SSind

REGIONAL NORTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Jorge Luiz Coimbra de Oliveira – ADUNIR SSind
2º VICE-PRESIDENTE: Francisco Jacob Paiva da Silva - ADUA SSind.
1ª SECRETÁRIA: – Nazira Correia Camely - ADUFAC SSind
2ª SECRETÁRIA: Francisco de Paula Brito – SESDUF – RR SSind
1º TESOUREIRO: Carlos Luis Ferreira da Silva – ADUNIR SSind
2º TESOUREIRA: Ana Cristina Fernandes Martins – ADUA SSind

REGIONAL NORTE II
1ª VICE-PRESIDENTE: Suelene Leite Pavão - ADUFPA SSind
2ª VICE-PRESIDENTE: Marinalva Silva Oliveira – SINDUFAP SSind
1ª SECRETÁRIO: Paulo de Jesus Santos – ADFCAP SSind
2ª SECRETÁRIA: Olgaíses Cabral Maués – ADUFPA SSind
1º TESOUREIRO: Benedito Gomes Santos Filho - ADFCAP SSind.
2º TESOUREIRA: Sandra Bernadete Moreira – ADUFPA SSind

REGIONAL NORDESTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Rosilda Silva Dias – APRUMA SSind
2ª VICE-PRESIDENTE: Maria do Céu de Lima – ADUFC SSind.
1º SECRETÁRIO: Antônio de Pádua Rodrigues - ADUFPI SSind
2ª SECRETÁRIA: Emmanoel Lima Ferreira – SINDURCA SSind
1º TESOUREIRO: José Menezes Gomes – APRUMA SSind
2ª TESOUREIRA: Nouga Cardoso Batista – ADCESP

REGIONAL NORDESTE II
1º VICE-PRESIDENTE: Ibiraci Maria Fernandes Rocha – ADURN SSind
2ª VICE-PRESIDENTE: Levy Paes Barreto - ADUFERPE SSind
1ª SECRETÁRIA: Simone Sette Lopes – ADUFEPE SSind
2ª SECRETÁRIO: Carlos Augusto de Amorim Cardoso – ADUFPB-JP SSind
1º TESOUREIRO: Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB SSind
2º TESOUREIRO: Geraldo Marques Carneiro - ADUERN SSind.

REGIONAL NORDESTE III
1ª VICE-PRESIDENTE: Zózina Maria Rocha de Almeida – ADUNEB SSind
2º VICE-PRESIDENTE: Terezinha Maria Barros Santos – ADUCSAL SSind
1ª SECRETÁRIA: Claudete Sales Sampaio – ADUFS-SE SSind
2º SECRETÁRIO: Jorge Luiz Bezerra Nóvoa - APUB SSind
1ª TESOUREIRA: Wânia Souza Andrade - ADUCSAL SSind
2º TESOUREIRO: Joselito Brito de Almeida – ADUNEB SSind

REGIONAL PLANALTO
1º VICE-PRESIDENTE: Enoch José da Mata – ADUFG SSind
2ª VICE-PRESIDENTE: Maria Abádia da Silva – ADUNB SSind
1ª SECRETÁRIA: Maria do Carmo Morales Pinheiro – ADCAC SSind
2º SECRETÁRIO: Helder Barbosa Paulino – ADCAJ SSind
1ª TESOUREIRA: Gene Maria Vieira Lyra Silva - ADUFG SSind
2ª TESOUREIRO: Antonio Roberto Medeiros Braga – SINDCEFET-GO SSind

REGIONAL PANTANAL
1º VICE-PRESIDENTE: Cláudio Freire de Souza – ADourados SSind
2º VICE-PRESIDENTE: Antônio Gonçalves Vicente (Tati)– ADUFMAT-ROO SSind.
1º SECRETÁRIO: Aguinaldo Lenine Alves – ADUEMS SSind
2º SECRETÁRIO: Iva Ferreira Gonçalves – ADUFMAT Ssind.
1º TESOUREIRO: Pedro de Assis e Silva Filho – ADUFMAT Ssind.
2º TESOUREIRO: José Luiz Finocchio – ADUFMS SSind

REGIONAL LESTE
1ª VICE-PRESIDENTE: Maria Rosimary Soares dos Santos - APUBH SSind.
2ª VICE-PRESIDENTE: Gilberto Marques Pereira - SINDCEFET-MG SSind
1ª SECRETÁRIA: Aloízio Soares Ferreira – ASPUV – SSind
2ª SECRETÁRIA: Maristela Nascimento Duarte – ADFUNREI SSind
1º TESOUREIRA: Ranah Manezenco Silva – ASPUV – SSind
2º TESOUREIRO: Roberto Alves Braga Jr. - ADUFLA SSind

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1ª VICE-PRESIDENTE: Paulo Antonio Cresciulo de Almeida - ADUFF SSind
2ª VICE-PRESIDENTE: Roberto Leher – ADUFRJ SSind
1º SECRETÁRIA: Sonia Lúcio Rodrigues de Lima - ADUFF SSind
2º SECRETÁRIO: Wilson Paes de Macedo – ASDUERJ SSind
1º TESOUREIRO: Rômulo Garcia de Andrade – ADUR-RJ SSind
2ª TESOUREIRO: Carlos Alberto Lima – ADUNI-RIO SSind

REGIONAL SÃO PAULO
1ª VICE-PRESIDENTE: Ana Maria Ramos Estêvão – ADUNESP SSind
2º VICE-PRESIDENTE: Iole Ilíada Lopes - VPR Regional - SP
1º SECRETÁRIO: Itamar Ferreira – ADUNICAMP SSind
2ª SECRETÁRIA: Líria Maria Bettiol – APESFUNEC SSind
1º TESOUREIRO: Nylson Gomes da Silveira Filho – ADUNIFESP SSind
2º TESOUREIRO: Carlos Alberto Olivieri – ADUFSCar SSind

REGIONAL SUL
1º VICE-PRESIDENTE: Hélvio Alexandre Mariano – ADUNICENTRO SSind
2º VICE-PRESIDENTE: Edson Domingos Fagundes - SINDOCEFET-PR SSind
1º SECRETÁRIA: Maria da Graça N. Bollmann – APUFSC - SSind
2º SECRETÁRIO: Geraldo Pereira Barbosa – ADESSC SSind
1º TESOUREIRO: Adilson Gil Tavares - SINDOCEFET-PR SSind
2º TESOUREIRA: Sandra Mara Alessi Muntsch - APUFPR SSind.

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
1ª VICE-PRESIDENTE: Luiz Henrique Schuch - ADUFPel SSind
2ª VICE-PRESIDENTE: Hugo Gomes Blois Filho – SEDUFSM SSind
1º SECRETÁRIA: Lorena Almeida Gill - ADUFPel SSind
2ª SECRETÁRIA: Rejane Terezinha Pereira dos Santos – SEDUFSM SSind
1º TESOUREIRO: Ângelo F. Maffissoni - APROFURG SSind.
2º TESOUREIRO: Luis Eduardo de Souza Robaina – SEDUFSM SSind

InformAndes Especial sobre o processo eleitoral.

MAIO/2004

5 – Data limite para divulgação e envio para a CEC da composição das comissões eleitorais locais;

6 – Data limite para divulgação das seções eleitorais por parte das CEL;

15 – Data limite para as chapas indicarem fiscais para o processo de votação;

18 e 19 – Eleições;

19 – Data limite para as chapas indicarem fiscais para o processo de apuração de votos, em cada CEL;

20 – Apuração de votos de cada CEL;

21 – Data limite para as chapas indicarem fiscais para a computação de votos pela CEC;

21 – Data limite para envio de resultados à CEC;

21 – Computação de votos pela CEC;

23 – Divulgação do Resultado OFICIAL;

26 – Prazo máximo para que as CEL encaminhem, por SEDEX, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da Seção Sindical.

JUNHO/2004

6 – Prazo para entrega do relatório financeiro do processo eleitoral;

18 - A posse será no dia 18 de junho (sexta-feira), abertura do 48º CONAD.

A Chapa 1: EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO, não concluiu seu registro junto à Comissão Eleitoral Central, conforme determinação do Regimento Eleitoral e, portanto, não concorrerá às Eleições à Diretoria do ANDES-SN, gestão 2004/2006.

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Movimento

Mobilização garante recuperação da biblioteca do IFCS

Estudantes ocuparam gabinete do diretor do Instituto por dois dias

Kelvin Melo

A MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL CULMINOU COM MAIS UMA OCUPAÇÃO DE GABINETE

A mobilização rende resultados e os estudantes provaram isso mais uma vez, depois do episódio da Faculdade Nacional de Direito. Após nova ocupação, desta vez no gabinete da diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), nos dias 13 e 14, os alunos receberam garantias do reitor Aloisio Teixeira para recuperação da biblioteca daquela Unidade, fechada há mais de um ano e meio, devido à contaminação por fungos. No Conselho Universitário do dia 15, Aloisio afirmou que vai abrir uma licitação para o instituto já a partir desta semana. Segundo ele, as obras devem começar daqui a dois meses.

Estimada em cerca de R$ 1 milhão, a recuperação da biblioteca de quase 100 mil volumes será paga com recursos que seriam destinados inicialmente ao pagamento das contas de luz deste ano, segundo apurou a reportagem da Adufrj-SSind junto ao pró-reitor de Desenvolvimento e Planejamento, Joel Teodósio. De acordo com Joel, será mantido com a fornecedora de energia apenas o pagamento dos débitos passados. O dirigente afirmou ainda que a UFRJ solicitou ao MEC, há quinze dias, uma verba suplementar de R$ 31 milhões que, "se chegar, resolve os problemas da universidade".

Além do R$ 1 milhão, existe uma verba de pouco mais de R$ 200 mil, proveniente do fundo setorial do CT-Infra, que seria utilizada para obras complementares no prédio, que apresenta graves problemas em função da omissão de seguidos governos com a Educação pública. Ainda com a aplicação desses recursos, muitas pendências ficariam sem solução. O diretor do IFCS, Franklin Trein, argumenta que seriam necessários mais R$ 3 milhões para pôr o instituto em "condições mínimas". "Há oito anos, um estudo apontou a necessidade de R$ 20 milhões para uma recuperação completa do prédio", comentou.

Reitor e Prefeitura não chegaram a entendimento

Antes do Consuni, no entanto, o panorama era um pouco diferente: em reunião com os estudantes no próprio IFCS, no dia 14, Aloisio Teixeira apresentou dois caminhos: ou a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro assumia o compromisso de encaminhar as obras – licitadas no Diário Oficial do Município de 24 de setembro do ano passado – ou a reitoria se responsabilizava pelas despesas para a conclusão do serviço. O reitor esperaria um retorno da prefeitura até o dia do fechamento desta edição.

Se não fosse satisfatória a resposta da administração municipal, o reitor verificaria a possibilidade junto ao Tribunal de Contas da União de aproveitar os serviços da empresa vencedora da licitação da Prefeitura com o objetivo de adiantar o processo, sem causar qualquer constrangimento de ordem legal. Acontece que o dirigente parece ter descoberto que isso só seria possível se a UFRJ repassasse seus recursos para a Prefeitura, através de um convênio. Como considerou essa alternativa um absurdo, Aloisio resolveu fazer logo um novo processo licitatório.

Estudantes em dificuldades

Os alunos, organizados pelos três centros acadêmicos locais (da História, de Ciências Sociais e da Filosofia) e pelo DCE-UFRJ, entraram no gabinete da direção, na manhã do dia 13. Diferentemente da postura do diretor afastado do Direito, o diretor Franklin considerou-os convidados e comunicou ao reitor o ocorrido, o que precipitou os acontecimentos dos dias seguintes.

De acordo com Pedro Campos (estudante do 7º período de História e integrante do DCE), a ocupação foi tranqüila e foi resultante da indignação acumulada em tanto tempo sem biblioteca. Pedro disse que o prejuízo acadêmico é maior para os estudantes de baixa renda, que não têm como fotocopiar os textos de que precisam. Ele comentou ainda que os alunos do instituto estavam se deslocando para outras bibliotecas do centro da cidade ou para o *campus* da Praia Vermelha, cujos acervos não teriam as obras das áreas específicas estudados no IFCS. "Nosso principal instrumento é o livro. Sem biblioteca, fica inviável estudar. E tem aluno até o quarto período que não conhece a biblioteca daqui, por causa do tempo em que está fechada", disse. Depois da visita do reitor ao instituto no dia 14 e o compromisso com as obras, os alunos – reunidos em uma assembléia local – resolveram acabar com a ocupação do gabinete do diretor.

Comissão de acompanhamento

O reitor solicitou que os centros acadêmicos indicassem um integrante cada para acompanhar o processo de licitação da obra. O coordenador do Sintufrj Agnaldo Fernandes, que acompanhou o encontro do reitor com os estudantes, ao lado dos diretores Sara Granemann e Walcyr de Oliveira, da Adufrj-SSind, solicitou que os técnico-administrativos da biblioteca do IFCS também tivessem algum representante nesta espécie de comissão de acompanhamento da obra, o que recebeu a concordância do dirigente universitário.

Diretor concordou com a ocupação

O diretor Franklin Trein concordou com a ocupação, que considerou positiva sob dois aspectos: por um lado, expressou a vontade dos estudantes de exigir para a universidade as condições de trabalho e estudo que estão atualmente degradadas; por outro, a mobilização significou um momento de prática política. "O que é um aprendizado importante", ressaltou.

No Consuni do dia 15, no entanto, o diretor comunicou que os integrantes da Congregação da Unidade, reunidos na véspera, decidiram pela reabertura da biblioteca já nesta segunda-feira (dia 19/04). Segundo Franklin, a Congregação criticou a posição do diretor, da decania do CFCH e da reitoria no desenrolar do caso da biblioteca do IFCS.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

CAMPANHA SALARIAL 2004

EDIÇÃO DE 19 DE ABRIL 2004

Proposta do governo aprofunda degradação salarial dos docentes

Nas tabelas das páginas a seguir, elaborada pela Adufrj-SSind, estão as remunerações atuais dos docentes da UFRJ e as remunerações correspondentes à proposta do governo de reajustar os valores da GED e da GID a partir do mês de maio de 2004, inclusive. As remunerações atuais e propostas incluem os valores atualmente recebidos por todos os docentes da UFRJ relativos às ações judiciais do Plano Verão (26,05%) ganhas pela Adufrj-SSind e pelo Sintufrj, para permitir uma avaliação mais realista para o caso específico dos docentes da UFRJ.

Os valores apresentados são brutos, isto é, sem a consideração dos descontos para a previdência (11%) e do imposto de renda (27,5% para quase todos). Os cálculos dos reajustes percentuais sobre os valores líquidos resultariam menores ou iguais aos apresentados. Não estão incluídos os valores relativos a auxílio-alimentação, adicionais de tempo de serviço e outras vantagens diferenciadas recebidas pelos docentes, que não terão qualquer acréscimo pela proposta do governo.

Também não está considerada a influência do novo salário mínimo, que vigorará a partir de maio, e que implicará reajustes em vários dos níveis mais baixos das carreiras, cujos vencimentos básicos estão abaixo do salário mínimo, situação que, por si só, mostra a extrema precariedade das atuais carreira e malha salarial dos docentes das universidades federais.

A proposta do governo não reduz esta precariedade, não fazendo a necessária incorporação da GAE, da GED e da GID e não recompondo as relações entre os níveis e as classes, como chegou a ser acenado pelo Ministério da Educação no ano passado. Ao contrário, amplia-a, reajustando unicamente os valores das parcelas mais instáveis das remunerações dos docentes, que são a GED e a GID. As tabelas apresentam também os reajustes propostos para os valores destas gratificações.

Não há justificativa aceitável para esta proposta do governo. A reivindicação emergencial dos docentes e de todos os servidores é a recomposição das perdas inflacionárias, que tem de ser igual percentualmente para todos, ou seja, um reajuste linear. O governo aproveita-se do desgaste salarial dos servidores e da sua necessidade premente de dinheiro, seja a que título for, para tentar impor-lhes mais esta degradação. Além disso, mesmo no interior da lógica de reajustar apenas as gratificações pseudo-produtivistas, o governo age maquiavelicamente. De acordo com as primeiras versões, haveria um acréscimo, em reais, igual para todos os docentes do mesmo regime de trabalho. Isto fazia com que os reajustes percentuais fossem tanto menores quanto maiores os vencimentos, uma espécie de "justiça social" entre quem está mal e quem está pior. A segunda versão, no entanto, apresentou reajustes muito mais generosos para os doutores e, dentre estes, para os titulares. Consolida assim o governo a sua tática de "dividir para reinar", tentando jogar os docentes uns contra os outros numa discussão fratricida sobre quem merece mais ou menos as migalhas oferecidas. Mantida a proposta, continuarão os docentes das universidades federais muito longe da remuneração minimamente digna que merecem.

As colunas das tabelas referem-se aos seguintes valores:

RemFixa - Remuneração fixa = Vencimento Básico + Complementação do salário mínimo + Gratificação de Atividade Executiva (GAE) + Vantagem Pecuniária Individual + Plano Verão.

GED140 - Gratificação de Estímulo à Docência plena (140 pontos).

GED84 - 60% do valor da GED plena (84 pontos) = valor atualmente recebido pelos docentes que se aposentaram antes de julho de 2000.

Rem140 - Remuneração total dos docentes com 140 pontos da GED = RemFixa + GED140.

Rem84 - Remuneração total dos docentes com 84 pontos da GED = RemFixa + GED84.

GED91 - 65% do valor da GED plena (91 pontos) = valor proposto pelo governo para os docentes que se aposentaram antes de julho de 2000.

Rem91 - Remuneração total dos docentes com 91 pontos da GED = RemFixa + GED91.

reajuste GED / At140 - Reajuste percentual do valor da GED proposto pelo governo para quem ganha GED plena.

reajuste GED / Ap91 - Reajuste percentual do valor da GED proposto pelo governo para os aposentados que ganham atualmente 60% do valor máximo da GED.

reajuste remun total / At140 - Reajuste percentual da remuneração total proposto pelo governo para quem ganha GED plena.

reajuste remun total / At91 - Reajuste percentual da remuneração total proposto pelo governo para os aposentados que ganham atualmente 60% do valor máximo da GED.

GID80 - Gratificação de Incentivo à Docência plena (80 pontos).

GID48 - 60% do valor da GID plena (48 pontos) = valor atualmente recebido pelos docentes aposentados da carreira de 1º e 2º graus.

Rem80 - Remuneração total dos docentes com 80 pontos da GID = RemFixa + GID80.

Rem48 - Remuneração total dos docentes com 48 pontos da GID = RemFixa + GID48.

GID52 - 65% do valor da GID plena (52 pontos) = valor proposto pelo governo para os docentes aposentados de 1º e 2º graus.

Rem52 - Remuneração total dos docentes com 52 pontos da GID = RemFixa + GID52.

reajuste GID / At80 - Reajuste percentual do valor da GID proposto pelo governo para quem ganha GID plena.

reajuste GID / Ap48 - Reajuste percentual do valor da GID proposto pelo governo para os aposentados que ganham atualmente 60% do valor máximo da GID.

reajuste remun total / At80 - Reajuste percentual da remuneração total proposto pelo governo para quem ganha GID plena.

reajuste remun total / At48 - Reajuste percentual da remuneração total proposto pelo governo para os aposentados que ganham atualmente 60% do valor máximo da GID.

Magistério Superior - 20 horas

			atual					proposto					reajuste GED		reajuste remun total	
Tit	classe	nivel	RemFixa	GED140	GED84	Rem140	Rem84	RemFixa	GED140	GED91	Rem140	Rem91	At140	Ap91	At140	Ap91
graduado	Titular	U	1.069,51	107,80	64,68	1.177,31	1.134,19	1.069,51	291,20	189,28	1.360,71	1.258,79	170,1%	192,6%	15,6%	11,0%
	Adjunto	4	891,19	107,80	64,68	998,99	955,87	891,19	291,20	189,28	1.182,39	1.080,47	170,1%	192,6%	18,4%	13,0%
		3	857,04	107,80	64,68	964,84	921,72	857,04	291,20	189,28	1.148,24	1.046,32	170,1%	192,6%	19,0%	13,5%
		2	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
		1	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
	Assistente	4	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
		3	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
		2	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
		1	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
	Auxiliar	4	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
		3	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
		2	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
		1	846,42	107,80	64,68	954,22	911,10	846,42	291,20	189,28	1.137,62	1.035,70	170,1%	192,6%	19,2%	13,7%
aperfeiçoamento	Titular	U	1.119,98	134,40	80,64	1.254,38	1.200,62	1.119,98	312,20	202,93	1.432,18	1.322,91	132,3%	151,6%	14,2%	10,2%
	Adjunto	4	932,74	134,40	80,64	1.067,14	1.013,38	932,74	312,20	202,93	1.244,94	1.135,67	132,3%	151,6%	16,7%	12,1%
		3	896,89	134,40	80,64	1.031,29	977,53	896,89	312,20	202,93	1.209,09	1.099,82	132,3%	151,6%	17,2%	12,5%
		2	861,56	134,40	80,64	995,96	942,20	861,56	312,20	202,93	1.173,76	1.064,49	132,3%	151,6%	17,9%	13,0%
		1	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
	Assistente	4	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		3	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		2	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		1	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
	Auxiliar	4	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		3	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		2	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		1	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
especialização	Titular	U	1.190,66	134,40	80,64	1.325,06	1.271,30	1.190,66	312,20	202,93	1.502,86	1.393,59	132,3%	151,6%	13,4%	9,6%
	Adjunto	4	990,95	134,40	80,64	1.125,35	1.071,59	990,95	312,20	202,93	1.303,15	1.193,88	132,3%	151,6%	15,8%	11,4%
		3	952,71	134,40	80,64	1.087,11	1.033,35	952,71	312,20	202,93	1.264,91	1.155,64	132,3%	151,6%	16,4%	11,8%
		2	915,02	134,40	80,64	1.049,42	995,66	915,02	312,20	202,93	1.227,22	1.117,95	132,3%	151,6%	16,9%	12,3%
		1	878,17	134,40	80,64	1.012,57	958,81	878,17	312,20	202,93	1.190,37	1.081,10	132,3%	151,6%	17,6%	12,8%
	Assistente	4	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		3	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		2	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		1	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
	Auxiliar	4	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		3	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		2	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
		1	846,42	134,40	80,64	980,82	927,06	846,42	312,20	202,93	1.158,62	1.049,35	132,3%	151,6%	18,1%	13,2%
mestrado	Titular	U	1.321,92	303,80	182,28	1.625,72	1.504,20	1.321,92	476,12	309,48	1.798,04	1.631,40	56,7%	69,8%	10,6%	8,5%
	Adjunto	4	1.099,04	260,40	156,24	1.359,44	1.255,28	1.099,04	408,11	265,27	1.507,15	1.364,31	56,7%	69,8%	10,9%	8,7%
		3	1.056,33	260,40	156,24	1.316,73	1.212,57	1.056,33	408,11	265,27	1.464,44	1.321,60	56,7%	69,8%	11,2%	9,0%
		2	1.014,26	260,40	156,24	1.274,66	1.170,50	1.014,26	408,11	265,27	1.422,37	1.279,53	56,7%	69,8%	11,6%	9,3%
		1	973,19	260,40	156,24	1.233,59	1.129,43	973,19	408,11	265,27	1.381,30	1.238,46	56,7%	69,8%	12,0%	9,7%
	Assistente	4	898,49	260,40	156,24	1.158,89	1.054,73	898,49	408,11	265,27	1.306,60	1.163,76	56,7%	69,8%	12,7%	10,3%
		3	862,93	260,40	156,24	1.123,33	1.019,17	862,93	408,11	265,27	1.271,04	1.128,20	56,7%	69,8%	13,1%	10,7%
		2	846,42	260,40	156,24	1.106,82	1.002,66	846,42	408,11	265,27	1.254,53	1.111,69	56,7%	69,8%	13,3%	10,9%
		1	846,42	260,40	156,24	1.106,82	1.002,66	846,42	408,11	265,27	1.254,53	1.111,69	56,7%	69,8%	13,3%	10,9%
	Auxiliar	4	846,42	138,60	83,16	985,02	929,58	846,42	310,80	202,02	1.157,22	1.048,44	124,2%	142,9%	17,5%	12,8%
		3	846,42	138,60	83,16	985,02	929,58	846,42	310,80	202,02	1.157,22	1.048,44	124,2%	142,9%	17,5%	12,8%
		2	846,42	138,60	83,16	985,02	929,58	846,42	310,80	202,02	1.157,22	1.048,44	124,2%	142,9%	17,5%	12,8%
		1	846,42	138,60	83,16	985,02	929,58	846,42	310,80	202,02	1.157,22	1.048,44	124,2%	142,9%	17,5%	12,8%
doutorado	Titular	U	1.574,35	435,40	261,24	2.009,75	1.835,59	1.574,35	682,37	443,54	2.256,72	2.017,89	56,7%	69,8%	12,3%	9,9%
	Adjunto	4	1.306,84	380,80	228,48	1.687,64	1.535,32	1.306,84	596,80	387,92	1.903,64	1.694,76	56,7%	69,8%	12,8%	10,4%
		3	1.255,63	380,80	228,48	1.636,43	1.484,11	1.255,63	596,80	387,92	1.852,43	1.643,55	56,7%	69,8%	13,2%	10,7%
		2	1.205,16	380,80	228,48	1.585,96	1.433,64	1.205,16	596,80	387,92	1.801,96	1.593,08	56,7%	69,8%	13,6%	11,1%
		1	1.155,84	380,80	228,48	1.536,64	1.384,32	1.155,84	596,80	387,92	1.752,64	1.543,76	56,7%	69,8%	14,1%	11,5%
	Assistente	4	1.066,23	260,40	156,24	1.326,63	1.222,47	1.066,23	408,11	265,27	1.474,34	1.331,50	56,7%	69,8%	11,1%	8,9%
		3	1.023,56	260,40	156,24	1.283,96	1.179,80	1.023,56	408,11	265,27	1.431,67	1.288,83	56,7%	69,8%	11,5%	9,2%
		2	984,07	260,40	156,24	1.244,47	1.140,31	984,07	408,11	265,27	1.392,18	1.249,34	56,7%	69,8%	11,9%	9,6%
		1	946,87	260,40	156,24	1.207,27	1.103,11	946,87	408,11	265,27	1.354,98	1.212,14	56,7%	69,8%	12,2%	9,9%
	Auxiliar	4	878,54	190,40	114,24	1.068,94	992,78	878,54	426,54	277,25	1.305,08	1.155,79	124,0%	142,7%	22,1%	16,4%
		3	846,42	190,40	114,24	1.036,82	960,66	846,42	426,54	277,25	1.272,96	1.123,67	124,0%	142,7%	22,8%	17,0%
		2	846,42	190,40	114,24	1.036,82	960,66	846,42	426,54	277,25	1.272,96	1.123,67	124,0%	142,7%	22,8%	17,0%
		1	846,42	190,40	114,24	1.036,82	960,66	846,42	426,54	277,25	1.272,96	1.123,67	124,0%	142,7%	22,8%	17,0%

Magistério Superior - 40 horas

			atual					proposto					reajuste GED		reajuste remun total	
Tit	classe	nivel	RemFixa	GED140	GED84	Rem140	Rem84	RemFixa	GED140	GED91	Rem140	Rem91	At140	Ap91	At140	Ap91
graduado	Titular	U	2.079,14	210,00	126,00	2.289,14	2.205,14	2.079,14	567,00	368,55	2.646,14	2.447,69	170,0%	192,5%	15,6%	11,0%
	Adjunto	4	1.722,51	210,00	126,00	1.932,51	1.848,51	1.722,51	567,00	368,55	2.289,51	2.091,06	170,0%	192,5%	18,5%	13,1%
		3	1.654,21	210,00	126,00	1.864,21	1.780,21	1.654,21	567,00	368,55	2.221,21	2.022,76	170,0%	192,5%	19,2%	13,6%
		2	1.586,89	210,00	126,00	1.796,89	1.712,89	1.586,89	567,00	368,55	2.153,89	1.955,44	170,0%	192,5%	19,9%	14,2%
		1	1.521,16	210,00	126,00	1.731,16	1.647,16	1.521,16	567,00	368,55	2.088,16	1.889,71	170,0%	192,5%	20,6%	14,7%
	Assistente	4	1.401,66	210,00	126,00	1.611,66	1.527,66	1.401,66	567,00	368,55	1.968,66	1.770,21	170,0%	192,5%	22,2%	15,9%
		3	1.344,77	210,00	126,00	1.554,77	1.470,77	1.344,77	567,00	368,55	1.911,77	1.713,32	170,0%	192,5%	23,0%	16,5%
		2	1.292,13	210,00	126,00	1.502,13	1.418,13	1.292,13	567,00	368,55	1.859,13	1.660,68	170,0%	192,5%	23,8%	17,1%
		1	1.242,52	210,00	126,00	1.452,52	1.368,52	1.242,52	567,00	368,55	1.809,52	1.611,07	170,0%	192,5%	24,6%	17,7%
	Auxiliar	4	1.151,41	210,00	126,00	1.361,41	1.277,41	1.151,41	567,00	368,55	1.718,41	1.519,96	170,0%	192,5%	26,2%	19,0%
		3	1.107,09	210,00	126,00	1.317,09	1.233,09	1.107,09	567,00	368,55	1.674,09	1.475,64	170,0%	192,5%	27,1%	19,7%
		2	1.065,61	210,00	126,00	1.275,61	1.191,61	1.065,61	567,00	368,55	1.632,61	1.434,16	170,0%	192,5%	28,0%	20,4%
		1	1.026,02	210,00	126,00	1.236,02	1.152,02	1.026,02	567,00	368,55	1.593,02	1.394,57	170,0%	192,5%	28,9%	21,1%
aperfeiçoamento	Titular	U	2.180,12	273,00	163,80	2.453,12	2.343,92	2.180,12	634,20	412,23	2.814,32	2.592,35	132,3%	151,7%	14,7%	10,6%
	Adjunto	4	1.805,65	273,00	163,80	2.078,65	1.969,45	1.805,65	634,20	412,23	2.439,85	2.217,88	132,3%	151,7%	17,4%	12,6%
		3	1.733,91	273,00	163,80	2.006,91	1.897,71	1.733,91	634,20	412,23	2.368,11	2.146,14	132,3%	151,7%	18,0%	13,1%
		2	1.663,25	273,00	163,80	1.936,25	1.827,05	1.663,25	634,20	412,23	2.297,45	2.075,48	132,3%	151,7%	18,7%	13,6%
		1	1.594,20	273,00	163,80	1.867,20	1.758,00	1.594,20	634,20	412,23	2.228,40	2.006,43	132,3%	151,7%	19,3%	14,1%
	Assistente	4	1.468,74	273,00	163,80	1.741,74	1.632,54	1.468,74	634,20	412,23	2.102,94	1.880,97	132,3%	151,7%	20,7%	15,2%
		3	1.409,01	273,00	163,80	1.682,01	1.572,81	1.409,01	634,20	412,23	2.043,21	1.821,24	132,3%	151,7%	21,5%	15,8%
		2	1.353,75	273,00	163,80	1.626,75	1.517,55	1.353,75	634,20	412,23	1.987,95	1.765,98	132,3%	151,7%	22,2%	16,4%
		1	1.301,64	273,00	163,80	1.574,64	1.465,44	1.301,64	634,20	412,23	1.935,84	1.713,87	132,3%	151,7%	22,9%	17,0%
	Auxiliar	4	1.205,98	273,00	163,80	1.478,98	1.369,78	1.205,98	634,20	412,23	1.840,18	1.618,21	132,3%	151,7%	24,4%	18,1%
		3	1.159,47	273,00	163,80	1.432,47	1.323,27	1.159,47	634,20	412,23	1.793,67	1.571,70	132,3%	151,7%	25,2%	18,8%
		2	1.115,88	273,00	163,80	1.388,88	1.279,68	1.115,88	634,20	412,23	1.750,08	1.528,11	132,3%	151,7%	26,0%	19,4%
		1	1.074,32	273,00	163,80	1.347,32	1.238,12	1.074,32	634,20	412,23	1.708,52	1.486,55	132,3%	151,7%	26,8%	20,1%
especialização	Titular	U	2.321,47	273,00	163,80	2.594,47	2.485,27	2.321,47	634,20	412,23	2.955,67	2.733,70	132,3%	151,7%	13,9%	10,0%
	Adjunto	4	1.922,03	273,00	163,80	2.195,03	2.085,83	1.922,03	634,20	412,23	2.556,23	2.334,26	132,3%	151,7%	16,5%	11,9%
		3	1.845,54	273,00	163,80	2.118,54	2.009,34	1.845,54	634,20	412,23	2.479,74	2.257,77	132,3%	151,7%	17,0%	12,4%
		2	1.770,13	273,00	163,80	2.043,13	1.933,93	1.770,13	634,20	412,23	2.404,33	2.182,36	132,3%	151,7%	17,7%	12,8%
		1	1.696,52	273,00	163,80	1.969,52	1.860,32	1.696,52	634,20	412,23	2.330,72	2.108,75	132,3%	151,7%	18,3%	13,4%
	Assistente	4	1.562,68	273,00	163,80	1.835,68	1.726,48	1.562,68	634,20	412,23	2.196,88	1.974,91	132,3%	151,7%	19,7%	14,4%
		3	1.498,97	273,00	163,80	1.771,97	1.662,77	1.498,97	634,20	412,23	2.133,17	1.911,20	132,3%	151,7%	20,4%	14,9%
		2	1.440,00	273,00	163,80	1.713,00	1.603,80	1.440,00	634,20	412,23	2.074,20	1.852,23	132,3%	151,7%	21,1%	15,5%
		1	1.384,43	273,00	163,80	1.657,43	1.548,23	1.384,43	634,20	412,23	2.018,63	1.796,66	132,3%	151,7%	21,8%	16,0%
	Auxiliar	4	1.282,40	273,00	163,80	1.555,40	1.446,20	1.282,40	634,20	412,23	1.916,60	1.694,63	132,3%	151,7%	23,2%	17,2%
		3	1.232,75	273,00	163,80	1.505,75	1.396,55	1.232,75	634,20	412,23	1.866,95	1.644,98	132,3%	151,7%	24,0%	17,8%
		2	1.186,32	273,00	163,80	1.459,32	1.350,12	1.186,32	634,20	412,23	1.820,52	1.598,55	132,3%	151,7%	24,8%	18,4%
		1	1.141,97	273,00	163,80	1.414,97	1.305,77	1.141,97	634,20	412,23	1.776,17	1.554,20	132,3%	151,7%	25,5%	19,0%
mestrado	Titular	U	2.583,98	760,20	456,12	3.344,18	3.040,10	2.583,98	1.191,40	774,41	3.775,38	3.358,39	56,7%	69,8%	12,9%	10,5%
	Adjunto	4	2.138,17	653,80	392,28	2.791,97	2.530,45	2.138,17	1.024,80	666,12	3.162,97	2.804,29	56,7%	69,8%	13,3%	10,8%
		3	2.052,80	653,80	392,28	2.706,60	2.445,08	2.052,80	1.024,80	666,12	3.077,60	2.718,92	56,7%	69,8%	13,7%	11,2%
		2	1.968,67	653,80	392,28	2.622,47	2.360,95	1.968,67	1.024,80	666,12	2.993,47	2.634,79	56,7%	69,8%	14,1%	11,6%
		1	1.886,47	653,80	392,28	2.540,27	2.278,75	1.886,47	1.024,80	666,12	2.911,27	2.552,59	56,7%	69,8%	14,6%	12,0%
	Assistente	4	1.737,13	653,80	392,28	2.390,93	2.129,41	1.737,13	1.024,80	666,12	2.761,93	2.403,25	56,7%	69,8%	15,5%	12,9%
		3	1.666,01	653,80	392,28	2.319,81	2.058,29	1.666,01	1.024,80	666,12	2.690,81	2.332,13	56,7%	69,8%	16,0%	13,3%
		2	1.600,20	653,80	392,28	2.254,00	1.992,48	1.600,20	1.024,80	666,12	2.625,00	2.266,32	56,7%	69,8%	16,5%	13,7%
		1	1.538,20	653,80	392,28	2.192,00	1.930,48	1.538,20	1.024,80	666,12	2.563,00	2.204,32	56,7%	69,8%	16,9%	14,2%
	Auxiliar	4	1.424,31	347,20	208,32	1.771,51	1.632,63	1.424,31	778,40	505,96	2.202,71	1.930,27	124,2%	142,9%	24,3%	18,2%
		3	1.368,92	347,20	208,32	1.716,12	1.577,24	1.368,92	778,40	505,96	2.147,32	1.874,88	124,2%	142,9%	25,1%	18,9%
		2	1.317,04	347,20	208,32	1.664,24	1.525,36	1.317,04	778,40	505,96	2.095,44	1.823,00	124,2%	142,9%	25,9%	19,5%
		1	1.267,56	347,20	208,32	1.614,76	1.475,88	1.267,56	778,40	505,96	2.045,96	1.773,52	124,2%	142,9%	26,7%	20,2%
doutorado	Titular	U	3.088,79	1.086,40	651,84	4.175,19	3.740,63	3.088,79	1.702,40	1.106,56	4.791,19	4.195,35	56,7%	69,8%	14,8%	12,2%
	Adjunto	4	2.553,83	952,00	571,20	3.505,83	3.125,03	2.553,83	1.492,40	970,06	4.046,23	3.523,89	56,8%	69,8%	15,4%	12,8%
		3	2.451,38	952,00	571,20	3.403,38	3.022,58	2.451,38	1.492,40	970,06	3.943,78	3.421,44	56,8%	69,8%	15,9%	13,2%
		2	2.350,41	952,00	571,20	3.302,41	2.921,61	2.350,41	1.492,40	970,06	3.842,81	3.320,47	56,8%	69,8%	16,4%	13,7%
		1	2.251,79	952,00	571,20	3.203,79	2.822,99	2.251,79	1.492,40	970,06	3.744,19	3.221,85	56,8%	69,8%	16,9%	14,1%
	Assistente	4	2.072,56	653,80	392,28	2.726,36	2.464,84	2.072,56	1.024,80	666,12	3.097,36	2.738,68	56,7%	69,8%	13,6%	11,1%
		3	1.987,21	653,80	392,28	2.641,01	2.379,49	1.987,21	1.024,80	666,12	3.012,01	2.653,33	56,7%	69,8%	14,0%	11,5%
		2	1.908,27	653,80	392,28	2.562,07	2.300,55	1.908,27	1.024,80	666,12	2.933,07	2.574,39	56,7%	69,8%	14,5%	11,9%
		1	1.833,83	653,80	392,28	2.487,63	2.226,11	1.833,83	1.024,80	666,12	2.858,63	2.499,95	56,7%	69,8%	14,9%	12,3%
	Auxiliar	4	1.697,17	474,60	284,76	2.171,77	1.981,93	1.697,17	1.062,60	690,69	2.759,77	2.387,86	123,9%	142,6%	27,1%	20,5%
		3	1.630,72	474,60	284,76	2.105,32	1.915,48	1.630,72	1.062,60	690,69	2.693,32	2.321,41	123,9%	142,6%	27,9%	21,2%
		2	1.568,47	474,60	284,76	2.043,07	1.853,23	1.568,47	1.062,60	690,69	2.631,07	2.259,16	123,9%	142,6%	28,8%	21,9%
		1	1.509,09	474,60	284,76	1.983,69	1.793,85	1.509,09	1.062,60	690,69	2.571,69	2.199,78	123,9%	142,6%	29,6%	22,6%

Magistério Superior - Dedicação Exclusiva

			atual					proposto					reajuste GED		reajuste remun total	
Tit	classe	nivel	RemFixa	GED140	GED84	Rem140	Rem84	RemFixa	GED140	GED91	Rem140	Rem91	At140	Ap91	At140	Ap91
graduado	Titular	U	3.189,75	317,80	190,68	3.507,55	3.380,43	3.189,75	858,20	557,83	4.047,95	3.747,58	170,0%	192,5%	15,4%	10,9%
	Adjunto	4	2.636,97	317,80	190,68	2.954,77	2.827,65	2.636,97	858,20	557,83	3.495,17	3.194,80	170,0%	192,5%	18,3%	13,0%
		3	2.531,08	317,80	190,68	2.848,88	2.721,76	2.531,08	858,20	557,83	3.389,28	3.088,91	170,0%	192,5%	19,0%	13,5%
		2	2.426,77	317,80	190,68	2.744,57	2.617,45	2.426,77	858,20	557,83	3.284,97	2.984,60	170,0%	192,5%	19,7%	14,0%
		1	2.324,85	317,80	190,68	2.642,65	2.515,53	2.324,85	858,20	557,83	3.183,05	2.882,68	170,0%	192,5%	20,4%	14,6%
	Assistente	4	2.139,64	317,80	190,68	2.457,44	2.330,32	2.139,64	858,20	557,83	2.997,84	2.697,47	170,0%	192,5%	22,0%	15,8%
		3	2.051,45	317,80	190,68	2.369,25	2.242,13	2.051,45	858,20	557,83	2.909,65	2.609,28	170,0%	192,5%	22,8%	16,4%
		2	1.969,88	317,80	190,68	2.287,68	2.160,56	1.969,88	858,20	557,83	2.828,08	2.527,71	170,0%	192,5%	23,6%	17,0%
		1	1.892,96	317,80	190,68	2.210,76	2.083,64	1.892,96	858,20	557,83	2.751,16	2.450,79	170,0%	192,5%	24,4%	17,6%
	Auxiliar	4	1.751,74	317,80	190,68	2.069,54	1.942,42	1.751,74	858,20	557,83	2.609,94	2.309,57	170,0%	192,5%	26,1%	18,9%
		3	1.683,08	317,80	190,68	2.000,88	1.873,76	1.683,08	858,20	557,83	2.541,28	2.240,91	170,0%	192,5%	27,0%	19,6%
		2	1.618,76	317,80	190,68	1.936,56	1.809,44	1.618,76	858,20	557,83	2.476,96	2.176,59	170,0%	192,5%	27,9%	20,3%
		1	1.557,39	317,80	190,68	1.875,19	1.748,07	1.557,39	858,20	557,83	2.415,59	2.115,22	170,0%	192,5%	28,8%	21,0%
aperfeiçoamento	Titular	U	3.346,25	407,40	244,44	3.753,65	3.590,69	3.346,25	947,80	616,07	4.294,05	3.962,32	132,6%	152,0%	14,4%	10,3%
	Adjunto	4	2.765,81	407,40	244,44	3.173,21	3.010,25	2.765,81	947,80	616,07	3.713,61	3.381,88	132,6%	152,0%	17,0%	12,3%
		3	2.654,67	407,40	244,44	3.062,07	2.899,11	2.654,67	947,80	616,07	3.602,47	3.270,74	132,6%	152,0%	17,6%	12,8%
		2	2.545,11	407,40	244,44	2.952,51	2.789,55	2.545,11	947,80	616,07	3.492,91	3.161,18	132,6%	152,0%	18,3%	13,3%
		1	2.438,11	407,40	244,44	2.845,51	2.682,55	2.438,11	947,80	616,07	3.385,91	3.054,18	132,6%	152,0%	19,0%	13,9%
	Assistente	4	2.243,64	407,40	244,44	2.651,04	2.488,08	2.243,64	947,80	616,07	3.191,44	2.859,71	132,6%	152,0%	20,4%	14,9%
		3	2.151,05	407,40	244,44	2.558,45	2.395,49	2.151,05	947,80	616,07	3.098,85	2.767,12	132,6%	152,0%	21,1%	15,5%
		2	2.065,38	407,40	244,44	2.472,78	2.309,82	2.065,38	947,80	616,07	3.013,18	2.681,45	132,6%	152,0%	21,9%	16,1%
		1	1.984,63	407,40	244,44	2.392,03	2.229,07	1.984,63	947,80	616,07	2.932,43	2.600,70	132,6%	152,0%	22,6%	16,7%
	Auxiliar	4	1.836,37	407,40	244,44	2.243,77	2.080,81	1.836,37	947,80	616,07	2.784,17	2.452,44	132,6%	152,0%	24,1%	17,9%
		3	1.764,23	407,40	244,44	2.171,63	2.008,67	1.764,23	947,80	616,07	2.712,03	2.380,30	132,6%	152,0%	24,9%	18,5%
		2	1.696,72	407,40	244,44	2.104,12	1.941,16	1.696,72	947,80	616,07	2.644,52	2.312,79	132,6%	152,0%	25,7%	19,1%
		1	1.632,28	407,40	244,44	2.039,68	1.876,72	1.632,28	947,80	616,07	2.580,08	2.248,35	132,6%	152,0%	26,5%	19,8%
especialização	Titular	U	3.565,33	407,40	244,44	3.972,73	3.809,77	3.565,33	947,80	616,07	4.513,13	4.181,40	132,6%	152,0%	13,6%	9,8%
	Adjunto	4	2.946,23	407,40	244,44	3.353,63	3.190,67	2.946,23	947,80	616,07	3.894,03	3.562,30	132,6%	152,0%	16,1%	11,6%
		3	2.827,65	407,40	244,44	3.235,05	3.072,09	2.827,65	947,80	616,07	3.775,45	3.443,72	132,6%	152,0%	16,7%	12,1%
		2	2.710,78	407,40	244,44	3.118,18	2.955,22	2.710,78	947,80	616,07	3.658,58	3.326,85	132,6%	152,0%	17,3%	12,6%
		1	2.596,66	407,40	244,44	3.004,06	2.841,10	2.596,66	947,80	616,07	3.544,46	3.212,73	132,6%	152,0%	18,0%	13,1%
	Assistente	4	2.389,21	407,40	244,44	2.796,61	2.633,65	2.389,21	947,80	616,07	3.337,01	3.005,28	132,6%	152,0%	19,3%	14,1%
		3	2.290,46	407,40	244,44	2.697,86	2.534,90	2.290,46	947,80	616,07	3.238,26	2.906,53	132,6%	152,0%	20,0%	14,7%
		2	2.199,09	407,40	244,44	2.606,49	2.443,53	2.199,09	947,80	616,07	3.146,89	2.815,16	132,6%	152,0%	20,7%	15,2%
		1	2.112,93	407,40	244,44	2.520,33	2.357,37	2.112,93	947,80	616,07	3.060,73	2.729,00	132,6%	152,0%	21,4%	15,8%
	Auxiliar	4	1.954,77	407,40	244,44	2.362,17	2.199,21	1.954,77	947,80	616,07	2.902,57	2.570,84	132,6%	152,0%	22,9%	16,9%
		3	1.877,85	407,40	244,44	2.285,25	2.122,29	1.877,85	947,80	616,07	2.825,65	2.493,92	132,6%	152,0%	23,6%	17,5%
		2	1.805,81	407,40	244,44	2.213,21	2.050,25	1.805,81	947,80	616,07	2.753,61	2.421,88	132,6%	152,0%	24,4%	18,1%
		1	1.737,09	407,40	244,44	2.144,49	1.981,53	1.737,09	947,80	616,07	2.684,89	2.353,16	132,6%	152,0%	25,2%	18,8%
mestrado	Titular	U	3.972,21	952,00	571,20	4.924,21	4.543,41	3.972,21	1.492,40	970,06	5.464,61	4.942,27	56,8%	69,8%	11,0%	8,8%
	Adjunto	4	3.281,23	952,00	571,20	4.233,23	3.852,43	3.281,23	1.492,40	970,06	4.773,63	4.251,29	56,8%	69,8%	12,8%	10,4%
		3	3.148,93	952,00	571,20	4.100,93	3.720,13	3.148,93	1.492,40	970,06	4.641,33	4.118,99	56,8%	69,8%	13,2%	10,7%
		2	3.018,49	952,00	571,20	3.970,49	3.589,69	3.018,49	1.492,40	970,06	4.510,89	3.988,55	56,8%	69,8%	13,6%	11,1%
		1	2.891,09	952,00	571,20	3.843,09	3.462,29	2.891,09	1.492,40	970,06	4.383,49	3.861,15	56,8%	69,8%	14,1%	11,5%
	Assistente	4	2.659,59	952,00	571,20	3.611,59	3.230,79	2.659,59	1.492,40	970,06	4.151,99	3.629,65	56,8%	69,8%	15,0%	12,3%
		3	2.549,37	952,00	571,20	3.501,37	3.120,57	2.549,37	1.492,40	970,06	4.041,77	3.519,43	56,8%	69,8%	15,4%	12,8%
		2	2.447,38	952,00	571,20	3.399,38	3.018,58	2.447,38	1.492,40	970,06	3.939,78	3.417,44	56,8%	69,8%	15,9%	13,2%
		1	2.351,26	952,00	571,20	3.303,26	2.922,46	2.351,26	1.492,40	970,06	3.843,66	3.321,32	56,8%	69,8%	16,4%	13,6%
	Auxiliar	4	2.174,71	435,40	261,24	2.610,11	2.435,95	2.174,71	975,80	634,27	3.150,51	2.808,98	124,1%	142,8%	20,7%	15,3%
		3	2.088,88	435,40	261,24	2.524,28	2.350,12	2.088,88	975,80	634,27	3.064,68	2.723,15	124,1%	142,8%	21,4%	15,9%
		2	2.008,49	435,40	261,24	2.443,89	2.269,73	2.008,49	975,80	634,27	2.984,29	2.642,76	124,1%	142,8%	22,1%	16,4%
		1	1.931,80	435,40	261,24	2.367,20	2.193,04	1.931,80	975,80	634,27	2.907,60	2.566,07	124,1%	142,8%	22,8%	17,0%
doutorado	Titular	U	4.754,70	1.768,20	1.060,92	6.522,90	5.815,62	4.754,70	2.770,60	1.800,89	7.525,30	6.555,59	56,7%	69,7%	15,4%	12,7%
	Adjunto	4	3.925,51	1.496,60	897,96	5.422,11	4.823,47	3.925,51	2.345,00	1.524,25	6.270,51	5.449,76	56,7%	69,7%	15,6%	13,0%
		3	3.766,72	1.496,60	897,96	5.263,32	4.664,68	3.766,72	2.345,00	1.524,25	6.111,72	5.290,97	56,7%	69,7%	16,1%	13,4%
		2	3.610,21	1.496,60	897,96	5.106,81	4.508,17	3.610,21	2.345,00	1.524,25	5.955,21	5.134,46	56,7%	69,7%	16,6%	13,9%
		1	3.457,35	1.496,60	897,96	4.953,95	4.355,31	3.457,35	2.345,00	1.524,25	5.802,35	4.981,60	56,7%	69,7%	17,1%	14,4%
	Assistente	4	3.179,53	1.141,00	684,60	4.320,53	3.864,13	3.179,53	1.787,80	1.162,07	4.967,33	4.341,60	56,7%	69,7%	15,0%	12,4%
		3	3.047,26	1.141,00	684,60	4.188,26	3.731,86	3.047,26	1.787,80	1.162,07	4.835,06	4.209,33	56,7%	69,7%	15,4%	12,8%
		2	2.924,89	1.141,00	684,60	4.065,89	3.609,49	2.924,89	1.787,80	1.162,07	4.712,69	4.086,96	56,7%	69,7%	15,9%	13,2%
		1	2.809,52	1.141,00	684,60	3.950,52	3.494,12	2.809,52	1.787,80	1.162,07	4.597,32	3.971,59	56,7%	69,7%	16,4%	13,7%
	Auxiliar	4	2.597,69	679,00	407,40	3.276,69	3.005,09	2.597,69	1.521,80	989,17	4.119,49	3.586,86	124,1%	142,8%	25,7%	19,4%
		3	2.494,68	679,00	407,40	3.173,68	2.902,08	2.494,68	1.521,80	989,17	4.016,48	3.483,85	124,1%	142,8%	26,6%	20,0%
		2	2.398,22	679,00	407,40	3.077,22	2.805,62	2.398,22	1.521,80	989,17	3.920,02	3.387,39	124,1%	142,8%	27,4%	20,7%
		1	2.306,17	679,00	407,40	2.985,17	2.713,57	2.306,17	1.521,80	989,17	3.827,97	3.295,34	124,1%	142,8%	28,2%	21,4%

Magistério de 1º e 2º Graus - 20 horas

			atual					proposto					reajuste GID		reajuste remun total	
Tit	classe	niv	RemFixa	GID80	GID48	Rem80	Rem48	RemFixa	GID80	GID52	Rem80	Rem52	At80pt	Ap52pt	At80	Ap52
graduado	Titular	U	993,86	135,20	81,12	1.129,06	1.074,98	993,86	303,20	197,08	1.297,06	1.190,94	124,3%	142,9%	14,9%	10,8%
	E	4	850,56	135,20	81,12	985,76	931,68	850,56	303,20	197,08	1.153,76	1.047,64	124,3%	142,9%	17,0%	12,4%
		3	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		2	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		1	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
	D	4	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		3	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		2	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		1	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
	C	4	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		3	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		2	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		1	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
aperfeiçoamento	Titular	U	1.040,56	135,20	81,12	1.175,76	1.121,68	1.040,56	303,20	197,08	1.343,76	1.237,64	124,3%	142,9%	14,3%	10,3%
	E	4	890,07	135,20	81,12	1.025,27	971,19	890,07	303,20	197,08	1.193,27	1.087,15	124,3%	142,9%	16,4%	11,9%
		3	854,98	135,20	81,12	990,18	936,10	854,98	303,20	197,08	1.158,18	1.052,06	124,3%	142,9%	17,0%	12,4%
		2	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		1	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
	D	4	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		3	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		2	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		1	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
	C	4	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		3	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		2	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		1	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
especialização	Titular	U	1.105,95	135,20	81,12	1.241,15	1.187,07	1.105,95	303,20	197,08	1.409,15	1.303,03	124,3%	142,9%	13,5%	9,8%
	E	4	945,43	135,20	81,12	1.080,63	1.026,55	945,43	303,20	197,08	1.248,63	1.142,51	124,3%	142,9%	15,5%	11,3%
		3	908,00	135,20	81,12	1.043,20	989,12	908,00	303,20	197,08	1.211,20	1.105,08	124,3%	142,9%	16,1%	11,7%
		2	872,21	135,20	81,12	1.007,41	953,33	872,21	303,20	197,08	1.175,41	1.069,29	124,3%	142,9%	16,7%	12,2%
		1	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
	D	4	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		3	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		2	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		1	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
	C	4	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		3	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		2	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
		1	846,42	135,20	81,12	981,62	927,54	846,42	303,20	197,08	1.149,62	1.043,50	124,3%	142,9%	17,1%	12,5%
mestrado	Titular	U	1.227,37	260,80	156,48	1.488,17	1.383,85	1.227,37	400,80	260,52	1.628,17	1.487,89	53,7%	66,5%	9,4%	7,5%
	E	4	1.048,24	260,80	156,48	1.309,04	1.204,72	1.048,24	400,80	260,52	1.449,04	1.308,76	53,7%	66,5%	10,7%	8,6%
		3	1.006,46	260,80	156,48	1.267,26	1.162,94	1.006,46	400,80	260,52	1.407,26	1.266,98	53,7%	66,5%	11,0%	8,9%
		2	966,50	260,80	156,48	1.227,30	1.122,98	966,50	400,80	260,52	1.367,30	1.227,02	53,7%	66,5%	11,4%	9,3%
		1	927,47	260,80	156,48	1.188,27	1.083,95	927,47	400,80	260,52	1.328,27	1.187,99	53,7%	66,5%	11,8%	9,6%
	D	4	863,79	260,80	156,48	1.124,59	1.020,27	863,79	400,80	260,52	1.264,59	1.124,31	53,7%	66,5%	12,4%	10,2%
		3	846,42	260,80	156,48	1.107,22	1.002,90	846,42	400,80	260,52	1.247,22	1.106,94	53,7%	66,5%	12,6%	10,4%
		2	846,42	260,80	156,48	1.107,22	1.002,90	846,42	400,80	260,52	1.247,22	1.106,94	53,7%	66,5%	12,6%	10,4%
		1	846,42	260,80	156,48	1.107,22	1.002,90	846,42	400,80	260,52	1.247,22	1.106,94	53,7%	66,5%	12,6%	10,4%
	C	4	846,42	260,80	156,48	1.107,22	1.002,90	846,42	400,80	260,52	1.247,22	1.106,94	53,7%	66,5%	12,6%	10,4%
		3	846,42	260,80	156,48	1.107,22	1.002,90	846,42	400,80	260,52	1.247,22	1.106,94	53,7%	66,5%	12,6%	10,4%
		2	846,42	260,80	156,48	1.107,22	1.002,90	846,42	400,80	260,52	1.247,22	1.106,94	53,7%	66,5%	12,6%	10,4%
		1	846,42	260,80	156,48	1.107,22	1.002,90	846,42	400,80	260,52	1.247,22	1.106,94	53,7%	66,5%	12,6%	10,4%
doutorado	Titular	U	1.460,88	380,80	228,48	1.841,68	1.689,36	1.460,88	584,80	380,12	2.045,68	1.841,00	53,6%	66,4%	11,1%	9,0%
	E	4	1.245,89	380,80	228,48	1.626,69	1.474,37	1.245,89	584,80	380,12	1.830,69	1.626,01	53,6%	66,4%	12,5%	10,3%
		3	1.195,74	380,80	228,48	1.576,54	1.424,22	1.195,74	584,80	380,12	1.780,54	1.575,86	53,6%	66,4%	12,9%	10,6%
		2	1.147,83	380,80	228,48	1.528,63	1.376,31	1.147,83	584,80	380,12	1.732,63	1.527,95	53,6%	66,4%	13,3%	11,0%
		1	1.100,97	380,80	228,48	1.481,77	1.329,45	1.100,97	584,80	380,12	1.685,77	1.481,09	53,6%	66,4%	13,8%	11,4%
	D	4	1.024,58	380,80	228,48	1.405,38	1.253,06	1.024,58	584,80	380,12	1.609,38	1.404,70	53,6%	66,4%	14,5%	12,1%
		3	990,95	380,80	228,48	1.371,75	1.219,43	990,95	584,80	380,12	1.575,75	1.371,07	53,6%	66,4%	14,9%	12,4%
		2	972,23	380,80	228,48	1.353,03	1.200,71	972,23	584,80	380,12	1.557,03	1.352,35	53,6%	66,4%	15,1%	12,6%
		1	955,43	380,80	228,48	1.336,23	1.183,91	955,43	584,80	380,12	1.540,23	1.335,55	53,6%	66,4%	15,3%	12,8%
	C	4	943,47	380,80	228,48	1.324,27	1.171,95	943,47	584,80	380,12	1.528,27	1.323,59	53,6%	66,4%	15,4%	12,9%
		3	927,60	380,80	228,48	1.308,40	1.156,08	927,60	584,80	380,12	1.512,40	1.307,72	53,6%	66,4%	15,6%	13,1%
		2	912,09	380,80	228,48	1.292,89	1.140,57	912,09	584,80	380,12	1.496,89	1.292,21	53,6%	66,4%	15,8%	13,3%
		1	899,97	380,80	228,48	1.280,77	1.128,45	899,97	584,80	380,12	1.484,77	1.280,09	53,6%	66,4%	15,9%	13,4%

Magistério de 1º e 2º Graus - 40 horas

			atual					proposto					reajuste GID		reajuste remun total	
Tit	classe	nivel	RemFixa	GID80	GID48	Rem80	Rem48	RemFixa	GID80	GID52	Rem80	Rem52	At 80	Ap52	At80	Ap52
graduado	Titular	U	1.927,87	268,80	161,28	2.196,67	2.089,15	1.927,87	602,40	391,56	2.530,27	2.319,43	124,1%	142,8%	15,2%	11,0%
	E	4	1.641,23	268,80	161,28	1.910,03	1.802,51	1.641,23	602,40	391,56	2.243,63	2.032,79	124,1%	142,8%	17,5%	12,8%
		3	1.574,37	268,80	161,28	1.843,17	1.735,65	1.574,37	602,40	391,56	2.176,77	1.965,93	124,1%	142,8%	18,1%	13,3%
		2	1.510,47	268,80	161,28	1.779,27	1.671,75	1.510,47	602,40	391,56	2.112,87	1.902,03	124,1%	142,8%	18,7%	13,8%
		1	1.448,01	268,80	161,28	1.716,81	1.609,29	1.448,01	602,40	391,56	2.050,41	1.839,57	124,1%	142,8%	19,4%	14,3%
	D	4	1.346,15	268,80	161,28	1.614,95	1.507,43	1.346,15	602,40	391,56	1.948,55	1.737,71	124,1%	142,8%	20,7%	15,3%
		3	1.301,31	268,80	161,28	1.570,11	1.462,59	1.301,31	602,40	391,56	1.903,71	1.692,87	124,1%	142,8%	21,2%	15,7%
		2	1.276,34	268,80	161,28	1.545,14	1.437,62	1.276,34	602,40	391,56	1.878,74	1.667,90	124,1%	142,8%	21,6%	16,0%
		1	1.253,92	268,80	161,28	1.522,72	1.415,20	1.253,92	602,40	391,56	1.856,32	1.645,48	124,1%	142,8%	21,9%	16,3%
	C	4	1.238,00	268,80	161,28	1.506,80	1.399,28	1.238,00	602,40	391,56	1.840,40	1.629,56	124,1%	142,8%	22,1%	16,5%
		3	1.216,82	268,80	161,28	1.485,62	1.378,10	1.216,82	602,40	391,56	1.819,22	1.608,38	124,1%	142,8%	22,5%	16,7%
		2	1.196,17	268,80	161,28	1.464,97	1.357,45	1.196,17	602,40	391,56	1.798,57	1.587,73	124,1%	142,8%	22,8%	17,0%
		1	1.179,99	268,80	161,28	1.448,79	1.341,27	1.179,99	602,40	391,56	1.782,39	1.571,55	124,1%	142,8%	23,0%	17,2%
aperfeiçoamento	Titular	U	2.021,27	268,80	161,28	2.290,07	2.182,55	2.021,27	602,40	391,56	2.623,67	2.412,83	124,1%	142,8%	14,6%	10,6%
	E	4	1.720,31	268,80	161,28	1.989,11	1.881,59	1.720,31	602,40	391,56	2.322,71	2.111,87	124,1%	142,8%	16,8%	12,2%
		3	1.650,12	268,80	161,28	1.918,92	1.811,40	1.650,12	602,40	391,56	2.252,52	2.041,68	124,1%	142,8%	17,4%	12,7%
		2	1.583,00	268,80	161,28	1.851,80	1.744,28	1.583,00	602,40	391,56	2.185,40	1.974,56	124,1%	142,8%	18,0%	13,2%
		1	1.517,41	268,80	161,28	1.786,21	1.678,69	1.517,41	602,40	391,56	2.119,81	1.908,97	124,1%	142,8%	18,7%	13,7%
	D	4	1.410,45	268,80	161,28	1.679,25	1.571,73	1.410,45	602,40	391,56	2.012,85	1.802,01	124,1%	142,8%	19,9%	14,7%
		3	1.363,38	268,80	161,28	1.632,18	1.524,66	1.363,38	602,40	391,56	1.965,78	1.754,94	124,1%	142,8%	20,4%	15,1%
		2	1.337,16	268,80	161,28	1.605,96	1.498,44	1.337,16	602,40	391,56	1.939,56	1.728,72	124,1%	142,8%	20,8%	15,4%
		1	1.313,64	268,80	161,28	1.582,44	1.474,92	1.313,64	602,40	391,56	1.916,04	1.705,20	124,1%	142,8%	21,1%	15,6%
	C	4	1.296,89	268,80	161,28	1.565,69	1.458,17	1.296,89	602,40	391,56	1.899,29	1.688,45	124,1%	142,8%	21,3%	15,8%
		3	1.274,66	268,80	161,28	1.543,46	1.435,94	1.274,66	602,40	391,56	1.877,06	1.666,22	124,1%	142,8%	21,6%	16,0%
		2	1.253,01	268,80	161,28	1.521,81	1.414,29	1.253,01	602,40	391,56	1.855,41	1.644,57	124,1%	142,8%	21,9%	16,3%
		1	1.235,99	268,80	161,28	1.504,79	1.397,27	1.235,99	602,40	391,56	1.838,39	1.627,55	124,1%	142,8%	22,2%	16,5%
especialização	Titular	U	2.152,04	268,80	161,28	2.420,84	2.313,32	2.152,04	602,40	391,56	2.754,44	2.543,60	124,1%	142,8%	13,8%	10,0%
	E	4	1.830,99	268,80	161,28	2.099,79	1.992,27	1.830,99	602,40	391,56	2.433,39	2.222,55	124,1%	142,8%	15,9%	11,6%
		3	1.756,10	268,80	161,28	2.024,90	1.917,38	1.756,10	602,40	391,56	2.358,50	2.147,66	124,1%	142,8%	16,5%	12,0%
		2	1.684,53	268,80	161,28	1.953,33	1.845,81	1.684,53	602,40	391,56	2.286,93	2.076,09	124,1%	142,8%	17,1%	12,5%
		1	1.614,58	268,80	161,28	1.883,38	1.775,86	1.614,58	602,40	391,56	2.216,98	2.006,14	124,1%	142,8%	17,7%	13,0%
	D	4	1.500,51	268,80	161,28	1.769,31	1.661,79	1.500,51	602,40	391,56	2.102,91	1.892,07	124,1%	142,8%	18,9%	13,9%
		3	1.450,30	268,80	161,28	1.719,10	1.611,58	1.450,30	602,40	391,56	2.052,70	1.841,86	124,1%	142,8%	19,4%	14,3%
		2	1.422,31	268,80	161,28	1.691,11	1.583,59	1.422,31	602,40	391,56	2.024,71	1.813,87	124,1%	142,8%	19,7%	14,5%
		1	1.397,21	268,80	161,28	1.666,01	1.558,49	1.397,21	602,40	391,56	1.999,61	1.788,77	124,1%	142,8%	20,0%	14,8%
	C	4	1.379,37	268,80	161,28	1.648,17	1.540,65	1.379,37	602,40	391,56	1.981,77	1.770,93	124,1%	142,8%	20,2%	14,9%
		3	1.355,65	268,80	161,28	1.624,45	1.516,93	1.355,65	602,40	391,56	1.958,05	1.747,21	124,1%	142,8%	20,5%	15,2%
		2	1.332,55	268,80	161,28	1.601,35	1.493,83	1.332,55	602,40	391,56	1.934,95	1.724,11	124,1%	142,8%	20,8%	15,4%
		1	1.314,38	268,80	161,28	1.583,18	1.475,66	1.314,38	602,40	391,56	1.916,78	1.705,94	124,1%	142,8%	21,1%	15,6%
mestrado	Titular	U	2.394,88	652,00	391,20	3.046,88	2.786,08	2.394,88	1.001,60	651,04	3.396,48	3.045,92	53,6%	66,4%	11,5%	9,3%
	E	4	2.036,57	652,00	391,20	2.688,57	2.427,77	2.036,57	1.001,60	651,04	3.038,17	2.687,61	53,6%	66,4%	13,0%	10,7%
		3	1.953,00	652,00	391,20	2.605,00	2.344,20	1.953,00	1.001,60	651,04	2.954,60	2.604,04	53,6%	66,4%	13,4%	11,1%
		2	1.873,14	652,00	391,20	2.525,14	2.264,34	1.873,14	1.001,60	651,04	2.874,74	2.524,18	53,6%	66,4%	13,8%	11,5%
		1	1.795,04	652,00	391,20	2.447,04	2.186,24	1.795,04	1.001,60	651,04	2.796,64	2.446,08	53,6%	66,4%	14,3%	11,9%
	D	4	1.667,71	652,00	391,20	2.319,71	2.058,91	1.667,71	1.001,60	651,04	2.669,31	2.318,75	53,6%	66,4%	15,1%	12,6%
		3	1.611,67	652,00	391,20	2.263,67	2.002,87	1.611,67	1.001,60	651,04	2.613,27	2.262,71	53,6%	66,4%	15,4%	13,0%
		2	1.580,47	652,00	391,20	2.232,47	1.971,67	1.580,47	1.001,60	651,04	2.582,07	2.231,51	53,6%	66,4%	15,7%	13,2%
		1	1.552,45	652,00	391,20	2.204,45	1.943,65	1.552,45	1.001,60	651,04	2.554,05	2.203,49	53,6%	66,4%	15,9%	13,4%
	C	4	1.532,52	652,00	391,20	2.184,52	1.923,72	1.532,52	1.001,60	651,04	2.534,12	2.183,56	53,6%	66,4%	16,0%	13,5%
		3	1.506,08	652,00	391,20	2.158,08	1.897,28	1.506,08	1.001,60	651,04	2.507,68	2.157,12	53,6%	66,4%	16,2%	13,7%
		2	1.480,25	652,00	391,20	2.132,25	1.871,45	1.480,25	1.001,60	651,04	2.481,85	2.131,29	53,6%	66,4%	16,4%	13,9%
		1	1.460,03	652,00	391,20	2.112,03	1.851,23	1.460,03	1.001,60	651,04	2.461,63	2.111,07	53,6%	66,4%	16,6%	14,0%
doutorado	Titular	U	2.861,86	952,00	571,20	3.813,86	3.433,06	2.861,86	1.462,40	950,56	4.324,26	3.812,42	53,6%	66,4%	13,4%	11,1%
	E	4	2.431,92	952,00	571,20	3.383,92	3.003,12	2.431,92	1.462,40	950,56	3.894,32	3.382,48	53,6%	66,4%	15,1%	12,6%
		3	2.331,63	952,00	571,20	3.283,63	2.902,83	2.331,63	1.462,40	950,56	3.794,03	3.282,19	53,6%	66,4%	15,5%	13,1%
		2	2.235,77	952,00	571,20	3.187,77	2.806,97	2.235,77	1.462,40	950,56	3.698,17	3.186,33	53,6%	66,4%	16,0%	13,5%
		1	2.142,06	952,00	571,20	3.094,06	2.713,26	2.142,06	1.462,40	950,56	3.604,46	3.092,62	53,6%	66,4%	16,5%	14,0%
	D	4	1.989,28	952,00	571,20	2.941,28	2.560,48	1.989,28	1.462,40	950,56	3.451,68	2.939,84	53,6%	66,4%	17,4%	14,8%
		3	1.922,03	952,00	571,20	2.874,03	2.493,23	1.922,03	1.462,40	950,56	3.384,43	2.872,59	53,6%	66,4%	17,8%	15,2%
		2	1.884,57	952,00	571,20	2.836,57	2.455,77	1.884,57	1.462,40	950,56	3.346,97	2.835,13	53,6%	66,4%	18,0%	15,4%
		1	1.850,95	952,00	571,20	2.802,95	2.422,15	1.850,95	1.462,40	950,56	3.313,35	2.801,51	53,6%	66,4%	18,2%	15,7%
	C	4	1.827,05	952,00	571,20	2.779,05	2.398,25	1.827,05	1.462,40	950,56	3.289,45	2.777,61	53,6%	66,4%	18,4%	15,8%
		3	1.795,30	952,00	571,20	2.747,30	2.366,50	1.795,30	1.462,40	950,56	3.257,70	2.745,86	53,6%	66,4%	18,6%	16,0%
		2	1.764,33	952,00	571,20	2.716,33	2.335,53	1.764,33	1.462,40	950,56	3.226,73	2.714,89	53,6%	66,4%	18,8%	16,2%
		1	1.740,04	952,00	571,20	2.692,04	2.311,24	1.740,04	1.462,40	950,56	3.202,44	2.690,60	53,6%	66,4%	19,0%	16,4%

Magistério de 1º e 2º Graus - Dedicação Exclusiva

			atual					proposto					reajuste GID		reajuste remun total	
Tit	classe	nivel	RemFixa	GID80	GID48	Rem80	Rem48	RemFixa	GID80	GID52	Rem80	Rem52	At80	Ap52	At80	Ap52
graduado	Titular	U	2.955,26	411,20	246,72	3.366,46	3.201,98	2.955,26	921,60	599,04	3.876,86	3.554,30	124,1%	142,8%	15,2%	11,0%
	E	4	2.511,00	411,20	246,72	2.922,20	2.757,72	2.511,00	921,60	599,04	3.432,60	3.110,04	124,1%	142,8%	17,5%	12,8%
		3	2.407,36	411,20	246,72	2.818,56	2.654,08	2.407,36	921,60	599,04	3.328,96	3.006,40	124,1%	142,8%	18,1%	13,3%
		2	2.308,30	411,20	246,72	2.719,50	2.555,02	2.308,30	921,60	599,04	3.229,90	2.907,34	124,1%	142,8%	18,8%	13,8%
		1	2.211,48	411,20	246,72	2.622,68	2.458,20	2.211,48	921,60	599,04	3.133,08	2.810,52	124,1%	142,8%	19,5%	14,3%
	D	4	2.053,58	411,20	246,72	2.464,78	2.300,30	2.053,58	921,60	599,04	2.975,18	2.652,62	124,1%	142,8%	20,7%	15,3%
		3	1.984,10	411,20	246,72	2.395,30	2.230,82	1.984,10	921,60	599,04	2.905,70	2.583,14	124,1%	142,8%	21,3%	15,8%
		2	1.945,40	411,20	246,72	2.356,60	2.192,12	1.945,40	921,60	599,04	2.867,00	2.544,44	124,1%	142,8%	21,7%	16,1%
		1	1.910,66	411,20	246,72	2.321,86	2.157,38	1.910,66	921,60	599,04	2.832,26	2.509,70	124,1%	142,8%	22,0%	16,3%
	C	4	1.885,94	411,20	246,72	2.297,14	2.132,66	1.885,94	921,60	599,04	2.807,54	2.484,98	124,1%	142,8%	22,2%	16,5%
		3	1.853,15	411,20	246,72	2.264,35	2.099,87	1.853,15	921,60	599,04	2.774,75	2.452,19	124,1%	142,8%	22,5%	16,8%
		2	1.821,15	411,20	246,72	2.232,35	2.067,87	1.821,15	921,60	599,04	2.742,75	2.420,19	124,1%	142,8%	22,9%	17,0%
		1	1.796,06	411,20	246,72	2.207,26	2.042,78	1.796,06	921,60	599,04	2.717,66	2.395,10	124,1%	142,8%	23,1%	17,2%
aperfeiçoamento	Titular	U	3.100,02	411,20	246,72	3.511,22	3.346,74	3.100,02	921,60	599,04	4.021,62	3.699,06	124,1%	142,8%	14,5%	10,5%
	E	4	2.633,53	411,20	246,72	3.044,73	2.880,25	2.633,53	921,60	599,04	3.555,13	3.232,57	124,1%	142,8%	16,8%	12,2%
		3	2.524,73	411,20	246,72	2.935,93	2.771,45	2.524,73	921,60	599,04	3.446,33	3.123,77	124,1%	142,8%	17,4%	12,7%
		2	2.420,71	411,20	246,72	2.831,91	2.667,43	2.420,71	921,60	599,04	3.342,31	3.019,75	124,1%	142,8%	18,0%	13,2%
		1	2.319,04	411,20	246,72	2.730,24	2.565,76	2.319,04	921,60	599,04	3.240,64	2.918,08	124,1%	142,8%	18,7%	13,7%
	D	4	2.153,28	411,20	246,72	2.564,48	2.400,00	2.153,28	921,60	599,04	3.074,88	2.752,32	124,1%	142,8%	19,9%	14,7%
		3	2.080,33	411,20	246,72	2.491,53	2.327,05	2.080,33	921,60	599,04	3.001,93	2.679,37	124,1%	142,8%	20,5%	15,1%
		2	2.039,69	411,20	246,72	2.450,89	2.286,41	2.039,69	921,60	599,04	2.961,29	2.638,73	124,1%	142,8%	20,8%	15,4%
		1	2.003,18	411,20	246,72	2.414,38	2.249,90	2.003,18	921,60	599,04	2.924,78	2.602,22	124,1%	142,8%	21,1%	15,7%
	C	4	1.977,25	411,20	246,72	2.388,45	2.223,97	1.977,25	921,60	599,04	2.898,85	2.576,29	124,1%	142,8%	21,4%	15,8%
		3	1.942,80	411,20	246,72	2.354,00	2.189,52	1.942,80	921,60	599,04	2.864,40	2.541,84	124,1%	142,8%	21,7%	16,1%
		2	1.909,21	411,20	246,72	2.320,41	2.155,93	1.909,21	921,60	599,04	2.830,81	2.508,25	124,1%	142,8%	22,0%	16,3%
		1	1.882,87	411,20	246,72	2.294,07	2.129,59	1.882,87	921,60	599,04	2.804,47	2.481,91	124,1%	142,8%	22,2%	16,5%
especialização	Titular	U	3.302,72	411,20	246,72	3.713,92	3.549,44	3.302,72	921,60	599,04	4.224,32	3.901,76	124,1%	142,8%	13,7%	9,9%
	E	4	2.805,10	411,20	246,72	3.216,30	3.051,82	2.805,10	921,60	599,04	3.726,70	3.404,14	124,1%	142,8%	15,9%	11,5%
		3	2.689,05	411,20	246,72	3.100,25	2.935,77	2.689,05	921,60	599,04	3.610,65	3.288,09	124,1%	142,8%	16,5%	12,0%
		2	2.578,11	411,20	246,72	2.989,31	2.824,83	2.578,11	921,60	599,04	3.499,71	3.177,15	124,1%	142,8%	17,1%	12,5%
		1	2.469,67	411,20	246,72	2.880,87	2.716,39	2.469,67	921,60	599,04	3.391,27	3.068,71	124,1%	142,8%	17,7%	13,0%
	D	4	2.292,86	411,20	246,72	2.704,06	2.539,58	2.292,86	921,60	599,04	3.214,46	2.891,90	124,1%	142,8%	18,9%	13,9%
		3	2.215,02	411,20	246,72	2.626,22	2.461,74	2.215,02	921,60	599,04	3.136,62	2.814,06	124,1%	142,8%	19,4%	14,3%
		2	2.171,66	411,20	246,72	2.582,86	2.418,38	2.171,66	921,60	599,04	3.093,26	2.770,70	124,1%	142,8%	19,8%	14,6%
		1	2.132,72	411,20	246,72	2.543,92	2.379,44	2.132,72	921,60	599,04	3.054,32	2.731,76	124,1%	142,8%	20,1%	14,8%
	C	4	2.105,11	411,20	246,72	2.516,31	2.351,83	2.105,11	921,60	599,04	3.026,71	2.704,15	124,1%	142,8%	20,3%	15,0%
		3	2.068,33	411,20	246,72	2.479,53	2.315,05	2.068,33	921,60	599,04	2.989,93	2.667,37	124,1%	142,8%	20,6%	15,2%
		2	2.032,51	411,20	246,72	2.443,71	2.279,23	2.032,51	921,60	599,04	2.954,11	2.631,55	124,1%	142,8%	20,9%	15,5%
		1	2.004,39	411,20	246,72	2.415,59	2.251,11	2.004,39	921,60	599,04	2.925,99	2.603,43	124,1%	142,8%	21,1%	15,7%
mestrado	Titular	U	3.679,12	952,00	571,20	4.631,12	4.250,32	3.679,12	1.462,40	950,56	5.141,52	4.629,68	53,6%	66,4%	11,0%	8,9%
	E	4	3.123,75	952,00	571,20	4.075,75	3.694,95	3.123,75	1.462,40	950,56	4.586,15	4.074,31	53,6%	66,4%	12,5%	10,3%
		3	2.994,24	952,00	571,20	3.946,24	3.565,44	2.994,24	1.462,40	950,56	4.456,64	3.944,80	53,6%	66,4%	12,9%	10,6%
		2	2.870,42	952,00	571,20	3.822,42	3.441,62	2.870,42	1.462,40	950,56	4.332,82	3.820,98	53,6%	66,4%	13,4%	11,0%
		1	2.749,39	952,00	571,20	3.701,39	3.320,59	2.749,39	1.462,40	950,56	4.211,79	3.699,95	53,6%	66,4%	13,8%	11,4%
	D	4	2.552,03	952,00	571,20	3.504,03	3.123,23	2.552,03	1.462,40	950,56	4.014,43	3.502,59	53,6%	66,4%	14,6%	12,1%
		3	2.465,18	952,00	571,20	3.417,18	3.036,38	2.465,18	1.462,40	950,56	3.927,58	3.415,74	53,6%	66,4%	14,9%	12,5%
		2	2.416,78	952,00	571,20	3.368,78	2.987,98	2.416,78	1.462,40	950,56	3.879,18	3.367,34	53,6%	66,4%	15,2%	12,7%
		1	2.373,35	952,00	571,20	3.325,35	2.944,55	2.373,35	1.462,40	950,56	3.835,75	3.323,91	53,6%	66,4%	15,3%	12,9%
	C	4	2.342,47	952,00	571,20	3.294,47	2.913,67	2.342,47	1.462,40	950,56	3.804,87	3.293,03	53,6%	66,4%	15,5%	13,0%
		3	2.301,48	952,00	571,20	3.253,48	2.872,68	2.301,48	1.462,40	950,56	3.763,88	3.252,04	53,6%	66,4%	15,7%	13,2%
		2	2.261,46	952,00	571,20	3.213,46	2.832,66	2.261,46	1.462,40	950,56	3.723,86	3.212,02	53,6%	66,4%	15,9%	13,4%
		1	2.230,10	952,00	571,20	3.182,10	2.801,30	2.230,10	1.462,40	950,56	3.692,50	3.180,66	53,6%	66,4%	16,0%	13,5%
doutorado	Titular	U	4.402,95	1.496,00	897,60	5.898,95	5.300,55	4.402,95	2.297,60	1.493,44	6.700,55	5.896,39	53,6%	66,4%	13,6%	11,2%
	E	4	3.736,55	1.496,00	897,60	5.232,55	4.634,15	3.736,55	2.297,60	1.493,44	6.034,15	5.229,99	53,6%	66,4%	15,3%	12,9%
		3	3.581,10	1.496,00	897,60	5.077,10	4.478,70	3.581,10	2.297,60	1.493,44	5.878,70	5.074,54	53,6%	66,4%	15,8%	13,3%
		2	3.432,50	1.496,00	897,60	4.928,50	4.330,10	3.432,50	2.297,60	1.493,44	5.730,10	4.925,94	53,6%	66,4%	16,3%	13,8%
		1	3.287,29	1.496,00	897,60	4.783,29	4.184,89	3.287,29	2.297,60	1.493,44	5.584,89	4.780,73	53,6%	66,4%	16,8%	14,2%
	D	4	3.050,47	1.496,00	897,60	4.546,47	3.948,07	3.050,47	2.297,60	1.493,44	5.348,07	4.543,91	53,6%	66,4%	17,6%	15,1%
		3	2.946,23	1.496,00	897,60	4.442,23	3.843,83	2.946,23	2.297,60	1.493,44	5.243,83	4.439,67	53,6%	66,4%	18,0%	15,5%
		2	2.888,14	1.496,00	897,60	4.384,14	3.785,74	2.888,14	2.297,60	1.493,44	5.185,74	4.381,58	53,6%	66,4%	18,3%	15,7%
		1	2.836,03	1.496,00	897,60	4.332,03	3.733,63	2.836,03	2.297,60	1.493,44	5.133,63	4.329,47	53,6%	66,4%	18,5%	16,0%
	C	4	2.799,00	1.496,00	897,60	4.295,00	3.696,60	2.799,00	2.297,60	1.493,44	5.096,60	4.292,44	53,6%	66,4%	18,7%	16,1%
		3	2.749,78	1.496,00	897,60	4.245,78	3.647,38	2.749,78	2.297,60	1.493,44	5.047,38	4.243,22	53,6%	66,4%	18,9%	16,3%
		2	2.701,76	1.496,00	897,60	4.197,76	3.599,36	2.701,76	2.297,60	1.493,44	4.999,36	4.195,20	53,6%	66,4%	19,1%	16,6%
		1	2.664,14	1.496,00	897,60	4.160,14	3.561,74	2.664,14	2.297,60	1.493,44	4.961,74	4.157,58	53,6%	66,4%	19,3%	16,7%

Proposta de reajuste salarial do governo Lula: o aprofundamento da política de destruição dos serviços públicos

Após um ano de reuniões com os representantes dos servidores públicos federais na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), o governo, finalmente, apresentou sua proposta; entretanto, muito aquém das reivindicações reiteradamente apresentadas pelos servidores. Pior do que isso. Uma proposta que aprofunda a política de destruição dos serviços públicos no país, porque precariza ainda mais os salários do funcionalismo por meio de reajuste diferenciado, tanto entre as diversas carreiras, como entre as diferentes classes da carreira de uma mesma categoria. Soma-se a isto a falta de isonomia entre ativos e aposentados e a introdução, mais uma vez, de penduricalhos nos salários por meio de gratificações produtivistas.

Segundo dados do DIEESE, publicados em 18 de março de 2004, cerca de 58% das negociações coletivas de trabalho, realizadas em 2003, resultaram em reajustes salariais inferiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), índice utilizado para a recomposição salarial – ou seja, ficaram abaixo da inflação acumulada. Apenas 1% dos resultados das negociações salariais correspondeu aos patamares indicados pelo Índice de Custo de Vida apurado pelo DIEESE.

Considerando o período de 1996 a 2003, este último ano foi o que apresentou piores resultados para a classe trabalhadora brasileira, que sofreu perdas salariais acentuadas.

De fato, o Índice de Revisão Salarial de 3,5% concedido, em janeiro de 2002, durante o governo FHC, por meio da Lei 10.331, foi insuficiente para repor as perdas da categoria, conforme dados do DIEESE. Da mesma forma, o Índice de Revisão Salarial de 1,0% mais o abono de R$ 59,00, concedidos em 2003 pelo governo Lula, foram irrisórios e muito abaixo da inflação do período.

A tendência observada pelo DIEESE, ao longo deste último ano, foi a da alta proporção de parcelamentos dos índices conquistados nas negociações, assim como a concessão de "abonos" não-incorporáveis aos salários. Outra tendência verificada foi a concessão de reajustes escalonados, ou seja, a aplicação de índices diferenciados por faixa salarial, na maioria das vezes, com variação percentual inversamente proporcional ao nível de remuneração do trabalhador. Desta forma, em algumas circunstâncias, os trabalhadores que recebem salários mais altos foram excluídos dos critérios de correção salarial referente às perdas inflacionárias.

De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Fazenda, a Despesa de Pessoal no período de 1995 a 2003 teve uma variação de 70,30%, enquanto a Receita Corrente Líquida da União cresceu 198,22%.

Isto confirma a avaliação que o ANDES-SN vem apresentando em seus últimos eventos deliberativos: a existência de recursos para uma reposição salarial de acordo com as perdas inflacionárias desde 1995 e a falta de vontade política para efetivamente estabelecer uma política salarial digna para os trabalhadores, visto que os recursos comprovadamente (pelo próprio governo) existentes são utilizados para o serviço da dívida e não para serviços à população e a remuneração dos trabalhadores que a atendem.

Esses indicadores demonstram a capacidade existente de conceder aos servidores a reposição imediata das perdas do período de junho de 1998 a dezembro de 2003, de acordo com índice ICV do DIEESE (aplicação da revisão geral anual obrigatória, conforme art. 37, inciso X, da Constituição Federal - redação incluída pela Emenda Constitucional Nº 19, de 4/6/1998) com o reajuste de 50,19%;

Assim, consideramos que devemos exigir uma política salarial que estabeleça um plano de recomposição integral do poder aquisitivo dos servidores públicos, de acordo com o ICV-DIEESE, no período de janeiro-1995 a dezembro -2003 (127,30%), além de uma política que impeça a acumulação de perdas e, com isto, estabeleça um efetivo processo de revisão geral anual dos salários; uma política salarial que recomponha o poder de compra dos salários e corrija as distorções salariais criadas pela política destrutiva, empregada por FHC e continuada pelo Governo Lula.

A manifestação das entidades representantes dos servidores quando da apresentação da tabela pelo governo na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, foi de repúdio à proposta visto que a) trata-se de revisão de valores de gratificações e não de reajuste salarial que recomponha perda de poder aquisitivo acumulada, b) aprofunda a quebra da isonomia trabalhando com valores desiguais para diferenciados setores, c) fortalece as gratificações de caráter produtivista – o que já vem sendo reiteradamente rejeitado pelos servidores públicos em suas plenárias e assembléias, assim como sua incorporação, d) exclui parte da categoria; e) aprofunda a diferença entre parcelas de servidores não só mantendo os aposentados com percentuais parciais das gratificações, mas diferenciando o percentual relativo de incidência das gratificações entre servidores de mesma categoria.

Assim, para que se efetive uma correção profunda das distorções criadas nos últimos anos, faz-se necessário recuperar o salário das diversas categorias e a incorporação das gratificações, peças fundamentais para que exista uma política de isonomia salarial no serviço público.

Sinalizamos o dia 1° de maio como Data-Base do funcionalismo, reivindicação histórica, que se justifica por coincidir com a data de reajuste do salário-mínimo e por simbolizar a luta internacional dos trabalhadores pelo reconhecimento de seus direitos.

Reivindicamos a incorporação da GAE e demais gratificações produtivistas ao vencimento básico porque esta é uma medida de justiça, especialmente tendo em vista que o valor da tabela de vencimentos básicos atualmente em vigor não cumpre a sua função, permitindo, simplesmente, o achatamento das vantagens sobre ele incidentes, tais como o adicional por tempo de serviço e adicionais de periculosidade. Além disso, as medidas adotadas para a reestruturação de carreiras indicam a oportunidade e razoabilidade dessa medida, por meio da fixação de tabelas de vencimento realistas, com a incorporação de vantagens, medida já aprovada pelos poderes Judiciário, Legislativo e parte do Executivo. Ademais, é uma exigência imperiosa que se impõe para reverter a política de gratificações produtivistas implantada no governo FHC e agora mantida no governo Lula.

O Plano de carreira que o ANDES-SN tem como referência, aprovado no 38º CONAD, RJ, em Julho de 1999, prevê que "o salário do professor auxiliar em regime de 20 horas na carreira única será igual a um salário-mínimo do DIEESE". Um salário-mínimo do DIEESE corresponde aproximadamente a um mil e quatrocentos reais. Isto é completamente diferente do que propõe o governo, com seu reajuste diferenciado, com suas gratificações de desempenho e suas diferenciações entre ativos e aposentados. O governo, ao tentar explicar sua proposta de reajuste para 2004, apresentada às bancadas governamental e sindical, diferenciado por categorias, padrões e tabelas com ganhos salariais de janeiro de 1995 a dezembro de 2003, não esclarece por que mantém um arrocho salarial violento contra o funcionalismo público com uma receita corrente líquida alta e com a manutenção do pagamento da dívida pública.

Essa política que nos continua sendo imposta rompe a isonomia, desfigura carreiras, precariza as remunerações, compromete a paridade entre ativos e aposentados e cria entre os servidores um clima de insegurança, insatisfação e revolta.

Não podemos aceitar passivamente o que vem para acentuar a destruição da carreira sem apontar para a implementação da carreira reivindicada pelo Movimento Docente, protocolada nos ministérios (MPOG E MEC). Não podemos baixar reivindicações, derrubar bandeiras históricas e deixar de utilizar nossos instrumentos de luta.

Assim, consideramos imprescindível a construção da mobilização nas seções sindicais para a unificação da luta dos SPF e o esclarecimento à sociedade de que a precarização dos salários e da carreira dos servidores públicos impõem a destruição dos serviços públicos de qualidade.

Os docentes do ANDES-SN, reunidos no 23º CONGRESSO, Salvador - BA, consideram inadiável o atendimento de suas reivindicações:

1. incorporação das gratificações (GAE, GED, GID), nos seus valores máximos, para todos os docentes do magistério superior e básico, ativos e aposentados;
2. implementação do Projeto de Carreira Única e do Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN, com piso e malha salariais propostos pelo ANDES-SN;
3. realização de concursos pelo RJU para recomposição e ampliação de vagas nas IFES, tanto no magistério superior como no básico.
4. reposição das perdas salariais desde 1995: 127% (Cf. Pauta SPF 2004);
5. reposição salarial emergencial: 50,19% (Cf. Pauta SPF 2004).

NÃO À DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!

Não à destruição da Universidade Pública de qualidade!

A esperança está na luta!

Diretoria do Andes-SN

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 133 • 26 de abril de 2004

Assembléia Geral

29 abril quinta-feira 13:30

Auditório G2

da Faculdade de Letras

Pauta

1 - Campanha salarial
2 - Paralisação em 6 de maio
3 - Indicativo de greve

Reuniões de Unidades

26/04 segunda-feira **a** **29/04** quinta-feira

Pauta:

1 - Campanha salarial
2 - Paralisação em 6 de maio
3 - Indicativo de greve
4 - Questões específicas das unidades

Adufrj-SSind obtém liminar que suspende contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas

No dia 19 de abril, o juiz federal Alceu Mauricio Junior concedeu a liminar requerida pela assessoria jurídica da Adufrj-SSind contra o desconto da contribuição previdenciária dos professores aposentados e dos pensionistas. O juiz entendeu que a contribuição, embora instituída pela Emenda Constitucional nº 41/2003 ("reforma" da Previdência), fere o princípio constitucional da isonomia, nos termos do artigo 150 da Carta de 1988. Isso ocorre porque a aposentadoria recebida pelos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não é tributada.

Ronaldo Barroso

EM 18/4, OS SPF APROVARAM INDICATIVO DE GREVE A PARTIR DE 10 DE MAIO

Plenária dos servidores rejeita proposta do governo

Página 3

Entrevista

Autonomia e financiamento da reforma universitária

Entrevista com Roberto Leher

Na quarta sessão dos "Seminários Regionais Andifes sobre a Reforma Universitária" (UFPB, 4-6 de abril) os professores Adolpho José Melfi, Reitor da USP, Nelson Cardoso do Amaral (UFG) e Roberto Leher (UFRJ) discutiram as conexões entre autonomia e financiamento.

JAD – Qual a avaliação feita pelo reitor da USP da experiência de autonomia de gestão financeira?

O reitor da USP nos mostra que se a autonomia assegurada no Art. 207 da CF tivesse sido aplicada nas Universidades Federais a situação do ensino superior público seria muito melhor. No caso de São Paulo, o efetivo gozo da autonomia não demandou nenhuma legislação complementar à Constituição, comprovando o acerto da tese de que o Art. 207 é uma norma de eficácia completa. Bastou apenas um Decreto que definiu como o estado irá prover os recursos de suas instituições autônomas (Estabelece a alocação de recursos por meio de sub-vinculação tributária hoje em 9,75% da cota-parte do ICMS). São avanços importantes a possibilidade de planejar, a partir das deliberações do Conselho Universitário, as prioridades da instituição, tanto no que se refere a expansão da graduação e da pós-graduação, como a política de pessoal, notadamente as correções dos valores da remuneração. Evidentemente, o caso paulista tem particularidades evidentes, tendo em vista a enorme participação deste estado no PIB do país. O estado de penúria financeira das Instituições Federais de Ensino Superior fica patente quando se considera o orçamento da USP: R$ 1,5 bilhão, montante equivalente a 20% do total destinado as 56 IFES. Entretanto, nem lá tudo são flores.

JAD – Quais os principais problemas?

Após a autonomia, todas as paulistas, mas especialmente a USP e a Unicamp, conheceram um processo vertiginoso de privatização interna, tanto por meio de fundações de direito privado, como através da cobrança de taxas em cursos de graduação, pós lato sensu e stricto sensu (mestrados profissionalizantes). Outra conseqüência, direta ou indiretamente relacionada com o novo mecanismo de financiamento, tem sido a expansão da oferta de forma precária, por meio do inchaço das turmas, como a greve dos estudantes da FFLCH/USP demonstrou. Recente iniciativa da Unesp pretende oficializar a expansão de modalidades "concisas" de graduação por meio da educação a distância, por exemplo. No caso das instituições mais jovens, como a UNICAMP e a UNESP, o peso crescente das aposentadorias e as dívidas trabalhistas (precatórios), podem inviabilizar essas instituições.

JAD – A sua exposição sustentou que, para os neoliberais, a autonomia é um meio de deslocar as universidades para a esfera do mercado e que esse processo foi intensificado no governo de Collor de Mello.

Sim, desde Collor de Mello, todos os governos perseguiram avidamente o objetivo de "outorgar" autonomia às universidades públicas. No governo Collor, o seu projeto de reconstrução nacional objetivava: *A implantação da autonomia universitária por meio de um processo de **desregulamentação**, iniciando com a revisão da legislação atual, e culminando na **elaboração de leis complementares que darão ênfase aos procedimentos de avaliação, supervisão e gestão administrativo-financeira, patrimonial e didático-científica.*** O projeto de Collor almejava "maior eficácia" por meio de um "profundo ajustamento curricular" que pudesse "adequar as carreiras aos padrões emergentes de produção". Os docentes teriam "incentivo de ganhos de produtividade ligados à avaliação de desempenho". O projeto segue sustentando a "busca de recursos extra-orçamentários para completar seus orçamentos de pesquisa, sobretudo junto às empresas". O documento propõe o debate sobre a "gratuidade indiscriminada do ensino público de graduação e da dimensão de oferta de vagas pelo Governo Federal"; "aperfeiçoamento do sistema de bolsas e de crédito educativo para reduzir a seletividade social no acesso ao ensino de nível superior". Em suma, é indisfarçável o propósito de eliminação do caráter público do ensino superior.

JAD – Essas medidas parecem semelhantes às de Lula da Silva...

De fato, é desconcertante constatar que essas medidas, também aplicadas por Cardoso, estão tendo continuidade no governo de Lula da Silva. A tentativa de ampliar o peso das gratificações produtivistas na remuneração dos docentes, os encaminhamentos da Parceria Público-Privado (compra de vagas no setor privado) e do Grupo de Trabalho Interministerial (a universidade deve ter autonomia financeira para captar recursos no mercado) comprovam isso.

JAD – Como a autonomia pode contribuir para o deslocamento da universidade para a esfera do mercado?

É preciso qualificar de que autonomia estamos falando: se a autonomia como praticada na universidade de Berlim, por Humboldt, ou se autonomia dos neoliberais, como teorizada por Hayek e executada pelo Banco Mundial. No caso da universidade humboldtiana, o Estado mantém integralmente a instituição, mas tem de assegurar a plena liberdade de produção/ socialização do conhecimento e, para isso, a universidade deve ter as prerrogativas da autonormação e do autogoverno. No caso da autonomia neoliberal, o objetivo é romper os vínculos da universidade com o Estado, de modo que a instituição possa interagir livremente no mercado. É esta última concepção que vem sendo defendida por Collor, Cardoso e, também, pelo atual governo, que chega mesmo a sustentar a necessidade de romper com as barreiras que opõem o que é público e o que é privado, de modo que teríamos apenas instituições de "interesse social" (independente de públicas ou privadas) e todas essas fariam jus aos recursos públicos.

Cardoso associou a autonomia e o Plano Diretor da Reforma do Estado. Inicialmente, pretendeu alterar o Art.207 da CF, inserindo um aposto ("na forma da lei") que remetia a qualificação da autonomia a dispositivo infraconstitucional. Em virtude das resistências da comunidade universitária, de um lado, e da área econômica, de outro, que temia os efeitos econômicos do período de transição do atual modelo para o modelo de livre-mercado (expresso no parecer do seu relator: "a defesa da indissociabilidade ensino pesquisa é um puro emocionalismo nacional" e num "prazo de dez anos as universidades caminhariam com os seus próprios pés") a conhecida PEC-370/96 acabou arquivada. Entretanto, o governo trilhou a via da reforma do Estado, propugnando que as universidades deveriam ser inseridas no setor de "serviço" (como conceituado pela OMC, ao final da Rodada Uruguai, 1994) não exclusivo de Estado e competitivo, na forma de Organizações Sociais (ditas públicas, não estatais, regidas pelo direito privado). A reforma do Estado foi, em grande parte, bem sucedida (EC-19 e EC-20). A última investida do MEC, na gestão Cardoso, foi a tentativa de privatizar as relações de trabalho (CLT): por meio de um PL que pretendia criar o emprego público nas universidades. A Greve Nacional de 2001 impediu esse intento.

JAD – E o Projeto "Universidade para Todos" dá seqüência a esses objetivos?

Exatamente. Com esse projeto teremos vagas "públicas" não gratuitas (adquiridas nas particulares). Se as metas do governo forem atingidas, nos próximos três anos teremos um milhão de vagas "públicas" e não gratuitas e algo como 600 mil públicas e gratuitas. É obvio que essa situação conflitiva não poderá coexistir por muito tempo. Não é casual que parlamentares da base governista estejam apresentando projetos para alterar a Constituição e colocar um fim na gratuidade.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Plenária dos servidores rejeita proposta do governo

Funcionalismo apresenta indicativo de greve para 10 de maio

Os servidores públicos federais disseram um sonoro "não" à proposta oferecida pelo governo que incluía reajustes diferenciados por categoria incidindo unicamente sobre as gratificações produtivistas (no caso dos docentes universitários, sobre a GED e a GID) e impondo mais perdas para os aposentados. Reunidos em Plenária, em Brasília, em 18/4, os representantes do funcionalismo aprovaram, ainda, um indicativo de deflagração de greve unificada dos SPF a partir de 10 de maio, com a instalação do Comando Nacional Unificado de Greve (CNUG) no dia seguinte. Os SPF reafirmaram a pauta de reivindicações já apresentada ao governo, na abertura da Mesa Nacional de "Negociação", em junho do ano passado - e divulgada no Jornal da Adufrj nº 129 (de 29/03) -, que cobra uma reposição emergencial de 50,19%, sem perder de vista que as categorias acumulam perdas de 127,30% desde 1995, entre outros pontos da pauta.

A palavra final sobre o início do movimento de greve será dada pelas assembléias de base, que deverão ser agendadas para o período entre 26 e 30 de abril. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, acompanhando o movimento nacional, está convocada para 29/4, às 13h30, na Faculdade de Letras (ver chamada de capa).

A rejeição da proposta governamental recebeu apenas um voto contrário em meio ao grande número de delegados e observadores presentes (339 e 63, respectivamente), o que demonstra grande mobilização do movimento em sua base. O indicativo de greve para maio foi amplamente vitorioso, com apenas 27 abstenções e 4 votos contrários.

Atuação da CUT volta a ser criticada

Outro ponto marcante da Plenária foram as seguidas críticas à atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cujos representantes estariam se pronunciando em diversos meios de comunicação, em nome da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF). A representação do Andes-SN fez questão de cobrar um atitude enérgica da CNESF para impedir essa interferência da central, posto que, em Plenária anterior, a CUT já havia sido desautorizada a falar em nome dos servidores.

Setor das Federais

No dia anterior à Plenária dos SPF, reuniram-se 47 representantes de 33 seções sindicais do Andes-SN vinculadas às universidades federais. Na ocasião, a Adufrj-SSind se fez representar pelos professores Walcyr de Oliveira Barros e Salatiel Menezes. Também nesta reunião do Setor das Federais foi amplamente rejeitada a proposta salarial do governo. Além da rodada de assembléias para definir sobre o indicativo de greve, o Setor aprovou um calendário de mobilização.

A primeira data deste calendário é 28/4, quando haverá um Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Pauta de Reivindicações dos SPF e Defesa da Educação Pública, com AGs comunitárias. No dia 1º de maio, existe o encaminhamento de realização de um ato público dos SPF nos estados contra o desmonte dos serviços públicos e por salários dignos para os funcionários públicos. No caso do Rio de Janeiro, esta manifestação vai acontecer no dia 30 de abril, na Cinelândia, a partir do meio-dia.

Também em 1º de maio, ocorre a próxima reunião do Setor das IFES, em Recife, para aproveitar a presença daqueles que irão participar do V Congresso Nacional de Educação, de 2 a 5 de maio, na capital pernambucana.

Para encerrar o calendário inicial de mobilização, ficou previsto um Dia de Paralisação, em 6 de maio.

Pela paridade

Foi ressaltado no discurso de vários representantes, na Plenária, a importância de se defender a paridade entre ativos e aposentados contra a proposta governamental. Vale lembrar que os professores universitários perderam a paridade, ao final da greve de 1998, quando a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) foi criada, à revelia do movimento docente, em acordo assinado com a então diretoria do Andes-SN, cujo presidente era o professor Renato de Oliveira.

Agenda Sindical

26/4 - Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública
no Sintrasef (av. Treze de maio, 13, 10º andar), às 19h

26/4 a 30/4 – Rodada nacional de assembléias
- Para deliberar sobre o indicativo de greve a paralisação no dia 6 de maio

27/4 - Seminário do estado do Rio de Janeiro preparatório para o V Coned
Na Uerj

28/4 – Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Pauta de Reivindicações dos SPF e Defesa da Educação Pública e Gratuita, com AGs comunitárias

30/4 - Dia do Trabalhador de Classe e de Luta
- Na Cinelândia, a partir das 12h.

30/4 e 1/5 - Reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN
Recife (PE)

1/5 – Reunião do Setor das IFES
Recife (PE)

2 a 5/5 - V Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

6/5 – Dia Nacional de Paralisação

10/5 – Indicativo de deflagração de greve unificada dos SPF

18 e 19/5 – Eleições para a Diretoria do Andes-SN

16/6 – Manifestação contra as reformas Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

17 a 20/6 - 48º Conad
Aracaju (SE), com o tema central "Em Defesa da Educação Pública e Gratuita: a Esperança está na Luta".

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Assembléia Geral

29 abril quinta-feira **13:30**

Auditório G2
da Faculdade de Letras

CHARGE/RICARDO BORGES

Andes-SN

Sindicalizados podem contribuir para o Caderno de Textos

O Andes-SN já disponibilizou os prazos para as seções sindicais e os sindicalizados contribuírem para o Caderno de Textos do próximo Conad, marcado para Aracaju (SE), em junho próximo. O Caderno é o documento que guia os trabalhos dos representantes presentes ao evento. As contribuições deverão estar na sede do Andes-SN, impreterivelmente, até o dia 20 de maio, por e-mail. As normas para publicar os documentos podem ser encontradas na circular nº 117, na pasta do dia 19/4, na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br/documentos.htm).

Movimento

Queda-de-braços

Insatisfeitos com o reajuste diferenciado imposto, servidores decidem fazer greve geral a partir de maio. Governo prefere gastar dinheiro com campanha publicitária para jogar a sociedade contra o funcionalismo

Perdida nas gavetas do Ministério do Planejamento, a pauta de reivindicações dos servidores públicos foi relegada mais uma vez ao esquecimento e a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada na terça-feira (20/4), marcada pelo impasse. Insensível às demandas do funcionalismo público, a bancada governista avisou que não fará negociações de pauta. E apenas justificou como pôde suas limitações orçamentárias. Os servidores públicos, dispostos a cruzar os braços, defendiam direitos há anos ignorados pelo governo federal.

Nesta terça-feira (20/4), na reunião da MNNP, os dirigentes da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) anunciaram que o funcionalismo não aceita a proposta de reajuste salarial apresentada pelo governo no início do ano e farão greve por tempo indeterminado a partir do dia 10 de maio. A rejeição e a greve foram aprovadas em Plenária Nacional ocorrida no dia domingo (18/4), quando os servidores públicos reafirmaram a necessidade de o governo discutir a pauta de reivindicações e os acordos de greve, que nunca foram postos na Mesa pela bancada governista.

Na reunião, os representantes do governo reforçaram a proposta de reajuste diferenciado por meio de gratificações de desempenho e informaram que, além de a proposta ter sido resultado de um acordo construído no alto escalão do governo, isso é tudo o governo pode oferecer ao funcionalismo.

Os dirigentes sindicais reconheceram a importância da MNNP, mas alertaram que ela somente significará um avanço se o governo suspender os acordos de gabinete do alto escalão e valorizar a Mesa, cujo objetivo é justamente ser o fórum de negociação das reivindicações das pautas das campanhas salariais do funcionalismo. Os servidores querem a negociação de suas reivindicações, não uma proposta imposta pelo alto escalão do governo.

O reajuste oferecido pelo governo valoriza as gratificações de desempenho para algumas categorias. É excludente, pois não contempla vários setores do funcionalismo e aprofunda a desigualdade entre ativos e aposentados, entre e intracategorias, quebrando a paridade. Além disso, a gratificação é um dos itens históricos nas campanhas salariais dos servidores, que há uma década reivindicam sua incorporação aos salários para que o funcionalismo tenha realmente os proventos reajustados ano a ano, e não um mecanismo que pode ser retirado dos seus contracheques a qualquer momento.

As lideranças sindicais reafirmaram os principais itens da pauta de reivindicações entregue ao governo antes mesmo da posse do presidente Lula, a qual até hoje não foi discutida, sequer levada pela bancada governista à Mesa de Negociação. Querem a definição de uma política salarial para o funcionalismo federal, o cumprimento dos acordos de greve, a incorporação das gratificações, a correção das distorções e a definição da data-base para o mês de maio de cada ano e a estruturação de carreira para corrigir as distorções.

Afinal, esses são o eixo da campanha salarial de que os servidores não abrem mão, cujo atendimento vêm exigindo do governo há um ano, desde a instalação da Mesa. O governo também não respondeu à pauta emergencial, que se refere às perdas acumuladas de junho de 1998 até 2003, no valor de 50,96%, segundo cálculo do Dieese.

Além de reforçarem o eixo da campanha salarial, os sindicalistas informaram que as categorias estão dispostas a fazer uma greve forte. Algumas categorias do funcionalismo já estão mobilizadas e outras paralisadas, como a base da Fenasps, que iniciou no dia da reunião da Mesa (20) sua greve geral por tempo indeterminado. Os fiscais da previdência, Fenafisp, também estão em greve e os auditores fiscais da Receita Federal, filiados à Unafisco, também vêm fazendo paralisações intercaladas de quatro dias por semana.

Na tentativa de desmobilizar a greve e desacreditar o movimento sindical dos servidores, o governo tomou duas decisões: vai mandar pagar o reajuste que propôs já neste próximo pagamento e lançar uma grande campanha na mídia para jogar a sociedade contra o funcionalismo.

Fonte: CNESF

A esperança morreu queimada na Esplanada

Carla Lisboa, de Brasília

Nos últimos tempos têm se tornado cada vez mais agudas as contradições do governo do presidente Lula, eleito para fazer as mudanças que o país clamava e hoje totalmente submetido aos interesses da banca nacional e internacional, com graves prejuízos tanto para o setor produtivo como para a própria sociedade, tendo em vista o sucateamento do arcabouço do Estado.

Os brasileiros queriam justiça social, fim das desigualdades, geração de emprego, aumento da renda, reforma agrária, moradia, saúde e educação pública de qualidade e direito a uma aposentadoria decente. O problema é que, para atender aos anseios dos brasileiros, o governo teria de romper com um modelo econômico que só faz alimentar os lucros do sistema financeiro.

Em vez disso, o governo recuou de suas promessas de campanha e aprofundou as desigualdades, levando os brasileiros ao desespero, ao priorizar o sistema financeiro. Como conseqüência, os movimentos sociais se intensificam, a violência urbana cresceu, explodindo no Rio de Janeiro e em Rondônia. Por ironia, um desempregado pôs fogo ao corpo na Praça dos Três Poderes. Só queria era falar com o "companheiro" Lula para conseguir trabalho.

Não entendeu que Lula agora – quem te viu, quem te vê – só quer a companhia dos banqueiros. No ano passado seu governo desembolsou mais de R$ 150 bilhões para pagamento do serviço da dívida, deixando com isso de investir dinheiro para atender as demandas sociais, para gerar emprego e renda, para melhorar as estradas a fim de escoar até a produção da própria soja, cujo plantio tem colhido conflitos e mortes no campo.

Na orgia neoliberal, até os banqueiros brasileiros se banquetearam, enquanto o desemprego grassava e o poder aquisitivo dos brasileiros despencava em 15% no ano passado. Nesse período, o banco Itaú comemorava o lucro de 32,6%, o equivalente a R$ 3,152 bilhões, e o banco Sete Irmãos abocanhava mais 6,7%. Os bancos Itaú e do Brasil cresciam 25%, enquanto a economia definhava em 0,2% do PIB. Mas a soma do lucro dos quatro principais bancos do país chegava a 1% do PIB.

Festejado como a salvação da lavoura, o agronegócio crescia, desmatando e destruindo biomas como o Cerrado, expulsando e matando trabalhadores rurais. Estes, na esperança de conseguir terra para plantar, marchavam pelo país sem emprego, sem moradia, sem destino e em busca da sobrevivência, perseguidos pela milícia privada e pelo Poder Judiciário.

Indiferentes ao drama social do país, o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, empenham-se em comprometer 58,7% do PIB com a dívida externa. E ainda fazem declarações cínicas contra o movimento grevista do funcionalismo público e a marcha dos sem-terra. "Não adianta radicalizar, pois se as pessoas quiserem radicalizar, sabem (sic) que isso não ajuda. Já radicalizei muitas vezes e tive bom senso em outras vezes. E toda vez que prevaleceu o bom senso, ganhei", disse o enquadrado presidente.

Palocci foi mais longe e fez nova ameaça aos brasileiros. Numa reunião com integrantes do governo do ex-presidente FHC, não só elogiou a política econômica, mas prometeu levar adiante o que FHC começou a construir. "Se é igual [a política econômica] e é correta, vou continuar fazendo por dez anos".

Pena que o desempregado desesperado morto na Praça dos Três Poderes não teve tempo de ouvir a mensagem do presidente Lula. Se tivesse ouvido, talvez não radicalizasse e, quem sabe, em futuro próximo, conseguiria uma vaga em uma empresa qualquer, evidentemente sem os direitos que a reforma trabalhista retirará. Mas o que importa?

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 134 • 3 de maio de 2004

Kelvin Melo

PROFESSORES VOTAM FAVORAVELMENTE À PROPOSTA DO GOVERNO

Por dois votos, assembléia aceita proposta de aumento na GED

Professores da UFRJ não paralisam no dia 6

Por 24 votos a 22 e duas abstenções, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 29/04 decidiu "aceitar a proposta do governo de aumento na GED e continuar negociação para futuros aumentos" (sic). A proposta foi apresentada, após o final das avaliações, pelo professor Carlos Rabaça, do Observatório do Valongo, como alternativa à proposta da Diretoria da Adufrj-SSind, que era composta por dois itens: "1) propor à CNESF que priorize, para todas as categorias, a incorporação das gratificações produtivistas e/ou a solução de questões emergenciais nas carreiras e mantenha todos os pontos da pauta de reivindicações (reposição de perdas inflacionárias, revisão das carreiras, política salarial etc), negociando com o governo um calendário de atendimento, e; 2) priorizar, para o caso dos docentes, a reivindicação da incorporação da GED e da GID, nos seus valores máximos, para ativos, aposentados e pensionistas". A decisão da AG da Adufrj-SSind foi encaminhada à reunião do Setor das Federais do Andes-SN, que aconteceu no último sábado, dia 1/5, em Recife (PE).

Continua na página 8

REUNIÃO DOS DOCENTES

Faculdade de Letras

04/05 terça-feira **10h00**

Auditório G2
Ilha do Fundão

Pauta:
1) Reforma Universitária
2) Campanha Salarial

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

03/05 segunda-feira **16h às 17h**

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Pauta:
Escolha da comissão eleitoral da eleição para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Eleição para a Diretoria do Andes-SN

Comissão Eleitoral Local da Adufrj-SSind
Convocação

Convoco reunião da Comissão Eleitoral Local (CEL) da Adufrj-SSind para segunda-feira, 3 de maio, às 17h, na sede da Adufrj-SSind, com a seguinte pauta:
a) instalação da CEL, e
b) planejamento das atividades da CEL.

José Miguel Bendrao Saldanha
Presidente da CEL
da Adufrj-SSind

Editorial

Campanha salarial: pela incorporação da GED e da GID

Há 17 anos, em abril de 1987, os docentes de 45 IFES conquistaram, por meio de uma greve que durou 44 dias, a aprovação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), que, entre outras coisas, estabeleceu a isonomia salarial entre as autarquias e as fundações, implantou a carreira docente (incluindo os incentivos por titulação e dedicação exclusiva) e concedeu um substancial aumento, que elevou as remunerações dos docentes a um nível que nunca mais seria novamente atingido. De lá para cá, a degradação dos salários e dos vencimentos não se limitou, no entanto, às enormes perdas reais diante da inflação. Uma parcela crescente da remuneração assumiu a forma de "gratificações", "abonos" e "auxílios", de natureza precária e/ou variável, fazendo com que o vencimento básico seja hoje uma parte assustadoramente pequena da remuneração total, a tal ponto que os vencimentos dos níveis mais baixos da carreira situam-se abaixo do salário-mínimo, obrigando à inclusão de mais um item na remuneração, a "complementação do salário-mínimo".

Das parcelas precárias, as mais aviltantes são a GED e a GID, impostas pelo governo FHC respectivamente em julho de 1998 e em janeiro de 2000. Estas gratificações resultaram na quebra da paridade entre os docentes ativos e aposentados e entre os docentes do magistério superior e os do magistério de 1º e 2º graus. A GED ainda foi reajustada, em janeiro de 2000, em 30%, ampliando a discrepância entre as remunerações dos docentes ativos e aposentados. Nova tentativa de aumento da GED e da GID foi impedida pela greve dos docentes de 2001, que obrigou o governo a utilizar os recursos com os quais pretendia fazer o aumento na concessão do último reajuste decente que os docentes tiveram, em fevereiro de 2002, nos seus vencimentos.

Consciente da degradação do salário e das condições de trabalho que este tipo de remuneração provoca, o movimento docente reivindica a sua incorporação, isto é, a sua extinção e substituição por aumento correspondente no vencimento, desde a sua criação.

A proposta de reajuste salarial apresentada pelo governo, no entanto, vai no sentido oposto ao que reivindicamos. Ao reajustar unicamente a GED e a GID, deixando intactos o vencimento e as parcelas que o acompanham (GAE, ganhos judiciais, anuênios etc), a proposta amplia ao máximo a participação destas gratificações na remuneração total. Por exemplo, no caso dos docentes da UFRJ, que recebem, em virtude de ações judiciais da Adufrj-SSind e do Sintufrj, um adicional de 26,05% sobre parte da sua remuneração (o "Plano Verão"), a fração da GED em relação ao total da remuneração subirá de 25% para 37% (média para mestres e doutores da carreira do magistério superior, ativos, com GED plena). Para a maioria dos docentes das outras universidades federais, que não recebe esta vantagem, o percentual subirá para 42%.

Diz o governo que "chegou ao limite econômico" do que poderia nos propor. Limite este, sabemos muito bem, imposto pela opção política do pagamento de juros altíssimos aos credores da dívida pública e cujas conseqüências têm sido a estagnação econômica, o desemprego, a decadência dos serviços públicos, a violência urbana e rural etc etc. É fora de dúvida a urgência da mudança de rumo da política macroeconômica e o argumento da falta de recursos é inaceitável, mas, ainda que o aceitássemos, não haveria motivo orçamentário para que os recursos que se pretende destinar ao reajuste da GED e da GID, seja qual for a sua magnitude, não fossem empregados de forma mais condizente com as nossas reivindicações e com os interesses da universidade pública, ou seja, na recomposição dos vencimentos e da carreira e no restabelecimento da isonomia e da paridade.

Esta mesma política salarial vem sendo aplicada a todas as carreiras do serviço público federal, nas quais foram criadas, ao longo dos governos Collor, FHC e Lula, gratificações pseudo-produtivistas de valores extremamente diferenciados. Entre outras danosas conseqüências, esta política dificulta muito a luta conjunta dos servidores, posto que até mesmo a reivindicação de um índice único para reposição de perdas inflacionárias se torna complicada, dadas as reposições parciais diferenciadas obtidas pelas categorias e pelos servidores dentro da mesma categoria. Quando reivindicamos, por exemplo, uma reposição de 127,3% para cobrir perdas acumuladas de janeiro de 1995 a dezembro de 2003, pressupomos, evidentemente, que tal reajuste substituiria as gratificações e abonos diferenciados concedidos desde aquela data, ou seja, a GED, a GID e a "Vantagem Pecuniária Individual" do ano passado. No entanto, circulam amplamente tentativas de desqualificação do movimento docente que interpretam este valor como uma reivindicação "absurda" sobre a atual remuneração total. Na verdade, ela representaria, no caso de um professor adjunto 4 doutor DE com GED plena, um reajuste de 28,4% (contra os 15,1% oferecidos pelo governo).

Estas dificuldades indicam que as reivindicações de reposição de perdas inflacionárias e de recomposição da estrutura dos salários e das carreiras devem ser tratadas sempre em conjunto, e a conjuntura atual recomenda que a prioridade seja dada, no momento, à incorporação das gratificações, sem que isso signifique o abandono da luta pela reposição de perdas. Ao contrário, trata-se de construir melhores condições para alcançar a necessária unidade entre os servidores. Desta forma, mesmo as reivindicações específicas das categorias devem ser negociadas em conjunto, já que afinal representam manifestações específicas da mesma política geral.

A Diretoria da Adufrj-SSind apresentou esta avaliação à Assembléia Geral da Adufrj-SSind do dia 29 de abril, entendendo que esta deveria propor ao Setor dos Docentes das IFES a aprovação dos seguintes encaminhamentos:

1) Propor à CNESF que priorize, para todas as categorias, a incorporação de gratificações produtivistas e/ou a solução de questões emergenciais nas carreiras e mantenha todos os pontos da pauta de reivindicações (reposição de perdas inflacionárias, revisão das carreiras, política salarial etc), negociando com o governo um calendário de atendimento.

2) Priorizar, para o caso dos docentes, a reivindicação da incorporação da GED e da GID, nos seus valores máximos, para ativos, aposentados e pensionistas.

3) Paralisar em 6 de maio pela abertura efetiva de negociações.

4) Não deflagrar a greve no dia 10 de maio.

5) Indicar a greve caso o governo se mantenha inflexível em relação às nossas propostas.

Os dois primeiros itens continham uma possível contra-proposta ao governo, capaz de, respeitando as reivindicações dos servidores, quebrar a imagem de intransigência que o governo tenta atribuir ao movimento e obrigá-lo à negociação que até agora recusou. A AG, no entanto, embora por escassa maioria (24 a 22 votos), rejeitou estas propostas em favor de "aceitar a proposta do governo de aumento na GED e continuar negociação por futuros aumentos", revertendo a decisão da AG anterior, que rejeitara a proposta do governo.

A decisão foi encaminhada ao Setor das IFES do Andes-SN, a quem caberá reuni-la com as decisões das AGs das demais seções sindicais do Setor e deliberar a posição do Andes-SN sobre a matéria. Dadas as decisões conflitantes das duas últimas reuniões da Assembléia Geral e a constatação de que ainda há muito o que esclarecer e debater sobre o tema, a Diretoria da Adufrj-SSind entende que o tema continua em pauta e continuará fazendo todos os esforços ao seu alcance no sentido de clarear a natureza da proposta do governo e as suas deletérias conseqüências para as condições de vida e de trabalho dos professores das IFES.

Diretoria da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Grupos de Trabalho

Reforma da Previdência reduz reajuste dos aposentados

Paulo Cabral/Andes-SN

MANIFESTAÇÃO EM BRASÍLIA EM 2003

GTSS do Andes-SN mostra importância da incorporação das gratificações

O estudo da contra-reforma da Previdência do governo Lula, aprovada no Congresso ano passado, cada vez mais desvenda seus aspectos negativos. O último deles diz respeito ao reajuste da remuneração dos servidores, com graves implicações para a isonomia e a paridade dentro das categorias. Essa é a síntese de um parecer da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN, discutido no Grupo de Trabalho Seguridade Social do Sindicato, no último dia 16, em Brasília.

De acordo com o documento, datado de 2 de abril, a contra-reforma previdenciária cria três situações no funcionalismo. Aqueles que já se aposentaram ou preencheram os requisitos para aposentadoria até 31/12/2003 (antes da publicação da emenda constitucional nº 41/03), farão jus a todo e qualquer reajuste concedido aos servidores ativos, a título de revisão geral ou aumento específico, ainda que esse reajuste venha em forma de gratificação, por força do artigo 7º da emenda constitucional.

Para os que já estavam no serviço público antes da emenda e se aposentarem após 31/12/2003, de acordo com o artigo 6ºda emenda, farão jus apenas à revisão geral anual de vencimentos. Para os que ainda vão ingressar no serviço público, a realidade será ainda mais dura: terão seus proventos reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), não sendo estendidos aos seus proventos nenhum reajuste ou gratificação concedidos aos servidores na ativa (o mesmo se aplica aos servidores que ingressaram antes de 16/12/1998 e optarem por se aposentar de acordo com o artigo 2º da emenda constitucional 41/03).

Para o GT Seguridade Social do Andes-SN, o estudo da assessoria jurídica deixa clara a ligação entre todas as reformas para a implementação de uma ampla contra-reforma do Estado Nacional e torna ainda mais importante a reivindicação dos servidores de incorporação das gratificações (como a GAE), principalmente as produtivistas (no caso dos docentes, GED e GID), aos vencimentos básicos. Afinal, não é à toa que o governo acena, no momento, com reajustes apenas nas gratificações produtivistas das categorias. E quem não tem gratificação produtivista recebe uma gratificação, que o governo diz que não será produtivista, como é o caso dos técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior.

Hospitais universitários em pauta

A dramática situação dos hospitais universitários também mereceu a atenção dos participantes do GT. Foi informado que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a retirada dos cerca de 22 mil funcionários terceirizados dos hospitais universitários até o meio do ano, o que poderia causar um colapso na rede – vale ressaltar que o movimento docente defende a contratação por concurso público dentro do Regime Jurídico Único, mas o governo não está realizando essa substituição em número suficiente. O GT percebeu a necessidade de promover uma pesquisa sobre o quadro de cada HU, via seções sindicais, para fundamentar a urgência das reivindicações da comunidade universitária, nesta área.

Ouvido pela reportagem da AdufrjSSind, o professor Amâncio Carvalho, diretor do Hospital Clementino Fraga Filho, da UFRJ, e presidente da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrahue) minimizou a determinação do TCU. Segundo ele, o prazo deste ano já é a prorrogação de uma determinação do tribunal de 2003. Ele acredita em nova prorrogação, uma vez que o MEC vem realizando concursos neste período

Assistência à saúde do servidor

Outra recente piada de mau gosto do governo também discutida no GT foi a edição do decreto nº 4.978, de 3/02. De acordo com essa legislação, fica regulamentada uma espécie de plano de saúde para o servidor, que poderia ser viabilizado por "entidades fechadas de autogestão, sem fins lucrativos". O detalhe é que o valor a ser despendido pelos órgãos federais para esta finalidade "não poderá exceder à dotação específica consignada nos respectivos orçamentos". Ou seja, além de descaradamente agir no sentido de enfraquecer o Sistema Único de Saúde, público e gratuito, o governo joga a saúde dos servidores para um orçamento já apertado pelos acordos com o FMI, que exige superávits primários em margens prejudiciais ao bom funcionamento do Estado.

Seguridade social como um todo.

Mesmo diante das questões emergentes da Reforma da Previdência e da crise dos HUs, se apontou, no GTSS-Andes-SN, para a importância de resgatar as discussões sobre questões ligadas a Saúde e a Assistência Social, pois estas não deixam, também, de ser espaços que vêm sendo atacados e utilizados para a reprodução da mesma lógica de ataque aos direitos fundamentais de cidadania, e desmonte do Serviços Públicos. Foi discutido inclusive, o nível de intervenção que a comunidade universitária, e em particular do movimento docente, através de suas entidades, poderão ter junto aos fóruns políticos e institucionais que conduzem essas questões, elementos do mesmo sistema de seguridade social.

Colegiados

Consuni aprova inclusão de Filosofia no vestibular

Em sessão ordinária, no último dia 29/4, o Conselho Universitário aprovou o parecer da Comissão de Ensino e Títulos sobre o processo encaminhado pelo Conselho de Ensino de Graduação pela inclusão da disciplina de Filosofia no concurso de ingresso à universidade. O parecer da Comissão pede, ainda, que o colegiado de graduação apresente ao Consuni uma proposta de cronograma e viabilização da nova exigência para o vestibular. Não ficou definido, no entanto, se a matéria será cobrada já no Vestibular 2005. O mais provável, de acordo com as ponderações apresentadas pelos conselheiros, é que apenas no concurso de 2006 os conhecimentos da disciplina passem a ser exigidos dos vestibulandos.

Os estudantes do curso de Filosofia do IFCS apóiam a inclusão da disciplina nos próximos vestibulares. O representante dos estudantes de Filosofia do IFCS, Fábio Samu, lembrou aos conselheiros que já existe um Projeto de Lei tramitando no Câmara Federal que determina que as disciplinas Filosofia e Sociologia sejam obrigatórias para o ensino médio. O PL 1641/03, do deputado Ribamar Alves (PSB/MA), obteve parecer favorável na Comissão de Educação e Cultura e foi encaminhado em 12 de dezembro passado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde aguarda posicionamento. Defendendo a inclusão da matéria no concurso de 2006, Samu lembrou que a Secretaria de Educação do Estado já publicou resolução implementando a obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia nas escolas públicas da rede. “As escolas estaduais já oferecem Filosofia no primeiro ano do ensino médio e Sociologia, no segundo ano”. Representantes de várias unidades presentes ao conselho também manifestaram apoio à inclusão da Filosofia no concurso de ingresso na graduação. Samu questionou, também, o fato de o Colégio de Aplicação ter recebido quatro vagas para concurso em 2003 e cinco, em 2004, e não ter destinado nenhuma delas para a contratação de professor para a matéria.

A conselheira e decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Suely de Almeida, lembrou que o CEG já havia aprovado a inclusão da disciplina no vestibular de 2005 desde maio do ano passado e que a Comissão de Ensino e Títulos do Consuni só recebeu o processo para análise no último dia 27. Por este motivo, a Comissão indicava que o colegiado superior aprovasse a decisão do conselho de graduação, mas solicitasse a elaboração de um cronograma para sua viabilização.

Moção ao MEC

Em 2001, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso vetou a inclusão das disciplinas Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. A inclusão da obrigatoriedade das matérias em todas as escolas brasileiras foi aprovada em setembro daquele ano, no Senado Federal, com o voto favorável de 40 parlamentares contra vinte.

A inclusão da Filosofia nos vestibulares seria uma forma de a universidade pressionar os governos a criarem condições para a adequação do ensino médio brasileiro ao ensino destas matérias. Para sinalizar a posição da UFRJ sobre a necessidade destas matérias para o ensino médio, o Consuni aprovou uma moção em que solicita a inclusão das disciplinas Filosofia e Sociologia como obrigatórias para o ensino médio. A moção será encaminhada pela reitoria ao Ministério da Educação.

Estudantes cobram debate sobre reforma universitária

Presentes mais uma vez na sessão do Conselho Universitário, estudantes de várias unidades protestaram contra o sucateamento da universidade e as péssimas condições de estudo em suas instalações. Munidos de faixas e cartazes, os alunos foram repreendidos pelo reitor ao afixarem os materiais de protesto nas paredes da sala do colegiado. Aloisio alegou que o Consuni tem aprovada uma resolução que impede a colagem de qualquer material (faixas, cartazes, adesivos) na sala do conselho para evitar danos às paredes com o uso das fitas adesivas. Os alunos questionaram a decisão e se negaram a retirar as faixas. O reitor entendeu a posição dos estudantes como uma afronta à institucionalidade e disse que só iniciaria a sessão quando o material fosse descolado. O curioso é que a colagem das faixas em outros locais, como as bancadas dos conselheiros, não incomodou o dirigente.

ESTUDANTES REALIZAM AULAS PÚBLICAS NO HALL DA REITORIA

A representante dos técnico-administrativos, Denise Francisco Góes, lembrou que, em outros momentos, a livre expressão de várias formas, inclusive com a colagem de faixas e cartazes nas paredes daquela sala, não foi reprimida.

Com o impasse, a sessão prevista para começar às 9h30 só teve início por volta das 11h30, quando o reitor (que havia saído) retornou à mesa e, ignorando a resistência dos estudantes, agradeceu a manifestação e a retirada das faixas pelos estudantes que não o fizeram. Na verdade, quem retirou as faixas que incomodavam o reitor e alguns conselheiros foi o representantes dos Adjuntos do Centro de Tecnologia, Átila Pantaleão.

Outras faixas permaneceram presas às paredes e representante dos estudantes Pedro Martins disse que não se tratava de confronto ou medida de força com a reitoria. “Este ato foi aprovado pelo conselho de CAs e é uma manifestação contra a crise da UFRJ e contra a reforma universitária”, afirmou, esclarecendo que a pretensão do movimento estudantil com as manifestações é mobilizar a comunidade para o debate e está organizando um seminário na universidade sobre a reforma, previsto para os dias 28 e 29 de maio.

COLAGEM DE CARTAZ IRRITA REITOR

Ainda durante o expediente, respresentando os estudantes do IFCS, Renato da Silva Vicentinho leu uma carta que foi entregue a Aloisio com o relato das precárias condições do prédio do Instituto de Filosofia, entre elas a situação da biblioteca da Unidade, fechada há quase dois anos. O aluno cobrou da reitoria que marque uma data para a instalação de nova licitação para as obras da biblioteca, promessa feita pelo dirigente no último encontro com os estudantes.

Ao final da sessão, Aloisio acatou a solicitação da inclusão na pauta do colegiado do dia 27 de maio a discussão da reforma universitária, proposta pelo representante dos alunos e referendada por outros conselheiros.

Colegiados

Pibic novamente questionado

Representantes do CEG criticam regras do programa

Na sessão do Conselho de Ensino de Graduação de 28/04, a professora Maria Lúcia Patitucci (CCMN) voltou a questionar a situação do Pibic (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), cujo edital já se encontra disponível na página da UFRJ (www.sr2.ufrj.br). Segundo ela, pelas novas regras, o programa deixou de ser "institucional" e tornou-se uma propriedade do pesquisador que orienta os trabalhos: no texto do edital, o currículo do orientador tem peso 2 e o mérito científico do projeto do orientador tem peso 1. "Não tenho nada contra a pesquisa. No entanto, isso prova que a universidade não está preocupada com o aluno de graduação, mas com o pesquisador", criticou.

Maria Lúcia também reclamou que o edital do Pibic tenha sido discutido apenas pelo CEPG. O fato de professores aposentados poderem concorrer às bolsas também foi apontado com preocupação pela representante. Outros conselheiros manifestaram concordância com as críticas mencionadas. O próprio pró-reitor José Roberto disse compartilhar dessas preocupações.

Bolsas e gastos

O pró-reitor José Roberto disponibilizou uma planilha com a previsão de gastos da universidade para 2004 e ressaltou a manutenção do item das bolsas e auxílios aos estudantes, apesar dos tempos difíceis. Ele garantiu que a modalidade de bolsas de monitoria voltará a ser discutida, junto das de iniciação artística e cultural, nas próximas sessões, quando serão formulados os editais. Ana Borralho (CCS) lembrou que a nova legislação não poderá prejudicar os programas de monitoria que foram mantidos pelas Unidades, como na Faculdade de Medicina, após o encerramento do antigo programa pela reitoria, em 1997.

Representante dos técnico-administrativos no CEG, Ana Maria Ribeiro aproveitou para defender um tratamento diferenciado para a UFRJ na alocação de recursos, principalmente no que diz respeito à manutenção de bens imóveis. Para ela, o fato de a universidade ter em seu patrimônio prédios antigos como o Museu Nacional, o Palácio Universitário, a Faculdade Nacional de Direito e o IFCS justificam um aporte extra de verbas. "Aqui é diferente de outras universidades cujos prédios foram construídos na década de 70", disse.

Em relação aos gastos com energia, que devem consumir 27,5% do orçamento da UFRJ, Ana Maria cobrou projetos para desenvolver fontes alternativas para abastecer o *campus*.

Movimento negro no CEG

Representantes do movimento negro serão convidados pela pró-reitoria para comparecerem ao CEG dentro de duas sessões. O objetivo é ouvir as propostas do grupo para a universidade.

Desistências e transferência externa

O pró-reitor reclamou que algumas Unidades apresentam muitas matrículas canceladas ao longo dos cursos e, em seguida, não abrem vagas em número equivalente para os editais de transferência externa.

Agenda Sindical

2 a 5/5 - V Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

3/5 – Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública
Sintrasef, 18h30

6/5 – Dia Nacional de Paralisação

10/5 – Deflagração de greve unificada dos SPF

18 e 19/5 – Eleições para a Diretoria do Andes-SN

22/05 – Seminário estadual contra a reforma sindical

16/6 – Manifestação contra as reformas Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

17 a 20/6 - 48º Conad
Aracaju (SE), com o tema central "Em Defesa da Educação Pública e Gratuita: a Esperança está na Luta"

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Andes-SN

Sindicato Nacional responde à revista Isto É

A coluna *Fax Brasília* da revista ***Isto É,*** na edição de número 1803, traz nota intitulada "Greve partidária", na qual o Andes-SN e sua diretoria são caluniados. A diretoria do sindicato solicitou à revista o Direito de Resposta, garantido pela legislação. O Artigo 29 da Lei de Imprensa determina que "Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação". Publicamos a seguir a resposta encaminhada pelo Andes-SN à *Isto É*.

Direito de Resposta:

Não é o ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior que está tentando promover uma greve nacional. A greve nacional dos Servidores Públicos Federais foi aprovada na plenária que realizaram em 18/04/2004, na qual dos 339 delegados presentes representando as entidades que compõem a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais – CNESF, apenas quatro votaram contra a greve e cerca de 20 se abstiveram. Também não foi apenas o ANDES-SN que rejeitou a proposta de reajuste das gratificações produtivistas, mas sim todas as entidades que integram a CNESF. Dentre os 339 delegados, um votou favoravelmente à proposta do governo e sete se abstiveram. Como sempre, o ANDES-SN se mantém independente e autônomo em relação aos partidos políticos e ao governo. A posição do ANDES-SN, também como ocorreu em toda a sua história, será definida pelas assembléias gerais de suas Seções Sindicais. As assembléias são públicas, abertas, podem ser acompanhadas pela imprensa e jamais utilizam critério político partidário para tomar suas decisões.

A nota publicada na Isto É: Greve partidária

O Palácio do Planalto está de olho na tentativa da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) de promover uma greve nacional. As assembléias sobre a greve serão realizadas ao longo desta semana e a Andes não aceitou nenhuma alternativa de negociação com o governo. Para o Palácio, os diretores da Andes estão, na verdade, interessados na greve como forma de fazer campanha para a criação de um novo partido de esquerda

Eleições para a diretoria do Andes-SN
18 e 19 de maio de 2004

Eleição Andes-SN

Uma nova ANDES é possível: plural e de luta

chapa 2

nova ANDES

Eleições da ANDES, dias 18 e19 de maio de 2004 em todo o Brasil

Para as próximas eleições da ANDES, previstas para 18-19 de maio de 2004, constituiu-se uma **chapa alternativa** com os seguintes compromissos:

1. Construir um sindicato preocupado com as questões mais relevantes para a Universidade: as **relações sociedade/universidade**; os projetos de sociedade e de desenvolvimento; as concepções sobre o papel da universidade.

2. Construir um **sindicato-cidadão**, adequado aos urgentes desafios atuais. O principal é o de valorizar o ensino universitário e, acima de tudo, **o ensino universitário público como um patrimônio fundamental que a mobilização da sociedade brasileira** dispõe para reduzir as desigualdades e alcançar uma nova dinâmica de desenvolvimento.

3. Um sindicato cidadão será necessariamente **autônomo** (em relação ao Estado e a partidos políticos), mobilizado em torno das reivindicações imediatas e corporativas, mas, acima de tudo, mobilizado pelas grandes questões debatidas pela sociedade e, pois, engajado na realização de uma **reforma universitária**.

4. Reconstruir o sindicato como um sindicato **democrático**, de acordo com as tradições da ANDES, estruturado de baixo para cima, com consultas permanentes sobre todas as questões consideradas relevantes. Nenhuma decisão será considerada válida sem acordo da maioria da comunidade acadêmica, consultada através do voto direto e secreto. Nesse sentido, serão discutidas propostas:

a) sobre o quorum das assembléias; sobre a relação entre as reuniões propriamente sindicais e a soberania das assembléias, bem como sobre as relações entre assembléias gerais e as assembléias das várias instituições.

b) sobre o uso das tecnologias da comunicação para promover fóruns e consultas eletrônicos de maneira a facilitar a participação de toda a comunidade docente.

5. O movimento docente deverá reconquistar as propostas e o terreno das reformas e não continuar, sob uma retórica catastrofista e vazia, a querer conservar o status quo. O sindicato alternativo e de movimento, democrático e cidadão pretende participar da definição dos rumos de uma necessária reforma universitária e promover amplos debates na comunidade universitária e desta com a sociedade numa perspectiva **construtiva** e de **diálogo**. Quando a maioria assim o desejar, o sindicato organizará movimentos sociais e pressões diversificadas com a condição de manter a universidade viva, desperta e mobilizada.

6. Em relação à **reforma universitária**, o sindicato alternativo e de movimento, em vez de "soluções prontas e acabadas", promoverá debates em torno das seguintes principais questões:

- Autonomia universitária
- Fundações: organização interna e controle externo
- Adm. universitária: centralização, descentralização, transparência
- Ampliação das universidades públicas: vagas e cotas
- Plano de carreira para os docentes
- Política de bolsas e grants
- Avaliação do trabalho docente: o controle externo
- Melhoria das condições de trabalho: as verbas
- Melhorias das condições de trabalho: salários e gratificações
- Parcerias público/privado
- Ensino à distância
- Acúmulo de aposentadorias e empregos na função pública
- Relação entre pesquisa e ensino
- Relação entre ensino superior e ensino médio e fundamental

O sindicato compromete-se a encaminhar as propostas majoritárias, fruto de amplas consultas, sem esquecer propostas bem apoiadas, embora minoritárias.

Em relação às questões e propostas consideradas relevantes, o sindicato será um sindicato de **lutas**, sempre pautadas pelo respeito aos interesses da sociedade, à pluralidade das tendências existentes e ao respeito pelo voto das maiorias. Neste sentido queremos recuperar a formosa noção de **Associação**, que era nossa, e a perdemos, para nossa infelicidade, em alguma curva do caminho.

NOSSAS PALAVRAS-CHAVE: ALTERNATIVA, DEMOCRACIA, CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO, LUTAS, CONSTRUÇÃO, DIÁLOGO, PLURALIDADE
NOSSA QUESTÃO CENTRAL IMEDIATA: A REFORMA UNIVERSITÁRIA

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º Vice-Presidente: Giuseppe Cocco, ADUFRJ
2º Vice-Presidente: Julio Cezar Vaz da Silva, ADCEFET - RJ
1º Secretário: Daniel Aarão Reis Filho, ADUFF
2º Secretário: Mauro Sá Rego Costa, ASDUERJ
1º Tesoureiro: João Ramos Torres de Mello Neto, ADUFRJ
2º Tesoureiro: Flávio Costa Miguens, ADUENF

EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE Gil Vicente Reis de Figueiredo, ADUFSCar (São Paulo)
1º VICE PRESIDENTE Eduardo Rolim de Oliveira, ADUFRGS (Rio Grande do Sul)
2ª VICE PRESIDENTE Edilza Joana Oliveira Fontes, ADUFPA (Pará)
3ª VICE PRESIDENTE Beatriz d,Araújo Couto, APUBH (Minas Gerais)
SECRETÁRIA GERAL Cássia Damiani, ADUFC (Ceará)
1º SECRETÁRIO Antônio Passos Lima Filho, ADUFAL (Alagoas)
2º SECRETÁRIO Homero Catão Maribondo da Trindade, ADUFPBJP (Paraíba)
3º SECRETÁRIO Fernando Antônio Sampaio de Amorim, ADUFRJ (Rio de Janeiro)
1ª TESOUREIRA Denise Maria Maia, APUFPR (Paraná)
2ª TESOUREIRA Eliane Leão, ADUFG (Goiás)
3ª TESOUREIRA Maria Auxiliadora Campos, ADUPE (Pernambuco)

www.novaandessn.com.br

Eleição Andes-SN

CHAPA 3
ANDES-AD autônoma e democrática
www.andes-ad.org

Universidade Autônoma e Democrática:

Porque votar na Chapa 3

ESTAMOS REITERANDO nosso apoio à chapa 3, Andes – Autônoma e Democrática, em função da situação crítica que a Universidade Pública atravessa e dos princípios que orientam a atuação política da Chapa 3.

Nos últimos anos, a Universidade Pública recebeu um ataque duplo. Por um lado, a globalização econômica retirou recursos dos setores de serviços públicos e privatizou o que pôde das antigas funções do Estado. Por outro lado, a ideologia do "mercado regulador', do individualismo, do "darwinismo acadêmico" deixaram profundas marcas dentro de nossas instituições de ensino superior.

Rapinagem

Isto não ocorreu apenas dentro da Universidade. Toda nossa sociedade sofre com o processo acelerado de rapinagem econômica. O governo Lula elegeu-se a partir de suas críticas a este processo. No entanto sua atuação tem continuado as opções políticas feitas em períodos anteriores. Em particular, sua política em relação a Universidade Brasileira tem sido a mesma dos governos Collor e FHC: restrições orçamentárias nas Universidades Públicas, recursos públicos para instituições privadas e competição entre os professores para obtenção dos parcos recursos, como é o caso de sua recente proposta de reajustar a GED.

Como conseguimos resistir e manter nossas instituições vivas? Isto é fruto de um trabalho incessante de várias gerações de professores que dedicaram suas vidas a instituição pública. E também é fruto de uma atuação política firme do movimento docente. Resistimos à ditadura militar, ao populismo da velha "nova república" e à onda neo-liberal que se abateu sobre nós. Foram as manifestações firmes do movimento docente que impediram que o desmonte de nossa instituição fosse ainda maior.

Independência

Um ponto de fundamental importância é a independência do nosso sindicato em relação ao governo. A mesma corrente que nesta eleição se apresenta como "inovadora" já ocupou a direção do sindicato com a mesma concepção de conciliação com os interesses privatistas, de submissão a ideologia neo-liberal e com um resultado desastroso. Exatamente num momento de crise é de fundamental importância que nosso sindicato continue defendendo o caráter público da nossa universidade. Em conjunturas políticas de refluxo dos movimentos sociais, da perda de conquistas históricas dos trabalhadores, do desemprego, no desencontro das organizações políticas partidárias, dois princípios foram mantidos com firmeza: a autonomia universitária e a democracia do movimento. O entendimento de que a Universidade Pública deve estar a serviço de toda a sociedade, e não apenas de alguns grupos, e de que a construção de um regime democrático exige a prática da democracia dentro do nosso movimento, marcam a história da própria Universidade.

Consideramos imperativo que a direção do ANDES-SN esteja comprometida com uma prática democrática que organize a luta dos docentes, para construirmos efetivamente uma universidade pública democrática, de qualidade, e caminhando no sentido de uma sociedade mais justa para todos.

José Antonio Martins Simões

Professor do Instituto de Física da UFRJ. Ex-Presidente da ADUFRJ.

Roberto Leher, professor da UFRJ

QUEM SOMOS

A ANDES Autônoma e Democrática (Andes-AD) constituiu-se como corrente política no 5º Congresso da ANDES (Salvador, 1986). Duas correntes reivindicaram a direção nacional. Dividiam-nas a participação da ANDES no Grupo Executivo de Reestruturação do Ensino Superior do MEC (GERES), que propunha cindir as universidades públicas entre os "escolões" e os "centros de excelência". O campo Andes-AD reafirmou a autonomia da entidade em relação ao governo, vencendo aquele pleito. Como um novo espaço de discussão político-acadêmica objetivou: a manutenção de um pólo combativo e classista no movimento docente; a organização a partir dos locais de trabalho; o respeito às instâncias e aos procedimentos democráticos de deliberação; a contribuição voluntária dos sindicalizados, e a autonomia em relação a partidos, ao Estado, a credos religiosos, e às instâncias administrativas das Instituições de Ensino Superior. Esses princípios e valores foram incorporados ao estatuto do ANDES-SN, orientando a construção e a defesa de um projeto de Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, comprometida socialmente com a classe que vive do próprio trabalho.

Os desafios continuam imensos. Continuam em pauta as ameaças de desmonte das instituições públicas e o desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Por isso acreditamos que, mais do que nunca, é preciso manter acesa a chama da combatividade que move este sindicato.

Os nomes

PRESIDENTE:
Marina Barbosa Pinto - ADUFF SSind.

1º VICE-PRESIDENTE:
Paulo M. B. Rizzo - APUFSC SSind.

2º VICE-PRESIDENTE:
Osvaldo Coggiola - ADUSP

3º VICE-PRESIDENTE:
Maria Inês C. Marques
APUB e ADUCSAL SSind.

SECRETÁRIO GERAL:
Márcio Antônio de Oliveira
APES-JF SSind.

1ª SECRETÁRIA:
Milena Martinez – APUFPR - SSind.

2º SECRETÁRIA:
Céres Maria Ramires Torres ADUFPEL SSind.

3º SECRETÁRIO:
Edmundo Fernandes Dias
ADUNICAMP

1º TESOUREIRO:
Antônio de Pádua Bosi
ADUNIOESTE SSind.

2º TESOUREIRA:
Zenilde Moreira Borges de Morais
ADUFERPE SSind.

3º TESOUREIRO:
Edna Maria Magalhães do Nascimento
ADUFPI SSind.

Regional Rio de Janeiro

1º VICE-PRESIDENTE :
Paulo Antonio Cresciulo de Almeida
ADUFF SSind

2º VICE-PRESIDENTE :
Roberto Leher – ADUFRJ SSind

1º SECRETÁRIA:
Sonia Lúcio Rodrigues de Lima - ADUFF SSind

2º SECRETÁRIO :
Wilson Paes de Macedo – ASDUERJ SSind

1º TESOUREIRO :
Rômulo Garcia de Andrade – ADUR-RJ SSind

2º TESOUREIRO:
Carlos Alberto Lima – ADUNI-RIO SSind

Eleição do ANDES-SN: 18 e 19 de maio

Movimento

Continuação da capa

Vencimentos abaixo do mínimo

De acordo com a nota da diretoria, lida na assembléia, os salários dos professores, desde a conquista do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), em 1987, sofreram forte degradação, tanto na perda do seu poder de compra quanto na sua composição, por causa da crescente participação de "gratificações", "abonos" e "auxílios" de natureza precária ou variável. A parte referente ao chamado vencimento básico é hoje tão pequena que alguns vencimentos dos níveis mais baixos da carreira situam-se abaixo do salário-mínimo.

A diretoria observou que as parcelas mais aviltantes desta política são a GED e a GID, impostas pelo governo FHC, em 1998 e em 2000, respectivamente, e sustentou a defesa da incorporação das gratificações com o objetivo de manter a unidade entre os servidores, além de garantir ganhos efetivos para os docentes.

Proposta vencedora foi pouco defendida

Aqueles que, ao final da AG, se manifestaram a favor da proposta do governo limitaram-se a criticar a condução do movimento docente local e nacional, suas instâncias decisórias e o instrumento de greve, sem tocar no mérito da campanha salarial. Os defensores da apresentação da contraproposta, por sua vez, mostraram os prejuízos trazidos pela GED e pela GID, chamaram a atenção para o fato de que ninguém estava propondo a adesão imediata à greve e cobraram dos demais uma posição sobre o conteúdo da proposta do governo. Único a elogiar a GED, mas sem se referir à GID, o professor Bruno Costa (do Instituto de Matemática) considerou positiva a gratificação imposta pelo governo para a criação dos cursos noturnos em sua unidade. Antes da gratificação, no entanto, unidades como, por exemplo, a Escola de Serviço Social, a Faculdade de Administração e o IFCS já ofereciam cursos noturnos. E, hoje, a maioria das unidades não apresenta cursos noturnos, mesmo com a gratificação existente desde 1998.

Para vários professores, foi surpreendente a aceitação do aumento na GED. A professora Sandra Martins, do Colégio de Aplicação, estava indignada com o resultado da reunião: "Espero que a categoria cobre uma nova assembléia para rever essa decisão", disse. A proposta do governo de reajuste nas gratificações havia sido rejeitada em assembléia no dia 12 de abril.

A assembléia do dia 29, por maioria, também se posicionou contra à paralisação prevista para 6 de maio e contra uma possível indicação de greve, caso o governo se mantenha inflexível em relação às propostas dos servidores.

O debate

Richard Stephan, da Coppe, também não estava satisfeito com a proposta governista, mas até considerou-a "surpreendente depois do anúncio de menos de 2% de reajuste linear". Ele criticou a greve como instrumento de luta neste momento e propôs algumas formas alternativas de protesto, como aulas públicas em praças e uso de trajes de luto dentro da universidade. Estas propostas foram rejeitadas, ao final da AG, já com um quórum mais baixo, dada a deliberação anterior favorável à proposta do governo.

A diretora do Andes-SN e professora do CAp, Cristina Miranda, destacou que a proposta do governo vai contra tudo que as categorias do serviço público defendem. Segundo ela, a falta de disposição do governo atual e dos anteriores para negociar evidencia-se na análise das pautas de reivindicações aprovadas pelos servidores nos últimos anos, praticamente sem alterações desde 2002. Ela recordou que a proposta anterior do governo de um reajuste de 1,99% só foi modificada após a ameaça de greve dos servidores, instrumento tão criticado na assembléia pelos apoiadores da proposta do governo.

Selene Alves, do Instituto de Matemática, observou que os professores da UFRJ deveriam votar com o pensamento voltado para os colegas de outras universidades, que possuem salários bastante defasados, uma vez que não têm ganhos judiciais como os 26,05%. Ela apoiou a proposta de paralisação em 6 de maio e sugeriu que a data fosse utilizada para um debate sobre a reforma universitária em andamento.

João Torres, do Instituto de Física, disse que não era contrário à greve, mas contra a sua utilização contínua. Ele defendeu que o Andes-SN levasse às mesas de negociação questões específicas da categoria e disse que os sindicatos não podiam negociar na base do "tudo ou nada".

O diretor da Adufrj-SSind Salatiel Menezes rebateu a crítica de João Torres observando que política do "tudo ou nada" quem estava fazendo era o governo. Ele disse ter acompanhado, em Brasília, como representante da seção sindical, todas as tentativas para negociar: "Mas, para negociar, nós precisamos de dois lados", afirmou, em referência à intransigência governamental.

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, observou que o plantão jurídico da seção sindical recebe vários professores envolvidos em problemas relativos às gratificações produtivistas. Deu como exemplo da precariedade do salário o fato de um professor, gravemente enfermo e impossibilitado de ir à universidade, ter tido sua GED cortada, após alguns meses, por "não estar produzindo". "Ou seja, justamente quando mais vai precisar de recursos para o tratamento médico, fica sem a gratificação", criticou.

Eleições para a diretoria do Andes-SN

Na assembléia geral do dia 29/4, o diretor da Adufrj-SSind José Miguel deu informes sobre o andamento, na UFRJ, do processo eleitoral para a diretoria do Andes-SN, que ocorre nos dias 18 e 19 de maio. Esclareceu que é preciso constituir uma comissão eleitoral local, composta por um integrante da diretoria e dois componentes de cada chapa concorrente (mais seus respectivos suplentes), no máximo, até 5 de maio e definir os locais das seções eleitorais até 6 de maio.

A diretoria indicou o próprio José Miguel para compor a comissão, tendo a professora Sara Granemann como suplente. A primeira reunião da comissão local foi marcada para esta segunda-feira, dia 3, às 17h, na sede da Adufrj-SSind (no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200).

José Miguel explicou ainda que a Seção Sindical tradicionalmente abre espaço no seu jornal para a divulgação das propostas das chapas, conforme ocorre nesta edição e nas duas próximas que antecederão o pleito. Além disso, completou, o envelope com a publicação do dia 10 de maio poderá ser preenchido com outros materiais dos concorrentes. Nesta mesma remessa, também será enviada para a casa dos sindicalizados uma edição especial do jornal do Andes-SN ("InformAndes") sobre as eleições.

Sesu defende incorporação das gratificações produtivistas e da GAE

O secretário de Educação Superior do MEC, Nelson Maculan, e seus assessores afirmaram em audiência com representantes do Andes-SN, no último dia 27/4, que são favoráveis à incorporação das gratificações produtivistas (GED e GID) e da Gratificação de Atividade Executada (GAE). Maculan garantiu que irá defender essa posição junto às instâncias competentes.

A Diretoria do Andes-SN, representada pelos professores Luiz Carlos Lucas, José Domingues e José Vitório Zago, reiterou na audiência com a Sesu, a necessidade de que seja estabelecido um novo plano de capacitação docente. Mais uma vez, os dirigentes sindicais cobraram os compromissos que tinham sido assumidos pelo MEC de rever as restrições às concessões de bolsas de capacitação (mestrado e doutorado) tendo como base a idade do docente, principalmente em função do que foi aprovado pela Reforma da Previdência. Conforme proposto pela Capes, durante a audiência com o ministro Cristovam no final de maio de 2003, tal critério não deveria ser mais adotado, ficando como referências o tempo para a aposentadoria compulsória e a exigência de que o docente cumpra, ao retornar para a sua instituição, prazo semelhante àquele em que se manteve afastado.

Na avaliação da diretoria da Adufrj-SSind, ao se posicionar pela incorporação da GID e da GED, a equipe da Secretaria de Ensino Superior admite que estas não servem como mecanismo de avaliação docente, posição defendida pelo movimento docente desde que estas foram criadas

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 135 • 10 de maio de 2004

Resoluções do 5º Congresso Nacional de Educação

Agenda política

- Defender a educação como direito social
- Disseminar a concepção de que a educação não pode e nem deve ser entendida como mercadoria
- Exigir do poder público a garantia do acesso, permanência e conclusão de todos em um uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, referenciada no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira
- Defender a constituição do Fórum Nacional de Educação como instância máxima de definição da política nacional de educação com representação de todos os setores da sociedade civil
- Exigir controle efetivo sobre a educação privada como concessão do poder público
- Ampliar o debate com os movimentos sociais visando à elaboração coletiva dos planos estaduais e municipais de educação
- Exigir do poder público a efetiva utilização dos recursos públicos vinculadas pela Constituição à educação
- Exigir que a gestão democrática das instituições de educação seja garantida por participação paritária de docentes, discentes e técnico-administrativos
- Assegurar a formação inicial e continuada do ensino presencial a ser observada em todos os sistemas de ensino
- Disseminar a concepção de educação à distância apenas como suplementar à formação presencial
- Posicionar-se contra as políticas nacionais de avaliação que ferem a autonomia das instituições educacionais

Plano Geral de Lutas

1 – Pressionar o Congresso e o governo Federal quanto à necessidade de realização de um plebiscito nacional sobre a Alca

2 – Lutar em nível nacional e internacional junto a todas as instâncias para impedir a regulamentação da educação como serviço aberto à mercantilização

3 – Lutar em todas as instâncias contra todas as formas de discriminação referentes a gênero, etnia, religião e orientação sexual

4 – Combater quaisquer propostas de reformas que visem a retirar direitos da classe trabalhadora nas esferas federal, estadual, municipal e no setor privado

5 – Participar de todos os modos possíveis da Campanha Nacional pela Auditoria da Dívida Externa

6 – Lutar pelos projetos de lei antigreve e demais legislações que reduzam ou retirem direitos dos servidores públicos

Recomendação

O 5º Coned recomenda que a Agenda Política e o Plano de Lutas aprovados neste evento sejam tomados como referenciais para a composição da Plataforma Mundial de Educação a ser construída em Porto Alegre, de 28 a 31 de julho de 2004

Fotos Kelvin Melo

2 MIL LOTAM O CENTRO DE CONVENÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Educadores não aceitam educação como mercadoria

FRANCISCO DE OLIVEIRA FEZ A CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO 5º CONED

Paginas 4 e 5

Colegiados

Capes trata diferentemente os programas com nota 6 ou 7

Agência anuncia projeto que cuida apenas dos "excelentes" da pós-graduação

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou, nos últimos dias, o documento básico de um projeto voltado exclusivamente para os programas *stricto sensu* de conceito 6 ou 7. O Programa de Excelência Acadêmica (Proex) ainda não saiu do papel, mas já começou a causar preocupações na UFRJ pelo seu impacto diferenciado nos cursos mais bem avaliados pela agência de fomento.

Para fazer parte do Proex, de acordo com o documento básico distribuído na sessão do Conselho de Ensino para Graduados (em 7/05), o programa deverá ter sido conceituado com nota 6 ou 7 há pelo menos duas avaliações consecutivas e precisará instituir uma comissão de gestão para interagir com a Capes. Além disso, o programa irá se comprometer com a implantação de um plano de metas acadêmicas, proposto pelo próprio curso e aprovado por uma comissão coordenadora da agência.

O número de programas integrantes do Proex não poderá ultrapassar o limite de 8% do total de cursos reconhecidos pela Capes, até 31 de dezembro do ano anterior à concessão, o que já pode provocar uma exclusão do projeto, mesmo entre os considerados "excelentes". A agência vai determinar o montante de recursos alocados para os programas, desde que não ultrapasse 18% do orçamento da Capes para bolsas e fomento à pós-graduação no país.

O pró-reitor José Luiz Monteiro não escondeu seu aborrecimento com o programa. Ele observou que, com as comissões de gestão criadas junto aos cursos interagindo mais de perto com a Capes, as reitorias ficam relegadas a um plano secundário no Proex. O dirigente também ficou preocupado com o estabelecimento de uma política diferenciada em relação aos programas de nota 6 ou 7. José Luiz lembrou que, dos 84 cursos da universidade, 20 possuem conceito elevado. "Mas estou cauteloso. Quero mais informações", disse.

José Luiz disse que iria buscar os esclarecimentos sobre o programa em uma reunião promovida pela Capes no prédio da representação do MEC no Rio de Janeiro, no próprio dia 7, à tarde. Os resultados desse encontro serão levados ao conhecimento dos conselheiros na próxima reunião.

A representante discente Ariane Larentis criticou a postura da agência de fomento. "Não que os programas 6 e 7 não mereçam dinheiro. Estão precisando também. Mas como os outros vão melhorar, se não têm bolsas?", questionou.

Sobre os programas de conceito 3, 4 e 5

O pró-reitor informou que, enquanto o Proex não for efetivado, é mantido o número de bolsas relativos a 2003 dos programas de conceito 6 ou 7. Já em relação aos programas de conceito 3, 4 ou 5, houve um pequeno aumento na cota da UFRJ: no mestrado, de 463 para 508; no doutorado, de 369 para 397.

O pró-reitor explicou que a distribuição dessas bolsas para os programas de menor conceito obedeceu a dez critérios, como "nota", "localização geográfica", "produção intelectual dos corpos docente e discente" e o "grau de inserção" dos alunos titulados como pesquisadores ou docentes da pós-graduação brasileira. Mas ele frisou que tais conceitos não foram discutidos junto às reitorias.

Foi formada ainda uma comissão no CEPG para distribuir uma cota entregue à reitoria pela Capes de 32 bolsas de mestrado e 13 de doutorado.

Contratação de pós-graduandos como docentes substitutos

Outro debate que mereceu a atenção dos conselheiros foi a possibilidade aberta pela Capes e pelo CNPq, através da Portaria 001/2004 (de 15/03), que permite a contratação de bolsistas para atuação como docentes substitutos nas universidades. A bancada discente sugeriu que o colegiado pense uma proposta para impedir que o pós-graduando eventualmente contratado seja sobrecarregado, o que acarretaria prejuízos para a sua tese e para o programa. "Ninguém está julgando a realidade. Dizem que isso é bom (para o pós-graduando) aprender, mas, na verdade, ele está indo tapar buraco. Temos que pensar academicamente", criticou Ariane. O assunto foi remetido para a próxima sessão.

Jornada de Iniciação

Foi apresentada e aprovada nesta sessão uma minuta de edital do que será a XXVI Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural de 2004. Uma das mudanças deste ano está na fusão dos antigos nomes (Jornada de Iniciação Científica e a Jornada de Iniciação Artística e Cultural). A Jornada'2004, como também está sendo denominada, ocorre entre os dias 23 e 25 de novembro e a inscrição dos resumos vai de 21 de junho a 14 de julho. Todo trabalho deverá estar vinculado a um projeto de pesquisa cadastrado no sistema informatizado de dados da UFRJ (Sigma).

Mudança na PR-2

Deixa a assessoria científica da pró-reitoria o professor Edson Watanabe, que passa o posto para Walter Zin (Instituto de Biofísica).

Agenda Sindical

10/5 – Deflagração da greve dos servidores federais

10 e 11/5 – Indicativo do Andes-SN de paralisação de 48 horas pelo reajuste emergencial e pela incorporação das gratificações

10/05 - Reunião Estadual Unificada dos Servidores em Greve
No Sintrasef (Av. Treze de Maio, 13/10º andar), 18h

18 e 19/5 – Eleição para a Diretoria do Andes-SN

20/5 – Indicativo de paralisação nacional
- É a data de uma reunião entre servidores e o governo federal na Mesa Nacional de Negociação Permanente

22/5 - Reunião do setor das IFES
Brasília (DF)

22/05 – Seminário sindical sobre as reformas neoliberais do governo Lula
Na Uerj

16/6 – Manifestação contra as reformas Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

17 a 20/6 - 48º Conad
Aracaju (SE), com o tema central "Em Defesa da Educação Pública e Gratuita: a Esperança está na Luta"

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br
Página eletrônica: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Armênio tenta voltar à direção do Direito

Indignados, estudantes voltam a ocupar gabinete da direção

Em decisão liminar, no dia 4, o desembargador federal Paulo Espírito Santo, da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, determinou o retorno do diretor da Faculdade Nacional de Direito, Armênio Albino da Cruz Filho, ao seu cargo. A procuradoria da universidade já avisou que vai recorrer da decisão. Não serão interrompidas as atividades da comissão formada para o processo disciplinar contra Armênio.

Vale dizer que o próprio Paulo Espírito Santo, em primeira instância, havia negado o pedido do diretor afastado para retornar ao cargo, em 26 de abril. Na ocasião, o desembargador alegou que não via as condições mínimas para atender a solicitação. Desta vez, ele argumentou que os fatos estavam melhor descritos para fundamentar sua decisão.

O afastamento

Armênio Cruz foi afastado da direção da faculdade pela portaria nº 1209 do reitor Aloisio Teixeira, no fim de março. Nos dias anteriores à publicação da portaria, os estudantes haviam ocupado o gabinete de Armênio. Além disso, foi feita uma ruidosa manifestação no Conselho Univesitário do dia 25/03. Na mesma portaria, foi instaurado processo disciplinar contra o diretor, com base em denúncias dos estudantes e no relatório de uma comissão de sindicância formada anteriormente. A comissão apurou questionamentos às bancas examinadoras das monografias de fim de curso, problemas com notas dos alunos, processos movidos contra estudantes, entre outros fatos divulgados no Jornal da Adufrj de 22/03.

A decisão do desembargador

Ao decidir pela recondução do diretor ao cargo, o desembargador considerou que a portaria do reitor (nº 1209) "apresenta suposições sobremaneira abstratas, pautadas na simples possibilidade deste vir a comprometer a apuração dos fatos, de forma intimidativa em razão de seu cargo, com relação a testemunhas". Embora admita que o Regime Jurídico Único permite o afastamento de servidor investigado, o desembargador afirma que a medida do reitor somente poderia ser efetivada caso fosse comprovada a tendência do diretor ao comprometimento da apuração das irregularidades.

A reação dos estudantes

A decisão do desembargador causou imediata reação entre os estudantes do curso de Direito. Mesmo antes da intimação oficial da reitoria na tarde do dia 5, os alunos souberam do conteúdo da liminar, fizeram uma reunião e voltaram a ocupar o gabinete da direção já no dia 4. Até o fechamento desta edição (em 7/05), o diretor reconduzido também não havia aparecido para assumir o cargo.

De acordo com Maíra Fernandes, do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), a reocupação iria continuar pelo fim de semana, mesmo com o Dia das Mães. "Vamos organizar um rodízio para continuar o protesto", disse. Ela comentou que a situação está tranqüila, por enquanto, apesar de uma "visita" inesperada da Polícia Militar, por denúncia anônima, às 23h30 do dia 6. "Os policiais viram que estávamos fazendo uma manifestação pacífica e foram embora", disse.

Segundo Maíra, o Centro Acadêmico também pretende realizar um protesto no Tribunal Regional Federal, provavelmente nesta semana. "Vamos nos organizar para fazer uma manifestação sem problemas, que mostre a nossa insatisfação com a liminar. Queremos justiça", completou.

A posição da reitoria

O procurador da UFRJ, Ronaldo Albuquerque, observou que a reitoria vai entrar com o recurso no TRF nesta segunda-feira, dia 10. Como ainda estava finalizando a documentação, o procurador pediu para não entrar em detalhes sobre o processo. "Nós estamos estudando todas as medidas", garantiu.

Adufrj-SSind

Eleição para o Conselho de Representantes da Adufrj

Aproveitando a estrutura que será montada na eleição para a Diretoria do Andes-SN, em 18 e 19 de maio, serão realizadas, na mesma ocasião, eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. O prazo para a inscrição das listas de candidatos encerra-se nesta segunda-feira, 10 de maio. Podem candidatar-se professores sindicalizados até o dia 19 de janeiro de 2004. A Comissão Eleitoral foi escolhida na reunião do Conselho de Representantes da segunda-feira passada e é formada pelos professores José Antônio Martins Simões, do Instituto de Física, José Miguel Bendrao Saldanha e Lavínia Maria Sanabio Alves Borges, ambos da Escola Politécnica. Todos fazem parte também da Comissão Eleitoral Local da eleição para a Diretoria do Andes-SN.

São eleitores os professores, ativos e aposentados, das unidades onde se apresentarem candidatos, sindicalizados até o dia 19 de março.

Eleição para a Diretoria do Andes-SN

Adufrj terá 16 seções eleitorais

A Comissão Eleitoral Local da Adufrj-SSind (CEL) realizou a sua primeira reunião na última quinta-feira, 6 de maio. Foram definidas as seções eleitorais que deverão ser instaladas na UFRJ para a eleição dos dias 18 e 19 próximos. Haverá urnas nos seguintes locais: Colégio de Aplicação, *campus* da Praia Vermelha, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Escola de Música, Museu Nacional, Escola de Enfermagem Anna Nery, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Centro de Ciências da Saúde, Faculdade de Letras, prédio da reitoria, Centro de Tecnologia e Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. Os sindicalizados (ativos e aposentados) votarão preferencialmente nas seções eleitorais correspondentes às suas unidades, mas será permitido o voto em outra seção eleitoral. Neste caso, o voto será tomado em separado para posterior verificação da identidade do eleitor e apuração pela CEL. O procedimento será o mesmo para eleitores em trânsito de outras seções sindicais do Andes-SN.

A CEL é formada por José Miguel Bendrao Saldanha, representante da Diretoria da Adufrj-SSind e presidente da Comissão, Tatiana Marius Roque e Lavínia Maria Sanabio Alves Borges, representantes da chapa 2, José Antônio Martins Simões e Celina Maria de Souza Costa, representantes da chapa 3. Os suplentes são Sara Granemann, da Diretoria da Adufrj, Carlos Roberto Rabaça e Hélio de Mattos Alves, da chapa 2, Maria Cristina Miranda da Silva e Marcos Antônio Carneiro da Silva, da chapa 3.

A Diretoria do Andes-SN, composta por 83 pessoas, é eleita pelo voto direto e secreto de todos os sindicalizados até 16 de fevereiro de 2004. Votam na Adufrj-SSind, maior colégio eleitoral do Andes-SN, 3.422 professores, que representam 4,8% dos 70.774 eleitores de todo o país.

Resenha

Particulares faturam muito e contribuem pouco

Com faturamento anual de R$ 12 bilhões, o setor privado de ensino superior contribui apenas com R$ 226 milhões em impostos e contribuições ao governo federal. A informação foi divulgada no dia 4/05 pelo secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), Fernando Haddad, em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara (O Estado de S. Paulo, 5/05).

A indústria das fundações

No dia 4/05, cerca de 500 pessoas se reuniram para discutir o papel de 30 fundações de direito privado na Universidade de São Paulo (USP). Em 2001, por exemplo, as fundações arrecadaram R$ 457 milhões, o equivalente a 35% do orçamento total da instituição. Desses recursos, apenas 4,26% foram repassados à universidade. "Os cursos pagos promovidos pelas fundações tornaram-se uma indústria, ferindo o caráter público da USP e contrariando a Constituição Federal, que estabelece a gratuidade do ensino em instituições oficiais", afirmou Ciro Teixeira, da Seção Sindical dos Docentes da USP. Agora, cabe ao Conselho Universitário decidir o que fazer das fundações. O problema é que, de acordo com os estudantes, pelo menos 30% dos professores do conselho são remunerados por fundações (Folha de S. Paulo, 5/05).

FMI elogia reformas sindical e trabalhista

Uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) esteve no dia 5/05 no Ministério do Trabalho para analisar as propostas do governo de reformas sindical e trabalhista. O chefe da missão do FMI, que está no Brasil para a segunda revisão do acordo, Phill Gerson, disse que considerou "muito interessante" o que ouviu do secretário de Relações do Trabalho, Osvaldo Bargas (Diário Vermelho, 6/05). A missão do Fundo recebeu, em Brasília, o protesto de cerca de 500 pessoas ligadas ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco).

Celso Furtado critica política econômica

O economista Celso Furtado afirmou que o corte desmedido de investimentos do governo com o objetivo de cumprir metas fiscais "é algo que escapa de qualquer racionalidade". Tais metas, disse, são "impostas por beneficiários de altas taxas de juros". A mensagem de Furtado foi lida por seu filho em um seminário realizado na UFRJ, na semana passada. O economista estava em Paris para tratamento médico (Folha de S. Paulo, 5/05).

5º Coned

Chico de Oliveira critica compra de vagas das particulares

Convidado para a conferência de abertura do 5º Coned, sociólogo critica as reformas privatizantes da educação e ressalta o papel da escola pública no desenvolvimento do país

Mais de 2.000 pessoas acompanharam a conferência do cientista político Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, na abertura do 5º Congresso Nacional de Educação, realizado em Recife (PE). A mesa que antecedeu a palestra de Chico de Oliveira teve a participação do vice-prefeito de Recife, Luciano Siqueira, da pró-reitora acadêmica da Universidade Federal de Pernambuco, Lícia de Souza Leão, do coordenador da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, José Tadeu, do coordenador da Fasubra Sindical, Paulo Henrique, da representante da comissão local do V Coned, Simone Sette, e do presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas. Ainda na abertura, o educador Paulo Freire foi homenageado com uma salva de palmas pelos presentes.

Para o educador Chico de Oliveira, a educação pública brasileira se encontra fortemente ameaçada não somente pela falta de verbas, mas por uma sanha de privatização e por uma disputa de concepções do que significa educar. O professor propôs aos presentes uma reflexão a respeito das origens da formação do espaço público no país. Para Chico, a sociedade brasileira tem uma especial dificuldade para lidar com o público e atribui esse fato à herança escravista. "Ela (sociedade brasileira) nasceu sobre o estigma do escravismo e o escravismo é o desconhecimento do outro. O nascimento da sociedade brasileira se dá no momento de expansão da Europa e do capitalismo mercantil. Funda-se um Estado sem sociedade, com uma espécie de setor privado sem o seu antagônico, sem a sua confrontação, sem o público".

Chico comparou o processo de colonização no brasil como a imposição de uma rede de interesses privados cuja marca histórica foi a de ocupar o "outro" ou "o escravo, que não é ninguém, como uma peça, um animal de zoológico que deve ser alimentado, mas não tem direitos".

Acerto de contas pelo avesso

Para Chico, o projeto Universidade para Todos, com o qual o governo federal quer comprar vagas das instituições particulares de ensino, é mais uma versão do patrimonialismo do Estado brasileiro. Segundo o professor, o que o governo propõe é, na verdade, um acerto de contas de quem nunca pagou nada (no caso, as instituições filantrópicas) com quem se acha dono das vagas públicas (o próprio governo). As instituições privadas, cujo faturamento é de R$ 12 bilhões anuais (Estado de S. Paulo, 5/5/04), receberiam estudantes que o poder público indicaria, sob o pretexto de aumentar as vagas públicas no ensino superior.

Chico criticou, ainda o fato de o governo estabelecer que as vagas 'compradas' da rede particular seriam destinadas a determinados segmentos, "chamados deficientes, definidos por quaisquer critérios que se queira estabelecer". Chico comparou a proposta de destinar estas vagas aos egressos de escolas públicas, as minorias étnicas e aos deficientes físicos com a lógica dos campos de concentração do fascismo alemão. "A experiência dos campos de concentração nazistas nas memórias dos que passaram pelos campos relata que chegava um momento em que um punhado de prisioneiros deveria ser exterminado e cabia dolorosamente aos próprios prisioneiros escolher os que deveriam ser exterminados. Nós estamos escolhendo os que são deficientes para preencher a escola privada que não pagou os impostos".

Público nasce com a classe trabalhadora

Chico de Oliveira lembrou que somente quando surge a classe trabalhadora brasileira, no início do século XX, é que um pacto público-privado começa a fazer sentido na formação sociedade brasileira e de seu Estado. "Mas assim mesmo, ela (sociedade) nasce banhada pelos truques desse modelo que se desdobra de uma forma lampedusiana. Há que transformar, mas esta transformação deve ser feita sob controle para que o novo ator, a nova classe social não escape do controle".

Para o professor, o grande enigma da educação brasileira é o fato de, em tão pouco tempo de existência, cerca de 80 anos, a escola pública brasileira tenha conseguindo produzir uma consciência de cidadania. Segundo o professor, na medida em que a classe trabalhadora se articulava no cenário político das primeiras décadas do século passado, o Estado, principalmente por pressão das camadas urbanas e do desenvolvimento industrial, fomentou a criação de um sistema público de educação. Para o professor, a educação de massa surgiu de forma pública no Brasil como pressão dos novos atores sociais da sociedade industrial e urbana, entre estes os trabalhadores, que se apropriaram "de alguma maneira dessa estrutura pública e passaram a dar as diretrizes para a educação pública. Uma espécie de feitiço que transformou o feiticeiro. É isso que está em disputa. Essa capacidade dos que fazem a educação no Brasil de reivindicá-la como uma não mercadoria".

Reformas privatizantes

O professor criticou as reformas privatizantes que estão em curso não apenas por criar novos espaços de lucro para o empresários, "mas, em primeiro lugar, está em xeque esta qualidade da escola pública, querem acabar com o lugar onde pode-se dar a transcendência do conflito". Chico também criticou o discurso, muito utilizado pelo governo, de que os gastos com as universidades públicas retiram dinheiro do ensino fundamental. Para Chico de Oliveira, toda a argumentação pelas reformas esconde a vontade de suprimir o lugar de democratização que a escola pública conseguiu produzir ao longo de história.

Ciência e tecnologia

Para o educador, a sociedade contemporânea vive um século movido a ciência e a tecnologia. "É como se iniciássemos uma nova era de alfabetização e aquela sociedade que não for capaz de controlar os processos de produção de ciência e técnica está condenada a uma das duas coisas: ou a um estado permanente de subserviência ou a um estado permanente de barbárie". Chico criticou o ensino de disciplinas descartáveis como a informática e a administração e defendeu que a escola pública busque ocupar um lugar decisivo diante da "alta complexidade" dos novos sistemas de produção de conhecimento. "A tarefa da escola pública continua a ser a da formação do cidadão, mas agora reforçada pelo fato de que ou ela educa para a complexidade do mundo e dos desafios que ele propõe ou ela apenas repetirá o ranger da corda que enforcou Frei Caneca".

Kelvin Melo

PAULO HENRIQUE, SIMONE SETTE, LUIZ CARLOS LUCAS, JOSÉ TADEU, LÍCIA DE SOUZA LEÃO E LUCIANO SIQUEIRA COMPUSERAM A MESA DE ABERTURA. O 5º CONED FOI REALIZADO ENTRE OS DIAS 2 E 5 DE MAIO, EM RECIFE

5º Coned

Manuella Soares

AO SOM DO MARACATU E DO FREVO, CONGRESSISTAS DEFENDEM A ESCOLA PÚBLICA

Marcha em defesa da Educação percorre Boa Viagem

Política econômica do governo federal é bastante criticada

Na manhã do dia 2 de maio, um trio elétrico diferente animou a praia de Boa Viagem, no Recife. Esse pedaço da orla, mais conhecido por receber o Recifolia, tradicional carnaval fora de época da capital pernambucana, cedeu espaço à passagem de centenas de educadores contra a mercantilização do ensino em todos os níveis. Era o começo do 5º Congresso Nacional de Educação, que mobilizou a cidade durante quatro dias com muitos debates na universidade federal do estado. A manifestação intercalou discursos de representantes dos movimentos sociais e músicas típicas, cantadas por uma banda e por um grupo de maracatu.

O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, saudou a população e apresentou a importância do 5º Coned, o maior evento na área de Educação do Brasil. Ele defendeu a universalização do ensino em todos os níveis e criticou a política econômica de superávit primário do governo Lula, que prejudica os investimentos na área social do país.

William Carvalho, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional, cobrou a responsabilidade do governo para investir no setor educacional com o objetivo de construir um país melhor.

Rodrigo Amaro, do DCE da Universidade Federal de Pernambuco, chamou a atenção dos que passavam para a questão da reforma universitária, que amplia a privatização do ensino público. Ele criticou a proliferação das fundações de apoio nas universidades, que, segundo ele, representam a "rapina dos recursos públicos".

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe-PE), Fernando Melo falou dos problemas enfrentados pelo ensino naquele estado. Além das precárias condições de trabalho, os vencimentos dos professores da rede pública estão bastante defasados: a hora-aula vale apenas R$ 0,98. "Para nós, pernambucanos, isso não dá nem para comprar um vale-transporte", afirmou.

Paulo Roberto Yamaçake, da diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), observou que o Coned deveria discutir principalmente a subserviência governamental às diretrizes do Fundo Monetário Internacional. Destacou que, embora representante dos profissionais das escolas particulares, a Contee "sempre foi contra a mercantilização da Educação" e a favor do ensino público.

Paulo Henrique, da Fasubra, disse ter convicção de que as mudanças neste país passam pela classe trabalhadora. "O Coned é um passo neste sentido. A Escola é o instrumento de transformação do indivíduo", disse.

Rafael Pops, vice-presidente da UNE, afirmou que os objetivos do Coned não diziam respeito apenas aos estudantes e profissionais envolvidos com a educação, mas a toda população brasileira. "O 5º Coned está na luta por todos vocês, que têm direito a um ensino público, gratuito e de qualidade", comentou. Ele acrescentou que a política econômica em vigor inviabiliza qualquer reforma que venha melhorar a educação do país.

Rápidas

Lei de Inovação amplia privatização

Na mesa *As políticas de financiamento da pesquisa e a privatização do conhecimento*, o vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, criticou o projeto de lei apresentado pelo presidente Lula, no último dia 27/4, que cria o Conselho Nacional (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Domingues lembrou que o conselho e a agência estão vinculados ao projeto de Lei de Inovação, apresentado em primeira versão pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, no final de 2002. Para o professor, a lei de inovação de Lula é pior do que a de seu antecessor no quesito privatização do conhecimento. O PL que cria a ABDI institui o 'serviço social autônomo' o que, na prática, regulamenta as fundações de direito privado que hoje funcionam no interior das universidades.

Movimento estudantil contra a reforma universitária

Na mesa *A reforma universitária e a universidade que queremos*, o representante da UNE foi bastante criticado pelos estudantes presentes na platéia. Representantes do grupo 'reconquistar a UNE' criticaram a posição da maioria da direção da entidade por estar fazendo caravanas em várias cidades com a bandeira pela Reforma Universitária Já!. Muitos representantes de entidades locais como centros acadêmicos, diretórios e executivas de curso questionaram o fato de, há nove anos, a UNE não convocar um Conselho Nacional das Entidades de Base (Coneb). Os estudantes reivindicaram da direção da entidade uma posição clara contra a reforma do MEC.

Banco Mundial é ministério paralelo

A influência de organismos internacionais na Educação do Brasil foi o tema central de uma das mesas da tarde do dia 4. A professora Rosana Evangelista, da Universidade Federal do Piauí, comentou que esses organismos (no caso da Educação, é o Banco Mundial que traça as diretrizes) representam os interesses dos países desenvolvidos em todo o mundo. O representante da UNE nesta mesa, Vinícius Wu, chegou a dizer que o banco pode ser considerado como um "Ministério da Educação paralelo", no Brasil.

Entidades debatem Reformas trabalhistas e sindical

Na mesa *A reforma trabalhista e sindical e suas conseqüências para a classe trabalhadora*, os representantes Andes-SN e da Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino) criticaram a Central Única dos Trabalhadores por defender a proposta formulada no Fórum Nacional do Trabalho para a reforma sindical. A maioria da direção da CUT defende, entre outros pontos constante da reforma, que as centrais possam negociar acordos nacionais com o governo ou setores empresariais à revelia das decisões dos sindicatos de base.

NR: nas próximas edições, publicaremos as matérias completas das mesas do 5º Coned

Eleição Andes-SN

Chapa 2 UMA NOVA ANDES É POSSÌVEL: PLURAL E DE LUTA

Salários, Carreira, Greves e Novas Práticas Sindicais

Os professores das universidades federais enfrentam mais uma vez o desafio de uma campanha salarial sem poderem contar com um sindicato forte e representativo que seja capaz de angariar os múltiplos interesses da categoria e dar curso a uma negociação com o Governo Federal na busca de melhores salários e condições de trabalho. Sem a reconquista do interesse e da credibilidade dos professores universitários, as atividades do Sindicato Nacional poucas chances terão de êxito. Mas para isso é vital ir além de falas panfletárias e da prática onde a denúncia e o protesto são tomados como atividades importantes em si mesmas, relegando a um segundo plano as questões específicas da universidade. Nós, professores comprometidos com a construção de uma realidade social mais justa, lutamos por uma universidade academicamente séria, socialmente comprometida e na qual possamos trabalhar com condições adequadas e salários dignos. Estamos absolutamente convencidos que esta luta faz parte de um embate maior e que só será vitoriosa se for possível alterar o curso das políticas hoje vigentes. Mas temos a certeza de que a nós compete, sobretudo, propor uma agenda positiva que, alternativamente, trace os contornos da universidade que desejamos ver florescer.

Campanha Salarial de 2004

A proposta do Governo para o reajuste em 2004 consiste em aumentar a GED em R$ 540,00 para professores com graduação ou com mestrado; R$ 850,00 para professores adjuntos com doutorado e R$ 1.000,00 para professores titulares com doutorado. Já para os professores do magistério do 1 o e 2 o graus das IFES, DE, a GID máxima subiria em aproximadamente R$ 510,00 para professores com graduação ou com mestrado e R$ 800,00 para professores adjuntos ou titulares com doutorado.

A regional-Rio da Chapa 2 entende que a proposta do Governo de reajuste através da GED/GID apresenta as seguintes deficiências: A distorção introduzida com a concessão de reajustes percentualmente menores para os docentes mais qualificados; A distinção entre ativos e aposentados; a distinção entre professores do magistério superior e do ensino básico; A inexistência de discussão que aponte para a implantação de nova carreira docente e a reposição de perdas salariais passadas e a precarização dos vencimentos devido ao tamanho relativo das gratificações com relação ao salário básico.

A atual Diretoria da ANDES , como tem feito nas últimas greves, insiste na tese da greve unificada com os servidores públicos federais, por 127% (ou, no mínimo e emergencialmente, 50,2% para todos os servidores) de forma linear, sendo contra que se discuta em mesas específicas questões relativas a cada categoria. Esse reajuste, embora teoricamente correto, posto que corresponde a recuperação de perdas reais nos salários dos servidores, pressupõe o aporte de cerca de 100 bilhões de reais (ou, emergencialmente, 40 bilhões). É um volume mais de 30 vezes superior ao que seria preciso, em termos de destinação orçamentária, para elevar o salário mínimo de 240 para 270 reais, por exemplo. A lógica dos dirigentes da ANDES é, todavia, coerente: como propõem o não pagamento da dívida externa e a expulsão do FMI, haverá farta sobra para pagar o montante indicado, aumentar o salário mínimo e ainda investir em saúde, educação, saneamento e demais áreas sociais. Entretanto, sabemos nós que, infelizmente, o poder do capital financeiro internacional é mais do que suficiente para, tomada aquela decisão unilateral, levar o país ao caos, com prejuízo, antes e acima de tudo, para as classes trabalhadoras brasileira, que é quem sofreria mais cruelmente os imediatos efeitos do boicote que certamente sobreviria. A pergunta que surge naturalmente é a seguinte: frente a essa realidade e à correlação de forças existente nacional e internacionalmente qual a razão da insistência em exigências que não têm qualquer chance de se concretizar?

A Chapa 2 apresentou uma contra-proposta em seu site, www.novaandessn.com.br, da qual destacamos: Que a ANDES-SN busque imediatamente negociar com o Governo/MEC as questões específicas dos professores das IFES, apresentando contra-proposta e que a contra-proposta a ser levada à mesa de negociação destaque os seguintes pontos:

1. A ampliação dos percentuais de incentivo à titulação, dos atuais 5% (aperfeiçoamento), 12% (especialização), 25% (mestrado) e 50% (doutorado), para, respectivamente, 10%, 20%, 40% e 80%;
2. A incorporação da GAE (A Regional-Rio entende que a incorporação da GED/GID precisa ser melhor discutida);
3. O estabelecimento de cronograma para: a) implantação de nova carreira docente, com a criação imediata do cargo de professor associado (livre docente) e aumento do percentual de dedicação exclusiva de 55% para 70%; b) reposição, durante o mandato do atual governo, de perdas salariais anteriores.

Nossas palavras-chave:

Alternativa, Democracia, Cidadania, Participação, Lutas, Construção, Diálogo, Pluralidade

Eleição Andes-SN

CHAPA 3
ANDES-AD autônoma e democrática
www.andes-ad.org

Carta aos aposentados

Defesa de direitos diante dos ataques do governo à previdência é uma das marcas distintivas da Chapa 3 em relação à Chapa 2

OS ANOS 1990 MARCARAM o início de uma longa era de achatamento salarial e de retirada de direitos para o funcionalismo público federal. Esse processo tem atingido de forma particularmente intensa os trabalhadores aposentados. Reduzidos à condição de "inativos" no discurso neoliberal, os aposentados passaram a ser o alvo prioritário de campanhas oficiais que os transformaram em vilões do déficit público. Nessa ótica perversa, direitos conquistados aparecem como privilégios que seriam mantidos à custa da sociedade brasileira.

No caso dos docentes das Instituições Federais de Ensino, um marco importante desse ataque aos direitos dos aposentados foi a implementação da GED (gratificação de estímulo à docência) e da GID (gratificação de incentivo à docência), gratificações produtivistas que estabeleceram significativa diferenciação salarial entre ativos e "inativos", abrindo possibilidades inéditas para o rompimento com o princípio da paridade. A GED e a GID foram desdobramentos da greve das federais de 1998 e lembrar a sua história é identificar as forças políticas que hoje disputam a direção do ANDES-SN. Naquela ocasião, a diretoria recém-eleita para a gestão 1998-2000, à revelia das decisões das assembléias de base, referendou um acordo com Paulo Renato e ACM para por fim à greve através da introdução da GED e da GID. Aquela gestão contou com a participação e o apoio de vários docentes e forças políticas que hoje se apresentam como Chapa 2, de oposição à atual direção do sindicato.

Em tempos mais recentes, a (contra) reforma da previdência do governo Lula aprofundou os ataques aos direitos dos trabalhadores do serviço público e, mais uma vez, os aposentados foram os mais atingidos ao serem ameaçados de redução salarial por meio do desconto de 11%, ainda sob questionamento judicial. Enquanto fazíamos uma greve unificada contra essa reforma, o campo político representado pela Chapa 2 defendia, no lugar da defesa ativa da previdência social pública por repartição, uma inexistente negociação de emendas pontuais ao projeto do governo (nenhuma das propostas da direção majoritária da CUT foi sequer considerada!), mostrando a disposição de abrir mão de direitos historicamente conquistados pelas lutas da categoria.

No momento presente, o funcionalismo público federal se encontra em campanha salarial e, na nossa pauta unificada de reivindicações, além do reajuste emergencial e linear de 50%, defendemos a incorporação das gratificações, reafirmando o compromisso com os princípios da paridade e da isonomia. Como resposta, o governo apresentou uma proposta de reajuste diferenciado da GED e da GID, na qual os salários dos aposentados receberiam os menores índices de reajuste. O Ministro do Planejamento, Guido Mantega, justificou essa proposta afirmando que as gratificações produtivistas eram uma maneira de premiar os que estão em atividade, e que os índices menores para os aposentados se deviam ao fato destes terem "desempenho neutro". Nas rodadas de assembléias que

Marina Barbosa Pinto (UFF), candidata a presidente

vêm se realizando no país, a maioria dos docentes tem rejeitado essa proposta pois, entre outras coisas, ela representa mais uma afronta aos direitos dos aposentados e, por extensão, a toda a categoria. No entanto, em assembléias realizadas na UFRJ e na UFPA, apoiadores e mesmo candidatos da Chapa 2 não hesitaram em demonstrar indiferença em relação aos aposentados ao defenderem e votarem a favor da proposta do governo, preferindo o ganho imediato à garantia do futuro.

Nós, da CHAPA 3 – ANDES-AD, acreditamos que é necessário um sindicato combativo e autônomo, que seja intransigente na defesa dos direitos conquistados, garantindo aos aposentados a dignidade que a sociedade deve aos que por ela trabalharam. Por isso, contamos com o seu voto, na certeza de que é preciso manter acesa a chama da solidariedade coletiva contra aqueles que empenham o futuro em nome de uma lógica perversa e individualista.

APÓIAM A CHAPA 3

Aziz Ab´Saber, Babá, Caio Navarro de Toledo, Carlos Nelson Coutinho, D.Pedro Casaldáliga, Emir Sader, Fábio Konder Comparato, Francisco de Oliveira, Ivan Valente, Heloisa Helena, João Paulo Rodrigues-MST, José Paulo Netto,Laura Tavares, Leandro Konder, Luciana Genro, Paulo Arantes, Plinio de Arruda Sampaio, Reinaldo Gonçalves, Walter Pinheiro, Warwick Kerr, entre outros.

EX-PRESIDENTES DA ADUFRJ APÓIAM A CHAPA 3 - ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

José Antonio Martins Simões - *Inst. de Física (Gestão 91-93)*

Henrique Innecco Longo - *Engenharia (Gestão 93-95)*

José Miguel Bendrao Saldanha- *Engenharia (Gestão 95-97)*

Sara Granemann - *Serviço Social (Presidente atual)*

Roberto Leher *(Faculdade de Educação) foi presidente da Adufrj-SSind na gestão 97-99, presidente do ANDES-SN na gestão 2000-2002 e é candidato a 2º vice-presidente Regional do Rio de Janeiro da CHAPA 3 ANDES Autônoma e Democrática.*

Eleição do ANDES-SN: 18 e 19 de maio

Movimento

Governo não negocia, dá ultimato e ameaça retirar proposta

Ministério diz que os servidores têm até o dia 21 para aceitarem sua proposta salarial

O governo Lula dá sinais cada vez mais evidentes de instransigência no relacionamento com os servidores. Em reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) realizada em 5 de maio, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sérgio Mendonça, argumentou que a proposta de reajuste diferenciado nas gratificações será sustentada até o dia 21. Caso não haja acordo, "o governo se reserva o direito de retirar ou modificar a proposta". O ministro Guido Mantega, que não participou da reunião, disse, em entrevista coletiva, que a negociação poderá ser feita por categoria e vai cortar o ponto de quem aderir à greve.

Os representantes dos servidores afirmaram que ainda esperam por uma resposta à pauta de reivindicações apresentada na primeira reunião da Mesa. Anunciaram também que as assembléias das diferentes categorias vão avaliar a questão para uma posterior resposta ao governo.

Foi ressaltado que uma simples comunicação do tal prazo poderia ser enviada por ofício às entidades, sem necessidade de uma reunião, posto que não foi informada qualquer novidade sobre os itens da pauta. A frustração com o informe governamental foi ainda maior para as entidades ligadas à Educação, como o Andes-SN, o Sinasefe e a Fasubra, cujos dirigentes encontravam-se em Recife, por causa do 5º Coned, e foram obrigados a um deslocamento até Brasília. A forma como foi convocada a reunião da Mesa foi bastante criticada: de um dia para o outro.

Na coletiva de imprensa depois da Mesa, o ministro Guido Mantega ignorou o questionamento dos jornalistas referente ao fato de o aumento proposto limitar-se às gratificações. Em certo momento, chegou a dizer que não importa "onde" o servidor vai ganhar reajuste e que esse "detalhe" só iria confundir as categorias.

Avaliação do Andes-SN

Mas é justamente no "detalhe" que existe o grande problema: com esse procedimento, de acordo com o Andes-SN, o governo busca criar uma situação na qual toda a conquista obtida por um segmento dos servidores coloca-o sob risco de ficar exposto a perdas posteriores. Assim, no futuro, com a justificativa de já ter recebido algum tipo de ganho, ficará com pouco ou nada.

A proposta serve também para dividir os trabalhadores, ainda segundo o Andes-SN. "Ao introduzir reajustes diferenciados, o governo pode obter a adesão de alguns setores, seduzidos pela percepção de ganhos imediatos mas, em médio prazo, fragiliza todos aqueles que não dispõem de meios suficientes para causar forte impacto no governo com poucos dias de paralisação. Não é o caso dos que trabalham na Educação, cujas greves geralmente são longas. Assim, não podemos aceitar que se implemente um padrão de negociação em separado, por razões éticas e por solidariedade e mesmo por considerações vinculadas a interesses corporativos", diz o documento disponível na página do Sindicato Nacional (www.andes.org.br).

Segundo o Andes-SN, o governo oferece uma grande resistência à efetiva negociação. A Mesa Nacional de Negociação Permanente foi instalada em fevereiro de 2003, quando foram apresentadas as demandas e reivindicações dos servidores. Mais de um ano após a instalação desta Mesa, após várias reuniões, o governo responde com uma proposta que colide frontalmente com as reivindicações apresentadas, como se desconhecesse as reivindicações. Além disso, acena com medidas coercitivas, a exemplo da portaria nº 89 (envio da freqüência dos servidores de três em três dias, com o conseqüente corte de ponto) e do ultimato dado aos servidores na ultima reunião da Mesa – estabelecendo um "prazo final" (21 de maio) para as categorias aceitarem o acordo proposto pelo governo.

Rose Brasil/ABr

Ministro convoca dirigentes sindicais para dar um ultimato aos servidores. Na reunião com as categorias, Mantega não apresenta nada de novo e apenas ameaça com corte de ponto e a retirada das propostas do governo

Problemas na proposta

A diferenciação contida na proposta do governo intensifica a discriminação dos aposentados e dos docentes vinculados à carreira de 1º e 2º graus, com aprofundamento da quebra da isonomia e da paridade. As parcelas fixas introduzidas nas gratificações também agravam a desestruturação das carreiras e a precarização dos salários. E vale lembrar que, com a reforma da Previdência aprovada ano passado, os direitos dos aposentados e pensionistas ficam ainda mais sujeitos a perdas.

O Sindicato considera que o texto atual do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 revela a intenção do governo de descumprir a obrigação de conceder o reajuste anual dos servidores. O Andes-SN entende que o contexto das eleições municipais e a forte queda de popularidade do governo podem ajudar os servidores a pressionar para que esta lei não seja aprovada. Por todos esses motivos, a diretoria do Sindicato observa que a resposta à proposta salarial "só pode ser a rejeição".

Setor das IFES aprova indicativo de greve sem data

Os representantes das seções sindicais do Andes-SN ligadas a universidades federais, reunidos em Recife no dia 1º de maio, aprovaram o indicativo de greve sem data. Foi decidida a transferência da paralisação do dia 6 para os dias 10 e 11 de maio, quando algumas categorias do funcionalismo já estarão entrando em greve. No sentido de fortalecer a mobilização para a deflagração de uma forte greve, o setor indicou por uma rodada de assembléias, de 5 a 10 de maio, para que as AGs discutam a paralisação de 48 horas desta semana e uma outra paralisação, desta vez no dia 20, data marcada para nova reunião com o governo federal. A próxima reunião do Setor das IFES ocorre em 22 de maio.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 136 • 17 de maio de 2004

Professores do CAp questionam decisão da última AG da Adufrj-SSind
Página 2

Eleição para a diretoria do Andes-SN: confira as seções eleitorais
Página 3

5º Coned
Mesa discute influência do Banco Mundial na Educação
Páginas 4 e 5

Educadores debatem privatização da pesquisa
Páginas 5, 6 e 7

CEG debate cotas para negros
Página 8

CEPG critica novo programa da Capes
Página 9

Estudantes reclamam de atraso nas bolsas
Página 9

Nota de Esclarecimento do ANDES-SN sobre as negociações com o governo

O Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) tem sido alvo de questionamentos sobre dificuldades que estaria encontrando para o estabelecimento de negociações com o governo no processo da Campanha Salarial 2004. O governo também tem veiculado informações de que, caso o Sindicato não apresente uma contraproposta, os docentes não terão suas gratificações produtivistas (GED e GID) corrigidas pelos índices diferenciados por ele apresentados e receberiam apenas um reajuste linear de 2,67%. Sobre estes e outros assuntos esclarecemos aos professores:

a) Como temos salientado em todos os momentos de mobilização e de negociação do Andes-SN, as informações sobre as atividades do Sindicato devem ser buscadas diretamente na sua própria sede, nas seções sindicais ou nas secretarias regionais. Tal procedimento é fundamental para evitarmos desinformações, boatos e/ou interpretações precipitadas ou equivocadas que, além de confundirem a categoria, dificultam as ações do Sindicato e se prestam a auxiliar o governo em seu propósito de desqualificar o nosso movimento e manter uma política de pessoal contra a qual lutamos desde 1998. Não custa lembrar que, naquele ano, numa negociação desrespeitosa foi instituída a GED e a GID pelo governo FHC, com o apoio do então senador Antônio Carlos Magalhães.

b) Não é verdade que o Andes-SN ou qualquer uma das demais entidades que integram a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) tenham se retirado das mesas de negociações (central, setorial ou das comissões temáticas), ou que qualquer uma delas tenha maior ou menor facilidade para buscar a negociação. Quem não negocia é o governo federal que, desde 19 de fevereiro de 2003, se recusa a apresentar uma proposta que contemple, no mínimo, nossa pauta emergencial; não cumpre os acordos de greve, como o que celebramos em 2001, e muito menos a pauta específica, tanto a do Andes-SN, como as das demais categorias.
Quem insiste em afirmar o contrário (ou não acompanha as informações que são constantemente divulgadas para as secretarias regionais e seções sindicais) utiliza tais argumentos para prejudicar as tentativas de

Continua na página 12

Editorial

Sem alternativa

Sara Granemann*

Durante meses o governo federal recusou-se a responder às reivindicações dos servidores. Somente após a indicação da disposição de construção de uma greve, o Executivo apresentou, no caso dos professores, como única proposta, a elevação dos valores de gratificações (diferenciadas e não estendidas aos aposentados). A maioria das assembléias recusou esta alternativa: reivindicamos, em nome da dignidade da profissão docente, e da paridade entre os ativos e os aposentados, reajustes lineares dos magros vencimentos e a incorporação das gratificações produtivistas.

Nas últimas décadas, foram muitas as greves. Os docentes não gostam de fazer greves. Estas trazem transtornos aos estudantes, aos vestibulandos e aos próprios docentes. A reposição das aulas exige sacrifícios, relatórios de pesquisa sofrem atrasos e muitas vezes os salários são cortados arbitrariamente, como em 2001.

Como, então, as greves têm o apoio da maioria dos estudantes e dos docentes? É porque foi por meio de greves que foi possível defender as universidades de projetos que, se aprovados, teriam comprometido definitivamente o caráter público dessas instituições: o que seriam das universidades se o projeto Nova Universidade de Collor tivesse sido aprovado? E a desconstitucionalização da autonomia universitária tentada por Cardoso? Qual seria a remuneração dos docentes sem as intensas lutas dos anos 90? Como estaria o orçamento das Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior) sem a luta de docentes e de reitores?

Não precisaria ser assim. O Andes-SN, que representa os docentes, é recebido cordialmente pelo MEC, mas o ministro nada diz sobre a pauta, alegando que é a área econômica que tem de encaminhar as questões salariais.

A diretoria da seção sindical dos docentes da UFRJ tem apresentado em suas assembléias propostas contrárias ao indicativo de greve em discussão, por entender que o debate ainda não foi aprofundado. Greves legítimas requerem deliberações das assembléias — espaços representativos e instâncias deliberativas do movimento. As eleições do sindicato explicam, mas não justificam, sob o pretexto de criticar uma greve que sequer foi indicada pela direção sindical, o combate ao legítimo direito de greve assegurado pela Constituição federal. Não justifica tampouco a desqualificação das assembléias de base como espaços públicos de deliberação de um sindicato cujo maior patrimônio é a sua democracia.

* Presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ.

Este artigo foi publicado no jornal O Globo e veiculado no Jornal da Ciência E-mail em 14/5.

Agenda Sindical

18/5 – Reunião do comitê Rio do Fórum Social Mundial
Local: av Rio Branco, 109,16º andar (sede do Corecon), às 18h.

18 e 19/5 – Eleição para a Diretoria do Andes-SN

20/5 – Indicativo de paralisação nacional
- É a data de uma reunião entre servidores e o governo federal na Mesa Nacional de Negociação Permanente

22/5 - Reunião do setor das IFES
Brasília (DF)

22/5 – Seminário sindical sobre as reformas neoliberais do governo Lula
Na Uerj

26/5 – Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
Na Uerj, sala 12050, às 14h
- Pauta: Avaliação do V CONED e propostas de encaminhamento das ações do Fórum.

16/6 – Manifestação contra as reformas Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

17 a 20/6 - 48º Conad
Aracaju (SE), com o tema central "Em Defesa da Educação Pública e Gratuita: a Esperança está na Luta"

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Movimento

Estudantes querem bandejão gratuito

Em assembléia geral, os estudantes da UFRJ aprovaram, como uma das reivindicações a ser levada à reitoria, a construção de bandejões gratuitos como parte da política de assistência estudantil. Os diretores da Adufrj-SSind Sara Granemann e Salatiel Menezes estiveram presentes na assembléia dos alunos e deram informes sobre a campanha salarial dos docentes e dos servidores públicos e sobre a posição contrária da seção sindical em relação à reforma universitária do governo Lula.

Os estudantes realizam nova assembléia nesta quinta-feira, dia 20/5, às 12h, no Auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão. O DCE e os Conselhos de Centro Acadêmicos da UFRJ realizarão, também, nos dias 29 e 30 de maio o *Encontro Nacional contra a Reforma Universitária*. O evento reunirá estudantes de todo o país e será realizado nas instalações do prédio da reitoria, no Fundão.

Professores do CAp questionam decisão da última assembléia da Adufrj-SSind

Reunidos no último dia 11/5, os professores do Colégio de Aplicação da UFRJ pediram explicações à diretoria da seção sindical sobre a votação favorável do governo à proposta de reajustes diferenciados na GED, ocorrida na última assembléia geral da entidade. A reunião na Unidade contou com a participação de cerca de 30 docentes e muitos se manifestaram contra a proposta do governo e repudiaram a diferenciação de tratamento entre as categorias de nível superior das do ensino básico e entre ativos e aposentados.

Adufrj-SSind esclarece professores da Medicina sobre ação dos 28,86%

A diretoria da Adufrj-SSind esteve presente em reunião dos professores da Medicina, no último dia 13/5, para esclarecer o andamento das ações jurídicas referentes aos 28,86%. A presidente da entidade, Sara Granemann, e a assessora jurídica Luciana Garcia informaram aos docentes que a lista com os nomes dos sindicalizados que fazem parte das ações da Adufj-SSind que tramitam na justiça poderá ser consultada no endereço www.adufrj.org.br. Nesta semana, a assessoria jurídica da entidade atualizará este cadastro para consulta na página da seção sindical. Participaram da reunião, também, a diretoria e a assessoria jurídica do Sintufrj.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Eleição Andes-SN

Eleição para a direção do Andes-SN (gestão 2004-2006)

Nestes dias 18 e 19 de maio (terça-feira e quarta-feira), ocorre a eleição para a diretoria do Andes-SN (gestão 2004-2006). As seções eleitorais estão indicadas no quadro desta página. Para votar, os professores devem ser sindicalizados à Adufrj-SSind até o dia 16 de fevereiro de 2004.

Recomenda-se que os docentes busquem votar preferencialmente nas seções eleitorais que indiquem suas unidades de lotação. Caso não seja possível, o professor também pode votar em trânsito.

Vale a pena lembrar que os docentes aposentados têm todo o direito ao voto na eleição do Sindicato Nacional. Os seus nomes estarão listados nas suas unidades de origem, mas, tal como os docentes ativos, poderão votar em qualquer urna.

Eleições para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Em duas unidades, haverá também eleição para cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. No Colégio de Aplicação, são candidatas as professoras Celina Maria Souza Costa e Miriam Abduche Kaiuca. Na Escola de Educação Física e Desportos, é a professora Elizabeth Carvalho Lugão.

Seções eleitorais		Unidades / departamentos	Terça 18/maio		Quarta 19/maio	
			Locais	Horários	Locais	Horários
01	CAp	Colégio de Aplicação	Sala dos professores	8h30 - 16h	Sala dos professores	8h30 - 16h
02	Praia Vermelha 1	Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria	Portaria da Escola de Serviço Social	9h - 13h 17h30 - 20h30	Portaria da Escola de Serviço Social	9h - 13h 17h30 - 20h30
03	Praia Vermelha 2	Educação, Comunicação, Economia, Administração	Hall de acesso à Faculdade de Educação	9h - 19h	Hall de acesso à Faculdade de Educação	9h - 19h
04	IFCS	IFCS e Direito	Saguão de entrada	10h - 13h 17h - 19h	Saguão de entrada	10h - 13h 17h - 19h
05	Escola de Música	Escola de Música	Saguão de entrada	10h - 16h	Saguão de entrada	10h - 16h
06	Museu Nacional	Museu Nacional	Museu	13h - 14h	Museu	13h - 14h
07	Anna Nery	Enfermagem, HESFA	Esc Enfermagem Anna Nery	13h - 17h	HESFA	13h - 17h
08	HU	Medicina, Odontologia, NESC, IPPMG, IDT	Hall dos elevadores no subsolo	8h30 - 13h	Hall dos elevadores no subsolo	8h30 - 13h
09	CCS	Farmácia, Biologia, Biofísica, ICB, Nutrição, Microbiologia, NPPN, NUTES, Neurologia	Bloco A do CCS, ao lado da caixa do BB	10h - 16h	Bloco C do CCS, em frente à Biofísica	10h - 16h
10	Educação Física	Educação Física	Prédio da EEFD	9h30 - 12h30 17h - 20h30	Prédio da EEFD	9h30 - 12h30 17h - 20h30
11	Letras	Letras	Entrada principal	9h - 16h	Entrada principal	9h - 16h
12	Reitoria	EBA, IPPUR, FAU, COPPEAD, CLA	Hall dos elevadores	10h - 12h	Hall dos elevadores	10h - 12h
13	CT - Burguesão	COPPE e Engenharia (blocos F, G e H), IMA, Escola de Química	Burguesão	11h - 15h	Burguesão Sede da Adufrj-SSind	11h - 15h 15h30 - 17h30
14	CT / CCMN	Física, Matemática (exceto Computação), Inst Química, COPPE e Engenharia (blocos B, C e D)	CT, em frente ao bloco C	11h - 15h	Hall do bloco A do CT	11h - 15h
15	Geociências	IGeo, Valongo, NCE, Matemática (Computação)	Prédio do CCMN	10h - 14h	Prédio do CCMN	10h - 14h

Eleição do Andes-SN

18 e 19 de maio

Participe!!

Reforma Universitária

Banco Mundial é um ministério da Educação paralelo

Ingerência do organismo internacional afeta um dos setores mais estratégicos para o país

Enredado em uma dívida externa impagável, o país submete-se a condições estabelecidas por organismos internacionais que ferem sua soberania em diversos setores. Tudo para facilitar novos empréstimos e, assim, não afetar os "humores" do mercado. Na Educação, quem dita as regras é o Banco Mundial (Bird). Esta instituição, pelo notável grau de ingerência verificado nas políticas educacionais brasileiras, já pode ser considerada uma espécie de Ministério da Educação paralelo. Essas foram algumas considerações da mesa "Desdobramentos e conseqüências da interferência dos organismos internacionais, a título de financiamento, na educação brasileira", realizada durante o V Congresso Nacional de Educação (4/5), na Universidade Federal de Pernambuco.

Professora da Universidade Federal do Piauí, Rosana Evangelista encarregou-se de uma breve análise do papel do Banco Mundial e sua atuação nos chamados países periféricos. Sempre em favor dos países desenvolvidos, destacou a palestrante. Criado no pós-guerra, esse organismo possui 184 países-membros, mas "o poder de voto de cada país-membro está vinculado a suas subscrições de capital, que por sua vez estão baseadas no poder econômico relativo de cada país", como pode ser conferido na própria página eletrônica do Banco, no Brasil (www.obancomundial.org).

Sob a fachada de cooperação internacional, a "ajuda" fornecida pelo banco se materializa através de empréstimos comerciais com duras cláusulas para os países "beneficiados". Por um lado, servem para sanar algumas necessidades imediatas dos países periféricos; por outro, servem para os países que emprestam, principalmente os EUA, propagarem sua ideologia de abertura econômica.

"Um tipo de empréstimo bastante adequado a esse processo de globalização econômica é o empréstimo de ajuste estrutural", explicou Rosana. De acordo com a professora, esses empréstimos já não são mais vinculados a setores específicos, como agricultura. "Esses programas são vinculados eminentemente ao desempenho econômico dos países em desenvolvimento", comentou. O Banco Mundial, em coordenação com o Fundo Monetário Internacional, estipula as condições para a concessão de um novo empréstimo.

Kelvin Melo

VINÍCIUS WU CRITICOU O GOVERNO LULA

Dívida gera dependência

A professora complementou que a dívida externa, crescente com o passar dos anos, torna o país ainda mais permeável aos interesses dos organismos internacionais. Segundo dados citados por ela, de 1979 a 2002 o Brasil enviou, a título de juros e amortizações da dívida externa, 158 bilhões de dólares a mais dos recursos que recebeu. Rosana afirmou ainda que tais políticas neoliberais levaram ao já conhecido processo de privatização do início dos anos 90, muitas vezes financiado pelo próprio capital internacional. Segundo ela, com a crise de acumulação do capital, as políticas neoliberais vão buscar também a abertura comercial ou financeira de nichos ainda não explorados. E é nesse contexto que aparece a mercantilização da Educação.

Estudante critica submissão

Diretor de relações internacionais da UNE e estudante de História da UFRJ, Vinícius Wu foi quem classificou o Banco Mundial como o Ministério da Educação paralelo. Segundo ele, as diretrizes do banco ficaram em evidência na gestão do ex-ministro Paulo Renato, quando foi dada prioridade às políticas de focalização voltadas para o ensino fundamental.

Naquela época, sob o argumento de melhoria das condições de vida das camadas mais pobres da população, Paulo Renato e outros técnicos do MEC defenderam a ampliação do ensino fundamental, em detrimento do investimento em outros níveis de ensino. Passados alguns anos, a miséria continua e o desemprego se alastra, o que revela uma outra causa para o empobrecimento nacional. "O desempenho pífio da economia nos últimos anos se reflete de forma dramática no mercado de trabalho, cada vez mais limitado e excludente", afirmou Vinícius.

Um outro objetivo, no entanto, foi alcançado por conta dessa "focalização": criou-se, no país, um mercado extremamente atraente para a iniciativa privada no ensino superior, segundo o estudante. Enquanto apenas 8% da população brasileira na faixa dos 18 aos 24 anos estão na universidade, esse percentual chega a 32% nos EUA.

O estudante fez questão de destacar que um estudo da consultoria norte-americana *Merril Lynch* estima que a demanda mundial para o ensino superior no mundo, hoje, é de 84 milhões. E que deverá chegar a 160 milhões de pessoas, em 2025. "Esse mercado movimenta, anualmente, mais de dois trilhões de dólares", disse. No Brasil, as projeções falam que o número de estudantes universitários do país pode saltar de 3,4 milhões, atualmente, para 6 milhões, em 2011.

Aprofundou-se, também na gestão Paulo Renato, a privatização do ensino superior, segundo o aluno. "De 1995 a 2002, foram abertas, em média, três instituições particulares de ensino superior por semana", disse. Vinícius ressaltou ainda que a legislação brasileira permite a existência de centros universitários, sem necessidade de pesquisa e extensão.

"Esse mercado já foi descoberto e está sendo explorado pelo capital internacional em associação ao capital nacional", alertou. Ele citou o exemplo do grupo norte-americano *Apollo International*, que formou sociedade com a Faculdade Pitágoras, em Minas Gerais.

A situação só tende a piorar, segundo Vinícius, se o Brasil aceitar os termos dos acordos internacionais de comércio de serviços em andamento na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por exemplo. Para ele, com uma legislação que viabilize tratamento igual entre grupos nacionais e estrangeiros, estaria consolidada a "transformação da educação superior em mercadoria". Deu mais um exemplo neste sentido, desta vez relacionado ao Nafta (acordo comercial entre Canadá, México e EUA): uma empresa pública de correios canadense foi processada pela companhia norte-americana UPS, ao se sentir prejudicada por um investimento estatal naquele setor.

O dirigente da UNE criticou duramente o governo, "que adere de forma vergonhosa às teses do Banco Mundial". Segundo ele, o documento "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", divulgado em novembro do ano passado pelo Ministério da Fazenda, com avaliação negativa sobre as despesas com o ensino superior público, é uma amostra desse quadro de submissão. Como resposta, ele defendeu uma política educacional soberana para todos os níveis de ensino. Lembrou que o Japão, no pós-guerra investiu 14% do Produto Interno Bruto (PIB) no setor, enquanto o Brasil ainda hoje não supera os 5% do PIB. "Não estamos aqui falando só sobre o futuro da Educação, mas do país", completou.

"Projeto político pedagógico" versus "Plano de Desenvolvimento da Escola"

Professora da Universidade de Brasília, Marília Fonseca resolveu apresentar a interferência do Banco Mundial, materializada em um projeto específico da gestão da educação básica, o Fundescola (ou Fundo

de Desenvolvimento da Escola), já em sua terceira fase de implantação no país. Da pesquisa da qual participa e que envolve três universidades federais (de Goiás, do Mato Grosso do Sul e a UnB), Marília já pôde adiantar que as características do Fundescola, financiado pelo banco, são antagônicas ao Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, em seu artigo 14.

O PPP deveria sinalizar para uma escola mais autônoma e de qualidade construída pela comunidade de cada colégio. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), introduzido pelo Fundescola, pelo contrário, representa um modelo pronto e acabado elaborado por "especialistas" externos que não conhecem as peculiaridades locais de cada instituição. O PDE, conforme explicou a palestrante, está mais voltado para o que denominou de "gestão meio".

"Esse programa pretende garantir um resultado quantitativo para o sistema, mediante a eficiência operacional e a racionalização de gastos, bem diferente de uma gestão em que os sujeitos assumem o protagonismo de fazer a escola", esclareceu.

No Fundescola, continuou Marília, o diretor se torna um "líder de objetivo estratégico" e alguns docentes transformam-se em "gerentes de uma meta de melhoria". Mas o mais grave, alertou a palestrante, de acordo com o estudo, é que os professores não "desgostam" do PDE, mesmo com os ínfimos recursos implantados pelo projeto – algo em torno de R$ 3,2 mil para um colégio que tenha até 500 alunos, por ano. "O Banco Mundial tem competência para impor os seus projetos, enquanto o MEC esqueceu completamente o projeto político pedagógico da LDB", criticou Marília. A professora observou que a verba do Banco Mundial aplicada em Educação é irrisória, mas está atrelada à questão da dívida externa. "O Brasil não precisa desses recursos do banco, mas o Banco Mundial precisa do Brasil para emprestar. Eles (o banco) vivem disso", completou.

Paulo Freire negou ajuda do Banco Mundial

Durante a fase de perguntas e comentários da platéia, a professora Fátima Barcellos, da Universidade Federal de Juiz de Fora, lembrou um curioso episódio do eminente Paulo Freire, quando secretário municipal de Educação de São Paulo, na administração da então prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Na ocasião, a capital paulista foi visitada por uma delegação do Banco Mundial, com várias propostas de políticas educacionais para a cidade. Indignado, Paulo Freire disse que os visitantes só deveriam voltar quando resolvessem os problemas educacionais nos Estados Unidos. Mais: foi à prefeita e afirmou que renunciaria, se fosse tomado algum empréstimo junto ao banco, o que não ocorreu.

Reforma Universitária

Manuella Soares

FUNDOS SETORIAIS, REDUÇÃO DE BOLSAS E AVALIAÇÃO DA PESQUISA TAMBÉM FORAM DISCUTIDOS

Educadores debatem privatização da pesquisa

Projeto de Lei de Inovação faz parte da reforma universitária do governo Lula

No último dia 28/4, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Projeto de Lei que cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e o PL da Lei de Inovação que será encaminhado em regime de urgência ao Congresso Nacional. Com esta medida, o governo avança no processo de privatização da ciência e da tecnologia no país ao estabelecer, na nova legislação, o 'serviço social autônomo' ou a institucionalização das fundações privadas que hoje operam nas universidades e institutos públicos de pesquisa. Na mesa *As políticas de financiamento da pesquisa e a privatização do conhecimento*, realizada na tarde do dia 3/5, durante o V Congresso Nacional de Educação (Coned), em Recife, o assunto foi debatido e os palestrantes associaram as políticas de Lula na área da C&T à privatização do Estado brasileiro e à perda de soberania em setores estratégicos para desenvolvimento econômico e social do país.

Para o vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, a nova legislação altera a estrutura universitária e retira o professor e o pesquisador do espaço acadêmico para transformá-los em empresários de base tecnológica "ao oferecer 33% do valor da patente ou do novo serviço criado". Para o professor, o novo PL é ainda pior do que o apresentado por Fernando Henrique Cardoso, no final de 2002 (e retirado da pauta do Congresso, em fevereiro de 2003). Para ele, a reforma na área científica e tecnológica antecipa a reforma universitária e transforma as instituições públicas em espaço de produção de mercadoria. "Este projeto não só vai transformar a educação em mercadoria, mas o espaço da educação em espaço para a produção das mercadorias", diz.

De acordo com o PL da Inovação, 'o serviço social autônomo' será uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, denominada Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Segundo Domingues, esta super ONG dará a empresas privadas acesso às verbas dos 12 Fundos Setoriais de Desenvolvimento criados após o processo de privatização das estatais, sob o argumento de que seriam destinados ao fomento das pesquisas nas universidades federais.

"As fundações internas não são ruins porque têm corrupção. Elas são ruins mesmo na hipótese de funcionarem de acordo com as exigências do Tribunal de Contas. Elas não são boas porque descompromissam o espaço da pesquisa e da educação", criticou Domingues, ao enfatizar que a regulamentação dos serviços nas universidades e institutos de pesquisa é o desdobramento de uma política de desmonte do aparato tecnológico nacional e que hoje acaba por encontrar respaldo até em setores do próprio movimento universitário.

Para o dirigente do Andes-SN, esta política privatista do trabalho acadêmico explica ainda o fato de o governo federal se recusar a negociar uma política salarial que não seja baseada em aumento nas gratificações produtivistas. "Por isso fica claro porque na mesa de negociação eles (governo) não aceitam negociar nada. Com estas fundações, as pessoas poderão ser contratadas pelo regime celetista. No caso das universidades, para que cedam pacificamente seus quadros (para projetos vinculados à ABDI), elas poderão substituí-los por profissionais contratados por um

Reforma Universitária

período de três anos, renováveis por mais três. É essa a reforma universitária que a gente quer?", questiona.

Desmantelamento da pós-graduação

O jornalista e doutorando em Educação da UFF Marcos Oliveira fez um relato do desmonte do sistema nacional de pós-graudação promovido, segundo ele, desde o início da década de 1990. "A partir de 1990, se vê esgotada qualquer idéia de desenvolvimento do Estado nacional e se redesenha um novo papel para o Estado", disse, ao apontar a crise fiscal com a diminuição da poupança pública, o esgotamento do Estado nacional e uma crise administrativa com um alto nível de burocratização como as versões oficiais dos últimos governos para a implementação do neoliberalismo no país. O remédio encontrado pelos neoliberais para adaptar o Brasil a um moderno sistema competitivo internacional de produtos e serviços foi, segundo Marcos, "a retirada dos entraves constitucionais principalmente em relação aos direitos sociais, com o Estado deixando de ser o responsável direto pela produção de bens e serviços estratégicos".

De acordo com o jornalista, a privatização das empresas estatais e a criação de um setor público não estatal que abarca as áreas da saúde, cultura, educação e produção de ciência e tecnologia foram movimentos que contribuíram para a baixa do investimento em ciência nas instituições públicas. Marcos citou a Lei 9257 de 1996 que cria o Conselho Nacional para a Ciência e Tecnologia com o objetivo de promover a reforma das políticas do setor e elevar o investimento de 1% para 1,5% do PIB em C&T. "A contrapartida era a redução com o gasto no ensino superior. Em 1998, as despesas com laboratórios e equipamentos caíram de R$ 173 milhões para R$ 31 milhões. As bolsas CNPq são outro exemplo: seus recursos passaram de R$ 413 milhões para R$ 347 milhões (no mesmo período). O resultado é que, em 2001, o Brasil continuava a ocupar o 43º lugar no índice de avanço tecnológico da ONU", relatou.

Fundos setoriais imprimem cultura do mercado

Para Marcos, a lei de inovação tecnológica, agora na versão Lula, surge para que as pesquisas desenvolvidas nas universidades e centros públicos sejam transformadas em projetos privados e para que as 'empresas próprias' ou os chamados 'professores empresários', possam abrir os laboratórios das instituições federais para as empresas, contando ainda com financiamento público para suas pesquisas particulares. Segundo o jornalista, até o surgimento dos fundos setoriais, havia uma cultura contrária no meio acadêmico a esta nova ordem de financiamento da pesquisa. "Foi aí que Fernando Henrique criou os fundos setoriais que são linhas de financiamento do Estado de acordo com fontes não orçamentárias e administradas por comitês gestores, com claros privilégios para os setores básicos da economia recém privatizados", relata.

Os fundos setoriais passaram, segundo dados apresentados pelo jornalista, de R$ 1 bilhão em 1996 para R$ 1,7 bilhão em 2001. Em 2002, houve uma queda na arrecadação, mas, segundo Marcos, esses recursos não foram totalmente utilizados. Em 2003, quando foram arrecadados R$ 650 milhões, apenas R$ 505 milhões foram investidos em pesquisa nas instituições públicas. Isso porque nem os fundos escapam do contingenciamento dos recursos para o pagamento das dívidas públicas. "No governo Fernando Henrique, do total arrecadado apenas 50% foram investidos". Marcos lembrou ainda que parte desse dinheiro seria investido para a recuperação das estrutura das universidades federais, "o que não aconteceu".

Em 2004 está prevista a arrecadação R$ 1,4 bilhão pelos fundos setoriais, mas o jornalista adianta que o Ministério da Ciência e Tecnologia vai usar apenas R$ 600 milhões.

Marcos ressaltou que, pela política adotada pelo governo, 70% do que é executado dos fundos setoriais são destinados para a pesquisa de ponta aplicada e somente 30% para as pesquisas de base. "Todo esse discurso pela inovação esquece que é ciência de base que traz o que se pode chamar de inovação, tal como ocorre nos países centrais.", questionou. Para o jornalista, não há garantias nas promessas feitas pelo governo Lula de que a nova política de desenvolvimento industrial trará benefícios para o país. "Há cada vez menos recursos para projetos de relevância social e mais para a compra de pacotes de C&T, já que o Brasil não tem condições de criar os chamados competidores globais, ou seja as grandes corpo-rações transnacionais. Em São Paulo, do número total de empresas, só 2% são multinacionais, mas o lucro dessas empresas representa 37,3% do total. Elas têm muito mais estofo para fazer investimentos em tecnologia", compara.

Naturalização da privatização

"Se até 1980, o chamado nacional desenvolvimentismo dava uma sobrevida à idéia das instituições federais de ensino superior, a partir da década de 1990, com o neoliberalismo travestido de uma pseudo social-democracia o espaço do ensino superior é o do privado". Marcos fala com conhecimento de quem há oito anos é assessor de imprensa do Sindicato das Escolas Particulares do Rio, e conhece de perto os interesses dos empresários do ensino. Para ele, há uma naturalização da privatização do ensino, com uma cultura de que o público só pode dar certo pela via do privado. "Não tem parâmetro no mundo o que acontece no Brasil em termos de ensino superior. Um artigo publicado pela Universidade Cândido Mendes, o *Data Brasil*, mostra que 80% das matrículas do ensino superior nos países desenvolvidos são públicas. Nos países em desenvolvimento, a média chega a 65%, só no Brasil a gente chega a este absurdo de ter 20% no público e 80% na privada".

Fim da gratuidade é meta do governo

Marcos alerta para o fato de que, apesar de o ministro da Educação Tarso Genro e outros governistas afirmarem que são contra o fim da gratuidade nas universidades públicas, este será o próximo passo da reforma universitária. Esta é uma das demandas do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio para tratar as instituições públicas e as privadas com o mesmo nível de avaliação e, principalmente, de financiamento. "O principal atrativo deste processo é a criação de um espaço público não estatal no qual recursos públicos vão ser repartidos não só com as instituições públicas, mas também com as particulares. O Universidade para Todos é só um exemplo deste processo".

Pós-graduandos e a produção científica

A representante da Associação dos Pós-Graduandos da USP, Silvia Lopes de Menezes, mostrou um panorama das políticas do fomento à formação da pós-graduação no país, em especial, a situação da estadual paulista. Segundo a estudante, nos últimos cinco anos, somando as bolsas fornecidas por todas as agências (CNPq, Capes e Fapesp) ou analisando os aportes feitos por cada uma, separadamente, houve uma significativa diminuição do número de bolsas para a USP. "Se a gente olha os dados de investimento em Ciência e Tecnologia neste mesmo período, o que se observa é que o valor destes investimentos se manteve estável", afirmou, ao criticar este dado como uma justificativa do governo para não conceder reajuste ou aumento da bolsas de mestrado e doutorado.

Segundo a estudante, a USP concentra 15% dos alunos de mestrado e 25% dos doutorandos do país. Em 1997, os bolsistas da estadual paulista somavam cerca 9.000 alunos. Em 2002, este número caiu para 6.700 alunos com bolsa em um universo de cerca de 20.000 pós-graduandos. Hoje, segundo os dados apresentados por Silvia, somente 30% dos pós-graduandos daquela universidade têm algum tipo de bolsa. A estudante lembrou que esta realidade não é muito diferente do que se passa nas demais universidades públicas brasileiras.

Política deliberada

Sílvia afirma que houve um decréscimo nas bolsas de formação e qualificação do CNPq de 44% em 1997 para 36%. Isso aconteceu, segundo a estudante, porque havia um entendimento por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia de que o gasto com as bolsas retiraria recursos da pesquisa e que a responsabilidade pelo financiamento da formação seria da Capes. "Enquanto o CNPq diminuiu os recursos para as bolsas, a Capes não acompanhou esta redução, ampliando de 1997 a 2002 em apenas 5% a quantidade de bolsas oferecidas".

A USP sobreviveu nos últimos anos com os recursos da Fapesp o que, de acordo com Silvia, serviu como justificativa para que o governo não repassasse verbas federais para a pesquisa na estadual. "De 1996 a 2000, a Fapesp aumentou de 793 para 1.585 as bolsas de mestrado, e de 474 para 1.184 as de doutorado na USP. "De 2000 para cá, a realidade é outra e a agência do estado começou a retirar as bolsas, que praticamente retomaram os níveis de 1996".

Segundo a estudante, o Brasil é o 17º país em publicações de artigos em nível internacional. O número de autores nas revistas indexadas também aumentou. "Mas todos sabemos que o número de docentes não aumentou. Já o número de titulados de mestrado e doutorado praticamente dobrou" e isso é que causaria, na opinião de Silvia, o aumento na produção científica nacional.

Apesar do aumento de 18% concedido pelo CNPq (em janeiro) e pela Capes (em abril, retroativo a março) nas bolsas de mestrado e doutorado, a estudante não perdeu a oportunidade de denunciar as perdas dos bolsistas. "Nós fizemos um estudo da quantidade dos valores acumulados e vimos que um doutorando que teve uma bolsa nos últimos quatro anos deixou de receber cerca de R$ 60 mil pela falta de reajuste ao longo destes anos". Silvia destacou que, em 2003, o CNPq gastou, somente no segundo semestre, R$ 3,48 milhões com os *grants* para pesquisadores 1A, 1B e 1C. Para ela, isto foi uma escolha política, no contexto da falta de recursos para pesquisa que desconsiderou a importância do trabalho dos pós-graduandos para o desenvolvimento da pesquisa. "Este mesmo valor pagaria 4.806 novas bolsas de mestrado ou 3.243 novas bolsas".

A estudante questionou, também, o fato de que as agências do MCT e do Ministério da Educação anunciaram que, a partir deste ano, os pós-graduandos podem se candidatar às vagas de professores substitutos nas universidades federais. "A Fapesp também entrou nesta onda e anunciou que vai permitir que seus bolsistas, com o aval dos orientadores, possam trabalhar por, no máximo, oito horas semanais. No caso de docência, podem trabalhar quatro horas semanais". Para a aluna, esta nova política das agências configura as bolsas como uma ajuda de custo e desvinculam o seu valor à sobrevivência do estudante durante a sua formação. "Se nós reconhecermos que a pós-graduação é importante, nós temos que reconhecer que o investimento é importante e que o trabalho dos pós-graduandos deve ser valorizado como o de uma categoria que contribui na produção científica. Somos nós que movemos grande parte desta máquina", concluiu.

Fim do financiamento estatal

Marcelo Badaró, professor de História da UFF comentou o processo de financiamento e privatização da pesquisa, com base em estudos acumulados, segundo ele mesmo, ao longo de sua participação no movimento docente. "Um dos poucos espaços que ainda alimentam a reflexão crítica e a produção original sobre as áreas de educação, Ciência e Tecnologia e políticas sociais". Para Badaró, não há, no Brasil, uma política de Ciência e Tecnologia desde o período das reformas neoliberais, iniciado com o governo Collor de Melo. "Desde esta época, o Brasil aceitou passivamente uma nova forma de inserção subordinada à ordem mundial dita globalizada". Na prática, isso significa que o país não necessita de produção científica e tecnológica original, "porque nós compramos as mercadorias que já incorporam este conhecimento ou importamos os pacotes tecnológicos e os readaptamos à lógica nacional".

Outro aspecto levantado por Badaró é o de que o Brasil ainda é um potencial mercado consumidor destes pacotes tecnológicos importados e isso explicaria o fato de o país ter aprovado rapidamente a Lei de Patentes, ainda no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. "Nós nos habilitamos para sermos consumidores potenciais desta 'mercadoria-conhecimento'", comenta.

Badaró relacionou ainda a queda nos recursos para a pesquisa com as privatizações ocorridas nos últimos anos das empresas estatais, nos últimos quinze anos. "Fecharam-se ou reduziram-se profundamente os canais de financiamento da pesquisa via empresas públicas". Para Badaró, há uma profunda diferença de natureza entre as pesquisas que eram patrocinadas pelas estatais "gostemos ou não das linhas de pesquisa que eram fomentadas" e o que é hoje patrocinado pelos fundos setoriais. "Não se trata apenas de uma diminuição de recursos, mas de uma perda de referencial de investimento a partir de um planejamento estratégico soberano".

Avaliação e ranqueamento

O que sobrou como prioridade de investimento público por parte dos últimos governos foram, segundo Badaró, os recursos para a chamada inovação tecnológica ou a produção de conhecimento em patentes de produtos e serviços demandados pelo mercado. Para implantar este sistema, é necessário hierarquizar a produção dos centros, dos programas e dos pesquisadores, conforme critérios que são basicamente de produtividade, estabelecidos principalmente pela quantidade de publicações nas revistas indexadas internacionais "Sabemos que há uma série de variáveis envolvidas nisso, o fato de que algumas áreas têm periódicos outras não, ou que interessa a publicação de algumas pesquisas lá fora, outras não", questionou.

O professor lembrou os efeitos das alterações da avaliação da pesquisa nacional após a mudança da conceituação da Capes de cinco para sete níveis, em 1997, fato que contribuiu para a instalação da cultura produtivista no meio acadêmico. De acordo com o professor, a avaliação mudou para estabelecer uma parâmetro de excelência alcançável por um ou, em algumas áreas, por nenhum programa do país e, a partir daí, estabelecer um ranqueamento para a obtenção dos recursos. "O objetivo é muito claro: é definir nichos de produção de conhecimento nas áreas que são entendidas como espaços próprios que fomentam justamente a inovação e para o restante da produção de conhecimento ser abandonada qualquer possibilidade de produzir algo de original".

Colegiados

Movimento negro defende cotas raciais no CEG

Colegiado também recebeu visita de ministra ligada às políticas de promoção da igualdade racial

O Conselho de Ensino de Graduação, em 12/5, ouviu a exposição de representantes do movimento negro para discutir a possibilidade de cotas raciais no vestibular da UFRJ. Coincidentemente, a reunião ocorreu na manhã do mesmo dia em que o governo anunciou as diretrizes do programa privatizante "Universidade para Todos", com reserva de vagas para alunos da rede pública, negros e índios (veja quadro) nas instituições particulares.

No colegiado, não houve qualquer deliberação e o tema deverá voltar à pauta nas próximas sessões. Dentro de duas semanas, o pró-reitor José Roberto Meyer pensa em organizar um seminário na universidade com a presença de diretores da Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj, além de professores da Universidade de Brasília e da Uerj – instituições que implantaram políticas de cotas.

Visita inesperada

Os conselheiros receberam, ainda nesta sessão, a inesperada visita da ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), convidada na véspera pelo pró-reitor. Matilde esclareceu que estava de passagem no Rio para uma agenda de compromissos em algumas universidades e agradeceu a oportunidade de falar ao CEG.

A ministra explicou que a Seppir, criada em março do ano passado, é uma ação do governo federal com o objetivo de, como o próprio nome diz, estímular políticas de igualdade racial, "com ênfase na população negra". Ela disse defender uma Educação inclusiva e democrática e criticou o fato de apenas 2 a 3% dos formados do ensino superior serem negros. "Isso é alarmante, pois quase 50% da população são negros", disse. Nesse sentido, a ministra justificou as cotas como um instrumento que favorece a "criação de oportunidades" para os negros. Comentou ainda que a reserva de vagas seria uma medida transitória: "Quando conquistarmos uma Nação igual, não precisaremos mais de cotas".

Kelvin Melo

MINISTRA MATILDE RIBEIRO DEFENDEU A POLÍTICA DE COTAS NO CEG

Ministra ouve críticas

Logo em seguida, o pró-reitor anunciou o estudo que pode levar a UFRJ a adotar uma reserva de 20% para alunos da rede pública em todos os cursos, se aprovado nos colegiados superiores. Mas fez questão de frisar que essa iniciativa "sequer faz cócegas no problema brasileiro", num contexto em que apenas 8% da população na faixa de 18 a 24 anos estão nas universidades, públicas ou particulares. José Roberto também lembrou a necessidade de dar condições de permanência nos cursos a estes estudantes oriundos das cotas.

O representante discente Luciano Barboza observou que o DCE é favorável às cotas com critério de corte social, mas também considerou a iniciativa como um "paliativo". O estudante observou que o governo tem um discurso bem articulado em defesa das questões sociais, bem diferente do que se verifica na ação. Ele deu como exemplo a falta de apoio do governo federal para a construção de bandejões nas universidades.

A conselheira Ana Canen (CFCH) questionou uma política de cotas raciais em um país como o Brasil que experimenta grande miscigenação. Mostrou-se preocupada também com uma possível representação "forçada" dos negros na universidade e reivindicou maior apoio do ministério às universidades federais e ao ensino básico. Coordenadora do Sintufrj, Ana Ribeiro cobrou que o debate sobre o tema seja feito da "forma mais democrática possível". Ela lembrou que o Sintufrj não tem posição definida sobre as cotas.

Representantes falam ao colegiado

Com a agenda apertada, a ministra teve que sair e não ouviu as falas dos representantes do movimento negro que se manifestaram a seguir no colegiado.

Também coordenadora do Sintufrj, militante do movimento negro e representante dos técnico-administrativos no Consuni, Denise Góes cobrou a realização de um amplo seminário para levar informações para toda a comunidade universitária. Denise lembrou que este tipo de debate está muito atrasado na UFRJ. "Não podemos esperar 30 anos para melhorar o ensino fundamental e mais 30 anos para melhorar o ensino médio. Baseado na História, o governo tem uma dívida social enorme com o povo negro brasileiro, seqüestrado da África", criticou.

Cláudio Cerqueira Lopes, professor do Instituto de Química e coordenador do Projeto Jovens Talentos II da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, falou brevemente da experiência das cotas na Uerj. Ele considerou a iniciativa do governo do estado um avanço e disse ser necessário mudar o panorama da desigualdade brasileira. Para ilustrar o que dizia, Cláudio

Universidade para Todos ganha sigla: Prouni

O projeto de lei formulado pelo Ministério da Educação para o privatizante "Universidade para Todos" ganhou uma sigla: Prouni. De acordo com o PL do Prouni, disponível na página eletrônica do MEC (www.mec.gov.br), serão concedidas bolsas de estudo integrais em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

As bolsas serão destinadas a alunos que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou a professores da rede pública de educação básica. A instituição particular pode aderir ao Prouni na proporção de, no mínimo, uma bolsa para cada nove alunos regularmente matriculados. Essa proporção deverá ser seguida em cada curso, turno e unidade administrativa da instituição. Os candidatos ao Prouni ingressam nas instituições via Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Dentro da cota, deverá ser respeitado ainda um percentual de bolsas de estudo destinado às políticas afirmativas de acesso de autodeclarados negros e indígenas. O percentual para cada grupo vai obedecer ao percentual de negros e indígenas no respectivo estado, segundo o IBGE.

Isenções são muitas

A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta de vários impostos e contribuições, no período de adesão ao programa: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 7.689); Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Lei Complementar nº 70); e a Contribuição para o Programa de Integração Social (Lei Complementar nº 7).

Estudos realizados pelo professor Nicholas Davies publicados pelo Jornal da Adufrj-SSind em encarte da edição de 12 de abril deste ano mostram que os recursos concedidos às instituições privadas de ensino superior seriam suficientes para duplicar o número de vagas nas universidades federais.

comparou as universidades com o sistema carcerário nacional. Nas primeiras, quase 90% são brancos; nas cadeias, o inverso: quase 90% são negros, segundo ele.

Diretor executivo da organização não-governamental Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes), Frei Davi foi ferrenho defensor das cotas no colegiado. Segundo ele, a reserva de vagas vai proporcionar maior diversidade para a comunidade universitária. "E a diversidade é importante para o aprendizado do conjunto", disse. Frei Davi reconheceu que as cotas da Uerj não saíram da forma como desejava, até o ano passado: "Todos os negros que entraram eram de colégios particulares", afirmou. Por conta disso, observou que a Educafro propõe cotas de 20% para alunos da rede pública; 20% para negros e 5% para descendentes de índios e pessoas com deficiência. E, em todos os segmentos, a renda per capita dos beneficiados deve ser igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Frei Davi classificou o vestibular como extremamente injusto e disse que o próximo passo do movimento será a reserva de vagas para os programas de pós-graduação.

Marcelo Mateus, estudante de Geografia e integrante do núcleo de Consciência Negra do alojamento, argumentou que a universidade brasileira é fundada em concepções racistas e considera que a instituição reproduz a estrutura de poder do país, com a predominância de brancos, principalmente nos altos cargos da administração.

Mônica Lopes, da Executiva da CUT-RJ, afirmou que a democracia racial no Brasil é mais que um mito, mas uma forma de conservação da estrutura de poder. Segundo ela, a universidade não pode ficar alheia à dívida social com os negros. "É uma necessidade da cidadania", ressaltou.

Andes-SN é contrário ao "Universidade para Todos"

O 23º Congresso do Andes-SN, realizado em março deste ano, posicionou-se contra o projeto Universidade para Todos que, "apoiando-se demagogicamente na legítima reivindicação dos setores oprimidos pelo acesso à educação superior e com base em premissas falsas, cria um mercado cativo, subvencionado pelo Estado, para os empresários da educação, sob a forma de "cotas para as minorias". Trata-se de uma política destinada a dar sobrevida à massa falida das universidades privadas e, ao mesmo tempo, dividir a classe trabalhadora no movimento de luta pelo acesso à universidade pública, gratuita de qualidade". O Congresso dos docentes também aprovou a luta pela ampliação de vagas, condições de permanência, verbas públicas e quadro efetivo das instituições, "em direção ao fim do vestibular e generalização do direito ao acesso".

Colegiados

CEPG prepara resposta à Capes

Presidente da agência impõe regras do Proex, de forma autoritária, segundo relato

O Conselho de Ensino para Graduados decidiu, em sua última sessão (14/5), preparar uma resposta crítica ao recente anúncio da Capes de um projeto destinado especificamente para os programas *stricto sensu* nota 6 ou 7. Em relação ao documento básico (e bastante vago) do Programa de Excelência Acadêmica (Proex), comentado no último Jornal da Adufrj, ocorreram duas modificações, relatadas pelo pró-reitor José Luiz Monteiro. E ambas são ruins.

Reduziu-se o percentual de programas reconhecidos pela Capes que poderão participar do Proex (de 8% para 7%). De acordo com o dirigente, isso já limita o Proex aos cursos notas 6 e 7 já existentes. "Ou seja, o programa já nasce congelado. Só pode haver novas inclusões, se outros saírem", disse. Outra diminuição foi no percentual máximo de recursos do Proex: de 18% para 15% do orçamento da Capes para bolsas e fomento à pós-graduação no país.

Essas mudanças foram informadas pelo novo presidente da agência de fomento, Jorge Almeida Guimarães, aos pró-reitores e coordenadores de programas convidados para uma apresentação do Proex na tarde do dia 7/5, no prédio da representação do MEC no Rio de Janeiro. Mais: não foi especificado sobre quais itens (verba Proap – Programa de Apoio à Pós-Graduação, bolsas ou os dois) poderão incidir um possível aumento do Proex de 6% para esses cursos. "Se for só sobre a verba Proap, isso pode significar apenas o equivalente a 20 bolsas de mestrado para os programas da UFRJ", disse José Luiz. Ele destacou que o "aumento" pode representar desvantagem para a universidade, uma vez que a pró-reitoria vai deixar de receber mais de 30 bolsas de cota própria, com a implantação do Proex.

Falta de diálogo com a agência

Outra crítica do pró-reitor foi quanto à falta de diálogo com o presidente da Capes na apresentação do Proex, no Rio. Segundo José Luiz, o dirigente da agência interrompia as perguntas dos presentes, dava respostas ríspidas e, no meio da reunião, sem justificativa, retirou-se da sala e deixou outro representante falar em seu lugar.

José Luiz reafirmou sua preocupação com o que chamou de "esgarçamento institucional" na gestão do Proex, que determina uma relação direta entre a Capes e os programas "excelentes", sem passagem pela reitoria ou pelos colegiados superiores das universidades. O pró-reitor apresentou o novo programa aos coordenadores dos cursos notas 6 e 7 da UFRJ, que decidiram apoiar a posição da reitoria.

Após a reunião do CEPG, o documento crítico ao Proex seria preparado pelo pró-reitor e pela superintendente Leila Rodrigues e seria enviado aos conselheiros por *e-mail* para apreciação. Foi sugerido que os coordenadores de cursos notas 6 e 7 também subscrevam a nota com críticas ao Proex.

Percentual de doutores por Centro

Em levantamento inicial, e sujeito a imprecisões, conforme fez questão de frisar José Luiz, a pró-reitoria conseguiu o percentual de professores que não possuem o título de doutorado por Centro: CCMN (13%); CLA (50%); CFCH (27,5%); CCJE (33%); CCS (35%); CT (15%); Fórum de Ciência e Cultura (2,5%).

O dirigente mostrou-se preocupado com o elevado índice do Centro de Letras e Artes e solicitou ao colegiado, especialmente aos representantes daquele Centro, a discussão de algum tipo de iniciativa para melhorar esse quadro.

Reuniões conjuntas

Foram anunciadas duas reuniões conjuntas CEG/CEPG para os dias 18 de junho e 30 de junho, com dois itens de pauta: revisão da resolução conjunta 01/99 (conhecida como "periodização") e alocação de vagas docentes.

Mestrado em Arqueologia

Foi apresentado o projeto de criação do mestrado em Arqueologia do Museu Nacional. Diante dos questionamentos dos conselheiros, a proposta voltará em um próxima reunião do CEPG para reavaliação. Se aprovado, será o quarto programa do país nesta área – já existe na USP, na Universidade Federal de Pernambuco e na PUC-RS.

Rápidas do Consuni

Bolsistas Capes reclamam de atraso nas bolsas

Estudantes do Programa de Engenharia Química da Coppe estiveram na última sessão do Consuni (em 13/5) para reclamar do atraso no recebimento das bolsas Capes. Segundo eles, o pagamento já atrasa normalmente, mas neste mês já demora demais. A cobrança foi reforçada no dia seguinte, na sessão do CEPG, pelos representantes da Associação de Pós-Graduandos. O pró-reitor José Luiz Monteiro (da pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa) esclareceu que os recursos deverão estar na conta dos cerca de mil bolsistas Capes da UFRJ nesta semana e informou que a situação se deve a vários fatores, como a própria demora da agência em divulgar a cota de bolsas de cada programa neste período.

Ainda a Faculdade de Direito

O decano do CCJE, Alcino Câmara, relatou brevemente sua passagem pela direção provisória da Faculdade Nacional de Direito, durante o afastamento do ex-diretor Armênio Cruz. Alcino acredita em boas notícias para a faculdade ainda esta semana, quando o desembargador Paulo Espírito Santo, que cuida do caso, vai receber documentos esclarecedores dos estudantes e dos servidores daquela unidade. Foi informado que os alunos fizeram uma grande manifestação em frente ao Tribunal Regional Federal, no Centro, no último dia 12, para protestar contra a liminar que permite a volta de Armênio ao cargo.

Bancas examinadoras de concurso

O colegiado discutiu a composição de bancas examinadoras para o provimento de cargos docentes. Ficou constatado que a legislação relativa ao assunto, além de obsoleta, deixa muitas dúvidas. Na próxima sessão, o Consuni deve formular uma proposta para modernizar essas normas.

Eleição Andes-SN

UMA OUTRA UNIVERSIDADE É POSSÍVEL! Eleições da ANDES, 18 e 19 de maio de 2004

chapa 2 nova ANDES

Contra o corporativismo conservador, para uma autonomia legítima das universidades públicas

O atual grupo dirigente da ANDES (e da ADUFRJ) parece defender com intransigência o atual modelo de universidade que ele define como "pública, gratuita e de qualidade". Esse modelo de universidade seria objeto de um desmonte sistemático, no âmbito mais geral de desmonte do Estado e da Nação por parte do capitalismo internacional representado, antes, pelo governo FHC e, agora, pelo governo Lula. Em face disso, o movimento sindical docente seria a vanguarda de uma luta geral "contra" o capitalismo.

O primeiro correlato (acadêmico) dessa postura é a defesa intransigente da "autonomia" universitária, contra toda tentativa de pensar em uma outra perspectiva o fomento do ensino superior público.
O segundo correlato (econômico) associa-se à recusa contundente de "produtivismo", menos no que este se refere a gratificações que ligaram parte dos salários docentes às horas aulas ministradas e mais, em geral, à produção intelectual. A única reivindicação salarial pertinente é a reposição pura e simples das perdas da inflação e a incorporação das gratificações.
O terceiro correlato (político) é o fato dessa "vanguarda" considerar ser portadora de uma verdade - "a luta geral contra o capitalismo" - em nome da qual ela justifica o uso dos piores métodos burocráticos de imposição das decisões sindicais ao movimento docente, e isso apesar das repetidas derrotas sofridas - por exemplo - pela ADUFRJ em ocasião das últimas greves.

O resultado de tudo isso é uma postura sindical de princípio sobre todos os temas e questões referentes ao ensino superior no Brasil. Postura de princípio que apela para uma luta geral meio estranha, pois as greves - quando não são derrotadas pelas assembléias - acontecem por um tipo sui generis de "não-mobilização" baseada na conivência dos colegiados e na confortável passividade dos "grevistas" proporcionada pela continuidade do vencimento.
Agora, se na superfície essa postura de princípio parece apelar para uma retórica radical de esquerda, na substância trata-se de **um discurso profundamente conservador**, arraigado à defesa de um modelo de Universidade que - apesar das conquistas do período de abertura democrática - é fruto de uma era de desenvolvimento (dirigido pelo Estado autoritário) que perpetuou e aprofundou a desigualdade.

A reforma universitária, para eles, não representa um terreno de mobilização e de luta: ela deve simplesmente ser combatida. **O suposto "idealismo" da vanguarda mergulha no lixo do realismo de sua base corporativa: é urgente não mudar nada e manter tudo como está**.
A única "mudança" aceita para essa **aliança paradoxal, esquizofrênica, entre esquerdismo infantil e corporativismo podre** tem a ver com o reivindicado aumento dos recursos públicos - em salários, aposentadorias (e salários acumulados também com aposentadorias), vagas de professores etc. - a serem investidos em universidades que, ao mesmo tempo, não querem saber de ser cobradas de maneira alguma, pois isso feriria sua "autonomia".

Quais são os **resultados** da hegemonia dessa direção sindical esquizofrênica?
Catastróficos!
Para os docentes: significa uma constante desvalorização dos salários e das carreiras, com conseqüente pressão - dos vários governos - para aumentar a parte de gratificação, único modo alternativo para que haja uma mínima visibilidade da correlação que liga importantes investimentos públicos e o retorno para a sociedade desse esforço.

Para as universidades públicas como um todo: significa uma perda expressiva de legitimidade *vis-à-vis* de uma sociedade que suporta cada vez menos a idéia de que, nas universidades públicas, possa entrar apenas uma pequena parcela de jovens.
Para a universidade: significa a privatização do ensino superior brasileiro. Com um nível de investimento público superior ao de México e Argentina (em percentual do PIB e per capita), o Brasil tem - de longe - o maior percentual de alunos (75%) no setor particular (20% no México, 30 a 40% na Argentina) e, como se não bastasse, o menor percentual de sua juventude no ensino superior: enquanto 70% dos jovens argentinos entram no ensino superior, no Brasil apenas 15%. E isso apesar do esforço de toda a sociedade para qualificar o corpo docente: se apenas 10% dos professores universitários argentinos tem doutorado, no Brasil chegamos a 30% (bem perto dos 40% da Grã Bretanha!). Como se não bastasse, no Brasil há 9 alunos para cada professor, em face de uma média OCDE de 17 alunos (na Espanha são 16 alunos por professor). Em percentual de seu PIB, **o Brasil gasta** para o ensino superior público **mais do que a média dos países da OCDE** e com isso consegue ter mais do que 70% de seus alunos universitários alimentando os lucros das universidades particulares.

O que esses dados indicam? Que para o **movimento docente - democrático e progressista** - é preciso e urgente retomar a ofensiva reivindicando e **participando da reforma universitária**: isso significa **mudar de pauta**!

1) precisamos reafirmar - contra o elitismo parasitário do corporativismo - que a **democracia é produtiva**! A democracia é o fato do encontro entre a quantidade e a qualidade. A universidade pública deve ser para todos!

2) Por conseqüência, precisamos reivindicar e proporcionar vagas de alunos, ou seja, ambiciosos (e adequados à demanda social, a única legítima) **planos de expansão do alunado** e contrastar nesse terreno - sem hipocrisia - a expansão do setor particular, acabando com o oportunismo de sua condenação que, ao mesmo tempo, fecha hipocritamente os olhos sobre as oportunidades de duplo emprego que ele representa (e que ninguém condena).

3) Para enfrentar esse desafio democrático, precisamos abrir uma fase constituinte, ou seja de **mobilização de todos os recursos** e, em particular, do enorme potencial que as pós-graduações, com seus pesquisadores e seus bolsistas têm para integrar turmas cada vez maiores de "calouros". A mobilização dos alunos de pós-graduação e dos próprios programas de pós deve complementar os esforços da sociedade para aprimorar a qualidade do ensino público médio e fundamental. Isso permitirá recompor o dinamismo das pós-graduações em face da relativa estagnação do ensino de graduação.

4) Precisamos reivindicar a **expansão das vagas de professores** (condenando abertamente o acúmulo de aposentarias e empregos em geral e de maneira mais vigorosa no âmbito do ensino superior!) e a **valorização salarial**, mas dessa vez essa estará **atrelada à expansão das vagas para alunos** e não - como se faz hoje - ao número de disciplinas.

É nesses termos que podemos **reconquistar uma real autonomia universitária**. Essa não será mais um tipo paradoxal de autogoverno soberano de **uma corporação que não presta contas aos que pagam as contas**. Pelo contrário, ela será tanto mais forte quanto mais **socialmente legítima**, ou seja, quanto mais a universidade for efetivamente pública, realmente para todos.

APOIAM A CHAPA 2

Prof. da UFRJ: **Erasmo Ferreira**, Prof. Emérito IF / **Moysés Nussenzveig**, Prof. Emérito IF / **Luiz Davidovitch**, Prof. Titular do IF / **Muniz Sodré**, Prof. Titular da ECO / **Joel Birman**, Prof. Titular IP / **Bila Sorj**, Profª Titular IFCS / **Jose Ricardo Ramalho**, Prof. Titular IFCS / **Ricardo Bicca De Alencastro**, Prof. Titular IQ / **Claudio Egler**, Prof. Ad. geografia / **Ivana Bentes**, Profª Ad. ECO / **Carlos Fico**, Prof. Ad. IFCS / **Carlos Levy Da Conceição**, Prof. Ad. EE. / **Maria Paula Araújo**, Profª Ad. IFCS / **Fernando Santoro**, Prof. Ad. IFCS

Professores de outras universidades: Profª **Marilena Chaui**, USP / Profª **Amelia Cohn**, USP / Prof. **Gabriel Cohn**, USP / Prof. **Marco Aurelio Nogueira**, UNESP / Profª **Maria Victoria de Mesquita Benevides**, USP / Prof. **Roberto Romano**, Unicamp / Prof. **Tullio Vigevani**, Unesp.

Eleição Andes-SN

CHAPA 3
ANDES-AD autônoma e democrática
www.andes-ad.org

Docentes da UFRJ apóiam a CHAPA 3

Alcmeno Bastos	Letras
Alice Casimiro Lopes	UERJ/UFRJ
Almir Fraga Valladares	Medicina
Ana Borralho	Medicina
Ana Canen	Educação
Ana Clara Torres Ribeiro	Profa. UFRJ
Ana Izabel Pelegrino	ESS/UFRJ
Ana Lucia Soutto Mayor	CAp
André Leonardo Chevitarese	História/IFCS
Andréa de Paula Teixeira	ESS
Andréia Cristina L. Frazão da Silva	I F C S
Anita Fiszon	CAp.
Anita Leocádia Prestes	I F C S
Antonio Carlos Moraes	Educação
Antonio Flavio Barbosa Moreira	Educação
Antonio Solé-Cava	Biologia
Carlos Alberto N. Cosenza	Engenharia COPPE
Carlos Montaño	ESS
Carlos Nelson Coutinho	E S S
Carlos Roberto Strauss Vieira	COPPE
Carmem Lucia Tindó R. Secco	Letras
Celina M. Souza Costa	CAp
Cesar Augusto Scelza	Educação
Cinda Gonda	Letras
Claudia Regina Gonçalves dos Santos	E E A N
Consuelo Alfaro	Letras
Cristina Abreu Gomes	Letras
Cristina Miranda	CAp
Daniel Welman	ECO
Denise Pamplona Museu	Nacional
Dircéia Machado Gonçalves	FE/EBA
Eduardo Granja Coutinho	E C O
Elen Castelo Branco	E E A N
Eliana Amorim Moura	E S S
Fábio Lessa	IFCS
Fátima Grave	ESS
Fernando Carvalho da Silva	COPPE
Flávio Gomes	História
Francisco Martins de Souza	I F C S
Franklin Trein	Filosofia
Gabriela Lema Icassuriaga	E S S
Geraldo Luis Nunes	F A C C
Glaucia Moreira M. Martins	C A p
Helena Gryner	Letras
Henrique Innecco Longo	Engenharia
Humberto Peixoto Menezes	Letras
Ilma Rezende Soares	E S S
Iris Rodrigues de Oliveira	Educação
Ivo Lesbaupin	E S S
Jaci Correia Fernandes	Educação
Jailson dos Santos	Educação
Janete Luzia Leite	ESS
Janice Caiafa	ECO
José Augusto Bisneto	ESS
José Luiz Torres	E E F D
José Maria Gómez	E S S
José Martins Simões	Física
José Miguel Bendrao Saldanha	Engenharia
José Paulo Netto	E S S
Júlio Dalloz	Letras
Laura Tavares	LPP-UERJ/UFRJ
Leandro Nogueira	E E F D
Leila Rodrigues da Silva	I F C S
Lenise Lima Fernandes	E S S
Leticia Fortes Legay	N E S C
Lidia Cardoso	N E S C
Luciana Zucco	E S S
Luis Paulo Braga	Matemática
Luiz Paulo da Moita Lajes	Letras
Marcelo Bráz	E S S
Marcelo da Silva Bueno	C A p
Marcia Serra Ferreira	Educação

Roberto Leher, professor da Educação - UFRJ
É candidato à Regional Rio

Marcos Antonio Carneiro	E E F D
Marcos Vinicius Pimentel de Andrade	CAp
Marcos	C A p
Maria da Conceição Pinto de Góes	I F C S
Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi	NESC
Maria de Lourdes Fávero	Educação
Maria Inês de Souza Bravo	Serviço Social
Maria Lídia da Silveira	E S S
Maria Luiza de Oliveira Teixeira	E E A N
Maria Luiza Mesquita da Rocha ("Malu")	CAp
Maria Magdala Vasconcelos de Araújo	ESS
Marilda Vilela Iamamoto	ESS
Marildo Menegat	ESS
Mariléia Venâncio Porfirio	ESS
Mário Cesar Rodrigues Vidal	COPPE
Mário Martelota	Letras
Marlene Carvalho	Educação
Marlise Vinagre	ESS
Marta Mega de Andrade	IFCS
Mavi Pacheco	ESS e CRESS-RJ
Militza Bakich Putziger	C A p
Milton Roedel Salles	Instituto de Química
Miriam Kaiuca	C A p
Miriam Limoeiro Cardoso	Sociologia
Mônica Pereira dos Santos	Educação
Nelson Quilula	Matemática
Neyde Theml	IFCS
Nobuco Kameyama	ESS
Norma Musco Mendes	IFCS
Pedro Benjamin Garcia	Educação
Person Candido Matias da Silva	E E F D
Philomena Gebran I	FCS
Raquel Goulart Barreto	Educação
Regina Maria da Cunha Bustamante	I F C S
Regina Simões Barbosa	NESC
Reinaldo Gonçalves	Economia
Roberto Houaiss	FAU
Ronaldo Castro	Educação
Rosana Morgado Paiva	E S S
Rosane Johnson	C A p
Salatiel Menezes	Biofísica
Sandra Martins	CAp
Sara Granemann	ESS
Sara Nigri Goldmann	ESS
Sheila Backx	ESS
Silvio de Almeida Carvalho Filho	História/IFCS
Tarso Mazzotti	Educação
Tonia Costa	Educação
Vania Nunes Morgado	CAp
Vânia	CAp
Vera Vergara	Educação
Vitor Melo	E E F D
Walcyr de Oliveira Barros	E E A N
Waldemir de Araujo Filho ("Ceará")	CAp
Waldir Beividas	Psicologia
Wojciech R. Drábik	Matemática
Yolanda Guerra	ESS
Yolanda Lima Lobo	E d u c a ç ã o
Zuleica Oliveira	ESS

"Apoio a chapa 3 nas próximas eleições do ANDES - Sindicato Nacional, pois na conjuntura em que vivemos, com os ataques neoliberais à universidade pública, agora também assumidos pelo Governo Lula, somente com dirigentes firmes e independentes de governos e partidos pode a universidade pública ser defendida. Num ´país com a abissal desigualdade e injustiça como o nosso, a universidade pública é uma das raras conquistas de democracia e alteridade de que dispomos e com ela podemos e devemos estar preparados para a complexidade do século XXI. Um cordial abraço aos companheiros".

Chico de Oliveira - Prof. Titular (aposentado) Sociologia/FFLCH/USP

"Marina foi minha aluna. Sempre admirei a firmeza de suas convicções e seu talento para a política. Com muito prazer votarei nela".

Carlos Nelson Coutinho

Prof. Titular ESS/UFRJ

"Minha solidariedade. É hora mesmo de juntar forças. Um forte abraço, ainda de Páscoa, para a toda companheirada".

D. Pedro Casaldáliga

Movimento estudantil da UFRJ também apóia a CHAPA 3

Aline - CAMMA
Amanda Sales
Ana Paula Baião - CASS
Anderson "Mancuso"
Bernardo Lima - DCE
Bruno Bacellar
Carlos "Fanta"
Carolina D'Almeida - CAEBA
Gustavo Speridião - CAEBA
Henrique Maffei
Isabel Mansur
Isabela Miranda - Cons. Ensino e Graduação
Laura Caldas
Leandro - CAMMA
Luciana Sá
Luciano Barbosa
Luiz Guilherme
Maria Kallas
Max – CAFIL
Pedro de Sá - DCE
Roberta - CAMMA
Tarcísio Joaquim - DCE
Thiago Azeredo
Thiago Hastenreiter - DCE
Verônica Ferreira
Victor Neves

Eleição do ANDES-SN: 18 e 19 de maio

Andes-SN

Continuação da capa

negociação por parte do Sindicato e acaba por beneficiar o governo.

c) Como exemplos das numerosas tentativas de negociação buscadas pelo Andes-SN, podemos citar alguns resultados obtidos recentemente:

- Audiência com o secretário da Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC), Nelson Maculan, na qual o secretário assumiu publicamente a defesa da incorporação das gratificações (GAE, GED e GID) e a discussão sobre a implantação de uma nova carreira docente;
- a instalação, pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, da Mesa Setorial de Negociação Permanente do MEC, no dia 21/5/04, e o início de suas atividades no dia 27/5/04. Foram discutidos pelos diretores do Andes-SN e representantes do MEC os acordos de greve (incorporação das gratificações, a carreira docente, os hospitais universitários, a ampliação de vagas no vestibular, a contratação de docentes para o preenchimento das vagas existentes e ampliação do quadro), entre outros assuntos.

d) O limite financeiro apresentado pelo governo é o mesmo que já havia sido anunciado em agosto de 2003, conforme pode ser constatado na página do Ministério do Planejamento (MPOG) ou nos jornais de circulação nacional. O MPOG passou um ano repetindo a mesma ladainha; jamais aceitou as propostas da CNESF de incorporação das gratificações produtivistas e da GAE; recusou-se a fornecer os dados para fazermos a simulação dos custos dessa incorporação e para verificarmos a correção de distorções entre as diferentes categorias e nas carreiras; continuou a não admitir a paridade e isonomia entre ativos, aposentados e pensionistas e não apresentou qualquer proposta de política salarial para os servidores públicos federais. Ao contrário, em 5/5/04, após a última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o ministro Guido Mantega, ao responder a uma indagação de repórter do "Jornal de Brasília", informou, para surpresa de muitos dos próprios jornalistas presentes, que o atendimento de tais reivindicações não faz parte da política de pessoal do atual governo. Informação esta que é totalmente diferente do compromisso assumido com as entidades pelo mesmo ministro, em nome do governo, em março de 2003.

e) A posição do governo vem agora sob a forma de um ultimato: -"Servidor, o Governo se dirige a você para uma decisão final e pede a sua avaliação consciente. O prazo para firmar acordo vai somente até o dia 21 de maio, conforme anunciado pelo Governo na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente do dia 5 último." Num flagrante desrespeito aos filiados das diferentes entidades sindicais, dirige-se à categoria e a ameaça com a seguinte provocação: "E a proposta só será mantida se houver concordância da entidade sindical que o representa".

O mesmo governo que propôs a instalação da MNNP, que não tem cumprido com nenhum de seus compromissos, agora promove a implosão da Mesa e desconhece, inclusive, que o Sindicato deve representar ou expressar a vontade de sua base e não se pautar por um acordo fechado com dirigentes. O Andes-SN guarda ainda, em sua memória, o que ocorreu em 1998: quando o processo de discriminação dos aposentados se iniciou formalmente, as gratificações produtivistas foram instituídas a partir de decisões de cúpula que desrespeitaram e traíram as decisões das nossas assembléias de base. Definitivamente, a atual Diretoria do Andes-SN jamais desrespeitará o que for indicado pelas instâncias de decisão do sindicato.

f) Em nenhum momento, depois que iniciou a tentativa de impor a sua vontade, o governo disse que a não-aceitação da proposta significaria a sua substituição por um reajuste linear de 2,67%. Alguns boatos que veiculam este tipo de informação, na realidade, procuram confundir os sindicalizados com fins claramente eleitoreiros e de desqualificar os interlocutores das onze entidades sindicais que integram a CNESF.

g) Vale ressaltar que, em negociação agendada pela CUT com o MPOG, no dia 16 de abril de 2004, foi solicitado ao governo que o reajuste fosse sobre o salário-base, que não houvesse discriminação de aposentados e pensionistas, que fosse respeitada a paridade e a isonomia, que fossem acertados os planos de carreiras. Esta reunião contou com as presenças dos ministros Guido Mantega, Luis Carlos Dulci, do Secretário de Recursos Humanos, Sergio Mendonça, do Presidente da CUT, Luiz Marinho e de outros dirigentes da executiva nacional da Central e da representação de todas as entidades sindicais do funcionalismo público federal filiadas à Central. A resposta do governo naquele instante foi um tímido "vamos ver o que podemos fazer". Na prática, na reunião da semana seguinte da Mesa de Negociação, o governo deu sua resposta: um sonoro não à proposta de reajuste salarial sobre o salário-base e reafirmou o reajuste sobre as gratificações; um sonoro não à reivindicação dos aposentados e pensionistas; um sonoro não às incorporações das gratificações e às demandas pela implementação das novas carreiras do serviço público.

ANDES-SN

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 137 • 24 de maio de 2004

Chapa 3 vence na UFRJ e em todo o país

Ronaldo Barroso/Andes-SN

'Andes Autônoma e Democrática' ganha eleição e governo desiste do ultimato

Mais de 23 mil professores participaram da eleição da nova diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN). A Chapa 3 "Andes Autônoma e Democrática" venceu o pleito com 11.413 (49,41%) contra 10.537 (45,62%) dos votos recebidos pela Chapa 2 "Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta". A nova presidente da entidade será a professora da Universidade Federal Fluminense Marina Barbosa (foto).

Na última sexta-feira, dia seguinte à apuração do resultado da eleição do Sindicato, o governo se reuniu com a diretoria do Andes-SN e reviu a posição de impor a data do dia 21 como limite para que as categorias aceitassem a proposta de reajustes diferenciados, apresentada em abril.

Na reunião com a direção do Sindicato, a equipe do Ministério do Planejamento reconheceu que as gratificações (GED e GID) não cumprem o papel de avaliação da atividade universitária. O governo sinalizou, ainda, que vai atender a reivindicação dos docentes de incorporar as gratificações aos salários e manter a paridade de reajuste entre os professores de ensino superior e básico, ativos, aposentados e pensionistas.

Páginas 2 e 8

Instalada a Mesa Setorial de Negociação Permanente com o MEC
Página 2

Light ameça UFRJ com corte de energia
Página 3

5º Coned
Avaliação serve aos propósitos do mercado
Páginas 4 e 5

Mesa debate reforma sindical do governo Lula
Página 6

Taxação dos aposentados e pensionistas será votada no STF nesta semana
Página 7

Movimento

Governo recua e aceita incorporar gratificações

Na sexta-feira, dia 21/5, a equipe do Ministério do Planejamento recuou do ultimato dado aos servidores no último dia 5/5, quando o ministro Guido Mantega anunciou que a proposta de reajustes diferenciados seria descartada pelo governo caso as categorias a rejeitassem. Segundo o vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça afirmou, durante reunião com o Andes-SN, que o dia 21 não deveria ser considerado "uma camisa de força".

A mudança de tratamento do governo, especialmente em relação à categoria dos docentes, pode ter a ver com o resultado das eleições nacionais do Sindicato (confira na página 8) que legitimou a posição defendida pela direção da entidade. Em nota, publicada na edição anterior do Jornal da Adufrj-SSind (17/5/04), a diretoria do Andes-SN esclarecia os boatos de que as negociações não estavam acontecendo e reafirmava o compromisso de respeitar as indicações das assembléias gerais das seções sindicais. A deliberação conjunta do movimento docente sobre a proposta do governo só ocorreria na reunião do Setor das Federais, realizada no dia 22, um dia após a reunião da mesa de negociação com o governo.

Fim das avaliações produtivistas

De acordo com José Domingues, a equipe do governo sinalizou que é possível atender a proposta apresentada pelo presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, de incorporação das gratificações com a manutenção da paridade de reajuste entre professores do ensino superior e básico, ativos, aposentados e pensionistas, a ser realizada nos limites dos valores apresentados pelo governo para os reajuste dos servidores em 2004 (cerca de R$ 2 bilhões). Segundo Domingues, tal como ocorrera na Mesa Setorial do MEC, no dia anterior, os representantes do governo reconheceram que as gratificações (GED e GID) não cumprem o papel de avaliação da produção universitária.

Nesta quinta-feira, 27/5, na reunião da Mesa Setorial de Negociação, o ministro da Educação, Tarso Genro, deve antecipar aos dirigentes do Andes-SN a simulação que será feita pela equipe do Planejamento para atender às reivindicações dos docentes. Os diretores do Sindicato ressaltaram que não há impedimento legal para a incorporação das gratificações tal como está sendo solicitado e lembraram do acordo feito com os técnico-administrativos na greve de 2001. Na ocasião, a incorporação da Gratificação por Atividade Executiva (GAE) foi feita para esta categoria através de um projeto de lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional.

Para garantir a paridade de reajuste entre os níveis e entre as classes, segundo Domingues, o governo deve apresentar uma nova proposta para os dos valores das gratificações (GED e GID) em relação ao que foi apresentado anteriormente, em abril. O importante, segundo o professor, é que, "se o governo cumprir o que foi acordado conosco, não haverá mais a avaliação produtivista e os docentes terão a certeza de que todos receberão os mesmos valores".

Instalada a Mesa Setorial de Negociação Permanente

A Mesa Setorial de Negociação Permanente com o MEC foi instalada no dia 20/5 com a participação do ministro da Educação, Tarso Genro; do secretário Executivo do Ministério, Jairo Jorge; do secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça, e de representantes das seguintes entidades sindicais: Andes-SN, Condsef, Fasubra e Sinasefe.

O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, afirmou esperar que a Mesa seja transparente e que as negociações ocorram em benefício dos serviços públicos, "na perspectiva de valorização dos servidores e, conseqüentemente, do Estado brasileiro, que vem sendo paulatinamente desmontado".

O ministro Tarso Genro reconheceu publicamente que "grande parte das reivindicações são justas, verdadeiras, necessárias". Concordou também com a posição expressa em reunião anterior pelo secretário da SESU/MEC, Nelson Maculan, de que as gratificações devem ser incorporadas e admitiu que o processo político para que isso ocorra necessita ser conduzido a bom termo.

Ao final da solenidade, os representantes do Andes-SN manifestaram indignação com as declarações do ministro Mantega à imprensa de que o Sindicato é a única entidade que não está negociando. Os dirigentes do Andes-SN repudiaram também a emissão de um contracheque falso às vésperas da eleição sindical contendo versão unilateral da proposta do governo.

O representante do MPOG, Sérgio Mendonça, afirmou que, na sua opinião, o dia 21 como último prazo para negociação não é "um cavalo de batalha" para o governo e que o Andes-SN será convidado formalmente para uma reunião.

A Mesa Setorial de Negociação Permanente integra a estrutura da Mesa Nacional de Negociação Permanente e é formada por oito representantes do MEC e dois representantes por entidade sindical, compondo-se assim as bancadas de governo e sindical.

Os servidores públicos do MEC representam hoje 30% dos servidores públicos federais do Brasil e estão representados em termos de entidades sindicais na Condsef, Fasubra, Sinasefe e Andes-SN. São ao todo 250 mil servidores.

Fonte: Andes-SN

Agenda Sindical

26/5 – Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
Na Uerj, sala 12050, às 14h
- Pauta: Avaliação do V CONED e propostas de encaminhamento das ações do Fórum.

29 e 30/5 – Encontro Nacional contra a reforma universitária de Lula & FMI
Na UFRJ, com a coordenação do DCE

16/6 – Manifestação contra as reformas Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

17 a 20/6 - 48º Conad
Aracaju (SE), com o tema central "Em Defesa da Educação Pública e Gratuita: a Esperança está na Luta"

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

26 a 31/1/2005 - V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

UFRJ sob a ameaça de novo "apagão"

Dívida de R$ 4,4 milhões com a Light seria o motivo do corte da luz

Até o fechamento desta edição, algumas unidades da UFRJ estavam sob a ameaça de ficar sem luz neste dia 26 de maio. O corte de energia seria uma resposta da concessionária Light a uma dívida da universidade de cerca de R$ 4,4 milhões acumulada nos primeiros meses de 2004. A possibilidade de "apagão" ocorre pouco mais de um ano e meio depois do corte de energia que chegou a afetar o funcionamento do hospital universitário, durante a gestão de Carlos Lessa. Desta vez, Direito, Letras, IFCS, Escola de Música e o prédio da reitoria seriam os locais inicialmente atingidos.

Vale lembrar que a decisão de não pagar a empresa tem relação com o insuficiente orçamento da universidade e o decreto presidencial nº 4.992, de 18/02, que obrigou os órgãos da administração federal a empenhar todas as suas despesas de 2004 até 31 de março. Sem dinheiro para todas as despesas, o reitor Aloisio Teixeira levou o assunto ao conhecimento do Conselho Universitário, em 25/3. Diante dos fatos, os conselheiros decidiram que não seria feito o pagamento de parte dos débitos com luz elétrica e com a conservação de bens imóveis.

MEC vai ajudar ou não?

De passagem pelo Rio de Janeiro, na semana passada, o ministro Tarso Genro disse ao jornal Monitor Mercantil (em 20/5) que não iria deixar a luz da UFRJ ser cortada pela Light. O discurso contradiz a circular enviada pela empresa à reitoria da universidade, em 11 de maio, a qual a reportagem da Adufrj-SSind teve acesso. No documento, é informado que "a Light esteve com o Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Ensino Superior do MEC (José Luiz Valente), que nos explicou da impossibilidade de repasse de recursos extraordinários do MEC para a UFRJ".

Fotos: Kelvin Melo

ACIMA, JOEL TEODÓSIO CONCEDE COLETIVA SOBRE A SITUAÇÃO DA UFRJ. INCÊNDIO NO 8º ANDAR É UM DOS GRAVES SINTOMAS

Pró-reitor pede mais verbas

Em entrevista coletiva concedida no dia 19, o pró-reitor de Desenvolvimento e Planejamento da UFRJ, Joel Teodósio, disse esperar que não aconteça o corte de energia. Se isso se confirmar, o dirigente comentou que a universidade vai à justiça para se resguardar.

Joel observou que a instituição não paga pelo simples fato de não ter dinheiro suficiente. Ele lembrou que o acordo para uma dívida anterior acumulada com a mesma Light (aquela que gerou o primeiro apagão, em 2002) no valor de R$ 21 milhões está sendo rigorosamente cumprido, mas não há como arcar com as despesas correntes.

O pró-reitor aproveitou a situação de crise para comparar o orçamento da UFRJ (em torno de R$ 53 milhões) com o da estadual paulista Unicamp (R$ 150 milhões). "Isso sem falar nas verbas da Fapesp (fundação de amparo à pesquisa de São Paulo). E a Unicamp é bem menor que a UFRJ", comentou.

Joel pede ao MEC uma verba suplementar de R$ 30 milhões, pois os problemas não se limitam ao pagamento de energia. Citou como exemplo um incêndio causado pela precária fiação elétrica da universidade no oitavo andar do prédio da reitoria, que destruiu algumas salas da pró-reitoria de Extensão (PR-5), durante o fim de semana anterior.

Colegiados

CEG discute bolsas de monitoria

Em poucos dias, deverá voltar a existir o programa de bolsas de monitoria da UFRJ, extinto em 1997. A monitoria tem o objetivo principal de despertar no aluno de graduação da universidade com aproveitamento satisfatório o interesse pela carreira docente.

O Conselho de Ensino de Graduação, em sessão de 19/5, já definiu os critérios de concessão da bolsa. As unidades foram chamadas a enviar suas solicitações até a próxima semana, quando o colegiado irá fazer a distribuição das 600 bolsas.

Entre outros critérios, ficou definido que a carga horária do bolsista deverá ficar entre 8 e 12 horas semanais. Para disputar a bolsa, o candidato deverá ter um coeficiente de rendimento geral maior ou igual a seis. O CR deverá ter sido maior ou igual a sete na disciplina na qual exercerá a monitoria. Ele realizará suas atividades sempre acompanhado do professor responsável pela disciplina.

Resenha

Lula ouve protesto contra reforma universitária

Um grupo de 50 alunos da Universidade Estadual Paulista (Unesp) promoveu, em Franca, onde o presidente Lula fazia uma visita, um dos mais barulhentos protestos contra a reforma universitária. Eles cantavam musiquinhas como "Até parece piada de salão/Tem dinheiro pro banqueiro/Mas não tem pra Educação". Para abafar os gritos, os responsáveis pelo sistema de som passaram a reproduzir uma gravação com um jingle do PT (O Globo, 15/5).

Proposta não prevê apoio a estudantes

A proposta do governo de reservar 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para alunos de escolas públicas não prevê medidas de acompanhamento desses estudantes. O projeto não dá conta dos custos que eles terão com alimentação, moradia, transporte e material. Também não existe nenhum programa de reforço escolar. Para José Augusto de Matos Lourenço, presidente do sindicato que reúne as escolas particulares do estado de São Paulo – que moveu uma ação de inconstitucionalidade contra a proposta de cotas -, o projeto pode gerar um fluxo migratório entre estados (Folha de S. Paulo, 15/5).

GED para os reitores

De acordo com nota da coluna "Panorama Política" de O Globo (em 20/5), Lula autorizou, a pedido do ministro Tarso Genro, o pagamento da GED para reitores e pró-reitores que também dão aulas. Ao contrário dos demais professores, eles só recebem 60%. "Um gesto que pode amaciar as federais na discussão da reserva de vagas", diz um trecho da nota.

Criação de universidade federal no ABC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou no dia 18, durante reunião com prefeitos do ABC Paulista, que autorizou a criação de uma universidade federal na região. O presidente da CUT, Luiz Marinho, que participou da reunião de prefeitos, esclareceu que foi criada uma comissão com o objetivo de fazer funcionar a universidade já no ano que vem. Marinho comentou que, na audiência, o presidente achou "um absurdo" um pólo industrial como o ABC não ter uma universidade pública (O Estado de S. Paulo, 18/5). A matéria só não lembra que o próprio Marinho já foi garoto propaganda de um dos maiores grupos privados de São Paulo na área, a Uniban.

5º Coned

Avaliação serve aos propósitos do mercado

Sob a justificativa de aumento da qualidade dos cursos, processo avaliativo dá início à lógica mercantil na Educação

A avaliação é um instrumento privilegiado de organização do mercado em educação. Essa foi a afirmação da professora Miriam Limoeiro, do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj, durante a mesa "Avaliação da Educação Nacional", realizada na tarde do dia 3 de maio, por ocasião do 5º Coned, em Recife (PE).

De acordo com Miriam, "nós nos deixamos enredar por algumas armadilhas que o poder nos coloca. Avaliação, ao meu ver, é certamente uma destas armadilhas", disse.

Com a justificativa de aumentar a qualidade dos cursos, as propostas de avaliação visam à legitimação de uma política educacional regida pela lógica mercantil, na opinião de Miriam. Ela observou que o corpo docente, quando deseja melhorar os cursos, não se limita à mera aplicação de provas. "Não definimos como estratégia para melhorar a qualidade do trabalho educativo a extensão e o aprofundamento das avaliações. Até porque todo professor sabe o quanto é difícil avaliar. Sabemos melhor que ninguém que prova não mede quase nada. Para melhorar a qualidade, é preciso, antes de tudo, identificar o que motiva ou determina as deficiências", disse.

Em oposição, para efetivamente ampliar a qualificação do ensino, a professora destaca outros fatores: boa formação, acesso à informação, cuidado quanto aos conteúdos e quanto à metodologia, além de condições adequadas de trabalho (respeito pela atividade, equipamentos em bom estado e bons salários). "Nós sabemos que essas deficiências são decorrência quase inevitável de uma política educacional que, no Brasil, há muito tempo, e sem rupturas até agora, é uma política privatista, sucateadora da educação pública e que se apóia também numa orientação política sistemática de desmoralizar, denegrir e culpabilizar o servidor público e, de uma maneira mais geral, tudo que envolve atividade pública", ressaltou.

Burocratização do corpo docente

Miriam se disse preocupada também com a burocratização de parcela significativa do corpo docente. "São muitos os que se especializam na ocupação dos espaços de poder institucional", afirmou. No caso da avaliação, esse problema se aprofunda, com a criação de "inúmeras comissões avaliadoras, que representam um novo campo de poder institucional". Trata-se, de acordo com a palestrante, de uma "nova e poderosa casta" entre os professores.

Ela observou ainda que a criação de burocracias dedicadas exclusivamente ao sistema avaliativo consome um expressivo montante de recursos, sempre tão escassos quando se fala em Educação. "Então, essas burocracias da avaliação significam dinheiro e poder. Muito dinheiro e muito poder", contou.

A docente comentou que a característica principal das avaliações não é distinguir pela qualidade, mas, de modo geral, legitimar diferenciações que, em grande parte, já estão estabelecidas. "No momento atual, ainda mais decisivo que a sua função legitimadora de diferenciações já dadas, a avaliação cumpre um papel de ponta para abrir um novo campo de negócio. Negócio que o termo certo é *business*. É assim que está sendo tratado. É assim que se explica a história da educação-mercadoria", esclareceu. Segundo ela, essa questão se apresenta assim nas diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio sobre o que é chamado de indústria internacional de serviços educacionais, "deixando às claras o papel mercantil atribuído à Educação, identificada como um mercado promissor para o capital".

Aprendizagem 'informadora' e não formadora

Outro aspecto negativo da avaliação é a tendência de direcionamento da aprendizagem que precede os exames. "Aprendizagem esta que não é educativa ou formadora, mas informadora. Informações para sair-se bem nas provas, independentemente da apreensão crítica dos conteúdos", contou, dando como exemplo o vestibular.

Os concursos, para ela, são mecanismos que restringem drasticamente o acesso ao ensino superior, supondo que quem passou é porque é melhor, quando não é nada disso. Uma conseqüência do vestibular é a criação dos cursinhos preparatórios, "privados, caros, altamente lucrativos, com ensino padronizado e de massa, inteiramente orientados para os exames do vestibular". E cria, ao mesmo tempo, organizações que são empresas que se tornam especializadas na organização e aplicação dos exames vestibulares, especialmente nos grandes centros. No Rio de Janeiro, a professora deu o exemplo da Fundação Cesgranrio.

Fotos: Kelvin Melo

PALESTRANTES DEFENDERAM A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Controle do Estado

Com a enxurrada de pessoas que estão se deslocando do seu trabalho para poder fazer avaliação, Miriam chega a acreditar que vai aparecer, em breve, a sugestão de se recorrer às grandes agências independentes de avaliação, como a *Standard's & Poor's* ou outras agências de auditoria. "Eu não duvido que daqui a pouco a gente esteja nessa situação. Me estarrece que, nos textos oficiais recentes se diz, com toda clareza, que todo esse esforço da avaliação que eles dizem que é para a melhoria da qualidade, na verdade se volta para reforçar o controle da Educação superior pelo Estado", completou.

Miriam lembra que o Estado deve reconhecer a educação como direito e, assim, garantir a oferta de educação pública gratuita, laica, de qualidade, sem ingerência e menos controle sobre ela. "O Estado precisa reconhecer e garantir a autonomia didático-científica como fundamental. Eu falo de liberdade de ensino, de pesquisa, o que, no meu tempo, era chamado de liberade de cátedra. Nos locais privados há pouco espaço para pesquisa, mas qualquer pesquisa crítica é levada ao cancelamento do contrato. Portanto, a instituição pública é a única que pode garantir a diversidade de perspectivas, o que só se alcança quando é defendida a liberdade de ensino ou de pesquisa".

Docente está sufocado pelas avaliações produtivistas

Professora da PUC-RS, Marília Morosini observou que os docentes das instituições públicas precisam "fatiar o seu trabalho, porque sua instituição precisa de números para dizer que é produtiva". Marília questionou o fato de as pessoas vinculadas à avaliação ficarem "pairando acima da própria autonomia universitária". "Será que no sistema anterior eu não tinha uma boa universidade?", perguntou.

A professora lembrou que o artigo 207 da Constituição Federal deixa bem claro que as universidades (e os centros universitários, o que é outra discussão) gozam de autonomia. "Temos que aprender a defender essa autonomia. A comunidade tem que se avaliar. Será que não temos condições de fazer isso? Eu acredito na seriedade das pessoas. Por que não se investe esse dinheiro de treinamento de uma comissão de avaliação institucional na própria instituição federal?", observou.

MIRIAM LIMOEIRO

Marília ressaltou, contudo, que a autonomia não se sustenta sem a gestão democrática, entendida não só na ótica da participação decisória, mas também na escolha de caminhos que levem a instituição para uma postura inclusiva. "O eixo central da autonomia tem seu cerne na democracia interna e no compromisso social. Baseada nessa idéia, eu defendo uma avaliação institucional democrática feita pela instituição de educação superior, sem a necessidade de uma comissão externa", disse.

Para dar uma idéia do montante de dinheiro investido nos sistemas de avaliação e que poderiam ser usados para melhorias nas próprias instituições, Marília deu os números da revista do Provão de 2001, na qual é informado que, em cinco anos, foram avaliados 4 mil cursos de 20 carreiras, num total de 278 mil alunos. Da mesma forma, as comissões de avaliação de ensino treinaram 300 especialistas, enviados para todo país, para observar as condições locais.

Por curiosidade, ela fez um levantamento das siglas que envolvem processos avaliativos e o resultado foi um espantoso número de siglas, como o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional); ACE (Avaliação das Condições de Ensino), Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), Enem (Exame Nacional de Ensino Médio), e muitas outras. "São símbolos de uma burocracia extremamente imposta", disse.

Fasubra defende modelo alternativo de avaliação

Leia de Souza Oliveira, integrante da coordenação da Fasubra, direcionou sua palestra para a defesa de uma avaliação que mistura processos internos e avaliação externa. Segundo ela, a justificativa é que as universidades públicas devem prestar contas pelo menos uma vez por ano para a sociedade, que paga os impostos para sustentá-las.

A técnica-administrativa observou que a Fasubra não tem qualquer receio de avaliação. A questão é quanto ao modelo avaliativo a ser utilizado. Ela apresentou, em linhas gerais, o que a Federação defende como alternativa, dividida em duas etapas.

Segundo ela, haveria uma avaliação interna, com vistas ao PDI (o conhecido Plano de Desenvolvimento Institucional). "Poucas universidades planejam suas atividades. Quem decide tudo é o reitor. Ou, no máximo, o Consuni, onde o reitor tem maioria. Achamos que o PDI deve ser construído de forma democrática e participativa", disse, acrescentando mais uma vez que a sociedade externa também deve ser ouvida. Leia de Souza ressaltou que o PDI deve ser comprometido regionalmente e levar em conta as especializações de cada universidade e, ainda segundo ela, deve ser formulado com base nos planos de ação de cada unidade da universidade.

O segundo momento do processo defendido pela Fasubra seria a avaliação externa, através de uma comissão nacional (formada por representantes dos conselhos superiores de todas as instituições, das entidades sindicais e estudantis nacionais, das entidades científicas e da sociedade civil organizada). Aqui, o objetivo seria a busca da qualidade social da universidade, de acordo com os parâmetros do Plano Nacional de Educação da sociedade.

Estudante conclama à participação nas comissões locais do Sinaes

Estevão Toffoli Rodrigues, coordenador geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), completou a rodada dos palestrantes para falar do Sinaes. Ele acenou com alguns pontos positivos do modelo, como o caráter global do processo, o reconhecimento da responsabilidade social da universidade dentro de sua própria região e a presença de uma avaliação interna.

De negativo, porém, havia muitos mais fatores. O aluno contabilizou a permanência de obrigatoriedade da realização do processo (senão o estudante não recebe diploma); a continuidade do sistema de premiação e punição das instituições; a punição dos dirigentes, no caso de não cumprimento do protocolo de compromisso; a clara possibilidade de novo ranqueamento das instituições; a falta de compromisso do Estado na gestão das públicas; e a composição do Conselho Nacional de Educação Superior (Conaes), extremamente governista: das 13 pessoas, 10 são vinculadas ou nomeadas pelo MEC (veja quadro).

O estudante fez questão de frisar um ponto da regulamentação do Sinaes que diz respeito à participação da comunidade interna no processo de avaliação. Ele lembrou que a lei (de 14 de abril) dá apenas 60 dias para a criação das comissões locais de avaliação. Caso isso não seja feito, portanto até 14 de junho, caberá aos dirigentes a indicação das pessoas. "Assim, nós perdemos a chance de representação e participação", disse.

Estevão comentou a importância dessa iniciativa, na medida em que os movimentos organizados dentro da universidade podem garantir que essa comissão formule um protocolo de compromisso da instituição voltado para a garantia de direitos dos trabalhadores e para a assistência estudantil.

Andes-SN também é favorável a um outro modelo de avaliação

O movimento docente defende também um outro modelo de avaliação do ensino superior, dividido em duas etapas: interna e externa. "Para o Movimento Docente, avaliar não é punir ou premiar, mas conhecer os problemas e encontrar formas de superá-los, objetivando o aperfeiçoamento das instituições em busca do padrão unitário de qualidade. A construção da proposta final de avaliação passa, necessariamente, por amplo debate na instituição sobre sua identidade e projeto acadêmico global. Enfim, pela explicitação e/ou definição do modelo que se quer para a instituição de Ensino Superior (IES). Além disso, para o Movimento Docente, a avaliação deve ser participativa e emancipatória, constituindo-se, pois, em instrumento de democratização", diz um trecho da Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira. A íntegra do modelo de avaliação proposto pelo Sindicato pode ser conferida na página eletrônica da Adufrj-SSind (http://www.adufrj.org.br/Andes/caderno2_andes.pdf), nas páginas 85 a 92.

Composição do Conaes:

um representante do INEP; um representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; três representantes do Ministério da Educação, sendo um obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior; um representante do corpo discente das instituições de educação superior; um representante do corpo docente das instituições de educação superior; um representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior; cinco membros indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

Coned

Coned debate reforma sindical do governo Lula

Representante do Andes-SN critica apoio da CUT às propostas do Fórum Nacional do Trabalho

Durante o 5º Congresso Nacional de Educação, em Recife, representantes da Central Única dos Trabalhadores, do Andes-SN e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) participaram da mesa *A reforma trabalhistas e sindical e suas conseqüências para a classe trabalhadora*. O professor aposentado de sociologia da Universidade Estadual de Campinas Edmundo Fernandes Dias participou do debate e fez críticas à participação e à concordância da CUT com relação às propostas finais do relatório do Fórum Nacional do Trabalho.

O eletricitário e Secretário Nacional de Organização Sindical da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, apresentou as propostas da Central para a reforma sindical. Artur Henrique defendeu as propostas da CUT sem vinculá-las ao relatório do FNT. Na prática, as propostas defendidas pelo dirigente da Central são as mesmas que constam do documento final do fórum tripartite (com a participação das centrais, governo e empresários).

O dirigente cutista defendeu o fim do imposto sindical e a sua substituição pela Contribuição Negocial, um percentual que pode variar de zero a 1% do salário anual do trabalhador, a ser definido pelas categorias em assembléias de seus sindicatos. "Hoje, alguns sindicatos da CUT chegam a cobrar 31% a 32% de um salário do ano, se contarmos a mensalidade mais a taxa confederativa mais a taxa assistencial, valores que a CUT nunca defendeu". O percentual de repasse da Contribuição Negocial valeria, segundo Artur, para a estrutura sindical como um todo, desde o sindicato de base até as centrais sindicais. Haveria, ainda, um Fundo Solidário de Promoção Social, que, de acordo com o relatório final do FNT, seria administrado pela Câmara Bipartite do Conselho Nacional de Relações do Trabalho (a ser criado também com a reforma). A CUT defende, segundo o dirigente, que este fundo seja desvinculado do orçamento da União e administrado em uma Câmara tripartite.

Negociação do setor público

O dirigente cutista apresentou a proposta contida no documento do FNT sobre a regulamentação das negociações do setor público. "Pela primeira vez aparece um prazo em documento que vai se tornar projeto de lei para a implantação da Câmara Técnica do Setor Público no Fórum Nacional do Trabalho que vai redigir a proposta de lei para a regulamentação da contratação do setor público". De acordo com Artur, a Câmara Técnica começaria atuar já neste mês de maio, no âmbito da CUT.

O dirigente admitiu que o que estava sendo apresentado não é a verdadeira proposta da CUT, "que é a da liberdade de autonomia sindical e a defesa da Convenção 87, do fim imediato do imposto sindical e do fim do poder normativo da Justiça do Trabalho". Segundo ele, a Central defende uma proposta "construída no momento de uma discussão no FNT" e o documento do Fórum não é, ainda, o projeto de lei que será enviado ao Congresso Nacional pelo governo. Artur disse que a CUT já está trabalhando na formulação de propostas de emendas ao projeto do governo. Mesma estratégia, vale o registro, adotada durante a tramitação da reforma da previdência, em 2003. A CUT acabou não apoiando a greve nacional dos servidores públicos contra a reforma da previdência e não conseguiu passar nenhuma das suas emendas, ficando o texto final da reforma na sua forma original como foi encaminhado pelo governo.

Reformas sindical e trabalhista: um mesmo projeto

Para o diretor do Andes-SN, Antônio de Pádua Bosi, a CUT erra ao discutir a reforma sindical desatrelada do debate sobre a reforma trabalhista, que deverá ser encaminhada pelo governo já no próximo ano. Bosi lembrou que a reforma trabalhista que vem sendo discutida pelo governo Lula pressupõe a flexibilização das leis trabalhistas. A reforma sindical seria, na verdade, uma espécie de esteio para a flexibilização dos direitos das categorias profissionais, contidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). "A história dos trabalhadores e a herança de luta que eles nos deixaram demonstram que, no enfrentamento concreto das lutas de classe, as classes dominantes nunca separaram a legislação trabalhista da legislação sindical. Portanto é impossível entender o que está em jogo se partirmos desta separação".

Bosi fez uma apanhado da história da organização dos trabalhadores no Brasil e destacou o fato de que até os anos 1930 não havia legislação específica sobre a relação capital e trabalho. "Isso porque as classes dominantes entenderam que poderiam lidar com os trabalhadores como lidaram com a classe trabalhadora escravizada. Toda a legislação de controle sobre a classe trabalhadora, pasmem, sempre foi ministrada pelo código penal. A organização dos trabalhadores sempre foi considerada uma questão de crime."

O professor recuperou, ainda, as experiências de organização das categorias, especialmente nos anos 1980, que desencadearam a construção do Partido dos Trabalhadores e da própria CUT. "Havia o crescimento da expectativa de que era possível construir um projeto alternativo ao projeto do capital até então vigente. Não dá para trabalhar a questão sindical independente da luta de classes", afirmou.

Bosi sublinhou o fato de que, nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, centenas de medidas provisórias, emendas constitucionais, projetos de lei e decretos presidenciais foram utilizados, "na tentativa de desregulamentar a legislação trabalhista". O diretor do Andes-SN citou como exemplo o 'Banco de Horas', legalizado por medida provisória no governo FHC, que "faz com que o trabalhador não tenha mais a remuneração compatível com o tempo que ele passa no trabalho". Com o banco de horas, o empregador só precisa remunerar o tempo considerado produtivo.

O próximo passo, segundo Bosi, para a flexibilização total dos direitos dos trabalhadores é justamente a aprovação de uma reforma sindical nos moldes em que está sendo acordada no Fórum Nacional do Trabalho, com a concordância da CUT.

O professor listou três dispositivos, considerados por ele como os mais perversos da reforma sindical em curso. Um deles é a forma de reconhecimento das centrais sindicais, "uma bandeira de luta que o Andes-SN também defende, mas como um órgão aglutinador da luta dos trabalhadores e não como um sindicato que interfere na autonomia e independência do sindicato por local de trabalho". Bosi criticou o fato de a CUT concordar com a proposta do FNT de que as centrais teriam seus poderes de representação extremamente ampliados em relação aos sindicatos. "O negociado valeria sobre o legislado", ressaltou, lembrando que, com a reforma, uma central passaria a negociar acordos nacionais que valeriam mais do que os acordos locais entre sindicatos e empresas, ou entre sindicatos e governo.

Segundo Bosi, o Andes-SN concorda com a abolição do imposto sindical, mas não com o que o FNT chama de contribuição de negociação coletiva. Para ele, a contribuição coletiva, da forma que está posta no relatório do FNT, vai manter a lógica do imposto extinto. Bosi criticou também a utilização de verbas como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), utilizada pelas centrais "para adaptar o trabalhador à produção com as novas tecnologias que são absolutamente descartáveis e desnecessárias ao desenvolvimento do país, como cursos de computação, inglês, ou, ainda, aprender a sorrir no atendimento do serviço público. Nós precisamos é de salário e dignidade, e não deste tipo de coisa", criticou.

Outro ponto da reforma destacado pelo professor foi a Negociação coletiva que, como está disposta no relatório do FNT, teria por objetivo condenar a prática da greve.

Reforma dificulta a realização de greves

No capítulo 'Composição de Conflitos de Trabalho', o FNT estabelece as atividades que seriam consideradas essenciais e não poderiam ser paralisadas durante os movimentos de greve. O detalhamento dos serviços é tão grande que, na prática, inviabiliza a realização de uma greve em praticamente todos os setores profissionais, especialmente na esfera pública. Para deflagrar uma greve, a categoria teria que comunicar aos empregadores a paralisação com 72 horas de antecedência e estabelecer, em comum acordo entre as partes, o que seriam os serviços essenciais. Sem acordo, a deliberação sobre a greve segue para julgamento em uma das câmaras tripartites definidas na reforma. "Se os serviços considerados essenciais não forem mantidos pelo movimento grevista, as empresas poderão contratar outros trabalhadores temporariamente e de forma precária". Para Bosi, a reforma legitima os fura-greves e proíbe o que é chamado pelo FNT de prática 'anti-sindical' e "os piquetes, utilizados como elemento de conscientização, passarão a ser reprimidos. O sindicalista vai poder ser processado, não pela legislação trabalhista, mas pela legislação penal. Voltamos ao início do século passado".

Opinião

A Adufrj-SSind de hoje é a de sempre

Ronaldo Lima Lins*

Alguns setores da vida acadêmica parecem possuir um porta-voz contra as Associações: o Professor Daniel Aarão Reis. Trocam e-mails nervosos e, excitados, sentem-se como se houvessem encontrado o que dizer.

Estas pessoas afirmam que o mesmo, com o artigo que publicou em O Globo de 5 de maio, teria expressado o que pensa uma "parte significativa da comunidade universitária da UFRJ e da UFF".

Não se entende como se contabiliza a tal "parte significativa". Será por intermédio de pesquisas de opinião? Não será sem dúvida aquela que silencia diante do processo de sucateamento das universidades públicas, provocado por anos de falta de consciência e de oportunismo servil a interesses que desconhecem idéias como pesquisa e conhecimento. Não será a que emudece quando se pretende impor o ensino pago. Não será aquela que se cala diante de problemas graves que ocorrem às vezes diante de todos, em nível departamental ou institucional. Ou será essa "parte significativa" a que vê na chamada reforma universitária uma forma rápida de privatização e está contente com isso? Essas pessoas chamam de "parte significativa" aquela que tremia de medo durante a ditadura quando as associações de docentes lutavam pela democratização?

Lembremos que, não fossem elas, estaríamos ainda, talvez (como acontecia nos anos 70), em departamentos hierarquizados autoritariamente, sem eleições para chefe e dóceis a medidas de repressão.

Arquivo Adufrj-SSind

As associações constituem a nossa trincheira de defesa. Não podemos abrir mão delas e não devemos boicotá-las a pretexto nenhum. A atual, na UFRJ, é a de sempre. Se houvessem comparecido às discussões na Faculdade de Letras e assistido à palestra da Professora Sara Granemann sobre a Reforma Universitária, no dia 4 de maio, teriam saído provavelmente do evento com orgulho, sentindo-se representadas por uma liderança digna e competente, uma docente universitária no bom sentido da palavra, sólida no conteúdo e hábil na exposição. E ali havia uma "parte significativa" da comunidade universitária: o auditório estava repleto e atento, sem vozes discordantes, a julgar pelo debate que se seguiu.

Note-se que alguns projetos ameaçam a definição de universidade pública e gratuita, uma herança de uma época que associava o conhecimento às noções de humanismo e desenvolvimento, uma época que entendia que a sociedade como um todo, através de impostos, deveria subsidiar o direito universal ao ensino, tido como importante. Era um princípio que não aceitava a categoria de pobreza como condenação e procurava oferecer oportunidades de emancipação. Pobres, lembremos, também são cidadãos, e muitas vezes enormemente talentosos, sem condições de expressar-se ou de produzir progresso.

Os que desejam dinamitar as associações parecem militar numa espécie de saudosismo dos períodos de chumbo da história nacional. Não havia greves então. O governo se impunha por atos institucionais e prendia os que se lhe opunham, amordaçava a crítica. Felizmente, nas democracias políticas, aceitam-se os movimentos sociais e a diversidade de opiniões, se possível pelo processo eleitoral; se necessário pela greve. Não são apenas as universidades as categorias que se manifestam pela paralisação de atividades na luta por seus direitos. Metalúrgicos, operários em geral, bancários, jornalistas, médicos, servidores públicos de muitas categorias, quando se sentem prejudicados, e na falta de alternativas, fizeram e fazem greve. Trata-se de um direito constitucional. Por infortúnio nosso e de nosso país, chegamos a um ponto em que universitários tiveram de se unir, não propriamente para avançar nas suas reivindicações, mas para impedir que o mal se estabeleça, seja por meio da compressão de salários, seja pela carência de verbas e agora pela iminência da privatização. Não ignoramos quem tirará proveito disso. A multiplicação do ensino pago em instituições de má qualidade tornou-se real - e não somente um fantasma de uma esquerda delirante.

Que uma associação de docentes exista e lute por nós, é bom. Melhor ainda, claro, é que, juntos, ou pelo menos em grande maioria, tenhamos lucidez para levar essa luta adiante.

Professor Titular de
Teoria Literária da
Faculdade de Letras da UFRJ

Jurídico

Taxação dos aposentados e pensionistas será votada no STF nesta semana

De acordo com nota da Diretoria do Andes-SN, enviada às seções sindicais em 18 de maio, estão ajuizadas no Supremo Tribunal Federal oito Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) contestando a legalidade da emenda constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que prevê a cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados. Duas delas, as de números 3.105 e 3.128, estão na pauta de votação do pleno do Supremo Tribunal Federal neste dia 26 de maio de 2004. Os autores das ações são a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). A Ministra do STF, Ellen Gracie, é a relatora.

O Sindicato Nacional lembra que, para enfrentar mais essa retirada de direito dos servidores, orientou as seções sindicais para entrar com processos na justiça contra tal medida, em primeira instância. A iniciativa foi considerada bem-sucedida, uma vez que muitos juizes julgaram a causa favorável aos aposentados.

Além disso, o Andes-SN, em conjunto com a CNESF e suas Assessorias Jurídicas, entregou (em 17/5), aos ministros Celso de Mello e Sepúlveda Pertence um memorial que contém argumentos que asseguram a tese da violação à Constituição Federal nos seus arts. 5, XXVI; 37, XV; 40, parágrafos 3º, 7º, 8º e art. 60, parágrafo 4º, Inciso IV, que versam sobre direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada, irredutibilidade, integralidade das pensões e estabelecem garantias de não se abolir direitos e garantias individuais por meio de emenda constitucional.

Ainda segundo o Sindicato, acentuam-se no governo Lula as investidas contra direitos adquiridos, investidas que foram derrotadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que pretendia, com a Lei 9.783/99, instituir a contribuição previdenciária dos servidores públicos da ativa, aposentados e pensionistas. A ADIN nº2010/DF derrubou esta lei que atentou contra a Constituição Nacional.

"Para barrar a medida que visa taxar os aposentados e pensionistas, é imprescindível que o Supremo considere inconstitucional a lei que a prevê, lei esta que entra em vigor nos próximos dias. Argumentos jurídicos não lhe faltam. Imprescindível agora é sensibilizá-lo com o clamor dos trabalhadores que exigem a recuperação de seus direitos", completa a nota da Diretoria.

Eleição Andes-SN

Chapa 3 "Andes Autônoma e Democrática" ganha eleições do Andes-SN

Marina Barbosa, professora da UFF, será a nova presidente do Sindicato

Mais de 23 mil docentes foram às urnas nos dias 18 e 19 de maio, quando foi eleita a próxima direção do Sindicato Nacional. Com 11.413 votos, a chapa 3 (Andes Autônoma e Democrática) venceu o pleito contra a chapa 2 (Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta), que obteve 10.537 votos. A nova presidente do Sindicato Nacional será a professora Marina Barbosa, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Houve ainda 643 votos em branco e 506 nulos.

No Rio de Janeiro, a chapa 3 obteve 1720 votos (66%) contra 892 (34%) da chapa 2. No estado, houve um total de 45 votos em branco e 64 nulos. A Andes Autônoma e Democrática só não venceu no Cefet-RJ. Na UFF, instituição da presidente eleita, foram 557 votos contra 195 da chapa 2.

Na Regional Rio do Andes-SN, o 1º vice-presidente eleito é o professor Paulo Antonio Cresciulo de Almeida, da UFF. A Adufrj-SSind estará representada na Regional-RJ com o 2º vice-presidente eleito, o professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação e também integrante do Conselho de Representantes da seção sindical.

Chapa 3 também ganhou na UFRJ

A chapa 3 também obteve a maioria dos votos na UFRJ (431 contra 322 da chapa 2). Houve ainda 16 votos em branco e 30 nulos, num total de 799 votantes (veja quadro nesta página). A chapa 2 saiu vencedora nas três seções eleitorais do Centro de Tecnologia e do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, no IFCS e em uma das urnas localizadas no *campus* da Praia Vermelha. Houve dois empates: nas seções do Museu Nacional e da Reitoria. Nas demais oito seções eleitorais, a chapa 3 ficou na frente.

Presidente eleita comenta desafios da nova gestão

Para a presidente eleita, Marina Barbosa, o resultado da votação reflete o fato de o programa da chapa ter atendido aos anseios da maioria da categoria. A defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, a autonomia política diante de qualquer governo e o respeito às instâncias democráticas do Sindicato foram, segundo ela, pontos decisivos para a vitória da chapa 3.

Marina apontou as anunciadas reformas universitária, trabalhista e sindical como os desafios mais imediatos para a nova gestão do Andes-SN. Segundo ela, o Sindicato terá a tarefa de resistir a essas políticas de desmonte dos serviços públicos e de retirada dos direitos dos trabalhadores.

No caso específico da reforma universitária, a presidente eleita comentou que a categoria já tem decisões que impedem a prevalência da lógica mercantil sobre a Educação. Segundo ela, contra a proposta do governo, o Sindicato vai atuar no sentido de efetivar o projeto para a universidade brasileira construído nos fóruns democráticos dos docentes.

Luta pela recomposição dos salários e incorporação das gratificações

Marina fez questão de ressaltar que a diretoria eleita vai continuar a luta pela recomposição salarial e pela incorporação das gratificações. Ela também afirmou que os aposentados e os professores de 1º e 2º grau não serão esquecidos nas negociações com o governo.

Apesar da conjuntura desfavorável, Marina acredita em dias melhores. "Tenho certeza de que vamos superar essas dificuldades e conseguiremos ampliar nossas conquistas", afirmou.

CAp e Educação Física elegem conselheiros para a Adufrj-SSind

Em duas unidades, houve eleição para cargos vagos no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Pelo Colégio de Aplicação, integram agora o Conselho as professoras Celina Maria Souza Costa e Miram Abduche Kaiuca, ambas como titulares, que se juntam a Sandra Martins, eleita no ano passado. Pela Escola de Educação Física e Desportos, a professora Elizabeth Carvalho Lugão se soma como titular ao Conselho, ao lado do professor Leandro Salgado Filho, também eleito no ano passado.

Eleições Diretoria Andes-SN - 18 e 19 de maio de 2004
Mapa de apuração por seção eleitoral - Seção Sindical: Adufrj-SSind

Seção Eleitoral	Unidades/departamentos	Número de Sindicalizados	Votantes	Votos em transito	Chapa 2	Chapa 3	Brancos	Nulos	Total
CAp	Colégio de Aplicação	124	41	1	3	37	1	1	42
Praia Vermelha 1	Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria	158	51	8	10	40	1	8	59
Praia Vermelha 2	Educação, Comunicação, Economia, Administração	302	66	5	37	32	1	1	71
IFCS	IFCS e Direito	176	42	4	25	18	1	2	46
Escola de Música	Escola de Música	92	6	0	1	4	0	1	6
Museu Nacional	Museu Nacional	85	28	1	13	13	1	2	29
Anna Nery	Enfermagem, HESFA	97	46	3	3	43	3	0	49
HU	Medicina, Odontologia, NESC, IPPMG, IDT	433	21	4	4	13	0	8	25
CCS	Farmácia, Biologia, Biofísica, ICB, Nutrição, Microbiologia, NPPN, NUTES, Neurologia	366	69	7	24	50	0	2	76
Educação Física	Educação Física	71	23	3	9	16	1	0	26
Letras	Letras	275	92	3	14	78	1	2	95
Reitoria	EBA, IPPUR, FAU, COPPEAD, CLA	262	22	6	14	14	0	0	28
CT/Burguesão	COPPE e Engenharia (blocos F, G e H), IMA, Escola de Química	364	69	14	55	26	0	2	83
CT/CCMN	Física, Matemática (exceto Computação), Inst Química, COPPE e Engenharia (blocos B, C e D)	482	130	7	93	37	6	1	137
Geociências	IGeo, Valongo, NCE,	135	27	0	17	10	0	0	27
Total		**3422**	**733**	**66**	**322**	**431**	**16**	**30**	**799**

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 138 • 31 de maio de 2004

Assembléia Geral

3 junho quinta-feira 13:30 horas

Auditório do CFCH

Pauta
1) Campanha Salarial
2) 48º Conad:
   a) eleição de delegados e observadores;
   b) apreciação de TRs
3) Reforma Universitária

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

8/6 terça-feira **16h**

Praia Vermelha

Supremo adia julgamento sobre taxação de inativos e pensionistas
página 3

Pró-reitor critica rompimento da relação institucional no Proex
página 6

MEC empurra negociação para o Planejamento

Secretário diz que o MEC defende a incorporação da GED e da GID, mas quem decide é o Ministério do Planejamento. Andes-SN cobra cálculos para o acordo e governo marca nova mesa setorial dia 2 de junho.

Página 8

Movimento

Sindicatos do Rio debate reformas sindical e trabalhista

O Encontro Estadual sobre as Reformas Sindical e Trabalhistas, ocorrido no último dia 22/5, contou com a participação dos professores Marcelo Badaró e Antônio Bosi e do assessor jurídico do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Estado do Rio, Aderson Bussinger. O evento foi realizado no Auditório 13 da Uerj, pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública e pela Coordenação Estadual de Lutas (fórum do ConLutas no estado). Como encaminhamentos foram aprovados a participação das entidades dos dois fóruns no Dia de Luta contra a Reforma Sindical/Trabalhista de Lula e do FMI, no dia 16 de junho, em Brasília.

Para o advogado Aderson Bussinger um pontos mais críticos da reforma sindical do governo é o seu caráter intervencionista. A proposta acordada pela centrais sindicais com governo e empresários no Fórum Nacional do Trabalho prevê a instituição de um Conselho Nacional de Relações do Trabalho e 'câmaras bipartities'. Para Aderson isso é uma interferência clara na estrutura dos sindicatos, que poderá cancelar representações e propor novas normas estatutárias para os sindicatos. "No meu modo de ver, a reforma fere a autonomia do trabalhador em decidir, livremente, o que é de seu interesse e a forma como pretende coletivamente se organizar"

Aderson lembrou uma entrevista concedida à imprensa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual declarou que "o governo está convencido de que é necessário uma ampla flexibilização dos direitos dos trabalhadores". Para o advogado esta afirmação que é totalmente questionável, "uma vez que todos sabemos dos malefícios acarretados pela flexibilização ocorrida nos últimos anos , especialmente a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso." Aderson registrou, ainda, que, segundo o IBGE e o Ministério do Trabalho , cerca de 53% dos trabalhadores não recebem 13º salário ou férias, assim como aproximadamente 54 milhões de trabalhadores possuem renda inferior a meio salário mínimo.

De acordo com Aderson, a reforma sindical, ao contrário de fortalecer os sindicatos e garantir sua autonomia, contraria reivindicações históricas do movimento sindical brasileiro, "que sempre lutou contra as amarras que o impedem de atuar livremente , cabendo aqui relembrar que uma das idéias que nortearam a fundação da CUT brasileira foi exatamente a "CUT pela base", conforme se pode observar nos primeiros materiais impressos, inclusive em um dos primeiros chaveiros comemorativos", resgatou.

Adufrj-SSind

MARCELO BADARO, GILMAR CABRAL, ANTÔNIO BOSI E ADERSON BUSSINGER

Agenda Sindical

31/5 – Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública
Sede do Andes-RJ (av. Rio Branco, 277/13º andar), às 18h30

1/6 – Reunião do comitê Rio do Fórum Social Mundial
Av. Rio Branco, 109/16º andar, às 18h.

3 e 4/6 - Reunião do Pleno do Grupo de Trabalho Política Educacional
Brasília (DF), na sede do Andes-SN

5/6 – Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF)

5/6 - Plenária Nacional Ordinária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF), no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

8/6 – Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
Na Uerj, sala 12050, às 14h

13 a 15/6 - III Seminário de Política Agrária do Andes-SN
Salvador (BA)
- Com o tema central "Reforma Agrária Já - Uma Luta de Todos"

16/6 – Manifestação contra as reformas Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

17 a 20/6 - 48º Conad
Aracaju (SE), com o tema central "Em Defesa da Educação Pública e Gratuita: a Esperança está na Luta"

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

26 a 31/1/2005 - V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Governo 1 x 2 aposentados

Pedido de vista suspende julgamento do STF sobre taxação de inativos e pensionistas

Um pedido de vista do ministro Cezar Peluso adiou, em 26/5, no Supremo Tribunal Federal, o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 3105 e 3128) propostas contra a parte da reforma da Previdência que institui a contribuição de inativos e pensionistas (artigo 4º da Emenda 41/03). As ADIs foram ajuizadas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), respectivamente.

Até o momento, a relatora da matéria, ministra Ellen Gracie, e o ministro Carlos Ayres Britto votaram pela inconstitucionalidade da taxação. Abriu divergência o ministro Joaquim Barbosa, que votou pela improcedência das ADIs. O ministro Cezar Peluso tem até 30 dias (não corridos) para apresentar seu voto. Depois de dez dias, contados da data de recebimento dos autos no gabinete, o prazo é prorrogado automaticamente por mais dez dias, caso o ministro não devolva o processo para julgamento. Outros dez dias podem ser obtidos justificadamente.

Ao iniciar o julgamento das ADIs, a ministra Ellen Gracie resumiu o pedido das ações à problemática da Emenda Constitucional nº 41/03, especificamente no artigo 4º, que impôs a contribuição previdenciária aos atuais aposentados e pensionistas.

Cláusulas pétreas

Em seguida, foi dada a palavra à defesa das entidades que ajuizaram as ações. O advogado Aristides Junqueira Alvarenga, ex-procurador-geral da República, falou em defesa da Conamp. Ele disse que o que se discute é a possibilidade de contribuição previdenciária de inativos que já estavam na inatividade quando foi sancionada a Emenda Constitucional 41/03.

Junqueira sustentou que hoje se vive um quadro cultural em que "o direito adquirido está em jogo" e, em conseqüência, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito, que são, segundo ele, valores imateriais. "Embora, na modernidade, possam estar em declínio, e até em fase terminal, eu espero que o Supremo Tribunal Federal do meu país possa ressuscitar esses valores, em contraponto ao valor econômico, cada vez mais proclamado como valor quase absoluto", finalizou Junqueira.

O próximo a se pronunciar foi o advogado da ANPR, Artur de Castilho Neto. Ele também alegou afronta a garantias individuais, entre as quais, o direito adquirido. Chegou a homenagear o ministro Carlos Ayres Britto e o jurista Valmir Pontes Filho citando trecho do trabalho "Direito Adquirido contra as Emendas Constitucionais", publicado na Revista de Direito Administrativo 220. O trabalho versa sobre a impossibilidade de Emenda Constitucional ferir direito adquirido.

Amicus Curiae

Dois advogados falaram por diversas entidades no Plenário do STF. O primeiro a falar foi Mauro Menezes, representando a Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Fenafisp); o Sindicato dos Policiais Civis de Londrina e Região (Sindipol); a Associação Nacional dos Advogados da União e dos Advogados das Entidades Federais (Anajur); o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip). Ele sustentou que não há causa suficiente para a instituição da contribuição.

"No regime de repartição simples, por excelência, nós temos um pacto entre gerações. E é a geração em atividade que se encarrega de custear os benefícios da geração que está em inatividade. Como seria possível, sem fraturar de maneira séria o princípio da repartição simples, impor uma contribuição àqueles que já estão no gozo do benefício?", perguntou Menezes.

Depois, José Luis Vagner falou pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe); pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical); e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindijus/DF).

Alegou que a cobrança é um tributo desvinculado que se assemelha a um imposto de renda "simulado". "Se de um lado há o problema econômico do Estado, de outro lado, há o problema econômico dos servidores. A decisão de Vossas Excelências é uma decisão econômica sob dois pontos de vista: sob o ponto de vista das finanças do Estado e do ponto de vista da manutenção dessas famílias que serão afetadas pela decisão que será aqui proferida", afirmou.

Princípio da solidariedade

O Advogado-Geral da União, Álvaro Ribeiro da Costa, sustentou da tribuna que a cobrança dos inativos é uma questão de justiça. "Justiça de quem deve, de quem paga, do que paga e para que paga". Além disso, salientou, é uma questão de observar o princípio da solidariedade e o da superação das desigualdades sociais.

O advogado-geral disse também que nenhum dos advogados que defendeu a inconstitucionalidade da cobrança dos inativos "colocou a única pergunta que é a base e a premissa de todas as argumentações: direito adquirido, mas direito adquirido a quê?", questionou. Segundo Álvaro Ribeiro da Costa, "se ninguém apontou que direito adquirido seria esse, como se há de considerar pertinente a invocação de cláusula pétrea relativa a direito adquirido? Sem um não há o outro". O representante do Executivo argumentou, ainda, que "a obra do juiz não é obra de nefelibata (de quem vive nas nuvens); é obra concreta, não ignora a realidade histórica, econômica e social do momento e muito menos dos momentos futuros", defendeu. Argumentou, ainda, que a causa suficiente para a constitucionalidade da cobrança dos inativos é a sustentabilidade do próprio regime. "Se considera que a fonte de recursos do sistema é a fonte pública e dos contribuintes. Nós verificamos que entre os dois contribuintes - o ativo e o inativo - os dois são ou serão beneficiários do sistema. Aqueles bilhões ou centavos que forem retirados da obrigação do inativo serão acrescidos a alguém", acentuou.

Histórico

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3105, ajuizada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), a entidade alega que a cobrança previdenciária dos servidores inativos e pensionistas fere o direito adquirido dos servidores. Afirma, ainda, que esse direito foi garantido na reforma de 1998, que instituiu o caráter contributivo no regime previdenciário.

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) também questiona, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3128, o artigo 4º da Emenda Constitucional 41/02. Segundo a associação, a contribuição dos servidores inativos e pensionistas desrespeita os direitos adquiridos e o ato jurídico perfeito, estabelecidos pelo artigo 5º da Constituição Federal.

Na avaliação da ANPR, "os servidores aposentados ou aqueles que reuniam os requisitos necessários à inativação antes da promulgação da Emenda que instituiu a reforma da Previdência estavam submetidos a regime não contributivo ou solidário (antes da EC nº 20/98) ou a regime tão somente contributivo (após a vigência da EC nº 20/98). Em decorrência de tais circunstâncias, tinham incorporado a seu patrimônio o direito de não contribuírem para a Previdência Social".

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Resenha

Cotas nas federais em xeque

Se virar lei, a idéia anunciada pelo governo de obrigar as universidades federais a reservarem, em cada vestibular, 50% das vagas para estudantes que tenham estudado integralmente o ensino médio em escolas públicas, deverá ter sua inconstitucionalidade argüida no Supremo Tribunal Federal por ferir os princípios fundamentais da isonomia, da interdição de discriminações, da razoabilidade e o "princípio republicano do mérito". O entendimento é do advogado Guilherme Magaldi, que já entrou com ação de inconstitucionalidade contra as cotas nas universidades estaduais do Rio (Jornal do Brasil, 23/5).

USP, Unesp e Unicamp em greve

Professores e funcionários da USP, da Unesp e da Unicamp entraram em greve, na semana passada, por tempo intederminado. Em duas reuniões com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, as categorias receberam proposta de reajuste de 0%. As principais reivindicações dos servidores são um plano de carreira, cargos e salários, reajuste de 16% dos salários, a contratação de funcionários e o fim da terceirização, além de investimento em infra-estrutura (Folha de S. Paulo, 26/5).

Bancos beneficiados na Lei de Falências

Os bancos estão conseguindo ampliar seus privilégios no novo projeto de Lei de Falências, que tramita no Senado. O tom mais "financista" do texto é criticado pelas indústrias, pelas centrais de trabalhadores e por advogados de empresas em situação falimentar. Para o advogado Elias Katudjian, especialista em falências, o resultado do novo projeto será o seguinte: "Os trabalhadores de uma empresa falida vão salvar R$ 1.300 cada um, os bancos morderão a parte do leão e os fornecedores ficarão a ver navios" (Folha de S. Paulo, 23/5).

O petróleo é nosso?

Em sua edição de nº 282 (de abril), o informativo da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) critica a realização da 6ª Rodada de Licitações, em agosto, que irá leiloar áreas potencialmente produtoras de petróleo, pesquisadas e mapeadas pela companhia brasileira. De acordo com a publicação, a 6ª Rodada vai significar a entrega de valiosas reservas petrolíferas do país às multinacionais.

Colegiados

Comunidade vai discutir reforma universitária

Conselho Universitário aprova realização de debates sobre os projetos do governo

Na última sessão do Conselho Universitário (27/5), foi aprovada a construção de uma agenda de debates sobre a reforma universitária do governo Lula. A proposta é que os eventos sejam organizados empela reitoria com a partuicipação dos colegiados acadêmicos e entidades representativas dos movimentos universitários (Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e Associação dos Pós-graduandos) e tem como data de início o dia 15 de junho. O objetivo dos debates é definir um posicionamento da comunidade universitária33 acerca dos diversos projetos já em andamento ou em discussão que alteram a estrutura do ensino superior no país. A proposta foi apresentada pelos representantes dos estudantes no colegiado.

A discussão sobre a reforma era o último ponto de nove itens da pauta da sessão ordinária e foi invertida para ser tratada como primeiro assunto pelos conselheiros. Mas a discussão só ocorreu durante meia hora e poucos foram os conselheiros que conseguiram se manifestar.

O reitor Aloisio Teixeira fez uma exposição das posições do Ministério da Educação, expressas em reunião com o Secretário Executivo, Fernando Haddad, ocorrida na semana passada, em Brasília. De acordo com o reitor, Haddad apresentou três eixos principais da reforma universitária do governo. O primeiro seria quanto à 'Missão da Universidade' que, na visão do governo, estaria atrelada à 'Missão do Estado'. O segundo eixo seria a Autonomia Universitária que, para o governo, seria uma 'função do Estado'. O terceiro eixo seria a Avaliação que estaria diretamente relacionada ao Plano de Desenvolvimento Institucional, a ser apresentado pelas próprias universidades. Seria a partir deste Plano Institucional que o governo pensa em concretizar a articulação entre a universidade e a sociedade.

Também o financiamento estaria ligado ao Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades. Segundo Aloisio, o Secretário Executivo defendeu uma subvinculação dos recursos destinados à Educação para o ensino superior. No caso das instituições federais de ensino superior, esta subvinculação se daria, ainda, com da criação de dois fundos, um destinado à manutenção e outro à expansão das universidades. Haddad também defendeu uma Lei Orgânica para as instituições com a definição de parâmetros para a autonomia. Segundo o reitor, o secretário apresentou com exemplo a escolha de dirigentes. "Eles (governo) propõem que a lei faça menção aos critérios gerais, no lugar de definir parâmetros diretos, com estão hoje na legislação (proporcionalidade de 70/30, por exemplo", informou.

Segundo o reitor, ainda, o representante do MEC reafirmou que a posição do governo é contrária à cobrança de mensalidades, defendendo o ensino superior gratuito. O representante discente, Carlos Eduardo, questionou as intenções do governo em relação à reforma universitária. Carlos Eduardo citou documentos do próprio ministério que deixam clara a proposta de desobrigar o Estado de financiar as instituições públicas. Em relação à gratuidade, o estudante lembrou que já existem vários casos de cobrança de taxas e até de semestralidade, como na UFMG, em diversas instituições públicas. A cobrança de cursos de pós-graduação, lato sensu foi citada como uma realidade nas universidades públicas. "Esta reforma do governo é claramente privatista e os números mostram que se fossem utilizados os recursos do Fies (Financiamento Estudantil do MEC), daria para ampliar as vagas públicas nas instituições".

Outro estudante, Pedro Martins, também criticou o sistema de avaliação instituído pelo governo através de medida provisória no final do ano passado. "O Sinapes (Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior) faz parte da reforma universitária. É uma avaliação centralizada que retira a autonomia didático-científica das universidades). O estudante criticou ainda o Projeto de Lei que destina 50% das vagas de cada universidade para estudantes de escola pública, com prioridade para negros e índios. "Esta política também é centralizadora e limita a definição de cada instituição para a sua própria política de acesso".

Pós-graduandos propõem ampliação de vagas

Para marcar posição contra a reforma do governo, a representante da Associação de Pós-Graduandos, Luciana Brito, propôs que a reitoria instaurasse uma comissão para estudar a ampliação de vagas discentes e a abertura de cursos noturnos em 2005. A estudante defendeu que seja formulada uma proposta associada ao atendimento das necessidades de concursos para docentes e técnicos e da assistência estudantil. Os conselheiros e o reitor acolheram a proposta da associação.

A proposta da APG é uma contraposição à proposta do MEC de ampliação das vagas nas universidades públicas através da compra de vagas nas instituições particulares, tal como o projeto do governo conhecido como Universidade para Todos. Luciana registrou, ainda, que segundo o relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial do governo (criado para formular a reforma universitária), para dobrar o número de estudantes nas universidades públicas, dos atuais 600 mil para 1,2 milhão em quatro anos, seriam necessários R$ 4,7 bilhões. Ele lembrou que "esta soma eqüivale à apenas 2,5% do que o governo pagou de juros em apenas um ano".

Kelvin Melo

Vida no Campus

PROTESTO PELA SEGURANÇA NO FUNDÃO

CERCA DE 300 PESSOAS PARTICIPARAM DE UMA MANIFESTAÇÃO QUE PERCORREU O TRAJETO ENTRE O CENTRO DE TECNOLOGIA E O PRÉDIO DA REITORIA PARA PEDIR O FIM DA VIOLÊNCIA QUE ASSOLA A CIDADE UNIVERSITÁRIA. MUNIDOS DE APITOS, CARTAZES E FAIXAS, PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS CANTAVAM MÚSICAS QUE FAZIAM REFERÊNCIAS AOS CONSTANTES ASSALTOS NA ILHA DO FUNDÃO, INCLUSIVE DURANTE O DIA.

Colegiados

CEG finaliza resolução sobre monitoria

Bolsas serão distribuídas para o segundo período letivo deste ano

A partir do segundo período deste ano, 600 alunos começam a viver uma experiência que poderá estimulá-los para o exercício do magistério. É a volta do programa de bolsas de monitoria da UFRJ, extinto em 1997, e que permaneceu apenas como atividade não remunerada pelo esforço de algumas unidades, como a Faculdade de Medicina. Em sua sessão de 26 de maio, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) finalizou a resolução nº 04/2004, que determina as normas do programa.

Além de despertar no aluno de graduação o interesse pela carreira docente, a monitoria tem também como objetivo assegurar a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades de ensino. É importante ressaltar que a resolução proíbe a substituição do professor pelo monitor "na preparação, ministração e avaliação de atos escolares, bem como o exercício de qualquer atividade administrativa". A monitoria ainda é considerada como título relevante para admissão a funções docentes.

Só poderão candidatar-se a monitores de uma disciplina ou requisito curricular complementar os alunos que comprovem nela terem sido aprovados com grau igual ou superior a sete. Seu coeficiente de rendimento acumulado também deverá ser igual ou superior a seis e o estudante não poderá ter sofrido sanção disciplinar. Os candidatos à monitoria serão selecionados por prova de conhecimento e aptidão, segundo as diretrizes fixadas pelo departamento, e pelo rendimento acadêmico. Os alunos só poderão acumular com a bolsa de monitoria, que tem valor mensal de R$ 240, a bolsa-auxílio e o auxílio-manutenção. A carga horária no programa não poderá ser inferior a oito horas e nem superior a doze horas semanais.

A distribuição das bolsas de monitoria no ano de 2004 será realizada, excepcionalmente, apenas para o segundo período letivo (agosto a dezembro). O CEG vai definir essa distribuição a partir de 15 de junho, quando encerra o prazo de recebimento das solicitações enviadas pelas unidades. Depois, o colegiado vai distribuir as bolsas no início do primeiro período letivo de cada ano.

Aquelas unidades que desejarem manter monitores e não receberem bolsas suficientes deverão se adaptar às normas do programa, se desejarem que seus monitores não remunerados tenham a atividade incluída em seus respectivos históricos escolares, tal como será feito com os 600 beneficiados.

Bolsas de Iniciação Artística e Cultural

Os conselheiros começaram a debater a resolução das normas do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural, que também começará a vigorar a partir do segundo período letivo deste ano.

Reunião com coordenadores de graduação

O pró-reitor José Roberto comunicou que deseja realizar uma reunião ampliada com os coordenadores de graduação para definir questões operacionais que emperram o cotidiano das unidades. Por sugestão da professora Ana Borralho (CCS), ficou acertado que essas reuniões serão feitas por centro para facilitar o acesso dos coordenadores locais. Também foi aprovada sugestão da conselheira Ana Maria Ribeiro para que os encontros sejam abertos aos chefes das secretarias acadêmicas.

Reuniões conjuntas confirmadas

O pró-reitor confirmou a realização de duas reuniões conjuntas CEG/CEPG, conforme anunciado no Jornal da Adufrj nº 136 (de 17/5), para discussão de proposta substitutiva da resolução 01/99 (que ficou conhecida como resolução da "periodização") e a alocação de vagas docentes. A primeira está marcada para 18 de junho; a outra será em 30 de junho.

Curso novo de biblioteconomia em debate

Professora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, a conselheira Ana Carolina Pimentel informou que a Congregação de sua unidade, no início de maio, não aprovou a criação do curso de Biblioteconomia por falta de espaço para abrigar as aulas da nova iniciativa. O pró-reitor José Roberto, por sua vez, leu uma resolução do Conselho de Centro do CCJE que insiste pela criação do curso. Em última instância, a decania local chega a pedir ao CEG a responsabilidade provisória sobre a biblioteconomia. Ficou decidido que reitoria, centro e FACC vão se reunir para encontrar uma alternativa de espaço para a implantação do curso, cujo mérito não é contestado por nenhuma parte.

Diretora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e conselheira do CEPG, a professora Araceli Cristina observou para a reportagem da Adufrj-SSind, no dia 28/5, que outras propostas de cursos novos inclusive de pós-graduação, estão paralisadas pelo mesmo motivo de falta de espaço. "Não é só a biblioteconomia", comentou. Araceli ressaltou que as turmas já existentes estão tão lotadas que não saberia como fazer se todos os alunos que estão com a matrícula trancada voltassem à ativa. "Nós não abrimos vagas para transferência externa há anos", disse, ainda em referência ao problema.

Debate sobre Políticas Afirmativas

A professora Ana Canen (CFCH) divulgou uma mesa-redonda sobre políticas afirmativas que será realizada neste 1º de junho, na sala Anísio Teixeira, no *campus* da Praia Vermelha, a partir das 17h. O debate contará com a participação, entre outros nomes, de Frei Davi, que é diretor executivo da organização não-governamental Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) e do professor da Faculdade de Educação e conselheiro da Adufrj-SSind, Roberto Leher.

Andes-SN

Caderno de Textos está disponível

Já está disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br/documentos.htm), na pasta do dia 24/5, o Caderno de Textos do 48º Conad, que vai se realizar em Aracaju (SE), entre os dias 17 e 20 de junho. O Caderno é o documento que guia os trabalhos dos representantes enviados pelas seções sindicais ao evento.

As contribuições que chegarem à sede do Andes-SN até 2 de junho também serão remetidas às SSind e vão compor o chamado Anexo ao Caderno de Textos. Este documento será publicado no dia 7 de junho.

Encerrado esse prazo, qualquer novo texto só será submetido à discussão no evento se tiver sua inclusão aprovada pela Plenária de Instalação. As normas para formatação dos textos podem ser encontradas também na página eletrônica da Adufrj-SSind, na pasta do dia 19/4.

As seções sindicais e os sindicalizados poderão encaminhar contribuições sobre os temas "Movimento Docente e Conjuntura"; "Tema I – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas"; e "Tema II – Questões Organizativas e Financeiras". Com relação ao "Tema III – Políticas Sociais", somente serão apreciados os textos de resolução encaminhados pelo 23º Congresso (de Salvador, no início deste ano). Portanto, não serão incluídos novos textos no Tema III.

Entrevista

Pró-reitor critica o rompimento da relação institucional no Proex

Em entrevista ao Jornal da Adufrj, na manhã do dia 26/5, antes de viajar a Brasília para uma audiência com representantes da Capes, o pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, criticou a forma como o Programa de Excelência Acadêmica (Proex) interfere na relação institucional da universidade com os programas nota 6 ou 7 – de acordo com a documentação básica do Proex, os cursos passam a se relacionar diretamente com a agência de fomento. "Por mais meritórios e qualificados que sejam esses grupos ou indivíduos, não são eles que fazem a política acadêmica da universidade; quem faz isso são os conselhos superiores das universidades", disse.

Segundo José Luiz, o Proex parece sinalizar uma mudança de cultura no financiamento da pós-graduação brasileira, com a transformação do modelo da Capes em um sistema próximo ao exercido pelo CNPq. Uma situação que não agrada ao dirigente universitário: "O CNPq sempre teve uma relação com o pesquisador, com o grupo de pesquisa. Nunca foi uma relação institucional. Nós entendemos que isso é saudável. É importante que tenhamos distintos modelos, ambos funcionando bem, cada um com o seu direcionamento próprio. Elas se complementam de uma forma interessante. O que está acontecendo, aparentemente, e o Proex é um exemplo, é que poderia estar por trás disso um movimento de levar para a Capes o que é uma cultura do CNPq", criticou.

Falta de informação é uma grande dificuldade

Diante das notícias presentes no Jornal da Ciência da semana retrasada e na Folha Dirigida (em 11/5) de que o Proex destinaria R$ 68 milhões aos programas do Proex, sendo R$ 11 milhões para os cursos da UFRJ, José Luiz fez questão de dizer que não recebeu essas informações em caráter oficial. Ele garante que só ouviu falar de um aumento de 6%, mas também não houve comunicação sobre qual base (as verbas das bolsas ou do Programa de Apoio à Pós-Graduação ou ambos) incidiria esse reajuste.

O pró-reitor também comentou o posicionamento que considerou "pouco construtivo" do presidente da Capes, professor Jorge Guimarães, ao dizer que "quem não aderir (ao Proex) vai ser por medo ou por confusão interna". Segundo José Luiz, o responsável pela Capes deveria, em primeiro lugar, prestar todas as informações para que os programas possam aderir conscientemente. Ele reclamou ainda que o prazo final para adesão ao programa era de 30 de maio, sem que tais informações tivessem chegado às universidades.

Kelvin Melo

JOSÉ LUIZ MONTEIRO

Programas da UFRJ vão aderir de forma preliminar

O professor esclareceu que é compreensível que os programas fiquem inclinados a aderir, pois há uma sinalização de aporte de recursos. Segundo ele, em diálogo com os coordenadores de cursos nota 6 ou 7, ficou combinado em conjunto com a reitoria uma adesão preliminar ao Proex até que as informações se tornem mais precisas. "Pode dar a impressão que há uma dissociação, mas há uma total sintonia entre a pró-reitoria e os programas 6 e 7 nesta questão. Inclusive, a correspondência que estou levando à Capes (carta aprovada pelo CEPG em sessão do dia 14/5) foi submetida aos coordenadores e foi aprovada por eles", completou.

Gestão financeira do Proex

O dirigente universitário frisou que o Proex tem o ponto positivo de possibilitar uma gestão mais flexível dos recursos – o Proap seria destinado exclusivamente ao custeio, o que é motivo de reclamação dos coordenadores, segundo ele. No entanto, os documentos básicos do projeto da Capes não deixam claro como seria a gestão financeira deste sistema.

De antemão, José Luiz observa que certos cursos nota 6 ou 7 não possuem estrutura administrativa para gerenciar esses recursos. "Alguns coordenadores já vieram falar comigo que precisariam de apoio administrativo da reitoria para isso, o que, na atual situação da universidade, é inviável. Essa questão de prestação de contas não é trivial. Nós sabemos que os coordenadores têm muitas dificuldades com isso. Numa estrutura como essa, totalmente descentralizada, o controle vai ser inviável. E, depois, qualquer problema que aparecer, em última análise, a UFRJ será a responsável", disse. Ele deu o exemplo que a remodelação de salas permitida aos programas, segundo declarações do presidente da Capes, não tem sentido na estrutura universitária. "A remodelação teria que passar pelas Unidades, pelos Conselhos de Centros, pelo menos. O não reconhecimento dos núcleos institucionais nos preocupa em termos operacionais e políticos", afirmou.

Plano de metas também preocupa

Outro fator de preocupação para o pró-reitor é a exigência de cumprimento de um plano de metas para seis anos. "Com o quadro de instabilidade do nosso país, um planejamento de seis anos parece uma visão muita otimista da realidade. As políticas governamentais mudam a todo momento e um exemplo disso é a própria presidência da Capes. É o quarto presidente em um ano e meio, desde que o presidente Lula assumiu. E cada um muda a política sem consultar ninguém", disse.

E essa visão sobre a relação institucional não é exclusiva da UFRJ. Segundo ele, o Fórum da regional Sudeste de pró-reitores de pós-graduação se reuniu, na semana retrasada, no Rio de Janeiro (dias 20 e 21). Como é no Sudeste que se concentram os programas 6 e 7, José Luiz considerou o evento um "termômetro" interessante para medir a reação da comunidade. Que foi unânime: insatisfação com a quebra da relação institucional e com a apresentação pouco clara do programa por parte da agência, além do fato de ninguém ter sido consultado antes. "Nem os conselhos superiores da Capes foram ouvidos. As universidades têm que ser ouvidas. Todos os pró-reitores com quem conversei estão levando o mesmo posicionamento. Também da nova presidência da Andifes há pronunciamento contrário a essa forma como o programa está sendo encaminhado", observou.

Programa congelado

Como se não bastassem essas críticas, o Proex tem o demérito de nascer "congelado". "Nos próximos quatro anos, pelo menos, nenhum curso poderá entrar. Ainda que algum programa saia. As regras foram feitas de tal forma que, somente em 2008, novos programas estariam eventualmente habilitados a participar. Do ponto de vista conceitual, é ruim. Na verdade, funciona como um desestímulo aos demais programas (de notas 3, 4 ou 5)", analisou.

Critérios ainda não esclarecidos para demais cursos

Em relação aos cursos de nota 3, 4 ou 5, no caso da UFRJ, o pró-reitor informa que houve um pequeno aumento, minimizado pela perda de uma cota anualmente concedida à pró-reitoria para distribuição interna. Resultado: um acréscimo de pouco mais de 10 bolsas ao conjunto dos programas da universidade.

José Luiz aproveitou para falar dos critérios utilizados este ano para a distribuição de bolsas que, segundo ele, "não foram absolutamente divulgados". Até ano passado, havia um algoritmo, "que tinha suas imperfeições e críticas, mas era claro". Esse ano, a Capes estabeleceu dez diretrizes gerais: "E alguém, não se sabe quem exatamente, transformou aquilo em número de bolsas. Faltou transparência. Alguns programas sofreram cortes pesados. Se eles foram penalizados, a agência tem que dizer qual daqueles critérios pesa mais", observou.

Rápidas do CEPG

Colegiado discute violência no *campus*

Preocupados com as freqüentes notícias de assaltos e seqüestros-relâmpago no *campus* do Fundão, os conselheiros do CEPG decidiram solicitar algum tipo de providência da reitoria, em sessão do dia 28/5. Em resolução, o colegiado pede ações emergenciais e imediatas para reduzir o índice de violência na Cidade Universitária e convida o reitor Aloisio Teixeira e a presidente da comissão de segurança formada no Consuni, professora Sylvia Vargas, para esclarecimentos sobre esses problemas.

Comissão distribui bolsas

A professora Walcy Santos (CCMN) informou o resultado de uma comissão formada no colegiado para distribuir 45 bolsas (32 de mestrado e 12 de doutorado) entregues pela Capes à reitoria. Ela fez um breve relato do trabalho da comissão e disse que os critérios seriam divulgados aos coordenadores dos programas. A tabela de distribuição deverá figurar, em breve, na página eletrônica www.sr2.ufrj.br. Segundo Walcy, todos os cursos que pediram receberam pelo menos uma bolsa. Contudo, a professora fez questão de ressaltar que a cota destinada à pró-reitoria foi insuficiente para atender às necessidades dos programas. Por conta do Proex (veja matéria nesta página), os cursos com notas 6 ou 7 não foram contemplados.

Opinião

O governo Lula e a universidade - parte I

Claudio Thomás Bornstein*

As posições em relação ao governo Lula na universidade ou tem sido de apoio, normalmente por pessoas de alguma forma ligadas ao PT ou, como é mais freqüente, de total rejeição. Tal maniqueísmo, é fruto de uma radical simplificação. Muito embora a maioria há de concordar com este fato, pouco tem se detido em uma análise um pouco mais aprofundada das raízes desta simplificação. Esta análise é particularmente importante neste momento, em que a universidade começa a se preparar para um longo embate com o governo, por causa da questão da reserva de vagas para alunos egressos do ensino público.

Na verdade por trás de um julgamento simplificado do desempenho do governo Lula, está uma visão simplificada do conceito de democracia. Todos nós aprendemos na escola que a democracia parte do princípio que o poder emana do povo e por ele é delegado ao governo através do processo eleitoral. Nada mais longe da realidade ! Custa-me acreditar que a comunidade universitária formada, em sua maioria, por pessoas de um certo nível cultural e alguma vivência, ao menos a vivência adquirida através do processo de leitura, possa ser ingênua a este ponto. Ou não seria o processo inverso ? Acreditamos nesta história porque é cômodo acreditar, porque nos convém, nos exime de responsabilidade, nos desobriga de ação.

Custa-me acreditar que pessoas que leiam jornal ao menos uma vez por semana, desconheçam a força concentrada nas mãos de um conglomerado bancário que pode, da noite para o dia, provocar uma desvalorização cambial a qual, segundo declaração dada por figura importante do cenário político há algum tempo atrás, nenhum governo é capaz de resistir por mais de algumas semanas. Ou que se desconheça a tão apregoada influência da mídia, acostumada a fazer e desfazer presidentes. Basta lembrar de episódio envolvendo o presidente Collor. Claro que houve indignação popular. Sempre há algum fundo de verdade numa história. Mas a indignação pode ser ampliada pelos alto-falantes da mídia ou pode ser abafada, ela pode ser provocada, instigada por alguma notícia ou silenciada, omitindo-se a mesma noticia ou colocando-a em letras pequenas na última página do último caderno. O arsenal nas mãos dos grandes grupos econômicos para pressionar um governo é vasto. Em algum lugar existe sempre uma amante ou uma esposa insatisfeita, algum desvio de verba, algum tipo de corrupção, alguém disposto a prestar uma declaração falsa. Decisão de sindicatos patronais pode levar à demissão de milhares de operários e fazê-los defender posições que na verdade só interessam aos patrões. Ameaças de retirada de investimentos podem fazer tremer os alicerces sobre os quais repousa a economia do país, etc...

O rumo de um governo segue a resultante das forças atuantes na sociedade. É claro que existe pressão popular. Mas esta chega às antecâmaras do poder filtrada por relatórios e estatísticas, escolha de indicadores sociais, índices, planos de amostragem, questionários e pesquisas. E qualquer pessoa que tenha trabalhado com estatística ou com pesquisa social sabe o imenso poder de manipulação que está por trás destas técnicas. Isto para não falar que freqüentemente informações são bloqueadas, desviadas ou abafadas.

Sejamos otimistas! Ainda a realidade existe. Nem tudo ainda é virtual (quando for, um bom filtro bastará para bloquear qualquer informação inconveniente). Por maior que seja o poder de manipulação da mídia ele ainda é incapaz de ignorar uma manifestação popular quando esta atinge um certo vulto ou usa de meios que tenham um certo grau de impacto.

Os céticos sacudirão as cabeças. Falarão em receitas velhas e remédios ultrapassados. Mas ainda não inventaram estratégia melhor do que a luta! Na defesa dos interesses de uma maioria contra pequenos grupos que concentram o poder, ainda não inventaram forma melhor de luta do que a greve, a manifestação de rua, o ato político. É claro que há que renová-las. Mas quem não aponta quais os caminhos desta renovação, não propõe formas novas nem está disposto a trabalhar para concretizá-las, acaba levantando a suspeita de que, no fundo, o que propõe, é luta nenhuma.

Evidentemente que uma greve esvaziada é uma péssima forma de luta. Pode inclusive enfraquecer o movimento caso resulte em uma derrota. Mas uma solução tem sempre um valor relativo. Uma forma de luta só é boa ou ruim comparada com outras formas de luta. E *luta nenhuma* parece ser a pior delas.

Aqueles que falam na negociação como a grande solução, esquecem ou querem esquecer que a negociação é só uma das etapas do longo processo para se chegar a um acordo. Uns tem o dinheiro para oferecer. O outro tem o que ? Se não existe por trás algum mecanismo de pressão como uma greve ou outro tipo de ação política, o outro lado não tem nada para oferecer e o resultado da negociação certamente lhe será desfavorável.

Não estou aqui de forma nenhuma defendendo a greve de qualquer maneira, a qualquer custo. Ante o perigo de uma greve esvaziada pode ser melhor dar mais um tempo esperando momento mais propício, pode ser melhor esperar que mais elementos se juntem ao conjunto de forças responsáveis pela deflagração do movimento ou então procurar outras formas, outros caminhos.

Evidentemente toda esta discussão envolve aspectos desagradáveis. Uma greve acarreta sacrifícios. Implica em gastar longas horas em reuniões e assembléias intermináveis. Significa interromper a assim desestruturar um curso já em andamento. Representa freqüentemente perda e/ou adiamento de férias que trazem consigo graves problemas domésticos para aqueles que tem família. Obriga a anular ou modificar radicalmente um planejamento feito. Uma manifestação de rua ou um ato político pode ainda ser mais doloroso. Quando não termina em repressão, pancadaria e enfrentamentos com a polícia, significa passar longas horas em pé e com uma leve (leve ?) sensação de vazio ou de perda de tempo (há que analisar de onde vem esta sensação, mas isto é outra história). Há ainda as decepções ou frustrações com o andamento do movimento, as incertezas e angústias do desfecho, brigas e rivalidades, dificuldades de se conseguir adesão, repercussão, etc...etc...

Dentro desta perspectiva é evidentemente mais fácil botar toda a culpa no governo. Mas a questão *culpa* é quase sempre uma questão de simplificação visando transferir responsabilidades. Culpados são sempre os outros, para que nós fiquemos confortáveis. Na verdade, culpados, no sentido amplo, somos todos nós, por não estarmos exercendo sobre o governo a contra-pressão que é a única força capaz de mudar os seus rumos. E isto não é valido somente para o governo Lula, mas para qualquer outro governo que surja, por mais idealizado que seja. Sem pressão não há mudança e a pressão do voto é muito pouca para alavancar as reformas e as alterações necessárias para uma mudança qualitativa do país. Neste sentido, se *culpa* pode haver no governo Lula é a deste governo não ter incentivado, não ter ampliado o espaço para que a pressão dos setores populares ajudasse a equilibrar o seu governo.

Taí uma coisa que a gente podia testar. Se o governo Lula é realmente bem intencionado, está realmente propenso a realizar mudanças, há de considerar bem-vindas as pressões dos setores populares, pressões essas que o ajudarão a se contrapor aos grandes interesses econômicos que mandam e desmandam neste país. Cabe a nós fazer a nossa parte. Como diz o dito popular, do céu só vem chuva.

COPPE/UFRJ

Andes-SN

Governo recusa debater reforma universitária em mesa de negociação

Andes-SN*

Na reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente (MSNP) realizada ontem (27), representantes do ANDES-SN, da Condsef, da Fasubra e do Sinasefe apresentaram suas reivindicações emergenciais à bancada governista.

O ANDES-SN cobrou a incorporação das gratificações, que é um dos pontos do acordo da greve de 2001. Informou que o MPOG adiou reunião prevista para dia 25 de maio porque não havia concluído simulações sobre impacto. Apresentou também os demais itens emergências da pauta já protocolada no MEC: carreira, concurso público, reajuste emergencial de 50,19% e reparação das perdas históricas de 127%.

Os diretores do Sindicato Nacional cobraram posição do MEC quanto à questão da aprovação do SINAES e as incompatibilidades com as avaliações para obtenção da GED e da GID. Solicitaram também posicionamento do Ministério a respeito de encaminhamentos que rebatem na carreira docente e influenciam decisivamente as funções da universidade como a Lei de Inovação Tecnológica, que está tramitando e deverá ser aprovada em um prazo de 60 dias, a LDO de 2005 e as previsões orçamentárias para reajuste salarial e implementação de carreiras e, ainda, sobre a regulamentação das fundações e a lei orgânica das universidades. Ressaltaram a premência de tempo e que o cronograma deveria ser concluído em final de julho em função dos prazos para definição da LOA 2005.

A Condsef reivindicou que os 3.580 docentes dos ex-territórios que foram discriminados e aos quais não foram concedidas a GID e a GED fossem imediatamente incluídos na concessão das gratificações. Reivindicou plano de carreira para os funcionários da administração direta (Capes, INEP, C&T, FNDE) e que fosse estabelecido um cronograma de reuniões para encaminhamento das reivindicações.

O Sinasefe colocou como prioridade a incorporação de gratificações dos docentes, mencionou que o acordo para a carreira dos técnicos-administrativos já estava em discussão a partir da assinatura do acordo entre MPOG, Sinasefe, Fasubra, no entanto, restava resolver a questão da classe especial de titulação, pendência da greve de 2001, e solicitou a intervenção do MEC junto ao SRH do MPOG para que o processo já em andamento seja definitivamente resolvido.

A Fasubra destacou como prioridade a questão da reforma universitária e que tudo o que se relacione à vida funcional da universidade seja debatido na MSNP. Solicitou um calendário que faça fluir as discussões.

A bancada do governo respondeu a cada entidade e informou que, em reunião conjunta com MPOG, foi definido que seria realizado um "raio X" para verificar necessidades e definir critérios para os concursos públicos a serem realizados em 2005 e 2006, vistas as limitações, restrições e pouca margem impostas no ano de 2004. Informou também que estavam sendo levantadas informações sobre cargos vagos, perfil da força de trabalho, previsão de aposentadorias. Mencionou que os concursos autorizados foram insuficientes e não cobriram as vacâncias do período continuando o mesmo déficit, tanto de técnicos-administrativos quanto de docentes. Fez referência à intenção do governo de preencher as vacâncias à razão de 1/30 ao ano (reposição automática de docentes nas vagas decorrentes de aposentadoria) na perspectiva de não gerar um passivo maior do que o já existente. Respondeu também que a reforma universitária não seria pautada na MSNP porque ela não estava em negociação e que existem fóruns, processos e outros meios em que o debate nacional e a construção do consenso de interesse da sociedade brasileira estavam sendo feitos. Posicionou-se também no sentido de admitir que, quanto à incorporação das gratificações – reivindicação do ANDES-SN -, havia concordância de que a questão era "viabilizar o processo que já está em curso". Esclareceu também que as negociações da MSNP consensuadas seriam levadas para MNNP.

A bancada sindical propôs três grupos temáticos sobre carreira. Um com o ANDES-SN (docentes), um já existente com o Sinasefe e Fasubra (técnicos-administrativos) e um com a Condsef (administração direta) ao que a bancada do governo respondeu que teria dificuldades em conduzir mais de dois ou três grupos temáticos.

Definiu-se que a próxima reunião seria no dia 2 de junho, às 14 horas, no MEC, com a seguinte pauta: aprovação do regimento da mesa, calendário para tratar das especificidades da carreira, resposta do MEC às questões levantadas pelo ANDES-SN, reforma universitária nos pontos que interferem na funcionalidade das universidades.

ANDES-SN cobra atendimento das reivindicações

Na avaliação da Diretoria do ANDES-SN, cabe ao MEC fazer valer junto ao MPOG a sua posição em relação à justeza da reivindicação dos docentes pela incorporação das gratificações. Cabe ao MPOG imediatamente apresentar ao ANDES-SN, por escrito, a sua proposta e que isto será exigido, também por escrito, a partir de amanhã, dia 28, visto o silêncio do MPOG nas últimas 48 horas.

Cabe ao MEC dar respostas quanto a suas posições frente às decisões que estão sendo encaminhadas e que afetam a vida universitária como é o caso da Lei de Inovação Tecnológica, da Lei de Diretrizes Orçamentária e a Regulamentação das Fundações. Cabe ao MEC responder pelas medidas que estão sendo adotadas por força de lei e que introduzem mecanismos de avaliação e incidem sobre as finalidades da universidade e do trabalho docente.

Para a Diretoria do ANDES-SN, as questões centrais na reivindicação dos docentes – incorporação de gratificações, plano de carreira, contratações, reajuste emergencial e histórico – incidem no orçamento da União e implicam previsões orçamentárias, o que não está posto nem no PPA 2004-2007 e muito menos nas previsões já encaminhadas para 2005.

Na avaliação do ANDES-SN, as reivindicações que incidem no orçamento impactam decisões referentes à macroeconomia do governo Lula, que vem priorizando o estabelecimento de superávit primário para pagamento da dívida em detrimento do atendimento das reivindicações dos servidores públicos federais.

"As manifestações do MEC expressas em eventos públicos, tanto pelo secretário da Sesu, como do próprio ministro da Educação, estão sujeitas às decisões do MPOG, da Fazenda, da Casa Civil. Prevalecendo a submissão do MEC, as determinações autoritárias de tais ministérios econômicos e políticos, teremos grandes dificuldades nas negociações", afirma a diretoria do ANDES-SN em relatório oficial.

"Somente com grande pressão a partir das bases, a partir da manifestação da sociedade brasileira é que a questão da educação e da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade social poderá vir a ter outra consideração", diz o relatório.

Artigo publicado originalmente na página do Andes-SN

Setor das IFES encaminha a manutenção do indicativo de greve

A possibilidade de uma nova gratificação em substituição as GED e GID, anunciada pelo governo na semana passada, ganhou imediata reação na reunião do Setor das Federais, realizada em Brasília (DF), em 22/5. De acordo com o relatório enviado para as seções sindicais, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento sinalizou com uma gratificação não produtivista, paritária e isonômica. O Setor encaminhou para discussão nas assembléias de base esta proposta e o indicativo de greve específica dos docentes para início entre os dias 7 a 9 de junho. Uma nova reunião do Setor foi marcada para o dia 5 de junho, quando será avaliada a resposta das AGs. O setor deliberou ainda que as seções sindicais avaliem também a resposta do Ministério do Planejamento que seria formalizada em reunião no dia 26/5. No entanto, o Planejamento desmarcou a reunião deste dia e a pautou para esta terça-feira (1/6). O indicativo de greve específica deverá ser analisado pelas assembléias locais em função do resultado deste encontro.

Para chegar a essa decisão, os representantes das seções sindicais presentes ao Setor levaram em conta o pronunciamento do MEC, durante a instalação da Mesa Setorial de Negociação Permanente (veja matéria acima), favorável à incorporação das gratificações produtivistas. Também foi apreciada a retirada do "ultimato" aos servidores, por parte do governo, para que aceitassem os reajustes diferenciados. O fato de a greve dos servidores federais ter apresentado um grau de adesão em torno dos 30%, a partir do dia 10 de maio, foi outro fator considerado na reunião. Ressaltou-se ainda que algumas categorias já tinham assinado acordos com o Ministério do Planejamento, enquanto outras estavam próximas disso.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 139 • 7 de junho de 2004

Conselho de Representantes

8/06 terça-feira **16h**

Sala de convivência da Escola de Serviço Social
campus na Praia Vermelha

Pauta:
1) homologação do resultado da eleição para os cargos vagos do Conselho de Representantes;
2) Campanha Salarial

Reunião preparatória da Adufrj-SSind para o 48º Conad

9/06 quarta-feira **15h**

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Entenda o saque do FGTS para maiores de 60 anos
Página 3

5º Coned: mesa debate mundialização capitalista
Página 5

Governo não formaliza proposta salarial

Até o final da tarde da última sexta-feira, o governo não havia apresentado formalmente sua proposta salarial para os docentes das instituições federais de ensino superior. Em nota publicada na página 2 desta edição, a diretoria do Andes-SN dá detalhes do que foi proposto verbalmente pelos representantes do MEC e do Ministério do Planejamento em reunião com o Sindicato no último dia 2/6.

Diante da falta de negociação concreta em relação à possível incorporação das gratificações produtivistas (GED e GID), a Assembléia Geral da Adufrj-SSind (3/6) aprovou princípios para a aceitação de qualquer proposta que venha a ser apresentada pelo governo nos próximos dias.

Páginas 2 e 8

Andes-SN

Circular nº 193/04
Brasília, 4 de junho de 2004

PARA: Seções Sindicais, Diretores e Secretarias Regionais

Companheiros(as)

Conforme comunicado anterior, realizou-se, em 2 de junho, reunião entre o MPOG, ANDES-SN e SINASEFE. Nessa reunião, os representantes governamentais expuseram verbalmente um esboço de proposta salarial para os docentes das IFES. Essa proposta não foi formalizada, e ainda não conta com o aval das instâncias decisórias finais do governo. Em essência, consistiria dos seguintes pontos:

a) a proposta contemplará a substituição da GED e da GID por uma nova gratificação, com as seguintes características;

- não será condicionada à avaliação de desempenho do servidor;

-deverá estabelecer o princípio de isonomia entre servidores ativos, aposentados e pensionistas e entre docentes das carreiras de magistério superior e de 1º e 2º graus;

- será incorporada aos vencimentos básicos, segundo um cronograma a ser acordado entre o governo e os servidores;

b) deverá ser construída a partir do montante previsto para o pagamento da GID e da GED, já consolidadas para 2004, acrescidas do incremento de despesas previstas para a concessão salarial aos docentes do ensino superior, do primeiro e segundo graus na proposta originalmente apresentada pelo governo na MNNP;

c) a proposta salarial a ser elaborada objetivará atingir uma concessão remuneratória de, no mínimo, 9,3% (nove vírgula três por cento).

Ficou claro que não é, ainda, a proposta oficial do governo. Por outro lado, também se explicitou na reunião que os representantes do ANDES-SN não tinham nenhuma delegação para deliberar sobre ela. Enfatizou-se a disposição do sindicato para negociar e para enviar, no mais curto prazo possível, às nossas seções sindicais o projeto do governo, assim que fosse formalmente apresentado.

Hoje, dia 4/6, às 13h30, apesar de várias tentativas para obter informação, nenhuma reposta nos foi dada pelo MPOG. Não temos, ainda, portanto, nenhum dado oficial sobre o assunto e nenhuma proposta concreta.

No contexto atual, a Diretoria do Sindicato avalia que a disposição do governo para atender às nossas reivindicações dependerá fundamentalmente de nossa capacidade de mobilização e que não há, até agora, nenhum motivo real para rever o indicativo de greve.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais

Saudações Sindicais e Universitárias.
Prof. Luiz Carlos Gonçalves Lucas
Presidente

Agenda Sindical

7/6 - Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública
- na sede do Sintrasef (Av. Treze de Maio nº 13/10º andar), às 18h30

8/6 - Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
Sala de convivência da Escola de Serviço Social, no *campus* na Praia Vermelha, a partir das16h (ver pauta na capa)

8/6 – Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
Na Uerj, sala 12050, às 14h

13 a 15/6 - III Seminário de Política Agrária do Andes-SN
Salvador (BA)
- Com o tema central "Reforma Agrária Já - Uma Luta de Todos"

16/6 – Manifestação contra as reformas Universitária, Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

17 a 20/6 - 48º Conad
Aracaju (SE), com o tema central "Em Defesa da Educação Pública e Gratuita: a Esperança está na Luta"

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

26 a 31/1/2005 - V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Movimento

Centenas de estudantes participam de encontro contra a reforma universitária

Cerca de 1.500 estudantes participaram do *Encontro Nacional contra a Reforma Universitária de Lula & FMI*, realizado pelo DCE da UFRJ, nos dias 29 e 30 de maio no prédio da reitoria, no Fundão. Os estudantes representavam 70 universidades e 18 escolas secundaristas de todo o Brasil. Na abertura do evento foi realizado um painel sobre Conjuntura Nacional e Internacional apresentado pelos professores José Welmowick (Unicamp), Cláudio Gurgel (UFF), com a participação do presidente nacional do PSTU e membro da Executiva da CUT, José Maria de Almeida.

No dia seguinte, os estudantes participaram de um debate sobre Reforma Universitária com a participação dos diretores do Andes-SN José Domingues de Godoi Filho, Victório Zago e Janete Luzia. A mesa contou com a representante do bloco de oposição da UNE, Júlia Erberhardt.

Segundo o diretor do DCE Pedro Martins, na discussão dos grupos de trabalho que se seguiram aos debates, ficou mais claro a insatisfação dos estudantes com a direção da UNE, que vem apoiando a reforma universitária do governo Lula. "Surgiram até propostas de rompimento imediato com a entidade por ela estar totalmente atrelada ao governo. E a insatisfação de como a luta contra a Reforma tem sido feita agravou ainda mais esse quadro", comentou Pedro.

A Plenária final do Encontro aprovou uma coordenação de lutas e a participação do movimento estudantil na Marcha à Brasília contra a reforma sindical/trabalhista de Lula e do FMI, organizada pela Coordenação Nacional de Lutas, que será realizada no próximo dia 16.

Plano de Lutas do Coned está na internet

Já se encontra disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind, na seção "documentos" (www.adufrj.org.br/documentos.htm), o arquivo que contém a Agenda Política e o Plano de Lutas aprovados na Plenária de Encerramento do 5° Congresso Nacional de Educação (Coned), realizado em Aracaju (SE), entre os dias 2 e 5 de maio. O material foi enviado às seções sindicais do Andes-SN no dia 28/5.

Errata: no jornal anterior (nº 138, de 31/5), saiu errado o nome do representante discente que questionou as intenções do governo em relação à reforma universitária, na matéria sobre o Conselho Universitário. Quem se manifestou na ocasião, em vez de Carlos Eduardo, foi o aluno Victor Neves.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Saque do FGTS para maiores de 60 anos de idade

Em 13 de maio deste ano, o governo Federal emitiu a Medida Provisória n.º 185, autorizando o saque para as pessoas consideradas idosas pelo Estatuto do Idoso (60 anos em diante) dos valores devidos pela Caixa Econômica Federal decorrentes da aplicação das correções dos planos econômicos Collor e Verão nas contas vinculadas de FGTS. Para realizar o saque, no entanto, o trabalhador deve ter feito um acordo anterior com a CEF que prevê o deságio dos valores devidos nos percentuais de 8% sobre o total do complemento de atualização monetária para valores de R$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais); 12% sobre o total do complemento de atualização monetária de valores de R$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) a R$ 8.000,00 (oito mil reais) e 15% sobre o total do complemento de atualização monetária de valor acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais).

Neste quadro, somente quem fez acordo com a CEF e que tenha mais de 60 anos pode realizar o saque, mas não o será na totalidade devida, sendo aplicados os percentuais de deságio em cada caso. Observe-se ainda que, no início deste ano, expirou o prazo concedido pela CEF para a assinatura do acordo para os trabalhadores interessados.

Docentes

Aqueles docentes com mais de 60 anos que não fizeram o acordo e que possuem ação na justiça podem contar com o pedido de prioridade em sua tramitação, devendo apresentar no processo documento que comprove a idade.

Assessoria Jurídica Adufrj-SSind

Taxação de aposentados deve voltar ao debate no STF

Cezar Peluso, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que fez o pedido de vista no julgamento de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a parte da reforma da Previdência que institui contribuição de aposentados e pensionistas, disse que deverá trazer o processo de volta para apreciação nesta semana. O julgamento foi interrompido pela solicitação do ministro quando o governo perdia por dois a um.

Hoje, o Supremo possui dez ministros, uma vez que Eros Grau ainda não tomou posse. No entanto, para declarar uma norma inconstitucional, são necessários os votos de seis ministros. Existe a previsão de que pelo menos mais três ministros votem contra a cobrança do governo: Marco Aurélio Mello, Carlos Velloso e Celso de Mello consideraram a cobrança inconstitucional em 1999, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. Já Nelson Jobim é conhecido por suas manifestações favoráveis ao governo, desde a gestão FHC, quando foi ministro da Justiça, e deve votar com o Palácio do Planalto.

Adufrj-SSind

A realização da eleição para a Diretoria do Andes-SN na Adufrj-SSind somente foi possível pelo trabalho consciente e quase anônimo dos professores abaixo-relacionados, nas mesas eleitorais e na Comissão Eleitoral. Com este trabalho, reforçaram-se, mais uma vez, as instâncias democráticas da Adufrj-SSind e do Andes-SN.

Ademir F.Pazoto
Afranio G.Barbosa
Alejandra Pastorini
Alexandre L.Oliveira
Angela B. C. Faria
Anita Fiszon
Antônio Carlos
Antonio Fatorelli
Beatriz Vaz de Melo Mendes
Bruno Costa
Carlos R. Strauss
Carlos Rabaça
Carlos Terra
Carmen L. C. Oliveira
Cassio Neri Moreira
Célia Regina dos S.Lopes
Cintia Barboza
Ciro Alexandre
Claudia P. G. dos Santos
Claudia Segadas
Cleusa Santos
Cristina G. Tranjan
Danusia T. dos Santos
Denise M. Pamplona
Eduardo San Pedro Siqueira
Elen Castelo Branco
Eliza Maria P. Pereira
Fábio Garcez
Fatima Gomes
Fatima Grave
Fernanda Gloria Bruno
Fernando Antonio N.C.Pinto
Fernando Pereira Duda
Fernando Santoro
Flavia Maria P.F.Landim
Francisco Ary Madeiros
Francisco M. de Souza
François Christophe Cuisinier
Glaucia Martins
Gumercinda Nascimento Gonda
Helena Gryner
Helenise M. Guimarães
Hélio de Matos Alves
Helvecio R.Crippa
Iris de Oliveira
Ivana Bentez
Iza G. Labelle
Jaci Fernandes
Janete Luzia Leite
Joana Garcia
João Wagner Castro
Jorge Fontella Pereira
José Augusto
José Augusto Fialho
José Henrique Sanglard
José Luis L. Silveira
José Miguel Bendrao Saldanha
José Simões
Julia Rezende Soares
Julio Carlos Afonso
Julio Dalloz
Jurema Gouvea de Souza
Katia Maciel
Laura M.G.Motta
Laura Souza Fonseca
Lavinia Maria S.Alves Borges
Leandro Nogueira S. Filho
Leila Rodrigues da Silva
Lenise Lima Fernandes
Liv Sovik
Luci Ruas Pereira
Luciane Quoos Conte
Luiz Felipe de S.Coelho
Luiz Paulo Ribeiro
Marcelo Braz M. Reis
Marcelo da Silva Bueno
Marcelo de Araujo Carvalho
Marcio da Costa
Marcos Andrade
Marcos Antônio
Maria Angelica N.de Andrade
Maria Cristina Miranda
Maria Elizabeth Zucoloto
Maria Lucia Pimentel
Maria Luiza de O. Teixeira
Maria Magdala V. A. Silva
Maria Paula N. Araujo
Marilea Porfirio
Marilurde Donato
Mario Cabral
Mário Martelotta
Marta Mega
Mauricio Lissovsky
Max Suell Dutra
Micael Herschmann
Monica Santos
Nei C.S.Rocha
Nei R. S. Brito
Regina H. S. Barbosa
Regina Pugliese
Reinaldo Gonçalves
Ricardo Musafir
Rogerio L. Bastos
Rosane Evangelista Dias
Salatiel Menezes dos Santos
Sandra Martins de Souza
Sara Cohen
Sara Granemann
Selene Alves Maia
Silvia L.Martins
Teresinha Torres
Valéria Pero
Vania Maria R. G. Hozumi
Vera Lucia N.Oliveira
Waldemir Filho
Wojciech Roman Drabik
Yvone Maggie

Resenha

BNDES socorre mídia com R$ 2,5 bilhões

Em total contradição com a linha de apoiar as pequenas empresas do país, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, propõe uma quantia de R$ 2,5 bilhões para o programa especial de reestruturação financeira das dívidas de curto prazo do setor de comunicação social, o "Promídia". Lessa justificou o empréstimo com base apenas na intenção de defender os empregos (muitos deles precários, diga-se de passagem) do setor e também por considerar a área estratégica para a soberania do Brasil. De acordo com o professor de ciência política Venício Lima, autor do livro "Mídia: Teoria e Política", já que os empréstimos excepcionais estão sendo tratados como "questão de Estado", o governo federal deveria exigir outras contrapartidas (ligadas ao papel social da imprensa, por exemplo) além das estritamente financeiras, previstas no documento de Lessa. "A mídia é a primeira defensora da economia de mercado, mas na hora em que está em crise, vai logo pedir ajuda ao governo", disse Venício (Agência Carta Maior, 2/6 e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação).

Cotas apenas para amazonenses

A política das cotas começa a ficar absurda demais. A Universidade Estadual do Amazonas anunciou, no dia 31/5, como será a sua reserva de vagas para 2005: 60% para estudantes oriundos do ensino médio de escolas públicas apenas de Manaus e 4% para indígenas de cidades onde estão localizados os 13 *campi* avançados da instituição no estado. O reitor Lourenço Braga diz que o objetivo é diminuir a entrada de estudantes de colégios particulares de outros estados nos cursos mais concorridos (Folha de S. Paulo, 1/6).

Nova universidade no Rio

De acordo com a coluna "Comunidade Acadêmica", de 1/6, da Folha Dirigida, está autorizada a criação da Universidade Estadual do Noroeste Fluminense. A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou, na semana retrasada, em segunda discussão, o projeto de lei que permite ao Executivo construir a nova instituição. O texto segue para apreciação da governadora Rosinha Garotinho.

Adufrj-SSind

Respeito à isonomia e à paridade

Assembléia Geral da Adufrj-SSind aprova princípios para negociação com o governo

Diante das informações ainda pouco precisas vindas de Brasília de uma possível gratificação paritária e isonômica que substituiria a GED e a GID, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 3 de junho, realizada no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), decidiu aprovar alguns princípios que o Andes-SN deve manter na negociação do reajuste salarial dos professores universitários.

Para a Assembléia, deve ser assegurada a isonomia salarial entre os 1º, 2º e 3º graus, a paridade entre ativos e aposentados e a desvinculação da eventual gratificação de qualquer avaliação de desempenho. A nova gratificação tem que significar ainda um primeiro passo para a reposição salarial a que os docentes têm direito desde 1995. Outra exigência aprovada na AG foi a necessidade de se apresentar ao governo um prazo para a proposta governamental ser formalizada – até agora, apareceram algumas sinalizações do MEC e algumas simulações de reajuste, mas nada consolidado. Também deve ser estabelecido, junto ao governo, um calendário para a incorporação das gratificações aos vencimentos básicos (GAE e a nova gratificação). Além disso, permanece a pauta com as demais reivindicações dos docentes, como a realização de concursos para a reposição dos quadros das universidades e a implementação da nova carreira.

A negociação em Brasília

Antes da deliberação, o diretor José Miguel Bendrao Saldanha comunicou aos presentes os últimos desdobramentos das negociações em Brasília, com o governo. O professor lembrou a importância do resultado da eleição da nova Diretoria do Andes-SN, em meados de maio, pois a chapa vitoriosa tem em seu programa a defesa da isonomia salarial e a paridade entre ativos e aposentados. De acordo com o professor, apenas após a divulgação do resultado, o governo tomou a iniciativa de entrar em contato com o Sindicato Nacional para efetivamente começar algum tipo de negociação.

Após algumas reuniões, surgiu a proposta de substituição da GED e da GID por uma gratificação paritária, desvinculada de avaliação de desempenho. "O ministro Tarso Genro e secretário da SESu, Nelson Maculan, concordam que a GED e a GID não avaliam adequadamente o trabalho docente. Além disso, mais de 90% dos professores ganham os valores plenos da pontuação", explicou José Miguel.

Dessa forma, o que ficou preliminarmente acordado seria a utilização das verbas destinadas ao pagamento das gratificações GED e GID, mais os recursos que as reajustariam este ano, para compor a nova gratificação paritária. A nova proposta teria valores diferenciados apenas pela titulação e pelo regime de trabalho. "O problema é que, nas simulações apresentadas pelo governo para alguns cargos, a diretoria do Andes-SN achou certos valores muito baixos em relação ao previamente negociado. Também não está clara a diferenciação de valores entre as titulações", comentou o diretor da Adufrj-SSind. José Miguel explicou ainda que o Sindicato Nacional já solicitou as planilhas completas com os dados da folha de pessoal para verificar os cálculos e, possivelmente, negociar números melhores.

O debate

O professor da Faculdade de Educação e conselheiro da Adufrj-SSind, Roberto Leher, considerou a proposta de gratificação paritária um avanço em relação ao que era (mero reajuste das gratificações produtivistas). A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, ressaltou que o movimento docente deveria continuar mobilizado para manter a pressão sobre o governo. "O que não podemos é aceitar a discriminação com os professores de 1º e 2º graus e com os aposentados", disse.

A posição da assembléia da Adufrj-SSind seria levada pelo professor Salatiel Menezes ao conhecimento da reunião do Setor das Federais, marcada para o dia 5 de junho, em Brasília (DF).

Conad em Sergipe

A assembléia definiu a delegação que representará a Adufrj-SSind no 48º Conselho do Andes-SN (Conad), que ocorre em Aracaju (SE) de 17 a 20 de junho: Sara Granemann, presidente da Seção Sindical, como delegada, mais os professores José Miguel, Salatiel Menezes, Janete Luzia Leite, Cristina Miranda e Elen Castelo Branco, como observadores.

Foi aprovada a realização de uma reunião preparatória da delegação eleita, aberta à participação de todos os sindicalizados da Adufrj-SSind, conduzida pela diretoria da Seção Sindical, nesta quarta-feira, 9 de junho, às 15h, na sede da entidade (Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200), para apreciar as propostas constantes do Caderno de Textos e do Anexo do Caderno de Textos, que vão guiar os trabalhos dos representantes no evento sindical, em Aracaju.

Ficou delegada a esta reunião preparatória a prerrogativa de deliberar, consensualmente, a posição da Adufrj-SSind no 48º Conad sobre os TRs. Foi aprovada, ainda, caso sejam necessária, a realização de uma segunda reunião, com o mesmo objetivo da primeira. Além disso, a diretoria da Seção Sindical poderá convocar uma assembléia geral no dia 15/6, para deliberação da posição da Adufrj-SSind em relação aos TRs sobre os quais não tenha havido consenso, se isso ocorrer, nas reuniões.

UFRJ terá eventos conjuntos sobre reforma universitária

Em relação à reforma universitária, o professor Roberto Leher comunicou aos presentes o resultado de uma audiência pública da qual participou na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, no dia 26/5. Segundo ele, várias entidades tiveram oportunidade de se manifestar e, à exceção da representação da UNE, o tom foi de crítica ao projeto Universidade para Todos e à reserva de vagas nas instituições de ensino superior.

Segundo Roberto Leher, os convidados da comissão apresentaram diversos questionamentos não apenas ao conteúdo, mas também sobre a constitucionalidade dos projetos. Ainda de acordo com o relato do professor, foi significativo que vários parlamentares criticaram a expansão de vagas pelo setor privado da Educação superior.

A presidente Sara Granemann relatou também a reunião da qual participou, ao lado do diretor Salatiel Menezes, com representantes dos outros movimentos da UFRJ (APG, DCE e Sintufrj) e reitoria, no dia 2 de junho, sobre a reforma universitária. Segundo ela, ficou acertada a realização de eventos conjuntos para discutir o tema e o primeiro debate terá a provável data de 1º de julho. Haverá uma outra reunião neste dia 9 de junho para continuar a organização do evento. O convite aos representantes dos movimentos partiu da reitoria, em cumprimento à deliberação do Conselho Universitário da UFRJ, em 27 de maio.

Sara explicou que a intenção dos organizadores é convidar para o debate o Secretário-Executivo do MEC, professor Fernando Haddad, identificado como o mentor intelectual da reforma. Antes desse encontro, as entidades e a reitoria vão confeccionar uma publicação com os projetos preliminares da reforma universitária em andamento e mais alguns textos de análises já existentes para ampliar a conscientização da comunidade acadêmica sobre o assunto.

Movimento

Ato na Paulista reúne três mil

Professores e funcionários em greve e alunos da USP, da Unesp e da Unicamp fizeram no dia 3/6 um ato por mais verbas para as universidades estaduais paulistas. Cerca de 3 mil pessoas, segundo os organizadores, concentraram-se no vão livre do Museu de Artes de São Paulo, na avenida Paulista (região central da capital).

Com faixas que pediam reajuste de 16% e mais recursos para a educação, os manifestantes andaram até a Assembléia Legislativa, no Ibirapuera (zona sul), onde participaram de audiência pública da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia. Por falta de quórum mínimo (4 dos 14 deputados da comissão), a audiência pública foi aberta pelo presidente da comissão, o deputado Jonas Donizette (PSB), mas não pôde ser considerada oficial.

Professores e sindicalistas criticaram o decreto nº 48.034, que concede isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas aquisições de bens e serviços por órgão da administração direta, fundações e autarquias. Segundo a categoria, o decreto diminui o total da arrecadação do Estado - reduzindo também o repasse às universidades.

Outro ponto discutido foram as emendas propostas pela categoria à Lei de Diretrizes Orçamentárias e que prevêem a elevação do repasse do ICMS para as universidades estaduais de 9,57% para 11,6% e a instituição de repasse de 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza.

"Professores e funcionários percorreram os gabinetes dos deputados para defender nossas emendas. E o Fórum das Seis (entidade que reúne sindicatos das três universidades e do Centro Paula Souza) conversou com lideranças dos partidos", afirmou Américo Kerr, presidente da Associação de Docentes da USP.

Fonte: Folha de S. Paulo, 4/6

Coned

Sociedade precisa recuperar caráter público do Estado

Parcerias Público Privadas representam continuidade da privatização nas instituições estatais

Resgatar o conceito daquilo que é público e aplicá-lo ao Estado brasileiro. Essa foi a afirmação do professor Emir Sader, do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj, durante a mesa "A mundialização capitalista e a mercantilização da Educação", na manhã do dia 4/5, por ocasião do 5º Congresso Nacional de Educação (Coned), em Recife (PE). O debate teve a coordenação da professora Janete Luzia Leite, diretora do Andes-SN e da Adufrj-SSind.

De acordo com Emir Sader, a idéia de um Estado público desapareceu quando "voltou à moda" o liberalismo econômico reinante no mundo até 1929. O neoliberalismo surgiu, no ponto de vista do professor, porque o capitalismo parou de crescer como nas décadas de 40, 50 e 60. Como conseqüência, para dar novo fôlego ao regime capitalista, ganharam força, nos últimos anos, as teorias que defendem a não intervenção estatal na economia.

O professor fez algumas considerações sobre o que isso significou para a vida das pessoas. "O que veio daí? A desregulação. Passaram a ser eliminadas as travas à circulação de capital, bem como os direitos elementares dos trabalhadores", disse. Representou também o avanço das políticas liberais sobre áreas que até então eram de atuação exclusiva do Estado: "Educação e Saúde deixaram de ser direitos para virarem mercadorias. O direito foi substituído, no neoliberalismo, pela oportunidade", afirmou.

Só que essa "oportunidade", esclareceu Emir Sader, não é para todos e ainda é instável. "Para disputar uma vaga nesse mercado de trabalho, você tem que fazer um curso no Sesc (Serviço Social do Comércio) ou no Sesi (Serviço Social da Indústria). Se você está 'desqualificado', faz um outro cursinho. Como flexibilizaram o mercado de trabalho, as pessoas procuram um segundo ou terceiro emprego. E perdem também os empregos rapidamente. Ao conseguir um novo, perdem poder aquisitivo e direitos", comentou. Para ilustrar o que dizia, o professor contou a anedota de um político em campanha, que diz num palanque: "Na minha gestão, foram criados 20 milhões de empregos". Da platéia, alguém responde: "É verdade! Só eu tenho quatro!"

Kelvin Melo

EMIR SADER QUESTIONOU CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO PAÍS

Estado transfere recursos para a especulação

Dentro desse panorama, o Estado não público brasileiro consegue ser ainda mais odiado porque é imoral, para Emir Sader: "O Estado arrecada recursos do mundo do trabalho e os transfere para o mundo da especulação, do capital financeiro. Não é mais um Estado que minimiza a concentração de renda; ele a multiplica", afirmou.

O professor acredita, apesar de tudo, que o Estado brasileiro ainda pode retomar o seu caráter público: "O estatal não é público, nem privado. Ele pode se tornar público, mas é privatizado". Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) que mostraram 5 mil famílias com a posse de 46% do patrimônio nacional são um sinal alarmante de que esse sistema neoliberal precisa de uma urgente mudança. "Isso significa defender a contrapartida social para qualquer crédito cedido (pelo Estado). Não são essas Parcerias Público Privadas", completou.

Surgimento do capitalismo

Para uma platéia recheada de estudantes, Emir Sader fez um breve histórico do surgimento do capitalismo, que se estabeleceu com o término da escravidão. "Não que o capitalismo fosse humanista. Mas não adiantava ter capital, se não havia mão-de-obra disponível para ser resgatada através de um salário", disse. O professor observou que o salário das pessoas representa o quanto elas valem para o sistema capitalista. "Quando você está desempregado, o capitalista diz que você não vale nada, nem o mínimo". Outro pilar capitalista foi a transformação da terra, antes nas mãos dos senhores feudais, em mercadoria: "Não confundam que mercadoria tem a ver com produção. Tem a ver com valorização. Posso ter, como muitos têm, terras improdutivas e descomunais. E, no entanto, são mercadorias. Capitalismo não quer dizer produção, quer dizer acumulação de riqueza".

Parcerias Público Privadas

As Parcerias Público Privadas (PPP) foram abordadas, no debate, pelo professor João dos Reis da Silva Júnior, da Universidade Federal de São Carlos. Segundo ele, esse mecanismo já se encontra difundido em escala mundial. O palestrante fez questão de dizer isso para demonstrar que as PPP não são um produto brasileiro, mas encontram acolhida em nosso país pelos atuais governantes. "Os princípios das Parcerias saíram da Casa Civil, da subchefia de Assuntos Parlamentares. Portanto, da lavra do ministro José Dirceu", observou.

O professor explicou brevemente o que pode ser considerada a Parceria Público Privada: por esta lei, considera-se contrato de PPP o acordo firmado entre a administração pública e entes privados que estabeleça vínculos jurídicos para a implantação ou gestão, no todo ou em parte, de serviços, empreendimentos e atividades de interesse público.

João dos Reis comentou que a aceitação desse mecanismo causa graves conseqüências para o país: "O Estado, instituição extrema que estabelece as relações sociais de um país, passa a ser privatizado, o que significa dizer que passa a ser orientado pela racionalidade mercantil", disse.

Universidade para Todos

O programa privatista Universidade para Todos é a expressão das Parcerias Público Privadas, no âmbito do ensino superior brasileiro. O professor explicou que os artigos do projeto de lei, em tramitação no Congresso, determinam que a expansão das vagas nas universidades privadas se dará mediante a assessoria das instituições públicas. E seria criado um conselho fiscal mediador entre este sistema e o Estado. "Ou seja: o projeto acaba estabelecendo a identidade entre o público e o privado, num processo de privatização do Estado", afirmou.

Educação na OMC

Por sua vez, o Universidade para Todos vai representar, no Brasil, a direção que o debate está tomando na Organização Mundial do Comércio, desde janeiro de 1995: a transformação da educação em um tipo de serviço como outro qualquer. "Um bem público transformado em bem econômico", disse, além de acrescentar que grupos japoneses, canadenses, australianos, ingleses e franceses já estão comprando centros universitários no Brasil com esse objetivo mercantil.

Representante da Fasubra cobra resistência

Maria do Socorro Marzola, representante da Fasubra Sindical na mesa do debate, observou que os movimentos sociais devem se unir para enfrentar essas reformas privatizantes (trabalhista, sindical e universitária): "Mesmo que, para isso, tenhamos que ir contra as direções de nossos sindicatos, pois, infelizmente, uma parte está em consonância com o governo, e o exemplo está na CUT", disse.

Trabalhadores do ensino privado defendem escola pública

Professor da PUC de Campinas, Maurício Francisco substituiu a professora Madalena Guasco, como representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). Ele fez questão de dizer que embora sua entidade contemple os interesses dos trabalhadores do ensino privado, sua categoria tem, por princípio, a defesa da educação pública. Segundo ele, a privatização interna das universidades públicas, através das fundações, associada à degradação das condições de trabalho e dos salários dos seus servidores são sintomas do abandono da Educação no país. "Isso é a conseqüência de não se ter um projeto soberano de Nação", concluiu.

Opinião

Cotas de vagas para residência médica

Por Paulo César Alves Carneiro*

"Sustento que nenhuma pessoa que pense e seja culta, pode manter-se alheia à política".
Bukharin (1888 – 1937).

No momento em que o Partido dos Trabalhadores (PT) é o maior partido político no Congresso Nacional (Presidido pelo cearense José Genuíno) e de outros dois ilustres nordestinos nos mais altos postos do poder executivo: 1) Luís Inácio Lula da Silva (Presidente da República); 2) José Sarney (Presidente do Senado); **ACIRRA-SE** o preconceito e a discriminação contra o nordestino, agora formalizada contra o médico graduado por universidades do nordeste.

A reserva de cotas de vagas para Residência Médica para nordestinos nas Universidades, da região leste e sul do Brasil, como a que foi proposta e divulgada pela atual Secretaria Executiva da Comissão de Residência Médica do Ministério da Educação (MEC), após a publicação da nomeação do novo secretário (Diário Oficial da União, de 05 de Fevereiro de 2004) constitui uma discriminação fascista inconcebível, inaceitável e insustentável; ela quer enquadrar o médico formado por Universidade do Nordeste, a qualquer preço e com conotação negativa de opressão: policiar e punir, dessa maneira pretendendo reduzir a busca da excelência acadêmica e a migração nordestina. Voltar ou não voltar para o seu estado de origem é opção, exclusivamente, pessoal e depende das condições e mercado de trabalho adequado. Obrigar que todos voltem é ato totalitário; será matéria para discussão e querelas jurídicas ("guerra das liminares") nos tribunais. Médicos nordestinos não precisam de privilégios, nem de "esmolas", mas de eqüidade e justiça, já que as discriminações subliminares e, às vezes explícitas, persistem em nossa sociedade do século XXI. "Estudo, trabalho e talento são a arma tríplice com que se conquista o triunfo", tal sentença foi nos legada pelo escritor clássico por excelência: Joaquim Maria Machado de Assis (Rio de Janeiro, RJ, 1839 – Rio de Janeiro, RJ, 1908), fundador da Academia Brasileira de Letras.

Geralmente, os recém empossados em cargos e funções públicas trazem idéias geniais e mirabolantes, que o tempo e a prática se encarregam de mostrar, que não funcionam, desse modo reduzindo o discurso e o dinamismo dos mesmos, que terminam sendo substituídos por outros; a viabilidade financeira do programa precisa ser mais bem avaliada e divulgada.

Os cursos de medicina das Universidades Federais nordestinas são instrumentos de desenvolvimento loco-regional e têm prestado relevantes serviços e contribuição social. Conheço muitos nordestinos, que fizeram "Residência Médica" nos Estados Unidos da América (EUA) e pós-graduações diversas na Europa.

Vagas em Residência Médica (RM) se conquista por mérito intelectual, em concursos públicos sérios e imparciais de títulos e provas. A seleção de médicos residentes, mediante provas teóricas, não é o melhor método de avaliação, todavia é a forma mais séria e justa, pois exclui a subjetividade humana, a parcialidade, o preconceito e a xenofobia. As provas práticas, muitas vezes não passam de meras entrevistas excludentes. "Aprovas o meu amigo e discípulo hoje, que eu aprovarei o seu amanhã". Em caso da aprovação de provas: teóricas e prática, por exigência legal, a prova escrita deverá ter valor máximo (Peso: nove) e a prova prática peso mínimo (um). Por princípios éticos e, pela moralidade administrativa deverá ser vetada a presença de professor universitário e/ou médicos preceptores, que participarem como organizador e/ou docente de Cursinhos Preparatórios dos concursos para "RM", ou participar da elaboração e aplicação das provas dos referidos concursos.

Esse projeto de cotas de vagas para a RM é uma arapuca aberta; é a simulação do lobo que quer mimetizar o cordeiro para depois devorá-lo. Daqui a pouco virá quem sabe a exigência das famigeradas cartas de apresentações do passado, e somente os apadrinhados políticos e/ou os filiados do PT terão oportunidade e vitória. É a possível estratégia do partido único de esquerda. "O homem é o lobo do próprio homem", assim afirmou o inglês Thomas Hobbes (1588 - 1679), em seu livro Leviatã (um clássico da Ciência Política). Nesse governo só se fala em políticas de "cotas". Haverá propostas de cotas para quase tudo. Será algo parecido com o "Samba do Crioulo Doido". Com essa política de cotas "o governo virou máquina de criar ilusões. E a cada desilusão, nova ilusão é jogada em cena, como uma droga. Enquanto isso, eles se preparam para as eleições. Rapidamente, enquanto os efeitos da droga estão em ação" (Campos, I.F. **Jornal da Ciência**, E-mail – 2471, 26. Fev.04).

O MEC deveria sim investir nas universidades federais do nordeste brasileiro e mantê-las PÚBLICAS E GRATUITAS. Manter, aperfeiçoar e ampliar os programas de residências médicas; federais, estaduais e municipais, nessa região geopolítica são salutares, sem esquecer as demais. Aumentar o valor da bolsa do médico residente, para que o mesmo não busque subemprego, em plantões noturnos e de finais de semana. A reforma e a criação de melhores instalações físicas das bibliotecas e dos alojamentos, a atualização do acervo e a informatização são necessidades obrigatórias urgentes, pois os livros e periódicos científicos estão muito caros. "A residência médica é tática para diferenciação em serviço e jamais providência usada para recuperar o mal ensinado na graduação" (In: AMATO NETO, Vicente & PASTERNAK, Jacyr. **Curriculite. Folha de S. Paulo**, 04. Mar.03). Acredito da necessidade de acabar ou minimizar o papel dos **Cartórios** de expedição de títulos para Residência Médica, Mestrado e Doutorado; e reduzir o poder político dos **Tabeliões** (Professores Titulares, Coordenadores de Residência Médica e Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação *Strictu Sensu*). Tomando a título de exemplo, a Universidade do insigne secretário executivo – a UNIFESP, outrora Escola Paulista de Medicina (EPM), a qual possui uma população de alunos de Pós-Graduação quase três vezes superior ao número de alunos de graduação. Se todos estivessem presentes, simultaneamente, nesta Escola Médica, não existiria espaço físico para todos. A maioria das teses defendidas e aprovadas é feita fora de seus laboratórios e de seus serviços clínico-cirúrgicos. As securas acadêmicas merecem ser exterminadas.

Portanto, o presente assunto merece chegar ao conhecimento do Ministro da Educação (O gaúcho Tarso Genro) para melhor discussão pela comunidade, e aos ilustres nordestinos supramencionados, objetivando uma possível tomada de posição. Espero ainda, que a preocupação com o tema residência médica, a partir das suas múltiplas conotações, contribua para concretizar uma Educação médica contínua para todos, não como mero chavão político, todavia como prática pedagógica de qualidade, pensada, talvez, por muitos, mas ainda realizada por poucos. De algum modo, as cotas vão constranger, humilhar, baixar a auto-estima e estigmatizar seus beneficiários. Tenho fé em Deus, que vamos conseguir engavetar e/ou destruir tal idéia esdrúxula e acabar com essa fábrica de ilusões.

* Professor da Faculdade de Medicina da UFRJ

Colegiados

CEPG aprova evento sobre reforma universitária

Na sessão do dia 4/6 do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), foi discutida a realização de um evento sobre a reforma universitária. A proposta foi formulada por uma comissão interna que contou com a participação do professor Nelson Souza e Silva, da representante discente Ariane Larentis e da representante dos ex-alunos, professora Cláudia Morgado. Segundo Nelson, a comissão trabalhou com o propósito de organizar um evento que congregasse a comunidade para o debate das reformas em curso no ensino superior no Brasil. Ao final da discussão, o colegiado aprovou a realização de um seminário de dois dias e a construção de um *site* a ser abrigado pela página eletrônica da PR-2, onde serão disponibilizados materiais, documentos e estudos sobre temas relativos à reforma universitária.

Três iniciativas

De acordo com a conselheira e superintendente de Pós-graduação e Pesquisa, Leila Rodrigues, existem três iniciativas pautadas em relação ao debate da reforma universitária na UFRJ. Uma delas foi aprovada no último Conselho Universitário (27/5) e está sendo organizada pela reitoria e pelas entidades representativas dos segmentos universitários (Adufrj-SSind, DCE, Sintufrj e APG). De acordo com a conselheira, na última reunião dos decanos e diretores de Unidades (31/5), também foram feitas propostas para a organização de um evento sobre o tema. Outro conjunto de atividades, segundo ela, está sendo preparado pela reitoria com o objetivo de discutir a Reforma Universitária, com ênfase na relação da universidade com a sociedade.

Entre os conselheiros que se manifestaram, a maioria demonstrou preocupação com a quantidade de debates que poderiam estar sendo organizados ao mesmo tempo. O temor é que a discussão acabe pulverizada e a instituição não assuma uma posição sobre a reforma.

Os conselheiros do CEPG decidiram, então, encaminhar a proposta do colegiado para a reitoria com a sugestão de que seja dada uma coordenação geral às propostas apresentadas nas várias instâncias. Outra indicação do colegiado é que, ao final do evento, seja feito um relatório dos debates realizados e que este material sirva de subsídio para um posterior posicionamento institucional da UFRJ sobre a reforma universitária.

CEPG aprova distribuição de bolsas PIBIC

Na sessão foi aprovada, também, a distribuição entre os Centros das 714 cotas do CNPq referentes ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Pelos critérios adotados, o Centro de Ciências da Saúde garantiu o maior número de bolsas: 242 (35,63% do total). Confira em quadro nesta página a quantidade de bolsas de iniciação científica que cada Centro poderá alocar e os percentuais de distribuição deste ano (coluna D) em relação ao ano passado (coluna H).

Distribuição das bolsas PIBIC na UFRJ

	A	B	C	D	E	F	G	H
Centro	Média da distribuição nos 3 últimos anos	70% da média da distribuição nos últimos 3 anos	30% de: ((% docentes atuando na PGX fator nível) + % pesquisadores CNPq)/2	Proposta de distribuição por Centro: 70% + 30%	Números de bolsas a serem alocadas pelo Comitê (na CNPq)	Números de bolsass a serem alocadas pelo Comitê (na cota UFRJ)	Bolsas para atendimento aos recursos	Ditribuição 2003
CCJE	6,02%	4,21%	1,43%	5,64%	40	9		5,94%
CCMN	16,30%	11,41%	4,86%	16,27%	116	25		16,25%
CCS	35,22%	24,65%	9,28%	33,94%	242	52		35,63%
CFCH	13,24%	9,27%	3,25%	12,52%	89	19		12,82%
CLA	10,11%	7,08%	2,59%	9,67%	69	15		9,91
CT	17,10%	11,97%	7,41%	19,38%	138	30		17,32%
FCC	2,01%	1,40%	1,18%	2,58%	18	4		2,13
Total	100,00%	70,00%	30,00%	100,00%	741	154	96	100,00%

Proposta:
1) Faz-se a média da distribuição de bolsas nos últimos 3 anos (coluna A);
2) calcula-se 70% do valor da média dos 3 últimos anos, ou seja peso 7 (coluna B);
3) calcula-se o número dos docentes atuando em cada Programa X fator relacionado ao conceito CAPES do Programa; (esse fator corresponde a: curso 7 = 2; curso 6 = 1,8; curso 5 = 1,6; curso 4 = 1,4; curso 3 = 1,2)
4) calcula-se o percentual de docentes normatizado de cada Centro em relação ao somatório da UFRJ;
5) calcula-se o número de pesquisadores do CNPq por Centro;
6) calcula-se o percentual de pesquisadores de cada centro em relação ao somatório da UFRJ;
7) calcula-se a média dos valores obtidos em 4 e 6, que será 30% da percentagem de bolsas alocadas (coluna C);
8) somam-se os valores de (docentes normatizados + pesquisadores) x 0.3 com (média dos 3 últimos anos) 0.7 para se Ter a distribuição percentual por Centro (coluna D);
9) as 714 bolsas do cota do CNPq serão alocadas pelo Comitê seguindo-se a ordenação da avaliação e o pleito dos classificados, obedecendo a distribuição percentual por Centro (colua E);
10) 154 bolsas da cota PR-2 serão alocadas pelo Comitê, obedecendo-se à proporção Inter-centros, preferencialmente uma por solicitante (colunaF);
11) as restantes 96 bolsas da cota PR-2 (10% do total de bolsas disponíveis) ficarão para atendimento aos recursos (coluna G);
12) as bolsas para os docentes do Prêmio ALV sairão da quota para atendimento aos recursos.

Colegiados

CEG regulamenta programa de bolsas

Colegiado fixa as normas para Iniciação Artística e Cultural

Em sessão de 2 de junho, o Conselho de Ensino de Graduação terminou a resolução que normatiza a concessão de bolsas para a Iniciação Artística e Cultural. Esta era a parte que faltava para regulamentar o programa de 1.500 bolsas anunciado pela reitoria para este ano.

O programa de bolsas de Iniciação Artística e Cultural terá 150 bolsas, que serão distribuídas em agosto deste ano. Elas poderão ter uma validade de três a doze meses, de acordo com cada projeto. O valor de cada bolsa será de R$ 240,00 Somente serão concedidas bolsas por solicitação de docentes com projetos aprovados pela unidade e devidamente cadastrados no SIGMA. A carga horária a ser cumprida pelo bolsista deverá ficar entre oito e doze horas semanais.

O aluno deve estar regularmente inscrito em disciplinas, cursando, pelo menos, o terceiro período letivo da estrutura curricular recomendada. Deverá apresentar, ainda, coeficiente de rendimento acumulado igual ou superior a seis. Pedidos que não atendam a essas exigências só serão examinados quando acompanhados de justificativa circunstanciada do orientador.

O procedimento quanto ao encaminhamento de solicitação de bolsas – renovação ou concessão de bolsas novas – será divulgado através de memorando expedido a todas as unidades, quando da abertura das inscrições. Em quaisquer casos de desistência da bolsa, o bolsista deverá apresentar relatório técnico individual das atividades desenvolvidas. Será vedada a acumulação da bolsa de Iniciação Artística e Cultural com qualquer outra concedida pela UFRJ, exceto as bolsas Apoio e Manutenção.

Edital de isenção é aprovado

O colegiado aprovou, também nesta sessão, o edital de isenção da taxa de vestibular para 2005. Para solicitar isenção, o candidato deverá inscrever-se pela internet, no endereço eletrônico www.vestibular.ufrj.br, ou retirar o respectivo formulário, no período de 14 a 25 de junho, em três locais da universidade (CFCH, CCMN ou IFCS). A superintendente da área de graduação, professora Deia Maria, chamou a atenção no edital para o item relativo aos desempregados, em número cada vez maior no país.

Ela comentou que o excedente de recursos proveniente do vestibular do ano passado (cerca de R$ 200 mil) foi utilizado para a recuperação de salas de aula no CCMN, em função das chuvas que destruíram o local em 2003. De acordo com ela, a orientação da reitoria é continuar a usar o excesso de verbas do concurso para a melhoria das salas de aula, nos diversos centros.

Kelvin Melo

CONSELHO CRITICOU REPORTAGEM DO "FANTÁSTICO" SOBRE A UFRJ

Reportagem do Fantástico é criticada

Durante a reunião do CEG, alguns conselheiros se manifestaram com indignação sobre a reportagem exibida pelo programa "Fantástico" da Rede Globo, no dia 30/5. Na matéria exibida, uma aluna argentina percorria o *campus* da ilha do Fundão e apontava apenas os problemas existentes, como instalações precárias e violência. O diretor do NESC, Roberto Medronho, também foi ouvido pela emissora em relação ao estado da chamada "perna seca" do hospital universitário. No entanto, não foi feita qualquer referência à responsabilidade do governo federal pela situação e nenhuma autoridade da reitoria aparece no vídeo da Globo.

O pró-reitor José Roberto Meyer disse ter ficado constrangido com a reportagem. Ele criticou o fato de só ter sido mostrado à audiência do programa o lado ruim da universidade e informou que a reitoria está investido em obras de recuperação na Escola de Belas Artes, onde estuda a universitária estrangeira ouvida pela reportagem. A professora Deia lembrou que a matéria exibida tem as mesmas características de um texto publicado em O Globo, sobre a violência no *campus*, nas vésperas da inscrição do vestibular do ano passado. Ela também cobrou a falta de qualquer citação ao papel do Estado na manutenção da infraestrutura universitária. Jorge Fernando (CCS) observou ainda que não houve referência à qualidade do ensino ministrado, apesar das péssimas condições, e cobrou uma atitude da reitoria para responder à reportagem de alguma forma. Joaquim Lopes (representante do CCMN) também lamentou o conteúdo da reportagem.

Ana Maria Ribeiro, representante dos técnico-administrativos, reafirmou que a UFRJ deve reivindicar um tratamento diferenciado das demais universidades em relação à manutenção dos seus prédios. Ela lembrou que nenhuma outra instituição tem, em seu patrimônio, preciosidades históricas como o Palácio Universitário, o Museu Nacional, a Faculdade Nacional de Direito e o IFCS, entre outras edificações, que merecem verbas extras para sua conservação.

Edital de R$ 800 mil da FUJB

José Roberto informou que o presidente da Fundação Universitária José Bonifácio, Raymundo de Oliveira, esteve presente da reunião do último Conselho Superior de Coordenação Executiva, que congrega decanos e reitoria, e apresentou a disponibilidade de R$ 800 mil para a UFRJ em um edital, ainda este ano. Segundo José Roberto, o objetivo deste projeto da fundação é atender prioritariamente à graduação da universidade, com especial destaque para a parte de informática. O dirigente disse que os pleitos serão discutidos nas unidades e nos centros e terão apreciação final nos colegiados acadêmicos CEG e CEPG.

Marcelo Corrêa e Castro (CFCH) observou que, no ano passado, iniciativa semelhante da FUJB restringiu a participação dos conselhos ao papel de meros "endossadores" dos projetos das unidades. Ele solicitou que os colegiados tenham maior influência nos termos do edital para que não se repita a situação de 2003.

Sociologia no vestibular

A representante discente Luciana Cristina leu um recurso do Centro Acadêmico de Ciências Sociais que solicita um posicionamento do CEG em relação à possível implantação da Sociologia no vestibular. No documento, o CA lembra uma resolução da Secretaria Estadual de Educação que afirma a obrigatoriedade desta disciplina no segundo ano do ensino médio com uma carga horária semanal de dois tempos. O recuso cita ainda que a Sociologia está incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O professor José Roberto disse que o recurso será encaminhado para discussão, mas comentou que não existe a possibilidade de inclusão da Sociologia no vestibular deste ano. "Nem a Filosofia, que está em fase mais adiantada de debate, entrará neste (concurso)", afirmou.

Luciana também solicitou apoio da reitoria para a organização do 28º Encontro Nacional de Casas de Estudantes, que se realizará entre os dias 13 e 17 de julho, no Rio de Janeiro. O pró-reitor argumentou que o pedido será examinado pela administração da universidade.

Reunião com os coordenadores será depois do CEG

Ficou acertado no colegiado que a proposta de promover reuniões com os coordenadores de graduação de cada centro sofrerá uma modificação: os coordenadores agora serão convidados a aparecer após as sessões ordinárias do CEG, no prédio da reitoria, para discutir questões operacionais do cotidiano. Os conselheiros entenderam que, se as reuniões ocorressem nos próprios centros, ficaria prejudicada a participação de todo o CEG – no máximo, apenas os representantes locais marcariam presença. José Roberto disse que tentaria convocar os primeiros coordenadores já para a próxima sessão no dia 9 de junho.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 140 • 14 de junho de 2004

Assembléia Geral

14 junho
segunda-feira

15:30

Auditório da Escola de Serviço Social
Campus da Praia Vermelha

Pauta

1) Campanha Salarial: avaliação das propostas do governo e do setor das IFES.

2) 48º Conad.

Agenda Sindical

13 a 15/6 - III Seminário de Política Agrária do Andes-SN
Salvador (BA)
- Com o tema central "Reforma Agrária Já - Uma Luta de Todos"

16/6 – Manifestação contra as reformas Universitária, Sindical e Trabalhista
Brasília (DF)

17 a 20/6 - 48º Conad
Aracaju (SE), com o tema central "Em Defesa da Educação Pública e Gratuita: a Esperança está na Luta"

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

26 a 31/1/2005 - V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Setor das Federais apresenta proposta de reajuste salarial

Página 4

Adufrj-SSind

Caro (a) Professor (a),

A diretoria da Adufrj-SSind vem, por meio desta, informar o estágio atual de nossa campanha salarial. A primeira e até agora única proposta que o governo Lula nos fez perpetuava as desigualdades já muito acentuadas em nossa remuneração porque o reajuste proposto seria feito nas gratificações GED (Gratificação de Estímulo à Docência para o ensino superior) e GID (Gratificação de Incentivo à Docência para os 1º e 2º graus). Lembramos que os aposentados recebem apenas 60% (sessenta) do valor total destas gratificações. As seções sindicais da maioria das Instituições Federais de Ensino Superior recusaram esta forma de reajuste proposta pelo governo e reafirmaram suas exigências por uma forma de reajuste que fosse paritária entre ativos e aposentados e isonômica para os 1º e 2º graus e ensino superior. Nossa proposta - aprovada em Assembléia Geral de 03.06.04 - reivindica os valores totais das gratificações com os eventuais aumentos para todos os docentes, ativos e aposentados.

Em razão das pressões e da disposição da categoria docente de construir um movimento de greve para pressionar o governo a abrir negociações, foram aventadas pelo governo novas possibilidades de reajustes salariais que contemplariam estas reivindicações.

Aos aposentados, em especial, queremos manifestar um forte chamado para que participem de seu sindicato, a Adufrj-SSind. Somente assim teremos a força necessária para garantia de seus justos direitos como trabalhadores que já deram parte significativa de suas vidas na construção da universidade pública brasileira e, em especial, da UFRJ.

O momento presente é o de construção de uma proposta para apresentar ao governo e gostaríamos de contar com a participação dos aposentados – e dos demais professores - para que, também, os interesses desta fração de nossa categoria estejam tão fortemente contemplados como os das demais. Lembramos que a defesa da paridade entre ativos e aposentados e da isonomia entre professores de 1º, 2º graus e do ensino superior defendidos pela Adufrj-SSind, não é uma idéia unânime aceita pela totalidade dos professores de nossas universidades.

As diferentes diretorias da Adufrj-SSind têm se empenhado para que a situação criada com a GED em 1998, que quebrou a paridade entre ativos e aposentados e não atribuiu sequer uma gratificação aos professores de 1º e 2º graus, não se repita agora.

Assim, por entendermos que a defesa da universidade pública e dos direitos de seus trabalhadores concerne ativos e aposentados, reiteramos o chamado para que todos os docentes mobilizem-se para a próxima Assembléia Geral na qual construiremos a melhor proposta de negociação possível.

Esperamos todos em nossa assembléia geral no dia **14.06.04, às 15:30, na Escola de Serviço Social da UFRJ, na Praia Vermelha.**

COMPAREÇA!!!!Vamos discutir:

1) - **Campanha Salarial**: Avaliação das propostas do governo e do Setor das **I**nstituições **F**ederais de **E**nsino **S**uperior. (IFES);

2) - **48º CONAD**.

Diretoria da Adufrj-SSind.

Resenha

Justiça manda UFRJ e FUJB reembolsarem candidatos

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-Rio) determinou que a UFRJ e a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) devolvam a cada um dos 99.317 candidatos o valor da taxa de inscrição referente ao concurso para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, realizado em 1998 e anulado em maio de 1999, por causa de diversas irregularidades. A Câmara contratou a fundação, através da instituição de ensino, para efetuar o concurso. De acordo com a decisão, os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data da prova. Na época, as taxas variaram entre R$ 20 e R$ 35 (Gazeta Mercantil, 8/6).

Filantropia, onde?

No total, 170 instituições de ensino superior têm certificado de filantropia, cuja lei determina a destinação de 20% do faturamento para ações assistenciais. Com o certificado, as instituições ficam isentas do pagamento do INSS e outros benefícios, o que representou R$ 426 milhões, só em 2002. E o detalhe é que as "filantrópicas" incluem na conta do assistencialismo atividades curriculares normais do curso, como o atendimento prestado por alunos de odontologia, medicina ou direito. Concessão de bolsas para filhos de professor, gastos com plano de saúde de funcionários, remuneração de diretoria e até programas de intercâmbio são computados (O Globo, 7/6).

Concorrência menor

Candidatos inscritos pelo sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília (UnB) enfrentarão concorrência bem menor do que os outros alunos em 58 dos 61 cursos oferecidos pela instituição no vestibular deste mês. Na Medicina, curso mais concorrido deste exame, a média geral foi de 81,41 inscritos por vaga. Já no sistema de cotas, a taxa ficou em 32,71 candidatos por vaga (Folha de S. Paulo, 5/6).

Cartas

Ao Jornal da Adufrj-SSind,

Ao tomar conhecimento da entrevista do Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ, Professor José Luiz Monteiro, ao Jornal da ADUFRJ, no dia 31 de maio último, a Diretoria de Programas da Capes encaminhou resposta à redação em 9 de junho.

Tendo em vista o espaço restrito oferecido pelo jornal à publicação da referida resposta, a Diretoria de Programas da Capes optou por não diminuir o texto por considerar importante sua publicação na íntegra.

A Capes registra seu repúdio ao teor da entrevista do Pró-Reitor e informa que aqueles que desejarem ler a resposta da Diretoria de Programas da Capes à entrevista do Professor José Luiz Monteiro, poderão solicitar por e-mail: ccd@capes.gov.br

Atenciosamente,

Catarina Neves

Coordenadora de Comunicação CAPES

NR: O material originalmente enviado pela assessoria da Capes para esta seção de cartas ocuparia cerca de duas páginas e meia deste jornal (18.330 caracteres com espaços), o que inviabilizou sua publicação na íntegra.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG distribui 600 bolsas de monitoria

Solicitações das unidades representaram quase o dobro de bolsas disponíveis

Depois de regulamentado em resolução, o programa de 600 bolsas de monitoria teve sua distribuição discutida e aprovada no Conselho de Ensino de Graduação de 9 de junho. O Centro de Ciências da Saúde obteve 29% do montante (o equivalente a 171 bolsas), seguido pelo Centro de Letras e Artes (21% ou 127 bolsas) e pelo Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (18% ou 105 bolsas). A lista é completada pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (16% ou 96 bolsas), pelo Centro de Tecnologia (12% ou 72 bolsas) e pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (5% ou 29 bolsas). Confira a distribuição em quadro nesta página.

Embora signifique um avanço em relação à extinção do programa em 1997, as atuais 600 bolsas de monitoria não chegaram a atender todas as solicitações das unidades da UFRJ, num total de 1.075 pedidos. Neste sentido, o pró-reitor José Roberto Meyer apressou-se em dizer que solicitou orçamento para o ano que vem para dobrar o número de bolsas. Apenas as bolsas-alojamento não serão ampliadas, pois seria necessário aumentar o número de quartos, segundo o pró-reitor. No caso, 1,2 mil bolsas de monitoria seriam capazes de atender completamente a esse primeiro pleito.

Critério único

A premência do tempo, uma vez que a monitoria volta a vigorar na universidade já a partir do próximo período letivo (agosto a dezembro), e a falta de informações precisas originadas das unidades foram as justificativas dos integrantes da comissão para basear a distribuição em apenas um critério: o número de alunos inscritos nas disciplinas, em determinada unidade. Maria da Silvia Possas (CCJE) acredita que não foi a forma mais justa, "mas foi o possível". Maria José (CCS) lembrou que a primeira distribuição é temporária e por um período mais curto.

A fórmula

Dessa forma, o número de alunos inscritos nas disciplinas de uma determinada unidade sobre o total de 123.079 estudantes inscritos na UFRJ (aqui, o elevado número se explica pelas repetidas vezes que o aluno é contado, conforme o número de disciplinas cursadas) influenciou diretamente o resultado.

Por exemplo, o sistema de registro acadêmico apontou que a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo teve 6,9 mil inscritos no segundo semestre de 2003, período que balizou esta distribuição. Este valor representa 5,6% do total. O percentual multiplicado pelas 600 bolsas disponíveis chega à quantidade de 33,6 bolsas a que teria direito (arredondada para 34). Uma vez que a FAU solicitou menos do que poderia (21), ela obteve pleno resultado na distribuição, tal como outras sete unidades. O excedente não utilizado destas oito unidades (120, segundo a tabela exibida no CEG) foi destinado a melhorar o número de outros locais que pediram mais do que teriam direito, segundo o critério da comissão.

Rendimento do aluno

Para atendimento das exigências de aproveitamento satisfatório do aluno, deverá ser considerado o coeficiente de rendimento acumulado até o segundo semestre de 2003. Pela resolução do colegiado essa nota precisa ser igual ou superior a seis. Pode ser do primeiro semestre de 2004 o CR da disciplina na qual será exercida a monitoria (igual ou superior a sete), se for obtido a tempo de concorrer à bolsa. O cronograma com os prazos para a inscrição no programa de monitoria ainda será divulgado pela reitoria.

O debate

A professora Maria Lúcia Patitucci (representante do CCMN) não gostou da distribuição apresentada pela comissão. Segundo ela, algumas unidades fizeram pedidos mais bem fundamentados que outras em relação às bolsas de monitoria e deveriam ter sido melhor contempladas. Pelo menos, reivindicou ela, os locais que tiveram atendimento pleno de suas demandas poderiam ceder 10% para outros.

A professora Ana Canen (CFCH) sugeriu que, além da publicação completa da tabela, a comissão formulasse um texto explicativo do trabalho feito, que deverá estar disponível na página da pró-reitoria (www.sr1.ufrj.br), em poucos dias.

Tabela simplificada da distribuição das bolsas de monitoria

Centros	Unidades	Solicitações	nº de inscritos	Bolsas a que teria direito	Distribuição final
CLA	FAU	21	6900	34	21
	EBA	23	5200	25	23
	EM	28	1955	10	14
	Letras	117	11725	57	69
CCJE	Direito	8	14262	70	8
	Economia	24	4078	20	21
CT	EQ	38	2301	11	16
	EE	86	9930	48	56
CCS	IB	44	2591	13	19
	ICB	145	2670	13	39
	FF	5	1288	6	5
	EE Anna Nery	37	3616	18	21
	Nutrição	22	896	4	8
	Odontologia	23	1296	6	9
	IBCCF	50	2413	12	20
	Medicina	134	6100	30	50
CCMN	IGeo	31	2220	11	14
	Matemática	41	9643	47	41
	Física	30	4655	23	24
	I.Química	47	4417	22	26
CFCH	IFCS	22	7208	35	22
	ESS	NI*	2950	14	12
	IP	38	3995	19	21
	ECO	45	4394	21	26
	FE	15	6376	31	15
Total		1075	123079	600	600

*Obs: *não informado*

Futuras distribuições

Ericksson Almendra (CT) propôs que as próximas distribuições tenham como um dos principais critérios o aproveitamento das bolsas de monitoria no período anterior. "Para o futuro, não vou querer ver o número de inscritos, mas os resultados do uso da monitoria", disse.

A superintendente da Graduação, Deia Maria, questionou se as disciplinas práticas não deveriam ter prioridade em outros pleitos. Deize Vieira dos Santos (CLA) respondeu que o objetivo primeiro da monitoria é despertar o interesse pela carreira docente nos estudantes e que, nesse caso, tanto aulas teóricas, quanto as práticas, podem motivar o interesse pela docência.

Edital da Iniciação Artística e Cultural

O edital para a distribuição das 150 bolsas de Iniciação Artística e Cultural deverá ser discutido e aprovada na sessão deste dia 16.

Reunião com coordenadores

O pró-reitor José Roberto informou que apresentará o estudo de reserva de vagas proposto pela reitoria (20% para os oriundos da escola pública) nesta segunda-feira, dia 14, no CFCH. Ele contou que vai tentar articular no local a primeira reunião com os coordenadores de graduação deste Centro e do CCJE com os conselheiros do CEG para depois da próxima sessão do colegiado, no dia 16.

Proposta da Andifes

José Roberto comunicou que substituiu o reitor Aloisio Teixeira, na semana passada, em uma reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em Brasília. Na ocasião, a entidade distribuiu sua proposta atualizada de reforma universitária ao ministro Tarso Genro. O pró-reitor trouxe alguns exemplares e pediu para a secretaria do CEG distribuir uma cópia para o Sintufrj e para a Adufrj-SSind.

Representante pede discussão de projetos

A representante técnica-administrativa Ana Maria Ribeiro pediu para o colegiado discutir, assim que possível, os projetos do governo referentes a cotas, apoio ao estudante de ensino superior e o Universidade para Todos.

Adufrj-SSind

Setor apresenta proposta alternativa de negociação salarial

Conteúdo é muito semelhante ao já decidido em última AG da Adufrj-SSind

Reunidos no Setor das Federais, em Brasília, no dia 5 de junho, os representantes das seções sindicais dos docentes das decidiram remeter para avaliação das assembléias gerais de todo o país, por indicação da diretoria do Andes-SN, uma proposta alternativa de negociação entre o Sindicato e o governo, em relação à incorporação imediata das gratificações e ao reajuste linear.

A proposta do Setor encaminhada às assembléias inclui aquilo que vem sendo conversado, embora não formalizado, entre diretores do Andes-SN e representantes governamentais, nos últimos dias: extinção da GED e da GID e sua substituição por uma gratificação emergencial não produtivista (desvinculada de avaliação de desempenho). Essa nova gratificação deverá obedecer a alguns princípios que já foram discutidos e aprovados na AG da Adufrj-SSind do dia 3/6: paridade entre ativos e aposentados e isonomia entre docentes do magistério superior e os de 1º e 2º graus.

De diferente em relação ao debatido na assembléia da seção sindical, há proposta de estender a gratificação não produtivista aos docentes substitutos. Diretora do Andes-SN presente ao Setor e integrante da direção da Adufrj-SSind, a professora Janete Luzia explica o que motivou essa extensão: "Somos contrários à precarização do trabalhador, mas não somos a favor de deixá-lo em estado ainda mais precário", disse.

Também a exemplo do que foi deliberado na última AG da Adufrj-SSind, o Setor reivindica do governo um calendário para incorporação das gratificações (no caso, a GAE e a nova gratificação não produtivista). Outra novidade no encaminhamento do Setor é que "a proposta salarial a ser elaborada deverá atingir uma concessão remuneratória que não pode ser inferior à já apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regime de trabalho e deverá ser retroativa a 1º de maio".

Capacidade de luta

Em circular enviada às seções sindicais no dia 8, o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, observa que, se a proposta for viabilizada, "teremos obtido um grande avanço, não tanto em relação a ganhos financeiros imediatos, mas no que diz respeito à superação de todo o cortejo de mazelas decorrentes da implantação das gratificações produtivistas".

O presidente comentou que, embora o movimento docente historicamente defenda contracheques mais "limpos" dos penduricalhos da remuneração, a nova gratificação acabaria com vários problemas decorrentes da atual política salarial: "A GED e a GID são discriminatórias, principalmente em relação aos docentes aposentados e aos da carreira de 1º e 2º graus; são anti-isonômicas: instituem remuneração diferenciada para trabalho igual; são produtivistas e significam uma forma de remuneração arcaica, tradicionalmente usada em detrimento dos trabalhadores; rompem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com incentivo apenas à primeira dessas atividades; e representam um componente instável da remuneração que, em princípio, pode ser retirado, e que, depois da emenda constitucional nº 41 (reforma da Previdência), gera incertezas em relação à aposentadoria", afirmou.

Dentre os inconvenientes mencionados, Lucas verifica que os quatro primeiros desaparecem automaticamente e o último é atenuado, com a nova proposta. "Não sabemos quais desdobramentos terá a emenda constitucional nº 41 em relação à legislação ordinária posterior, mas, em qualquer situação, é, em princípio, mais fácil transferir para os aposentados uma gratificação não-produtivista do que uma que varie em função da avaliação de desempenho", completou.

O dirigente ressalta ainda que o calendário a ser exigido ao governo para incorporação das gratificações não pode ser tratado como uma mera declaração de intenções, mas com base em uma norma legal "que realmente possa proporcionar alguma segurança de que se cumprirá o acordado".

No mesmo documento, o sindicalista considera que o montante dos valores destinados a um acordo com os professores universitários dependerá da capacidade de luta da categoria.

Lucas recuperou o conteúdo das negociações dos últimos 20 dias, quando o governo recuou de seu ultimato para aceitação de um mero reajuste nas gratificações produtivistas e sinalizou com a possibilidade de abertura de efetivas negociações. No entanto, lembrou ele, mesmo nesse período em que se realizaram algumas audiências com o MEC e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nada de concreto foi formalizado ao Sindicato.

Não sem razão, portanto, o Setor avaliou como imprescindível manter a pressão em cima do governo e deliberou que a próxima reunião do Setor, no dia 15 de junho, poderá marcar um indicativo de greve com data.

Calendário e outras atividades

O Setor solicitou uma rodada de assembléias em todo o país para apreciação da proposta do Andes-SN, preferencialmente entre os dias 7 e 11 de junho – a AG da Adufrj-SSind foi marcada para esta segunda-feira, 14/6.

Neste dia 14, será organizado um ato no MEC, onde vai ocorrer uma audiência com o ministro Tarso Genro. O Setor lembra ainda a participação, no dia 16, na manifestação da capital federal, contra as reformas neoliberais (universitária, sindical e trabalhista) anunciadas pelo governo Lula.

Última reunião com o Planejamento

Em reunião do Andes-SN e do Sinasefe (sindicato dos servidores federais da educação básica e profissional) com a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, na tarde do dia 9/6, o representante do governo reafirmou a disposição do governo de extinguir a GED/GID e criar uma nova gratificação, paritária, isonômica e não vinculada à avaliação de desempenho, como forma de reajuste para os docentes. Na ocasião, os representantes das entidades sindicais criticaram alguns pontos de uma proposta de "carta de entendimento" para as negociações em curso, que não explicitava a posição assumida pelo governo sobre a nova gratificação.

O Secretário Sérgio Mendonça comprometeu-se a incluir, na ata da reunião, a explicitação sobre a extinção da GID/GED. Em relação à extensão da proposta de nova gratificação aos docentes substitutos, o representante da SRH afirmou que não seria possível nesta negociação, visto que o pagamento dos substitutos sai do orçamento do custeio e não do recursos humanos. Segundo ele, esta negociação deveria ser feita em Mesa Setorial com o MEC, e não com o MPOG.

Ficou agendada nova reunião para o dia do fechamento desta edição (em 11/6) para apreciação de novo texto da "carta de entendimento" e outra, no dia 16/6, para apresentação de simulações de proposta.

Andes-SN

Andes-SN critica desmantelamento da Capes

Diretores defendem, em audiência no MEC, o Programa Nacional de Capacitação Docente

Críticas ao desmantelamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Essa foi a síntese da audiência realizada no MEC, em Brasília, no dia 3 de junho, que reuniu os diretores Antonio Bosi e Celi Taffarel, do Andes-SN, mais o professor Waldir Bertúlio, do Comando Nacional de Mobilização do Sindicato, e a diretoria daquela agência de fomento, contando com a presença do presidente Jorge Guimarães.

Os diretores do Sindicato Nacional basearam-se em documentos fornecidos pela própria Capes ao Tribunal de Contas da União (TCU) para comprovar o sucateamento da agência: as despesas realizadas pelo órgão vinculado ao MEC caíram, de R$ 516 milhões, em 2001, para R$ 478 milhões, em 2002; os investimentos em pós-graduação foram reduzidos de R$ 82,2 milhões (2001) para R$ 44,2 milhões (2002). "A situação do Portal (de periódicos), dos programas institucionais, das bolsas e do orçamento dos três presidentes em 500 dias nos indicam problemas na Capes", acrescenta um trecho do relatório da audiência, enviado às seções sindicais no dia 7.

Os diretores do Sindicato Nacional observaram que um projeto de nação soberana, voltado para as necessidades de vida digna de sua população, necessita de investimentos na área de Ciência & Tecnologia e na formação de recursos humanos condizentes com seus desafios. Foi mostrado, pelos dirigentes sindicais, que esses recursos têm sido irrisórios, ao longo dos últimos anos, inclusive no governo Lula. Para exemplificar, comentaram que o Plano Nacional de Educação vigente (que nem é aquele construído nos Coneds, congressos nacionais de Educação dos movimentos sociais) ainda possui vetos não derrubados no item referente aos recursos voltados para o ensino superior.

O Sindicato ressaltou ainda que defende um projeto de universidade no qual consta o Programa Nacional de Capacitação Docente, protocolado na Capes, que contém críticas ao Programa de Qualificação Institucional, criado no fim de 2002. No projeto de universidade defendido pelo Sindicato, e que pode ser consultado na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br/Andes/caderno2_andes.pdf), entre as páginas 64 e 79, o PQI é considerado como "um ataque frontal" à autonomia universitária: "Há na formulação do programa uma clara ingerência nos rumos da capacitação docente de cada instituição de ensino superior pública, ao ser delegada à Capes a análise de adequação técnica das propostas apresentadas pelas IES ao PQI (...)", segundo um trecho.

O Andes-SN reafirmou ainda a autonomia e autodeterminação das nações em suas políticas – entre elas, educacional, de C&T e industrial – e mostrou a preocupação com o avanço da mercantilização nesses setores, através de propostas em estudo na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os sindicalistas declararam que o Sindicato vai continuar a reivindicação por mais recursos para Educação (meta de 10% do Produto Interno Bruto) e para C&T (em percentual muito acima dos irrisórios 0,3% hoje aplicados).

Resposta da Capes

O presidente da Capes, Jorge Guimarães, confirmou a defasagem orçamentária da Capes. Segundo ele, o número de matrículas cresce 15% ao ano, os cursos crescem 9% ao ano e a Capes, apenas 2% ao ano. Atualmente, existem, no Brasil, cerca de 2,3 mil programas de mestrado e doutorado e 90 mil estudantes de pós-graduação não têm bolsa (a Capes só concede 22 mil).

De acordo com o representante do MEC, a Capes tem vários desafios, como formar mestres e doutores para o sistema público de ensino superior; formar recursos humanos para a administração direta; formar quadros técnicos; fomentar centros de pesquisa; contribuir com o desenvolvimento da política industrial e, além disso, formar mestres e doutores nas universidades privadas. Jorge concordou, no entanto, que o percentual do PIB aplicado em C&T é insuficiente e que deveria ser garantido um mínimo de 1,5% para o setor. O presidente da Capes chegou a afirmar que o Andes-SN é uma entidade que pode ajudar a defender a agência de fomento, pela adequada ampliação dos seus recursos.

Transparência na liberação de recursos

A equipe da Capes destacou ainda que tem compromisso com a transparência na utilização de suas verbas. De acordo com Roberto Bartholo, Diretor de Programas da agência, o repasse para as instituições poderá ser acompanhado na página eletrônica www.capes.gov.br, a partir deste mês de junho. Já o Diretor de Avaliação, Renato Jeanine Ribeiro, comentou que muitos cursos não estão credenciados, inclusive cursos do exterior. Segundo ele, também na página eletrônica da Capes, há uma lista dos programas de pós-graduação e sua situação. "Afirmou que o sistema continuará a funcionar na busca da rigorosidade das avaliações 'doa a quem doer'. A pós-graduação custa muito ao povo brasileiro e é necessário que sejam atingidos padrões de qualidade satisfatórios", diz um trecho do relatório da reunião.

IV Plano Nacional de Pós-Graduação

O presidente da Capes mencionou ainda que está sendo realizado um esforço para que, no segundo semestre deste ano, seja lançado o IV Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), voltado para o período 2005-2010. A comissão responsável pela elaboração do Plano foi constituída no final de maio. O objetivo da iniciativa é fazer uma radiografia da pós-graduação no país para estabelecer metas regionais, estratégias e, principalmente, apresentar os recursos necessários para as áreas que até aqui são extremamente insuficientes. O I Plano Nacional de Pós-Graduação foi feito na década de 70 e os dois posteriores, na década de 80.

Anexo ao Caderno de Textos está disponível

Já está disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind, na seção "documentos" (www.adufrj.org.br/documentos.htm), na pasta do dia 8/6, o Anexo ao Caderno de Textos do 48º Conselho do Andes-SN (Conad), que ocorrerá entre os dias 17 e 20 de junho, em Aracaju (SE). O Caderno é o documento que guia os trabalhos dos representantes enviados pelas seções sindicais ao evento.

No Anexo, constam dois textos relativos a questões organizativas e financeiras do Sindicato (a prestação de contas do 23º Congresso, realizado em Salvador, em março deste ano; e o relatório final sobre a eleição para a diretoria do Andes-SN, em maio, produzido pela Comissão Eleitoral Central).

Delegação da Adufrj-SSind faz reunião

No dia 9, a delegação da Adufrj-SSind, eleita pela Assembléia Geral de 3/6, fez uma reunião preparatória para o Conad. Sara Granemann, como delegada, José Miguel Bendrao Saldanha, Salatiel Menezes, Janete Luzia Leite, Cristina Miranda e Elen Castelo Branco, como observadores, são os professores que vão representar a seção sindical em Aracaju.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

O cinismo global de Bush

Noam Chomsky*

Contrariamente ao que se poderia pensar, as ocupações militares, mesmo quando realizadas pelos conquistadores mais brutais, podem ser bem-sucedidas. É o caso da invasão da Europa Ocidental por Hitler, ou a da Europa Oriental pela Rússia, no pós-guerra. Em ambos os casos, os países ocupados eram dirigidos por colaboracionistas que dispunham de redes locais, civis e militares, e eram meramente apoiados pelas tropas do conquistador. Desenvolveu-se uma corajosa resistência contra Hitler, mas sem ajuda externa ela teria sido esmagada. Na Europa Oriental (como na própria Rússia), os Estados Unidos tentaram dar apoio à resistência antisoviética até o início da década de 50, mas sem êxito.

Por contraste, observemos a invasão do Iraque. Ela pôs fim a dois regimes monstruosos, um dos quais temos permissão de citar e o outro, não. O primeiro foi o regime do tirano; o segundo, as sanções impostas pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, que mataram centenas de milhares de pessoas, devastaram a sociedade, reforçaram o poder do tirano e obrigaram a população a depender dele para sua sobrevivência (por meio do racionamento) – preservando, dessa forma, Saddam Hussein do destino que tiveram outros ditadores apoiados por diversos governos dos Estados Unidos, particularmente por parentes e amigos do atual governo norte-americano – tais como Suharto, Marcos, Duvalier, Ceaucescu, etc., que foram depostos por uma oposição interna. Tal perspectiva era plausível antes da guerra.

O conceito de "guerra preventiva", tão caro a George W. Bush, revelou sua verdadeira natureza: trata-se de um simples eufemismo para poder atacar quem quer que seja

Ninguém duvida que a população tenha recebido com satisfação o fim das sanções e o fim do regime de Saddam Hussein. Os opositores à guerra no Iraque no mundo inteiro também, embora esse fato tenha sido ocultado. Mas teria sido possível suprimir o regime das sanções sem a guerra; além do que, se elas tivessem sido abolidas, a população poderia ter conseguido se livrar da ditadura. A investigação realizada pelo inspetor David Kay, nomeado pelo presidente Bush após a vitória, não só desmentiu, de maneira absolutamente clara, a pretensa detenção de armas de destruição em massa pelo Iraque, como demonstrou, além do mais, que o poder exercido por Saddam Hussein, nos anos que precederam a invasão norte-americana, era muito frágil. Isto confirmou, *a posteriori*, as teses de inúmeros especialistas que conheciam bem a situação interna iraquiana. Dois coordenadores do programa de ajuda humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, Denis Halliday e Hans von Sponeck[1], haviam repetido inúmeras vezes que se o boicote e as sanções impostas por Washington e Londres tivessem poupado a população, os próprios iraquianos teriam deposto seu tirano.

Infâmia comparável a Pearl Harbor

Todos sabemos que as intervenções militares podem ter efeitos secundários positivos: o bombardeio de Pearl Harbor pela aviação japonesa em dezembro de 1941, por exemplo, levou à expulsão das potências imperiais ocidentais da Ásia, poupando, dessa maneira, milhões de vidas que teriam se perdido. Seria isso uma justificativa para o fascismo japonês e seus crimes? É evidente que não. Todo mundo reconhece que a agressão japonesa contra os Estados Unidos foi um crime de guerra, o "crime capital", segundo o Tribunal de Nuremberg.

Teria sido possível suprimir o regime das sanções sem a guerra; além do que, se elas tivessem sido abolidas, a população poderia ter conseguido se livrar da ditadura

Foi com toda a razão que Arthur Schlesinger, o mais respeitado historiador norte-americano, lembrou esse precedente de Pearl Harbor quando começaram os bombardeios do Iraque. O presidente Franklin D. Roosevelt, escreveu ele, tinha motivos para dizer que o ataque japonês era uma data memorável na história da infâmia e que os norte-americanos deveriam viver com o ataque contra Bagdá como uma infâmia comparável à política imperial japonesa.

Com o fim dos dois regimes – o das sanções e o de Saddam Hussein – os Estados Unidos dispunham de recursos imensos para reconstruir o Iraque. A população estava aliviada e a resistência praticamente não contava com qualquer apoio externo. Mas ela se desenvolveu fundamentalmente a partir de dentro, como uma resposta à violência e brutalidade dos invasores. Foi necessário um verdadeiro talento para conseguir fracassar...

"Santuário de terroristas"

Isto porque a invasão desencadeou um ciclo de violência que, por sua vez, produziu ainda mais violência, como provam os terríveis combates travados em Falluja – e nos quais são os civis as principais víti-

mas. Embora jamais tenham existido vínculos entre o antigo regime iraquiano e a rede terrorista Al-Qaida, todo mundo concorda que o "Iraque ocupado" se tornou um "santuário de terroristas", como observou, no *New York Times*[2] , Jéssica Stern, especialista em terrorismo da Universidade de Harvard.

A invasão do Iraque pôs fim a dois regimes monstruosos. O primeiro foi o regime do tirano; o segundo, as sanções impostas pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha

A guerra contra o Iraque foi decretada apesar da oposição da opinião pública internacional, que receava que tal agressão conduzisse à disseminação do terrorismo. O governo Bush considerou esses riscos insignificantes, quando comparados com a perspectiva de assumir o controle do Iraque e de suas riquezas, de lançar a primeira "guerra preventiva" e de reforçar seu domínio sobre o cenário interno norte-americano.

Por outro lado, a "guerra contra o terrorismo" fracassou e os atentados sangrentos se multiplicaram pelo mundo inteiro. Para a desgraça de seus moradores, não pára de aumentar o número de cidades atingidas pelo terrorismo desde o 11 de setembro de 2001 e, principalmente, após a invasão do Iraque. Elas já são hoje Bagdá, Casablanca, Istambul, Jacarta, Jerusalém, Haifa, Ashdod, Mombassa, Moscou, Riad, Madri e Damasco. Nesse ritmo, é possível prever um cenário em que o terrorismo e as armas de destruição em massa acabem por se unificar numa mesma organização cujos ataques poderiam assumir proporções realmente aterradoras.

O governo Bush considerou os riscos da guerra insignificantes, quando comparados com a perspectiva de assumir o controle do Iraque e de suas riquezas,

Fracasso surpreendente

O conceito de "guerra preventiva", tão caro a George W. Bush, revelou sua verdadeira natureza: trata-se de um simples eufemismo para poder atacar quem quer que seja. Foi o caráter arbitrário e perigoso dessa doutrina – e não, unicamente, sua concretização no Iraque – que desencadeou, em fevereiro de 2003, a grande onda de protestos contra a invasão, rejeição que se ampliou desde então, principalmente devido à incapacidade de Washington provar que o regime de Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa.

Desde abril de 2003 que as pesquisas junto à opinião pública revelavam que os cidadãos norte-americanos desejavam que a ONU assumisse, no pós-guerra, a principal responsabilidade de reconstruir política e economicamente o Iraque. Apesar de tudo, o fracasso da ocupação é surpreendente, considerando-se o poder militar e os recursos de que dispõem os Estados Unidos. Esse fracasso forçou o governo Bush a dar marcha à ré, resignando-se a pedir a ajuda das Nações Unidas. Estas se perguntam se o Iraque poderia vir a ter um *status* que não fosse o de vassalo de Washington. Os Estados Unidos construíram em Bagdá sua maior missão diplomática do mundo, com 3 mil funcionários, o que significa de maneira bastante clara que a transferência de soberania, prevista para o próximo dia 30 de junho, será consideravelmente restrita.

Esse sentimento foi reforçado pela exigência norte-americana de manter no Iraque importantes bases militares e uma presença considerável de suas tropas. Essa vontade de avassalar Bagdá também pode ser identificada nas ordens dadas por Paul Bremer, o pró-cônsul de Washington, no sentido de que a economia local permaneça aberta e controlada por estrangeiros (*leia, nesta edição, os artigos de Ibrahim Warde e Juan Cole*). A perda de controle sobre a economia restringe de forma radical a soberania política, assim como as perspectivas de um desenvolvimento saudável. Essa é uma das lições mais claras da história. Jamais algum país colonizado conseguiu se desenvolver enquanto sua política e sua economia fossem dominadas pela potência invasora.

O fator eleitoral

Em dezembro de 2003, uma pesquisa da organização PIPA/Knowledge Networks revelou que a própria população norte-americana apóia com reticências a decisão do governo Bush de manter uma grande presença militar no Iraque em caráter permanente. Essa preocupação popular decorre do fato de que as pessoas não acreditam que a causa seja justa.

A oferta eleitoral nos Estados Unidos é bem restrita e as pessoas sabem que, em geral, as eleições são compradas nos Estados Unidos. Às vezes, o candidato democrata, John Kerry, é descrito como um "Bush carente de calorias". No entanto, as duas facções do que se convencionou chamar o "Partido dos Patrões" têm propostas políticas distintas. Os pequenos detalhes que, à saída, separam os dois candidatos, podem vir a se transformar, à chegada, em impactos gigantescos e de natureza bastante contraditória, caso o eleito seja Bush ou Kerry. Isso pode ocorrer no próximo mês de novembro, como ocorreu em 2000, quando os candidatos eram Bush e Gore.

A "guerra preventiva" no Iraque provocou a disseminação do terrorismo pelo mundo, mas um país que dá abrigo a uma lista de notórios terroristas nunca será alvo desta política: os Estados Unidos

Bush formula sua doutrina da seguinte maneira: "Livrar o mundo do Mal e do terrorismo"."Declarar guerra ao terrorismo é também declarar guerra a qualquer Estado que dê abrigo a terroristas. Pois um Estado que abriga terroristas em seu território é, ele próprio, um Estado terrorista e como tal deve ser tratado", afirmou após o 11 de setembro de 2001. Em nome dessa doutrina, Bush desencadeou a guerra no Afeganistão, em 2001, e no Iraque, em 2002. E ameaça outros países, como a Síria. Às vezes, dá até para questionar se Bush é realmente coerente, pois existem inúmeros outros países que abrigam terroristas, que os protegem, e que não são bombardeados, nem invadidos. A começar... pelos próprios Estados Unidos!

É sabido que, desde 1959, os Estados Unidos deram apoio a ações terroristas contra Cuba. Houve a invasão da Baía dos Porcos, em 1961, rajadas de metralhadoras, a partir de aviões, contra civis, bombas colocadas em locais públicos, em Havana e outras cidades, o assassinato de funcionários do governo, a destruição, em pleno vôo, de um avião da empresa aérea cubana, em 1976, que provocou a morte de 80 pessoas, assim como foram organizadas dezenas de complôs para assassinar Fidel Castro. Um dos terroristas anticastristas mais famosos, acusado de ser quem planejou o atentado contra o avião comercial, em 1976, é Orlando Bosch. Em 1989, George Bush, o pai, cancelou uma decisão do Departamento de Justiça que recusava o pedido de asilo feito por Bosch. Este vive até hoje tranqüilamente nos Estados Unidos, onde prossegue com suas atividades anticastristas.

Para a desgraça de seus moradores, não pára de aumentar o número de cidades atingidas pelo terrorismo desde o 11 de setembro de 2001

Os "combatentes da liberdade"

A lista de terroristas refugiados nos Estados Unidos também contempla Emmanuel Constant, do Haiti, conhecido pelo apelido de "Toto" e ex-líder paramilitar da época dos Duvalier. "Toto" foi o fundador da Frente Revolucionária pelo Avanço e o Progresso do Haiti (FRAPH), uma milícia paramilitar que, obedecendo às ordens da Junta que depôs o presidente Aristide, aterrorizou a população entre 1990 e 1994. Segundo informações obtidas recentemente, "Toto" está morando no bairro de Queens, em Nova York. E Washington recusou o pedido de extradição formulado pelo Haiti. Por quê? Porque "Toto" poderia revelar os vínculos entre os Estados Unidos e a Junta, responsável por ter mandado assassinar – pelos homens da FRAHP – de 4 mil a 5 mil haitianos... É bom acrescentar que, entre os gângsteres que participaram, junto às tropas norte-americanas, do recente golpe de Estado contra o presidente Aristide, encontram-se vários ex-dirigentes da organização terrorista FRAHP...

Washington resiste a entregar gente que lhe prestou bons serviços, mesmo quando se trata de terroristas. Em fevereiro de 2003, por exemplo, a Venezuela pediu a extradição de dois oficiais que participaram do golpe de Estado de 11 de abril de 2002 e, em seguida, organizaram um atentado em Caracas antes de fugirem para Miami, onde encontraram abrigo.

Isto porque nem todos os terrorismos são da mesma natureza. E os que servem aos interesses dos Estados Unidos não poderiam ser qualificados pela expressão vilã de "terroristas". Eles são os novos "combatentes da liberdade", que é o termo empregado pelos meios de comunicação quando se referiam a Osama bin Laden – nos tempos em que ele praticava ações terroristas contra os soviéticos e a serviço de Washington

(**Trad.: Jô Amado**)

* Professor no Massachusetts Institute of Technology (MIT), Boston, Estados Unidos. Autor, entre muitos outros, do livro *Pirates and emperors, old and new. International terrorism in the real world*, reeditado pela Southend Press em 2003. Traduzido na França com o título *Pirates et empereurs. Le terrorisme dans le monde contemporains*, ed. Fayard, Paris, 2003.

[1] Ler o artigo de Denis Halliday, "Dês sanction qui tuent", *Le Monde diplomatique*, janeiro de 1999.

[2] Ler, de Jessica Stern, "How America Created a Terrorist Haven", *The New York Times*, 20 de agosto de 2003.

Movimento

Greve continua nas estaduais paulistas

Daniel Garcia/Adusp

MESMO COM CHUVA, ATO NA AV. PAULISTA, EM 3 DE JUNHO REUNE TRÊS MIL MANIFESTANTES

Movimento pede 16% de reposição salarial

Permanecem em greve professores e funcionários das estaduais paulistas por melhores salários, condições de trabalho e aumento de verbas para o orçamento das instituições. O movimento da USP, Unicamp e Unesp reivindica 16% de reposição salarial, sendo 10,5 pontos percentuais referentes ao período desde maio de 2001 e cerca de cinco pontos pela década de 90. A 1ª secretária da Seção Sindical dos Docentes da USP, Lucília Daruiz Borsari, explica que essa segunda parte do percentual representa uma tentativa no sentido de recuperar o poder aquisitivo de janeiro de 1989, quando as categorias alcançaram o seu pico salarial. O Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, que também participa da greve, encontra-se em situação mais precária e seus trabalhadores cobram uma reposição salarial da ordem de 72% (as perdas existem desde 1993).

Entre os outros diversos pontos da pauta de reivindicações, destaca-se o item que exige um aumento das verbas destinadas às universidades públicas (dos atuais 9,57%, originados da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – no estado, para 11,6%). Essa mudança representaria um acréscimo de cerca de R$ 600 milhões aos R$ 3 bilhões já existentes para custeio e investimentos nas instituições. O movimento também propõe a criação de uma cota fixa de 2,1% do ICMS (hoje, não existe nenhum mecanismo que garanta um orçamento mínimo) para o Centro Paula Souza.

Confisco previdenciário

Como se não bastassem as perdas salariais decorrentes da inflação, o movimento grevista também luta pela recuperação de 5% confiscados pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB), a título de aumento da contribuição previdenciária dos ativos, desde setembro de 2003 (era de 8%, foi para 13%). "A legislação foi aprovada "a toque de caixa", em regime de urgência, sem qualquer debate sério com o funcionalismo. Em menos de 30 dias, o então chamado PL 9 entrou na Assembléia Legislativa e foi aprovado pela maioria governista, tornando-se a Lei Complementar nº 943", segundo um informativo da Adusp de junho do ano passado.

Reitores insistem com reajuste zero

Na última negociação realizada com os reitores, no dia 7 de junho, as administrações mantiveram a posição intransigente de reajuste zero. Foi a quarta rodada em que o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) insistiu em anunciar que não pretende conceder reajuste algum.

Os representantes dos sindicatos ainda cobraram dos dirigentes universitários uma atuação mais enérgica em favor das emendas legislativas que ampliam o orçamento das instituições. Uma quinta rodada de negociações foi agendada para este dia 18.

Calendário de greve

As próximas assembléias dos sindicatos dos servidores das universidades estaduais paulistas ocorrem no dia 15. A tendência é que o movimento grevista, iniciado em um *campus* da Unesp em 11 de maio e reforçado pela entrada em greve da Unicamp e da USP (nos dias 26 e 27, respectivamente), continue. No dia 16, haverá uma passeata dos grevistas, que vai sair do Museu de Artes de São Paulo em direção à Assembléia Legislativa daquele estado, onde será realizado um ato público para pressionar os deputados pela aceitação das emendas que aumentam a dotação orçamentária das universidades. Vale lembrar que, no dia 3, mesmo debaixo de chuva, cerca de três mil pessoas fizeram esse percurso na primeira grande manifestação pública da greve. No dia 17, é a vez de acontecer um debate sobre a reforma universitária no gramado em frente à reitoria da USP.

Estudantes da USP apóiam o movimento

No dia 1º de junho, uma assembléia com mais de 500 estudantes da USP decidiu apoiar o movimento e, segundo a professora Lucília, a próxima AG dos alunos, neste dia 14, pode deflagrar a greve também no corpo discente da universidade.

Repasse foi normalizado

Durante a greve, um incidente serviu para ampliar a divulgação da greve das estaduais: no dia 4/6, não houve o habitual repasse das mensalidades para os sindicatos da USP. Imediatamente, diversas mensagens percorreram a internet para condenar o que foi considerado como uma retaliação ao movimento. No entanto, de acordo com a professora Lucília, a reitoria apressou-se em atribuir a ausência do repasse a um problema técnico, que acabou resolvido na noite do próprio dia 4.

o Setor das Federais do Andes-SN, em 5/6, aprovou uma moção de protesto contra a suspensão do repasse das mensalidades da Adusp-SSind.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 141 • 21 de junho de 2004

Setor das IFES confirma proposta salarial
Página 2

Assembléia aprova proposta encaminhada pelo Setor das Federais
Páginas 4 e 5

CEG define edital da Iniciação Artística e Cultural
Página 6

Conselhos voltam a discutir periodização
Página 7

Agenda Sindical

29 a 31/7 - 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

26 a 31/1/2005 - V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Manuella Soares

NOVA DIRETORIA DO ANDES-SN TOMA POSSE NO 48º CONAD, REALIZADO EM ARACAJU(SE)

Presidente do Andes-SN propõe rediscussão das agências de fomento

No discurso de posse na presidência do Sindicato Nacional, a professora Marina Barbosa também cobrou o fim das reformas universitárias que, segundo ela, se destinam a adequar as instituições aos programas dos organismos financeiros internacionais executados pelos governos brasileiros.

Página 3

Movimento

Setor das IFES confirma proposta salarial

Discussão de data para uma possível deflagração de greve foi remetida para 48º Conad

A reunião dos representantes das seções sindicais do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de 15 de junho confirmou a proposta salarial apresentada para a discussão da rodada de assembléias gerais de todo o país: extinção da GED e da GID e a criação de uma gratificação emergencial paritária, isonômica, não-produtivista (desvinculada de avaliação de desempenho) e extensiva aos professores substitutos. Conforme aprovado na Assembléia Geral da Adufrj-SSind (leia matéria nas páginas 4 e 5), o governo deverá apresentar um calendário para incorporação das gratificações (no caso, a GAE e a nova gratificação). Além disso, a proposta salarial a ser elaborada deverá atingir uma concessão remuneratória que não seja inferior à já apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regime de trabalho, retroativa a 1º de maio.

Na reunião do Setor, foi aprovada, por ampla maioria, a manutenção do indicativo de greve sem data. A discussão de uma data para possível deflagração do movimento grevista foi remetida para o 48º Conselho do Andes-SN, que ocorreu de 17 a 20 de junho, em Aracaju (SE).

Resposta ao Ministério do Planejamento

O Setor definiu que a diretoria do Andes-SN deverá encaminhar um documento à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no qual vai avaliar como insuficiente a proposta inicial de parâmetros para negociação (denominada como "Carta de Entendimento" e mencionada em outra matéria desta página).

Ainda nesta resposta ao ministério, o Andes-SN deve ressaltar a pauta de reivindicações dos servidores públicos federais e a específica do Sindicato, em especial o item que trata da necessidade de recomposição das vagas nas instituições via realização de concursos. Também deve ficar claro neste texto ao MPOG que o atual acordo salarial em andamento é parcial e deve ser considerado como um primeiro passo para a negociação da pauta geral de reivindicações dos docentes. O documento vai destacar, por fim, a realização do 48º Conad, em Aracaju, no fim da semana passada, quando representantes da categoria estiveram reunidos para avaliar o processo de negociação salarial.

Recomendações para a negociação

O Setor recomendou que, durante as próximas reuniões com o MPOG, o Andes-SN deve salientar a retroatividade do reajuste a 1º de maio. Também foi deliberado que a reivindicação da extensão da nova gratificação aos professores substitutos não deve inviabilizar as negociações. Outra medida decidida pelo Setor é que a concessão do novo reajuste não deverá causar maior distorção nas carreiras em razão da superposição de classes e níveis para professores graduados, especialistas e mestres.

Ministério ainda não atende reivindicações mínimas

No último movimento feito pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), os representantes do governo voltaram a demonstrar incoerência entre o discurso e a prática. O documento enviado pelo ministério ao Andes-SN, em 14/6, intitulado como "Carta de Entendimento", de acordo com a avaliação da diretoria do Sindicato Nacional, "não inclui as revisões necessárias" feitas em uma primeira versão da "Carta", já descartada na semana retrasada por diversos motivos. Entre eles, não manifestar a intenção de extinção da GED/GID e criação, em seu lugar, de uma nova gratificação isonômica entre docentes da carreira de 1º e 2º graus e professores da carreira do magistério superior. Apresentar um valor fechado a ser utilizado (9,3%, observados o limite do montante de recursos previstos para o pagamento da GID e GED, no exercício de 2004, acrescido daqueles estimados para a revisão remuneratória), não deixando possibilidade de um valor maior do que o anteriormente proposto, também foi outro motivo apontado com insatisfação pelos dirigentes sindicais.

Andes-SN volta a se reunir com MEC

Ministro devolve questão dos substitutos ao Planejamento

Dentro da postura de buscar a negociação, representantes do Andes-SN voltaram a se reunir com dirigentes do Ministério da Educação, no último dia 14. Na ocasião, os sindicalistas informaram sobre as sucessivas protelações do Ministério do Planejamento no encaminhamento de um acordo salarial. Os diretores do Sindicato Nacional também cobraram uma posição do MEC sobre o cronograma de incorporação das gratificações (GAE e a nova, não produtivista) aos vencimentos básicos dos docentes. Além disso, indagaram sobre sua possível extensão aos substitutos.

O ministro Tarso Genro declarou que a substituição da GED e da GID por uma gratificação não-produtivista nem discriminatória, que seria considerada como uma etapa para a incorporação aos vencimentos, foi defendida pelo MEC junto ao resto do governo, que chegou a concordar com a proposta. Em função disso, o ministro considerou que não haveria "grandes obstáculos" para se montar um cronograma da incorporação.

O secretário executivo do ministério, Fernando Haddad, disse que a extensão da nova gratificação aos professores substitutos só seria possível com um acréscimo de recursos ao orçamento do MEC. Ele confirmou, conforme divulgado na última reunião entre sindicalistas e o Planejamento, em 9/6 (leia Jornal da Adufrj nº 140, de 14/6), que os recursos para o pagamento dos docentes temporários não provêm da rubrica de pessoal, e sim da parte de custeio. Segundo Haddad, o ministério não teria como fazer cortes em seu orçamento de custeio para comportar a nova despesa e sugeriu que parte dos valores disponíveis para o reajuste salarial da categoria poderia ser destinada à extensão proposta.

Avaliação do Andes-SN

Na avaliação dos dirigentes sindicais, não houve nenhum avanço na questão dos substitutos, que foi novamente devolvida ao Ministério do Planejamento. "Consideramos que a possibilidade de encontrar uma solução satisfatória dependerá fundamentalmente de nossa capacidade de pressão, que deverá ser exercida, também, junto ao Parlamento", diz um trecho do relatório da reunião enviado para as seções sindicais na semana passada.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN

Presidente propõe rediscussão das agências de fomento

Marina Barbosa assume o Andes-SN e reafirma as lutas do movimento docente contra as reformas neoliberais

"Precisamos da Universidade que saiba responder aos desafios de uma sociedade que mantém dois terços de seus cidadãos afastados dos padrões mínimos de humanização alcançados historicamente." A fala da nova presidente do Andes-SN, professora Marina Barbosa, revela as preocupações da nova gestão do Sindicato com uma educação brasileira. Empossada na abertura do 48º Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN (Conad), no último dia 17, em Aracaju (SE), Marina lembrou que o conhecimento é algo cada vez mais restrito a poucos e, em países como o Brasil, vem se tornando cada dia mais afastado das instituições públicas para as quais o acesso ainda é, na sua avaliação, minimamente democrático, justamente por seu caráter público e gratuito.

Em seu discurso de posse, Marina destacou o papel da universidade na formulação de conhecimento novo e citou o consumismo exacerbado e o individualismo como sintomas de uma sociedade que perdeu a perspectiva da garantia dos direitos sociais. A nova presidente propôs aos professores a discussão sobre o papel do conhecimento e da produção de ciência e tecnologia. Para Marina, a comunidade deve repensar ainda os órgãos de financiamento à pesquisa como a Capes e o CNPq que, na sua opinião, expressam uma visão instrumental da produção do conhecimento. "Esses órgãos mantêm o monopólio da definição das políticas e linhas de pesquisa, bloqueando a autonomia da universidade. Sem uma transformação radical desses órgãos, fica muito difícil falar em transformação da Universidade".

Fim das reformas privatizantes

A professora também cobrou o fim das reformas universitárias que, segundo ela, se destinam a adequar as instituições aos programas dos organismos financeiros internacionais executados pelos governos brasileiros. "Chega de ficarmos presos a reformas que, desde os anos 60, visam tão somente adequar a Instituição Universitária ao papel coadjuvante que os organismos internacionais lhe atribuem. Coloquemos o debate no patamar que se faz necessário. Nossos docentes, ao lado dos técnicos-administrativos e estudantes são e devem ser, permanentemente, protagonistas da transformação da universidade." A presidente destacou a importância da participação de todos os professores no movimento e na construção das lutas do Sindicato, "não só dos que votaram na nossa chapa, mas também dos que votaram na outra chapa".

Manuella Soares

LUIZ LUCAS (DE TERNO) PASSA A PRESIDÊNCIA DO SINDICATO PARA A PROFESSORA MARINA BARBOSA

Derrota do governo

A nova diretoria tomou posse em meio a uma campanha salarial dos servidores públicos federais e, especialmente, num momento em que o governo Lula sofre sua primeira grande derrota no Congresso Nacional, com a votação do salário mínimo de R$ 275,00, pelo Senado, contra os ainda mais míseros R$ 260,00 propostos pelo Planalto. Marina chamou a atenção para a derrota no Congresso que poderá desencadear nas primeiras grandes reações de descontentamento da sociedade com os rumos da política econômica. "Do ponto de vista monetário, 15 reais a mais faz pouca diferença, mas, do ponto de vista da política, é um sinal de que as contradições estão postas e que nós temos que ter habilidade política para sabermos tratá-las".

"Valeu a pena, continuará valendo a pena"

No discurso de despedida da presidência do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas não escondeu a emoção de estar passando o cargo para a professora Marina Barbosa. Lucas ressaltou o trabalho coletivo da diretoria que encerrou o mandato e chamou a atenção para o momento político no qual a nova diretoria inicia a sua gestão. Particularmente, ao fato de que a nova direção do Sindicato ainda irá enfrentar um governo que, mesmo implementando políticas neoliberais e contrárias aos trabalhadores, ainda tem respaldo no que chamou de "legitimidade de origem".

O ex-presidente comentou que o movimento, ao longo dos últimos anos, tem resistido às investidas dos governos para dividir as categorias, "oferecendo determinadas benesses a alguns segmentos para obter apoio a um projeto que, no limite, procura conduzir a guerra contra todos (os trabalhadores)." Lucas lembrou que a diretoria que encerra seu mandato sempre lutou contra esta divisão, especialmente, entre os professores universitários, rejeitando os instrumentos como as gratificações produtivistas (GED e GID) e os reajustes salariais diferenciados para ativos e aposentados. Ao final de sua intervenção, Lucas manifestou seu otimismo e esperança na continuidade da luta do movimento docente: "continuará valendo a pena!".

Estudante critica reforma universitária

Durante a abertura do evento, Lucas Gama, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe, fez questão de explicitar o apoio à nova diretoria que considera ser a reafirmação da luta dos movimentos universitários contra a contra-reforma universitária que o governo federal está preparando para encaminhar ao Congresso. "Temos a certeza e a confiança de que esta direção que se apresenta hoje será companheira dos estudantes que se contrapõem a esta reforma universitária". Lucas criticou, entre outras investidas previstas na reforma do ensino superior, a compra de vagas nas universidades e faculdades privadas pelo governo, propostas pelo programa Universidade para Todos. A Lei de Inovação Tecnológica também foi citada pelo estudante como parte do projeto do governo para as universidades. O estudante aproveitou para criticar também a direção majoritária da UNE por concordar com as propostas do governo para a educação.

A deputada estadual Ana Lúcia Menezes (PT/SE) também explicitou o apoio dado à chapa 3. "Como parlamentar, do Partido dos Trabalhadores, apoiei a chapa vencedora pela identidade política e ideológica, sua combatividade, e pela identidade também com alguns companheiros como o professor Roberto Leher".

O presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFSE, Roberto Homero, saudou os delegados e observadores e fez questão de explicitar o apoio dado pela diretoria anfitriã à chapa 3, vencedora das eleições do Sindicato Nacional.

Adufrj-SSind

Assembléia aprova proposta encaminhada pelo Setor das Federais

Professores votaram favoravelmente ao indicativo de greve sem data

Em assembléia realizada no Auditório da Escola de Serviço Social, no dia 14 de junho, os professores da UFRJ aprovaram por 27 votos a favor, 12 contrários e uma abstenção, a proposta salarial encaminhada pelo Setor das Federais, em 5/6, para negociação junto ao governo. A proposição do Setor, vale lembrar, inclui aquilo que vem sendo conversado, embora não formalizado, pelo menos até o fechamento desta matéria (em 15/6), entre diretores do Andes-SN e representantes governamentais: extinção da GED e da GID e sua substituição por uma gratificação emergencial não produtivista (desvinculada de avaliação de desempenho). Essa nova gratificação deverá obedecer ainda a alguns princípios que já tinham sido discutidos e definidos na AG da Adufrj-SSind do dia 3/6: paridade entre ativos e aposentados e isonomia entre docentes do magistério superior e os de 1º e 2º graus. De diferente em relação ao debatido na AG anterior da Adufrj-SSind, foi aprovada a extensão da gratificação não produtivista aos docentes substitutos, conforme disposto pelo Setor das Federais.

Também foi reafirmado pela AG de 14/6 a reivindicação de um calendário para incorporação das gratificações (no caso, a GAE e nova gratificação não produtivista) junto ao governo. Outro ponto importante do encaminhamento do Setor aprovada na última assembléia é que a proposta salarial a ser elaborada "deverá atingir uma concessão remuneratória que não pode ser inferior à já apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regime de trabalho e deverá ser retroativa a 1º de maio".

Indicativo de greve sem data

A assembléia geral da Adufrj-SSind considerou necessário manter a pressão sobre do governo e deliberou que a próxima reunião do Setor, marcada para o dia seguinte (15/6), deveria aprovar um indicativo de greve, porém, sem data (com 23 votos favoráveis, 12 contrários e 3 abstenções). A reunião do Setor do dia 5 havia sinalizado com a marcação de um indicativo de greve com data.

Kelvin Melo

PROFESSORES VOTAM NA PROPOSTA SALARIAL ENCAMINHADA PELO SETOR DAS FEDERAIS

O debate

O diretor José Miguel Bendrao Saldanha iniciou a assembléia com um resumo das negociações ocorridas em Brasília, nos últimos dias, e observou que a direção da Adufrj-SSind recomendava a aprovação da proposta salarial do Setor. O professor informou que não houve a reunião marcada para o dia 11/6 para apreciação de novo texto da "carta de entendimento" entre sindicato e governo (leia matéria no Jornal da Adufrj nº 140, de 14/6).

Cristina Miranda, integrante da Diretoria do Andes-SN e professora do Colégio de Aplicação, comunicou que uma reunião realizada na manhã do própria dia da assembléia, no MEC, não tinha chegado a um acordo sobre a extensão da gratificação não produtivista aos substitutos. O ministro Tarso Genro teria devolvido a questão ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Diretor da Adufrj-SSind, Salatiel Menezes defendeu a proposta do Setor pela recuperação da paridade entre ativos e aposentados: "Alguns que estão carregando o piano hoje não se lembram que alguém teve que construir o piano primeiro. O aposentado de hoje é o ativo de ontem; o ativo de hoje é o aposentado de amanhã".

Bruno Costa, conselheiro da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Matemática, distribuiu, em nome de um grupo de docentes, uma outra proposta salarial que reivindicava o aumento na GED. Segundo ele, que se afirmou como apoiador da chapa 2, derrotada no último pleito para a diretoria do Andes-SN, defender a produtividade não é ser contrário aos professores de 1º e 2º graus ou aos aposentados. Ele cobrou a reformulação na carreira docente para que sejam corrigidas as distorções salariais existentes e disparou que a única categoria que não conseguiu um acordo com o governo foi a dos professores universitários, por causa das eleições sindicais de maio.

Sara Granemann, presidente da seção sindical, chamou a atenção para a diferença entre as propostas. Segundo ela, o conteúdo da formulação defendida por Bruno Costa repetia a história de 1998, quando a implantação da GED privilegiou os melhores alocados na atual carreira docente, deixando para trás os professores de 1º e 2º graus e os aposentados. "Não nos enganemos sobre as propostas. Estamos tentando negociar com esse governo há muito tempo, mas somente após a pressão da possível greve e o resultado das eleições podemos ter a oportunidade de restituir a paridade e a isonomia na categoria", afirmou.

Carlos Rabaça, do Observatório do Valongo, disse que os princípios de produtividade são universais e necessários. "Todos têm que fazer sacrifícios. Vamos entender que isso é um processo. Não existe esse negócio de isonomia e paridade. A grande perda é com as greves. Os grandes prejudicados são os alunos", observou.

José Miguel lembrou que o princípio da paridade entre ativos e aposentados não é nenhuma brincadeira. "A pessoa aposenta-se do trabalho, não da vida. A paridade é um princípio justo e mais humano", declarou. O professor também criticou o argumento de que a GED e a GID avaliam adequadamente a produtividade do trabalho acadêmico. José Miguel ressaltou que a gratificação, por exemplo, concede valores diferentes para o mesmo trabalho, de acordo com a titulação. O diretor recordou também que os docentes aposentados até 1998 tiveram sua gratificação reduzida a 60% arbitrariamente, independentemente de todo o trabalho que tiveram no passado.

Alfredo Fonseca, aposentado da Faculdade de Direito, também classificou a GED como injusta e reclamou dos baixos valores de seu vencimento básico, no contracheque. Para ilustrar que não era nenhum "privilegiado", ele lembrou que os docentes celetistas que fizeram a opção pelo Regime Jurídico Único (RJU), no início da década de 90, tiveram que abrir mão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Tatiana Roque, do Instituto de Matemática, por sua vez, também questionou e criticou a transformação da GED em uma gratificação não produtivista. "Precisamos de um mecanismo de avaliação para prestar contas à universidade e à sociedade", disse. Segundo ela, a forma das atuais gratificações, assim como o Provão, não são os melhores mecanismos neste sentido, mas podem ser aperfeiçoados. Ela também cobrou uma reformulação da carreira.

Cristina Miranda comentou que as greves passadas, tão questionadas por alguns nas assembléias, foram os instrumentos de luta que trouxeram resultados financeiros para a categoria – ela contou que a própria GED foi um fruto não desejado do movimento grevista de 1998. A professora frisou ainda que o Sindicato também defende avaliação e reformulação na carreira, ambas construídas nos fóruns democráticos do movimento docente (e que podem ser consultadas na página www.adufrj.org.br/Andes/caderno2_andes.pdf).

Salatiel voltou a fazer uso da palavra e criticou a falta de coerência entre a proposta apresentada por um grupo presente à assembléia e uma outra, defendida pelo então candidato a presidente do Sindicato pela mesma chapa 2 a que os professores Bruno, Carlos Rabaça e Tatiana diziam apoiar, durante a reunião do Setor das Federais do dia 5/6. Ele mostrou uma cópia do documento, escrito à mão e assinado por representantes daquela chapa, na qual se exigia o fim do caráter produtivista da GED e que cobrava os valores máximos da GED e da GID para todos os professores da ativa e aposentados.

Roberto Leher, conselheiro da Adufrj-SSind pela Faculdade de Educação, se disse perplexo ao ouvir a afirmação de que a GED e a GID avaliavam algo e serviriam como prestação de contas à sociedade. "Se a sociedade precisa acompanhar a produção da universidade pública pela GED e pela GID, triste sociedade e triste universidade", disse.

Bruno Costa também falou pela segunda vez e se disse favorável à reformulação da GED e da GID, com valores integrais para os aposentados, mas reafirmou a necessidade de se manter o princípio de produtividade. Ele argumentou que, com a GED, os professores começaram a dar aulas, visto que, na universidade pública, os docentes têm a liberdade de trabalhar como e quando quiserem.

A fala gerou indignação e protesto de boa parte dos professores presentes que preferiu apoiar a proposta do Setor das Federais.

48º Conad

No segundo e último ponto de pauta, a assembléia aprovou por unanimidade um texto de resolução (TR) elaborado pela delegação que iria representar a Adufrj-SSind, no 48º Conad, em Aracaju (SE), entre os dias 17 e 20 de junho.

Em síntese, o TR observa que o Andes-SN e suas seções sindicais devem continuar se empenhando no debate sobre as reformas sindical e trabalhista, entre outras propostas do governo Lula. Ainda nesse sentido, o texto propõe que o Andes-SN trabalhe pela unificação dos vários setores para formar um pólo contra as reformas do governo. Esse empenho do Sindicato, no entanto, não poderá ser aplicado na criação, apoio ou desenvolvimento de organizações de caráter sindical, sem que isto seja precedido de ampla discussão nas seções sindicais e de deliberação congressual.

Essa decisão foi motivada pela preocupação de se manter a autonomia do Sindicato, uma vez que, em algumas atividades desenvolvidas pelo conjunto dos servidores públicos contra as reformas neoliberais, já se fala abertamente na criação de uma nova central, como alternativa à CUT. Ocorre que o Andes-SN é filiado à CUT e, a despeito da omissão da central relativa às recentes lutas do funcionalismo, o assunto ainda deve ser bastante discutido pelas assembléias gerais de todo o país, conforme defende o TR da delegação da Adufrj-SSind.

Já que os prazos para a inclusão do TR no Caderno de Textos (e seu Anexo) do evento sindical foram superados, a delegação da Adufrj-SSind iria submeter o texto à plenária de instalação do 48º Conad. Se aprovado nessa fase, poderá ser discutido nas fases seguintes do Conselho do Andes-SN (veja mais sobre o Conad na página 3).

Agradecimento aos aposentados

Antes de encerrar a assembléia, a presidente Sara Granemann fez um agradecimento especial pela presença de alguns docentes aposentados que atenderam à mensagem enviada por e-mail a todos os sindicalizados. Ela fez questão de repetir o conteúdo da frase da professora Mariusa Vieira Gomes (aposentada da Faculdade de Letras), em determinado momento da AG, segundo a qual as pessoas não estão aposentadas do Sindicato ou das lutas da Adufrj-SSind. Sara fez um convite para que esses docentes participem dos grupos de trabalho existentes na seção sindical sobre diversos temas, para os quais poderiam contribuir com sua experiência.

Veja como é e como pode ficar sua gratificação com a proposta do movimento docente:

Como é

Professores do Magistério de 1º e 2º graus recebem a Gratificação de Incentivo à Docência (GID). Já os docentes do Magistério Superior ganham a Gratificação de Estímulo à Docência (GED).

Como vai ficar

Volta a isonomia: todos os professores universitários vão receber uma única gratificação, sem diferenciação de valores entre o magistério superior e o de 1º e 2º graus.

Como é

Obedecendo a questionáveis critérios de produtividade, os docentes somam pontos que, no caso dos professores de 1º e 2º graus, podem chegar a 80. Aos aposentados até a implantação da gratificação, foi imposto o total de 48 pontos (que representa 60% da pontuação máxima dos servidores da ativa). Os docentes de magistério superior podem atingir 140 pontos. Para os aposentados até a criação da GED, em 1998, o total é de 84 pontos (também 60% do máximo).

Como vai ficar

Acaba o caráter produtivista da gratificação (fica desvinculada de qualquer avaliação de desempenho). Não poderá existir diferenciação de valores entre ativos e aposentados (volta da paridade). As variações só vão ocorrer em função da titulação. A proposta salarial a ser elaborada deverá atingir uma concessão remuneratória que não pode ser inferior à já apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regime de trabalho e deverá ser retroativa a 1º de maio, de acordo com a proposta do movimento docente.

Como é

As gratificações produtivistas rompem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que o "estímulo" é dado apenas à primeira dessas atividades.

Como vai ficar

É preservada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Como é

A GED e a GID representam um componente instável da remuneração que, em princípio, pode ser retirado a qualquer momento, e que, depois da emenda constitucional da reforma da previdência, também gera incertezas em relação à aposentadoria.

Como vai ficar

A nova gratificação continua como um componente instável da remuneração, mas o movimento docente cobra do governo um calendário para sua incorporação (e também da Gratificação de Atividade Executiva – GAE) aos vencimentos dos professores.

Como é

Os docentes substitutos não recebem qualquer gratificação.

Como vai ficar

O movimento docente defende a realização de concursos públicos para recompor os quadros de pessoal das instituições federais de ensino. Enquanto isso não ocorre, o movimento reivindica a extensão da nova gratificação não-produtivista e isonômica aos temporários.

Como é

Um dos falsos argumentos em defesa da GED/GID é que as gratificações obrigaram os professores a dar aulas.

Como vai ficar

Na verdade, bem antes das gratificações, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituída em 20 de dezembro de 1996, e que continua vigente, diz o seguinte, em seu artigo 57: "Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas."

Colegiados

CEG define edital da Iniciação Artística e Cultural

Colegiado organiza calendário de reuniões com coordenadores e chefes de secretaria acadêmica

Em sua última sessão, em 16/6, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) discutiu e aprovou o edital de Iniciação Artística e Cultural, que vai oferecer 150 bolsas para o período de agosto deste ano a julho de 2005. As solicitações de bolsas poderão ser feitas de 21 de junho a 2 de julho, na unidade do curso do aluno. Diferentemente da distribuição das bolsas de monitoria, as unidades não terão cotas para repassar aos seus respectivos estudantes. O julgamento dos candidatos será baseado no currículo Sigma do orientador e no mérito do projeto apresentado.

Para ser indicado para a bolsa de Iniciação Artística e Cultural, o aluno deverá possuir boletim escolar que comprove estar cursando pelo menos o terceiro período da estrutura curricular recomendada. Além disso, deverá ter um coeficiente de rendimento acumulado igual ou superior a seis. No momento da inscrição, os docentes candidatos a orientadores vão entregar seus currículos Sigma, no que se referente aos itens "Produção Intelectual", "Participação em Trabalhos de Conclusão" e "Participação na Jornada de Iniciação Científica Artística e Cultural", no período após 1999.

Assim como na monitoria, o bolsista de Iniciação Artística e Cultural deverá dedicar entre 8 e 12 horas semanais ao projeto. O aluno irá elaborar relatório técnico das atividades desenvolvidas a ser encaminhado ao orientador e vai apresentar seu trabalho na Jornada de Iniciação Científica Artística e Cultural da universidade.

Já o orientador, entre outros compromissos, deverá encaminhar à Divisão de Ensino da pró-reitoria de graduação um parecer circunstanciado sobre o relatório técnico de seu(s) bolsista(s) até 30 dias após o término da vigência da bolsa, ou de seu cancelamento, se for o caso. O professor deverá participar das sessões da Jornada de Iniciação Artística e Cultural da UFRJ, obrigatoriamente naquelas em que seus orientandos apresentem trabalhos.

A bolsa terá periodicidade compatível com a duração do projeto, com vigência de período mínimo de três meses e máximo de 12 meses, a partir de agosto deste ano. O benefício não poderá ser acumulado com qualquer outra concedida pela UFRJ, exceto as bolsas Apoio e Auxílio-Manutenção.

Crítica à distribuição da monitoria e vestibular

A conselheira Maria Lúcia Patitucci (representante do CCMN) voltou a criticar a distribuição das 600 bolsas de monitoria realizada na semana anterior. Segundo ela, que exibiu gráficos preparados para mostrar o diferenciado grau de atendimento das solicitações das unidades naquela ocasião, o colegiado está trabalhando sem o devido tempo para analisar as questões. "Temos questões profundas para discutir e um grau de responsabilidade muito grande para decidir", disse. A professora questionou situações, como no caso das bolsas de monitoria, em que a documentação chega às mãos dos conselheiros apenas no momento da sessão na qual devem impreterivelmente decidir, em função da urgência.

Nesse sentido, diversos conselheiros manifestaram preocupação com possíveis mudanças no edital do próximo vestibular da UFRJ que poderiam ser discutidas "em cima da hora". O pró-reitor José Roberto Meyer comprometeu-se em não alterar o edital passado, se faltar tempo para uma discussão adequada.

Reuniões com coordenadores

José Roberto informou o calendário para as reuniões que o CEG vai promover com os coordenadores de graduação e chefes de secretarias acadêmicas: no dia 23, serão recebidos os representantes do CFCH e do CCJE; no dia 30, é a vez do CCMN e do CT. O CCS (em 7 de julho) e o CLA (no dia 14/7) completam essa primeira rodada.

Os conselheiros deliberaram que os coordenadores e funcionários das secretarias acadêmicos serão convocados (não mais convidados) para dar um caráter mais formal aos encontros, que serão realizados sempre a partir das 14h. O papel da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) de cada curso, as atribuições do coordenador, a ocupação de vagas e a evasão/retenção de alunos serão alguns dos pontos em debate na primeira rodada de reuniões com os centros. Propostas para solucionar esses problemas serão solicitadas na fase de convocação para que as reuniões se tornem mais produtivas.

Comissões locais do Sinaes

Ana Maria Ribeiro, representante dos técnico-administrativos, lembrou que o prazo para as universidades constituírem suas comissões locais de avaliação se encerrou no dia 15/6. Conforme a lei nº 10.861 que criou o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de 14 de abril, cada instituição, pública ou privada, teria até 60 dias da publicação da legislação para formar a chamada Comissão Própria de Avaliação (CPA). Ana Maria cobrou uma posição democrática da reitoria na escolha dos integrantes dessa comissão, pois afirmou que os funcionários querem participar desse processo.

O pró-reitor informou que uma comunicação do MEC datada do dia 14 de junho concedeu mais 60 dias para as universidades formarem suas comissões locais. Além disso, contou que o reitor Aloisio vai instalar uma comissão formada por ele, pelo pró-reitor José Luiz Monteiro e pela vice-reitora Sylvia Vargas, com o objetivo de agilizar esse processo.

Edital para concurso dos técnico-administrativos

O dirigente universitário disse que o edital de concurso dos técnico-administrativos para a UFRJ foi publicado no dia 15 de junho. Diante dos relatos que tem recebido sobre a precariedade das secretarias acadêmicas, José Roberto afirmou que vai se empenhar para que os colegiados CEG e CEPG sejam ouvidos em futuras distribuições, de forma a suprir ou minimizar as deficiências de pessoal nesses locais.

Seminário sobre democratização do acesso

Outro aviso do pró-reitor disse respeito à realização de um seminário sobre democratização do acesso à universidade, no dia 29 de junho, no Salão Azul do prédio da reitoria, a partir das 9h30. Segundo ele, já estão confirmados alguns nomes de representantes da Uerj, da Unb e da Universidade Federal da Bahia – instituições que já implantaram (ou estão em processo de implantação de) cotas em seus vestibulares. José Roberto disse que, além de fazer ampla divulgação do evento, vai convidar formalmente as entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj) para marcarem presença no evento.

Bolsas para alojados

José Roberto comunicou que os alunos do alojamento vão receber, em breve, o auxílio-manutenção regulamentado este ano, retroativo a três meses, o que vai representar a quantia de cerca de R$ 720 para cada um.

Resenha

Prossegue abertura indiscriminada de cursos

O governo Lula já autorizou o funcionamento de 1.760 cursos superiores no país até 31/5. A média é de 3,4 novos cursos por dia, um pouco menor que a do governo FHC (4,5 em 2002). Em maio, o atual ministro anunciou a suspensão da abertura de cursos, mas a proibição ficou limitada às novas solicitações. Ou seja, não inclui os 2.534 pedidos que tramitam no MEC (Folha de S. Paulo, 12/6).

Ensino recebe menos do previsto

A Constituição determina que 18% da receita de impostos deveriam ser investidos na educação. Hoje, apenas 9,8% chegam ao orçamento do MEC. Uma diferença que fará o ensino brasileiro deixar de receber, este ano, R$ 4,4 bilhões. O que faz a educação perder tanto dinheiro chama-se Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada em 1994 e prorrogada no ano passado até 2007 (O Estado de S. Paulo, 10/6).

Liberação de R$ 53 milhões para as federais

O Ministério da Educação começou a repassar R$ 53 milhões para custeio das universidades federais. O Congresso havia autorizado o adicional em 30 de março. Além desse valor, as instituições receberão R$ 17 milhões dos Restos a Pagar de 2003. O secretário executivo do MEC, Fernando Haddad, disse que está em negociação com o Ministério do Planejamento a liberação de mais R$ 55 milhões para cobrir as despesas das federais em 2004 e outros R$ 85 milhões para pagar as dívidas referentes a 2002 e 2003. Desde 1999, o orçamento das universidades federais tem recebido um reforço, no Congresso, por causa da insuficiência de recursos (O Estado de S. Paulo, 14/6).

Freio nas fundações da UnB

O Ministério Público do Distrito Federal quer corrigir desvios de finalidades das fundações de apoio à Universidade de Brasília sem precisar travar uma batalha judicial. Uma investigação apontou que as entidades desempenham atividades econômicas, com fins lucrativos (Folha Dirigida, 15/6).

Greve contra privatização na França

Em greve contra uma reforma de sentido neoliberal na empresa estatal EDF (*Eletricité de France*), os trabalhadores franceses da eletricidade e do gás estão recorrendo a cortes de energia estratégicos para divulgar sua luta. No dia 16/6, deixaram a Torre Eiffel sem eletricidade por 15 minutos. Antes, foi a vez da residência do primeiro-ministro Jean-Pierre Raffarin, encarnação das forças pró-reforma da EDF (Diário Vermelho, 17/6).

Colegiados

Conselhos acadêmicos voltam a discutir periodização

Próxima reunião conjunta CEG/CEPG está marcada para o dia 30

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) voltaram a se reunir, no último dia 18, com o objetivo de discutir dois assuntos: as resoluções relativas à periodização e à carga horária docente em atividades de ensino e uma política de alocação de vagas para professores.

Presidente da comissão mista CEG/CEPG, a professora Maria da Penha (CCJE/CEG) fez um breve relato das atividades do grupo encarregado de estudar as resoluções antes da reunião conjunta. Segundo ela, os documentos postos em discussão foram produzidos a partir de sugestões consideradas pertinentes de plenárias de ambos os conselhos. O trabalho baseou-se ainda em versões anteriores das resoluções.

No entanto, a polêmica se instalou no plenário logo no início da discussão sobre a resolução da periodização e, passadas cerca de duas horas, apenas o primeiro artigo desse texto foi considerado superado. Os próprios conselheiros reconheceram a necessidade de mais objetividade nas próximas sessões conjuntas e criaram uma medida para agilizar o processo: até o dia 23, a comissão mista vai receber as sugestões referentes ao restante das resoluções. Organizado o material, ele será novamente remetido a todos os conselheiros para que todos tenham conhecimento antecipadamente das propostas enviadas. Assim, pretendem os integrantes dos colegiados, a próxima sessão conjunta, no dia 30 de junho, poderá ser mais produtiva.

O artigo polêmico

O primeiro artigo da resolução conjunta sobre periodização dizia respeito ao ano letivo e ficou com a seguinte formulação: "O ano letivo independe do ano civil e tem a extensão mínima de duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver, observada a carga horária mínima anual de 800 horas para a Educação Básica". O enunciado é, basicamente, uma reprodução do artigo 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

Os problemas começaram quando os conselhos passaram a debater a possível definição de "trabalho acadêmico efetivo", que tem causado muita confusão desde 1999, quando a resolução foi criada. Na época, o conceito foi classificado restritivamente como aulas. A comissão mista tentou resolver o problema retirando qualquer definição do texto da resolução. Integrante do grupo, a professora Ana Canen (CFCH/CEG) observou que a diversidade presente em toda a universidade impedia qualquer definição que, depois, não viesse a ser considerada incompleta ou injusta para algum trabalho desenvolvido. Já a professora Leila Rodrigues (CFCH/CEPG) argumentou que não haveria nenhuma dificuldade em manter uma definição já utilizada em versão anterior do documento, o que acabou prevalecendo: "Os dias de trabalho acadêmico efetivo são aqueles nos quais há atividades de ensino ou pesquisa ou extensão da Educação Básica e Superior oferecidos pela UFRJ".

Lato sensu pago gerou confusão

Para os demais parágrafos relativos ao artigo primeiro, o conselheiro Márcio Estillac propôs que os cursos *lato sensu* pagos não deveriam ser considerados como trabalho acadêmico efetivo. Segundo ele, se o *lato sensu* pago fosse contemplado dentro da resolução, alguns docentes poderiam computar as horas dedicadas a essas atividades e poderiam não dar as oito horas semanais mínimas de aulas na graduação ou pós-graduação gratuita. Márcio ganhou o apoio do pró-reitor José Roberto Meyer que não considera curso pago como atividade acadêmica: "É a minha posição pessoal", frisou. Representante dos técnico-administrativos no CEG, Ana Maria Ribeiro lembrou que seria ilegal que um professor considerasse o tempo dedicado às atividades pagas como trabalho acadêmico efetivo, para os efeitos da LDB.

A professora Araceli Cristina argumentou que não cabia, pelo menos nesse ponto da resolução, fazer qualquer tipo de discriminação em relação aos professores envolvidos em *lato sensu* remunerado. De acordo com ela, esses cursos são regularmente aprovados pelo CEPG, então devem ser considerados como "trabalho acadêmico efetivo". "Se ele ganha para dar o curso, ele não pode é ganhar GED por isso", comentou. Ela acrescentou ainda que essa modalidade gera mais recursos para a universidade, às vezes, do que o orçamento normal vindo do governo.

Ficou deliberado que os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* terão seus calendários escolares propostos pelo CEG/CEPG para posterior apreciação do Consuni. Os calendários de cada curso *lato sensu* (remunerado ou não) deverão ser aprovados pelo CEPG. Embora a parte do calendário escolar tenha sido superada, é fato que a questão dos cursos pagos ainda vai gerar muita polêmica ao longo da análise das novas resoluções.

Já os cursos de extensão precisarão ser aprovados pela pró-reitoria de Extensão da UFRJ. Em relação a esse último item, Ana Maria Ribeiro registrou que aprovava a sugestão, mas cobrava da reitoria a criação de um espaço democrático de deliberação também no âmbito daquela pró-reitoria, que poderia culminar na criação de um conselho específico da área.

Conheça a história da polêmica resolução

Criada em 1999, a resolução da periodização (conhecida também como 01/99) sofreu seguidas reclamações da comunidade acadêmica e diversas críticas das entidades representativas Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj. Apesar de tudo, os conselhos preferiram redigir novas regras que prorrogavam o tempo para as unidades e órgãos suplementares da UFRJ adaptarem seus currículos à indesejada legislação. Passados dois anos, apenas o Instituto de Economia e a Escola de Serviço Social promoveram mudanças em suas estruturas curriculares em função da 01/99. Na pós-graduação, poucos programas alteraram suas formas de trabalhar.

No dia 9 de outubro de 2002, em sessão conjunta, os colegiados acadêmicos CEG e CEPG revogaram a resolução e a vida acadêmica da universidade voltou a ser regida pelas normas anteriores à experiência da 01/99. Os conselheiros também decidiram que a resolução poderia continuar válida nos locais onde foi implantada, para não prejudicar ninguém.

Desde então, quando houve espaço na pauta dos conselhos, o assunto foi rediscutido com o objetivo de elaborar nova legislação que possa vigorar para toda a UFRJ. A reunião conjunta do último dia 18 e a sessão prevista para o dia 30/6 são mais dois passos neste sentido.

Anote

VI Festival de Capoeira da UFRJ

Neste dia 24 de junho, o Departamento de Lutas da Escola de Educação Física e Desportos promove o VI Festival de Capoeira da UFRJ. O evento ocorre no ginásio Almeridio Barros, da própria EEFD, a partir das 11h. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 2562-6810.

Inscrições para o FME

As inscrições para participar da 3ª edição do Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre (de 29 a 31/7) podem ser feitas na página eletrônica www.forummundialdeeducacao.com.br. O pagamento será feito no dia 28 de julho, durante o credenciamento. "A educação para um outro mundo possível" é o tema do III Fórum Mundial de Educação que, nesta edição, terá três conferências, cinco debates temáticos, 19 relatos temáticos, além de atividades promovidas pelas instituições do Comitê Organizador e programas culturais. A programação completa do evento está no endereço http://www.portoalegre.rs.gov.br/fme.

Cartas

O FANTÁSTICO NA UFRJ

Dia 30/05, a UFRJ foi matéria do "Fantástico". Duas reações merecem destaque. A primeira, uma justa preocupação com a imagem da Universidade. Afinal, somos uma Instituição pujante, produtiva e criativa, que presta serviços inestimáveis à sociedade, que por isso mesmo deve conhecer nossas dificuldades para produzir o melhor. A despeito da política de garroteamento dos recursos por parte do governo federal, que limita enormemente o esforço empreendido pela Reitoria na recuperação, manutenção e investimento na UFRJ. A segunda reação foi de solidariedade de diversos companheiros por eu ter tido a "*coragem*" (sic) de mostrar a realidade do *campus* da Ilha do Fundão: o dia-a-dia de violência e os graves problemas estruturais da "perna seca" do prédio do HUCFF. Ressalto que minha participação no programa foi exclusivamente no intuito de contribuir para a solução dos graves problemas enumerados.

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2004

Roberto de Andrade Medronho
Professor Adjunto Faculdade de Medicina e NESC/UFRJ

Movimento

Trabalhadores resistem à traição

Cerca de 20 mil pessoas protestam em Brasília contra as reformas sindical e trabalhista

Roberto Barroso/ABr

MANIFESTAÇÃO PAROU A ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

Estudantes, funcionários públicos, sindicalistas, aposentados e parlamentares voltaram a ocupar a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, na quarta-feira passada (16/6), em protesto contra as reformas sindical, trabalhista e universitária, propostas pelo governo Lula. Com faixas, cartazes, bonecos e até uma apresentação circense, os manifestantes fizeram o enterro simbólico do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Cerca de 20 mil pessoas, lideradas pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), vindas em caravanas de ônibus de várias partes do país, criticaram o reajuste em R$ 20,00 do salário mínimo, proposto pelo governo. A promessa de reforma agrária anunciada pelo PT durante as campanhas eleitorais foi outra cobrança dos trabalhadores.

Desde o ano passado, entidades de vários setores do movimento sindical filiadas à CUT discutem o rompimento com a entidade em plenárias realizadas em quase todos os Estados. A decepção com os rumos da CUT, sobretudo pelo posicionamento da entidade em favor das reformas sindical e trabalhista, levou as lideranças de numerosas categorias a exigir uma reavaliação da participação delas na central.

Docentes defendem espaço que a CUT abandonou

Embora setores do movimento sindical afirmem que a Conlutas é o embrião de uma nova central construída por setores minoritários da CUT, a atual presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, diz que o movimento docente ainda não tem posição fechada sobre o assunto. Segundo Marina, a nova direção do Sindicato, "vai ser absolutamente fiel às deliberações que foram tomadas até o momento, as quais credenciaram o Andes-SN a participar desse movimento".

De acordo com a professora, o Andes-SN pretende continuar a construção de uma unidade de ação com diversos sindicatos e movimentos organizados para resistir à reforma sindical.

A nova diretoria do sindicato entende que o Brasil passa por um processo de política econômica destruidor das condições de trabalho de todos os docentes do ensino superior, independentemente dos setores em que estão inseridos. Marina citou as greves das estaduais paulistas e na estadual do Piauí como focos de resistência. "Há o comprometimento do orçamento dos estados com o pagamento dos serviços da dívida e isso faz com que não sobre dinheiro para se garantir um serviço público de qualidade, entre os quais a universidade pública. E isso acontece porque se fez a opção clara de se gastar os recursos orçamentários com a dívida. O enfrentamento é a resposta possível e necessária para arrancar do governo as reivindicações".

Instância surpreende e aglutina cada vez mais sindicatos

Para José Domingues de Godoi Filho, professor de geologia da Universidade Federal do Mato Grosso e ex-vice-presidente do Andes-SN, o movimento Conlutas nasceu da base do sindicalismo brasileiro. "Fomos obrigados a construir esse fórum contra o que estava vindo do fórum do governo porque os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada organizados em sindicatos exigiram", disse. Ele conta que o Conlutas surgiu como instância de oposição às reformas, mas já na primeira tentativa de reunião para formalizar o pólo de resistência os próprios sindicalistas se surpreenderam com o número de participantes.

A decepção com o governo e com a posição da CUT aglutinou mais de 300 lideranças na primeira reunião do fórum que aconteceu em setembro de 2003, no Sindicato dos Químicos de São Paulo, quando esperava-se cerca de 100 pessoas. As entidades sindicais decidiram fortalecer o movimento nascedouro e discutir um novo rumo para o sindicalismo brasileiro. A partir daí foi construído o Conlutas, logo após a realização do Encontro Nacional Sindical realizado em Luziânia (GO), quando duas mil lideranças sindicais, muitas delas dispostas a romper com a Central Única dos Trabalhadores, se reuniram para debater as reformas sindical e trabalhista do governo.

O Conlutas realizará uma reunião em julho e, de acordo com seus organizadores, o projeto é continuar as discussões nos estados até a realização de um segundo encontro nacional, em janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial, que acontecerá em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

"Não discutimos ainda se a Conlutas vai se tornar uma nova central. Nosso objetivo não é esse. Pretendemos criar um fórum de resistência às reformas neoliberais do governo Lula e não sabemos se isso vai culminar em um nova central ou modificar os rumos da atual direção da CUT. Apenas queremos defender os interesses dos trabalhadores do país", conclui Domingues Godoi.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 142 • 29 de junho de 2004

Assembléia Geral

1º julho
quinta-feira

10:00

Local a confirmar

Pauta

1 – Campanha Salarial: análise da proposta e negociação com o governo;
2 – Indicativo de greve;
3 – Eleição de delegados para a plenária dos SPF, em Brasília

Agenda Sindical

28 e 29/06 – Reunião do Grupo de Trabalho Verbas do Andes-SN
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN

28/06 a 2/07 - Rodada de assembléias gerais

3/07 - Reunião do setor das IFES
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

4/07 – Plenária dos servidores públicos federais
Brasília (DF)

29 a 31/07 – 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial
Porto Alegre (RS)

Técnico-administrativos antram em greve

Com apenas três votos contrários e quatro abstenções, uma assembléia que contou com cerca de 600 técnico-adminstrativos aprovou a deflagração de uma greve por tempo indeterminado deste segmento. De acordo com o 'Boletim de Greve' do Sintufrj (24/06/2004), os funcionários entraram em greve pelo cumprimento do acordo (Termo de Compromisso) assinado pelo governo com a Fasubra, no dia 16 de maio. No Termo, o governo se comprometia a pagar uma gratificação específica para os técnico-administrativos, com efeito retroativo a 1º de maio. Do Termo também constava um projeto de lei para a carreira dos funcionários que deveria ter sido encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 15 de junho. A expectativa do Sintufrj é que o movimento aconteça nas demais universidades públicas.

Manuella Soares

PLENÁRIA DO 48º CONAD APROVA DISCUSSÃO SOBRE INDICATIVO DE GREVE PARA JULHO

Conad indica greve, caso governo não negocie

Página 4

Colegiados

Consuni disciplina uso do título de livre-docente na UFRJ

Colegiado também cria, em caráter experimental, a ouvidoria geral da universidade

O Conselho Universitário de 24/6 deliberou sobre uma série de assuntos: concessão de títulos, consultas de professores, moções, e criação de novas instâncias na estrutura da universidade. De todos os assuntos, o mais complexo foi o relativo à regulamentação do uso do título de Livre-Docente no interior da UFRJ, em bancas de concurso ou em exames de progressão funcional, por solicitação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

Responsável pelo tema, a Câmara de Legislação e Normas (CLN) do Consuni fez um breve histórico da livre-docência no Brasil, antes de emitir um parecer. Lembrou que ela foi instituída no ensino superior federal em 1911 como uma adaptação da solução alemã para o sistema de cátedras. Na ocasião, um profissional examinado pelos catedráticos de uma faculdade poderia, se aprovado, oferecer cursos paralelos aos dos catedráticos, nos quais abordasse temas distintos. Na Alemanha como no Brasil, o livre-docente foi sendo progressivamente inserido na estrutura das instituições.

A Câmara recorda que o Regimento Geral da UFRJ, de 1970, determina: "O concurso para a obtenção do título de docente livre abrangerá as mesmas provas e a apreciação de títulos e trabalhos exigidos no concurso para professor titular". Com base neste Regimento, professores livre-docentes da universidade conseguiram na Justiça ganho em ação na qual pretendiam equiparação a professor titular. Obtida a equiparação, a isonomia foi alcançada por docentes de outras instituições federais, mesmo quando os regimentos não previam o mesmo que o da UFRJ.

Foi comentado que a livre-docência é, hoje, um arcaísmo nas universidades federais e sua presença nos estatutos e regimentos, quando existe, só se explica por efeito da inércia institucional. Na UFRJ, por exemplo, o estatuto prevê a representação de livre-docentes no Consuni e nas Congregações. Situação bem diferente das universidades estaduais paulistas, onde a livre-docência é indispensável para a progressão na carreira - lá, o professor livre-docente se situa em um nível intermediário entre o professor Doutor e o professor Titular.

Diante da situação bastante difusa em relação à livre-docência, os integrantes da CLN cobram cuidado na apreciação desse título em bancas de concurso ou em exames de progressão funcional. De acordo com a CLN, se a livre-docência, obtida em universidade reconhecida, sucedeu o doutorado, também obtido em curso credenciado, deve ser levada em conta na contagem dos títulos. Se o livre-docente (que obteve o título em universidade reconhecida) não possui o doutorado, cabe examinar minuciosamente as condições de obtenção daquele título. Se as condições previstas pela legislação forem atendidas, a inscrição em concurso para adjunto e a contagem de pontos para progressão ficam assegurados.

Outra decisão da Câmara: a posse do título de livre-docente não implica a equivalência automática à categoria de professor titular, o que só é possível para os beneficiados diretos por decisão da Justiça, nela nomeados. Em conseqüência, na composição de banca de concurso para professor adjunto, impõe-se o exame criterioso da circunstância da equiparação presumida.

A Câmara recomenda ainda que o problema da livre-docência deva ser considerado quando a "proposta de reestruturação da carreira do magistério na UFRJ" for estudada. Aqui, vale dizer, ou os conselheiros cometeram um lapso e criaram uma carreira de magistério apenas para a universidade ou eles estão se antecipando a uma das várias propostas de fragmentação da carreira docente pelas diversas instituições do país.

Nova ouvidoria geral

O colegiado aprovou, em caráter experimental, a criação de uma ouvidoria geral. A reitoria pretende que o mecanismo se transforme em um canal fiscalizador do trabalho dos dirigentes universitários. Aloisio Teixeira defendeu que a Ouvidoria não fique vinculada a qualquer gestão e, para reforçar essa orientação, solicitou que a escolha do ouvidor sempre seja feita pelo próprio Consuni. Para os nove primeiros meses, no entanto, o ouvidor será indicado pela reitoria. Apesar das boas intenções, a instância ainda não tem um esboço muito claro.

Sessão estréia novo sistema de som

Como parte da iniciativa de futuramente transmitir as sessões do Consuni para telões espalhados pelos *campi* ou para computadores ligados à internet, a sessão serviu de estréia para a instalação de um sistema de som. Microfones foram colocados na maior parte das bancadas, assim como caixas de som foram fixadas no teto da sala de reuniões. Aloisio anunciou ainda que novas caixas de som serão disponibilizadas na sala ao lado para facilitar o acompanhamento das reuniões pelo maior número possível de interessados. O teste, no entanto, apresentou algumas falhas: alguns microfones não funcionaram e, além disso, certos conselheiros mostraram-se pouco à vontade com o uso do equipamento.

Novo regimento da CPPD

Os conselheiros aprovaram um novo regimento para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Entre pequenas modificações de procedimentos, conforme relato do professor Eduardo Siqueira (representante dos adjuntos doutores do CCMN), os integrantes da comissão passam a ter um mandato de três anos, permitida uma única recondução. Na relatoria do processo, foi citado que os atuais integrantes da CPPD propuseram um mandato de quatro anos, prorrogável pelo mesmo período. No entanto, os conselheiros consideraram o período demasiado longo. Após a decisão, Aloisio Teixeira frisou que a reitoria pretende realizar eleições para os cargos da comissão.

Moções

O colegiado aprovou duas moções neste dia. Na primeira, cobrou do governo o cumprimento do acordo assinado com a Fasubra. Na outra, manifestou profundo pesar pelo falecimento do ex-governador Leonel Brizola.

Homologado nome do prefeito universitário

O professor Hélio de Mattos Alves foi homologado pelo Consuni como novo prefeito da cidade universitário.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG estuda mudanças no vestibular

Principal medida seria a criação de uma única prova das disciplinas não específicas

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) dedicou grande parte de sua última sessão (em 23/6) para a discussão de eventuais mudanças no vestibular da UFRJ. A principal alteração seria o estabelecimento de uma única prova, mais simples, juntando as quatro disciplinas não específicas de cada grupo. O tempo previsto para a resolução do exame das não específicas seria de uma hora e meia.

Como conseqüência dessa simplificação, também seria reduzido o número de dias do concurso. Hoje, o modelo de vestibular exige três datas para os exames: na primeira, são cobradas Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, uma redação e uma disciplina específica; na segunda, são feitas quatro provas não específicas; na terceira e última, ocorrem as provas das duas disciplinas específicas restantes.

De acordo com a proposta do coordenador acadêmico do vestibular, professor Luiz Otavio Teixeira, o concurso teria apenas dois dias: no primeiro, seriam cobradas a redação, a prova não específica e uma disciplina específica; no segundo dia, haveria os exames de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e mais duas disciplinas específicas.

Atualmente, as provas de cada dia de vestibular podem durar até quatro horas. Pelo novo modelo, seria proposto um limite máximo de quatro horas e meia (que poderia chegar a cinco, segundo Luiz Otavio).

No novo vestibular, a eliminação só ocorreria se o candidato obtivesse nota zero em todos os conteúdos da nova prova não específica. Luiz Otavio fundamenta a proposta na possibilidade de classificar um maior número de candidatos, antes eliminados por zerar alguma prova de disciplina não específica. Para ele, é enorme a quantidade de bons alunos da área de humanas eliminados por zero em Física ou Química. O professor citou o caso de um estudante candidato ao curso de Direito que fez 44,38 pontos em 60 possíveis, mas não passou por conta de um zero em uma matéria não específica. Luiz Otavio defendeu o aumento de tempo dos exames para que o estudante conclua a prova com mais tranqüilidade. Luiz Otavio considera ainda que um dia inteiro de provas para as não específicas significa demasiado esforço para se atingir um máximo de 16% da nota final do candidato.

Outras possíveis vantagens

O coordenador acadêmico observa que o novo modelo traria outras vantagens, além das acadêmicas: diminuiria a "maratona" de concursos dos estudantes, reduziria em um dia o processo de alocação de candidatos nos locais e representaria menos um dia de gráfica e envelopamento (momentos em que o sigilo fica mais vulnerável). Fora isso, o calendário ficaria mais enxuto: o tempo de correção das provas deve cair em cerca de cinco ou seis dias, mantido o atual número de inscritos.

E o custo do vestibular?

No documento distribuído, está listada como a primeira vantagem do novo modelo a possibilidade de redução do custo do concurso. "Isso é importante, pois a taxa de inscrição é cara, os alunos têm de fazer provas para várias instituições diferentes – são seis os concursos apenas para instituições públicas – o que gera um problema sócio-econômico de vulto", diz um trecho do texto. Porém, perguntado pela reportagem da Adufrj-SSind, o professor Luiz Otavio não quis arriscar uma estimativa de redução da taxa de vestibular (atualmente em R$ 80). Ele disse que, diante do novo modelo, com acréscimo de tempo para a aplicação de provas, os fiscais dos exames deverão ser melhor remunerados, por exemplo, insinuando uma compensação relativa à economia obtida a partir dos dois dias de concurso.

Ou seja, pelo andar da discussão, a administração da universidade não vai deixar de lado a política de "fazer caixa" com a taxa de inscrição do vestibular. Na sessão do dia 2 de junho deste ano, a superintendente Deia Maria chegou a declarar que o excedente de recursos do último concurso (de cerca de R$ 200 mil) foi aplicado na recuperação de salas do CCMN.

Opinião dos conselheiros

Marcelo Corrêa e Castro, representante do CFCH e diretor da Faculdade de Educação, considerou a proposta um "avanço". O professor comentou que a medida de aglutinar as não específicas poderá ser mais inclusiva do que a reserva de 20% das vagas para alunos da rede pública, proposta pela reitoria. Segundo ele, quem costuma zerar as provas de Física, Química e Matemática são, em geral, os alunos da rede pública.

Já o representante discente Luciano Barboza questionou uma possível perda para a formação acadêmica geral do candidato com o novo modelo. Segundo ele, um estudante poderia simplesmente se dedicar ao estudo de uma única disciplina não específica (para não zerar) e ignorar o restante, tendo em vista o percentual (16%) que o exame das não específicas representa para sua nota final. Luciano também considerou as atuais provas não específicas muito difíceis, mas disse que o CEG deveria procurar um meio-termo para esta situação.

Luiz Otavio respondeu que o estudante não pode abrir mão do estudo de qualquer matéria não específica. Primeiro, porque as outras instituições vão cobrar todas as disciplinas em seus vestibulares. Em segundo, porque, uma vez concorrendo à vaga com outras centenas de candidatos, o estudante não poderá desprezar qualquer nota que possa ajudá-lo. Ele ressaltou que as não específicas nos concursos da UFRJ dos últimos anos ganharam um elevado nível de sofisticação e que essa situação deveria ser remediada com um exame "de muito conteúdo", porém simples.

Marcelo Corrêa e Castro alertou, ainda, sobre as conseqüências de um provável aumento do tempo de duração de cada dia de prova: em vez de sinalizar que o aluno terá tempo, o candidato pode pensar que as questões vão demandar mais tempo para sua resolução. "Temos que fazer uma divulgação para deixar bem claro que o aluno terá mais tempo", disse.

Ismael Soares (CT) também concordou com cinco horas de exame, mas solicitou um maior número de questões de cada disciplina não específica – a proposta do coordenador não especificou nenhum número, mas foi falado algo como três itens para cada disciplina, durante a sessão.

Maria José (CCS) não gostou da proposta de acréscimo de tempo. "Esse aluno acordou cedo, saiu sem tomar um café direito, está sob estresse, vai pegar trânsito e ainda vai fazer cinco horas de prova?!", questionou. Luiz Otavio discordou: "Se ele quiser. A prova será pensada para ser resolvida dentro das quatro horas de sempre".

Nada foi deliberado, mas o debate deve continuar neste dia 30/6. E o tempo urge: o edital do vestibular precisa ficar pronto até o final de julho.

Homenagem a Brizola

O colegiado aprovou, com três abstenções, uma nota de pesar em razão do falecimento do ex-governador Leonel Brizola.

Rápidas do CEPG

Esclarecimentos sobre o Proex
Na reunião do CEPG de 25/6, o pró-reitor José Luiz Monteiro esclareceu alguns pontos do Programa de Excelência Acadêmica (Proex), recém-criado pela Capes. Segundo ele, já ficou definido, por exemplo, que o anunciado aumento de 6% para os programas que ingressarem no Proex vai incidir sobre o custeio e as bolsas recebidas (estas, inclusive, já reajustadas pelos 18%).

Mais tempo para CEG/CEPG
Os conselheiros solicitaram ao pró-reitor um adiamento da discussão da resolução da periodização e do planejamento de alocação de vagas docentes, agendada junto ao CEG para este dia 30/6. Para eles, os temas ainda não estão "suficientemente amadurecidos" e o debate conjunto corre o risco de não render os resultados esperados. Foi cobrada ainda a construção de uma agenda de temas prioritários para discussão no CEPG em 2004, a exemplo do que já foi feito pelo CEG. José Luiz comprometeu-se em realizar esta discussão já na sessão deste dia 2/7.

Resenha

Lei de Inovação na Câmara

O ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, está confiante na aprovação da nefasta Lei de Inovação, nesta semana, na Câmara dos Deputados. O ministro considera a legislação um passo importante na aproximação da pesquisa científica com o setor privado. Por isso, ele a chama de Parceria Público-Privada da Ciência e Tecnologia (Gazeta Mercantil, 25/6). Ou seja, o ministro dá motivo para repudiar duplamente o projeto de lei, uma vez que a PPP também significa a entrega de recursos públicos para o setor privado.

Cursos *lato sensu*

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* estão na mira do governo federal: o Ministério da Educação divulgou, no dia 6 de maio, a portaria 1.180, que estabelece que os programas de especialização passarão a ser avaliados. A análise será feita por uma comissão criada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O primeiro passo para a análise era cadastrar as instituições no Inep, até a semana passada. Passada essa fase, será a vez de cadastrar os cursos *lato sensu*. Nesse caso, o calendário está dividido de acordo com as regiões do país: as escolas do Sudeste poderão se inscrever entre os dias 28 de junho e 18 de julho (O Globo, 20/6).

Governo cria cadastro do Direito

Atendendo pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério da Educação criou uma comissão para combater os professores fantasmas que assombram os cursos de Direito. Segundo a entidade, muitos juristas emprestam seus nomes para dar prestígio a cursos com duvidosa qualidade. Existem casos de professores que residem em São Paulo, por exemplo, mas "dão aulas" em Manaus e, ao mesmo tempo, em Fortaleza, Porto Alegre e outras capitais. Para combater o esquema, o governo vai montar o Cadastro Nacional dos Docentes de Direito. (Folha Dirigida, 17/6).

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira
na sede da Adufrj-SSind

Andes-SN

Governo empurra docentes para greve ao não formalizar proposta salarial

Diante da falta de resposta do governo às diretrizes para uma proposta de reajuste salarial dos docentes elaborada pelo Andes-SN, os delegados das seções sindicais aprovaram um indicativo de greve nas universidades federais para a primeira quinzena de julho. A decisão foi tomada durante o 48º Conselho do Andes-SN, realizado entre os dias 17 e 20 de junho, em Aracaju (SE). Os docentes decidiram, ainda, dar um prazo de até o dia 25/6 para que o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão encaminhasse formalmente a proposta de que havia sido apresentada nas reuniões de negociação com o Andes-SN da criação de uma gratificação emergencial, não-produtivista, com a extinção das gratificações de estímulo à docência (GED) e de incentivo à docência (GID). Vale destacar que a proposta de se remeter para o Conad a discussão de um indicativo de greve foi aprovada em reunião do setor das Federais, no dia 15 de junho, em Brasília.

O Conad de Aracaju indicou a realização de assembléias gerais nas universidades entre os dias 28/6 a 2/7 para que seja avaliado o andamento das negociações entre Sindicato e o governo federal, o indicativo de greve e propostas de datas de deflagração do movimento. No dia 3 de julho será realizada mais uma reunião do setor das Federais do Andes-SN, em Brasília, quando serão apreciados os resutados das assembléias locais.

Até o final do Conad, o governo ainda não havia se manifestado em relação à proposta encaminhada ao MPOG pelo Andes-SN. A categoria aceitou a extinção das gratificações produtivistas e sua substituição por uma gratificação desvinculada da avaliação de desempenho, desde que garantida para aposentados, com os mesmos valores a serem recebidos pelos professores em atividades. Outro princípio do qual o Andes-SN não abre mão é a isonomia entre professores do ensino superior e os dos ensinos fundamental e médio, com extensão aos professores substitutos. Também foi reivindicado ao governo um calendário para incorporação das gratificações.

Nota da Adufrj-SSind:

1º) as simulações apresentadas pelo governo (Secretaria de Recursos Humanos do MPOG) são bastante incompletas para que se as tome como uma proposta conclusa de negociação;

2º) elas, porém, apresentam dados oficiais sobre os valores das gratificações e sobre os valores que o governo pode utilizar para concretizar sua proposta;

3º) foi apenas em decorrência da pressão que temos realizado com nossa mobilização que o governo iniciou as negociações com a apresentação das tabelas de gratificações no dia 21.06.04. Assim, a mobilização para conseguirmos uma boa negociação ao longo desta semana é imprescindível. O indicativo de greve deve continuar no horizonte. No momento, entretanto, trata-se de implementar as negociações e elas dependem do governo e de suas ações.

Governo encaminha tabelas ao Andes-SN

Na última terça-feira, 22/6, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou ao Andes-SN duas tabelas ("simulações") relativas à criação de uma gratificação fixa não produtivista em substituição à Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e à Gratificação de Incentivo à Docência (GID). As tabelas estão disponíveis na página eletrônica do Andes-SN (http://www.andes.org.br/tabelas_mpog.zip). O MPOG informou que as duas tabelas referiam-se, respectivamente, a duas metodologias diferentes para a obtenção da nova gratificação. A primeira, que está no arquivo chamado "*Anexo2-Circ223-04-Tabela valor fixo com orçamento separado_jun04.xls*" ("separado"), teria sido obtida aplicando-se os recursos relativos à GID na gratificação dos professores de 1º e 2º graus e os recursos relativos à GED na gratificação dos professores do ensino superior. A segunda, no arquivo "*Anexo3-Circ223-04-Tabela-valor fixo juntando orçamento gid ged_jun04.xls*" ("juntando") corresponderia à utilização do total de recursos da GED e da GID nas gratificações de todos. O governo disse ainda que as disparidades entre as duas alternativas deviam-se às diferentes composições, em relação à titulação, dos conjuntos de professores do ensino superior e do ensino básico.

O governo também não encaminhou formalmente qualquer ofício ou documento com as explicações e as justificativas orçamentárias para as duas tabelas. Faltou ainda ao Ministério apresentar formalmente o total do montante orçamentário disponível para o reajuste dos docentes, reivindicação feita desde o início da campanha salarial.

Considerações preliminares feitas pela Diretoria da Adufrj-SSind sobre as "simulações" do MPOG

1) Na "juntando", a nova gratificação para o ensino básico é um pouco menor do que na "separado". Para o ensino superior, a gratificação é substancialmente maior na "juntando" do que na "separado".

2) As duas "simulações" correspondem a impactos orçamentários muito diferentes, pela simples razão de que, no ensino superior, a quantidade de docentes (73,5 mil) e os valores mensais totais da GED (57,5 milhões) são muito maiores do que a quantidade de docentes (2,5 mil) e os valores mensais da GID (8,2 milhões) no ensino básico, conforme os dados apresentados pelo governo no arquivo "*Anexo1-Circ223-04-Tabela 1.xls*". Logo, o gasto menor para o ensino básico na "juntando" é muito mais do que compensado pelo gasto maior para o ensino superior.

3) Nenhuma das "simulações" apresenta valores iguais para as gratificações do ensino básico e do ensino superior, o que seria obrigatório pelo menos na alternativa "juntando". Neste caso, os valores foram *arbitrariamente diferenciados*, não sendo, portanto, o resultado da aplicação de qualquer critério.

4) Não se sustenta a análise de que as diferenças entre as duas "simulações" decorrem das diferentes composições, em relação à titulação, dos conjuntos de professores do ensino básico e do ensino superior. Elas devem-se, unicamente, a: (a) montantes de recursos diferentes, e (b) quebra proposital da isonomia básico - superior na alternativa "juntando".

5) É falsa, também, portanto, a afirmação de que a alternativa "separado" corresponde à aplicação dos recursos relativos à GID na gratificação do ensino básico e dos recursos relativos à GED no ensino superior, enquanto a alternativa "juntando" corresponderia à aplicação dos recursos totais (GED e GID) nas gratificações de todos. Se fossem aplicados estes critérios a partir da mesma massa total de recursos, obter-se-iam tabelas aproximadamente iguais.

6) Os reajustes serão - fortemente - diferenciados para ativos e aposentados, em virtude do restabelecimento da paridade, quebrada em 1998 com a GED e em 2000 com a GID. Esta diferenciação é desejada. A diferenciação entre professores do ensino básico e do ensino superior NÃO será decorrência da aplicação dos princípios de isonomia e paridade à utilização dos recursos da GED e da GID (atuais e previstos na proposta original do governo). Ela está sendo artificialmente criada, provavelmente para estabelecer um conflito de interesses entre professores do ensino básico e do ensino superior, que não existe na realidade.

Entrevista

“O Andes-SN é de fato uma pedra no sapato”

Durante o 48º Conad, em Aracaju, a nova presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, falou sobre processo de negociação do sindicato com o governo, das reformas do governo Lula, da relação da entidade com a CUT e das perspectivas da mobilização da categoria docente para a defesa da universidade pública brasileira. A entrevista foi concedida aos jornais da Adufrj e da Aduff (seção sindical dos docentes da UFF)

Manuella Soares

MARINA BARBOSA NO 48º CONAD

O que significou a vitória da Chapa 3 para a direção do Andes-SN?

Esta vitória foi a explicitação de embates que vêm sendo travados em diferentes sindicatos, em diferentes esferas do movimento social organizado.Estavam em disputa dois grandes projetos que se referenciavam em diferentes opções sobre a relação do sindicato com os poderes instituídos, tanto no âmbito do governo quanto no âmbito das instituições e de suas administrações. Foi também a escolha entre opiniões diferentes sobre o projeto de educação para o país e de uma determinada concepção sindical. A vitória da chapa 3 referencia um projeto de um sindicato autônomo, classista, que vai desenvolver a sua interlocução com o governo e instituições a partir da sua independência política e do respeito absoluto nas decisões de base das instâncias do sindicato. Junto disso, se referendou o projeto de um sindicato combativo que vai trabalhar na perspectiva da unidade de todos os setores que querem resistir ao desmonte da educação no país e à transformação da educação num processo de acumulação do capital.

Concretamente, o que muda com a nova diretoria?

Do ponto de vista da ação sindical, acredito que é um processo de continuidade da gestão anterior. Na verdade, das duas ultimas gestões do sindicato. Para isso fomos eleitos. Do ponto de vista da relação com o governo, temos a avaliação de que o governo Lula tem apronfundado uma política econômica que coloca todo o processo de desenvolvimento do país à mercê das exigências dos organismos internacionais, o que significa priorizar a financeirização da economia e não desenvolvê-la do ponto de vista produtivo, gerando emprego e renda ou garantir que os serviços públicos possam ser desenvolvidos e recuperados. Nesse marco, se encontra o processo da educação. O sindicato avalia ainda que as reformas que estão sendo apresentadas pelo governo corroboram este processo de restruturação do Estado e, no âmbito da Educação, respondem às exigências da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Do ponto de vista da relação com o governo, entendemos que precisamos garantir uma mobilização e um debate mais profundo na categoria, para, no diálogo, viabilizar as demandas da categoria. Então, vamos dialogar, mas com independência política, para fazer valer as demandas da categoria e daquilo que o movimento docente decidir, com base na mobilização e organização.

Em relação à organização do movimento sindical, o que muda na relação com a CUT?

A avaliação do sindicato, e isso foi consolidado no último Congresso (fevereiro/2004), é que a CUT não tem respondido a contento as demandas dos trabalhadores. Do ponto de vista da organização, a gente considera que, primeiro, é necessário fortalecer a unidade para garantir a resistência ao desmonte dos nossos direitos. No que se refere à reforma sindical, a CUT participou do Fórum Nacional do Trabalho, apesar de não ter debatido isso com a base dos seus sindicatos. Ou seja, representou o que ela diz representar de forma equivocada, porque não assegurou que as deliberações pudessem referendar essa decisão. E as propostas que foram aprovadas nesse fórum foram definidas e defendidas pela Central no sentido oposto do que se construiu pela própria CUT ao longo dos últimos vinte anos. O que a gente vê é um processo de adaptação da Central ao governo e, desse ponto de vista, uma perspectiva de trabalhar dentro do movimento sindical no sentido de atrelá-lo às demandas que estão sendo postas pelos projetos governamentais.

O Andes-SN considera que esta é uma postura equivocada e tem lutado exigindo da Central a revisão desta posição e a garantia da implementação do que os sindicatos de base estão indicando. O Sindicato vai trabalhar, ainda, no sentido de garantir a unidade com os demais setores para construir um pólo de resistência dos trabalhadores, em especial, no que se refere à reforma sindical/trabalhista. Sobre a reforma universitária, consideramos que a Central Única dos Trabalhadores não tem trabalhado nessa esfera.

O debate profundo é se é o momento ou não para a desfiliação da Central. Esse debate apontaria para o próximo Congresso do Andes-SN deliberar sobre a permanência ou não na CUT?

Foi aprovado no último Congresso que devemos aprofundar o debate sobre o tipo de relação com a CUT e isso inclui opiniões que defendem que a gente deva estar de um modo mais presente, mais contundente na própria Central a fim de reverter o curso que ela vem adotando. Como também existem companheiros na base e seções sindicais que já estão definindo posições pela desfiliação, cabe à direção do sindicato viabilizar todas as condições para que, até o Congresso, as discussões aconteçam e que todas as posições estejam representadas. Enquanto direção, esse é o principal compromisso: garantir as condições para este debate e o que for decidido será implementado por essa diretoria.

O Andes-SN ainda está em processo de negociação com o governo em relação à campanha salarial. O Conad também discutiu a possibilidade de deflagração de uma greve dos professores. Qual a sua avaliação?

Em primeiro lugar, é importante registrar que a base do Sindicato é composta por três setores. As instituições federais, estaduais e as do âmbito privado. Em todas essas frentes, o sindicato tem desenvolvido ações e a categoria tem começado a desenvolver ações de luta e de enfrentamento direto. O fio que une essas mobilizações parte de dois elementos centrais. O primeiro são as condições de trabalho e as condições salariais. E, de fato, isso é um elemento que revela o desmonte provocado hoje pelo processo de sucateamento das instituições públicas. Tanto no âmbito das estaduais como das federais, temos uma movimentação dos docentes em torno de demandas claras que são: o aumento salarial, as condições de trabalho e o projeto de educação dessas instituições, o que significa rebater a reforma universitária que já está sendo implementadas nos estados e que, na esfera federal, começa avançar com medidas concretas que o governo vem aplicando.

Hoje, enquanto a gente realiza o Conad, estamos enfrentando a greve das estaduais paulistas e a greve do Piauí. Nós já tivemos mobilização no estado da Bahia e no Rio Grande do Norte e asseguramos enfrentamentos importantes que conquistaram demandas que estavam sendo apresentadas pela categoria. Nas federais, apesar de toda a inflexão e de todo o esforço que o movimento docente, por meio da sua direção, a partir das decisões de base, fez nos últimos dois meses no sentido de chegar a um bom termo nas negociações com o governo, nós tivemos dificuldades no diálogo com o governo. No último encontro, se chegou a um termo de entendimento, no qual foi assegurado que o governo tinha o aval para debater com o movimento a sua proposta que era extinção da GID e da GED e transitoriamente a constituição de uma nova gratificação que tivesse paridade e isonomia entre ativos, aposentados e entre os professores de 1º, 2º e 3º graus. A partir daí, se definiria um calendário de incorporação. Nos surpreendeu, no entanto, o fato de que o governo não cumpriu o prazo para nos devolver, tanto o termo de entendimento quanto as tabelas organizadas a partir deste entendimento (esta entevista foi concedida no dia 19/6. Na terça-feira, dia 22/6, o MPOG encaminhou ao Andes-SN duas simulações para o atendimento do termo de entendimento). Para nossa surpresa maior, o documento do governo não reflete a discussão que foi feita e o entendimento acordado na reu-

Entrevista

nião com o Andes-SN. A partir daí, o setor das Federais chegou à conclusão de que o governo estava impondo ao movimento a discussão efetiva da deflagração da greve, o que vinha sendo construído no campo da mobilização, mas sempre vinculado a uma perspectiva de negociação que nós acreditávamos que estava em via de se chegar a um bom termo.

Na sua avaliação, o governo está jogando o movimento para a greve?

Eu acredito que sim. Neste último período, nós tivemos reivindicações que foram apresentadas inúmeras vezes ao governo e não tivemos retorno. De fato, isso se processou desde o início da campanha salarial unificada, quando o governo não fez uma interlocução clara com a Coordenação Nacional dos Servidores Públicos e criou a divisão do movimento, apresentando propostas em separado para as categorias. Na construção desse movimento unitário, o movimento docente avaliou que apresentaríamos nossas reivindicações, mais uma vez, no movimento unitário, para o ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.O governo não demonstrou pré-disposição a garantir a negociação. Fala-se em mesa e do aval para garantir a proposta apresentada pelos docentes, se discute viabilizações para isso, mas na hora de escrever e oficializar uma proposta para o movimento, de modo que as assembléias possam se posicionar, isso não acontece. Há um desrespeito e uma intransigência por parte do governo e isso faz com que a gente tenha que discutir um outro passo na mobilização e esse outro passo é efetivamente o debate sobre a deflagração da greve.

Na sua avaliação, a má vontade e o desrespeito do governo em discutir a campanha salarial com o Andes-SN pode estar ligada ao posicionamento do sindicato com relação à reforma universitária e a outros projetos do governo para os quais outras categorias do setor público não têm uma posição contrária tão firme quanto a desta entidade?

De fato, é um conjunto de elementos que compõe esta postura do governo. O governo já demonstrou claramente que não tem pré-disposição efetiva de dialogar e de fazer a interlocução com o movimento organizado. Desde o primeiro ano de governo, nós presenciamos isso no que se refere à Reforma da Previdência e no que se referiu à campanha salarial dos servidores em 2003. Do ponto de vista do Andes-SN, consideramos que estamos inscritos nesse processo de ausência de disposição do debate para o conjunto do serviço público e que isso faz parte do projeto do governo de desmonte dos serviços públicos, de não investimento e, portanto, de não interlocução com os trabalhadores que constróem este processo. Evidentemente que, assim como a sociedade e a categoria, o governo sabe que o Andes-SN é um sindicato poderoso do ponto de vista da sua mobilização e do ponto de vista da interlocução com a sociedade. E o Andes-SN cumpriu um papel decisivo na luta dos servidores em relação à reforma da previdência. O governo sabe que a locomotiva do sindicato está em andamento, começa a esquentar os seus motores no que se refere á luta contra a reforma universitária. O governo trabalha com esses elementos e a reforma universitária é fundamental para o governo Lula. O Andes-SN é de fato uma pedra no sapato, é necessário assegurar que este sindicato não tenha as condições para desenvolver a sua ação. Esse é o intento do governo. Essa é a batalha política que nós estamos na iminência de travar, ou já estamos travando, eu diria.

o governo sabe que o Andes-SN é um sindicato poderoso do ponto de vista da sua mobilização e do ponto de vista da interlocução com a sociedade

Alguns setores de outras categorias já estabeleceram acordos com o governo e até houve uma reação por parte de alguns professores dizendo que o Andes-SN já poderia ter fechado também um acordo. Mas parece que nenhuma dessas promessas feitas com as outras categorias estão sendo efetivadas. Você tem informação sobre isso?

Eu queria mais uma vez reafirmar que o Andes-SN cumpre exatamente aquilo que é definido nas instâncias de deliberação do Sindicato. A diretoria anterior trabalhou para realizar o que tinha sido deliberado no setor e nos congressos. Buscou viabilizar a negociação para garantir as reivindicações. O que aconteceu nesse processo? O governo tentou gerar por dentro do movimento a divisão, ao apresentar propostas diferenciadas para diferentes movimentos. O que nós presenciamos foram acordos propostos numa perspecitva de rebaixamento das reivindicações e numa perspectiva desesperada de evitar a greve nos diferentes setores. A algumas categorias foram apresentadas propostas que não asseguravam a isonomia e a paridade, principalmente entre ativos e aposentados. O Andes-SN se recusou a referendar esse tipo de processo e para outras categorias, como a Fasubra, o governo apresentou uma série de formulações que poderiam até atender a uma parte das reivindicações dos técnico-administrativos, só que o governo não cumpriu o acordado. Nós estamos realizando um Conad no mesmo momento em que a Fasubra convocou uma plenária extraordinária para discutir esses desdobramentos e chamou as suas assembléias locais para discutir a deflagração da greve. Acontece que o termo de entendimento assinado pela Fasubra não foi cumprido pelo governo federal. Mais uma vez se confirma que a tese de que a radicalidade é necessária para a identificação do problema, mas ela é oriunda e necessária a partir da intransigência do governo e do desrespeito total e completo aos compromissos assumidos e assinados por pessoas determinadas pelo governo para este fim.

Na abertura do Conad, você falou da necessidade de repensar o papel das agências de financiamento como a Capes e o CNPq, afirmando que não discutir isso é inviabilizar qualquer transformação da universidade. Que papel essas agências deveriam ter no financiamento da pesquisa nas instituições de ensino superior?

Na construção que o governo federal vem fazendo em relação às instituições públicas de ensino e à própria instituição privada, há uma perspectiva de reordenamento do próprio ensino superior. E um reordenamento a partir de uma lógica de que o ensino superior tem que se adequar às exigências que se impõem para a inserção do Brasil no modelo econômico internacional. E isso está muito claro, como no projeto de parceria pública e privado e na lei de inovação tecnológica, que vão construindo focos de intervenção governamental que reestruturam o papel, mais do que o da universidade pública, da própria educação superior no país. Para além de não termos o investimento que nos permita não termos a luz cortada nas universidades públicas, de não termos controle da abertura de cursos privados, da imensa maioria de cursos que se originam e nascem nesse país de forma absolutamente descontrolada, temos uma perspectiva de não ter o investimento público para o desenvolvimento do pensamento e da produção de novos conhecimentos no país. A origem disso está no fato de que a mão de obra brasileira deve ser preparada, segundo o modelo neoliberal do governo, para se adequar às exigências do mercado e o desenvolvimento da pesquisa não é prioridade. Podemos ter um ou outro pólo de desenvolvimento, mas que vai estar atrelado diretamente ao mercado. Isso está claro no projeto de inovação tecnológica.

fica claro que os órgãos de fomento trabalham numa perspectiva instrumental de definição das linhas de pesquisa

Sobre o papel social da universidade e do papel do trabalho docente, fica claro que os órgãos de fomento trabalham numa perspectiva instrumental de definição das linhas de pesquisa e do investimento de forma fechada, anti-democrática, porque não há debate no marco da autonomia das universidades. Então, temos uma redefinição dos grupos de pesquisa, das exigências de formatação desses grupos, que reforçam uma lógica que não favorece o desenvolvimento do pensamento livre que poderia estar investindo em novos conhecimentos que a docência do país inteiro tem todas as condições de produzir.

Antes da professora Marilena Chauí ser convidada para a presidência do Conselho Nacional de Educação e, ainda no início deste debate, quando fez críticas à reforma universitária, ela propôs que os recursos destinados às agências fossem diretamente geridos pelas instituições. Esse 'repensar' das agências, proposto no seu discurso, teria a ver com a idéia de acabar com as agências e levar os recursos da pesquisa para serem geridos diretamente pelas instituições de ensino?

O modelo de financiamento à pesquisa a ser adotado é algo que precisa ser amadurecido pelo sindicato. Precisamos, a partir do projeto de universidade que o Andes-SN defende, amadurecer os instrumentos que serão utilizados para viabilizar esta concepção: da democratização do investimento da pesquisa e de um real investimento. Isso porque, discutir as alterações dos órgãos de fomento pressupõe, em primeiro lugar, discutir o montante de verba destinado às universidades e como se viabiliza uma grande quantidade que permita o desenvolvimento da pesquisa. O segundo elemento, é discutir como essa pesquisa pode estar a serviço de realmente democratizar a produção do conhecimento, respeitando as regionalidades do país, respeitando a diversidade de exigências que a própria dinâmica da realidade impõe ao pensamento científico. E, mais do que isso, pressupõe, para este sindicato que tem a responsabilidade de dialogar com a categoria e com o pensamento social, discutir a serviço de quê se produz o conhecimento e com qual perspectiva. Sabemos que a universidade é uma instituição democrática por excelência e que nela convivem diferentes formas de entender a sociedade, de pensar a própria produção intelectual e o resultado dela, mas o Andes-SN vai seguir defendendo que este também é um momento de fazer valer a possibilidade de socializar este conhecimento e de fazer com que ele possa estar a serviço de favorecer as condições de vida da maioria da população.

Qual o principal desafio desta gestão?

Acho que é avançar no processo de mobilização da categoria para que a gente possa garantir a luta contra toda e qualquer ação que tenha por objetivo destruir a noção de uma educação pública brasileira e a noção de uma condição de trabalho e de trabalho que permita aos docentes o desenvolvimento pleno do seu trabalho.

Andes-SN

Carta de Aracaju

Reunidos no 48º Conselho do ANDES-Sindicato Nacional – CONAD, os delegados de 44 Seções Sindicais, 1 delegado da Secretaria Regional Leste, 85 observadores e 3 convidados examinaram a conjuntura nacional e internacional e atualizaram o Plano de Lutas do Sindicato.

O momento atual está marcado por contradições sociais brutais. Por um lado, o governo privilegia o pagamento da dívida externa e, por outro, é crescente a miséria e o desespero das mais amplas camadas da sociedade. A política de corte dos recursos públicos repercute globalmente sobre os serviços públicos federais e, em particular, sobre os orçamentos dos estados, restringindo o financiamento das IEES. O crescimento da violência, a ampliação da miséria, a criminalização, por parte do governo, dos movimentos sociais organizados vêm abrindo o espaço tanto para a impunidade dos dominantes, quanto para a tentativa consistente e consciente de desmobilização das formas organizativas das classes trabalhadoras.

Em nome da construção de um superávit primário e de uma pretensa estabilidade econômica, o governo leva à cena política a farsa de que o aumento do salário-mínimo quebraria os estados e os municípios. A inflação continua a corroer as condições de vida da população e, nesse momento, o governo anuncia que irá vetar um reajuste de pouco mais de 2 reais por dia e pratica, simultaneamente a isso, a liquidação da educação e da saúde públicas punindo de forma extremada os trabalhadores.

Assistimos a uma sucessão de escândalos (o caso Waldomiro, os vampiros, que se atualizam neste governo, etc). Após afirmar que recebera uma herança maldita, o governo mantém e aprofunda a política econômica dos governos anteriores. A política dos dominantes é transformada em uma ação administrativa pela supressão real da sociedade pelo executivo que, armado das MPs, comanda e impõe sua vontade. Nega-se, na prática, o que se afirma discursivamente: a democracia e a cidadania.

Em um único processo, o governo tenta desorganizar os trabalhadores, seja do serviço público seja do setor privado, e busca sua legitimação nas formas de uma falsa democracia participativa. Isto está claramente esboçado no pretenso debate com a sociedade sobre as chamadas reformas. Reformas que sequer merecem esse nome pois nada mais são do que a pura retirada dos direitos dos trabalhadores em nome da amplificação da liberdade de acumulação capitalista. Caricatura da democracia participativa que é exemplarmente construída a pretexto da reforma universitária. Os governantes dizem que estão dialogando com a sociedade quando na verdade, legislam por Medidas Provisórias - MPs ou por Projetos de Leis - PLs, em um parlamento onde têm uma maioria construída a partir de formas pouco ortodoxas (liberação de recursos para parlamentares, por exemplo, como nos governos anteriores). Na proposta-imposição da reforma universitária, a pretexto de consultar os movimentos sociais, o governo busca criar contradições no interior desses movimentos sociais para melhor reinar por meio das chamadas audiências públicas do MEC. Altera-se, também, a natureza dessa figura institucional. O governo conversa com a sociedade, mas determina quem é a sociedade usurpando desta suas formas autônomas de organização. Faz debates em que é eliminado o contraditório e caracteriza como vontade da sociedade as respostas dadas por aqueles que ele próprio escolheu. Essa grosseira manipulação segue-se a outras: a compra de vagas ociosas das escolas privadas (o PROER da Educação), quando se tem documentos e informações suficientes para comprovar que os formados pela universidade pública adquirem melhor formação/qualificação a custos menores. O governo finge atender às necessidades dos movimentos que reclamam uma possibilidade maior de acesso à universidade lançando-os nos piores cursos das escolas privadas.

O combate a essa contra-reforma faz-se cotidianamente na imensa quantidade de debates e ações sobre ela, muitos deles promovidos pelas seções sindicais em conjunto com a comunidade acadêmica e na movimentação dos estudantes. Encontros como os das executivas de cursos, fóruns das públicas, encontro nacional do Rio de Janeiro e o estadual do Rio Grande do Sul comprovam a movimentação e a organização estudantil autônoma.

No campo geral das políticas estatais, verificamos um crescente sucateamento e degradação das políticas públicas indispensáveis para o atendimento real das necessidades da imensa maioria da sociedade.

Para tornar tudo isso possível, faz-se necessário, ao governo, destruir a organização livre dos trabalhadores. Esse é o real significado da reforma sindical que o governo, com a colaboração da direção majoritária da CUT e das demais centrais, busca impor às classes trabalhadoras. A eliminação da liberdade e autonomia sindicais torna-se cada vez mais uma necessidade para que a acumulação capitalista se realize com um máximo de eficácia. A precarização do trabalho, os bancos de horas, a demissão imotivada são mecanismos clássicos que, se passar a reforma, terão campo livre para ampliar a repressão sobre as condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras. A pretexto de dar legalidade às centrais, subtraem-se os direitos dos sindicatos de base. Cria-se a possibilidade da imposição, por lei, do sindicato orgânico, proposta que a direção majoritária da CUT jamais conseguiu fazer implementar pela base das categorias que representa. Com esse mecanismo, as direções das centrais tornam-se mediadoras da relação estado-patronato-classe trabalhadora com a vantagem de não necessitar consultar suas próprias bases.

Face a isso, os trabalhadores vêm construindo formas de resistência (CONLUTAS, CELUTAS, Fóruns estaduais de lutas e outras organizações de mesma natureza) e colocam a questão central da relação com a direção da Central. A demonstração dessa resistência foi dada pela marcha em Brasília, quando milhares de trabalhadores e membros dos movimentos sociais afirmaram em alto e bom tom que a proposta governamental encontrará nossa resistência. Atos importantes ocorreram nos estados nesse mesmo sentido. Aqui não há como tergiversar: ou lutamos ou hipotecamos o futuro das classes trabalhadoras e da nossa sociedade. O 48º CONAD aponta como tarefa o protagonismo do ANDES-SN na unificação dessas iniciativas como condição para a organização da classe frente à ofensiva do capital. A questão da democracia dos trabalhadores, a recusa de grande maioria do movimento em tornar-se correia de transmissão do governo está colocada com clareza para nós que iremos decidir no próximo congresso (ou em um congresso extraordinário) qual deve ser a nossa forma de defesa dos trabalhadores. Faremos cuidadosamente esse debate e nos posicionaremos com clareza.

Ainda sobre as políticas governamentais de desmonte e transferência dos serviços públicos para o capital, cabe destacar as reações, nos estados, contrárias ao arrocho orçamentário das IEES. O CONAD discutiu o tema e declarou irrestrito apoio às greves da universidade estadual do Piauí e das universidades estaduais de São Paulo. Também reconheceu como necessária a mobilização dos professores como forma de impedir o aprofundamento das políticas que reduzem os recursos públicos para as universidades públicas, como acontece com as universidades estaduais do Paraná.

No que se refere aos docentes das instituições privadas, o sindicato deliberou pela publicação do Caderno de Denúncia das Mantenedoras do sistema privado de ensino superior, onde existem as formas mais repressivas de impedimento da organização sindical. Repressão que se dá também pelas formas de contratação dos trabalhadores, de ataque à qualidade do ensino pelo privilegiamento da mercantilização, a demissão imotivada, etc. Defrontamo-nos com um sistema punitivo em que os trabalhadores do ensino superior ficam praticamente reféns da vontade patronal. Urge afirmar que educação é uma concessão de serviço público e um espaço estratégico de elaboração de projetos estratégicos para a nossa sociedade.

Sobre a situação dos docentes das instituições federais, o CONAD denuncia a ação protelatória e de não-negociação da questão salarial. Estamos em junho e, até o momento, o governo não fez, de fato, nenhuma negociação. Muitas reuniões, pouca decisão. Por isso o CONAD deliberou por dar um prazo (até o dia 25 de junho) para que o MPOG responda à proposta do Sindicato. Decidiu também apresentar um indicativo de greve para a primeira quinzena de julho. Os docentes das IFES deverão realizar uma rodada de assembléias, de 28 de junho a 2 de julho, para avaliar o andamento das negociações, o indicativo de greve e propostas de datas para deflagração da greve. Finalmente, o setor irá reuniir-se no dia 3 de julho para examinar o resultado dessas assembléias. Este procedimento democrático permitirá ao Sindicato afirmar a vontade dos seus membros e construir a resposta necessária aos desafios colocados para a categoria.

O Sindicato se posicionou pelo retorno imediato das tropas brasileiras presentes no Haiti e denuncia o governo pelo desrespeito ao direito de autodeterminação dos povos.

O Conselho deliberou: lutar contra a implementação das diretrizes da reforma universitária, a partir das propostas verbalizadas por Tarso Genro que atualizaram as do ex-ministro Cristovam Buarque; lutar pela revogação da Lei 10861; lutar por um projeto nacional de avaliação de caráter democrático, autônomo, qualitativo e não-produtivista a partir do projeto do Sindicato para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES nº 2); lutar contra o processo de privatização e de precarização. O Conselho deu ênfase ao processo de capacitação docente e à necessidade de o governo prover os recursos necessários para tal finalidade. Sem isto, não há universidade que possa responder à função de criadora/estimuladora de um pensamento crítico-estratégico que possa pensar um país sob a perspectiva da soberania popular.

Organizar, Resistir, Construir, mais que uma tarefa, é o nosso compromisso!

Aracaju, 20 de junho de 2004

Andes-SN

Andes-SN reafirma posição contrária à reforma universitária em audiência do MEC

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, esteve presente no último dia 23/6, em Manaus-AM, à primeira audiência pública patrocinada pelo MEC para discutir a reforma universitária e denunciou o caráter imperativo da política do Ministério. "O MEC apresenta a proposta de reforma como fato consumado, a verdade absoluta, não dando chance a um debate verdadeiramente democrático, no qual o contraditório possa ocorrer", disse.

A audiência programada, na realidade, foi suspensa em razão de uma manifestação estudantil. Houve um princípio de tumulto e agressões, quando a Polícia Militar e a segurança do prédio enfrentaram os manifestantes. A situação voltou à normalidade quando o reitor da Universidade Federal do Amazonas responsabilizou-se pele bom andamento dos trabalhos, pedindo que a PM deixasse o local, o que de fato ocorreu.

O que se seguiu foi uma assembléia dos estudantes, contextualizada em dois momentos: a discussão da agenda apresentada pelo governo e os encaminhamentos para a luta. Durante a assembléia, os sindicatos nacionais (Andes-SN, Fasubra e Sinasefe) e locais (ADUA e Sintesau) tiveram a palavra para apresentar suas posições e propostas sobre o assunto. Em sua fala, Marina Barbosa ressaltou a unidade e a ampliação do debate no interior dos diversos segmentos da universidade e dos movimentos sociais como forma de alertar a sociedade sobre as conseqüências da reforma universitária preconizada pelo MEC. A presidente do Andes-SN enfatizou ainda que o Sindicato Nacional acompanhará de perto as outras audiências promovidas pelo MEC e realizará atos de denúncia. Paralelamente, docentes da base do Andes-SN distribuíram no local a Nota Pública do Sindicato Nacional que revela o verdadeiro caráter da reforma governamental: a mercantilização do ensino público.

Mais à tarde, houve uma reunião entre os representantes do Andes-SN e integrantes de diversos segmentos da sociedade organizada dos estados de Tocantins, Acre e Amazonas, presentes à audiência. O resultado do encontro foi a deliberação de construir fóruns locais para avançar na luta em defesa da escola pública, priorizando o debate da reforma universitária. Coube à Regional Norte do Andes-SN organizar um seminário regional com o objetivo de reunir representação desses fóruns locais para avançar no debate e construir alternativas e propostas de ação no âmbito regional.

Fonte: Andes-SN

Universitários não querem a reforma do ensino superior

A primeira audiência pública da reforma do ensino superior brasileiro foi suspensa pela manhã e só retomada à tarde por força de uma grande manifestação promovida por estudantes, professores e técnicos administrativos (estes em greve desde ontem) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) nas dependências do Dymond Convencion Center - localizado na Estrada do Turismo, zona Oeste, onde representantes do Ministério da Educação e Cultura (MEC) deveriam se reunir com dirigentes de universidades públicas e particulares da região Norte.

Com os rostos pintados de vermelho, faixas, cartazes e apitos, os manifestantes invadiram o local meia hora antes de começar o encontro, que seria comandado pelos secretários Nacional de Educação Superior do MEC, Nelson Maculan e Executivo Adjunto do Ministério, Jairo Jorge e contaria com a participação de reitores de universidades públicas e particulares do Acre, Pará, Maranhão, Amazonas, Amapá e Roraima, além de representantes do sistema S (Sesi, Senai e Senac).

O coordenador do Movimento Ação Unificada (MAU) e membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Reginey Souza Azevedo, disse que os estudantes universitários são totalmente contra a reforma do ensino superior. "Entendemos que o governo federal quer privatizar de forma sutil as universidades brasileiras e isso não vamos permitir", afirmou o líder estudantil, lembrando que em uma recente reunião promovida no Rio de Janeiro "ficou acertada a manifestação contra a reforma".

Em entrevista coletiva depois de decidir pelo adiamento do encontro, Nelson Maculan e Jairo Jorge disseram que o movimento dos estudantes é um ato legítimo, mas que as discussões da reforma universitária teriam andamento nas próximas semanas, o que acabou ocorrendo pela parte da tarde no auditório do Tropical Hotel Manaus.

Os representantes do MEC lembraram que a audiência deveria ser comandada pelo ministro do MEC, Tarso Genro, que cancelou a viagem a Manaus por força da cerimônia de sepultamento do ex-governador do Rio, Leonel Brizola, que aconteceu ontem no município de São Borja (RJ).

Maculan explicou que o incidente não vai alterar o roteiro das audiências públicas marcadas para acontecer no Recife e São Paulo. "Vamos reavaliar o conteúdo das propostas de reformas, mas também pretendemos continuar as discussões nos Estados onde as datas já foram previamente marcadas", justificou o secretário e também ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No entendimento de Jairo Jorge, o protesto dos estudantes amazonenses "é uma clara atitude de quem não pretende discutir a reforma". "Por isso vamos adiar os trabalhos porque não existe nenhum clima para iniciarmos a reunião", disse, ainda pela manhã visivelmente preocupado com o movimento estudantil. Na saída do Dymond Center, a comissão do MEC foi vaiada pelos manifestantes, que também atiraram papéis amassados contra os representantes do governo federal.

"Vão embora daqui, porque essa proposta é do FMI (Fundo Monetário Internacional)", gritavam em coro os manifestantes. "Não vão privatizar as universidades. Queremos o ensino público gratuito", dizia um outro grupo de estudantes, que também afixou cartazes e banners na parte superior do Dymond. Mesmo com a saída dos representantes do MEC do local, os manifestantes continuaram nas dependências do centro de convenção.

Fonte: Andes-SN

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 143 • 5 de julho de 2004

Adufrj-SSind seleciona estagiários de jornalismo

A Seção Sindical dos Docentes da UFRJ oferece duas vagas de estágio para estudantes de graduação em jornalismo a partir do 5º período.

Os candidatos deverão enviar currículo, histórico escolar e comprovação de vínculo acadêmico para a caixa postal 68531 até o dia 19 de julho de 2004.

É necessário conhecimento de editores de texto (*Word*) e programas de acesso à Internet.

Os resultados das etapas da seleção serão disponibilizados no endereço www.adufrj.org.br ou nos telefones: 2260-6368 e 2230-2389, ramal 20.

Calendário da seleção
Até 19 de julho – prazo para os estudantes enviarem documentação
22 e 23 de julho – resultado da análise dos currículos
26 de julho – prova de redação
30 de julho – resultado da prova de redação
4 e 5 de agosto - entrevistas
6 de agosto – resultado final
10 de agosto - início do estágio

Servidores fazem greve e mobilizações por todo o país
Páginas 4 e 5

Manuella Soares

Assembléia aprova reajuste da GED e da GID

Páginas 6 e 7

Colegiados

CEPG vai discutir reforma universitária

Dentro da agenda montada pelo colegiado, o tema foi considerado como prioritário

A exemplo do que já foi feito pelo Conselho de Ensino de Graduação, o Conselho de Ensino para Graduados montou uma agenda de discussão de temas, em sua última reunião, no dia 2/7. Foi improvisada uma votação após a identificação de 15 itens, durante a sessão. Como resultado, ficou definido que a reforma universitária será o ponto prioritário para as próximas reuniões.

Sobre este ponto, o professor Nelson Souza e Silva (representante do CCS) fez questão de criticar uma reunião ocorrida, no prédio da representação do MEC no Rio de Janeiro, na semana passada, para debater a reforma com alguns professores do estado. Segundo ele, a quem não foi explicado o critério do convite, o encontro com o ministro Tarso Genro não foi nada produtivo, pois cada um falou o que bem quis e, ao final, o ministro foi embora sem maiores considerações. "Isso não resulta em nada", comentou.

Depois da reforma, outras questões consideradas como urgentes pelos conselheiros são, pela ordem, a construção do Plano Nacional de Pós-Graduação - que o MEC pretende finalizar até dezembro - e a política interna de vagas docentes. Resolvidos esses assuntos, os conselheiros passariam a discutir estratégias de desenvolvimento da pós-graduação da UFRJ, políticas de fomento à pesquisa e de desenvolvimento de pessoal. Reformulação e adequação das resoluções do CEPG, a política da pró-reitoria com os cursos avaliados com a nota 3 e os programas *lato sensu* seriam os temas seguintes.

Com prioridade mais baixa, no ponto de vista dos conselheiros, viriam: a atuação na pós-graduação de colaboradores, aposentados e professores externos; critérios de concessão das bolsas Pibic; bolsas Capes/CNPq para professores substitutos; a ampliação de vagas e cursos noturnos de pós-graduação; o mestrado profissionalizante e a educação à distância.

Reitoria falará de segurança no CEPG

Conforme convite formulado em sessão de 28/5, o reitor Aloisio Teixeira e a presidente da comissão de segurança formada no Consuni, vice-reitora Sylvia Vargas, estarão presentes na reunião deste dia 9 de julho para trazer as últimas notícias relativas às ações para conter a violência no Fundão. O pró-reitor José Luiz Monteiro afirmou que estenderá o convite ao novo prefeito da Cidade Universitária, professor Hélio de Mattos Alves.

Atraso no repasse da Capes

O pró-reitor José Luiz Monteiro fez questão de anunciar que, até o dia da sessão (2/7), a Capes ainda não teria repassado os valores referentes aos bolsistas Capes. Segundo ele, a agência de fomento não teria dado qualquer explicação para o atraso.

Dedicação exclusiva em cursos pagos

O professor Nelson Souza e Silva cobrou da reitoria a resposta a uma solicitação feita à Procuradoria da Universidade: a análise jurídica do pagamento de professores em regime de dedicação exclusiva nos cursos *lato sensu* pagos promovidos dentro da universidade.

Mestrado em Arqueologia aprovado

Foi aprovada pelo colegiado a criação do curso de mestrado em Arqueologia. O programa será encaminhado para a atual chamada de cursos novos da Capes.

Jurídico

Supremo analisa taxação de aposentados em agosto

Ficou para agosto a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da medida que prevê o recolhimento à Previdência Social pelos servidores públicos aposentados e pensionistas. A alíquota da contribuição foi fixada em 11% pela emenda constitucional nº 41 (contra-reforma previdenciária). Vários sindicatos, entre eles a Adufrj-SSind, conseguiram suspender a cobrança em primeira instância, mas é o Supremo que dará a última palavra sobre o assunto.

Houve uma primeira tentativa de julgamento no dia 26 de maio, mas, após o placar de dois votos contrários à taxação e um a favor, a sessão foi suspensa por um pedido de vista do ministro Cezar Peluso. Após um prazo regulamentar, o ministro Peluso pediu em plenário mais dez dias para ficar com o processo. Isto ocorreu em 23 de junho e, portanto, a nova prorrogação terminará em pleno recesso. Quando os ministros retornarem, em agosto, o julgamento da questão só poderá ocorrer na segunda sessão ordinária do STF, prevista para 11 de agosto.

Vale lembrar que, para declarar uma norma inconstitucional, são necessários os votos de seis ministros.

Anote

Alojamento sedia Encontro Nacional de Casas de Estudantes

Estará acontecendo entre os dias 13 e 16 de julho o 28º Encontro Nacional de Casas de Estudantes. O evento está sendo organizado pelo alunos moradores do alojamento Estudantil da UFRJ e serão realizados diversos debates sobre a Reforma Universitária, Políticas Educacionais, Assistência Estudantil e políticas de combate às opressões de gênero, de raça e de orientação sexual. Durante o encontro serão realizadas apresentações de dança, teatro, bandas e oficinas. O último dia será marcado por um grande ato público no Centro da cidade. As atividades ocorrerão no *campus* da Ilha do Fundão (CCS/Alojamento UFRJ). A organização do evento estima a participação de 1000 pessoas e faz um convite a todos que acreditam nesta luta.

Agenda Sindical

7/7 - Plenária estadual da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ) – no auditório a do Sindicato dos Engenheiros, av. Rio Branco, 277/17º andar, às 18 horas.

29 a 31/7 – 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Vestibular volta à discussão

Nova proposta ainda gera polêmica no colegiado

Prosseguiu sem nenhuma deliberação o debate em torno de possíveis mudanças na estrutura do próximo vestibular da UFRJ. Na reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) de 30/6, os conselheiros voltaram a polemizar sobre a proposta de criação de uma única prova, mais simples, juntando as quatro disciplinas não-específicas de cada grupo – com a simplificação, o concurso da universidade seria realizado em dois dias, em vez dos três atuais.

De acordo com a proposta do coordenador acadêmico do vestibular, professor Luiz Otavio Teixeira, no primeiro dia seriam cobradas do candidato a redação, a prova não específica e uma das disciplinas específicas; no segundo dia, haveria os exames de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e mais duas disciplinas específicas. Para o novo modelo, Luiz Otavio propõe um acréscimo de meia hora na duração do tempo das provas. Ele argumenta, no entanto, que as questões poderão ser resolvidas no atual prazo de quatro horas. Seria apenas um tempo extra para o estudante responder às perguntas.

O debate

Representante dos funcionários no colegiado, Ana Maria Ribeiro considerou a proposta "excelente". Segundo ela, que é técnica em Assuntos Educacionais, a proposta em discussão representa um passo importante para a universalização do acesso.

Ana Canen (do CFCH) também avaliou como positiva a simplificação das não-específicas do vestibular. A professora só manifestou preocupações com a composição dos exames de cada dia, que poderiam cobrar conteúdos de disciplinas muito diversas. Ela se referia ao fato de o novo modelo separar as provas de Língua Portuguesa/Literatura Brasileira da redação.

Um dos representantes discentes, Luciano Barboza, reafirmou seu receio com a possibilidade de o candidato somente ser eliminado se zerar todo o conteúdo da prova não-específica, conforme divulgado no último Jornal da Adufrj (nº 142, de 29/6). O aluno explicou que, caso viesse a fazer o vestibular da UFRJ pelo novo modelo, dedicaria seus estudos às matérias específicas de seu grupo e a apenas uma das disciplinas não-específicas. No ponto de vista dele, essa mudança poderia enfraquecer ainda mais a formação geral dos alunos do ensino médio. Luciano afirmou ainda que a proposta favorece as diretrizes para a mercantilização do ensino, quando direciona o estudo das pessoas para um único saber.

Kelvin Melo

COORDENADOR ACADÊMICO DO VESTIBULAR, LUIZ OTÁVIO TEIXEIRA

O coordenador Luiz Otavio teve a oportunidade de se manifestar no colegiado e respondeu que os candidatos têm que estar preparados em todas as disciplinas. O professor observou que os alunos do último ano do ensino médio fazem vestibular para outras universidades e, além disso, não podem deixar de lado qualquer matéria que possa ajudá-los na classificação para a UFRJ.

Ana Borralho (CCS) voltou a dizer que o colegiado não conseguiu cumprir o compromisso de discutir o vestibular com a devida antecedência. "Sempre se diz: é para discutir o próximo vestibular assim que acabe o deste ano. E nunca acontece", comentou. Segundo ela, o tema é muito importante e não pode ser votado sem uma consulta prévia aos respectivos Centros de cada conselheiro.

O pró-reitor José Roberto Meyer disse não ter uma opinião definida sobre o assunto e solicitou que a proposta não fosse votada, se houvesse um número par de conselheiros no plenário – em caso de empate, ele seria obrigado a dar o voto decisivo.

Ana Maria Ribeiro defendeu que a nova proposta vai possibilitar à UFRJ a entrada de alguns dos melhores candidatos, hoje eliminados por um zero em matéria não-específica. Ela lembrou, inclusive, que a legislação brasileira permite que as instituições façam vestibulares nos quais constem somente as provas específicas, mais Língua Portuguesa e Redação.

Já a estudante Luciana Cristina não gostou da proposta. Para ela, que estudou em escola pública, o vestibular da UFRJ pode acabar perpetuando uma prática negativa do ensino médio de aprovação dos alunos que desconhecem conteúdos básicos de certas disciplinas. "Embora conste do currículo, nós não temos aulas de Química, Física e Matemática (nas escolas públicas). E os alunos vão passando de ano até aqui", comentou.

Os conselheiros voltam a discutir o vestibular neste dia 7 de julho. A superintendente Deia Maria informou que pretende finalizar o edital do próximo concurso até meados deste mês.

Inscrições para transferência externa

O CEG decidiu que as inscrições de transferência externa estão adiadas até o fim da greve dos técnico-administrativos. Somente após o término do movimento, o colegiado voltará a se manifestar sobre os prazos deste ato acadêmico.

Reunião CEG/CEPG adiada

A pedido dos conselheiros do CEPG, foi adiada a reunião conjunta dos colegiados acadêmicos marcada para este dia 30/6 para discutir a resolução da periodização e o planejamento de alocação de vagas docentes. Não foi informada uma data para nova sessão conjunta. Presidente da comissão mista CEG/CEPG, a professora Maria da Penha afirmou ter recebido muitas propostas de mudanças sobre a periodização. Segundo ela, a comissão mista vai sistematizar o material e reenviar os resultados deste trabalho para todos os conselheiros ainda nesta semana.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Resenha

Senadores adiam Lei de Falências

Sem acordo, o Senado transferiu para esta semana a votação do projeto de Lei de Falências. A polêmica em torno desse projeto se situa entre a prioridade na recuperação judicial das empresas em processo de falência e concordata e o pagamento de créditos trabalhistas. O texto do projeto da Lei de Falência ora em discussão no Senado limita os créditos trabalhistas em 150 salários mínimos (R$ 39 mil). O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Coutinho, disse que "quem ganha com a priorização da recuperação judicial das empresas em detrimento do pagamento dos créditos trabalhistas é o capital financeiro". A Anamatra quer restabelecer o texto aprovado na Câmara, sem limites de teto (Diário Vermelho, 1º/7).

A incoerência do ministro Tarso

Se quiser mesmo aplicar o Saeb (exame do MEC que avalia a qualidade da educação) na 4ª e na 8ª séries de todas as escolas neste ano, o ministro Tarso Genro terá que enfrentar uma resistência à prova estabelecida pela prefeitura de Porto Alegre em 1995, justamente quando ele era o prefeito da cidade. A secretaria municipal de Educação da capital gaúcha informa não ser contra avaliações externas, mas discorda do Saeb pelo fato de o exame não levar em conta as necessidades da comunidade onde a escola está localizada, entre outros fatores (Folha de S. Paulo, 26/06).

Lucros dos bancos sobem 1.000%

O aumento da concentração no setor bancário levou o lucro dos dez maiores bancos hoje instalados no país a subir mais de 1.000% nos últimos dez anos. Ao longo desse período, a concessão de crédito despencou, a receita com a cobrança de tarifas cresceu mais de seis vezes, as despesas com pessoal ficaram abaixo da inflação e o número de reclamações ao Banco Central voltou a crescer. Em 1994, as dez maiores instituições financeiras do Brasil lucraram R$ 1,279 bilhão. No ano passado, o ganho conjunto dos dez maiores foi de R$ 14,573 bilhões - crescimento de 1.039% (Folha de S. Paulo, 21/06).

Cade reclama da liberdade dos bancos

O setor bancário, na prática, está à margem do sistema de controle de concorrência, na opinião do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), João Grandino. Em matéria de O Estado de S. Paulo 29/06), ele esclarece que um projeto para controle das instituições financeiras tramita há dois anos na Câmara dos Deputados, mas ainda não foi votado.

Movimento

Trabalhadores fazem greve e mobilizações por todo o país

Enquanto alguns movimentos reivindicatórios seguem firmes; outros podem retomar as paralisações

Diversas categorias do funcionalismo público federal e estadual não escondem sua insatisfação com as condições de trabalho e os salários recebidos. O resultado, após diversas tentativas de negociação com os governos, seguidas de paralisações de advertência, é a greve. Destes, os movimentos mais conhecidos da comunidade acadêmica são certamente as greves dos servidores das universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp, Unesp e o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza) e dos funcionários das universidades federais.

Em São Paulo, os servidores da Educação estão de braços cruzados por melhores salários, condições de trabalho e aumento de verbas para o orçamento das instituições. Na USP, Unicamp e Unesp, a reivindicação agora é por 9,41% de reposição salarial (em vez dos 16% do início da greve). Os trabalhadores do Centro Paula Souza, em situação mais precária, cobram uma reposição salarial da ordem de 72% (as perdas existem desde 1993).

Entre os outros diversos pontos da pauta de reivindicações dos movimentos das instituições paulistas, destaca-se o item que exige um aumento das verbas destinadas às universidades públicas (dos atuais 9,57%, originados da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – no estado, para 11,6%). Essa mudança representaria um acréscimo de cerca de R$ 600 milhões aos R$ 3 bilhões já existentes para custeio e investimentos. O movimento também propõe a criação de uma cota fixa de 2,1% do ICMS (hoje, não existe nenhum mecanismo que garanta um orçamento mínimo) para o Centro Paula Souza. O movimento grevista foi iniciado em um *campus* da Unesp em 11 de maio e reforçado pela entrada em greve da Unicamp e da USP (nos dias 26 e 27, respectivamente).

Técnico-administrativos das universidades federais

Os trabalhadores da UFRJ reunidos em assembléia na quinta-feira, dia 1º de julho, no auditório do Centro de Tecnologia, decidiram pela continuidade da greve, iniciada em 23 de junho. A próxima assembléia da categoria foi marcada para esta terça-feira, 6 de julho, às 10h, também no Centro de Tecnologia.

De acordo com o 'Boletim de Greve' do Sintufrj (24/06), os funcionários entraram em greve pelo cumprimento do acordo (Termo de Compromisso) assinado pelo governo com a Fasubra, no dia 16 de maio. No Termo, o governo se comprometia a pagar uma gratificação específica para os técnico-administrativos, com efeito retroativo a 1º de maio. Do Termo também constava um projeto de lei para a carreira dos funcionários que deveria ter sido encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 15 de junho. Nada foi cumprido.

De acordo com o Jornal do Sintufrj (edição nº 622), "a greve é uma resposta ao governo que rompeu o acordo depois de várias semanas de negociações. A atitude radicalizada da categoria foi praticamente imposta pelo Governo que, depois de várias rodadas de entendimento iniciadas em abril, recuou dos compromissos firmados com os trabalhadores: não enviou o Projeto de Lei ao Congresso até 15 de junho e a gratificação salarial, que seria paga em julho como antecipação de carreira, foi adiada para agosto – retroativa a maio". Os funcionários de mais de vinte universidades federais já paralisaram suas atividades.

Como se não bastasse, em entrevista ao jornal Correio Braziliense na semana retrasada, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, e do diretor de Programas Especiais, Vladimir Nepomuceno, disseram que as gratificações – previstas para serem pagas em agosto – poderão ser pagas só em setembro. A Fasubra vai apurar o teor dessa declaração. Mendonça disse que o novo atraso pode ocorrer porque os projetos de lei autorizando as gratificações precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional.

Funcionários da Uerj

Já os funcionários técnico-administrativos da Uerj encontram-se em greve desde o dia 21 de junho por reajuste salarial de 37,74%, índice que representaria a reposição das perdas salariais desde 1995. Além disso, reivindicam a implantação de um Plano de Carreira (PCC) já aprovado, inclusive, no Conselho Universitário da instituição em outubro de 2002. A assessoria de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Estaduais (Sintuperj) esclarece que o atual reitor, professor Nival Nunes, elegeu-se com maciça votação dos funcionários com base na promessa de implantar o PCC da categoria, mas nada fez até o momento.

A próxima assembléia dos funcionários da Uerj está marcada para o dia 8 de julho. Antes disso, no dia 6, os servidores realizam um ato de protesto na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. No dia 13, está prevista uma manifestação em frente ao Palácio Guanabara.

Fotos Daniel Garcia/Adusp

NO DIA 25/6, SERVIDORES PAULISTAS PROTESTARAM EM FRENTE AO PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO

Servidores da Saúde e do INSS

No dia 1º de junho, a greve dos servidores do INSS, da Saúde e das Delegacias Regionais do Trabalho foi suspensa em todo o Brasil. Mas o movimento grevista pode ser reiniciado em breve. Naquela ocasião, um acordo foi assinado com o governo, que atendia parte das reivindicações do movimento. Na volta ao trabalho, os servidores redobraram os esforços para dar conta dos serviços acumulados. No entanto, o governo Lula ainda não cumpriu sua parte. Em primeiro lugar, não encaminhou o projeto de lei ao Congresso Nacional que permitiria o pagamento do reajuste salarial e a correção de distorções no Plano de Carreira das categorias. Além disso, não ressarciram os dias descontados, apesar do serviço estar sendo reposto em péssimas condições de trabalho.

O informativo do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência do Rio Grande do Sul (Sindsprev-RS), de 23 de junho, esclarece que a população tem direito ao atendimento, mas lembra que os trabalhadores também devem ser tratados com respeito e dignidade. "O governo e a imprensa sempre atacam os trabalhadores dizendo que a greve prejudica a população que vai às unidades em busca de atendimento e não é atendida. Com isso, procuram colocar trabalhador contra trabalhador, como se o servidor público, que atende à população, não tivesse pai, mãe, filho, parentes e amigos que necessitam dos serviços do INSS, da Saúde e da DRT", diz um trecho. Além disso, os sindicatos criticam as constantes ordens de serviço internas e alterações na legislação, que complicam a concessão dos benefícios e comprometem a agilidade na solução dos problemas de quem precisa do INSS. "Não é preciso nem comentar a situação dos serviços de saúde, a precariedade da estrutura de fiscalização e do seguro-desemprego sob responsabilidade da DRT. A população tem que exigir o seu direito ao bom atendimento e, junto com os servidores, lutar para que o governo cumpra com seus compromissos", encerra o informativo.

Servidores do Judiciário Federal e do MPU

Os servidores do Judiciário decidiram entrar em greve por tempo indeterminado em 9 de junho para pressionar o governo a conceder um reajuste imediato da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), de 12% para 30%. Antes disso, as categorias do Judiciário Federal estiveram em processo de mobilização desde 18 de maio para a construção da greve contra o reajuste zero e em favor de reivindicações específicas, como o aumento e a incorporação das gratificações, a jornada de seis horas nos órgãos do Judiciário e do MPU e elaboração de um Plano de Carreira.

Desde outubro do ano passado, o sindicato reivindica que a gratificação corresponda a 50% dos vencimentos básicos. O índice de 30% está sendo trabalhado como uma concessão emergencial. Desde o início de abril, os servidores promoveram paralisações de duas horas. Depois, de 24 e de 48 horas. A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) obteve notícia, na semana passada, de que os ministros da área econômica, mais a Casa Civil e o próprio presidente Lula estariam se reunindo para discutir o Projeto de Lei nº 3804, que trata do aumento da gratificação.

Auditores fiscais da Previdência Social

A Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social (Anfip) encontra-se em mobilização pela campanha salarial da categoria. Uma campanha de envio de mensagens eletrônicas já alcançou a marca de 400 mil *e-mails* com o objetivo de solicitar dos deputados a votação do Projeto de Lei nº 3501/04, com algumas correções consideradas necessárias pela Anfip. O projeto "reestrutura a remuneração do cargo da carreira de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e dá outras providências". Ele estava previsto para ser votado no dia 29 de junho mas, devido a alterações no calendário da Câmara dos Deputados, a data de votação pode ter sido adiada.

Auditores da Receita suspendem greve

Depois de dois meses de greve, os auditores fiscais da Receita Federal decidiram suspender a paralisação no dia 21/6 sem que a reivindicação de aumento de salário tenha sido atendida pelo governo. Em assembléias realizadas em todo o país, a categoria concordou em pôr fim ao movimento com a promessa de abertura das negociações. A proposta do criação de uma mesa de negociação foi apresentada ao comando de greve pelo presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, Tarcísio Zimmermann (PT-RS).

Advogados da União, procuradores federais e defensores públicos

Cerca de 3 mil advogados, procuradores federais e defensores públicos da União entraram em greve inédita, em 15 de março. O movimento foi suspenso por 45 dias, a partir de 7 de junho, para dar prazo ao governo de conseguir votar no Congresso os projetos de reestruturação daquelas carreiras (PLs 3.332 e 3.501/2004). Porém, assim como a Anfip, também estes trabalhadores enfrentam dificuldades com o andamento da pauta do Congresso.

Os advogados da União, procuradores da Fazenda, do Banco Central, da Previdência e os defensores públicos da União ganham R$ 3.700 no início de suas carreiras e lutam pela equiparação dos vencimentos aos dos delegados da Polícia Federal, que recebem, na mesma situação, cerca de R$ 7.900 brutos. Ainda durante o movimento, os grevistas chamaram a atenção para uma mensagem presidencial enviada ao Congresso, que registra "uma economia de R$ 111 bilhões para os cofres públicos" como fruto da atuação dos advogados públicos. Os grevistas alegavam ser contraditório que o governo elogie a atuação da Advocacia Pública, mas negue "um mínimo de dignidade salarial e institucional".

Agentes penitenciários do Rio

Os agentes penitenciários do Rio decidiram não realizar a paralisação da categoria que estava prevista para iniciar à meia-noite do dia 26. No dia 25, o juiz da 8ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Rio, João Marcos de Castello Branco Fontinato, estendeu a validade da liminar que havia considerado ilegal a greve ocorrida entre os dias 5 e 9 deste mês. Segundo ele, caso insistam com a paralisação, os agentes poderão responder por desobediência. O sindicato está tentando cassar a liminar. Se for bem sucedido, a greve poderá acontecer. A greve é uma forma de pressionar o governo estadual a conceder um aumento salarial de 72% para os agentes e a realizar um concurso público para 3 mil vagas.

Professores da Uespi

A greve dos professores da Universidade Estadual do Piauí, iniciada no dia 14, foi suspensa no último dia 30. De acordo com a presidente da seção sindical local (Adcesp-SSind), professora Fátima Lima, a última assembléia avaliou como melhor estratégia a realização de duas paralisações até o fim do período, em agosto, para pressionar o governo. Se não forem atendidas as reivindicações, o movimento promete fazer uma assembléia com a proposta de não se iniciar o segundo período, em setembro. Os docentes pedem aumento salarial e a construção de uma Plano de Cargos e Salários. Fátima explicou que o objetivo é aumentar o salário básico do professor, por exemplo, daquele em regime de 20 horas (dos atuais R$ 298 para R$ 720, mais o índice inflacionário de 2003).

A presidente da seção sindical já considera o movimento grevista parcialmente vitorios, pois o governo já se comprometeu com outras duas reivindicações da categoria: serão realizadas eleições diretas para reitor no fim deste ano e, na semana passada, houve a posse, até então protelada, de professores concursados para o quadro da instituição.

Servidores da Saúde de São Paulo

Os servidores estaduais da Saúde de São Paulo decidiram suspender a greve no dia 25 de junho. Segundo o Sindsaúde (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo), a paralisação foi suspensa porque o governo "abriu negociações" com a categoria. Os servidores estavam em greve desde o dia 10 de maio. Eles reivindicam 30% de aumento salarial, contratação com concurso público e jornada de trabalho de 30 horas semanais também para trabalhadores administrativos. Em índices percentuais, a última proposta governista variava de 8,26% a 12,47% sobre o total de vencimentos.

Adufrj-SSind

Assembléia aprova reajuste da GED e da GID

Maioria presente prefere reajustes diferenciados para ativos e aposentados

A assembléia geral do último dia 1/7 aprovou por 73 votos contra 29 e três abstenções a proposta do governo de reajustes diferenciados nas gratificações produtivistas (GED e GID), apresentada em abril. Os professores, também por ampla maioria, rejeitaram o indicativo de greve para a primeira quinzena de julho, proposto pelo Setor das Federais e referendado pelo 48º Conselho do Andes-SN, (Conad) realizado em Aracaju, de 17 a 20/6.

Governo e Setor já haviam aprovado a substituição da GED e da GID por uma gratificação fixa

Conforme informou a diretoria da Adufrj-SSind no início da assembléia, esta proposta do governo, apresentada no início da campanha salarial, foi rejeitada por praticamente todas as seções sindicais do Setor e não consta mais das negociações em curso. O governo já aceitou substituir a GED e a GID por outra gratificação, cujo valor dependerá apenas da titulação e do regime de trabalho (20 horas, 40 horas ou DE) do docente, sem depender de contagem de pontos, e que será igual para docentes ativos e aposentados, das carreiras do Magistério Superior e do Magistério de 1º e 2º Graus. Esta proposta também já foi aprovada por ampla maioria pelo Setor das Federais, no dia 15 de junho, com o voto favorável da própria Adufrj-SSind, definido na AG do dia 14. O Setor reivindica ainda que a nova gratificação resulte em reajustes não inferiores aos propostos pelo governo em abril, para todas as classes, níveis, regimes de trabalho e titulações. Assim, o que falta definir são os valores da tabela de gratificações, que o governo ainda não propôs, nem formal nem informalmente. Foi justamente por causa desta protelação que o sindicato nacional, reunido no 48º Conad, deu um prazo até 25 de junho para que o governo apresentasse a tabela proposta, indicando a greve ao Setor das Federais caso permanecesse o impasse. No dia 21 de junho, o MPOG encaminhou ao Andes-SN duas tabelas distintas, que apelidou de "simulações", sem dizer a que se referiam. O Andes-SN divulgou as tabelas, tal como as recebeu e convocou o seu Grupo de Trabalho de Verbas (GT Verbas), que as analisou em reunião nos dias 28 e 29 de junho.

Governo trabalha com orçamento menor para tentar desqualificar proposta do movimento

O relatório do GT Verbas com a análise das "simulações" do governo foi distribuído durante a AG (veja na página xxx). Também foi distribuída a cópia de uma nota publicada pelo MPOG na sua página eletrônica, no mesmo dia 29 em que cancelou a reunião com o Andes-SN, na qual declara ter elaborado as simulações "por solicitação das entidades" e que estas simulações mostram "números muito inferiores à proposta original do governo". O relatório do GT Verbas mostra, no entanto, que os reajustes simulados pelo MPOG numa das alternativas ficaram mais baixos do que a proposta original do governo simplesmente porque foram calculados com base numa soma de recursos muito menor, e que, na outra alternativa, cujo impacto é semelhante ao da proposta de abril, os reajustes para os ativos são um pouco menores mas os dos aposentados são muito maiores, por causa, evidentemente, do restabelecimento da paridade. O relatório do GT mostra ainda que os recursos que o governo diz ter à disposição para o reajuste não são suficientes para pagar a sua própria proposta original e portanto, das duas uma, ou a proposta de abril é uma promessa que jamais será cumprida ou a disponibilidade real é maior e os reajustes implicados pela gratificação fixa podem ser maiores do que os anunciados.

O professor José Miguel Bendrao Saldanha, que participou da reunião do GT Verbas que fez o estudo, disse que a planilha com os cálculos, feitos a partir dos dados fornecidos pelo próprio governo, está à disposição na Adufrj-SSind.

A diretoria também esclareceu que o item "campanha salarial: análise da proposta e negociação com o governo" foi incluído na pauta na expectativa de que no dia da AG já estivesse disponível a proposta formal do governo, pois estava marcada uma reunião para o dia 29 de junho, entre o Andes-SN e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qual estava prevista a entrega da proposta. A reunião foi cancelada pelo governo no próprio dia da reunião e remarcada para o dia 1º de julho, frustrando os integrantes do GT Verbas que se encontravam em Brasília para assessorar a diretoria durante a reunião.

O MPOG declarou, na reunião com o Andes-SN em 1/7, que o montante destinado em 2004 (maio a dezembro + décimo-terceiro + férias) para o reajuste salarial é de 231 milhões de reais para os docentes do ensino superior e de 96 milhões para os docentes do 1º e 2º graus, totalizando 327 milhões **de reais.**

Os reajustes apresentados na proposta que o governo fez em abril e que declarou estar mantendo (reajuste da GED e da GID) custariam 419 milhões **de reais no mesmo período, sendo 348 milhões para o ensino superior e 71 milhões para o ensino básico.**

A "simulação" que o MPOG alega ter feito com "orçamentos separados" (recursos da GED para o ensino superior e da GID para o básico) custaria 271 milhões **(192 milhões para o ensino superior e 79 milhões para o básico) e a que diz ter feito "juntando orçamentos" teria o impacto de** 451 milhões **(380 milhões para o superior e 71 para o básico).**

GED/GID versus gratificação fixa

O debate de fundo da assembléia foi entre o reajuste das gratificações produtivistas (GED e GID) e a sua substituição pela gratificação fixa que está sendo negociada pelo Andes-SN com o governo. Os defensores da proposta que terminou vencedora usaram o argumento de que a GED e a GID podem não ser perfeitas mas representam uma forma da avaliação que tem resultados positivos no aumento da produtividade dos professores, porque os obrigaram a dar mais aulas. Em contrapartida, os defensores da substituição das gratificações produtivistas afirmaram que as estas não são adequadas para avaliar nem a qualidade nem a produtividade dos professores e que só serviram para impor prejuízos aos aposentados, especialmente os que se aposentaram antes de julho de 2000, que só recebem 60% do valor máximo, não importa o que tenham produzido durante toda a sua vida.

Esta ponto da pauta tomou conta das discussões de praticamente todo o tempo da assembléia. Vários professores defenderam a proposta construída ao longo dos últimos quatro meses de campanha salarial pelo conjunto do Sindicato. O professor da Faculdade de Educação Marcos Carneiro lembrou que a 'proposta de abril', como está sendo chamada a proposta do governo de reajuste diferenciado nas gratificações produtivistas, significa, na prática, um reajuste de cerca de R$ 500,00 brutos no contracheque dos docentes. "No meu contracheque, serão apenas R$ 360,00. Eu adoro produtividade, mas isso não paga nem uma inscrição em um congresso acadêmico da minha área", reclamou.

O conselheiro da SSind Luiz Paulo Vieira Braga foi um dos que também questionou o reajuste da GED e da GID. "Parece que nós preferimos o desigual, o pior. Parece que tendo um docente pior do que a gente nós nos sentimos melhor. Quem defende esta pro-

Adufrj-SSind

posta do governo, defende a ideologia da desigualdade". A professora do Colégio de Aplicação Ana Lúcia Souto Mayor lembrou que todas as vitórias dos docentes em relação à carreira e a reajustes salariais foram conquistadas, ao longo das duas últimas décadas pelo movimento docente, com base nos princípios da paridade e da isonomia. "Para quem não se lembra, foram estes princípios que se transformaram em tabelas e números na greve de 2001 e garantiram a retomada parcial da paridade e a da isonomia entre os professores de 1º e 2º graus, perdida em 1998 quando os aposentados e os professores do CAp foram rifados."

O professor Fernando Amorim foi um dos que defendeu o reajuste salarial apenas nas GED e GID. Para o professor, os aposentados recebem mais do que os professores da ativa, o que não justificaria a reivindicação da isonomia dos reajustes, defendida pelo Andes-SN e pela diretoria da Adufrj-SSind. A professora do IFCS Maria Paula também disse que no departamento de História do IFCS os docentes têm uma avaliação positiva da gratificação por produtividade. "A GED concretamente dinamizou a graduação". A professora defendeu, no entanto, a incorporação das GED e GID e mais um "plus" nos salários, a título de gratificação por produtividade.

A maioria dos professores que se manifestou nesta AG, de uma ou outra forma, também defendeu a avaliação por produtividade. Vale lembrar, no entanto, que o movimento docente tem posição congressual contrária às gratificações produtivistas e a diretoria da Adufrj-SSind ressalta que o cumprimento de uma carga horária semanal, mínima de oito horas de dedicação ao ensino de graduação já está prevista na LDB. Com justificativa de coibir a inadimplência, o governo conseguiu o seu maior intento que era quebrar a paridade entre os salários dos professores da ativa e os proventos dos aposentados e pensionistas.

Proposta do governo prejudica ainda mais os aposentados

Aposentado do Instituto de Biofísica, o diretor da SSind, Salatiel Menezes, fez questão de ressaltar que jamais realizou o seu trabalho pensando em receber alguma gratificação. "Eu teria vergonha de mim se tivesse que reconhecer que recebi alguma gorjeta por fora para realizar o meu trabalho acadêmico. Não fiz nada por gorjeta, mas por um compromisso com a universidade". O diretor da SSind José Miguel Bendrao Saldanha também criticou a aceitação das gratificações como forma de avaliação,. "O que nós estamos discutindo é um reajuste salarial. O governo propôs reajustar apenas a GED e a GID e com valores diferenciados para ativos e aposentados. Isso não tem nada a ver com avaliação ou produtividade. Dizer que essas gratificações avaliam qualquer coisa é um escárnio. Nem o governo insiste mais nisso nas mesas de negociação". Vale lembrar que o próprio secretário de Ensino Superior, Nelson Maculan, já se manifestou contra as gratificações como forma de avaliação de desempenho docente. Já o conselheiro da SSind Bruno Alexandre da Costa disse que os professores que defendem a proposta de reajuste nas GED e GID não defendem apenas o bolso. "Há os que realmente acreditam que deve haver um dispositivo que garanta o cumprimento de nosso papel social. A categoria está muito desunida. Nós não somos operários e a sociedade só vai nos dar uma boa aposentadoria se nós prestarmos a ela um bom serviço. A não ser que o governo pare de pagar a dívida externa, nós não vamos ter melhores salários para todos".

Valores em jogo

A presidente da SSind, Sara Granneman, lembrou aos presentes os valores que estão em jogo em relação à proposta apresentada pelo governo em abril e às simulações apresentadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a criação de uma gratificação fixa.

Em uma das simulações apresentadas pelo governo, o impacto da criação da gratificação fixa ficaria em cerca de R$ 271 milhões. Em outra simulação, feita com montante orçamentário diferente, o governo apresenta um impacto de R$ 451 milhões. Na proposta apresentada em abril pelo governo para o reajuste nas GED e GID, o impacto seria, segundo cálculos do GT Verbas do Andes-SN, da ordem de R$ 419 milhões. Estas diferenças evidenciam que o governo manipula os números para induzir à aceitação ou rejeição das propostas.

Governo afirma que tabelas não são uma proposta formal

Na reunião realizada no dia 1/7 com representantes do MPOG, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, registrou o protesto da Diretoria quanto ao não-agendamento da reunião do dia 29/06, confirmada pelo ministério na última sexta-feira (25). Protestou também em relação à nota publicada no site do Ministério que afirmava que o Andes-SN não havia apresentado proposta e solicitou informações sobre as tabelas enviadas no último dia 21 de junho.

O secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, afirmou que o governo caminha na compreensão da extinção da GED e de gratificações produtivistas. Ressaltou que as tabelas não eram uma proposta de reajuste, mas apenas simulações, que procuravam responder à demanda do movimento docente.

Ele afirmou que a questão dos docentes de 1º e 2º graus é mais atinente ao SINASEFE, avaliando que a forma de negociação é do movimento e que o governo respeitará a decisão: se conjunta ou separada. O Andes-SN avalia que é preciso tratar a questão de forma conjunta, para não correr o risco de retroceder nos ganhos da greve de 2001, que igualaram as gratificações.

O secretário disse que o governo trabalha com montante de R$ 231 milhões mais os recursos já orçados para o pagamento da GED, para constituir uma gratificação fixa aos docentes do ensino superior.

Ele anunciou que nas tabelas com simulações não foram considerados os efeitos da Emenda Constitucional nº 41, que redefine o percentual de contribuição da União sobre os ativos, alterando de 11% para 22%. Por decisão governamental, o Tesouro arcará com esse ônus (R$ 14 milhões).

Os representantes do Andes-SN, Marina Barbosa e Márcio Oliveira, ressaltaram que as tabelas do MPOG apresentam várias incongruências. O secretário se comprometeu a apresentar amanhã (2/7) novas tabelas - limitadas, no entanto, ao mesmo montante de R$ 231 milhões destinados à transformação da GED em gratificação fixa. O Andes-SN solicitou que as tabelas sejam acompanhadas de esclarecimentos quanto à metodologia e detalhamento das definições finais do governo.

Não existe "ônus" previdenciário para o governo

A diretoria da Adufrj-SSind afirma que a observação do secretário do MPOG quanto ao "ônus" adicional causado pela EC 41 é totalmente desprovida de sentido. O "aumento" de 11% para 22% da "contribuição do governo" é meramente contábil e escritural, pois não existe nenhum "fundo previdenciário" dos servidores públicos do qual sejam pagas os proventos de aposentadoria pensões. Ou seja, o governo "paga a contribuição" para ele próprio, pois o regime dos servidores não é nem de repartição nem de capitalização, e sim administrativo. Além disso, o gasto maior com os aposentados e pensionistas, que deveria ser pago pelo tal fundo previdenciário se ele existisse, está sendo incluído no impacto orçamentário das propostas. A influência da contribuição previdenciária, se for levada em conta, é inversa, diminuindo o impacto financeiro dos reajustes, na medida em que o gasto real do governo serão as remunerações líquidas e não as brutas. Ao fazer os cálculos finais e precisos dos reajustes, estes e outros "ajustes finos" terão de ser feitos. No momento, as divergências entre os cálculos do movimento e os do governo são de ordem de grandeza muito maior e isso precisa ser resolvido primeiro.

Portanto,

Os recursos que o governo diz ter à disposição para o reajuste *não são suficientes para pagar a sua própria proposta original* **e, das duas uma, ou a proposta de abril é uma promessa que jamais será cumprida ou a disponibilidade real é maior e os reajustes implicados pela gratificação fixa podem ser maiores do que os anunciados.**

Os reajustes simulados pelo MPOG na alternativa "separado" ficaram mais baixos do que a proposta original do governo simplesmente porque *foram calculados com base numa soma de recursos muito menor*. **Na alternativa "juntando", cujo impacto é semelhante ao da proposta de abril, os reajustes para os ativos são um pouco menores mas os dos aposentados são muito maiores,** *por causa do restabelecimento da paridade*.

Andes-SN

Análise das tabelas apresentadas pelo MPOG

Nos dias 28 e 29 de junho, reuniu-se o Grupo de Trabalho de Verbas (GT Verbas) do Andes-SN com o objetivo de analisar as tabelas entregues pelo governo em 21 de junho, já remetidas para as seções sindicais (Circular nº 223/2004, de 22/6).

Cabe destacar que, até o momento, a única proposta oficial de reajuste salarial apresentada ao Andes-SN foi a que consistia no reajuste dos valores da gratificações produtivistas (GED e GID), que aqui chamaremos de "proposta de abril". As assembléias gerais deliberaram não aceitar essa proposta. Em 5 de junho, o setor das IFES remeteu para apreciação pelas seções sindicais uma contra-proposta alternativa a ser apresentada ao governo, que veio a ser aprovada pelas assembléias gerais e pelo próprio setor em 15 de junho e cujos termos são os seguintes:

"a) Extinção da GED/GID e criação de gratificação emergencial não- produtivista (desvinculada de avaliação de desempenho), garantida também aos aposentados, que respeite os seguintes princípios:

· paridade entre ativos e aposentados;

· isonomia entre os docentes do magistério superior e os de primeiro e segundo graus;

· extensão aos professores substitutos.

b) Calendário para incorporação das gratificações - GAE e nova gratificação não-produtivista;

c) A proposta salarial a ser elaborada deverá atingir uma concessão remuneratória que não pode ser inferior à já apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regime de trabalho e deverá ser retroativa a 1º de maio."

Com o objetivo de subsidiar as avaliações e deliberações do setor das IFES e das assembléias gerais, a Diretoria do Andes-SN solicitou ao GT Verbas o estudo das tabelas entregues em 21 de junho, entendendo que, mesmo que elas não constituam propostas oficiais do governo, foram por este de fato apresentadas e a sua análise pode fornecer argumentos e formulações úteis para o movimento docente neste momento da campanha salarial.

I Material recebido do MPOG em 21 de junho

Três pastas de trabalho Microsoft Excel, com os seguintes nomes e supostos[1] conteúdos

1) "Docente 1.xls" - três planilhas:

a) Tot GED - Quantidade de docentes das IFE ativos, aposentados e instituidores de pensão, de acordo com a titulação (escolaridade), regime de trabalho, que recebem GED.

b) Tot GID - Quantidade de docentes das IFE ativos, aposentados e instituidores de pensão, de acordo com a titulação (escolaridade), regime de trabalho, que recebem GID.

c) Matriz Separado:

c.1) Docentes das IFE ativos, aposentados e instituidores de pensão, de acordo com a titulação (escolaridade), regime de trabalho e carreira: quantidades e respectivas despesas com GED e GID no mês de fevereiro de 2004, e

c.2) Docentes dos ex-territórios ativos, aposentados e instituidores de pensão, de acordo com a titulação (escolaridade), regime de trabalho e carreira: quantidades e respectivas despesas com a remuneração total no mês de fevereiro de 2004.

2) "valor fixo com orçamento separado_jun04.xls" - seis planilhas (GED DE, GED 40, GED20, GID DE, GID 40, GID 20), correspondentes às carreiras e aos regimes de trabalho, com a mesma estrutura. Cada planilha contém cinco tabelas, relativas às titulações (graduado, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado). Cada tabela contém, para cada classe e nível, as remunerações atuais e simuladas dos docentes ativos e aposentados e os respectivos percentuais de aumento resultantes. Junto a cada tabela, estão ainda indicados o valor de cada ponto da GED e da GID e os valores da gratificação fixa simulada ("valor fixo") correspondentes à titulação, regime de trabalho e carreira. Estes valores para as gratificações teriam sido calculados utilizando-se os recursos da GED para as gratificações dos docentes do Magistério Superior e os recursos da GID para as gratificações dos docentes do Magistério de 1º e 2º graus. Denominaremos esta simulação de "separado".

3) "valor fixo juntando orçamento gid ged_jun04.xls" - estrutura semelhante à anterior, mas com diferentes valores para as gratificações, que teriam sido obtidos aplicando-se os recursos totais relativos à GED e à GID para as gratificações dos docentes de ambas as carreiras. Denominaremos esta simulação de "juntando"[2].

II Inconsistências dos dados recebidos

1) As quantidades de docentes informadas nas planilhas "Tot GED" e "Tot GID" são diferentes (para menos) das quantidades informadas na planilha "Matriz Separado".

2) Nas tabelas correspondentes às titulações "graduado", "aperfeiçoamento" e especialização" dos professores 20 horas e 40 horas do Magistério de 1º e 2º Graus, em ambas as alternativas "separado" e "juntando", o valor da nova gratificação fixa foi adicionado às remunerações atuais, em vez de substituir os valores atuais da GID, como foi feito em todas as outras situações, resultando em remunerações propostas diferentes para os docentes ativos e aposentados.

III Critérios utilizados nos nossos cálculos para superar as inconsistências encontradas

1) Para os nossos cálculos de custos e impactos das diversas alternativas, foram usados os valores da planilha "Matriz Separado".

2) Os valores das remunerações calculadas a maior, isto é, sem o desconto da GID atual, foram corrigidas fazendo-se este desconto.

IV Considerações sobre as tabelas apresentadas

1) Na "juntando", a nova gratificação para o ensino básico é um pouco menor do que na "separado". Para o ensino superior[3], a gratificação é substancialmente maior na "juntando" do que na "separado".

2) As duas simulações correspondem a impactos orçamentários muito diferentes, pela simples razão de que, no ensino superior, a quantidade de docentes (73,5 mil) e os valores mensais totais da GED (57,5 milhões) são muito maiores do que a quantidade de docentes (22,5 mil) e os valores mensais da GID (8,2 milhões) no ensino básico. Logo, o gasto menor para o ensino básico na "juntando" é muito menor do que o gasto maior para o ensino superior na mesma simulação. Os custos e impactos orçamentários[4] calculados para as duas alternativas confirmam este raciocínio e são os seguintes, em reais:

3) Nenhum destes impactos corresponde aos recursos que estariam, em princípio, destinados ao pagamento da nova gratificação, ou seja, que seriam necessários para implementar a "proposta de abril", cujos valores são:

4) Nenhuma das "simulações" apresenta valores iguais (isonomia) para as gratificações do ensino básico e do ensino superior, o que seria obrigatório pelo menos na alternativa "juntando". Neste caso, os valores foram *arbitrariamente diferenciados*, não sendo, portanto, o resultado da aplicação de qualquer critério reconhecível.

5) Não se sustenta a análise de que as diferenças entre as remunerações apresentadas nas duas "simulações" decorrem das diferentes composições, em relação à titulação, dos conjuntos de professores do ensino básico e do ensino superior. Elas devem-se, unicamente, a: (a) montantes de recursos diferentes, e (b) quebra proposital da isonomia em ambas as alternativas.

6) É falsa, também, portanto, a afirmação de que a alternativa "separado" corresponde à aplicação dos recursos relativos à GID na gratificação do ensino básico e dos recursos relativos à GED no ensino superior, enquanto a alternativa "juntando" corresponderia à aplicação dos recursos totais (GED e GID) nas gratificações de todos. Se fossem aplicados estes critérios a partir da mesma massa total de recursos, obter-se-iam tabelas aproximadamente iguais, uma vez que os valores da GED e da GID estão equiparados para a maioria dos docentes desde fevereiro de 2002 e os reajustes percentuais da proposta de abril eram aproximadamente iguais

7) Nas duas simulações, "separado" e "juntando", os percentuais de reajuste para os aposentados são superiores aos dos ativos, em decorrência da necessidade de corrigir a quebra da paridade provocada pelas implantações da GED em 1998 e da GID em 2000.

8) Em ambas as simulações (principalmente na "separado"), há muitos casos de reajustes percentuais menores do que os apresentados na proposta de abril e mesmo menores do que a reposição da inflação de 2003 (9,3%), com a qual o governo havia minimamente se comprometido.

V Resumo dos cálculos dos custos e dos impactos

As tabelas 1 (Cálculo dos custos e impactos para o período de maio a dezembro de 2004) e 2 (Cálculo dos custos e dos impactos mensais) contém um resumo dos cálculos efetuados pelo GT Verbas para a obtenção dos valores referidos neste texto. As tabelas são muito grandes para serem aqui publicadas e podem ser baixadas da página eletrônica do Andes-SN, na qual o relatório do GT está na íntegra.

GT Verbas do ANDES-SN, em 29 de junho de 2004

Quadro 1 - custos e impactos das simulações do MPOG

	"separado"		"juntando"	
	custo total	impacto	custo total	impacto
ensino superior	730.397.499	191.633.478	918.312.319	379.548.297
ensino básico	156.272.026	79.072.998	148.692.597	71.493.569
total	886.669.525	270.706.475	1.067.004.916	451.041.866

Quadro 2 - custos e impactos da proposta de abril

	GED e GID já orçadas	impacto da proposta de abril	custo total da proposta de abril
ensino superior	538.764.022	348.331.416	887.095.438
ensino básico	77.199.028	71.030.270	148.229.298
total	615.963.049	419.361.686	1.035.324.736

[1] "supostos" porque baseados em informações verbais, nem sempre consistentes, como se verá nesta análise.

[2] estes nomes ("separado" e "juntando") foram escolhidos para simplificar a exposição, não implicando em aceitação da explicação dada para a obtenção das tabelas, que, como se verá adiante, não se sustenta.

[3] usamos os termos "ensino básico" e "ensino superior" em vez de "Magistério de 1º e 2º graus" e "Magistério Superior " para simplificar o texto.

[4] o "custo total" é a despesa prevista para o período de maio a dezembro de 2004 correspondente ao total das gratificações; o "impacto" é o custo total menos a despesa já orçada, para o mesmo período, para pagar a GED e a GID (ver item 3), que serão substituídas pela nova gratificação; foram considerados 9 meses para os aposentados e pensionistas (maio a dezembro + décimo-terceiro salário) e 9,5 meses para os ativos (maio a dezembro + décimo-terceiro salário + adicional de férias).

Andes-SN

Análise das tabelas apresentadas pelo MPOG

Nos dias 28 e 29 de junho, reuniu-se o Grupo de Trabalho de Verbas (GT Verbas) do Andes-SN com o objetivo de analisar as tabelas entregues pelo governo em 21 de junho, já remetidas para as seções sindicais (Circular nº 223/2004, de 22/6).

Cabe destacar que, até o momento, a única proposta oficial de reajuste salarial apresentada ao Andes-SN foi a que consistia no reajuste dos valores da gratificações produtivistas (GED e GID), que aqui chamaremos de "proposta de abril". As assembléias gerais deliberaram não aceitar essa proposta. Em 5 de junho, o setor das IFES remeteu para apreciação pelas seções sindicais uma contra-proposta alternativa a ser apresentada ao governo, que veio a ser aprovada pelas assembléias gerais e pelo próprio setor em 15 de junho e cujos termos são os seguintes:

"a) Extinção da GED/GID e criação de gratificação emergencial não- produtivista (desvinculada de avaliação de desempenho), garantida também aos aposentados, que respeite os seguintes princípios:

· paridade entre ativos e aposentados;

· isonomia entre os docentes do magistério superior e os de primeiro e segundo graus;

· extensão aos professores substitutos.

b) Calendário para incorporação das gratificações - GAE e nova gratificação não-produtivista;

c) A proposta salarial a ser elaborada deverá atingir uma concessão remuneratória que não pode ser inferior à já apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regime de trabalho e deverá ser retroativa a 1º de maio."

Com o objetivo de subsidiar as avaliações e deliberações do setor das IFES e das assembléias gerais, a Diretoria do Andes-SN solicitou ao GT Verbas o estudo das tabelas entregues em 21 de junho, entendendo que, mesmo que elas não constituam propostas oficiais do governo, foram por este de fato apresentadas e a sua análise pode fornecer argumentos e formulações úteis para o movimento docente neste momento da campanha salarial.

I Material recebido do MPOG em 21 de junho

Três pastas de trabalho Microsoft Excel, com os seguintes nomes e supostos[1] conteúdos

1) "Docente 1.xls" - três planilhas:

a) Tot GED - Quantidade de docentes das IFE ativos, aposentados e instituidores de pensão, de acordo com a titulação (escolaridade), regime de trabalho, que recebem GED.

b) Tot GID - Quantidade de docentes das IFE ativos, aposentados e instituidores de pensão, de acordo com a titulação (escolaridade), regime de trabalho, que recebem GID.

c) Matriz Separado:

c.1) Docentes das IFE ativos, aposentados e instituidores de pensão, de acordo com a titulação (escolaridade), regime de trabalho e carreira: quantidades e respectivas despesas com GED e GID no mês de fevereiro de 2004, e

c.2) Docentes dos ex-territórios ativos, aposentados e instituidores de pensão, de acordo com a titulação (escolaridade), regime de trabalho e carreira: quantidades e respectivas despesas com a remuneração total no mês de fevereiro de 2004.

2) "valor fixo com orçamento separado_jun04.xls" - seis planilhas (GED DE, GED 40, GED20, GID DE, GID 40, GID 20), correspondentes às carreiras e aos regimes de trabalho, com a mesma estrutura. Cada planilha contém cinco tabelas, relativas às titulações (graduado, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado). Cada tabela contém, para cada classe e nível, as remunerações atuais e simuladas dos docentes ativos e aposentados e os respectivos percentuais de aumento resultantes. Junto a cada tabela, estão ainda indicados o valor de cada ponto da GED e da GID e os valores da gratificação fixa simulada ("valor fixo") correspondentes à titulação, regime de trabalho e carreira. Estes valores para as gratificações teriam sido calculados utilizando-se os recursos da GED para as gratificações dos docentes do Magistério Superior e os recursos da GID para as gratificações dos docentes do Magistério de 1º e 2º graus. Denominaremos esta simulação de "separado".

3) "valor fixo juntando orçamento gid ged_jun04.xls" - estrutura semelhante à anterior, mas com diferentes valores para as gratificações, que teriam sido obtidos aplicando-se os recursos totais relativos à GED e à GID para as gratificações dos docentes de ambas as carreiras. Denominaremos esta simulação de "juntando"[2].

II Inconsistências dos dados recebidos

1) As quantidades de docentes informadas nas planilhas "Tot GED" e "Tot GID" são diferentes (para menos) das quantidades informadas na planilha "Matriz Separado".

2) Nas tabelas correspondentes às titulações "graduado", "aperfeiçoamento" e especialização" dos professores 20 horas e 40 horas do Magistério de 1º e 2º Graus, em ambas as alternativas "separado" e "juntando", o valor da nova gratificação fixa foi adicionado às remunerações atuais, em vez de substituir os valores atuais da GID, como foi feito em todas as outras situações, resultando em remunerações propostas diferentes para os docentes ativos e aposentados.

III Critérios utilizados nos nossos cálculos para superar as inconsistências encontradas

1) Para os nossos cálculos de custos e impactos das diversas alternativas, foram usados os valores da planilha "Matriz Separado".

2) Os valores das remunerações calculadas a maior, isto é, sem o desconto da GID atual, foram corrigidas fazendo-se este desconto.

IV Considerações sobre as tabelas apresentadas

1) Na "juntando", a nova gratificação para o ensino básico é um pouco menor do que na "separado". Para o ensino superior[3], a gratificação é substancialmente maior na "juntando" do que na "separado".

2) As duas simulações correspondem a impactos orçamentários muito diferentes, pela simples razão de que, no ensino superior, a quantidade de docentes (73,5 mil) e os valores mensais totais da GED (57,5 milhões) são muito maiores do que a quantidade de docentes (22,5 mil) e os valores mensais da GID (8,2 milhões) no ensino básico. Logo, o gasto menor para o ensino básico na "juntando" é muito menor do que o gasto maior para o ensino superior na mesma simulação. Os custos e impactos orçamentários[4] calculados para as duas alternativas confirmam este raciocínio e são os seguintes, em reais:

3) Nenhum destes impactos corresponde aos recursos que estariam, em princípio, destinados ao pagamento da nova gratificação, ou seja, que seriam necessários para implementar a "proposta de abril", cujos valores são:

4) Nenhuma das "simulações" apresenta valores iguais (isonomia) para as gratificações do ensino básico e do ensino superior, o que seria obrigatório pelo menos na alternativa "juntando". Neste caso, os valores foram *arbitrariamente diferenciados*, não sendo, portanto, o resultado da aplicação de qualquer critério reconhecível.

5) Não se sustenta a análise de que as diferenças entre as remunerações apresentadas nas duas "simulações" decorrem das diferentes composições, em relação à titulação, dos conjuntos de professores do ensino básico e do ensino superior. Elas devem-se, unicamente, a: (a) montantes de recursos diferentes, e (b) quebra proposital da isonomia em ambas as alternativas.

6) É falsa, também, portanto, a afirmação de que a alternativa "separado" corresponde à aplicação dos recursos relativos à GID na gratificação do ensino básico e dos recursos relativos à GED no ensino superior, enquanto a alternativa "juntando" corresponderia à aplicação dos recursos totais (GED e GID) nas gratificações de todos. Se fossem aplicados estes critérios a partir da mesma massa total de recursos, obter-se-iam tabelas aproximadamente iguais, uma vez que os valores da GED e da GID estão equiparados para a maioria dos docentes desde fevereiro de 2002 e os reajustes percentuais da proposta de abril eram aproximadamente iguais

7) Nas duas simulações, "separado" e "juntando", os percentuais de reajuste para os aposentados são superiores aos dos ativos, em decorrência da necessidade de corrigir a quebra da paridade provocada pelas implantações da GED em 1998 e da GID em 2000.

8) Em ambas as simulações (principalmente na "separado"), há muitos casos de reajustes percentuais menores do que os apresentados na proposta de abril e mesmo menores do que a reposição da inflação de 2003 (9,3%), com a qual o governo havia minimamente se comprometido.

V Resumo dos cálculos dos custos e dos impactos

As tabelas 1 (Cálculo dos custos e impactos para o período de maio a dezembro de 2004) e 2 (Cálculo dos custos e dos impactos mensais) contém um resumo dos cálculos efetuados pelo GT Verbas para a obtenção dos valores referidos neste texto. As tabelas são muito grandes para serem aqui publicadas e podem ser baixadas da página eletrônica do Andes-SN, na qual o relatório do GT está na íntegra.

GT Verbas do ANDES-SN, em 29 de junho de 2004

Quadro 1 - custos e impactos das simulações do MPOG

	"separado"		"juntando"	
	custo total	impacto	custo total	impacto
ensino superior	730.397.499	191.633.478	918.312.319	379.548.297
ensino básico	156.272.026	79.072.998	148.692.597	71.493.569
total	886.669.525	270.706.475	1.067.004.916	451.041.866

Quadro 2 - custos e impactos da proposta de abril

	GED e GID já orçadas	impacto da proposta de abril	custo total da proposta de abril
ensino superior	538.764.022	348.331.416	887.095.438
ensino básico	77.199.028	71.030.270	148.229.298
total	615.963.049	419.361.686	1.035.324.736

[1] "supostos" porque baseados em informações verbais, nem sempre consistentes, como se verá nesta análise.

[2] estes nomes ("separado" e "juntando") foram escolhidos para simplificar a exposição, não implicando em aceitação da explicação dada para a obtenção das tabelas, que, como se verá adiante, não se sustenta.

[3] usamos os termos "ensino básico" e "ensino superior" em vez de "Magistério de 1º e 2º graus" e "Magistério Superior " para simplificar o texto.

[4] o "custo total" é a despesa prevista para o período de maio a dezembro de 2004 correspondente ao total das gratificações; o "impacto" é o custo total menos a despesa já orçada, para o mesmo período, para pagar a GED e a GID (ver item 3), que serão substituídas pela nova gratificação; foram considerados 9 meses para os aposentados e pensionistas (maio a dezembro + décimo-terceiro salário) e 9,5 meses para os ativos (maio a dezembro + décimo-terceiro salário + adicional de férias).

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 144 • 12 de julho de 2004

Agenda Sindical

12 a 17/7 - XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de História
Recife (PE)

12 a 17/7 - Jornada Nacional de Mobilização - Acampamento dos trabalhadores desempregados.
CMS/SP
São Paulo (SP)

13/7 - Ato em frente ao Palácio Guanabara para exigir negociações com a governadora Rosinha Matheus
Rio de Janeiro (RJ)
Fórum Fluminense de Lutas

16 a 18/7 - IV Encontro de Formadores da Campanha Nacional contra a ALCA, a Dívida e a Militarização (*Jubileu Brasil / Campanha contra a ALCA*)
Rio de Janeiro (RJ)
Colégio Assunção – CANAM – Rua Almirante Alexandrino, 2033 Santa Teresa.

24/7 – Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF)

29 a 31/7 – 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA e com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Federais indicam greve para fim de julho

Representantes das seções sindicais mantêm proposta salarial que extingue a GED e a GID

Reunidos em Brasília, no dia 3 de julho, os representantes das seções sindicais de professores de mais de 30 universidades federais decidiram indicar, para apreciação das assembléias de base, a deflagração da greve em 27 de julho. Em seu texto de avaliação, a diretoria do Andes-SN ressalta que o movimento docente não gostaria de recorrer à greve, mas a postura governamental não deixa outra alternativa. A data no final de julho foi a opção intermediária encontrada no Setor para contemplar as diversas decisões de assembléias gerais que propuseram o início da paralisação ora para a primeira quinzena de julho, ora para a segunda quinzena de julho e até mesmo para o mês de agosto.

Continua na página 4

Colegiados

Reitor vai ao CEPG para falar de segurança

Controle dos acessos do Fundão é a principal medida anunciada

Controle dos acessos, melhoria da iluminação, licitações para os estacionamentos, facilidade de transporte, aumento do quadro de vigilantes e estímulo ao povoamento do *campus* do Fundão. Essas foram algumas diretrizes citadas pelo reitor Aloisio Teixeira para tentar reduzir a violência na ilha, durante reunião do Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG), em 9/7. O dirigente foi convidado pelo colegiado, preocupado com as freqüentes notícias de crimes na UFRJ. Além de Aloisio, estiveram presentes a vice-reitora Sylvia Vargas, que coordena a comissão executiva de segurança da universidade, e o recém-empossado prefeito, professor Hélio de Mattos Alves.

Foi informado que a reitoria já adquiriu seis carros novos e vinte rádios de comunicação para agilizar o trabalho da vigilância. O prefeito Hélio comentou também que busca ampliar o quadro de vigilantes, uma vez que muitos servidores se encontram em desvio de função (cerca de 250 dos 300). Ainda segundo o professor Hélio, a reitoria está empenhada na liberação de uma emenda, no valor de R$ 3,5 milhões, para iluminação da ilha. Mesmo sem esses recursos, declarou que já foram repostas 800 lâmpadas e recolocados 2 mil metros de cabos, com verbas de custeio da UFRJ.

Mudança do trânsito

Uma alternativa que a reitoria estuda para reduzir a violência no *campus* passa pelo maior controle dos acessos da ilha: seria fechada a passagem, considerada perigosa, que vem da Linha Vermelha até a reitoria, por trás do CT, e os outros três acessos (perto do hospital, perto da Prefeitura e junto da Linha Vermelha, por trás do CCMN) receberiam guaritas para identificação dos visitantes – a comunidade acadêmica teria a passagem liberada por adesivos ou outro dispositivo, como a "onda livre" da ponte Rio-Niterói.

Os estacionamentos, atualmente entregues a guardadores improvisados, serão licitados e as empresas ganhadoras deverão cobrir qualquer roubo de carro sob sua responsabilidade. O prefeito Hélio argumentou ainda que as companhias de ônibus serão instadas a colocar mais veículos nos horários de pico.

Reitor anuncia diversos planos para a ilha

Para aumentar a chamada densidade populacional do *campus* do Fundão, o reitor Aloisio anunciou várias iniciativas. Segundo ele, estão nos planos da reitoria a construção de um centro de convenções, um hotel de trânsito, uma biblioteca central e até mesmo um estádio de futebol – este, vinculado a um clube cujo nome não quis revelar. Aloisio também listou possíveis parcerias acadêmicas com a Defesa Civil e com a Aeronáutica para a instalação de prédios no Fundão.

Conselheiros pedem segurança preventiva

Em praticamente todas as falas, os conselheiros do CEPG frisaram a necessidade de se implantar segurança preventiva no *campus*, em lugar de qualquer aparato repressivo. O professor Hilton Pereira (representante do Fórum de Ciência e Cultura) questionou a legalidade de cobrança de taxas de estacionamento no espaço universitário. Ele também reclamou de situações de assalto na Quinta da Boa Vista, onde o Museu Nacional está localizado. Iná Elias de Castro (CCMN) criticou a aparente retração dos espaços públicos da universidade contida na proposta de controle dos acessos do Fundão. Segundo ela, a UFRJ não tem urbanidade. "Faltam áreas de convivência", afirmou. Rodrigo Volcan (representante discente e integrante da APG) disse que a vigilância é necessária, mas lembrou que as estatísticas atribuem um elevado número de mortes aos policiais militares.

Reitor deixa comissão à disposição do CEPG

Antes de se despedir, o reitor disse ter anotado as sugestões levantadas e deixou disponível a comissão de segurança para o contato dos conselheiros do CEPG.

UFRJ e a adesão ao Proex

Neste dia 15 de julho, uma reunião entre o reitor, a pró-reitoria de Pós-Graduação e os coordenadores dos cursos notas 6 ou 7 vai discutir aspectos da adesão ao Programa de Excelência Acadêmica (Proex) da Capes.

Plano Nacional de Pós-Graduação

No dia 20/7, ocorre em Minas Gerais um encontro com a comissão criada pela Capes em 26 de maio para elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação relativo ao período 2005-2010. A pró-reitoria da UFRJ confirmou presença no evento para trazer as últimas informações sobre o assunto para as próximas reuniões do colegiado.

UFRJ

IFCS decide iniciar limpeza da biblioteca

Após um longo tempo de negociações entre estudantes e funcionários e os integrantes da Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, foi acordada a proposta do diretor da unidade, Franklin Trein, de separar os editais para licitação das obras na unidade. Desta forma, já estão sendo executadas as obras do telhado e serão licitados os projetos para recuperação da parte elétrica e da parte hidráulica do Instituto.

Com relação à biblioteca da unidade, a Congregação decidiu iniciar a limpeza imediata de toda a biblioteca com a higienização do acervo. No último dia 6 de julho, Franklin entregou ao superintendente de administração e finanças, Milton Flores, o pedido para o início da limpeza do interior da biblioteca. Segundo o diretor do IFCS, a coordenação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) acompanhará os trabalhos de higienização dos livros. Para Franklin, a decisão da Congregação com a concordância da comunidade garantirá a abertura da biblioteca antes de 3 de setembro, data em que completaria dois anos fechada. "A decisão de deixar para uma segunda etapa a definição quanto ao problema dos fungos e do emboço das paredes foi aceita pelos dois lados. Não vamos completar dois anos com a biblioteca fechada".

Apesar do desmembramento dos projetos de recuperação das instalações do prédio do Largo de São Francisco, as obras no IFCS serão custeadas com a mesma verba destinada no início do ano pela reitoria para as obras da biblioteca: R$ 1 milhão.

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira
na sede da Adufrj-SSind

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Andifes formula nova matriz orçamentária

O reitor Aloisio Teixeira, na sessão do Consuni do dia 8/7, anunciou que o Ministério do Planejamento ofereceu aos reitores um reajuste de 5% no total de verbas do orçamento da União para as instituições de ensino superior no ano de 2005. Segundo Aloisio, todos os reitores consideraram a proposta insuficiente para cobrir as despesas e garantir os investimentos nas universidades públicas federais. Diante da insatisfação dos dirigentes, o governo propôs, de acordo com reitor da UFRJ, um remanejamento dos valores de todos os programas do MEC para aumentar o limite destinados às universidades, sem com isso aumentar o volume global de recursos do ministério.

Aloisio informou, ainda, que a Andifes e o MEC estão discutindo um novo modelo orçamentário para as IFES, "a partir da medição dos gastos e despesas de cada instituição". O Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Desenvolvimento (Forplad) apresentou uma proposta para uma nova matriz de financiamento que, segundo Aloisio, piora a situação existente: "A instituição passaria a ter que dizer o volume de recursos que precisa a cada ano, o que é muito complicado". A proposta do Forplad foi rejeitada pelos reitores na Andifes e uma nova reunião do fórum de dirigentes deve ocorrer nesta semana, entre os dias 13 e 14/7. A Andifes tem como prazo o dia 15/7 para apresentar uma proposta de financiamento das instituições ao MEC. Segundo Aloisio, a atual matriz de financiamento é ruim, pois parte de um "custo médio" das universidades para definir o mínimo que cada uma deve receber, "o que não é possível de ser levado em conta dada a heterogeneidade das instituições". Para o reitor da UFRJ, não é correto que uma instituição tenha um aumento no seu orçamento à custa da redução de verba para outra instituição do mesmo sistema federal.

Manuella Soares

BRIZOLA NETO DEFENDE GREVE DOS SERVIDORES

Formação para o movimento social

A decana do CFCH, Suely de Almeida, informou que o Centro assumiu a direção acadêmica do curso de extensão Teorias Sociais e Produção do Conhecimento, destinado a dirigentes do MST e outros movimentos sociais. Cerca de 100 alunos de todo o Brasil ´participam do curso. A professora destacou a relevância do programa que promove "uma articulação entre o movimento social e a universidade, que cumpre assim o seu papel institucional".

Homenagem a Brizola

Na mesma sessão, os conselheiros receberam o agradecimento de Carlos Brizola Neto às homenagens feitas pelos colegiados superiores da UFRJ ao seu avô. Brizola Neto aproveitou a oportunidade para fazer críticas ao governo Lula em relação às negociações com os servidores públicos, em especial os técnico-administrativos em greve e os docentes das universidades federais.

Vestibular mantém modelo anterior

Decisão foi tomada em votação apertada

Diante da urgência para definir o edital do próximo vestibular da UFRJ, os conselheiros do CEG decidiram, por apertada votação (7 a 6 e uma abstenção), manter o modelo de aplicação das provas utilizado no ano passado. Dessa forma, os candidatos aos cursos da universidade permanecerão com três dias de exame e as provas não específicas de cada grupo continuam separadas. Para se classificarem, os vestibulandos não poderão zerar nenhum dos testes.

Pela proposta da coordenação acadêmica do vestibular que vinha sendo discutida no colegiado há algumas sessões, as provas não específicas seriam agrupadas em uma só, menor e mais simples, que somente eliminaria o candidato se fosse zerada em seu conjunto. Como resultado dessa simplificação, o concurso seria reduzido para dois dias.

A deliberação em favor do atual sistema do concurso não encerrou, porém, a discussão da proposta de cotas de 20% das vagas para alunos oriundos da rede pública, por parte da reitoria, desde o fim do ano passado. O pró-reitor José Roberto Meyer solicitou que o conselho debatesse o assunto em sua próxima sessão, nesta quarta-feira (14/7). Também nesta reunião, os conselheiros vão discutir uma proposição dos representantes discentes de tornar mais simples as provas não-específicas, já neste ano.

Nova proposta chegou a ser reformulada

Antes da deliberação do CEG, o coordenador acadêmico do vestibular, professor Luiz Otavio Teixeira, fez uma outra tentativa de tornar mais aceitável, entre os conselheiros, uma mudança no concurso: pôs, no primeiro dia de provas, Redação, Língua Portuguesa e as não-específicas (agrupadas); no segundo, ficariam as três específicas.

Ao longo do debate, a exemplo de reuniões anteriores, os conselheiros voltaram a se manifestar pró ou contra a proposta, sem aparentes mudanças de posicionamento. Novas alternativas, como a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na fase inicial do concurso ou a substituição das não específicas por um teste de conhecimentos gerais contemporâneos, foram sugeridas, mas a cautela prevaleceu ao se decidir uma mudança tão significativa para a vida de cerca de 60 mil candidatos e suas famílias.

Colegiado mantém prazos interrompidos

O CEG manteve a decisão de interromper os prazos de inscrições para os Editais de Transferência Externa/Isenção de Vestibular e Mudança de Curso – 2º semestre de 2004 em função da greve dos funcionários técnico-administrativos. Isso ocorreu porque alguns conselheiros observaram que suas Unidades já haviam concluído os processos de transferência.

Prazos da monitoria

Com a monitoria, houve alterações. Os conselheiros entenderam que grande parte dos melhores alunos já entrou em férias, o que dificulta o contato para oferecer-lhes a bolsa. Ficou decidido que as Unidades terão até 6 de agosto para enviar à Divisão de Ensino da pró-reitoria as informações com os alunos selecionados. Na verdade, apenas esse prazo final foi mantido. O que os conselheiros fizeram foi dar liberdade para as Unidades encaminharem os demais atos relativos à escolha dos bolsistas (inscrição, seleção e divulgação).

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Movimento

Setor das Federais indica greve para 27 de julho

Continuação da capa

A reunião do Setor reafirmou, por esmagadora maioria, a proposta salarial que já vinha em discussão no movimento: a extinção da GED e da GID e sua substituição por uma gratificação fixa, desvinculada de critérios de produtividade, isonômica, paritária e retroativa a 1º de maio. A proposta da última Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 1º de julho, que aceitava a proposição anunciada pelo governo em abril (com reajuste nas gratificações produtivistas) foi considerada superada pela votação que aprovou a manutenção da contraproposta salarial do Setor.

O governo mente

Foi levado em conta, na reunião, que o governo não assegura recursos sequer para o que era a sua proposta de abril, de mero reajuste nas gratificações. A partir dos estudos feitos pelo Grupo de Trabalho Verbas do Andes-SN, divulgados no último Jornal da Adufrj (nº 143, de 5/7), ficou evidenciado que o governo reduziu substancialmente os montantes financeiros para o reajuste dos docentes. O impacto financeiro da proposta do próprio governo, anunciada em abril, é de cerca de R$ 420 milhões, mas as últimas simulações de tabela elaboradas pelos técnicos do MPOG não utilizam mais de R$ 328 milhões. Já a proposta do movimento docente representaria, em seus valores mínimos, um impacto de R$ 624 milhões.

Calendário de mobilização

Os representantes das seções sindicais resolveram assumir a proposta de um calendário da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), que seria submetido à Plenária dos SPF, no dia seguinte (4/7). Ficou marcada nova reunião do Setor para o dia 24. Nos dias 7 e 8 de agosto acontece mais uma rodada de plenárias setoriais de cada categoria. No dia 9, haverá nova Plenária dos SPF.

Os primeiros passos da mobilização

Nesta primeira quinzena de julho, ainda de acordo com decisão do Setor das Federais, o movimento docente deverá organizar ampla denúncia sobre a forma como o governo vem tratando as negociações com os servidores e, em especial, com o Andes-SN, com um histórico do processo e um chamado à mobilização – conforme a Adufrj-SSind vem fazendo durante todo o período, vale lembrar. Será intensificado também o trabalho junto aos parlamentares para ampliar os recursos que o governo alega ter para o reajuste. Nesse sentido, as lideranças de todos os partidos serão procuradas. "Mobilizamo-nos, ou nos curvamos ao desrespeitoso tratamento que o governo concede aos docentes do ensino superior público e amargaremos o aviltamento progressivo de nossos salários, a não contratação de professores e a desagregação da universidade pública, que são as condições demandadas pelo governo para implantar sua proposta de reforma universitária", diz um trecho do texto de avaliação da diretoria do Sindicato enviado para as seções sindicais na semana passada.

Vale o que está escrito

Para evitar o disse-me-disse durante o processo de negociação, o Andes-SN vai exigir do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) vários documentos: a ata da reunião do dia 9 de junho, na qual o Secretário de Recursos Humanos daquele ministério, Sérgio Mendonça, comprometeu-se com a substituição da GED e da GID; a chamada "carta de entendimento" que deveria guiar a discussão e as atas das últimas reuniões que o Sindicato Nacional teve e terá com os representantes do MPOG. Isso se explica por mais um trecho reproduzido do texto de avaliação dos diretores sindicais: "O Andes-SN esteve presente nas poucas reuniões agendadas, disposto a negociar. O MPOG suspendeu as reuniões da MNNP (Mesa Nacional de Negociação Permanente, que deveria congregar todas as entidades do funcionalismo e o governo), não oficializou suas propostas, não registrou atas de reuniões, não respondeu a nenhum item da pauta e apresentou propostas diferenciadas para cada segmento dos SPF, como a anunciada em abril para os docentes, sendo que cerca de 20% dos servidores federais ficaram excluídos de qualquer proposta, isto é, terão reajuste zero".

Moções aprovadas

O Setor aprovou uma moção de apoio à greve dos técnico-administrativos e outra, também de apoio, à luta dos servidores do CEFET-PA por eleições diretas para diretor.

Adufrj-SSind no Setor

A Adufrj-SSind esteve representada no Setor pelos professores Salatiel Menezes, Janete Luzia Leite, Fernando Sampaio e Cristina Miranda. Segundo Janete, já está consolidado entre os representantes das seções sindicais o entendimento de que o governo não tem a menor intenção de negociar, através de múltiplos artifícios (suspensão de reuniões, tentativas de divisão da categoria, falsos comunicados aos servidores, entre outros). Para ela, o esforço do movimento docente deve ser pautado pelo esclarecimento do conjunto dos professores sobre esse jogo político governamental e, como conseqüência, pela necessidade da mobilização para a greve.

Caravana da Fasubra

Em greve pelo cumprimento do acordo com o governo, os técnico-administrativos realizaram uma caravana a Brasília, entre os dias 6 e 8 deste mês. A iniciativa também contou com o apoio da Reunião do Setor dos Federais e diversos dirigentes do Andes-SN e das demais entidades dos servidores participaram das manifestações.

Desdobramentos da Plenária

Da Plenária dos servidores realizada no dia 4, resultou o apoio à greve de 48 horas organizada pelos servidores da Seguridade Social nesses dias 12 e 13, quando serão desenvolvidas atividades de mobilizações nos estados, com paralisações onde for possível. Em 16 de julho, a CUT promove o Dia Nacional de Lutas e Mobilizações Por Mudança na Política Econômica e as ações da campanha salarial unificada, que será lançada nacionalmente na mesma data. Em 10 de agosto, Brasília viverá uma manifestação pelo cumprimento dos acordos de greve, contra as reformas do governo Lula e pelo resgate da pauta emergencial da campanha salarial que marcará a reunificação dos servidores públicos federais na CNESF.

Foi aprovado, ainda na Plenária dos SPF, exigir da CUT uma nota ao governo federal para cobrar o cumprimento dos acordos já feitos, em separado, entre as categorias do funcionalismo e o governo. Deliberou-se ainda que a CNESF fará uma nota aos parlamentares para que esses acertos entre as partes se tornem efetivos. Também aprovou-se que a CNESF encampe a luta pela implementação da Classe Especial dos Docentes de 1º e 2º graus.

Movimento

MPOG reafirma que R$ 231 milhões é o limite

Na reunião realizada no último dia 7/7 com representantes da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, apresentou as decisões da reunião do Setor das IFES: a proposta quantificada e formatada como tabela e o indicativo de greve nacional para o dia 27 de julho. A presidente do Andes-SN destacou a divergência entre os montantes da "proposta de abril" e os atuais R$ 231 milhões apresentados pelo governo como o orçamento disponível. Marina reafirmou que o fato de o MPOG não ter apresentado explicações metodológicas sobre suas tabelas gera mais confusão.

A chefe de gabinete da Secretaria do MPOG, Marilene Ferrari, argumentou que as tabelas de abril chegaram a todos por divulgação no *site* do Ministério e na Mesa Nacional de Negociação. Disse que o governo trabalhou com R$ 231 milhões para o reajuste dos docentes de 3º grau e que a diferença entre os montantes apresentados pelo governo e o resultado dos estudos do Andes-SN talvez possa ser explicada pelo fato de o MPOG ter feito o cálculo dos valores de reajuste com base na média de pontos da Gratificação de Estímulo à Docência (GED).

O secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, afirmou que não há perda de "nenhum centavo" da "proposta de abril". Informou que já está se encaminhando para o final a negociação com o Sinasefe sobre reajuste da base de 1º e 2º graus, o que, para o secretário, abrange os docentes de 1º e 2º graus da base do Andes-SN. Os representantes do Andes-SN reafirmaram, no entanto, a posição do Sindicato em defesa da unidade para tratar das negociações e lembraram o risco de haver distorções oriundas dessa negociação em separado.

O secretário disse acreditar que há disposição do Sinasefe para fechar acordo e que é uma opção do Ministério esse procedimento. Nesse sentido, afirmou que a única alternativa é aplicar o valor para todos da base de 1º e 2º graus. Voltou a afirmar que não há mais recurso financeiro disponível e que o PL sobre a liberação orçamentária deve ser aprovado ainda nesta semana. Se isso ocorrer, o governo fará medidas provisórias para o pagamento em folha extra.

Questionado se as MPs vão se destinar somente às categorias que assinaram acordo ou se vão abranger também as propostas originais não-acordadas, o secretário disse que esta é uma decisão de governo. Ressaltou que se houver acordo com o Sinasefe, no que se refere ao conjunto dos 905 mil servidores, ficará faltando somente a base do Andes-SN.

O diretor do MPOG Vladimir Nepomuceno afirmou que a "proposta de abril" não foi retirada da Mesa, o que não significa que será assumida dessa forma pelo governo.

Unidade

O representante do GT Verbas questionou o fato de que a proposta original é incompatível com o princípio anteriormente já admitido pelo Ministério pelo fim da produtividade com a criação de uma nova gratificação isonômica e paritária.

Vladimir Nepomuceno concordou e afirmou, ainda, que se apresentam diferentes cenários nas diferentes negociações com os servidores públicos, até o momento. No caso do 3º grau, a configuração da carreira dificulta a criação de uma nova gratificação paritária, nos limites orçamentários do governo (R$ 231 milhões). Chegou a afirmar que é "possível" o MPOG construir outras simulações, uma das quais seria manter a GED e criar nova gratificação fixa igual para todos dentro dos limites dos R$ 231 milhões.

GID

Quanto à Gratificação de Incentivo à Docência, o secretário Sérgio Mendonça afirmou que o valor do montante, de fato, é maior proporcionalmente do que para a GED. Feitos os acordos em separado, o percentual de aumento da GID será maior e isso se justificaria, na visão do governo, por estarem os docentes do 3º grau na lista dos que têm média salarial mais elevada em relação aos demais servidores.

O secretário enfatizou que, por parte do governo, "há simpatia pela importância da categoria docente", mas que, neste momento, não há espaço para redefinição de montantes. Sérgio Mendonça argumentou que há limite de atuação do MPOG e, neste sentido, qualquer acréscimo orçamentário somente poderá ser autorizado por setores governamentais superiores e pela SRH.

O representante do MEC, Ronald Pinto, destacou que todos estamos premidos pelo tempo, em especial o governo, por causa das eleições municipais. Afirmou que "o embate (com o governo) é legítimo, mas com o impacto de R$ 624 milhões (proposta do Andes-SN) fica impossível, então não adianta brigar; o ideal é a continuação do processo de negociação, caso contrário o governo pode usar a força da MP para resolver o impasse".

O secretario se comprometeu a analisar a proposta do ANDES-SN e dar retorno em, aproximadamente, uma semana, com disposição para apresentar alternativas dentro do limite orçamentário. Foi pré-agendada uma nova reunião para o próximo dia 14 de julho, ainda a confirmar.

Fonte: Andes-SN

Em tempo: Em reunião realizada entre o SESu/MEC e o Andes-SN, no dia 8/7, o secretário de Ensino Superior, Nelson Maculan, colocou-se à disposição para interceder na negociação junto ao MPOG. Neste mesmo encontro, Maculan comunicou que a audiência pública para tratar da reforma universitária em Recife, marcada para este 13/7, foi suspensa.

Abin espiona debate universitário na Bahia

No dia 4 de julho, a Folha de S. Paulo publicou um artigo do colunista Josias de Souza que surpreendeu o movimento docente ("A serviço de Lula, Abin vigia o quintal do PT"). O autor do texto informou que um evento conjunto das universidades estaduais baianas, realizado nos dias 26 e 27, foi acompanhado e relatado por um funcionário da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Mais que isso, pela ênfase do seu discurso contra o governo, Ronalda Barreto, uma das diretoras da Associação dos docentes da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) teve o seu nome e um resumo do que disse especialmente destacados. E o colunista ainda afirmou que "como Ronalda, petistas e assemelhados têm sido vigiados pela máquina de bisbilhotice estatal em todo o país. Há espiões grudados nos sem-terra e nos sem-teto, nos sindicatos e nas ONGs".

É bem verdade que governo dito de esquerda já tinha perdido muito do prestígio junto ao antigo eleitorado com iniciativas como a reforma da Previdência e a manutenção da atual política econômica, mas a espionagem mencionada era algo impensável até para os mais ferrenhos opositores de Lula e sua equipe. Passados 40 anos do início da ditadura na qual o presidente e seus principais assessores tanto sofreram com a atuação de "arapongas", certamente a notícia da volta da vigilância sobre movimentos sociais não é a melhor forma de lembrar aqueles tempos.

Ouvida pela reportagem da Adufrj-SSind, Ronalda Barreto se disse "estarrecida" com a notícia da espionagem. Precavida, no entanto, comentou que o fórum das associações que organizou o seminário dos dias 26 e 27 decidiu expedir um ofício endereçado à Abin para solicitar oficialmente informações sobre o teor da matéria da Folha de S. Paulo. Filiada ao PT, Ronalda também se encarregou de procurar as instâncias partidárias para apurar toda a situação. Somente depois de comprovada a veracidade da matéria, as associações deverão estudar algum tipo de providência a ser tomada. No jornal paulista, no entanto, o repórter disse ter contatado a Abin, que não negou o monitoramento: "A resposta veio por escrito. Diz que cabe à Abin obter e analisar dados 'destinados a assessorar o presidente da República'. Daí a necessidade de 'conhecer anseios, aspirações e posições dos diversos grupos sociais'.", segundo um trecho.

A despeito de comprovação, a professora Ronalda não entende o motivo de ter sido a única citada no tal relatório. Segundo ela, no seminário não foram poucos os palestrantes que criticaram a postura do governo. Lotada na Faculdade de Educação daquela instituição, Ronalda relatou o aprofundamento da reforma de Estado atualmente em curso, segundo diretrizes da proposta do ex-ministro Bresser Pereira. Também atacou a perspectiva de mercantilização da educação no país. Para Ronalda, as universidades estaduais baianas cada vez mais ampliam o caráter privatista via fundações universitárias, enquanto o orçamento de custeio é paulatinamente reduzido.

A discussão em andamento da chamada reforma universitária, do ponto de vista dela, consegue estar em um estágio menos democrático do que o debate da reforma da Previdência. Neste sentido, o projeto "Universidade para Todos" tem o seu total repúdio: "Defendo a concepção do Andes-SN de que os recursos públicos devem ser aplicados em instituições públicas", disse.

Andes-SN cobra MEC sobre espionagem

O assunto não passou em brancas nuvens na direção do Andes-SN. A presidente Marina Barbosa comentou que "estarrecimento" é apenas uma das palavras que podem ser usadas por conta desta ação da Abin. Segundo Marina, em pleno século XXI, com todo o governo dizendo que a democracia está consolidada no país, é, no mínimo, fator de apreensão que uma reunião aberta e amplamente divulgada seja acompanhada pela agência governamental e, ainda por cima, mereça um relatório.

A dirigente avisou que, no dia 7, o Sindicato Nacional enviou um ofício ao MEC para solicitar um posicionamento em relação ao caso. O tema também foi mencionado na audiência que os sindicalistas tiveram com o secretário do Ensino Superior, professor Nelson Maculan, no dia 8. Segundo Marina, houve o compromisso dele no sentido de apurar o assunto. Além disso, o Andes-SN vai procurar a Ordem dos Advogados do Brasil e outras entidades comprometidas com as liberdades democráticas para organizar uma frente contra esse tipo de arbitrariedade.

UFRJ

Reitoria debate sistema de cotas

Pró-reitoria de graduação convida representantes de instituições que adotaram políticas alternativas de acesso

O debate "Democratização do Acesso à Universidade Pública UFRJ discute experiências", realizado no último dia 29/6, no Auditório do Salão Azul, no prédio da reitoria, reuniu integrantes do Conselho de Ensino de Graduação, professores, estudantes e funcionários que ouviram o relato das experiências de três universidades públicas que já adotaram o sistema de cotas para o ingresso dos estudantes no ensino de graduação.

A pró-reitora da Uerj, Raquel Marques Villard, falou sobre a experiência do sistema de cotas da estadual, implantado naquela instituição desde o vestibular de 2003. Apesar de dizer acreditar no sucesso dos programas de ação afirmativa, a exposição da professora não foi das mais otimistas. O maior problema enfrentado pela Uerj com os programas de ação afirmativa é, segundo a professora, garantir a permanência do estudante cotista na instituição. "Mais dois vestibulares e nós teremos dez mil alunos carentes na universidade. Nós não temos condições estruturais, físicas nem humanas para atender a estes estudantes", comentou.

A lei estadual que definiu o sistema de ingresso por cotas na Uerj estabeleceu também que seria destinado um montante de recursos do orçamento do estado para o apoio aos programas de ação afirmativa. Ao todo, segundo Raquel, deveriam ter sido destinados R$ 8,750 milhões para políticas de assistência e manutenção do aluno cotista na universidade. O governo estadual, no entanto, segundo a professora, até hoje não fez o repasse desta verba para a instituição. "A universidade não conseguiu pôr a mão em nenhum centavo deste dinheiro. Já foi retirado R$ 1 milhão para pagar a imprensa oficial, mais um milhão para outra finalidade e assim vão descontingenciado os nossos recursos", denunciou.

De acordo com a professora, a Uerj precisa suprir várias necessidades para manter os alunos cotistas estudando. Deveria haver garantia de vale-transporte, um restaurante universitário, recursos para a compra de material de uso pessoal (para cursos como Odontologia e Medicina, por exemplo), laboratórios de informática (facilitando o acesso à Internet), alojamento estudantil, além de bolsas acadêmicas e de assistência.

Rafael Moura/UFRJ

O PRÓ-REITOR MAERBAL MARINHO COMENTA O PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA DA UFBA

Raquel chamou a atenção para o fato de que o rendimento acadêmico dos alunos cotistas é o mesmo dos demais alunos, mas observou que a dedicação daqueles é bem maior, já que os não-cotistas são mais reprovados por faltas. O último concurso de ingresso na Uerj foi realizado com base na Lei 4152/03, que reserva 45% do total das vagas oferecidas, sendo 20% para alunos da rede pública, 20% para negros e 5% para portadores de necessidades especiais e descendentes de povos indígenas. Para concorrer pelo sistema de cotas, o candidato deve escolher em qual categoria se encaixa, beneficiando-se somente de uma das reservas.

UFBa aprova Programa de Ações Afirmativas

O pró-reitor da Universidade Federal da Bahia, Maerbal Bittencourt Marinho, diz que, em Salvador, onde a maioria da população é negra, a discussão da reserva de vagas para afrodescendentes foi pressionada pelo próprio movimento negro. "Os negros que acessam a universidade concentram-se nos cursos menos disputados. Temos cursos com mais de 90% de alunos pretos e pardos. No entanto, há cursos com maioria branca, como Odontologia. Então, pensou-se numa maneira de distribuir estes alunos, democratizando o acesso entre os cursos."

A UFBa aprovou, há cerca de um mês, um Programa de Ações Afirmativas dividido, segundo Maerbal, em quatro etapas: preparação, ingresso, permanência e pós-permanência. O processo de preparação consiste em qualificar o ensino público para o acesso de todos à universidade. De acordo com o professor, a universidade vai preparar, ainda, materiais para aumentar o nível de informação dos candidatos sobre o vestibular. "Para evitar a auto-exclusão, já que, muitas vezes, o estudante carente desconhece a maioria dos cursos oferecidos pela instituição". Nesta fase, a UFBa dará apoio a pré-vestibulares comunitários ou organizados por entidades do movimento negro.

Quanto à democratização do ingresso, a UFBa aprovou, de acordo com Maerbal, um aumento do número de isenções da taxa dos vestibulares, que passou de 3.600, há dois anos, para 8.000 isenções em 2004. "O número de vagas também deve ser aumentado, além da reserva de vagas para grupos histórica e socialmente em desvantagem. Esta reserva seria de 45% das vagas, distribuídas da seguinte forma: 2% para descendentes indígenas e 43% para estudantes de escolas públicas, dos quais 85% desta reserva seriam para negros (pretos e pardos)", relatou. Para garantir a permanência dos estudantes cotistas na instituição, o pró-reitor diz que haverá ampliação de bolsas já existentes, a criação de bolsas adicionais específicas para negros e oferta de cursos em turno único, "possibilitando que o aluno tenha horário disponível para trabalhar, além do reforço à política de assistência estudantil".

Acesso na UnB

De acordo com o pró-reitor Ivan Camargo, o programa da UnB consiste no aumento do número de vagas, no Programa de Avaliação Seriada (PAS) e no sistema de cotas, recém-implantado no Vestibular 2005. Segundo Camargo, as universidades públicas têm feito um trabalho significativo quanto ao aumento do número de vagas. "A UnB, com grande esforço, conseguiu, ao longo dos últimos anos, aumentar este número, mesmo sem aumentar seu corpo docente. Em 1993, a UNB criou 6 cursos noturnos", relatou. O pró-reitor comentou sobre o Programa de Avaliação Seriada. "Além de uma prova aplicada no final de cada série do ensino médio, a universidade mantém constante diálogo com essas instituições. As provas são baseadas no conteúdo definido pelos professores do ensino médio. Essa interação provocou um aumento significativo dos alunos da escola pública. A proporção chegou a 50%".

Fotos como garantia

Em junho de 2003, a UnB aprovou seu sistema de cotas. "Não tínhamos nenhum dado de raça, então fizemos isso no Vestibular 2004 para, com base nestes dados, realizarmos o Vestibular 2005. Foram reservadas 20% das vagas para negros e pardos. Camargo lembrou da polêmica gerada devido à exigência de uma foto do candidato para que se confirmasse a auto-declaração: "A imprensa tem batido forte contra a questão da foto. As outras universidades admitiram que, apenas com a declaração, houve 40% de fraude. Por isso optamos pelo processo no qual o candidato atesta a sua declaração".

Política de cotas faz parte da reforma universitária do governo

Convidado pele mesa a se pronunciar, o representante do DCE Thiago Hastenreiter lembrou que a discussão sobre a democratização do acesso às universidades públicas está diretamente ligada ao debate sobre a reforma universitária. Thiago lembrou que a entidade dos estudantes tem posição favorável à adoção das cotas com corte social (definição de um limite de renda para que o candidato, negro ou oriundo de escola pública, esteja habilitado a concorrer à reserva), mas ressaltou o caráter privatista da proposta do governo para a reforma do ensino superior. "É necessário que os movimentos sociais se somem aos movimentos universitários na luta contra a mercantilização do ensino, pela universidade pública e gratuita para toda a população, com a melhoria dos ensino público em todos os níveis".

Opinião

O governo Lula e a universidade - Parte II

Claudio Thomás Bornstein*

Na parte I deste artigo (N. da R: publicada no jornal da Adufrj-SSind nº 138, de 3/5), defendi a idéia de que é preciso uma ampla mobilização da universidade na defesa dos seus interesses. A mera delegação de poderes e responsabilidades a dirigentes, idéia comumente associada à democracia representativa, não costuma funcionar em épocas como a nossa, em que existe um grande desequilíbrio e concentração de poder.

Nesta parte II pretendo focar uma área na qual tal mobilização é absolutamente necessária: a reforma universitária, particularmente, a política de cotas. Antevejo grandes dificuldades e, se não houver grande mobilização e, conseqüentemente, grande união em torno de um corpo de idéias básicas, abdicando-se de tudo aquilo que divide e separa, antevejo grandes perdas. É na definição deste corpo de idéias básicas que este artigo pretende ajudar.

Em primeiro lugar, é preciso constatar que a reforma universitária, em particular, a política de cotas, tem e terá uma repercussão favorável em grande parte da população brasileira, principalmente na população de baixa renda que é usuária da rede pública de ensino fundamental. Evidentemente tal parcela da população está mais preocupada com questões de curto prazo como emprego, segurança, transporte, habitação, saúde, etc. No entanto, mesmo que a educação superior possa contribuir para a sua melhoria de vida somente a médio ou longo prazo, a repercussão da política de cotas, habilmente manipulada pela mídia, certamente será positiva.

Recentemente, em palestra de alto funcionário do MEC, a platéia contra-argumentou que existiriam outras maneiras de se resolver o problema do acesso da população de baixa renda à universidade. Além da medida óbvia que consiste na melhoria da escola pública, medida esta somente alcançável a médio/longo prazo e com grande dispêndio de recursos, existem outras propostas possíveis. Foi comentado que podia-se, por exemplo, pegar os melhores alunos de escola pública reprovados no vestibular e dar-lhes a possibilidade de freqüentar um curso de um ou dois anos que suprisse as deficiências da sua formação. Tal curso podia até ser dado no espaço físico e por professores da universidade contra, evidentemente, uma remuneração suplementar. Além de um aporte adicional de recursos, tal medida teria a vantagem de não mexer na estrutura do vestibular.

Confrontado com esta sugestão, o funcionário foi obrigado a concordar que existem outras maneiras de resolver a questão do acesso da população de baixa renda, ficando no ar a idéia de que, se isto não é feito, é muito mais pelo pequeno impacto publicitário de tais medidas. Ou seja, a política de cotas parece ser primordialmente uma peça propagandística visando carrear apoio para um governo que enfrenta uma certa crise interna. Quer gostemos ou não, há que se reconhecer que medidas hoje são tomadas muito mais por este componente do que pelo seu conteúdo.

Outra dificuldade que eu antevejo no combate à política de cotas é o da divisão interna. Além de um possível apoio à política de cotas, por motivos óbvios, por parte dos docentes das IFES mais vinculados ao ensino médio e fundamental como os CAPs, CEFETs, existem aqueles que acham que a universidade acha-se encastelada e vêem na proposta da política de cotas uma chance de *democratizá-la*. A estes, cabe lembrar que, se uma parte da universidade está de fato encerrada em torre de marfim, esta é a pós-graduação, que provavelmente pouco será afetada pela política de cotas, ao menos a curto prazo. Além disso, possivelmente serão feitas exceções para centros de excelência ou institutos com grande peso político no MEC. Quem de fato será afetado a curto prazo é a graduação. Achar que o ensino da graduação pode ser *popularizado* é colocar a carroça na frente dos bois. O modelo pelo qual se pauta o Brasil de hoje é o de uma economia globalizada com um padrão tecnológico alto e que requer, portanto, profissionais adaptados a esta realidade. Se isto tiver que ser mudado, e possivelmente tenha (vide abaixo), certamente não o será começando-se pela universidade.

A *popularização* da universidade, mencionada no parágrafo anterior, requer uma explicação. Fato inquestionável é que, excetuando-se os alunos dos CAPs, Pedro II, CEFETs, etc. que, de qualquer maneira, não têm sido barrados pelo vestibular atual, os demais alunos da rede pública têm incontestavelmente uma formação bastante inferior aos das escolas particulares boas. Este fato tem, como conseqüência, três alternativas possíveis. Ou os alunos das cotas adaptam-se ao nível atual de ensino, tarefa hercúlea e totalmente improvável, ou o ensino adapta-se aos alunos, ou haverá desistência/reprovação maciça. A experiência da UERJ (veja reportagem em O Globo de 4/6/2004, página 19) mostra que inicialmente a terceira alternativa é a mais provável. Ao longo do tempo, a pressão política, conseqüência das reprovações e desistências em grande escala, acaba levando a uma adaptação do ensino à sua clientela. Foi isto que ocorreu no ensino público fundamental. Ou seja, a longo prazo, se prevalecer a política das cotas, é de se esperar uma queda de nível no ensino da graduação. É o que se entende por *popularização*. Argumentos críticos em relação a esta tendência foram mencionados no parágrafo anterior.

Evidentemente existem muitos outros argumentos contra a política de cotas. A começar pela provável incapacidade dos alunos cotistas de tirar proveito desta oportunidade. Recente depoimento, também da UERJ, mencionava que, face a restrições de ordem econômica, a indicação de livros tinha sido questionada pelos alunos cotistas. Interpelado, o professor reagiu, indicando a *internet* ou a *xerox*. O resultado foi novo questionamento, pois se *internet* e *xerox* são recursos comuns para a classe média, nem sempre o são para pessoas de baixa renda familiar.

Outra conseqüência negativa é a inevitável discriminação e divisão dos estudantes em cotistas e não-cotistas que terá como conseqüência uma quebra de unidade do movimento discente. O sistema de cotas é uma típica estratégia da política norte-americana que, ao invés de mexer na estrutura da sociedade, prefere, pontualmente, em áreas críticas, remendá-la através do uso destes artifícios. A divisão em ricos e pobres é uma conseqüência lógica do modelo de desenvolvimento vigente. Não é estabelecendo cotas para os pobre que se muda o modelo. Foi para mudá-lo que o governo Lula foi eleito. Que é difícil, é. Mas Lula sabia disto antes das eleições. Assim como sabia das expectativas associadas à sua votação.

Se é difícil a mudança do modelo, o nível de dificuldade está certamente ligado à intensidade e à velocidade da mudança. Neste sentido, acredito que exista um consenso na universidade de que, mudanças, se houve, o foram a um nível e uma velocidade pequenos demais. E não é fazendo descer goela abaixo uma política de cotas que se muda este fato.

È fundamental a mudança para um modelo que enfatize mais o atendimento das necessidades básicas como alimentação, moradia, transporte, etc. ao invés de um modelo centrado na produção de supérfluos. A produção de bens básicos normalmente implica em tecnologia simples e pouco sofisticada, o que pode ajudar a diminuir a nossa dependência externa. Além disso, tal sistema de produção, normalmente intensivo em mão-de-obra, contribuiria para diminuir a taxa de desemprego. Emprego e salário dignos, e não a estipulação de cotas, me parece ser a melhor maneira de reparar a desigualdade social. Finalmente, através da produção de bens básicos estar-se-ia ajudando a maioria da população no atendimento de condições mínimas de subsistência. Evidentemente tudo parece fácil no papel e existem enormes barreiras políticas para se colocar este plano em prática. Não é objetivo deste artigo aprofundar este ponto e tampouco tenho conhecimentos econômicos suficientes para fazê-lo. O objetivo aqui foi simplesmente sinalizar uma direção, dar alguma alternativa, evitando ficar somente na crítica negativa.

Voltando à política de cotas, tenho sérias dúvidas se esta política pode de fato induzir a uma melhoria de qualidade de vida para as camadas populares. A começar pela questão temporal. O que se está precisando é de medidas de curto prazo. A explosão social, via marginalidade, está aí acontecendo nas barbas de cada um de nós, em particular nas barbas da Minerva (leia-se UFRJ). A onda de assaltos no *campus* do Fundão está tornando o nosso dia-a-dia cada vez mais difícil. Será que é possível segurar isto mais cinco anos, prazo mínimo para uma política de cotas surtir efeitos ? Além do mais, se está difícil conseguir emprego sem diploma, com diploma a coisa não está tão mais fácil assim. Estão aí os nossos alunos para comprovar tal fato. Muito subemprego, para o qual inclusive o diploma não teria sido necessário, consultoria, prestação de serviço que normalmente exige algum aporte de capital, algum equipamento, carro, computador, enfim, condições que alguém proveniente de classe de baixa renda dificilmente vai poder apresentar.

Face a tudo o que foi aqui apresentado, todas as desvantagens e problemas apresentados pela política de cotas, cabe a pergunta: a quem ela beneficia? Mencionado foi o papel publicitário que é importante para um governo que enfrenta uma certa crise interna. Existe, no entanto, um outro beneficiário que não deve ser esquecido: 50% das vagas das IFES para os alunos egressos da escola pública, esta é a proposta (diga-se de passagem que dificilmente este percentual será mantido). Ora, isto significa que de 500.000 (dado hipotético) vagas nas universidades federais sobrariam somente 250.000 para os egressos das escolas particulares. Para onde iria o fluxo dos outros 250.000 que não puderam ingressar nas IFES? Sequiosos de saber, iriam procurar refúgio no regaço generoso de alguma universidade particular. Para esta, trata-se de um aporte generoso de recursos. Não só de recurso, como de qualidade também. Filhos de classe média, possivelmente com alguma segurança econômica, bem formados, boa base. Enfim, com uma cajadada mata-se dois coelhos. Na verdade, mata-se só um deles que vai servir de alimento para o segundo (trata-se de um tipo especial de coelho carnívoro). Quem sabe se esta não é a tão esperada chance da universidade particular melhorar o seu nível de ensino?

O que fazer? Alguns caminhos já foram apontados neste artigo. A mobilização é um deles. O debate pode ser outro. Uma base ampla de alianças, abrindo mão de idiossincrasias, passando por cima de diferenças e discordâncias menores, parece ser fundamental. Recentemente assisti na av. Rio Branco à passeata de secundaristas em protesto contra a política de cotas. Impressionou-me a garra e o entusiasmo. Por que não unir-se a eles? Desculpem-me os crentes, e desculpem-me a insistência, mas, do céu só vem chuva.

Professor da COPPE/UFRJ

Reforma Universitária

Privatização de vagas fica para depois do recesso

Pressionado pela necessidade de limpar a pauta da Câmara e assim votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o governo acabou retirando o pedido de urgência para o privatizante projeto de lei nº 3.582/2004 (mais conhecido como Programa Universidade para Todos ou Prouni). Com isso, a votação do PL ficou adiada para depois do recesso do Congresso.

O Prouni tem como princípio a compra de vagas em instituições particulares com dinheiro público. Essa compra de vagas, vale lembrar, ocorre pela isenção de impostos e contribuições que financiam o Tesouro Nacional e a Seguridade Social no Brasil. Pelo artigo nono do projeto de lei, a instituição que aderir ao Prouni não precisa mais pagar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS/PASEP). Pelo visto, não será surpresa que uma nova contra-reforma da previdência seja encaminhada para cobrir o déficit aberto pela mercantilização da educação.

Curiosamente, na página eletrônica do parlamentar responsável pela relatoria do projeto, o petista Irineu Colombo (PT-PR), o motivo do adiamento é justificado pela reivindicação dos setores da sociedade "interessados no aperfeiçoamento da legislação ligada à área educacional do País". Como se o governo realmente estivesse interessado em ouvir os apelos da população em questões como a previdência ou o salário mínimo...

Empresários pressionam o Congresso

O projeto tem sido alvo de críticas do Andes-SN por mais esse descompromisso do governo com o sistema público federal de ensino superior. Além disso, as próprias instituições privadas também protestam contra o conteúdo da proposta, em busca de mais vantagens. Para se ter uma idéia, o PL recebeu 292 emendas, cuja maioria foi influenciada por um substitutivo proposto pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). A associação propõe, por exemplo, aumentar a diferença da relação entre as mensalidades cobradas e as bolsas de estudo concedidas. Introduz ainda o conceito de bolsas parciais e chega a flexibilizar a adesão ao Prouni de tal forma que a instituição não precise sequer conceder alguma bolsa.

O deputado Colombo modificou o texto inicial do governo e incorporou algumas das proposições da ABMES. "Aceitei a meia bolsa para que mais alunos possam ser atendidos", afirmou o deputado.

Reformas

Senadores concluem votações da nova Lei de Falências

Matéria retorna à Câmara

O plenário do Senado votou no dia 6 as emendas ao substitutivo que o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ofereceu ao projeto da nova Lei de Falências (PLC nº 71/04), substitutivo esse que já havia sido aprovado, informou a Agência Senado. Por 64 votos a dois, o relatório de Tebet relativo às emendas foi aprovado.

Foram rejeitadas também emendas dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Heloísa Helena, que previam elevar a acima de 150 salários mínimos o valor máximo do pagamento de créditos trabalhistas em caso de falência. O plenário concordou com a argumentação de Tebet de que elevar o limite não alcançaria grande número de trabalhadores e beneficiaria ex-administradores que tivessem cometido fraudes contra a empresa. Simon e Paim também procuraram, inutilmente, encurtar de um ano para seis meses o prazo do pagamento das obrigações trabalhistas no processo de recuperação judicial.

O projeto é tão descaradamente favorável ao sistema financeiro que os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) cobraram do governo uma queda maior dos juros, uma vez que o projeto cria mais segurança para os bancos credores.

Juízes do Trabalho reagem à aprovação

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Fernandes Coutinho, a nova Lei de Falências representa enorme perda para o trabalhador brasileiro e favorece apenas o sistema financeiro, nacional e internacional. A matéria, aprovada pelos senadores, segue para apreciação dos deputados.

"Além de surpreendente, a atitude do governo Lula em patrocinar um projeto que reduz o patamar de garantias do trabalhador e eleva o grau de segurança do recebimento de créditos pelos bancos e pelo conjunto do sistema financeiro, deve ser lamentada pela classe trabalhadora brasileira e por todos que ainda têm algum compromisso social com o trabalho, valor da República Federativa do Brasil que alguns insistem em ter como mero componente do processo de produção gerador de lucros", afirmou Coutinho.

Desde 2003, quando o assunto começou a ser debatido no Congresso Nacional, a Anamatra, entidade que representa todos os juízes do trabalho brasileiros, tem lutado para fazer alterações com o objetivo de melhorar a situação do trabalhador brasileiro. "Continuaremos nosso trabalho na Câmara dos Deputados e esperamos a mesma atitude das entidades representativas da classe trabalhadora nacional", encerrou Coutinho.

Fontes: Senado e Anamatra

Resenha

Financiamento das federais

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB) disse, no dia 28/6, na Câmara, que o governo gasta duas vezes e meia mais recursos com o financiamento do ensino superior privado do que com o custeio de suas instituições federais de ensino superior (Folha Dirigida, 1/07). Segundo ela, os gastos totais da União somente com as renúncias tributárias em favor das instituições privadas de ensino foi de R$ 868,9 milhões no ano de 2003. Somados aos valores da renúncia previdenciária (R$ 462,05 milhões, em 2003) e aos recursos destinados ao Financiamento Estudantil (no mesmo ano, R$ 548,9 milhões), chega-se ao espantoso valor de R$ 1,735 bilhões. Enquanto isso, todas as instituições federais de ensino superior receberam, no mesmo período, apenas R$ 695 milhões para seu custeio.

"Privataria Petista"

Na página que escreveu para a Folha de S. Paulo e O Globo (em 4/7), Elio Gaspari critica as Parcerias Público-Privadas: "(...)Essa parceria é o que se poderia chamar de Privataria Petista. Destina-se, entre outras coisas, a tirar as despesas com obras públicas da vigilância do Tesouro. Sua aprovação sempre foi difícil, mas a oposição dos senadores se cristalizou na semana passada, com um desastroso depoimento do ministro do Planejamento, Guido Mantega. Ele deu a impressão de não saber do que falava nem para quem falava".

Estatais e a terceirização

O Ministério Público do Trabalho constatou que as empresas públicas entregam para prestadores de serviços ou cooperados cargos que deveriam ser ocupados por pessoas que prestaram concursos públicos. A estimativa do MPT é que entre 30% e 50% dos funcionários das estatais sejam hoje terceirizados. Fora isso, descobriu-se que a terceirização vai além do que a legislação permite (Folha de S. Paulo, 4/7).

Paciência tem limite

Dois deputados americanos, Erik Paulsen e Suzana Mendoza, sofreram protestos de estudantes e técnico-administrativos durante seminário, na Uerj, sobre as eleições nos Estados Unidos, realizado no dia 23/6. Segundo matéria de O Globo (2/7/2004), "após a manifestação, o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj) divulgou em seu boletim uma notícia cujo título era "Estudantes e servidores botam deputados de Bush para correr" De acordo com o periódico, o Sindicato rebateu críticas recebidas por um professor da casa a respeito do protesto: "Ora professor, paciência tem limite. E democracia também. Ou o senhor invocaria a democracia para defender a instalação de um debate intitulado 'a técnica de tortura ideal a ser aplicada na atual sociedade brasileira'? Talvez pudéssemos convidar aquele pessoal da ditadura", diz um dos trechos do texto.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 145 • 20 de julho de 2004

Confira nas páginas 8 a 13 as tabelas de como ficam os salários dos professores com a nova proposta do governo e com a proposta do movimento docente

Orçamento paulista é aprovado sob protesto de grevistas das universidades estaduais
Página 2

Planejamento propõe congelar a GED
Página 6

Diretoria da Adufrj-SSind comenta ofício do Planejamento
Página 7

Andes-SN

DIRIGENTES DO ANDES-SN EM AUDIÊNCIA COM REPRESENTANTES DO GOVERNO

Governo propõe que docentes do ensino superior ganhem menos do que os do 1º e 2º graus

Movimento

Orçamento paulista é aprovado sob protesto de grevistas

Com 49 votos a favor e 34 contrários, foi aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado de São Paulo para 2005. O projeto aprovado no último dia 13/7 não contempla nenhuma das emendas que previam o aumento de verbas para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza.

A bancada do governo, que não deu quórum para a votação na semana anterior, compareceu em peso na sessão da semana passada para garantir que o roteiro de votação apresentado pelo líder governista, deputado Vanderlei Macris (PSDB), fosse aprovado, com 51 votos a favor, 3 contrários e 26 abstenções. Esse roteiro descarta qualquer possibilidade de apreciação de emendas, como a emenda aglutinativa proposta pelo Fórum das Seis e assinada por quatro partidos (PT, PCdoB, PMDB, PSB). A proposta do Fórum das Seis aumentava o repasse para as universidades públicas de 9,57% da cota-parte do ICMS para 11%, fixava em 1,5% da cota-parte do ICMS o repasse para o Centro Paula Souza e aumentava para 33% da receita tributária do Estado o repasse destinado à educação em todos os níveis.

"Era para termos votado essa LDO há 15 dias", disse o líder do PT, deputado Cândido Vaccarezza. "E infelizmente não teve nenhum debate". O deputado Nivaldo Santana (PCdoB) lamentou o fato de que o governo, além de não se reunir com a sociedade civil, "recusa-se a discutir emendas nesta casa". O pior, disse ele, referindo-se à emenda aglutinativa, é que não há nem espaço para negociar soluções intermediárias.

Confronto no plenário

Com a aprovação do roteiro de Macris, o requerimento de Vaccarezza propondo outro roteiro ficou prejudicado e com ele a possibilidade de aumento de verbas para a educação. Inconformados, dezenas de estudantes presentes na galeria romperam o cordão policial e invadiram o plenário. Iniciou-se um confronto entre estudantes, policiais e até assessores parlamentares. A sessão ficou suspensa até que todos os manifestantes fossem contidos. Um deles chegou a subir na tribuna, onde conseguiu gritar palavras de ordem por algum tempo, até ser detido e retirado.

A PM formou uma barreira tanto na galeria quanto no plenário para impedir novas invasões. Desse modo, a sessão foi reaberta e, após votação, foi aprovada a LDO "blindada" do governador Zeroaldo Alckmin.

Democracia tucana

O governador paulista fez tudo direitinho. Por um lado, convenceu, sabe-se lá com que motivo nobre, alguns dos deputados que se abstiveram na votação anterior, mas que, depois, votaram "sim", e com isso aprovaram a sua LDO. Por outro lado, reforçou ao máximo os contingentes da Polícia Militar na Assembléia Legislativa (deslocando para lá até guarnições da Zona Leste), impediu a entrada de muita gente e restringiu a circulação nos corredores da casa.

A invasão do plenário pelos estudantes desencadeou uma série de escaramuças nos corredores, e a PM chegou a usar spray de pimenta para dispersar os manifestantes. Em dado momento, os policiais invadiram o gabinete da liderança do PT para prender estudantes que ali se refugiaram. Os funcionários não permitiram que as prisões se consumassem.

No plenário, alguns assessores de deputados da base governista comportaram-se como seguranças. Rodrigo, assessor do deputado Padre Lobato (PV), mais tarde regozijou-se por haver auxiliado a PM a retirar os estudantes de lá.

Detidos

Pelo menos oito estudantes foram detidos pela PM após a invasão do plenário. O Fórum das Seis, por meio de professores, funcionários e deputados da oposição, intercedeu para que fossem liberados, o que acabou acontecendo. Demorou, porém, para que um rapaz fosse solto, e a PM tentou lavrar boletim de ocorrência contra ele, descumprindo acordo com os deputados, que tiveram de ser chamados novamente.

Quando a maior parte da LDO já havia sido aprovada, a PM evacuou a galeria do plenário e a rampa principal da Assembléia. Ou seja, colocou na rua os estudantes e o Fórum das Seis. Um fecho de ouro para uma jornada típica da democracia tucana.

Fonte Andes-SN

Agenda Sindical

23/7 – Reunião dos representantes dos docentes do 1º e 2º graus
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN

24/7 – Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF)

29 a 31/7 – 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

7/9- Grito dos Excluídos
Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Cartas

Comunicado

A seção Colegiados do Jornal da ADUFRJ de 5 de julho de 2004, publicou informação onde diz que o Pró-Reitor da UFRJ, Prof. José Luiz Monteiro, "fez questão de afirmar" na reunião do CEPG, que a CAPES ainda não teria repassado os valores referentes aos seus bolsistas.

A Diretoria de Programas esclarece que tal informação não corresponde à verdade. Como pode ser observado por todos os interessados, o sítio eletrônico www.capes.gov.br informa as datas dos repasses dos valores das bolsas de convênios firmados com todas as pró-reitorias das instituições de ensino superior.

O repasse para a Reitoria da UFRJ dos recursos referentes aos bolsistas da CAPES foi efetuado pela Agência no dia 2 de julho de 2004. (...)

Roberto Bartholo
Diretor de Programas CAPES/MEC

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Reforma da Previdência

Câmara aprova PEC Paralela da Previdência

Compulsória dos professores universitários passa para 75 anos

A Câmara aprovou no dia 8 de julho, em primeiro turno, por 375 votos a 5, a chamada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Paralela da Previdência (de nº 227/04). Oriunda do Senado, ela modifica pontos da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 41), aprovada no ano passado. A votação em primeiro turno da PEC será retomada em agosto, após o recesso parlamentar, com a apreciação dos destaques que pretendem alterar o texto-base da proposta. São dois destaques individuais e 11 de bancada, a maioria da oposição ao governo. A proposta precisa ser votada ainda em segundo turno na Câmara e volta ao Senado, para mais outros dois turnos de votação.

De acordo com o atual texto aprovado em primeiro turno, as principais medidas relativas ao conjunto dos servidores limitam ainda mais, em relação ao discutido no Senado, as já degradadas condições para aposentadoria. Apenas para os servidores ingressos no serviço público até 16 de dezembro de 1998 (no Senado, era até a promulgação da emenda, em dezembro de 2003), será permitida a aposentadoria com proventos integrais, se preenchidas, cumulativamente, as seguintes condições: 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher; além de 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; idade mínima de 60 anos para homem e de 55 anos para mulher, reduzida de um ano para cada ano de contribuição que exceder o mínimo necessário. Para os professores de educação infantil, ensino fundamental e médio, os requisitos são reduzidos em cinco anos.

Aumento de 5 anos na compulsória dos professores

A idade de aposentadoria compulsória dos professores de instituições de ensino superior passa a ser de 75 anos. A mudança foi proposta por vários deputados, de amplo leque, inclusive do Rio de Janeiro (18 parlamentares), como Jair Bolsonaro (PTB), Fernando Gabeira (sem partido), Roberto Jefferson (PTB), Carlos Santana (PT), Simão Sessim (PP), Laura Carneiro (PFL) e outros. Na justificativa, os deputados lembram que o limite de 70 anos de idade para a aposentadoria compulsória foi estabelecido na Constituição de 1946. Ocorre que, com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, "teremos um aumento significativo da população com mais de 60 anos". Neste sentido, os parlamentares argumentam que "hoje, uma pessoa com setenta e cinco anos de idade está em plena capacidade mental, com acúmulo de conhecimento, experiência que precisam ser aproveitados. Este é justamente o caso dos professores, cientistas e pesquisadores. O aumento de idade da aposentadoria compulsória, como proposto nesta emenda, permitirá aos professores, cientistas e pesquisadores ocuparem-se, de maneira útil, por um período maior de sua vida, como também ao governo ter o servidor com uma carga de experiência excepcional, por um período maior de tempo, reduzindo despesas com aposentadorias. Entretanto, é a sociedade brasileira que será a maior beneficiada pois estará usufruindo do conhecimento e experiência dos mais velhos na orientação dos mais jovens e dos quais a nação não pode prescindir".

Outras mudanças

Parcelas pecuniárias indenizatórias não serão incluídas no teto de remuneração do Poder Público, até a edição de lei que disciplinará quais delas entrarão nesse teto. A previsão dessa lei foi introduzida pelo relator no seu novo parecer.

No Regime Geral de Previdência Social, as donas-de-casa entram para a lista de beneficiários do futuro sistema especial de inclusão previdenciária, que garantirá acesso a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição. Esse sistema terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados desse regime, mas depende de lei que ninguém sabe quando será votada.

Vale destacar que outras leis complementares – também sem previsão - definirão os casos em que serão adotados requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria, tanto para servidores quanto para trabalhadores regidos pela CLT. Poderão ser beneficiados os portadores de deficiência, aqueles que exerçam atividades de risco e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Para o aposentado ou pensionista do regime público portador de doença incapacitante, a contribuição previdenciária será cobrada somente sobre o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da Previdência Social.

Destaques pedem regras de transição

De acordo com o vice-líder do PFL, deputado Onyx Lorenzoni (RS), os três destaques apresentados pelo seu partido querem recolocar no texto alguns pontos que constavam da proposta original do Senado e foram retirados na Câmara. Entre eles, o que diz respeito ao prazo de vigência das regras de transição. "No Senado, originalmente, as regras ficavam garantidas a todos os funcionários que ingressassem no serviço público até a data da promulgação da emenda. O relator retroagiu à data da promulgação da emenda 20, que foi dezembro de 98", esclarece. O PSDB também apresentou três destaques, entre eles o que dá ao delegado de polícia o mesmo tratamento para fins previdenciários concedido a outras carreiras jurídicas, como procurador e defensor público, por exemplo. Os outros cinco destaques de bancada foram apresentados da seguinte forma: dois pelo PTB e um pelo PMDB, PDT e PL. Os dois destaques individuais foram apresentados pelos deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e José Thomaz Nonô (PFL-AL).

Fonte: com base em informações da Agência Câmara

Jurídico

Aposentados têm nova vitória judicial

Taxação previdenciária é derrubada em segunda instância no Rio

No fim de junho, os funcionários públicos aposentados conseguiram uma importante vitória judicial contra o desconto previdenciário nos proventos, determinado pela recente emenda constitucional nº 41 (contra-reforma da Previdência). O Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro, proferiu um acórdão com a primeira decisão de mérito da Justiça Federal sobre a questão da contribuição dos servidores públicos aposentados: a Terceira Turma do TRF foi unânime em afastar a cobrança.

Em julgamento realizado no dia 22/6, a Turma acompanhou o voto do relator do processo, Chalu Barbosa, que já havia conferido liminar para os servidores quando julgou o processo, em março. "Os proventos dos impetrantes são imunes a qualquer desconto para a Previdência Social, uma vez que pagaram tal contribuição durante longos e sacrificados anos de trabalho", afirmou Barbosa, na liminar de então.

Entre as argumentações apresentadas no julgamento do mérito, o relator cita os conceitos de irredutibilidade dos vencimentos, de ato jurídico perfeito e a Súmula nº 359 do Supremo Tribunal Federal (STF), de 1963, que afirma que os proventos da inatividade se regulam pela lei vigente ao tempo em que o servidor reuniu os requisitos necessários.

Supremo julga questão em agosto

Até o julgamento do Rio de Janeiro, as decisões da Justiça Federal estavam limitadas à esfera de primeira instância: por todo o país, há exemplos de liminares a favor e contra a contribuição. Também a Justiça estadual apresenta decisões liminares nos dois sentidos.

Em agosto, todas as atenções estarão voltadas para o Supremo Tribunal Federal, que dará a palavra final sobre o assunto. Houve uma primeira tentativa de julgamento no STF no dia 26 de maio, mas, após o placar de dois votos contrários à taxação e um a favor, a sessão foi suspensa por um pedido de vista do ministro Cezar Peluso. Cumprido o prazo regulamentar, o ministro Peluso pediu mais dez dias para ficar com o processo. O prazo solicitado coincidiu com o recesso do tribunal, que, portanto, só deverá voltar ao tema em 11 de agosto.

Vale lembrar que, para declarar uma norma inconstitucional, são necessários os votos de seis dos 11 ministros do STF.

Movimento

Governo propõe que docentes do ensino superior ganhem menos do que os do 1º e 2º graus

Em reunião no dia 14 de julho, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou ao Andes-SN uma nova proposta salarial, válida para os docentes federais da carreira do Magistério Superior. A proposta consiste no "congelamento" dos valores atuais da GED, que são diferentes para docentes ativos e aposentados, e na criação de uma gratificação adicional, retroativa a maio de 2004, igual para ativos e aposentados, fixada de acordo com a titulação e o regime de trabalho, como segue.

	20 horas	40 horas	DE
Graduação	67,43	134,87	203,07
Aperfeiçoamento	72,80	146,36	224,52
Especialização	72,80	146,36	224,52
Mestrado	99,62	202,30	298,08
Doutorado	119,54	257,47	407,66

Nesta edição, publicamos as tabelas das remunerações resultantes desta nova proposta do governo, bem como os reajustes percentuais sobre as remunerações atuais, para o caso dos docentes do ensino superior da UFRJ, que recebem um adicional de 26,05% na sua remuneração atual em virtude da ação judicial do Plano Verão ganha pela Adufrj-SSind. As tabelas apresentam também as remunerações e reajustes percentuais correspondentes à proposta de abril e à proposta aprovada pelo setor das IFES.

O governo alega que só dispõe de R$ 230 milhões em 2004 para o reajuste salarial dos docentes de ensino superior, mas a nova proposta só custa R$ 193 milhões e a proposta feita originalmente em abril, de reajustar a GED, custava R$ 348,3 milhões, de acordo com cálculos feitos pela Adufrj-SSind e pelo Andes-SN a partir dos dados fornecidos pelo próprio MPOG.

A proposta representa um retrocesso em relação ao que já havia sido acordado nas mesas de negociação. O governo recuou em relação à extinção completa da GED e conseqüente restabelecimento da paridade entre ativos e aposentados e à isonomia entre docentes do 1º e 2º graus e do ensino superior - desta vez ao contrário, isto é, oferecendo remunerações mais elevadas para o ensino fundamental e médio (ver acordo com o Sinasefe, a seguir). Reduziu ainda os valores globais da proposta, demonstrando que, das duas uma, ou a proposta apresentada em abril jamais seria cumprida ou foram retirados da negociação, em grande quantidade, recursos que deveriam estar sendo destinados ao reajuste dos professores das universidades.

O governo não explicou o que seria a "manutenção da GED", isto é, se seria mantido o atual processo de pontuação ou se seriam mantidos apenas os valores atualmente pagos, sem necessidade de contagem de pontos, ou ainda se todos passariam a receber os valores máximos (140 pontos para os ativos e 84 pontos para os aposentados e pensionistas). Está claro, no entanto, que permaneceriam as atuais diferenças entre ativos e aposentados.

Acordo do Sinasefe com o governo

O governo nada apresentou ao Andes-SN sobre os docentes da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, mas assinou, no dia 12 de julho, acordo ("termo de compromisso") com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), pelo qual comprometeu-se a apresentar projeto de lei ao Congresso, válido para estes docentes, substituindo a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) por uma nova gratificação. O valor desta seria retroativo a maio de 2004, igual para ativos, aposentados e pensionistas, não seria sujeito a contagem de pontos e dependeria unicamente do regime de trabalho (20 horas, 40 horas ou DE) e da titulação (graduação, mestrado ou doutorado) do docente. Os valores para os docentes com aperfeiçoamento ou especialização seriam iguais aos dos graduados, tal como hoje acontece com a GID. O acordo explicita os valores das gratificações, que seriam os seguintes:

	20 horas	40 horas	DE
Graduação	321,23	572,60	762,84
Mestrado	428,77	969,18	1.332,00
Doutorado	530,00	1.265,00	1.976,00

Os valores atuais da GID, para quem ganha o valor máximo possível (80 pontos), são:

	20 horas	40 horas	DE
Graduação	135,20	268,80	411,20
Mestrado	260,80	652,00	952,00
Doutorado	380,80	952,00	1.496,00

E para os aposentados e pensionistas, que ganham 60% do valor máximo (48 pontos), são:

	20 horas	40 horas	DE
Graduação	81,12	161,28	246,72
Mestrado	156,48	391,20	571,20
Doutorado	228,48	571,20	897,60

Se o acordo for efetivado, isto é, transformado em lei, valerá para todos os servidores federais da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, incluindo, por exemplo, os professores do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ.

No entanto, estes professores, assim como os dos colégios de aplicação, escolas agrotécnicas, casas de cultura etc das universidades federais e de vários Cefet não são sindicalizados do Sinasefe, e sim do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), do qual a Adufrj-SSind é seção sindical.

O Andes-SN não assinou este ou outro acordo com o governo, porque, até agora, não houve proposta que atendesse as condições definidas pelas

Movimento

assembléias gerais das seções sindicais do setor das IFES. As gratificações prometidas pelo acordo com o Sinasefe são maiores do que as propostas para o ensino superior, principalmente para os aposentados, mas ainda assim resultariam, para a maioria dos docentes ativos do 1º e 2º graus, em reajustes percentuais menores do que os da proposta de abril.

Este acordo resultará num impacto orçamentário, em 2004, de R$ 92,8 milhões (52,3 milhões para ativos e 40,5 milhões para aposentados e pensionistas). A proposta de abril destinava a este segmento dos docentes o montante de R$ 71 milhões (52,4 milhões para ativos e 18,6 milhões para aposentados e pensionistas).

Na eventualidade de uma extensão dos valores das gratificações do acordo para os docentes do magistério superior, os reajustes médios obtidos por esta carreira seriam, *em média*, pouco menores do que os da proposta de abril, já que os impactos das duas alternativas são quase iguais (R$ 346,6 milhões para a proposta de abril e R$ 342,0 milhões para a extensão do acordo). No entanto, dado o restabelecimento da paridade, os ativos teriam reajustes menores e os aposentados e pensionistas maiores. Além disso, por causa da maior atribuição proporcional de recursos para as titulações mais baixas no acordo e do critério oposto que existia na proposta de abril, haveria, para esta carreira, uma discrepância entre as titulações maior do que a já observada para os docentes de 1º e 2º graus. Os mestres e doutores teriam reajustes bastante inferiores (um adjunto 4 doutor DE, por exemplo, teria 10,37% de aumento, em vez dos 18,36% prometidos em abril; um assistente 1 mestre DE teria 13,43% em vez de 19,08%), e, dentre estes, *os titulares teriam reajustes muito pequenos, quase irrisórios em alguns casos*, abaixo da inflação do ano passado em outros (um titular doutor DE teria 3,74% de aumento, contra os 18,06% sonhados em abril). Isto deve-se ao fato de que, ao contrário do que ocorre com a GID na carreira do 1º e 2º graus, os docentes titulares do ensino superior ganham hoje valores da GED significativamente maiores do que os adjuntos com a mesma titulação.

A proposta contida no acordo do governo com o Sinasefe não é, portanto, satisfatória para os docentes das IFES, nem para os do 1º e 2º graus nem para os do ensino superior, se eventualmente fosse a estes oferecida. Representa, no entanto, a melhor alternativa já apresentada pelo governo, pois elimina uma gratificação produtivista - a GID - e restaura a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Esta edição publica as tabelas das remunerações que seriam resultantes do acordo (nas páginas 8 a 13), bem como os reajustes percentuais sobre as remunerações atuais, para o caso dos docentes do Colégio de Aplicação da UFRJ, que, tal com os seus colegas do ensino superior, recebem um adicional de 26,05% na sua remuneração atual em virtude da ação judicial do Plano Verão ganha pela Adufrj-SSind. As tabelas apresentam também as remunerações e reajustes percentuais correspondentes à proposta de abril e à proposta aprovada pelo setor das IFES.

Diretoria do ANDES-SN avalia reunião com o MPOG

O MPOG, na reunião realizada com o ANDES-SN no dia 15/7/04, entregou nova simulação de tabelas, já enviadas às seções sindicais, bem como o relatório da audiência.

Em análise preliminar, a Diretoria do ANDES-SN faz as considerações registradas a seguir.

1. A afirmação do MPOG de que esses R$ 231 milhões foram sempre os recursos disponíveis, conforme já constatado no estudo do GT Verbas, confirma que o montante da proposta de abril estaria muito além dos valores que o MPOG diz serem destinados aos docentes do ensino superior. Portanto, essa proposta nunca se viabilizaria e seria mero instrumento para desqualificar as reivindicações dos docentes e favorecer a divisão do Movimento.

2. A referida simulação aplica a lógica do congelamento da GED e cria, com os R$ 231 milhões, uma gratificação fixa para todos os docentes, baseada na titulação e no regime de trabalho. Isso significa que, para os aposentados, o valor referente à GED será congelado no percentual atual de 60%.

3. A utilização desse método representa um grande retrocesso em relação a parâmetros estabelecidos pelo Movimento Docente, já consensuados pelo MPOG e MEC, de restabelecimento da paridade entre ativos e aposentados, de extinção da GED, além disso, aprofunda ainda mais o distanciamento entre as carreiras de 1º e 2º graus e do ensino superior, já que a GED permanece enquanto que a GID será extinta.

4. A declaração do secretário do MPOG de que "seria necessário sentar com o MEC para acertar aonde poderemos chegar" mostra, por um lado, que a posição do governo ficou fragilizada na mesa, pois não mais conseguiu sustentar a inflexibilidade do teto de R$ 231 milhões, tampouco a consistência da proposta de abril; de outro, os desdobramentos das conversas internas do governo, decorrentes dessa reunião, ainda não podem ser estimados com segurança.

Portanto, neste momento, é fundamental continuarmos no processo de mobilização, assegurando o cumprimento da agenda do Movimento, fortalecendo nossa luta para que sejam reconhecidos os pleitos e reivindicações da categoria.

Prof. Márcio Antônio de Oliveira

Secretário Geral

Movimento

Planejamento propõe congelar a GED

A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou uma nova simulação para o reajuste salarial dos docentes das instituições de ensino superior. Em reunião com a diretoria do Andes-SN, no último dia 14, o Planejamento propôs 'congelar' os valores da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e estabelecer uma gratificação fixa, cujos valores seriam diferenciados por titulação e regime de trabalho. Nesta edição, na página 7, o ofício do Planejamento é reproduzido, na íntegra, com comentários intercalados produzidos pela diretoria da Adufrj-SSind.

No documento, o secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Sérgio Mendonça, afirma que considera urgente um desfecho da negociação, que espera que aconteça até o fim de julho. Na audiência com o Andes-SN, o secretário explicou que a GED seria mantida como está hoje, inclusive o percentual para os aposentados, até que se implemente a gratificação fixa com paridade para aposentados e ativos. A proposta depende da concordância do MEC, que já se manifestou a favor da extinção das gratificações produtivistas, em audiências anteriores.

Sérgio Mendonça afirmou aos dirigentes do Andes-SN que o congelamento da GED seria uma fase intermediária, como alternativa para melhorar a proposta econômica. Segundo a assessoria de imprensa do Andes-SN, o secretário enfatizou que é necessário avançar nas negociações para se chegar a um acordo e evitar um "processo de desgaste".

Cifras

O representante da Sesu/MEC lembrou que o ministério teria anunciado, em abril, que estava trabalhando com montante em torno de R$ 400 milhões, e agora apresenta um limite de R$ 231 milhões. Para chegar a esse limite, o MPOG trabalhou com a "média" de pontos. Para o Andes-SN, esta cifra é irreal, já que 99,8% dos docentes já recebem a GED integralmente.

O secretário disse que não sabe se haverá disponibilidade para a suplementação orçamentária: "Não há autorização para trabalhar com montante superior ao que está colocado. Mas nada está descartado". Segundo ele, isso envolveria outros setores e, no limite, a Presidência da República.

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, destacou que, desde o início, houve clara divergência em relação aos montantes apresentados na "proposta de abril". "O fato de a proposta ter se baseado na média (de pontos) demonstra desconhecimento do governo, pois não reflete a situação das universidades", afirmou Marina. Argumentou que é impossível, na "proposta de abril", chegar ao montante de R$ 231 milhões. "A metodologia adotada nunca ficou clara. Até hoje não foi explicado por que nossas contas é que estariam erradas".

Ficção

Os diretores do Andes-SN afirmaram que a única conclusão a que se pode chegar é que a "proposta de abril" nunca existiu, uma vez que não é factível, não trabalha com o montante estipulado pelo próprio governo para os docentes de 3º grau. Pelos cálculos do Andes-SN, a partir do que foi anteriormente apresentado pelo Planejamento, o montante correto, para todos os graus de ensino, deveria ser de R$ 419 milhões.

Acordo com o Sinasefe

Marina Barbosa ressaltou que o acordo fechado entre o Planejamento e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) trará graves conseqüências para a categoria. "Estão sendo excluídos do processo docentes da base do Andes-SN de 51 entidades. Os reitores estão extremamente preocupados com isso", disse. Afirmou que esse acordo unilateral causou grande descontentamento na categoria e que as assembléias já estão deliberando a favor da greve a partir de 27 de julho.

Qualquer que seja a proposta, deverá passar pela base

Os representantes do Andes-SN afirmaram que estão dispostos a negociar, mas deixaram claro que o Sindicato não abre mão dos seguintes princípios: defesa da isonomia e paridade entre ativos e aposentados, bem como extinção das gratificações produtivistas.

Na reunião, o secretário disse que "o governo quer formalizar no momento em que sentir no interlocutor posição favorável. Esse processo não é uma camisa-de-força. Não é tabu formalizar proposta". A diretoria do Andes-SN reafirmou, no entanto, que qualquer proposta que seja apresentada será submetida às seções sindicais.

Avaliação

O primeiro-tesoureiro do Andes-SN, Antônio de Pádua Bosi, também participou da reunião com o Planejamento e diz que, no geral, a proposta do governo é um retrocesso em relação ao que vinha sendo negociado nos encontros anteriores. "Ao congelar a GED em seus atuais valores o governo continua penalizando os aposentados e não estabelece nem a paridade nem a isonomia", critica. Na avaliação da diretoria, de acordo com Bosi, o governo deve assumir os erros cometidos em seus cálculos ao apresentar a 'proposta de abril' e deve ampliar o montante oferecido para a criação da nova gratificação fixa para, pelo menos, R$ 419 milhões, o que garantiria os índices de reajuste apresentados naquela época. "Com R$ 231 milhões o governo vai ter que deixar os aposentados de fora para dar um reajuste que recomponha apenas a inflação do ano anterior".

Nova reunião

Sérgio Mendonça anunciou que irá discutir com o MEC e junto à equipe econômica se há espaço para ampliação do limite orçamentário. Uma nova reunião entre o Andes-SN e o Planejamento foi agendada para o dia 21/7.

Secretário da SESu também discute reajuste com Andes-SN

Na véspera do encontro com o MPOG, a diretoria do Sindicato reuniu-se com o secretário da SESU/MEC, Nelson Maculan. A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, afirmou que o governo desconsiderou as propostas do movimento docente em defesa da isonomia e da paridade, bem como do fim das gratificações produtivistas. Propostas essas que foram apoiadas pelo MEC e, inclusive, defendidas pelo ministro Tarso Genro em declarações à imprensa.

O secretário declarou que, pelo que observou, "a maioria dos docentes quer dinheiro no bolso, embora tenha opiniões diferentes sobre as propostas apresentadas". A presidente do Andes-SN respondeu que o Sindicato se baseia nas decisões das assembléias e que vem buscando o diálogo, mas o governo mantém uma postura intransigente, negociando de forma unilateral. Marina Barbosa lembrou que a verba destinada para o ensino superior é da ordem de R$ 231 milhões para 73 mil docentes, aquém das expectativas de todos não importando com qual proposta concordam.

A presidente do Sindicato afirmou que não foi oficializada a proposta para os docentes de 1º e 2º graus da base do Andes-SN e, no entanto, na última reunião, o governo anunciou que o acordo com o Sinasefe valeria para o Andes-SN. "Além dos problemas com o Ministério da Educação, outros serão gerados, trazendo graves distorções para a carreira docente", disse Marina Barbosa.

Andes-SN e Andifes discutem Campanha Salarial e Reforma Universitária

No próprio dia da reunião com o MPOG, só que pela manhã, a diretoria do Andes-SN compareceu ao Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, logo declarou a disposição de articular com a entidade dos reitores as ações que forem possíveis em defesa da universidade pública. Disse que o Sindicato tem como referência a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2), disponível na página da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br) e apontou a ameaça da chamada reforma universitária. Neste sentido, propôs o estabelecimento de uma agenda conjunta entre o Andes-SN e a Andifes.

Já sobre a campanha salarial, Marina descreveu o estágio de interlocução com o governo federal, tanto no MEC como no MPOG. Seguiram-se manifestações de vários reitores, muitos dos quais, até com ênfase, ressaltando a necessidade de o Sindicato ser bastante firme em defender a categoria e a própria universidade, a paridade, e a extinção da GED, além de oferecer a designação de um representante da Andifes como observador durante as negociações. Alguns consideraram ser muito importante o sucesso da campanha salarial no sentido de retomar a auto-estima dos docentes e lembraram a prioridade da discussão da carreira.

Adufrj-SSind

Ofício do governo que encaminhou a nova proposta para o reajuste dos docentes do ensino superior, com os comentários da Diretoria da Adufrj-SSind nos quadros destacados

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Ofício nº 548/2004/SRH/MP

Brasília, 14 de julho de 2004.

À Direção do ANDES

Prezados Senhores,

Em resposta à Carta n° 197/2004, de 7 de julho de 2004, que encaminha proposta dessa entidade para o reajuste salarial dos docentes do ensino superior, temos a informar:

1. O governo apresentou proposta de revisão salarial, por ocasião da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, ocorrida em 18 de março do ano em curso, apoiada em reajustes diferenciados pela via da gratificação de desempenho, priorizando cinco segmentos do funcionalismo federal, dentre estes, os docentes do ensino superior;

Desde o início, o governo ofereceu a pior proposta possível de reajuste salarial. Em vez de simplesmente propor um reajuste linear que recompusesse o poder aquisitivo dos servidores, ofereceu reajustes diferenciados para dificultar a união entre os servidores e, ainda por cima, na forma de "gratificação de desempenho", eufemismo para a ampliação da parcela precária e instável da remuneração e pretexto para mais diferenciações, como tão bem conhecemos no caso da GED e da GID, que não servem para avaliar desempenho algum e impuseram severas perdas aos aposentados e pensionistas desde 1998 e 2000, respectivamente, quando foram criadas.

2. Em 06 de abril, o governo anunciou uma suplementação de recursos para os reajustes diferenciados, o que possibilitou incremento do reajuste originalmente apresentado, especialmente para os aposentados e instituidores de pensão. Os percentuais de reajustes para os docentes do ensino superior passaram a variar entre 9,5% e 27,37%;

O reajuste médio para os docentes do ensino superior decorrente da "proposta de abril", seria igual a 16,5% (sendo 18,0% para os ativos e 13,9% para os aposentados e pensionistas). O governo tenta valorizar a sua proposta original exibindo reajustes de mais de 25%, que, na verdade, só se aplicariam a um reduzido número de professores. Além disso, a proposta de abril só seria viabilizada com um acréscimo de R$ 348,3 milhões no orçamento de 2004, mas o governo alega que só dispõe de R$ 231 milhões para o reajuste dos professores desta carreira e usa um valor ainda menor (R$ 193 milhões) para construir a sua nova proposta e para justificar a não aceitação da proposta do Andes-SN, que custaria R$ 625 milhões mas está aberta à negociação.

3. À exceção da FASUBRA, as demais entidades sindicais representativas dos servidores públicos federais, não aprovaram a proposta e passaram a estabelecer negociações específicas com o governo;

Não adiantou à Fasubra ter "aceitado a proposta", pois o governo não cumpriu o acordo, o que a levou à greve, na qual permanece. A decisão das entidades, de estabelecerem negociações específicas, nada mais foi do que a expressão do sucesso do governo na sua estratégia de dividir os servidores para mais facilmente impor-lhes "acordos" desvantajosos.

4. De 21 de maio até a presente data, esta secretaria tem promovido diversas reuniões de negociação, inicialmente com o ANDES e o SINASEFE em conjunto e, posteriormente, a pedido do SINASEFE, em separado com as duas entidades. Ao longo desse processo, o governo concordou com a extinção das gratificações produtivistas - GID e GED -, desde que este caminho permitisse conceder reajustes próximos aos patamares da inflação passada, o que se mostrou possível no caso da GID, porém, não no caso da GED;

Finalmente o governo admite que concorda em extinguir a GED e a GID, restando agora a alegação da falta de recursos para permitir reajustes "próximos" à inflação passada. Ora, em primeiro lugar, o governo Lula prometeu, várias vezes, que os servidores não teriam perdas durante o seu mandato, o que implicaria conceder reajustes iguais ou maiores do que a inflação, e não apenas "próximos". Em segundo lugar, o que tornou a extinção da GID "possível" e a extinção da GED "impossível" (ou melhor, a substituição destas gratificações por uma gratificação não produtivista e igual para ativos e aposentados) não foi nenhuma contingência inexorável e sim, simplesmente, um maior aporte proporcional de recursos para extinguir a GID do que para extinguir a GED. Com a proposta de abril, o governo gastaria, em 2004, R$ 71 milhões com os docentes de 1º e 2º graus, enquanto o acordo com o Sinasefe representa um impacto orçamentário de R$ 92,8 milhões. Já para os docentes do ensino superior, a proposta de abril custaria R$ 348,3 milhões, mas o governo agora alega só ter disponíveis R$ 231 milhões.

5. O governo, ao longo do processo negocial, sempre deixou claro que a concepção da proposta de reajuste poderia ser modificada através do entendimento entre as partes, observados os limites orçamentários.

O governo insiste que o problema todo diz respeito aos "limites orçamentários". É fora de dúvida que esses limites existem, mas está claro também que o governo os tem manipulado, impedindo, na prática, um processo real de negociação baseado em informações confiáveis e critérios objetivos.

Conforme sugerido pela Secretaria de Recursos Humanos na última reunião, ocorrida em 7 de julho passado, produziu-se nova simulação que consiste na manutenção da GED e criação de gratificação fixa, diferenciada por titulação e regime de trabalho, a ser apreciada na próxima rodada de negociação.

Em suma, o que o governo propõe é que os docentes aposentados e os pensionistas, da carreira do Magistério Superior, continuem ganhando menos do que os ativos e que todos tenham reajustes irrisórios, menores do que os já prometidos para a carreira do Magistério de 1º e 2º graus, em muitos casos inferiores à inflação de 2003 - e nada "próximos" - como pode ser visto nas tabelas que resultariam da "simulação" apresentada.

Por fim, diante do exposto acima, faz-se urgente caminharmos para um desfecho da negociação em curso, que propomos finalizar até 30 de julho.

O único responsável pela demora nas negociações é o próprio governo, cuja proposta inicial era a mais distante possível de qualquer coisa minimamente aceitável, que não cumpriu os prazos prometidos para a entrega de propostas deixando as assembléias gerais e o Setor das IFES sem ter o que deliberar, ignorou pedidos de audiência, desmarcou reuniões sem justificativa em cima da hora, omitiu e manipulou informações sobre verbas, tentou jogar uma parte da categoria contra a outra e agora, cheio de pressa, apresenta nova proposta inaceitável, na qual não sustenta sequer aquilo a que já havia se comprometido na mesa de negociação, ou seja, o restabelecimento da paridade entre ativos e aposentados e o fim da GED.

Atenciosamente,

SÉRGIO E. A. MENDONÇA
Secretário de Recursos Humanos

Movimento

As tabelas das páginas a seguir, preparadas pela Adufrj-SSind, apresentam as remunerações totais para cada carreira, classe, nível, titulação e regime de trabalho, correspondentes à situação atual, à proposta de abril, à proposta do Setor das IFES e às novas propostas do governo (acordo com o Sinasefe para o caso dos docentes de 1º e 2º graus e "simulação" encaminhada pelo Ofício nº54/2004/SRH/MP para o caso dos docentes do ensino superior). Os valores foram calculados para o caso específico da UFRJ, onde todos os servidores recebem um adicional de 26,05% sobre parte da sua remuneração, por força de ações judiciais ganhas pela Adufrj-SSind e pelo Sintufrj, relativas ao plano Verão. No caso das instituições onde não há ganhos deste tipo, as remunerações são menores e os reajustes percentuais são maiores.

Magistério de 1º e 2º graus - Dedicação Exclusiva - UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Titulação	Classe	niv	Atual		Proposta de abril				Acordo do governo com o Sinasefe			Proposta do setor das IFES		
			Remuneração		Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração	Reajuste percentual		Remuneração	Reajuste percentual	
			ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado		ativo	aposentado		ativo	aposentado
graduado	Titular	U	3.382,06	3.217,58	3.892,06	3.569,64	15,08%	10,94%	3.733,70	10,40%	16,04%	3.892,06	15,08%	20,96%
	E	4	2.937,80	2.773,32	3.447,80	3.125,38	17,36%	12,69%	3.289,44	11,97%	18,61%	3.447,80	17,36%	24,32%
		3	2.834,16	2.669,68	3.344,16	3.021,74	17,99%	13,19%	3.185,80	12,41%	19,33%	3.344,16	17,99%	25,26%
		2	2.735,10	2.570,62	3.245,10	2.922,68	18,65%	13,70%	3.086,74	12,86%	20,08%	3.245,10	18,65%	26,24%
		1	2.638,28	2.473,80	3.148,28	2.825,86	19,33%	14,23%	2.989,92	13,33%	20,86%	3.148,28	19,33%	27,26%
	D	4	2.480,37	2.315,89	2.990,37	2.667,95	20,56%	15,20%	2.832,01	14,18%	22,29%	2.990,37	20,56%	29,12%
		3	2.410,90	2.246,42	2.920,90	2.598,48	21,15%	15,67%	2.762,54	14,59%	22,98%	2.920,90	21,15%	30,02%
		2	2.372,20	2.207,72	2.882,20	2.559,78	21,50%	15,95%	2.723,84	14,82%	23,38%	2.882,20	21,50%	30,55%
		1	2.337,46	2.172,98	2.847,46	2.525,04	21,82%	16,20%	2.689,10	15,04%	23,75%	2.847,46	21,82%	31,04%
	C	4	2.312,74	2.148,26	2.822,74	2.500,32	22,05%	16,39%	2.664,38	15,20%	24,03%	2.822,74	22,05%	31,40%
		3	2.279,94	2.115,46	2.789,94	2.467,52	22,37%	16,64%	2.631,58	15,42%	24,40%	2.789,94	22,37%	31,88%
		2	2.247,95	2.083,47	2.757,95	2.435,53	22,69%	16,90%	2.599,59	15,64%	24,77%	2.757,95	22,69%	32,37%
		1	2.222,85	2.058,37	2.732,85	2.410,43	22,94%	17,10%	2.574,49	15,82%	25,07%	2.732,85	22,94%	32,77%
aperfeiçoamento	Titular	U	3.526,82	3.362,34	4.036,82	3.714,40	14,46%	10,47%	3.878,46	9,97%	15,35%	4.063,02	15,20%	20,84%
	E	4	3.060,33	2.895,85	3.570,33	3.247,91	16,66%	12,16%	3.411,97	11,49%	17,82%	3.596,53	17,52%	24,20%
		3	2.951,52	2.787,04	3.461,52	3.139,10	17,28%	12,63%	3.303,16	11,91%	18,52%	3.487,72	18,17%	25,14%
		2	2.847,51	2.683,03	3.357,51	3.035,09	17,91%	13,12%	3.199,15	12,35%	19,24%	3.383,71	18,83%	26,12%
		1	2.745,84	2.581,36	3.255,84	2.933,42	18,57%	13,64%	3.097,48	12,81%	19,99%	3.282,04	19,53%	27,14%
	D	4	2.580,08	2.415,60	3.090,08	2.767,66	19,77%	14,57%	2.931,72	13,63%	21,37%	3.116,28	20,78%	29,01%
		3	2.507,12	2.342,64	3.017,12	2.694,70	20,34%	15,03%	2.858,76	14,03%	22,03%	3.043,32	21,39%	29,91%
		2	2.466,48	2.302,00	2.976,48	2.654,06	20,68%	15,29%	2.818,12	14,26%	22,42%	3.002,68	21,74%	30,44%
		1	2.429,98	2.265,50	2.939,98	2.617,56	20,99%	15,54%	2.781,62	14,47%	22,78%	2.966,18	22,07%	30,93%
	C	4	2.404,05	2.239,57	2.914,05	2.591,63	21,21%	15,72%	2.755,69	14,63%	23,05%	2.940,25	22,30%	31,29%
		3	2.369,60	2.205,12	2.879,60	2.557,18	21,52%	15,97%	2.721,24	14,84%	23,41%	2.905,80	22,63%	31,78%
		2	2.336,01	2.171,53	2.846,01	2.523,59	21,83%	16,21%	2.687,65	15,05%	23,77%	2.872,21	22,95%	32,27%
		1	2.309,66	2.145,18	2.819,66	2.497,24	22,08%	16,41%	2.661,30	15,22%	24,06%	2.845,86	23,22%	32,66%
especialização	Titular	U	3.729,52	3.565,04	4.239,52	3.917,10	13,67%	9,88%	4.081,16	9,43%	14,48%	4.265,72	14,38%	19,65%
	E	4	3.231,90	3.067,42	3.741,90	3.419,48	15,78%	11,48%	3.583,54	10,88%	16,83%	3.768,10	16,59%	22,84%
		3	3.115,84	2.951,36	3.625,84	3.303,42	16,37%	11,93%	3.467,48	11,29%	17,49%	3.652,04	17,21%	23,74%
		2	3.004,91	2.840,43	3.514,91	3.192,49	16,97%	12,39%	3.356,55	11,70%	18,17%	3.541,11	17,84%	24,67%
	E	1	2.896,46	2.731,98	3.406,46	3.084,04	17,61%	12,89%	3.248,10	12,14%	18,89%	3.432,66	18,51%	25,65%
	D	4	2.719,65	2.555,17	3.229,65	2.907,23	18,75%	13,78%	3.071,29	12,93%	20,20%	3.255,85	19,72%	27,42%
		3	2.641,82	2.477,34	3.151,82	2.829,40	19,30%	14,21%	2.993,46	13,31%	20,83%	3.178,02	20,30%	28,28%
		2	2.598,46	2.433,98	3.108,46	2.786,04	19,63%	14,46%	2.950,10	13,53%	21,20%	3.134,66	20,64%	28,79%
		1	2.559,52	2.395,04	3.069,52	2.747,10	19,93%	14,70%	2.911,16	13,74%	21,55%	3.095,72	20,95%	29,26%
mestrado	Titular	U	4.646,71	4.265,91	5.156,71	4.645,01	10,98%	8,89%	5.026,71	8,18%	17,83%	5.186,71	11,62%	21,59%
	E	4	4.091,35	3.710,55	4.601,35	4.089,65	12,47%	10,22%	4.471,35	9,29%	20,50%	4.631,35	13,20%	24,82%
		3	3.961,83	3.581,03	4.471,83	3.960,13	12,87%	10,59%	4.341,83	9,59%	21,25%	4.501,83	13,63%	25,71%
		2	3.838,02	3.457,22	4.348,02	3.836,32	13,29%	10,97%	4.218,02	9,90%	22,01%	4.378,02	14,07%	26,63%
		1	3.716,98	3.336,18	4.226,98	3.715,28	13,72%	11,36%	4.096,98	10,22%	22,80%	4.256,98	14,53%	27,60%
doutorado	Titular	U	5.914,54	5.316,14	6.715,97	5.911,87	13,55%	11,21%	6.394,54	8,12%	20,29%	6.764,05	14,36%	27,24%
	E	4	5.248,14	4.649,74	6.049,57	5.245,47	15,27%	12,81%	5.728,14	9,15%	23,19%	6.097,65	16,19%	31,14%
		3	5.092,70	4.494,30	5.894,13	5.090,03	15,74%	13,26%	5.572,70	9,43%	23,99%	5.942,21	16,68%	32,22%
		2	4.944,10	4.345,70	5.745,53	4.941,43	16,21%	13,71%	5.424,10	9,71%	24,82%	5.793,61	17,18%	33,32%
		1	4.798,89	4.200,49	5.600,32	4.796,22	16,70%	14,18%	5.278,89	10,00%	25,67%	5.648,40	17,70%	34,47%

Movimento

Magistério de 1º e 2º graus - 40 horas - UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Titulação	Classe	niv	Atual		Proposta de abril				Acordo do governo com o Sinasefe			Proposta do setor das IFES		
			Remuneração		Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração	Reajuste percentual		Remuneração	Reajuste percentual	
			ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado		ativo	aposentado		ativo	aposentado
graduado	Titular	U	2.212,26	2.104,74	2.545,65	2.334,88	15,07%	10,93%	2.516,06	13,73%	19,54%	2.545,65	15,07%	20,95%
	E	4	1.925,63	1.818,11	2.259,02	2.048,25	17,31%	12,66%	2.229,43	15,78%	22,62%	2.259,02	17,31%	24,25%
		3	1.858,77	1.751,25	2.192,16	1.981,39	17,94%	13,14%	2.162,57	16,34%	23,49%	2.192,16	17,94%	25,18%
		2	1.794,86	1.687,34	2.128,25	1.917,48	18,57%	13,64%	2.098,66	16,93%	24,38%	2.128,25	18,57%	26,13%
		1	1.732,40	1.624,88	2.065,79	1.855,02	19,24%	14,16%	2.036,20	17,54%	25,31%	2.065,79	19,24%	27,13%
	D	4	1.630,54	1.523,02	1.963,93	1.753,16	20,45%	15,11%	1.934,34	18,63%	27,01%	1.963,93	20,45%	28,95%
		3	1.585,71	1.478,19	1.919,10	1.708,33	21,02%	15,57%	1.889,51	19,16%	27,83%	1.919,10	21,02%	29,83%
		2	1.560,74	1.453,22	1.894,13	1.683,36	21,36%	15,84%	1.864,54	19,47%	28,30%	1.894,13	21,36%	30,34%
		1	1.538,31	1.430,79	1.871,70	1.660,93	21,67%	16,08%	1.842,11	19,75%	28,75%	1.871,70	21,67%	30,82%
	C	4	1.522,39	1.414,87	1.855,78	1.645,01	21,90%	16,27%	1.826,19	19,96%	29,07%	1.855,78	21,90%	31,16%
		3	1.501,22	1.393,70	1.834,61	1.623,84	22,21%	16,51%	1.805,02	20,24%	29,51%	1.834,61	22,21%	31,64%
		2	1.480,57	1.373,05	1.813,96	1.603,19	22,52%	16,76%	1.784,37	20,52%	29,96%	1.813,96	22,52%	32,11%
		1	1.464,38	1.356,86	1.797,77	1.587,00	22,77%	16,96%	1.768,18	20,75%	30,31%	1.797,77	22,77%	32,49%
aperfeiçoamento	Titular	U	2.305,67	2.198,15	2.639,06	2.428,29	14,46%	10,47%	2.609,47	13,18%	18,71%	2.671,73	15,88%	21,54%
	E	4	2.004,71	1.897,19	2.338,10	2.127,33	16,63%	12,13%	2.308,51	15,15%	21,68%	2.370,77	18,26%	24,96%
		3	1.934,51	1.826,99	2.267,90	2.057,13	17,23%	12,60%	2.238,31	15,70%	22,51%	2.300,57	18,92%	25,92%
		2	1.867,39	1.759,87	2.200,78	1.990,01	17,85%	13,08%	2.171,19	16,27%	23,37%	2.233,45	19,60%	26,91%
		1	1.801,81	1.694,29	2.135,20	1.924,43	18,50%	13,58%	2.105,61	16,86%	24,28%	2.167,87	20,32%	27,95%
	D	4	1.694,84	1.587,32	2.028,23	1.817,46	19,67%	14,50%	1.998,64	17,92%	25,91%	2.060,90	21,60%	29,84%
		3	1.647,77	1.540,25	1.981,16	1.770,39	20,23%	14,94%	1.951,57	18,44%	26,70%	2.013,83	22,22%	30,75%
		2	1.621,56	1.514,04	1.954,95	1.744,18	20,56%	15,20%	1.925,36	18,74%	27,17%	1.987,62	22,57%	31,28%
		1	1.598,04	1.490,52	1.931,43	1.720,66	20,86%	15,44%	1.901,84	19,01%	27,60%	1.964,10	22,91%	31,77%
	C	4	1.581,28	1.473,76	1.914,67	1.703,90	21,08%	15,62%	1.885,08	19,21%	27,91%	1.947,34	23,15%	32,13%
		3	1.559,06	1.451,54	1.892,45	1.681,68	21,38%	15,85%	1.862,86	19,49%	28,34%	1.925,12	23,48%	32,63%
		2	1.537,41	1.429,89	1.870,80	1.660,03	21,68%	16,09%	1.841,21	19,76%	28,77%	1.903,47	23,81%	33,12%
		1	1.520,39	1.412,87	1.853,78	1.643,01	21,93%	16,29%	1.824,19	19,98%	29,11%	1.886,45	24,08%	33,52%
especialização	Titular	U	2.436,43	2.328,91	2.769,82	2.559,05	13,68%	9,88%	2.740,23	12,47%	17,66%	2.802,49	15,02%	20,33%
	E	4	2.115,38	2.007,86	2.448,77	2.238,00	15,76%	11,46%	2.419,18	14,36%	20,49%	2.481,44	17,30%	23,59%
		3	2.040,50	1.932,98	2.373,89	2.163,12	16,34%	11,91%	2.344,30	14,89%	21,28%	2.406,56	17,94%	24,50%
		2	1.968,92	1.861,40	2.302,31	2.091,54	16,93%	12,36%	2.272,72	15,43%	22,10%	2.334,98	18,59%	25,44%
	E	1	1.898,98	1.791,46	2.232,37	2.021,60	17,56%	12,85%	2.202,78	16,00%	22,96%	2.265,04	19,28%	26,44%
	D	4	1.784,90	1.677,38	2.118,29	1.907,52	18,68%	13,72%	2.088,70	17,02%	24,52%	2.150,96	20,51%	28,23%
		3	1.734,70	1.627,18	2.068,09	1.857,32	19,22%	14,14%	2.038,50	17,51%	25,28%	2.100,76	21,10%	29,10%
		2	1.706,70	1.599,18	2.040,09	1.829,32	19,53%	14,39%	2.010,50	17,80%	25,72%	2.072,76	21,45%	29,61%
		1	1.681,61	1.574,09	2.015,00	1.804,23	19,83%	14,62%	1.985,41	18,07%	26,13%	2.047,67	21,77%	30,09%
mestrado	Titular	U	3.062,48	2.801,68	3.411,77	3.061,32	11,41%	9,27%	3.379,66	10,36%	20,63%	3.435,13	12,17%	22,61%
	E	4	2.704,17	2.443,37	3.053,46	2.703,01	12,92%	10,63%	3.021,35	11,73%	23,66%	3.076,82	13,78%	25,93%
		3	2.620,60	2.359,80	2.969,89	2.619,44	13,33%	11,00%	2.937,78	12,10%	24,49%	2.993,25	14,22%	26,84%
		2	2.540,73	2.279,93	2.890,02	2.539,57	13,75%	11,39%	2.857,91	12,48%	25,35%	2.913,38	14,67%	27,78%
		1	2.462,63	2.201,83	2.811,92	2.461,47	14,18%	11,79%	2.779,81	12,88%	26,25%	2.835,28	15,13%	28,77%
doutorado	Titular	U	3.829,46	3.448,66	4.339,46	3.827,76	13,32%	10,99%	4.142,46	8,17%	20,12%	4.369,46	14,10%	26,70%
	E	4	3.399,51	3.018,71	3.909,51	3.397,81	15,00%	12,56%	3.712,51	9,21%	22,98%	3.939,51	15,88%	30,50%
		3	3.299,23	2.918,43	3.809,23	3.297,53	15,46%	12,99%	3.612,23	9,49%	23,77%	3.839,23	16,37%	31,55%
		2	3.203,37	2.822,57	3.713,37	3.201,67	15,92%	13,43%	3.516,37	9,77%	24,58%	3.743,37	16,86%	32,62%
		1	3.109,66	2.728,86	3.619,66	3.107,96	16,40%	13,89%	3.422,66	10,07%	25,42%	3.649,66	17,37%	33,74%

Os reajustes médios resultantes de cada uma das alternativas apresentadas seriam:

	Ativos	Aposentados	Total
Proposta de abril - ensino superior	15,3%	11,4%	13,9%
Proposta de abril - 1º e º graus	14,0%	9,4%	12,4%
Proposta de 14 de julho - ensino superior	7,7%	7,6%	7,7%
Acordo Sinasefe - 1º e 2º graus	14,0%	20,4%	16,2%

	Ativos	Aposentados	Total
Proposta do Setor - ensino superior	17,0%	25,1%	20,0%
Proposta do Setor - 1º e 2º graus	19,1%	24,9%	21,1%

Movimento

Magistério de 1º e 2º graus - 20 horas - UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Titulação	Classe	niv	Atual		Proposta de abril				Acordo do governo com o Sinasefe			Proposta do setor das IFES		
			Remuneração		Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração	Reajuste percentual		Remuneração	Reajuste percentual	
			ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado		ativo	aposentado		ativo	aposentado
graduado	Titular	U	1.144,66	1.090,58	1.312,34	1.206,34	14,65%	10,61%	1.330,69	16,25%	22,02%	1.312,34	14,65%	20,33%
	E	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
	D	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
	C	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.230,44	15,78%	21,99%
aperfeiçoamento	Titular	U	1.191,36	1.137,28	1.359,04	1.253,04	14,08%	10,18%	1.377,39	15,61%	21,11%	1.368,70	14,89%	20,35%
	E	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
	D	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
	C	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
especialização	Titular	U	1.256,74	1.202,66	1.424,42	1.318,42	13,34%	9,62%	1.442,77	14,80%	19,96%	1.434,08	14,11%	19,24%
	E	4	1.096,23	1.042,15	1.263,91	1.157,91	15,30%	11,11%	1.282,26	16,97%	23,04%	1.273,57	16,18%	22,21%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
	E	1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
	D	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.240,10	16,69%	22,94%
mestrado	Titular	U	1.503,77	1.399,45	1.643,48	1.503,30	9,29%	7,42%	1.671,74	11,17%	19,46%	1.719,09	14,32%	22,84%
	E	4	1.324,64	1.220,32	1.464,35	1.324,17	10,55%	8,51%	1.492,61	12,68%	22,31%	1.471,95	11,12%	20,62%
		3	1.282,85	1.178,53	1.422,56	1.282,38	10,89%	8,81%	1.450,82	13,09%	23,10%	1.430,16	11,48%	21,35%
		2	1.242,89	1.138,57	1.382,60	1.242,42	11,24%	9,12%	1.410,86	13,51%	23,92%	1.390,20	11,85%	22,10%
		1	1.203,87	1.099,55	1.343,58	1.203,40	11,61%	9,45%	1.371,84	13,95%	24,76%	1.351,18	12,24%	22,88%
doutorado	Titular	U	1.857,27	1.704,95	2.061,27	1.856,59	10,98%	8,89%	2.006,47	8,03%	17,68%	2.158,84	16,24%	26,62%
	E	4	1.642,28	1.489,96	1.846,28	1.641,60	12,42%	10,18%	1.791,48	9,08%	20,24%	1.858,28	13,15%	24,72%
		3	1.592,14	1.439,82	1.796,14	1.591,46	12,81%	10,53%	1.741,34	9,37%	20,94%	1.808,14	13,57%	25,58%
		2	1.544,23	1.391,91	1.748,23	1.543,55	13,21%	10,89%	1.693,43	9,66%	21,66%	1.760,23	13,99%	26,46%
		1	1.497,36	1.345,04	1.701,36	1.496,68	13,62%	11,27%	1.646,56	9,96%	22,42%	1.713,36	14,43%	27,38%

Os impactos no Orçamento de 2004 das várias alternativas, em milhões de reais, seriam:

	Ativos	Aposentados	Total
Proposta de abril - ensino superior	241,0	107,3	348,3
Proposta de abril - 1º e º graus	52,4	18,6	71,0
Proposta de abril - total	293,5	125,9	419,4

	Ativos	Aposentados	Total
Proposta de 14 de julho - ensino superior	122,1	71,0	193,0
Acordo Sinasefe - 1º e 2º graus	52,3	40,5	92,8
Proposta atual do governo - total	174,4	111,4	285,8
Proposta do Setor - ensino superior	268,4	235,5	503,9
Proposta do Setor - 1º e 2º graus	71,6	49,3	120,9
Proposta do Setor das IFES - total	340,1	284,7	624,8

Movimento

Magistério Superior - Dedicação Exclusiva - UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Titulação	Classe	niv	Atual		Proposta de abril				Proposta de 14 de julho				Proposta do setor das IFES		
			Remuneração		Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração	Reajuste percentual	
			ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado		ativo	aposentado
graduado	Titular	U	3.523,15	3.396,03	4.063,15	3.762,92	15,33%	10,80%	4.126,55	17,13%	21,51%	3.726,22	3.599,10	5,76%	5,98%
	Adjunto	4	2.970,37	2.843,25	3.510,37	3.210,14	18,18%	12,90%	3.573,77	20,31%	25,69%	3.173,44	3.046,32	6,84%	7,14%
		3	2.864,48	2.737,36	3.404,48	3.104,25	18,85%	13,40%	3.467,88	21,06%	26,69%	3.067,55	2.940,43	7,09%	7,42%
		2	2.760,17	2.633,05	3.300,17	2.999,94	19,56%	13,93%	3.363,57	21,86%	27,74%	2.963,24	2.836,12	7,36%	7,71%
		1	2.658,25	2.531,13	3.198,25	2.898,02	20,31%	14,50%	3.261,65	22,70%	28,86%	2.861,32	2.734,20	7,64%	8,02%
	Assistente	4	2.473,04	2.345,92	3.013,04	2.712,81	21,84%	15,64%	3.076,44	24,40%	31,14%	2.676,11	2.548,99	8,21%	8,66%
		3	2.384,84	2.257,72	2.924,84	2.624,61	22,64%	16,25%	2.988,24	25,30%	32,36%	2.587,91	2.460,79	8,52%	8,99%
		2	2.303,28	2.176,16	2.843,28	2.543,05	23,44%	16,86%	2.906,68	26,20%	33,57%	2.506,35	2.379,23	8,82%	9,33%
		1	2.226,36	2.099,24	2.766,36	2.466,13	24,25%	17,48%	2.829,76	27,10%	34,80%	2.429,43	2.302,31	9,12%	9,67%
	Auxiliar	4	2.085,13	1.958,01	2.625,13	2.324,90	25,90%	18,74%	2.688,53	28,94%	37,31%	2.288,20	2.161,08	9,74%	10,37%
		3	2.016,48	1.889,36	2.556,48	2.256,25	26,78%	19,42%	2.619,88	29,92%	38,66%	2.219,55	2.092,43	10,07%	10,75%
		2	1.952,15	1.825,03	2.492,15	2.191,92	27,66%	20,10%	2.555,55	30,91%	40,03%	2.155,22	2.028,10	10,40%	11,13%
		1	1.890,79	1.763,67	2.430,79	2.130,56	28,56%	20,80%	2.494,19	31,91%	41,42%	2.093,86	1.966,74	10,74%	11,51%
aperfeiçoamento	Titular	U	3.769,24	3.606,28	4.309,24	3.977,65	14,33%	10,30%	4.309,24	14,33%	19,49%	3.993,76	3.830,80	5,96%	6,23%
	Adjunto	4	3.188,81	3.025,85	3.728,81	3.397,22	16,93%	12,27%	3.728,81	16,93%	23,23%	3.413,33	3.250,37	7,04%	7,42%
		3	3.077,67	2.914,71	3.617,67	3.286,08	17,55%	12,74%	3.617,67	17,55%	24,12%	3.302,19	3.139,23	7,30%	7,70%
		2	2.968,11	2.805,15	3.508,11	3.176,52	18,19%	13,24%	3.508,11	18,19%	25,06%	3.192,63	3.029,67	7,56%	8,00%
		1	2.861,10	2.698,14	3.401,10	3.069,51	18,87%	13,76%	3.401,10	18,87%	26,05%	3.085,62	2.922,66	7,85%	8,32%
	Assistente	4	2.666,63	2.503,67	3.206,63	2.875,04	20,25%	14,83%	3.206,63	20,25%	28,08%	2.891,15	2.728,19	8,42%	8,97%
		3	2.574,05	2.411,09	3.114,05	2.782,46	20,98%	15,40%	3.114,05	20,98%	29,16%	2.798,57	2.635,61	8,72%	9,31%
		2	2.488,37	2.325,41	3.028,37	2.696,78	21,70%	15,97%	3.028,37	21,70%	30,23%	2.712,89	2.549,93	9,02%	9,66%
		1	2.407,62	2.244,66	2.947,62	2.616,03	22,43%	16,54%	2.947,62	22,43%	31,32%	2.632,14	2.469,18	9,33%	10,00%
	Auxiliar	4	2.259,36	2.096,40	2.799,36	2.467,77	23,90%	17,71%	2.799,36	23,90%	33,53%	2.483,88	2.320,92	9,94%	10,71%
		3	2.187,23	2.024,27	2.727,23	2.395,64	24,69%	18,35%	2.727,23	24,69%	34,73%	2.411,75	2.248,79	10,27%	11,09%
		2	2.119,71	1.956,75	2.659,71	2.328,12	25,48%	18,98%	2.659,71	25,48%	35,92%	2.344,23	2.181,27	10,59%	11,47%
		1	2.055,28	1.892,32	2.595,28	2.263,69	26,27%	19,63%	2.595,28	26,27%	37,15%	2.279,80	2.116,84	10,92%	11,86%
especialização	Titular	U	3.988,33	3.825,37	4.528,33	4.196,74	13,54%	9,71%	4.528,33	13,54%	18,38%	4.212,85	4.049,89	5,63%	5,87%
	Adjunto	4	3.369,22	3.206,26	3.909,22	3.577,63	16,03%	11,58%	3.909,22	16,03%	21,92%	3.593,74	3.430,78	6,66%	7,00%
		3	3.250,65	3.087,69	3.790,65	3.459,06	16,61%	12,03%	3.790,65	16,61%	22,77%	3.475,17	3.312,21	6,91%	7,27%
		2	3.133,77	2.970,81	3.673,77	3.342,18	17,23%	12,50%	3.673,77	17,23%	23,66%	3.358,29	3.195,33	7,16%	7,56%
		1	3.019,66	2.856,70	3.559,66	3.228,07	17,88%	13,00%	3.559,66	17,88%	24,61%	3.244,18	3.081,22	7,44%	7,86%
	Assistente	4	2.812,21	2.649,25	3.352,21	3.020,62	19,20%	14,02%	3.352,21	19,20%	26,53%	3.036,73	2.873,77	7,98%	8,47%
		3	2.713,46	2.550,50	3.253,46	2.921,87	19,90%	14,56%	3.253,46	19,90%	27,56%	2.937,98	2.775,02	8,27%	8,80%
		2	2.622,09	2.459,13	3.162,09	2.830,50	20,59%	15,10%	3.162,09	20,59%	28,59%	2.846,61	2.683,65	8,56%	9,13%
		1	2.535,93	2.372,97	3.075,93	2.744,34	21,29%	15,65%	3.075,93	21,29%	29,62%	2.760,45	2.597,49	8,85%	9,46%
	Auxiliar	4	2.377,76	2.214,80	2.917,76	2.586,17	22,71%	16,77%	2.917,76	22,71%	31,74%	2.602,28	2.439,32	9,44%	10,14%
		3	2.300,85	2.137,89	2.840,85	2.509,26	23,47%	17,37%	2.840,85	23,47%	32,88%	2.525,37	2.362,41	9,76%	10,50%
		2	2.228,81	2.065,85	2.768,81	2.437,22	24,23%	17,98%	2.768,81	24,23%	34,03%	2.453,33	2.290,37	10,07%	10,87%
		1	2.160,09	1.997,13	2.700,09	2.368,50	25,00%	18,60%	2.700,09	25,00%	35,20%	2.384,61	2.221,65	10,39%	11,24%
mestrado	Titular	U	4.939,81	4.559,01	5.479,81	4.957,61	10,93%	8,74%	5.479,81	10,93%	20,20%	5.237,89	4.857,09	6,03%	6,54%
	Adjunto	4	4.248,83	3.868,03	4.788,83	4.266,63	12,71%	10,30%	4.788,83	12,71%	23,81%	4.546,91	4.166,11	7,02%	7,71%
		3	4.116,52	3.735,72	4.656,52	4.134,32	13,12%	10,67%	4.656,52	13,12%	24,65%	4.414,60	4.033,80	7,24%	7,98%
		2	3.986,09	3.605,29	4.526,09	4.003,89	13,55%	11,06%	4.526,09	13,55%	25,54%	4.284,17	3.903,37	7,48%	8,27%
		1	3.858,69	3.477,89	4.398,69	3.876,49	13,99%	11,46%	4.398,69	13,99%	26,48%	4.156,77	3.775,97	7,72%	8,57%
	Assistente	4	3.627,18	3.246,38	4.167,18	3.644,98	14,89%	12,28%	4.167,18	14,89%	28,36%	3.925,26	3.544,46	8,22%	9,18%
		3	3.516,97	3.136,17	4.056,97	3.534,77	15,35%	12,71%	4.056,97	15,35%	29,36%	3.815,05	3.434,25	8,48%	9,50%
		2	3.414,98	3.034,18	3.954,98	3.432,78	15,81%	13,14%	3.954,98	15,81%	30,35%	3.713,06	3.332,26	8,73%	9,82%
		1	3.318,85	2.938,05	3.858,85	3.336,65	16,27%	13,57%	3.858,85	16,27%	31,34%	3.616,93	3.236,13	8,98%	10,15%
doutorado	Titular	U	6.538,50	5.831,22	7.541,47	6.571,56	15,34%	12,70%	7.115,81	8,83%	22,03%	6.946,16	6.238,88	6,23%	6,99%
	Adjunto	4	5.437,70	4.839,06	6.286,61	5.465,68	15,61%	12,95%	6.286,61	15,61%	29,91%	5.845,36	5.246,72	7,50%	8,42%
		3	5.278,92	4.680,28	6.127,83	5.306,90	16,08%	13,39%	6.127,83	16,08%	30,93%	5.686,58	5.087,94	7,72%	8,71%
		2	5.122,40	4.523,76	5.971,31	5.150,38	16,57%	13,85%	5.971,31	16,57%	32,00%	5.530,06	4.931,42	7,96%	9,01%
		1	4.969,54	4.370,90	5.818,45	4.997,52	17,08%	14,34%	5.818,45	17,08%	33,12%	5.377,20	4.778,56	8,20%	9,33%

Movimento

Magistério Superior - 40 horas - UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Titulação	Classe	niv	Atual		Proposta de abril				Proposta de 14 de julho				Proposta do setor das IFES		
			Remuneração		Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração	Reajuste percentual	
			ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado		ativo	aposentado
graduado	Titular	U	2.304,74	2.220,74	2.661,57	2.463,18	15,48%	10,92%	2.696,93	17,02%	21,44%	2.439,61	2.355,61	5,85%	6,07%
	Adjunto	4	1.948,10	1.864,10	2.304,93	2.106,54	18,32%	13,01%	2.340,29	20,13%	25,55%	2.082,97	1.998,97	6,92%	7,24%
		3	1.879,81	1.795,81	2.236,64	2.038,25	18,98%	13,50%	2.272,00	20,86%	26,52%	2.014,68	1.930,68	7,17%	7,51%
		2	1.812,49	1.728,49	2.169,32	1.970,93	19,69%	14,03%	2.204,68	21,64%	27,55%	1.947,36	1.863,36	7,44%	7,80%
		1	1.746,75	1.662,75	2.103,58	1.905,19	20,43%	14,58%	2.138,94	22,45%	28,64%	1.881,62	1.797,62	7,72%	8,11%
	Assistente	4	1.627,26	1.543,26	1.984,09	1.785,70	21,93%	15,71%	2.019,45	24,10%	30,86%	1.762,13	1.678,13	8,29%	8,74%
		3	1.570,37	1.486,37	1.927,20	1.728,81	22,72%	16,31%	1.962,56	24,97%	32,04%	1.705,24	1.621,24	8,59%	9,07%
		2	1.517,73	1.433,73	1.874,56	1.676,17	23,51%	16,91%	1.909,92	25,84%	33,21%	1.652,60	1.568,60	8,89%	9,41%
		1	1.468,12	1.384,12	1.824,95	1.626,56	24,31%	17,52%	1.860,31	26,71%	34,40%	1.602,99	1.518,99	9,19%	9,74%
	Auxiliar	4	1.377,01	1.293,01	1.733,84	1.535,45	25,91%	18,75%	1.769,20	28,48%	36,83%	1.511,88	1.427,88	9,79%	10,43%
		3	1.332,69	1.248,69	1.689,52	1.491,13	26,78%	19,42%	1.724,88	29,43%	38,14%	1.467,56	1.383,56	10,12%	10,80%
		2	1.291,21	1.207,21	1.648,04	1.449,65	27,64%	20,08%	1.683,40	30,37%	39,45%	1.426,08	1.342,08	10,45%	11,17%
		1	1.251,61	1.167,61	1.608,44	1.410,05	28,51%	20,76%	1.643,80	31,33%	40,78%	1.386,48	1.302,48	10,78%	11,55%
aperfeiçoamento	Titular	U	2.468,72	2.359,52	2.830,58	2.608,38	14,66%	10,55%	2.830,58	14,66%	19,96%	2.615,08	2.505,88	5,93%	6,20%
	Adjunto	4	2.094,25	1.985,05	2.456,11	2.233,91	17,28%	12,54%	2.456,11	17,28%	23,73%	2.240,61	2.131,41	6,99%	7,37%
		3	2.022,51	1.913,31	2.384,37	2.162,17	17,89%	13,01%	2.384,37	17,89%	24,62%	2.168,87	2.059,67	7,24%	7,65%
		2	1.951,85	1.842,65	2.313,71	2.091,51	18,54%	13,51%	2.313,71	18,54%	25,56%	2.098,21	1.989,01	7,50%	7,94%
		1	1.882,80	1.773,60	2.244,66	2.022,46	19,22%	14,03%	2.244,66	19,22%	26,56%	2.029,16	1.919,96	7,77%	8,25%
	Assistente	4	1.757,34	1.648,14	2.119,20	1.897,00	20,59%	15,10%	2.119,20	20,59%	28,58%	1.903,70	1.794,50	8,33%	8,88%
		3	1.697,60	1.588,40	2.059,46	1.837,26	21,32%	15,67%	2.059,46	21,32%	29,66%	1.843,96	1.734,76	8,62%	9,21%
		2	1.642,34	1.533,14	2.004,20	1.782,00	22,03%	16,23%	2.004,20	22,03%	30,73%	1.788,70	1.679,50	8,91%	9,55%
		1	1.590,24	1.481,04	1.952,10	1.729,90	22,75%	16,80%	1.952,10	22,76%	31,81%	1.736,60	1.627,40	9,20%	9,88%
	Auxiliar	4	1.494,58	1.385,38	1.856,44	1.634,24	24,21%	17,96%	1.856,44	24,21%	34,00%	1.640,94	1.531,74	9,79%	10,56%
		3	1.448,06	1.338,86	1.809,92	1.587,72	24,99%	18,59%	1.809,92	24,99%	35,18%	1.594,42	1.485,22	10,11%	10,93%
		2	1.404,48	1.295,28	1.766,34	1.544,14	25,76%	19,21%	1.766,34	25,76%	36,37%	1.550,84	1.441,64	10,42%	11,30%
		1	1.362,92	1.253,72	1.724,78	1.502,58	26,55%	19,85%	1.724,78	26,55%	37,57%	1.509,28	1.400,08	10,74%	11,67%
especialização	Titular	U	2.610,07	2.500,87	2.971,93	2.749,73	13,86%	9,95%	2.971,93	13,86%	18,84%	2.756,43	2.647,23	5,61%	5,85%
	Adjunto	4	2.210,63	2.101,43	2.572,49	2.350,29	16,37%	11,84%	2.572,49	16,37%	22,42%	2.356,99	2.247,79	6,62%	6,96%
		3	2.134,14	2.024,94	2.496,00	2.273,80	16,96%	12,29%	2.496,00	16,96%	23,26%	2.280,50	2.171,30	6,86%	7,23%
		2	2.058,73	1.949,53	2.420,59	2.198,39	17,58%	12,76%	2.420,59	17,58%	24,16%	2.205,09	2.095,89	7,11%	7,51%
		1	1.985,11	1.875,91	2.346,97	2.124,77	18,23%	13,27%	2.346,97	18,23%	25,11%	2.131,47	2.022,27	7,37%	7,80%
	Assistente	4	1.851,27	1.742,07	2.213,13	1.990,93	19,55%	14,29%	2.213,13	19,55%	27,04%	1.997,63	1.888,43	7,91%	8,40%
		3	1.787,57	1.678,37	2.149,43	1.927,23	20,24%	14,83%	2.149,43	20,24%	28,07%	1.933,93	1.824,73	8,19%	8,72%
		2	1.728,60	1.619,40	2.090,46	1.868,26	20,93%	15,37%	2.090,46	20,93%	29,09%	1.874,96	1.765,76	8,47%	9,04%
		1	1.673,02	1.563,82	2.034,88	1.812,68	21,63%	15,91%	2.034,88	21,63%	30,12%	1.819,38	1.710,18	8,75%	9,36%
	Auxiliar	4	1.571,00	1.461,80	1.932,86	1.710,66	23,03%	17,02%	1.932,86	23,03%	32,22%	1.717,36	1.608,16	9,32%	10,01%
		3	1.521,35	1.412,15	1.883,21	1.661,01	23,79%	17,62%	1.883,21	23,79%	33,36%	1.667,71	1.558,51	9,62%	10,36%
		2	1.474,91	1.365,71	1.836,77	1.614,57	24,53%	18,22%	1.836,77	24,53%	34,49%	1.621,27	1.512,07	9,92%	10,72%
		1	1.430,57	1.321,37	1.792,43	1.570,23	25,29%	18,83%	1.792,43	25,29%	35,65%	1.576,93	1.467,73	10,23%	11,08%
mestrado	Titular	U	3.359,78	3.055,70	3.790,99	3.373,99	12,83%	10,42%	3.624,23	7,87%	18,61%	3.562,08	3.258,00	6,02%	6,62%
	Adjunto	4	2.807,57	2.546,05	3.178,42	2.819,79	13,21%	10,75%	3.178,42	13,21%	24,84%	3.009,87	2.748,35	7,21%	7,95%
		3	2.722,19	2.460,67	3.093,04	2.734,41	13,62%	11,12%	3.093,04	13,62%	25,70%	2.924,49	2.662,97	7,43%	8,22%
		2	2.638,07	2.376,55	3.008,92	2.650,29	14,06%	11,52%	3.008,92	14,06%	26,61%	2.840,37	2.578,85	7,67%	8,51%
		1	2.555,87	2.294,35	2.926,72	2.568,09	14,51%	11,93%	2.926,72	14,51%	27,56%	2.758,17	2.496,65	7,92%	8,82%
	Assistente	4	2.406,53	2.145,01	2.777,38	2.418,75	15,41%	12,76%	2.777,38	15,41%	29,48%	2.608,83	2.347,31	8,41%	9,43%
		3	2.335,41	2.073,89	2.706,26	2.347,63	15,88%	13,20%	2.706,26	15,88%	30,49%	2.537,71	2.276,19	8,66%	9,75%
		2	2.269,60	2.008,08	2.640,45	2.281,82	16,34%	13,63%	2.640,45	16,34%	31,49%	2.471,90	2.210,38	8,91%	10,07%
		1	2.207,59	1.946,07	2.578,44	2.219,81	16,80%	14,07%	2.578,44	16,80%	32,49%	2.409,89	2.148,37	9,16%	10,40%
doutorado	Titular	U	4.190,78	3.756,22	4.807,02	4.211,09	14,70%	12,11%	4.596,38	9,68%	22,37%	4.448,25	4.013,69	6,14%	6,85%
	Adjunto	4	3.521,43	3.140,63	4.061,43	3.539,23	15,33%	12,69%	4.061,43	15,33%	29,32%	3.778,90	3.398,10	7,31%	8,20%
		3	3.418,97	3.038,17	3.958,97	3.436,77	15,79%	13,12%	3.958,97	15,79%	30,31%	3.676,44	3.295,64	7,53%	8,47%
		2	3.318,01	2.937,21	3.858,01	3.335,81	16,27%	13,57%	3.858,01	16,27%	31,35%	3.575,48	3.194,68	7,76%	8,77%
		1	3.219,39	2.838,59	3.759,39	3.237,19	16,77%	14,04%	3.759,39	16,77%	32,44%	3.476,86	3.096,06	8,00%	9,07%

Movimento

Magistério Superior - 20 horas - UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Titulação	Classe	niv	Atual		Proposta de abril				Proposta de 14 de julho				Proposta do setor das IFES		
			Remuneração		Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração	Reajuste percentual	
			ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado	ativo	aposentado		ativo	aposentado
graduado	Titular	U	1.192,90	1.149,78	1.376,07	1.274,23	15,36%	10,82%	1.260,33	1.217,21	5,65%	5,86%	1.387,98	16,35%	20,72%
	Adjunto	4	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
		3	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
		2	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
		1	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
	Assistente	4	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
		3	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
		2	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
		1	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
	Auxiliar	4	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
		3	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
		2	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
		1	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.102,79	1.059,67	6,51%	6,80%	1.230,44	18,84%	24,01%
aperfeiçoamento	Titular	U	1.269,97	1.216,21	1.448,11	1.338,72	14,03%	10,07%	1.342,77	1.289,01	5,73%	5,99%	1.448,11	14,03%	19,07%
	Adjunto	4	1.082,74	1.028,98	1.260,88	1.151,49	16,45%	11,91%	1.155,54	1.101,78	6,72%	7,07%	1.260,88	16,45%	22,54%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
	Assistente	4	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
	Auxiliar	4	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
especialização	Titular	U	1.340,66	1.286,90	1.518,80	1.409,41	13,29%	9,52%	1.413,46	1.359,70	5,43%	5,66%	1.518,80	13,29%	18,02%
	Adjunto	4	1.140,95	1.087,19	1.319,09	1.209,70	15,61%	11,27%	1.213,75	1.159,99	6,38%	6,70%	1.319,09	15,61%	21,33%
		3	1.102,70	1.048,94	1.280,84	1.171,45	16,16%	11,68%	1.175,50	1.121,74	6,60%	6,94%	1.280,84	16,15%	22,11%
		2	1.065,01	1.011,25	1.243,15	1.133,76	16,73%	12,12%	1.137,81	1.084,05	6,84%	7,20%	1.243,15	16,73%	22,93%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
	Assistente	4	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
	Auxiliar	4	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.134,76	1.081,00	6,86%	7,22%	1.240,10	16,77%	23,00%
mestrado	Titular	U	1.641,32	1.519,80	1.813,64	1.647,00	10,50%	8,37%	1.740,94	1.619,42	6,07%	6,55%	1.813,64	10,50%	19,33%
	Adjunto	4	1.375,03	1.270,87	1.522,74	1.379,90	10,74%	8,58%	1.474,65	1.370,49	7,24%	7,84%	1.522,74	10,74%	19,82%
		3	1.332,33	1.228,17	1.480,04	1.337,20	11,09%	8,88%	1.431,95	1.327,79	7,48%	8,11%	1.480,04	11,09%	20,51%
		2	1.290,25	1.186,09	1.437,96	1.295,12	11,45%	9,19%	1.389,87	1.285,71	7,72%	8,40%	1.437,96	11,45%	21,24%
		1	1.249,19	1.145,03	1.396,90	1.254,06	11,82%	9,52%	1.348,81	1.244,65	7,97%	8,70%	1.396,90	11,82%	22,00%
	Assistente	4	1.187,96	1.083,80	1.335,67	1.192,83	12,43%	10,06%	1.287,58	1.183,42	8,39%	9,19%	1.335,67	12,43%	23,24%
		3	1.187,96	1.083,80	1.335,67	1.192,83	12,43%	10,06%	1.287,58	1.183,42	8,39%	9,19%	1.335,67	12,43%	23,24%
		2	1.187,96	1.083,80	1.335,67	1.192,83	12,43%	10,06%	1.287,58	1.183,42	8,39%	9,19%	1.335,67	12,43%	23,24%
		1	1.187,96	1.083,80	1.335,67	1.192,83	12,43%	10,06%	1.287,58	1.183,42	8,39%	9,19%	1.335,67	12,43%	23,24%
doutorado	Titular	U	2.025,34	1.851,18	2.272,31	2.033,48	12,19%	9,85%	2.144,88	1.970,72	5,90%	6,46%	2.272,31	12,19%	22,75%
	Adjunto	4	1.703,24	1.550,92	1.919,24	1.710,36	12,68%	10,28%	1.822,78	1.670,46	7,02%	7,71%	1.919,24	12,68%	23,75%
		3	1.652,03	1.499,71	1.868,03	1.659,15	13,07%	10,63%	1.771,57	1.619,25	7,24%	7,97%	1.868,03	13,07%	24,56%
		2	1.601,56	1.449,24	1.817,56	1.608,68	13,49%	11,00%	1.721,10	1.568,78	7,46%	8,25%	1.817,56	13,49%	25,41%
		1	1.552,23	1.399,91	1.768,23	1.559,35	13,92%	11,39%	1.671,77	1.519,45	7,70%	8,54%	1.768,23	13,92%	26,31%

UFRJ

Privatização da Saúde atinge a UFRJ

Servidores usuários de planos de saúde sofrem com aumentos abusivos

A privatização da Saúde mostra suas garras na UFRJ. Um grupo de servidores fez um contrato coletivo com a seguradora Sul América, com o intermédio da reitoria, em dezembro de 1993. Passados dez anos, os reajustes do plano já alcançaram um índice de 375%. Pior: no último mês, houve um acréscimo de cerca de 85%.

As informações foram prestadas à reportagem da Adufrj-SSind por um dos segurados e professor aposentado do Instituto de Matemática, Roberto Soraggi. Segundo ele, a empresa atribuiu esse último aumento ao reajuste anual (de 19,8%) mais um percentual pela chamada sinistralidade (de 54,17%), ou seja, o grupo de 150 servidores (aproximadamente 350 vidas, no total, incluindo os dependentes) teria utilizado mais serviços médicos do que a média contratada. O detalhe, segundo Soraggi, é que esse dispositivo da sinistralidade foi introduzido por um aditamento de contrato feito em 1999 com a então sub-reitoria de Pessoal, documento do qual os participantes do plano alegam não ter conhecimento.

Amparado por um parecer do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), do qual é associado, Roberto Soraggi promete ir à justiça em busca dos seus direitos. "Esse aumento significa uma transferência aos consumidores dos riscos da atividade econômica", diz ele, com base no documento do Idec. Ele lembra ainda que essa fórmula defendida pela Sul América despreza dez anos anteriores do contrato, quando a taxa média de sinistralidade do grupo (56%) ficou abaixo daquela contratada (75%).

O professor classifica o aumento de abusivo e cita dados de matéria de O Globo (de 12/7) com as variações ocorridas nos dez anos de Plano Real para confirmar a disparidade de percentuais: enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 169,11%, os planos de saúde aumentaram 202,38%. "Até serviços médicos subiram menos que as mensalidades dos planos. Os serviços médicos e dentários tiveram um reajuste de 192,47%, e os serviços laboratoriais e hospitalares aumentaram 135,79% no mesmo período", diz a reportagem. "O nosso plano subiu 375% e, com esse último aumento (85%), vai a mais de 600%", observou.

Soraggi contou ter estado em uma reunião com um grande grupo de segurados, mais a superintendência da PR-4 e representantes da seguradora e da corretora no último dia 14, no Centro de Tecnologia, em uma tentativa de negociação. Para ele, a empresa se mostrou "impassível" e parece só restar a alternativa da ação judicial.

Liminar restringe reajuste em São Paulo

Se confirmar o caminho pelos tribunais, Soraggi e os demais participantes do plano podem se juntar a milhares de outras pessoas que estão conseguindo liminares contra aumentos considerados abusivos das seguradoras. Em São Paulo, o juiz Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira, da 28ª Vara Cível da capital, concedeu liminar, na semana passada, suspendendo um reajuste anual de 47% que a SulAmérica Saúde impunha aos seus 110 mil clientes de contratos antigos em todo o país. A decisão foi tomada com base em uma ação civil pública movida pela Promotoria de Justiça do Consumidor do Ministério Público de São Paulo. No despacho, o juiz fixou 11,75% determinados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) como limite máximo para os aumentos dos contratos novos (firmados a partir de janeiro de 1999) em 2004. A Sul América disse que não foi notificada oficialmente. Essa foi a terceira liminar concedida pela Justiça paulista em menos de 24 horas.

Idec orienta consumidor

Nos casos de discordância com os valores cobrados, o Idec orienta o usuário de planos de saúde a não deixar de pagar o plano, mas efetuar o pagamento via depósito judicial ou, então, pagar com cheque e consignar no verso que não concorda com o reajuste.

Planos de saúde dizem seguir a legislação

Em nota oficial, a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg) afirma que os aumentos aplicados às mensalidades dos planos de saúde com contratos anteriores à 1999 obedecem às cláusulas acertadas com os segurados e ainda respeitam a legislação vigente. "Os reajustes aplicados às mensalidades seguem rigorosamente a legislação vigente e as cláusulas contratuais pactuadas", diz um trecho do texto. "Os percentuais de reajuste aplicados pelas seguradoras aos contratos antigos são absolutamente legais e legítimos, na medida que só levarão as mensalidades aos valores que deveriam ter, caso não tivessem sido aplicados limites máximos com base em dispositivos legais considerados inconstitucionais", diz outra passagem da nota.

Problema dos planos é a ponta do iceberg

A situação vivida por alguns associados da Adufrj-SSind na UFRJ, quanto aos planos de saúde, é um apenas um ínfimo exemplo da crise vivida pelo setor, frente às políticas econômicas do governo, revelando conseqüências de um drama ainda maior: a política de saúde e a política econômica do país.

O quadro é de desresponsabilização do Estado com o setor. Faltam investimentos governamentais para a manutenção, para a ampliação da rede e para a contratação, valorização e aperfeiçoamento de pessoal. Existe ainda a precarização do acesso ao direito à saúde. Apesar de ter uma carga tributária das mais altas do mundo, a política de saúde empreendida no Brasil se faz refém da lógica mercantilista em detrimento de uma saúde pública de qualidade para todos. Tendo como resultado a fuga – daqueles, evidentemente, com um poder aquisitivo um pouco maior – para os planos privados de saúde. E mesmo os servidores da UFRJ, instituição que conta com um hospital universitário, dentre tantas outras unidades ou institutos ligados à saúde, são obrigados a se sujeitar à grande ciranda financeira, refletida nos aumentos abusivos das seguradoras.

Isso sem falar que essa situação também demonstra a ausência de discussão política no seio da universidade quanto à questão da saúde.

Resenha

"Pilhagem da Poupança da Patuléia"

Em sua coluna escrita para os jornais Folha de S. Paulo e O Globo, de 11/7, o jornalista Elio Gaspari voltou a criticar o projeto do governo que cria as Parcerias Público Privadas (PPP): "Em tradução livre pode ser chamada de Pilhagem da Poupança da Patuléia". Segundo ele, da forma como está o projeto, um Conselho Gestor provavelmente capitaneado pelo ministro José Dirceu terá plenos poderes para garantir lucros aos parceiros privados. Além disso, ao tal conselho será permitido escolher os empreiteiros de sua preferência, à revelia da Lei das Licitações.

Governo gasta pouco com social

O governo federal gastou pouco com programas de caráter prioritário, muitos deles sociais. Segundo dados do Siafi (sistema de acompanhamento dos gastos federais), para 340 programas, 39% deles tiveram, nos seis primeiros deste ano, gasto inferior a 10% do total reservado no orçamento para 2004. O programa Primeiro Emprego, com dotação de R$ 189 milhões para este ano, gastou apenas R$ 442 mil (0,2%); o Brasil Alfabetizado executou só 1,8% dos recursos previstos para o primeiro semestre.

Leilão do petróleo brasileiro

A realização de novos leilões de áreas de prospecção petrolífera é um erro estratégico e um "crime de lesa-pátria", afirma Fernando Siqueira, dirigente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás. A Aepet, junto de outras 42 entidades, entregou em maio uma carta aberta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo o cancelamento de licitação, marcada para ocorrer em agosto. Em entrevista à Agência Brasil, da Radiobrás, ele disse ainda que leiloar poços de petróleo descobertos no Brasil para empresas multinacionais estrangeiras é um absurdo, uma vez que as previsões são que as reservas brasileiras produzam petróleo por apenas mais 18 anos. Além disso, afirma ele, o pagamento de *royalties* para o Estado deverá acabar em breve. "Em todas as áreas onde as multinacionais produzem em águas profundas, elas derrubaram na justiça o pagamento dos *royalties*. Foi assim na China, na Nigéria, no mar do Norte e nos EUA. No Brasil farão o mesmo" (Boletim da Aepet nº 286).

Movimento

Andes-SN defende autonomia dos Cefets

MEC quer regulamentar Centros de Ensino Tecnológico

O Ministério da Educação está elaborando um novo decreto que atinge em cheio a autonomia dos 34 Centros Federais de Ensino Técnico e Tecnológico. Segundo nota publicada no do *site* do Andes-SN (2/7/2004), o coordenador geral do MEC, Gleisson Rubin, disse que decreto regulamentará 32 Centros que, hoje, funcionam sem estatuto. Em audiência com o representante do ministério, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, demonstrou preocupação com os termos do decreto. "O documento indica um tipo de relação dos Cefets com a sociedade não explicitando um vínculo com as necessidades sociais da mesma, mas com a formação para o mercado". Marina questionou a conformação do Conselho Diretor e das diretorias das unidades destas instituições. "Pelo que está escrito, a escolha de um diretor de unidade, por exemplo, será por indicação, deixando a eleição de lado". Na análise dos diretores do Andes-SN, o decreto do governo fere a autonomia destas instituições e acaba com a democracia interna dos Centros. Na ocasião da audiência com o MEC, a diretoria do Sindicato cobrou um prazo para que o assunto seja discutido no movimento docente, antes de ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Andes-SN repudia decreto

O Sindicato dos Docentes encaminhou ao Ministério da Educação uma moção de repúdio à minuta dos Cefets. O Sindicato considera que a proposta de criação de um estatuto único para todos os Centros fere a autonomia destas instituições que são, na verdade, autarquias de regime especial e, têm, assim como as universidades públicas, garantido na Constituição Federal o princípio da autonomia administrativa e didático-científica. O decreto do governo acaba com a gestão democrática ao impedir a participação dos segmentos, professores, estudantes e técnico-administrativos, na organização do processo eleitoral.

Visão reducionista

Para o Andes-SN, o decreto do governo expressa uma visão reducionista do papel acadêmico dos Centros que ficariam relegados à condição de instituições exclusivamente voltadas às demandas do mercado. O decreto ignora ainda as especificidades históricas, geográficas, a realidade social e a opção política e acadêmica de cada instituição. Pela minuta, o Centro deixa de contar com um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e fica atribuída ao Conselho Diretor a centralização das definições das políticas acadêmicas e administrativas.

Conselho Empresarial

Ao mesmo tempo em que acaba com o colegiado acadêmico, o governo quer criar para os Cefets um Conselho Empresarial, abrindo de vez a ingerência dos empresários nos rumos destas instituições.

Carta ao ministro

Em carta ao ministro da Educação, Tarso Genro, datada de 8/7, o Andes-SN denuncia que a minuta apresentada retoma o projeto de estatuto único para os Centros, apresentado pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica, em 2003. Na época, o Sindicato se manifestou contra o estatuto único e o então secretário Antonio Ibañez Ruiz disse que retiraria o projeto da pauta. Para o Sindicato, o novo decreto expressa a intenção da Secretaria de não reconhecer os Centros criados antes da Lei 8948/94 como instituições de ensino superior e que, portanto, deveriam estar supervisionadas pela Sesu.

Afastamento dos Centros das Universidades

Para a diretora do Cefet-MG, Ana Lúcia Barbosa Faria, o decreto descaracteriza os Centros como instituições de ensino superior. "Esta minuta significa um retrocesso ao processo histórico dos Cefets, que se distanciariam das universidades enquanto modelo de instituição". Ana Lúcia lembra que os chamados Cefets 'históricos' (Cefets de Minas Gerais, Paraná, Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão) organizaram, ao longo das últimas décadas, diversos cursos importantes de graduação e pós-graduação, desenvolvendo importante trabalho na produção de ciência e tecnologia para o país.

Com a reforma do Ensino Técnico, em 1992, o MEC transformou várias escolas técnicas em Cefets. De acordo com Ana, estes novos Centros mantiveram uma vocação estritamente tecnicista, com uma formação voltada apenas para o mercado de trabalho. Ao impor um estatuto único ou regras únicas para todos os Centros, o governo nivela por baixo a qualidade do ensino nos Cefets, utilizando como modelo de organização os chamados Cefets 'transformados' (os criados a partir de 1992).

Cefet Paraná já tem eleição direta

Uma das justificativas do governo para apresentar a minuta de regulamentação é que, em muitos dos Cefets criados com a reforma de 92, os diretores se mantêm nos cargos de direção por indicações do ministério ou do Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet). Seria necessária uma regulamentação para normatizar a escolha de dirigentes nestas instituições.

Para o diretor do Sindocefet-PR e da Regional Sul do Andes-SN, Adilson Gil Tavares, esta alegação não convence na medida em que, pela minuta, o MEC estabelece um processo nada democrático de escolha dos dirigentes. Além da comunidade não participar diretamente da escolha do diretor geral do Centro, este é quem indicaria os diretores das unidades. "Nós do Cefet Paraná já temos uma regulamentação e avançamos no processo democrático e, no início deste ano, inclusive, elegemos diretamente todos os diretores de nossas seis unidades, inclusive a de Curitiba". Para Adilson, o correto era o ministério encaminhar um processo de discussão junto às instituições com a participação democrática das comunidades locais para que cada Centro, autonomamente, estabelecesse sua própria regulamentação interna.

Volta do ensino médio integrado

Outra preocupação do professor é que, pela minuta, os Cefets teriam autorização para fechar seus cursos médios de ensino integrado. O Cefet-PR foi o único dos chamados 'históricos' que fechou seu curso médio, mantendo apenas o curso superior de tecnologia, uma espécie de curso intermediário entre o ensino médio e a graduação tradicional, criado a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Adilson diz que, no Paraná, o corpo docente e a comunidade do Cefet quer a volta do curso médio integrado, segundo ele, "a nossa menina dos olhos, onde desenvolvíamos um excelente trabalho de formação em nível médio".

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Colegiados

Próximo vestibular da UFRJ não terá cotas

Universidade ainda precisa discutir mais o assunto, dizem conselheiros

Vai ficar como está. Depois de rejeitar, em apertada votação, a mudança no sistema de provas de três para dois dias e uma prova "agrupada" das não específicas, o Conselho de Ensino de Graduação decidiu também, em sessão de 14 de julho, que o próximo vestibular da UFRJ não terá qualquer reserva de vagas. A proposta da pró-reitoria, baseada em um estudo do professor Mauricio Luz, do Colégio de Aplicação, que reservava 20% das vagas para alunos da rede pública não foi aceita pelo colegiado. Sem modificações significativas, o edital do concurso começou a ser lido e deverá ser finalizado no dia 28 deste mês.

A falta de discussão suficiente no próprio CEG e, principalmente, nas Unidades e Centros, foi o principal motivo da rejeição às cotas. Para o professor Joaquim Lopes (representante do CCMN), o aumento do número de bolsas para os alunos e a ampliação dos cursos noturnos seria muito mais importante do que qualquer cota. Diretor da Faculdade de Educação e representante do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro declarou-se contra qualquer tipo de cota. Para ele, é difícil desarmar os argumentos em favor das cotas, pois elas são "convenientes à politicagem". O professor considera que a UFRJ tem muitos problemas internos e seria mais proveitoso para a sociedade que a universidade fizesse uma revisão do que nela está ruim e ampliasse o que está bom. A professora Maria da Silvia Possas (CCJE) argumentou que as cotas para alunos da rede pública não a convenceram. Segundo ela, estudos provam que o fator de maior influência no desempenho dos estudantes não é a renda ou a etnia, mas o grau de escolarização dos pais. Maria Lúcia Patitucci (CCMN) disse que as cotas "sempre serão injustas para alguém". Maria Lúcia argumentou que qualquer iniciativa de reserva de vagas da universidade deveria ser fundamentada em um projeto muito bem feito, acompanhado de verbas para assistência estudantil, ampliação do alojamento e das salas de aula e na contratação de mais professores e técnico-administrativos. Representante discente, Thiago Hastenreiter afirmou que o movimento estudantil defende as cotas, mas avaliou que essa proposta, no momento, tem origem em um programa populista do governo. O aluno reforçou a necessidade de a universidade melhorar sua política de assistência estudantil. Maria José (CCS) analisou que a grande questão embutida neste tema não diz respeito às cotas, mas ao compromisso social da universidade. "Estamos cercados por uma população carente de 130 mil pessoas pelos quais a UFRJ faz muito pouco", disse. Vera Lúcia Barradas, representante dos técnico-administrativos, observou que sua categoria ainda não tem um posicionamento em relação ao tema e elogiou o CEG por pensar responsavelmente o tema.

Discussão deverá continuar para o vestibular 2006

O pró-reitor José Roberto Meyer lembrou que o debate surgiu no CEG em função da pressão da sociedade e da mídia por um posicionamento da UFRJ. Ele disse também que sempre acreditou que as cotas sequer fazem "cosquinhas" no problema do acesso ao ensino superior público, mas atribuiu qualidades ao estudo feito pelo professor Maurício, do CAp. Segundo ele, o modelo proposto é diferente de tudo o que já foi discutido ou implantado em outras instituições e tinha o mérito de comprovadamente manter o nível de qualidade dos candidatos aprovados. Também recordou que algumas apresentações do estudo foram realizadas em quatro dos seis Centros e em algumas Congregações. Além disso, já que a reserva de vagas é assunto recorrente na mídia, considerou que o colegiado estava esclarecido para votar a proposta da pró-reitoria ou qualquer outra relativa às cotas. Uma vez que a proposição não foi aprovada para este concurso, o pró-reitor sugeriu que o tema continuasse na pauta do conselho para o próximo vestibular. Neste sentido, o professor Miguel Jonathan (CCMN) encaminhou que a reitoria solicitasse prazos para discussão e resposta de todas as Unidades e Centros da UFRJ para balizar o colegiado nas próximas discussões das cotas.

Diplomas de dignidade acadêmica

O pró-reitor anunciou a volta das cerimônias de entrega dos diplomas de dignidade acadêmica para os alunos da UFRJ formados com coeficiente de rendimento acumulado superior a oito. Para os alunos que concluíram os cursos em 2003, o evento ocorre no Auditório do Centro de Tecnologia, no dia 30 de julho, às 10h.

Recesso

Em função do período de férias de alguns conselheiros, ficou decidido o recesso de uma semana do CEG, que volta às atividades no dia 28.

Cursos noturnos têm a preferência do CEG

Na discussão das cotas, os cursos noturnos surgiram como a alternativa verdadeiramente democratizadora do acesso e permanência na universidade, aliados a medidas de melhorias na política de assistência estudantil. No caso específico do *campus* do Fundão, a falta de segurança e de infra-estrutura foram considerados os maiores empecilhos para que essa preferência se consolide e ganhe mais espaço.

Alguns conselheiros até disseram considerar o Fundão mais tranqüilo à noite, no que ganharam o apoio do pró-reitor. Segundo José Roberto, o livro de ocorrências da Prefeitura Universitária demonstra isso. "Claro que tem que iluminar e povoar mais", afirmou. O dirigente propôs que o CEG, nos próximos debates sobre alocação de vagas docentes, dê prioridade aos cursos que desenvolvam ou pretendam criar cursos nesses horários, o que foi aceito pelos conselheiros por unanimidade.

Joaquim Lopes (CCMN) lembrou que, quando o Instituto de Física abriu um curso noturno, obrigou uma instituição particular, nas proximidades do *campus*, a fechar as portas. A professora Valéria Castro (CT) afirmou que não via a situação de segurança no Fundão com a mesma tranqüilidade dos colegas, até por ter vivenciado experiências de perigo no local. "Não sou contra os cursos noturnos, desde que haja funcionários para manter as bibliotecas e laboratórios de informática abertos e mais segurança", comentou.

O professor Marcelo Corrêa e Castro apoiou a iniciativa, mas ressaltou que os cursos noturnos devem ter uma cuidadosa proposta pedagógica. "Não é a mesma coisa de jogar a grade e a proposta curricular do dia para a noite e pronto!", disse.

Política para incrementar os cursos noturnos

Além da alocação de docentes, o colegiado também definiu o apoio à criação de vagas de técnico-administrativos para o turno noturno. A destinação de verbas de investimento e o empenho da administração para resolver questões como segurança e iluminação são outros pontos que serão defendidos pelo CEG e pelo seu pró-reitor para incrementar os cursos noturnos.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 146 • 27 de julho de 2004

Cristina Miranda

REUNIÃO DO GT VERBAS DO ANDES-SN ANALISA PROPOSTA DO GOVERNO

140 milhões reaparecem na proposta do governo

Proposta salarial do governo representa avanços, garante o fim da GED e é paritária. Ainda falta a isonomia entre as carreiras e a correção de algumas distorções

A força do movimento docente e a firmeza da direção do Andes-SN levaram o governo a recuar e reapresentar os R$ 372 milhões, contidos na 'proposta de abril' como montante para atender às reivindicações salariais da categoria. O governo admitiu que, ao apresentar o valor de R$ 231 milhões nas semanas anteriores, trabalhava com uma lógica equivocada. Os representantes do Ministério do Planejamento reconheceram também que os estudos do Grupo de Trabalho de Verbas do Sindicato e os dados apresentados pelo MEC foram fundamentais para que fossem revistos os critérios de cálculos da proposta governista. No último dia 22/7, o Planejamento apresentou aos dirigentes do Andes-SN uma nova proposta, na qual a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) é extinta e é criada uma nova gratificação, fixa, com paridade para os aposentados. Ao final da reunião, os representantes do governo também apresentaram outra "simulação", na qual a GED é "congelada" nos

Continua na página 16

Assembléia Geral

29 julho quinta-feira

13:30

Auditório do CFCH

Praia Vermelha

Pauta

- Campanha Salarial
. Avaliação das propostas do governo e do Setor das IFES
. Indicativo de greve nacional a partir de 5 de agosto

CAMPANHA SALARIAL 2004

Confira nas páginas 8 a 15 como ficam os salários com a nova proposta do governo apresentada na semana passada. Veja também a análise do Grupo de Trabalho Verbas do Andes-SN sobre a proposta

Aloisio Teixeira deixa Diretório Nacional da Andifes

Página 4

Movimento

Reitores oferecem pouco e greve continua nas paulistas

Proposta dos dirigentes apresentada aos sindicatos é considerada muito reduzida

A greve continua nas universidades estaduais paulistas. Após mais de 50 dias de paralisação das atividades, o Conselho de Reitores daquelas instituições apresentou uma pífia proposta aos representantes do movimento, em reunião realizada no dia 21: reajuste imediato de apenas 2% e a aplicação de uma desvantajosa fórmula de política salarial em outubro e em janeiro de 2005. De acordo com informativo da Associação dos Docentes da USP (Adusp), estima-se que o reajuste total deste período, pela proposta das reitorias, não chegaria a 4%. Diante do fato, as assembléias realizadas separadamente pelas categorias de cada universidade no fim da semana passada rejeitaram a proposta dos reitores e decidiram a continuidade do movimento grevista.

O Fórum das Seis, como é chamada a organização que congrega os sindicatos dos professores e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, oferece a seguinte contraproposta: 2% de reajuste retroativo a maio; mais 2% relativos a junho e a aplicação de uma outra fórmula de política salarial em janeiro do ano que vem. As entidades fariam um ato de protesto no prédio da reitoria da Unicamp, em 26/7, às 16h. No mesmo dia, uma hora depois, voltam a se reunir com o Conselho de Reitores.

Arrecadação desmente discurso dos reitores

O financiamento das universidades paulistas é vinculado à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado. Segundo os reitores argumentaram durante toda a greve, qualquer tentativa de reajuste poderia inviabilizar a folha salarial das três instituições, com percentuais já muito próximos dos recursos repassados atualmente pelo governo estadual. Ocorre que os sindicatos demonstraram que o recolhimento do ICMS em São Paulo apresenta crescimento nos últimos três meses, com projeções de subir ainda mais.

Detalhe: os movimentos sindicais e estudantes discutiram e brigaram por um orçamento melhor da Educação para o próximo ano, na assembléia legislativa daquele estado. Já os dirigentes universitários omitiram-se ao longo de todo o processo, segundo informativo também da Adusp do dia 19/7. Os reitores chegaram a condenar as manifestações dos estudantes em um plenário dominado pelo deputados ligados a "Zeroaldo", como está sendo chamado o governador Geraldo Alckmin (PSDB), em alusão ao reajuste zero oferecido, no início da greve, aos servidores das universidades.

Tensão no *campus*

A intolerância tem sido a marca das administrações universitárias durante a greve. No fim da semana retrasada, a reitoria da USP apelou para a polícia militar com o objetivo de dispersar alguns piquetes de grevistas realizados no *campus* da instituição. Somente depois de muito diálogo, os dirigentes desistiram do expediente de repressão e aceitaram voltar a tratar da questão salarial. Entre os apelos à negociação, somou-se uma carta assinada pela presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, datada do dia 20/7. O documento solicitou aos reitores empenho para a reabertura das negociações salariais e ressaltou que nenhum processo de punição ou coerção deve ser utilizado contra trabalhadores, estudantes ou entidades que os representam, "bem como deve ficar claro para a comunidade a disposição da administração em resolver os conflitos no âmbito das universidades sem recorrer à ação da força policial, o que seria um retrocesso na democracia interna dessas instituições", conforme o trecho final da carta.

Agenda Sindical

29 a 31/7 – 3ª edição do Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

4/8 - Reunião da Coordenação Política Estadual para a Campanha Contra Alca
Rio de Janeiro (RJ) – no Sindicato dos Engenheiros (Av.Rio Branco, 277/17ºandar), às 18h

13 e 14/8 – Reunião do Setor das Particulares (IPES)
Brasília (DF) **-** Sede do Andes-SN

7/9- Grito dos Excluídos
Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEPG inicia discussão institucional da reforma

O objetivo é promover o amplo debate na comunidade universitária

O Conselho de Ensino para Graduados não quer ficar de fora da discussão da reforma universitária em andamento. Em sessão do dia 23/7, os conselheiros decidiram convidar o reitor, o pró-reitor de Patrimônio e Finanças e um representante do MEC para tratar de financiamento das universidades, na próxima reunião (30/7). Esse, de acordo com boa parte das manifestações feitas no CEPG, é o tema central no qual, direta ou indiretamente, esbarram os problemas das instituições públicas de ensino superior.

O professor Nelson Souza e Silva, integrante mais antigo do colegiado, substituiu o pró-reitor José Luiz Monteiro, em viagem de interesse acadêmico. O professor Nelson e a superintendente da pró-reitoria, professora Leila Rodrigues, trouxeram informes de uma reunião entre integrantes da reitoria e uma comissão do CEPG sobre a reforma universitária. Neste encontro, o reitor comunicou as atividades que estão sendo promovidas junto às entidades sindicais e estudantis e a comissão do colegiado frisou a necessidade de um documento oficial ser produzido pela UFRJ. Como resultado desta reunião, será proposta aos demais colegiados (CEG e Consuni) a formação de uma outra comissão, que seria integrada por representantes dos três principais conselhos, para coordenar essa discussão, em nível institucional.

Além do debate institucional, o professor Nelson observou que uma discussão de tal importância também deverá ser realizada – como já vem sendo feito – com as entidades sindicais e estudantis da universidade. Para ampliar ainda mais a análise da reforma universitária, entidades da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa, entre outras, serão convidadas a emitir sua opinião em debates a serem organizados.

Nelson observou que um dos objetivos da comissão a ser formada pelos colegiados será a coleta de dados e documentos relativos aos grandes temas da universidade, como a evasão e o acesso. À medida em que for recolhido, o material será repassado aos conselheiros e também ficará disponível na página eletrônica da universidade (www.ufrj.br). Neste sentido, os conselheiros propuseram ainda que os estudiosos de alguns temas envolvidos na reforma universitária sejam chamados para compartilhar sua experiência com a finalidade de enriquecer as discussões, o que deu origem ao convite da próxima reunião sobre financiamento. Também ficou decidido que o tempo das sessões será dividido entre temas mais gerais ou políticos e assuntos mais "operacionais", como a revisão de resoluções do conselho, no desenrolar do debate da reforma.

Conselheiro corrige notícia do Jornal da Adufrj

No expediente da sessão, o professor Nelson Souza e Silva manifestou-se sobre notícia divulgada no Jornal da Adufrj nº 143 (de 5/7). Segundo ele, o trecho da matéria do CEPG em que comentou uma reunião ocorrida no prédio da representação do MEC do Rio de Janeiro, alguns dias antes, não foi correto. Nelson observou que não compreendeu a razão pela qual foi convidado àquela reunião, mas também não quis deixar a entender que o ministro ou alguém do MEC devesse lhe explicar o motivo do convite. O conselheiro afirmou ter indagado, naquela reunião no edifício do ministério, se o governo considera as universidades públicas estratégicas para o desenvolvimento do país. Em caso positivo, afirmou que esse conceito deveria nortear a discussão da reforma universitária. Nelson, ainda naquela reunião, teria solicitado que o debate da reforma fosse mais institucionalizado, com a produção de documentos oficiais por parte das universidades. O professor destacou que, sem essas informações, o trecho da matéria do Jornal fica fora de contexto.

UFRJ

UFRJ aguarda relatório sobre Direito

Comissão confirma a falta de organização acadêmica durante a gestão afastada

A Faculdade Nacional de Direito vive a expectativa do desfecho do processo administrativo movido contra o diretor afastado, professor Armênio Cruz. No dia do fechamento desta matéria (23/7), um dos integrantes da comissão instituída para o processo disse para a reportagem da Adufrj-SSind que o relatório deveria ser entregue ao reitor até, no máximo, 26 de julho, mas não pôde adiantar nada do seu conteúdo.

Com a proximidade do fim do prazo para os trabalhos da comissão, realizou-se, em 19 de julho, uma Congregação Extraordinária da Faculdade de Direito. Na ocasião, de forma unânime, aquele fórum aprovou uma moção na qual afirma que a reitoria e o Consuni "têm a obrigação legal de decidir conclusivamente sobre o afastamento definitivo do Prof. Armênio Albino da Cruz Filho (...)". No texto, a Congregação diz que o término dos trabalhos da comissão não poderia ultrapassar 120 dias, o que aconteceria no dia 24/7. Porém, a portaria de instituição da comissão foi publicada mesmo no dia 26 de março. Ainda na mesma moção, a Congregação recorda que basta apenas uma prova de única falta grave para fundamentar a perda do cargo de Direção. "Que cada um se responsabilize por seus atos. A Congregação afirma que a volta da anterior Direção provocará uma paralisação imediata do processo de recuperação em curso, pois todos os seus Membros com cargo administrativo renunciarão imediatamente no caso de retorno da Direção afastada", diz outro trecho.

Na mesma semana da Congregação da Faculdade, foi publicado na página da UFRJ (www.ufrj.br) um extenso relatório de uma outra comissão, instituída pela pró-reitoria de Graduação, em 24 de março, para apurar aspectos relacionados à administração acadêmica da Faculdade de Direito. Depois de discorrer sobre quatro pontos específicos ("atividades administrativas de graduação", "aspectos acadêmicos, "regimento da Faculdade de Direito", "corpo docente" e alguns órgãos próprios da faculdade), a comissão conclui que a situação encontrada naquele curso "pode ser caracterizada como de quase completa ausência, ou não cumprimento, de regras, de normas de organização. A justificar essa conclusão estão os fatos de que o regimento não é cumprido, que os Departamentos foram, para todos os efeitos, fechados, que não há reuniões da Congregação, do Conselho Departamental ou dos Colegiados de Departamentos. Não há atas de reuniões, não há registro de decisões. Não se localizou sequer o livro de atas da Congregação. A defesa de monografias não é registrada em nenhum documento e não há ata ou assinatura dos professores a atestar a aprovação ou a nota dos alunos. Não há abertura de processos protocolados referentes aos atos acadêmicos. Em conseqüência, todos os entrevistados relataram que as decisões eram tomadas por uns poucos professores. No caso das decisões relativas à vida acadêmica, que nos competia analisar, houve virtual unanimidade em se indicar a Profa. Maria da Penha Almeida Cruz (Nota da Redação da Adufrj-SSind: esposa do diretor afastado) como a responsável por tais decisões", segundo um trecho do documento. A comissão lista ainda algumas sugestões para a melhoria do quadro institucional do curso.

Histórico

A decisão de afastamento do diretor Armênio Cruz foi tomada em um Conselho Universitário de 25 de março. Poucos dias antes, os estudantes do curso de Direito e representantes do DCE fizeram uma ocupação da sala do diretor, indignados com a administração arbitrária e autoritária da gestão do professor Armênio. No dia 25, os alunos também estiveram no colegiado, assim como já haviam feito em outros oportunidades e mesmo em outros conselhos da universidade para protestar contra a situação. Diante das evidências, dos pronunciamentos dos representantes das entidades (Adufrj-SSind, DCE e Sintufrj) e das falas dos conselheiros favoráveis ao afastamento da direção, o Consuni aprovou, por unanimidade, a instalação imediata do processo administrativo disciplinar contra o diretor da Faculdade.

Colegiados

Protesto por cotas movimenta Consuni

Reitor lembra que a discussão está apenas iniciando

Não teve sucesso uma iniciativa de revogar a decisão do Conselho de Ensino de Graduação, em 14/7 (ver Jornal da Adufrj nº 145), de recusar cotas para o próximo vestibular da UFRJ. Alunos e coordenadores ligados à rede de pré-vestibulares comunitários da Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) estiveram no Conselho Universitário, no dia 22/7, e solicitaram a inclusão de políticas afirmativas no concurso da universidade. O reitor Aloisio Teixeira agradeceu a presença de todos, mas não incluiu o tema na pauta do dia. Ele observou que deveria preservar a autonomia dos colegiados em suas deliberações e afirmou ainda que o debate estava apenas começando, não só no CEG, mas também no próprio Consuni.

Antes disso, o Diretor-executivo da Educafro, Frei David Santos, pronunciou-se no colegiado e tentou refutar o argumento do CEG de que faltava suficiente debate na universidade para balizar uma decisão em favor das cotas. Frei David lembrou o exemplo da Uerj. Segundo ele, aquela universidade também dizia que faltava discussão em torno da reserva de vagas, mas, ao mesmo tempo, não promovia debates. Ainda de acordo com Frei David, somente com a lei estadual das cotas em tramitação, a comunidade acadêmica da Uerj mobilizou-se pela realização de seminários sobre a questão. E hoje, segundo o frei, "a reitoria da Uerj é uma defensora convicta das cotas". Frei David apelou para a coragem dos conselheiros e chegou a dizer que o Consuni seria "mais arejado (que o CEG), sem querer ofender".

Já fora do plenário, depois de não ter conseguido incluir o debate das cotas na pauta do Consuni, Frei David classificou a reunião de "simbólica", como um primeiro passo na conquista da reserva de vagas na UFRJ. Segundo ele, articulada a alguns conselheiros, a Educafro vai solicitar ao reitor uma reunião extraordinária sobre as cotas. Disse ainda que considera "desonesta" a vinculação entre a aceitação das políticas afirmativas e o repasse de mais verbas. Para ele, isso significaria "usar" o movimento pró-cotas.

Aloisio anuncia saída do Diretório Nacional da Andifes

Aloisio Teixeira informou sua saída da função de suplente da Região Sudeste no Diretório Nacional da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Segundo explicou, a decisão da Andifes, em meados de julho, de adotar matriz orçamentária que não contempla as necessidades da UFRJ foi o que motivou sua retirada daquele que é o órgão consultivo e deliberativo da associação. De acordo com o reitor, até mesmo o MEC propunha um modelo orçamentário mais razoável, com uma divisão por determinados "grupos" de universidades, o que não foi acatado pelos dirigentes.

Pelo que resumiu Aloisio, a Andifes preferiu uma orçamentação baseada no que chamou de custo médio por estudante. "O que acontece? Isso é desfavorável a quem tem um custo maior por estudante e as instituições que têm um custo médio inferior são beneficiadas. Quem teria uma perda violenta seria a UFRJ e foi votado assim", lamentou. O dirigente argumentou ainda que não foi levada em conta a qualidade dos cursos das universidades e, como vem fazendo há várias reuniões, fez questão de comparar a universidade que dirige com as duas maiores estaduais paulistas (USP e Unicamp), que possuem orçamentos bem superiores ao da UFRJ. Ao final da sessão, o Consuni aprovou uma moção de apoio à decisão do reitor de se retirar do Diretório Nacional da Andifes.

Kelvin Melo

FREI DAVID DEFENDE COTAS NO CONSELHO. ABAIXO, REPRODUÇÃO DO OFÍCIO ENVIADO PELO REITOR À ANDIFES

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Gabinete do Reitor

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2004.

Ofício / GR / nº 427

Magnífica Reitora:

Comunico-lhe minha decisão de retirar-me do Diretório Nacional da ANDIFES, onde ocupo uma suplência. Tal decisão não resulta de desapreço pessoal, por Vossa Magnificência ou por qualquer outro dos integrantes do Diretório, tampouco de renúncia à participação conjunta na luta em defesa da universidade pública, cuja liderança é agora exercida por Vossa Magnificência.

A decisão resulta, isto sim, da busca de coerência pessoal, uma vez que entendo que o Diretório deve refletir, em sua composição e em suas opiniões, a vontade coletiva da Associação, expressa nas resoluções adotadas em plenário. Como a Reunião Plena realizada em Belo Horizonte recusou-se a incorporar na agenda da Associação as reivindicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em uma questão tão dramática como a do orçamento, não me resta outra alternativa que não a de afastar-me do Diretório.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de estima e consideração.

Aloisio Teixeira
Reitor

C/C.:

- Dr. Fernando Haddad – Secretário Executivo do MEC
- Professor Dr. Nelson Maculan Filho – Secretário de Ensino Superior do MEC
- Dr. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha – Subsecretário de Planejamento e Orçamento do MEC
- Dr. Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo – Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior
- Professor Dr. Oscar Acselrad – Diretor do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior - DEPEM
- Reitores das Universidades Federais
- Diretores dos CEFET's

Colégio Brasileiro de Altos Estudos

A pauta do Consuni continha apenas um ponto: a discussão do denominado Colégio Brasileiro de Altos Estudos, que seria instituído em vinculação ao Fórum de Ciência e Cultura. Logo em seguida, em sessão especial, marcada para as 12h30, poderia haver a alteração do estatuto da UFRJ para incluir o novo órgão. No entanto, o colegiado não atingiu o quórum mínimo de dois terços para modificações estatutárias e o assunto ficou pendente para uma próxima oportunidade.

O Colégio Brasileiro de Altos Estudos, proposto pela reitoria, tem como objetivo ser um "centro de excelência" da UFRJ, de caráter interdisciplinar, "operando além dos limites da estrutura convencional da Universidade, atuando como órgão de estímulo à cooperação interna e externa, promovendo o conhecimento nacional e difundindo experiências internacionais". A criação do Colégio pressupõe também o estabelecimento, "dentro de rigorosos critérios de qualidade", de alianças acadêmicas públicas e privadas, no país e no exterior. O novo órgão seria constituído através de cátedras, seminários e laboratórios. Disporia de um quadro permanente e um amplo repertório de professores e pesquisadores visitantes.

A quem estiver indagando sobre o financiamento da iniciativa, que ficaria instalada no prédio da avenida Rui Barbosa, no Flamengo, aí vai: "Além dos demais instrumentos previstos no Estatuto da UFRJ, as atividades do Colégio serão parcialmente subsidiadas através de um sistema de cátedras, financiadas por doadores, que receberão o devido reconhecimento".

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

O avanço da destruição do Estado

Serge Halimi*

Num caminho sem volta, as reformas liberais constroem, passo a passo, um novo mundo da concorrência, com um Estado raquítico e desprovido de políticas sociais

Todos os sistemas públicos ruiriam de uma vez por todas. Segundo um estudo recente feito pela agência de avaliação de risco *Standard and Poors*, o endividamento irá representar, até 2050, mais de 200% do Produto Nacional Bruto (PNB) da Alemanha, da França, de Portugal, da Grécia, da Polônia e da República Tcheca (os tetos fixados pelo pacto de estabilidade europeu são da ordem de 60%...) e mais de 700% do PNB do Japão. A explicação dada pela Cassandra da avaliação de risco é a seguinte: as aposentadorias seriam demasiado generosas, os índices de reprodução, demasiado baixos, e os velhos, em número muito alto e muito velhos. Portanto, um futuro radioso: "Quase todos os países passarão por uma desintegração fiscal nos próximos 25 anos[1]."

Imediatamente, alguns liberais alemães tiram a máscara: "Mostrar o que poderia vir a ocorrer caso a política não seja alterada não só é legítimo, como também necessário". Na opinião deles, imaginar cenários catastróficos até poderia constituir "o método correto" para divulgar reformas dolorosas[2]. Dá até para desconfiar que foi esse "método correto" que inspirou Philippe Douste-Blazy quando ele anunciou seu plano em relação ao auxílio-doença: "Com 23 mil euros de déficit por minuto, jamais o conseguiremos. (...) Estamos falidos. Se nada for feito, o sistema de previdência social deixa de existir[3]."

É claro que alguma coisa será feita... O Instituto Montaigne, dirigido por Claude Bébéar, presidente do conselho fiscal de uma das maiores empresas de seguros privados do mundo, a Axa, já propôs algumas pistas. Como, por exemplo, um "Plano de Saúde Solidária" que, "para responsabilizar os doentes e, se necessário, acertar as despesas", excluiria "alguns acidentes de trânsito e práticas esportivas que dependem de um seguro individual" e integraria "mecanismos de uma parcela anual, no âmbito da família, com possibilidades de isenção dessas parcelas se os protocolos de prevenção tiverem sido respeitados[4]". Nos Estados Unidos, paraíso da medicina com que sonha Bébéar, o seguro-doença vem se esfarrapando gradativamente, o que é imputado aos trabalhadores – sob o pretexto, dos empresários, de que a proteção da saúde de seus empregados se tornou demasiado cara e acaba incentivando a mudança de local da empresa.

Caminho sem volta

Em 1944, o economista austríaco Friedrich Hayek manifestava seu receio com uma espiral coletivista, "a rota da servidão", que resultaria no sacrifício da responsabilidade individual no altar da previdência social. Se atualmente existe uma espiral, é a do mercado. O efeito-dominó mudou de sentido.

Qual foi a técnica que permitiu que fosse imposta a concorrência, e até a privatização, de empresas públicas que, muitas vezes, eram mais valorizadas que as outras, que fosse aceito o fechamento definitivo de um grande número de agências de correio e de estações ferroviárias, que se voltasse a questionar a saúde e o ensino gratuitos, que os serviços públicos se transformassem num arquipélago de agências concorrentes e ameaçadas? E tudo isso, quase sem "debate". Para conseguir fazê-lo, bastou construir um corredor de "reformas", dentro do qual uma porta se tranca desde que se tenha passado por ela, conduzindo a outra, que se abre quando alguém se aproxima. Depois, é como diz a letra da canção: "Logo não haverá gasolina para poder voltar em sentido contrário e, portanto, temos que ir em frente."

A fatalidade do "não há alternativas" cumpre seu papel; a vontade torna-se ainda mais desarmada, já que lhe retiraram suas armas e praticam a tática da terra queimada sem parar. O destino só será conhecido no fim da estrada. No final, constata-se que se trata de um projeto revolucionário, de um grande salto para trás, mas cujo movimento de conjunto se produziu por um encadeamento de etapas intermediárias. Abrem-se as fronteiras porque ninguém é protecionista, privatiza-se porque as fronteiras foram abertas, sacrificam-se os empregos e os serviços públicos porque eles foram privatizados. O "livre câmbio", o "tamanho crítico", as "alianças", a "concorrência" e a "criação de valor" são parte das peças de um jogo de montar, do qual os arquitetos já imaginaram com antecedência o castelo que irão construir.

O império do mercado

O roteiro liberal só jura fidelidade ao "pragmatismo" e à "voz do bom senso". Para compensar os déficits orçamentários, é necessário privatizar. Para vender as empresas públicas por bom preço, é necessário atrair os investidores estrangeiros. Para atrair os investidores estrangeiros, é necessário reduzir os salários e os "encargos". Em seguida, os direitos sociais dos trabalhadores se tornam demasiado generosos no novo mundo da concorrência que foi criado. A explosão do desemprego e do trabalho precário – mas também a queda de sindicalização que, em parte, é decorrente disso – permitem calar os protestos ("corporativistas") de quem dispõe de um emprego e de uma boa proteção social. Quando se calarem, irão demonstrar seu "senso de responsabilidade", pois é inaceitável que persistam ouvindo por muito tempo as provocações de desempregados que ganham quase tanto quanto eles para não fazer coisa alguma. Portanto, é necessário apertar os controles que os envolvem[5]. Sem esquecer, de passagem, de reduzir seus subsídios-desemprego, sintomáticos de uma cultura "assistencialista" e de dependência. O tão carinhoso Ernest-Antoine Seillière, presidente do Movimento das Empresas da França (Medef, o sindicato patronal), explicou claramente: "Não se podem travar os combates dos dias de hoje concentrando o olhar na enfermaria[6]."

Como já se viu, os liberais não estão assim tão desinteressados pela saúde coletiva. Nesse setor, assim como na educação, a "progressão lógica" de um sistema público e gratuito para com uma indústria amplamente privada e financiada por seguradoras e empréstimos bancários começa por invocar o sistema centralizado, que não funciona, que é burocrático, falido, injusto. É necessário descentralizar o edifício – em nome da "proximidade" –, repassar às administrações regionais a "responsabilidade" por seus orçamentos, criar um mercado da educação e da saúde para que sejam fixados preços que permitam controlar e orientar a gestão. Em seguida, será necessário fechar hospitais (ou escolas, ou agências de correio) que se descobriu não serem rentáveis, ou estabelecer "parcerias" com empresas locais, ou voltar a saúde e educação gratuitos, ou delegar ao setor privado – ou à "sociedade civil" – uma parcela crescente das tarefas de educação e saúde, que a partir de então se decompõem em partículas cada vez menores.

Estado mínimo

Na verdade, explicaram que seria preferível conservar apenas o núcleo central do negócio, que não seria necessário que fossem os empregados que cuidassem da vigilância, da limpeza, da restauração, ou que fizessem fotocópias, elaborassem e interpretassem questionários, administrassem um estacionamento de automóveis, ou as despesas com pessoal, verificassem os alojamentos militares ou formassem pilotos de helicóptero. Terminadas essas avaliações constantes e essas delegações sucessivas – assim como os obstáculos à tesouraria – é possível livrar-se de atividades que, antes, eram organizadas pelo Estado. "Qualquer missão que possa ser exercida pelo setor privado, deve ser privatizada", anunciou Jean-Pierre Raffarin, cujo secretário para a Reforma do Estado, por seu lado, explicara: "Nossa estratégia é a de reorientar o Estado para suas missões fundamentais e conceder ao setor privado todas as outras, principalmente as logísticas[7]." No Iraque, o exército norte-americano terceirizou tarefas vinculadas ao comando da guerra e à obtenção (um pouco enérgica) de "informações".

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

O Ministério da Defesa francês prevê "terceirizar os alojamentos da polícia", o que poderia significar uma arrecadação de 500 milhões de euros[8] (cerca de 1,9 bilhão de reais).

Para os liberais, imaginar cenários catastróficos poderia ser "o método correto" para divulgar reformas dolorosas

Quando era ministro das Finanças, Francis Mer recorreu a escritórios privados de consultoria (Mercer Delta, Cap, Gemini...) para refletir sobre a melhor forma de suprimir o emprego de 30 mil servidores públicos. Os que escapam à degola, se sentem em liberdade condicional: assim que possível, seus direitos poderão ser questionados, tais como a estabilidade no emprego, e seus contratos poderão vir a ser contratos por prazo determinado, primeiramente vinculados ao direito público e depois, ao privado. Christian Blanc, deputado pela UDF, já se declarou favorável à extinção, na França, do estatuto do funcionário público, existente desde 1945. "A oportunidade de reduzir os efetivos é histórica e seria lamentável não aproveitá-la", diz a revista *L'Expansion*. "A ordem dada por Jean-Pierre Raffarin a todos os ministros é estrita: preencher apenas uma em cada duas vagas por aposentadoria. Um objetivo ambicioso que, se for cumprido, permitirá reduzir em 30 mil o número de funcionários públicos, teoricamente em oito anos, e economizar, segundo o senador Philippe Marini, da UMP, 12 bilhões de euros (45 bilhões de reais) até 2012[9]." Desta maneira, passa-se a idéia de que o funcionário público representa unicamente um peso para o contribuinte; em momento algum se menciona a enfermeira que cuida do paciente, o bombeiro que socorre uma vítima, um professor que dá instrução às crianças, um fiscal do trabalho que protege o trabalhador do arbítrio patronal. É apenas um custo.

Passa-se a idéia de que o funcionário público representa unicamente um peso para o contribuinte

O "problema" do servidor

Na Suíça, "para ser mais competitivo e mudar de cultura", a agência federal de emprego apropriou-se, segundo sua própria terminologia, "dos instrumentos do setor privado": a estabilidade do funcionário público, por exemplo, foi abolida em novembro de 2000. Na Itália, foi uma coalizão de esquerda que generalizou uma prática semelhante: autonomia de gestão dos diretores administrativos, individualização das tarefas, retribuição de acordo com o desempenho. Atualmente, "apenas 15% dos empregos públicos permanecem no âmbito do Estado (magistrados, advogados e procuradores do Estado, militares, policiais, diplomatas e professores universitários), enquanto os restantes passarão a ter contratos privados, em menos de dois anos, ainda que continuem sendo pagos pelo Estado. Os executivos estão particularmente preocupados[10]". Na Nova Zelândia, o número de funcionários públicos passou de 71 mil, em 1988, para 32.900, em 1996. Estes trabalham mais, com menos recursos; sua carga horária aumentou e a estabilidade foi eliminada.

Uma vez que esteja raquítico e metamorfoseado, o Estado se torna cada vez menos capaz de vir a barrar algum dia a expansão da lei do mercado. A administração vai se fragmentando constantemente, sua especificidade vai sumindo. Eventualmente, a não estabilidade do trabalho público chega a dar idéias aos patrões. Quando se surpreende com o fato de que reclamem contra a instituição de um "Contrato de missão Duração Determinada - CDD" de longa duração, Seillière explica: "E o setor privado não teria direito ao que o funcionalismo público põe em prática diariamente? No exército, existem contratos de quatro ou de seis anos; os empregos para jovens eram de cinco anos; dentro do próprio Estado, os servidores são contratados por prazos limitados. Mas quando se trata do setor privado, levantam-se todos os conservadorismos, todos os imobilismos[11]." Há vinte anos, a direita francesa preferia resmungar diante do papel de "vitrine social" desempenhado por um setor público que, na época, era menos ávido por trabalho provisório e por encargos sociais mais leves. "Sua impunidade financeira", explicava Albin Chalandon, ex-diretor-presidente da Elf, "cria um sentimento de segurança do qual o pessoal se aproveita para trabalhar menos, proliferar (*sic*) e obter, através de sindicatos fortes, vantagens que se tornam privilégios[12]."

Raquítico, o Estado se torna cada vez menos capaz de barrar algum dia a expansão da lei do mercado

Sindicatos frágeis

Isto porque, para os liberais, a privatização – total, ou parcelada – também representa a vantagem de diminuir o poder de resistência dos sindicatos, o que permite abrir caminho para as "reformas" que virão em seguida. Na França, a participação das empresas públicas no emprego assalariado já foi reduzida pela metade, entre 1985 e 2000, representando atualmente apenas 5,3% do total[13]. E também aí, como em outros setores, se prossegue no mesmo sentido. Ora, a reivindicação social apoiou-se, muitas vezes, nas empresas públicas, com maior índice de sindicalização do que as outras e cujas grandes greves deram o ritmo à história contemporânea do país (*Charbonnages*, em 1963, *Régie Renault*, em 1968, ferrovias, em 1995). No outono do ano passado, quando a Assembléia Nacional aceitou que o capital majoritário da *France Télé*com passasse para o controle privado, o deputado Jean Dionis du Séjour, da UDF, membro da comissão dos serviços públicos de correios e telecomunicações, explicou, de passagem: "O texto prevê a normalização das instâncias representativas dos empregados. Ou seja: os sindicatos que participavam do conselho de administração da France Télécom não mais o farão[14]." Quase a metade dos 110 mil empregados da EDF (estatal da eletricidade) é sindicalizada; nos Estados Unidos, 12,9% dos servidores públicos são filiados à AFL-CIO, proporção que cai para 8,2% no setor privado. Na realidade, as causas e as conseqüências são, muitas vezes, vinculadas ao encadeamento do projeto liberal: o enfraquecimento das organizações operárias incentiva a imposição da flexibilidade do emprego, a qual, por sua vez, prejudica a sindicalização. Até se constrói o desencanto e a derrota. "Se quisermos alimentar a mínima esperança por um retorno a uma economia de liberdade, a questão da restrição da força sindical é uma das mais importantes", prevenia Friedrich Hayek[15].

O ensino superior gratuito está definitivamente acuado no corredor das reformas devido à insuficiência de verbas

Uma firma privada se encarrega da administração, outra, da informática, e uma terceira, da comunicação da empresa. Multiplicando os empregadores e o regime de trabalho, mina-se a solidariedade entre os profissionais e as profissões. O avanço é feito generalizando o sistema de gratificações por mérito, ou seja, individualizando as remunerações. O que foi privatizado permanecerá privado, o que continua público tende a ser privatizado da próxima vez, por ocasião de alguma nova campanha político-jornalística de pânico, vinculada ao "buraco da previdência social" ou à "falência" de uma estatal.

A lógica do lucro se impõe

Progressivamente, a lógica do lucro invade o setor público, cuja principal missão era a de atender às necessidades coletivas[16]. Avaliação, reestruturação, delegação de missão: as empreiteiras terceirizadas que são convocadas representam, muitas vezes, uma maior concorrência, já que seus empregados não têm o benefício do *status* "privilegiado" dos funcionários públicos, nem os inconvenientes causados pelos sindicatos. No final da estrada, desde que as empresas e os serviços públicos tenham perdido sua especificidade (tarefas, empregados) e lhes tenha sido ordenado que, antes de tudo, produzam lucro, está aberta a via para sua liquidação. E se, um dia, alguém achar que o nome da empresa, demasiado francês – *Air France*, EDF, *France Télécom* etc. –, indispõe os investidores estrangeiros, nada impede que ele seja mudado, um pouco da mesma maneira com que se apagam os vestígios de uma juventude dissoluta.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

São coisas do passado. Os correios, a eletricidade, a educação ou a saúde não eram unidades de produção que buscassem realizar mais lucros que seus concorrentes. Não tinham concorrentes. Fossem eles estatais ou serviços públicos, sua missão consistia em encaminhar a correspondência, em fornecer energia elétrica, em garantir a educação e a saúde da população. Sem esquecer as pessoas mais isoladas, menos rentáveis. Essas coisas não se computavam em calculadoras. O mercado ocupava um perímetro demarcado, no interior de uma economia mista. As pessoas sabiam que nem para tudo ele servia. Pouco se preocupava com a igualdade de acesso à educação ou à saúde. Ou a implantar a infra-estrutura do país. Ou a investir em atividades vitais cujas esperanças de rentabilidade vão além do horizonte temporal dos mercados financeiros. Ou em avaliar o custo, para a coletividade, de decisões individuais exclusivamente lucrativas do ponto de vista das empresas que as tomam. Portanto, quando se inclui no preço do envio por caminhão o risco de um acidente na estrada e da poluição, o transporte rodoviário deixa de ser menos caro que o frete ferroviário e o déficit deste último (429 milhões de euros, ou 1,6 bilhão de reais, segundo a estatal ferroviária) parece menos temerário. Se existe uma "concorrência" entre a ferrovia e a rodovia, interessa à sociedade, de fato, subvencionar o frete por trem e imputar aos caminhões – que produzem gases responsáveis pelo efeito-estufa – uma parte da responsabilidade pelos efeitos do fenômeno da canícula, inclusive suas vítimas[17].

Moinhos de propaganda

A "sociedade". Uma palavra que desagradava a Margaret Thatcher. Os liberais preferem conhecer apenas indivíduos. É daí que decorre sua visão de propriedade pública. "Quando o mundo inteiro possui alguma coisa, ninguém o possui e ninguém se interessa em mantê-lo em bom estado ou em melhorá-lo", explicava Milton Friedman em 1990. "É por isso que os imóveis soviéticos – e as moradias populares nos Estados Unidos – parecem ruínas apenas um ou dois anos após terem sido construídos[18]." No entanto, talvez a lógica parecesse menos inevitável a Friedman se ele tivesse viajado de trem à Grã-Bretanha depois que esse serviço foi confiado à iniciativa privada. Mas o liberalismo teria, provavelmente, perdido um de seus advogados mais intransigentes num acidente ferroviário.

"O sistema público só irá recuar quando se vir encurralado entre déficits que se tornam insuportáveis e recursos em vias de retração[19]." Enunciadas há vinte anos por Alain Minc, a confissão e a receita decorrem de um plágio. Na realidade, Ronald Reagan já reduzira os impostos diretos para criar enormes déficits, nos Estados Unidos, os quais serviram depois de pretexto para o desmantelamento do Estado social. Simultaneamente, ele passou (o "novo federalismo") a delegar às autoridades locais serviços e administrações públicas, mas sem lhes dar os meios para que funcionassem. Cabia a elas arrecadar ou cortar. Bush e Raffarin nada inventaram. No entanto, os liberais gritaram mais alto para acelerar o ritmo. Seus moinhos de propaganda (tanto os meios de comunicação, quanto os "especialistas") se encarregam de divulgar seus objetivos.

O ensino superior gratuito, por sua vez, está definitivamente acuado no corredor das reformas devido à insuficiência de verbas públicas. Anualmente, e por estudante, elas passaram, na Grã-Bretanha, de cerca de 8 mil libras (45 mil reais), em 1990, para cerca de 5 mil libras (28,5 mil reais) dez anos depois[20]. Anthony Blair prefere obrigar os usuários a pagar. As matrículas na universidade, por exemplo, acabam de ser triplicadas; podem chegar a 3 mil libras por ano (17 mil reais). "No mundo inteiro", comemora a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), "o ensino superior é submetido a pressões favoráveis a uma mudança. (...) Nesse ambiente mais complexo, atualmente já não é oportuno que o poder público administre diretamente o setor, pois os mecanismos do mercado são muitas vezes mais eficientes do que os administradores para regular a oferta e a demanda dos diversos tipos de formação oferecidos a uma variedade de clientes[21]." Seria possível imaginar outra resposta. Na França, por exemplo, se os governos de Jospin e Raffarin não tivessem baixado o Imposto de Renda, o país poderia ter multiplicado por dois o orçamento para o ensino superior[22].

O povo de fora

A engrenagem da liberalização se esforça para resultar de uma sucessão de opções políticas, e não de um acúmulo de intempéries, mas as decisões mais vitais raramente são ratificadas pelo voto popular. Quase todas as grandes privatizações realizadas na Grã-Bretanha provocaram uma hostilidade antecipada por parte da maioria da população. Questionados sobre a venda das florestas públicas de seu país, 79% dos neozelandeses se declararam contrários à medida; somente 4% aprovaram. O programa ultraliberal defendido por Alain Madelin por ocasião da eleição presidencial francesa de 2002 contou com apenas 3,91% de votos. No entanto, a maioria das indústrias e dos serviços públicos na Grã-Bretanha foi privatizada. E quando se concluir o segundo mandato de Jacques Chirac, será o programa de Madelin o que melhor foi cumprido – e não as promessas presidenciais em relação ao combate contra a "insegurança" ou ao desaparecimento progressivo da "fratura social".

Se os países europeus ratificarem um projeto de Constituição que proclame que um dos objetivos da União Européia é o "de oferecer a seus cidadãos um mercado único em que a concorrência é livre, e não falsificada" e, em seguida, aceitarem um Acordo Geral sobre o Comércio dos Serviços (AGCS) liberalizando a saúde, a educação e a cultura, todo o resto será, em termos relativos, secundário. E Fulano poderá facilmente abater Sicrano por ocasião das eleições. Em todo caso, algo indica que o sobressalto não será obra do Comissariado Geral. Na realidade, seu titular, Alain Etchegoyen, acaba de escolher para assessor científico o *Senior Vice President Stratégie* (será inglês ou francês?) da empresa *Manpower Incorporated*. Uma nota distribuída à imprensa, datada de 3 de maio de 2004, explica: "Esta nomeação de um homem de empresa permitirá que o Plano se diversifique e seja mais rico em suas abordagens ao mercado de emprego e do trabalho, eixo prioritário definido pelo Primeiro-Ministro." Como a *Manpower* é uma das maiores empresas de trabalho temporário do mundo, é fácil prever que "abordagem do mercado de trabalho" será adotada pelo novo assessor científico encarregado de defender os bens públicos.

Trad.: Jô Amado

* Editor-assistente do *Monde diplomatique*.

1 Ler, de Päivi Munter e Norma Cohen, "Debt crisis threatens 'fiscal Armageddon'", *Financial Times*, 1º de abril de 2004.

2 Ler, de Bertrand Benoit, "Politician tells it like it is to convince German state's public of need for reform", *Financial Times*, 6 de abril de 2004.

3 Noticiário das 20 horas da emissora TF-1, 2 de maio de 2004.

4 *Correspondance économique*, 14 de abril de 2004.

5 Na Grã-Bretanha, os "clientes" que buscam emprego devem relatar semanalmente a seu "conselheiro" suas iniciativas para encontrar trabalho. "Se um desempregado inglês não aceitar o cargo que lhe é proposto em sua área de competência, suspendemos imediatamente seu auxílio-desemprego", explica a diretora de um *job centre*. O mesmo ocorre na Dinamarca.

6 Entrevista com Ernest-Antoine Seillières, France 2, 22 de janeiro de 1998.

7 Ler "Fonctionnaires: ce qui les attend", *L'Expansion*, abril de 2004.

8 Para a informação, *Le Figaro*, 4 de maio de 2004.

9 *L'Expansion*, abril de 2004.

10 Ler, de Cécile Cornudet, "Réforme de l'Etat: les 'recettes' étrangères", *Les Echos*, 24 de setembro de 2003.

11 Ler a entrevista "Ernest-Antoine Seillière: la société est enfin prête à se réformer", *Les Echos*, 20 de janeiro de 2004.

12 Ler a entrevista com Albin Chalandon "Dénationaliser: pourquoi?", *Le Monde*, 11 de julho de 1984.

13 *Les Echos*, 21 de novembro de 2000.

14 *Le Figaro*, 20 de outubro de 2003.

15 Ler, de Friedrich Hayek, *Le Grand bond en arrière*, ed. Fayard, Paris, 2004.

16 Ler a pesquisa de Gilles Balbastre "A La Poste aussi, les agents doivent penser em termes de marché", *Le Monde diplomatique*, outubro de 2002.

17 Ler, de Serge Latouche, "Moins loin, moins vite", *La Décroissance* nº 21, maio de 2004.

18 Ler, de Milton e Rose Friedman, *Free to Choose*, ed. Harcourt, Orlando, Flórida, Estados Unidos. É em nome desse mesmo raciocínio que alguns liberais, como Pascal Salin, no caso da França, recomendam a privatização das manadas de elefantes africanos, para protegê-los dos caçadores.

19 *L'Expansion*, 2 de novembro de 1984.

20 "Drowning spires", *The Economist*, 29 de novembro de 2003.

21 OCDE, *Analyse des politiques d'éducation*, 2003, p. 66.

22 Segundo Louis Maurin, "La grande misère des facs", *Alternatives Economiques*, janeiro de 2004.

Movimento

Comentários sobre as simulações do MPOG

1. Na audiência de 22 de julho, o MPOG apresentou duas simulações de reajuste para os professores do ensino superior, ambas na forma de gratificações. A primeira mantém os valores atuais da GED e institui uma nova gratificação fixa: os valores apresentados para cada regime e titulação seriam adicionados à remuneração atual dos docentes. A segunda acaba com a GED e institui uma nova gratificação fixa: os valores apresentados para cada titulação e regime substituiriam os valores atuais da GED. Os resultados em termos de percentuais sobre o total da remuneração são apresentados nas tabelas anexas.

2. Ambas as simulações têm como ponto de partida o montante de aproximadamente 372 milhões que, segundo o MPOG nessa audiência, estaria alocado para o impacto do reajuste dos professores do ensino superior no ano de 2004. Esse montante corresponde ao impacto da proposta de abril, se aceitos os multiplicadores utilizados pelo governo. Para os ativos, é utilizado um multiplicador de aproximadamente 9,3 , que corresponde aos oito meses de reajuste, décimo terceiro (que deve ser recomposto integralmente mesmo para aqueles que já receberam 50% em fevereiro) e um terço relativo ao adicional de férias. Sobre esse multiplicador, incide outro de 1,11 (acréscimo de 11%) relativo a despesas que o governo alega ter com a previdência. Para os aposentados e pensionistas, incide apenas um multiplicador 9, correspondente aos oito meses de reajuste e décimo terceiro. O acréscimo de 11% - um recuo na metodologia do governo, que pretendia antes contabilizar um acréscimo de 22% - é passível de questionamento, uma vez que hoje não se constitui em gasto efetivo do governo e os gastos com aposentadorias estão contabilizados nos reajustes dos aposentados e pensionistas. Uma vez aceita a utilização dos 11% no cálculo do impacto, o montante proposto em 22 de julho é muito próximo dos valores calculados pelo GT – Verbas para a proposta de abril.

3. De acordo com os cálculos realizados pelo GT, o impacto de cada uma das duas "simulações" corresponde realmente ao montante de 372 milhões. A convergência no cálculo dos impactos expressa o reconhecimento por parte do MPOG de que o impacto anteriormente por ele divulgado estava muito subdimensionado, exatamente como o GT Verbas já havia diagnosticado.

4. A primeira simulação, ao manter congelados os valores atuais da GED, não atendeu a um dos principais critérios já definidos pelo Setor, que é o da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. A segunda simulação – que acaba com a GED – foi construída, segundo o MPOG, atendendo a critérios e princípios estabelecidos pelo Andes-SN. Esta simulação mostra que é viável a extinção da GED, tomando-se como ponto de partida o novo montante de 372 milhões.

5. No estabelecimento dos valores relativos a cada titulação e regime, o governo alega ter mantido as relações entre os valores atuais da GED. Há, contudo, uma evidente distorção nos casos dos professores mestres com DE e dos professores titulares mestres e doutores. Os valores propostos para estes docentes sofrem uma redução muito maior que os demais valores, em comparação com a proposta de abril.

6. À exceção dos doutores, os valores propostos de gratificação para o ensino superior são inferiores aos obtidos pelos professores do ensino fundamental e médio no acordo com o SINASEFE. Assim por exemplo:

Gratificação por titulação – DE	SINASEFE	ANDES
Graduado	762,84	533,45
Aperfeiçoamento	762,84	683,85
Especialização	762,84	683,85
Mestrado	1332,00	1212,44
Doutorado	1976,00	2222,88

7. O acordo assinado pelo SINASEFE com o governo tem um impacto superior ao inicialmente previsto na proposta de abril. Para efetivação do acordo, o governo aumentou os recursos disponíveis em 29% (de 75,8 milhões para 97,6 milhões de reais).

8. O GT concentrou-se no estudo de alternativas à segunda simulação, que viabilizariam a extinção da GED, considerando que a superação dos problemas contidos nessa simulação pode ser buscada através de uma ampliação do montante orçamentário.

Impactos orçamentários em 2004 das propostas em discussão

Foram considerados 9 meses para os aposentados e pensionistas, correspondentes aos 8 meses de maio a dezembro de 2004, inclusive, mais um mês de décimo terceiro salário. Para os ativos, foram considerados, além destes, 1/3 de um mês, correspondente à estimativa do adicional de férias de 8/12 dos docentes. Ao impacto correspondente aos ativos, adicionou-se 11% da contribuição do governo para o PSS. Estes valores são coerentes com os que o governo vem usando nos seus cálculos. Poderiam ser feitas estimativas de outras formas, mais exatas, mas que resultariam em valores incompatíveis com os que o governo vem apresentando, e não seriam bons para efeito de comparação. O valor da "contribuição do governo para o PSS", por exemplo, não existe de fato, pois trata-se de um valor que o governo "paga para si próprio", ou seja, é uma despesa que gera uma receita de igual valor e, portanto, não gera impacto orçamentário. Os valores obtidos por esta metodologia são algo diferentes dos anteriormente divulgados pelo GT Verbas, nos quais foram considerados 9,5 meses para os ativos e não foram adicionados os 11% do PSS.

carreira		proposta de abril	Acordo do governo com o Sinasefe (*)	Prop 1 de 22 julho (congela GED)	Prop 2 de 22 julho (extingue GED)	Proposta indicada pelo Setor das IFES
magistério superior	ativos	262.849.653	182.153.842	243.278.887	209.340.849	239.672.401
	apos & pens	107.301.328	174.948.556	129.718.838	163.383.786	201.820.955
	total	370.150.982	357.102.399	372.997.725	372.724.636	441.493.357
magistério de 1º e 2º graus	ativos	57.182.868	57.072.268			58.482.136
	apos & pens	18.594.242	40.477.814			40.747.266
	total	75.777.111	97.550.082			99.229.403
total geral	ativos	320.032.522	239.226.111	243.278.887	209.340.849	298.154.538
	apos & pens	125.895.571	215.426.370	129.718.838	163.383.786	242.568.222
	total	445.928.092	454.652.481	372.997.725	372.724.636	540.722.760

(*) Os valores do acordo do governo com o Sinasefe aqui apresentados para o magistério superior são uma simulação do impacto que teria a sua extensão para esta carreira.

Documentos produzidos pelo Grupo de Trabalho de Verbas do Andes-SN

Movimento

Proposta alternativa elaborada pelo GT Verbas e indicada às AG's pelo Setor das IFES em 24 de julho

1) Metodologia usada para a construção da proposta

Esta proposta foi elaborada a partir dos diagnósticos, feitos pelo GT Verbas, da proposta de extinção da GED e criação de uma gratificação fixa para os docentes da carreira do magistério superior, apresentada ao Andes-SN pelo MPOG na reunião do dia 22 de julho de 2004, e do acordo firmado entre o Sinasefe e o governo para o reajuste salarial dos docentes da carreira do magistério de 1º e 2º graus, cuja tabela de gratificações foi considerada como a proposta do governo para este conjunto de sindicalizados do Andes-SN.

Tomando como referência a proposta do Andes-SN, aprovada pelo Setor das IFES em 15 de junho, o GT verificou que a proposta do MPOG, apesar de estar situada num patamar financeiro inferior ao da proposta do Setor e de conter outras distorções, adiante expostas, aproxima-se desta, no que se refere à extinção da GED e à recuperação da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

As distorções observadas foram, em síntese, as seguintes:

a) quebra da isonomia entre as carreiras do ensino superior e de 1º e 2º graus, expressa nos valores diferenciados propostos para as duas carreiras;

b) reajustes percentuais sensivelmente menores do que os demais para os mestres do ensino superior em regime de Dedicação Exclusiva (DE), abaixo da inflação de 2003, resultantes do método empregado pelo governo para elaborar a estrutura de gratificações da sua proposta, e

c) reajustes percentuais para os titulares mestres e doutores, de ambas as carreiras, sensivelmente menores do que para os não titulares correspondentes, sendo os do ensino superior abaixo da inflação de 2003, em virtude da fixação da mesma gratificação para titulares e não titulares e do fato destes terem atualmente remunerações bastante diferenciadas.

A proposta alternativa buscou corrigir estas distorções por meio dos seguintes critérios:

a) restaurar a isonomia entre as duas carreiras, determinando o mesmo valor da gratificação fixa para os docentes de ambas as carreiras do mesmo regime de trabalho e da mesma titulação, escolhendo, para cada caso, o maior dentre os valores propostos pelo governo para cada uma das carreiras, e

b) acrescentar 15% aos valores determinados na forma anterior para os mestres e doutores, de todos os regimes de trabalho, para encontrar as gratificações dos mestres e doutores titulares.

2) Valores obtidos para a gratificação fixa

A aplicação destes critérios resultou nos valores a seguir para a gratificação fixa, conforme o regime de trabalho, a titulação e a classe, iguais para os docentes do ensino superior e do 1º e 2º graus.

Proposta indicada pelo setor das Ifes
Extingue GED e cria gratificação fixa

titulação	classe	20H	40H	DE
graduação	todas	321,23	572,60	762,84
aperfeiçoamento	todas	321,23	572,60	762,84
especialização	todas	321,23	572,60	762,84
mestrado	titular	493,09	1.114,56	1.531,80
	outra	428,77	969,18	1.332,00
doutorado	titular	629,46	1.570,62	2.556,31
	outra	547,36	1.365,76	2.222,88

3) Impactos orçamentários

O impacto orçamentário total para 2004 desta proposta é de R$ 540,7 milhões, sendo R$ 441,5 milhões para o ensino superior e R$ 99,2 milhões para o 1º e 2º graus. Uma vez que o impacto total das propostas já apresentadas pelo governo é igual a R$ 372,7 milhões para o ensino superior (proposta do MPOG) e R$ 97,6 milhões para o 1º e 2º graus (acordo do Sinasefe), totalizando R$ 470,3 milhões, esta proposta exige um aporte adicional de recursos igual a **R$ 70,4 milhões**, dos quais R$ 68,8 milhões seriam usados para o ensino superior e R$ 1,7 milhões para o 1º e 2º graus.

Este impacto adicional de R$ 70,4 milhões pode, alternativamente, ser decomposto, para fins de análise, em duas partes, correspondentes aos dois critérios usados para construir a proposta: uma parcela de **R$ 52,2 milhões** destinada a recompor a isonomia entre as carreiras e **R$ 18,3 milhões** para pagar os 15% adicionais dos titulares mestres e doutores.

4) Tabelas comparativas de remunerações

As tabelas a seguir mostram as remunerações totais que seriam obtidas pela aprovação desta proposta e os respectivos reajustes percentuais sobre as remunerações atuais, para cada carreira, regime de trabalho, titulação, classe e nível, para ativos com 100% da GED e aposentados com 60% da GED. As tabelas mostram ainda as remunerações e reajustes percentuais associados à proposta de abril e às duas propostas apresentadas pelo governo em 22 de julho.

As tabelas aqui divulgadas, elaboradas pela Adufrj-SSind, aplicam-se ao caso específico da UFRJ, onde todos os servidores recebem um adicional de 26,05% sobre uma parte da sua remuneração, em virtude de ações judiciais ganhas pela Adufrj-SSind e pelo Sintufrj, relativas ao plano Verão. Os valores das gratificações, tanto as propostas pelo governo quanto as indicadas pelo Setor das IFES, independem destas e de outras ações judiciais, dos adicionais de tempo de serviço (anuênios), periculosidade e insalubridade, funções gratificadas etc, da mesma forma que ocorre hoje com a GED e com a GID, sendo, portanto, iguais para todos os docentes federais da mesma classe, mesma titulação e mesmo regime de trabalho. Logo, as novas gratificações dos professores da UFRJ resultarão em remunerações totais mais altas e em reajustes percentuais mais baixos do que os dos seus colegas das outras universidades.

As tabelas correspondentes aos docentes de outras universidades podem ser encontradas no relatório da reunião do GT Verbas da semana passada.

Movimento

Magistério Superior - Dedicação Exclusiva - Docentes da UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Titulação	Classe	Nível	Remuneração atual		Proposta de abril				Proposta 1 de 22/7 (congela GED)				Proposta 2 de 22/7 (extingue GED)			Proposta indicada pelo Setor das IFES		
					Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração		Reajuste percentual		Remune-	Reajuste percentual		Remune-	Reajuste percentual	
			ativos	aposent	ativos	aposent	ativos	aposent	ativos	aposent	ativos	aposent	ração	ativos	aposent	ração	ativos	aposent
graduado	Tit	U	3.523,15	3.396,03	4.063,15	3.762,92	15,33%	10,80%	3.894,30	3.767,18	10,53%	10,93%	3.738,80	6,12%	10,09%	3.968,19	12,63%	16,85%
	Adj	4	2.970,37	2.843,25	3.510,37	3.210,14	18,18%	12,90%	3.341,52	3.214,40	12,50%	13,05%	3.186,02	7,26%	12,06%	3.415,41	14,98%	20,12%
		3	2.864,48	2.737,36	3.404,48	3.104,25	18,85%	13,40%	3.235,63	3.108,51	12,96%	13,56%	3.080,13	7,53%	12,52%	3.309,52	15,54%	20,90%
		2	2.760,17	2.633,05	3.300,17	2.999,94	19,56%	13,93%	3.131,32	3.004,20	13,45%	14,10%	2.975,82	7,81%	13,02%	3.205,21	16,12%	21,73%
		1	2.658,25	2.531,13	3.198,25	2.898,02	20,31%	14,50%	3.029,40	2.902,28	13,96%	14,66%	2.873,90	8,11%	13,54%	3.103,29	16,74%	22,60%
	Ass	4	2.473,04	2.345,92	3.013,04	2.712,81	21,84%	15,64%	2.844,19	2.717,07	15,01%	15,82%	2.688,69	8,72%	14,61%	2.918,08	18,00%	24,39%
		3	2.384,84	2.257,72	2.924,84	2.624,61	22,64%	16,25%	2.755,99	2.628,87	15,56%	16,44%	2.600,49	9,04%	15,18%	2.829,88	18,66%	25,34%
		2	2.303,28	2.176,16	2.843,28	2.543,05	23,44%	16,86%	2.674,43	2.547,31	16,11%	17,06%	2.518,93	9,36%	15,75%	2.748,32	19,32%	26,29%
		1	2.226,36	2.099,24	2.766,36	2.466,13	24,25%	17,48%	2.597,51	2.470,39	16,67%	17,68%	2.442,01	9,69%	16,33%	2.671,40	19,99%	27,26%
	Aux	4	2.085,13	1.958,01	2.625,13	2.324,90	25,90%	18,74%	2.456,28	2.329,16	17,80%	18,96%	2.300,78	10,34%	17,51%	2.530,17	21,34%	29,22%
		3	2.016,48	1.889,36	2.556,48	2.256,25	26,78%	19,42%	2.387,63	2.260,51	18,41%	19,64%	2.232,13	10,69%	18,14%	2.461,52	22,07%	30,28%
		2	1.952,15	1.825,03	2.492,15	2.191,92	27,66%	20,10%	2.323,30	2.196,18	19,01%	20,34%	2.167,80	11,05%	18,78%	2.397,19	22,80%	31,35%
		1	1.890,79	1.763,67	2.430,79	2.130,56	28,56%	20,80%	2.261,94	2.134,82	19,63%	21,04%	2.106,44	11,41%	19,44%	2.335,83	23,54%	32,44%
aperfeiçoamento	Tit	U	3.769,24	3.606,28	4.309,24	3.977,65	14,33%	10,30%	4.179,60	4.016,64	10,89%	11,38%	4.045,69	7,33%	12,18%	4.124,68	9,43%	14,37%
	Adj	4	3.188,81	3.025,85	3.728,81	3.397,22	16,93%	12,27%	3.599,17	3.436,21	12,87%	13,56%	3.465,26	8,67%	14,52%	3.544,25	11,15%	17,13%
		3	3.077,67	2.914,71	3.617,67	3.286,08	17,55%	12,74%	3.488,03	3.325,07	13,33%	14,08%	3.354,12	8,98%	15,08%	3.433,11	11,55%	17,79%
		2	2.968,11	2.805,15	3.508,11	3.176,52	18,19%	13,24%	3.378,47	3.215,51	13,83%	14,63%	3.244,56	9,31%	15,66%	3.323,55	11,98%	18,48%
		1	2.861,10	2.698,14	3.401,10	3.069,51	18,87%	13,76%	3.271,46	3.108,50	14,34%	15,21%	3.137,55	9,66%	16,29%	3.216,54	12,42%	19,21%
	Ass	4	2.666,63	2.503,67	3.206,63	2.875,04	20,25%	14,83%	3.076,99	2.914,03	15,39%	16,39%	2.943,08	10,37%	17,55%	3.022,07	13,33%	20,71%
		3	2.574,05	2.411,09	3.114,05	2.782,46	20,98%	15,40%	2.984,41	2.821,45	15,94%	17,02%	2.850,50	10,74%	18,22%	2.929,49	13,81%	21,50%
		2	2.488,37	2.325,41	3.028,37	2.696,78	21,70%	15,97%	2.898,73	2.735,77	16,49%	17,65%	2.764,82	11,11%	18,90%	2.843,81	14,28%	22,29%
		1	2.407,62	2.244,66	2.947,62	2.616,03	22,43%	16,54%	2.817,98	2.655,02	17,04%	18,28%	2.684,07	11,48%	19,58%	2.763,06	14,76%	23,09%
	Aux	4	2.259,36	2.096,40	2.799,36	2.467,77	23,90%	17,71%	2.669,72	2.506,76	18,16%	19,57%	2.535,81	12,24%	20,96%	2.614,80	15,73%	24,73%
		3	2.187,23	2.024,27	2.727,23	2.395,64	24,69%	18,35%	2.597,59	2.434,63	18,76%	20,27%	2.463,68	12,64%	21,71%	2.542,67	16,25%	25,61%
		2	2.119,71	1.956,75	2.659,71	2.328,12	25,48%	18,98%	2.530,07	2.367,11	19,36%	20,97%	2.396,16	13,04%	22,46%	2.475,15	16,77%	26,49%
		1	2.055,28	1.892,32	2.595,28	2.263,69	26,27%	19,63%	2.465,64	2.302,68	19,97%	21,69%	2.331,73	13,45%	23,22%	2.410,72	17,29%	27,39%
especialização	Tit	U	3.988,33	3.825,37	4.528,33	4.196,74	13,54%	9,71%	4.398,69	4.235,73	10,29%	10,73%	4.264,78	6,93%	11,49%	4.343,77	8,91%	13,55%
	Adj	4	3.369,22	3.206,26	3.909,22	3.577,63	16,03%	11,58%	3.779,58	3.616,62	12,18%	12,80%	3.645,67	8,21%	13,70%	3.724,66	10,55%	16,17%
		3	3.250,65	3.087,69	3.790,65	3.459,06	16,61%	12,03%	3.661,01	3.498,05	12,62%	13,29%	3.527,10	8,50%	14,23%	3.606,09	10,93%	16,79%
		2	3.133,77	2.970,81	3.673,77	3.342,18	17,23%	12,50%	3.544,13	3.381,17	13,09%	13,81%	3.410,22	8,82%	14,79%	3.489,21	11,34%	17,45%
		1	3.019,66	2.856,70	3.559,66	3.228,07	17,88%	13,00%	3.430,02	3.267,06	13,59%	14,36%	3.296,11	9,16%	15,38%	3.375,10	11,77%	18,15%
	Ass	4	2.812,21	2.649,25	3.352,21	3.020,62	19,20%	14,02%	3.222,57	3.059,61	14,59%	15,49%	3.088,66	9,83%	16,59%	3.167,65	12,64%	19,57%
		3	2.713,46	2.550,50	3.253,46	2.921,87	19,90%	14,56%	3.123,82	2.960,86	15,12%	16,09%	2.989,91	10,19%	17,23%	3.068,90	13,10%	20,33%
		2	2.622,09	2.459,13	3.162,09	2.830,50	20,59%	15,10%	3.032,45	2.869,49	15,65%	16,69%	2.898,54	10,54%	17,87%	2.977,53	13,56%	21,08%
		1	2.535,93	2.372,97	3.075,93	2.744,34	21,29%	15,65%	2.946,29	2.783,33	16,18%	17,29%	2.812,38	10,90%	18,52%	2.891,37	14,02%	21,85%
	Aux	4	2.377,76	2.214,80	2.917,76	2.586,17	22,71%	16,77%	2.788,12	2.625,16	17,26%	18,53%	2.654,21	11,63%	19,84%	2.733,20	14,95%	23,41%
		3	2.300,85	2.137,89	2.840,85	2.509,26	23,47%	17,37%	2.711,21	2.548,25	17,84%	19,19%	2.577,30	12,02%	20,55%	2.656,29	15,45%	24,25%
		2	2.228,81	2.065,85	2.768,81	2.437,22	24,23%	17,98%	2.639,17	2.476,21	18,41%	19,86%	2.505,26	12,40%	21,27%	2.584,25	15,95%	25,09%
		1	2.160,09	1.997,13	2.700,09	2.368,50	25,00%	18,60%	2.570,45	2.407,49	19,00%	20,55%	2.436,54	12,80%	22,00%	2.515,53	16,45%	25,96%
mestrado	Tit	U	4.939,81	4.559,01	5.479,81	4.957,61	10,93%	8,74%	5.484,63	5.103,83	11,03%	11,95%	5.200,25	5,27%	14,07%	5.519,61	11,74%	21,07%
	Adj	4	4.248,83	3.868,03	4.788,83	4.266,63	12,71%	10,30%	4.793,65	4.412,85	12,82%	14,09%	4.509,27	6,13%	16,58%	4.628,83	8,94%	19,67%
		3	4.116,52	3.735,72	4.656,52	4.134,32	13,12%	10,67%	4.661,34	4.280,54	13,23%	14,58%	4.376,96	6,33%	17,17%	4.496,52	9,23%	20,37%
		2	3.986,09	3.605,29	4.526,09	4.003,89	13,55%	11,06%	4.530,91	4.150,11	13,67%	15,11%	4.246,53	6,53%	17,79%	4.366,09	9,53%	21,10%
		1	3.858,69	3.477,89	4.398,69	3.876,49	13,99%	11,46%	4.403,51	4.022,71	14,12%	15,67%	4.119,13	6,75%	18,44%	4.238,69	9,85%	21,88%
	Ass	4	3.627,18	3.246,38	4.167,18	3.644,98	14,89%	12,28%	4.172,00	3.791,20	15,02%	16,78%	3.887,62	7,18%	19,75%	4.007,18	10,48%	23,44%
		3	3.516,97	3.136,17	4.056,97	3.534,77	15,35%	12,71%	4.061,79	3.680,99	15,49%	17,37%	3.777,41	7,41%	20,45%	3.896,97	10,80%	24,26%
		2	3.414,98	3.034,18	3.954,98	3.432,78	15,81%	13,14%	3.959,80	3.579,00	15,95%	17,96%	3.675,42	7,63%	21,13%	3.794,98	11,13%	25,07%
		1	3.318,85	2.938,05	3.858,85	3.336,65	16,27%	13,57%	3.863,67	3.482,87	16,42%	18,54%	3.579,29	7,85%	21,83%	3.698,85	11,45%	25,89%
doutorado	Tit	U	6.538,50	5.831,22	7.541,47	6.571,56	15,34%	12,70%	7.283,60	6.576,32	11,40%	12,78%	6.993,18	6,95%	19,93%	7.326,61	12,05%	25,64%
	Adj	4	5.437,70	4.839,06	6.286,61	5.465,68	15,61%	12,95%	6.182,80	5.584,16	13,70%	15,40%	6.163,98	13,36%	27,38%	6.163,98	13,36%	27,38%
		3	5.278,92	4.680,28	6.127,83	5.306,90	16,08%	13,39%	6.024,02	5.425,38	14,11%	15,92%	6.005,20	13,76%	28,31%	6.005,20	13,76%	28,31%
		2	5.122,40	4.523,76	5.971,31	5.150,38	16,57%	13,85%	5.867,50	5.268,86	14,55%	16,47%	5.848,68	14,18%	29,29%	5.848,68	14,18%	29,29%
		1	4.969,54	4.370,90	5.818,45	4.997,52	17,08%	14,34%	5.714,64	5.116,00	14,99%	17,05%	5.695,82	14,61%	30,31%	5.695,82	14,61%	30,31%

Movimento

Magistério Superior - 40 horas - Docentes da UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Titulação	Classe	Nível	Remuneração atual		Proposta de abril				Proposta 1 de 22/7 (congela GED)				Proposta 2 de 22/7 (extingue GED)			Proposta indicada pelo Setor das IFES		
					Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração		Reajuste percentual		Remune-	Reajuste percentual		Remune-	Reajuste percentual	
			ativos	aposent	ativos	aposent	ativos	aposent	ativos	aposent	ativos	aposent	ração	ativos	aposent	ração	ativos	aposent
graduado	Tit	U	2.304,74	2.220,74	2.661,57	2.463,18	15,48%	10,92%	2.551,24	2.467,24	10,70%	11,10%	2.447,24	6,18%	10,20%	2.667,34	15,73%	20,11%
	Adj	4	1.948,10	1.864,10	2.304,93	2.106,54	18,32%	13,01%	2.194,60	2.110,60	12,65%	13,22%	2.090,60	7,31%	12,15%	2.310,70	18,61%	23,96%
		3	1.879,81	1.795,81	2.236,64	2.038,25	18,98%	13,50%	2.126,31	2.042,31	13,11%	13,73%	2.022,31	7,58%	12,61%	2.242,41	19,29%	24,87%
		2	1.812,49	1.728,49	2.169,32	1.970,93	19,69%	14,03%	2.058,99	1.974,99	13,60%	14,26%	1.954,99	7,86%	13,10%	2.175,09	20,01%	25,84%
		1	1.746,75	1.662,75	2.103,58	1.905,19	20,43%	14,58%	1.993,25	1.909,25	14,11%	14,82%	1.889,25	8,16%	13,62%	2.109,35	20,76%	26,86%
	Ass	4	1.627,26	1.543,26	1.984,09	1.785,70	21,93%	15,71%	1.873,76	1.789,76	15,15%	15,97%	1.769,76	8,76%	14,68%	1.989,86	22,28%	28,94%
		3	1.570,37	1.486,37	1.927,20	1.728,81	22,72%	16,31%	1.816,87	1.732,87	15,70%	16,58%	1.712,87	9,07%	15,24%	1.932,97	23,09%	30,05%
		2	1.517,73	1.433,73	1.874,56	1.676,17	23,51%	16,91%	1.764,23	1.680,23	16,24%	17,19%	1.660,23	9,39%	15,80%	1.880,33	23,89%	31,15%
		1	1.468,12	1.384,12	1.824,95	1.626,56	24,31%	17,52%	1.714,62	1.630,62	16,79%	17,81%	1.610,62	9,71%	16,36%	1.830,72	24,70%	32,27%
	Aux	4	1.377,01	1.293,01	1.733,84	1.535,45	25,91%	18,75%	1.623,51	1.539,51	17,90%	19,06%	1.519,51	10,35%	17,52%	1.739,61	26,33%	34,54%
		3	1.332,69	1.248,69	1.689,52	1.491,13	26,78%	19,42%	1.579,19	1.495,19	18,50%	19,74%	1.475,19	10,69%	18,14%	1.695,29	27,21%	35,77%
		2	1.291,21	1.207,21	1.648,04	1.449,65	27,64%	20,08%	1.537,71	1.453,71	19,09%	20,42%	1.433,71	11,04%	18,76%	1.653,81	28,08%	36,99%
		1	1.251,61	1.167,61	1.608,44	1.410,05	28,51%	20,76%	1.498,11	1.414,11	19,69%	21,11%	1.394,11	11,39%	19,40%	1.614,21	28,97%	38,25%
aperfeiçoamento	Tit	U	2.468,72	2.359,52	2.830,58	2.608,38	14,66%	10,55%	2.736,23	2.627,03	10,84%	11,34%	2.653,97	7,50%	12,48%	2.768,32	12,14%	17,33%
	Adj	4	2.094,25	1.985,05	2.456,11	2.233,91	17,28%	12,54%	2.361,76	2.252,56	12,77%	13,48%	2.279,50	8,85%	14,83%	2.393,85	14,31%	20,59%
		3	2.022,51	1.913,31	2.384,37	2.162,17	17,89%	13,01%	2.290,02	2.180,82	13,23%	13,98%	2.207,76	9,16%	15,39%	2.322,11	14,81%	21,37%
		2	1.951,85	1.842,65	2.313,71	2.091,51	18,54%	13,51%	2.219,36	2.110,16	13,71%	14,52%	2.137,10	9,49%	15,98%	2.251,45	15,35%	22,19%
		1	1.882,80	1.773,60	2.244,66	2.022,46	19,22%	14,03%	2.150,31	2.041,11	14,21%	15,08%	2.068,05	9,84%	16,60%	2.182,40	15,91%	23,05%
	Ass	4	1.757,34	1.648,14	2.119,20	1.897,00	20,59%	15,10%	2.024,85	1.915,65	15,22%	16,23%	1.942,59	10,54%	17,87%	2.056,94	17,05%	24,80%
		3	1.697,60	1.588,40	2.059,46	1.837,26	21,32%	15,67%	1.965,11	1.855,91	15,76%	16,84%	1.882,85	10,91%	18,54%	1.997,20	17,65%	25,74%
		2	1.642,34	1.533,14	2.004,20	1.782,00	22,03%	16,23%	1.909,85	1.800,65	16,29%	17,45%	1.827,59	11,28%	19,21%	1.941,94	18,24%	26,66%
		1	1.590,24	1.481,04	1.952,10	1.729,90	22,75%	16,80%	1.857,75	1.748,55	16,82%	18,06%	1.775,49	11,65%	19,88%	1.889,84	18,84%	27,60%
	Aux	4	1.494,58	1.385,38	1.856,44	1.634,24	24,21%	17,96%	1.762,09	1.652,89	17,90%	19,31%	1.679,83	12,39%	21,25%	1.794,18	20,05%	29,51%
		3	1.448,06	1.338,86	1.809,92	1.587,72	24,99%	18,59%	1.715,57	1.606,37	18,47%	19,98%	1.633,31	12,79%	21,99%	1.747,66	20,69%	30,53%
		2	1.404,48	1.295,28	1.766,34	1.544,14	25,76%	19,21%	1.671,99	1.562,79	19,05%	20,65%	1.589,73	13,19%	22,73%	1.704,08	21,33%	31,56%
		1	1.362,92	1.253,72	1.724,78	1.502,58	26,55%	19,85%	1.630,43	1.521,23	19,63%	21,34%	1.548,17	13,59%	23,49%	1.662,52	21,98%	32,61%
especialização	Tit	U	2.610,07	2.500,87	2.971,93	2.749,73	13,86%	9,95%	2.877,58	2.768,38	10,25%	10,70%	2.795,32	7,10%	11,77%	2.909,67	11,48%	16,35%
	Adj	4	2.210,63	2.101,43	2.572,49	2.350,29	16,37%	11,84%	2.478,14	2.368,94	12,10%	12,73%	2.395,88	8,38%	14,01%	2.510,23	13,55%	19,45%
		3	2.134,14	2.024,94	2.496,00	2.273,80	16,96%	12,29%	2.401,65	2.292,45	12,53%	13,21%	2.319,39	8,68%	14,54%	2.433,74	14,04%	20,19%
		2	2.058,73	1.949,53	2.420,59	2.198,39	17,58%	12,76%	2.326,24	2.217,04	12,99%	13,72%	2.243,98	9,00%	15,10%	2.358,33	14,55%	20,97%
		1	1.985,11	1.875,91	2.346,97	2.124,77	18,23%	13,27%	2.252,62	2.143,42	13,48%	14,26%	2.170,36	9,33%	15,70%	2.284,71	15,09%	21,79%
	Ass	4	1.851,27	1.742,07	2.213,13	1.990,93	19,55%	14,29%	2.118,78	2.009,58	14,45%	15,36%	2.036,52	10,01%	16,90%	2.150,87	16,18%	23,47%
		3	1.787,57	1.678,37	2.149,43	1.927,23	20,24%	14,83%	2.055,08	1.945,88	14,97%	15,94%	1.972,82	10,36%	17,54%	2.087,17	16,76%	24,36%
		2	1.728,60	1.619,40	2.090,46	1.868,26	20,93%	15,37%	1.996,11	1.886,91	15,48%	16,52%	1.913,85	10,72%	18,18%	2.028,20	17,33%	25,24%
		1	1.673,02	1.563,82	2.034,88	1.812,68	21,63%	15,91%	1.940,53	1.831,33	15,99%	17,11%	1.858,27	11,07%	18,83%	1.972,62	17,91%	26,14%
	Aux	4	1.571,00	1.461,80	1.932,86	1.710,66	23,03%	17,02%	1.838,51	1.729,31	17,03%	18,30%	1.756,25	11,79%	20,14%	1.870,60	19,07%	27,97%
		3	1.521,35	1.412,15	1.883,21	1.661,01	23,79%	17,62%	1.788,86	1.679,66	17,58%	18,94%	1.706,60	12,18%	20,85%	1.820,95	19,69%	28,95%
		2	1.474,91	1.365,71	1.836,77	1.614,57	24,53%	18,22%	1.742,42	1.633,22	18,14%	19,59%	1.660,16	12,56%	21,56%	1.774,51	20,31%	29,93%
		1	1.430,57	1.321,37	1.792,43	1.570,23	25,29%	18,83%	1.698,08	1.588,88	18,70%	20,24%	1.615,82	12,95%	22,28%	1.730,17	20,94%	30,94%
mestrado	Tit	U	3.359,78	3.055,70	3.790,99	3.373,99	12,83%	10,42%	3.729,53	3.425,45	11,01%	12,10%	3.567,75	6,19%	16,76%	3.714,14	10,55%	21,55%
	Adj	4	2.807,57	2.546,05	3.178,42	2.819,79	13,21%	10,75%	3.177,32	2.915,80	13,17%	14,52%	3.121,94	11,20%	22,62%	3.122,95	11,23%	22,66%
		3	2.722,19	2.460,67	3.093,04	2.734,41	13,62%	11,12%	3.091,94	2.830,42	13,58%	15,03%	3.036,56	11,55%	23,40%	3.037,57	11,59%	23,44%
		2	2.638,07	2.376,55	3.008,92	2.650,29	14,06%	11,52%	3.007,82	2.746,30	14,02%	15,56%	2.952,44	11,92%	24,23%	2.953,45	11,95%	24,27%
		1	2.555,87	2.294,35	2.926,72	2.568,09	14,51%	11,93%	2.925,62	2.664,10	14,47%	16,12%	2.870,24	12,30%	25,10%	2.871,25	12,34%	25,14%
	Ass	4	2.406,53	2.145,01	2.777,38	2.418,75	15,41%	12,76%	2.776,28	2.514,76	15,36%	17,24%	2.720,90	13,06%	26,85%	2.721,91	13,11%	26,89%
		3	2.335,41	2.073,89	2.706,26	2.347,63	15,88%	13,20%	2.705,16	2.443,64	15,83%	17,83%	2.649,78	13,46%	27,77%	2.650,79	13,50%	27,82%
		2	2.269,60	2.008,08	2.640,45	2.281,82	16,34%	13,63%	2.639,35	2.377,83	16,29%	18,41%	2.583,97	13,85%	28,68%	2.584,98	13,90%	28,73%
		1	2.207,59	1.946,07	2.578,44	2.219,81	16,80%	14,07%	2.577,34	2.315,82	16,75%	19,00%	2.521,96	14,24%	29,59%	2.522,97	14,29%	29,64%
doutorado	Tit	U	4.190,78	3.756,22	4.807,02	4.211,09	14,70%	12,11%	4.661,37	4.226,81	11,23%	12,53%	4.470,14	6,67%	19,01%	4.675,00	11,55%	24,46%
	Adj	4	3.521,43	3.140,63	4.061,43	3.539,23	15,33%	12,69%	3.992,02	3.611,22	13,36%	14,98%	3.935,19	11,75%	25,30%	3.935,19	11,75%	25,30%
		3	3.418,97	3.038,17	3.958,97	3.436,77	15,79%	13,12%	3.889,56	3.508,76	13,76%	15,49%	3.832,73	12,10%	26,15%	3.832,73	12,10%	26,15%
		2	3.318,01	2.937,21	3.858,01	3.335,81	16,27%	13,57%	3.788,60	3.407,80	14,18%	16,02%	3.731,77	12,47%	27,05%	3.731,77	12,47%	27,05%
		1	3.219,39	2.838,59	3.759,39	3.237,19	16,77%	14,04%	3.689,98	3.309,18	14,62%	16,58%	3.633,15	12,85%	27,99%	3.633,15	12,85%	27,99%

Movimento

Magistério Superior - 20 horas - Docentes da UFRJ
(com 26,05% do plano Verão)

Titulação	Classe	Nível	Remuneração atual		Proposta de abril				Proposta 1 de 22/7 (congela GED)				Proposta 2 de 22/7 (extingue GED)			Proposta indicada pelo Setor das IFES		
					Remuneração		Reajuste percentual		Remuneração		Reajuste percentual		Remune-	Reajuste percentual		Remune-	Reajuste percentual	
			ativos	aposent	ativos	aposent	ativos	aposent	ativos	aposent	ativos	aposent	ração	ativos	aposent	ração	ativos	aposent
graduado	Tit	U	1.192,90	1.149,78	1.376,07	1.274,23	15,36%	10,82%	1.316,15	1.273,03	10,33%	10,72%	1.266,05	6,13%	10,11%	1.406,33	17,89%	22,31%
	Adj	4	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
		3	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
		2	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
		1	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
	Ass	4	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
		3	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
		2	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
		1	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
	Aux	4	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
		3	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
		2	1.035,36	992,24	1.218,53	1.116,69	17,69%	12,54%	1.158,61	1.115,49	11,90%	12,42%	1.108,51	7,07%	11,72%	1.248,79	20,61%	25,86%
Aperfeiçoamneto	Tit	U	1.269,97	1.216,21	1.448,11	1.338,72	14,03%	10,07%	1.403,02	1.349,26	10,48%	10,94%	1.361,17	7,18%	11,92%	1.456,80	14,71%	19,78%
	Adj	4	1.082,74	1.028,98	1.260,88	1.151,49	16,45%	11,91%	1.215,79	1.162,03	12,29%	12,93%	1.173,94	8,42%	14,09%	1.269,57	17,26%	23,38%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
	Ass	4	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
	Aux	4	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
especialização	Tit	U	1.340,66	1.286,90	1.518,80	1.409,41	13,29%	9,52%	1.473,71	1.419,95	9,92%	10,34%	1.431,86	6,80%	11,26%	1.527,49	13,94%	18,70%
	Adj	4	1.140,95	1.087,19	1.319,09	1.209,70	15,61%	11,27%	1.274,00	1.220,24	11,66%	12,24%	1.232,15	7,99%	13,33%	1.327,78	16,37%	22,13%
		3	1.102,70	1.048,94	1.280,84	1.171,45	16,16%	11,68%	1.235,75	1.181,99	12,07%	12,68%	1.193,90	8,27%	13,82%	1.289,53	16,94%	22,94%
		2	1.065,01	1.011,25	1.243,15	1.133,76	16,73%	12,12%	1.198,06	1.144,30	12,49%	13,16%	1.156,21	8,56%	14,33%	1.251,84	17,54%	23,79%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
	Ass	4	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
	Aux	4	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		3	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		2	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
		1	1.061,96	1.008,20	1.240,10	1.130,71	16,78%	12,15%	1.195,01	1.141,25	12,53%	13,20%	1.153,16	8,59%	14,38%	1.248,79	17,59%	23,86%
mestrado	Tit	U	1.641,32	1.519,80	1.813,64	1.647,00	10,50%	8,37%	1.823,39	1.701,87	11,09%	11,98%	1.724,43	5,06%	13,46%	1.830,61	11,53%	20,45%
	Adj	4	1.375,03	1.270,87	1.522,74	1.379,90	10,74%	8,58%	1.557,10	1.452,94	13,24%	14,33%	1.501,54	9,20%	18,15%	1.543,40	12,24%	21,44%
		3	1.332,33	1.228,17	1.480,04	1.337,20	11,09%	8,88%	1.514,40	1.410,24	13,67%	14,82%	1.458,84	9,50%	18,78%	1.500,70	12,64%	22,19%
		2	1.290,25	1.186,09	1.437,96	1.295,12	11,45%	9,19%	1.472,32	1.368,16	14,11%	15,35%	1.416,76	9,81%	19,45%	1.458,62	13,05%	22,98%
		1	1.249,19	1.145,03	1.396,90	1.254,06	11,82%	9,52%	1.431,26	1.327,10	14,58%	15,90%	1.375,70	10,13%	20,15%	1.417,56	13,48%	23,80%
	Ass	4	1.187,96	1.083,80	1.335,67	1.192,83	12,43%	10,06%	1.370,03	1.265,87	15,33%	16,80%	1.314,47	10,65%	21,28%	1.356,33	14,17%	25,15%
		3	1.187,96	1.083,80	1.335,67	1.192,83	12,43%	10,06%	1.370,03	1.265,87	15,33%	16,80%	1.314,47	10,65%	21,28%	1.356,33	14,17%	25,15%
		2	1.187,96	1.083,80	1.335,67	1.192,83	12,43%	10,06%	1.370,03	1.265,87	15,33%	16,80%	1.314,47	10,65%	21,28%	1.356,33	14,17%	25,15%
		1	1.187,96	1.083,80	1.335,67	1.192,83	12,43%	10,06%	1.370,03	1.265,87	15,33%	16,80%	1.314,47	10,65%	21,28%	1.356,33	14,17%	25,15%
doutorado	Tit	U	2.025,34	1.851,18	2.272,31	2.033,48	12,19%	9,85%	2.243,83	2.069,67	10,79%	11,80%	2.137,30	5,53%	15,46%	2.219,40	9,58%	19,89%
	Adj	4	1.703,24	1.550,92	1.919,24	1.710,36	12,68%	10,28%	1.921,73	1.769,41	12,83%	14,09%	1.869,80	9,78%	20,56%	1.869,80	9,78%	20,56%
		3	1.652,03	1.499,71	1.868,03	1.659,15	13,07%	10,63%	1.870,52	1.718,20	13,23%	14,57%	1.818,59	10,08%	21,26%	1.818,59	10,08%	21,26%
		2	1.601,56	1.449,24	1.817,56	1.608,68	13,49%	11,00%	1.820,05	1.667,73	13,64%	15,08%	1.768,12	10,40%	22,00%	1.768,12	10,40%	22,00%
		1	1.552,23	1.399,91	1.768,23	1.559,35	13,92%	11,39%	1.770,72	1.618,40	14,08%	15,61%	1.718,79	10,73%	22,78%	1.718,79	10,73%	22,78%

Movimento

Magistério de 1º e 2º graus - Dedicação Exclusiva - Docentes da UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Tit	Classe	niv	Atual		Proposta de abril				Acordo governo - Sinasefe			Proposta indicada pelo Setor das IFES		
			Remun		Remun		Reaj percentual		Remun	Reaj percentual		Remun	Reaj percentual	
			ativ	apos	ativ	apos	ativ	apos		ativ	apos		ativ	apos
graduação	Titular	U	3.382,06	3.217,58	3.892,06	3.569,64	15,08%	10,94%	3.733,70	10,40%	16,04%	3.733,70	10,40%	16,04%
	E	4	2.937,80	2.773,32	3.447,80	3.125,38	17,36%	12,69%	3.289,44	11,97%	18,61%	3.289,44	11,97%	18,61%
		3	2.834,16	2.669,68	3.344,16	3.021,74	17,99%	13,19%	3.185,80	12,41%	19,33%	3.185,80	12,41%	19,33%
		2	2.735,10	2.570,62	3.245,10	2.922,68	18,65%	13,70%	3.086,74	12,86%	20,08%	3.086,74	12,86%	20,08%
		1	2.638,28	2.473,80	3.148,28	2.825,86	19,33%	14,23%	2.989,92	13,33%	20,86%	2.989,92	13,33%	20,86%
	D	4	2.480,37	2.315,89	2.990,37	2.667,95	20,56%	15,20%	2.832,01	14,18%	22,29%	2.832,01	14,18%	22,29%
		3	2.410,90	2.246,42	2.920,90	2.598,48	21,15%	15,67%	2.762,54	14,59%	22,98%	2.762,54	14,59%	22,98%
		2	2.372,20	2.207,72	2.882,20	2.559,78	21,50%	15,95%	2.723,84	14,82%	23,38%	2.723,84	14,82%	23,38%
		1	2.337,46	2.172,98	2.847,46	2.525,04	21,82%	16,20%	2.689,10	15,04%	23,75%	2.689,10	15,04%	23,75%
	C	4	2.312,74	2.148,26	2.822,74	2.500,32	22,05%	16,39%	2.664,38	15,20%	24,03%	2.664,38	15,20%	24,03%
		3	2.279,94	2.115,46	2.789,94	2.467,52	22,37%	16,64%	2.631,58	15,42%	24,40%	2.631,58	15,42%	24,40%
		2	2.247,95	2.083,47	2.757,95	2.435,53	22,69%	16,90%	2.599,59	15,64%	24,77%	2.599,59	15,64%	24,77%
		1	2.222,85	2.058,37	2.732,85	2.410,43	22,94%	17,10%	2.574,49	15,82%	25,07%	2.574,49	15,82%	25,07%
aperfeiçoamento	Titular	U	3.526,82	3.362,34	4.036,82	3.714,40	14,46%	10,47%	3.878,46	9,97%	15,35%	3.878,46	9,97%	15,35%
	E	4	3.060,33	2.895,85	3.570,33	3.247,91	16,66%	12,16%	3.411,97	11,49%	17,82%	3.411,97	11,49%	17,82%
		3	2.951,52	2.787,04	3.461,52	3.139,10	17,28%	12,63%	3.303,16	11,91%	18,52%	3.303,16	11,91%	18,52%
		2	2.847,51	2.683,03	3.357,51	3.035,09	17,91%	13,12%	3.199,15	12,35%	19,24%	3.199,15	12,35%	19,24%
		1	2.745,84	2.581,36	3.255,84	2.933,42	18,57%	13,64%	3.097,48	12,81%	19,99%	3.097,48	12,81%	19,99%
	D	4	2.580,08	2.415,60	3.090,08	2.767,66	19,77%	14,57%	2.931,72	13,63%	21,37%	2.931,72	13,63%	21,37%
		3	2.507,12	2.342,64	3.017,12	2.694,70	20,34%	15,03%	2.858,76	14,03%	22,03%	2.858,76	14,03%	22,03%
		2	2.466,48	2.302,00	2.976,48	2.654,06	20,68%	15,29%	2.818,12	14,26%	22,42%	2.818,12	14,26%	22,42%
		1	2.429,98	2.265,50	2.939,98	2.617,56	20,99%	15,54%	2.781,62	14,47%	22,78%	2.781,62	14,47%	22,78%
	C	4	2.404,05	2.239,57	2.914,05	2.591,63	21,21%	15,72%	2.755,69	14,63%	23,05%	2.755,69	14,63%	23,05%
		3	2.369,60	2.205,12	2.879,60	2.557,18	21,52%	15,97%	2.721,24	14,84%	23,41%	2.721,24	14,84%	23,41%
		2	2.336,01	2.171,53	2.846,01	2.523,59	21,83%	16,21%	2.687,65	15,05%	23,77%	2.687,65	15,05%	23,77%
		1	2.309,66	2.145,18	2.819,66	2.497,24	22,08%	16,41%	2.661,30	15,22%	24,06%	2.661,30	15,22%	24,06%
especialização	Titular	U	3.729,52	3.565,04	4.239,52	3.917,10	13,67%	9,88%	4.081,16	9,43%	14,48%	4.081,16	9,43%	14,48%
	E	4	3.231,90	3.067,42	3.741,90	3.419,48	15,78%	11,48%	3.583,54	10,88%	16,83%	3.583,54	10,88%	16,83%
		3	3.115,84	2.951,36	3.625,84	3.303,42	16,37%	11,93%	3.467,48	11,29%	17,49%	3.467,48	11,29%	17,49%
		2	3.004,91	2.840,43	3.514,91	3.192,49	16,97%	12,39%	3.356,55	11,70%	18,17%	3.356,55	11,70%	18,17%
		1	2.896,46	2.731,98	3.406,46	3.084,04	17,61%	12,89%	3.248,10	12,14%	18,89%	3.248,10	12,14%	18,89%
	D	4	2.719,65	2.555,17	3.229,65	2.907,23	18,75%	13,78%	3.071,29	12,93%	20,20%	3.071,29	12,93%	20,20%
		3	2.641,82	2.477,34	3.151,82	2.829,40	19,30%	14,21%	2.993,46	13,31%	20,83%	2.993,46	13,31%	20,83%
		2	2.598,46	2.433,98	3.108,46	2.786,04	19,63%	14,46%	2.950,10	13,53%	21,20%	2.950,10	13,53%	21,20%
		1	2.559,52	2.395,04	3.069,52	2.747,10	19,93%	14,70%	2.911,16	13,74%	21,55%	2.911,16	13,74%	21,55%
mestrado	Titular	U	4.646,71	4.265,91	5.156,71	4.645,01	10,98%	8,89%	5.026,71	8,18%	17,83%	5.226,51	12,48%	22,52%
	E	4	4.091,35	3.710,55	4.601,35	4.089,65	12,47%	10,22%	4.471,35	9,29%	20,50%	4.471,35	9,29%	20,50%
		3	3.961,83	3.581,03	4.471,83	3.960,13	12,87%	10,59%	4.341,83	9,59%	21,25%	4.341,83	9,59%	21,25%
		2	3.838,02	3.457,22	4.348,02	3.836,32	13,29%	10,97%	4.218,02	9,90%	22,01%	4.218,02	9,90%	22,01%
		1	3.716,98	3.336,18	4.226,98	3.715,28	13,72%	11,36%	4.096,98	10,22%	22,80%	4.096,98	10,22%	22,80%
doutorado	Titular	U	5.914,54	5.316,14	6.715,97	5.911,87	13,55%	11,21%	6.394,54	8,12%	20,29%	6.974,85	17,93%	31,20%
	E	4	5.248,14	4.649,74	6.049,57	5.245,47	15,27%	12,81%	5.728,14	9,15%	23,19%	5.975,02	13,85%	28,50%
		3	5.092,70	4.494,30	5.894,13	5.090,03	15,74%	13,26%	5.572,70	9,43%	23,99%	5.819,58	14,27%	29,49%
		2	4.944,10	4.345,70	5.745,53	4.941,43	16,21%	13,71%	5.424,10	9,71%	24,82%	5.670,98	14,70%	30,50%
		1	4.798,89	4.200,49	5.600,32	4.796,22	16,70%	14,18%	5.278,89	10,00%	25,67%	5.525,77	15,15%	31,55%

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Movimento

Magistério de 1º e 2º graus - 40 horas - Docentes da UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Tit	Classe	niv	Atual		Proposta de abril				Acordo governo - Sinasefe			Proposta indicada pelo Setor das IFES		
			Remun		Remun		Reaj percentual		Remun	Reaj percentual		Remun	Reaj percentual	
			ativ	apos	ativ	apos	ativ	apos		ativ	apos		ativ	apos
graduação	Titular	U	2.212,26	2.104,74	2.545,65	2.334,88	15,07%	10,93%	2.516,06	13,73%	19,54%	2.516,06	13,73%	19,54%
	E	4	1.925,63	1.818,11	2.259,02	2.048,25	17,31%	12,66%	2.229,43	15,78%	22,62%	2.229,43	15,78%	22,62%
		3	1.858,77	1.751,25	2.192,16	1.981,39	17,94%	13,14%	2.162,57	16,34%	23,49%	2.162,57	16,34%	23,49%
		2	1.794,86	1.687,34	2.128,25	1.917,48	18,57%	13,64%	2.098,66	16,93%	24,38%	2.098,66	16,93%	24,38%
		1	1.732,40	1.624,88	2.065,79	1.855,02	19,24%	14,16%	2.036,20	17,54%	25,31%	2.036,20	17,54%	25,31%
	D	4	1.630,54	1.523,02	1.963,93	1.753,16	20,45%	15,11%	1.934,34	18,63%	27,01%	1.934,34	18,63%	27,01%
		3	1.585,71	1.478,19	1.919,10	1.708,33	21,02%	15,57%	1.889,51	19,16%	27,83%	1.889,51	19,16%	27,83%
		2	1.560,74	1.453,22	1.894,13	1.683,36	21,36%	15,84%	1.864,54	19,47%	28,30%	1.864,54	19,47%	28,30%
		1	1.538,31	1.430,79	1.871,70	1.660,93	21,67%	16,08%	1.842,11	19,75%	28,75%	1.842,11	19,75%	28,75%
	C	4	1.522,39	1.414,87	1.855,78	1.645,01	21,90%	16,27%	1.826,19	19,96%	29,07%	1.826,19	19,96%	29,07%
		3	1.501,22	1.393,70	1.834,61	1.623,84	22,21%	16,51%	1.805,02	20,24%	29,51%	1.805,02	20,24%	29,51%
		2	1.480,57	1.373,05	1.813,96	1.603,19	22,52%	16,76%	1.784,37	20,52%	29,96%	1.784,37	20,52%	29,96%
		1	1.464,38	1.356,86	1.797,77	1.587,00	22,77%	16,96%	1.768,18	20,75%	30,31%	1.768,18	20,75%	30,31%
aperfeiçoamento	Titular	U	2.305,67	2.198,15	2.639,06	2.428,29	14,46%	10,47%	2.609,47	13,18%	18,71%	2.609,47	13,18%	18,71%
	E	4	2.004,71	1.897,19	2.338,10	2.127,33	16,63%	12,13%	2.308,51	15,15%	21,68%	2.308,51	15,15%	21,68%
		3	1.934,51	1.826,99	2.267,90	2.057,13	17,23%	12,60%	2.238,31	15,70%	22,51%	2.238,31	15,70%	22,51%
		2	1.867,39	1.759,87	2.200,78	1.990,01	17,85%	13,08%	2.171,19	16,27%	23,37%	2.171,19	16,27%	23,37%
		1	1.801,81	1.694,29	2.135,20	1.924,43	18,50%	13,58%	2.105,61	16,86%	24,28%	2.105,61	16,86%	24,28%
	D	4	1.694,84	1.587,32	2.028,23	1.817,46	19,67%	14,50%	1.998,64	17,92%	25,91%	1.998,64	17,92%	25,91%
		3	1.647,77	1.540,25	1.981,16	1.770,39	20,23%	14,94%	1.951,57	18,44%	26,70%	1.951,57	18,44%	26,70%
		2	1.621,56	1.514,04	1.954,95	1.744,18	20,56%	15,20%	1.925,36	18,74%	27,17%	1.925,36	18,74%	27,17%
		1	1.598,04	1.490,52	1.931,43	1.720,66	20,86%	15,44%	1.901,84	19,01%	27,60%	1.901,84	19,01%	27,60%
	C	4	1.581,28	1.473,76	1.914,67	1.703,90	21,08%	15,62%	1.885,08	19,21%	27,91%	1.885,08	19,21%	27,91%
		3	1.559,06	1.451,54	1.892,45	1.681,68	21,38%	15,85%	1.862,86	19,49%	28,34%	1.862,86	19,49%	28,34%
		2	1.537,41	1.429,89	1.870,80	1.660,03	21,68%	16,09%	1.841,21	19,76%	28,77%	1.841,21	19,76%	28,77%
		1	1.520,39	1.412,87	1.853,78	1.643,01	21,93%	16,29%	1.824,19	19,98%	29,11%	1.824,19	19,98%	29,11%
especialização	Titular	U	2.436,43	2.328,91	2.769,82	2.559,05	13,68%	9,88%	2.740,23	12,47%	17,66%	2.740,23	12,47%	17,66%
	E	4	2.115,38	2.007,86	2.448,77	2.238,00	15,76%	11,46%	2.419,18	14,36%	20,49%	2.419,18	14,36%	20,49%
		3	2.040,50	1.932,98	2.373,89	2.163,12	16,34%	11,91%	2.344,30	14,89%	21,28%	2.344,30	14,89%	21,28%
		2	1.968,92	1.861,40	2.302,31	2.091,54	16,93%	12,36%	2.272,72	15,43%	22,10%	2.272,72	15,43%	22,10%
		1	1.898,98	1.791,46	2.232,37	2.021,60	17,56%	12,85%	2.202,78	16,00%	22,96%	2.202,78	16,00%	22,96%
	D	4	1.784,90	1.677,38	2.118,29	1.907,52	18,68%	13,72%	2.088,70	17,02%	24,52%	2.088,70	17,02%	24,52%
		3	1.734,70	1.627,18	2.068,09	1.857,32	19,22%	14,14%	2.038,50	17,51%	25,28%	2.038,50	17,51%	25,28%
		2	1.706,70	1.599,18	2.040,09	1.829,32	19,53%	14,39%	2.010,50	17,80%	25,72%	2.010,50	17,80%	25,72%
		1	1.681,61	1.574,09	2.015,00	1.804,23	19,83%	14,62%	1.985,41	18,07%	26,13%	1.985,41	18,07%	26,13%
mestrado	Titular	U	3.062,48	2.801,68	3.411,77	3.061,32	11,41%	9,27%	3.379,66	10,36%	20,63%	3.525,04	15,10%	25,82%
	E	4	2.704,17	2.443,37	3.053,46	2.703,01	12,92%	10,63%	3.021,35	11,73%	23,66%	3.021,35	11,73%	23,66%
		3	2.620,60	2.359,80	2.969,89	2.619,44	13,33%	11,00%	2.937,78	12,10%	24,49%	2.937,78	12,10%	24,49%
		2	2.540,73	2.279,93	2.890,02	2.539,57	13,75%	11,39%	2.857,91	12,48%	25,35%	2.857,91	12,48%	25,35%
		1	2.462,63	2.201,83	2.811,92	2.461,47	14,18%	11,79%	2.779,81	12,88%	26,25%	2.779,81	12,88%	26,25%
doutorado	Titular	U	3.829,46	3.448,66	4.339,46	3.827,76	13,32%	10,99%	4.142,46	8,17%	20,12%	4.448,08	16,15%	28,98%
	E	4	3.399,51	3.018,71	3.909,51	3.397,81	15,00%	12,56%	3.712,51	9,21%	22,98%	3.813,27	12,17%	26,32%
		3	3.299,23	2.918,43	3.809,23	3.297,53	15,46%	12,99%	3.612,23	9,49%	23,77%	3.712,99	12,54%	27,23%
		2	3.203,37	2.822,57	3.713,37	3.201,67	15,92%	13,43%	3.516,37	9,77%	24,58%	3.617,13	12,92%	28,15%
		1	3.109,66	2.728,86	3.619,66	3.107,96	16,40%	13,89%	3.422,66	10,07%	25,42%	3.523,42	13,31%	29,12%

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Movimento

Magistério de 1º e 2º graus - 20 horas - Docentes da UFRJ

(com 26,05% do plano Verão)

Tit	Classe	niv	Atual		Proposta de abril				Acordo governo - Sinasefe			Proposta indicada pelo Setor das IFES		
			Remun		Remun		Reaj percentual		Remun	Reaj percentual		Remun	Reaj percentual	
			ativ	apos	ativ	apos	ativ	apos		ativ	apos		ativ	apos
graduação	Titular	U	1.144,66	1.090,58	1.312,34	1.206,34	14,65%	10,61%	1.330,69	16,25%	22,02%	1.330,69	16,25%	22,02%
	E	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
	D	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
	C	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
aperfeiçoamento	Titular	U	1.191,36	1.137,28	1.359,04	1.253,04	14,08%	10,18%	1.377,39	15,61%	21,11%	1.377,39	15,61%	21,11%
	E	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
	D	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
	C	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
especialização	Titular	U	1.256,74	1.202,66	1.424,42	1.318,42	13,34%	9,62%	1.442,77	14,80%	19,96%	1.442,77	14,80%	19,96%
	E	4	1.096,23	1.042,15	1.263,91	1.157,91	15,30%	11,11%	1.282,26	16,97%	23,04%	1.282,26	16,97%	23,04%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
	D	4	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		3	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		2	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
		1	1.062,76	1.008,68	1.230,44	1.124,44	15,78%	11,48%	1.248,79	17,50%	23,80%	1.248,79	17,50%	23,80%
mestrado	Titular	U	1.503,77	1.399,45	1.643,48	1.503,30	9,29%	7,42%	1.671,74	11,17%	19,46%	1.736,06	15,45%	24,05%
	E	4	1.324,64	1.220,32	1.464,35	1.324,17	10,55%	8,51%	1.492,61	12,68%	22,31%	1.492,61	12,68%	22,31%
		3	1.282,85	1.178,53	1.422,56	1.282,38	10,89%	8,81%	1.450,82	13,09%	23,10%	1.450,82	13,09%	23,10%
		2	1.242,89	1.138,57	1.382,60	1.242,42	11,24%	9,12%	1.410,86	13,51%	23,92%	1.410,86	13,51%	23,92%
		1	1.203,87	1.099,55	1.343,58	1.203,40	11,61%	9,45%	1.371,84	13,95%	24,76%	1.371,84	13,95%	24,76%
doutorado	Titular	U	1.857,27	1.704,95	2.061,27	1.856,59	10,98%	8,89%	2.006,47	8,03%	17,68%	2.105,93	13,39%	23,52%
	E	4	1.642,28	1.489,96	1.846,28	1.641,60	12,42%	10,18%	1.791,48	9,08%	20,24%	1.808,84	10,14%	21,40%
		3	1.592,14	1.439,82	1.796,14	1.591,46	12,81%	10,53%	1.741,34	9,37%	20,94%	1.758,70	10,46%	22,15%
		2	1.544,23	1.391,91	1.748,23	1.543,55	13,21%	10,89%	1.693,43	9,66%	21,66%	1.710,79	10,79%	22,91%
		1	1.497,36	1.345,04	1.701,36	1.496,68	13,62%	11,27%	1.646,56	9,96%	22,42%	1.663,92	11,12%	23,71%

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Movimento

Continuação da capa

valores atuais e é criada uma gratificação fixa adicional, igual para ativos e aposentados. As duas propostas e a avaliação que o GT Verbas fez delas estão nas páginas 8 a 15 desta edição.

Setor das Federais avalia proposta

A reunião do Setor das Federais do Andes-SN, realizada no último final de semana, em Brasília, contou com a presença de representantes de 30 seções sindicais. A discussão principal foi a negociação salarial. O Setor avaliou preliminarmente a última proposta do governo e a pertinência da deflagração de uma greve no dia 27 de julho, tal com havia sido deliberado pela maioria das seções sindicais anteriormente.

Os representantes das seções sindicais avaliaram que a proposta do governo que congela a GED deveria ser descartada, já que é fundamentada na manutenção da gratificação produtivista, rejeitada pela maioria das assembléias gerais das seções sindicais. A outra proposta, denominada de 'preferencial' pelo próprio governo, foi considerada mais próxima das reivindicações da categoria. O fato de o governo apresentar formalmente uma proposta que extingue a GED e que garante a paridade entre ativos e aposentados foi considerado um avanço de negociação em curso, fruto da firmeza da direção do Sindicato Nacional no processo em curso e da avaliação correta feita pelas assembléias locais, inclusive com a indicação de uma greve como último recurso de pressão para o atendimento das reivindicações em pauta.

Gratificação para mestres DE é muito baixa e não há isonomia

Apesar de esta última proposta do governo significar avanços em relação às anteriores, o Setor das IFES avaliou que ainda falta ao governo atender a reivindicação da isonomia entre os professores da carreira de 3º grau com os seus colegas dos ensinos fundamental e médio. Para estes últimos, a proposta do governo para o Andes-SN oferece valores menores dos que os já acertados com o Sindicato Nacional dos Servidores das Escolas Federais de Ensino (Sinasefe) para os professores da carreira de 1º e 2º graus. Além disso, os valores das gratificações para o caso específico dos professores com mestrado e no regime de Dedicação Exclusiva está muito baixo, em relação a todos os demais casos, indicando um equívoco ou algum critério não esclarecido na elaboração da tabela de gratificações pelo governo.

Proposta para titulares também é baixa

Por causa da lógica usada na construção da tabela, a gratificação proposta para os professores titulares (mestres ou doutores), também está baixa. Os titulares têm hoje vencimentos e GED mais altas do que os não titulares e, portanto, teriam reajustes percentuais menores, porque o valor da gratificação que lhes é proposto é igual ao da gratificação para os professores não titulares.

Nova contraproposta dos docentes

Após a avaliação da nova proposta do governo e dos problemas que ainda apresenta, o Setor decidiu indicar às assembléias gerais a aprovação de uma contraproposta elaborada pelo GT Verbas a partir da apresentada pelo governo, que implica um impacto adicional de R$ 70 milhões, dos quais R$ 52 milhões destinam-se a recompor a isonomia entre as gratificações para as carreiras do ensino superior e do 1º e 2º graus e R$ 18 milhões a conceder aos mestres e doutores titulares um adicional de 15% em relação aos não titulares.

A isonomia pretendida consiste em conceder aos docentes do ensino superior com graduação, aperfeiçoamento, especialização e mestrado os mesmos valores que o governo já ofereceu para os docentes do 1º e 2º graus com estas titulações e em atribuir aos doutores do 1º e 2º graus os valores já admitidos pelo governo para o ensino superior.

Deflagração da greve dia 27 é suspensa. Novo indicativo é 5 de agosto

Diante dos avanços na negociação, o Setor avaliou que a deflagração da greve no dia 27 de julho deve ser suspensa. No entanto, caso o governo não avance na negociação, o Setor indica que as assembléias locais avaliem um novo indicativo de deflagração do movimento no dia 5 de agosto.

A Adufrj-SSind foi representada na reunião do Setor dos Docentes das IFES por Cristina Miranda, professora do CAp, e por José Miguel Bendrao Saldanha, professor da Escola Politécnica e da Diretoria da AdufrjS-SSind.

Professores dos ensinos fundamental e médio repudiam divisionismo do governo

Representantes de 18 seções sindicais do Andes-SN que têm entre seus filiados docentes da carreira de 1º e 2º graus reuniram-se em Brasília, no último dia 23/7. Na reunião, foram discutidos o acordo entre o governo e o Sindicato Nacional dos Servidores das Escolas Federais de Ensino (Sinasefe), a proposta do governo de regulamentação dos Centros Federais de Ensino Tecnológico (Cefets) e do ensino profissional e, ainda, a proposta do Conselho de Dirigentes dos Colégios de Aplicação de contratação de docentes da carreira de 3º grau para os Colégios de Aplicação.

A direção do Andes-SN abriu a reunião prestando informes sobre a última reunião com o MPOG, em 22/7, na qual o representante do governo reafirmou que o acordo assinado pelo Sinasefe, decorrente de opção política do Ministério, atingia todos os docentes da carreira de 1º e 2º graus "oriundos da GID". Segundo o MPOG, carreiras diferentes devem ser tratadas de forma diferente. Neste sentido, a diretoria do Andes-SN alertou o governo para as conseqüências da negociação em separado para as IFES.

Os professores presentes repudiaram a tática divisionista do governo federal de negociar separadamente com os dois sindicatos. Foi ressaltado que os docentes de 1º e 2º graus representados pelo Andes-SN não tiveram a oportunidade de apreciar a proposta acertada com o Sinasefe e indicaram que a reunião do Setor das Federais (que aconteceria no dia seguinte) aprovasse uma nota manifestando ao Ministério do Planejamento o repúdio da categoria.

Avaliação

Foi avaliado também que a postura do governo foi reforçada pela atitude do Sinasefe de assinar o acordo sem ao menos comunicar ou discutir com o Andes-SN sua decisão. Neste sentido, os docentes avaliaram criticamente a postura do Sinasefe, que reforçou a lógica divisionista do governo já anunciada nas reformas sindical e universitária de que é ele quem escolhe com quem negocia, o que não contribui para o fortalecimento da categoria de trabalhadores da educação em meio à negociação salarial, indicando que a reunião do Setor das IFES aprovasse uma nota ao Sinasefe conclamando a recomposição da unidade.

Cefets

Duas minutas de decreto governamental que atingem os Cefets e as Escolas Técnicas foram discutidas, neste encontro. A diretoria do Andes-SN ressaltou que os decretos do governo significam um retrocesso na estrutura democrática dos Centros. Com a vigência dos decretos, o Cefets passariam a desenvolver um ensino voltado exclusivamente para a formação profissional para o atendimento das demandas do mercado.

CAp

Foi discutida, ainda, a proposta dos dirigentes dos Colégios de Aplicação que propõe a abertura de concursos para docentes da carreira de 3º grau para estas unidades como uma estratégia de transição para uma carreira única. A avaliação dos docentes é que se trata de um artifício que não resolve o problema da carreira única reivindicada. Ao contrário, a proposta pode aprofundar ainda mais as distorções. Atualmente os professores dos Colégios de Aplicação são da carreira de 1º e 2º graus, no entanto, realizam atividades de ensino pesquisa e extensão tal como seus colegas das unidades de ensino superior.

UFRJ

O encaminhamento da reunião realizada pela Adufrj-SSind com os docentes do CAp da UFRJ de que seja realizado um estudo de impacto das emendas constitucionais da Reforma do Estado (EC20) e da Previdência (EC41) no projeto de carreira docente do Andes-SN foi acolhido. Na reunião, a proposta dos professores do CAp da UFRJ de realizar um seminário local sobre o assunto também foi encampada pelas demais seções sindicais. Os Grupos de Trabalho de Política Educacional e de Carreira deverão elaborar uma pauta para a organização de seminários locais e regionais, com vistas a realização de um encontro nacional sobre o tema.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 147 • 3 de agosto de 2004

Assembléia Geral

4 agosto
quarta-feira
13:30

Auditório do Quinhentão

Bloco K – subsolo – CCS

Pauta
1) Campanha Salarial 2004
2) Greve Nacional a partir de 5 de agosto

Acaba a greve nas estaduais paulistas
Página 2

Reitor explica sua saída do Diretório Nacional da Andifes
Páginas 6 e 7

UFRJ vai construir restaurante universitário
Página 12

Janete Luzia Leite

REUNIÃO DO SETOR REALIZADA EM BRASÍLIA EM 31 DE JULHO

Governo desconsidera negociação e Setor indica greve dia 5

Governo retoma proposta de abril antes da reunião do setor que avaliaria a proposta de extinção da GED e criação de gratificação fixa

Reunidos no dia 31 de julho, em Brasília, os representantes das seções sindicais de universidades federais decidiram indicar a data de 5 de agosto para a deflagração da greve dos professores universitários. A greve foi indicada pelo Setor após a avaliação da retomada do governo de sua proposta feita em abril, no início da campanha salarial, na qual seriam reajustadas apenas as gratificações produtivistas (GED e GID) com valores diferenciados para ativos e aposentados e sem isonomia entre as carreiras.

Como expressão das deliberações da maioria das assembléias, a reunião reafirmou, com apenas quatro abstenções, os princípios de extinção da GID e da GED, a paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre os docentes das carreiras. Foi referendada a proposta salarial elaborada pelo Grupo de Trabalho de Verbas do Sindicato Nacional, que contempla tais princípios e demanda um aporte adicional de recursos da ordem de R$ 72 milhões aos R$

Continua na página 5

Movimento

Acaba a greve nas estaduais paulistas

Movimentos conseguem reajuste de cerca de 6%

Acabou no dia 30 de julho a greve das universidades estaduais paulistas, que já durava mais de 60 dias. Após muita intransigência, finalmente os reitores decidiram conceder um reajuste um pouco mais justo com as reivindicações dos sindicatos de funcionários e professores. Será concedido um aumento de 2% retroativo a maio e mais 2,14% em agosto, num total de 4,18% (o que já servirá para recuperar a inflação desde abril do ano passado, medida pelo índice Fipe). Em janeiro de 2005, será aplicada uma fórmula de política salarial que deverá resultar em mais 1,6%, pelos cálculos dos sindicalistas. Assim, o reajuste total acumulado até janeiro de 2005 será da ordem de 5,9%.

Embora não recupere o poder aquisitivo dos servidores das universidades (49% de defasagem salarial desde o fim da década de 80), a greve foi considerada vitoriosa pelos movimentos, principalmente pelo grau de politização em defesa do orçamento da Educação. Para a presidente da Seção Sindical dos Docentes da Unicamp (Adunicamp), professora Maria Aparecida Affonso, a greve só se fez necessária após a "absurda intransigência dos reitores". Ela contou que os sindicatos tentaram negociar o quanto puderam, antes da deflagração da greve. "Somente após a terceira reunião (com os dirigentes universitários) em que ouvimos o reajuste zero como proposta, entramos no movimento", destacou. "E, depois disso, ainda ocorreram mais três reuniões em que o reajuste zero foi novamente proposto", completou, ressaltando que todas as tabelas apontavam uma arrecadação crescente do ICMS – o orçamento das estaduais paulistas é baseado em 9,57% deste imposto. Maria Aparecida relatou também que prosseguem as negociações por outros pontos da pauta conjunta da comunidade acadêmica, como a ampliação do orçamento das instituições. Durante a atual greve – a maior já realizada pelo Fórum das Seis, entidade que congrega os sindicatos de professores e técnico-administrativo das três universidades (USP, Unicamp e Unesp), mais o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza -, os movimentos cobraram um repasse de 11,6% do ICMS.

De acordo com o professor César Augusto Minto, 2º vice-presidente da Seção Sindical dos Docentes da USP (Adusp), a greve conseguiu uma repercussão inédita em termos de luta por um orçamento maior das universidades. Isso não foi possível em julho, na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, na Assembléia Legislativa daquele estado, uma vez que 63 dos 94 deputados são governistas. Mas também não foi fácil como era em anos anteriores, no ponto de vista do professor. "Vamos insistir, no segundo semestre, com a votação da Lei do Orçamento", disse. Ainda na avaliação de César, a intransigência das reitorias ficou mais clara na figura do professor Carlos Henrique de Brito Cruz, dirigente da Unicamp. Para o sindicalista, Brito é um quadro do PSDB, partido do governador Geraldo Alckmin, e tem claras aspirações políticas.

Demais itens do acordo

Além da questão salarial, sindicatos e reitorias acertaram o agendamento de reuniões, em cada universidade, para discussão de pautas específicas (por exemplo: auxílio-alimentação). Não haverá nenhuma punição pelo exercício de greve, por ações ligadas legitimamente à greve. Os dias parados não serão descontados. A reposição de aulas será feita preservando o conteúdo e qualidade, sem prejuízo a alunos e respeitando as normas institucionais. Haverá ainda outras reuniões entre o Fórum das Seis e o conselho de reitores, com a presença de representação estudantil, para discussão dos demais pontos da pauta unificada. A primeira reunião deverá acontecer na segunda quinzena de agosto, tendo a seguinte pauta: assistência estudantil; reforma universitária; e expansão das universidades e contratação de docentes e funcionários.

Ato público do Fórum das Seis

Antes da suspensão da greve pelas assembléias do dia 29 e 30/7 (da Adusp), houve um último ato público do Fórum das Seis em frente à reitoria da Unicamp no dia 26. Segundo o boletim de greve da Adusp, cerca de 500 pessoas entre professores, funcionários e estudantes das três universidades paulistas colocaram diversas faixas de protesto contra a insensibilidade do Cruesp e, principalmente, do reitor Brito, com frases como "Brit0% nunca mais".

Além do Fórum das Seis, estavam presentes representantes do Andes-SN, do DCE da USP e dos estudantes da Unicamp, Unesp e da PUCCamp. "O professor Osvaldo Coggiola, 2º vice-presidente do Andes-SN, defendeu a democratização da universidade pública, a gestão paritária e democrática e as eleições diretas para reitor", diz um trecho do informativo da seção sindical.

Agenda Sindical

3/8 – Reunião do Comitê Rio do Fórum Social Mundial
Av. Rio Branco, 109 – 16º andar, às 18h

4/8 - Reunião da Coordenação Política Estadual para a Campanha Contra Alca
Rio de Janeiro (RJ) – no Sindicato dos Engenheiros (Av. Rio Branco, 277/ 17ºandar), às 18h

13 e 14/8 – Reunião do Setor das Particulares (IPES)
Brasília (DF) - Sede do Andes-SN

16/8 – Encontro pós 48º Conad do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ), na Uerj, na sala do Centro de Treinamento, 1º andar, das 14h às 18h30

7/9- Grito dos Excluídos

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/ 2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e Reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br
Página eletrônica: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEPG discute o financiamento da universidade

Reitor e pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento estiveram no colegiado

O Conselho de Ensino para Graduados de 30/7 discutiu o financiamento do ensino superior como o primeiro ponto da agenda montada pelo colegiado em função da reforma universitária. Para tratar do tema, foram convidados o reitor Aloisio Teixeira e o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Teodósio. O tom geral da reunião destacou a falta de investimentos dos seguidos governos na Educação e, em especial, nas universidades.

O professor Joel fez uma breve exposição de como funciona o orçamento e de como está a situação atual da UFRJ. Segundo ele, o governo solicita às universidades uma previsão de orçamento para o ano seguinte, baseada em apenas 12 itens. Um dos problemas, detectado já na origem, é que o pedido governamental não leva em consideração necessidades básicas de uma universidade, como bolsas e auxílios, despesas com alojamento, material de consumo, seguro dos equipamentos e dos imóveis, entre outros. Outro problema apontado é que os recursos não podem ser remanejados entre um item e outro. Para finalizar: o dinheiro liberado pelos cofres públicos, no caso da UFRJ, não é suficiente sequer para atender aos tais itens listados pelo próprio governo.

Para se ter uma idéia das dificuldades, em 2004, a UFRJ executou (ou tem para executar) cerca de R$ 50 milhões, sem contar a folha de pessoal, cujo dinheiro nem passa pela reitoria. Hoje, a maior universidade federal do país precisaria de mais R$ 22 milhões para fechar apenas aquele primeiro conjunto de despesas listadas pelo governo. Para quitar os outros débitos necessários, mas não relacionados pela União, são mais R$ 8 milhões. Total da conta: R$ 80 milhões.

Joel observou que uma previsão mais justa com a realidade da UFRJ para o ano que vem deveria ser da ordem de R$ 166 milhões. Àqueles que se espantam com o valor, o pró-reitor tem uma resposta pronta na ponta da língua, já pronunciada pelo reitor em anteriores reuniões do Consuni: segundo ele, esse montante é, aproximadamente, o orçamento da Unicamp, que é uma instituição menor do que a UFRJ. "A USP, que é do nosso porte, recebe R$ 300 milhões do estado de São Paulo", disse. Na mesma linha de argumentação, Joel comparou o orçamento de todo o sistema federal de ensino superior (cerca de R$ 600 milhões) com o das três instituições paulistas. "É praticamente o mesmo valor", disse. A recente partilha orçamentária elaborada pela Andifes, fator que motivou a saída do reitor do Diretório Nacional daquela associação (veja matéria nas páginas 6 e 7), também foi mencionada.

Captação de recursos "agressiva"

Diante do quadro de insuficiência orçamentária, Joel argumentou que a reitoria partiu para o que chamou de uma "política agressiva de captação de recursos". Isso inclui iniciativas já em andamento e alguns projetos de longo prazo. Entre as medidas já consolidadas, está o aumento do aluguel do terreno onde está localizado o Centro de Pesquisas da Petrobrás. Além disso, o Cenpes aplicará R$ 8 milhões em reformas e bolsas de estudo da universidade, ao longo de dois anos. Também está sendo negociado com o Banco do Brasil o investimento de cerca de R$ 11 milhões na UFRJ. Isso seria, de acordo com o reitor Aloisio, apenas 1% dos recursos que o banco movimenta em função das contas dos funcionários, das fundações e da instituição, em um ano.

Reconstrução da Praia Vermelha

Entre os planos para o futuro, está a seguinte novidade: a reitoria pretende praticamente reconstruir o *campus* da Praia Vermelha. Novos prédios seriam erguidos no local para abrigar o Colégio de Aplicação, a Faculdade de Direito e os demais cursos ligados à área de Humanas. As novas estruturas também comportariam os cursos que seriam desalojados do Palácio Universitário, considerado impróprio para atividades de ensino. Para viabilizar essa imensa obra, a reitoria conta com recursos de licitação comercial do terreno onde hoje estão a Casa da Ciência, o Bingo e o Canecão.

Fundações e prestação de serviços

Joel anunciou que existem dois projetos da reitoria em vias de tramitar no Consuni: um para regulamentar a relação entre a universidade e as fundações existentes; outro para cuidar da prestação de serviços feita pelas unidades. Nesse sentido, o dirigente observou que o modelo da Coppetec (fundação ligada à Coppe) lhe agrada bastante. Segundo ele, somente esta fundação movimentou, em valores brutos, R$ 85 milhões, em 2003.

Cursos pagos

A reitoria reconhece que não sabe quanto arrecadam os cursos pagos criados no âmbito das unidades. Aloisio ressaltou, no entanto, que esses cursos "estão vivendo seus últimos dias". Ele justificou sua previsão em virtude das muitas ações impetradas pelo Ministério Público contra o pagamento de cursos nas universidades públicas.

Estudante critica foco do problema

Um dos representantes dos estudantes pós-graduandos no CEPG, Rodrigo Volcan, e outros conselheiros ressaltaram que uma solução de financiamento só será definitiva quando for resolvido o problema maior do orçamento público. Segundo Rodrigo, nos últimos anos, enquanto as instituições federais de ensino superior apresentaram melhorias em seus indicadores, como o número de alunos formados (tanto na graduação, como na pós-graduação) ou de produção científica, os recursos para as mesmas instituições foram minguando. "E a arrecadação do União vem batendo recordes até hoje", destacou. Aloisio Teixeira concordou com o aluno: "O sistema (federal de ensino superior) como um todo está submetido a uma dieta de fome. Isso cria desagregação interna, cria assimetrias (entre unidades) e é um incentivo à privatização das nossas competências", disse.

Prêmio Bolsista Destaque do Ano

Estarão abertas, de 16 a 31 de agosto, as inscrições para o Prêmio Bolsista Destaque do Ano na Iniciação Científica de 2004, instituído pelo CNPq. Cada instituição pode indicar até três candidatos (um para cada grande área – Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; Ciências da Vida; e Ciências Humanas Sociais; Letras e Artes). O prêmio para cada bolsista corresponderá ao valor equivalente a doze meses de bolsa, em dinheiro, passagens aéreas e hospedagem para permitir sua participação na Reunião Anual da SBPC. Os esclarecimentos detalhados sobre os critérios de participação, as normas de inscrição e a seleção local da UFRJ podem ser conseguidos pelo e-mail marilia@sr2.ufrj.br ou pelo telefone 2598-9665.

Proposta do Andes-SN para o financiamento da Universidade

O Andes-SN reivindica que ao Estado compete financiar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas. Para isso, devem ser destinados às instituições recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim. Entre outros pontos, o Sindicato Nacional argumenta, em sua proposta para o financiamento da Universidade (disponível nas páginas 45 a 54, em http://www.adufrj.org.br/Andes/caderno2_andes.pdf), "a gratuidade do ensino deve compreender não só a ausência de taxas ou mensalidades, mas a garantia de reais condições de estudo, por meio de sistemas e mecanismos que permitam ao aluno condições de alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo". De acordo com outro trecho da proposta do Andes-SN: "Em síntese, a educação é dever do Estado, razão pela qual a sustentação da universidade é compromisso fundamental do poder público. Quaisquer tentativas de encontrar formas paralelas de garantir essa sustentação representam, em última instância, esquemas disfarçados de privatização".

Rápidas do CEG

Conselho aprova edital do vestibular

O Conselho de Ensino de Graduação aprovou, em sessão de 28/7, o edital do próximo vestibular da UFRJ. O documento depende apenas de um refinamento na tabela de distribuição de vagas para ser publicado pela reitoria. Já está definido que as provas ocorrem nos dias 14 de novembro, 12 de dezembro e 9 de janeiro. As inscrições começam no dia 24 de agosto.

Movimentos vão ao colegiado

O CEG esteve movimentado: representantes da Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) estiveram no local para novamente reivindicar posicionamento em favor das cotas – discussão que, de acordo com a reitoria, continua em aberto na UFRJ. Além deles, os coordenadores do Sintufrj Neuza Luzia e Agnaldo Fernandes manifestaram-se, durante a sessão, sobre o andamento da greve dos técnico-administrativos. Eles solicitaram que o edital de abertura de vagas no Colégio de Aplicação não fosse votado nesta sessão, o que foi acatado pelo colegiado.

Transferência externa e matrícula com isenção de vestibular

Com a continuidade da greve dos técnico-administrativos, os conselheiros do CEG ficaram preocupados em função da não realização dos atos relativos à transferência externa e à isenção de vestibular para o segundo período letivo de 2004. Para minimizar a ociosidade de vagas na universidade, o conselho decidiu reabrir novos prazos para aqueles atos acadêmicos: as inscrições vão até 4 de agosto. A expectativa é que os alunos oriundos de transferência externa e mudança de curso estejam em sala de aula no dia 18 de agosto, pouco mais de duas semanas do início do período letivo.

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Adufrj-SSind

Assembléia da Adufrj-SSind aprova contraproposta indicada pelo Setor das Ifes

Por ampla maioria, a Assembléia Geral do último dia 29/7 aprovou a contraproposta indicada pelo Setor das Ifes do Andes-SN para a proposta apresentada pelo governo em reunião com o Andes-SN no dia 22 de julho. Apesar de significar um avanço nas negociações por extinguir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e criar uma gratificação fixa com paridade entre ativos e aposentados, a proposta do governo ainda tinha algumas distorções entre os valores para as carreiras e entre as titulações.

No início da assembléia, o diretor da Adufrj-SSind José Miguel Bendrao Saldanha apresentou informes das negociações ocorridas em Brasília, na reunião anterior. O professor fez um resumo da análise feita pelo Grupo de Trabalho de Verbas do Andes-SN sobre as propostas apresentadas pelo governo. "Na reunião de 14 de julho, o ministério (Planejamento) propusera o congelamento dos valores da GED e a concessão de uma gratificação fixa, para ativos e aposentados." Os valores dessa gratificação eram, no entanto muito baixos, baseados num orçamento extremamente subdimensionado, da ordem de R$ 230 milhões. Os cálculos do GT Verbas demonstravam que o reajuste da GED e da GID, proposto pelo governo em abril e rejeitado pela maioria das seções sindicais, teria um impacto de R$ 372 milhões na folha de pagamento dos professores do ensino superior em 2004 e esse era, portanto, o montante já disponível para o reajuste salarial dos docentes. Na reunião de 22 de julho, o governo finalmente reconheceu esta incoerência e passou a fazer as suas propostas com base no valor maior.

Governo reconhece disponibilidade de recursos

Após reconhecer o volume de R$ 372 milhões disponíveis, o Ministério do Planejamento ofereceu aos docentes extinguir a GED e instituir uma gratificação fixa, igual para ativos, aposentados e pensionistas, utilizando os recursos atualmente destinados à gratificação produtivista somados aos R$ 372 milhões.

Apesar desta proposta ter avançado em relação às reivindicações da categoria docente, ainda havia algumas distorções. "Os mestres em dedicação exclusiva estavam com os valores da gratificação muito baixos, sem nenhuma explicação", explicou José Miguel, acrescentando que para os doutores os valores do reajuste seriam mais altos e para os titulares mestres e doutores ainda mais baixos. "Isso porque as remunerações atuais dos titulares são mais altas do que os não titulares. Como a gratificação proposta dependeria da titulação e não da classe, os titulares teriam um reajuste percentual menor".

Outra grave distorção desta proposta do governo é que os valores da gratificação dos professores do ensino superior do Andes-SN seriam menores do que os recebidos pelos professores dos ensinos fundamental e médio em função do acordo assinado, uma semana antes, entre o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) e o governo. O acordo do Sinasefe atinge também os professores desta carreira dos Colégios de Aplicação das universidades, Cefets e escolas técnicas e agrotécnicas.

Proposta alternativa indicada pelo Setor das Ifes

O GT Verbas do Andes-SN formulou, então, uma proposta alternativa para corrigir estas distorções. O GT propôs uma tabela que corrigiria as distorções com o menor custo adicional possível. Seria feita a isonomia entre as carreiras de ensino superior e do 1º e 2º graus, atribuindo aos professores com graduação, especialização, aperfeiçoamento e mestrado do ensino superior os valores correspondentes, mais altos, dos professores de 1º e 2º graus, e atribuindo aos doutores do 1º e 2º graus os valores, mais altos, da proposta para o ensino superior. Além disso, o GT previu um adicional de 15% nas gratificações dos mestres ou doutores da classe de professor titular.

Com isso, a contraproposta do Andes-SN custaria, além dos R$ 372 milhões e dos recursos atuais da GED, mais R$ 70 milhões. Destes, R$ 58 milhões seriam para restaurar a isonomia entre as carreiras do 1º e 2º graus e do ensino superior e R$ 18 milhões para acrescentar os 15% à gratificação dos titulares.

Esta proposta alternativa do GT Verbas foi aprovada pelo Setor das Federais do Andes-SN, em reunião no dia 24/7, e foi encaminhada para apreciação pelas assembléias locais.

No dia 28/7, a diretoria do Andes-SN esteve novamente com os representantes do Ministério do Planejamento e informou que, para efeito de negociação, o Sindicato aceitava a extinção da GED e a criação da nova gratificação fixa, mas que haviam sido detectadas as distorções em relação à isonomia entre as carreiras e titulações e uma contraproposta estava sendo discutida pelas assembléias locais.

Sintufrj radicaliza ações da greve

Os funcionários técnico-administrativos demonstraram disposição de luta para conquistar suas reivindicações na atual greve. No último dia 2 de agosto, integrantes do CLG organizaram uma manifestação no acesso à ilha do Fundão, próximo ao Hospital Universitário. O objetivo do ato era chamar a atenção da sociedade e da mídia para o movimento grevista - já em seu quadragésimo dia, conforme deliberação da assembléia da categoria do dia 29/7, que "autorizou a organização de ações radicalizadas".

Acusados de obstruírem o trânsito nas linhas Vermelha e Amarela e na Avenida Brigadeiro Trompowsky, no *campus* do Fundão, os participantes da manifestação foram detidos por policiais do 17º Batalhão da Polícia Militar e levados para o 37º distrito policial. A ação ocorreu por volta das 5h30. Todos foram liberados por volta das 10h, depois da interferência de advogados do sindicato. O prefeito universitário Helio de Mattos; o chefe de gabinete do reitor, João Eduardo; e o superintendente da PR-4, Roberto Gambine, também estiveram no distrito policial para interceder em favor dos funcionários.

"Apesar da repressão policial, a ação organizada pelo Comando de Greve teve um saldo positivo, ao ampliar a visibilidade da greve, com a repercussão do incidente na mídia. A ação foi resultado do entendimento dos trabalhadores nas assembléias da categoria segundo o qual só com a intensificação da luta será possível fazer o governo se dobrar e atender a reivindicação de implantação de uma carreira que comece a abrir perspectivas para os trabalhadores", diz o trecho de um informativo eletrônico do Sintufrj, datado do próprio dia 2. A próxima assembléia da categoria está marcada para esta terça-feira, dia 3, às 10h, no auditório do CT.

A diretoria da Adufrj-SSind hipoteca sua solidariedade aos companheiros do Sintufrj na luta pelos seus direitos.

Movimento

Continuação da capa

372 milhões já apresentados pelo governo.

Ainda no dia 30, às vésperas da reunião do Setor, o governo, em reunião com a diretoria do Andes-SN, informou que retomou como base para a negociação a 'proposta de abril' (veja ofício do governo publicado na página 8), o que foi considerado um retrocesso nas negociações, uma vez que ela não contempla os princípios defendidos pelo movimento.

O Setor decidiu indicar para as assembléias que se realizarão até o dia 4 de agosto a rejeição a esta manobra do governo e a proposta apresentada no dia 30 de julho. Diante do descaso do governo em relação às reivindicações dos docentes, o Setor avaliou que o governo empurra os docentes para a greve, diversas vezes adiada em função das negociações. O Setor indica às assembléias locais que deliberem sobre a deflagração de uma greve nacional da categoria a partir de 5 de agosto. Já para as seções sindicais vinculadas a universidades em recesso, o Setor recomenda que deliberem sobre a adesão à greve na primeira semana de aulas. Caso a greve seja aprovada pelas seções sindicais, ainda no dia 5 será intalado o Comando Nacional de Greve. No dia 6, deverá ocorrer uma nova reunião do Setor ou a primeira reunião ampliada do CNG.

Para denunciar o retrocesso do governo nas negociações, o Setor sugeriu à diretoria a divulgação de uma nota pública (publicada na página 8 desta edição).

Exigências

O Setor aprovou que o Andes-SN continue requerendo do governo as atas das reuniões de negociação e exija a proposta (publicada nesta edição na página 8) com assinatura dos secretários do Ministério do Planejamento e do MEC.

Foram aprovadas pelo Setor diversas exigências de calendários para o que governo incorpore as gratificações, recupere os valores salariais dos docentes, para a realização de concursos para o quadro permanente e para a implantação do plano de carreira. Foi reafirmada a reivindicação de extensão dos reajustes ao salário dos substitutos, entre outras medidas.

CNESF

Um seminário para avaliação e discussão sobre a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) será realizado no próximo dia 9 de agosto. O Setor indicou que a diretoria do Andes-SN envie cinco participantes. Outras dez vagas permitidas ao movimento docente serão franqueadas à participação das seções sindicais. Este evento ganha importância por preceder o Seminário da CUT sobre o Serviço Público.

MPOG retorna aos valores de abril

No início da tarde do dia 30/7, a Diretoria do ANDES-SN esteve na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento (SRH/MPOG) para mais uma rodada de negociações sobre a Campanha Salarial 2004. Somente nesta reunião, em nítido retrocesso nas negociações, foi apresentada aos docentes aquilo que o governo considera sua proposta "oficial", uma vez que, segundo o diretor de Programas do MPOG, Vladimir Nepomuceno, até então só teriam ocorrido "simulações".

Em síntese, a proposta consiste no seguinte: o montante destinado para o reajuste salarial é de R$ 372 milhões. Todos os ativos receberão 140 pontos da GED, com o novo valor dos pontos. Para os aposentados, os ganhos serão de 91 pontos. Segundo o governo, isso representa um aumento de 60% para 65% na relação entre ativos e aposentados O caráter produtivista (avaliação) da GED é suspensa e a gratificação ficará congelada.

Para o secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, e para o secretário executivo adjunto do MEC, Jairo Jorge, a proposta representa um avanço, mas deve ser considerada de transição. "A idéia é acabar com a GED, criar um ambiente de isonomia na universidade e incorporar a gratificação", afirmou Sérgio Mendonça.

Reação do Andes-SN

O secretário-geral do Andes-SN, Márcio de Oliveira, enfatizou que a única diferença em relação ao que já havia sido discutido em audiências anteriores é a questão do congelamento da gratificação, o que já foi amplamente rejeitado pelos docentes. "Estamos voltando a etapas que o movimento docente já avaliou e rejeitou", disse. Na mesma linha, o vice-presidente do Sindicato Nacional, Paulo Rizzo, reforçou a tese de que não houve avanços. "Ficamos nos reunindo de abril até hoje para chegar a valores que já estavam apresentados. Portanto, não houve acréscimo de recursos, como argumenta a bancada do governo", afirmou.

As diretoras Rosilda Dias e Edna do Nascimento cobraram do governo uma postura efetiva para a extinção da GED, a exemplo do que ocorreu com a GID. "A proposta oficial deve contemplar um calendário de ações, com prazos inclusive, para o fim da gratificação".

"Não basta falar 'vamos incorporar as gratificações'. A categoria não acredita mais", acrescentou Márcio de Oliveira, lembrando, ainda, que a proposta governamental leva em conta apenas a inflação de 2003, esquecendo-se da dos meses de janeiro a abril de 2004. Para Paulo Rizzo, na forma como está – baseada no plano das intenções -, a proposta "significa um crédito de confiança ao governo, mas o que hoje predomina é o descrédito". Uma nova reunião entre o Sindicato Nacional e o governo está marcada para esta quarta-feira, dia 4.

Fonte: Andes-SN

UFRJ

Diretor afastado do Direito permanece sob investigação

Continua sob investigação o diretor Armênio Cruz, afastado da Faculdade de Direito. De acordo com informações prestadas pelo gabinete do reitor, o professor Armênio interpôs novos dados ao processo e ainda solicitou que algumas testemunhas fossem ouvidas. Uma vez que a comissão formada para o processo administrativo disciplinar, em março, já havia esgotado o seu prazo legal para a conclusão dos trabalhos, uma outra comissão foi criada pelo reitor com a finalidade de continuar a apuração.

De acordo com a portaria nº 2924, de 27 de julho, já publicada no Boletim da UFRJ e disponível em http://www.sr4.ufrj.br/publicacoes/home.html, a nova comissão terá mais 60 dias para elaborar um relatório conclusivo, prorrogável por igual período. Nesse tempo, Armênio Cruz segue afastado do comando da direção do Direito. Já o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, professor Alcino Ferreira Camara Neto, permanece respondendo provisoriamente como diretor daquele curso.

Diretor também foi afastado pela Justiça

Como se não bastasse a decisão da reitoria, o professor Armênio sofreu outra derrota na 10ª Vara Federal. A juíza Caroline Medeiros deferiu liminar, no dia 26/7, pela manutenção do afastamento preventivo do diretor do Direito. De acordo com a juíza, o não cumprimento da ação judicial relativa ao caso da hoje juíza federal Salete Maria Polita Maccalóz teria sido a justificativa de sua decisão.

Vale lembrar que Salete Maccalóz prestou concurso para o cargo de professor assistente de direito do trabalho da UFRJ, em novembro de 1994, classificou-se em segundo lugar, mas não obteve acesso à vaga. Sentindo-se injustiçada pela banca examinadora, a então candidata impetrou mandado de segurança para anular a prova de títulos e realizar uma nova avaliação. Ela obteve vitória judicial, mas a direção da Unidade não cumpriu a exigência legal de novo exame. Diante disso, em fevereiro de 2002, a Justiça impôs multa por dia de atraso no cumprimento da primeira ordem judicial. Hoje, o prejuízo aos cofres públicos supera os R$ 700 mil.

A juíza Caroline Medeiros, ainda de acordo com sua decisão, argumentou que, apesar das alegações da defesa, "nenhuma delas justifica o retardo no cumprimento do provimento jurisdicional por longos 8 anos – até agora (...)".

Entrevista

“A Andifes não pode se tornar uma agência regulatória”

Por Ana Manuella Soares
Com Aloisio Teixeira

Guilherme Lessa

No último dia 20 de julho, o reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira, decidiu abrir mão do cargo de vice-presidente Regional Sudeste do diretório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). O motivo foi a aprovação pela entidade dos reitores de uma nova matriz de financiamento para as universidades federais pela qual a UFRJ receberia recursos muito aquém das necessidades da instituição. Nesta entrevista ao Jornal da Adufrj, Aloisio detalha a nova matriz orçamentária da IFES e faz críticas ao fato de a Andifes se comportar em relação ao financiamento das universidades como uma “agência regulatória”. Para o reitor, cabe às administrações das universidades reivindicar do governo a dotação de custeio que garanta a manutenção da qualidade do ensino e da pesquisa de todas as instituições. “É o governo quem tem que promover os cortes no orçamento. A Andifes não pode se tornar uma agência regulatória determinando o orçamento das instituições a partir da média dos gastos de cada uma, decidindo quem ganha e quem perde”.

Pela novo modelo orçamentário proposto pela Andifes, a média do custo das Unidades Básicas de Custeio (UBC) de cada instituição que serviria como base para o cálculo da distribuição do orçamento geral entre as universidades é de R$ 778,66. Enquanto isso, o custo da Unidade Básica de Custeio da UFRJ em 2003 foi de R$ R$ 1.152,78. A UBC equivale à divisão entre o custo médio das despesas básicas de custeio da universidade e o custo do chamado ‘aluno-equivalente’ (custo médio de um aluno em relação ao nível de ensino e tipo curso ou programa).

O que motivou sua saída do diretório da Associação Nacional dos Dirigentes?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que eu, como reitor, vou continuar participando da Andifes, participando das reuniões plenárias da entidade. O que eu entendo, e a minha saída se deve a isso, é que o diretório é um órgão executivo e tem que expressar aquilo que é opinião da maioria. E, numa questão que eu considero importante para a Andifes e para a nossa universidade, a minha opinião foi claramente minoritária. Houve uma votação, em que votei sozinho, o resto do plenário votou em uma outra proposta e me considero incapaz de dar seqüência a essa decisão coletiva.

Qual foi essa decisão?

É uma questão relacionada ao orçamento de 2005 (para o conjunto das instituições federais de ensino superior). Nos últimos anos, desde o governo passado, o MEC adotou uma matriz de partilha de repartição de recursos e este ano, o ministério, através da SESu, comunicou que não ia mais utilizar aquela matriz, que era claramente equivocada, gerava uma série de distorções, não correspondia aos interesses de ninguém. O MEC de certa forma acedeu àquilo que é uma demanda das universidades, deixando de lado a antiga matriz, e sugeriu a idéia de que fosse construído um modelo de orçamentação para as universidades federais. A idéia era partir de um conjunto de despesas e de custeio para a formulação de um novo modelo, convidando a Andifes para participar de sua montagem.

E no que o senhor divergiu da proposta da Andifes para este novo modelo de financiamento das instituições?

A Comissão de Orçamento da Andifes e a Comissão de Modelo do Forplad (Fórum de Pró-reitores de Planejamento) passaram a se reunir com a SESu para construir este modelo. Eu acho, em primeiro lugar, que não houve uma decisão do Pleno da Andifes quanto à forma de encaminhar este processo. Tanto a Comissão de Orçamento quanto a de Modelo apresentaram ao Pleno uma base de estudos que eles já vinham desenvolvendo e foi o que acabou constituindo a proposta da Andifes. E eu acho que esta proposta é ruim porque se baseia no custo médio por estudante, por aluno-equivalente. Como se calcula isso: pegou-se as despesas básicas de custeio, que são energia, telefonia, água e esgoto, aluguéis, vigilância, manutenção dos campi, combustíveis e mais diárias e passagens, ou o que foi gasto com esses itens em 2003, e dividiu-se pelo número de aluno-equivalente. Aluno-equivalente é um conceito que atribui pesos diferenciados aos estudantes conforme os cursos em que eles estejam, se são alunos de graduação ou pós-graduação, enfim, um conceito que incide uma certa carga de subjetividade, mas que procura medir ou expressar a diferença de custo entre os alunos dos diversos cursos.

Esse conceito foi formulado pela Andifes ou pelo MEC?

É um conceito da Andifes e com isso se chega a um custo médio que eles chamam de Unidade Básica de Custeio. Essa unidade básica é que seria a base da orçamentação de 2005. O que acontece: o custo por aluno das várias universidades é muito diferente. Aquelas que têm um custo médio mais elevado, porque têm cursos que têm maior densidade de pesquisa, de laboratórios etc, acabam sendo prejudicadas. E as que têm custo médio baixo acabam sendo beneficiadas. A proposta da Andifes consiste nisso. A minha proposta, diferente, é que a gente partisse daquilo que são as necessidades das universidades para o custeio. Não considerar o que foi gasto em 2003 e chegar a uma unidade básica de custeio, mas partir das reais necessidades da universidade.

E o que o senhor pretende com a saída do diretório da Andifes?

Saindo eu me reservo o direito de brigar por um orçamento para a UFRJ que contemple as nossas necessidades. Uma coisa é o governo decretar que a UFRJ vai ter R$ 50 milhões de orçamento de custeio. É um horror, mas outra coisa é a Andifes dizer que “as universidades querem tanto, entre elas, a UFRJ que quer R$ 55 milhões”. Eu não quero esses R$ 55 milhões. Isso não resolve o problema da universidade.

O senhor discorda, então, desse conceito que a própria Andifes criou de aluno-equivalente para se chegar a esta Unidade Básica de Custeio?

O problema não é o conceito de aluno-equivalente, mas um custo médio definido para cada instituição.

Mas o senhor disse que o custo de cada aluno, para cada curso, em cada instituição é diferenciado...

Essa idéia já é equivocada, eu fiz várias críticas. Sugeri, por exemplo, ao invés de se

Entrevista

considerar um único custo médio, que fossem classificadas as universidades de tal forma que houvesse grupos e para cada grupo fosse calculado um custo médio para o orçamento em cima deste custo por grupo (com características de custeio semelhantes).

A UFRJ sabe ou tem mais ou menos a dimensão, hoje, de qual seu custo por aluno?

Não. Por aluno, não. O problema não é o custo por aluno, é que as nossas necessidades de custeio são de, pelo menos, R$ 150 milhões. Eu não posso chegar para o governo e dizer que quero R$ 55 milhões.

Estes R$ 150 milhões estariam estimados em função de quais necessidades? Por exemplo, em relação ao déficit que hoje a universidade tem com alguns fornecedores, como a Light?

Não, sem déficit algum. São as despesas que hoje a universidade tem, incluindo aquilo que nós queremos fazer e não temos dinheiro. Por exemplo: manutenção predial, conservação (da estrutura) dos prédios, recuperação estrutural de alguns prédios, aumento do número de bolsas, restaurante universitário. Quer dizer, despesas compatíveis com uma universidade, que a gente não pode arcar porque não temos orçamento.

Na sua opinião, o que levou a Andifes a estabelecer esta forma de financiamento na qual a UFRJ, como disse, sai prejudicada?

Eu diria que uma parte da culpa dessa história é da própria UFRJ, porque a universidade passou uma longa temporada afastada da Andifes. Já na gestão do reitor Paulo Gomes, o reitor deixou de acompanhar a Andifes, mandava um assessor para acompanhar as reuniões, sem direito a voz, nem a voto etc. Depois, no período Vilhena, simplesmente a UFRJ saiu da Andifes e só voltou a participar quando o Lessa foi eleito e, mais concretamente, nesse último ano em que estive lá. Então, o afastamento da UFRJ explica um pouco porque as discussões da Andifes não levavam em conta os nossos interesses. Agora, eu entendo que, sendo a Andifes uma entidade de representação do conjunto das universidades federais, ela deve incorporar as reivindicações de cada uma delas. Fazer com que as reivindicações de cada uma componha a reivindicação geral da Andifes.

Para a maioria das universidades, esta nova forma de financiamento proposta pela Andifes é satisfatória?

É. Por exemplo, em um dos pontos do estudo, eles fazem uma comparação. São treze itens de despesa que estão entrando como base da orçamentação. Eles compararam o dispêndio em 2003 desses treze itens com o orçamento de custeio das universidades federais no mesmo ano. Para todas as universidades o orçamento de custeio foi maior do que a despesa desses treze itens, com exceção de duas universidades: a UFRJ e a Universidade de Brasília. O orçamento de 2003 para nós (R$ 36 milhões) não deu sequer para pagar esses treze itens de despesa que estavam sendo considerados. Então, no cálculo de aluno-equivalente, eles consideraram para todas as universidades o que foi o orçamento de custeio. Como se este orçamento de custeio representasse aqueles treze itens. Para todas as demais, houve ganho. Digamos que uma universidade tenha o orçamento de R$ 10 milhões e gastou R$ 8 milhões com este custeio. Ao invés de dividir os oito milhões pelo número de alunos, vão dividir dez, para cobrir estes treze itens. Então, elas (as outras IFES, à exceção da UFRJ e UnB) já saem ganhando. Nós não. Digamos que o nosso orçamento tenha sido dez milhões, a nossa despesa foi quinze. Estão tomando como base uma situação na qual a gente não paga os treze itens de custeio considerados. Uma entidade de representação não pode assumir isso.

> **"Saindo, eu me reservo o direito de brigar por um orçamento da UFRJ que contemple as nossas necessidades"**

O senhor considera que o que vem sendo destinado ao longo dos últimos anos para a UFRJ tem sido insuficiente também em função deste afastamento da instituição da associação de dirigentes?

O orçamento tem sido insuficiente, mas não em função deste afastamento. Para todas há um orçamento geral insuficiente, mas, no caso deste cálculo em relação ao custo médio, para as outras há ganho, para nós não.

Se o senhor diz que pela proposta da Andifes, a maioria é contemplada, isso significa que o custo-aluno da UFRJ é mais alto?

O custo-aluno da UFRJ é mais alto e isto é sabido. Não é mais alto porque nós sejamos perdulários, é porque nós temos cursos melhores. O custo de uma faculdade de Letras ou de Administração é menor do que uma escola de Medicina ou Engenharia. Então o peso das áreas de maior densidade define o custo.

O que diferencia a UFRJ em relação às outras neste caso?

São os seus cursos, das áreas tecnológicas, biomédicas, por exemplo. A USP é uma grande universidade. A USP tem 60% dos seus cursos de graduação com nota A no Provão em 2003. O Provão é uma porcaria, certo, nós concordamos, mas foi o critério de avaliação adotado. A Unicamp teve 55% de seus cursos de graduação com nota A no Provão. A UFRJ teve 80%. A USP tem dezesseis programas de pós-graduação com notas 6 e 7 na Capes. A UFRJ tem 20. A Unicamp tem 22. Certamente a Unicamp é uma universidade voltada para a pós-graduação e pesquisa, mas tem um terço dos nossos alunos. O orçamento de custo da USP com recursos do Tesouro paulista, não estou falando de verbas das agências de fomento Capes, CNPq, Finep ou prestações de serviços, foi de R$ 300 milhões. O da Unicamp, de R$ 150 milhões. O nosso não chega a R$ 50 milhões. Se querem calcular o custo médio, o padrão tem que ser a USP e a Unicamp que têm, no caso da USP, cinco vezes mais do que o nosso custo médio, ou da Unicamp que tem sete vezes o nosso custo médio. Eu quero ser comparado com universidades que têm o mesmo padrão de qualidade da UFRJ.

Como a UnB se posicionou em relação à proposta da Andifes, já que, como disse, esta também seria uma instituição prejudicada com a nova matriz?

Vários reitores, principalmente das universidades que têm maior peso de pesquisa, eles hipotecaram solidariedade a minha posição. Essa coisa de votação é complicada. Na hora, dizem 'quem concorda, permaneça como está', aí levantar o braço é um ato de rebeldia. Não é que a minha posição não teve eco nas outras universidades, eu sei que teve. Exatamente por isso eu saio do diretório.

Houve alguma manifestação por parte do MEC?

Não, também não interessa o MEC, até porque sei que, ao definir os itens de custeio e perguntar quanto as universidades gastam, o ministério tem algum interesse que esse processo se torne mais público. O MEC é vítima de uma escassez de recursos muito grande e independente das considerações que a gente possa fazer sobre posições que o MEC tenha assumido, a pior coisa que pode acontecer ao ministério é não ter recursos. Eu tenho certeza que a minha posição ecoou no MEC. Eu quero que esta discussão continue. Não quero acabar com a Andifes ou estabelecer um sistema paralelo de interlocução, só digo que a UFRJ não assinará um pedido de recurso no qual apareça que estamos pedindo R$ 55 milhões.

A UFRJ vai pedir um orçamento em separado?

Nós vamos julgar as nossas necessidades.

Mas vai ser feito um pedido formal ao Ministério? Como esta discussão vai se dar aqui na universidade?

Há uma sistemática de produção de orçamento que passa pela universidade. Pretendo aprovar no Conselho Universitário aquilo que é a nossa demanda para 2005. Como o MEC vai reagir a isso...

Já há algum calendário para esta discussão na universidade?

Temos que definir isso muito rapidamente e este assunto será levado ao Conselho (Consuni). Ainda não sob a forma de um orçamento, mas o Conselho já se manifestou favoravelmente à nossa posição sobre o custeio.

Esse montante de R$ 150 milhões que foi citado pelo senhor como necessário para a UFRJ é um valor que ainda está sendo estimado ou já está sendo considerado para os gastos do próximo período?

Possivelmente ainda como alguma margem de erro, o que calculamos é algo em torno de R$ 167 milhões.

Nisto estaria incluído despesas com alguns itens que são projetos atuais da reitoria, como o restaurante universitário?

Essas são despesas de custeio, não tem investimento nesta conta, são despesas correntes. Dentro destas despesas estão considerados custeio de projetos, particularmente restaurante, bolsas, que a gente pretende continuar aumentando, manutenção e conservação de prédios e instalações que são itens para os quais não tem havido recursos.

A vigilância, manutenção da segurança, também estaria incluída neste orçamento?

Sim, mas veja bem. Segurança é investimento. Mas temos o material permanente como o sistema de monitoração permanente. A gente não pretende instalar isso com recurso orçamentário, mas obviamente que a manutenção disso tem que ser custeada pelos nossos recursos orçamentários. Não tem investimento, mas tem toda a parte de custeio desses projetos. Aí eu digo assim: a gente não instala o restaurante, é como se nós assumíssemos que nunca poderemos ter um restaurante universitário. Então esta é uma despesa que temos que considerar, é uma despesa que não temos, mas queremos ter. E é justo que esta despesa exista.

Andes-SN

Nota pública do Andes-SN

O ANDES-SN se dirige às entidades do movimento organizado dos trabalhadores e estudantes e às que aglutinam setores comprometidos com o processo de consolidação da democracia no país e com a defesa dos direitos da maioria da sociedade brasileira para denunciar o recuo do governo no processo de negociação do reajuste salarial de 2004 dos docentes das instituições federais de ensino.

Desde abril, estabeleceu-se um processo negocial que se iniciou com o governo propondo um reajuste na gratificação de caráter produtivista que compõe os salários desses professores, mantendo a não-paridade entre ativos e aposentados (aposentados recebem 60% do valor da gratificação ou a média dos 2 últimos anos).

Essa proposta foi rejeitada pela esmagadora maioria das assembléias gerais da base do ANDES-SN e foi elaborada uma contraproposta pelo Movimento Docente que assegura:

1) extinção da gratificação produtivista;

2) paridade entre ativos e aposentados; e

3) isonomia entre as três carreiras (1º, 2º e 3º graus).

Flexibilizou-se em vários pontos, no sentido de que isso pudesse ser assegurado inclusive por meio de gratificação fixa, com calendário para incorporação das mesmas.

Durante esse processo, o governo fechou acordo com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica e Profissional), que, por opção política do governo, abrange todos os docentes de 1º e 2º graus federais (22.400 docentes), inclusive da base do ANDES-SN. Isso sem permitir que esta parte da categoria fosse consultada, pois não entregou ao ANDES-SN proposta para ser avaliada pela suas bases.

Esse acordo extingue a gratificação produtivista deste segmento docente e cria uma nova gratificação, fixa e paritária. Para isso, o governo disponibilizou R$ 92.800 milhões, R$ 27.800 a mais do que era previsto em sua proposta de abril.

Esta atitude desrespeita claramente uma entidade sindical nacional e revela o "modus operandi" do governo no que se refere à relação com os movimentos sociais organizados dos trabalhadores.

No que se refere ao ANDES-SN, o governo apresentou, neste período, simulações diferenciadas de reajustes (no caso, para os docentes do 3º grau – 74.000), que inicialmente se limitavam a R$ 231 milhões. No processo, o Sindicato, atuando junto ao MEC e ao MPOG, demonstrou que a metodologia do governo estava equivocada e que, de fato, para assegurar sua proposta inicial para este segmento, seria necessário R$ 372 milhões, o que foi reconhecido pelos representantes do governo. No dia 28/7, o governo apresentou simulações com este montante.

Cabe ressaltar que foram acordadas com o Ministério do Planejamento e Ministério da Educação a extinção da gratificação produtivista e a paridade entre ativos e aposentados. Acordo divulgado por esses Ministérios em diversos órgãos de imprensa e divulgação.

Analisando as simulações, o Movimento Docente, em suas assembléias gerais, deliberou por partir da simulação do governo, que propunha o fim da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e da paridade, e reivindicar um aporte da ordem de R$ 72 milhões, o que seria de fato um aporte além do previsto pelo governo, para viabilizar a sua proposta de abril, e serviria para corrigir distorções no que se refere à isonomia entre as carreiras.

Nesse curso, o ANDES-SN decidiu adiar o indicativo de greve por acreditar que se avançava na construção de uma solução que corresponderia às demandas dos docentes.

No último dia 30, o governo apresentou uma proposta que, segundo ele, é a primeira oficial e a única possível.

Para estarrecimento de todo o Movimento Docente, o governo apresentou uma proposta que mantém a gratificação, suspendendo seu caráter produtivista, aumenta para 65% o percentual da gratificação paga aos aposentados e viabiliza reajustes acima da inflação do ano de 2003.

Essa proposta é um retrocesso frente ao acordo de extinção da gratificação produtivista e de recuperação da paridade entre ativos e aposentados.

Duas questões imediatas se colocam:

1) o governo assinou um acordo para uma parte dos docentes do ensino superior que garante os princípios da paridade e fim da produtividade e se nega a fazer o mesmo para outra parte; e

2) o governo aportou R$ 21 milhões para o reajuste de 22.400 docentes de 1º e 2º graus e se nega a aportar R$ 70 milhões para 74.000 docentes de 3º grau.

O que está em jogo é a defesa das instituições públicas de ensino superior, nas quais as condições de trabalho e de salário dos docentes são fundamentais.

Solicitamos o apoio dessa entidade à luta do nosso Sindicato no sentido de fazer valer nossas justas reivindicações.

Diretoria do ANDES-SN

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Ofício Conjunto n.º 01/2004/SRH/MP

Brasília, 30 de julho de 2004.

À Direção do ANDES

Prezados Senhores,

Em resposta à Carta nº 222/2004, de 27 de julho de 2004, que encaminha proposta dessa entidade para o reajuste salarial dos docentes do ensino superior, temos a informar:

1. O governo vem mantendo reuniões periódicas com a direção do ANDES/SN com o objetivo de construir uma proposta de consenso para o reajuste salarial dos docentes do ensino superior;

2. Esse esforço resultou, por parte da bancada governamental, na elaboração de três novas propostas apresentadas nas rodadas de negociação, as quais foram rejeitadas por essa direção;

3. Diante desse quadro, e tendo em vista a disposição do governo expressa no ofício nº 548/04-SRH/MP que anunciava a necessidade de "caminharmos para um desfecho da negociação em curso", a bancada governamental apresentou na reunião ocorrida hoje proposta final que sinaliza na direção das três principais reivindicações da categoria, quais sejam: reajustes acima da inflação, extinção da GED e paridade entre ativos e aposentados;

4. Os reajustes propostos variam, conforme tabela anexo, de 10,15% a 34,91%. Além disso, fica suspenso o caráter produtivista da GED que garante para todos os ativos o recebimento de 140 pontos. A proposta promove, também, uma elevação na remuneração dos aposentados na medida em que, além de aumentar o valor do ponto, passa a quantidade de pontos de 84 para 91.

5. O governo entende que a proposta ora apresentada é uma transição para se alcançar a isonomia entre ativos e inativos e se compromete a envidar esforços, tanto na Reforma Universitária como na Comissão Temática de Diretrizes Gerais de Planos de Carreira da Mesa Nacional de Negociação Permanente, visando atingir esse objetivo.

Finalmente, submetemos à consideração dos docentes do ensino superior esta proposta e confirmamos reunião para dia 4 de agosto, às 14h30, na sala de reuniões da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

Atenciosamente,

SÉRGIO E. A. MENDONÇA
Secretário de Recursos Humanos - MP

JAIRO JORGE
Secretário Executivo Adjunto - MEC

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Energia elétrica: a grande liquidação

O governo francês prepara as condições para a privatização do setor de energia, submetendo-se ao bombardeio ideológico que prega que o público é sempre ineficiente, e o privado, sempre o modelo de eficácia. Mas quem já convive com a liberalização experimenta apagãos e tarifas altas

Ausentes do mercado francês desde a nacionalização das companhias do setor elétrico, em 1946, desacreditadas antes da guerra devido, notadamente, à ausência de concorrência e aos seus acordos, os grupos privados preparam-se para uma volta triunfal. A Electricité de France (EDF) e a Gaz de France (GDF), nascidas dos princípios editados pelo Conselho Nacional da Resistência, deverão, nas próximas semanas, abrir-se à concorrência, segundo a expressão consagrada.

As diversas empresas se preparam: a italiana Enel, a belga Electrabel – propriedade da Suez – as alemãs E.ON e RWE e as espanholas Endesa e Iberdrola. A maior de todas continua a ser a EDF, o que explica as relações conturbadas com a Direção de Concorrência da Comissão de Bruxelas. Porém, a rede de transporte de eletricidade dispõe do estatuto jurídico de monopólio natural. Suas linhas continuam ainda propriedade da empresa Rede de Transporte de Eletricidade, filial da EDF especialmente criada em julho de 2000, já de olho na privatização. Por fim, foi fundada a Comissão de Regulamentação da Energia (CRE), encarregada de velar pelo «bom funcionamento do mercado» - e de vigiar a EDF para que ela não abuse do seu poder.

Com a abertura total do mercado da eletricidade, lucros colossais se anunciam para os que pegarem a nata do mercado

Estratégia perigosa

O setor reorganizou-se segundo o modelo da indústria das telecoms[1]. Num reflexo pavloviano, os investidores foram à Bolsa, em cima dos operadores de energia elétrica, como aconteceu há quatro anos com as telecoms, antes de estourar a bolha especulativa. Com riscos idênticos. «Encontra-se o mesmo tipo de especulação que atingiu as telecoms, exceto que na eletricidade os grupos já estão endividados», previne um consultor de estratégia durante conferência sobre o futuro da Europa, em janeiro de 2003[2]. Essa situação torna ainda mais perigosa uma estratégia de privatização de empresas na Europa, a preços superavaliados. A mesma corrida pôs em alerta companhias como a France Telecom ou a Vivendi Universal – que tiveram, aliás, montanhas de lucros.

A EDF/GDF, nascidas no pós-guerra, estão em vias de entrar na maré privatizante que toma conta da Europa

Com a abertura total do mercado da eletricidade, lucros colossais se anunciam para os que pegarem a nata do mercado, em detrimento dos usuários. Desse ponto de vista, o famoso «atraso francês» está para acabar. Desde o ano 2000, abriu-se o mercado das grandes empresas, as mais gulosas, que, a cada ano, consomem um terço da eletricidade produzida na França. O poder de negociação de grupos como a Alcan – Pechiney (segundo produtor mundial de alumínio) ou Arcelor (número um da siderurgia) é tal que os concorrentes da EDF só ganharam um prêmio de consolação antes de atingir, a partir de 1º de julho de 2000, os consumidores mais rentáveis: os clientes ditos profissionais (pequenas e médias empresas, pequenos comerciantes, supermercados, artesãos, advogados, médicos, a administração, as coletividades locais), que serão 500 mil para o gás e 2,2 milhões para a eletricidade. E em 1º de janeiro de 2007, a concorrência vai ser aberta para quem quiser, e a toque de caixa.

Entre as sociedades à espreita está a Suez. Proprietária desde o fim dos anos 1990 da EDF-GDF belga, a multinacional alcançou, em 2003, o posto de segundo produtor francês, pondo a mão em 49% do capital da Compagnie Nationale du Rhône (CNR). Na verdade uma «verdadeira renda hidráulica», como explica a associação Resistances Électriques et Gazières[3], que descreve esta tomada de controle como uma captação de herança: a construção das barragens da CNR foi financiada, em seu tempo, pela EDF. Mas já foi amortizada há muito tempo. Só falta embolsar confortáveis lucros.

Tarifas em alta

Para tomar conta desse capital, a Suez acaba de receber entre seus administradores Edmond Alphandéry, ex-ministro de Edouard Balladur e, principalmente, ex-dirigente da EDF. Depois de muitos fracassos no setor das águas, a multinacional anseia pela data de 1º de julho de 2004 para juntar os lucros. O presidente da empresa, Gérard Mestrallet, não cessa de apresentar a abertura para o privado como uma dádiva: «os preços aumentam porque o excesso de capacidade do nuclear desaparece enquanto a demanda não para de crescer[4]». No ano passado, os preços do atacado para a eletricidade subiram 30%. A SNCF até protestou, no fim de abril de 2004, contra o aumento de 50% de sua tarifa desde a abertura para a concorrência em 2000.

Se, para reformar o setor elétrico, o conceito de abertura à concorrência que triunfou, isto se deve ao contexto ideológico favorável

Os opositores da privatização adiantam outro argumento para explicar esta alta: a combinação entre os diferentes produtores. Uma hipótese difundida entre os consumidores industriais. Uma hipótese naturalmente combatida por todos os produtores. Uma coisa é certa: os preços da eletricidade não param de aumentar, a despeito da concorrência. Será que o *software* da liberalização tem algum *bug* ?

Mas Bruxelas tinha prometido uma redução de custos. Com a liberalização, «as tarifas poderiam ser ainda mais baixas[5]», profetizava Philippe Manière, ex-editorialista do *Le Point* e atual diretor do Instituto Montaigne[6], enquanto a EDF, sob o regime de monopólio público, conseguia cobrar as tarifas mais baixas da Europa. Na verdade, «se, para reformar o setor elétrico, foi o conceito de abertura à concorrência que triunfou, isto não se deve a uma superioridade intrínseca em relação a outras soluções, mas sim por causa de um contexto ideológico favorável» desde o primeiro choque petrolífero, assinala o alto funcionário François Soult[7].

Oligopólio de fato

Ironia da história, para modificar um setor no qual as tarifas sempre significaram descontentamento, a partir dos anos 1970, os políticos europeus adotaram logicamente não o modelo EDF, que havia sido testado, mesmo com imperfeições, mas aquele apresentado pelo país mais «atrasado»: a Inglaterra de Margaret Thatcher, cujo setor elétrico ostenta um desempenho entre os piores da Europa, com preços superiores em 25% aos praticados então pela EDF. A primeira-ministra britânica de então transpôs, na realidade, o modelo americano resultante da divisão em 1984 do potente conglomerado ATT em diversos operadores telefônicos doravante «livres para fazer concorrência entre eles[8]».

Depois de ter preparado o terreno com uma série de conferências na Europa e em Bruxelas, os esforços de Margaret Thatcher são coroados de sucesso em 1996, com a primeira diretriz prevendo a abertura para concorrência de um terço do mercado europeu a partir do ano 2000. Mais tarde, em março de 2002, depois de ter começado a privatização da France Telecom, o governo de Lionel Jospin assinava o tratado de Barcelona, estendendo a concorrência aos clientes profissionais e particulares. Distanciando-se das posições defendidas pelos alemães, gregos e belgas, o governo da esquerda pluralista juntava-se assim à posição dos britânicos, então liderados pelo trabalhista Anthony Blair, menos de um mês antes da

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

eleição presidencial na França. Sem que essa escolha suscitasse qualquer debate[9] !

Os descontentes se multiplicam entre os clientes doravante «livres para escolher» seus fornecedores. Assim, depois de fazer parte dos primeiros convertidos ao fundamentalismo do mercado, o Sindicato das Indústrias Utilizadoras de Energia, Uniden, que reúne as grandes empresas francesas para as quais a eletricidade representa a primeira matéria-prima, passa a integrar o campo dos detratores da liberalização. Em um comunicado de março de 2004, a Uniden denuncia «uma liberalizaçõa de efeitos perversos», a criação de «um mercado altamente manipulável» pelos produtores, qualificado de «oligopólio de fato». Mesmo desagradando aos zelotas da concorrência, os industriais lamentam o antigo «monopólio de direito» e seu «quadro previsível». Poderia ser de outro modo? Sob quaisquer latitudes, o modelo de referência não trouxe jamais as vantagens prometidas, não mais ao Canadá que à Austrália, Nova Zelândia ou Brasil!

Os descontentes se multiplicam entre os clientes doravante «livres para escolher» seus fornecedores

Na Europa, como na Califórnia

O caso mais célebre continua sendo o da Califórnia, em 2000 e 2001. Os produtores se acertaram para provocar escassez de eletricidade e fazer os preços subirem, ou colocando em reparação um grande número de centrais, ou congestionando a rede de linhas de alta tensão, ou exportando para os estados vizinhos. Aí uma filial do mesmo grupo se encarregava de revender eletricidade aos clientes californianos. Enquanto isso, o preço dos elétrons evolitava-se. O Estado da Califórnia só acabou com a revoada dos preços e a multiplicação dos cortes fixando diretamente os preços do mercado do atacado. Depois endividou-se para evitar a falência das companhias de distribuição. No outro lado, os compradores como a Enron se afundaram, não sem ter tirado proveito do sistema. «A crise californiana se resume a esta pergunta: como pôde acontecer um sumiço de 30 bilhões de dólares à luz do dia?[10] », escreve o economista Paul Krugman, oponente da liberalização da eletricidade, setor que ele julga facilmente manipulável.

Para o seu Zé e a Dona Maria, a liberdade e escolha vai-se traduzir pela liberdade de pagar mais caro pela energia

Na Europa, a revisão dos detalhes é esclarecedora. A começar pela questão dos preços. Mesmo se abaixaram, continuam mais altos do que os praticados pela EDF. A concorrência tem um custo: é preciso inchar os orçamentos publicitários, investir na informática e separar empresas integradas. E, como testemunham os países mais abertos como a Espanha e a Alemanha, a concorrência fica limitada a alguns atores privados, sempre os mais fortes. Assim, no ano passado, a companhia de eletricidade E.ON comprou a companhia de gás Ruhrgaz, recriando – em uma escala mais modesta – a EDF/GDF da época precedente às diretrizes européias, mas privada. «Se um processo pode pretender encarnar toda a distância que existe entre a ideologia liberal e sua realidade profunda, a desregulamentação à alemã deve ser eleita em primeiro plano», ironizam os membros do coletivo Jean Marcel Moulin[11] , composto de altos executivos da EDF, que preferem permanecer anônimos.

A Itália não faz melhor. Além de tarifas elevadas, o país conheceu cortes na primavera de 2003 e até um apagão em setembro, em horário de baixo consumo! Do seu lado, a Suécia, que dispõe de abundante energia elétrica de origem hidráulica, abriu barragens e exportou eletricidade para o continente durante o verão de 2002 no momento em que os preços estavam altos. Problema: as chuvas do outono não foram sufucientes para reconstituir as reservas das barragens e permitir à Suécia passar o inverno. O país precisou, então, importar eletricidade, quebrando seu cofrinho.

Modelo caro e ruim

A Grã-Bretanha acumula dificuldades. De 1991 a 2001, a liberalização não truxe qualquer baixa de preços, enquanto os custos diminuíam (fechamento de centrais antigas, demissões...). O regulador britânico interveio então sobre os preços do atacado, que no ato caíram 40%. Os produtores procuraram então reconstituir suas margens comprando as companhias que comercializavam a eletricidade junto aos consumidores, consideradas mais rentáveis. Apesar disso, «cerca de 40% da produção pertence a empresas falidas ou quase», observam, em seu relatório, Steve Thomas e David Hall, pesquisadores da Universidade de Greenwich financiados pela Federação Internacional dos Serviços Públicos[12] .

A crise californiana se resume a uma pergunta: como pôde acontecer um sumiço de 30 bilhões de dólares à luz do dia?

Para evitar o desaparecimento da British Energy, proprietária do conjunto das centrais nucleares do país, o governo de Anthony Blair injeta 650 milhões de libras. O regulador intervém igualmente para diminuir as tarifas do transporte de energia. Ao mesmo tempo, desejoso de preservar a remuneração de seus acionistas, os proprietários da redes diminuem seus investimentos. Os consumidores continuam a pagar caro. Esperando o apagão.

De fato, a liberalização «não funciona por razões técnicas incontornáveis», resume François Soult[13] . A primeira: a energia elétrica não se armazena. Ligando um aparelho de ar condicionado, um usuário vai talvez ligar, exatamente no mesmo instante, uma central nuclear encarregada de assegurar o equilíbrio entre a oferta e a procura. Senão, é um apagão como o de agosto de 2003, que mergulhou na escuridão, durante 24 horas, 50 milhões de cidadãos residentes no nordeste dos Estados Unidos. Num caso desses, a eletricidade necessária para manter o equilíbrio inflama-se... Já na França, na época do alto verão, o preço médio do megawatt/hora no atacado foi multiplicado por 50 durante uma hora. «Para o seu Zé e a Dona Maria, esta liberdade de escolha vai-se traduzir pela liberdade de pagar mais caro por sua energia elétrica», alerta François Soult. Sem falar do tempo que eles vão ter que gastar tentando comparar as ofertas dos diferentes operadores.

A liberalização não é um fracasso para todo mundo: permite aos capitais privados partilhar a propriedade das empresas

O mercado precisa de bengala

Segunda característica técnica: para evitar um apagão, o produtor tem que investir na construção de centrais que só funcionarão algumas semanas por ano. Além do fato de este excesso de capacidade não ser jamais rentável, exercerá uma pressão permanente para baixo sobre o preço da energia elétrica nos momentos de intensa demanda. Os produtores submetidos à concorrência têm assim duas boas razões para não investir. Nenhum produtor de energia elétrica destinará os bilhões necessários à construção de uma central nuclear, que leva seis anos. «A mão invisível de Adam Smith talvez precise de uma bengala branca», ironiza Dominique Maillard, responsável pela Direção Geral da Energia e das Matérias-Primas[14] .

Última particularidade técnica: a fada eletricidade não agüenta viajar. Um mercado europeu unificado e fluido é então fantasia. Uma grande parte da corrente se dissipa sob forma de calor além de 200 quilômetros percorridos nas linhas de alta tensão. Um elétron finlandês nunca virá iluminar as ruas de Lisboa. Nessas condições, por que gastar bilhões construindo «estradas de energia» pela Europa? O esforço necessário seria comparável ao necessário para «aterrar o Mediterrâneo[15] » , nota Marcel Boiteux, liberal convicto.

A liberalização não é evidentemente um fracasso para todo mundo, pois permite aos capitais privados partilhar entre eles a propriedade das empresas de eletricidade. O coletivo Jean Marcel Moulin denuncia um futuro desmantelamento da EDF-GDF e no fim, a compra possível por empresas privadas ... que poderão se transformar em monopólio.

E o lixo nuclear?

O ministro da Economia e das Finanças, Nicolas Sarkozy, procura tranqüilizar: «A EDF-GDF não vai ser privatizada. Por outro lado, precisamos mudar para adaptá-la ao estatuto das grandes empresas, para dar a elas os meios de desenvolvimento de que elas necessitam» no mercado da concorrência, declarou ele dois dias antes de uma manifestação nacional dos empregados da EDF e GDF – que sabem que uma mudança de estatuto é apenas uma etapa para a entrada na Bolsa, depois a privatização, na tri-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

lha da France Telecom.

Nada justifica essa entrada na Bolsa e principalmente a necessidade da entrada de dinheiro novo, como faz notar Yves Salesse, co-presidente da Fundação Copernic[16] : «Pelo contrário, foi justamente seu desenvolvimento internacional que pôs a EDF em dificuldade». Em nome da futura privatização e das perdas programadas de fatias do mercado na França, a EDF adquiriu sociedades a custos proibitivos, algumas delas ostentado perdas e necessitando investimentos pesados. François Soult avalia que assim a EDF perdeu internacionalmente 7 bilhões de euros. Enfraquecida, a EDF ainda é uma empresa muito rentável, com 4 a 5 bilhões de euros de autofinanciamento por ano, relacionados com seus 19 bilhões de fundos próprios. Para torná-la ainda mais sedutora, um projeto de lei se prepara para transferir à coletividade o pagamento das aposentadorias dos agentes da EDF-GDF, contra o recolhimento de uma indenização de 15 bilhões de euros para os dois grupos. O que significa, para os assalariados, a ameaça de não mais gozar de seu regime especial de aposentadoria, que no entanto faz parte de seu contrato de trabalho.

Os franceses serão espoliados de uma parte do patrimônio nacional que a EDF constitui e correm o risco de ter menos segurança

Os franceses não só serão espoliados de uma parte do patrimônio nacional que a EDF constitui, como correm o risco de passar a ter menos segurança. Como a segurança das centrais nucleares será respeitada ? Já são muitos os que alertam para a redução de pessoal e o recurso cada vez menos controlado ao pessoal temporário para a manutenção[17] . Na Grã-Bretanha, o sindicato Prospect se alarma com a redução de 62% dos efetivos na indústria elétrica desde a privatização em 1991[18] . O grupo EDF suprimiu 8 800 empregos na Europa nesses três últimos anos, segundo o Comitê de Grupo Europeu da Empresa Pública. E quem financiará o desmantelamento das centrais que chegaram ao fim? É real o risco de assistir a uma privatização da renda da energia nuclear e uma coletivização do lixo...

Eletricidade para poucos

Por fim, surge a questão da igualdade de acesso e dos serviços para todos os usuários, na própria origem da criação das empresas de energia em 1946. François Roussely, o atual presidente-diretor-geral da EDF, procura contemporizar: «O conjunto do dispositivo repousa na manutenção da equalização tarifária que garante o preço da energia nos quatro cantos do território (...). O que significa que o princípio da igualdade está garantido[19] ». Jean-Pierre Raffarin sugere mesmo a instauração de uma tarifa social – que só tem de social o nome e representa antes um recuo em relação à situação atual. Só uma empresa de serviço público para a qual o lucro não é o objetivo pode assegurar eletricidade a todos. Ora, «o Estado se priva de um de seus instrumentos coletivos», rebate Yves Salesse. Apesar da investigação sobre as finanças do Comitê de Empresa da EDF, os sindicatos da energia mobilizam muitos assalariados contra uma privatização que marcará o fim dos serviços públicos à francesa. E não será por culpa de Bruxelas: nada nos tratados europeus força os Estados a privatizar suas empresas de serviços públicos.

Só uma empresa de serviço público para a qual o lucro não é o objetivo pode assegurar eletricidade a todos

A contagem regressiva continua. O Partido Socialista, depois das eleições regionais, condenou o processo de privatização. Só que Dominique Strauss-Kahn declarava em maio de 1997 que a esquerda nunca abriria o capital da France Telecom. Mas foi que ela fez, no entanto, cinco meses mais tarde.

*Jornalista
Trad. : Betty Almeida

1 Ler Pierre Khalfa, " Télécoms, le laboratoire de la libéralisation ", *Manière de voir* , " L'euro sans l'Europe ", n° 61.

2 22 de janeiro de 2003, em Paris.

3 A REG reúne diferentes grupos de funcionários da EDF/GDF que se opõem à liberalização (*www.globenet.org/aitec/reg*).

4 Apresentação das contas de 2003, em 4 de março de 2004, em Paris.

5 Debate na (rádio) Business FM, animado por Philippe Manière, em 7 de abril de 2004.

6 *Think tank* à francesa montado por Claude Bébéar, ex-presidente da Axa, em cuja diretoria estão Alain Mérieux, dono do grupo do mesmo nome e Henri Lachmann, Presidente-Diretor-Geral da Schneider Electric.

7 François Soult, *EDF, chronique d'un désastre inéluctable*, Calman-Lévy, Paris, 2003.

8 Dan Schiller, "Télécommunications, les échecs d'une révolution", *Le Monde diplomatique*, julho de 2003.

9 Bernard Cassen, "Est-il encore utile de voter après le sommet de Barcelone", *Le Monde diplomatique*, abril de 2002.

10 Paul Krugman, "In broad daylight", *New York Times*, 27 de setembro de 2002.

11 Collectif Jean Marcel Moulin, *EDF-GDF, non à la privatisation-spoliation*, Syllepse, Paris, 2004. O coletivo se refere ao mesmo tempo ao espírito de resistência com Jean Moulin e à história do grupo com Marcel Boiteux.

12 Steve Thomas e David Hall. "Blackouts: does liberalisation and privatisation increase the risk? " no *site* www.psiru.org.

13Entrevista no programa "Des sous et des hommes" pela Radio Aligre, 12 de março de 2004.

14 Conférence *Les Echos-Energie News* , Paris, 10 de fevereiro 2004.

15 *Les Echos*, 31 de outubro de 2003.

16*EDF-GDF. Non à la privatisation-spoliation,* Syllepse, Paris, 2004.

17 "Le nucléaire et l'homme", atas do colóquio de 9 e 10 de outubro de 2002, EDF, Anact, la Mutualité française et *Santé et travail.*

18 *Enerpresse,* 28 de janeiro de 2004.

19 Audiência diante do Conselho Econômico e Social, em 26 de novembro de 2003.

Anote

Próximo número da revista Universidade e Sociedade

O próximo número da revista Universidade e Sociedade, produzida pelo Andes-SN, vai abordar o tema "Reformas do Governo Lula: democracia ou despotismo?". Pretende-se apresentar uma análise crítica sobre o significado do conjunto das chamadas reformas (universitária, sindical, trabalhista, previdenciária, tributária) buscando esclarecer a conexão das políticas estatais do governo atual. As contribuições devem ser enviadas até o dia 30 de setembro.

Além da avaliação sobre as reformas, espera-se que os textos possam discutir a forma como o governo vem atuando politicamente para divulgá-las e, também, "os rumos desejáveis para o soerguimento do sentido público da universidade brasileira, da imprescindibilidade da organização dos trabalhadores e da destruição perversa e premeditada do mundo do trabalho", de acordo com circular do Sindicato.

Outros artigos com temáticas diferentes poderão ser enviados, ficando sujeitos às normas editoriais da revista e aos limites do espaço disponível. Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de *e-mail*, utilizando-se o endereço eletrônico andesregsp@uol.com.br. Mais informações podem ser conseguidas na página eletrônica http://www.andes.org.br/universidadeesociedade.htm

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

UFRJ

UFRJ vai construir restaurante universitário

Custo provável das refeições desagrada aos estudantes

Está em tramitação na pró-reitoria de Extensão o projeto para a construção do primeiro restaurante universitário da UFRJ. A obra seria realizada ao lado da Escola de Educação Física e Desportos - um prédio que não está sendo utilizado será remodelado para abrigar a cozinha central e uma outra edificação será erguida para constituir o refeitório, com capacidade para servir três mil refeições por dia. A alimentação ficará sob a responsabilidade da empresa vencedora de uma licitação pública. O objetivo da reitoria é inaugurar o restaurante até o fim do ano.

A preparação do prédio que vai servir como cozinha central e a criação do refeitório necessitam de investimentos de cerca de R$ 650 mil e de R$ 580 mil, respectivamente. Com a compra de equipamentos para a cozinha, ao custo de R$ 180 mil, a empreitada consumirá R$ 1,4 milhão, no total. A administração da universidade pretende cobrir esse valor através de uma negociação com o Banco do Brasil, com o qual já existem conversas adiantadas (veja matéria do CEPG na página 3).

Interação com o Instituto de Nutrição

Presidente da comissão executiva de implementação dos restaurantes universitários, a professora Selene Alves faz questão de destacar que a iniciativa foi e será acompanhada de perto pelo Instituto de Nutrição Josué de Castro. "Fazem parte da comissão executiva, entre outras pessoas, a professora Lúcia Pereira de Andrade (presidente do Conselho de Nutrição da 4ª Região e docente do instituto da UFRJ) e Marlete Pereira da Silva (chefe do Serviço de Nutrição e de Dietéticas do Hospital Universitário)", afirmou.

Kelvin Melo

PROTESTO PELA VOLTA DO BANDEJÃO, EM SETEMBRO DE 2003, NO CENTRO DE TECNOLOGIA

De acordo com Selene, todas as atividades acadêmicas previstas para os restaurantes universitários (o do CCS seria o primeiro) serão submetidas à Congregação do Instituto de Nutrição. Segundo o documento da comissão, "o Instituto de Nutrição Josué de Castro, que realiza diversas atividades de extensão e de pesquisa com inúmeras instituições e projetos em parceria, percebe este projeto como oportunidade para o pleno exercício de suas práticas curriculares integradas, conforme previsto em seu projeto de Reforma Curricular, em andamento. As atividades de investigação e intervenção congregadas propiciarão as bases fundamentais para um salto de qualidade na formação teórico-prática dos futuros nutricionistas formados pela UFRJ (...)".

Custo das refeições

Selene acredita que o preço das refeições deva ficar em torno de R$ 3,20, com base em uma consulta informal a alguns fornecedores. Ela lembra, no entanto, que a comissão executiva não tinha como função discutir os valores cobrados. "Embora o assunto tenha aparecido."

De fato, ainda segundo o projeto, os representantes discentes que faziam parte da comissão executiva para a implantação dos restaurantes reivindicaram alimentação gratuita ou de, no máximo, R$ 1 para os estudantes. Não integrante da comissão, mas representante do DCE no Conselho Universitário, Pedro Martins discorda do preço sugerido. "O bandejão gratuito é que faz parte da assistência estudantil", disse.

Selene observou que o preço pode cair, se a reitoria da UFRJ conseguir algum tipo de subsídio do MEC. Ao que o estudante rebateu, falando que esse tipo de posicionamento é perigoso, pois as pessoas tendem a se acomodar com a situação. "Isso não é política inclusiva", afirmou.

Reunião do CEPG debate notícia de O Dia

Em 23/7, o jornal O Dia publicou uma pequena nota sobre a construção do restaurante universitário da UFRJ. Nesse texto, figurava o provável preço de aproximadamente R$ 4 por refeição. Na reunião do CEPG de 30/7, o representante dos pós-graduandos Rodrigo Volcan aproveitou a presença do reitor Aloisio para questionar o valor, considerado elevado. Em resposta, Aloisio respondeu que não existe nenhuma decisão da reitoria de se cobrar R$ 4. Essa cifra, segundo ele, seria resultado de um levantamento de custo unitário por uma boa refeição.

Pós-graduandos fizeram pesquisa sobre o assunto

De acordo com Rodrigo, a APG-UFRJ fez uma pesquisa com 583 alunos pós-graduandos de todos os Centros sobre alimentação na universidade. A uma das perguntas, a maioria consultada respondeu que o preço justo para uma refeição deveria variar entre R$ 1 e R$ 2. Rodrigo destaca, no entanto, que a consulta ouviu um numeroso grupo de bolsistas, o que não é a realidade do segmento. Ele ressalta que a Associação dos Pós-Graduandos defende um valor até R$ 1. Contra o preço em torno dos R$ 4, Rodrigo argumenta ainda que já existem locais que vendem pratos feitos a R$ 3 ou R$ 3,50.

Sintufrj critica modelo

Coordenador do Sintufrj, Agnaldo Fernandes critica o modelo de contratação de empresa para fornecimento da alimentação no restaurante universitário da UFRJ. Ele lembra que a legislação federal, de fato, extinguiu alguns cargos da administração pública, como os de cozinheiro (pela lei nº 9.632, de maio de 1998) – o que já é motivo de protesto dos técnico-administrativos. "Mas a complexa estrutura de um sistema de alimentação não se resume a esse cargo", afirma Agnaldo, referindo-se à possibilidade de as universidades contratarem nutricionistas, por exemplo, para os restaurantes universitários.

Outros restaurantes universitários cobram menos

Se confirmada a iniciativa de construção do restaurante universitário, a reitoria da UFRJ vai seguir o caminho já trilhado por outras instituições públicas. A diferença, porém, vai ficar nítida no preço cobrado pelas refeições, se mantidos os atuais R$ 4.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) faz distinção entre os consumidores: estudantes de baixa renda (cerca de 1,9 mil dos 20 mil alunos) pagam R$ 0,50; os demais pagam R$ 1,30; professores e técnico-administrativos deixam R$ 1,75 por refeição; outras pessoas, R$ 2,40. Na UFRGS, de acordo com informações do secretário de Assuntos Estudantis da reitoria, Ângelo Ronaldo Pereira, são servidas 5,5 mil refeições, em média, por dia, nos quatro restaurantes espalhados pelos diversos *campi* – apenas um deles não é contemplado com um restaurante (o *campus* Olímpico) e seus usuários precisam se deslocar para um outro *campus* (Saúde) para baratear suas refeições. Somente a parte de alimentação custa R$ 3 milhões aos cofres da universidade, que responde por 47% dos gastos. O restante é subsidiado pelos caixas dos restaurantes.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, são quatro restaurantes universitários (eram cinco até o primeiro semestre, mas as unidades acadêmicas atendidas pelo restaurante fechado foram deslocadas para um outro *campus*) e dois *self-services* sob responsabilidade da reitoria. São servidas aproximadamente 5,8 mil refeições por dia, em média (sendo 82% desse total nos RUs). Alunos carentes pagam R$ 0,70; não-carentes, R$ 2,30; professores e técnico-administrativos, R$ 2,60; e visitantes e conveniados, R$ 3. Nos *self-services*, o quilo custa R$ 9 (que é o preço cobrado nos arredores da instituição). Os restaurantes universitários existem há quase 30 anos. De acordo com o gerente do programa de alimentação, acesso ao livro e moradia da UFMG, Jorge Luiz de Souza, a UFMG paga cerca de 20% dos gastos. A arrecadação dos caixas dos RUs ajuda com 46% das despesas (os *self-services* entram com 25%); a Fundação Universitária Mendes Pimentel completa com 9%.

Na USP, alunos pagam R$ 1,90; estudantes de especialização, R$ 3,50; professores e funcionários técnico-administrativos, no máximo R$ 2,50; e visitantes, R$ 5. São dez restaurantes universitários e um serviço de alimentação infantil. Aproximadamente dez mil refeições são servidas por dia, de acordo com informações prestadas pela Divisão de Alimentação da Coordenadoria de Assistência Social da USP. A maioria dos restaurantes existe desde 1986, à exceção de um, inaugurado em 2000. No ano de 2003, os gastos com equipamentos e alimentos foram de cerca de R$ 4,5 milhões (sem incluir gastos com pessoal). A coordenadoria informou que a universidade subsidia 70% do custo final das refeições, em relação aos estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 148 • 9 de agosto de 2004

Andes-SN participa de reunião com o MEC sobre reforma universitária
Página 3

Greve dos técnico-administrativos completa 50 dias
Página 3

UFRJ traça plano de segurança
Páginas 4 e 5

Setor rejeita proposta do governo
Página 7

Confira o quadro de adesão das seções sindicais à greve nacional dos docentes
Página 8

Kelvin Melo

ASSEMBLÉIA REALIZADA NO AUDITÓRIO DO QUINHENTÃO, EM 4 DE AGOSTO

Assembléia aprova proposta do governo

Professores da UFRJ decidem não aderir à greve nacional

Reunidos em assembléia geral realizada no auditório do Quinhentão, no CCS, no dia 4/8, os professores da UFRJ decidiram aceitar a proposta do governo apresentada ao Andes-SN, no dia 30 de julho por 109 votos favoráveis, 54 contrários e duas abstenções. De acordo com a proposição governamental, todos os docentes da ativa receberiam os 140 pontos da GED em valores reajustados. Para os aposentados, os ganhos seriam limitados a 91 pontos. O caráter produtivista (avaliação) da GED seria suspenso e a gratificação ficaria congelada. Superada esta votação, a AG da Adufrj-SSind deliberou não aderir à greve nacional dos professores universitários, por 177 votos favoráveis a esta decisão, 29 contrários e 12 abstenções.

Continua na página 6

Editorial

Autonomia, salários e reforma universitária

A análise da fisionomia e dos movimentos do governo Lula tem, nas relações estabelecidas com os sindicatos e com outras formas de organização dos trabalhadores, um privilegiado e emblemático observatório. Ao longo da campanha salarial de 2004 do Andes-SN, depois do movimento docente ter concordado em negociar valores mais rebaixados para as suas reivindicações e decorridos alguns meses de reuniões, o governo apresentou uma proposta alternativa, na qual aceitava a extinção da GED e a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

O movimento docente, ao manifestar a sua disposição de acordo em torno da correção de algumas distorções da proposta resultante da negociação, foi surpreendido com a informação do MPOG de que esta deixara de existir e que o governo apresentava novamente a proposta inicial de aumento da GED, desconsiderando todos os encaminhamentos feitos até então. O acompanhamento dos momentos da negociação não deixa margem para dúvidas a respeito da vontade real do governo para negociar com os trabalhadores: ela não existe!

No âmbito da UFRJ, o Andes-SN e a Adufrj-SSind têm sido acusados de apego a movimentos grevistas motivados por interesses político-partidários que objetivariam desestabilizar o governo Lula. No entanto, a defesa da proposta do governo, centrada em reajustes diferenciados entre as carreiras do ensino fundamental e médio e do ensino superior, maiores para ativos do que para aposentados e pensionistas, não se moveria por interesses diversos daqueles que procuram buscar com o patrão o melhor acordo possível para **toda** a categoria?

O sindicalismo autônomo e democrático, na melhor tradição do Andes-SN e da Adufrj-SSind, sempre moveu-se na direção de guardar independência dos governos, dos partidos, das administrações universitárias e dos credos religiosos que, para preservar interesses estranhos aos seus sindicalizados, pudessem imprimir algum tipo de prejuízo e recuo na luta dos trabalhadores. O argumento central dos guardiões da proposta governamental na UFRJ é o de que o governo Lula deve ser incondicionalmente defendido e assim, também, a sua proposta de reajuste. Para nós, ao contrário, uma campanha salarial que não agrave distorções entre os diferentes momentos do contrato de trabalho dos professores da UFRJ não pode estar subordinada aos projetos de um governo.

Diante destas razões, cabe indagar: quem defende interesses partidários acima dos interesses da categoria? Certamente não são os que buscam a paridade e a isonomia para todos os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior. As dificuldades da negociação, associadas à prática do governo de não cumprir os acordos que faz com o mundo do trabalho - e somente com o mundo do trabalho - explicam-se, em parte, pelo afago que dispensa aos seus aliados no interior das universidades, que desejam ampliar as diferenças entre as universidades, entre as áreas da mesma universidade e entre os professores da mesma área.

Não é necessária uma enorme bibliografia analítica sobre o processo de reforma do Estado em todo o mundo[1] para saber que o desmonte de uma política pública tem no arrocho salarial de seus trabalhadores um de seus pilares mais eficazes. É preciso, portanto, relacionar a derrota que o governo pretende impor ao Andes-SN na campanha salarial de 2004 e a reforma universitária em curso, centrada na privatização da política pública de ensino superior.

Quanto piores os seus salários, mais facilmente serão constrangidos os professores a aderir às "formas alternativas" de financiamento e de complementação salarial baseadas na prestação de serviços à iniciativa privada, desviando-se assim da sua missão de produzir, difundir e aplicar conhecimentos úteis a toda a população, e não apenas à sua pequena parcela que pode comparecer ao mercado. Mais do que nunca, a comunidade universitária precisa mobilizar-se para defender simultaneamente as suas condições de vida e de trabalho.

[1] Vide artigo "O avanço da destruição do Estado" do Le Monde Diplomatique, publicado no Jornal da Adufrj nº 146 (27/7/2004)

Agenda Sindical

13 a 15/8 - Reunião do Pleno do Grupo de Trabalho Política Educacional
Brasília (DF) - na sede do ANDES-SN

13 e 14/8 – Reunião do Setor das Particulares (IPES)
Brasília (DF) - Sede do Andes-SN

16/8 – Encontro pós 48º Conad do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ), na Uerj, na sala do Centro de Treinamento, 1º andar, das 14h às 18h30

7/9- Grito dos Excluídos

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Resultado da Jornada de Pesquisadores do CFCH é divulgado

O Conselho de Ensino para Graduados de 6 de agosto assistiu a uma breve exposição sobre a realização da VI Jornada de Pesquisadores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). O professor Luiz Antônio Cunha, coordenador de pós-graduação daquele Centro, trouxe para o colegiado os resultados do evento que congregou docentes, pós-graduandos, técnico-administrativos e colaboradores.

Promovida entre os dias 24 e 28 de maio deste ano, a Jornada teve 160 trabalhados apresentados em 49 mesas. O professor Luiz Antônio fez questão de destacar os 18 trabalhos feitos por pós-graduandos da Faculdade de Educação. Segundo ele, esse número representa um sintoma de recuperação do Programa de Pós-Graduação em Educação. O professor ressaltou ainda o caráter de integração que um evento desse porte oferece aos seus participantes. Com o apoio da pró-reitoria, deverá ficar pronto em breve um CD-ROM com todos os trabalhos da Jornada.

O objetivo, segundo o professor, a partir de agora, é regularizar a freqüência das Jornadas do CFCH: a V Jornada, por exemplo, aconteceu em 1999 e a IV, em 1997. Não se definiu ainda, porém, se elas podem ocorrer a cada um ou dois anos.

Pesquisa sobre pós-graduandos

O representante discente Rodrigo Volcan distribuiu entre os conselheiros um exemplar do último jornal produzido pela Associação de Pós-Graduandos da UFRJ. Entre os textos da publicação, cabe destaque para uma pesquisa realizada com cerca de 600 estudantes (sendo 47,4% doutorandos e 52,6% de mestrandos) sobre temas como transporte, bibliotecas, infra-estrutura dos programas e alimentação.

O pró-reitor José Luiz elogiou a iniciativa dos alunos e demonstrou interesse em realizar uma outra pesquisa complementar à já apresentada, com a colaboração da APG-UFRJ, neste segundo semestre. Os resultados das duas enquetes serviriam para subsidiar o debate sobre a situação dos pós-graduandos da universidade.

Andes-SN

Andes-SN participa de reunião no MEC sobre reforma universitária

A diretoria do Andes-SN esteve presente na reunião com o Ministério da Educação, realizada no último dia 2 de agosto, na qual se discutiu a agenda e a metodologia de debate da Reforma da Educação Superior.

O secretário executivo do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), Ronaldo Mota, adiantou que é objetivo do governo concluir as discussões sobre a reforma universitária até novembro deste ano. Ronaldo Mota explicou que o documento do governo "Reforma da Educação Superior – reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior" tem como temas a "expansão com qualidade" e a "inclusão social". Entre as condições acadêmicas que considera necessárias para a reforma da educação superior, mencionou a relevância da formação geral, a qualidade - traduzida pelos programas e conteúdos, pela capacidade de inovação e de "empreendedorismo" - e, por fim, a eqüidade - o que requer mudar o contexto de exclusão social. Na proposta apresentada pelo governo, surge a figura de um novo órgão colegiado nas universidades – o Conselho Social Comunitário.

O secretário afirmou ser necessária a revisão da carreira com a avaliação por mérito e a solução de algumas distorções referentes ao represamento das condições de ascensão do professor adjunto 4 a titular. O regime de dedicação exclusiva também deverá ser revisto.

Ronaldo Mota afirmou que a data limite para apresentação de sugestões e propostas à versão do documento é 13 de agosto – ou seja, o documento, por hora, ainda não é oficial. Em setembro, o MEC pretende promover encontros setoriais com agentes de fora da comunidade universitária e, em outubro, seminários estaduais para discutir a reforma universitária.

Andes-SN cobra negociação salarial

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, denunciou o fato de o MEC ter abandonado a proposta de extinção da Gratificação de Estímulo à Docência e a criação de uma gratificação fixa e paritária para os docentes. Ressaltou que o desrespeito sistemático em relação aos entendimentos alcançados nas negociações compromete seriamente todas as mesas, citando as reformas da previdência, sindical e trabalhista. Avaliou que essa postura do governo compromete, inclusive, o debate sobre a reforma da educação superior.

A diretoria do Andes-SN está convocando reunião do GTPE para os dias 13, 14 e 15 de agosto para que seja elaborada uma crítica ao documento do governo

Estiveram presentes as seguintes entidades: SBPC, Andifes, Fasubra, Sinasefe, Concefet, ANUP, CRUB, Abruem, ABRUC, UNE, e ABC.

Fonte: Andes-SN

Movimento

Greve dos técnicos-administrativos completa 50 dias

Os trabalhadores das universidades públicas federais completaram 50 dias de greve nesta terça-feira, 10 de agosto. Na última assembléia dos funcionários da UFRJ, dia 5 último, no Auditório do Centro de Tecnologia, o clima era de indignação. A proposta apresentada pelo governo, no dia anterior, ao Comando Nacional de Greve, em Brasília, aumentou o descontentamento da categoria. De acordo com o boletim de greve do Sintufrj (5/8/2004), "o governo conseguiu piorar ainda mais a proposta apresentada anteriormente e já rejeitada pelo movimento: reduziu o step de 3,37% para 3,23% - a nossa contraproposta é step de 5%".

Avaliação

A avaliação política dos técnico-adminstrativos da UFRJ, é que o governo sabe que a categoria não aceitará o congelamento de salário e nem a discriminação entre níveis e funções. O movimento grevista na UFRJ promete radicalizar as ações, a exemplo da manifestação feita no dia 2, quando os servidores fecharam a pista de entrada na Ilha do Fundão, atrás do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). A atividade foi autorizada pelo Comando Local de Greve do Sintufrj e o objetivo dar visibilidade à luta da categoria pela implantação de um plano de carreira único.

A próxima assembléia do Sintufrj acontece nesta terça-feira, 10 de agosto, na Praia Vermelha, com ato público contra o governo.

Repúdio à privatização da Amazônia

Na assembléia, os técnicos administrativos aprovaram ainda uma uma moção de repúdio ao projeto de lei que prevê a privatização de áreas da floresta amazônica localizadas em terras publicas que o governo federal estará encaminhando ao Congresso Nacional.

"O governo com esse projeto ignora o anseio da sociedade brasileira em consonância com o da comunidade cientifica que deseja e vem apontando os caminhos necessários para tornar o País auto sustentável, independente e soberano mas conhecedor de suas riquezas naturais e sobretudo comprometido com a preservação desse patrimônio para geração presente e futura.", diz a nota.

UFRJ

Prefeitura detalha planos para a segurança do Fundão

Vigilância rigorosa, controle dos acessos e comunicação ágil são os pontos principais

Muitas propostas e algumas iniciativas já em andamento. Com o apoio da reitoria, a Prefeitura Universitária se esforça para conter a violência no *campus* do Fundão. Controle dos acessos, monitoramento dos espaços por câmeras, comunicação rápida e necessidade de ampliação e capacitação da vigilância universitária concursada são alguns dos projetos.

Quem voltou ao Fundão depois do dia 23 de julho já conheceu uma das medidas iniciais da Prefeitura Universitária para o controle dos acessos da ilha. Foi fechada a entrada no sentido da reitoria, por trás do Centro de Tecnologia. Segundo o prefeito Hélio de Mattos Alves, foi constatado que essa via possuía um fluxo menor de veículos e, por ser estreita, ainda poderia favorecer a ação de bandidos. Acontece que, com todo o tráfego pesado direcionado para a entrada por trás do CCMN, mais as chuvas do fim de julho, diversos buracos foram abertos no asfalto – um desafio para a suspensão dos carros. A Prefeitura informou que espera o tempo melhorar para fazer os devidos reparos no local.

A fase seguinte do controle do tráfego será a instalação de guaritas nos outros três acessos da Cidade Universitária. Os carros dos freqüentadores do Fundão serão cadastrados e identificados por um plástico, que permitirá a passagem pelos vigilantes. Se for viável, será implantado também o mesmo sistema de "onda livre" dos pedágios. Os visitantes não-identificados serão parados e terão seus respectivos destinos na UFRJ anotados. Para verificar se o caminho confere com o anunciado na guarita, o percurso do visitante estará sob a observação das várias câmeras já instaladas. Em caso de desvio da "rota", os carros da vigilância serão acionados para uma abordagem, mesmo que apenas para informar o trajeto correto para um eventual motorista "perdido" no Fundão. Se for o caso, a polícia militar será chamada a intervir.

À noite, a partir de 20h, para tornar o controle mais rigoroso, existe ainda a possibilidade de se manter aberta apenas a guarita do principal acesso, ao lado da Prefeitura.

Adufrj-SSind

Assembléia aprova proposta do governo

Continuação da capa

Kelvin Melo

MAIORIA DOS PROFESSORES APROVOU REAJUSTE NA GED

Antes do debate que antecedeu a decisão, o diretor José Miguel Bendrao Saldanha informou sobre os últimos desdobramentos da negociação, especialmente a contraproposta aprovada pelos representantes das seções sindicais das instuições federais de ensino superior (Setor das IFES de 24/7). De acordo com ele, bastaria um aporte de cerca de R$ 70 milhões para corrigir algumas distorções encontradas em uma proposta anterior do governo: os recursos adicionais serviriam, entre outros pontos, para atender à isonomia entre os professores da carreira de 3º grau com os seus colegas dos ensinos fundamental e médio, que já teriam um acordo já fechado entre o governo e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) com valores médios maiores de gratificação. Pela contraproposta do movimento docente, também a gratificação proposta para os professores titulares (mestres ou doutores) seria reajustada em 15% sobre a dos não titulares. Ocorre que, em reunião realizada entre o Andes-SN e o ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no dia 30/7, o governo ignorou o processo de negociação e apresentou uma proposta diferente, que desrespeitou os princípios da isonomia e da paridade.

O debate

Salatiel Menezes, diretor da Adufrj-SSind, apelou para a solidariedade dos professores presentes no sentido de rejeitar a proposta governamental. Para Salatiel, os debates nas assembléias caracterizaram uma divisão muito clara no corpo docente entre aqueles que defendiam ganhar mais porque estão na ativa e os outros, favoráveis à paridade. Ele citou o exemplo do professor Hilo Lins e Silva, de 92 anos, aposentado da Faculdade de Medicina e presente à assembléia, como um daqueles que ajudaram a construir a UFRJ e que deveriam ser respeitados pela sua história. "Temos aqui, talvez, a nossa última tentativa de recuperar a paridade", afirmou.

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, observou que a diretoria da entidade indicava a rejeição à proposta do governo e recordou uma situação semelhante, ocorrida em 1998. Segundo ela, durante uma greve naquele ano e através de um acordo ilegítimo entre a recém-eleita diretoria nacional do Andes-SN e o governo, os professores de 1º e 2º graus foram excluídos e os aposentados tiveram seus proventos limitados. Ela ressaltou que a atual proposição do governo viria para "sacramentar a diferença" entre os trabalhadores da ativa e os aposentados.

Tatiana Roque, (Instituto de Matemática), discordou da questão da isonomia e da paridade. Segundo Tatiana, não existe isonomia nem entre ativos, nem entre aposentados, e muito menos a paridade. Ela defendeu uma reformulação geral da carreira docente para que essa isonomia seja real "ou então nós aceitamos essa proposta do governo provisoriamente".

João Torres (Instituto de Física) também reivindicou a aprovação da proposta do Executivo. De acordo com o professor, não seria uma atitude correta o confronto com o governo Lula. Ele atribuiu interesses "politiqueiros menores" ao instrumento da greve, em ano de eleições, e questionou a razão de os professores universitários constituírem a última categoria a assinar um acordo com o ministério do Planejamento.

Giuseppe Cocco, (Escola de Serviço Social), classificou como hipócrita a retórica em torno da solidariedade entre os professores. Segundo ele, no ato em que tomou posse como professor Titular, foi-lhe informado que os aposentados concursados novamente teriam direito a uma gratificação de 120%, enquanto que os demais, no máximo, poderiam chegar a 100%. Para ele, é demagogia falar assim "em um país que enfrenta a miséria e o subdesenvolvimento".

O professor José Miguel esclareceu que "não existia nada de 120% da GED". O dirigente sindical esclareceu que, na média, os salários dos aposentados são mais baixos do que os da ativa. Além disso, por motivos óbvios, são os aposentados que gastam mais com tratamento da própria saúde. Daí, defendeu José Miguel, a necessidade de se manter o poder aquisitivo desses docentes e também dos pensionistas. José Miguel lembrou ainda que o Andes-SN já tem uma proposta de Carreira, inclusive protocolizada no Ministério da Educação. Ele advertiu, porém, que o assunto em pauta era a "campanha salarial" e que a contraproposta do Setor das IFES era a que mais se aproximava dos princípios da carreira docente sustentados pelo Sindicato Nacional.

O professor Máximo Augusto (Faculdade de Educação), argumentou que a última proposta apresentada pelo governo não seria "a dos nossos sonhos". No entanto, questionou se a paridade poderia ser conquistada por uma greve. Segundo ele, seria melhor aceitar agora o conteúdo proposto pelo Executivo e, depois, negociar outros pontos.

Osvaldo Luiz, (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), perguntou o que os professores universitários conquistaram antes que não tivesse sido pelo instrumento da greve. Ele também lembrou que a carreira docente é discutida há muitos anos pelo Andes-SN.

José Henrique Sanglard (Escola Politécnica) se declarou surpreso ao ouvir que "solidariedade" virou sinônimo de "hipocrisia". "Se existem distorções (na carreira), então vale tudo?! Um erro justifica outro?!", disse, referindo-se à atual proposta do governo.

Ângela Pineschi, (Instituto de Geociências), não concordou que os opositores à proposta governamental fossem chamados de "demagagos". "Estou aqui para defender um direito", respon-

Adufrj-SSind

deu. Ela aproveitou o exemplo dado pelo professor Cocco de que alguns aposentados estavam participando de novos concursos para a carreira para concluir que os salários dos aposentados não estavam tão altos assim como estava sendo dito. "Eu não consigo entender esse conceito de 'aceita como está' e depois a gente briga", afirmou.

Adir Moysés, (Instituto da Física), classificou a proposta do governo de "indecorosa": "Em nenhum outro governo, houve proposta tão atrasada", lamentou, devido ao fato de ter sido apresentada no governo do Partido dos Trabalhadores. O professor também mostrou-se preocupado com o conteúdo de mensagens enviadas pelo *email* a professores da UFRJ contra a existência do Andes-SN e da Adufrj-SSind, entidades conquistadas com a luta de muitos, ao longo dos anos.

Maria Paula Nascimento (IFCS) observou que a discussão da isonomia e da paridade não estava bem "colocada". Segundo ela, todo o professor aposentado recentemente ganha a GED integral. Já os aposentados de outras épocas dispunham de um regime de benefícios bastante vantajoso. Para a professora, apenas um grupo de um período de tempo (que considerou pequeno) estaria sendo realmente prejudicado com a atual proposta do governo. A professora se posicionou contra a greve, pois acredita que o processo esvazia e desmobiliza as universidades. "Em vez de prejudicar o 'patrão', prejudicamos os alunos", contou.

Cristina Miranda (Colégio de Aplicação) ressaltou que, como docente da carreira de 1º e 2º graus, já tinha um acordo assinado com o governo, à revelia da base do Andes-SN, mas estava na AG por se preocupar com o futuro da universidade como um todo e não considerava a UFRJ como "uma federação de interesses particulares". Segundo ela, aceitar a proposta do governo seria dar um passo atrás na direção da reformulação da carreira tão desejada por alguns durante as falas da assembléia. "A luta pela carreira vai ficando cada vez mais distante", afirmou.

José Simões (Instituto de Física) considerou preocupante as universidades não receberem a devida atenção do governo. Segundo ele, basta observar o noticiário econômico para perceber que o Brasil só faz exportar produtos agrícolas e importar tecnologia. "As universidades só existem como fachada", criticou. Simões argumentou que aceitar a GED é como dar um tiro no próprio pé. "Nossa carreira está um horror e votar na proposta de abril (do governo) é dar um tiro no outro pé. Eu não darei nenhum desses dois tiros", completou.

Bruno Costa informou que uma reunião do Instituto de Matemática havia deliberado a favor da proposta do governo. Segundo ele, foi apontado apenas um defeito: a retirada do caráter avaliativo da GED. Ainda de acordo com Bruno, os professores do Instituto foram favoráveis ao retorno de algum tipo de avaliação. "Temos de ter liberdade com alguma fiscalização", comentou.

Roberto Leher (Faculdade de Educação e 2º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro) advertiu que o que estava em jogo era romper (ou não) a solidariedade entre gerações. Roberto lembrou que pouco mais de R$ 70 milhões seriam suficientes para atender às reivindicações do movimento docente: "O próprio ministro Tarso Genro havia se comprometido com o fim da GED. Por que não honrou seu compromisso? Porque só existe compromisso com o superávit primário. Não haverá carreira com a atual política econômica do superávit primário", disse.

Adesão à greve

Depois da votação sobre as propostas salariais, a diretoria prestou os informes sobre a greve nacional dos docentes. De acordo com José Miguel, era grande a possibilidade de que a maioria das assembléias do país deliberasse a favor da deflagração da greve. Em função dos calendários variados, haveria, porém, alguma diferença entre as datas de início do movimento grevista em cada instituição. O professor acrescentou que, se a greve fosse aprovada pela AG da Adufrj-SSind, a diretoria iria propor a data de 11 de agosto para deflagração na UFRJ, com a realização, antes disso, de reuniões do Conselho de Representantes da entidade e nas Unidades.

Ficou decidido que haveria apenas uma defesa para cada lado. A favor da greve, José Miguel argumentou que o retrocesso da negociação evidenciou o desrespeito com a categoria e com o Sindicato. "Essa forma de negociar só se resolve com a greve", disse. Mesmo percebendo pela votação anterior que a greve não seria aprovada naquela AG, o professor fez questão de marcar o posicionamento favorável da direção da Adufrj-SSind.

Contra a greve, o professor Fernando Amorim (Escola Politécnica) ponderou que a prática da direção do movimento deveria estar sintonizada com a categoria. Dizendo-se confortável por estar de acordo com a maioria presente, Fernando afirmou que o governo não se sente pressionado por uma greve das universidades. "A greve é um instrumento que tem se esgotado ao longo do tempo", comentou. O professor defendeu ainda que esse governo não poderia ser tratado como o que passou. "Desde maio, não conseguimos avançar (nas negociações). O governo dá isso (reajuste na GED) para a gente de graça", completou.

Governo reafirma a proposta de suspensão da GED

Representantes do governo propõem criação de grupo de trabalho

Na reunião realizada com a diretoria do Andes-SN, no último dia 4, os representantes do governo apresentaram proposta de criação de um grupo de trabalho neste semestre para tratar da extinção da Gratificação de Estímulo à Docência, isonomia, paridade e incorporação das gratificações. O secretário adjunto do MEC, Jairo Jorge, acrescentou que essa proposta seria encaminhada pelo ministério ao Sindicato.

Na reunião, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, fez um histórico dos fatos mais recentes. Afirmou que houve grande perplexidade do Movimento Docente com a posição apresentada na reunião anterior, no dia 30 de julho, na qual o governo retirava a proposta de extinção da GED e criação de uma gratificação fixa, paritária, aceita pela maioria das seções sindicais.

Marina relatou que a ampla maioria dos representantes das seções sindicais no Setor das Federais rejeitou a proposta apresentada na última reunião pelo governo e manteve o indicativo de greve para 5 de agosto, remetendo a avaliação final para as assembléias que ocorreriam ao longo da semana passada. A presidente reafirmou que não havia possibilidade de o Sindicato apresentar posição definitiva naquela reunião, como já havia sido informado ao governo no dia 30 de julho.

Jairo Jorge respondeu que a proposta atual baseou-se em determinação do presidente Lula de que nenhum servidor deve receber reajuste inferior à inflação de 2003; além disso, a suspensão do caráter produtivista da GED e o aumento do percentual de recebimento da GED pelo aposentado de 60% para 65% são elementos que, na avaliação do governo, aproximam essa proposta das demandas do Movimento Docente.

O secretário-geral do Andes-SN, Márcio Antônio de Oliveira, questionou o efetivo compromisso do governo com montantes destinados à correção das distorções de isonomia e paridade e o prazo para tal. Jairo Jorge respondeu que o limite desse processo está na Lei de Responsabilidade Fiscal e que o prazo não pode ser fixado, pois se atrela ao debate de carreira do servidor e às possibilidades do governo.

O tesoureiro do Sindicato, Antônio Bosi, destacou que a proposta de um grupo de trabalho para discutir reivindicações de pautas específicas e geral das categorias, em razão da suspensão da Mesa de Negociação, não significa um elemento consistente para a categoria.

Marina Barbosa, perguntou, ainda, qual o motivo da incongruência nas metodologias de reajuste entre as carreiras de 1º e 2º graus e de 3º grau. O cálculo da primeira extingue GID e restaura paridade, mas para a carreira de 3º grau, não. O secretário afirmou que, no caso do 1º e 2º graus, o montante existente comportava a metodologia proposta e no da 3º grau não. Então, por decisão política governamental, priorizou-se o reajuste acima da inflação de 2003 e as demais reivindicações seriam atendidas conforme as possibilidades.

Uma nova reunião entre o Andes-SN e o governo foi agendada para esta segunda-feira, dia 9.

Fonte: Andes-SN

Setor rejeita novamente proposta do governo

O Setor das Federais do Andes-SN, reunido em Brasília, no último dia 6, rejeitou a proposta do governo de congelamento da Gratificação de Estímulo à Docência e reajustes diferenciados para ativos e aposentados. De um total de 25 seções sindicais presentes, 12 reafirmaram a proposta do Setor de extinção da GED e criação de uma gratificação fixa, paritária e com isonomia entre as carreiras. Apenas sete votaram pela proposta do governo e outras três votaram em propostas alternativas. A Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Rio Grande do Norte (Adurn-SSind) apresentou sua deliberação de assembléia pela preferência à proposta do Setor, mas indicou, como alternativa, uma proposta formulada localmente (veja quadro abaixo).

Greve em seis seções sindicais

Em relação à greve nacional que está sendo construída pela categoria, de acordo com o Tesoureiro do Andes-SN, Antônio de Pádua Bosi, o Setor avaliou que o debate do movimento docente sobre a mobilização dos professores deve continuar a ser pauta das assembléias locais nas universidades. Embora a greve nacional não tenha se configurado, a greve aprovada por seis seções sindicais foi reconhecida pelo Setor. Treze seções sindicais ainda estão com indicativos de greve aprovados para o mês de agosto e outras sete apresentaram indicativos de greve sem data.

A próxima reunião do Setor das Federais acontece no dia 14 de agosto e serão avaliados a reunião do Andes-SN com o Ministério do Planejamento, no dia 9, e o resultado da próxima rodada de assembléias locais, indicada para os dias 11, 12 e 13.

As seções sindicais de Lavras e Federal de Pernambuco apresentaram moções de repúdio (aprovadas em assembléias locais) ao envio de mensagens aos seus sindicalizados por outras seções sindicais (ADUFSCar-SSind e ADUFRGS-SSind) na tentativa de "evitar iniciativas que têm sido tomadas por professores/professoras e diretorias de seções sindicais, cujo objetivo é o de confundir, dividir e fragilizar a luta da categoria".

Os docentes dos Cefets de Minas Gerais e Bahia também deflagraram greve no dia 6 de agosto. Os professores destas instituições não concordaram com o acordo feito com o governo pelo Sinasefe sem consulta ao Andes-SN. Também não aceitam as distorções entre as carreiras dos ensinos fundamental e médio e do ensino superior, ampliadas com o acordo do Sinasefe.

Seção sindical	nº de sindicalizados (*)	Presença	Proposta salarial aprovada			GREVE				Próxima AG	Observações
			Do setor	Do Governo	Outra	desde quando	contra	indicativo c/ data	indicativo s/ data		
1 ADUFAC											Em recesso até 4/set
2 ADUA	837										Haverá reunião ampliada neste dia 9/ago
3 SESDUF-RR	161	51	X					17/ago		12/ago	
4 ADUNIR	270	40	X				X	09/ago			
5 ADUFPA	1394	129	X					16/ago		12/ago	
6 ADFCAP	119	29	X			05/ago					
7 SINDUFAP	90	23	X					09/ago			
8 APRUMA	973	22	X					23/ago			
9 ADUFPI	1287	94		X			X				
10 ADUFC	2001	162			X				X		Votou proposta alternativa da Adurn (**)
11 ADUFPB	2079	300			X			10/ago		10/ago	Proposta da Adurn (**)
12 ADUFCG	753	142	X						X		
13 ADURN	1922	100	X (preferencial)	X (alternativa)					X		
14 ADUFEPE	1826	154	X			06/ago		12/ago		12/ago	
15 ADUFERPE	572						X				única informação conseguida
16 ADUFAL	1172	89	X							10/ago	Não deliberar sobre indicativo de greve
17 APUB	2731	135	X			05/ago				10/ago	Proposta antiga
18 ADUnB	1393									10/ago	Recesso até 8/ago. Calendário suspenso por causa da greve dos técnico-administrativos
19 ADUFG	1645	199		X			X				
20 ADCAC	99	24	X					11/ago		10/ago	
21 SINDCEFET-GO	(***)									AG na semana de 16 a 20/ago	Retomada de aulas no dia 3. Em trabalho de mobilização.
22 ADUFMAT	1199	113	X				X				
23 ADUFMS	752	77		X			X				
24 ADOURADOS	110	19		X			X				
25 ADUFU	1209									09/ago	
26 APUBH	2770	50		X			X				
27 SINDCEFET-MG	440	76	X			05/ago					
28 APESJF	991	108	X					12/ago		12/ago	
29 ASPUV	881	184	X					10/ago			
30 ADUFLA	374	60	X					09/ago			Greve em 9/ago, desde que em consonância com o movimento grevista nacional
31 ADFUNREI	204	36		X			X				
32 SINDEFOA	121	33						16/ago		11/ago	
33 ADUFES	1293	96	X						X		Aprovado o indicativo de greve com data a ser definida na próxima AG
34 ADUFRJ	3420	246		X			X				
35 ADUNI-RIO	620	58	X				X				
36 ADUFF	2497	46	X					31/ago		10/ago	
37 ADUR-RJ	679	59	X			05/ago					
38 ADUFSCar	699	40		X			X				
39 ADUNIFESP	511	60	X			05/ago				05/ago	
40 APUFSC	2382	139	X						X	11/ago	
41 APUFPR	2457	107		X			X				
42 SINDOCEFET-PR	964								X		AG será chamada depois da reunião com MPOG
43 ADUFRGS	2689	61		X			X				
44 APROFURG	682	46	X					13/ago		11/ago	
45 ADUFPel	1110	65	X						X		
46 SEDUFSM	1185	186			X		X				Proposta do prof. João Eduardo(****)

(*) Nº de sindicalizados fornecido para o último processo eleitoral para a diretoria do Andes-SN
(**) Proposta consiste em manter a proposta do Setor, porém retroativa a 1º de julho (e não a 1º de maio). O dinheiro "poupado" deste período seria usado para corrigir distorções salariais e fazer a paridade.
(***) Nº de sindicalizados desta seção sindical não consta da última listagem para a eleição da diretoria do Andes-SN
(****) São mantidos os valores da proposta apresentada pelo MPOG em 31 de julho, com a diferença de que o princípio da paridade entre ativos e aposentados fica mantido
Não houve informações por parte das seguintes seções sindicais: Sindcefet-PI; Sindcentec; Aduc; Adufpb-Patos; Asdesam; Adufs; Adcaj; Sesduft; Adufmat-Roo; Adfmtm; Aproefei; Adufop; Sindfafeid; Adcefet-RJ; Adafa.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 149 • 16 de agosto de 2004

Conselho de Representantes
18/08 quarta-feira **14h às 17h**
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)
Pauta:
Campanha Salarial 2004
Reforma Universitária

Funcionários da UFRJ e da Uerj continuam em greve

Em assembléia realizada em 12/8, no Salão Azul do prédio da reitoria, os funcionários técnico-administrativos da UFRJ decidiram continuar em greve por tempo indeterminado. Na véspera, o governo havia apresentado uma proposta que comprometeu a negociação. A nova versão governamental do projeto de lei de carreira do segmento apresentou recuos substanciais em relação ao que já havia sido conquistado ao longo do processo de negociação. Além disso, houve redução do orçamento disponível em 2005 para implantação da carreira dos técnico-administrativos. No dia do fechamento desta edição (13/8), representantes da Fasubra (federação dos técnico-administrativos das universidades) e do governo estavam em reunião para buscar uma solução para o impasse. A próxima AG do Sintufrj está marcada para esta terça-feira, dia 17, às 10h, no Auditório do Quinhentão.

Na Uerj, greve também

Já no dia 11, os funcionários da Uerj também aprovaram a continuidade do movimento grevista. O motivo foi a ausência de qualquer contraproposta do governo à pauta de reivindicações da categoria. Ainda nesta assembléia, decidiu-se prosseguir com a ocupação da Diretoria de Informática (Dinfo) da universidade por tempo indeterminado. A próxima AG será realizada no dia 17. Diariamente, serão realizadas reuniões setoriais na Dinfo e no *hall* dos elevadores da Uerj.

Manuella Soares

ALUNOS SEM TERRA TÊM AULAS MINISTRADAS POR PROFESSORES DO CFCH

UFRJ e MST promovem curso de extensão

Páginas 4 e 5

Governo arrasta negociação e greve dos docentes cresce nas universidades

Página 8

Andes-SN

Maioria das seções sindicais não aceita proposta do governo

No último dia 6/8, em Brasília, o Setor das Federais do Andes-SN rejeitou a última proposta salarial do governo para os docentes das instituições federais de ensino superior. A proposta do Ministério do Planejamento praticamente repete a primeira proposta feita pelo governo em abril deste ano, de reajustar apenas a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), concedendo assim reajustes diferenciados para ativos, aposentados e pensionistas. A única diferença da nova proposta em relação à proposta de abril é a suspensão do caráter produtivista da GED. Desde abril, quando foi iniciada a campanha salarial dos servidores federais, o governo vem insistindo em propostas que aumentam as distorções e as diferenças salariais entre professores das carreiras dos ensinos médio e fundamental (1º e 2º graus) e docentes do ensino superior (3º grau) e entre os diversos níveis e titulações. Para os aposentados e pensionistas, o governo também oferece reajustes menores do que os oferecidos para os professores em atividade, o que fere um dos princípios mais caros para o movimento docente: a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Propostas do Setor sempre mantiveram a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas

Em 15 de junho, na perspectiva de superar o impasse com o governo, o Setor das Federais aprovou a sua primeira proposta alternativa de negociação, que consistia na substituição da GED por uma gratificação fixa, igual para ambas as carreiras e para ativos, aposentados e pensionistas, variando apenas com a titulação e o regime de trabalho, e cujos valores seriam, no mínimo, iguais aos propostos inicialmente pelo governo. Até este momento, o governo afirmava ter apenas R$ 231 milhões disponíveis no orçamento de 2004 para o reajuste dos professores do ensino superior, e, com base naquele valor, apresentava ao Andes-SN "simulações" de tabelas que, naturalmente, exibiam reajustes muito abaixo dos que o Sindicato Nacional afirmava serem possíveis, a partir dos estudos efetuados pelo seu Grupo de Trabalho de Verbas, que indicavam que a verba disponível, para ser coerente com a primeira proposta do próprio governo, teria de ser da ordem de R$370 milhões.

Planejamento demorou mas reconheceu ter disponibilidade orçamentária

No dia 22 de julho, o Ministério do Planejamento reconheceu finalmente a disponibilidade orçamentária de R$ 372 milhões. Nesta data, em reunião com a diretoria do Andes-SN, os representantes do governo propuseram a extinção da GED e a criação de uma gratificação fixa, com paridade para ativos, aposentados e pensionistas. Seriam utilizados o montante de R$ 372 milhões mais os recursos já destinados em 2004 à gratificação produtivista. Em 24 de julho, o Setor das Federais aprovou uma contraproposta a essa proposta do governo, formulada pelo GT Verbas. Nesta altura, o governo já havia firmado um acordo com o Sindicato Nacional dos Servidores das Escolas Federais (Sinasefe), à revelia do Andes-SN, por meio do qual a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) seria substituída por uma gratificação paritária, tal como reivindicado pelo Andes-SN para os professores de ambas as carreiras. O objetivo da contraproposta do Setor foi restaurar a isonomia entre os professores das carreira do 1º e 2º graus e do ensino superior e corrigir algumas distorções que a proposta do Planejamento do dia 22/7 continha em relação aos professores titulares com mestrado ou doutorado. Para atender à contraproposta do Setor, bastaria ao governo adicionar R$ 72 milhões aos recursos já apresentados pelo Planejamento.

Governo retrocede nas negociações

Ao longo da semana de 26 a 30 de julho, a maioria das seções sindicais que realizou assembléias locais nas universidades, inclusive a Adufrj-SSind, aprovou a contraproposta do Setor das Federais do Andes-SN. Mas na tarde do dia 30, a diretoria do Sindicato foi informada pelos representantes do Ministério do Planejamento de que a proposta apresentada no dia 22 de julho não era "oficial". Às vésperas de uma nova reunião do Setor, na qual as seções sindicais apresentariam as deliberações das assembléias, a maioria favorável à extinção da GED e à criação de uma gratificação fixa e paritária, o governo abandonou a proposta anterior e voltou a propor o reajuste dos valores da GED que havia apresentado em abril, desta vez suspendendo o caráter produtivista da gratificação.

Setor indica construção da greve nacional e assembléias rejeitam novamente a proposta de reajuste da GED

Diante do retrocesso do governo, o Setor das Federais, reunido em 31 de julho, indicou para as seções sindicais o dia 5 de agosto para o início de uma greve nacional dos docentes para forçar o governo a retomar as negociações com base no que já havia sido apresentado pelo Planejamento e praticamente aceito pela maioria das seções sindicais: fim da GED, gratificação fixa, paritária e isonômica. Desta vez, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind, em 4 de agosto, aprovou a proposta do governo, mas a grande maioria das seções sindicais rejeitou-a novamente nas suas assembléias gerais realizadas durante a semana de 2 a 6 de agosto. No entanto, apesar dos muitos indicativos aprovados, a greve foi iniciada no dia 5 de agosto em apenas 6 instituições, levando o Setor, novamente reunido em 6 de agosto, a reconhecer que a greve nacional estava em construção mas ainda não estava consolidada.

Agenda Sindical

16/8 – Encontro pós 48º Conad do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) - na Uerj, na sala do Centro de Treinamento, 1º andar, das 14h às 18h30.

18/8 – Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF) - Sede do Andes-SN

3 e 4/9 - GT de Política e Formação Sindical
Brasília (DF) - Sede do Andes-SN

7/9- Grito dos Excluídos

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião

PPPs: vende-se o Brasil incondicionalmente

Luís Fernando Novoa Garzon*

Bloqueados os mecanismos estatais de indução do desenvolvimento por força dos sucessivos acordos com o FMI e demais instituições multilaterais, o planejamento da economia brasileira passou a ser atribuição privado-transnacional. Descarnado o Estado ao longo de mais de uma década de privatizações e desregulamentações, o esqueleto encontra serventia. Servirá de arcabouço para um novo state building baseado no recorte de marcos regulatórios e na criação de agências regulatórias "autônomas" e tribunais de arbitragem que oficializem consensos privados.

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, percebeu ao longo de 2003 que a única forma de "empoderar" sua pasta era torná-la um espaço de articulação dos investidores. Enquanto Palocci representa os olhos, os ouvidos e a voz do sistema financeiro no interior do governo, Mantega seria seus braços e pernas operacionais, as vorazes redes monopolistas à procura de diversificação e ampliação de seus negócios. Enquanto o primeiro dita uma macroeconomia contracionista que vulnerabiliza intencionalmente a economia nacional, o segundo oferece o único tônico revigorante possível no interior dessa armadilha, os investimentos privados associados. Um administra o problema, o outro vende a solução. Os fundamentos exigidos pelos credores são garantias para os investidores; os aportes destes lastreiam os títulos daqueles. Essa a é gênese do projeto das Parcerias Público-Privadas.

As PPPs procuram consolidar um novo perfil de desenvolvimento para os países da periferia, no qual não há mais subalternidade do capital nacional já que não pode ser subalterno algo que não existe. O Estado deixa de negociar com o capital a partir de vetores econômicos equivalentes e se reduz, ele próprio, a um canal privado de negociação. O "novo ciclo de desenvolvimento" prometido pelo ministro Mantega será um espetáculo do fatiamento da economia nacional, com autorização e financiamentos "públicos", pelas transnacionais. Não se trata do inocente desenvolvimento do subdesenvolvimento, mas a potencialização em última escala da destruição das possibilidades de se construir dinamismo, autonomia e compartilhamento, na escala dos países.

As grandes corporações dirão para que servirá o Brasil, seu perfil ideal, o que produzir, o que consumir, como viver. Ao planejarem a infra-estrutura, predefinirão a natureza das atividades econômicas viáveis no país. Ao mercantilizarem os serviços essenciais à população, definirão a hierarquia definitiva entre "cidadãos" mais endinheirados e aqueles que nada possuem para serem considerados enquanto tais. As PPPs representam a iniciativa de desnacionalização mais escandalosa e nefasta da história do país. Procuram apagar da memória nacional todas as tentativas de construção de um futuro vinculado aos esforços de um povo. Fazem da anulação deste futuro, tanto possível quanto mais largamente desejável, garantia última de que não haverá "retrocessos".

As PPPs autorizam União, estados e municípios a transferir para grupos econômicos a execução ou gestão, total ou parcial, de qualquer "serviço, empreendimento e atividade de interesse público" – exceto, por hora, o poder de polícia e a administração da Justiça. Permitem, no pior estilo do governo FHC, que esta transferência seja financiada com recursos – e agora também com garantias – do Estado. Elevam os privatizadores a uma categoria semidivina, à qual devemos agradecer por considerarem nossa existência como mortais. Por isso, terão preferência para receber recursos públicos previstos no Orçamento, com prioridade inclusive sobre os salários do funcionalismo e a execução de programas sociais.

As parcerias representam uma articulação entre a esfera estatal degradada por empresas políticas predatórias e redes econômico-financeiras com papel político sobredimensionado. É o reconhecimento da privatização e da transnacionalização do processo político-decisório do país. Por isso, como se trata de um novo poder em construção, não podem ser estabelecidos critérios para as parcerias – qual a participação do Estado e do "sócio" privado, como serão distribuídos os lucros, quem controla a qualidade dos serviços, como se assegura o direito dos usuários e a proteção do meio-ambiente. Todas estas regras deixam de ser definidas por instituições públicas. Podem ser fixadas por meros contratos, firmadas entre governos e privatizadores, sem interferência da sociedade ou seus representantes. Abrem-se brechas na Lei de Licitações, claramente voltadas para permitir concorrências de fachada. O Estado passa a ser um balcão de negócios, todos o poderes incluídos. A corrupção, tornada onipresente, pode então desaparecer.

Os vendilhões da pátria não cansam de repetir que não vão inventar a roda, pois nada mais há a inventar depois de alienada a soberania. Mas intermináveis provas de subserviência e subordinação dos governantes são exigidas para que os capitais continuem acreditando que eles lhes serão úteis. A fidelidade tem que ser confirmada em contratos duradouros, não nos discursos, até porque estes precisam manter a aparência de normalidade institucional. A morte lenta e programada da Previdência Pública foi a primeira reforma do governo Lula e seu objetivo, mais do que para ajustar as contas públicas, serviu para fazer um ajuste de contas com as lutas dos trabalhadores, com a luta pela cidadania e por uma democracia digna do nome. Na sua última viagem a Washington, Lula vangloriou-se junto aos investidores de sua coragem em contrariar os direitos sociais de milhões de brasileiros em função dos interesses daqueles mesmos que o estavam ouvindo: "Se dependesse do medo político, não teria feito a reforma da Previdência. Porque me confrontei direto com a minha origem política que é o movimento sindical".

Não faltou também coragem para culpar o salário mínimo pelo descalabro das contas públicas desorganizadas pelos juros altos e pagamentos ainda mais altos de dívida. A coragem dos dirigentes governamentais de impor reformas privatistas e entreguistas é proporcional a duas certezas, a certeza de quão distanciados estão de compromissos públicos e nacionais e a certeza da desmobilização e inércia do movimento social e sindical. Se a primeira certeza é inequívoca, a segunda parece mais uma aposta. O mercado exige tiros de misericórdia. Teme corpos moribundos, estremeliques e convulsões. Não vão tirar seu dinheirinho de fundos e carteiras com "solidez e consistência" e injetá-lo em ambientes "instáveis e imprevisíveis". Agregam à agenda: Lei das Falências, reforma sindical, reforma universitária e as PPPs.

Nada a ver com o Estado mínimo idealizado por Friedman, é o Estado que tenha a escala necessária para maximizar lucros para as redes monopolistas. O ministro Mantega se esforça para nuançar e publicizar as chantagens externas como se fossem convites de parceria recíproca. Tenta tornar palatável o comando VENDE-SE INCONDICIONALMENTE. Apresenta as migalhas de um crescimento derivado e caudal como se se tratasse de desenvolvimento sustentável, quando a sustentabilidade pretendida é apenas a do investimentos. Garantia de rentabilidade superior a outras modalidades! Na carência, há demanda reprimida garantida! Um Brasil totalmente aberto, sem riscos e sem nada a perder! Quem perde dignidade e identidade não tem mais nada a perder.

** Sociólogo e membro da Attac-Brasil (Ação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos)*

Artigo publicado no Correio de Cidadania, e reproduzido no boletim da Seção Sindical dos Professores da universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc-SSind), em 5/7.

Resenha

Reformando a reforma

Em entrevista à Folha Dirigida (10/8), o professor da Faculdade de Educação da UFRJ e 2º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Roberto Leher, falou sobre a reforma universitária. Segundo Roberto, é preciso incluir na agenda política do país a necessidade da expansão do ensino superior público. Para ele, medidas como o projeto "Universidade para Todos" e a implementação de uma lei orgânica do ensino superior mantêm a lógica de expansão do setor privado com forte apoio da verba pública.

Queda do orçamento

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) finalizou estudo que atesta a queda de 57,8% dos investimentos em Educação nos últimos oito anos. Em 1995, era aplicado R$ 1,874 bilhão. Já em 2003, o valor não superou os R$ 790 milhões. Ainda segundo o Ipea, os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as escolas agrotécnicas e as universidades foram os mais prejudicados. No caso das universidades, a queda do custeio chegou a 55,68% (Folha Dirigida, 10/8).

"Mordaça" para servidores

O governo federal provocou polêmica ao anunciar que estuda controlar o repasse de informações por servidores públicos. A Controladoria Geral da União apresentou, no dia 11, uma proposta de decreto presidencial segundo o qual apenas ministros, assessores especiais e chefes de autarquias poderão dar entrevistas sobre investigações no âmbito da administração federal. O dispositivo será incluído no Código de Ética do servidor público civil, em vigor desde 1994 (O Globo, 12/8).

Segurança absorve verba das universidades

Neste ano, as 55 instituições federais de ensino superior prevêem gastar R$ 81 milhões, que equivalem a 13% de seu orçamento de custeio, segundo a Andifes (associação de reitores das federais). É a segunda maior despesa das instituições, atrás apenas das tarifas com energia elétrica (20% dos gastos). Os dissídios coletivos dos seguranças terceirizados têm sido o principal fator de reajuste nos contratos com as empresas de vigilância, de acordo com a Andifes, uma vez que foi extinto o cargo de vigilante na administração pública. E pior: a conta precisa ser paga pela verba de custeio, cada vez mais reduzida (Folha de S. Paulo, 8/8).

ATENÇÃO

Julgamento neste dia 18

O Supremo Tribunal Federal retoma neste dia 18 o julgamento da taxação de 11% sobre os proventos de aposentados e pensionistas. A votação foi adiada em maio, quando estava dois a um contra o governo. De acordo com analistas, o voto crucial estará nas mãos dos ministros Eros Grau e Sepúlveda Pertence, os que teriam a posição mais indefinida dos 11 ministros do Supremo. Vale dizer, porém, que a decisão poderá ser mais uma vez adiada por um pedido de vista do processo.

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

UFRJ

Ocupação acadêmica

Universidade oferece curso de filosofia para dirigentes dos sem terra

Manuella Soares

TRABALHADORES SEM TERRA E DE OUTRAS CATEGORIAS TÊM AULAS DE FILOSOFIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO COM PROFESSORES DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Pela segunda vez neste ano, durante o recesso escolar, a UFRJ recebeu como alunos, entre os dias 12 e 31 de julho, militantes e dirigentes do Movimento dos Sem Terra. O curso de extensão "Teorias Sociais e Produção do Conhecimento" inaugura uma parceria entre o mais importante movimento social da América Latina e a universidade na construção de conhecimento e pesquisa voltados para as demandas deste imenso coletivo de trabalhadores. Há cerca de três anos, o Movimento dos Sem Terra busca parcerias junto a instituições de ensino superior, particularmente as universidades federais, com o objetivo de implementar cursos de especialização e graduação em diversas áreas.

Na UFRJ, a 'ocupação acadêmica' começou em 2003, quando a Associação Nacional de Cooperação Agrícola do MST encaminhou um ofício à Diretoria da Divisão de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão – PR-5, solicitando a elaboração, em parceria, de um curso de extensão intitulado "Teorias Sociais e Produção do Conhecimento". O objetivo do curso, de acordo com a professora Selene Alves, era formar 100 dirigentes e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de outros movimentos sociais que integram a Via Campesina. O programa do curso oferece disciplinas teóricas que visam a estimular a reflexão, a investigação e a produção do conhecimento da militância, "tendo como elemento constitutivo as diferentes correntes do pensamento teórico e metodológico e suas influências na política contemporânea.", diz Selene.

O curso tem duração de dois anos e meio e foi dividido em cinco etapas que são realizadas sempre no período de recesso escolar. No programa desta segunda etapa, foram ministradas aulas sobre filosofia e formação do Estado Moderno, tendo como referência autores e pensadores gregos, cristãos, racionalistas e marxistas. Elemar do Nascimento Cezimbra, do coletivo da escola nacional Florestan Fernandes, é um dos dirigentes que cuida da formação política de seus militantes e divide com Roberta Lobo a coordenação do curso por parte do movimento.

Coordenação acadêmica

Nesta segunda etapa, o curso passou a contar com a coordenação acadêmica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. A coordenadora de Extensão, Maria Lídia Souza, faz questão de ressaltar que o Centro compreende o trabalho acadêmico na universidade pública como ensino, pesquisa e extensão, indissociáveis e que, portanto, esta atividade também não pode ser remunerada. "É importante lembrar que os professores que participam deste curso não recebem e que o curso é gratuito. A PR-5 disponibilizou, com o apoio do CCMN e do NCE (Núcleo de Computação Eletrônica) o espaço, os materiais e alimentação. Nós participamos com nossos professores".

Outro aspecto acadêmico importante para Maria Lídia é a integração dos estudantes de pós-graduação da Escola de Serviço Social no acompanhamento dos trabalhos realizados pelos "alunos-trabalhadores". "Estou coordenando um grupo de oito estudantes da pós que leram a produção das pequenas monografias feitas entre a primeira e a segunda etapas. Estamos desenvolvendo linhas de pesquisa para o acompanhamento da produção de conhecimento e metodologias desenvolvidas a partir do curso", comenta. Na próxima etapa, que começa em janeiro ou fevereiro de 2005, a professora diz que os sem terra terão aulas para aprofundar o pensamento marxista sobre o Estado. "Trabalharemos a ideologia e o conhecimento, formas da consciência, cultura, religião, política e alienação, em Marx, Lukács, Marcuse", entre outros pensadores.

Movimento vai à universidade

Segundo Elemar, há cerca de três anos, os dirigentes do MST definiram como uma das prioridades do movimento elevar a formação política e escolar de seus militantes. De lá para cá, o MST buscou firmar parcerias com instituições de ensino em áreas de diferentes disciplinas. "A primeira foi feita há sete anos com a Unijuí (Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul), para um curso de pedagogia", conta Cezimbra. O movimento sempre vai à universidade, nunca o contrário, diz o dirigente. "Houve até professores e pesquisadores que, individualmente, propuseram a realização de cursos ou pesquisas em parceria conosco, mas institucionalmente nunca.". O quadro parece estar mudando e Cezimbra anuncia que as universidades federais da Paraíba e de Juiz de Fora estão propondo cursos voltados para estes

COMO EM TODO EVENTO DO QUAL PARTICIPAM OU SÃO PROTAGONISTAS, OS TRABALHADORES DO MST REALIZARAM A SUA 'MÍSTICA', CERIMÔNIA NA QUAL A IDENTIDADE E A REAFIRMAÇÃO DOS IDEAIS E DESEJOS CONDENSADOS NA "LUTA" SÃO EXPRESSADOS. DESTA VEZ, OS ALUNOS SEM TERRA ENTOARAM CANÇÕES E DECLAMARAM POEMAS RESSALTANDO A EXPERIÊNCIA DA APREENSÃO DO CONHECIMENTO. AO FINAL, MUITOS ABRAÇOS E FLORES ENTRE E PARA TODOS OS COMPANHEIROS.

trabalhadores.

Na UFRJ, a batalha não foi diferente e o movimento esperou cerca de dois anos, desde o primeiro contato, ainda na gestão do professor Carlos Lessa, para que a instituição resolvesse atender a solicitação do movimento. "Para montar um curso de Filosofia, foram dois anos discutindo um programa mais teórico, voltado para o entendimento das concepções filosóficas, tendo o marxismo dialogando com os pensadores gregos, cristãos e outros modernos e contemporâneos". Cezimbra diz que, durante o período de realização desta segunda etapa, fez uma reunião com Aloisio Teixeira, na qual o reitor afirmou que pretende formalizar, mediante convênios entre a instituição e o movimento, projetos em áreas específicas como a Saúde. "Formalizar este curso também é um dos objetivos da reitoria", revelou o dirigente.

Curso é aberto a outros grupos

Longa trajetória no movimento social e preferência para quem já tem curso superior ou segundo grau completo são os principais critérios para ser tornar aluno do curso do MST. Nesta primeira edição, 80% dos inscritos são militantes ou 'quadros' dos sem terra "O curso teria capacidade para 100 estudantes. Conseguimos inscrever 80, mas, nesta segunda fase, chegamos a cerca de 75, já que alguns vão desistindo no meio do caminho". Cezimbra espera que 70 trabalhadores concluam todas as cinco etapas do curso.

Além do MST, alunos de outros movimentos ligados à Via Campesina, como a Pastoral da Juventude Rural e a Comissão Pastoral da Terra também estão participando. Os movimentos Consulta Popular, Rede Nacional dos Advogados Populares, Movimento dos Sem Teto e alguns dirigentes sindicais também estão inscritos. "Mais da metade da direção nacional do movimento está fazendo este curso", confirma Cezimbra.

Além das aulas teóricas, de uma etapa para a outra os alunos têm que apresentar trabalhos que, preferencialmente, estejam relacionados ao seu projeto de monografia de final de curso de curso.

Crítica ao governo

A 'ocupação acadêmica' dos sem terra tem um objetivo claro: capacitar os dirigentes e trabalhadores para a criação de um novo modelo de desenvolvimento do país não só relacionado à reforma agrária, mas a um projeto de sociedade que hoje, na opinião do movimento, não está sendo contemplado pelo governo petista. "O PT, que tinha um objetivo estratégico de chegar à presidência, chegou e está com os problemas que está. O movimento sindical e a CUT também teriam esgotado os seus projetos. O MST e a Via Campesina não apostam seus projetos estratégicos em uma eleição presidencial. Nós entendemos a reforma agrária como uma transformação mais profunda da sociedade, em uma correlação de força mais favorável à classe trabalhadora", afirma Cezimbra.

Na relação com o conhecimento acadêmico, o MST aposta nesse salto de qualidade e busca nesta parceria informação qualificada para a formulação de um projeto de desenvolvimento para a sociedade brasileira, baseado em uma soberania popular. "Não temos, hoje, no parlamento um partido que defenda os interesses dos movimentos sociais e dos trabalhadores, o PT defende o Estado e o governo Lula. A construção de uma nova organização de esquerda, com lideranças de base que estão fazendo lutas sociais, é fundamental nesse momento, e é aí que a universidade entra como parte desse projeto".

Quebra de paradigma

Para a professora Selene Alves, com este projeto, a Pró-Reitoria de Extensão reafirma o papel da Universidade na elaboração e execução de políticas públicas "que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências". Selene foi indicada pela pró-reitoria para, com os representantes do Setor de Formação do MST, viabilizar o curso na universidade. "Nesse sentido, cabe ressaltar que se tratava de construir um "novo" paradigma ou um "novo" modelo que continha intrinsecamente um aspecto inovador por estabelecer um "fluxo de saberes sistematizados", entre a comunidade acadêmica e o MST, que é o mais importante movimento social e político da América Latina", comenta.

Elemar Cezimbra diz que um curso de filosofia ministrado por docentes de universidades federais em parceria com os trabalhadores é mesmo uma quebra de paradigma tanto para o meio universitário como para o movimento. Os sem terra, diferente de vários setores da sociedade, não buscam nos cursos de formação superior respostas ou fórmulas prontas para os seus problemas. "O conhecimento que está na universidade e a própria universidade são públicos e, além de professores que vão repassar o conhecimento, estes docentes são para nós como críticos que vão nos apresentar questionamentos. Não buscamos as respostas aos nossos problemas na universidade .Quem vai dar as respostas somos nós".

A partir da interação com a universidade brasileira fica evidente que o Movimento dos Sem Terra desenvolveu, ao longo da década de 1990, uma ampla política de escolarização e formação de seus militantes e dirigentes. O MST instituiu parcerias em nível de graduação, especialização, de extensão e de pós-graduação, com mais de 50 universidades públicas. Veja alguns dos programas e cursos de formação desenvolvidos pelo movimento com diversas instituições de ensino:

Curso de Graduação Pedagogia da Terra (Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual do Mato Grosso).

Curso de Especialização em Administração de Cooperativas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária com a Universidade de Brasília - UnB e a UNICAMP.

Cursos Intensivos de Realidade brasileira para a formação de 1000 jovens da Escola Nacional Florestan Fernandes em convênio com a UNICAMP

Cursos de Extensão de Realidade brasileira a partir dos Grandes Pensadores da Escola Nacional Florestan Fernandes (Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade de São Paulo – USP, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Fluminense).

Curso de Graduação em História da Escola Nacional Florestan Fernandes com a Universidade de Brasília – UnB.

Curso de Pós-Graduação em Estudos Latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes com a Universidade Federal de Juiz de Fora.

Colegiados

Consuni debate cotas e "Prouni"

Colegiado faz o primeiro debate sobre projetos de lei do governo para o ensino superior

O Conselho Universitário reservou a sessão de 12 de agosto para discutir os projetos de lei do governo referentes à instituição do sistema de cotas para as universidades federais (PL nº 3.627/2004) e o privatizante "Programa Universidade para Todos", conhecido como Prouni (PL nº 3.582/2004). Vários conselheiros se manifestaram sobre os dois documentos, mas não houve qualquer deliberação. Os projetos devem continuar em pauta para a próxima reunião do colegiado, em 26 de agosto.

Antes da discussão, o Consuni assistiu a uma apresentação do estudo do professor Maurício Luz, do Colégio de Aplicação, sobre a possibilidade de reserva de 20% das vagas em todos os cursos da UFRJ para alunos oriundos da rede pública. Em linhas gerais, o trabalho do professor demonstra não existir diferença estatística de desempenho acadêmico entre a parte dos melhores candidatos (um terço dos classificados) e aqueles que ingressaram com as notas mínimas (outro terço) nos cursos de maior demanda da universidade, nos últimos anos. Além disso, não existe diferença significativa de notas no vestibular entre os 20% dos candidatos que ingressaram com as notas mínimas e as notas de um número igual dos candidatos da rede pública que mais se aproximaram da classificação. Maurício lembrou ainda que sua análise não se baseou em dados étnicos, uma vez que a UFRJ não solicitava dos candidatos ao seu vestibular esse tipo de informação, até o ano passado.

Depois da exposição do professor do CAp, o advogado Renato Ferreira da organização Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) teve a oportunidade de novamente cobrar cotas para alunos negros no vestibular da UFRJ. De acordo com o advogado, assim que o ensino médio público ganhar qualidade, não serão necessárias cotas. "O que fazer até lá com essas pessoas que não vão pegar escola pública de qualidade? Será que os excluídos terão de suportar mais um ano (sem universidade)?", disse, apontando para um numeroso grupo de jovens vinculados à Educafro e presente ao colegiado. Renato observou que o CEG não entrou no debate de mérito das cotas e solicitou um posicionamento do Consuni. "Queremos uma universidade pública, gratuita, de qualidade e inclusiva", afirmou.

Fotos Kelvin Melo

RENATO FERREIRA DA ORGANIZAÇÃO EDUCAFRO COBRA COTAS PARA ALUNOS NEGROS NO VESTIBULAR DA UFRJ

JOVENS VINCULADOS À EDUCAFRO SE MANIFESTAM NO COLEGIADO

O debate

Um dos representantes dos técnico-administrativos no Consuni, Fortunato Mauro disse considerar de forma positiva a discussão de políticas afirmativas para o acesso ao ensino superior. No ponto de vista dele, isso demonstra a força de organização dos movimentos sociais. Em última instância, Fortunato aceita a implantação de cotas pelo critério sócio-econômico. O que o técnico-administrativo não admite de forma alguma é o financiamento público para estudo em instituições particulares, regido pelo "Universidade para Todos".

Gustavo Menezes, representante discente dos pós-graduandos, observou que, por decisão de assembléia, os alunos da UFRJ são contrários aos dois projetos, nos atuais moldes. O Prouni é totalmente repudiado. Já as cotas poderiam ser aceitas, no caso de um repasse substancial de recursos às universidades em razão proporcional ao número de alunos cotistas.

Marcílio Lourenço, também representante técnico-administrativo, questionou a constitucionalidade dos projeto de cotas. Segundo ele, as cotas rompem com o princípio de igualdade entre os cidadãos brasileiros estabelecidos pela Constituição Federal. Além disso, quebram o conceito da autonomia universitária ao impor os critérios de ingresso nos cursos das universidades. "Seria uma excrescência a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados dar constitucionalidade a um projeto de lei como esse", disse. Marcílio propôs a utilização do Ministério Público para fazer valer os dispositivos constitucionais, caso o governo insista com seus projetos. E observou que a comunidade acadêmica deveria formular projetos de lei em contraposição aos textos governamentais.

Joel Teodósio, pró-reitor de Desenvolvimento e Planejamento, disse que a isenção do Prouni concedida às instituições particulares não é pequena. "Esse Prouni é um absurdo", classificou. Segundo Joel, o governo deveria investir recursos em cursos noturnos das instituições públicas. E as universidades, por sua vez, devem dar suporte ao aperfeiçoamento do ensino de 1º e 2º graus. "É evidente que aí se democratiza o acesso", afirmou. Em relação à proposta de cotas (como está, significa 50% do total de vagas - e não por curso - para os estudantes do ensino médio), Joel questiona sua "eficácia". "Da forma como está escrito o projeto, a repercussão pode ser nenhuma aqui na UFRJ", disse.

Denise Goés, técnica-administrativa e militante do movimento negro, falou que aguardar por condições ideais para a inclusão dos estudantes negros é uma hipocrisia. Segundo ela, a UFRJ se negou a discutir o assunto das cotas por muito tempo. "Nós também lutamos pelo aumento das verbas para a Educação e pela melhoria do ensino básico. Mas até quando vamos esperar? Mais 500 anos?", perguntou. Segundo ela, a universidade deve dar um parecer favorável às cotas.

O estudante Paulo Maurício Schueler viu no projeto de lei do "Universidade para Todos" uma iniciativa do governo em socorro aos "barões de ensino" das instituições particulares. Segundo ele, dadas as atuais dificuldades dos colégios privados, não é coincidência que surja esse projeto de transferência de recursos públicos para as privadas, via isenção. "E não é só por esse projeto. Tem também no Fies (Financiamento Estudantil, que empresta recursos para os alunos estudarem em instituições particulares). Muitos começam sua vida profissional devendo à Caixa Econômica Federal", comentou. Paulo considerou um equívoco também a política de cotas e conclamou os presentes para atentar para o foco do problema: "Essa é uma questão de classe (social)", disse.

O reitor Aloisio Teixeira criticou os projetos, mas destacou um aspecto que considerou positivo no Prouni: a exigência de uma contrapartida social para as instituições par-

Colegiados

ticulares, através de bolsas concedidas para os alunos. No entanto, pelos últimos movimentos do governo (redução do percentual de bolsas de 20% para 10% e retirada do caráter de urgência do projeto), Aloisio prevê que o Prouni acabe esquecido, muito em breve, em uma gaveta qualquer do MEC. Sobre as cotas, assim como já havia dito Joel, o reitor acredita que a UFRJ terá "poucas vagas a preencher" com o critério de, no mínimo, 50% para os alunos da rede pública, como está explicitado no projeto. "E, nos cursos de alta demanda, não vai acontecer nada", disse.

Último texto do MEC será reproduzido

Para subsidiar o debate das próximas sessões, o reitor comprometeu-se a reproduzir para os conselheiros o documento "Reafirmando princípios e consolidando diretrizes" – o último texto divulgado pelo MEC sobre a reforma universitária, no fim de julho, e disponível em www.mec.gov.br/reforma, na seção "documentos".

EBA e Música homenageadas

Foram votadas moções de louvor à Escola de Belas Artes e à Escola de Música que completaram, na semana passada, respectivamente, 188 e 156 anos de fundação. Mas nem tudo foi tão sereno assim. Alunos da EBA estiveram no colegiado para protestar contra as péssimas condições de infraestrutura do curso.

Colégio Brasileiro de Altos Estudos é aprovado

Houve uma breve interrupção da sessão ordinária do Consuni para a votação do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ. O órgão, de caráter interdisciplinar, ficou instituído em vinculação ao Fórum de Ciência e Cultura. Como se tratava de uma alteração estatutária e havia quórum qualificado (dois terços dos conselheiros), formou-se uma sessão especial e a questão foi rapidamente aprovada – o debate sobre o Colégio aconteceu na reunião do colegiado do dia 22 de julho, quando não houve quórum mínimo para votação.

Funcionários do Direito reconhecidos

Foi aprovada uma moção em reconhecimento ao trabalho dos servidores cedidos pela reitoria para ajudar no soerguimento da Faculdade de Direito, durante o período de afastamento do diretor Armênio Cruz.

Moção para Elza Monnerat

O Conselho Universitário também reverenciou com uma moção o nome de Elza Monnerat. Dirigente do PC do B, Elza faleceu aos 91 anos, no dia 11 de agosto, no Rio de Janeiro.

CEPG critica política de cotas

Colegiado propõe o aumento de recursos para os ensinos básico e superior

Investimento na qualificação do ensino básico público e aumento do número de vagas no ensino superior também público: iniciativas que devem ser acompanhadas de orçamentos suficientes para sua manutenção e expansão. Essa pode ser considerada a síntese das manifestações sobre democratização do acesso às universidades, tema da reunião do Conselho de Ensino para Graduados, em 13/08.

Durante a sessão do colegiado, os conselheiros tiveram a oportunidade de assistir a um estudo, apresentado pelo professor Maurício Luz, do Colégio de Aplicação, sobre a possibilidade de inclusão de uma cota de 20% para estudantes da rede pública nos cursos da UFRJ. O mesmo já exposto no Consuni, na véspera (veja matéria na página 6).

De acordo com o trabalho, o sistema de acesso diferenciado (80% pela classificação atual e 20% pelas cotas), em especial nos cursos de alta demanda, amplia a participação de alunos de baixa e média renda na universidade. E o desempenho acadêmico médio "poderá não ser afetado" pelo ingresso desse grupo de cotistas.

Feita uma projeção para uma cota de 50% (percentual mínimo pretendido pelo governo no projeto de lei 3.627), Maurício observa que vai aumentar um pouco mais a diferença média entre as notas do vestibular do grupo de alunos cotistas e as daqueles que serão substituídos. Fora isso, não haverá um acréscimo significativo de alunos de baixa renda na universidade. Isso ocorre porque são poucos os estudantes carentes que alcançam boas notas e eles já seriam quase todos contemplados pelo percentual analisado inicialmente pelo estudo.

Conselheiros criticam cotas

A professora Iná Elias de Castro (representante do CCMN) criticou a ausência do caráter de democratização do acesso em qualquer projeto de cotas. "Inclui uns e exclui outros. É o cobertor curto (da universidade)", disse. Para ela, fica claro que a deficiência do sistema reside na fragilidade da maior parte do ensino básico público.

Kelvin Melo

MAURÍCIO LUZ APRESENTA ESTUDO SOBRE COTAS AO CEPG

Lígia Maria Valente (CCMN) reivindicou o aumento de verbas para o ensino superior e a realização de concursos para o quadro de professores com o objetivo de abrir novas vagas para os estudantes e, assim, minimizar o problema do acesso à educação superior. Hatisaburo Masuda (CCS) também cobrou mais investimentos no ensino básico da rede pública. Para ele, o bom desempenho dos estudantes da rede federal no vestibular da UFRJ serve como exemplo dos resultados que podem ser conseguidos com um pouco mais de apoio aos docentes, através de salários melhores e planos de carreira.

Evento institucional sobre reforma universitária

O professor Nelson Souza e Silva, que presidiu boa parte da sessão do CEPG (o pró-reitor José Luiz teve de se ausentar para uma reunião com o reitor e coordenadores dos programas notas 6 e 7 por conta do Proex), informou que a UFRJ vai promover, em conjunto com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um seminário sobre a reforma universitária. O evento vai ocorrer entre os dias 20 e 24 de setembro, espalhado entre as sedes das três instituições envolvidas. Ao final das atividades, deverá ser produzido um documento sobre a reforma.

Proex suspenso

Por razões ainda não oficialmente explicadas, o Programa de Excelência Acadêmica (Proex), que contemplaria os cursos com notas 6 e 7 na avaliação da Capes, foi suspenso pela agência de fomento. Segundo explicou o pró-reitor José Roberto, a liberação de recursos para os bolsistas desses cursos volta a ser feita, pelo menos provisoriamente, pelo chamado Programa de Demanda Social, como no ano passado.

Programa de apoio a docente recém-doutor

O CEPG aprovou o edital relativo ao programa de apoio a docente recém-doutor Antonio Luís Vianna (ALV). Não houve mudanças significativas em relação aos anos anteriores. O programa entra em sua oitava edição. As propostas deverão ser encaminhadas à Divisão de Pesquisa, na pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, até 18 de outubro. Os telefones para mais esclarecimentos são 2598-1723 e 2598-1729. O e-mail de contato é: alv2004@sr2.ufrj.br.

Também foi aprovado o edital do Prêmio Antonio Luís Vianna, concedido aos três projetos que mais se destacarem dentre os beneficiados com o auxílio do Programa ALV em 2002. O valor da premiação é de R$ 15 mil. A página da www.sr2.ufrj.br deve disponibilizar a íntegra dos dois editais em breve.

ATENÇÃO

Democratização do acesso

O Conselho de Ensino de Graduação (de 11/8) voltou a discutir a democratização do acesso à universidade, mas não houve novas deliberações. Vale destacar o depoimento da professora Ana Borralho (representante do CCS). Ela ressaltou que, além de medidas como o apoio aos cursos noturnos, a administração da UFRJ e os colegiados deveriam voltar suas atenções para os cursos carentes de recursos e de pessoal. Segundo ela, "não adianta inflar a universidade com alunos e ficar à mercê da necessidade".

Movimento

Governo não cumpre prazo e categoria fica sem resposta sobre contraproposta do Setor

Em audiência realizada na última segunda-feira, 9 de agosto, a bancada governista declarou que, em setenta e duas horas, expediria uma resposta oficial do governo às reivindicações do Andes-SN apresentadas durante as últimas reuniões pelo Sindicato. O prazo, estipulado pelo próprio governo, era quinta-feira, dia 12. Na manhã do dia 13, o Ministério do Planejamento informou ao Sindicato que até o final daquela sexta-feira seria divulgda uma resposta oficial. Reprsentantes do Ministério da Educação, no entanto, informaram aos diretores do Andes-SN que nenhuma resposta seria dada até segunda-fera, dia 16.

Greve em 11 instituições

Nacionalmente, a greve dos docentes cresceu na última semana. Em onze instituições, os professores paralisaram pelo atendimento das reivindicações do Andes-SN. Oito seções sindicais mantêm indicativos com data e em oito foi aprovado indicativo de entrada em greve sem data específica.

Confira abaixo, o quadro de mobilização e greves de docentes nas universidades.

Seção sindical	nº de sindicalizados (*)	Presença na última AG	Proposta salarial aprovada			GREVE				Próxima AG	Observações
			Do setor	Do Governo	Outra	desde quando	contra	indicativo c/ data	indicativo s/ data		
1 ADUFAC											Em recesso até 4/set
2 ADUA	837										Em recesso até 16/ago
3 SESDUF-RR	161	51	X					17/ago			
4 ADUNIR	270	40	X			09/ago	X				
5 ADUFPA	1394	173	X			16/ago					
6 ADFCAP	119	29	X			05/ago					
7 SINDUFAP	90	23	X			09/ago					
8 APRUMA	973	22	X					23/ago			
9 ADUFPI	1287	94		X					X		
10 ADUFC	2001	162			X (I)				X		(I) Proposta alternativa da Adurn (**)
11 ADUFPB	2079	283			X (I)				X	17/ago	(I) Proposta alternativa da Adurn (**)
12 ADUFCG	753	142	X						X		
13 ADURN	1922	100	X (preferencial)		X(I)				X		(I) Proposta alternativa da Adurn (**)
14 ADUFEPE	1826	103	X					18/ago		18/ago	
15 ADUFERPE	572						X				única informação conseguida
16 ADUFAL	1172	89	X								
17 APUB	2731	135	X			05/ago					
18 ADUnB	1393	175	X					16/ago			Recesso até 8/ago. Calendário suspenso por causa da greve dos técnico-administrativos
19 ADUFG	1645	199		X			X				
20 ADCAC	99	47	X			11/ago					
21 ADUFMAT	1199	59	X				X				
22 ADUFMAT-ROO		30	X				X	16 /ago			
23 ADUFMS	752	77		X			X				
24 ADOURADOS	110	19		X			X				
25 ADUFU	1209	122			X(2)	09/ago				17 ou 18 / ago	(2) proposta original de reajuste linear
26 APUBH	2770	50		X			X				
27 SINDCEFET-MG	440	145	X								greve suspensa em assembléia do dia 10/8
28 APESJF	991	191	X			12/ago				19 / ago	
29 ASPUV	881	218	X				X				
30 ADUFLA	374	99	X			9/ago					
31 ADFUNREI	204	36		X			X				
32 SINDEFOA	121	33	X					16/ago			
33 ADUFES	1293	56		X			X				
34 ADUFRJ	3420	246		X			X				
35 ADUNI-RIO	620	58	X				X				
36 ADUFF	2497	28	X					31/ago		19/ago	indicativo de greve para 2º semestre letivo
37 ADUR-RJ	679	59	X			05/ago				17/ago	
38 ADUFSCar	699	40		X			X				
39 ADUNIFESP	511	60	X			05/ago					
40 APUFSC	2382	139	X						X	16ou17/ago	
41 APUFPR	2457	107		X			X				
42 SINDOCEFET-PR	964								X		AG será chamada depois da reunião com MPOG
43 ADUFRGS	2689	61		X			X				
44 APROFURG	682	33	X					13/ago			
45 ADUFPel	1110	65	X						X		
46 SEDUFSM	1185	186			X		X				Proposta do prof. João Eduardo(****)

(*) Nº de sindicalizados fornecido para o último processo eleitoral para a diretoria do Andes-SN
(**) Proposta consiste em manter a proposta do Setor, porém retroativa a 1º de julho (e não a 1º de maio). O dinheiro "poupado" deste período seria usado para corrigir distorções salariais e fazer a paridade.
(***) Nº de sindicalizados desta seção sindical não consta da última listagem para a eleição da diretoria do Andes-SN
(****) São mantidos os valores da proposta apresentada pelo MPOG em 31 de julho, com a diferença de que o princípio da paridade entre ativos e aposentados fica mantido
Não houve informações por parte das seguintes seções sindicais: Sindcefet-PI; Sindcentec; Aduc; Adufpb-Patos; Asdesam; Adufs; Adcaj; Sesduft; Adufmat-Roo; Adfmtm; Aproefei; Adufop; Sindfafeid; Adcefet-RJ; Adafa.

IMPRESSO

Professor, atualize seu endereço em nosso cadastro

Para agilizar a comunicação com nossos sindicalizados, pedimos aos professores, ativos e aposentados, que nos enviem seus endereços eletrônicos, residenciais e telefones de contato para atualização de nosso cadastro.
Os dados podem ser enviados para o endereço adufrj@adufrj.org.br ou para a caixa postal 68531 ou, ainda, pelo tels/fax: 2260-6368 – 3884-0701 – 2230-2389, ramal 21.

Agenda Sindical

23/8 – Reunião da Coordenação Política da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ), no Sindicato dos Engenheiros, na Av. Rio Branco, 277/ 17º andar, às 18h

25/8 - Passeata contra a reforma universitária até o MEC
Rio de Janeiro (RJ), com concentração no IFCS, a partir das 11h

3 e 4/9 - GT de Política e Formação Sindical
Brasília (DF) - Sede do Andes-SN

7/9- Grito dos Excluídos

10 e 11/9 - Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: Seminário sobre a Reforma da Educação Superior
Brasília (DF)

11 e 12/9 - Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF)

12/9 - Marcha contra a Reforma Universitária
Brasília (DF)

12/9 - Plenária Nacional de Luta contra a Reforma da Educação Superior do MEC
Brasília (DF)

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/ 2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 150 • 23 de agosto de 2004

Editorial

Governo usa medida provisória para decretar salários de docentes

Com a edição anunciada de uma medida provisória reajustando os salários dos professores do ensino superior federal exclusivamente por meio do aumento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), o governo agrava a disparidade entre as remunerações dos professores ativos e as dos professores aposentados e dos pensionistas, ao mesmo tempo que demonstra a total incoerência entre o seu discurso de respeito aos legítimos representantes dos trabalhadores e a sua prática de tudo fazer para desqualificá-los e destruí-los. As novas remunerações serão, na prática, as mesmas que compunham a proposta feita pelo governo em abril, porque a única mudança trazida pela prometida MP, ou seja, a suspensão do caráter produtivista da GED, não resultará em impactos financeiros significativos, pois quase todos os docentes já possuem o máximo de 140 pontos.

Diz o ofício do governo encaminhado ao Andes-SN em 17/8 (ver íntegra na página 3): *"Após 12 rodadas de negociação, ocorridas desde 12 de maio, verificou-se um impasse diante da impossibilidade de aportar mais recursos aos 372 milhões já anunciados, limite estabelecido desde a apresentação da primeira das três propostas apresentadas."*. Ou seja, exatamente no momento em que, de forma unilateral, encerra as pretensas negociações com os representantes dos docentes, reconhece o governo que jamais negociou de fato. Afinal, se era impossível aportar mais recursos, o que havia para negociar? Ficou claro, finalmente, o significado que o governo atribuía à palavra "simulação", usada para qualificar as propostas que apresentava: "falta de correspondência com a verdade; fingimento, disfarce, dissimulação" (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

No entanto, apesar deste reconhecimento expresso no ofício, e repetindo o que fez durante todo o processo de "negociação", o governo ainda tenta mostrar, nas declarações públicas dos seus representantes, que teve uma "generosidade" não correspondida pelos "intransigentes" dirigentes do Andes-SN. A nota do MPOG, intitulada "Aumento médio de 18% para os professores", cujo conteúdo foi repetido à exaustão pelos jornais comerciais, diz o seguinte: *"Os índices a serem concedidos variam entre 10,15% a 34,91%. Para chegar a esses percentuais, os Ministérios do Planejamento e da Educação conseguiram aumentar de R$ 230 milhões para R$ 372 milhões os recursos orçamentários destinados ao reajuste da categoria em 2004. Isso significa que haverá necessidade de incluir no orçamento para 2005 recursos suplementares de R$ 160 milhões, uma vez que o custo anualizado é de R$ R$ 532 milhões. "Houve, portanto, um acréscimo de R$ 372 milhões à proposta inicial do governo, mas nem assim foi possível um acordo com a diretoria do Andes", lamentou o secretário Sérgio Mendonça."*

É impressionante a desfaçatez do secretário. É óbvio que se a proposta salarial é a mesma, os recursos necessários serão também os mesmos! Os "recursos suplementares" alardeados pelo secretário sempre existiram, mas o governo usava uma disponibilidade de apenas R$ 230 milhões para desqualificar as contrapropostas do Andes-SN, que, "simuladas" com menos dinheiro, resultavam evidentemente em reajustes menores. Como o governo voltou à sua proposta inicial, foi obrigado a admitir o verdadeiro valor disponível, mas continua manipulando dados para fazer crer que "conseguiu" mais recursos e que a intransigência na negociação foi do sindicato.

Ao contrário, o sindicato nacional dos docentes sempre esteve longe da intransigência na negociação. Tentando superar os impasses criados pela estratégia do governo, e sempre com o respaldo das assembléias gerais de base, o Andes-SN reduziu, por três vezes, a sua reivindicação salarial. Na primeira, priorizou a incorporação da GED e da GID em relação ao reajuste linear. Na segunda, aceitou substituir a GED e a GID por gratificações paritárias não inferiores aos valores da proposta do governo. Na terceira, aceitou praticamente na íntegra a proposta que o governo havia apresentado, contrapropondo apenas o restabelecimento da isonomia entre as carreiras do magistério superior e do 1º e 2º graus e a correção de uma distorção nos valores previstos para os titulares com mestrado e doutorado, ao custo adicional de apenas 72 milhões de reais em 2004.

A restauração da isonomia tornou-se necessária depois que, em outra manifestação de autoritarismo, o governo assinou com o Sinasefe um acordo para o reajuste dos professores da carreira de 1º e 2º graus, sem a participação do Andes-SN e dos docentes desta carreira por ele representados, pelo qual substituiu a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) por uma gratificação fixa, igual para ativos, aposentados e pensionistas, ou seja, exatamente no formato então reivindicado pelo Andes-SN para todos os docentes. A proposta de abril custaria, para esta carreira, R$ 76 milhões em 2004, mas, para viabilizar o acordo, o governo flexibilizou os "limites" orçamentários e aportou mais R$ 22 milhões. Este acordo, aliado à nova MP, provocará a esdrúxula situação dos ativos do ensino superior ficarem ganhando mais do que os seus colegas de igual titulação do 1º e 2º graus, enquanto com os aposentados e pensionistas acontecerá o inverso!

A galeria de desinformações exibidas pelo governo ainda é longa: o reajuste médio anunciado igual a 18% está errado, pois refere-se apenas aos ativos. Para os aposentados e pensionistas é igual a 13,9% e na média geral é igual a 16,5%. O item 5 do

Continua na página 3

Movimento

Comando Nacional de Greve reafirma paridade entre ativos e aposentados

Fortalecer a Greve! Reafirmar nossos Princípios !

Na última rodada da mesa de negociações, o governo comunicou ao ANDES-SN que sua proposta será unilateralmente implementada mediante edição de medida provisória, contrariando a decisão soberana das assembléias de base em todo o país, que desde abril vêm rejeitando essa proposta. O governo busca impor ao movimento a lógica do fato consumado. Querendo nos vencer pelo cansaço, busca agora nos chantagear: ponham o dinheiro no bolso, esqueçam seus princípios e rifem mais uma vez os aposentados.

Ao longo das negociações, o movimento docente reafirmou inúmeras vezes como princípios a extinção da GED, a incorporação das gratificações, a paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre docentes do 1º, 2º e 3º graus. Todavia, o governo vem insistindo, em todas as suas propostas, na discriminação eticamente inaceitável entre ativos e aposentados, introduzida em 1998 pela implementação da GED, na gestão Paulo Renato/FHC, que agora ele busca consagrar por medida provisória.

Em meio à barbárie que se instala, a dignidade dos docentes nos impede de aceitar a lógica segundo a qual os aposentados devem ser discriminados e progressivamente privados de seus direitos, como se pudéssemos ignorar que deles herdamos nossa universidade e nosso país, nossas vidas e o próprio patrimônio da humanidade. É inadmissível que os aposentados continuem a ser tratados de forma criminosa como cidadãos de segunda classe, considerados, como na contra-reforma da previdência, mero problema contábil a ser eliminado do Orçamento da União, cuja prioridade continua a ser a remuneração de banqueiros, especuladores e agiotas com as mais altas taxas de juros do planeta.

Consideramos que há toda uma concepção de mundo e de universidade subjacente à proposta do governo e ao modo como ele busca implementá-la, coerente com a continuidade e o aprofundamento das políticas neoliberais, que vêm retirando direitos dos trabalhadores, concentrando renda, poder e propriedade, submetendo cada vez mais o orçamento público ao pagamento de juros de uma dívida já paga; privatizando o patrimônio público e a infra-estrutura da sociedade, redimensionando o papel do Estado de acordo com os interesses do grande capital e destruindo o serviço público e as mais elementares condições de existência do Brasil como país soberano.

É muito grave o procedimento arbitrário e unilateral do governo. Sem abrir mão de nossa pauta geral e específica, nossa categoria investiu ao longo de todo este período no processo de negociação. Tanto é assim que, após o governo ter acatado e consensuado a legitimidade de nossos princípios e reivindicações e admitido que o ANDES-SN estava certo ao apontar que a proposta inicial do governo exigia R$ 372 milhões, o movimento docente elaborou uma contra-proposta que, respeitando os nossos princípios e restabelecendo a isonomia entre docentes dos vários graus de ensino e a paridade entre ativos e aposentados, necessita do aporte suplementar de R$ 72 milhões. Quando a negociação parecia caminhar para seu desfecho, fomos surpreendidos pelo governo com a interrupção das negociações e com a informação de que a sua proposta será implementada por MP. Essa atitude arbitrária e unilateral, quebra a nossa confiança já abalada pelo descumprimento por várias vezes dos acordos assinados com outras categorias dos servidores públicos federais.

Nos últimos anos, os docentes e servidores técnicos administrativos vivem em arrocho salarial permanente. As verbas para custeio e investimento nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) caíram quase 60%. Nossas instalações estão em franca deterioração e muitas IFES já se acham em situação pré-falimentar. O que assim está sendo atacado são as Instituições, os profissionais e os seres humanos que produzem mais de 90% do conhecimento no Brasil, cujo trabalho se acha direta ou indiretamente presente em todos os poros da sociedade. A defesa da Universidade Pública Gratuita e de Qualidade, patrimônio dos brasileiros construído ao longo de gerações, mais que uma luta de docentes, estudantes e servidores técnicos administrativos, deve ser considerada e abraçada por toda a sociedade que se quer livre e soberana como uma luta em que está em jogo seu próprio futuro.

No momento em que o governo propõe uma reforma do ensino superior extremamente lesiva à universidade pública, entendemos que a unidade do movimento docente na luta em defesa da universidade é absolutamente fundamental. Por isso, manifestamos, mais do que nosso desacordo, nossa indignação com os que buscam questionar a legitimidade das instâncias democráticas de base de nosso sindicato, construídas ao longo de sua história de lutas.

A rejeição da proposta do governo e a deflagração da greve foi uma deliberação emanada da decisão soberana, autônoma e democrática de nossas assembléias de base, devidamente ratificada pela reunião do setor das federais do ANDES-SN. A instalação do Comando Nacional de Greve é um desdobramento legítimo desta decisão, uma vez que já existem 15 IFES em greve.

Numa conjuntura em que os servidores em greve nacional há 57 dias reafirmam sua disposição de luta e o movimento estudantil amplia o seu processo de resistência na defesa da universidade pública, gratuita, laica de qualidade e socialmente referenciada, contrapondo-se à proposta de Reforma Universitária do MEC/Banco Mundial com greve deflagrada em varias universidades, entendemos ser absolutamente necessário reafirmar nossos princípios pela ampliação e pelo fortalecimento de nossa greve. Não podemos ceder à chantagem do governo. O fortalecimento de nossa greve é fundamental para que o governo recue de sua decisão unilateral.

Fonte de toda liberdade, de toda dignidade e de todos os direitos historicamente conquistados pelos que vivem do próprio trabalho, o fortalecimento de nossa luta, agora como sempre, é o único meio para a conquista de nossas justas e legítimas reivindicações.

Brasília, 19 de agosto de 2004
CNG/2004

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN

Governo interrompe negociação e anuncia reajustes diferenciados

Na última terça-feira, 17, o Ministério do Planejamento anunciou em reunião com o Andes-SN que encerrava as negocições da Campanha Salarial 2004 com a edição de uma medida provisória na qual publicaria a sua proposta de reajustes diferenciados para os professores ativos e aposentados, contrariando as reivindicações do movimento docente pela paridade. Vale lembrar que no decorrer das negociações com o governo a maioria das seções sindicais rejeitou a proposta governista. A assessoria jurídica do sindicato nacional apurou que até às 13h30 de sexta-feira, 20, o governo não havia editado a medida provisória com o 'reajuste' que impõe perdas para os professores aposentados em relação aos ativos. Confira a nota do Comando Nacional de Greve do Andes-SN:

"COMUNICADO URGENTE!

Tem circulado, por meio eletrônico, a notícia de que a Medida Provisória determinando o "reajuste" dos docentes de ensino superior das IFES, teria sido, editada no dia 19/08/2004, quinta feira.

O CNG, por intermédio da Assessoria Jurídica do ANDES-SN, procurou certificar a veracidade da notícia veiculada pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, no "Em questão", nº 226, de 19/08/04, e por outras fontes.

Constatou-se que até o presente momento (13:30h.) esta informação não está confirmada.

Alertamos também para o grave fato de que a notícia esta circulando anexa à nota do ANDES–SN, na tentativa de sugerir que a mesma estaria sendo encaminhada pelo Sindicato.

Mais uma vez, o governo tenta nos confundir usando de artimanhas para desligitimar o ANDES-SN, desmobilizar a categoria e impor de forma inescrupulosa a sua proposta como fato consumado.

Enfatizamos ainda que a expressiva maioria das AGs das Seções Sindicais tem REJEITADO sistematicamente essa proposta do governo. Reafirmamos a nossa INDIGNAÇÃO pelo tratamento autoritário e discriminatório dado à categoria e exigimos respeito às nossas reivindicações.

Nesse momento o fortalecimento da luta e nossa coesão são fundamentais para a vitória!

Brasília, 20/8/04

Comando Nacional de Greve/04"

Até o fechamento desta edição, não havia sido confirmada a edição da MP pelo governo. Abaixo, a íntegra do comunicado do Planejamento sobre o fim da negociação.

"Ofício Conjunto n 02/2004/SRH/MP
Brasília, 17 de agosto de 2004
À Direção do ANDES
Prezados Senhores,

No último dia 9 de agosto, em reunião com a direção dessa entidade, fomos informados pela Diretoria do ANDES, que a maioria das assembléias gerais realizadas nas diversas seções sindicais havia rejeitado a proposta apresentada pelo governo.

Após 12 rodadas de negociação, ocorridas desde 21 de maio, verificou-se um impasse diante da impossibilidade de aportar mais recursos aos 372 milhões já anunciados, limite estabelecido desde a apresentação da primeira das três propostas apresentadas.

Assim, por entender que os docentes do ensino superior desempenham papel fundamental par Administração Pública, o governo decidiu por:

1. Conceder reajuste salarial aos docentes do ensino superior, mesmo não tendo conseguido firmar acordo com a entidade representativa da categoria;
2. Reafirmar os termos da proposta já apresentada que sinaliza na direção das três principais reivindicações da categoria, quais sejam: reajustes acima da inflação, exitinção da GED e paridade entre ativos e aposentados;
3. Conceder reajustes, conforme tabelas anexas, que variam de 10,15% a 34,91%;
4. Suspender o caráter produtivista da GED e garantir para todos os ativos o recebimento de 140 pontos
5. Elevar a remuneração dos aposentados e instituidores de pensão na medida em que, além de aumentar o valor do ponto, passa a quantidades de pontos de 84 para 91. Com isso, diminui a distância entre a remuneração percebida pelos ativos e pelos aposentados.
6. Constituir, no âmbito do Ministério da Educação, Grupo de Trabalho para discutir propostas, visando a extinção da GED e a paridade entre ativos e aposentados.
7. Finalmente, informados que o governo estará encaminhando ao Congresso Nacional, medida provisória que trata do reajuste dos docentes do ensino superior nos termos acima expostos.

Apesar de não concluirmos a negociação com um acordo entre as partes e estarmos implantando imediatamente a nossa proposta, motivados pela defasagem salarial dos professores, queremos enfatizar nossa disposição de manter o diálogo, para viabilizar no menor prazo possível, as questões que não foram equacionadas nesse primeiro momento. Reafirmamos nosso respeito às negociações e à representação institucional dos docentes, através de seus sindicato.

Atenciosamente,
Sérgio E. A Mendonça
Secretário de Recursos Humanos – MP
Jairo Jorge
Secretário Executivo Adjunto - MEC"

Continuação da capa

ofício conjunto MEC/MPOG revela, no mínimo, uma incapacidade inexplicável para os cálculos e observações mais simples, ao afirmar que a proposta "diminui a distância entre a remuneração percebida pelos ativos e pelos aposentados". Ora, os reajustes (absolutos, em reais, ou relativos, em percentuais) dos ativos são todos mais altos do que os dos aposentados e pensionistas, evidentemente aumentando a distância entre as remunerações. Mas a conclusão mais fantástica é, sem dúvida, o maior reajuste anunciado, igual a 34,91%. Ele refere-se ao Professor Auxiliar nível 1, 40 horas, *com doutorado*, que simplesmente não existe.

Para não sermos injustos com o governo, temos de reconhecer que a suspensão do caráter produtivista da GED representa algum avanço em relação à proposta de abril. Mas isto tornou mais cristalino do que nunca o objetivo principal que a GED sempre teve, que foi o de impor perdas a aposentados e pensionistas. Sem a contagem de pontos, podem ser jogados no lixo todos os argumentos sobre as virtudes da avaliação e da premiação do desempenho que tanto alimentaram a defesa da GED. Como poderão os que defendiam a proposta de abril por causa destas virtudes e recusavam com sinceridade qualquer identificação com os algozes dos aposentados e pensionistas, aceitar o abandono dessas virtudes e a manutenção exclusiva da disparidade? Pois agora, com 140 pontos para os ativos e 91 pontos para os aposentados e pensionistas, independentes de qualquer avaliação ou contagem, a GED servirá unicamente de instrumento para a quebra da paridade.

Mas há ainda quem argumente contra a paridade, dizendo que aposentados acumulam cargos ativos, garantindo com isso ganhos exorbitantes e escandalosos. Quanto a isto, não é demais repetir que o movimento docente nunca foi favorável à acumulação, na medida em que defende para a previdência social o regime de solidariedade e não o de capitalização, e considera mesmo alguns ganhos obtidos dessa forma exorbitantes e escandalosos. Mas é preciso ter em mente que a quantidade de professores aposentados nessa situação, comparada à quantidade que vive exclusivamente dos seus proventos de aposentadoria, é muito pequena, não justificando, de forma alguma, que se penalizem todos os aposentados e pensionistas (estes, então, nada têm a ver com isso) indiscriminadamente. Além disso, o reajuste da GED em nada resolve essas distorções, mostrando a inutilidade do argumento na defesa da proposta do governo.

Ao tentar evitar o debate democrático usando o instrumento de exceção que é a medida provisória, o governo dá uma demonstração irrefutável de sua falta de disposição para o diálogo, merecendo por isso o nosso mais veemente repúdio.

Diretoria da Adufrj-SSind

Movimento

Repúdio à arbitrariedade do governo mobiliza docentes para a greve

O Comando Nacional de Greve do Andes-SN foi instalado no último dia 18. Já são 14 as seções sindicais que entraram em greve e mais cinco outras estão com indicativo de greve aprovados para os próximos dias. Ainda há mais seis seções sindicais com indicativo de entrada em greve sem data específica. Estão em greve: Federal de Rondônia, Federal do Pará, Ciências Agrárias do Pará, Federal do Amapá, Federal de Campina Grande, Federal da Bahia, Federal de Brasília, Federal de Goiás (*campus* do Catalão), Federal de Mato Grosso (*campus* Rondonópolis), Federal de Uberlândia (inclusive os professores de 1º e 2º graus), Federal de Juiz de Fora (inclusive os docentes de 1º e 2º graus), Federal de Lavras, Federal Rural do Rio de Janeiro (com parte dos professores de 1º e 2 graus) e Escola Paulista de Medicina. O quadro abaixo foi atualizado às 9h do dia 20/8

Seção sindical	nº de sindicalizados (*)	Presença na última AG	Proposta salarial aprovada			GREVE				Próxima AG	Observações
			Do setor	Do Governo	Outra	desde quando	contra	indicativo c/ data	indicativo s/ data		
1 ADUFAC	385										Em recesso até 4/set
2 ADUA	837	25								25/8	
3 SESDUF-RR	161	20	X					23/ago		23/8	
4 ADUNIR	270	40	X			09/ago	X				
5 ADUFPA	1394	173	X			16/ago					
6 ADFCAP	119	29	X			05/ago					
7 SINDUFAP	90	23	X			09/ago					
8 APRUMA	973	22	X					23/ago			
9 ADUFPI	1287	94		X					X		
10 ADUFC	2001	94		X			X				
11 ADUFPB	2079	168		X			X				
12 ADUFCG	753	81	X			18/ago					
13 ADURN	1922	100		X					X		
14 ADUFEPE	1826	64	X					25/ago		25/ago	
15 ADUFERPE	572										Sem deliberação
16 - ADUFS	685		X					25/ago			
17 ADUFAL	1172	89	X								
18 APUB	2731	95	X			05/ago					
19 ADUnB	1393	143	X			16/ago					Recesso até 8/ago. Calendário suspenso por causa da greve dos técnico-administrativos
20 ADUFG	1645	199		X			X				
21 ADCAC	99	47	X			11/ago					
22 ADUFMAT	1199	59	X				X				
23 ADUFMAT-ROO	78	30	X			16/ago					
24 ADUFMS	752	77		X			X				
25 ADOURADOS	110			X			X				
26 ADUFU	1209	122	X			09/ago					
27 - ADFMTM	164	16	X							24/ago	
28 APUBH	2770	50		X			X				
29 - SINDCEFET-MG	440	145	X								greve suspensa em assembléia do dia 10/8
30 - APESJF	991	191	X			12/ago					
31 - ASPUV	881	218	X				X				
32 - ADUFLA	374	99	X			9/ago					
33 - APROEFEI	212			X			X				
34 - ADUFOP	307	10	X						X		
35 - ADFUNREI	204	36		X			X				
36 SINDEFOA	121	44					X				
37 ADUFES	1293	56		X			X				
38 ADUFRJ	3420	246		X			X				
39 ADUNI-RIO	620	39	X								Sem deliberação, não teve quórum para deliberar sobre a greve
40 ADCEFET-RJ	516	47			X		X			25/ago	
41 ADUFF	2497	44	X					30/ago			
42 ADUR-RJ	679	34	X			05/ago					
43 ADUFSCar	699			X			X				
44 ADUNIFESP	511	42	X			05/ago				28/ago	
45 APUFSC	2382	52	X						X		
46 APUFPR	2457			X			X				
47 SINDOCEFET-PR	964		X								Sem deliberação
48 ADUFRGS	2689	61		X			X				
49 APROFURG	682	70	X						X		
50 ADUFPel	1110		X						X		
51 SEDUFSM	1185	186			X		X				Proposta do prof. João Eduardo(**)

(*) Nº de sindicalizados fornecido para o último processo eleitoral para a diretoria do Andes-SN
(**) São mantidos os valores da proposta apresentada pelo MPOG em 31 de julho, com a diferença de que o princípio da paridade entre ativos e aposentados fica mantido
Não houve informações por parte das seguintes seções sindicais: Sindcefet-PI; Sindcentec; Aduc; Adufpb-Patos; Asdesam; Adufs; Adcaj; Sesduft; Adufmat-Roo; Adfmtm; Aproefei; Adufop; Sindfafeid; Adcefet-RJ; Adafa; Sindcefet-GO.

Jurídico

Governo consegue taxar aposentados

Supremo decide pela constitucionalidade da contribuição de inativos e muda teto previdenciário

Por sete votos a quatro, o Supremo Tribunal Federal considerou constitucional a cobrança de inativos e pensionistas instituída no artigo 4º da Emenda Constitucional (EC) 41/03. Votaram pela cobrança os ministros Cezar Peluso, Eros Grau, Gilmar Mendes, Carlos Velloso, Joaquim Barbosa, Sepúlveda Pertence e Nelson Jobim. Já a ministra-relatora Ellen Gracie e os ministros Carlos Ayres Britto, Marco Aurélio e Celso de Mello votaram contra a cobrança.

Os ministros que decidiram pela constitucionalidade da cobrança seguiram o voto do ministro Cezar Peluso, que fez ressalva quanto à instituição de alíquotas diferentes (incisos I e II do parágrafo único do artigo 4º da EC 41/03) para a contribuição de servidores dos Estados, Municípios e Distrito Federal (50%) e de servidores União (60%). Para ele, o tratamento diferenciado é inconstitucional por ferir o princípio da igualdade.

O resultado prático da decisão do Supremo é que, para todos os inativos e pensionistas, sejam eles federais ou estaduais, a contribuição previdenciária deve incidir somente sobre a parcela dos proventos e pensões que exceder o teto estabelecido no artigo 5º da EC 41/03. O dispositivo fixa em R$ 2.400 o teto para incidência da contribuição, devendo esse valor ser atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (R$ 2.508, atualmente).

Princípio da solidariedade

Ao votar pela constitucionalidade da contribuição, Peluso argumentou que o sistema previdenciário vigente no País não é regido por normas de Direito privado, mas sim pelo Direito público.

"O regime previdenciário público tem por escopo garantir condições de subsistência, independência e dignidade pessoais ao servidor idoso, mediante o pagamento de proventos de aposentadoria durante a velhice, e, conforme o artigo 195 da Constituição, deve ser custeado por toda da sociedade, de forma direta e indireta, o que bem poderia chamar-se de princípio estrutural da solidariedade", afirmou o ministro.

Ele disse, ainda, que "no rol dos direitos subjetivos inerentes à situação de servidor inativo não consta o de imunidade tributária absoluta dos proventos correlatos".

Porém, considerou inconstitucional a diferença de alíquotas contributivas estabelecidas no nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 4º da emenda.

Acompanharam Peluso os ministros Eros Grau, Gilmar Mendes, Carlos Velloso, Joaquim Barbosa, Sepúlveda Pertence e Nelson Jobim.

Contra a contribuição

Na sessão de hoje (18/8), o ministro Marco Aurélio acompanhou o voto da relatora, ministra Ellen Gracie, proferido em maio deste ano, quando o julgamento foi suspenso devido ao pedido de vista do ministro Cezar Peluso.

Em seu voto, Marco Aurélio sustentou que a EC 41/03 afrontou o parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição Federal, segundo o qual não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais, "porque cobra-se a seriedade dos representantes do povo".

Ele salientou, ao finalizar, que o Estado tudo pode, desde que observe de forma irrestrita a Constituição Federal. "E a esta altura, considerados servidores que estão aposentados há 15 anos ou mais, introduzir quanto a eles, a título de contribuição, um ônus, diminuindo-se os proventos, é algo que conflita frontalmente com a Constituição Federal e implica até mesmo o maltrato à dignidade da pessoa humana", afirmou.

Ao votar com a relatora, o ministro Celso de Mello abordou o princípio da proibição do retrocesso que, em termos de direitos fundamentais de caráter social, impede que sejam desconstituídas conquistas já alcançadas pelo cidadão. Segundo ele, a cláusula proíbe o retrocesso em matéria social, exceto quando há a implementação de políticas compensatórias pelas instâncias governamentais. Além de Marco Aurélio e Celso de Mello, também votou com Ellen Gracie o ministro Carlos Ayres Britto.

Na proclamação do resultado do julgamento, o presidente do STF, Nelson Jobim, esclareceu que a Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a taxação dos inativos foi considerada improcedente no que se refere ao caput do artigo 4º da Emenda Constitucional 41/03, e procedente com relação aos incisos I e II do parágrafo único do artigo 4º da Emenda, sendo, portanto, inconstitucionais as expressões "50% do" e "60% do", constantes nos incisos.

Reprodução STF

Assessoria Jurídica comenta decisão do Supremo

Como já é de conhecimento público, o STF decidiu duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADINS 3105 E 3128) nas quais foram questionadas as contribuições previdenciária para os servidores públicos aposentados e pensionistas, firmando entendimento sobre a questão.

Para o Supremo Tribunal Federal a cobrança instituída por Emenda à Constituição (e portanto, inserida no texto da norma constitucional) só é inconstitucional quando fere um princípio maior da República instituído pelos constituintes de 1988, a saber: o princípio da isonomia, que impede tratamentos diferenciados entre os cidadãos.

Desta forma, tendo em vista a isonomia de tratamento entre os trabalhadores vinculados ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Próprio dos Servidores, e tendo em vista a diferenciação entre os valores e alíquotas cobrados dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a cobrança da contribuição é constitucional, mas que o estabelecimento de faixas diferenciadas de contribuição é inconstitucional.

Assim, ficam afastadas as diferenças de alíquotas para os servidores federais, estaduais, distritais e municipais, que passam a ter o mesmo teto de isenção para fins de cobrança. Com a declaração de inconstitucionalidade das expressões 50% e 60% (Art. 4º, incisos I e II do § único da Emenda 41/2003), tais limites ficam afastados. O efeito prático é a elevação do teto de isenção que passa a ser o limite máximo estabelecido para os benefícios do INSS, ou seja, os servidores públicos contribuirão sobre a parcela que exceder os valores relativos ao teto dos benefícios do RGPS (atualmente fixado em R$ 2.508, 72 (dois mil, quinhentos e oito reais e setenta e dois centavos)).

Os servidores federais que contribuíram sobre valor de proventos e pensões superiores a R$ 1.505,24 passam a contribuir sobre o valor dos proventos e pensões acima de R$ 2.508,72. A União tem o dever de devolver os valores cobrados em excesso para os beneficiados, inclusive para aqueles que recebem valores superiores ao teto do GRPS (neste caso, a devolução é apenas para a diferença em relação ao valor das parcelas).

Por força do parágrafo único do artigo 28 da Lei 9.868 de 1999, "*a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública, federal, estadual e municipal.*"

Ou seja, segundo tal norma legal o Poder Judiciário também está vinculado à decisão do Supremo Tribunal Federal, sendo certo que todos os processos ajuizados seguirão o mesmo caminho.

Nos casos em que há um processo em curso e os beneficiados ainda não contribuíram por força de liminar concedida, é possível que os servidores que deixaram de contribuir em razão de decisão favorável venham a ser obrigados a contribuírem, inclusive com as contribuições relativas ao período em que vigorarem as medida judiciais aludidas.

É bem verdade que poderemos discutir a tese de não cabimento da contribuição dos meses em que a liminar produziu efeitos, pelo princípio da boa-fé. Mas esta é uma discussão muito difícil.

Todos que ajuizaram mandados de segurança visando impedir a contribuição devem discutir a pertinência, ou não, de desistirem das ações interpostas.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2004.

Sayonara Grillo
Machado Silva – Consultoria Jurídica

UFRJ

Curto em geladeira provoca incêndio no Instituto de Química

Professores e alunos ajudam a conter o fogo e o aquecimento no laboratório de catálise

Um curto em uma geladeira que abrigava produtos químicos usados pelo laboratório de pesquisa em catálise que funciona na sala 614, no 6º andar do Instituto de Química, é a provável causa do incêndio que interditou todo o Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão, na última terça-feira, dia 17. Segundo a vice-diretora do Instituto, Cássia Turci, o Corpo de Bombeiros da Secretaria de Defesa Civil só chegou ao local trinta minutos após o início do incidente. Momentos após a situação ter sido controlada pelos bombeiros, a professora relatou ao jornal da Adufrj que, quando o incidente começou, os telefones da Brigada de Incêndio da Petrobras estavam ocupados e a Brigada do Cenpes também demorou a atender ao chamado dos dirigentes do Instituto. Não fosse a atuação de professores e alunos que estavam no local e utilizaram todos os extintores de incêndio do andar atingido, o fogo e o aquecimento poderiam ter alcançado outros lugares de armazenamento de reagentes químicos, "principalmente os solventes". Segundo a professora, que estava no 7º andar quando o incêndio começou, por volta das 11h30, a fumaça tomou conta dos andares e os alunos, professores e funcionários (no 7º andar funcionam as secretarias administrativas da unidade) desceram pelos corredores de acesso, nas laterais do prédio.

Até a segunda-feira, dia 23, por decisão das decanias do CT e do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, as atividades no bloco A foram suspensas e a circulação foi restrita a funcionários e professores, mediante autorização.

Manutenção de extintores pode ter evitado conseqüências maiores

Segundo a decana do CCMN, Ângela Rocha, por sorte, há cerca de dois meses, a decania havia liberado uma verba para a revisão de todos os extintores e mangueiras contra incêndio do bloco onde funciona o Instituto de Química. "Havia quase dois anos que a manutenção não era feita por falta de recursos". A vice-diretora do Instituto confirmou: "Ainda bem que as mangueiras e os extintores estavam funcionando. Todos os extintores do 6º andar foram usados", desabafou.

Manuella Soares

Douglas Pereira

AINDA SEM ENTENDER O QUE ACONTECIA, AS PESSOAS TENTAVAM ENTRAR NO PRÉDIO. AO LADO, DETALHE DO CORREDOR DO 6º ANDAR

Cássia Turci lembrou que, desde a liberação de verbas do fundo setorial CT-Infra, de 2001, a unidade tem pronto um projeto de construção de uma casamata para abrigar o material químico do IQ. "O projeto é caro, mas é necessário, para nossa proteção", diz Cássia.

Lixos e sucata nos entrepisos

Se, hoje, a situação do Instituto de Química ainda é, no mínimo, arriscada, há algum tempo era ainda pior. Segundo Cássia Turci, desde que assumiu, há quase dois anos, a atual direção da unidade já retirou 45 caminhões de lixo, que incluíam tonéis e barris com material tóxico, e três toneladas de sucata dos entrepisos do bloco onde funciona o Instituto. "Tinha de tudo", revela. A professora lembra que há também uma discussão antiga na universidade sobre a necessidade de um prédio próprio para a unidade. "Deveríamos estar em um local próprio, um prédio baixo de, no máximo, três andares".

De acordo com a assessoria de imprensa da reitoria, "cerca de 50 metros quadrados foram atingidos pelo sinistro, mas a contaminação por gases tóxicos levou à interdição do andar." Em nota no *site* da universidade, a assessoria da reitoria diz que o relatório da Defesa Civil sobre o incidente afirma que "'uma vez constatado que a geladeira sinistrada ainda apresentava emanação térmica significativa' foi decidido que seria arriscado tentar manipular qualquer substância naquele ambiente, optando-se pela interdição do Bloco A, até que os produtos químicos esfriassem naturalmente.".

Atendimento de emergência foi feito pelo HU

Rodrigo Bitzer, estudante da pós-graduação do programa de Química Inorgânica, foi um dos que, junto com cinco colegas e o diretor da Unidade, Ângelo da Cunha, contiveram o fogo durante os trinta minutos que antecederam à chegada dos bombeiros. Segundo Rodrigo, o fogo na geledeira que ficava no corredor do andar foi controlado, mas a fumaça tomou conta de todo o local. Os estudantes e o professor deixaram o andar apenas quando os bombeiros chegaram e, preocupados com a possibilidade de intoxicação devido ao tempo em que ficaram expostos à fumaça, decidiram, por sugestão de outros docentes, procurar o Hospital Universitário para um atendimento de emergência.

Segundo Rodrigo, apesar de o HU não ter um espaço definido como Emergência, aberto à comunidade, ele, o diretor e seus colegas receberam atendimento da equipe de médicos que estava de plantão na unidade. Cerca de 20 outras pessoas que estavam no local do incêndio também procuram o hospital e foram examinadas.

Na sessão do Conselho de Ensino de Graduação (18/8), alguns integrantes relataram de que houve demora no atendimento aos que procuraram o hospital (veja matéria na página 7).

Sirene

Rodrigo, que é representante dos alunos na Associação de Pós-graduandos, alerta para o fato de que a evacuação do prédio foi feita pelas próprias pessoas que estavam no prédio, o que, na sua opinião, não é o procedimento adequado para a segurança da comunidade. "Já falei sobre isso em outras ocasiões. Acho que é importante em uma unidade como essa a instalação de sirenes para que a evacuação seja feita de modo adequado".

Nota dos dirigentes dos Centros

O *site* da UFRJ também veiculou uma nota pública dos decanos do CT, Luiz Baraúna, e do CCMN, Angela Rocha, sobre o ocorrido no Instituto de Química. "Nós gostaríamos de agradecer à Prefeitura da Cidade Universitária, ao Corpo de Bombeiros, à Brigada de Emergência do CENPES/Petrobrás, à Defesa Civil e à Reitoria da UFRJ pela rápida e eficiente ação conjunta no controle da situação. E gostaríamos, também, de elogiar e agradecer a ação de nossos professores, funcionários e alunos que, enfrentando todas as dificuldades comuns ao nosso cotidiano, tomaram as primeiras medidas e conduziram a rápida, segura e tranqüila evacuação do prédio.", diz a nota.

Colegiados

Conselheiros retomam discussão sobre emergência no Hospital Universitário

Conselheira questiona demora no atendimento do Hospital aos que ajudaram a conter o incêndio no Instituto de Química

O incêndio no Instituto de Química, no dia 17 de agosto, foi o principal assunto discutido pelo Conselho de Ensino de Graduação, em reunião realizada em 18/8. Maria Lúcia Patitucci, representante do CCMN no colegiado e professora do instituto, historiou todo o incidente e chamou a atenção para a necessidade de um pronto atendimento no Hospital Universitário em situações semelhantes. Segundo ela, somente depois de uma autorização da direção do hospital foi possível a assistência no local para as pessoas que sofreram com a intoxicação no combate ao fogo. Mas fez a ressalva: "No momento em que foi liberado, o atendimento foi excelente".

O pró-reitor José Roberto Meyer comentou que o Conselho Superior de Coordenação Executiva (basicamente formado por decanos e pró-reitores) estava reunido, no momento do incêndio. Segundo ele, a vice-reitora Sylvia Vargas imediatamente entrou em contato com o diretor interino do hospital universitário para solicitar o pronto atendimento aos possíveis feridos do local. Mesmo assim, apareceram relatos de que isso não ocorreu. Para José Roberto, casos como esse reforçam a reivindicação de que haja o atendimento emergencial para integrantes da comunidade acadêmica em todas as unidades hospitalares da UFRJ. O dirigente ainda lembrou a todos os conselheiros sobre o estrangulamento financeiro que vive a universidade, fato que colabora para as causas de incidentes como o do instituto.

Conselheiros cobram medidas preventivas

Joaquim Lopes (CCMN) lamentou que não existisse qualquer sistema de alarme contra incêndio no local. "As pessoas vão batendo nas portas para avisar os outros", criticou. Ericksson Almendra (CT) criticou a decisão das decanias do CT e do CCMN de promover a evacuação de todo o Centro de Tecnologia por conta do incêndio localizado no bloco A. "Isso, sim, complicou mais ainda (a situação)", disse. O professor observou que apenas esse primeiro bloco deveria ter sido evacuado.

Já as conselheiras Ana Canen (CFCH) e Maria Clara (CLA) afirmaram que a decisão foi a mais correta, em função da segurança. "Mais vale pecar pelo excesso", disse Maria Clara. Luiz Felipe Coelho (CCMN) argumentou que a universidade deveria ter uma companhia interna de prevenção de acidentes (Cipa), que assumiria as decisões em casos como o do Instituto de Química.

CEG aprova nomes para comissão de avaliação

De acordo com decisão de reitoria divulgada pelo pró-reitor, a comissão local de avaliação da UFRJ, vinculada ao novo sistema de avaliação do ensino superior do governo (Sinaes), será formada por seis professores, três funcionários técnico-administrativos e três alunos. Serão dois docentes, um estudante e um funcionário de cada um dos colegiados (CEG, CEPG e Consuni). Além desses, haverá um nome indicado pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) como integrante externo. A justificativa do pró-reitor para essa indicação foi a importância de se fazer a articulação entre os ensinos superior e médio. O Conselho de Ensino de Graduação já aprovou seus representantes para a comissão: as professoras Ana Canen (CFCH) e Maria José Coelho (CCS), Ana Maria Ribeiro (pelos funcionários), e Isabella Miranda (alunos).

A partir do dia 1º de setembro, começa o período de auto-avaliação das instituições de ensino superior. Orientações nesse sentido estarão nos documentos "Diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) para a Avaliação Interna das Instituições de Educação Superior"; e "Roteiro para a Avaliação Interna", que estarão na página do MEC (www.mec.gov.br) na internet a partir do dia 26 de agosto.

Vale dizer que o Andes-SN é contrário ao Sinaes. Entre outros motivos, porque o modelo de avaliação será coordenado por uma Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), constituída por 12 membros, sendo quatro estritamente governamentais e oito nomeados pelo Presidente da República. De acordo com o Sindicato, com uma tal concentração de poder, o artigo 207 da Constituição Federal (da autonomia universitária) será, na prática, revogado.

Documento da periodização está pronto

Integrantes da comissão mista CEG/CEPG, as professoras Ana Canen e Maria da Penha informaram que o documento sobre a periodização está pronto para ser discutido em uma reunião conjunta dos colegiados. Antes que isso ocorra, elas solicitaram ao pró-reitor o agendamento de uma sessão do próprio CEG para que os conselheiros sejam mais objetivos na reunião ampliada.

Medicina contra cotas

A manifestação contrária às cotas, de qualquer natureza, da Congregação da Faculdade de Medicina repercutiu positivamente no colegiado. Vários conselheiros saudaram a "coragem" da deliberação daquele fórum. A reunião da Congregação ocorreu no dia 20 de julho, mas só ganhou ampla divulgação após reportagem em jornal de grande circulação. Na Medicina, além do posicionamento contrário às cotas, ressaltou-se a necessidade de o governo investir nos ensinos fundamental e médio públicos.

Sem multas nas bibliotecas

O colegiado decidiu enviar uma nota à coordenação do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI) com a recomendação para que sejam suspensas as cobranças de multa referente aos dias em greve dos funcionários técnico-administrativos. Uma cópia da nota será enviada também ao Consuni, fórum que autorizou a cobrança, em deliberação de 22 de janeiro deste ano (Jornal da Adufrj nº 125, de 18/02).

A decisão foi tomada por conta da mensagem de um professor, preocupado com o funcionamento parcial de uma das bibliotecas do CT. Embora a entrada principal do lugar estivesse fechada, os funcionários estariam recebendo os livros por uma entrada lateral e avisando sobre a multa, como se não houvesse a greve. Uma vez que essa operação não seria de conhecimento público, o docente classificava a cobrança como abusiva.

Esclarecimento sobre monitoria no IFCS

Os representantes discentes receberam reclamações de alguns colegas sobre o processo seletivo para a monitoria no IFCS e decidiram repassá-las aos demais conselheiros. Os candidatos à bolsa teriam sido supostamente submetidos a entrevistas - instrumento que não estaria previsto no edital e na resolução relativos à monitoria -, antes da prova objetiva. O colegiado resolveu pedir esclarecimentos ao instituto sobre os procedimentos de seleção adotados no local, com oito votos favoráveis e seis abstenções.

Um outro encaminhamento do colegiado (vencido por um voto) defendia que o CEG só poderia se manifestar sobre a questão depois de a reclamação dos alunos tramitar, de forma oficial, pelo departamento, pela Congregação do IFCS e pelo Conselho de Centro do CFCH.

A situação fez os conselheiros repensaram sobre os instrumentos de seleção para a monitoria, que deverá ter critérios e normas mais precisos para o próximo período.

Reforma Universitária

Movimentos preparam ato nacional contra a reforma universitária

Manifestação vai ocorrer em 12 de setembro, em Brasília

Incentivar uma ampla participação em ato de 12 de setembro, em Brasília (DF), pela defesa da Educação Pública e contra a reforma do ensino superior. Essa foi uma das principais decisões do Encontro Regional Pós-Conad, com a participação dos representantes das seções sindicais do Rio de Janeiro, ocorrido no dia 16 de agosto, na Uerj.

Na ocasião, o professor da Faculdade de Educação da UFRJ e conselheiro da Adufrj-SSind, Roberto Leher, fez uma breve palestra sobre a reforma universitária. E um primeiro ponto que ele destacou foi o fato de que a reforma não virá de uma só vez, no fim do ano, como anuncia o governo. Ela já começou e se faz presente em medidas implantadas como o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, como o privatizante "Universidade para Todos" e o de Inovação Tecnológica.

Roberto criticou principalmente estes dois últimos. Segundo ele, a pretexto de se oferecer vagas para setores carentes da sociedade, o governo vai estabelecer a parceria público privada dentro do ensino superior. A União vai isentar essas instituições particulares de vários impostos em "troca" de algumas bolsas de estudo. Roberto calcula que essa isenção vai ultrapassar o montante de R$ 3 bilhões, anualmente, por cerca de apenas 400 mil bolsas no setor particular. O professor lembra que, com os mesmos recursos, vários especialistas e entidades como a Andifes (associação dos reitores das federais) apontam que seria possível criar mais de um milhão de vagas no setor público. Principalmente pelos cursos noturnos.

Outro projeto em curso é o de Inovação Tecnológica, cujo teor ultrapassa o âmbito do Ministério da C&T. Roberto aponta o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior como o principal formulador da proposta. E as conseqüências são evidentes: o texto em tramitação "visa transformar os professores em empreendedores, em empreiteiros acadêmicos, em capitalistas acadêmicos". Para Roberto, isso provoca uma reconfiguração do fazer acadêmico: em vez do ensino, pesquisa e extensão para a formação de jovens, a universidade teria sua ênfase voltada para a prestação de serviços.

Sobre o último documento divulgado pelo MEC sobre a reforma ("Reafirmando princípios e consolidando diretrizes"), Roberto criticou o cerceamento crescente da autonomia universitária. O professor lembrou que o movimento docente defende a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal no que se refere à autonomia. No entanto, o documento do MEC busca outros caminhos, como regular o funcionamento das fundações universitárias. A dedicação exclusiva, por exemplo, ganha vinculação com a denominada produtividade do professor – mais uma vez, uma referência ao "empreendedorismo acadêmico". O documento do ministério cita ainda a constituição de um "conselho social ou comunitário" que Roberto entende que viria a funcionar como uma espécie de agência reguladora do ensino superior.

Kelvin Melo

ENCONTRO NA UERJ ORGANIZA ATO CONTRA A REFORMA

GTPE prepara resposta

Roberto esclareceu que, no fim de semana anterior ao encontro regional do Rio de Janeiro, houve uma reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN (veja matéria na página 9), em Brasília, que analisou todos esses aspectos da reforma. O material discutido já se encontra em fase de revisão e deverá ser disponibilizado em breve para as seções sindicais divulgarem em suas bases. Roberto acrescentou ainda que será elaborada uma nota pública do Andes-SN sobre a reforma, a ser remetida ao MEC.

Encontro estadual

O professor ressaltou a necessidade de realização de encontros estaduais que servirão como fase preparatória para o ato do dia 12 de setembro em Brasília. Segundo ele, esse encontro está sendo construído pelas executivas de curso dos estudantes e pelas entidades sindicais da Educação pela expansão da educação pública e gratuita e em contraposição às atuais medidas governamentais. Roberto destacou que o ato vai ter o reforço de representantes de diversas entidades que já estarão na capital federal por ocasião da reunião do pleno do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, nos dias 10 e 11.

No encontro da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, ficou aprovada a formação de uma comissão, com representantes das seções sindicais e da própria Regional, para ajudar na realização desses eventos (estadual e nacional). Será proposto às entidades fluminenses de estudantes e sindicatos que o encontro estadual ocorra em 1º de setembro.

Fóruns de trabalhadores

Depois da reforma universitária, os representantes das seções sindicais discutiram as atividades dos fóruns intersindicais constituídos no estado. A professora Sônia Lúcio (da UFF e 1ª secretária da Regional Rio do Andes-SN) comentou a atuação do Fórum Fluminense de Lutas, ex-Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública. Segundo ela, a falta de combatividade da CUT na luta contra a reforma previdenciária foi o motivo da criação dessa instância, no ano passado. Só que a estreita relação da central sindical com o governo Lula fez com que o Fórum permanecesse na ativa, embora com outro nome, para incorporar novos objetivos. Ela ressaltou ainda que o autoritarismo do governo na questão da Previdência produziu algo inédito: a união de sindicatos federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada. Sônia destacou que cabe ao movimento docente no estado reforçar o Fórum para que a instância ganhe cada vez maior representatividade.

Em seguida, coube a Janete Luzia Leite, diretora da Adufrj-SSind falar sobre os trabalhos do Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública. Gelta Ramos, da Aduff-SSind, e Fred Falcão, da Adur-SSind, que também participaram do Fórum, complementaram o relato. Foi observado que aquilo que deveria ser a expressão estadual do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi dominado, de início, por organizações não-governamentais e pessoas ligadas ao governo fluminense. Com o tempo, as seções sindicais do Andes-SN e outros sindicatos também comprometidos com o ensino público conseguiram mudar o caráter do fórum, que chegou a realizar diversos seminários preparatórios (Jornal da Adufrj 130, 5/4/04) para o último Congresso Nacional de Educação, realizado em maio deste ano, em Recife (PE). Janete esclareceu, porém, que a secretaria executiva do fórum - atualmente composta pela Aduff-SSind, da Seção Sindical no Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (Sindcefeteq), de um representante dos DCEs, do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), do Centro de Ações Comunitárias (Cedac), e da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro (Feteerj) - se desarticulou e nenhuma outra reunião foi chamada depois do evento de Pernambuco.

Os representantes das demais seções sindicais compreenderam que a reunião do pleno do Fórum Nacional em defesa da Escola Pública (nos dias 10 e 11, em Brasília) será uma oportunidade para retomar os contatos e reativar o fórum estadual. Além da representação da Aduff-SSind, que marca presença na secretaria executiva do fórum local, a Regional Rio de Janeiro do Andes-SN designou o professor Rômulo Garcia (1º tesoureiro) para acompanhar as atividades dessa instância.

Moção de apoio à greve

Foi aprovada, pelo Encontro da Regional, uma moção de apoio aos trabalhadores em greve.

Reforma Universitária

GTPE analisa reforma universitária

Texto-síntese deverá ser disponibilizado em breve para as seções sindicais

Deve estar pronto por esses dias o texto-síntese do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN sobre a reforma universitária do governo. O documento será o resultado de uma reunião do GT, realizada em Brasília entre os dias 13 e 15, na qual cerca de 40 professores estudaram e debateram longamente as diversas medidas já implantadas pelo governo (ou em tramitação no Congresso) para a área do ensino superior.

O texto encontra-se em fase final de revisão e deverá ser disponibilizado em breve para as seções sindicais. Na UFRJ, a diretoria da Adufrj-SSind, que esteve representada no GTPE pelos professores Salatiel Menezes, Sara Granemann, Janete Luzia Leite, além das professoras Cristina Miranda (CAp) e Elen Castelo Branco (Escola de Enfermagem Anna Nery), já manifestou a intenção de publicar o material para os sindicalizados. Além desse documento mais analítico e, portanto, um pouco mais extenso, o Andes-SN vai produzir uma nota pública, como um resumo daquele primeiro. Depois de prontos, ambos serão enviados para parlamentares, MEC, entidades de classe e da sociedade civil e sociedades científicas, entre outros, para marcar a posição do Sindicato Nacional em relação à contra-reforma universitária.

Dinâmica do GTPE

Nos dois primeiros dias do grupo de trabalho, houve a exposição de três professoras especialistas na área educacional: Olgaíses Maués (da Universidade Federal do Pará), que discorreu sobre o Sinaes; e Kátia Lima e Gelta Ramos (ambas da UFF), que fizeram a análise do último documento divulgado pelo governo sobre a reforma universitária ("Reafirmando princípios e consolidando diretrizes"), este também conhecido como "Documento II", pelo seu título. Depois das palestras e dos estudos coletivos sobre os vários documentos já existentes sobre os projetos, formaram-se no GTPE cinco subgrupos para se dedicarem a cada tema listado: Programa Universidade para Todos e reserva de vagas; inovação tecnológica; reforma do Estado e relações com o já mencionado "Documento II"; Sinaes; e, agora de forma mais interna, novamente o "Documento II".

Janete Luzia

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO EM BRASÍLIA

De acordo com a presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, o fio que perpassa toda a discussão da reforma é o financiamento da universidade. E o que se observa, no fim, é a desresponsabilização cada vez maior do Estado no repasse de recursos para as instituições públicas. "O papel do Estado, na área da Educação, se resumirá à fiscalização", comenta.

E nem esse papel terá grande relevância. Ela lembrou que o Provão aplicado pelo governo passado também se prestou ao papel do ranqueamento entre as instituições e não produziu resultados práticos. "A graduação da UFRJ foi apontada como uma das melhores do país e não recebe recursos suficientes para sua infra-estrutura, para a pesquisa, o ensino e para a extensão, como denuncia o próprio reitor ao falar do insuficente orçamento de nossa universidade", comentou a diretora da seção sindical.

Sara destacou a fala da 2ª Secretária do Andes-SN, Céres Maria, por ocasião do GTPE. Segundo aquela dirigente nacional, a legislação brasileira está recheada de mecanismos que controlam e regulamentam a conduta dos servidores e das instituições públicas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o código de ética dos servidores públicos. Por outro lado, segundo afirma Céres, falta uma lei rigorosa para disciplinar os negócios privados e, especialmente, o ensino feito por empresas de educação.

Para Salatiel Menezes, são muito evidentes os motivos para repudiar essa reforma. O professor considera que todos estão bem esclarecidos a respeito do assunto, inclusive dirigentes do MEC e do restante do governo. No entanto, por conta da política econômica atual, acaba se justificando essa contra-reforma que incentiva a expansão do ensino superior pela setor privado. "Isso não é política educacional. Isso é política econômica", disse.

Inovação Tecnológica

Elen Castelo considera que o atual governo, através do projeto de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, expressou sua intenção "de introduzir nas universidades um sistema cujos referentes repousam sobre as bases do capitalismo acadêmico". Pela análise do PL de Inovação tecnológica do GTPE, ficam impostas profundas modificações na universidade.

Logo nas disposições preliminares do PL, considera-se Instituição Científica e Tecnológica (ICT) como "órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico", sendo facultada a prestação de serviços a instituições públicas ou privadas. A partir dessa compreensão e em acordo com o disposto no parágrafo 1º do Art.9º, o servidor público envolvido na prestação de serviços poderá receber retribuição pecuniária sob a forma de adicional variável, gerando então o salário indireto.

Outro ponto crítico do PL trata no Art.13 que "é vedado ao dirigente, criador ou a qualquer servidor, empregado ou prestador de serviços de ICT divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente, ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT." Para Elen, é importante ressaltar que a interpretação do artigo vai além do segredo ou sigilo sobre produção. "Põe em questão princípios éticos que norteiam a pesquisa desenvolvida em seres humanos ou em condições ambientais, além de interferir também na publicação acadêmica", explica

Como se não bastasse, a proposta do PL para a Universidade assegura ao professor empreendedor um período de afastamento de até seis anos para colaborar em outra ICT sendo mantidos os vencimentos, as vantagens pecuniárias e outros benefícios da seguridade (Art.15, parágrafo 1º).

Reserva de vagas

Para Cristina Miranda, que acompanhou o subgrupo do Prouni e reserva de vagas, a partir da necessidade de democratização do acesso da população de baixa renda ao ensino superior, o governo se utiliza, em sua exposição de motivos, de dois conceitos para justificar o Prouni: a "inclusão social" e a "expansão com qualidade". Uma leitura mais atenta do PL, entretanto, demonstra que as intenções do governo são outras.

De acordo com o Prouni, em troca de isenção fiscal as instituições privadas de ensino superior devem destinar 10% de suas vagas "ociosas" para estudantes provenientes da educação pública. Ocorre que, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, em 2002, de um milhão de estudantes que ingressaram nas IPES, apenas 315 mil concluíram o curso. A análise do projeto demonstra que não há nenhum tipo de mecanismo previsto de acompanhamento dos alunos que ingressam pelo programa de forma a garantir sua permanência na universidade. Além disso, o montante que o governo deixará de arrecadar com os impostos poderia ser utilizado para dobrar o número de vagas ofertadas no ensino superior público.

Para a professora, fica claro que o que se espera da "inclusão social" é melhorar as estatísticas sobre o número de alunos matriculados no ensino superior por meio do acesso desenfreado sem nenhuma política séria de acompanhamento que garanta, de fato, a permanência destes alunos no ensino superior.

Mas o que deve ser priorizado na análise, segundo Cristina, é a "diluição das fronteiras entre o público e o privado". A partir do Prouni, o estabelecimento privado - de fins mercantis - e a universidade pública e gratuita passam a compor um único sistema e, "naturalmente", na lógica do governo, ambas deverão possuir o mesmo direito de receber os recursos do Estado. Ou seja, a "expansão" do ensino superior desejada pelo governo é a do setor privado. "Aprofunda-se assim a transformação da educação em mercadoria", afirma Cristina.

Movimento

APG faz radiografia da pós-graduação na UFRJ

Reprodução do Jornal da APG (julho/agosto 2004)

Os problemas de infra-estrutura são comuns aos diversos programas: rede e equipamentos de informática ruins; falta de espaço físico para laboratórios e salas de aula, que acabam ocupando locais não adequados ou sendo substituídos por estabelecimentos comerciais

A falta de verbas para suprir as demandas das Universidades Públicas é fato apontado por reitores e entidades representativas. Segundo a Andifes (associação dos dirigentes), as universidades federais cresceram 33% entre 1995 e 2001. Os cursos de pós-graduação expandiram-se 158% e os cursos noturnos, 98%, mas, ao mesmo tempo, perderam 77% dos investimentos e 24% do custeio de manutenção. Enquanto isso, este ano o governo federal pagará cerca de 200 bilhões em juros da dívida. Os recursos destinados à manutenção das 53 universidades federais caíram de R$ 551 milhões em 1995 para R$ 375 milhões em 2002. A UFRJ também está numa grave situação: seu orçamento é da ordem de 50 milhões sua dívida de 40 milhões. Mas como a falta de verbas se materializa na realidade dos pós-graduandos, como isto nos atinge, como estão as nossas condições de trabalho nesta conjuntura? Para ajudar neste diagnóstico, a APG-UFRJ elaborou um questionário sobre transporte, alimentação e condições de trabalho e estudo na UFRJ. Esta pesquisa estimulou maior participação dos pós-graduandos nos programas e na associação, além de ter aumentado a troca de experiências para encaminhar as lutas dos estudantes. A participação da APG nas reuniões de alunos de vários programas de pós-graduação e a distribuição dos questionários foram também essenciais, pois permitiram conhecer a dimensão dos problemas de cada um e fortalecer a participação de seus representantes.

Alimentação: preço muito alto e cerca de 30% dos pós-graduan-dos trazem comida. Bandejões e refeitórios são necessários

Ao todo, cerca de 600 questionários foram respondidos. Participaram estudantes dos programas de quase todos os Centros e *campi* (CT, CCS, CCMN e CLA no Fundão; CFCH no Centro e CCJE na Praia Vermelha), o que permitiu a abrangência de muitos dos problemas que temos na Universidade. Os resultados, mostrados na **RADIOGRAFIA DA PÓS** indicam, dentre outras questões, a preocupação dos pós-graduandos com a falta de segurança no *campus* do Fundão, a deficiência do transporte público, a urgência da instalação de bandejões e as más condições de infra-estrutura (nos prédios da Praia Vermelha e IFCS, que necessitam de reformas, e em alguns prédios no Fundão, que têm problemas sérios quando chove). Esse diagnóstico será debatido pelos pós-graduandos em assembléias, onde serão definidas as reivindicações a serem apresentadas ao Reitor e ao Prefeito da UFRJ para melhoria das condições de trabalho e o atendimento das necessidades dos pós-graduandos.

90% dos pós-graduandos apóiam a reabertura de restaurantes universitários a custo máximo de R$ 2,00

Pós-graduandos de todos os campi participam da pesquisa: mais bolsas e falta de infra-estrutura (transporte, alimentação, bibliotecas, laboratórios)

Da amostragem de 603 questionários, 47,4% dos pesquisados são estudantes de doutorado e 52,6% de mestrado dos seguintes programas: Biofísica/IBCCF, Biotecnologia Vegetal, Ciências Contábeis/FACC, Ciência da Literatura/Letras, Ciências Morfológicas/ICB, Ecologia/IB, Engenharia Civil/COPPE, Engenharia Metalúrgica/COPPE, Engenharia Oceânica/COPPE, Engenharia Química/COPPE, Farmácia, Filosofia/IFCS, Físico-Química/IQ, Fisiologia/IBCCF, Geografia, Genética, Informática/NCE, Matemática (Pura e Aplicada), Produtos Naturais/NPPN, Sociologia e Antropologia/IFCS, Tecnologia de Polímeros/IMA, Química Biológica/Bioquímica Médica, Química Inorgânica/IQ, Química Orgânica/IQ.

A maior parte dos pós-graduandos consultados trabalha e estuda em tempo integral na UFRJ (no Fundão, na Praia Vermelha e no IFCS). As respostas dos questionários são, desta forma, representativas dos problemas da UFRJ, descritas por quem trabalha diariamente nos laboratórios, usa as bibliotecas, se alimenta e necessita de transporte. A falta de bolsas (principalmente de mestrado) foi denunciada pelos pós-graduandos de vários programas, de todas as áreas. Em algumas áreas a situação é mais drástica. As agências de fomento não contemplam nem mesmo cursos com alta avaliação como o de Ciência da Literatura (humanas), nota 6 na CAPES: somente 10% dos mestrandos que responderam o questionário têm bolsa. O valor das bolsas também foi uma reclamação constante dos pós-graduandos, pois o reajuste de 18% não acompanhou o aumento do custo de vida.

Vários programas, problemas comuns: más condições de infra-estrutura (rede elétrica, computadores, segurança nos laboratórios, limpeza)

As pesquisas relativas aos problemas de cada programa mostraram que as reclamações são bastante comuns, apesar da diversidade de áreas. Os apontamentos se deram freqüentemente com relação à falta de salas de alunos e de informática adequadas ao número de usuários, assim como falta de espaço em geral, para laboratórios e salas de aula. Os equipamentos de informática são escassos e há falta de papel e tinta para impressão de seus trabalhos. Problemas na rede interna dos

Portal CAPES: fonte fundamental para as pesquisas

As enquetes mostram que cerca de 71% dos estudantes utilizam o Portal da CAPES (destes, 80% acessa mais de 2 vezes por semana). A utilização do Portal só não é maior entre os pesquisados devido à falta de periódicos de determinadas áreas (como de humanas) bem como à falta de computadores em alguns Programas.

Periódicos importantes não estão mais sendo assinados

Uma reclamação dos estudantes foi o corte de assinaturas de alguns periódicos importantes em papel (como o *Chemical Abstracts*, por exemplo). O número de periódicos disponíveis nas bibliotecas está ficando cada vez menor, principalmente daqueles que não estão disponíveis no Portal da CAPES, fato que acarreta dificuldade para as pesquisas bibliográficas. Lembremos que em 2003 foram cortadas as verbas para compra de periódicos, que já vinham sendo reduzidas nos últimos 5 anos.

Bibliotecas: más condições e acervo desatualizado. No IFCS a biblioteca fechada por causa de fungos é o problema principal.

A falta de infra-estrutura e o acervo das bibliotecas foram também reclamações constantes. Na área de Ecologia, por exemplo, o acervo está tão desatualizado que os estudantes nem consideram que possuem biblioteca. No IFCS, a biblioteca fechada há dois anos tem causado transtorno aos pós-graduandos e prejuízos às teses, por motivos óbvios. Esta reivindicação é urgente.

Movimento

Programas também são freqüentes na maioria dos Centros: lentidão e vírus atrapalham o andamento das pesquisas. A limpeza de banheiros e prédios, assim como problemas estruturais das instalações foram apontados: prédios antigos no IFCS e na Praia Vermelha, com necessidade de muitas obras; vazamentos e problemas na rede elétrica nos laboratórios e programas; escassez de bebedouros. Há problemas sérios de segurança no trabalho: exposição insalubre a produtos químicos e radioativos, falta de tratamento de rejeitos e de equipamentos de proteção, aparelhos em mau estado de conservação e problemas de proliferação de fungos pela falta de condições adequadas das instalações.

Outra reclamação muito comum foi com relação à falta de empenho e tempo dos professores na orientação das teses dos pós-graduandos e aos problemas de atendimento nas secretarias dos programas e falta de pessoal técnico com formação.

Problemas Gerais: falta de atendimento médico, alojamento e segurança

Uma freqüente reclamação dos estudantes foi a falta de um sistema de assistência médica e odontológica e de creches para os filhos dos alunos. Para quem não sabe, no Hospital Universitário não existe nem sequer serviço de emergência a quem precise. É sentida também a necessidade de alojamento aos estudantes de pós-graduação e de opções de lazer na UFRJ. Com relação à segurança, as principais reclamações foram apresentadas pelos alunos do Fundão, que denunciam a pouca iluminação nos pontos de ônibus, bem como nos estacionamentos e trajetos entre os prédios. As pessoas que apanham ônibus na Linha Vermelha e atravessam a passarela próxima ao HU sugerem que à noite haja um vigia garantindo a segurança da travessia. Os alunos reclamam também da falta de telefones públicos e que os poucos que existem estão sempre estragados.

Mais de 60% dos pós-graduandos são usuários de ônibus: há escassez de linhas e má qualidade dos serviços. A falta de linhas noturnas e de iluminação foi relacionada com o problema de segurança no Fundão. Foi apontada a necessidade de mais linhas internas da UFRJ.

Bandejão Já!!

Sobre a alimentação, cerca de 70% dos consultados se alimentam nos trailers e restaurantes (pratos feitos ou salgados) da UFRJ, gastando, em sua maioria, mais que R$ 5,00, enquanto quase 30% trazem comida de casa (quadro 1). Além disso, em todos os *campi* (Fundão, Praia Vermelha e IFCS) os pós-graduandos reclamaram da má qualidade dos serviços, da limpeza dos trailers e restaurantes e da falta de refeitórios e/ou locais adequados para as refeições, feitas nos laboratórios e nas salas de pesquisa, ambientes em geral insalubres.

Entre os pós-graduandos, 98% consideram necessária a volta dos bandejões na UFRJ, devido aos altos preços e à falta de estrutura para alimentação. A pesquisa mostra ainda que cerca de 40% dos pós-graduandos querem que as refeições nos bandejões custem até R$ 1,00 e 90% propõem preço máximo de R$ 2,00 (quadro 2). É importante ressaltar que o valor do bandejão deve contemplar igualmente as realidades de graduandos e pós-graduandos.

Além disso, nossa pesquisa constatou o aumento do custo com alimentação na UFRJ: nos dados parciais de 2003 do PEQ/COPPE, a maioria dos estudantes que se alimentava em trailers/restaurantes informou gastar entre R$3,00 e R$5,00; em 2004 a realidade é outra: o gasto está entre R$5,00 e R$7,00.

Reitoria anuncia bandejão. Quando? Quanto custará?

Algumas mudanças com relação às questões apontadas pelos questionários já estão sendo feitas pela reitoria. Em reunião do dia 9 de julho no CEPG, os Professores Aloísio, Sylvia e Hélio relataram os problemas com a segurança na UFRJ e prestaram contas da colocação de 900 lâmpadas no Fundão, melhoria do transporte interno, compra de rádios e carros para vigilância, além de reafirmarem o compromisso da instalação do Bandejão. Embora todas essas ações sejam bem-vindas, ainda não refletem mudanças significativas nas condições de trabalho da universidade como um todo. Por isso, reafirmamos nossas reivindicações expostas na RADIOGRAFIA DA PÓS: Melhores condições de trabalho; Mais ônibus e linhas; Mais bibliotecas; Bandejão Já!

Transporte: mais ônibus e linhas trariam maior segurança

Mais de 60% dos pós-graduandos são usuários de ônibus e vans (somente 1/3 pode contar com automóveis e muitos destes usam ônibus concomitantemente - quadro 3). Os problemas de transporte mais graves foram detectados nos programas do Fundão. É quase unânime a reclamação da qualidade dos serviços dos ônibus: as poucas linhas que passam dentro do Fundão - como por exemplo, a 485 para a Zona Sul (para a Zona Norte não há linhas diretas) - estão sempre lotadas, são escassas nos horários de pico, e depois das 22h inexistem. A maior parte dos pós-graduandos que usa os ônibus de circulação interna considera essencial este serviço, mas reclamam que os ônibus estão sempre lotados e passam com pouca freqüência para a demanda da UFRJ. Além disso, atentam para a necessidade de haver uma linha gratuita que saia do Fundão para um ponto estratégico na Zona Norte, como a Praça Saens Peña, por exemplo. Serviços como este já existem para a Praça XV, Praia Vermelha e Bonsucesso, e são muito importantes para sair do Fundão nos horários mais avançados e poderiam ser disponíveis depois da meia-noite, pelo menos de 1 em 1h, e também durante o dia e nos finais de semana. A Praia Vermelha e o IFCS são mais bem servidos de transporte, mas a falta de ônibus circulares entre os *campi* também foi detectada, dificultando o deslocamento dos estudantes entre eles.

90% dos pós-graduandos apóiam a reabertura de restaurantes universitários a custo máximo de R$ 2,00.

QUADRO 1

Alimentação na UFRJ

QUADRO 2

Preço Sugerido para o Bandejão

QUADRO 3

Condução para UFRJ

Movimento

Funcionários continuam em greve

Movimento nas federais e na Uerj enfrenta a intransigência dos governos

Também no dia do fechamento desta edição (20/8), os trabalhadores das universidades federais de todo o país, em greve há quase 60 dias, realizaram manifestações com o objetivo de pressionar o governo nas negociações. Esse protesto ocorreu na mesma data em que os representantes do Comando Nacional de Greve da Fasubra estavam reunidos com o Ministério do Planejamento, em Brasília. Na UFRJ, o ato aconteceu em uma das entradas do Hospital Universitário. Depois, os representantes do comando local foram à reitoria, onde receberam uma carta de apoio às reivindicações da categoria por parte da administração da universidade.

Em assembléia do dia 17, os funcionários técnico-administrativos da UFRJ referendaram decisão do Comando Nacional de greve de rejeitar a última proposta do governo – que havia rebaixado as conquistas da negociação em curso - apresentada no dia 12. A assembléia, de acordo com informativo do Sintufrj, reafirmou a necessidade de intensificação das ações radicalizadas para ampliar a visibilidade do movimento Além disso, a base da UFRJ quer a implantação da tabela a partir de janeiro (e não a partir de julho, como quer o governo) e a incorporação das gratificações aos salários como antecipação de carreira. A próxima assembléia do Sintufrj está marcada para esta terça-feira, dia 24/8, às 10h, no Auditório do Quinhentão.

Kelvin Melo

SERVIDORES DA UERJ ESTÃO EM GREVE HÁ 60 DIAS

Servidores da Uerj mantêm greve

Os funcionários técnico-administrativos da Uerj, até a última sexta-feira, permaneciam em greve pela implantação de um plano de carreira e por reajuste salarial. Havia a expectativa de uma reunião com a reitoria ainda na tarde do dia 20.

Os servidores, que iniciaram o movimento grevista em 21 de junho, enfrentaram diversos ataques da reitoria daquela instituição, na semana que passou: ameaça de corte de salários, ações na justiça e possibilidade de confronto com a polícia.

De acordo com informativo do Sintuperj, a reitoria publicou uma nota, em 17/8, na qual atribuía à greve a possibilidade de inviabilizar o pagamento dos salários. Isso ocorreria por conta não só da paralisação, como também da ocupação da Diretoria de Informática (Dinfo) da universidade.

Imediatamente, o movimento dos funcionários respondeu que os argumentos não se sustentavam: em reunião com representante da Secretaria de Recursos Humanos da Uerj, um dia antes, ficou claro que tal possibilidade não existia. Para começar, a folha de agosto, paga em setembro, já está garantida – o que está em elaboração é a folha de setembro, paga em outubro. Em segundo lugar, a assembléia definiu que a elaboração da folha é serviço essencial. Em terceiro, só a reitoria tem a chave da sala que roda a folha e está impedindo a correção de dados do sistema. Apesar disso, mesmo que não sejam feitos os consertos no sistema, a folha pode ser simplesmente repetida, apenas sem as atualizações referentes a setembro. Ou seja, conclui o informativo dos servidores: "A reitoria mente sobre a folha para atacar a greve e ameaçar os trabalhadores com o corte dos salários, coisa que nenhuma administração fez antes".

Ação na justiça e ameaça de confronto

Já no dia 18, o reitor reuniu o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão sob o pretexto de discutir a manutenção ou não do calendário do vestibular. O problema foi que a administração da universidade encaminhou o tema condicionando a manutenção do vestibular à desocupação da Diretoria de Informática, através de ação judicial e do uso da força policial. Mesmo questionado sobre possíveis episódios de violência da PM contra os servidores, Nival teria respondido com a frase "não se faz omelete sem quebrar os ovos". O colegiado aprovou a proposta da reitoria e, após o horário regular de funcionamento da justiça, a Uerj entrou com a ação de reintegração de posse do espaço. Também até o fechamento desta edição, não havia notícia de que a força policial tivesse sido empregada no local. Ainda de acordo com o informativo da categoria: "As ameaças e represálias da reitoria estão superando tudo a que já assistimos em termos de repressão ao movimento na Uerj". O Sintuperj chamou a comunidade acadêmica para uma ocupação pacífica da Diretoria de Informática.

CFCH promove seminário sobre o legado de Vargas

A partir desta segunda-feira (23), a universidade promove o seminário "O Legado de Getúlio Vargas", 50 anos depois da morte do ex-presidente do país. Durante três dias serão organizadas conferências, atividades culturais e debates sobre o período em que o Getúlio marcou a história do país. O evento, que prossegue até o dia 25, com entrada franca, será realizado no salão Pedro Calmon e no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), avenida Pasteur, n° 250. A organização é do CFCH, em parceria com o Forum de Ciência e Cultura e o Centro de Letras e Artes.

DIA 23
9:30 – Abertura
Com, Aloísio Teixeira, Suely Souza de Almeida,Carlos Antonio Kalil Tannus e Raymundo de Oliveira e, como convidado especial, Oscar Niemeyer
10h – O legado de Vargas: História
Com Edgar de Decca, Francisco Carlos Teixeira, José Murilo de Carvalho e Marcelo Cerqueira
15h – O legado de Vargas: Cultura
Com Santuza Cambraia Naves, Godofredo de Oliveira Neto, Ângela Âncora da Luz e Sérgio Cabral
19h – Atividade Cultural
Filme "Memórias do Cárcere"
DIA 24
9h – Exibição do filme Olga, seguida de debate com Fernando Morais
14h – O legado de Vargas: Políticas Sociais
Com Maria Lúcia Werneck, Mariléa Porfírio, Wanderley Guilherme dos Santos e José Carvalho de Noronha
17h - O legado de Vargas: Trabalho, Sindicalismo e Populismo
Com Elina Pessanha, Eli Diniz, Maria Helena Capelato e Luís Carlos Prado
20h – Atividade cultural
Teatro "Gegê-zamento" Direção teatral - ECO/UFRJ
DIA 25
9h – O legado de Vargas: Educação
Com Luiz Antônio Cunha, Líbânia Xavier , Helena Bomeny e Carlos Roberto Jamil Cury
14h- O legado de Vargas: Rio, a capital da República
Francisco Salvador Veríssimo, Vânia Cury, William Seba Mallmann Bittar e Pablo Benetti
17h- O legado de Vargas: Memória e Imprensa
José Amaral Argolo, Eurico de Lima Figueiredo, Jesse Jane e Mônica Rodrigues
20h- Conferência de encerramento: Carlos Lessa
21h – Show de música
"Getúlio cai no samba" com Gallotti e sua banda

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 151 • 30 de agosto de 2004

Reunião com os professores do Centro de Tecnologia sobre Reforma Universitária
1/09 quarta-feira 14h
Sala D 217

01/09 – Plenária Estadual em Defesa do Ensino Superior Público: contra a reforma universitária do governo Lula
Rio de Janeiro (RJ)
Na Uerj, a partir das 18h

Greve de funcionários das federais pode terminar esta semana
Página 2

Governo edita Medida Provisória da GED
Página 5

Nota pública do Andes-SN sobre a Reforma da Educação Superior
Página 8

Famílias de sem-teto ocupam prédio no Centro
Páginas 9 e 10

Guilherme Lessa

ESTUDANTES APANHAM DA POLÍCIA MILITAR EM ATO CONTRA A REFORMA, NO CENTRO DO RIO

Dirceu prometeu e cumpriu. O pau comeu na reforma universitária

Cerca de 300 estudantes e servidores foram ao prédio do MEC, no centro do Rio

Sobraram cacetadas e *spray* de pimenta e faltou espírito democrático por parte do governo na manifestação que cerca de 300 estudantes e servidores de diversas universidades fizeram em frente ao prédio do MEC, no dia 25 de agosto. Os alunos e trabalhadores foram ao local para protestar contra a reforma universitária, quando foram surpreendidos pelo aparato policial disposto na entrada. Depois, com a chegada do representante do ministério no estado do Rio de Janeiro, William Campos, os ânimos se acirraram. Quando os estudantes se aproximaram do dirigente, na intenção de negociar a entrada no prédio, os policiais militares partiram para a truculência, que resultou em vários feridos e em um rapaz detido.

Pouco antes, já havia ocorrido um primeiro momento de violência, sem maiores conseqüências, quando os estudantes tentaram ocupar o prédio. Com a porta principal fechada, os alunos fizeram uma concentração e prosseguiram com palavras de ordem contra a reforma. Assim que perceberam uma entrada lateral, o grupo se dirigiu maciçamente para lá e, na confusão com seguranças do MEC e policiais, uma vidraça desta porta lateral foi quebrada.

Continua na página 6

Movimento

Greve de funcionários das federais pode terminar esta semana

Pode estar perto de um desfecho a greve de dois meses e meio dos servidores técnico-administrativos das universidades federais. No último dia 18/8, o governo apresentou nova proposta ao Comando Nacional de Greve da Fasubra. Pela proposta, o piso salarial da carreira dos técnicos ficaria em R$ 701,60 e os chamados 'steps' (diferença entre os níveis) seriam de 3%, em 2004, e 3,6%, em 2006. Os funcionários das federais reivindicam um piso de R$ 780,00 e 'steps' de 5%. Segundo a assessoria de imprensa do Sintufrj, na semana passada, no entanto, a Fasubra avaliou que a proposta do governo significa avanços e encaminhou para decisão das assembléias locais que um novo Termo de Compromisso, apresentado pelo governo, seja aprovado, mas que a categoria só volte às atividades após o Projeto de Lei da Carreira ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Até a semana passada, 26 sindicatos de trabalhadores das instituições federais de ensino haviam aprovado a proposta do governo. Outras onze entidades rejeitaram a proposta governista.

O Termo de Compromisso está sendo analisado pelo Comando Nacional de Greve da Fasubra e será encaminhado aos sindicatos de base para apreciação em assembléias. Na UFRJ, o Sintufrj realiza assembléia nesta terça-feira (31), às 10h, no Auditório do Quinhentão. Pela agenda acertada com o governo, o Termo de Compromisso será assinado no final da tarde deste mesmo dia.

Em assembléia realizada na última quinta (26), os funcionários da UFRJ votaram pela continuidade da greve e reafirmaram a autorização para que o CNG da Fasubra negocie ajustes no proposta de projeto de lei apresentada pelo governo.

Jornal do Sintufrj

ATO DA FASUBRA, EM BRASÍLIA

Gratificações são incorporadas como antecipação de carreira

Outro avanço apontado pela assessoria de imprensa do Sintufrj foi o fato de o governo ter incorporado a Gratificação de Desempenho da Atividade Técnico-Administrativa (Gedata). Os valores da gratificação incorporada são: R$ 275,00 para o nível superior; R$ 180,00 para o nível médio; e R$ 130,00 para o nível de apoio.

Na Uerj, greve continua

Na Uerj, a última assembléia dos técnico-administrativos decidiu manter a greve e a ocupação pacífica da Diretoria de Informática. A greve na universidade estadual acontece também pela implantação de um plano de carreira e por reajuste salarial. Na semana passada, os grevistas analisaram uma nota da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado que, segundo a diretora do Sintuperj, Perciliana Rodrigues, não atende às reivindicações dos trabalhadores. Na semana anterior, a reitoria alegou que a greve estava prejudicando o sistema de informática da universidade e os funcionários foram ameaçados de corte de salários. Na última sexta-feira, segundo Perciliana, o comando local de greve estava reunido com a reitoria da Uerj para negociar a liberação do pagamento, já que o sistema havia sido restaurado.

A próxima assembléia dos funcionários da Uerj acontece nesta segunda, dia 30/8.

Governo tenta cortar campanha dos servidores

O governo do Estado interpôs no dia 24/8, na 9ª Vara de Fazenda Pública, uma ação com o objetivo de obrigar a Associação de Docentes da Uerj (Asduerj) a retirar de circulação a campanha "Rosinha reprovada. Salários: nota zero. Bolsas: nota zero. Comprometimento: nota zero. Investimentos: nota zero". A campanha estava sendo veiculada desde a segunda-feira (23/08) em 16 ônibus da cidade. A ação está por ora indeferida, aguardando o fornecimento ao juiz de cópias do material para a diligência, de acordo com mensagem enviada pela entidade dos professores.

Agenda Sindical

01/09 – Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública
Rio de Janeiro (RJ) – Na Uerj, às 16h

01/09 – Plenária Estadual em Defesa do Ensino Superior Público: contra a reforma universitária do governo Lula
Rio de Janeiro (RJ) – Na Uerj, a partir das 18h.

3 e 4/9 - GT de Política e Formação Sindical
Brasília (DF) - Sede do Andes-SN

7/9- Grito dos Excluídos

10 e 11/9 - Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: Seminário sobre a Reforma da Educação Superior
Brasília (DF)

11 e 12/9 - Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF)

12/9 - Plenária Nacional de Luta contra a Reforma da Educação Superior do MEC
Brasília (DF)

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

29 a 31/10 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo"

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Elogio ao senso comum

Eduardo Galeano*

A luta pela democracia no mundo não deveria se iniciar pela democratização dos organismos que se chamam internacionais? O que opina o senso comum? Não está previsto que opine. O senso comum não tem voto nem tem voz

Nosso mundo doente de desamparo e abandono, sofre com uma outra infecção bem cruel: a falta de grandes espaços abertos ao diálogo e ao trabalho compartilhado. Onde encontrar um espaço de reunião no qual o encontro e a troca sejam ainda possíveis? Não poderíamos começar a buscá-lo no senso comum? Este bom senso cada vez mais precioso e raro?

Peguemos, por exemplo, os gastos militares. O mundo está destinando 2,2 bilhões de dólares por dia na produção de morte. Ou seja: o mundo consagra essa astronômica fortuna para promover caças onde o caçador e as presas são da mesma espécie, e onde o maior êxito é para quem mata os mais próximos. Nove dias de gastos militares seriam suficientes para dar comida, escola e remédios a todos os meninos que não têm. À primeira vista isto é uma traição para o senso comum. E na segunda versão? Esta, que é a versão oficial, justifica esta dissipação por causa da guerra contra o terrorismo. Porém o senso comum nos diz que o terrorismo é quem mais ganha. E está claro que as guerras no Afeganistão e no Iraque lhes têm presenteado com suas mais poderosas vitaminas. As guerras são atos de terrorismo de Estado e o terrorismo de Estado e o terrorismo privado se alimentam mutuamente.

Atualmente, foram divulgadas as cifras: a economia dos Estados Unidos está voltando a despontar e voltou a crescer num bom ritmo. Sem os gastos de guerra, segundo especialistas, cresceria muito menos. Ou seja: a guerra do Iraque continua sendo uma boa notícia para a economia. E para os mortos? O senso comum fala através das estatísticas econômicas? Ou se expressa pela voz desse pai sofrido, Julio Anguita, quando diz: "Maldita seja esta guerra e todas as guerras"?

A economia dos EUA está voltando a despontar e voltou a crescer num bom ritmo. Sem os gastos de guerra, segundo especialistas, cresceria muito menos

Os "desaparecidos da democracia"

Os cinco países que mais fabricam e vendem armas são os que gozam do direito de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Não contradiz o senso comum que os defensores da paz mundial sejam os que fazem o negócio da guerra?

Na hora da verdade são esses cinco países que mandam. Também são cinco os países que mandam no Fundo Monetário Internacional. Oito tomam as decisões no Banco Mundial. Na Organização Mundial do Comércio está previsto o direito de voto porém nunca é usado.

A luta pela democracia no mundo não deveria se iniciar pela democratização dos organismos que se chamam internacionais? O que opina o senso comum? Não está previsto que opine. O senso comum não tem voto nem tem voz.

Também são cinco os países que mandam no Fundo Monetário Internacional. E oito tomam as decisões no Banco Mundial

Muitas das mais ferozes extorsões e dos crimes mais atrozes de que o mundo padece são levadas à prática através desses organismos que dizem ser internacionais. Suas vítimas são os "desaparecidos": não os que se perderam na névoa de horror das ditaduras militares, e sim "os desaparecidos da democracia". Nos últimos anos, no Uruguai, meu país e na América Latina e em outras regiões do mundo tem desaparecido os empregos, os salários, as aposentadorias, as fábricas, as terras, os rios e até nossos filhos que retrocedem ao caminho de seus avós, obrigados a emigrar em busca do que desapareceu.

O senso comum obriga a aceitar estas dores evitáveis? Aceitá-los, cruzar os braços, como se fossem as inevitáveis obras do tempo ou da morte?

O ponto de vista do domado

Aceitação, resignação? Reconheçamos que, pouco a pouco, o mundo vai se tornando menos injusto. Para exemplificar, citemos que já não é tão abismal a diferença entre o salário masculino e o feminino. Pouco a pouco, afirmo: no ritmo atual haverá igualdade de salários entre homens e mulheres *dentro de 475 anos.* O que aconselha o senso comum? Esperar? Não conheço nenhuma mulher que viva tanto.

A verdadeira educação, a que tem origem no senso comum e que conduz ao senso comum , nos ensina a lutar pela recuperação de tudo que nos foi usurpado. O bispo catalão Pedro Casaldáliga tem muitos anos de experiência na selva brasileira. E ele diz que é verdade que é mais importante ensinar a pescar do que dar peixes de presente. Porém, adverte que não vale nada ensinar a pescar se os rios tiverem sido envenenados ou vendidos.

Muitas das mais ferozes extorsões e dos crimes mais atrozes de que o mundo padece são levadas à prática através desses organismos "internacionais"

Os cinco países que mais fabricam e vendem armas são os que gozam do direito de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas

Para que os ursos bailem nos circos, o domador os amestra: ao ritmo da música golpeia-os nos quadris com um pau eriçado de espinhos. Se dançarem como devem, o domador para de golpeá-los e lhes dá comida. Se não, continua o tormento e à noite devolve-os às jaulas sem nada para comer. Por medo ao castigo, à fome os ursos dançam. Do ponto de vista do domador isto é puro senso comum. Mas … e do ponto de vista do domado?

O senso dos patos

Setembro de 2001, Nova Iorque. Quando o avião investiu sobre a segunda torre e a torre rangeu, as pessoas fugiram voando pelas escadas abaixo. Foi aí que os alto-falantes mandaram os empregados voltassem aos seus postos de trabalho . Quem foram os que atuaram de acordo com o senso comum? Salvaram-se os que não obedeceram ao senso comum.

Para nos salvarmos, juntemo-nos. Como os dedos da mão. Como os patos em vôo.Tecnologia do vôo compartido: o primeiro pato que levanta vôo abre passo ao segundo, que libera o caminho ao terceiro e a energia do terceiro levanta vôo ao quarto, que ajuda o quinto e o impulso do quinto empurra o sexto que dá força ao sétimo…

Quando o primeiro pato se cansa, volta à cauda do bando e deixa seu lugar para outro, que sobe ao vértice deste V invertido que os patos desenham no ar. Todos vão se alternando, atrás e na frente. Segundo meu amigo Juan Díaz Bordenave que não é "patólogo" mas conhece patos, nenhum pato se crê um superpato para voar na frente, nem subpato para marchar atrás. Os patos não perderam o senso comum.

CHARGE/AMORIM

* Escritor uruguaio

Campanhal Salarial

Governo torna a GED ainda pior

Para surpresa dos professores das universidades federais, inclusive daqueles que aceitaram a proposta governista nas assembléias locais, o governo publicou uma medida provisória com uma formulação de reajuste salarial totalmente desconhecida até então. Indo mais longe na arbitrariedade, não bastando interromper as negociações unilateralmente, o governo federal não cumpriu nem com o que vinha apresentando aos docentes como proposta salarial. A Medida Provisória 208, de 20 de agosto, altera a Lei da Gratificação de Estímulo à Docência, aumentando o limite máximo de pontuação para 175 pontos, mantendo seu caráter produtivista e remetendo para um "ato do Poder Executivo" a definição das novas regras de pontuação.

De acordo com a medida, o governo terá um prazo de 180 dias para instituir novas formas de avaliação qualitativa do desempenho docente e novos critérios de atribuição de pontos. Até lá, todos os professores ativos receberão o valor correspondente a 140 pontos. Docentes aposentados, afastados para qualificação ou em cargos comissionados receberão 91 pontos desta GED "ampliada". No caso dos aposentados, a medida é omissa em relação aos docentes que se aposentaram a partir de julho de 2000. Um professor aposentado em 2001, que recebe hoje 130 pontos da GED, por exemplo, não tem a garantia de que receberá os 140 pontos que serão pagos aos professores em atividade. Os docentes afastados para qualificação ou que se encontram em cargos comissionados deverão se submeter à avaliação de produtividade para receber além dos 91 pontos.

Aposentados mais uma vez penalizados

As normas que regem a concessão da GED atualmente impõem aos professores aposentados antes de julho de 2000 uma diferença de 40% a menos, em relação aos professores em atividade. Após a implantação das novas regras (com prazo máximo de seis meses), esta diferença aumenta para 48%. E o governo afirma que esta nova GED "caminha para a direção da diminuição da diferença salarial entre ativos e aposentados".

Pontuação máxima não poderá ser alcançada por todos os docentes

A MP introduz ainda uma grave restrição à "avaliação" dos professores: a média de pontos dos professores ativos de uma instituição não poderá superar 140 pontos. Isto significa que, após a instituição das novas regras, para que um ganhe mais de 140 pontos (e eventualmente atinja os 175 pontos), outro terá de ganhar menos, mesmo que a sua "produção" absoluta seja alta.

Uma negociação artificial

A publicação da MP 208 deixa claro que, na verdade, o governo nunca quis negociar com os servidores públicos, em especial os docentes. Apesar de um discurso declaradamente favorável às principais reivindicações do movimento docente, várias vezes noticiado na imprensa, o que se viu foi a imposição de uma medida que ignorou todos esses princípios. Já na Exposição de Motivos, a máscara cai por inteiro. Se não, vejamos:

O item 2 declara liminarmente o objetivo de "completar o ciclo de reajustes diferenciados concedidos aos servidores públicos federais da área de educação". Na seqüência, tenta passar a idéia de que a MP foi fruto de negociação entre o Andes-SN, o MPOG e o MEC. Isto é uma falácia. Jamais houve negociação, pois o que foi proposto pelo governo e aceito pelas bases do Andes-SN foi logo em seguida desmentido pelo governo, sob a alegação de que "não era uma proposta, mas apenas uma simulação". O conteúdo da MP jamais foi mostrado na Mesa de Negociação ao Andes-SN ou a seus representantes. A MP foi absolutamente autoritária, surpreendendo mesmo os professores que, no âmbito do Andes-SN, defendem o governo a qualquer custo, inclusive o de rifar os aposentados.

O item 3 diz que as "diretrizes do governo são de promover a revitalização de remunerações". Na verdade, quando o parágrafo primeiro do Artigo primeiro da MP estabelece que o "limite global para cada instituição será igual a cento e quarenta vezes o número de professores do magistério superior na instituição" está dizendo, na prática, que para alguns professores que hoje recebem 140 pontos alcancem os 175, outros terão que ter sua diminuição, a fim de cumprir o "limite global". Ou seja, haverá uma redistribuição do mesmo volume de dinheiro, incitando uns professores contra outros, quebrando o sentimento de solidariedade entre os docentes. Isto não caracteriza absolutamente a "revitalização de remunerações", mas institucionaliza o "canibalismo acadêmico".

Finalmente, no item 4, a Exposição acrescenta o aumento de 84 pontos da GED para 91 pontos, concedido aos aposentados e pensionistas, como algo positivo. Ora, os 84 pontos sobre os 140 atuais (máximo) equivalem a 60%, valor recebido pelos aposentados. Quando da implantação dos 175 pontos como máximo (o que se dará em, no máximo, 6 meses, podendo ser antes), os 91 pontos resultantes do "aumento" concedido aos aposentados corresponderão a 52% do percebido pelos ativos. Portanto, haverá diminuição percentual do salário dos aposentados em relação a seus pares ativos. Os professores universitários ativos deveriam lembrar que, mais cedo ou mais tarde, serão aposentados.

Brasília, 18 de agosto de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória que altera dispositivos da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, devida aos docentes do ensino superior das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação e estendida aos docentes do ensino superior das instituições de mesma natureza vinculadas ao Ministério da Defesa, por intermédio da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001.

2. A proposta tem por objetivo completar o ciclo de reajustes diferenciados concedidos aos servidores públicos federais da área de educação, em 2004, no decurso de negociações do Governo Federal - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Educação - e a entidade representativa dos servidores docentes do ensino superior, vinculados ao Ministério da Educação - ANDES, no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

3. Importante ressaltar que o formato escolhido, de aumento do valor do ponto da Gratificação de Estímulo à Docência - GED por classe, nível de titulação e regime de trabalho, permite a valorização dos servidores em função de sua qualificação e dedicação de maior tempo às atividades docentes, o que está em consonância com as diretrizes de Governo de promover uma política de revitalização de remunerações.

4. Complementa a proposta a elevação da pontuação devida aos aposentados e aos pensionistas de oitenta e quatro para noventa e um pontos e a fixação do pagamento da GED em cento e quarenta pontos para os servidores ativos, até que sejam instituídas novas formas e fatores de avaliação qualitativa do desempenho docente, bem como critérios de atribuição de pontuação pela participação do servidor em atividades docentes, de pesquisa e de extensão.

5. A medida proposta alcança em seus efeitos setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três servidores.

6. Quanto ao disposto nos arts.16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, pode ser considerado plenamente atendido, uma vez que as despesas relativas a 2004, da ordem de R$ 401,14 milhões, foram incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2004, em funcional específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado, calculada e demonstrada no anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

7. Nos exercícios de 2005 e 2006, nos quais a despesa já estará anualizada, o impacto adicional será de R$ 579,84 milhões, o que reduzirá a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios, no entanto o montante apurado se mostra compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

8. São estas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória anexa.

Respeitosamente,

Guido Mantega
Tarso Fernando Herz Genro

Campanhal Salarial

Governo edita Medida Provisória da GED

Íntegra da MP rejeitada pelo movimento docente:

"Presidência da República

Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 208, DE 20 DE AGOSTO 2004

Altera dispositivos da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Professor do 3º Grau, lotados e em exercício nas instituições federais de ensino superior, vinculadas ao Ministério da Educação, até o máximo de cento e setenta e cinco pontos por servidor, sendo cada ponto equivalente ao valor estabelecido no Anexo desta Lei.

§ 1º O limite global de pontuação mensal de que disporá cada instituição federal de ensino para atribuir a título da gratificação de que trata o **caput** corresponderá a cento e quarenta vezes o número de professores do magistério superior, ativos, lotados e em exercício na instituição.

....." (NR)

"Art. 4º .....

§ 1º Os servidores referidos no art. 1º, regularmente afastados para qualificação em programas de mestrado ou doutorado ou estágio de pós-doutorado, e os servidores ocupantes de função gratificada FG 1 e FG 2, na própria instituição, poderão perceber a gratificação calculada com base em pontuação superior a noventa e um pontos, desde que tenham as suas atividades avaliadas nos termos do regulamento a que se refere o § 6º do art. 1º.

.....

§ 4º Na impossibilidade do cálculo da média referida no § 3º, a gratificação de que trata esta Lei será paga ao docente servidor cedido para exercício de cargo de natureza especial ou DAS 6, 5 ou 4, ou cargo equivalente na administração pública, no valor correspondente a noventa e um pontos." (NR)

"Art.5º.....

§ 1º Na impossibilidade do cálculo da média referida no **caput**, a gratificação de que trata esta Lei será paga aos aposentados e aos beneficiários de pensão no valor correspondente a noventa e um pontos.

....." (NR)

Art. 2º Até que ato do Poder Executivo institua novas formas e fatores de avaliação qualitativa do desempenho docente, bem como critérios de atribuição de pontuação por natureza das atividades descritas no § 2ª do art. 1ª da Lei nº 9.678, de 1998, a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior será paga no valor correspondente a cento e quarenta pontos aos servidores ativos, respeitadas as classes, a titulação, a jornada de trabalho e os respectivos valores unitários do ponto, fixados no Anexo da mesma Lei, com a redação dada por esta Medida Provisória.

Parágrafo único. O ato de que trata este artigo será editado no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Medida Provisória.

Art. 3º O Anexo da Lei nº 9.678, de 1998, passa a vigorar na forma do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 4º O inciso II do § 8º do art. 4º da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

"e) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;" (NR)

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2004.

Brasília, 20 de agosto de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro
Guido Mantega"

ANEXO
VALOR DO PONTO PARA CÁLCULO DA GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA
a) TITULAÇÃO: GRADUAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO OU ESPECIALIZAÇÃO
Em R$

TITULAÇÃO	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
GRADUAÇÃO	2,08	4,05	6,13
APERFEIÇOAMENTO	2,23	4,53	6,77
ESPECIALIZAÇÃO	2,23	4,53	6,77

b) TITULAÇÃO: MESTRADO OU DOUTORADO
Em R$

CARGO/CLASSE	MESTRADO			DOUTORADO		
	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
TITULAR	3,40	8,51	10,66	4,87	12,16	19,79
ADJUNTO	2,92	7,32	10,66	4,26	10,66	16,75
ASSISTENTE	2,92	7,32	10,66	3,05	7,59	12,77
AUXILIAR	2,22	5,56	6,97	2,92	7,32	10,87

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.htm

Reforma Universitária

Estudantes protestam contra reforma universitária

Continuação da capa

Houve represália por parte dos PMs, que dispersaram os estudantes momentaneamente. O grupo, no entanto, novamente se reuniu, agora em frente a essa porta lateral e, mais uma vez, continuou com as palavras de ordem contra a reforma universitária, pois foram informados de que o representante do MEC não estava no prédio, mas iria retornar em breve. Enquanto aguardavam, um boneco com as máscaras do presidente Lula e do presidente norte-americano Bush foi queimado no local.

Dirigente do MEC nada fez para deter a violência

De repente, os estudantes perceberam a chegada de William Campos, que foi rapidamente cercado. Os alunos fizeram uma espécie de cordão humano em volta do dirigente na tentativa de assegurar a entrada no prédio do MEC para todos. Foi quando os policiais agiram de forma totalmente irracional, atingindo moças e rapazes com os cassetetes e utilizando o *spray* de pimenta diretamente em seus olhos. Alguns, mesmo já caídos, continuaram a ser atacados por diversos PMs. Um aluno chegou a ser detido, e foi levado para a Polícia Federal, recebendo apoio da assessoria jurídica da Adufrj-SSind. Só conseguiu ser liberado no fim da tarde. Enquanto o cenário de violência era construído, William Campos não tomou nenhuma iniciativa para impedir a ação policial. Limitou-se a transitar pela área. Ao final de tudo, vários alunos precisaram receber cuidados médicos.

Entidades protestam contra falta de diálogo

Depois da repressão policial ter se esgotado, os manifestantes se dirigiram para o carro de som alugado para o protesto, estacionado a cerca de duzentos metros do MEC. Foi o espaço que as entidades tiveram para protestar contra a absurda repressão. William Campos, depois da demonstração de ausência de democracia na entrada do MEC e depois de nada ter feito para conter os PMs, teve a audácia de querer falar ao microfone, mas os estudantes avisaram que só falariam representantes dos alunos e dos servidores.

Douglas Martins, do DCE da UFF, disse apostar na mobilização para derrotar a reforma universitária e considerou a manifestação ocorrida em frente ao MEC como a primeira de muitas neste sentido. Agnaldo Fernandes, do Sintufrj, apontou a falta de diálogo do governo. "Já ficou clara a disposição do governo Lula de conversar. O governo não conversa com estudantes, não conversa com os professores e não conversa com os técnico-administrativos em greve", disse. Segundo ele, essa prática governamental tem se repetido nas chamadas audiências públicas sobre a reforma universitária.

Perciliana Rodrigues, do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (Sintuperj), comentou que as propostas do governo para o ensino superior visam ampliar a privatização desse setor. E afirmou que o governo estadual também apresenta o mesmo comportamento de Lula e sua equipe em relação aos servidores estaduais.

A professora Sônia Lúcio, 1ª secretária da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, recordou que o Sindicato Nacional reafirmou a rejeição à reforma universitária, em sua última plenária. Segundo ela, essa reforma, ao lado das outras (previdenciária, trabalhista, sindical, tributária), têm como objetivo transferir renda dos trabalhadores para o mundo do capital financeiro. Ela sugeriu que a comunidade acadêmica mantenha a unidade e a crítica para deter mais essa contra-reforma.

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, disse que a mobilização estudantil muito honrou os professores por sua defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Ela comentou que o privatizante Programa Universidade para Todos, que faz parte da reforma universitária do governo – e que quase foi votado no Congresso Nacional, naquele mesmo dia do ato -, vai restringir ainda mais o acesso à universidade pública, uma vez que será privilegiada a expansão do ensino superior pelas instituições particulares. Ela anunciou que a assessoria jurídica da Adufrj-SSind iria dar o apoio ao estudante detido pela polícia.

Thiago Hastenreiter, do DCE da UFRJ, encerrou o ato com um convite para a plenária estadual em defesa da educação pública, que vai ocorrer na Uerj, no dia 1º de setembro, a partir das 18h. Segundo ele, a manifestação em frente ao MEC foi a primeira de muitas mobilizações que ainda virão contra a reforma universitária.

"Ou pára essa reforma ou paramos o Brasil"

Antes de chegar ao prédio do MEC, o protesto estudantil não sofreu qualquer tipo de violência, mesmo tendo ocupado quase todas as pistas da avenida Rio Branco – uma das principais vias da cidade. Com palavras de ordem e munidos de vários cartazes e faixas, o grupo saiu do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no Largo de São Francisco, atravessou a rua do Ouvidor e ocupou a Rio Branco. Na direção do prédio do MEC, nas proximidades da Cinelândia, os estudantes receberam aplausos e cumprimentos dos passantes. Uma das canções mais repetidas ao longo do percurso era: "Um, dois, três/ Quatro, cinco, mil/Ou pára essa reforma/Ou paramos o Brasil". Outra: "Não pago, não pago/Educação não é supermercado".

Alunos dão depoimentos sobre a truculência policial

Carlos Salim, do 7º período do curso de Comunicação Social, estava próximo ao cordão humano que se formou em torno de William Campos, quando foi agredido. Assim que os policiais agiram para dispersar o grupo, o rapaz sofreu duas pancadas: uma delas, sem maiores conseqüências, atingiu a costela; a outra acertou o cotovelo esquerdo, quando o estudante tentava se proteger da segunda agressão. Como resultado, mesmo no dia seguinte, Carlos Alberto ainda apresentava sérias dificuldades para movimentar o braço esquerdo. Sua irmã, Leila Salim Leal, também estudante da UFRJ, recebeu *spray* de pimenta direto nos olhos e ficou desnorteada, no momento do conflito.

Os dois foram para a clínica Santa Maria, em Laranjeiras. Leila foi liberada em uma hora, mas o rapaz ficou em observação até o fim da tarde, pois precisou tirar uma radiografia do local atingido mais seriamente pela pancada. Carlos pensa em fazer o exame de corpo delito para eventualmente processar o batalhão policial e entende que a iniciativa terá mais força, se for feita com um conjunto maior de alunos.

Ele se mostrou extremamente surpreso com a brutalidade policial, diante de uma manifestação que se pretendia pacífica. Carlos, que já havia participado de outros atos (considerados mais tensos, mas que não sofreram tamanha reação), durante o governo Fernando Henrique, ou até antes disso, como secundarista, classificou como despropositado o uso da força empregada na manifestação do dia 25.

Tadeu Mourão, o "Fred", do 3º período do curso de Direito, também sofreu com a violência policial. Quando ajudava uma colega a recolher parte do material da manifestação, deixado ao lado de uma das pilastras do prédio do MEC, foi atacado por um policial. Recebeu uma forte pancada no dedo "mindinho" da mão esquerda e, pelo primeiro atendimento médico recebido, em uma clínica do Grajaú, já sabe que perdeu um terço da articulação do dedo. Foi sugerido a ele para se encaminhar ao Hospital Universitário da UFRJ, onde um especialista poderia tentar curar a lesão com melhores resultados. Tadeu considera que uma ação na justiça não terá maiores conseqüências, mas pretende analisar a questão ao lado dos outros colegas que participaram do ato.

Fotos: Guilherme Lessa

PROTESTO ESTUDANTIL SAI DO LARGO DE SÃO FRANCISCO E GANHA A RUA DO OUVIDOR

SPRAY DE PIMENTA E CACETADAS FORAM USADOS PARA DISPENSAR OS ESTUDANTES

ALUNO DETIDO PELOS POLICIAIS TEVE APOIO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADUFRJ-SSIND PARA SER LIBERADO

Reforma Universitária

Nota pública do ANDES-SN sobre a Reforma da Educação Superior

Agosto de 2004

O ANDES-SN defende com todas as suas forças o direito de todos os que possuem um rosto humano à educação pública, gratuita e de alta qualidade em todos os níveis. Mais do que um intangível bem público, a educação é um dever do Estado. É inadmissível, para o ANDES-SN, que o mercado seja convocado pelo governo federal para garantir esse direito humano fundamental. O mercado nunca socializou direitos e jamais poderá fazê-lo. A educação superior somente poderá ser assegurada a todos os milhões de jovens que a reivindicam – apenas 9 em cada 100 jovens de 18 a 24 anos estão matriculados em alguma instituição de ensino superior, destes menos de 3 estão em uma instituição pública – por meio de políticas públicas estatais.

A defesa da tese de que o setor privado é "notoriamente mais eficiente" e que, portanto, a expansão deverá ter como eixo o fortalecimento das instituições particulares, por meio de parcerias entre o setor público e o privado (Parceria Público-Privada, PROUNI, Inovação Tecnológica, Documento II, Educação Profissional), apagando as distinções entre as esferas pública e privada é, para o ANDES-SN, o principal tema de discussão da agenda educação superior.

Os docentes da educação superior representados pelo ANDES-SN entendem que a manifestação do povo no pleito eleitoral de 2002 corrobora uma agenda em favor da educação pública. Como protagonista das lutas antineoliberais das últimas décadas, o ANDES-SN contribuiu ativamente para a elaboração de alternativas às políticas educacionais neoliberais – participando das lutas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública por uma LDB democrática e dos Congressos Nacionais de Educação em favor da construção do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. Por meio de árduas lutas, combateu as tentativas de desregulamentação da autonomia encaminhadas por Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Todos aqueles que protagonizaram essas ásperas lutas têm a expectativa de que um amplo e democrático processo de discussão empolgue as instituições, os sindicatos, as entidades acadêmicas e os movimentos sociais do país e que, como resultado desse amplo debate, seja possível promover as profundas transformações que a educação brasileira necessita e reivindica.

A Andifes promoveu importantes seminários temáticos em todo o país e elaborou suas propostas. O mesmo fizeram, em diferentes níveis, UNE, Fasubra, Contee, Sinasefe, CNTE, ABC e SBPC e diversos Conselhos Universitários. O MST discute, há mais de uma década, um projeto educacional para o campo. O ANDES-SN colocou em debate o seu Projeto para a Universidade Brasileira. Há significativos pontos de convergência entre essas proposições, mas também marcadas diferenças. Com democracia e, por conseguinte, com base no princípio de que esta requer direitos sociais e maior controle social da economia, as forças sociais que defendem a educação pública seguramente não irão se furtar a construir, em nome da nação brasileira, consensos que permitam a expansão do ensino superior público e de qualidade, o que requer políticas públicas que permitam a real democratização do acesso a esse nível de ensino em uma perspectiva de universalidade.

Em nome dos milhões de jovens que sonham com o direito de acesso e permanência à educação superior e, mais amplamente, do povo brasileiro que pode ter sua vida melhorada com mais e melhores universidades públicas, o ANDES-SN envidará todos os seus esforços para não permitir que seja perdida essa oportunidade histórica em que a educação superior é repensada. O maior obstáculo para essa profunda transformação da educação superior reside no conteúdo e no método adotados pelo governo de Lula da Silva. Com efeito, o pressuposto fundamental de que a ampliação da oferta tem como eixo o setor privado, beneficiado por contratos de parcerias público-privadas, não levará à sonhada revitalização do setor público. Ao contrário, debilitará as instituições públicas que se esvaecerão na mesma intensidade do apagamento das fronteiras entre o público e o privado, como quer o Executivo ao tratar toda a educação como um etéreo bem público ou um interesse social sem os verdadeiros adjetivos: público e privado.

Também o método compromete o necessário processo democrático. O exercício da democracia requer que as negociações sejam verdadeiras, o que pressupõe que todas as questões relativas ao futuro da educação superior sejam colocadas em discussão e não apenas o instrumento que lhes servirá de arremate final, como é o caso do Documento II "Reafirmando compromissos...". Não há democracia se não é possível discutir os conceitos básicos das ações governamentais. Está em curso um conjunto de medidas que compõe um todo, constituído, em suas linhas gerais, além do referido Documento II, pelo PROUNI, pelo projeto de Inovação Tecnológica, pelo projeto de lei orgânica da educação profissional e tecnológica e pelo SINAES.

De fato, o Executivo Federal colocou em marcha a sua controversa política para a educação superior como um fato consumado, com base no mote: "o governo tem de governar." Não casualmente, reivindicou o uso generalizado de medidas provisórias. O ANDES-SN espera, sinceramente, que a defesa da crença de que a "soberania popular (está) expressa no Programa de Governo", como quer o referido Documento II, seja apenas um deslize conceitual. Com efeito, o *programa de governo* não pode instituir uma nova ordem acima da constituição; somente o povo é portador de direito constituinte. A campanha salarial em curso é um importante contra-exemplo de procedimento que tem de ser abandonado. Impor uma alternativa *contra* as Assembléias Gerais, rompendo com princípios fundamentais da entidade, como a paridade entre os ativos e os aposentados, não é uma atitude de quem aposta na democracia.

É necessária a criação de um espaço de discussão que inclua, além dos referidos instrumentos, a discussão das medidas heteronômicas criadas após 1988 que bloquearam o gozo efetivo da autonomia universitária. Igualmente, urge reverter, radicalmente, o *laissez faire* que caracteriza o funcionamento e a expansão de instituições privadas. Somente atendendo a consistentes condições prévias estabelecidas pelo Estado – não passíveis de serem reduzidas a indicadores pontuais que acabam legitimando a existência de instituições que comprometem a credibilidade do sistema de ensino superior – podem as particulares atuar na educação superior. É importante destacar que o atendimento aos critérios públicos é condição prévia para que uma instituição privada possa fazer jus ao *status* de universidade e, por conseguinte, para a autonomia universitária.

O ANDES-SN propugna que o MEC tome para si a tese de que o eixo da expansão das vagas é o ensino público e gratuito e de que as polpudas verbas públicas que seriam repassadas para o setor privado, por meio das parcerias público-privadas, materializadas no PROUNI e no Documento II, sejam aplicadas nas instituições públicas, com o propósito de ampliar a oferta, um requisito necessário para democratizar o acesso em uma perspectiva universal.

A década de 90 foi um período de democracia de baixa intensidade, incapaz de ampliar a esfera pública frente à esfera privada regida pelo mercado. A educação foi ainda mais privatizada e, cada vez mais, *comodificada*. As desigualdades educacionais entre os ricos e os pobres aumentaram drasticamente, assim como entre os países do G-7 e a periferia do capitalismo. Como sustentou Florestan Fernandes, para reverter esse trágico quadro, é necessário um novo ponto de partida. As proposições do Banco Mundial para a educação superior fracassaram em toda parte e é preciso superá-las e não recauchutá-las. Lamentavelmente, essas proposições continuam oprimindo os cérebros dos autores dos referidos projetos fundamentados nas PPP. Todo o esforço político do ANDES-SN nas assembléias, colóquios, mesas e nas ruas, estará dirigido para a concretização das condições para que a educação superior pública possa estar no rumo da universalização, na direção oposta à sua perversa mercantilização.

Diretoria do ANDES-SN

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Movimento

Famílias de sem-teto ocupam prédio no Centro

Mas órgão governamental exige reintegração de posse do imóvel, abandonado há mais de 20 anos

"Se morar é um direito, ocupar é um dever". Esse foi o princípio que moveu cerca de 60 famílias para a ocupação de um prédio – abandonado há mais de 20 anos – do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na Rua Barão de São Félix, nas proximidades da Central do Brasil, no dia 23 de julho.

Os novos moradores do local, sob a orientação da Central de Movimentos Populares (CMP), baseiam-se na Constituição Federal na busca pela dignidade. E, de fato, está lá o artigo 6º da Carta, no qual a moradia é listada como um dos direitos sociais dos cidadãos. Um pouco antes, escreve-se assim o artigo 5º, inciso XXIII: "(...) a propriedade atenderá a sua função social (...)".

Como se não bastasse, em outubro de 2003, o próprio presidente Lula declarou aos jornais que usaria os prédios públicos desativados para oferecer moradia à população mais pobre. Os ocupantes do imóvel do Incra não esqueceram o discurso e colaram um recorte da reportagem com a promessa presidencial daquela época, na fachada.

Só que nem todos os órgãos do governo parecem estar afinados com o discurso do presidente. A superintendência do Incra-RJ entrou com ação de reintegração de posse do prédio na Justiça e conseguiu uma liminar no início de agosto. Em sua decisão, passados dez dias da intimação, o juiz permite o uso de força policial para a retomada do local. Até o fechamento desta edição (em 27/08), pelo menos, os moradores ainda não haviam sido notificados.

Fotos: Kelvin Melo

OCUPAÇÃO JÁ CONTA COM UMA COZINHA COLETIVA PARA OS NOVOS MORADORES

ESPALHAR FAIXAS NA FACHADA DO PRÉDIO FOI UMA FORMA DE CHAMAR A ATENÇÃO DA SOCIEDADE

O processo de ocupação

Um dos coordenadores da Central de Movimentos Populares, Marcelo Braga explica que o processo de organização para a ocupação do local levou aproximadamente cinco meses. Segundo ele, as famílias (a maioria composta de vendedores ambulantes) foram cadastradas na Central e, depois, participaram de reuniões preparatórias. Já no prédio, cuja ocupação foi batizada de "Chiquinha Gonzaga", em homenagem à compositora e militante social (veja quadro na página 10), continuam sendo feitas reuniões diárias para a divisão das tarefas no imóvel e discussão do futuro do grupo. Além disso, a Central, ajudada por outros movimentos, como os ligados a cursos pré-vestibulares comunitários, oferece aulas de Português, crochê, Matemática e oficina de malabares.

Segundo Marcelo, o projeto de ocupação do local não se pode limitar a dar um teto para essas 60 famílias que já estão no local. "Outros processos de ocupação feitos apenas dessa maneira não deram certo", comentou. Além dos cursos, que são (e serão) disponibilizados não apenas para os moradores, mas para a comunidade pobre dos arredores da Central do Brasil, Marcelo destaca a integração das pessoas com ações de outros movimentos sociais organizados: desde o início da ocupação, vários moradores participaram, por exemplo, de atos da greve dos funcionários técnico-administrativos da Uerj e da manifestação contra o leilão de reservas petrolíferas do país. Também foram acompanhar a pré-estréia do filme "Olga" (em 15/8), no Cine Odeon, em atividade promovida pelo Núcleo Piratininga de Comunicação, que realiza cursos para a imprensa sindical e popular.

Em campanha para ficar

Apesar do projeto social envolvido, o superintendente do Incra-RJ, Claudir Furtado, disse a uma comissão de moradores que o prédio deverá ser desocupado. De acordo com o dirigente (por mais incoerente que possa soar), salas do imóvel deverão ser doadas a organizações não governamentais e outros movimentos sociais.

Marcelo disse à reportagem da Adufrj-SSind que a Central de Movimentos Populares e os moradores ainda tentam negociar com o governo. Eles pedem a desistência da ação de reintegração de posse e a doação do prédio para os novos ocupantes. O coordenador da CMP lembra também que os ocupantes já fizeram diversas obras de recuperação da infra-estrutura do local, como a saída de esgoto, a limpeza de parte dos banheiros, a instalação de luz nos andares superiores e o lacre em todas as portas de elevadores (para evitar acidentes com o fosso).

Movimento

Morador pede união para resistir

Fotos: Kelvin Melo

OCUPANTES JÁ PROMOVERAM ALGUMAS MELHORIAS NO PRÉDIO

Vendedor ambulante gostou do filme "Olga" ao qual assistiu em pré-estréia

Paulo César da Silva, de 48 anos, é um dos novos ocupantes do prédio do Incra, no Rio. Ele se juntou ao grupo após conhecer o projeto da Central de Movimentos Populares (CMP) em muitas conversas pelas ruas e praças da cidade. Vendedor ambulante na Zona Sul, Paulo disse à reportagem da Adufrj-SSind que não estava conseguindo trabalhar nos últimos dias devido à forte repressão da Guarda Municipal. Mas esse problema parecia não incomodá-lo tanto quanto a possibilidade de perder o espaço conquistado com a ocupação. "Temos de ficar unidos para resistir", afirmou.

O vendedor elogia a organização que encontrou no local, com a divisão de tarefas e as reuniões diárias, abertas à participação de todos. E comenta satisfeito o fato de ter assistido, ao lado de outros moradores, ao filme Olga, em um projeto do Núcleo Piratininga de Comunicação e apoiado pela CMP: "Aquela (época) foi uma fase da luta que empenhamos ainda hoje contra a injustiça".

Natural do bairro de São Cristóvão, Paulo possui o ensino médio completo. Chegou a estagiar em uma companhia de processamento de dados, na década de 70, como perfurador de cartões. No entanto, a crise do setor impediu que ele seguisse a carreira como programador, como estava planejando. Com carteira assinada, teve a breve experiência de dois anos como operário de uma fábrica de acessórios para moda. Na maior parte do tempo, dedicou-se mesmo à venda de produtos nas ruas da cidade. Mas sonha é com a possibilidade de trabalhar, um dia, com a confecção de jóias. Fã de samba e MPB, Paulo demonstra estar bem informado e chegou a lamentar para a reportagem da Adufrj-SSind a recente notícia da enfermidade do compositor Edu Lobo. "O modelo social me exclui, mas eu não quero virar bandido", disse.

PAULO CÉSAR ELOGIA A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Chiquinha Gonzaga

Francisca Edwiges Gonzaga - conhecida no mundo da música por Chiquinha Gonzaga - nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1847. A mãe era uma mulata solteira, que engravidou de um militar de alta patente, que mais tarde ascenderia a chefe de gabinete de um ministro. A família do pai tomou conta dela e educou-a esmeradamente, tendo aprendido línguas e piano. Ela é considerada a primeira compositora de música popular para o carnaval do Brasil.

Em 1899, escreveu uma música que alcançou um êxito retumbante: "Ô, Abre Alas". Não se notabilizou apenas como compositora. Foi também a primeira maestrina a dirigir uma orquestra e chegou a dirigir a banda da Polícia Militar. Como mulher de forte sentido cívico e nacionalista, apoiou os movimentos abolicionistas e pró-republicanos. Morreu em 28 de fevereiro de 1935.

Paralelamente às atividades musicais, Chiquinha se envolveu nas causas abolicionista e republicana. Participou ativamente dos festivais artísticos destinados a arrecadar fundos para a Confederação Libertadora, que comprava cartas de alforria. Junto com Paula Nei, Lopes Trovão e José do Patrocínio, Chiquinha freqüentou as reuniões e os comícios abolicionistas.

Após a vitória da campanha abolicionista, Chiquinha passou a trabalhar pela causa republicana. Faz campanha contra o regime monárquico em locais públicos, tornando-se grande companheira do militante republicano Lopes Trovão. O empenho e entusiasmo de Chiquinha Gonzaga levam Trovão a afirmar, em 1921, no jornal *A Pátria*: "Aquela Chiquinha é o diabo! Foi nossa companheira de propaganda na praça pública, nos cafés! Nunca me abandonou".

Mas tanto Chiquinha quanto Lopes Trovão logo se decepcionam com os rumos que toma a recém-instaurada república. Durante a Revolta da Armada, em 1893, Chiquinha escreve uma cançoneta intitulada *Aperte o botão*, considerada ofensiva pelo governo de Floriano Peixoto. A edição da partitura é apreendida e ela recebe ordem de prisão, mas é liberada devido a sua popularidade e parenteco com pessoas ilustres.

Fonte: *Site* Vidas Lusófonas

Colegiados

CEG aprova resolução para mobilidade acadêmica

O Conselho de Ensino de Graduação aprovou uma resolução específica para normatizar o programa de Mobilidade Acadêmica da Andifes para a universidade. Alguns conselheiros, como a representante do CCS, Ana Maria Borralho, foram contrários a publicação de edital específico para o recebimento de estudantes de outras instituições. "Não deve haver normas para isso e sim uma disciplinação, caso a caso, cujo parecer final deve ser da unidade para a qual o aluno vem", argumentou a professora.

A diretora da Divisão de Ensino, Itacy Magalhães, defendeu a necessidade de uma resolução específica para o programa de mobilidade, "assim como acontece com o Progrma de Estudante Convênio que tem a resolução 488". A professora lembrou que existe uma resolução antiga, de 1974, na qual fica regulamentada uma série de especificações sobre os alunos de outras instituições temporariamente matriculados na universidade. "É a estas resoluções que recorremos quando acontece alguma coisa com esses alunos que passam a ser efetivamente tratados como estudantes da UFRJ".

O Convênio da Andifes para a mobilidade acadêmica de estudantes das instituições federais foi assinado pelos reitores em abril de 2003, durante a 46ª reunião do conselho pleno da Andifes, em Brasília. O convênio possibilita aos universitários estudarem por um ano em estabelecimento diferente daquele onde prestaram vestibular. Segundo o portal da associação de reitores, o Programa Andifes de Mobilidade Estudantil é o primeiro de abrangência nacional para a graduação. "O objetivo é possibilitar que o aluno tenha experiência em outra comunidade acadêmica e vivencie aspectos diferentes da cultura brasileira. Enquanto estiver fora da instituição de origem, o estudante estará sujeito às normas da universidade que o receber. A vaga no curso de origem é assegurada".

Rápidas do CEPG

Conselheiro cobra emergência no HU

Em função do recente incidente no Instituto de Química, o conselheiro Nelson Souza e Silva (CCS) voltou a enfatizar, em sessão de 27/8, a necessidade de uma emergência funcionando no Hospital Universitário. Ele pediu providência ao pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, que se comprometeu a dialogar com o reitor sobre o assunto.

Proex em setembro

O Programa de Excelência Acadêmica (Proex) da Capes parece que vai sair do papel. O pró-reitor José Luiz anunciou que a agência de fomento está refazendo as planilhas orçamentárias relativas ao programa. A expectativa é que o Proex já esteja operacional em setembro. A UFRJ decidiu, após acordo entre reitoria e coordenadores, que os recursos serão repassados diretamente aos cursos.

Colegiado indica nomes para comissão de avaliação

Depois do CEG e do Consuni, o CEPG também indicou seus nomes para a comissão local de avaliação da UFRJ, vinculada ao Sinaes: as professoras Celuta Sales (CCS) e Andréia Frazão (CFCH), Cláudia Lage (pelos técnico-administrativos) e Heloisa Sanches (pelos alunos).

Subsecretário do MEC visita próxima sessão

O subsecretário de Orçamento e Planejamento do MEC, Paulo Rocha, deve estar presente na próxima sessão do CEPG (neste dia 3/9) para falar sobre o financiamento das universidades. Este é um dos temas relacionados à reforma universitária que o colegiado vem discutindo em suas últimas reuniões.

Jurídico

Justiça referenda decisão em favor do Jornal da Adufrj

O Tribunal de Justiça da 9ª Câmara Cível negou a apelação contra a sentença que julgou improcedente o pedido de indenização feito pelo professor Agnelo Maia em função de uma matéria publicada pelo Jornal da Adufrj, em janeiro de 2002. Na ocasião, o jornal publicou denúncia dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito de que o referido professor teria agredido os alunos em meio a um processo eleitoral na Unidade. O professor entrou com uma ação alegando danos morais e reclamando uma indenização em dinheiro a ser calculada pela Justiça.

O Tribunal, agora em última instância, referendou a decisão anterior, de fevereiro de 2003, e considerou não haver danos em função da referida matéria apenas ter narrado os fatos ocorridos considerando, inclusive, que: "as reportagens possuem respaldo em documento público, o qual seja o Registro de Ocorrência". Ao final, a sentença expedida em 2003, a Juíza Simone Gatese Chevrand afirma que "Ainda que o Autor tenha sofrido algum tipo de aborrecimento, todavia, não pode ser confundido com danos porais, mormente porque os fatos noticiados encontram-se devidamente respaldados em documentos públicos", e condena o Autor da ação, no caso o professor, ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa (art. 12 da Lei 1060/50).

Resenha

Getúlio e a ameaça à CLT

Deu na coluna do Informe JB, em 25/8: "Em sessão solene ontem, em memória dos 50 anos do suicídio de Vargas, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Vantuil Abdala, foi taxativo: 'Se vivo, Getúlio teria motivos para se matar devido às articulações destinadas a pôr abaixo a legislação de proteção ao trabalhador por ele criada. A CLT está ameaçada de flexibilização, o que é trágico'. O ex-presidente teria hoje 122 anos".

Se arrependimento matasse...

Mesmo depois de ter sido demitido pelo telefone, parecia não ter caído a ficha para o ex-ministro da Educação Cristovam Buarque. Mas o choque de realidade finalmente veio em meados de agosto quando o presidente Lula vetou uma série de compromissos da área social que deveriam ser incorporados à Lei de Diretrizes Orçamentárias, como cumprimento de promessa aos parlamentares pela votação do ridículo salário mínimo de R$ 260. Um dos senadores enganados, Cristovam desabafou e chegou a atribuir parcela de culpa ao governo federal pelos recentes ataques aos mendigos, em São Paulo, de acordo com matéria do Jornal do Brasil (26/8).

Povo, só de longe

A coluna de Cláudio Humberto, de O Dia (em 26/8), diz o seguinte: "O governo quer desviar o tráfego de veículos – quase inexistente – na frente do Palácio Alvorada, a pretexto de 'preservar a privacidade' de Lula. Nem a ditadura dificultou o acesso ao local, e as pessoas sempre foram mantidas a mais de 500m da residência do presidente. O assunto será levado hoje pelo Iphan, do governo federal, à reunião do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília, responsável pelo tombamento da cidade".

Referendo impossível de se fraudar

O embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos e chefe da missão observadora do referendo, Valter Pecly Moreira, reiterou que não existem provas de fraude eleitoral cometida por autoridades venezuelanas em todo o processo de referendo, levado a cabo no dia 15 de agosto, e que manteve Chávez no poder. A conclusão está presente no relatório apresentado à Assembléia Geral da OEA. Pecly disse estar convencido de que "tecnicamente teria sido impossível manipular qualquer fase do processo" automatizado, descartando qualquer tipo de fraude (Diário Vermelho, 26/8).

Colegiados

Consuni repudia violência contra manifestação estudantil

Conselheiros aprovam moção que lamenta os episódios ocorridos em frente ao MEC

Em sua sessão de 26 de agosto, o Consuni não ficou indiferente aos fatos da dia anterior, quando um numeroso grupo de estudantes foi violentamente reprimido por policiais enquanto protestava contra a reforma universitária, no centro do Rio (veja matéria na página 6 e 7). O funcionário técnico-administrativo José Carlos estava indignado com o incidente ocorrido em frente ao prédio da representação do MEC no estado. Ele lembrou que a comunidade acadêmica deve pautar suas discussões pela troca de idéias "e não pelas pancadas". José Carlos considerou um absurdo o uso a força policial contra os estudantes e chegou a exigir a substituição de William Campos, na condição de representante do MEC no Rio. Representante discente dos pós-graduandos, Fernanda Martins também expressou sua solidariedade à manifestação estudantil.

As professoras Sônia Lúcio (1ª Secretária da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN) e Sara Granemann (presidente da Adufrj-SSind) tiveram a oportunidade de se manifestar no colegiado. Sônia historiou brevemente os acontecimentos do dia anterior e o desfecho violento, causado pela repressão policial. De acordo com Sônia, não há dúvidas de que a universidade precisa ser reformada. O problema é que os indicativos do governo para o ensino superior apenas explicitam o desmantelamento do caráter público destas instituições. Além disso, como no privatizante programa "Universidade para Todos" (Prouni), visam à transferência de recursos do Estado para o setor particular. A professora frisou que, em todos os lugares do Brasil, as manifestações contrárias à reforma universitária estão sendo destratadas pelo governo. Ela também solicitou a substituição de William Campos na representação do MEC no Rio.

Sara Granemann ressaltou o saldo de feridos do episódio. Segundo ela, o delegado regional do MEC limitou-se a passear pelo pátio do lugar, enquanto o conflito se alastrava. A diretora da Seção Sindical repudiou a atitude do dirigente do ministério e caracterizou o episódio de repressão policial como um momento de supressão da livre expressão dos estudantes. A professora comentou ainda que o Andes-SN já está analisando o conteúdo da reforma universitária (todos os documentos e projetos do governo para o setor) em seus fóruns e deverá divulgar em breve os resultados para os sindicalizados. Quando isso ocorrer, Sara comprometeu-se a levar os textos do Sindicato para o Consuni como uma contribuição para o debate. De acordo com Sara, os problemas hoje vividos pela universidade pública poderão se agravar com a passagem da reforma anunciada pelo governo. Para ela, essa mesma reforma universitária tem raízes na reforma do Estado preconizada pelos governos liberais da década de 90 e que causa o estrangulamento financeiro das instituições públicas. Para ela, é o estrangulamento orçamentário vivido pela UFRJ a razão dos constantes problemas que o Consuni e a reitoria buscam resolver. Bibliotecas fechadas, prédios com infra-estrutura precária, incêndios, produtos armazenados em lugares impróprios, dentre tantos outros problemas, são manifestações da grave crise das universidades federais decorrentes dos progressivos e constantes ataques, deste e de outros governos, à universidade pública no Brasil. Analisar os problemas da UFRJ de modo fechado e apenas no seu próprio âmbito é desconhecer as conexões existentes entre a penúria vivida pelas IFES e a Reforma Universitária já em curso; reforma que só agravará tal situação.

Kelvin Melo

PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, SARA GRANEMANN CRITICA A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Moção

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em sessão ordinária de 26 de agosto de 2004, vem a público lamentar os acontecimentos ocorridos no dia de ontem, no pátio do prédio do MEC, no centro da cidade, quando uma manifestação de estudantes, que protestavam contra a reforma universitária, foi violentamente reprimida pela Polícia Militar, inclusive com o uso de gás pimenta diretamente sobre os manifestantes. O que mais nos consterna é não ter havido, por parte da representação do Ministério da Educação, qualquer atitude para impedir a violência policial, que repudiamos e que resultou em feridos e presos.

Tais acontecimentos, que nos trazem de volta aos piores momentos do regime autoritário, são incompatíveis com o Brasil que se deseja construir.

O Conselho Universitário reafirma sua posição de absoluta confiança no diálogo, amplo e democrático, como única forma de se chegar a uma reforma do sistema de ensino superior adequada às exigências da sociedade brasileira. Para que esse clima seja restabelecido, torna-se necessária a rigorosa apuração das responsabilidades pela violência cometida contra os estudantes. É o que o Conselho Universitário da UFRJ exige.

Medalha Minerva

O colegiado deliberou favoravelmente à proposta da reitoria de criação da Medalha Minerva. A homenagem será concedida a personalidades brasileiras ou estrangeiras que se destaquem em sua atuação pela paz e solidariedade entre os povos, entre outras razões. As indicações de nomes para o recebimento da medalha deverão ser aprovadas pelo Consuni e a cerimônia de homenagem deverá ocorrer em todo 7 de setembro. Apesar de ser um feriado, a reitoria lembrou que esta é também a data de fundação da UFRJ.

Consuni compõe comissão de avaliação da UFRJ

A exemplo do que o CEG já havia feito na semana retrasada (Jornal da Adufrj, de 23/08), o Consuni escolheu seus representantes para compor a comissão própria de avaliação, um dos instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) do governo. Farão parte do grupo os professores Luiz Antônio Cunha (CFCH), Pedro Lagerblad (CCS) e Pedro Martins (pela representação discente). Os técnico-administrativos ficaram de encaminhar posteriormente sua indicação para a comissão local. O professor Ricardo Bicca de Alencastro (CCMN) foi incluído na comissão como representante da reitoria. Foi anunciado que, além da representação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ), será convidado um integrante da comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Rio para atuar como membro externo da universidade.

Moção de louvor

O colegiado aprovou uma moção de louvor para o técnico-administrativo Sidney Paiva, do Centro de Ciências da Saúde, pela coragem demonstrada no combate ao incêndio do Instituto de Química. Sidney é um dos integrantes da comissão de biossegurança do CCS, que auxiliou os bombeiros no dia do incidente. A homenagem deverá constar da ficha funcional do servidor.

Reverência ao professor Luiz de Castro Faria

Os conselheiros também aprovaram um voto de pesar pelo falecimento do professor Luiz de Castro Faria, aos 91 anos. Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-diretor do Museu Nacional, Luiz de Castro Faria era um dos mais conhecidos antropólogos brasileiros.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 152 • 8 de setembro de 2004

Reajuste da GED na UFRJ

A reitoria da UFRJ informou, na semana passada, que devido ao curtíssimo prazo para alterações na última folha de pagamento, foi apenas reajustado o valor dos pontos da GED. Os docentes receberam o mesmo número de pontos do mês anterior. Ou seja, não foram alterados: (a) para 140 pontos os ativos que estão com menos do que isso (cerca de 500); (b) de 84 para 91 pontos os aposentados até julho de 2000 (cerca de 2.000). A correção deverá ser feita no pagamento de setembro, não sendo certo que haverá uma folha suplementar de agosto. Quanto aos atrasados (maio, junho e julho), não há informações.

Agenda Sindical

6/9 a 24/9 – Mobilização nos estados contra as PPP (Parcerias Público-Privadas)

7/9- Grito dos Excluídos

10 e 11/9 - Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: Seminário sobre a Reforma da Educação Superior
Brasília (DF)

11 e 12/9 - Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF)

12/9 - Plenária Nacional de Luta contra a Reforma da Educação Superior do MEC
Brasília (DF)

12/9 a 17/9 – Indicativo para realização de audiência pública sobre as PPP

14/9 – Atividades no Congresso sobre as PPP

25/9 – Plenárias Setoriais

26/9 – Plenária Nacional dos SPF

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

29 a 31/10 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo"

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Janete Luzia Leite

SETOR DAS FEDERAIS, EM 29/8, REAFIRMA PRINCÍPIOS DE ISONOMIA E PARIDADE

Termina greve nacional nas universidades federais

Comando Nacional de Greve (comunicado 8)

Acumular forças para enfrentarmos as contra-reformas

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi deflagrada depois de um processo negocial em que o governo insistia em reajustes diferenciados para os servidores públicos federais (SPF), culminando com o cancelamento de várias reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Nesse processo, diversas entidades dos SPF firmaram acordo com o governo, alguns dos quais não cumpridos. No início de junho o setor das IFES do ANDES-SN construiu uma proposta e submeteu às assembléias, a qual propunha a criação de uma gratificação fixa e provisória em lugar da GED e da GID, extensiva aos aposentados, garantia a isonomia entre as carreiras (1º, 2º e 3º graus), assim como a definição de calendário para a incorporação de todas as gratificações. O governo não considerou a proposta do Setor e enviou ao ANDES-SN duas simulações, as quais, depois de analisadas pelo GT-Verbas do ANDES-SN, indicavam uma redução dos montantes financeiros para o reajuste, relativo ao que havia sido anunciado, mostrando que a "proposta" do governo era falaciosa.

Diante deste quadro, o setor das IFES, reunido em 03 de julho, propôs à categoria que apreciasse nas suas assembléias o indicativo de deflagração da greve em 27 de julho. O fato de o governo fechar acordo com o SINASEFE para os docentes de 1º e 2º graus, foi avaliado como interferência em parte da base sindical do ANDES-SN, e uma das questões que levou o Setor das IFES, reunido no dia 24 de julho, a indicar para as assembléias a apreciação de uma contraproposta a ser apresentada para negociação com o governo, assim como a data de 5 de agosto para a deflagração da greve nacional.

A "proposta" do governo foi considerada pela ampla maioria das assembléias um retrocesso e um desrespeito aos professores das IFES e ao Sindicato, por isso, em reunião do Setor no dia 31 de julho, foi indicada sua rejeição e a manutenção do indicativo de greve para o dia cinco de agosto.

Continua na página 8

Movimento

Plenária reorganiza coordenação nacional dos servidores

Noventa e três delegados e 26 observadores (entre estes, os professores Salatiel Menezes e Janete Luzia Leite, da Adufrj-SSind) de nove entidades nacionais estiveram reunidos em Brasília para a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais. Foi encaminhada a rearticulação da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), um pouco desgastada pela tática do governo de fragmentar a campanha salarial do conjunto dos servidores, negociando em separado com cada categoria.

Na parte de informes, um dos diretores do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), Wiliam do Nascimento Carvalho ressaltou que a última plenária daquela categoria deliberou que o sindicato não deve participar de qualquer instância com o governo onde o Andes-SN não esteja representado.

Desfiliação da CUT

Como mais uma amostra de insatisfação com a Central Única dos Trabalhadores, uma representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal solicitou que o debate sobre possível desfiliação da CUT fosse encaminhado para as bases das várias categorias do funcionalismo federal. O Andes-SN, conforme já divulgado pelo Jornal da Adufrj, vai analisar o assunto em seu próximo Congresso, no ano que vem.

Moção e calendário

Além do calendário de atividades transcrito abaixo, a Plenária dos servidores aprovou também a moção contra a atitude da representação do MEC no Rio de Janeiro, durante protesto contra a reforma universitária.

Calendário da CNESF:

1/9 – Reunião do Grupo de Trabalho de Assuntos de Aposentadoria da CNESF

6/9 – Instalação de barraca da CNESF em frente ao prédio do MPOG

6/9 a 24/9 – manifestações estaduais contra as Parcerias Público-Privadas (PPP)

7/9 – Participação no ato do Grito dos Excluídos, com ala da CNESF

12/9 – Participação no debate-ato da Reforma Universitária, em Brasília

14/9 – Ato no Senado contra as PPP

26/9 – Nova plenária da CNES

Servidores acompanham palestras sobre projetos do governo

Servidor da Receita Federal comenta PPP e professora fala da reforma universitária

Antes do início da discussão de pauta da Plenária Nacional dos SPF, no dia 29/8, os mais de cem representantes do funcionalismo ouviram uma palestra sobre as Parcerias Público-Privadas feita por Iranilson Brasil, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical).

De acordo com Iranilson, o projeto de lei das PPP, em discussão no Senado, em regime de urgência, representa um novo regime jurídico de contratação do Estado com a iniciativa privada cujo objeto é a prestação de todo tipo de serviço público – ou seja, trata escancaradamente da privatização dos serviços públicos, à exceção das funções de regulação, jurisdicional e de poder de polícia. Além disso, sua abrangência é a mais ampla possível: a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e municípios.

Iranilson observou que as Parcerias Público-Privadas têm sua origem no *Private Finance Initiative* (da Inglaterra, no início dos anos 90) – um modelo adotado pelo FMI e o Banco Mundial. E, da maneira como está escrito o projeto hoje, as PPP fazem o Estado arcar com todos os riscos de uma iniciativa conjunta. Ainda de acordo com o dirigente sindical, ficam abertas, no documento, as brechas para licitações orientadas, bem ao gosto dos apadrinhados do poder, em flagrante desrespeito às normas das licitações públicas.

Prejuízo para a sociedade

Se implementadas as PPP, Iranilson acredita que a população brasileira sofrerá grande prejuízo, pois vai precisar pagar serviços mais caros e sem garantia de qualidade – não há nas PPP nenhuma proteção para o consumidor ou para o meio ambiente. A Nação estará cada vez mais endividada e o Estado, impotente, não conseguirá controlar absolutamente mais nada, de acordo com Iranilson.

Os servidores federais serão diretamente prejudicados com essa nova forma de contrato. Primeiro porque as PPP significam uma maneira de privatizar empregos públicos, criando vagas de trabalho com menos direitos e benefícios. Como seus serviços podem ser paulatinamente substituídos, os funcionários perdem ainda o poder de barganha na negociação de seus poucos direitos ainda existentes.

Poucos setores sairão ganhando com esse projeto, basicamente empresários interessados no escoamento de sua produção, de acordo com o auditor fiscal. Ele citou o exemplo da construção da ferrovia Norte-Sul - que teria a finalidade de garantir o agronegócio da região Centro-Oeste do país – e do porto de Itaqui – que vai assegurar maiores lucros para as mineradoras instaladas no Pará, como a Alcoa, a Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce. O setor de serviços, tão ansiado pelos norte-americanos na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), é outro flanco que o país vai abrir à exploração com as PPP, segundo Iranilson.

Reforma Universitária também foi discutida

Depois da explanação do auditor fiscal, a 1ª Secretária do Andes-SN, professora Milena Martinez, fez uma breve análise da reforma universitária em curso. Segundo ela, apesar do discurso da inclusão e da justiça social, o governo segue eixos norteadores do Banco Mundial "que propõem transformar as universidades em instituições menos complexas". Mas não é simplificar para favorecer a população: segundo a diretora do Sindicato Nacional, o objetivo principal dessa reforma é fazer com que o ensino superior busque fontes de financiamento fora do público. Isso se verifica pela proposição de fundos de manutenção de origem diversificada, pela aprovação da Lei de Inovação Tecnológica e pela instituição das Parcerias Público-Privadas. Em última instância, os trabalhadores em Educação devem, na lógica da reforma em tramitação, se tornar "empreendedores". Num plano mais amplo, a reforma educacional pretende, segundo Milena, "pavimentar" o caminho no país para investimentos estrangeiros neste setor, por exemplo, através da Alca.

Milena criticou também a proposta de criação de um ciclo básico dentro do ensino superior com a finalidade de fortalecer a capacidade de compreensão oral e escrita dos alunos. Para ela, ao apontar essa direção, o governo assina o atestado de que os outros níveis de ensino não existem. Detalhe: com todas essas diretrizes, ocorre a destruição do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tão caros à universidade pública.

A professora alertou ainda que os projetos do governo para a área educacional propõem a predominância dos docentes nos colegiados, acabando com o pouco da democracia conquistada nos últimos anos, sendo que a avaliação passa a ser diretamente relacionada à produtividade acadêmica.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Setor encaminha rodada de assembléias para discutir MP do reajuste

Representantes das seções sindicais reafirmam princípios da paridade e da isonomia

Uma nova conjuntura foi produzida pela edição da Medida Provisória nº 208, que decretou o reajuste salarial dos docentes, no dia 20 de agosto. Isso ocorreu porque o texto governamental publicado continha uma formulação de reajuste diferente de tudo o que já havia sido discutido nas mesas de suposta negociação entre o MEC/MPOG e o Andes-SN (ver Jornal da Adufrj, de 30/8). Foi com esse entendimento que o Sindicato Nacional decidiu convocar uma reunião dos representantes das seções sindicais vinculadas às universidades federais, em Brasília, em 28/8. A Adufrj-SSind esteve representada no Setor pelos professores Salatiel Menezes, José Miguel Bendrao Saldanha e Janete Luzia Leite.

Ao fim das discussões, os professores das cerca de 30 seções sindicais que se fizeram representar no Setor das Federais, decidiram encaminhar uma rodada de assembléias na semana que passou para avaliar não só a MP 208/2004, mas também a Medida Provisória nº 198, de julho deste ano, que concedeu outra fórmula de reajuste salarial para os professores da carreira de 1º e 2º graus. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind ocorreu na sexta-feira, 3 de setembro (veja matéria na página 8).

Essas mesmas assembléias também deveriam discutir como proceder com o Grupo de Trabalho anunciado pelo governo anteriormente à edição da MP nº 208/2004 para se conquistar a isonomia, a paridade e extinção da GED na nova conjuntura originada depois da MP. A situação se deve ao fato de que, no único documento que os representantes do Ministério do Planejamento e do MEC tiveram coragem de assinar ao longo de toda a negociação - publicado no Jornal da Adufrj de 3/8 -, o governo compromete-se a, no futuro (sabe-se lá quando), "alcançar a isonomia entre ativos e inativos" por meio dos trabalhos de uma denominada "Comissão Temática de Diretrizes Gerais de Planos de Carreira da Mesa Nacional de Negociação Permanente". O tal grupo de trabalho ainda foi mencionado pelo ministro Tarso Genro em um pronunciamento, em meados de agosto. Vale dizer, no entanto, que, na opinião da diretoria do Andes-SN, essa possibilidade deixou de existir com a edição da MP, que rompeu com todas as negociações anteriores.

O Setor das Federais fez questão de reafirmar, por consenso, os mesmos princípios que pautaram a conduta da diretoria do Sindicato nas reuniões com os representantes do governo: isonomia salarial entre os professores de 1º, 2º e 3º graus, a paridade entre ativos e aposentados e a incorporação de todas as gratificações aos vencimentos básicos. A diretoria do Andes-SN deverá cobrar do governo explicações sobre diversos itens da MP, como a limitação de recursos ao número de docentes da ativa em cada instituição pelos 140 pontos, embora a pontuação possa chegar a 175 pontos – ou seja, se alguns superarem o patamar de 140 pontos, obrigatoriamente outros terão de pontuar menos.

Também foi solicitada à diretoria do Andes-SN que convoque uma reunião específica do Grupo de Trabalho Políticas Educacionais com o objetivo de avaliar esse acordo fechado com os docentes de 1º e 2º graus.

Secretário não conhecia o conteúdo da MP

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, informou no Setor sobre a reunião realizada no dia 26/8, entre a diretoria do Sindicato e o secretário de Ensino Superior, Nelson Maculan. O professor disse ter tomado conhecimento da medida provisória naquele momento e não soubre responder aos principais questionamentos dos dirigentes sindicais. Maculan assumiu a responsabilidade de agendar uma audiência do Andes-SN com o ministro Tarso Genro. Ele ressaltou que há grande pressão dentro do próprio ministério para que os critérios produtivistas da GED sejam mantidos.

Reunião com o Sinasefe

A professora Marina também esteve presente no início da plenária do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), em 28/8. Foi relatado pelos presentes que a edição da MP 208 estava tendo repercussão na base daquela entidade por conta do rompimento da isonomia entre os professores da carreira de 1º e 2º graus e os docentes de magistério superior. Na ocasião, o Andes-SN reafirmou a necessidade de realização de discussão conjunta com o Sinasefe sobre a Carreira e as reformas em curso (universitária e do ensino técnico e tecnológico).

Ato contra a reforma universitária

O Setor também aprovou, entre outras medidas, que o Andes-SN e suas seções sindicais participem do ato contra a reforma universitária, que será realizado na capital federal, neste dia 12 de setembro, por 20 votos a nove. A votação foi nominal e as seções sindicais das federais de Goiás (Adufg) e do Rio Grande do Sul (Adufrgs) já se haviam ausentado da reunião, neste momento.

A greve é nacional, sim

Alguns representantes de seções sindicais tentaram encaminhar para as bases a discussão do caráter nacional (ou não) da greve dos docentes. Até a reunião do Setor, dezesseis instituições federais se encontravam em greve. Antevendo que seriam derrotados em sua proposta, aqueles sindicalistas se retiraram do local. A votação contou com 20 votos contrários ao envio da proposta para as assembléias, cinco abstenções e nenhum voto favorável. Seis representantes já não estavam presentes.

Moção de repúdio à violência em ato do Rio de Janeiro

Foi aprovada moção de repúdio ao delegado do MEC no Rio de Janeiro, William Campos, pela sua negativa atuação durante a repressão policial aos estudantes em ato contra a reforma universitária, no Rio de Janeiro, em 25 de agosto. A moção também foi aprovada na Plenária dos SPF, que se realizou em 29/8 (veja quadro abaixo).

Assessoria Jurídica do Andes-SN comenta MP

No início da reunião do Setor, o assessor jurídico Cláudio Santos (do Andes-SN) comentou alguns aspectos da medida provisória que reajustou os salários dos docentes da carreira de 3º grau. Segundo ele, a interpretação de um grupo de trabalho jurídico do Sindicato que tem estudado a questão é que os docentes aposentados têm direito a perceber a GED em sua integralidade.

Cláudio informou que a MP tem vigência de 60 dias, podendo ser prorrogada por mais 60 dias. Nesse período, o Congresso Nacional apreciará a medida, podendo alterá-la com emendas, aprová-la ou não.

Moção de repúdio
À violência contra estudantes do Rio de Janeiro

A Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, expressa seu repúdio a agressão sofrida por estudantes pela polícia militar, no Centro do Rio de Janeiro, no último dia 25/08, quando manifestavam sua contrariedade face à Reforma Universitária, no momento encaminhada pelo governo Lula.

As atitudes de provocação do Sr. William Campos, representante do MEC/SESU no RJ, ao invés de buscar o diálogo e apaziguar os ânimos, estimulou as agressões da PM, que passou a se valer de jatos de spray pimenta e espancamento com cassetetes para reprimir a manifestação, o que resultou em oito estudantes hospitalizados e um detido pela Polícia Federal. A permanência deste senhor no cargo que ocupa é uma afronta à democracia e à livre manifestação.

Da parte dos movimentos organizados dos servidores docentes, técnicos-administrativo e estudantes, há forte disposição em barrar esta Reforma Universitária, posto que ela compromete a vida da Universidade Pública e gratuita, patrimônio da sociedade, e não podemos admitir que tais manifestações sejam tratadas como caso de polícia.

Brasília – DF, 29 de agosto de 2004.

Coordenação Nacional das Entidades de **Servidores Federais – CNESF**

Entrevista

Presidente da FUJB: "lucros eu só respondo para o Imposto de Renda"

Se a universidade tiver um orçamento adequado ao seu funcionamento, não precisará de fundações internas de apoio. Quem afirma é o presidente da Fundação Universitária José Bonifácio, Raymundo de Oliveira. "Hoje, na realidade atual, fechar a Fundação enfraquece a universidade pública", diz, em entrevista ao Jornal da Adufrj. O professor diz que sua missão é devolver a Fundação à UFRJ e que não recebe nada, além de seu salário como docente, para realizar seu trabalho na instituição.

Ele argumenta que a administração central da universidade não tem pessoas especializadas para administrar os recursos orçamentários. Isso devido à falta de uma 'autonomia de verdade'. De acordo com Raymundo, a utilidade da FUJB pode ser exemplificada pela administração do dinheiro dos hospitais. Ele argumenta que uma unidade hospitalar não tem pessoas especializadas em administrar os recursos oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS) – uma quantia de cerca de R$ 32 milhões somente neste ano (até agosto). É aí que entra a equipe da FUJB. "Você acha que ele (hospital) vai ter agora um especialista em jogar o dinheiro dele no mercado financeiro? Essa não é a finalidade dele", afirma.

Outro benefício que o professor credita à fundação privada é a possibilidade de não ter de seguir a Lei 8.666 (que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), quando não se tratar de um recurso público. "Para o dinheiro que não é público, podemos fazer licitações com outras regras, não precisamos estar presos à lei 8.666", confirma. Para ele, se o mesmo dinheiro entrasse na conta da reitoria, ficaria "amarrado" às regras da administração pública.

A página eletrônica da FUJB *(www.fujb.ufrj.br)* classifica a entidade como "uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública (...). Assim, a natureza da FUJB é a de dar à UFRJ todo o apoio necessário ao desempenho das suas atividades acadêmicas".

Política de editais

Como parte desta 'missão', Raymundo cita o edital de apoio a eventos dentro da universidade (financiados até o limite máximo de R$ 5 mil cada) e o edital, cujo prazo para pedidos já se encerrou em 30 de julho, que vai destinar R$ 800 mil para a atualização de equipamentos e programas para todos os Centros da UFRJ. "Se ela (UFRJ) tentar comprar esses micros com o dinheiro controlado pelo Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), não vai conseguir tão cedo. Quando ela conseguir comprar os computadores, eles estarão obsoletos", esclarece. De acordo com o presidente, a Fundação ampliará uma política de editais como forma de disponibilizar os recursos criados com as aplicações e gerenciamento dos projetos para a melhoria da universidade.

Radiografia dos recursos

O presidente da FUJB anuncia ainda que pretende apresentar uma espécie de radiografia dos recursos movimentados pela fundação na internet, "aos poucos": "Esses dados não são segredo", comenta. Raymundo antecipou alguns números para o Jornal da Adufrj. Em 2002, a FUJB movimentou, por exemplo, R$ 156 milhões; já em 2003, foram R$ 159 milhões. Atualmente, a fundação conta com um volume de R$ 27 milhões aplicados em investimentos, cujo rendimento custeia a folha de pagamento dos funcionários da própria FUJB, entre outros itens (veja quadro na página 5). Raymundo só não revelou o lucro gerado a partir da movimentação dos recursos pela entidade. Pelo telefone, o professor informou que só responde a essa pergunta para a Receita Federal.

Sindicato é contra as fundações

Impedir a existência das fundações de direito privado dentro das universidades consta como um dos itens do eixo de lutas do movimento docente, reafirmado no último Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), em março deste ano. Para o movimento docente, segundo o relatório do congresso da categoria, as fundações de direito privado utilizam indevidamente espaço físico, pessoal e qualificação acadêmica das instituições de ensino superior. As seções sindicais estão orientadas a realizar debates, organizar dossiês sobre essas fundações e, quando necessário, encaminhar os dados ao Ministério Público. O Sindicato Nacional também se mobiliza contra a proposta de decreto governamental que visa regulamentar a Lei nº 8.958, que trata da relação das universidades federais com as chamadas fundações de apoio.

Ana Manuella Soares

Qual a relação da Fundação José Bonifácio com a UFRJ?

Há muita incompreensão sobre as fundações. Quando a gente ouve falar em fundação, freqüentemente, a gente confunde com privatização do ensino público e quem me conhece ou conhece o Aloisio (reitor da UFRJ) sabe que a última coisa que a gente lutaria seria pela privatização. A fundação surgiu, a sua idéia, com o sentido de dar uma agilidade que a universidade pública, sendo da administração direta, não tem. A universidade pública tem aí as verbas aprovadas em Brasília etc, dinheiro controlado pelo Siafi etc, tudo amarradinho, tudo engessado. Mas se tivermos uma emergência, algo diferente, e a universidade é cheia disso, não temos agilidade para conseguir os recursos necessários.

Então, quando se criou a fundação, que é de direito privado, sua finalidade foi agilizar e viabilizar o funcionamento da universidade pública. Então foi com este objetivo que o Aloisio aqui me conduziu, com a finalidade de utilizar uma entidade privada, com a sua agilidade, para fortalecer a universidade pública.

Esta é a característica de uma fundação de apoio do ponto de vista da sua gestão ou é da natureza das fundações privadas que operam com as universidades públicas?

Não, isso é da minha gestão. Eu não me responsabilizo por outros que venham a utilizar este instrumento com outras finalidades. Só estou discutindo como eu vejo. Hoje, na realidade atual, fechar a Fundação enfraquece a universidade pública. Num outro contexto, a universidade pública, com autonomia verdadeira e com recursos adequados, possivelmente não precisaria da Fundação. É o que queremos. Nós queremos caminhar para isso. Eu também quero caminhar para isso. Quero caminhar para uma realidade na qual a universidade não precise de uma fundação. Se hoje fechassem a Fundação José Bonifácio seria ruim para a UFRJ. Porque nós damos a ela agilidade e não utilizamos essa fundação para enfraquecer a universidade, mas no sentido de fortalecê-la. Tem uma frase do Aloisio, quando ele me convidou, que é bem sintomática: "Eu quero que você devolva a Fundação para a UFRJ". Quero que fique claro que não temos uma finalidade em si, da fundação, isoladamente. A nossa finalidade é apoiar a UFRJ. Eu, por exemplo, quando vou fazer meu plano estratégico, quando vou trabalhar, traço esse plano submetido às prioridades que são dadas pela UFRJ. É completamente diferente de uma fundação de direito privado que disputasse espaço com a UFRJ ou que quisesse se fortalecer à custa da universidade pública. A minha finalidade é fortalecer a universidade pública, é dar agilidade à universidade pública, de forma articulada com a gestão pública da UFRJ. E nós somos muitos úteis hoje. Porque, hoje, nós não temos autonomia e recursos suficientes que possam nos levar a dispensar a fundação privada.

Quais são os números da Fundação José Bonifácio hoje? Quanto a fundação movimenta? Quanto dos recursos ficam na Fundação? Quanto vai para a UFRJ? Como é esse gerenciamento de recursos?

Isso, primeiro, é algo que está em constante mudança. Que dinheiro utiliza a fundação? De onde vem o seu recurso? Como é que a gente mantém uma equipe de 80 pessoas, trabalhando, fazendo relatórios, prestação de contas dos projetos que a gente intermedeia, como a gente faz isso? Os recursos da fundação basicamente vêm, primeiro, quando ela foi criada, há 25 anos atrás, dos instituidores que aportaram recursos. Esses recursos foram e são investidos no mercado financeiro e eles nos dão um rendimento. Nós não temos aí o maior juro do mundo? O Brasil não é esta vergonha com esses juros que nós cobramos diariamente e que o Copom reafirma a cada nova reunião? Então, é um juro altíssimo, não é? E nosso dinheiro está investido no mercado financeiro, fundamentalmente no Banco do Brasil. Quando cheguei aqui, tive a preocupação de deixar o dinheiro no Banco do Brasil. Tem um

Entrevista

Manuella Soares

RAYMUNDO DE OLIVEIRA

pouquinho que está fora, mas o fundamental está no Banco do Brasil. Então, estas aplicações nos dão um rendimento financeiro. Este é um dinheiro que a gente utiliza para pagar pessoal, para cuidar da infraestrutura da fundação etc. Custa dinheiro, as pessoas aqui são contratadas pela CLT.

Qual seria esse patrimônio, hoje?

Olha, nós temos investido mais de R$ 30 milhões, mas esse dinheiro não é nosso. Bom, se eu recebo recursos para financiar uma pesquisa, contrato com a Finep, Petrobras etc, esse dinheiro não fica parado. Esse dinheiro a gente investe. Então nós temos um dinheiro grande investido. Desse dinheiro grande investido, um pedaço é nosso. O outro pedaço não é nosso. É fruto dos projetos que estão em andamento. Agora, a gente nunca deixa o dinheiro parado. Até porque o juro é tão alto que a gente tá sempre gerenciando esses recursos.

Então, do volume de recurso de um projeto...

Toda a hora que o dinheiro entrar, ele tá investido.

... e do volume X de um projeto, cinco por cento ficam com a FUJB, cinco por cento com a UFRJ, o restante desses 90% é investido pela própria FUJB, certo? E é ela quem paga os participantes do projeto ao longo do período do contrato?

É ela que vai intermediando, vai fazendo os pagamentos, porque ela tem agilidade para isso, entendeu?

Então, em um projeto de dois anos, ao longo desse tempo, esses 90% ficam investidos. E o fruto desse investimento, quer dizer, o lucro desse investimento, volta para quem?

O fruto desse investimento?

Sim, o resultado desse investimento.

O resultado desse investimento, desse dinheiro, um pedaço fica com a FUJB que gerenciou e um pedaço fica com o projeto. Disso tudo são prestadas contas. Em geral, se temos um contrato do qual estou gerenciando o dinheiro, uma parte desse rendimento financeiro fica com o projeto, uma parte com a FUJB, que eu gerencio...

Essas partes são variáveis? Isso é acertado nos contratos?

Depende, pode ser 30/70, meio a meio, cada um negociado separadamente. Agora, por exemplo, temos o SUS. Passam por aqui mais de R$ 30 milhões por ano. Essa verba passa por aqui, a gente investe. Tem uma equipe toda minha que praticamente só vive pensando no dinheiro do SUS, que é muito dinheiro.

Qual é o volume por ano?

Talvez uns R$ 40 milhões, é muito dinheiro.

Para todas as unidades hospitalares (a UFRJ tem oito unidades hospitalares de ensino) ou só para o Hospital Universitário?

Para todas, mas o HU é a maior. Agora, repare o que acontece: desse dinheiro, eu não tiro nenhuma taxa, invisto, para não deixar o dinheiro parado, e não fico com nada do investimento, é tudo repassado. De todo o dinheiro do SUS, eu não ganho nada. Vai tudo para as unidades.

Esse dinheiro do SUS paga o quê?

Paga o funcionamento dos hospitais, enfim, compra de remédios, tudo aquilo lá. Nós não temos interferência nisso, quem vai usar esse dinheiro é o hospital, a gente só agiliza. Existe uma regra de funcionamento. Esse dinheiro, por exemplo, não é para pagar pessoal.

Nem mesmo os cooperativados?

Não, tem toda uma regra do SUS que os hospitais diriam com mais competência do que eu. Eu aplico e faço pagamentos. Por exemplo, tem que pagar um fornecedor de algodão...

Por que a administração do hospital não pode fazer isso?

Uma parte eles fazem, agora repare bem, nós temos agilidade para fazer isso.

Quando o senhor fala em 'agilidade', o que significa isso, na prática?

Pessoas especializadas nisso. Um hospital tem que ter gente que cuida da área de saúde.

Administrativamente, o hospital não teria esse pessoal?

Ele tem equipe, mas em vez de ele inchar a equipe com atividade meio, ele prefere ter uma equipe que cuide da atividade fim que é a da saúde. A finalidade do hospital não é administrar o seu dinheiro. Você acha que ele vai ter agora um especialista em jogar o dinheiro dele no mercado financeiro? Essa não é a finalidade dele. Isso a gente pode fazer para ele, entendeu? E da parte administrativa, também, a gente pode fazer uma boa parte. Ele tem a equipe dele, mas a gente trabalha em coordenação uma com a outra. E a gente é muito útil nisso e recebe, em termos do SUS, zero. E ajuda muito os hospitais. Se você tiver dúvida da ajuda nossa aos hospitais, eu recomendo que se faça uma visita ao Hospital Escola Maternidade, em Laranjeiras. Eu digo isso, com toda tranqüilidade porque não é da minha gestão, é anterior a mim. Esse hospital esteve para ser fechado, a sua situação era calamitosa. Pois, bem, a FUJB entrou, graças ao professor Pamplona, meu antecessor, e deu a ajuda que era possível dar. Hoje, vale a pena visitar e ver, com que orgulho, no hospital maternidade escola a ajuda da FUJB.

A FUJB, então, aplicou parte de seu dinheiro, da Fundação, na recuperação desta unidade?

Sim. Muitas vezes, antecipamos o dinhei-

A Fundação José Bonifácio em números

Patrimônio:
R$ 18.984.980

Volume total de recursos que movimenta por ano:
· Em 2002 : R$ 156.000.000,00
· Em 2003 : R$ 159.000.000,00

Volume aplicado oriundos dos instituidores:
A FUJB tem aplicados cerca de R$ 27.000.000,00. O rendimento desse montante custeia, entre outros itens, a Folha de Pagamento da Fundação.

Recursos do SUS:
· Em 2002 : R$ 55.000.000,00
· Em 2003 : R$ 47.000.000,00

Maiores projetos gerenciados pela FUJB e quanto de recursos eles representam
· SUS : R$ 32.000.000,00 (até agosto de 2004)
· CT-Infra : R$ 11.293.000,00
· Reforma Telhado / Energia : R$ 8.300.000,00
· Interministerial : R$ 32.000.000,00 (até agosto de 2004)
A FUJB opera ainda recursos do com o CT-Petro, o CT-Mineral e o CT-Energ.

Recursos orçamentários da universidade e de outras fontes:
O orçamento da FUJB, para 2004, é da ordem de R$ 12.000.000,00.
Os recursos orçamentários da UFRJ e de outras fontes movimentados pela Fundação são :
· Recursos Orçamentários (UFRJ e outros): R$ 98.600.000,00
· Outras Fontes : R$ 60.400.000,00

Criada em dezembro de 1975, a Fundação Universitária José Bonifácio contou com a ação dos seus instituidores para formar o seu patrimônio. Além da UFRJ, que alienou imóvel de sua propriedade para constituir o Fundo Patrimonial da Fundação, outros instituidores contribuíram para o patrimônio inicial da FUJB, destacando-se: Petrobrás, Eletrobrás, INB, CPRM, Grupo Caemi, Cia Progresso Industrial do Brasil, Refinaria de Petróleo de Manguinhos e Cia. Docas S/A. Todos eles aprovaram o Estatuto da FUJB, que já fora homologado pelo Conselho Universitário da UFRJ na sessão de 26 de setembro de 1974.

A FUJB dos primeiros anos contava com 17 funcionários, divididos em apenas duas superintendências: a SAP (Superintendência de Apoio a Projetos) e a SAF (Superintendência Administrativa e Financeira). Nestes quase 28 anos de existência, a Fundação cresceu: aumentou para oitenta o número de funcionários.

Fonte: site da FUJB

Entrevista

ro que a unidade não tem e ela nos paga quando recebe. Então, temos uma agilidade que eles (universidade) não têm.

Tem um volume de recursos definido para estas ações?

Não. Por exemplo: outro dia nós fomos em um desses hospitais e encontramos um tomógrafo precisando de uma ampola. Se eles forem esperar vir recursos de Brasília, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, o tomógrafo fica obsoleto. Nós vamos, compramos, com o nosso dinheiro, e eles nos pagam com o tempo.

A relação da FUJB com a administração central da UFRJ é a mesma, só que numa outra escala? A UFRJ precisa da FUJB também para fazer essas intermediações porque, na sua opinião, não tem pessoal, equipe, ou por uma questão da própria universidade não poder estabelecer esses convênios diretamente?

Temos as duas coisas. Temos uma agilidade maior para fazer os convênios que a administração central não tem e outra coisa: o dinheiro que entra para a universidade fica sob controle do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira). Ela perde agilidade.

A administração central da universidade não teria como fazer, ela mesmo, esses investimentos, pagamentos etc?

Não teria como. O dinheiro acabaria entrando no Siafi.

Por que a necessidade de uma fundação privada para gerenciar os recursos pela universidade?

Mas foi isso que eu disse na abertura (da entrevista), se tivéssemos uma universidade pública, com ampla gestão sobre seus recursos, realmente uma autonomia plena, não precisaria da Fundação. Ela hoje não tem isso, pelo contrário, é muito amarrada pelo Siafi, pelo que pode fazer, pelo que não pode fazer. Quer ver mais um exemplo: tudo que é da administração direta (recursos orçamentários), tem que seguir a Lei 8.666, que é a lei da licitação. Então, temos toda uma regra a nos ater. Para o dinheiro que não é público, podemos fazer licitações com outras regras, não precisamos estar presos à lei 8.666.. Temos mais agilidade para atuar. Fazemos uma pesquisa de mercado para aplicar bem o dinheiro, mas não estamos obrigados a seguir a 8.666 que é uma regra muito específica, amarradinha. Temos mais liberdade para fazer, embora sempre procurando aplicar da melhor maneira possível o seu dinheiro. Mas não somos mais obrigados a seguir esta lei, a menos que seja um dinheiro público.

Toda vez que o dinheiro vem da União, é obrigado a seguir a lei de licitação? Isso vale para os fundos setoriais?

Sou obrigado a seguir a 8.666. Agora, se eu tiver que comprar uma ampola para o hospital, não fico amarrado à legislação.

Se a Fundação realiza um convênio com uma empresa pública ou mesmo com estados ou municípios, este dinheiro também é 'público' ou privado?

Não, aí não é público. No caso dos municípios, a situação é um pouco mais complexa, devendo ser analisada caso a caso.

Vem como dinheiro privado e fica fora da 8.666?

É. Para comprar a ampola do tomógrafo, eu não sou obrigado a fazer uma chamada, uma licitação, perderia um tempo enorme para isso. Eu mesmo faço uma tomada de preços, vejo qual é o melhor. Não muda muito entre três ou quatro fornecedores. Procuro o mais interessante, que tem o melhor preço. Se fosse pela administração direta, aquilo ficaria meses parado, em prazos... tem que publicar o edital... e fica lá o tomógrafo parado.

E a gente poderia obter, e essa é uma das propostas desta entrevista, uma radiografia dos recursos da Fundação, hoje. O quanto ela movimenta, quais são os principais projetos?

Esses dados não são segredo. Eu estou querendo colocá-los na internet.

Na internet (www.fujb.ufrj.br) tem os dados da Fundação, principais projetos, editais, doadores etc, mas não tem o volume de recursos envolvido em cada um deles.

Eu estou abrindo aos poucos isso, porque não quero atropelar os responsáveis pelo projeto. A minha idéia é tornar públicas todas as informações na internet. Essa semana, já estamos divulgado um pouco mais. Por exemplo, todo o mês nós temos a reunião ordinária do Conselho de Administração da FUJB. Estamos publicando todas as resoluções do Conselho na internet. Então, você vai poder acompanhar o que foi liberado, para o qual projeto etc. Agora isso tudo é uma mudança cultural muito importante, talvez encontremos algum problema, mas estas são informações que não vejo porque não serem abertas. Estamos caminhando para abrir os números, essa é a minha preocupação. Por exemplo, e o dinheiro que eu recolho? Não é para pagar somente o pessoal daqui, embora tenha que fazê-lo. As unidades pedem muita coisa para a gente. Tem um pedido muito comum que é de laboratório de informática. Todo mundo precisa, hoje, de uma rede de micros, mesmos que seja da área de humanas, letras, todo mundo precisa. Estávamos com um monte de pedidos atrasados, não atendidos. Como é que o pedido chega aqui? O pesquisador tem seu projeto apresentado na sua unidade, vai para sua congregação, vai para o CEG ou para o CEPG, dependendo se é graduação ou pós-graduação, e, se aprovado, vai para o reitor e chega aqui. O pesquisador não manda direto para a gente, segue todo esse caminho. Mas aqui chegam muito mais projetos do que temos de recurso para isso. O reitor ou o colegiado não cortam esse ou aquele projeto em função de eu ter ou não dinheiro. Aquilo acaba chegando aqui. E muitas vezes o pesquisador acha, que ao chegar aqui, o projeto está aprovado. E não tem dinheiro. Então, o que nós fizemos: analisamos o passado, as pendências e procuramos informar os pesquisadores sobre os recursos: 'olha nós não temos dinheiro para isso, aquilo outro etc'. Mas na área de informática, como havia muitos pedidos, nós pegamos R$ 800 mil e lançamos um edital e resolvemos oferecer esse dinheiro para a UFRJ. Para reformar seus laboratórios.

Isso foi feito quando?

Foi publicado há uns dois, três meses atrás. Por que isso? Primeiro, é muito desagradável ficarmos decidindo porque este e não aquele projeto. Aqui na FUJB eu não tenho informações para saber as prioridades da UFRJ. Quem tem são as unidades, quem tem são os centros, são as pró-reitorias, não é verdade? Então, pegamos esses recursos, dividimos esses R$ 800 mil pelos centros, mais ou menos proporcionalmente ao peso de cada um, número de alunos etc. E discutimos com os reitores, pró-reitores e decanos. Fizemos uma reunião e eles fizeram alterações, discutimos e aí é que nós publicamos o edital, com o dinheiro disponível para cada Centro, no total dos R$ 800 mil. Cada centro divulgou o edital nas suas unidades, as unidades apresentaram seus projetos, o centro fez a escolha e definiu o seu projeto final e nos mandou. Então, pegamos os recursos que foram gerados pela aplicação de nosso dinheiro, que foram gerados pelos 5% que eu recebo, os R$ 800 mil e os entregamos à UFRJ. Por que isso? Porque a minha única finalidade é ajudar e melhorar a UFRJ. Isso eu posso fazer. Se ela (UFRJ) tentar comprar esses micros com o dinheiro controlado pelo Siafe, com o dinheiro da administração direta, com o dinheiro do Tesouro, não vai conseguir tão cedo. Quando ela conseguir comprar os computadores, eles estarão obsoletos.

Resenha

Federal de São Paulo adota cota racial

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) vai adotar o sistema de cotas para negros e índios que estudaram em escolas públicas no seu próximo vestibular. Será a primeira instituição pública daquele estado a adotar a medida. De acordo com o pró-reitor de Graduação da Unifesp, Edmund Baracat, uma verba específica foi garantida pelo ministério e a universidade oferecerá um auxílio financeiro aos estudantes ingressantes por cotas. A forma como isso será feito e o valor do benefício ainda não estão definidos. No total, serão 27 novas vagas (O Estado de S. Paulo, 1/09).

Ação contra cotas para negros no PR

O procurador da República em Londrina (PR) Mário Ferreira Leite protocolou na Justiça Federal, na semana passada, uma ação civil pública pleiteando a anulação do sistema de cotas para negros e oriundos da escola pública na distribuição de vagas dos cursos da UEL (Universidade Estadual de Londrina) para 2005. A ação é o segundo caso de contestação na justiça da política de cotas no Paraná (Folha Online, 2/9).

Congresso sofre interferência do MEC

O presidente da comissão especial da Câmara que analisa o "Universidade para Todos", o Prouni, deputado federal Gastão Vieira (PMDB-MA), critica a postura do MEC. Para ele, o governo errou ao assinar um acordo com algumas instituições de ensino antes da votação do projeto no Congresso Nacional. "Foi uma interferência indevida. A partir do momento em que o MEC faz um acordo com as universidades nos termos do que está no projeto, o Executivo passa por cima do Legislativo", reclama (Folha Dirigida, 31/8).

O inferno da previdência privada

Durante as discussões da reforma da Previdência, algumas pessoas defendiam a instituição da previdência complementar e davam como exemplo a supostamente bem sucedida experiência da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás. Matéria de O Globo (29/8) joga por terra essas falsas esperanças. O Plano Petros, na verdade, foi encerrado há dois anos e ainda não vingou uma alternativa para quem entrou na empresa depois. Cerca de 4 mil funcionários sem plano convivem com colegas que terão direito à aposentadoria complementar de até 90% da média do salário dos últimos 5 anos. Verifica-se agora que o plano só teve algum êxito na época anterior a 2001, quando a estatal contribuía com muito mais do que o associado – ou seja, tudo que o atual governo não vai fazer.

Movimento

Plenária estadual organiza Marcha em Brasília

Ato contra a reforma universitária ocorre neste dia 12

No dia 1º de setembro, o auditório 33 da Uerj recebeu um bom público para a Plenária Estadual organizativa para a Marcha contra a reforma universitária do governo Lula, em Brasília, neste dia 12. A plenária foi organizada pelo Fórum Fluminense de Lutas - que congrega entidades sindicais do estado e que decidiu encampar a luta em defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade -, por entidades estudantis e pelo Conlute (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes). Os professores Salatiel Menezes, Walcyr de Oliveira Barros e Janete Luzia Leite, da Adufrj-SSind, marcaram presença no evento.

Diretora da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, a professora Sônia Lúcio esclareceu que, após a manifestação do dia 12, os representantes das entidades que estiverem presentes na capital federal vão elaborar um calendário unificado para ser encaminhado em todo o país.

No ponto de vista da dirigente sindical, o estado do Rio tem um importante papel no cenário nacional pela grande concentração de universidades federais. De acordo com Sônia, será preciso organizar as diferentes iniciativas em andamento em cada entidade. Ela lembrou que a atitude do governo durante a tramitação da reforma da Previdência reforça a necessidade da união entre os diversos movimentos para impedir a reforma universitária. Mais que isso: Sônia sugeriu que esse debate ultrapasse os muros das universidades para que a sociedade como um todo incorpore as reivindicações dos movimentos.

A professora observou que a reforma universitária do governo dá continuidade às políticas neoliberais da era FHC, com o detalhe de que a promessa de que o "pau vai comer" mostra a disposição de Lula e sua equipe para cumprir o receituário do FMI e do Banco Mundial.

José Carlos, da base do Sintufrj, citou a edição da Medida Provisória nº 208 (era isso a que ele se referia?) como mais uma tentativa de aprofundar a crise dentro das universidades. De acordo com o funcionário técnico-administrativo, se a reforma for aprovada, a universidade pública ficará completamente esfacelada.

Pedro Martins, do DCE da UFRJ, criticou a postura da União Nacional dos Estudantes no encaminhamento das discussões da reforma universitária. Segundo Pedro, a entidade nacional se descolou dos estudantes para tornar-se governista. A conseqüência deste processo foi a realização de um encontro nacional dos alunos, em maio deste ano, na UFRJ. A plenária final deste encontro estudantil deliberou pela instituição do Conlute, que já conta com mais de 70 entidades estudantis de todo o Brasil.

Reforma universitária piora diretrizes do Banco Mundial

Durante a Plenária estadual, a professora Lúcia Neves, da Faculdade de Educação da UFF, fez uma palestra e observou que a atual reforma universitária consegue piorar o receituário do Banco Mundial para os chamados países periféricos. Segundo ela, o Banco pede a diminuição dos recursos para a educação pública, conforme documento divulgado no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes), ainda em julho de 2003, mas o governo Lula vai além: com o Prouni (programa Universidade para Todos), vai financiar o setor particular com as verbas do Estado.

A professora argumenta que a proposta governamental de reforma vai tratar de forma indistinta as universidades públicas e as particulares. E, com o possível advento das Parcerias Público-Privadas (PPP), o cenário fica ainda pior: transforma-se em uma questão de Estado, uma vez será possível viabilizar a compra de pacotes educacionais estrangeiros.

Origem da reforma é antiga

Embora tenha se aprofundado neste governo, a reforma universitária tem origens bem antigas: Lúcia Neves recordou que, pelos conceitos da Constituição de 1988, o ensino superior deveria ser ministrado apenas em universidades e teria de ser baseado em um padrão único de qualidade e com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, retomou esses princípios, mas eles não foram cumpridos. Hoje, existem cinco tipos de instituições de ensino superior e somente as universidades públicas mantêm a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Lúcia lembrou ainda que o programa do PT para a Educação se limitava a determinar a retirada de vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE) e o compromisso de se manter o artigo 207 da Constituição Federal (autonomia universitária).

Colegiados

CEG aprova seleção do IFCS para monitoria

O Conselho de Ensino de Graduação debateu, em 1/9, a validade do processo seletivo para monitores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Após muita polêmica, a seleção do Instituto acabou aprovada por pequena diferença (7 a 4 e mais três abstenções). Como resultado da longa discussão, os conselheiros decidiram rever as regras de escolha dos bolsistas para o próximo ano com o objetivo de torná-las mais precisas. Vale lembrar que, em 18/8, os representantes discentes repassaram aos demais conselheiros reclamações de que os candidatos à bolsa naquele instituto teriam sido supostamente submetidos a entrevistas – instrumento que não estaria previsto no edital e na resolução relativos à monitoria. Naquela ocasião, o CEG decidiu solicitar esclarecimentos ao IFCS sobre os procedimentos adotados nesta seleção de alunos (ver Jornal da Adufrj nº 150).

A explicação do instituto

No colegiado da semana passada, o pró-reitor apresentou o memorando enviado pela direção do IFCS, que trazia as explicações do processo seletivo. De acordo com o documento, a precariedade do atendimento administrativo (atribuída à greve dos técnico-administrativos) e a premência do tempo para a inscrição dos candidatos à bolsa foram os motivos que levaram à seleção limitada a duas fases: entrevista individual e análise do histórico escolar dos alunos. A decisão foi tomada por unanimidade, segundo o memorando, em uma reunião do diretor daquela unidade com os representantes dos Departamentos do IFCS, no dia 8 de julho. E uma Congregação extraordinária de 26/7 homologou os resultados.

Próxima resolução

No meio do debate, os conselheiros já insinuaram o que deverá ser discutido sobre uma próxima resolução de monitoria. Já foi considerado, por exemplo, que a exigência de um teste escrito poderia prejudicar os processos seletivos de monitores de unidades como Escola de Música ou a Escola de Belas Artes, onde o teste prático seria mais adequado para medir a capacidade dos candidatos à bolsa.

Conselheiros participam de evento do Sinaes

Em função de um evento organizado pela pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos da UFF, em conjunto com o MEC, neste dia 8/9, sobre a implantação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), não haverá reunião do CEG nesta semana. Integrantes da pró-reitoria de Graduação da UFRJ e os quatro conselheiros do colegiado de graduação que fazem parte da comissão de avaliação da UFRJ estarão participando do seminário, em Niterói.

Fórum Estadual critica reforma universitária

A discussão da reforma universitária em andamento motivou a retomada das atividades do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep), que voltou a se reunir no dia 1º de setembro, no auditório 33 da Uerj. De acordo com relatório da reunião, preparado pela professora Janete Luzia Leite (da Adufrj-SSind), os presentes comentaram que o último documento do MEC sobre a reforma ("Reafirmando princípios e consolidando diretrizes"), divulgado no início de agosto, demonstra claramente a intenção do governo de privilegiar as universidades privadas. Além de Janete, o professor Walcyr de Oliveira Barros também esteve no Fórum.

"O Prouni, na verdade, é o escoamento de dinheiro público para a iniciativa privada através da isenção de impostos. Soma-se a isto a Lei de Inovação Tecnológica, as PPP (Parcerias Público-Privadas) e a Alca (Área de Livre Comércio das Américas)", diz um trecho do relatório do fórum estadual.

Ainda na avaliação do Fórum, desaparecem os conceitos de público e de gratuito em relação às universidades federais. Além disso, a denominada produtividade acadêmica aparece com destaque no documento do MEC, com ameaça ao dispositivo da Dedicação Exclusiva, na carreira docente. Para os participantes do Fórum, é necessária a mobilização de todos os segmentos ligados à área da Educação para fazer frente a mais esta reforma.

O Fórum estará analisando e discutindo a reforma do ensino e vai atuar ao lado do Fórum Fluminense de Lutas, entidades estudantis e o Conlute. Para o fim de setembro, pelo menos este é o prazo inicial, está sendo organizado um Encontro Estadual dos Estudantes, para o qual serão chamados os três segmentos da Educação (técnico-administrativos, docentes e estudantes). Haverá uma reunião preparatória para este Encontro no dia 15 de setembro, na Uerj ou no Sepe.

Outros encaminhamentos

A Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro (Feteerj) foi excluída da secretaria-executiva do Fórum por nunca ter comparecido às reuniões e por não ter assinado, até então, a Carta de Princípios em defesa da educação pública.

O debate sobre a realização do II Congresso Estadual de Educação (II Coed) foi adiado, pois nenhuma entidade presente possuía deliberação sobre o tema. Uma nova reunião será convocada, quando será solicitada especialmente a presença de representantes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe), que tem mais conhecimento da situação da Educação no estado.

Adufrj-SSind

Assembléia reafirma princípios por isonomia e paridade

A assembléia geral da Adufrj-SSind, em 3/9, rejeitou a medida provisória do governo que reajustou os pontos da Gratificação de Estímulo à Docência que mantém as distorções da carreira e a disparidade entre os salários dos docentes ativos e aposentados. Os professores presentes também reafirmaram os princípios do movimento docente pela isonomia salarial e pela paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. No início da AG, o diretor José Miguel Bendrao Saldanha comentou a Medida Provisória de reajuste da gratificação produtivista. De acordo com o diretor, a medida provisória é baseada na própria Lei da GED, mas a altera em alguns pontos: o número máximo de pontos passa para 175, impõe um limite ao total de pontos para cada instituição. Seria esta a maior novidade em relação ao mecanismo de reajuste da gratificação. Significa dizer, segundo o professor, que a média dos ativos de uma universidade tem que ser igual ou inferior a 140 pontos. Para que alguns atinjam a gratificação total (100%) é necessário que outros recebam menos, independente do resultado da avaliação. Permanecem em vigor os incisos 1 e 2 do artigo 1º que falam em 10 pontos por hora aula semanal até o limite de 120 pontos e até 60 pontos de avaliação qualitativa.

Há pequenas alterações para os professores afastados para qualificação ou outras atividades e para os que têm função gratificada. Segundo José Miguel, estes docentes recebiam, sem a necessidade de avaliação, 70% do valor máximo (84 pontos). No caso dos aposentados, permanecem as mesmas regras: calcula-se a média da avaliação dos 24 últimos meses de atividade. Para os professores que se aposentaram antes da criação da Lei da GED (1999), o limite máximo era 84 pontos, agora, o limite passa para 91 pontos, que significam 53% do novo limite de 175 pontos para os ativos.

Reação

Por 17 votos a seis, a assembléia rejeitou a Medida Provisória 208/04, que reajusta a GED e reafirmou (16 votos a favor, três contra e uma abstenção) os princípios do movimento docente pela paridade, isonomia, extinção da GED e recuperação das perdas inflacionárias.

Reforma universitária

Após debate sobre as conseqüências da reforma universitária do governo para a universidade pública, os professores presentes indicaram a organização de um novo ato em frente à Delegacia do MEC, no Centro do Rio, para denunciar a reforma e protestar contra a repressão da polícia militar e do representante do ministério, William Campos, durante manifestação dos estudantes no último dia 25 de agosto (veja Jornal da Adufrj-SSind 151, 30/8/04).

Foi referendada uma moção de repúdio à violência cometida contra os estudantes no protesto do Rio. O texto é basicamente o mesmo aprovado na Plenária dos Servidores Públicos Federais, em 29/8 (página 3). Foi acrescentado : "Pela liberdade de expressão, pela abertura do diálogo e contra o emprego da violência policial". A assembléia também aprovou que a Adufrj-SSind convide o secretário de Ensino Superior do MEC e ex-reitor da UFRJ, Nelson Maculan, para prestar esclarecimentos sobre o ocorrido.

Antecedendo o debate, o conselheiro da seção sindical Roberto Leher fez uma pequena explanação das conseqüências da reforma para as instituições públicas.

Dia 12 tem plenária contra a reforma

A assembléia aprovou também a participação da seção sindical na Plenária Nacional de Luta contra a Reforma da Educação Superior do MEC. A plenária reunirá em Brasília, neste domingo, dia 12/9, entidades de trabalhadores e estudantes de todo o país. A Adufrj-SSind disponibilizará um ônibus para a caravana.

Debates na UFRJ

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann fez um relato emocionado da violência sofrida pelos estudantes das universidades públicas no ato contra a reforma universitária no último dia 25. A professora relatou também a sua participação em dois debates sobre a reforma universitária. Um promovido pelo Centro Acadêmico dos estudantes e pela Adufrj-SSind, na Escola de Educação Física (31/8) e outro na Faculdade de Letras (1/9). Na Educação Física, mais de 150 estudantes participaram da discussão e, segundo a professora, os problemas como o alto número de professores substitutos, falta de infra-estrutura e condições de ensino foram relacionados à reforma. Na Faculdade de Letras, o debate também foi concorrido: a discussão sobre a reforma universitária lotou o Espaço Cultural João do Rio. Os eventos demonstraram o crescente interesse da comunidade acadêmica pelo tema. Na Letras, o debate foi organizado pela Adufrj-SSind, DCE e Movimento Letras pelas Letras. O próximo Jornal da Adufrj, que circulará pelos *campi* de 13/9 a 17/9, vai trazer mais informações sobre estes eventos.

Continuação da capa

Atendendo a sinalização do Setor, os professores de seis instituições federais de ensino deflagraram greve no dia cinco de agosto. Na quinzena seguinte, mais nove universidades aderiram à greve, mostrando sua disposição para a luta pelas nossas reivindicações e no dia 18 de agosto foi instalado o Comando Nacional de Greve (CNG).

No dia 20 de agosto a categoria foi surpreendida com a atitude autoritária e truculenta do governo ao editar a Medida Provisória 208/04, cujo conteúdo contraria frontalmente as reivindicações e princípios do movimento docente e as declarações do próprio governo.

A manutenção e aprofundamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) como mecanismo de avaliação produtivista, apresentada na MP 208/04, além da quebra de isonomia e da paridade, reforça uma concorrência fratricida entre professores de uma mesma instituição, que atenta contra o sentido cooperativo do trabalho intelectual e as próprias relações humanas nas universidades.

Os professores das universidades devem ter clareza que a MP 208/04 transcende em muito a discussão da campanha salarial, tendo em vista suas conseqüências e efeitos deletérios a curto e médio prazo, como base para as execráveis contra-reformas Universitária, Trabalhista e Sindical.

Com base na avaliação acima, o Setor da IFES, reunido em 29 de agosto, indicou nova rodada de assembléias gerais para que a categoria se posicionasse com relação à MP 208/04. O resultado não foi surpresa: por uma ampla maioria as assembléias repudiaram a MP, denunciando o autoritarismo do Governo. No entanto, a resposta ao chamamento à greve não foi proporcional à indignação da categoria. Além disso, várias seções sindicais em greve indicaram que o CNG avaliasse uma saída unificada da greve.

O CNG, analisando as deliberações das assembléias gerais e a atual conjuntura do movimento grevista, indica ao conjunto do movimento docente a necessidade de manter acesa a chama do nosso Sindicato, calcada principalmente na luta em defesa dos trabalhadores e de uma Universidade Pública, Laica, Gratuita, de Qualidade e socialmente referenciada.

Esta universidade está ameaçada pela política expressa no documento do Governo intitulado Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior, que tem como pedra fundamental da Reforma Universitária a "indissociabilidade" entre autonomia, financiamento e avaliação. Entre os elementos que darão suporte a essa tríade, um já está normatizado e em vigor, o SINAES/CONAES; outro trata das Fundações de Apoio e, o terceiro, a Lei Orgânica da Autonomia Universitária, já se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Com relação aos direitos dos professores, o Governo pretende abolir a estabilidade e a progressão por mérito, estender o tempo de regime probatório para os novos contratados e condicionar o regime de dedicação exclusiva a avaliações periódicas e comprovação de "produtividade acadêmica". Esses elementos levam à liquidação de um efetivo Plano de Carreira e, na realidade, nada mais significam que a nefasta flexibilização, precarização e desregulamentação das relações de trabalho, objetivo último da contra-reforma Trabalhista.

O momento atual é o de redefinição da nossa luta que será construída solidariamente pela direção nacional, direções das seções sindicais e professores.

Não estamos propondo armistício algum. Não vamos dar trégua ao Governo. Não vamos esmorecer na luta. As batalhas que estão no horizonte – enfrentamento às contra-reformas Universitária, Sindical e Trabalhista, são política e ideologicamente tão importantes quanto a luta contra a MP 208/04 e vão exigir de todos, professores, estudantes, servidores técnico-administrativos, entidades acadêmicas e os movimentos sociais organizados, mobilização conjunta, forte, coesa, para barrar todos os ataques aos nossos direitos arduamente conquistados.

Ante o exposto, o CNG indica às Assembléias Gerais:

1. Término da greve

2. Retorno das atividades no dia 13 de setembro de 2004, com assembléias até o dia 10 de setembro.

A esperança está na luta!

Ousar lutar, ousar vencer!

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 153 • 13 de setembro de 2004

Reunião com os professores do Centro de Tecnologia sobre Reforma Universitária

15/09 quarta-feira 14h às 16h30

Sala 219
Bloco D do CT

Termina a greve dos técnico-administrativos

Os funcionários técnico-administrativos da UFRJ retornaram no dia 9 ao trabalho, depois de mais de 70 dias em greve. A decisão foi aprovada no dia 8, em assembléia realizada no Fundão, de acordo com informativo na página eletrônica do Sintufrj. Os servidores têm como objetivo, no momento, manter a mobilização para garantir que o governo encaminhe o projeto de lei da Carreira resultado das negociações – que ainda não é o Projeto de Carreira concebido em 1994, no Congresso da Fasubra, mas representa avanços. Na avaliação do Comando Nacional de Greve da categoria, uma primeira batalha foi vencida: "o resgate de nossa valorização profissional bem como o reconhecimento da competência de nossa categoria pelos atores com os quais mantivemos o processo de negociação". Uma Comissão Nacional de Acompanhamento do PL de Carreira foi criada para acompanhar o projeto de lei na Casa Civil e, depois, quando o documento for enviado ao Congresso. Quatro integrantes do Sintufrj farão parte dessa comissão. A próxima assembléia da categoria será às 10h de terça-feira, dia 14, no Quinhentão.

Agenda Sindical

12/9 a 17/9 – Indicativo para realização de audiência pública sobre as PPP

14/9 – Atividades no Congresso sobre as PPP

22/9 – Plenária estadual da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ) – Sindicato dos Engenheiros (av. Rio Branco, 277/17º andar), às 18h

25/9 – Plenárias Setoriais

26/9 – Plenária Nacional dos SPF

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

29 a 31/10 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo"

Debates sobre reforma universitária ganham terreno

Páginas 2 e 3

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Reforma Universitária

Debates sobre reforma universitária ganham terreno

Mobilização da comunidade acadêmica é a tarefa de todos os segmentos da UFRJ

Aos poucos, os debates sobre a reforma universitária do governo começam a ganhar os espaços da UFRJ. No fim de agosto, mais dois deles se realizaram em diferentes unidades da universidade: na Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), em 30/8, e na Faculdade de Letras, em 31/8. E, além da rejeição à política educacional do MEC, outro ponto consensual das reuniões foi a necessidade de realização de mais eventos como estes, com o objetivo de ampliar a informação da comunidade acadêmica sobre o tema.

Na Escola de Educação Física e Desportos, a discussão foi organizada pelo centro acadêmico da unidade. Foi convocada uma assembléia comunitária e a professora Sara Granemann esteve presente como convidada para uma palestra sobre a reforma universitária. Para um público de mais de cem pessoas, a maioria composta de alunos dos primeiros períodos, a reunião teve um caráter bastante informativo. Grande parte do debate foi ocupada pela regulamentação do profissional de Educação Física, mas também houve oportunidade para Bruno Adriano, integrante do centro acadêmico local, criticar as características do novo sistema de avaliação do ensino superior criado pelo MEC. Para ele, essa avaliação já faz parte da contra-reforma universitária em andamento.

E o detalhe é que os estudantes da Escola serão alguns dos primeiros a enfrentar um dos novos instrumentos de avaliação do governo, o chamado Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). A prova será aplicada, para os alunos do final de primeiro ano, nas

áreas de Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia.

Segundo portarias do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC, o estudante selecionado a participar do Enade deverá realizar o exame, de forma obrigatória. Já os resultados serão divulgados em uma escala de cinco níveis.

Acontece que a classificação presente nesta avaliação, por exemplo, é um dos itens que não podem ser aceitos pelos estudantes, de acordo com Bruno. Ele informou que já existe a proposta dos centros acadêmicos da Uerj, da Rural e da própria UFRJ de promover um boicote ao novo exame. "Vamos buscar aglomerar o maior número de cursos nesta iniciativa, uma vez que as provas ocorrem em novembro", disse.

Professores da EEFD comentam reforma

O professor Alex Pina, da EEFD, compareceu ao debate e destacou a maneira negativa como o governo vem conduzindo esta reforma. Segundo ele, essa pode ser considerada lesiva ao patrimônio brasileiro, na medida em que transfere recursos públicos para o setor privado, através de projetos como o Prouni (Programa Universidade para Todos). De acordo com o docente, seria mais interessante que o governo usasse os recursos disponíveis para fazer concursos de servidores com vistas ao oferecimento de vagas nos cursos noturnos das instituições públicas. "A universidade não é viva à noite. Na UFRJ, há poucos cursos, como o da Educação Física, o da Biologia e o da Matemática", observou.

Alex confirma que é fundamental a realização de mais discussões sobre o teor da reforma. Ele lembra que, durante o debate da semana retrasada, uma aluna perguntou o que poderia ser feito. O professor entende que, com os debates, aumenta o número de pessoas mobilizadas contra o conteúdo das propostas do governo. E, com as crescentes manifestações de rua, os políticos poderão ser atingidos em um ponto vulnerável: a necessidade de votos.

Conselheiro da Adufrj-SSind pela EEFD, o professor Leandro Salgado Filho não esteve presente neste último debate, mas participou de um outro, realizado ainda no primeiro semestre e também organizado pelo centro acadêmico local, sobre a reforma universitária. Leandro, naquela ocasião, observou que faz parte do movimento docente que defende uma reforma universitária, sim. Porém, não nos moldes enunciados pelo atual governo.

Segundo Leandro, a contra-reforma universitária em andamento remete às diretrizes da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial. A Educação deixa de ser um direito de todos e dever do Estado para se transformar em mercadoria. O professor citou o projeto em tramitação no Congresso das Parcerias Público-Privadas (PPP) como o instrumento jurídico que abriria de vez este caminho.

O conselheiro da Adufrj-SSind observa que os debates sobre a reforma ganham em importância, na medida em que conduzem à mobilização e à possível mudança dos rumos da política educacional do governo. Ainda mais na UFRJ, que é muito grande e muito espalhada, segundo ele. Ele chega a sugerir a possibilidade de a Escola receber um encontro sobre a reforma, nos dois turnos, com o envolvimento de todos os segmentos, no fim do mês de setembro, para encaminhar a "formação de uma massa crítica" na universidade.

Segundo Leandro, embora o MEC transmita, através de uma agressiva estrutura de comunicação, que vai dialogar com todos os setores, já está claro que isso não corresponde à realidade. A repressão policial à manifestação estudantil de 25 de agosto, no prédio do MEC no Rio de Janeiro, é um sintoma dessa determinação de passar por cima de quaisquer críticas, no ponto de vista do professor.

Faculdade de Letras também discutiu reforma

A Faculdade de Letras sediou outro evento sobre a reforma universitária, desta vez com a organização da Adufrj-SSind, do DCE da UFRJ e do Movimento Letras pelas Letras (dos estudantes daquela unidade). Para a professora Gumercinda Gonda, a Cinda, que mediou o debate, a ousadia de privatizar o ensino público e gratuito tal como está sendo privilegiado pelo atual governo é algo que nem a ditadura militar realizou. Cinda lembrou que as entidades sindicais e estudantis da Educação têm um projeto de reforma universitária construído ao longo dos anos, ignorado pelo governo. "Como ignorou e traiu suas promessas de campanha. E, agora, tenta confundir a opinião pública: dá o nome de reforma universitária ao que não passa de mera reforma econômica", disse. Para ela, Lula e sua equipe revelam-se sensíveis e dóceis aos interesses internacionais, mas truculentos e autoritários ao tratar com professores, funcionários e alunos. "Só temos uma saída: a mobilização", completou.

Pedro Martins, do DCE, também criticou o caráter privatista da reforma e associou os projetos governamentais para a área, como o Prouni, às Parcerias Público-Privadas. Pedro chamou a atenção ainda para a linha governista adotada pela União Nacional dos Estudantes, que não está organizando o combate contra a reforma. Para ele, foi essa ausência da direção nacional do movimento estudantil que gerou a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (Conlute), que já congrega mais de 70 entidades de alunos, em uma postura alternativa de enfrentamento da reforma. Se não tem diálogo com a UNE, o integrante do DCE fez referência que esse diálogo é ainda mais fechado em relação ao governo e citou a manifestação estudantil reprimida pela polícia, no final de agosto, em frente ao prédio do MEC, no Centro.

Presidente da Adufrj-SSind fala sobre a reforma

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, esteve presente nos debates da Letras e da Educação Física. A professora informou sobre a análise que o Andes-SN já procedeu acerca do conteúdo da reforma universitária (todos os documentos e projetos do governo para o setor), durante reunião do último Grupo de Trabalho de Política Educacional do Sindicato Nacional, em meados de agosto. Como resultado dessa iniciativa, já existe a "Nota Pública do Andes-SN sobre a Reforma da Educação Superior", divulgada em recente Jornal da Adufrj (de 30/8).

De acordo com Sara, os problemas hoje enfrentados pela universidade pública poderão se agravar com a tramitação da reforma anunciada pelo governo. Para ela, essa reforma universitária tem origem na reforma do Estado bastante difundida pelos governos da década de 90 e que forçou a redução das políticas sociais. A conseqüência desse rearranjo é o estrangulamento financeiro das instituições públicas. Os efeitos são bastante visíveis: bibliotecas fechadas, restaurantes privados e caros instalados nos espaços públicos, prédios com infra-estrutura precária, incêndios, salas de aula e quadras de esporte com goteiras e tantos outros problemas.

Ainda de acordo com Sara, o financiamento da universidade é o ponto-chave da reforma em andamento. E não pensem os desatentos que o governo vai aumentar o repasse de recursos para a ampliação do número de vagas e para o conserto e aperfeiçoamento das instalações físicas nas instituições públicas. Para a professora, o que se observa, em última análise, é a desresponsabilização cada vez maior do Estado no que diz respeito à manutenção de suas unidades federais. Esse papel será limitado à mera fiscalização, através do já aprovado Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

E nem isso terá grande relevância. Ela lembrou que o Provão aplicado pelo governo passado também se prestou ao papel da classificação entre as instituições e não produziu resultados práticos.

Sara Granemann também ressaltou o saldo de feridos do episódio da repressão policial em frente ao prédio do MEC, no dia 25/8. A diretora da Seção Sindical voltou a caracterizar o episódio, assim como já havia feito em uma sessão do Consuni da UFRJ, como um momento de supressão da livre expressão dos estudantes.

Grupo de Trabalho do /Andes-SN discute reformas sindical e trabalhista

Nos últimos dias 3 e 4 de setembro, o Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical do Andes-SN discutiu as reformas sindical e trabalhista. Na reunião do GTPFS, foi avaliada a necessidade de que o Sindicato organize seminários locais e regionais sobre o assunto, antecedendo o próximo Conselho do Andes-SN, que acontece de 29 a 31 de outubro, em Brasília. Estes Seminários devem ser organizativos e, para os integrantes do GT, é fundamental a participação de outras categorias de trabalhadores.

Encaminhamentos:

1) Solicitar da Diretoria um mapeamento dos Seminários locais e regionais;
2) Nos Seminários, vincular as Reformas Sindical, Trabalhista e Universitária e iniciar os eventos com avaliação da conjuntura.
3) Acelerar o debate nas seções sindicais sobre a relação do Andes-SN com a CUT.
4) Participação em Fóruns unificados fazendo publicamente a crítica.

Resenha

Representante do FMI lava as mãos

De passagem pelo país, o diretor-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo de Rato, tentou melhorar a imagem da instituição. Convocou uma reunião com representantes da sociedade civil e ouviu um monte de críticas. Rato respondeu, na ocasião, que "são os governos que fundaram, controlam e desenham as políticas do Fundo". Sandra Quintela, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, explicou, depois da reunião, que o G-8 (grupo dos oito países mais ricos do globo) tem mais de 50% dos votos no FMI. "De braços dados com o mercado financeiro, o Fundo impõe uma lógica perversa baseada na dívida". Há 30 anos, a América Latina tinha uma dívida externa de US$ 300 bilhões. Hoje, são US$ 730 bilhões. Durante este período, foram pagos US$ 1 trilhão (Agência Carta Maior, 27/08).

Contra a política econômica

Em Aparecida do Norte (SP), 15 mil pessoas se reuniram para protestar contra o avanço da exclusão social no país. Elas cobraram mudanças na política econômica, dizendo não à Alca e ao desemprego. A idéia é fazer com que o povo fique mais "nervoso" do que o mercado financeiro. O movimento, que reúne movimentos populares, pastorais sociais, sindicatos e dezenas de entidades, acontece há dez anos, sempre no Dia da Independência. Este ano, com o lema "Brasil: Mudança Pra Valer o Povo Faz Acontecer", o Grito dos Excluídos ecoou em mais de 1800 cidades do país, congregando cerca de um milhão de pessoas (Agência Carta Maior, 8/09).

Poucos cursos noturnos nas públicas

Matéria da Folha de S. Paulo (7/09) mostra que existem poucos cursos noturnos nas instituições públicas de ensino superior. Hoje, do total de 1,1 milhão de alunos das públicas, 376 mil (ou 36% do total) estudam à noite e 675 mil (64%), de dia. Na rede privada, o cenário é quase o contrário: dos 2,4 milhões de alunos, 1,6 milhão (ou 67%) estudam à noite.

Governo impede volta de mata-mosquitos

O governo Lula conseguiu impedir no Superior Tribunal de Justiça a reintegração de cerca de cinco mil trabalhadores contratados temporariamente para atuar no combate à dengue no Rio. A demissão dos mata-mosquitos foi uma das principais munições utilizadas pelo próprio PT, na campanha presidencial de 2002, contra José Serra – ex-ministro da Saúde, responsável pela dispensa dos funcionários (O Estado de S. Paulo, 9/09).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Biblioteca fechada é mais um sintoma do descompromisso do governo

Alunos solicitam informações sobre o andamento das obras no IFCS

O estrangulamento financeiro ao qual estão submetidas as instituições federais de ensino superior pelos seguidos governos produz situações quase surreais: no último dia 3, completaram-se dois anos do fechamento da biblioteca, contaminada por fungos, do histórico Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Os alunos do instituto estiveram na sessão do último Conselho Universitário, em 9 de setembro, para reivindicar do colegiado o acompanhamento das obras. Embora não tenha havido uma votação formal, os alunos conseguiram da reitoria e dos conselheiros o compromisso de que esse monitoramento será feito não só pelo Consuni, mas também pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva, órgão da UFRJ que reúne o reitor, pró-reitores, decanos, o prefeito universitário e a coordenadora do sistema de bibliotecas.

Diretor do IFCS informa sobre obras

Representante dos adjuntos doutores do CFCH no Consuni e diretor do IFCS, Franklin Trein, afirmou estar associado às reivindicações dos estudantes. Porém, ele esclareceu que, por decisão da Congregação, está limitado a fornecer as condições operacionais para o trabalho de uma comissão executiva então constituída. Mas informou sobre o andamento das reformas.

Segundo o professor, as obras de recuperação do telhado do prédio devem se iniciar nesta semana. O conserto da rede elétrica está na última fase para entrar em licitação. A reforma da parte hidráulica do instituto encontra-se em elaboração do projeto técnico, já em fase adiantada. A higienização dos livros deve se prolongar até o fim de setembro, mas sem prejuízo para a utilização da parte já recuperada. O laudo técnico sobre a qualidade do ar da biblioteca deve estar pronto daqui a dez ou quinze dias. Será feito ainda um laudo sobre o estado das paredes internas que cercam a coleção de livros.

Assim que se encerrar a greve, os funcionários da biblioteca serão submetidos a exames médicos para que retomem as atividades em plena capacidade – antes do fechamento, alguns deles foram contaminados pelos fungos. O instituto deverá receber ainda o reforço de mais um servidor e mais quatro bolsistas para colaboração nos serviços ligados ao acervo.

O diretor também exortou os estudantes a protestarem contra o prefeito Cesar Maia, que prometeu recursos para a recuperação da biblioteca do instituto, mas não cumpriu o acordo.

Fotos: Kelvin Melo

ALUNOS LEVARAM FAIXAS E UM CAIXÃO DE PAPELÃO PARA O ATO NO CONSUNI. TAMBÉM DISTRIBUÍRAM VELAS PARA LEMBRAR OS DOIS ANOS DE FECHAMENTO DA BIBLIOTECA

Hospitais e a certificação

O decano do Centro de Ciências da Saúde, João Ferreira, informou que os oito hospitais da UFRJ foram visitados por uma comissão de certificadores dos ministérios da Educação e da Saúde, entre os dias 31/8 e 3/9. Segundo ele, o grupo ficou com a melhor das impressões, mas a universidade ainda aguarda os resultados.

Ao que parece, o governo só tem recursos para pagar avaliadores, em vez de dar suporte às atividades de ensino e assistência das unidades hospitalares ligadas às universidades.

As "garantias" do MEC

Representante do DCE e conselheiro, Pedro Martins disse ter sido informado de um "pedido de garantias" do MEC para participar de um debate sobre reforma universitária na UFRJ, que será realizado pela reitoria e pelos movimentos organizados (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj).

O aluno não perdoou a solicitação do ministério: ele lembrou a manifestação estudantil violentamente reprimida no final de agosto, em frente ao prédio do MEC, no centro do Rio. "A garantia que nós temos quando vamos ao MEC é de que vamos receber cacetada e *spray* de pimenta", ironizou.

Regimentos serão revistos

Por conta de um questionamento de professor da Escola de Comunicação sobre a composição da Congregação daquela unidade (o docente solicitava a redução do número de representantes discentes e a extinção da representação dos técnico-administrativos), o Consuni resolveu deflagrar uma campanha pela revisão do regimento-geral da universidade. A Comissão de Legislação e Normas do colegiado ficou encarregada de elaborar uma proposta e apresentá-la em plenário, em prazo não superior a três meses. Em seguida, os regimentos das unidades deverão ser adequados ao documento mais geral. Enquanto esse trabalho não é finalizado, o Consuni determinou que as unidades sigam os princípios contidos no Estatuto da UFRJ (de 2002) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (de 1996).

Inclusão da Filosofia no vestibular

Ex-aluno do instituto e ex-representante no Conselho de Ensino de Graduação, Fábio Samu teve a oportunidade de se pronunciar no Consuni sobre uma notícia do jornal Folha Dirigida de julho de 2004. Na matéria, um professor do ensino médio dizia que ninguém na UFRJ sabia informar nada sobre a inclusão da Filosofia no vestibular, aprovado no CEG em maio de 2003 e no próprio Consuni, em abril deste ano. Samu também criticou que não tenha sido autorizado a acompanhar uma reunião da comissão de vestibular sobre o tema, no dia 1º de setembro. O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, lembrou que as reuniões do CEG são abertas e explicou que existe uma comissão do colegiado, com a assessoria de dois professores do Departamento de Filosofia do IFCS, trabalhando junto à comissão de vestibular para a introdução dessa disciplina no concurso de acesso aos cursos de graduação da universidade.

Nota: O subsecretário de Orçamento e Planejamento do MEC, Paulo Rocha, não pôde comparecer à reunião do Conselho de Ensino para Graduados de 3/9, conforme divulgado pelo Jornal da Adufrj nº 151. No único ponto discutido naquela sessão ordinária, houve a substituição de um dos nomes do colegiado para a comissão própria de avaliação da UFRJ, como parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes): sai a professora Celuta Sales (CCS) e entra a professora Maria de Graça Derengowski (CCJE).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 153 • 13 de setembro de 2004

Reunião com os professores do Centro de Tecnologia sobre Reforma Universitária

15/09 quarta-feira 14h às 16h30

Sala 219
Bloco D do CT

Termina a greve dos técnico-administrativos

Os funcionários técnico-administrativos da UFRJ retornaram no dia 9 ao trabalho, depois de mais de 70 dias em greve. A decisão foi aprovada no dia 8, em assembléia realizada no Fundão, de acordo com informativo na página eletrônica do Sintufrj. Os servidores têm como objetivo, no momento, manter a mobilização para garantir que o governo encaminhe o projeto de lei da Carreira resultado das negociações – que ainda não é o Projeto de Carreira concebido em 1994, no Congresso da Fasubra, mas representa avanços. Na avaliação do Comando Nacional de Greve da categoria, uma primeira batalha foi vencida: "o resgate de nossa valorização profissional bem como o reconhecimento da competência de nossa categoria pelos atores com os quais mantivemos o processo de negociação". Uma Comissão Nacional de Acompanhamento do PL de Carreira foi criada para acompanhar o projeto de lei na Casa Civil e, depois, quando o documento for enviado ao Congresso. Quatro integrantes do Sintufrj farão parte dessa comissão. A próxima assembléia da categoria será às 10h de terça-feira, dia 14, no Quinhentão.

Agenda Sindical

12/9 a 17/9 – Indicativo para realização de audiência pública sobre as PPP

14/9 – Atividades no Congresso sobre as PPP

22/9 – Plenária estadual da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ) – Sindicato dos Engenheiros (av. Rio Branco, 277/17º andar), às 18h

25/9 – Plenárias Setoriais

26/9 – Plenária Nacional dos SPF

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

29 a 31/10 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo"

Debates sobre reforma universitária ganham terreno

Páginas 2 e 3

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Reforma Universitária

Debates sobre reforma universitária ganham terreno

Mobilização da comunidade acadêmica é a tarefa de todos os segmentos da UFRJ

Aos poucos, os debates sobre a reforma universitária do governo começam a ganhar os espaços da UFRJ. No fim de agosto, mais dois deles se realizaram em diferentes unidades da universidade: na Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), em 30/8, e na Faculdade de Letras, em 31/8. E, além da rejeição à política educacional do MEC, outro ponto consensual das reuniões foi a necessidade de realização de mais eventos como estes, com o objetivo de ampliar a informação da comunidade acadêmica sobre o tema.

Na Escola de Educação Física e Desportos, a discussão foi organizada pelo centro acadêmico da unidade. Foi convocada uma assembléia comunitária e a professora Sara Granemann esteve presente como convidada para uma palestra sobre a reforma universitária. Para um público de mais de cem pessoas, a maioria composta de alunos dos primeiros períodos, a reunião teve um caráter bastante informativo. Grande parte do debate foi ocupada pela regulamentação do profissional de Educação Física, mas também houve oportunidade para Bruno Adriano, integrante do centro acadêmico local, criticar as características do novo sistema de avaliação do ensino superior criado pelo MEC. Para ele, essa avaliação já faz parte da contra-reforma universitária em andamento.

E o detalhe é que os estudantes da Escola serão alguns dos primeiros a enfrentar um dos novos instrumentos de avaliação do governo, o chamado Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). A prova será aplicada, para os alunos do final de primeiro ano, nas

áreas de Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia.

Segundo portarias do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC, o estudante selecionado a participar do Enade deverá realizar o exame, de forma obrigatória. Já os resultados serão divulgados em uma escala de cinco níveis.

Acontece que a classificação presente nesta avaliação, por exemplo, é um dos itens que não podem ser aceitos pelos estudantes, de acordo com Bruno. Ele informou que já existe a proposta dos centros acadêmicos da Uerj, da Rural e da própria UFRJ de promover um boicote ao novo exame. "Vamos buscar aglomerar o maior número de cursos nesta iniciativa, uma vez que as provas ocorrem em novembro", disse.

Professores da EEFD comentam reforma

O professor Alex Pina, da EEFD, compareceu ao debate e destacou a maneira negativa como o governo vem conduzindo esta reforma. Segundo ele, essa pode ser considerada lesiva ao patrimônio brasileiro, na medida em que transfere recursos públicos para o setor privado, através de projetos como o Prouni (Programa Universidade para Todos). De acordo com o docente, seria mais interessante que o governo usasse os recursos disponíveis para fazer concursos de servidores com vistas ao oferecimento de vagas nos cursos noturnos das instituições públicas. "A universidade não é viva à noite. Na UFRJ, há poucos cursos, como o da Educação Física, o da Biologia e o da Matemática", observou.

Alex confirma que é fundamental a realização de mais discussões sobre o teor da reforma. Ele lembra que, durante o debate da semana retrasada, uma aluna perguntou o que poderia ser feito. O professor entende que, com os debates, aumenta o número de pessoas mobilizadas contra o conteúdo das propostas do governo. E, com as crescentes manifestações de rua, os políticos poderão ser atingidos em um ponto vulnerável: a necessidade de votos.

Conselheiro da Adufrj-SSind pela EEFD, o professor Leandro Salgado Filho não esteve presente neste último debate, mas participou de um outro, realizado ainda no primeiro semestre e também organizado pelo centro acadêmico local, sobre a reforma universitária. Leandro, naquela ocasião, observou que faz parte do movimento docente que defende uma reforma universitária, sim. Porém, não nos moldes enunciados pelo atual governo.

Segundo Leandro, a contra-reforma universitária em andamento remete às diretrizes da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial. A Educação deixa de ser um direito de todos e dever do Estado para se transformar em mercadoria. O professor citou o projeto em tramitação no Congresso das Parcerias Público-Privadas (PPP) como o instrumento jurídico que abriria de vez este caminho.

O conselheiro da Adufrj-SSind observa que os debates sobre a reforma ganham em importância, na medida em que conduzem à mobilização e à possível mudança dos rumos da política educacional do governo. Ainda mais na UFRJ, que é muito grande e muito espalhada, segundo ele. Ele chega a sugerir a possibilidade de a Escola receber um encontro sobre a reforma, nos dois turnos, com o envolvimento de todos os segmentos, no fim do mês de setembro, para encaminhar a "formação de uma massa crítica" na universidade.

Segundo Leandro, embora o MEC transmita, através de uma agressiva estrutura de comunicação, que vai dialogar com todos os setores, já está claro que isso não corresponde à realidade. A repressão policial à manifestação estudantil de 25 de agosto, no prédio do MEC no Rio de Janeiro, é um sintoma dessa determinação de passar por cima de quaisquer críticas, no ponto de vista do professor.

Faculdade de Letras também discutiu reforma

A Faculdade de Letras sediou outro evento sobre a reforma universitária, desta vez com a organização da Adufrj-SSind, do DCE da UFRJ e do Movimento Letras pelas Letras (dos estudantes daquela unidade). Para a professora Gumercinda Gonda, a Cinda, que mediou o debate, a ousadia de privatizar o ensino público e gratuito tal como está sendo privilegiado pelo atual governo é algo que nem a ditadura militar realizou. Cinda lembrou que as entidades sindicais e estudantis da Educação têm um projeto de reforma universitária construído ao longo dos anos, ignorado pelo governo. "Como ignorou e traiu suas promessas de campanha. E, agora, tenta confundir a opinião pública: dá o nome de reforma universitária ao que não passa de mera reforma econômica", disse. Para ela, Lula e sua equipe revelam-se sensíveis e dóceis aos interesses internacionais, mas truculentos e autoritários ao tratar com professores, funcionários e alunos. "Só temos uma saída: a mobilização", completou.

Pedro Martins, do DCE, também criticou o caráter privatista da reforma e associou os projetos governamentais para a área, como o Prouni, às Parcerias Público-Privadas. Pedro chamou a atenção ainda para a linha governista adotada pela União Nacional dos Estudantes, que não está organizando o combate contra a reforma. Para ele, foi essa ausência da direção nacional do movimento estudantil que gerou a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (Conlute), que já congrega mais de 70 entidades de alunos, em uma postura alternativa de enfrentamento da reforma. Se não tem diálogo com a UNE, o integrante do DCE fez referência que esse diálogo é ainda mais fechado em relação ao governo e citou a manifestação estudantil reprimida pela polícia, no final de agosto, em frente ao prédio do MEC, no Centro.

Presidente da Adufrj-SSind fala sobre a reforma

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, esteve presente nos debates da Letras e da Educação Física. A professora informou sobre a análise que o Andes-SN já procedeu acerca do conteúdo da reforma universitária (todos os documentos e projetos do governo para o setor), durante reunião do último Grupo de Trabalho de Política Educacional do Sindicato Nacional, em meados de agosto. Como resultado dessa iniciativa, já existe a "Nota Pública do Andes-SN sobre a Reforma da Educação Superior", divulgada em recente Jornal da Adufrj (de 30/8).

De acordo com Sara, os problemas hoje enfrentados pela universidade pública poderão se agravar com a tramitação da reforma anunciada pelo governo. Para ela, essa reforma universitária tem origem na reforma do Estado bastante difundida pelos governos da década de 90 e que forçou a redução das políticas sociais. A conseqüência desse rearranjo é o estrangulamento financeiro das instituições públicas. Os efeitos são bastante visíveis: bibliotecas fechadas, restaurantes privados e caros instalados nos espaços públicos, prédios com infra-estrutura precária, incêndios, salas de aula e quadras de esporte com goteiras e tantos outros problemas.

Ainda de acordo com Sara, o financiamento da universidade é o ponto-chave da reforma em andamento. E não pensem os desatentos que o governo vai aumentar o repasse de recursos para a ampliação do número de vagas e para o conserto e aperfeiçoamento das instalações físicas nas instituições públicas. Para a professora, o que se observa, em última análise, é a desresponsabilização cada vez maior do Estado no que diz respeito à manutenção de suas unidades federais. Esse papel será limitado à mera fiscalização, através do já aprovado Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

E nem isso terá grande relevância. Ela lembrou que o Provão aplicado pelo governo passado também se prestou ao papel da classificação entre as instituições e não produziu resultados práticos.

Sara Granemann também ressaltou o saldo de feridos do episódio da repressão policial em frente ao prédio do MEC, no dia 25/8. A diretora da Seção Sindical voltou a caracterizar o episódio, assim como já havia feito em uma sessão do Consuni da UFRJ, como um momento de supressão da livre expressão dos estudantes.

Grupo de Trabalho do /Andes-SN discute reformas sindical e trabalhista

Nos últimos dias 3 e 4 de setembro, o Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical do Andes-SN discutiu as reformas sindical e trabalhista. Na reunião do GTPFS, foi avaliada a necessidade de que o Sindicato organize seminários locais e regionais sobre o assunto, antecedendo o próximo Conselho do Andes-SN, que acontece de 29 a 31 de outubro, em Brasília. Estes Seminários devem ser organizativos e, para os integrantes do GT, é fundamental a participação de outras categorias de trabalhadores.

Encaminhamentos:

1) Solicitar da Diretoria um mapeamento dos Seminários locais e regionais;
2) Nos Seminários, vincular as Reformas Sindical, Trabalhista e Universitária e iniciar os eventos com avaliação da conjuntura.
3) Acelerar o debate nas seções sindicais sobre a relação do Andes-SN com a CUT.
4) Participação em Fóruns unificados fazendo publicamente a crítica.

Resenha

Representante do FMI lava as mãos

De passagem pelo país, o diretor-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo de Rato, tentou melhorar a imagem da instituição. Convocou uma reunião com representantes da sociedade civil e ouviu um monte de críticas. Rato respondeu, na ocasião, que "são os governos que fundaram, controlam e desenham as políticas do Fundo". Sandra Quintela, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, explicou, depois da reunião, que o G-8 (grupo dos oito países mais ricos do globo) tem mais de 50% dos votos no FMI. "De braços dados com o mercado financeiro, o Fundo impõe uma lógica perversa baseada na dívida". Há 30 anos, a América Latina tinha uma dívida externa de US$ 300 bilhões. Hoje, são US$ 730 bilhões. Durante este período, foram pagos US$ 1 trilhão (Agência Carta Maior, 27/08).

Contra a política econômica

Em Aparecida do Norte (SP), 15 mil pessoas se reuniram para protestar contra o avanço da exclusão social no país. Elas cobraram mudanças na política econômica, dizendo não à Alca e ao desemprego. A idéia é fazer com que o povo fique mais "nervoso" do que o mercado financeiro. O movimento, que reúne movimentos populares, pastorais sociais, sindicatos e dezenas de entidades, acontece há dez anos, sempre no Dia da Independência. Este ano, com o lema "Brasil: Mudança Pra Valer o Povo Faz Acontecer", o Grito dos Excluídos ecoou em mais de 1800 cidades do país, congregando cerca de um milhão de pessoas (Agência Carta Maior, 8/09).

Poucos cursos noturnos nas públicas

Matéria da Folha de S. Paulo (7/09) mostra que existem poucos cursos noturnos nas instituições públicas de ensino superior. Hoje, do total de 1,1 milhão de alunos das públicas, 376 mil (ou 36% do total) estudam à noite e 675 mil (64%), de dia. Na rede privada, o cenário é quase o contrário: dos 2,4 milhões de alunos, 1,6 milhão (ou 67%) estudam à noite.

Governo impede volta de mata-mosquitos

O governo Lula conseguiu impedir no Superior Tribunal de Justiça a reintegração de cerca de cinco mil trabalhadores contratados temporariamente para atuar no combate à dengue no Rio. A demissão dos mata-mosquitos foi uma das principais munições utilizadas pelo próprio PT, na campanha presidencial de 2002, contra José Serra – ex-ministro da Saúde, responsável pela dispensa dos funcionários (O Estado de S. Paulo, 9/09).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Biblioteca fechada é mais um sintoma do descompromisso do governo

Alunos solicitam informações sobre o andamento das obras no IFCS

O estrangulamento financeiro ao qual estão submetidas as instituições federais de ensino superior pelos seguidos governos produz situações quase surreais: no último dia 3, completaram-se dois anos do fechamento da biblioteca, contaminada por fungos, do histórico Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Os alunos do instituto estiveram na sessão do último Conselho Universitário, em 9 de setembro, para reivindicar do colegiado o acompanhamento das obras. Embora não tenha havido uma votação formal, os alunos conseguiram da reitoria e dos conselheiros o compromisso de que esse monitoramento será feito não só pelo Consuni, mas também pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva, órgão da UFRJ que reúne o reitor, pró-reitores, decanos, o prefeito universitário e a coordenadora do sistema de bibliotecas.

Diretor do IFCS informa sobre obras

Representante dos adjuntos doutores do CFCH no Consuni e diretor do IFCS, Franklin Trein, afirmou estar associado às reivindicações dos estudantes. Porém, ele esclareceu que, por decisão da Congregação, está limitado a fornecer as condições operacionais para o trabalho de uma comissão executiva então constituída. Mas informou sobre o andamento das reformas.

Segundo o professor, as obras de recuperação do telhado do prédio devem se iniciar nesta semana. O conserto da rede elétrica está na última fase para entrar em licitação. A reforma da parte hidráulica do instituto encontra-se em elaboração do projeto técnico, já em fase adiantada. A higienização dos livros deve se prolongar até o fim de setembro, mas sem prejuízo para a utilização da parte já recuperada. O laudo técnico sobre a qualidade do ar da biblioteca deve estar pronto daqui a dez ou quinze dias. Será feito ainda um laudo sobre o estado das paredes internas que cercam a coleção de livros.

Assim que se encerrar a greve, os funcionários da biblioteca serão submetidos a exames médicos para que retomem as atividades em plena capacidade – antes do fechamento, alguns deles foram contaminados pelos fungos. O instituto deverá receber ainda o reforço de mais um servidor e mais quatro bolsistas para colaboração nos serviços ligados ao acervo.

O diretor também exortou os estudantes a protestarem contra o prefeito Cesar Maia, que prometeu recursos para a recuperação da biblioteca do instituto, mas não cumpriu o acordo.

Fotos: Kelvin Melo

ALUNOS LEVARAM FAIXAS E UM CAIXÃO DE PAPELÃO PARA O ATO NO CONSUNI. TAMBÉM DISTRIBUÍRAM VELAS PARA LEMBRAR OS DOIS ANOS DE FECHAMENTO DA BIBLIOTECA

Hospitais e a certificação

O decano do Centro de Ciências da Saúde, João Ferreira, informou que os oito hospitais da UFRJ foram visitados por uma comissão de certificadores dos ministérios da Educação e da Saúde, entre os dias 31/8 e 3/9. Segundo ele, o grupo ficou com a melhor das impressões, mas a universidade ainda aguarda os resultados.

Ao que parece, o governo só tem recursos para pagar avaliadores, em vez de dar suporte às atividades de ensino e assistência das unidades hospitalares ligadas às universidades.

As "garantias" do MEC

Representante do DCE e conselheiro, Pedro Martins disse ter sido informado de um "pedido de garantias" do MEC para participar de um debate sobre reforma universitária na UFRJ, que será realizado pela reitoria e pelos movimentos organizados (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj).

O aluno não perdoou a solicitação do ministério: ele lembrou a manifestação estudantil violentamente reprimida no final de agosto, em frente ao prédio do MEC, no centro do Rio. "A garantia que nós temos quando vamos ao MEC é de que vamos receber cacetada e *spray* de pimenta", ironizou.

Regimentos serão revistos

Por conta de um questionamento de professor da Escola de Comunicação sobre a composição da Congregação daquela unidade (o docente solicitava a redução do número de representantes discentes e a extinção da representação dos técnico-administrativos), o Consuni resolveu deflagrar uma campanha pela revisão do regimento-geral da universidade. A Comissão de Legislação e Normas do colegiado ficou encarregada de elaborar uma proposta e apresentá-la em plenário, em prazo não superior a três meses. Em seguida, os regimentos das unidades deverão ser adequados ao documento mais geral. Enquanto esse trabalho não é finalizado, o Consuni determinou que as unidades sigam os princípios contidos no Estatuto da UFRJ (de 2002) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (de 1996).

Inclusão da Filosofia no vestibular

Ex-aluno do instituto e ex-representante no Conselho de Ensino de Graduação, Fábio Samu teve a oportunidade de se pronunciar no Consuni sobre uma notícia do jornal Folha Dirigida de julho de 2004. Na matéria, um professor do ensino médio dizia que ninguém na UFRJ sabia informar nada sobre a inclusão da Filosofia no vestibular, aprovado no CEG em maio de 2003 e no próprio Consuni, em abril deste ano. Samu também criticou que não tenha sido autorizado a acompanhar uma reunião da comissão de vestibular sobre o tema, no dia 1º de setembro. O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, lembrou que as reuniões do CEG são abertas e explicou que existe uma comissão do colegiado, com a assessoria de dois professores do Departamento de Filosofia do IFCS, trabalhando junto à comissão de vestibular para a introdução dessa disciplina no concurso de acesso aos cursos de graduação da universidade.

Nota: O subsecretário de Orçamento e Planejamento do MEC, Paulo Rocha, não pôde comparecer à reunião do Conselho de Ensino para Graduados de 3/9, conforme divulgado pelo Jornal da Adufrj nº 151. No único ponto discutido naquela sessão ordinária, houve a substituição de um dos nomes do colegiado para a comissão própria de avaliação da UFRJ, como parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes): sai a professora Celuta Sales (CCS) e entra a professora Maria de Graça Derengowski (CCJE).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 154 • 20 de setembro de 2004

"Prouni - Uma medida provisória para os empresários da educação"
Páginas 3, 4 e 5

Fórum das entidades da Educação rejeita o Prouni
Página 10

CEPG está preocupado com o andamento da reforma universitária
Página 10

Carta aos professores universitários aposentados
Página 11

Artigo "Velhas práticas e nova retórica"
Páginas 12 e 13

Ausência de acordo salarial com os docentes será denunciada no Congresso
Página 16

Maria Aparecida/Presidente da Adunicamp

CERCA DE 1,7 MIL PESSOAS ESTIVERAM NA PLENÁRIA, EM BRASÍLIA

Plenária unifica luta contra reforma universitária do governo

Páginas 8 e 9

Cartas

Carta aberta à comunidade universitária da UFRJ

O Curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da UFRJ completa 10 anos, agora em 2004. Desde **1996**, grande parte de suas atividades acadêmicas vem sendo realizada no Instituto de Neurologia Deolindo Couto/ INDC. Inicialmente com aulas teóricas e estágio curricular. Posteriormente, tendo sido as aulas teóricas realocadas para o CCS e HU, foram mantidos no INDC os ambulatórios do estágio curricular, que correspondem aos 2 últimos semestres acadêmicos do curso e os programas de triagem, envolvendo alunos de outros dois semestres.

Atualmente, portanto, no INDC, são oferecidos para a formação profissional de **152 alunos**, o serviço de triagem ambulatorial e o atendimento em **16 ambulatórios**, distribuídos nas áreas de linguagem, motricidade oral, voz e audiologia, sob a supervisão de **18 professores**. Estas atividades de extensão geram, em média, **1600 atendimentos mensais**. Nota-se, portanto, que a presença do curso de Fonoaudiologia no INDC não é casual nem esporádica, mas efetiva. Entretanto, esta presença tem sido recorrentemente negligenciada, ao sabor das conveniências políticas deste instituto.

Em 1998, durante a eleição para a direção, os professores e alunos do curso de Fonoaudiologia foram impedidos de votar, com a argumentação de que faziam parte do CCS, não do INDC. Cabe lembrar que, à época, o voto era proporcional e o peso do voto de professor era de 70 %. Agora, em 2004, novamente em eleição para direção, mas com o voto universal, a comissão eleitoral entende que os professores têm direito de votar, mas impedem os alunos de fazê-lo, levando à conclusão, óbvia, de que, em razão de seu contingente, poderiam decidir os rumos da eleição, contrariando os interesses políticos vigentes.

Chama a atenção, ainda, a forma como procedeu a comissão eleitoral, pois somente na sexta-feira , dia 27/08, após um debate na véspera com todos os candidatos, em que compareceram alunos e professores da Fonoaudiologia, esta comissão divulgou que os alunos não participariam do processo eleitoral.

Inconformados com esta situação, e reivindicando seu direito de voto, pois trata-se de uma consulta à comunidade do INDC, os alunos foram à reitoria neste mesmo dia e conversaram com o Prof. José Roberto, pró-reitor de graduação, que os orientou a procurar o reitor na segunda-feira, 30/08, dia do início da eleição. Neste dia o reitor recebeu um grupo de alunos acompanhado por três professoras do curso de Fonoaudiologia e instruiu o grupo a fazer um eleição paralela e enviar o resultado para seu gabinete na quinta-feira (02/09). As instruções do reitor foram prontamente atendidas e a apuração dos votos dos alunos apresentou um resultado diferente daquele da urna oficial. Fica claro que este resultado não é senão o fruto colhido após anos de negligência e desrespeito com o qual o Instituto tem tratado o curso de Fonoaudiologia, dentre outros aspectos, manipulando de forma oportunista seu direito de participação e decisão como membro legítimo da comunidade universitária da UFRJ e daquele Instituto.

O cenário político adverso que se apresenta no INDC é **INACEITÁVEL**, ou seja, interesses específicos determinando a inclusão ou exclusão do voto dos corpos docente/discente da Fonoaudiologia, definição particular de quem pertence ou não ao quadro social do INDC e escolha de voto proporcional ou universal a partir de critérios eleitoreiros. E como se não bastasse, o direito de voto do professor da Fonoaudiologia é qualificado como uma questão de ***gentileza*** para uma ***futura*** integração, como foi divulgado no jornal do Sintufrj (nº 633).

Perguntamos:

Quando, num sistema que se pretende democrático, o voto deixou de ser um direito para se tornar uma gentileza, uma benevolência? E a partir de que critérios democráticos se faz calar a expressão de vontade de 158 alunos que participam ativamente da vida universitária?

Ser conivente com esta situação significa romper com os princípios que estão na base do ideário de construção desta Universidade, que, para além de formar tecnicamente, tem o compromisso de formar para a vida e para o exercício da cidadania, de forma democrática e ética.

Assim sendo, o corpo social do curso de Fonoaudiologia manifesta o seu repúdio à forma como a eleição para a direção do INDC vem sendo conduzida. É inaceitável que, num momento em que todo o Brasil se prepara para eleições, reproduzamos ou nos calemos para práticas que sempre criticamos, seja ela na esfera das instituições ou do Estado.

Professora Vania Pavão

Agenda Sindical

20/09 – Reunião do Fórum Fluminense de Lutas
Rio de Janeiro (RJ) – na sede da Regional do Andes-SN (Av. Rio Branco, 277, sala 1306), às 18h

22/9 – Plenária estadual da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ)
Observação importante: o local foi trocado para o Sindicato dos Metroviários (av. Rio Branco, 277/ 401), às 18h

25/9 – Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF)

26/9 – Reunião ampliada da CNESF
Brasília (DF)

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/ 2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

10 a 15/10 - Encontros estaduais unificados para barrar a reforma universitária do governo

29 a 31/10 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo".

11/11 - Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação

25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Reforma Universitária

Prouni - Uma medida provisória para os empresários da educação

Cristina Miranda*

A despeito da tramitação do Projeto de Lei, enviado pelo próprio Executivo ao Congresso Nacional, o Governo Lula editou no dia 13 de setembro a Medida Provisória n. 213 que "*institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências*". Com o aroma das mais nobres causas – o acesso da população de baixa renda e das minorias *étnico-raciais* ao ensino superior, o governo ofusca sua chancela à isenção de impostos para as instituições de ensino superior privadas, contribuindo para a expansão do ensino privado que enriquece os empresários da educação, e torna cada vez mais distante a universidade para, de fato, *todos*.

A Medida Provisória estende para as instituições privadas de ensino superior (com ou sem fins lucrativos), que aderirem ao Prouni, enquanto durar o termo de adesão (10 anos, renováveis por igual período), a **isenção de imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social**.

Em troca da isenção, as instituições devem conceder "*bolsas de estudo integrais e (...) parciais de cinqüenta por cento (meia bolsa) para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica (...)*", destinando-se tais bolsas "*a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; a estudante portador de necessidades especiais (...); a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica*"; como consta de seu Artigo 1º e dos incisos do Artigo 2º, respectivamente.[1]

Os estudantes são os que menos saem ganhando: segundo o texto da MP, em troca das bolsas, poderão prestar serviços comunitários (novidade que não constava no PL original).

Acordos prevalecem sobre o processo democrático

Originalmente, o "Programa Universidade para Todos - PROUNI" foi submetido ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei nº 3.582, em maio de 2004, acompanhado de pedido de Urgência Constitucional, retirado posteriormente para viabilizar a aprovação da *Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004).*

Na Câmara, o projeto recebeu 292 emendas, mas antes mesmo da votação em Congresso, o governo fechou um acordo com diversas instituições privadas que se comprometeram a assinar o termo de adesão ao Programa e a ceder as vagas para alunos "carentes" já em 2005. Segundo dados divulgados em jornal, até aquele momento, 37 instituições já haviam aderido ao Programa em troca de isenção fiscal, a maior parte delas de qualidade duvidosa.[2]

Não há consenso na reforma universitária do MEC/Governo Lula

Segundo a exposição de motivos que acompanhou a MP, "*Toda a atuação política relativa ao marco regulatório do ensino superior foi orientada de forma a buscar* ***a formação de um amplo consenso****, incorporando reivindicações e sugestões de todos os setores envolvidos*". A "formação de consenso", aliás, tem sido a ênfase do discurso do ministro da educação desde sua posse. A forma como as reformas do governo Lula vêm sendo encaminhadas (e o seu conteúdo), assim como o excessivo número de MPs editadas desde 2003[3], entretanto, não corroboram sua afirmação.

Com este ato, de profundo autoritarismo, por desrespeitar o parlamento que analisava, em Comissão Especial, o PL do Executivo, o governo mostra, na prática, que, ao contrário do que tem insistentemente afirmado, não existe "formação de consenso" em torno da reforma universitária que vem encaminhando (a maior parte via MP). Demonstra, também, sua fragilidade no Congresso Nacional, com pouca base de sustentação. Senão, porque haveria de usar este instrumento da lei?

Exemplo do "falso consenso" foram os encaminhamentos da última reunião plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), em 11 de setembro, quando as várias entidades representativas da educação (dentre elas, ANDES-SN, FASUBRA,CNTE, CONTEE e UNE) se posicionaram claramente contra o PROUNI. De que consenso fala o ministro?

Conteúdo da medida só beneficia empresários da educação

Em sua *exposição de motivos* os ministros Tarso Genro e Antônio Palocci, entretanto, não esqueceram de mencionar que a MP em questão incorporava "*as reivindicações das mantenedoras de instituições de ensino superior*". De fato, o conteúdo da MP absorveu muitas dessas reivindicações, pois as modificações realizadas no PL original transformou-a numa versão muito mais próxima do que

Reforma Universitária

defendem os empresários da educação, sobretudo quando permite a transferência de patrimônio acumulado com investimento estatal para o setor privado (Art. 12). Além disso, a MP, dentre outras medidas: (1) **abre possibilidade de "bolsas de estudo parciais de cinqüenta por cento (meia-bolsa)**", flexibilizando a obrigatoriedade de destinação de bolsas integrais para obtenção de isenção fiscal pelas instituições não beneficentes; (2) **autoriza as instituições a ampliarem o número de vagas na mesma proporção das bolsas oferecidas,** ou seja, transforma em "melhor negócio" a isenção fiscal em troca das chamadas "vagas ociosas" possibilitando a abertura de "outras novas vagas"; (3) **reduz parcialmente as penalidades** às instituições que descumprirem o termo de adesão previstas no PL original (**em especial a multa**), vigorando apenas a obrigatoriedade de restabelecer o número de bolsas originalmente acordado, mais 1/5 da diferença apurada; (4) flexibiliza a possibilidade de desvinculação ao Programa daquelas instituições que mantiverem desempenho insuficiente (segundo o SINAES): o Ministério da Educação **desvinculará do PROUNI apenas o *curso* considerado insuficiente** (parágrafo 4º do Artigo 7º); (5) As instituições que aderirem ao Prouni terão **prioridade** dos recursos do FIES; (6) A MP inclui, além do resultado do ENEM, a possibilidade de avaliação por "outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação", e **torna obrigatória a seleção específica da instituição;** (7) estende a **cessão de bolsa àqueles que estudaram em instituições privadas com bolsa integral**; (8) reduz a participação de professores da rede pública de ensino apenas *aos cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica*.

A burla da filantropia e a privatização

Apesar da "nobre" justificativa - "*acesso democrático ao ensino superior para estudantes de baixa renda e também para minorias étnico-raciais*", o programa visa, na verdade desonerar as mantenedoras de instituições de ensino, pois a "ampliação do acesso" vem associada a medidas tributárias que privilegiam os empresários da educação. A manifesta intenção de Tarso Genro de "recuperar a dignidade do conceito de filantropia" cai por terra. Na recente MP, de acordo com o Art. 10, cai a exigência de concessão de 25% de bolsas integrais, para 10%, para que estas instituições sejam consideradas "beneficente de assistência social", desvelando os interesses privados.

A questão central é a que menos vem sendo desvelada pela mídia: a MP, em seu artigo 12º, prevê a migração das mantenedoras (que gozam atualmente da isenção da contribuição social) para o *regime jurídico de fins econômicos*. "Migração", entretanto, beneficiada por suaves prestações para o pagamento da *quota patronal para a previdência social* devido às instituições com fins lucrativos. Assim, as entidades "sem fins lucrativos", que durante anos ou mesmo décadas obtiveram isenção de impostos, ao transformarem sua natureza jurídica, migram todo o patrimônio acumulado às custas do Estado para o setor privado, sem a necessidade de pagamento integral dos impostos por cinco anos.

O falso argumento para expandir as privadas

O governo argumenta que: "*tudo quanto disposto pela presente Medida Provisória não aumenta o aporte de recursos públicos destinados ao financiamento do setor privado (...); a renúncia de receita representada pelas isenções fiscais concedidas (...) será compensada pelo projetado aumento de arrecadação por parte das instituições de ensino superior hoje qualificadas como filantrópicas*".

O Ministro Tarso Genro aponta ainda outras "vantagens" para a "compra de vagas" nas privadas:"(1) as privadas resolveriam o problema que enfrentam de vagas ociosas, que seria de 37,5%, segundo o Programa; (2) é mais barato para o governo comprar tais vagas nas privadas do que investir nas públicas - R$ 50 milhões de renúncia fiscal; (3) as vagas nas privadas seriam conseguidas imediatamente, ao passo que nas públicas isso levaria muito mais tempo"[4].

Os cálculos devem ser melhor esmiuçados. A reforma da previdência mostrou, sobretudo, que as contas feitas pelo estado para comprovar o deficit da previdência eram falsas. Entretanto algumas questões devem ser levantadas.

Para o Professor Otaviano Helene (USP), ex-presidente do INEP, em recente debate na UNICAMP[5], é necessário primeiramente, em relação ao financiamento do ensino superior, descobrir quanto custa um estudante de graduação no ensino público e no privado". Segundo ele, "quando se divide o orçamento total de uma universidade, pública ou privada, pelo número de seus alunos, aparentemente há um custo maior no setor público. Mas isto está errado, pois deve-se levar em conta uma série de aspectos". Helene prossegue: "o ensino privado concentra 67% das matrículas no noturno e quase 50% dos alunos estão em cursos de Administração, Direito, ou similares, que são cursos baratos porque não demandam partes muito caras como laboratórios. Os cursos de medicina e outros relativamente caros estão concentrados no setor público (...)".

De fato, deve-se considerar que "as públicas realizam atividades (pesquisa, atendimento médico em hospitais universitários, por exemplo) que, justamente por serem mais dispendiosas, não atraem o interesse da imensa maioria das privadas, que preferem se concentrar apenas no ensino, atividade mais econômica e industrializável. Portanto, (...) é preciso ter em conta estes e muitos outros fatores, convenientemente não captados por um raciocínio puramente economicista (…)"[6].

Além disso, como tem ressaltado o prof. da Faculdade de Educação e diretor do ANDES-SN, Roberto Leher, com os R$ 3,5 bilhões destinados à compra de 300 mil vagas nas universidades particulares, poder-se-ia abrir em torno de 1,5 milhão de vagas nas IFES. Conforme recente documento do GTPE-ANDES-SN[7], "atualmente, apenas as filantrópicas consomem R$ 839,7 milhões ao ano. É dinheiro que o Estado deixa de arrecadar: R$ 634 milhões em contribuições previdenciárias ao INSS e mais R$ 205,7 milhões em tributos recolhidos pela receita federal. A este montante é preciso somar as isenções das comunitárias e confessionais. Com o PROUNI aprovado, mais 1125 instituições gozarão de isenções fiscais. Embora estudos adicionais tenham de ser feitos, é razoável supor que o montante será extremamente elevado. Estudos da ANDIFES sugerem que com R$ 1 bilhão seria possível dobrar o número de estudantes nas IFES".

Outra questão, apontada também por Helene, é a pretensa "ociosidade" das vagas nas privadas. Segundo ele, com o aumento de instituições privadas e vagas oferecidas (70% das matrículas no ensino superior estão na rede privada, segundo dados do INEP em 2002) "o número de conclusões do Ensino Médio e das vagas oferecidas no Ensino Superior no Brasil são praticamente iguais: 1,9 milhões e 1,8 milhões respectivamen-

Reforma Universitária

te". Além disso, o setor privado tem um estoque estratégico de vagas, que não oferece porque não tem clientela. Essa sobra de vagas, entretanto, não significa que o setor privado tem ociosidade. "Para as vagas não preenchidas não há salas, bibliotecas e outras instalações e, principalmente, professores, a parte mais cara do ensino. Não há, portanto, ociosidade", afirma.

A Educação como direito de todos

A argumentação do Ministro claramente expressa a concepção de educação como mercadoria: *o presente projeto de Medida Provisória visa dar à educação superior um status diferenciado, intenta elevá-la à categoria de* ***bem*** *essencial"*. A evidência desta afirmação pode ser encontrada na MP, que admite que a "oferta de vagas" em troca de isenção fiscal se dê por meio dos cursos seqüenciais – de formação aligeirada.

Em detrimento do investimento no setor público, em especial na expansão das universidades públicas, *locus* real onde deveria ser feita a expansão do ensino superior, com garantia de acesso a *todos* os estudantes, por meio da universalização do acesso, o governo se aproveita de um verniz democratizante - *acesso democrático ao ensino superior para estudantes de baixa renda e também para minorias étnico-raciais* – para conceder maiores benesses ao empresariado da educação. Além disso, a questão em si das "políticas afirmativas", utilizada como pano de fundo, deve ser aprofundada, mas não pode ser tratada como eixo central do Prouni, que claramente foi criado para beneficiar o ensino privado e não para promover o real acesso aos milhares de jovens que hoje estão fora da universidade.

Em resposta a mais este ataque às universidades públicas, gratuitas, de qualidade socialmente referenciada, devemos nos juntar ao ANDES-SN, unificando a luta com as demais entidades da educação, e reafirmar que Educação não é mercadoria! A reforma universitária do governo Lula não passará!

[1] Cf. Exposição Interministerial nº 061/2004/MEC/MF.

[2]. **Para Gastão Vieira, Tarso foi deselegante com a Câmara**. Publicado na Folha Dirigida em 2/9/2004. **Prouni: medida é alvo de críticas.** Publicado na Folha de São Paulo e no Correio Braziliense em 14/9/2004.

[3] O governo FHC produziu, após a emenda constitucional que regulamentou o uso de medidas provisórias, em setembro de 2001, até o final de seu mandato, em dezembro de 2002, um total de 102 medidas provisórias, numa média mensal de 6,8. Já o governo Lula da Silva editou 111 MPs até o momento, com uma média de 5,28 MP mensais.

[4] **Renúncia fiscal para as IES privadas: onde o pau não vai comer**. Nicholas Davies, prof. da Fac. de Educação da UFF – Artigo publicado no Jornal da Adufrj nº 131, em 12/4/2004.

[5] **Financiamento do Ensino Superior no Brasil.** Otaviano Helene. In Revista Adunicamp – Reforma ou Demolição - Ano 6 – n. 2 – setembro de 2004**.**

[6] **Renúncia fiscal para as IES privadas: onde o pau não vai comer**. Nicholas Davies, prof. da Fac. de Educação da UFF – Artigo publicado no nº 131, em 12/4/2004.em XXXXXXX

[7] **Programa Universidade para Todos (Prouni): institucionalizando as PPP na educação superior** In *A contra-reforma da educação superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva*. Publicação do GTPE-ANDES-SN. Brasília, agosto de 2004.

Governo impõe programa privatizante

Prouni é anunciado por mais uma medida provisória

Depois da Medida Provisória nº 208 que decretou de maneira forçada o reajuste dos salários dos docentes, mais uma vez o governo utilizou-se do dispositivo para desferir novo golpe na educação brasileira e publicou a Medida Provisória nº 213 do privatizante Programa Universidade para Todos (Prouni).

A iniciativa governamental não ficou sem a reação do movimento docente. Para a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, embora não seja mais nenhuma surpresa o uso de tantas medidas provisórias pelo atual governo, a MP nº 213 vai aumentar a indignação da comunidade acadêmica. "Isso só evidencia que todo esse consenso que o governo alardeia (em relação à reforma) não tem fundamentação", afirmou.

Marina fez questão de destacar que a Medida Provisória sequer foi assinada pelo ministro da Educação, Tarso Genro, mas pelo então interino Fernando Haddad e também pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, demonstrando que o núcleo econômico do governo dirige a iniciativa.

Outra crítica da presidente do Sindicato Nacional diz respeito à qualidade dos cursos que serão oferecidos aos estudantes, via Prouni. De acordo com as informações recebidas por ela, das pouco mais de 30 instituições que já tinham aderido ao programa, a maioria era desconhecida. "E as conhecidas são aquelas que ganharam conceito C na própria avaliação do MEC (o Provão)", ressaltou.

Fraqueza política

Professor da Faculdade de Educação da UFRJ e conselheiro da Adufrj-SSind, Roberto Leher acredita que a edição da medida provisória não deve ser vista apenas como um gesto autoritário do governo. "Além disso, o fato demonstra o isolamento político do governo, que precisa encaminhar as decisões por instrumentos unilaterais", disse. Para Roberto, os movimentos comprometidos com a Educação tratada como um direito de todos, e não como uma mercadoria, devem desenvolver uma forte mobilização para retirar a MP do Congresso e, simultaneamente, convencer os parlamentares a rejeitá-la.

O professor da UFRJ alerta ainda que o primeiro artigo da Medida Provisória faz menção aos cursos seqüenciais – ou seja, dá espaço para a formação aligeirada e voltada apenas para o mercado de trabalho.

Indignação cresce contra reforma

A professora da UFF e 1ª Secretária da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Sônia Lúcio, também acredita que a edição da medida provisória vai servir para ampliar a mobilização contra a reforma universitária. Ela contou que, no próprio dia 13 em que foi anunciada a MP do Prouni, estava sendo realizado um debate sobre a reforma da Universidade Federal Fluminense. "Assim que tiveram notícia da medida do governo, os mais de 400 presentes se mostraram muito indignados", disse.

Reforma Universitária

Exposição de motivos do MEC e Ministério da Fazenda para o Prouni

Exposição Interministerial nº 061/2004/MEC/MF

Brasília, 10 de setembro de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, que "institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências".

1. A presente proposta de Medida Provisória justifica-se pelo próprio histórico do processo legislativo que se reporta às origens do Programa em apreço. Originalmente, o "Programa Universidade para Todos - PROUNI" foi submetido ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei nº 3.582, em maio de 2004. Nessa ocasião, o Projeto de Lei foi acompanhado de pedido de Urgência Constitucional, tendo em vista a necessidade de implementar o programa idealizado, sem olvidar, contudo, a incontornável necessidade dos debates parlamentares, ínsitos ao processo legislativo ordinário que tenha por objeto norma de semelhante abrangência social.

2. Há que se considerar, contudo, que o pedido de Urgência Constitucional foi retirado pelo próprio Poder Executivo, em solicitação de 06 de julho de 2003, tendo em vista a necessidade de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004), indispensável para a formulação da Lei Orçamentária Anual de 2005.

3. Desde então, muito embora já não contasse o PROUNI com pedido de Urgência Constitucional, o Presidente da Comissão Extraordinária e o Relator do Projeto dedicaram-se exaustivamente à redação de um projeto substitutivo para o Projeto de Lei nº 3.582/2004, que conciliasse o desiderato do governo na democratização do ensino superior ao estudante de baixa renda com todo o debate parlamentar acumulado ao longo do trâmite do referido projeto legal, incorporando, outrossim, as reivindicações das mantenedoras de instituições de ensino superior.

4. Toda a atuação política relativa ao marco regulatório do ensino superior foi orientada de forma a buscar a formação de um amplo consenso, incorporando reivindicações e sugestões de todos os setores envolvidos. A presente proposta de Medida Provisória reflete, como não poderia deixar de ser, os esforços até aqui envidados para instituir o PROUNI e regular a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Não obstante a instituição do Programa conforme o Artigo 62 da Constituição Federal de 1988, a presente Medida Provisória respeita o intenso trabalho realizado pelos parlamentares nesses últimos meses.

5. Com efeito, não é sem razão que praticamente *todas* as emendas sugeridas foram parcial ou integralmente contempladas e incorporadas ao texto da presente proposta de Medida Provisória. Vale considerar, nesse passo, que a incorporação de emendas ao projeto original não foi uma exclusividade da base partidária do governo federal mas, ao contrário, refere-se a todos os partidos representados no Congresso Nacional, acentuando o caráter deliberativo do presente Programa educacional. De fato, tanto o debate alimentado pelos parlamentares quanto as pretensões da sociedade civil encontram amplo respaldo na reformulação do PROUNI, evidenciando significativas alterações no teor do texto, se confrontado com o Projeto de Lei de maio de 2004.

6. O PROUNI, contudo, manteve intacto seu núcleo estrutural: continua tendo por objetivo a "concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinqüenta por cento (meia bolsa) para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos", destinando-se tais bolsas "a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; a estudante portador de necessidades especiais, nos termos da lei; a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica"; como consta de seu Artigo 1º e dos incisos do Artigo 2º, respectivamente.

7. O Programa reteve, sem exceção, todas as suas preocupações iniciais, no sentido de regular a educação superior ofertada por entidades beneficentes de assistência social e democratizar o acesso à universidade. É por isso que, em seu Artigo 5º, prevê que a instituição de ensino superior, não-beneficente, com ou sem fins lucrativos, "poderá aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes regularmente matriculados" em seus cursos.

8. Além de consubstanciar um programa de democratização do ensino superior mediante a concessão de bolsas de estudo, a presente proposta de Medida Provisória institui, em seu Artigo 5º, § 6º, medida de tratamento equilibrado às instituições de ensino superior sem fins lucrativos, que podem ser beneficentes ou não-beneficentes.

9. De acordo com a legislação vigente, as instituições privadas de ensino superior beneficentes não se sujeitam ao pagamento da quota patronal, desde que ofereçam 20% (vinte por cento) de sua receita em gratuidade. Ora, tendo em vista a necessidade de impulsionar o acesso à educação superior em bases mais coerentes, decidiu-se adotar, para a destinação de serviços em gratuidade, o percentual de 10% (dez por cento) sobre a receita das instituições privadas de ensino superior sem fins lucrativos não-beneficentes – já que tais instituições estão sujeitas ao pagamento da quota patronal.

10. Nota-se, com isso, que o presente projeto de Medida Provisória visa dar à educação superior um *status* diferenciado, intenta elevá-la à categoria de bem essencial e que, destarte, não poderia se submeter ao regime tributário e fiscal indistintamente aplicável à atividade empresarial orientada pela mercadoria e pelo consumo. Ora, ninguém ignora que os tributos cobrados de instituições de ensino superior são repassados aos estudantes por meio da cobrança de mensalidades, conforme a racionalidade econômica empresarial.

11. Por essa razão, a política de acesso democrático ao ensino superior – para estudantes de baixa renda e também para minorias étnico-raciais, como prevê o presente Artigo 7º, inciso II, deste projeto de Medida Provisória – vem associada a medidas tributárias. O tratamento fiscal diferenciado conferido às atividades relativas ao ensino superior não visa simplesmente a desonerar as mantenedoras de

Reforma Universitária

instituições de ensino superior, mas sim e precisamente reduzir o custo da mensalidade de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, ou seja, tem como meta desonerar o bolso do estudante, em especial, do estudante de baixa renda que, de outra forma, ficaria privado de formação educacional superior.

12. Acrescente-se que as entidades beneficentes de assistência social são reguladas nos termos do Artigo 10 e respectivos parágrafos, no presente projeto de Medida Provisória. A condição de filantrópica está atrelada ao oferecimento de bolsas de estudo integrais à proporção de 10% (dez por cento) dos estudantes regularmente matriculados e à destinação de pelo menos 20% (vinte por cento) da receita em gratuidade.

13. O artigo 11, por sua vez, faculta às entidades beneficentes de assistência social, atuantes no ensino superior, a destinação de até dois por cento da receita à concessão de bolsas de estudo integral ou parcial em decorrência de acordo coletivo de trabalho, bem como a possibilidade de contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais e o montante direcionado para a assistência social em programas extracurriculares – isso mediante assinatura de Termo de Adesão junto ao Ministério da Educação para a adoção das regras do PROUNI referentes à seleção dos estudantes contemplados com bolsas integrais e parciais, inclusive quanto à consideração do perfil sócio-econômico do estudante e pelos resultados por ele obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

14. Uma última consideração merece ser aqui levantada, qual seja: tudo quanto disposto pela presente Medida Provisória não aumenta o aporte de recursos públicos destinados ao financiamento do setor privado, atendendo ao Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com efeito, a renúncia de receita representada pelas isenções fiscais concedidas de acordo com o Artigo 8º da presente proposta de Medida Provisória será compensada pelo projetado aumento de arrecadação por parte das instituições de ensino superior hoje qualificadas como filantrópicas.

15. Considere-se, ainda, que esta Medida Provisória prevê que as mantenedoras de instituições de ensino superior que gozem atualmente da isenção da contribuição social de que trata o § 7º do Artigo 195 da Constituição Federal poderão optar por migrar para o regime jurídico de fins econômicos, na forma permitida pelo Artigo 7º-A, da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Justamente para evitar qualquer impacto de arrecadação não respaldado pelas isenções concedidas pelo Artigo 8º e, mais uma vez, observando a Lei de Responsabilidade Fiscal, a migração entre regimes jurídicos será progressiva, pois as entidades que optarem pelo regime de fins econômicos "passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de cinco anos, na razão de vinte por cento do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas", conforme prevê o Artigo 12 desta proposta de Medida Provisória.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que justificam o encaminhamento do presente Projeto de Medida Provisória, que ora submetemos à Vossa elevada consideração.

Respeitosamente,

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação Interino

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado da Fazenda

Reforma Universitária

Plenária unifica luta contra reforma universitária do governo

Meta é realizar grande marcha em Brasília no dia 25 de novembro

Realizar uma grande marcha na capital federal, no dia 25 de novembro, para dizer não à reforma universitária do governo será a tarefa de todos os movimentos comprometidos com a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Essa foi a principal decisão da plenária nacional intitulada "Vamos barrar essa Reforma Universitária", reunida em Brasília, em 12/9, com a presença de cerca de 1,7 mil pessoas. A Adufrj-SSind esteve representada pelas professoras Cristina Miranda (CAp), Elen Castelo Branco (Escola de Enfermagem Anna Nery) e Vera Salim (Coppe), que fizeram o relato para a reportagem da Adufrj-SSind.

A fim de mobilizar para a marcha do final de novembro, a plenária deliberou pela organização de encontros estaduais unificados, em outubro. Foi indicado ainda um dia de paralisação na luta contra a mercantilização do ensino, em 11 de novembro.

O calendário de lutas aprovado na Plenária foi também encampado, em reunião do dia 13/9, pelas entidades que se organizam hoje na Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) – pólo de resistência às reformas sindicais e trabalhistas -, assim como pelos participantes do Ato/Plenária contra as reformas sindicais e trabalhistas convocado pela esquerda da CUT, em 14/9, em Brasília.

O sucesso da plenária "Vamos barrar essa reforma", configurado na aprovação de seu calendário nas diversas organizações de trabalhadores, demonstrou a disposição da classe trabalhadora e dos estudantes para uma luta unificada contra as medidas governamentais que visam destruir os serviços públicos e a universidade pública e gratuita. De acordo com o professor da Faculdade de Educação da UFRJ e 2º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Roberto Leher, o número de participantes superou todas as expectativas. "Isso mostra que esse potencial de luta já se difundiu", ressaltou. A presidente do Sindicato Nacional, Marina Barbosa, reforçou essa avaliação: "Esta Plenária provou, na prática, que a unidade é possível", conforme afirmou na mesa de abertura. Desta forma, o Andes-SN protagonizou a maior coalizão contra a "reforma" da educação superior reunindo, pela primeira vez desde o início do governo de Lula da Silva, todo o variado campo de esquerda – entre estudantes, técnicos, professores e trabalhadores de outras categorias profissionais.

Fotos: Ricardo Borges/Andes-SN

MESA DE ABERTURA DA PLENÁRIA NACIONAL

Ministro não fala a verdade

Marina ressaltou que a Plenária reuniu os setores que sempre lutaram em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e, neste sentido, a presidente do Andes-SN enfatizou que "o ministro da educação não pode afirmar que há consenso em relação à reforma universitária". De fato, o que existe é um consenso contrário à "reforma" entre os setores representativos da Educação. Segundo ela, o Sindicato continuará empenhado na luta para impedir essa reforma.

Mesa de abertura

Na mesa de abertura, estiveram representados, além do Andes-SN, a esquerda da CUT, a esquerda da Fasubra (Movimento "Vamos à Luta"), DCEs e Executivas de Cursos e o Conlutas. Após os discursos inciais, seguiu-se um debate de caracterização da reforma que já vem sendo encaminhada pelo governo. Pelo Andes-SN, o professor Roberto Leher afirmou que a reforma universitária do governo baseou-se em um documento do Banco Mundial, elaborado há dez anos, conhecido como "Banco Mundial e a Educação Superior: as lições derivadas da experiência". "Não resta a menor dúvida que a matriz conceitual foi elaborada nesse documento", afirmou. Para Leher, o Prouni (programa Universidade para todos) nada mais é do que uma "negociata". Ele ressaltou que, com os R$ 3,5 bilhões destinados à compra de 300 mil vagas nas universidades particulares (via isenção de impostos), seria possível abrir em torno de 1,5 milhão de vagas nas instituições federais.

Na parte da tarde do dia 12, realizaram-se grupos de discussão, de forma que todos os participantes da Plenária pudessem expressar suas avaliações. Representantes da oposição da UNE, de executivas, de federações de cursos, de CAs e de DCEs e da Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (Conlute) denunciaram as falácias do governo e ressaltaram o caráter privatista dessa reforma, que privilegia os empresários, e a necessidade de organização para que a luta ocorra nacionalmente.

A luta no Rio de Janeiro

As entidades do Fórum Fluminense de Lutas, dentre elas a ADUFRJ-SSind, em conjunto com os estudantes de DCEs e CAs das universidades do Rio de Janeiro e do Conlute, levou à Brasília, para esta plenária, cerca de 350 estudantes, técnicos-administrativos e docentes, organizados em 9 ônibus, na maior caravana do país. A caravana só foi possível com a ajuda financeira de diversas Seções Sindicais e sindicatos. E, para a Marcha do dia 25 de novembro, espera-se ampliar significativamente o número de participantes.

Integrante da Secretaria Regional do Rio, a professora Sônia Lúcio informa que a organização da marcha de novembro começa já nesta segunda-feira, quando o Fórum Fluminense de Lutas promove uma reunião preparatória (veja agenda sindical). Ela atribuiu o numeroso grupo que partiu do Rio de Janeiro em direção à plenária a três fatores: concentração de instituições federais no estado, envolvimento dos participantes em informar outras pessoas sobre o caráter da reforma e o sentido de unidade. "Só de estudantes secundaristas, eram mais de setenta", ressaltou. Sônia elogiou também o esforço com que o movimento estudantil, as entidades de técnico-administrativos e as seções sindicais e seus trabalhadores vêm atuando, nos últimos meses, para esta mobilização.

Estudante avalia Plenária

Para um dos integrantes da direção do DCE da UFRJ que participou da plenária, Tiago Hastenreiter, a plenária teve o ponto positivo de unificar o calendário das diversas entidades da Educação na luta contra a reforma. Ele criticou, no entanto, o conteúdo da nota final do encontro, publicada nesta edição. Segundo Tiago, a carta deveria classificar a União Nacional dos Estudantes como um movimento majoritariamente ligado ao governo e denunciar o envolvimento do presidente Lula com a reforma da educação do FMI.

O professor Roberto Leher, por sua vez, avalia que a carta final atendeu plenamente aos objetivos centrais da luta contra o conjunto da reforma universitária. Para ele, não caberia, por exemplo, ao Andes-SN assinar um documento contra uma outra entidade, que possui seus fóruns próprios de deliberação.

ESTUDANTES FAZEM PROTESTO CONTRA A REFORMA. O PROFESSOR ROBERTO LEHER (À ESQUERDA) CRITICOU O PROUNI

A Adufrj-SSind, em conjunto com as entidades do Fórum Fluminense de Lutas, se empenhará na realização das atividades estaduais que possam contribuir para a organização e ampliação do debate sobre a reforma em curso, na perspectiva de que, certamente, todos aqueles que defendem uma universidade pública e gratuita, ao tomar conhecimento do que significa a reforma proposta pelo governo Lula, abraçarão a bandeira de luta: **Educação não é Mercadoria, é direito de todos e dever do Estado e, por isso, precisamos barrar essa reforma!**

Universidade Pública, Direito de Todos: Vamos Barrar essa Reforma Universitária!!!

Na década de 90, o aprofundamento da crise do capitalismo levou a uma brutal ofensiva do imperialismo no sentido de atacar direitos sociais, impondo o Consenso de Washington aos países periféricos por meio das organizações internacionais (OMC, FMI, Banco Mundial, BID, entre outros). Na área da educação, permanece em curso uma política de desmonte do setor público e amplos incentivos à iniciativa privada iniciada no governo FHC, inserida num contexto maior de reforma do Estado brasileiro, que visa retirada de obrigações do Estado transferindo-as para o capital privado e implementando o chamado "Estado social Mínimo".

Os trabalhadores e juventude estiveram na luta contra a privatização das estatais, a implementação da ALCA, os acordos com o FMI, a dívida externa e outras políticas neoliberais. Na educação, o combate às fundações de direito privado, as campanhas contra a mercantilização do ensino e pela redução de mensalidades e o enfrentamento com as medidas de Paulo Renato foram batalhas das quais nunca nos furtamos.

Apesar da derrota eleitoral de FHC, as políticas econômicas e educacional neoliberais seguem sendo implementadas pelo governo federal. Não podemos esmorecer no combate à retirada de direitos da população. Temos, mais do que nunca, que defender a educação pública, gratuita, de qualidade e como dever do Estado, e mais amplamente atacar as posições imperialistas, como a ALCA, a dívida e o FMI.

Atualmente, existe um processo de Reforma Universitária em curso baseado nas mesmas orientações do governo anterior. As principais propostas dessa reforma representam um amplo espaço para a continuidade e o aprofundamento das diretrizes do Banco Mundial para a educação superior brasileira.

De fato, as medidas tomadas pelo governo federal por meio do MEC e MCT caminham no sentido das políticas neoliberais. Notamos isso claramente quando da divulgação de diversos documentos, como o "Gastos Sociais no Governo Central" e o do Grupo Interministerial de Reforma Universitária e nos projetos que tramitam no Congresso Nacional, como o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) - PL 3582/2004; o projeto da Lei de Inovação Tecnológica - PL 3476/2004; e o projeto das PPPs (Parcerias Público-Privadas) - PL 2546/2003. Além disso, as diretrizes divulgadas recentemente pelo governo federal por intermédio do MEC (Documento II) dão continuidade ao desmonte da educação pública em favor do setor privado e do mercado. Além disso, foi aprovado por medida provisória o SINAES, que mantém a lógica do ranqueamento e obrigatoriedade da prova.

Essas políticas convertem a Universidade pública em organização social regida por contratos de gestão, visando a livre captação de recursos privados para o financiamento de suas atividades e dando isenções fiscais aos donos de faculdades privadas. Diante desse quadro, é importante fortalecer os setores do ME que se posicionam por barrar essa reforma.

Entendemos que nenhuma reforma universitária em favor da maioria do povo brasileiro será possível se não for interrompida a reforma já em curso da educação superior. Somente assim será possível a realização de um processo democrático de discussão que viabilize a universidade pública como direito de todos.

No último período, parte considerável do movimento estudantil, dentre eles importantes DCEs e Executivas e Federações de Curso, assim como diversas entidades sindicais tomaram posição pela construção de ações de combate a atual "reforma" em curso. Exemplos dessa disposição de luta foram a realização de grandes atos públicos nos encontros de Enfermagem, Medicina, Serviço Social, Comunicação Social, Agronomia, a ocupação do CNE (Conselho Nacional de Educação) pelos estudantes de Educação Física durante o seu encontro nacional e as greves na UFBA, UFPB, UFS e UFU. Essas ações demonstram que as entidades de base e nacionais estão contra essa reforma universitária e que o "amplo consenso" propagandeado pelo governo federal por intermédio do MEC não existe. Isso ficou claramente demonstrado na plenária do FNDEP que manteve o princípio de que educação não é mercadoria e, por isso, posicionou-se contra o PROUNI e organizou um calendário de lutas que é congruente com os encaminhamentos dessa plenária. A unificação dessas lutas e a busca de uma atuação em comum com o FNDEP é, portanto, um objetivo nosso.

Nesse sentido, amplos setores ligados ao movimento de educação e aos movimentos sociais construíram a plenária deste dia 12 de setembro, em Brasília - uma atividade unitária e representativa dos setores combativos que vão às ruas no próximo período para BARRAR ESSA REFORMA UNIVERSITÁRIA! Chamamos todos a se somar a esta luta, construindo mobilizações, atos, greves, plebiscitos, etc e participando efetivamente do Grupo de Trabalho e Mobilização (GTM/Barrar essa Reforma) e da construção do seguinte calendário:

10 a 15 de outubro - Encontros estaduais unificados para barrar essa reforma universitária;

11 de novembro - Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação;

25 de novembro - Grande Marcha a Brasília para barrar essa reforma universitária.

Brasília, 12 de setembro de 2004

Reforma Universitária

Fórum das entidades da Educação rejeita o Prouni

Plenário do evento desmente o "consenso" anunciado pelo MEC sobre a reforma

Após dois dias de debates (em 11 e 12/9) sobre a contra-reforma da educação superior que vem sendo encaminhada pelo governo Lula, as entidades da educação participantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), reafirmaram as deliberações do V CONED, realizado em maio deste ano, e se posicionaram contra o *Programa Universidade para Todos* (Prouni) encaminhado pelo MEC ao Congresso.

A posição das entidades, contrária ao projeto, vale dizer, se deu antes da divulgação da MP (em 13/9) e demonstrou que, diferente do que o Ministro Tarso Genro tem divulgado, a "reforma" da educação superior não está sendo encaminhada com o consenso das entidades da educação.

O pleno do Fórum aprovou, ainda, um calendário de lutas contra a reforma em curso, que inclui mobilização nos estados na semana de 13 a 19 de outubro e a participação do Fórum – nos dias 11 e 25 de novembro – em marchas a serem realizadas em Brasília contra reformas propostas pelo governo, sob a bandeira unificada do V CONED ("Educação não é mercadoria"). A marcha do dia 11/11 está sendo organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e abrange as entidades da educação básica. No dia 25/11, a luta será ampliada com outros movimentos sociais, em especial a Via Campesina.

Ainda como encaminhamento do debate, o Fórum elaborou um documento a ser entregue ao Ministro da Educação e aos parlamentares, em audiência que será solicitada ainda esta semana. O documento reafirma as principais deliberações do V CONED e manifesta a posição contrária do FNDEP ao Prouni.

Como o Fórum tem a tradição de trabalhar com base no consenso, a direção majoritária da UNE – apesar de protestos veementes de todos os estudantes presentes – impediu que se encaminhasse neste documento a reivindicação de retirada do Congresso dos Projetos de Lei referentes às Parceiras Público-Privadas (PPP) e à Lei de Inovação Tecnológica, ambos incompatíveis com a defesa da educação pública e gratuita.

No último dia de reunião, o pleno do Fórum discutiu, ainda, o rodízio das entidades na Secretaria Executiva – hoje coordenada pelo Andes-SN, pela Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee). Pleitearam representação na Secretaria a CUT, a UNE e a CNTE. De acordo com as regras estabelecidas neste Fórum, entretanto, as entidades que pleiteiam representação na Secretaria Executiva devem divulgar a disponibilidade com antecedência à reunião, o que não foi o caso da CUT e UNE. Desta forma, foi consenso que a Secretaria deverá ser ampliada com a CNTE até a próxima plenária do FNDEP, que ocorre em janeiro, quando será avaliada a inclusão da CUT e da UNE na secretaria.

Estiveram presentes, dentre as entidades nacionais da educação, Andes-SN, Fasubra, CNTE, CONTEE, Conselho Federal de Psicologia e UNE, além de representações de diversas Executivas de Cursos, DCEs e CAs de universidades públicas e privadas do país. A Adufrj-SSind esteve representada no evento pelas professoras Cristina Miranda, Elen Castelo Branco e Vera Salim, que forneceram o relato para a reportagem da Adufrj-SSind.

Seminário do FNDEP sobre a reforma universitária

A reunião do pleno do FNDEP foi precedida por um seminário sobre a Reforma Universitária, nos dias 10 e 11/09. Durante estes dois dias foram realizadas mesas redondas, coordenadas por representantes do Andes-SN, da Fasubra, da CONTEE e da CNTE, sobre os seguintes temas: "Autonomia e Financiamento"; "Organização e Gestão"; "Acesso e Permanência" e "Avaliação". O seminário foi acompanhado por vários estudantes de Executivas de Cursos, DCEs e CAs de universidades públicas e privadas do país. A presença dos estudantes, bastante envolvidos com as discussões sob uma perspectiva crítica, foi fundamental para os encaminhamentos finais do encontro.

Colegiados

CEPG está preocupado com andamento da reforma universitária

Conselheiros vão debater avaliação das universidades nesta semana

O Conselho de Ensino para Graduados (em 17/9) mostra sinais de preocupação com a reforma universitária do governo. Presidente interino da sessão (o pró-reitor José Luiz Monteiro estava se recuperando de uma cirurgia), o professor Nelson de Souza e Silva informou sobre o decreto nº 5.205, publicado na semana passada, que disciplina as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio à universidade. Também apontou para a tramitação da proposta de Lei de Inovação Tecnológica, que poderá causar profundo impacto no cotidiano das instituições de pesquisa "A reforma está em curso. Temos de nos posicionar enquanto universidade", disse. Atentos a um dos pilares da reforma governamental, os conselheiros definiram que a sessão deste dia 24 vai discutir o novo sistema de avaliação das universidades (o Sinaes).

A professora Mariângela Menezes (representante do Fórum de Ciência e Cultura) lembrou que, antes do decreto, as fundações eram credenciadas pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Agora, a responsabilidade cabe às próprias instituições que serão "apoiadas". Também segundo Mariângela, a reforma universitária já está em andamento. "Estamos perdendo o bonde e vendo a reforma universitária passar", afirmou.

Conselheiro discente, Rodrigo Volcan citou uma reunião que a Associação de Pós-Graduandos teve com o prefeito universitário, Helio de Mattos, no dia 15/9. Segundo ele, as iniciativas da UFRJ esbarram sempre na falta de recursos orçamentários. Como resultado, a instituição apela para a captação de verbas, o que dá origem às fundações ditas de apoio. "E, a nosso ver, acabam jogando contra nós", comentou.

Subsecretário do MEC virá em outubro

O comparecimento ao CEPG do subsecretário de Orçamento e Planejamento do MEC, Paulo Rocha, foi adiado para o dia 8 de outubro. O representante do ministério conversaria com os conselheiros sobre o financiamento das universidades – um dos temas da reforma universitário que o colegiado vem discutindo em suas últimas reuniões.

Colegiado discute cursos nota 3

A Comissão de Acompanhamento dos Cursos de Pós-Graduação com nota 3, constituída dentro do colegiado e presidida pela professora Andréia Frazão, apresentou um relatório sobre a situação dentro da UFRJ. Dos total de 85 cursos da universidade, 18 deles têm esse conceito. Por Centro, esse retrato é bastante diferenciado: o CT e o Fórum de Ciência e Cultura não apresentam cursos com nota 3; já o CCS é quem está com a maior proporção (39% dos cursos têm nota 3). Depois, vêm o CFCH (27%), o CCJE (25%), o CCMN (14%) e o CLA (10%).

O estudo da comissão do colegiado não acompanhou os programas credenciados após a última avaliação da Capes (são três) que, como é usual, encontram-se com nota 3 e nem o programa da Faculdade de Educação, que já tinha uma comissão especial de acompanhamento do próprio CEPG depois dos incidentes da diretoria anterior daquela unidade.

Durante a sessão, a comissão apontou algumas iniciativas para apoiar esses programas na transição para um melhor conceito e ouviu outras sugestões dos conselheiros. Ficou decidido que a comissão buscaria incorporar as propostas mencionadas no colegiado e traria um relatório consolidado para uma próxima reunião.

Opinião

Carta aos professores universitários aposentados

Dr. Salatiel Menezes*

Os aposentados do Serviço Público Federal vêm sofrendo uma campanha de diminuição de direitos adquiridos, sem precedentes. É verdade que este processo de perseguição aos aposentados do Serviço Público vem desde o Governo Collor, que tentou usar esta campanha contra um segmento da Sociedade naturalmente fragilizado, como cortina de fumaça para desviar a atenção da Sociedade e encobrir a roubalheira assombrosa de dinheiro público, levada a cabo pelo mal-afamado PC Farias, em conluio com o então Presidente da República. No entanto, esta campanha continuou com os Governos que se sucederam após Collor de Melo, e parece ter-se sublimado definitivamente no Governo Lula-PT-CUT. Durante a tramitação da PEC-40, em 2003, para mudar a Constituição no que se referia à Previdência Pública, já era possível ver a virulência com que este Governo atacaria os direitos dos aposentados do Serviço Público. Naquele momento, alguns sindicatos de Servidores Públicos iniciaram uma batalha desigual contra a aprovação da Emenda Constitucional, notadamente o Sindicato Nacional dos Docentes Universitários, o Andes-SN. A luta foi perdida por algumas razões muito claras: 1) O Congresso Nacional, em sua grande maioria, trocou com o Governo votos em favor da Emenda por promessas de cargos, empregos e Ministérios. Deste vergonhoso comércio participaram todos os partidos políticos, com "destaque" para os representantes do PT, PMDB, PC do B, PSB e outros ditos "de esquerda", mas cujas propaladas convicções políticas se diluíram completamente nas conveniências do momento; 2) A CUT, que deveria estar ao lado dos aposentados e dos sindicatos que lutavam contra a PEC-40, boicotou completamente a luta destes sindicatos, traindo covardemente os Servidores Públicos, em nome do fato de "estarem no Governo"; 3) Finalmente, quando o Governo conseguiu desmontar a greve conjunta de sindicatos de Servidores Públicos, muitos dos quais foram atraídos para a ratoeira da "negociação em separado", o Andes-SN tentou levar a frente à luta em defesa dos Professores Universitários, usando a última arma que restava a seu alcance, a greve. Foi quando surgiu com força um movimento de oposição à direção do Andes, contra a greve, de apoio incondicional ao Governo, mesmo sabendo que com isto estava rifando principalmente os professores aposentados. Com o recuo do tempo, a impressão que temos hoje é que não havia neste grupo a intenção primordial de prejudicar tão violentamente os aposentados, mas desde que isto era necessário a suas conveniências políticas...

Perdida a batalha no Congresso, o Andes-SN e outros sindicatos de servidores públicos (agora já amargamente arrependidos de terem caído no conto da "negociação em separado"), partiram para a batalha judicial, para diminuir os prejuízos (como por exemplo, a cobrança dos 11%), pois a Emenda Constitucional promulgada feria a Constituição em vários artigos, inclusive clausulas pétreas, como o Direito Adquirido. Parecia tranqüilo que no Supremo Tribunal Federal esta batalha seria ganha com facilidade.

Contrariando tudo e todos, o STF (cujo Presidente e mais três ministros haviam sido nomeados por Lula), fizeram um julgamento "político-jurídico" e deram ganho de causa ao Governo. Forte por estas vitórias, o Governo voltou a atacar os professores aposentados na campanha salarial, mostrando desde o início que não daria aumento nos vencimentos, mas na famigerada GED, o que permitiria manter e aprofundar as diferenças salariais entre ativos e aposentados. Novamente, o Andes-SN iniciou uma luta com o Governo, tentando negociar com este o aumento salarial para os professores, sempre reafirmando os princípios de paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre professores do primeiro, segundo e terceiros graus. O Governo jamais mostrou disposição para negociar o que quer que fosse, apresentou "de mentirinha" (conforme suas próprias declarações) alguns planos que contemplavam a paridade e a isonomia, negando-os logo em seguida. Nesta fase da luta, apareceu com todas as suas cores o papel da "oposição" no Andes.

Estabelecendo conversações paralelas com o Governo, este grupo informava as fraquezas do movimento docente, principalmente a dificuldade de se fazer uma greve forte das Universidades contra mais esta iniqüidade contra os aposentados, porque os opositores, novamente por conveniência política, dominavam algumas Seções Sindicais do Andes e boicotariam os esforços para que se fizesse uma greve forte das Universidades em defesa de um aumento salarial paritário, com início da luta pela incorporação das imorais "gratificações", que enfeitam os contracheques dos professores. Sabedor das dificuldades do sindicato em mobilizar os aposentados nas Assembléias Gerais das ADs, e do desinteresse da grande maioria dos professores ativos em enfrentarem os percalços de uma greve para defender os interesses dos aposentados, o Governo se achou em condições de impor o aumento na GED, através de uma Medida Provisória, e em condições que aumentam ainda mais a distância entre os salários de ativos e os de aposentados. Pois se antes, estes recebiam 60% da GED, após a implantação completa da MP este percentual caíra para 52%. Ora, nas AGs que aconteceram depois da publicação da MP, a "oposição" tem tentado defender a validade da medida, dizendo, entre outras coisas, que é natural que os aposentados ganhem menos que os ativos!

Gostaria de lembrar aos aposentados um antigo ditado popular que diz "quem quer, vai. Quem não quer, manda". Isto, para mostrar a imperiosa necessidade de os aposentados participarem de TODAS as Assembléias Gerais de suas Ads, e sem qualquer complexo, discutirem e VOTAREM em todos os assuntos que toquem seus direitos, salariais e outros que venham a ser discutidos. Não há absolutamente razão para que os aposentados não enxergem, em toda sua plenitude e de cabeça erguida, seus direitos de membros absolutamente iguais de suas Seções sindicais. Pelas razões mesquinhas já apontadas, alguns irão tentar constranger os aposentados durante votações referentes a salários, indicativos ou entradas em greve, etc. Estas provocações não devem ser lavadas em conta. Ao contrário, devem os aposentados mostrar que os ativos de hoje herdaram Universidades bem melhores para trabalhar do que eles mesmos tiveram, e isto se deve justamente ao fruto de seu trabalho durante toda uma geração, toda uma vida, e que não abrem mão de exigirem o devido respeito por estas vidas dedicadas às Universidades. E este respeito passa primeiro pela manutenção da paridade salarial. É necessário que os aposentados participem em massa das AGs, votando de acordo com suas consciências, defendendo seus interesses, e juntando suas forças às daqueles professores ativos que não abrem mão dos princípios defendidos pelo Andes: paridade, isonomia fim das gratificações produtivistas, com sua incorporação aos salários. Se os aposentados, em grande maioria, participarem ativa e decididamente desta luta por seus direitos, junto com aqueles ativos que acham imoral a tentativa mesquinha de que sejam "rifados" em seus direitos líquidos e cristalinos (pois a regra da paridade existiu durante toda sua vida laboral, ou mesmo no momento da sua entrada nas Universidades – para aqueles que ainda não são aposentados, mas o serão, mais cedo ou mais tarde), então o Andes-SN terá ainda chance de reverter à situação criada pela MP.

Professores aposentados, participem de seu sindicato, lutem por seus direitos, mostrem-se orgulhosos do trabalho de suas vidas nas Universidades, tomem consciência da força que representam nesta luta. O Governo é forte, a oposição dentro do Andes-SN não tem escrúpulos de jogar os aposentados na miséria em nome de seus desideratos políticos, mas unam suas forças àqueles que não abrem mão de suas convicções por conveniências de momento. Unidos, conseguiremos dobrar o Governo e seus aliados nesta luta mais do que justa pela restauração da paridade salarial.

* Professor e 2º Vice-presidente da Adufrj-SSind

Obs: Este artigo saiu no jornal Pó de Giz nº 230, da Seção Sindical dos Docentes da Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Opinião

Velhas práticas e nova retórica

Marina Barbosa Pinto*
Luiz Carlos Gonçalves Lucas**

Do final do século 19 ao do século 20, a palavra reforma, associada principalmente às obras de Bernstein e dos socialistas fabianos e impulsionada pela ação partidária da socialdemocracia, designou mudanças estruturais voltadas para a implantação de um Estado de Bem-Estar sob o capitalismo. Hoje, significa o contrário: o desfazimento das políticas sociais públicas, com a substituição crescente do Estado pelo mercado na regulamentação das relações sociais e na oferta de bens e serviços necessários à manutenção de condições mínimas de vida antes definidoras de direitos de cidadania. Têm tido esse caráter as reformas previdenciárias e trabalhistas em vários países, e as educacionais não fogem à regra.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, carta social-democrata promulgada às vésperas do assalto neoliberal, contém um bom modelo de universidade, que, antes mesmo de totalmente implementado, começa a ser desconstruído pelas práticas de um reformismo bem remunerado, a serviço de uma ideologia reacionária. Essas práticas, que na realidade constituem uma contra-reforma já em curso, de caráter nitidamente privatizante, têm englobado, além da produção de instrumentos normativos, o contínuo abandono da educação pública, paralelamente ao favorecimento à rede de ensino particular.

Não são medidas isoladas: seguem o mesmo padrão que tem no Banco Mundial seu principal articulador internacional e vem sendo imposto num processo de ensaio e erro cuja persistência e intensidade lhe desvendam o caráter estrutural. Não se trata apenas de um *ambiente* de *política pública* favorável às tendências privativistas, mas de um cenário marcado pela presença de forças dotadas de consideráveis instrumentos de pressão, no limite coercitivos, que tornam extremamente improvável que as burocracias da área educacional defendam – ou mesmo pensem – ações conflitantes com o movimento geral de destruição da esfera pública. Estamos, no caso, diante de apenas uma das facetas em que se revela a incapacidade crescente de tomada de decisões autônomas pelo governo brasileiro, que deixa de governar na ânsia de manter a governabilidade. Uma vez assumidos os compromissos iniciais referentes ao campo econômico, condiciona-se todo o conjunto das políticas públicas. E, apesar das evidências de que a combinação de juros altos com superávits monumentais não atenua, mas exacerba a vulnerabilidade do país, não há indícios de que se pense em mudá-la. Além de inúmeras manifestações oficiais, atestam-no o último Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005. Nesse contexto, as alternativas efetivamente disponíveis para as escolhas políticas do Ministério da Educação (MEC) tornam-se extremamente limitadas, sempre que tiverem implicações financeiras, a menos que se busque o caminho da ruptura. E os problemas se avolumaram tanto que deixaram pelo menos um saldo positivo: não há como ignorá-los, suas causas estão expostas e tornaram-se evidentes. Não se pode fazer uma verdadeira reforma universitária ou, muito mais modestamente, nem mesmo uma gestão razoável à frente do ministério sem enfrentar a questão do financiamento. Os doze meses de Cristovam Buarque mostram-no eloqüentemente.

A reforma partida ao meio

Apesar do forte apelo de mídia e dos vários anúncios de programas de impacto, as realizações educacionais do início do atual governo foram praticamente nulas, a não ser, para quem não tiver pouca fé, pela alardeada alfabetização de 3 milhões de pessoas numa campanha sem método nem controle efetivos.

Em relação à educação superior, além das frases feitas e de um ambicioso e frustrante seminário organizado por uma ONG multinacional sobre a universidade do século 21, sobrou apenas a instituição, pela via autoritária da medida provisória, de um sistema nacional de avaliação fortemente controlado pelo ministério, além de um esboço de reforma supostamente de autoria de um grupo interministerial em que o MEC não poderia aspirar senão a um papel coadjuvante.

Sobre o texto em que toma forma e cuja paternidade hoje ninguém reclama, talvez nada valesse a pena dizer, a não ser pelo fato de que exemplifica magnificamente o tipo de projeto de política social a que se pode chegar, mantidas as atuais diretrizes econômicas. É um documento ambíguo em sua concepção geral, mas muito claro nas ações que propõe. Parte de um diagnóstico essencialmente correto, em que se reconhece o abandono financeiro a que estão sendo submetidas as Instituições Federais do Ensino Superior (IFES). Chega a registrar, o que é surpreendente num documento de governo – e talvez explique o fato de não ter sido assinado –, que o MEC solicitou em vão que se incluísse no Orçamento de 2004 um acréscimo de recursos de cerca de R$ 200 milhões para as despesas de custeio, além de quantia semelhante para bolsas de estudo e R$ 340 milhões para investimentos.

Desse diagnóstico deriva um receituário que, de um lado, induz ao devaneio e, de outro, procura aplicar as rigorosas prescrições do Banco Mundial. Propõe, como se fosse viável fazê-lo sem perda de qualidade, mesmo contando com recursos financeiros, dobrar as matrículas nas universidades federais até 2007. Em troca, acena com aumento crescente de verbas, prometendo garantir, no futuro, cifras muito acima das que, feito o teste da realidade, foram negadas para 2004. Oferece também significativa expansão nos quadros docentes, corrigindo a atual anomalia caracterizada pelo imenso contingente de substitutos, o que é tão positivo quanto irreal, numa política patrocinada por um governo que sistematicamente contradiz, na prática, o que afirma no discurso sobre as relações de pessoal no serviço público. É verdade que tal expansão é muito inferior à que se pretende quanto ao número de alunos, o que se traduziria em salas de aula superlotadas. Mesmo assim, essa é a parte que se poderia considerar boa da proposta, aquela certamente destinada ao veto da intocável equipe econômica.

Quanto ao resto, quem tiver lido um manual de Bird sobre educação superior não encontrará nada de novo em seu conteúdo. O trabalho precário, aparentemente abolido pela hipotética abertura de novos concursos, retorna na proposta de utilização de bolsistas, recém-doutores e aposentados como professores. A flexibilização curricular, panacéia cada vez mais utilizada pelos ideólogos do banco como eufemismo para rotular práticas de barateamento e diversificação de produtos para públicos com capacidades aquisitivas diferentes, é enfatizada sem critério algum, e chega-se ao extremo de propor a criação de 500 mil vagas para estudantes de graduação em modalidades de ensino a distância, até 2007. Isso significa um contingente próximo ao dos atuais alunos das nossas universidades federais, a surgir em pouquíssimo tempo, num tipo de formação que tem recebido fortes críticas, sem nenhum estudo sistemático das experiências já existentes no Brasil. Mesmo havendo intenção de fazê-lo, seria inviável, em tão curto prazo, criar mecanismos eficientes de fiscalização. Nas condições brasileiras, a proposta não teria outro efeito senão estimular a proliferação de conglomerados verticalizados aplicadores de pacotes de ilusão educacional, talvez produzidos nos países centrais, nos moldes da Organização Mundial do Comércio.

À semelhança de inúmeras tentativas de governos anteriores, o texto reduz a autonomia universitária a um arremedo mutilado e contraditório, exatamente nos termos propalados pelo Bird: a universidade deve ser autônoma para conseguir, por conta própria, o dinheiro que não lhe vem dos cofres públicos. Ou, com menos rodeios, para submeter ao mercado as atividades de ensino, pesquisa e extensão, transferindo a quem possa comprá-las o poder de decidir sobre seus conteúdos, objetivos e métodos. Além disso, ao atribuir a cada instituição a competência para definir os próprios planos de carreira, procura preparar o terreno para estimular a diferenciação de padrões de qualidade em âmbito nacional.

Essa inclinação a desconstituir a autonomia em nome da autonomia não se limita às relações entre universidades e mercado, mas atinge também seus vínculos com o governo. Sob o nome pomposo de Pacto de Ensino Superior para o Desenvolvimento Inclusivo, propõe-se a realização de acordos entre o MEC e as instituições de ensino superior que lhes garantam a transferência de recursos em contrapartida ao compromisso de criação de vagas em áreas específicas de conhecimento. São evidentes as conexões com o mecanismo dos contratos de gestão, que a reforma do Estado, sob Fernando Henrique, procurou estender às universidades. Nos dois casos, o afrouxamento dos controles processuais se faz acompanhar pelo reforço dos controles chamados finalistas. Em ambos, as universidades *rompem amarras* e ganham ampla liberdade para usar dinheiro público, desde que façam o que o governo quer. É verdade que os acordos previstos no pacto têm objetivos muito mais restritos que os contratos da reforma arquitetada em meados dos anos 1990 pela equipe de Bresser Pereira e que não se assume, agora, a intenção de privatizar abertamente as instituições públicas de ensino superior, transformando-as em organizações sociais. Mas, como esses acordos podem, no projeto do Grupo Interministerial, ser firmados também com entidades privadas, temos aqui um novo canal para drenar dinheiro do Estado até a rede particular.

O modelo se completa com uma proposta de avaliação centralizada e quantitativa, capaz de servir como balizamento para o mercado e para o próprio governo, em suas decisões de investimento.

Esse foi o primeiro ensaio do governo Lula no campo da reforma universitária.

Opinião

Foi aparentemente abandonado, após a substituição do ministro da Educação. Abstraída a promessa pouco convincente de aumento de verbas, o teor do documento era previsível. Trata-se, na realidade, de uma cuidadosa preparação para que as instituições públicas possam sobreviver com recursos cada vez menores, tornando-se baratas, flexíveis, segmentadas, meramente reprodutoras de conhecimento, inteiramente privatizadas, heterônomas em relação ao mercado e ao governo. Essa é a universidade periférica reclamada pelo Banco Mundial, lentamente imposta por agências internacionais e grupos internos e externos de pressão, e em tudo condizente com as orientações do Ministério da Fazenda, formuladas em novembro de 2003, em texto intitulado Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002.

Dificilmente se poderia esperar um projeto de outra natureza.

Pessoas, o estilo, a reforma

Recentemente, em 7 de junho, o ministro Tarso Genro divulgou uma nova versão das posições governamentais sobre a reforma, não como proposta acabada, mas como enunciados gerais sobre princípios e diretrizes para elaboração de uma lei orgânica sobre o Sistema de Educação Superior Federal. Um dos objetivos centrais da proposição dessa norma é estabelecer um marco regulatório para a autonomia universitária. Lembremos que várias tentativas nesse sentido têm sido feitas por diversos governos, sob a constante inspiração do Bird, e todas encontraram firme resistência do movimento docente e da comunidade universitária em geral. Temos sempre defendido a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, que dispõe sobre a autonomia. Entendemos que não cabe restringir pela lei ordinária o que se garantiu constitucionalmente sem restrições. E o exame do longo debate já existente sobre o tema não deixa dúvida de que é isso, exatamente, o que pretendem as reiteradas investidas de regulamentação, inclusive as diretrizes de 7 de junho. O principal argumento dos defensores de uma lei orgânica é inaceitável. Afirma que o artigo 207 não tem sido eficaz e, portanto, se faz necessário um instrumento regulatório para torná-lo efetivamente respeitado. Esquecem os que o utilizam que o problema da eficácia da lei decorre muito mais de fatores políticos que jurídicos, e que o desrespeito decorre essencialmente da conduta do próprio Estado, materializada, muitas vezes, precisamente na promulgação de normas atentatórias ao dispositivo constitucional. É o caso, entre outras, da escandalosa Lei n° 9.192, de escolha de dirigentes. Resgatar a autonomia requer, antes de tudo, revogar esse tipo de legislação. Isso não é, no entanto, o que têm exigido do governo brasileiro as forças que tradicionalmente impulsionam a atual onda de (contra) reformas universitárias no mundo.

Mais uma vez, o núcleo da pretendida regulamentação é ocupado pela questões de financiamento, num texto em que, embora sem muita clareza, são feitas referências à suposta necessidade de diferenciação da figura jurídica da universidade e à extensão da autonomia a instituições de ensino superior não-universitárias. A primeira dessas referências é preocupante, quando se conhece a força das pressões para segmentar crescentemente o sistema de educação superior e impedir a viabilização de um padrão unitário de qualidade, mesmo entre as instituições federais. A segunda remete a uma antiga reivindicação de alguns setores privados.

O modelo de financiamento proposto baseia-se na criação de dois fundos vinculados (ou subvinculados) a impostos federais. O primeiro, dito de manutenção, seria destinado a pessoal e outras despesas correntes. Sua utilização se faria em regime de orçamento global. O segundo, chamado fundo de desenvolvimento, teria como finalidade cobrir os gastos com expansão, inovação e gestão eficaz. Sua liberação estaria condicionada à aprovação, pelo MEC, de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que cada administração universitária deveria elaborar até sessenta dias após empossada.

Alguns questionamentos se impõem. A fixação de um patamar mínimo de financiamento das IFES é antiga reivindicação da comunidade universitária. Nem por isso se deve apoiar qualquer modo de implantá-la.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), por exemplo, tem sido contrário à idéia, proposta pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e elogiada no texto das diretrizes, de subvincular, direcionando-os para as IFES, 75% dos 18% dos impostos da União constitucionalmente destinados às despesas educacionais. Não só porque esse percentual é muito insuficiente, mas também porque a subvinculação levaria a educação superior a obter recursos às custas dos demais níveis de ensino. Isso, de certo modo, daria razão às demagógicas formulações de justiça social do Bird e do Ministério da Fazenda, que parecem supor que as universidades se mantêm com dinheiro surrupiado à educação das crianças e adolescentes pobres. Por outro lado, embora o texto não seja conclusivo a esse respeito, a referência ao patamar sugerido pela Andifes, extremamente módico, faz supor que, em comparação com o documento da gestão Cristovam, sumiu do projeto a pretensão de obter um aumento razoável de recursos, ficando apenas a idéia de garantir a preservação de valores muito próximos – ao que tudo indica inferiores – aos atuais.

Com relação ao regime de orçamento global, o mínimo que se pode dizer é que inspira cuidados. Num contexto de sucateamento e abandono progressivos, essa proposta poderá conduzir à completa deterioração das políticas de pessoal, com não preenchimento de quadros, multiplicação das contratações precárias e redução das parcelas remuneratórias não incorporadas aos vencimentos básicos.

No que diz respeito à aprovação do PDI pelo MEC como condição para liberação do fundo de desenvolvimento, o que essa exigência na realidade significa é, pela enésima vez, submeter instituições formalmente autônomas aos ditames do poder de plantão, por meio do controle dos recursos financeiros. Temos aqui, de novo, a lógica dos contratos de gestão e do aparentemente natimorto Pacto de Ensino Superior para o Desenvolvimento Inclusivo.

A rigor, talvez mesmo as verbas de manutenção estejam sujeitas às mesmas condições, quando se estipula que a *garantia da manutenção e uma adequada política de expansão deverão estar associadas a um compromisso-contrapartida de qualidade, inclusão e aumento da oferta de vagas em Instituições Públicas***.** Seria uma obviedade constatar que esse tipo de contrapartida é muito desejável. O problema está em atribuir ao governo a capacidade de decidir, num processo avaliativo altamente centralizado e questionável, se o compromisso está ou não sendo mantido e se os recursos devem ou não ser liberados.

Quanto ao financiamento da rede privada, aprofunda-se a tendência a subsidiá-la com a proposta de desoneração tributária integral.

A declaração de que haverá exigência transparente de contrapartida, constante do texto, não parece muito convincente, se considerarmos que os estímulos fiscais à falsa filantropia no país têm sido construídos com base em exigências semelhantes. Paralelamente, pretende-se dar continuidade à política de bolsas e financiamento estudantil com recursos públicos para alunos das instituições privadas.

Esses são os pontos que nos parecem centrais num projeto apenas esboçado. Há outros itens que também representam continuidade em relação ao documento do grupo interministerial. É o que ocorre, por exemplo, no que se refere à regulamentação das fundações de apoio e às contratações precárias de doutores e aposentados. O mesmo se pode dizer da ênfase dada à flexibilização curricular, presente nos dois textos, embora com roupagens diferentes.

Quanto ao processo de formulação da reforma, os ritos, hoje, são menos sumários os que na versão anterior. Foram feitos ou estão previstos colóquios, oitivas, conferências e miniconstituintes, porém tudo isso tem mais o efeito de criar a imagem de um debate amplo do que realizá-lo em profundidade. E esse suposto debate é descaracterizado pelo fato de existirem, na realidade, duas reformas em andamento. Uma colocada oficialmente na agenda para discussão e a outra fragmentada em diversas medidas de menor visibilidade, mas cujas repercussões sobre a educação superior podem ser enormes.

Cabe citar, sobretudo, a medida provisória que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), já aprovada pelo Congresso, o projeto de lei das parcerias público-privadas, o de inovação tecnológica, o de cobrança postergada de anuidades nas instituições públicas, da deputada Selma Schoms, o da lei orgânica de autonomia, do deputado Eduardo Valverde, a regulamentação das fundações de apoio, o projeto Universidade Para Todos. Em maior ou menor grau, são iniciativas privatizantes e tendentes a enfraquecer o princípio de que a educação é um direito que o Estado deve assegurar a todo cidadão.

Evidentemente, nem tudo é igual nos vários ensaios de reforma. Há diferenças entre os dois principais documentos do atual governo. Mas tendem a concentrar-se em questões secundárias, até porque foram ambos construídos no interior dos mesmos rígidos parâmetros.

*****Presidente do Andes-SN e professora da Universidade Federal Fluminense

**professor da Universidade Federal de Pelotas, foi presidente do Andes-SN, gestão 2002-2004

Obs: Artigo integrando Dossiê – Reforma Universitária, publicado em Teoria e Debate *nº 59, agosto/setembro revista da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)*

Reforma Universitária

Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinqüenta por cento (meia-bolsa) para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio.

§ 2º A bolsa de estudo parcial de cinqüenta por cento será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos.

§ 3º Para os efeitos desta Medida Provisória, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Medida Provisória, a bolsa de estudo parcial de cinqüenta por cento (meia-bolsa) deverá ser concedida, considerando-se todos os descontos regulares oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de necessidades especiais, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se refere os §§ 1º e 2º do art. 1º.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo do Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo PROUNI será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, às quais competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do PROUNI responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do PROUNI, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Parágrafo único. O estudante beneficiário do PROUNI poderá prestar serviços comunitários, nos termos de normas expedidas pelo Ministério da Educação, aplicando-se à atividade o disposto na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não-beneficente, poderá aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes regularmente matriculados em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do primeiro processo seletivo posterior à publicação desta Medida Provisória, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

§ 2º O termo de adesão terá prazo de vigência de dez anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Medida Provisória.

§ 3º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a um quinto das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 4º O termo de adesão poderá prever que até metade das bolsas integrais oferecidas pela instituição poderá ser convertido em bolsas parciais à razão de duas bolsas parciais para cada bolsa integral, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 5º A desvinculação do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo PROUNI, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º.

§ 6º A instituição privada de ensino superior sem fins lucrativos não-beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito do caput e ao disposto no § 4º, oferecer uma bolsa integral para cada dezenove estudantes pagantes regularmente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de cinqüenta por cento na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Medida Provisória atinja o equivalente a dez por cento da sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica, considerados, neste cálculo, os descontos de que trata o § 4º do art. 1º e as proporções estabelecidas nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Art. 6º Verificado o desequilíbrio na proporção originalmente ajustada no termo de adesão, a instituição deverá restabelecer a referida proporção, oferecendo novas bolsas a cada processo seletivo, respeitando-se o disposto no art. 5º.

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao PROUNI, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de autodeclarados negros e indígenas.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados pretos, pardos e indígenas na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios do art. 2º.

§ 3º As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do PROUNI o curso considerado insuficiente, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por três avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo

CHARGE/RBORGES

Reforma Universitária

do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º.

Art. 8º A instituição que aderir ao PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput recairá sobre o valor da receita auferida, em decorrência da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos seqüenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de trinta dias.

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de um quinto sobre a diferença apurada;

II - desvinculação do PROUNI, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do PROUNI, aplicando-se o disposto nos arts. 32 e 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se derem em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, com renda familiar per capita que não exceda o valor da mensalidade do curso pretendido, limitada a três salários mínimos, para cada nove estudantes pagantes de cursos de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º A instituição de que trata o caput deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeira, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput, as bolsas parciais de cinqüenta por cento e a assistência social em programas extracurriculares.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do primeiro processo seletivo posterior à publicação desta Medida Provisória.

§ 4º Assim que atingida a proporção estabelecida no caput para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integral na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a um quinto das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão junto ao Ministério da Educação, adotar as regras do PROUNI para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de cinqüenta por cento, em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II e §§ 1º e 2º do art. 7º, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a dez anos renovável por iguais períodos e respeitado o disposto no art. 10, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer vinte por cento, em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 1999, ficando dispensada do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

II - para cumprimento do disposto no inciso I, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, com renda familiar per capita que não exceda o valor da mensalidade do curso pretendido, limitada a três salários mínimos, para cada nove estudantes pagantes de curso de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10;

b) poderá destinar até dois por cento da receita, auferida nos termos da Lei nº 9.870, de 1999, à concessão de bolsas de estudo integral ou parcial em decorrência de acordo coletivo de trabalho;

c) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de cinqüenta por cento e o montante direcionado para a assistência social em programas extracurriculares;

III - gozar do benefício previsto no § 3º do art. 7º.

§ 1º Durante o prazo de vigência do termo de adesão, fica a instituição sujeita exclusivamente à fiscalização do Ministério da Educação para efeito da verificação das exigências, bem como da manutenção da isenção, de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, ouvido, quando for o caso, o Ministério da Saúde.

§ 2º As entidades beneficentes de assistência social que adotarem as regras do PROUNI, nos termos do caput, poderão, mediante pedido expresso, solicitar ao Ministro de Estado da Previdência Social o reexame de seus processos, com a eventual restauração do certificado de entidade beneficente de assistência social e restabelecimento da isenção de contribuições sociais, desde que o indeferimento ou o cancelamento da isenção, ocorridos nos últimos dois triênios, não tenha sido em razão do descumprimento dos requisitos previstos nos incisos III, IV e V do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3º Aplica-se ao termo de adesão de que trata o caput o disposto nos incisos I e II e §§ 1º e 3º do art. 9º.

Art. 12. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, que optarem, a partir da data de publicação desta Medida Provisória, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo art. 7º-A da Lei nº 9.131, de 1995, passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de cinco anos, na razão de vinte por cento do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Art. 13. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, as instituições que aderirem ao PROUNI na forma do art. 5º ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11.

Art. 14. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos dois subseqüentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º, bem assim com demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por um representante do Ministério da Educação, um do Ministério da Fazenda e um do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 16. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de setembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho
Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 13.9.2004

Movimento

Ausência de acordo será denunciada no Congresso

Movimento docente das federais vai deflagrar debate pela atualização da proposta salarial

Denunciar, no Congresso Nacional, a atitude do governo de reajustar o salário dos professores sem que tenha havido acordo com o Andes-SN e desenvolver uma campanha que apresente os princípios do movimento docente para uma malha salarial digna: pelo fim da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), pela paridade entre ativos e aposentados e pela isonomia no interior das instituições federais de ensino superior. Esse é um dos encaminhamentos da última reunião do Comando Nacional de Greve (CNG), reunido em Brasília, nos dias 10 e 11.

O Comando Nacional de Greve, ainda em seu comunicado nº 11, disponível, na íntegra, em www.andes.org.br, encaminha para a mobilização de acompanhamento da tramitação da Medida Provisória e solicita dos professores universitários o fortalecimento da luta contra a reforma universitária. Neste sentido, já indicava a viabilização do calendário de lutas da plenária que se realizaria no dia seguinte, 12/9 (veja matéria das páginas 8 e 9).

Por conta da rejeição à Medida Provisória nº 208 – que reajustou a GED - pela grande maioria das assembléias do país, o CNG recomenda às seções sindicais o debate sobre a atualização da proposta salarial do Setor das instituições federais. O Comando de Greve também recomenda para a diretoria do Andes-SN o estudo jurídico das possibilidades de interferência na tramitação da MP, bem como a análise de impacto financeiro de possíveis alternativas à iniciativa do governo.

Avaliação do Comando Nacional de Greve

De acordo com a avaliação do último comunicado do Comando Nacional de Greve, as ações desenvolvidas pelo atual governo pautam-se no modelo de Estado dos ex-presidentes Fernando Collor de Melo e FHC, "voltadas exclusivamente para a primazia do capital" e dirigidas por agentes multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio.

Para aprofundar essa situação de favorecimento do capital, o Comando de Greve classifica o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPP) como o mais novo instrumento de redesenho do Estado. E, ainda segundo o Comando, a Universidade Pública também não está livre da ganância neoliberal. "A 'universidade–empresa' surge como o mais espetacular cenário para aliar competência, capital, empreendedorismo e mercado", critica o documento do CNG. "Autonomia, financiamento, avaliação, gestão, e toda a organização da educação brasileira é revirada para impor, com molduras populistas e messiânicas, a 'nova universidade', que surge com a reestruturação do Estado", diz outro trecho.

Histórico da campanha salarial

Os integrantes do Comando lembram em que condições se deu a campanha salarial dos servidores públicos federais. A princípio voltada para a recomposição salarial e para uma pauta emergencial de reivindicações, logo foi fragmentada pela tática divisionista do governo de apresentar reajustes diferenciados para todas as categorias. Em relação aos docentes, em abril deste ano, o governo sinalizou um reajuste diferenciado na GED e na GID, o que faria com que as gratificações passassem a representar 80% do salário dos professores. O Movimento Docente rejeitou majoritariamente tal proposta, por entender que atentava contra os princípios de paridade e isonomia. O que aconteceu daí em diante foi "apenas a apresentação (pelo governo) de simulações salariais, várias delas não oficializadas, configurando ações meramente protelatórias, ampliando a indignação no conjunto da categoria", segundo o documento do CNG.

Duas medidas provisórias definem hoje a remuneração dos docentes em atividade e aposentados das IFES, a MP 198/04 e a MP 208/04. A primeira, editada em 15 de julho de 2004, abrange os professores do Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico e foi produto de acordo firmado entre governo e SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional). A segunda, editada em 20 de agosto de 2004, abrange os professores do Ensino Superior e não resultou de qualquer acordo. "Ao contrário, a MP 208/04 foi resultado da não aceitação pelo governo da proposta do ANDES-SN, aprovada pela maioria das assembléias das seções sindicais. A proposta do ANDES-SN consistia em estender aos docentes do magistério superior o que fora estabelecido pela MP 198/04: extinção da gratificação produtivista e criação de uma gratificação fixa com paridade entre pessoal da ativa e aposentados", informa o comunicado.

O Comando atribuiu o fato de a mobilização da categoria não ter avançado à "maneira truculenta com que o governo rompeu as negociações ao editar a Medida Provisória, configurando um cenário com uma probabilidade muito menor de reversão, visto que a MP já está em vigor". Mas isso não quer dizer que os professores vão desistir. "O encerramento dessa etapa de luta deve ter como perspectiva a recomposição das forças do Movimento Docente e sua preparação para a seqüência dos enfrentamentos que se avizinham. A continuidade da luta, após o término da greve, dá-se em torno dos mesmos eixos, que são os princípios da paridade, da isonomia e da extinção da GED", diz um trecho.

O Comando de Greve avalia que o momento é de resistência contra as reformas em andamento. Mais que isso, com o impulso da plenária do dia 12 contra a reforma universitária (veja páginas centrais desta edição), o Comando se sente seguro de que os estudantes, técnico-administrativos, professores e todos os movimentos sociais, em conjunto, conseguirão conter as investidas sobre os direitos dos trabalhadores.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Resenha

A resposta será nas urnas

O deputado federal e candidato à prefeitura de Fortaleza pelo PC do B, Inácio Arruda, começa a sentir o desgaste político de ter votado contra os aposentados e pensionistas durante a reforma da Previdência. Integrante da base de apoio do governo Lula, Inácio dizia, em sua campanha eleitoral, que não tinha votado a favor da reforma, mas foi desmentido pelo Tribunal Regional do Ceará no início de setembro (Folha de S. Paulo, 9/9).

Bancos continuam ganhando

Apesar da queda de juros ocorrida desde 2003, os 108 bancos que atuam no país lucraram R$ 9,4 bilhões no primeiro semestre deste ano, segundo levantamento do Banco Central. Os ganhos são 14,7% maiores do que os registrados em igual período de 2003, segundo matéria da Folha de S. Paulo, 10/9. Só o governo não enxerga quem está se beneficiando com a atual política econômica.

"Revolução" sindical

Sem nenhuma sutileza de discurso, um editorial de 13/9 do jornal O Estado de S. Paulo saúda a reforma sindical do governo Lula. "Com habilidade, o projeto de reforma sindical abre caminho para a flexibilização dos direitos trabalhistas, permitindo a adequação da legislação às novas tecnologias e métodos de trabalho. Evidentemente, a flexibilização terá de ser aprofundada pela reforma trabalhista, empreitada que o governo prefere deixar para mais tarde (...)".

Saramago já se deu conta

O escritor português José Saramago disse, no início de setembro, de que Lula deixou de ser "o Lula que conhecíamos". Para Saramago, ao manter a atual política econômica e tornar prioridade o pagamento da dívida externa, "é claro que os problemas sociais vão ser postos em segundo plano" (O Globo, 3/9).

Sem Alca, por enquanto

O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, praticamente descartou a possibilidade de que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) possa entrar em vigor em janeiro próximo, como estava previsto. "Se olharem o calendário e observarem o que falta fazer, podem tirar suas próprias conclusões", disse Amorim. O ministro citou também o calendário eleitoral nos Estados Unidos como uma das causas que impedem a continuação imediata das negociações para o acordo (Diário Vermelho, 14/9).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 155 • 27 de setembro de 2004

Artigo "Por que tamanho apreço pela privatização da educação superior?"
Página 2

CEG reafirma posicionamento contra as cotas
Página 7

Decisão da justiça provoca reação no curso de Direito
Página 8

Agenda Sindical

27/9 – Reunião do Fórum Fluminense de Lutas
Rio de Janeiro (RJ) – na sede da Regional do Andes-SN (Av. Rio Branco, 277, sala 1306), às 18h

29/9 – Manifestação a favor do passe livre estudantil
Rio de Janeiro (RJ) – Cinelândia, 12h

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

10 a 15/10 - Encontros estaduais unificados para barrar a reforma universitária do governo

29 a 31/10 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo".

11/11 - Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação

25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Samuel Tosta

SERVIDORES DA UERJ OCUPAM PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, NO DIA 21, EM UM DOS ATOS DA GREVE

Mobilizações de norte a sul do país

Trabalhadores das mais diferentes categorias buscam seus direitos. Os bancários realizam a maior greve da categoria dos últimos 15 anos. Os servidores das universidades estaduais do Rio vão completar cem dias de movimento grevista nesta semana.

Páginas 4 e 5

Reforma Universitária

Por que tamanho apreço pela privatização da educação superior?

Roberto Leher*

A generosa MP-213 que institui o ProUni vem ao encontro dos mais ambiciosos sonhos das instituições filantrópicas, comunitárias, confessionais e empresariais de educação superior. Após décadas de isenções fiscais e da contribuição patronal para a previdência social (superior a 20% do custo da folha de pagamento), benefícios que correspondem a um subsídio público de 25% em seus gastos, aporte que corresponde a cerca de R$ 840 milhões ao ano, as instituições filantrópicas que, a despeito de seu "desprendimento material", reúnem grande parte das maiores instituições de ensino superior do país, poderão fazer associações com empresas estrangeiras, a exemplo do que ocorre hoje entre o Pitágoras do ministro Walfrido Mares Guia e a *Apollo International*, vender patrimônio adquirido com isenções fiscais, como aviões, prédios, terrenos etc., remunerar os seus sócios, distribuir lucros e deixar o patrimônio como herança, tudo isso sem deixar de continuar de receber magnânimo apoio do Estado: mesmo na condição de instituições empresariais gozarão de completa isenção de impostos, o que reduz em cerca de 15% os seus gastos em troca de modestíssimas vagas.

Mas a generosidade governamental não pára aqui. Somente após cinco anos os agora empresários não apenas de fato, mas também de direito, estarão pagando a integralidade da contribuição patronal para a previdência social.

Caso todas as instituições venham a aderir ao ProUni, haverá um subsídio superior a R$ 2 bilhões/ano aos empresários, isso sem contar os cerca de R$ 1 bilhão do FIES. É importante destacar que o número de vagas é muito inferior às metas originalmente estabelecidas. Inicialmente, o MEC previa 400 mil vagas; agora não passará de 180 mil, meta a ser alcançada daqui a três anos, sendo metade composta de bolsas parciais (como os 50% restantes serão custados pelos alunos de baixa renda?)! A rigor, todos esses cursos poderiam ser na forma de "cursos seqüenciais" de curtíssima duração, a modalidade de educação minimalista "em" nível superior para os mais pobres. Da versão original à MP, o custo relativo de cada vaga foi multiplicado por 2,8!

Estudo da entidade dos reitores das universidades federais afirma que com apenas R$ 1 bilhão seria possível generalizar o ensino noturno das IFES, criando aproximadamente 400 mil novas vagas. Com o total de verbas públicas que está sendo previsto para as instituições privadas poderíamos ter mais de um milhão de novas vagas. Os fatos desmentem o propósito social dessa política que faz avançar ainda mais a privatização do ensino superior, setor que totaliza 88% das instituições e 72% dos estudantes do ensino superior.

Na concorrida Plenária Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), em 11 de setembro, todas as entidades – Andes-SN, Conselho Federal de Psicologia, Contee, CNTE, CUT, Executivas Nacionais de Cursos, Fasubra e UNE - se posicionaram contra o ProUni. Como o Projeto de Lei passou a ser criticado e combatido por todos os setores, inclusive por reitores de universidades privadas que recusam a nivelação por baixo de todas as particulares, e na falta de argumentos para justificar essa política iníqua, Lula da Silva encaminhou o Programa por meio do uso autoritário de MP. A demonstração do grau de isolamento da política do governo Federal para a educação não poderia ser mais eloqüente.

A pergunta sobre as reais motivações dessa medida é inevitável. Em um contexto de dramático estrangulamento orçamentário das instituições públicas, vítimas do draconiano superávit primário que fez secar as políticas públicas, por que tamanho desapreço pelas instituições públicas que tantas contribuições têm dado ao povo brasileiro? Lula da Silva está convencido de que as privadas são socialmente mais democráticas. Contudo, essa crença, conforme o IBGE, é falsa. A renda dos estudantes das privadas, comparando curso-a-curso, é superior a dos estudantes das públicas. Isso não quer dizer, em absoluto, que o ensino superior do país seja democrático. Longe disso, o Brasil é um dos países da América Latina de menor percentual de jovens neste nível de ensino.

Qual a melhor alternativa: estabelecer as políticas de acesso vinculadas à expansão do ensino público, de alta qualidade, esforço que fortalecerá a capacidade de produção de conhecimento socialmente relevante ou inflar as estatísticas com cursos seqüenciais aligeirados, sufocando o setor público? Há dez anos, o Banco Mundial elaborou um documento afirmando que, no caso dos países latino-americanos, a única alternativa era esta última opção. A expectativa dos 52 milhões de brasileiros que votaram contra o neoliberalismo é de que a educação deve ser vista como um direito fundamental e não como uma mercadoria. Por isso, a reivindicação da universidade pública e gratuita como um direito de todos terá de ser buscada no espaço público. Os professores, técnico-administrativos e estudantes que lutam para impedir essa contra-reforma, reunidos em uma Plenária Nacional que contou com mais de 1700 participantes, estão convidando o povo a se manifestar em defesa da educação pública no dia 25 de novembro em Brasília. A hora é essa!

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e conselheiro da Adufrj-SSind.

Ensino ruim no Prouni

Matéria do jornal Correio Braziliense do dia 20/9 demonstra que o programa Universidade para Todos (Prouni) do MEC vai ofertar aos estudantes um ensino de qualidade baixa ou até mesmo desconhecida. Isso porque o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ligado ao próprio ministério, informa que, das 37 instituições que anunciaram adesão ao Prouni, 24 (75%) nunca foram avaliadas pelo MEC.

Das 13 (35%) que participaram do Provão - método de avaliação criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1996 e usado até ano passado -, a maioria obteve como resultado um festival de notas C, D e E. Dos 68 cursos avaliados, 21 ficaram com menções D e E, as piores possíveis. Apenas três receberam nota A, que é o maior conceito.

Recém-criadas

Ainda segundo a matéria do Correio, das 37 instituições que fazem parte do primeiro lote de parcerias do MEC, 26 não completaram ainda cinco anos de funcionamento. Ou seja, mais de 70% das parceiras já assumidas do MEC foram criadas na explosão da privatização do ensino superior, tão criticada pelo atual governo.

Regulamentação

Segundo notícia da assessoria do Ministério da Educação, a adesão ao Prouni só vai ser efetivada na primeira quinzena de outubro, quando será aberto um processo de pré-adesão das instituições de ensino superior. Na preparação do regulamento da Medida Provisória nº 213 que criou o ProUni, o MEC prevê a assinatura de um termo de adesão das instituições ao programa com validade de dez anos. Se no curso desse prazo a entidade quiser sair do sistema, terá que manter as bolsas até que os alunos concluam o curso. Se um curso for considerado insuficiente, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), por três avaliações consecutivas, será desvinculado do ProUni. Nesse último caso, o Ministério da Educação garante que os bolsistas não serão prejudicados. As regras do ProUni, alerta o Ministério da Educação, só valem para as novas turmas que ingressarem nas universidades a partir de 2005.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Reforma Universitária

Fórum Fluminense organiza atividades contra reformas

Encontro estadual contra reforma universitária deve ocorrer no fim de outubro

Os trabalhadores e estudantes, pelo menos no estado do Rio de Janeiro, já decidiram que vão se organizar de forma unificada para enfrentar as reformas neoliberais do governo Lula. Essa pode ser considerada a síntese da reunião do Fórum Fluminense de Lutas, de 20/9, realizada na sede da Secretaria Regional do Andes-SN, no centro da cidade.

De acordo com a presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, que participou da reunião, houve entendimento, no Fórum, de que as reformas trabalhista, sindical, universitária e a previdenciária (esta última já aprovada no Congresso e no Supremo Tribunal Federal) seguem uma mesma lógica de supressão de direitos do mundo do trabalho em favor do capital. De acordo com Sara, representantes do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal (Unafisco), no Rio de Janeiro, lembraram, durante o encontro, que as próprias Parcerias Público-Privadas (PPP), tão alardeadas pelo governo, resumem a iniciativa de reformar o Estado brasileiro.

Em relação à reforma universitária, decidiu-se no Fórum Fluminense a incorporação do calendário unificado de atividades elaborado pela plenária nacional do dia 12 (ver Jornal da Adufrj anterior). A data para a realização do Encontro Estadual em defesa da universidade pública e contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula, será tema da próxima reunião do FFL, a se realizar nesta segunda-feira (27/9), na Regional do Andes-SN.

Avaliação otimista

A diretora da Adufrj-SSind ressaltou que a avaliação do Fórum sobre a plenária nacional do dia 12 foi bastante otimista: "Os números superaram todas as expectativas (mais de 1,5 mil pessoas estiveram no evento de Brasília). E o calendário foi a maior conquista, pois unifica todas as forças políticas contra a reforma universitária", disse Sara. Ela afirmou ainda que a participação do Rio de Janeiro, com a maior caravana da plenária (cerca de 350 pessoas), é uma amostra do bem sucedido trabalho desenvolvido pelo Fórum Fluminense, pelos DCE e Centros Acadêmicos de diversos cursos das universidades públicas, pelos grêmios estudantis de secundaristas e pelo Conlute (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes), sem deixar de acrescentar que a reitoria da UFRJ disponibilizou um ônibus para a viagem dos estudantes ao encontro na capital federal.

Servidores da Uerj em greve

Uma representação dos servidores técnico-administrativos da Uerj participou da reunião do FFL e relatou a enorme violência sofrida ao manifestarem-se em frente ao Palácio Guanabara. Os servidores, em greve por aumentos salariais, foram duramente reprimidos com gás pimenta, apreensão do carro de som e muita pancada distribuída pelos policiais por ordem da governadora. Vários servidores sofreram fraturas. Na mesma reunião, os servidores solicitaram aos demais sindicatos e movimentos sociais solidariedade financeira e política para que os governantes os recebam após mais de 90 dias de greve (ver matéria nas páginas centrais desta edição).

Sintrasef continua na luta

A recém-eleita diretoria do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef) enviou representante à reunião do Fórum Fluminense para informar que a entidade continua ao lado dos demais sindicatos e estudantes na luta contra as reformas neoliberais.

Fórum estadual inserido na luta contra a Reforma Universitária do governo Lula

Em função das questões que mobilizam a educação no estado do Rio de Janeiro e da reforma universitária em andamento do governo Lula, o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública voltou a se reunir no dia 15 de setembro. Na ocasião, foi discutido, além da conjuntura política que envolve a educação no país e no estado, o II COED (Congresso Estadual de Educação) e o calendário de atividades proposto pela plenária contra a reforma do dia 12, realizada em Brasília (ver Jornal da Adufrj anterior). Os participantes do fórum decidiram encampar a viabilização da Marcha Nacional na capital federal contra a reforma do Ensino Superior do MEC, no dia 25 de novembro.

Ainda em relação ao calendário aprovado na Plenária, foram avaliadas as dificuldades de articular uma forte mobilização no Rio de Janeiro na semana de 10 a 15 de outubro, por conta dos dois feriados (dias 12 – feriado de Nossa Senhora Aparecida e 15 – Dia do Professor). Foi considerada a possibilidade do adiamento das atividades propostas para essa semana, no estado, ou seja, a sua realização na semana seguinte.

Independente disso, o Fórum pretende promover uma maciça campanha unificada junto aos estudantes secundaristas e universitários, e professores, das escolas de ensino básico e superior, contra esta reforma. Nesta campanha, seriam utilizados vários recursos, como adesivos, camisas, instalação de tenda na Cinelândia, construção de documento explicativo para a população, sobre as iniciativas do governo na área educacional, espaços nas rádios e *outdoors*.

Passe livre

O Fórum também considerou importante apoiar o movimento de defesa do passe livre para os estudantes, que tem agendado um ato para o dia 29 deste mês, na Cinelândia.

Adufrj-SSind no fórum

A Adufrj-SSind esteve representada na reunião do Fórum pelo diretor Walcyr de Oliveira.

Resenha

Unicamp decide ficar fora do Enade

A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) seguiu a USP (Universidade de São Paulo) e decidiu oficialmente não participar do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), substituto do Provão. A resolução foi tomada por unanimidade pela Câmara de Ensino e Pesquisa do Conselho Universitário da instituição. Segundo o reitor da Unicamp, Carlos Henrique Brito Cruz, a universidade levou em consideração a Lei nº 10.861, que criou o Enade e o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e não é aplicada ao sistema estadual de ensino. Após a decisão oficial, a Unicamp declarou que vai esperar o resultado das primeiras provas e a evolução do processo para, no ano que vem, realizar uma possível revisão da posição (Folha Online, 16/9).

Estudantes protestam contra reforma universitária

A esquina formada pelas ruas Consolação e Maria Antônia, no centro da capital paulista, foi palco de momentos históricos do movimento estudantil nacional. No dia 16, centenas de estudantes de universidades públicas e privadas se reuniram ali mais uma vez em um protesto pela garantia de seus direitos. Organizado por diretórios acadêmicos do Mackenzie, da PUC-SP e da Faculdade Cásper Líbero, pelo Diretório Central dos Estudantes da USP e executivas de curso, o ato pedia a redução de mensalidades e a regulamentação do ensino privado e criticava a medida provisória editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que instituiu o ProUni (Agência Carta Maior, 17/9).

UnB ameaça cancelar vestibular de Direito

A direção da Universidade de Brasília (UnB) ameaça cancelar o vestibular para o curso de Direito, no próximo semestre, por causa de um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) recomendando que militares e seus dependentes alunos de instituições de ensino superior particulares ou públicas, quando transferidos de cidade, tenham o direito de matrícula imediata em universidades federais. A UnB argumenta que tem uma demanda muito alta de filhos de militares transferidos (uma média de 70 pedidos por semestre, sendo 60 oriundos de particulares). Neste semestre, apenas 17 solicitações foram aceitas (O Globo, 18/9).

Movimento

Mobilizações de norte a sul do país

Eneraldo Carneiro

Moção aprovada em Plenária da Campanha RJ contra a Alca/livre comércio, dívida externa e militarização no dia 22/09/04

TODA SOLIDARIEDADE ÀS BANCÁRIAS E BANCÁRIOS EM GREVE

O sistema econômico global gerador de pobreza, guerras, violência e muita destruição está centrado em um foco muito definido: o poder do dinheiro e daqueles que o têm.

Funcionamos como cassinos globais em que não importa se países inteiros são destruídos em nome da chamada "estabilidade dos mercados financeiros". Vimos isso acontecer aqui muito próximo a nós: na Argentina, aluna exemplar do FMI durante mais de uma década.

O FMI atua em diversos países para garantir que os interesses daqueles que se acham os donos do mundo – os BANCOS e as empresas transnacionais – sejam os principais atores do processo de acumulação baseado no lucro máximo às custas da exploração máxima dos trabalhadores e trabalhadoras. Ao lado do FMI, os chamados acordos de livre comércio (ALCA, União Européia x Mercosul, Nafta, etc), atuam de forma complementar garantindo a "livre" circulação das riquezas.

Daí a importância dessa greve que está parando quase todas as agências bancárias em boa parte do país. Ela toca no coração do sistema e do modelo econômico: o capital financeiro. Este modelo está baseado na acumulação de renda e de lucro para uma fatia cada vez menor da sociedade, enquanto as desigualdades aumentam em todas as partes do mundo.

A VIDA NÃO É UM NEGÓCIO!
VIDA LONGA AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM LUTA!

Campanha Estadual contra a Alca/livre comércio, Dívida e Militarização
Rio de Janeiro

Trabalhadores das mais diferentes categorias buscam seus direitos

"O melhor do Brasil é o brasileiro", diz uma campanha do governo para estimular o sentimento de patriotismo. Só que, mais que um slogan, os trabalhadores do país querem mesmo é se sentir valorizados nas suas condições de trabalho e salariais. O resultado desse desejo se faz notar pelo aumento das mobilizações, paralisações e greves que tomam conta de todo o território nacional: servidores estaduais e federais, bancários, aeronautas, metalúrgicos, petroleiros, entre vários profissionais, demonstram que, assim como na propaganda oficial, "são brasileiros e não desistem nunca".

No entanto, a truculência e o autoritarismo com que os governos (federal e estaduais) e o patronato (sempre amparado pelos primeiros) têm tratado estas manifestações – desde a ameaça de demissão, passando pelo corte de ponto e culminando com a utilização ostensiva da repressão policial – deixam claro que não há disposição em negociar e muito menos em ceder a nenhuma das justas reivindicações dos trabalhadores e, sempre que possível, suprimir-lhes direitos. E o que se presencia no cenário nacional é a resposta dos trabalhadores: irão à luta para fazer valer seus direitos.

Os bancários realizam a maior greve da categoria dos últimos 15 anos. Dos 400 mil, 200 mil estão parados, com reflexos em 24 capitais. Na semana passada, no Rio de Janeiro, depois de mais um dia de forte paralisação, a categoria fez uma passeata, ocupando a Avenida Rio Branco e denunciando a intransigência dos banqueiros na mesa de negociação, de acordo com a página eletrônica dos bancários do Rio. Os manifestantes protestaram contra decisões da justiça, requeridas pelos banqueiros, para tentar intimidar o movimento dos trabalhadores. "Estamos firmes nesta luta. Só a continuidade da nossa greve vai romper com a intransigência dos banqueiros e fazer com que eles apresentem uma nova proposta", disse o presidente do sindicato, Vinicius de Assumpção, ainda segundo a página da categoria. Os patrões insistem em conceder apenas 8,5% de reajuste salarial em vez dos 25% reivindicados. As assembléias dos trabalhadores têm ocorrido diariamente. Outra notícia da página dos bancários dá conta que a greve começa a repercutir no exterior. No dia 22, a emissora de TV norte-americana CNN Internacional entrevistou o vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, José Alexandre, para uma matéria sobre os motivos e as conseqüências da greve, o que confirma o sucesso do movimento grevista da categoria.

Aeronautas

Os aeronautas da VASP fizeram uma paralisação de 24 horas no dia 21 de setembro, com adesão de 98% da categoria. Depois dessa atividade, segundo informações da assessoria de imprensa do Sindicato Nacional dos Aeronautas, a direção da empresa aérea comprometeu-se em pagar os salários atrasados até o dia do fechamento desta edição (em 24/9). Além disso, a companhia prometeu buscar dinheiro para quitar, na primeira quinzena de outubro, em folha suplementar, outras pendências. Informou também que em 30 dias será assinado um acordo com a Caixa Econômica Federal para regularizar o depósito do FGTS.

Mesmo assim, a categoria decidiu manter o estado de assembléia permanente para acompanhar o cumprimento de todas as reivindicações. No dia 7 de outubro haverá uma assembléia para avaliar as negociações. As reivindicações principais são: regularização imediata do salário referente ao mês de agosto/2004; pagamento das diárias de alimentação; cumprimento imediato da Convenção Coletiva de Trabalho; regularização imediata do Fundo de Garantia; regularização do pagamento de férias; entre outras.

"Queremos que a imprensa cumpra a convenção coletiva e tenha mais segurança nos vôos para os tripulantes e passageiros", disse Graziella Baggio, presidente do SNA, que acrescentou que os aeronautas estão unidos e não vão aceitar mais atrasos.

Metalúrgicos do ABC

Nesta campanha de valorização salarial, não poderia faltar a região do ABC paulistano. De acordo com o informativo dos metalúrgicos locais, já foram fechados 17 acordos com as empresas. A categoria entraria no quinto dia de greve durante a data de fechamento desta edição apenas nas fábricas que não apresentaram proposta. Nos locais de trabalho nos quais houve negociação, a categoria garantiu reajuste de 9,57% retroativo a 1º de setembro. O índice inclui 4% de aumento real e 5,37% de reposição das perdas. "Isso é resultado da nossa mobilização", avaliou presidente do sindicato, José Lopez Feijóo. "É a luta da categoria que faz com que as empresas assinem bons acordos para os metalúrgicos do ABC", concluiu ele.

Os sindicalistas estão atentos. Isso porque as últimas campanhas salariais têm sido marcadas por forte pressão dos empresários para reduzir as cláusulas sociais garantidoras de direitos básicos, principalmente contra aquela que garante estabilidade no emprego aos acidentados no trabalho e portadores de moléstias profissionais. Ainda de acordo com o informativo, os empresários têm demonstrado uma enorme disposição em eliminar direitos fundamentais. "Vão tentar isso não apenas na campanha salarial, mas também na discussão da reforma trabalhista", diz um trecho.

Servidores da Justiça Estadual de São Paulo

Cerca de 15 mil servidores compareceram à assembléia estadual que ocorreu na praça João Mendes no centro da capital paulista. Em greve há mais de 90 dias, a categoria dos servidores da justiça estadual decidiu, por maioria, manter a paralisação por tempo indeterminado

No dia 20, houve uma proposta do Tribunal de Justiça de repasse de R$ 100 milhões a ser dividido pelos servidores ativos e aposentados, o que resultaria num percentual linear de 17,43%. No entanto, o TJ voltou atrás na proposta e informou que o índice seria, na média, de 14%.

A proposta aprovada no Pleno do Tribunal foi repudiada pela Assembléia e considerada por muitos como um "Decreto-Lei" da época militar. Os desembargadores mais antigos do TJ aprovaram a Resolução 189 que, dentre outros itens: concede o citado aumento linear de 14% sobre o total da folha de setembro para pagamento em outubro e desconta os dias parados das férias e licenças-prêmio atrasadas, além de ameaçar com processos os servidores que não retornarem imediatamente ao trabalho.

A próxima Assembléia Estadual já está agendada para a próxima quarta, dia 29 de setembro, às 14 horas na mesma Praça João Mendes. Foi aprovada, ainda, a realização de vigília em frente ao Tribunal para que sejam mantidas as negociações.

Petroleiros

Notícias da assessoria de imprensa dos petroleiros do Rio de Janeiro dão conta do início das negociações entre a categoria e a direção da Petrobras: "O bairro nobre de São Conrado, zona sul do Rio, depois de abrigar o leilão da Sexta Rodada de Licitação da ANP, que entregou parte de nossas reservas a empresas estrangeiras, sedia agora as negociações do acordo coletivo dos petroleiros, em um centro de convenções cinco estrelas no alto da Estrada das Canoas. É a segunda vez que a empresa realiza seu processo de acordo coletivo fora da empresa. Até 2002/2003 as reuniões eram realizadas no 7ºandar do Edise e aberta a todos que quisessem – democraticamente – acompanhar a argumentação da Petrobrás, dos Sindipetros e da FUP (Federação Única dos Petroleiros)", diz o trecho.

Em outro ponto, o informativo dos petroleiros comunica que "a discriminação entre os trabalhadores da empresa foi instituída para quebrar a unidade e facilitar o processo de privatização da Petrobrás". No dia 20, a empresa e a refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) apresentaram à Federação e aos sindicatos contraproposta que responde apenas parte da reivindicação econômica dos petroleiros. A empresa consolida o índice de reposição inflacionária do ICV/DIEESE para ativos e aposentados (7,82%), mas não atende à reivindicação de aumento real (5%), entre outros pontos da pauta.

A categoria pretende atrasar em duas horas a troca de turnos nas unidades operacionais ou a entrada em unidades administrativas como forma de advertência para uma possível greve, caso a Petrobras não aceite a proposta da FUP.

Fotos: Samuel Tosta

Servidores das universidades estaduais perto dos cem dias de greve

Os funcionários técnico-administrativos da Uerj encontram-se em greve desde o dia 21 de junho por reajuste salarial de 37,74%, índice que representa a reposição das perdas salariais desde 1995. Além disso, reivindicam a implantação de um plano de carreira já aprovado, inclusive, no Conselho Universitário da instituição em outubro de 2002.

A última assembléia da categoria, realizada no dia 23, decidiu a continuidade da greve por tempo indeterminado. Neste dia 29, haverá atividade de panfletagem em frente ao gabinete do e senador Sergio Cabral Filho (PMDB) que, vale lembrar, é do mesmo partido da governadora e foi ex-presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro por muitos anos, para conseguir dele um possível apoio à abertura das negociações. No dia 30, ocorre nova assembléia dos trabalhadores, quando haverá um ato político dos 100 dias de resistência da greve (que serão completados nesta terça, 28). Já no dia 6 de outubro, está prevista a realização de um ato na Assembléia Legislativa para exigir a formação de uma frente parlamentar que defenda um orçamento para 2005 digno para o serviço público estadual (com investimento em pessoal e nas instalações).

De acordo com Perciliana Rodrigues, diretora do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj), a avaliação do movimento de greve até o momento é positiva. Segundo ela, a mobilização da categoria continua intensa e as votações de assembléia são praticamente unânimes. "Isso mostra que a categoria está unida", ressaltou. Ela lembrou que tem chamado a atenção a disposição de luta dos colegas na defesa pelos seus direitos, mesmo diante de truculência policial ou omissão dos parlamentares do estado.

Perciliana se referia aos dois últimos grandes atos públicos do movimento de greve das universidades estaduais fluminenses: no dia 16/9, no Palácio Guanabara; e no dia 21, na Alerj.

Truculência policial

No dia 16, a manifestação tinha como proposta garantir o cumprimento da promessa de realização de negociações com a participação do secretário de segurança Anthony Garotinho, segundo acordo realizado junto à frente parlamentar liderada por Noel de Carvalho (PMDB), conforme o informativo do Sintuperj.

Só que, convocado pelo Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe), o ato foi reprimido com violência por PMs da tropa de choque e, em conseqüência, dezenas de trabalhadores ficaram feridos. A repressão, no entanto, não intimidou os 600 servidores da educação e saúde estaduais, que realizaram o ato até o final, culminando com uma passeata do Palácio Guanabara ao Largo do Machado.

A truculência policial começou logo no momento em que os servidores tentaram estacionar um dos dois carros de som em frente ao Palácio. Os policiais então começaram a agredir os trabalhadores com cassetetes e *spray* com gás pimenta (que provoca falta de ar e irritação das vias respiratórias).

Após este primeiro incidente, os servidores se instalaram na rua Pinheiro Machado para garantir a continuidade da manifestação, mesmo sem o carro de som. Em resposta, o Palácio Guanabara chamou o batalhão de choque, que cercou o grupo. Durante 45 minutos, viveu-se mais um período de grande tensão e, por deliberação dos servidores, o carro de som do Sintuperj foi estacionado na calçada em frente ao Palácio. Mesmo assim, os policiais continuaram a dar nova demonstração de violência, com mais agressões.

Após uma hora de espera, surgiu novamente a ação do batalhão de choque. Desta vez, para apreender a Kombi do Sintuperj com a presença de um reboque. Mas os servidores não se intimidaram e, diante da resistência dos trabalhadores, os PMs partiram para outro show de violência, atingindo vários manifestantes, de acordo com descrição do informativo da categoria.

Ocupação do plenário da Alerj

No dia 22, foi a vez de os servidores ocuparem o plenário da Alerj para exigir dos deputados que intermediassem negociações diretas com a governadora Rosinha Matheus sobre a reposição salarial e a implantação dos planos de carreira. Na ocupação, os servidores amarraram-se às cadeiras do plenário e alguns deles foram retirados com extrema violência pelos seguranças da Alerj, que para isto contaram com a total omissão dos deputados (havia poucos no plenário, pois muitos abandonaram o trabalho legislativo para fazer campanha eleitoral, nesta época do ano). Cerca de 10 minutos após o início do protesto, a sessão foi encerrada pelos deputados sob vaias de dezenas de servidores que também ocupavam as galerias da Alerj e gritavam: "ô, deputado, presta atenção. Vem aí a eleição", ainda segundo o informativo do Sintuperj.

O detalhe é que a omissão dos deputados foi imperdoável. "Os parlamentares já sabiam com bastante antecedência que os servidores estariam na Alerj promovendo um ato unificado. Mas fugiram para não terem que se posicionar sobre o show de barbarismo promovido pelos PMs durante o ato do último dia 16/09 no Palácio. E para não serem cobrados sobre a realização de negociações diretas com a governadora Rosinha", prossegue o informativo.

A diretora Perciliana espera que, para o ato dia 6 de outubro na Assembléia Legislativa, a postura dos parlamentares tenha se modificado.

Reforma Universitária

Representante do MEC "debate" reforma universitária na UFF

William Campos demonstra desrespeito com a platéia e demais palestrantes

Como parte de várias iniciativas que os estudantes de História da UFF vêm realizando com o objetivo de discutir a proposta de reforma universitária do governo Lula, o Centro Acadêmico de História (CAHIS) organizou um amplo "Seminário Universidade Brasileira", no dia 22/9. Com a preocupação de estimular o debate, nas mesas foram agrupados palestrantes com visões diferenciadas e com projetos distintos de Universidade Pública. A reportagem da Adufrj-SSind obteve essas informações com base em relato do professor Marcelo Badaró, que foi um dos debatedores do evento.

A partir desse espírito democrático, o representante do MEC no estado do Rio de Janeiro, William Campos, foi convidado para expor a proposta do governo na mesa cujo tema era Reforma Universitária. A mesa contou ainda com a participação do vice-presidente da Aduff-SSind e professor da Faculdade de Arquitetura, Juarez Duayer, do já citado professor do Departamento de História, Marcelo Badaró, tendo a mediação ficado a cargo de Dário, estudante de História e representante do CAHIS.

O auditório do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) estava lotado. Além de professores e alunos da História, havia também estudantes de outros cursos (Arquitetura, Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais, Cinema, entre outros) e professores de outras faculdades (notadamente da Educação, Arquitetura e Engenharia). O primeiro expositor, professor Juarez, já estava encerrando a sua fala quando o representante do MEC chegou, com cerca de 40 minutos de atraso. O que se viu, a partir daí, foi um show de truculência e desrespeito aos debatedores, à coordenação da mesa, à audiência e à própria instituição.

William Campos extrapolou em 7 minutos seu tempo de fala (previsto para 20 minutos). Fez considerações sobre o governo Lula e pouco tocou no assunto do debate, alegando que o enfocaria na hora das perguntas. Quando o professor Marcelo Badaró começou a expor suas críticas em relação à (contra)-reforma do governo, William vociferou, levantou-se, criticou a coordenação da mesa e questionou o tempo dado ao interlocutor, interrompendo a sua fala. Ao fim das intervenções de abertura da mesa, a platéia fez um primeiro bloco de 6 perguntas para serem respondidas pelos debatedores. O representante do MEC foi o segundo a falar e, em vez de respondê-las, desqualificou as outras posições expressas na mesa, e sem argumentos para contrapor seu conteúdo, procurou descaracterizá-las, tratando por enfadonha a apresentação de dados e análises sobre as medidas do governo. Falou por 14 minutos, desrespeitando novamente o tempo estabelecido (7 minutos), apesar dos apelos da mesa em relação à limitação do horário. Quando as críticas ao MEC e ao governo se intensificaram, ele acirrou as provocações à mesa, chamou o estudante Dário de analfabeto, disse que a universidade sofria com o esquerdismo infantil de professores e alunos. Entre outras "pérolas", afirmou que: "Alguém está mentindo nesta mesa e vocês verão que não sou eu".

Falou que os participantes do debate formavam um gueto e que a maioria dos professores, estudantes e técnico-administrativos estava a favor da reforma e com o governo. Nas suas palavras: "Os professores estão muito felizes com a medida provisória do reajuste salarial, prova disto é que não fizeram greve!"; "Os funcionários estão muito satisfeitos com o acordo com o governo."; "Os que estão contra a reforma estão sendo manipulados por uma minoria de mentirosos, que estão tergiversando e não têm sensibilidade política". Referiu-se ainda de maneira desrespeitosa à professora Elza Dely, da Faculdade de Educação, e disse para o auditório se calar, pois "quando um burro fala, os outros têm de baixar as orelhas".

Mais uma vez, o representante do MEC já dobrava o tempo previsto para sua resposta, quando um estudante, revoltado, resolveu desconectar o microfone na tentativa de fazer com que a mesa fosse respeitada. William passou a perguntar: "Cadê a democracia?" (ao que o coordenador da mesa respondeu que não há democracia sem respeito). Disse que se sentia injustiçado e, quando a platéia pediu insistentemente para que ele falasse algo sobre a reforma, apontou para as revistas do MEC que havia trazido, sugerindo que quem quisesse saber sobre o assunto deveria ler as publicações. Recusando-se a debater a reforma e acusando o mediador de ser parcial, William se retirou, sob vaias e protestos, a despeito dos pedidos da audiência para que ficasse.

Na tentativa de inviabilizar o debate, que continuou a ocorrer sem a sua presença, o representante do MEC deixou de cumprir seu dever de esclarecer a comunidade acadêmica sobre as propostas do governo.

Currículo de truculência e desrespeito

Esse show de truculência e arrogância não ocorreu somente na UFF. William Campos é conhecido por sua postura provocativa, desrespeitosa e mal educada em debates onde alguém ousa criticar o governo. Seu currículo é extenso. Homem de confiança de José Dirceu no MEC, quando secretário estadual de educação no governo Benedita, foi acusado de indicar serviços de empresa privada em documento com papel timbrado da secretaria de educação, suposto sócio do GPI e professor de aulas pagas de História para pré-vestibulandos conferidas no auditório da Uerj, William tem se dedicado a inviabilizar debates sobre a reforma em várias universidades.

Recentemente, assistiu impassível à polícia militar espancar e jogar *spray* de pimenta em estudantes que se manifestavam em frente ao prédio do MEC contra a reforma universitária. É da época em que atuou como secretário estadual de educação o apelido, conferido pelos professores da rede de ensino estadual, de WC, adequado para quem está a serviço da educação privada. Porém, o desrespeito de WC é também o desrespeito do MEC pela Universidade Pública. Desrespeito em enviar um representante tão desqualificado para debater com a comunidade acadêmica. Desrespeito que se expressa numa (contra)-reforma que já está em curso através de decretos e medidas provisórias, como a MP do ProUni. Desrespeito em propor que, na falta de intenção de aumentar as verbas para o ensino superior público, a Universidade Pública amplie vagas através da Educação à Distância. Desrespeito presente no empenho em fazer aprovar uma Lei de Inovação Tecnológica que torna a pesquisa desenvolvida nas universidades refém do mercado e seus ditames sobre o tipo de conhecimento que deve ser produzido neste país. WC é apenas a face mais truculenta e visível de uma política de desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento da Universidade Pública, de comprometimento com a lógica do mercado e, poderíamos também dizer, de um profundo anti-intelectualismo e ressentimento contra o meio acadêmico.

Colegiados

CEPG discute avaliação das universidades

O Conselho de Ensino para Graduados dedicou boa parte da sessão de 24/9 ao debate sobre a nova avaliação das instituições de ensino superior. Os conselheiros do CEPG que integram a chamada Comissão Própria de Avaliação da UFRJ, base desse novo sistema, fizeram alguns comentários críticos sobre os documentos e pronunciamentos do ministério. Ficou decidido que será agendada uma reunião entre os participantes do CEPG na comissão e representantes da pró-reitoria de Pós-graduação para dar o devido tratamento às questões concernentes à pós-graduação na avaliação institucional. A comissão local da universidade tem até dezembro para formular as diretrizes que vão orientar a avaliação na UFRJ, ao longo do próximo ano.

Posição do Andes-SN

O posicionamento do Andes-SN sobre a reforma universitária em andamento, inclusive a parte de avaliação, está disponível na página eletrônica www.andes.org.br. Em futuro encarte do Jornal da Adufrj, será publicada essa análise do Grupo de Trabalho Política Educacional sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Indignação com a situação do Direito

Após relato do pró-reitor José Luiz Monteiro, alguns conselheiros mostraram-se indignados com a situação da Faculdade Nacional de Direito (leia mais na matéria do Consuni, na página 8).

Foi solicitado ao representante dos técnico-administrativos Giovani Zebende, que integrou uma comissão formada em março pela pró-reitoria de Graduação, com o objetivo de apurar aspectos relacionados à administração acadêmica da Faculdade de Direito, para que fizesse um relato da situação da unidade, em uma próxima sessão do CEPG. Também o relatório produzido por essa comissão, e disponível em www.ufrj.br, será enviada ao restante do conselho.

Colegiados

CEG reafirma posicionamento contra cotas

Conselheiros criticam declaração de ministro

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) de 22/9 reafirmou o posicionamento contrário a qualquer tipo de cotas (veja quadro nesta página), decidido na sessão anterior (de 15/9). Os conselheiros aprovaram, com apenas três abstenções, uma espécie de documento-síntese do debate sobre a democratização do acesso às universidades públicas, formulado pelas professoras Ana Canen e Maria José (representantes, respectivamente, do CFCH e do CCS).

Nesse documento, além de contextualizar o momento em que ocorre o debate sobre a democratização do acesso às universidades públicas brasileiras, o conselho faz um breve histórico nas discussões que culminaram com aquela decisão do dia 15. O estudo do professor Maurício Luz, do Colégio de Aplicação, que fazia uma projeção dos impactos que teria uma reserva de vagas de 20% para alunos da rede pública, é um dos pontos citados. A visita ao CEG da ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e de representantes do movimento negro, ao longo do ano, foi outro item que também mereceu atenção no texto. O seminário de 29 de junho, promovido pela reitoria, que comentou experiências de outras universidades que aplicam política de cotas (ver Jornal da Adufrj nº 144), não passou despercebido.

Ainda de acordo com o documento aprovado, o CEG volta a afirmar a necessidade de ações que garantam uma efetiva inclusão na universidade de camadas menos favorecidas, como a expansão do número de vagas nos cursos noturnos, devidamente respaldada pelo aumento de recursos para a infra-estrutura e para a contratação de pessoal.

Ministro faz ameaça à autonomia universitária

A decisão do CEG repercutiu na mídia e obteve vários pronunciamentos favoráveis. Mas nem todo mundo parece ter apreciado o posicionamento majoritário dos conselheiros. O ministro Tarso Genro, durante entrevista à edição do Jornal Nacional de 20/9, fez uma ameaça à autonomia universitária, apesar do discurso dúbio: "Eu considero isso um ato da autonomia universitária, que nós temos que respeitar. Agora, quando for lei federal, aí todas as universidades vão ter que se adaptar. Isso é um processo de elaboração e discussão dentro do estado democrático de direito", afirmou Genro, no noticiário. Um projeto do governo federal, criando o sistema de cotas, está sendo analisado pelo Congresso.

Miguel Jonathan (CCMN) mostrou-se preocupado com a fala do ministro. Segundo ele, o governo está agindo de forma extremamente truculenta, assim como o fez a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Miguel sugeriu que o documento-síntese aprovado nessa sessão fosse publicado nos jornais de grande circulação como matéria paga.

Ana Maria Ribeiro, uma das representantes dos técnico-administrativos no colegiado, explicou que se absteve da votação, pois a categoria ainda não tem posicionamento sobre as cotas. Mas criticou a declaração do ministro. Para ela, a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preservam a autonomia universitária e não é nenhuma legislação infraconstitucional, como sugere Tarso Genro, que vai modificar isso.

O pró-reitor José Roberto Meyer disse que, sempre que requisitado para entrevistas, faz questão de frisar que a decisão do CEG não foi motivada por nenhum preconceito. Segundo ele, essa é uma diferença significativa em relação a outros opositores das cotas e citou as faculdades privadas como as maiores interessadas no fato de a universidade pública não adotar reserva de vagas. Perguntado pela reportagem da Adufrj-SSind, o pró-reitor preferiu não comentar a declaração do ministro. Ele acrescentou, no entanto, que o assunto das cotas não está esgotado na UFRJ: "Várias unidades estão pautando essa questão em suas Congregações", disse.

Também ouvida pela reportagem da seção sindical, a conselheira Ana Borralho (CCS) considera que o ministro "mostrou exatamente que a autonomia universitária não vale nada para ele".

Ainda durante o colegiado, Ana Canen estava muito satisfeita com a repercussão do posicionamento do CEG e lembrou que a decisão da Congregação da Medicina, também contrária às cotas, deu um grande impulso ao debate. Jorge Fernando (CCS) parabenizou a todos pela "posição corajosa" do conselho. "Isso engrandece muito o CEG", disse. Marcelo Corrêa e Castro (CFCH) classificou a decisão de histórica.

Creche universitária

Marcelo informou sobre parceria que várias unidades, entre elas a Faculdade de Educação, e as pró-reitorias de Graduação e de Pessoal estão firmando entre si para a institucionalização da creche universitária. O objetivo é transformar a creche em uma unidade de ensino, pesquisa e extensão.

Instalação da CPA

A professora Ana Canen comunicou que foi oficialmente instalada a comissão própria de avaliação institucional da UFRJ (CPA), que constitui um dos mecanismos do sistema conhecido como Sinaes, que substitui o Provão este ano. As reuniões da comissão devem ocorrer todas as terças-feiras, pelas manhãs, no prédio da reitoria. O professor Ricardo Bicca (do Instituto de Química e conselheiro do Consuni) foi designado coordenador do grupo, sendo seu substituto eventual o também professor Luiz Antônio Cunha (da Faculdade de Educação e do Consuni)

Posicionamento do CEG sobre as cotas

"O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em sessão ordinária de 15 de setembro de 2004, declara seu total apoio à ampliação da Democratização de Acesso aos Cursos Superiores, a ser desenvolvida basicamente por medidas voltadas para o aumento de vagas e a garantia de permanência dos estudantes, mas se posiciona contrariamente à adoção de qualquer tipo de reserva de vagas ou o estabelecimento de cotas nos cursos de graduação das instituições de ensino superior públicas.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2004.
Conselho de Ensino de Graduação"

CEG forma comissão de acompanhamento acadêmico do curso de Direito

Acompanhar a recuperação da parte acadêmica da Faculdade Nacional de Direito será a tarefa de uma comissão dos professores Ericksson Almendra (CT), Ana Borralho (CCS) e Maria Lúcia Patitucci (CCMN), instituída pelo CEG, em sua sessão de 22/9. Para demonstrar que estará envolvido nesta iniciativa, o conselho decidiu realizar sua próxima reunião no próprio prédio daquela unidade, no centro do Rio.

A formação de uma comissão do colegiado segue a recomendação do relatório produzido por uma outra comissão, formada em março pela pró-reitoria de Graduação, com o objetivo de apurar aspectos relacionados à administração acadêmica da Faculdade de Direito. Nesse relatório, disponível na página eletrônica da universidade (www.ufrj.br), depois de discorrer sobre quatro pontos específicos ("atividades administrativas de graduação", "aspectos acadêmicos, "regimento da Faculdade de Direito", "corpo docente" e alguns órgãos próprios da faculdade), os autores do documento concluem que a situação encontrada naquele curso "pode ser caracterizada como de quase completa ausência, ou não cumprimento, de regras, de normas de organização".

Os integrantes dessa primeira comissão que produziu o relatório estiveram no CEG e expuseram seus pontos de vista sobre o curso, o que reforçou a convicção dos conselheiros para a formação do grupo de acompanhamento acadêmico.

Reintegração do diretor repercute no colegiado

Cientes da decisão judicial que permitiu a reintegração do professor Armênio Cruz ao cargo de diretor da Faculdade de Direito (leia mais na matéria do Consuni, na página 8), os conselheiros fizeram uma recomendação para que o corpo social da unidade mantenha o diálogo "no sentido de evitar ações violentas". Ao mesmo tempo, os conselheiros cobraram "atenção especial" da Procuradoria Geral da universidade para o recurso daquela decisão judicial.

UFRJ

Decisão da justiça provoca reação no curso de Direito

Liminar reintegra diretor afastado e Consuni aprova resolução sobre o episódio

A concessão de uma liminar, em segunda instância, no dia 9 de setembro, garantiu a recondução do professor Armênio Cruz ao cargo de diretor da Faculdade Nacional de Direito e causou imediata reação no corpo social daquela unidade, com repercussão nos colegiados superiores da universidade. Na ocasião, foi expedido ofício para a Reitoria da UFRJ cumprir o julgado, o que ocorreu no final da semana retrasada. Antes disso, porém, a Congregação da faculdade, reunida no dia 13/9, e ainda dirigida pelo decano do CCJE e diretor interino, professor Alcino Câmara, resolveu declarar-se em sessão permanente com a finalidade de manter a continuidade do funcionamento do curso. Reiterou ainda um posicionamento anterior de não reconhecer Armênio Cruz como diretor. A Congregação exigiu, uma vez mais, da reitoria da UFRJ uma solução imediata no sentido de afastar definitivamente o agora reconduzido diretor do cargo máximo daquela unidade e instou a comunidade acadêmica, a sociedade civil e o governo federal a apoiarem o processo da reconstrução acadêmica e institucional da FND. O texto da Congregação encontra-se disponível em www.ufrj.br.

Mobilizados, os alunos do curso ocuparam o gabinete da direção da faculdade desde o dia 21. Mais que isso: aproveitando a realização de uma sessão ordinária do Consuni no dia 23, ocuparam também o plenário da sala de reuniões e cobraram providências da reitoria e dos conselheiros.

A decisão do Consuni

A situação da Faculdade Nacional de Direito logo se tornou o assunto predominante da pauta do Consuni que resolveu, após longo debate, aprovar uma resolução sobre o episódio da unidade, sem ferir o cumprimento da liminar.

No texto da resolução, entre várias medidas, o Consuni declara total apoio à manifestação de vontade e de determinação da congregação da faculdade de Direito no sentido de conduzir a vida institucional da unidade, livre de qualquer possível constrangimento da "imposição, por via judicial, do diretor afastado". O colegiado, preocupado com notícias de ameaças aos estudantes acampados no prédio da faculdade (circulou entre os conselheiros um registro de ocorrência policial), também definiu a constituição de uma "comissão de monitoramento do processo de normalização institucional", presidida pelo decano Alcino Câmara, que deverá zelar pela "integridade física do corpo social" e do patrimônio da unidade. Também, em um outro item, reiterou a necessidade de se garantir a livre manifestação de todos os segmentos da comunidade, "respeitadas as normas do direito, da democracia e da cidadania". Os conselheiros reiteraram a delegação ao reitor da UFRJ para envidar, em nome do Consuni, todos os esforços para garantir a decisão anterior do próprio colegiado (em março, veja quadro abaixo) de manter o afastamento do diretor e restaurar a normalidade democrática e institucional da faculdade.

Kelvin Melo

ESTUDANTES DO DIREITO VOLTAM A OCUPAR O CONSUNI

O Consuni aprovou ainda uma moção na qual não "reconhece na figura do Prof. Armênio Albino da Cruz Filho a liderança necessária para a reconstrução acadêmico-administrativa" da faculdade de direito e recomenda que todas as providências cabíveis sejam tomadas para restaurar a normalidade naquele local.

Situação do processo administrativo disciplinar

A reitoria informou a situação das duas comissões constituídas para o processo administrativo disciplinar contra o diretor afastado. A primeira, formada em março, deve apresentar seus resultados nesta semana. Uma segunda comissão, criada em julho, tem até 27 de setembro para dar o seu parecer, mas este prazo é prorrogável por mais dois meses.

O Regime Jurídico Único prevê, se provada a culpa do servidor, as punições de advertência, suspensão, demissão e cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, decorrentes de processo administrativo disciplinar. De acordo com informes da reitoria, advertências e suspensões podem ser aplicadas pelo reitor, no caso de servidores da universidade. Já a demissão só pode ser decidida pelo ministro da Educação, ainda segundo a reitoria.

Durante a sessão, convidado pela vice-reitora, Sylvia Vargas, o procurador da universidade, Ronaldo Albuquerque, garantiu que haverá recurso à decisão do desembargador federal. Segundo ele, de acordo com os documentos que estão sendo preparados pela assessoria jurídica da universidade, "há boas chances de que o desembargador federal volte atrás em sua decisão".

Colegiado reconhece legitimidade de voto estudantil

Diante da notícia que o processo eleitoral para a direção do Instituto de Neurologia Deolindo Couto não reconheceu o voto dos estudantes de Fonoaudiologia ali vinculados (conforme divulgado pela carta da professora Vania Pavão ao Jornal da Adufrj anterior), o Consuni aprovou uma moção que confere legitimidade aos votos dos estudantes de graduação de toda a universidade nos processos de consulta para a escolha de dirigentes universitários.

A resposta da comissão eleitoral do instituto em relação à exclusão dos alunos não foi aceita pelo Conselho de Centro do CCS, em reunião do dia 20/9, que enviou os documentos do processo para uma decisão final do reitor.

Suspensão dos programas Prodoc e Profix

O pró-reitor de Pós-Graduação, José Luiz Monteiro, apresentou moção, posteriormente aprovada pelo Consuni, na qual manifesta preocupação quanto à situação dos bolsistas beneficiados pelos programas Prodoc (Programa de Absorção Temporária de Doutores)/Capes e Profix (Programa Especial de Fixação de Doutores)/CNPq, extra-oficialmente ameaçados de suspensão. O documento solicita ainda um pronunciamento oficial e imediato das agências de fomento.

HISTÓRICO

A decisão de afastamento do diretor Armênio Cruz foi tomada em um Conselho Universitário de 25 de março. Poucos dias antes, os estudantes do curso de Direito e representantes do DCE fizeram uma ocupação da sala do diretor, indignados com a administração arbitrária e autoritária da gestão do professor Armênio. No dia 25, os alunos também estiveram no colegiado, assim como já haviam feito em outras oportunidades e mesmo em outros conselhos da universidade para protestar contra a situação.

Diante das evidências, dos pronunciamentos dos representantes das entidades (Adufrj-SSind, DCE e Sintufrj) e das falas dos conselheiros favoráveis ao afastamento da direção, o Consuni aprovou, por unanimidade, a instalação imediata do processo administrativo disciplinar contra o diretor da Faculdade.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

REFORMA UNIVERSITÁRIA

EDIÇÃO DE 27 DE SETEMBRO 2004

O contexto da contra-reforma[1]

O presente encarte contém a primeira de uma série de análises produzidas pelo Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN (GTPE), reunido nos dias 13, 14 e 15 de agosto, em Brasília. Naquela ocasião, o GTPE examinou:

1. o contexto em que ocorre a reforma universitária;
2. o texto "Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior" do MEC (também conhecido como "Documento II");
3. o projeto de lei de Inovação Tecnológica;
4. o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
5. o Programa Universidade para Todos (Prouni);
6. a Educação Profissional e Tecnológica.

Neste número, o Jornal da Adufrj-SSind divulga o estudo do GTPE do Andes-SN referente ao cenário sócio-econômico e político em que se desenvolve a reforma universitária. As outras análises serão publicadas nas próximas edições de nosso jornal. O conteúdo completo do trabalho pode ser encontrado na página eletrônica www.andes.org.br.

Na visão do GTPE, as ligações entre as orientações da política econômica, a inserção do país na economia mundial, as políticas de ajuste estrutural (agora em nova geração) e os acordos com os organismos internacionais determinam a conjuntura na qual o governo encaminha suas diretrizes, projetos de lei, emendas constitucionais e medidas provisórias.

Para que seja possível compreender o alcance das reformas propostas pelo governo Lula, é preciso ir além de seus elementos endógenos. Impõe-se à classe que vive do próprio trabalho, talvez mais dramaticamente do que em outro tempo, conhecer o estágio presente do modo de produção capitalista e da reforma do Estado, dupla face de um único processo.

As necessidades da acumulação capitalista determinaram aos estados, nas três últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do XXI, uma redução de seus espaços de atuação para que estes fossem ocupados por empresas privadas. A transmutação dos espaços públicos em espaços de apropriação privada e de lucratividade efetiva-se, fundamentalmente, por duas formas de ação do Estado: oferecimento de seguros e serviços em substituição aos direitos do mundo do trabalho e às políticas sociais e a privatização das empresas estatais construídas com recursos provenientes do fundo público que são entregues ao capital por preços bastante inferiores aos preconizados até mesmo nas "leis de mercado".

A reforma do Estado brasileiro, executada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, alicerçou o edifício propugnado pelas agências multilaterais (Banco Mundial e FMI), ou seja, a nova estrutura do Estado brasileiro respondeu adequadamente às expectativas das agências ao realizar a primeira geração de reformas, especialmente, pela redefinição das funções do Estado, do que lhe é atividade exclusiva e do que será considerado o seu corpo de servidores.

O novo modelo de Estado - reduzido para o mundo do trabalho

e maximizado para o capital -decorrente do projeto implementado pelo Ministro Bresser Pereira tem, na Emenda Constitucional nº 19 de 1998, o seu momento emblemático porque ali se consubstanciou a crescente mercantilização das políticas públicas e a privatização do patrimônio público de propriedade do povo brasileiro. O conjunto de medidas que fez surgir este novo Estado brasileiro é considerado a primeira geração das reformas neoliberais realizadas no Brasil. A atualização do objetivo primário da acumulação capitalista foi garantida pela potencialização dos lucros e pela abertura de novos espaços para a valorização do capital com a reforma do Estado. Ademais, pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, materializa-se a redução da primeira política pública, a previdenciária, conforme os parâmetros postos pela EC 19/98.

Na continuidade das contra-reformas, o governo Lula da Silva, como o governo anterior, tem implementado a segunda geração de reformas neoliberais[2]. A principal diferença entre a primeira e a segunda geração de reformas contrárias ao mundo do trabalho, efetivadas pelos governos de FHC e de Lula, reside na sua complementaridade, vez que o atual governo trata de regulamentar o desmonte dos direitos realizados por FHC[3]. Assim, ao governo Lula da Silva, no quadro geral do desmonte do Estado brasileiro, cabe:

1. regulamentar as emendas constitucionais já aprovadas, vale dizer, operacionalizar a estrutura jurídica no plano infraconstitucional. A educação, com a EC 19/98, não foi definida como uma responsabilidade exclusiva do Estado e a 'flexibilização' do direito à educação como dever do Estado fragilizou a defesa do acesso à universalidade e, simultaneamente, abriu-se espaço para a expansão do empresariamento da educação e,

2. reformar a Constituição Federal naqueles capítulos em que a legislação complementar não foi suficiente para consolidar a destruição dos direitos do mundo do trabalho e para disponibilizar os recursos públicos ao capital. A EC 41/2004, relativa à previdência dos servidores públicos, consolidou a destruição da previdência pública dos servidores públicos federais e, pela instituição dos fundos de pensão, viabilizou o início das reformas de segunda geração conforme as diretrizes do Banco Mundial e os anseios do capital financeiro nativo e internacional.

Essas reformas estruturais, portanto, fazem parte da política dos organismos internacionais do capital para os países da periferia do capitalismo, aprofundando ainda mais a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial. A subordinação do atual governo a essa política se expressa na pauta apresentada pela Coligação Lula Presidente: metas de inflação rígidas, patamar elevado de juros, superávit primário de 4,25% do PIB para pagamento da dívida externa; aprovação de reformas estruturais (previdência, fiscal, tributária, sindical e trabalhista); autonomia do Banco Central e implementação de políticas sociais focalizadas no "alívio à pobreza".

A política econômica financista ancorada em altas taxas de juros vincula-se e corresponde em estreita harmonia ao modelo de Estado reduzido para o mundo do trabalho. A reforma do Estado brasileiro, aprofundada sob o governo Lula, pauperiza ainda mais as já restritas políticas públicas que nada fazem além de focalizar ações em parcelas minoritárias da população. O crescimento da miséria e a conformação de uma sociabilidade individualista e violenta são as expressões da barbárie social cada vez mais visível em nosso país. Elas são os frutos resultantes da socialização dos prejuízos e custos da formação da riqueza pelo conjunto da sociedade e pela apropriação do lucro por proprietários privados.

O quadro elaborado pelo Jubileu Brasil[4] demonstra a prioridade do governo Lula: o pagamento da dívida externa. O Governo Lula destinou, no período de janeiro a outubro de 2003, R$ 86,151 bilhões ao pagamento das dívidas externa e interna e reservou apenas R$ 46,084 bilhões para todas as áreas sociais listadas na tabela abaixo:

Governo Federal -
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Janeiro a Outubro de 2003

Itens selecionados	Programados para o ano (R$ mil)
Segurança Pública	2.718.813
Assistência Social	9.300.997
Saúde	27.969.412
Educação	14.440.415
Cultura	352.036
Urbanismo	913.786
Habitação	378.259
Saneamento	225.233
Gestão Ambiental	2.356.242
Ciência e Tecnologia	2.096.517
Agricultura	9.477.371
Organização Agrária	1.599.299
Energia	4.461.133
Transporte	5.724.333
Total dos gastos Sociais	**82.013.846**

Em termos absolutos, as verbas previstas para o MEC em 2004 são menores que as estipuladas para 2003 - primeiro ano do governo Lula, mas cujo orçamento foi redigido, basicamente, pela administração passada. Para o ano de 2004, o governo pretende investir R$ 17,303 bilhões em educação, contra os R$ 18,145 bilhões inicialmente previstos para 2003. Vale lembrar que parte da verba prevista para 2003 não foi liberada, já que em fevereiro daquele ano o governo determinou o contingenciamento (restrição à liberação de recursos) de R$ 14,1 bilhões da maioria das áreas do governo. No mesmo sentido, no início de 2004, foi autorizado novo contingenciamento no valor de R$ 6 bilhões de reais do total do orçamento previsto.

Apesar das críticas à "herança maldita" e dos compromissos firmados no "Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente: Uma escola do Tamanho do Brasil", fica evidente que o governo Lula mantém a mesma pauta dos organismos internacionais e do governo neoliberal de FHC para a reforma de educação brasileira: a) investimento mínimo no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e no ensino médio; b) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das novas tecnologias educacionais, por meio da educação superior a distância e, c) diversificação das fontes de financiamento da educação superior.

Neste cenário, a contra-reforma universitária é parte ativa e componente da segunda geração de reformas estruturais. Sua base de fundamentação política parte das seguintes concepções: 1) "a educação como bem público". Esta concepção oportuniza a defesa da seguinte argumentação: na medida em que as instituições públicas e privadas prestam um serviço público, justifica-se a alocação de verba pública para instituições privadas (Programa Universidade para Todos), diluindo os conceitos de público e privado e retomando a noção de público não-estatal de Bresser Pereira-FHC; 2) "a justiça social como igualdade de oportunidades". Desta forma caberá a cada indivíduo, a partir de suas competências e habilidades, conquistar uma vaga nos cursos pós-médio (seqüenciais, cursos de curta duração) ou nas universidades (ciclo básico ou integralizando o curso de graduação); 3) "O Estado como supervisor". Destaca o papel do Estado na regulação do sistema (elaboração da Lei Orgânica da Educação), sem fazer referência ao financiamento público para a educação pública. Reserva-se ao, já amputado, Estado brasileiro, no âmbito do ensino superior, a 'supervisão e a regulação' já que o financiamento do ensino superior público não está entre suas prioridades.

Esses elementos da pauta da contra-reforma da educação superior retomam a diversificação das IES, diferenciando o papel das universidades (adaptação do conhecimento produzido nos países centrais) das demais instituições de ensino superior (atualização do conhecimento), mantendo a perversa hierarquização entre os "centros de excelência" e os "escolões de terceiro grau", criticados e combatidos no governo anterior, relançando as diretrizes formuladas pelos organismos internacionais do capital durante a década de 90 (Banco Mundial 1994 e 1999)[5].

Em relação à diversificação das fontes de financiamento da educação superior, a contra-reforma que vem sendo implementada pelo governo Lula apresenta: a) o estabelecimento de lei complementar para regulamentação da autonomia das IFES, comprometendo o princípio da auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal; b) a criação do Fundo de Manutenção (despesas correntes com pessoal, manutenção e outros) e Desenvolvimento (expansão, inovação e gestão) do ensino superior; c) a regulamentação das fundações de direito privado e, d) o financiamento público das instituições privadas por meio: 1) da manutenção e ampliação da desoneração tributária O enfraquecimento do direito à educação pública pavimentou as vias de acesso ao fundo público para as empresas privadas de educação. Assim, o Programa Universidade para Todos - PROUNI pode ser tomado como um seguro exemplo da transferência dos recursos públicos, por meio de largas isenções de impostos, às universidades particulares, 2) do FIES (Financiamento Estudantil) e, 3) da constituição de um fundo setorial de incentivo à pesquisa nas instituições privadas.

Vale destacar, no que se refere ao financiamento da educação superior, a aprovação na Câmara do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica[6] e do projeto que trata da parceria público-privada

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

(PPP)[7] , ambos de profundo interesse dos organismos internacionais do capital e identificados como estratégias para ampliação do ambiente de negócios no Brasil[8].

A apresentação do 'documento II'[9] , como fruto dos debates realizados pelo MEC, informa o tom dialógico, de ampla aceitação e consenso, como se houvesse passado pelo debate em ocasiões e espaços onde estudantes e servidores se reúnem. Ancora-se em dados de uma realidade-produto dessas investidas na ampliação do projeto privatizante e de sucateamento do público, mencionando as intenções/ metas do PNE (2001-2010) de fazer chegar a 30% as ofertas de matrículas em cursos superiores à população de jovens entre 18 e 24 anos e ressaltando a "complexidade[10]" do sistema de ensino superior e a variedade de instituições que os governos vêm promovendo segundo as cartilhas do BM e FMI.

O texto tende a secundarizar ou mesmo apagar a diferença entre público e privado, indicando restrições ao sistema público. Retoma, sem qualquer criatividade, ao debate da década de 50 em torno da LDB de 1961, quando os representantes das escolas particulares, principalmente as confessionais, pretendiam reconhecer o sentido público da educação nas iniciativas privadas[11]. Vale transcrever as frases do citado documento que explicitam esta concepção de público e privado (pág 2):

" ... o sistema público é restrito, tanto em número de matrículas quanto na capacidade de contemplar a diversidade regional, social e étnica do país em sua dinâmica. Expandir a oferta de vagas com qualidade e inclusão social é o desafio do sistema de ensino superior ..."

"Forjar uma Lei Orgânica de Educação Superior" é o caminho, então, para promover "o desenvolvimento econômico e social, combatendo as desigualdades regionais, eliminando privilégios de acesso e reafirmando direitos multiculturais e em um embate sem trégua contra a exclusão".

Os princípios e diretrizes, como em qualquer plano, repetem o que não poderia faltar como elemento de retórica. Em alguns itens, recordam-nos os termos dos relatórios de grupos de trabalho das reformas de 68 e 71, em outros, as "novidades" obrigam-nos a recuperar os sentidos de nação, cidadão, missão estratégica, eficiência etc.

Vale mencionar os dez itens listados como diretrizes, no sentido de localizar, no discurso, que funções se apresentam na prescrição de currículos como política pública. Do genérico à pretensão de chegar ao universal, as perspectivas são as de misturar os elementos de projetos progressistas como: educação como bem público e direito básico, transformação, participação, eqüidade e oportunidade, solidariedade a termos que claramente fazem sentido quando referidos à realidade das ações de subordinação aos organismos internacionais. Como que refletidas no espelho, ações de subordinação também são exigidas da parte das reitorias, pró-reitorias, coordenações, professores – freqüentemente consumidores de projetos e prescrições que em muito se distanciam dos debates promovidos nas associações acadêmico-científicas, no interior dos cursos e unidades, entre professores e estudantes.

Causam apreensão as atitudes esperadas de prontidão para cumprir, fazer cumprir, sugerir cuidados e ameaçar aos que ousam questionar/ problematizar as normas, regulamentações, prescrições, diretrizes, mínimos exigidos para as avaliações. E o documento muito bem promove o clima para tais disposições. Os ecos dessa reforma são percebidos no cotidiano das instituições.

Quando menciona a função do Estado de supervisionar a educação superior, permite-nos recuperar formas e padrões de controle da educação, acompanhada da idéia de sistema – teoria dos sistemas. Desde a figura-função de inspeção, implantada nas reformas do período militar, a fiscalização e o controle se exercem dissimulada e ostensivamente nessa reforma.

A produtividade proclamada se combina com a escassez de quadros profissionais e com a difusão da lógica da remuneração por desempenho, celebrando o fazer universitário pós-moderno e superficial. Esses elementos se articulam no quadro de controle, com exigência de mais trabalho, mais prestação de contas e desmonte do serviço público.

As resistências, entretanto, são destacáveis e alimentam os embates. Se a universidade pública garante, conforme o documento admite, o melhor desempenho na oferta de educação de nível superior, isto se deve ao estágio de profissionalismo conquistado. Os docentes têm respondido, ainda que com menor número de professores, às demandas profissionais que nos chegam nos ambientes das universidades, porque somos hoje a geração mais profissionalizada do serviço público.

"Das Diretrizes" "à missão da educação superior no Brasil", o documento comporta anúncios de mudança quanto a termos centrais nos debates e no projeto de Universidade Pública e Serviço Público que o Movimento Docente reivindica[12] . No documento, "autonomia", "financiamento" e "avaliação" são dados como condições políticas para a realização da "missão". E aí o tom é o de privilegiamento do projeto de desmonte do serviço público.

É nítida a referência ao Projeto de Parceria Público-Privada. As menções à "soberania popular expressa no Programa de Governo", "reavivar vínculos e explicitar compromissos com valores caros à sociedade..., essenciais à superação dos desafios que a nação estabeleceu (pág 6)", "missão de viabilizar o acesso à aprendizagem permanente, contribuindo para a elevação dos níveis de informação de toda a sociedade" revelam o contexto em que essa reforma se promove e com que resultados espera contribuir.

A conjugação dos termos que giram em torno de propósitos de elevação de níveis de informação, compromisso de expandir e garantir o desenvolvimento e melhoria da educação e internacionalização e excelência da produção na universidade expressam as intenções de substituir a matriz de organização da educação de nível superior, trazendo para o centro do trabalho a educação a distância.

Nesse sentido, cabe ao Movimento Docente criticar as intenções desse projeto, cujo risco maior são a indiferenciação entre o público e o privado, em benefício deste último, a comodificação da educação e a instauração generalizada do capitalismo acadêmico. Certamente, esse projeto acarretará perdas de postos de trabalho para os mais jovens. Não há conciliação possível com um projeto que elimina as chances de inserção profissional, de concursos e carreira para os mais jovens. Urge dar visibilidade aos interesses centrais das grandes empresas de venda de recursos tecnológicos – a educação a distância é necessidade das empresas[13] . Para dar aulas, fazer pesquisas, desenvolver extensão, existem hoje, em número suficiente, mestres e doutores formados em nossas universidades que poderão assumir por meio de concursos públicos a formação humana e profissional em todos os espaços onde couber formação de nível superior.

O item político a destacar nessa discussão é o desemprego dos mais jovens, quando se está deslocando para os mais credenciados (?) a incumbência de terem gravadas informações a respeito de certos temas – ao que não podemos chamar de aula. Educação é fundamentalmente relação, é interação, realiza-se em presença dos muitos que buscam ambientes, condições, propostas e respostas para necessidades e demandas culturais.

Outro item desse debate diz respeito aos muitos recursos a serem colocados à disposição de todos para que a educação aconteça. Os elevadíssimos impostos têm aí um destino adequado, qual seja o de custear a formação integral das novas gerações.

A expansão da educação superior, do ensino em outros níveis e do serviço público realiza-se estabelecendo metas de plena vaga nas instituições públicas. Movimentos como "os sem-universidade" apontam essa reivindicação com muita clareza, independentemente de políticas de cotas, um debate legítimo e importante, mas deturpado pelo governo como desvio e distorção em relação aos temas e problemas centrais.

Financiamento e avaliação são itens vinculados a controle e garantia que leis complementares e dispositivos regulatórios preencherão. Uma imediata relação com Planos – Plano de Desenvolvimento e Gestão - PDG e Projetos – Projeto Político-Pedagógico dos cursos passam à exigência na situação de financiamento. Torna-se clara a ingerência do Ministério na vida dos cursos e escolhas de profissionais, no currículo, na pesquisa e nas atividades de extensão, pelas intenções de manipulação de idéias a respeito dos trabalhos com a comunidade (voluntariado) e substituição de professores do ensino regular, concursados, por estudantes, por meio do que chamam de estágio e práticas pedagógicas nas Diretrizes Curriculares.

O Documento II recupera o modelo da CAPES pela experiência e prestígio acumulados (pág 11). Ao dar ênfase à competitividade, à produtividade, à exclusão, à regulação, a definição de avaliação contém o sentido de dar valor e admite, com isso, desigualdades e hierarquias. O documento extensamente elenca os modos de controle, os arranjos e as alianças que já são uma realidade, face 'a constituição dos conselhos estaduais de educação (largamente ocupados por representantes das escolas particulares).

O conteúdo político-pedagógico da educação superior, segundo o documento, tem como fim a formação de "profissionais empreendedores". Para tal, propõe a constituição de um ciclo básico cujo objetivo é o fortalecimento das "capacidades de compreensão e de expressão oral e escrita assim como de conceitos de ciências em geral". A flexibilização dos currículos de graduação parte da constituição deste ciclo inicial de dois anos (estudos universitários gerais) com certificação própria. Esta flexibilização caracteriza: um desdobramento do ensino pós-médio, conforme a lógica indicada pelo Banco Mundial durante a década de 90; a destruição do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o desmonte da lógica político-acadêmica que norteia as diretrizes curriculares gerais, orientadoras da formação profissional de cada curso, na medida em que atribui a cada universidade a avaliação e definição do conteúdo pedagógico/ curricular de cada etapa ou ciclo. Essa proposta constitui-se em uma retomada do processo de certificação em larga escala e do aligeiramento da formação que atravessou a educação brasileira no governo neoliberal de FHC.

Também está indicada no documento do MEC a necessidade de substituição da estrutura departamental para "melhorar o aproveitamento de docentes e técnicos-administrativos, (garantir) a simplificação burocrático-administrativa e o aproveitamento de recursos financeiros". Ou seja, realiza uma reforma gerencial e administrativa das IES, com a aparência de autonomia universitária.

Em relação à gestão, propõe a predominância docente nos colegiados e no processo de consultas para reitor, aprofundando a pouca democratização interna nas IES.

Fica evidente, pela análise do citado documento e dos demais projetos que estão sendo aprovados em Brasília, que a reforma da educação superior que vem sendo implementada pelo governo Lula articula várias frentes: o conteúdo político-pedagógico; a estrutura departamental; o financiamento; a avaliação; a gestão; a autonomia universitária e a carreira docente. Essa reforma favorece os empresários da educação em crise em busca de novos campos de exploração, tornando a educação um dos mais lucrativos setores de investimentos para empresários brasileiros e estrangeiros. A reforma da educação superior do governo Lula está

pavimentando a implantação da ALCA em 2005: a educação é concebida como um serviço. É nesse sentido que a privatização por dentro das instituições públicas e o estímulo ao empresariamento da educação estão colocados.

As divergências existentes em relação à reforma da educação superior não são pontuais, como afirma o MEC. São divergências de fundo que se referem à própria concepção de educação defendida historicamente por professores, estudantes e técnicos-administrativos: a educação pública e gratuita como direito de todos e dever do Estado. Esta concepção, definitivamente, não está norteando a reforma apresentada pelo Governo Lula por intermédio do MEC.

---

[1] Texto elaborado no GTPE por Cecília Collares (ADUNICAMP), Gelta Ramos Xavier (ADUFF), Kátia Lima (ADUFF), Sara Granemann (ADUFRJ), Tomás de Aquino S. Boaventura (ADUFMAT).

[2] "Talvez o maior avanço tenha ocorrido na gestão das finanças públicas, em que as reformas institucionais se encontram bem adiantadas. O Brasil também fez progressos na restauração da estabilidade e na busca da eficiência do sistema bancário público. Numa perspectiva futura já se reconhece a necessidade de uma 'segunda geração' de reformas do setor público, com o objetivo de garantir apoio ao aperfeiçoamento das finanças públicas, no longo prazo, trazendo melhor qualidade e eficácia aos gastos públicos". BANCO MUNDIAL, 2003. *O Banco Mundial no Brasil. Uma parceria de resultados*. Disponível em www.bancomundial.org.br Acesso em 16/08/2004.

[3] No documento *Brasil Justo, Sustentável e Competitivo,* o Banco Mundial apresenta a agenda de reformas a ser implementada pelo governo Lula da Silva, destacando como enfoque central a necessidade de reformas na educação superior brasileira: "o país gasta mais, em termos *per capita*, em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e com o ensino superior do que a maioria das nações latino-americanas. Como explicar esse paradoxo? Em primeiro lugar, o setor público domina a P&D: os vínculos entre as universidades e o setor privado são relativamente fracos. Em segundo, o setor privado opera em ambiente freqüentemente burocrático, o que prejudica as firmas menores e mais novas e a inovação tecnológica. Em terceiro, a exposição das empresas brasileiras à tecnologia e gestão de ponta por meio do comércio (e do investimento estrangeiro orientado para as exportações) é relativamente baixa. E, por último, os gastos com o ensino superior beneficiam apenas poucos privilegiados. Todos estes fatores impedem o crescimento econômico". BANCO MUNDIAL, 2003. *Brasil Justo, Sustentável e Competitivo. Contribuições para o debate.* Disponível em www.bancomundial.org.br. Acesso em 16/08/2004.

[4] A Campanha Jubileu Brasil é organizada por entidades sindicais, eclesiais, camponesas e organizações não governamentais. Os dados apresentados na tabela de execução orçamentária de janeiro a outubro de 2003 foram retirados do Relatório resumido da execução orçamentária do Governo Federal, elaborado em outubro de 2003, e estão disponíveis em www.stn.fazenda.gov.br , conforme informações divulgadas no Boletim Auditoria Cidadã da Dívida n. 08 de 23/12/2003, p.4, disponível em www.jubileubrasil.org.br. Acesso em 07 de janeiro de 2004.

[5] BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior- las lecciones derivadas de la experiencia.* Washington, 1994 (xerocopiado) e BANCO MUNDIAL. *Documento estratégico do Banco Mundial. A educação na América Latina e Caribe.* Dezembro, 1999. Disponível em: <http:// www.bancomundial.org.br >. Acesso em: 12 de fevereiro de 2002.

[6] O projeto flexibiliza a mobilidade de pesquisadores das universidades públicas que desejam atuar na iniciativa privada sem perder o vínculo com as universidades públicas; faculta às universidades a prestação de serviços para instituições públicas ou privadas; regulamenta a cessão de laboratórios, equipamentos e demais instalações das universidades públicas para utilização pelas empresas e atribui à União o papel de apoiar e estimular estes contratos envolvendo universidades e empresas, identificados como "alianças estratégicas".

[7] O projeto de lei que trata das parcerias público-privadas, cuja elaboração foi coordenada por Fernando Haddad, ex-assessor do MPOG, atual secretário executivo do MEC, coordenador do grupo executivo da reforma do ensino superior, transfere para o setor privado a execução de serviços públicos e atividades de competência da administração pública. Assim, viabiliza, por meio de legislação complementar, a interferência dos negócios privados na esfera pública, quando faz desaparecer a exclusividade de o fundo público financiar as políticas públicas e admite que "(...) o governo poderá arcar, total ou parcialmente, com os custos do investimento e com a remuneração esperada pelos investidores (...) paradoxal, no entanto, na proposta de PPPs é que o mesmo governo, que se considera desprovido de recursos financeiros suficientes para cumprir suas atribuições constitucionais, apresenta-se ao setor privado e à sociedade como um parceiro que poderá assumir o resgate das dívidas contraídas pelo setor privado para operacionalização dos contratos de parceria. (JURUÁ, Ceci Vieira. PPP – Os contratos de Parceria Público-Privada. In Encarte da Reforma Universitária – Jornal da ADUFRJ Edição de 12 de abril de 2004. Disponível em www.adufrj.org.br. Acesso em 14/08/04.

[8] "O ambiente de negócios do Brasil foi melhorado por meio de regulamentação da infra-estrutura, simplificação do registro de pequenas e médias empresas, e de uma nova lei de falência. Criaram-se duas novas agências reguladoras, e a Lei de Parcerias Público-Privadas foi enviada ao Congresso. Mais melhorias no ambiente de negócios poderão promover mais parcerias público-privadas, aumentar a competitividade interna e as opções dos consumidores pela efetiva execução da lei da concorrência, reduzir à metade o tempo de registro de uma empresa em determinadas cidades, e agilizar a solução de dificuldades financeiras e aumentar o valor de recuperação de empresas insolventes sob a nova Lei de Falências. A recente Lei de Inovação proporcionará um aumento de até 20% nos contratos de transferência de tecnologia entre as universidades e o setor privado, e uma ampliação de até 10 pontos percentuais na parcela de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do setor privado". Banco Mundial. Aprovados U$505 milhões para crescimento eqüitativo. Informe do Banco Mundial de 19/02/2004. Disponível em http://www.bancomundial.org.br. Acesso em 20 de fevereiro de 2004.

[9] *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior*. MEC, 2004. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 16/08/2004.

[10] É interessante observar a insistência com que aparecem, nos textos governamentais, as palavras "complexo" e "complexidade", afastando de qualquer intervenção docentes e coletivos que desejem mudar os rumos políticos dos projetos. Tudo é tão complexo, tão inabordável, inexorável mesmo, que aos profissionais não cabe mais que submeterem-se.

[11] A herança de Florestan Fernandes não pode ser desperdiçada nesta oportunidade de afirmar e tornar clara a diferença entre o que é público e o que é privado.

[12] Sobre avaliação, financiamento, autonomia, consideramos que esses itens devem ser tratados como aspectos do embate político entre projetos distintos. Temos dito "não" a Fundos, Fundações, Cursos de Pós-Graduação como Mestrados Profissionalizantes.

[13] Michael Apple em "Trabalho docente e textos" muito bem discute dados a respeito de esforços de empresas serem beneficiadas ao tentar passar uma outra base de trabalho material para a educação. Desvincula de tal debate a necessidade de termos a nosso alcance todos os recursos materiais para que se promova a educação.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 155 • 4 de outubro de 2004

Setor rejeita medida provisória dos salários

Representantes das seções sindicais criticam quebra de paridade e agravamento do produtivismo

Janete Luzia Leite

REUNIÃO DO SETOR DAS FEDERAIS, EM 25/9

Reunidos em Brasília no dia 25/9, os representantes das seções sindicais vinculadas às universidades federais rejeitaram por ampla maioria a medida provisória nº 208/04. A justificativa da maioria dos presentes é o fato de a MP manter e aprofundar o produtivismo e não contemplar a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, além de intensificar as distorções existentes entre as carreiras docentes do magistério superior e de 1º e 2º graus das instituições, em contradição às reivindicações históricas do movimento e em relação às declarações do próprio governo ao longo do processo de "negociação". Uma proposta de se aceitar emergencialmente a MP levada pelo representante da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (Adufpi) não obteve voto nem do próprio. Foram registradas ainda seis abstenções.

Após a edição da MP 208/04, vale dizer que a diretoria e o ainda constituído Comando Nacional de Greve solicitaram ao MEC uma audiência com o ministro (o que não havia sido atendido até o fechamento desta edição, em 1/10). Também foi feita uma solicitação de audiência na Comissão de Educação. No entanto, há um esvaziamento tanto no Congresso, quanto no Executivo, devido às eleições municipais.

O Setor decidiu também que o Andes-SN, junto do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) e da Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal), deve reivindicar do MEC uma reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente e nela apresentar e negociar as demandas do setor: extinção do caráter produtivista e incorporação da GED, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, isonomia salarial entre as carreiras de 1º e 2º graus, extensão dos ganhos salariais aos substitutos e visitantes. Se necessário, será composto um grupo de trabalho específico na Mesa para tratar destes temas. Antes da decisão do Setor, a diretoria do Andes-SN informou ter se reunido com a direção do Sinasefe e ficou acordado que as entidades vão trabalhar juntas, não aceitando discussão de carreira, fim de gratificações, incorporações em grupos de trabalho separados, mas em conjunto na Mesa Setorial de Negociação Permanente.

Volta da Comissão Nacional de Mobilização

Com o fim da greve, o Setor optou pela convocação da CNM para atuar junto ao Congresso durante a tramitação da MP 208/04, entre outras ações, a partir desta semana (dias 4 a 8 de outubro). Também foi confirmada a implementação do calendário aprovado pela plenária "Vamos barrar esta reforma universitária", do dia 12/9 – já divulgado no Jornal da Adufrj-SSind de 20/9.

Fundações em debate

A edição do decreto governamental nº 5.205, que regulamenta as relações entre as fundações "de apoio" às universidades e as próprias instituições, não passou incólume pela reunião do Setor das Federais. Foi feita a recomendação para que as seções sindicais organizem debates sobre o assunto. Também foi recomendado ao Andes-SN encaminhar às bases, o mais breve possível, um parecer jurídico sobre o decreto.

Orçamento para o ano que vem

De olho no orçamento do ano que vem e suas implicações para as universidades e para os servidores, a seção sindical dos docentes da Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc-SSind) propôs à diretoria do Sindicato Nacional que o grupo de trabalho Verbas seja convocado para analisar a proposta do governo, já em tramitação no Congresso (leia mais sobre orçamento na página 2).

UFRJ pagou os atrasados do reajuste da GED

Os professores da UFRJ receberam no contracheque do mês de setembro as diferenças entre os valores antigo e novo da GED, relativas aos meses de maio, junho e julho de 2004. No mês passado, o pagamento da GED pelos novos valores fora feito apenas para o mês de agosto. Além disso, todos os professores ativos passam a receber a GED calculada com base em 140 pontos. As aposentadorias e pensões concedidas até julho de 2000 passam de 84 para 91 pontos e as concedidas após esta data permanecem com o mesmo número de pontos, isto é, a média dos 24 meses anteriores à concessão. A reitoria informou que todos os lançamentos tiveram de ser feitos manualmente, devido às restrições do sistema da folha de pagamento do governo federal (SIAPE), o que aumenta a possibilidade de erros ou omissões, dado o grande volume de processamento e o pouco tempo disponível, e pede aos professores que constatarem problemas no seu pagamento que procurem a PR-4 (Pró-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais) para resolvê-los.

Agenda Sindical

Outubro - Plebiscito Oficial sobre a ALCA
Pela aprovação do Projeto de Lei 71/2001 que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA, com a organização da Campanha Brasileira contra a ALCA, Dívida e Militarização.

10 a 15/10 - Encontros estaduais unificados para barrar a reforma universitária do governo

5 a 7/11 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo".

11/11 - Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação

25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Movimento

Orçamento minguado para os servidores

Palestras para dirigentes sindicais demonstram reconfiguração em andamento do Estado

O orçamento da União e suas implicações nas lutas dos servidores e as reformas do Estado foram os temas de duas palestras que os dirigentes sindicais vinculados ao funcionalismo – entre eles os professores Janete Luzia Leite, Salatiel Menezes e Sara Granemann, pela Adufrj-SSind - acompanharam durante a última reunião ampliada da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais, no dia 26/9, em Brasília.

Luiz Gonçalves Bomtempo (do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – Unafisco) e Max Leno (técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - Dieese), analisaram o orçamento para 2005. O texto já foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente, no final de agosto, e deve ser finalizado antes do recesso de final de ano dos parlamentares.

A discussão foi no sentido de verificar como os limites estabelecidos pelas metas fiscal, orçamentária e de superávit primário podem influenciar a sustentação de políticas públicas e as reivindicações salariais dos servidores. "O exame da pessa orçamentária reafirma não apenas a continuidade, mas o aprofundamento das políticas monetária, de superávit primário, das metas fiscais e a redução dos orçamentos para as políticas públicas. Neste cenário, está mantido o arrocho salarial para os servidores públicos e a escassez de recursos públicos para o financiamento das políticas sociais, vale dizer dos direitos do mundo do trabalho", disse a presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann.

Os dois palestrantes ressaltaram em suas exposições o gigantesco impacto negativo gerado pelos pequenos e constantes aumentos que o governo promove, por exemplo, na meta de superávit primário – resultado das receitas menos as despesas, sem que sejam contabilizados os gastos com juros para o pagamento da dívida pública. O governo Lula, para o aplauso do FMI, aumentou esse índice de 3,75% para 4%. Depois, chegou a 4,25% e, mais recentemente, atingiu o patamar de 4,5%. O palestrante argumentou que cada elevação dessas, embora disfarçada em pequenas doses, custa aproximadamente R$ 4 bilhões de reais em investimentos às políticas sociais do Brasil.

Para o professor Salatiel Menezes, o governo Lula já partiu de uma base iníqua (3,75%), em função das enormes carências do país, e conseguiu piorá-la ainda mais. Os diretores da Adufrj-SSind lembraram que, com apenas mais R$ 30 milhões anuais, por exemplo, em relação às verbas efetivamente destinadas ao último reajuste dos docentes universitários, seria possível contemplar a proposta minimamente aceitável do Andes-SN para a categoria.

Ainda de acordo com a diretoria, a palestra ganhou uma importância especial, pois demonstrou a necessidade, para o conjunto das entidades dos servidores, de se iniciar uma campanha salarial unificada de 2005 já neste ano, com o debate no Congresso sobre a lei orçamentária.

Segundo documento distribuído pelo palestrante da Unafisco, a mensagem presidencial do projeto de lei orçamentária de 2005 prevê gastos com pessoal no montante de R$ 97,1 bilhões (10,6% a mais que o projetado para 2004, ou R$ 87,8 bilhões). Só que a receita líquida da União (receita total, menos transferências a estados e municípios) crescerá 11,2% em 2005, ou seja, um aumento maior que o concedido aos gastos com o funcionalismo. Logo, depreende-se que os gastos com pessoal continuarão a cair, quando medidos como percentagem da receita corrente líquida. Em 1995, esta porcentagem correspondia a 56%, tendo caído para 31% em 2003 (veja gráfico nesta página). O detalhe é que o aumento na folha de pessoal de R$ 9,3 bilhões não será destinado integralmente ao aumento linear dos servidores. A quantia de R$ 955 milhões será destinada ao pagamento de novos servidores e cerca de R$ 2,5 bilhões, para a reestruturação de Planos de Carreira.

O Estado e a Carreira do Servidor Público

Coube a Eduardo Alves, assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), a tarefa de falar sobre "O Estado e a Carreira do Servidor Público".

A partir do que ele chamou de "desconstituição da propriedade estatal", expôs que, com as reformas em andamento ou algumas que já foram votadas, como a previdenciária, o Estado nacional já se apresenta com uma estrutura bem diferente daquela prevista na Constituição Federal de 1988, contudo muito pior para os trabalhadores, embora os tecnocratas do governo não dêem muita importância ao fato. A "desconstituição da propriedade estatal" reside, segundo Eduardo Alves, na transferência de recursos públicos para o setor privado da economia. Nesse sentido, o palestrante chamou atenção para o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPP), que conformam a fase atual da reforma do Estado e articulam as demais reformas como a sindical, trabalhista, universitária e também a previdenciária.

Após a exposição de Eduardo Alves, um representante da Fasubra apresentou a proposta de carreira do governo para a categoria dos técnico-administrativos das universidades federais.

Fórum Fluminense organiza Marcha do dia 25/11

Cientes de que a Marcha contra a reforma universitária marcada para o dia 25 de novembro, em Brasília, vai reunir um grande número de participantes, os integrantes do Fórum Fluminense de Lutas decidiram antecipar os preparativos desse evento. Em reunião do dia 27/9, na sede da Secretaria Regional do Andes-SN, foi lembrado que a caravana do estado do Rio de Janeiro foi a maior que compareceu à plenária "Vamos Barrar esta Reforma Universitária" do dia 12/9, também na capital federal, mesmo organizada em pouco tempo. Portanto, com um melhor planejamento, o estado teria todas as condições de levar ainda mais pessoas para a manifestação do final de novembro. A Adufrj-SSind esteve representada nesta reunião do Fórum pelo diretor Salatiel Menezes.

Passeata pelo passe livre

Durante a reunião, alguns participantes mostraram-se preocupados com uma possível repressão policial ao ato dos estudantes secundaristas – e apoiado pelo Fórum - em defesa da gratuidade no transporte público, que ocorreria dois dias depois, no centro da cidade, mas, felizmente, tudo transcorreu normalmente (veja matéria da página 8).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Universidades

Cai o parecer da AGU sobre transferência de militares

UnB anuncia volta do vestibular de Direito

Os efeitos do parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que obrigava as instituições federais de ensino superior a matricular militares e dependentes transferidos, mesmo quando originários de uma instituição particular, foram suspensos no final do dia 30/9, por uma liminar numa ação cautelar movida pelo Ministério Público em São Paulo e acatada pelo juiz da 4ª Vara Federal, Aroldo José Washington. Com essa medida, a Universidade de Brasília (UnB), que havia suspendido o vestibular de 2005 para as 25 vagas do Direito, já anunciou que retoma a realização do exame de admissão.

E a liminar deve ser muito bem recebida. Antes dela, o decano de graduação Ivan Camargo havia anunciado ainda que o número de vagas ofertadas em outros cursos poderia ser reduzido no edital do próximo concurso de acesso, em função das solicitações dos militares, segundo matéria do Jornal do Commercio do dia 28/9. A decisão anterior de suspender o vestibular foi tomada pelo Conselho Universitário da UnB, que divulgou nota em que classifica o parecer da AGU de flagrante violação à autonomia universitária.

A Seção Sindical dos Docentes da UnB também havia se manifestado contra o parecer da AGU, poucos dias antes da concessão da liminar. "Consideramos ética e politicamente repugnante que, num país de história colonial e escravocrata, a lógica da fidalguia e dos privilégios volte a ser imposta despoticamente ao serviço público e à universidade pública. Mais do que uma flagrante violação à Autonomia Universitária prevista na Constituição Federal (art.207), o parecer atenta contra a igualdade formal dos cidadãos diante da lei, agredindo os mais elementares princípios republicanos e democráticos", diz um trecho da nota distribuída no movimento docente, no início da semana passada.

Rose Brasil/ABr

Postura lamentável do MEC

O fato mais negativo em toda a confusão gerada pela decisão da AGU foi a postura do ministro da Educação, Tarso Genro. Enquanto o ministro da Defesa, José Viegas, bastante interessado na questão, buscava rebater todas as críticas à determinação da Advocacia Geral da União, Tarso demonstrava toda a fragilidade que sua pasta possui dentro do governo e jogava a responsabilidade para as universidades: "Fazemos parte da estrutura administrativa e vamos acolher o parecer. Mas as universidades são autônomas e podem, se for o caso, discutir a questão na Justiça", afirmou, em matéria da Folha Dirigida (23/9).

Medicina da UFBa pede cancelamento do vestibular

Por outras razões diferentes do parecer da AGU, mas talvez até mais preocupantes, a Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, no dia 14, e uma assembléia comunitária daquela unidade, no dia 22, chegaram a aprovar um pedido aos colegiados superiores daquela instituição de suspensão do vestibular para aquele curso pelos próximos dois anos. Na assembléia comunitária, a votação teve a aprovação de mais de 90% de cada segmento acadêmico.

De acordo com documento assinado pelo diretor da Faculdade de Medicina local, José Tavares Neto, existem 36 motivos para o pedido de suspensão do concurso de acesso, com destaque para a "grave e contínua crise no Hospital Universitário Prof. Edgard Santos; a falta de definição sobre campos de prática em atenção básica; e o excesso de Professores substitutos (23% do total)", informa um trecho.

Resenha

Fiscais da Previdência rebelam-se contra ProUni

Os fiscais do Ministério da Previdência estão em pé de guerra contra a medida provisória que criou o Universidade Para Todos (ProUni) do MEC, que concede isenção fiscal às faculdades que aderirem ao programa em troca de bolsas de estudos. A divergência está no artigo que permite revalidar certificados de filantropia das instituições que aderirem ao Prouni e que tiveram registros cassados graças às ações dos fiscais, em processos no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Nos últimos seis anos, a grande maioria das instituições teve o registro suspenso por não aplicar 20% do seu faturamento em ações em benefício da população mais carente (O Globo, 28/9).

Faculdades religiosas

Reportagem da revista Veja da semana passada demonstra o interesse de algumas religiões em investir no ensino superior. Como as faculdades religiosas se encaixam no perfil de instituições filantrópicas, elas são beneficiadas pela isenção fiscal. Na prática, isso significa que conseguem atingir uma margem média de lucro de 12%. "Uma mina de ouro, ainda mais quando se leva em conta que a obrigatoriedade legal de reinvestir todo o lucro obtido na instituição – e em ações sociais – nunca foi devidamente fiscalizada pelo governo", diz um trecho.

Isonomia na Justiça

Um servidor federal aposentado ganhou na Justiça o direito a receber uma gratificação de desempenho paga pela União nos mesmos valores dados a ativos. A decisão (uma antecipação de tutela) foi do juiz Alcides Martins Ribeiro, da 28ª Vara Federal do Rio, e abre precedente para mais de 200 mil inativos que sofrem a diferenciação. Na sua decisão, o juiz cita a paridade entre ativos e inativos, prevista no artigo 40 da Constituição. A Advocacia-Geral da União pode recorrer (Extra, 28/9).

Superávit absurdo

A economia feita em 2004 para o pagamento de juros da dívida pública já soma R$ 63,72 bilhões e supera a meta de R$ 56,9 bilhões acertada com o FMI até setembro. O aperto fiscal promovido pelo setor público brasileiro alcançou nos 12 meses, entre setembro de 2003 e agosto de 2004, R$ 80,6 bilhões, o equivalente a 4,95% do PIB. Esses porcentuais estão bem acima até mesmo da nova meta de 4,5% de superávit primário anunciada pelo Ministério da Fazenda (O Estado de S. Paulo, 25/9).

Movimento

Campanha contra a Alca nas eleições municipais

Realizada no dia 22/9, a Plenária Estadual da Campanha contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) decidiu aproveitar as eleições municipais (no último fim de semana) para conscientizar a população sobre os prejuízos para as nações mais pobres em um possível acordo comercial abrangendo os Estados Unidos e os demais países do continente. Os comitês já existentes ou os novos grupos formados foram às ruas em locais pré-estabelecidos com camisas da campanha, distribuindo adesivos, panfletos e um saquinho contendo sementes, em referência ao tema "Meu voto é contra a Alca, livre comércio e a dívida externa; semeie esta idéia". A próxima plenária estadual da campanha está agendada para o dia 27 de outubro, em local a ser confirmado.

Moções aprovadas

Além da moção de apoio à greve dos bancários (já divulgada no Jornal da Adufrj anterior), a plenária aprovou um texto de solidariedade ao jornalista Mário Augusto Jakobskind, que está sofrendo ataques e ameaças judiciais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e do sindicato local da categoria por ter criticado a postura da Rede Globo no episódio que levou Tim Lopes à morte, em 2002.

UFRJ

Consuni vai atualizar regimentos

Guilherme Lessa

SALA DA CONGREGAÇÃO DO DIREITO, MOTIVO DE MUITAS POLÊMICAS

Normas desatualizadas favorecem práticas pouco ou nada democráticas

Tirar o regimento geral da universidade da ilegalidade e, por conseqüência, tirar o regimento das unidades da ilegalidade. Nas palavras do professor Luiz Antônio Cunha, da Faculdade de Educação e integrante da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário, esse é o desafio que a câmara do colegiado ganhou até dezembro – prazo deliberado na sessão de 9/9 para a apresentação de uma nova proposta de texto legislativo para a UFRJ.

Naquela ocasião, no início de setembro, o Consuni se viu às voltas com uma consulta do professor Joaquim Welley, da Escola de Comunicação, sobre a composição da Congregação daquela unidade. Embora há pelo menos oito anos o colegiado da ECO funcionasse com três representantes discentes e um técnico-administrativo, o docente reivindicava o cumprimento do regimento, datado de 1972, que reduzia o número de alunos no colegiado a apenas um.

A resposta do Consuni foi pela manutenção da atual composição, não regimental, daquele conselho, que respeita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da UFRJ (que é de 2002), até a revisão do regimento geral e o resultante alinhamento normativo pelas unidades. De fato, está lá no parágrafo único do artigo 15 do estatuto: "Os órgãos colegiados, da Estrutura Superior, dos Centros e das Unidades Universitárias, deverão obedecer ao princípio da gestão democrática, com representação docente de no mínimo 70% (setenta por cento) e a garantia de participação de discentes, técnico-administrativos, antigos alunos e membros da comunidade externa, como previsto na legislação vigente".

Pedro Martins, representante discente no Conselho Universitário, considerou a decisão de setembro muito importante. Não é para menos. Pedro também acumula a função de representante dos alunos na Congregação da ECO, de onde surgiu a consulta que deflagrou o processo de revisão geral das normas da UFRJ. O estudante espera que a decisão do colegiado superior da universidade alcance outros fóruns internos de unidades, no sentido de se preservar a gestão democrática. O diretor do DCE da UFRJ ressalta, no entanto, que a representatividade de alunos e técnico-administrativos ainda é muito baixa (no máximo 30%, para o total dos dois segmentos) nessas instâncias. O diretório defende a paridade entre os segmentos nas representações dos colegiados.

Alguns pontos de revisão

O professor Luiz Antônio Cunha cita a organização departamental como um exemplo claro de problemas nos regimentos. Segundo ele, muitas unidades fundiram departamentos ou criaram novos e extinguiram outros e não fizeram os devidos reparos nos textos legais. As modificações na carreira docente também vão influenciar os trabalhos da comissão do Consuni: "A carreira docente de hoje é completamente diferente daquela dos anos 70". O detalhismo presente no regimento geral da UFRJ é outro motivo de crítica do docente: "Como foi um produto da ditadura, ele (o regimento) é muito amarrado", completou. Luiz Antônio Cunha, porém, não acredita que a revisão dos regimentos vai acabar com as disputas políticas internas de cada unidade: "Nunca resolve porque nem todos vão ficar totalmente satisfeitos", disse, lembrando, por exemplo, a paridade defendida pelos movimentos organizados da universidade.

Faculdade Nacional de Direito

Unidade em evidência no momento, infelizmente pela grave institucional pela qual passa, a Faculdade Nacional de Direito teve seu regimento cuidadosamente analisado por uma comissão acadêmica da pró-reitoria de Graduação. E o resultado esteve longe de ser satisfatório: datado de 1971, o regimento tem normas que "são forçosamente quebradas posto serem impossíveis de serem cumpridas. Ora, isso gera uma situação em que o não cumprimento de uma norma é justificável e, por extensão, gera o precedente de que as normas não precisam ser cumpridas. Esse é precisamente o caso da FND em relação ao seu regimento e isso é particularmente grave em se tratando de uma escola de Direito".

O relato da comissão acadêmica registra que o texto normativo da unidade tem mais de 220 artigos e "desce a detalhes inimagináveis", com superposição de atribuições às de órgãos superiores da UFRJ. O regimento contém "cláusulas especialmente danosas, pelo seu anacronismo, por sua rigidez, ou por serem simplesmente estapafúrdias. Ao mesmo tempo em que é extremamente detalhado, muitas vezes sobre questões secundárias (descreve por exemplo como se calcula a média de um aluno ou as tarefas do porteiro), é absolutamente omisso quanto a questões essenciais à vida acadêmica (não estabelece o processo de escolha dos chefes de Departamento). Não é exagero se dizer que nada se fará de forma conseqüente para a melhoria da atual situação da FND sem que se altere imediatamente esse regimento".

O documento cita ainda a "absurda obrigatoriedade de que toda prova seja corrigida por dois professores, sendo o primeiro aquele que aplicou a prova e o segundo, necessariamente, um professor titular, mesmo que o primeiro também o fosse. A FND só tem dois professores titulares que para cumprirem o disposto neste regimento teriam que corrigir pelo menos 24.000 provas (120 turmas, com 100 alunos em média, e duas provas por semestre) a cada semestre!"

Em outro ponto, o relato indica que não foram localizados os "atos de instituição e definição de competência de vários órgãos importantes para a vida acadêmica da FND como é o caso do Escritório Modelo, do Núcleo de Pesquisas Jurídicas e do Centro de Estudos de Criminalística".

Ex-diretor interino da Faculdade de Direito, durante o afastamento do professor Armênio Cruz, o decano Alcino Câmara observou que o regimento da Congregação da Unidade foi revisto neste período em que esteve na administração para "dar conta da questão democrática", com a inclusão da representação dos técnico-administrativos. Também foram realizadas eleições para várias representações: "Havia sérios problemas de legitimidade. Muitos mandatos estavam extintos há tempos", contou.

Alcino faz questão de frisar que a participação dos alunos, em primeiro lugar, e depois a dos técnico-administrativos foi fundamental para o início da restauração acadêmica daquela unidade. Por sua experiência em diversos colegiados da universidade, o atual decano do CCJE verifica que as representações discente e técnico-administrativa se mostram bem mais presentes que a dos docentes. "Isso é muito sério. Ou nós, docentes, estamos com excesso de reuniões ou estamos abandonando a vida coletiva. Isto é gravíssimo", disse.

Diante da situação do Direito, que já está se arrastando na Justiça, Alcino argumenta que uma nova legislação da universidade, respeitados os princípios básicos da ampla defesa e das decisões coletivas, deve prever situações em que os dirigentes universitários possam ser exonerados. "Não digo demissão, mas, dependendo do contexto, tem que perder o mandato", afirmou.

Faculdade de Educação

Outro caso evidente de como uma legislação desatualizada pode atrapalhar a vida de uma unidade inteira é o da Faculdade de Educação. Datado também de 1971, o regimento foi o instrumento da ex-diretora Speranza França para contestar normas que já estavam estabelecidas nas práticas locais há cerca de 15 anos. Quem cita um exemplo é o atual diretor da faculdade e conselheiro do CEG, Marcelo Corrêa e Castro. Segundo ele, o regimento interno foi revisto na segunda metade dos anos 80, mas, por razões desconhecidas para ele, o processo parou no Conselho de Centro do CFCH. Nessa edição não formalizada do texto legislativo, ampliou-se o número de representantes dos docentes adjuntos (de 2 para 4) e foram incluídas a representação dos técnico-administrativos e dos alunos de mestrado e doutorado. "Até porque, nos anos 70, não havia o programa de pós-graduação da faculdade", comentou.

Acontece que, na primeira oportunidade, preocupada com a correlação de forças na Congregação, a diretora contestou o número de adjuntos, com base no antigo regimento. Então, para manter a coerência, acabaram retiradas as vagas destinadas a alunos da pós-graduação e aos técnico-administrativos. Somente no fim da gestão Speranza, houve espaço para uma nova revisão do regimento, que ainda deve sofrer alguns ajustes, antes de ganhar o caminho do Consuni. O diretor acrescenta que a Congregação deve merecer um regimento à parte do texto legislativo da unidade, provavelmente no ano que vem.

Como sugestão para mudanças no regimento da UFRJ, Marcelo acredita, por exemplo, que essa representação dividida por classes dos professores não tem sentido numa Congregação de unidade. "Devia ficar prevista a representação docente e ponto", observa. Ele faz ressalvas apenas para fóruns específicos: "No CEPG, evidentemente, é recomendável que o professor tenha doutorado", disse, acrescentando que a representação discente e dos técnico-administrativos poderia ser ampliada.

Outros depoimentos

A diretora Angela Ancora, da Escola de Belas Artes, informa que o regimento da unidade é de 1971. Já o regimento da Congregação, que é da década de 90, oferece duas vagas para técnico-administrativos e outras duas para os alunos. Entre os professores, além da própria diretora, há vagas para os chefes dos sete departamentos, para os dois representantes de adjuntos, para dois representantes de assistentes e para um representante de auxiliar, além dos Titulares e eméritos. A dificuldade que a professora encontra com esse regimento é como preencher a vaga destinada aos auxiliares. "Hoje, praticamente não existem professores auxiliares. E então, como vou fazer uma eleição para essa representação?", questiona. Mas a dirigente não considera que o regimento esteja equivocado: está errada, segundo ela, a prática das universidades de só fazer concursos para quem já tem o doutorado. "O auxiliar se forma dentro da própria universidade, veste a camisa da UFRJ", acrescenta. Ela cita a época do Collor, quando muitos doutores se aposentaram, como uma exceção. "Aí tudo bem. Tem que recompor o quadro de doutores. Mas não é para fazer disso uma prática", explica.

Já o diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pablo Benetti, não se mostra satisfeito nem com o regimento da Congregação (de 2001), nem com o regimento geral. Para ele, a Congregação não possui representação da pós-graduação ou da extensão. Sobre a estrutura mais geral da universidade, Pablo critica, por exemplo, a existência dos departamentos: "O departamento é um figura antiga, que não favorece a interdisciplinaridade".

Muitos regimentos ainda são da década de 70

A reportagem da Adufrj-SSind conseguiu informações sobre os regimentos internos de 15 unidades: Escola de Comunicação, Instituto de Matemática, Observatório do Valongo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Belas Artes, Escola de Música, Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Escola de Enfermagem Anna Nery, Escola de Educação Física e Desportos, Escola de Química, Instituto de Química, Faculdade Nacional de Direito.

Todos esses têm regimentos oficiais da década de 70. O Instituto de Matemática, a FAU, a EBA, o IFCS e o Instituto de Física possuem regimentos separados para regulamentar as congregações. Nesses casos, geralmente mais atualizados, contemplam formalmente a representação dos técnico-administrativos. O Observatório do Valongo, a Escola de Enfermagem, o Instituto de Química e a Faculdade de Educação estão em processo de revisão de pelo menos um dos regimentos (ou da unidade ou da congregação). O Instituto de Matemática e o Instituto de Física informaram que aguardam o processo de reexame do regimento geral da universidade. Na EEFD, a discussão está paralisada em função de um debate sobre a reforma curricular.

Algumas curiosidades chamaram a atenção durante o levantamento de informações: na Física, por exemplo, de acordo com o regimento, a Congregação precisaria de mais de 50 representantes. Para não ter problemas com quórum reduzido, foi criada em 1998 uma espécie de congregação menor, com plenos poderes (devidamente autorizada pela outra, considerada "plena" – esta última só é convocada para em casos especiais como a eleição para a diretoria, alterações de regimento ou discussão de vagas docentes).

Reforma Universitária

Professor do IPPUR comenta reforma universitária

No dia 20 de setembro, o professor da Faculdade de Educação e conselheiro da Adufrj-SSind, Roberto Leher, proferiu uma conferência sobre reforma universitária, na abertura da denominada Semana IPPUR (do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional). Para obter a repercussão dessa palestra, a reportagem da Adufrj-SSind ouviu o ex-conselheiro do CEPG, por três vezes diretor do IPPUR e professor do instituto desde 1980, Carlos Vainer.

Segundo Vainer, as condições de existência da universidade pública estão ameaçadas por uma visão empresarial (de favorecimento do setor particular) e de empresariamento da Educação (via Lei de Inovação Tecnológica). O professor do IPPUR repetiu a informação disponibilizada por Roberto de que os mesmos recursos utilizados para custear o programa Universidade para Todos, através de isenções fiscais, poderiam gerar de 3 a 4 vezes mais vagas nas instituições públicas. Ainda sobre o Prouni, que o ministro Tarso Genro defende como uma espécie de estatização de vagas particulares, Vainer diz ver semelhanças com a proposta de organizações sociais da reforma de Estado capitaneada pelo ex-ministro Bresser Pereira, da era FHC.

Vainer também concorda com Roberto, quando diz que está prevalecendo no Brasil a visão do Banco Mundial de que os países em desenvolvimento não precisam discutir tecnologias ou produzir novos conhecimentos. "São projetos de uma linha conservadora para a universidade pública brasileira", disse.

É preciso avançar

O professor acredita, no entanto, que as atuais propostas dos movimentos organizados vinculados à Educação favorecem esses ataques do governo. Para ele, elas são frágeis e enfatizam a defesa da universidade pública que aí está, "que tem muitas falhas". "A universidade ainda é pouco democrática e pouco comprometida com a sociedade. É preciso avançar nessa batalha", conclama.

Ausência de discussão

O professor critica ainda a ausência de debate por parte do ministério nas propostas relativas ao ensino superior. "Jogam-se ao lixo anos de discussão de reforma universitária e surgem proposições tiradas do bolso do colete, de fora do campo democrático", afirmou. A edição de uma medida provisória para o Prouni é, de acordo com Vainer, um exemplo nítido dessa postura autoritária.

Semana IPPUR

O professor Vainer lembrou que a Semana IPPUR (realizada de 20 a 24 de setembro), na qual Roberto Leher fez sua exposição sobre reforma universitária, já se encontra em sua décima edição. A Semana é um espaço para o debate interno e de exposição da rica produção acadêmica local: "O que se torna importante para a consolidação das linhas de pesquisa do instituto", afirma. Na ocasião, foi lançado um livro e um CD-ROM com o material preparado para o evento do ano passado. Segundo Vainer, foi importante a conferência sobre a reforma nesse evento, pois serviu para vincular a produção acadêmica ao contexto em que ela é produzida.

Andes-SN

Andes-SN modifica data do Conad

Em função da realização do segundo turno das eleições municipais, marcado para 31 de outubro, o Andes-SN alterou a data do 49º Conad (anteriormente programado entre os dias 29 e 31/10) para o período de 5 a 7 de novembro, na cidade de Brasília (DF). Sediado pela Secretaria Regional Planalto do Andes-SN, o Conad terá como tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo".

Foi mantida a data para o recebimento das contribuições para o Anexo ao Caderno de Textos (de 24 de setembro a 13 de outubro), que serão remetidas às seções sindicais, juntamente das correções e análises de textos, no dia 18 de outubro.

Andes-SN

Prouni: um programa para subsidiar o setor empresarial

Considerações preliminares sobre a MP 213/04

A MP 213 de 10 de setembro de 2004, publicada no D.O.U de 13/09, institui o Programa Universidade para Todos e avança ainda mais nas medidas em favor do setor privado. A MP pretende: a) regulamentar o setor educacional privado; b) estabelecer políticas de acesso de segmentos desfavorecidos socialmente; e c) regulamentar o funcionamento das instituições filantrópicas. Entretanto, a MP não alcança nenhum desses objetivos. Ao reduzir ainda mais do que no Projeto de Lei original a "contrapartida" das Privadas à gigantesca isenção fiscal, a MP revela o seu objetivo fundamental: estabelecer parcerias público-privadas como eixo da expansão da educação superior do país, robustecendo essas instituições de venda de serviços educacionais.

No último dia 11 de setembro, a Plenária Nacional do FNDEP aprovou por consenso posição contra o PROUNI, encaminhamento referendado e ampliado pela Plenária do dia 12 de setembro "Vamos barrar essa reforma". A edição de MP é uma demonstração de autoritarismo e do crescente isolamento político do MEC que, na falta de apoio social a sua política, faz uso de um instrumento que, conforme a manifestação da OAB, é abusivo.

Este gesto do governo contradiz a idéia do amplo debate democrático e consenso com a sociedade. A redução de 90 dias, previsto no projeto de lei para 30 dias na MP demonstra pressa na execução do Programa, incorporando como afirma em sua justificativa apenas a opinião de quem realmente importa: "as reivindicações das mantenedoras de instituições de ensino superior".

O PROUNI, além da volumosa isenção fiscal, garante uma "reserva de mercado" para as instituições privadas de baixa qualidade que vêm perdendo espaço no mercado. Desloca o acesso dos jovens de baixa renda da universidade pública para os escolões de 3º grau privados, notadamente por meio dos iníquos cursos seqüenciais de formação específica que fornecem um certificado de formação superior e não um diploma de graduação.

Ao regular essa parceria público-privada o governo garante recursos e isenções de impostos e contribuições favorecendo a estabilidade e manutenção das atividades de um setor em crise em decorrência da dificuldade de expansão dos negócios, do alto índice de inadimplência, hoje de cerca de 35%, e da possibilidade de atrair novos "consumidores". Nos últimos anos essas instituições têm sido ampliadas com a flexibilização dos processos de autorização dos cursos e incentivos fiscais, inclusive financiamento do BNDES, a exemplo do concedido no ano 2000 no valor de 750 milhões de reais. Contudo, a pauperização das famílias que vivem do próprio trabalho criou uma situação de excesso de oferta no setor. A MP é, portanto, uma mão salvadora para essas privadas.

Muitas das instituições que já se credenciaram nesse programa foram apreciadas com o conceito C segundo os próprios critérios de avaliação do MEC. Segue-se e aprofunda-se a lógica do governo FHC. O ex-ministro Paulo Renato comentando os resultados do provão certificou que a rede pública responde pelos melhores alunos. E, em uma conclusão sintomática, afirmava ser necessário ajudar as instituições privadas. Tarso Genro vai mais adiante: envia para elas o contingente dos estudantes carentes.

Ao aderir ao PROUNI, as instituições de ensino com ou sem finalidades lucrativas terão isenção fiscal, do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (Pis/Pasep).

A MP admite que as escolas privadas "sem fins lucrativos" que participarem do programa e as instituições beneficentes (filantrópicas, confessionais e comunitárias) reduzam o número obrigatório de contrapartida em bolsas. Juntos, esses dois grupos absorvem cerca de 85% do total de estudantes matriculados nas privadas No Projeto de Lei em tramitação no Congresso exigia-se 10% de vagas integrais. Com a MP essa parcela continuará sendo exigida de maneira integral das instituições com fins lucrativos. Contudo, no caso dos estabelecimentos sem fins lucrativos serão exigidos apenas 5% de bolsas integrais, desde que complementarmente sejam oferecidas bolsas parciais de 50% que alcancem, na soma total, o valor de apenas 10% de sua receita anual.

Com efeito, a MP permite que a instituição sem fins lucrativos não beneficiente substitua alternadamente a proporcionalidade de 1/9 para 1/19 na destinação de bolsas parciais, reduzindo assim a obrigação de destinar 20% de sua receita em gratuidade. Desse modo, no caso das filantrópicas, para alcançarem os 20% da receita bruta anual, a MP também reduz as exigências e permite que a instituição inclua, além das bolsas parciais, os custos direcionados para assistência social em programas extracurriculares. Não casualmente, o MEC já admite que serão criadas apenas 180 mil vagas, em vez das 300 mil previstas no PL. Em relação aos estudantes, a MP estabelece a prestação de serviços comunitários para os beneficiários do PROUNI.

As instituições de ensino estão praticamente isentas de responsabilidade no que diz respeito à avaliação. No caso de avaliação insatisfatória no SINAES, a instituição não será desvinculada do PROUNI: apenas os cursos que tiverem três avaliações negativas consecutivas serão descredenciados. Neste caso, as bolsas deverão ser redistribuídas pelos demais cursos. Com a MP as IES isoladas privadas terão, em contrapartida à adesão ao PROUNI, a autorização automática para ampliar vagas em seus cursos.

Um dos pontos mais graves da MP pode ser encontrado em seu artigo 12. Este artigo faculta às instituições de ensino superior sem fins lucrativos a possibilidade de optarem por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins lucrativos. Isso implicaria na transferência de patrimônio da filantrópica, adquirido por anos de subsídios públicos, em uma nova sociedade com fins lucrativos, ultrapassando as restrições constitucionais do art. 213 da CF/88. De fato, conforme o disposto na CF os recursos públicos serão destinados às escolas públicas podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas. A MP ainda promove grandes incentivos para que as não empresariais venham a se converter em empresariais. Conforme a MP, as instituições que optarem por se converter em empresarial "passarão a pagar a quota patronal para previdência social de forma gradual, durante o prazo de cinco anos, na razão de 20% do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas".

A bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares e será destinada a alunos cuja renda familiar per capita não exceda a um salário e meio (bolsas integrais), e aqueles cuja renda familiar não exceda a três salários mínimos (bolsas parciais). Conforme destacado, existe uma importante diferença entre o Projeto de Lei e a MP no que se refere à quantidade de bolsas destinadas aos estudantes de baixa renda. O PL previa a redução de bolsas integrais, na proporção de 1/3, a MP estabelece a possibilidade da conversão da metade dessas bolsas em duas parciais para cada integral. Com isso, aumenta o número de bolsistas parciais, porém, reduz a possibilidade de permanência do aluno de baixa renda no curso. Sem condições de manter-se pagando 50% das mensalidades o aluno poderá abandonar o curso. Conforme o INEP, em 2002, um milhão de estudantes ingressou nas IPES, no entanto, apenas 315 mil concluíram seus cursos.

Na lógica neoliberal que focaliza as políticas sociais, o governo diz que pretende através do PROUNI democratizar o acesso de jovens brasileiros de baixa renda ao ensino superior. Fundamentalmente, as bolsas do programa se destinam a jovens negros, pardos, indígenas, entre outros, advindos da escola pública ou, em alguns casos, beneficiário de bolsa integral na escola particular com ou sem fim lucrativo. Aos portadores de necessidades especiais, professores da educação básica, e jovens não incluídos entre negros, pardos e indígenas serão destinadas vagas remanescentes do Programa.

Ademais, não há nenhum avanço concreto na articulação do ensino básico com o ensino superior, com o objetivo de democratizar de modo duradouro o acesso à universidade. Sem assistência estudantil (não há previsão orçamentária para esta rubrica) quantos jovens poderão manter-se nos cursos? Por isso, para o ANDES-SN a questão central é a articulação entre políticas de ação afirmativa e a universalização do direito à educação em todos os níveis.

O MEC preferiu ao instituir o PROUNI manter a tendência privatista do crescimento quantitativo de vagas e de incentivar as instituições de caráter mercantil, conforme os governos anteriores. Em vez de transformar esse quadro perverso, ampliando quantitativa e qualitativamente as universidades públicas e, com elas, o acesso da maioria trabalhadora ao ensino superior brasileiro, a opção foi pela mercantilização da educação.

Desse modo, o governo Lula sob a lógica do capital segue convertendo a natureza pública da educação - enquanto direito – como um serviço a ser buscado no mercado. Se, de um lado, as medidas em curso como o PL de Inovação Tecnológica, degradam a qualidade do ensino e da pesquisa nas universidades públicas, precarizando ainda mais as condições de realização de seus fins e do trabalho docente e sufocam o seu crescimento (pois cada vez mais verbas públicas são deslocadas para o setor privado), por outro, permite a expansão do modelo privado através da parceria público-privada que ora se materializa com o PROUNI.

Pelo exposto, cumpre registrar o acerto político dos encaminhamentos da Plenária do FNDEP de 11/9 e da Plenária do dia 12 "Vamos Barrar Essa Reforma": é preciso colocar em prática o calendário unificado de lutas!

Brasília, 17 de setembro de 2004

Diretoria do ANDES-SN

Colegiados

Pelo resgate acadêmico do curso de Direito

CEG reforça deliberações anteriores do Consuni e da Congregação da unidade, durante afastamento de Armênio

Reunido nas dependências da Faculdade Nacional de Direito, o Conselho de Ensino de Graduação de 29/9 tomou algumas decisões voltadas para o resgate da normalidade acadêmica daquela unidade, ainda em estado de tensão com a liminar que possibilita a volta do diretor Armênio Cruz (veja Jornal da Adufrj anterior).

De maior impacto político, sem dúvida, foi a determinação do CEG, por proposta da representante dos técnico-administrativos Ana Ribeiro, de afastar a conselheira Maria da Penha (esposa do diretor recentemente reintegrado e também professora do Direito) de todas as câmaras internas do colegiado, bem como da câmara mista CEG/CEPG. Além do diretor, a professora – que não apareceu, mas pediu para avisar que não estava se sentindo bem - foi bastante criticada pelo corpo social da faculdade que acompanhou a sessão.

Ainda em relação à professora Penha, o conselho deliberou solicitar, assim como o Conselho de Centro do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas já havia feito em reunião de 30 de junho, que ela se afaste da representação de docente do CCJE no CEG, por iniciativa própria.

Diante do quadro de grave crise institucional e da notícia de que o professor Agnelo Maia – outro docente bastante criticado pela comunidade acadêmica local pelas suas atitudes e pelo seu vínculo com o gestor recentemente reintegrado - teria sido designado como coordenador de graduação do curso de Direito, o colegiado aprovou uma moção em que considera ilegítimas tanto a permanência do professor Armênio na direção, quanto a função de coordenador atribuída ao professor Agnelo.

O CEG ainda subscreveu a resolução do Conselho Universitário da semana retrasada que, entre outros itens, reiterou decisão anterior do fórum máximo da universidade de manter o afastamento do diretor e restaurar a normalidade democrática e institucional da faculdade. O conteúdo de todas essas moções e resoluções do conselho pode ser conferido, na íntegra, na página www.ufrj.br.

Kelvin Melo

ESTUDANTES EXPÕEM SEU PROTESTO NA FACHADA DA FACULDADE DE DIREITO, QUE RECEBEU A SESSÃO DO CEG (ABAIXO)

Manifesto dos funcionários

Durante o transcorrer da sessão, os conselheiros recebiam documentos do corpo social da unidade, como um registro de ocorrência policial com ameaças dirigidas aos estudantes durante a ocupação por pessoas supostamente vinculadas à direção. Também foi distribuído um manifesto dos técnico-administrativos da faculdade, subscrita pelo Sintufrj, em que estes comunicavam que entregariam as chaves das salas ao decano do CCJE e ex-diretor interino do local, professor Alcino Câmara, e exerceriam suas atividades funcionais na decania daquele Centro.

Corpo social critica direção

Além dos conselheiros, foi concedida a oportunidade para que alunos, professores e técnico-administrativos do Direito pudessem se manifestar sobre a situação do local. Todos demonstraram insatisfação com a administração do curso e a indignação só fez crescer, depois que o pró-reitor José Roberto Meyer informou que um advogado, dizendo-se representante da direção da Faculdade de Direito, entrou em contato com ele para requisitar cópias da ata e fitas de áudio da sessão anterior do CEG, bem como do relatório da comissão acadêmica criada pela própria pró-reitoria.

Transporte de alunos entre alojamento e Praia Vermelha

O representante discente Luciano Barboza comentou que o ônibus da universidade que faz o transporte gratuito entre o alojamento e o *campus* da Praia Vermelha só está permitindo o embarque de alunos que tenham uma carteirinha produzida pela Prefeitura Universitária. O estudante reclamou que essa medida está deixando muitos colegas sem o transporte. A superintendente da pró-reitoria de Graduação, Deia Maria, explicou que a identificação dos alunos está sendo cobrada, uma vez que estava sendo verificada uma presença grande de pessoas não vinculadas à UFRJ dentro do coletivo, nesse itinerário. O pró-reitor José Roberto acrescentou que a listagem de todos os alojados foi repassada à Prefeitura para a confecção das carteiras específicas. Ele disse ainda que o ônibus desta linha Fundão-Praia Vermelha estava circulando com um número excessivo de passageiros, com risco para a segurança de todos.

Prefeito fala ao CEG

O prefeito universitário, Hélio de Mattos, será o convidado da próxima sessão do CEG, nesta quarta-feira (6/10), que voltará a se reunir no prédio da reitoria, para falar da política de segurança da administração da universidade.

Movimento

PROTESTO ESTUDANTIL MOBILIZOU O CENTRO DO RIO EM DEFESA DO PASSE LIVRE E CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Fotos: Guilherme Lessa

Secundaristas fazem manifestação contra o fim do passe livre

Ato no Rio condena a reforma universitária e apóia a greve dos bancários

Cerca de 400 estudantes promoveram uma passeata na Avenida Rio Branco, na última quarta-feira (29/9), para exigir o cumprimento da Lei 3.339/99, que garante a gratuidade nos transportes públicos intermunicipais aos estudantes da rede pública, idosos e deficientes.

A manifestação, que partiu da Candelária por volta das 14h15, foi motivada pela representação que a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) entregou no Tribunal da Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), sob a alegação de falta de verbas para arcar com o cumprimento da lei, e que levou o TJ-RJ a declará-la inconstitucional.

Os alunos da rede pública ocuparam todas as pistas da Avenida Rio Branco e caminharam até a Cinelândia gritando palavras de ordem contra o governo, os banqueiros e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os jovens acusaram Lula de deixar a educação em segundo plano e afirmam que o fim do passe livre impossibilitará a conclusão do ensino médio de muitos estudantes, como Jéssica Cristina Saturno, que mora em São Cristóvão e estuda em Copacabana: "Meus pais não teriam a mínima condição de custear as passagens".

Reforma Universitária

A insatisfação também se estendia à reforma universitária, proposta pelo governo: "É um ato contra a catraca eletrônica e contra a reforma universitária, que é um ataque à educação pública", afirmou o líder secundarista Pablo Henrique Oliveira.

A passeata, que também apoiou a greve dos bancários, terminou por volta das 15h30, em frente à Câmara dos Vereadores. Por enquanto, as empresas de transporte intermunicipal continuarão aceitando os passes livres até a decisão final da Justiça.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

REFORMA UNIVERSITÁRIA

EDIÇÃO DE 4 DE OUTUBRO 2004

Na seqüência da publicação de encartes especiais sobre a reforma universitária, o Jornal da Adufrj divulga mais uma análise do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN (GTPE). No número anterior, foi examinado o contexto em que se desenvolve mais essa contra-reforma do governo Lula. Nesta edição, o destaque inicial é para o estudo do texto do MEC intitulado "Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior" (também conhecido como Documento II). Em seguida, surge a análise do GT do Sindicato Nacional sobre o projeto de Lei de Inovação Tecnológica, que vai provocar profundas modificações na universidade, "alargando sobremaneira o capitalismo acadêmico (...)", de acordo com trecho da página 8. Como material de apoio da leitura, a partir da página 10, pode ser conferido, na íntegra, o próprio "Documento II" do governo. Também foi disponibilizada nas páginas finais desta publicação a última versão do PL de Inovação, em tramitação no Senado.
No próximo número do Jornal da Adufrj, o encarte da reforma universitária vai trazer o estudo do GTPE sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e sobre a Educação Profissional e Tecnológica. O conteúdo completo do trabalho do GT pode ser encontrado na página eletrônica www.andes.org.br

Análise do Documento II do MEC[1]

"Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior" (2 de agosto de 2004)

Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da Reforma da Educação Superior (Documento II, MEC, 2 de agosto de 2004) é o documento que sistematizará todas as medidas da chamada reforma pretendida pelo governo federal. Esse texto aborda, em princípio, os temas que tradicionalmente já têm sido tratados pelo Movimento Docente (MD) congregado ao ANDES-SN na sua constante defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, cujas propostas estão expressas no Caderno nº 2 (atualizado em outubro de 2003) e no Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (II Congresso Nacional de Educação, II CONED, Belo Horizonte/MG, novembro de 1997).

O Documento II do MEC apresenta o que considera princípios e diretrizes para orientar a reforma. A discussão das questões referentes aos temas autonomia, financiamento e avaliação e regulação das Instituições de Ensino Superior (IES) é feita no item Condições Políticas. Por outro lado, são chamadas de condições acadêmicas as questões ligadas à relevância, à eqüidade da oferta e à qualidade do ensino.

O objetivo, declaradamente colocado pelo MEC, é o de "forjar" uma lei orgânica da educação superior que visa a regulamentar aspectos fundamentais de todos esses temas, além de abordar questões estruturais das IES quanto a sua organização e gestão, o que inclui a situação funcional de carreira dos docentes e demais servidores.

Uma crítica que surge, de imediato, refere-se à incompatibilidade dessa ação com a construção de um Sistema Nacional de Educação (SNE), que deveria englobar organicamente todos os níveis de ensino. A fragmentação decorrente de uma lei orgânica específica para a educação superior favorece a atual desarticulação deste nível em relação à educação básica. De maneira análoga, de acordo com alerta anterior, a lei orgânica para a educação profissional pode vir a apresentar a mesma problemática.

Assim, faz-se mister contrapor às concepções expressas pelo MEC no Documento II aquelas acumuladas pelo Movimento Docente por intermédio do ANDES-SN.

De fato, logo no primeiro dos princípios enunciados, afirma-se que "a educação é um bem público e direito básico e universal dos cidadãos", sem, entretanto, reconhecer sua oferta pública como dever do Estado. Na verdade, segundo outro princípio expresso no texto, "(...) O papel do Estado é supervisionar a Educação Superior. A qualidade acadêmica necessita ser conjugada com relevância e eqüidade, implantando um Sistema Nacional de Avaliação, cujos resultados se articulem com a regulação, recuperando a capacidade do Estado de estabelecer padrões mínimos de qualidade", essa concepção restrita é claramente inaceitável.

Assim, embora não se apresentem objeções a vários outros princípios expressos no documento que se relacionam com o "fortalecimento do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades" ou com "gratuidade no ensino nas instituições do Sistema Público Federal", a leitura atenta do texto deixa margem para preocupação. Tanto mais que, ainda na apresentação do Documento II, há ênfase na afirmação de que "no complexo e diverso cenário das Instituições Privadas, há, desde entidades comunitárias e confessionais, que se constituem, de fato, em organizações públicas não-estatais, até Instituições Particulares, com finalidades lucrativas". Essa formulação, sem dúvida, remete a concepções defendidas com vigor pelo ex-ministro Bresser Pereira. Em contraposição, o MD reafirma o conceito de que apenas o Estado pode, efetivamente, garantir o direito a uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade social, já que instituições privadas, necessariamente são guiadas por interesses específicos, ainda que confessionais ou comunitárias, e os estudantes eventualmente atendidos gratuitamente nessas instituições poderão sentir-se como receptores de uma dádiva e não como portadores de um direito.

Quando pretende conceituar a finalidade da educação superior no Brasil, o Documento II refere-se, messianicamente, à sua "missão". Sem dúvida, o que se considera como sendo a "missão das instituições de Ensino Superior", poderia ser mais bem caracterizada por meio de objetivos e finalidades claramente definidos. No que tange às universidades, curiosamente, o Documento II refere-se, apenas de modo indireto, à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio constitucional que tais instituições devem obedecer. Ademais, causa espanto que a educação deva contribuir "para a elevação dos níveis de **informação** de toda a sociedade" (grifo nosso), conceito restrito e há muito tempo abandonado pelos estudiosos da área.

Por outro lado, chama-se recorrentemente as IES à responsabilidade frente a um "projeto de nação" e ao "desenvolvimento da nação". Se tal conexão não é, por princípio, indevida, frases como: "em torno da missão equilibram-se a autonomia da instituição universitária e a soberania popular expressa no programa de governo", mostram confusão entre "soberania popular", sua possível representação pelo Estado, e a restrição, absolutamente indevida, ao particular "programa do governo".

Na apresentação, o documento refere-se ao Plano Nacional de Educação, mencionando, de forma isolada, a meta de oferecer matrículas no ensino superior a 30% da população de jovens de 18 a 24 anos. Embora necessária e desejada, tal meta, devido ao curto período de tempo previsto, e sem referência a aporte de recursos financeiros, só poderá ser atingida pela implantação de cursos aligeirados, de ensino a distância, de compra de vagas na iniciativa privada e outros medidas semelhantes, o que compromete o padrão de qualidade do ensino oferecido.

Condições políticas para a reforma

Autonomia

Embora a autonomia seja afirmada como "inerente ao conceito de universidade" e como "condição indispensável ao funcionamento pleno desta instituição", enunciando-a como "correlato jurídico da liberdade acadêmica" ela é, ao mesmo tempo, condicionada à "práticas de avaliação". Seu exercício, todavia, depende de condições jurídicas, administrativas, financeiras e de gestão que não são definidas pelo conceito de autonomia, mas que definirão elas mesmas, alhures, como veremos, o caráter limitado e controlado da autonomia que se está a propor.

Na prática, a autonomia estará totalmente comprometida, já que o Documento II prevê, ainda, para as IFES, que seus dirigentes deverão apresentar ao MEC um plano de trabalho, com projeção de curto, médio e longo prazos (Plano de Desenvolvimento e Gestão). "Caberá ao MEC a análise, aprovação e o acompanhamento da execução do plano acordado, assim como garantir o devido financiamento e oferecer os instrumentos adequados para propiciar mecanismos inovadores de gestão". Deduz-se daí que, no limite, algum burocrata do MEC definirá as reais finalidades de cada IFES.

No caso das empresas privadas de ensino superior, faz-se uma distinção (inviável na prática) entre mantenedoras e mantidas, enunciando, sem nenhuma definição clara, a necessidade de que sejam criadas condições jurídicas e administrativas para uma relação autônoma entre elas, o que, do ponto de vista da economia política do capitalismo e das condições concretas de existência destas empresas, é, na melhor das hipóteses, mera mistificação.

De resto, não foi devidamente abordada a necessidade fundamental de ser sedimentada a noção de que, embora ambas sustentem o título de universidade, a autonomia deva ser substancialmente distinta para a universidade pública e para as empresas privadas de ensino superior que praticam toda sorte de despotismos emanados da propriedade privada e da mercantilização de um bem comum e direito fundamental, como é a educação. Cabe lembrar que as universidades privadas operam como concessão do Estado, devendo portanto obedecer ao mesmo padrão unitário de qualidade exigido para as públicas.

Para o sistema como um todo, o pilar da autonomia, segundo o texto, está concentrado no poder discricionário exercido pelo par SINAES/CONAES (Lei nº 10.861, de 14/04/2004). O que assim se apresenta equivale, a rigor, a uma regulação da autonomia por meio da CONAES (comissão de caráter centralizador e restrito), que, como representante do Poder Executivo, passaria a exercer poderes verdadeiramente despóticos sobre todos os aspectos da educação superior.

Financiamento

O documento afirma, corretamente, que "o exercício de autonomia nas IFES demanda financiamento público estável e impõe sua garantia". Reconhecendo o orçamento insuficiente das IFES nos últimos anos, "propõe-se a discussão sobre o estabelecimento em lei que, particularmente, a autonomia das universidades federais será também assegurada pela aplicação vinculada da receita resultante

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

dos impostos federais na forma do artigo 212" (segundo o qual "a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (...)". "A lei deverá também instituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, o qual deverá ser integrado por parcela equivalente, em cada ano, a um mínimo de setenta e cinco por cento dos recursos aos quais se refere o artigo mencionado (...). Deverá ficar explicitado que ao Fundo criado nestes termos não se aplicam o contingenciamento ou qualquer desvinculação de recursos orçamentários. Além disso, os recursos deste Fundo serão entregues as IFES em duodécimos mensais na forma de lei complementar que disporá sobre a organização do Fundo criado e os critérios de distribuição de seus recursos entre as IFES, assim como sua fiscalização e controle".

Para que essa proposta não permaneça como letra morta, seria necessário mudar a política econômica vigente no país nos últimos anos. Ainda no contexto dessa proposta, nada coerente com o conjunto da política econômica vigente, "a garantia da manutenção e uma adequada política de expansão deverão estar associadas a um compromisso-contrapartida de qualidade, inclusão e aumento da oferta de vagas em Instituições Públicas". O que não parece ser o caso quando se trata de financiar lucros privados com recursos públicos, até porque não há uma única palavra em todo o documento quanto a isso. "Nestes termos, a meta deve ser a duplicação da oferta de vagas nas IFES, especialmente nos cursos noturnos, nos próximos quatro anos". Note-se que a meta de ampliação da oferta de vagas discentes é definida; quanto à ampliação do quadro docente e técnico- administrativo, as metas não são quantificadas.

Convém, portanto, alertar para alguns aspectos que devem merecer reflexão mais cuidadosa, de forma a garantir, na prática, o financiamento em nível satisfatório para as IFES, dentre os quais os seguintes:

1. a receita da União, nos últimos anos, vem crescendo, principalmente em taxas e contribuições e, bem menos, nos impostos. Mantida essa tendência, no futuro um financiamento com base na arrecadação exclusiva de impostos poderá tornar-se insuficiente para a manutenção das IFES;

2. a dotação orçamentária vinculada, atualizada em dezembro de 2003, para a despesa com a manutenção do ensino superior foi de R$ 6.942.035.000,00 dos quais 96,71% foram executados naquele ano. (Fonte: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 1992 À 2004, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, República Federativa do Brasil). Esses recursos foram insuficientes para o pagamento das despesas das IFES em 2003, conforme amplamente divulgado pela ANDIFES (ver noticiário em www.andifes.org.br). Os recursos vinculados para a educação (art. 212 da Constituição) com a aplicação da Desvinculação das Receitas da União (DRU, 20%) foram, em 2003, de cerca de R$ 8 bilhões (Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional) e a vinculação de 75% destes às IFES, conforme proposto no documento, resultaria em cerca de R$ 6 bilhões, o que, claramente, não seria suficiente para o financiamento das IFES atualmente. Isto sem contar a necessidade de reposição dos quadros de servidores técnico-administrativos e docentes bem como a infra-estrutura administrativa e acadêmica, o que implicaria despesas bem maiores.

3. considerando o exposto no item dois, a proposta não explicita adequadamente as fontes de financiamento compatíveis com as metas de expansão do ensino superior preconizada no Documento II, para a esfera pública.

Também é proposto para as IFES que estas apresentem, para análise junto ao Ministério da Educação, um Plano de Desenvolvimento e Gestão, cabendo ao MEC a análise, aprovação e acompanhamento da execução deste, assim como a garantia do seu financiamento e criação de instrumentos adequados para propiciar mecanismos inovadores de gestão.

Essa é uma idéia recorrente em várias das propostas de financiamento das IFES apresentadas pelo governo federal na última década que na prática significa o contrato de gestão presente na Reforma do Estado elaborada pelo ex-ministro Bresser Pereira, a qual tinha como objetivo transformar as universidades em organizações sociais que teriam seu funcionamento garantido pela celebração de contratos de gestão com o Estado, por um curto período, ao final do qual a renovação ou extinção dar-se-ia mediante o cumprimento ou não das metas estabelecidas no aludido contrato. A instabilidade imputada às universidades por esse mecanismo o ministro denominou de "publicização", ou seja, a extinção da universidade pública e a sua transformação em organização social de direito privado.

O plano de desenvolvimento institucional pode ser um valioso instrumento de gestão por estabelecer princípios, diretrizes, metas e responsabilidades, desde que elaborado com a participação e envolvimento daqueles que o executarão, sem imposição, e, muito menos, sob coação econômica por parte do governo federal . Como proposto, o plano de desenvolvimento e gestão estaria ferindo a autonomia universitária pois as IFES deixam de ser públicas e passam a ser governamentais, atuando no interesse do partido político ou grupo dirigente temporariamente no poder. O tipo de mecanismo proposto proporciona um grande incentivo para que as IFES satisfaçam às exigências do mercado, deixando de estar a serviço do conjunto mais amplo da sociedade.

Ainda, o documento destaca "a necessidade de instituir dispositivos regulatórios que subordinem" as fundações de direito privado que operam na captação de recursos privados como um verdadeiro poder paralelo no interior das IFES, sem qualquer espécie de controle social, "ao interesse público e às finalidades principais da Universidade Pública, explicitados nos PDGs de cada Instituição". Ou seja, ao invés de eliminar os entraves burocráticos que deram origem às fundações, permitindo que a própria universidade exerça as funções hoje em poder das fundações, o que se faz é mencionar vagamente a necessidade de instituir controle público sobre as fundações. Segundo o Documento II, os mecanismos de financiamento público das empresas privadas de ensino superior são considerados "legítimos" e serão mantidos.

O ANDES-SN traz como sugestões, no tocante ao financiamento, alguns pontos para o debate (Caderno 2 – Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira), em especial os que transcrevemos a seguir:

1. Ao Estado compete financiar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas, destinandolhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do Orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim.

2. A retomada imediata, como forma emergencial de preservação dos núcleos e das atividades de pesquisa, do percentual de 1,2% do PIB, no mínimo, nas dotações de verbas para pesquisa, enquanto se promove um levantamento que redimensione as necessidades de recursos para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país (Dados históricos mostram que já tivemos este patamar de investimentos em pesquisa).

3. A expansão da rede pública de ensino em todos os níveis e modalidades com recursos assegurados para o pleno aproveitamento da capacidade física instalada para ensino, pesquisa e extensão é prioridade. No planejamento da expansão da rede pública de ensino, seja dada especial atenção ao ensino noturno, atualmente configurado como reserva de mercado da rede privada, dotando as instituições públicas de condições adequadas, para garantir-lhes um elevado padrão acadêmico.

4. A gratuidade do ensino deve compreender não só a ausência de taxas ou mensalidades, mas a garantia de reais condições de estudo, por meio de sistemas e mecanismos que permitam ao aluno condições de alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo.

5. As propostas orçamentárias devem ser elaboradas de forma democrática e participativa a partir das unidades básicas que desenvolvem as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Devem ser apreciadas, consolidadas e aprovadas por colegiados democraticamente constituídos. Nesse aspecto, algumas questões fundamentais devem ser consideradas. Por um lado, as propostas devem ser elaboradas de forma a atender plenamente às necessidades das IES, definidas a partir dos planos acadêmicos e, por outro, devem ser concebidas de forma global, ou seja, de maneira a garantir, em todos os seus aspectos, os recursos necessários ao cumprimento dos planos de trabalho.

Nessa perspectiva, o ANDES-SN tem defendido, ao longo do tempo e com veemência, a autonomia de gestão financeira das IES e apontou como um dos mecanismos para conquistá-la a implantação do sistema de dotação orçamentária global. Torna-se necessário, porém, que alguns pontos básicos, no que diz respeito à concepção de dotação orçamentária global utilizada pelo ANDES-SN, sejam claramente expostos.

A dotação orçamentária global deve ser entendida mínima e preliminarmente como um instrumento garantidor da manutenção da responsabilidade do Estado para com a educação pública e gratuita e um instrumento de planejamento democrático e participativo, tanto no âmbito de cada instituição, como no processo mais global de planejamento educacional.

Com base nesses pressupostos, a implantação do sistema de dotação orçamentária global deve, no mínimo, prever e garantir que:

1. os recursos integrantes da dotação global sejam automaticamente suplementados de forma a compensar possíveis desvalorizações monetárias ao longo do exercício financeiro;

2. aos recursos destinados especificamente ao item Pessoal e Encargos, adende-se o item de suplementação automática de maneira a atender a eventuais reajustes e/ou aumentos salariais, bem como para a expansão e/ou reposição de quadros, subordinados ao planejamento elaborado pelas IES.

O dever do poder público de dar sustentação financeira ao conjunto das atividades desenvolvidas pelas IES públicas impõe o financiamento pleno das atividades de pesquisa a partir da dotação orçamentária global. Isto pressupõe que as linhas e projetos de pesquisa deverão ser elaborados, apreciados e aprovados por colegiados democraticamente constituídos. Somente assim, as IES poderão, efetiva e autonomamente, definir as diretrizes e prioridades e, portanto, estabelecer sua política de pesquisa, tornando-se desnecessário que fiquem atreladas às prioridades definidas externamente por agências financiadoras públicas e privadas. Na perspectiva aqui formulada, os recursos dessas fontes passarão a ter, no máximo, um caráter complementar e não determinante, como acontece atualmente.

As atividades de extensão, seja pela prestação de serviços à comunidade, seja por outros mecanismos, devem ser concebidas e estruturadas como instrumentos de formação acadêmica, de apoio às atividades de pesquisa e extensão à comunidade, não estando, portanto, subordinadas ao objetivo de captação de recursos para a complementação de verbas na dotação orçamentária.

Também, um importante componente da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, que se vincula à própria concepção de ensino público e gratuito, como direito de todos e dever do Estado, é o pressuposto da obrigatoriedade e da necessidade de prestação pública de contas à sociedade. Isto decorre de um princípio político básico em qualquer democracia: a garantia da plena visibilidade das ações da administração pública, em qualquer esfera de governo ou de administração e, em especial, no que diz respeito à forma de utilização dos recursos financeiros públicos.

Em geral, são alegadas dificuldades para a efetivação desse pressuposto, até mesmo, no âmbito interno das instituições. No entanto, é parte da proposta do ANDES-SN que as IES públicas apresentem, periodicamente, à comunidade, relatórios de avaliação de suas atividades que deverão conter, especificamente e de forma visível, as fontes e a destinação dos recursos públicos por elas utilizados.

Finalmente, o elemento fundamental da proposta do ANDES-SN está no estabelecimento, a partir do poder normativo e fiscalizador do Estado, de um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira que elimine as distorções e o autoritarismo e assegure uma produção cultural e científica verdadeiramente criadora conforme as aspirações da sociedade brasileira.

Este padrão unitário de qualidade, no sentido aqui referido, longe de pretender eliminar as diferenciações mais do que naturais e positivas entre as diversas universidades, ditadas por especificidades locais ou regionais, por opções político-acadêmicas diferenciadas ou por razões históricas, pretende elevar o nível do ensino superior no país.

A adoção de um padrão unitário de qualidade visa a corrigir uma situação em que prolifera o ensino de má qualidade em estabelecimentos que não oferecem a professores e alunos as condições mínimas para um trabalho acadêmico de qualidade. Visa também a transformar as universidades brasileiras que, potencialmente, reúnem algumas condições mínimas de funcionamento, mas que se inviabilizam como instituição de produção do conhecimento científico devido, dentre outros elementos, à insuficiência de recursos, à ausência de estímulo intelectual por parte dos órgãos de fomento (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, etc.), dos governos federal e estaduais e das administrações superiores locais e à exacerbada centralização e autoritarismo na gestão universitária.

O padrão unitário de qualidade da universidade brasileira como meta a ser alcançada não significa a busca da homogeneização das instituições. A diversidade necessária para se atender às diferentes demandas sociais deve ser respeitada. Trata-se da elevação geral do padrão de qualidade das universidades de maneira, inclusive, a contribuir para a superação das diferenças regionais do desenvolvimento econômico e social. É um princípio que se contrapõe à concepção de um padrão de qualidade desigual para o ensino superior que admite a coexistência de "centros de excelência", dedicados à transmissão e à produção do conhecimento, formadores das elites, e "instituições periféricas" que se ocupam apenas da reprodução do conhecimento destinado à profissionalização das classes menos favorecidas.

Avaliação e Regulação:

O documento II do MEC trata a avaliação como "peça fundamental da vida universitária e parte integrante e indissociável da Autonomia", concebendo-a como o instrumento a partir do qual se implementará a regulamentação, pelo Estado, de todo o sistema de educação superior.

Ao adjetivar a autonomia (por exemplo, "maior autonomia para as instituições mais bem avaliadas") essa concepção de avaliação constitui mais um instrumento para retirar a autonomia das universidades.

Neste contexto, encontramos no documento que a autonomia "consiste em responsabilizar a universidade pela escolha dos meios" para atingir "os fins mais amplos" definidos pela "sociedade", fins que na verdade são definidos pelo Estado, mais precisamente pela CONAES, que, ao assumir a função central no processo de avaliação e regulação, passaria a ter o poder de definir os limites da autonomia, as condições de financiamento e gestão e indiretamente, como veremos mais adiante, os conteúdos, currículos e parâmetros da vida acadêmica e da própria carreira docente. O próprio documento diz: "a partir da implantação do SINAES, o Estado deve recuperar seu efetivo papel regulatório, ao estabelecer regras claras de ingresso e permanência no Sistema de Ensino Superior. Essas têm como base o rigor acadêmico da qualidade, bem como as necessidades sociais de expansão do Sistema. A avaliação é a referência básica às atividades de supervisão e regulação". Por fim, o documento assim define a função do SINAES/CONAES: "O SINAES/CONAES são pilares fundamentais da Reforma da Educação Superior e partes integrantes e indissociáveis de outros pilares, tais como autonomia universitária e financiamento".

Dada tamanha concentração de poder no SINAES/CONAES, a noção de autonomia fica radicalmente desfigurada.

Condições acadêmicas para a reforma

Relevância

Neste item, definem-se genericamente os parâmetros a partir dos quais a instituição de ensino superior será considerada relevante; ou seja, o que aí se define na prática são os critérios a partir dos quais os poderes do SINAES/CONAES serão exercidos.

A relevância é definida, ainda genericamente, em pelo menos três aspectos: a) "para a comunidade acadêmica que a constitui, oferecendo um processo de formação dinâmico e articulado, superando as barreiras que se estabeleceram entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como também entre as diversas áreas de conhecimento"; b) "para a comunidade em que está situada, demonstrando capacidade de interagir com a sociedade envolvente (...)"; c) "para a comunidade de conhecimento em que está integrada (....)", sendo "necessário que seu enraizamento local contribua para sua articulação internacional, uma vez

que o País necessita participar como sujeito da nova reorganização mundial onde o conhecimento tem papel estruturador".

Evidentemente, fica em aberto a questão de saber como as empresas privadas de ensino superior que, via de regra, não dispõem de pesquisa nem de extensão, não produzem conhecimento, não interagem com as comunidades, não possuem instalações próprias de uma universidade, não têm vida universitária, não possuem um quadro estável de docentes e visam somente ao lucro poderão satisfazer esses critérios de relevância. Entretanto, pelo histórico das relações entre as instituições privadas de ensino e os órgãos governamentais, podemos supor que esses critérios serão devidamente "flexibilizados", de modo a não punir essas empresas nem impedir seu acesso a recursos públicos. Neste aspecto, o critério b) nos parece especialmente susceptível de privilegiar a avaliação de instituições sem qualidade acadêmica; por exemplo, é bem conhecido o modo como algumas instituições privadas garantem seu certificado de filantropia, por meio de "prestações de serviços a comunidades carentes". O certificado de filantropia, assim, além da conseqüente isenção de impostos, também serviria para garantir o preenchimento do critério de relevância.

Eqüidade: Acesso e Permanência

Quanto ao acesso, o documento determina que ele "se fará por processo seletivo (...), devendo levar em consideração, de forma parcial ou total, os resultados do ENEM, tornado obrigatório para todos os concluintes do Ensino Médio", o que na prática significa desperdiçar a oportunidade de sepultar de uma vez por todas a "indústria do vestibular" e seus efeitos estruturalmente perversos para a educação como um todo. Ao mesmo tempo, assegura-se, por meio do ENEM, o controle pelo Estado, ao invés de se colocar sob responsabilidade da universidade pública tanto a definição dos conteúdos e currículos como a necessária qualificação dos professores dos níveis básicos de ensino, visando a reconstrução, qualificação e articulação de todo o sistema educacional em patamares superiores e bases qualitativamente distintas.

Além disso, a proposta revela-se instrumento de "vender ilusões" a jovens de baixa renda e com menor acesso a bens culturais e qualidade de ensino, levando-os a acreditar que agora terão as mesmas oportunidades que jovens oriundos de classes sociais abastadas.

O documento reafirma a opção pela política de cotas nas IFES, "priorizando alunos provenientes do Sistema Público e, dentre eles, via cotas étnicas, em acordo com os índices regionais do IBGE", estabelecendo "um mínimo de 50% por processo seletivo para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas". Todavia, nada diz sobre cotas nas empresas privadas, não há qualquer menção ao programa Universidade para Todos.

Sem entrar no mérito da proposição de cotas, seu caráter demagógico é evidente, pois, se se pretendesse realmente eqüidade de acesso, seria necessário estratificar as cotas entre as várias escolas públicas – regional e socialmente desiguais - entre os períodos diurno e noturno etc. Além disso, a já discutida concepção da política governamental de fragmentar os diferentes níveis de ensino, inviabilizando a construção de um sistema nacional de educação, dificulta a articulação entre os diferentes níveis e a necessária melhoria da educação básica; assim, ao propor isoladamente um sistema de cotas, sem investimento em outras políticas que minimizem as desigualdades educacionais, o caráter demagógico e populista torna-se evidente.

Sobre a viabilização da permanência dos estudantes carentes nas IFES, a solução desresponsabiliza o governo, reduzindo a necessidade de investimentos: de modo simplista, o documento propõe a Loteria Especial para Financiamento da Bolsa-Permanência nas IFES, a implementação do Programa Primeiro Emprego Acadêmico, bolsas de trabalho e a ampliação dos cursos noturnos, seguindo assim a lógica dos pacotes prontos, ao invés de abrir diálogo com os estudantes para definir democraticamente políticas de permanência adequadas às suas necessidades concretas.

Sobre a viabilização das condições de permanência nas IPES ou sobre o controle das planilhas de custo, das mensalidades e dos lucros privados subsidiados com recursos públicos, nem uma palavra sequer.

Qualidade: Conteúdos e Programas

No que tange à questão da qualidade, a indefinição do documento II quanto ao modo como as propostas serão implementadas é preocupante, pois impede uma avaliação mais clara.

De início, propõe-se que "a flexibilização dos currículos dos cursos de graduação será estimulada de modo a permitir aos estudantes uma experiência de estudos mais rica e diversificada, com ênfase em atividades formativas. Serão valorizadas as atividades extracurriculares e a implantação de procedimentos que favoreçam a mobilidade entre diferentes programas de formação".

Na mesma direção, aproximando-se do modelo americano, "propõe- se, para ampla discussão, que as universidades possam organizarse de modo a oferecer um ciclo inicial de formação, com duração mínima de dois anos, após o qual o estudante receberá um título próprio (Estudos Universitários Gerais), sem valor de habilitação, correspondente à formação básica em nível superior. A criação de um ciclo inicial de formação é apresentada como uma reformulação capaz de contribuir para promover a formação multidisciplinar e fortalecer as capacidades de compreensão e de expressão oral e escrita, assim como de conceitos de ciências em geral, visando ao pleno desenvolvimento da capacidade crítica e criativa necessária à formação de cidadãos e profissionais que participarão do projeto futuro de nação. Um modelo, que não se pretende único, à medida em que seriam incentivados diversas e simultâneas experiências no país, consistiria de disciplinas de caráter geral para todos os estudantes e outras voltadas, especificamente, às grandes áreas de conhecimento (ciências da vida, ciências naturais e exatas, ciências humanas e sociais, artes e arquitetura). Tal ciclo, se bem estruturado, permitiria aos alunos uma formação mais ampla, preparando-os melhor para os desafios do mundo atual e evitando uma tendência à especialização prematura. A introdução de tal modalidade deverá ser conjugada com a melhoria do Ensino Médio, propiciando a entrada nos Cursos Superiores de estudantes em níveis melhores do que os atuais."

O documento fala, ainda, também de modo totalmente indefinido, em "debater as bases preliminares em direção a um processo de integração disciplinar com as melhores Instituições do mundo, que promova no futuro a possibilidade de mobilidade global entre os Programas de Graduação e Pós-Graduação."

Quanto à educação a distância, afirma-se, mais uma vez sem maiores detalhamentos e sem qualquer perspectiva crítica, a necessidade de introduzir "um sistema peculiar de gestão e avaliação com o objetivo de acompanhar a qualidade do ensino e da aprendizagem", sem qualquer previsão orientadora mais precisa quanto ao papel a ser desempenhado pelas modalidades não presenciais de educação superior.

Nesse sentido, mais do que qualquer dos outros itens, tudo parece indicar que o que diz respeito a qualidade, conteúdos e programas dependerá da iniciativa das próprias universidades e, evidentemente, do detalhamento mais preciso das diretrizes concretas e do grau de liberdade a partir dos quais poderá operar a iniciativa das próprias universidades.

Condições estruturais para a reforma

Organização

O documento afirma a necessidade de rever a organização da universidade, mediante "uma nova estrutura organizativa que possa refletir adequadamente os avanços epistemológicos, a interdisciplinaridade, as características do projeto pedagógico dos cursos das instituições, a relação entre a missão da Universidade e os projetos locais e nacionais, controlados por sistemas avançados de gestão e um novo plano de carreira".

Daí, entende-se que "a atual estrutura departamental deve ser reavaliada e substituída conforme decisão autônoma de cada IES, respeitados os seguintes princípios: a) propiciar ao ensino uma maior e mais adequada conexão com a produção e a extensão do conhecimento, resultando em melhor qualidade da aprendizagem; b) definir melhor aproveitamento dos docentes e técnico- administrativos, levando-se em conta a transversalidade do conhecimento, do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão; c) obter melhor acompanhamento e supervisão, através da simplificação burocrático-administrativa, assim como imprimir uma funcionalidade mais adequada entre as atividades docentes e técnicas; d) potencializar o aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis."

Fica em aberto, dependendo da formulação que esta questão venha a ter na anunciada lei orgânica das IFES, e sob a responsabilidade de cada instituição, o modo como esta reorganização será concretizada.

Fala-se, por fim, na "constituição de um Conselho Social ou Comunitário que articule e integre a Instituição ao seu entorno social, com a finalidade de prestar contas a todos os setores da sociedade que possuam interface com a Universidade, tais como trabalhadores, empresários e institutos de pesquisa", o que pode ser importante instrumento para assegurar o caráter público e social das IFES, dependendo evidentemente da constituição, do regimento e dos atributos desse conselho.

Todas essas prescrições organizativas evidentemente não fazem qualquer sentido para a maior parte das IPES, que se limitam a transmitir pacotes de conhecimento pela ação de docentes que exercem sua função sob relações de trabalho inteiramente precarizadas, sem direito sequer a sua organização sindical; não fazem pesquisa nem extensão, não possuem, na maioria dos casos, organização estudantil ou participação dos estudantes em órgãos colegiados (que em muitos casos sequer existem); não elegem democraticamente sua administração; não dispõem de vida universitária e têm sua administração regulada despoticamente pela maximização da taxa de lucro abocanhada por seus proprietários e garantida pelo Estado mediante a isenção de impostos.

Gestão

O documento prevê que, uma vez "garantida a predominância docente nos órgãos colegiados, o processo de consultas por ocasião da eleição direta para reitor nas IFES deve ser definido autonomamente em cada universidade, permitindo explorar diferentes modelos de eleição e participação discente e de técnicos-administrativos". Com isso, a despeito do avanço em relação à legislação existente, não só se elimina a questão da paridade, como fica em aberto a questão de saber como se poderia viabilizar, a partir de condições, via de regra, nada democráticas, mais do que a simples eleição, a gestão democrática e transparente da universidade, excessivamente concentrada, como ela se acha, na figura do reitor (ainda que se reconheçam os inconvenientes desta centralização ao se declarar a necessidade de rever a reeleição para reitor, "à luz das experiências realizadas e a partir da discussão sobre a pertinência da manutenção deste dispositivo").

Afirma-se, ainda, no caso específico das IFES (pois para as particulares não se prevê qualquer regulação, quanto à transparência de suas contas ou de sua administração, que interfira no despótico direito à propriedade privada e ao lucro), "que a defesa do PDG pelo reitor junto ao MEC (...) deve-se constituir em momento especial no qual o poder executivo, representante dos interesses gerais da nação, harmoniza-se e estabelece coerência com os interesses específicos de cada Instituição". Todavia, nada consta sobre a democratização dos procedimentos e instâncias mediante as quais se há de elaborar o PDG, que passa a se tornar a peça central na existência da universidade e, não obstante, permanece sob controle apenas da reitoria e do MEC. Assim, revela-se mais um instrumento para cercear a autonomia universitária, constitucionalmente estabelecida: o PDG.

Plano de Carreira

Quanto ao plano de carreira, o documento passa a condicionar, para docentes e técnicos, tanto a estabilidade quanto o regime de dedicação exclusiva a sistemas de avaliação e progressão por mérito, considerando anacrônicas as atuais denominações atribuídas aos cargos docentes. Não há qualquer previsão quanto à definição e ao controle desses sistemas de avaliação que passam a condicionar, mais do que os vencimentos e a progressão funcional, os regimes e a própria estabilidade dos docentes e técnicos, o que pode dar margem a toda uma série de arbitrariedades e injustiças que podem vir a ser cometidas por quem dispuser do controle sobre estes processos. É evidente que, sob pretexto da meritocracia (que já se manifesta em inúmeras instâncias da vida acadêmica e estabelece toda uma série de distinções entre os docentes), o que se está propondo pode significar o estabelecimento de uma lógica absolutamente perversa nas relações de poder entre os docentes, com conseqüências graves sobre a própria autonomia relativa nadocência e na produção de conhecimento.

O documento fala ainda em estabelecer uma carreira que tenha no salário-base a substância dos proventos, incluindo as gratificações em seus valores máximos, o que se acha em contradição manifesta com o modo como o governo federal vem, no momento, procedendo nas negociações com docentes e técnicos.

Fala-se também ainda em "prever para a Carreira Docente o alargamento do nível saturado do cargo Adjunto IV em direção ao nível de Professor Titular, o qual não deverá mais corresponder necessariamente a um novo ingresso na carreira". Na mesma linha, afirma-se a disposição de "propiciar o ingresso no nível de Professor Titular", a ser "subdividido em quatro níveis, para promoção, a qual não deverá ser automática mas sujeita à seleção ou concurso com membros examinadores externos e a critérios a serem fixados a partir das prioridades e orçamentos de cada instituição, sendo os atuais professores titulares automaticamente incluídos ao final da Carreira".

Um novo plano de carreira docente é proposto mediante reformulações no regime de contratação: propõe seleção simplificada para contratação de docentes por tempo determinado e altera a avaliação do estágio probatório; na progressão funcional; na estabilidade no emprego e no regime de dedicação exclusiva. Este regime "deve ser condicionado a rigoroso acompanhamento individual, com avaliações periódicas e comprovação de produtividade acadêmica". A carreira docente está, portanto, subordinada à lógica produtivista centrada em critérios quantitativos de execução de tarefas. O governo Lula não só mantém como aprofunda e amplia a lógica produtivista que norteia a GED para o conjunto da estrutura da carreira docente, fato comprovado com a edição da MP 208/04.

Para Não Concluir

Por tudo isso, fica claro em que medida os princípios e diretrizes da reforma proposta tem sido alvo de críticas contundentes da parte de todos os que historicamente lutam em defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade socialmente referenciada e livre das imposições de mercado.

A rigor, a coerência da reforma proposta neste documento com as políticas e orçamentos praticados pelo MEC e os processos de privatização e mercantilização da educação superior por ela induzidos nos últimos anos é inquestionável. Neste sentido, não há dúvida de que o "elevado grau de consenso" supostamente expresso no documento só pode ser encontrado entre "atores" como o Banco Mundial, a ONU, as personificações do capital e seus intelectuais orgânicos, o lobby das empresas privadas de ensino superior, o governo federal, os partidos, as centrais sindicais e toda a rede de ONGs que dele dependem, os representantes do capitalismo acadêmico e da lógica dos interesses privados e todo o baronato acadêmico-corporativo-burocrático encastelado no MEC, nas administrações, nas fundações de direito privado e nas agências de fomento.

A nós, que defendemos a universidade pública, caberá organizar e capilarizar na comunidade universitária e na sociedade a necessária resistência a esse projeto, buscando todos os aliados que neste momento se dispõem a defender a universidade pública para que sejamos capazes, senão de barrar ou mesmo reverter o sentido da reforma, ao menos diluir e desarmar os efeitos estruturais mais perversos que nela estão contidos. É para isso que temos trabalhado no ANDES-SN cientes de que a defesa da universidade pública, na atual circunstância, depende fundamentalmente de nossa iniciativa política.

1Texto elaborado no GTPE por Aparecida Monteiro de França (ADUFU), César Augusto Minto (ADUSP), Cláudio Antônio Tonegutti (APUFPR), Lighia B. H. Matonshigue (ADUSP), Maria Abadia da Silva (Regional Planalto), Rodrigo Dantas (ADUnB), Ronalda Barreto da Silva (ADUNEB) e Tânia Alkmim (ADUNICAMP).

Inovação tecnológica e universidade[1]

A partir dos anos 90, novas noções, imagens, temas e referências com pretensão conceitual compõem o léxico sobre a educação e, mais especificamente, sobre o nível superior. Temas recorrentes assumem outros significados, como a autonomia, e palavras que adquiriram sentido em outras esferas são transpostas para o discurso universitário, como produtividade, qualidade, competitividade, flexibilidade, gestão e gestores, eficiência e empreendedorismo.

O metro que poderia aferir todas essas "qualidades" deixa de ser um determinado "ethos" acadêmico, tomando emprestado um outro sistema de medida: o mercado. Assim, a aferição é feita a partir de noções como produtividade, eficiência, excelência, flexibilidade e empreendedorismo. O novo sistema de referentes pressupõe que a instituição seja profundamente alterada. Assim, um novo ethos se impõe, o capitalismo acadêmico. As universidades que não se ajustam a esse novo modelo são desqualificadas de modo severo, como instituições anacrônicas, não coetâneas do tempo histórico configurado por uma inexorável Revolução Científico Tecnológica (RCT).

Os anos 90 são de reformas balizadas por esses novos marcos e referências. O exame dos documentos ministeriais e dos organismos internacionais como os da Unesco, Banco Mundial, União Européia, OCDE, G-7, GATT/OMC, entre outros, oferece incontáveis exemplos de como essas idéias compõem um consenso (embora sem o consentimento dos povos). No rastro desses documentos emerge uma enxurrada de livros que advogam essa causa. Em geral, a referência temporal ao século XXI adota a projeção de que a sociedade do novo século é a sociedade do conhecimento que se difunde como expressão irresistível da RCT. A universidade do século XXI é a universidade "ajustada" a RCT. Quebrar padrões e resistências passa a ser o desafio para que essas instituições possam ganhar o passaporte para o novo século.

Evidentemente, esse novo léxico denota transformações de grande alcance na universidade. Os currículos devem ser flexíveis e assegurar a aquisição de competências imediatamente comercializáveis no mercado. Como uma embalagem mais apropriada para a comercialização dos "serviços" educacionais, cursos seqüenciais e cursos de menor duração são incentivados. A pesquisa científica passa a ser equiparada à Inovação e, por isso, o sistema de C&T deve ganhar mais uma letra: CT&I. Esse deslocamento tem implicações profundas. As universidades devem captar recursos no mercado oferecendo em contrapartida serviços de inovação tecnológica, uma situação que não é congruente com a universidade.

Desde os fundamentais estudos de Florestan Fernandes, é possível compreender o motivo pelo qual as empresas instaladas no país capitalista dependente não são, nem poderiam ser, intensivas em P&D. A condição capitalista dependente tem como conseqüência uma pequena demanda de cientistas e engenheiros, por isso as universidades não ocupam um lugar estratégico. A adequação tecnológica, inevitável para a implementação de plantas industriais e do setor de serviços, por ser episódica e de baixo perfil, acaba sendo desviada para as universidades que, desse modo, têm suas funções ressignificadas, entrando no circuito do capital de forma imediata e pontual, impedindo tanto a autonomia em P&D como a expansão e melhoria das universidades públicas. Atividades que poderiam fortalecer as universidades e os centros de pesquisa tecnológica são secundarizadas em um país que tem como horizonte o capitalismo dependente. Assim, por exemplo, o Programa de Cooperação Científico-Tecnológica Internacional somente pôde ter 25% dos seus recursos previstos no Orçamento de 2003 executados.

Todos os documentos setoriais que abordam o ensino superior e a política de C&T proclamam a imperiosa necessidade de desenvolvimento do setor de CT&I sob pena de o país ficar excluído do novo padrão de desenvolvimento. Em determinados períodos, os governos chegaram a criar ministérios específicos para cuidar das políticas de desenvolvimento (inclusive industrial). Entretanto, na política real, notadamente a partir de Collor de Mello, o

país vem sofrendo um irresistível processo de desindustrialização (UNCTAD, 2003), encontrando-se afastado da grande maioria dos produtos da nova geração (UNCTAD, 2004), e o número de patentes relevantes continua muito abaixo do verificado nos países de perfil econômico semelhante nos anos 80, quando essas políticas de inovação passaram a ser vistas como a tábua de salvação. A despeito do crescimento do número de publicações em periódicos internacionais, uma questão que requer discussão à parte, tendo em vista os seus limites como forte indicador de que um país ou uma instituição está ampliando a produção de conhecimento relevante, diversas instituições que atuam na Inovação viveram crises profundas e recorrentes, a exemplo do CBPF, FIOCRUZ, Embrapa, INPA, entre outros, sem falar nas universidades públicas que, afinal, produzem cerca de 90% do conhecimento científico no país.

Tomando como indicador o número de cientistas e engenheiros (empresas, institutos de pesquisa e universidades), é possível observar a reduzida participação desse segmento no Brasil (0,11% da força de trabalho), tamanho que pode ser mais bem dimensionado em comparação com os EUA e o Japão, países em que cerca de 0,80% da força de trabalho é constituída por esses especialistas ou, mais realisticamente, com a Coréia, em que 0,4% se encontram nessa categoria. A fragilidade do parque produtivo fica ainda mais explícita observando os loci em que as P&D são realizadas. Nos países com baixa demanda de P&D, as universidades acabam tendo que absorver a maior parte desses especialistas. Nos EUA, cerca de 80% estão localizados em empresas privadas e 13% em universidades, no Brasil, 11% estão nas empresas e 73% nas universidades.

Com efeito, é um equívoco supor que a Inovação é realizável na universidade. A lógica do capital é que transforma conhecimento plasmado no trabalho em mais-valia. E as empresas são os loci desse processo. Edwin Mansfield, da Universidade da Pensilvânia, constatou que apenas um em cada dez novos produtos ou processos teve a contribuição essencial e imediata na universidade, em definitivo: 9 em cada 10 Inovações nascem na empresa17. Mesmo nos EUA, o financiamento das universidades por meio de captação de recursos privados é reduzido: dos US$ 27,5 bilhões de dólares contratados para pesquisa em todas as universidades estadunidenses em 1999, apenas 7,5% foram provenientes de contratos com empresas. O Massachusetts Institute of Technology - MIT, uma instituição privada, captou 18% de seu orçamento de pesquisa por meio de contratos empresariais. Os cerca de US$ 2 bilhões captados nas empresas pelas universidades representam 1,4% dos quase US$ 180 bilhões investidos em P&D nas empresas estadunidenses no referido ano.

Se a universidade não é espaço de Inovação, o que se pretende com os projetos que atrelam a universidade às demandas do mercado? Ao se verificar o funcionamento de grande parte das fundações privadas que vicejam nas universidades, é possível observar que o objetivo é transformar as IES em espaços de adequação tecnológica, de prestação de serviços, de ajustes em processos e serviços – atividades que não podem ser conceituadas como próprias das universidades. Assim, esses projetos, ao generalizarem essas atividades, redefinem a própria função social das instituições. Por isso, convertem o docente em um "empreendedor" que será remunerado conforme a sua capacidade empreendedora.

A exemplo dos governos anteriores, também Lula da Silva manifestou-se a respeito da Inovação, concebendo-a mesmo como "a palavra-chave do vocabulário econômico de nosso tempo". Para levar adiante essa manifestação, o seu governo criou um Conselho Nacional e uma Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e encaminhou ao Congresso Nacional um PL de Inovação Tecnológica (PL 3476/04).

Projeto de Inovação Tecnológica

Em um quadro de profunda deterioração salarial e de precárias condições de trabalho, aliadas à difusão das ideologias neoliberais, essas propostas podem parecer sedutoras para muitos docentes. Contudo, a exemplo das experiências das fundações privadas, os benefícios dessas atividades acabam privilegiando poucos e pequenos grupos cujo foco de trabalho está dirigido para as atividades que as empresas consideram de seu interesse. Nessas experiências, a contrapartida financeira é distribuída entre os poucos privilegiados e para a instituição restam alguns trocados e, especialmente, a intensa degradação das condições de ensino e pesquisa, seus objetivos primordiais. Nesse projeto, entretanto, esse quadro se apresenta piorado, na medida em que a instituição não apenas deixa de receber os recursos oriundos de atividades nela desenvolvidas, mas passa a financiar essas atividades.

As modificações instituídas pelo PL de Inovação provocarão profundas modificações na universidade, alargando sobremaneira o capitalismo acadêmico e desfigurando o *ethos* acadêmico que singulariza as universidades como instituições que possuem autonomia didático-científica, instituindo o segredo na produção do conhecimento, flexibilizando as relações de trabalho, desrespeitando o estatuto do concurso público e mesmo normas do direito público.

Diferentemente do que apregoam o documento do GTI e as reiteradas manifestações do MEC e do MCT, o projeto subordina as universidades ao campo empresarial na medida em que estabelece que as empresas, de acordo com os seus interesses, definem o que será desenvolvido (ou comprado) em termos de serviços, adequações e produtos. Isso fica claro nos depoimentos dos titulares das pastas de C&T e do Desenvolvimento. Conforme o Ministro da C&T: "um dos objetivos da nova legislação é fazer que empresas usem tecnologia **gerada** pelas Universidades" e, para atingi-lo, o governo também lançará mão de incentivos fiscais. O Ministro do Desenvolvimento compartilha essa visão, porém, pragmático, postula que **é a empresa que induz a Inovação, cabendo à universidade o papel de servir ao setor privado**. É propósito do governo "redistribuir os incentivos que custam anualmente R$ 25 bilhões ao país". O apoio do governo poderá ser diretamente às empresas, conforme Furlan. (Sergio Gobetti e Leonêncio Nossa, OESP, 29/4).

Não surpreende que, embora implícito em todos os documentos, notadamente nos produzidos pelo MEC (GTI, discursos ministeriais etc.), as conexões entre as universidades públicas, os centros públicos de C&T e as empresas não sejam devidamente caracterizadas.

Como o projeto refere-se a adequação tecnológica e não a desenvolvimento tecnológico e, nem mesmo a Inovação, por situarmos em condição capitalista dependente, o problema nodal da propriedade intelectual que hoje afasta a maioria dos países do acesso às tecnologias estratégicas nos campos da agricultura, saúde, energia etc. não é sequer esboçado no PL. A questão das patentes é relevante pois a lei aprovada na gestão de Fernando Henrique Cardoso é reconhecida como uma das mais progressistas do mundo, um problema que está sendo retomado, ainda com maior virulência, no escopo da OMC e do ALCA.

Uma das expressões mais marcantes da reconfiguração da universidade é a ressignificação (melhor seria falar em desconfiguração) do trabalho docente. No PL, o processo de conversão do professor em um empreendedor é denominado eufemisticamente "Modernização das relações de trabalho":

A nova legislação, conforme o Ministério de C&T, ofe-

rece uma espécie de gratificação para quem produzir conhecimentos que venham a ser usados por empresas: " vamos dar ao pesquisador a oportunidade de ser também um empreendedor" (Campos) (OESP, 29/4)

De fato, o art. 8º do referido PL estabelece que o professor envolvido na prestação de serviço poderá receber contribuição pecuniária da instituição na forma de "adicional variável" ou, como estabelece o art. 9º, "bolsa de estímulo à inovação". Na prática, isso significa mais repasse de recursos públicos para o setor empresarial. O PL tem de ser compreendido, portanto, no bojo das Parcerias Público-Privadas (PPP) que prevêem a aplicação de fundos federais em projetos de "interesse comum" para acelerar a incorporação de tecnologias pelas empresas. O Modelo reivindicado por Lula da Silva é o chinês (circuitos integrados de inovação e eficiência), que torna as universidades uma repartição das grandes empresas. Isso seria feito a partir da criação de núcleos de inovação tecnológica que fariam a mediação da instituição com a empresa.

A conversão do professor em empreendedor está expressa no art. 14, que assegura ao inventor ou autor - de projeto, processo ou serviço – participar em até um terço dos ganhos econômicos auferidos pela instituição. Até mesmo a transformação do professor em empresário é permitida. O docente pode se afastar por até 6 anos para tentar uma carreira empresarial (e até mesmo para constituir empresa). Durante o período de afastamento, são assegurados ao professor o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei e ainda progressão funcional e benefícios da seguridade. Em suma, todas as garantias para o empresariamento são asseguradas pelo Estado (art. 15, 16). A privatização dos recursos públicos fica patente, na medida em que valores que deveriam ser investidos nas universidades em pagamento de salários a docentes e funcionários e em pesquisas são utilizados para permitir que docentes possam tentar se colocar no mercado agora como empreendedores, sem qualquer risco ou ônus para sua carreira profissional e sem qualquer custo para as empresas.

Essa conversão obviamente não é sem conseqüências para o trabalho acadêmico. O professor empreendedor, embora possa fazer jus a alguma remuneração extra, terá de instituir a censura e a mordaça nas salas de aula e laboratórios.

"Art.12: É vedado a dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, empregado ou prestador de serviços de ICT divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente, ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT".

É importante ressaltar que o artigo citado não se refere apenas a sigilo sobre produção industrial, mas afeta inclusive questões relativas à ética de pesquisa, notadamente em seres humanos e no meio ambiente, por exemplo, proibindo a divulgação de efeitos nocivos de determinado procedimento ou substância. Seria de se esperar, frente ao acúmulo de conhecimento produzido pelos Comitês de Ética em Pesquisa, que a legislação obrigasse a empresa a fazer tal divulgação, assim como o pesquisador e sua instituição de origem. O PL coloca a mordaça em todos, docentes, funcionários e estudantes, envolvidos ou não com o projeto em questão.

Cumpre ressaltar que todo conhecimento, tecnologia, processo ou produto derivado de investimento público – sob a forma de pessoal, instalações, equipamentos, ou recursos – constituem patrimônio público, que deve ser acessível a todos e reverter em benefícios para toda a sociedade. A apropriação privada do conhecimento e seu uso para fins lucrativos não se inscreve no campo ético e sua instalação como modo de funcionamento na universidade pública constitui mais um elemento para sua ressignificação, sua desconstrução.

Essa orientação colide não só com o preceito constitucional da autonomia didático-científica das universidades, como agride os preceitos constitucionais de liberdade de produção, expressão e circulação de conhecimentos e saberes. Essa questão, por si mesma extremamente grave, é magnificada pelas radicais transformações da política de financiamento de C&T.

O investimento público em C&T é extremamente baixo no Brasil. A reivindicação histórica das universidades e do movimento docente sempre foi, não apenas pelo aumento de recursos, mas pela autonomia das instituições, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação na aplicação desses parcos recursos. Na contramão desses anseios e da experiência de outros países que promoveram um salto qualitativo em seu desenvolvimento científico e tecnológico, o Projeto de Inovação Tecnológica desvia os já parcos recursos para o controle direto das empresas, destroçando a pesquisa básica, a pesquisa nas áreas sociais humanas e toda pesquisa que não seja de interesse imediato do mercado capitalista dependente. (Art.19)

A necessidade de desqualificar a universidade pública e de viabilizar a privatização do público chega ao paroxismo no art. 20, que propugna mesmo o descarte da universidade, ao possibilitar que a União contrate diretamente uma empresa privada para a realização de P&D. No caso de empresas que não possuam departamentos de P&D, ao contrário do que acontece em suas matrizes, o art. 10 dá a solução, ao estabelecer que poderão subordinar as universidades à condição de meras prestadoras de serviços, atendendo a seus interesses específicos e imediatos. Assim, esses dois artigos explicitam e dão concretude ao PPP.

As referidas PPP não serão operacionalizadas pelas instituições e suas parceiras, havendo um órgão regulador, o Conselho Nacional Desenvolvimento Industrial, cujo conselho deliberativo será constituído por 8 representantes do poder Executivo e 7 de entidades privadas. A agência reguladora - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial -, que foi organizada na forma de um "serviço social autônomo" (EM n. 0016/GM-MDIC), terá sua diretoria constituída pelo Presidente da República, mandato de 4 anos, podendo ser demissível ad nutum. Prerrogativas: estabelece os contratos de gestão (PPP); terá autonomia para contratar pessoal pela CLT e pode estabelecer contratos de prestação com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas.

O ANDES-SN considera fundamental a luta por políticas consistentes de C&T que se fundem em projeto de nação autônoma e soberana, e de transformação da sociedade, orientada por valores baseados em tecnologia ecologicamente orientada, em busca da melhoria da qualidade de vida de toda a população, o que inclui acesso universal a saberes e conhecimentos, a serviços públicos de saúde e educação de qualidade. Esse projeto afasta o país deste caminho.

---

1 Texto elaborado no GTPE por Domingos Leite Lima Filho (SINDOCEFET-PR), Elen Castelo Branco (ADUFRJ), Maria Aparecida Moysés (ADUNICAMP) e Roberto Leher (Regional Rio de Janeiro)

Ministério da Educação

REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

REAFIRMANDO PRINCÍPIOS E CONSOLIDANDO DIRETRIZES DA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Documento II

1.APRESENTAÇÃO

O Governo do Presidente Lula estabeleceu, entre suas prioridades na área da Educação, fortalecer o Ensino Superior de modo que possa cumprir, com melhores condições, o papel estratégico que lhe cabe na vida brasileira.

O Ministério da Educação, desde o ano passado, vem promovendo debates e reunindo argumentos com o objetivo de firmar Princípios, definir Diretrizes e estabelecer normas para revigorar a Educação Superior no país.

Após uma série de conferências, debates, oitivas e consultas, o Senhor Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, apresentou no dia 07 de junho passado, um conjunto de proposições com o intuito de apontar os rumos para a implementação da Reforma da Educação Superior.

Dando continuidade ao processo de formalização dos princípios e das diretrizes, vimos apresentar este documento, fruto das contribuições feitas à proposição inicial, recolhidas nas inúmeras reuniões realizadas entre o Ministério da Educação (MEC) e as mais diversas instituições e entidades da comunidade acadêmica, em particular, e da sociedade em geral.

A ampla aceitação, em termos gerais, dos Enunciados permite reafirmar os Princípios, atualizados por novos argumentos, e aprofundar Diretrizes, modificando algumas já apresentadas e incorporando outras mais recentemente sugeridas.

Em seu conjunto, este documento expressa um grau elevado de consenso entre os participantes do debate, notadamente quanto aos temas que são mais relevantes, sem prejuízo de divergências quanto a questões pontuais, justas e necessárias quando se trata de uma questão tão importante para o destino da nação, das instituições e dos próprios indivíduos que a ela dedicam o melhor de seus esforços.

O Plano Nacional de Educação, elaborado para o decênio 2001-2010, determina que ao final do período sejam ofertadas matrículas em cursos superiores correspondentes a 30% da população de jovens entre 18 e 24 anos, conseqüentemente será necessário dobrar essa população nos próximos seis anos.

O sistema de ensino superior brasileiro é bastante diverso, tanto pela natureza dos vínculos administrativos das instituições quanto pelo tipo de organização de cada instituição. Do ponto de vista administrativo, há o sistema público, mantido pelos poderes Federal, Estadual e Municipal e as Instituições privadas que abrangem instituições confessionais, comunitárias e particulares.

Do ponto de vista acadêmico, o sistema de ensino superior conta com instituições de caráter universitário, que abrange Universidades, Universidades Especializadas e Centros Universitários, e também com instituições não universitárias: Centros Públicos e Privados de Educação Tecnológica, Institutos Superiores, Faculdades Integradas e Faculdades Isoladas, com seus respectivos vínculos com instâncias públicas e não-públicas.

Destaque-se que no complexo e diverso cenário das Instituições Privadas, há desde entidades comunitárias e confessionais, que se constituem, de fato, em organizações públicas não-estatais, até Instituições particulares, com finalidades lucrativas.

O MEC é, simultaneamente, mantenedor das Instituições Federais Públicas de Ensino Superior (IFES), supervisor e regulador do Sistema Federal de Ensino Superior (Público e Privado). A cada uma dessas atribuições, entendida a enorme diversidade do Sistema, correspondem ações distintas e complementares, ainda que em todos os casos a preocupação central com a qualidade presida as medidas a serem adotadas.

A diversidade – administrativa e acadêmica - do sistema não obedece, até o presente momento, a qualquer forma de planejamento, de modo que disparidades regionais, sociais e de qualidade vêm se perpetuando com a expansão de instituições nos últimos anos, fortemente marcada pela presença do setor privado.

Para alcançar as metas propostas pelo Plano e revigorar o papel estratégico da Educação Superior no Brasil, faz-se necessário aprofundar o debate, definir princípios e diretrizes e, por fim, repactuar as normas que orientam todo o sistema.

O setor público do sistema de ensino superior no país apresenta elevado grau de qualidade, a despeito das imensas dificuldades financeiras que vem atravessando há alguns anos. Avaliações de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão têm demonstrado a média elevada que o sistema alcança e registrado a existência de unidades de excelência, comparáveis às melhores instituições do mundo. Apesar da precariedade e da irregularidade do financiamento, as instituições públicas podem ser apontadas, em linhas gerais, como o marco de qualidade acadêmica a ser tomado como referência.

No entanto, o sistema público é restrito, tanto em número de matrículas quanto na capacidade de contemplar a diversidade regional, social e étnica do país em sua dinâmica. Expandir a oferta de vagas com qualidade e inclusão social é o desafio urgente para todo o sistema de ensino superior, com especial responsabilidade dos sistemas públicos, particularmente do sistema federal.

O sistema não público teve uma expansão desordenada, o que favoreceu o fortalecimento de uma visão mercantilista da educação, em absoluta contradição com os princípios que a definem como bem público. Ainda que muitas instituições não públicas tenham demonstrado zelo pelo valor cultural e estratégico da educação, a ausência de marcos regulatórios nítidos por parte do Estado, e a falta de uma visão sistêmica promovem a dispersão de energias e a fragilização do próprio papel da Educação Superior.

Considerando que discutir Educação implica em abordar as bases de um projeto de nação e um modo específico de desenvolvimento sustentável, há claramente a necessidade da definição de marcos regulatórios distintos (Público e Privado) para o Sistema de Ensino Superior. O sistema misto integrado, regulado pelo Estado, próprio de uma sociedade democrática, plural e multicultural, deve atender a Princípios e Diretrizes bem estabelecidos a partir do interesse público.

Este documento não pretende, naturalmente, esgotar o tema nem sob o aspecto dos diagnósticos nem do ponto de vista dos conteúdos específicos de cada item. Na condição de documento preliminar, ele está aberto a críticas, sugestões, inclusões e exclusões na medida em que essas intervenções caracterizem um processo de crescente compromisso com a transformação da Educação Superior e que sejam a expressão das tensões construtivas, legítimas e necessárias, que se formulam quando se trata de tema de tal magnitude.

O Ministério da Educação, condutor do processo, em diálogo com a comunidade acadêmica e com representantes da sociedade brasileira, tem por objetivo forjar uma Lei Orgânica da Educação Superior como resultado do debate que está em curso e que tem neste documento um de seus marcos.

Bem sucedido, o processo da Reforma deve gerar marcos regulatórios para todo o sistema, recuperando o papel do Estado como normatizador e fiscalizador da Educação, recolocando a educação, em especial a Universidade, no centro de um projeto de desenvolvimento econômico e social, combatendo as desigualdades regionais, eliminando privilégios de acesso e reafirmando direitos multiculturais em um embate sem trégua contra a exclusão.

2. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Os Princípios devem orientar as Diretrizes voltadas à construção de uma Lei Orgânica que regule o Sistema de Educação Superior no País, a saber:

a) Educação é um bem público e direito básico e universal dos cidadãos, devendo ser entendida enquanto fator estratégico para a nação, para valorização de seu passado, fortalecimento de seu presente e criação de seu futuro;

b) A Educação, como direito subjetivo, é um elemento de transformação pessoal e de participação na cidadania, devendo ser acessível a todos, em todas as fases da vida, constituindo-se em fator de justiça social, oferecendo eqüidade de oportunidades a todos os cidadãos, contribuindo para a redução de desigualdades regionais, sociais e étnico-culturais;

c) A qualidade é indispensável para a garantia do papel social e político da Educação, a Universidade, em particular, deve constituir-se em elemento de referência. Deve, também, ser a expressão de uma sociedade democrática e pluricultural em que se cultiva a liberdade, a

d) solidariedade e o respeito às diferenças. A Universidade é, também, o ambiente em que, especialmente, se reinventa a solidariedade e a partilha de saberes, promovendo a inclusão social e produzindo conhecimentos dirigidos à construção de um futuro melhor para todos;

e) A missão central e estratégica do Sistema de Ensino Superior, tanto Público como Privado, no projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do país, é formar profissionais de qualidade, produzir ciência e tecnologia, assim como cooperar no entendimento do ser humano e do meio em que vive, gerando e divulgando conhecimentos culturais, científicos e técnicos. Deve, também, promover a profunda relação com a sociedade, valorizando a extensão como instância de mediação entre as Instituições de Educação Superior e a sociedade;

f) A necessidade de reconhecer a pluralidade e a diversidade regional das Instituições do Sistema Federal, estabelecendo um novo marco regulatório de autonomia para as Universidades e de prerrogativas para Faculdades, Faculdades Integradas, Centros Universitários e Centros de Educação Tecnológica, em coerência com os princípios gerais de eficiência e responsabilidade, comprometendo a participação das comunidades, interna e externa, na supervisão dos rumos das Instituições;

g) O papel do Estado é supervisionar a Educação Superior. A qualidade acadêmica necessita ser conjugada com relevância social e eqüidade, implantando um Sistema Nacional de Avaliação, cujos resultados se articulem com a Regulação, recuperando a capacidade do Estado de estabelecer padrões mínimos de qualidade. Da mesma forma, combater desigualdades sociais e regionais, e acompanhar e supervisionar o Sistema Federal de Ensino Superior, entendido este processo tanto em colaboração com a imprescindível melhoria de qualidade do Ensino Básico como conectando-se com a Pós-Graduação;

h) O fortalecimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades;

i) Gratuidade no ensino nas Instituições do Sistema Público Federal;

j) Vínculo com os demais níveis de educação, em especial com a formação de professores do outros níveis de ensino.

As Diretrizes Gerais que permitem estabelecer um pacto de qualidade em torno de uma Reforma da Educação Superior, que garanta organicidade e regule o Sistema, podem ser expressas através dos tópicos anteriormente acordados com as entidades em fevereiro/2004: Missão da Educação Superior, Autonomia e Financiamento, Acesso e Permanência, Estrutura e Gestão, Avaliação e Conteúdos e Programas.

Esses tópicos devem ser compreendidos como um conjunto articulado que condiciona cada um de seus componentes. A questão norteadora é a missão da Educação Superior. Através da compreensão da missão podemos encontrar um ponto em que se articulam a ação da instituição acadêmica e as atribuições estabelecidas pelo mandato popular de que o Governo está investido. Em torno da missão equilibram-se a autonomia da instituição universitária e a soberania popular expressa no Programa de Governo.

Autonomia, financiamento e avaliação são aqui consideradas como condições políticas para a realização dessa missão, enquanto qualidade, eqüidade e relevância são condições acadêmicas que, articuladas por estruturas e formas de gestão adequadas, podem garantir a realização dos objetivos.

Cabe ao Estado, prioritariamente, criar as condições políticas, definindo autonomia e prerrogativas correlatas, garantindo condições de financiamento e tributação, estabelecendo processos de avaliação e regulação para o adequado funcionamento do sistema. As instituições são, prioritariamente, responsáveis pelas condições acadêmicas, apresentando e debatendo critérios de qualidade, eqüidade e relevância que atendam às exigências da sociedade. Cabe à negociação sobre as estruturas e formas de gestão estabelecer os parâmetros de funcionamento institucional que garantam o cumprimento da missão da Educação Superior.

Naturalmente todos os tópicos do conjunto importam para todos os interlocutores visto ser o processo da Reforma um processo de concertação em que o método condiciona irremediavelmente a qualidade e o compromisso dos atores com os conteúdos da decisão e com sua implementação.

3. A MISSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A missão das Instituições de Ensino Superior deve ser voltada ao desenvolvimento da nação.

A Reforma da Educação Superior deve ter a capacidade de promover uma profunda reflexão sobre a missão das Instituições de Educação Superior, de modo a reavivar vínculos e explicitar compromissos com valores caros à sociedade brasileira, essenciais à superação dos desafios que a nação estabeleceu.

A missão, construída no debate público que a Reforma estimula, deve significar um ponto de equilíbrio entre a soberania popular e a autonomia do fazer acadêmico, de tal modo que a sociedade reconheça, na missão proposta, a expressão de um compromisso para o qual se mobilizam recursos humanos, materiais e financeiros.

Às Universidades cabe a missão de criar, desenvolver, sistematizar e difundir conhecimentos, em suas áreas de atuação, a partir da liberdade de pensamento e de opinião, tendo como meta participar e contribuir para o desenvolvimento social, econômico, cultural e científico da nação, promovendo a inclusão da diversidade étnico-cultural e a redução das desigualdades sociais e regionais do país.

As demais instituições de ensino superior, consideradas suas vocações e níveis de organização, devem igualmente assumir a responsabilidade com a atualização do conhecimento e a implementação de processos pedagógicos que valorizem a iniciativa dos estudantes, o trabalho em equipe, o espírito crítico e inovador.

Mais do que nunca, a educação estende-se como um processo ao longo de toda a vida e as Instituições de Ensino Superior devem assumir como sua missão viabilizar o acesso à aprendizagem permanente, contribuindo para a elevação dos níveis de informação de toda a sociedade.

Do mesmo modo, as instituições têm compromisso em contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação, em todos os níveis.

É missão de todas as Instituições de Ensino Superior garantir, na formação de seus estudantes, valores éticos diante da sociedade e do conhecimento.

Esta ampla missão da Instituição de Ensino Superior está articulada com o projeto de uma nação livre e soberana, especialmente neste momento em que forças poderosas atuam no sentido de neutralizar o papel regulador do Estado e diluir suas responsabilidades sobre o bem comum. A internacionalização, própria à esfera do conhecimento, da ciência e das artes, deve ser assumida como forma de fortalecer os compromissos com o desenvolvimento de nosso país e a promoção da justiça social. Mais do que nunca, portanto, torna-se necessário reafirmar os vínculos da Educação Superior com o destino da nação e de seu povo.

4. AS CONDIÇÕES POLÍTICAS PARA A REFORMA

A Reforma da Educação Superior no Brasil implica em viabilizar as condições políticas para sua implementação, de modo interligado com as condições acadêmicas que traduzem a natureza da Universidade e as condições estruturais que tornam possível a produção de conhecimento e a formação de cidadãos e cientistas.

Cabe às Universidades e às demais instituições de ensino superior o papel de liderança intelectual, científica, cultural e tecnológica na promoção do desenvolvimento dirigido à superação das desigualdades ainda existentes em nosso país. O debate sobre autonomia, financiamento e avaliação da Educação Superior considera a natureza estratégica dessas instituições para o projeto de nação que estamos construindo.

O Sistema de Educação Superior no Brasil é bastante complexo, quer pela natureza dos vínculos administrativos das instituições, quer pela magnitude e complexidade de cada uma delas. A dimensão e a diversidade desse sistema impõem a necessidade de regulação e de articulação de modo a garantir que a Educação seja tratada e reconhecida como um bem público relevante para toda a sociedade brasileira, desempenhando um papel fundamental na promoção da igualdade e da eqüidade de oportunidades, tanto para os indivíduos como para todas as

regiões do país.

O Ministério da Educação está comprometido com a expansão do ensino superior, com qualidade e inclusão social, atribuindo às instituições públicas a função de referência para todo o sistema. Equacionar estes três elementos – autonomia, financiamento e avaliação – torna-se, portanto, uma decisão política de longo e duradouro impacto na vida brasileira.

4.1 Autonomia

O pressuposto da Educação Superior é a liberdade acadêmica, argumento central da justificativa da existência dessas instituições e valor maior que deve ser zelado e preservado por todos os integrantes do sistema. Liberdade acadêmica é o compromisso ético que sustenta os vínculos institucionais e profissionais de todos que atuam na Educação Superior. A autonomia é, para a instituição universitária, o correlato jurídico da liberdade acadêmica. Em ambos os casos, à concessão que a sociedade faz corresponde a um grau de responsabilidade com o passado, o presente e o futuro dessa sociedade.

Para exercer sua missão e cumprir seu papel, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem contar com as condições jurídicas, administrativas, financeiras e de gestão necessárias. Devem, igualmente, comprometer-se com práticas de avaliação que tanto contribuem para o aprimoramento da própria instituição quanto apresentam à sociedade os modos pelos quais realizam a missão que lhes foi confiada, uma vez que a Educação Superior é um bem público.

A Autonomia é inerente ao conceito de Universidade e é condição indispensável ao funcionamento pleno desta Instituição. A própria figura jurídica da Universidade merece ser diferenciada pelo atributo que a Constituição, através do Art. 207, lhe confere. Portanto, a natureza de sua vinculação administrativa (pública ou privada) não deve limitar o exercício da autonomia, antes pode indicar a que tipo de ente mantenedor deve a autonomia estar garantida. É preciso que sejam criadas as condições jurídicas e administrativas para uma relação autônoma entre mantenedoras e mantidas, também no setor privado, para que o título Universidade seja justificado.

Algumas IES poderão usufruir de prerrogativas administrativas e acadêmicas atribuída pelo MEC, desde que comprovem alta qualificação para o ensino ou a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo poder público. Através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), assim como de outros instrumentos de controle público. Tal certificação de prerrogativas, renovável periodicamente, deve levar em conta a heterogeneidade e pertinência do Sistema, dentro de suas diversidades regionais e vocacionais.

4.2 Financiamento

O exercício da autonomia nas IFES demanda financiamento público estável e impõe sua garantia. As IFES enfrentaram anos de insuficiente orçamentação e, não obstante, foram capazes de superar imensos obstáculos e mantiveram sua qualidade. A autonomia e o financiamento em bases acordadas devem contribuir para liberar energias inovadoras, recuperar o valor de seus docentes e técnico-administrativos, resgatando o prestígio da Universidade Pública de modo a renovar o cenário da Educação Superior no Brasil. Essas Instituições constituem um patrimônio de fundamental importância para o País e representam um padrão de qualidade de referência nacional.

Para tanto, propõe-se a discussão sobre o estabelecimento em lei que, particularmente, a autonomia das Universidades Federais será também assegurada pela aplicação vinculada da receita resultante de impostos federais na forma do Art. 212. A lei deverá também instituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, o qual deverá ser integrado por parcela equivalente, em cada ano, a um mínimo de setenta e cinco por cento dos recursos aos quais se refere o artigo mencionado, resultantes da arrecadação de tributos da competência da União. Deverá ficar explicitado que ao Fundo criado nestes termos não se aplicam contingenciamento ou qualquer desvinculação de recursos orçamentários. Além disso, os recursos deste Fundo serão entregues às IFES em duodécimos mensais na forma da lei complementar que disporá sobre a organização do Fundo criado e os critérios de distribuição de seus recursos entre as IFES, assim como sua fiscalização e controle.

O financiamento das IFES, a ser disciplinado em lei complementar, deverá ser composto de dois itens: (a) Fundo de Manutenção das IFES**,** composto por parte substantiva do Fundo, para cobrir as despesas correntes com pessoal, manutenção e outros gastos essenciais à continuação de suas atividades, cujos recursos serão transferidos por meio de critérios estáveis e utilizados em regime de orçamento global e (b) Fundo de Desenvolvimento das IFES, integrado por fração do Fundo instituído especificamente para financiar a expansão, a inovação e a gestão eficaz das Instituições. A garantia da manutenção e uma adequada política de expansão deverão estar associadas a um compromisso-contrapartida de qualidade, inclusão e aumento da oferta de vagas em Instituições Públicas. Nestes termos, a meta deve ser a duplicação da oferta de vagas nas IFES, especialmente nos cursos noturnos, nos próximos quatro anos.

É preciso garantir jurídica e administrativamente que o Fundo não seja constituído como ente jurídico próprio, mas sim como uma operação de natureza contábil que execute a transferência dos recursos acordados em duodécimos.

No caso das Universidades Federais, garantida suas autonomias e diversidades combinadas com políticas de ações unificadas, estamos propondo que seus dirigentes, democraticamente escolhidos por suas comunidades, deverão apresentar, para análise junto ao Ministério da Educação, um plano de trabalho, com projeção de curto,médio e longo prazo - Plano de Desenvolvimento e Gestão- , com itens específicos relativos à manutenção e à expansão da instituição. Caberá ao Ministério da Educação a análise, aprovação e acompanhamento da execução do Plano acordado, assim como garantir o devido financiamento e oferecer instrumentos adequados para propiciar mecanismos inovadores de gestão.

Destaque-se a necessidade de instituir dispositivos regulatórios que subordinem as Fundações conveniadas com as IFES ao interesse público e às finalidades principais da Universidade Pública, explicitados nos PDG's de cada Instituição.

Com relação às Instituições Públicas Estaduais e Municipais, deve-se avaliar a possibilidade de conjugar a expansão desse Sistema de forma negociada, entre Estados e União, através de mecanismos específicos. É importante que as instituições públicas estaduais e municipais integrem um sistema público de ensino superior, capazes de formular planos articulados, otimizar infraestrutura existente, enfrentar e superar as desigualdades regionais. Para tanto, as IES estaduais e municipais devem dispor da autonomia ou das prerrogativas correspondentes, tais como as IFES e as privadas.

No caso das Instituições Privadas de Ensino, os dispositivos pelos quais o Estado tem subvencionado o setor, no que diz respeito a financiamento, têm sido basicamente através de desoneração tributária, prevista em lei, e de financiamentos diretos aos estudantes (FIES). Entendemos estes e outros dispositivos como legítimos, desde que eles não onerem os percentuais previstos legalmente (18% dos tributos da União e 25% dos Estados e Municípios) como aplicações mínimas em Educação.

Está em discussão a constituição de um Fundo Setorial de incentivo à pesquisa nas IES privadas. Tal Fundo teria como fonte de financiamento o próprio sistema do ensino superior privado.

4.3 Avaliação e Regulação

A avaliação é peça fundamental da vida universitária e parte integrante e indissociável da Autonomia. É ela que permite cumprir adequadamente a missão social das Instituições de Ensino Superior.

A Universidade tem condições de se auto-governar, respeitada a legislação existente, na medida em que atender com os meios adequados às finalidades definidas pela sociedade que a mantém. Se a sociedade define os fins mais amplos, a Autonomia consiste em responsabiliza a Universidade pela escolha dos meios, que incluem todo o juízo sobre a qualidade científica e os procedimentos administrativos que melhor a promovam.

A exigência de avaliação vale tanto para as IES financiadas quase integralmente com recursos públicos, quanto para aquelas que são custeadas pelas mensalidades dos alunos, porque em todos os casos é a sociedade que mantém o sistema de ensino superior tendo, portanto, direito a ser informada sobre a sua qualidade.

A sociedade brasileira delega ao meio acadêmico a importante tarefa de realizar pesquisas científicas e tecnológicas, formar recursos humanos em nível profissional e aprimorá-los na pós-graduação, com a finalidade de alavancar nosso desenvolvimento social, cultural e econômico. Portanto, uma boa avaliação cumpre dois fins principais. O primeiro é o de legitimar, aos olhos da sociedade, o papel especial que é conferido à pesquisa e à formação universitárias. O segundo é, por isso mesmo, o de garantir que essa pesquisa e formação sejam da melhor qualidade possível. A questão da excelência não é, portanto, um fim em si, nem uma imposição apenas formal, mas se entende neste quadro: como pode o mundo acadêmico servir, da melhor forma, à sociedade brasileira.

Da avaliação decorrem conseqüências e estas devem estar voltadas à projeção de cenários futuros para as Instituições. Sem dúvida, ela incide sobre um período recente de atividades e ,além disso, leva em conta o histórico da instituição – mas o seu sentido está em conectar-se, profundamente, com o futuro. Ela atribui valores e, portanto, seus resultados devem implicar um conjunto de ações. A avaliação só tem cabimento quando prepara a ação. Por isso, ela deve ser o mais rigorosa possível. Neste sentido, a experiência histórica da CAPES, bem como as referências internacionais, mostram a necessidade de que haja, primeiro, uma auto-avaliação, que deve culminar numa avaliação efetuada por especia-

listas externos à instituição e que produza resultados tais como: incentivos e maior autonomia para as instituições mais bem avaliadas; acompanhamento, advertências e finalmente sanções, que podem ir até o fechamento, no caso das instituições mal avaliadas.

Dessa forma, a avaliação atende ao triplo papel de proteger a sociedade, através de medidas contra instituições que ofereçam cursos sem a devida qualidade, de promover a redução das desigualdades, estimulando as instituições que em seu plano de desenvolvimento e em sua prática se proponham a subir de um patamar regular para outro mais qualificado, e a incentivar a excelência, investindo nas instituições que estejam num nível de qualidade comparável à de suas melhores congêneres internacionais.

Para cumprir o papel que cabe ao processo de Avaliação, o Ministério da Educação já está executando o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Educação Superior, instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem por objetivo assegurar o processo nacional de avaliação institucional, de cursos e de desempenho acadêmico. Para tanto, integra três instrumentos com base em uma concepção global, ao articular avaliação e regulação, através de um processo de identificação de mérito e valor das Instituições, Públicas e Privadas, tendo como norte o cumprimento da "missão pública" da Educação Superior. A responsabilidade social da Instituição é um dos objetivos que deve ser ressaltado, bem como o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, centrados na valoração da qualidade acadêmica.

A partir da implantação do SINAES, o Estado deve recuperar seu efetivo papel regulatório, ao estabelecer regras claras de ingresso e permanência no Sistema de Ensino Superior. Essas têm como base o rigor acadêmico da qualidade, bem como as necessidades sociais de expansão do Sistema. A avaliação é a referência básica às atividades de supervisão e regulação.

Os resultados da avaliação, portanto, constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão que deverão ser implementados visando a efetiva função reguladora do Estado. A CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior é o órgão nacional e representativo de coordenação e supervisão do SINAES, e tem o papel de integrar os resultados da avaliação possibilitando a formulação de propostas para o desenvolvimento das instituições de Educação Superior. O SINAES/CONAES são pilares fundamentais da Reforma da Educação Superior e partes integrantes e indissociáveis de outros pilares, tais como autonomia universitária e financiamento. Por exemplo, na expedição de prerrogativas especiais às figuras de faculdades, faculdades integradas e Centros Universitários, o SINAES/CONAES, em consonância com a Secretária de Ensino Superior do MEC (SESu) e a Secretária de Educação Profissional e Tecnológico (SETEC), o Instituto Nacional de Estatística e Pesquisas (INEP) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), representarão elementos centrais nessa definição.

Nos processos de avaliação e regulação é necessário buscar – respeitado o pacto federativo - melhor interação entre os Conselhos Estaduais de Educação com o CNE – Conselho Nacional de Educação, assim como entre a SESu, a SETEC e as Secretarias Estaduais, permitindo um adequado e desejável compartilhamento dos critérios de avaliação e dos dispositivos de supervisão do Sistema Federal de Ensino Superior.

A CAPES deve ser um elemento fundamental no processo de avaliação e supervisão do Sistema, constituindo-se, além disso, em modelo pela experiência e prestígio acumulado. Como exemplo, que as comissões de avaliação designadas pela CONAES devam ser compostas por profissionais de alto nível e externos à Instituição avaliada.

5. AS CONDIÇÕES ACADÊMICAS PARA A REFORMA

A Reforma da Educação Superior no Brasil exige condições políticas e acadêmicas para sua implementação. Neste sentido, impõe que seja realizado um amplo e sistemático debate sobre as condições acadêmicas necessárias e que as instituições cumpram a missão que lhe é confiada pela sociedade brasileira. Ainda que possa haver discordância quanto a um conjunto de aspectos que qualificam uma instituição, os debates realizados sobre as propostas de Reforma reafirmaram um consenso em torno de três condições fundamentais para a Educação Superior: relevância, eqüidade e qualidade.

Por relevância, entende-se o conjunto de questões relativas à importância e ao papel das Instituições de ensino superior na sociedade, a capacidade que têm de articularem-se com as demandas locais sem prejuízo da necessária participação na formulação internacional das áreas de conhecimento que a integram. Além do ensino, cujo projeto político-pedagógico deve transcender a mera preparação para o mercado, preocupando-se em oferecer aos estudantes tanto a formação geral quanto a preparação para o aprendizado constante, também a pesquisa e a extensão têm papel importante em fortalecer a relevância das instituições de ensino superior, com especial atenção às suas articulações locais e aos saberes aí disponíveis.

Por eqüidade deve-se entender a capacidade das Instituições de ampliar o acesso e garantir a permanência de integrantes dos diversos grupos sociais e culturais que compõem a sociedade brasileira, em sua rica diversidade étnica e cultura e distribuição regional.

Por qualidade, entende-se o desenvolvimento de programas e conteúdos disciplinares que contribuam para o aprendizado de uma atitude crítica e interrogativa que deve acompanhar o formando em toda a sua futura vida profissional. A qualidade acadêmica deve estar envolvida em todos os aspectos da formação, seja no ensino, na pesquisa e na extensão, e sua preocupação contemporânea deve estar centrada na superação dos processos de isolamento que separam tanto as atividades fins como as disciplinas de diferentes áreas de conhecimento. O resultado disso inibe a criatividade e a inovação no ambiente universitário.

5.1 Relevância

A Instituição de Ensino Superior deve ser relevante em pelo menos três aspectos:

a) Para a comunidade acadêmica que a constitui, oferecendo um processo de formação dinâmico e articulado, superando as barreiras que se estabeleceram tanto entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como também entre as diversas áreas de conhecimento;

b) Para a comunidade em que está situada, demonstrando capacidade de interagir com a sociedade envolvente, seus valores, necessidades, potenciais e saberes, dispondo dos saberes que mobiliza e tendo sensibilidade para integrar os valores de sua vizinhança, contribuindo para sua sistematização, crítica e difusão;

c) Para a comunidade de conhecimento em que está integrada, por força de sua especialização e dos saberes de que dispõe; é necessário que seu enraizamento local contribua para sua articulação internacional, uma vez que o País necessita participar como sujeito da nova reorganização mundial onde o conhecimento tem papel estruturador.

A mundialização do conhecimento exige que as instituições brasileiras tenham especial atenção para o caráter dialético das relações local/global. A preocupação com os processos de internacionalização devem ser traduzidas em políticas que promovam maior aproximação com instituições estrangeiras e internacionais a partir de relações que valorizem a contribuição nacional e coloquem nossas instituições na condição de sujeitos de processos bi e multilaterais de cooperação.

5.2 Eqüidade: acesso e permanência

O acesso às IES se fará por processo seletivo que deverá constar do PDI ou PDG de cada Instituição, devendo levar em consideração, de forma parcial ou total, os resultados do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), tornado obrigatório para todos os concluintes do Ensino Médio. Pretende-se com esta obrigatoriedade que o Ensino Médio cumpra os conteúdos de suas diretrizes curriculares, de acordo com as políticas traçadas para este segmento do ensino. A melhoria progressiva da qualidade do Ensino Médio público é, por certo, a mais eficiente política de inclusão social no que diz respeito ao acesso à Educação Superior. Neste sentido, a efetivação do FUNDEB é parte integrante da Reforma da Educação Superior, conectando duas das mais importantes prioridades do MEC assim como do Governo Federal.

Aprofundar a política de cotas nas IFES, priorizando alunos provenientes do Sistema Público e, dentre eles, via cotas étnicas, em acordo com os índices regionais do IBGE. Além do mínimo de 50% por processo seletivo para alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, é preciso que gradativamente seja aplicado o mesmo critério por Curso (por exemplo, começando em mínimo de 10%, crescendo 10% ao ano, até atingir 50%). Igualmente promover uma discussão onde possam ser abordados novos elementos, tais como um diferencial máximo entre as notas dos ingressos via cotas e os demais, evitando discrepâncias maiores e como garantia de qualidade acadêmica. Da mesma forma, tal diferencial pode ser pensado como decrescente ao longo dos anos (por exemplo, 20% nos dois primeiros anos de aplicação, 15% nos dois anos seguintes e 10% nos demais), dado que o Ensino Médio público deverá gradativamente ser recuperado.

A nova Lei Orgânica deverá considerar a implementação nas IFES de formas de apoio material aos estudantes carentes com comprovado bom rendimento escolar, como bolsas de trabalho, implantação do Programa de Primeiro Emprego Acadêmico e a ampliação dos cursos noturnos, como ações fundamentais para permitir a presença de estudantes que não disponham dos recursos suficientes, garantindo a sua permanência pelo tempo necessário para a sua adequada formação. Nesse contexto, a Loteria Especial para Financiamento da Bolsa-permanência nas IFES deverá cumprir papel relevante.

A possibilidade de acesso deve implicar acesso ao Curso pretendido mais do que limitado aos Cursos eventualmente ofertados. O processo de expansão do Ensino Superior foi conjugado com forte concentração regional e

de áreas de conhecimento.

5.3 Qualidade - Conteúdos e Programas

A flexibilização dos currículos dos cursos de graduação será estimulada de modo a permitir aos estudantes uma experiência de estudos mais rica e diversificada, com ênfase em atividades formativas. Serão valorizadas as atividades extra-curriculares e a implantação de procedimentos que favoreçam a mobilidade entre diferentes programas de formação.

Propõe-se, para ampla discussão, que as Universidades possam organizar-se de modo a oferecer um ciclo inicial de formação, com duração mínima de dois anos, após o qual o estudante receberá um título próprio - Estudos Universitários Gerais -, sem valor de habilitação, correspondente à formação básica em nível superior. A criação de um ciclo inicial de formação apresenta-se como uma reformulação capaz de contribuir para promover a formação multidisciplinar e fortalecer as capacidades de compreensão e de expressão oral e escrita, assim como de conceitos de ciências em geral, visando o pleno desenvolvimento da capacidade crítica e criativa necessária à formação de cidadãos e profissionais que participarão do projeto de futuro da nação. Um modelo, que não se pretende único à medida que seriam incentivados diversas e simultâneas experiências no país, consistiria de disciplinas de caráter geral para todos os estudantes e outras voltadas, especificamente, às grandes áreas do conhecimento (ciências da vida, ciências naturais e exatas, ciências humanas e sociais, artes e arquitetura). Tal Ciclo, se bem estruturado, permitiria aos alunos uma formação mais ampla, preparando-os melhor para os desafios do mundo atual, e evitando uma tendência à especialização prematura. A introdução de tal modalidade deverá ser conjugada com a melhoria do Ensino Médio, propiciando a entrada nos Cursos Superiores de estudantes em níveis melhores do que os atuais. Caberá a cada Universidade definir se nessa etapa também deverão simultaneamente constar disciplinas específicas de cada Curso. Importante destacar que devem ser incentivadas, dentro do contexto da autonomia, diferentes modelos que possam trocar experiências em direção à criação de um modelo original brasileiro, porém, em consonância com as transformações que ocorrem no mundo acadêmico contemporâneo. A flexibilidade curricular nos anos subseqüentes, nos termos preconizados pela LDB, será fator primordial para que o estudante possa seguir sua formação em rumos que otimizem o seu aprendizado dentro dos limites de seu interesse, fator básico para a conclusão do Curso.

Debater as bases preliminares em direção a um processo de integração disciplinar, em consonância com a melhores Instituições do mundo, que promova no futuro a possibilidade de mobilidade global entre os Programas de Graduação e Pós-Graduação.

O processo de desenvolvimento pessoal no qual educadores e educandos interagem, predominantemente, por meio da utilização didática das tecnologias da informação e da comunicação – Educação a Distância – demanda um sistema peculiar de gestão e avaliação com o objetivo de acompanhar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

6. AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PARA A REFORMA

As condições estruturais da Reforma da Educação Superior sustentam e intermediam condições políticas e acadêmicas visando o cumprimento da missão das IES para o desenvolvimento do País. As condições estruturais abrangem o funcionamento das IES expressas necessariamente, em organismos de coordenação das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. A gestão destas condições é determinada pela administração de recursos e de pessoal e dirigida à qualidade e avaliação. Como fator determinante de todo este processo está o corpo docente cuja carreira deve ser adequada à qualidade e definida por mérito.

6.1 Organização

A autonomia conferida às instituições de ensino superior deve possibilitar que estas se organizem por ramos de conhecimento, especialização e destinação do ensino, possibilitando a atualização e modernização da estrutura acadêmica em consonância com as mudanças estruturais em curso em importantes Universidades em todo o mundo. Particularmente, as Universidades Tecnológicas podem constituir-se em interessante modelo a ser melhor explorado, tendo por função ensinar e pesquisar todos os ramos da ciência e tecnologia, mas com enfoque na aplicação de conhecimentos vinculados ao processo produtivo. Os profissionais formados por esses estabelecimentos devem caracterizar-se pela amplitude da sua formação, incluindo formação humanística, com ênfase na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos na implementação de soluções e inovações produtivas, tanto vinculados à indústria como através de suas próprias iniciativas empreendedoras.

Um novo modelo de instituição de ensino implica em nova estrutura organizativa que possam refletir adequadamente os avanços epistemológicos, a interdisciplinaridade, as características do projeto pedagógico dos cursos das instituições, a relação entre a missão da Universidade e os projetos locais e nacionais, controlados por sistemas avançados de gestão e um novo plano de carreira.

Entende-se que a atual estrutura departamental deve ser reavaliada e substituída conforme decisão autônoma de cada IES, respeitados os seguintes princípios:

a) propiciar ao ensino uma maior e mais adequada conexão com a produção e a extensão do conhecimento, resultando em melhor qualidade da aprendizagem;

b) definir melhor aproveitamento dos docentes e técnico-administrativos, levando-se em conta a transversalidade do conhecimento, do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão;

c) obter melhor acompanhamento e supervisão, através da simplificação burocrático-administrativa, assim como imprimir uma funcionalidade mais adequada entre as atividades docentes e técnicas, e

d) potencializar o aproveitamento de recursos financeiros disponíveis.

Entende-se também como parte fundamental desta Reforma, a constituição de um Conselho Social ou Comunitário que articule e integre a Instituição ao seu entorno social. Esse Conselho terá a finalidade de prestar contas a todos os setores da sociedade que possuam interface com a Universidade, tais como trabalhadores, empresários, institutos de pesquisa.

6.2 Gestão

Garantida a predominância docente nos órgãos colegiados, o processo de consultas à comunidade universitária, por ocasião da eleição direta para Reitor nas IFES, deve ser definido, autonomamente em cada Universidade, permitindo explorar diferentes modelos de eleição e participação discente e de técnico-administrativos.

Entende-se, no caso específico das IFES, que a defesa do PDG pelo Reitor junto ao MEC, nos termos aqui previstos, deve constituir-se em momento especial no qual o poder executivo, representante dos interesses gerais da nação, harmoniza-se e estabelece coerência com os interesses específicos de cada Instituição.

A reeleição para Reitor deve ser revista, à luz das experiências realizadas, e a partir da discussões sobre a pertinência da manutenção deste dispositivo.

Entende-se que o Plano de Carreira para o corpo docente e corpo técnico-administrativo deve ser sustentado por sistemas de avaliação e progressão por mérito, e a estabilidade seria uma conquista desta progressão.

São consideradas anacrônicas as atuais denominações atribuídas aos cargos docentes do Plano de Carreira, porquanto remanescentes do sistema de cátedras. Neste sentido é necessário que estes cargos sejam adequados às novas estruturas das IFES, contemplado especificamente, os seguintes princípios:

a) prever para a Carreira Docente o alargamento do nível saturado do cargo "Adjunto IV" em direção ao nível de "Professor Titular", o qual não deverá mais corresponder necessariamente a um novo ingresso na Carreira;

b) propiciar o ingresso no nível de "Professor Titular" que poderá ser subdividido em quatro níveis, para promoção, a qual não deverá ser automática mas sujeita à seleção ou concurso com membros examinadores externos. Os critérios devem ser fixados a partir das prioridades e orçamentos de cada Instituição. Os atuais professores titulares seriam automaticamente incluídos ao final da Carreira, por exemplo, "Titular IV";

c) estabelecer uma Carreira que tenha no salário base a substância dos proventos, incluindo ao máximo as gratificações no básico de cada nível da Carreira.

No Plano de Carreira Docente das IFES é importante prever extensão do regime probatório, após a aprovação em concurso, bem como a avaliação mais rigorosa, incluindo membros externos à Instituição, ao final do período.

Na mesma perspectiva, o regime de Dedicação Exclusiva deve ser condicionado a rigoroso acompanhamento individual, com avaliações periódicas e comprovação de produtividade acadêmica.

Mesmo com a implantação de um Plano de Carreira Docente, torna-se também fundamental a simplificação dos processos de contratações, por tempo determinado, de profissionais altamente qualificados (doutores ou de notório saber, tais como detentores de experiência profissional relevante em determinadas tecnologias ou segmentos produtivos), para atuação na graduação e na pós-graduação.

Brasília, 2 de agosto de 2004.

Projeto de Lei Nº 3.476, de 2004
Substitutivo do Relator, aprovado pela Câmara dos Deputados, atualmente em tramitação no Senado Federal

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos arts. 218 e 219 da Constituição.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada, que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

II - criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;

III - criador: pesquisador que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

IV - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social, que resulte em novos produtos, processos ou serviços;

V - Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

VI - núcleo de inovação tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;

VII - instituição de apoio: instituições criadas sob o amparo da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;

VIII - pesquisador público: ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público que realize pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico; e

IX - inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação.

CAPÍTULO II

DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICT e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores.

Parágrafo único. O apoio previsto neste artigo poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos.

Art. 4º As ICT poderão, mediante remuneração e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade fim, nem com ela conflite.

Parágrafo único. A permissão e o compartilhamento de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, critérios e requisitos aprovados e divulgados pelo órgão máximo da ICT, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades às empresas e organizações interessadas.

Art. 5º Ficam a União e suas entidades autorizadas a participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto ou processo inovadores.

Parágrafo único. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação.

CAPÍTULO III

DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DAS ICT NO PROCESSO DE INOVAÇÃO

Art. 6º É facultado à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

§ 1º A contratação com cláusula de exclusividade, para os fins de que trata o caput, deve ser precedida da publicação de edital.

§ 2º Quando não for concedida exclusividade ao receptor de tecnologia ou ao licenciado, os contratos previstos no caput poderão ser firmados diretamente, para fins de exploração de criação que deles seja objeto, na forma do regulamento.

§ 3º A empresa detentora do direito exclusivo de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação dentro do prazo e condições definidos no contrato, podendo a ICT proceder a novo licenciamento.

§ 4º O licenciamento para exploração de criação cujo objeto interesse à defesa nacional deve observar o disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 5º A transferência de tecnologia e o licenciamento para exploração de criação reconhecida, em ato do Poder Executivo, como de relevante interesse público, somente poderão ser efetuados a título não exclusivo.

Art. 7º A ICT poderá obter o direito de uso ou de exploração de criação protegida.

Art. 8º É facultado à ICT prestar a instituições públicas ou privadas serviços compatíveis com os objetivos desta Lei, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

§ 1º A prestação de serviços prevista no caput dependerá de aprovação pelo órgão ou autoridade máxima da ICT.

§ 2º O servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviço prevista no caput poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

§ 3º O valor do adicional variável de que trata o § 2º fica sujeito à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal.

§ 4º O adicional variável de que trata este artigo configura-se, para os fins do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ganho eventual.

Art. 9º É facultado à ICT celebrar acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas.

§ 1º O servidor, o militar ou o empregado público da ICT envolvido na execução das atividades previstas no caput poderá receber bolsa de estímulo à inovação diretamente de instituição de apoio ou agência de fomento.

§ 2º As partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, assegurando aos signatários o direito ao licenciamento, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 6º.

§ 3º A propriedade intelectual e a participação nos resultados referidas no § 2º serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes.

Art. 10. Os acordos e contratos firmados entre as ICT, as instituições de apoio, agências de fomento e as entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, cujo objeto seja compatível com a finalidade desta Lei, poderão prever recursos para cobertura de despesas operacionais e administrativas incorridas na execução destes acordos e contratos, observados os critérios do regulamento.

Art. 11. A ICT poderá ceder seus direitos sobre a criação, mediante manifestação expressa e motivada, a título não oneroso, nos casos e condições definidos em regulamento, para que o respectivo criador os exerça em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade, nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo único. A manifestação prevista no caput deverá ser proferida pelo órgão ou autoridade máxima da instituição, ouvido o núcleo de inovação tecnológica, no prazo fixado em regulamento.

Art. 12. É vedado a dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, militar, empregado ou prestador de serviços de ICT divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT.

Art. 13. É assegurada ao criador participação mínima de cinco por cento e máxima de um terço nos ganhos econômicos, auferidos pela ICT, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido o inventor, obtentor ou autor, aplicando-se, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 93 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 1º A participação de que trata o caput poderá ser partilhada pela ICT entre os membros da equipe de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que tenham contribuído para a criação.

§ 2º Entende-se por ganhos econômicos toda forma de royalties, remuneração ou quaisquer benefícios financeiros resultantes da exploração direta ou por terceiros, deduzidas as despesas, encargos e obrigações legais decorrentes da proteção da propriedade intelectual.

§ 3º A participação prevista no caput obedecerá ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 8º.

§ 4º A participação referida no caput será paga pela ICT em prazo não superior a um ano após a realização da receita que lhe servir de base.

Art. 14. Para a execução do disposto nesta Lei, ao pesquisador público é facultado o afastamento para prestar colaboração a outra ICT, nos termos do inciso II do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observada a conveniência da ICT de origem.

§ 1º As atividades desenvolvidas pelo pesquisador público, na instituição de destino, devem ser compatíveis com a natureza do cargo efetivo, cargo militar ou emprego público por ele exercido na instituição de origem, na forma do regulamento.

§ 2º Durante o período de afastamento de que trata o caput, são assegurados ao pesquisador público o vencimento do cargo efetivo, o soldo do cargo militar ou o salário do emprego público da instituição de origem, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como progressão funcional e os benefícios do plano de seguridade social ao qual estiver vinculado.

§ 3º As gratificações específicas do exercício do magistério somente serão garantidas, na forma do § 2º, caso o pesquisador público se mantenha na atividade docente em instituição científica e tecnológica.

§ 4º No caso de pesquisador público em instituição militar, seu afastamento estará condicionado à autorização do Comandante da Força à qual se subordine a instituição militar a que estiver vinculado.

Art. 15. A critério da administração pública, na forma do regulamento, poderá ser concedida ao pesquisador público, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.

§ 1º A licença a que se refere o caput dar-se-á pelo prazo de até três anos consecutivos, renovável por igual período.

§ 2º Não se aplica ao pesquisador público que tenha constituído empresa na forma deste artigo, durante o período de vigência da licença, o disposto no inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 3º Caso a ausência do servidor licenciado acarrete prejuízo às atividades da ICT integrante da administração direta ou constituída na forma de autarquia ou fundação, poderá ser efetuada contratação temporária nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente de autorização específica.

Art. 16. A ICT deverá dispor de núcleo de inovação tecnológica, próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

Parágrafo único. São competências mínimas do núcleo de inovação tecnológica:

I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;

III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;

IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;

V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

Art. 17. A ICT, por intermédio do Ministério ou órgão ao qual seja subordinada ou vinculada, manterá o Ministério da Ciência e Tecnologia informado quanto:

I - à política de propriedade intelectual da instituição;

II - às criações desenvolvidas no âmbito da instituição;

III - às proteções requeridas e concedidas; e

IV - aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo devem ser fornecidas de forma consolidada, em periodicidade anual, com vistas à sua divulgação, ressalvadas as informações sigilosas.

Art. 18. As ICT, na elaboração e execução dos seus orçamentos, adotarão as medidas cabíveis para a administração e gestão da sua política de inovação para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 4º, 6º, 8º e 9º, o pagamento das despesas para a proteção da propriedade intelectual e os pagamentos devidos aos criadores e eventuais colaboradores.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput, percebidos pelas ICT, constituem receita própria e deverão ser aplicados, exclusivamente, em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

CAPÍTULO IV
DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS

Art. 19. A União, as ICT e as agências de fomento promoverão e incentivarão o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infra-estrutura, a serem ajustados em convênios ou contratos específicos, destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento, para atender às prioridades da política industrial e tecnológica nacional.

§ 1º As prioridades da política industrial e tecnológica nacional de que trata o caput serão estabelecidas em regulamento.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica, financiamento ou participação societária, visando ao desenvolvimento de produtos ou processos inovadores, será precedida de aprovação de projeto pelo órgão ou entidade concedente.

§ 3º A concessão da subvenção econômica prevista no § 1º implica, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos.

§ 4º O Poder Executivo regulamentará a subvenção econômica de que trata este artigo, assegurada a destinação de percentual mínimo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

§ 5º Os recursos de que trata o § 4º deste artigo serão objeto de programação orçamentária em categoria específica do FNDCT, não sendo obrigatória sua aplicação na destinação setorial originária, sem prejuízo da alocação de outros recursos do FNDCT destinados à subvenção econômica.

Art. 20. Os órgãos e entidades da administração pública, em matéria de interesse público, poderão contratar empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador.

§ 1º Considerar-se-á desenvolvida na vigência do contrato a que se refere o caput a criação intelectual pertinente ao seu objeto cuja proteção seja requerida pela empresa contratada até dois anos após o seu término.

§ 2º Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério poderá, mediante auditoria técnica e financeira, prorrogar seu prazo de duração ou elaborar relatório final dando-o por encerrado.

§ 3º O pagamento decorrente da contratação prevista no caput será efetuado proporcionalmente ao resultado obtido nas atividades de pesquisa e desenvolvimento pactuadas.

Art. 21. As agências de fomento deverão promover, por meio de programas específicos, ações de estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas, inclusive mediante extensão tecnológica realizada pelas ICT.

CAPÍTULO V
DO ESTÍMULO AO INVENTOR INDEPENDENTE

Art. 22. Ao inventor independente que comprove depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção de sua criação por ICT, que decidirá livremente quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto voltado a sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização e industrialização pelo setor produtivo.

§ 1º O núcleo de inovação tecnológica da ICT avaliará a invenção, a sua afinidade com a respectiva área de atuação e o interesse no seu desenvolvimento.

§ 2º O núcleo informará ao inventor independente, no prazo máximo de seis meses, a decisão quanto à adoção a que se refere o caput.

§ 3º Adotada a invenção por uma ICT, o inventor independente comprometer-se-á, mediante contrato, a compartilhar os ganhos econômicos auferidos com a exploração industrial da invenção protegida.

CAPÍTULO VI
DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

Art. 23. Fica autorizada a instituição de fundos mútuos de investimento em empresas cuja atividade principal seja a inovação, caracterizados pela comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão dessas empresas.

Parágrafo único. A Comissão de Valores Mobiliários editará normas complementares sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos fundos, no prazo de noventa dias da data de publicação desta Lei.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º.....

.....

VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação.

....." (NR)

"Art. 4º .....

.....

IV - três anos, nos casos dos incisos VI, alínea "h", e VII do art. 2º;

Parágrafo único.....

V - no caso do inciso VII do art. 2º, desde que o prazo total não exceda seis anos." (NR)

Art. 25. O art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 24.....

.....

XXV - na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida." (NR)

Art. 26. As ICT que contemplem o ensino entre suas atividades principais deverão associar, obrigatoriamente, a aplicação do disposto nesta Lei a ações de formação de recursos humanos sob sua responsabilidade.

Art. 27. Na aplicação do disposto nesta lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I – priorizar, nas regiões menos desenvolvidas do País e na Amazônia, ações que visem dotar a pesquisa e o sistema produtivo regional de maiores recursos humanos e capacitação tecnológica;

II – atender a programas e projetos de estímulo à inovação na indústria de defesa nacional e que ampliem a exploração e o desenvolvimento da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental;

III – assegurar tratamento favorecido a empresas de pequeno porte; e

IV – dar tratamento preferencial, na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

Art. 28. A União fomentará a inovação na empresa mediante a concessão de incentivos fiscais com vistas à consecução dos objetivos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, em até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei para atender o previsto no caput deste artigo.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 156 • 11 de outubro de 2004

Reunião preparatória da Adufrj-SSind para o 49º Conad

15/10 sexta-feira — 15h às 17h

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Conad atualiza plano de lutas do Andes-SN
Página 2

Artigo "Uma reflexão sobre Estado, Serviços Públicos e Carreiras"
Páginas 6 e 7

Fórum prepara encontro estadual contra a reforma universitária
Página 8

Agenda Sindical

13/10 - Debate sobre Reforma Universitária
Rio de Janeiro (RJ) - no auditório 13 da Uerj, às 18h
Com a presença do professor da Faculdade de Educação da UFRJ e 2º vice-presidente da regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Roberto Leher, Deise Mancebo (da Uerj) e Paulo Fábio Salgueiro (pelo MEC).

27/10 – Plenária Estadual da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ) – Auditório do Sepe, na Rua Evaristo da Veiga, 55/8º andar, às 18h

5 a 7/11 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo".

11/11 - Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação

25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo

26 a 31/1/2005 – V Fórum Social Mundial (FSM)
Porto Alegre (RS)

Guilherme Lessa

ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DECIDEM TOMAR POSSE DO CENTRO ACADÊMICO

Mobilização na Letras garante democracia

Páginas 4 e 5

Andes-SN

Conad atualiza plano de lutas do Andes-SN

Unificar as categorias contra as reformas do governo Lula é a principal tarefa, segundo a direção nacional

"Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo". Esse é o tema do 49º Conad (Conselho Nacional do Andes-SN), que ocorre de 5 a 7 de novembro, em Brasília (DF). Na ocasião, delegados e observadores das seções sindicais de todo o país vão avaliar e atualizar o plano de lutas do movimento docente.

Durante o 49º Conad, os representantes dos professores universitários vão trabalhar com um conjunto de textos sobre conjuntura, avaliação e atualização do plano de lutas e questões organizativas e financeiras do Sindicato. E boa parte desse conteúdo já pode ser acessada pelos sindicalizados na página www.andes.org.br, no chamado Caderno de Textos.

Nessa primeira parte divulgada pelo Sindicato, três artigos são dedicados à análise da conjuntura nacional. A direção nacional assina um deles, no qual incentiva a unidade das diferentes categorias contra as reformas universitária, sindical e trabalhista como a tarefa mais urgente dos trabalhadores. "Temos que superar as perspectivas de categorias que tendem ao particularismo para assumirmos a visão estratégica de classe e assim construirmos uma sociedade autodeterminada, uma nova sociabilidade, contra esta ordem e a favor da hegemonia dos trabalhadores", diz o trecho final.

No Caderno, outra proposta da direção nacional passa pela aprovação do calendário de atividades para o enfrentamento das reformas do governo Lula, elaborado pela plenária "Vamos barrar esta reforma universitária", do dia 12 de setembro (veja Jornal da Adufrj nº 154). No dia 11/11, está previsto um Dia Nacional de Paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da Educação. No dia 25/11, será realizada uma Grande Marcha a Brasília para protestar contra a reforma universitária. Segundo o texto de resolução nº 5, o Conad aprovaria essas datas como um item do Plano Geral de Lutas do Andes-SN.

Manuella Soares

CONSELHO DO ANDES-SN É UMA DAS INSTÂNCIAS DA CATEGORIA

Relação do Andes-SN com a CUT

Um ponto polêmico em discussão no Conad será o texto de resolução nº 4, também da diretoria do Andes-SN, que propõe ao Conad indicar às seções sindicais o debate sobre a desfiliação do Sindicato Nacional da CUT. De acordo com a análise dos diretores, entre outros aspectos, a CUT "tem agido contra os interesses dos trabalhadores em geral e dos servidores públicos, em particular (...)". A direção nacional do Andes-SN, reunida em meados de setembro, já se manifestou favoravelmente à desfiliação da Central.

A decisão do movimento docente sobre uma possível desfiliação da CUT vai ocorrer no 24º Congresso, que é a instância máxima de deliberação do Sindicato, possivelmente no início de 2005, ou em um Congresso extaordinário. Enquanto isso não ocorre, a diretoria também propõe a suspensão do pagamento de repasse à Central. O texto de resolução nº 16, contribuição da diretoria da seção sindical dos Docentes da Unesp, também aponta para as demais seções sindicais a "necessidade de sair da CUT", entre outras medidas.

Plano Geral de Lutas

Na atualização do Plano Geral de Lutas do Sindicato, foram acrescentados itens contra as mais novas medidas do governo para o setor educacional, como a rejeição ao decreto governamental nº 5.025, que regulamenta a relação das instituições de ensino superior com as chamadas fundações de apoio.

Coerente com a análise de conjuntura, em relação ao Setor das instituições federais de ensino superior, a diretoria do Sindicato propõe o fortalecimento da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) "como espaço privilegiado para o enfrentamento com o governo federal na negociação das reivindicações dos SPF". Junto disso, o Sindicato também afirma que as seções sindicais devem reforçar as coordenações estaduais de servidores e de outros fóruns de luta existentes (ou criá-las, onde ainda não existam).

Outros textos

Além dessas propostas e de outras relativas ao plano de lutas do Sindicato, também serão consideradas pelos representantes das seções sindicais algumas questões organizativas e financeiras do Andes-SN. A prestação de contas das atividades sindicais do primeiro semestre de 2004, a prestação de contas do 48º Conad e as previsões orçamentárias da diretoria para o ano que vem são algumas delas.

Contribuições para o Anexo

O evento sindical (anteriormente programado entre os dias 29 e 31/10) teve suas datas remarcadas em função do segundo turno das eleições municipais. Foi mantido, no entanto, o prazo para o recebimento das contribuições dos sindicalizados ou seções sindicais para o Anexo ao Caderno de Textos (de 24/9 a 13/10), que será divulgado no dia 18/10. Depois desse período, novos textos só poderão ser apreciados pelo Conad, se aprovados pela plenária de instalação do evento.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEPG discute decreto das fundações

Conselheiros divergem sobre documento do governo

O decreto nº 5.205, de 19 de setembro deste ano, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as chamadas fundações de apoio, foi um dos principais pontos em discussão no Conselho de Ensino para Graduados de 8/10.

Para o professor Nelson Souza e Silva (representante do CCS), o decreto vem para facilitar "enormemente" a privatização da universidade. Segundo ele, a nova legislação dá liberdade para uma fundação de apoio contratar quem quiser para atividades de ensino, pesquisa e extensão. "Isso fragiliza a administração formal pública", disse, sem deixar de acrescentar que as fundações vão funcionar como administrações paralelas com recursos. "É por isso que eu digo que a reforma universitária já está em andamento", afirmou. Segundo ele, se a privatização interna já ocorre hoje, mesmo com algumas restrições, o decreto vai ampliar essa situação. Nelson criticou ainda o fato de que as pessoas envolvidas com projetos geridos pelas fundações recebem complementação salarial, o que vai favorecer a desobrigação do Estado com a parte trabalhista.

Já a professora Aracéli Cristina (representante do CCJE) discordou de Nelson. Segundo ela, o decreto possibilita maior controle à universidade sobre as fundações. "Não deveríamos abrir mão de aplicar o decreto. A UFRJ cresceu com isso (apoio das fundações)", disse. Professora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Aracéli argumentou que os recursos do curso *lato sensu* da sua unidade servem para o pagamento de seis funcionários dedicados à graduação. "Sou pragmática: se não tivesse isso (o dinheiro do *lato sensu*), o curso (de graduação) seria fechado", comentou.

Nova portaria

Embora não tenha sido mencionado, no mesmo dia da sessão (8/10), o Diário Oficial da União trazia publicada uma portaria interministerial (nº 3.185), que regulamenta o registro e credenciamento das fundações de apoio.

Alocação de vagas docentes

O colegiado retomou o processo de debate da alocação de vagas docentes para os próximos concursos. Existe a expectativa de que 2,5 mil vagas sejam abertas ainda este ano nas instituições federais e, se confirmada a tendência das últimas distribuições do ministério da Educação, a UFRJ deverá ficar com cerca de 10% desse total.

O pró-reitor José Luiz Monteiro distribuiu aos conselheiros um caderno com as diretrizes da reitoria para a "formulação da política de desenvolvimento do quadro docente" da UFRJ, uma republicação ampliada da proposta que apareceu durante a anterior distribuição de vagas. Naquela ocasião, os colegiados acadêmicos, em sessão extraordinária de 17 de dezembro (ver Jornal da Adufrj nº 122), constituíram uma comissão temporária para analisar os pedidos de professores das unidades. O processo somente se encerrou com a decisão do Consuni, já no início de 2004.

O conselheiro Nelson Souza e Silva lembrou que o CEPG votou, em uma reunião anterior, pela constituição de uma comissão permanente de alocação de vagas. Para ele, diante da renovação dos colegiados ao longo do ano, a comissão deveria ser recomposta, a menos que a maioria do "novo" colegiado rejeite a proposta. Alguns professores que participaram da tarefa de última análise das solicitações das unidades ficaram encarregados de repassar aos demais conselheiros os documentos que estavam sendo utilizados para balizar a proposta de distribuição e o debate deve prosseguir nesta semana.

Novo diretor de Programas da Capes

O professor José Luiz esteve no Encontro Nacional de Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa, na semana retrasada, em Manaus (AM), no qual foram dados alguns informes do governo. Embora não tenha sido publicado ainda o ato de nomeação, foi anunciado que o novo diretor de Programas da Capes é o professor José Fernandes de Lima, atual reitor da Universidade Federal de Sergipe (que tem mandato como dirigente daquela instituição até novembro).

Ainda no encontro de pró-reitores, foi informado que uma comissão vai receber sugestões sobre o Plano Nacional de Pós-graduação – já existe um documento inicial - até o fim de outubro. Depois disso, o grupo vai elaborar um documento final que será analisado pelos colegiados superiores da Capes. José Luiz encaminhou o documento do PNPG para os conselheiros, que devem discutir o assunto o mais rápido possível, em sessão do CEPG.

Avaliação dos programas da UFRJ

O pró-reitor comentou os últimos resultados da avaliação da Capes sobre os programas da UFRJ. Segundo ele, o resultado geral pode ser considerado bastante satisfatório, com a ampliação do número de programas notas 6 e 7 e a diminuição dos cursos nota 3. Ele destacou o fato de os programas de Genética (do Instituto de Biologia), que passou de nota 4 para 6, e de Endocrinologia (Faculdade de Medicina), de 3 para 5, terem conseguido saltar dois níveis em uma só avaliação, o que é bastante positivo e incomum. O pró-reitor observou ainda que um dos programas da universidade teve o descredenciamento solicitado, mas preferiu não informar o nome, uma vez que ainda cabe recurso à determinação da agência de fomento.

Subsecretário do MEC não apareceu, de novo

Mais uma vez, o subsecretário de Orçamento e Planejamento do MEC, Paulo Rocha, não compareceu à sessão do colegiado para a qual vem sendo convidado para falar de financiamento das universidades já há bastante tempo. O representante do ministério disse que poderia estar no CEPG no dia 29 (logo após o feriado do funcionário público do dia 28). Porém, diante do desânimo dos conselheiros com as sucessivas desmarcações, acertou-se que a presença do convidado voltaria a ser estudada em uma outra reunião. Já ficou definido que o professor Antonio Paes de Carvalho (do Instituto de Biofísica), ex-conselheiro do Consuni, seria um dos convidados do colegiado para, dentro da discussão sobre reforma universitária, falar de pesquisa.

Calendário da pós-graduação de 2005

O CEPG aprovou, por unanimidade, uma proposta de calendário da pós-graduação para o ano que vem, com três variações: bimestral, em atendimento à Coppead; trimestral, para os cursos da Coppe; e semestral, para a maioria dos programas. De acordo com este último, o primeiro período começa em 1º de março e vai até 15 de julho. O segundo período tem início em 1º de agosto e prossegue até 16 de dezembro. A proposta ainda será analisada por uma sessão do Conselho Universitário para aprovação final.

Rápidas do CEG

Segurança

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em sessão do dia 6/10, recebeu como convidado o prefeito universitário, Hélio de Mattos, para uma palestra sobre segurança.

Calendário 2005

O colegiado também começou a discutir o calendário letivo para o ano que vem. A definição das datas de início e fim das aulas de 2005 deve ocorrer na sessão desta semana, em 13/10. Depois disso, o calendário será submetido à apreciação do Conselho Universitário.

Resenha

Silêncio relativo

De acordo com o colunista Elio Gaspari (3/10), quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dezembro último, recalculou a esperança de vida do brasileiro, gerando alterações na tabela de aposentadoria e causando prejuízos aos trabalhadores, os diretores do IBGE argumentaram que a tarefa do instituto se limitava a divulgar dados. Não deveriam, portanto, comentar as conseqüências negativas provocadas. Entretanto, o presidente do próprio IBGE, Eduardo Nunes, ao divulgar os péssimos números do primeiro ano do governo Lula, se deu ao trabalho de explicar que o resultado foi "o preço pago para equilibrar as finanças públicas, reduzir o perigo inflacionário e equacionar o problema da dívida externa".

Cobranças do FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) voltou a cobrar reformas no Brasil. As principais exigências são o fim de vinculação obrigatória entre as receitas e gastos no Orçamento da União, além de mudanças no sistema financeiro. O FMI quer também a flexibilização na área trabalhista – para diminuir custos com contratações e demissões – e medidas para dar mais agilidade ao comércio internacional (Folha de S. Paulo, 1/10).

Andifes X Militares

O Jornal do Commercio (06/10) publicou que a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) entregou uma carta ao ministro da Educação, Tarso Genro, afirmando que o parecer da Advocacia Geral da União (AGU) "pode inviabilizar a reforma universitária". O texto ressalta que a garantia da transferência de dependentes de militares, para faculdades federais, fere a autonomia das universidades.

Alunos odeiam o 485

O Globo (06/10) reporta a criação da comunidade "Eu odeio o 485" (Penha-Praça General Osório), no portal de relacionamentos Orkut. A comunidade reúne alunos da UFRJ que têm no ônibus 485 a sua principal opção de transporte. Segundo membros, os carros da linha demoram a chegar, viajam sempre lotados, os motoristas são irresponsáveis e há muitos assaltos no trajeto. A maior incidência de roubos, segundo eles, ocorre nos pontos de ônibus da Cidade Universitária.

UFRJ

CA da Faculdade de Letras tem nova direção

Após turbulento processo eleitoral, estudantes assumem com discurso crítico à administração da unidade

Não bastasse o autoritarismo do governo no encaminhamento de uma reforma universitária que não está sendo discutida com alunos e com os trabalhadores da Educação, ainda existem locais dentro da própria instituição que não respeitam as regras mínimas da democracia. Além da crise na Faculdade Nacional de Direito (ver matéria na página 8), explodiu recentemente na Faculdade de Letras um outro episódio de desrespeito à vontade majoritária.

Na semana retrasada, teve início a eleição para o Centro Acadêmico daquela unidade. Já no dia 1º de outubro, durante a apuração, a comissão eleitoral constatou irregularidades em cerca de 50 votos. Integrantes da chapa 1 (então no comando do CA), intitulada "Cara Nova", propuseram que fosse anulada a votação. Já os alunos da chapa 4 ("Letras pelas Letras"), que estavam certos da vitória, convocaram uma reunião de todos os alunos da faculdade para se exigir uma apuração pública dos votos. E o resultado não deixou dúvidas: diante de aproximadamente 200 estudantes, no dia 5/10, foram registrados 555 votos para a chapa 4 contra 182 votos da chapa 1. Ou seja, os pouco mais de 50 votos considerados inválidos, não alterariam em nada a posição das chapas. Outros três grupos que também concorriam ao pleito receberam, no total, 69 votos. Foram somados 13 votos brancos ou nulos.

Apesar da apuração pública dos votos, da vontade esmagadora da maioria (a eleição era majoritária) e do reconhecimento da vitória da chapa 4 pelo DCE, os então diretores do CA se recusaram a abandonar a direção do movimento. No dia 6/10, os alunos da "Letras pelas Letras" tiveram que organizar uma concentração no pátio da unidade e se dirigiram à sala do centro acadêmico local para ocupá-lo.

Mesmo diante da multidão, cerca de 10 apoiadores da chapa 1 tentaram fechar a entrada do CA, sem êxito. Um numeroso grupo já havia conseguido penetrar em uma das salas do centro acadêmico e buscava entrar num segundo cômodo, onde ficam guardados os materiais do centro. No empurra-empurra, uma divisória para um outro cômodo do CA, reservado ao chamado "café literário", foi derrubada e o espaço foi rapidamente tomado. Depois de muitas palavras de ordem e cânticos, os poucos integrantes da chapa derrotada foram se retirando. A vigilância da UFRJ teve que intervir também para apaziguar os ânimos. A ocupação continuou, porém, pois os estudantes queriam ter a certeza de que não perderiam o espaço.

A situação só se normalizou quando um documento da direção da unidade foi levado ao CA com o reconhecimento do resultado da eleição. O papel, assinado pela diretora Edione Trindade, solicitava do novo CA a relação dos oito representantes estudantis (quatro titulares e quatro suplentes) para a Congregação da Faculdade de Letras - eles assumem a representação já na próxima reunião, neste dia 19. "Sem mais, desejamos que este Centro Acadêmico venha a colaborar com a vida acadêmica do curso de Letras, que sua gestão seja profícua e deixe a marca de representatividade dos anseios dos alunos junto à instituição", diz o trecho final do texto da diretora.

Fotos: Guilherme Lessa

ANTIGOS DIRETORES DO CA TENTAM IMPEDIR A OCUPAÇÃO, MAS, COM O EMPURRA-EMPURRA...

...UMA DIVISÓRIA CAI E A MULTIDÃO TOMA CONTA DO ESPAÇO

ESTUDANTE SE PREPARA PARA LER O OFÍCIO DA DIRETORA QUE RECONHECE A VITÓRIA DA CHAPA 4

Registros policiais

Assim como na Faculdade de Direito, infelizmente, episódios de violência tomaram o lugar de discussões democráticas na Faculdade de Letras. Durante a ocupação, estudantes da chapa vencedora apresentaram um registro de ocorrência produzido, no dia anterior, na 37ª Delegacia de Polícia do Rio (Ilha do Governador). Integrante da chapa 4, o estudante Renato Pardal teria sido agredido por um outro aluno, chamado Eduardo Coutinho, da chapa adversária. Também de acordo com o documento, Danielle Marques (da chapa 4) teria sido ameaçada pelo mesmo estudante do grupo rival. A reportagem da Adufrj-SSind procurou representantes da chapa 1, que também disseram ter sofrido algum tipo de agressão, durante a ocupação, o que seria posteriormente denunciado à polícia.

NUMEROSO GRUPO GRITA PALAVRAS DE ORDEM E REIVINDICA O ESPAÇO DO CA

COMEMORAÇÃO APÓS A LEITURA DO DOCUMENTO DA DIRETORA

Críticas à direção

A nova direção do centro acadêmico não esconde suas críticas à diretoria da unidade. De acordo com os alunos, será solicitada uma prestação de contas das atividades da administração local. E um forte argumento para esse pedido reside na arrecadação do programa de extensão conhecido como CLAC (Curso de Línguas Aberto à Comunidade), de grande procura, e que cobra atualmente uma taxa de R$ 190 por semestre de estudo. Os estudantes reclamam que este programa de extensão era gratuito, de início. Depois, foi cobrada uma taxa simbólica. A partir daí, os reajustes se multiplicaram até o valor de hoje.

O restaurante a quilo também é outro ponto de divergência entre estudantes e direção. Eles entendem que a universidade deveria oferecer um bandejão gratuito e também desejam uma prestação de contas do estabelecimento comercial dentro das instalações públicas. Uma garagem recentemente construída no subsolo da biblioteca e destinada apenas aos professores e funcionários técnico-administrativos também carece de explicações, segundo a chapa recém-eleita.

Diretora responde

Edione preferiu não comentar o processo eleitoral para o centro acadêmico. "A direção (da faculdade) não tem ingerência sobre o movimento estudantil", disse. Segundo ela, que lamentou as notícias de agressões entre integrantes das chapas, a administração só pode tomar providências quando estiver protocolado no seu gabinete algum tipo de denúncia.

Sobre as críticas da recém-eleita chapa do CA contra a administração da faculdade, Edione observou que nenhuma gestão é perfeita e que todos têm o direito de criticar. Ela argumentou, no entanto, que o curso de línguas é fundamental para a unidade. Pelas informações dela, o projeto arrecada de R$ 500 mil a R$ 600 mil, por semestre, envolve 200 alunos bolsistas e cerca de 30 professores orientadores. Dos recursos somados, a professora afirma que 70% são voltados para o próprio sustento do projeto, através do pagamento de bolsistas, material de consumo e livros, entre outras despesas. Os outros 30% seriam destinados à manutenção e melhorias do prédio da faculdade, como obras nos banheiros, troca de lâmpadas e a construção da garagem mencionada pelos estudantes.

A diretora comentou que a garagem é gratuita para professores e funcionários técnico-administrativos, mas garantiu que o novo estacionamento não é uma obra definitiva. "Hoje é uma garagem, mas pode ser transformado em um auditório, por exemplo", observou, acrescentando que a obra teve o mérito de limpar o subsolo da biblioteca e preparar o local para impedir as constantes enchentes, em dias de fortes chuvas. Os guardadores de automóveis do estacionamento em frente à faculdade cederam uma pessoa para tomar conta do novo espaço e pagam um salário mínimo à reitoria, em troca da permissão para cobrar dos carros do antigo espaço (à exceção também de docentes e funcionários).

O restaurante a quilo, licitado segundo a diretora, bem como outros permissionários do prédio (*traillers* e agência do Banco do Brasil), pagam uma taxa diretamente à reitoria, que a diretora afirma desconhecer. As lojas de fotocópias pagam à faculdade com seus serviços. Mas Edione se diz favorável a uma política pública de assistência aos estudantes que contemple a alimentação. "A falta dela é que faz proliferar esse comércio", não deixando de afirmar que a reitoria deve ter suas próprias dificuldades para implantar um bandejão.

Curso de línguas é motivo de polêmica

Menina dos olhos da direção e alvo das críticas dos alunos de graduação, o Curso de Línguas Aberto à Comunidade (CLAC) também não está isento de reclamações entre os docentes. Professor Titular da Faculdade de Letras, Ronaldo Lima Lins não perdoa o fato de o programa de extensão não ter sua prestação de contas apresentada na Congregação da unidade. Segundo Ronaldo, foi decidido naquele fórum, em junho de 2003, que todos os assuntos relacionados ao CLAC fossem levados àquele colegiado. E, ainda de acordo com ele, essa determinação foi desrespeitada pela diretora, quando ocorreu o último reajuste da taxa semestral, neste ano (de R$ 160 para R$ 190). "Não passou pela Congregação", comentou.

Ronaldo explicou que o CLAC, no início, era um programa gratuito. Já na gestão da professora Edione, com autorização da Congregação, começou a ser cobrada uma taxa simbólica de R$ 30. Naquela ocasião, o motivo com o qual os conselheiros concordaram foi a falta crônica de recursos para sustentar minimamente o projeto. O problema é que, quando Ronaldo e outros professores perceberam, o valor cobrado já era de R$ 160, sem que a Congregação tivesse sido consultada.

Também em 2003, Ronaldo lembra de ter assistido a uma exposição sobre o CLAC, na qual verificou o que chamou de "desproporção" entre o programa e o próprio curso regular da faculdade: enquanto a graduação atende cerca de 2 mil alunos, o curso de extensão possui quase 6 mil estudantes. "É uma inversão completa", criticou.

Diretora detalha o CLAC

A diretora Edione explica que o aumento da semestralidade foi feito para reajustar a bolsa dos alunos orientadores do programa (de R$ 240 para R$ 260). Segundo ela, na época, foi feita uma consulta aos departamentos: alguns não mandaram resposta e outros não se sentiram à vontade para decidir sobre o assunto (o professor Ronaldo defende que o departamento de Ciências da Literatura, ao qual pertence, posicionou-se contrariamente ao aumento). Edione observou que fica difícil para a Congregação decidir sobre um projeto que o colegiado não vai gerir e, uma vez que o CLAC está vinculado à direção, tomou a decisão de fazer o reajuste. "Não houve desrespeito à Congregação", contou. A diretora esclareceu ainda que a comunidade atendida pelo programa não reclamou do aumento. Sobre a desproporção entre os alunos de graduação e do projeto, Edione atribuiu à possibilidade de a iniciativa atender a um maior número de pessoas. A diretora completou que o projeto é cadastrado na Fundação Universitária José Bonifácio e o dinheiro depositado pelos alunos no ato da inscrição é gerido pela FUJB.

Opinião

Uma reflexão sobre Estado, Serviços Públicos e Carreiras

Eduardo Alves*

O Estado, em qualquer sociedade de classe, é um instrumento que garante o poder político da classe dominante para manter as relações sociais de produção e a circulação de mercadoria. Nesse sentido, o Estado é o elemento central da superestrutura que organiza a ideologia, as leis, a cultura, etc. No sistema do capital, o Estado avança para uma fase superior, não apenas pela condição imperialista do sistema, mas também pela condição de exploração que se coloca no modo de produção atual. Nesse sentido, a definição de Estado formulada por Marx e Engels em o *Manifesto Comunista* (1848) é absolutamente atual: "O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo".

Discutir a concepção é importante para não cairmos em visões liberais, contratualistas ou idealistas de neutralidade, assim como suas diversas variáveis. A neutralidade apresenta-se, em geral, de várias formas. O objetivo do capital é criar visões universalistas, totalitárias, que se respaldem no culto à técnica que, imperiosa, exerce poder absoluto contra qualquer ideologia - como se pudesse haver qualquer técnica ou ciência absolutamente pura. "A mistificação ideológica e gleichschaltung – que significa a compressão em um modelo prescrito de uniformidade – é parte essencial desse processo opressivo. É, portanto, muito importante lutar contra os esforços correntes para impor em toda a parte o Estado de ideologia única, não importa o quanto ele pareça 'racional' e universalmente louvável" (*O Poder da Ideologia*, de István Mézsáros). Não podemos perder de vista que o Estado depende das condições de produção de mercadoria; depende das relações sociais de produção. Esquecendo isso, idealistas seremos nós.

Diante da intrínseca relação existente entre Estado e classe dominante, não é difícil compreender que modelos do tipo "Estado de Bem Estar Social" e outros similares não são Estados neutros ou voltados para o povo e sim alternativas possíveis de dominação do capital em determinados períodos da história. Uma visão equivocada sobre Estado e conseqüentemente sobre ideologia pode nos levar a conseqüências também profundamente equivocadas. Uma delas é a idéia errônea do poder da técnica. Novamente vamos recorrer a Mézsáros: "Naturalmente, uma vez que o sistema capitalista foi declarado horizonte absoluto da atividade econômica racionalmente viável, os únicos problemas a ser reconhecidos como ainda à espera de solução eram aqueles que poderiam ser descritos como dependentes de alguma solução tecno-*tecnológica*; técnica no domínio da tomada de decisões e econômicas, e tecnológica no campo da própria produção".

Na sociedade do capital é impossível haver igualdade e neutralidade. Um mundo no qual a principal contradição se concentra na tensão entre capital e trabalho se deve falar, claramente, de interesses. Adequar o setor público ao "novo mundo", como está sugerido no texto de uma proposta de Plano de Carreira do Agronegócio, é uma iniciativa dos capi-

Andes-SN

SERVIDORES DEVEM DIZER NÃO ÀS ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL

Ronaldo Barroso

CAMPANHA SALARIAL JÁ COMEÇA COM A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2005

Ronaldo Barroso/ABr

MANIFESTAÇÕES CONTRA AS REFORMAS DO GOVERNO VÃO SE INTENSIFICAR

talistas. O tal "novo mundo" não é outro que o velho mundo do capital, encapado agora de neoliberal – a forma como o capitalismo hoje se apresenta – que se esconde no discurso autoritário das formas únicas e excludentes (mas com a pretensão universalista da globalização).

Aos donos do capital interessam sim mudanças nos aparelhos de Estado, mas para privatizá-lo ao máximo e aprofundarem a precarização do trabalho. E tudo isso para ampliar a margem de lucro dos empresários. Já para os donos da força de trabalho, o que importa é a universalização dos serviços públicos, o que exige a manutenção da propriedade estatal dos órgãos públicos. Interesses que andam na contramão: do lado do capital, a mercantização e o lucro; do lado dos trabalhadores, o acesso cada vez mais amplo aos serviços públicos, com qualidade e gratuidade. Portanto, não nos interessa seguir as "transformações que ocorrem no mundo globalizado". Ao contrário, é necessário resistir e derrotar tais tendências.

A concepção fielmente comprometida com o discurso da técnica, da isenção, da neutralidade axiológica, só pode se sustentar na prática de produzir, competir, desenvolver, disputar o mercado; ou seja, tudo absolutamente adequado à situação hegemônica do capitalismo que amarga uma crise maior do que o próprio sistema. É coerente com isso a elevação dos juros, o aumento do superávit (que passará para 4,5% do PIB), o gasto de 46,2 bilhões de reais para o pagamento da dívida só no primeiro semestre de 2004 (5,92 vezes do que foi investido para educação no orçamento para todo o ano de 2004) e o repasse de dinheiro para as universidades privadas.

Para enfrentar razoavelmente esse debate, além de se desvencilhar das ilusões sobre o que é o Estado, se faz necessário ter clareza sobre o momento atual. "A época de crise estrutural do sistema do capital, ao contrário das crises conjunturais do capitalismo antes enfrentadas e mais facilmente superadas, traz consigo as conseqüências mais radicais para o nosso presente e futuro" (*O Poder da Ideologia*, de István Mézsáros). Assim podemos ter os contornos para não escorregar em erros clássicos. Dizem que o Estado diminuiu; não é verdade, ele cresce e o que diminui são as propriedades estatais que são privatizadas cada vez mais por meio dos contratos, das fundações, das terceirizações e dos próprios leilões. Dizem que precisamos voltar ao Estado de Bem Estar Social; mas o Brasil nunca conheceu esse modelo europeu, pois viveu no máximo sua fotocópia piorada chamada de desenvolvimentismo.

É nesse quadro que o Governo de Lula vem mostrando suas garras sobre a questão dos planos de carreira. É claro que não apresentou nenhuma proposta sistemática como fez FHC em 1995. Não poderia, uma vez que isso colocaria obviamente uma série de setores em crise, pois a política do governo ficaria "óbvia". Assim, no lugar de sistematizar uma proposição, o Governo a escreve por meio de projetos e assume, na prática, o que está no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Não é por menos que a proposta da CNESF sobre Diretrizes de Plano de Carreiras foi entregue no primeiro semestre do ano de 2003 e, até agora, não houve absolutamente nenhuma contraproposta do Governo; sem falar que se está longe de fechar alguma coisa, nem reuniões sobre o assunto estão ocorrendo. Mas as propostas de planos para os diversos setores estão saindo.

Os servidores públicos hoje são em menor número do que eram em 1995. Estão muito mais fragilizados, pois viveram toda uma etapa de destruição dos serviços, de privatizações, de terceirizações, de retirada de direitos e tudo isso sem renovação (poucas exceções e com baixos números). Um dos direitos mais elementares que fora conquistado há muito pela classe, que é a revisão salarial, com o único objetivo de recompor as perdas salariais entre um período e outro, já não existe mais (foi retirado por FHC, o que se prolonga no Governo Lula com suas negociações sustentadas em gratificações). O Governo Lula não tratou todos os setores iguais, escolheu setores para colocar em situação de desgaste frente à base, enfim, busca dividir para dominar (como fez o governo passado quando instituiu as malfadadas gratificações produtivistas).

As negociações diferenciadas não ocorreram apenas por conta da "disponibilidade" no orçamento, mas sim por conta da política adotada pelo governo atual. O pior é que há a possibilidade de o Governo estar se utilizando desse processo para tentar impor derrotas em algumas entidades de Servidores Públicos Federais. É o caso, por exemplo, do ANDES. O acordo absolutamente diferenciado que o Governo fez entre os professores não pode expressar uma visão distinta de direitos entre educadores de 1º e 2º graus em relação aos educadores de 3º grau. Não há argumento que justifique isso. É na verdade uma tentativa de colocar a direção atual do ANDES acuada frente a sua própria base. A questão dos planos de carreiras e dos reajustes está recheada de questões que não deveriam influenciar as decisões sobre o assunto (mas se os trabalhadores fingirem que não influenciam, estarão fechando os olhos para a realidade). Assim como seria uma besteira fingir que não há uma postura governista de impor, nesse momento, um processo para enfraquecer ou até destruir a CNESF. É muito mais interessante, para o Governo, que as entidades sejam coordenadas apenas por setores mais dóceis e que abaixam a cabeça com mais facilidade.

Devemos nos perguntar por que o Governo não apresentou, até agora, suas posições sobre pontos estratégicos no debate de carreiras hoje. Por exemplo: terceirizações – os planos de carreira acabarão com as terceirizações?; gratificações – serão incorporadas as gratificações em um processo de recomposição das perdas, mas de uma forma isonômica, para todos os servidores?; RJU – será reafirmada a lei 8.112 como único regimento dos servidores acabando de vez com os inúmeros contratos precarizados que há no serviço público hoje?; concursos – serão abertos concursos para recompor o número de servidores?; paridade – serão garantidos os mesmos direitos para trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas?; qualificação do servidor – será garantida a qualificação permanente que envolva as universidades federais como escolas de excelência para esse processo?; salários dignos – serão garantidos salários dignos, a revisão anual e mantido o papel dos planos de aumento real dos salários?; reafirmação da propriedade estatal – será garantido que as propriedades serão estatais, com participação da população organizada e dos servidores na condução das mesmas? Mas o mesmo governo, que nada apresentou para os servidores sobre diretrizes, não deixou de apresentar a proposta de PPP (que aprofunda o processo de privatizações); não deixou de aprovar planos de carreira e apresentar projetos de novos planos (sem fazer o debate sobre diretrizes com que havia se comprometido) e, finalmente, não deixou de tocar suas propostas de contra-reformas.

* Assessor da Condsef e
Cientista Social

Reforma Universitária

Fórum prepara encontro estadual contra reforma universitária

Evento faz parte do calendário aprovado em plenária do dia 12/9

Será realizado nos dias 23 e 24 de outubro, na Universidade Federal Fluminense (UFF), o encontro estadual contra a reforma universitária do governo Lula. O evento faz parte, no estado do Rio, do calendário aprovado na plenária nacional "Vamos barrar esta reforma universitária", do dia 12/9, em Brasília (DF).

A atividade será viabilizada por uma comissão organizadora formada pelos movimentos organizados daquela universidade (Sintuff, Aduff e DCE local), pelo Centro Acadêmico de Educação Física da UFRJ, pelo sindicato dos trabalhadores das universidades estaduais (Sintuperj), pela Adufrj-SSind e pela Secretaria Regional do Andes-RJ. A Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (Conlute) será contatada para também participar da organização.

A professora Sonia Lucio (da Secretaria Regional do Andes-RJ) apresentou uma proposta de como poderia ser o encontro estadual, o que ainda será avaliado pela comissão organizadora: pela proposição, haveria mesas de debates sobre "Reforma do Estado e a Reforma Universitária" e "Avaliação". Ao final do evento, aconteceria uma plenária com o objetivo de preparar o 11 de novembro (marcado pela plenária nacional como o Dia Nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação) e as caravanas de 25 de novembro a Brasília, na grande marcha contra a reforma universitária. A plenária também apontaria os pontos consensuais do encontro estadual.

O Fórum Fluminense de Lutas solicitou empenho de todas as entidades na participação de várias atividades, entre elas um debate sobre a reforma universitária, com a presença do professor da Faculdade de Educação da UFRJ e 2º vice-presidente da regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Roberto Leher, Deise Mancebo (da Uerj) e Paulo Fábio Salgueiro (pelo MEC). A atividade, que está sendo organizada pela associação de docentes da Uerj, está marcada para esta quarta-feira (13/10), às 18h, no Auditório 13 daquela universidade estadual.

MOÇÕES

O Fórum Fluminense de Lutas aprovou moções de apoio à greve dos bancários e a favor da greve dos funcionários técnico-administrativos da Uerj, além de uma outra, de repúdio à perseguição aos trabalhadores.

UFRJ

Direito se une para pedir o afastamento de Armênio Cruz

Estudantes fazem vigília para acelerar o afastamento do dirigente

Após assembléia realizada na manhã da última sexta-feira (8/10), os estudantes da Faculdade Nacional de Direito (FND) decidiram terminar a ocupação do gabinete do diretor, Armênio Albino da Cruz Filho, mantido no cargo através de uma liminar judicial.

Segundo a diretora-executiva Fernanda Lage, do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da FND, após o 17º dia de ocupação, os estudantes entenderam que não estavam mais conseguindo pressionar a reitoria para o afastamento definitivo do diretor: "A ocupação estava servindo mais para defesa, sendo que a nossa intenção é fazer pressão", afirmou Fernanda. A aluna acrescenta que, apesar da desocupação, será mantida uma vigília permanente. Ela garante que os estudantes estão insatisfeitos com a demora do reitor, Aloisio Teixeira, que já recebeu o relatório final da primeira comissão de processo administrativo disciplinar, mas não decretou o afastamento definitivo de Armênio Cruz.

Sem o apoio de alunos e funcionários, o diretor assinou protocolo nomeando Agnelo Maia Borges de Medeiros como Coordenador de Graduação e não apareceu mais em seu gabinete, que esteve sempre ocupado pelos estudantes. Entretanto, os funcionários da FND estão se recusando a obedecer as ordens de Agnelo.

Foi realizada na última quinta-feira (7/10) uma congregação ampliada, que contou com a participação de professores, alunos e funcionários. Estes últimos anunciaram que não querem mais trabalhar na Faculdade de Direito enquanto Armênio Cruz e Agnelo Medeiros estiverem na direção. Eles preparam uma manifestação, na qual irão entregar as chaves da instituição para o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Alcino Câmara.

Entenda a questão

No final de março deste ano os alunos da Faculdade Nacional de Direito (FND) ocuparam o gabinete da Direção da FND, reivindicando o afastamento do diretor, Armênio Albino da Cruz Filho, com base nas denúncias de irregularidades administrativas e perseguições políticas.

Com o relatório da Comissão de Sindicância e baseado nas denúncias dos estudantes, o colegiado aprovou, por unanimidade, a instalação imediata do processo. Na ocasião, foi criada uma comissão de processo administrativo disciplinar para investigar o caso, o que levou o reitor Aloisio Teixeira a suspender Armênio Cruz por 120 dias.

Ao término do prazo, a comissão ainda não havia disponibilizado o relatório final, o que poderia acarretar na volta do diretor para o comando da FND. As pressões continuaram e, no dia 27 de julho, foi instaurada uma segunda comissão, com um prazo final de 60 dias, podendo ser prorrogada por mais 60.

Como a justiça só permite que um funcionário público seja suspenso por, no máximo, 120 dias, Armênio Cruz conseguiu uma liminar para voltar à direção. Revoltados, os estudantes invadiram o Consuni para cobrar uma posição da reitoria e receberam a promessa de Aloisio de que a decisão seria tomada quando ele recebesse o relatório da primeira comissão.

No dia 29 de setembro, foi entregue ao reitor o relatório final da primeira comissão, mas ele ainda não divulgou sua decisão sobre o documento. Pela lei, Aloisio tem um prazo de até 20 dias, após o recebimento do relatório final. Segundo o decano Alcino Câmara, o reitor fará uso deste período e só tomará a decisão final no dia 19 de outubro.

Os estudantes programam para o dia 18/10 uma manifestação com o objetivo de pressionar a reitoria a tomar uma medida definitiva e afastar Armênio Cruz: "Não vamos sossegar enquanto não for feita justiça e o Armênio não pagar por todos os absurdos que ele cometeu", afirmou Fernanda Lage, diretora-executiva do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da FND.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 157 • 18 de outubro de 2004

Reunião preparatória da Adufrj-SSind para o 49º Conad

20/10 quarta-feira — 15h às 17h

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

CEG discute alocação de vagas docentes
Página 3

Artigo Le Monde: "Ajuda que espolia"
Páginas 6 e 7

Agenda Sindical

21/10 - Debate sobre Autonomia e financiamento das Universidades Púbicas
Rio de Janeiro (RJ), no Auditório Ney Palmeiro (Hospital Universitário Pedro Ernesto) - Com os professores José Tadeu Jorge (vice-reitor da Unicamp) e Francisco Miraglia (diretor da Adusp)

23 e 24/10 – Encontro Estadual contra a reforma universitária
Niterói (RJ) – Universidade Federal Fluminense (veja matéria da página 8)

24 e 25/10 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

27/10 – Plenária Estadual da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ) – Auditório do Sepe, na Rua Evaristo da Veiga, 55/8º andar, às18h

4/11 - Seminário Rumos da Organização Sindical Brasileira
Brasília (DF)**,** no Hotel San Marcos, antecedendo ao 49º Conad, a partir das 9h.

5 a 7/11 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo".

11/11 - Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação

25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo

Fotos: Kelvin Melo

DEBATE REALIZADO NO AUDITÓRIO 13 DA UERJ

MEC não consegue defender reforma universitária

Página 5

Reitor pede a demissão do diretor do curso de Direito

Página 4

Vida no Campus

Integração com o metrô

Kelvin Melo

No dia 15/10, o metrô realizou a primeira viagem do ônibus de integração Del Castilho-Fundão. A linha Del Castilho-Fundão terá uma frota inicial de quatro veículos com ar-condicionado, com o custo de R$ 2, e permitirá embarque e desembarque em paradas já existentes em Bonsucesso e na Maré, onde passam as linhas 634 (Freguesia-Saens Peña) e 696 (Méier-Praia do Dendê). Das 6 às 18h, os ônibus circularão pela Cidade Universitária. No período entre 18h e 20h, o trajeto será pela Linha Vermelha, sem entrar na Cidade Universitária, com ponto na passarela próxima ao Hospital Universitário. A integração Del Castilho-Fundão foi baseada em projeto de alunas da Escola Politécnica da UFRJ, coordenado pela professora Eva Vider.

Cartas

À Diretora do Instituto de Geociências
Professora Dra. Josilda Rodrigues Moura
c/c Dep. Geografia, PPGG, Decania, Prefeitura, Reitoria, Adufrj

Sra. Diretora

Venho através deste comunicar um fato desagradável ocorrido nas dependências deste Instituto. No dia 14 de outubro de 2004, entre 9:00 e 12:00 horas, enquanto eu e os bolsistas nos encontrávamos em sala de aula, alguém adentrou, fazendo uso de chave, na sala I-019 onde funciona o Laboratório de Climatologia e Análise Ambiental – CLMAGEO e furtou bolsas com objetos particulares, celular e carteira com dinheiro dos bolsistas. Esclareço que neste local há equipamentos de trabalho, entre eles, computadores, impressoras, câmera digita, psicrômetros, retroprojetor, livros, etc que em virturde deste fato se encontram em situação de completa vulnerabilidade para ações deste tipo. Além dos equipamentos, principalmente, todos os cidadãos que trabalham nesta Instituição, se encontram inseguros e necessitando de proteção, pois tem sido rotina eventos de roubo, furtos, assaltos e outras formas de violência, muitas delas nem reclamadas pelos diretamente atingidos.

Enquanto professora do Departamento de Geografia e Coordenadora do CLIMAGEO, venho manifestar a minha indignação diante de ações como esta que vêm ocorrendo dentro de nosso ambiente de trabalho e que nos deixam com a real sensação de total insegurança. Não nos sentimos mais seguros nem de trabalhar com tranqüilidade dentro dos nossos laboratórios de pesquisa, por medo de invasões com surpresas imprevisíveis e desagradáveis.

Considerando a situação concreta que nos deparamos e a urgente necessidade de, pelo menos, melhorar a segurança interna no que diz respeito aos equipamentos de trabalho, enquanto estão por vir medidas de proteção das pessoas, solicito providências no sentido de colocar grades na porta da sala I-019 – CLIMAGEO. Ao mesmo tempo, acredito que esforços imprescindíveis e urgentes estejam sendo empreendidos em todas as instâncias da administração superior de nossa UFRJ para melhorar a segurança e a integridade de professores, alunos e funcionários desta Instituição que me orgulho de pertencer.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Ana Maria de Paiva Macedo Brandão
Coordenadora do CLIMAGEO

Resenha

Sem autorização

O governo enviará ao Congresso Nacional, em novembro, a Lei Orgânica do Ensino Superior, para permitir que faculdades isoladas abram cursos sem a autorização do Ministério da Educação (MEC). O anúncio foi feito pelo próprio secretário executivo da pasta, Fernando Haddad, que deseja utilizar a Reforma Universitária para beneficiar "instituições que desempenham suas funções de forma magnífica" (Folha Dirigida, 7/10).

Então tá, então...

Consultor critica MEC

O consultor Cláudio Moura Castro, que é presidente do Conselho Consultivo das Faculdades Pitágoras - uma instituição privada – além de ter sido Economista Senior de Recursos Humanos do Banco Mundial, não se cansa de pedir privilégios para as empresas que trabalha. Ele chegou ao descaramento de afirmar, na Folha Dirigida (7/10), que o MEC atrapalha a expansão do ensino superior privado. O consultor defendeu uma redução dos juros para as universidades privadas e ainda afirma que o financiamento para as instituições particulares deve ser público.

Outro feriado

O Dia-RJ (14/10) reporta, através da Coluna do Servidor (Teresa Cristina Fayal), que o Estado e a União transferiram o Dia do Funcionário Público – que oficialmente é comemorado no dia 28 de outubro – para o dia 1º de novembro. A decisão se deveu a uma preocupação de que os servidores emendassem a sexta-feira (29/10) e a segunda-feira (01/11), com o sábado (30/10), o domingo (31/10) e o feriado do Dia dos Finados (02/11), ficando seis dias sem trabalhar.

Mais mestres e doutores

Dados preliminares do Censo da Educação Superior do ano passado apontam um crescimento da quantidade de professores com mestrado e doutorado no ensino superior brasileiro. O número de doutores lecionando no ensino superior aumentou 12,9%, enquanto o acréscimo de professores com mestrado foi de 18,6% (O Globo, 13/10).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG discute alocação de vagas docentes

Titulação é motivo de polêmica entre os conselheiros

O anúncio do MEC de possíveis seis mil concursos para professores das universidades federais estimulou, no Conselho de Ensino de Graduação de 13/10, o debate sobre política de alocação de vagas docentes na UFRJ, assunto que já estava previsto na agenda do colegiado para este ano. Titulação dos candidatos, regime de trabalho, carreira docente e democratização dos concursos foram alguns dos principais temas abordados pelos conselheiros para balizar uma futura distribuição de vagas entre as unidades. Não houve nenhuma deliberação e o assunto ainda deve permanecer em pauta por várias sessões.

O pró-reitor José Roberto Meyer, assim como o pró-reitor José Luiz Monteiro fez no CEPG de 8/10, pôs em pauta o caderno com as diretrizes da reitoria para "a formulação da política de desenvolvimento do quadro docente" da UFRJ, uma republicação ampliada da proposta que apareceu durante a anterior distribuição de vagas.

O debate

A maior polêmica foi, sem dúvida, a titulação dos candidatos. Alguns conselheiros defendiam que os professores que já entram na UFRJ como doutores estão, em geral, mais voltados para o trabalho de pesquisa, com prejuízos para o ensino de graduação. Outros entendiam que esse fato não correspondia à realidade e, pelo contrário, era até mais vantajoso para as unidades.

Ericksson Almendra (representante do CT), por exemplo, comentou que não vê problemas no ingresso de professores já doutorados na universidade. Segundo ele, o problema está na atual carreira docente, na qual faltariam níveis adicionais entre a classe de Adjuntos e a dos Titulares. O professor, pela experiência no seu departamento da Escola Politécnica, não se lembra de qualquer caso em que os concursados doutores tenham "segregado" o ensino de graduação, em detrimento da pesquisa, como outros conselheiros apontaram. Ericksson admite, no entanto, que, para algumas poucas unidades, pode ser mais interessante o concurso para níveis mais baixos da carreira. O docente do Centro de Tecnologia defendeu que, independente de qualquer titulação do candidato, o recém-concursado de todas as áreas deveriam passar por uma espécie de curso de didática do ensino superior.

Já para o professor Leo Affonso (representante do CLA), a carreira de um professor novo na universidade deveria começar pelo nível de auxiliar. "E deveria ficar assim por um tempo mínimo para aprender a lecionar", disse.

Miguel Jonathan (CCJE) pediu maior equilíbrio na discussão dos critérios que deveriam nortear um concurso. Segundo ele, não se pode exigir que todos os concursados sejam adjuntos em regime de dedicação exclusiva. Miguel sugeriu metas: "Poderíamos ter, por exemplo, 80% de doutores por departamento". De resto, no ponto de vista do professor, o próprio departamento veria suas necessidades.

A conselheira Ana Carolina Pimentel, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (CCJE), demonstrou receio com outro aspecto do debate: a repercussão que uma possível decisão de só se adotar o regime de dedicação exclusiva poderia trazer para o seu curso. Segundo ela, é importante para o ensino em sua unidade que os docentes mantenham um contato permanente com as empresas.

Gil Fernando (CCS) também concordou que as unidades necessitam de uma espécie de "margem de manobra" além dos doutores para traçar suas próprias metas em relação ao quadro de professores. Em relação aos concursos para Titulares, Gil observou que somente professores com um perfil de liderança acadêmica deveriam concorrer ao topo da carreira.

Más lembranças

O professor Gil não deixou de lembrar que o documento da reitoria, no fim do ano passado, atropelou o debate dos colegiados acadêmicos sobre distribuição de vagas. A esse respeito, o pró-reitor disse que a administração reconhece hoje que aquele momento não foi oportuno para a apresentação do documento com as diretrizes para alocação de quadros docentes.

Qual universidade queremos?

Ana Maria Ribeiro, representante dos técnico-administrativos, ponderou que, antes mesmo de uma discussão do regime e da titulação dos professores em relação à distribuição de vagas, os conselhos deveriam se preocupar com o perfil da "universidade que queremos". A conselheira comentou ironicamente que, se a preocupação for apenas a formação para o mercado de trabalho, é melhor incluir representantes dos conselhos profissionais nos colegiados para dizer como deverão ser os cursos. A representante dos técnico-administrativos reclamou ainda da falta de transparência dos concursos da universidade, em graus variados. Para ela, existem situações em que os examinadores chegam a dirigir o concurso para a aprovação de um orientando do programa da unidade. "Às vezes, o concurso acaba em delegacia de polícia. Temos de democratizar esse processo", alertou.

Sobre a transparência dos concursos, o conselheiro Ericksson voltou a se manifestar e afirmou que a discussão de prioridades pelos colegiados superiores da universidade, feita com a devida antecedência, impede que os concursos possam ser dirigidos para este ou aquele candidato, de eventual preferência da banca examinadora.

O pró-reitor José Roberto fez questão de dizer que o documento da reitoria estava em pauta para ser livremente modificado, aprovado ou rejeitado pelo conselho. Segundo ele, o que não pode ser alterada é a prerrogativa do Consuni, órgão máximo da universidade, de analisar essa distribuição. Ele comentou ainda que pretende trazer para o CEG um estudo da reitoria com os mais variados indicadores das unidades (número de formandos, ingresso de alunos, professores substitutos, e muitos outros), de 1992 até 2003, para os conselheiros analisarem critérios de distribuição.

Calendário de 2005

O CEG enviou ao Consuni uma proposta de calendário da graduação para o próximo ano. De acordo com a proposição do colegiado acadêmico, para a maioria das unidades, o primeiro período de 2005 começa em 7 de março e vai até 9 de julho. O segundo período inicia em 1º de agosto e prossegue até 10 de dezembro. Existe ainda um terceiro período letivo, não obrigatório, chamado de "período especial", de 2 de janeiro de 2006 a 25 de fevereiro de 2006. Este último período seria destinado ao oferecimento de disciplinas a alunos que foram reprovados ou não conseguiram inscrição em matérias dos períodos regulares.

Para os alunos dos cursos da Faculdade de Medicina, exceto os "calouros", o primeiro período começa mais cedo: em 14 de fevereiro de 2005. E vai até 15 de julho. Já o segundo período também termina mais tarde: vai de 25 de julho a 23 de dezembro. Os alunos do Colégio de Aplicação têm aulas de 14 de fevereiro a 15 de julho (primeiro período) e de 1º de agosto a 16 de dezembro.

As épocas de execução dos atos de administração acadêmica serão fixadas a partir de proposta formulada pela Pró-Reitoria de Graduação e pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ouvidos, entre outros, os Centros, a Divisão de Registro de Estudante (DRE) e o Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), que deverão se manifestar até 15 dias após a aprovação do calendário escolar pelo Conselho Universitário.

CEPG analisa a criação de uma comissão permanente

Conselheiros querem estabelecer critério para o preenchimento de vagas docentes

Na reunião do Conselho de Ensino para Graduados de 15/10 foi discutido um documento que propõe a criação de uma comissão permanente para realizar um contínuo levantamento de dados de cada curso. Esta medida indicaria as reais necessidades das unidades e terminaria com o problema dos conselhos que têm que decidir os critérios para o preenchimento das vagas num tempo geralmente curto.

O professor Hatisaburo Masuda (representante do CCS), integrante da comissão mista que elaborou o documento, explicou que "quando forem oferecidas as vagas, o CEPG terá uma visão panorâmica dos verdadeiros problemas para poder definir os critérios de uma forma mais eficiente". Segundo ele, caso haja um equívoco no estabelecimento destas normas, a universidade pagará durante os próximos 30 anos – tempo de serviço estipulado para os novos professores.

Como o documento é apenas provisório, os conselheiros discutiram seus principais artigos e sugeriram algumas mudanças. O professor Masuda reescreverá o texto e nesta sexta-feira o documento será votado. Enquanto isso, o pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, agendará com o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, uma reunião conjunta do CEG com o CEPG para que sejam votados todos os itens do documento. Se aprovado, o texto será levado ao Consuni.

Pesquisa na faculdade

O professor Antonio Paes de Carvalho (do Instituto de Biofísica), ex-conselheiro do Consuni, participou, como convidado, da reunião da CEPG do dia 15/10. Ele fez uma palestra que abordava a forma como são tratadas as pesquisas nas universidades públicas e traçou um paralelo com a estrutura de ensino.

Colegiados

Reitor pede a demissão de Armênio Cruz

Aloisio informa, no Consuni, que levaria esta indicação ao MEC

Agora só falta um empurrão final. Diante do Conselho Universitário de 14/10, o reitor Aloisio Teixeira informou que levaria ao MEC a indicação para demitir do serviço público o diretor da Faculdade de Direito, Armênio Cruz, alvo de críticas e atos de protesto por parte, principalmente, dos alunos e técnico-administrativos daquela unidade. O reitor nem ficou até o fim do Consuni, pois precisava embarcar no vôo para a capital federal. De acordo com as normas do Regime Jurídico Único (RJU), penalidades graves como a demissão, no caso de uma universidade pública, só podem ser aplicadas pelo ministro de Estado, que tem até 20 dias para proferir sua decisão, após o recebimento do processo.

A iniciativa do reitor foi baseada em relatório da primeira comissão de processo administrativo disciplinar instituída em março para apurar irregularidades na Faculdade Nacional de Direito – uma segunda comissão de mesma natureza ainda continua seus trabalhos. De certa forma, pode-se dizer que o gesto de Aloisio surpreendeu: na semana retrasada, a expectativa era de que o dirigente usaria todo o prazo legal disponível (até este dia 19/10) antes de tomar qualquer decisão em relação ao relatório recebido no final de setembro. A audiência do colegiado estava preenchida apenas por um grupo de técnico-administrativos do Direito, em quantidade inferior às gigantescas manifestações estudantis de reuniões passadas. Mas nem por isso o reitor deixou de ser bastante aplaudido.

Comissão formaliza responsabilidade do diretor

De acordo com o despacho que acompanhou o processo levado às mãos do ministro, o fato de Armênio não proceder à renovação formal dos mandatos dos chefes de departamentos e dos membros da Congregação da Faculdade de Direito, o descumprimento de ordem judicial para revisão de um concurso público para docente e a negligência na administração acadêmica do curso foram três das cinco acusações nas quais a comissão verificou a responsabilidade do diretor, por violações às leis 8.112/90 (RJU) e 8.429/93 (no caso desta, no trecho em que versa sobre "Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública").

Reação dos funcionários e alunos

Os funcionários, que iniciaram uma paralisação de 48 horas, em protesto contra a possível volta do diretor, ficaram de reavaliar a situação depois das declarações de Aloisio. Os integrantes do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (o tradicional CACO), é claro, comemoraram bastante as notícias. Porém, de acordo com a diretora Maíra Fernandes do centro acadêmico, somente após uma reunião nesta segunda-feira (18/10) é que os estudantes do curso vão ter um posicionamento formal sobre as decisões do reitor.

Professor vinculado ao diretor sob investigação

E não ficou só nisso. Considerando, entre outros motivos, "denúncias de graves ilícitos administrativos", o reitor resolveu designar os professores Eliezer Barreiro, Ricardo Bicca e Angelo da Cunha Pinto (todos Titulares) para, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão de processo administrativo disciplinar sobre os atos do professor Agnelo Maia (também da Faculdade de Direito e ligado ao diretor Armênio). Para uma adequada investigação, o reitor determinou, amparado no RJU, o afastamento preventivo de Agnelo do exercício do cargo e de qualquer outra função docente pelo prazo de 60 dias, desde o dia 14/10. Este prazo ainda estaria sujeito a uma prorrogação por mais 60 dias.

Conselho aprova moção de apoio ao reitor

Solidários, os conselheiros aprovaram, por unanimidade, uma moção na qual manifestam "total apoio" à decisão do reitor. "O Consuni reconhece que a decisão do Magnífico Reitor dignifica a universidade e expressa a sua responsabilidade política, e do Conselho Universitário, diante do corpo social da UFRJ e da sociedade brasileira", diz o trecho final.

Situação na justiça

O reitor informou ainda que o Tribunal Regional Federal não julgou, na semana passada, o recurso interposto pela Advocacia Geral da União – à qual estão vinculadas as procuradorias das universidades – em relação ao agravo de instrumento que permitiu a recondução ao cargo do diretor Armênio, no início de setembro. Espera-se que esse julgamento ocorra nesta semana.

Incidentes na Faculdade de Letras

O turbulento processo eleitoral para o centro acadêmico da Faculdade de Letras (ver Jornal da Adufrj anterior) não passou em branco pela sessão do Consuni. O reitor Aloisio citou o registro de dois episódios relacionados ao processo na Divisão de Segurança da universidade: um estudante agredido por outro e uma denúncia de que a diretora da unidade, professora Edione Trindade, estaria protegendo um dos agressores. Em função disso, o dirigente decidiu encaminhar à diretora daquela unidade um memorando, com dois pontos: no primeiro, determina que a professora instaure sindicância interna imediata para apurar os episódios de violência; no segundo, solicita esclarecimentos sobre a denúncia da aluna. Sobre este último ponto, Aloisio disse que vai aguardar a resposta da professora Edione para tomar as providências cabíveis.

Acordo com o Cenpes

Foi aprovado no Consuni um aditivo de contrato com o Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes) para revisão do aluguel da área que o instituto ocupa no *campus* do Fundão, até o ano de 2022. O valor foi duplicado, de acordo com a reitoria. Agora, o Cenpes pagará cerca de R$ 2,5 milhões anuais, em duas parcelas semestrais, além de uma taxa de 10% desse valor para auxílio à manutenção da área pública do *campus*. O aluguel passa a ser reajustado anualmente pelo Índice Geral dos Preços do Mercado (IGP-M). E, a cada cinco anos, cabe uma revisão do contrato.

Em separado, o Cenpes vai ceder R$ 8 milhões (R$ 4 milhões agora; R$ 4 milhões no ano que vem) para bolsas de alunos de graduação e pós-graduação, em áreas de interesse da empresa petrolífera. O pró-reitor Joel Teodósio adiantou, porém, que, da parcela inicial, R$ 2 milhões já serão utilizados para modernização da rede de fibra ótica da UFRJ.

Alargamento da avenida entre o CCMN e o Cenpes

Foi aprovada uma proposta de se alargar a pista entre o CCMN e o Cenpes para a criação de uma via de mão dupla naquela avenida. O objetivo é aumentar a segurança no local e facilitar o acesso dos usuários do Fundão à Linha Amarela – que precisam, hoje, passar, em frente ao clube dos funcionários do centro de pesquisas. Porém, para tornar essa via mais atrativa para os motoristas que vêm dos prédios da reitoria, da Faculdade de Letras, do CT e do CCMN, ainda será negociada com a Prefeitura Universitária um retorno mais próximo ao caminho projetado – hoje, os veículos que partem desses lugares precisam retornar quase em frente à própria sede da Prefeitura, nas proximidades do hospital universitário.

Biblioteca do IFCS

O diretor Franklin Trein apresentou os mais novos informes da recuperação da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), fechada há mais de dois anos por contaminação de fungos. Para uma reabertura, ainda que provisória do local, resta finalizar os exames de saúde de quatro funcionários técnico-administrativos que vão atuar na biblioteca. A reitoria pôs à disposição os serviços das unidades hospitalares da UFRJ para apressar esse processo.

Assine a revista
Universidade e Sociedade
www.andes.org.br/assinaturas.doc

Reforma Universitária

MEC não consegue defender reforma

Debate na Uerj revela fragilidade dos argumentos do representante do ministério

A cada dia que passa fica mais difícil para o MEC defender a reforma universitária em andamento. Não foi diferente no debate organizado pela Associação de Docentes da Uerj, no dia 13/10, naquela mesma instituição estadual.

Assessor especial da Representação do ministério da Educação no Rio de Janeiro e ex-coordenador de vestibular da Uerj, Paulo Fábio Salgueiro justificou a reforma como uma tentativa de regulamentar o sistema de ensino superior. Segundo ele, esse processo está sendo discutido com os mais variados interlocutores (afirmação da qual o Andes-SN discorda). E isso ocorre dentro de um contexto específico. O governo Lula, na opinião do representante do ministério, é de centro-esquerda pois seus aliados mais próximos no Congresso Nacional não chegam a somar 20% do total de parlamentares.

Paulo Salgueiro, em vez de dar detalhes sobre as medidas a serem tomadas pelo MEC, preferiu criticar a política educacional do ex-presidente Fernando Henrique e do ex-ministro Paulo Renato, pela qual ocorreu, nas palavras dele, uma das maiores reformas do ensino superior, com caráter privatista. Comentou que seria razoável que uma faixa de 30% da população de 18 a 24 anos no Brasil fizesse curso uma universidade. No entanto, esse percentual não chega a 10% e está esmagadoramente concentrado no setor privado de educação. De acordo com Paulo, esse sistema cresceu com toda sorte de incentivos governamentais e a presença do Estado foi diminuída.

Desse modo, a primeira tarefa que se impõe, segundo ele, é imprimir uma característica pública a este sistema. O ponto central de uma lei orgânica que se pretende apresentar no final do ano precisa, segundo Paulo, estabelecer um projeto público de universidade para o país. Mesmo que, conforme argumenta o professor, o Estado se mostre fragilizado.

O desafio, ainda segundo o palestrante, se torna ainda maior quando "forças" dentro das próprias universidades não querem contribuir para esse projeto público. O professor observou que empresas foram criadas dentro das instituições e servem à venda de produtos e serviços com a chancela da universidade. "Esse professor não está interessado na reforma. Ele quer é a universidade do Paulo Renato", disse, como se o recente decreto nº 5.205 sobre as fundações e a manutenção do projeto de lei de Inovação Tecnológica não fossem frutos do atual governo. Paulo foi além: segundo ele, também uma parcela dos técnico-administrativos está envolvida com essa prestação de serviços dentro da universidade. Por essas razões, Paulo acredita que o segmento estudantil é o mais capaz de levar adiante um projeto público de universidade. Disse, por fim, que deixou a citação de números e dados para a parte do debate – o que não se confirmou.

Kelvin Melo

PAULO SALGUEIRO (MEC), ROBERTO LEHER (ANDES-SN), ANTÔNIO COSCARELLI (ASDUERJ) E DEISE MANCEBO (UERJ)

Governo legitima práticas passadas

A professora Deise Mancebo (da Uerj) disse, a despeito da interpretação do representante do MEC e com base na análise desses primeiros meses do mandato de Lula, que o governo legitima a política do governo passado. "Não se vêem mudanças significativas. Os ajustes fiscais continuam e as políticas sociais estão em plano secundário", comentou. Na Educação, também não há diferenciação conceitual. "Existe, na prática, uma tentativa de reconfiguração do público e do privado através das Parcerias Público-Privadas".

Deise citou o documento do ministério da Fazenda de novembro de 2003, chamado "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", no qual são feitas várias restrições ao financiamento das instituições públicas. Segundo Deise, existe perfeita sintonia entre o documento da Fazenda e as diretrizes de organismos internacionais. E o detalhe é que os dados mencionados pelo texto do ministério de Antonio Palocci (lá está dito que "os mais ricos" freqüentam as instituições públicas) são desmentidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais vinculado ao próprio MEC.

Para quem acredita que o anúncio de abertura de 6 mil concursos para professores nas federais significa uma mudança de postura, Deise faz um alerta: na prática, o número está longe de atender às necessidades das instituições. O déficit é de 12 mil e, com as aposentadorias previstas até o fim do ano que vem, o montante pode subir para 16 mil.

A professora da Uerj criticou ainda a proposta de um fundo de financiamento do ensino superior, que teria como uma de suas fontes uma loteria "Ou seja, não-orçamentária, e portanto instável e paliativa, demonstrando que a educação não é uma prioridade", comentou Deise.

Em outro ponto do debate, a docente afirmou também que hoje existe uma dificuldade de dialogar no Congresso Nacional, pois os antigos interlocutores petistas estão, em sua grande maioria, comprometidos com o projeto de governo.

Projeto de reforma fragmentada não é inédito

O professor da Faculdade de Educação da UFRJ e 2º vice-presidente Regional-RJ, Roberto Leher, comentou que a reforma universitária em curso no Brasil não é original. Observador das políticas educacionais na América Latina, o palestrante verifica que, em nenhum desses países, foi encaminhada uma chamada lei orgânica de ensino superior. A reconfiguração do setor é feita de forma fragmentada, o que é experimentado no Brasil pela edição de medidas provisórias como a do Programa Universidade para Todos (Prouni).

O programa privatizante do governo foi bastante criticado: segundo Roberto, na primeira versão do "Universidade para Todos", o MEC falava em 400 mil novas vagas - meta bastante reduzida posteriormente - na educação superior, "sem desembolsar nenhum centavo de verba pública". Só que essa ausência de despesas não é real, pois ocorre uma gigantesca renúncia fiscal por parte das instituições privadas, liberadas de todos os impostos. Com o Prouni, além das já isentas instituições chamadas filantrópicas, comunitárias e confessionais, agora também as instituições empresariais farão jus às isenções. Conforme documento do GT Política Educacional do Andes-SN, já divulgado pelo Jornal da Adufrj, só as filantrópicas deixam de repassar ao Estado um montante de R$ 839 milhões ao ano. Estudos da associação nacional de reitores das federais (Andifes) sugerem que com mais R$ 1 bilhão seria possível dobrar o número de estudantes nas instituições públicas. Roberto explica ainda que o Prouni abre espaço, em seu primeiro artigo, para os cursos seqüenciais, ou seja, de curta duração.

Roberto atacou ainda o projeto de lei de Inovação Tecnológica, que, segundo ele, define a universidade como o espaço do empresariamente e do capitalismo acadêmico.

Representante não responde aos questionamentos

Na parte após as perguntas e depois das duas outras palestras bem críticas às políticas do governo, Paulo Salgueiro limitou-se a tentar contornar a situação: convidou os presentes para visitar a página eletrônica do MEC e não rebateu nenhum questionamento específico ao sistema de avaliação, ao Prouni ou à Lei de Inovação Tecnológica. "Todo mundo nesta sala deve ter acesso à internet. Essa discussão da reforma universitária está lá, com milhares de documentos etc", afirmou. Em seguida, mais uma vez, tentou fazer uma diferenciação entre o atual governo e o anterior no campo das políticas educacionais: "Não dá para comparar o governo Lula com o governo passado", disse. Voltou a dizer que os partidos mais ligados ao governo não possuem maioria no Congresso e, que, nesse contexto, o ministério vai tentar imprimir um caráter público ao ensino superior.

Saudação à luta

Roberto Leher, antes de iniciar sua exposição, fez uma saudação especial aos funcionários técnico-administrativos da Uerj, em greve há mais de cem dias, por um plano de carreira e melhores salários.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Ajuda que espolia

David Sogge*

A ajuda humanitária internacional tem servido para enfraquecer Estados, desmontar políticas públicas e impor o fundamentalismo liberal. Mas é possível pensar outro modelo

A ajuda pública internacional tornou-se uma enorme indústria: seu faturamento anual ultrapassa 60 bilhões de euros, envolvendo, direta ou indiretamente, mais de 500 mil pessoas. Porém, mais do que sobre seu montante[1] , o debate deve se concentrar na democratização do sistema de ajuda. Na realidade, este veicula permanentemente idéias sobre o desenvolvimento e representa a matriz das relações entre países ricos e países pobres. E, se doadores e beneficiários enfatizam suas qualidades, pelo menos em público, ela não deixa de ter zonas nebulosas. É um estranho paradoxo: nos países em que desempenha um papel importante, o orgulho e a ambição cederam lugar à dependência e à deferência; a pobreza e as desigualdades aumentaram e prevalece a insegurança. A República Democrática do Congo, Serra Leoa, o Haiti ou a Guiné Bissau, por exemplo, que se beneficiaram de uma ajuda em grande escala, são Estados falidos. No entanto, a ajuda internacional foi construída historicamente em outras bases. O sucesso do plano Marshall, depois da II Guerra mundial, foi emblemático. Lançado pelos Estados Unidos, sua gestão foi confiada aos europeus, e Washington não pedia aos países beneficiários que renunciassem à proteção de suas indústrias, que desregulamentassem seus mercados financeiros, nem que acertassem sem demora suas dívidas[2] . E se o plano Marshall teve sucesso, foi precisamente porque, de inspiração keynesiana, era destinado a revitalizar o capitalismo europeu por intermédio de uma regulação pública e de investimentos sociais.

O dever de dar acoberta um gêmeo inseparável e muito maior: o desejo de tomar

Problema e solução

Mas, desde a década de 50, opções ideológicas questionáveis acompanharam a implantação da ajuda na África, na América do Sul ou na Europa do Leste. Determinados economistas consideravam as desigualdades sociais como inevitáveis e até necessárias ao crescimento[3]. A idéia de redistribuir a terra ou a renda podia, portanto, ser descartada como irrealizável ou decididamente estúpida. Atualmente, esse velho paradigma revela suas fragilidades. Pesquisadores sugerem que as desigualdades constituem, na realidade, um obstáculo ao crescimento e à luta contra a miséria[4] , pois a ajuda esbarra sistematicamente no ultraliberalismo e na austeridade que as terapias de choque impõem aos simples cidadãos, enquanto um generoso acesso é garantido a empresários improvisados. Na ausência de controles públicos e de mecanismos de responsabilidade, as sociedades ocidentais e uma casta de oligarcas mafiosos locais tiram proveito dos programas de ajuda, como na ex-União Soviética.

Os doadores preferem tratar com empresas privadas, organizações não governamentais ou estruturas paralelas

Alguns consideram que os criadores da ajuda não devem ser censurados. Ao contrário, para Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia, o procedimento deles equivale a "usar um lança-chamas para retirar a pintura gasta de uma casa e em seguida lamentar-se por não poder voltar a pintá-la, com o pretexto de que a casa está reduzida a cinzas[5] ".

A redução da pobreza só se tornou a razão de ser oficial da ajuda internacional no final da década de 90. No entanto, como fora criada para atingir paralelamente outros objetivos – a luta contra o comunismo e a abertura dos mercados aos produtos e aos investimentos ocidentais – , pode-se duvidar da realidade dessa mudança de estratégia. É verdade que a ajuda, como catalisador de uma dinâmica de desenvolvimento, pode ter efeitos emancipadores: campanhas de vacinação e reforço dos sistemas públicos de saúde na Ásia do Sul e em certos países da África; apoio ao movimento anti-apartheid; luta contra os grandes proprietários de terras em Taiwan etc. Por outro lado, quando é guiada por uma espécie de leninismo do mercado (imposição de um modelo unívoco e desigual de política econômica em favor de uma propaganda "orweliana"), a ajuda torna-se tanto um problema quanto uma solução. Na década de 70, por exemplo, a desertificação na África saheliana e sub-saheliana foi atribuída às populações das regiões de bosques e das pastagens, acusadas de imprevidência e de má gestão. Mas tais acusações tinham pouco a ver com a realidade e eram apenas pretextos para privar as populações da posse de seu meio ambiente e valorizar projetos tecnocráticos de ajuda.

Tanto o Estado como a própria noção de política pública são esvaziados de sentido

Ajuda aos ricos

A ajuda ao desenvolvimento está recheada de ambigüidades. Para além das declarações, o dever de dar acoberta um gêmeo inseparável e muito maior: o desejo de tomar. As transferências de fundos dos ricos para os pobres são bem menores do que os dados oficiais deixam perceber. A maior parte das quantias dadas ou emprestadas é gasta nos países doadores, ou para eles retorna: juros da dívida[6] , fuga de capitais, remessas ilícitas de lucros, fuga de cérebros, compra de bens e de material... Em 2001, por exemplo, 29 bilhões de dólares de subvenção foram concedidos aos pa-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

íses em vias de desenvolvimento, enquanto 138 bilhões de dólares voltavam para os países credores a título de pagamento da dívida. Do economista Joseph Stiglitz ao investidor George Soros, todos estão de acordo em dizer que são os pobres que ajudam os ricos.

A redução da pobreza só se tornou a razão de ser oficial da ajuda internacional no final da década de 90

Se as preocupações mercantis e os interesses geopolíticos sempre afloraram nos discursos, nem sempre é fácil fazer aparecer a verdadeira hierarquia das motivações, de tanto que as elites aprenderam a mudar de vocabulário sem mudar de práticas: "crescimento equilibrado", "abertura dos mercados", "satisfação das necessidades básicas", "luta contra a pobreza" etc. são as novas roupagens de uma mesma visão. A ajuda aparece como um teatro de sombras que distrai a atenção dos pontos verdadeiramente importantes. As guerras comandadas à distância contra regimes nacionalistas de esquerda ou contra plantadores de ópio ou de coca desorganizaram regiões que a ajuda deveria ajudar. O *dumping* praticado pelo Ocidente em benefício de seus cereais, sua carne e seus têxteis corroeu, se não reduziu a nada, os apoios dados às produções locais no âmbito da ajuda. Da mesma forma, os países pobres devem aumentar seu capital humano graças às bolsas subvencionadas pela ajuda. No entanto, ao mesmo tempo, os países doadores desempregam ativamente profissionais da saúde, engenheiros e profissionais de informática do hemisfério Sul. De três africanos que têm um diploma universitário, um trabalha fora da África.

Fundamentalismo liberal

Mas é a participação da ajuda na imposição do fundamentalismo liberal que é a mãe de todas as incoerências; é de sua cumplicidade com uma escola de pensamento econômico encantatório que nascem as contradições. Na América do Sul, na África e na ex-União Soviética os efeitos dessa visão política chamam-se pouco crescimento, exclusão social, empobrecimento dos serviços públicos e instabilidade política. Ora, são precisamente esses fenômenos que tiram a eficácia da ajuda. Na década de 70, por exemplo, as orientações políticas socializantes da Tanzânia seduziam os social-democratas suecos, que incentivaram o apoio ao setor público e à independência nacional. Mas, em meados da década de 80, a onda neoliberal e a exigência de coordenar a ajuda conduziram os suecos a deixar de apoiar a recusa, pela Tanzânia, do ajuste estrutural. A partir de então, a política de Estocolmo se baseia no consenso de Washington.

O discurso sobre a ajuda usa termos como "participação cidadã" ou "controle local das políticas". No entanto, a concepção da ajuda, sua organização e sua implantação continuam a ser prerrogativa de estrangeiros. E mesmo quando as agências ocidentais não estão na primeira linha, seus representantes formados nos países do hemisfério Norte – os "Chicago boys", na América Latina, a "Berkeley máfia", na Indonésia, ou os "africagoboys" – são os promotores zelosos dos mesmos princípios, graças às posições estratégicas que ocupam no interior dos ministérios das finanças locais e dos bancos centrais.

Durante os últimos 25 anos, os mecanismos de ajuda não só contribuíram para enfraquecer as soberanias, mas também para deslegitimar o Estado e os poderes públicos. A gestão da ajuda mostra isso claramente: os doadores preferem tratar com empresas privadas, organizações não governamentais ou estruturas paralelas *ad hoc*, tais como as empresas de reforma e de desenvolvimento da África do Oeste.

Ataque à soberania

Essa atitude deixa os Estados fora da competição (mesmo que os melhores agentes públicos sejam freqüentemente despedidos para gerir uma ajuda não fiscalizada) e impede qualquer controle democrático. As autoridades nacionais prestam mais conta aos doadores do que a seus cidadãos. Em resumo, tanto o Estado como a própria noção de política pública são esvaziados de sentido. Em muitos países ajudados, viu-se a deterioração dos serviços básicos (educação, saúde). É uma realidade reconhecida, por exemplo, em um relatório da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE) referente ao Mali, publicado em 2000. Segundo esse estudo, "a ajuda enfraquece as instituições nacionais", ao deixar de lado os setores públicos. Além disso, é isenta de impostos e de taxas e "não leva em conta contribuições malianas ao desenvolvimento"; a OCDE enfatiza a contradição entre a importância nominal da ajuda (50 dólares por habitante durante 20 anos) e a estagnação e até a regressão do padrão de vida das classes médias e pobres nesse país, submetido, desde 1981, a planos de ajuste estrutural[7] . Por fim, as privatizações, em condições muitas vezes pouco transparentes, criaram uma classe de novos ricos ligados a interesses ocidentais e alimentaram uma forma de cinismo geral. A ordem pública foi fragilizada por inteiro. Em meados da década de 90, os riscos de derrocada de certos países, o não respeito das condições da ajuda e as ameaças de não pagamento da dívida provocaram uma mudança de orientação. A "boa governança" tornou-se um dos critérios para obtenção da ajuda, tendo, como objetivo oficial, lutar contra a corrupção, tornar a gestão pública mais "transparente", aumentar o esforço de fiscalização e permitir que vozes discordantes se fizessem ouvir na imprensa e na sociedade civil. Mas, se essas reformas são freqüentemente necessárias, muitos vêem nelas apenas uma manobra para o prosseguimento das políticas de austeridade impopulares, de descrédito do poder público e enfatizam a continuidade ideológica dessa "reviravolta[8] ". Quais seriam, de fato, as motivações de pessoas encarregadas de promover a "governança"? Uma das heranças da ajuda é um vasto déficit democrático que mantém no poder tecnocratas, classes políticas e instituições para os quais a atração do lucro é uma boa coisa e para quem a política é a arte de impedir que os cidadãos se metam em assuntos que não lhes dizem respeito.

O plano Marshall teve sucesso por buscar revitalizar o capitalismo europeu com regulação pública e investimentos sociais

Reformulação de princípios

No entanto, uma vontade de mudança manifesta-se quase por toda parte no planeta. Militantes associativos, professores universitários e unidades de pesquisa patrocinadas pelas Nações Unidas recusaram-se a ceder à intimidação intelectual exercida por instituições como o Banco Mundial. Puseram em dúvida a credibilidade dos discursos sobre a "boa política" a ser implementada. Na Índia ou no Brasil, a crítica a projetos de ajuda ao desenvolvimento que destroem o ecossistema, ou a empréstimos que acabam por esgotar os orçamentos públicos levou a algumas reformas na década de 90: a avaliação interna dos projetos e o estudo de suas conseqüências para a pobreza. A pressão exercida dessa maneira sobre os organismos internacionais não tem nada de extremista: trata-se simplesmente de se comportar como qualquer autoridade pública deveria se comportar numa democracia.

Alguns consideram que a ajuda internacional não é passível de reforma e deveria ser suprimida, exceto em caso de urgência[9] . No entanto, outras vias deveriam ser exploradas, no sentido de uma reformulação dos princípios que regem a ação pública. A ajuda poderia ser repensada no âmbito de uma aparelhagem legislativa muito mais extensa, para redistribuir verdadeiramente as riquezas em escala mundial, e reforçar a coesão social. Tais mecanismos de redistribuição ou de solidariedade são correntes nos países ocidentais, em proveito de regiões menos favorecidas, e são controlados pelos representantes políticos. Essas transferências "em bloco" de riquezas correspondem primeiramente às preocupações dos beneficiários, mais do que àquelas das instituições financeiras. Tais sistemas funcionam melhor quando o espaço político é suficientemente aberto, para que os cidadãos e a mídia possam acompanhar e controlar os resultados. Dessa maneira, uma ajuda pública poderia contribuir para consolidar o espaço público. Se desejássemos substituir o atual regime de ajuda – oneroso, contraproducente e antidemocrático –, poderíamos nos inspirar nos modelos de redistribuição pública já existentes.

(Trad.: Regina Salgado Campos)

*Autor de *Les Mirages de l'aide internationale*, Enjeux Planète, Paris, 2003.

[1] Em 2002, depois de uma diminuição durante nove anos, o montante bruto da ajuda oficial aumentou, para se situar quase no mesmo nível, em termos reais, que em 1991. Mas esse crescimento é em parte artificial, pois os doadores incluíram, entre outras, suas despesas de funcionamento.

[2] Com exceções, no entanto. Na França, por exemplo, era exigida a abertura dos mercados aos produtos americanos, inclusive aos filmes.

[3] Ler, de Simon Kuznets, "Economic growth and income inequality", *American economic review* Com exceções, no entanto. Na França, por exemplo, era exigida a abertura dos mercados aos produtos americanos, inclusive aos filmes., Princeton, vol. 45(1): 1-28, 1955.

[4] Ler, de Hulya Dagdeviren *et al, Redistribution matters, Employement paper 2001/10*, Organisation internationale du travail, www.ilo.org

[5] Ler, de Joseph Stiglitz, "Wither reform? Ten years of the transition", discurso proferido no conselho de administração do Banco Mundial em abril de 1999.

[6] Ler, de Eric Toussaint, "Briser la spirale infernale de la dette", *Le Monde diplomatique*, setembro de 1999.

[7] Ler, de Jacqueline Damon *et al, Réformer le système d'aide. Le cas du Mali*, Club du Sahel/ OCDE, Paris, 2000.

[8] Ler, de Bernard Cassen, "Le piège de la gouvernance", *Manière de voir*, n° 61 "L'Euro sans l'Europe", fevereiro de 2002.

[9] *Réformer le système d'aide. Le cas du Mali, op. cit*

Reforma Universitária

Convocatória Encontro Estadual RJ 23 e 24/10

Guilherme Lessa

MANIFESTAÇÃO CONTRA A REFORMA NO DIA 25/8

Universidade Pública e Gratuita, Direito de Todos: Vamos Barrar essa Reforma!

A orientação geral da Reforma Universitária conduzida pelo governo federal caminha no sentido da continuidade do processo de mercantilização da educação superior. As ações do governo Federal aprofundam o eixo privado da educação superior, modificam a educação e institucionalizam o capitalismo acadêmico. Em síntese, são esses os significados do PROUNI, do PL de Inovação Tecnológica, do SINAES, do Documento II e do retorno do *produtivismo* na carreira docente encaminhado pela MP 208/04. Com essas medidas, o direito de todos a educação se tornará um objetivo ainda mais distante. As diretrizes do Banco Mundial para a educação brasileira permanecem ocupando um papel decisivo na formulação das políticas educacionais do governo brasileiro.

Colidindo com as melhores expectativas de milhões de brasileiros que disseram não! às políticas neoliberais, a agenda da educação superior não está sendo objeto de discussão democrática: grande parte já foi enviada ao Congresso Nacional e considera-se que houve uma grande "concertação" em torno da tese de que a expansão da oferta deve ser objeto de parcerias público-privadas. Entretanto, esse "amplo consenso" não contou com a participação dos protagonistas do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira.

Nos termos do PNE - Sociedade Brasileira, o patamar básico de uma agenda fecunda para a educação precisa contemplar premissas fundamentais como: Educação como direito de todos garantido pelo Estado; Verbas públicas para as instituições públicas; Recuperação e fortalecimento das universidades públicas com aporte de mais recursos públicos; *Desmercantilização* da educação; Políticas de ação afirmativa como estratégia para a universalização da educação, por verbas orçamentárias para a assistência estudantil; Gestão democrática; Autonomia universitária nos termos do Art. 207, CF; Controle social sobre o fornecimento da educação pelo setor privado.

O Encontro Estadual RJ, tem por objetivo dar conseqüência à Plenária Nacional realizada em 12/09 em Brasília, organizando as entidades e movimentos que estiveram na resistência às políticas educacionais neoliberais e que seguem engajadas na luta pelo futuro da educação superior pública, gratuita, laica e de alta qualidade, comprometida socialmente. Os signatários desta Convocatória trabalham nos marcos das grandes lutas encaminhadas pelo FNDEP e compartilham a avaliação de que a educação superior vive uma situação de emergência, por isso se propõem a efetivar o calendário unitário de lutas construído na Plenária Nacional de 12/09, levando adiante a agenda alternativa em favor da educação pública e democrática. A participação protagônica de todos os movimentos em defesa da educação pública e gratuita confere sentido ao caráter público da educação que reivindicamos para o povo brasileiro.

Em favor da educação superior como um direito, contra a sua mercantilização, compareça ao Encontro Estadual RJ, em 23 e 24 de outubro, para organizarmos a luta:

- 11 de novembro - *Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação.*

- 25 de novembro - *Grande Marcha a Brasília para barrar essa reforma universitária.*

Fórum Fluminense de Lutas / CONLUTE / Comissão de BOICOTE ao ENAD RJ

23/10 - Sábado

09:00 às 10:30h
"Reforma do Estado"
Luiz Carlos Lucas (ex-presidente do ANDES-SN/UFPel), UNAFISCO, Sindpetro-RJ, CONLUTAS e Esquerda da CUT.

13:00 às 15:0h
ALMOÇO

15:00h
Reforma Universitária e a Avaliação na Perspectiva do Governo e do Movimento: subsídios à crítica ao ENAD
Roberto Leher (ANDES-SN), Jupiara de Castro (FASUBRA), SINASEFE, CONLUTE, Executivas de Cursos.

17:30 às 19:30h
Grupos de Discussão

Dia 24/10

9:00 às 12h
Plenária Organizativa – 7 de novembro
Boicote ao ENAD – atividade RJ

11 de novembro
Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação.

25 de novembro
Grande Marcha a Brasília para barrar essa reforma universitária.

INFORME

Professores analisam Caderno de Textos do Conad

Reunidos na Adufrj-SSind em 15/10, os professores analisaram o Caderno de Textos do 49º Conselho Nacional do Andes-SN – documento que guia os trabalhos dos representantes das seções sindicais de todo o país no evento do início de novembro (5 a 7/11), em Brasília (DF). Ficou agendada uma nova reunião preparatória para esta quarta-feira (20/10), na sede da Adufrj-SSind, de 15h às 17h, para examinar o Anexo do Caderno de Textos, que deve ser divulgado nacionalmente no dia 18. A reunião é aberta a todos os sindicalizados.

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 159 • 25 de outubro de 2004

Assembléia Geral

26 outubro terça-feira 13:00

Salão Moniz Aragão

Fórum de Ciência e Cultura
Praia Vermelha

Pauta

1) 49º Conad
a) Eleição de delegado e observadores da Adufrj-SSind
b) Apreciação das propostas de resoluções

2) Ações judiciais
a) Abono de férias 2005
b) GED, GID e GEAD

CEG debate jubilação de estudantes
Página 3

MEC nega o óbvio ululante
Páginas 4 e 5

APG comenta reforma universitária em andamento
Páginas 6 a 10

Divulgado Anexo do Caderno de Textos do Conad
Página 12

Andes-SN quer retomar mesas de negociação com o governo
Página 12

Manuella Soares

DEBATE ATRAIU CERCA DE 40 PESSOAS, NO DIA 21/10

Adufrj-SSinde APG-UFRJ discutemreforma universitária

Estudantes apresentam estudo sobre a desresponsabilização do governo com a educação pública

Prosseguem os debates sobre reforma universitária na UFRJ. No dia 21/10, cerca de 40 pessoas acompanharam a exposição do professor José Miguel Bendrao Saldanha (diretor da Adufrj-SSind) e da estudante Ariane Larentis (pela Associação de Pós-Graduandos - APG), em sala do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza.

O diretor da seção sindical deu ênfase à conjuntura em que a contra-reforma universitária avança. Para José Miguel, o governo Lula aprofunda a política de sucateamento dos serviços públicos, iniciada nos governos da década de 90. A nova configuração do Estado brasileiro, de acordo com ele, pode alcançar um nível de indiferenciação entre o que é público e o que é privado, em benefício deste último, através do projeto de Parcerias Público-Privadas, gestado no núcleo econômico da equipe de Lula.

Análise dos estudantes sobre a reforma

Já a representante da APG-UFRJ apresentou um estudo sobre reforma universitária do grupo de trabalho do Centro Cultural Antônio Carlos Carvalho (CeCAC), que integra estudantes da universidade e a própria APG. Recheado de dados, o texto demonstra que os recursos destinados às universidades federais sofrem reduções há pelo menos uma década.

Ainda segundo a contribuição do grupo de trabalho estudantil, sob o discurso de "inclusão" e de "privilégio", o atual governo pretende aprofundar a desobrigação do Estado com o ensino superior público. Além disso, Lula e sua equipe mantém a ampliação do setor da educação superior particular.

O estudo completo dos alunos pode ser conferido, na íntegra, nas páginas 6 a 10 desta edição do Jornal da Adufrj.

Editorial

Falsas premissas justificam contra-reforma universitária do governo Lula da Silva

Defensores do projeto de universidade do governo federal partem de argumentos falsos colocados em circulação pelo Banco Mundial e naturalizam o apartheid educacional imposto aos pobres, aos negros e aos moradores das regiões fora do eixo sul-sudeste.

Samba de uma nota só. Longe da genialidade de Tom Jobim que, a partir de (e com) uma nota só, faz poesia e denuncia "os que muito falam e nada dizem" (ou escondem o que realmente querem dizer!), os defensores da contra-reforma são monocórdios no argumento legitimador de seus discursos: "a educação pública superior brasileira tem um orçamento que o coloca acima do patamar dos países centrais; o problema é que os recursos são mal utilizados e beneficiam apenas as elites". A partir dessa proposição, justificam as reformas neoliberais, as políticas focalizadas (educação de pobre para os pobres) e a subordinação da produção do conhecimento à racionalidade da "produtividade" e da "eficiência".

Com efeito, o projeto do Grupo Executivo da Reforma Universitária (GERES) do governo Sarney, o Projeto Nova Universidade de Collor de Mello, o Projeto de liberalização da autonomia universitária de Cardoso (autonomia para que as universidades possam caminhar com os próprios pés, sem depender de verbas públicas) e a contra-reforma universitária de Lula da Silva (Projeto Universidade para Todos e de Inovação Tecnológica) repetem o diagnóstico do Banco Mundial que, no documento "Banco Mundial e Educação Superior: as lições derivadas da experiência", publicado em 1994, faz a mesma revelação: as universidades públicas dos países latino-americanos gastam muito e servem exclusivamente às elites.

Pura ignorância ou ignorância legitimadora?

Conforme os indicadores da UNESCO e da OCDE, os Estados dos países do G-7 gastam cerca de 7% de seus expressivos PIB na educação. Se somarmos o ensino superior e o sistema de C&T, conforme a OCDE (*L´Économie fondée sur le savoir: des faits et des chiffres*, OCDE, Paris, 1999), vemos que os EUA e o Canadá reservam 8% de seu PIB e a União Européia pouco mais de 7% do PIB, valor muito próximo ao da OCDE, para investimentos em conhecimento. Enquanto isso, o Brasil gasta irrisórios 3,8% do PIB em **toda** a educação (básica e superior). A União, responsável pelo custeio do sistema federal de ensino superior, somente contribui com o equivalente a 0,5% do PIB. A título de exemplo, a universidade de Harvard tem um orçamento anual superior a US$ 15 bilhões, praticamente o orçamento de toda a educação pública brasileira.

Por que o falseamento de uma premissa tão importante? Evidentemente, o propósito é legitimar as medidas que desmontam as universidades públicas. Uma dessas medidas deletérias sustentada pelo MEC (Documento II) e por seus apoiadores é a criação de cursos de curta duração – também conhecidos como seqüenciais – especialmente dirigidos para os pobres e negros (vide Projeto Universidade para Todos do MEC), que receberão um diploma desprovido de relevância acadêmica após dois anos para, aí sim, selecionar "os mais aptos" a continuar os estudos, certamente não os mais pobres, que, constrangidos pela inexistência de assistência estudantil, acabam sendo forçados a se contentar com o "diploma de pobre". Contudo, essas medidas, além de suas implicações racistas e demagógicas, irão inviabilizar por completo a graduação. Todos os cursos eticamente comprometidos buscam aprimorar a conexão entre os ciclos básico e profissional, aumentando as inter-relações entre eles para que seja possível assegurar uma formação científica e cultural de alta qualidade.

Se, para os advogados da política do MEC, as universidades públicas brasileiras já gastam mais do que as dos países desenvolvidos, a única forma de ampliar a oferta da educação superior pública (objetivo central das lutas do Andes-SN e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública) é cortar mais ainda os já reduzidíssimos custeios das Federais e aviltar a carreira docente e a remuneração dos professores. E é isso que eles estão fazendo: no lugar de novos professores concursados, bolsistas; para aumentar as matrículas, cursos de curta duração; para aumentar um pouquinho o salário dos ativos, achatar a remuneração dos aposentados; para que uns ganhem maior gratificação de desempenho (os 175 pontos da GED que o governo e seus aliados impuseram por medida provisória), instaurar uma competição darwiniana, pois, como a pontuação média em cada universidade somente pode ser de 140 pontos, um grupo de professores-párias terá de ter 70, 80 pontos e portanto uma remuneração muito menor. É porque existem os que apóiam estas propostas iníquas que o governo federal já defende publicamente a transformação do regime de dedicação exclusiva em uma gratificação de desempenho.

Haja ressignificação para o adjetivo "público"!

É contra essa política de destruição da universidade pública e gratuita que professores, estudantes, funcionários técnicos e administrativos, entidades sindicais, acadêmicas e movimentos sociais estão organizando debates, estudos, publicações e, não menos importante, uma Grande Marcha a Brasília no dia 25 de novembro.

Diretoria da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

24 e 25/10 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

27/10 – Plenária Estadual da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ) – Auditório do Sepe, na Rua Evaristo da Veiga, 55/ 8º andar, às18h

4/11 - Seminário Rumos da Organização Sindical Brasileira
Brasília (DF)**,** no Hotel San Marcos, antecedendo ao 49º Conad, a partir das 9h.

5 a 7/11 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo".

11/11 - Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação

25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo

Errata: a edição de 4 de outubro do Jornal da Adufrj foi numerada incorretamente como 155 (deveria ser 156). Os dois números posteriores (de 11 e 18 de outubro) também seguiram a seqüência errada.

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente , Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Colegiado debate jubilação

Nova resolução do CEG terá vários pontos modificados em relação aos alunos com baixo rendimento acadêmico.

A norma sobre o cancelamento de matrícula por insuficiência de rendimento acadêmico, prevista na antiga resolução do CEG nº 2/97, foi a pauta da reunião do Conselho de Ensino de Graduação, no dia 20/10. Os conselheiros aprovaram várias mudanças na redação do documento. Dentre os pontos mais discutidos pelos conselheiros, está o que tenta impedir alunos da UFRJ de, após concluírem seus cursos, prestarem vestibular novamente para a mesma carreira. De acordo com o terceiro parágrafo do artigo terceiro da 02/97, disponível em www.sr1.ufrj.br/sr1/ceg/resolucoes/default.php: "São excluídos da alínea *b* deste artigo os alunos da UFRJ que prestarem vestibular para o mesmo curso. Neste caso, considera-se como o início da contagem o ano/período da primeira matrícula/ingresso no curso da UFRJ".

Ana Maria Ribeiro usou como exemplo os estudantes de Engenharia, que refazem as disciplinas que foram aprovados com notas baixas, com o objetivo de melhorar seu coeficiente de rendimento. A representante dos técnicos-administrativos acrescentou que uma medida para impedir os alunos de retornarem ao mesmo curso poderá penalizar apenas os estudantes da UFRJ, pois nada pode ser feito em relação a esta prática para os alunos vindos de outras instituições. Chegou a ser proposta por ela uma "limpeza" nas reprovações do histórico escolar: "O aluno apresenta seu histórico no mercado de trabalho cheio de reprovações, enquanto um aluno de uma faculdade particular mostra seu boletim apenas com notas altas. Com isso, o estudante da UFRJ fica marcado negativamente e não é levado em consideração a qualidade do ensino", afirmou Ana Maria Ribeiro.

O documento será novamente redigido e reavaliado na sessão desta semana, em 27/10.

Alocação de vagas docentes

A alocação de vagas docentes - que vinha sendo o tema das últimas reuniões - não foi debatida desta vez, devido à ausência do professor José Roberto Meyer, que participava de um encontro de pró-reitores da área de graduação. Os conselheiros atenderam ao pedido dele e só retornarão a falar do assunto no próximo encontro, com o retorno do dirigente universitário.

Conselheiros chegam a um acordo

Resolução que cria a Copav será debatida em reunião conjunta com o Conselho de Graduação

A alocação de vagas docentes foi novamente pauta do encontro do Conselho de Ensino para Graduados da sexta-feira passada (22/10). Foi aprovada a resolução que cria a Comissão Permanente de Assessoria e Planejamento para Alocação de Vagas (COPAV) e que depende, ainda, de apreciação do Conselho de Ensino de Graduação para ser remetida ao Conselho Universitário para sua aprovação final.

A discussão foi baseada num documento apresentado pelo professor Hatisaburo Masuda, representante do CCS. Masuda integrou uma comissão mista (composta por conselheiros dos colegiados de graduação e pós graduação) que elaborou uma resolução para a criação da COPAV. No último dia 15/10, a resolução foi levada ao CEPG, quando os conselheiros fizeram uma série de modificações na redação.

No debate da última sexta, não houve muita polêmica em relação à aprovação da resolução. O único ponto que gerou discordância foi se os centros terão autonomia ou não para interferir na definição de critérios a serem adotados pela COPAV para a alocação das vagas. Para alguns conselheiros, apenas os centros conhecem as verdadeiras necessidades das Unidades, outros acreditam que a Comissão Permanente deve ter mais poder na definição dos critérios de alocação para evitar que interesses particulares dentro das unidades se sobreponham aos interesses acadêmicos da instituição.

Reunião conjunta ainda não tem data

Estabelecido o consenso em relação à criação da COPAV entre os conselheiros do CEPG, a nova versão do texto será entregue ao Conselho de Ensino de Graduação. Após o entendimento entre seus integrantes, será realizada uma reunião conjunta no dia 27 de outubro entre os colegiados acadêmicos para a aprovação final da proposta que será levada ao Consuni.

Carta de estudantes

A aluna Camila Dolavale, que cursa pós-graduação de Metalurgia em Materiais, leu uma carta elaborada pelos estudantes (leia a íntegra na página 2 desta edição), que será entregue a Capes com a reivindicação do pagamento das bolsas atrasadas. Dolavale pediu apoio aos conselheiros do CEPG.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

UFRJ

Eleição para a Comissão Permanente de Pessoal Docente

Uma das mais importantes comissões ligadas à vida dos professores da UFRJ inicia processo eleitoral de renovação nesta semana. De 25 a 27 de outubro e de 3 a 5 de novembro, estão abertas as inscrições para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). As eleições ocorrem entre os dias 16 e 19 de novembro.

Os integrantes da CPPD, que têm como atribuição assessorar os colegiados acadêmicos para a "formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente", estão com mandatos vencidos desde julho de 2003, conforme matéria do Jornal da Adufrj de 15 de dezembro daquele ano.

De acordo com a mensagem eletrônica à qual a reportagem da Adufrj teve acesso, 28 vagas devem ser preenchidas (veja quadro). Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos e seu suplente o segundo colocado. O mandato dos representantes será de três anos.

Os candidatos docentes deverão se inscrever na sala da Comissão Permanente de Pessoal Docente, no andar térreo do Prédio da Reitoria da UFRJ (Cidade Universitária, Ilha do Fundão), das 10h às 17h. No dia 5/11, o prazo vai até 15h. No ato da inscrição os candidatos deverão preencher ficha e declarar ciência da necessidade de não exercer função comissionada ou gratificada, bem como não pertencer a colegiados superiores da UFRJ no ato da posse da futura representação.

Comissão eleitoral

A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes integrantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente (professoras Rosa Cristina Dias Peres e Paula Regina V. Moraes de Catrib e o estudante Edson Medeiros Branco Luiz), e secretariada pela funcionária Patrícia Cruz Lopes. O telefone da CPPD é: 2598-1626.

Vagas

Representante Titular e Suplente: dos Professores Titulares; dos Professores Adjuntos; dos Professores Assistentes; dos Professores Auxiliares; dos Professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio - para estes cargos, poderá se candidatar qualquer professor dos quadros de servidores ativos da UFRJ, pertencentes as respectivas categorias.

Representante Titular e Suplente: dos Alunos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*; e dos Alunos de Graduação - poderá se candidatar qualquer aluno de graduação ou pós-graduação *Stricto Sensu* da UFRJ regularmente inscrito e registrado na DRE e com matrícula ativa.

Representante Titular e Suplente: do CCS; do CCJE; do CFCH; do CCMN; do CLA; do CT; do Fórum de Ciência e Cultura - poderão se candidatar os Professores Titulares e Adjuntos dos respectivos Centros e do Fórum de Ciência e Cultura.

Reforma Universitária

MEC nega o óbvio ululante

Secretário do ministério diz que a reforma universitária não está em andamento

Negar o óbvio tem sido uma característica dos poucos representantes do MEC que se dispõem a "discutir" a reforma universitária em andamento do governo Lula. Isso ficou bem nítido em mais um debate sobre o ensino superior, desta vez ocorrido em 1º de outubro, no programa "Tema Livre", da Rádio Nacional (1.130 AM) - a reportagem da Adufrj-SSind obteve uma cópia da fita do programa, na semana passada, junto à Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind).

Na ocasião, o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, Ricardo Henriques, recusou-se a admitir que a contra-reforma já foi iniciada, através de projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros textos legais. Segundo ele, a reforma da educação superior está em discussão com várias entidades e uma proposição de lei para este nível de ensino será enviada ao Congresso no mês que vem. Apesar do pouco tempo restante para o prazo fatal estabelecido pela cúpula do MEC, o representante ministerial admitiu que o debate não "penetrou" nas universidades.

O debate

Vice-presidente da UNE e estudante de História na Uerj e de Jornalismo na Estácio de Sá, Moisés Silva disse que a União Nacional dos Estudantes se vê muito preocupada com o rumo que segue "essa reforma universitária". Moisés comentou que Medida Provisória que instituiu o privatizante Programa Universidade para Todos (Prouni) obedece às diretrizes propostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O dirigente estudantil defendeu uma ampliação do debate para todos os segmentos universitários e a para o restante da sociedade.

Paulo Antônio Cresciulo de Almeida, presidente da Aduff-SSind, concordou com o aluno ao afirmar que, ao lado de outras contra-reformas (como a da Previdência), a reforma universitária vem para atender aos preceitos do Banco Mundial e do FMI, em vez de responder às necessidades da comunidade universitária e da sociedade. "Temos muitas críticas à maneira como está sendo imposta a reforma universitária", afirmou, sem deixar de dizer que há dificuldades em se manter um diálogo com o governo para "construir uma reforma que realmente atenda a todos".

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, acrescentou que o governo só tem feito discussões com entidades mantenedoras do ensino privado no país. Segundo ela, além da comunidade acadêmica, até os dirigentes das universidades públicas ficaram de fora deste diálogo. "O que podemos perceber então é que, nessas escolhas, o governo não tem se preocupado em construir um projeto que seja respaldado de fato na comunidade acadêmica e, sobretudo, que esteja respaldado nos interesses da formação de milhões de jovens desse país que hoje não têm acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade", comentou. Sara disse ainda que a própria área econômica do governo tem merecido mais atenção na hora de se trocar idéias sobre a questão do ensino superior. "Entendemos que o objetivo dessa reforma não é a ampliação da universidade pública, porque se assim o fosse, quem faz essa universidade de qualidade deveria minimamente ser ouvido".

Representante do MEC tenta explicar reforma

Fora do estúdio do programa, o representante do MEC teve a oportunidade de se manifestar pelo telefone. Segundo Ricardo Henriques, o debate sobre a reestruturação do ensino superior ocorre desde o mês de abril, com consulta às entidades sindicais e institucionais da Educação, como o Andes-SN e a Andifes (associação de reitores). Depois dessa fase, o ministério tomou a decisão de levar o debate para todo o país. Ele observou que representantes do ministério têm percorrido as universidades brasileiras para falar das propostas para o ensino superior. Ele concordou com o ponto de vista do dirigente da UNE de ouvir todos os segmentos acadêmicos sobre os princípios que devem reger um futuro anteprojeto de lei para o ensino universitário no país. Ricardo Henriques disse que os pontos, a princípio inquestionáveis, dessa futura proposta, tratariam da defesa do caráter gratuito das instituições públicas de educação superior. A autonomia também deveria ser assegurada, associada ao financiamento e avaliação.

Além disso, Ricardo defendeu a eleição de reitores das universidades federais, livre de interferências externas – uma proposta que está emperrada no MEC desde a gestão de Cristovam Buarque. "O ministro Tarso Genro tem sempre dito o seguinte: a reestruturação do ensino superior é entendida como um processo e a nossa idéia é colocar uma proposta que tem sido discutida, volto a frisar, com as várias entidades, em vários seminários ao longo desses últimos cinco meses. É uma proposta que vai ter que ser discutida na universidade, na sociedade e implementada no futuro".

Professora nega participação da comunidade acadêmica

Perguntada pelo mediador do programa, a professora Sara respondeu que a discussão da reforma tem ocorrido entre os docentes da UFRJ somente por conta da Adufrj-SSind, uma vez que não se verifica nenhuma iniciativa do MEC neste sentido. Ela reforçou que o Sindicato Nacional também tem se empenhado neste debate nacional com a categoria, através de várias palestras e seminários.

A presidente da Adufrj-SSind não confirmou a afirmação do representante do MEC de que o Andes-SN estaria contribuindo para a elaboração da reforma. Ela aproveitou o debate para entregar ao mediador do programa a proposta do Sindicato Nacional para a universidade brasileira, disponível na página eletrônica www.adufrj.org.br. Em seguida, comparou: "A leitura desse caderno (do Andes-SN) e do último documento do ministério da educação (intitulado "Reafirmando princípios e consolidando diretrizes", também chamado de Documento II) mostra que os projetos são absolutamente diversos, diferenciados, colidentes".

Para Sara, o projeto do MEC, "que o MEC diz estar em discussão" está, aos poucos, sendo imposto à sociedade por medidas provisórias, decretos e outros dispositivos. Deu os exemplos da MP do Prouni (nº 213) e do decreto das fundações universitárias (nº 5.205), que não foram discutidos com os docentes. "O projeto do Andes objetiva a construção de um modelo público de universidade e as medidas apontadas pelo MEC não caminham na mesma direção", informou.

Neste ponto, o representante do ministério chegou a dizer que o Andes-SN tem comparecido a todas as reuniões abertas à comunidade dentro do MEC, em Brasília. Sara, porém, retrucou que ir às reuniões é bem diferente de ser ouvido.

Novamente de posse da palavra, Ricardo Henriques tentou contornar a situação. Segundo ele, os documentos do MEC não são idênticos ao do Sindicato Nacional, bem como não são iguais ao documento da Andifes sobre o ensino superior. Curiosamente, Ricardo voltou a defender a "necessidade de um amplo debate democrático".

Andes-SN propõe outra reforma universitária

Logo em seguida, o presidente da Aduff-SSind, Paulo Antônio, se disse "estarrecido" com o uso indevido da expressão do "debate democrático", utilizada pelo representante do MEC. Para o professor, o próprio MEC tenta impor à sociedade uma realidade que não existe. Segundo ele, a reforma universitária já se iniciou. "E é bom destacar que o Andes e as suas seções sindicais também têm interesse em fazer uma reforma da universidade, que tem vários pontos que realmente quer discutir como a avaliação, o financiamento, a carreira e a escolha de dirigentes".

Reforma Universitária

Lembrou ainda que a entidade nacional dos funcionários técnico-administrativos das universidades (Fasubra) e a UNE também possuem projetos próprios de universidade. "O que se esperava minimamente é que todas as propostas fossem consideradas e, a partir daí, estaria sendo elaborada uma proposta para a universidade. O MEC apresentou uma proposta sem participação alguma da sociedade", completou.

O dirigente sindical foi além e classificou como uma "farsa" o dispositivo criado pelo MEC para teoricamente discutir pontos da reforma universitária: as audiências públicas. Paulo observou que a primeira dessas reuniões, em Manaus, ainda este ano, foi marcada por uma forte manifestação da sociedade e que não ocorreu. "A partir daí, não teve mais discussão. Tanto que todas as iniciativas da reforma universitária estão sendo colocadas por medida provisória".

Ricardo defendeu que o debate de Manaus foi interrompido pelo que chamou de um "ato autoritário", mas disse concordar "que o debate não penetrou na universidade de forma profunda". Depois, numa tentativa de consertar, completou que o ministério busca estimular esse debate nas instituições. "Nós só mudamos a forma do debate porque existe uma dificuldade enorme de se abrir, por parte de alguns segmentos, esse debate para a sociedade". Detalhe: reconhece isso a cerca de apenas um mês do prazo estipulado pelo ministério para se formular uma reforma universitária. Ele remeteu os ouvintes para a leitura dos documentos presentes na página eletrônica do MEC (www.mec.gov.br).

Ricardo tentou ainda desmerecer, "com todo o respeito", o discurso dos dirigentes sindicais, que, na opinião dele, não retratariam a opinião da maioria dos professores. Inquirido pela professora Sara se o posicionamento do ministério seria majoritário no corpo docente das universidades, Ricardo disse que "não necessariamente".

"Prouni não é a reforma universitária"

Em relação ao Programa Universidade para Todos (Prouni), Ricardo classificou as críticas como uma nova tentativa de se fazer uma confusão. "O Prouni não é a reforma universitária", repetiu várias vezes. Segundo ele, o programa é uma forma de democratizar o acesso ao ensino superior pelas instituições particulares. Reconheceu que a medida provisória não é o melhor instrumento legal para efetivar essa política, mas atribuiu o dispositivo à necessidade de se criar as vagas já para o início do próximo ano. "(O governo) não conseguiu ter tempo de discutir a proposta, mas o Prouni não tem nada a ver com a reforma universitária, isso é banalizar o debate", reagiu. Ricardo Henriques, disse estar de acordo com o estudante sobre o fortalecimento da universidade pública e lamentou "a criação desenfreada e irresponsável de particulares". Segundo ele, o ministro Tarso Genro fechou qualquer expansão de universidade privada no momento (Os dados do Censo 2003 mostram que os cursos de graduação presenciais continuam em expansão, com um acréscimo de 2.054 novos cursos, com relação ao

ano anterior. Desses, 411 cursos foram criados em instituições públicas e 1.643 em instituições privadas, ou seja, só no governo Lula. Isso significa que surgiram 5,6 novos cursos a cada dia no Brasil em 2003. Dos 5,6 novos cursos criados por dia, 4,5 foram criados no setor privado e apenas 1,1 no setor público).

Alteração profunda do caráter social da universidade

Sara respondeu que o MEC insiste em tratar a reforma da educação superior como um projeto de lei que só será remetido ao Congresso, no próximo mês. Interrompida pelo representante do MEC de que essa seria a verdade, Sara comparou o debate na rádio com a prática do ministério. "Você não deixa ninguém falar. O senhor reproduz para os ouvintes o diálogo do MEC. O MEC fala e a gente ouve", criticou.

De acordo com a presidente da Adufrj-SSind, diferente do que o governo diz, já estão implantados ou em fase de tramitação, alguns projetos ou leis que modificam "de forma profunda" a função social da universidade. "O Prouni é uma transferência absurda de recursos públicas para a educação privada", disse. Com os mesmos recursos que o governo renuncia cobrar em relação às instituições particulares, Sara acredita que seria possível matricular um número muito superior de alunos nas universidades públicas, principalmente em cursos noturnos, o que lhes garantiria um ensino de qualidade.

Ao contrário do que vai ocorrer no Prouni, onde a maioria dos cursos não possui tradição de ensino, segundo a professora. Sara lembrou que a UFRJ, muito bem avaliada, com a graduação detentora de conceitos A e B, em esmagadora maioria, não recebe a devida consideração do ministério. "Temos bibliotecas fechadas com fungos, tem laboratórios com o teto caindo, banheiros inutilizáveis, computadores obsoletos... e a reforma agrava esse estado", concluiu.

Paulo Antônio comentou ironicamente que o Prouni, de fato, está "agradando". Citou alguns documentos ou artigo de jornais, nos quais os maiores empresários da educação superior cobrem de elogios o programa do MEC. Recordou ainda que, no fim de setembro, a maior universidade "filantrópica" do país, a Estácio de Sá, mudou seu regime jurídico para aderir ao programa - passando a ser considerada entidade com fins lucrativos, a Estácio poderá distribuir os lucros e remunerar os diretores, o que é proibido como filantrópica. O professor informou também que existe um projeto (PEC-217/2003) da deputada petista Selma Schons, que institui a cobrança, via imposto de renda, de taxas para os ex-alunos (de graduação e de pós-graduação) das universidades públicas. "São essas as fatias que fazem parte da reforma universitária – que o governo insiste que só vai apresentar em novembro", disse.

Ricardo afirmou desconhecer o projeto da deputada petista e reafirmou que o documento do MEC defende o ensino público e gratuito. De volta ao Prouni, Ricardo negou que houvesse novos recursos do governo investidos no programa. E citou que o estímulo do MEC é importante para proporcionar um ensino de qualidade, a exemplo do oferecido pelas instituições católicas – de reduzida quantidade em meio ao setor particular.

Moisés desmascarou o discurso do secretário do MEC. "Sou estudante de uma pública e de uma privada. À medida que o governo deixa de arrecadar em impostos (pela renúncia fiscal), perde recursos que estariam sendo investidos na universidade pública", criticou.

Cartas

Mais respeito, CAPES!

Mais uma vez a CAPES demonstrou sua irresponsabilidade e falta de respeito com seus bolsistas!

Os bolsistas da UFRJ da demanda social da CAPES receberam suas bolsas dia 11 de outubro. Já os bolsistas do novo programa, o Proex, destinados a alunos de cursos com nota 6 ou 7, começaram a receber dia 11 e até hoje (19 de outubro) há alunos que ainda não receberam.

A implantação do Proex que, teoricamente, tinha como objetivos flexibilizar e agilizar os recursos da CAPES aos cursos nota 6 e 7, acabou levando ao atraso maior das mesmas por desorganização da CAPES que, na última sexta feira ainda estava cadastrando bolsistas!?

Ora, se não havia organização para efetuar o pagamento da nova forma, por que não fazê-lo da forma antiga? O que é uma absoluta falta de respeito é deixar os bolsistas a ver navios. Afinal, o nosso compromisso não é apenas com a CAPES, cujo termo cheio de exigências tem que ser assinado e com firma reconhecida. Nossos outros compromissos, como pagamento de aluguel, condomínio e demais contas, não foram cumpridos. TODOS já venceram.

Outro agravante foi que em momento algum a CAPES tomou a iniciativa de dar uma satisfação aos alunos a respeito do imenso atraso. Todas as informações obtidas foram por iniciativa dos alunos ou da secretaria dos cursos que ligaram ou escreveram para a CAPES. Embora o interesse seja nosso, o dever de informar é da referida agência.

Seria excelente se as agências de fomento fossem tão eficientes na hora de pagar como são na hora de cobrar resultados e prazos. Nós, alunos de pós-graduação, somos obrigados a publicar, orientar, dar aula e assinar um termo de compromisso de dedicação exclusiva e declarando não ter outra fonte de renda (se tivéssemos uma, não estaríamos com TODAS as contas atrasadas). Como ficam os juros de cheque especial, contas atrasadas e cheques devolvidos? Quem vai pagar por isso?

Além disso, não temos 13º, férias e somos a máquina que move a pesquisa em nosso país. No entanto, nossas bolsas são pagas como se fosse um favor. É no mínimo lamentável, EXIGIMOS RESPEITO, QUE SEJAM RESOLVIDOS IMEDIATAMENTE OS PROBLEMAS E QUE NÃO SE REPITAM MAIS.

Assinam esta carta Pós-Graduandos dos Programas de Pós-Gradução em Biofísica, Química Biológica, Química Inorgânica, Microbiologia, Ecologia, Ciência e Tecnologia de Polímeros, Físico-Química, Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Engenharia Química, Química Orgânica, Ciências Contábeis, Núcleo de Pesquisa em Produtos Naturais, Ciências Morfológica e Ciências Farmacêuticas, além da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2004.

Reforma Universitária

"Reforma" Universitária: Contribuição para o Debate

Grupo de trabalho do CeCAC e APG-UFRJ*

Apresentação

Há pelo menos uma década os recursos destinados às Universidades Federais vêm minguando, o que se reflete na diminuição do número de docentes efetivos, na precarização das relações trabalhistas, no aumento do número de professores substitutos e na incrível degradação das condições de trabalho e estudo nas Universidades Públicas, onde faltam materiais essenciais, verbas para capacitação dos servidores, e acumulam-se dívidas.

Neste documento procuramos levantar alguns dados sobre a situação das Universidades Federais, inserindo-os na conjuntura do país, com o objetivo de nos posicionarmos no debate sobre a "Reforma" Universitária. Além disso, ao analisarmos o discurso do Governo, buscamos separar o conteúdo puramente ideológico do conteúdo concreto, isto é, das implicações para a população, em termos de acesso, financiamento, assistência estudantil e ampliação de vagas discentes nas Universidades Públicas. Com o discurso da "inclusão" e do "privilégio", o Governo pretende aprofundar a desobrigação do Estado com o Ensino Superior Público, atribuição constitucional, em prol da manutenção e intensificação da política econômica de juros e superávits primários elevados e, que objetivamente beneficia o capital financeiro internacional e nacional.

Para a comunidade universitária e a população, que sabem do significado e da importância da saúde, educação ou outros serviços públicos, trata-se de resistir às "reformas", através do esclarecimento e, principalmente, da mobilização em defesa da imediata ampliação de verbas para reverter o quadro de submissão às políticas neoliberais e o efetivo direito à Educação Pública, gratuita, de qualidade e acessível a todos.

A situação das universidades federais e do ensino superior no Brasil

Atualmente, o sistema Público de Ensino Superior conta com 54 IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), além das Instituições Estaduais, somando cerca de 1 milhão de alunos[1] (o que representa cerca de 30% das matrículas do Ensino Superior no Brasil). O quadro da Evolução Docente e Discente nas IFES [2] mostra que o número de estudantes e a oferta de vagas foram praticamente duplicados entre 1990 e 2002, enquanto o número de docentes efetivos das IFES foi reduzido em mais de 10% (esta redução foi suprida com a contratação de docentes temporários/substitutos, que hoje chegam a 8000, precarizando as relações e condições de trabalho). (Veja gráfico 1)

Segundo a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), entre 1995 e 2001, Universidades Públicas ampliaram os cursos noturnos em 98% e os cursos de Pós-Graduação em 158%. Em contrapartida, **perderam 77% dos investimentos e 24% do custeio de manutenção**[3]. Os recursos do Governo destinados à manutenção de todas as Universidades Federais caíram de R$ 551,605 milhões em 1995 para R$ 375 milhões em 2002, uma queda de 32% em sete anos (números atualizados pelo IGP-DI)[4]. Em 2003, o orçamento foi de R$ 470 milhões[5]. O Forplad (Fórum Nacional de Pró-Reitores em Planejamento e Administração) concluiu que seriam necessários R$ 685 milhões para cobrir as despesas básicas de custeio nas Universidades Federais[4]. No entanto, apesar do próprio Governo afirmar que faltam verbas para as Universidades Públicas[6], o Orçamento da União para 2004 reduziu em 17% as verbas para o funcionamento dos cursos de graduação das Universidades Federais, em relação aos recursos investidos em 2003[7].

Levando em consideração os outros gastos, como pessoal e contratos temporários, o orçamento caiu de R$ 6,69 bilhões, em 1995, para R$ 4,957 bilhões em 2001, último dado disponível na Andifes[4]. De 1995 a 1999, as Universidades Federais tiveram seus recursos reduzidos de acordo com os valores da tabela[8]. Verifica-se que em 4 anos (1995-1999) as **IFES** tiveram seus **recursos reduzidos em R$ 3,2 bilhões**[9], período no qual houve aumento de quase 50% na oferta de vagas. (Veja tabela 1)

Tabela 1

Ano	Recursos destinados para as IFES (R$)
1995	6,1 bilhões
1996	5,6 bilhões
1997	5,3 bilhões
1998	4,8 bilhões
1999	5,5 bilhões

Uma das formas de retirar cada vez mais recursos das Universidades (que são "garantidos" pela Constituição) é a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite fazer um corte no orçamento geral de até 20%. Essa subtração de recursos provocada pela DRU tem aumentado gradativamente, saltando de R$ 1,8 bilhão em 2000 para R$ 2,7 bilhões em 2003, chegando a provocar um corte de R$ 4,4 bilhões no orçamento da Educação de 2004 [10]. Além disso, segundo documento enviado ao FMI em novembro de 2003, o Governo se comprometeu a estudar a desvinculação de recursos para a Saúde e Educação[11].

A política de corte de verbas também tem sido aplicada à Ciência e Tecnologia. Em concomitância com a redução sucessiva dos recursos, a produção científica brasileira tem crescido continuamente (de 1996 a 2002 o número de publicações científicas mais do que duplicou), e as Universidades Públicas são responsáveis por uma parte significativa destas pesquisas[12]. Atualmente, o Brasil investe 0,5% de seu PIB na Universidade Pública contra 2,1% do Chile, 1,8% da Holanda, 1,1% da Inglaterra, 1,2% da Itália e 2% da Finlândia[13].

Tabela 2

Áreas selecionadas	Percentuais destinados nos primeiros 6 meses do 2004
Ministérios das Cidades (responsável pelo saneamento básico e habitação)	8,17%
Ministério da Educação (verbas para custeio)	23%
Ministério da Saúde (verbas para custeio)	37%
Ministério dos Transportes	1,5%
Ministério da Integração Nacional	1,94%
Execução orçamentária de 44 programas que o Governo diz ser prioridade	Abaixo de 1%*
Superávit primário do setor público para pagamento da dívida	100% (R$32,6 bilhões da meta acertada com o FMI) + 40% (13,58 bilhões)* = R$ 46,1 bilhões

*No primeiro semestre de 2004 as despesas do setor público com juros nominais foram de R$ 61,829 bilhões[18].

Reforma Universitária

Falta de verbas atinge também a UFRJ

A UFRJ fechou 2003 devendo R$ 41,2 milhões, dos quais R$ 22 milhões correspondem à dívida da conta de luz, iniciada em 2002. Em 2003, o orçamento da UFRJ foi de R$ 41 milhões para a manutenção e investimento. Em 2004, aumentou para R$ 52 milhões, o que não chega nem perto das necessidades de custeio já levantadas pela Reitoria (de pelo menos R$ 150 milhões)[14]. Mesmo assim, enquanto o número de alunos sobe, o de professores cai. Há 20 anos, a UFRJ tinha 3.600 professores, hoje são 3000. Neste período, o número de alunos aumentou cerca de 20%. **Há 15 anos a Universidade dispunha de 9 bandejões espalhados pelos seus *campi*; hoje não há nenhum.** Segundo a Reitoria, a UFRJ precisaria de R$ 216,3 milhões para "*obras inadiáveis*", incluindo prédios com risco de desabamento, bibliotecas em estado precário (como a do IFCS, que está infestada de fungos), telhados que deixam chover nos laboratórios. Como se não bastassem os problemas estruturais generalizados, em alguns cursos falta desde papel para aplicar provas até papel higiênico[15]. Mantida a tendência de redução dos recursos da União para custeio e investimentos com as Universidades Públicas, os recursos orçamentários provenientes do Governo Federal se limitarão, exclusivamente, a cobrir o pagamento de pessoal (e isto apenas num primeiro momento). Atualmente, 93% dos recursos orçamentários da UFRJ oriundos da União se destinam a pagar professores e funcionários. Implantou-se um sistema de asfixia orçamentária traduzida na proposta de "Reforma" como "autonomia financeira" das Universidades.

Tabela 3

Período	R$	equivalente a...
2 MESES	32,8 bilhões	Investimento em 59 estatais previstos para 2004
Mais de 1 MÊS	15,9 bilhões	Gasto anual em Atenção Hospitalar e Ambulatorial do SUS
10 DIAS	4,7 bilhões	Verba para dobrar o número de alunos nas Universidades Públicas em 4 anos, segundo documento do Grupo de Trabalho Interministerial
10 DIAS	4,7 bilhões	Verba de 1 ano do Programa "BOLSA-FAMÍLIA"
1 SEMANA	3,5 bilhões	Verba de 1 ano do Programa "BRASIL ESCOLARIZADO"
1 DIA	441 milhões	1 ano de investimento com Habitação Popular
Mais de 1 DIA	503 milhões	Programa de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos
Menos de 1 DIA	400 milhões	Contemplar os 8000 projetos de 50 mil reais que concorreram no Edital Universal do CNPq em 2003 (cerca de 10 vezes mais do que foi implementado)
15 HORAS	350 milhões	Valor necessário para reajuste (equivalente a 80% do salário dos docentes, ou seja, mais de 100% de aumento) e ampliação das bolsas em 20%
2 HORAS	50 milhões	Emenda do orçamento que permitiu o reajuste de 18% do CNPq
1 HORA	24 milhões	Recursos para Conservação de Monumentos Históricos em 2004

Gastos sociais x pagamento de juros : a exclusão como política de Estado

O discurso do Governo Federal afirma que os **recursos** destinados às áreas sociais são mais do que **suficientes**, porém mal aplicados, pois beneficiariam os mais ricos [16]. Logo, estaríamos diante de um problema de gestão, bastando focalizar tais recursos para atender aos mais pobres. Em outros momentos, o discurso do Governo argumenta que **faltam verbas**, que é necessário acertar as contas e ganhar credibilidade junto aos organismos internacionais, para o país poder crescer e, assim, ampliar os recursos nas diversas áreas sociais.

Deste discurso, poder-se-ia deduzir que o Governo quer tirar dos mais ricos e entregar aos mais pobres. Vejamos: os dados apontam recordes de arrecadação no Governo Lula, aprofundando o processo desencadeado nos Governos Collor e FHC. Recente levantamento realizado pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) constatou que no primeiro semestre de 2004 o país bateu recorde de arrecadação (R$155,8 bilhões)[17]. União, Estados, Municípios e estatais, "economizaram" R$ 46,1 bilhões (na verdade isso significa o que é destinado ao superávit primário, que superou em R$ 13,5 bilhões do valor acertado com o FMI, neste ano). É o maior superávit primário (5,76%) já registrado no país desde 1991. Mas... para onde estão indo estes recursos? (Veja tabela 2)

Em 2003 não foi diferente: o Ministério da Assistência e da Promoção Social foi o que teve o maior volume de cortes em relação à dotação inicial. Dos **1411 projetos** (obras e programas) do próprio Governo Federal, previstos para 2003, **78% receberam menos da metade dos recursos e 38% não receberam nenhum centavo**. Dentro destes últimos, estão obras para contenção de enchentes, programas de expansão e melhoria do Ensino Médio, combate ao tráfico de entorpecentes e pesquisas sobre doenças sexualmente transmissíveis (incluindo a AIDS). Dos já minguados recursos no orçamento de 2003, o saneamento recebeu apenas 2,3% do previsto, a habitação somente 1,82% e o programa federal de geração de emprego e renda recebeu 4,54% dos recursos previstos[19]. Em 2003 o Governo investiu R$ 6,5 bilhões[20], um valor muito inferior aos já parcos recursos investidos em 2002 (11,6 bilhões). E o ano de 2004 não demonstra sinais de reversão, apesar do tão propagado "*suspiro de crescimento*"[21].

Enquanto em 2003 os gastos de todos os Ministérios das Áreas Sociais (Educação, Saúde, Cultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Assistência e Promoção Social, Segurança Alimentar e Combate a Fome, FUNAI e Segurança Pública) somaram apenas R$ 48 bilhões[22], no mesmo período os gastos do país com juros nominais da dívida do setor público alcançaram R$ 145 bilhões. Como pode ser verificado no gráfico, apesar dos constantes recordes de arrecadação, os gastos nas áreas sociais não têm acompanhado nem de longe estes aumentos[23]. (Veja gráfico 2)

De 1996 a 2002 verificou-se queda de 71,4% dos recursos destinados à Ciência e Tecnologia.

O FBO (Fórum Brasil do Orçamento) denuncia: "*O aumento da arrecadação se deu, principalmente, através da criação ou aumento de tributos incidentes sobre o consumo, ou seja, aqueles embutidos no preço dos produtos, que oneram mais os pobres do que os ricos. A população de baixa renda, por gastar todo o seu salário em consumo, paga, proporcionalmente, mais tributos do que os ricos, que podem poupar parte de sua renda, escapando, assim, da tributação. Já os tributos incidentes sobre a renda e o patrimônio continuam respondendo pela menor parte do bolo arrecadado...*"[24].

Ao analisarmos os dados contidos no gráfico podemos concluir que:

1. Não faltam verbas (vide recordes de arrecadação)

2. Que as despesas com juros vêm drenando os recursos que deveriam ser destinados às áreas sociais

Nos últimos cinco anos, por exemplo, para garantir o superávit primário, foram empreendidos cortes de R$ 231,5 bilhões das verbas sociais, ao mesmo tempo em que os gastos do Governo com pagamentos de juros da dívida chegaram a R$ 510,4 bilhões. Esta política de pagamento de juros tem sido implementada em muitos países dominados, como o Brasil. Em duas décadas, a América Latina, por exemplo, transferiu aos centros de poder econômico das nações desenvolvidas 2,5 trilhões de dólares na forma de pagamentos da dívida externa, por fugas de capital e pelo diferencial de preço a que são vendidas as matérias primas[25]. Segundo Eric Toussaint, entre 1996-2002, as transferências de capital da região alcançaram 310 bilhões de dólares somente pelos depósitos líquidos realizados pelos grupos de poder locais nos sistemas financeiros dos países centrais; no mesmo período, os empréstimos foram de 267 bilhões de dólares[26]. O neoliberalismo, para garantir as taxas de lucro do capital, aprofundou e consolidou a ampliação dos gastos financeiros em detrimento dos recursos destinados às áreas sociais. Vejamos no quadro o que poderia ser feito

Reforma Universitária

com o montante pago de juros da dívida brasileira[27]. (Veja tabela 3)

Apesar de todo o discurso de "inclusão", de "prioridade para os mais pobres", de "democratização", de "tirar dos ricos para dar aos pobres", a realidade mostra que o Governo, *de fato*, está intensificando a exploração e retirando direitos dos trabalhadores, **destinando recursos que deveriam estar sendo investidos nas áreas sociais para garantir os lucros do capital, subordinando ainda mais nosso país ao imperialismo**. A Reforma da Educação Superior está inserida nesta perspectiva. **O desmonte da Universidade Pública não está beneficiando os pobres, mas sim ao capital financeiro** e os setores da burguesia de serviços (Universidades Privadas).

O Governo reclama que gasta demais com a Educação Pública Superior, no entanto, segundo dados apresentados pelo próprio documento do GTI (vide tabela a seguir), para dobrar o número de alunos nas Universidades Públicas, o Governo precisaria utilizar menos de 1% do montante destinado ao pagamento de juros da dívida pública (R$182 bilhões) previsto para 2004[28]. Ou então, o equivalente a 3,5 dias de pagamento de juros. Com isso, poderíamos ampliar o percentual de jovens com acesso à Universidade (hoje são apenas 9% da população com idade entre 18 e 24 anos, **a pior situação da América Latina**[29]) e atingir a amplas parcelas da população, com crescimento contínuo e significativo de vagas, abertura e expansão de cursos noturnos e assistência estudantil. Assim, passar a incorporar os estudantes que atualmente se vêem obrigados a sacrificar seus gastos familiares com Universidade Privada e criar as condições para garantir que o acesso ao Ensino Superior Público possa de fato ser assegurado a todos que obtenham aprovação em exame específico (e não apenas aos classificados às reduzidas vagas, como ocorre atualmente no Vestibular. (tabela 4)

Segundo documento de Selma Schons [30], "*para ampliar de 29% atuais de matrículas públicas para, pelo menos, 60% em cursos superiores gratuitos, oferecidos pelas Universidades Federais e Estaduais* (...) *teríamos um acréscimo de aproximadamente 3.000.000 de matrículas na Educação Superior Pública, em 10 anos. O custo mínimo para tal expansão, a R$ 4.000,00 por aluno-ano, seria de R$ 12 bilhões*". Vale a pena lembrar à parlamentar que ***este valor é menos de 10% dos pagamentos em juros.***

Desmistificando o gasto do governo federal com o ensino superior

O documento do Ministério da Fazenda ("*Gasto Social do Governo Central*") afirma que o gasto do Governo Central com a questão social é demasiado grande e qualitativamente mal empregado, pois segundo seus idealizadores, beneficia os brasileiros mais ricos. No que tange à Educação e Cultura em 2002 o Governo gastou R$ 11,2 bilhões, o equivalente a 0,8% do PIB. Sobre esta quantia, diz o Ministério da Fazenda[31]:

"*70% dos recursos em educação do Governo Central são aplicados no Ensino Superior*". "*Cerca de 46% dos recursos do Governo Central para o Ensino Superior beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população. Ao mesmo tempo, a expansão dos empréstimos a estudantes de baixa renda, com taxas subsidiadas permitiria ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao Ensino Superior, com custos mais reduzidos para o setor público, através do FIES (Programa de Financiamento do Ensino Superior)*".

A realidade mostra que o Governo Federal é o que menos investe em Educação e Cultura. Do total investido em Educação em todo país, os Estados e Municípios ficam responsáveis por cerca de 80%, enquanto o Governo Federal com apenas 20% (dados de 2000)[32]. Ainda, segundo o Art. 211 §1, 2 e 3 da Constituição Federal de 1988, o Governo Federal "*financiará as instituições de ensino públicas federais*", os Municípios "*atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil*" e os Estados "*atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio*", respectivamente. É, portanto, atribuição do Governo Federal investir na Educação Superior Pública. Dos investimentos do Governo Federal em Educação, 70% (equivalente a 14% do total investido no país) é investido no Ensino Superior, sendo que desta parcela 46% (equivalente a 6,44% do total), refere-se ao benefício dos ditos "10% mais ricos da população" (famílias com média de 4 pessoas com renda acima de R$ 2500,00 por mês...). Como mostrado no gráfico 4:

Como se não bastasse considerar as famílias que ganham R$2500,00 como "ricas", o que é uma distorção da realidade da distribuição de renda do Brasil[33], o Governo ignora dados das pesquisas, quando convém. Levantamentos do Inep e do IBGE permitem verificar que é nas Universidades Públicas que os percentuais de estudantes com renda menor são mais expressivos. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) do IBGE de 2002, 38% dos estudantes das Universidades Públicas brasileiras vêm de famílias com renda *per capita* inferior a dois salários mínimos, enquanto nas Privadas esta faixa de renda abrange apenas 24%. A situação se inverte na faixa de renda acima de 10 salários mínimos: nas Instituições Privadas se encontram 9,5% dos estudantes e nas Públicas apenas 5,4%[34]. Na faixa abaixo de um salário mínimo, a incidência na Universidade Pública é mais que duas vezes maior do que nas Instituições Privadas. Estes dados corroboram os dados sócio-econômicos levantados nos Vestibulares das IFES, como UFRGS e UFRJ, por exemplo. Segundo a Professora Wrana Panizzi, presidente da Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, entre os estudantes mais pobres, 11,4% estão nas Universidades Públicas e 5,5%, em Instituições Privadas[35]. Ainda segundo Wrana: "*Sabemos que as parcelas mais pobres da população brasileira não têm acesso à Universidade como não têm acesso a tantos outros bens e serviços. Daí a se concluir que somente os ricos freqüentam as Universidades Públicas vai uma grande distância*." E acrescenta: "*A visão de que a Educação Superior é uma espécie de privilégio que só pode ser desfrutado por alguns parece servir à elite conservadora*"[36]. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE de 2002/2003[37], os menores gastos com educação se encontram entre as famílias de mais baixa renda, para as quais a gratuidade do ensino garantida pelo Estado é fundamental. Além disso, as Universidades Públicas atendem de diversas formas às populações de mais baixa renda: Hospitais Universitários, que dão assistência médico-odontológica, programas de extensão para aperfeiçoamento de docentes de Primeiro e Segundo Graus, Colégios de Aplicação, pesquisas que favorecem à população mais pobre, laboratórios e instalações abertas à comunidade. A UFMA, por exemplo, tem orçamento de R$ 135 milhões e nove mil estudantes, quatro doutorados, seis mestrados, um hospital universitário que atende a toda a população carente do Estado[38]. Estes programas e ações, que foram conquistados ao longo de anos de luta e que deveriam ser ampliados, são os mais prejudicados com os cortes de verbas, sob a alegação de que as Universidades Públicas favorecem aos mais ricos...

Tabela 4

Proposta do GTI	Custo total
Contratação de 25.785 professores (trocar os 8.886 substitutos por professores mestres, assistente I, com dedicação exclusiva e Auxiliares por 40 horas = R$ 193 milhões anuais. Se os demais 16.899 fossem contratados pela média dos salários dos professores Adjunto e Assistente com dedicação exclusiva = R$ 640 milhões anuais)	Total para contratação de 25.785 professores = R$ 883 milhões, mas a substituição ofereceria uma redução de cerca de R$ 100 milhões. Total = R$ 733 milhões
Contratar aposentados e recém-doutores. Financiamento de bolsa de aproveitamento a 700 doutores = R$ 25,2 milhões	R$ 61,2 milhões
Incorporar 1.000 professores aposentados ao ano = R$ 36 milhões Manutenção por ano (previsão)	2004 = R$ 759 milhões 2005 = R$ 834 milhões 2006 = R$ 918.390 milhões 2007 = R$ 1.010.229 bilhão
Investimentos	Equipamentos = R$ 241 milhões Construção = R$ 100 milhões
Aumentar em 20% o número de bolsistas e elevar de 20% o valor das bolsas	Recursos adicionais = R$ 195 milhões Gastos anuais = R$ 295,8 milhões
CUSTO FINANCEIRO PARA ENFRENTAR A EMERGÊNCIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E DOBRAR O NUMERO DE ALUNOS	Aproximadamente 2004= R$ 982 milhões 2007= R$ 1.797 bilhão

Sucateamento da universidade pública e expansão do ensino superior privado: neoliberalismo promove elitismo, exclusão, e rebaixa a qualidade do ensino

Também é importante ressaltar que a política que tem provocado a deterioração das condições do Ensino Público, cortando verbas, restringindo o acesso e impedindo a permanência de muitos estudantes na Universidade, é a mesma que incentiva a expansão do Ensino Superior Privado, levando ao sacrifício boa parte das famílias que são constrangidas ao pagamento de altas mensalidades[39]. O Governo desmonta o Ensino Superior Público, impedindo-o de absorver a demanda de estudantes provenientes do Ensino Médio, mascara os verdadeiros motivos que geram o desemprego e coloca a questão da qualificação da mão-de-obra como principal motivo, e assim, estimula a procura por cursos superiores nas Instituições Privadas.

Nos últimos 15 anos verificou-se o crescimento vertiginoso das Universidades Privadas e fechamento de Universidades Públicas, chegando a haver 88,1% das instituições e 70% das matrículas no sistema privado. Atualmente, temos 3.482.069 estudantes na graduação: 2.428 mil no setor privado e 1.053 mil no setor público. Em rela-

Reforma Universitária

ção a 1994, embora o número de alunos no setor público tenha quase dobrado (mesmo com os sucessivos cortes de verbas), no setor privado este número triplicou[40]. **Desde 1991, a cada ano tivemos mais de duas Universidades Públicas fechadas.** Isso significa que em 11 anos (1991-2002) 27 Universidades Federais e Estaduais foram fechadas. **No mesmo período, a cada ano 70 instituições privadas foram abertas** (em 1991 eram 671; em 2002, 1.442) [41] . De 1995 a 2001, o número de Instituições Privadas cresceu 42%[42]. (Veja tabela 5)

Imaginemos uma inversão de prioridades: se os R$ 2 bilhões referentes à anistia do crédito educativo e à renúncia fiscal e filantrópica das Universidades Privadas[43] (muitas com ensino precarizado e em situação totalmente ilegal, como diz o próprio Ministro Tarso Genro) [44] fossem utilizados para abrir vagas nas Públicas, poderiam ser abertas 200 mil novas vagas (usando o "custo" de um estudante calculado pelo Tribunal de Contas da União em R$ 9.500[45]). Ou seja, com esta verba, 70% da meta do Governo de abrir 300 mil vagas no Ensino Superior até 2007 poderia ser cumprida[46]. O FIES (Programa de Financiamento do Ensino Superior), cujas verbas foram aumentadas em 23% pelo Governo Lula para 2003, passando de R$ 673,8 milhões para R$ 829,2 milhões (este programa já consumiu mais de R$ 2 bilhões desde sua criação no segundo semestre de 1999[40]), recebeu mais do que as verbas destinadas para manutenção das **54 IFES** em 2003 (R$ 551 milhões). E, segundo o próprio Governo, o FIES não atinge as parcelas mais pobres da população, uma vez que apenas 4% dos beneficiados do programa têm renda familiar abaixo de três salários mínimos (mas estes compõem o maior contingente de inscritos - 50% do total), pois afinal o programa "*...não deixará de ser um financiamento bancário, com todas as exigências de fiadores, garantias e comprovações de renda*"[47]. Está claro que nem todos terão acesso ao FIES...

O que o governo propõe? O programa *universidade para todos* (Prouni)

Para "democratizar" o acesso ao Ensino Superior, o Governo atual não pretende ampliar as vagas nas Universidades Públicas, mas subsidiar aos donos das Universidades Privadas 100 mil vagas em um ano, sob o argumento de que não há capacidade no setor Público! [48] Simultaneamente, o Governo afirma estar "*empenhado na valorização do Ensino Público, no fortalecimento das Universidades Federais...*". Assim, considera-se "*inserido nesse esforço de mudança de rumos...*". E apresenta como justificativa para o subsídio das vagas nas Universidades Privadas que "*na Universidade Pública a ociosidade é mínima*"[49]. De fato, o que significa a "democratização" através do subsídio de vagas no Ensino Superior Privado, proposta pelo Governo (com o bonito nome de "*Universidade para Todos*")? O Governo sufoca e desmonta a Universidade Pública e depois alega que não é possível expandir o número de vagas. Efetiva-se, deste modo, mais uma forma de transferência de recursos do setor público para o privado, deixando-se de investir nas Instituições Públicas para se investir nas Universidades Privadas. E mais, com a alegação de fornecer maior autonomia às Universidades Públicas (outra meta da proposta de Reforma Universitária), o Governo procura se eximir da responsabilidade de financiá-las e as impele a buscar seus próprios recursos.

Gráfico 4

Reforma da educação superior e desenvolvimento da nação

No último documento do MEC sobre a Reforma da Educação Superior[50], o Governo afirma que a missão das IES deve ser voltada ao desenvolvimento da nação, esta seria a questão norteadora da reforma proposta:

"Esta ampla missão da IES está articulada com o projeto de uma nação livre e soberana, (...). Mais do que nunca , portanto, torna-se necessário reafirmar os vínculos da Educação Superior com o destino da nação e de seu povo".

Que tipo de desenvolvimento o Governo proclama?

O Governo Lula registrou o maior gasto com juros desde a implementação do Real, em 1994. Em 2003, as despesas com juros somaram 145,2 bilhões [51] e este ano (2004) a previsão é que pagaremos R$ 182 bilhões [52]. Reinaldo Gonçalves, professor de economia da UFRJ, em recente estudo sobre a relação entre os juros e os salários no Brasil no período de 1983 a 2003, aponta o Governo Lula como o responsável pela maior transferência de renda dos trabalhadores para os rentistas (diga-se agiotas) desde o Governo Figueiredo[53].

O que verificamos ao longo de nosso estudo é que o Governo atual, além de não ter rompido com a política anterior, aprofundada. Para os países dominados e para seus povos, isso significa maior subordinação e maior exploração. O Governo tem colocado todos os seus esforços para garantir o pagamento dos juros da dívida pública e garantir os ganhos exorbitantes do capital. A reestruturação do Estado está vinculada a esta política, e as reformas em curso fazem parte desta perspectiva.

Ao mesmo tempo em que legitima o desmonte da Universidade Pública, o Governo coloca a "*Reforma da Educação Superior como central e estratégica para o desenvolvimento da nação*". Disto, e de todas as conseqüências da atual política econômica e social, só podemos concluir que *desenvolver*, para este Governo assim como para os anteriores, significa inserir o país de forma cada vez mais subordinada na economia mundial, zelando pelos grandes capitais, às custas da miséria, da exploração e da opressão da maioria do povo.

É imprescindível, portanto, desmistificar as afirmações apresentadas pelo Governo e as eternas alegações de falta de verbas, quando **de fato o dinheiro existe mas está sendo desviado para outros fins e servindo a outros interesses**. Para resistirmos às propostas apresentadas, é necessário conhecer e entender os seus fundamentos, para termos subsídios ao criticá-las. Com os dados que apresentamos aqui, demonstramos que existem alternativas; se desejarmos que elas sejam implementadas, é fundamental a mobilização dos estudantes, docentes e técnicos-administrativos, reivindicando a melhoria das condições de trabalho e estudo, assim como a mobilização do povo. Só assim, por intermédio da organização e ampliação da luta, a partir das necessidades concretas, podemos amadurecer o debate sobre a Universidade que queremos, que sirva à maioria da população e esteja vinculada a um projeto de país soberano.

Nossa proposta é simples: ampliação de vagas e verbas nas Universidades Públicas!!! Assistência estudantil, bolsas e cursos noturnos para evitar evasão e garantir que os alunos permaneçam na Universidade. A melhor forma de garantir a inclusão no Ensino Superior é aumentar de imediato vagas nas Públicas, ofertando cursos noturnos (segundo o INEP/MEC, 300mil vagas em cursos noturnos poderiam ser criadas com a atual estrutura e abrindo concursos para docentes[54]), assistência, bolsas, auxílio-trabalho e melhorando o Ensino Médio (o que não recebeu NENHUM centavo em 2003). **Se 3% do valor de juros destinado à agiotagem[55] (equivalente apenas a cerca de 10 dias de pagamento) fosse direcionado à Educação Superior, poderia ser dobrado o número de alunos nas Universidades Públicas.** Aliado à ampliação de vagas, é importante continuar e intensificar a luta pela melhoria das condições de trabalho em cada Universidade, de forma a reverter o descaso com que o Ensino Público tem sido tratado.

Entendemos que resistir à proposta do Governo é avançar na conquista dos direitos para a maioria dos estudantes (que já estão nas Universidades e dos que desejam entrar); é organizar a luta e ampliá-la, a partir das manifestações concretas da política do Governo; e, neste processo, avançar no debate, aprofundando a luta pela conquista da Universidade que queremos, da Universidade que sirva à maioria do povo. E, no nosso entendimento, esta Universidade está vinculada a um projeto popular para o Brasil.

Tabela 5

Ano	1985		2001	
Tipo de instituição	Pública	Privada	Pública	Privada
Número de instituições	233	626	183	1208
Número de docentes	64 mil	49 mil	90 mil	129 mil
Número de estudantes	556 mil	810 mil	939 mil	2,09 milhões

[1] "*Sinopses Estatísticas da Educação Superior*", Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, INEP/MEC, 2002.

[2] "*Reforma Universitária: projeto do governo*", Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) - MEC, MCT, Fazenda, Planejamento e Casa Civil , criado por Decreto de 20/10/03.

[3] "*Autonomia universitária é passo adiante, diz Belluzzo*", Universiabrasil.net, 09/03/04.

[4] "***Redução de repasse abre crise** em federais*", Folha de São Paulo, 14/11/03.

[5] "*Situação das federais se agrava com novo orçamento*", Universiabrasil.net, 10/01/03.

[6] Segundo documentos "*Reforma*

Reforma Universitária

Universitária: projeto do governo", Grupo de Trabalho Interministerial - MEC, MCT, Fazenda, Planejamento e Casa Civil da gestão de Cristovam Buarque de janeiro de 2004 e "*Princípios e diretrizes gerais da Reforma da Educação Superior*", apontados por Tarso Genro em junho de 2004.

[7] Paulo César Marques, presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília – ADUnB. "*Professor denuncia falta de verba e privatização*", Universiabrasil.net, 28/11/03.

[8] Jornal do Plebiscito do Provão, Fórum de Executivas, 2002.

[9] Este valor foi obtido pela soma das perdas anuais, todas calculadas em relação ao ano de 1995.

[10] Segundo a Constituição, 18% dos impostos federais deveriam ser investidos na Educação. No entanto, com a criação da DRU, em 1994, obteve-se mais um mecanismo de desvio de recursos para gerar superávit primário. Hoje, o MEC recebe somente 9,8% ao invés dos 18% que deveria receber. "*Ensino recebe menos do que prevê constituição*", Universiabrasil.net, 11/06/04.

[11] Documento enviado ao FMI pelo Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, Brasília, 21/11/03.

[12] De Meis e colaboradores, *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 2003.

[13] "*Reforma Universitária*", Osvaldo Coggiola, 2004.

[14] "*Andifes não pode se tornar uma agência regulatória*", entrevista com Prof. Aloísio Teixeira (Reitor da UFRJ), Jornal da Adufrj, 03/08/04.

[15] "*Prédios da UFRJ podem desabar*", Folha Online, 14/11/03; "*Falta de manutenção e de verbas ameaça UFRJ*", Folha Dirigida, 10/12/03.

[16] "*Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002*", Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda, Brasília, novembro de 2003.

[17] "*Carga Tributária Brasileira – Primeiro Semestre de 2004*", Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário; "*Carga tributária sobe em 2003 e atinge 35,68% do PIB*", Folha Online, 09/06/04; "*Arrecadação bate novo recorde após crescimento de 40,8% na receita da Cofins*", Folha Online, 21/06/04; "*Arrecadação de impostos bate recorde no primeiro semestre*", Folha Online, 20/07/04.

[18] "*Governo só investe 4,46% do orçamento*", Folha de São Paulo, 05/06/04; "*Superávit primário supera meta do FMI em R$ 13,6 bilhões*", Folha Online, 30/07/04; "*Governo promove aperto fiscal recorde*", Folha Online, 31/07/04.

Em agosto, o Governo aumentou novamente a meta de superávit primário para 4,5% do PIB. Nos primeiros 8 meses de 2004, o superávit atingiu o valor de R$ 63,7 bilhões. **Somente no mês de agosto o superávit atingiu R$ 10,9 bilhões, equivalentes à verba de 2 anos para manutenção das IFES.** "*Setor público acumula superávit primário de 5,8% do PIB até agosto*", Folha Online, 24/09/04.

[19] "*Primeiro ano do Governo Lula: reprise ou ensaio geral?*", Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, fevereiro de 2004; ; "*Lula fez menos investimentos e pagou mais dívida que FHC, Petista investiu R$ 1,8 bi, enquanto o tucano, R$ 11,6 bi*", Folha de São Paulo, 01/03/04; "*Eles não sabem dizer coisa certa*", César Benjamin, março de 2004.

[20] "*Arrocho derruba investimento público. Total de gastos recuou de R$ 14,6 bilhões em 2001 para R$ 6,5 bilhões em 2003*", Folha de São Paulo, 19/08/04.

[21] "*Aprofunda-se a dominação imperialista no Brasil. Há crescimento econômico? Em que setores? É sustentável? Que classes ou frações de classes ganham com o 'crescimento'?*, Boletim do CeCAC, Ago-Set 2004.

[22] "*Primeiro ano do Governo Lula: reprise ou ensaio geral?*", Orçamento, Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc, fevereiro de 2004.

[23] Arrecadação da Receita Federal - Dados de 1995-2002: "*Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde*", Organização Pan-Americana da Saúde/ Opas/OMS, Brasília, 2003; "*Arrecadação da Receita Administrada pela SRF*" - Período 1985 a 2002. Dados de 2003: "*Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Dezembro de 2003*", Receita Federal, Coordenação-Geral de Política Tributária, Brasília, janeiro de 2004. Despesas Federais com Educação e Saúde - Dados de 1995-2000: "*Evolução dos Gastos Sociais Federais no Período 1992/ 2000*", CONORF – Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Nota técnica nº. 52 / 2001, 18/09/01. Dados de 2001 e 2002: "*Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002*", Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda, Brasília, novembro de 2003. Dados de 2003: "*Primeiro ano do Governo Lula: reprise ou ensaio geral?*", Orçamento, Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, fevereiro de 2004. Dados de Pagamento de Juros 1998-2003: "*Resultado Primário, Juros Nominais e Resultado Nominal de 1998 a 2003 - Governo Central, Estatais Federais e Governos Regionais*", Ministério do Planejamento; "*Desigualdade de Renda e Gastos Sócias no Brasil: Algumas Evidências para o Debate*", Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, novembro de 2003; "*Superávit primário é maior que o acertado com o FMI*", Agência Estado, 30/01/04.

[24] "*Superávit Primário*", Cadernos para Discussão, Fórum Brasil do Orçamento (FBO), agosto de 2004.

[25] "*Reforma Universitária do Governo Lula: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais*", Roberto Leher, 2004.

[26] Seminário Internacional sobre Imperialismo, Mundialização e Desenvolvimento, organizado pelo Centro de Investigações Interdisciplinárias e pelo Instituto de Investigações Econômicas da UNAN, 23 a 28/11/03.

[27] Este quadro foi computado anualizando-se o montante de juros da dívida previstos para pagamento em 2004 (R$ 182 bilhões) e dividindo-se pelos períodos apresentados (horas, dias e meses). Esta forma de equivalência é uma abstração, pois várias são as formas de repasse desse montante, mas serve como boa base de comparação do absurdo valor que hoje é retirado do país para pagamento de juros em detrimento aos investimentos que poderiam servir à população e à melhoria da infra-estrutura do país. Jornal da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ, abril de 2004.

[28] "*Orçamento de 2004 será mais apertado que o de 2003*", Boletim Agência Carta Maior, 31/12/03.

[29] Paulo Speller (Reitor da UFMT). Pronunciamento na 60a Reunião Extraordinária do Conselho Pleno da ANDIFES, 03 e 04/05/04, Gramado, RS.

[30] PEC - 217/2003, autoria de Selma Schons (PT/PR), 11/12/03; "*Proposta prevê contribuição de ex-alunos de universidades públicas*", Universiabrasil.net, 17/12/03.

[31] "*Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002*", Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda, Brasília, novembro de 2003.

[32] "*Desigualdade de Renda e Gastos Sócias no Brasil: Algumas Evidências para o Debate*", Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, novembro de 2003.

[33] Dados dos Censos de 1980 e 2000 e da Pnad apresentados no livro "*Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil*", coordenado por Marcio Pochmann, Cortez Editora. "*Ricos crescem e concentram mais renda*", Folha de São Paulo, 02/04/04.

[34] "*Universidade pública - o mito do elitismo*", Carlos Henrique de Brito Cruz (Reitor da Unicamp), O Estado de São Paulo, 18/01/04.

[35] "*Universidade consome recurso da educação*", O Globo, 24/11/03.

[36] "*Andifes classifica como 'mito' a afirmação de que os brasileiros mais ricos monopolizam o acesso à universidade pública*", Agência Estado, 25/11/04.

[37] "*Novo Perfil dos Orçamentos Familiares*", Laura Tavares; "*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*", IBGE, 2004.

[38] "*Reforma Universitária*", Osvaldo Coggiola, 2004.

[39] Conforme a Revista Exame, de abril de 2002, o Ensino Privado movimenta cerca de R$ 90 bilhões de reais por ano.

[40] "*Reforma Universitária*", Oswaldo Coggiola, 2004.

[41] "*Em 11 anos, 27 Universidades a menos*", O Globo, 14/12/03.

[42] De Meis e colaboradores, *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 2003.

[43] "*Filantrópica ganha R$ 839,7 mi de incentivo. Valor, que deixa de ser arrecadado e era mantido em sigilo pelo governo, duplicaria matrículas nas universidades federais*", Folha de São Paulo, 12/04/04; "*Reforma Universitária*", Oswaldo Coggiola, 2004.

[44] Sabe-se que 83,3% das Universidades Privadas não cumprem as exigências da LDB, em relação à titulação e regime de trabalho do corpo docente e em relação à pesquisa.

[45] A UnB questiona os cálculos do TCU: o custo anual de um aluno na instituição, em média, foi de R$ 5.737 em 2003 (40% menor que o valor do TCU), incluídos os estudantes de graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado) e residência. "*UnB discorda do TCU sobre custo de aluno na universidade*", Folha Online, 01/04/04.

[46] Meta proposta no documento "*Reforma Universitária: projeto do governo*", Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

[47] "Universidade XXI", Ano I, Número 2, Brasília, novembro de 2003.

[48] Projeto "*Universidade para Todos*", Ministério da Educação, Ministro Tarso Genro, 2004.

[49] "*Na Universidade Pública a ociosidade é mínima*", Tarso Genro, Folha de São Paulo, 18/02/04.

[50] "*Reforma da Educação Superior - reafirmando princípios e consolidando diretrizes da Reforma do Ensino Superior*" - Documento II, MEC, Brasília, 02/08/2004.

[51] "*Despesas com juros*", O Globo, Economia, 31/01/04; "*Superávit primário é maior que o acertado com o FMI*", Agência Estado, 30/01/04.

[52] "*Orçamento de 2004 será mais apertado que o de 2003*", Boletim Agência Carta Maior, 31/12/03.

[53] Entrevista publicada no Correio da Cidadania, 20/05/04.

[54] "*Universidade pública tem estrutura para 300 mil novas vagas*", Folha Online, 05/04/04.

[55] Segundo o Dicionário Aurélio, agiotagem é: 1. Especulação sobre fundos, câmbios ou mercadorias, com o fim de obter lucros exagerados; usura. 2. Lucro resultante dessa especulação. 3. Empréstimo de dinheiro a juros exorbitantes.

Grupo de trabalho do CeCAC (Centro Cultural Antônio Carlos Carvalho - cecac@terra.com.br) sobre Reforma Universitária (integrado por estudantes da UFRJ) e APG-UFRJ (Associação de Pós-Graduandos da UFRJ - apg@if.ufrj.br)

Opinião

Por uma universidade verdadeiramente pública (e não apenas estatal!)

Problemas:

· A chamada "excelência" do ensino público superior absorve um volume enorme de recursos que não se destinam a toda a sociedade, mas à reprodução de uma pequena elite. Com despesas públicas no ensino superior maiores que as dos países desenvolvidos, o Brasil só consegue colocar um ínfimo percentual de sua população entre 18 e 24 anos em universidades públicas.

· Há um verdadeiro muro que separa os ensinos públicos, fundamental e médio, do ensino público superior. Trata-se, na realidade, de um dos maiores entraves ao processo de construção democrática da sociedade brasileira. Essa separação não se limita a seu efeito (os alunos que entram no ensino público gratuito vêm em sua maioria do ensino particular pago), mas relaciona-se, sobretudo, ao fato das universidades não estarem mobilizadas para aprimorar a qualidade do ensino médio e fundamental. A aplicação de um critério de acesso ao ensino superior (o vestibular) que se pretende "republicano e democrático", funciona apenas como um mecanismo de confirmação (*a posteriori*) de uma desigualdade e, pois, de uma seleção social já dada (*a priori*).

· Este entrave acaba por estimular a proliferação das universidades privadas, como fruto do engessamento do Estado. Só as universidades particulares foram crescendo e absorvendo a demanda social para o conhecimento (e não mais apenas para a reprodução da origem social de algumas profissões), enquanto as "públicas" mantiveram-se fechadas. A crescente demanda social de acesso ao ensino superior foi satisfeita, apenas parcialmente, pelo desenvolvimento exponencial das universidades particulares.

· Os mecanismos fundamentais de mobilidade e integração social não atravessam as várias camadas da composição social, naturalizando, nas "profissões" brasileiras, a secular discriminação de cor.

· Assistimos assim à progressiva desvalorização e perda de legitimidade social da carreira docente, que pode chegar a ter conseqüências graves, como a amplificação de um setor privado que dispõe de um corpo docente submetido a regimes de trabalho constrangedores.

Propostas:

· Aumentar as vagas e instaurar reservas de vagas para negros e pobres. Pois simplesmente incrementar os recursos para o Ensino Superior Estatal, sem tocar em sua composição social, pode significar apenas aumentar a desigualdade, sem nenhuma certeza sobre uma maior eficiência e a produtividade.

· Aproveitar, com políticas adequadas, os enormes recursos atualmente destinados aos programas de pós-graduação (como bolsas de mestrado e doutorado) para acolher um maior número de alunos e proporcionar alguns dos cursos extras necessários para superar as eventuais deficiências de alunos egressos de sistemas de ensino insatisfatórios.

· Reorganizar o ciclo de graduação, introduzindo um ciclo curto de estudos superiores gerais para permitir, ao mesmo tempo, uma escolha mais madura das especializações por parte do alunos e uma maior capacidade para acolher um número crescente de alunos na universidade.

· Reformular radicalmente o vestibular, através da utilização do ENEM ou de uma prova de acesso voltada para grandes áreas (ou seja, para o ciclo de estudos superiores gerais), sendo a admissão no segundo ciclo avaliada segundo o desempenho dos alunos durante o ciclo de estudos gerais.

· Construir, assim, a legitimidade para uma radical reformulação da carreira, com critérios que aumentem o caráter público da produção universitária, através de uma avaliação criteriosa. Esta nova carreira deve permitir, por outro lado, a reconstituição dos salários, sobretudo através de uma radical reformulação do que atualmente constitui uma isonomia falsa e meramente corporativa.

· Redimensionar a autonomia universitária. Isso significa denunciar a desejada "soberania" de Instituições Públicas de Ensino Superior que não presta contas para quem paga estas contas. Essa autonomia "soberana" não é democrática, pois é a sociedade que pode introduzir a democracia pela implementação de mecanismos de avaliação que garantam, ao mesmo tempo, a liberdade acadêmica de ensino e pesquisa, e os objetivos estratégicos de democratização do acesso ao saber.

· Repensar a autonomia, também, do ponto de vista do fomento e da inserção social das Instituições de Ensino Público Superior. O financiamento dessas deve legitimar-se nos territórios, ou seja, nas sociedades onde atuam. As cidades devem "respirar" suas universidades e, mesmo que essas mantenham níveis estratégicos federais, devem ter uma crescente inserção municipal e regional.

Alexandre Nascimento, doutorando UFF e educador PVNC
Bruno Costa, Prof. do IM/UFRJ
Giuseppe Cocco, Prof da ESS/UFRJ
Ivana Bentes, Profa ECO/UFRJ
Lilia Arany, Profa OV/UFRJ
Silvia Lorenz Martins, Profa OV/UFRJ
Tatiana Roque, Profa IM/UFRJ

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Anote

Mais de 150 atividades já inscritas

Até o dia 20/10, mais de 670 organizações inscreveram-se para o V Fórum Social Mundial (FSM) e propuseram 152 atividades. Estavam equilibradas as atividades propostas por organizações brasileiras e as estrangeiras. A partir dessas inscrições – feitas em www.inscricoesfsm.org.br – , a organização do V FSM trabalha na articulação de atividades.

Essa é uma novidade nas inscrições do FSM: será feito um trabalho de tentar aglutinar os temas semelhantes. Esse novo método vai facilitar ao máximo que ocorram debates conjuntos – organizados por mais de uma entidade. O objetivo é aprofundar o papel do FSM como principal espaço mundial de diálogo entre as organizações que estão juntas na luta pela construção de um outro mundo possível.

Afirmando e defendendo os bens comuns da Terra e dos povos – Como alternativa à mercantilização e ao controle das transnacionais: 8 atividades inscritas.
Arte e criação: construindo as culturas de resistência dos povos: 9 atividades inscritas.
Comunicação: práticas contra-hegemônicas, direitos e alternativas: 4 atividades inscritas.
Defendendo as diversidades, pluralidade e identidades: 9 atividades inscritas.
Direitos humanos e dignidade para um mundo justo e igualitário: 30 atividades inscritas.
Economias soberanas por e para os povos – Contra o capitalismo neoliberal: 13 atividades inscritas.
Ética, cosmovisões e espiritualidades – Resistências e desafios para um novo mundo: 5 atividades inscritas.
Lutas sociais e alternativas democráticas – Contra a dominação neoliberal: 27 atividades inscritas.
Paz e desmilitarização – Luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida: 18 atividades inscritas.
Pensamento próprio, reapropiação e socialização do conhecimento (dos saberes) e das tecnologias: 13 atividades inscritas.
Rumo à construção de uma ordem democrática internacional e a integração dos povos: 16 atividades inscritas.

Se você quiser mais detalhes sobre atividades e organizações inscritas para o V FSM, pode acessar a consulta pública, disponível em www.inscricoesfsm.org.br.

Andes-SN

Andes-SN quer retomar mesas de negociação com o governo

No dia 5 de outubro, o ministério da Educação, através do ofício nº 185, convidou o Andes-SN para constituir um grupo de trabalho que discutiria o "aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, bem como do novo sistema de avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e da carreira dos professores, além da extinção da GED e da paridade entre ativos, aposentados, e instituidores de pensão, num prazo de até 180 dias após a publicação da medida provisória 208/2004" . A medida provisória que trata deste grupo de trabalho foi rejeitada pela maioria das seções sindicais do Andes-SN durante o processo da campanha salarial deste ano.

A diretoria do Andes-SN respondeu ao MEC dia 15 de outubro e informou que, em consonância com a posição das assembléias das seções sindicais, deveriam ser retomadas as negociações com o governo tendo como objetivo a extinção da GED, a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e o reestabelecimento da isonomia entre as remunerações das carreiras do magistério das IFES (1º e 2º graus e ensino superior). Os nomes dos professores Marina Barbosa (presidente), Paulo Rizzo (1º vice-presidente) e Márcio Antônio de Oliveira (secretário geral) foram apresentados como representantes do Sindicato para as mesas geral e setorial de negociação.

Na mesma correspondência, a diretoria do Sindicato Nacional lembrou que as medidas provisórias 208 e 198 – que estabeleceu o reajuste dos docentes de 1º e 2º graus , inclusive daqueles ligados às instituições federais de ensino superior – resultaram de tratamento diferenciado dado pelo governo em relação às duas carreiras. O Andes-SN cobrou, ainda, a sua participação como entidade representativa dos professores de 1º e 2º graus nas mesas de negociação.

Divulgado o Anexo do Caderno de Textos do Conad

Foi divulgado para as seções sindicais, na semana passada, o Anexo do Caderno de Textos do 49º Conselho Nacional do Andes-SN (Conad), que será realizado em Brasília (DF), de 5 a 7 de novembro.

O Caderno de Textos é o documento que guia os trabalhos dos representantes das seções sindicais de todo o país, durante o Conad. Seu conteúdo está disponível, na íntegra, na página eletrônica www.andes.org.br. As principais propostas dessa primeira parte do Caderno foram citadas na edição do Jornal da Adufrj de 11 de outubro.

Já o Anexo contém três novos textos de análise da conjuntura nacional e sua relação com o movimento docente. Foi acrescentado ainda o Plano de Lutas do Setor das instituições particulares de ensino superior, aprovado no último Congresso nacional da categoria, em março deste ano.

Existem apenas duas novas propostas de resoluções: pela diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Adufrgs-SSind), foram dispostos alguns princípios que deveriam nortear qualquer reforma da educação superior no Brasil; por uma comissão designada pela Encarregatura dos Assuntos de Aposentadoria também da Adufrgs-SSind, são encaminhadas algumas ações contra a medida provisória nº 208/04 – dispositivo que o governo utilizou para impor um reajuste salarial aos professores, sem acordo com o Sindicato Nacional.

Reuniões preparatórias

A Adufrj-SSind já promoveu duas reuniões preparatórias para o 49º Conad (dias 15 e 20 deste mês). Neste dia 26, o Conselho do Andes-SN será um dos itens de pauta da Assembléia Geral da seção sindical (veja chamada de capa).

UFRJ

Estudantes do Direito fazem manifestação no MEC

Os estudantes do curso de Direito não vão ficar parados enquanto o ministro da Educação analisa a solicitação da reitoria da UFRJ pela demissão do serviço público do diretor Armênio Albino da Cruz. De acordo com uma das diretoras executivas do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), Fernanda Laje, para chamar a atenção da sociedade para o problema, ficou definida, em reunião na semana passada, uma manifestação em frente ao escritório do MEC no Rio de Janeiro, no centro do Rio, nesta quinta-feira (28/10), em horário ainda incerto até o fechamento desta edição. No ato, além de cobrar um posicionamento do ministério a favor da demissão do diretor, os estudantes também vão protestar contra a reforma universitária em andamento do governo Lula.

Neste dia 26, os estudantes do Direito fazem novas reuniões preparatórias para a manifestação em frente ao prédio do MEC. Discutem também a possibilidade de se organizar uma viagem dos alunos para Brasília com o objetivo de conversar com o ministro em pessoa sobre a crise na Faculdade Nacional de Direito.

Recurso sem julgamento

Mais uma vez, não foi julgado, na semana passada, o recurso da UFRJ contra a decisão da justiça de reconduzir o professor Armênio ao cargo de diretor do curso.

Segunda comissão

Existe a expectativa por parte dos estudantes de que a segunda comissão de processo administrativo disciplinar constituída pelo reitor sobre os episódios do Direito possa concluir suas atividades no início de novembro – pela lei, a comissão tem até o fim do próximo mês para apresentar um relatório.

Resenha

Autonomia...

O decreto que regulamenta o programa "Universidade para todos", o ProUni, foi publicado no dia 18, no Diário Oficial da União. Uma novidade em relação à medida provisória editada pelo governo no dia 10/9 é a autorização para que instituições que não gozam de autonomia, mas que aderirem ao programa, possam ampliar o número de vagas em seus cursos (Folha Dirigida, 18/10). As instituições com e sem fins lucrativos não filantrópicas podem aderir ao Prouni até este dia 29. Já a adesão das instituições filantrópicas vai até 5/11. O cadastro dos alunos interessados nas vagas começa no final de novembro (Folha Online, 19/10).

...e isenção

Detalhe: a isenção fiscal do programa privatizante começa antes mesmo de qualquer matrícula de aluno "beneficiado". Pela regulamentação divulgada no dia 18, as instituições que participarem do Prouni deixarão de pagar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e três contribuições (CSLL, PIS e Cofins) em troca da simples oferta de bolsas integrais ou parciais. O secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, classificou a proposta como um "petisco de largada" (O Globo, 19/10).

Cursos de Direito em excesso

"Não tem sentido abrir mais faculdades de Direito em São Paulo", diz o responsável pela Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), Nelson Maculan.

Segundo o último Censo da Educação Superior, em dez anos, a quantidade de cursos de Direito passou de 220 para 704. "Nos últimos três anos demos parecer favorável a 19 faculdades e o MEC autorizou 222", comenta o presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D'Urso (O Estado de S. Paulo, 17/10).

Fator previdenciário integral

A partir de novembro, o fator previdenciário utilizado para calcular o valor do benefício de quem se aposenta pelo regime do INSS vai ser aplicado de forma integral. Isso significa que ficará mais achatado o valor das aposentadorias por tempo de contribuição concedidas a trabalhadores mais jovens que já tenham cumprido o tempo mínimo para requerer o benefício. Exemplo: uma mulher de 55 anos e 30 de contribuição, aposentou-se em 1999 (início da tabela de transição do fator previdenciário), com R$ 1 mil. Outra mulher com as mesmas características que pedisse o benefício em novembro de 2004 só receberia R$ 831 (Extra-RJ, 17/10).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 160 • 3 de novembro de 2004

Assembléia Geral

9 novembro
terça-feira

Pauta
1 – Encaminhamentos 49º Conad;
2 – Paralisação 11/11 contra Reforma Universitária.

Plenária contra a reforma de São Paulo reúne cerca de 300 estudantes
Página 2

Consuni aprova calendário acadêmico de 2005
Página 3

Prazos curtos e divulgação precária prejudicam eleição da CPPD
Página 5

Assembléia analisa textos do 49º Conad
Página 6

GTPE do Andes-SN analisa a educação profissional e tecnológica
Página 11

Estela Guedes/Aduff-SSind

UMA DAS PALESTRAS DO ENCONTRO ABORDOU A RELAÇÃO ENTRE A AVALIAÇÃO E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Encontro convoca paralisação no dia 11

Em 11 de novembro, ocorre o "Dia Nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação", como parte do calendário aprovado na plenária nacional "Vamos barrar essa Reforma Universitária", reunida em Brasília, em 12/9. No Rio de Janeiro, haverá um ato no centro da cidade, com concentração às 15h, na frente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (veja chamada da página 2).

Nos dias 23 e 24, no *campus* Gragoatá da UFF, com a presença de mais de 400 pessoas, teve lugar o Encontro Estadual contra a Reforma Universitária. Nas páginas 8 e 9 desta edição, foi disponibilizada a Carta do evento.

Página 7

UFRJ

Bandidos armados assaltam Sintufrj

Na sexta-feira, dia 29, por volta das 8h20m, três homens armados invadiram o Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ e, depois de renderem funcionários, diretores, sindicalizados e estudantes, que foram trancados nos banheiros, arrombaram várias salas. A ação dos bandidos resultou em prejuízos econômicos à entidade e também para as pessoas mantidas como reféns, que ficaram sem seus pertences pessoais. Foi cerca de meia hora de terror e medo. Esta foi a primeira vez que o Sindicato ficou sob a mira de bandidos. Policiais da 37ª Delegacia Policial fizeram perícia no local e ouviram todos os envolvidos, na DP.

Segundo as testemunhas, os assaltantes chegaram por volta das 6h e ficaram do lado de fora do prédio do Sintufrj, aguardando a saída dos vigias noturnos. Não levantaram suspeitas porque é comum sindicalizados procurarem atendimento muito cedo na entidade. Renderam primeiro o funcionário da recepção, que foi obrigado a mostrar onde ficavam as salas e depois foi trancado no banheiro. Fizeram o mesmo com as outras pessoas que já se encontravam na entidade e com quem chegava na sede. Ao todo, cerca de 15 pessoas foram mantidas sob a mira das armas.

Além dos prejuízos financeiros, da humilhação e do medo impostos às pessoas, os bandidos deixaram um rastro de bagunça: portas arrombadas, gavetas e armários revirados, documentos e materiais de escritórios espalhados pelo chão. A diretoria do Sintufrj suspendeu o expediente da entidade, na sexta feira, dispensando todos os funcionários.

A diretoria da entidade reconheceu o trabalho ágil e prestativo da Vigilância universitária que, quando acionada, após a saída dos bandidos, chegou rápido ao local e deu assistência aos funcionários e diretores do Sindicato durante todo o dia.

Vamos Barrar essa Reforma!

Universidade Pública e Gratuita, Direito de Todos!

Dia nacional de paralisação nas universidades

ATO
11 de novembro

Concentração às 15h no IFCS

Organização:
Fórum Fluminense de Lutas / CONLUTE
Comissão de BOICOTE ao ENADE RJ / Secundaristas /
Comissão gestora DCE UFF / CONLUTAS

Reforma Universitária

Plenária de São Paulo contra Reforma reúne mais de 300 estudantes

No dia 24 de outubro, aconteceu a Plenária Estadual de Mobilização para Barrar Essa Reforma, na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com a participação de mais de 300 estudantes universitários e secundaristas, oriundos de várias regiões do estado de São Paulo e de diferentes instituições de ensino, públicas e privadas. Em menor número, docentes e funcionários de universidades também estavam ali, debatendo estratégias e táticas para barrar essa reforma.

A Plenária foi iniciada com uma mesa, coordenada pelo DCE da Unifesp e composta pelos professores Francisco de Oliveira (USP), João dos Reis da Silva Jr. (Ufscar), e Iole Lopes (Unimep e 2ª vice-presidente regional SP do Andes-SN). Os debatedores expuseram as origens e conseqüências desse projeto governamental para a Universidade Pública brasileira, para a juventude e para o futuro da nação. Além disso, foi mostrado, com exemplos bem elucidativos, o descompromisso do governo Lula da Silva com a necessária regulamentação e fiscalização das instituições privadas de ensino, inclusive no controle das mensalidades.

Após a exposição, mais de 30 pessoas fizeram perguntas aos debatedores e expuseram suas opiniões e críticas ao projeto de destruição da Universidade.

Após o almoço, os participantes discutiram estratégias e táticas para barrar as reformas neoliberais do governo, em intenso intercâmbio de propostas, ações e de experiências já realizadas, organizados em dez GTs. Após mais de três horas de discussão, as propostas de todos os grupos foram sistematizadas e apresentadas ao plenário na mesa de encerramento.

A mesa de encerramento foi coordenada pela Adunifesp e composta por representantes dos DCE da Unifesp e da USP, do movimento de secundaristas, da diretoria da UEE-SP (pela oposição), da Conlute e do Fórum das Seis. Nesse momento, as falas de todos foi no mesmo sentido: a unidade na luta e a ampliação da mobilização, especialmente estudantil, para conseguirmos enfrentar o governo e barrar essa reforma.

Entre as deliberações consensuais, merecem destaque: intensificar a mobilização para os dias 11 de novembro (Dia Nacional de Luta contra a Mercantilização da Educação e contra essa Reforma) e 25 de novembro (Marcha a Brasília para barrar essa reforma); construir uma Agenda Nacional de Lutas para depois de 25 de novembro; articular com outras entidades e movimentos sociais, para ampliar a luta contra todas as reformas neoliberais (universitária, sindical, trabalhista) e a favor da reforma agrária.

(Fonte: Adunicamp)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Consuni aprova calendário acadêmico de 2005

Aulas de graduação começam em 7 de março

Em sessão de 28/10, o Conselho Universitário aprovou o calendário das atividades acadêmicas de 2005, sem diferenças em relação ao que já havia sido proposto pelos colegiados acadêmicos.

De acordo com a resolução, para a maioria das unidades, o primeiro período de 2005 começa em 7 de março e vai até 9 de julho. O segundo período inicia em 1º de agosto e prossegue até 10 de dezembro. Existe ainda um terceiro período letivo, não obrigatório, chamado de "período especial", de 2 de janeiro de 2006 a 25 de fevereiro de 2006. Este último seria destinado ao oferecimento de disciplinas a alunos que foram reprovados ou não conseguiram inscrição em matérias dos períodos regulares.

Para os alunos dos cursos da Faculdade de Medicina, exceto os "calouros", o primeiro período começa mais cedo: em 14 de fevereiro de 2005. E vai até 15 de julho. Já o segundo período também termina mais tarde: vai de 25 de julho a 23 de dezembro. Os alunos do Colégio de Aplicação têm aulas de 14 de fevereiro a 15 de julho (primeiro período) e de 1º de agosto a 16 de dezembro.

Para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, embora tenha sido distribuído no Consuni um documento com apenas duas variações, existem três períodos: bimestral, em atendimento à Coppead; trimestral, para os cursos da Coppe; e semestral, para a maioria dos programas. De acordo com este último, o primeiro período começa em 1º de março e vai até 15 de julho. O segundo período tem início em 1º de agosto e prossegue até 16 de dezembro.

As épocas de execução dos atos de administração acadêmica serão fixadas a partir de proposta formulada pela Pró-Reitoria de Graduação e pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ouvidos, entre outros, os Centros, a Divisão de Registro de Estudante (DRE) e o Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), que deverão se manifestar até 15 dias após a aprovação deste calendário pelo Conselho Universitário.

O professor Átila Freire (representante dos Titulares do CT) cobrou da reitoria que os dias de aula entre os feriados previstos e os finais de semana sejam garantidos pela administração. Em 2005, três datas estão nessa condição: 22 de abril (sexta-feira após o feriado de Tiradentes), 27 de maio (sexta-feira após o "Corpus Christi") e 14 de novembro (segunda-feira antes da comemoração da Proclamação da República). Átila criticou a contagem dos sábados como dias de trabalho acadêmico, pois questiona o funcionamento das bibliotecas e salas de informática nesses dias, além da ausência da maioria dos docentes da UFRJ. Para ele, os sábados têm servido, isso sim, para a proliferação de cursos pagos dentro da universidade.

UFRJ em dívida com o INSS

A vice-reitora Sylvia Vargas informou que o reitor Aloisio Teixeira não estava presente, pois se encontrava em Brasília para uma reunião no Ministério da Previdência Social. Segundo ela, o reitor tentava negociar com o ministério uma dívida da UFRJ existente com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Aluno se retira da CPA

O representante discente Pedro Martins comunicou à reitoria o desligamento da Comissão Própria de Avaliação da UFRJ. Segundo ele, que também critica o novo sistema de avaliação do MEC, essa decisão foi respaldada por uma reunião do Conselho de Centros Acadêmicos, realizada na semana retrasada. De acordo com Pedro, o movimento estudantil vai solicitar da reitoria a não implementação deste sistema dentro da universidade, a exemplo do que foi feito pela USP e pela Unicamp (estas, pela legislação, não estão obrigadas a participar do polêmico Sinaes do MEC).

Eleições irregulares na ECO

Chegou ao conhecimento dos conselheiros um questionamento sobre o processo eleitoral para a chefia de dois departamentos da Escola de Comunicação. Pedro Martins, que é aluno da ECO, apresentou o problema no expediente do colegiado. A vice-reitora informou que o reitor estava ciente do assunto e já havia encaminhado o questionamento para a Câmara de Legislação e Normas do Consuni.

De acordo com mensagem eletrônica (à qual a reportagem da Adufrj-SSind teve acesso) que circulou na lista do Centro Acadêmico da ECO, os professores William Braga e Luiz Carlos Paternostro solicitam a reorganização do processo eleitoral para os departamentos de Expressão e Linguagem e o de Métodos e Áreas Conexas. Segundo eles defendem no *e-mail*, não houve urna eleitoral regular, comissão eleitoral, edital oficialmente divulgado, além de outras incompatibilidades do processo com o Estatuto da UFRJ.

Congregação do ICB apóia ações afirmativas

O pró-reitor José Roberto Meyer, que é docente do Instituto de Ciências Biomédicas, leu nota da Congregação daquela unidade de apoio às ações afirmativas, aprovada no dia 21 de outubro. Entre os principais pontos aprovados pela Congregação, está o aumento imediato em, pelo menos, 20% do número de vagas oferecidas no vestibular. O colegiado da unidade resolveu apoiar que este aumento seja destinado, exclusivamente, a alunos oriundos de escolas públicas estaduais, municipais e federais.

De acordo com matéria publicada na página eletrônica da UFRJ, "o professor Adalberto Vieyra, diretor do ICB, também lembrou que Congregação do ICB, em sua recente decisão, não considera uma condição prévia as melhorias de infra-estrutura e segurança para que estas ações de expansão de ensino na UFRJ sejam iniciadas. Entende que o início desta caminhada é que vai legitimar a luta pela melhoria das condições de trabalho e permanência na Universidade de todos os integrantes do seu corpo social."

Dia do Funcionário Público

O pró-reitor de Pessoal e Serviços Gerais, Luiz Afonso Mariz, aproveitou a sessão, realizada no Dia do Funcionário Público, para parabenizar todos os servidores. Informou que está programada uma confraternização para o dia 10 de dezembro, quando terminará o campeonato de futebol organizado pelo Sintufrj.

Estudo da APG

Representante dos pós-graduandos no Consuni, Fernanda Lima recomendou aos demais conselheiros a leitura do estudo sobre reforma universitária apresentado pela Associação de Pós-graduados (APG). O texto foi publicado no Jornal da Adufrj de 25 de outubro.

Agenda Sindical

4/11 - Seminário Rumos da Organização Sindical Brasileira
Brasília (DF), no Hotel San Marcos, antecedendo ao 49º Conad, a partir das 9h.

5 a 7/11 - 49º Conad
Brasília (DF) - Com o tema central "Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo".

10 e 11/11 - Seminário Internacional sobre o Endividamento Externo - Ilegitimidade da Dívida: Um caso de Auditoria
Brasília (DF)

11/11 - Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação

25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo

25/11 - Reunião do setor das IFES
Brasília (DF), na sede do Andes-SN.

26/11 - Plenária Nacional de SPF
Brasília (DF)

26/11 - X Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF)

26 e 27/11 – Encontro Nacional do Coletivo Jurídico do Andes-SN
Local não confirmado

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Colegiados

Discussão tensa à vista

CEG diverge de proposta encaminhada pelo CEPG para alocação de vagas docentes

Começou mal a discussão "conjunta" entre os colegiados acadêmicos CEG e CEPG sobre alocação de vagas docentes. Na sessão do Conselho de Ensino de Graduação de 27/10, os representantes criticaram duramente o encaminhamento de uma proposta do Conselho de Ensino para Graduados de como poderia ser organizada esta distribuição dos concursos para professores.

O primeiro motivo da divergência foi o fato de o documento não ter sido discutido previamente na comissão mista dos colegiados - os conselheiros do CEG entendem que, para a definição de uma resolução conjunta, mesmo as propostas encaminhadas a um fórum ou a outro devem ser minimamente debatidas entre alguns representantes de ambos.

Outro mal-estar foi causado pela "assinatura" do documento: ao final da proposta de resolução, constavam nomes de representantes dos dois conselhos (e, além destes, até de alguns ex-conselheiros das duas "casas" legislativas). Essa "assinatura conjunta", mesmo que equivocada, de um texto originário apenas do CEPG não agradou nada ao CEG. O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, tentou minimizar a situação, mas o estrago já estava feito.

Em relação ao conteúdo, certos conselheiros demonstraram insatisfação com a proposta de uma comissão permanente (que seria chamada de Copav) para fazer o trabalho de alocação de vagas.

Para o professor Ericksson Almendra (representante do CT), uma comissão permanente estará muito sujeita a pressões externas para fazer a distribuição dos concursos. De acordo com ele, essa eventual comissão – que, segundo a proposta do CEPG, teria três representantes de cada colegiado acadêmico e mais um da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) - seria mais poderosa que os próprios colegiados, diante da importância, custo e do tempo estimado de serviço de um professor (cerca de 30 anos) para a universidade. Ericksson defendeu ainda uma proposição em que a definição dos critérios de alocação deveria ser gerada em um fórum diferente do que ficaria encarregado pela alocação dos concursos.

Críticas também para o Consuni

A discussão no colegiado antecipou que haverá problemas quando CEG e CEPG se reunirem efetivamente, mas não foi só isso. Na confusão, sobraram críticas também para o Conselho Universitário que, no início deste ano, promoveu mudanças na última distribuição dos concursos elaborada nos colegiados acadêmicos. Ana Maria Ribeiro, representante dos técnico-administrativos, voltou a argumentar que a distribuição dos concursos docentes é uma atribuição dos colegiados acadêmicos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Ana afirmou que o Consuni deve participar da discussão dos critérios que podem nortear a alocação de vagas, mas deve se limitar a homologar o trabalho feito por CEG e CEPG. Miguel Jonathan (CCMN) concordou e foi além: "O Consuni não teria feito essa mudança (relativa aos concursos do ano passado), se uma política de distribuição de concursos já existisse", comentou. Jonathan afirmou ainda que não apenas os colegiados superiores deveriam participar do debate de critérios para eventuais alocações de vagas. "E temos de resolver isso antes que sejamos atropelados pelos prazos do MEC".

Moção do CEG sobre distribuição

Para marcar posição, os conselheiros decidiram aprovar uma moção em que defendem a discussão de diretrizes e critérios para a distribuição de vagas docentes nos colegiados superiores feita a partir do caderno produzido pela reitoria – "Algumas Diretrizes para Formulação da Política de Desenvolvimento do Quadro Docente da UFRJ", recentemente incluído na pauta das sessões do CEG e do CEPG. No mesmo texto, o CEG afirma a necessidade de uma comissão, composta por representantes dos colegiados acadêmicos, com a função de operacionalizar a alocação. O conselho de graduação, no entanto, diz claramente que somente as futuras discussões vão definir o caráter (temporário ou permanente) desta comissão.

Planilha com dados dos cursos

Para auxiliar a formulação de critérios de futura distribuição de vagas, a pró-reitoria de Graduação distribuiu entre os conselheiros um conjunto de planilhas com dados referentes às vagas abertas para o vestibular (1990-2003), inscrições regulares (1992-2003/2), pós-graduandos e teses defendidas (1996-2003) e número de professores efetivos e substitutos (1992-2003) de todas as unidades. O levantamento completo pode ser conferido, na íntegra, em www.adufrj.org.br/documentos.htm.

Protesto da Filosofia

Um protesto de alunos da Filosofia interrompeu temporariamente a sessão do CEG. Os estudantes cobram a inclusão da matéria no vestibular da universidade, que já teria sido aprovada no próprio colegiado em maio de 2003 e no Consuni, em abril deste ano. O pró-reitor José Roberto Meyer esclareceu que o assunto está sendo discutido em uma comissão do CEG, assessorada por professores do curso de Filosofia. Ele comentou ainda que já foram convidados um integrante da Secretaria Estadual de Educação e um representante do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio para ajudar nos trabalhos.

Cadernos didáticos

A professora Ana Canen (CFCH) propôs uma ação junto à editora da UFRJ para que voltassem a ser publicados cadernos didáticos produzidos pela própria universidade. Segundo ela, a iniciativa poderia favorecer a permanência nos cursos de alunos carentes, que teriam dificuldades para arcar com o alto custo dos livros. Vários conselheiros saudaram a proposta, que o pró-reitor demonstrou vontade de encampar.

Situação paralisada no Direito

Ana Maria Ribeiro comentou que esteve reunida com funcionários da Faculdade Nacional de Direito, no dia anterior ao colegiado. Segundo ela, mesmo sem o diretor, a unidade funciona normalmente. O problema é que, como a situação ainda não foi julgada pelo MEC (e não existe um vice-diretor), não tem quem assine documentos importantes como diplomas e revalidações. O pró-reitor comprometeu-se a analisar a situação e pediu auxílio à comissão de acompanhamento acadêmico daquele curso, formada no próprio CEG.

Suposta irregularidade na ECO

Ana Ribeiro também se manifestou sobre uma mensagem eletrônica recebida por ela na semana retrasada, com denúncia de suposta irregularidade na Escola de Comunicação. De acordo com o *e-mail*, funcionários técnico-administrativos seriam responsáveis por aulas naquela Unidade. A conselheira lembrou que o plano de carreira da categoria define que as atividades dos técnico-administrativos se limitam a dar apoio ao magistério. O pró-reitor solicitou que o assunto fosse encaminhado formalmente à reitoria e prometeu pedir esclarecimentos ao diretor da ECO.

Movimento

Unicaldas não paga professores há 120 dias e chama a polícia para impedir assembléia docente

Os docentes e técnicos administrativos da Faculdade de Caldas Novas, localizada na cidade de mesmo nome, em Goiás, não recebem seus vencimentos há quatro meses. O pagamento dos salários vem sendo feito com atraso desde setembro de 2003 e há 120 dias foi interrompido. Tal situação levou 18 professores a ingressarem com ações na Justiça do Trabalho da Comarca de Caldas. Além do não repasse dos salários, a instituição não assina carteira de trabalho, não paga 13º salário, férias, adicional noturno, INSS e não repassa para a Receita Federal o Imposto de Renda debitado na folha dos professores.

Na tentativa de defender seus direitos, os professores criaram em março o Sindicato dos Professores da Unicaldas, que é uma seção do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN). Para impedir qualquer articulação, a direção da Faculdade demitiu todos os diretores do Sindicato, que agora brigam na Justiça para serem reintegrados, e também proibiu qualquer atividade sindical no interior da Faculdade.

No dia 26/10, estava marcada uma assembléia na instituição para discutir as questões salariais e um ato público "em defesa do ensino de boa qualidade e pela liberdade de organização e de expressão", mas a direção da Unicaldas mobilizou quase todo o efetivo policial da cidade para impedir a realização desses atos.

Alunos

Os alunos da primeira turma dos cursos são sempre os mais prejudicados, pois a Unicaldas só investe em biblioteca, laboratórios e outros elementos fundamentais para a boa formação quando da vinda da comissão de especialistas do MEC. Em alguns cursos, mesmo com a vinda da comissão, os laboratórios não são montados. É feita uma espécie de "maquilagem" para "tapear" os especialistas. São montadas salas que não existem, alugados equipamentos só para a ocasião e, depois, todo o cenário desaparece. Já chegaram ao cúmulo de pegar emprestados aparelhos de televisão e videocassetes das casas de funcionários para aumentar o número de equipamentos no audiovisual, com o intuito de mascarar a situação real. A crise pela qual passa a Unicaldas pode levar, infelizmente, à sua falência e ao conseqüente fechamento. Os alunos, é claro, serão os mais prejudicados, além de toda a sociedade de Caldas Novas. (Fonte: Sindicato dos Professores da Faculdade de Caldas Novas – Sindunicaldas).

UFRJ

CPPD: prazos curtos e divulgação precária prejudicam eleição

Mandatos estão vencidos há mais de um ano

Até a última quinta-feira, 28/10, apenas um docente havia se inscrito no processo eleitoral para a Comissão Permanente de Pessoal Docente. Entre as atribuições da CPPD, está o encaminhamento para decisão final do reitor de assuntos que dizem respeito diretamente à vida funcional dos professores da universidade. Mas, a contar o fato de que a atual composição da comissão está com seu mandato vencido há mais de um ano, desde julho de 2003, e que a instalação de um processo eleitoral para renovação dos mandatos foi detonado por quem informalmente ainda responde por ela - o professor Leslie Benchetrit - há com certeza muito desconhecimento sobre a importância deste fórum. Isto deve explicar, ainda, a baixa procura de candidatos para esta representação docente na instituição.

Diferente dos tradicionais colegiados acadêmicos (CEG, CEPG e Consuni), a CCPD é uma instância ligada diretamente ao gabinete do reitor e para ele, e também ao Conselho Universitário, realiza um trabalho de assessoramento, formulação e acompanhamento da política de pessoal docente. O decreto presidencial 94.664, de 23 de julho de 1987, que enquadrou os servidores públicos no Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), criou duas comissões que tratariam dos problemas funcionais de professores e funcionários, a CPPD e a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-administrativo (CPPTA). As instâncias foram incorporadas à Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que estabeleceu o Regime Jurídico Único (RJU) para os servidores federais. Pela legislação, as competências e atribuições destas comissões de pessoal seriam regulamentadas no âmbito de cada instituição, de acordo com o preceito constitucional da autonomia universitária.

O trabalho da CPPD pode não ser muito conhecido, mas dele depende muito a vida profissional do docente. É a comissão que cuida diretamente dos processos que envolvem atribuição e alteração de regime de trabalho, acumulação de cargos e empregos, estágio probatório, avaliação de desempenho, progressão funcional e ascensão por titulação, funcionando muitas vezes como uma procuradoria do servidor.

Em relação à política acadêmica, a CPPD também exerce grande influência. É a comissão que aprecia, com vista aos colegiados superiores, temas ligados à carga horária didática semanal dos docentes de cada departamento e a necessidade de abertura de vagas ou contratação de professores. A comissão colabora, ainda, com a Pró-reitoria de Pessoal nos assuntos relacionados ao magistério e participa da formulação de programas de qualificação acadêmica.

Concursos

Segundo o secretário da comissão, Luiz Carlos, é ainda a CPPD a responsável pela publicação dos editais para concurso público docente de todas as unidades e departamentos. Esta atribuição não é apenas uma formalidade burocrática. Os integrantes da comissão, geralmente representados por seu presidente, têm papel importante na definição da política de alocação de vagas. Ainda mais em tempos de privação de concursos. O secretário lembra que no momento do enquadramento dos servidores celetistas para o RJU, em 1994, a UFRJ teve seu quadro de pessoal docente fixado em 4.346 vagas. Até 1998, as reitorias das universidades federais tinham em seu poder as vagas abertas por conta de aposentadorias, falecimentos ou afastamentos definitivos. Estas eram repostas, automaticamente, pela própria instituição que tinha autonomia para preencher as vagas e realizar os concursos.

Em outubro de 1998, o governo Fernando Henrique Cardoso estabeleceu através do decreto 2.798 o limite de um sexto do total de "vagas provenientes de aposentadoria e demais hipóteses de vacância" para concursos. Isso para as vagas que já estavam previstas até outubro do ano seguinte. Hoje, quem libera o total de vagas para concurso para as instituições federais de ensino superior (IFES) é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e quem faz a distribuição entre as instituições é o Ministério da Educação, utilizando os seus critérios de avaliação e 'merecimento'. A greve nacional dos docentes de 2001 conquistou a abertura de 2.000 que vagas foram parceladamente distribuídas entre as IFES ao longo dos últimos anos. Este quantitativo cada vez menor de vagas que são liberadas pelo MPOG são disputadas com afinco pelas reitorias, colegiados superiores, direções e congregações de unidades e departamentos e é motivo de conflitos políticos que muitas vezes põe em risco a normalidade institucional, como na época da gestão do ex-reitor José Vilhena.

Redução de 30% em seis anos

Não é pouca coisa o déficit de professores acumulado nos últimos anos. Em 2004, a UFRJ conta apenas com 3.026 docentes ativos. Uma redução de 30% em relação ao período em que os concursos foram limitados. A cada novo quantitativo de vagas que o governo apresentou ao longo destes anos, a reitoria nomeou uma comissão temporária de alocação de vaga (Cotav) que, com a participação ativa da presidência da CPPD, definiu quais as unidades e departamentos estavam mais necessitados naquele momento. Hoje, os colegiados acadêmicos discutem a criação de uma Comissão Permanente de Alocação de Vagas que também contaria com a participação da CPPD.

Enquadramentos

Luiz Carlos chama a atenção para outra atribuição importante da CPPD que é a análise e parecer sobre processos de enquadramento de professores visitantes que permaneceram em atividade por anos e conquistaram direitos adquiridos. Segundo o secretário, na gestão do ex-reitor José Vilhena, por exemplo, não foram rescindidos alguns contratos de professores visitantes que hoje pleiteiam a sua efetivação. "Existem casos de professores que permaneceram durante vinte anos como visitante e precisaram ser enquadrados. Quem trata desses casos é a comissão", comenta. Em relação a professores substitutos, Luiz Carlos diz que não há casos deste tipo porque a Pró-reitoria de Graduação trata diretamente dessas contratações e os contratos ou são renovados ou rescindidos no devido tempo.

Inscrições vão até esta sexta, dia 5/11

As eleições para a CPPD acontecem nos dias 16 a 19 de novembro e as inscrições para as representações por classe e lotação (centros) terminam nesta sexta-feira, dia 5 de novembro. A inscrição é individual e a eleição do presidente e do vice-presidente da comissão é feita posteriormente pelos próprios integrantes eleitos.

Ainda respondendo como presidente da comissão, o professor Leslie Benchetrit preparou uma portaria, assinada pelo reitor e publicada no Boletim da UFRJ nº 20 (7/10/04), instalando a Comissão Eleitoral. A presidente é a professora do Instituto de Química Rosa Cristina Dias Peres. A votação é realizada pelos Centros que recebem o material (cédulas, listagem e regimento eleitoral). As decanias podem, ainda, repassar o material de votação para a realização nas unidades, ficando a cargo da direção o controle do processo no local.

Em 24 de junho deste ano, o Conselho Universitário aprovou um novo regimento para a Comissão. Pelo novo regimento a CPPD será composta de:

- 1 professor titular
- 1 professor adjunto
- 1 professor assistente
- 1 professor auxiliar
- 1 professor do ensino fundamental e médio, titular nível E, eleito pelos docentes do Colégio de Aplicação
- 1 professor do Fórum de Ciência e Cultura, escolhido entre os titulares e adjuntos, eleito pelos docentes lotados no FCC
- 1 professor por Centro, escolhido entre os titulares e adjuntos, eleito pelos docentes dos respectivos centros
- 1 representante dos alunos de graduação, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes
- 1 representante dos alunos de pós-graduação, de mestrado ou douturado, indicado pela Associação de Pós-Graduandos

Os integrantes terão mandato de três anos, sendo permitida apenas uma recondução.
O presidente e vice-presidente têm mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição
Caso as vagas não sejam todas preenchidas durante o pleito, o presidente da CPPD (não fica claro no regimento se o atual ou o eleito) pode propor ao reitor eleições para os demais integrantes em um prazo mínimo de 60 dias antes do final dos respectivos mandatos.
A Comissão deve realizar uma sessão ordinária semanal e extraordinárias, se necessário. As sessões são convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria do "plenário".

Adufrj-SSind

Assembléia analisa textos do 49º Conad

Pertinência da filiação à CUT foi o principal ponto discutido

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 26/10 discutiu os textos que vão guiar os trabalhos dos representantes das seções sindicais no 49º Conselho Nacional do Andes-SN (Conad), programado para Brasília (DF), entre os dias 5 e 7 de novembro. Sem dúvida, o assunto que despertou maior polêmica foi a relação do Sindicato Nacional com a Central Única dos Trabalhadores, que enfrenta dificuldades políticas em função da forma pela qual a direção majoritária da central vem atuando: distante e contrária às lutas da classe trabalhadora, e respaldando projetos governamentais lesivos às conquistas históricas.

O último Congresso Nacional do Andes-SN, instância máxima de deliberação do Sindicato (realizado em Salvador, em março deste ano), definiu que o próximo Congresso, provavelmente no início de 2005, ou um Congresso extraordinário deverá deliberar sobre a manutenção da filiação do Andes-SN à CUT.

Ocorre que, já por ocasião deste 49º Conad, três textos de resoluções reforçam a tendência de desfiliação para o próximo Congresso do Sindicato. A Assembléia Geral dividiu-se entre aqueles que também preferiam este caminho e os que defendiam maior debate sobre o assunto nas bases, antes da tomada de qualquer decisão.

Diretor da Adufrj-SSind, o professor José Miguel Bendrao criticou a postura da CUT durante a tramitação da reforma da Previdência e, mais recentemente, a declaração de apoio à reforma universitária conduzida pelo governo Lula. Ele afirmou, porém, que a diretoria da seção sindical propõe um debate mais organizado dentro do movimento docente antes de uma decisão definitiva. A presidente Sara Granemann apoiou essa posição: "A discussão de saída ou de permanência (na CUT) não pode ser decidida pela cúpula, mas a partir da base", disse. Ela lembrou que a própria decisão de se filiar à CUT custou alguns anos ao movimento docente.

Vera Salim (professora da Coppe) discordou. Segundo ela, a orientação para discutir as relações do Andes-SN com a CUT já existe há quase um ano, e que os problemas da conjuntura bastante desfavorável, podem atropelar o movimento e tornar a discussão desnecessária. O fato de a central sindical ter recentemente demonstrado apoio à reforma universitária do governo foi a gota d'água para a professora: "Devemos indicar, sim, a desfiliação. Precisamos dar uma resposta. Essa decisão tem de ser tomada já", afirmou. José Simões (Instituto de Física) afirmou que a central precisava receber um "recado" imediato: "Tem que ficar claro que não concordamos com a ingerência da CUT nessa discussão da reforma universitária", comentou, sem deixar de acrescentar que a contra-reforma pode ser aprovada antes do fim do ano, enquanto o Congresso do Sindicato Nacional só vai ser realizado no início de 2005.

Kelvin Melo

ASSEMBLÉIA FOI REALIZADA NO FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

Por estreita votação (8 a 6), a AG decidiu não indicar a desfiliação da CUT para o próximo Congresso do Andes-SN. Ficou definido que a delegação da Adufrj-SSind terá liberdade para formular, junto às outras seções sindicais, no Conad, um calendário de discussões sobre as relações do Sindicato Nacional com a central sindical. Acrescentou-se ainda um item em que tal debate deverá ser articulado com outros sindicatos comprometidos com a luta contra as reformas neoliberais. Foi aprovada, por unanimidade, uma proposta de texto em que o movimento docente vai desautorizar a CUT a falar pelos professores universitários, na discussão da reforma universitária em andamento.

Uma vez que também existem pendências financeiras entre o Andes-SN e a CUT, a assembléia aprovou, ainda, o item do texto de resolução da diretoria do Sindicato que propõe "manter a suspensão do pagamento a CUT até que as seções sindicais expressem sua posição no próximo Congresso" visto que até o presente momento a direção da Cut ainda não se manifestou sobre a discordância do débito financeiro. A AG da Adufrj-SSind suprimiu a expressão "não concluindo o acordo financeiro".

Outras resoluções

Fora o debate em torno da desfiliação da CUT, poucos textos de resolução contidos no Caderno ou no Anexo foram rejeitados. A Assembléia foi contrária à proposta de criação de um tema central de luta para o setor das federais como forma de mobilização (TR 10) por entender que uma rápida mudança de conjuntura, com conseqüente alteração de foco para as lutas, pode inviabilizar a iniciativa.

Também foi rejeitada a proposta de "princípios que deveriam nortear qualquer reforma da educação superior no Brasil (TR 20)". Houve o entendimento de que esse texto entrava em conflito, em alguns pontos, com a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira.

O TR 21, que propunha ações contra a medida provisória 208/04, foi considerado superado em função do plano de lutas das instituições federais e pelas ações cotidianas das seções sindicais.

Dois textos de resolução (atualização do plano de lutas das instituições federais e atualização do plano de lutas das instituições particulares) sofreram pequenas mudanças de redação. Sobre o texto do calendário de lutas para o enfrentamento das reformas do governo Lula (TR-5), elaborado em uma plenária nacional de setembro, foi suprimida apenas a parte que já estará superada durante o Conad - a realização dos encontros estaduais (de outubro).

Delegação da Adufrj-SSind ao Conad

Os professores que vão representar a Adufrj-SSind no 49º Conad são: Sara Granemann (delegada), Janete Luzia Leite (observadora e suplente de delegada); José Miguel Bendrao Saldanha; Walcyr de Oliveira Barros; Salatiel Menezes; Cleusa Santos; Elen M. da S. Castelo Branco; e Cristina Miranda. Os nomes foram aprovados por unanimidade.

Abono 2005

A Assembléia autorizou uma ação judicial contra a reitoria para que seja garantido aos docentes o direito de venda de um terço das férias. Mais uma vez, a administração da universidade distribuiu planilhas para marcação das férias sem a opção do abono.

Ação relativa às gratificações

Em função da Medida Provisória nº 208 que impôs o reajuste do salário dos docentes, através de modificações na GED, a assembléia autorizou também a entrada de uma ação na justiça para conseguir a paridade entre ativos e aposentados.

De acordo com esclarecimentos da assessora jurídica da Adufrj-SSind, Sayonara Grillo, desde 1999 as seções sindicais buscam judicialmente essa equiparação salarial, por conta da recém-implementada GED. No entanto, os tribunais têm rejeitado os argumentos dos sindicatos de professores, sob a alegação de que se trata de uma gratificação baseada no desempenho individual – fator que exclui os aposentados e pensionistas.

Acontece que, enquanto não é regulamentada a nova GED, todos os professores da ativa vêm recebendo como se fizessem 140 pontos. "Já que a gratificação é concedida independente de avaliação, entendemos que foi reaberta essa discussão em uma nova fundamentação jurídica, pelo menos para esse período em que a GED não é regulamentada", disse Sayonara.

Informe sobre encontro estadual

A professora Cristina Miranda informou sobre a realização do encontro estadual contra a reforma universitária, que reuniu quase 400 pessoas, nos dias 23 e 24, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (veja matéria e carta final do encontro nas páginas 7, 8 e 9).

Reforma Universitária

Estela Guedes/Aduff-SSind

ENCONTRO CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA OCORREU NA UFF

Encontro Estadual reúne dezenas de entidades

Evento discute durante dois dias as formas de impedir a reforma universitária do governo Lula

Dois partidos políticos, 15 entidades sindicais e 29 entidades estudantis, representados por mais de 400 pessoas, participaram do Encontro Estadual "Universidade Pública e Gratuita, Direito de Todos: Vamos Barrar essa Reforma!", que foi realizado nos dias 23 e 24 de outubro, no *Campus* do Gragoatá, Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, em Niterói.

Foram realizadas duas mesas de debates durante o evento. A primeira enfocou a Reforma do Estado, contando com a participação do ex-presidente do Andes-SN Luiz Carlos Gonçalves Lucas que ministrou uma palestra sobre o processo da contra-reforma do Estado no Brasil, desde a administração de Bresser Pereira - ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) - até os dias de hoje.

Em seguida falou o representante da Unafisco Sindical do Rio de Janeiro José Carlos Sabino Alves que abordou o significado do projeto de parceria público-privada como um dos mecanismos da Reforma do Estado nos dias de hoje. Ainda na primeira mesa, o diretor do Sindpetro-RJ Silvio Sinedino apresentou uma crítica a respeito do processo de venda das áreas petrolíferas do país, um dos exemplos emblemáticos da mudança do papel do Estado no Brasil. Para finalizar foi apresentada uma breve análise sobre conjuntura política e as tarefas necessárias para dar prosseguimento à luta contra as reformas em curso, pelo representante da ala de esquerda da CUT, Agnaldo Fernandes, e o representante do Conlutas, Otacílio Ramalho.

A segunda mesa, ainda no primeiro dia do encontro, debateu a Reforma do Ensino Público Superior, com ênfase na análise crítica do projeto de avaliação do governo Lula, contando com a participação de Roberto Leher (representante do Andes–SN), Jupiara Gonçalves de Castro (representante da Fasubra), William do Nascimento Carvalho (representante do Sinasefe), Júlia Eberhardt (representante do Conlute) e Leila Salim Leal (representante do Movimento "Vamos Barrar o ENADE").

Encerrando o primeiro dia encontro, seis grupos se reuniram para tratar da organização de atividades da jornada de lutas contra a Reforma Universitária.

No dia 24, a plenária aprovou o relatório condensado com as propostas encaminhadas pelos grupos, assim como foi feita a leitura da carta do Encontro, que está publicada, na íntegra, nas páginas 8 e 9 desta edição.

Para Cristina Miranda, ex-diretora do Andes-SN e professora do Colégio de Aplicação, o Encontro proporcionou uma grande preparação para a marcha até Brasília, no dia 25 de novembro. Cristina Miranda ressaltou a grande quantidade de participantes e entidades, além de destacar que a presença de outros sindicatos permitiu que as discussões não ficassem restritas apenas ao âmbito educacional.

Resenha

Só USP tem Internet2

A Internet2 – rede paralela de internet que foi criada em 1996 e é mantida por universidades e instituições de pesquisa – foi utilizada para quebrar o recorde mundial de velocidade: transmitiu aproximadamente 6,6 Gbps (que permite baixar um filme de duas horas em menos de um segundo). No Brasil, a USP possui conexão à Internet2 mas ela é subutilizada. A universidade concluirá uma atualização da rede ultra-rápida até o primeiro semestre do ano que vem. Todos os outros estados brasileiros são interligados por uma outra rede rápida: a RNP2, que foi criada pelo governo. (Folha de São Paulo, 17/10).

Unafisco apela para a OEA

O governo brasileiro pode estar efetuando ilegalmente a cobrança previdenciária dos inativos do serviço público. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Unafisco) encaminhou uma denúncia à Corte Interamericana da OEA (Organização dos Estados Americanos) por entender que, com a cobrança, o governo vai contra o direito de propriedade, garantido na convenção firmada entre os países da organização. O Unafisco apelou à Corte Internacional após perder ação julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). (O Dia-RJ, 23/10).

PT do Rio em baixa

Joaquim Ferreira dos Santos informa, na coluna Gente Boa (O Globo, 25/10), que a direção municipal do PT estima uma queda de 40% no número de filiados no Rio. Além disso, o partido está preocupado com a redução de sua bancada na Câmara, pois contava com 30% dos salários de cada um dos cinco vereadores para se manter. Após as eleições, o número se reduziu para três, sendo que o reeleito, Jorge Babu, se recusa a pagar a sua parte.

Novas regras para curso de Direito

O Ministério da Educação e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) formaram um grupo de trabalho que definirá os critérios para o projeto de criação de um curso de Direito no país. Um dos pontos que deve constar nessas novas regras é a chamada "necessidade social", ou seja, que o novo curso seja localizado em áreas onde a oferta de ensino superior não é suficiente. (O Estado de S. Paulo, 20/10)

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Reforma Universitária

Carta do Encontro Estadual RJ - Vamos Barrar essa Reforma!

Vamos juntos enfrentar a contra-reforma universitária de Lula/FMI!!!!!

Temos vivido difíceis momentos na educação pública do país. A privatização do ensino superior, implementada pelos governos anteriores, está sendo levada às últimas conseqüências por este governo que aí está. Sob o discurso de "ampliar o acesso à Universidade", o governo beneficia as instituições privadas de ensino superior e os "tubarões do ensino", comprando vagas (ditas) ociosas das privadas e se eximindo cada vez mais da ampliação de vagas nas públicas.

Desde 2002, Lula já negociava com o Banco Mundial um empréstimo de 10 bilhões em troca da continuidade de medidas na área social feitas na administração anterior. Optou, portanto, pela aplicação da política neoliberal capitaneada pelo FMI e pelo Banco Mundial. As contra-reformas (Previdenciária, Universitária, Sindical e Trabalhista) são parte desta política que visa aprofundar a exploração dos trabalhadores em todo o mundo e garantir a dominação política e econômica do Imperialismo. O governo Lula da Silva está assim atrelado a esses interesses contrários dos trabalhadores do Brasil e do mundo.

A Lei de Inovação Tecnológica, já aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, converte a Universidade Pública em prestadora de serviços para o setor privado, destinando os já parcos recursos públicos investidos em C&T para financiar "encomendas" destes e ameaçando a necessária autonomia da produção do conhecimento. O professor deve ser um "empreendedor", diz o Ministro Tarso Genro. É a lógica do capital! O projeto de Parceria Público-Privado (PPP), a manutenção do "provão" via ENADE, o documento do MEC sobre a Reforma Universitária vão na mesma linha.

No período de ascenso das lutas dos trabalhadores, o termo "reforma" significava avanços para os trabalhadores, que não alteravam de forma significativa o poder das classes dominantes, mas que apontavam para aquisição de direitos. No período de hegemonia neoliberal, entretanto, essa expressão denota claramente concessões feitas pelos trabalhadores, significa perda de direitos, portanto, "contra-reformas". E, como é próprio das "contra-reformas", os espaços democráticos de discussão estão interditados. Eles não existem de fato, e isso se torna evidente na "contra-reforma" da Previdência, nas medidas provisórias que instituem a conversão da educação superior em um serviço em circulação no mercado. Ocorre, da mesma forma, a privatização do patrimônio nacional, como na cessão das bacias petrolíferas às corporações internacionais e na subordinação da agricultura ao agro-negócio, como expresso na Medida Provisória que libera o plantio de transgênicos. Frente a essa assombrosa ofensiva do capital, é preciso fortalecer os espaços públicos e os direitos sociais com determinação.

Lamentavelmente, diante de todos estes ataques contra os trabalhadores, encontramos a direção majoritária da CUT ao lado do governo. Foi assim na reforma da Previdência e agora nas reformas Sindical e Trabalhista. A UNE não fica atrás quando se trata de governismo. Ao invés de organizar a luta contra a Reforma Universitária ela apóia o governo e atua como co-autora da reforma. Cumpre também o nefasto papel de criar um falso clima de democracia na relação entre o Movimento Estudantil e o governo.

Em defesa da Universidade Pública. Essa reforma não passará!!!

O governo autoritariamente implementa sua reforma universitária via medidas provisórias. Lula e seu governo estão aprofundando as mudanças que começaram com FHC e Paulo Renato. Ao mesmo tempo em que, após um longo processo de enrolação (que o governo denominou de "negociação"), impõe aos docentes das IFES um falso e ínfimo reajuste, ancorado no aprofundamento da GED para a carreira do ensino superior e na divisão da categoria (ao impor aos Docentes da carreira de 1º e 2º graus tratamento diferenciado) tornando, assim, cada vez mais distante o projeto de carreira única para os docentes defendido pelo Andes-SN. No caso das negociações com trabalhadores técnico-administrativos das federais, a "negociação" foi realizada com a negação da proposta original de carreira da categoria, o que conseqüentemente causou rebaixamento da proposta defendida pelo setor majoritário da Fasubra. Na esfera estadual, com o governo Rosinha/Garotinho, a contra-reforma avança, na prática, com o total estrangulamento do financiamento das Universidades e de todo setor de educação, logo tem-se no desrespeito aos direitos trabalhistas uma postura intransigente de um governo que não abre negociação com os servidores estaduais, vide a greve de mais 120 dias de luta dos técnico-administrativos da Uerj.

Neste encontro estadual "Por uma Universidade pública e Gratuita: vamos barrar essa Reforma", reafirmamos a defesa da Universidade Pública. O acesso ao ensino superior e aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos pelas Universidades deve constituir um direito do conjunto dos cidadãos e, por isto, não pode ter seu significado reduzido ao de mero serviço, prestado conforme a lógica da mercadoria. Isso significa que a Universidade pública brasileira precisa ampliar-se. Hoje, só 9% dos jovens em idade universitária têm acesso ao ensino superior e destes, graças às políticas privatizantes do governo passado, mantidas por Lula da Silva, 72% estão nas instituições privadas. Para ampliar-se mantendo o seu caráter público-estatal, a Universidade pública precisa receber maior atenção e recursos por parte dos governos, sendo efetivamente mantida com recursos públicos, ao contrário do que hoje ocorre, em que a cada ano são reduzidos os recursos dos orçamentos federais e estaduais. Esta ampliação deve ser acompanhada da qualidade, o que só é possível com o crescimento do financiamento público, e não por meio de artifícios como a educação à distância. .

Para isso, porém, é necessário que as Universidades públicas mantenham-se integralmente gratuitas, única forma de garantir acesso para os que nela ingressam independentemente da sua origem social.

A gratuidade do ensino público, em todos os níveis é, por sinal, um princípio constitucional. Este princípio foi garantido pelas mesmas lutas dos anos oitenta, que também incluíram na Constituição de 1988 o artigo 207, que confere às universidades a autonomia didático-científico, administrativa e financeira. Uma autonomia essencial para o exercício livre e crítico da produção e difusão do conhecimento, bem como para uma gestão democrática, fundamental para o sucesso de uma instituição dessa natureza. Autonomia cada vez mais cerceada, através de leis e decretos que limitaram, nos últimos anos, o financiamento público e que vem sendo ameaçada pelas várias propostas de "regulamentação", que de fato significam um afronte ao preceito constitucional.

Ensino, Pesquisa, Extensão e qualidade são princípios indissociáveis!!!

Na constituição de 1988 inscreve-se também um preceito basilar para a garantia da qualidade do trabalho na universidade, através do artigo que define a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, só pode ter qualidade o ensino superior que está associado à produção do conhecimento original, através da pesquisa científica e tecnológica. Algo que vem sendo atacado diretamente nos últimos anos por meio das restrições orçamentárias. Mesmo com todas essas limitações, as universidades públicas respondem por 90% da produção científica e tecnológica nacional. No entanto, nos últimos anos, o que se fez foi estimular a diferenciação entre algumas poucas instituições e setores que receberiam apoio para produzir pesquisas (centros e núcleos de excelência, "institutos do milênio" e etc.) e a maioria das instituições que se tor-

Reforma Universitária

nariam escolões de 3º grau. A divisão entre "centros de excelência" e "escolões" está explícita nas propostas de organismos internacionais, como o Banco Mundial, para o ensino superior na América Latina, visto que consideram que não precisamos de tanto investimento em C&T, pois poderíamos importar mercadorias ou pacotes tecnológicos que já incorporaram o conhecimento produzido alhures (lembremos que a lógica do conhecimento como mercadoria, reforçada pela OMCe pela ALCA está presente no fato de que mais de 90% das patentes e registros de propriedade intelectual do mundo está concentrado nos países do G7)

Os parâmetros para avaliarmos a qualidade do trabalho universitário devem se basear na afirmação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que demanda um projeto de avaliação interna e externa à Universidade, envolvendo os três segmentos da comunidade universitária e os setores da sociedade que se pretende atender com a ação universitária. Porém, nos últimos anos a idéia de avaliação foi reduzida a um ranqueamento institucional que pudesse apresentar como medianas as instituições privadas, que no fundo são, em sua esmagadora maioria, supermercados de diplomas. Uma concepção de avaliação voltada também para contigenciar recursos para as universidades públicas, sob a justificativa de privilegiar apenas as mais "produtivas", em clara tentativa de assimilação dos critérios de produtividade típicos da empresa capitalista, incompatíveis com a natureza do trabalho acadêmico.

Todos à grande marcha dia 25/11, em Brasília!!!

É preciso combater as contra-reformas em curso, encaminhadas pelo governo Lula da Silva em consonância com as classes dominante locais e estrangeiras. Mas vivemos em um tempo que insiste em nos fazer sentir como uma personagem da novela de Maupassant, "As jóias":

"Uma jovem mulher de origem modesta pede emprestado a uma conhecida rica um colar de diamantes para usá-lo no baile; por infelicidade, o colar é roubado. A mulher toma como questão de honra devolver a jóia: pede emprestado uma soma enorme e compra um colar idêntico. O resto da vida transformou-se: ela passa os anos seguintes a reembolsar a dívida contraída. Anos mais tarde, quando sua vida já está em declínio, ela reencontra a antiga benfeitora que lhe relata fielmente o incidente. "Minha pobre amiga", exclama a outra, "os diamantes eram falsos, o colar não valia nada".

Os tempos neoliberais tentam nos convencer de que lutar por um mundo sem exploração, justo e fraterno é um falso colar de brilhantes. Reunidos em Niterói, neste Encontro Estadual, professores, técnico–administrativos e estudantes afirmamos: Não é! Recusamo-nos a admitir que, ao longo da história, a luta , no mundo inteiro, de incontáveis homens e mulheres de inestimável valor, tenha sido por um falso colar de brilhantes. Nenhuma luta foi em vão. Nossa luta vale muito, é autêntica, é de verdade!

Nos aproximamos do dia 11 de novembro (dia da paralisação nacional contra a mercantilização da educação). O dia 11 e os encontros regionais e debates organizados pelo conjunto dos setores da sociedade mobilizados somam para a luta. Da mesma forma, outros eventos, como por exemplo, a luta contra o ENADE e o plebiscito nacional sobre a reforma universitária organizados por segmentos estudantis visam contribuir com o enfrentamento a esta reforma.

Não nos resta dúvida, neste calendário, de que é de fundamental importância a construção do dia 25 de novembro, quando nos reuniremos em Brasília na "Grande Marcha" em defesa de um país sem latifúndios; em favor do avanço dos direitos trabalhistas; em radical defesa da autonomia e da democracia sindical, condições para auto-organização da classe que vive do próprio trabalho, e em prol da universidade pública e gratuita, como um direito social de todos e dever do estado.

A Grande Marcha será um marco na luta pelos direitos sociais, essenciais à dignidade humana, e propiciará um novo ponto de partida para as lutas do futuro. A luta continua valendo e estamos nela!

Em defesa dos direitos trabalhistas! Contra a reforma sindical do governo Lula/FNT! Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndios!

Universidade Pública, direito de todos! Vamos barrar essa Reforma Universitária!

Niterói, 24 de outubro de 2004.

FÓRUM FLUMINENSE DE LUTAS / CONLUTE / Comissão de BOICOTE ao ENADE RJ / Comissão Gestora DCE-UFF / Secundaristas/ CONLUTAS.

Manifesto

Vamos barrar essa reforma do ensino superior: em defesa das diretrizes curriculares de 1996

As políticas econômica a social implementadas ao longo da última década na América Latina e no Brasil, pautam-se em ajustes macroeconômicos propostos pelo Consenso de Washington em 1989 a que foram firmados pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo governo norte americano. Tal ajuste é uma tentativa de o capital responder a sua própria crise estrutural. A investida imperialista do grande capital em sua ofensiva neoliberal aprimorada no dissenso de Washington em 2000 viabiliza a abertura de novos espaços de exploração ao capital e a destruição do Estado a das políticas públicas historicamente conquistadas pela classe trabalhadora.

As políticas econômicas a educacionais neoliberais do governo **FHC** continuam a ser implementadas pelo atual governo federal. Essas reformas retiram direitos do mundo do trabalho, desresponsabilizam o Estado de prover políticas públicas e o **transformam em mero regulador e avaliador dos serviços oferecidos pelo mercado.**

No governo Lula está em curso a reforma do ensino superior baseada nas orientações do Banco Mundial que aprofunda a privatização da educação. Os documentos emblemáticos do governo que materializam este processo são: **"Gastos Sociais do Governo Central" e do Grupo Interministerial de Reforma do Ensino Superior e o projeto das PPP's (parcerias -públicos -privadas) PL 2546/2003. No âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia configuram a Reforma do Ensino Superior,** projetos como: o PROUNI (Programa Universidade pare todos); o da Lei de Inovação Tecnológica - PL 3476/2004 e Proposta de Emenda Constitucional n° 217/2003 de autoria da deputada Selma Schons que prevê a cobrança de mensalidades de ex-alunos de Universidades Públicas. Além disso, as diretrizes divulgadas recentemente pelo MEC (documento II) dão continuidade ao desmonte da educação pública ao transferirem importantes recursos do fundo público - especialmente pela isenção de impostos que financiam a Seguridade Social - para as empresas privadas de ensino.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) historicamente defendem o ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado. Com estes princípios construíram-se as Diretrizes Curriculares de 1996 as quais se encontram seriamente ameaçadas pela reforma do ensino superior que reduz a carga horária de 2.700 horas para 2.400 horas em uma política de aligeiramento da formação profissional em direção a politecnia, em detrimento da qualidade do projeto ético-político a da direção social do curso, coletivamente construídos pelas entidades estudantil, da formação e do exercício profissionais. Ademais, aprofunda a precarização das condições de trabalho e de assalariamento dos Assistentes Sociais e comprometem a qualidade dos serviços prestados aos usuários das políticas sociais.

O XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais convoca profissionais e estudantes para juntarem-se às lutas contra as reformas do ENSINO SUPERIOR, TRABALHISTA e a SINDICAL.

Calendário de Mobilização:

11 de novembro: Paralisação Nacional contra a Reforma do Ensino Superior, em defesa das Diretrizes Curriculares de 1996, da ABEPSS. Verba Pública para a Escola Pública, contra a mercantilização da educação e pelo Ensino de Qualidade.

25 de novembro: Caravana e Marcha sobre Brasília para BARRAR A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR.

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS – FORTALEZA – CE, OUTUBRO DE 2004.

Andes-SN

Andes-SN contesta criação do Proifes

No último dia 16, um grupo de docentes lançou o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), fato que se tornou público por intermédio de matéria divulgada no Jornal da Ciência, edição de 22 de outubro de 2004.

Classificada como "algo inusitado e fora de propósito", a criação do Proifes é, no mínimo, uma provocação ao ANDES-SN, segundo avaliação da Diretoria do Sindicato Nacional.

Em nota, a Diretoria destaca a conjuntura e os constantes ataques que o Andes-SN e a universidade pública vêm sofrendo.

"Nesse momento em que se acentuam os ataques à organização dos trabalhadores e à própria integridade da universidade pública, tais iniciativas reforçam, mais do que qualquer propalada intenção acadêmica, esses ataques e desfavorecem a luta unitária", diz o texto.

A nota lembra ainda a trajetória de luta da entidade, desde sua criação, em 1981, como Associação, passando a Sindicato em 1988, e aponta para o 49º Conad como instância legítima para tratar dessa questão.

"Estamos certos de que o movimento docente saberá dar resposta a essa iniciativa e que, no 49º Conad, estará se posicionando a respeito, na defesa de um movimento coeso, unitário e forte para o cumprimento dos objetivos que fizeram do Andes-SN uma entidade nacionalmente respeitada".

Leia a seguir o "Manifesto pela unidade do movimento docente organizado no Andes-SN

Manifesto pela unidade do movimento docente organizado no Andes-SN

Nos últimos 23 anos, tornou-se impossível pensar a trajetória das Instituições de Ensino Superior no Brasil sem mencionar o papel do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que, até 1988 era a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Um papel de protagonista, ao lado das entidades representativas dos estudantes, servidores técnico-administrativos e de diversas associações científicas, nas jornadas em defesa de uma proposta de Universidade, efetivamente Pública, Gratuita, Autônoma, de Qualidade e Socialmente Referenciada, compromissos mais do que bandeiras e palavras de ordem, como se pode constatar pela ação que a então Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior empreendeu para finalmente inscrever na Constituição de 1988 os artigos que definem a Autonomia universitária; a gratuidade em todos os níveis do ensino público, definido como direito dos cidadãos; e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (referência para o padrão unitário de qualidade que defendemos). Ou, ainda, no que tange às instituições estaduais, pela inclusão de propostas semelhantes nas Constituições estaduais e pela implementação de garantias para a autonomia universitária antes inexistentes.

Nos anos 90, essas jornadas em defesa de nosso projeto de Universidade e educação públicas tiveram continuidade, na formulação de propostas e empenho para a aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que acabou por ser definida em bases muito diferentes pelo Senado. Ou nas bem sucedidas lutas para evitar que o desmanche neoliberal atingisse mais duramente as Universidades Públicas nessa década, como nas diversas tentativas de cerceamento da autonomia universitária, por meio de projetos de "regulamentação" do art. 207 da Constituição, ou na proposta de transformação das Instituições Federais em "organizações sociais" e de contratação de seus professores e técnico-administrativos pelo regime da CLT (apelidado de "emprego público").

Desde a sua criação como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, em 1981, o ANDES-SN constituiu-se também na mais importante trincheira de defesa das condições salariais e de trabalho dos docentes. Por meio das mobilizações empreendidas por seus filiados, foram garantidas conquistas como os planos de carreira para os professores representados pela entidade; a isonomia entre os docentes de instituições federais antes definidas como autárquicas e fundacionais; os regimes de dedicação integral ou exclusiva; os planos de capacitação, entre diversas outras. Por isso, quando a Constituição de 1988 reconheceu o direito de sindicalização do funcionalismo público, os docentes representados pela então ANDES decidiram-se pela sua transformação em Sindicato Nacional, reconhecendo-se, nas suas especificidades decorrentes do labor universitário, como trabalhadores e sujeitos de direitos. A forma de sindicato era, portanto, necessária à representação de seus interesses e defesa de seus direitos e projetos para a Universidade e a sociedade. Mas, não de qualquer sindicato.

Cientes dos limites da estrutura sindical oficial no Brasil, os docentes buscaram contorná-los e rompê-los em diversos aspectos, a começar pelo modelo original entre nós de Sindicato Nacional. O que se complementa pela inovação por meio da organização por locais de trabalho - as seções sindicais -, garantia principal para o exercício da mais ampla democracia na vida interna de um sindicato, que tem nas assembléias gerais de base e nos Congressos anuais, estes constituídos por representações proporcionais ao número de associados das seções sindicais, suas instâncias máximas de deliberação.

Um Sindicato Nacional que inscreve em todas as suas normas e tem praticado ao longo de sua história o princípio da autonomia em relação aos partidos políticos, ao Estado e às administrações universitárias. Que se sustenta unicamente pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, rejeitando o imposto sindical. Que não aceita a fragmentação da categoria docente, insistindo na representação unificada dos professores das instituições de ensino superior nos setores federal, estadual e particular, pois entende que só a unidade – construída pelas bases –, nos torna suficientemente fortes para defender nosso projeto de Universidade, que inclui a dignidade de uma carreira única docente. Estes elementos nos ajudam a compreender porque o ANDES-SN alcançou a representatividade que hoje o sustenta, com 71 mil sindicalizados em todo o país e 105 seções sindicais organizadas.

Hoje, o sentido público, a qualidade e o horizonte de direitos representado pelas Universidades Públicas que temos, reconhecidos os seus limites, se vêem mais que nunca ameaçados pelas propostas de (contra)reforma universitária em implementação pelo governo. As tentativas de construção de um sindicalismo autônomo e democrático são ameaçadas por uma proposta de (contra)reforma sindical que, se implementada, centralizará as entidades de base pelas cúpulas das centrais sindicais e abrirá caminho para a mais ampla retirada de direitos trabalhistas. Um governo eleito pelos que esperavam mudanças, não apenas mantém e aprofunda as políticas anteriores, como se esforça para atrelar e controlar os movimentos sociais, atraindo-os para a órbita institucional e reduzindo sua margem de autonomia até convertê-los em simples base de apoio para suas propostas.

É nesse contexto que emerge, tendo por articuladores os militantes do ANDES-SN que perderam as últimas eleições para a diretoria nacional do sindicato, a proposta de criação de uma entidade – de nome PROIFES – que se propõe, entre outros objetivos, a "representar política, econômica, cultural e socialmente os interesses e os anseios dos professores das IFES associados". Trata-se, pelo que se depreende da leitura da sua proposta de estatuto, da tentativa de criação de uma entidade paralela ao Sindicato Nacional, restrita aos docentes das Instituições Federais. Uma antecipação do tipo de construção fraticida que poderá surgir, caso seja aprovada a (contra) reforma sindical. A quem servirá essa proposta?

Com certeza servirá aos intentos de seus fundadores, de se arvorarem representantes de um conjunto de docentes, com certeza reduzido, pois a natureza da entidade (dada a conhecer por seu estatuto) começa a ser divulgada apenas alguns dias antes de um encontro nacional que deverá fundá-la e eleger uma diretoria, com amplas prerrogativas e mandato de três anos! Teatro armado, script pronto, mas platéia vazia.

Vazia de legitimidade e representatividade docente, mas ocupada por outros interessados: todos os adversários do projeto de Universidade defendido pelo ANDES-SN, e pelos que se opõem ao seu exemplo histórico de sindicalismo autônomo, democrático e combativo. Neste momento, com particular ênfase, o PROIFES interessaria ao governo em seu intuito de realizar a (contra)reforma universitária e por isso a proposta de criação desta entidade teria sido discutida com

Andes-SN

o Ministério da Educação antes de ser apresentada aos docentes. Interessaria também à direção majoritária da Central Única dos Trabalhadores, intersindical que ajudamos a construir e à qual nos encontramos filiados, setores que apoiaram os propositores do PROIFES em suas tentativas frustradas de dirigir o Sindicato Nacional; que enxergam no ANDES-SN um obstáculo às suas pretensões de centralizar pelo alto a representação sindical dos docentes e converter as entidades em linhas auxiliares das propostas governamentais.

Sabemos que a imensa maioria dos docentes não concordará com essa manobra para fragmentar o movimento docente. Muito menos se sentirão representados por uma diretoria de entidade autoproclamada, que se compromete a realizar "consultas eletrônicas" (convocadas por e-mails e conduzidas em poucos dias) e a realizar encontros anuais que "só ocorrerão se houver disponibilidade financeira", como afirmam seu estatuto. Será essa a democracia do século XXI?

Por mais artificial que o PROIFES possa ser, cabe-nos contestar mais essa tentativa de fragilizar a representação coletiva e organizada dos professores universitários. Foram mais de duas décadas de enfrentamentos, da ditadura militar à ditadura do mercado, para construir uma entidade sindical nacional representativa, autônoma, democrática que não apenas tem sido fundamental em todos os movimentos de defesa dos docentes e da Universidade Pública, mas que também se constituiu em referência para todos que batalham por um sindicalismo verdadeiramente novo no Brasil. Não se permitirá que um tal patrimônio seja posto em risco para alimentar a gana por aparelhos de setores derrotados nos espaços democráticos, ou as investidas de qualquer governo contra a Universidade Pública, ou mesmo os projetos de um sindicalismo heterônomo e conformado à ordem de alguns dirigentes sindicais.

Conclamamos todos a fortalecer o Sindicato, a persistir na busca de sua unidade e, pelo exercício democrático da ação, do debate e da reflexão, a manter o ANDES-SN na defesa intransigente dos direitos históricos dos trabalhadores, com o conjunto de entidades que lutam pela liberdade e independência de organização sindical.

Estes são os princípios do ANDES-SN. Por eles continuaremos a luta: por um Sindicato que represente todos os docentes das Instituições de Ensino Superior, sem divisões, objetivando a construção de uma universidade que seja para o Brasil emancipadora, transformadora e criadora de uma nova sociedade.

Brasília, 26 de outubro de 2004

Profª Marina Barbosa Pinto
Presidente

Movimento

GTPE analisa a educação profissional e tecnológica

Deve estar pronto para ser divulgado no 49º Conselho do Andes-SN, que se realiza nos próximos dias 5 a 7, em Brasília, o texto síntese do Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN sobre a Educação Profissional e Tecnológica. O documento é resultado da reunião do GT realizada em Brasília entre os dias 24 e 25 de outubro, na qual professores estudaram e debateram as medidas para a educação profissional e tecnológica já implementadas pelo atual governo e outras em fase de tramitação e seus impactos na Educação Superior. A Adufrj-SSind esteve representada pela professora da Escola de Enfermagem Anna Nery, Elen Martins Castelo Branco.

Dinâmica

No primeiro dia de atividades, foi apresentado o texto base para reflexões intitulado "As políticas para a educação profissional e tecnológica do governo Luis Inácio Lula da Silva" produzido pelo GT da seção Sindical dos Docentes do Cefet-PR. O texto lido e comentado pelos Professores Domingos Leite Lima Filho e Adilson Gil Tavares estruturava-se em quatro tópicos: a breve análise das concepções políticas para a educação profissional na década de 90; a reforma da educação profissional e tecnológica do atual governo; análise das medidas adotadas em 2003 – 2004 e as medidas em discussão – anteprojeto da Lei Orgânica, Projeto Escola na Fábrica e Universidade Tecnológica.

A seguir, os professores foram divididos em três subgrupos para se dedicarem aos seguintes temas: breve histórico das políticas para educação profissional e tecnológica a partir dos anos 90; a concepção de modelo educacional na reforma da educação superior e profissional e análise pontual das ações do governo.

No entendimento dos grupos, o país está em meio a uma reforma da educação superior fragmentada pelo Governo Federal que coloca em risco o ensino público nas instituições federais, com sérios desdobramentos para os Cefets. As propostas atuais do governo são resgatadas dos governos anteriores, estabelecendo a continuidade das políticas neo-liberal que defendem as recomendações específicas do Banco Mundial para a estrutura educacional do Brasil, inclusive para as Escolas Técnicas.

O momento atual encerra o embate entre distintos projetos e concepções de universidade. Por um lado se apresenta um modelo fragmentado, reducionista e de privatização das vagas públicas, proposto pelo governo, e de outro, um modelo crítico, coerente, articulado e público, defendido por diversos movimentos sociais e entidades, entre eles o Andes-SN.

Sugestões para leitura:

· Decreto lei 5154/04 – revoga o Decreto 2208/97 e retorna com ensino técnico de nível médio integrado.
· Portaria Interministerial 3185/04 – regulamenta o registro e credenciamento das Fundações de Apoio
· Decreto Lei 5205/04 – regulamenta a lei que dispõe sobre as relações entre instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio
· Decreto Lei 5224/04 – dispõe sobre a organização dos CEFETs
· Decreto 5225/04 – dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação dos cursos e de instituições
· Proposta de projeto de Lei 41 83/04 – transforma o CEFET –PR em UTFPR (Universidade Federal do Paraná) e no art. 5º define o tipo de pesquisa que a UTFPR irá realizar , que é a pesquisa aplicada.
· Proposta de anteprojeto de Lei Orgânica da Educação profissional e Superior
· Projeto Escola na Fábrica – Visa a expansão da rede de Educação profissional tendo como lócus de formação a empresa privada

Anote

Edital de apoio às publicações

A Fundação Universitária José Bonifácio lançou, no final de setembro, um edital para o Programa de Apoio à Publicação de Periódicos (R$ 300 mil, no total). O prazo de execução dos projetos apoiados é de 12 meses, a partir da data de liberação dos recursos. Serão financiados: material de consumo, contratação de serviços de terceiros (sem vínculo empregatício) e contratação de serviços gráficos. Não serão financiados: publicações já apoiadas por agências de fomento, bem como espaços utilizados para veiculação de anúncios e noticiários. Entre outras características, os projetos deverão ter 80% de artigos não divulgados em outras revistas, participação de colaboradores externos e orçamento calculado de forma que possa ser executado dentro do cronograma apresentado.
As solicitações deverão ser encaminhadas pelas unidades da universidade e deverão: incluir proposta justificada e coerente com os objetivos do edital; apresentar orçamento detalhado; ter aprovação da Congregação da Unidade, ou colegiado equivalente; ter aprovação do Conselho de Coordenação do Centro; e conter análise quanto ao mérito do CEPG. As propostas deverão chegar ao CEPG até 1º de dezembro. Os resultados serão divulgados em junho do ano que vem. A íntegra do edital pode ser conferida em www.fujb.ufrj.br/con_editais.asp.

Reforma Universitária

"Abaixo a Reforma Universitária de Lula"

Alunos da Praia Vermelha entram nas salas de aula com apitos e prometem realizar plebiscito

A frase "Abaixo a Reforma Universitária de Lula" ilustrou um dos cartazes que os estudantes exibiram no *campus* da Praia Vermelha, na quarta-feira passada (27/10), na mobilização organizada pelo Centro Acadêmico de Serviço Social. Pela manhã, dezenas de alunos promoveram um apitaço, gritaram palavras de ordem e entraram nas salas, durante as aulas, para pedir apoio dos outros universitários. O movimento também contou com a adesão do Centro Acadêmico da Escola de Comunicação e do DCE.

De acordo com Ana Carolina Costa, que cursa o segundo período de Serviço Social e é integrante do CA, o maior alvo do ato era justamente um dos principais pontos da Reforma Universitária: o Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Segundo os manifestantes, o teste não passa de um "Provão melhorado". Pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Enade. Entretanto, os estudantes defendem um boicote ao exame (intitulado "nota zero", pois eles pretendem comparecer aos locais e zerar as questões), assim como faziam para a avaliação da gestão do ex-ministro Paulo Renato.

Camilo de Jesus

ALUNOS EXPLICAM A COLEGAS AS CONSEQÜÊNCIAS DA REFORMA

Ana Carolina informou ainda que os alunos farão um plebiscito pelo Brasil para recolherem 50 mil assinaturas contrárias à reforma. A votação irá até 7 de novembro, dia da realização do Enade, quando haverá um novo ato contra o exame. A informação foi reforçada por Carlos Leal, que cursa o sétimo período de Comunicação Social, e foi um dos líderes da manifestação do último dia 27. Carlos avisou aos alunos que não haveria aula no dia 11 de novembro - pois será o dia de paralisação nacional contra a Reforma Universitária - e convocou os universitários a participarem da marcha para Brasília, no próximo dia 25.

UFRJ

Estudantes do Direito conversam com ministro

Ministério tem até este dia 3 de novembro para emitir um parecer sobre a situação de Armênio

Em mais uma demonstração de vontade para retirar o diretor Armênio Cruz da Faculdade Nacional de Direito, representantes dos estudantes daquela unidade conseguiram uma audiência de cerca de meia hora com o ministro Tarso Genro e com o professor Nelson Maculan, responsável pela Secretaria de Educação Superior, no dia 27/10, em Brasília. O MEC tem até este dia 3 de novembro para dar um parecer relativo ao processo administrativo disciplinar instituído pela reitoria da UFRJ.

Diretor do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), Pedro Duarte foi um dos que estiveram na presença do ministro, na capital federal. Segundo ele, a viagem ganhou especial importância, pois Tarso Genro desconhecia os problemas da Faculdade Nacional de Direito – ele, de acordo com Pedro, havia lido apenas a coluna de Elio Gaspari, distribuída para vários jornais, que tratou do assunto no dia 24/10. A delegação estudantil aproveitou a oportunidade para entregar ao ministro uma espécie de dossiê, com mais de 150 páginas, com todo o histórico dos problemas do curso. Os alunos fizeram ver ao ministro a grande responsabilidade que ele tem em mãos.

Ainda segundo o diretor do CACO, Tarso ficou bastante sensibilizado pelo relato dos alunos. O ministro comentou que, salvo algum erro processual, não vai hesitar em demitir o professor Armênio do serviço público.

Manifestação cancelada

Em função da audiência conseguida com o ministro, acabou não ocorrendo a manifestação prevista para o dia 28, em frente ao prédio da representação do MEC, no centro do Rio. Pedro explicou que os diretores do centro acadêmico vão passar de sala em sala neste dia 3 para informar os últimos acontecimentos aos demais alunos.

Histórico

No final de março deste ano os alunos da Faculdade Nacional de Direito (FND) ocuparam o gabinete da Direção da FND, reivindicando o afastamento do diretor, Armênio Albino da Cruz Filho, com base nas denúncias de irregularidades administrativas e perseguições políticas.

Com o relatório da Comissão de Sindicância e baseado nas denúncias dos estudantes, o colegiado aprovou, por unanimidade, a instalação imediata do processo. Na ocasião, foi criada uma comissão de processo administrativo disciplinar para investigar o caso, o que levou o reitor Aloisio Teixeira a suspender Armênio Cruz por 120 dias.

Ao término do prazo, a comissão ainda não havia disponibilizado o relatório final, o que poderia acarretar na volta do diretor para o comando da FND. As pressões continuaram e, no dia 27 de julho, foi instaurada uma segunda comissão, com um prazo final de 60 dias, podendo ser prorrogada por mais 60.

Nesse período, Armênio Cruz conseguiu uma liminar para voltar à direção. Revoltados, os estudantes invadiram o Consuni de 23 de setembro para cobrar uma posição da reitoria. Mas somente no Conselho Universitário de 14 de outubro foi anunciado o pedido de demissão do diretor, que foi levado para o MEC.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 161 • 8 de novembro de 2004

Assembléia Geral

9 novembro
terça-feira

13:00 às 17:00

Salão Moniz Aragão

Fórum de Ciência e Cultura

Praia Vermelha

Pauta

1 – Encaminhamentos 49º Conad;
2 – Paralisação em 11 de novembro contra Reforma Universitária.

Agenda Sindical

8/11 - Reunião da Coordenação Estadual da Luta contra a Reforma Universitária
Rio de Janeiro (RJ) – sede da Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN (av. Rio Branco, 277/13º andar), às 13h.

10 e 11/11 - Seminário Internacional sobre o Endividamento Externo - Ilegitimidade da Dívida: Um caso de Auditoria
Brasília (DF)

11/11 - Dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação

25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo

25/11 - Reunião do setor das IFES
Brasília (DF), na sede do Andes-SN.

26/11 - Plenária Nacional de SPF
Brasília (DF)

Vamos Barrar essa Reforma!

Universidade Pública e Gratuita, Direito de Todos!

Dia nacional de paralisação nas universidades

ATO
11 de novembro
Concentração às 13h no IFCS

Andes-SN

MESA DE ABERTURA DO CONSELHO NACIONAL DO ANDES-SN

49º Conad avalia relação com a CUT

Sociólogo Chico de Oliveira e ex-presidentes participam da abertura do evento

Ex-presidentes do Sindicato Nacional, Osvaldo Maciel, Marcio de Oliveira, Luiz Henrique Schuch, Cristina Morais e Luis Carlos Lucas participaram da mesa de abertura do 49º Conad, em Brasília, que teve como tema central "Construir o projeto da classe trabalhadora: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo". O sociólogo Chico de Oliveira também prestigiou o evento e destacou que o que está em jogo na reforma universitária do governo Lula é o desmonte do único espaço de atuação da democracia no Brasil: a universidade pública. Para ele, apesar de sua formação patrimonialista e escravocrata, a sociedade brasileira conseguiu criar um sistema de ensino superior público com base dos princípios da universalização do acesso e da caracterização das instituições como públicas, gratuitas, laicas e de qualidade.

A presidente do Sindicato, Marina Barbosa, se emocionou ao comentar a trajetória de luta do Andes-SN na defesa de um modelo de universidade pública, fruto das demandas dos trabalhadores . "Ainda que no marco dos limites do sistema capitalista, essa organização sindical, essa educação, foram arrancadas da burguesia nacional e internacional com a luta dos trabalhadores. São esses os direitos conquistados por nós que o governo, hoje, quer destruir", disse, em referência às reformas universitária e sindical

Na próxima edição, publicaremos as matérias completas sobre o 49º Conad.

Colegiados

Dezessete cursos *stricto sensu* da UFRJ cobram taxas

Levantamento da pró-reitoria é apresentado ao CEPG

Caiu como uma bomba na última reunião do Conselho de Ensino para Graduados (em 5/11) a revelação feita pela pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa de que pelo menos 17 dos 84 programas *stricto sensu* da UFRJ cobram taxas de inscrição dos candidatos. São dois cursos do CCJE, um do CCMN, quatro do CCS, seis do CFCH, três do CLA e um do CT. Os valores cobrados variam entre R$ 50 e R$ 160.

O levantamento, de acordo com o pró-reitor José Luiz Monteiro, não pode ser considerado preciso, pois foi baseado apenas na leitura dos editais disponíveis nas páginas eletrônicas das unidades. Assim, pode haver até mais. Não havia qualquer informação dessa natureza, por exemplo, sobre outros nove programas da universidade. O dirigente explicou ainda que mandou providenciar o relatório por conta de um questionamento de pagamento de taxa de inscrição para o curso *stricto sensu* da Escola de Comunicação.

Ficou decidido que a comissão de legislação e normas do colegiado vai analisar toda a legislação relativa ao tema para subsidiar uma futura regulamentação. José Luiz também ressaltou que a discussão será levada às unidades, através de comunicado aos decanos, em próxima reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva da UFRJ. O pró-reitor espera que o CEPG esteja habilitado a fazer algum tipo de proposta ao Conselho Universitário dentro de duas sessões, no máximo.

Por antecipação, José Luiz Monteiro já se pronunciou contrariamente a qualquer tipo de cobrança nos cursos *stricto sensu*. Para ele, a questão não é meramente legal, mas de princípios políticos. "Estou surpreso e preocupado com esses números", afirmou.

O debate

A professora Aracéli Cristina (representante do CCJE) argumentou que não era contrária à cobrança de taxas. Segundo ela, existem vários problemas de financiamento e esse dinheiro ajuda a suprir algumas deficiências do orçamento. Se existe cobrança de taxas há mais de trinta anos em alguns locais, a professora sustenta que a sociedade já aceita esse fato como normal.

A professora Iná Elias de Castro (CCMN) afirmou que o programa do qual participa cobra taxas dos candidatos há muito tempo. Segundo ela, o dinheiro é totalmente controlado e ajuda a resolver problemas dos programas. Iná afirmou que o candidato não pode ser considerado ainda como um aluno da universidade. "Ele só paga ali (na inscrição). Depois, não paga mais nada", comentou. A conselheira falou que o candidato à pós-graduação pertence, em sua maioria, à elite e que muito mais injusta socialmente é a cobrança de taxa no vestibular. Segundo ela, mesmo quando concede a isenção, a universidade submete o aluno carente ao constrangimento de se declarar pobre.

Mariângela Menezes (Fórum de Ciência e Cultura) considerou correto que também não se cobre taxa de vestibular. Segundo ela, não se deve utilizar o expediente da taxa de vestibular para justificar a cobrança na pós-graduação. A conselheira comentou que não se pode aceitar é o repasse cada vez mais reduzido do governo em relação às universidades.

Uma das representantes do CFCH, a professora Leila Rodrigues reconhece a crise financeira vivida pela UFRJ. Essa dificuldade, porém, em seu ponto de vista, não pode ser utilizada para cobrar taxa em uma atividade-fim da universidade. Rodrigo Volcan, conselheiro discente, atribuiu o problema do financiamento ao governo federal, mas defendeu a gratuidade. "No momento em que se fala de democratizar o acesso à universidade pública, a taxa serve para restringir essa entrada", observou.

O professor José Luis Lopes (CT) disse que a cobrança deveria ser evitada. Porém, se aprovada a cobrança, as verbas deveriam ser administradas pela UFRJ, e não pelos programas.

Homenagem a Giulio Massarani

A UFRJ preparou uma permanente homenagem ao professor Giulio Massarani, falecido em setembro último. Após ter sido aprovado pelos colegiados acadêmicos, a Jornada de Iniciação Científica da universidade será oficialmente conhecida pelo nome do ex-docente do Programa de Engenharia Química da Coppe.

Em conjunto com Alberto Luiz Coimbra (que hoje dá nome à Coppe), Giulio foi entusiasta da criação da primeira pós-graduação em engenharia do Brasil, em 1963. Massarani foi também um dos primeiros professores do país a obter um título de mestre, nos Estados Unidos. Orientou 56 dissertações de mestrado e 26 teses de doutorado. Publicou mais de 200 trabalhos técnicos em revistas científicas e 20 livros. Formou ainda doutores que criaram cursos de pós-graduação em vários estados do país.

Atraso nas bolsas

O diretor de Programas da Capes, José Fernandes de Lima, entrou em contato com o pró-reitor José Luiz Monteiro e se disse preocupado com o atraso do pagamento dos bolsistas da agência. Segundo José Monteiro, o dirigente da Capes afirmou que iria tomar as providências para solucionar esse problema. O representante discente Rodrigo aproveitou para informar que alguns bolsistas chegaram a ficar sem o dinheiro até o dia 26 do mês passado.

Comissão mista CEG/CEPG tem novos nomes

O plenário do CEPG indicou os nomes dos professores Hatisaburo Masuda e Paulo Buckup para completar a representação do colegiado na comissão mista CEG/CEPG que, entre outras tarefas, terá o desafio de iniciar o debate conjunto da alocação de vagas docentes.

Comissões do CEPG mostram serviço

Foi apresentado um breve relato de atividades das diversas comissões montadas pelo CEPG. Em linhas gerais, os grupos discutem a revisão das resoluções do próprio colegiado, a participação de professores aposentados e colaboradores externos nos programas e o cadastramento dos cursos *lato sensu* no sistema de gerenciamento acadêmico da universidade.

Foi especialmente comemorado o trabalho da comissão formada para o acompanhamento dos cursos com conceito 3 na avaliação da Capes. Após a última avaliação da agência, a UFRJ possui apenas 9 programas com essa nota, sendo três novos. Sobre um dos seis cursos restantes, o fato de o programa da Faculdade de Educação não ter sofrido descredenciamento também foi considerado como uma vitória, depois da conhecida crise local.

Por conta disso, foi aprovada a criação de uma comissão permanente de acompanhamento dos programas *stricto sensu*.

Plano Nacional de Pós-Graduação

A professora Maria da Graça Fonseca foi designada pelo colegiado para a tarefa de resumir o documento que está circulando no meio acadêmico sobre o próximo Plano Nacional de Pós-Graduação. A conselheira deve apresentar seu relatório na sessão deste dia 12/11.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG não apóia boicote ao Enade

Colegiado, no entanto, estimula a luta estudantil

Integrantes da Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute) – grupo que luta contra a reforma universitária – estiveram presentes na sessão do Conselho de Ensino de Graduação, na última quarta-feira (3/10). Os alunos reivindicaram apoio do colegiado para um boicote que está sendo preparado em relação ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) do MEC.

O assunto não estava previsto na plenária, mas foi incluído como ponto extrapauta, após votação dos presentes. Representante discente no CEG, Thiago Hastenreiter leu uma carta elaborada pela Comissão de Boicote ao Enade. Para Hastenreiter, realizar o exame e obter a nota máxima é legitimar o processo de destruição do ensino público brasileiro.

A professora Ana Canen, do Centro de Filosofias e Ciências Humanas, ressaltou que não é positivo boicotar um modelo novo. A representante do CFCH considera o propósito do exame positivo e acrescentou que o Enade estaria aproveitando o lado bom do Provão (teste que era realizado no governo de Fernando Henrique Cardoso). Ana Canen afirmou que a prova não terá ranking e não será realizada apenas no final do curso.

O representante do CT Ericksson Almendra fez um discurso contra o boicote: "Como eu posso ser contra a avaliação? Qual seria a lógica do campeonato brasileiro de futebol se não houvesse um campeão? A comparação está na cultura do nosso povo". Entretanto, Ericksson sugeriu aos estudantes que sustentem a posição do movimento "até as últimas conseqüências".

Marcelo Macedo Corrêa e Castro, também representante do CFCH, considerou que, para o movimento estudantil, está claro que a reforma tem o propósito de destruir as universidades públicas, mas disse ainda não estar totalmente convencido.

Thiago Hastenreiter respondeu que, diferente do que havia dito Ana Canen, o Enade designará conceitos aos cursos e que, "uma vez legitimado, será muito mais difícil combater o Enade".

Os integrantes do CEG votaram contra o apoio oficial ao boicote por considerarem que a instituição não pode tomar uma posição contra a avaliação. No entanto, os conselheiros não se mostraram totalmente favoráveis à reforma universitária e estimularam os alunos a continuarem com o movimento.

CEG estabelece calendário de atos acadêmicos

Foi aprovada pelo CEG a resolução que estabelece o calendário dos atos acadêmicos relativos ao ano letivo de 2005. O documento não foi aprovado na íntegra, pois os conselheiros divergiram em relação ao lançamento de notas. Os professores discutiram o aumento do prazo para este ato acadêmico, o que acarretará numa redução do tempo para a Divisão de Registro de Estudante (DRE) atualizar a situação dos alunos. Também foi indicada a possibilidade de uma redução do período em que os alunos poderão trancar uma disciplina.

UFRJ

Decisão sobre Armênio sairá esta semana

O parecer relativo ao processo administrativo disciplinar a respeito do diretor da Faculdade Nacional de Direito (FND), Armênio Cruz, deverá ser divulgado nesta semana pelo Ministério da Educação (MEC) e poderá resultar na sua demissão. O prazo final do parecer se encerrou na última quarta-feira (3/11), mas segundo o diretor do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), Pedro Duarte, o feriado prolongado da semana passada protelou a decisão do MEC. Armênio é acusado de irregularidades administrativas e perseguições políticas.

No dia 27/10, os estudantes da FND se reuniram com o ministro da Educação, Tarso Genro, e com o responsável pela Secretaria de Educação Superior, em Brasília, para pedir o afastamento definitivo do diretor. Os integrantes da CACO encerraram a última semana em contato permanente com o gabinete do MEC para acompanhar o andamento do processo.

Apesar da ansiedade pela retirada de Armênio Cruz, Pedro Duarte informou que nenhuma manifestação está sendo programada pela CACO devido ao fato do período acadêmico estar próximo do fim: "Fica difícil mobilizar os alunos num período que estamos voltados para apresentação de trabalhos, provas e seminários. Mas estaremos sempre atentos a qualquer novidade no que diz respeito a decisão do MEC", afirmou ele.

Armênio foi temporariamente afastado pelo reitor Aloisio Teixeira, após a instalação do processo administrativo, para que fossem apuradas as denúncias contra ele. Mas o diretor conseguiu uma liminar na Justiça para voltar ao cargo na faculdade.

Prorrogadas inscrições da CPPD

Por falta de candidatos para todas as vagas da Comissão Permanente de Pessoal Docente, a comissão eleitoral prorrogou o período de inscrições para esta segunda-feira, dia 8, até 15h. Até o dia 3, onze docentes se inscreveram para o processo na secretaria da CPPD e só não havia inscritos para a representação dos docentes auxiliares e para as representações do CCJE e do CLA.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Resenha

Reunião pela leitura

Preocupados com a queda de 8% da venda de livros no Brasil, em relação ao ano passado, livreiros e editores se reuniram no fim de semana retrasado em Porto Alegre para pensar estratégias que revertam essa redução. Editoras e livrarias movimentaram em 2003 cerca de R$ 3,3 bilhões - foram lançados 35.590 livros e o faturamento total foi de R$ 2,363 bilhões. Segundo dados das editoras, 16% da população concentra em casa 73% dos livros. Metade dos livros lidos não são comprados, dois terços dos compradores pertencem às classes B e C, e 58% deles se concentram em seis estados do Sul e do Sudeste (Folha Online, 27/10).

Lei para alunos surdos

A Secretaria de Educação Especial do MEC encaminhou uma proposta ao ministro Tarso de incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos currículos dos cursos de formação de professores (de nível médio e superior) e de Fonoaudiologia. Dados do MEC mostram que, em 2003, 56.024 alunos surdos freqüentavam o ensino fundamental e 2.041, o médio. Somente 3,6% do total conseguiram concluir a educação básica, o que comprova a exclusão escolar provocada pelas barreiras na comunicação entre alunos surdos e professores (Folha Online, 1/11).

Governo ignora trabalhador

O chefe do departamento de Negociações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores, Regis Arslanian, confirmou que o governo brasileiro desconhece os efeitos, na vida do trabalhador, do tratado de livre comércio que vem negociando com a União Européia. Apesar disso, tanto o Mercosul quanto a União Européia já oficializaram suas propostas, que têm efeitos nada desprezíveis sobre a vida dos cidadãos (http://www.jubileubrasil.org.br/alca/uedesemprego.htm 4/11, às 13h20).

Estudo revela ilegalidade

A advogada Lara Lorena Ferreira lançou, pela Seção Sindical dos Docentes da USP (Adusp), o caderno *Fundações privadas x Universidade pública*, que consiste num estudo quanto à legalidade de docentes daquela universidade ocuparem cargos em fundações privadas ditas "de apoio". Lara conclui ser "ilegal impor obrigações aos servidores públicos (art. 10 da Lei estadual nº 10.261/68), no exercício da chefia ou não, a quaisquer atividades que não lhe são afetas por determinação legal, como participar de atos de fundações privadas, que não são atividades-fim ou atividades-meio da Universidade" (Informativo da Adusp, 19/10).

Andes-SN

Seminário discute organização sindical

Antecedendo o 49º Conselho Nacional do Andes-SN, cerca de 80 professores universitários debateram a reforma sindical do governo Lula. Para o vice-presidente do Sindicato, Paulo Rizzo, a atuação da Central e de parte dos dirigentes sindicais que apóia as reformas governistas se constitui em "novas formas de peleguismo". Abrindo o seminário, o professor chamou a atenção para o fato de que existem hoje no movimento sindical cutista "forças a serviço do patrão" que apostam na desorganização do conjunto dos trabalhadores e na quebra da unidade das categorias. Rizzo afirmou que o movimento docente não vai aceitar que o governo Lula implemente a divisão entre os professores. "Este Conad representará a unidade do movimento docente", garantiu.

A opinião sobre a tese de que o governo federal trabalha na linha do "dividir para governar" foi compartilhada pelos dois palestrantes do evento. Eduardo Alves, da Confederação Nacional dos Servidores Federais (Condsef), acredita que o movimento sindical se encontra na fase "central" do período neoliberal que, se durante os anos 1990, apresentou resistência por parte dos trabalhadores, no último período, particularmente no governo Lula, revela a cooptação de lideranças e do conjunto do sindicalismo. Para Eduardo, a reforma sindical de Lula vai intensificar o que chamou de 'sindicalismo de Estado', surgido nos anos 1930, com o varguismo, e intensificado durante o regime militar. O palestrante lembrou que, há cerca de um mês, o governo encaminhou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional e um projeto de lei que agrupa outros seis projetos apresentados por parlamentares governistas sobre a reforma da estrutura sindical brasileira e que retrata as negociações entre governo, empresários e centrais no Fórum Nacional do Trabalho. Pela PEC, para se constituírem "legalmente", os sindicatos terão que obter a chancela do Conselho Nacional de Relações do Trabalho. "A Justiça do Trabalho continuará atuando para resolver os impasses nas negociações, mas, para representar os trabalhadores, o sindicato terá que atender a uma série de exigências do Conselho e de um 'estatuto mínimo' que será determinado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE)".

Mudanças atingem organização do Andes-SN

O palestrante chamou a atenção para algumas mudanças que irão atingir em cheio a liberdade de organização dos sindicatos, em especial, a do Andes-SN, que se estrutura de forma horizontal ou por local de trabalho, a partir das suas seções sindicais. "Os sindicatos atuais (incluindo o Andes-SN) poderão continuar a atuar desde que se organizem neste novo modelo que é o da pluralidade sindical e não o da liberdade sindical". Isso significa que será proibido, na lei, a auto-organização dos trabalhadores e caberá ao Estado o poder de autorizar o funcionamento de um ou mais sindicatos representantes de uma mesma base de trabalhadores. "A proposta do governo não representa a unicidade sindical, mas a tese da corrente majoritária da CUT que defende o sindicalismo orgânico, só que, agora, um sindicalismo orgânico não vinculado à Central, mas ao Estado".

Por unicidade sindical entende-se a exclusividade de representação de uma entidade, tal como acontece com os professores universitários filiados ao Andes-SN. Com a reforma, o governo garantiria a unicidade, mas a entidade representativa teria que cumprir "certos requisitos" e incorporar o estatuto padrão definido pelo MTE.

Ataque ao Andes-SN

Eduardo Alves comentou, ainda, o movimento governista para destruir o Andes-SN. Segundo ele, este tipo de articulação faz parte de um projeto de afirmação do neoliberalismo com o propósito de incutir nos trabalhadores a idéia do fim do projeto de classe. "Como na ditadura, ou você é contra ou a favor do Brasil, ou é contra ou a favor do desenvolvimento. E, nós, (os que não aderem aos projetos governistas e a conseqüente perda de direitos) somos os conservadores".

Mídia presta desserviço ao público

O palestrante criticou o uso da mídia para consolidar a idéia de que o setor público não funciona no Brasil e que a alternativa, no limite, estaria na privatização de todos os serviços públicos. Eduardo fez referência ao novo programa da rede Globo, Os Aspones, no qual as personagens são caracterizadas por estereótipos que ressaltam a malandragem, a inoperância, a corrupção etc. Para ele, a tarefa de enfrentar essa disputa ideológica com o governo e os setores privados é fundamental para o movimento sindical, em especial, o dos servidores.

Andes-SN e o movimento sindical

Marcio de Oliveira, Secretário Geral do Andes-SN, historiou o processo de construção da entidade representativa dos professores universitários, desde a criação dos Encontros das Associações Docentes até a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e, posteriormente, a sua transformação em Sindicato Nacional (1988). Segundo Márcio, desde o início da organização do sindicato, já havia no movimento docente divergências entre dois grupos. Um que queria romper com a estrutura sindical varguista e outro que, apesar de defender a liberdade sindical, não aderia completamente à Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho e aceitava a unicidade sindical.

Estes dois movimentos deram origem, segundo Márcio, de um lado a CUT, com as teses de ruptura, e do outro, as centrais CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e, posteriormente, a Força Sindical. "É falso dizer que o Andes-SN nasceu como um modelo de objetivo corporativista ou para resolver exclusivamente as questões da universidade. Ele nasceu em meio a essas discussões que envolviam o conjunto do movimento sindical e seus rumos".

Conclusões

À tarde, as atividades do seminário prosseguiram com a divisão dos presentes em grupos de trabalho que encaminharam a uma plenária final uma série de conclusões sobre o debate da manhã. Entre as conclusões aprovadas pelos presentes estão a posição contrária e um movimento de combate ao projeto de lei e à PEC da reforma sindical. Outra conclusão do grupo foi a necessidade de que o movimento amplie a discussão sobre a reforma sindical e também a trabalhista com o objetivo de produzir documentos que tratem em profundidade as diversas alterações e perdas de direitos advindos das duas reformas.

Frente ao movimento sistemático do governo Lula, a articulação entre as reformas universitária e trabalhista foi outra conclusão do seminário. Segundo os participantes, a introdução da Lei de Inovação Tecnológica e a manutenção das gratificações produtivistas são elementos que preparam para a precarização do trabalho docente nas universidades públicas.

Do seminário, resultou, ainda, a avaliação de que enquanto o movimento docente trabalha com as reformas partindo das suas alterações no mundo do trabalho, ou pela ótica dos trabalhadores, o governo trabalha as reformas a partir da lógica do mercado de trabalho, ou da produção capitalista.

Grupo de Política e Formação Sindical organiza o evento

O seminário foi organizado pelo GTPFS (Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical do Andes-SN) e foi pensado, segundo um dos seus coordenadores, Edmundo Fernandes Dias, como um instrumento para promover o debate e ampliar a informação sobre o conteúdo das reformas sindical e trabalhista. O professor fez questão de destacar o papel que terá o Fundo Solidário de Promoção Social, previsto no projeto de lei da reforma sindical. "Será um órgão gestor do Conselho Nacional de Relações do Trabalho e terá como competência definir critérios para agregação dos trabalhadores por setores e ramos de atividade econômica".

De acordo com o projeto do governo, a cada oito anos, este Fundo poderá propor novos critérios para a organização sindical no país. Para Edmundo, esta proposta tem como objetivo central a reconstrução do Estado e a redefinição das classes sociais. "Esta reforma aprofunda o projeto do governo Fernando Henrique Cardoso e divide o mapa do Brasil por eixos de acumulação capitalista e redefine a classe trabalhadora como classe do capital e não mais como uma classe para o capital". Isto significa, na opinião do professor, a tentativa de eliminar as contradições entre as classes sociais, fazendo com que os trabalhadores passem a assumir, de forma subordinada e disciplinada, os mesmos valores dos empregadores, sejam do setor privado, sejam do governo.

A Adufrj-SSind participou do seminário representada pelos professores Walcyr de Oliveira Barros, Salatiel Menezes e Janete Luzia Leite.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 162 • 16 de novembro de 2004

Centros têm candidatos para a CPPD **Página 3**

Escola de Música enfrenta problemas e diretora comenta críticas de parte da comunidade **Página 5**

Entrevista Chico de Oliveira comenta reformas do governo e os movimentos de resistência **Página 8**

Leia a carta final do 49º Conad **Página 9**

Em todo o país, estudantes boicotam novo Provão **Página 10**

Secundaristas sofrem repressão de direção da Ames **Página 11**

Conad indica discussão sobre desfiliação da CUT **Página 12**

Fotos: Guilherme Lessa

Movimentos se unem contra a reforma universitária

Estudantes, professores e servidores tomam ruas do Centro e realizam manifestação contra reforma universitária no último dia 11. A data marcou o Dia Nacional de Paralisação e Luta em todo o país. No Rio, os protestos começaram com atividades culturais e uma aula pública em frente ao IFCS, no Largo do São Francisco. À tarde, secundaristas e universitários realizaram um grande ato em frente à Representação do MEC, na Araújo Porto Alegre.

Páginas 6 e 7

Adufrj-SSind

Assembléia indicou participação no ato do dia 11

Montada comissão para discutir relação do Andes-SN com a CUT

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 9 de novembro, realizada no Salão Moniz de Aragão, no Fórum de Ciência e Cultura, decidiu aprovar a participação dos professores da UFRJ nas manifestações contra a reforma universitária do dia 11. A seção sindical, também de acordo com a deliberação da AG, pôde apoiar, no que foi possível, a realização do ato da semana passada em frente à representação do MEC no Rio de Janeiro. Em função do grau de mobilização encontrado na universidade, os professores decidiram que não deveriam paralisar os trabalhos acadêmicos naquela data.

Encaminhamentos do 49º Conad

A diretoria do sindicato prestou informações sobre o 49º Conselho Nacional do Andes-SN, realizado entre os dias 5 e 7, em Brasília (DF). Como único ponto passível de deliberação após o Conad, a Assembléia indicou a participação da Adufrj-SSind na Marcha do dia 25 de novembro, na própria capital federal. O evento do fim do mês deve mobilizar milhares de pessoas contra as reformas universitária e sindical. Além disso, a manifestação vai cobrar do governo federal uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

Mais sobre o 49º Conad pode ser lido nas páginas 8,9 e 12.

Informe sobre mobilização estudantil

Integrante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Pedro Martins informou sobre a mobilização do segmento discente para o dia 11. “O DCE está passando de sala em sala para avisar sobre o ato do dia 11”, disse.

Agenda Sindical

18/11 - Encontro pós-49º Conad Campos (RJ) - Na Uenf, de 9h às 18h

25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo

25/11 - Reunião do setor das IFES ***Brasília (DF)***, na sede do Andes-SN.

26/11 - Plenária Nacional de SPF ***Brasília (DF)***

26/11 - X Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN ***Brasília (DF)***

26 e 27/11 – Encontro Nacional do Coletivo Jurídico do Andes-SN
Local não confirmado

Anote

Décimo curso anual de comunicação sindical

De 1º a 5 de dezembro, ocorre na sede do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, no centro da cidade, o décimo curso anual do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). O NPC é formado por um grupo de jornalistas, professores, formadores, ativistas sindicais e representantes de movimentos sociais de todo o país interessados em uma comunicação voltada para a construção de uma sociedade melhor.

Com o tema “Comunicação, Ideologia e Política na batalha da hegemonia”, os organizadores do evento pretendem promover uma ampla abordagem das relações entre a mídia e os movimentos sociais, entre outros pontos.

Por conta dos dez anos de êxito do curso, será lançada uma agenda comemorativa com cerca de 2,5 mil pequenas notícias, distribuídas entre todos os dias do ano e acompanhadas de mais de 450 ilustrações. Elas servirão de referência para a necessária reflexão cotidiana frente às opressões culturais, econômicas, políticas e sociais. A publicação vai custar R$ 23.

Mais informações pelo *e-mail:* npiratininga@uol.com.br.

Movimento

Dia Nacional da Consciência Negra

O Sintufrj antecipa para este dia 18, no Auditório do Centro de Tecnologia, uma série de atividades para lembrar na universidade a data de 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra), que cai num sábado. Confira abaixo a programação:

A partir das 10h - Exposições diversas – Agendas, bijouterias, objetos de decoração, bolsas, roupas, quadros

13h às 13h30 - Mesa de Abertura: Sintufrj, Secretaria de Combate ao Racismo da CUT, Fasubra, reitoria da UFRJ, Conei (Comunidade Negra do IFCS), Adufrj-SSind

13h30 às 14h - Exibição de um curta sobre a luta do Movimento Negro Brasileiro

14h às 16h30 - Debate: “Ações Afirmativas: Promoção de Políticas de Igualdade Racial”, tendo como convidados: Hélio Santos (Universidade São Marcos); Haroldo Antônio da Silva (Movimento Negro Unificado); Isabel Cristina Baltazar (diretora da CUT-RJ) e Jupiara Castro (direção nacional da Fasubra - Coordenação das Estaduais).

16h30 - Desfile de trajes típicos da África

17h - Apresentação do Jongo da Dona Su e crianças do Ação e Cidadania

18h - Apresentação do Grupo de Cultura Popular “pé de chinelo”

19h - Encerramento e entrega da premiação do Torneio Zumbi dos Palmares

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Centros têm candidatos para a CPPD

Eleições acontecem de 16 a 19, em todos os centros

Dos 14 professores inscritos para as eleições da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), que ocorrerão entre os dias 16 e 19 de novembro, 13 serão eleitos. O fato se deve ao critério de disponibilidade de vagas na comissão, que admite um professor titular e um suplente de cada Centro. Também terão direito a duas cadeiras o Fórum de Ciência e Cultura (FCC), o Colégio de Aplicação (CAp), os representantes discentes de graduação e os de pós-graduação.

Entre os candidatos, nove serão representantes de Centro. Márcia Botelho Junqueira é a única inscrita pelo Centro de Letras e Artes (CLA), assim como Antonio Macdowell de Figueiredo pelo Centro de Tecnololgia (CT) e Luis Otavio de Figueiredo Façanha pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE).

Já o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) tem dois inscritos: Miguel Alexander Novak e Ricardo Borges Barthem. Eleitos, um deles será o titular na CPPD e o outro o suplente. Os mesmo acontecerá com o CCS (Alane Beatriz Vermelho e Elizabeth Accioly) e com o CAp (Célia Brito Teixeira Gama e Miriam Abduche Kaiuca) que tiveram dois professores interessados em fazer parte da comissão.

Além dos representantes de Centro, também haverá representantes de categoria, respeitando o mesmo critério (um titular e um suplente) para cada vaga oferecida. As categorias que terão representação serão as de professor titular, professor adjunto e professor assistente.

Leslie Benchetrit (CCS) concorre como candidato único à representação dos Titulares e Rosane Mara Pontes de Oliveira (CCS) à dos Assistentes. Não houve inscrição para a categoria dos assistentes. Já os representantes dos professores adjuntos só serão conhecidos após pleito. Três docentes se inscreveram para as vagas de titular e suplente de professor adjunto: o conselheiro da Adufrj-SSind Luis Paulo Vieira Braga (CCMN), Denise Fernandes Lopez Nascimento (CCS) e Paulo César Alves Carneiro (CCS).

Após as eleições, os novos integrantes votarão para escolher o presidente e seu vice na comissão, que terá 60 dias para realizar novo processo eleitoral para preencher os cargos vagos. O prazo de inscrição chegou a ser ampliado do dia 3 de novembro para o dia 8 mas ainda assim o número de candidatos foi insuficiente.

A atual composição está com seu mandato vencido desde julho de 2003 e o processo eleitoral foi feito com um prazo curto de divulgação.

Os representantes que chegarem terão, entre outras atribuições, a de encaminhar para a decisão final do reitor os assuntos que dizem respeito diretamente à vida funcional dos professores da universidade. Serão eles que cuidarão diretamente dos processos que envolvem atribuição e alteração de regime de trabalho, acumulação de cargos e empregos, estágio probatório, avaliação de desempenho, progressão funcional e ascensão por titulação, funcionando muitas vezes como uma procuradoria do servidor.

A CPPD é uma instância ligada diretamente ao gabinete do reitor, realizando um trabalho de assessoramento, formulação e acompanhamento da política de pessoal docente. A origem da comissão é o decreto presidencial 94664 (23 de julho de 1987) que criou duas comissões para tratar de problemas funcionais de professores e funcionários: a CPPD e a Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo (CPPTA).

Cartas

Sr. Redator

Na edição do dia 25/10/2004 o jornal da ADUFRJ publicou uma matéria intitulada “Mais respeito, CAPES!” na qual transcreve uma carta atribuída aos estudantes de alguns programas da UFRJ.

Na referida carta os estudantes reclamam do atraso das bolsas e fazem referência a falta de comunicação e a falta de justificativa por parte da CAPES.

Por entendermos que essas discussões feitas sem base em informações concretas além de inadequadas para a academia, podem deixar intranqüilos os nossos bolsistas que hoje já ultrapassam o número dos 22 mil beneficiários, e em respeito ao princípio da transparência administrativa, esclarecimentos corretos devem ser repassados aos bolsistas: No pagamento das bolsasCAPES correspondente ao mês 09/2004, oitenta e seis (86) bolsistas, dentre eles dezesseis (16) da UFRJ deixaram de receber seus pagamentos em dia porque forneceram informações incompletas sobre as contas bancárias ou número do CPF. Detectada a falha, todos foram contatados por e-mail, via pró-reitorias e/ou por ofício, via coordenações dos programas. Sessenta (60) dessas pendências foram resolvidas rapidamente e os pagamentos correspondentes foram efetuados imediatamente. Os outros vinte e seis (26) alunos ainda continuam com informações incompletas e portanto impossibilitados de receber os seus pagamentos.

O pagamento da folha correspondente ao mês 10/2004 já foi efetivado. Desejosos de que os nossos bolsistas tenham a tranqüilidade necessária para realização dos seus trabalhos, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos nos telefones endereços listados no sítio www.capes.gov.br.

Atenciosamente

Prof. José Fernandes de Lima

Diretor de Programas da CAPES

Marcha em defesa do Programa de Educação Tutorial (PET)

No dia 10, foi realizada manifestação em defesa do Programa de Educação Tutorial (PET), atualmente ameaçado de descontinuidade pelo MEC. A marcha se deslocou até a sede do ministério e, em seguida, ao Congresso Nacional, para acompanhar a audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre a questão. A Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Brasília participou do ato.

O programa enfrenta graves dificuldades, como o não-pagamento dos tutores, a paralisação das discussões quanto à expansão do programa e a contínua ausência de autoridades representativas do MEC aos eventos oficiais do PET.

Fonte: ADUnB

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Colegiados

CEG reconhece direito de estudante

Estudante está há quase um ano sem o grau. Chefe de departamento se nega a incluir disciplina

O recurso da aluna Edilene Araújo de Matos, da Escola de Música, que cursou uma disciplina e não teve sua nota lançada pelo chefe de departamento, foi o assunto que ganhou o maior enfoque no encontro da última quarta-feira (10/11) do Conselho de Ensino de Graduação (CEG). O caso da aluna sensibilizou os conselheiros. Edilene estava no quarto período quando freqüentou a disciplina e, como não teve sua nota incluída no sistema, não pôde se inscrever em outras que exigiam pré-requisito. Como o impasse já se prolonga por quase dois semestres, a estudante está com matérias atrasadas.

O professor Ericksson Rocha e Almendra, do Centro de Tecnologia, falou ao jornal da Adufrj que o chefe de departamento da disciplina, Afonso Ribeiro, se negou a lançar o conceito da aluna por ser contra a existência do curso de licenciatura. Ericksson fez uma investigação em relação ao recurso - que já havia sido aceito pela Câmara Discente - e levou as informações para a apreciação do CEG, que aceitou incluir o tema como extrapauta.

Os integrantes do colegiado levaram em consideração o momento conturbado que a Escola de Música está passando ao analisar a questão. O representante do Centro de Filosofias e Ciências Humanas (CFCH) Marcelo Macedo Corrêa e Castro iniciou o debate se dizendo favorável ao "reconhecimento de tudo aquilo que o aluno já cursou". O professor acrescentou que um chefe de departamento que não cumpre decisões superiores deve ser afastado: "Ele está extrapolando o direito de chefiar".

A declaração de Marcelo recebeu apoio de outros conselheiros. Para Ana Maria de Almeida Ribeiro, representante dos Técnico-Administrativos: "Não há justificativa para este tipo de procedimento". Já Ana Canen, do CFCH, considera que houve descuido do departamento.

Ana Maria Borralho, a representante do CCS que presidiu o Conselho devido a ausência do pró-reitor José Roberto, lembrou que o colegiado tem prerrogativas para obrigar que a direção lance a nota desta aluna: "Todo chefe de departamento tem que obedecer sua congregação".

O CEG estabeleceu um novo parecer determinando que a diretora da Escola de Música lance a nota da aluna, informando que a não realização da mesma resultará nas sanções pré-estabelecidas.

Recursos indeferidos

O CEG votou contra dois recursos que foram levados ao colegiado na última sessão, nos quais candidatos que perderam o prazo de matrícula na UFRJ reivindicaram as vagas. Um deles foi de Rafael Freitas, aprovado no curso de Serviço Social, mora sozinho no Rio de Janeiro numa instituição da Marinha, foi transferido sem aviso prévio e só teve acesso ao telegrama que o informava a sua reclassificação treze dias depois do recebimento. A carta ficou retida pela Marinha durante este período. Entretanto o colegiado entendeu que era obrigação do candidato acompanhar o processo de reclassificação, sem depender do telegrama.

O outro caso foi de Audinete Souza da Mota, que estava em Brasília no dia da inscrição para o curso de Letras Português-Francês, resolvendo uma questão judicial com a Aeronáutica. A candidata se disse pobre e dependente da pensão para sobreviver. Ela pediu para ser considerado também que não possuirá recursos para se inscrever novamente no vestibular deste ano.

O CEG considerou que Audinete poderia ter encaminhado uma procuração para que outra pessoa fizesse a inscrição no seu lugar e foi unânime em votar contra o recurso.

Dignidade Acadêmica

O CEG irá sugerir ao Consuni algumas alterações em relação à resolução referente ao prêmio de Dignidade Acadêmica. O ponto consensual que os conselheiros desejam modificar é o fato de os alunos precisarem solicitar a premiação para que possam receber o mérito. A resolução deverá voltar a ser discutida na próxima sessão, sendo incluída como primeiro ponto de pauta.

Atenção

Autorizado concurso para professores

Foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro a portaria nº 293 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que autoriza a realização de concurso para 2,7 mil cargos de professores, sendo 2,5 mil destinadas à carreira de 3º grau e as 200 restantes para a carreira de 1º e 2º graus. A nomeação dos candidatos aprovados ocorrerá a partir de julho de 2005.

Nas instituições federais de ensino superior em que o número de docentes na classe de Professor Titular representar menos de 10% do total de seus docentes de 3º grau, ficará facultado o provimento de cargos para esta classe. Nos casos em que o aprovado para a classe de Professor Titular for docente integrante do quadro de pessoal de ensino superior da instituição, ficará autorizada a realização de concurso na classe de Professor Adjunto para suprir a vaga liberada.

O MEC divulgará o quantitativo de vagas destinada a cada instituição federal de ensino. A publicação de edital de abertura do concurso público pela instituição interessada deverá ocorrer no prazo de até seis meses contado a partir da data de publicação desta portaria.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

UFRJ

Escola de Música sem harmonia

Unidade enfrenta diversos problemas

Uma unidade longe da harmonia. Assim pode ser definida a Escola de Música da UFRJ nas últimas semanas. Questionamentos sobre a Congregação, divisão interna de professores, alunos sem aula e funcionários postos em disponibilidade são alguns dos ingredientes desta mistura nada interessante para a universidade. Como pano de fundo, um ambicioso projeto de reforma do prédio, localizado na Rua do Passeio, pode estar prestes a sair do papel.

A diretora Harlei Aparecida dá detalhes dos planos de revitalização do local, aprovado em Congregação em 16 de janeiro deste ano: segundo ela, uma parceria já firmada com a Petrobras no valor aproximado de R$ 11 milhões vai possibilitar a revitalização do prédio I da unidade, pequenas reformas no segundo prédio (de aulas) e a derrubada seguida de reconstrução de um terceiro prédio da Escola – este passaria dos atuais dois para seis andares, sendo um deles de subsolo.

De acordo com a professora, o projeto permitirá a criação de um biblioteca planejada (hoje, o acervo da Escola está fragmentado em vários setores do prédio de aulas, sem o devido acondicionamento). Será feita ainda a climatização do prédio e a reformulação do principal salão da unidade, conhecido como Leopoldo Miguez, que abriga as grandes apresentações musicais do local e que também carece da falta de condicionadores de ar. O centro acadêmico vai ganhar um novo espaço e a área de trabalho dos técnico-administrativos será reorganizada. Elevadores novos, inclusive um especial para deficientes, serão instalados no prédio I e no terceiro.

A expectativa da diretora é que as autorizações finais para o início das obras sejam liberadas até o fim do ano pelo Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC) da prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde o processo está tramitando. Em seguida, os recursos da companhia petrolífera seriam encaminhados via Ministério da Cultura.

Projeto antigo caiu em exigência

E as divergências começam já neste projeto de reformulação da Escola. Um planejamento anterior à gestão da diretora Harlei, também aprovado em Congregação, previa a criação de um Museu da Música no prédio I e a construção de um anexo, ao lado da unidade. Acontece, segunda a diretora, que isso esbarrava em dois problemas: o anexo dependia de autorização da prefeitura para obras em logradouro público e, mais que isso, haveria a destruição do painel "Paisagem Urbana" do artista Ivan Freitas, pintado na parede lateral do prédio e tombado em 2002. O artista, ao saber das intenções da Escola, promoveu um movimento de protesto na mídia e emperrou a tramitação do projeto no Ministério da Cultura. Segundo a diretora, esse impasse motivou a confecção do novo projeto, que considera mais abrangente, embora não contemplasse a existência de um museu dentro da unidade. Ainda de acordo com a professora, os cerca de R$ 3 milhões já captados para esta iniciativa original estão parados na Fundação Universitária José Bonifácio e serão utilizados para o novo projeto, tão logo a reforma seja autorizada.

Kelvin Melo

PAINEL NA PAREDE LATERAL FOI UM DOS FATORES QUE INVIABILIZARAM O PROJETO ORIGINAL DE REFORMA

Congregação

Sobre questionamentos da condução da diretoria em relação às Congregações, Harlei atribui a culpa de alguns atrasos na aprovação das atas a um grupo de professores que, recentemente, passou a exigir documentos muito detalhistas com transcrições de algumas falas de representantes e até de convidados das sessões. "Antes de 2004, as atas tinham duas ou três páginas, em média; agora, têm 30 ou 40. Os funcionários não têm como dar conta (nesses prazos)", afirmou. Segundo Harlei, a composição da Congregação segue rigorosamente o estatuto da UFRJ de 2002 e só não existe a representação dos ex-alunos. "Pois não temos uma associação de ex-alunos. Só de ex-professores", comentou.

Alunos sem aulas

Bem mais sério é o problema de alunos sem aulas nos cursos de licenciatura da unidade ligados ao Departamento de Instrumento de Sopro. Segundo a diretora, também antes de sua gestão, uma comissão de cursos de licenciatura formulou novas ementas, vinculando uma habilidade específica à licenciatura, tal como ocorre no bacharelado. A proposta foi apresentada ao conselho departamental da unidade e aprovada em Congregação. Só que o departamento mencionado argumenta que não participou da criação da ementa das licenciaturas do seu setor. "Os alunos se inscreveram e os professores resolveram dizer que não vão dar aulas", observou a diretora. Ainda segundo ela, o Conselho de Ensino de Graduação já se manifestou favoravelmente à existência dos cursos, mas ainda assim os professores não foram demovidos de sua posição. A diretora espera o resultado de uma consulta à procuradoria da universidade, feita em junho deste ano, para tomar as devidas providências. Ela tem conhecimento que os alunos sem aulas estão entrando com processos na pró-reitoria de Graduação da UFRJ.

Centro Acadêmico fala dos problemas

Representante discente no Consuni e integrante do centro acadêmico da Escola de Música, Victor Neves observa que o projeto atual de reforma da unidade apresenta alguns avanços graças às reivindicações estudantis. Ele não considera a iniciativa o modelo ideal, pois acredita que a manutenção e o investimento nos prédios da universidade deveriam ser feitos com recursos orçamentários – e não com o auxílio de uma empresa. Victor afirma, porém, que o atual planejamento é bem melhor que o anterior, que criava o museu da música e reformava o salão Leopoldo Miguez. Segundo ele, além de limitado, o antigo acordo com a Petrobras deixaria o salão da universidade à inteira disposição da orquestra própria da companhia petrolífera. Já pelo novo plano, o calendário de apresentações da orquestra da Petrobras na Escola deverá ser reduzido e submetido à Congregação da unidade, assim como qualquer outra apresentação avulsa.

Sobre os problemas que envolvem as licenciaturas, Victor explica que o centro acadêmico defende o direito de os professores recorrerem a todas as instâncias acadêmicas para suas críticas. Só que eles não deveriam parar de dar aulas. "Os alunos estão revoltados", comentou. O estudante confirma ainda que existem professores pedindo o detalhamento das atas das Congregações.

Funcionários postos em disponibilidade

Outro ponto de tensão na unidade foi a ação da diretora de pôr três funcionários em disponibilidade, a partir de setembro. A diretora alega que dois deles não estavam rendendo em suas tarefas e o terceiro, integrante da coordenação do Sintufrj, não estaria comparecendo para os seus afazeres.

Em suas publicações semanais, o sindicato defende que os funcionários da Escola de Música estão sendo postos à disposição pela direção sem uma justificativa plausível. Esse tem sido o assunto de reuniões que o Sintufrj vem promovendo com os servidores do local. O sindicato também observa que, apesar de terem sido postos à disposição, os funcionários receberam avaliações positivas. Por isso, existe a desconfiança de perseguição política. "Todos os que foram postos à disposição tiveram avaliação positiva. Isso é muito contraditório", afirmou Carlos Alberto, coordenador do Sintufrj posto em disponibilidade, no Jornal nº 636 da entidade, da última semana de setembro.

A diretora nega que esteja perseguindo os servidores e acrescenta que, antes da greve deste ano, já havia entrado em negociação com os funcionários para tentar contornar a situação. Harlei explicou ainda que esperou o movimento grevista acabar para tentar nova negociação, mas mesmo apesar de buscar o remanejamento de alguns deles para outros locais da própria unidade ou de fora, não restou outra alternativa que não fosse a medida da disponibilidade.

Movimento

Movimentos realizam passeata contra a reforma universitária

Forte aparato policial cercava o prédio do MEC

Mesmo debaixo de forte calor, cerca de quatrocentas pessoas fizeram uma passeata contra a reforma universitária no centro do Rio, no dia 11 de novembro. A manifestação fez parte, no estado, do calendário da plenária nacional de setembro que unificou as atividades relativas a mais essa contra-reforma do governo Lula. Centenas de estudantes secundaristas e universitários, professores vinculados às seções sindicais, técnico-administrativos, especialmente do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (Sintuperj), em greve há 142 dias, além de diretores do Sindicato dos Servidores Federais (Sintrasef), militantes da campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), representantes de partidos políticos e da Ocupação Chiquinha Gonzaga (Ocupação dos Sem Teto).

A concentração do evento começou cedo, em frente ao prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Houve café da manhã para os manifestantes, atividades culturais (como a leitura de poesias) e, ao meio-dia, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, realizou uma aula pública sobre as conseqüências da reforma universitária para o Ensino Público e para os cerca de sete milhões de jovens quando concluírem o ensino médio e desejarem freqüentar um curso superior.

No início da tarde, a passeata partiu em direção ao prédio da representação regional do MEC no estado, localizado no Palácio Gustavo Capanema. Munidos de cartazes, faixas, apitos, panfletos e muita animação, os manifestantes mostraram à população os efeitos prejudiciais que poderão ser causados ao cotidiano das universidades com a reforma do ensino superior. Já na sede do ministério, aguardava os manifestantes um forte aparato policial, mas não se verificou nenhum incidente. Houve ainda um esquete teatral com muitas críticas ao privatizante programa Universidade para Todos (Prouni), que isenta as instituições particulares de recursos que deveriam ser investidos nas públicas.

PRESIDENTE DO ANNDES-SN, MARINA BARBOSA EXPLICA O SIGNIFICADO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

Fotos: Guilherme Lessa

ESTUDANTES SECUNDARISTAS E UNIVERSITÁRIOS GANHAM AS RUAS DO CENTRO PARA PROTESTAR CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA

PASSEATA SAIU DO LARGO DE SÃO FRANCISCO, EM FRENTE AO IFCS

Palavras de ordem

As palavras de ordem que embalaram a passeata não só criticaram a reforma, mas o papel governista que a União Nacional dos Estudantes tem assumido neste debate: "Reforma vem/A UNE some/Não fala em nosso nome", diziam os manifestantes. O tradicional "Um, dois, três/Quatro, cinco, mil/Ou pára essa reforma/Ou paramos o Brasil" também marcou presença. Outro sucesso foi: "Ô, ô, ô, Lula/Que papelão/Essa reforma/É privatização".

Discurso das entidades

Ao longo do trajeto, diversas entidades fizeram um rodízio no microfone do carro de som. Pedro Martins, do DCE da UFRJ, apontou a traição da UNE e também criticou o líder dos sem-terra João Pedro Stédile por ter assinado um documento de apoio à reforma universitária do governo Lula. De acordo com o representante discente, deve ser iniciada uma campanha de denúncia contra os parlamentares que votarem a favor das medidas que implementam a contra-reforma, como é o caso da lei do novo sistema de avaliação da educação superior (Sinaes).

Diretora do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (Sintuperj), Perciliana Rodrigues lembrou que as reformas neoliberais não estão sendo impostas apenas em âmbito federal. A sindicalista afirmou que a greve dos funcionários da Uerj já dura mais de 140 dias e o movimento não é recebido pelo governo de Rosinha Garotinho.

Integrante da diretoria da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind), Juarez Torres enfatizou que a reforma universitária em andamento pode "mudar profundamente" a vida acadêmica. Segundo ele, é dever dos movimentos alertar o povo brasileiro sobre as implicações dessa contra-reforma. O professor da UFF lembrou que a verba da isenção fiscal concedida às instituições particulares através do Prouni seria suficiente para dobrar o ingresso de estudantes nas universidades públicas.

FORTE APARATO POLICIAL JÁ AGUARDAVA OS MANIFESTANTES NA FRENTE DO PRÉDIO DO MEC NO RIO DE JANEIRO

Saudação à greve dos servidores do Ministério da Cultura

Um momento especial da passeata ocorreu na passagem em frente ao Museu Nacional de Belas Artes, na avenida Rio Branco. Os servidores do Ministério da Cultura entraram em greve a partir daquele 11 de novembro e faziam panfletagem no local. A diretora regional do Andes-SN, professora Sônia Lúcio, pediu uma salva de palmas para saudar o movimento grevista, que reivindica uma tabela emergencial de salários e um plano de carreira.

Servidor do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN), Mário Esposte explicou que existe uma diferença salarial grande entre órgãos do próprio Ministério da Cultura. Segundo ele, os funcionários de nível superior da Casa de Ruy Barbosa, por exemplo, também vinculados ao MinC, recebem quase R$ 2 mil a mais que os colegas graduados do IPHAN.

Participação da Adufrj-SSind

A diretoria da Adufrj-SSind esteve representada na passeata pelas professoras Sara Granemann e Janete Luzia Leite. Alguns professores da UFRJ também estiveram presentes, mas era visível a maior quantidade de alunos da universidade.

Nonono nono onon onono

Rafael Smith inovou durante o protesto. Aluno do 8º período da Escola de Belas Artes da UFRJ, esteve na primeira passeata contra a reforma universitária de setembro. Na ocasião, o ato foi violentamente reprimido pela polícia militar, que abusou das pancadas e do uso do spray de pimenta. Quando soube da passeata do dia 11, Rafael resolveu pintar uma camiseta preta com uma crítica à atuação policial: "Spray de pimenta nos olhos dos outros é refresco (confirmar com a foto)".

"Bloqueio" na Escola de Serviço Social

No dia 11, após marcarem presença no ato do centro da cidade, estudantes da Escola de Serviço Social promoveram um bloqueio – improvisado com carteiras das salas de aula - na entrada da unidade. O objetivo era chamar a atenção da comunidade do *campus* da Praia Vermelha para o debate sobre a reforma universitária. Os demais estudantes e professores dos mais diversos cursos foram convidados para uma conversa relativa às conseqüências da contra-reforma do MEC, no espaço em frente à Escola.

Entrevista

Essa Reforma Universitária é antipopular

Com Francisco de Oliveira:

Confira entrevista com Francisco de Oliveira, professor titular (aposentado) de Sociologia do Departamento de Sociologia da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), da USP, e coordenador-executivo do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania-Cenedic-USP

Qual é a importância de um evento como o CONAD no atual momento político do país?

Francisco de Oliveira - A importância se deve ao fato de enfrentarmos uma conjuntura em que os ataques às organizações

de trabalhadores e a direit os fundamentais da classe trabalhadora vêm agora num novo envelope, que é a chamada reforma universitária. Um envelope que apresenta a reforma universitária como uma reforma para desfazer privilégios, democratizar a universidade. É um envelope de ressentimentos que existem na sociedade brasileira, porque, é claro, com as desigualdades abissais que o país tem, qualquer categoria como a de funcionários públicos, de docentes, que têm seus direitos garantidos, passa a parecer privilégio. O governo funda-se nesse ressentimento popular que existe para impor uma reforma que, na verdade, é antipopular. Essa reforma vem "envelopada" de argumentos pseudamente a favor do povo, mas, na verdade, é antipopular.

Essa reforma, portanto, representa uma grave ameaça às universidades públicas.

Francisco de Oliveira - Sim, já está em marcha um desmonte da universidade pública. Essa medida provisória que institui o Prouni e que abriu, segundo os jornais, 75 mil vagas no ensino privado destinadas a pessoas mais pobres, mais carentes, em troca de renúncia de impostos que essas empresas deveriam pagar já é parte da reforma universitária. A reforma não está apenas sendo pensada, já está sendo posta em prática, e de forma fatiada, para poder quebrar a capacidade de resistência dos movimentos do ANDES-SN e das várias associações de docentes que se opõem à reforma universitária.

Andes-SN

"A reforma não está apenas sendo pensada, já está sendo posta em prática, e de forma fatiada, para poder quebrar a capacidade de resistência dos movimentos do ANDES-SN e das várias associações de docentes"

O Sr. avalia que há uma crise de representação política no país, haja vista essa guinada à direita do PT, partido que o senhor ajudou a fundar?

Francisco de Oliveira - Ajudei a fundar mas já saí, há bastante tempo. Mas não me arrependo de ter saído, porque o PT foi para a direita. Essas eleições municipais deram uma certa resposta a essa "direitização" do PT. Seria salutar que o PT fizesse uma reflexão sobre suas derrotas, embora não acredite que o faça, porque sempre encontrará falsas respostas. Mas esse resultado mostrou claramente que uma parte do eleitorado não acredita mais no PT. Isso é grave. O PT não é um partido qualquer. O PT formou-se como resultado da luta de resistência contra a ditadura militar, recolhendo várias forças sociais que finalmente transformaram-se num partido. A perda dessa longa e penosa acumulação de forças o povo brasileiro vai pagar caro. As derrotas do PT nas eleições foram uma espécie de punição. Mas, paradoxalmente, em muitas cidades importantes o ganhador foi o PSDB. A direção nacional do PT, que assumiu a responsabilidade pela condução da campanha em diversas cidades, fez o milagre de ressuscitar um morto. O PSDB não conseguia fazer oposição, simplesmente porque o governo Lula está seguindo a mesma política econômica (de FHC).

O Sr. acredita então que o povo está à procura de um partido de oposição, que há espaço para o surgimento de um novo partido de esquerda?

Francisco de Oliveira - Não sei se há espaço para o surgimento de um novo partido de massa e poderoso como o PT tornou-se.

Esse é um processo muito longo. O PT formou-se numa conjuntura em que lutávamos contra a ditadura, em que todo o país pedia a redemocratização, em que forças políticas que haviam sido derrotadas nas organizações armadas ainda tinham muito a dar, em que uma teologia da libertação havia animado novas bases da igreja. É nessa conjuntura que se forma o PT. Isso não se repete assim facilmente. Novos partidos, como o PSOL, ou o fortalecimento do PSTU, são necessários para, no terreno da organização política, enfrentar o PT. Mas não é visível que, a curto prazo, transformem-se em grandes organizações partidárias. Não diria que o povo está à procura de um novo partido de esquerda. Mesmo porque, não existe isso de procura, o que existe é de criação. Se setores da sociedade forem capazes de fazer novos partidos com esse perfil, certamente terão espaço político. Mas as eleições ainda não respondem completamente a essa incógnita.

Na sua avaliação, de que forma a classe trabalhadora deve lutar para fazer frente às reformas neoliberais do governo Lula?

Francisco de Oliveira - É preciso lutar em todas as frentes.

Não há nenhuma que deva ser privilegiada. Esse ataque neoliberal, a continuidade da política neoliberal por outros meios, dá-se de todas as formas. Utiliza-se das reformas Universitária, Sindical e Trabalhista, além da manutenção básica da política econômica. A isso, os movimentos populares, os setores organizados da classe trabalhadora devem responder abrindo frentes de luta em todos os locais, porque é difícil hoje armar um movimento único e solidificado. É preciso enfrentar o adversário em cada terreno onde ele se apresenta.

Fonte: Andes-SN

Andes-SN

Carta de Brasília

O 49º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Brasília de 5 a 7 de novembro de 2004, reuniu 57 delegados de 61 seções sindicais, 1 delegado da Secretaria Regional Leste, 92 observadores e 2 convidados, e procedeu à análise da conjuntura nacional e internacional para atualizar o plano de lutas do Sindicato.

No plano internacional, o quadro caracteriza-se pelo aprofundamento das tendências financistas e da monopolização do capital em luta pela ampliação de seu processo de valorização. A intensificação da ação imperialista visa ao estabelecimento de condições para a ampliação, sem controle, da apropriação da riqueza socialmente produzida em todo o mundo. O capital comanda a destruição de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores em diversos países e regiões e a integração nos processos produtivos de todo tipo de contratação, com a sobrevivência de fortes barreiras aos movimentos organizados dos trabalhadores. Mas o quadro internacional também se caracteriza pelo recrudescimento da luta antiimperialista, da resistência iraquiana, da Intifada palestina, da mobilização da América Latina. Nos próprios centros imperialistas, a classe operária e os oprimidos lutam crescentemente, em especial na Europa.

O domínio das relações sociais capitalistas e a integração dos trabalhadores à ordem imposta pelo alinhamento político dos governos nacionais às demandas do capital determinadas pelos organismos internacionais e por acordos bilaterais. Os governos de centro esquerda, que dizem objetivar a humanização do capital, apenas reforçaram e continuam a intensificar a subordinação dos trabalhadores de seus países à ordem do capital. É o que faz o governo Lula, no plano nacional e internacional.

O 49º CONAD repudia veementemente as ações governamentais que cumprem receituário dos organismos internacionais. Repudia a pretensa reforma universitária em curso, que, por meio de medidas provisórias, busca consolidar alterações na estrutura da universidade brasileira, de forma desrespeitosa e antidemocrática, com prejuízo para a universidade pública e gratuita. Repudia o favorecimento despudorado às empresas de educação com as isenções fiscais e o financiamento para expansão de vagas no ensino superior, o que é agravado pela insistência do governo em fazer aprovar o projeto de lei das parcerias público-privadas - PPP, que amplia o processo de privatização.

Repudia as investidas desse governo contra os trabalhadores atualizadas pela proposta de lei chamada de reforma sindical, prestes a ser enviada ao Congresso. Essa proposta de liquidação dos direitos sindicais, gestada no Fórum Nacional do Trabalho, longe de favorecer os trabalhadores, estabelece novos parâmetros burocráticos que visam cercear ao máximo os trabalhadores na sua organização, sobretudo quanto à autonomia e a independência dos sindicatos, disciplinando o direito de greve, praticamente o extinguindo.

Os docentes analisaram a sua relação com a CUT, avaliaram e se posicionaram pela indicação às seções sindicais da discussão sobre a desfiliação da Central, para deliberação no próximo Congresso, considerando que a Central há muito se desviou dos princípios que orientam a sua criação e que está hoje atrelada ao governo, gestando uma política contrária aos interesses dos trabalhadores. Foi assim na aprovação da reforma da Previdência, tem sido assim nas investidas contra os servidores públicos e, agora, culmina com a reforma sindical.

O 49º CONAD reafirma o objetivo de buscar a inserção nas lutas dos trabalhadores, juntamente com os movimentos combativos e classistas, ao exemplo da Conlutas, contra as reformas, que têm uma única matriz - a dos dominantes, e se prepara para enfrentá-las e barrá-las.

O 49º CONAD aprovou o calendário de lutas do Sindicato para os próximos meses, que inclui a realização de intensa movimentação em todos os estados, com a realização de debates e encontros sobre as reformas sindical e universitária, a paralisação nas universidades no dia 11 de novembro, culminando com uma grande marcha a Brasília, no dia 25 de novembro, para demonstrar o repúdio às reformas e exigir o respeito aos trabalhadores e à universidade pública brasileira.

O 49º CONAD, diante das investidas do governo contra os movimentos sociais e a universidade, reafirma o ANDES-SN como o espaço de expressão da unidade democrática e o instrumento de luta do Movimento Docente. Instrumento que expressa e potencializa as diferentes posições produzidas na multiplicidade de experiências, lutas e práticas dos setores das IFES, IEES E IPES, que compõem sua ampla base nacional.

O 49º CONAD denuncia e repudia a prática do paralelismo sindical, largamente estimulada pelos patrões, para enfraquecer a luta dos trabalhadores tentando desestabilizar suas formas organizativas constituídas historicamente, prática esta utilizada pelo governo como forma de antecipação da reforma sindical para debilitar as organizações dos servidores públicos.

O 49º CONAD reafirma que nunca, como hoje, as lutas contra as reformas universitária, sindical e trabalhista estiveram tão associadas à vontade dos trabalhadores organizados. Juntar essas lutas, criticar e lutar para inviabilizar os processos de destruição da nossa sociedade é a palavra de ordem, nosso norte de intervenção social. Temos que superar as perspectivas de categorias que tendem ao particularismo para assumirmos a visão estratégica de classe e assim construirmos uma sociedade contra esta ordem, a favor da hegemonia dos trabalhadores sem explorados nem exploradores - o socialismo.

Brasília, 7 de novembro de 2004

Resenha

Centrais deixam FNT

O Fórum Nacional do Trabalho (FNT), criado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para encaminhar as reformas nas áreas sindical e trabalhista, teve significativas baixas a partir de ontem. Três centrais sindicais (Força Sindical, Social Democracia Sindical e Confederação Geral dos Trabalhadores) decidiram suspender oficialmente sua participação nas negociações no fórum. Agora, apenas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – a maior das centrais sindicais no Brasil – mantém ligação com o FNT. (Folha de São Paulo, 28/10).

Política atual é neoliberal

Cerca de 30 economistas representantes de diversas entidades, universidades, estados e correntes de pensamento se reuniram para discutir a situação econômica do país, suas conseqüências e propostas de alternativas, num encontro convocado pelo MST. A conclusão dos economistas, de uma maneira geral, foi que a situação econômica não se alterou desde a década de 80. Para eles, a atual política econômica mantém as principais diretrizes de corte neoliberal caracterizadas por: altas taxas de juros; manutenção do superávit primário e a prioridade para exportações, entre outras medidas. (www.sinteemar.com.br/noticias/03-11-2004%20c.asp 11/11, às 14h16).

Mulheres são maioria

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o número de mulheres que integram a rede de ensino superior do Brasil já corresponde a 56%. Em municípios como Amélia Rodrigues (BA) e Santo Antonio do Monte (MG), todos os universitários eram mulheres no ano passado. (O Globo, 10/11).

Lula faz promessa aos reitores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu à reitores de 55 instituições federais de ensino que até o final do seu mandato as universidades terão autonomia. Os reitores pedem que o orçamento individual das instituições e as leis que determinam a forma de gerenciamento sejam colocados em prática. De acordo com Lula, a principal reivindicação dos reitores será atendida até 2006. (O Estado de São Paulo, 28/10).

Reforma Universitária

Novo Provão deve acumular zeros em todo o Brasil

Estudantes colam adesivos nas provas e dizem não à nova avaliação do MEC

No Rio, o protesto contra o novo exame foi organizado pela Comissão Estadual de Boicote ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), um fórum criado por representantes de Centros Acadêmicos de diversos cursos, principalmente de Serviço Social e Educação Física. Representante do CA da Escola de Serviço Social da Uerj, Matheus Thomaz, acompanhou o movimento pelo boicote no Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante de Quintino, um dos quatro locais de prova definidos pela Comissão como estratégicos para panfletagens e manifestações contra o Exame entre os universitários cariocas. A Comissão atuou em outras duas unidades: o Colégio Pentágono, em Vila Valqueire; e o Colégio Estadual Visconde de Cairu, no Méier.

Para Matheus Thomaz, a adesão dos alunos ao boicote foi significativa. "Os estudantes de todos os cursos participaram em grande número". Matheus lembrou que um encontro nacional dos estudantes de Serviço Social, ocorrido em agosto deste ano, aprovou a posição contrária ao exame e a adesão ao chamado movimento "Nota Zero". O estudante chamou atenção para o fato de que, apesar do sucesso do movimento pelo boicote, o Enade é apenas uma parte da reforma universitária encampada pelo governo Lula e que conta com o apoio da corrente majoritária da UNE. "A nossa próxima meta, agora, é mobilizar os estudantes para a grande manifestação contra a reforma universitária, no próximo dia 25, em Brasília". Segundo o aluno, a expectativa da organização do boicote é que o resultado do Enade seja divulgado antes do dia 25 de novembro como forma de fortalecer a luta contra toda a reforma.

Ana Paula Baião é representante do CA da ESS da UFRJ e também participa da comissão estadual contra o Enade. Ana Paula acompanhou a movimentação da campanha pelo boicote no Cetep de Quintino desde às 11h da manhã do domingo, dia 7. "Distribuímos os adesivos "Zero no Enade – por uma avaliação de verdade" e conversamos com os estudantes, principalmente os das faculdades privadas, que desconheciam as conseqüências da reforma para as universidades".

Daniele Brant, também da ESS da Uerj, acompanhou o boicote no Pentágono de Vila Valqueire. Selecionada para o exame, Daniele pode acompanhar a movimentação nas salas de prova. "Nós (ela e outros colegas que também fariam a prova) íamos de sala em sala, distribuindo adesivos e conversando com os estudantes. Na sala em que eu estava, mais da metade saiu nos primeiros trinta minutos".

Representando o CA de Educação Física da UFRJ, Bruno Adriano também participou da mobilização pelo boicote. Selecionado, Bruno percorreu as salas do Colégio Visconde de Cairu, distribuindo os adesivos e conversando com os colegas. Segundo informações do estudante, mais de 50% dos alunos dos cursos de Educação Física participaram do boicote no estado. "Temos uma deliberação da nossa Executiva Nacional contra o Enade", lembrou. Diferente dos demais colegas que acompanharam os outros locais de prova, Bruno foi repreendido ao panfletar dentro da escola. "Um coordenador da prova, se dizendo funcionário do MEC, chamou a polícia para nos reprimir nos acusando de desordem". Apesar da medida repressiva, Bruno conversou com os policiais que chegaram no local, mas não foi autuado.

Em Salvador, estudantes também protestam

No Colégio Estadual Mário Augusto Teixeira de Freitas, em Salvador, estudantes de Serviço Social, Nutrição e Odontologia também protestaram contra o Enade e a determinação do MEC de aplicar as provas no horário de Brasília. "Nós já temos uma lista de 24 pessoas que não conseguiram chegar a tempo de fazer o Enade, por causa da confusão com o horário de Verão", afirmou Cristiano Neri, membro do Movimento de Ruptura Socialista (MRS), entidade estudantil que apoiou o boicote ao exame.

Os estudantes soteropolitanos realizaram manifestações durante de duas horas e utilizaram um carro de som para reclamar contra o que eles consideram uma "arbitrariedade" do MEC. Houve empurrões e bate-bocas entre os universitários e os coordenadores de prova. A Polícia Militar local foi acionada.

Nos quatro locais destinados às provas na cidade de Salvador, grande parte dos universitários aderiu à proposta de boicote feita pelas entidades do movimento estudantil local. De acordo com o presidente do Diretório Acadêmico de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Marcos Trajano, os estudantes que aderiram ao boicote apenas assinaram a prova, não responderam a nenhuma questão e colaram os adesivo como forma de protesto. "Reconhecemos que o Enade é um avanço em relação ao provão, só que ainda não se trata de uma avaliação que realmente funcione", disse

Dois protestos em Fortaleza

O primeiro foi o "Zero no Enade", escrito no adesivo pregado na prova pelos alunos que aderiram ao boicote. O segundo foi contra à intolerância no horário, como aconteceu em nas demais cidades que não adotaram o horário de verão e tiveram o início da prova definido pelo horário de Brasília, com os portões fechados às 11 horas no horário local, meio dia pelos relógios da capital federal. O fato gerou confusão e aumentou a indignação dos alunos contra o exame. Segundo Andréia Pagani, da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, embora a União Nacional dos Estudantes (UNE) tenha sido favorável à nova versão do Provão, "houve um consenso entre as executivas dos cursos contrário à sua realização".

Em Florianópolis, mais protestos

Boa parte dos estudantes de Florianópolis também aderiu ao boicote estimulado pelos dirigentes do DCE da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrantes do movimento estudantil local se instalaram no portão de entrada do Colégio Estadual Getúlio Vargas, no bairro do Saco dos Limões, onde foi o exame seria aplicado. "Esse é mais um passo rumo a privatização das universidades", disse Rafael Goes, estudante de educação física da UFSC, membro do DCE e da Coordenação Nacional de Lutas Estudantis (Conlute). "A União Nacional dos Estudantes (UNE) está em campanha pelo Brasil defendendo a reforma universitária e nós organizamos a Conlute para denunciar essas articulações privatistas", explicou.

Enade faz parte da reforma universitária do governo federal

O Enade é o substituto proposto pelo Ministério da Educação ao Exame Nacional de Cursos (Provão). Apesar de não ser obrigatório para todos os alunos, como acontecia com o antigo Provão, é compulsório para os que foram convocados. Quem não compareceu ao exame no domingo, dia 6, não poderá retirar o diploma. O Enade é a primeira das quatro fases previstas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). As outras três são a avaliação institucional; avaliação externa e avaliações específicas de cursos. Segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), entidade vinculada ao MEC e responsável pela realização do exame, cerca de 156 mil estudantes de 2.178 cursos foram selecionados para fazer as provas. Em São Paulo, 43 mil alunos foram selecionados, quase 30% do total. O novo Provão do MEC é criticado pelo Andes-SN, pelas entidades representativas de estudantes (Centro Acadêmicos e DCEs) e não conta com o apoio de duas das maiores instituições de ensino superior brasileiras: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O Enade tem como objetivo avaliar, além dos formandos, estudantes dos primeiros anos dos cursos. A mudança agrada aos donos das faculdades e universidades particulares, que alegavam obter notas mais baixas no antigo Provão, justificando que seus alunos chegavam do ensino médio menos preparados dos que os que ingressavam nas públicas. O Enade é apenas uma parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e do conjunto da reforma universitária que está sendo implementada pelo governo Lula.

Movimento

Direção da Ames tumultua encontro estudantil

Policiais abusam da violência para impedir encontro que contraria interesses políticos de grupo ligado ao governo.

Terminou em pancadaria o 1° Encontro Municipal de Estudantes em Luta (1º EMELutas) que estava sendo organizado por mais de 25 grêmios estudantis e conseguiu reunir mais de 150 estudantes, na Uerj, no sábado retrasado (6/11). O evento tinha o objetivo de discutir política e organizar uma manifestação sem ligação com a Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas (Ames), pois a estrutura da entidade está controlada por partidários do governo, o que impede que os demais estudantes encaminhem suas reivindicações. Secundaristas da oposição à atual direção da Ames denunciam que a entidade acata, arbitrariamente, as decisões do governo federal.

De acordo com Clara Saraiva, integrante do Grêmio Estudantil do Colégio de Aplicação da UFRJ, pouco depois do início do encontro, cerca de 30 universitários e diretores da Ames ligados à União da Juventude Socialista (UJS) – corrente do PC do B no movimento estudantil - apareceram gritando palavras de ordem na tentativa de tumultuar a plenária. Segundo relato das alunas, o grupo invadiu o encontro quebrando com socos os vidros das salas da Uerj e ameaçando roubar a comida que foi levada para o almoço dos estudantes.

CMI

NONO NONO NO ONO ONNO

Entretanto, os secundaristas do EMELutas reiniciaram os Grupos de Discussão (GD) do evento, na tentativa de evitar os conflitos, que tinham como única intenção inviabilizar o debate. Ainda assim, os trabalhos do encontro foram interrompidos pelos diretores da Ames, que usaram a força para fechar a entrada do auditório. O primeiro confronto teve início neste momento, quando o grupo que organizava o evento conseguiu furar o bloqueio e entrar para recomeçar as discussões.

"A plena realização daquele encontro significava uma enorme derrota política para a Ames e, por isso, meia hora mais tarde, eles voltaram dispostos a invadir os GDs e acabar de vez com ele. Bateram nas portas (até quebrarem seus vidros) e nos militantes. Nem a segurança da Uerj conseguiu conter a arruaça", afirmou Gilberto Silva, estudante do Colégio Pedro II.

Cortados devido aos socos que deferiram contra os vidros, os integrantes da Ames fizeram chamadas anônimas para a Polícia Militar, alegando terem sido feridos no tumulto. Para Luisa Rosati, também do Grêmio Estudantil do CAp da UFRJ, "quando os policiais chegaram, armados, com o intuito de defender o patrimônio público e dissolver o encontro estudantil, foram vergonhosamente aplaudidos pelos membros do PC do B - partido que um dia já lutou contra a ditadura militar e que hoje apóia a repressão policial".

Com a chegada da polícia, os secundaristas foram obrigados a deixar as salas às pressas pois os militares entraram na universidade com as armas em punho e disparando gás de pimenta. Ainda assim os estudantes do EMELutas resistiram e, mesmo com número reduzido quase pela metade em relação ao início da reunião, a plenária recomeçou na Concha Acústica da Uerj. Mas os problemas não terminaram, segundo Gilberto Silva: "não satisfeitos, os PMs voltaram. Jogaram a comida do encontro no chão e gás de pimenta para o alto novamente. Mais confronto, até que puxaram uma pistola e prenderam um estudante".

O grupo conseguiu a liberação do estudante detido após quase meia hora de negociação e com a presença de um advogado. Os estudantes que permaneceram decidiram que um novo encontro será marcado com data ainda não definida.

Manifestações em todo o país

Durante o dia 11, diversas manifestações contra a reforma aconteceram em todo o país. No Paraná, por exemplo, estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da universidade federal localizada no estado (UFPR) participaram de uma grande mobilização no centro de Curitiba. "Estamos mobilizados para mostrar à sociedade que não concordamos com a reforma imposta pelo governo", afirma a professora Maria Suely Soares, presidente da Associação dos Professores da UFPR (APUFPR).

A concentração foi na Praça Santos Andrade, em frente ao prédio histórico da universidade. Além da comunidade acadêmica da UFPR, participaram do ato estudantes e professores de diversas instituições de ensino superior, do interior e da capital.

Setores da UFPR se posicionam contra a reforma

Mais um Setor da Universidade Federal do Paraná se posicionou contra a reforma do ensino superior proposta pelo governo Lula. O último a aderir foi o Setor de Ciências Exatas, que se junta aos Setores de Educação e de Humanas. Os outros ainda não se manifestaram sobre a reforma, apresentada à sociedade no começo de agosto. "Mas logo todos teremos que nos posicionar", diz Maria Suely Soares.

"O governo está dando muito pouco tempo para a sociedade analisar e discutir as diretrizes do projeto de lei que propõe a reforma universitária", critica Lafaiete Neves, vice-presidente da APUFPR. "A reforma do ensino superior está sendo conduzida da mesma maneira que a reforma da Previdência", critica o professor, lembrando que o projeto foi aprovado sem que houvesse tempo para uma ampla discussão.

Professores da UFMT dizem estar indignados

Professores e funcionários da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) paralisaram as atividades, por 24 horas, como forma de manifestar indignação contra o projeto do governo federal de reforma da Educação Superior.

A preocupação é de que a educação seja transformada em mercadoria, uma vez que a proposta é de que as universidades particulares cedam algumas vagas à população menos favorecida, principalmente negros e índios, em troca da isenção de impostos, alerta o presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat), Luiz Carlos Galetti.

"A nossa preocupação principal é que a reforma atenda aos interesses do Banco Mundial, privilegiando e tornando a educação em uma mercadoria, que é uma das diretrizes dele. Os grandes grupos capitalistas mundial e nacional querem liberdade para que a educação seja vendida não sendo mais dever do Estado, que é o principal financiador", ressaltou o presidente da Adufmat.

Dispensa de aula

Todos os 960 professores, dos 1,6 mil servidores da UFMT, paralisaram as atividades e com isso quase nove mil acadêmicos tiveram que ser dispensados no dia 11.

Fontes: Boletim em Rede da APUFPR e Folha do Estado (MT)

Andes-SN

Professores debaterão desfiliação da CUT

Uma das principais deliberações do 49º Conselho Nacional do Andes-SN foi a indicação para as seções sindicais da discussão sobre a desfiliação do Sindicato da Central Única dos Trabalhadores. Cinqüenta e sete delegados e 92 observadores participaram do evento, representando 61 seções sindicais e uma secretaria regional (Regional Planalto). A plenária do Tema I – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas – decidiu, ainda, manter a suspensão do pagamento à Central "até que as seçõs sindicais expressem sua posição no próximo Congresso".

Entre os que defenderam a proposta de texto resolução da diretoria, que indicava a discussão sobre o tema, o professor da Universidade de Campinas e ex-1º tesoureiro do Sindicato, José Vitório Zago, lembrou que o Congresso de Salvador, realizado em fevereiro, já havia deliberado que as seções sindicais deveriam fazer a discussão sobre a relação com CUT, até aquela Conad. Zago ressaltou que a CUT foi uma grande construção da classe trabalhadora, mantendo, durante algum temp uma posição progressista, "de independência de classe e contra o pacto social". No entanto, a partir de 1988, segundo o professor, houve um processo de centralização e burocratização de suas direções e, a partir de 1991, teve início um processo de direcionamento de suas definições congressuais para entendimentos com governos e empresário que prejudicaram o conjunto dos trabalhadores.

Com a posse do governo Lula, essa discussão interna sobre as posições da Central passaram a ter uma expressão maior na sociedade. "A central começa a se posicionar como braço do governo no movimento sindical e toma atitudes contra os trabalhadores como na participação no Fórum Nacional do Trabalho, formulador das reformas sindical e trabalhista". A posição da CUT em relação à reforma da previdência foi destacada como um dos exemplos da postura governista da corrente majoritária de sua direção.

O diretor da Associação dos Professores de Juiz de Fora (Apes) Juanito Vieira foi contrário à resolução proposta. Para o professor, a discussão sobre a saída do Andes-SN da Central é precipitada e pode prejudicar ainda mais a organização dos trabalhadores. Em sua defesa contra a resolução, Juanito considerou que a política imperialista visa a implementar a destruição dos direitos dos trabalhadores e precisa liquidar as organizações constituídas dos trabalhadores. "No Brasil esta organização se deu no campo cutista", ponderou, apesar de reconhecer que a política do governo Lula é hoje implementada pela Central. "Não vamos fazer coro com a mesma política do governo e da corrente majoritária da Central. Se eles querem a destruição da CUT não podemos ser nós os que vamos ajudar a destruir uma Central que tem em sua base hoje quase 40 milhões de trabalhadores filiados e quatro mil sindicatos filiados".

Manuella Soares

MARINA BARBOSA NO ENCERRAMENTO DO 49º CONAD, EM BRASÍLIA

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, também falou para a plenária sobre o tema. Marina relembrou a história de luta da construção da CUT pelo conjunto da classe trabalhadora. Ressaltou, no entanto, que a Central rompeu com esse processo de combatividade e passou a atuar como os dirigentes sindicais na época do peleguismo posterior aos anos 1980, quando os sindicalistas se subordinavam às ações do Estado. "O governo Lula fez com que a Central alterasse a sua ação diante do movimento sindical não só do ponto de vista da concepção de uma política que porventura pudesse ter unidade ou não, acordo ou não, com determinadas propostas do governo, mas significou a alteração profunda de sua ação, de seu papel, porque ela passou a impor a organização dos trabalhadores ao projeto governamental e à estrutura necessária para que esse seja implementado", criticou.

Só Andes-SN fala em nome dos docentes

Ainda sobre a relação do Andes-SN com a CUT, o Conad desautorizou a Central a falar em nome da categoria sobre todos os temas que dizem respeito aos interesses dos docentes. Em outra resolução aprovada, os delegados definiram que o Andes-SN deve continuar participando da Cordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e dos movimentos classistas combativos e que vêm enfrentando as reformas sindical e trabalhista. A resolução autoriza, ainda, a entidade a contribuir materialmente para o desenvolvimento das atividades destes movimentos.

Garantir o debate

Uma resolução apresentada pela assembléia geral da seção sindical da UFF (Aduff-SSind) foi aprovada com o objetivo de garantir o debate sobre a desfiliação da CUT até o próximo Congresso do Andes-SN, em fevereiro de 2005, quando o movimento deverá decidir sobre o assunto. Até janeiro, a diretoria do Sindicato deverá publicar um jornal especial (Informandes) sobre o tema, com espaço para a manifestação das diferentes posições em relação a saída da Central.Também deverá ser divulgado um quadro informativo com o posicionamento das assembléias locais a ser apresentado durante o 24º Congresso, em Curitiba.

Calendário de Lutas contra as reformas de Lula

O Conad atualizou o calendário de lutas contra as reformas do governo Lula e referendou o dia 11 de novembro como "dia nacional de paralisação nas universidades e de luta contra a mercantilização da educação" (veja como foram as manifestações no Rio nas páginas 6 e 7). Também foi referendada a participação da entidade na "Marcha à Brasília para barra essa reforma universitária", no próximo dia 25, quando caravanas sairão dos estados para o ato.

Plano de Lutas das Federais

Em relação ao plano de lutas do Setor das Federais, o Conad de Brasília aprovou que o Andes-SN deve intensificar sua ação política na Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, reafirmando a CNESF como espaço privilegiado para o enfrentamento com o governo na negociação das reivindicações dos servidores.

Grupo de Trabalho do MEC

Uma das deliberações mais discutidas do plano de lutas das Federais foi a participação do Andes-SN no GT proposto pelo MEC na medida provisória 208 que reajustou as gratificações dos docentes este ano. A proposta foi aprovada com a indicação de que o Sindicato deve cobrar do Ministério o imediato restabelecimento da Mesa Setorial de Negociação Permanente e que este interceda junto ao governo para a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 163 • 22 de novembro de 2004

Adufrj-SSind organiza caravana para Marcha do dia 25

A diretoria da Adufrj-SSind informa que está disponibilizando transporte para sindicalizados interessados em participar da Marcha Nacional Vamos Barrar essa Reforma Universitária que acontece nesta quinta-feira, dia 25 de novembro, em Brasília. Os professores devem procurar a secretaria da seção sindical (falar com Elisa) até o dia 23, às 16h.

Agenda Sindical

22/11 - Reunião da Comissão Estadual de Luta contra a Reforma Universitária
Rio de Janeiro (RJ) - Sede Regional Rio do Andes-SN, às17h
24/11 - Reunião para discutir participação da Adufrj-SSind no Fórum Social Mundial 2005
Rio de Janeiro (RJ) - *Sede da Adufrj-SSind - 14h*
25/11 - Grande Marcha a Brasília para barrar a reforma universitária do governo
25/11 - Reunião do setor das IFES
Brasília (DF), na sede do Andes-SN.
26/11 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)
26/11 - X Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF) - *Campus* da UnB
26 e 27/11 – Encontro Nacional do Coletivo Jurídico do Andes-SN
Brasília (DF) - no auditório do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)
26/1 a 31/1/2005 – Fórum Social Mundial
Porto Alegre (RS)
24/2 a 1/3/2005 - 24º Congresso do Andes-SN
Curitiba (PR) - com o tema central **"**Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação"**.**

Letras será palco do lançamento de "Oito Poetas"

O Espaço Cultural João do Rio da Faculdade de Letras da UFRJ será palco do lançamento do livro "Oito Poetas", no dia 23 de novembro, às 12h30. O evento está sendo organizado pela professora Cinda Gonda, através do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Os autores da obra são Adriano Alves, Antônio Carlos Alves, Cláudio Alves, Cléa Corrêa de Mello, Christine Ferreira, Luis Fernando Borges Coelho de Sá, Márcio-André e Sebastião Edson Macedo.

No mesmo dia do lançamento do livro, haverá no local a exposição "Desenhado a Poesia", de Luiz Marcelo Resende.

Editorial

Legitimidade comprometida

As eleições para representantes dos professores na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da UFRJ, realizadas na semana passada, foram um triste exemplo de como NÃO deve ser conduzido um processo eleitoral que pretenda ser minimamente democrático. Na maioria dos centros, a votação, que, de acordo com o "Regimento Eleitoral", deveria ter sido iniciada na terça 16, só ocorreu de quarta em diante, em locais e horários pouco ou nada divulgados.

Os problemas e irregularidades que envolvem esta eleição, no entanto, começaram muito antes desta votação. Os mandatos dos "atuais" membros da CPPD estão vencidos desde julho de 2003, mas isso não impediu o professor Leslie Benchetrit de continuar atuando como seu presidente, nem de, na qualidade de representante da CPPD, presidir a Comissão Temporária e Alocação de Vagas (COTAV) instituída pelo CEG e pelo CEPG em dezembro de 2003.

Em 24 de junho deste ano, o Consuni aprovou o novo Regimento da CPPD, que ampliou de dois para três anos a duração dos mandatos dos seus integrantes, além de atribuir mandato, também de três anos, ao cargo de presidente e de permitir à Comissão que altere o seu próprio regimento. O único dispositivo deste regimento sobre a eleição dos membros da CPPD (§ 2º do Art. 5º) diz que "o processo eleitoral será coordenado pela Administração Superior da Universidade". Em 15 de setembro, uma portaria do reitor da UFRJ nomeou a "Comissão Eleitoral da CPPD", instância não prevista no Regimento, sem definir quais seriam as suas atribuições. Em 8 de outubro, esta Comissão enviou aos decanos um memorando acompanhado de um "Regimento Eleitoral - 2004", aparentemente elaborado pela própria Comissão, marcando as eleições para o período de 16 a 19 de novembro. Não há registro do "Regimento Eleitoral" ter sido aprovado por qualquer colegiado superior da UFRJ, nem de ter sido publicado qualquer edital ou convocação das eleições, nos órgãos oficiais ou informais de comunicação da UFRJ. A divulgação das eleições e, em particular, dos prazos e condições para inscrição de candidatos, quase não existiu e só não foi ainda pior porque o Jornal da Adufrj publicou matérias sobre o tema em todas as suas edições desde o dia 25 de outubro.

Nestas condições, o resultado dificilmente teria sido diferente: cargos sem candidatos ou com apenas um candidato, com a exceção única do representante dos professores adjuntos, escassa apresentação de plataformas, nenhum debate, nenhuma democracia de fato.

Dada a importância que a CPPD tem para a vida funcional dos docentes, não é possível culpar o desinteresse ou o descaso dos professores por esta situação, provocada, sem qualquer dúvida, pelos procedimentos obscuros, prazos curtos e divulgação precária da eleição.

Por estes motivos, a legitimidade desta eleição está irremediavelmente comprometida. A defesa dos interesses dos professores da UFRJ e do funcionamento regular das instâncias universitárias exige que todo o processo eleitoral seja refeito, desta vez com procedimentos aprovados pelos colegiados superiores, prazos suficientes, debates entre os candidatos, horários e locais de votação adequados e, principalmente, divulgação e transparência amplas em todas as etapas do processo.

Diretoria da Adufrj-SSind

Colegiados

Conselheiros debatem crise na Faculdade de Direito

Mesmo após entregar monografia, estudante só receberá diploma após a assinatura de Armênio

A política de contratação de professores substitutos repercutiu na sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da última quarta-feira (17/11). No entanto, o debate acabou sendo direcionado para a crise da Faculdade Nacional de Direito (FND). O conflito agora se deve à situação emergencial dos formandos que se encontram ameaçados de não receberem seus diplomas ao final deste período. O problema é que para um aluno obter o certificado é necessária a assinatura do diretor da unidade que, no caso da FND, sofre uma iminente ameaça de demissão.

O diretor Armênio Cruz chegou a ser afastado por irregularidades administrativas e prática de perseguição política a alunos e funcionários, quando foi criada uma comissão de processo administrativo para investigá-lo. Entretanto, uma liminar na Justiça garantiu o direito de retomar a direção da Faculdade. No entanto, desde então, Armênio só compareceu uma vez em seu gabinete.

A professora Ana Maria Borralho, representante do CCS, considerou que não cabe ao colegiado resolver a questão dos estudantes que estão finalizando seus cursos. Segundo ela, o reitor é o único dirigente capaz de intervir na unidade: "Na verdade, o juiz que concedeu essa liminar deveria agora se responsabilizar pela situação destes alunos, afinal foi ele que deu o direito do Armênio continuar. O reitor deveria tomar uma atitude. Nós não podemos fazer nada", afirmou.

O professor Marcelo Macedo Corrêa e Castro, representante do Centro de Filosofias e Ciências Humanas (CFCH), concordou: "Se ele não está comparecendo, deve-se abrir um processo por inassiduidade. A reitoria deve agir logo para impedir este caos total".

Contratos precários

Sem a objeção dos conselheiros presentes, o pró-reitor José Roberto Meyer passou a palavra à professora Claudia Jardim, do Instituto de Química, que está assessorando a Pró-Reitoria no caso da FND. Cláudia retomou o tema da contratação dos professores temporários. De acordo com ela, o número de professores substitutos no Direito já é grande mas, em compensação, as turmas são maiores que nos outros cursos. Desta forma, "dar uma carga alta para os efetivos, neste momento, é complicado", comentou.

Para a professora Ana Canen, também do CFCH, a contratação de professores substitutos na Faculdade de Direito deve ser analisada separadamente, devido ao momento especial pelo qual passa a unidade. O documento analisado pelos integrantes do CEG sobre o assunto será novamente redigido e integrará a pauta da próxima reunião, quando também será decidido o período de receso do colegiado.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Conselheiros discutem Plano Nacional de Pós-Graduação

Colegiado da UFRJ prepara contribuição a ser enviada à Capes

Com um calendário apertado estabelecido pela Capes (até o início de dezembro), o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), no último dia 19, traçou algumas diretrizes de contribuição para o próximo Plano Nacional de Pós-Graduação.

Vale dizer que o presidente daquela agência de fomento, Jorge Almeida Guimarães, instituiu a comissão responsável pela elaboração do Plano, relativo ao período 2005-2010, em maio deste ano. Este grupo tem a tarefa de apresentar a proposta do PNPG ao Conselho Superior da Capes até o dia 2 do próximo mês. Para a elaboração do Plano, a comissão iniciou os trabalhos durante a primeira semana de junho, com coleta de sugestões entre os representantes dos segmentos que atuam na pós-graduação. O documento-síntese preliminar da comissão para este debate está disponível em: www.capes.gov.br/Documentos/PNPG/Documento_Sintese_Preliminar.doc

Ao final da sessão do dia 10, o pró-reitor José Luiz Monteiro acertou que produziria um texto em conjunto com a conselheira Maria da Graça Fonseca (representante do CCJE) para ser repassado aos demais integrantes do CEPG. Depois dessas sugestões, a contribuição final será enviada para a Capes.

O relato

Foi Maria da Graça quem se responsabilizou por um relato resumido do documento preliminar do PNPG para os demais conselheiros, na reunião do dia 19. O texto, de 30 páginas, contém um histórico dos planejamentos nacionais anteriores, a legislação relativa, uma análise da atual situação da pós-graduação e algumas propostas de diretrizes para o próximo PNPG.

Depois do relato, diversos conselheiros manifestaram sugestões que deveriam ser contempladas no novo Plano . O conselheiro Nelson Souza e Silva (CCS) cobrou, entre várias outras reivindicações, que a pesquisa brasileira seja direcionada para o atendimento das necessidades da população do país. Segundo ele, muito do que é produzido hoje está descolado destas prioridades nacionais, mas é feito assim mesmo porque dá prestígio internacional ou porque segue o debate realizado nos Estados Unidos. Hatisaburo Masuda (também do CCS) solicitou o descontigenciamento dos recursos dos fundos setoriais e defendeu que outros ministérios, além do MEC e do MCT, liberem verbas para pesquisa.

Foi motivo de polêmica no colegiado o diagnóstico implícito no documento da comissão da Capes de que haveria um número exagerado de programas em certas áreas do conhecimento. Muitos conselheiros manifestaram que, em vez de redistribuir os poucos recursos existentes, como é sugerido em diversos pontos do texto, sob o falso pretexto da "concentração excessiva", deveria haver mais verbas para todo o sistema de pós-graduação. "Temos de convencer a sociedade de que C&T é estratégica para o país. Assim, os recursos vão aparecer", comentou Hatisaburo.

Assinado convênio com Petrobras

O pró-reitor informou que foi finalmente assinado no dia 17 o contrato entre a Petrobras e a UFRJ para a expansão do Centro de Pesquisas (Cenpes) empresa pelo *campus* da ilha do Fundão – assunto que já vinha sendo comentado nos colegiados superiores da universidade há algum tempo.

A companhia vai pagar cerca de R$ 2,7 milhões anualmente de aluguel para a universidade, além de R$ 8 milhões nos próximos dois anos. Segundo José Luiz Monteiro, dessa segunda parte dos recursos, cerca de R$ 600 mil deverão ser disponibilizados para a pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. A idéia inicial da reitoria é utilizar o dinheiro para conceder bolsas aos pós-graduandos, mas o CEPG ainda vai debater esta possibilidade em uma sessão futura.

Recursos dirigidos à Capes

José Luiz também informou sobre os recursos dirigidos à Capes em função dos resultados da última avaliação dos programas de pós-graduação. Foram 22, no total: sete, de cursos rebaixados; um de programa que aumentou de conceito (mas esperava mais) e o restante, de cursos que mantiveram a mesma nota da avaliação anterior.

Diretor de Avaliação da agência visitará a UFRJ

Convidado pela PR-2, o Diretor de Avaliação da Capes, Renato Janine Ribeiro, confirmou que virá à UFRJ em 6 de dezembro para dialogar com os coordenadores de curso e com os conselheiros do CEPG. O local e o horário ainda serão confirmados.

Seminário de acesso ao portal de periódicos

O Centro de Filosofia e Ciências Humanas e o Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ vão promover entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro um seminário de acesso ao Portal de Periódicos da Capes.

Detalhamento da liberação de bolsas

A Capes concentrou vários informes do expediente da sessão. O pró-reitor falou sobre o cronograma de liberação das bolsas daquela agência, que tem motivado várias reclamações na UFRJ. Segundo ele, no último pagamento, a Capes liberou os recursos apenas no fim da tarde do dia 4 de novembro. No mesmo dia, a pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento fez o empenho para o Banco do Brasil processar as informações. Com o fim de semana, o banco só pôde trabalhar nesta tarefa nos dois dias úteis seguintes (8 e 9/11). Por isso, os pós-graduandos só receberam no dia 10.

Prazo da CPA prorrogado

Integrante da Comissão Própria de Avaliação (CPA), vinculada ao Sinaes do MEC, Cláudia Mota informou que o prazo para entrega da proposta de auto-avaliação da universidade foi prorrogado até março do ano que vem. Segundo ela, assim que for finalizado, o documento da CPA deverá tramitar nos colegiados superiores da UFRJ para a devida apreciação.

Abertura da Jornada

Neste dia 23, tem início a XXVI Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ. Haverá, na sessão de abertura, às 9h, no Auditório do Centro de Tecnologia, a encenação da peça teatral "O Método Científico". Com roteiro e direção de Leopoldo de Meis e a direção artística de Diucênio Rangel, o espetáculo tem como proposta desmistificar a Ciência e aproximá-la da sociedade.

Discussão das taxas no *stricto sensu*

Em função da quantidade de material encontrado para o exame da cobrança de taxas na pós-graduação *stricto sensu*, o debate foi adiado para esta semana. Também ficou para este dia 26/11 o relatório final da comissão do CEPG que acompanhou os cursos que detinham o conceito três na avaliação anterior da Capes.

UFRJ

Alunos do IFCS questionam convênio

Em nota produzida em 13 de maio deste ano, os alunos do programa de pós-graduação em Filosofia da UFRJ repudiaram um convênio firmado com uma faculdade particular do Norte Fluminense.

Segundo o documento subscrito pelos estudantes, o acordo entre as instituições não teve a anuência do próprio programa da UFRJ. Além disso, os alunos reclamam que, apesar de o texto do convênio falar em um "intercâmbio técnico, científico e cultural", a Faculdade de Filosofia de Campos é a única beneficiada: "Até onde sabemos nosso programa apenas disponibiliza professores que ministram aulas e orientam os mestrandos da instituição receptora. E ainda que os professores escolhidos para darem aulas sejam remunerados, o intercâmbio, dito estabelecido no convênio, deveria ser técnico e científico".

Ainda segundo os estudantes do programa, sob a justificativa de manutenção da qualidade, houve diminuição do número de vagas tanto no mestrado como no doutorado do curso de pós-graduação de Filosofia do IFCS, "o que nos faz pensar ser uma incoerência a abertura de vinte vagas para alunos de outra instituição".

Na nota, os signatários ressaltam que não são contra a existência de convênios, de um modo geral, mas que a parceria com a faculdade de Campos apresentou problemas desde a sua formação. "Esperamos, portanto, que qualquer solução tomada pelo corpo de professores e alunos vise ao fortalecimento da pós-graduação, e que futuramente sejam aprovados acordos e convênios que projetem de maneira efetiva as linhas de pesquisa e criem novos campos de trabalho em filosofia", diz o trecho final do documento.

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira

na sede da Adufrj-SSind

Andes-SN

Conad reafirma Andes-SN como representante do movimento docente nacional

"Não nos usem dessa forma espúria". Docente da Unicamp critica grupo divisionista

No 49º Conselho Nacional do Andes-SN, realizado em Brasília nos dias 5 a 7 de novembro, os delegados das 61 seções sindicais presentes reafirmaram o Sindicato como o legítimo e único representante dos docentes das instituições do setor de educação superior do país. Frente à organização de um grupo que criou um fórum de docentes das universidades federais, denominado como Proifes, o Conad aprovou, em texto resolução, denunciar a prática de divisionismo sindical deste grupo emergente, encabeçado por docentes que concorreram ao último pleito para a direção do Andes-SN, em maio deste ano, e foram derrotados.

Os que criticaram o Proifes durante o Conad denunciaram, também, o apoio do governo federal na organização deste fórum de professores. O Conselho deliberou, ainda, desautorizar qualquer organização, incluindo o referido fórum, que se apresente como representante dos professores das instituições federais de ensino no lugar do Sindicato.

"Não nos usem"

Durante a discussão sobre o posicionamento do Conad em relação às investidas do governo em criar uma entidade 'chapa branca', a diretora da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas (Adunicamp-SSind) Maria Aparecida Moyses leu uma carta aberta das três seções sindicais do estado denunciando a tentativa de destruição do Andes-SN através do Proifes. "Um grupo de militantes do Movimento Docente vem agindo, nos últimos tempos, empenhados em minar e, se possível, destruir o Andes-SN", diz um trecho da nota.

Maria Aparecida criticou o grupo que criou o Proifes e chamou a atenção para o fato de que este mesmo conjunto de professores tenta dividir os docentes também das instituições estaduais. "Este grupo de docentes tenta desqualificar o nosso sindicato e a sua direção, democraticamente eleita, ao afirmar que esta teria perdido no Setor das Federais". Mas a crítica mais contundente da professora se dirigiu ao uso indevido da imagem do Fórum das Seis pelos criadores do Proifes. "Não nos usem em seus propósitos de tentar destruir o nosso Sindicato Nacional", reclamou.

Maria Aparecida lembrou que o Fórum das Seis (veja quadro) "não é uma entidade, não se rege por estatutos e regimentos, não tem diretoria e jamais se prestou a tentar desestabilizar os sindicatos nacionais, propondo entidades paralelas". De acordo com a professora, o Fórum das Seis se constitui em um espaço de articulação entre as entidades dos docentes e dos técnico-administrativos das três universidades estaduais de São Paulo (USP, Unesp e Unicamp).

O Fórum se constituiu em 1988, a partir de uma luta conjunta destes segmentos, com a adesão do movimento estudantil, durante uma longa greve estadual que culminou na conquista da autonomia de gestão financeira até hoje praticada pelas instituições. A partir de então, garantido o percentual da arrecadação do estado para estas universidades, as negociações das reivindicações do movimento passaram a ser feitas diretamente com o Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo (Cruesp). O Sindicato dos Trabalhadores do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza também integrou-se ao Fórum.

De acordo com a diretora da Adunicamp, o Fórum das Seis se constitui em um espaço de debates sobre os problemas dos segmentos e de unificação das pautas de reinvindicação. O Fórum, no entanto, nunca negociou nada com o Cruesp sem o conhecimento e participação do Andes-SN. A professora lembrou que, em 1998, os docentes que hoje estão à frente do Proifes integravam a diretoria do Andes-SN e negociaram com o governo Fernando Henrique a implementação das gratificações produtivistas. Neste mesmo período, o Fórum das Seis conquistava a incorporação das gratificações por mérito (titulação acadêmica).

Manuella Soares

PLENÁRIA DO 49º CONAD

DELEGAÇÃO DA ADUFRJ-SSIND ACOMPANHA EVENTO

FÓRUM DAS SEIS

O Fórum das Seis é formado pelas entidades:

Adunesp - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual Paulista

Adunicamp – Seção Sindical dos Docentes Universidade Estadual de Campinas

Adusp – Seção Sindical dos Docentes da USP

Sintuesp – Sindicato dos Trabalhadores da Unesp

Sintusp - Sindicato dos Trabalhadores da USP

STU - Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP

Andes-SN

Em nota pública divulgada durante o encerramento do 49º Conad, a diretoria do Andes-SN denuncia as articulações do governo Lula com o grupo de docentes que criou o Proifes (fórum de docentes das instituições federais de ensino superior). No documento, que publicamos ao lado, a diretoria do Sindicato Nacional apresenta uma série de evidências em relação a uma reunião ocorrida entre o ministro Tarso Genro e assessores com o principal articulador do Proifes, professor Gil Vicente, candidato à presidência do Andes-SN, no último pleito, pela chapa de oposição "Uma nova Andes é possível". Na reunião, ocorrida em 14 de setembro, segundo a denúncia, os docentes teriam obtido informações dos representantes do governo sobre a Medida Provisória 208 que reajustou as gratificações produtivistas, encerrando uniletaralmente um processo de negociação da campanha salarial que vinha sendo travado com o Sindicato Nacional desde o início do ano. A diretoria do Andes-SN não poupou críticas à postura divisionista dos criadores do Proifes e do governo. Neste mesmo período em que o governo recebia o grupo de professores, o Andes-SN solicitava audiência formal com os ministérios para tratar do processo de negociação salarial.

Na página 6, publicamos, ainda, uma outra nota da diretoria do Andes-SN sobre a resposta encaminhada pelo professor Gil Vicente sobre o ocorrido. A nota do professor está disponível em formato não editável (como imagem) na página eletrônica do Sindicato, no endereço www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=306.

Denúncia: Governo pode estar envolvido na criação de entidade paralela ao ANDES

Nota Pública

No final de setembro, chegou ao ANDES-SN cópia de uma correspondência encontrada na impressora da sala de computadores destinada aos hóspedes do Hotel das Américas, em Brasília, que fora encaminhada ao Secretário Executivo Adjunto do MEC, senhor Jairo Jorge.

Confirmadas a autoria do texto e a veracidade do tema tratado, sem dúvida, estaríamos diante de gravíssima ingerência governamental na autonomia sindical. Por essa razão, o ANDES-SN solicitou formalmente um posicionamento oficial do MEC sobre o assunto. O silêncio do Ministro, até o momento, e as evasivas do senhor Jairo Jorge alimentam as inquietações do Sindicato.

Na introdução do texto em questão, o suposto autor se identifica e a seguir passa, sem rodeios, ao teor da mensagem nos seguintes termos:

"Meu nome é Homero Catão Maribondo da Trindade, estive junto com o Gil Vicente no seu gabinete dia 14/09/2004 por volta das 19h30, tratando entre outros assuntos da criação de um organismo, um fórum, que trate dos interesses exclusivos das Instituições Federais de Ensino Superior, onde estiveram também presentes o Ministro Tarso Genro, o Sylvio Pétrus e o Fernando Haddad. Na despedida, solicitei a sua autorização para enviar este e-mail, para tratar de um assunto inicialmente colocado para o Vladimir Nepomuceno do MPOG quando estive com ele, juntamente com o Gil Vicente, tratando entre outros assuntos de emissão da medida provisória".

No que pese a preocupação com o conteúdo da mensagem emitida, a Diretoria não a divulgou sem antes buscar informações oficiais a seu respeito.

Em 27 de setembro de 2004, logo após ter tomado conhecimento do fato, a Diretoria encaminhou ao Ministro Tarso Genro uma solicitação de audiência para tratar explicitamente do assunto: "Formação de um organismo, um fórum que trate dos interesses exclusivos das instituições Federais de Ensino", tema supostamente discutido na reunião citada, da qual o Ministro teria participado. Contudo, o gabinete do Ministro não marcou a audiência solicitada e sequer oficializou qualquer justificativa à Diretoria do ANDES-SN.

Decorrido um mês de aguardo da audiência solicitada, a Diretoria encaminhou Notificações Extrajudiciais Premonitórias a todas as pessoas mencionadas como presentes à reunião realizada no dia 14/09/2004 no gabinete do Secretário Executivo Adjunto do MEC. O objetivo da medida da diretoria foi obter a confirmação da realização dessa reunião, da presença das pessoas citadas e, no caso de confirmação, se houve discussão sobre "a criação de um organismo, um fórum, que trate dos interesses exclusivos das Instituições Federais de Ensino Superior", bem como a natureza de tal entidade.

A Diretoria do ANDES-SN considera o teor das informações contidas nessa correspondência sumamente grave. No momento em que professores vinculados à chapa derrotada no processo eleitoral estão engajados na criação de uma organização propondo-se a "representar política, econômica cultural e socialmente os interesses e os anseios dos professores das IFES associados", antecipando a reforma sindical que objetiva esfacelar os sindicatos, a possível participação do governo na criação dessa entidade torna-se um assunto de dimensão pública, pois diz respeito à democracia e à liberdade de organização sindical. A suposta participação afrontaria princípio da OIT, da qual o Brasil é signatário, que propugna a não-interferência do Estado como um dos pilares da liberdade sindical.

Em 5 de novembro de 2004, o Secretário Executivo Adjunto do MEC respondeu à Interpelação. Os demais citados ainda não se pronunciaram. Examinando a resposta do Secretário Jairo Jorge, é possível depreender que o referido Secretário confirma a existência da correspondência do Professor Homero Catão M. da Trindade, sugerindo uma suposta violação de correspondência. Confirma, portanto, a existência da reunião relatada aumentando as preocupações da Diretoria com a ingerência do governo na criação de tal entidade, uma vez que o Secretário não responde às questões centrais contidas na interpelação:

a) Se os senhores Tarso Genro, Homero Catão M. de Andrade, Gil Vicente e Fernando Haddad foram os participantes da reunião, agora confirmada;

b) Se, dentre os vários assuntos debatidos, discutiu-se a criação de um organismo que trate dos interesses dos professores das IFES e dignando-se a esclarecer a natureza de tal entidade e quais os seus objetivos.

As inquietações da Diretoria do ANDES-SN adquirem ainda maior proporção quando o Secretário Jairo Jorge, em contradição com os fatos, afirma que o MEC estaria em "permanente disposição ao diálogo". Se isso é verdade, Por que o Senhor Ministro, apesar da solicitação do sindicato, não se dignou a receber a Diretoria para esclarecer esse gravíssimo fato? Por que o Senhor Ministro, a despeito de reiteradas solicitações, não recebeu o ANDES-SN para prestar esclarecimentos sobre a MP 208, um dos objetos que, segundo o Secretario, teria justificado a referida reunião com professores que não estavam com nenhuma delegação de representação da categoria?

Além de não ter esclarecido as questões requeridas, permanece a dúvida sobre a informação contida na carta de que seu autor e o Senhor Gil Vicente trataram com o Senhor Vladimir Nepomuceno, do MPOG, da edição da MP 208, que rompe com os princípios da isonomia e da paridade e mantém os critérios produtivistas antiacadêmicos, o que foi contundentemente rejeitado pela maioria das assembléias das seções sindicais. Confirmada essa informação, teríamos repetidas as mesmas práticas adotadas pelo senhor Renato Oliveira, quando da criação da GED, em 1998, agravadas pelo fato de estarem sendo praticadas por pessoas sem legitimidade de representação da categoria.

Do exposto, é possível firmar a idéia central de que, em um contexto em que as medidas que buscam redefinir a educação superior brasileira estão sendo encaminhadas pelo governo por meio de expedientes não-democráticos como as medidas provisórias (Ex. PROUNI, SINAES, MP da GED), é forçoso reconhecer que a ausência dos esclarecimentos solicitados corrobora o conteúdo nuclear da referida correspondência: a ingerência governamental na criação de uma entidade divisionista. A Diretoria do ANDES-SN reitera que o conteúdo da referida carta é grave demais para cair no silêncio e no esquecimento. A democracia, a universidade pública e a dignidade do trabalho docente estão em jogo. O ANDES-SN não se furtará a continuar buscando todos os esclarecimentos sobre o problema. Em consonância com sua história, irá perseverar, na construção de um sindicato democrático, autônomo em relação aos governos, valores que fazem do ANDES-SN um patrimônio legítimo dos docentes das IES brasileiras.

Brasília, 7 de novembro de 2004.
Diretoria do ANDES-SN

Andes-SN

Sobre a resposta do prof. Gil Vicente à Notificação Extrajudicial

Nota Pública do ANDES-SN sobre a resposta do prof. Gil Vicente à Notificação Extrajudicial

O prof. Gil Vicente respondeu à Notificação Extrajudicial Premonitória do ANDES-SN que indagou sobre a sua participação em reunião com o Ministro Tarso Genro, Sylvio Pétrus e Fernando Haddad, representantes do governo federal, para discutir a MP 208/2004. O prof. Gil Vicente respondeu que: "é efetivamente verdade que alguns professores (o que me inclui) participaram de reunião em que fomos cobrar do MEC informações sobre a MP 208".

O prof. Gil Vicente solicitou que sua resposta seja publicada na página eletrônica do ANDES-SN, o que atendemos prontamente.

O prof. Gil Vicente alega que foi buscar explicações sobre o conteúdo de diversos pontos da MP 208/2004. Causa estranheza, pois a Diretoria do ANDES-SN solicitava audiência com esta finalidade desde o início de setembro, e o MEC sequer se dignou a responder à solicitação. No entanto, o Ministro e seus assessores receberam, para este suposto fim, alguns professores, incluindo o prof. Gil Vicente.

A Diretoria do ANDES-SN mais uma vez manifesta sua estranheza face ao método escolhido pelo prof. Gil Vicente de se interpor, ao lado do governo federal, no trato das questões dos docentes das IFES, tentando atropelar as decisões do conjunto das seções sindicais que definiram como parâmetros para a negociação a paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre as carreiras de 1º e 2º graus e do Ensino Superior.

A Diretoria do ANDES-SN também surpreende-se com a reclamação do prof. Gil Vicente sobre o suposto cerceamento da "prática da livre expressão do pensamento e da palavra" à medida que as instâncias do sindicato sempre se caracterizaram por abrigar o amplo e democrático debate sobre temas polêmicos e cercados de divergências, além do fato de que este sindicato substitui sua diretoria de dois em dois anos por meio de voto direto e secreto de seus sindicalizados, sendo o prof. Gil Vicente uma evidência viva desse processo quando se candidatou à presidência para a gestão 2004-06 sem sucesso em seu pleito. Além disso, registramos que a reunião entre os representantes do governo federal e o prof. Gil Vicente recebeu espaço para discussão no 49º CONAD, evento no qual o prof. Gil Vicente credenciou-se como observador eleito pela ADUFSCAR e não compareceu a nenhum dos grupos de trabalho e a nenhuma das plenárias para expressar seu pensamento ou suas indagações aos mais de 200 docentes de todos os lugares do país presentes àquele evento.

Quanto à tentativa de estruturação de um sindicato paralelo que funcione por meio de consultas eletrônicas, apelidado de Pró-IFES, a Diretoria do ANDES-SN continua avaliando tal iniciativa como patrocinada pelo governo federal a fim de destruir a representação legítima, democrática, independente e autônoma dos docentes. Sobre este assunto, o 49º CONAD decidiu denunciar a prática do divisionismo sindical, prática essa que vem sendo utilizada pelo governo Lula como forma de antecipação da reforma sindical para debilitar as organizações dos servidores públicos.

Diretoria do ANDES Sindicato Nacional

Opinião

Renasce o peleguismo?

Roberto Romano*

Os sindicatos ajudam a conquista de direitos profissionais e civís. Mas é possível verificar uma afinidade excessiva entre partidos e movimentos sindicais, o que obstaculiza o livre movimento de ambos. Os diretores de Centrais operárias podem reduzir o seu papel ao plano de simples correias de transmissão entre governo e trabalhadores. Surge o "pelego" que adocica o amargor das medidas impostas pelos antigos parceiros dos trabalhadores, agora nos palácios. Pelegos auxiliam governos autoritários a dobrar a vontade dos cidadãos. O período varguista os conheceu, bem como a época de JK e de Jango. No governo militar os pelegos foram prestativos. Contra eles, surgiu o movimento que viu Luis Inácio da Silva como um líder. Na liberdade dos sindicatos diante dos patrões e do governo, o PT encontrou a fórmula que lhe deu crescente apoio das massas. O governo do PT deixa de aplicar a ética na política, na medida em que a "governabilidade" o conduz aos mesmos gestos das administrações anteriores. Do "é dando que se recebe" à leniência diante de irregularidades (o foro privilegiado do presidente do BC), à perseguição dos críticos que sempre foram os seus sustentáculos (as expulsões de parlamentares do PT), a ética se tornou rarefeita no ambiente petista. Some-se a traição cometida em Fortaleza e Salvador, o desmantelamento dos direitos, etc.

Agora se prepara a "reforma sindical". Sindicatos não alinhados com o governo, preparem o lombo. Uma denúncia forte desta possibilidade encontra-se em Nota do Andes Sindicato Nacional que representa os movimentos universitários docentes do Brasil. Cito a nota: "No final de setembro, chegou ao ANDES-SN cópia de uma correspondência encontrada na impressora da sala de computadores destinada aos hóspedes do Hotel das Américas, em Brasília, que fora encaminhada ao Secretário Executivo Adjunto do MEC, senhor Jairo Jorge. Confirmadas a autoria do texto e a veracidade do tema tratado, sem dúvida, estaríamos diante de gravíssima ingerência governamental na autonomia sindical. Por essa razão, o ANDES-SN solicitou formalmente um posicionamento oficial do MEC sobre o assunto. O silêncio do Ministro, até o momento, e as evasivas do senhor Jairo Jorge alimentam as inquietações do Sindicato.

No texto, o suposto autor se identifica: 'Meu nome é Homero Catão Maribondo da Trindade, estive junto com o Gil Vicente no seu gabinete dia 14/09/2004 por volta das 19h30, tratando entre outros assuntos da criação de um organismo, um fórum, que trate dos interesses exclusivos das Instituições Federais de Ensino Superior, onde estiveram também presentes o Ministro Tarso Genro, o Sylvio Pétrus e o Fernando Haddad. Na despedida, solicitei a sua autorização para enviar este e-mail, para tratar de um assunto inicialmente colocado para o Vladimir Nepomuceno do MPOG quando estive com ele, juntamente com o Gil Vicente, tratando entre outros assuntos de emissão da medida provisória'".

Em 27 /09/ 2004 o Andes pediu a Tarso Genro uma audiência para tratar do assunto, mas ele não respondeu. O Andes, então, "encaminhou Notificações Extrajudiciais Premonitórias a todas as pessoas mencionadas como presentes à reunião realizada no dia 14/09/2004 no gabinete do Secretário Executivo Adjunto do MEC". O alvo era saber "a natureza da nova entidade proposta". Em 5/11/ 2004 o Secretário Executivo Adjunto do MEC respondeu à Interpelação. "Examinando a resposta do Secretário Jairo Jorge, é possível depreender que o referido Secretário confirma a existência da correspondência do Professor Homero Catão M. da Trindade, sugerindo uma suposta violação de correspondência". Termina a nota do Andes. Depois das espionagens ao modo da Kroll, é estranho que o modus operandi seja tão rocambolesco. Mas o Brasil vive em ritmo de rocambole: tudo se dobra, numa curva sem fim.

Mas seria ética a correspondência sigilosa entre ministro e docentes, quando o assunto é a formação de novos organismos representativos, à revelia dos que já existem ? Se a reunião referida existiu, onde vai parar a determinação da OIT que proibe ingerências governamentais nos sindicatos? O governo não está contente com o Andes porque este último se coloca em sentido contrário às "reformas" da universidades, consubstanciadas em medidas provisórias e outros meios de fragílima legitimidade legislativa? Está o governo preparando, com a criação do "novo" organismo a "reforma sindical" que atenuará o poder de fogo do sindicato na defesa de sua categoria? Se a resposta for positiva, assistimos o renascer do peleguismo, o que envergonha os professores universitários brasileiros.

***Professor da Unicamp**

Fonte: *Correio Popular de Campinas*

Universidades

Senado aprova Lei de Inovação

Projeto prevê encargos adicionais às universidades públicas e aumenta o processo de privatização da ciência e da tecnologia no país

O plenário do Senado aprovou no último dia 11, em regime de urgência, o projeto do deputado Ricardo Zarattini Filho (PT-SP) que altera a política de financiamento de ciência e tecnologia em instituições públicas. Os senadores entenderam que a Lei de Inovação, que ainda vai à sanção presidencial, pretende promover maior interação entre as instituições científicas e o setor produtivo.

De acordo com a nova lei, os docentes de universidades públicas poderão se afastar para montar empresas de base tecnológica, institucionalizando a prática do empresariamento acadêmico. Além disso, a lei permite que espaços, equipamentos e pessoal das instituições públicas possam ser disponibilizados para empresas privadas. Também fica estabelecido que se o projeto do 'professor-empresário' prosperar e este se desligar da universidade em definitivo, o docente fica livre de qualquer contrapartida para a instituição. Ao contrário, este pesquisador receberá um valor proporcional ao tempo em que ficou afastado, podendo ainda utilizar verbas públicas e de agências de fomento para todas as atividades que forem interpretadas pelo governo como de desenvolvimento tecnológico.

O projeto faz parte da reforma universitária e impõe gastos adicionais às universidades públicas brasileiras, instituições que já sofrem com falta de verbas, concursos e assistência estudantil. Para o Andes-SN, a lei caracteriza o processo de privatização da ciência e da tecnologia no país. Para o Sindicato, esta política explica ainda o fato de o governo federal se recusar a negociar uma política salarial que não seja baseada em aumento nas gratificações produtivistas.

Audiência pública debate futuro do PET

Deputada queria esclarecimentos sobre o cancelamento do pagamento os tutores

Reunidos em audiência pública da Comissão de Educação e Cultura, no dia 10 de novembro, professores e representantes de instituições se mostraram preocupados com o futuro do Programa de Educação Tutorial (PET), mas não conseguiram encontrar a solução ideal para o modelo. O evento foi uma iniciativa da deputada Raquel Teixeira (PSDB/GO), que desejava ouvir esclarecimentos do Poder Executivo sobre o cancelamento do pagamento dos tutores do PET, que também é conhecido como Programa Especial de Treinamento.

José Tavares dos Santos, representante da Capes, expôs os problemas jurídicos envolvendo o atraso no pagamento das bolsas do PET aos professores tutores e explicou o motivo da impossibilidade destas bolsas serem pagas novamente pela agência de fomento, sob a alegação de impedimentos jurídicos. A fala de José Tavares foi lamentada pelo professor Oscar Acselrad, diretor do Departamento de Projetos Especiais de Modernização **e** Qualificação do Ensino Superior (Depem) do MEC, que exaltou a importância do programa e a dedicação dos professores tutores.

Durante o debate, os convidados prestaram alguns esclarecimentos que haviam sido solicitados pelos parlamentares presentes. Também foi ressaltada a falta de um plano de expansão para o programa.

No final da audiência pública, Raquel Teixeira encerrou o evento com uma citação sobre a importância do PET no desenvolvimento e formação dos estudantes de graduação. A deputada fez um histórico do programa, mas lamentou a ausência de uma solução adequada para o Programa, diante da resposta da Capes.

Programas do Ministério da Cultura

No dia seguinte, no mesmo plenário Florestan Fernandes, foi a vez de a Comissão de Educação e Cultura se reunir em audiência pública, com o objetivo de discutir os programas "Cultura Viva" e "Fome de Livro", do Ministério da Cultura.

Galeno Amorim, coordenador do programa "Fome de Livro" esclareceu que o programa visa implementar uma política nacional do livro, mas alegou falta de continuidade nos projetos que tratam do tema, bem como uma desarticulação das ações de Estado, sociedade e do setor privado. O objetivo a longo prazo é extinguir o analfabetismo e o analfabetismo funcional.

Resenha

Miséria pouca é bobagem

Para evitar o risco de ações na Justiça, o Ministério do Planejamento decidiu enviar à Casa Civil uma medida provisória estabelecendo o irrisório reajuste linear de 0,01% aos servidores federais e dos poderes Legislativo e Judiciário. A decisão irritou os servidores que classificaram o índice como uma brincadeira (O Dia-RJ, 18/11).

Menos inscritos

Não houve grande alteração no perfil sociocultural dos candidatos que estão prestando vestibular para a UFRJ, para ingressar no ano que vem, em relação aos candidatos que fizeram as provas no ano passado. Este foi o resultado da análise que foi divulgada pela UFRJ para justificar a queda no número de inscritos de cerca de 8 mil candidatos. Segundo o pró-reitor José Roberto Meyer, a redução se deveu ao alto custo das inscrições vestibulares, à dificuldade do calendário de provas e à distância da universidade em relação a alguns bairros que tiveram considerável queda no número de inscritos (Folha Dirigida, 16/11).

Crítica à "indústria dos diplomas"

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, responsabilizou o Ministério da Educação (MEC) e o governo federal pela abertura indiscriminada de cursos de Direito no país. Busato criticou a "indústria dos diplomas", que está formando cerca de 70 mil bacharéis por ano: "A OAB não tem nenhum prazer em vetar licenças para novos cursos jurídicos, muito pelo contrário, mas é necessário que as exigências legais sejam cumpridas, pois entendemos que o ensino jurídico tem um papel político maior e uma justificação social bem mais profunda que a mera difusão de diplomas" (http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview, 19/11, às 11h46).

Dependentes de militares

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (São Paulo) suspendeu os efeitos da liminar concedida em ação cautelar pelo Juiz da 4ª Vara Federal/SP, Aroldo José Washington, referente à impugnação do parecer 22 da Advocacia Geral da União (AGU) que permite a transferência de militares e seus dependentes para instituições federais de ensino superior, sendo a escola de origem pública ou privada. Caso a Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação ao parecer seja aceita, os militares não poderão mais entrar com ações individuais na Justiça (Folha Online, 18/11, 13h50).

Andes-SN

Seções sindicais do Rio reforçam ato contra reforma

No dia 18 de novembro, as Seções Sindicais do Andes-SN do Rio de Janeiro reuniram-se na Uenf para o Encontro Pós 49º Conad organizado pela Secretaria Regional do Andes-RJ. Estiveram presentes representantes da Aduff, Adufrj, Asduerj, Sesduenf, Adur, além da direção do Andes-RJ e de um representante do CEFET de Campos, Seção Sindical do Sinasefe.

O Encontro tratou dos encaminhamentos dos diversos temas deliberados no 49º Conad (realizado de 4 a 7 de novembro, em Brasília), com destaque para a Reforma da Educação Superior, a relação do Andes-SN com a CUT e questões específicas das Estaduais do Rio de Janeiro.

Reforma Universitária e Marcha à Brasília

O Prof. Dr. Juarez Duayer (UFF) fez a exposição sobre os significados da reforma universitária que vem sendo implementada pelo governo Lula. O professor ressaltou que esta reforma deve ser analisada no contexto das outras reformas encaminhadas pelo governo (previdência, sindical, trabalhista, etc.) e enfatizou a avaliação do conjunto das Seções Sindicais do Andes-SN presentes no 49º Conad de que o problema central destas reformas é a crescente desresponsabilização do Estado com as políticas públicas. Nesse sentido, não pode ser desconsiderado o projeto das PPP (parcerias público-privadas), que tem como eixo norteador o apagamento das fronteiras entre o público e o privado, o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica e a MP do Prouni, ambos contribuindo para o empresariamento da educação.

No debate que se seguiu, os representantes das Seções Sindicais ressaltaram a importância da ampliação do debate sobre a universidade que queremos, a partir do projeto do Andes-SN para as universidades brasileiras, e da denúncia de que a reforma implementada pelo governo Lula vai na contra-mão de todos os princípios defendidos para uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Para isso, é fundamental uma forte participação na Marcha sobre Brasília que se realizará em 25 de novembro. As Seções Sindicais que forem a Brasília levarão faixas reafirmando o projeto de universidade do Andes-SN e explicitando porquê se deve ser contra essa reforma.

Foi também aprovada a continuidade dos debates sobre o tema para toda a comunidade universitária. Nas universidades com baixa mobilização, sugeriu-se a implementação destes debates nos departamentos e centros. Foi aventada ainda a possibilidade de um Encontro Norte Fluminense sobre esta questão ainda este ano.

Relação do Andes-SN com a CUT

O debate foi precedido de uma apresentação do tema pelos professores Paulo Cresciulo (1º Vice-presidente Andes-RJ) e Sônia Lúcio Lima (1ª Secretária Andes-RJ). Os dirigentes ressaltaram que existe consenso no sindicato nacional de que a CUT não atende mais aos anseios da classe trabalhadora, visto que se transformou em correia de transmissão do governo do PT, mas que ainda não se chegou a uma formulação consensuada sobre o momento e o significado de uma desfiliação do Andes-SN à Central, objeto de análise e deliberação do próximo congresso da categoria, a ser realizado no final de fevereiro em 2005.

Após debate, os representantes das Seções Sindicais indicaram que é fundamental que o debate seja aprofundado no interior das universidades até o próximo congresso. Nesse sentido, indicou-se que as Seções Sindicais devem incluir pontos relacionados a este tema na pauta de todas as Assembléias da categoria que se realizarem até o congresso, como forma de preparação para a última assembléia que antecederá a realização do congresso e deliberará sobre a desfiliação. Indicou-se ainda que as Seções Sindicais realizem ao menos um debate na base sobre a desfiliação à CUT, se possível contemplando as diferentes posições hoje defendidas.

Por fim, foi encaminhada também a realização de um grande debate, organizado pela regional Andes-RJ com a seguinte temática: "As perspectivas do sindicalismo classista na conjuntura atual", com a finalidade de problematizar a organização da classe trabalhadora, seja fora ou dentro da CUT, e deverá ser realizado antes das Assembléias deliberativas.

Organizar o setor das Estaduais no Rio de Janeiro

O último tema de debate foi a necessidade de uma maior organização do setor das estaduais no Rio de Janeiro (UERJ e da UENF). Ressaltou-se que trabalhadores destas duas universidades hoje se encontram em greve contra a política do governo Rosinha, por melhores salários e planos de carreira. A greve dos técnicos-administrativos da UERJ já dura quatro meses. Os docentes da UENF deflagraram uma greve com quase 50% da categoria presente na assembléia. Foi também deflagrada greve dos estudantes e técnicos administrativos nesta universidade. Segundo os dirigentes das Seções Sindicais destas universidades, apesar das particularidades de cada instituição, as pautas de reivindicações das diferentes greves são semelhantes e podem ser trabalhadas em conjunto. Com esse objetivo, será formado uma comissão das estaduais, organizada pela regional Andes-RJ.

Também foi aprovado que o Andes-RJ enviará um documento ao governo do Estado exigindo abertura de negociações com os docentes, além da possibilidade de organizar uma audiência com a presidente do Andes-SN e a governadora Rosinha, pela abertura de negociação com as estaduais.

CHARGE/AMORIM

Sinasefe se desfilia da CUT

Para Sindicato, a Central não mais representa mais os interesses dos servidores

Uma das principais deliberações do 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), que ocorreu entre os dias 11 e 15 de novembro, foi a desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O Sinasefe entendeu que a CUT não representa mais os interesses dos servidores, já que a Central tem apoiado as reforma governista que retiram direitos dos trabalhadores.

De acordo com o professor Maurício Guimarães, coordenador-geral do Sindicato dos Servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (Sindcefeteq) e diretor do Sinasefe, "A CUT hoje é uma corrente de transmissão do governo, chapa branca".

Após se desfiliar da CUT o Sinasefe ainda não se aliou a nenhuma outra central de trabalhadores mas participa da Conlutas (Coordenação de Lutas, que reúne muitos outros sindicatos que saíram da CUT).

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 164 • 29 de novembro de 2004

Setor das Federais discute orçamento e campanha salarial 2005
Página 2

Reitoria apresenta orçamento para 2005
Página 3

CEPG reafirma liberdade acadêmica
Página 6

Convênio do IFCS não tem registro oficial
Página 7

Listas com opção pelo abono devem ser solicitadas nas unidades

A Pró-reitoria de Pessoal informou que, atendendo à uma reivindicação da Adufrj-SSind, solicitou ao Núcleo de Computação Eletrônica que emitisse listagens do para a marcação das férias de 2005 dos docentes com a opção pelo abono pecuniário. A PR4 orientou as diretorias de Recursos Humanos das unidades para que buscassem as novas listas no gabinete e que as disponibilizassem para os docentes. A PR4 alerta, no entanto, que a decisão pelo pagamento do abono ainda depende de decisão judicial sobre a ação encaminhada pela seção sindical.

Agenda Sindical

26/1 a 31/1/2005 – Fórum Social Mundial
Porto Alegre (RS)

24/2 a 1/3/2005 - 24º Congresso do Andes-SN
***Curitiba (PR)* -** com o tema central **"**Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação"**.**

Andes-SN

ESTUDANTES, SERVIDORES E SEM-TERRA PROTESTAM NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIO, NO ÚLTIMO DIA 25, CONTRA AS REFORMAS DO GOVERNO LULA

Quinze mil na Marcha contra a reforma universitária

Páginas 4 e 5

Andes-SN

Setor das Federais discute orçamento e campanha salarial 2005

Resistência dos movimentos fazem o governo adiar o envio da lei orgânica do ensino superior ao Congresso

No dia 25/11, em Brasília, representantes das seções sindicais do Setor das Federais do Andes-SN reuniram-se para organizar a luta do sindicato no próximo período e preparar a participação do Sindicato na Plenária dos Servidores Públicos Federais realizada no dia 26. Representaram a Adufrj-SSind os professores Sara Granemann, Salatiel Menezes, Lenise Fernandes, Cristina Miranda e Vera Salim.

No início da reunião, a diretoria nacional informou que o sindicato recebeu correspondência do MEC adiando a primeira reunião do "Grupo de Trabalho Sobre Estrutura Salarial dos docentes". Por indicação do 49º Conad, o Andes-SN participará deste GT e será representado por sua presidente e pelo secretário geral. A direção informou também que recebeu oficialmente do MEC, na noite de 24/11, documento contendo um conjunto de artigos que, segundo o ofício encaminhado, constam do "Anteprojeto de Lei Orgânica da Reforma de Educação Superior Brasileira", e que deverão ser incluídos em minuta a ser divulgada durante reunião que será convocada pelo MEC para 6/12. O documento será remetido para as seções sindicais para avaliação.

A direção ressaltou que o documento foi enviado à imprensa antes de ser disponibilizado para as entidades. Destacou, ainda, que a resistência dos movimentos já faz o governo adiar o envio da lei Orgânica ao Congresso.

Orçamento de 2005 não contempla os servidores e Prouni será votado em 15 dias

Os representantes das seções sindicais que estiveram na semana de 22 a 26/11 na Comissão Nacional de Mobilização do Andes-SN informaram sobre o contato feito com parlamentares de diversos partidos para tratar dos temas: o envio da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2005 ao Congresso, as emendas à MP 10.038 (GED) e a previsão de votação da MP do Prouni.

Segundo os docentes, a Lei Orçamentária Anual 2005, que deverá ser apreciada pela Câmara em 23/12, não contempla em nada nem as reivindicações dos servidores públicos federais em geral, e nem as do setor da educação, reiteradamente apresentadas em 2004. Ao contrário, o único acréscimo foi o referente à repercussão na folha de pagamento de 2005 das gratificações e reajuste (0,01%) concedidos em 2004. Foi destacado que aparentemente R$ 9 bilhões estariam acrescentados, mas ficou esclarecido que o valor é referente ao Plano de Seguridade Social do servidor e que não fazia parte das rubricas orçamentárias anteriores. Foi informado, ainda, que existem dez propostas de emendas à Medida Provisória que reajustou o valor da GED, dentre elas: a extensão da gratificação para função gratificada e para professores cedidos e o aumento de percentual para aposentados e pensionistas. Por fim, informou-se que a MP do Prouni deverá ser discutida e votada em 15 dias.

Seis de dezembro: Dia Nacional de rejeição ao Prouni

O Setor indicou prioridade, nos próximos 15 dias, para a luta contra a aprovação do Prouni. O projeto, que concede vagas para estudantes carentes e afro-descendentes em troca de isenções fiscais, transferindo grande montante de dinheiro para o setor privado, beneficiando os empresários da educação, tem a rejeição de todas as entidades da educação organizadas no Fórum Nacional em defesa da Educação Pública. Nesse sentido, ressaltou-se a importância de uma ação coordenada no Congresso e nos estados, de interlocução com os parlamentares, solicitando o voto contrário ao projeto. A data de 6 de dezembro foi escolhida como referência para um Dia Nacional de luta pela rejeição ao Prouni.

O Andes-SN e a construção da unidade dos SPF

Na preparação da participação do Andes-SN para a última Plenária dos SPF em 2004, foi avaliado que o momento é de reaglutinação das forças dos servidores públicos federais, que sofreram este ano uma derrota em sua campanha salarial, mediante a imposição do governo de negociações em separado, que levaram ao aprofundamento do produtivismo e à quebra de isonomia e da paridade, e ao ínfimo reajuste de 0,01%. Na avaliação dos docentes, o fortalecimento da categoria, necessário para a deflagração da campanha salarial de 2005, passa, fundamentalmente, pelo fortalecimento da CNESF, como fórum de organização das entidades sindicais dos trabalhadores do serviço público federal, e pela construção da unidade em torno das propostas em que não há consenso entre entidades e governo.

Na avaliação, destacou-se o aprofundamento da política neoliberal, mantendo-se em 2005 a mesma conjuntura. Além disso, nenhuma das reivindicações apresentadas pelos servidores em 2004 foram atendidas, o que levará os servidores a reapresentarem sua pauta em 2005 apenas com as atualizações necessárias.

Cartas

APG-UFRJ confirma que, em apenas cinco programas da UFRJ, 90 bolsistas Capes receberam com atraso no mês passado

A nota do Diretor de Programas da Capes, publicada em 08/11 no JC e-mail e no Jornal da Adufrj da semana de 16/11, em resposta ao pedido de mais respeito pelos pós-graduandos da UFRJ com relação aos sucessivos atrasos no pagamento de bolsas, tenta responsabilizar os próprios bolsistas e atribuir a estes a disseminação de intranqüilidade no ambiente acadêmico, ao terem denunciado que o pagamento referente ao mês de setembro ocorreu somente na segunda quinzena do mês de outubro. Na realidade, há preocupação e intranqüilidade, principalmente por parte dos alunos, mas também de seus orientadores, seus colegas e sua família, quando o saldo de suas contas permanece negativo muito tempo após a data em que, teoricamente, a bolsa deveria ter sido depositada. Ademais, a academia se dispõe sempre a discutir esse tema tão relevante, justamente pelo fato dos bolsistas serem peças-chave para o desenvolvimento científico nacional. Este assunto foi pauta dos Conselhos Superiores da UFRJ algumas vezes neste ano, entre elas na época da renovação das bolsas no período de março/abril. Além disso, motivados pela APG-UFRJ, os alunos do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química (COPPE-UFRJ) foram ao Conselho Universitário, no dia 10/06 do ano corrente, a fim de reivindicar à Reitoria da UFRJ informações sobre o atraso ocorrido à época, tendo em vista que até a referida data, a Capes não havia repassado a verba da Demanda Social à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (fato noticiado pelo jornal Folha Dirigida do período de 08 a 14/06/04). A nota alega ainda que nossas reivindicações não têm base concreta e justifica que, segundo dados da Capes, apenas 16 pós-graduandos da UFRJ "deixaram de receber seus pagamentos em dia porque forneceram informações incompletas sobre as contas bancárias ou número do CPF". O atraso do pagamento, longe de ter ocorrido por incompetência do aluno, foi observado em número muito maior do que o fornecido na nota.

Eis as informações concretas que coletamos em alguns programas prejudicados pelo atraso:

Programa de Pós-Graduação em Química Orgânica: 26 bolsistas

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química: 9 bolsistas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (Biofísica): 26 bolsistas Programa de Pós-Graduação em Química Biológica: 18 bolsistas

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica e de Materiais: 12 bolsistas

Esses dados são apenas uma amostragem do universo de cursos 6 e 7 ("agraciados" com a verba Proex) da UFRJ e de outras Universidades, mas sem dúvida se contrapõem aos dados apresentados. Cabe ressaltar que um número mínimo de bolsistas dos referidos programas teve problemas com dados cadastrais, os quais só vieram a receber a bolsa juntamente com o vencimento de outubro, este último, felizmente, pago em dia. Os pós-graduandos, além da reivindicação do fim dos atrasos, continuam lutando pela ampliação e reajuste das bolsas e por mais verbas para a educação, ciência e tecnologia. Com a certeza de que novos atrasos não ocorrerão, e que os pós-graduandos não precisem retornar a público para reivindicar o direito ao pagamento de suas bolsas em dia, subscrevemo-nos.

APG-UFRJ

Associação de Pós-Graduandos da UFRJ

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Reitoria apresenta orçamento para 2005

UFRJ deverá contar com R$ 92 milhões para custeio no próximo ano

Aloisio Teixeira considerou uma vitória a ampliação do Orçamento de Custeio e Capital (OCC) para o sistema federal de ensino superior de R$ 597 milhões para R$ 888 milhões para as IFES em 2005. Da dotação, R$ 802 milhões serão distribuídos pela matriz orçamentária da associação nacional dos reitores das IFES (Andifes) e R$ 86 milhões deverão ser distribuídos por critérios estabelecidos pelo MEC.

O reitor informou na sessão do Conselho Universitário, em 25/11, que à UFRJ caberá, pela matriz da Andifes, o valor de R$ 52 milhões. Na previsão de despesas da UFRJ, no entanto, ainda estão sendo contabilizados R$ 15 milhões de recursos próprios (contratos e aluguéis centralizados pela reitoria) mais um montante de R$ 25 milhões que sairiam dos 86 milhões que serão geridos pela Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu). No total, "se tudo der certo", como diz esperar Aloisio, a universidade contará com R$ 92 milhões para suas despesas de funcionamento e gastos gerais.

Em entrevista ao jornal da Adufrj, em agosto deste ano, o reitor afirmou que a UFRJ não sobreviveria apenas com o orçamento destinado pela matriz da Andifes. O descontentamento levou o dirigente a se afastar do cargo que ocupava no diretório da entidade. Na ocasião, Aloisio pleiteava para a UFRJ uma verba de R$ 150 milhões. Os R$ 25 milhões que serão destinados pela SESu à UFRJ serão, então, uma forma de compensar a universidade pelo desfavorecimento em relação às demais instituições, estabelecido pelos critérios adotados na matriz atual da associação dos reitores.

A dotação divulgada para o ano que vem faz parte do projeto de lei 03/2004 que deve ser aprovado pelo Congresso Nacional até o dia 23 de dezembro. O reitor informou, ainda, que já teria sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma emenda apresentada pela Andifes no valor de R$ 250 milhões a serem destinados para as instituições a título de investimentos. Deste montante, R$ 20 milhões seriam geridos pela SESu e o restante seria distribuído com base em uma nova proposta orçamentária a ser formulada pelo conjunto dos reitores. Isso significa, para o dirigente, que, em 2005, as universidades poderão contar com recursos próprios para investimentos, "o que não acontece há muito tempo".

Consuni aprovará orçamento da universidade dia 9

Na sessão do colegiado, a reitoria apresentou uma planilha de distribuição para os centros e unidades dos R$ 92 milhões previstos para orçamento de 2005 para UFRJ. Há cerca de um mês, foi solicitado às unidades e centros que enviassem suas estimativas de gastos gerais para 2005 (locação de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de bens imóveis e equipamentos, diárias e passagens, material de consumo, material permanente, serviços terceirizados e obrigações tributárias e contributivas). Os conselheiros terão até a próxima sessão, no dia 9/12, para apreciar a proposta da reitoria.

Incremento na política de assistência estudantil

Dos R$ 25 milhões prometidos pela SESu, a reitoria diz que distribuirá de forma descentralizada pelas unidades o montante de R$ 16 milhões. Os R$ 9 milhões restantes serão aplicados em políticas de assistência estudantil, o que, segundo Aloisio, significará aumento da oferta de bolsas de auxílio e acadêmicas. Desta verba, R$ 1,5 milhão será destinado ao subsídio para o funcionamento do restaurante universitário que a reitoria pretende construir "com recursos não orçamentários", segundo afirmou o reitor.

Unidades e centros apresentam seus gastos

Para distribuir os R$ 16 milhões prometidos pela SESu, a reitoria solicitou que as unidades e decanias encaminhassem seus custos com funcionamento e gastos gerais. Os pedidos foram analisados com base em critérios apresentados pela reitoria aos decanos e diretores das unidades e órgãos suplementares. Para a formulação da planilha geral da universidade foram excluídos os pedidos referentes a passagens e diárias.

Na distribuição das unidades, foi estabelecido um teto de R$ 200 mil para material de consumo e permanente. Para serviços terceirizados foi estabelecido um teto de R$ 100 mil Para os centros foram estabelecidos limites de R$ 150 mil para material de consumo e material permanente e R$ 80 mil para serviços terceirizados. Foram definidos tetos de R$ 200 mil para manutenção e conservação de bens imóveis e R$ 100 mil para manutenção e conservação de equipamentos. A novidade desta orçamentação ficou por conta do fato de as unidades hospitalares, incluindo o Hospital Clementino Fraga Filho, terem recebido o mesmo critério estabelecido para as unidades. Com isso, no total de recursos das unidades e decania, o Centro de Ciências da Saúde vai contar com uma verba de cerca de R$ 6 milhões contra menos de um milhão recebido em 2004.

Mas não será somente este centro que receberá um aporte maior de recursos em relação ao orçamento deste ano. Pelos cálculos da reitoria, todos os centros serão beneficiados no conjunto. Aplicados os cortes, as unidades e a decania do Centro de Tecnologia receberão, no conjunto, cerca de R$ 2 milhões. O Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza receberá cerca de R$ 2,7 milhões. O Centro de Letras e Artes ficará com R$ 1,26 milhão, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas com R$ R$ 2,37 milhões e o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, com R$ 1,2 milhão. O Fórum de Ciência e Cultura ficará com R$ 569 mil e, destes, R$ 460 mil irão para o Museu Nacional.

DCE será substituído por comissão gestora

O representante discente no Consuni, Paulo Schueler, informou que a diretoria do DCE será dissolvida no próximo dia 6/12. No dia 7, assume a coordenação do Diretório Central, uma comissão gestora formada por representantes dos Centros Acadêmicos. A comissão terá como tarefa organizar a eleição para a nova diretoria do DCE no primeiro semestre de 2005.

Orçamento 2005 para as IFES

Verba total para as IFES distribuída pela matriz orçamentária da Andifes – R$ 802 milhões

Volume destes recursos destinado à UFRJ – R$ 52 milhões

Verba total para as IFES distribuída pela SESu/MEC – R$ 86 milhões

Volume destes recursos destinado à UFRJ – R$ 25 milhões (ainda depende de aprovação do Ministério)

Emenda Andifes – R$ 250 milhões

Volume de recursos da emenda que serão distribuídos pela Andifes – R$ 230 milhões

Volume de recursos da emenda que serão distribuídos pela SESu – R$ 20 milhões

Pró-reitor lê editorial da Adufrj sobre eleição da CPPD

Durante a sessão do Consuni, o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, leu para conhecimento dos conselheiros a íntegra do editorial "Legitimidade comprometida" publicado no Jornal da Adufrj 163 (22/11/04). O editorial faz críticas ao processo eleitoral para a nova composição da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e pede a anulação da eleição com a organização de um novo pleito. O pró-reitor disse que a reitoria irá averiguar as condições em que as eleições foram realizadas e pedirá esclarecimentos à comissão eleitoral da CPPD. O pró-reitor declarou a preocupação da reitoria com os fatos relatados no editorial da Adufrj-SSind, principalmente no momento em que há a expectativa de um novo processo de alocação de vagas na UFRJ, a partir da autorização de 2.700 vagas para concursos públicos para o quadro docente das IFES em 2005.

Movimento

Protesto contra reforma universitária

Protesto contra reforma universitária leva 15 mil pessoas a Brasília

Estudantes, professores de universidades, funcionários públicos, metalúrgicos e sem-terra fizeram, na última quinta-feira, 25, um grande protesto na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, contra as reformas universitária, sindical e trabalhista. Nas faixas, bandeiras e discursos, os manifestantes expressaram seu descontentamento com as reformas apresentadas pelo governo que consideram lesivas aos interesses do país.

A manifestação trouxe a Brasília mais de 15 mil pessoas, as quais chegaram na Esplanada em 245 ônibus provenientes de todos os estados do Brasil, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro. Considerada vitoriosa pelos organizadores, a manifestação reuniu lideranças dos movimentos sindical, estudantil e popular, partidos políticos, como o PSTU, o PSOL e uma facção do PT insatisfeita com os rumos do governo federal. Todos com a idéia de unificar suas lutas contra as medidas do governo federal.

O objetivo da manifestação, segundo Antônio Bosi, tesoureiro do Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), foi denunciar os efeitos negativos das reformas neoliberais do governo federal. "Tanto a reforma universitária como a sindical trazem transformações que fragilizam os movimentos sociais e retiram conquistas e direitos que a classe trabalhadora conseguiu duramente ao longo de uma vida inteira de lutas", disse Bosi.

Várias entidades que participaram do ato público integram a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), uma das organizadoras da manifestação. Os participantes concentraram seus discursos na denúncia da privatização das universidades públicas e no desmanche da educação pública brasileira, processo que já vem sendo efetivado por meio das restrições orçamentárias e medidas provisórias. Diferente da reforma sindical, a reforma universitária já está em curso. O primeiro passo do governo na direção da privatização e desmanche das instituições de ensino superior públicas no ano passado foi a criação do programa Universidade para Todos (ProUni), segundo denúncia do Andes-SN.

Por meio do ProUni, o governo isenta as instituições particulares de ensino de impostos e contribuições fiscais. Com essa renúncia fiscal disfarçada de "compra" de vagas, o governo abre mão de investir recursos nas universidades federais públicas para financiar o setor privado na área de educação, cuja inadimplência já ultrapassa 40% da previdência social. Na verdade, o ProUni faz parte de um pacote de medidas destinadas a privatizar a educação pública brasileira. No pacote encontram-se também a Lei de Inovação Tecnológica, as Parcerias Público-Privadas e o estímulo à educação à distância.

Fragilizadas pela falta de investimento do governo federal, as universidades públicas federais sofrem com a falta de professores, de infra-estrutura, material didático e investimentos em pesquisas. A redução gradativa dos valores repassados pelo Estado brasileiro desde 1995 e a não-liberação de verbas complementares agravaram, no ano passado, a crise financeira das universidades federais. O resultado foi corte de água, luz, telefone e de limpeza. A crise vem ameaçando até mesmo a realização de vestibulares.

Embora também tenha considerado a marcha vitoriosa, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, diz que a sociedade precisa se envolver urgentemente na luta contra a mercantilização e privatização do ensino superior público. "O que todos têm de ver é que o que está em jogo é o direito constitucional do povo brasileiro à educação", argumenta.

Os manifestantes reclamaram também da falta de verbas no Orçamento da União para os setores sociais. Eles denunciaram a política sistemática de estrangulamento que atingiu toda a área social da União. Boa parte do Orçamento foi retida no superávit primário, cujo objetivo é somente pagar a dívida externa. Outra parte foi contingenciada pelos próprios parlamentares para atender suas "bases" nos estados.

"É por isso que faltam reagentes para laboratórios, políticas para restaurante universitário a fim de manter o estudante pobre e sem condições na universidade, dinheiro para recursos humanos, para reajustar salários, para qualificar docentes e servidores técnicos-administrativos", lembra o outro dirigente do Andes-SN, Antônio Bosi.

Manifestação une categorias

Na avaliação de vários sindicalistas, a crise na educação é tão profunda que os professores universitários que raramente participam de manifestações de rua decidiram participar da marcha. Segundo o diretor do Andes-SN, Roberto Leher, "a motivação maior dos estudantes, professores, trabalhadores na educação, sindicalistas e coordenadores de executivas de cursos para virem a Brasília foi a constatação de que a educação pública brasileira vive um momento não

Luiz Henrique Schuch/Andes-SN

Carla Lisboa

OS DIRETORES DA ADUFRJ-SSIND SARA GRANEMANN E SALATIEL MENEZES PARTICIPAM DA MARCHA JUNTO DE OUTROS DOCENTES E ESTUDANTES DA UFRJ. UMA CARAVANA DE QUARENTA ÔNIBUS LOTADOS SAIU DO RIO NA MANHÃ DO DIA 24 LEVANDO CENTENAS DE ESTUDANTES E SERVIDORES PARA A MANIFESTAÇÃO EM BRASÍLIA. OS ATOS OCORRERAM EM FRENTE AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

leva 15 mil pessoas a Brasília

Andes-SN

Andes-SN

apenas de desmonte e destruição, algo que já vinha se aprofundando nas últimas décadas com as políticas neoliberais, mas sobretudo pela quebra de expectativa com o governo Lula, que, em vez de promover uma inflexão na política de desmonte e privatização, ao contrário, pisa no acelerador da privatização e da mercantilização da educação", disse.

A UFRJ é um exemplo dessa crise. No ano passado, enfrentou o corte de fornecimento de energia elétrica pela Light, concessionária privatizada durante o governo Fernando Henrique. Se a crise atingiu a infraestrutura básica nessas proporções, que dirá o que ocorre na capacitação de professores e técnico-administrativos. Para se ter uma idéia, no início dos anos 80, quase 80% das vagas em ensino superior estavam nas universidades públicas e apenas 20% nas universidades privadas. O último censo que o MEC apresentou deu conta de que 80% das vagas de ensino superior estão na iniciativa privada e 20% nas públicas. Segundo Antônio Bosi, "isso demonstra qual é a política dos últimos governos em relação à universidade; portanto, não houve expansão. As universidades praticamente se mantiveram estagnadas", disse.

A Marcha a Brasília mostrou, segundo Zé Maria, presidente do PSTU, a unidade entre os vários setores dos movimentos sindical, popular e estudantil, bem como partidos políticos, até mesmo um setor do PT. "Esta marcha foi organizada não só pela Conlutas, mas também pela esquerda da CUT, esquerda do PT que milita no movimento estudantil. Trata-se de um segundo momento da luta daqueles insatisfeitos com os rumos do governo Lula".

Ele considera a marcha uma forma de acumulação de forças que credencia a Conlutas e os vários segmentos ligados a ela a pressionar parlamentares e a derrotar o governo, bem como impedir a aprovação tanto da reforma universitária quanto da sindical.

Durante a marcha, os manifestantes realizaram três atos públicos. O primeiro, na frente do Ministério da Agricultura, destacou o Movimento Terra e Liberdade (MTL). Em vez das bandeiras vermelhas do MST, o destaque foi para as do MTL, um movimento autônomo e de massas que atua com os trabalhadores do campo e da cidade.

Antigo aliado das lutas do movimento sindical, o MST se fez ausente porque assinou um documento de apoio à reforma universitária proposta pelo governo. Nesse primeiro ato, o representante do MTL, João Batista, falou sobre a importância da marcha e a necessidade de unificação das lutas dos vários setores.

"Somos os lutadores da cidade e do campo contra as reformas neoliberais do governo Lula. O governo Lula gerou uma grande expectativa entre os trabalhadores, mas desde o início revelou qual a opção que ele ia fazer e a opção foi pelos poderosos, pelos latifundiários, pelo capital internacional e a favor das propostas e dos compromissos assumidos com o FMI", disse.

Os outros atos ocorreram em frente ao Ministério do Trabalho e, o último, do outro lado da Esplanada dos Ministérios, foi em frente ao Ministério da Educação.

Os parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Heloísa Helena, Luciana Genro, Babá e João Fortes discursaram ao lado de representantes das entidades sindicais organizadoras da manifestação; do deputado Chico Alencar (PT/RJ), que representou a esquerda do PT, e do presidente do PSTU, José Maria. Eles defenderam um projeto novo para o país, que rompa com a subordinação às diretrizes do Banco Mundial e do FMI.

A diretoria da Adufrj-SSind esteve representada na Marcha pelos professores Sara Granemann e Salatiel Menezes. Vários professores e estudantes de graduação e pós-graduação da UFRJ também fizeram parte da caravana do Rio.

Resenha

Carentes sem recursos

A Política Afirmativa do Estado, conhecida como sistema de cotas, criado para facilitar o ingresso de alunos negros e de escolas públicas na universidade, não vem dando resultados na Uerj (que tem hoje 5195 alunos matriculados pela reserva de vagas). O programa, que deveria assegurar ao estudante carente recursos para gastos com o curso, apresenta bolsas que não contemplam todos os alunos e ainda são pagas com atraso. Os estudantes que ingressaram no primeiro ano de reservas de vagas, por exemplo, ainda não conseguiram receber um centavo sequer (Jornal do Brasil, 21/11).

R$ 40 bilhões para as PPPs

Segundo o Jornal do Brasil, de 25/11, a estimativa do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que é relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado do projeto, que institui a Parceria Público-Privada (PPP) no país, é que o Brasil necessita de R$ 40 bilhões de investimentos anuais em infra-estrutura para garantir o crescimento sustentado da economia. A essência das PPPs é tranferir recursos públicos para os empreendimentos da iniciativa privada nas áreas de resposabilidade do Estado. A votação do texto na CCJ foi adiada em uma semana.

É possivel?

Elio Gaspari destaca a crítica de Lula em relação aos professores que querem se aposentar aos 50 anos. Segundo ele, é com esta idade que o ser humano atinge o ápice da sua capacidade intelectual. Entretanto Lula recebe uma pensão de R$ 3396 mensais brutos, por ter se aposentado aos 51 anos, além de cerca de R$ 7 mil para variados gastos, fora os custos com seus ternos caríssimos. O presidente ainda reivindicou aposentadoria especial por ter sido preso pelo general João Figueredo, durante a ditadura militar. (O Globo, 21/11).

Vende-se monografias

O Globo (21/11) enfoca a grande quantidade de *sites* que estão vendendo monografias, apesar dos riscos que envolvem a negociação. Dependendo do número de páginas, prazo e complexidade do tema, a monografia varia, em média, de R$ 200 a R$ 2 mil. Paulo Lemos, superintendente do FGV *Management* no Rio, afirma que um orientador que supervisiona atentamente o processo de confecção dificulta a compra do trabalho final.

Menos estudantes nos EUA

Reduziu, pelo segundo ano consecutivo, o número de matrículas de estudantes estrangeiros nos Estados Unidos. A queda representa um prejuízo de US$ 1 bilhão para as quatro mil faculdades estadunidenses além de reduzir a mão de obra especializada das empresas de alta tecnologia no país. A razão destes números pode estar relacionada às intensas investigações a que os estrangeiros estão sendo submetidos para impedir o terrorismo nos Estados Unidos.

Colegiados

CEG volta a debater política das vagas docentes

Conselheiros discutem os 24 pontos do documento e estão próximos de definir uma posição para levar ao Consuni

O documento que expõe algumas diretrizes para a formulação da política de desenvolvimento do quadro docente da UFRJ voltou a ser discutido no Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da última quarta-feira (24/11), quando o segundo aspecto do caderno (*Uma Visão Geral dos Desafios*), que possui 24 pontos, foi votado pelos conselheiros.

Indagado sobre a necessidade do assunto voltar a ser pauta no colegiado, mesmo após ficar estabelecida a criação de uma comissão mista em conjunto com o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), o professor Luiz Felipe Coelho, do CCMN, afirmou ao Jornal da Adufrj que as decisões do CEG priorizam o âmbito das idéias, enquanto as comissões têm uma função mais técnica. Desta forma se tornava imprescindível uma nova avaliação.

Luiz Felipe assistiu à sua proposta de enxugar os 24 pontos para apenas oito ser rejeitada em votação. Para que houvesse um consenso, o pró-reitor José Roberto Meyer fez a leitura de todos os itens e ao final de cada um os conselheiros decidiram se aprovavam, modificavam ou excluíam.

Dentre os assuntos mais abordados no debate, houve concordância entre os integrantes do conselho sobre a necessidade de ampliação dos cursos noturnos. Entretanto em relação ao compromisso sócio-educacional da UFRJ e a consolidação e criação de novos cursos, a expectativa pela interiorização regional das atividades acadêmicas gerou divergências. O professor Ericksson Rocha e Almendra, do Centro de Tecnologia, não concorda que a criação de novas unidades no interior do estado será uma melhoria para a universidade. Para Maria da Silvia Possas, representante do CCJE, o processo de interiorização não pode mais ser rejeitado "pois já é uma realidade na universidade".

José Roberto Meyer afirmou que a idéia é que, quando a proposta chegar ao Consuni, o CEG já tenha finalizado a discussão sobre este documento para a apresentação de seu parecer.

Direito

A grave situação dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito (FND), que já fora discutida na sessão do dia 17/11 - na qual os alunos estavam ameaçados de não receberem seus diplomas mesmo depois de concluírem as disciplinas e apresentarem a monografia – foi retomada na última reunião realizada pelo colegiado. A razão do impasse é a exigência da assinatura dos diretores das unidades para garantir a validade do diploma dos formandos. O problema ocorreu porque o diretor da FND, Armênio Cruz, só havia comparecido uma vez ao seu gabinete desde que reassumiu a direção, após ter ficado um longo tempo afastado devido à denúncias de irregularidades administrativas e prática de perseguição política a alunos e funcionários.

José Roberto Meyer afirmou nos informes que a situação dos diplomas está progredindo visto que Armênio reapareceu na unidade na quinta-feira (18/11) e assinou alguns diplomas. O próprio pró-reitor, que foi à FND no dia seguinte, também assinou diplomas para permitir que os estudantes se formem. A preocupação de Meyer, em relação à Faculdade de Direito, diz respeito aos professores substitutos. Caso não tenham seus nomes divulgados pela direção, eles não poderão ser contratados.

Recesso em janeiro

Os conselheiros aprovaram o recesso do colegiado para o mês de janeiro, apesar das reivindicações apresentadas pela professora Ana Canen, do CFCH, de que os outros conselhos irão paralisar suas atividades em fevereiro.

Celso Furtado

O CEG também aprovou uma moção de pesar referente à morte do ex-professor do Instituto de Economia, Celso Furtado.

CEPG reafirma liberdade acadêmica

Empresa tentou impedir divulgação de trabalho na Jornada de Iniciação Científica

Causou espanto e indignação no Conselho de Ensino para Graduados do dia 26/11 o relato sobre uma empresa que tentou impedir a divulgação de um trabalho acadêmico na Jornada de Iniciação Científica da UFRJ.

De acordo com a conselheira Aracéli Cristina (representante do CCJE e diretora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis), que é orientadora da pesquisa, ficou demonstrado nesse estudo o descaso ambiental por parte de uma determinada companhia siderúrgica. Mesmo assim, sob a alegação de possíveis danos e perdas morais com a divulgação dos resultados do trabalho, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) chegou a notificar judicialmente a diretora da FACC e os estudantes envolvidos para evitar a apresentação.

Para a professora, o que surpreende é que as informações foram obtidas nos relatórios anuais públicos e na página eletrônica da empresa ("Relatório de Gestão Ambiental de 2003", no "Relatório Contábil" publicado pela CST tendo com base os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2003 e através de outras informações publicadas no *site* da CST, como: histórico, missão e valores, produtos, logística, capacidade produtiva, processo de produção, "Sistema de Gestão da Qualidade", "Sistema de Gestão Ambiental", entre outras).

Reitoria respalda divulgação do trabalho

O pró-reitor José Luiz Monteiro informou que o reitor Aloisio Teixeira, ao tomar conhecimento do caso, respaldou a divulgação do trabalho na Jornada, na semana passada – vale dizer que, intimidada, Aracéli já havia deixado de apresentar esses resultados em um encontro da ONU, em outubro. Detalhe: na Jornada, o trabalho foi escolhido como o melhor da sessão.

O pró-reitor usou o episódio para lembrar que a perda da independência jurídica das universidades (transferência das procuradorias locais para a esfera da Advocacia Geral da União), ocorrida durante o governo FHC, complica a reação da UFRJ. Em todo caso, afirmou que foi marcada uma reunião da reitoria com representantes da empresa no próximo dia 8 de dezembro. Mas enfatizou que Aloisio não vai aceitar nenhuma ingerência da companhia sobre a pesquisa acadêmica.

O colegiado aprovou uma moção de apoio à professora Aracéli e sua equipe: "O CEPG defende a liberdade de pensamento, da pesquisa acadêmica e a responsabilidade ética que a Universidade Brasileira tem perante a sociedade na qual está inserida", diz um trecho. Os conselheiros também apoiaram a atitude tomada pela reitoria de respaldar a divulgação do trabalho.

Acompanhamento dos cursos nota 3

Foi divulgado e aprovado na sessão deste dia 26 o relatório final das atividades desenvolvidas pela comissão formada para acompanhar os cursos de pós-graduação com nota 3.

Discussão de taxas cobradas no *stricto sensu*

Depois da notícia da pró-reitoria de que 17 cursos de pós-graduação *stricto sensu* cobravam taxas dos candidatos (divulgada em 5 de novembro), ainda não foi desta vez que os conselheiros do CEPG tomaram uma decisão sobre o assunto.

Devido ao adiantado da hora, a comissão de legislação e normas do colegiado limitou-se a fazer uma breve exposição de todo o material encontrado (leis, decretos, portarias da UFRJ, Constituição Federal, uma ação civil pública) relacionado à cobrança de taxas no ensino público. O debate foi adiado para a reunião deste dia 3 de dezembro.

Formulários da GED não precisarão ser preenchidos

Ainda não é informação oficial, mas o pró-reitor José Luiz Monteiro disse ter ouvido da presidente da Andifes, Ana Lúcia Gazzola, em Brasília, na semana passada, que os formulários para avaliação da GED não precisarão ser entregues este ano. A notícia teria sido passada à dirigente universitária pelo MEC, mas apenas por uma ligação telefônica.

Recesso em fevereiro

Foi aprovado formalmente que o colegiado entrará em recesso no próximo mês de fevereiro.

UFRJ

Convênio do IFCS com faculdade particular não tem registro oficial

Relatório de coordenadora do programa detalha problemas na parceria

Motivo de uma nota de repúdio – divulgada na edição anterior do Jornal da Adufrj - dos alunos do programa de pós-graduação em Filosofia da UFRJ, o convênio firmado com uma faculdade particular de Campos (RJ), em 2002, guarda mais problemas do que aparentava inicialmente. De acordo com informações obtidas na administração da universidade, não existe registro oficial desse convênio nem na Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa e nem no Setor de Convênios e Relações Internacionais da UFRJ.

No documento estudantil, datado de maio, vale lembrar, foi criticada a falta de anuência do próprio programa, "em última instância", para o estabelecimento da parceria com a Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC). O dito "intercâmbio" também foi classificado como francamente favorável à instituição particular, que recebia os professores da UFRJ para suas aulas e nada retribuía para a universidade pública - exceto a remuneração dos docentes participantes, prevista no "convênio". Também se tornou alvo dos argumentos dos alunos o fato de ter ocorrido diminuição do número de vagas do programa do IFCS, enquanto eram abertas as oportunidades para estudantes de outra instituição.

Relatório da nova coordenadora do programa

A descoberta de que não havia registro oficial do convênio deveu-se a uma consulta da nova coordenadora do programa de pós-graduação em Filosofia, professora Maria da Graça Schalcher, aos órgãos da universidade. Ela, que assumiu a função em janeiro deste ano, divulgou essa notícia aos corpos docente e discente do programa em um relatório finalizado em agosto.

De acordo com o relatório, ao qual a reportagem do Jornal da Adufrj teve acesso, Maria da Graça só tomou conhecimento do convênio ao levantar a documentação de todo o programa do IFCS para a avaliação da Capes. Isso ocorreu "em razão da total ausência de informações que deveriam nos ter sido transmitidas pela Coordenação anterior, e também pela desorganização do Livro de Atas por nós solicitado e recebido da Secretaria do PPGF".

Ao pesquisar sobre o convênio, Maria da Graça descobriu um documento na secretaria do Programa que datava de novembro de 2002. O detalhe é que essa parceria, como percebeu depois, só se referia ao programa de pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, nada tendo a ver com pós-graduação em Filosofia. Outro ponto: o processo de seleção dos alunos da FAFIC para o mestrado supostamente conveniado aconteceu em outubro daquele ano – antes, portanto, da assinatura do intercâmbio.

A coordenadora atual do programa cita ata da reunião da Comissão de Pós-graduação em Filosofia, de setembro de 2002, em que teria sido aprovada, por unanimidade, a proposta do convênio, "embora dela não conste nenhuma assinatura." Mesmo assim, a professora lembra que não consta como atribuição da Comissão de Pós-Graduação a aprovação de convênios. "Como nesse caso, Convênio, nosso Regulamento é omisso, caberia aprovação na Reunião Geral de Pós-Graduação, o que não ocorreu".

Discrepâncias

No texto do relatório, a coordenadora repete o item quatro da proposta de convênio, segundo o qual o "plano acadêmico (do curso da FAFIC) guarda todas as características essenciais do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ (...)". Só que um dos itens da parceria cita uma linha de pesquisa (Epistemologia) inexistente no mestrado do IFCS. Maria da Graça também questiona a listagem dos docentes que lecionam no curso da FAFIC, com praticamente todos os nomes do programa da UFRJ, "sendo que muitos professores nem sabiam que seus nomes constavam dele (...)".

Mais grave ainda talvez seja a informação obtida em abril deste ano, segundo o relatório: os alunos da FAFIC estariam, em função dessa parceria, sendo registrados como estudantes da própria UFRJ.

Maria da Graça encerra o relatório com uma declaração de que sua busca foi norteada apenas pela falta de informações completas e documentadas. "(...) já que não nos cabe e nem queremos tecer maiores considerações ou julgamentos sobre os fatos apresentados, que ultrapassariam a objetividade requerida para tal e o alcance de nossa competência administrativa". Ela reafirma, no entanto, que os fatos precisam ser esclarecidos, "mesmo acreditando que possam ter sido, como foi declarado por um professor, na Reunião Geral Extraordinária do PPGF (...), conseqüências da vontade de contornar 'entraves burocráticos' que atrapalhariam o desejo de efetivar de modo rápido o Curso de Mestrado proposto, numa 'ação afirmativa' e como concretização do 'papel social que a Universidade deveria exercer'."

Professor citado no relatório

Citado no relatório da coordenadora como responsável por três orientandos da FAFIC, o professor Fernando Santoro foi procurado pela reportagem da Adufrj-SSind para tentar esclarecer alguns pontos. Fernando disse desconhecer que o convênio específico entre o programa de Filosofia do IFCS e a faculdade particular não estivesse registrado nos órgãos competentes da UFRJ. "Eu tinha conhecimento apenas do convênio mais geral entre a universidade e a FAFIC", afirmou.

Ele alegou só ter descoberto através do relatório da coordenadora que o processo de seleção para o curso de mestrado via FAFIC aconteceu antes do convênio geral assinado. Mas o professor entende que, se houve a legalização posterior, o ato funcionava como uma espécie de regularização *ad referendum*, considerada por ele bastante comum em meio à burocracia universitária.

Fernando Santoro classificou como um erro de redação do convênio a existência de uma linha de pesquisa inexistente no programa de mestrado do IFCS. O fato de determinados professores do Instituto desconhecerem o convênio no qual são citados foi minimizado por ele, que atribuiu a desinformação à divisão interna entre grupos do programa. "Muitos não conversam uns com os outros", disse. Outro problema que pode ter ocasionado essa situação, de acordo com o professor, é o desinteresse do professorado em conhecer o que é decidido nas instâncias do programa. "As atas da comissão de Pós-Graduação são públicas", disse.

Sobre o questionamento da coordenadora de que não seria tarefa da comissão aprovar convênios, Fernando respondeu que a prática anterior do programa era somente promover a reunião geral para eleger a comissão, que teria o poder de decisão sobre os assuntos relativos ao curso. O professor considera uma boa medida da nova coordenadora a convocação de reuniões gerais para outros temas, que não o eleitoral, mas também acredita que muitos continuarão desinformados, pois uma minoria de docentes estaria comparecendo às sessões marcadas. Além disso, persiste a divisão interna entre grupos de professores.

Santoro confirma que os alunos do mestrado pela FAFIC são estudantes da UFRJ. "É um programa de qualificação dos docentes de lá", comenta. Reconhece ainda que o processo de seleção do convênio aconteceu em época diferente do curso regular, mas "o restante do processo é igual". Santoro também não vê diferença entre a formação dos alunos de Campos e do IFCS. "Os alunos, em um programa, fazem um número limitado de disciplinas. Não tem como ter acesso a todos os professores. Pode fazer um curso todo com até dois docentes", comentou.

Santoro observa que a retribuição para a UFRJ no convênio é a qualificação dos alunos, ainda mais naquela região do estado do Rio: "A melhor contrapartida que o aluno pode dar ao mestre é a sua boa formação", esclareceu. Segundo o professor, a remuneração recebida da FAFIC servia apenas para cobrir as despesas com deslocamento e estadia em Campos, durante os sábados. Ele entende que um programa de alto nível como o do IFCS tem muito mais a ceder em relação a outro programa. "Acho isso justo e até dever de quem pode dar", comentou.

Processo vai para o diretor do IFCS

Para tratar do polêmico assunto, a pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa promoveu uma reunião na decania do CFCH no dia 22 de novembro, com a presença do diretor do IFCS, Franklin Trein; da decana do CFCH, Suely Souza de Almeida; da coordenadora de pós-graduação daquele Centro, Andreia Frazão; da superintendente da PR-2, Leila Rodrigues; e do pró-reitor José Luiz Monteiro. Ficou decidido, na ocasião, que todos os documentos do processo montado pela professora Maria da Graça – em função de pedido da reitoria - seriam remetidos para o diretor analisar e tomar as medidas cabíveis.

Contatado pela reportagem da Adufrj-SSind, o professor Franklin disse que preferia não comentar nada sobre o convênio antes de receber toda a documentação oficial da pró-reitoria – o que não havia ocorrido até a manhã do dia 25.

Professores citados no convênio

O Jornal da Adufrj tentou ouvir o professor Aquiles Côrtes Guimarães, que assinou o convênio em nome do programa do IFCS e é considerado, no documento, responsável pelo curso de mestrado do projeto da faculdade de Campos. Foram deixados recados na secretaria da direção do IFCS, durante o dia 25, e uma mensagem eletrônica foi enviada para o endereço disponibilizado pelo docente, na página do instituto. Mas ele não retornou o contato até o fechamento desta matéria, em 26/11.

Movimento

Acampamento do MST sofre massacre em Minas Gerais

Governo promete investigação rigorosa dos fatos

Cerca de 15 pistoleiros encapuzados atacaram, no dia 20, um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Minas Gerais. Cinco pessoas foram mortas e houve cerca de 20 feridos. Os agressores também atearam fogo aos barracos, deixando 100 famílias desabrigadas. As informações são da página eletrônica do movimento (www.mst.org.br).

O acampamento atingido, conhecido como Terra Prometida, fica localizado no Vale do Jequitinhonha. Ainda de acordo com o informativo eletrônico, o ataque ocorreu no momento em que a coordenação do acampamento do MST estava reunida em um dos barracões. Neste local, foram vitimados quatro trabalhadores. Um quinto morreu já no hospital. Os acampados teriam reconhecido sete dos assassinos como pistoleiros de fazendas da região. No dia seguinte, cerca de 300 soldados das polícias civil, militar e federal cercaram a área e iniciaram as buscas dos culpados que, segundo relatos, teriam fugido logo após o massacre.

A brutalidade da ação mobilizou as autoridades públicas que se deslocaram até o local. Uma comitiva composta pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, pelo Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, e o bispo Dom Luciano Mendes de Almeida foram ao local junto de vários parlamentares.

O ministro do Desenvolvimento Agrário classificou a chacina de "inaceitável" e diz que o governo federal irá "colaborar integralmente com todo o processo investigatório". Outros 500 integrantes do MST de assentamentos e acampamentos da região também foram ao local para uma grande manifestação e para o enterro das vítimas, que aconteceu no dia 22.

A situação

O acampamento Terra Prometida existe há cerca de 2 anos e ocupa parte de uma fazenda de mais de 2 mil hectares, dos quais 800 são supostamente grilados pelo pretenso proprietário, o pecuarista Adriano Chafik. Ou seja, segundo o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER) e o Ministério Público, no mínimo, este volume de terras é devoluto e pertence ao estado de Minas Gerais.

Desde que o movimento sem terra ocupou a área em 2002, o fazendeiro Adriano Chafik teria feito uma série de ameaças (registradas pelos agricultores na delegacia de Felizburgo). O coordenador do MST no estado, Ademar Chusky, lamentou a morte dos companheiros afirmando que este seria um "novembro vermelho, mas vermelho do sangue de agricultores derramado pela brutalidade do latifúndio".

Ministro reafirma investigação

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, voltou a dizer, no dia 22/11, durante a Conferência Nacional Terra e Água, em Brasília (DF), que "em hipótese alguma haverá impunidade".

"Nós estamos falando de cidadãos brasileiros que estavam acampados, com autorização judicial e que foram brutalmente agredidos. Portanto todo acompanhamento, toda dedicação já em andamento da Polícia federal, especialmente para colaborar com a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais que tem a responsabilidade da investigação desse crime, de tal forma que nós possamos, num prazo muito rápido identificar e responsabilizar os criminosos".

A Conferência acontece de 22 a 25 de novembro e é uma proposta do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. O Fórum congrega 44 entidades e movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária, pelos direitos humanos, por uma política agrícola que contemple os agricultores camponeses e familiares e pela justiça no campo.

Chacina não amedronta acampados

Mesmo após a chacina na qual cinco integrantes do MST foram brutalmente assassinados em Felizburgo, a resistência persiste no acampamento. A página eletrônica do MST colheu o depoimento de um dos acampados: para George Rodrigues, a situação "está difícil, mas nós não desistimos e o pessoal fica firme na resistência". Segundo ele, "os feridos menos graves já voltaram; só os machucados gravemente, e que ainda estão hospitalizados, é que ainda permanecem fora do acampamento".

Com relação a possíveis desistências dos acampados, George diz estar surpreendido: "depois do massacre achei que muita gente ia sair, mas ninguém arredou o pé".

Andes-SN repudia massacre

Solidária à luta dos trabalhadores sem terra, a diretoria do Andes-SN divulgou nota de repúdio aos acontecimentos violentos do fim de semana retrasado, aqui reproduzida:

"Massacre dos Sem-Terra: Nota de repúdio

O Andes-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta o seu veemente repúdio ao ato covarde e traiçoeiro ocorrido na manhã de sábado, dia 20/11/04, quando 5 (cinco) trabalhadores rurais sem terras foram assassinados e outros 13 (treze) ficaram feridos, no município de Felisburgo - MG, uma chacina cometida por pistoleiros a mando de latifundiários e grileiros.

O Andes-SN associa-se à dor dos companheiros do MST e das famílias desses trabalhadores, exige a punição dos culpados e cobra do governo soluções que atendam às justas reivindicações de milhões de brasileiros e brasileiras na luta pelo direito à terra, ao trabalho e a vida com dignidade.

O Andes-SN considera que é preciso dar um basta à política de favorecimento ao capital em detrimento das políticas sociais em favor dos brasileiros excluídos e manifesta o compromisso de se manter na luta com todos os companheiros e companheiras pela emancipação de todos os trabalhadores da terra e das cidades.

Brasília, 23 de novembro de 2004

Diretoria do Andes-SN"

Manuella Soares

DURANTE A ABERTURA DA JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, OS PROFESSORES DA ADUFRJ-SSIND DISTRIBUÍRAM PANFLETOS COM OS MOTIVOS PELOS QUAIS SÃO CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA E CONVOCANDO PARA A PARTICIPAÇÃO NA MARCHA DO DIA 25

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 165 • 6 de dezembro de 2004

Próxima plenária delibera sobre campanha salarial 2005
Página 2

Andes-SN segue firme na defesa dos aposentados
Página 3

CEG não interfere em eleição do Caco
Página 5

Receita americana para reprodução da elite
Páginas 6 e 7

O peleguismo universitário, oportunismo e golpes secretos
Roberto Romano
Página 8

Adufrj-SSind e o FSM 2005

A Adufrj-SSind decidiu não inscrever atividades para a próxima edição do Fórum Social Mundial, no próximo ano. Isso ocorreu em função da proximidade de datas entre a reunião preparatória organizada pela seção sindical, em 24/11, e o prazo final estipulado pela organização do evento (até 30/11). Na discussão realizada no sindicato, as propostas formuladas ainda não estavam suficientemente consolidadas para que fosse organizada uma atividade.

Movimentos organizam Dia Nacional contra o ProUni

No Rio, manifestação será no Buraco do Lume, neste dia 6

O Setor das Federais do Andes-SN, reunido no dia 25/11, aprovou a campanha para sensibilizar os parlamentares em defesa da universidade pública e contra a Medida Provisória nº 213 (do "Programa Universidade para Todos", conhecido como ProUni) – apesar disso, no dia 1º de dezembro, um acordo de liderança aprovou uma nova versão da MP foi votada no Congresso (veja nota da diretoria do Sindicato Nacional na página 4 desta edição). Serão enviadas cartas, mensagens e abaixo-assinados aos congressistas. Também estão programadas visitas aos escritórios e residências dos deputados e senadores e uma mobilização especial em 6 de dezembro (que ficou definido como o Dia Nacional de Luta contra o ProUni).

A medida original do Prouni veio em substituição a um projeto de lei que tramitava no Congresso Nacional. Na ocasião, a justificativa para a mudança, de acordo com o líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP), é que algumas MPs estariam trancando a pauta da Câmara, o que atrasaria a votação do projeto.

Com a medida provisória nº 213, seus efeitos passaram a valer desde a edição (10/9/2004). Isto mostra a clara intenção do governo com a reforma do ensino superior: urgência para atender aos interesses do setor privado da educação.

As instituições privadas de ensino, ao aderirem ao programa, ficarão isentas do pagamento do PIS, Cofins e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Detalhe: segundo a MP, as instituições poderão aderir ao programa pelo prazo de dez anos.

Mudanças podem ampliar benefícios para particulares

Relator da MP na Câmara, o deputado Irineu Colombo (PT-PR) anunciou no dia 26/11 novas modificações em relação ao projeto do governo que podem ampliar ainda mais os benefícios das instituições particulares. Uma delas, por exemplo, reabre o Refis (Programa de Refinanciamento de Dívidas Federais) para as entidades que aderirem ao ProUni. Outra alteração, que precisa ser aprovada, estende a todas as instituições a possibilidade de direcionar 2% das bolsas a funcionários ou seus dependentes. Um outro ponto permite que as particulares que perderam o título de filantropia possam, em determinada situação, recuperá-lo (caso se comprometa a sanar a irregularidade). Uma quarta modificação – que praticamente reconhece a má qualidade dos cursos oferecidos pelas particulares – dá preferência ao bolsista que esteja freqüentando um curso avaliado como insuficiente de mudar para outra instituição na vaga aberta por um desistente do programa.

O Andes-SN, em continuidade à grande mobilização da Marcha do dia 25, na capital federal, destaca a importância de unir amplos esforços para barrar a aprovação do ProUni.

No Rio, ato contra o Prouni será no Centro

Em reunião realizada no dia 29/11, o Fórum Fluminense de Lutas decidiu que o ato contra o Prouni, no Rio de Janeiro, será no Buraco do Lume, no centro da cidade, de 11h30 às 13h. A manifestação vai contar com carro de som, esquete teatral e panfletagem para alertar a população sobre os efeitos negativos do privatizante programa do governo para o ensino superior. Além disso, será enviada correspondência aos senadores do Rio com a reivindicação de que votem contra a MP 213 do Prouni, no Congresso Nacional. A exemplo do que ocorreu na época da reforma da Previdência, os parlamentares serão avisados de que seus nomes devem estampar os postes da cidade como inimigos da universidade pública, se aprovarem a iniciativa do governo Lula.

O diretor Salatiel Menezes representou a Adufrj-SSind na reunião do Fórum do dia 29/11.

Andes-SN

Próxima plenária delibera sobre campanha salarial 2005

Reunião das entidades deve ocorrer, em Porto Alegre, durante Fórum Social Mundial

Retomar a campanha salarial unificada em 2005 foi um dos encaminhamentos consensuais da última plenária nacional dos servidores públicos federais, realizada em 26/11, na sede da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), em Brasília (DF). Essa e outras indicações deverão ser apreciadas pelas diversas entidades do funcionalismo em seus fóruns específicos (os Congressos de várias categorias acontecerão neste mês de dezembro) e serão submetidas à deliberação na próxima plenária – marcada para janeiro, no mesmo período do Forum Social Mundial, em Porto Alegre (RS).

A análise dos representantes dos servidores é semelhante à da reunião dos docentes do Setor das Federais (em 25/11 e noticiada no Jornal da Adufrj anterior, nº164): é preciso fortalecer a CNESF.

Além da unidade na campanha salarial, será solicitado ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) a atualização dos índices de perdas salariais para basear as reivindicações do funcionalismo para o próximo ano.

Incorporação, isonomia e paridade

Uma vez que nenhuma demanda dos servidores foi atendida pelo governo, deverão ser mantidos em 2005 os eixos da campanha deste ano, com destaque para a incorporação das gratificações, a isonomia e a paridade. Será ressaltada a falta de disposição de Lula e sua equipe para negociar. Haverá ainda a denúncia do irrisório reajuste linear de 0,01% e do envio da Lei Orçamentária de 2005, que não observou qualquer discussão com os servidores na chamada Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) – dispositivo que, na realidade, nunca funcionou.

Servidores incorporam rejeição ao Prouni

Os servidores deliberaram também incorporar o Dia Nacional de Luta pela rejeição do privatizante Prouni ("Programa Universidade para Todos"), sugerido pelo Andes-SN.

Devido ao retorno dos ônibus da caravana para Brasília por conta da Marcha contra as reformas neoliberais do governo no dia 25/11, a plenária do dia seguinte teve apenas 50 participantes (34 delegados e 16 observadores). Representaram a Adufrj-SSind na plenária, como observadoras, as professoras Vera Salim (Coppe) e Cristina Miranda (Colégio de Aplicação).

Agenda Sindical

6/12 - Dia Nacional contra o Prouni
- Com ações políticas em todo o território nacional.

8/12 - Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro (RJ), na sede do Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Estado do Rio de Janeiro), à Rua Evaristo da Veiga, 55/7° andar – Centro, às 17h.

26/1 a 31/1/2005 – Fórum Social Mundial
Porto Alegre (RS)

24/2 a 1/3/2005 - 24º Congresso do Andes-SN
Curitiba (PR) - com o tema central **"**Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação"**.**

Anote

Próximo tema da revista Universidade e Sociedade

O tema central do próximo número da revista Universidade e Sociedade (nº 35), produzida pelo Andes-SN, será "Política Científica e Tecnológica na perspectiva das economias dependentes com ênfase na parceria público-privada".

Os artigos sobre o assunto devem ser enviados para o endereço andesregsp@uol.com.br até o dia 15 de dezembro de 2004. Outros artigos com temáticas diferentes poderão ser enviados, ficando sujeitos às normas editoriais da revista e aos limites do espaço disponível. Mais informações podem ser conseguidas na página eletrônica www.andes.org.br/universidadeesociedade.htm

Cartas

Eleições CPPD/2004: Uma vergonha!

Numa universidade pública federal, onde predomina na prática a retórica e o sofismo, vale afirmar que nem tudo que é feito por ELEIÇÃO DIRETA implica em processo democrático sério e louvável; foi o caso da recente e vergonhosa eleição para a CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente), na qual não houve a menor organização, divulgação, debates e transparência. Inquestionavelmente,num sentido amplo não houve o menor apoio das Decanias e dos Diretores de Unidades ou quiçá da Reitoria. Por exemplo, faltaram urnas no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFFº/UFRJ) e, no final da tarde do segundo dia de votação, não existia sequer urna no IFCH (Cursos de Filosofia, História e Ciências Sociais). Hoje (30 de novembro de 2004) às 10:00 horas por telefone fui informado por Patrícia (CPPD), que não estava disponível para divulgação o resultado da referida eleição, pois o IFCH não tinha remetido a famigerada urna. Na qualidade de candidato a Representante dos Professores Adjuntos junto a CPPD, relato que eu caminhei, no período de votação, por algumas unidades e constatei diversas irregularidades, que repassei parte delas a Presidente da Comissão Eleitoral (Profª Rosa) e Secretária (Patrícia) e ao Sr. Luís Carlos. Na tarde de quarta-feira (período de votação), a insigne Presidente recomendou-me procurar o Magnífico Reitor Prof. Aluísio Teixeira, o que não consegui marcar uma breve audiência com o mesmo para informá-lo de boa-fé dos acontecimentos. Posteriormente, desiste dessa tarefa. Não houve uma apuração única centralizada pela Comissão Eleitoral com a presença dos candidatos e/ou fiscais. Não sei a quem possa interessar esse processo esdrúxulo e lamentável. Aproveito a oportunidade para apresentar minhas sinceras CONGRATULAÇÕES a Diretoria da ADUFRJ pelo pertinente e oportuno Editorial: LEGITIMIDADE COMPROMETIDA (22. Nov.2004.p.2). Espero que o Senhor Reitor imbuído de espírito público e democrático, bem como de boa-fé anule tal eleição. Por tudo isso e algo mais, eu assino embaixo. Prof. Dr. Paulo César Alves Carneiro; Médico; Livre-Docente; Prof. Adjunto Mestre e Doutor da Faculdade de Medicina da UFRJ.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN

Andes-SN segue firme na defesa dos aposentados

Encontro Nacional discute meios de resistir aos ataques do governo

Mesmo com os prejuízos sofridos na reforma da Previdência e na política de reajustes diferenciados (via Medida Provisória nº 208, no caso dos docentes universitários), o Andes-SN continua firme na defesa dos direitos dos aposentados. Foi com a intenção de analisar a conjuntura e juntar os elementos para lançar um contra-ataque aos desmandos do governo que ocorreu, em Brasília (DF), no dia 26/11, o X Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Sindicato Nacional.

Na ocasião, foram decididos alguns encaminhamentos para discussão na categoria. O primeiro deles será a realização de um levantamento de informações nas universidades sobre os desdobramentos das ações judiciais sobre a Emenda Constitucional da reforma previdenciária (nº 41) e sobre a MP nº 208. Nesta pesquisa, deverá ser levado em conta também o posicionamento das administrações das instituições que, já se sabe, tiveram posturas diferenciadas em relação aos mestres aposentados.

Também deverá ser produzida uma análise sobre possíveis mudanças no regime geral da Previdência Social (do INSS). Esse encaminhamento foi baseado nas últimas sinalizações do governo nesta área: nos meses de outubro e novembro, por exemplo, surgiram na mídia estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de que a Previdência geral estaria "quebrada" – qualquer semelhança com as repetidas notícias do início do ano passado de que o regime de Previdência dos servidores teria um "rombo" não é mera coincidência. Outro ponto que leva a esse raciocínio é o recente concurso para compor o quadro de pessoal do INSS, com predominância esmagadora de vagas para peritos (1,5 mil em 2,4 mil). Ou seja, o foco do governo será apenas fiscalizar o segurado e restringir os benefícios. Mais um indício nessa direção é a proposta de separar os fiscais do instituto em uma secretaria governamental específica.

Recursos separados

A proposição governamental de separar os recursos destinados à folha dos aposentados e pensionistas de todos os ministérios para uma rubrica específica do Tesouro Nacional deve ser vista com cautela, de acordo com a análise do evento sindical. Receia-se que os aposentados e pensionistas fiquem ainda mais isolados em suas reivindicações futuras, se a proposta passar -sem mencionar que não é essa separação que vai resolver os problemas orçamentários dos diversos ministérios, entre eles os do MEC.

Ligação mais forte com universidade

Na parte da manhã do X Encontro Nacional, houve as palestras dos professores Osvaldo Maciel e Marcio Antônio de Oliveira, respectivamente ex-presidente e o atual secretário geral do Sindicato. Ambos ressaltaram que sua ligação com o Andes-SN, ao longo dos anos, ajudou a reforçar o papel deles na dedicação e defesa da universidade pública. E que o entusiasmo não diminuiu, mesmo agora quando se encontram aposentados.

Disputa nas assembléias

Foi lembrado que, principalmente durante as assembléias sobre o reajuste salarial deste ano, foi questionada a presença dos docentes aposentados nas decisões da categoria. A indignação foi grande e muitos se manifestaram que se os ativos podem opinar sobre o salário dos aposentados, não haveria razão para impedir o contrário.

Análise da nova legislação

Na parte da tarde do dia 26/11, a assessora jurídica Damaris Medina (do Andes-SN) comentou os impactos trazidos pelo reajuste diferenciado da GED, GID e GEAD e também a decisão do Supremo Tribunal Federal, relativa à emenda constitucional da reforma previdenciária.

Denúncia na OEA

Em seguida, o professor Paulo Saraiva, aposentado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fez uma exposição sobre a denúncia que o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) ofereceu à comissão da Corte Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA).

De acordo com Paulo, que ajuizou o pedido em Washington (EUA), em outubro deste ano, ao conseguir aprovar a emenda nº 41, o Estado brasileiro desrespeitou a própria Constituição e os tratados estabelecidos em diversas convenções internacionais sobre os direitos humanos.

Com essa motivação, a Unafisco agora aguarda o pronunciamento daquela comissão. Se aceita a denúncia, um grupo virá ao Brasil para investigações e poderá levar o episódio a julgamento na Corte interamericana. O passo seguinte da denúncia seria alcançar o Tribunal de Haia, instância jurídica internacional máxima. "O governo brasileiro violou o artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos", disse Paulo. De fato, este artigo determina que "toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle."

Para o professor, a taxação dos aposentados no Brasil é semelhante a um outro caso já julgado pela OEA. No Peru, cinco aposentados se sentiram prejudicados por uma mudança constitucional naquele país, foram ao tribunal internacional, acabaram ressarcidos e ainda receberam indenizações devido ao descaso do governo, no ano passado.

Posição da AJN do Andes-SN

A assessora Damaris comentou que a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) também estuda a possibilidade de oferecer uma denúncia coletiva à corte interamericana da OEA. A diferença é que, nesta segunda ação, as assessorias jurídicas do conjunto do funcionalismo estariam aguardando a publicação oficial da súmula do STF sobre a taxação dos aposentados para juntar ao processo, o que deve ocorrer antes do final do ano.

Presença da Adufrj-SSind

Pouco mais de dez seções sindicais estiveram no Encontro Nacional. Na análise da professora Sara Granemann, que representou a Adufrj-SSind, foi significativa a presença de professores aposentados que nunca foram dirigentes sindicais. "Isso demonstra uma mobilização para a resistência aos ataques do governo sobre esse segmento da força de trabalho", afirmou Sara.

Jurídico considera ilegal decreto que regulamenta fundações

Governo quer permitir que servidor utilize seu tempo de trabalho a serviço de projetos privados

Os advogados e dirigentes do Andes-SN, reunidos nos dias 26 e 27 de novembro, em Brasília, avaliaram as conseqüências do decreto 5.205, de 14/9/2004, que liberaliza ainda mais as relações entre as universidades federais e as fundações de apoio. O decreto foi apresentado pelo governo com a justificativa de regulamentar a Lei 8.958, de 20/12/1994, que trata das relações das fundações de direito privado com as instituições públicas de ensino e pesquisa. Na avaliação dos presentes ao Encontro do Jurídico, segundo o diretor encarregado, Luiz Henrique Schuch, o decreto presidencial é ilegal "porque contradiz as normas já estabelecidas pela legislação de 94".

'Parceria público-privada' na gestão das universidades públicas

Na linha governista da privatização e do vale-tudo nas relações entre público e privado, com esse decreto, passam a ser ampliados ainda mais os poderes das fundações privadas, no seio das Ifes autorizando-as, inclusive, a gerir verbas orçamentárias de infra-estrutura das universidades e institutos públicos de ensino e pesquisa. O decreto praticamente transfere para as fundações a gestão patrimonial e de recursos humanos das instituições públicas.

Outro exemplo dessa "liberalidade" em favor das fundações é o fato de que, pelo decreto, os servidores, docentes ou não, poderão prestar serviços a projetos geridos pelas fundações contando como carga horária de seu regime de trabalho. No entanto, cabe ressaltar que a legislação, determina que os serviços prestados a projetos ou programas geridos pelas fundações de apoio devem ser realizados fora do horário de trabalho, de acordo com o regime em que o docente ou técnico esteja enquadrado (20h, 40h ou 40h com dedicação exclusiva).

Na prática, o docente ou técnico que for 'alçado' para um projeto ou serviço promovido por uma fundação privada poderá lançar mão do tempo dedicado às atividades regulares na universidade, como aulas, atendimento a alunos, orientações ou outros serviços prestados à comunidade interna.

Como encaminhamento, o Encontro avaliou que a direção do Andes-SN deve solicitar ao Mistério da Educação uma relação completa dos estatutos, regulamentos e dirigentes de todas as fundações de apoio que atuam junto as instituições públicas de ensino. De posse deste dossiê, o Sindicato deverá promover ações junto aos Ministérios Públicos locais no sentido de evitar as ações previstas no decreto.

Previdência

O encontro jurídico nacional tratou ainda da situação dos docentes e servidores em função da reforma da previdência. Foi definido que a equipe jurídica e os dirigentes organizarão um quadro comparativo entre as emendas constitucionais 20 (1998), 41 (2003) e a Pec paralela da previdência para avaliar as regras de transição e futuras ações políticas e jurídicas em relação aos efeitos destas reformas.

A Assessora Jurídica da Adufrj-SSind Sayonara Grillo foi a moderadora do último tema do evento: as propostas de reformas sindical e trabalhista. A Adufrj-SSind esteve representada pelo diretor Salatiel Menezes.

Andes-SN

Câmara dos Deputados aprova Medida Provisória do Prouni com alterações que favorecem ainda mais o setor privado

Brasília, 2 de dezembro de 2004

Circular nº 402/04

Às Seções Sindicais, Secretarias Regionais e aos Diretores do ANDES-SN

Companheiros(as)

Na noite de ontem, foi votado, por acordo de lideranças, na Câmara Federal, a MP 213, que institui o PROUNI. O resultado final dos acordos do governo de Lula da Silva com os empresários resultou em uma vitória acachapante do setor privado: na versão original do ProUni, o MEC previa que, em contrapartida às isenções tributárias/ fiscais federais, todas as instituições privadas teriam de alocar 25% de suas vagas. Na versão aprovada na Câmara, as filantrópicas cederão apenas 10% de suas vagas (sendo 50% na forma de bolsas parciais), podendo oferecer essas vagas nas modalidades de educação a distância e de cursos seqüenciais. A desproporção em relação à renúncia tributária é desconcertante: as filantrópicas recebem isenções da ordem de 25% de seu faturamento. As confessionais, comunitárias e empresariais também terão motivos de sobra para comemorar a sua vitória, pois cederão não mais 25% de suas vagas, mas, tão-somente, 7%!

A votação desta MP, por voto de bancada, contou com a oposição das bancadas do PSDB e do PSOL. Manifestaram posicionamento contrário os deputados Ivan Valente, Chico Alencar e Paulo Rubem do PT. Inicialmente, o PFL apresentou requerimento para retirada de pauta, afinal retirado, após as novas concessões da liderança do PT.

A votação de ontem confirma todas as análises sobre a truculência e o autoritarismo do governo no uso de métodos que não asseguram o efetivo debate democrático com a sociedade e, nem mesmo, com o Parlamento.

Confirma também a análise da correlação de forças no Congresso Nacional, fortemente atrelado aos interesses governamentais e ao lobby do setor privado. As concessões feitas pelo Executivo ao setor empresarial da área da educação, favorecendo a sua lucratividade ao reduzir o percentual de bolsas a serem "oferecidas" à sociedade, comprova que o setor empresarial permanecerá como o eixo da política para a educação superior.

O ANDES-SN enviou aos parlamentares documento com nossas análises sobre o PROUNI e, no dia de ontem, destinou mensagens aos deputados e os seus diretores fizeram contato direto para evitar a aprovação desse projeto de lei (ver mensagem abaixo). A carta do ANDES-SN foi lida em plenário pelo deputado Chico Alencar (PT-RJ).

O resultado dessa votação é um duro golpe na educação pública de nosso país.

Esse fato altera em parte as ações que programamos, em especial para o dia 6 de dezembro, dia nacional de luta contra o PROUNI, mas confirma a necessidade de atuarmos nos estados realizando atividades que denunciem os partidos/ parlamentares que votaram a favor da MP. A pressão sobre os senadores terá de ser não apenas mantida como intensificada!

Permanece atual a orientação de realização das atividades definidas pelo setor no último dia 25/11 com o objetivo de denunciar os partidos/parlamentares que referendaram a política do Executivo de assegurar o uso da verba pública nesse verdadeiro PROER para as instituições privadas de ensino.

Com a responsabilidade e o compromisso de defender a educação pública, seguiremos em nossa luta.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais

Saudações Sindicais e Universitárias.

Profª Marina Barbosa Pinto
Presidente

Mensagem enviada pelo Andes-SN aos parlamentares

Brasília, 1º de dezembro de 2004
Carta nº 368/04

Senhor Parlamentar:

Pelo Brasil, vote contra a MP 213 – ProUni

De cada cem brasileiros, na faixa de 18 a 24 anos, apenas nove estão matriculados em curso superior e destes apenas três estão em instituições públicas e gratuitas, conforme dados do INEP. Tais números estão entre os mais baixos na América Latina e são incompatíveis com o grau de desenvolvimento econômico já alcançado por nosso país e assim, comprometem as possibilidades futuras de desenvolvimento da nação brasileira. Em um contexto de intensa internacionalização da economia, o Brasil só pode almejar sua soberania investindo maciçamente na educação em todos os níveis, o que resultará na redução das desigualdades e, com isso, beneficiará toda a sociedade.

As opções das políticas para o ensino superior nas últimas décadas, sobretudo nos últimos dez anos, foram a de privilegiar a expansão da rede privada e a de contração dos investimentos públicos. As desigualdades sociais que reinam em nosso país, no entanto, impuseram uma estagnação da demanda para a crescente oferta de vagas no ensino superior privado, cuja ociosidade é crescente e reduzem as possibilidades de lucro em tal tipo de negócio. Para arrefecer parcialmente a crise do setor privado do ensino superior, o governo federal propôs o ProUni, primeiramente por Projeto-de-Lei e, alegando urgência, por Medida Provisória, editada em 13 de setembro deste ano.

Mais uma vez, o governo, que anuncia que estará discutindo com a sociedade uma reforma para o ensino superior, ignora qualquer debate, inclusive com o Congresso Nacional, e impõe autoritariamente por Medida Provisória uma de suas propostas principais da propalada reforma. Os senhores congressistas devem impedir que este projeto seja definido arbitrariamente por Medida Provisória e, exigindo respeito ao próprio Congresso Nacional, devem rejeitá-lo.

Ao contrário de provocar evasão fiscal e previdenciária, o Estado brasileiro precisa urgentemente possibilitar a ampliação da oferta de vagas nas universidades públicas, inclusive em cursos noturnos, como meio prioritário para democratizar o acesso ao ensino superior. A educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis é um direito de todos os brasileiros e um dever do Estado. Esse é o fundamento que sustenta, há anos, as ações do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o qual, em 11 de setembro último, rejeitou o ProUni por unanimidade de todas as entidades que o compõem.

Contamos com o seu voto em defesa do Ensino Público, Gratuito e de Qualidade.
Não ao ProUni!

Atenciosamente,
Profª Marina Barbosa Pinto
Presidente

ANOTE

Ecologia da Mente

De 6 a 10 de dezembro, a partir das 14h, ocorre no Hospital Escola São Francisco de Assis da UFRJ o IV Seminário Universitário de Extensão em Ecologia da Mente.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Colegiados

CEG não interfere em eleição do Caco

Mesmo com a ausência do diretor, conselheiros decidem não intervir na apuração

Devido às eleições no Centro Acadêmico Cândido Oliveira (Caco), a crise na Faculdade Nacional de Direito (FND) voltou a ser assunto da reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da última quarta-feira (01/12). A votação para a nova gestão do Caco aconteceu na semana passada, de 1 a 3. Ana Maria Ribeiro, representante dos técnicos-administrativos, se mostrou preocupada com a possibilidade de incidentes e sugeriu que representantes do colegiado estivessem presentes na apuração para garantir a integridade dos alunos.

Segundo Ana Ribeiro, há um histórico de conflitos nas eleições do Caco desde a década de 80. Entretanto o pró-reitor José Roberto Meyer considerou que o pleito do Centro Acadêmico é uma questão dos estudantes. Apesar de considerar urgente o acompanhamento do caso dos diplomas e outros desmandos pela comissão criada pelo colegiado para cuidar da crise na unidade, o pró-reitor não viu motivos para enviar conselheiros para a faculdade nesses dias.

Integrante da comissão de acompanhamento do conselho, a professora Ana Borralho relatou que, quando se dirigiu à unidade para conversar com os alunos, foi mal recebida e chegou a ser vaiada pelas posições que tinha em relação ao caso. Para a representante do CCS, além da presença dos conselheiros não ser bem vinda nas eleições, a lei não permite que o CEG interfira na FND, devido à liminar que garante Armênio Cruz na direção. Ana Ribeiro discordou, pois acreditava que a presença do CEG transmitiria mais tranqüilidade ao processo. Houve um debate entre as duas professoras e, ao final, Ana Borralho pediu desligamento da comissão. Meyer aceitou o pedido e enfatizou que a comissão não foi criada para intervir na Faculdade, "mas sim para ajudar uma unidade que passa por um momento complicado".

A idéia de levar representantes do CEG para o pleito não agradou à maioria dos conselheiros. O professor Ericksson Almendra, representante do Centro de Tecnologia e que também integra a comissão, considerou impossível o acompanhamento da apuração e lembrou que os professores estariam com muitas atribuições decorrentes do final do período.

Uso político dos programas

Durante o debate sobre a regulamentação do Programa de Educação Tutorial (PET), Ana Maria Ribeiro acusou alguns diretores de usar os programas acadêmicos para atingir adversários políticos, deslocando funcionários envolvidos nos projetos em que seus opositores seriam os responsáveis. A professora Maria da Silvia Possas, do CCJE, concordou: "Deve-se pensar no ordenamento institucional do PET. Será mesmo um programa para melhorar a universidade ou está apenas servindo para certos grupos manterem os esquemas de poder dentro da UFRJ?". Ana Maria Ribeiro citou ainda o caso da Escola de Comunicação, na qual o diretor, José Amaral Argolo, desafeto da coordenadora de pós-graduação, deixou apenas uma funcionária trabalhando na secretaria.

Política docente

As diretrizes para formulação da política de desenvolvimento do quadro docente da UFRJ voltou a ser debatida. O ponto que fala sobre a ampliação do número de vagas discentes para os cursos de graduação e de pós-graduação foi um dos mais discutidos e sofreu alteração. Outro ponto polêmico foi o que determinava uma situação particular para cursos de áreas artísticas e culturais, que foi retirado do documento por unanimidade.

UFRJ

Nome oficial é Escola Politécnica

O ministro Tarso Genro assinou a Portaria nº 3239, publicada no Diário Oficial da União nº 201, do dia 19 de outubro de 2004, que trata da aprovação em definitivo da denominação *Escola Politécnica da UFRJ* , alterando assim a antiga nomenclatura *Escola de Engenharia*, que não tem mais efeito legal. As informações são da assessoria de imprensa da universidade (em 24/11).

Recesso da UFRJ e pagamento

A reitoria divulgou na página eletrônica www.ufrj.br como será o funcionamento da universidade nas duas últimas semanas do ano. Ficou definido que haverá recesso nos dias 23 e 24 de dezembro (quinta-feira e sexta-feira). Entre os dias 27 e 30 (quinta-feira), o expediente será normal. Finalmente, no dia 31 (sexta-feira), ocorre novo recesso.

A pró-reitoria de Pessoal avisa, ainda, que a folha de pagamento de dezembro, a última de 2004, está com o fechamento previsto para o dia 10 de dezembro, uma sexta-feira.

Adufrj-SSind

Prorrogada até segunda, 6/12, a inscrição de candidatos do CCJE para o CEG

Mandatos atuais terminam em março de 2005

O decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), professor Alcino Ferreira Câmara Neto, prorrogou até esta segunda-feira, 6/12, às 16h, o prazo para a inscrição de candidatos a representantes dos professores do CCJE no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), para o triênio 2005-2008. As inscrições, para dois representantes e respectivos suplentes, devem ser feitas nas unidades do CCJE e a votação será realizada nos dias 8 e 9, em locais e horários que ainda serão definidos pelos diretores das unidades. O mandato dos atuais representantes do CCJE no CEG, Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca, Maria da Silvia Possas (titulares), Roberto Monteiro Litrento e Maria da Penha Almeida Cruz (suplentes) vai até 19 de março de 2005.

Adufrj-SSind defendeu prorrogação maior do prazo para inscrições de candidatos

O prazo original para inscrição de candidatos era até sexta, 3/12. O decano do CCJE informa, no memorando nº 218, que a convocação atendeu "demanda da ADUFRJ". A Diretoria da Adufrj-SSind esclarece, no entanto, que defendeu junto ao decano que as eleições fossem realizadas logo após o início do próximo período letivo, previsto para 7 de março. O decano insistiu na realização das eleições ainda em 2004, justificando ter sido esta a decisão do Conselho de Coordenação do CCJE, e a Diretoria da Adufrj-SSind passou a defender a prorrogação dos prazos por pelo menos uma semana, para que houvesse tempo para uma mínima divulgação do processo eleitoral. Os contatos feitos com alguns diretores de unidades do CCJE durante a última quinta-feira, 2, indicaram que esta alternativa era aceitável, mas ao fim do dia a diretoria da Adufrj-SSind foi informada pelo decano da prorrogação dos prazos por apenas um dia.

A diretoria da Adufrj-SSind considera que esta e outras eleições de representantes dos professores nos colegiados superiores - Consuni, CEG e CEPG - têm sido prejudicadas pela má - ou nenhuma - divulgação, prazos curtos para inscrição de candidatos e para votações e processos de construção de candidaturas conduzidos pelas decanias e pelas direções das unidades. O estilo repete-se, em larga escala, nas eleições para os conselhos de coordenação dos centros, congregações e conselhos departamentais das unidades. Uma vez que nestes colegiados já existe a representação das respectivas instâncias executivas (decanos no Consuni, diretores e chefes de departamento nos conselhos de centro e congregações), o sentido da existência de membros eleitos pelos professores deveria ser o da representação da categoria docente, independentemente da sua vinculação com a administração universitária. Não é isto, no entanto, o que ocorre na prática, não surpreendendo, portanto, que ao longo dos seus mandatos os representantes dos professores, com raras e honrosas exceções, definam as posições em que votam nos colegiados sem qualquer consulta aos seus supostos representados. Enfraquece-se assim a democracia, sem a qual não é possível o exercício da real autonomia universitária.

Diretoria da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Receita americana para reprodução da elite

Rick Fantasia

Como o sistema educacional norte-americano joga fora as idéias de "concorrência" e mérito para garantir que os filhos da elite tenham lugar cativo em um clube fechado de proteção e reprodução de seus quadros

Na noite da eleição presidencial, o champanha correrá num edifício de pedra – "La Tombe" [O Túmulo], situado no coração do campus da Universidade de Yale, em New Haven, no Connecticut. As comemorações vão acontecer qualquer que seja o vencedor, John Forbes Kerry ou George Walker Bush.

Parecido com um mausoléu, "O Túmulo" é a sede da *Skull and Bones Society* (Associação do Crânio e dos Ossos). É o mais fechado dos grupos iniciáticos de Yale. A cada ano, 15 estudantes, em licença, encontram-se nessa sociedade secreta, trampolim para o poder desde que nasceu, há 172 anos. Tem 800 membros vitalícios que, por meio de ritos secretos e encantações, foram unidos numa lealdade testada. Não é só George W. Bush que é um "Bonesman", também o são seu pai, o ex-presidente George H. W. Bush, seu tio Jonathan Bush, os tios de seu pai, John Walker e George Herbert Walker III, e seu avô, Prescott Bush; por outro lado, o atual presidente dos Estados Unidos nomeou pelo menos cinco membros desse grupo para cargos em seu governo. Se o candidato republicano vier a perder a eleição, será sucedido por um outro diplomado de Yale e membro da *Skull and Bonés*: John Kerry.

A *Skull and Bones Society* serve igualmente como correia de transmissão para a Corte Suprema, para a Central Intelligence Agency (CIA), para as bancas de advogados e para os conselhos de administração mais prestigiosos do país. A rede constituída por essa sociedade oferece um abundante material a quem quiser elaborar uma história tecida de complôs e de intrigas. Entretanto, é mais produtivo partir desses clubes e associações para dissecar os mecanismos habituais de privilégios de classe que funcionam no interior do sistema educacional através de clubes privados. Porque, assim como Yale tem sua *Skull and Bonés*, Harvard tem seu *Porcellian Club* e a Universidade de Princeton tem seu *Ivy Club*. Com as instituições menos conhecidas que a elas se vinculam, as oito universidades de elite norte-americanas da "*Ivy League*" compõem um mecanismo de seleção social bem regulado que permitiu reproduzir as elites norte-americanas e, ao mesmo tempo, negar a existência de um sistema de classe e sua influência sobre o poder.

Mudança no pós-guerra

No pós-guerra, teve início uma dinâmica de democratização do ensino secundário norte-americano graças ao desenvolvimento do sistema público de ensino superior e universitário. Uma população importante e diversificada teve acesso a estudos superiores, o que não deixou de induzir mudanças no âmbito da elite e das instituições privadas. Até então, as universidades da *Ivy League* funcionavam a serviço da classe alta, recebendo quase unicamente filhos das famílias aristocráticas, geralmente na base de uma "piscada e de um aperto de mãos" (o que equivale a dizer em função da rede de relações sociais). Uma vez admitidos, esses filhos de família de "sangue azul" levavam uma vida universitária tranqüila num clima de veneração institucional. Estabeleciam sólidas ligações com seus pares, destinadas a durar a vida toda e que iam do Rotary Club aos conselhos de administração, passando pelos terrenos de golfe (é o que ainda se chama de *old boy network*, ou "rede dos rapazes de idade madura").

No decorrer das décadas seguintes, sob a pressão das novas políticas governamentais de ajuda aos estudantes sem dinheiro, do Movimento dos Direitos Civis dos Negros e das lutas feministas, as instituições privadas da elite tiveram que fazer coexistirem os que eram socialmente bem colocados e os que eram escolarmente bem preparados. As universidades da *Ivy League* apoiaram, então, critérios de admissão mais meritocráticos do que aristocráticos (resultados nos exames, histórico escolar). Com a multiplicação dos estabelecimentos públicos de qualidade e uma escolaridade a baixo custo, o aparecimento de bolsistas nos *campi* da maioria dos faculdades e universidades de elite fortaleceu a idéia de um sistema de ensino superior aberto a (quase) todos. Bastava trabalhar muito.

Seleção social

O sistema norte-americano de educação superior, entretanto, continua a obedecer a poderosos mecanismos de seleção social, embora sejam mascarados pelos importantes fundos que os faculdades e universidades investem em suas relações públicas, apresentando, externamente, uma imagem de excelência educacional e de neutralidade social. As portas das instituições abriram-se, mas o mundo muito fechado dos clubes, das associações estudantis e das sociedades iniciáticas ainda desempenha um papel social maior nos estabelecimentos da *Ivy League*. Eles se encarregam da seleção que as universidades efetuavam abertamente antes da democratização" [1]. Esses clubes reproduzem o mundo social da elite como uma espécie de conflito cultural, uma conserva cultural da exclusão de classes num sistema de educação baseado, em princípio, na negação das estratificações sociais.

Ainda que os estabelecimentos da *Ivy League* recebam estudantes originários de um espectro mais amplo da população que no passado, o essencial de seus efetivos provém das elites sociais norte-americana e internacional. Por outro lado, estimulam a presença de clubes reservados à classe superior porque eles asseguram quase automaticamente um pool de doadores potenciais no momento de suas campanhas de arrecadação de fundos.

O ensino superior norte-americano é assegurado por mais ou menos 2 mil instituições cuja hierarquia, com freqüência, estabelece uma correlação entre nível de seletividade e de prestígio com a antiguidade – a hera, ivy, leva tempo para cobrir a fachada de um edifício –, o volume de sua dotação financeira e a origem social de seu corpo discente. No ápice, encontra-se Harvard (fundada em 1636), Yale (1701) e Princeton (1746), as três universidades mais seletivas e mais famosas. Cada uma está à frente de um fundo de dotações equivalente ao capital de firmas multinacionais (com 22 bilhões de dólares, Harvard é a universidade mais rica do planeta; tanto Yale como Princeton detêm, cada uma, cerca da metade desse montante). Cinco outras universidades privadas da *Ivy League* possuem vários bilhões de dólares, o mesmo ocorrendo com cerca de uma dúzia de outras faculdades privadas entre as mais cotadas.

Negócio universitário

Essa fonte de riqueza é fruto das relações estreitas e antigas entre os estabelecimentos e as famílias norte-americanas mais ricas e eminentes, cujas copiosas doações são cuidadosamente estimuladas por "escritórios de desenvolvimento" instalados no interior das próprias universidades. Aos olhos das multidões, os clubes privados podem passar por bastiões dos privilégios e da exclusão; aos olhos dos administradores das faculdades, são sobretudo frutos maduros a serem colhidos. Os legados dos ex-alunos da *Ivy League* se sucederam ao longo das gerações, oferecendo aos estudantes atuais as vantagens (equipamentos, professores) de uma herança considerável: as dotações de Princeton, Harvard e Yale, por estudante, chegam, respectivamente, a 1,3 milhão de dólares, a 1,065 milhão de dólares e a 947 mil dólares. A prática que consiste em fazer donativos pessoais a sua *alma mater* começa a se estender aos estabelecimentos públicos.

Isentas de impostos, as universidades, com freqüência, dão aos municípios uma contribuição voluntária que lhes permite manter boas relações com os políticos locais. Não contentes com investir seus fundos de dotação nos mercados financeiros, várias delas possuem também um enorme parque imobiliário. Amplos setores de Cambridge e de Boston, por exemplo, pertencem a Harvard. Yale possui um patrimônio imobiliário muito apreciável na região de New Haven. Quanto à Universidade de Columbia, seu fundo de dotação de 5 bilhões de dólares faz dela um dos maiores proprietários de terras de Nova York, cidade em que os imóveis são dos mais caros do mundo.

Atrás dos estabelecimentos da *Ivy League* vêm dezenas de faculdades privadas classificados em função de sua seletividade, de sua reputação, de sua antiguidade, de seus fundos de dotação e da origem social dos alunos. Voltadas para a aquisição de uma "cultura geral" (i<>) e para a formação dos alunos para a reflexão "gratuita", essas instituições atraíram os filhos das elites sociais que não sofrem pressão financeira e parental para adquirir conhecimentos práticos e entrar no mercado tão logo acabem os quatro anos de estudos e obtenham a licença.

Regime de exclusão

Um grau mais baixo na escala social, encontram-se os estabelecimentos públicos. Financiados pelos Estados, sua influência não alcança a de seus congêneres privados, embora os de maior prestígio (Berkeley, o MIT, Caltech, Michigan State University etc.) compensem com sua reputação científica o que lhes falta no plano social[2]. Durante as décadas do pós-guerra, sua base financeira foi fortalecida pela popularidade de suas equipes de futebol, a qual garantiu um apoio popular e a benevolência dos políticos encarregados do controle de seu orçamento. Porém, mais recentemente, as pressões conjugadas da privatização e de medidas fiscais regressivas obrigaram algumas das maiores universidades públicas a acumularem seus próprios fundos de dotação a fim de atenuar os limites financeiros.

Além dos quase 150 estabelecimentos, pú-

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

blicos ou privados, que combinam qualidade de ensino, nível científico e reputação social, existem mais ou menos 2 mil instituições de ensino superior. A metade delas é constituída por centros universitários públicos de ciclo básico que asseguram, em dois anos, apoio escolar e formação profissional destinada, ao mesmo tempo, a compensar as lacunas do ensino secundário e a formar operários qualificados. Esses estabelecimentos, os *community colleges*, conservaram, entretanto, uma aparência de função universitária e possibilitam que estudantes de origem popular tenham acesso a universidades para fazerem aí uma graduação de quatro anos. Ainda que menos importante do que no passado, foi essa função de antecâmara, de "transferência", que contribuiu para dar ao ensino superior seu verniz democrático, disfarçando um sistema injusto atrás do véu simbólico das promessas de futuro, da "oportunidade" aberta aos menos favorecidos[3].

O processo de exclusão social opera em todos os níveis de um sistema que tem experiência em travestir uma seleção de classe dando-lhe a aparência de performance universitária. O exemplo mais flagrante de tal viés é o tratamento de favor dispensado aos "legados" (*legacies*) pela maior parte das instituições de elite. Esse termo designa o tratamento preferencial em matéria de admissão de que se beneficiam os filhos e os netos dos *alumni* (ex-alunos). Para os filhos daqueles que contribuem generosamente para o fundo de dotação da universidade, a admissão é quase garantida, a menos que se trate de um aluno verdadeiramente incapaz de demonstrar um mínimo de aptidão escolar[4].

As escolas do poder

Os filhos e as filhas de privilegiados podiam considerar sua admissão a uma das universidades de elite igual a um direito herdado ao nascer; sua experiência universitária lhes servia antes de tudo para tecer os laços e para fortalecer relações entre pessoas originárias do mesmo mundo. Nos últimos anos, o número dos que pretendem atuar na corte dos grandes e poderosos aumentou. Alguns têm os meios financeiros necessários, mas não têm as relações. Os filhos das famílias abastadas que não têm o *pedigree* social da elite acham-se diante de um problema. Como evitar que sejam excluídos por causa dos mecanismos instituídos pelas gerações anteriores (graças aos quais a classe alta mantinha sua coesão social) e, ao mesmo tempo, por causa de exigências universitárias rigorosas que nem todo mundo está apto a satisfazer?

Para responder a esses problemas, implantou-se, nos últimos dez anos, uma indústria de consultoria que oferece um amplo leque de serviços aos filhos de pais endinheirados que aspiram a um estabelecimento da *Ivy League*. Os consultores tiram proveito desse engarrafamento no ápice. Propõem cursos particulares e sessões de preparação para os exames de ingresso exigidos pelas faculdades e pelas universidades. Segundo a diretora de uma agência de consultoria, as tarifas para uma preparação de alto nível decuplicaram no decorrer da última década. Sua empresa fornece diferentes serviços cujos preços variam entre 100 dólares (por uma simples avaliação dos alunos) e 10 mil dólares pelo "programa de admissão garantida à *Ivy League*". O programa é acompanhado de uma "promessa de reembolso" caso o candidato não seja admitido. Contudo, os alunos são cuidadosamente selecionados antes de poderem comprar esse serviço...

No ápice da pirâmide social, não é a qualidade do ensino que conta mas, sim, as relações sociais que se estabelecem e se consolidam nas faculdades, que são mais apreciados ainda à medida que são exclusivos. Para a classe alta, esses laços vêm muito antes da experiência universitária. Eles foram fortalecidos em escolas primárias privadas, nas férias de verão passadas num pequeno número de localidades litorâneas do Maine (para Bush) e do Massachusetts (para Kerry) e, principalmente, num grupo de escolas secundárias privadas muito fechadas, que são chamadas de *prep schools*. Dentre elas, 16 são famosas por seus serviços prestados às famílias norte-americanas da classe alta[5]. Situados em áreas rurais, geralmente na Nova Inglaterra, esses pensionatos foram destinados a isolar seus hóspedes da decadência moral e dos hábitos malsãos imputados às cidades do Nordeste para onde afluíam os imigrantes no século XIX. Como seus congêneres britânicos, buscavam "fortalecer a cepa" da classe alta impondo um regime de levantar-se de madrugada, duchas geladas, regulamentos rígidos e trabalho escolar obstinado.

Recrutamento na elite

Esses conservatórios sócio-culturais continuam a prosperar e a preparar seus alunos para se moverem no meio da elite, inculcando-lhes uma certa maneira de ver as coisas, de agir e de falar e empenhando-se para lhes assegurar o máximo de chances de serem aceitos numa faculdade ou numa universidade de elite. Providas de dotações mais importantes que aquelas de que dispõem muitas faculdades privadas, e exigindo despesas de escolaridade da ordem dos 25 mil a 30 mil dólares por ano, essas escolas preparatórias têm os meios de recrutar um exército de consultores que prepararão dossiês elaborados e negociarão diretamente, em nome de seus alunos, com os comitês de admissão das universidades.

Os critérios de admissão – que permitem uma classificação por notas (médias obtidas ao longo do curso de nível médio ou resultados de exames) – conferem uma aparência científica ao que se mantém como um processo social. Porque os exames continuam beneficiando os detentores de um capital cultural, em parte herdado. De resto, os estabelecimentos do ensino médio que atribuíram as notas aos alunos (em vista de sua admissão à universidade) foram, eles próprios, objeto de uma classificação hierárquica estabelecida em função da riqueza do distrito geográfico em que se encontram e conforme se trate dessa ou daquela instituição privada do ensino médio (algumas são conhecidas por servirem de incubadoras para as universidades da *Ivy League*)[6].

O pessoal encarregado das admissões universitárias tende a favorecer o recrutamento de estudantes originários da elite. As universidades já são predispostas a examinar favoravelmente o dossiê dos diplomas dos *prep schools*. Com freqüência egressos dos estabelecimentos da *Ivy League*, os consultores sabem persuadir seus interlocutores, na linguagem nuançada típica da classe alta, dos fundamentos para a admissão de seus alunos. As escolas públicas não têm condições de fazer concorrência nesse contexto: devido às restrições orçamentárias que sofrem, a relação média entre estudantes e consultores é, nelas, de 401 para 1[7]. No entanto, os propagandistas da "meritocracia" são, freqüentemente, sinceros. Como venceram dentro do sistema, têm interesse em divulgar seus mitos fundadores.

Sistema vitalício

Como seu pai, o presidente George W. Bush freqüentou a Phillips Academy, em Andover (Massachusetts) e John Kerry, a St. Paul's School, em Concord (New Hampshire). Cada uma dessas escolas tem um fundo de dotação de 300 milhões de dólares e ambas fazem parte dos estabelecimentos privados mais famosos do ensino médio. Aqui, o que conta não é apenas o fato de que os homens (e as mulheres) de poder são produzidos socialmente num estrato muito reduzido da sociedade ou que o sistema educacional funciona segundo um princípio que responde ao palavrão impronunciável "classe". A maneira como se desenrola a vida da elite social revela a contradição fundamental aninhada no coração da sociedade norte-americana: uma tal existência aristocrática viola abertamente a ideologia do mercado que domina o pensamento dos grandes partidos e o das elites sociais.

Pode-se compreender, numa sociedade que não garante nada a ninguém, a preocupação permanente com sua vantagem pessoal. "Dar a meu filho todas as vantagens": uma prática que está encaixada na que já faz pender a balança social para o lado dos beneficiários da maior parte das vantagens. Porque os 10% de norte-americanos situados no ápice da escala, que detêm cerca de 72% da riqueza nos Estados Unidos, viram sua renda anual aumentar numa média de 90% entre 1970 e 2000, ao passo que a renda dos outros estagnava.

Embora repisem o discurso da concorrência, do mérito e da economia liberal, as elites sociais não poupam esforços nem dinheiro para protegerem seus filhos em lugares privados, longe da violência que corre em outros locais e longe do risco de ver sua prole se unir a alunos estranhos a seu meio social, suscetíveis de influenciá-los e de rivalizar com eles. Esse mundo de relações em espaço fechado, onde se vive cercado em cada etapa da existência por altas muralhas institucionais, protegido por listas de membros, critérios de admissão na frente do cliente e dos estratos sucessivos de ritos e de práticas de exclusão, gera um intenso fenômeno de classe numa sociedade que se imagina desprovida de classes. Quando se observa que essas instituições de elite, que atraem os membros de uma elite, os recrutam para a vida toda (alunos do primário escolhidos com o maior cuidado, *prep schools*, universidades da *Ivy League*, enclaves privados no interior dessas universidades, como a *Skull and Bonés*, clubes reservados aos homens ou às mulheres), é impossível não ficar chocado com algo paradoxal: um sistema vitalício, elaborado, de associações coletivas e de "proteções sociais" que representa – mas no seio da elite e para seu proveito – uma forma de socialismo "do berço até o túmulo".

Tradução Iraci D. Poleti

* Professor de Sociologia no Smith College de Northampton, Massachusetts. Autor (com Kim Voss) de *Des syndicats domestiqués: Répression patronale et résistance syndicale aux Etats-Unis*, ed. Raisons d'agir, Paris, 2003.

1 - A abertura dos faculdades de maior prestígio para categorias de estudantes que deles eram excluídas anteriormente, como as mulheres e os negros, não significa que essas instituições tenham recrutado muito entre os pobres ou na classe operária. Um estudo recente sobre as 146 faculdades e universidades mais competitivos indica que só 3% dos estudantes admitidos vêm de famílias econômica e socialmente modestas (ver "Class Rules: the Fiction of Egalitarian Education", Peter Sacks, *The Chronicle of Higher Education*, 25 de julho de 2003). Henry Louis Gates Jr., presidente do Departamento de Estudos Africanos e Afro-americanos de Harvard, estima que "as crianças negras que entram em Harvard ou em Yale vêm das classes médias. Ninguém mais é admitido nelas".

2 - A riqueza e a fama das universidades da *Ivy League* se convertem em capital (ou em recursos) científico, pois esses estabelecimentos conseguem, mais facilmente, atrair os melhores professores e pesquisadores, oferecendo-lhes bolsas de pesquisa muito importantes.

3 - Ver, de Steven Brint e Jerome Karabel, *The Diverted Dream: Community Colleges and the Promise of Educational Opportunity in America, 1900-1985*, Oxford University Press, Nova York, 1989.

4 - *Cf.*, de Jacques Steinberg, "Of Sheepskins and Greenbacks: College-Entrance Preferences for the Well Connected Draw Fire", *The New York Times*, 13 de fevereiro de 2003.

5 - Ver, de Caroline H. Persell e Peter P. Cookson, "Pensionnats d'élite: ethnographie d'une transmission de pouvoir" in *Actes de la recherche en sciences socials*, n° 138, junho de 2001, p. 56-65; e *Preparing for Power: America's elite boarding schools*, Basic Books, New York, 1985.

6 - Nos Estados Unidos, as escolas são amplamente financiadas pelos impostos sobre bens imóveis, embora o financiamento das escolas seja em função do nível de ensino e da riqueza dos contribuintes da localidade (e do Estado). O governo federal (Washington) dá somente cerca de 10% da verba destinada ao ensino de primeiro grau e ao ensino médio.

7 - Dados extraídos de *The State of College Admission, 2003-2004*, publicado pela National Association for College Admission Counseling, Alexandria, Virgínia, fevereiro de 2004, p. 4-6.

Opinião

O peleguismo universitário, oportunismo e golpes secretos

Roberto Romano*

Citei, no artigo anterior, o Andes e as providências jurídicas para obter informes oficiais sobre a reunião ocorrida nas salas do MEC e que visou criar um organismo paralelo de representação docente nas Universidades Federais . A resposta de Jairo Jorge, Secretário Executivo Adjunto do ministério, confirma a indiscreta mensagem eletrônica na qual eram comentadas as tratativas entre um grupo de professores e funcionários do ministério. Ele confessa o encontro denunciado e se permite atacar o Andes : "Com relação à avaliação do trabalho do ANDES, não nos cabe fazer juízos sobre sua atuação, mas sim aos próprios professores, que devem analisar se a entidade, através de seus dirigentes estão esclarecendo dúvidas ou semeando desconfianças em função de outros interesses, que não os da própria categoria. Portanto, não cabe ao Ministério da Educação, nem esse foi o objetivo de tal encontro, de promover qualquer interferência sobre as formas de organização dos professores."

É a tática retórica arcaica do defender atacando : em vez de indicar o real conteúdo do concílio nas salas ministeriais (isso levaria ao problema da quebra das normas da OIT que desaconselham intervenções dos governos em assuntos sindicais) o secretário permite-se ajuizar os atos do Andes (dizendo, o que é próprio da retórica banal, que não iria ajuizar) com a insinuação de que os diretores do organismo semeiam "desconfianças em função de outros interesses". A vida democrática encontra-se na transparência dos atos públicos. Nela, os segredos diminuem e aumenta a prestação de contas. Nela, não existe "sigilo de correspondência" entre autoridades e cidadãos, se os assuntos são públicos, salvo em casos de segurança nacional. Não é o ocorrido nas tratativas entre os fundadores do organismo lançado e o gabinete do Ministro.

O documento de fundação da Proifes, o clone do Andes em favor do governo petista de hoje, deixa claro o alvo: afastar o sindicato e substituí-lo nas universidades publicas federais. Todos os que conhecem a crônica do Andes, sabem que tenho reservas sobre as táticas de luta conduzidas por ele. Almejo, com muitos colegas, aproximar a nossa pauta política (imposta pelo autoritarismo dos sucessivos governos, desde Collor de Mello e não escolhida arbitrariamente pelo Andes) e a pauta acadêmica. Apoiei grupos que prometiam acentuar o lado acadêmico no Andes. Estarreci-me com o modo pelo qual, assim que eleitos, aqueles dirigentes dedicaram-se à sistemática desqualificação dos colegas vencidos. Indignou-me a intimidade entre os novos dirigentes do Andes e os gabinetes. Confessei meu erro e pedi desculpas aos colegas.

Nas últimas eleições para o Andes apoiei uma chapa que prometia fortalecer o prisma acadêmico. Imaginava que o debate seria fundamental ao movimento docente, num instante em que, via Prouni, o governo estabeleceu o Termidor no campo universitário. Quando uma ala perde em assembléias e demais instâncias decisórias, o ético é definir oposição aberta e atrair o maior número dos professores para o programa oposicionista. Reiterendo o antigo vezo de operar a partir dos gabinetes, e agora servindo como correio de transmissão do governo petista, setores da oposição armaram a nova entidade para desmantelar o Andes. Cito, entre vários, o anúncio da APUBH (de Minas Gerais): "A criação do Proifes vem atender a uma demanda antiga dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais por uma entidade que os verdadeiramente represente. A Apubh, com base na decisão da assembléia do dia 14 de outubro, assinou o manifesto de fundação do Proifes".

Quantos docentes foram livremente consultados para a fundação do Proifes? E o que significa uma "representação verdadeira"? A que retoma os alvos de quem dirige suas entidades tendo em vista o trato "amigável" com o poder de um partido? Jóia de manipulação do segredo encontra-se na nota em que a Associação da Paraíba anuncia a ida para o evento da Proifes, de um seu integrante : A "Diretoria Executiva da ADUFPB indicou o professor Homero Catão, diretor de Política Social da Entidade, para participar do processo como observador. Para Catão, as ações imediatas da nova entidade buscam ´efetivar a participação dos docentes nas discussões sobre as reformas Universitária e Sindical, além de integrar o grupo de trabalho que irá discutir, junto ao governo federal, questões como paridade, isonomia e a elaboração de um calendário de incorporações para a categoria´. Catão esclarece que, ´no momento oportuno, o assunto será discutido com todos os professores da UFPB. Somente após um amplo debate a diretoria da ADUFPB se posicionará sobre o Proifes´". Como docente de uma universidade pública, levanto-me contra o procedimento : não é a hora oportuna que define o segredo diante dos pares, mas outra coisa, cujo nome é quase igual, mas nada ético.

Professor Titular de Filosofia da Unicamp

NOTA PÚBLICA

Vimos expressar nosso total apoio e solidariedade ao ANDES-SN em sua luta pela preservação de um sindicalismo classista, democrático e autônomo em relação a governos e a partidos políticos. Repudiamos, assim, as ações que visam dividir a luta dos docentes por meio da criação de uma entidade sindical paralela, aliada ao governo, - o Proifes. Neste sentido expressamos nossa veemente crítica a qualquer tentativa de igualar a natureza da relação da direção do Andes-SN com sua base e a relação entre a direção majoritária da CUT e os sindicatos filiados a Central. Consideramos que essa tentativa, ideologicamente armada por segmentos do corpo docente e de técnico-administrativos, claramente ligados ao governo, pretende fragmentar a luta do corpo docente e desqualificar uma das mais combativas entidades sindicais do setor público .

Diferentemente da CUT que se converteu na central sindical oficial do governo abandonando as bandeiras da classe trabalhadora brasileira, o ANDES-SN sempre esteve presente nas lutas contra as políticas neoliberalistas ditadas por organismos internacionais e seguidas à risca pelos ocupantes do Palácio do Planalto.

Durante boa parte da década de 90, as mobilizações foram sistematicamente boicotadas pela direção majoritária da CUT. Agora, sob o comando do governo de LULA, o quadro se torna pior, pois as mobilizações dos trabalhadores passaram a ser ignoradas pela direção da Central.

A postura da direção majoritária da CUT frente a greve nacional dos servidores públicos federais contra a reforma da previdência pública foi um dos capítulos mais gritantes neste claro alinhamentos ás reformas neoliberais do governo LULA. Hoje, o cenário construído com o aval da Central aponta para novas perdas significativas de direitos da classe que vive do seu trabalho.

Enquanto a CUT ignora as mobilizações e apóia claramente o governo, o ANDES-SN luta pelos interesses da classe defendendo a universidade pública, gratuita de qualidade e socialmente referenciada por uma educação como bem público acessível a todos como direito e dever do Estado.

A educação assim como a água e o petróleo se configuram como fontes geradoras de riqueza da nação devendo ser tratadas como bens públicos que alguns desejam transformar em fonte de acumulação de riqueza e, se possível, cotadas em dólar.

O ANDES-SN, ao contrário, sempre lutou e continuará lutando ao lado da classe trabalhadora.

O texto retirado do caderno especial da ADUFRJ de 27 de setembro de 2004, demonstra com firmeza a crítica do sindicato a política implementada pelo governo LULA e reitera os compromissos de sua direção. Neste sentido, afirma:

"A reforma da educação superior do governo Lula está pavimentando a implantação da ALCA em 2005: a educação é concebida como um serviço. É nesse sentido que a privatização por dentro das instituições públicas e o estímulo ao empresariamento da educação estão colocados. As divergências existentes em relação à reforma da educação superior não são pontuais, como afirma o MEC. São divergências de fundo que se referem à própria concepção de educação, defendida historicamente por professores, estudantes e técnico-administrativos: a educação pública e gratuita como direito de todos e dever do Estado. Esta concepção, definitivamente, não está norteando a reforma apresentada pelo Governo Lula por intermédio do MEC".

Também somos contrários a contra reforma universitária do governo LULA e temos encontrado dificuldades para expor de forma mais ampla e democrática tais posições para o conjunto da categoria.

Por isso esclarecemos, que muito embora alguns dos signatários desta nota façam parte do GT de Educação- órgão de assessoramento e de orientação da Direção do SINTUFRJ criado para contribuir para a ampliação do debate da reforma universitária, o formato e composição de mesas do seminário sobre reforma universitária realizado pelo SINTUFRJ no campus da Praia Vermelha no dia 11/11 não foi discutido pelo GT-Educação .

Os signatários desta nota desejam por fim manifestar seu mais integral apoio a luta dos combativos militantes do Andes-SN contra a tentativa de fracionamento de sua base e em defesa do sindicalismo radicalmente autônomo, classista, democrático e independente de patrões e governo.

Vandir (CSS), Neide (CSS). José Carlos (CT),Edson (Museu), Clério (ESS), Albana (ECO), Paulo Menezes (Coppe), Márcia Rocha (Coppe) e Simone Maria (Nesc)

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 166 • 13 de dezembro de 2004

Almoço de confraternização

No dia 20 de dezembro, segunda-feira, a partir das 13h, na Savana Churrascaria e Restaurante, os funcionários, a diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind estarão realizando sua confraternização de fim de ano. Convidamos todos os professores da UFRJ para participar conosco deste evento. A churrascaria cobra R$ 15 por pessoa, pelo rodízio. A Savana Churrascaria e Restaurante fica na Rua Conde de Baependi, 62, em Laranjeiras.

Atenção

Prazo para requerer abono 2005 é até 16 de dezembro

A Pró-reitoria de pessoal estipulou até o dia 16 de dezembro o prazo para que os professores possam marcar as férias de 2005 com a opção pelo abono pecuniário (venda de 1/3 do período) nos seus departamentos ou unidades. A data foi solicitada pela Adufrj-SSind em função de alguns departamentos e unidades estarem definindo prazos diferenciados, limitando, em alguns casos, o período para o preenchimento em apenas um ou dois dias.

Agenda Sindical

13/12 - Reunião do Fórum Fluminense de Lutas
– na sede do Sintrasef, à Av. 13 de maio, 13/10°, às 18h.

15/12 - Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública - ***na Uerj***, às 17h.

26/1 a 31/1/2005 – Fórum Social Mundial
Porto Alegre (RS)

24/2 a 1/3/2005 - 24º Congresso do Andes-SN
Curitiba (PR) **-** com o tema central "Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação".

MEC apresenta anteprojeto de reforma universitária

Governo quer aprovar a reforma no segundo semestre de 2005. Prouni, inovação tecnológica, sinaes e regulamentação das fundações, itens já aprovados ou em tramitação, não são tratados no anteprojeto.

Páginas 2, 4 e 5

Entrevista

"A universidade tem que ser protagonista de seu futuro"

Com Roberto Leher

AD - Logo na apresentação da reforma, o ministro Tarso Genro diz que o documento "restabelece o papel do Estado como mantenedor das IFES" e permite o "efetivo exercício da autonomia". Até onde isso é verdade?

Na Exposição de Motivos do Projeto de Lei (veja encarte neste jornal), o Ministro Tarso Genro afirma que o Projeto de Lei Orgânica objetiva "restabelecer papel do Estado como mantenedor das Instituições Federais de Ensino Superior e regulador do Sistema Federal de Educação Superior". A rigor, diferente da afirmação do senhor Ministro, o Estado não conseguiu desobrigar-se de sua função de mantenedor. Durante toda a áspera década de 1990 houve muita luta e, apesar da degradação impingida às instituições, a universidade pública não foi vencida. Nada no presente PL assegura mudança nesse rumo.

AD - Também diz a apresentação que o documento está aberto a contribuições, mas, antes disso, o MEC já havia coletado várias contribuições (da Andifes, da SBPC, do Andes-SN, da Fasubra etc). Alguma coisa já foi contemplada nessa versão preliminar, principalmente no que diz respeito ao projeto do Andes-SN para a Universidade?

Somente suprimindo a história, o documento pode proclamar que o processo da "reforma", até aqui conduzido, foi democrático. Orwellianamente, o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior), o ProUni (Programa Universidade para Todos), a Lei Inovação Tecnológica e a regulamentação das fundações privadas desapareceram do escopo da contra-reforma. A partir desse vazio provocado, o governo afirma que, agora sim, o debate com a sociedade será democrático.

Guilherme Lessa

ROBERTO LEHER

Isso é articulado dessa forma para que a sociedade brasileira não sucumba ao autoritarismo da nova burocracia que declara todo o seu apreço ao pensamento único. Urge recusar essas ocultações.

AD - O documento proclama que a meta do governo é alcançar 40% das vagas do sistema de ensino superior nas instituições públicas (art. 3º, inciso VII). O que o senhor acha disso?

O MEC já entrou no clima da sucessão presidencial. Todas as possibilidades de aumento de recursos foram deslocadas para 2007 e 2008. As promessas serão fartas e sedutoras. Cabe examinarmos os documentos, os orçamentos etc. Nada de concreto foi encaminhado para modificar o PPA (Plano Plurianual) que estará vigindo até o final do mandato de Lula. E isso significa que nenhum dinheiro novo será destinado para as Públicas. Se o projeto fosse aprovado, a subvinculação de 75% dos 18% constitucionais não traria dinheiro novo, mesmo porque o projeto, ao contrário das versões anteriores, não prevê a exclusão da Desvinculação das Receitas da União. Assim, mesmo o pagamento dos aposentados com recursos do Tesouro não modificaria significativamente o quadro de penúria. Desse modo, em síntese, diria que tudo indica que o crescimento das matrículas será por meio de cursos a distância.

AD - Ao mesmo tempo em que supostamente defende a autonomia universitária, o governo determina que as instituições públicas devem seguir políticas de ações afirmativas (pg.24). Isso não é contraditório?

O debate sobre as políticas de ação afirmativa é urgente, legítimo e democrático. O Andes-SN defende políticas de ação afirmativas capazes de apontar para a universalização dos direitos. O governo já impôs que essa política se reduz as cotas e estas são apresentadas como política focalizada. O problema da autonomia não se limita à questão da imposição de cotas. Todo o projeto objetiva restringir, limitar, cercear a autonomia, concentrando o poder no gabinete do ministro. Avalio que é a liberdade acadêmica que está em jogo.

AD - No artigo 18, o anteprojeto determina que o estatuto da universidade deverá assegurar, entre outras coisas, "planos de carreira para o corpo docente" e para os técnico-administrativos, embora, mais adiante (art. 38), diga que eles deverão observar os planos nacionais de carreira de cada categoria, com piso salarial e ingresso por concurso público. O que o governo pretende com isso?

A idéia do governo, já em prática, é assegurar uma carreira minimalista para todos e uma carreira real para cada instituição por meio de gratificações de desempenho. Seguramente esta não será assegurada para o professor na aposentadoria. Vejam o exemplo da nova GED, acertada com o apoio de professores que pensam no mesmo diapasão do MEC: o aposentado terá apenas 50% do valor da gratificação.

AD - A assistência estudantil ficará vinculada a um concurso promovido pela Caixa Econômica Federal. O que dizer sobre isso?

No fundo, a assistência estudantil é pensada no mesmo escopo de programas assistencialistas como o bolsa-escola. É a idéia de focalização, da individualização dos "benefícios". Os direitos sociais são suprimidos. A assistência deveria fazer parte do conceito de universidade como espaço público e igualitário. A essa medida teremos que agregar o primeiro emprego: monitorias e atividades dos técnicos serão supridas por esse meio.

AD - O artigo 64 do anteprojeto determina que 70% do capital das mantenedoras das instituições privadas deverá ser nacional. Os defensores do documento dizem que isso é bom, pois antes não havia qualquer determinação mínima de percentual para os estrangeiros. O que acha deste dispositivo?

A legislação brasileira proibia qualquer participação estrangeira. É, portanto, uma abertura considerável. O problema é que com o Prouni todas as instituições privadas poderão fazer jus às verbas públicas. Teremos de acompanhar com atenção as negociações no Acordo Geral de Comércio de Serviços (OMC) e na Área de Livre Comércio da Américas (Alca). Assim podermos ter mais clareza de como a *macdonaldização* da educação irá evoluir. Reitero: o Prouni já abriu uma avenida larga e sem sinais para a mercantilização da educação. A inovação tecnológica irá dirigir a pesquisa para as necessidades do mercado (por meio de parcerias público-privadas). A hora é de debate e de ação. A universidade tem de ser protagonista de seu futuro.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Comunicação

Uma emissora a serviço dos povos latinos

Proposta do governo Chávez é discutida em curso de comunicação sindical

Para furar o cerco informativo a que foi submetido o governo de Hugo Chávez, na Venezuela, desponta uma iniciativa que pode interessar aos movimentos sociais de toda a América Latina: é a TV do Sul. A proposta foi lançada durante o 10º Curso Anual do Núcleo Piratininga de Comunicação (veja quadro), entre os dias 1º e 5 de dezembro, na sede do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro.

Quem discorreu sobre a rede de televisão latino-americana foi o jornalista Beto Almeida, presidente da TV Comunitária de Brasília. De acordo com ele, o projeto nasceu da necessidade de o governo informar a comunidade latino-americana sobre a chamada "Revolução Bolivariana", inspirada nos ideais libertários de Simon Bolívar e em curso na Venezuela. Uma vez que os meios de comunicação privados venezuelanos estão dominados por opositores que apoiaram a tentativa de golpe de Estado em 2002, o presidente Chávez criou um canal público, em novembro do ano passado.

A TV do Sul seria o passo seguinte, em escala continental, ao processo desencadeado pelos bolivarianos no sentido de romper com a hegemonia das grandes redes mundiais. O objetivo é criar mecanismos alternativos de difusão da informação para transmitir toda uma programação própria dos países da América Latina que é desconhecida para a imensa maioria da população. De imediato, um acervo de mais de 400 documentários e vídeos cubanos seria disponibilizado pelo canal.

Operacionalmente, o sistema seria integrado a partir da cooperação e do comprometimento dos países. Na avaliação de Beto, num primeiro momento, os governos da Venezuela e de Cuba teriam interesse em investir no projeto. No entanto, para garantir que o novo canal não fique atrelado a nenhum Estado, uma fundação seria criada e ficaria responsável pelo lançamento do sinal a um satélite comercial. A recepção do sinal será gratuita e poderá ser feita por aparelhos de ampla comercialização, ao custo, segundo o jornalista, de cerca de R$ 1.500, por unidade de captação.

Beto Almeida acredita que a TV do Sul será capaz de divulgar fatos como a revolução que depôs o presidente da Bolívia, em 2003, por divergência em relação à política de energia implantada no país. "Para acompanhar aquele noticiário, tínhamos que ligar na CNN. Nenhuma TV argentina ou brasileira cobriu imediatamente o que se passava por lá", lembrou.

Mas o jornalista faz um alerta que é a própria razão de existir da emissora latino-americana: "Não basta repetir (o sinal). Temos que produzir conteúdo para fomentar a programação do canal", afirmou. Ele repetiu uma frase atribuída ao presidente cubano Fidel Castro: "Nós temos de ter uma CNN dos pobres".

Conselho Federal de Jornalistas

Em uma das mesas do curso, dia 3/3, foi debatida a proposta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) de criação de um Conselho Federal de Jornalistas. O projeto foi apresentado pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio, Aziz Filho, e comentado pela jornalista Ana Manuella Soares. Aziz Filho defendeu o Conselho como instrumento de fiscalização da atividade do jornalista e informou que, por conta das críticas recebidas por vários segmentos da sociedade, a Fenaj entregou aos parlamentares um substitutivo ao projeto original encaminhado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional em meados de agosto. O substitutivo tranforma o projeto original de um Conselho Federal de Jornalismo para um Conselho Federal de Jornalistas. Já a jornalista criticou a forma açodada como o documento foi encaminhado ao Congresso Nacional, os aspectos estritamente corporativos da proposta e a possibilidade do esvaziamento das entidades sindicais dos profissionais de mídia (jornalistas e assessores de imprensa) a partir da constituição de um conselho profissional, com contribuição obrigatória. Manuella Soares lembrou, ainda, a luta dos profissionais e estudantes da área não apenas pela regulamentação da profissão, mas pelo fim dos oligopólios e pela democratização dos meios de comunicação com a garantia de um sistema de rádiodifusão público, autônomo e com controle social.

Também participante do debate, a presidente do Conselho Regional de Serviço Social, Hilda Corrêa, apresentou um histórico da constituição do conselho profissional das assistentes sociais e ressaltou que o papel principal de uma entidade com este perfil é fiscalizar cada setor profissional no atendimento ao cidadão e não apenas regular o exercício do profissional. Ao final do debate, Hilda sugeriu aos presentes que lutassem pela retirada imediata do projeto do CFJ do Congresso. "Pelo que ouvi das intervenções, penso que seria melhor que vocês recomeçássem essa discussão desde o início".

O projeto do CFJ foi criticado tanto de forma conservadora pelos donos da mídia quanto por parte dos profissionais e de outros segmentos, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. O substitutivo com a alteração do Conselho 'de Jornalismo' para 'de Jornalistas' foi entregue às lideranças parlamentares na Câmara Federal no último dia 26 de novembro. O novo texto atende, de certa forma, às preocupações da grande mídia com o fim da 'liberdade de imprensa' no país e responsabiliza apenas o profissional pelo material veiculado, isentando as empresas de qualquer fiscalização.

Outros debates

A internet e a comunicação alternativa, a revista Veja vista como um partido a serviço do neoliberalismo, a dimensão pedagógica da Comunicação, a mídia e os movimentos sociais foram alguns dos outros debates promovidos durante o curso, que foi acompanhado por toda a equipe de jornalismo da Adufrj-SSind.

NPC e a agenda da comunicação

O NPC é formado por um grupo de jornalistas, professores, formadores, ativistas sindicais e representantes de movimentos sociais de todo o país interessados em uma comunicação voltada para a construção de uma sociedade melhor.

Para comemorar os dez anos do NPC, foi lançada uma agenda comemorativa com cerca de 2,5 mil pequenas notícias, distribuídas entre todos os dias do ano e acompanhada de mais de 450 ilustrações. Elas servirão de referência para a necessária reflexão cotidiana frente às opressões culturais, econômicas, políticas e sociais. Mais informações pelo e-mail: npiratininga@uol.com.br

Primeiro concurso nacional de imprensa sindical

Jornalista do Rio é premiada com viagem a Cuba

De 28 sindicatos inscritos com seus respectivos jornais e boletins, o Jornal da Adufrj foi premiado em quinto lugar, no primeiro concurso de imprensa sindical do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). O periódico do Sintufrj ficou em quarto lugar. O diretor de Imprensa e Divulgação, Roberto Odilon Horta, e a jornalista Stela Guedes, do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, cuja publicação tirou o primeiro lugar, ganharam uma viagem a Cuba.

Uma comissão formada por 13 pessoas - jornalistas e professores – avaliou duas edições de cada publicação do período de novembro de 2003 a junho de 2004. O resultado foi divulgado em 5 de dezembro, último dia do Curso Anual do núcleo. Os itens de julgamento foram: pauta, entrevista, reportagem, linguagem, projeto gráfico, imagens, presença da categoria, título e periodicidade.

Reforma Universitária

Movimento critica Lei Orgânica

Anteprojeto que deve regularmentar Ensino Superior é apenas uma parte da reforma universitária

No última segunda-feira, dia 6/12, o ministro da Educação Tarso Genro apresentou, em Brasília, o Anteprojeto da Lei de Educação Superior. A lei define as normas gerais para a educação superior no pais e regulamenta as universidades federais. O governo apresentou um prazo até o dia 15 de fevereiro para que as instituições e movimentos universitários apresentem emendas ao anteprojeto. Após esta data, o Ministério da Educação vai formular o Projeto de Lei e encaminhá-lo ao Congresso Nacional. Antes disso, o ministro prometeu que a versão do PL será ainda debatida com a sociedade.

O anteprojeto é parte da reforma do ensino superior brasileiro já iniciada com várias medidas e projetos em tramitação como o Programa Universidade para Todos, aprovado em um acordo de lideranças, no último dia 3/12, na Câmara Federal. Se aprovado no Senado, o Prouni, representará uma renúncia fiscal por parte da União de um montante da ordem de R$ 3 bilhões, a partir da isenção de impostos das instituições privadas e filantrópicas que aderirem ao programa.

O anteprojeto apresentado pelo governo implementa a dotação orçamentária global para as universidades federais que poderão estabelecer seu quadro de pessoal, criando, transformando e extinguindo cargos e funções, no limite de seu montante orçamentário. O anteprojeto estabelece, ainda, que as carreiras próprias deverão observar os planos de carreira nacional dos docentes e técnico-administrativos, com a definição de um 'piso' salarial para as categorias e ingresso nas carreiras por concurso público. As instituições também terão autonomia administrativa para gerir livremente os recursos, atualmente definidos em rubricas específicas de custeio e capital.

Essa 'autonomia' gerencial e financeira, no entanto, dependerá de um contrato de gestão estabelecido entre a instituição e o MEC. Um Plano de Desenvolvimento Institucional para um período de cinco anos deverá ser apresentado pela reitoria e aprovado pelo colegiado máximo da instituição. Desse PDI deverá constar as perspectivas de evolução, o projeto pedagógico e o projeto de desenvolvimento da universidade para o período. O projeto pedagógico deverá conter as finalidades e objetivos das instituição, as práticas pedagógicas e administrativas relacionadas aos seus objetivos, além da política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão. Para fazer jus a sua parte no orçamento geral do ensino superior, a instituição deverá ter seu PDI aprovado pelo MEC.

Prazo de transição da política de financiamento

Pelo anteprojeto, o governo deverá em um prazo de 2006 a 2008 implementar "progressivamente" o regime de orçamentação global. Para se habilitar à gestão autônoma dos recursos, a instituição deverá atender a 'indicadores institucionais de gestão e desempenho'. O problema, neste caso, é que o novo sistema de avaliação institucional ou Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) já foi sancionado pela presidência da República. Os critérios aos quais as instituições deverão se submeter para 'concorrerem' aos recursos orçamentários estão, portanto, fora de questão na discussão deste anteprojeto de lei.

Recursos Externos

Pelo anteprojeto, as instituições, no regime de orçamentação global, terão suas fundações de apoio descredenciadas pelo MEC e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Os recursos externos poderão ser captados e manejados pela própria instituição desde que em cumprimento ao seu Plano de Desenvolvimento.

Repercussão

A idéia de orçamentação global parece ter agradado aos reitores. Depois de conhecer em primeira mão o anteprojeto, a presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das IFES, Ana Lúcia Gazzola, afirmou que a importância do caráter republicano do projeto. "É um projeto apresentado em aberto, para que se possa fazer emendas, para que se possa debater. Isso em si mostra que foi atingido um patamar muito interessante e representa uma janela de oportunidades para a educação superior no país", afirma a reitora.

Integrante do Centro Acadêmico da Escola de Comunicação e da Comissão Gestora do DCE (que cuida dos assuntos do diretório estudantil até as próximas eleições da entidade), o estudante Pedro Martins disse que não teve tempo para um exame cuidadoso do anteprojeto da reforma. O representante discente criticou a vinculação da assistência estudantil a um "concurso anual especial", organizado pela Caixa Econômica Federal. Pelo documento, a renda líquida desta extração (ou seja, descontados os gastos operacionais) financiaria programas para estudantes de baixa renda. "Quer dizer: desresponsabiliza o Estado e tudo depende agora do volume de apostas. A já precária

assistência se transforma num jogo de azar", comentou.

Para o diretor do Andes-SN, Roberto Leher, a idéia de que o governo está sendo democrático ao apresentar o anteprojeto para o debate é falsa, já que pontos fundamentais do conjunto da reforma universitária como o Prouni, o Sinaes, a Lei de Inovação Tecnológica e a regulamentação das fundações de apoio não fazem parte do escopo do documento. O professor fez estas e outras considerações sobre o projeto em entrevista ao **Jornal da Adufrj** publicada desta edição na página 2.

Carreiras ameaçadas

Numa leitura também preliminar do anteprojeto, o coordenador geral do Sintufrj e integrante da Diretoria Executiva da CUT, Agnaldo Fernandes, destacou dois problemas: a possibilidade de cada universidade criar sua própria carreira para docentes e técnico-administrativos e a separação dos aposentados e ativos, quanto às fontes pagadoras.

A carreira feita por instituição é uma possibilidade prevista no artigo 18 do anteprojeto, no qual se diz que o estatuto da universidade deverá assegurar, entre outros pontos, "planos de carreira para o corpo docente e para os servidores, técnicos e administrativos". "Nós entendemos que as carreiras fazem parte do sistema federal. À medida que abre brecha para que cada um possa contratar, demitir e exonerar, o governo rompe com essa lógica conceitual", disse. Agnaldo critica também o artigo 43 da proposta do MEC: "As despesas com inativos e pensionistas das instituições federais de educação superior, sem prejuízo de seus direitos específicos, correrão à conta do Tesouro Nacional (...)". Para o dirigente sindical, essa é uma questão de princípio da categoria, de respeito aos aposentados. "A separação é inadmissível", ressaltou. Agnaldo também considera que o governo tenta passar a imagem que o projeto é democrático e que está aberto às contribuições, quando, na verdade, muitas medidas da reforma já estão sendo aprovadas.

Andes-SN vai solicitar ampliação do prazo

O MEC convidou a direção do Andes-SN para uma reunião sobre o anteprojeto no próximo dia 21 de dezembro. O vice-presidente do Sindicato dos Docentes, Paulo Rizzo, esteve presente na audiência em que o documento foi apresentado aos dirigentes e representantes das instituições e dos movimentos universitários. Paulo Rizzo criticou a falta de tempo para o debate com a comunidade e com a sociedade. "Estamos no final do ano, teremos os recessos das festividades e as férias escolares. Como vai haver uma ampla discussão nestas condições?", questiona. Segundo o professor, o Sindicato vai solicitar a ampliação do prazo de 15 de fevereiro para que as entidades se manifestem sobre o projeto.

O vice-presidente do Sindicato também ressaltou que este projeto de lei orgânica é somente uma parte da reforma universitária. "Este PL é apenas um dos elementos da reforma e não trata dos outros pontos, como o Prouni, a avaliação, que está no Sinaes, etc. O que há é *marketing* muito forte, uma baita propaganda de algo que não está sendo e nem vai ser discutido com a sociedade".

Um outro problema ressaltado pelo professor é a regulamentação da autonomia universitária que já está garantida no artigo 207 da Constituição Federal, "de forma auto-aplicável", lembra Paulo. O dirigente alerta para a regulamentação: "sempre que se tenta regulamentar um direito constitucional, nós acabamos restringindo direitos".

Aumento de vagas não depende de projeto de lei

Para o diretor do Andes-SN, o projeto só apresenta um aspecto positivo que, no entanto, não depende de nenhuma nova legislação. No anteprojeto, o governo anuncia um aumento dos atuais 20% para 40% do percentual de vagas públicas no ensino superior do país. "Para isso não é necessário nenhum projeto de lei, mas a disposição do Estado em investir verba orçamentária para isso. E este governo não tem demonstrado isso, ao contrário, repassa verba para o setor privado através da renúncia fiscal que será provocada pela compra de vagas do Prouni, por exemplo".

Colegiados

Consuni pede retirada do Prouni do Senado

Entendimento é que expansão de vagas na educação superior deve dar-se no ensino público e gratuito

Não passou despercebida pelo Conselho Universitário a divulgação do anteprojeto de lei da reforma da educação superior (disponível, na íntegra, em encarte desta edição do Jornal da Adufrj), feito pelo MEC, no início da semana passada. O reitor Aloisio Teixeira, presente à cerimônia em que o ministro Tarso Genro apresentou o texto pela primeira vez, informou aos conselheiros o cronograma da tramitação da reforma: o ministério receberá contribuições para a reforma até 15 de fevereiro; no fim de fevereiro, haverá apresentação de uma segunda versão do documento, que será novamente submetida à apreciação da comunidade acadêmica; recolhidas as sugestões, o MEC pretende entregar a versão final ao Congresso Nacional, em junho.

O reitor propôs a formação de uma comissão do Consuni para organizar a discussão do assunto na UFRJ. Após algum debate, foram escolhidos os nomes dos professores Franklin Trein (CFCH), Eduardo Siqueira (CCMN) e Vera Halfoun (CCS), do representante técnico-administrativo José Carlos e da aluna Fernanda Lima. Como o colegiado entra em recesso em fevereiro, o objetivo da reitoria é conseguir, ao mínimo, uma posição preliminar da UFRJ na primeira fase de contribuições para a reforma. Depois do recesso, a comissão continuaria suas atividades, buscando o envolvimento da comunidade para a última fase de sugestões para a reforma. Para essa comissão, serão convidados, ainda, representantes dos colegiados acadêmicos (CEG e CEPG). Os conselheiros aprovaram, também, uma moção, proposta pelo reitor, pela revogação do Programa Universidade para Todos (Prouni). Sem querer entrar no mérito do Prouni, Aloisio defendeu que o encaminhamento de uma medida que altera o modo de funcionamento das universidades particulares (e a reforma trata de toda a educação superior), antes da conclusão do processo de discussão, em meados do ano que vem, seria indevido.

Kelvin Melo

JOSÉ MIGUEL CRITICA PROUNI DURANTE SESSÃO DO CONSUNI

O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, informou que, no dia anterior, o Conselho de Ensino de Graduação, havia solicitado, em moção, a formação de uma comissão dos colegiados superiores da UFRJ para debater a reforma. Os conselheiros do CEG solicitaram ainda que o Consuni reivindique ao MEC a ampliação do prazo de contribuições das universidades para o documento final da reforma (de fevereiro para abril de 2005).

Adufrj-SSind também quer retirada do Prouni do Congresso

A retirada do Prouni havia sido solicitada pelo professor José Miguel Bendrao Saldanha, diretor da Adufrj-SSind, no início da sessão. De acordo com José Miguel, que distribuiu, ao lado da diretora Janete Luzia Leite, a nota pública do Andes-SN sobre o assunto (também divulgado no encarte especial desta edição), o Prouni representa a implantação das Parcerias Público-Privadas (PPP) dentro do setor de ensino superior. O professor alertou, ainda, sobre o que o movimento docente já vem denunciando há algum tempo: a reforma universitária já está em andamento, através do Prouni, do novo sistema de avaliação superior (Sinaes), do decreto que regulamenta as fundações e do projeto de cotas, entre outros pontos.

Alguns depoimentos

Representante dos pós-graduandos, Fernanda Lima chamou a atenção de que o debate não pode ser feito apenas em cima dos documentos do governo, mas pautado em propostas efetivas para a melhoria das universidades. O representante discente Victor Neves questionou o verdadeiro objetivo da reforma. O aluno e conselheiro Pedro Martins Coelho ressaltou a importância dos debates sobre reforma universitária realizados pelos movimentos organizados dentro da UFRJ, uma vez que o MEC não realiza essa tarefa. Pedro Martins ainda abordou um dos pontos mais discutidos pelos demais conselheiros: o Prouni. Segundo ele, a proposta prevê uma renúncia fiscal de R$ 2 bilhões em benefício da iniciativa privada.

Eleições na CPPD

Integrante da Comissão de Legislação e Normas do Consuni, Luiz Antônio Cunha leu um parecer pela impugnação das eleições para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Segundo Luiz Cunha, "o processo eleitoral foi feito em desacordo com o estatuto da UFRJ, que este conselho aprovou em 2002. Muitos dos que estão aqui também estavam presentes no dia da aprovação. Não podemos passar por cima das determinações que nós mesmo criamos", em referência ao parágrafo único do artigo 79 do estatuto ("As normas para escolha dos representantes das duas comissões (CPPD e CPPTA) serão fixadas pelo Conselho Universitário"). O representante dos técnico-administrativos, Marcilio Lourenço de Araujo, concordou: "Temos que prezar pela legitimidade desta eleição". Apesar disso, alguns conselheiros argumentaram que o resultado das eleições deveria ser preservado. Dado o adiantado da hora, a vice-reitora Sylvia Vargas solicitou vista do processo, que deverá retornar à pauta do colegiado em sua próxima sessão (prevista para 23 de dezembro).

Histórico da comissão

Uma das mais importantes comissões ligadas à vida profissional dos professores da UFRJ, a CPPD iniciou processo de renovação no fim de outubro. As inscrições de candidatos ocorreram entre os dias 25 e 27 daquele mês e entre 3 e 5 de novembro. Pouco depois, por falta de candidatos para todas as vagas, a comissão eleitoral prorrogou a data final de inscrições para o dia 8. As eleições ocorreram entre os dias 16 e 19 de novembro, só que de forma precária. No Jornal da Adufrj nº 163 (de 22 de novembro), a diretoria da seção sindical escreveu editorial questionando a legitimidade do processo. De acordo com o texto, as "eleições foram um triste exemplo de como não deve ser conduzido um processo eleitoral que pretenda ser minimamente democrático". Diante das condições ruins do pleito, a diretoria comenta: "Nestas condições, o resultado dificilmente teria sido diferente: cargos sem candidatos ou com apenas um candidato, com a exceção única do representante dos professores adjuntos, escassa apresentação de plataformas, nenhum debate, nenhuma democracia de fato". No fim do editorial, solicita-se que o processo eleitoral seja refeito, com procedimentos aprovados nos colegiados superiores, prazos suficientes, transparência e divulgação amplas de todas as etapas, entre outros pontos.

Moção do Consuni sobre o Prouni

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em sessão de 09 de dezembro de 2004, considerando:

1) a divulgação pelo MEC da versão preliminar do Anteprojeto de Lei sobre a Reforma do Ensino Superior;

2) a abertura de um amplo processo de discussão sobre a reestruturação do ensino superior, que culminará ao final do primeiro semestre de 2005 com o encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional; e

3) as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados no Projeto ProUni.

Resolve:

Solicitar ao Governo que retire o projeto ProUni e se abstenha de aplicar novas medidas desse teor, que afetem ou modifiquem o modo de funcionamento das IES até que se conclua o processo de discussão apenas iniciado.

Este Conselho entende que a expansão de vagas no ensino superior deve dar-se no ensino público e gratuito e que a renúncia fiscal que favorece o setor privado deva ser convertida em recursos destinados às instituições públicas, com o propósito de ampliar a oferta de vagas, requisito indispensável para democratizar o acesso numa perspectiva universal.

Uma profunda transformação da educação superior é necessária, a partir da compreensão de que todo brasileiro tem o direito ao ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis.

UFRJ

Colegiado aprova orçamento para 2005

Verba de R$ 500 mil será utilizada para corrigir possíveis distorções da proposta

O Conselho Universitário de 9/12 aprovou sem alterações o orçamento da UFRJ para 2005 apresentado pela reitoria na sessão passada (e já divulgado pelo Jornal da Adufrj nº 164, de 29/11). A expectativa é que a universidade possa contar com R$ 92 milhões para as despesas de custeio e capital, ou seja, excluindo o pagamento de pessoal. Esses recursos teriam três fontes: a distribuição feita entre todas as instituições federais (R$ 52 milhões); uma partilha realizada diretamente pelo MEC (R$ 25 milhões) e recursos próprios gerados pela UFRJ (R$ 15 milhões).

O Consuni aprovou ainda a utilização de R$ 500 mil da chamada reserva de contingência (dinheiro que deverá ser remetido pela Secretaria de Ensino Superior do MEC) para a correção imediata de possíveis distorções na distribuição de recursos entre Centros e Unidades em 2005. Por sugestão da representante dos pós-graduandos, será constituída uma comissão (com um docente, um técnico-administrativo e um aluno) para acompanhar a execução das obras de um restaurante universitário, prometido pela reitoria e cujos recursos dependem de negociação com o Banco do Brasil.

Não tem nada certo ainda – afinal é uma previsão e o reitor Aloisio Teixeira fez questão de frisar isso ao longo da sessão – mas significaria um aumento considerável do orçamento da universidade em relação a este ano (pouco mais de R$ 50 milhões), mesmo com a inflação do período. Além disso, se forem aprovados pelo Congresso Nacional os R$ 250 milhões da emenda Andifes (suplementação orçamentária já tradicionalmente solicitada pelos reitores das federais), a "fatia" da UFRJ poderá superar os R$ 100 milhões. Apesar do acréscimo orçamentário, a reitoria comentou que, mesmo no cenário mais otimista, o dinheiro não seria suficiente para dar conta de todas as despesas como se deveria. De qualquer modo, foi elogiada por vários conselheiros a apresentação transparente e detalhada da previsão de gastos do ano que vem.

Kelvin Melo

REITORIA PROMETE R$ 1,5 MILHÃO PARA BANDEJÃO

Dívida com a Light foi resolvida

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Teodósio, anunciou no colegiado o "fim" da dívida com a Light. O MEC liberou R$ 16,9 milhões e a empresa concordou em escalonar o restante em doze parcelas, sem juros, de R$ 161 mil. Segundo informações da assessoria de imprensa da UFRJ, a Light também investirá R$ 10 milhões na universidade, ao longo de três anos, para melhorar a eficiência do uso de energia nos prédios da Universidade. Os recursos virão sob a forma de doações, no maior acordo já feito pela concessionária nesse gênero. Serão liberados R$ 3 milhões, em abril de 2005, em decisão já aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Contra a perseguição a funcionários

Ana Maria Ribeiro, coordenadora geral do Sintufrj encaminhou no Consuni a proposta de um mecanismo que proteja os funcionários técnico-administrativos de perseguições políticas, via disponibilidade. Segundo ela, o instrumento é legítimo, mas estaria sendo utilizado em alguns lugares como elemento de disputa entre grupos de professores. "Em certos casos, nem mesmo a chefia imediata do funcionário posto em disponibilidade é ouvida", afirmou.

Agressão a aluno

O aluno Raphael dos Reis, morador do alojamento, teve a oportunidade de se pronunciar no Consuni sobre um incidente ocorrido em meados de novembro. Segundo ele, ao tentar embarcar no ônibus da UFRJ que faz a ligação com o *campus* da Praia Vermelha, foi interpelado por um vigilante da universidade sobre sua condição de estudante. Como não tinha a carteirinha que comprovasse o vínculo, Raphael disse que foi retirado à força do veículo e ainda foi agredido. Pior: ao chamar a polícia para relatar a situação, acabou figurando no registro da delegacia que ele teria desacatado a autoridade universitária. A reitoria ficou de apurar os fatos e informar o Consuni, em uma sessão futura.

Estudantes cobram bandejão

Durante a sessão, estudantes cobraram da reitoria a construção do restaurante universitário, com informes permanentes sobre a implementação da obra no Consuni. Além do já mencionado acordo com o Banco do Brasil, o reitor Aloisio esclareceu que está prevista a verba de R$ 1,5 milhão para subsidiar as refeições do futuro restaurante, no ano que vem – o subsídio seria de R$ 3 para cada uma delas. A estimativa da reitoria é que o restaurante sirva duas mil refeições nos dias úteis.

Colegiados

CEPG indica nomes para discussão da reforma universitária

Um dia depois da reunião do Consuni que iniciou a discussão do texto da reforma universitária, o Conselho de Ensino para Graduados de 10/12 indicou seus nomes para a comissão dos colegiados superiores que vai organizar o debate sobre o assunto na UFRJ (leia na página 5). São as professoras Mariângela Menezes (representante do Fórum de Ciência e Cultura) e Maria Carlota Amaral (CLA) e o professor Nelson Souza e Silva (CCS).

Recursos da avaliação da Capes

O pró-reitor José Luiz Monteiro esclareceu que os 22 recursos da UFRJ em relação à última avaliação da Capes deverão ser apreciados nesta semana. A expectativa é que o julgamento da agência de fomento esteja na página eletrônica www.capes.gov.br neste dia 16/12.

Ainda em relação à Capes, José Luiz considerou positiva a reunião que o Diretor de Avaliação da agência, Renato Janine, convidado pela pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, teve com os coordenadores da UFRJ, no CCS, no dia 6.

Jornada

Está prevista a realização de uma reunião conjunta CEG/CEPG neste dia 15/12 para definir o edital da Jornada do próximo ano. O objetivo de antecipar esta discussão é conseguir realizar o evento da UFRJ durante a Semana de Ciência e Tecnologia, coordenada pelo MCT, em todo o país, no mês de outubro.

O pró-reitor lembrou ainda os conselheiros sobre o encerramento da Jornada deste ano, no dia 16, às 14h, no Auditório do CT.

Resolução nº 05/01

Os conselheiros passaram boa parte da reunião revisando o conteúdo da resolução nº 05/01, que dispõe sobre a criação, organização, regime didático e atividades acadêmicas dos Cursos de Pós-Graduação da UFRJ. O debate deve continuar nas próximas sessões.

Colegiados

CEG debate vagas ociosas

Inconformada com as vagas ociosas que são deixadas por alunos que abandonaram seus cursos, a representante dos técnico-administrativos Ana Maria de Almeida Ribeiro ameaçou levar uma queixa formal ao Ministério Público caso o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) não tome nenhuma providência para resolver o problema: "se nada for feito eu não levarei mais este conselho a sério. Isto é dinheiro público que está sendo jogado fora", afirmou Ana Ribeiro, na sessão do colegiado da última quarta-feira (8/12). Segundo ela, se o governo investe para que haja 30 alunos em sala de aula e há apenas dez, a verba está sendo desperdiçada. O problema também foi analisada pelo professor Ericksson Rocha e Almendra, representante do Centro de Tecnologia, que considerou absurdo o curso de Administração perder 45 vagas em apenas um ano.

Os dados que apontaram a quantidade de estudantes que interromperam a formação acadêmica, deixando vagas presas, foram levantados dentro de cada unidade pela professora Claudia Jardim, do Instituto de Química, que está assessorando a Pró-Reitoria. O documento apresentado pela professora contém um demonstrativo das perdas do primeiro semestre deste ano comparando com as vagas que serão oferecidas no primeiro semestre de 2005.

A situação será estudada pelos conselheiros e o edital que trata da transferência externa, remanejamento e isenção do vestibular será votado na próxima reunião.

Comunicação Social

Uma grave acusação do professor da Escola de Comunicação Social Luís Carlos Paternostro paralisou o expediente do colegiado. Paternostro teve o nome de uma disciplina que ele ministrou alterada no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) sem que houvesse qualquer tipo de justificativa ou equivalência da matéria que foi alterada. O professor afirmou que tentou levar o problema para o seu departamento, mas foi impedido até de expor a situação. A polêmica deverá aparecer na pauta das próximas sessões do CEG.

Diretrizes do Quadro Docente

Pela terceira semana seguida, as diretrizes para a formulação da política de desenvolvimento do quadro docente da UFRJ foram debatidas pelos conselheiros. O pró-reitor José Roberto Meyer ressaltou a relevância da discussão do documento, mesmo que nenhum órgão da UFRJ esteja dando a mesma importância a seu conteúdo. Apesar do esforço do colegiado, ainda não foi concluída a votação de todos os pontos devido ao excesso da assuntos a serem abordados na plenária.

Resultado das eleições do CCJE

Saiu o resultado das eleições do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) para o Conselho de Ensino de Graduação. Não houve disputa, pois duas chapas se inscreveram para duas vagas. As professoras Maria da Silvia Possas, do Instituto de Economia, como titular, e Margarida Maria Lacombe, da Faculdade Nacional de Direito, como suplente, obtiveram 39 votos. As docentes Ana Carolina Pimentel, da FACC, titular, e Mauro Osório da Silva, da FND, suplente, conseguiram 37 votos. Houve, ainda, dois votos em branco e um nulo.

A votação foi realizada nos dias 8 e 9 e a inscrição de candidatos ocorreu até o dia 6. A diretoria da Adufrj-SSind havia solicitado ao decano do Centro, professor Alcino Câmara, para que esse processo eleitoral fosse realizado logo após o início do próximo período letivo, previsto para 7 de março. Mas o decano insistiu nas eleições ainda em 2004, sob a justificativa de atender a uma decisão do Conselho de Coordenação do CCJE.

"Convênio" do IFCS ainda sob apuração

O diretor do IFCS, Franklin Trein, informou que repassou à coordenadora do Programa de Pós-graduação em Filosofia, professora Maria da Graça Schalcher, as solicitações da PR-2 sobre o caso do convênio, sem registro oficial, com uma faculdade particular de Campos (RJ), conforme divulgado no Jornal da Adufrj nº 164, de 29/11. Franklin não quis se pronunciar sobre o assunto, que entende ainda estar em apuração. "Não é conveniente", disse. Contatada pela reportagem da Adufrj-SSind, a coordenadora – de cuja investigação surgiu a descoberta da ausência de registro do convênio - explicou que está pensando sobre o assunto.

Cartas

Ao Conselho Editorial e aos leitores do Jornal da ADUFRJ,

Com relação à edição do Jornal da ADUFRJ nº 165, gostaria de solicitar algumas correções e prestar alguns esclarecimentos:

Na matéria intitulada "CEG não interfere em eleições do Caco"(página 5), há duas questões a serem pontuadas. Uma que não sou professora e que não houve um debate entre mim e a Profª Ana Borralho que a levasse a solicitar sua saída da comissão, como a matéria faz supor. Segundo, após o sub-título "Uso político dos programas", minha intervenção sobre a disponibilidade dos técnico-administrativos nada teve a ver com a outra colocação que fiz sobre os PET´s, onde na ocasião solicitei que a Pró-Reitoria organizasse um debate sobre o assunto pois tenho pouco conhecimento sobre sua implantação na UFRJ.

Com relação à Nota Pública divulgada na última página, assinada por 9 técnico-administrativos da UFRJ, onde alguns fazem parte do GT Educação do SINTUFRJ, esclareço que o Seminário sobre a Reforma Universitária promovido pelo sindicato no dia 11 de novembro foi estruturado e definido pelo GT no dia 23 de setembro, na Praia Vermelha, onde inclusive um dos signatários da referida nota, propôs o nome da Profª Maria Lúcia Werneck (IE/UFRJ) para a mesa sobre avaliação institucional, que por motivos de agenda pessoal não pôde aceitar o convite. Foi aprovado no seminário interno da diretoria do SINTUFRJ em 18 de outubro, cabendo à Coordenação de Educação, Cultura e Formação Política sua execução, que se pautou pela ampla participação das mais diversas correntes de pensamento, garantindo assim a pluralidade de opiniões e o debate democrático.

Ana Maria Ribeiro
Representante dos Técnico-Administrativos no CEG
Coordenadora Geral do SINTUFRJ

Nota da redação: A redação do jornal da Adufrj lamenta o equívoco do uso do termo 'professoras' ao se referir ao debate, sobre o tema em pauta, ocorrido durante o colegiado entre a docente da Faculdade de Medicina e representante do CCS, Ana Maria Borralho, e a representante dos técnico-administrativos Ana Maria Ribeiro.

Resenha

Cotas são inconstitucionais

A Justiça do Paraná determinou, no dia 7/12, que a Universidade Federal do Paraná não pode adotar o sistema de reserva de 20% das vagas para candidatos afrodescendentes e mais 20% para alunos de escolas públicas. A decisão foi tomada pelo juiz substituto da 7ª Vara Federal de Curitiba, Mauro Spalding. Segundo ele, a reserva de cotas afronta o princípio constitucional de isonomia e reforça práticas sociais discriminatórias. A liminar, em resposta a uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, é provisória. Em nota oficial, a universidade paranaense informou que vai recorrer da decisão (Folha Online, 8/12).

Abaixo da linha de pobreza

Metade dos trabalhadores em atividade no mundo ganham US$ 2 ou menos por dia, segundo estudo divulgado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). Trata-se de uma legião de 1,4 bilhão de pessoas - de um um universo total de 2,8 bilhões de trabalhadores no mundo - que estão, dessa forma, abaixo da linha da pobreza. Para agravar ainda mais o quadro, dentro desse conjunto de 1,4 bilhão de pessoas, 550 milhões ganham menos de US$ 1 por dia (Folha Online, 8/12).

Uerj e Uenf vão se adaptar a surdos

A Assembléia Legislativa do Rio aprovou uma lei que obriga as duas universidades públicas estaduais a se adequarem para receber estudantes deficientes auditivos. A proposta é que as instituições disponibilizem intérpretes que utilizem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para facilitar a compreensão dos alunos. Eles explicarão questões do vestibular para os candidatos surdos. Para os aprovados, traduzirão o que os professores falam durante as aulas.

Para entrar em vigor, será necessário que a governadora Rosinha sancione a lei (O Estado de S. Paulo, 7/12).

Sindicatos param Itália contra Berlusconi

Os trabalhadores sindicalizados da Itália realizaram, no dia 30/11, uma greve geral que paralisou o país, contra a política econômica do premiê Silvio Berlusconi. Manifestações ocorreram em 80 cidades, algumas debaixo de chuva. Os sindicatos afirmam que o novo plano tributário de Berlusconi favorece os ricos e colocará os empregos públicos em risco. A greve geral do dia 30 foi a quarta contra a política econômica do premiê desde 2001 (Rápido da CUT-RJ, 7/12).

Movimento

Renúncia fiscal através do Prouni é denunciada para população carioca

Tarefa do movimento docente é revogar este projeto no Senado

Guilherme Lessa

Conscientizar a população sobre os efeitos negativos do "Programa Universidade para Todos" (Prouni). Esse foi o objetivo da manifestação realizada no dia 6 de dezembro, no Buraco do Lume, no centro da cidade. Servidores de várias categorias distribuíram panfletos explicativos sobre mais esse ataque governamental à Educação pública brasileira. Também foi promovido, durante o ato, um esquete teatral com críticas ao Prouni.

O protesto, que foi reproduzido em todo o país como parte do Dia Nacional contra o Prouni – programa vigente desde o dia 10 de setembro através da Medida Provisória nº 213 -, tinha a meta de sensibilizar os deputados federais a revogar a iniciativa do MEC, ainda na Câmara. Entretanto, em uma votação relâmpago no dia 2 de dezembro, o governo conseguiu aprovar o Prouni. Detalhe: nessa votação, os empresários do setor obtiveram ainda mais benefícios, como a redução do número de bolsistas que deverão ser atendidos pelas instituições particulares. O Prouni tramitava no Senado até o fechamento desta edição (em 10/12), como o projeto de lei de conversão (assim chamado porque altera uma medida provisória) nº 59/2004.

No panfleto distribuído no ato do Rio de Janeiro e assinado pelo Fórum Fluminense de Lutas – que congrega sindicatos de servidores e também da iniciativa privada -, é ressaltado que o Prouni abre caminho para transformar a Educação pública em mercadoria. Ainda de acordo com o texto, com o dinheiro da isenção fiscal concedida aos donos das instituições privadas (cerca de R$ 2 bilhões ao ano), poderiam ser criadas 500 mil vagas nas universidades federais, "que garantem ensino, pesquisa e atividades de extensão com qualidade reconhecida para todos os estudantes".

Servidores criticam postura do governo

Diretora da Secretaria Regional do Andes-SN no Rio de Janeiro, a professora Sônia Lúcio afirmou que o governo Lula tem favorecido cada vez mais os chamados "barões do ensino". Funcionário do IBGE, Carlos Augusto observou que Lula e sua equipe não corresponderam à expectativa de mudança que a população depositou neles. O servidor criticou a saída de Carlos Lessa do comando do BNDES e aproveitou o ato para ironizar o "aumento" linear recebido pelo funcionalismo de 0,01%.

Cultura em greve

Diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Rio, Ruth Gusmão deu destaque à greve dos servidores da Cultura. Esta categoria parou as atividades desde o dia 11 de novembro pela recomposição dos salários, implantação de um plano de carreira e abertura de concurso público, entre outras reivindicações. O Ministério da Cultura conta, hoje, com apenas 0,27% do orçamento da União. A idade média da força de trabalho do ministério gira em torno dos 48 anos. Segundo o jornal do Sintrasef distribuído durante o ato, os funcionários da Cultura recebem os menores salários entre os servidores civis da União. "Alguns, inclusive, precisam receber complementação para chegar aos valores do salário mínimo", diz um trecho da publicação.

Fórum estadual discute plano de educação

A última reunião do Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública (Fedep) discutiu a reforma universitária e o Plano de Educação para o Rio de Janeiro. O encontro contou com a presença das seções sindicais dos docentes da UFRJ – representada pelo professor Walcyr de Oliveira Barros – e da UFF, dos centros acadêmicos de Pedagogia e de um integrante da Executiva estadual também da Pedagogia.

Sobre o Plano de Educação, foi informado que existe um projeto de autoria do governo do estado, em tramitação na Assembléia Legislativa. Os problemas são dois: não houve discussão pública do documento e, para aqueles que tiveram acesso ao texto, ele está longe das reivindicações dos movimentos organizados da Educação. O Fórum vai aprofundar a análise da proposta do governo estadual e examinar meios de impedir sua aprovação na Alerj.

Em relação à reforma da educação superior, foram avaliados os últimos atos dos movimentos organizados, principalmente contra o privatizante Programa Universidade para Todos.

Próxima reunião

A próxima reunião do Fedep está marcada para este dia 15 de dezembro, quarta-feira, na Uerj, às 17h, em sala a definir.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

REFORMA UNIVERSITÁRIA

EDIÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO 2004

Reproduzimos nas próximas páginas deste encarte a íntegra do anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior, apresentado pelo Ministério da Educação no último dia 6 de dezembro. Abaixo, publicamos uma avaliação da Sindicato Nacional dos Docentes sobre a reforma universitária em curso no país

Nota pública do Andes-SN em defesa da democracia na construção da educação superior brasileira

Uma profunda transformação da educação superior é necessária e precisa partir da compreensão de que todo brasileiro tem o direito ao ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis. Todos os segmentos da sociedade devem ter direitos iguais de participação nas definições das políticas da educação, que pressupõem um necessário projeto nacional autônomo e democrático de desenvolvimento do país. Não é assim, contudo, que o governo Lula vem tratando o assunto. Se for mantido o pressuposto fundamental de que a ampliação da oferta tem como eixo o setor privado, beneficiado por contratos de parcerias público-privadas, não teremos a necessária constituição de um setor público que possa enfrentar e resolver os problemas básicos que afligem a população e bloqueiam o desenvolvimento soberano do país. Ao contrário, serão debilitadas as instituições públicas, carro-chefe da produção científica do país, na mesma intensidade do apagamento das fronteiras entre o público e o privado. O governo, ainda que defenda formalmente o público, promoveu o domínio do privado.

O necessário processo democrático também é comprometido pelo método proposto para a formulação do projeto. O exercício da democracia requer negociações verdadeiras, o que pressupõe que todas as questões relativas ao futuro da educação superior sejam colocadas em discussão e não apenas o instrumento que lhes servirá de arremate final, como é o caso do Documento II "Reafirmando compromissos..." e os primeiros esboços do projeto de lei orgânica.

Não há democracia se não é possível discutir os conceitos básicos das ações governamentais. Está em curso um conjunto de medidas que compõem um todo, constituído, em suas linhas gerais, além do referido Documento II, pelo PROUNI, pelo projeto de lei orgânica da educação profissional e tecnológica, pela regulamentação das fundações privadas nas universidades públicas e por medidas já aprovadas como a Lei de Inovação Tecnológica e o SINAES. O Executivo Federal, contraditoriamente à democracia, colocou em marcha a sua política para a educação superior como um fato consumado, com base no mote: "o governo tem de governar."

O princípio constitucional da autonomia (art. 207) vem, desde 1988, sendo aviltado por medidas que bloquearam a sua efetiva realização. Um debate democrático pressupõe a discussão rigorosa dos fundamentos que justificariam uma lei orgânica para a educação superior pública. A falta de autonomia decorre do conjunto de medidas, adotadas após 1988, e não da inexistência de legislação regulatória. Qualquer legislação, a pretexto de regulamentação de preceitos constitucionais, não pode reduzi os princípios estabelecidos na Carta Magna. A regulamentação não é um pressuposto consensual, e a necessidade de debate em um processo amplamente democrático é imperativo fundamental.

Igualmente, urge romper, radicalmente, com o laissez faire que caracteriza o funcionamento e a expansão de instituições privadas. Somente atendendo a consistentes condições prévias estabelecidas pelo Estado podem as instituições particulares atuar na educação superior, condições não passíveis de serem reduzidas a indicadores pontuais que acabam legitimando a existência de instituições que comprometem a credibilidade do sistema de ensino superior. É importante destacar que o atendimento aos critérios públicos é condição prévia para que uma instituição privada possa fazer jus ao status de universidade e, por conseguinte, ter autonomia universitária.

O Andes-SN dfende que o MEC tome para si a tese de que o eixo da expansão das vagas é o ensino público e gratuito e que as polpudas verbas públicas que serão repassadas para o setor privado, por meio das parcerias público-privadas, materializadas no Prouni e no Documento II, sejam aplicadas nas instituições públicas, com o propósito de ampliar a oferta, um requisito necessário para democratizar o acesso em uma perspectiva universal.

A década de 90 foi um período de democracia de baixa densidade, incapaz de ampliar a esfera pública frente à esfera privada regida pelo mercado. A educação foi ainda mais privatizada e, cada vez mais, mercantilizada. As desigualdades educacionais entre os ricos e os pobres aumentaram drasticamente, assim como entre os países do G-7 e a periferia do capitalismo. As proposições do Banco Mundial para a educação superior fracassaram em toda parte, e é preciso superá-las e não recauchutá-las. Lamentavelmente, essas proposições continuam oprimindo os cérebros dos autores dos referidos projetos fundamentados nas PPP. Todo o esforço político do Andes-SN nas assembléias, colóquios, mesas e nas ruas estará dirigido para a concretização das condições para que a educação superior pública possa estar no rumo da universalização, na direção oposta à sua perversa mercantilização.

Diretoria do Andes-SN

Ministério da Educação
Apresentação

O Ministério da Educação entrega a versão preliminar do Anteprojeto da Lei de Educação Superior. Este documento é o resultado de um processo de trabalho com o qual contribuíram a comunidade acadêmica, entidades da sociedade organizada, lideranças sociais, intelectuais e políticas, técnicos e especialistas do campo da educação.

Este documento defende conceitos e estabelece procedimentos para que a Educação Superior cumpra sua missão e exerça as responsabilidades que lhes são atribuídas pela Constituição. Restabelece o papel do Estado como mantenedor das Instituições Federais de Ensino Superior e regulador do Sistema Federal de Educação Superior. Define, também, as condições objetivas que permitem o efetivo exercício da autonomia, garantida no Art. 207 da Constituição Federal. Autonomia, prerrogativas e responsabilidades acadêmicas estão articuladas a objetivos que devem garantir o acesso e a permanência nas instituições, assim como ensino de qualidade aferido por processos participativos de avaliação e executados por mecanismos democráticos de gestão. Da mesma maneira, torna-se explícito o comprometimento do Governo com a qualificação e o fortalecimento da universidade pública.

A Reforma da Educação Superior é um estímulo à inovação do pensamento brasileiro e ao fortalecimento de sua inserção no cenário internacional. As mudanças propiciadas por esta Lei certamente contribuirão para liberar energias criadoras contidas pela falta de condições adequadas ao pleno exercício das atividades científicas, culturais e intelectuais. A educação é a prática e a formação de valores. As atuais e futuras gerações transformadoras da história deste país devem poder encontrar, em todas e em cada instituição de ensino superior, ambientes propícios ao exercício da liberdade, solidariedade, diversidade e ética, para que possam se comprometer com o futuro do Brasil.

A entrega deste documento abre uma nova fase no processo republicano de reflexão e transformação da educação superior brasileira. A partir de agora, o Ministério da Educação estará recebendo contribuições para a formulação do Anteprojeto de Lei da Educação Superior. Trata-se, portanto, de um documento posicionado, porém, aberto a uma nova construção, através de um amplo diálogo no interior da sociedade civil, para que possamos recolher críticas, sugestões e opiniões visando à redação do anteprojeto definitivo.

Este processo é o testemunho de um compromisso: a educação superior brasileira tem a missão estratégica e única voltada para a consolidação de uma nação soberana, democrática, inclusiva e capaz de gerar a emancipação social. Esta proposta traduz a visão política expressa no Programa de Governo Lula, reafirmada no debate público, nas críticas e consensos de que o projeto de nação está intrinsecamente vinculado aos destinos da educação superior.

Tarso Genro
Ministro de Estado da Educação

ANTEPROJETO DE LEI

Versão preliminar

6 de dezembro de 2004

Estabelece normas gerais para a educação superior, regula o Sistema Federal da Educação Superior e dá outras providências.

TÍTULO I

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1°. Esta Lei estabelece normas gerais para a educação superior, regula o Sistema Federal da Educação Superior e dá outras providências.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, sem prejuízo do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

I - as instituições públicas de educação superior mantidas pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, constituídas como pessoas jurídicas de direito público, ainda que detenham estrutura de direito privado;

II - as instituições de educação superior criadas ou mantidas pela iniciativa privada;

III - as instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, e as entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, no que couber;

IV - as fundações de apoio, constituídas na forma da Lei n° 8.958, de 20 de dezembro de 1994, bem como as suas congêneres, públicas ou privadas, no que couber.

Art. 2°. A educação superior cumpre função social quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas e prestadas em seu âmbito.

Art. 3°. A educação superior atenderá aos seguintes objetivos:

I - formação de recursos humanos em padrões elevados de qualidade;

II - formação e qualificação de quadros profissionais, inclusive por programas de extensão universitária, cujas habilitações estejam especificamente direcionadas ao atendimento de necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, ou de demandas específicas de grupos e organizações sociais, inclusive do mundo do trabalho, urbano e do campo, voltados para o regime de cooperação;

III - qualidade de ensino, em caráter estável e duradouro, nas instituições de educação superior, públicas e privadas, como condição de ingresso e permanência no Sistema Federal da Educação Superior;

IV - integração crescente das instituições de educação superior com a sociedade, pela oferta permanente de oportunidades de acesso aos bens culturais e tecnológicos, em especial quanto às populações de seu entorno ou área de influência;

V - comprometimento institucional do Sistema Federal da Educação Superior com os demais sistemas de ensino e com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País;

VI - redução de desigualdades regionais, mediante políticas e programas públicos de investimentos em ensino e pesquisa e de formação de professores e pesquisadores;

VII - expansão da rede pública de instituições de educação superior, pela criação de universidades, centros universitários e faculdades, e pelo aumento da oferta de vagas, de modo a garantir a igualdade de oportunidades educacionais, com a meta de alcançar o percentual de 40% (quarenta por cento) das vagas do sistema de ensino superior até 2011.

Art. 4°. Sem prejuízo das finalidades estabelecidas pelo art. 43 da Lei n° 9.394, de 1996, a educação superior reger-se-á pelos seguintes preceitos:

I - promoção do exercício da cidadania e do respeito à dignidade da pessoa humana e dos direitos e garantias fundamentais;

II - responsabilidade social das instituições de educação superior, bem como das instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas e privadas;

III - aplicação de políticas e ações afirmativas na promoção da igualdade de condições, no âmbito da educação superior, por critérios universais de renda ou específicos de etnia, com vista à inclusão social dos candidatos a ingresso em seus cursos e programas;

IV - atendimento das necessidades definidas como de interesse público, no âmbito da educação superior, em razão dos interesses nacionais, especialmente com vista à redução de desigual-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

dades sociais e regionais e ao incentivo ao desenvolvimento sustentável, em termos ambientais e econômicos, visando a uma integração soberana e cooperativa do país na economia mundial.

Art. 5°. As instituições de educação superior exercerão sua responsabilidade social pela observância dos seguintes princípios, sem prejuízo do atendimento às demais disposições aplicáveis:

I - compromisso com a liberdade acadêmica, de forma a garantir a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;

II - atendimento das políticas e planejamento públicos para a educação superior, em especial quanto à criação e autorização de cursos de graduação e programas de pós-graduação;

III - gestão democrática das atividades acadêmicas, mediante organização colegiada das instituições, de modo a promover e garantir a cooperação das categorias integrantes de suas comunidades;

IV - participação da sociedade civil;

V - implantação de políticas públicas nas áreas de saúde, cultura, ciência e tecnologia, avaliação educacional, desenvolvimento tecnológico e inclusão social;

VI - garantia de contraditória e ampla defesa para aplicação de penalidades a professores, estudantes e servidores, técnicos e administrativos, na forma regulada no estatuto ou regimento da instituição, vedando-se punições ou perseguições de caráter político ou ideológico;

VII - garantia de liberdade de associação, organização e manutenção de professores, estudantes e servidores, técnicos e administrativos, por entidades próprias, para representação de suas respectivas categorias, inclusive sindicais, quando couber, assegurando-lhes condições físicas de funcionamento junto a suas bases de representação;

VIII - garantia da livre expressão de professores, estudantes, técnicos e administrativos, por si ou por suas entidades representativas, quanto aos interesses e pleitos de suas respectivas categorias, assegurado o livre acesso de dirigentes de entidades regionais e nacionais de representação das categorias referidas no inciso anterior;

IX - promoção da diversidade cultural e da identidade, ação e memória dos diferentes segmentos étnicos nacionais, valorizando os seus saberes, manifestações artísticas e culturais, modos de vida e formas de expressão tradicionais, em especial das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

Art. 6°. A liberdade de ensino à iniciativa privada será exercida em razão e nos limites da função social da educação superior.

Art. 7°. A educação superior compreenderá:

I - cursos de graduação, compreendendo licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia, bem como outros cursos especializados por campo do saber, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, devidamente classificados em processo seletivo;

II - programas de pós-graduação, compreendendo cursos de mestrado e doutorado, credenciados e em funcionamento regular, abertos a candidatos graduados que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior;

III - programas e atividades de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior;

IV - programas de formação continuada, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior, abrangendo:

a) cursos de estudos superiores posteriores ao ensino médio ou equivalente, que não configurem graduação;

b) cursos seqüenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência;

c) cursos de especialização, destinados a graduados;

d) cursos de aperfeiçoamento e de treinamento, destinados a graduados.

§ 1° Pela conclusão dos cursos de graduação e dos cursos compreendidos pelos programas de pós-graduação, o estudante receberá diploma com validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 2° Pela conclusão de cursos e atividades compreendidos em programas de extensão e de formação continuada, o estudante receberá certificado comprobatório dos correspondentes estudos superiores.

§ 3° Os cursos de graduação deverão ter o prazo mínimo de duração de três anos, sem prejuízo do estabelecimento de prazos mínimos mais extensos para cursos específicos e à exceção dos cursos que atenderem ao disposto no inciso I do Art. 2°, caso em que o prazo mínimo de duração deverá ser de quatro anos.

Art. 8°. Os campos do saber abrangidos pelas instituições de educação superior são:

I - Educação;

II - Ciências Exatas e da Terra;

III - Engenharia e Ciências Tecnológicas;

IV - Ciências Biológicas e da Saúde;

V - Ciências Agrárias;

VI - Ciências Humanas e Sociais;

VII - Letras e Artes.

CAPÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9°. As instituições de educação superior classificam-se nas seguintes categorias:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 10. Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de educação superior, públicas e privadas, classificam-se em:

I - universidades;

II - centros universitários;

III - faculdades.

§ 1° As denominações de universidade, centro universitário e faculdade são privativas das instituições de educação superior, na forma de seus respectivos atos de credenciamento.

§ 2° A especialização por campos do saber de instituições de educação superior, a teor do parágrafo único do art. 52 da Lei n° 9.394, de 1996, se fará na forma do art. 8° desta Lei.

§ 3° A denominação de instituição de educação superior, especializada por campo do saber, em especial no que se refere à pós-graduação, também poderá referir sua peculiaridade.

Art. 11. As instituições de educação superior, para fins de determinação das prerrogativas que lhes são por esta Lei atribuídas, serão classificadas como universidades, centros universitários e faculdades, conforme o efetivo cumprimento dos requisitos pertinentes a cada tipo de instituição, especialmente os constantes nos arts. 13, 25 e 27 e seu parágrafo único, respectivamente, e independentemente da sua denominação anterior à publicação desta Lei.

§ 1° A instituição de educação superior cujas prerrogativas de autonomia forem reduzidas em função de enquadramento, nos termos do *caput*, firmará protocolo de compromisso na forma do art. 10 da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004.

§ 2° Findo o prazo estipulado pelo protocolo de compromisso, a instituição passará a gozar das prerrogativas a que fizer jus e terá sua denominação alterada, conforme o cumprimento efetivo dos requisitos previstos por esta Lei.

Art. 12. Sem prejuízo dos critérios utilizados pelo Ministério de Educação, na supervisão das instituições de educação superior, considera-se avaliação positiva, em especial para os efeitos dos arts. 13, 25 e 27 e seu parágrafo único, a obtenção de conceitos satisfatórios de qualidade, situados nos dois níveis superiores da escala estabelecida com base na Lei n° 10.861, de 2004, em cada uma das dimensões e no conjunto de dimensões avaliadas.

Parágrafo único. Com vista à redução de desigualdades sociais, regionais e locais, poderá o Ministério de Educação, em casos especiais, com base em indicadores apropriados, definir regiões e situações nas quais seja suficiente a obtenção de conceitos satisfatórios de qualidade, situados nos três níveis superiores da escala estabelecida com base na Lei n° 10.861, de 2004, em cada uma das dimensões e no conjunto das dimensões avaliadas.

SEÇÃO II

DA UNIVERSIDADE

Art. 13. Considera-se universidade, para os efeitos desta Lei, a instituição de educação superior que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - estrutura pluridisciplinar, com oferta regular de no mínimo doze cursos de graduação em pelo menos três campos do saber, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelo Ministério da Educação;

II - programas consolidados de pós-graduação, com no mínimo três cursos de mestrado e um curso de doutorado, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelo Ministério da Educação;

III - programas institucionais de extensão em todos os campos do saber abrangidos pela instituição;

IV - pelo menos um terço do corpo docente em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, e pelo menos a metade com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Parágrafo único. Sem prejuízo das exigências postas nos incisos III e IV deste artigo, as universidades tecnológicas e as demais universidades especializadas deverão atender, no mínimo, aos requisitos de oito cursos de graduação, sendo seis em um único campo do saber, um curso de mestrado ou um curso de doutorado, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelo Ministério da Educação, bem como de programa institucional de extensão em seu campo do saber precípuo.

Art. 14. Observado o disposto nos arts. 52, 53 e 54 da Lei n° 9.394, de 1996, a universidade, pública e privada, apresenta as seguintes características:

I - autonomia universitária, com as prerrogativas a ela inerentes;

II - responsabilidade social própria das instituições de educação superior;

III - indissociabilidade entre ensino, de pesquisa e de extensão;

IV - geração de novos conhecimentos, nos programas de pós-graduação, de pesquisa e de extensão;

V - observância dos seguintes preceitos:

a) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a ciência, a cultura e o saber;

b) manutenção de padrões elevados de qualidade na formação de recursos humanos;

c) pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

d) articulação com a sociedade, em especial com a comunidade local e regional de sua inserção e situação;

e) integração com os demais níveis e modalidades de ensino;

f) igualdade de condições para o acesso e permanência discente na instituição;

g) inscrição gratuita para exame de acesso à educação superior para estudantes de baixa renda, conforme regulamento;

h) gestão democrática e colegiada da instituição;

i) valorização profissional dos docentes e servidores, técnicos e administrativos, da instituição.

Art. 15. Sem prejuízo das atribuições asseguradas pelo art. 53 da Lei n° 9.394, de 1996, a autonomia universitária compreende a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

§ 1° A autonomia administrativa consiste na capacidade de auto-organização e de edição de normas próprias, no que concerne à escolha de seus dirigentes e à administração de recursos humanos e materiais.

§ 2° A autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste na capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais, postos à sua disposição pela União ou recebidos em doação, bem como os gerados pela própria instituição.

§ 3° A autonomia administrativa e a autonomia de gestão financeira e patrimonial decorrem e estão subordinadas à autono-

mia didático-científica, como meios de assegurar a sua efetividade.

Art. 16. A fim de garantir o exercício da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão, são asseguradas às universidades as seguintes prerrogativas:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede ou campus autorizado, cursos e programas de educação superior, obedecendo às normas gerais da União, e quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - fixar seus objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos, culturais e sociais, bem como de educação para a democracia e cidadania;

IV - fixar o número de vagas em seus cursos e programas, de acordo com a capacidade institucional e as exigências do meio de seu entorno e área de influência;

V - estabelecer periodicamente o calendário acadêmico, observada a duração mínima do período letivo determinada pela lei;

VI - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, de produção artística e cultural e de extensão;

VII - conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos;

VIII - registrar diplomas;

XI - estabelecer normas e critérios para seleção, admissão e exclusão de seus estudantes, assim como para aceitação de transferências;

X - promover a avaliação, interna e externa, de seus cursos e programas, com a efetiva participação de professores, estudantes e demais profissionais da educação;

XI - firmar contratos, acordos e convênios.

Art. 17. A auto-organização da universidade far-se-á pela elaboração e alteração de estatuto, pelo qual suas atividades serão regidas, atendidas as peculiaridades regionais e locais.

Art. 18. O estatuto da universidade deverá garantir a liberdade de pensamento, a livre produção e transmissão do conhecimento e, em especial, assegurar:

I - a organização da comunidade acadêmica em colegiados e órgãos de direção com capacidade decisória sobre assuntos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão e, no que couber, à administração e ao planejamento;

II - a participação em seus órgãos colegiados deliberativos de representantes dos corpos docente e discente, dos servidores, técnicos e administrativos, e da sociedade civil, observada a participação majoritária de docentes em efetivo exercício na instituição;

III - a proteção da liberdade acadêmica contra qualquer exercício abusivo de poder, interno ou externo à instituição, no ensino, na pesquisa e na extensão;

IV - a gestão pluralista dos recursos da instituição, de modo a garantir a continuidade justificada de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão;

V - a organização de conselho comunitário social, constituído por representantes da sociedade civil, da própria instituição e da administração pública, direta e indireta, responsável pela supervisão e acompanhamento de suas atividades;

VI - a prévia tipificação de infrações disciplinares e de suas correspondentes penalidades, para os corpos docente e discente e para os servidores, técnicos e administrativos, bem como a regulação dos processos administrativos para sua aplicação;

VII - planos de carreira para o corpo docente e para os servidores, técnicos e administrativos;

VIII - a institucionalização do planejamento das atividades estruturais da universidade como atribuição de exercício permanente pela instituição.

Art. 19. Na organização da universidade, o estatuto deverá prever ao menos um colegiado superior de gestão, que funcionará como órgão máximo de decisão quanto às atividades didático-científicas, administrativas e financeiro-patrimoniais, e como instância recursal definitiva no âmbito da instituição.

Art. 20. O conselho comunitário social, constituído com a finalidade de assegurar a participação da sociedade em assuntos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à administração e ao planejamento da universidade, terá as seguintes prerrogativas, sem prejuízo de outras que lhe possam ser estatutariamente conferidas:

I - viabilizar amplo conhecimento público das atividades estruturais da universidade, com vista à avaliação social de sua efetividade enquanto instituição;

II - opinar sobre o desempenho da universidade, mediante relatórios periódicos, os quais serão obrigatoriamente considerados no processo de avaliação da instituição, estabelecido pela Lei n° 10.861, de 2004;

III - examinar e opinar sobre o atendimento, pela instituição, do disposto nos arts. 13, 14 e 18 desta Lei;

IV - emitir relatório de avaliação quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade;

V - elaborar e encaminhar subsídios para a fixação das diretrizes e da política geral da universidade, bem como opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos.

Parágrafo único. O conselho comunitário social será constituído pelo reitor da universidade, que o presidirá; pelo vice-reitor, que o substituirá em seus impedimentos; por representantes do Poder Público de qualquer nível de governo; e, sempre com participação majoritária, por representantes de entidades de fomento científico e tecnológico, entidades corporativas, associações de classe, sindicatos e da sociedade civil.

Art. 21. As universidades, na forma de seus estatutos, poderão organizar os seus cursos de graduação, na sua totalidade ou em parte, em períodos de formação, os quais atenderão aos seguintes critérios:

I - estudos de formação geral, em quaisquer campos do saber, com a duração mínima de quatro semestres, com vista a:

a) formação humanística e interdisciplinar;

b) realização de estudos preparatórios para os períodos posteriores de formação;

c) orientação para a escolha de carreira profissional.

II - estudos de formação profissional, em campo do saber específico, de acordo com a estrutura curricular estabelecida pela instituição.

§ 1° Os estudos de formação geral não implicam habilitação profissional.

§ 2° Pela conclusão dos estudos de formação geral, o estudante receberá certificado de estudos superiores, com validade acadêmica de âmbito nacional, como prova da formação recebida por seu titular.

§ 3° O atendimento do disposto no inciso I deste artigo será considerado positivamente na avaliação das instituições de educação superior.

Art. 22. Para efeito da estruturação dos períodos de formação, as disciplinas ou atividades oferecidas pelas universidades serão agrupadas em conjuntos de disciplinas ou atividades de formação geral e de disciplinas ou atividades de formação profissional.

Art. 23. As disciplinas ou atividades de formação geral que tiverem caráter genérico por campo do saber poderão ser agrupadas em conjuntos próprios, para o efeito de constituírem fase preparatória aos estudos específicos de formação profissional nos cursos pretendidos em um mesmo campo.

Art. 24. Sem prejuízo da organização e pré-requisitos curriculares dos cursos oferecidos, poderá ser facultado ao estudante, desde o seu ingresso, matricular-se livremente nas disciplinas ou atividades do período de estudos de formação geral ou de formação profissional.

SEÇÃO III

DO CENTRO UNIVERSITÁRIO

Art. 25. Considera-se centro universitário, para os efeitos desta Lei, a instituição de educação superior que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - estrutura pluridisciplinar da instituição, com oferta regular de no mínimo seis cursos de graduação em no mínimo dois campos do saber específicos, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelo Ministério da Educação;

II - programa institucional de extensão, em pelo menos dois dos campos de saber, nos quais mantenha cursos de graduação;

III - um quinto do corpo docente, pelo menos, em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, e pelo menos um terço com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Parágrafo único. Sem prejuízo da exigência posta no inciso III deste artigo, os centros universitários tecnológicos e os demais centros universitários especializados deverão atender, no mínimo, aos requisitos de quatro cursos de graduação em um único campo do saber, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelo Ministério da Educação, bem como programa institucional de extensão no mesmo campo.

Art. 26. O centro universitário poderá exercer as prerrogativas dispostas no art. 16 desta Lei, com exceção da constante do inciso I.

§ 1° O centro universitário poderá propor, no mesmo campo do saber, a criação de cursos congêneres aos cursos de graduação, nos quais obtiver avaliação positiva, na forma do art. 12, *caput*, desta Lei.

§ 2° A aprovação da congenereidade e a definição do número inicial de vagas serão feitas pelo Ministério da Educação, com prioridade de análise e procedimento sumário, de acordo com a capacidade institucional e as exigências do meio de seu entorno e área de influência.

SEÇÃO IV

DA FACULDADE

Art. 27. As faculdades poderão exercer as prerrogativas dispostas no art. 16 desta Lei, com exceção das constantes dos incisos I, IV, e VIII.

Parágrafo único. Poderão ser estendidas à faculdade, quanto aos cursos de graduação nos quais houver obtido avaliação positiva, na forma do art. 12, *caput*, desta Lei, no ato de reconhecimento e nas renovações de reconhecimento posteriores, as seguintes atribuições de autonomia didático-científica próprias das universidades:

I - ampliar o número de vagas, até o limite máximo de 50% (cinqüenta por cento) das vagas existentes, em cada etapa de renovação;

II - registrar os diplomas conferidos.

SEÇÃO V

DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 28. As instituições de educação superior deverão elaborar, tendo por base seu planejamento estratégico, Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, a cada período de cinco anos, que conterá:

I - apresentação das perspectivas de evolução da instituição no período de vigência do plano;

II - o projeto pedagógico da instituição;

III - o projeto de desenvolvimento regional e local da instituição, conforme o disposto na Lei n° 10.861, de 2004, de modo a que a instituição alcance:

a) atender às necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico nacional e regional, em especial pelo estudo e elaboração de temáticas regionais;

b) atender a demandas específicas de grupos e organizações sociais, inclusive do mundo do trabalho, urbano e do campo;

c) integrar-se com a sociedade, em especial com as populações de seu entorno ou área de influência.

IV - os instrumentos de integração com a sociedade em geral, e com as comunidades locais e regionais de sua inserção, bem como com a comunidade acadêmica e científica, de modo a viabilizar pleno conhecimento público de suas atividades estruturais.

§ 1 ° O PDI deverá trazer:

I - o histórico da instituição, contendo sua implantação e evolução;

II - a descrição da situação atual da instituição, mediante dados quantitativos e qualitativos comprovados, ou cuja comprovação possa ser solicitada a qualquer tempo;

III - a estrutura organizacional e de gestão da instituição, bem como de órgãos e entidades congêneres, auxiliares e subsidiários, mantidos diretamente ou através de entidade mantenedora comum;

IV - os objetivos e metas que a instituição se propõe a realizar, no ensino, na pesquisa e na extensão, inclusive mediante

projetos de expansão e qualificação institucional, com especial adequação ao disposto no art. 3° desta Lei;

V - os critérios de seleção pública para admissão de docentes e servidores, técnicos e administrativos;

VI - a indicação orçamentária dos recursos financeiros de que dispõe, com a especificação de sua fonte, incluídas as receitas próprias geradas por suas atividades e serviços, com sua alocação à realização dos objetivos e metas propostos, em especial novos investimentos;

VII - a indicação orçamentária dos recursos financeiros necessários à realização dos objetivos e metas propostos, em especial novos investimentos os quais dependam de serem obtidos em fontes estranhas à instituição;

VIII - o orçamento do exercício financeiro corrente da instituição, bem como o orçamento plurianual dos exercícios financeiros seguintes e as diretrizes orçamentárias aplicáveis;

IX - proposta de termo de compromisso de atendimento, a ser firmado pela instituição com o Ministério da Educação, dos objetivos e metas especificados no PDI, em especial quanto aos projetos de expansão e qualificação institucional propostos.

§ 2° A apresentação da perspectiva de evolução será fundamentada em auto-avaliação da instituição, indicando suas potencialidades e carências e a proposta para sua otimização e correção.

§ 3° O projeto pedagógico da instituição conterá:

I - finalidades e objetivos da instituição, explicitado em documentos oficiais;

II - práticas pedagógicas e administrativas relacionadas com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados esperados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;

III - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as receptivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estimulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisas, de monitoria e demais modalidades de incentivo à pesquisa;

IV - práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino;

V - relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais;

VI - vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local ou regional;

VII - políticas e práticas institucionais e pesquisa para a formação de pesquisadores;

VIII - articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas;

IX - concepção de extensão e de atuação social afirmada no PDI;

X - articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;

XI - projeto de avaliação e acompanhamento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, planejamento e gestão;

XII - infra-estrutura física e acadêmica, bem como a adequação da infra-estrutura para o atendimento aos portadores de necessidades especiais.

§ 4° O termo de compromisso, observadas a natureza jurídica, tipo institucional, identidade e características peculiares à instituição, deverá identificar o interesse público e a responsabilidade social que lhe são próprias e, ademais dos objetivos e metas especificados no PDI, conter também os comprometimentos e vinculações com a promoção das seguintes ações:

I - melhoria continuada da qualidade da educação superior oferecida, em especial nos cursos de graduação, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II - oferta e expansão das atividades que envolvam a prestação de serviços essenciais às comunidades, mesmo sem remuneração ou retorno financeiro para a instituição, inclusive sob a forma de programas de extensão institucionalizados;

III - atendimento das necessidades básicas de manutenção, melhoria e expansão dos hospitais, centros de saúde e outros estabelecimentos congêneres vinculados à instituição, os quais funcionem como hospitais-escola ou equivalentes, em atividades de ensino, pesquisa e extensão;

IV - políticas e programas de ações afirmativas de promoção igualitária e inclusão social, com vista ao disposto no inciso III do art. 4° e, no que couber, nos arts. 47 a 51 desta Lei;

V - manutenção da área física e instalações da instituição, com especial proteção e preservação de bens característicos do patrimônio cultural brasileiro ou universal, integrados em seu patrimônio institucional.

§ 5° O PDI, e o correspondente termo de compromisso proposto com base em seus conteúdos, deverão ser aprovados pelo colegiado superior de gestão da instituição.

Art. 29. O PDI constitui termo de compromisso da instituição de educação superior perante o Ministério da Educação, cujos posteriores aditamentos dependem de análise prévia e homologação por parte deste último.

TÍTULO II

DO SISTEMA FEDERAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. O Sistema Federal da Educação Superior compreende as instituições de educação superior, públicas federais e privadas, e os órgãos, entidades e serviços públicos de caráter normativo, administrativo e de apoio técnico existentes no âmbito da União.

§ 1° O Sistema Federal da Educação Superior tem como órgão normativo o Conselho Nacional de Educação, na forma da lei, e como órgão executivo o Ministério da Educação.

§ 2° O Sistema Federal da Educação Superior contará com o Fórum Nacional da Educação Superior, órgão consultivo da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, como instância de articulação com a sociedade.

§ 3° O Fórum Nacional da Educação Superior se reunirá periodicamente, por convocação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, a quem cabe a sua coordenação, e será obrigatoriamente ouvido durante a elaboração dos Planos Nacionais de Educação.

§ 4° Os sistemas estaduais de educação superior poderão instituir órgãos equivalentes ao Fórum Nacional de Educação Superior, os quais se articularão, em regime de colaboração.

Art. 31. O Sistema Federal da Educação Superior, objetivando a oferta universal de oportunidades de acesso às instituições de educação superior, e a redução de desigualdades sociais e regionais, operará segundo as seguintes diretrizes:

I - coordenação e planejamento das políticas públicas em educação superior;

II - democratização da gestão e administração das políticas públicas em educação superior;

III - participação da sociedade civil, inclusive de grupos sociais e étnico-raciais específicos;

IV - colaboração entre os órgãos e entidades da administração púbica federal, direta e indireta, em especial com as entidades de fomento ao ensino e à pesquisa cientifica e tecnológica;

V - colaboração com os sistemas de educação superior dos Estados;

VI - articulação entre os diferentes níveis de ensino;

VII - promoção da qualidade da educação superior, pela valorização do processo de avaliação institucional;

VIII - garantia de condições dignas de trabalho aos professores, pesquisadores e servidores, técnicos e administrativos.

Art. 32. O Sistema Federal da Educação Superior será articulado com o Sistema único de Saúde - SUS, de modo a garantir orientação intersetorial ao ensino e à prestação de serviços de saúde, mediante decisão compartilhada quanto às normas regulatórias aplicáveis, resguardados os âmbitos de competência do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde.

§ 1° A criação de cursos de graduação em medicina, odontologia, psicologia, enfermagem, farmácia, fonoaudiologia, nutrição, terapia ocupacional, fisioterapia e biomedicina, por universidades e demais instituições de ensino superior, deverá ser submetida à manifestação do Conselho Nacional de Saúde.

§ 2° O Conselho Nacional de Saúde deverá manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data do recebimento do processo remetido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Art. 33. A União, mediante convênios, poderá delegar aos Estados competência para autorização e supervisão do funcionamento de instituições privadas de educação superior não-universitárias, cabendo a definição de diretrizes complementares ao sistema de ensino estadual correspondente.

CAPÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I

DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Art. 34. As universidades federais são pessoas jurídicas de direito público, instituídas e mantidas pela União, criadas ou com instituição autorizada por lei, sob qualquer das formas admitidas em direito, e dotadas das prerrogativas inerentes à autonomia universitária, na forma da Constituição.

§ 1° As universidades federais, mesmo quando detenham estrutura de direito privado, regem-se por regime jurídico próprio, na forma estabelecida pela Constituição e por esta Lei, pela lei de sua criação ou de autorização de sua instituição, e pelos seus Estatutos.

§ 2° As universidades federais poderão utilizar, para ingresso aos seus cursos de graduação, os resultados dos exames nacionais de avaliação de desempenho escolar básico, total ou parcialmente, que serão:

I - obrigatórios para todos os concluintes do Ensino Médio e demais egressos deste nível de ensino, em qualquer de suas modalidades, a partir da vigência desta Lei;

II - optativos para os concluintes do Ensino Médio e demais egressos deste nível de ensino, em qualquer de suas modalidades, antes da vigência desta Lei.

§ 3° Aos centros universitários federais e às faculdades federais se aplica, no que couber, o disposto no presente capítulo.

Art. 35. A universidade federal obedecerá aos princípios de:

I - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

II - função social do ensino, da pesquisa e da extensão;

III - interação permanente com a sociedade e o mundo do trabalho, urbano e rural, orientando a formação de educadores do campo e o desenvolvimento sustentável do campo;

IV - integração com os demais níveis e modalidades de ensino;

V - igualdade de condições para o acesso e permanência discente na instituição;

VI - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber;

VII - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

VIII - garantia de qualidade acadêmica;

IX - gestão democrática e colegiada;

X - eficiência, probidade e racionalização na gestão dos recursos;

XI - valorização profissional dos docentes e técnico-administrativos;

XII - gratuidade do ensino de graduação e de pós-graduação.

Art. 36. São finalidades da universidade federal:

I - gerar, transmitir e disseminar o conhecimento, em padrões elevados de qualidade e eqüidade;

II - formar profissionais nos diferentes campos do saber, ampliando o acesso da população à educação superior;

III - valorizar o ser humano, a cultura e os saberes;

IV - promover a formação humanista do cidadão com a capacidade crítica frente à sociedade e ao Estado;

V - promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural;

VI - conservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia;

VII - estimular a solidariedade humana na construção da sociedade e na estruturação do mundo da vida e do trabalho;

VIII - educar para a conservação e a preservação da natureza;

IX - propiciar condições para a transformação da realidade visando à justiça social e ao desenvolvimento auto-sustentável;

X - estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas do mundo contemporâneo, em particular os regionais e nacionais.

Art. 37. A universidade federal reger-se-á por seu estatuto, aprovado pelo respectivo colegiado superior e pelo Conselho Nacional de Educação, em decisão sujeita a homologação pelo Ministro da Educação.

Art. 38. Observado o disposto no art. 16 desta Lei, são asseguradas à universidade federal, para garantir o exercício da autonomia administrativa, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas, as prerrogativas de:

I - organizar-se internamente da forma mais conveniente e compatível com sua peculiaridade, estabelecendo suas instâncias decisórias;

II - estabelecer a política geral de administração da instituição;

III - elaborar e reformar seus estatutos e regimentos;

IV - escolher seus dirigentes, na forma de seu estatuto;

V - estabelecer seu quadro de pessoal, criando, transformando e extinguindo cargos e funções, no limite de sua capacidade orçamentária;

VI - remunerar serviços extraordinários e atividades especiais, conforme definição do conselho superior da instituição;

VII - admitir, nomear, promover, demitir e exonerar pessoal;

VIII - organizar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

IX - autorizar o afastamento de seu pessoal para qualificação e atualização e para participação em atividades científicas, tecnológicas, artísticas, culturais e de representação;

X - estabelecer normas e exercer o poder disciplinar relativamente ao seu quadro de pessoal e ao corpo discente;

XI - firmar contratos, acordos e convênios.

Parágrafo único. As prerrogativas previstas nos incisos V e VI deste artigo serão exercidas com observância dos planos de carreira nacional, para os docentes e para os servidores, técnicos e administrativos, com piso salarial assegurado em ambas as categorias, e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Art. 39. Os estatutos das universidades federais deverão prever a forma de escolha de seus dirigentes máximos, reitor e vice-reitor, mediante eleição direta pela comunidade universitária.

Parágrafo único. O colegiado superior da instituição regulamentará o processo de eleição direta de seus dirigentes, com observância dos seguintes preceitos:

I - a votação dos integrantes da comunidade universitária será uninominal e secreta;

II - a eleição do Reitor importará a do Vice-Reitor com ele registrado;

III - o resultado eleitoral será calculado, entre os montantes de votos válidos dos corpos docente, discente e dos servidores, técnicos e administrativos, com observância da ponderação estabelecida no estatuto da instituição.

Art. 40. É assegurada à universidade federal, para garantir o exercício da autonomia de gestão financeira e patrimonial, sem prejuízo de outras ações que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I - propor e executar seu orçamento, em conformidade com os limites estabelecidos pela União;

II - remanejar os recursos oriundos da União e as receitas próprias, inclusive rendimentos de capital, entre rubricas, programas ou categorias de despesa;

III - gerir seu patrimônio;

IV - receber doações, heranças e legados e estabelecer cooperação financeira com entidades privadas;

V - receber subvenções e estabelecer cooperação financeira com entidades públicas;

Parágrafo único. A universidade federal publicará anualmente o balanço das receitas auferidas e das despesas efetuadas.

SEÇÃO II

DO FINANCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 41. A União aplicará, anualmente, nas instituições federais de educação superior, nunca menos de setenta e cinco por cento da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. Fica deduzida da base de cálculo a que se refere o *caput* a complementação da União aos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos do art. 60, incisos IV e V, das disposições transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n°.

Art. 42. A participação de cada instituição federal de educação superior nos recursos destinados pela União à manutenção e desenvolvimento do ensino não poderá ser inferior ao montante recebido, a mesmo título, no exercício financeiro imediatamente anterior.

§ 1° O montante a receber, na forma do *caput*, será acrescido dos recursos necessários para cobrir o aumento:

I - de despesas de pessoal, pela concessão de vantagens ou aumento de remuneração, pela criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreira, e pela admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título;

II - de despesas de custeio, considerada a variação média dos preços dos insumos essenciais às atividades de ensino e pesquisa, conforme regulamento;

§ 2° Excluem-se do cálculo a que se refere o *caput*:

I - os recursos alocados às instituições federais de educação superior pelas entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica e por suas congêneres privadas.

II - os recursos alocados às instituições federais de educação superior, por força de convênios, contratos, programas e projetos de cooperação, por órgãos e entidades públicos federais não participantes do Sistema Federal da Educação Superior, por outros órgãos e entidades públicos, federais ou não, bem como por organizações internacionais.

III - as receitas próprias das instituições federais de educação superior, geradas por suas atividades e serviços.

§ 3° Os excedentes financeiros de cada exercício serão automaticamente incorporados ao exercício seguinte, e não serão considerados na fixação do montante a que se refere o *caput*.

Art. 43. As despesas com inativos e pensionistas das instituições federais de educação superior, sem prejuízo de seus direitos específicos, correrão à conta do Tesouro Nacional, mediante alocação de recursos de fontes que não as referidas no art. 41.

Art. 44. Os recursos destinados a cada instituição federal de educação superior, na forma do art. 42, para efeito de orçamentação global nas mesmas entidades, deverão ser repassados pela União sob a forma de dotações globais.

§ 1° A partir do exercício de 2006, até o exercício de 2008, o Poder Executivo deverá implantar progressivamente, nas instituições federais de educação superior, o regime de orçamentação global, bem como a realizar a liberação de recursos mediante duodécimos mensais.

§ 2° As instituições federais de educação superior deverão se habilitar à gestão autônoma dos recursos que lhes forem destinados, no regime de orçamentação global, pelo atendimento de indicadores institucionais de gestão e desempenho.

§ 3° As instituições federais de educação superior habilitadas à gestão autônoma dos recursos que lhes forem destinados, no regime de orçamentação global, terão as suas fundações de apoio descredenciadas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que estabelecerão prazo para a revisão das relações da instituição mantidas com suas fundações de apoio quanto aos convênios, contratos, acordos e ajustes com estas firmados.

Art. 45. Caberá a cada instituição federal de educação superior elaborar e executar seu orçamento, discriminando entre despesas de pessoal, outros custeios e capital, incluindo o montante e a destinação dos recursos, inclusive os oriundos de outras fontes, assegurada a possibilidade de remanejamentos entre rubricas, programas ou categorias de despesa.

Parágrafo único. As instituições federais de educação superior, responsáveis pela manutenção de hospitais, centros de saúde e outros estabelecimentos congêneres, que funcionem como hospitais-escola ou equivalentes, deverão manter orçamentação separada para esses estabelecimentos.

Art. 46. As instituições federais de educação superior, na elaboração de seus Planos de Desenvolvimento Institucional, especificarão os objetivos e metas que se propõem a realizar no ensino, na pesquisa e na extensão, com especial destaque aos projetos de expansão e qualificação institucional propostos, a que se refere o art. 28, § 1°, VIII desta Lei.

§ 1° O PDI deverá especificar a fonte dos recursos, incluídas as receitas próprias geradas por suas atividades e serviços, necessários à realização dos objetivos e metas propostas, em especial quando impliquem em novos investimentos, destinados a suportar os projetos de expansão e qualificação institucional.

§ 2° Os objetivos e metas especificados no PDI servirão de base para a celebração de protocolo de compromisso de seu atendimento, entre as instituições federais de educação superior e o Ministério da Educação, em especial quanto aos projetos de expansão e qualificação institucional que dependam de novos investimentos.

§ 3° Os recursos correspondentes aos projetos de expansão e qualificação institucional, especificados no PDI, serão alocados, em cada exercício, sob a forma de contribuição orçamentária complementar, liberada juntamente com os duodécimos mensais, até o primeiro dia de cada mês.

§ 4° Respeitado o disposto no art. 41, a expansão das instituições federais de educação superior será definida pelo Ministério da Educação mediante análise do PDI de cada instituição e respectiva avaliação de desempenho, segundo critérios definidos em regulamento.

SEÇÃO III

DAS POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS PÚBLICAS

Art. 47. As instituições federais de educação superior deverão elaborar e implantar, na forma estabelecida em seu PDI, programas de ações afirmativas de promoção igualitária e inclusão social, que atendam ao disposto no inciso III do art. 4° desta Lei.

Art. 48. As instituições federais de educação superior reservarão, a título geral, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinqüenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 49. Em cada instituição federal de educação superior, as vagas de que trata o art. 48 serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE.

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios do *caput*, as remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 50. No prazo máximo de dez anos, as instituições federais de educação superior deverão progressivamente haver alcançado o atendimento pleno dos critérios de proporção estabelecidos nos arts. 48 e 49 desta Lei, em todos e cada um de seus cursos de graduação, segundo etapas fixadas em cronograma constante de programa de ação afirmativa promovido pela instituição com esse objetivo específico.

§ 1° Para os efeitos do disposto no *caput*, as instituições federais de educação superior poderão estabelecer um diferencial máximo aceitável entre o desempenho dos candidatos beneficiados pelo programa de ação afirmativa e dos demais candidatos a ingresso pelo sistema geral, tal como apurado no processo seletivo adotado pela instituição para acesso aos seus cursos de graduação.

§ 2° A implantação de programas de ação afirmativa, direcionados a cursos de graduação específicos, em hipótese alguma servirão para restringir a reserva geral de vagas fixadas nos

arts. 48 e 49 desta Lei.

Art. 51. Sempre que a instituição federal de educação superior promova concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, o qual detenha características especiais, a forma de adequação ao disposto nesta Seção deverá constar, de modo fundamentado, do PDI.

SEÇÃO IV

DO APOIO AO ESTUDANTE

SUBSEÇÃO I - DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art. 52. A Caixa Econômica Federal fica autorizada a realizar concurso anual especial com destinação da renda líquida exclusivamente para o financiamento de programas de assistência estudantil a estudantes de baixa renda do sistema federal da educação superior, referente a todas as modalidades de Loterias Federais existentes, regidas pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e pelas demais normas aplicáveis, e mediante aprovação das respectivas regras pelo Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Na seleção dos estudantes beneficiários dos programas a que se refere o *caput* deverá ser observada proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual a proporção de pretos, pardos e indígenas na população, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 53. Considera-se renda líquida o valor resultante da renda bruta auferida pela extração especial instituída por esta Lei, deduzidas as importâncias relativas ao custeio da administração, ao valor destinado à premiação, ao montante de que trata o art. 2°, inciso VIII, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e um por cento da receita bruta para o orçamento da seguridade social.

Art. 54. Os recursos oriundos da extração especial, prevista nos termos desta Lei, serão repartidos na forma do artigo anterior e creditados pela Caixa Econômica Federal até o décimo dia subseqüente ao da realização do sorteio respectivo.

Art. 55. Não se aplica aos prêmios pagos em função desta extração anual especial o disposto no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e o disposto no art. 676 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999.

SUBSEÇÃO II - DO PRIMEIRO EMPREGO ACADÊMICO

Art. 56. As instituições de educação superior do sistema federal de ensino e do sistema de ensino dos Estados e do Distrito Federal ficam autorizadas a adotar, com as adaptações trazidas por esta subseção, as regras para seleção de estudantes, celebração de contratos de trabalho e acesso à subvenção econômica, previstas pelos arts. 2°, 2º A e 5° da Lei n°10.748, de 22 de outubro de 2003, que instituiu o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE.

§ 1° As regras desta Lei destinam-se apenas à celebração de contratos de trabalho em atividades de extensão, por estudantes matriculados em curso de graduação, e em atividades de ensino, como instrutores ou monitores, por estudantes matriculados em programas de pós-graduação, na mesma instituição superior de ensino.

§ 2° Não se aplicam aos contratos previstos no *caput* deste artigo as disposições da Lei n° 10.748, de 2003, relativas à execução e à fiscalização do PNPE pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ao cadastramento de estudantes e mantenedores, bem como todas as demais disposições incompatíveis com os contratos de trabalho previstos nesta subseção.

Art. 57. Serão empregados os estudantes com idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, em situação de desemprego involuntário, que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - não tenham tido vínculo empregatício anterior;

II - sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo e meio, incluídas nessa média eventuais subvenções econômicas de programas congêneres e similares, nos termos do disposto pelo art. 11 da Lei n° 10.748, de 2003;

III - estejam matriculados e freqüentando regularmente curso de graduação ou programas de pós-graduação em estabelecimento de instituição de educação superior pública do sistema federal de ensino ou do sistema de ensino dos Estados e do Distrito Federal, ou cursos de educação de jovens e adultos, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 58. O disposto no § 1° do art. 2° da Lei nº 10.748, de 2003, não se aplica aos empregos criados ao amparo da presente Lei.

Art. 59. Os contratos de trabalho poderão ser celebrados por tempo indeterminado ou determinado, nos termos da CLT.

Parágrafo único. Os contratos de trabalho deverão ter duração mínima de 12 (doze) meses, observado o prazo máximo para conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica freqüentado pelo estudante contratado.

Art. 60. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica à geração de empregos destinados a estudantes que atendam aos requisitos fixados no art. 2° desta Lei.

§ 1° As instituições de educação superior que contratarem estudantes nos termos desta subseção receberão a subvenção econômica de que trata este artigo, na forma e no valor previstos pela Lei n° 10.740, de 2003.

§ 2° No caso de contratação sob regime de tempo parcial, o valor das parcelas referidas no § 1° será proporcional.

§ 3° A concessão da subvenção econômica prevista neste artigo fica condicionada à disponibilidade dos recursos financeiros, que serão distribuídos na forma definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 61. As despesas com a subvenção econômica de que trata o artigo anterior correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Ministério do Trabalho e Emprego, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 62. As instituições de educação superior do sistema federal e do sistema de ensino dos Estados e do Distrito Federal disciplinarão a oferta de vagas e a seleção de estudantes a serem contratados nos termos desta subseção.

Art. 63. A execução dos contratos de trabalho será fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com auxílio do Ministério da Educação.

CAPÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I

DAS MANTENEDORAS

Art. 64. As entidades mantenedoras de instituições de educação superior terão personalidade jurídica própria e serão instituídas, na forma de seus atos constitutivos, como associações, sociedades ou fundações, cuja finalidade principal deverá ser a oferta de educação.

§ 1° As entidades mantenedoras de instituições de educação superior dependem de autorização do Ministério da Educação para o início de suas atividades educacionais, devendo tal autorização ser renovada periodicamente, mediante avaliação de qualidade do ensino e da mantença, em processos de credenciamento e recredenciamento.

§ 2° As entidades mantenedoras de instituições de educação superior deverão contar, em seus conselhos, órgãos colegiados ou de gestão superior, com a participação de pelo menos 30% (trinta por cento) de doutores ou profissionais de comprovada experiência educacional.

§ 3° O estatuto ou contrato social da entidade mantenedora de instituição privada de educação superior, bem assim as suas alterações, serão devidamente registrados pelos órgãos competentes e remetidos ao Ministério da Educação.

§ 4° As alterações de controle pessoal, patrimonial ou do capital social da entidade mantenedora de instituição privada de educação superior deverão ser previamente aprovadas pelo Ministério da Educação.

§ 5° A autorização para o funcionamento de atividades educacionais, concedida à entidade mantenedora de instituição privada de educação superior que infringir disposição de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados no seu estatuto, poderá ser cassada a qualquer tempo.

§ 6° Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das entidades mantenedoras de instituição de educação superior, quando constituídas sob a forma de sociedade com finalidades lucrativas, deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das suas atividades.

Art. 65. As entidades mantenedoras de instituições privadas de educação superior se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - associações, constituídas para fins não econômicos, conforme o disposto nos arts. 53 a 61 do Código Civil, sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis;

II - fundações, constituídas principalmente para finalidades educacionais, conforme o disposto no arts. 62 a 69 do Código Civil, sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis;

III - sociedades, conforme o disposto nos arts. 981 a 1.195 do Código Civil, sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis.

Art. 66. A transferência de cursos e instituições de educação superior entre mantenedoras deverá ser previamente aprovada pelo Ministério da Educação.

Art. 67. As mantenedoras de instituições de educação superior sem finalidade lucrativa publicarão, a cada ano civil, demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes, com parecer do respectivo conselho fiscal, sendo ainda obrigadas a:

I - manter, em livros revestidos de formalidades que assegurem a respectiva exatidão, escrituração completa e regular de todos os dados fiscais na forma da legislação pertinente, bem assim de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

II - conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

§ 1° As entidades de que trata o *caput* deverão, ainda, quando determinado pelo Ministério da Educação:

I - submeter-se a auditoria; e

II - comprovar:

a) a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de educação superior mantida; e

b) a não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes.

§ 2° Em caso de encerramento de suas atividades, as instituições de que trata o *caput* deverão destinar seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente.

Art. 68. As mantenedoras de instituições de educação superior com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras atestadas por profissionais.

SEÇÃO II

DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 69. As instituições privadas de educação superior, cujas mantenedoras se constituam sob a forma de associações, por instituição de pessoas fisicas ou jurídicas de direito privado, nas quais se incluam representantes da comunidade e do Poder Público, locais ou regionais, serão denominadas comunitárias.

Parágrafo único. As instituições comunitárias de educação superior, subordinadas a controle externo, através de conselho social formado na base comunitária que lhe deu origem, deverão ser objeto de políticas especiais de qualificação promovidas pelo Ministério da Educação.

Art. 70. As instituições privadas de educação superior, cujas mantenedoras se constituam sob a forma de associações, por instituição de pessoas fisicas ou jurídicas de direito privado, que atendam a orientação confessional ou ideológica específicas, serão denominadas confessionais, devendo preencher ainda os requisitos das instituições comunitárias.

Art. 71. A organização das instituições privadas de educação

superior será definida na forma de seus estatutos e regimentos, considerando padrões de qualidade e as peculiaridades regionais e locais, atendido o disposto nesta Lei.

Art. 72. As instituições privadas de educação superior deverão constituir um conselho superior composto de forma colegiada, responsável pela elaboração das normas e diretrizes acadêmico-administrativas.

Parágrafo único. Na sua composição, as instituições deverão observar:

I - a representação de docentes, discentes, funcionários e da comunidade.

II - todos os componentes deverão ter vinculo acadêmico e/ou administrativo com a instituição de educação superior, a exceção da representação da comunidade.

Ill - os integrantes da instituição de educação superior que exerçam exclusivamente atividade administrativa não poderão exceder a 10 % (dez por cento) da representação total.

IV - os integrantes da entidade mantenedora, independentemente do cargo ou atividade que exercem na instituição de educação superior não poderão exceder a 20% da representação total.

Art.73. As universidades e centros universitários privados devem contar com pelo menos um dirigente, no nível de pró-reitor ou equivalente, escolhido mediante eleição direta pela comunidade.

Art. 74. O colegiado máximo da instituição privada de educação superior regulamentará o processo de eleição direta do dirigente referido no *caput*, com observância dos seguintes preceitos:

I - a votação dos integrantes da comunidade universitária será uninominal e secreta;

II - o resultado eleitoral será calculado, entre os montantes de votos válidos dos corpos docente, discente e dos servidores, técnicos e administrativos, com observância da ponderação estabelecida no estatuto da instituição.

CAPÍTULO IV

DA REGULAÇÃO DO SISTEMA FEDERAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 75. As universidades somente serão criadas por novo credenciamento de instituições de educação superior já credenciadas como centros universitários e em funcionamento regular, que apresentem desempenho satisfatório nas avaliações realizadas, ou, no caso de instituições federais, por lei específica.

Art. 76. Os centros universitários somente serão criados por novo credenciamento de instituições de educação superior já credenciadas como faculdades e em funcionamento regular, que apresentem desempenho satisfatório nas avaliações realizadas, ou, no caso de instituições federais, por lei específica.

Art. 77. As faculdades somente serão autorizadas a funcionar com oferta regular de pelo menos um curso de graduação, mediante prévia avaliação das condições de ensino.

Parágrafo único. Duas ou mais faculdades credenciadas que mantenham cursos de graduação em campos do saber distintos, podem articular suas atividades mediante regimento comum e direção unificada, na forma proposta em seus planos de gestão e desenvolvimento institucional.

Art. 78. As universidades e os centros universitários, para a obtenção e manutenção de credenciamento, deverão obter na maioria de seus cursos de graduação avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Art. 79. O credenciamento de instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior, bem como de suas mantenedoras, somente será concedido após o período de três anos, a partir do ato de autorização prévia para a oferta de cursos superiores concedida pelo MEC.

§ 1° No decorrer do período de autorização prévia para oferta de cursos superiores, as instituições de educação superior, bem como suas mantenedoras, serão submetidas aos processos de supervisão, verificação e regulação.

§ 2° Decorrido o período definido no caput, as instituições de educação superior, bem como de suas mantenedoras, previamente autorizadas que obtiverem resultados satisfatórios nos processos de avaliação para fins de verificação e supervisão, poderão ter seu credenciamento concedido pelo prazo máximo de cinco anos.

§ 3° A instituição de educação superior que infringir disposição de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados no seu estatuto poderá ter o credenciamento cassado a qualquer tempo.

Art. 80. O recredenciamento de instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior, bem como de suas mantenedoras, será concedido pelo prazo máximo de dez anos para universidades e de cinco anos para centros universitários e faculdades, e dependerá da obtenção de resultados satisfatórios nos processos de avaliação institucional, de cursos e de desempenho discente, nos termos da Lei n° 10.861, de 2004, bem como ao atendimento dos critérios definidos pelo Ministério da Educação no âmbito da supervisão e regulação.

Parágrafo único. O recredenciamento das instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior, bem como de suas mantenedoras, dependerá de ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 81. A alteração da organização acadêmica das instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior dependerá de autorização concedida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e somente será efetivada após o período de três anos, mediante a obtenção de resultados satisfatórios nos processos de avaliação institucional e de cursos, nos termos da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, bem como ao atendimento dos critérios definidos pelo Ministério da Educação .

Parágrafo único. A alteração da organização acadêmica das instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior dependerá de ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 82. A autorização para funcionamento de instituição de educação superior, bem como de sua entidade mantenedora, mediante credenciamento ou recredenciamento, é de competência do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. Indeferido o credenciamento ou recredenciamento, o Ministério da Educação regulará as relações jurídicas pendentes, bem como estabelecerá as providências a serem adotadas pela instituição de educação superior, no sentido de salvaguardar os direitos dos estudantes, professores e servidores, técnicos e administrativos.

Art. 83. Depois de autorizadas a funcionar, as instituições de educação superior, bem como suas mantenedoras, deverão ser periodicamente recredenciadas, segundo critérios e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação, e mediante processo permanente de avaliação de qualidade, na forma da Lei n° 10.861, de 2004.

§ 1° Todas as instituições de educação superior serão submetidas a procedimento de avaliação para fins de credenciamento ou recredenciamento, inclusive as instituições criadas anteriormente à vigência da Lei n° 9.394, de 1996.

§ 2° As instituições de educação superior que, por qualquer forma de acordo, contrato, ajuste ou convênio, tácito ou expresso, utilizem a mesma logomarca, serão consideradas conjuntamente no processo avaliativo.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 84. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, preservada a autonomia universitária.

Art. 85. Compete à Procuradoria-Geral Federal a representação judicial e extrajudicial das instituições federais de educação superior, bem como as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídico, observando-se as seguintes disposições:

I - a representação contenciosa judicial e extrajudicial das instituições de educação superior compete à respectiva Procuradoria Federal não especializada ou à Procuradoria Regional Federal pertinente, conforme o caso, nos termos dos arts. 11-A e 11-B da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995;

II - as atividades de consultoria e assessoramento jurídico serão desempenhadas por Procuradorias, Departamentos Jurídicos, Consultorias Jurídicas ou Assessorias Jurídicas das autarquias e fundações federais, como órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal junto às instituições de educação superior

Art. 86. As instituições de educação superior adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei no prazo de um ano, contado de 1° de janeiro do primeiro ano subseqüente ao de vigência desta Lei.

Art. 87. As universidades deverão atender ao disposto nos incisos I e II do art. 13, quanto aos cursos de mestrado, a partir de 1° de janeiro do primeiro ano subseqüente ao da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O disposto nos incisos Ill e IV do art. 13 deverá ser atendido no prazo de seis anos, e o disposto no inciso II do art. 13, quanto aos cursos de doutorado, no prazo de oito anos, contados de 1° de janeiro do primeiro ano subseqüente ao da publicação desta Lei.

Art. 88. Os atuais centros federais de educação tecnológica e faculdades tecnológicas ou de tecnologia passam a ser considerados respectivamente centros universitários e faculdades, sem prejuízo da avaliação periódica de suas condições de permanência na classe a que atualmente pertencerem, mediante processo de recredenciamento.

Art. 89. As instituições de educação superior que se especializarem em educação profissional e tecnológica, nos vários níveis e modalidades de ensino, poderão ser denominadas universidades tecnológicas, centros universitários tecnológicos e faculdades tecnológicas ou de tecnologia.

Art. 90. Os atuais institutos superiores de educação passam a ser considerados faculdades especializadas na formação de professores, ainda que mantenham a denominação de origem.

Art. 91. Os hospitais universitários, constituídos como pessoas jurídicas distintas das instituições de educação superior a que estão vinculados, subordinam-se ao regime desta Lei, quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão que empreenderem.

Art. 92. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, em dois anos contados da publicação desta Lei, projeto de lei instituindo a classe de professor associado na carreira do magistério superior das instituições federais de educação superior, intermediária entre as classes de professor titular e professor adjunto, previstas no Plano único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, instituído pela Lei n° 7.596, de 10 de abril de 1987, regulamentada pelo Decreto n° 94.664, de 23 de julho de 1987.

Art. 93. As mantenedoras de instituições de educação superior, inclusive as criadas anteriormente à vigência da Lei n° 9.394, de 1996, deverão se adaptar ao disposto nesta Lei no prazo de cinco anos, contados a partir de 1° de janeiro do ano subseqüente ao da vigência desta Lei.

Art. 94. O Poder Executivo promoverá, no prazo de dez anos, contados de 1° de janeiro do primeiro ano subseqüente ao da publicação desta Lei, a revisão do sistema especial para o acesso de estudantes negros, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, nas instituições federais de educação superior.

Art. 95. Aos estudantes matriculados em cursos seqüenciais de formação específica até a data da publicação desta Lei, fica assegurada a expedição de diploma desta modalidade.

Art. 96. As instituições privadas de educação superior terão prazo de cinco anos para o cumprimento do que dispõe o inciso VII do art. 18, e de dois anos para o cumprimento do que dispõe o inciso V, do § 1° do art. 28.

Art. 97. Será realizada com periodicidade inferior a quatro anos, Conferência Nacional da Educação Superior, patrocinada pelo Ministério da Educação.

Art. 98. O art. 24 da Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso VIII, com a seguinte redação:

"VIII - mantenedora de instituição educacional".

Art. 99. Revoga-se o art. 44 da Lei n° 9.394, de 1996.

Art. 100. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 167 • 20 de dezembro de 2004

Almoço de confraternização

No dia 20 de dezembro, segunda-feira, a partir das 13h, na Savana Churrascaria e Restaurante, os funcionários, a diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind estarão realizando sua confraternização de fim de ano. Convidamos todos os professores da UFRJ para participar conosco deste evento. O restaurante cobra R$ 21,90 por quilo. A Savana Churrascaria e Restaurante fica na Rua Conde de Baependi, 62, em Laranjeiras.

Atenção

A adufrj-SSind não funcionará nos dias 23, 24, 30 e 31 de dezembro.

A todos, boas festas e um feliz 2005

Jornada de Iniciação Científica tem recorde de participantes. Confira lista dos premiados

Página 4

Artigo

Prouni e os muitos enganos.

Por Ivan Valente e Otaviano Helene

Página 6

Com votação do ProUni, Senado mantem financiamento do setor privado de Educação

O governo federal não conseguiu implementar a votação, na semana passada, da Medida Provisória (213/2004) que cria o Programa Universidade para Todos. O texto foi aprovado em acordo de lideranças, com modificações, no senado, e voltará para votação na Câmara Federal. O Senado criou uma nova modalidade de bolsa parcial que banca 25% do custo da mensalidade, além das bolsas de 50% já previstas anteriormente.

Vale lembrar que, pelas estimativas do Andes-SN, o ProUni vai significar uma renúncia fiscal da ordem de R$ 3 bilhões por ano.

Cartas

Escrevi esta carta para denúnciar fato violento e absurdo ocorrido nesta universidade e do qual qualquer membro da comunidade pode ser vítima.

No dia 17 de novembro, por volta das 17 horas, fui retirado violentamente do ônibus que faz a linha Fundão-Praia Vermelha. Embora estudante, não possuía, naquele momento, nenhuma identificação que provasse tal situação (e até o dia 17/12 ainda não haviam sido emitidas algumas carteirinhas, inclusive a minha), a não ser testemunhas que se manifestaram em meu favor, reconhecendo-me como estudante morador do Alojamento. Segundo norma imposta recentemente pela reitoria, para viajar neste coletivo seria necessária alguma identificação da universidade. Antes de ser arrastado pra fora, ainda lembrei o Vigilante Patrimonial do fato de que ele, pelas funções de seu cargo, jamais poderia agredir qualquer pessoa. Depois disso, o mesmo ainda tentou torcer meu braço para imobilizar-me, e não conseguindo, me arremessou contra um banco de concreto no ponto de ônibus.

Após todo este absurdo, solicitei a presença da polícia por telefone, já que o vigilante continuava a me ameaçar. Nos dirigimos à delegacia, porém, misteriosamente, o detetive registrou como vítima o agressor, por desacato a autoridade, desobediência e resistência. Em nenhum momento foi pesquisado se um Vigilante Patrimonial teria autoridade para exercer tal violência.

Na reitoria, a frase que me marcou num diálogo com a Superintendente da PR-1 foi: você esperava que ele [o vigilante] fizesse o quê?

Existem testemunhas da agressão no ônibus e da conversa com a Superintendente que atestam o que denuncio.

Desejoso de que esta (ou qualquer) violência não se repita com mais ninguém em nenhuma outra situação, escrevo e luto para que cada um dos responsáveis responda por seus atos.

Raphael R. dos Reis
Estudante de Engenharia, morador do Alojamento.

Ilmª. Srª.
Profª. Sara Granemann
Diretora da ADUFRJ-SSIND
Prezada Senhora,

Pela presente venho esclarecer sobre uma citação feita pela Senhora Ana Maria Ribeiro na Edição do Jornal da ADUFRJ de 06 de dezembro de 2004, página 5, in verbis "Ana Maria Ribeiro citou ainda o caso da Escola de Comunicação, na qual o diretor, José Amaral Argolo, desafeto da coordenadora de Pós-graduação, deixou apenas uma funcionária trabalhando na secretaria".

Tal Senhora, antes de qualquer declaração, deveria colher informações junto aos funcionários que se afastaram da Secretaria de Pós-graduação.

Esta Diretoria lamenta o uso de tão prestigioso jornal para divulgações sem qualquer veracidade quanto à procedência, trazendo embaraços para esta administração.

Nessas condições, solicito o direito de resposta assegurado na lei nº 5215/65.

Certo de poder contar com sua colaboração, subscrevo-me,
Cordialmente,
Prof. José Amaral Argolo
Diretor da Escola de Comunicação da UFRJ

Nota da redação: O professor José Argolo foi procurado pela redação do Jornal da Adufrj para que escrevesse uma nova carta na qual expresse sua versão dos fatos citados.

Agenda Sindical

11 e 12/1/2005 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
São Paulo (SP) – sede da Regional São Paulo do Andes-SN

11 e 12/1/2005 - Reunião do GT Carreira
São Paulo (SP)

13/1/2005 - Seminário organizado pelo GT Nacional *Vamos Barrar essa Reforma*

***São Paulo (SP)* - Escola de Saúde Pública da USP**

25/1/2005 - Reunião do GTPE no FSM
Porto Alegre (RS) - Auditório do SINDCAIXA

26/1/2005 - Plenária Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Local a confirmar

26/1 a 31/1/2005 – Fórum Social Mundial
Porto Alegre (RS)

24/2 a 1/3/2005 - 24º Congresso do Andes-SN
Curitiba (PR) - com o tema central "Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação".

UFRJ

"Convênio" do IFCS

Coordenadora do programa de pós-graduação em Filosofia, a professora Maria da Graça Schalcher informou que não é possível, pelo menos por enquanto, dar o que chamou de uma "solução acadêmica" ao caso do "convênio" entre o curso do IFCS e a Faculdade de Filosofia de Campos (Fafic). Conforme divulgado no último Jornal da Adufrj (de 13/12), a pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa remeteu o processo ao programa do instituto para esclarecimentos.

Pelo "convênio", repudiado pelos alunos regulares do programa do IFCS e do qual não existe registro oficial na pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, nem no Setor de Convênios e Relações Iternacionais da universidade, os estudantes da Fafic estão figurando como graduandos da UFRJ, mesmo cursando as disciplinas em Campos e tendo participado de processo de seleção em época diferente dos do IFCS.

Maria da Graça afirmou que encaminharia o processo de volta ao diretor do instituto, professor Franklin Trein, com a solicitação de que alguma decisão seja tomada sobre o caso.

Servidores da Uerj têm reunião com Garotinho

Representantes do Sintuperj (sindicato dos trabalhadores das universidades estaduais do Rio) e do comando de greve da Uerj receberam de parlamentares da Assembléia Legislativa (Alerj), na semana passada, a confirmação de reunião com o Secretário de Governo, Anthony Garotinho, para esta segunda-feira, 20 de dezembro, às 10h, no Palácio Guanabara. O Sintuperj está convocando uma vigília para o mesmo dia da reunião, em frente ao palácio do governo, a partir das 10h. O objetivo é mostrar ao Secretário de Governo que as reivindicações do movimento grevista devem ser atendidas o mais rapidamente possível. Da reunião, além de Garotinho e de representantes dos comandos de greve da Uerj e Uenf, participarão o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), o líder do governo Noel de Carvalho (PMDB) e os deputados Alessandro Molon e Paulo Pinheiro (PT). A próxima assembléia do Sintuperj está marcada para o dia 21/12, às 10h, no auditório 13 da Uerj, quando será analisado o resultado da audiência com Garotinho.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN

MEC apresenta proposta para a Educação Profissional e Tecnológica

O Ministério da Educação realizou, no último dia 14, um seminário para discutir a política de formação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica. Durante o evento Discussão da Proposta Metodológica para Construção da Política de Formação dos Profissionais de Educação Profissional e Tecnológica foi apresentada uma proposta de metodologia para a discussão e elaboração de um projeto de formação de profissionais, elaborada por uma equipe de pesquisadores contratados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Getúlio Marques Ferreira, diretor de Educação Profissional e Tecnológica, ressaltou a preocupação e o compromisso do Ministério com a valorização da EPT e apontou a descontinuidade das políticas como o principal problema, sugerindo a necessidade de partir-se para ações práticas. Segundo ele, a ausência de propostas de ação fez com que a Secretaria deixasse de utilizar um montante razoável de recursos destinados à capacitação dos docentes da EPT. A Secretaria dispõe de recursos para iniciar um processo de capacitação que poderia desenvolver-se a partir de algumas experiências em andamento.

Estiveram presentes ao seminário algumas secretarias e departamentos do MEC. Segundo a coordenadora do seminário, todas as secretarias foram convidadas (SESu, Setec, Educação Básica), entidades sindicais, (Andes-SN, Sinasefe, CNE, Anped, Anfope), o Conselho nacional de Escolas Técnicas Federais, representantes de Cefets, o Concefet e o Condetuf.

O evento foi dividido em dois momentos. No primeiro, a equipe de pesquisadores apresentou os resultados da pesquisa "Formação inicial e continuada dos profissionais da educação profissional e tecnológica" e a "proposta de metodologia de construção de uma política de formação de profissionais da educação profissional". Para viabilizar a metodologia proposta, a equipe sugeriu a criação de um grupo de trabalho. Na segunda etapa, foram apresentadas considerações das entidades e das pessoas presentes e na discussão sobre a constituição do GT.

Uma primeira questão levantada foi como ficaria a metodologia de discussão da política de formação dos profissionais da EPT frente às políticas já implementadas para a rede federal. Segundo a secretaria do MEC, as políticas em andamento permanecem e a proposta é elaborar uma política de caráter mais permanente, uma política de Estado.

Outro ponto levantado durante as manifestações das entidades foi o *locus* da formação dos professores. Neste sentido, ressaltou-se a defesa da universidade como *locus* da formação docente em contraposição a uma formação fragmentada, a necessidade de pensar a formação inicial e a formação continuada, assim como a organização das escolas nas quais esses profissionais atuam ou vão atuar.

A representante da Anped chamou a atenção para o fato de o Decreto 5.154/04 não apontar nada com relação à formação dos profissionais da EPT. Questionou ainda se o esforço na construção de uma proposta para a formação terá de fato eficiência na proposição da política governamental. Disse que não há um consenso com relação ao *locus* da formação (nos CEFETs ou nas licenciaturas oferecidas pelas universidades) e que é preciso pensar uma formação a partir das experiências. Na sua opinião, a proposta do MEC está direcionada para o trabalho industrial, além de uma ênfase no empreendedorismo. As proposições referentes ao trabalho cooperativo também demandam uma formação específica.

No decorrer das discussões, destacam-se também a fragmentação da formação dos professores da EPT, a necessidade de pensar a formação dos docentes do ensino superior e a dificuldade de articulação dos níveis e modalidades da educação face à criação dos subsistemas para EPT e para a educação superior. A necessidade de pensar a formação dos técnico-administrativos, além das questões decorrentes de uma formação específica para os professores e o exercício da docência As resistências no âmbito das universidades à implementação das proposições do anteprojeto da reforma da educação superior destinará aos Cefets a formação de professores e cursos de tecnólogos aligeirados.

Debate envolve conjunto dos trabalhadores

O debate sobre a formação é amplo e envolve o conjunto dos trabalhadores da educação básica. Quanto a este aspecto, destacou-se a situação do ensino médio e a falta de profissionais para o seu atendimento. A proposta de anteprojeto de lei para a educação superior transforma os institutos superiores de educação em faculdades, contrariando, assim, a luta por uma formação nas universidades, instituições pluridisciplinares, enquanto as faculdades isoladas são instituições que podem desenvolver apenas um campo de saber. Além dessa proposição, cabe destacar a resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE que reduziu a carga horária dos cursos de bacharelado com licenciaturas para 2.400 horas, aligeirando os cursos de formação de professores.

O Projeto Escola na Fábrica também foi questionado, pois é alicerçado na força de trabalho voluntária dos trabalhadores transformados em professores (instrutores) nas empresas participantes do projeto. Não há no projeto uma preocupação com a formação dos profissionais da EPT, os instrutores passarão por treinamentos oferecidos pelas entidades contratadas pelo MEC.

Ao final, foi destacada a preocupação de as entidades estarem legitimando uma proposta contrária aos princípios defendidos pelos movimentos e seus fóruns, como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, uma vez que não há garantias de que uma proposta construída neste espaço não será resignificada pelo governo, com a finalidade de manter os acordos firmados com o FMI e o Banco Mundial.

Grupo de Trabalho

Como encaminhamento, ficou decidido que será criado um GT para acompanhar o desenvolvimento da metodologia proposta. Este grupo estará vinculado ao Fórum Nacional da EPT e deverá ser constituído pelas várias entidades da área. Terá uma secretaria executiva composta por quatro membros, dois do GT e dois contratados para desenvolver as ações de cada fase prevista na proposta de metodologia, e serão pagos por cada "produto" apresentado. Uma vez consolidada cada fase, os resultados serão divulgados e encaminhados via Internet para os membros do GT, que será convocado para discutir e avaliar o "produto" realizado.

Segundo a coordenação do seminário, o GT deverá ser o mais representativo possível das entidades da área. No entanto, será constituído basicamente pelas mesmas entidades do Fórum e a proporcionalidade dessa representação não foi definida. Serão realizados quatro encontros regionais (Norte/Centro-oeste, Nordeste, Sudeste e Sul).

Fonte: Andes-SN

Resenha

Reforma e os conselhos profissionais

A briga entre os conselhos profissionais e as instituições de ensino superior não é nova. Mas o anteprojeto da Reforma Universitária elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) promete acirrar a disputa, de acordo com matéria da Folha Dirigida (14/12). O texto reitera a participação dos conselhos no processo de criação e autorização de novos cursos. Apesar de defenderem maior interação, os reitores alertam que a autonomia universitária não pode ser restringida. Já os estudantes alegam que o ponto de vista das entidades nem sempre converge com os interesses acadêmicos.

E ainda tem o Prouni...

A Universidade Estácio de Sá, com sede no Rio de Janeiro, tornou-se neste ano a maior instituição de ensino superior do Brasil. Em dez anos, aumentou o número de alunos de 10.000 para 100.000 (com um faturamento estimado de R$ 500 milhões). Ultrapassou a Universidade Paulista, do empresário João Carlos Di Genio, que tem 92.023 (com faturamento de R$ 660 milhões), de acordo com a revista Veja de 15/12.

Haja medida provisória!

O presidente Lula acaba de bater um incômodo recorde: desde a Constituição de 1988, ninguém jamais fez tanto uso de medidas provisórias (média de 5,4 por mês). José Sarney e Itamar vêm logo atrás: 5,2 MPs por mês, segundo a revista Veja de 15/12. Vale lembrar que ajudaram essa estatística do governo petista: a MP que deu status de ministro ao presidente do Banco Central, a MP imposta para reajustar os docentes e a MP do Prouni, entre tantas outras.

Veto a cotas suspenso no PR

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, suspendeu a liminar que impedia a Universidade Federal do Paraná (UFPR) de reservar 20% das vagas oferecidas em seu vestibular para estudantes negros e outros 20% a egressos da escola pública. Com isso, fica permitida a reserva de cotas na universidade. De acordo com Freitas, a liminar deve ser suspensa por manifesto interesse público. A decisão faz o processo seletivo da universidade prosseguir na forma prevista no edital (Folha Online, 14/12).

Lei de Falências beneficia banco

Os bancos foram os grandes beneficiados pela nova Lei de Falências, aprovada em votação simbólica e definitiva no dia 14/12, segundo setores da indústria, advogados e analistas. Eles conseguiram assegurar o direito de executar garantias dadas a empréstimos, nos processos de recuperação de empresas e prioridade no recebimento de créditos nas falências (Folha de S. Paulo, 16/12).

UFRJ

Jornada quebra recorde de alunos inscritos

Expectativa da reitoria é triplicar o número de bolsistas de Iniciação para 2005

A cada ano que passa, a Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural alcança um número maior de alunos. Em 2004, não foi diferente: 3.479 estudantes (5% a mais, em relação a 2003, com 3.325) apresentaram 2.274 trabalhos, orientados por 1.707 professores. Na solenidade de encerramento da 26ª Jornada Giulio Massarani - como passou a ser chamado o evento, neste ano, em homenagem póstuma ao professor da Coppe -, foram premiados os melhores trabalhos de cada centro da universidade (veja quadro), com R$ 1 mil, em 16/12.

Só que os números grandiosos não escondem um problema: 1.724 dos alunos participantes não possuem bolsa de iniciação científica, resultado da falta de atenção de seguidos governos com a pesquisa nas universidades. A expectativa da reitoria para 2005 é minimizar essa fator negativo: se o orçamento for confirmado, serão destinadas 450 bolsas para a Iniciação, em vez das 150 deste ano. O anúncio foi feito pelo pró-reitor José Luiz Monteiro ainda durante o encerramento da Jornada.

Kelvin Melo

MESA DE ENCERRAMENTO DA JORNADA DE INICIAÇÃO

Representante da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) – que apóia o evento, ao lado do CNPq e da Faperj - na mesa da solenidade, a professora Helena Ibiapina observou que a Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural, bem como o Programa Antonio Luís Vianna e o Prêmio ALV, "são uma prova de que a UFRJ vem se dedicando à renovação dos conhecimentos".

Coordenador da Jornada, o professor Edson Watanabe deu destaque especial aos trabalhos feitos pelos alunos do Colégio de Aplicação. Três deles conseguiram menções honrosas, em concorrência com os colegas já em estágio de graduação na UFRJ. Watanabe, que está se afastando da coordenação da Jornada este ano por razões pessoais e profissionais, será substituído pelo professor Walter Araújo Zin, assessor acadêmico da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da universidade.

Prêmio ALV

Durante o encerramento da Jornada, foram conferidos os certificados aos ganhadores do Prêmio ALV (Antonio Luís Vianna). Foram os professores Marcelo Martins Sant´Anna, do Instituto de Física (CCMN); Marcio Lourenço Rodrigues, do Instituto de Microbiologia (CCS) e André Luiz de Campelo Duarte Cardoso, da Escola de Música (CLA). Também foram anunciados os professores contemplados pelo Programa ALV que vão concorrer ao Prêmio de mesmo nome, daqui a dois anos.

Números da Jornada 2004

2.274 trabalhos aceitos

3.497 autores

1.707 orientadores

Distribuição de alunos por tipo de bolsa e centro

Ano	Tipo de bolsa	CCJE	CCMN	CCS	CFCH	CLA	CT	TOTAL	
2004	ANP - Agência Nacional do Petróleo	9	11				35	55	1,2%
2004	Bolsa de Projeto	12	23	51	18	5	24	133	3,0%
2004	CAPES-PET		2	22	6	1	10	41	0,9%
2004	CA–UFRJ			5	1			6	0,1%
2004	CNPq-IC Balcão	12	35	160	42	49	62	360	8,1%
2004	CNPq -PIBIC Outra IES	1	11	15	13	1	6	47	1,1%
2004	CNPq -PIBIC UFRJ	33	122	268	87	70	115	695	15,7%
2004	CNPq –RHAE			11			3	14	0,3%
2004	FAPERJ	3	59	186	62	17	21	348	7,9%
2004	IC-Junior		3	2	11	1	3	20	0,5%
2004	Outra	14	30	214	30	28	47	363	8,2%
2004	Sem Bolsa	107	296	1205	427	195	96	2326	52,5%
2004	SR2-CEPG	2		8	3	3	3	19	0,4%
Total		193	592	2147	700	370	425	4427	100,0%

Centro de Ciências da Matemática e da Natureza
MELHOR TRABALHO
Autor:
Jorge de Almeida Rodrigues Júnior
Título:
Polímeros associativos de polietilenoglicol hidrofobizado dos tipos AB e ABA: relação entre modo de asssociação e comportamento reológico
Orientador:
Regina Sandra V. Nascimento Elizabeth Roditi Lachter

Centro de Letras e Artes
MELHOR TRABALHO
Autor(es):
Camilla Marques de Lima
Rômulo Augusto Pinto
Guina Claudia da Fonseca Melo
Verônica Pimentel da Silva
Trabalho:
Lições de Arquitetura: O Modelo Tridimensional de Obras Referenciais como Meio de Aprendizagem do Projeto.
Orientador(es):
Roberto Catelani Carneiro e Beatriz Santos de Oliveira

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
MELHOR TRABALHO
Autores:
Marcela Soares Silva
Luciana Lopes de Souza
Fabio da Silva Calleia
Título:
Trabalho Escravo Contemporâneo no Sul do Pará
Orientadores:
Gelba Cavalcante de Cerqueira e Ricardo Rezende Figueira

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
MELHOR TRABALHO
Autor:
Bruno Viana Coelho
Daniela C. Pires
Título:
Mudança Estrutural e Crescimento de Produtividade na Indústria Brasileira: 1970-2000
Orientador:
Carlos Frederico Leão Rocha

Centro de Ciências da Saúde
MELHOR TRABALHO
Autor:
Marcelo Nunes do Nascimento Vieira
Titulo:
Dependência conformacional da toxicidade de agregados da lisozima de clara de ovo de galinha em neurônios corticais de ratos
Orientador:
Sergio Teixeira Ferreira
Fernanda Guarino De Felice
Adriano Silva Sebollela
Ana Maria Blanco Martinez

Centro de Tecnologia
MELHOR TRABALHO
Autor:
Pietro Maris Ferreira
Título:
Síntese de Filtro Passa-Faixa em Ladder a Capacitor Chaveado para um Detector de Cavitação
Orientação:
Fernando Antônio Pinto Baruqui
Antônio Petraglia

Colegiados

Colegiado aprova recurso de ex-aluno da UFRJ

Após concluir a licenciatura, Igor foi impedido de se inscrever para dar aula no CAp porque seu diploma não ficou pronto no prazo da inscrição

A representante do Centro de Filosofias e Ciências Humanas (CFCH), Celina Maria de Souza Costa, levou à sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da última quarta-feira (15/12) um recurso de Igor Barros de França Cardoso, ex-aluno da UFRJ, que teve indeferido seu pedido de inscrição para ser professor do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ. O assunto foi incluído na ordem do dia do colegiado.

O problema ocorreu porque o ex-aluno apresentou apenas o diploma de bacharelado em Biologia, já que o certificado de conclusão em licenciatura não ficaria disponível a tempo de ser apresentado durante período de inscrição, que foi até dia 10/12. Como o Ministério de Educação (MEC) exige o diploma em licenciatura para que um professor possa dar aula no Ensino Médio, Igor Cardoso teve indeferido seu pedido de inscrição. Entretanto, o item 3.1 do edital do concurso prevê que o inscrito tenha concluído a graduação para estar habilitado a lecionar no CAp, sem especificar a necessidade do título em licenciatura.

A professora Deize Vieira dos Santos, representante do CLA, ressaltou que o mais importante é o fato de o ex-aluno ter concluído a licenciatura, estando apto a atender as exigências do MEC. Segundo ela, o problema se resolve com uma declaração da Faculdade de Educação, atestando que Igor cursou as matérias. A opinião foi partilhada pelo professor Luiz Felipe Coelho, do CCMN: "uma declaração da unidade de que o aluno concluiu a licenciatura é suficiente".

Os conselheiros aprovaram o recurso de Igor Barros de França Cardoso com dez votos a favor, duas abstenções e nenhum contrário. O CEG levará sua posição oficial ao CAp.

Vagas ociosas

O curso de História aumentou de 20 para 30 o número de vagas disponíveis para transferência externa, mudança de curso e isenção de vestibular, tornando-se o que melhor atendeu ao pedido do CEG, desde de que o conselho assumiu a responsabilidade de preencher as vagas ociosas na UFRJ. A professora Claudia Jardim, da Escola de Química, que havia levado na sessão anterior um levantamento das vagas ociosas de cada unidade, reiterou o pedido do colegiado para que os departamentos implementem a política de preenchimento das vagas. O pró-reitor José Roberto Meyer revelou que haverá um programa específico do CEG, no começo de 2005, para reduzir ainda mais as vagas ociosas.

Monografias na FND

Recém-eleita como integrante do Conselho de Ensino de Graduação, a professora Margarida Maria Lacombe, da Faculdade Nacional de Direito (FND), compareceu à reunião da última quarta-feira na condição de presidente do Conselho de Monografia da Faculdade. Seu objetivo foi protestar contra a decisão da congregação da Unidade de aumentar o prazo para que o alunos defendam suas monografias ainda este ano. Margarida Lacombe afirmou que assumiu o Conselho de Monografia numa situação caótica, com um número muito reduzido de orientadores. A conselheira reclamou, ainda, que os alunos não realizavam uma defesa oral dos seus trabalhos finais para uma banca composta por, no mínimo, três professores com amplo conhecimento do assunto. Mesmo com essa quadro, 170 monografias foram avaliadas este ano pela FND, segundo a professora.

Falta comida no alojamento

O representante discente Luciano da Silva Barboza transmitiu para os conselheiros a reclamação dos alunos que moram no alojamento da UFRJ. Segundo o estudante, os alimentos são tão restritos que os alunos que acordam um pouco mais tarde não encontram mais nada disponível no café da manhã.

Pró-reitoria apresenta balanço dos programas de pós-graduação

UFRJ mostra força no cenário nacional

Um balanço sobre os programas de pós-graduação da UFRJ, comparados com outras grandes universidades públicas do país, foi o destaque da última sessão de 2004 do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), em 17/12.

O pró-reitor José Luiz Monteiro apresentou tabelas e gráficos, que expressaram a importância da UFRJ no cenário nacional. Apesar de possuir uma quantidade inferior de programas em relação à Universidade de São Paulo (somente o *campus* daquela capital tem 146) e Unesp (96), a UFRJ garante a liderança absoluta dentro do sistema federal, com 82 cursos. A quarta colocada nacionalmente seria a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 63.

José Luiz destacou que, em termos relativos, a UFRJ se posiciona de forma melhor: proporcionalmente ao número total de cada instituição, tem menor percentual de programas com conceito três e um maior percentual de cursos com nota sete. O pró-reitor também ressaltou que, entre as maiores universidades, apenas a USP, a UFMG e a UFRJ aumentam sua participação relativa a todo o sistema nacional, conforme sobe o conceito de avaliação da Capes. O professor anunciou que, depois de atualizar os dados com os resultados dos recursos dirigidos recentemente à agência de fomento, vai repassar o conjunto do trabalho para os conselheiros.

Kelvin Melo

PRÓ-REITOR JOSE LUIZ APRESENTA COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS

Comissão da reforma universitária

José Luiz comentou ter entendido de forma equivocada a constituição da comissão dos colegiados superiores, aprovada no Consuni, para discutir a reforma universitária em andamento. Ao CEPG, caberia indicar os nomes de dois professores (e não três, como ocorreu na sessão anterior). Além disso, vão compor o grupo mais um representante discente (Heloisa Sanches) e outro, dos técnico-administrativos (Giovani Zebende).

Homenagem ao professor Edson Watanabe

Na parte final do CEPG, foi feita uma homenagem ao professor Edson Watanabe (da Coppe) pela sua dedicação à UFRJ. Ele foi conselheiro do CEPG e assessor da pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa durante os últimos anos, além de coordenador da Jornada de Iniciação Científica e do Prêmio Antonio Luís Vianna (ALV).

Watanabe agradeceu a homenagem e apresentou um pouco da sua área de atuação na Coppe, no Laboratório de Eletrônica de Potência.

FUJB investe no alojamento

O pró-reitor informou ainda que a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), em vez de distribuir a agenda de fim de ano para a comunidade, resolveu instalar seis fogões semi-industriais (com seis bocas e forno) no alojamento estudantil. A empresa contratada deve terminar de montar os fogões nesta semana.

Reforma Universitária

"O Prouni e os muitos enganos"

Ivan Valente e Otaviano Helene*

É sofrível a posição do Brasil quando analisamos o ensino superior: apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos chegam ao terceiro grau. Para reverter essa situação, foi aprovado em 2001 o PNE, que previa um prazo de dez anos para colocarmos 30% dos jovens no ensino superior, a sua maioria em vagas públicas. Entretanto o governo FHC não tinha como política ampliar as instituições públicas, e sim estimular a expansão do setor privado. A expansão do ensino superior público de qualidade depende do aumento dos investimentos públicos. O PNE previa um gasto total com educação pública de 7% do PIB, tema vetado por FHC. No lugar de derrubar esse veto e aumentar os gastos públicos com educação, o governo Lula economiza para pagar juros de R$70 bilhões (superávit primário) e concluirá o segundo ano de governo sem executar o plano de expansão do ensino superior que constava do seu programa. É nesse quadro que o governo apresenta o Programa Universidade para Todos -Prouni-, criado por medida provisória. Com esse programa o governo pretende trocar isenções tributárias por vagas nas instituições de ensino superior (IES) privadas para estudantes carentes.

O Prouni tem apelo popular e parece combater a exclusão. Mas a proposta é, na verdade, um grave equívoco e fere pontos defendidos há décadas pelos educadores ligados ao PT. Além disso, fortalece ainda mais a já hegemônica presença do setor privado no ensino superior, dando posição de mando ao mercado educacional. A posição de que recursos públicos devem ser utilizados na educação pública é histórica do PT. Entretanto o que o Prouni faz é aumentar as isenções fiscais para IES privadas, que, com poucas exceções, não prestam contas de como as usam, remuneram de forma ilegal seus sócios, não têm transparência na concessão de bolsas e maquiam balanços. Ao trilhar o caminho da expansão da oferta pelo setor privado, a proposta do governo estimula diversos enganos. Freqüentemente supõe-se que estudantes de instituições públicas têm renda familiar superior à de seus colegas nas IES privadas. Dados do IBGE e do Inep indicam que a realidade é exatamente oposta. A elitização do ensino em nosso país ocorre não por meio do vínculo institucional, mas pelo curso freqüentado, e em cada curso a renda média dos estudantes do setor privado é superior à dos estudantes do setor público.

Outro engano está relacionado ao custo de um estudante de graduação. Estudos feitos na USP e na UnB mostram que o custo de um estudante nessas instituições é equivalente ou inferior ao custo nas IES privadas, em um mesmo curso. Tenta-se a todo momento dizer o contrário, computando no custo/ aluno das públicas despesas que vão além do ensino de graduação, como pesquisa, hospitais universitários, gastos previdenciários etc. Devemos ainda lembrar que as IES privadas oferecem seus cursos levando em conta apenas a existência de clientela, e não as necessidades das diferentes regiões do país e áreas do conhecimento. Mesmo eventuais ganhos pessoais por parte dos estudantes são comprometidos pela baixa qualidade dos cursos. A existência de vagas ociosas no setor privado é outro logro. A maioria das vagas não preenchidas serve como reserva estratégica para as instituições privadas, não havendo recursos de infra-estrutura e professores esperando para atender aos estudantes.

É necessário registrar também que muitas das instituições públicas têm boas bibliotecas, alojamento, alimentação subsidiada e assistência médica, coisas que inexistem na grande maioria das IES privadas. Esses instrumentos de gratuidade ativa são importantes para garantir a permanência do estudante, especialmente o carente, aquele que o Prouni pretende atender. Devemos lembrar ainda que a evasão nas IES privadas é superior à nas universidades públicas, causada não só pela impossibilidade de pagamento das mensalidades, mas pela frustração com os cursos e impossibilidade de permanência. Os benefícios fiscais dados às IES privadas retiram recursos preciosos do setor público. A renúncia tributária em favor de IES privadas alcançou, em 2003, cerca de R$ 870 milhões; somada à renúncia previdenciária, de R$ 462 milhões, aos débitos previdenciários, de R$ 184 milhões (maio de 2004), e aos gastos do sistema de financiamento estudantil (Fies), de cerca de R$ 900 milhões, chega-se à cifra de R$ 2,4 bilhões. Já no custeio das 54 universidades federais o governo aplicou R$ 695 milhões. Para quem acha que as IES privadas podem quebrar ou reduzir a concessão de bolsas, vale lembrar que o faturamento do conjunto delas (com ou sem fins lucrativos) triplicou desde 1997 e alcançou R$ 10,5 bilhões em 2002. Basta de enganos. É hora de recuperar o tempo perdido e fortalecer e expandir o ensino superior público: ele é melhor, custa menos e é mais qualificado.

(*) Ivan Valente, 58, é deputado federal pelo PT-SP e membro da Comissão de Educação da Câmara. Otaviano Helene, 55, é professor do Instituto de Física da USP. Foi presidente da Adusp (Associação de Docentes da USP) e do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais)

(**) Texto publicado no dia 11/12/2004

Opinião

Saída de Carlos Lessa do BNDES: Questões para análise da Conjuntura

A demissão do Prof. Carlos Lessa da presidência do BNDES, cujos motivos óbvios estão longe de questões técnicas, que o governo tentou esconder, foram a sua postura de crítica à política econômica e ações sérias, no banco, com relação à segurança dos empréstimos para empresas nacionais, as quais tiveram que dar garantias pessoais para receberem empréstimos, e para as multinacionais que tiveram que ter o aval da matriz.

Darc Costa, então vice do Prof Lessa no BNDES, em entrevista recente na *Folha*: afirmou "É triste um país não diferenciar o capital nacional do estrangeiro. Isso normalmente acontece em colônia"[1]. A elevação do superávit primário para 4,5% do PIB, e os juros básicos da agiotagem, recém elevados para 17,25% a.a., são uma verdadeira máquina de transferência de renda da população pobre, dos trabalhadores e dos setores médios para um punhado de famílias milionárias (a desigualdade social se ampliou a tal patamar que apenas 5.000 famílias, ou 0,01% do total de famílias no país, reúnem um patrimônio que representa, nada menos que, 46% do Produto Interno Bruto).

A elite econômica brasileira fez uma opção clara, consciente e doutrinária, de aprofundar a submissão, subserviência e o alinhamento ao capital financeiro internacional, aos ajustes determinados pelos especuladores e pelas multinacionais, o que representa uma regressão, um retrocesso no desenvolvimento industrial, científico, técnico, educacional, cultural e social, o que tem significado elevar os níveis de exploração do povo brasileiro a limites dificilmente sustentáveis. Em 2003 o Ministério da Assistência e da Promoção Social foi o que teve o maior volume de cortes em relação à dotação orçamentária: dos 1411 projetos previstos (obras e programas) do próprio Governo Federal, 78% receberam menos da metade dos recursos e 38% não receberam centavo algum. Nestes últimos estão incluídos obras para contenção de enchentes, programas de expansão e melhoria do ensino médio, combate ao tráfico de entorpecentes e pesquisa sobre doenças sexualmente transmissíveis. O saneamento recebeu apenas 2,30% do previsto, habitação somente 1,82% e o programa federal de emprego e renda recebeu 4,54% dos recursos[2]. Enquanto isso o crescimento do lucro dos bancos, segundo a coluna "Fatos do Dia" da Oficina de Informações, de 13/08/04, assinala que apenas "Os quatro maiores bancos do país tiveram no primeiro semestre lucro líquido de R$ 4,5 bilhões, 11,4% superior ao do mesmo período de 2003, conforme levantamento feito a pedido da *Folha*". E mais: "As receitas dos quatro maiores bancos cresceram 38,2% no primeiro semestre, totalizando R$ 41,1bilhões". Qualquer ameaça, externa ou interna à propalada "estabilidade econômica", ao invés de ser enfrentada com altivez e soberania, é respondida com maior submissão e medidas que agravam a crise social. Mas os povos no Brasil e no mundo resistem: a greve dos bancários, as manifestações estudantis contra o aumento das passagens em Florianópolis e em defesa da universidade pública, as diversas ocupações das terras improdutivas e de prédios abandonados nos centros urbanos, a heróica resistência dos iraquianos e palestinos, as manifestações contra a guerra nos EUA, a vitória do povo com Hugo Chaves na Venezuela, a resistência de Cuba ao bloqueio são exemplos disso.

Desta forma queremos dizer que temos consciência de que uma reversão do atual rumo não ocorrerá sem conflitos e sem contrariar interesses de longa data estabelecidos que, para serem vencidos, necessitarão contar com forte apoio e mobilização popular. E neste sentido a atuação do Prof. Lessa no BNDES foi exemplar, pois em tempos em que se colocam os interesses individuais acima dos coletivos, em que dizem que todas alternativas ao modelo econômico estão condenadas ao fracasso, toda resistência justa deve ser enaltecida. Além disso, neste episódio, os interesses inconfessos por trás da saída do Prof. Carlos Lessa da presidência do BNDES, interesses estes, acostumados às manobras de bastidores e a escamotear suas reais razões, amargaram uma derrota: foram submetidos à exposição pública.

Antonio Viana

LESSA (DIR) É HOMENAGEADO NO SEU RETORNO À UFRJ E RECEBE A MEDALHA MINERVA, DIA 25/11, NO AUDITÓRIO PEDRO CALMON, NA PRAIA VERMELHA

Na história recente da Universidade Federal do Rio de Janeiro o Prof. Carlos Lessa teve um papel importante na sua redemocratização, sendo o primeiro reitor eleito depois da vergonhosa gestão Vilhena. Assumiu o BNDES na expectativa de que o governo viesse a se comprometer com um projeto mais amplo em defesa do desenvolvimento nacional. Desenvolvimento nacional, diga-se, bem diferente do atual nacionalismo de fazendeiro, coberto de encantos e virtudes das exportações agrícolas que, por sua vez, são acompanhadas, em linhas gerais, da desistência de lutar pelo desenvolvimento econômico nas áreas de alta tecnologia (que tanto tem atingido nossas pesquisas submetendo as universidades e os centros de pesquisa a importaram praticamente tudo que é necessário para se desenvolver a ciência e a tecnologia), pelo abandono de controle dos fluxos de capitais especulativos, e até mesmo por recusar medidas que primam pelo dinheiro do povo brasileiro ao exigir das empresas multinacionais e nacionais garantias para a concessão de empréstimos.

A atuação do Prof Carlos Lessa à frente do BNDES, sua postura na defesa dos interesses que podemos chamar de nacionais, ao se contrapor à volúpia dos especuladores, internos e externos, causou surpresa aos que consideram que nosso povo não gerou personalidades, com domínio e consciência de nosso potencial para marchar por rumos bem diferentes perante as adversidades. Ao povo brasileiro sobra fibra e coragem para construção um país mais justo.

Associação de Pós-Graduandos da UFRJ
(Reproduzido do Jornal da APG de novembro/dezembro de 2004.)

[1] Múltis tiraram Lessa do BNDES, diz Darc – Folha de São Paulo de 21 de novembro de 2004.

[2] Contribuição para discussão da "Reforma Universitária" – APG-UFRJ e CeCAC, Jornal da Adufrj semana de 25 de outubro de 2004.

UFRJ

Chapa Motivação ganha eleição no HESFA

Maria catarina foi eleita com 53% dos votos

A comunidade do Hospital Escola São Francisco de Assis elegeu, na semana passada, nos dias 15 e 16, a nova diretoria deste órgão suplementar da UFRJ. Pela Chapa 2 'Motivação', a professora Maria Catarina Salvador da Motta foi eleita diretoria da escola, junto do vice-diretor, Roberto José Leal, com 56,35% dos votos da comunidade.

Na Terça-feira, dia 14, a comissão eleitoral organizou um debate entre a chapa 1 'Inovação' e a chapa 2. No debate, Maria Catarina e Roberto José se apresentaram como uma diretoria que daria continuidade à política implementada pela atual gestão da unidade. No debate, Maria Catarina ressaltou o fato de o Hospital ter se afirmado, nos últimos anos, como um órgão da UFRJ e que tem relações acadêmicas com várias unidades, em consonância com as políticas públicas do setor de saúde, com ênfase na assistência, ensino, pesquisa e extensão na área de atenção básica.

Proprorcionalidade

A eleição no HESFA foi proporcional com peso dos votos assim distribuídos: 50% para docentes; 35%, para o segmento dos técnico-administrativos; e 15%, para os estudantes. Ao todo, compareceram às urnas 28 docentes, 144 técnicos e 64 estudantes.

De acordo com Ângela Maria Mendes Abreu, atual diretora, assim como nas demais unidades hospitalares da universidade, o processo eleitoral partiu da direção do órgão. Ângela Abreu, ocupa o cargo como pro *tempore* desde o último dia 30 de outubro e seu mandato foi prorrogado pela reitoria até o dia 31 de dezembro para que a direção pudesse organizar junto da comunidade o processo eleitoral.

A comissão eleitoral indicada pela diretora em outubro, no entanto, se desfez após o pedido de afastamento de dois de seus integrantes, docentes da Escola Anna Nery. No dia 3 de dezembro, a comunidade do Hospital (alunos, técnicos e docentes) constituiu, em assembléia, uma nova comissão que foi referendada, segundo Ângela Maria, pelos Conselho Diretor e Conselho de Coordenadores do órgão. A comissão foi composta por cinco técnico-administrativos, um docente e um estudante e em 8 de dezembro, uma assembléia local decidiu o cronograma eleitoral e definiu o pleito com a organização do debate.

Manuella Soares

MARIA CATARINA

Um pouco de história

O Hospital São Francisco de Assis foi criado em 1876 como uma hospedaria de mendigos. Em 1922, o então Asilo São Francisco de Assis é transformado em Hospital Escola, no mesmo momento em que é criada a Escola de Enfermagem Anna Nery. Em 1937, o HESFA foi incorporado à União e passa a se constituir como um órgão da UFRJ.

O prédio que abriga o Hospital foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Atuando diretamente com vários cursos da universidade (veja quadro) o HESFA recebe cerca de 600 estudantes, semestralmente, contando com um corpo técnico-administrativo de 167 profissionais e com um corpo docente de cerca de 45 professores.

Cursos que realizam estágio no Hospital Escola São Franciso de Assis

Enfermagem
Nutrição
Fisioterapia
Medicina
Fonoaudiologia
Psicologia
Serviço Social
Belas Artes
Educação Física

Nacional

Mais uma reforma da Previdência...

A reforma da Previdência que atingiu os direitos dos servidores públicos nem esfriou e uma nova pode já estar a caminho. Desta vez, os alvos serão os trabalhadores da iniciativa privada – que já sofrem os efeitos da implantação do fator previdenciário desde 1999 (instrumento que rebaixa os proventos de aposentadoria, conforme o aumento da expectativa de vida do brasileiro, traçada pelo IBGE).

As pressões por mais mudanças na aposentadoria do Brasil ganharam espaço em matéria do jornal Valor Econômico de 13 de dezembro, não por acaso puxados pelas entidades que vendem segurados privados na área de Previdência. Sul América, Real Seguros, Icatu Hartford, Associação Nacional da Previdência Privada (Apapp): estão todos citados na reportagem. "O teto de R$ 2.400, por exemplo, pode estar com os dias contados", diz um trecho da matéria. E que ninguém duvide que eventuais reduções do teto sejam posteriormente impostas aos servidores.

O texto afirma que a situação do Brasil é crítica, por conta do crescimento do mercado de trabalho informal. "Apesar de ostentar uma população economicamente ativa de 83 milhões de pessoas, o país registra apenas 30 milhões de trabalhadores formais (aqueles com carteira assinada). Ouvido pela reportagem do jornal Valor, um profissional da Milliman (maior consultoria de saúde dos EUA) diz que, por causa da proporção entre ativos e aposentados, seria preciso cobrar uma "barbaridade" dos primeiros para atender aos últimos. O consultor baseia nisso a necessidade urgente de uma nova reforma. Ou seja: em vez de propor uma política econômica de incentivo ao emprego, a solução encontrada é aquela que serve aos interesses financeiros mais imediatos.

"O presidente do Conselho de Administração da Icatu Hartford, Nilton Molina, propõe que o limite de benefício da Previdência Social seja estabelecido entre um mínimo que seria o valor da cesta básica e um máximo que seria a renda per capita brasileira – hoje em torno de R$ 800. As pessoas com salário acima desse teto iriam para a previdência complementar", esclarece um outro assustador trecho da matéria do Valor Econômico.

Fórum de Lutas

Mais do que nunca, mostra-se cada vez mais acertada a análise do Fórum Fluminense de Lutas, do qual a Adufrj-SSind participa, que congrega entidades sindicais da iniciativa privada e do funcionalismo para combater as reformas neoliberais propagadas pelo atual governo. E que parecem não ter fim.

Seminário sobre as reformas do governo

Inteirar os dirigentes e a militância sobre o conteúdo de cada reforma governamental. E não apenas daquela que diz respeito mais diretamente a esta ou outra categoria. Essa será a justificativa do seminário "As reformas do governo Lula: encontro de atualização", em 19 de fevereiro, um sábado, na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Rio de Janeiro (Sintrasef).

A decisão de fazer o evento ocorreu em reunião do Fórum Fluminense de Lutas do último dia 13, no próprio Sintrasef. "Cada reforma interessa a toda a sociedade. É preciso que as pessoas troquem suas experiências", disse o professor Salatiel Menezes, que representou a diretoria da Adufrj-SSind no local. Desse modo, por exemplo, os servidores do Judiciário poderão esclarecer aos demais sobre as conseqüências da reforma do governo em sua área de atuação. E os funcionários da Educação falariam da reforma universitária em andamento. Além dessas duas, também estão previstas palestras sobre as reformas sindical e previdenciária.

Jornais e encartes da Adufrj–SSind publicados de 10/01/05 a 20/12/05

Encartes publicados neste período:

14/03/05 – Reforma Universitária

25/04/05 – Reforma Universitária

09/05/05 – Especial Salários

06/06/05 – Reforma Universitária

11/07/05 – Reforma Universitária

08/08/05 – Reforma Universitária

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 168 • 10 de janeiro de 2005

Sacerdotes, príncipes e mercadores
Página 2

Consuni pode refazer eleições para CPPD
Página 2

Congresso aprova Orçamento de 2005
Página 3

Agenda Sindical

11 e 12/1 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
São Paulo (SP) – sede da Adunifesp

11 e 12/1 - Reunião do GT Carreira
São Paulo (SP) - sede da Adunifesp

13/1 - Seminário organizado pelo GT Nacional *Vamos Barrar essa Reforma*
São Paulo (SP) - *Escola de Saúde Pública da USP*

25/1 - Reunião do GTPE no FSM
Porto Alegre (RS) - *Auditório do SINDCAIXA*
Setor, plenária spf e encontro nacional da conlutas

25/1 - Reunião do Setor das IFES - Sede da Adufrgs - Porto Alegre

26/1 - Plenária dos SPF
Porto Alegre (RS)

26/1 - Plenária Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Porto Alegre (RS)

26/1 a 31/1 – Fórum Social Mundial
Porto Alegre (RS)
30/1 - Encontro Nacional da Conlutas - Porto Alegre (RS)

24/2 a 1/3 - 24º Congresso do Andes-SN
Curitiba (PR) - com o tema central "Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação".

Opinião

Sacerdotes, príncipes e mercadores

Luis Paulo Vieira Braga*

É admirável que em pleno recesso um punhado de professores se disponha a discutir o futuro da UFRJ, os parlamentares em Brasília já não deram demonstração igual, votando simbolicamente, sob o acordo tácito de não se pedir verificação de quorum, o orçamento para 2005, o qual o executivo já deixou saber que não irá acatar...

No outro lado da linha estamos nós, servidores públicos federais, ainda que muitos rejeitem a associação com esta denominação, ou mesmo com a de professor, preferindo serem identificados de acordo com sua especialização profissional ou científica. Sinal dos tempos, nos quais a função pública ou docente tornou-se sinônimo de ineficiência ou irrelevância.

O monstrengo burocrático no qual se tornou a UFRJ não é a causa de seus males, mas conseqüência dos embates entre as diversas forças que atuam sobre ela internamente e externamente. A criação de tantas estruturas e sub-estruturas sempre teve como objetivo acomodar grupos cuja clivagem principal é dada por um maior envolvimento com a pesquisa ou com a atividade profissional. Embora, em algumas situações, e esta é a tendência a longo prazo, pesquisa e profissionalização possam caminhar juntos, há, evidentemente, diferenças de ritmo e prioridades. Dependendo do viés que se adote um mesmo docente pode ser enviado para a fogueira ou para o palanque...

Desde os anos setenta, inicialmente motivados pela necessidade de formar quadros tecnológicamente capacitados para as estatais, a pós-graduação passou a ser vista como a cabeça de ponte para a renovação da universidade brasileira, majoritariamente pública àquela época. A partir do governo Collor, o projeto desenvolvimentista foi abandonado em detrimento de um projeto neo-liberal de abertura radical dos mercados, com um acelerado e desastroso processo de privatização. Necessariamente a política para a pós-graduação teria de que refletir a mudança de paradigma, e, de fato, em 1998 a CAPES deu início a uma transformação em seus objetivos estratégicos e, conseqüentemente, na sua operacionalização. Segundo as novas diretrizes, a pós-graduação não deveria mais ter como meta a solução de problemas nacionais, nem a formação de professores, mas uma maior inserção na problemática científica internacional, dando ênfase à atividade de pesquisa.

Em nível operacional, a relação desta agência passa a ser prioritariamente com os pesquisadores, contornando assim as instâncias internas das universidades federais - verdadeiros dinossauros autárquicos. O contraste entre os recursos e o ambiente que os seletos pesquisadores passaram a usufruir e o conjunto maior de professores voltados para a graduação , isto é, aqueles prioritariamente encarregados da formação profissional, aumenta a cada dia. Enquanto que alunos e professores de pós-graduação dispõem de laboratórios, bibliotecas exclusivas, salas de aula especiais, os seus congêneres na graduação - principalmente nos cursos básicos, têm condições muito piores. Sintoma desta chaga, foi a criação da GED, que funcionou como uma motivação ou compensação por uma atividade tão insalubre...

Qualquer debate sobre a restruturação da universidade que omita este conflito estará destinado a ser meramente mais um "round" do mesmo, sem dar início ao processo para sua solução. Enquanto o trinômio pesquisa, ensino e extensão for mais um slogan do que uma meta, continuaremos a assistir os deploráveis embates que vêm sendo parcialmente relatados neste forum. Não nos iludamos sobre a nobreza de muitos dos seus protagonistas. Ainda que combalido, o patrimônio humano e material das IFES é um objetivo estratégico ambicionado pelas mesmas forças que delapidaram o capital nacional, e as vozes da sociedade que muitos mediunicamente dizem ser capazes de ouvir, são as mesmas que habitualmente ouvimos nos palanques demagógicos.

Conselheiro da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Matemática

UFRJ

Consuni pode refazer eleições para CPPD

Processo eleitoral pode ser anulado e novas eleições convocadas para a Comissão de Pessoal Docente

O Conselho Universitário (Consuni) retomará as discussões a respeito das eleições para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), na sessão desta quinta-feira 13/01, após o pedido de impugnação do pleito ter sido sugerido na última plenária do ano passado. Na ocasião, a vice-reitora, Sylvia Vargas, pediu vista do processo para que houvesse um tempo maior para a análise do caso.

Professores de diferentes centros levaram ao Conselho várias irregularidades no processo eleitoral. Na última reunião do Conselho Universitário, o integrante da Comissão de Legislação e Normas do Consuni Luiz Antônio Cunha leu um parecer pedindo a anulação das eleições, pois considerou que o processo foi realizado em desacordo com o estatuto da UFRJ, enfatizando o artigo 79, que foi elaborado pelos próprios conselheiros. Na mesma sessão, o diretor da Adufrj-SSind José Miguel Bendrao Saldanha questionou a legitimidade do processo. Em editorial no Jornal da Adufrj, a diretoria da seção sindical afirma que as "eleições foram um triste exemplo de como não deve ser conduzido um processo eleitoral que pretenda ser minimamente democrático. Nestas condições, o resultado teria sido diferente: cargos sem candidatos ou apenas com um candidato, com a exceção única do representante dos professores adjuntos, escassa apresentação de plataformas, nenhum debate, nenhuma democracia de fato".

A CPPD deu início ao seu processo eleitoral no final do mês de outubro de 2004, estipulando o prazo final de inscrição dos candidatos para o dia 27 daquele mês. Entretanto, a data acabou prorrogada para 8 de novembro - devido a falta de candidatos para todas as vagas - mas nem assim o número de inscritos correspondeu à expectativa. No dia da eleição, havia 14 candidatos concorrendo, dos quais apenas um não foi eleito. Devido ao critério de disponibilidade de vagas na comissão - que permite um professor titular e um suplente de cada centro - houve disputa apenas para a vaga de representante dos professores adjuntos (única categoria que teve mais de dois docentes inscritos). Ainda assim, segundo manifestação de vários professores, não houve organização, divulgação, debates e nem transparência nas eleições.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiário:** Antonio Vianna **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Nacional

Congresso aprova Orçamento de 2005

Brasil deverá ocupar o 97º lugar em crescimento econômico neste ano

O Congresso Nacional aprovou, na tarde da última quarta-feira do ano passado (29/12), a proposta orçamentária para 2005. A votação aconteceu após várias rodadas de negociações para fechar o acordo que garante o pagamento das perdas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e das discussões que se prolongaram por toda a madrugada. No entanto, a forma como o governo poderá gastar os recursos do Orçamento foi alterada pela Comissão Mista. Serão R$ 681,3 bilhões para custeio da máquina administrativa, investimentos e pagamentos de dívidas. O relatório prevê um acréscimo de R$ 9,5 bilhões para aplicações federais no próximo ano, elevando o total para R$ 21 bilhões. Também está prevista uma reserva orçamentária de R$ 2,4 bilhões para as despesas que serão geradas com o reajuste do salário mínimo para R$ 300 e outra de R$ 1,1 bilhão para o reajuste de 10% da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Metas e superávit primário

O Congresso Nacional aprovou a manutenção da política de superávit primário que será de 4,25% do PIB em 2005, ou seja, R$ 78,6 bilhões – sendo que R$ 45,3 bilhões deverão ser economizados pelo o governo central, R$ 12,9 bilhões pelas estatais e R$ 20,3 bilhões dos estados e municípios. A meta de resultado primário da União prevista na proposta votada é de 3,15% do PIB, cabendo 2,45% do PIB ao governo e 0,70% do PIB às empresas estatais. Aos governos estaduais e municipais continuará sendo exigida a contribuição de 1,1% do PIB, o que mantém a meta consolidada de 4,25% do PIB a título de superávit primário, como indicado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para este ano. A meta da União, em virtude da reestimativa do PIB para 2005, embora seja menor em termos percentuais do que em 2004, será aumentada em termos absolutos, de R$ 58,3 bilhões na proposta, para R$ 60,8 bilhões. Para os orçamentos fiscal e da seguridade social, o aumento é de R$ 45,3 bilhões para R$ 47,3 bilhões.

Economia dependente

Para 2005, não há previsão de que a economia cresça mais do que os 4,32% já divulgados pelo como estimativa pelo Planalto. As projeções de crescimento econômico em 2005 variam de 3,5% a 4%, índices bem inferiores aos de outros países considerados 'emergentes'. Outras nações que, sistematicamente, são relacionados como futuras potências econômicas, deverão ter desempenho muito melhor do que o do Brasil. A China deverá crescer 8,1%, a Índia 7,7%, e a economia russa tem expansão prevista de 6%. O crescimento da economia brasileira deverá ser o 97º no *ranking* mundial em 2005, segundo levantamento realizado pela consultoria *Economist Intelligence Unit* (EIU). De acordo com o estudo, o PIB brasileiro deverá expandir-se em apenas 3,7%, desempenho inferior ao de outros sete países latino-americanos, entre eles Argentina, Chile e Venezuela. Entre as "potências emergentes", apenas o México, com crescimento previsto de 3,2%, está atrás do Brasil, ocupando a 113ª posição no *ranking*.

Verbas para C&T

A meta do resultado primário da União prevê na proposta uma nova metodologia para a apuração do superávit primário, com o apoio técnico de organismos internacionais. Entre os projetos beneficiados por este novo método está o de Centro de Biotecnologia da Amazônia e Laboratório de Meteorologia, com R$ 17,6 milhões. A proposta não previu o aumento na dotação orçamentária do CNPq e não reservou verba para o desenvolvimento da pesquisa básica.

A Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara elaborou duas emendas a favor do CNPq: uma de R$ 150 milhões para bolsas e outra de R$ 50 milhões para pesquisa básica, ambas com amplo apoio dos parlamentares. Entretanto, dos R$ 200 milhões requisitados, apenas R$ 55 milhões foram disponibilizados, devendo ser toda esta verba destinada às bolsas.

O relatório final incluiu apenas duas emendas para a educação profissional e tecnológica no país: uma destinada ao fomento das 143 instituições federais de educação tecnológica (Ifets), no valor de R$ 26,5 milhões, e outra que dirige R$ 9 milhões para a construção de novas escolas do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). As emendas foram apresentadas pela Comissão de Educação e Cultura do Senado e pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, respectivamente. A Rede Federal de Educação Tecnológica será a outra organização - além do Proep – que receberá recursos do Orçamento. As duas são mantidas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

O Orçamento de 2005, que já vem do Congresso com 1.300 destaques rejeitados em Plenário, segue agora para ser sancionado pelo Palácio do Planalto, com a possibilidade de ter mais alguns segmentos vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fontes: Jornal da Ciência Online, Agência Câmara, Folha Online e Agência Estado

Finep financiará recuperação de universidades

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) financiará projetos institucionais de implantação, modernização e recuperação de infra-estrutura física de pesquisa em Universidades, instituições públicas de pesquisa e outras instituições públicas de ensino superior e pesquisa. As propostas aprovadas receberão, juntas, até R$ 110 milhões, provenientes do Fundo Setorial de Infra-estrutura (CT-Infra), que serão geridos pela própria Finep. Cada universidade poderá participar com apenas com uma proposta.

Resenha

Fundo misterioso

Já foi elaborado pelo Ministério da Previdência e está agora no Ministério do Planejamento o projeto de criação do fundo de previdência para os servidores públicos federais. A partir do teto de R$ 2.508,72 estabelecido pela reforma da previdência para os novos aposentados, os servidores que quiserem manter a sua remuneração equivalente ou próxima aos seus salários atuais terão que contribuir para um fundo de pensão fechado e de contribuição definida. Ou seja, o servidor contribuirá com o fundo, mas sem saber qual será o valor da sua complementação. (Extra-RJ, 7/1).

E a outra metade?

Como o Programa Universidade para Todos (ProUni) não conseguiu preencher grande parte das bolsas disponibilizadas, o ministro da Educação, Tarso Genro, defendeu a prorrogação do prazo das inscrições, mais uma vez. O ProUni oferece 112 mil bolsas gratuitas integrais ou parciais, no valor de 50% das mensalidades, em 1.135 instituições particulares de ensino superior. Entretanto os estudantes carentes não têm condições de arcar com a outra metade do valor das mensalidades e por isso não se inscrevem no programa (O Globo e Jornal do Brasil, 6/1).

Bom só para os EUA

De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o crescimento das importações de produtos americanos, pelo Brasil, superaria em US$ 1 bilhão o aumento das vendas externas brasileiras para os Estados Unidos, caso seja adotada a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Segundo o estudo do instituto, que é ligado ao Ministério do Planejamento, as exportações subiriam US$ 1,2 bilhão, mas as importações aumentariam US$ 2,2 bilhões. A diferença ainda pode aumentar caso os Estados Unidos não retirem as barreiras tarifárias dos produtos agrícolas brasileiros, o que é bastante provável para os especialistas (Folha de São Paulo, 7/1).

Dobro de doutores

O Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010, apresentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ao ministro Tarso Genro, mostra que o sistema brasileiro de pós-graduação precisa dobrar o número de doutores formados até 2010 para alcançar os índices que a Coréia do Sul já obteve há 20 anos, quando chegou a 16 mil doutores titulados. O plano também será apresentado ao presidente Lula (Folha de São Paulo, 6/1).

2004 em perspectiva

Campanha Salarial

Intransigência do governo e negociação em separado com as categorias serviram para penalizar aposentados mais uma vez

Duas leis definem hoje a remuneração dos docentes em atividade e aposentados das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A Lei nº 10.971, de 25/11/2004 (em substituição à medida provisória nº 198/04), abrange os professores do Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico e foi produto de acordo firmado entre governo e Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional). A Lei nº 11.087, sancionada na semana passada, em 4 de janeiro de 2005 (em substituição à MP nº 208), abrange os professores do Ensino Superior e não resultou de qualquer acordo com o Andes-SN (veja quadro na página ao lado).

Vale lembrar que o fato de o governo ter fechado acordo com o Sinasefe ficou longe de ganhar a simpatia de todos os professores. Na ocasião, o episódio foi avaliado como interferência em parte da base sindical do Andes-SN. Pouco depois desta MP 198, ainda em julho, ocorreu uma reunião de representantes de seções sindicais (veja quadro 6, 7 e 8 com todas as reuniões do movimento durante a campanha) que possuíam docentes desta carreira em suas instituições. O resultado desta reunião foi uma saraivada de críticas ao divisionismo implantado pelo governo na categoria.

A negociação em separado com as diversas categorias dos servidores categorias (até entre segmentos de uma mesma categoria, como se verificou no caso dos professores universitários) foi uma das táticas do governo Lula no ano que passou. Na oferta salarial para o conjunto do funcionalismo que ficou conhecida como a "proposta de abril", o governo não contemplou nenhuma reivindicação da campanha até então unificada dos servidores públicos federais. Ao apresentar tabelas, valores e percentagens, Lula e sua equipe se limitaram a oferecer reajustes diferenciados com base em gratificações, prática rejeitada pelas diversas categorias. Além de não atender à demanda do funcionalismo, aprofundou as diferenças salariais, penalizou os aposentados e, sobretudo, deixou claro que a intenção era dividir os servidores para dar continuidade ao desmanche do Estado brasileiro e à decomposição dos serviços públicos. No caso dos docentes, para se ter uma idéia, pela proposta de abril, o governo sinalizou um reajuste diferenciado na GED e na GID, o que faria com que as gratificações passassem a representar 80% do salário.

Kelvin Melo

AO LONGO DA CAMPANHA SALARIAL 2004, HOUVE EVIDENTE DISPUTA NAS ASSEMBLÉIAS GERAIS DA ADUFRJ-SSIND. NA FOTO À ESQUERDA, DE MAIO, UM GRUPO VOTA FAVORAVELMENTE À PROPOSTA DO GOVERNO...

Kelvin Melo

... JÁ NA FOTO AO LADO, OS PROFESSORES VOTAM NA PROPOSTA SALARIAL ENCAMINHADA PELO SETOR DAS FEDERAIS

Omissão da CUT

A tática divisionista do governo obteve êxito na medida em que contou com a preciosa omissão da Central Única dos Trabalhadores (CUT), instância que congrega a maioria dos sindicatos dos servidores públicos. Esta Central, que já havia se esquivado o quanto pôde da luta contra a reforma da Previdência, não teve nenhum pudor em ignorar os apelos dos servidores por apoio em manifestações e em negociações. Muito pelo contrário, o funcionalismo deliberou, em uma plenária, desautorizar a Central a falar em seu nome durante a campanha e na discussão preliminar das reformas sindical e trabalhista – outro embate que se aproxima, com graves conseqüências para os assalariados vinculados ao serviço público e também da iniciativa privada. Mas essa é outra história.

Os antecedentes da campanha

A história da campanha salarial 2004 teve um início ruim, é bom que se diga. Em novembro de 2003, representantes da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) foram impedidos de entrar no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para protocolar um simples pedido de audiência com o ministro Guido Mantega. Tiveram que esperar mais de duas horas até receber um pedido de desculpas da chefe de gabinete do ministro. Nesse mesmo mês, no dia 19, com a retomada da já famosa, mas pouco efetiva Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), o governo limitou-se a comentar a articulação de um convênio com o Banco do Brasil para viabilizar empréstimos com juros baixos aos servidores (MP 130), nunca solicitado pela CNESF. Dois dias antes, também vale o registro, diretores do Andes-SN estiveram no MEC para cobrar a incorporação das gratificações produtivistas (GED e a já extinta GID) aos salários dos professores.

A primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação de 2004 foi realizada somente em 15 de janeiro. Naquela ocasião, o governo nada apresentou aos dirigentes sindicais do funcionalismo. Em fevereiro, o movimento continuava a mostrar sinais de preocupação com o fato de o governo anunciar um índice de reposição de 1,99% para as perdas acumuladas em 2003. A inflação registrada neste período já beirava os 10% e vale lembrar que nas mesas de negociação ocorridas no ano anterior, a equipe econômica de Lula havia se comprometido com a reposição de, pelo menos, a inflação do período.

Andes-SN

CONCENTRAÇÃO DE SERVIDORES EM FRENTE AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, EM MARÇO, NO LANÇAMENTO DA CAMPANHA SALARIAL. AO LADO, CARTAZ REIVINDICA O ÍNDICE DE CORREÇÃO DOS VENCIMENTOS DESDE 1995

Lançamento da Campanha

Em meados de março, os servidores públicos federais lançaram a Campanha Salarial de 2004 com atos públicos em todos os estados e uma grande mobilização em Brasília. Na Plenária dos SPF que antecedeu esse evento, em 15 de fevereiro, o funcionalismo federal havia aprovado como uma das reivindicações da pauta do ano a reposição dos vencimentos e a correção das distorções salariais. No conjunto, os servidores aprovaram como índice de reposição emergencial um reajuste linear de 50,19%, baseado em análise do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), o que corresponde às perdas de julho de 1998 a dezembro de 2003. Neste índice emergencial já estariam descontadas as reposições de 3,5%, recebida em janeiro de 2002, e de 1%, recebida em janeiro de 2003. Mas não contaria com a incorporação das gratificações produtivistas (GED e GID), pois cada carreira tem suas especificidades e distorções.

Além do reajuste emergencial, os servidores reivindicaram um reajuste com índice correspondente à inflação acumulada de janeiro de 1995 a dezembro de 2003 (127%), aí também descontados os valores recebidos em 2002 (3,5%) e 2003 (1%). O mês de janeiro de 1995 representa, na verdade, o melhor momento dos servidores em relação ao poder aquisitivo dos salários nos últimos nove anos. De lá para cá, foram sete anos com zero de reposição e ínfimos reajustes recebidos nos dois últimos.

Propostas na fase crítica da "negociação", entre julho e agosto

Do governo

Extinguir a GED e instituir uma gratificação fixa, igual para ativos, aposentados e pensionistas, utilizando os recursos atualmente destinados à gratificação produtivista somados aos R$372 milhões considerados disponíveis para aumento (dos quais cerca de R$ 140 milhões só apareceram depois das demonstrações de cálculo feitas pelo Andes-SN).

Do movimento docente

Seguia a proposta governamental, mas, para fazer a isonomia com os colegas da carreira de 1º e 2º graus (em função de acordo fechado em separado e viabilizado pela MP 198), o MD cobrou mais R$ 58 milhões. Para corrigir distorções que se formariam entre classes da carreira de magistério superior com a proposta do governo, o Andes-SN reivindicou mais R$ 18 milhões para acrescentar 15% à gratificação dos Titulares. No total: apenas mais R$ 70 milhões seriam necessários para o acordo.

O que ficou

No fim das contas, o reajuste imposto pelo governo, via MP 208 (de 20 de agosto), ignorou toda a "negociação". O montante se manteve em R$ 372 milhões. Foi reajustado o valor do ponto da GED e aumentou-se o limite máximo da pontuação para 175 pontos, com a manutenção de seu caráter produtivista. Enquanto novas regras de pontuação não forem firmadas pelo Executivo (a MP falava em um prazo de 180 dias, a partir da publicação), todos os professores ativos recebem 140 pontos. Docentes aposentados, afastados para qualificação ou em cargos comissionados recebem 91 pontos.

Paridade quebrada mais uma vez

As normas que regem a concessão da GED atualmente impõem aos professores aposentados antes de julho de 2000 uma diferença de 40% a menos, em relação aos professores em atividade. Após a implantação das novas regras (com prazo máximo de seis meses), esta diferença aumenta para 48%. E o governo afirma que esta nova GED "caminha para a direção da diminuição da diferença salarial entre ativos e aposentados".

Pontuação máxima não poderá ser alcançada por todos os docentes

A MP introduz ainda uma grave restrição à "avaliação" dos professores: a média de pontos dos professores ativos de uma instituição não poderá superar 140 pontos. Isto significa que, após a instituição das novas regras, para que um ganhe mais de 140 pontos (e eventualmente atinja os 175 pontos), outro terá de ganhar menos, mesmo que a sua "produção" absoluta seja alta.

2004 em perspectiva

Outros indicadores

Para mostrar que o índice cobrado pelos servidores não era nenhum absurdo, além do ICV-Dieese, outros indicadores também registraram as perdas dos últimos nove anos. De acordo com o próprio Dieese, o IPC-DI, da Fundação Getúlio Vargas, apontou uma inflação acumulada de 133,56% de janeiro de 1995 a dezembro de 2003. O IGP-M/FGV (para as operações financeiras) registra uma inflação de 173,91% no mesmo período. O IGP-DI (utilizado também para operações financeiras e de preços), também da FGV, apontou 171,56%; o IPCA (que acompanha os mesmos itens do ICV), do IBGE, marcou uma inflação de 119,34%; e o INPC/IBGE (que tem como objetivo balizar os reajustes de salário) registrou 125,20%.

Ultimato governamental

A intransigência do governo na campanha salarial de 2004 teve o seu ponto culminante em reunião da MNNP realizada em 5 de maio. O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sérgio Mendonça, argumentou que a proposta de reajuste diferenciado nas gratificações seria sustentada até o dia 21. Caso não houvesse acordo, o governo interromperia as negociações. O ministro Guido Mantega, que não participou daquela reunião, disse, em entrevista coletiva, que a negociação poderia ser feita por categoria e cortaria o ponto de quem aderisse à greve dos servidores, cuja deflagração unificada estava deliberada para o dia 10 daquele mês, segundo plenária de meados de abril.

Sanuel Tosta

Daniel Garcia/Adufrj

A MOBILIZAÇÃO POR MELHORES SALÁRIOS EM 2004 NÃO SE LIMITOU AOS SERVIDORES FEDERAIS. ACIMA, PROTESTO DAS ESTADUAIS FLUMINENSES; AO LADO, MARCHA DO FUNCIONALISMO PAULISTA

Ronaldo Barroso

PLENÁRIA DOS SERVIDORES FEDERAIS REJEITA PROPOSTA DO GOVERNO, EM MAIO

Governo recua

No dia 21/5, a equipe do Ministério do Planejamento recuou do ultimato dado aos servidores no dia 5. Segundo o então vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, o secretário Sérgio Mendonça afirmou, durante reunião com o Sindicato, que o dia 21 não deveria ser considerado "uma camisa de força". A mudança de tratamento do governo, especialmente em relação à categoria dos docentes, pode ter sido conseqüência do resultado das eleições nacionais do Sindicato (confira o restante da "perspectiva 2004" nesta edição) que legitimou a posição defendida pela direção da entidade.

Contraproposta do Setor das Federais do Andes-SN

Em 15 de junho, com o objetivo de superar o impasse com o governo, o Setor das Federais do Andes-SN aprovou a sua primeira proposta alternativa de negociação, que consistia na substituição da GED por uma gratificação fixa, igual para ambas as carreiras e para ativos, aposentados e pensionistas, variando apenas com a titulação e o regime de trabalho, e cujos valores seriam, no mínimo, iguais aos propostos inicialmente pelo governo. Até este momento, o governo afirmava ter apenas R$ 231 milhões disponíveis no orçamento de 2004 para o reajuste dos professores do ensino superior, e, com base naquele valor, apresentava ao Andes-SN "simulações" de tabelas que, naturalmente, exibiam reajustes muito abaixo dos que o Sindicato Nacional afirmava serem possíveis, a partir dos estudos

A campanha passo a passo

No Setor das IFES

Setor das IFES (17/1) - foi proposto que a Campanha Salarial dos servidores deveria denunciar junto às categorias e à sociedade que não estava havendo um efetivo processo de negociação por parte do governo federal. Deveria ser denunciado que não havia sido prevista verba no Orçamento de 2004 para o reajuste devido ao funcionalismo público. Foi aprovada ainda a reivindicação de um reajuste emergencial com base no ICV-Dieese, estimado em 50,19% (até janeiro de 2004), descontados a reposição de 3,5%, de janeiro de 2002, e 1,5%, recebido a partir de janeiro do ano passado. Os servidores deveriam reivindicar a perda salarial referente à inflação de 2003, de cerca de 9%, prometida pelo governo Lula, ainda no início do ano passado.

Setor das IFES (14/2) – foram mantidas as indicações da reunião realizada em 17/1/04.

Setor das IFES (15/3) – foi avaliada a necessidade de ampliar as ações de mobilização para a greve unificada.

Setor das IFES (17/4) - nesta reunião, foi amplamente rejeitada a última proposta salarial do governo.

Setor das IFES (1º/5) – reunido em Recife, por ocasião do Coned, aprovou o indicativo de greve sem data. Foi decidida a transferência de uma paralisação do dia 6 para os dias 10 e 11, quando algumas categorias do funcionalismo já estariam entrando em greve.

Setor das IFES (22/5) - a possibilidade de uma nova gratificação substituindo a GED e a GID, anunciada pelo governo na semana anterior, ganhou imediata reação nesta reunião. O Setor encaminhou para discussão nas assembléias de base a proposta e o indicativo de greve específica dos docentes foi adiado para início entre os dias 7 a 9 de junho, a fim de aguardar o resultado da rodada de assembléias.

Setor das IFES (5/6) – foi remetida para avaliação das assembléias gerais de todo o país uma proposta alternativa de negociação entre o Sindicato e o governo: extinção da GED e da GID e sua substituição por uma gratificação emergencial não produtivista (desvinculada de avaliação de desempenho), com paridade entre ativos e aposentados e isonomia entre docentes do magistério superior e os de 1º e 2º graus. Haveria proposta de estender a gratificação não produtivista aos docentes substitutos.

Setor das IFES (15/6) – na reunião foi confirmada a aprovação da proposta salarial apresentada anteriormente para a discussão nas assembléias locais pela maioria das seções sindicais do Setor. Além disso, a proposta salarial que seria elaborada deveria atingir uma concessão remuneratória que não fosse inferior à apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regimede trabalho, retroativa a 1º de maio. Foi aprovada a manutenção do indicativo de greve sem data. A discussão de uma data para possível deflagração do movimento grevista foi remetida para o 48º Conselho do Andes-SN, que ocorreu de 17 a 20 de junho, em Aracaju (SE).

Setor das IFES (3/7) – foi indicada, para apreciação das assembléias de base, a deflagração da greve em 27 de julho. Em seu texto de avaliação, a diretoria do Andes-SN ressalta que o movimento docente não gostaria de recorrer à greve, mas a postura governamental não deixava outra alternativa.

Setor das IFES (24/7) - o setor avaliou que a deflagração da greve no dia 27 de julho deve ser suspensa. No entanto, caso o governo não avance na negociação, o Setor indicou que as assembléias locais avaliassem um novo indicativo de deflagração do movimento no dia 5 de agosto.

Setor das IFES (31/7) – decidiu indicar a data de 5 de agosto para a deflagração da greve dos professores universitários, uma vez que o governo retomava a proposta feita em abril.

Setor das IFES (6/8) - rejeitou a proposta governo de congelamento da GED e reajustes diferenciados para ativos e aposentados.

Setor das IFES (14/8) – deflagrada a greve e discutidas questões organizativas da campanha salarial.

Setor das IFES (28/8) - uma nova conjuntura foi produzida pela edição da Medida Provisória nº 208, que decretou o reajuste salarial dos docentes, no dia 20 de agosto. Ao fim das discussões, foi decidido encaminhar uma rodada de assembléias para avaliar não só a MP 208/2004, mas também a Medida Provisória nº 198, de julho deste ano, que concedeu outra fórmula de reajuste salarial para os professores da carreira de 1º e 2ºgraus.

Setor das IFES (25/9) – por ampla maioria as seções sindicais rejeitaram a MP 208. Nesta reunião foram definidas algumas ações no contexto das MPs 208 e 198 e pós-greve. Entre elas, reivindicar do MEC, em articulação com outros sindicatos, reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente e nela apresentar e negociar as demandas do setor: extinção do caráter produtivista e incorporação da GED, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, isonomia salarial entre as carreiras de 1º e 2º graus, extensão dos ganhos salariais aos substitutos e visitantes.

Reunião de 1º e 2º graus (23/7) - por causa da tática do governo de fragmentar as negociações com as categorias, representantes de 18 seções sindicais do Andes-SN que têm entre seus filiados docentes da carreira de 1º e 2º graus reuniram-se em Brasília. Foi repudiado o divisionismo produzido pelo governo.

Nas Plenárias SPF

Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais (18/1) - as categorias deveriam avaliar em suas assembléias gerais a construção de uma campanha salarial com a reivindicação de um reajuste emergencial linear relacionado às perdas salariais acumuladas desde junho de 1998.

Plenária (15/2) - os delegados aprovaram uma pauta de reivindicações do funcionalismo para 2004, exigiram a reposição salarial, definiram o índice do reajuste emergencial e desautorizaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a falar em nome deles no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), sem que as categorias sejam ouvidas quando o assunto for reformas trabalhista e sindical. Os servidores aprovaram o índice de 50,19% de reajuste (de julho de 1998 até dezembro de 2003), conforme estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos Dieese), bem como a reposição salarial de 127% (de janeiro de 1995 a dezembro de 2003). Os servidores também reivindicam a incorporação das gratificações, como a GAE e as gratificações de produtividade, a definição da data-base no dia 1º de maio e a negociação das diretrizes de planos de carreira para o setor, que foram entregues ao governo na MNNP no dia 28 de maio do ano anterior, sem resposta até então.

Plenária (16/3) – aprovado indicativo de greve para o mês de abril. Exigência de reposição salarial, correção das distorções, diretrizes de Planos de Carreira, incorporação das gratificações, entre outras reivindicações.

Plenária (18/4) – negada a proposta oferecida pelo governo, que incluía reajustes diferenciados por categoria, incidindo unicamente sobre as gratificações produtivistas (no caso dos docentes universitários, sobre a GED e a GID) e impondo mais perdas para os aposentados. Aprovado, ainda, um indicativo de deflagração de greve unificada dos SPF a partir de 10 de maio, com a instalação do Comando Nacional Unificado de Greve (CNUG) no dia seguinte.

2004 em perspectiva

efetuados pelo seu Grupo de Trabalho de Verbas. A análise dos números indicava que a verba disponível, para ser coerente com a primeira proposta do próprio governo, teria de ser da ordem de R$ 370 milhões (os estudos do GT foram destaque no Jornal da Adufrj daquele período. Confira no quadro da página 10 as principais publicações da seção sindical relativas à campanha salarial).

Planejamento reconheceu disponibilidade orçamentária

No dia 22 de julho, o Ministério do Planejamento reconheceu finalmente a disponibilidade orçamentária de R$ 372 milhões. Nesta data, em reunião com a diretoria do Andes-SN, os representantes do governo propuseram a extinção da GED e a criação de uma gratificação fixa, com paridade para ativos, aposentados e pensionistas. Seria utilizado o montante de R$ 372 milhões mais os recursos já destinados em 2004 à gratificação produtivista. Em 24 de julho, o Setor das Federais aprovou uma contraproposta a essa proposta do governo, formulada pelo GT Verbas. Nesta altura, o governo já havia firmado um acordo com o Sindicato Nacional dos Servidores das Escolas Federais (Sinasefe) - citado no início deste texto -, à revelia do Andes-SN, por meio do qual a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) seria substituída por uma gratificação paritária, tal como reivindicado pelo Andes-SN para os professores de ambas as carrei-

Andes-SN

Crstina Miranda

DIRIGENTES DO ANDES-SN EM AUDIÊNCIA COM REPRESENTANTES DO GOVERNO. ABAIXO, REUNIÃO DO GT VERBAS DO SINDICATO ANALISA PROPOSTA DO GOVERNO, TAMBÉM EM JULHO

A campanha passo a passo

Plenária (4/7) – aprovados, entre outros encaminhamentos: a realização de Ato Público, com caravanas, no dia 10/08, pelo cumprimento dos acordos de greve e contra as reformas do governo Lula e o resgate da Pauta Unificada de Reivindicações dos SPF.

Plenária (29/8) – aprovada carta aberta à população com severas críticas ao governo Lula. Num trecho, anuncia que "A campanha salarial e em defesa do serviço público de 2005 já começou".

Plenária (26/11) – decidiu elaborar texto repudiando o "reajuste" dado de 0,01%, bem como a falta de discussão do tema na MNNP. Também foi reafirmada a disposição para uma Campanha Salarial Unificada em 2005. Para tanto, seria pesquisada, junto ao Dieese, a atualização dos índices a serem utilizados.

Nas Assembléias da Adufrj-SSind

AG (10/2) - Sobre a Campanha Salarial e os índices de reajuste em pauta na Plenária dos SPF, a AG aprovou o índice de reposição emergencial de 50,19%, além dos índices de 127% e 10% para serem trabalhados como índices de denúncia e matéria de negociação com o governo nas mesas de negociação.

AG (12/4) - Os professores reafirmaram as reivindicações da pauta da Campanha Salarial 2004 dos servidores públicos federais e exigiram a abertura efetiva de negociações com os representantes do funcionalismo, entre eles, o Andes-SN.

AG (29/4) - Por 24 votos a 22 e duas abstenções, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind decidiu "aceitar a proposta do governo de aumento na GED e continuar negociação para futuros aumentos". A proposta foi apresentada como alternativa à proposta da diretoria da Adufrj-SSind, que pedia prioridade para a incorporação das gratificações produtivistas e cobrava paridade entre os ganhos de ativos e aposentados, entre outros pontos.

AG (3/6) - Diante das informações ainda pouco precisas vindas de Brasília de uma possível gratificação paritária e isonômica que substituiria a GED e a GID, a Assembléia decidiu aprovar alguns princípios que o Andes-SN deveria manter na negociação do reajuste salarial dos professores universitários: isonomia, paridade e a desvinculação da eventual gratificação de qualquer avaliação de desempenho. A nova gratificação teria que significar ainda um primeiro passo para a reposição salarial a que os docentes têm direito desde 1995, entre outros pontos.

AG (14/6) - Os professores aprovaram a proposta salarial encaminhada pelo Setor das Federais de 5/6 para negociação junto ao governo.

AG (1/7) – aprovada a proposta do governo de reajustes diferenciados nas gratificações produtivistas (GED e GID), apresentada em abril. Rejeitaram o indicativo de greve para a primeira quinzena de julho, proposto pelo Setor das Federais e referendado pelo 48º Conselho do Andes-SN, (Conad) realizado em Aracaju, de 17 a 20/6.

AG (29/7) – aprovada a contraproposta indicada pelo último Setor das IFES para a negociação junto ao governo.

AG (4/8) - os professores da UFRJ decidiram aceitar a mais recente proposta do governo apresentada ao Andes-SN.

AG (3/9) - a assembléia geral rejeitou a medida provisória do governo que reajustou os pontos da GED (que mantém as distorções da carreira e a disparidade entre os salários dos docentes ativos e aposentados). Os professores presentes também reafirmaram os princípios do movimento docente pela isonomia salarial e pela paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Manuella Soares

ACIMA, PLENÁRIA DO 48º CONAD DO ANDES-SN, EM JUNHO, APROVA DISCUSSÃO DO INDICATIVO DE GREVE PARA O MÊS SEGUINTE. AO LADO, CHARGE PUBLICADA MOSTRA PARA ONDE VÃO OS RECURSOS DO GOVERNO

ras. O objetivo da contraproposta do Setor foi restaurar a isonomia entre os professores das carreiras do 1º e 2º graus e do ensino superior e corrigir algumas distorções que a proposta do Planejamento do dia 22/7 continha em relação aos professores titulares com mestrado ou doutorado. Para atender à contraproposta do Setor, bastaria ao governo adicionar cerca de R$ 70 milhões aos recursos já apresentados pelo Planejamento.

Governo retrocede nas negociações

Ao longo da semana de 26 a 30 de julho, a maioria das seções sindicais que realizou assembléias locais nas universidades, inclusive a Adufrj-SSind, aprovou a contraproposta do Setor das Federais do Andes-SN. Mas, na tarde do dia 30, a diretoria do Sindicato foi informada pelos representantes do Ministério do Planejamento de que a proposta apresentada no dia 22 de julho não era "oficial".

Às vésperas de uma nova reunião do Setor, na qual as seções sindicais apresentariam as deliberações das assembléias, a maioria favorável à extinção da GED e à criação de uma gratificação fixa e paritária, o governo abandonou a proposta anterior e voltou a propor o reajuste dos valores da GED que havia apresentado em abril, desta vez suspendendo o caráter produtivista da gratificação.

Setor indica construção da greve nacional

Diante do retrocesso do governo, o Setor das Federais, reunido em 31 de julho e respaldado pela aprovação da categoria durante o 48º Conselho Nacional do Andes-SN, em Aracaju (SE), no mês anterior, indicou para as seções sindicais o dia 5 de agosto para o início de uma greve nacional dos docentes. O objetivo era forçar o governo a retomar as negociações com base no que já havia sido apresentado pelo Planejamento e praticamente aceito pela maioria das seções sindicais: fim da GED, gratificação fixa, paritária e isonômica. Desta vez, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind, em 4 de agosto, aprovou a proposta do governo, mas a grande maioria das seções sindicais rejeitou-a novamente nas suas assembléias gerais realizadas durante a semana de 2 a 6 de agosto. Assim, teve início o movimento grevista nacional.

No dia 17/8, o Ministério do Planejamento anunciou em reunião com o Andes-SN que encerrava as negociações da Campanha Salarial 2004 com a edição de uma medida provisória na qual publicaria a sua proposta de reajustes diferenciados para os professores ativos e aposentados, contrariando as reivindicações do movimento docente pela paridade.

No dia 20 de agosto a categoria foi surpreendida com a atitude autoritária e truculenta do governo ao editar a Medida Provisória 208/04, cujo conteúdo contraria frontalmente as reivindicações e princípios do movimento docente e as declarações do próprio governo. A greve nacional encerrou-se na primeira quinzena de setembro.

Ingerência no GT do governo sobre estrutura salarial

No dia 21 de dezembro, a diretoria do Andes-SN participou de audiência com o ministro da Educação, Tarso Genro, para discutir a situação salarial, as condições de trabalho dos docentes, o Projeto para as Universidades Brasileiras e a Reforma Universitária encaminhada pelo governo, segundo matéria divulgada na página do Sindicato (www.andes.org.br).

A presidente do Sindicato Nacional, Marina Barbosa, demonstrou preocupação com a composição do GT que, em seguida, seria instalado no MEC com a finalidade de apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, a paridade entre ativos, aposentados, bem como do novo sistema de avaliação que deverá substituir a GED. Integram o GT, além do MEC, o Andes-SN, a Andifes, a SBPC e o Proifes (veja restante na "perspectiva", nesta edição). Questionado sobre a legitimidade e representatividade do Proifes e qual o critério foi adotado para convidar essa entidade, Tarso Genro argumentou que foi uma opção política do Ministério.

Em relação à questão salarial, Tarso Genro afirmou que o MEC está subordinado a uma visão global de governo. O secretário-executivo do MEC, Jairo Jorge, disse que, em 2005, o MEC poderia criar uma gratificação fixa no lugar da GED. Segundo ele, isso garantiria a paridade entre ativos e aposentados, mas questiona: "haverá estímulo à docência?".

A presidente do Andes-SN respondeu que "se os docentes tiverem condições salariais e materiais condignas, não haverá necessidade de estímulo à docência". Marina Barbosa afirmou ainda que por trás de uma gratificação de estímulo pode esconder-se um caráter punitivo. Cobrou a retomada das reuniões das mesas nacional e setorial de negociação.

A diretoria do Andes-SN entregou ao ministro dois documentos: um reafirma a necessidade de incorporação da GED, sua extinção para restabelecer a autonomia e a paridade e abrir negociações verdadeiras para implementar a carreira única; o outro reivindica a definição de uma agenda que garanta a educação superior pública e gratuita como direito universal e um processo de negociação amplo, democrático e objetivo.

Logo após audiência, foram oficialmente abertos os trabalhos do GT sobre estrutura salarial dos docentes. Foi acordado novo cronograma de trabalho. A próxima reunião está marcada para o dia 16 de fevereiro de 2005.

Última piada de mau gosto: 0,01%

Já o reajuste linear de 0,01% concedido pela União ao funcionalismo civil no ano passado ainda está indefinido. A questão está sendo avaliada pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que ainda não assinou a Medida Provisória que trata do aumento. Há quem defenda que isso só pode acontecer por lei complementar. Enquanto a burocracia não resolve, os servidores federais ficam sem saber quando o "aumento" entra na conta.

2004 em perspectiva

Principais publicações da Adufrj-SSind sobre a Campanha Salarial 2004

Em 22 de março, o Jornal da Adufrj nº 128 relata o lançamento da Campanha Salarial**.**

Em 29 de março, o Jornal da Adufrj nº 129 trouxe o primeiro encarte sobre a Campanha Salarial de 2004. A edição continha a pauta unificada de reivindicações dos servidores públicos federais e as reivindicações emergenciais dos docentes do Setor das IFES do Andes-SN (atualizadas pelo 23º Congresso do Sindicato). Como destaque, era lembrado que, "conforme dados do próprio Ministério da Fazenda, a Despesa de Pessoal no período 1995 a 2003 teve uma variação 70,30%, enquanto a Receita Corrente Líquida da União cresceu 198,22%".

Na edição de 12 de abril (Jornal nº 131), a Adufrj-SSind elaborou quadros com os possíveis salários dos professores a partir das poucas informações disponibilizadas pelo governo sobre a sua primeira proposta salarial.

Novas tabelas foram elaboradas na edição nº 132, de 19 de abril, com uma nova proposta do governo de reajustar os valores da GED e da GID a partir do mês de maio de 2004.

Na edição nº 134, de 2 de maio, a diretoria da Adufrj-SSind escreveu editorial sobre a campanha salarial, com a defesa pela incorporação das gratificações.

Na edição nº 136, de 17 de maio, o Jornal reproduz nota pública do Andes-SN com esclarecimentos sobre o processo de "negociação" com o governo durante a campanha salarial. Ainda na edição de 17 de maio, foi republicado artigo (originalmente escrito para O Globo) da presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, sobre a possibilidade da greve entre os docentes.

Na edição nº 143, de 5 de julho, foi publicado o relatório produzido pelo Grupo de Trabalho Verbas do Andes-SN sobre as tabelas encaminhadas poucos dias antes pelo governo ao Sindicato com novas simulações de proposta salarial. O GT destaca a inconsistência dos dados governamentais.

Em sua edição nº 145, de 20 de julho, o Jornal publicou outras simulações de tabelas com as últimas propostas do governo para as carreiras de 1º e 2º grau e também para o magistério superior. A diretoria também comentou o ofício do MPOG enviado ao Andes-SN com a nova proposta salarial.

Em 27 de julho, edição nº 146, mais tabelas, agora com as simulações seguindo a contraproposta elaborada pelo GT Verbas e indicada ao Setor das Federais de 24/7.

Nota pública do Andes-SN denuncia recuo do governo em sua proposta salarial no jornal de 3 de agosto (nº 147).

Jornal de 9 de agosto, edição nº 148, relata o início da greve em seis universidades federais.

A edição nº 151,de 30 de agosto, trouxe a notícia da Medida Provisória que reajustou o salário dos docentes, com as críticas da diretoria da seção sindical.

A edição nº 152, de 8 de setembro, divulgou o fim da greve nacional dos docentes.

O Jornal da Adufrj-SSind nº 155, de 4 de outubro, noticiou a reunião do Setor de 25/9 que rejeitou a MP dos salários. Também foi anunciado que as diretorias do Andes-SN e do Sinasefe se reuniram e decidiram não mais aceitar negociações salariais em separado com o governo. No dia seguinte a este Setor, a disposição conjunta foi confirmada na reunião ampliada da CNESF.

2004 em perspectiva

Eleição do Andes-SN

Categoria reafirma sindicalismo autônomo e democrático

Manuella Soares

DIREÇÃO DO ANDES-SN (BIÊNIO 2004/2006) TOMA POSSE NO 48º CONAD, EM ARACAJU (SE)

Em meio à Campanha Salarial 2004 do funcionalismo federal, mais de 23 mil docentes foram às urnas eleger uma nova diretoria para o Andes Sindicato Nacional. A "Andes Autônoma e Democrática" venceu a disputa com 49,41% dos votos contra 45,62% recebidos pela oposição "Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta. A chapa vencedora representava a continuidade da condução política da direção anterior e a postura intransigente pela manutenção da paridade e da isonomia salarial entre os docentes ativos e aposentados e dos diversos níveis das carreiras. A defesa da Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade é também uma marca da gestão que se manteve à frente da direção nacional.

A eleição aconteceu nos dias 18 e 19 de maio. Semanas antes do pleito, o ministro Guido Mantega havia ameaçado interromper as negociações da campanha salarial caso a categoria rejeitasse a proposta de reajustes diferenciados. Apoiado por representantes da oposição à direção do Andes-SN, o ministro deu um ultimato aos professores pressionando-os para que aprovassem a proposta governista até o dia 21 daquele mês, quando haveria uma audiência com os representantes do Ministério da Fazenda e da diretoria do Sindicato.

O jornal da Adufrj-SSind 136, de 17/5/2004, estampava nas suas capa e contracapa a Nota de Esclarecimento da diretoria do Andes-SN sobre as negociações com o governo. Na nota, eram desmentidos os boatos de que a direção nacional não estava negociando e que, caso a proposta do governo fosse rejeitada, os professores só receberiam um reajuste linear de 2,67%. Os boatos eram divulgados principalmente por representantes da chapa oposicionista que concorria à direção do Sindicato. A nota do Andes-SN lembrava, ainda, que alguns dos integrantes da chapa de oposição fizeram parte da direção do Andes-SN que, em 1988, desrespeitou as decisões das assembléias de base e negociou com o governo FHC, com o apoio do então senador Antônio Carlos Magalhães, a implementação da gratificação produtivista (Gratificação de Estímulo à Docência) e a quebra da paridade entre os salários e os proventos dos aposentados e pensionistas. "Quem não negocia é o governo federal que, desde 19 de fevereiro de 2003 (quando foi instalada a Mesa Nacional de Negociação Permanente), se recusa a apresentar uma proposta que contemple, no mínimo, nossa pauta emergencial; não cumpre os acordos de greve, como o que celebramos em 2001, e muito menos a pauta específica, tanto a do Andes-SN, como a das demais categorias", denunciava a nota da direção nacional.

Em 21 de maio, um dia após a apuração do resultado da eleição e da derrota da chapa que tinha a simpatia de representantes do governo Lula, em audiência com a diretoria do Andes-SN, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda, Sérgio Mendonça, mudou completamente o tom ameaçador com que o governo vinha tratando o movimento docente e afirmou que aquela data não deveria ser considerada "uma camisa de força". Desta forma, o governo recuava do ultimato que havia sido dado à categoria para a aprovação imediata da proposta de reajustes diferenciados.

Três chapas se inscrevem, mas apenas duas concorrem

A campanha eleitoral teve início durante o 23º Congresso do Andes-SN, em Salvador (BA), no princípio de março, quando três chapas se inscreveram para concorrer à direção do Andes-SN no biênio 2004/2006. A chapa 1 'Educação e Revolução' acabou não vingando. A chapa, que apresentou como candidata à presidente a professora da Universidade Estadual da Paraíba Maria de Lourdes Sarmento, não compôs até o prazo definido pela comissão eleitoral nacional a nominata com os 84 nomes que constituem a diretoria do Sindicato e suas regionais.

Pela chapa 2, concorreu à presidência do Sindicato o professor Gil Vicente Reis de Figueiredo da Universidade Federal de São Carlos e atual presidente provisório do recém criado Fórum de Professores das IFES. Pela chapa 3, concorreu e foi eleita presidente Marina Barbosa, professora da Universidade Federal Fluminense.

Concepções distintas

As diferenças entre as chapas 2 e 3 foram destacadas ao longo do processo eleitoral. O **Jornal da Adufrj** cedeu espaço para as concorrentes e foram publicados artigos e materiais de campanha de ambas nas edições 134, 135 e 136, além de matérias sobre o assunto e a publicação da nominata completa das duas chapas.

A chapa do professor Gil Vicente se apresentou como alternativa e de oposição à então direção do Sindicato. A "questão central imediata" abordada pelo material de campanha apresentado pela Chapa 2 ao **Jornal da Adufrj** era "a reforma universitária". Sobre este tema, a Chapa 2 propunha um 'sindicato alternativo e de movimento, democrático e cidadão', e chamava a categoria para a "definição dos rumos de uma necessária reforma universitária".

Sobre a questão salarial, a chapa 2 se posicionou favorável ao produtivismo acadêmico e chamava de conservadora a postura de defesa da paridade entre ativos e

2004 em perspectiva

aposentados e da isonomia entre níveis e carreiras.

Alguns dos princípios inegociáveis para a chapa 3, que representou a continuidade da direção de então, eram justamente a defesa da paridade e da isonomia, a posição contrária às gratificações produtivistas e o entendimento de que a reforma universitária que estava sendo anunciada pelo governo Lula poria ainda mais as instituições públicas a serviço do mercado, instituindo a mercantilização do ensino a partir do receituário neoliberal imposto pelos organismos financeiros internacionais a países em desenvolvimento como o Brasil.

"Andes-SN é de fato uma pedra no sapato"

Eleitos, a presidente Marina Barbosa e os demais 83 diretores da 'Andes Autônoma e Democrática' tomaram posse durante o 48º Conselho Nacional do Andes-SN, em Aracaju (SE). Na ocasião, em entrevista ao **Jornal da Adufrj** 142 (29/6/2004), a professora considerou que a vitória da chapa 3 significou a preferência da maior parte da categoria por um sindicalismo autônomo, classista, que desenvolve uma interlocução com o governo e com as instituições "a partir da sua independência política e do respeito absoluto às decisões de base das instâncias do sindicato". Como a professora fez questão de afirmar, com a vitória da chapa 3, o Andes-SN se mantém uma "pedra no

Manuella Soares

MARINA BARBOSA

sapato" do governo e das suas reformas que atentam contra os serviços públicos, em especial, contra a educação pública.

Oposição se transforma em Proifes

Inconformados com a manutenção da postura independente da atual direção do Andes-SN frente aos desmandos do governo Lula, com destaque para o desfecho autoritário da campanha salarial (páginas 4 a 10 desta edição), alguns professores que fizeram parte da chapa de oposição que concorreu ao último pleito do Andes-SN decidiram criar o Fórum de Professores das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

O Proifes foi 'oficialmente' lançado no dia 16 de outubro, em Brasília. A iniciativa repercutiu negativamente no movimento docente e não foram poucas as críticas de que estava sendo criada uma 'chapa branca', dados os posicionamentos públicos de seus representantes em favor da reforma universitária ou das propostas salariais do governo. Em flagrante desrespeito à prática democrática de organização do movimento docente, o estatuto do Proifes define, no seu artigo 4º, como instância máxima de deliberação uma "Consulta Eletrônica". A primeira instância de deliberação é sua diretoria e como segunda instância é considerado o "Encontro Nacional" da entidade, que só ocorrerá "se houver disponibilidade financeira". Outro ponto bastante criticado é o fato de esta entidade reivindicar a representação apenas de docentes das instituições federais, numa clara tentativa de dividir o conjunto da categoria, isolando a luta destes docentes dos demais colegas das estaduais e particulares.

Durante o 49º Conselho Nacional (Conad), realizado no mês de novembro, em Brasília, a diretoria do Andes-SN denunciou as articulações do governo para a criação do Proifes (edição 163, de 22/11/2004). Mesmo tendo sido apoiador da chapa 2, o professor da Universidade Estadual de Campinas, Roberto Romano, foi um dos que se manifestou contra o que chamou de 'peleguismo' expresso na criação do fórum. No artigo 'O peleguismo universitário, oportunismo e goles secretos' (edição 165, de 6/12/2004), o professor Titular de Filosofia revela o principal objetivo da nova entidade: "O documento de fundação do Proifes, clone do Andes em favor do governo petista de hoje, deixa claro o alvo: afastar o sindicato e substituí-lo nas universidades públicas federais".

Governo reconhece e apóia entidade 'chapa-branca'

Num primeiro momento, quando questionado, o governo, na figura do MEC, negou seu envolvimento com o Proifes. Mas já no finalzinho de 2004, no dia 21 de dezembro, após a divulgação pelo Ministério da Educação do anteprojeto de lei para a educação superior, ao convocar uma audiência com as entidades representativas dos segmentos universitários (Andes-SN, UNE, Fasubra e Andifes) o governo convidou também o Proifes como representante da categoria docente. Argüido sobre a legitimidade e representatividade daquele fórum e qual o critério adotado para convidar a entidade, Tarso Genro argumentou em reunião com a diretoria do Andes-SN, no mesmo dia 21/12, que foi uma opção política do Ministério. Tal afirmação não deixa dúvidas quanto ao caráter oficialesco da nova organização que conta com total apoio dos dirigentes palacianos.

Andes Autônoma e Democrática ganha também na UFRJ

A Chapa 3 também obteve maioria dos votos na UFRJ. Foram 431 contra 322 recebidos pela chapa de oposição. De um total de 799 votantes, houve ainda 16 votos em branco e 30 nulos. O colégio eleitoral da UFRJ é de 3.422 professores sindicalizados.

Nacionalmente, a chapa 3 recebeu 11.413 votos contra 10.537 para a chapa 2. Houve, ainda, 643 votos em branco e 506 nulos. No estado do Rio, a chapa 3 obteve, no total, 1.720 votos (66%) contra 892 (34%). Foram registrados em nível estadual 45 votos brancos e 64 nulos.

Douglas Pereira

VOTAÇÃO OCORRIDA NA FACULDADE DE LETRAS

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 169 • 17 de janeiro de 2005

REFORMA UNIVERSITÁRIA

2004 em perspectiva

Movimentos se organizam contra reforma universitária
Páginas 4 a 7

UFRJ enfrenta problemas orçamentários
Páginas 8 a 10

Jurídico na defesa dos direitos dos professores
Página 11

Manuella Soares

Manuella Soares

Guilherme Lessa

Manuella Soares

Guilherme Lessa

Guilherme Lessa

Agenda Sindical

17/1 - Reunião do Fórum Fluminense de Lutas
Rio de Janeiro (RJ) – na sede do Sintrasef (Av. Treze de Maio, n° 13 - 10° andar), às 18h.

25/1 - Reunião do GTPE no FSM
Porto Alegre (RS) - Auditório do SINDCAIXA

25/1 - Reunião do Setor das IFES
Porto Alegre - Sede da Adufrgs

26/1 - Plenária dos SPF
Porto Alegre (RS)

26/1 - Plenária Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Porto Alegre (RS)

26/1 a 31/1 – Fórum Social Mundial
Porto Alegre (RS)

28/1 - Encontro Nacional do Celutas
Porto Alegre (RS)

30/1 - Encontro Nacional da Conlutas
Porto Alegre (RS)

24/2 a 1/3 - 24º Congresso do Andes-SN
Curitiba (PR) - com o tema central "Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação".

Andes-SN

Grupos do Andes-SN analisam impactos do anteprojeto do MEC

Nos dias 11 e 12, na sede da Adunifesp, em São Paulo, os Grupos de Carreira e Política Educacional do Andes-SN debateram os efeitos do anterprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior, apresentado pelo Ministério da Educação, no final de 2004. O GT Carreira avaliou que o fato de o governo apresentar um projeto para a Educação Superior e outro para a Educação Profissional e Tecnológica estabelece o fim do Sistema Nacional de Educação. O GT Política Educacional vai construir um documento a partir das avaliações feitas nestes dois dias.

No dia 11, os dois grupos se reuniram pela manhã e fizeram uma análise da reforma universitária em curso e das propostas divulgadas pelo governo. O vice-presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, lembrou que o Congresso de Curitiba tem uma pauta que inclui, além da reforma da Educação, temas como a relação da entidade com a CUT. Também diretor do Sindicato, Roberto Leher criticou o curto espaço de tempo oferecido pelo MEC para o debate do anteprojeto pelo meio universitário e pela sociedade.

No mesmo dia, à tarde, os GTs trabalharam separadamente e subdividiram-se em grupos com temas distintos. Os grupos do GT Carreira trataram do anteprojeto de Educação Superior, da Lei de Inovação Tecnológica, das propostas que serão encaminhadas ao Grupo de Trabalho do MEC (formado pelo governo para debater o anteprojeto), os efeitos da legislação proposta na estrutura da carreira docente e a proposta de titularidade para os docentes do ensino fundamental e médio. O GT Política Educacional também se subdividiu em temas que trataram do contexto em que é apresentado o anteprojeto, a análise pontual da proposta governamental, a função social que a universidade assumirá caso o projeto seja aprovado e o fim do Sistema Nacional de Educação mediante a separação entre o ensino superior e o ensino técnico e tecnológico. O resultado do trabalho dos grupos será encaminhado para o Congresso do Andes-SN, em Curitiba.

A avaliação dos docentes foi a de que o anteprojeto, embora apresentado pelo MEC como "marco zero" da discussão, não pode ser analisado independentemente das medidas já implementadas em 2004 (Sinaes, ProUni, Lei de Inovação Tecnológica, PPP e a regulamentação das fundações privadas). A opção pelas políticas focalizadas, pela fragmentação do sistema educacional, pelo desmonte do tripé ensino-pesquisa-extensão e as restrições orçamentárias cada vez maiores são as principais marcas do anteprojeto que, ao pretender regulamentar o artigo 207 da CF, restringe ainda mais a autonomia das universidades públicas e traz pérolas como a "loteria" da assistência estudantil e o "primeiro emprego acadêmico" como novas formas de descomprometimento do Estado com a educação pública.

O conjunto das medidas implementadas pelo Executivo, acrescido da proposta defendida pelo MEC, afetam profundamente a educação superior brasileira e corroboram com os seguintes objetivos: i) a expansão da educação superior pelo setor privado e a crescente desresponsabilização do Estado com o financiamento das públicas; ii) a naturalização de que os (poucos) jovens das classes populares que terão acesso ao nível superior devem receber ensino de qualidade inferior; iii) a transformação da universidade em organização de comercialização de serviços; iv) a hipertrofia do controle governamental e do mercado sobre a universidade pública, inviabilizando a autonomia e, principalmente, a liberdade acadêmica.

No caso específico da carreira docente, o anteprojeto, se aprovado, terá como conseqüência: a quebra da isonomia salarial entre os docentes da mesma carreira e entre as diferentes IFES; a flexibilização do regime de Dedicação Exclusiva, já que o mínimo de 1/3 de docentes em regime de tempo integral - 40h – o que permite que uma instituição seja considerada uma "universidade"; a flexibilização dos contratos de trabalho, ao se prever a contratação de estudantes de graduação em atividades de extensão e estudantes de pós-graduação em atividades de ensino, por no mínimo 12 meses; certamente restringindo-se a necessidade de abertura de concursos para docentes.

No dia 13, os docentes participaram do Grupo de Trabalho Nacional Vamos Barrar essa Reforma. Houve informes das entidades participantes, entre elas os DCEs da UFRGS e da USP. Representante da Associação dos Professores da PUC/SP, Beatriz Abramides disse que, embora a entidade não seja filiada ao Andes-SN, a ProPUC será uma aliada na luta contra a reforma universitária. Estudantes do Celute também participaram do GT e apresentaram uma agenda do movimento discente durante o Fórum Social Mundial. O Celute estará realizando seu 2º Encontro Nacional, durante o evento. O primeiro foi realizado na UFRJ, em maio do ano passado, e reuniu mais de 1.700 universitários de todo o país. Foi informado que a UNE realizará seu Congresso Nacional no final do primeiro semestre deste ano e que alguns grupos que se opunham à reforma receberam de forma positiva o anteprojeto e estariam se aproximando dos grupos que apóiam a reforma do governo.

A avaliação comum das entidades presentes na reunião do dia 13 é que a manutenção e ampliação do pólo de resistência e enfrentamento é fundamental para que o debate sobre a reforma necessária à educação superior alcance o conjunto da comunidade universitária e a sociedade em geral. Só com mobilização haverá a possibilidade de impedir o desmonte que vem sendo operado na universidade pública e o avanço da privatização e mercantilização do ensino. Dentre os encaminhamentos do seminário, ressalta-se a construção de uma atividade conjunta no Fórum Social Mundial que dará visibilidade ao tema da reforma da educação superior e aprofundará o debate entre as entidades e movimentos estudantil e sociais.

Participaram das reuniões como representantes da Adufrj-SSind os diretores Janete Luzia Leite e Salatiel Menezes e as professoras Cristina Miranda e Elen Castelo Branco.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Anteprojeto não agrada colegiado

As diretrizes do anteprojeto da reforma universitária – elaborado pelo Ministério da Educação – não agradaram os integrantes do Conselho de Ensino de Pós-Graduação (CEPG), que estiveram reunidos na última sexta-feira (14/1). Dentre os aspectos destacados pelos conselheiros, está o fato de o documento estabelecer que o governo escolherá os cursos que serão criados pelas universidades, medida que fere o princípio de autonomia universitária. Outro aspecto criticado foi a divisão das normas por cursos, o que, segundo os conselheiros, deixaria de atender todas as necessidades de cada área.

O documento também foi considerado muito centralizador pelo CEPG. Nelson Souza e Silva, o representante do CCS que presidiu a sessão, afirmou estar temeroso de que a aprovação de uma medida, nos grandes centros, leve para a Amazônia, por exemplo, normas que não atendam as verdadeiras necessidades da região: "Na saúde, o SUS implantou os Conselhos Municipais de Saúde, onde se decidem as prioridades do orçamento de cada região. O exemplo deveria ser seguido na educação", afirmou Nelson Silva, que utilizou o parâmetro do Sistema Único de Saúde (SUS) para traçar paralelos com diversos trechos do documento do MEC.

Outro aspecto que não agradou foi a ênfase dada no documento na preparação dos jovens para o mercado de trabalho, sem dar a mesma importância para a formação humanística.

Se as diretrizes não agradavam aos presentes, Maria Carlota Amaral Paixão Rosa, representante do CLA, reiterava sua posição emitida em outras plenárias: "Para mim este documento tem como único propósito destruir as universidades públicas brasileiras". O representante do CCS ressaltou a necessidade da elaboração de um novo documento que defina a posição do Colegiado, na medida que os outros conselhos já estão definindo suas posições. Até a próxima reunião, os conselheiros se comunicarão através correio eletrônico até que obtenham uma opinião convergente.

Além do anteprojeto, que ainda voltará a ser debatido no CEPG, foram aprovadas– com quorum mínimo (nove conselheiros) – as atas das duas últimas reuniões do ano passado.

Sindicatos da França são contra Reforma do Ensino

Sindicatos de educação dizem não à reforma e fazem greve no próximo dia 20

O Ministro da Educação Nacional da França, François Fillon, apresentou a lei de orientação para o futuro do ensino francês no conselho de ministros no dia 12 de janeiro e anunciou que ela entrará em vigor a partir de 2005.

O ministro citou as medidas concernentes à lei: instauração do Alto Conselho de Educação que avaliará o conteúdo da base comum de conhecimentos, lançamento dos primeiros contratos individuais de aprovação para os alunos com dificuldades, ensino de orientação profissional aos alunos que estão no ano escolar anterior aos exames de acesso à universidade, expansão do certificado de informática e Internet (um certificado que comprova a competência dos alunos do ensino fundamental e médio no manuseio de computadores), criação de uma nota referente ao aproveitamento escolar do aluno, nova regulamentação para os diplomas emitidos a partir de 2006.

O governo francês quer que as mudanças passem a vigorar no ano de 2007. "É preciso que em dois anos o conjunto de medidas da lei para a escola estejam integralmente nos trilhos", declarou o Ministro Fillon.

Sindicatos dizem não

Às federações sindicais da educação (FAEN, FERC-CGT, FSU, SGEN-CFDT e UNSA - *éducation*), que exigem o abandono desse projeto de lei e estão convocando uma greve no dia 20 de janeiro, o ministro respondeu que " o *status quo* é contrário aos interesses de uma escola mais justa e mais eficaz". "Julgar que os investimentos em educação sejam insuficientes ao mesmo tempo em que estamos no primeiro lugar do ranking da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) é esquivar-se do nosso desafio comum: o de modernizar o serviço público de educação nacional," avalia o ministro Fillon.

O secretário geral da FSU (Federação Sindical Unitária), Gérard Aschieri, alertou o ministro contra os riscos de se lançar uma reforma "que não seria defendida por nenhum daqueles a quem ela atinge", fazendo referência ao voto majoritário do Conselho Superior da Educação (CSE), no dia 16 de dezembro, contra o projeto de lei. Sobre a greve de 20 janeiro, Aschieri confia numa grande adesão.

Empregos Necessários

A Federação Sindical Unitária pretende exercer influência no debate sobre a lei, a ser realizado a partir de fevereiro pelo Parlamento.

A federação reclama uma diminuição do tamanho das turmas, com prioridade para os estabelecimentos classificados como zona de educação prioritária (ZEP) e uma diminuição do tempo de presença dos professores junto aos alunos para permitir o trabalho em equipe e a concentração. A federação teme que o financiamento dos contratos individuais de aprovação de alunos se faça em detrimento dos financiamentos previstos para os estabelecimentos de ensinos de educação prioritária (ZEP). A Federação Sindical Unitária editou um boletim com 500.000 exemplares divulgando suas propostas alternativas ao projeto de lei do Ministério da Educação francês.

O conselho nacional do Sindicato Nacional dos Professores de Segundo Grau (SNES-FSU), o principal sindicato dessa categoria, numa reunião em Paris nos dias 11 e 12 de janeiro, lançou um "apelo solene ao governo para que ele renuncie ao projeto de lei do ministro Fillon e que abra discussões sobre uma outra lei." O conselho lamentou os cortes no emprego calculados em 20 000 em quatro anos escolares. Esses cortes estão em desacordo "com o número de empregos necessários para se atingirem os objetivos do projeto de lei: qualificação de todos os jovens, 80% numa faixa etária que está no nível do vestibular e 50% no nível do ensino superior.

A principal federação de pais de alunos, a FCPE, avalia que "nada na nova lei trará melhorias no sistema escolar. A lei não terá efeito algum sobre o que, de fato, funciona mal no sistema, como os métodos pedagógicos desatualizados para os alunos de hoje. A lei faz recair, de forma subliminar, sobre os alunos e seus pais a inteira responsabilidade do desafio escolar e isenta o sistema educativo da sua cota de responsabilidade." A Federação dos Pais de Alunos convoca os familiares "a agirem no sentido de recusar uma lei que já foi rejeitada no Conselho Superior de Educação (CSE)." (*Le Monde* 13/01)

Tradução: Wagner Maiolino

Resenha

Concurso para 3.300 professores

O Ministério do Planejamento editou portaria autorizando as instituições federais de ensino a fazer concurso público para 3.300 docentes, sendo 800 vagas para professores de ensino fundamental e médio e 2.500 para ensino superior. A data do concurso ainda não está definida. Segundo o MEC, os candidatos aprovados devem tomar posse a partir de julho. O MEC pediu 6.000 vagas para professores. Dessas, somente 3.300 foram autorizadas. As demais serão preenchidas até o fim de 2006. Segundo a Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), seriam necessários 8.000 professores para preencher as vagas do quadro de docentes das universidades federais. (O Globo e O Estado de São Paulo, 13/1).

TV do Sul funciona em março

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciou, em 9/1, que autorizou a criação da emissora de televisão *Televisora del Sur* (*Telesur*), uma empresa anônima que terá alcance latino-americano e que buscará divulgar a realidade da região. A *Telesur* será "um meio de comunicação audiovisual hemisférico, que difundará uma visão real da diversidade social e cultural da América Latina e do Caribe para oferecê-la ao mundo", disse Chávez A emissora começará a funcionar no final do mês de março, de acordo com a agência de notícias EFE.

França contra reformas trabalhistas

A Confederação Geral do Trabalho (CGT), a Confederação Francesa de Trabalhadores (CFDT), Força Operária (FO) e a Confederação Francesa de Trabalhadores Cristãos (CFTC) decidiram organizar manifestações em várias cidades francesas para defender as leis sobre as 35 horas de trabalho semanais. O governo da França propõe flexibilizar a norma com uma proposta de lei de sua maioria parlamentar. O projeto se baseia em três pontos: a possibilidade de cada assalariado converter em salário seus dias acumulados para redução do tempo de trabalho ou transferi-los para uma conta para avançar sua aposentadoria; o aumento do contingente de horas-extras permitidas de 180 para 220 e a manutenção da remuneração adicional das horas-extras para as empresas com menos de 20 assalariados em 10%, e não nos 25% previstos. As mobilizações locais ocorrerão em toda a França no dia 5 de fevereiro (Informativo Diário da CUT/RJ, 12/1).

"O Brasil tem saída"

O ex-presidente do BNDES Carlos Lessa lançou um manifesto ("O Brasil tem saída") para debater, com formadores de opinião, um projeto nacional capaz de promover o desenvolvimento sustentado. Para ele "será um desastre histórico insistirmos em um novo ciclo neoliberal" (Gazeta Mercantil, 10/1).

2004 em perspectiva

Reforma Universitária

Movimentos se organizam contra propostas do governo para o ensino superior, algumas já vigentes

Kelvin Melo

EM DEBATE ORGANIZADO PELA ASDUERJ, EM MAIO, REPRESENTANTE DO MEC NÃO CONSEGUE DEFENDER A REFORMA

Manuella Soares

REITORIA E DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND DEFENDEM AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA EM FEVEREIRO

Janete Luzia

GTPE DO ANDES-SN ANALISA PRINCÍPIOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, EM AGOSTO

O ano que passou foi, sem dúvida, o ano da resistência à reforma do ensino superior desencadeada pelo governo Lula já na virada de 2003 para 2004. Chamado pelo governo Lula de 'revolução universitária', o pacote reformista foi apresentado 'aos pedaços' e a primeira iniciativa foi a publicação, ainda em dezembro de 2003, da Medida Provisória que criava, em substituição ao Provão, o Sinapes – Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior. Junto da medida, outras iniciativas compunham o pacote da reforma: o PL de Lei Orgânica da Autonomia, do deputado petista Eduardo Valverde; as propostas de emenda constitucional 28/2003 - que alterava o financiamento da educação, 37/2003 - que criava um fundo de 10% dos recursos da Educação para a manutenção da Educação Infantil e Valorização do Magistério, em âmbito estadual e a 217/2003, da deputada petista Selma Schons, que previa a cobrança de impostos para os egressos das universidades públicas.

A reação ao pacote veio ainda no primeiro mês do ano. As entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, DCE, APG e Sintufrj) organizaram um grupo de trabalho conjunto para assessorar os movimentos na discussão e na preparação de atividades sobre a reforma. No primeiro debate organizado pelo grupo em 21 de janeiro, o conselheiro da Adufrj-SSind e ex-presidente do Andes-SN, Roberto Leher, já alertava para a liberalização das instituições e da educação públicas no Brasil e na América Latina. "O Banco Mundial afirma em seus documentos que a América Latina não requer mais universidades com o modelo europeu, ao qual se refere pejorativamente, que tem como princípios a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva universalista", comentou na ocasião. O professor alertou para o fato de os projetos da reforma universitária terem sido formulados não no âmbito do Ministério da Educação, mas nas pastas da equipe econômica.

Grupo interministerial e o "diagnóstico" da falta de verbas

Neste e em outros eventos organizados pela Adufrj-SSind ou pelo Andes-SN, o documento preparado pelo Grupo Interministerial serviu como base das primeiras avaliações sobre a reforma educacional que estava em andamento e se encontra em fase de consolidação com a aprovação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, do Programa Universidade para Todos, do Sistema Especial de Reserva de Vagas e com a apresentação do anteprojeto de lei da Educação Superior, divulgado pelo Ministério da Educação no final de 2004.

No documento do GI (formado pelos ministérios da Fazenda, Planejamento, Educação e Ciência e Tecnologia, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência), o governo reconhecia a situação precária das universidades públicas e cinicamente constatava que a solicitação do MEC de verbas complementares, da ordem de R$ 341 milhões, não havia sido incluída no Orçamento de 2004 e que isto poderia "trazer graves problemas no funcionamento das universidades". No documento, o governo afirmava a necessidade de aportes de R$ 759 milhões em 2004, R$ 835 milhões em 2005, R$ 918 milhões em 2006 e a cifra de R$ 1 bilhão em 2007 para as Ifes.

Troca-troca no MEC

De férias em Portugal, o ex-ministro Cristovam Buarque foi demitido, pelo telefone, pelo presidente Lula, no dia 23 de janeiro. As motivações eram evidentes. Lula queria um ministro para a pasta da Educação que não fosse "acadêmico", mas sim um gerente, perfil no qual se encaixava o então presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro. "Quero ministros para apresentar resultados, não para ficar com tese, com conversa. Por isso, estou pegando essa turma boa da Câmara", disse Lula, segundo matéria da Folha Online (23/01/2004), sobre a demissão de Cristovam ao então também novo ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos (PSB-PE).

No dia da posse de Tarso Genro (27/1), o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, entregou ao novo ministro a proposta do Sindicato para a Universidade Brasileira, conhecida como Caderno 2. Na ocasião, Lucas ressaltou a disposição do Andes-SN para perseguir a interlocução com o MEC, apesar das numerosas solicitações de audiências não atendidas.

Movimentos se articulam

Assim como os movimentos locais, as entidades nacionais se articularam para promover debates em várias regiões sobre os efeitos da reforma educacional que se desenhava a partir dos diagnósticos e prognósticos apresentados pelo Grupo Interministerial. Foram vários os eventos sobre o tema dos quais participaram representantes do Andes-SN, Fasubra e UNE. Em fevereiro (6/2), a Aduff-SSind (seção sindical da UFF) organizou um debate sobre a reforma anunciada pelo governo com a presença do presidente do Sindicato Nacional, da coordenadora da entidade dos técnico-administrativos, Graça Freire e do representante dos estudantes Geraldo Villar. O presidente do Andes-SN avaliou que o problema da reforma não estava no diagnóstico, "mas na cura", com o fim da gratuidade, ensino à distância, avaliação produtivista e outras propostas vinculadas à mercantilização da educação.

Cerca de 1700 estudantes de todo o país, em sua maioria, representantes de centros acadêmicos de instituições de ensino superior participaram do *Encontro Nacional contra a Reforma Universitária de Lula & FMI*, realizado pelo DCE da UFRJ, nos dias 29 e 30 de maio no *campus* do Fundão. Os estudantes representavam 70 universidades e 18 escolas secundaristas de todo o Brasil. Como resultado da plenária final deste encontro, foi aprovada a criação de uma coordenação de lutas, a Celute (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes). A Celute se constitui como um movimento de oposição à postura governista da União Nacional dos Estudantes, nos últimos anos.

Adufrj-SSind e reitor defendem autonomia universitária

No início de fevereiro, a diretoria da Adufrj-SSind se reuniu com o reitor Aloisio Teixeira e parte de sua equipe. A diretoria apresentou à reitoria a preocupação com o fim da universidade pública e gratuita e se opôs ao projeto do governo de reforma universitária. Os dirigentes da seção sindical e o reitor convergiram na defesa da autonomia universitária expressa na Constituição pelo dispositivo 207 (autonomia didático-científica, administrativa e financeira). O reitor e diretores da entidade concordaram que reduzir a autonomia à simples liberdade de gestão de recur-

Manuella Soares

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, EM RECIFE, TAMBÉM PROTESTOU CONTRA REFORMA, EM MAIO

Manuella Soares

ENTÃO PRESIDENTE DA ANDIFES, WRANA PANIZZI DISCURSA EM SEMINÁRIO DO ANDES-SN, EM MARÇO

Ricardo Borges/Andes-SN

PROFESSORES DO SINDICATO NACIONAL FAZEM PASSEATA EM SALVADOR CONTRA A FALTA DE MORADIA E EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, EM MARÇO

sos representaria o empobrecimento acadêmico da universidade. A autonomia defendida pelo movimento docente e pela reitoria da UFRJ compreendia (e ainda compreende) a existência de recursos públicos para o livre exercício do trabalho universitário e da gestão democrática, com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No lugar de ProUni, mais vagas nas universidades públicas

Durante o 23º Congresso Nacional do Andes-SN, no início de março, em Salvador (BA), a então presidente da associação nacional dos reitores (Andifes), Wrana Panizzi, participou do seminário "Reforma Universitária em Perspectiva". Neste momento, o ministro Tarso Genro já havia divulgado a intenção de 'estatizar' as vagas das faculdades particulares, o que, na verdade, significava o anúncio do Programa Universidade para Todos. A professora da UFRGS considerou a idéia de 'estatizar' as vagas equivocada e indicou a expansão das vagas a partir do ensino público. O presidente do Andes-SN defendeu a educação pública como concessão do Estado, sem fins lucrativos, e criticou a então embrionária proposta de compra de vagas pelo Estado nas instituições particulares. Com o ProUni, aprovado e implementado no final de 2004, as preocupações do Sindicato se materializaram: o programa significa uma renúncia fiscal da ordem de R$ 3 bilhões/ano, o que poderia ser diretamente investido na abertura de novas vagas nas universidades e instituições públicas e gratuitas.

Reformismo conservador

Ainda durante o Congresso do Andes-SN, no painel *Reforma Universitária: o que está em jogo*, os professores Kátia Lima (UFF), Roberto Leher (UFRJ) e João dos Reis (Universidade de Sorocaba) apresentaram um panorama do governo Lula a partir da proposta de reforma da educação superior em curso. Para João dos Reis, com a reforma, o governo produzia uma identidade para a universidade pública: "a de ser tutelada pelo mercado, de um lado, e por um Estado gerencial, controlador e centralizador, do outro". (Jornal da Adufrj 127, 15/3/2004).

Para a professora da UFF, a reforma universitária foi gestada pelo governo Lula e não seria apenas uma continuidade das políticas educacionais dos governos anteriores. Para Kátia Lima, a reforma do ensino seria uma prioridade estratégica para a equipe governista na abertura de novos campos de exploração para o capital (mercado).

A reforma foi avaliada, então, pelo professor Roberto Leher como a remoção dos "obstáculos burocráticos" para que as universidades possam captar recursos no mercado. Para o professor, o governo Lula pretende que a universidade seja uma organização que vende serviços e não uma instituição de produção de ensino e conhecimento. Neste evento, Leher citou o então projeto de Parceria Público-Privado (PPA) como um dos motores que iriam viabilizar os entraves que impedem ou minimizam a venda de serviços em algumas instituições públicas.

Contra-reforma universitária

Com o amadurecimento das avaliações, em particular, dos movimentos docente e estudantil, os projetos do governo para a Educação passaram a ser chamados de 'contra-reforma universitária'. No seminário *Que Universidade Queremos?* promovido em conjunto pelas entidades Adufrj-SSind, DCE/UFRJ, APG/UFRJ e Sintufrj**,** Lúcia Neves, professora e participante do Grupo de Estudos de Políticas Educacionais da UFF, chamava a atenção para o fato de que a universidade deveria ser um "instrumento de construção da soberania nacional, de construção da identidade nacional, de redefinição das relações sociais das produções vigentes e protagonista da evolução histórica nacional no sentido da melhoria da qualidade de vida da população brasileira". E a contra-reforma em curso apontava exatamente na direção contrária.

Cotas versus universalização

No seminário, Lúcia Neves comentou o projeto de adoção de cotas raciais inserido nas propostas apresentadas pelo governo naquele momento. "Nossa cota é de 100%", dizia, ao afirmar que os movimentos sociais defendiam o ensino público e gratuito para todos. "Mas essa reforma universitária em curso tenta camuflar esse direito". De fato, com a aprovação do ProUni, o governo implementa políticas de ação afirmativa em contraposição à universalização do ensino em todos os níveis.

Reforma é debatida durante 5º Congresso de Educação

Mais de 2 mil pessoas participaram da abertura do 5º Congresso Nacional de Educação em Recife (PE), em maio, e puderam ouvir as críticas do sociólogo Chico de Oliveira às reformas do governo, em especial à contra-reforma da educação. Na solenidade, o professor criticou o caráter privatizante da reforma não apenas por criar novos espaços de lucro para os empresários, mas, "em primeiro lugar", porqu e estava "em xeque" a qualidade da escola pública. "Querem acabar com a escola pública, o lugar onde pode-se dar a transcendência do conflito".

Lei de Inovação, PPPs e regulamentação das fundações de apoio, o que elas têm a ver com a reforma?

Ainda no 5º Coned, uma das mesas foi dedicada ao tema privatização da pesquisa. Palestrante, o então vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, comentou o projeto de Lei de Inovação Tecnológica que seria encaminhado ao Congresso Nacional. A Lei de Inovação já foi aprovada, em regime de urgência, no dia 11 de novembro último. Ainda em maio, durante o Coned, o movimento docente já denunciava a nova legislação como parte integrante da contra-reforma universitária. Na mesa *As políticas de financiamento da pesquisa e a privatização do conhecimento*, José Domingues criticava o projeto da legislação que iria alterar a estrutura universitária. "Ao oferecer um percentual (um terço) do valor de patente ou novo serviço, a nova legislação retira o professor e o pesquisador do espaço acadêmico e os transforma em empresários de base tecnológica".

Além do empresariamento docente, a Lei de Inovação ainda permite que os espaços, equipamentos e pessoal das instituições possam ser disponibilizados para empresas privadas. Assim como o ProUni, a Lei de Inovação faz parte da reforma universitária e significará gastos adicionais às universidades públicas brasileiras, que já sofrem com a falta de verbas, concursos e assistência estudantil.

As Parcerias Público-Privado são outra face do mesmo projeto de privatização das instituições e dos serviços públicos. Para o projeto reformista neoliberal da Educação, o princípio das parcerias atende exatamente aos anseios de dirigentes e pesquisadores 'empreendedores'. O patrimônio humano e material das instituições públicas passa ser utilizado para 'investimentos' em investigações dirigidas pelo setor privado sem risco para as empresas envolvidas nos projetos 'acadêmicos'.

A regulamentação da Lei 8.958/94 que trata das relações das fundações de apoio com as instituições universitárias também pode ser vista como parte deste pacote de reformulação

2004 em perspectiva

da lógica do financiamento da pesquisa no país. O decreto presidencial 5.205, de 14 de setembro de 2004, liberaliza ainda mais as relações entre universidade e fundação de direito privado. O decreto do governo Lula autoriza as fundações a gerir as verbas orçamentárias das Ifes de infra-estrutura e praticamente transfere para as fundações a gestão patrimonial e de recursos humanos das instituições públicas.

Manifestações contra a reforma acontecem durante todo ano, em todo o país

No dia 14 de abril os estudantes da Universidade Federal do Paraná realizaram a primeira manifestação contra a reforma universitária. A luta dos estudantes ganhou as ruas e foi uma mostra de como o movimento estudantil se posicionou em relação à reforma da educação. De um lado, os Centros Acadêmicos independentes e combativos, e do outro os dirigentes da UNE que apoiavam as propostas governistas Enquanto a UNE e o DCE, nesta universidade, tinham uma posição de conciliação com o governo e propuseram um ato "Em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade" para pedir negociações com o governo, os Centro Acadêmicos (CAs) se uniram e repeliram essa proposta. Foi decidido, então, que a manifestação seria contra a reforma universitária.

Audiências públicas não acontecem

Um grupo de 500 estudantes impediu a realização da primeira audiência pública do MEC sobre a reforma universitária que seria realizada em Manaus, no dia 23 de junho. O grupo entrou no local onde seria realizado o encontro e protestou, impedindo a inscrição dos delegados ao evento . Os jovens chegaram ao local em quatro ônibus vindos de várias localidades da região e de outros estados. Gritando palavras de ordem como "Ninguém fala, ninguém ouve", o grupo tomou conta do centro de convenções e impediu a realização da audiência. A nova presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, esteve na manifestação e participaria desta que seria a primeira audiência pública sobre o tema patrocinada pelo governo federal.

As demais audiências, previstas para serem realizadas em Recife (PE), Porto Alegre (RS), São Paulo (SP) e Campo Grande (MS), mas não foram realizadas.

No Rio, o pau comeu

Cerca de 300 estudantes e servidores foram reprimidos em manifestação em frente à delegacia do MEC, no centro do Rio. Sobraram cacetadas e *spray* de pimenta e faltou espírito democrático por parte do governo na manifestação do dia 25 de agosto. Os alunos e trabalhadores foram ao local para protestar contra a reforma universitária, quando foram surpreendidos pelo aparato policial disposto na entrada. Depois, com a chegada do representante do ministério no estado do Rio de Janeiro, William Campos, os ânimos se acirraram. Quando os estudantes se aproximaram do dirigente, na intenção de negociar a entrada no prédio, os policiais militares partiram para a truculência, que resultou em vários feridos e em um rapaz detido.

Andes-SN

QUINZE MIL MARCHAM CONTRA REFORMA, EM BRASÍLIA, EM NOVEMBRO

Guilherme Lessa

NOVO PROJETO ESTUDANTIL CONTRA REFORMA, EM NOVEMBRO

Guilherme Lessa

MANIFESTAÇÕES NO RIO SAÍRAM DO IFCS E PASSARAM PELA RUA DO OUVIDOR

Kelvin Melo

Guilherme Lessa

PROTESTO NO RIO, NO MEC, É REPRIMIDO PELA PM, EM AGOSTO. PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, SARA, VAI AO CONSUNI REPUDIAR ATITUDE POLICIAL (AO LADO)

Dia Nacional de Paralisação nas Universidades contra a Mercantilização da Educação

No dia 11 de novembro, foram realizadas diversas manifestações nos estados contra a mercantilização do ensino. A Seção Sindical de Pernambuco (Adufepe-SSind) foi uma das que realizou atividades nesta data. A entidade fez panfletagens e um ato político cultural, que terminou com uma marcha em direção à reitoria da Federal de Pernambuco para entregar um documento ao reitor, Amaro Lins. O documento foi assinado pelo Sindicato dos Funcionários da UFPE (Sintufepe), pelo Diretório Central dos Estudantes da UFPE, pelo Comitê dos estudantes da UFPE contra a Reforma Universitária do Governo Lula/FMI e pelo Movimento Político Cultural em Defesa da Universidade Pública e Gratuita, além da Adufepe.

Sob intenso protesto de estudantes, o debate "Democratização do acesso à universidade", promovido pela bancada do PT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), também no dia 11, com a presença do ministro da Educação, Tarso Genro, foi suspenso cerca de meia hora após seu início. O evento tinha por objetivo discutira reforma universitária, mas foi marcado por fortes vaias contra Genro, barulho de gritos e apitos e falta de organização dos promotores do debate. Além da presença do Ministro e de alguns deputados, estava prevista inicialmente a participação apenas de convidados, como reitores e representantes de entidades docentes e estudantis (apenas da UNE e do Movimento dos Sem Universidade-MSU), mas o evento acabou sendo aberto ao público. Devido às intensas vaias e palavras de ordem dos estudantes, a audiência foi encerrada logo após a fala do ministro. Genro falou sobre expansão de vagas, aumento de recursos e democratização do acesso ao ensino superior público, arrancando aplausos dos representantes do MSU e da organização não-governamental Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro). Em resposta, os demais estudantes gritavam "demagogia, demagogia".

No Rio , mesmo debaixo de forte calor, cerca de 400 pessoas fizeram uma passeata contra a reforma universitária no Centro da cidade. Centenas de estudantes secundaristas e universitários, professores vinculados às seções sindicais, entre elas a Adufrj-SSind, a Aduff-SSind e a Adur-SSind, técnico-administrativos, especialmente os do Sintuperj, que se encontravam em greve há 142 dias, além de diretores do Sintrasef, militantes da campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas, representantes de partidos políticos e da Ocupação Chiquinha Gonzaga (Ocupação dos Sem Teto) participaram do ato.

Nas particulares também houve revolta estudantil contra o ProUni

Estudantes da Universidade Católica de Goiás panfletaram e fizeram denúncias sobre o ProUni, exigindo a redução das mensalidades e matrícula para todos os inadimplentes para posterior negociação, o fim dos processos contra os estudantes que organizaram a luta pela redução das mensalidades em 2003 e o direito de livre divulgação de suas idéias através de cartazes, panfletos e faixas. Mais de cem estudantes foram até a reitoria entregar ofício com reivindicações. No mesmo momento, o reitor Wolmir Therezio Amado estava reunido com representes do Diretório Central desta universidade, formado por integrantes do PT e PCdoB. O reitor convocou dezenas de seguranças para impedir que estudantes-manifestantes entrassem na reitoria e ainda tentaram impedir que um carro de som entrasse na universidade. Mesmo com a chegada da Polícia Militar, os alunos não recuaram e continuaram gritando "Fora PM, da Universidade!"

Dia Nacional contra as reformas

Cerca de 20 mil manifestantes ocuparam a Esplanada dos Ministérios, no dia 25 de novembro, em protesto contra a reforma universitária e as demais reformas do governo Lula. Esta foi considerada uma das maiores manifestações realizadas em 2004 contra o atual governo, talvez só perdendo, em número de participantes, segundo alguns observadores, para a marcha contra a Reforma da Previdência, ocorrida em agosto de 2003, também em Brasília, que contou com a participação de mais de 80 mil servidores públicos.

De quase todos os estados brasileiros compareceram caravanas de professores, servidores e um grande número de estudantes para protestarem contra o que entendem como reformas neoliberais a serviço do Banco Mundial, do FMI e do capital financeiro internacional. Houve o comparecimento, também, de políticos e militantes do PSOL e do PSTU, além da chamada esquerda do PT e de trabalhadores articulados na esquerda da CUT e do MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade, dos Sem-Terra). O Andes-SN e diversas seções sindicais, entre elas a Adufrj-SSind, estiveram presentes à manifestação.

Governo apresenta anteprojeto para Educação Superior

Na segunda semana de dezembro, o Ministério da Educação apresentou para entidades e sindicatos o anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior. O anteprojeto é parte da reforma universitária e foi recebido com muitas ressalvas pela diretoria do Andes-SN. O sindicato solicitou a ampliação do prazo para que as entidades se manifestassem sobre a proposta. "Estamos no final do ano, teremos os recessos das festividades e as férias escolares. Como vai haver uma ampla discussão nestas condições?", questionou, na ocasião, o atual vice-presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo. O MEC, no entanto, manteve o prazo de 15 de fevereiro para a manifestação das entidades.

Com a apresentação do anteprojeto, o governo Lula coroou o processo pouco democrático da implantação de sua reforma universitária. Temas fundamentais como o sistema de avaliação, a política de acesso e de vagas e o financiamento foram estabelecidos antes da a apresentação do anteprojeto através do Sinaes, do Prouni, da Lei de Inovação, PPPs e regulamentação das fundações. Como novidade, efetivamente, o anteprojeto estabelece a autonomia financeira para as instituições de ensino superior a partir contrato de gestão com o MEC, com base na apresentação de um Plano de Desenvolvimento Institucional. O PDI deverá seguir as normas estabelecidas pelo Ministério. Em relação aos docentes e técnico-administrativos, o anteprojeto permite que as administrações possam estabelecer uma carreira própria em cada instituição, o que pode significar definitivamente o fim da isonomia e da paridade para as carreiras.

Andes-SN pede ampliação do prazo para o debate

Em reunião com o MEC, no dia 21 de dezembro, a diretoria do Andes-SN questionou o limite de tempo imposto pelo MEC para que as entidades apresentem propostas ao anteprojeto. O secretário-geral do Andes-SN, Márcio Oliveira, lembrou que até a data limite de 15 de fevereiro, as universidades estarão paradas devido ao recesso de fim de ano e às férias. Na UFRJ, o Conselho de Ensino de Graduação, em 8 de dezembro, aprovou moção reivindicando ampliação do prazo para o debate e posicionamento em relação ao anteprojeto.

Marina Barbosa afirmou que não há como discutir esse último documento do MEC abstraindo-se dos acontecimentos e medidas que já estão em curso, como por exemplo, o ProUni e o Sinaes (sistema de avaliação do ensino superior). O ministro Tarso Genro respondeu que todas as iniciativas do governo poderiam ser revistas.

A Diretoria do Andes-SN entregou ao ministro dois documentos: um reafirma a necessidade de incorporação da GED, sua extinção para restabelecer a autonomia e a paridade e abrir negociações verdadeiras para implementar a carreira única; o outro reivindica a definição de uma agenda que garanta a educação superior pública e gratuita como direito universal e um processo de negociação amplo, democrático e objetivo.

Ensino Técnico e Tecnológico

Ainda como parte da reforma universitária, o governo apresentou no final do ano uma proposta também para o ensino nos centros e institutos técnicos e tecnológicos. A idéia do governo, divulgada em reunião no dia 14 de dezembro com representantes das entidades e sindicatos (Andes-SN, Sinasefe, CNE, Anped, Anfop entre outras), é valorizar a Educação Profissional e Tecnológica. O projeto do MEC para este nível de formação, no entanto, está direcionada para o trabalho industrial, com ênfase no empreendedorismo.

Principais publicações da Adufrj-SSind sobre a Reforma Universitária

O Jornal da Adufrj-SSind nº 125, de 18 de fevereiro, abordou a proposta apresentada pelo Andes-SN a respeito do financiamento das universidades. O Sindicato defende um planejamento democrático e participativo dos recursos, além de propor que o Estado financie o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas, destinando-lhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do Orçamento da União. O objetivo da proposta é uma universidade pública estruturada com base em um modelo voltado para a construção de uma sociedade mais justa e com verdadeira autonomia didático-científica, totalmente desatrelada do mercado. O Jornal noticiou, na mesma edição, a reunião da diretoria da Adufrj-SSind com reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira, para discutir a reforma universitária e enfatizar a necessidade da universidade pública e gratuita.

A edição nº 127, de 15 de março, relatou a avaliação do 23º Congresso do Andes-SN, em Salvador, a respeito da proposta do governo de reforma para as universidades. Após as discussões do Congresso, os presentes concluíram que a reforma é um ataque sem precedentes contra as universidades públicas brasileiras, imposto por organismos internacionais que pretendem transformar educação em mercadoria.

Em 22 de março, o Jornal da Adufrj nº 128 trouxe encartatado a publicação Reforma Universitária em Debate, editada em conjunto pela Adufrj-SSind, DCE, APG e Sintufrj.

Na edição nº 129, de 29 de março, foi publicada a Deliberação do Conselho Pleno da Andifes, após reunião realizada em Brasília. A Associação manifestou contrariedade à proposta de compra de vagas ociosas no setor privado, que está prevista no programa "Universidade para Todos", que é uma das diretrizes da reforma universitária.

Na edição nº 130 a presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, apontou a questão do financiamento como o ponto central do impasse da universidade, de um ponto de vista diferente do governo, durante o evento "64+40: Golpe e Campo(u)s de Resistência". Enquanto a equipe de Lula afirma que há carência de recursos para investir em políticas educacionais, Sara cita um estudo da professora Ceci Juruá, do Instituto de Economia da UFRJ, que mostra que o governo tem outras prioridades, como pagamento de juros da dívida.

Na edição nº 131, foi publicado o encarte Reforma Universitária, edição de 12 de abril, como artigo da professora Ceci Vieira Juruá 'PPP – os contratos de Parceria Público-Privada'. No texto, Juruá chama a atenção para o fato de que as parcerias significam o terceiro momento do processo de neoliberalização do Estado brasileiro, de uma estratégia imperial que teria por finalidade reconduzir a economia brasileira a uma situação de dependência crônica.

O editorial da edição nº 148, de 24 de agosto, relaciona a reforma universitária com os debates sobre salários e autonomia. Para a diretoria da Adufrj-SSind, "quanto piores os seus salários, mais facilmente são constrangidos os professores a aderir às 'formas alternativas' de financiamento e de complementação salarial baseadas na prestação de serviços à iniciativa privada", um dos pilares da reforma em curso.

Na edição nº 154, de 20 de setembro, o jornal publica uma série de textos sobre a reforma universitária. No artigo 'Prouni – Uma medida provisória para os empresários da educação', a professora do CAp/ e ex-diretora do Andes-SN, Cristina Miranda, analisa a medida provisória 213 (13/9/04) que instituiu o Programa Universidade para Todos. No mesmo jornal, foi publicada a exposição de motivos do MEC e a íntegra da MP do ProUni. Ainda na mesma publicação, Marina Barbosa e Luiz Carlos Lucas assinam o texto "Velhas práticas e nova retórica', uma análise da reforma da educação em pauta.

Na edição nº 155 (4/10/04), foi encartada a Análise do Documento II do MEC 'Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior'. No mesmo encarte foi publicado o artigo "Inovação tecnológica e universidade' produzido pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN.

Em 11 de outubro, o jornal nº 156 publica encarte com a última parte da análise do GTPE do Andes-SN sobre a reforma do governo. Desta vez, foram avaliados o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e a Educação Profissional e Tecnológica.

Na edição nº 159, foi publicado o texto 'Reforma Universitária: Contribuição para o Debate', produzido pelo Grupo de Trabalho sobre Reforma Universitária Centro Cultural Antônio Carlos Carvalho (CeCAC), integrado por estudantes de graduação e pós-graduação da UFRJ.

Em 13 de dezembro, na edição nº 166, é publicada mais um encarte Reforma Universitária com uma nota pública do Andes-SN sobre o anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior apresentado pelo MEC. A íntegra do anteprojeto também foi reproduzida nesta edição.

2004 em perspectiva

Dívidas, crises nas unidades, protestos estudantis...

UFRJ enfrenta problemas orçamentários com graves conseqüências para o cotidiano acadêmico

Kelvin Melo

ESTUDANTES OCUPAM O GABINETE DO DIRETOR DO IFCS PARA PEDIR A ABERTURA DA BIBLIOTECA DO PRÉDIO

A maior universidade federal do país sofre há tempos com o financiamento precário. Em 2004, o tratamento dispensado pelo governo Lula não foi diferente. Seriam necessários cerca de R$ 150 milhões (fora as despesas com pessoal) para um funcionamento minimamente adequado da instituição, no ano passado. No entanto, apenas um terço desse valor foi recebido via cofres públicos. "Estamos numa situação em que não há como administrar. No início de abril, vou entregar a chave da universidade para o Palocci (ministro da Fazenda) e para o Mantega (do Planejamento)", ironizou o reitor Aloisio Teixeira, no primeiro semestre.

Só para exemplificar, a universidade iniciou o ano com uma dívida de aproximadamente R$ 21 milhões com a concessionária de energia da cidade – situação somente contornada no fim do ano, com uma verba suplementar arrancada do MEC.

O orçamento da UFRJ para 2005 foi discutido antecipadamente no Consuni. Em 9 de dezembro, os conselheiros aprovaram, sem alterações, a proposta apresentada pela reitoria. A expectativa é que a universidade possa contar com R$ 92 milhões para as despesas de custeio e capital, ou seja, excluindo o pagamento de pessoal. Esses recursos teriam três fontes: a distribuição feita entre todas as instituições federais (R$ 52 milhões); uma partilha realizada diretamente pelo MEC (R$ 25 milhões) e recursos próprios gerados pela UFRJ (R$ 15 milhões). Apesar do acréscimo orçamentário, a reitoria comentou que, mesmo no cenário mais otimista, o dinheiro não será suficiente para dar conta de todas as despesas.

No ano que passou, o reitor Aloisio Teixeira questionou, ainda, a atual matriz orçamentária da Associação Nacional de Dirigentes das IFES (Andifes). Na execução da matriz, novamente as necessidades da UFRJ não foram contempladas. Em julho, o reitor informou sua saída da função de suplente da Região Sudeste no Diretório Nacional - órgão consultivo e deliberativo daquela associação.

Protestos estudantis em 2004

Além da discussão da penúria financeira, os colegiados superiores da UFRJ acompanharam intensa mobilização estudantil ao longo de 2004. A crise na Faculdade Nacional de Direito, a ausência de bandejões, o fechamento seguido de lenta recuperação da biblioteca do IFCS foram alguns motivos de protestos. A precariedade das condições de trabalho na Escola de Belas Artes, a cobrança pela inclusão da Filosofia e Sociologia no vestibular da universidade e a turbulenta eleição para o Centro Acadêmico da Faculdade de Letras também agitaram o ambiente universitário.

Em março, por exemplo, os estudantes lotaram a sala do Consuni para cobrar a construção de bandejões universitários. Pelo IFCS, os alunos reivindicavam a reabertura da biblioteca da Unidade (fechada até então há um ano e meio por causa da contaminação de fungos) e a inserção das provas de Filosofia e Sociologia no vestibular da UFRJ - a Filosofia no concurso de acesso da universidade foi aprovada no CEG de maio de 2003 e no Consuni de abril de 2004. A biblioteca do instituto está sendo recuperada aos poucos, com informes atualizados a cada sessão do Consuni.

Em abril, cerca de 100 estudantes da EBA protestaram na sessão do Consuni e pediram medidas urgentes para evitar eventuais 'tragédias', como o desabamento do teto das instalações da Escola. Estudantes do IFCS também estiveram presentes e prestaram solidariedade às reivindicações dos colegas.

Kelvin Melo

PRIMEIRO CONSUNI DE 2004 DISCUTIU DÍVIDAS DA UFRJ

A crise na Faculdade de Direito

Em termos de crise, nenhuma unidade chamou mais atenção do que a Faculdade Nacional de Direito. A FND ainda vive a expectativa do desfecho do processo administrativo movido contra o diretor afastado (depois reconduzido ao cargo por liminar), professor Armênio Cruz. O processo, com o pedido do reitor pela demissão de Armênio, está tramitando no MEC (veja mais na matéria do Consuni, na página 12 desta edição).

Vale lembrar que a decisão de afastamento do diretor foi tomada em um Conselho Universitário de 25 de março. Poucos dias antes, os estudantes do curso de Direito e representantes do DCE fizeram uma ocupação da sala de Armênio, indignados com a administração arbitrária e autoritária da sua gestão. No dia 25, os alunos também estiveram no colegiado, assim como já haviam feito em outras oportunidades e mesmo em outros conselhos da universidade para protestar contra a situação.

Diante das evidências, dos pronunciamentos dos representantes das entidades (Adufrj-SSind, DCE e Sintufrj) e das falas dos conselheiros favoráveis ao afastamento da direção, o Consuni aprovou, por unanimidade, a instalação imediata do processo administrativo disciplinar contra o diretor da Faculdade. Em outubro, com o resultado dos trabalhos de uma das comissões constituídas com o objetivo de apurar irregularidades naquela unidade, o reitor foi a Brasília levar a solicitação de demissão do diretor ao ministro Tarso Genro.

Guilherme Lessa

Kelvin Melo

ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS FIZERAM MOBILIZAÇÃO PARA CONQUISTAR CENTRO ACADÊMICO, APÓS TURBULENTO PROCESSO ELEITORAL (FOTOS DO ALTO E DEBAIXO)

Guilherme Lessa

Manuella Soares

ALUNOS DA FACULDADE DE DIREITO FORAM AO CONSUNI EM VÁRIAS OPORTUNIDADES PROTESTAR CONTRA DIRETOR ARMÊNIO

Eleição para o CA da Letras

Explodiu na Faculdade de Letras, no mês de outubro, um outro episódio de desrespeito à vontade majoritária. Após a apuração para o centro acadêmico daquela unidade, houve divergência quanto à lisura do processo eleitoral entre duas das cinco chapas concorrentes. Só que a chapa 4 da "Letras pelas Letras" obteve uma maioria esmagadora (555 contra 182 votos da chapa 1). Com o reconhecimento da vitória pelo DCE e o apoio do corpo discente local, numeroso grupo fez uma caminhada para ocupar a sala do CA na faculdade. Com a resistência dos vencidos em abandonar o local, houve conflito e uma das divisórias da sala do centro acadêmico foi ao chão. Finalmente, após a chegada de documento oficial da diretora da unidade com aceitação do resultado da eleição, os ânimos se acalmaram e a chapa 4 pôde comemorar em paz.

Vagas docentes para 2005

Após muitas idas e vindas, a distribuição de 112 vagas docentes autorizadas ainda em 2003 finalmente foi decidida pelo Conselho Universitário em sessão extraordinária de 29 de janeiro. O Centro de Ciências da Saúde foi aquele que recebeu o maior número de vagas (35), seguido pelo Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (19) e pelo Centro de Tecnologia e o Centro de Letras e Artes (ambos com 18). O Centro de Filosofia e Ciências Humanas ficou com 12 vagas, seguido pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (9) e pelo Fórum de Ciências e Cultura (1).

A distribuição do Consuni tomou como base o trabalho feito pela Comissão Extraordinária de Alocação de Vagas (COEAV), formada por integrantes dos colegiados acadêmicos CEG e CEPG. A diferença essencial foi a transformação para Adjunto de algumas vagas destinadas inicialmente aos cargos de Auxiliar e Assistente. No Consuni, prevaleceu a visão de dotar a universidade de quadros com a maior titulação possível, em vez de formar o professor "dentro de casa", como desejavam alguns representantes do CEG e do CEPG para determinadas áreas. A decisão de 2003 ficou marcada pela premência de tempo e pouca discussão.

Para evitar novo atropelo no debate de quais critérios deverão nortear a próxima distribuição de vagas docentes, a reitoria lançou o tema nos colegiados superiores da universidade assim que pôde, com a divulgação do caderno com as diretrizes da reitoria para "a formulação da política de desenvolvimento do quadro docente" da UFRJ, uma republicação ampliada da proposta que apareceu durante a leva anterior de concursos para professores. Com o anúncio da liberação de 3,3 mil concursos para as instituições federais para este ano (a cota de cada uma ainda não foi definida), o assunto promete render em 2005. Porém, com o recesso alternado dos colegiados acadêmicos até o fim de fevereiro, somente a partir de março poderá haver alguma definição.

Modelo do vestibular foi mantido

Em 2004, os conselheiros do CEG decidiram manter o modelo de aplicação das provas utilizado no ano anterior. Dessa forma, os candidatos aos cursos da universidade permaneceram com três dias de exame e as provas não específicas de cada grupo continuaram separadas. Para se classificarem, os vestibulandos não poderão zerar nenhum dos testes.

Aumento das bolsas

O ano que passou acabou marcado, ainda, pelo significativo aumento do número de bolsas para estudantes. Na sessão de 3 de março do CEG, foi confirmada pela reitoria a concessão de 1,5 mil novas bolsas, anunciada em janeiro. De novidade, houve apenas um remanejamento para contemplar um aumento do número da chamada bolsa-auxílio, destinada a alunos carentes.

Balanço da pós-graduação

Um balanço sobre os programas de pós-graduação da UFRJ, comparados com outras grandes universidades públicas do país, foi o destaque da última sessão de 2004 do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), em 17/12. O pró-reitor José Luiz Monteiro apresentou tabelas e gráficos, que expressaram a importância da UFRJ no cenário nacional.

Apesar de possuir uma quantidade inferior de programas em relação à Universidade de São Paulo (somente o *campus* daquela capital tem 146) e Unesp (96), a UFRJ garante a liderança absoluta dentro do sistema federal, com 82 cursos. A quarta colocada nacionalmente seria a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 63.

José Luiz destacou que, em termos relativos, a UFRJ se posiciona de forma melhor: proporcionalmente ao número total de cada instituição, tem menor percentual de programas com conceito três e um maior percentual de cursos com nota sete. O pró-reitor também ressaltou que, entre as maiores universidades, apenas a USP, a UFMG e a UFRJ aumentam sua participação relativa a todo o sistema nacional, conforme sobe o conceito de avaliação da Capes. O professor anunciou que, depois de atualizar os dados com os resultados dos recursos dirigidos recentemente à agência de fomento, iria repassar o conjunto do trabalho para os conselheiros.

Cobrança na pós

Caiu como uma bomba na reunião do Conselho de Ensino para Graduados (em 5/11) a revelação feita pela pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa de que pelo menos 17 dos 84 programas *stricto sensu* da UFRJ cobram taxas de inscrição dos candidatos. São dois cursos do CCJE, um do CCMN, quatro do CCS, seis do CFCH, três do CLA e um do CT. Os valores cobrados variavam entre R$ 50 e R$ 160. O levantamento, de acordo com o pró-reitor

ESBOÇO DE GUARITA PROPOSTA PELA REITORIA PARA CONTROLAR ACESSO AO FUNDÃO

EVENTO INSTITUCIONAL LEMBROU DITADURA MILITAR

Manuella Soares

UFRJ RECEBE ALUNOS DO MST, DURANTE RECESSO ESCOLAR

José Luiz Monteiro, não poderia ser considerado preciso, pois foi baseado apenas na leitura dos editais disponíveis nas páginas eletrônicas das unidades. Assim, poderia haver até mais. Não havia qualquer informação dessa natureza, por exemplo, sobre outros nove programas da universidade. O dirigente explicou ainda que mandou providenciar o relatório por conta de um questionamento de pagamento de taxa de inscrição para o curso *stricto sensu* da Escola de Comunicação. A comissão de legislação e normas do colegiado ainda estuda a situação.

Segurança na ilha do Fundão

Controle dos acessos, melhoria da iluminação, licitações para os estacionamentos, facilidade de transporte, aumento do quadro de vigilantes e estímulo ao povoamento do *campus* do Fundão. Essas foram algumas diretrizes citadas ao longo do ano pelo reitor Aloisio Teixeira para tentar reduzir a violência na ilha.

Foi informado que a reitoria já adquiriu seis carros novos e vinte rádios de comunicação para agilizar o trabalho da vigilância. O prefeito Hélio de Mattos comentou também que buscava ampliar o quadro de vigilantes, uma vez que muitos servidores se encontram em desvio de função (cerca de 250 dos 300). Ainda segundo o professor Hélio, a reitoria estava empenhada na liberação de uma emenda, no valor de R$ 3,5 milhões, para iluminação da ilha. Mesmo sem esses recursos, declarou que já haviam sido repostas 800 lâmpadas e recolocados 2 mil metros de cabos, com verbas de custeio da UFRJ.

Para aumentar a chamada densidade populacional do *campus* do Fundão, o reitor Aloisio anunciou várias iniciativas. Estão nos planos da reitoria a construção de um centro de convenções, um hotel de trânsito, uma biblioteca central e até mesmo um estádio de futebol – este, vinculado a um clube cujo nome a reitoria ainda não revelou. Foram listados possíveis convênios acadêmicos com a Defesa Civil e com a Aeronáutica para a instalação de prédios no Fundão.

"Convênio" com programa de Filosofia

Motivo de uma nota de repúdio dos alunos do programa de pós-graduação em Filosofia da UFRJ, o convênio firmado com uma faculdade particular de Campos (RJ), em 2002, mostrou que guardava mais problemas do que aparentava inicialmente. De acordo com informações obtidas na administração da universidade, não existe registro oficial desse convênio nem na Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa e nem no Setor de Convênios e Relações Internacionais da UFRJ.

A descoberta de que não havia registro oficial do convênio deveu-se a uma consulta da nova coordenadora do programa de pós-graduação em Filosofia, professora Maria da Graça Schalcher, aos órgãos da universidade. Ela, que assumiu a função em janeiro de 2004, divulgou essa notícia aos corpos docente e discente do programa em um relatório finalizado em agosto. De acordo com o relatório, ao qual a reportagem do Jornal da Adufrj teve acesso, Maria da Graça só tomou conhecimento do convênio ao levantar a documentação de todo o programa do IFCS para a avaliação da Capes.

A pró-reitoria de Pós-graduação e pesquisa entrou em campo para esclarecer toda essa situação e solicitou informações ao programa. O processo ainda está em tramitação.

Eleições na CPPD

Integrante da Comissão de Legislação e Normas do Consuni, Luiz Antônio Cunha leu um parecer no colegiado, em 9 de dezembro pela impugnação das eleições para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Segundo Luiz Cunha, "o processo eleitoral foi feito em desacordo com o estatuto da UFRJ, que este conselho aprovou em 2002. Muitos dos que estão aqui também estavam presentes no dia da aprovação. Não podemos passar por cima das determinações que nós mesmos criamos", em referência ao parágrafo único do artigo 79 do estatuto ("As normas para escolha dos representantes das duas comissões (CPPD e CPPTA) serão fixadas pelo Conselho Universitário"). A definição sobre a Comissão aconteceu no primeiro Consuni de 2005 (veja matéria na página 12).

Também a legitimidade do processo eleitoral havia sido questionada pela diretoria da Adufrj-SSind, ainda no ano passado, devido à precária divulgação, prazos curtos e nenhum debate entre os poucos candidatos. A direção da seção sindical, desde o início, posicionou-se contra o modo que se desenrolavam as eleições. E, antes disso, já divulgava que o funcionamento da antiga CPPD estava irregular, uma vez que os mandatos dos representantes estavam vencidos há tempos.

Eventos

Entender as marcas que o golpe de 1964 deixou de herança para o atual momento político e cultural do país foi, segundo a decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Suely Almeida, um dos objetivos do evento *64 + 40, golpe e campo(u)s de resistência*, realizado entre março e abril pela coordenação geral de Extensão do Centro e pela reitoria. "É importante recuperar esta memória, as perdas deste período, a falta daqueles que tombaram na luta pela resistência e também a memória dos que sobreviveram e ainda lutam contra outras formas de ditadura: a do grande capital, a das desigualdades sociais, da extrema concentração de renda e propriedade, da violência desenfreada, do trabalho escravo, dos mecanismos autoritários que corroem projetos emancipatórios e a da cultura do individualismo", comentou Suely de Almeida na mesa de abertura do evento.

Já em julho, durante o recesso escolar, a UFRJ recebeu como alunos, militantes e dirigentes do Movimento dos Sem Terra. O curso de extensão "Teorias Sociais e Produção do Conhecimento" inaugurava uma parceria entre o mais importante movimento social da América Latina e a universidade na construção de conhecimento e pesquisa voltados para as demandas deste imenso coletivo de trabalhadores. Há cerca de três anos, o Movimento dos Sem Terra busca acordos junto a instituições de ensino superior, particularmente as universidades federais, com o objetivo de implementar cursos de especialização e graduação em diversas áreas.

2004 em perspectiva

Jurídico na defesa dos direitos dos professores

Assessoria da Adufrj-SSind atuou contra efeitos da reforma da previdência e buscou, na justiça, todos os benefícios salariais possíveis para a categoria

O ano de 2004 iniciou-se com o desafio de avaliar e interpretar as profundas alterações no sistema da aposentadoria e pensões dos servidores públicos, promovidas pela Emenda Constitucional número 41, publicada nos últimos dias de dezembro de 2003. A regulamentação da reforma e a luta contra seus principais dispositivos permaneceram no centro das atenções da assessoria jurídica durante todo o ano passado.

A Adufrj-SSind foi uma das primeiras entidades classistas do estado do Rio a obter medida liminar na Justiça Federal para impedir a cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados. O juízo da 3ª Vara Federal concedeu ao Sindicato liminar que impedia a cobrança previdenciária dos professores aposentados filiados ao Sindicato. Amparados nesta ordem judicial, os professores aposentados permaneceram durante todo o ano de 2004 sem sofrer os efeitos desta injusta cobrança previdenciária, pois recebem em seus contracheques, sob a denominação "dec. jud. trans. em julgado" os mesmos valores que são descontados a título de desconto para o Plano de Seguridade Social (PSS).

A cobrança previdenciária dos aposentados e pensionistas foi decidia em agosto, no Supremo Tribunal Federal - no qual a assessoria jurídica do Andes-SN participou ativamente, com argumentações dirigidas aos Ministros na defesa dos direitos dos servidores. O STF, porém, entendeu ser possível a taxação previdenciária sobre os valores que excederem ao teto estabelecido para o pagamento dos benefícios do RGPS – Regime Geral de Previdência Social. No final de 2004, foi julgado o Mandado de Segurança da Adufrj-SSind e a justiça adequou a liminar anteriormente concedida aos termos da decisão do Supremo. Ou seja, certamente já no ano de 2005 os professores aposentados sentirão os efeitos desta cobrança, que será efetuada sobre os percentuais remuneratórios que ultrapassarem o teto dos benefícios fixados para o INSS.

FGTS

Também no ano de 2004, a Caixa Econômica Federal foi compelida a proceder ao pagamento dos expurgos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a vários professores, em virtude de ações coletivas e individuais movidas pela assessoria jurídica da Adufrj-SSind. A ação coletiva, em tramitação na 6ª Vara Federal, foi julgada procedente e não houve recurso por parte da CEF. Infelizmente, o Juízo daquela Vara entendeu que o Sindicato não poderia promover a execução coletiva do julgado e foi exigido que cada professor outorgasse uma procuração individual para acionar pessoalmente a CEF.

Como tal procedimento é demorado e caro, foi decidida a apresentação de apelação contra esta parte da decisão para permitir a execução coletiva (ou seja, por petições e cálculos apresentados pelo Sindicato) e a liberação automática dos valores pela Caixa. Muito provavelmente neste ano de 2005, esta apelação será apreciada pelo Tribunal Regional Federal, para esclarecer definitivamente a questão. Sabe-se, de antemão, que o direito está assegurado para todos os associados da Adufrj-SSind relacionados no processo, não cabendo mais recursos da CEF em relação a isto. Basta apenas definir de que forma será feito o pagamento.

A assessoria permanece, ainda, com a interposição de ações individuais e coletivas para todos os associados que o desejarem perante os Juizados Especiais Cíveis. Estes, em geral, permitem uma resolução mais rápida do que um processo comum. Para tanto, basta procurar os plantões jurídicos às quartas-feiras, na sede da Adufrj-SSind (com agendamento prévio na secretaria da entidade). Esta alternativa dos juizados especiais só é possível para quem tem a receber valor não superior a 60 salários mínimos e não fez nenhum tipo de acordo com a CEF.

O que ainda pode ser feito

Para os professores que têm a receber valores superiores a 60 salários mínimos, existem duas alternativas: ou aguardar a definição do Tribunal quanto à forma da execução da ação coletiva do Sindicato (já que o direito já está assegurado) ou procurar a assessoria jurídica nos plantões para encaminhar ação individual perante a Justiça Federal. Aqui, existem duas possibilidades de encaminhamento: fazer uma ação ordinária ou buscar a execução individual da sentença coletiva. A assessoria estará analisando os casos recebidos no plantão e fará as ações na medida em que reunir grupos de dez professores interessados. Os documentos necessários são: procuração (a ser assinada na Adufrj-SSind), extratos do FGTS de fevereiro de 1989 e março e abril de 1990, extrato atual fornecido pela CEF contendo o valor dos expurgos de FGTS, CPF, Identidade, Comprovante de Residência, Cartão do PIS/PASEP e documento que comprova o ingresso no RJU, na Lei 8.112/90 (em geral há um carimbo nas Carteiras de Trabalho, motivo pelo qual é melhor copiar toda a carteira).

Gratificações

No segundo semestre de 2004, a assessoria jurídica acompanhou de perto o problema relativo à implantação da Gratificação de Estímulo e Assistência à Docência (GEAD) para os professores aposentados do Colégio de Aplicação da UFRJ. A Gratificação de Incentivo à Docência (GID), antes percebida pelos professores do CAp, foi extinta por Medida Provisória em 16 de julho, tendo sido substituída pela GEAD, gratificação fixa. A MP determinou o pagamento das diferenças salariais entre os valores pagos a título de GID e os fixados para a GEAD entre 1º de maio a 16 de julho de 2004. A UFRJ efetuou pagamentos em julho, mas, nos meses subseqüentes, os pagamentos desta nova gratificação foram suspensos para uma parte dos aposentados daquela unidade. A assessoria jurídica acompanhou de perto a suspensão irregular do pagamento, até que fosse restaurado, após a edição de Comunicado interno do Sistema de Administração de Pessoal (SIAPE).

Apoio aos estudantes

Em julho, a assessoria jurídica atuou para evitar a detenção de estudante da UFRJ feita pela Polícia Militar em manifestação promovida por diversas entidades junto ao MEC (veja matéria na página 6). Ele foi acompanhado em depoimento prestado na Polícia Federal. Em novembro, foi estudada a possibilidade de eximir os alunos de participarem do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), uma vez que não se conseguiu viabilizar ação judicial contra a realização daquele teste. A Assessoria Jurídica permaneceu de plantão no domingo em ocorreu o ENADE, com o objetivo de dar suporte ao protesto que aconteceria naquele dia contra a Reforma Universitária. Ao contrário da manifestação anterior no prédio do MEC, não houve arbitrariedade policial e não foi necessária a atuação concreta dos advogados da seção sindical.

URP

Mais 22 professores receberam as diferenças salariais cobradas na Reclamação Trabalhista nº 1029/89, segundo a qual aquele grupo pleiteava valores decorrentes do congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP) de abril e maio de 1988. Várias outras ações prosseguem neste sentido.

13º salário

Vale lembrar que, no pagamento da gratificação natalina de 2004, os professores também sentiram em seus contracheques os frutos de uma decisão judicial provisória obtida pela Adufrj-SSind, em ação judicial que ainda está em andamento. Os docentes filiados a seção sindical permaneceram isentos de recolherem contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público tendo como base de cálculo o 13º salário e o adicional de férias, no ano de 2004.

Abonos pecuniários

No ano passado, a Adufrj-SSind cobrou e obteve da reitoria o pagamento das antigas ações de abono pecuniário. A Pró-reitoria de Pessoal (PR-4), comunicou que a folha suplementar de janeiro de 2004, paga em fevereiro, referiu-se às ações judiciais movidas para pagamento dos Abonos Pecuniários de 1998, 1999 e 2001. Como não há consenso entre os juristas e o Poder Judiciário sobre o direito dos professores ao abono pecuniário de férias, é preciso que, a cada ano, a seção sindical entre com uma ação específica para o período em questão. Este recurso é utilizado pela assessoria jurídica para que uma ação definitiva não seja julgada no mérito para todos os anos, que pode ser favorável ou também contrária ao direito dos docentes, como foi o parecer dado em 2000.

Em relação ao pagamento do abono pecuniário em decorrência da liminar obtida para o ano de 2004 e do não cumprimento da ordem judicial de pagamento, a administração da universidade (PR-4) foi procurada insistentemente pela diretoria e assessoria jurídica da Adufrj-SSind para esclarecimentos da questão, bem como reclamar a efetiva e imediata execução da decisão judicial.

Ações mais recentes

No final do ano de 2004, foram preparadas e ajuizadas duas novas ações coletivas: a primeira, tradicionalmente feita no final de cada ano, requer o pagamento do abono pecuniário de férias para os docentes que optaram pela conversão de 1/3 das férias em pecúnia para o ano de 2005; já a segunda, uma nova ação, busca impugnar a regra instituída pela Medida Provisória nº 208, que aprofundou a disparidade entre ativos e aposentados quanto ao pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). A nova ação será despachada no início de 2005, já que a Juíza da 18ª Vara para a qual havia sido remetida é filha de um professor aposentado da Universidade e, por este motivo, se declarou impedida de apreciar o processo. Atualmente, o processo aguarda distribuição para uma nova Vara.

Além das questões coletivas, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind teve uma intensa atividade na assistência aos professores filiados (aproximadamente 280 pessoas nos plantões jurídicos), sem contar com as consultas respondidas por ligações telefônicas, que ultrapassaram o número de 200. A assessoria acompanha, ainda, várias ações nas diversas instâncias do Poder Judiciário.

Colegiados

Consuni concede mandato temporário à CPPD

Reitor assume responsabilidade pelo processo eleitoral ruim

O primeiro Conselho Universitário de 2005, em sessão de 13 de janeiro, decidiu conceder um mandato temporário (de seis meses) para os integrantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), eleita no final de 2004. A situação da CPPD entrou em julgamento no colegiado no início de dezembro pelo fato de a eleição ter sido realizada em desacordo com o estatuto da universidade. Também a legitimidade do processo eleitoral havia sido questionada pela diretoria da Adufrj-SSind, ainda no ano passado, devido à precária divulgação, prazos curtos e nenhum debate entre os poucos candidatos.

Na reunião anterior do Consuni, em 9 de dezembro, a Comissão de Legislação e Normas escreveu um parecer com pedido de impugnação das eleições. No entanto, alguns conselheiros argumentaram que o resultado deveria ser preservado (veja Jornal da Adufrj nº 166, de 13/12). Na ocasião, devido ao impasse, a vice-reitora Sylvia Vargas pediu vista do processo, que só foi retomado neste mês de janeiro.

Nova eleição ocorre em 2005

A vice-reitora apresentou uma proposta de resolução, posteriormente aprovada, com uma espécie de solução intermediária. Além do mandato de seis meses para a recém-eleita CPPD, o Consuni deverá determinar normas para escolha por eleição dos representantes de uma futura comissão, no prazo de quatro meses. O tempo corre a partir da publicação desta resolução. Caberá à Comissão de Legislação e Normas do colegiado a tarefa de formular uma proposição com as regras, no prazo de três meses.

Para esta próxima eleição da CPPD, poderão concorrer normalmente os candidatos do pleito mais recente. Se reeleitos, seus mandatos terão duração integral (de três anos).

Kelvin Melo

VICE-REITORA
SYLVIA VARGAS

O debate

Um dos representante dos técnico-administrativos, Marcílio Lourenço foi o único a votar contrariamente à proposta da vice-reitora. Disse não se sentir confortável em dar validade a uma eleição que não foi amplamente democrática. Integrante da Comissão de Legislação e Normas e representante dos Titulares do CFCH, Luiz Antônio Cunha elogiou a proposta. “Acredito que foi a melhor solução”.

Antes da votação, o reitor Aloisio Teixeira frisou que a responsabilidade pelo encaminhamento ruim das eleições da CPPD foi dele, em particular, e da reitoria. Ele argumentou que, em outra situação, poderia pedir a prorrogação do mandato da CPPD anterior, até regularizar o pleito. O problema é que a comissão já estava com os mandatos vencidos (conforme já divulgado em diversas edições do Jornal da Adufrj).

Comissão Própria de Avaliação

A relatora da Comissão Própria de Avaliação da UFRJ (dispositivo local do novo sistema de avaliação do governo), Ana Canen, que também é integrante do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), pediu a palavra para reprovar a posição do professor Luiz Antônio Cunha – que decidiu pelo voto em separado em relação ao documento apresentado pela Comissão. Ana Canen, professora da Faculdade de Educação, afirmou que a lógica da comissão é um processo de julgamento de valor e não apenas um critério técnico de avaliação, como entende Luiz Antonio da Cunha. Canen lastimou o fato do voto em separado não defender a apresentação dos critérios de avaliação e ainda propor a realização de um levantamento. A docente do CFCH encerrou sua intervenção garantindo que faz parte de uma Comissão de Avaliação permanente e não provisória.

Ana Canen disse ao Jornal da Adufrj que a Comissão de Avaliação está recebendo sugestões para serem incorporadas ao documento já elaborado. Os integrantes formularão um outro documento, com as opiniões sugeridas, e o submeterá a aprovação do Consuni. Caso o Conselho o aprove, o documento será encaminhado ao Ministério da Educação (MEC). Segundo Canen, o prazo estabelecido para o encaminhamento do documento ao Ministério é dia 31 de março de 2005.

Crise na Faculdade Nacional de Direito

Também no expediente do Consuni, o professor Alcino Câmara Neto, decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), manifestou sua preocupação pelo fato de o MEC não ter emitido um parecer final a respeito da demissão do diretor da Faculdade Nacional de Direito (FND), Armênio Cruz. O decano ressaltou que a situação é urgente por conta da crise na qual a Faculdade está mergulhada e lembrou aos conselheiros que continua recebendo ameaças de morte.

Apesar dos apelos do professor, da mobilização do Centro Acadêmico de Cândido Oliveira (Caco) – que enviou uma representante para acompanhar a sessão – e da aprovação unânime do Conselho Universitário em favor da demissão, o reitor Aloisio Teixeira adiantou que esteve reunido com a Consultoria Jurídica do MEC, em Brasília, e seus integrantes estão adotando uma posição contrária ao documento que foi encaminhou no qual pedia a demissão de Armênio Cruz.

Colegiado não realiza eleição para as comissões

As eleições para as comissões permanentes do Consuni deveriam ter acontecido na última reunião do Conselho Universitário, já que o regimento estabelece que elas devem ocorrer na primeira sessão do ano. Assim que foi proposta a votação, o professor Luiz Antonio da Cunha ponderou que, apesar do regimento, o quórum estava mais esvaziado que o normal, além de estarem presentes poucos titulares. Cunha então sugeriu a transferência das eleições para o dia 10 de março, depois do período do recesso do Conselho. A maioria dos integrantes do Consuni foi favorável a modificação, mas o decano Alcino Câmara interveio, alegando ilegalidade na alteração. De acordo com ele, as normas estabelecem que só podem ser feitas alterações no regimento em uma sessão extraordinária exclusiva para tratar do assunto.

Por conta do impasse, o reitor Aloisio Teixeira solicitou um intervalo de cinco minutos para que integrantes da Comissão de Legislação e Normas emitissem uma opinião sobre o caso. Durante o intervalo, os integrantes do Consuni se retiram da plenária e ao ser retomada a sessão não havia mais quórum para a realização das eleições. Baseado nisso e no parecer da CLN, que declarou não haver obstáculo para a transferência da data das eleições, Aloisio Teixeira encerrou a sessão. A situação revoltou o decano que ameaçou não retornar mais ao Consuni, fazendo-se representar pelos seus substitutos “como fazem os seus colegas”. As declarações do decano não irão constar em ata pois o reitor já havia encerrado a sessão, mas Aloisio avisou que o professor irá responder por suas declarações, já que o Consuni estava sendo transmitido, ao vivo, para toda a comunidade universitária. Entretanto, Aloisio não sabia que a rede havia caído minutos antes e que a transmissão ao vivo havia sido interrompida.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 170 • 24 de janeiro de 2005

O PT e sua truculência no campo universitário

Por Roberto Romano

Página 3

UFRJ diz que paga abono 2004

Em reunião com a Adufrj-SSind, dia 12/1, o pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso, informou que estaria enviando ao Ministério da Educação e ao Ministério da Fazenda (MPOG) a solicitação para a execução da ação ganha pela seção sindical que garante aos professores o pagamento do abono pecuniário de 2004. A solicitação foi feita com base no parecer da Procuradoria da UFRJ, favorável à execução da decisão judicial.

Agenda Sindical

25/1 - Reunião do GTPE no FSM
Porto Alegre (RS) - Auditório do SINDCAIXA

25/1 - Reunião do Setor das IFES
Porto Alegre - Sede da Adufrgs

26/1 - Plenária dos SPF
Porto Alegre (RS)

26/1 - Plenária Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Porto Alegre (RS)

26/1 a 31/1 – Fórum Social Mundial
Porto Alegre (RS)

28/1 - Encontro Nacional do Celutas
Porto Alegre (RS)

30/1 - Encontro Nacional da Conlutas
Porto Alegre (RS)

24/2 a 1/3 - 24º Congresso do Andes-SN
Curitiba (PR) - com o tema central "Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação".

Governo gasta apenas 0,9% com Educação Superior

Depois de implementar o Prouni, o governo Lula promete ampliar para 40% o número de matrículas do sistema público até 2011. O que é pouco veiculado pela mídia é o fato de o mesmo governo ter gasto com Educação Superior apenas 0,9% do PIB em 2004. Para alcançar as metas já previstas pelo Plano Nacional de Educação seriam necessários investimentos da ordem de 8% em dez anos. Em entrevista ao Jornal da Adufrj, José Marcelino Rezende Pinto, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, faz uma radiografia do financiamento da Educação no país e critica as políticas privatistas do governo como a renúncia fiscal em favor das instituições particulares.

Adufrj-SSind - Em recente entrevista, o presidente Lula deixou claro que no seu governo a idéia de educação pública como direito de todos foi descartada. Na sua opinião, quais as motivações do governo federal em abrir mão de uma política em direção à universalidade do ensino público em todos os níveis para, no caso do ensino superior, optar pela renúncia fiscal em favor das faculdades particulares?

José Marcelino - Infelizmente, desde o momento de montagem dos ministérios, ficou claro que Educação, para Lula, não seria uma prioridade. Tanto o primeiro ministro da educação, quanto o segundo, pouco contato possuíam com os temas educacionais e com o programa de educação do governo eleito. O primeiro, em particular, possuía mínima penetração no núcleo de poder e o segundo, tudo indica, não tem a menor intenção em entrar em choque com este mesmo núcleo. A ordem é fazer política educacional sem ampliar os gastos do MEC. Isto explica a proposta de um Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico) onde o governo federal pretende contribuir com menos de 6% dos recursos do fundo (atingindo, no máximo, 10%) e do Prouni (Programa Universidade para Todos) onde se troca receita de impostos que iriam financiar o sistema público de ensino por vagas no setor privado. O governo Lula conseguiu uma façanha: através do Fies (Financiamento Estudantil) e do Prouni ele vai subsidiar mais de 150 mil vagas no setor privado enquanto as IFES oferecem menos de 130 mil vagas!

Continua na página 4

Opinião

A estrutura oligárquica da UFRJ envelheceu

Raquel Paiva*

Prezados Senhores,

A propósito da nota publicada por este jornal (7/12/2004) em que se menciona a "coordenadora de pós-graduação da ECO/UFRJ", gostaria de pontuar inicialmente que são recorrentes os episódios de dificuldades entre coordenações de pós-graduação e direções de unidades. O problema não é meramente pessoal, mas sobretudo institucional, e de tal monta que merece uma pequena reflexão, para a qual pedimos a atenção de Vv.Ss.

A primeira coisa a se observar é que a estrutura oligárquica da UFRJ envelheceu, sem as necessárias reformas estatutárias. Passou-se de uma oligarquia pessoal (síndrome das origens) para outra, de natureza grupal ou de áreas, em que pontificavam determinados campos das ciências da natureza ou da politecnia, coadjuvados pelas ciências jurídicas. Estas últimas foram atravessadas por longa crise, cujos últimos ecos ainda ressoam. As pequenas unidades do campo das ciências sociais e humanas, especialmente a caçula Escola de Comunicação, sempre foram periferia, os "primos pobres", em voz e em recursos, do conjunto.

Apesar de tudo, as regras de civilidade e da postura acadêmica sempre possibilitaram algum diálogo da periferia com o Centro. Aí se deu o desastre chamado FHC/Paulo Renato, que enxovalhou como pôde a Universidade. E nos sobreveio um reitorado catastrófico, uma espécie de "tsunami" acadêmico, que repercutiu eticamente sobre todo mundo: professores, funcionários e alunos. Era visível ou palpável o desgosto dos mais sérios com a "coisa" universitária. Dirigir unidade ou departamento nesse ambiente só por amor altruísta ao espaço próprio.

As eleições dos profs. Carlos Lessa e Aloísio Teixeira significaram, do ponto de vista ético-político, a retomada de uma certa dignidade acadêmica. Claro, o dinheiro público continuou esquivo, mas algo de bom se restaurou na Reitoria. O problema é que, nas unidades, nem sempre se encontram docentes realmente dispostos ou suficientemente criativos para enfrentar as dificuldades administrativas de uma direção. Para não falar de casos propriamente mentais, de diagnóstico difícil no espaço institucional. Por outro lado, parece não ter havido tempo para um *aggiornamento* estatutário: ainda trabalhamos com as regras de um tempo em que a pós-graduação não tinha o vulto que passou a ter.

O resultado é que um trabalho sério de organização do setor de pós-graduação, hoje controlado de perto pela Avaliação da Capes, está sujeito aos sismos administrativos de setores alheios, no entanto amparados pela necrose estatutária. Se a unidade faz parte da tradicional oligarquia, isso não oferece problema nenhum. Nas escolas pequenas, porém, longe dos olhos e do coração do Centro, é preciso muito esforço acadêmico e espiritual para se lidar com os imprevistos. Ninguém montou aqui gabinete psicanalítico para fazer frente a machismo anacrônico, inveja institucional, surdez mental, condição psíquica bipolar, etc.

Nesse quadro, dão-se as fricções, que podem ser acompanhadas pelos noticiosos internos da Universidade, às vezes por *faits-divers* da grande imprensa.

Acreditamos, porém, que, em meio aos destroços morais e psicológicos sobrantes do "tsunami" passado, a UFRJ ainda conta com cabeças pensantes e mecanismos auto-reguladores capazes de restaurar a saúde institucional e a excelência acadêmicas. O Sintufrj e a Adufrj disto dão boas provas: são organizações sérias. Elegemos um reitor à altura do cargo. Isto é prova de siso, de maturidade, de saúde.

A cada de um nós, professores, funcionários e alunos, cabe zelar pelo estável, lutando pelas reformas quando necessárias e denunciando os absurdos nos fóruns de que dispomos.

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO

Cartas

Prezados amigos,

Agradecemos o envio de exemplar da edição de número 167, ano IX, 20 de dezembro, do periódico Adufrj – Seção Sindical, que, além do noticiário corrente, publica textos analíticos da maior oportunidade, como entre outros, os de Ivan Valente – Otaviano Heleno, sobre reforma universitária, e o da Associação de Pós-Graduados da UFRJ sobre a demissão do professor Carlos Lessa da Presidência do BNDES.

Cordialmente

Maurício Azedo
Presidente da Associação Brasileira de Imprensa

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Anote os telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião

O PT e sua truculência no campo universitário

Roberto Romano*

Os últimos artigos desta coluna foram dedicados à criação de um organismo paralelo de professores, o PROIFES, cujo alvo seria tratar de universidades federais em harmonia com o governo. Milito desde 1962 por um ensino público digno deste nome. Em 1964, como presidente de Grêmio Estudantil, sofri a violência dirigida contra professores e alunos. Em 1968 vivi os movimentos de massa que reuniram milhares de pessoas para lutar contra os acordos MEC-USAID. Preso em 1969, passei bom tempo no sinistro Tiradentes, onde percebi até que ponto pode ir a crueldade humana. Passou a ditadura militar, mas persiste a ditadura do Poder Executivo. Basta ver as Medidas Provisórias que fornecem à Presidência da República meios de impor leis à Nação, como a vergonhosa "lei" que outorga foro privilegiado aos presidentes do Banco Central.

Não costumo exibir minha pequena vida. E também não tenho o vezo de cobrar pelo que nela passei. Não entrei em juízo solicitando reparações do Estado, porque ideais não possuem preço. Mas precisava do parágrafo acima para dizer algo gravíssimo sobre a vida nacional. Desde 1962 os professores e estudantes que defendiam a democracia e a escola pública sabiam contra o que lutavam. Em documentos explícitos e claros, mesmo os ministros da educação impostos pelos militares diziam o que programavam para os campi e para o mundo educacional como um todo. Os documentos existiam e tinham correlação com os atos governamentais. Estes últimos, desastrosos para o Brasil, foram repudiados pelos democratas. Nosso país, segundo o BIRD, possuia o melhor ensino primário e médio da América do Sul antes de 1965. Com o privilégio concedido às escolas privadas e a corrosão programada do ensino médio e primário (pagamento aviltado dos professores, escolas de péssima construção, etc) o vestibular das universidades públicas —as únicas que produzem pesquisas tecnológicas e científicas dignas de nota— tornou-se mais do que seletivo pois se transformou num matadouro das esperanças dos pobres.

Mas embora lesivos ao país, os planos governamentais existiam, eram discutidos e lidos por todos. Na "administração" Luis Inacio da Silva nada podemos dizer sobre o pensamento do Planalto sobre o mundo universitário. O segredo é a marca do Ministério e mentiria quem afirmasse possuir a diretriz publicada de um plano coerente e democrático para toda a política educacional do governo. Além de muita propaganda e de artefatos legislativos (como o Prouni que joga dinheiro nas mãos dos capitalistas e das "faculdades de direito" cujos alunos são reprovados em massa pela OAB) o ministério da educação apenas joga balões de ensaios e nenhum plano ordenado e rigoroso para o setor. Amadorismo de um lado, truculência de outro. É nesse contexto que surgem as tentativas para desmoralizar ainda mais as universidades públicas e para preparar as derradeiras "reformas", destruindo os direitos sindicais no interior dos campi.

Os defensores do PROIFES, em carta publicada na coluna anterior, afirmam que a nova entidade terá estrutura similar e funções idênticas ao Forum das Seis. O Forum não foi produzido como substitutivo para nenhum setor vencido nos sindicatos que o compõem. No caso do Proifes o fato é luminoso : os seus fundadores encontram-se entre os que perderam as últimas eleições do Andes. O Forum não tem estatutos nem possui hierarquia interna, cargos, etc. Sua função é deliberativa para os que o integram, não imperativa. Last but not least ele representa as bases universitárias e com frequência bate-se contra ditames oriundos de gabinetes governamentais. Enfim, na polêmica atual, seria bom que os defensores do Proifes deixassem a comparação com o Forum de lado e buscassem argumentos mais condizentes com os seus fins.

Volto ao primeiro parágrafo: em toda a minha vida jamais testemunhei a existência de um governo tão fechado em copas como o atual, só aberto para as inspeções do FMI : para os cidadãos, segredos e abolição de direitos. A meta de implodir os sindicatos — prática arcaica resumida no dístico latino divide et impera — é sinal dessa vontade política que trai suas origens. Se o governo atraiçoa os que sempre os apoiaram, não deixará de trair os seus novos parceiros. É um erro supor que o Proifes substituirá o Andes com apoio do governo federal. A razão disto é evidente: dentro de pouco tempo a equipe dirigida por Antonio Palocci (o presidente de fato) não mais agradará o agronegócio, os bancos, a equipe Bush. E deixará o Planalto. Os sindicatos reais estarão nas ruas, com a população. Os agregados da Realpolitik arrumarão as valises. Os velhos senhores retomarão seus postos com ajuda do PT. Quanto aos democratas, eles lutam para que chegue o Estado de direito, deixando o Estado de direita hoje reiterado pelo antigo Partido dos Trabalhadores.

Correio Popular de Campinas, 14/12/04

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Resenha

MEC mudará prazo

O governo já admite rever o prazo para a discussão do anteprojeto da Reforma Universitária, já que apenas seis emendas foram encaminhadas a Brasília até a última semana. O período proposto pelo MEC termina no dia 15 de fevereiro e na comunidade acadêmica a pouca mobilização é atribuída ao período de recesso. O Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) acusa o Ministério de ter escolhido o período de recesso acadêmico nas universidades propositadamente.

Insatisfação com Lula

Os organizadores do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, prevêem um número superior a 100 mil participantes para a quinta edição do evento, que começará no próximo dia 26. Segundo um dos organizadores, Chico Whitaker, a decepção com o governo Lula deve ser a tônica desta edição do Fórum, que já recebeu mais de 5.700 inscrições entidades de mais de cem países. Os recursos do FSM provêm de organizações governamentais e não-governamentais. Na lista dos doadores, figura o governo federal, que vai doar quase R$ 3 milhões. O Fórum conta com a promessa de R$ 1,7 milhão da Petrobras e ainda com as verbas da Eletrobrás, Caixa Econômica Federal e Correios (Jornal do Commercio-RJ, 16/1).

Miséria nas metrópoles

Ao contrário do que intuiu o governo federal, que decidiu priorizar as pequenas cidades do interior na implantação de programas sociais, um estudo das Organizações das Nações Unidas constatou que são as grandes metrópoles brasileiras que concentram a miséria no Brasil. Segundo o estudo, 44% da população latino-americana (quatro entre dez) vivem em favelas ou bairros precários que só oferecem as condições mínimas de vida. (JB, 19/1)

Ex-sindicalistas no governo

Dez ministros do governo Lula e outros 50 funcionários em posições de destaque, em Brasília, são oriundos do movimento sindical. O primeiro e o segundo escalão da administração federal têm aproximadamente 13% de ex-sindicalistas, que também ocupam vários postos importantes nos Estados. A maior concentração de ex-dirigentes sindicais - com cerca de 30% do pessoal - está no Ministério da Saúde, do ex-diretor do Sindicato dos Médicos de Pernambuco, Humberto Costa (Tribuna da Imprensa, 19/1).

Entrevista

Continuação da capa

Adufrj-SSind - O Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileria previa um gasto de 10% do PIB com Educação, durante 10 anos. O PNE aprovado pelo Congresso Nacional, em 2001, e vetado pelo ex-presidente Fernando Henrique destinava 7% ao setor. Qual é a situação hoje do financiamento da Educação em todos os níveis, em especial a da Educação Superior?

JOSÉ MARCELINO

Os gastos públicos com educação no Brasil estão na casa dos 4,3% do PIB. É um índice equivalente ao da Argentina e da Coréia do Sul. Só que, enquanto nestes dois países, este índice propicia, respectivamente, R$ 1.400 e R$ 2.440 por aluno da educação básica, os 4,3% do Brasil propiciam R$ 691 (valores de 1999).

No caso da educação superior, o país gasta cerca de 0,9% do PIB, incluído aí uma boa parte dos gastos com pesquisa das IES públicas.

Estudo feito por Grupo de Trabalho criado pelo então Ministro Cristovan Buarque aponta para a necessidade de um gasto da ordem de 8% do PIB por cerca de 10 anos se o país pretende, de fato, cumprir as metas do Plano Nacional de Educação.

Adufrj-SSind - O investimento em Educação Superior pública é um impedimento para a expansão nos outros níveis?

Considerando o total de gastos públicos com educação no Brasil, a educação superior (incluindo graduação e pós-graduação) representa 21% do total, o que mostra claramente que não são os gastos neste nível de ensino que impedem a melhoria da educação básica. Na verdade, o país gasta pouco em todos os níveis de ensino porque o PIB *per capita* é baixo e porque a contribuição do governo federal para o financiamento da educação é mínima frente aos recursos financeiros de que dispõe.

Adufrj-SSind - Os recursos para as universidades públicas foram reduzidos a cada ano, desde o final dos anos 1980, como o senhor mesmo mencionou durante o encontro dos grupos de trabalho Carreira e Política Educacional do Andes-SN, no dia 12, em São Paulo. Qual a relação entre o custeio das instituições, nos dias atuais, e o número de matriculados? Que análise política pode se fazer diante desse quadro?

Trabalho feito pelo Prof. Nelsom Cardoso do Amaral ("Financiamento da Educação Superior: Estado X Mercado, Cortez Editora) mostra que os recursos totais das IFES caíram de um patamar de 0,97% do PIB em 1989 para 0,64% do PIB em 2002, não obstante o crescimento de 60% das matrículas na graduação neste mesmo período.

Quanto aos recursos para a efetiva manutenção das IFES, o mesmo estudo mostra que, não considerando os recursos diretamente arrecadados, eles caíram de um patamar de R$ 1,1 Bilhões em 1990 para R$ 417 milhões em 2002 (ambos indexados para R$ de 2003). Este último valor representou menos de R$ 65/aluno por mês para manter todos os serviços das IFES. Isto explica porque tudo falta nestas instituições. Mas isto mostra também que o governo federal poderia, por exemplo, dobrar os recursos de manutenção destas instituições, melhorando muito a qualidade dos serviços prestados, sem um grande peso no orçamento da União (0,03 % do PIB).

O governo Lula conseguiu uma façanha: através do Fies (Financiamento Estudantil) e do Prouni ele vai subsidiar mais de 150 mil vagas no setor privado enquanto as IFES oferecem menos de 130 mil vagas!

Adufrj-SSind - Em sua palestra, o senhor comentou também a explosão do ensino superior estadual no Brasil. Qual a importância destas matrículas hoje no cenário nacional?

Este é, realmente, o fato novo da educação superior. As IES estaduais que, em 1980, ofereciam a metade das vagas das IFES (33.618 X 65.406 vagas) em 2002 já superaram estas últimas (132.270 x 124.196 vagas). O principal problema destas instituições é que, como elas não fazem parte do sistema federal de ensino mas dos sistemas estaduais, há uma grande heterogeneidade no setor e muitas delas, para não dizer a maioria, pouco têm de públicas, pois cobram mensalidades. Levantamento do INEP mostra que entre as 10 maiores instituições em alunos de graduação do país aparecem duas universidades estaduais, a de Goiás (31.575 alunos) e do Piauí (30.644 alunos), a última inclusive com "campi" na Bahia e no Maranhão.

É evidente que o CNE deve regulamentar rapidamente este setor, até porque a experiência de alguns estados mostra que estas instituições, quando de fato mantidas e administradas pelo poder público, podem ser importantes aliadas na expansão da oferta de vagas do setor público. As mesma observações feitas às IES estaduais valem com mais veemência para as IES municipais, que ofereceram cerca de 39 mil vagas em 2002, a maioria paga e de qualidade sofrível. Medida urgente também a ser tomada pelo INEP é excluir da categoria **pública** as instituições estaduais e municipais que cobram mensalidades (o que é proibido pela Constituição Federal, art. 208, inc. IV) o que distorce as estatísticas referentes ao tamanho do setor público no Brasil.

Adufrj-SSind - O senhor fez uma relação entre a arrecadação dos impostos no Brasil e o percentual da União destinado à Educação. Os 18% não seriam mais suficientes?

O grande problema que ocorreu com o financiamento da educação no Brasil é que como a receita de impostos sofre uma série de vinculações (educação, saúde, repasse a estados e municípios), a política adotada pelos últimos governos a partir de 1988 foi ampliar a tributação via a criação de Contribuições Sociais e Econômicas (como a CPMF, por exmplo). Assim é que, enquanto, de 1995 a 2003, a receita bruta de impostos da União ficou estacionada em 7,5% do PIB, a receita de contribuições saltou de 8,5% do PIB para 15% do PIB. Não bastasse isto, com a implantação da DRU, que desvincula 20% da receita de impostos da União, a Receita Líquida de Impostos da União, que é a base sobre a qual incide os 18% de vinculação, ficou reduzida a pouco mais que nada. Tomando por base a execução orçamentária de 2003 nós constatamos que de uma receita bruta de impostos da União de R$ 113 bilhões, R$ 60,4 bi foram transferidos constitucionalmente aos estados e municípios, R$ 23,2 bi foram confiscados pela DRU, sobrando, portanto, R$ 29,4 bi como receita líquida de impostos da União. Aplicando o índice de 18% sobre esta receita, chegamos a R$ 5,3 que seria a obrigação constitucional mínima da União com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, um valor claramente insignificante e desproporcional aos recursos que este nível de governo dispõe. A União gastou, de fato, em 2003, R$ 10,4 bi em ensino, o que ainda é um valor muito baixo: 0,68% do PIB para um nível de governo que detém cerca de 20% do PIB de carga tirbutária (somando impostos e contribuições). Estes números mostram também porque a subvinculação para as IFES de 75% dos 18% da receita de impostos da União prevista no projeto de lei da Reforma Universitária enviado pelo governo ao Congresso não representarão mais recursos, podendo inclusive reduzi-los. Tomando por base a situação de 2003, esta subvinculação propiciaria menos de R$ 4 bilhões. Ora, neste mesmo ano, a União gastou com o programa de Ensino Superior R$ 6,7 bilhões. Mesmo retirando o confisco feito pela DRU (que o MEC sinaliza mas que não consta no projeto de lei), chegaríamos a R$ 7,1 bilhões, ou seja, trocaríamos seis por meia dúzia, sem dizer que o orçamento das IFES demanda mais recursos que apenas aqueles computados no programa "ensino superior" como de manutenção e desenvolvimento do ensino (a título de exemplo, só com inativos, pensionistas e precatórios foram gastos nos últimos anos, em média, mais R$ 3 bilhões).

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 478 • 31 de outubro de 2005

Confira documento entregue pelo Comando de Greve do Andes-SN ao MEC
Página 2

Professores do CAp debatem campanha salarial
Página 3

Sentença da GED integral para aposentados continua válida
Página 4

Polícia não entra mais na UFF
Página 4

Andes-SN

REUNIÃO DO COMANDO DE GREVE DO ANDES-SN COM OS REPRESENTES DO MEC, EM 26/10

Assembléias avaliarão negociação com governo

Comando Nacional de Greve apresenta ao governo viabilidade das reivindicações da categoria

O Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) apresentou, na última quinta-feira (27/10), aos técnicos do Ministério da Educação cálculos que indicam ser viável dentro do orçamento o atendimento às reivindicações da categoria.

O encontro foi definido durante a reunião ocorrida no dia anterior, entre integrantes do comando de greve e o secretário executivo adjunto do MEC, Ronaldo Nado Teixeira, e sua equipe. Ficou acertado que nessa segunda-feira (31) o MEC informa se adotará os métodos de cálculo sugeridos pelos grevistas sobre o montante necessário para resolver o déficit salarial dos docentes da rede federal de ensino. A resposta do governo será encaminhada para apreciação das assembléias gerais e o Comando de Greve do Andes-SN participará de mais uma reunião com o MEC no próximo dia 4/11. A Adufrj-SSind realiza sua assembléia geral para apreciação das negociações com o governo e da Campanha Salarial até a próxima semana.

A nova etapa de negociações foi determinada por força da rejeição dos professores à última proposta do governo da aplicação dos R$ 500 milhões assegurados para a categoria no ano que vem. Em ofício enviado ao comando de greve, no dia 21 de outubro, o MEC informou que mantinha os critérios de distribuição do valor já liberado para os docentes, promovendo somente pequenas alterações percentuais.

Na reunião com o MEC do dia 26, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, disse ao secretário Ronaldo Teixeira que o MEC estava insensível às reivindicações dos docentes. Reiterou a necessidade de se garantir a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; a isonomia entre os ensinos básico, profissional e superior, e o poder aquisitivo dos professores diante da inflação. Destacou ainda que o movimento grevista vem sendo flexível para chegar a um acordo com o governo. “Temos toda disposição para apresentar alternativas e negociar”, ponderou a dirigente.

Ronaldo Teixeira salientou as limitações orçamentárias, que até o momento disponibilizam somente R$ 500 milhões. Disse que vontade do governo não é frustrar as expectativas dos docentes.

A presidente do Andes-SN respondeu que a tentativa da categoria é superar as distorções e avançar em discussões como a do grupo de trabalho que debaterá a carreira docente no ensino superior federal.

Fonte: CNG/Andes-SN

Campanha Salarial

Documento entregue pelo Comando de Greve do Andes-SN ao MEC

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior se aproxima dos dois meses e poderá chegar a **um impasse** criado pelo governo. Nesse período, o movimento grevista defendeu sua pauta de reivindicações, que incluía o respeito à isonomia entre docentes de 1º,2º e 3º graus e à paridade entre os salários dos docentes da ativa, aposentados e pensionistas.

A proposta do MEC encaminhada pelo Ofício nº 581/2005/SEAD-MEC, de 21 de outubro de 2005, foi apreciada pelas assembléias das seções sindicais realizadas nos dias 24 e 25 de outubro. A esmagadora maioria das assembléias rejeitou mais uma vez a proposta apresentada pelo MEC, reiterando a contraproposta do Comando Nacional de Greve apresentada na audiência do dia 19 de outubro.Destaca-se, ainda, que novos indicativos de greve foram aprovados, motivados pela postura do MEC. Causou indignação o fato de não haver qualquer mudança que aproximasse a proposta do MEC às reivindicações do Andes-SN. Ela é um passo atrás em relação ao que foi desenvolvido e acordado no Grupo de Trabalho no que se refere às gratificações e à paridade, contradizendo declarações do Ministro Tarso Genro e do Secretário Jairo Jorge, em 30 de julho de 2004.

Desde o início das negociações, o MEC insistiu em outra lógica, propondo reajustes diferenciados por titulação, que geram maiores distorções na carreira, reconhecidas pelo próprio MEC e que dividem os professores de 1º, 2º e 3º graus. Na contraproposta, os professores propõem um passo na direção da incorporação das gratificações, com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária, algo que o MEC mostrou ser viável, já em 2004, quando implantou uma gratificação dessa natureza para os professores da carreira de 1º e 2º graus e comprometendo-se a dar o mesmo tratamento aos docentes da carreira de 3º grau.

Quanto ao conteúdo da proposta reapresentada pelo MEC, as pequenas mudanças (elevação dos percentuais de aumento na pontuação da GED: Aperfeiçoamento de 10% para 12% e Especialização, de 15 para 16%; acréscimo de mais um nível na classe de Professor Associado) não alteram a lógica que fundamentou as propostas anteriormente apresentadas. Os impactos financeiros para as elevações dos percentuais na pontuação da GED são mínimos e a inserção de mais níveis na Classe de Associado não implica em qualquer acréscimo para o próximo ano. As principais mudanças observadas encontram-se no Ofício nº 581/2005 que apresenta a proposta.

Se a proposta permaneceu a mesma, não haveria necessidade de uma nova justificativa. O atraso por parte do MEC poderia nos fazer supor que ele estaria analisando a proposta apresentada pelo CNG. A leitura do texto revela que a proposta não foi considerada. Os signatários do documento se limitam a afirmar erradamente que o custo da proposta do CNG, apenas para a reposição salarial (itens 1 e 2), seria de R$ 1 bilhão e 300 milhões. Na verdade, mesmo utilizando-se a metodologia adotada pelo governo, de acordo com estudos realizados pelo CNG/Andes-SN, a equiparação da GED e da GEAD, pelos valores máximos por titulação e reajuste de 18% no vencimento básico custa, respectivamente:

a) Equiparação GED e GEAD: R$ 222,6 milhões incluindo todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus (R$ 181, 2 milhões para o 3º grau e R$ 41,4 milhões para 1º e 2º graus).

b) Reajuste de 18% no Vencimento Básico: R$ 618 milhões (R$ 509,2 milhões para 3º grau e R$ 108,8 para 1º e 2º graus).

Isto totaliza R$ 840,6 milhões (R$ 690,4 milhões para 3º grau e R$ 150,2 milhões para 1º e 2º graus).

Como já observado insistentemente pelo CNG, os impactos são ainda menores. Retirando-se a contribuição patronal ao PSS – não paga pelo governo – o impacto cai, para os docentes do 3º grau, para R$ 597 milhões. Mas o governo economiza ainda mais. Há o desconto de 11% de cada docente para o PSS e o recolhimento do Imposto de Renda, que faz com que o impacto líquido da proposta do CNG, para tais itens, seja de R$ 386,1 milhões para o 3º grau. Estendendo para 1º e 2º graus, o impacto líquido seria de R$ 473,1 milhões.

Recentemente, o Ministério do Planejamento acordou com o SINAL – Sindicato dos Trabalhadores do Banco Central, proposta com custo final de R$ 180 milhões para atender os cerca de 9.500 servidores do BACEN. O governo adotou para o cálculo do impacto a metodologia que desconta a contribuição patronal ao PSS. Há, portanto, uma contradição no interior do governo ao considerar, para os docentes, impactos brutos.

O MEC superestimou os impactos de nossas reivindicações, como recurso para desconsiderá-las e sugerir que o atendimento de nossas demandas é inviável. Isso é uma tentativa de desqualificar o sindicato perante a opinião pública, omitindo a disposição do CNG, respaldado pelas assembléias, em negociar.

Com isso, o MEC tenta impor, sem negociar, suas medidas como sendo as únicas possíveis de serem implementadas, a despeito destas terem sido rejeitadas pelas assembléias por não atenderem os princípios da paridade, da isonomia e da recuperação do poder aquisitivo.

O ofício afirma, em seu segundo parágrafo, que, de 2003 a 2005, os percentuais de reajustes dos docentes do magistério superior variaram de 25,24% a 55,24%. É importante registrar, em primeiro lugar, que não houve qualquer reajuste em 2005. Na verdade, o menor reajuste, no período, foi de 13,61% (Titular, com mestrado, aposentado, com DE) e o maior foi de 80,57% (Auxiliar 1 graduado a Assistente 3 graduado em regime de 20 horas). Os maiores reajustes foram para os professores em regime de 20 horas com vencimento básico inferior ao salário mínimo e que, por isso, recebem uma parcela complementar.

A expectativa da categoria era clara, apresentando uma contraproposta realista: esperava do governo uma resposta que assumisse a lógica das reivindicações docentes, mesmo que alguma diferença ainda persistisse na discussão sobre o montante de recursos envolvido. O resultado das propostas, no valor final do contracheque dos professores da ativa é muito similar, entretanto, os princípios que as orientam são muito diferentes, o que significa que o governo faz uma opção política que tenta nos impor e não premido pela falta de recursos, como alega nas reuniões e na imprensa. Esta opção política do governo já foi recusada pelas Assembléias Gerais.

Pelo exposto, evidencia-se que o CNG tem demonstrado disposição para negociação e de flexibilidade nas propostas, desde que princípios fossem mantidos. O governo pode resolver as demandas dos professores, desde que não se mantenha inflexível na lógica que sustenta suas propostas e não aposte no impasse.

CNG/Andes-SN

MEC mantém proposta rejeitada pelo movimento

A proposta que ainda estava em pauta, na semana passada, até o fechamento dessa edição foi encaminhada ao Comando de Greve do Andes-SN no dia 21 de outubro. A proposta do MEC mantém os princípios do governo de distribuição dos R$ 500 milhões divulgados no dia 14 de outubro: aumento dos percentuais de titulação em 50%; alteração da diferença do vencimento básico da classe de professor adjunto 4 para o vencimento básico do cargo de professor titular de 21% para 26%; alteração nos valores da pontuação da GED; ampliação da pontuação da GED para inativos passando de 91 pontos para 115 a partir de julho de 2006; criação da classe de professor associado e criação de um grupo de trabalho para discutir a carreira do magistério, sem a participação do Sinasefe.

Confira o ofício com a proposta enviada pelo MEC ao Sindicato dos Docentes no dia 21/10 no endereço www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Professores do CAp debatem campanha salarial

Campanha salarial foi o tema de reunião de professores no CAp

Cerca de 30 professores do Colégio de Aplicação acompanharam a reunião organizada pela Adufrj-SSind naquela unidade, em 26/10, sobre a campanha salarial deste ano. A iniciativa faz parte da estratégia da diretoria da seção sindical de realizar reuniões nos diversos locais da universidade para ampliar o contato com a base da categoria e a mobilização dos docentes.

Foi ressaltado que os professores dos Colégios de Aplicação são professores das universidades federais e, portanto, quem os representa nas negociações com o governo é o Andes-SN. O MEC não tem reconhecido essa representação e isso foi considerado inaceitável pelos presentes.

Na reunião, foi citado que os professores do Colégio de Aplicação de Uberlândia apresentaram uma moção de repúdio pela atitude do ministro da Educação Fernando Haddad de não permitir que as duas entidades nacionais Andes-SN e Sinasefe participem juntas das reuniões de negociação com o governo durante a campanha salarial.

Como conseqüência do encontro no CAp, ficou decidido que uma comissão de professores da unidade redigiria um documento a ser lido na próxima assembléia da Adufrj-SSind. O objetivo é divulgar a natureza do trabalho universitário executado no Colégio, com destaque para a formação de professores. Desse modo, entendem os professores do colégio, cairão por terra os argumentos daqueles que se opõem à defesa dos interesses dos professores do CAp nas negociações salariais. "Isso vai como recado para aqueles que enchem a assembléia e dizem que nós somos uma 'outra coisa'. Está na hora dessa escola falar", ressaltou a professora Ana Lúcia.

Kelvin Melo

PROFESSORES DO CAP RECONHECEM ANDES-SN COMO REPRESENTANTE LEGÍTIMO NAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS COM O GOVERNO

Compromissos da diretoria

Antes da aprovação da idéia do documento, os professores Fernando Marinho e Vera Salim, diretores da Adufrj-SSind que conduziram a reunião, reafirmaram os compromissos da seção sindical em defesa da paridade entre ativos e aposentados e da isonomia entre 1º, 2º graus e Ensino Superior. Vera recapitulou o processo eleitoral da seção sindical e a importante vitória conseguida na apuração dos resultados do pleito (mais de 75% dos votos) contra os simpatizantes do Proifes - entidade que não representa os docentes universitários, defende as propostas que excluem os professores de 1º e 2º graus e que o MEC insiste em manter presente na mesa de negociações.

Fernando Marinho, também diretor da seção sindical e professor do CAp, informou para os presentes os desdobramentos das negociações entre Andes-SN e o governo, com a intransigência deste último em não aceitar um diálogo conjunto com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional).

Vera Salim também lembrou que deverão ser convocadas eleições para o preenchimento dos cargos vagos no Conselho de Representantes da seção sindical, quando espera contar com a inclusão dos docentes do CAp.

O debate

Ao longo da reunião, os professores do CAp manifestaram indignação com as atitudes do governo e mostraram-se dispostos a construir uma maior mobilização dentro da universidade.

A professora Sandra Martins conclamou ao comparecimento na próxima Assembléia da seção sindical. Segundo ela, já está difícil justificar a ausência da UFRJ na greve nacional da Educação.

Marcos Andrade afirmou que seria favorável à realização de um ato próximo ao colégio se isto fizesse parte da mobilização da categoria. Disse que iria se empenhar para acompanhar as próximas assembléias e que convocaria os outros professores, principalmente os mais novos, a fazerem o mesmo.

Comissão de mobilização

A reunião no CAp foi encerrada com a criação de uma comissão de mobilização para integrar os professores do CAp na Campanha Salarial.

Nota dos professores do Colégio de Aplicação

No âmbito da luta em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, dos princípios de isonomia entre as carreiras de 1º., 2º. e 3º. graus e de paridade entre ativos e aposentados, da recuperação dos salários dos docentes das IFES, o ANDES-SN vem enfrentando sérias dificuldades nas tentativas de negociação com o governo, uma vez que este insiste em não reconhecer as principais reivindicações da categoria docente. Uma das questões mais urgentes diz respeito ao reconhecimento, pelo governo, do papel desempenhado pelos docentes de 1º. e 2º. graus das IFES na formação de professores, tendo em vista a articulação entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

A intransigência do MEC em não reconhecer o caráter universitário do trabalho desenvolvido por esses docentes, manifesta pela exclusão dos docentes de 1º. e 2º. graus das propostas apresentadas ao ANDES-SN, torna imprescindível o compromisso explícito e inadiável de defesa desse trabalho por parte de todos os docentes das IFES, considerando o envolvimento de várias instâncias das Universidades comprometidas com a formação de professores. Aceitar a exclusão dos docentes da carreira de 1º. e 2º. graus das IFES das propostas apresentadas pelo governo é pactuar com o sucateamento das licenciaturas e com o esvaziamento de programas de formação de professores.

Por isso, os docentes do CAp rejeitam a proposta do governo! É chegada a hora de assumir o lugar dos Colégios de Aplicação no interior das IFES e de cobrar do governo um tratamento isonômico e paritário entre as carreiras de 1o., 2o., e 3o. graus!

CAp resiste bem ao temporal do dia 24

O prédio do Colégio de Aplicação resistiu sem problemas ao temporal que desabou sobre a cidade no último dia 24. Havia uma certa expectativa sobre os efeitos das fortes chuvas no local, após os problemas enfrentados em abril deste ano, quando a força da água causou danos à estrutura da escola. Naquela ocasião, preocupada com a segurança de servidores e das crianças, a diretoria chegou a suspender as aulas por alguns dias.

Segundo a diretora do CAp, Militza Putziger, a resistência demonstrada já é reflexo das obras de recuperação dos telhados encaminhadas pela reitoria após o episódio de abril. De acordo com informe da Prefeitura Universitária enviado para a redação da Adufrj-SSind, a cobertura do colégio deverá estar totalmente refeita em novembro.

Campanha Salarial

Polícia não entra mais na UFF

Decisão teve origem em truculência policial contra manifestação de greve

O Conselho Universitário da UFF, reunido em 26/10, decidiu que dirigentes da instituição não poderão autorizar a entrada de forças repressivas (Polícia Militar e Polícia Civil) nos espaços da universidade. A deliberação foi causada por truculenta ação policial contra manifestação pacífica de greve no *campus* do Valonguinho, em Niterói (RJ), no dia anterior, segundo a assessoria de imprensa da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind).

Os conselheiros também determinaram a abertura de sindicância para apurar a violência policial cometida contra os grevistas, além de recomendar o afastamento do superintendente administrativo Mário Augusto Ronconi, de quem partiu a orientação para a invasão do *campus*.

Espancamento

No dia 25/10, estava previsto um ato dentro da universidade organizado pelo Sintuff (sindicato dos técnico-administrativos locais) do qual também participavam a Aduff-SSind e o Diretório Central dos Estudantes da UFF. Ocorre que, chamada pela reitoria, a PM reprimiu com violência a manifestação. Gás de pimenta, gás lacrimogêneo e cães foram usados contra os servidores e alunos, que foram espancados pelos policiais. O estudante de economia Antares Valente e o técnico administrativo José Bianco chegaram a ser detidos, interrogados e hospitalizados. Há suspeita de que o estudante tenha sofrido lesão grave, ainda segundo o informativo da Aduff-SSind.

Indignados com a atitude da reitoria, no mesmo dia, os manifestantes seguiram para o gabinete do reitor da UFF, Cícero Fialho, e ocuparam o local. Ainda no meio do protesto, o reitor admitiu que mandou chamar a polícia, mas não esperava esse resultado.

Zulmair Rocha/Aduff-SSind

ESTUDANTE É AGREDIDO EM MANIFESTAÇÃO NO *CAMPUS* DA UFF, EM NITERÓI (25/10)

Para o diretor da Aduff-SSind, Juarez Duayer, o que aconteceu foi uma selvageria. "Não havia tumulto. Eu estava lá desde a manhã. Fomos surpreendidos com a violência da polícia. Os policiais foram chamados pelo reitor e saíram de dentro do *campus* da UFF, eu nem sei como. Vamos ver que medidas jurídicas tomaremos. A PM não pode entrar em espaços federais. É absurdo. O estudante agredido nem era grevista e foi à universidade para assistir aula. Mas também ficou revoltado com a ação da polícia e por isso protestou!", declarou o dirigente.

Conselheiros questionam ação policial

Mesmo conselheiros contrários à greve não pouparam críticas à ação da PM. Sidênia Alves de Alencar Mendes, diretora da escola de enfermagem da UFF, chegou a sugerir o *impeachment* do reitor Cícero Fialho. A proposta, contudo, não foi apreciada.

Adufrj-SSind repudia violência no *campus*

Ao tomar conhecimento do ocorrido, a diretoria da Adufrj-SSind enviou mensagem aos dirigentes da Aduff-SSind na qual protesta contra a brutalidade policial praticada durante a manifestação e contra a atitude do reitor da UFF. "Estendemos nossa solidariedade aos professores, funcionários e estudantes na luta pela Universidade Pública Brasileira", diz um trecho.

Na UFRJ, Consuni também repudia ação da PM

O Conselho Universitário (Consuni) da UFRJ, na sessão de 26/10, também aprovou uma moção repudiando a atitude da polícia militar dentro do *campus* da UFF. De acordo com o documento, as atitudes da polícia ferem a democracia e lembram os piores momentos da nossa história.

Jurídico

Sentença da GED integral para aposentados continua válida

Na semana passada, chegou ao conhecimento da diretoria da Adufrj-SSind a notícia de que a rubrica da decisão judicial garantindo a GED integral para os aposentados, conquistada através de ação da assessoria jurídica da entidade, não consta do contracheque de outubro. A entidade foi informada por sindicalizados que a universidade estaria efetuando outros descontos referentes à GED sem qualquer comunicação aos aposentados.

Conquistada em junho deste ano, a sentença do juiz Dário Ribeiro Machado Júnior, da 19ª Vara Federal, garantiu o direito à GED em seus valores máximos para os aposentados a partir da folha de agosto, paga no início de setembro. Foi a volta da paridade, após sete anos da instituição desta gratificação produtivista nos contracheques dos docentes. Antes, por exemplo, os aposentados até julho de 2000 só ganhavam o equivalente a 91 pontos da GED, enquanto os ativos recebiam 140 pontos.

Após informada da sentença, a universidade procedeu à inclusão da rubrica referente às diferenças de GED no contracheque dos aposentados dos meses de agosto e setembro de 2005. Todavia, neste mês de outubro de 2005, a UFRJ retirou a rubrica do contracheque dos aposentados e está procedendo ao desconto dos pagamentos efetuados nos meses anteriores.

Adufrj-SSind vai reivindicar efeitos imediatos para a sentença

A Adufrj-SSind comunicou o fato grave ao Juízo da 19ª Vara Federal. Todavia, a juíza em exercício, Dra. Cleyde Muniz da Silva Carvalho, mesmo tendo ciência de que a UFRJ já havia implementado o pagamento das diferenças nos meses anteriores, entendeu que a sentença deverá aguardar o trânsito em julgado (julgamento de todos os recursos cabíveis) para ser executada. O sindicato recorrerá na próxima semana da decisão, pedindo que o Tribunal Regional Federal conceda efeitos imediatos à sentença proferida pelo juiz Dário Ribeiro Machado Júnior, que garantiu a paridade no pagamento da GED aos aposentado.

A assessoria jurídica da seção sindical chama a atenção para o fato de que a sentença permanece em vigor, e o que está sendo discutido são seus efeitos, ou seja, se será necessário aguardar o julgamento dos recursos para que possa ser executada. A íntegra da sentença pode ser encontrada no endereço http://146.164.4.136/site/arquivos//documento/documento/doc_022.htm

Orçamento ainda abaixo do pretendido pelo Sinasefe

Na dia 26 de outubro, o governo fez nova proposta de reajuste aos professores dos ensinos Fundamental e Médio das escolares federais, a partir de 2006. Dos R$ 75 milhões oferecidos anteriormente, o governo aumentou a verba para R$ 100 milhões. Desse total, R$ 39 milhões seriam utilizados para a implementação da Classe Especial na carreira e R$ 61 milhões para um aumento na gratificação (GEAD) dos professores

Na visão do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional, o governo novamente reconheceu a deficiência da proposta anterior, que concedia aumento de 50% sobre a titulação. "Ainda, reafirmou que houve dificuldade de apresentar antes a proposta para o Sinasefe pois existem dificuldades sobre o banco de dados do MEC e do MPOG (Planejamento), que diferem e por isso criam uma certa confusão de qual a base de servidores seria atendida e qual montante seria gasto com essa base". O Sinasefe, que divide a representação dos professores dos ensinos Fundamental e Médio com o Andes-SN, considera insuficiente o montante oferecido pelo governo, mesmo após o acréscimo de 25 milhões, muito aquém do necessário para o atendimento dos itens da pauta de reivindicações.

MEC também apresenta proposta rebaixada para os Técnico-administrativos

Depois de ter suspendido o processo de negociação por cerca de um mês, o governo voltou a dialogar com as entidades representativas (Sinasefe e Fasubra) dos técnico-administrativos em Educação. A audiência dos comandos de greve com o governo ocorreu no dia 25 e contou com a presença de dois parlamentares.

A proposta apresentada pelo secretário-executivo adjunto do MEC, Ronaldo Teixeira, foi rebaixada em relação ao documento oficial enviado pelo governo no final do mês de agosto. Alguns itens foram retirados e o montante orçamentário diminuiu de R$ 320 milhões para R$ 250 milhões.

Além de várias críticas dos representantes das categorias em greve, houve dúvidas de como o MEC chegou ao montante de R$ 250 milhões para a implantação da segunda etapa do plano de carreira. Não foram apresentados os dados e números utilizados pelo governo.

A próxima negociação conjunta Sinasefe/Fasubra/governo deve ocorrer no dia 31/10.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 172 • 10 de fevereiro de 2005

Assembléia Geral

16 fevereiro
quarta-feira
13:30
Auditório CFCH
Praia Vermelha

Pauta
1 - Campanha Salarial 2005
2 - Textos do 24º Congresso do Andes-SN em Curitiba (PR), de 24/2 a 1 de março.
2.1 - Reforma Universitária
2.2 - Relação do Andes-SN com a CUT
3 - Escolha de delegados e observadores ao 24º Congresso do Andes-SN

Debate
Os rumos do sindicalismo no Brasil

16 fevereiro
quarta-feira
10:00
Auditório CFCH
Praia Vermelha

Debatedores
Agnaldo Fernandes
diretor da CUT
José Maria de Almeida
ex-diretor da CUT
Lúcia Reis
diretora da CUT

Servidores do IBGE repudiam limite para acesso ao resultado das pesquisas do Instituto e classificam medida como uma mordaça
Página 3

Cristina Miranda

Andes-SN protagoniza debate sobre reformas do ensino no FSM

Reformas neoliberais na América Latina e as lutas sociais por uma universidade pública, crítica, emancipatória e universal

Dentre os mais variados assuntos discutidos em seminários, oficinas e encontros da juventude, durante a 5ª edição do Fórum Social Mundial, realizado de 26 a 31 de janeiro de 2005, em Porto Alegre, o tema da educação superior pública na América Latina merece destaque. Conscientes de que a mercantilização da educação faz parte das reformas estruturais necessárias ao projeto neoliberal em curso na América Latina, docentes, estudantes e trabalhadores da educação participaram de diversos debates organizados por entidades da educação e sindicatos. Destaca-se nestes debates o protagonismo dos movimentos na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada que hoje estão construindo alternativas ao projeto de reforma do ensino superior que vem sendo implementado no Brasil pelo Governo Lula.

Brasil, Argentina, Estados Unidos – é preciso resistir à transformação da educação em mercadoria

O debate organizado pelo Andes-SN, *"Reformas neoliberais na América Latina e as lutas sociais por uma universidade pública crítica, emancipatória e universal"*, no dia 29/01, em umas das tendas do FSM, contou com a presença de representantes do Andes-SN (Roberto Leher), Red Social para la Educación Pública en América – Red SEPA (Electa Arenal), Federación Nacional de Docentes, Investigadores y Creadores Universitarios – Conadu-Histórico/Argentina (Nestor Correa e Claudia Baigorria, também representante da CTA/Argentina). Coordenou o debate a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa. A avaliação geral foi que a transformação da educação em mercadoria avança, embora com nuances, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. As intervenções convergiram na avaliação de que é preciso articular as lutas em defesa do direito à educação, em especial com a iminência da Alca e dos acordos da OMC.

Continua na página 6, 7 e 8

Editorial

O Andes-SN e sua relação com a CUT

Um dos objetivos da ditadura do grande capital (cfe. Octávio Ianni, 1982) implementado no Brasil pelo golpe militar de 1964 foi a destruição e a criminalização dos movimentos da classe trabalhadora para que outra fase da acumulação capitalista e a exploração do mundo do trabalho pudesse crescer e se consolidar em nosso país. O movimento sindical, nesta conjuntura, foi especialmente atacado e a tarefa de destruí-lo era central ao sucesso do que desejava o capital imperialista. Todavia, apesar de toda a repressão, o sindicalismo brasileiro, ainda na vigência da ditadura, iniciou sua reconstrução com as greves dos trabalhadores nas grandes transnacionais, especialmente ligadas à indústria automotiva. A necessidade de reconstrução de um sindicalismo classista e combativo fez surgir os grandes sindicatos e também, na década de 80, as grandes centrais sindicais, dentre as quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a única que portava a bandeira da classe trabalhadora em nosso país.

Criada a CUT, os sindicatos passaram a discutir sua filiação. Também o Andes-SN, já transformado em sindicato dos docentes de ensino superior do país, abriu em seus fóruns um intenso e longo debate democrático sobre a sua filiação à central sindical. Por fim, em seu 8º Congresso, realizado em São Paulo em 1989, o Andes-SN juntava-se aos sindicatos de orientação classista e cerrava fileiras ao lado das lutas gerais dos trabalhadores de nosso país. Uma vez filiado o sindicato nacional, suas seções sindicais deveriam proceder, administrativamente, sua regularização no âmbito das direções estaduais da Cut e, politicamente, localizar nestes espaços suas intervenções de base.

Durante algum tempo, desde sua criação em 1983, a CUT cumpriu o papel para o qual fora criada: a defesa intransigente dos direitos já conquistados e pela ampliação destes direitos. Entretanto, a partir de seu 3º Congresso Nacional (Concut de 1988 em Belo Horizonte) a CUT começou a dar os sinais de que realizava uma inflexão em sua trajetória pelo abandono de seus princípios primordiais: o sindicalismo classista, autônomo, democrático, construído pela base e combativo.

A culminância deste processo de afastamento dos interesses dos trabalhadores ficou patente desde 1995, quando o presidente da CUT, Vicentinho negociou a reforma do Regime Geral da Previdência Social (INSS) com FHC e aceitou a retirada de direitos dos trabalhadores da iniciativa privada. Mais tarde, já sob o governo de Lula da Silva, em nova negociação entre a CUT e o governo petista, foram atacados os direitos de aposentadoria dos servidores públicos e se consolidou o objetivo destas duas reformas: repassar ao capital financeiro recursos dos trabalhadores para fazer prosperar a previdência privada.

Certamente estes graves afastamentos, acima citados, (cometidos pela direção majoritária da central) da defesa da classe trabalhadora apenas simbolizam a mudança definitiva nos rumos da central.

O 24º Congresso do Andes-SN deverá, após deliberações de dois CONAD, discutir a desfiliação de nosso sindicato à CUT.

A Diretoria da Adufrj-SSind julga fundamental a discussão deste assunto de modo democrático pela totalidade de seus sindicalizados.

Nesse sentido, a Adufrj-SSind realizará debate com as principais expressões políticas presentes na CUT, na próxima quarta-feira, 12/02, às 10 horas, no Auditório do CFCH. O tema estará em pauta na Assembléia Geral do mesmo dia, junto com os demais temas que serão deliberados no 24º Congresso do Andes-SN e a Diretoria da Adufrj-Ssind propõe que a posição de nossa seção sindical sobre a desfiliação do Andes-SN à CUT seja tomada em nova Assembléia Geral, convocada exclusivamente para este fim, na terça-feira, 22/02.

Agenda Sindical

14/2 - Reunião preparatória para o 24º Congresso do Andes-SN.
Sede da Adufrj-SSind, às 15 horas
A reunião é aberta a todos os sindicalizados e aos candidatos a delegados e observadores da Adufrj-SSind.

15/2- Debate 'A CUT e as alternativas do Sindicalismo Combativo na conjuntura atual'.
Auditório B do Sindicato dos Engenheiros (Senge-RJ)
Av. Rio Branco, 277/ 17º andar
Das 16h às 21h.
Promoção: Fórum Fluminense de Lutas

16/2 - Debate: os rumos do sindicalismo no Brasil
Auditório CFCH - *Praia Vermelha às* 10 horas
Debatedores:
Agnaldo Fernandes
diretor da CUT
José Maria de Almeida
ex-diretor da CUT
Lúcia Reis
diretora da CUT

16/2 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Auditório do CFCH, Praia Vermelha, às 13h30

24/2 a 1/3 - 24º Congresso do Andes-SN
Curitiba (PR) - com o tema central "Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação".

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Nacional

Governo limita acesso prévio a dados do IBGE

Servidores do IBGE repudiam a medida e a classificam como uma mordaça

O Ministério Planejamento decidiu estabelecer regras mais rígidas para a divulgação dos dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). O ministro interino do Planejamento, Nelson Machado, assinou a Portaria nº 15, de 27 de janeiro de 2005, na qual estabelece que os indicadores estruturais produzidos pelo IBGE – a exemplo da Síntese dos Indicadores Sociais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) - deverão ser encaminhados ao ministério 48 horas antes do dia marcado para sua divulgação para os meios de comunicação e disponibilização na internet e não poderão ser distribuídos à imprensa com antecedência. Antes, os dados das pesquisas estruturais eram remetidas ao governo 24 horas antes da divulgação oficial e à imprensa com uma semana de antecedência. Segundo o Ministério do Planejamento, o governo decidiu que "a imprensa deve ter acesso aos dados no mesmo momento que o restante da sociedade"

A mesma Portaria determina que a divulgação será sempre às 10 horas, tanto para a mídia em geral quanto para a internet. Antes, a imprensa tinha acesso antecipado a esses indicadores e havia o compromissão em não publicá-los antes da divulgação oficial, prática conhecida como embargo. O objetivo era permitir à imprensa tempo para o estudo e compreensão dos resultados e análise dos dados e sua repercussão por parte do jornalismo. Após esse período, era realizada a entrevista coletiva pelo IBGE para a divulgação oficial das pesquisas, na qual os jornalistas podiam tirar suas dúvidas e evitar interpretações equivocadas dos índices. Esse procedimento vinha sendo mantido há quatro anos. O presidente do IBGE, Eduardo Nunes, afirmou, porém que o relacionamento com a imprensa não vai mudar com a Portaria. Ele evitou comentários sobre a continuidade ou não do envio dessas pesquisas à imprensa com antecedência.

A Portaria também determina que os técnicos do IBGE não poderão comentar os resultados antes da divulgação oficial. O servidor que não respeitar o sigilo será punido de acordo com as penas previstas na Lei 8.112/90 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais). Para o ex-presidente do IBGE, Sérgio Besserman, a medida representa uma afronta aos servidores do instituto. "Na história do IBGE, nunca houve um vazamento de dados" declara Besserman.

O ministro do planejamento, Nelson Machado, nega que tenha instituído a censura prévia. Ele diz que a Portaria busca adequar as regras das pesquisas estruturais (indicadores de longo prazo) às das conjunturais (índices atuais como as Contas Nacionais Trimestrais, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e a Pesquisa Mensal de Emprego). Segundo ele, as conjunturais são submetidas ao crivo do ministro por conterem dados que podem influenciar as transações no mercado financeiro.

Sindicato repudia mordaça do governo

Para o integrante da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN (Sindicato dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística), Álvaro Frota, que repudia a Portaria, "há uma grande diferença entre as pesquisas estruturais e as conjunturais. As conjunturais devem ser de fato sigilosas, como já o são, porque determinam diretamente na taxa de juros que o Banco Central vai fixar. Se esses dados vazam, podem ocorrer especulações no mercado", disse ao **Jornal da Adufrj**. Para Álvaro, encarar as pesquisas estruturais com o mesmo rigor das conjunturais não faz sentido algum. "O Pnad, por exemplo, contém dados importantes para a sociedade e é um retrato da estrutura econômica da nação com os índices sobre moradia, constituição das famílias, coleta de lixo. Não necessita desse rigor todo que o governo quer impor". Para o professor e pesquisador do IBGE, a verdadeira motivação da portaria é a possibilidade de o governo interpretar os dados de acordo com sua propaganda política e de fazer pressão quando houver pesquisas desfavoráveis a ele. "É uma verdadeira mordaça ao IBGE que vai manchar a credibilidade dessa instituição junto à sociedade, é uma afronta ao caráter de independência da casa."

Frota afirma que a Executiva Nacional da ASSIBGE-SN emitiu uma nota à imprensa contrária à Portaria nº 15. Disse também que não houve uma discussão aprofundada sobre o assunto, mas prevê que esse tema entrará na pauta de reivindicações específicas da próxima Campanha Salarial dos Servidores Federais.

Imprensa e presidente não sabem lidar com os dados

A idéia da Portaria surgiu depois da divulgação da segunda etapa da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) em dezembro do ano passado, ocasião em que o IBGE foi tema de polêmica. Dentre os dados levantados por essa pesquisa, havia o Índice de Massa Corporal (IMC), que se calcula dividindo o peso do indivíduo pelo quadrado da altura. Órgãos da imprensa interpretaram os resultados afirmando que no Brasil havia mais obesos que famintos, o que fazia frente ao programa do governo Lula, Fome Zero. O presidente Lula contestou o estudo do IBGE dizendo que, na verdade, as pessoas têm vergonha de admitir que passam fome. O Palácio do Planalto chegou a divulgar uma nota ressaltando que os dados divulgados pelo IBGE não teriam retratado os efeitos da subnutrição crônica no país.

Álvaro Frota defende que as declarações de Lula revelam uma ignorância dele em relação aos métodos de pesquisa do IBGE e, ainda, que o presidente está muito mal assessorado. O erro do presidente, no entanto, foi gerado pela própria imprensa. De acordo com o pesquisador, os dados da pesquisa não poderiam sofrer interpretações sobre a desnutrição da população. "O Índice de Massa Corporal é medido com fita métrica e não por meio de questionários que perguntem ao entrevistado se ele passa fome. E o resultado dessa pesquisa apenas revela a quantidade de pessoas que estão obesas, no peso ideal ou magras, portanto é um dado absoluto que não permite nenhuma interpretação sobre o grau de nutrição do indivíduo. Esse índice é matemático."

Gestão democrática no Instituto

Frota afirma que essa ingerência do governo no IBGE, materializada agora com a Portaria nº 15, revela o quanto é importante que se implementem as mudanças propostas pelo sindicato no procedimento de nomeação do presidente do instituto. O sindicato propõe que haja eleições com voto universal dos servidores, para que o presidente eleito mantenha o compromisso efetivo com a instituição e com a autonomia de que ela deve gozar. O sistema de escolha do presidente do IBGE se baseia atualmente num nome que é indicado pelo governo. "O atual presidente do IBGE, Fernando Nunes, foi indicado por Aloisio Mercadante. Logo, ele vai aceitar tudo o que vem do governo sem compromisso nenhum com a credibilidade da instituição" avalia Frota.

O Sindicato dos servidores do IBGE aponta outra contradição nas justificativas da Portaria. Os servidores discordam da justificativa defendida pelo Ministério do Planejamento que afirma que foi por solicitação do IBGE que a Portaria foi assinada pelo Ministro interino do Planejamento, Nelson Machado, com o objetivo de organizar o fluxo de informações. "A nota conjunta do MPOG e do IBGE, divulgada em 31 de janeiro de 2005, diz que a Portaria atende a uma solicitação do Presidente do IBGE. Qualquer solicitação no serviço público é feita oficialmente por escrito e com a devida justificativa. Portanto, deve existir um documento oficial que comprove o que foi divulgado.", ressalta a ASSIBGE-SN.

Censura tem repercussão negativa

Muitas matérias foram divulgadas na imprensa sobre as novas regras. Em artigo publicado em O Globo, Élio Gáspari, afirma que "as pesquisas do Instituto são números que permitem manipulações do mercado e do humor da patuléia. Vem aí um indicador ruim? Arma-se um circo, lança-se a última versão do ProNada e cria-se um grupo de trabalho".

Opinião

O Suplício da Razão

Jorge A. Martins*

MPF recomenda a Reitor da UFRJ apurar irregularidades na COPPE

O **Ministério Público Federal** (**MPF**) oficiou o Reitor da **UFRJ** sobre a "*significativa quantidade de representações*" que recebeu, nas quais a "***COPPE** e outras Unidades Universitárias da **UFRJ** têm enfrentado problemas... tais como **desvio de recursos públicos e perseguições a integrantes dos corpos discente, docente e demais servidores públicos***" (grifos meus).

Trato, então, aqui de um desses casos em que alunos do **Programa de Engenharia de Transportes** da **COPPE** são impedidos de terem aulas e orientação de mestrado e doutorado com docente de seu interesse, afastado e removido ilegalmente, estando sem exercer suas funções acadêmicas por "***não se adequar à ideologia da COPPE***" (*sic*), cessando-se o retorno social dos investimentos públicos que a União faz no servidor, na sua pesquisa e nos seus alunos bolsistas.

Pois nesse caso, já foram constatados pela **Justiça Federal**, em sentença de 2001, os prejuízos de "*difícil reparação de cunho moral*" para o docente e "*intelectual, e até mesmo material, para os alunos*" decorrentes de seu afastamento ilegal, promovido pela Direção da **COPPE**, em relação ao qual o **MPF também já mandou a Polícia Federal investigar as hipóteses de improbidade administrativa e desobediência**, vez que até hoje o docente não foi reconduzido às atividades que exercia até novembro de 2000. Em outro despacho judicial em mandado de segurança que os alunos impetraram em 2003 contra a Direção da **COPPE**, esta, "*na pessoa de seus dirigentes*", foi avisada para "*abster-se de praticar qualquer ato*" que impedisse os alunos de terem a disciplina e a orientação do professor que lhes interessava. A **Defensoria Pública da União**, patrona dos alunos, também alega desobediência àquela ordem judicial. **E ainda há outros três mandados de segurança nos quais se aguarda desde 2002 a decisão da Justiça Federal**.

Como se não bastasse os prejudicados terem precisado recorrer a um controle externo para garantir seus direitos e motivar a própria administração da **UFRJ**, baseada na autotutela, a sanear de vez a gravíssima situação que criou, a **Advocacia Geral da União** (**AGU**), através da própria **Procuradoria-Geral** da **UFRJ**, por solicitação do Sub-Reitor de Pessoal, emitiu parecer, há mais de um ano, sobre outra ilegal remoção do mesmo docente, assinada por ex-diretor da **COPPE** em 2002**,** informando ter sido um ato de caráter desmotivadamente "***punitivo***", caracterizado como "***exemplo clássico de desvio de finalidade***" com "***agravantes***", concluindo por sua "***invalidade***" e, por isso, recomendando ser "***anulado pelo Magnífico Reitor***". Ressalte-se que tal ato foi apenas um entre pelo menos outros cinco para impedir o docente de exercer suas funções, mas a **AGU** reconheceu a mesma motivação para esse ato e o primeiro, que foi aquele afastamento considerado abusivo pela Justiça Federal.

Em novembro de 2004, o **MPF** oficiou, então, novamente o Reitor, afirmando que várias irregularidades foram corroboradas por sua análise, resolvendo "***RECOMENDAR ao Magnífico Reitor***... *que* [fosse] ***anulado o ato de remoção***..., *adotando-se, a fim de resguardar o fiel cumprimento da... determinação,*"... "***a definitiva apuração de quaisquer irregularidades praticadas***"..."*ressalvando-se a* ***aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento***" (grifos meus).

Apesar de tudo, até hoje a remoção ilegal não foi anulada nem os processos protocolizados há mais de um ano no Gabinete do Reitor, que pedem a apuração de todas as irregularidades cometidas no contexto persecutório, foram concluídos, apesar da própria **Procuradoria-Geral** da **UFRJ** ter manifestado-se em um dos processos administrativos que poderá emitir parecer, desde que solicitada pela Reitoria.

Algumas questões aparecem, então. Por que tanta demora para se apurar as denúncias de irregularidades na **COPPE**? Por que o rigor da lei e a autoridade são aplicados à Direção da Faculdade de Direito, mas não à Direção da **COPPE** se, pelo que é divulgado, os fatos imputados parecem ser de mesma natureza? Quem se beneficia ao não se apurar as denúncias de irregularidades na **COPPE**? A quem tem interessado o silêncio? O que não pode vir à tona nesse caso da **COPPE**?

No meu parco entendimento, à luz do Art. 143 da **Lei 8.112/90**, ao tomar ciência de ocorrência de "*exemplo clássico de desvio de finalidade*", além de aplicar medida reparadora, a autoridade deveria apurar a responsabilidade, afinal, se a finalidade do ato não foi atender o interesse público, como observou a **AGU**, foi para atender o interesse de quem? Mas de quem quer que seja, isso não pode ocorrer na **Administração Pública** por contrariar os seus princípios elementares de impessoalidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência! Mais ainda inadmissível é ocorrer tal prática dentro de uma **Universidade Pública**, pois causa constrangimento e preocupação a toda sociedade que, em sua longa história de autoritarismo, cada vez mais vem reclamado por **Democracia** e **Justiça**, esperando da Universidade novos e motivadores paradigmas, já que produz a inteligência nacional. Então, justamente aí se manifesta tal conduta?

Diferentemente ao que está acontecendo na Faculdade de Direito, no caso da **COPPE** há um silêncio insuportável para as vítimas da perseguição já constatada pelo **MPF**. Certamente o **Conselho Universitário** não concordaria com a política de "*dois pesos, duas medidas*" se ficasse demonstrada.

A sociedade e os servidores públicos, em especial, não podem mais aturar no Serviço Público a prática de tratamento desigual na aplicação da Lei. Até porque isso atenta contra os princípios da Administração e da Universidade. Ou então, rasgue-se de vez o **Estatuto da UFRJ**, no qual o Art.8º estabelece que a educação atenderá, dentre outros: "***à proscrição do tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religião e por preconceito de classe e de raça***".

É preciso por um fim ao silêncio dos casos de perseguição no Serviço Público, pois emoldura o quadro de injustiça, assédio moral e tortura que a autoridade administrativa impõe às suas vítimas nos porões do autoritarismo. Afinal, não será a tentativa de institucionalização do silêncio e da impunidade que saneará casos de perseguição, dano irreparável para o Serviço Público, pois a **Verdade** insiste em aparecer, bradando por... **Justiça**!

Em tempo: O Sub-Reitor de Pessoal e o Superintendente de Pessoal foram únicas autoridades da **UFRJ** que atenderam com presteza, isenção e justiça as solicitações formuladas, anulando ou mandando anular, depois de apuração, outros atos administrativos irregulares cometidos por abuso de poder da Direção da **COPPE**, apesar de nenhum membro desta ter sido ainda punido.

*Professor Adjunto da UFRJ

Nota da Redação

A redação procurou a direção da Coppe para que esta se manifestasse no jornal da Adufrj sobre a situação apresentada pelo professor Jorge Martins. A vice-diretora da Coppe, Marilita Braga, se pôs à disposição do jornal para futura reportagem sobre o tema e demonstrou total interesse em prestar esclarecimentos à comunidade acadêmica. A procuradora do Ministério Público, responsável pelo pedido de esclarecimento da UFRJ, também foi procurada, mas estava em recesso. Na página ao lado, publicamos carta da reitoria da UFRJ em resposta ao professor. O artigo de Jorge Martins foi publicado no jornal O Globo, em 1/1/2005.

Cartas

Carta da reitoria da UFRJ em resposta ao artigo do professor Jorge Martins

Esclarecimentos sobre o artigo do prof° da COPPE Assessoria de Comunicação Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2005. Ilmo. Senhor Rodolfo Fernandes, Dados os termos e as implicações do artigo do Prof. Jorge Antônio Martins, publicado na página 7, do Jornal O GLOBO, de 01.02.05, solicitamos, para informação aos leitores desse órgão de imprensa, a publicação do texto a seguir.

Sobre o artigo do Prof. Jorge Antônio Martins, publicado na página 7, do Jornal O GLOBO, de 01.02.05, a Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro presta os seguintes esclarecimentos:

1. A UFRJ recebeu, em 25 de novembro de 2004, o Ofício/PR/RJ/GAB/MC/N° 253/2004, de 11.11.04, da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, pelo qual o Ministério Público Federal solicita da Universidade relatório pormenorizado de todas as possíveis irregularidades administrativas eventualmente ocorridas na UFRJ nos últimos cinco anos. O documento solicitado, com todos os esclarecimentos necessários, em fase final de elaboração, será entregue pelo Reitor ao Procurador Federal em audiência solicitada pela Universidade;

2. O litígio que envolve o Prof. Jorge Antônio Martins e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE-UFRJ) – de natureza eminentemente institucional e acadêmica –, originado em 2000, têm sido tratado pela Reitoria, no âmbito interno, por meio das normas administrativas previstas em lei. Também – priorizados os interesses do ensino e da pesquisa, considerados o estatuto da Universidade e as normas da boa convivência acadêmica, assim como o risco de uma ruptura institucional no Programa de Engenharia de Transportes, com repercussões em toda a COPPE-UFRJ –, a Reitoria vem, desde a sua posse, em julho de 2003, envidando esforços conciliatórios, a fim de promover o entendimento, contemplar as razões das partes, garantir o atendimento das necessidades e dos direitos dos alunos e, enfim, restabelecer a normalidade acadêmica naquele Programa de Pós-graduação e naquela Unidade;

3. Não há, por nenhuma hipótese, quaisquer semelhanças – nem de natureza legal, nem acadêmica e nem administrativa – entre o litígio mencionado e a crise vivida pela Faculdade Nacional de Direito da UFRJ; Atenciosamente, Sylvia da Silveira de Mello Vargas Reitor em exercício da UFRJ Ao Senhor Rodolfo Fernandes Diretor Geral da redação de O GLOBO Publicado em: 2/2/2005

Arquivo/adufrj-SSind

Debate

Os rumos do sindicalismo no Brasil

16 fevereiro
quarta-feira

10:00 horas

Auditório CFCH
Praia Vermelha

Debatedores

Agnaldo Fernandes
diretor da CUT

José Maria de Almeida
ex-diretor da CUT

Lúcia Reis
diretora da CUT

Resenha

Governo reterá até R$ 12 bilhões para cumprir superávit fiscal

Para cumprir o superávit fiscal de 4,25% do PIB, previsto para este ano no acordo com o FMI, o governo terá que contingenciar, no mínimo, R$ 8 bilhões do Orçamento da União de 2005. Os cortes podem chegar a R$ 12 bilhões com a justificativa de que o 'déficit' da Previdência deverá ficar maior do que os R$ 32,9 bilhões previstos inicialmente. O decreto do contingenciamento será publicado entre os dias 20 e 28 deste mês. A exemplo de anos anteriores, os cortes serão severos nos gastos e nos investimentos. Também deverão ser cortados gastos de custeio da máquina pública. O governo deverá poupar o orçamento da área social. *(O Globo 2/2 e 4/2)*

Mudanças na jornada de trabalho na França

O Parlamento francês aprovaria, no último dia 8 de fevereiro, uma lei que acaba com a jornada de trabalho de 35 horas semanais no país, anulando a legislação criada em 1998, conhecida como Lei Aubry. Segundo críticos, a lei de 35 horas não conseguiu reduzir o desemprego na França. Para os economistas, o fim das 35 horas também não vai ajudar o governo a alcançar sua meta de reduzir 10% do desemprego neste ano. A Assembléia Nacional iniciou um debate sobre a lei e deve permitir que as empresas paguem pelas horas trabalhadas que excedam as 35 horas, até o limite de 48 horas semanais, que é o máximo permitido pela União Européia. As horas extras são limitadas em até 180 horas anuais. O premiê francês Raffarin afirma que "os trabalhadores que quiserem trabalhar mais deveriam ter o direito de fazê-lo". Os socialistas dizem que a mudança não é desejada pela maioria da população. Segundo pesquisas, 77% dos trabalhadores não querem trabalhar mais. Em 2003, o governo já havia expandido o limite às horas-extras anuais de 130 para 180 horas. Os maiores sindicatos da França são contra o fim das 35 horas e convocaram manifestações. A opinião pública, em geral, também se posicionou favorável às manifestações. Uma pesquisa publicada pelo jornal *L' Humanité* revela que 41% dos franceses apoiam os protestos. *(Valor Econômico 2/2 e Le Monde 4/2)*

Anote os telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

Movimento

Continuação da capa

Cristina Miranda

ESTUDANTES ACOMPANHAM PALESTRA DE ROBERTO LEHER SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR, DURANTE O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O docente da UFRJ, Roberto Leher, representando a diretoria do Andes-SN e o GT Universidade e Sociedade do CLACSO, ressaltou o avanço na América Latina do processo de "capitalismo acadêmico" materializado hoje na conversão do professor em um "empreendedor", tal qual o previsto na Lei de Inovação Tecnológica, aprovada recentemente no Brasil.

Para Leher, a educação jamais pode ser submetida à mercantilização e assegurar a educação como um direito faz parte da luta dos trabalhadores na América Latina. Em sua exposição, Leher ressaltou que, apesar das Constituições Federais dos diferentes países da América Latina reconhecerem que o acesso ao conhecimento é um direito fundamental do homem, isto nunca foi assegurado em seu sentido pleno. Lembrou que na América Latina, a partir de 1982, as reformas estruturais que incidem sobre o direito à educação reconfiguraram toda a educação. Foi neste período que se iniciou a focalização de iniciativas que direcionavam o aparato educativo para a educação fundamental. A universidade pública, gratuita, foi tida pelo Banco Mundial como um luxo inaceitável, pois o povo sequer tinha acesso às primeiras letras. Essa política anti-universitária coincidiu com a explosão do crescimento de instituições privadas.

Segundo ele, na América Latina, a média do fornecimento privado chega a 40% e, no Brasil, 88% das instituições de ensino superior são privadas. Entretanto, essa conversão da educação em mercadoria não foi fácil para os representantes do capital. Grandes embates na América Latina foram protagonizados por movimentos sociais ligados à educação. Em recente pesquisa, o *Observatório Social da América Latina* constatou que grande parte das lutas nos anos 90 foi protagonizada por estudantes, educadores e trabalhadores da educação.

Essa conversão exigiu modificações na Constituição Federal. No México, por exemplo, foi modificado o artigo 3º, desresponsabilizando o Estado de assegurar a educação pública e gratuita. As políticas de Lula da Silva seguem o mesmo caminho. A partir do surgimento da OMC, leis de propriedade intelectual benéficas para os detentores das patentes foram difundidas em toda a Região. Apenas 1% dos 3,5 milhões de patentes registradas são da América Latina. Áreas estratégicas do conhecimento tornaram-se inacessíveis em virtude da propriedade intelectual. A simplificação do parque produtivo dos países da América Latina e a assimilação do modelo de desenvolvimento operacionalizado pelas patentes acabaram produzindo uma demanda de menor produção de conhecimento e, conseqüentemente, tornaram as universidades instituições pouco relevantes nas políticas nacionais. Assim, por exemplo, o uso da soja transgênica fortalece a dependência ao complexo agroquímico da Monsanto e o agronegócio que inviabilizam a agricultura camponesa. Universidades fazem convênios para registrar a biodiversidade na forma de patentes que serão cedidas para as corporações da indústria farmacêutica.

Na avaliação do Andes-SN, a política educacional do governo Lula aprofunda essa mercantilização. 1) Lula propõe que o eixo da expansão da educação deve se manter no setor privado; 2) PPP – produção do conhecimento deve ser pautada pelo mercado, pelo capital, pela empresa; 3) Anteprojeto da educação superior a) afirma que a função social da educação superior é formar recursos humanos, com foco nas necessidades imediatas da realidade local, ou seja, do mercado, e destrói toda a perspectiva de universalização; b) subvinculação de verbas da União, que reduzirá o financiamento de R$ 7,8 bilhões (hoje, insuficientes) para 6,5 bilhões (contando com os recursos da previdência); c) prevê pela primeira vez na legislação brasileira que a área de educação é uma área de investimentos estrangeiros (potencializando os acordos de livre comércio – Alca) – o anteprojeto fala num limite de 30%, mas não expressa salvaguarda, pois, no parlamento, certamente, essa barreira será derrubada, tal qual aconteceu com o Prouni. Sem uma grande mobilização não há nada que garanta que isso não se repetirá!

Segundo Néstor Correa, Secretário de política sindical da *Federación Nacional de Docentes, Investigadores y Creadores Universitarios* – Conadu-Histórico/Argentina, a mercantilização da educação não é um problema apenas do Brasil. A Argentina passa hoje pela 3ª geração de reformas estruturais e, no caso das universidades, também se percebe um processo de grande mercantilização.

Também representando docentes da Argentina, Claudia Baigorria, vice-presidente da Conadu-Histórico e diretora da CTA/Argentina, lembrou o protagonismo do movimento estudantil na luta conhecida como Cordobazzo, 1918, pela gratuidade da educação, liberdade de cátedra e abertura de concurso para docentes.

Para ela, hoje estamos recuperando esse protagonismo; já não são lutas de resistência, mas também de ofensiva.

Fez ainda parte da Mesa de debates, a representante do CUNY, sindicato dos docentes da Universidade da Cidade de Nova Iorque, uma das maiores universidades públicas dos EUA, e integrante da Red Sepa - Red Social para la Educación Pública en America. A Red Sepa é uma coalizão internacional surgida a partir das manifestações em Seatlle, e hoje se organiza sob a sigla IDEA – Iniciativa Democrática para a Educação nas Américas. A representante ressaltou que também nos EUA, desde a eleição de Reagan, nos anos 80, há um aprofundamento das privatizações. Tal processo tem um rebatimento direto nas condições do trabalho docente nos EUA, que se encontram hoje num forte processo de precarização e na fragmentação do trabalho acadêmico – hoje pesquisa, docência e extensão são realizadas de forma fragmentada por docentes diferentes. Electa Arenal ressaltou ainda a importância da vanguarda estudantil na resistência a esse processo.

No final das exposições, o representante da Fasubra-Sindical, fez uma breve saudação, elogiando a iniciativa do Andes-SN e expressando a necessidade de um aprofundamento de diálogo entre as entidades e com a sociedade para que seja feita a disputa de projetos. O representante

Cristina Miranda

EX-PRESIDENTE DA ANDIFES, WRANA PAZZINI PARTICIPA DE EVENTO DO ANDES-SN NO 5º FSM. A EX-REITORA DA UFRGS DIZ QUE AS UNIVERSIDADES NÃO DEVEM ABRIR MÃO DA AUTAONOMIA. "SE EXISTE CRISE, NÃO É A DE PRODUÇÃO TECNOLÓGICA OU PORQUE A UNIVERSIDADE NÃO FORMA PARA O TRABALHO. É PRECISO RECUPERAR O ESPAÇO DA POLÊMICA NA UNIVERSIDADE".

da Fasubra ressaltou que este não é o primeiro ataque sofrido pelas universidades públicas e que, assim como nos anteriores, é preciso resistir mais uma vez.

Público se manifesta em defesa da universidade pública

Convidada pelo Andes-SN a dar um depoimento sobre a questão, a ex-reitora da UFRGS e ex-presidente da Andifes, Wrana Pazzini, fez severas críticas ao projeto de reforma do ensino superior que vem sendo implementado pelo MEC. Segundo ela, é preciso que as universidades não abram mão de sua autonomia, porque, se existe crise, não é a de produção tecnológica ou porque a 'universidade não forma para o trabalho'; mas a crise maior é preciso recuperar o espaço de polêmica da universidade. Wrana lembrou ainda que em 2001 a 3ª Cumbre de dirigentes de instituições latino-americanas expressou na Carta de Porto Alegre a denúncia referente à intenção da OMC de submeter a educação a um processo de mercantilização. A ex-presidente da Andifes aproveitou ainda para ressaltar o papel dos estudantes, para recuperar o sentido, não de reforma universitária, mas de projeto de universidade e de nação.

Nas intervenções do público em geral, destacou-se a presença no debate de docentes e estudantes de diversos países da América Latina.

O Prof. Daniél Cazés da Unam (Universidade Autônoma do México), presente no FSM à convite da CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, informou que a Unam possui 150 mil estudantes e 30 mil professores, entretanto, apenas 15% dos jovens tem acesso a educação superior pública (hoje há 40 universidades públicas no México). Em sua intervenção chamou atenção para o papel da universidade, que há 100 anos construiu pensadores como Einstein, mas que hoje não dispõe de real espaço de produção de conhecimento. Nesse sentido, conclamou à defesa da universidade pública como *lócus* da geração de conhecimento. Para ele, 'A imaginação que querem matar é a mãe do pensamento crítico; ferramenta do trabalho universitário, e por isso deve ser preservada e defendida!'

A docente da UFRJ, e pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas LPP-UERJ, Laura Tavares, ressaltou o elitismo e conservadorismo que imperam nas universidades brasileiras. Para ela, devemos ir além da política de cotas; é preciso a universalização da educação e para isso o vestibular precisa acabar.

Também contribuiu para o debate, o docente Daniel Rodrigues, da UFPE, que em sua intervenção destacou a relação público-privado que é contraditória e o aprofundamento da privatização das universidades por meio das fundações. O docente aproveitou também para denunciar a tentativa de criação de um sindicato paralelo ao Andes-SN, incubado nos gabinetes oficiais, o Proifes, solicitando que os debatedores abordassem esta questão em suas falas finais.

O debate contou também com intervenção de estudantes de vários países latino-americanos. Para Patrícia Parra (Estudante da UCV – Universidade Central da Venezuela), é preciso retomar o caráter contestatório da universidade e o protagonismo dos estudantes é crucial para isso. As intervenções de estudantes da Universidade Assunción del Paraguay e, também, da universidade do Uruguay seguiram a mesma linha.

Na seqüência das intervenções do público, Roberto Leher, concordou que, de fato, uma universidade mercantilizada como a de hoje não propiciaria Einstein a fazer as perguntas que nos permitiram entender o mundo de outra maneira. Citou Bachelar, "espaço em que há direito a sonhar" – para corroborar a afirmação de que a universidade deveria ser o espaço da imaginação. Atualmente, a imaginação está presente em espaços de resistência. Quanto às políticas de acesso, sustentou a defesa de políticas públicas para incluir os excluídos, por meio de ações afirmativas universalistas, diferentes das focalizações.

Claudia Baigorria (Conadu-Histórico) ressaltou que é preciso cuidado nas afirmações que responsabilizam os docentes pelas mazelas das universidades públicas hoje. Embora 80% das pesquisas sejam feitas em universidades públicas, os investimentos nestas universidades são extremamente exíguos, sendo que destes, 90% são destinados ao pagamento de salários dos docentes e técnicos-administrativos. O dinheiro do país vai todo para pagar a dívida externa. Essa é a verdadeira privatização da Universidade Pública. Na seqüência, Néstor Correa (Conadu-Histórico) ressaltou que os movimentos possuem proposta sim, mas a mais fundamental nesse momento é impedir a aplicação da política do Banco Mundial nos países latino-americanos para barrar o processo de mercantilização. Na mesma linha, Electa Arenal (Red Sepa) lembrou que é necessário definirmos de que elitismo está se falando. Em sua avaliação, a defesa deve ser a de universidade pública para todos.

Ainda respondendo às questões apresentadas pelo público, os debatedores expressaram unanimemente sua divergência quanto à organização de um sindicato paralelo ao Andes-SN. "A criação de um sindicato chapa branca é a expressão de que as políticas neoliberais têm horror à democracia. O Proifes só tem um reconhecimento: o do MEC, que o nomeia para as reuniões", afirmou o representante do Andes-SN. Os representantes das outras entidades ressaltaram ainda a importância de que os sindicatos se mantenham autônomos dos patrões e dos governos. "A criação de uma entidade paralela é um grave erro político e um retrocesso político" afirmou a representante do Conadu-Histórico. "Manifestamos toda solidariedade ao Andes-SN nessa intenção de paralelismo sindical", complementou Nestor (Conadu-Historico).

Avançar na análise e organizar uma luta continental

Nas considerações finais da Mesa de debate, ressaltou-se a necessidade de reafirmação de uma agenda alternativa de luta, capaz de se integrar com os movimentos sociais em curso. Este encontro foi um pontapé inicial na discussão e delineamento das políticas. Urge uma maior integração de nossos sindicatos, para conformar uma identidade comum a partir de nossas realidades, afirmou Claudia Baigorria. O representante do Andes-SN fez uma chamada por uma mobilização continental, em defesa da universidade pública, "para fazer frente a essa ofensiva mundial! Como bem disse Noam Chomsky, essa é a área que o capital quer abocanhar!" Para a representante da Red Sepa, "os que querem a mercantilização da educação, não querem os movimentos e as manifestações – são fortes e frágeis ao mesmo tempo". Néstor (Conadu) sugeriu a realização de um Encontro latino-americano para discutir as reformas das universidades. "Com publicações em várias línguas, para mostrar que esse processo de mercantilização possui um caráter universal".

Fica patente a necessidade de fazer de 2005 um ano de luta mais internacionalista, em defesa da Educação pública. Não por acaso, pois a ofensiva contra a educação como direito, a precarização do trabalho docente e a forma de cerceamento à produção do conhecimento (EUA) é crescente. Ressaltando o processo de supremacia do privado – quando na verdade o público e o privado são antagônicos – o representante do Andes-SN afirmou: "Com os trabalhadores organizados, no debate, vai prevalecer o público frente ao privado e à barbárie neoliberal".

Movimento

Movimentos debatem reforma do ensino superior

Entidades sindicais e estudantes também realizam debates sobre a reforma do ensino superior

Cristina Miranda

EDUCADORES LATINO-AMERICANOS PARTICIPAM DA OFICINA DO ANDES-SN

A preocupação com os rumos da universidade pública durante o FSM não foi apenas dos sindicatos de docentes. Dentre os debates realizados durante o FSM outras atividades que abordaram este tema merecem destaque.

Organizado pelo DCE da UFRGS realizou-se no dia 28/01, o debate *"Vamos Barrar essa reforma – a luta contra a mercantilização da educação na América Latina"* no Centro de Ação Lógun-édé, no Acampamento da Juventude. Participaram mais de 400 pessoas dentre estudantes e docentes. O debate contou com a representação do Andes-SN (Roberto Leher) e com representantes de estudantes de todos os países da América Latina. A partir da avaliação de conjuntura e análise do anteprojeto de ensino superior apresentada pelo Andes-SN, as falas dos representantes dos estudantes confluíram para as similaridades da reforma da educação nos diversos países: subordinação do ensino superior ao mercado; transferência de verbas públicas para o setor privado, dezenas de milhares de jovens sem acesso ao ensino superior público. Ao final do Encontro foi construída uma Carta, subscrita por todos os países, conclamando à luta continental contra a mercantilização da educação e uma grande mobilização na América Latina na ocasião da visita de Bush à Argentina, prevista para novembro deste ano.

Também no dia 28/01, realizou-se o Encontro da Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (CONLUTE). O encontro aprovou a indicação de que CAs, DCEs e executivas nacionais de curso em todo o país realizem debates na perspectiva de rompimento dos estudantes com a UNE, que hoje não organiza a luta dos estudantes porque apóia o governo. O Encontro definiu um calendário de ação para organizar a luta estudantil contra as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária. Destacam-se entre as atividades: Calouradas com debates e discussão sobre a reforma Universitária e sobre a ruptura da UNE em todo o país; Abril/Maio: Semana Nacional de Mobilizações com Paralisação em todo o país. Manifestações conjuntas com a Conlutas, envolvendo além da Reforma Universitária, as reformas Sindical, Trabalhista e temas políticos como Alca, dívida e FMI; e ainda o Boicote ao Enade.

A "Oficina sobre Reforma do Ensino Superior", organizada pela CUT, em 30/01 reuniu em Mesa de debates o Andes-SN, a Contee e a UNE, além de um representante da Adufrgs. Representante da CUT, Gilson Reis, abriu o evento ressaltando a importância do debate visto que o MEC receberá contribuições para o anteprojeto de reforma do ensino superior até dia 15 de fevereiro.

O representante da CONTEE ressaltou a necessidade de regulamentação do setor privado de educação e apontou o anteprojeto como uma oportunidade para essa regulamentação. Segundo ele, se não houver já uma medida, o setor privado de educação continuará crescendo ainda mais sem nenhuma regulação.

Para o representante da UNE – Geraldo Vilar – o relatório do GTI reza uma lógica conservadora e foi bom que tenha sido rechaçado. Para o representante, o anteprojeto dá um "salto no debate" – é progressista; coloca a educação como um bem público e aponta para uma ampliação do acesso. Entretanto, reconhece que há graves equívocos conceituais, como por exemplo, o curto financiamento (na contra-mão da defesa da derrubada dos vetos do PNE). A loteria e o primeiro emprego também não agradaram os estudantes. Compreendem que a maior luta política será contra os conservadores que querem derrubar o projeto.

A presidente do Andes-SN – Marina Barbosa – iniciou a exposição ressaltando o curto prazo de debate oferecido pelo MEC, o que dificultará sobremaneira a democratização do mesmo. Para o Sindicato Nacional, alguns pontos precedem o debate sobre o anteprojeto apresentado pelo MEC: a ausência de complementaridade entre o público e o privado; a discussão da educação como um direito e o entendimento de que o anteprojeto deve ser discutido em seu caráter geral em conjunto com medidas já efetivadas: PPP, Prouni, Lei de Inovação, Sinaes, etc.

O representante da Adufrgs, Seção Sindical do Andes-SN, Eduardo Rolim, seguiu a avaliação do Sindicato Nacional, ressaltando, que, mais importante do que discutir o conteúdo do anteprojeto, é construir uma tática para discutí-lo. Nesse sentido, questionou porque não houve consenso das entidades na última plenária do FNDEP.

As intervenções do público foram divididas. Alguns estudantes do MSU - Movimento dos Sem-Universidade - defenderam o Prouni e fizeram questionamentos sobre os motivos para as entidades aprovarem resoluções contrárias ao Programa. Docentes presentes ao debate apoiaram a avaliação de que o projeto de reforma do ensino superior do MEC faz parte do projeto de reforma do Estado e deve ser trabalhado em conjunto com as medidas já implementadas. Defenderam ainda que é necessário políticas de ações afirmativas para inclusão dos milhares de jovens na universidade e universalização da educação, diferente das politicas focalizadas, como o Prouni, que na verdade deslocam o eixo do acesso para o setor privado.

Nas considerações finais, a presidente do Andes-SN esclareceu que a falta de consenso no FNDEP deveu-se às entidades que não concordaram em reafirmar a agenda de lutas consensuada anteriormente nas resoluções do último Coned e do PNE da Sociedade Brasileira, tal qual a proposta levada pelo Andes-SN. Ressaltou ainda que o Andes-SN irá se esforçar em convencer as entidades da importância da unidade na luta em defesa da universidade pública e da universalização da educação.

Ainda sobre este tema, realizou-se o debate Reformas Sindical, Universitária e as Parcerias Público-Privadas, organizado pela Condsef. O Andes-SN esteve representado por sua presidente, Marina Barbosa, que apresentou a análise do Sindicato Nacional sobre a reforma do ensino superior que vem sendo implementada. Fizeram parte da Mesa um representante da executiva da CUT (Francisvaldo Souza – bloco de esquerda), que abordou o tema da reforma sindical, e o assessor da Condsef, Eduardo Alves, que analisou as parcerias público-privadas em consonância com as duas reformas. Destacou-se no evento, a grande participação do público, em sua maior parte da base da Condsef, que não possuía dimensão das reformas propostas e implementadas, reforçando, portanto, a avaliação do Andes-SN e demais entidades da necessidade de ampliação deste debate para a sociedade.

Andes-SN

Em 2005, continuar construindo um pólo de resistência às contra-reformas do governo Lula

Contribuição do ANDES-SN ao Encontro da CONLUTAS.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2005.

Mal havia assumido, o governo Lula lançou-se ao cumprimento das demandas do capital, promovendo, com a reforma da previdência, ferrenho ataque aos trabalhadores. Os servidores públicos federais não ficaram esperando que o governo eventualmente mudasse de rumo e, a partir da CNESF, foram à luta e realizaram a primeira greve contra o atual governo, exigindo a retirada dos projetos de emendas constitucionais (PEC 40 e PEC 41). Os trabalhadores do serviço público firmaram, para o conjunto da classe trabalhadora, a possibilidade de ações de resistência à continuidade da implementação da agenda neoliberal em nosso país pelo atual governo. Com o intuito de dividir a classe e conter as resistências às medidas assumidas pelo governo junto ao FMI, todas as chamadas reformas, desde aquela da previdência, têm sido apresentadas como parte de uma agenda inclusiva. A da previdência foi anunciada em nome dos 40 milhões de brasileiros que não têm acesso a qualquer sistema de aposentadorias, como o recente ProUni, que já é peça chave no marketing do governo, apresentado como sendo o maior programa de bolsas para jovens carentes em todo mundo. No primeiro caso esconde que o grande beneficiário é o sistema financeiro, contemplado com a abertura de mercado para fundos de pensão e, no segundo, o suporte com dinheiro público à parcela do empresariado que lucra com o ensino superior. O apoio social a esta romantização do neoliberalismo tem se dado com o beneficiamento também da burocracia sindical. Com os fundos de pensão e o agenciamento de empréstimos bancários com desconto garantido em folha de pagamento e, mais recentemente, na folha de aposentadorias e pensões do INSS, setores sindicais importantes acreditam que podem ser sócios da nova ordem econômica. Aos que resistem, a política é destrutiva, como o fez o governo investindo no desmonte da CNESF em 2004 e atacando sindicatos que têm participado ativamente da resistência, como o ANDES-SN.

A ação da burocracia sindical cutista contribuiu decisivamente para o avanço dos interesses imperialistas e de seus operadores no espaço nacional. A burocratização crescente e paulatina da CUT erodiu os espaços de resistência e de crítica dentro da Central. O pensamento único neoliberal passou a ser um dogma inquestionável, a ponto de o presidente da central afirmar, em artigo na imprensa, que o ano de 2004 foi de vitórias para os trabalhadores visto que o salário-mínimo passou a R$ 300,00 (ao custo total de menos de 3% do orçamento) e a tabela do IR foi corrigida em 7,5% (apesar de defasada em mais de 45%!). A CUT, ainda que formalmente não integre o Estado, foi levada, pela ação de sua direção majoritária, à condição de suporte da governabilidade e, portanto, das políticas de governo, perdendo efetivamente sua autonomia, tornando-se peça fundamental para a implantação das medidas neoliberais. A promiscuidade das relações da direção da central com o palácio do planalto, ministérios e outros espaços do poder é completa. A força da coalizão dominante se fez sentir no parlamento também. Os três projetos tidos como indispensáveis para o FMI, a saber, a lei de falências, as PPP e a lei de inovação tecnológica foram aprovados. Reservas de petróleo, biodiversidade, água, energia seguiram como mercadorias abertas às nações (e corporações) amigas. Ao mesmo tempo, projetos considerados indispensáveis para a mercantilização da educação foram aprovados sem dificuldades no parlamento, como o Sinaes e o ProUni, ambos tornados realidade a partir de medidas provisórias.

Em 2004, tivemos o êxito de aglutinar forças na resistência às contra-reformas e realizar grandes mobilizações, desde o encontro sindical de Luziânia, em março, a manifestação organizada pela CONLUTAS, em junho, a plenária de setembro, da qual saiu a organização da marcha de 25 de novembro, com a qual fomos capazes de encerrar o ano demonstrando a disposição de dar continuidade à organização da resistência. Porém, os passos que somos chamados a dar em 2005 ocorrerão em um terreno de muitas dificuldades para a classe trabalhadora e não em um campo idealizado. O governo tem conseguido transformar em realidade todas as suas propostas, sem maiores dificuldades e, portanto, entramos neste ano em condições mais desfavoráveis que no ano passado. Apenas para relacionar alguns exemplos: lutamos contra a aprovação do projeto de lei de inovação tecnológica, que agora é lei; lutamos contra o projeto de lei do ProUni, e o governo o impôs por medida provisória, já transformada em lei; lutamos contra as posições defendidas pelo governo que apontavam princípios e diretrizes para a reforma do ensino superior, e hoje estamos diante de um anteprojeto de lei em discussão. Isto tudo reforça a necessidade de se ter como centralidade a aglutinação de forças. O desafio, portanto, é ter-se iniciativas de articulações amplas contra a continuidade da implementação das medidas neoliberais, particularmente em relação à reforma sindical, que é uma das prioridades do governo. Esta, se aprovada, constituirá na maior contribuição que a aliança da burocracia sindical cutista com o governo dará ao capital em nosso país. A reforma sindical, propugnada pelo governo sob a retórica de superação do corporativismo, nada mais é do que a elevação do patamar de controle estatal sobre as organizações da classe trabalhadora. Esse projeto, que visa destruir os graus de liberdade ainda existentes, acaba por ser instrumento privilegiado de centralização do poder nas mãos de poucos burocratas sindicais que passarão, caso aprovado, a ter poder de decidir por categorias inteiras, ainda que contra a vontade destas. Entre outras coisas, permitirá ao governo e ao empresariado caracterizar como atos anti-sindicais formas que o movimento incorporou ao longo do tempo, exatamente como instrumentos para enfrentar a truculência patronal nos momentos de desacordos e conflitos. A CUT é hoje o pilar de sustentação da destruição da liberdade e autonomia sindicais ainda que proclame alto e bom som estar patrocinando uma lei de liberdade sindical.

A CONLUTAS deverá jogar papel importante nestas ações, assumindo seu protagonismo enquanto um fórum de lutas que busca articular as lutas que se impõem, empenhando-se na construção de um pólo de resistência às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados.

O 49° CONAD deliberou que o ANDES-SN e suas seções sindicais intensifiquem sua participação em fóruns como a CONLUTAS, os estaduais de luta, os de Defesa dos Serviços Públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do governo Lula: Sindical, Trabalhista e Universitária, bem como, a participação do ANDES SN e das seções sindicais no Encontro Nacional da CONLUTAS, em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial.

A partir de um balanço do estágio em que se encontra este processo de construção e na esteira do que tem sido deliberado pelas instâncias do Sindicato, a Diretoria do ANDES SN, reunida entre os dias 14 e 16 de janeiro, aprovou os seguintes elementos para propor ao Encontro Nacional da CONLUTAS:

1- Imprimir característica de frente ampla que abrigue segmentos que romperam com a CUT e segmentos que ainda não romperam, trabalhadores do campo e da cidade, formais e informais, além de outros movimentos sociais anti-capitalistas.

2- A definição de princípios e eixos concretos de luta deve ser apontada como a tática para unificar toda a diversidade de atores e interesses envolvidos.

3-A unidade de ação deve se dar na abrangência da constituição de pólos definidos pelos sujeitos sociais e não buscar interferência na organização da estrutura sindical, desse modo, não deverá haver chapas em eleições sindicais com a denominação de CONLUTAS.

4-O financiamento propugnado é por rateio sem contribuição ordinária definida, mas a sistemática não deve ser um critério rígido de funcionamento e participação. Precisa considerar as diferenciações na capacidade financeira das organizações sindicais e demais movimentos, bem como seus fóruns próprios de deliberação;

5-A estrutura de funcionamento da coordenação é um tema decisivo para o encaminhamento das lutas e deve ser definido a partir de um processo de debate que seja amadurecido entre as entidades e seja uma síntese dos avanços consensuais entre os diferentes segmentos que estão na coordenação. Considerando que esse processo apenas se iniciou, não há possibilidade de definirmos uma estrutura que inclua grupos executivos fixos, em âmbito nacional e estaduais. Defendemos que a coordenação prossiga aberta e suas reuniões sejam convocadas para todos os que a ela se vinculam e seja constituída uma secretaria, composta por entidades a serem definidas na Coordenação e que tenha como tarefa dar conseqüência aos encaminhamentos definidos na coordenação.

6- A CONLUTAS deve concentrar seus esforços no encaminhamento de lutas concretas e enraizadas, num processo que não deve se sobrepor às diferentes formas de organização existentes, compreendendo que mudanças na organização dos trabalhadores ocorrem em ritmos e prazos diferenciados, evitando antecipar elementos de institucionalização organizativa que não correspondam ao movimento histórico concreto vivenciado pelos trabalhadores.

7- O Encontro Nacional deve buscar a síntese dos acordos e consensos que unifiquem as lutas para o próximo período, prevendo a convocação de um novo encontro, com características semelhantes, preferencialmente ainda em 2005.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2005

Opinião

Um debate necessário

Agnaldo Fernandes*

O debate sobre os desafios ao sindicalismo combativo na sociedade brasileira atual deve ter como referência a necessidade de construção de caminhos que fortaleçam a classe trabalhadora para lutar contra as terríveis condições impostas pela exploração e opressão capitalista e as possibilidades presentes no estágio atual da luta de classes para que essa construção se efetive. Os anos 90 se caracterizaram pela implantação do projeto neoliberal através de Collor, Itamar e FHC. No movimento sindical surgiam novas centrais como a Força Sindical e a Social Democracia Sindical (SDS), nascidas com ligação direta com os patrões e o governo. Por outro lado, a CUT e seus sindicatos protagonizaram um amplo processo de resistência, em que pese a burocracia cutista que, já naquele momento, dava sinais de buscar uma relação menos conflituosa entre capital e trabalho. A assunção de Lula ao governo brasileiro traz "novidades" na configuração dos movimentos sociais, em especial, no movimento sindical. A opção política do governo em dar continuidade e aprofundar o projeto neoliberal, frustrando milhões, tem como conseqüência um profundo processo de reorganização política, em primeiro lugar, com desdobramento para o movimento sindical. Essa "nova" realidade leva a burocracia cutista a cumprir um "novo" papel com reflexos para sua história e um profundo debate na sua base.

Nos últimos 20 anos, a CUT organizou os trabalhadores e se constituiu em referência para amplos setores dos movimentos sociais organizados. Contudo, hoje, através da maioria de sua direção, vem rompendo com este objetivo e cumprido um papel de sustentação das políticas do governo e da burguesia. Esse processo se desenvolve de forma rápida e intensa, quanto mais o governo gira à direita e aprofunda sua política de governar para o mercado mais evidente fica a lógica das centrais como correia de transmissão da política de LULA. Essa "nova" fase domesticada da central tem trazido um intenso e legítimo debate na base da central: a CUT ainda é um instrumento de luta dos trabalhadores?

De fato a CUT tem sido um entrave para os trabalhadores na medida em que se nega a defender os interesses da classe e enfrentar as políticas do governo. Os exemplos lamentáveis ocorridos durante a "reforma" da previdência, quando a CUT negou-se a apoiar a greve dos servidores federais, a omissão diante da greve dos bancários, o apoio a "reforma" do ensino superior e o co-patrocínio da "reforma" sindical são movimentações inequívocas dos rumos que a maioria da direção dà à central.

Desfiliações, suspensão de pagamento, a insatisfação da base cutista têm se manifestado de várias formas, todas legítimas. Também é perfeitamente legítimo e necessário que os trabalhadores discutam alternativas de organização da classe, na medida em que avaliam que os instrumentos existentes já não os representam. O episódio da "reforma" da previdência aprofundou e acelerou a experiência do setor público federal com a CUT, porém, mesmo em setores nos quais ainda não houve a experiência direta com essa "nova" postura da CUT há, também, questionamentos.

A desigualdade entre as diversas categorias e o caráter inicial desse processo devem ser levados em consideração. Se por um lado, a CUT "avança" no abandono de sua história e característica de pólo aglutinador de lutadores e lutas começa a proliferar um processo de ruptura política e organizativa de seus sindicatos de base, por outro, exatamente por ter uma tradição de luta e combatividade, outros milhares de ativistas e sindicatos seguem tendo na CUT um referencial.

O grande desafio é construir uma política que unifique os setorescombativos no embate contra as políticas caracterizadas por constantes ataques aos trabalhadores protagonizadas pelo governo LULA. Uma plataforma comum que possibilite acumular formas de resistência e capacidade organizativa para destruir a burocracia cutista. Este debate deve ser realizado a partir da base, de forma democrática e coletiva, no qual todos os ativistas sejam chamados a imprimir a marca de suas experiências e visões. É um erro, de graves proporções e conseqüências, fazer este debate a partir de uma compreensão unilateral do processo. Reconhecer que há um debate real, de ruptura política e organizativa com a CUT e que portanto é possível construir luta contra a política do governo com setores que estão dentro e fora da Central.

Outro erro é desconsiderar que há um espaço de disputa da direção desse processo por dentro da CUT onde milhares de ativistas e sindicatos combativos ainda atuam e se referenciam.Neste sentido, ressaltamos que é necessário respeitar o fato de que as experiências dos diversos setores da classe com as políticas implementadas como governo LULA são extremamente diferenciadas e desiguais, o que requer o diálogo fraterno entre os segmentos, hoje mais radicalizados, com aqueles segmentos que ainda não enfrentaram mais diretamente as nefastas reformas neoliberais de LULA e o FMI.

Encontrar a melhor forma para enfrentar e derrotar a política do governo e a burocracia sindical cutista, buscando construir espaços unitários e democráticos, nos quais sindicatos e ativistas possam contribuir para a consolidação de um pólo alternativo e realmente novo para o conjunto da classe, é uma necessidade para superarmos a atual etapa de fragmentação e responder ao processo de reorganização no movimento sindical brasileiro.

* Diretoria Executiva da CUT Nacional

Opinião

Romper com a CUT para unir - na luta - os trabalhadores

José Maria de Almeida

Ao contrário do que alardeiam aqueles que defendem a permanência no interior da CUT, o processo de ruptura com a Central não tem natureza divisionista. Pelo contrário, trata-se da busca por caminhos que possam unir os trabalhadores para levar adiante as suas lutas, na medida em que o caminho que construímos no passado – a CUT – encontra-se completamente bloqueado.

É um processo objetivo que (apesar de remeter a problemas mais antigos nas relações com a Central) foi desencadeado pela posse do governo Lula. O governo traiu as esperanças de mudanças da maioria do povo brasileiro e deu continuidade, aprofundando, à aplicação do mesmo receituário neoliberal do FMI e Banco Mundial que caracterizavam as políticas do governo anterior. As políticas econômicas, a Reforma da Previdência, a Reforma Universitária, a proposta de Reforma Sindical/Trabalhista são só alguns exemplos. As mazelas que afligiam a vida dos trabalhadores então, não só se mantém, como aprofundam-se em muitos aspectos.

Isto leva a que cada vez mais setores de nossa classe compreendam que suas expectativas de mudanças não virão das mãos deste governo, e sim da luta contra ele, contra suas políticas. Ainda é desigual esta experiência, naturalmente maior entre os trabalhadores que já foram atingidos diretamente pelas medidas governamentais, mas se generaliza rapidamente.

E ao buscar a CUT para lutar contra os ataques que lhe são desferidos pelo governo e pelos empresários, para lutar por ampliar seus direitos, os trabalhadores dão-se conta de que ela está na trincheira do inimigo, apoiando o governo, conciliando com os empresários. Foi assim na Reforma da Previdência. Agora, patrocina a Reforma Sindical, apóia a Reforma Universitária, ajuda o governo contra os SPFs nas campanhas salariais do funcionalismo, etc, etc.

Este é o motor da ruptura política com a CUT, que já existe na base do movimento sindical: os interesses defendidos pela Central são os interesses do governo (e de empresários), e não os interesses dos trabalhadores. A central transforma-se em trava contra as nossas lutas, pois elas inevitavelmente chocam-se com o governo (e com interesses empresariais aos quais ela vai se associando). Os trabalhadores rompem politicamente com a CUT reagindo contra isso.

Este processo não tem mais reversão. Estabeleceram-se relações econômicas, de interesses materiais comuns com o Governo (e o Estado) e com empresários. Isto se manifesta nos cargos que dirigentes sindicais assumem no governo, em liberação de verbas de Bancos Oficiais e Ministérios para a Central, etc. E através dos Fundos de Pensão, administrados agora por dirigentes sindicais, que acabam por associar-se a empresários na administração de empresas. Liquidou-se completamente a independência política da Central frente ao governo (como atesta o episódio da "marcha" pelo salário mínimo de 300 reais e pela correção do IR), e aos empresários (propaganda para a UNIBAN, 1º de maio financiado por empresas, etc). E o processo de burocratização da entidade que – como todos nós sabemos - afasta qualquer possibilidade de a base da Central mudar essa realidade.

Por isto é falacioso o argumento de que esta Central representaria a unidade dos trabalhadores. Pelo contrário, dentro da CUT é absolutamente impossível unir os trabalhadores para lutar por seus interesses e direitos. Simplesmente porque a CUT vai estar contra todas estas lutas. Ela defende outros interesses, que não são os dos trabalhadores brasileiros. Defender a permanência dentro da CUT, vendendo a ilusão de que "os 3 mil sindicatos" da base da CUT vão se levantar e reverter esta situação revela desconhecimento completo do que se passa na Central, ou coisa pior. O governo acaba de anunciar que remete no início de março a proposta de Reforma Sindical ao Congresso Nacional (por pressão, diga-se de passagem, da CUT e da Força Sindical). Dizer aos trabalhadores que é possível lutar contra esta reforma sem lutar contra esta Central e contra a Força Sindical é vender ilusões, apostar na confusão, que só pode atrapalhar a luta, e não fortalecê-la. Este é o dilema vivido pelos setores da esquerda cutista, que são contra a reforma, mas defendem a CUT. Não conseguem ir a fundo na busca da unidade na luta contra a reforma ao manterem a defesa da CUT.

É, portanto, absolutamente progressivo o processo de ruptura com a CUT que está em curso. Representa a tentativa dos trabalhadores de desbloquear o caminho das suas lutas, de construir a unidade para avançar nestas lutas. Cabe então, aos setores organizados da nossa classe, impulsionar este processo e buscar canalizá-lo para a construção de uma nova alternativa de organização para os trabalhadores brasileiros. Uma nova organização que possa unir todos os trabalhadores, construída pela base, democrática, independente em relação ao governo e empresários, autônoma em relação aos partidos. Que seja um instrumento para as lutas da classe trabalhadora brasileira e para a construção da sua unidade, que a CUT não é mais.

O resgate da base, dos sindicatos filiados a Central, deve se dar dentro desta perspectiva. Devemos chamá-los a romper com a CUT para construirmos uma alternativa de luta. E não nos iludamos, isto pressupõe enfrentarmos politicamente um número enorme de diretorias de entidades (tão burocratizadas e degeneradas quanto a direção da CUT). Os trabalhadores precisarão organizar oposições sindicais para derrubar a burocracia que hoje dirige estes sindicatos. Esta é a diferença entre a CUT e os sindicatos: na CUT não é mais possível a base intervir para mudar sua direção, nos sindicato sim. Aqui, guardadas as devidas diferenças, há uma similaridade importante com o papel das oposições sindicais na construção da própria CUT e , ao mesmo tempo, da importância da fundação da CUT em 83 para impulsionar e fortalecer as oposições sindicais.

A CONLUTAS, organizada por entidades sindicais e movimentos sociais de todo o país, significa um passo no sentido da construção dessa alternativa. No Encontro Nacional realizado dias atrás, durante o Fórum Social Mundial, decidiu-se desencadear um amplo processo de discussão nas entidades (chamando inclusive as que hoje ainda não participam da CONLUTAS) no sentido de avançarmos – a partir de um profundo, amplo e democrático debate na base dos sindicatos - para construir uma alternativa para unir os trabalhadores em suas lutas. O ANDES-SN, pelo lugar que ocupa na luta do funcionalismo federal, pela importância que tem junto a todo o movimento sindical do nosso país, sem dúvida está chamada o jogar papel de primeira magnitude em todo este processo.

* Diretor da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais e participa da coordenação da CONLUTAS.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Movimento

Encontro Nacional da Conlutas reúne 1.500 participantes

Para entidades presentes, CUT não representa mais os interesses dos trabalhadores

O Encontro Nacional da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) reuniu, em Porto Alegre, no último dia 30, cerca de 1.500 inscritos, representantes de diversas entidades do setor público e privado e dos movimentos sociais e estudantil. O encontro teve como objetivo travar o debate sobre a organização dos trabalhadores frente à conjuntura brasileira e aprovar uma agenda de lutas para o ano de 2005. A Coordenação apresentou uma sistematização das posições das entidades, no início do evento, mas não houve acordo em relação a uma única formulação. O debate aconteceu em torno de várias teses apresentadas pelas entidades e agrupamentos políticos presentes.

A posição do Andes-SN sobre a Conlutas foi expressa pela presidente do Sindicato Nacional, Marina Barbosa. Marina Barbosa informou que a categoria realizará seu próximo Congresso em final de fevereiro, momento de desfecho de um processo de debates no âmbito do Sindicato Nacional sobre a relação com a CUT. Ressaltou que no último Conad, realizado em novembro de 2004, foi aprovada a indicação da desfiliação do Andes-SN da Central. Também foi aprovado que as Seções Sindicais realizem este debate nas suas assembléias e que encaminhem os posicionamentos da base para deliberação final no Congresso.

Marina também apresentou a avaliação de conjuntura da entidade e uma série de indicações a partir das deliberações e do acúmulo da entidade sobre a Conlutas (Veja nota da diretoria do Andes-SN na página ???).

Dentre as entidades que se pronunciaram, o Sinasefe avaliou a atual cooptação dos movimentos e da CUT pelo governo Lula e o fato de que a Central não cumpre mais seu papel de aglutinadora dos trabalhadores em torno da luta contra as reformas. O representante do Sinasefe informou que, no último congresso da categoria aprovou a desfiliação da entidade à Central com cerca de 70% de votos favoráveis dos delegados.

Janete Luzia

ENCONTRO DA CONLUTAS MOBILIZA CONTRA AS REFORMAS. AO LADO, PROFESSORA VERA SALIM

Maria Lúcia Fatorelli, da Unafisco, apresentou resolução de sua entidade de "participação junto com a Conlutas na luta contra as reformas sindical e trabalhista". Paulo Dávila, da Fenafisp, informou que os fiscais da previdência avaliam a necessidade de organização da luta das categorias contra o governo Lula, que, na sua opinião, traiu a classe trabalhadora. O representante ressaltou, no entanto, o cuidado na construção democrática na coordenação.

Consenso quanto à falência da CUT

De acordo com uma das representantes da Adufrj-SSind no evento, professora Vera Salim, o Encontro da Conlutas "foi um sucesso, não só pelo número de participantes, mas por contar com um número significativo de sindicatos que são a expressão de uma vanguarda da classe trabalhadora". De acordo com a professora, mais de 30 entidades estavam representadas. Segundo a professora, a falência da CUT e da UNE como representantes das lutas dos trabalhadores e estudantes foi uma das constatações da maior parte dos participantes do evento.

Preocupação com a organização

Vera informa que uma das preocupações dos presentes foi quanto à organização da Conlutas. Apesar de todos os grupos e entidades terem tido igual tempo de exposição de suas teses e considerações, a professora destaca as divergências quanto à forma de constituição deste novo pólo de resis tência dos trabalhadores. "A preocupação é como esta nova coordenação ou central de trabalhadores vai funcionar. Há divergências no formato e na organização que não podem ser ignoradas". Mas em um ponto, os participantes da Conlutas tem acordo: segundo Vera, foi entendido pelos presentes que a Conlutas deve priorizar a luta dos trabalhadores e dos movimentos nas ruas, "secundarizando a luta estritamente parlamentar".

Parlamentar prestigia evento

Na parte da tarde do Encontro, durante o debate sobre as teses e encaminhamentos, o deputado federal João Batista, Babá, do P-SOL fez uma saudação aos participantes e reafirmou seu apoio à Conlutas. Em seu discurso, o deputado afirmou que a Coordenação é o principal pólo de resistência às reformas neoliberais do governo.

Agenda 2005

Ao final do Encontro, foi aprovada uma agenda de lutas para 2005, que inclui grandes atos e semanas de lutas, que serão sistematizados pela coordenação e divulgados posteriormente. Foi aprovado, também, o indicativo de realização de um Congresso da Conlutas em 2006, que deverá ser debatido pelas entidades e suas bases. A decisão sobre a realização do Congresso se dará no 2º Encontro Nacional da Conlutas que acontecerá ainda no segundo semestre deste ano. Uma Marcha à Brasília também deverá ser realizada neste semestre.

Adufrj-SSind também foi representada pelas professoras Janete Luzia Leite e Cristina Miranda.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 173 • 21 de fevereiro de 2005

Assembléia Geral

22 fevereiro
terça-feira
16:00
Auditório do CFCH
Praia Vermelha

Pauta
1) Desfiliação do Andes-SN da CUT
2) Textos de Resolução do 24º Congresso sobre CUT, Conlutas e reforma sindical

Andes-SN participa de Pleno da Andifes
Página 2

Autoritarismo contra a greve na Uerj
Página 2

CEG aprova quantitativo de bolsas para a graduação em 2005
Página 3

Pró-reitor pede a interdição de restaurante no CCS
Página 3

Kelvin Melo

AGNALDO FERNANDES, SALATIEL MENEZES (MEDIADOR), LÚCIA REIS E JOSÉ MARIA DE ALMEIDA NO DEBATE SOBRE A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Adufrj-SSind promove debate sobre a CUT

Na semana que passou, duas atividades prepararam os sindicalizados para o 24º Congresso do Andes-SN, que se inicia neste dia 24/2, em Curitiba (PR). No dia 16, na parte da manhã, um debate sobre os rumos do sindicalismo no Brasil ofereceu três pontos de vista sobre a Central Única dos Trabalhadores - no congresso dos professores, vale lembrar, existe a possibilidade de ser aprovada a desfiliação do Sindicato Nacional em relação à CUT. Na parte da tarde, a assembléia geral da Adufrj-SSind discutiu diversas teses que serão avaliadas e votadas pelo movimento docente, no Paraná. Entre os temas analisados, estavam: reforma universitária, carreira docente e os planos de luta da categoria.

Páginas 4 e 5

Andes-SN

Andes-SN participa de Pleno da Andifes

Sindicato propõe aos reitores agenda em defesa da universidade pública

No último dia 15/2, a diretoria do Andes-SN participou da reunião do Pleno da Associação Nacional dos Reitores (Andifes) na qual foram discutidas as atividades relacionadas ao Grupo de Trabalho instituído pela portaria n° 4.052 de 9 de dezembro de 2004. O GT foi criado pelo MEC para tratar da Gratificação de Estímulo à Docência, da paridade e da estrutura salarial dos docentes. A presidente do Sindicato, Marina Barbosa, e o diretor Gilberto Pereira apresentaram um diagnóstico da situação das Instituições Federais de Ensino Superior e convocaram a entidade dos reitores a desenvolver, com o Andes-SN, neste ano, uma agenda em defesa da universidade pública, em uma soma de esforços para uma definição do Público como algo que se traduza no acesso de todos os cidadãos aos serviços públicos de qualidade. Outro objetivo da agenda seria o combate à naturalização da privatização dos serviços sob uma retórica moderna do 'público não-estatal'.

Quanto à pauta do GT do MEC, o Andes-SN apresentou as propostas que refletem o acúmulo das deliberações do sindicato nacional até o momento. Em primeiro lugar, foi destacada a concepção sobre avaliação, a qual deve ser viabilizada com critérios rigorosos e cujos resultados devem ser traduzidos em progressão na carreira e jamais em percentual salarial. Sobre a GED, foram apresentadas as seguintes propostas a serem encaminhadas ao GT, em conformidade com as definições das instâncias do sindicato:

Estabelecimento de carreira única para os docentes das IFES em substituição aos atuais planos diferenciados para 1º e 2º graus e 3º grau, garantindo a paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas; extinção da GED, paridade e isonomia, com incorporação de todas as gratificações a partir da equiparação dos valores da GED (140 pontos) e da GEAD, com seus valores extensivos integralmente aos aposentados e pensionistas; disposição para discutir um calendário de incorporação de todas as gratificações e que, enquanto permanecer a GED, deve haver extensão integral aos aposentados.

No debate entre os reitores, ficou clara a posição do Pleno da Andifes em favor da extinção da GED e a preocupação com a discussão sobre a carreira docente.

Fonte Andes-SN

Agenda Sindical

24/2 a 1/3 - 24º Congresso do Andes-SN
Curitiba (PR) - com o tema central "Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação".

14/3 - Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF) - na sede do Andes-SN

15/3 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Movimento

Autoritarismo contra a greve na Uerj

Reitoria entra com interdito proibitório, medida judicial que proíbe os servidores de realizar ocupações em qualquer setor da universidade

De acordo com o último informativo eletrônico do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj), a reitoria da Uerj continua agindo de forma autoritária contra a legítima greve dos servidores. Os técnico-administrativos daquela instituição paralisaram as atividades desde o dia 21 de junho do ano passado, com a reivindicação de um reajuste salarial de 37,74%, valor inferior às perdas reais dos trabalhadores em três anos de inflação sem correção. Exigem, também, a implementação de seu Plano de Carreira (PCC) e melhores condições de trabalho.

No dia 15/2, a administração local obteve, junto à 10ª Vara de Fazenda Pública da Capital, uma liminar em ação de "interdito proibitório" contra o Sintuperj. A liminar proíbe o sindicato e os técnico-administrativos de realizarem atos de ocupação de qualquer setor ou instalação da universidade.

A notícia da liminar foi recebida com grande indignação na Assembléia Geral da categoria, realizada no mesmo dia. A resposta foi a continuidade da greve e uma moção de repúdio à reitoria por seu desrespeito à organização dos trabalhadores na luta por seus direitos.

Servidores em passeata exigem respeito da reitoria

Ao final da assembléia, os servidores foram em passeata até a reitoria, onde protocolaram ofício com solicitação de cópia do processo em que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) determina a regularização das situações funcionais de servidores da Uerj no período 1988 a 1999. A cópia do processo vem, desde janeiro, sendo negada pela reitoria, o que mostra a total falta de transparência da administração da Uerj.

Ao apelar para a Justiça contra o Sintuperj, a reitoria repetiu o que já havia feito em agosto do ano passado no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), quando obteve liminar de "interdito proibitório" para atacar a greve e garantir o atendimento a pacientes de planos de saúde privados no hospital. Sem diálogo com os servidores, sem representatividade interna e desmoralizados por estarem longe das promessas de campanha, a gestão do reitor Nival Nunes e do vice-reitor Ronaldo Lauria apelam à Justiça para mostrar "força".

Reitoria tenta atacar e criminalizar o movimento

Esta ação da reitoria, além de atacar a organização dos trabalhadores, revela seu lado mais perverso, que é o de criminalizar o movimento. A posição assumida pelo Sintuperj ante a negociação com Garotinho deixou a reitoria temerosa de um desfecho que pode deixá-la ainda mais isolada. Nesta hipótese, ficará ainda mais evidente a linha política de Nival/Lauria no trato com o movimento dos trabalhadores.

Fonte: Sintuperj

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG aprova quantitativo de bolsas para a graduação em 2005

Durante a plenária, Meyer afirma que reitor aprovou a construção do 'bandejão'

A primeira sessão ordinária do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) de 2005 tratou do alojamento estudantil e da bolsa auxílio que serão oferecidos pela UFRJ neste ano. Uma planilha que define o quantitativo de bolsas para a graduação foi aprovada por unanimidade, com a ressalva do pró-reitor José Roberto Meyer de que poderá haver alterações, caso a planilha não consiga distribuir todas as bolsas disponíveis.

No debate, o professor Leo Affonso de Moraes Soares, representante do Centro de Letras e Artes, parabenizou o esforço da reitoria em disponibilizar bolsas estudantis, enquanto Ericksson Rocha e Almendra, representante do Centro de Tecnologia, acrescentou que diversas disciplinas passaram a ter um índice de reprovação menor depois que implementaram os monitores remunerados. Miguel Jonathan, do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, enfatizou a coragem da reitoria na implementação das bolsas. Jonathan acha que deveria haver uma divulgação mais agressiva desta disponibilidade de auxílio porque serviria como propaganda para a UFRJ, que vem perdendo candidatos no vestibular nos últimos anos.

Além das bolsas, José Roberto Meyer informou que a universidade destinará R$ 500 mil para conectar os microcomputadores à *internet* nos alojamentos da universidade. A notícia foi comemorada pelos representantes discentes. Entretanto, Luciano da Silva Barboza, que mora no alojamento, lembrou que ainda existem outras reivindicações a serem atendidas, já que o prédio necessita de reformas urgentes, além de higienização e dedetização contra ratos e baratas. O representante dos estudantes reivindicou ainda a construção do restaurante universitário, "comum em 70% das universidades públicas brasileiras". Sobre esse assunto, José Roberto disse que o Banco do Brasil vai liberar uma verba de R$ 2,4 milhões para a UFRJ e este dinheiro será utilizado na construção do "bandejão". Segundo o pró-reitor, a construção do restaurante popular é um compromisso político do reitor Aloisio Teixeira.

ProUni

Luciano destacou também que o CEG deveria reservar uma oportunidade para discutir o ProUni: "O que o governo está fazendo é absurdo. Estão desviando verbas públicas para instituições privadas e ninguém discutiu isto neste Conselho".

Ao final da discussão, além da planilha que define o quantitativo de bolsas para a graduação, foram aprovados, em bloco, três editais para seleção de alunos: Bolsa Auxílio/2005, Alojamento Estudantil/ 2005 e Bolsa Apoio/ 2005. Os documentos serão agora encaminhados às unidades para receberem a confirmação das reais necessidades de cada centro. A resposta será discutida na próxima reunião do colegiado, quando a professora Maria Lúcia Patitucci, representante do CCMN, exibirá um trabalho com gráficos a respeito das bolsas estudantis na UFRJ.

Resenha

Recorde do setor privado

A previdência privada bateu recorde em 2004, com crescimento de 26,31% em relação ao ano anterior, ao atingir R$ 18,8 bilhões, segundo levantamento da Associação Nacional da Previdência Privada (Anapp). De acordo com Osvaldo Nascimento, presidente da Anapp, o brasileiro está temeroso com a situação da Previdência Social e vem recorrendo a previdência complementar. A Anapp prevê a continuação do crescimento e espera alcançar R$ 30 bilhões em 2005 (Jornal do Commercio-RJ, 15/2).

Privatização disfarçada

O professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense Nicholas Davies publicou artigo na Folha Dirigida (15/2) constatando a omissão do governo do Rio de Janeiro na área educacional, que seria uma forma menos visível de privatização do setor. Davies apresentou uma tabela na qual as creches, pré-escolas, instituições do ensino fundamental e instituições ensino médio privados no Rio de Janeiro têm um percentual de estabelecimentos maior do que a média nacional.

Prazo maior

Os reitores das universidades federais pediram tempo ao Ministério da Educação (MEC) para apresentarem sugestões ou críticas ao anteprojeto de reforma universitária apresentado pelo governo. O MEC tinha definido o prazo inicial para a data de 15/2, mesmo sabendo que os meses de dezembro e janeiro costumam ser de recesso nestas instituições. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que havia conseguido ampliar o prazo para o dia 28/2, voltou a solicitar uma nova data ao MEC (O Estado de São Paulo, 16/2).

Vida no Campus

Pró-reitor pede a interdição de restaurante no CCS

Criticado pelos estudantes, estabelecimento receberá visita da Vigilância Sanitária

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Regueira Teodósio, encaminhou na última quarta-feira (16/2) um documento à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pedindo a interdição do restaurante Prato Pronto, que fica no Centro de Ciências da Saúde. Joel Teodósio se baseou nos laudos emitidos pelo Instituto de Nutrição e pelo Instituto de Microbiologia, ambos da UFRJ, os quais atestam que "o estabelecimento não apresenta condições higiênico-sanitárias e de infra-estrutura para adequada produção e comercialização de alimentos". Para evitar riscos aos consumidores, o pró-reitor solicitou uma inspeção urgente.

Estudantes reclamam do mau cheiro

Segundo o estudante Jair Müller, que cursa o sexto período de Odontologia, o restaurante Prato Pronto é conhecido como "Pé" (proveniente da expressão popular "Pé Sujo") e não é muito freqüentado pelos seus companheiros de curso. Müller afirmou ainda que já ouviu reclamações de colegas a respeito do odor emitido pelo estabelecimento. Já a estudante do segundo período de Biologia Mariana Cabrera afirmou que ingressou na universidade recomendada a não fazer refeições no Prato Pronto: "Uma amiga da minha mãe, que fazia doutorado na UFRJ, certa vez almoçou no restaurante e teve infecção intestinal", revelou Mariana, ressaltando ainda que contou a história para todos os seus colegas de curso para preveni-los.

O documento encaminhado por Joel Teodósio foi recebido pela Anvisa na tarde da última quinta-feira (17/2) por Leonardo Sabah. O funcionário da vigilância informou ao **Jornal da Adufrj** que, por se tratar de um caso urgente, tentaria enviar os fiscais para inspeção do restaurante no decorrer desta semana. De acordo com Sabah, serão os próprios fiscais que comparecerão ao local os responsáveis por julgar qual será a punição aplicada: advertência, multa ou interdição.

Adufrj-SSind

AG delibera sobre temas do Congresso do Andes-SN

Outra assembléia neste dia 22 discute possível desfiliação da CUT

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 16/2, no Auditório do CFCH, definiu o posicionamento que a delegação do sindicato vai adotar em relação a diversos temas no próximo congresso do Andes-SN, que se inicia esta semana (dia 24), em Curitiba (PR). A exceção ficou por conta das resoluções vinculadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e às reformas sindical e trabalhista. Dada a indicação de desfiliação do Sindicato da Central, por decisão deste congresso, a diretoria transferiu a discussão para uma assembléia específica neste dia 22 (veja chamada de capa). Os professores avaliaram as teses presentes no Caderno de Textos e no Anexo disponíveis na página do Andes-SN, em www.andes.org.br.

Como não podia deixar de ser, a análise da reforma universitária foi o tema predominante nas intervenções da assembléia do dia 16. Conselheiro da Adufrj-SSind pela Faculdade de Educação e integrante da diretoria nacional do Andes-SN, o professor Roberto Leher fez uma breve exposição da reforma em andamento na área do ensino superior. Roberto criticou severamente o anteprojeto de reforma produzido pelo MEC, sem diálogo com a sociedade. Citou ainda outras medidas e dispositivos já implantados que terão graves conseqüências para o cotidiano acadêmico, como o novo sistema de avaliação, a regulamentação das fundações e a lei de inovação tecnológica, bastante discutidos nas publicações da Adufrj-SSind.

Diretor da seção sindical, o professor Salatiel Menezes cobrou atenção dos colegas para que não se deixem desorientar pelas notícias divulgadas na mídia comercial. Segundo ele, o discurso dos empresários do ensino privado contra a reforma pode dar a falsa impressão que a reforma universitária é positiva. Salatiel observou que a proposta do MEC é muito ruim por razões diferentes daquelas apontadas pelos empresários da Educação.

Também conselheiro da Adufrj-SSind, o professor Luis Paulo solicitou um posicionamento da seção sindical em relação ao documento apresentado pelo Conselho Universitário da UFRJ que avalia de forma preliminar o anteprojeto de reforma do ensino superior. O Consuni aprovou alguns itens do texto do MEC, modificou e rejeitou outros.

Kelvin Melo

ASSEMBLÉIA APROVOU RESOLUÇÕES CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO

O diretor José Miguel avaliou que a tentativa do Consuni de melhorar o anteprojeto não deverá ter êxito na atual correlação de forças do Congresso Federal. Ele lembrou que as entidades que tentaram negociar pontos da reforma da Previdência junto aos parlamentares voltaram de mãos vazios. Segundo ele, embora difícil, o melhor caminho continua sendo a mobilização da sociedade contra esse projeto do MEC. Roberto Leher concordou com essa análise: "O pior cenário é a negociação com esse parlamento", disse. A professora Cristina Miranda acrescentou que não se deve tomar a proposta do ministério como o marco inicial desse processo de discussão. "Temos de mostrar que nós temos uma proposta de universidade. E que vamos discutir a partir dela", comentou.

A Assembléia da seção sindical acompanhou as indicações da direção nacional do Andes-SN e votou favoravelmente às teses que, em linhas gerais, rejeitam o anteprojeto e os dipositivos já implantados da reforma universitária do governo. A autonomia universitária foi reafirmada, ainda, segundo o artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

Carreira comum Andes-SN e Sinasefe

Em relação à carreira docente, Roberto comentou que a intenção da diretoria do Andes-SN é dialogar com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) para elaboração de uma proposta comum. Já existe, após a campanha salarial do ano passado, um compromisso entre as duas entidades neste sentido. A decisão do Congresso da categoria viria reforçar essa relação, sempre na perspectiva de se conquistar a isonomia salarial e a paridade entre ativos e aposentados. A AG também votou as propostas que apontavam para esse esforço conjunto entre as duas entidades sindicais que organizam professores.

Educação Profissional e Tecnológica

A Assembléia aprovou a proposta de que as seções sindicais e secretarias regionais do Sindicato deverão organizar seminários para discutir os impactos da reforma da Educação Profissional e Tecnológica, implementada pelo governo Lula. Uma campanha nacional que dê visibilidade aos efeitos dessa reforma na educação profissional e tecnológica foi aprovada como recomendação à diretoria do Andes-SN.

Planos de Lutas

Com uma ou outra pequena mudança de redação, a AG aprovou os planos de lutas (geral e de cada setor do Sindicato: particulares, estaduais e federais) apresentados pela diretoria do Andes-SN no Caderno de Textos do Congresso.

Políticas afirmativas e História da África

A Assembléia aprovou a luta por políticas afirmativas "que beneficiem populações socioeconômicas e etnicamente discriminadas, como parte das políticas universalistas".

Também foi aprovada a luta pela reformulação da LDB, introduzida pela Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino do conteúdo de História da África e Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio, proposta pelo professor Marcelo Tragtenberg, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Outras proposições

Entre diversas outras proposições, um texto do professor Rubens Weyne, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estabelecimento de um quórum mínimo proporcional em AGs (dez para um, no caso das SSind) para eleição de delegados para os congressos da categoria gerou breve polêmica na assembléia. Acabou prevalecendo o entendimento sobre o dispositivo atual em que o número de delegados deve respeitar apenas o tamanho da base sindical.

Delegação da Adufrj-SSind

Na AG de 16/2, ficou definida a delegação que vai representar a Adufrj-SSind no Congresso do Andes-SN. Foram eleitos os professores José Miguel Bendrao Saldanha, Walcyr de Oliveira Barros, Janete Luzia Leite, Cristina Miranda, Fernando Celso Villar Marinho, Vera Salim, Carlos Strauss, Salatiel Menezes, Edwaldo Cafezeiro, Elen Castelo Branco, Leila Rodrigues, Carmen Gadelha. A diretoria indicará posteriormente o delegado a que tem direito pelo estatuto do Sindicato Nacional. Como observadores e suplentes de delegado: Lenise Lima Fernandes, José Augusto Bisneto e Sandra Martins. A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, registrou que, com dificuldades pessoais e compromissos acadêmicos, não teria condições de viajar ao Paraná.

Ficou decidido na assembléia que os delegados da seção sindical poderão ter a liberdade de avaliar e votar novas redações de texto surgidas no Congresso que fossem ao encontro do que foi discutido na AG. A medida serve para impedir a abstenção dos delegados, em simples casos de aperfeiçoamento das resoluções do Sindicato.

Presidente da CUT-RJ vai à assembléia

Depois que a diretoria anunciou, com a concordância dos presentes, a transferência dos assuntos ligados à CUT para a AG deste dia 22, chegou ao auditório do CFCH o presidente da seção regional da Central, Jayme Ramos. Certamente atraído pelo item que constava da pauta da assembléia, Jayme tomou assento na fileira do fundo da sala. Assim que notou sua presença, o diretor José Miguel fez breve interrupção para informá-lo da mudança. Jayme ainda acompanhou parte da AG antes de se retirar.

Movimento

Adufrj-SSind promove debate sobre a CUT

Palestrantes oferecem três visões sobre a Central

Sintonizada com um dos principais temas do 24º Congresso do Andes-SN, que vai deliberar, nos próximos dias, em Curitiba (PR), sobre a relação do sindicato dos professores com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Adufrj-SSind promoveu o debate "Os rumos do sindicalismo no Brasil". Realizado em 16 de fevereiro, no auditório do CFCH, o evento ofereceu três pontos de vista sobre a atual situação da CUT. A mediação do debate foi feita pelo 2º vice-presidente da seção sindical, Salatiel Menezes.

Um dos fundadores da Central e atual presidente do PSTU, José Maria de Almeida deixou a diretoria executiva da CUT em meados do ano passado. A razão foi o desacordo com a postura governista adotada pela entidade sindical que, no entender dele, teria abandonado a luta dos trabalhadores, o que se acentuou após a eleição de Lula para a presidência da República.

O aprofundamento das políticas neoliberais pelo governo Lula causou decepção e revolta nos trabalhadores. O problema é que, na tentativa de organização para fazer frente a essas medidas governamentais, percebeu-se que o instrumento mais importante de luta construído no país nos últimos 25 anos - a CUT - encontra-se agora na "trincheira do inimigo". "A CUT deixa de ser um instrumento para a luta e se torna uma trava para essa luta", disse.

O ex-dirigente da Central credita essa virada aos interesses econômicos de outros sindicalistas, além do que classificou como "avanço da burocracia cutista".

Isso se manifesta, segundo José Maria, na defesa que a Central faz, por exemplo, dos fundos de pensão. Para ele, essa é a justificativa para a Central não ter apoiado os funcionários públicos no enfrentamento contra a reforma da Previdência.

Citou ainda que o presidente da CUT intermediou um empréstimo de milhões para a Embraer junto ao BNDES. Depois de conseguir a liberação da verba, o dirigente sindical foi chamado à empresa para receber um agradecimento público. E não ficou só nisso. A Embraer doou R$ 100 mil para financiar a festa do 1º de maio da CUT, em São Paulo. Episódios como esse, no entender do palestrante, liquidam a independência financeira da Central. "E, se liquidam a independência financeira, liquidam a independência política também".

Kelvin Melo

APÓS O DEBATE, HOUVE ESPAÇO PARA PERGUNTAS DA PLATÉIA

Sobre a burocracia cutista, José Maria ironizou que a instância "mais democrática" da CUT é o seu congresso nacional. O evento reúne aproximadamente 2 mil delegados para representar 3,3 mil sindicatos filiados. "É menos de um delegado por sindicato. E é um processo de deliberação no interior da Central totalmente controlado pela cúpula", comentou.

Alternativa construída com calma

Ainda segundo José Maria, o processo de desfiliação da CUT encaminhado por alguns sindicatos não representa um enfraquecimento do movimento sindical, como pode ser alegado pelos defensores daquela entidade. Dentro desse contexto, muito pelo contrário, construir uma alternativa passa a ser uma necessidade, de acordo com José Maria.

Ele citou a criação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) que congrega várias entidades, entre elas, o Andes-SN, e cujo primeiro encontro se realizou durante o último Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Essa instância começa a congregar diversos sindicatos insatisfeitos com os rumos da CUT e já mais mobilizados contra as reformas sindical e trabalhista. "Mas ainda estamos longe daquilo que precisamos", comentou. O palestrante reivindicou que o processo de construção da Conlutas seja feito da forma mais democrática possível, com ampla discussão nas bases do movimento.

Cooptação de dirigentes sindicais

Há, no entanto, quem tenha preferido lutar de dentro da CUT. Integrante do bloco minoritário da diretoria executiva da Central, Agnaldo Fernandes atribuiu à vitória do PT nas eleições presidenciais a transformação da Central. "Muitos dirigentes foram absorvidos para o governo Lula", disse. "Isso gera confusão no conjunto dos movimentos sociais", completou.

Para Agnaldo, a estreita relação que o presidente guardava com os movimentos sociais fez dele a figura mais capaz de governar para a burguesia. E assim dar continuidade à política neoliberal. Apesar de autonomia frente aos governos no estatuto da CUT, esse quadro começa a ruir durante a gestão Lula. "O que estamos falando aqui é o abandono completo dos princípios de fundação da Central".

Para ele, o processo de ruptura hoje em curso no interior da CUT é absolutamente legítimo. "Estamos num processo de reorganização dos movimentos. Isso causa impacto na Central", contou. Embora produza descontentamento mais evidente dentro do funcionalismo público, as conseqüências da postura governista da Central também atingem os trabalhadores da iniciativa privada. Agnaldo comentou a decisão da Central de recompor o valor do salário mínimo somente em 20 anos. Segundo ele, ao conseguir pequenos reajustes, no esquema do "sindicalismo de resultados", a CUT não enfrenta diretamente o problema do trabalhador e abandona o papel de resistência que lhe cabe.

Agnaldo argumentou que o desafio para derrotar as políticas neoliberais do governo deve partir de um programa comum. Assim, seriam construídas as alternativas necessárias. "Sejam elas políticas ou organizativas", disse. O dirigente, que diz ser questionado o tempo todo sobre sua presença na Central, acredita ainda ter um papel a desempenhar dentro da CUT. "Mas sem a ilusão de que é possível disputar espaço na entidade", disse.

Palestrante defende a CUT

Já Lúcia Reis, também integrante da diretoria executiva da CUT, porém do bloco majoritário, buscou defender a Central das críticas recebidas. A dirigente não nega as divergências dentro da Central, mas observa que a entidade não abandonou princípio de fundação algum. "Temos mantido a liberade e a autonomia", disse. Em outro momento, Lúcia acrescentou que CUT critica sempre a política econômica do governo. E, segundo ela, persiste na Central o objetivo de construção de uma sociedade socialista.

As reclamações sobre a chamada burocracia cutista também não ficaram sem resposta da dirigente. Segundo ela, que pertence à Articulação Sindical, o discurso não passa de oportunismo de fazer uma "disputa pequena" entre correntes políticas. Lúcia, em outro momento, lembrou que os estatutos da CUT, assim como os documentos de organização do Andes-SN e da Fasubra, são bastante semelhantes. "Uma coisa é a disputa política. Mas bater na CUT não ajuda o movimento sindical brasileiro".

Lúcia também defendeu a permanência de dirigentes sindicais nas instâncias do governo. "Não entendo como as pessoas reclamam da presença de trabalhadores no governo", disse. A palestrante aproveitou a ocasião para divergir do editorial do último jornal da Adufrj que criticou a postura da Central na reforma da Previdência. Para ela, muitos são servidores públicos na direção da Central, mas não adiantou nenhum protesto por parte da CUT. "O governo passou o rodo em todos", disse.

Culpa da desmobilização da Central

A dirigente sindical observou que a crise atual do sindicalismo se deve a uma conjuntura mais geral de desmobilização. "A resposta é muito pequena. As assembléias são vazias. Não temos assistido à opção da unidade para mudar o rumo do governo". Para ela, esse debate requer bastante investimento de todos e a dirigente cobrou atenção para que o assunto não fique resumido ao que novamente classificou como uma "disputa rasa" de espaço entre correntes políticas. Lúcia, por fim, manifestou torcer para que um sindicato importante como o Andes-SN não decida se desfiliar da CUT durante o próximo congresso da categoria.

Movimento

Rio protesta contra morte de lideranças no Pará

Representantes de organizações não-governamentais, artistas, parlamentares, sem terra e intelectuais se reuniram na última Sexta-feira, dia 18, na Cinelândia, Centro do Rio, para protestar contra o assassinato da missionária norte-americana, naturalizada brasileira, Dorothy Stang,. Ela foi atingida a tiros no último Sábado, em Anapu, no Pará . Vestidos de branco e com uma faixa preta que simbolizava o luto pela morte da freira e de trabalhadores, os manifestantes pediram o fim da violência no campo.

Os manifestantes fizeram uma caminhada até a Praça Mahatma Ghandi, próxima à Cinelândia, onde foi realizado um ato ecumênico. Na nota distribuída pelos organizadores, foi reivindicada ainda a punição dos responsáveis pelos assassinatos, a transferência das investigações para a Justiça Federal, a retomada das terras públicas invadidas ilegalmente por grileiros, a intervenção federal no Estado do Pará e a inclusão imediata na pauta de votação do Congresso da proposta de emenda constitucional que pune o trabalho escravo.

Rigor

O presidente do Movimento Humanos Direitos, o ator Marcos Winter, que promoveu o protesto, defendeu uma ação mais rigorosa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na busca de soluções que acabem com os conflitos agrários. Para o presidente do movimento, falta vontade política do governo. "Esse tipo de ação não pode continuar em detrimento do fisiologismo que continua. A gente vê o governo se aliando com tanta gente por tantas razões, então que seja por uma razão séria", ressaltou o ator.

O ator Osmar Prado, que também participou do protesto, atribuiu a explosão de violência à falta da reforma agrária. "Tem que resolver a questão fundiária, tem de fazer a redistribuição de terra, assentar as pessoas, dar condições técnicas para que elas continuem no campo e não especulem sobre a própria terra", defendeu.

Durante a celebração, o Padre Geraldo Lima, da diocese de Nova Iguaçu, lembrou que o latifúndio marca de violência e desigualdade a história do país. "E é preciso tomar cuidado: os latifundiários hoje defendem o agronegócio, que é o novo discurso que se usa para impedir a Reforma Agrária"" alertou.

Mais um lider é assassinado no Pará

Enquanto acontecia o protesto pelas vítimas do campo, outra liderança de trabalhadores rurais foi assassinada por pistoleiros na manhã do dia 18, no Pará. Jailson morava no assentamento Asurimi, na cidade de Altamira, sul do estado (700 km de Belém). Com este, são cinco assassinatos em conflitos agrários no país depois da morte de Dorothy Stang. Foram três líderes rurais do próprio estado e outros dois de Alagoas.

Outras dezenas de lideranças e religiosos têm seus nomes em listas de pessoas ameaçadas de morte por seu envolvimento com a causa da reforma agrária, do meio ambiente e do trabalho escravo no país. De acordo com lista da Comissão Pastoral da Terra, 161 pessoas correm o risco de morrer nas mãos de pistoleiros, grileiros e madeireiros a qualquer momento. É o caso de várias lideranças da Fundação Viver, Produzir e Preservar, do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, também da cidade de Altamira (PA). A CTP denuncia que, nos últimos 20 anos, mais de 500 pessoas foram vítimas da violência de madeireiros e latifundiários no estado do Pará.

Fonte: Agência Brasil e CUT/RJ

Opinião

Intolerância aos princípios acadêmicos

Angela Maria Cohen Uller*

Razão requer equilíbrio e imparcialidade. O artigo publicado no jornal da Adufrj, em 10/02, de autoria do professor Jorge Martins, carece justamente daquilo que evoca em seu título: razão

Com relação ao artigo em questão, cabe inicialmente informar ao leitor que o autor é o próprio demandante de algumas das representações por ele citadas e recebidas pela Universidade, o que em nenhum momento ficou claro no texto. O autor omite esta informação, apresentando-se ao leitor como um mero relator de fatos ocorridos no âmbito da Universidade.

O artigo não esclarece a comunidade universitária. Muito pelo contrário, confunde ao apresentar informações distorcidas e relatar fatos omitindo partes que não são convenientes à tese defendida pelo autor. Por isso, é fundamental esclarecer que:

A COPPE jamais deixou de responder aos ofícios encaminhados pelo Ministério Público Federal, seja para prestar informações ou esclarecimentos requeridos em medidas administrativas e judiciais em curso, seja para atender a solicitações de assessoramento técnico. Pautada pela excelência acadêmica e transparência nos procedimentos administrativos e financeiros, a instituição tem suas contas anualmente auditadas por seus Conselhos Superiores, bem como pelos órgãos federais competentes, entre eles a Controladoria Geral da União e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do MEC;

A COPPE nunca impediu alunos de cursarem disciplinas. Assim como ocorre em todas as instituições de ensino no mundo, e a UFRJ não é exceção, a COPPE possui a atribuição de programar o calendário acadêmico e a oferta de disciplinas. Portanto, compete à instituição, não ao discente, determinar quais disciplinas serão ou não ministradas e designar os professores responsáveis por cada uma delas;

Quanto à tentativa de confundir o leitor insinuando que há alguma semelhança entre os problemas vividos pela Faculdade de Direito e a atuação da COPPE no caso em questão, a própria Reitoria da UFRJ já se manifestou, publicamente, afirmando que "não há, por nenhuma hipótese, quaisquer semelhanças – nem de natureza legal, nem acadêmica e nem administrativa – entre o litígio mencionado e a crise vivida pela Faculdade Nacional de Direito da UFRJ".

Os documentos encaminhados pela COPPE ao Reitor da UFRJ mostram claramente que o que está em pauta é o comportamento e a conduta do professor e não suas idéias. As práticas defendidas pelo docente para solucionar divergências no âmbito da Universidade não condizem com a postura que se espera de um educador.

Por isso, a partir do ano 2000, a direção da COPPE instaurou processos administrativos e sindicâncias para apurar irregularidades praticadas pelo referido docente, como tentativa de agressão física, desrespeito à hierarquia, falta de urbanidade, e aplicou as penalidades recomendadas pelas respectivas comissões. Mas, ao contrário do que afirma no artigo, o referido professor nunca foi afastado da instituição e em nenhum momento punido por divergência de idéias. A instituição sempre defendeu a autonomia e soberania de seus integrantes no que tange a liberdade de expressão e de idéias. Os docentes da COPPE são avaliados com base em critérios que regem a academia, jamais por opção ideológica.

A COPPE respeita o devido processo legal e o direito de ampla defesa, dando a todas as partes o direito de se pronunciar em todas as sindicâncias e processos administrativos de sua competência. Mas a instituição jamais renunciará ao direito de exigir tratamento igualitário, bem como cumprimento das regras por seus integrantes. Todos os alunos que se matriculam em disciplinas oferecidas pelos 12 programas são avaliados e recebem notas referentes ao seu desempenho. A COPPE possui cerca de três mil alunos. Apenas 12 desse contingente de discentes não receberam notas referentes a disciplinas que cursaram e, coincidentemente, foram ministradas por este professor, autor do artigo, que desde 2002 se recusa a fornecer as notas dos alunos à coordenação do Programa de Engenharia de Transportes da instituição. A diretoria da COPPE já conseguiu solucionar o problema para oito desses alunos, dos quais cinco já concluíram o curso com a aprovação de suas dissertações de mestrado, e está buscando soluções dentro da legislação existente para os demais discentes. É importante ressaltar que o referido professor é o único entre os 300 docentes da COPPE que impõe condições fora das normas da instituição para cumprir suas obrigações acadêmicas.

No decorrer dos seus 42 anos de existência, a COPPE formou, até 2004, 7.063 mestres e 1.870 doutores em engenharia e desenvolveu mais de 6 mil projetos que resultaram em desenvolvimento para o País e benefícios para a sociedade brasileira. Com essa trajetória, que se fundamenta na excelência acadêmica, a instituição não pode permitir que seus alunos venham a ser prejudicados em decorrência de postura equivocada de um integrante de sua comunidade. Também não pode se omitir de tomar medidas cabíveis e previstas na legislação quando um de seus membros apresenta comportamento incompatível com a postura de um educador. Justiça requer igualdade no que tange aos direitos e também aos deveres de um cidadão.

* Diretora da COPPE / UFRJ

Opinião

A CUT e os rumos do sindicalismo no Brasil

Lúcia Reis*

A Central Única dos Trabalhadores afirma uma opção estratégica de luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, buscando numa perspectiva democrática a construção de uma sociedade socialista, justa, fraterna, igualitária, sem exploração, onde impere a democracia política, econômica e social, desde sua fundação, em agosto de 1983.

Desde sua origem, a Central reafirma sua independência de classe frente ao capital e sua autonomia perante o Estado e os partidos políticos, o que não significa, entretanto, que a CUT estivesse alheia às disputas políticas, inclusive eleitorais.

Sua história está profundamente vinculada com o processo social e político brasileiro e sua própria origem faz parte de um amplo e poderoso movimento social, no final dos anos 1970 e o início dos 1980, que foi decisivo para a redemocratização e a reconfiguração do padrão da luta de classes no país.

A democratização de boa parte dos sindicatos oficiais, a criação de novas entidades sindicais, a generalização das greves e mobilizações permitiram que milhões de trabalhadores se incorporassem à vida política da nação.

A CUT luta para democratizar e transformar a estrutura sindical e as relações de trabalho, questionando a unicidade, o imposto sindical, a interferência estatal na vida sindical (Estatuto padrão, intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos etc.), bem como a forma de contratação e o poder normativo da Justiça do Trabalho.

A CUT, ao lado de outras organizações sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é parte de um processo histórico de constituição, em finais dos anos 1970 com a crise da ditadura militar, e início da década de 1980.

Essas organizações evoluíram de forma diferenciada dos modelos clássicos do movimento operário, como a social - democracia e o stalinismo soviético. Assim, na CUT não se desenvolveu o centralismo burocrático típico de centrais sindicais, ideologicamente, monolíticas, ainda que ela tenha sofrido um processo de burocratização sindical característico do refluxo político nos anos 1990, caracterizado pela resistência ao neoliberalismo.

Ou seja, não se impôs uma concepção e uma prática sindical cutista a partir da visão de uma única corrente política da Central, mesmo que majoritária, havendo, entretanto, um distanciamento das direções em relação às bases.

Hoje, são 3.326 entidades sindicais filiadas à CUT, que representam 22.487.987 trabalhadores na base, dos quais 7.468.855 são sindicalizados. Trabalhadores dos ramos de Comércio e Serviços, Educação, Seguridade Social, Administração Pública, Rural, Setor Financeiro, Metalúrgico, Alimentação, Urbanitário, Vestuário, Extração Mineral, Comunicação e Informação, Construção e Madeira, Químico e Transporte. É a maior central sindical do país e da América Latina e a 5º no mundo.

Houve avanço na organização por ramo de atividade, com a criação de confederações, sindicatos nacionais, na organização por local de trabalho, nos processos de negociação coletiva e na organização das campanhas salariais com a mobilização das bases dos sindicatos cutistas.

O debate interno na CUT é permeado pela discussão sobre qual a estratégia mais adequada para que se altere a correlação de forças na sociedade, abrindo-se caminhos para as grandes mudanças estruturais na perspectiva socialista.

Nas últimas décadas, os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil passaram a vivenciar uma nova realidade do trabalho, cuja instituição e permanência se faz por movimentos presentes nas esferas política, econômica e social.

A CUT, a partir dos interesses da classe trabalhadora, crescentemente, complexificada, segmentada e pulverizada nas unidades de produção do capital, assim como partindo dos conflitos sociais advindos de uma sociedade marcada pelo antagonismo entre capital e trabalho, propõe-se a organizar os trabalhadores para as lutas e a disputar a hegemonia política, ideológica e cultural visando constituir uma nova sociedade.

Neste sentido, as profundas transformações ocorridas tanto no mercado e nas relações de trabalho como no sistema de representação sindical desafiam a CUT para o enfrentamento da atual crise no mundo do trabalho em várias frentes: no âmbito das diferentes esferas do Estado; com o capital – representado pelo empresariado nacional e internacional; com as entidades sindicais identificadas com o projeto neoliberal e a sociedade civil.

Se para os capitalistas interessa destruir os regulamentos de proteção social e minar o poder de representação dos sindicatos, em todos os âmbitos, visando a uma crescente extração de lucro. Contrariamente, para a Central é vital que os trabalhadores não só combatam a implantação do projeto neoliberal, como também, formulem suas diretrizes alternativas, buscando um novo Brasil, a partir de uma agenda de reformas estruturais que há muitos anos vem sendo construída pelos vários movimentos que compõem o campo popular e democrático.

A central propõe reformas que garantam o direito à cidadania plena das maiorias, assentando as bases para uma nova sociedade: a conquista da soberania nacional; a reforma agrária; a democratização do mundo do trabalho; a ampliação da democracia política; o controle social sobre a economia; a universalização do direito à educação, à saúde, à seguridade social, à moradia, ao emprego; o fim da discriminação racial, de gênero e orientação sexual e da exclusão social.

Na busca da mais ampla unidade na defesa do desenvolvimento econômico com a distribuição de riquezas e renda, a CUT não abdica do seu projeto de classe; pois não pode confundir unidade nacional com a falsa conciliação de classes; não deve aceitar pagar o "pacto" da grave crise do capitalismo. Seu esforço é para que o Brasil trilhe outro caminho, que de forma cautelosa, mas decidida, supere o modelo neoliberal.

Temos assistido algumas correntes políticas distorcendo, deliberadamente, as iniciativas e a atuação da Central, divulgando falsas informações com objetivo político-partidário: fundar um novo partido e central. Limitam-se a fazer oposição ao Governo Lula, dizer não a reformas e a tentar enfraquecer a CUT.

Buscam vincular a Central ao governo, mesmo que, notadamente, a CUT se coloque em oposição às políticas com as quais não concorda, como a Reforma da Previdência e a Política Econômica do Governo Lula.

Alguns companheiros parecem ter desistido da luta por antigas bandeiras dos movimentos sindical e social: luta por Reformas na Educação, na Estrutura Sindical, Trabalhista, Agrária, por distribuição de renda, geração de empregos, pelo aumento do Salário Mínimo, dentre outras pelas quais há tanto lutamos.

Limitam-se a dizer NÃO às Reformas, à CUT e ao Governo Lula. Parecem satisfeitos com o que temos. Não buscam vitórias, ainda que parciais. Negam - se a lutar de forma propositiva e a participar dos processos de negociação em curso.

Queremos avançar. Por exemplo, substituir a legislação fascista por outra democrática e moderna, o que sempre foi objetivo da Central. O que não significa que aceitaremos, docemente, o for proposto pelo governo ou pelo Congresso.

Da mesma maneira que interferimos no Fórum Nacional do Trabalho, o faremos também no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, sempre dentro de nossa coerência histórica. E esperamos com a necessária participação e moblização dos cutistas.

Conclamamos os companheiros e companheiras a refletir sobre o abandono da Central, que não abre mão de seus princípios e ideais.

Trocar a CUT por aventuras aparelhistas, para se opor ao governo Lula é um grande risco, cujos reais beneficiários serão as forças conservadoras do País.

E, contradição das contradições, ao criticar os rumos da Central, alguns companheiros querem justamente aquilo que criticam: o atrelamento a partidos, a centralização e a burocratização do movimento sindical.

---

* Diretora da CUT

UFRJ

Colégio de Aplicação enfrenta sérios problemas de infiltração

Professores e alunos terão que conviver com ambiente insalubre neste início de semestre

Com as chuvas que atingiram a cidade na semana anterior ao Carnaval, a diretoria do Colégio de Aplicação está preocupada com a situação das instalações do prédio para o início das aulas neste semestre. O sistema de escoamento de água não suportou o volume de água que caiu no início do mês, o que ocasionou infiltração nas paredes de algumas salas de aula. Goteiras vazaram pelo teto através da rede de eletricidade dos ventiladores e das lâmpadas. A diretoria do CAp registrou em fotos os estragos sofridos pelo prédio. Na última semana, o **Jornal da Adufrj** visitou o Colégio, na Lagoa, e constatou que, com o fim dos vazamentos, o prédio ainda sofre as conseqüências da umidade. Muitas paredes estão cobertas por mofo, painéis produzidos pelos alunos foram danificados, quadros-negros ainda estão molhados e o reboco de tinta do teto de algumas salas de aula está se desfazendo e caindo.

A reportagem do **Jornal da Adufrj** verificou que, mesmo não tendo iniciado o ano letivo, alguns alunos ainda estão prestando exames de recuperação e têm que conviver com os problemas causados pelas infiltrações. Segundo a vice-diretora do CAp, Izabel Goudart, o início das aulas, previsto para os dias 21 (terceiro ano do ensino médio) e 28, pode ser cancelado caso tenham que enfrentar outro período de chuvas. "Por ora, estamos torcendo para que não haja mais chuvas. Se isto acontecer, vamos ter que suspender as aulas. Entre cinco a seis turmas do período da manhã e da tarde vão ficar sem aulas. E mesmo após as chuvas, retomar as atividades vai ser um desafio porque com o mofo, as salas de aula se transformam em ambientes insalubres. Temos alunos e professores que sofrem de alergia, permanecer numa sala de aula nessa condições pode ocasionar crises alérgicas graves.", avaliou a diretora do CAp, Militza Putziger.

A diretoria afirma que já acionou a Prefeitura da Universidade para que o problema de infiltração seja sanado. Foram enviados ofícios solicitando que a equipe da prefeitura especializada em telhados vistorie o prédio do CAp e elabore um plano de ação definitiva. "A Prefeitura da Praia Vermelha já fez alguns reparos no CAp que foram muito bem vindos, fomos atendidos com presteza, mas o prédio é muito antigo, era do estado e foi cedido à UFRJ em 1962 para que o CAp se estabelecesse nele. Esse prédio necessita de uma ação maior, mais abrangente e definitiva. Algo a mais tem que ser feito", avalia Militza.

A professora do CAp e ex-diretora da Adufrj-SSind, Regina Pugliese, afirma que a estrutura do prédio é de fato precária. "Foi feita uma obra para reforçar a estrutura do prédio contra as chuvas, mas houve algum problema com a obra. Ela não foi suficiente, e o reparo sucumbiu à força da chuva.", diz a professora.

Izabel Goudart

Obra de um dos blocos não suporta as chuvas

Regina Pugliese se refere à obra que foi concluída no final do ano passado no bloco menor do CAp. A obra foi incluída no Plano Emergencial de Telhados, o bloco cujo estado era mais crítico foi reformado por esse plano. Mas após as chuvas que geraram infiltrações, o bloco que havia sido reformado recentemente também foi atingido. Um pedaço do reboco da parede de uma das salas ruiu e se desenvolveu no local uma área de escoamento de água.

Segundo a diretoria do CAp, a empresa que executou a obra no bloco atingido pelas chuvas já foi acionada e o problema já está sendo avaliado. Engenheiros do ETU (Escritório Técnico da Universidade) , órgão da UFRJ, também estão analisando a situação do bloco atingido.

Melhorias aguardadas

A diretoria do CAp ressalta que o problema com instalações precárias já é antigo. Mesmo tendo ocorrido alguns reparos esporádicos, uma solução definitiva é aguardada pela comunidade escolar do Colégio. "Nós temos que nos adaptar aos problemas. O ideal para o colégio é que as aulas ocorram num turno apenas, e isso não conseguimos. As classes de quinta série ao terceiro ano do segundo grau têm aulas no turno da manhã. As classes da alfabetização até a quarta série do ensino fundamental têm aulas no turno da tarde. Como não tem um turno sem atividades, não é possível a criação de classes para aulas de reforço.", diz a diretora do CAp.

Uma das melhorias pretendidas pela diretoria do CAp para esse ano é a obra de cobertura do quadra esportiva do colégio. Segundo a diretora, o telhado era de telhas antigas que foram se desgastando. Na falta de substituição, o telhado foi sendo desmontado. Hoje a quadra está descoberta. "Todo início de ano letivo, há uma solenidade na quadra do CAp com a presença de autoridades da UFRJ. Caso haja alguma chuva, a solenidade tem que ser cancelada. E as aulas de educação física durante o período letivo também ficam comprometidas, se chover não tem como ter aulas, se estiver um sol muito forte, a área da quadra fica desconfortável", avalia Militza. Já existe um projeto para a quadra esportiva em andamento. O que falta é a liberação da verba.

Segundo a diretoria da escola, há mais melhorias a serem implementadas que estão na fase de aguardar liberação de verbas. O Laboratório de Física, é uma delas. O CAp já possui os equipamentos, estocados há quase três anos, mas aguardando que sejam feitas obras em uma das salas para haja a segurança necessária para a instalação dos equipamentos. "Esse ano é o Ano Internacional da Física e gostaríamos muito que nosso laboratório fosse instalado. Um laboratório é importante para o processo pedagógico", defende a diretora.

Militza admite que o problema de verbas é comum a muitas unidades da UFRJ e não exclusivo do CAp, mas, segundo a diretora, deve ser feita uma obra na cobertura de todo o prédio da Lagoa. "As nossa verba permitiu uma obra apenas no bloco menor do colégio, na área mais crítica", comenta.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 174 • 28 de fevereiro de 2005

Universidades italianas em greve contra mudanças na carreira docente
Página 2

Reforma e financiamento das Universidades federais por Claudio Antonio Tonegutti
Página 6

Agenda Sindical

13 e 14/3 - V Foro Mundial por la Educacion de Los Pueblos
Cancún Quintana ROO, ***México***
CEA

14/3 - Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF) - na sede do Andes-SN

15/3 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

27 a 30/4 - IV Encontro Hemisférico de luta contra a ALCA
Campanha Jubileu Sul/Brasil contra a ALCA
Havana - Cuba

Kelvin Melo

MESA DE ABERTURA DO 24º CONGRESSO DO ANDES-SN, EM CURITIBA.
DA ESQ. PARA A DIR., LÚCIA REIS (CUT); RAFAEL POPS (UNE); JOÃO LUIZ KOVALESKI (CEFET-PR); CARLOS AUGUSTO MOREIRA (UFPR), MARIA SUELY SOARES (APUFPR-SSIND); MARINA BARBOSA, MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA; ANTÔNIO BOSI; HÉLVIO ALEXANDRE MARIANO (ANDES-SN); MARCOS DORVAL SCHMITZ (SINASEFE)

Congresso deve definir relação do Andes-SN com a CUT

Páginas 4 e 5

Movimento

Após greve de oito meses, reitoria impõe Código 103

Centenas de servidores protestam contra autoritarismo da reitoria

Para os servidores, o chamado Código 103 é o AI-5 da universidade. No último dia 22, o auditório 13 da Uerj foi pequeno para tanta indignação em relação a mais este ataque da reitoria da universidade contra os servidores. A presença em massa de trabalhadores e estudantes garantiu o sucesso da assembléia-ato de terça-feira. Todos protestaram contra a decisão da reitoria da Estadual de instituir o código análogo ao código 61 do Estado (falta por greve), que possibilita o corte de ponto e outros prejuízos funcionais aos servidores. Os presentes ressaltaram a gravidade do precedente, aberto não só para os trabalhadores da universidade mas para todo o conjunto do funcionalismo.

Segundo o assessor jurídico do Sintuperj, Dr. José Eduardo, "O direito de greve está consagrado na Constituição, não dependendo de regulamentação, e, para que haja corte de ponto, a greve teria primeiro que ser julgada e decretada ilegal". As entidades Andes-SN, Fasubra, Aduenf, CA de História UFRJ, CASSO-Uerj, CAFIL-Uerj, DCE da PUC, Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Sepe, Sintuff, Sindsprev, Sintrasef, Sindijustiça, Fórum Fluminense de Lutas, Associação dos Empregados da Light, e representantes dos partidos PSTU e PSOL estiveram presentes na manifestação.

Reunião com governo deveria ocorrer até sexta

O Palácio Guanabara sinalizou com a realização de uma reunião até a última sexta-feira, 28/2, com o Secretário de Governo, Anthony Garotinho, para concluir a negociação sobre as reivindicações da Uerj, incluindo o reajuste e o enquadramento inicial. O encontro já foi várias vezes adiado e, depois do ataque da reitoria contra o movimento, a avaliação dos sindicalistas é que o governo estadual não quer um desfecho positivo para a greve.

O código 103

É um código criado pelo então Governador Leonel Brizola para identificar, perseguir e punir aqueles servidores da administração direta que não estiverem realizando suas atividades normais, por motivo de greve.

Sua implantação para os servidores das universidades significa abrir mão da autonomia universitária. Celso Antônio Bandeira de Melo, reconhecido jurista brasileiro, assim se posiciona sobre o código: *"Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize."* De acordo com o site do Sintuperj, o Tribunal Regional Federal já firmou entendimento nesse sentido: *" SERVIDOR PÚBLICO – GREVE – FALTAS INJUSTIFICADAS – ANULAÇÃO – CABIMENTO. (...) A mora do legislativo não pode impedir o exercício do direito de greve e* ***não autoriza a administração a imputar faltas*** *injustificadas aos servidores grevistas, à míngua de autorização legal ou de deliberação negociada."*

Fonte: Sintuperj

Reforma Universitária

Universidades da Itália protestam com greve dia 2 de março

Câmara da Itália aprova a lei do estatuto jurídico dos docentes

Está na Câmara dos Deputados italiana o contestadíssimo projeto de lei que modifica a situação jurídica dos docentes da Itália e que há meses tem sido alvejado por críticas da comunidade universitária. Após a tramitação do projeto de lei no Parlamento, os protestos foram retomados pelos sindicatos de servidores universitários. Foram convocadas ocupações simbólicas e paralisação das atividades acompanhada de manifestações em Roma.

Esse projeto de lei provocou muitas manifestações contrárias. Colégios, conselheiros acadêmicos, conselhos de faculdades, assembléias dos docentes e dos estudantes rejeitam a medida posta em prática pela Ministra da Instrução, Universidade e Pesquisa, Letizia Moratti. Os descontentes com o projeto de lei são "contra a desvalorização do papel dos pesquisadores, a favor do reconhecimento dessa função pelos professores especializados, a favor da manutenção da diferença entre tempo pleno e tempo definido e a favor de uma reforma dos concursos que preveja a nítida distinção entre recrutamento e avanço de carreira." O projeto de lei, apelidado de Lei Moratti, ao contrário, "destrói a universidade pública, renega a autonomia universitária, despreza a docência e desconhece o papel dos perquisadores," acusa a comunidade acadêmica italiana.

Greve e manifestações

As principais organizações de docentes - *Adu, Andu, Apu, Cisal-università, Cisl-università, Cnru, Cnu, Firu, Flc-Cgil, Snals-università, Sun, Uilpa-Ur* - traduziram este descontetamento num conjunto de iniciativas que culminará com uma greve dos docentes no dia 2 de março. Antes dessa data, estão agendadas algumas manifestações em concomitância com o começo da discussão parlamentar sobre o projeto de lei (a esquerda italiana já preparou uma centena de emendas), um protesto na Câmara no dia seguinte à discussão da nova lei e iniciativas decisivas dos institutos incluindo interrupção das aulas e suspensão dos exames colegiais.

Fonte: *Corriere della Sera, 19/2*

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG discute bolsas para 2005

Representante apresenta dados da distribuição passada

Reunido na última quarta-feira (23/2), o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) discutiu as propostas de editais de bolsas de iniciação artística e cultural e de monitoria para 2005. Os dois editais prevêem o dia 11 de abril como o prazo máximo para o envio dos nomes dos classificados à Divisão de Ensino da Superintendência Geral da Graduação (SG-1). A ordem do dia teve ainda a apresentação da distribuição de bolsas de graduação no ano passado, que foi realizada pela professora Maria Lúcia Patitucci, representante do CCMN. O pró-reitor José Roberto Meyer lembrou que no edital, aprovado na sessão anterior, foi aumentado para 500 o número de bolsas-apoio e para 700 o de bolsas-auxílio.

Durante a apresentação de Patitucci, chamou a atenção dos conselheiros o fato de a Escola de Comunicação ter recebido apenas uma bolsa moradia e nenhuma bolsa auxílio ou bolsa apoio. Já o professor Joaquim Lopes Neto, que também é do CCMN, se disse chocado ao tomar conhecimento de que há apenas um aluno recebendo bolsa apoio no Instituto de Física, pois o curso é conhecido por abrigar uma grande porcentagem de alunos carentes. Enquanto isso, a representante do CCS Ana Maria Borralho considera que deve ser feita uma análise de cada departamento separadamente: "Cada departamento tem uma quantidade de disciplinas diferentes e isso deve ser levado em conta. Não podemos dar bolsas de acordo com as carências, pois esta divisão é uma questão acadêmica". Borralho ressaltou ainda que vários alunos iniciam um determinado projeto e posteriormente migram para outro, mantendo-se com a mesma bolsa. De acordo com ela, esta situação precisa ser revisada.

Maria Lúcia Patitucci informou que o objetivo da apresentação é proporcionar uma análise mais profunda e divulgar a disponibilidade para que os alunos tomem conhecimento das bolsas que lhes são oferecidas. A professora considerou que o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC) deve ser discutido separadamente e fez uma comparação, através de gráficos, da produção do aluno com a sua formação, o que é conhecido como "Efeito PBIC". Patitucci afirmou também que muitas unidades recebem poucas bolsas pelo simples fato de não solicitarem uma quantidade maior.

Ao final da apresentação, José Roberto Meyer pediu para que os conselheiros enviem sugestões – baseadas nos dados apresentados por Maria Lúcia Patitucci – para facilitar a definição da posição do CEG, que em breve se reunirá com o Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG) para uma discussão conjunta sobre o tema. A questão voltará a pauta nesta semana, quando serão votadas mudanças para o edital do ano que vem.

Estudantes reclamam do alojamento

Constante falta de luz e de água, carência no fornecimento das refeições, elevado índice de contaminação dos alimentos oferecidos no café da manhã e da tarde e infestação de pragas como ratos, baratas, lacraias e mosquitos em todos os compartimentos. Segundo Silviane Lima, que cursa o segundo período de Geologia, estes são apenas alguns dos problemas com os quais os estudantes têm que conviver diariamente no alojamento da UFRJ. Silviane integrou um grupo de alunos que compareceu ao CEG, na última sessão do Conselho, para apresentar um recurso coletivo que denuncia a precariedade de todo o prédio. Os estudantes conseguiram incluir a condição do alojamento na pauta da sessão do dia 9 de março, quando deverão comparecer em peso para acompanhar a discussão.

Vida no Campus

Restaurante no CCS pode ser interditado a qualquer momento

Além de não apresentar condições higiênicas necessárias, estabelecimento também não paga os encargos à reitoria

A diretora da Divisão de Apoio Técnico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Drª Maria Helena da Silva Alexandre, confirmou o que alguns alunos haviam dito na semana passada ao **Jornal da Adufrj**, à respeito do odor desagradável e da má conservação do restaurante Prato Pronto, localizado no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRJ. Maria Helena acrescentou que a Anvisa já havia recebido outras reclamações sobre mesmo estabelecimento. Segundo ela, o processo ainda está em andamento, apesar do pedido da reitoria de inspeção urgente: "É complicado porque somos responsáveis por atender todo o Rio de Janeiro", informou a diretora.

O pedido de interdição foi feito pelo pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Regueira Teodósio, que enviou um ofício, com fotos, à Vigilância Sanitária. O pró-reitor tomou a decisão após receber do decano do CCS, João Ferreira, os laudos do Instituto de Nutrição e do Instituto de Microbiologia da UFRJ, que avaliaram o Prato Pronto no início de novembro de 2004. De acordo com João Ferreira, além de não apresentar as condições higiênicas necessárias, o restaurante também não cumpre com as suas obrigações tributárias: "Há oito anos que o Prato Pronto não paga os encargos à reitoria", revelou o decano.

O documento enviado à Anvisa constata que "as três amostras analisadas estavam impróprias para consumo humano por apresentar a contagem de coliformes (...) com a presença de *Escherichia coli*, acima dos padrões legais vigentes". O pró-reitor Joel Teodósio afirmou que a reitoria está aguardando uma resposta oficial da Vigilância para se pronunciar sobre o caso.

Resenha

Recorde nos juros da dívida em 2005

O mesmo juro alto que tem ajudado o Banco Central a domar a inflação vai fazer com que o governo gaste, este ano, um volume recorde em juros e encargos da dívida pública. A taxa Selic de 18,75% ao ano fará com que o pagamento de juros da dívida atinja R$ 154 bilhões em 2005, valor 20% maior que o de 2004. O aumento dos encargos ocorre porque 56% dos títulos públicos são corrigidos pela Selic, quanto mais altos os juros, mais o governo gastará em encargos da dívida. *(O Globo, 20/2)*

Juro alto faz dívida pública em títulos chegar a R$ 1 tri em 2005

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, divulgou o Plano Anual de Financiamento (PAF) que define as principais metas para o comportamento do endividamento público. Considera-se para 2005 um valor máximo de R$ 1 trilhão para a dívida pública mobiliária federal interna (DPMFI). Segundo Levy, esse aumento da dívida tem relação com a recomposição de reservas e com a pressão dos juros altos. *(Valor Econômico, 24/2)*

O estilo de Severino Cavalcanti no comando da Câmara

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE) está imprimindo um novo estilo ao cargo. Severino inovou ao promover um entra-e-sai no seu gabinete. A aglomeração de deputados é tal, que quando quer falar com alguém em particular, ele tem que se fechar com seu interlocutor no banheiro privativo do gabinete. Com a defesa do parlamentar, já está circulando uma lista para aprovação de um aumento salarial dos deputados de R$ 12.840 para R$ 21.500, retroativos a janeiro e para R$ 24.500 a partir de janeiro de 2006. Severino defende, ainda, o aumento das verbas de gabinete de R$ 35 mil para até R$ 50 mil. *(O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo 22/2, Jornal do Brasil 24/2)*

Parlamentar acusado de corrupção ganha poder no Senado

Alvo de denúncias de corrupção e investigado pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Supremo Tribunal Federal, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) foi eleito, por unanimidade, presidente da poderosa Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Luiz Otávio é acusado do desvio cerca de R$12 milhões do BNDES repassados em 1992 à Rodomar, empresa que ele dirigia, para a construção de 13 balsas no Pará. O caso está no STF. *(O Globo, 23/2).*

Andes-SN

Reformas do governo Lula e grupo divisionista do Sindicato também são criticados na abertura do Congresso do Andes-SN

A possível desfiliação do Andes-SN da CUT, o embate com o governo federal e suas reformas e a tentativa de um grupo de professores de dividir o Sindicato Nacional – temas bastante entrelaçados - deram o tom da mesa inicial do 24° Congresso do movimento docente, em andamento esta semana na cidade de Curitiba (PR).

Realizada em um auditório repleto na sede do Centro de Ensino Tecnológico (Cefet) daquele estado, a cerimônia de abertura contou com a presença de diversos representantes do movimento sindical da área da educação e da CUT Nacional, além de um dirigente da União Nacional dos Estudantes e integrantes da administração das instituições federais da capital paranaense.

Presidente da seção sindical que sedia o Congresso (Apufpr-SSind), Maria Suely Soares comentou que o tema central do Congresso ("Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação") reflete bem o momento atual do país. "Vivemos situações de embate com o governo federal que elegemos em nome da esperança e que hoje tenta desmantelar as organizações sindicais, autônomas e democráticas", disse. Maria Suely também ressaltou a difícil missão do Congresso de deliberar sobre a desfiliação da CUT. "Central que ora se alia ao poder instituído e não mais responde aos anseios dos trabalhadores". Denunciou, ainda, a atitude de um grupo de professores que tenta formar um novo sindicato, formado apenas por docentes das instituições federais (Proifes), com apoio governista. "A quem interessa uma divisão no maior sindicato da América Latina e do movimento docente brasileiro?", questionou.

Kelvin Melo

A CUT no 'paredão'

Discurso da CUT

Integrante da Executiva Nacional da CUT, Lúcia Reis declarou que a Central continuava autônoma diante do governo, além de independente, democrática e representativa. Lúcia valorizou o papel do Andes-SN no setor da Educação brasileira, mas cometeu um deslize ao nomear a entidade sindical com o artigo definido "a" à frente, segundo ela, "como alguns preferem (a Andes)". Na verdade, esse é o tratamento preferido do campo de oposição à diretoria atual do Sindicato, que tenta fundar o Proifes. Vale lembrar que o Andes-SN deixou de ser uma associação nacional na década de 80, quando a Constituição permitiu a atividade sindical no serviço público.

A dirigente sindical da CUT, assim como já havia feito em debate promovido pela Adufrj-SSind (veja Jornal n° 173), considerou a crise do sindicalismo mundial fruto das políticas neoliberais nas décadas mais recentes. E, com base nisso, sustentou que o Andes-SN deveria permanecer filiado à Central de modo a fortalecer a luta mais geral dos trabalhadores. Ainda segundo ela, o processo de desfiliação da CUT em análise neste Congresso foi precedido de assembléias esvaziadas. "Bem diferente do longo e democrático processo que antecedeu o Congresso do Andes-SN, em 1989, em São Paulo, que decidiu a filiação à Central", observou.

Sinasefe responde à Central

Representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), Marcos Dorval Schmitz respondeu à intervenção da dirigente cutista. Observou que o último congresso do Sinasefe, no fim do ano passado, optou por manter-se independente dos patrões. E deliberou por desfiliar-se da CUT naquele momento. Dorval contou que muitos disseram que essa decisão teria sido um erro e que o sindicato iria acabar. Foi justamente o contrário: com uma base de 20 mil filiados, o Sinasefe recebeu esta semana a adesão de novos cinco mil trabalhadores do norte do país. "Então, para vocês terem uma idéia, manter a independência não acabou com o Sinasefe. Fez ele aumentar mais sua base", afirmou.

Dirigente da UNE também é contra desfiliação

Rafael, da União Nacional dos Estudantes (UNE), conclamou os docentes para a unidade na luta, principalmente através do fortalecimento do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e da defesa do Plano Nacional de Educação proposto pela sociedade civil. Porém, ao se referir à proposta de desfiliação da CUT, Rafael considerou que os docentes não deveriam se precipitar. "Uma divisão da classe trabalhadora poderia significar uma vitória daqueles que nós sempre combatemos", afirmou. Acrescentando ser do campo minoritário do movimento estudantil, Rafael lembrou que isso não o levou a propor o rompimento com a UNE.

Reitor comenta reforma universitária

Reitor da Universidade Federal do Paraná, Carlos Augusto Moreira saudou os congressistas também em nome da Andifes, mas disse que estava ali por acreditar na importância do Congresso para a categoria docente. "Se não fosse pelo sindicato, talvez nem houvesse mais um sistema público, gratuito e de qualidade". Falou também da reforma universitária, que classificou como extremamente complexa, em seus mais de cem artigos. "Foi dado muito pouco tempo para discutir. Temos apenas até o dia 28 de março para levar uma proposta da Andifes", disse.

Uma resposta latino-americana

Nestor Correa, representante argentino da entidade que organiza os professores universitários daquele país (Conadu-Histórico) prestou solidariedade ao Andes-SN na luta contra a reforma da educação e congratulou o esforço do Sindicato pela manutenção de sua independência. Contra o que chamou de barbarização da educação, Nestor reivindicou uma "resposta latino-americana" à altura. Sugeriu a realização de um congresso latino com as entidades de defesa da educação e o lançamento de publicações conjuntas sobre o tema, em várias línguas.

Delegação da Adufrj-SSind

A Adufrj-SSind está representada no Congresso do Andes-SN pelos professores José Miguel Bendrao Saldanha, Walcyr de Oliveira Barros, Janete Luzia Leite, Cristina Miranda, Fernando Celso Villar Marinho, Vera Salim, Carlos Strauss, Salatiel Menezes, Elen Castelo Branco e Leila Rodrigues (como delegados).

As principais deliberações do evento sindical serão publicados na próxima edição.

Polêmica no credenciamento do Congresso

Uma polêmica interpretação do artigo 72 do estatuto do Andes-SN, que regulamenta o repasse devido por cada filiado da base ao Sindicato Nacional, mobilizou a Plenária de Instalação do 24° Congresso do movimento docente, no dia do fechamento desta edição (em 25/2). De acordo com este artigo 72, devem ser repassados à entidade nacional dois décimos por cento (0,2%) do "salário ou vencimento básico" de cada sindicalizado. Só que, por uma estranha coincidência, representantes de cinco seções sindicais (das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Goiás e Minas Gerais) – todas do campo de oposição à gestão atual da entidade nacional - questionaram quase ao mesmo tempo que o conceito de "salário ou vencimento básico" não estava claro e, diante de novos cálculos, reduziram o montante normalmente dirigido ao Andes-SN, nos últimos meses.

Segundo informou o 1° Tesoureiro do Sindicato Nacional, Antônio Bosi, a diferença não recebida configurou a inadimplência das seções sindicais. E o débito, de acordo com o regimento do Congresso, impede a participação de delegados de seções sindicais nesta situação. As representações desses locais recorreram ao plenário, mas, após ampla discussão, tiveram sua solicitação de participar daquele fórum negada pela grande maioria da platéia. Conseguiram credenciar seus delegados na secretaria do evento apenas as entidades de Minas Gerais e da Paraíba, amparadas por liminares.

Dentro da tradição democrática do Sindicato, a diretoria ainda encaminhou que os professores das seções inadimplentes poderiam participar como observadores do evento, se assim o desejassem. Ou seja: teriam direito a voz, mas não ao voto. A proposta foi acatada pelos representantes devidamente credenciados na plenária de instalação. Vários professores ainda apelaram ao bom senso dos colegas para que regularizassem a situação de suas respectivas entidades antes do término do credenciamento, o que não havia ocorrido até o fechamento desta reportagem.

Apresentação das teses de conjuntura

Devido à confusão causada na plenária de instalação, as discussões se alongaram em demasia. O resultado é que a plenária seguinte, voltada para a análise das teses de conjuntura, teve de ser encurtada pela organização do evento – não houve tempo para o debate final. O Jornal da Adufrj publicará mais detalhes sobre estas e outras plenárias do 24° Congresso do Andes-SN em sua próxima edição.

Kelvin Melo

MARIA SUELY SOARES, MARINA BARBOSA, MÁRCIO DE OLIVEIRA E ANTÔNIO BOSI

Presidente do Andes-SN destaca eixos de resistência

Última a se pronunciar na cerimônia de abertura do Congresso, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, destacou os eixos de resistência que o Sindicato deve trilhar no ano de 2005. Ela citou que as atenções de muitos estão voltadas para o fórum máximo de deliberação da categoria docente, em Curitiba. Tanto os aliados, quanto os inimigos da classe. "O que vai ocorrer aqui não diz respeito apenas aos docentes. Terá repercussão também na vida dos movimentos sociais de todo o país", ressaltou.

Em uma breve análise do ano passado, Marina comentou que foi largamente ampliado o espaço de atuação do grande capital no Brasil. Como exemplo do que dizia, listou a aprovação da Lei de Falências, da Lei de Inovação Tecnológica, a tramitação do projeto que cria as Parcerias Público-Privadas, entre outros pontos. Para fazer frente ao avanço do capitalismo, a presidente lembrou a importância dos planos de luta da categoria (geral e de cada setor: particulares, estaduais e federais).

Reformas universitária e sindical

Marina destacou que o movimento docente não pode descuidar, em especial, da reforma universitária proposta pelo governo. "Não podemos apoiar o projeto do governo, sob pena de abandonar o nosso projeto para a universidade brasileira. Apresentamos neste Congresso uma proposta de agenda, que não é projeto de lei ou lei de regulamentação da autonomia, mas um conjunto de medidas que viabiliza o caráter público da universidade", disse.

Sobre a reforma sindical, a professora considera que o governo pretende destruir o sindicalismo combativo e autônomo. Isso representaria, segundo ela, a abertura do caminho para a reforma trabalhista, com a retirada dos direitos conquistados ao longo dos anos. "Este é o lugar e a hora para ajustar nossa política para mais essa trincheira de resistência. É neste ajuste que se insere a proposta de desfiliação do Andes da Central Única dos Trabalhadores. Avançaremos ao lado de todos aqueles que querem lutar contra as reformas do governo, que destroem direitos e ajustam o país aos ditames da economia internacional", ressaltou. "No nosso sindicato, há lugar para polêmica, para o debate das diferenças, mas não há lugar para o governo e seus prepostos, porque esse sindicato é autônomo, democrático, e seguirá cumprindo seu papel na luta em defesa dos interesses docentes, da educação pública e de um país justo e socialista", completou.

Fim da impunidade no campo

Marina não deixou passar em branco os recentes assassinatos no Pará e exigiu do governo Lula medidas para acabar com a impunidade da violência no campo, como a imediata reforma agrária. "Saindo, assim, da vergonhosa marca de apenas 16 mil assentamentos em seu governo e centenas de dirigentes criminalizados ou assassinados", afirmou.

Opinião

Reforma e financiamento das Universidades federais

Claudio Antonio Tonegutti*

A discussão do financiamento das Ifes, como encaminhada pelo MEC, está colocando o carro na frente dos bois

A proposta de Reforma do Ensino Superior apresentada pelo MEC, em 6/12/04, trouxe à discussão várias concepções, algumas bastante antagônicas, de modelos de Universidade e de estrutura para o Ensino Superior, de uma forma mais geral, como temos visto em inúmeros artigos publicados recentemente na imprensa, e neste mesmo jornal.

Entretanto, todas as análises que falam sobre o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) partem do pressuposto de que aquela proposta apresentada pelo MEC possibilita sensível aumento de recursos para as IFES, caso seja adotada. Nessas análises, alguns defendem que esse aumento de recursos é ponto positivo e outros que não, dependendo da concepção de Universidade dos respectivos autores. Mas, em que medida essa proposta realmente representaria um significativo aumento de recursos para as Ifes? A proposta do MEC apresenta em seu art. 41 que: 'A União aplicará, anualmente, nas instituições federais de educação superior, nunca menos de setenta e cinco por cento da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

'Parágrafo único. Fica deduzida da base de cálculo a que se refere o caput a complementação da União aos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos do art. 60, incisos IV e V, das disposições transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. __.'

Vejamos o que significa isto hoje, tomando por base o projeto da Lei Orçamentária de 2005 aprovado pelo Congresso Nacional (PL 54/2004 CN), vol. I, pg. 223, quadro 10ª, encaminhado à sanção presidencial, onde temos os seguintes montantes no tocante à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (garantia de aplicação mínima pela União de 18% da arrecadação de impostos, conforme o artigo 212 da Constituição Federal (CF)):

A) Receita de Impostos (Total) - R$ 144.213.878.276

B) Exclusões

B1) Desvinculação Orçamentária (DRU, 20%) - R$ 28.842.775.655

B2) Transferências constitucionais para Estados, Distrito Federal e Municípios - R$ 59.133.808.127

Total das exclusões (B=B1+B2) - R$ 87.976.583.782

B) Base de cálculo dos 18% (A-B) - R$ 56.237.294.494

C) Os 18%, conforme art. 212 CF (18% de C) - R$ 10.122.713.009

D) Dedução de que trata o parágrafo único, supondo-se a situação atual que é de 30% para erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (art. 60 dos atos e disposições transitórias da CF) - R$ 3.036.813.903

E) O que sobra dos 18%, art. 212 CF (D-E) - R$ 7.085.899.106

F) Os 75% propostos no projeto (75% de F) - R$ 5.314.424.330

De pronto, nos chama a atenção que a proposta, aplicada ao orçamento 2005, é insuficiente pelos próprios parâmetros governamentais, visto que o mesmo MEC pretende gastar em 2005, R$ 8.787.005.311 no Ensino Superior.

O art. 42 da proposta parece dar uma garantia de que as Ifes não receberão montante inferior ao recebido no ano anterior, mas isto é bastante frágil visto que o art. 41 só garante o mínimo de 75%.

Este artigo ainda dispõe que estão fora do montante referente aos 75% os recursos recebidos por cada Ifes das agências de fomento, como Capes e CNPq, e os recursos próprios gerados por serviços e outras atividades (que hoje fazem parte do Orçamento da União).

Já o art. 43 da proposta pretende trazer recursos distintos daqueles vinculados ao art. 212 da CF ao dispor que 'As despesas com inativos e pensionistas das instituições federais de educação superior, sem prejuízo de seus direitos específicos, correrão à conta do Tesouro Nacional, mediante alocação de recursos de fontes que não as referidas no art. 41.'. As despesas com inativos e pensionistas podem ser estimadas como da ordem de R$ 3 bilhões (Amaral, N.C. 'Financiamento da Educação Superior', 2003, pg.171).

Acrescentando este montante aos 5,3 bilhões decorrentes dos 75% colocados na proposta e acrescentando os cerca de 500 milhões da arrecadação própria das Ifes (Notícias, ACS-MEC, 20.01.2005) vamos chegar aos cerca de R$ 8,8 bilhões do orçamento atual. Como é amplamente conhecido, o orçamento atual das Ifes é insuficiente para a sua manutenção e muito menos para a recuperação do sucateamento sofrido ao longo dos últimos anos e a necessária expansão das vagas públicas.

Qual a perspectiva para a mudança deste cenário? Conforme mencionado no art. 41 da proposta, está colocada em discussão pelo MEC uma proposta de emenda constitucional que trata da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em substituição ao atual Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef) que pretende, dentre outros pontos, alterar o art. 212 para que a DRU não incida sobre os 18% nele previstos. Sem a incidência da DRU, o montante referente aos 18% vai a R$ 15,3 bilhões, e os 75% subiriam para R$ 11,5 bilhões (caso também não houvesse a subvinculação de 30% - art. 60 ADTC).

No caso de permanecer a subvinculação de 30%, os 75% seriam cerca de R$ 8 bilhões. Aqui teríamos a possibilidade de recursos novos para as Ifes, cerca de R$ 6 bilhões no primeiro caso e metade disso no segundo caso.

Mas a questão do financiamento tem sido o ponto crítico das discussões sobre o Fundeb, havendo uma pressão muito grande para a ampliação da participação do governo federal, em relação ao atual Fundef, que se daria através dos recursos provenientes dos 18% previsto no art. 212 da CF.

Por outro lado, a sua implantação depende de um projeto de emenda constitucional, cuja tramitação no Congresso Nacional sempre está sujeita a toda a sorte de negociações políticas, onde é difícil vislumbrar o formato final.

Outros aspectos devem ser levados em conta. O inciso VII do art. 3º da proposta prevê que até o ano 2011 as matrículas nas instituições públicas deveriam ser de pelo menos 40% do total de matrículas no ensino superior. Pela estrutura de financiamento da educação pública brasileira, somente o governo federal poderia contribuir significativamente para o financiamento desta meta e, então, o mesmo estaria centrado na expansão da Ifes.

Esta é uma das metas já previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 10.172/2001. Sobre a questão, estudo do INEP (Helene, O. e outros, R. Bras. Est. Pedag., Brasília, v. 82, n.200/201/202) estima que montante de financiamento necessário para isso seria de R$ 27 bilhões, dos quais cerca de R$ 20 bilhões estariam a cargo do governo federal, excluindo os gastos com inativos e pensionistas.

Existe, também, a questão da reposição de vagas de professores e servidores técnico administrativos nas Ifes.

O Grupo de Trabalho Interministerial da Reforma Universitária estimou, em 2003, que somente para a transformação do quadro de docentes substitutos para efetivos necessitaria de recursos adicionais de cerca de R$ 700 milhões, não levando em conta as vagas não ocupadas por substitutos nem as dos técnicos administrativos. Como podemos observar, a questão do financiamento das Ifes na proposta apresentada pelo MEC tem desdobramentos suficientemente complexos, que não permitem dar suporte à afirmativa de que ela representa um ganho de recursos para as Ifes.

Assim, gostaríamos de chamar a atenção da sociedade, e da comunidade universitária em particular, que a discussão do financiamento das Ifes, como encaminhada pelo MEC, está colocando o carro na frente dos bois.

Antes, deve-se discutir e definir como é que vai ficar o art. 212 da CF com a implantação do Fundeb. À vista do que realmente representará os 18% previstos nesse artigo, ai sim, teremos condições de discutir o financiamento das Ifes com base nele.

* Depto. de Química da Universidade Federal do Paraná. Artigo enviado pelo autor:

Opinião

Nas masmorras da Coppe não vale o que está escrito

Jorge Antônio Martins*

Na edição de 10/02 do Jornal da ADUFRJ, a Reitora em exercício, Profa. Sílvia Vargas, afirma reconhecer a existência de um litígio entre a COPPE e eu. Desde já quero ressaltar que não há conflito com a COPPE, como equivocadamente foi publicado, mas com os seus dirigentes, eleitos até com votos de prestadores de serviços de uma pessoa jurídica de direito privado - a Fundação COPPETEC.

Entretanto, apesar de considerar a Profa. Sílvia Vargas, não posso concordar, baseado na literatura sobre assédio moral, com sua afirmação. Afinal, conflito ou litígio pressupõe uma "*escala simétrica, ou uma igualdade teórica entre os protagonistas*"; já assédio moral, abuso da condição de hierarquia e ocorre sempre entre um superior e um servidor. Para a pesquisadora Marie-France Hirigoyen: "*Os conflitos que demoram a terminar se fortalecem e se estendem de modo velado. Neste caso, há um risco de passarem para procedimentos de assédio moral*". E é esse o caso que ocorre na COPPE, até porque a autoridade não foi exercida em tempo. Há que se atender urgentemente a recomendação do MPF de "*providenciar a definitiva apuração de quaisquer irregularidades praticadas em desfavor do noticiante*" (Ofício 254/04 do MPF ao Reitor). Farto material para caracterizar a campanha persecutória já existe nos cinco processos administrativos e nos quatro Mandados de Segurança. Só está faltando determinação da reitoria.

Ao contrário do que afirmam a vice-diretora e a diretora da COPPE em suas missivas difamatórias a mim, venho esclarecer que:

Não reconheço autoridade moral e isenção dos dirigentes da COPPE para estabelecer crítica ou punição a mim e denuncio desde abril de 2001 sua suspeição para isso, pois têm interesse em causar-me danos e prejuízos desde quando passei a formular publicamente minhas críticas às suas práticas em debate promovido na eleição para direção da COPPE, em 2001, pela chapa de oposição, encabeçada pelo prof. Geraldo Lippel, que denunciou haver na COPPE "*uma prática de vícios*";

Percebo que a perseguição a mim aumentou consideravelmente desde quando minhas denúncias passaram a repercutir ou foram aceitas fora da COPPE, principalmente com os seguintes fatos ou questionamentos que precisam de respostas:

1. A 18ª Vara Federal considerou abusivo o afastamento imposto a mim em 2000 por Segen Farid Stefen e, por isso, remeteu o caso ao MPF, que acionou a Polícia Federal para investigar *"a possível prática de ato de ofício contra expressa disposição legal visando a satisfação de interesse pessoal" e... "o posterior descumprimento de ordem judicial da 18ª Vara Federal";*

2. O Prof. Luiz Afonso Henriques Mariz, Sub-reitor de Pessoal, anulou faltas irregulares e abusivas lançadas a mim por mais de 30 dias por ordem do ex-diretor Luiz Pinguelli Rosa;

3. O Procurador-Geral da UFRJ estabeleceu nexo entre o afastamento ilegal de 2000 e a minha remoção para o Programa de Engenharia Civil, assinada também pelo mesmo ex-diretor em 2002. Afirma o Procurador:

"Mostra-se incompreensível que as mesmas razões pudessem amparar atos tão díspares quanto o afastamento provisório e a remoção"

"O desiderato do deslocamento do interessado de um órgão para outro foi punitivo".

"Qualquer pessoa com modestos conhecimentos de Direito Administrativo sabe estar-se diante de exemplo clássico de desvio de finalidade"...

"Ante o exposto, opina a Procuradoria por que seja o ato da remoção... anulado pelo Magnífico Reitor".

4. Foi aberto na Reitoria da UFRJ em dezembro de 2003 por mim e pela Profa. Milena Bodmer um processo administrativo (23079.041994/03-22) que pede a apuração de responsabilidades pelos danos materiais e morais causados à UFRJ no contrato com o BNDES intermediado pela Fundação COPPETEC e também por indícios de não ter sido recolhido o INSS, já que não demonstrado pela Fundação, mesmo após insistente solicitação (ressalte-se que a Fundação COPPETEC recolhia 20% sobre quaisquer honorários a título de pagamento de INSS). Até hoje não houve resposta da reitoria, apesar da Advocacia Geral da União ter-se oferecido para emitir parecer jurídico, desde que solicitado pelo reitor, o que ainda não foi aceito.

5. Às fls. 335 a 345 e 359 a 362 do processo 2001.002.019096-8 que corre na 3ª Vara Cível da Comarca de Niterói, manifestam-se o CNPq, a Fundação COPPETEC e a Receita Federal sobre o fato da companheira do ex-diretor Luiz Pinguelli Rosa ter acumulado bolsa de recém doutor com honorários da Fundação COPPETEC, quando a atual diretora da COPPE era diretora da Fundação COPPETEC e a atual vice-diretora, a coordenadora do PET. A manifestação do procurador do CNPq é claríssima: é terminantemente proibido acumular bolsa de recém-doutor com qualquer outra fonte de rendimento (o que poderia vir a demonstrar que a tese defendida por Geraldo Lippel em 2001 estava correta).

Quanto à acusação que me fez de ter tentado agredir fisicamente colegas de trabalho, essa foi a primeira falsa imputação feita a mim por essa gente na tentativa de desviar o foco da denúncia que fazia à época: o então coordenador do PET, Licínio da Silva Portugal, lançou conceito para aluno que não apresentara produção e impedia-me fazer vistas a processo para alteração do conceito indevidamente lançado (até hoje o processo não veio para minha assinatura). No Inquérito Disciplinar Administrativo 23079.022715/00-5 comprovou-se a falsidade da imputação feita a mim no depoimento do próprio suposto agredido (fls 29 dos autos) e a consultoria jurídica da Universidade observou que:

• o abaixo-assinado das pessoas ligadas à direção da COPPE, inclusive a própria Marilita Braga, e/ou remuneradas pela Fundação COPPETEC, que foi usado para legitimar a denúncia, fora assinado por pessoas que não presenciaram o evento (fls. 88);

• a acusação contra mim não "*teve qualquer comprovação*" (fls. 88);

• o ocorrido "*caracteriza falta de respeito funcional de ambos*" (fls. 89), já que o que ficou constatado foi uma discussão entre o coordenador do PET e eu;

• alertou o Diretor sobre a necessidade de também processar o coordenador e apurar as denúncias formuladas por mim contra ele no processo (fls.89).

Apesar de tudo, o Diretor alegou não identificar motivos para processar e afastar o então coordenador do PET (fls. 113), caracterizando-se sua parcialidade, falta de equilíbrio e suspeição para atuar no caso. Até hoje o recurso à arbitrária decisão não foi analisado pela reitoria e há um mês venho tentando fazer vistas ao documento protocolizado em 30/11/01 no gabinete do reitor e não consigo. Portanto não é verdade que o direito de resposta é garantido nos processos da COPPE, sequer fazer vistas ao documento é possível.

Finalmente, com relação à acusação difamatória de não ter comportamento compatível com a de um educador, a diretora fizera tal denúncia à reitoria com o pedido de punição por ter publicado o artigo "Assédio moral na COPPE" em 2003 no Jornal da Adufrj. A reitoria abriu sindicância, presidida pela Profa. Lúcia Previato, que concluiu pelo arquivamento. Mesmo assim, a diretora e a vice-diretora da COPPE insistem em publicar na imprensa o que a própria Universidade já considerou não haver fundamento, apenas com a finalidade de atingir minha imagem e reputação, o que serve para mostrar a verdadeira motivação pessoal de ambas.

*Professor da Coppe

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Adufrj-SSind

Assembléia indica desfiliação da CUT

Decisão definitiva cabe ao Congresso do Andes-SN, no Paraná

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind do dia 22/2 indicou ao Congresso do Andes-SN, reunido em Curitiba (PR) até esta terça-feira (1º de março) a desfiliação do Sindicato Nacional em relação à Central Única dos Trabalhadores. A decisão foi tomada com nove votos favoráveis, apenas um contrário e uma abstenção.

A relação do movimento sindical docente com a CUT, considerado o assunto mais polêmico do evento sindical que ocorre no Paraná, já vem sendo discutido pelos professores universitários desde o 47º Conad do Andes-SN - instância deliberativa intermediária do movimento -, em outubro de 2003. Durante o 49º Conad, já em novembro do ano passado, é que surgiu o indicativo de desfiliação da Central sobre o qual as assembléias de base deveriam se posicionar. A definição, conforme proposto naquela ocasião, será feita no atual Congresso - instância máxima de decisão da categoria.

Os professores presentes na AG da Adufrj-SSind de 22/1 aprovaram, ainda, o texto de resolução apresentado pela diretoria nacional do Andes-SN para que o movimento docente se empenhe na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula. Neste sentido, segundo a proposição da diretoria nacional - também aprovada pela AG da Adufrj-SSind - deverá ser intensificada a participação em fóruns como a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), aliados aos demais movimentos sociais, contra as reformas sindical, trabalhista e universitária.

Preocupados com os rumos do Sindicato diante de uma possível desfiliação da CUT, os docentes na Assembléia concordaram com o trecho de um outro texto de resolução que remetia para as seções sindicais o debate sobre os desdobramentos desta saída da Central. O objetivo seria avaliar "as formas de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais e a participação do Sindicato na construção de novos instrumentos de luta".

Foram rejeitadas todas as teses que defendiam, de alguma forma, a permanência do Andes-SN na CUT. Outras propostas, que também reivindicavam a desfiliação em relação à Central, foram consideradas superadas em função das decisões iniciais da Assembléia.

JAYME RAMOS, DA CUT/RJ, DEFENDE PERMANÊNCIA DE DOCENTES NA CENTRAL

Reforma sindical

Sobre o projeto de reforma sindical entregue ao novo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP), na semana que passou, a Assembléia aprovou a luta pela rejeição do anteprojeto e também aprofundar a discussão da unicidade e pluralidade sindical.

Vale dizer que a Assembléia refletiu o consenso formado em reunião preparatória para o Congresso, no dia 14/2. O texto relativo à questão sindical de forma mais estrita que não passou por este fórum foi a contribuição de um professor da SSind da Universidade Federal da Bahia (APUB) com o pedido de revisão do posicionamento do Andes-SN sobre a unicidade sindical. A direção da Adufrj-SSind recomendou rejeitar este ponto. Segundo o diretor José Miguel, o Andes-SN deveria se manter favorável à unidade sindical e contrário à unicidade sindical, o que foi acatado pela AG.

O debate

Com história recente no movimento sindical, o diretor Salatiel Menezes encaminhou pela desfiliação do Andes-SN em relação à Central. Ele reconheceu os méritos na formação deste instrumento de luta dos trabalhadores. No entanto, ainda segundo Salatiel, a Central abandonou essa tradição de lutas. "Não é fácil sair da CUT, mas também não é fácil ficar na CUT", disse. O dirigente sindical lembrou como exemplo da dificuldade de diálogo com a Central o período de resistência à reforma previdenciária, em 2003. "Ninguém me contou. Eu vivenciei isso em Brasília", completou Salatiel, que viajou a Brasília em diversas oportunidades naquele ano para as Marchas e demais atividades sindicais contra a reforma.

O professor José Miguel também disse que não é nenhum prazer sair da CUT. Porém, para ele, os problemas da permanência são motivos mais que suficientes. Segundo José Miguel, o comportamento da direção majoritária da Central nos últimos anos foi decisivo. Criticou severamente a defesa que a CUT fez (e ainda faz) dos fundos de pensão, em detrimento de um sistema previdenciário verdadeiramente público. Comentou, ainda, que a atual estrutura da Central não permite uma participação efetiva das correntes minoritárias. Ressaltou também que o Congresso da entidade, dominado pela cúpula dirigente, se reúne com a proporção nada democrática de menos de um delegado por sindicato da base cutista.

Luis Paulo, do Instituto de Matemática, foi o único docente a defender a permanência na CUT. Segundo ele, "não por nenhum apego especial" à Central, mas por entender que essa ruptura enfraquece a luta do conjunto dos trabalhadores. Mesmo com as dificuldades hoje existentes na CUT, Luis Paulo entende que as posições deveriam ser disputadas na base do voto, no interior da Central.

Cristina Miranda, do Colégio de Aplicação, criticou a estreita ligação da CUT com o atual governo federal. Segundo ela, as reformas encaminhadas por Lula vão contra o interesse dos trabalhadores e a Central não oferece nenhuma resistência. Pelo contrário: "A CUT está defendendo o governo", disse. O detalhe, segundo ela, é que as reformas hoje impostas são de caráter estrutural. Ou seja: modificarão a história do país para muitos anos. "É uma derrota muito grande", comentou. Cristina foi outra que atacou a burocratização cutista. "Fica impossível ao Andes-SN disputar qualquer proposta nos congressos nacionais da Central. É surreal", disse.

Presidente da CUT-RJ comparece à assembléia

O presidente da CUT-RJ, Jayme Ramos, novamente compareceu à AG da Adufrj-SSind, por conta do ponto de pauta da desfiliação do Andes-SN em relação à Central, e foi convidado a se manifestar. Segundo Jayme, há uma crise no sindicalismo mundial. E a CUT não é uma exceção. Para ele, o governo Lula, pelas forças que o compõem, algumas delas consideradas por ele próximas aos trabalhadores, traz um novo elemento para esse contexto de crise. "É um desafio que ainda está confuso para todos nós, pois é uma experiência inédita", disse. Devido à conjuntura, o dirigente defendeu que esse debate sobre o sindicalismo brasileiro (no caso dos professores, com a possibilidade de desfiliação da CUT) fosse mais amadurecido. Sugeriu, ainda, um plebiscito junto à base do Andes-SN para que fosse colhida uma opinião mais ampla sobre o tema. Vale registrar que acompanhou Jayme à AG a secretária de Urbanização da CUT-RJ, Mônica Custódio.

Depois de Jayme e antes da votação dos textos de resolução, a presidente da Adufrj-Ssind, Sara Granemann, voltou a criticar a Central. Segundo ela, além da frágil postura diante da reforma da Previdência dos servidores, outros exemplos mostram que a permanência na CUT não pode ser considerada mais como uma boa opção. Sara lembrou a implantação do fator previdenciário, ainda no governo Fernando Henrique, que aumentou a carga do tempo de serviço dos trabalhadores da iniciativa privada para requisição dos benefícios. Citou ainda a aceitação da Central em se tornar avalista de empréstimos aos trabalhadores, em vez de lutar por condições salariais dignas. Lembrou o Congresso da CUT do início dos anos 90, que reduziu de forma vergonhosa a representação da base do conjunto dos sindicatos nas instâncias decisórias. A propaganda que Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ex-presidente da Central e hoje deputado federal do PT, fez em favor de uma universidade privada paulista, em detrimento da defesa das instituições públicas, também é um fato inaceitável para a presidente da seção sindical, entre outros pontos.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 175 • 7 de março de 2005

Conselho de Representantes

10/03 quinta-feira **14h30 às 17h**

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Pauta:
1) Encaminhamentos do 24º Congresso do Andes-SN
- Agenda para a Educação Superior
- Carreira Docente
- Plano de lutas do Setor das IFES

2) Campanha salarial 2005
- Pauta de reivindicações
- Reunião do Setor das IFES de 14/03
- Plenária dos SPF de 15/03

Agenda Sindical

13 e 14/3 - V Foro Mundial por la Educación de Los Pueblos
Cancún Quintana ROO, ***México***

14/3 - Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF) - na sede do Andes-SN

15/3 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

15/3 - Lançamento da Campanha Salarial dos SPF
Brasília (DF)

27 a 30/4 - IV Encontro Hemisférico de luta contra a ALCA
Campanha Jubileu Sul/Brasil contra a ALCA
Havana - Cuba

24º Congresso aprova agenda para Educação Superior Pública
Página 4

Secretário do MEC defende, na UFRJ, reforma universitária
Página 8

Kelvin Melo

A PARTIR DE AGORA, A INSCRIÇÃO "FILIADO À CUT" DESAPARECE DAS BANDEIRAS DO ANDES-SN

24º Congresso aprova desfiliação da CUT

Página 5

Internacional

Universidades italianas fazem greve contra reforma no ensino

Adesão ao movimento ficou entre 60% e 80%

Professores, pesquisadores e estudantes manifestaram sua indignação, no dia 2/3, contra a reforma universitária italiana proposta pela ministra da Instrução, Universidade e Pesquisa, Letizia Moratti. A comunidade acadêmica promoveu passeatas nas ruas de Roma simulando cortejos fúnebres que lamentavam a morte prematura da universidade. A passeata ia em direção à sede do Ministério da Economia levando cartazes com inscrições como "Prejuízo grave à saúde da pesquisa estatal". Em Milão, pesquisadores vestidos com roupas de laboratório e com os rostos cobertos por máscaras fizeram passeata na Universidade do Estado formando uma verdadeira cadeia humana. Na Universidade de Turim, houve paralisação das aulas. Segundo a Federação Profissionais do Conhecimento (Federazione Lavoratori della Conoscenza) a adesão à greve das universidades é calculada num valor em torno de 60% a 80%.

Os pesquisadores temporários pedem o abandono do projeto de lei da Reforma Universitária, apelidado Lei Moratti. Segundo eles, a nova lei regulariza o trabalho de temporários e "temporários na Itália já são muitos". O pesquisador temporário de Jurisprudência da Faculdade La Sapienza, em Roma, com três anos de doutorado e duas bolsas de estudo, Giuseppe Alleva, afirma que o problema é a falta de recursos para a renovação dos contratos. Pesquisadores com rendimentos em torno de 1.100 euros mensais vêem sua profissão condenada à morte. Em um concurso para contratação de 10 doutores em pesquisa, só cinco candidatos se apresentaram. "Há a necessidade de se fazer a reforma de modo que os melhores cérebros sejam atraídos para as universidades. Essa reforma vai na direção oposta a essa" avaliam os reitores das universidades italianas.

Os professores titulares também estão descontentes com a Reforma Universitária, apesar de a categoria deles ser a única que a nova lei não vai atingir. Eles apoiam as manifestações dos pesquisadores. "Os parâmetros da Lei Moratti destroem a universidade menosprezando a figura do pesquisador e atingindo a pesquisa como um todo" avalia um professor universitário titular. "Gostaria de continuar a ser um pesquisador e não me ver numa universidade na qual, após ter sido aprovado num concurso de titular e, exagerando um pouco, ter ganho até um prêmio Nobel, eu não possa assumir o cargo", avalia um titular de mecânica da Universidade La Sapienza.

A coordenação dos sincatos está programando mais manifestações nacionais que culminarão com uma outra paralisação geral no próximo dia 15.

Efetivação dos professores temporários

A indignação da comunidade acadêmica italiana com o governo não se limita às propostas da Reforma Universitária. No final de fevereiro, a comunidade se sentiu frustrada com as declarações da ministra da Instrução, Universidade e Pesquisa, Letizia Moratti. A ministra anunciou que nos próximos cinco anos o governo iria acabar de vez com as contratações temporárias no setor da educação.

Os sindicatos reivindicam a efetivação dos temporários a partir de setembro de 2005 com um plano trienal. Eles lembram que uma lei de junho de 2004 previa que, a partir de setembro de 2005 seria iniciada a efetivação do quantitativo de temporários nas escolas em todos os postos disponíveis, o que significaria a garantia da continuidade das aulas e melhorias no funcionamento das escolas.

Todavia, as federações sindicais afirmam que o governo não tem destinado nada para respeitar a previsão de que as contratações seriam postas em prática. A ministra da Universidade afirma ter recebido do governo a orientação para, junto com os ministros da Economia e do Funcionalismo Público, aprofundar as medidas que vão neutralizar as contratações temporárias em cinco anos.

Reforma do Ensino da França aprovada no Parlamento

Deputados aprovam, com 346 votos a favor e 178 contra, o projeto de lei de orientação da escola contestado pela oposição e pelos sindicatos de professores e alunos. O Senado vai examinar o projeto a partir do dia 15 de março. O governo tem pedido urgência na aprovação da nova lei. Uma comissão mista parlamentar foi instaurada para elaborar um texto comum às duas assembléias que deverão ratificá-lo. Depois disso a nova lei será adotada definitivamente pelo Parlamento francês.

O ministro da Educação afirma que abandonar a nova lei significa renunciar a definir as prioridades do setor de educação e renunciar às ajudas para os alunos em dificuldade. 'A educação tem estado muito tempo paralisada, precisa de movimento', declara o ministro da Educação.

Deputados que votaram contra a nova lei declararam que 'o projeto é muito vazio de conteúdo, de ambição e que não responde às angústias que existem hoje e que são expressas pelos jovens estudantes. Essa reforma não trata das causas dos problemas do ensino'.

Tradução : Wagner Maiolino
Fontes : La Republica e Le Monde

Resenha

Lula diz "não" à PEC paralela

Apesar das preocupações de Lula com a Previdência Social, não consta nos planos do governo qualquer medida de mudança constitucional que altere benefícios ou idade mínima de aposentadoria. Além disso também não está nos planos a aprovação da "PEC paralela", que traz um alívio das condições de aposentadoria de funcionários públicos administrativos antes de 1998, permitindo que o servidor se aposente com um ano a menos da idade mínima para cada um ano a mais de contribuição. (Valor Econômico, 3/3).

Reajuste de 0,1% revolta servidores

Lula deixou os funcionários públicos indignados ao enviar ao Congresso uma proposta de reajuste de 0,1% este ano. Os servidores civis realizarão mobilização dia 15, no Ministério do Planejamento, quando pretendem reivindicar 144% de reajuste. Os servidores vão reivindicar também planos de cargos e salários pois mais de 70% do total de 1,5 milhão de servidores tiveram apenas 1% de aumento nos últimos 10 anos. Os sindicatos de servidores federais estão buscando apoio para convencer o presidente da Câmara a devolver o projeto ao Palácio do Planalto. *(Jornal do Brasil 2/3 e O Dia 3/3).*

Cartas

A Diretoria da COPPE, escolhida através de processo democrático definido pelas normas da UFRJ, repudia o teor do artigo veiculado na página 7 do Jornal da ADUFRJ de 28 de janeiro de 2005. Em respeito à comunidade universitária, e em consonância com as deliberações do Conselho de Coordenação da COPPE, esta diretoria só voltará a se manifestar sobre este caso nas devidas instâncias institucionais e legais.

Angela Uller
Diretora da COPPE / UFRJ

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN

Plano de Lutas do Setor das IFES

Atualização do Plano de Lutas do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES aprovado no 24º Congresso

I - O 24º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que em relação a Pauta Unificada de Reivindicações dos SPF:

1. intensifique a ação política no interior da CNESF para o fortalecimento da unidade das entidades que a compõem, reafirmando-a como espaço privilegiado para o enfrentamento com o governo federal na negociação das reivindicações dos SPF;

2. lute por uma política de recomposição salarial que elimine as perdas sofridas durante os oito anos do governo de FHC e dos dois anos do governo Lula e por reposição salarial emergencial, referente as perdas acumuladas no governo Lula a ser definida em plenária dos SPF;

3. exija do governo o cumprimento do dispositivo constitucional que prevê que assegura a revisão anual dos vencimentos básicos dos servidores públicos. A revisão deve compensar no mínimo as perdas referentes a inflação do ano anterior, de acordo com índices do DIEESE;

4. assuma a pauta da campanha salarial de 2005 conforme definida pela Plenária dos SPF de 26/01/05 e defenda na Plenária de 15/03/05 o reajuste emergencial conforme o índice acumulado de 2003 e 2004 (ICV-DIEESE: 18%);

5. exija que o governo Lula cumpra o compromisso firmado pelos seus ministros com os SPF, na MNNP, de que, durante este governo, não haveria perdas salariais para servidores;

6. convoque as seções sindicais para envidar todos os esforços para continuar a luta dos SPF pela manutenção do funcionamento dos fóruns estaduais (e implementação destes onde não existam), aglutinando as três esferas do funcionalismo público, no sentido de aprofundar o debate, entre as categorias de servidores, sobre as reformas trabalhistas, sindical e universitária e de construir ações conjuntas nos estados tanto em relação às reformas, quanto à campanha salarial de 2005 (no caso dos SPF);

7. intensifique a luta com as entidades da CNESF contra a Adin nº 2628 (referente ao art. 243 do RJU e que traz um posicionamento contrário à passagem automática dos SPF que eram regidos pela CLT para o RJU). Esta luta deve ocorrer nacionalmente, desenvolvendo ações que sensibilizem os Ministros do STF, os servidores e a sociedade sobre os prejuízos para os serviços públicos advindos dessa medida;

8. lute pela institucionalização do dia 1º de Maio como data–base de reajuste dos SPF;

9. lute pelo restabelecimento dos anuênios e defenda a inclusão deste item na pauta dos SPF;

10. defina e articule na plenária do dia 15/03 com os demais SPF a implementação de Mesa Nacional de Negociação entre Governo e SPF com prazo definido, a partir do lançamento da Campanha salarial de 2005 no dia 15/03/2005.

Kelvin Melo

DELEGADOS VOTAM EM UMA DAS PLENÁRIAS DO 24º CONGRESSO

Carreira Docente das IFES

Aprofundar em 2005 a ação do Andes-SN em defesa da carreira dos docentes das IFE.

O 24º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

1. recupere na CNESF sua proposta de DPC e lute por uma negociação unificada com o governo na MNNP em torno deste tema;

2. construa, com o SINASEFE, proposta de carreira nacional única dos professores das IFE, tendo por base os projetos das duas entidades, buscando encontrar convergência de definição em relação ao papel das IFE, à responsabilidade do Estado, à natureza do processo educativo em sua função social e, a partir daí, a definição conjunta das diretrizes e da própria carreira considerando os da ativa e aposentados. A intervenção do Andes-Sn nesse processo será balizada na luta pela construção da carreira única para os docentes das IES e nos princípios da isonomia e da paridade entre ativos e aposentados.

3. Essa construção acima deverá ser acompanhada pelas seções sindicais, pelo setor das IFES e pelo conjunto do sindicato, ficando delegadas ao próximo CONAD, ou CONAD extraordinário, em caso de necessidade, deliberações sobre a proposta de carreira a ser construída.

Classe especial e classe de professor associado

1. reivindique sua participação no GT que trata da classe especial e busque atuar em consenso com o SINASEFE;

2. defenda a valorização do título de doutor na carreira de 1º e 2º graus com a criação da nova classe, e que esta não se dê em substituição à de titular, mas simplesmente como acréscimo de nova classe. A ascensão à classe especial poderá se dar com o doutoramento ou por avaliação de desempenho, similarmente à classe de professor adjunto;

3. Reivindique do MEC a negociação da classe do Professor Associado, nos termos do projeto de carreira única docente do Andes-Sn, independentemente da tramitação do anteprojeto de reforma da educação superior. Na negociação com o governo deve ser rejeitada a proposta de limitação de acesso a essa classe em função de percentuais máximos de professores. A negociação com o governo sobre a implantação de qualquer alteração na carreira atual deverá ser acompanhada pelas seções sindicais, pelo setor das IFES e pelo conjunto do Sindicato, ficando delegada ao próximo CONAD ou CONAD extraordinário deliberações sobre a proposta de carreira a ser negociada.

II - Em relação a Pauta de Reivindicações Específicas aos Docentes das IFES:

1. continue, em todas as suas ações referentes a Lei nº 11.087/2005 (antiga MP 208) se pautando na defesa da extinção das gratificações (GED, GEAD, GAE), com sua incorporação, paridade entre docentes ativos e aposentados e isonomia entre os docentes das carreiras de magistério de 1º e 2º e magistério superior em seus valores mais altos;

2. continue participando do GT proposto pelo MEC, reiterando os princípios do item 5 e cobrando desse Ministério o imediato restabelecimento da Mesa Setorial de Negociação Permanente, articulada com a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Este processo deverá ser acompanhado pelo setor das IFES, com ampla discussão e deliberação das Assembléias Gerais.

3. exija a imediata realização dos concursos públicos recentemente aprovados e anunciados pelo MEC e continue lutando pela realização de concursos públicos para a recomposição e ampliação de todas as vagas nas Carreiras de Magistério de 1º e 2º graus e superior das IFES exigindo do governo a construção e cumprimento de calendário para reposição de todas as vagas;

4. exija do governo a revogação das proibições às universidades de realizar concursos para preencher todas as vagas de docentes e técnicos administrativos existentes ou que venham a existir por aposentadorias e outras formas de vacâncias;

5. lute contra todas as formas de precarização do trabalho docente nas IES públicas, tais como: aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos, programas de excelência para aproveitamento de aposentados, programas de aproveitamento de jovens doutores e estudantes de pós-graduação como alternativa à contratação de professores, aproveitamento de técnico-administrativos na docência, prestação de serviços via convênios que descaracterizam a carreira docente, redução no número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado;

6. denuncie o caráter irresponsável e freqüentemente eleitoreiro da política de expansão que vem sendo promovida pelos reitores das IFES, vale dizer, sem dotação de recursos financeiros e humanos compatíveis com um ensino público de qualidade socialmente referenciado;

7. continue lutando pela manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES;

8. Lute pelo aumento das dotações orçamentárias assegurando a plena transparência no ingresso e na aplicação dos recursos e pela efetiva autonomia das IFES;

9. lute contra as fundações de apoio e os cursos pagos que violam os princípios da universalidade e da gratuidade do ensino público. As seções sindicais devem oficiar aos respectivos reitores a sua inconstitucionalidade, assim como devem apresentar denúncias ao ministério público e, quando for o caso, ingressar com ação popular, bem como os procedimentos de repasse de dinheiro público destas instituições para as fundações que, por seu turno, as utilizam para compras e outras despesas sem a realização de licitação.

Andes-SN

Congresso aprova agenda para Educação Superior Pública

Extinção temporária das fundações e progressiva estatização do setor privado são alguns pontos

Durante a realização da Plenária do Tema I (Plano Geral de Lutas) do 24º Congresso do Andes-SN, os delegados aprovaram a elaboração de uma agenda para a Educação Superior Pública como um dos principais eixos de atuação do Sindicato Nacional.

Referenciada na Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira, no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira e nos encaminhamentos construídos no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a Agenda não foge da defesa da educação superior pública, gratuita e socialmente referenciada. Na introdução do texto, é explicado que o Sindicato reivindica uma profunda reforma universitária. No entanto, diante da emergência de responder ao debate atual, em especial ao anteprojeto do MEC, a Agenda do Andes-SN vai trabalhar "com premissas muito distintas das praticadas pelo governo federal".

Logo no início, também fica claro que as diretrizes da Agenda não têm o objetivo de se constituir em uma lei orgânica ou uma lei que regulamente a autonomia. O Sindicato compreende que as normatizações não podem colaborar para eliminar as fronteiras entre as esferas do público e do privado, "o que resultaria em benefício deste último".

Características fundamentais

O caráter universal e não-dogmático da universidade; o dever do Estado na manutenção e desenvolvimento das instituições públicas com plena gratuidade e a autonomia universitária como norma de eficácia completa, conforme expresso na Constituição Federal de 1988 são características fundamentais da Agenda para a Educação Superior do Andes-SN. Além delas, há ainda a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão; o autogoverno compartilhado das instituições e a produção e a socialização do conhecimento, fundadas nas exigências epistemológicas e de método, sempre "a serviço da sociedade historicamente determinada".

A produção do conhecimento não pode estar dirigida pelo mercado e tampouco pela razão instrumental que orienta a lógica produtivista defendida pelos adeptos da "excelência" acadêmica. Por esse motivo, a Lei de Inovação Tecnológica aprovada pelo governo Lula é explicitamente rejeitada no texto da Agenda.

Kelvin Melo

PAULO RIZZO E MILENA MARTINEZ NA PLENÁRIA DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS

Ações afirmativas e universalização

O Sindicato admite, na Agenda, a implantação de políticas afirmativas, tratadas como direitos, capazes de assegurar aos segmentos mais explorados melhores condições de acesso à educação superior. Essas políticas devem atender a critérios econômicos e de "pertencimento étnico". Mas o Andes-SN entende que o acesso universal somente será conquistado com a oferta de ensino médio de qualidade socialmente referenciada, principalmente em territórios de menor renda. Apoio federal para garantir maior jornada escolar, ensino noturno regular e infra-estrutura compatível com a elevada função social das escolas devem ser alguns pontos dessa política. Universidades públicas e Cefets devem desenvolver programas de suporte pedagógico sistemático para essas escolas e garantir acesso diferenciado aos alunos provenientes daquelas unidades escolares.

Expansão e financiamento

A Agenda defende a derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE) vigente no país - que, sempre vale lembrar, é diferente daquele PNE aprovado nos congressos nacionais de educação da sociedade brasileira - sobre a aplicação do equivalente a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em recursos financeiros para a educação pública. Segundo o texto, isso permitiria ampliar os recursos para as instituições federais de ensino superior para 1,1% do PIB em 2005/2006 e, gradativamente, 1,4% do PIB em 2011. Com esse montante final, poderia ser conseguida a expansão das vagas para, no mínimo, 1,5 milhão em 2011, sendo grande parte no período noturno. Em contraposição ao projeto do MEC, a Agenda do Andes-SN reivindica que os aposentados devem ser mantidos na folha de pagamento do ministério e terão paridade com ativos.

O Sindicato defenderá como fontes de recursos para o cumprimento das metas da Agenda, além da derrubada de vetos ao PNE, a arrecadação de receitas no montante destinado à educação (no mínimo, 18% das receitas), bem como as verbas da extinção da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Também os aportes públicos hoje encaminhados ao Prouni serão redirecionados para esta finalidade.

Ações imediatas

Para reverter o quadro de mercantilização presente no ensino superior, a Agenda traz algumas sugestões de medidas imediatas. Uma delas cobra a extinção das fundações de apoio privadas até 2006, quando uma comissão nacional deverá estabelecer os critérios para a assinatura de acordos, contratos e convênios "de modo ágil e compatível com a natureza das instituições". Os integrantes da comissão devem ser eleitos pelos colegiados superiores das instituições públicas e acompanhados pelas entidades acadêmicas, sindicais e estudantis. Valorização da carreira dos docentes e dos técnico-administrativos, expansão ampla da pós-graduação (atendendo às diversidades regionais), apoio à qualificação dos professores, gestão democrática da universidade, restabelecimento da autonomia das procuradorias universitárias e progressiva estatização das instituições privadas de ensino são algumas outras ações propostas na Agenda. Em relação ao setor privado, existem algumas disposições transitórias que podem ser seguidas: "O Andes-SN propõe a sustação de todos os mecanismos de canalização das verbas públicas para o setor privado, o congelamento, com vistas à redução das mensalidades, o respeito à liberdade de organização e atuação sindicais, a implantação da carreira docente no curso da qual se garanta a elevação progressiva dos salário e a adoção do contrato por regime de trabalho em detrimento da contratação por hora/aula.

Universidade pública e sociedade

A Agenda expressa que superação da condição de país capitalista dependente - fonte da heteronomia cultural e da exclusão estrutural crescente - requer o combate às políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Nesse sentido, entre alguns itens, são condenados os termos das negociações da Organização Mundial do Comércio/Área de Livre Comércio das Américas, com o objetivo de abrir o mercado educacional dos países mais pobres. Também devem ser revistas, segundo o documento, as leis da propriedade intelectual e dos cultivares que afastam o país das áreas estratégicas para a sua independência nacional e subordinam sua biodiversidade às corporações.

Assim que o texto final da Agenda for disponibilizado pelo Andes-SN, estaremos divulgando seu conteúdo na página eletrônica www.adufrj.org.br.

Andes-SN

Eliminada!

Congresso aprova desfiliação da CUT

Fotos: Kelvin Melo

A CUT não conseguiu voltar ilesa do "paredão" do 24º Congresso do Andes-SN, em Curitiba (PR). Com 192 votos a favor, 85 contrários e 12 abstenções, os representantes das seções sindicais de todo o país aprovaram a desfiliação do Sindicato Nacional em relação à Central. Predominou ao longo do debate que antecedeu a decisão congressual o entendimento de que a CUT abandonou as bandeiras de luta dos trabalhadores e de que não é mais possível transformá-la por dentro, como apelaram alguns docentes.

O 1º vice-presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, ressaltou a importância desta decisão para o Sindicato. Lembrou que, qualquer que fosse a deliberação tomada, deveria ser preservada a unidade do Andes-SN. "Se decidir pela desfiliação, será um passo que não vamos dar com alegria, mas foi um passo que se impôs pela necessidade. A Central está cumprindo, junto do governo, a pior tarefa já imposta pela burguesia, que é desorganizar os trabalhadores pelas reformas sindical e trabalhista", disse.

Já o professor Eudes Baima (da delegação da seção sindical da Universidade Estadual do Ceará) comentou que o momento é de uma "ofensiva geral" contra o conjunto das organizações dos trabalhadores. Segundo ele, nesse momento, não se deve confundir a direção da Central com a sua base, formada por 22 milhões de trabalhadores. Eudes fez uma curiosa comparação: "Alguém já disse num debate em que estive que não se pode matar a vaca para extinguir o carrapato e hoje só temos uma vaca neste país. Essa vaca é a CUT", declarou. O professor defendeu que o Andes-SN permanecesse na CUT para poder lutar contra as reformas "ombro a ombro" com os demais sindicatos filiados.

Marcelo Badaró (da Aduff-SSind) discordou que houvesse possibilidade de mudar os rumos da CUT em suas instâncias internas. Segundo ele, a direção majoritária impõe propostas que não atendem à base, "inclusive se traindo nas posições históricas de defesa autônoma dos interesses dos trabalhadores". Badaró listou o apoio da CUT à reforma da Previdência, a participação ativa na formulação da proposta de reforma sindical (já no Congresso Nacional) e os documentos assinados por seus dirigentes em defesa da reforma universitária como exemplos de que a Central não é mais representativa. "A CUT nos deixou há muito tempo", completou.

"Quem tem CUT tem medo"

Integrante da diretoria do Andes-SN, que propôs o texto sobre a desfiliação, Antônio Bosi lembrou sua experiência das recentes greves nas instituições estaduais paranaenses. Segundo ele, ao buscar apoio da CUT para o movimento, nada foi conseguido. Bosi afirmou que a experiência negativa se repetiu no enfrentamento contra a reforma da Previdência, em 2003 e defendeu que a desfiliação reforçaria a autonomia, independência e classismo do Andes-SN. "Quem tem CUT tem medo", encerrou.

Dentro da disputa de frases, João Zanetic (Adusp-SSind) citou uma para conclamar os colegas a ficar na Central: "Quem não CUT não repercute". Segundo ele, são evidentes os sinais de que o governo não atende às expectativas anteriores à eleição e que a direção majoritária da CUT também não pode ser motivo de satisfação. No entanto, no ponto de vista dele, a CUT ainda é a grande central do país: "Não queremos que essa estrutura seja destruída", declarou, acrescentando que os professores deveriam continuar a luta por uma sociedade socialista dentro da CUT.

Agostinho Begheli (Apes-SSind) argumentou que a desfiliação da CUT é tudo o que a direção majoritária daquela Central mais deseja. "Eles não querem o Andes lá. Nós somos uma pedra no sapato. Nós podemos puxar uma luta contra essa direção", observou. Ainda segundo Agostinho, o movimento docente nem precisa fazer muito, pois a direção da CUT "está cavando sua própria cova" ao apoiar as reformas do governo.

Opinião que não foi compartilhada por José Vitório Zago (Adunicamp). "Na História, como na vida, há momentos de união e há momentos de rompimento, que são dolorosos", disse. Zago acrescentou que esteve no Congresso de fundação da CUT, bem como nos encontros nacionais de trabalhadores que antecederam aquele momento. Para ele, ao longo dos anos, a Central foi mudando paulatinamente seus posicionamentos históricos de defesa dos interesses dos trabalhadores. E questionou: "A nossa luta contra as reformas e por melhores condições vai ser melhor dentro da Central com a direção negociando com o governo e nos apunhalando pelas costas ou fora da Central? A CUT está morta para a luta dos trabalhadores", encerrou.

Ex-presidente do Andes-SN (gestão 2002-2004), Luiz Carlos Lucas reiterou que a CUT já foi um importante instrumento para a luta dos trabalhadores. Mas hoje, pelo contrário, de acordo com ele, é um instrumento de combate aos próprios direitos dos trabalhadores. "A CUT nos traiu na reforma da previdência. A CUT está traindo os trabalhadores da educação na reforma universitária. A CUT está traindo o conjunto dos trabalhadores na reforma sindical", comentou.

Bandeira refeita na hora

Pouco depois da votação que decidiu a desfiliação da Central, enquanto a maioria da platéia comemorava de pé o resultado, o professor Dileno Dustan, da Seção Sindical da Universidade Federal de Viçosa, teve a iniciativa de cobrir a inscrição "Filiado à CUT" presente na bandeira do Andes-SN, bem à frente da mesa que dirigia os trabalhos da plenária. Segundo ele, que utilizou um tubo de pasta de dente para a tarefa, a idéia surgiu na conversa com alguns colegas, durante a fase de debates.

Andes-SN vai intensificar participação na Conlutas

Diante da decisão de desfiliação da CUT, a maioria dos delegados também aprovou que o Andes-SN deve se empenhar na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula. Com este objetivo, deverá ser intensificada, em conjunto com suas seções sindicais, a participação do Sindicato Nacional em fóruns como o da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), aliados aos movimentos sociais, no combate às contra-reformas sindical, trabalhista e universitária. Acabou remetida para as seções sindicais a discussão dos desdobramentos da desfiliação da CUT e das formas de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Foi assumido o calendário proposto pela Conlutas contra as reformas (veja a baixo).

a) Realização de Jornada de Lutas com o eixo "Em defesa dos direitos dos trabalhadores, da Liberdade e autonomia sindical, contra a reforma sindical/trabalhista/universitária do governo Lula/FMI";

b) Realizar plenárias nas regiões, estados, chamadas amplamente, abertas a todos que são contra a reforma sindical, até 15 de março;

c) No dia 15 de março realizar panfletagem em todas as capitais e grandes cidades, marcando o lançamento da Jornada de Lutas "Em defesa dos direitos dos trabalhadores, da Liberdade e autonomia sindical, contra a reforma sindical/trabalhista do governo Lula/FMI";

d) Reforçar em Brasília o lançamento da campanha salarial dos servidores federais que será feito pela CNESF;

e) Entre 15 de março e final de abril realizar panfletagens e seminários visando contrapor à propaganda do governo e continuar criando as condições para a mobilização;

f) Realizar o 1º de maio em torno do eixo "contra as reformas que retiram direitos";

g) De 2 a 6 de maio realizar manifestações, paralisações, fechamento de estradas, aulas públicas, entre outros;

h) No dia 4 de maio realizar Ato político dentro do Congresso Nacional, contra as reformas.

Andes-SN

Oposição tenta obstruir Congresso

Representantes usam liminares para garantir voto

Em vez de seguir as normas tradicionais de funcionamento do Sindicato, desrespeitá-las. No lugar de contribuir com propostas, obstruir. Na hora de comparecer, ausentar-se. Essa foi a forma de atuação que o grupo que se opõe à atual direção nacional do Andes-SN preferiu utilizar durante o 24º Congresso do Andes-SN.

E, entre estes procedimentos da oposição, o que mais chamou a atenção foi o uso de liminares para garantir o credenciamento de delegados ao evento. Conforme divulgado no último Jornal da Adufrj (edição nº 174), uma polêmica interpretação do estatuto do Andes-SN provocou uma crise na inscrição de determinados representantes da categoria ao 24º Congresso. De acordo com o artigo 72 do texto estatutário, devem ser repassados à entidade nacional dois décimos por cento (0,2%) do "salário ou vencimento básico" de cada sindicalizado.

Ocorre que, entre mais de cem seções sindicais, os representantes de apenas cinco delas (das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Goiás e Minas Gerais) questionaram quase ao mesmo tempo que o conceito de "salário ou vencimento básico" não estava claro e, diante de novos cálculos, reduziram o montante normalmente dirigido ao Andes-SN, nos últimos meses. A diretoria da entidade da Paraíba foi mais longe e chegou a cobrar um reembolso de cerca de R$ 520 mil.

Até o fechamento da edição passada (em 25/2), apenas as seções sindicais das universidades federais de Minas Gerais (Apubh-SSind) e da Paraíba (Adufpb-JP) haviam conseguido inscrever seus representantes como delegados ao evento, amparadas por liminares. No decorrer do congresso, as seções sindicais de São Carlos e Goiás também obtiveram crachás de delegados para seus representantes, também por meio de liminares. Apenas a representação sindical da instituição federal de Mato Grosso do Sul, que só havia enviado observadores, ficou sem direito a voto.

Resposta da Assessoria Jurídica do Andes-SN

A Assessoria Jurídica do Sindicato ofereceu uma nota técnica em resposta a cada questionamento das seções sindicais. O documento, em resumo, faz um histórico da política financeira de arrecadação discutida e aprovada nas diversas instâncias do movimento docente. Foi lembrado que o Congresso anterior (23º), realizado em Salvador (BA), no ano passado, buscou estabelecer como data limite o período do Congresso de Curitiba para que todos se alinhassem à política de arrecadação para o Sindicato Nacional no percentual de 0,2%. Foi recuperada, ainda, a decisão do XXV Conselho Nacional do Andes-SN, em Piracicaba (SP), em 1992, estabelecendo que a base de cálculo da contribuição de 0,2% inclui toda e qualquer remuneração ou ganho permanente e não pessoal. Ou seja: não entram no cálculo gratificação por tempo de serviço, salário família, funções comissionadas e funções gratificadas.

Kelvin Melo

OPOSIÇÃO FORMA FILA EM MAIS UMA MANOBRA PROTELATÓRIA

A Assessoria esclarece também que, se prevalecessem as contas efetuadas pela seção sindical da Paraíba, a entidade local deveria devolver aos seus sindicalizados o montante de quase R$ 1,1 milhão. Isso porque, em tese, a SSind estaria se apropriando do quádruplo da suposta dívida atribuída ao Sindicato Nacional: "Esses números decorrem do fato de que toda a arrecadação de mensalidade é de 1% (um por cento), cabendo ao Sindicato Nacional apenas um quinto, e à Seção Sindical os outros quatro quintos".

Os advogados do Andes-SN observam, portanto, que a interpretação das seções sindicais é equivocada. "Ressalte-se, por fim, que a utilização do termo 'salário ou vencimento básico' tem sido devidamente traduzido e interpretado durante os longos anos de debates que circundaram a implantação da atual política de arrecadação do Andes-SN e suas Seções Sindicais em Congressos e Conads (...), não havendo razões para que o preciosismo da redação permita às normas fugirem ao seu escopo".

Alteração estatutária

Para evitar novas "intepretações" do estatuto do Sindicato, a diretoria propôs e o Congresso aprovou algumas alterações do artigo 72. Recomendou-se às seções sindicais a padronização da mensalidade dos associados no patamar de 1% da totalidade dos vencimentos ou remuneração de cada sindicalizado. Cada entidade local arrecadará as mensalidades a favor do Andes-SN em percentual equivalente a 0,2% da totalidade dos vencimentos ou remuneração. Ficou estabelecido que o próximo Congresso da categoria, no ano que vem, em Cuiabá (MT), será o prazo final para implantação dessa política de contribuição. No caso de seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao recomendado, a parcela repassada ao Andes-SN não poderá ser inferior a um quinto do total das contribuições que a entidade arrecadar dos sindicalizados a cada mês.

Obstrução e ausência

O longo debate sobre a inscrição dos delegados já na plenária de instalação do Congresso, antes das liminares, foi suficiente para impedir a realização de debates na plenária seguinte, de apresentação das teses de conjuntura, no dia 25/2. Mas a oposição não se deu por satisfeita: ao longo de todo o evento, vários representantes usaram e abusaram do expediente de solicitar questões de esclarecimento ou de ordem, o que impedia o bom andamento dos trabalhos. Além disso, em algumas votações, muitos optavam pela abstenção e, seguindo norma regimental, solicitavam fazer declarações de voto de um minuto cada. Às vezes, até repetindo o conteúdo do que os primeiros da fila então formada já haviam falado. O descompromisso com as tarefas do Congresso teve seu momento máximo quando um representante da chapa perdedora do último pleito para a diretoria do Andes-SN convocou os colegas para uma reunião no mesmo horário de uma das plenárias do evento, no dia 1º de março.

Tristeza em Curitiba

A nota triste do evento sindical no Paraná ficou por conta do falecimento de um dos representantes da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Adur-RJ). O professor Mauro Flávio Meza Montalvo, de 70 anos, não resistiu a um ataque cardíaco e morreu no quarto do hotel, no dia 26/2.

Docente do Departamento de Engenharia da UFRRJ, Mauro Flávio tinha se aposentado recentemente da universidade, de forma compulsória, por causa da idade. Segundo amigos, para não se afastar completamente do meio universitário, ele decidiu participar de forma mais ativa do Sindicato da categoria. No Paraná, Mauro fazia sua primeira viagem a um evento do Andes-SN.

Minuto de silêncio

Antes da primeira plenária deliberativa do Congresso, os delegados e observadores fizeram um minuto de silêncio em respeito ao colega. Professores da delegação da Adur-RJ também tiveram a oportunidade de se manifestar para homenagear Mauro.

Colegiados

CEG não vota aprovação de curso a distância

Para conselheiros, institucionalizar curso tecnológico necessita de discussão mais ampla

O processo que dispõe sobre a criação do Curso de Tecnologia em Informática em consórcio com o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj) foi o principal assunto tratado pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na última quarta-feira (2/3). O colegiado recebeu a visita do professor Edmundo Albuquerque de Souza e Silva, do Instituto de Matemática, que fez uma apresentação da proposta de um curso superior de tecnologia e sistemas de computação, já aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) e que seria desenvolvido em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF). Edmundo Silva, coordenador do projeto, afirmou que o Conselho Universitário da UFF já deferiu o processo e estaria na dependência apenas da aprovação da UFRJ para sua iniciação.

Durante a apresentação, Edmundo Silva demonstrou aos conselheiros a forma como seriam ministradas as aulas a distância e indicou vantagens como a interatividade do aluno com o computador, experiência que vem sendo realizada desde 2002 pelo Cederj, e o fato de o curso ser todo baseado em vídeos. O professor Miguel Jonathan, representante do CCMN, ressaltou, no entanto, que os cursos a distância recebem um enorme investimento, enquanto os professores dos cursos presenciais enfrentam algumas dificuldades quando querem realizar qualquer tipo de atividade diferente. Jonathan acredita que não é possível fazer uma comparação entre os dois tipos de curso, presencial e a distância, mas parabenizou o coordenador pelo projeto.

Entretanto, de acordo com a presidente da Câmara de Currículo do CEG, Ana Canen, outros aspectos deveriam ser tratados antes da discussão do curso tecnológico: "Apesar da posição da Câmara ser favorável, existem outras questões políticas que precedem esta questão", afirmou Canen, enfatizando que o curso tecnológico não confere diploma de graduação. Já a representante dos técnico-administrativos Ana Maria de Almeida Ribeiro foi mais além e pediu que o assunto fosse retirado da pauta. Segundo ela, a primeira discussão seria institucionalizar os cursos tecnológicos, se pensar na forma de organização dos mesmos e só depois o projeto poderia ser pautado pelo Colegiado.

O conselheiro Joaquim Lopes Neto, do CCMN, questionou outro fato importante: "A tecnologia foi desenvolvida pela UFRJ, a universidade fechou uma parceria com a UFF, o Conselho Universitário da UFF aprovou o projeto, a proposta foi votada pelo MEC e só após todos estes processos concluídos a questão veio para o CEG".

Com oito votos favoráveis e quatro contrários, foi aprovada a sugestão da conselheira Ana Maria Ribeiro e a questão foi retirada da pauta, decisão que desagradou o professor Edmundo Silva. Entretanto, o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, afirmou que o Conselho voltará a discutir a questão: "Em breve estaremos pautando o curso a distância".

Caco apóia greve dos funcionários

Antes da apresentação do Curso de Tecnologia em Informática, o CEG abriu espaço para a diretora executiva do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), Luana Chaves Botelho, ler um documento relatando a "grave situação enfrentada por toda a comunidade acadêmica da Faculdade Nacional de Direito (FND)". De acordo com o documento, o Caco apoia a decisão dos funcionários da Faculdade de Direito, que decidiram entrar em greve enquanto o atual diretor da unidade, Armênio Cruz, não for demitido. Botelho acrescentou que vários alunos se recusam a dar seus diplomas ou termos de estágio para o atual diretor assinar e estão sendo prejudicados profissionalmente por isso. Os conselheiros lembraram que já consultaram o setor jurídico da UFRJ e que nenhuma outra pessoa, que não seja o diretor da unidade, pode assinar os diplomas dos alunos.

Colegiado discute edital das bolsas LIG

A sessão da última quarta-feira teve que ser prorrogada para se discutir a proposta de edital da bolsa de monitoria para o laboratório de informática, que disponibilizará 100 bolsas em 2005. Entre as sugestões, a professora Maria José Coelho, representante do CCS, pediu a ampliação do prazo da divulgação – que está previsto para o dia 16 de março. Luiz Felipe Coelho, do CCMN, defendeu um edital específico para o caso, assim como Maria Lúcia Patitucci, outra representante do CCMN, que acha não ser necessária uma norma específica para a monitoria, a não ser que ela esteja ligada ao programa do Laboratório de Informática da Graduação (LIG). As propostas serão incorporadas ao edital e voltarão ao Conselho na próxima reunião.

Antes de encerrar a sessão, José Roberto Meyer promoveu a eleição dos suplentes da comissão mista - com o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) – que está discutindo a política de alocação de vagas docentes. Os suplentes do CEG eleitos foram os professores Ericksson Rocha e Almendra (CT), Deize Vieira dos Santos (CLA) e Maria da Silvia Possas (CCJE). A comissão mista está se preparando para o próximo dia 11 de março, quando haverá uma reunião conjunta CEG/CEPG para tratar do tema.

CEPG discute anteprojeto do MEC

O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) debateu o anteprojeto da reforma universitária na sessão da última sexta-feira (4/3). Nelson Souza e Silva, representante do CCS, apresentou um documento de análise do anteprojeto de Educação Superior do governo. "A idéia da comissão não é fazer um novo anteprojeto, mas sim apresentar sugestões à proposta", afirmou o professor.

O representante do CCS explicou que a constituição determina que é responsabilidade do governo federal garantir um ensino superior de qualidade, enquanto os ensinos médio e fundamental são de responsabilidade das prefeituras e dos governos estaduais. Desta forma, Nelson Silva conclui que o ensino superior privado pode existir, mas deve ser complementar ao ensino público. Entretanto, o professor afirmou que 80% dos universitários estão em faculdades particulares, o que evidencia o não cumprimento da lei, o que deveria ser levado em consideração na discussão da reforma universitária: "O setor privado até pode existir, mas não pode ser financiado pelo setor público", declarou Nelson.

Hatisaburo Masuda, do CCS, considerou que definir a educação como sistema único é o ponto fundamental a ser tratado, pois será o que mais desagradará o "outro lado", fazendo referência ao setor privado. "Devemos preparar uma estratégia para defender este aspecto", afirmou Masuda.

Para Leila Rodrigues, representante do CFHC, os conselheiros deveriam discutir a reforma como um todo, destacando os pontos fundamentais em relação aos quais haveria discordância do colegiado em relação à proposta do governo. O representante discente Rodrigo Almeida concordou com a necessidade de discutir os principais pontos da reforma e não debatê-los artigo por artigo. O conselheiro afirmou, ainda, que a comunidade da UFRJ deveria ressaltar os principais problemas da instituição e apresentá-los ao MEC. Já Hatisaburo Masuda teme que essa proposta atrapalhe a discussão e que a UFRJ não consiga modificar nenhum aspecto do anteprojeto. De acordo com Masuda, o CEPG deve se focar nos principais pontos e não reivindicar os pequenos problemas da universidade. Rodrigo contra-argumentou que não considera como "pequenos problemas" a falta de professores, a não ampliação de vagas e de cursos, entre outros fatores.

Outro tema bastante debatido pelos conselheiros foi a possibilidade de se retirar o pagamento dos professores aposentados do orçamento das universidades públicas. Leila Rodrigues manifestou-se contrária a esta proposta, assim como o pró-reitor de pós-graduação e pesquisa, José Luiz Monteiro, que se disse temeroso com o que poderá acontecer num "futuro bem próximo", caso o pagamento dos aposentados deixe de ser responsabilidade do MEC.

A discussão sobre o anteprojeto do MEC voltará a pauta do CEPG no próximo dia 18.

Nova Cotav

A comissão mista com conselheiros do CEPG e do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) indicou que será uma Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) que tratará da distribuição entre as unidades das vagas destinadas à UFRJ em 2005. Os integrantes da comissão estão debatendo as principais diretrizes que serão levadas à reunião conjunta, no próximo dia 11, para decidir a política de alocação de vagas docentes. José Luiz também afirmou que pedirá ao pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, para que haja uma outra reunião conjunta entre os dois conselhos, no dia 16 de março, para tratar do mesmo tema.

UFRJ

Secretário do MEC defende reforma universitária

Maculan anuncia concursos para a UFRJ neste ano e em 2006

Em aula inaugural para os cursos da Coppe, o secretário da SESu, Nelson Maculan, defendeu o projeto do governo para a Educação Superior e as medidas e projetos já aprovados que fazem parte do conjunto da reforma universitária, como o ProUni e as políticas de cotas adotadas já em 17 instituições públicas de ensino superior no país.

O diretor anunciou as 199 vagas para concurso de docentes na UFRJ em 2005 e mais 80 vagas em 2006, quando deverão ser liberadas mais 2.000 vagas pelo Ministério do Planejamento para as Ifes. Maculan não acha pouco as cotas de vagas destinadas à UFRJ. "São 55 universidades, pensa bem: só? Com isso você faz uma universidade inteira na Dinamarca, aqui vocês acham pouco.", brincou com a platéia que encheu o auditório do Bloco G do Centro de Tecnologia.

Maculan disse que vai tentar aumentar o teto de 20% para 50% dos concursos para professor titular nas universidades, o que considera uma necessidade para o desenvolvimento da pesquisa nas instituições. "A Universidade Federal do Espírito Santo só tem dois titulares porque foram aposentados, isso é um absurdo. Tem gente que é do quadro do CNPq há anos, vários pesquisadores, tudo adjunto 4, no máximo". Maculan defendeu ra possibilidade de concurso para titular em todas as instituições sem que haja medo de distorções. "Acho que essa idéia de fazer lei para bandido tem que acabar. Lei é feita para gente honesta".

Com relação à recomposição de vagas docentes, Maculan disse esperar que a Andifes reserve uma parte das vagas para a distribuição direta pela SESu. O secretário acredita que, desta forma, algumas distorções, principalmente em relação às instituições da região Norte poderiam ser corrigidas. "A Universidade Federal do Mato Grosso trabalha com 35% de professores substitutos, uma loucura. Tem várias faculdades de Medicina no interior, todas funcionam com substitutos". O secretário acha que o ministério tem que assumir a responsabilidade em relação a essas distorções e definir prioridades.

Manuella Soares

NELSON MACULAN, SECRETÁRIO DA SESU

Norte

O secretário considera que a região Norte deve ser priorizada. "Se a iniciativa pública não vai lá, não vai a privada. Eu fui ao Acre, estive em Rio Branco e acho que há 16 anos não ia um dirigente do MEC lá. É Brasil, estão agüentando as nossas fronteiras lá em cima", disse Maculan defendendo um tratamento diferenciado às instituições para o desenvolvimento da região. "A gente começa a ver que o Brasil não é só as capitais. A presidente da Andifes reconheceu que, dentro da matriz, para Roraima, Amapá, Acre e Rondônia, deveria ser dado um tratamento especial".

Cotas

Apesar de afirmar que a miséria no Brasil tem várias cores, o secretário defendeu o debate sobre políticas de cotas, já aplicadas, segundo ele, em 10 instituições públicas federais e sete estaduais. "No Rio Grande do Sul, tem lugares com o IDH mais baixo, mas pobres, com a população toda branca". Em relação à qualidade, Maculan acredita que a adoção das cotas não altera a qualidade dos cursos.

Sem recursos para assistência estudantil

Em relação ao financiamento da assistência estudantil, o secretário citou, como proposta, o caso da UFMG, em que estudantes pagam uma semestralidade de R$ 150,00 para um fundo que, segundo o dirigente, é revertido para bolsas para alunos de baixa renda. Outra 'solução', citada pelo dirigente para a obtenção de recursos para obras de infra-estrutura e logística para assistência estudantil como alojamentos e restaurantes, seria os estados e municípios assumirem estas contas. Em relação a recursos orçamentários para este fim, nada foi ventilado pelo dirigente.

Falta de debate amplo desagrada

Primeira a intervir no debate, a professora da Coppe Vera Salim lamentou que a primeira vez em que um representante do MEC tenha estado na UFRJ para comentar a reforma universitária tenha sido em uma aula inaugural, em uma determinada unidade. Para a professora, o secretário da SESu deveria ter sido convidado para um amplo debate com toda a comunidade, "e também com aqueles que tem outras posições em relação à reforma". Vera considerou que a discussão do anteprojeto não deveria ser feita descolada de um debate sobre um projeto mais geral de sociedade no qual a universidade pública teria o seu papel.

O ex-diretor da Adufrj-SSind e ex-prefeito da universidade na gestão do então reitor Nelson Maculan, Luciano Menezes, questionou a criação do Conselho Acadêmico, previsto no anteprojeto de Educação Superior do governo. Para Luciano, esse conselho seria inócuo e teria pouca influência nos rumos da instituição, se assemelhando, na sua opinião, ao papel do Conselho de Desenvolvimento Social, criado pelo governo.

APG cobra mais verbas e vagas públicas

Representante dos pós-graduandos, Fernanda Lima Martins reclamou da falta de recursos orçamentários para as universidades públicas. A estudante questionou a isenção fiscal do Programa Universidade para Todos e o fato de que os recursos destinados ao ProUni poderiam ser revertidos para a abertura de mais vagas nas universidades públicas. "Existe dinheiro para a manutenção e investimento nas públicas. E todos sabemos para onde ele está sendo desviado: para o pagamento dos juros da dívida".

União de Escolas

Respondendo a outros questionamentos da platéia, Maculan ressaltou a enorme variedade de organização das instituições de ensino, o que significaria o exercício da autonomia. Na concepção do secretário, a USP e a UFRJ não seriam universidades e sim 'união de escolas'. Como exemplos de instituições que funcionariam com universidades, Maculan citou a Unicamp e a UFMG. "Meu grande medo é tentar mexer muito e não dar em nada. Cada um tem o seu ponto de vista. Uns trabalham com departamentos, outros não têm escolas (unidades), só têm centros. Cada um usa sua autonomia para fazer a instituição e nós, como a USP, somos uma união de escolas. A UFRJ é uma união de escolas, como a USP, que querem mandar mais que o reitor", afirmou criticando a falta de projetos institucionais e as disputas internas entre unidades e departamentos.

Aloisio comenta o anteprojeto

Para Aloisio Teixeira, o anteprojeto de Educação Superior proposto pelo governo reafirma a universidade pública e gratuita, "e isso não é pouca coisa". Apesar de se dizer decepcionado com os rumos do governo Lula, o reitor da UFRJ elogiou o diálogo estabelecido entre as universidades e o MEC. Aloisio, repetindo seu Pró-reitor de Finanças, Joel Teodósio, disse que o anteprojeto precisaria de várias alterações, mas, caso fosse aprovado como está, já significaria "uma melhora para as universidades federais".

Aloisio defendeu a gestão democrática e a eleição dos dirigentes pelas comunidades, o que considera fundamental para o exercício da autonomia. Criticou a postura da Andifes de funcionar como uma agência reguladora do ensino superior. Para o reitor da UFRJ, a a autonomia das instituições deverá ficar cada vez mais atrelada a um processo de controle governamental através do Plano de Desenvolvimento Institucional previsto no anteprojeto.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 176 • 14 de março de 2005

Reunião do Conselho de Representantes

Aberta à participação de todos os sindicalizados da Adufrj-SSind

15/03 terça-feira **18h**

Auditório da Escola de Serviço Social
(*campus* da Praia Vermelha)

Pauta:
1) Pauta de reivindicações de 2005
a) Carreira docente
b) Incorporação das gratificações
c) Reajuste salarial
2) Informes, avaliação e encaminhamentos do 24º Congresso do Andes-SN.
3) Reforma universitária
a) Anteprojeto da Lei de Educação Superior do governo
b) Agenda do Andes-SN para a Educação Superior

CEG discute novamente a crise no Direito
Página 3

Funcionários em greve pela demissão de Armênio
Página 4

Kelvin Melo

ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO APROVEITARAM O DEBATE COM A PRESENÇA DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO PARA FAZER UM PROTESTO PELA DEMISSÃO DE ARMÊNIO

Debate em O Globo exclui críticos da reforma

Sem o Andes-SN, ministro Tarso Genro não enfrenta críticas estruturais ao projeto de reforma universitária

O debate sobre reforma universitária promovido pelo jornal O Globo em sua sede, no centro do Rio, no último dia 10, foi marcado pelos protestos estudantis (veja quadro na página 5) e por críticas apenas pontuais em relação ao anteprojeto do governo. Sem uma representação que questionasse o conjunto da reforma da forma como faz o Andes-SN, o ministro Tarso Genro ficou à vontade para ouvir o discurso de palestrantes do setor privado de ensino superior, do presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira.

Para um auditório bastante cheio no quarto andar do prédio do jornal, o ministro Tarso Genro fez, durante meia hora, uma síntese do anteprojeto do governo para o ensino superior. Antes, porém, repetiu o argumento de que a proposta está sendo amplamente discutida pela sociedade, ignorando as evidências de que a reforma já foi quase totalmente implantada por medidas provisórias, leis e decretos, como o ProUni, Sinaes, Inovação Tecnológica, regulamentação das fundações, educação profissional etc (veja a crítica do diretor do Andes-SN Roberto Leher e a *Agenda para a Educação Superior: uma proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje*, em encarte especial nesta edição). Ressaltou,

Continua na página 5

"Somente suprimindo a história o Anteprojeto de 6 de dezembro pode proclamar que o processo da "reforma" até aqui conduzido foi democrático. Orwellianamente, o SINAES, o ProUni, a Inovação Tecnológica, a regulamentação das fundações privadas, a profunda reforma da educação profissional desapareceram do escopo da contra-reforma. A partir desse vazio provocado, o governo afirma que, agora sim, o debate com a sociedade será democrático". (Roberto Leher, "Considerações sobre o Anteprojeto de Lei da Educação Superior", texto completo publicado no encarte deste jornal)

Andes-SN

Sindicato lança nova "Universidade e Sociedade"

Ciência e Tecnologia como destaque

O Congresso de Curitiba serviu de palco para o lançamento da "Universidade e Sociedade", revista quadrimestral do Andes-SN, em sua edição nº 35. Com o tema "Ciência & Tecnologia, Público & Privado?", a publicação traz também uma entrevista com o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas, ex-presidente do Andes-SN (gestão 2002-2004), e homenagens a Gerd Bornheim e Pier Paolo Pasolini.

Gerd Bornheim, um dos maiores especialistas no país em existencialismo e filosofia da arte, lecionava filosofia na Uerj e faleceu em setembro de 2002, aos 72 anos. Já o italiano Pier Paolo Pasolini - cineasta, poeta, jornalista, crítico e tradutor - foi assassinado em Roma em 1975, aos 53 anos.

Fortalecimento da publicação

Responsável pela apresentação da revista ao Congresso, o 3º Secretário do Andes-SN, Edmundo Fernandes Dias, observou que deverá ser lançada uma campanha do Sindicato para que todo militante se torne um assinante da revista e ajude a divulgar a publicação aos demais colegas. Segundo ele, o objetivo é tornar autosustentável a iniciativa da "Universidade e Sociedade". Feito isso, acredita Edmundo, a revista se transformaria em poderoso instrumento da luta dos docentes brasileiros.

Kelvin Melo

Revista sobre as Parcerias Público-Privadas

Durante o 24º Congresso do Andes-SN, foi distribuída revista da Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp), com a análise de três economistas sobre as Parcerias Público-Privadas. A publicação reproduz os textos apresentados por Francisco Lopreato, Claudio Schuller (ambos do Instituto de Economia da Unicamp) e Ceci Vieira Juruá (consultora do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj) em um seminário organizado pela Adunicamp, em 27 de outubro do ano passado. No final da edição, é disponibilizada a Lei das PPPs (nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004).

Errata O total de vagas liberadas pelo MEC para concurso público de docentes em 2005 é de 119 e não 199 como foi publicando na edição passada (175, de 7/3/05), em matéria intitulada *'Secretário do MEC defende reforma universitária'*, na página 8.

Anote

Agenda Sindical

13 e 14/3 - V Foro Mundial por la Educación de Los Pueblos
Cancún Quintana ROO, ***México***

14/3 - Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF) - na sede do Andes-SN

15/3 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

15/3 - Lançamento da Campanha Salarial dos SPF
Brasília (DF)

16/3 - Ato Nacional pela retirada da PEC e PL da Reforma Sindical
Brasília - DF

27 a 30/4 - IV Encontro Hemisférico de luta contra a ALCA
Campanha Jubileu Sul/Brasil contra a ALCA
Havana - Cuba

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG discute novamente a crise no Direito

Sessão do colegiado também é acompanhada por moradores do alojamento

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), reunido na última quarta-feira (9/3), debateu mais uma vez a situação da Faculdade Nacional de Direito e o edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Já as condições do alojamento - outro assunto que estava previsto na pauta - não foram discutidas devido a um impasse em relação ao mandato dos representantes discentes no Colegiado.

A crise na Faculdade de Direito voltou a ser tema no Conselho devido à greve dos funcionários, que se recusam a trabalhar enquanto o diretor Armênio Cruz não for demitido. A situação se agravou neste período de matrícula dos estudantes que foram aprovados no vestibular. No entanto, a representante da categoria no CEG, Ana Maria de Almeida Ribeiro, afirmou que a situação é ainda mais grave pois no primeiro dia de aula (7/3) apenas dois professores substitutos compareceram à unidade. Além disso, as inscrições para os alunos antigos, que são realizadas pelo Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), também vêm apresentando problemas.

Ao analisar a situação, Ericksson Rocha e Almendra, representante do CT, criticou a falta de interesse pela situação da Faculdade: "Não há interesse dos professores e não há interesse dos alunos. Vejo apenas interesse dos funcionários. A Faculdade de Direito apodreceu. Não vejo mais solução". O professor fez questão de ressaltar: "Podem escrever: o Ericksson acha que aquilo lá morreu". Já a professora Cláudia Jardim, da Escola de Química, que foi destacada para acompanhar a crise na FND, discordou do representante do CT: "Os funcionários estão muito dedicados, mas os alunos também estão. São pessoas com bastante informação e têm mostrado muito interesse. Até os alunos que não são do Caco (Centro Acadêmico Cândido Oliveira) estão comparecendo à reitoria (para pressionar pela demissão)".

Como medida emergencial, "para não prejudicar os calouros", a mesa propôs a aprovação de um documento que passa a responsabilidade das inscrições destes alunos para a pró-reitoria. Gil Fernando Salles, representante do CCS, concordou com a proposta, porém foi mais enérgico nas palavras. Segundo ele, a medida aprovada pelo colegiado irá apenas protelar um problema maior. O professor defendeu uma intervenção da reitoria na unidade para determinar regras de como a direção deve proceder: "Desculpem o termo, mas tem que ser assim e dane-se quem discordar. Caso contrário seria melhor fechar aquela unidade", afirmou Gil Salles, provocando muitos aplausos de funcionários presentes. O representante do CCS pediu ainda a dissolução da Comissão de Acompanhamento do Colegiado, designada a tratar do assunto, por considerar que ela não estava contribuindo para a solução da crise.

Kelvin Melo

ESTUDANTES SOLICITAM PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES NA DISCUSSÃO DO ALOJAMENTO

Ao final do debate, os conselheiros aprovaram, por unanimidade, o documento determinando que a pró-reitoria de graduação será responsável pela inscrição dos calouros da Faculdade.

Decisão do Conselho de CAs prejudica interesse estudantil

Os estudantes do alojamento, que haviam conseguido pautar para a sessão a discussão sobre as condições precárias de moradia, saíram sem uma resposta do colegiado. Um impasse a respeito do mandato dos representantes discentes impediu o debate. Como os mandatos dos conselheiros Luciana Cristina de Sousa e Luciano da Silva Barboza estão expirados, o Conselho de Centros Acadêmicos enviou ao CEG um documento que os autorizava a ter voz e voto no colegiado, mas apenas para tratar da questão do alojamento. Entretanto, o regimento do conselho não permite que os representantes participem apenas da discussão de um determinado ponto, como ponderou a presidente da Câmara Discente, Ana Maria Borralho, que teve o apoio da representante do CLA, Deize Vieira dos Santos. O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, afirmou que o conselho entendia que Luciana de Sousa e Luciano Barboza estavam com seus mandatos prorrogados. A decisão do colegiado, no entanto, foi de que o documento enviado pelos CAs não estava de acordo com o regimento. O assunto foi retirado de pauta.

Situação dos alojados

Os estudantes apresentaram uma carta questionando o valor de R$ 260,00 que recebem para arcar com alimentação, saúde, material didático, manutenção do quarto, transporte, vestimentas, higiene e lazer. Os universitários também questionaram o prazo estipulado para os que não poderão continuar no alojamento encaminharem seus recursos, tendo em vista que o pagamento das bolsas estava atrasado. Eles comunicaram que existem alunos que não têm nem condições de retornar para seus locais de origem: "O alojamento está com 50% dos estudantes porque os outros estão em suas cidades e não têm dinheiro para comprar as passagens de volta enquanto as bolsas não forem pagas", afirmou Luciano Barboza. Ainda assim, por seis votos a cinco (com uma abstenção), o CEG entendeu que o prazo de encaminhamento de recursos não será flexibilizado. O colegiado também determinou que os representantes discentes só voltarão a ter poder de voto quando o Conselho de CAs enviar um outro ofício regularizando a situação.

A respeito do não pagamento das bolsas, o pró-reitor José Roberto Meyer explicou que o MEC ainda não repassou à Reitoria nenhum recurso. Entretanto o ministério havia se comprometido em regularizar a situação até a última sexta-feira (11/3) e, segundo Meyer, as bolsas serão repassadas até a terça-feira desta semana.

Colegiados aprovam edital de bolsas PIBIC

Na sessão mista de 11/3, os conselhos de Ensino para Graduados (CEPG) e de Graduação (CEG) e aprovaram o edital de bolsas de Iniciação Científica 2005. Os orientadores deverão indicar os candidatos no período de 30/6 a 13/7, até às 17h. O resultado do julgamento das solicitações estará disponível na página da PR2 (www.pr2.ufrj.br) a partir do dia 30 de junho.

Cotav

Os colegiados decidiram constituir uma Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) para analisar os pedidos das unidades para as 119 vagas liberadas para concurso docente em 2005. Uma nova reunião mista para tratar do tema foi marcada para o dia 23 de março.

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701

2230-2389

2260-6368

Colegiados

Funcionários em greve pela demissão de Armênio

Estudantes também protestam e querem a saída definitiva do diretor

Os técnico-administrativos da Faculdade de Direito decidiram entrar em greve por tempo indeterminado no último dia 7. A decisão foi tomada, segundo os representantes dos funcionários no Consuni, devido à impossibilidade de realização das atividades na unidade, desde a reintegração de Armênio Cruz como diretor da Faculdade, através de uma liminar ganha na Justiça, em setembro de 2004. Na sessão do Conselho Universitário, no último dia 10, os funcionários da unidade pediram a demissão do diretor como condição para o retorno às atividades. "A situação dos funcionários na unidade é dramática", disse Agnaldo Fernandes, representante dos técnicos no colegiado.

O reitor Aloisio Teixeira informou que estaria havendo uma pressão dos professores da Faculdade pela renúncia de Armênio. Como resposta, Armênio encaminhou para a reitoria uma portaria na qual anuncia que sairá de 'ferias já remuneradas e não gozadas' por 90 dias e que estaria nomeando o professor Gilberto Adures para, neste meio tempo, organizar um processo eleitoral na unidade em maio. Aloisio disse que aguardava um parecer da Procuradoria quanto à legalidade da portaria do diretor para publicá-la ou não no Boletim da UFRJ.

Comissão pode invalidar nomeação do diretor

Aloisio informou, ainda, que abriria um processo administrativo para apurar denúncias de que os integrantes que assinaram a ata de nomeação do diretor Armênio Cruz, na verdade, não haviam sido eleitos para a Congregação da unidade. Se isto for comprovado, o diretor perderá o mandato sendo definitivamente afastado, de acordo com o reitor.

Comunidade quer apuração das irregularidades

Estudantes, funcionários e conselheiros reivindicaram a continuidade das apurações pela segunda comissão disciplinar designada pelo reitor para investigar as irregularidades cometidas pala gestão de Armênio. O resultado das investigações da primeira comissão, que concluiu pelo afastamento do diretor da unidade, está no MEC e até hoje não foi divulgado. Aloisio informou que o ministério alegou que o processo da primeira comissão não apresentou dados suficientes para a execução do afastamento. O reitor disse que irá aguardar o retorno do processo pelo MEC para decidir sobre a divulgação das irregularidades.

De acordo com o reitor, a segunda comissão disciplinar teria apurado irregularidades ainda mais graves, o que poderia estar influenciando na decisão de Armênio de propor uma troca: seu afastamento, de férias, e a realização de eleições para o cargo pelo arquivamento dos processos. Para a professora Norma Musco (CFCH) isso seria "uma brincadeira, um desrespeito" e iria contra a moral dos integrantes do Conselho Universitário. "Não podemos aceitar essa portaria", concluiu.

Os conselheiros decidiram formar mais uma comissão do colegiado que, com a presença de Aloisio, promoveria uma reunião com os integrantes eleitos da Congregação da Faculade de Direito para tratar das discussões ocorridas no conselho sobre o assunto e decidir sobre a realização de uma nova eleição na unidade.

Tesouro não repassa recursos

Na sessão, Aloisio informou que até aquela data, o Tesouro não havia liberado os recursos da UFRJ para 2005. De acordo com o reitor, foi negociada com a Secretaria de Ensino Superior (SESu) uma transferência de recursos que seria realizada na sexta-feira, dia 11. Com os recursos emergenciais seriam pagas as bolsas estudantis e o restante seria repassado às Unidades de acordo com a distribuição orçamentária da universidade, aprovada pelo Consuni para 2005. O orçamento total da UFRJ seria de R$ 92 milhões. Destes, R$ 25 milhões viriam da SESu e seriam destinados à custeio e investimento das Unidades, além de pagamentos de bolsas e assistência estudantil (restaurante universitário).

Reitor anuncia alocação de vagas

Aloisio informou que estabeleceu, através da resolução 01/2005, o processo de alocação das 119 vagas liberadas pelo MEC para a UFRJ. Para o reitor este contingente "está muito abaixo das expectativas" da universidade. Aloisio informou, ainda, que o professor Leslie Benchetrit, pela Comissão Permanente de Pessoal Docente, está preparando uma proposta de aleração das normas para a realização dos concursos, que será encaminhada à Comissão de Legislação e Normas, para posterior deliberação do colegiado superior, na sessão de 14 de abril.

Unidades que não realizaram concursos vão ser penalizadas

Aloisio reclamou das unidades que não realizaram concursos para as vagas recebidas em 2004. Segundo o reitor, a UFRJ tem ainda 40 vagas não preenchidas. "As unidades que não fizeram os concursos devem ser penalizadas nessa alocação". O dirigente disse que fica numa situação difícil nas negociações com o ministério por mais vagas, quando concursos não são realizados.

O decano do Centro de Ciências da Saúde (CCS), João Ferrreira, discordou do reitor quanto a sanções às unidades pela não realização de concursos. Para João Ferreira, a comunidade da unidade não deve ser penalizada por eventual descompromisso dos responsáveis pela realização dos concurso, no caso, os diretores das unidades.

UFRJ atende chamada do Proinfra

A UFRJ vai reivindicar cerca de R$ 10 milhões dos recursos disponibilizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Fundo Setorial Proinfra. Na chamada pública para 2005-2006 serão disponibilizados R$ 110 milhões, originários do Fundo Nacional de Desenvolvimento dea Ciência e Tecnologia (FNDCT). Para instituição com mais de 100 pesquisadores doutores, o valor máximo a se solicitado deverá corresponder ao número de doutores multiplicado por R$ 10 mil, não podendo ultrapassar os R$ 10 milhões. A universidade tem até este dia 15 de março para enviar o seu projeto a Brasília e o Consuni decidiu deixar a cargo da reitoria os ajustes finais para a apresentação da solicitação da UFRJ.

Colegiado elege membros das comissões

Foram eleitas as composições das comissões do Consuni para este ano. As únicas alterações em relação à formação anterior foram a inclusão dos professores Vera Halfoun (CCS) e Carlos Levy (CT) na Comissão de Legislação e Normas; a saída do decano do CCJE, Alcino Câmara, da Comissão de Ensino e Títulos e sua substituição pelo professor Ricardo Bicca (CCMN). O professor Alcino e o professor Ricardo Tauile (CCJE) foram para a Comissão de Desenvolvimento. As representações discentes da CLN e CD aguardarão a eleição dos estudantes de graduação para o colegiado.

Antonio Vianna

FUNCIONÁRIOS PROTESTAM NO CONSUNI

Reforma Universitária

Continuação da capa

ainda, que a proposta de reforma não é um "ato normativo fechado". Segundo ele, se aprovado, o anteprojeto será apenas o início de um processo de reforma do ensino superior no Brasil.

Tarso também garantiu que o MEC não está voltado apenas para o ensino superior e anunciou que uma nova fórmula de financiamento da educação básica seria lançada neste dia 14. Disse, ainda, que as instituições federais de ensino superior perderam 50% do seu orçamento de custeio nos últimos dez anos - montante que, segundo Tarso, seria parcialmente recuperado (75%) somente nesta passagem de 2004 para 2005.

O ministro discursou contra a mercantilização do ensino superior. "É o mercado que regula o Estado ou o Estado que regula o mercado? Nós entendemos que o mercado é um dado concreto a ser observado, que deve ser considerado nas decisões públicas, mas o mercado deve ser regulado pelo Estado", comentou.

Políticas afirmativas

O ministro defendeu as políticas afirmativas, devido ao passado escravocrata do país. "Não é verdadeira a afirmativa de que isso é uma política populista. Basta ver o projeto", disse, acrescentando que do candidato ainda será exigido o mérito de passar no vestibular.

Kelvin Melo

NUMEROSO PÚBLICO ACOMPANHOU O DEBATE NO AUDITÓRIO DO JORNAL

O dirigente do MEC observou que a nova proposta de financiamento do ensino superior federal estará casada com a autonomia das instituições para gerir os recursos. "Isso é importante, porque, embora constitucional, hoje, na prática, ela (autonomia) não existe.

Tarso admitiu que o novo sistema nacional de avaliação (Sinaes) "ainda tem de ser testado". Comentou que esta tarefa de avaliar é complexa, mas considerou que o Sinaes remete para um resultado mais preciso e abrangente.

Outro item do anteprojeto citado por Tarso Genro foi a meta de alcançar 40% das vagas do ensino superior dentro do sistema público, em 2011. "Hoje, 28% das vagas são públicas", disse.

Novos conselhos

O Conselho de Desenvolvimento - proposto recentemente pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e pela Academia Brasileira de Ciências - para deliberar sobre os projetos de expansão das instituições públicas foi um ponto lembrado pelo ministro, durante o seu discurso. Outra proposta de conselho para cada instituição pública, desta vez chamado de "social", foi considerado necessário pelo ministro apenas para dar transparência às fundações internas. "Eles (conselhos) não têm nenhuma função normativa. Mas estabelecem uma conexão entre universidade e sociedade", disse. Segundo ele, algumas fundações podem ser importantes, mas outras privatizam as relações da universidade e criam nichos de poder corporativo alheios aos interesses do conjunto da universidade. "O conselho social, na nossa visão, pode deixar essas relações transparentes", disse. "Não é nenhuma novidade soviética. Se fosse soviética, seria o contrário. Na antiga URSS, não havia consulta à sociedade. Pelo contrário, lá a sociedade era estatizada, era enquadrada no Estado e esse movimento é o contrário", encerrou.

Estudantes fazem protestos durante o debate

O debate sobre a Reforma Universitária promovido pelo jornal O Globo foi marcado por protestos de estudantes dentro do auditório e na portaria do prédio onde fica o jornal. As diretrizes e alguns pontos específicos do projeto da reforma foram criticados. Houve também reivindicações sobre problemas que algumas instituições de ensino estão enfrentando.

Alunos da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ denunciaram irregularidades na gestão do diretor da faculdade, Armênio Cruz. Estudantes do Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (CNS/ISERJ), o antigo Instituto de Educação, que fica na rua Mariz e Barros, levantaram cartazes em protesto contra a uniformização dos Institutos Superiores de Educação. O curso do ISERJ foi legalmente reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro em setembro de 2004 e ficou estabelecido que seria ministrado em quatro anos. Estudantes e professores foram ao debate demonstrar repúdio a uma medida que impõe a nova estrutura curricular ao curso do ISERJ, em vigor nesse mês, com a redução da formação docente de quatro para três anos.

Ao final do discurso do ministro Tarso Genro, os estudantes da Faculdade de Direito da UFRJ e integrantes do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) levantaram cartazes com a exigência de demissão do diretor Armênio Cruz. "O acordão/Não quero não/o CACO exige demissão", protestavam os estudantes, em referência aos rumores de uma possível aposentadoria do diretor, em vez da punição disciplinar. O ministro Tarso se mostrou solidário à manifestação, que classificou como válida e democrática, pois disse ter conhecimento do que acontece na Faculdade de Direito. Mas afirmou que o MEC está impedido de agir, devido a uma decisão judicial (veja mais na matéria do Consuni, nesta edição).

O reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, iniciou sua fala com uma saudação aos servidores e estudantes da FND. "É a luta da universidade para determinar autonomamente as suas políticas acadêmicas". O dirigente, porém repetiu que a UFRJ e o MEC estão sendo obrigados a cumprir uma decisão judicial que impede a demissão do diretor da FND.

Nova reunião com o ministro

Em sua página eletrônica (www.cacofnd.org), os estudantes da Faculdade de Direito informaram que o ministro conversou, após o debate, com três integrantes do CACO e comprometeu-se em recebê-los nesta semana, em Brasília. Também na página, está a divulgação de mais um ato público pela demissão do diretor, desta vez na própria FND, no dia 18/3.

Protesto contra a reforma e a UNE

Na portaria do prédio do jornal O Globo, estudantes fizeram manifestações contra a Reforma Universitária e alegaram que foram impedidos de assistir ao debate pela evidência de serem contrários à reforma. "Os estudantes foram convocados para se manifestarem contra a negociação que a UNE tem travado com o MEC e especificamente para denunciar as irregularidades do diretor da nossa Faculdade de Direito da UFRJ que, hoje, está acéfala", disse um estudante. Na saída do debate, estes alunos que ficaram do lado de fora tentaram queimar uma bandeira da UNE para simbolizar a indignação dos estudantes contra a entidade que, segundo eles, anda de mãos dadas com o governo. "Reforma vem/A UNE some/Não fala em nosso nome", gritavam.

■ O ministro Tarso Genro alega uma decisão judicial para não demitir Armênio Cruz da direção da Faculdade de Direito. O anteprojeto que o ministro defende, no entanto, mantém a vinculação direta à Advocacia Geral da União (isto é, ao Governo Federal) das assessorias jurídicas das universidades federais. É fora de dúvida que tal vinculação representa um forte entrave à eficácia das ações das assessorias na defesa dos reais interesses das universidades. Em várias ocasiões, a UFRJ perdeu de forma inexplicável importantes disputas judiciais – nos casos da Faculdade de Educação e da Faculdade de Direito, por exemplo – nas quais a razão e o interesse público estavam claramente do seu lado.

Se houvesse seriedade na propalada intenção governamental de garantir a autonomia das universidades, uma condição absolutamente necessária, ainda que longe de suficiente, seria a devolução às universidades do controle sobre as suas assessorias jurídicas, ou seja, exatamente o contrário do que está no anteprojeto.

A autonomia universitária é garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal. Não é preciso regulamentá-la, e sim eliminar toda a legislação infra-constitucional que impede o seu exercício.

Diretoria da Adufrj-SSind

Reforma Universitária

Discurso contra a gestão democrática

Presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Simon Schwartzman criticou a proposta de gestão democrática das instituições públicas. "A universidade pública é uma instituição da sociedade, paga pela sociedade, para dar produtos para a sociedade. Ao propor a eleição direta para reitor, o governo renuncia à responsabilidade de zelar por uma instituição do poder público", comentou.

Simon elogiou as fundações privadas de apoio como exemplos de agilidade das relações que as universidades devem ter com a sociedade e criticou a iniciativa de controle desses órgãos via reitorias. O professor, por outro lado, elogiou as políticas de cotas presentes no documento do MEC, mas questionou as conseqüências dessa mudança para os currículos "Como isso vai afetar o conteúdo dos cursos?"

Discordou da suposta regulação do setor privado de ensino superior pelo anteprojeto. " Se quiser, eu posso abrir uma faculdade como eu quiser e o ministro não tem nada a ver com isso. A não ser que eu esteja enganando com um ensino de má qualidade", afirmou, para indignação da platéia.

UNE cobra maior assistência estudantil

Presidente da UNE, Gustavo Petta recordou que o debate sobre a universidade é fundamental para viabilizar um projeto de nação soberana. "Então, é necessário se contrapor às recomendações do Banco Mundial, que fala que o Brasil deve se dedicar apenas ao ensino fundamental", alertou.

O dirigente estudantil comentou que a proposta do governo guarda problemas, mas tem o mérito de fortalecer a universidade pública. Segundo ele, isso se traduziria em duas medidas do anteprojeto: a aplicação de 75%, no mínimo, da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino, deduzido o repasse da União para a educação básica; e a retirada do pagamento dos inativos da folha do Ministério da Educação.

Petta, no entanto, observou que existe uma forte demanda por assistência estudantil nas instituições públicas e privadas. Segundo ele, sem o devido apoio à permanência, poderão naufragar todas as iniciativas que favoreçam o acesso às universidades de estudantes de baixa renda. Defendeu também a regulação das mensalidades no setor privado, segundo ele majoradas no fim de ano de forma abusiva, sem qualquer negociação.

Sem unanimidade

Ex-reitor da UFRJ e atualmente da direção da Universidade Castelo Branco, o professor Paulo Alcântara afirmou que será impossível conseguir uma unanimidade em torno do projeto. "Não podemos ser absolutamente maniqueístas". Mas o dirigente do setor privado não deixou de fazer a defesa dos seus interesses: "Há a necessidade de pensarmos em marcos regulatórios, mas em marcos regulatórios que eliminem definitivamente a dicotomia entre o público e o privado. Isso significa que não interessa se a instituição é pública ou privada, mas que ela tenha compromissos com a qualidade, com a avaliação, com o seu plano de desenvolvimento institucional", disse.

Fotos: Kelvin Melo

CARTAZES E ADESIVOS (UM DELES NA MÃO DO REITOR) CONTRA ARMÊNIO FORAM DISTRIBUÍDOS NO LOCAL

Paulo Alcântara manifestou-se contra alguns índice estabelecidos no anteprojeto do governo para o setor particular, como a obrigatoriedade de os conselhos de gestão possuírem um mínimo de 30% de doutores ou profissionais de comprovada experiência educacional. "Foi muito acentuada a questão gerencial, tratando de coisas que transcendem o papel do ministério", comentou.

Ainda sobre números, questionou o item que classifica universidade como uma instituição que, entre outros pontos, oferece 12 cursos regulares de graduação, reconhecidos pelo MEC. Paulo Alcântara disse que a Universidade Federal de São Paulo, por exemplo, tem apenas cinco cursos de graduação. "Portanto, falar em índices, quando não se fala em qualidade, é talvez perder de vista a potencialidade das nossas instituições"

Reitor da UFRJ e o projeto

Último a se pronunciar, o reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira, observou que a proposta do MEC tem o mérito de abrir o debate sobre a universidade. O reitor da UFRJ declarou que apóia a Reforma Universitária principalmente em relação à universidade pública que, segundo ele, ficaria melhor do que é hoje caso a reforma fosse aprovada. "Se ler item por item, o projeto tem alguns exageros na redação, mas o estilo está correto", afirma Aloísio. Criticou, ainda, o discurso de Simon Schwartzman que comparou a abertura de instituições privadas de ensino à inauguração de restaurantes. "Educação não é isso. Não é uma mercadoria", disse.

Sobre a meta de expansão anunciada no projeto, a despeito da implantação de mais cursos noturnos e do dispositivo de ensino a distância, o reitor acredita que deve haver uma "expansão física". "E isso exige investimento", disse.

Aloisio questionou a novidade dos conselhos de desenvolvimento, surgida no último debate do MEC organizado pela Folha de S. Paulo, no fim do mês passado. "As relações entre a comunidade científica e a universidade são marcadas por extrema tensão e grandes dificuldades. Essa proposta da Academia Brasileira de Ciências se baseia numa concepção de universidade oposta à do MEC", disse. Segundo ele, a universidade hoje já vive sob a tutela da comunidade científica. Citou, como exemplo, a distribuição de recursos pelos editais das agências de fomento, que favorecem os grupos de excelência da universidade.

Lamentou também que haja opositores à eleição direta para reitores. "A única vez que a vontade da comunidade não prevaleceu, nós tivemos o pior reitor da história da universidade (José Vilhena, na gestão 1998-2002)", afirmou. Completou que aquele reitor teve o aval dos principais grupos de pesquisa da UFRJ. "Assim, a excelência na pesquisa não garante outra coisa que não seja a excelência na pesquisa. Não garante excelência na administração ou excelência de escolha política", comentou.

Resenha

CUT contrata equipe da Força Sindical

Este 1º de Maio custará à CUT cerca de R$ 5,8 milhões. Desde 2004, a Central profissionalizou definitivamente a organização de sua comemoração pelo Dia do Trabalhador. Este ano, contratou a FunPrime, empresa que criou as tradicionais megafestas da Força Sindical. Para atrair público, a Força gastará até R$ 1,8 milhão com direito a sorteios de carros e apartamentos. As duas centrais vendem ainda cotas de publicidade para a realização das festas. Participam empresas aéreas, telefônicas e de bebidas. Bancos e empresas estatais como o Banco do Brasil, Caixa Econômica e Petrobrás também patrocinam os eventos (Folha de S. Paulo, 8/3/05).

Cortes na Educação

Segundo matéria da Folha Dirigida (8/3/05), o corte de R$ 400 milhões no acréscimo de R$ 1 bilhão do orçamento do MEC destinado a investimentos não vai atingir as universidades federais. Nelson Maculan garantiu que os 34% a mais nas verbas das Ifes não serão contingenciados. O contingenciamento total das verbas do governo é de R$ 15,9 bilhões. Com isso, os recursos disponíveis passam de R$ 482 bilhões para R$ 567, 2 bilhões. De acordo com o jornal, o Ministério da Cultura foi o mais prejudicado, tendo 53% de suas verbas retidas.

Mulheres ainda sofrem com diferenças salariais

Uma pesquisa da OIT derruba mitos sobre custo das mulheres trabalhadoras na América Latina. Dados demonstram que o salário maternidade não pode ser justificativa para diferenças de até 30% entre os salários de homens e mulheres, com a mesma função ou cargo. Os custos relacionados ao valor gasto em um posto de trabalho ocupado por uma mulher representam 2% da remuneração bruta mensal. No Brasil, a relação é de 1,2%.Isso porque o salário maternidade é pago pelo sistema de seguridade social e não pelo empregador. O gasto efetivo das empresas é apenas com auxílio-creche e direito à amamentação (Folha de S. Paulo, 5/3/05).

Bancos aumentam jornada

Em flagrante violação da CLT, as agências bancárias resolveram 'inovar' para aumentar os lucros super explorando seus funcionários. O Itaú, banco que mais lucrou em 2004, implantou oito unidades-piloto com horário de funcionamento de 9h às 17h com apenas um turno de trabalho e a mesma quantidade de funcionários, pondo em risco a saúde de seus trabalhadores. O HSBC ampliou o horário de atendimento de suas agências de 9h às 18h, também com um turno apenas e o mesmo pessoal. Este banco tem projeto, ainda, de abrir suas agências aos sábados, em shopping centers do Rio (Jornal Bancário, 23/2/05).

Movimento

Greve da Uerj ganha força

Trinta deputados da Alerj assinam documento de apoio às reivindicações da categoria

Kelvin Melo

SERVIDORES MANTÊM GREVE HÁ QUASE 9 MESES

Mais um passo foi dado pelo movimento grevista dos técnico-administrativos da Uerj para tentar negociar com o instransigente governo Rosinha/Garotinho. No último dia 8, representantes da categoria estiveram na Assembléia Legislativa do estado (Alerj) e conseguiram uma nota de apoio à pauta de reivindicações, com a assinatura de 30 deputados. Na mesma nota, os parlamentares repudiaram o mecanismo do Código 103 (veja Jornal da Adufrj nº 174) imposto recentemente pela reitoria daquela instituição para identificar e punir servidores em greve.

Ficou definido, ainda, que uma comissão suprapartidária da Alerj será constituída para conduzir o diálogo com a truculenta administração da universidade. Existia a expectativa de uma primeira reunião, já com a presença dos deputados, no dia do fechamento desta edição (em 11/3), além de um segundo encontro nesta segunda-feira (14/3).

Diretora do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj), Perciliana Rodrigues considerou bastante positivo o resultado da ida à Alerj. "A nota foi assinada por deputados dos mais diferentes partidos, da base governista ou não", comentou.

Ela acrescentou que o Sintuperj vai iniciar uma campanha com *outdoors*, nos próximos dias, em todo o Rio de Janeiro, para chamar a atenção da sociedade para os problemas da universidade.

Histórico

"Entramos em greve por tempo indeterminado a partir desta segunda-feira, 21 de junho (...). A greve é a única resposta ao descaso do governo para com a situação da Uerj, a saúde e educação públicas de qualidade". Assim, o boletim eletrônico do Sintuperj de meados do ano passado anunciava o início do movimento grevista por reajuste salarial de 37,74%, índice que representa a reposição das perdas salarais desde 1995. Além disso, os servidores reivindicam a implantação de um plano de carreira já aprovado, inclusive, no Conselho Universitário da instituição desde outubro de 2002.

Passados quase nove meses, os trabalhadores já enfrentaram ações na justiça, ameaças de corte de salário e intransigência do governo em negociar, mas a legítima greve não cedeu em nenhum momento. O funcionalismo fez diversas manifestações em frente ao Palácio Guanabara e enfrentou a truculência policial para reivindicar seus direitos. Em determinado ponto, para sensibilizar os parlamentares estaduais para sua causa, os servidores chegaram a ocupar o plenário da Assembléia Legislativa (Alerj), no centro da cidade. Ocupações temporárias de setores da universidade também fizeram parte da forma de atuação do movimento.

Deputados norte-americanos corridos da Uerj

Naquele que talvez tenha sido o mais rumoroso episódio da greve, deputados norte-americanos foram expulsos da Uerj, no mês de junho do ano passado. O movimento considerou uma afronta à universidade pública e ao Brasil a realização de um debate entre os parlamentares Susana Mendoza (Partido Democrata de Ilinois) e Erik Paulsen (Partido Republicano de Minnesota) sobre as eleições presidenciais dos EUA, então em curso.

Reitoria manipula informações

Em agosto do ano passado, por exemplo, a reitoria argumentou que a folha de pagamento não poderia ser rodada, enquanto continuasse a greve. O fato foi logo desmentido e o funcionalismo teve uma amostra da intransigência que enfrentariam daí em diante. Poucos dias depois, o reitor reuniu o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão sob o pretexto de discutir a manutenção ou não do calendário do vestibular. O problema foi que a administração da universidade encaminhou o tema condicionando a manutenção do vestibular à desocupação da Diretoria de Informática, através de ação judicial e do uso da força policial. Mesmo questionado sobre possíveis episódios de violência da PM contra os servidores, o reitor Nival de Almeida teria respondido com a frase "não se faz omelete sem quebrar os ovos". O colegiado aprovou a proposta da reitoria e a Uerj entrou com a ação de reintegração de posse do espaço. Os servidores desocuparam o local no fim daquele mês, mas o setor permaneceu em greve, mantendo apenas as atividades essenciais.

Privatização do hospital universitário

Também em agosto, segundo o informativo do Sintuperj, foi denunciado por servidores do Hospital Universitário Pedro Ernesto que representantes da Fundação Cardiológica Pedro Ernesto (Funcape) estariam trazendo profissionais de fora da Uerj para substituir servidores em greve e fazer o atendimento no setor de Radiologia. A reitoria, por sua vez, ainda de acordo com o informativo, ingressou na Justiça para garantir o atendimento de pacientes de convênios privados no Hupe.

Violência policial

No dia 16 de outubro, uma manifestação pacífica em frente ao Palácio Guanabara, convocada pelo Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe), foi violentamente reprimido por PMs da tropa de choque. Dezenas de trabalhadores ficaram feridos. A repressão, no entanto, não intimidou os 600 servidores da educação e saúde estaduais, que realizaram o ato até o final, culminando com uma passeata do Palácio Guanabara ao Largo do Machado.

Ocupação do plenário da Alerj

No dia 22 de outubro, foi a vez de os servidores ocuparem o plenário da Alerj para exigir dos deputados que intermediassem negociações diretas com a governadora Rosinha Matheus sobre a reposição salarial e a implantação dos planos de carreira. Na ocupação, os servidores amarraram-se às cadeiras do plenário e alguns deles foram retirados com extrema violência pelos seguranças da Alerj. Cerca de 10 minutos após o início do protesto, a sessão foi encerrada pelos deputados sob vaias de dezenas de servidores.

UFRJ

Infiltrações prejudicam funcionamento da Creche Universitária

Rachaduras nas paredes e queda de rebocos levam diretora a interditar entrada do estabelecimento

Não foram só as instalações do Colégio de Aplicação (CAp) que ficaram seriamente prejudicadas com as fortes chuvas que atingiram a cidade no final do mês de janeiro. Ao ler a publicação sobre o colégio na Lagoa, na edição 173, a professora Leonor Werneck dos Santos, da Faculdade de Letras, entrou em contato com o Jornal da Adufrj para comunicar que a Creche Universitária Pintando a Infância, que atende aos filhos de professores e técnicos-administrativos da UFRJ, está passando pelas mesmas dificuldades. A iniciativa de Leonor Werneck, que é mãe de uma aluna da creche, foi tomada após uma reunião com os pais de todas as crianças, no dia 23/2, quando foram informados da atual situação no recinto. Vendo o esforço da diretoria, os pais se comprometeram em ajudar na divulgação do quadro, pois há a necessidade de providências imediatas.

Após a reunião foi elaborado um memorando, solicitando reformas urgentes, que foi encaminhado ao reitor Aloisio Teixeira e a Roberto Gambine, superintendente da pró-reitoria de pessoal (PR-4). O documento comunica que a pintura interna e externa não foram concluídas em prazo suficiente e que as paredes estão mofadas e encharcadas.

A reportagem constatou o estado crítico das instalações físicas, em visita na última quinta-feira (10/3). Inúmeras infiltrações provocaram a queda de alguns rebocos, que felizmente ocorreram no período em que a creche estava sendo pintada e portanto não havia crianças no local. Com o retorno das atividades (o funcionamento é de fevereiro até dezembro), algumas áreas foram isoladas pela diretora Veloni Vicentini, pois outros rebocos estão praticamente despencando. O comprometimento das paredes e a possibilidade de um curto-circuito representam um risco constante para a comunidade da creche. Algumas instalações elétricas estão encharcadas e até a entrada principal está cercada por uma fita isolante e trancada com um cadeado, devido à ameaça de desabamento de parte do teto. O fluxo na creche Pintando a Infância está sendo feito por um portão alternativo, localizado ao ar livre.

Antonio Vianna

VISÃO DE UMA DAS ÁREAS INTERDITADAS E PARTE DAS INSTALAÇÕES DA CRECHE UNIVERSITÁRIA. INFILTRAÇÕES PÕEM EM RISCO A ESTRUTURA DO PRÉDIO

Ambiente insalubre

Além de interditar parte das instalações, Veloni Vicentini afirmou que algumas salas também ficaram inutilizadas: “Seria uma irresponsabilidade manter crianças em um ambiente insalubre, em tempo integral, pois o risco de doenças infecto-contagiosas é muito grande”. A creche funciona entre 7h30 e 17h30.

A umidade provocada pelas infiltrações são evidenciadas também por rachaduras nas salas, paredes descascadas nos corredores e até uma goteira no pátio externo. A diretora Veloni frisou que logo após o encaminhamento do memorando, a reitoria providenciou a troca das telhas do prédio, mas ainda assim existem outras necessidades emergenciais, que estão sendo proteladas por entraves burocráticos: “Não nos sentimos abandonados pela reitoria, mas temos urgência na solução destes problemas”.

A Creche Universitária Pintando a Infância funciona em instalações adaptadas, num prédio que pertence ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

Veloni reivindica um projeto para a construção de novas instalações (que seriam ao lado do prédio de Educação Física), num terreno de aproximadamente 10 mil metros quadrados. Assim, ela acredita que não sofrerá mais com o problema das chuvas de verão na cidade, além de poder devolver as instalações ao Hospital Universitário, que está sofrendo com a falta de vagas. Apesar do projeto preliminar já estar pronto, ele ainda não pôde ser divulgado porque necessita de uma aprovação. Enquanto isso, a diretora quer resolver imediatamente esses problemas e espera uma solução rápida para as centenas de crianças que lá estão.

CAp volta a sofrer com infiltrações e aulas são suspensas

O CAp está enfrentando infiltrações que têm transformado as salas de aula em ambientes insalubres. O **Jornal da Adufrj** de 21/2 noticiou os problemas enfrentados pelo CAp a uma semana do início do ano letivo. Na ocasião, uma grande quantidade de água das chuvas ocorridas no período próximo ao Carnaval infiltrou as paredes ocasionando problemas de umidade e mofo. No dia 3 de março, já com as atividades no colégio iniciadas, o sistema de telhados e escoamento do prédio novamente não suportou as chuvas e ocorreram novas infiltrações. As aulas desse dia foram suspensas no turno da tarde, período de atividade dos alunos mais novos. Mesmo com as aulas suspensas, muitas crianças não puderam deixar o colégio por serem menores e precisarem de autorização dos pais para sair. No dia seguinte, tanto no turno da tarde quanto no da manhã não houve aulas. As atividades só foram retomadas no dia 7. “Na segunda-feira quando chegamos, a umidade ainda era muito grande, mesmo tendo sido tomadas as providências mais emergenciais de secagem das salas”, diz a vice-diretora do CAp Izabel Goudart.

Segundo a diretoria do CAp, essa nova infiltração foi muito mais forte que a primeira. Dessa vez, não só as paredes, os quadros e os painéis foram atingidos, mas também o quadro de luz do prédio. “Isso foi muito grave. Nós tivemos que desligar a energia do colégio. A Prefeitura Universitária foi avisada do problema. Aguardamos providências dos órgãos da UFRJ responsáveis pela segurança das unidades”, diz Izabel.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

REFORMA UNIVERSITÁRIA

EDIÇÃO DE
14 DE MARÇO
2 0 0 5

Apresentamos, neste encarte, uma análise do conselheiro da Adufrj-SSind e diretor do Andes-SN, Roberto Leher, sobre o anteprojeto de Lei da Educação Superior do governo (cujo conteúdo foi reproduzido no Jornal da Adufrj nº 166, de 13 de dezembro do ano passado). Logo de início, Roberto critica o o curto prazo de tempo estipulado pelo MEC para que as entidades se manifestem sobre o projeto. O fato de o anteprojeto ter sido apresentado em dezembro prejudicou o debate nas universidades, esvaziadas pelas festividades de fim de ano e pelas férias. Além disso, o professor desmente o discurso do MEC de que o projeto será "democraticamente" discutido e indica, ainda, diversos pontos negativos no texto do ministério.

A partir da página 5, fica disponibilizada a "Agenda para a Educação Superior: uma proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje", recentemente aprovada no 24º Congresso do Sindicato Nacional, em Curitiba (PR). O documento é referenciado na Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2) - disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind -, no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira e nos encaminhamentos construídos no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Considerações sobre o anteprojeto de lei da educação superior

Roberto Leher[1]

Dezembro é um mês profícuo para a aprovação e apresentação de projetos de questionável legitimidade. No caso dos projetos educacionais, além das festividades, o mês antecede o período de férias e de trabalho interno nas instituições. Foi no ocaso de 1996 que Cardoso logrou aprovar o seu projeto de LDB. O presidente Lula da Silva não foi original ao apresentar, por meio do MEC, o Anteprojeto que pretende arrematar a contra-reforma da educação superior, no dia 6 de dezembro de 2004.

Mais significativo do que a inadequação do calendário foi a tentativa de caracterizar aquela solenidade como o "marco zero" da reforma universitária. Somente suprimindo a história o Anteprojeto de 6 de dezembro pode proclamar que o processo da "reforma" até aqui conduzido foi democrático. Orwellianamente, o SINAES, o ProUni, a Inovação Tecnológica, a regulamentação das fundações privadas, a profunda reforma da educação profissional desapareceram do escopo da contra-reforma. A partir desse vazio provocado, o governo afirma que, agora sim, o debate com a sociedade será democrático. Diferente do que parece acreditar a alta burocracia e os dirigentes do governo, a legitimidade de um ato não decorre apenas do fato de que este emana de um governo eleito com um programa. É preciso que os procedimentos de elaboração dos atos de governo sejam reconhecidos como legítimos. Ocultar e trabalhar com medidas tidas como pressupostas não é democrático: falsifica o consenso.

"Agenda para a Educação Superior: uma proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje"

Página 5

Assim, o tão ansiado debate sobre o futuro da universidade pública está cada vez mais distante. Caso o governo optasse pela universidade pública teríamos sujeitos sociais capazes de defender, nos espaços públicos, um ousado projeto transformador que faria da universidade pública uma instituição crucial para a transformação do país em uma nação mais democrática. Na agenda dos movimentos sociais, dos sindicatos e das entidades acadêmicas comprometidas com a educação pública, pulsam temas como:

i) estratégias que fortaleçam a verdadeira universalização do direito à educação superior, tema que envolve a democratização do acesso e, conseqüentemente, políticas públicas capazes de promover o acesso aos segmentos historicamente excluídos e, também, o estabelecimento de consistentes políticas de assistência estudantil, atualmente inexistente no país;

ii) a mudança no esquema interpretativo produtivista, em favor da discussão sobre as condições acadêmicas que favoreçam a qualidade e o valor social dos conhecimentos produzidos;

iii) as novas formas de organização do trabalho acadêmico, em favor de formas mais coletivas, articulando docentes, técnicos e administrativos, estudantes e, mais amplamente, especialmente em determinados campos, os movimentos sociais enquanto sujeitos e relações que levem a uma nova episteme, propiciando a sistematização dos saberes relevantes científica e socialmente; e

iv) a elaboração prospectiva de cenários para o futuro – meio ambiente, agricultura, energia, economia, educação, fluxos populacionais, deslizamentos entre o local, o regional e global etc. – interagindo vivamente com a sociedade e com as experiências protagonizadas pelos que lutam por transformações originais, convertendo-a em espaço público e emancipatório de produção e socialização do conhecimento.

Essas demandas, embora criadoras, não têm espaço na agenda governamental. Em essência o que temos é a manutenção do mesmo (do estabelecido) porém um patamar mais aprofundado do que já vivido no governo Cardoso. Assim é que as verbas para as instituições federais disponibilizadas em 2003 e 2004, portanto já no governo de Lula da Silva, são 20% menores do que as de 2000 (Belloni, 2004), um ano dramático para as Federais e que criou o ambiente para a maior greve da história das IFES em 2001.

A tese da "tabula rasa" é tão mais significativa quando se considera o conteúdo do Anteprojeto de lei orgânica apresentado pelo MEC. Mesclando como *bricolage* expressões que seriam apropriadas para um projeto em favor da universidade pública e gratuita e mesmo fragmentos de reivindicações históricas dos movimentos, como um maior controle do setor privado, com a nova retórica empresarial da "responsabilidade social" e da "sociedade do conhecimento", a imagem do Anteprojeto é difusa mas, a primeira vista é distinta das demais medidas até agora praticadas – Programa Universidade para Todos, Lei de Inovação Tecnológica, Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), entre outras.

Frente a esse paradoxo – dissonância entre forma e conteúdo -, é preciso fazer uma análise capaz de apreender a lógica interna do novo projeto. Contudo, essa análise somente será rigorosa se as medidas implementadas até o momento forem seriamente consideradas. Assim, será possível constatar que, lamentavelmente, as políticas dos organismos internacionais seguem oprimindo os cérebros do governo Lula da Silva. Com efeito, a modernização do MEC coincide no fundamental com as agendas do Banco Mundial, do BID e da CEPAL para as instituições de educação superior públicas: racionalização do acesso não por medidas universais, mas por cotas; programas de estímulo à docência por meio de gratificações por produtividade; avaliação padronizada da "qualidade" (Exame Nacional de Desempenho) inspirada na teoria do capital humano; vinculação entre os planos de desenvolvimento institucional (estabelecidos com a participação empresarial), avaliação (SINAES) e financiamento (financiamento por meio de contratos); direcionamento do "mercado educativo" da instituição para o âmbito regional, e associação linear e estreita entre eficiência acadêmica e pragmatismo universitário. Em suma, o Banco difunde um posicionamento ideológico de modo a conformar a universidade pública em um setor mercantil balizado pelos valores neoliberais.

A assimilação desses elementos que compõem a matriz da concepção do Banco Mundial no Anteprojeto desenha uma instituição que dificilmente mereceria o conceito de "pública", inviabilizando o que é fulcral na universidade: a liberdade acadêmica, concebida como um obstáculo à eficiência das instituições. No equilíbrio de poder entre a autoridade "acadêmica" e a autoridade da universidade-empresa prevalece esta última.

Coincidindo também com a agenda da OMC e do ALCA, o Anteprojeto admite, pela primeira vez na história do país, que **a educação é um campo específico de investimentos estrangeiros.** O Anteprojeto autoriza uma participação de até 30% de capital estrangeiro, criando a "segurança jurídica" que os empreendedores tanto reclamam nos tratados de livre comércio (TLC). O que importa, por agora, é que o princípio de que o setor comporta investimentos estrangeiros está estabelecido.

A enorme ofensiva do grupo de pressão do setor privado objetiva justamente "flexibilizar" as normas do governo. Como no ProUni o setor foi muito bem sucedido, mesmo sem fazer grande *lobby*, não resta dúvida de que agirão com muita intensidade para alargar ainda mais as concessões. O MEC demonstrou improvável ingenuidade ao propor aos empresários uma política consistente em benefício do setor, acreditando que, com isso, em contrapartida, estes admitiriam algum controle sobre o funcionamento das privadas. Todas as contendas do capital no sentido de flexibilizar e liberalizar as suas ações foram acolhidas pelo núcleo dirigente do governo (vide: transgênicos, biossegurança, concessão de reservas de petróleo, madeira, lei de falências, PPP etc.) e, de modo ainda mais pró-capital, pelo Congresso Nacional. É óbvio que os lobbies das instituições privadas estão fortalecidos e confiantes de que a sua ação será exitosa e que o governo irá fazer as concessões reivindicadas que poderão ser ampliadas ainda mais no Congresso Nacional Assim, os precedentes indicam que o grupo de pressão irá agir no sentido de ultrapassar a barreira de 30%. Ademais, nada impede que futuramente o parlamento faça revisões para ajustar as condições de participação estrangeira no setor educacional firmados no ALCA ou no Acordo Geral de Comércio de Serviços da OMC. As repercussões dessa orientação incidirão diretamente sobre as universidades públicas. Ao intensificar a competição das privadas associadas ao capital estrangeiro com as públicas, estas últimas sofrerão os efeitos de uma cultura universitária *macdonoldizada* mas poderosa sob o ponto de vista midiático. As públicas terão de sobreviver em um ambiente ainda mais hostil aos seus valores e práticas.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho
Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br
E-mail Redação: comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

II

As diversas medidas até o presente encaminhadas pelo governo federal já foram objeto de estudos sistemáticos por parte de acadêmicos especializados no campo e também por entidades e representações sindicais, acadêmicas e de estudantes, merecendo publicações que, no geral, foram capazes de abarcar as questões centrais em discussão[2], parte delas sintetizadas em Leher (2004). Com o objetivo de tornar pensável o novo Anteprojeto, vale recuperar algumas das linhas de força presentes nas iniciativas governamentais:

i) a consolidação do eixo privado – agora por meio de parcerias público-privadas – como o vetor do fornecimento da educação superior;

ii) a naturalização de que os (poucos) jovens das classes populares que terão acesso ao nível superior receberão ensino de qualidade drasticamente inferior;

iii) a transformação da universidade em organização de serviços demandados pelo capital metamorfoseados como inovação tecnológica;

iv) a conversão da educação tecnológica em um braço da ação empresarial e de regulação do acesso (e exclusão) aos empregos, e

v) a hipertrofia do controle governamental (produtividade, eficiência e ideologia reguladas por meio da avaliação) e do mercado (financiamento e utilitarismo) sobre a universidade pública, inviabilizando a autonomia e, principalmente, a liberdade acadêmica.

Frente a esse quadro que redefine a função social da universidade, alargando a esfera privada segundo uma lógica utilitarista, todas as demais medidas do governo já estarão carimbadas com essas marcas. Somente uma razão cínica pode sustentar a tese da tabula rasa a partir da qual seria possível uma metodologia democrática de encaminhamento político. O exame do Anteprojeto permite evidenciar que, por detrás do verniz público, a torrente privatista pulsa soberana no referido documento.

III

Na operação ideológica de apagamento da história – e dos sujeitos históricos, como os milhares de manifestantes que vêm criticando as políticas do governo federal, cujo ápice foi a Grande Marcha do dia 25 de novembro de 2004 em Brasília – o governo de Lula da Silva tenta criar um falso antagonismo com os governos anteriores, obviamente com o objetivo de afirmar, categoricamente: nós somos diferentes! A idéia é aproximadamente a seguinte: "eles eram autoritários e privatistas, nós somos democráticos e a favor do ensino público. Se empreendemos medidas em favor do capital e da mercantilização da educação é porque a realidade assim exige, independente da nossa vontade, mas temos uma agenda a favor do setor público que não existia anteriormente".

Essa lógica tem muitos pontos débeis. Os sujeitos históricos que estiveram envolvidos nas lutas dos anos 90 sabem, por áspera experiência própria, que o atual governo não promoveu nenhuma descontinuidade significativa com relação às medidas anteriores. Esta é uma memória incômoda que precisa ser silenciada e vencida. Em última instância, é esta a motivação do governo Federal de patrocinar uma entidade oficialista para competir com o Andes-SN. Além de desqualificar e tentar silenciar os críticos – e como parte desse processo – as contas publicitárias do MEC já devem ter eclipsado as de Paulo Renato de Souza.

Objetivando demarcar uma inexistente diferença com a situação anterior, o Ministro adota uma retórica pueril e vazia. Na Exposição de Motivos do Documento de dezembro, o Ministro Tarso Genro afirma que o Anteprojeto objetiva "***restabelecer*** *o papel do Estado como mantenedor das Instituições Federais de Ensino Superior e* ***regulador*** *do Sistema Federal de Educação Superior"*. A rigor, diferente da afirmação do Ministro, o Estado não conseguiu desobrigar-se por completo de sua função de mantenedor. Durante toda a dura década de 90 houve muita luta por parte das entidades representativas e, apesar da severa degradação impingida às instituições, a universidade pública não foi vencida.

Quanto ao papel do Estado como regulador, não é possível ocultar o fato de que este papel foi intensamente praticado pelo governo Cardoso que criou um instrumento (GED) com o objetivo de controlar a "produtividade" dos docentes, medida ampliada no atual governo e concentrou todo o poder sobre o funcionamento das universidades em Brasília, a ponto de uma simples contratação de professor substituto ter de ser autorizada no Ministério. Desse modo, foi regulação associada a agenda de "modernização" da educação superior vis-à-vis a agenda do Banco Mundial. No caso das públicas, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) previsto no Anteprojeto em tela cumpre o papel de manter as universidades sob rédea curta, manejada pelo Executivo e por segmentos empresariais, os estatutos das públicas, conforme o mesmo Anteprojeto, terão de ser submetidos ao crivo do Conselho Nacional de Educação e do próprio Ministro, em oposição frontal a Constituição enquanto que nas privadas o Estatuto somente será publicado. Ademais, aspectos cruciais da regulação do setor privado serão deslocados para os estados, aumentando a liberdade dos empreendedores.

Uma análise mais detalhada do PL demonstra que o aumento da responsabilidade do Estado como *mantenedor* da educação superior está longe das intenções do governo Lula da Silva.

Em artigos, conferências e entrevistas os dirigentes do MEC fazem comparações com o governo Cardoso enaltecendo os seus feitos. Contudo, essas comparações são frágeis e pouco significativas. O contingenciamento foi tal que, no período 1995-2002, o orçamento do MEC caiu de 1,44% do PIB (1995) para 1,26% em 2002. Assim, as comparações "virtuosas" escondem o fato de que o padrão anterior estava drasticamente rebaixado. Para efeito de comparação, séries históricas devem ser estabelecidas, em valores corrigidos. Contudo, se compararmos os recursos executados praticados pelo governo de Lula da Silva, em valores constantes, constataremos que mesmo em relação a Cardoso, a atual gestão é regressiva: em 2000, a subfunção educação superior contou com R$ 9,3 bilhões, em 2003, os recursos para esta rubrica caíram para R$ 7,2 bilhões, montante repetido em 2004[3] (Belloni, 2004).

Diferente dos juros e serviços da dívida, para a área social os gastos públicos são inelásticos. É uma questão de política de Estado: os novos investimentos nas IFES não ultrapassam R$ 695 milhões. Conforme o Plano Plurianual não há recursos novos para o setor: o anunciado aumento de verbas para a educação superior que estaria previsto na Lei de Orçamento da União (R$ 8,6 bilhões), se comparado a terrível série histórica dos anos 90 (valores corrigidos), não se destacará por estar no pico dos gastos, ao contrário, não fugiria da deprimida curva que expressa os baixíssimos gastos com a educação superior federal; ademais, já é senso comum que a previsão da Lei de Diretrizes Orçamentária e mesmo o Orçamento Geral da União não expressam nem de perto a realidade. Importa saber quanto recurso foi efetivamente repassado (executado, no jargão técnico). E aqui o quadro ainda é mais medíocre.

A subvinculação pretendida no Anteprojeto (75% dos 18% constitucionais) igualmente não irá alterar o quadro de penúria das públicas, visto que a Desvinculação das Receitas da União (que retira cerca de R$ 4 bilhões por ano do orçamento do MEC) será mantida. O novo Anteprojeto introduz mais um elemento que irá reduzir os gastos da União com o ensino superior: **fica deduzida da base de cálculo a complementação da União aos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, futura emenda constitucional**. E, ainda, a burla do princípio constitucional que vincula verbas dos impostos à educação igualmente permanece inalterada. Para fraudar a vinculação, desde Cardoso há um aumento sistemático das Contribuições – Cofins, CPMF, CIDE… (que não contam para os referidos 18%) - que, paulatinamente, vêm tomando o lugar dos Impostos (que entram no cálculo dos 18% constitucionais), por isso, atualmente, os 18% incidem sobre um montante cada vez mais raquítico. Na prática, o montante total de recursos com a sub-vinculação acrescido da exclusão da folha dos aposentados dos gastos do MEC não ultrapassaríamos os inviáveis recursos atualmente disponibilizados, vinte porcento inferiores, como dito, aos de 2000. Contudo, além de não contribuir sequer para restabelecer o montante atualmente alocado para as IFES, pode esconder uma terrível armadilha contra os apo-

sentados. Com o vale-tudo instituído pela reforma da previdência, é preciso indagar se esse deslocamento não irá significar uma desconexão dos docentes aposentados da situação da carreira dos ativos, lançando-os ao desalento e ao desamparo.

Assim, pelo exame do Orçamento, é possível retomar a questão da relação público-privado. Diferentemente do que assegura o MEC, o crescimento do repasse de verbas do erário para o setor privado que dará um enorme salto com o ProUni, **não vem acompanhado do crescimento das verbas para o setor público** que permanecem estagnadas. Como temos argumentado, com o aporte que o governo está disposto a assegurar às privadas, as públicas poderiam criar, em pouco tempo, mais de um milhão de novas vagas e, distintamente do ProUni, vagas para graduação e não para cursos seqüenciais!

Desse modo, o que temos na prática é a manutenção da situação estabelecida na educação superior brasileira, reconhecidamente uma das mais injustas do mundo – tanto no percentual de jovens matriculados, como na relação público/ privado.

O Anteprojeto afirma que a meta de crescimento do setor público para 2011 é chegar ao índice de 40% das vagas no setor público. Na prática, isso significa, estabelecer a meta de que em 7 anos chegaremos à mesma situação de 10 anos atrás! Em 1994, conforme o INEP, o percentual de estudantes nas públicas era de 41%! O MEC argumenta que em 2011 o percentual significará um numero maior de estudantes. Sim, isso é óbvio. Mas não altera a situação de iniqüidade vigente nos anos 90. E pior: como não há previsão de recursos novos, é de se supor que a expansão das públicas será por meio de modalidades aligeiradas (*adequadas* aos pobres), como a educação a distância (O MEC estuda a possibilidade de autorizar 270 mil vagas a distância para formar professores) e a proliferação de centros universitários, como, aliás, propõe o Anteprojeto ao converter os CEFET em centros universitários. No PNE-Sociedade brasileira, a meta de crescimento estava amparada em uma consistente política de financiamento: 2006 (1,2% do PIB) e 2011 (1,4% do PIB). Hoje o percentual de gastos na educação superior federal está estagnado em 0,6% do PIB.

IV

Substantivamente nada no Anteprojeto assegura mudança na orientação prevalecente até o momento de supremacia do privado frente ao público. Essa crescente supressão do público é feita por meio de uma indiferenciação entre as esferas pública e privada para a qual o SINAES joga um papel fundamental, credenciando as instituições privadas que prestarão um serviço 'público', com verba pública. Ao recusar o par em antípoda, o MEC afirma ser possível compatibilizar suas ações em favor do setor privado com as do setor público, posto que, conforme sua argumentação, o público e o privado são dimensões que se completam. Na argumentação oficial, as públicas são de melhor qualidade, mas elitistas; as privadas, embora de qualidade inferior, são mais democráticas pois atendem aos mais pobres.

É lamentável encontrar no governo defensores de uma tese absolutamente inverídica: a de que as privadas são mais democráticas do que as públicas, pois acolhem os estudantes mais pobres. Tomando como referência um curso cujos estudantes são de maior poder aquisitivo, como medicina, por exemplo, o porcentual de negros ou pardos no Exame Nacional de Cursos é de 26% nas públicas, contra 10,5% nas privadas. Considerando a renda familiar declarada, observa-se que o porcentual dos participantes cuja renda familiar é igual ou inferior a R$ 720 é maior nas públicas; ao mesmo tempo, o porcentual dos que possuem renda maior do que R$ 7,2 mil é maior nas privadas; somente 5,4% dos estudantes das privadas estão entre os 50% mais pobres, nas públicas esse índice é mais do que o dobro: 11,7% (Rezende Pinto, 2004).

Ao contrário do que o MEC proclama, o novo alento assegurado às privadas (completa isenção de impostos e, ainda de parte significativa da contribuição previdenciária, no caso das filantrópicas) deverá impulsionar um novo ciclo de crescimento do setor, hoje correspondente a 88% das instituições de ensino superior e a 72% dos estudantes. Cumpre registrar que atualmente o setor privado movimenta cerca de R$ 15 bilhões: as filantrópicas gozam de isenções da ordem de 25% e as empresariais de 15%. Caso todas venham a se converter em empresariais, uma hipótese ainda remota, as isenções corresponderiam a R$ 2,3 bilhões. No futuro próximo, contudo, considerando que as filantrópicas não recolhem a contribuição previdenciária patronal (cerca de R$ 460 milhões) as privadas poderão receber mais de R$ 2,7 bilhões em "troca" de menos de 150 mil vagas de péssima qualidade, grande parte delas pulverizada em bolsas parciais de 50% e 25%. Isso sem contar os R$ 1 bilhão do FIES. Cabe lembrar ainda que o ProUni previa em sua primeira versão 20% da vagas de todo o setor privado, percentual que despencou para ínfimos 8,5%. A alcunha do ProUni criada pelo jornalista Josias de Souza da Folha de São Paulo expressa com perfeição a situação: é o "promamata".

V

Resistindo, as entidades e movimentos em favor da educação pública estão criando o novo. A experiência de luta brasileira é particular na América Latina. A despeito de divergências e tensões entre os sindicatos, entidades acadêmicas e os (poucos) governos democráticos foi possível realizar massivos Congressos Nacionais de Educação que resultaram em um Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. Este patrimônio político não foi sequer considerado no debate da política educacional em curso no país.

Cabe aos movimentos manter a chama acessa e empreender lutas massivas por seu projeto educacional. Nos últimos vinte anos, tempo de neoliberalismo violento e opressor, os educadores foram protagonistas destacados das lutas em favor de uma sociedade libertária, fundada no valor da igualdade e na concepção de que o conhecimento científico, artístico e cultural é um patrimônio da humanidade. Por compreenderem que a educação é um direito e, ainda, que o conhecimento é produzido no trabalho social, os educadores e estudantes lutaram e lutam para que a sociedade possa assegurar a todos – e a cada um – a condição de intelectual. Afirmando o projeto socialmente construído, será possível derrotar a mercantilização da educação expressa na política governamental. Apesar das adversidades, as contradições postas pelas políticas do governo de Lula da Silva abrem caminho para a materialização de utopias que estão fazendo da América Latina um espaço de alternativas originais ao capitalismo em sua expressão neoliberal.

BIBLIOGRAFIA

BELLONI, I. *Notas sobre financiamento de educação superior*. In: Câmara dos Deputados/ COED, Avaliação Técnica do PNE, DF, 2004.

BRASIL. Lei n. 10.861 de 15 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 2/2/05.

BRASIL. MEC. Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES):* bases para uma nova proposta. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. MEC. Anteprojeto de lei - Versão preliminar, 6 de dezembro de 2004.

BRASIL. Lei de Inovação Tecnológica, LEI Nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004.

BRASIL. Programa Universidade para Todos. Lei Nº 11.096, 13 de janeiro de 2005.

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. *Educ. Soc.*, out. 2004, vol.25, no.88, p.867-891. ISSN 0101-7330.

SOUZA, Josias de. Medida provisória do PROUNI cria o "promamata". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 2004. Caderno 1.

REZENDE PINTO, J. M. de O acesso à educação superior no Brasil. *Educ. Soc.*, out. 2004, vol.25, no.88, p.867-891. ISSN 0101-7330.

[1] Professor da FEUFRJ, Coordenador do Grupo de Trabalho Universidade e Sociedade do CLACSO e Diretor do Andes-SN.

[2] . Diversas revistas especializadas elaboraram dossiês sobre a "reforma": Revista Reportagem, margem Esquerda, n.3, Universidade e Sociedade (n.33, julho 2004), Revista da Adusp (n.32, abril 04 e outros), Revista da Adunicamp (Setembro 04). Educação e Sociedade fez um alentado volume sobre a educação superior reunindo especialistas nacionais e estrangeiros (n.88, número especial –2004). O Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN elaborou um estudo abrangente sobre as principais medidas encaminhadas até agosto de 04 (A contra-reforma da educação superior, Agosto 04).

[3] SIAFI, Elaboração COFF/CD, deflator IGP-DI (FGV), citado em Belloni (2004).

Agenda para a Educação Superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje

A desmercantilização exige a recusa do status quo e a busca da ousadia do porvir

O ANDES-SN apresenta à sociedade a sua proposta de agenda com estratégias, diretrizes e ações imediatas para a educação superior brasileira. É um documento que sintetiza em três eixos os rumos estratégicos para a expansão e desenvolvimento da educação superior pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Embora historicamente o ANDES-SN reivindique uma profunda reforma universitária, tal como fizeram os reformadores de Córdoba, é forçoso reconhecer que o debate atual em torno do tema reforma está colonizado pela agenda da modernização, tal como estabelecida pelo Banco Mundial. Nos marcos dos governos neoliberais, a reforma está centrada em mudanças gerenciais, na redução do financiamento público, no estabelecimento de parcerias público-privadas e em políticas de pseudo-garantias de acesso dos pobres à universidade. O eixo central da reforma do governo é o aligeiramento dos estudos, visando ao afastamento cada vez maior dos conteúdos curriculares das atuais fronteiras da ciência e da tecnologia, para assegurar nossa inserção no mundo capitalista globalizado permanentemente como nação periférica, exportadora de recursos naturais, produtos agrícolas e mão-de-obra barata, e eternamente dependente da importação de tecnologia. O anteprojeto do MEC (versão de 6/12/04) expressa esses limites e, nesse sentido, a agenda do ANDES-SN trabalha com premissas muito distintas das praticadas pelo governo federal.

Com efeito, os organismos internacionais coisificam e subsumem o conhecimento como componente estratégico de geração e incremento da riqueza (sociedade do conhecimento). Nessa ótica, as universidades devem se associar às empresas e aos setores empresariais, e os docentes devem ser meros empreendedores, configurando a mercantilização do conhecimento. Como os países periféricos e semiperiféricos são capitalistas dependentes e marcados pela heteronomia cultural, a venda de serviços afasta a universidade do rigor teórico e da vigilância epistemológica e, sobretudo, dos grandes problemas nacionais. Ademais, a agenda da modernização pressupõe a diferenciação das instituições de ensino superior, como se fosse inexorável a existência de universidades públicas de distintos quilates (vocação e resultado de seu desempenho no mercado).

As notas preliminares aqui apresentadas são parte da proposta do ANDES-SN para a educação superior brasileira (Caderno 2 e PNE: Proposta da Sociedade Brasileira). Essas diretrizes não objetivam se constituir em uma lei orgânica e, tampouco, em uma lei da educação superior que regulamente a autonomia. O Sindicato compreende que as normatizações não podem dar suporte à redução do alcance constitucional da autonomia e ao apagamento das fronteiras entre instituições públicas e privadas, o que resultaria em benefício deste último.

Essa agenda sistematiza propostas objetivas para as universidades públicas, embora, em determinados pontos, suas recomendações incluam outras modalidades (CEFETs, por exemplo). Foi conferida maior ênfase às instituições federais, em vista do momento político do início de 2005 e, por isso também, a agenda terá que ser ampliada e aprofundada.

Fundamentos da agenda e a concepção de universidade do ANDES-SN

A experiência secular das universidades é multifacetada, mas alguns momentos sublinharam aspectos profundos dessas instituições, como o surgimento da universidade de Berlim (1809) em que o conceito de autonomia universitária foi firmado no escopo do Estado e o movimento iniciado em Córdoba (1918) em que os estudantes sustentaram transformações nas condições latino-americanas, depois consagradas, como o acesso livre, o governo compartilhado e a vocação científica das universidades. Assim, as lutas em defesa da universidade consolidaram traços fundamentais que o ANDES-SN reivindica, como: o caráter universal e não-dogmático da universidade; o dever do Estado para com a manutenção e o desenvolvimento das instituições públicas com plena gratuidade; a autonomia universitária como norma bastante em si, de eficácia completa, conforme expresso na Constituição Federal brasileira (1988); a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e o autogoverno compartilhado das instituições. Reivindica, ainda, como função social historicamente constituída, a produção e a socialização do conhecimento, fundadas nas exigências epistemológicas e de método (rigor científico) além de estar a serviço da sociedade historicamente determinada.

A produção do conhecimento tem de exercitar a crítica às concepções de mundo estabelecidas, a dúvida, o direito de sonhar e imaginar, portanto não pode estar dirigida pelo mercado e tampouco pela razão instrumental que orienta a lógica produtivista tão ardorosamente defendida pelos adeptos da "excelência" acadêmica. A procura por diferenciais de eficiência não pode ser dogmatizada acima dos valores sociais envolvidos na priorização e no processo das pesquisas. É condição para o rigor científico o cuidado com a docência, atividade conceituada nessa agenda como axial e nobre, por isso, a defesa de condições dignas de trabalho.

Por lidarem com aspectos delicados da vida humana, as universidades devem se pautar por procedimentos éticos na produção de conhecimentos, um tema a ser permanentemente discutido dentro e fora das instituições. Por se confrontarem freqüentemente com as visões de mundo estabelecidas – religiosas, políticas, econômicas… -, as universidades devem gozar de plena autonomia didático-científica, qualidade que as particularizam entre as demais instituições sociais. As prerrogativas da autonomia objetivam justamente assegurar a liberdade acadêmica.

A defesa desses axiomas não significa alheamento social. O conhecimento básico, abstrato, imerso em problemáticas teóricas é uma dimensão crucial da universidade, pois, a médio e longo prazos, essa liberdade se reverte em benefícios sociais. Mas também é legítima a produção voltada para a resolução de problemas concretos, pois esta também obedece às exigências de rigor científico. O que não cabe é a subordinação da produção do conhecimento às demandas operacionais do capital, visto que essa rua é de mão única: beneficia a empresa e o empreendedor, mas não a sociedade e a universidade, pois os critérios de rigor são secundarizados frente aos objetivos instrumentais, além de estar originalmente posta a serviço do segredo privado – como determina a Lei de Inovação Tecnológica – e não ao saber democratizado de cunho emancipatório. Distintamente, contratos e convênios que obedecem ao uso rigoroso da cientificidade do conhecimento e atendem aos objetivos acadêmicos de um determinado campo de saber podem resultar em benefícios para a instituição. É a lógica acadêmica que deve presidir o exame desses contratos e não a lógica do capital.

Os desafios

- Assegurar a todos o acesso ao nível superior público, gratuito, laico e de qualidade socialmente referenciada, com garantia de permanência.

- Reverter o processo de mercantilização da educação superior pública em favor da constituição de espaços públicos de produção de conhecimento original.

-Assegurar um lugar estratégico para as universidades públicas no âmbito do Estado, condição para a soberania nacional.

Acesso e Permanência

Educação superior como direito

O direito de acesso ao conhecimento historicamente produzido é um dos ideais mais caros do pensamento humanista, progressista e revolucionário, que se desenvolveu no mundo inteiro nos últimos três séculos. Operar nessa direção é uma exigência da democracia e um objetivo sólido do Sindicato Nacional. Para enfrentar as políticas neoliberais e a forma assimétrica como a economia-mundo está organizada, muitas e variadas lutas devem ser

empreendidas. O ANDES-SN defende que uma delas é combater a focalização dos direitos sociais, sustentando a bandeira da educação pública de qualidade socialmente referenciada para todos. Propõe a mudança na orientação geral das políticas em curso que trabalham na perspectiva da focalização do acesso, reconhecendo, contudo, a justeza das reivindicações elaboradas pelos movimentos sociais, a partir dos anos 80, que exigem maior acesso ao ensino superior para negros e índios a partir de políticas de ação afirmativa. Uma agenda democrática tem de partir do princípio de que o acesso e permanência são direitos inalienáveis e dever do Estado. Assim, considera indispensável garantir, no plano da legislação, direito constitucional da educação superior pública, universal, gratuita, aberta a todos aqueles que desejem dar prosseguimento aos estudos e garantir os conhecimentos necessários para continuar com probabilidades de êxito seus estudos. Considera, ainda, que a sociedade tem classes e que as classes têm "cor", territórios, realidades regionais distintas, povos originários e outros que reivindicam construir a nação brasileira sem abrir mão de suas autonomias; assim, recusa e critica a noção de "todos" numa acepção liberal e abstrata.

Em uma sociedade capitalista dependente como a brasileira, dirigida por políticas macroeconômicas que somente aumentam as desigualdades, o acesso à educação superior pública e gratuita não é livre, aberta a todos os que desejam dar seguimento aos seus estudos. As barreiras atualmente existentes são de várias ordens: muitas crianças e jovens têm de buscar formas de sobrevivência que os impedem de concluir a educação básica; entre os que terminaram o ensino médio, milhões não podem sequer sonhar com o direito de cursar uma universidade, visto a escassa oferta de ensino público no país e o elevado custo das mensalidades do particular, isso sem falar dos gastos com transporte, material didático, moradia, alimentação. Esses desafios não são passíveis de serem revertidos com a manutenção das políticas neoliberais, ao contrário a ampliação da exclusão lhe é inerente. Por isso, é correta a avaliação do PNE-Sociedade Brasileira de que medidas urgentes devem ser empreendidas desde o presente com o objetivo de assegurar a universalização concreta desse direito.

As políticas para assegurar a universalização não podem partir de um falso universalismo liberal, segundo o qual o mérito é um crivo igual para todos, como se a sociedade fosse de iguais em direitos. Por isso, como parte da implementação de um sistema estruturalmente inclusivo é preciso colocar em práticas, dentre outras coisas, políticas afirmativas tratadas como direitos e capazes de assegurar aos segmentos mais duramente explorados melhores condições de acesso à educação superior. No processo de formação econômico-social do país, a constituição das classes se deu a partir de sua superposição à desigualdade racial oriunda de mais de três séculos de vigência de um sistema escravista. Assim, a condição econômica e o pertencimento étnico se somam, tornando a discriminação simultaneamente econômica e étnica. Obviamente, não serão mecanismos de mercado que irão conduzir os setores historicamente hiperexplorados para a universidade. Por isso, as ações afirmativas devem ser políticas de Estado, democraticamente estabelecidas e duradouras.

Ações afirmativas para concretizar a universalização

Como estratégia para assegurar o acesso universal, o ANDES-SN sustenta a sua posição quanto à necessidade de políticas estruturais para garantir os direitos sociais. O eixo da política afirmativa está centrado na oferta de educação básica de qualidade socialmente referenciada prioritariamente em territórios em que a renda é menor e os equipamentos urbanos e níveis mais débeis. A definição desses territórios não é simples, merecendo estudos adicionais, por envolver a consideração de muitas variáveis. A caracterização desses territórios de maior exclusão estrutural é necessária pois são nestes que as políticas afirmativas devem ser praticadas prioritariamente.

As escolas públicas localizadas nessas áreas de maior concentração da exclusão devem contar com o apoio federal objetivando assegurar maior jornada escolar, ensino noturno regular e de qualidade e infra-estrutura compatível com a elevada função social dessas escolas. As universidades públicas e os CEFETs devem desenvolver obrigatoriamente programas de suporte pedagógico sistemático a essas escolas e, necessariamente, garantir acesso diferenciado aos alunos provenientes dessas unidades, conforme definição dos colegiados competentes.

No gozo da autonomia universitária, as instituições devem buscar estratégias para assegurar acesso a descendentes dos povos originários, às comunidades quilombolas e a movimentos sociais do campo, no sentido de fortalecer as iniciativas desses segmentos de ocupação democrática do território, respeitando o meio ambiente e a diversidade cultural do povo.

Ao longo de 2005 e 2006, as universidades devem construir uma alternativa ao processo do vestibular, considerando, para isso, as metas de crescimento da oferta da educação superior pública e gratuita. A meta deve ser a extinção progressiva do vestibular por meio de avaliações realizadas pelas instituições de ensino superior em articulação com as redes de ensino básico.

Metas de expansão e financiamento

Os países da OCDE, em média, destinam 1,3% do PIB para a educação superior para um sistema já consolidado. No Brasil, o sistema público da educação superior ainda não está consolidado e ainda terá de ser muito ampliado. As matrículas em cursos presenciais aumentaram nas instituições federais e estaduais. Por exemplo, nas federais, o crescimento foi de 46% entre 1996 e 2002, passando de 364 mil para 532 mil. Ao mesmo tempo, os recursos foram drasticamente diminuídos e os concursos para reposição de vagas foram muito reduzidos e até interrompidos nas federais. Isso significa que o crescimento se deu por meio de uma intensificação extraordinária do trabalho dos docentes, da precarização e pela sobreutilização dos equipamentos e da infra-estrutura, como bibliotecas e laboratórios etc. Não há mais como crescer sem comprometer a qualidade do ensino e da pesquisa.

Um requisito indispensável para o êxito de qualquer agenda ou plano de educação no país passa pela derrubada dos vetos em vigor sobre a aplicação de recursos financeiros equivalentes a 7% do PIB para a educação pública em todos os níveis de ensino como havia sido previsto no PNE (Lei n° 10.172/2001) e vetado por FHC. Esse seria o passo inicial visando a alcançar a meta do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira de 10% do PIB até o final da década. Tendo por referência os valores de 2004, 7% do PIB correspondem a aproximadamente R$ 128 bilhões. É importante destacar que as metas de expansão das verbas expressas em porcentual do PIB foram objeto de estudo no PNE: Proposta da Sociedade Brasileira e que os recursos destinados às IES públicas viabilizam não apenas o ensino de graduação, mas parte majoritária da pesquisa desenvolvida no Brasil, inclusive por meio da pós-graduação, além de importantes atividades de extensão.

Para alcançar essas metas de financiamento, a vinculação constitucional de recursos para as áreas sociais é instrumento indispensável para assegurar os direitos sociais. Essa vinculação precisa ser referenciada nas reais possibilidades do país, expressas pelo PIB.

Atualmente, os recursos da União vinculados à educação referem-se a 18% dos impostos, correspondendo apenas a 44% das receitas da União. Destaque-se que os tributos federais têm sido sistematicamente aumentados por meio de taxas e contribuições – que são excluídas da vinculação – reduzindo, assim, o repasse de verbas para estados e municípios, atingindo notadamente a educação e saúde. Ademais, da receita de impostos, ficam retidos 20% a título da Desvinculação das Receitas da União (DRU), o que significou, em 2004, R$ 29 bilhões. As isenções fiscais para instituições de ensino superior privadas, como as asseguradas pelo ProUni, devem ser interrompidas. Os recursos das referidas isenções devem ser apliacados na execução das metas da presente agenda. A extinção do ProUni deve vir acompanhada de dispositivo que garanta o direito dos estudantes que se valeram do programa.

Para viabilizar a expansão e o novo padrão de financiamento, o MEC deve se comprometer com a derrubada dos vetos ao PNE, notadamente a meta de 7% do PIB para a educação pública, com a extinção da aplicação da DRU das verbas constitucionalmente estabelecidas para a educação.

Nos marcos de um novo padrão de financiamento, será possível ampliar os recursos para as instituições públicas de ensino superior para 2% do PIB em 2005/2006, tendo por meta alcançar 2,7% do PIB em 2011. Para as instituições federais, é necessário ampliar os recursos para 1,1% do PIB em 2005/ 2006 e, gradativamente, para 1,4% do PIB até 2011, recursos esses que poderiam assegurar a expansão das vagas para, pelo menos, 1,5 milhão em 2011.

Grande parte dessas novas vagas deverá ser ofertada no período noturno, que possui forte caráter democratizante, turno que deverá ser generalizado em todas as IES (hoje apenas 25% dos estudantes estão nesse turno) e em todas as carreiras cuja especificidade o permita. Essas metas referem-se apenas aos cursos presenciais. A formação por meio de ensino a distância deve ser considerada suplementar e, considerando o princípio do padrão unitário de qualidade, não deve substituir os cursos presenciais.

A ampliação dos recursos atuais apontada para 2005/ 2006, permitirá a reconstrução da infra-estrutura e a realização de novos concursos - pelo menos 20 mil vagas para docentes nos próximos dois anos. A ampliação dos recur-

sos deve assegurar também a expansão dos *campi* e a consolidação do padrão unitário das novas IFES já autorizadas pelo Congresso Nacional.

A expansão por meio dos CEFET deverá objetivar a conversão desses centros em universidades que assegurem a educação tecnológica em nível médio e superior tal como conceituado pelo ANDES-SN – sem prejuízo da oferta de ensino médio – e não na forma de centros universitários.

A rubrica assistência estudantil deverá ser reinserida já no orçamento de 2005, objetivando assegurar material pedagógico, alimentação em restaurantes universitários, subsídios para transporte, moradia estudantil e, como parte do trabalho acadêmico, bolsas de iniciação para todos os estudantes que atenderem aos requisitos democraticamente estabelecidos pela instituição com ampla participação do movimento estudantil.

Na metodologia de cálculo de distribuição dos recursos para as IFES, deverá ser observado o porcentual mínimo equivalente a 25% do total dos recursos reservados a cada IFE para Outros Custeios de Capital (OCC), incluindo, nessa rubrica, verbas para fomento e desenvolvimento institucional, recursos a serem repassados na forma de duodécimos – sem esse acréscimo não será possível assegurar a necessária expansão. O orçamento deve diferenciar claramente dois eixos: a) a responsabilidade da União no pagamento dos servidores, pensionistas e precatórios e b) os recursos de custeio de investimento (os 25% para OCC) que serão manejados com base no princípio constitucional da autonomia de gestão financeira e patrimonial assegurando plena transparência do ingresso dos recursos, bem como de sua aplicação. Nesse sentido, o orçamento global deve estar restrito aos OCC. Igualmente não se aplica à universidade o financiamento por contrato (contrato de gestão, Plano de Desenvolvimento Institucional). O ANDES-SN compreende que os princípios impostos na "revolução gerencial", que inspirou o Plano Diretor da Reforma do Estado não se coadunam com a natureza da universidade. Assim, o conceito de orçamento global que indiferencia pessoal, custeio, infraestrutura e investimentos, obedecendo apenas à avaliação finalística, será negativo para a universidade pois modifica o seu *éthos* público e desresponsabiliza a União pelo custeio dos recursos de pessoal.

Os aposentados serão mantidos na folha de pagamento do MEC e terão assegurada a paridade com os ativos. O MEC receberá recursos do Tesouro Nacional para esse fim.

Na definição da metodologia para repartição dos recursos, *além dos reitores, pró-reitores, representados pela ANDIFES, devem participar os sindicatos, as entidades estudantis,* bem como representantes das comissões de educação da Câmara e do Senado, visto que o novo orçamento das IFES deverá ser aprovado pelo Parlamento. As diversidades regionais, o tempo de existência, a distribuição dos campi, o número de estudantes de graduação e pós-estrito senso, a pesquisa e a extensão são variáveis que devem ser consideradas na referida metodologia. Os recursos para os hospitais universitários devem considerar o caráter educativo – abarcando o ensino, a pesquisa e a extensão – dessas unidades.

A institucionalização do novo padrão de financiamento deve ser objeto de legislação que regulamente o dever do Estado de manutenção e desenvolvimento das IFES, tomando como base o substitutivo original de Florestan Fernandes ao PLC 119[1], aprovado na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em novembro de 1994.

A colaboração da União com os estados deve se dar por meio de instrumentos normativos que assegurem sua real participação no custeio do ensino básico. As verbas destinadas à melhoria e à expansão da educação básica não devem concorrer com os recursos destinados à educação superior nos estados e vice-versa.

Desmercantilização e refundação dos espaços públicos de produção de conhecimento

A mercantilização da educação superior ganhou maior ímpeto com a hegemonia neoliberal e com os programas de ajuste estrutural que estrangularam economicamente as instituições públicas, empurrando-as para o mercado. Desde a ditadura empresarial-militar houve uma ingerência explícita do aparato governista nos rumos da educação e da C&T. Em grande parte, as fundações privadas são frutos desse período. O neoliberalismo exacerba tendências como o individualismo, a hipertrofia da competitividade, difundindo um novo éthos (centrado no empreendedorismo) que guarda longa distância do éthos acadêmico vigente na universidade pública, gratuita, laica e assentada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, constituída por professores de carreira e com dedicação exclusiva. No horizonte, a manutenção dessa tendência inviabiliza a própria instituição que será convertida em organização de serviços. Nesse sentido, para o ANDES-SN, é preciso uma reversão profunda e radical da mercantilização para que a universidade pública possa responder aos desafios do país.

Ações imediatas

a) Revogação das medidas heteronômicas que bloqueiam a autonomia – normas e práticas do Executivo – que afrontam os preceitos constitucionais da autonomia e da gratuidade.

b) Extinção das fundações de apoio privadas até 2006. Uma comissão nacional deve caracterizar os óbices para que as instituições possam estabelecer acordos, contratos e convênios de modo ágil e compatível com a natureza das instituições. Os membros dessa comissão devem ser eleitos pelos colegiados superiores das IES públicas e acompanhadas pelas entidades acadêmicas e sindicais, bem como pela representação dos estudantes.

c) Valorização da carreira dos docentes e dos técnicos-administrativos, abrindo processo efetivo de negociação com o objetivo de viabilizar os projetos de carreira, respectivamente, do ANDES-SN e da FASUBRA. No caso da carreira docente, a implementação deverá ser gradual, referenciada no projeto de carreira única do ANDES-SN e em estreito diálogo com o Sinasefe, de modo que até o primeiro semestre de 2007 todo o processo esteja concluído. Em 2005, todas as gratificações devem ser incorporadas ao vencimento, e a paridade entre os ativos e os aposentados deverá ser restabelecida. Em 2006, a classe de Associado da carreira única do ANDES-SN deverá ser implementada e, finalmente, a nova matriz deverá estar estabelecida no primeiro semestre de 2007. A valorização da carreira requer a efetiva implementação do Plano Nacional de Capacitação Docente.

d) O financiamento da pesquisa deverá considerar efetivamente o princípio da autonomia didático-científica das universidades. Os órgãos de fomento devem repassar recursos diretamente para as instituições tendo como referência os critérios adotados na definição do orçamento das instituições federais e das estaduais, objetivando o atendimento das prioridades de pesquisa definidas no gozo da autonomia.

e) As verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à C&T devem ser substantivamente aumentadas, revertendo a sistemática queda de recursos públicos.

f) Os grupos de pesquisa consolidados devem ser apoiados por serem um patrimônio da universidade pública. É preciso que os recursos viabilizem a pesquisa nas universidades em regiões em que a pesquisa e a pós-graduação ainda não estão consolidadas, em áreas do conhecimento que atendam preferencialmente aos interesses da maioria da população.

g) Os projetos interinstitucionais e interdisciplinares de natureza acadêmica, estabelecidos a partir de critérios públicos, democraticamente estabelecidos, devem ser apoiados pelos órgãos de fomento objetivando a ampliação de grupos de pesquisa e de suas temáticas em todo o país.

h) Os órgãos de fomento precisam ser vigorosamente redefinidos, em especial os procedimentos de escolha dos conselhos diretivos que devem se pautar por procedimentos democráticos, incluindo no universo da consulta a diversidade regional e a totalidade dos professores e estudantes.

i) Os acordos com as universidades somente devem ser firmados em caso de relevância acadêmica para a instituição e, nesse sentido, os recursos envolvidos pertencerão às instituições e terão de ser aplicados obrigatoriamente na melhoria das condições do trabalho acadêmico.

j) A expansão da pós-graduação deve ser ampla, atendendo as diversidades regionais, devendo contar com rubrica específica para que recursos sejam de fato disponibilizados. Urge democratizar a avaliação da CAPES, visto que, nos últimos anos, a adoção de critérios produtivistas tem produzido avaliações que não expressam o processo dos programas, as dificuldades e os distintos perfis. A hipervalorização do número de publicações não assegura a qualidade acadêmica dos programas e produz uma intensificação de publicações que, em si mesmas, não são indicadoras da qualidade do programa. Nesse sentido, a cultura de *rankings* baseada em conceitos atrelados à produtividade é um severo obstáculo para a colaboração entre instituições, pesquisadores e estudantes.

k) As atividades de extensão universitária devem ser valorizadas como forma de socialização do conhecimento produzido na universidade. Os orçamentos das IES públicas devem conter rubrica específica para esse fim.

l) O apoio à qualificação docente deve ser efetivo. Como ponto de partida para que uma ampla política de capacitação seja estabelecida, o ANDES-SN propõe o regresso, a todas as IFES, do PICDT, que será objeto de

avaliação e correção. A partir de 2005, a União deverá assegurar bolsas para todos os docentes e técnicos-administrativos das IFES que estão em processo de qualificação sem o apoio do Estado. Os órgãos de fomento dos estados devem desenvolver programas similares ao PICDT para atender às demandas dos docentes e técnicos-administrativos das instituições estaduais.

m) A gestão democrática é condição necessária para que a universidade possa ser um espaço público de produção do conhecimento. O autogoverno requer a revogação da Lei nº 9.192/1995 (que disciplina a escolha de dirigentes universitários), bem como do artigo que trata da matéria na Lei nº 9.394/1996 (LDB). O princípio do governo compartilhado deve ser assegurado, garantindo eleições diretas, no mínimo paritárias na escolha dos dirigentes. O resultado da eleição deverá ser homologado no âmbito da instituição de educação superior. Os órgãos colegiados acadêmicos devem ser constituídos por meio de representação paritária de docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos, eleitos pelas respectivas categorias nas IES públicas e privadas. Os estatutos devem ser objeto de processos estatuintes democraticamente estabelecidos, respeitando, pelo menos, a paridade, com o objetivo de produzir estatutos fortemente legítimos, capazes de assegurar a efetividade da autonomia constitucional.

n) A recomposição dos conselhos diretores das escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas federais e dos centros federais de educação tecnológica (criados a partir de 1998) deve ser defendida, garantindo a participação efetiva da comunidade escolar, bem como a homologação do resultado das eleições no âmbito da instituição.

o) A autonomia da procuradoria da universidade deve ser restabelecida, sem subordinação a qualquer esfera externa à instituição.

p) A avaliação deve ser profundamente transformada com a extinção dos exames padronizados e de aparatos em que o público e o privado se confundem. A sua função não pode ser de padrão de financiamento, certificação, triagem social, uniformização do ensino básico e superior e de estabelecimento de *rankings* (universidades de excelência, instituições com bom ensino e comerciais). No caso das instituições públicas, o financiamento baseado na avaliação, junto com os exames padronizados, converteram-se em um dos mecanismos mais importantes das políticas neoliberais. Os poucos recursos são explicados "tecnicamente" pela avaliação, como conseqüência da suposta falta de mérito. Assim, os necessários recursos adicionais para as instituições (OCC) deixam de ser um dever do Estado e são convertidos em uma conseqüência da "excelência" na forma de subsídios.

q) A avaliação, para o ANDES-SN, deve ser participativa e emancipatória, constituindo-se, pois, em instrumento de democratização objetivando o aperfeiçoamento das instituições em busca do padrão unitário de qualidade. Dessa forma, as IES implementarão mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação interna e externa de suas atividades, levando em conta os fins da educação. (Caderno 2 do Andes-SN). Nessa ótica, deve-se realizar avaliação do desempenho de cada docente vinculado à instituição com objetivo de estimular o seu aperfeiçoamento no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão, e fornecer subsídios para a sua progressão na carreira docente.

r) A progressiva estatização das instituições privadas é defendida pelo ANDES-SN como forma, entre outras, de ampliar as vagas no ensino superior, na via da universalização da oferta nesse nível de ensino. Como medidas transitórias, nessa direção, o ANDES-SN propõe a sustação de todos os mecanismos de canalização das verbas públicas para o setor privado, o congelamento, com vistas à redução das mensalidades, o respeito à liberdade de organização e atuação sindicais, a implantação da carreira docente no curso da qual se garanta a elevação progressiva dos salários e a adoção do contrato por regime de trabalho em substituição à contratação por hora /aula.

Universidade pública e sociedade

A nação brasileira permanece um projeto incompleto. Os setores dominantes sempre se empenharam na negação do direito à educação, excluindo do projeto nacional a grande maioria da população, não apenas por não garantir o acesso à educação, mas também por acolher concepções de mundo nitidamente restritas aos interesses particularistas das elites. Parte significativa do povo não está de fato inserida na nação, que negou historicamente a condição de cidadãos aos negros, aos povos originários, aos camponeses e aos pobres em geral. Continua atual a luta por um projeto de nação radicalmente democrático, a partir do qual o povo possa enfrentar a condição capitalista dependente e a heteronomia cultural. No processo de emancipação, a constituição de um robusto sistema educacional e de C&T é uma ferramenta imprescindível para garantir condições humanamente dignas a todos os que vivem no país.

Encaminhamentos políticos

Em razão do amplo desenvolvimento do parasitismo financeiro em escala internacional - expressão da profunda crise capitalista -, tem-se o aprofundamento do endividamento do país, o uso dos recursos fiscais para o pagamento dos juros e serviço da dívida. Por isso, a superação da condição capitalista dependente - fonte da heteronomia cultural e da exclusão estrutural crescente - requer o combate às políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI; sendo parte dessa luta:

a) recusar os termos das negociações da OMC/ALCA, que objetivam trocar a redução das barreiras aos produtos agrícolas provenientes do G-20 nos países centrais e, em contrapartida, liberalizar o Acordo Geral de Comércio de Serviços e o setor de investimentos, abrindo o "mercado" educacional desses países, bem como o setor de compras governamentais, saúde e previdência, meio ambiente, recursos naturais etc;

b) impedir a abertura da educação como área de investimentos estrangeiros em favor da cooperação solidária e não-mercantil entre os países;

c) rever, considerando a soberania do país, as leis de propriedade intelectual e dos cultivares que afastam o país das áreas estratégicas para a sua independência nacional e subordinam a sua biodiversidade às corporações;

d) desmercantilizar a natureza, protegendo a biodiversidade, os recursos hídricos, os recursos energéticos, notadamente petróleo e os minérios, aqui considerados patrimônios do povo brasileiro;

e) proteger e valorizar os saberes dos povos originários, camponeses, ribeirinhos etc., ampliando o diálogo desses saberes com os saberes produzidos nas universidades e centros públicos de pesquisa.

Ciência, cultura e tecnologia como direitos fundamentais

Objetivando assegurar o acesso ao conhecimento historicamente acumulado - patrimônio da cultura humana - a todos os cidadãos, um pilar da democracia, as instituições públicas de ensino e pesquisa precisam ser ampliadas, fortalecidas e, sobretudo, articuladas para que a sua repercussão social seja adequada e amplificada.

Ações imediatas

a) ampliar os debates com os movimentos sociais e a sociedade civil comprometidos com a educação pública tanto em âmbito nacional quanto estadual e municipal, objetivando construir bases e diretrizes que possam assegurar um sistema nacional de educação pública com padrão unitário de qualidade;

b) estreitar relações (as IES púbicas e os centros de pesquisa – C&T – públicos) institucionais – constituindo redes – com o objetivo de promover em regime de colaboração pesquisas, cursos livres, cursos de pós-graduação, facultando convênios em termos de infra-estrutura, intercâmbio de pessoal etc;

c) valorizar os espaços culturais e artísticos, estabelecendo relações entre museus, centros culturais, movimentos culturais da sociedade com as instituições de ensino superior, de modo que os saberes e as criações artísticas possam estar em permanente diálogo com a produção do conhecimento;

d) fortalecer e melhorar a articulação entre as editoras universitárias, as TVs e as rádios universitárias, constituindo uma rede alternativa de comunicação com o objetivo de promover diálogos com a sociedade por meio de amplo programa de divulgação científica, de modo a tornar a ciência, a tecnologia e a arte patrimônios culturais do povo brasileiro;

e) constituir, de modo sistemático, convênios, programas e redes comuns de comunicação com as instituições de ensino superior públicas da América Latina, África e, em especial, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, estabelecendo consórcios que possam assegurar intercâmbio de professores, técnicos e estudantes, projetos comuns de pesquisa, publicações etc.;

f) perseverar na articulação acadêmica com instituições de ensino superior de todos os países, reforçando laços e colaborações horizontais em especial em áreas estratégicas do conhecimento e nas ciências básicas;

([1]) – O Projeto de Lei Complementar 119, que dispõe sobre normas de gestão financeira das IFES, nos termos do art. 165, § 9º, II, da Constituição Federal, foi apresentado em 1992 pelo Dep. Ubiratan Aguiar. O relator, Florestan Fernandes, escutando o movimento docente, elaborou um substitutivo que, em sua versão original (novembro de 1994), contemplou as considerações do ANDES-SN, merecendo apenas algumas correções pontuais, em especial, a determinação do dever da União de custeio da remuneração dos servidores conforme o Plano Único de Cargos e Salários Nacionalmente Unificado e a origem dos recursos para o financiamento das IFES.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 177 • 21 de março de 2005

MEC concorda com reivindicação do Andes-SN de incorporar a GED ao salário

Na reunião do Grupo de Trabalho do MEC (instituído pela portaria que reajustou a GED, no ano passado), os representantes do Ministério concordaram com a incorporação da Gratificação de Estímulo à Docência aos vencimentos dos docentes das instituições federais de ensino superior.

O Andes-SN reivindica a incorporação da gratificação produtivista desde a sua criação, em 1998.

Leia mais na página 8

CCS promove debate sobre reforma universitária

Páginas 4 e 5

Greves da Educação na Itália e na Argentina

Página 7

Leonor Costa

SERVIDORES LANÇARAM A CAMPANHA SALARIAL 2005, NO ÚLTIMO DIA 15, EM BRASÍLIA

Andes-SN quer reajuste emergencial de 18%

Índice corresponde à inflação de 2003 e 2004

Na semana de lançamento da Campanha Salarial dos Servidores deste ano, o Setor das Federais do Andes-SN aprovou a reivindicação de um índice emergencial de 18 % para repor as perdas salariais dos períodos de 2003 e 2004. A reunião do Setor aconteceu no dia 14, em Brasília, na véspera da Plenária Nacional dos SPF e do lançamento da Campanha. O índice emergencial também foi recomendado pelo Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, reunido no dia 15.

Dirigentes das entidades nacionais dos servidores entregaram na quarta-feira, 15, em Brasília, a pauta de reivindicação da Campanha Salarial 2005 ao ministro interino do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Machado. Os representantes dos

Continua na página 8

UFRJ

Faculdade de Direito ainda mobilizada contra diretor

Continua a greve dos funcionários da Faculdade Nacional de Direito (FND) pela demissão do diretor Armênio da Cruz. Na última quinta-feira (17/3), o reitor Aloisio Teixeira esteve reunido com o ministro da Educação, em Brasília, em busca de uma solução para o caso. A assessoria de gabinete do reitor se comprometeu a retornar as ligações da redação do Jornal para informar sobre a situação de Armênio que, em portaria encaminhada ao reitor na semana anterior, reivindicava férias de 90 dias e instalava uma comissão para organizar eleições na faculdade. A assessoria do reitor, no entanto, não entrou em contato até o final do fechamento desta edição.

Estudantes fazem manifestação

Também na semana passada, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) realizou um ato público naquela unidade, no dia do fechamento desta edição (em 18/3). Os estudantes exigem que o ministro da Educação, Tarso Genro, assine o ato de demissão do diretor, que só está no cargo devido a uma ação judicial. Em sua página eletrônica (www.cacofnd.org), na tentativa de chamar a atenção das autoridades do país para o problema, os estudantes mantêm uma campanha, através de correios eletrônicos, direcionada para órgãos do Judiciário, veículos da imprensa e integrantes do governo federal.

Tanto os funcionários como os estudantes da FND manterão suas posições até que a reitoria se pronuncie oficialmente a respeito do caso.

Anote

Recepção aos novos pós-graduandos

No próximo dia 30, a Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG-UFRJ) vai realizar uma atividade de resgate da cultura brasileira para receber os novos alunos dos programas. Haverá palestra no auditório da Coppe (Centro de Tecnologia, sala G-122), às 14h30, com o músico Sérgio Prata, diretor de Pesquisa do Instituto Jacob do Bandolim. Logo em seguida, às 16h30, está programada uma roda de choro no Grêmio da Coppe, com o conjunto "Sarau". O evento é apoiado pela Adufrj-SSind, pelo Sintufrj, pelo Instituto Jacob do Bandolim, pela direção e Grêmio da Coppe e pela reitoria da universidade.

A APG acredita "que a reconstrução dos movimentos populares fortes e combativos, incluído aí o movimento estudantil, se dará paralelamente ao resgate da cultura de nosso povo". A entidade pretende que este seja o primeiro de uma série de eventos ao longo do ano.

Agenda Sindical

21/3 - Reunião do Fórum Fluminense de Lutas
Sede da Regional Rio Andes-SN, 17h

31/3 - Seminário sobre "Reforma Universitária"
Auditório da Coppe/UFRJ, Bloco G sl. 200, 15h

14/4 - Reunião do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília - DF

27 a 30/4 - IV Encontro Hemisférico de luta contra a ALCA
Campanha Jubileu Sul/Brasil contra a ALCA
Havana - Cuba

10/5 - Apresentação do Relatório Final das reuniões do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília - DF

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG discute renovação do auxílio-moradia

Problemas no alojamento universitário preocupam estudantes

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) voltou a discutir os problemas alojamento, na última quarta-feira (16/3), junto da discussão sobre a renovação do auxílio-moradia e da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA).

Na discussão, o professor Jorge Fernando Teixeira, membro da Câmara Discente, considerou um desperdício de dinheiro público a manutenção de alunos por dez anos no alojamento: "A universidade é gratuita mas não é de graça", afirmou Jorge Teixeira, que é representante do CCS. Anderson do Nascimento Pereira, representante discente (indicado, provisoriamente, pelo Conselho de CAs), considerou que as condições apresentadas pela universidade são as maiores responsáveis pelo atraso na formação acadêmica: "Será que se houvesse um bandejão e bolsas constantes os alunos demorariam tanto para se formar?". Entretanto Ericksson Almendra, representante do CT, afirmou que houve uma tolerância de dois meses para que os estudantes pudessem pedir a renovação do benefício. "

Sem o pagamento das bolsas (que estavam atrasadas), muitos alunos que estavam na casa de seus pais não tinham como comprar as passagens de volta", afirmou Viviane da Silva, outra representante discente, que contou o caso de um estudante que teve sua carteira de identidade devorada por cupins e criticou a comissão que, segundo ela, só aparece na hora de indeferir pedidos de renovação: "Eu sou a maior prova disso. Não consegui vaga no alojamento, não estou tendo condições de arcar com minhas despesas e talvez tenha que trancar a faculdade. Onde está a COAA que até agora não me procurou?".

No final do debate, os representantes discentes apresentaram duas propostas. A primeira pedia a reintegração dos estudantes que estão em fase de conclusão de seus cursos e a segunda queria a prorrogação do prazo para os alunos, que tiveram pedido de renovação indeferidos, entrarem com recursos. Nenhuma das duas foi aprovada. O conselheiro Anderson Pereira também teve seu processo de prorrogação como alojado analisado pelos outros integrantes do CEG. O relator do processo, Gil Fernando Salles, indeferiu a solicitação do estudante. O parecer do professor acabou sendo aprovado pelo colegiado.

Estudantes de Belas Artes querem melhores condições

A sessão do CEG também contou com a presença de estudantes de Pintura, Escultura e Gravura, da Escola de Belas Artes (EBA), que estão reivindicando mais espaço e melhores condições de trabalho. A questão deverá ser discutida no dia 30/3, já que nesta quarta-feira haverá uma reunião conjunta do CEG com o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG).

CEG aprova 1000 bolsas de monitoria para 2005

O Colegiado aprovou, ao final da sessão, o edital de bolsas de monitoria para 2005. Pelo edital, serão concedidas 1000 bolsas (e não apenas 100, como havia sido publicado por em edição anterior deste jornal) entre as unidades que ministram disciplinas ou RCC aos cursos de graduação da universidade. O pedido total de 28 unidades, no entanto, foi de 1.384 bolsas. Segundo o relatório da Comissão de Monitoria, houve dificuldade para a realização da distribuição já que algumas unidades enviaram seus pedidos sem consolidar as diversas solicitações dos departamentos. Apenas dez unidades (correspondendo a 322 bolsas) atenderam corretamente o edital/ 2005. Diante disso, a comissão adotou um 'fator redutor' ,estabelecido a partir das respostas das unidades à distribuição de 2004. A falta de informações, segundo a comissão, dificultou o estabelecimento de critérios.

Anteprojeto do MEC diminui verba da universidade

Convidado do CEPG confirma avaliação do Andes-SN

Chamado ao Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) de 18/3 para falar dos pontos relativos ao financiamento das universidades, o economista e assessor da Câmara dos Deputados José Roberto Afonso confirmou a avaliação do movimento docente de que não haverá reforço no financiamento das universidades, segundo o anteprojeto da reforma.

Mesmo baseando-se no que chamou de uma análise rápida dos artigos do projeto do MEC, José Roberto classificou a proposta de "sonho de uma noite de verão". Segundo ele, a subvinculação das receitas constitucionais só vai garantir um valor abaixo do que as universidades federais já recebem hoje. O convidado lembrou ainda que o Brasil já se comprometeu com o FMI de acabar com todas as vinculações de receita. Para o economista, o anteprojeto não passa pela equipe econômica. Ou pior: passa porque não vai ter qualquer efeito prático no incremento orçamentário das instituições.

José Roberto criticou ainda a forma como o anteprojeto foi escrito e não tem dúvidas de que a Câmara vai modificá-lo. Segundo ele, o texto não obedece a várias regras para documentos legislativos, além de entrar em contradição com outras leis do país.

Avaliação interna pouco debatida

Integrante da Comissão Própria de Avaliação - um dos mecanismos do novo sistema do governo (Sinaes) - da UFRJ, a conselheira Claudia Lage comentou que o documento da universidade sobre o assunto - e que será encaminhado ao MEC até o fim deste mês - foi debatido apenas dentro da própria CPA, sem nenhuma contribuição dos conselhos superiores, centros e unidades. Ela lamentou que os prazos tenham sido exíguos para discussão.

CEPG na Cotav

Na reunião, foram definidos os integrantes do CEPG que vão participar da Comissão Temporária de Alocação de Vagas Docentes (Cotav) da UFRJ: Andréia Frazão (CFCH), Aracéli Cristina (CCJE), José Luis Lopes (CT), Hatisaburo Masuda (CCS), Paulo Buckup (Fórum de Ciência e Cultura), Maria Carlota (CLA), Walcy Santos (CCMN).

Comissão para bolsas

Também foi formada uma comissão do CEPG para distribuir a cota de bolsas da pró-reitoria (a chamada "demanda social"), em quantidade ainda não definida: Walcy Santos (CCMN), Leila Rodrigues (CFCH) e Camila Mayworm (estudante).

Por falar em Iniciação Científica, vale a pena lembrar que o prazo para solicitação dessas bolsas está próximo: 25 de abril a 11 de maio.

Trinta bolsas de mestrado

O colegiado delegou a uma outra comissão, presidida pela professora Walcy, a tarefa de selecionar até 60 pedidos para 30 bolsas de mestrado (no valor padrão da Capes), que serão cedidas pelo Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) com base em recente convênio feito com a universidade. O edital deverá sair nesta semana. O CEPG fará a seleção final dos 30 candidatos.

Resenha

Reforma sindical vaiada na Câmara

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, sofreu ao apresentar a proposta de reforma sindical em uma audiência pública realizada na Câmara dos Deputados. Uma platéia de sindicalistas contrários às mudanças vaiou e gritou palavras de ordem durante as quatro horas da sessão. Berzoini mal foi ouvido pelos parlamentares que acompanhavam a apresentação (Jornal do Commercio, 17/3).

Compulsória mantida aos 70 anos

Na votação dos destaques da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Paralela da reforma da Previdência, na semana que passou, os parlamentares rejeitaram o item que faria os professores universitários se aposentarem compulsoriamente somente aos 75 anos. Ficou mantida a idade máxima de 70 anos para o exercício da docência no ensino superior, já que esse é o limite existente para o Judiciário (Valor Econômico, 16/3).

Caiu a tese sobre ricos nas IFES

Pesquisa do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) revela que 84,5% dos estudantes de graduação das universidades federais têm renda familiar de até R$ 2.804. E quase metade pertence às classes C, D e E. O estudo derruba a tese de que apenas ricos conseguem vagas nestas instituições e serve de base para negociação por mais recursos públicos para assistência estudantil (O Estado de S. Paulo, 15/3).

Orçamento maior?

Sabedor que o atual percentual (18%) da vinculação orçamentária estabelecida pela Constituição para a área de ensino é muito baixo, Tarso Genro decidiu pedir um pouco mais (22,5%). De qualquer forma, isso pouco ou nada representará para a Educação, enquanto persistirem mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) - este dispositivo governamental retira R$ 4 bilhões por ano do setor educacional, segundo O Globo (15/3).

Economia vai mal

Enquanto o governo tenta vender a tese de que a área econômica vai muito bem, já de olho nas eleições presidenciais do ano que vem, os números são bem cruéis: quase a metade do aumento da dívida pública em títulos no mês passado se deveu aos juros altos. O estoque da dívida em papéis federais subiu para R$ 845,4 bilhões em fevereiro (Folha de S. Paulo, 17/3).

Reforma Universitária

Apenas um de muitos debates necessários

Hospital organiza seminário sobre reforma, mas prazo do governo para contribuições é muito curto

Com a retomada das aulas e o exíguo prazo dado pelo governo para contribuir para o projeto de reforma universitária (até o fim deste mês), a UFRJ intensifica a realização de debates sobre o assunto. O último deles ocorreu em auditório do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, com a presença de representantes do MEC, de uma instituição privada e dos movimentos sindicais da área da Educação, no dia 14. O evento foi mediado pela professora Vera Halfoun, integrante do Conselho Universitário.

Primeira a falar, a consultora para Ações Afirmativas da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), Débora Santos, restringiu-se ao aspecto das cotas, contido no anteprojeto do ministério. Admitiu, no entanto, que a questão da permanência dos cotistas está ausente da reforma universitária e observou que está ajudando a construir um projeto para contemplar esse aspecto.

Pela proposta do governo, 50% das vagas são destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dessa metade, uma parte é reservada aos alunos da população negra e indígena que assim autodeclararem, proporcionalmente à presença em cada estado (hoje, no caso dos negros, 13% no Rio Grande do Sul e 73% na Bahia), segundo dados do IBGE.

Segundo Debora, as pesquisas feitas nos últimos anos evidenciaram que não existe uma "democracia racial", no Brasil, como se fazia crer no passado - o que seria motivo mais que suficiente para justificar a política de reserva de vagas no ensino superior. Ela citou a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios, do IBGE, de 2001: dos 160 milhões de habitantes do país, 53 milhões eram pobres e 22 milhões, indigentes. A população negra, aí considerando pretos mais pardos, representava 45% da população, sendo 64% dos pobres e 69% dos indigentes.

Para a professora, não foi à toa, portanto que o Estado brasileiro foi chamado a assumir acordos para acabar com as desigualdades sociais. O acordo *As Metas do Milênio*, em 2000, assinado com a ONU, diz que, até 2015, o país tem que ter 30% da população jovem de 18 a 24 anos no ensino superior. Hoje, são apenas 9%. Outro acordo é a Declaração da 3ª Conferência contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Na área de educação, por este documento, consta que os Estados devem assegurar o acesso à educação e às novas tecnologias aos afrodescendentes, principalmente mulheres e crianças. Debora comenta que, no período anterior ao governo Lula, essas tarefas foram transferidas para a iniciativa privada, o que provocou a expansão do setor. Como nada foi resolvido dessa forma, o governo Lula retoma este tema agora no anteprojeto.

Kelvin Melo

PARTICIPANTES COMENTAM ANTEPROJETO DO MEC

"É uma questão política para construir uma sociedade mais justa", disse. "Ela (política de cotas) não deve ser examinada como boa ou ruim, se é justa ou injusta, se aumenta a discriminação. O que se deve decidir é enfrentar ou não os problemas da desigualdade e quais os instrumentos que vamos usar. O que não podemos é não fazer nada", completou.

Debora acrescentou que os poucos negros que estão na universidade não freqüentam os cursos mais concorridos. Para quem cobra a questão do mérito para o acesso à universidade, a professora responde com uma pesquisa divulgada pela Veja (não soube dizer quando), em que foi feito o mesmo vestibular com alguns candidatos aprovados, já em seu segundo ano de universidade; o resultado foi que nenhum passaria. Para ela, fica comprovada a tese de que existe uma indústria de cursinhos para o vestibular (para quem pode pagar) e fica minimizado esse fator do "mérito".

Representante da Estácio defende fundações

Ex-reitor da Uerj e atualmente lecionando na Universidade Estácio de Sá, Hesio Cordeiro fez breves comentários sobre vários pontos do anteprojeto, sem maiores críticas. Entre os itens analisados, defendeu maior poder de decisão para os docentes no interior das universidades. Ao falar da proposta de credenciamento das fundações internas de apoio, Hesio considerou que esses órgãos são fundamentais. Também disse que uma série de cursos, não necessariamente de graduação, como os cursos seqüenciais ou tecnológicos, deveriam ser habilitados a conceder diploma universitário, o que teria sido omitido no texto da lei. Como novidade mais problemática do anteprojeto governamental, Hesio criticou a idéia da chamada formação geral (artigos 21 a 24), principalmente para a área da Saúde: seria como dar um primeiro ciclo para estudantes de Medicina, Enfermagem, Educação Física, entre outros. Para ele, a proposição não atende às necessidades e conteúdos das carreiras específicas.

Funcionários vão defender outro projeto de lei

Coordenadora do Sintufrj e também representante da Fasubra-Sindical, Ana Maria Ribeiro observou que os técnico-administrativos decidiram formular um projeto de lei baseado nas decisões históricas da categoria. Esse texto, referenciado no documento chamado "Universidade Cidadã para os Trabalhadores", será aprovado em abril. Depois, os funcionários pretendem construir uma proposta conjunta ao lado de outras entidades do campo da Educação.

Ana iniciou suas críticas ao anteprojeto governamental logo pelo primeiro artigo, que apresenta o sistema de ensino superior, com a presença das fundações privadas. "Hoje, elas existem pois não há autonomia para gerir os recursos", afirmou, acrescentando que os recursos das fundações não passam pelo controle social da universidade.

A dirigente sindical apóia a idéia do conselho social consultivo, que também existe no projeto do movimento dos técnico-administrativos. Para ela, o problema é que, segundo o texto da reforma, a participação da universidade neste conselho é limitada à figura do reitor. "Para uma interlocução plena com a sociedade, deveria haver uma representação de alunos, funcionários e docentes", disse.

Quebra da gratuidade

Outra crítica foi quanto à quebra na gratuidade da educação pública. Segundo ela, o texto do governo diz que não será pago o ensino de graduação e a pós-graduação *stricto sensu*. Cursos seqüenciais e de pós-graduação *lato sensu* são remetidos para a denominada "educação continuada". E, assim, embora não explícito, deixa a brecha para a cobrança nessas modalidades de ensino. "Nós defendemos que todas essas atividades de transmissão de conhecimento nas instituições públicas devem ser gratuitas", afirmou.

Sobre o financiamento, Ana disse que os funcionários aprovam o orçamento global, nunca menor que o do ano anterior, mas cobra algum mecanismo que evite os contingenciamentos de verbas do setor.

Autonomia com paridade

Ana Ribeiro entende que não se pode conceber a autonomia universitária sem democracia interna. Segundo ela, situação que só ocorre com órgãos colegiados. Mas Ana não concorda com a presença majoritária dos docentes. E muito menos com a tese de que os professores dominam o saber. "Há que me provar que um docente de Letras Gregas saiba mais de como gerenciar uma instituição pública que um técnico formado na área de administração", observou. Ainda em relação à autonomia, a dirigente sindical defendeu a volta das procuradorias das universidades, hoje subordinadas à Advocacia Geral da União, para o controle das instituições.

Assistência estudantil ruim

A proposição do "Primeiro Emprego Acadêmico" (artigos 56 a 63) foi também criticada por Ana Maria. Segundo ela, estudantes só deveriam receber recursos para estudar, tendo como único requisito o rendimento acadêmico.

O limite à participação estrangeira no ensino superior privado (em 30% do capital) foi considerado positivo pela palestrante. "Mas creio que não deveria ter entrada alguma (de capital estrangeiro). Educação deve ser entendida como bem público e não como mercadoria", completou.

Reforma Universitária

Autonomia universitária comprometida

Para Leher, existe um consenso forjado de que o projeto do MEC aumenta os recursos para as federais

No início de sua exposição, o professor Roberto Leher repetiu o que o movimento docente vem dizendo já há algum tempo: o anteprojeto do governo não pode ser considerado como "marco zero" da reforma. Entre as medidas que antecipam esse movimento do governo, o conselheiro da Adufrj-SSind e diretor do Andes-SN denunciou o novo sistema nacional de avaliação (Sinaes): "O sistema de avaliação hipertrofia a presença governamental na vida das universidades. O coração do sistema de avaliação são treze pessoas, todas indicadas pelo Executivo", comentou.

Além do mecanismo de avaliação, outras medidas do anteprojeto caracterizam o comprometimento da autonomia universitária, segundo Roberto. Citou, assim como Ana Ribeiro, a continuidade da submissão das procuradorias à AGU. Lembrou também que o estatuto das privadas é apenas registrado, enquanto que o das instituições públicas precisa passar pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo crivo final do ministro.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de acordo com o professor, também só será aprovado, em última instância, pelo MEC. Aliás, o fato de o PDI reforçar a regionalização das universidades foi bastante questionado: "Isso encolhe o papel do que é uma universidade", comentou. Roberto disse, preocupado, que o setor empresarial vai participar da avaliação do PDI das universidades, conforme fato admitido recentemente pelo ministro Tarso Genro, em reuniões com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Financiamento forjado

A despeito do que está sendo divulgado pelo governo, Roberto acredita que o financiamento das instituições públicas não será ampliado, com base no anteprojeto. Segundo ele, basta fazer as contas com o último orçamento efetivamente realizado e já publicado (o de 2003). Se transportado esse cálculo do texto da reforma para aquele período, sobrarão apenas cerca de R$ 4 bilhões - hoje, o orçamento das federais já é de quase R$ 8 bilhões. "Existe um consenso forjado de que o projeto está robustecendo o orçamento das públicas", disse.

Roberto chama a atenção para o desempenho do governo Lula, na área educacional. "Os orçamentos de 2003 e de 2004, os de Lula, são 20% inferiores ao de 2000, em valores corrigidos", disse, em referência ao financiamento das federais. Contou que, na época do ex-presidente José Sarney, em 1989, as instituições federais recebiam o equivalente a 0,97% do Produto Interno Bruto (PIB). Percentual que oscilou para baixo na gestão de Fernando Collor, subiu um pouco na era Itamar Franco (0,9%) e novamente desceu no governo de Fernando Henrique Cardoso (0,65% e 0,68%). Em 2004, foi de 0,6%. "O Andes-SN propõe 1,1% do PIB, o que faria o orçamento saltar dos atuais R$ 7,6 bilhões para R$ 15 bilhões", disse. "Senão, estaremos sempre em déficit. Vamos depender de boa vontade do parlamento e de ministros para evitar o contingenciamento das verbas", completou.

Se transportado o cálculo do texto da reforma para o período de 2003, sobrarão apenas cerca de R$ 4 bilhões. Hoje, o orçamento das federais já é de quase R$ 8 bilhões

Assistência estudantil

A proposta de assistência estudantil do governo foi classificada de constrangedora pelo palestrante. "É constrangedor que o Ministério da Educação faça uma proposta tão deseducativa como apostar num jogo de azar para pensar numa melhor condição para o futuro da juventude no país", disse Roberto, que também questionou o primeiro emprego acadêmico. "É a institucionalização do trabalho precário dentro da universidade", comentou.

Capital estrangeiro

Roberto não viu nenhum motivo de satisfação no limite de entrada ao capital estrangeiro no setor privado de ensino. Para ele, trata-se de um retrocesso.

"O anteprojeto abre, pela primeira vez na legislação, a noção de que educação é uma área de investimentos estrangeiros", criticou. O diretor do Andes-SN observou que, com a atual correlação de forças do Congresso Nacional, não será surpresa alguma se a barreira dos 30% for superada.

Arquivo

ROBERTO LEHER

Carreira docente

A proposta de se incluir a classe de professor associado (nível intermediário entre os Titulares e os Adjuntos) na carreira de magistério superior, segundo o artigo 92 do anteprojeto, está prevista na proposição do Andes-SN, segundo Roberto. O problema é que o movimento docente preferia fazer essa inclusão dentro de um debate sobre a totalidade da carreira e não de uma forma fragmentada, como sugere o texto governamental. "Claro que a carreira está degradada, mas foi a existência de uma carreira unificada que permitiu o esboço de um sistema federal de educação", disse.

Políticas afirmativas

O diretor do Andes-SN defendeu mecanismos de ações afirmativas, mas divergiu do que chamou de política de focalização do MEC. "A política de ação afirmativa deveria ter uma perspectiva universal", disse. Segundo ele, deveriam ser identificados os territórios de pobreza no país, bem como as escolas públicas ali existentes. O passo seguinte seria criar uma rede de apoio junto ao governo e às instituições federais de ensino superior (univesidades e Cefets). "Nessa perspectiva, daria mais frutos porque comprometeria a universidade com o ensino básico e fortaleceria o conceito de escola pública que, em última instância, creio que é o que está em jogo no país", encerrou.

> "O Andes-SN propõe 1,1% do PIB, o que faria o orçamento saltar dos atuais R$ 7,6 bilhões para R$ 15 bilhões"

Outros pontos criticados

No anteprojeto, Roberto criticou também a existência dos centros universitários, a quebra da gratuidade nas instituições públicas e a composição dos conselhos sociais comunitários, acompanhando a explicação de Ana Ribeiro.

Reforma antecipada

O professor lembrou, ainda no seminário do HU, algumas outras medidas que antecipam a reforma universitária do governo Lula. O programa Prouni, por exemplo, representa um financiamento do setor privado da ordem de R$ 3 bilhões anuais, em troca de menos de cem mil bolsas integrais. O professor também criticou a pretensa democracia nas discussões relativas ao ensino superior, uma vez que várias medidas estão sendo implantadas por medidas provisórias ou decretos presidenciais, como a regulação do funcionamento das fundações privadas no interior das universidades.

A Lei de Inovação não passou em branco pela análise do professor. "Produção de ciência e de tecnologia é algo distinto da inovação tecnológica, que em parte alguma do mundo é feita em universidade. Ou seja, os projetos acadêmicos deverão ter o crivo do setor empresarial. Nos EUA, inovação é feita pela indústria", ressaltou. Roberto também acrescentou que o professor passa a ser conceituado como um "empreendedor", cujos projetos de inovação ficam envoltos pelo sigilo. "Só podem ser publicados com a aval do conselho que autorizou o financiamento", completou.

Entrevista

“Nossa mobilização precisa ser unificada. Nossa resposta deve ser conjunta.”

Com Néstor Correa*

O 24º Congresso do Andes-SN, nos dias 24/2 a 1/3, contou com a participação de Néstor Correa, presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Buenos Aires e dirigente da Federação Nacional dos Docentes Universitários da Argentina (CONADU Histórica). Publicamos a seguir entrevista concedida a Stela Guedes, do Jornal da Aduff, durante o Congresso de Curitiba. Nestor fala sobre o ataque neoliberal às universidades no Brasil e na Argentina, do papel do movimento para enfrentar essa investida e avalia ainda os desafios do movimento docente. O professor argentino esteve na Adufrj-SSind em 2001 e, na ocasião, participou de debates promovidos pela seção sindical sobre as políticas dos organismos financeiros internacionais na América Latina e a resistência do movimento docente.

Jornal Aduff - Gostaria de começar pedindo que o senhor falasse um pouco da CONADU.

Néstor – Nossa federação nasceu em meados da década de 80, a partir da integração de associações existentes em algumas universidades. Tivemos um crescimento muito importante a partir da greve geral de 1988 que durou dois meses. Nessa greve os professores, pela primeira vez, conquistaram o direito a uma convenção coletiva de trabalho. Conquistamos também o direito a ter o que chamamos de nomenclador, um salário único nacional. Depois enfrentamos, na década de 90, uma grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores em geral, particularmente contra a universidade pública e seus professores.

Que tipo de ofensiva os professores sofreram nessa época?

Néstor – Uma das principais ofensivas do governo consistiu em tentar derrubar nossa conquista de um salário único nacional. Em 1994, foi elaborado um conjunto de leis que abrange tanto a universidade como os outros níveis da educação. Em 1995 foi aprovada a lei de educação superior. Nessa lei, o mais importante é que ela se orienta no sentido de esfacelar o sistema educativo, particularmente das universidades. O orçamento para educação fica dependente de avaliações de organismos de fora da universidade quebrando a autonomia universitária. Nessa tentativa de quebrar a conquista do salário único nacional a nova lei estabelece que o salário dos professores vai depender da realidade de cada universidade.

Kelvin Melo

NÉSTOR CORREA

E foi por causa das divergências de como enfrentar essa política do governo que a CONADU se dividiu?

Néstor – Foi. O governo começou a integrar alguns dirigentes do movimento docente à sua política. Em 1998, o Ministério do Trabalho intervém no congresso da CONADU, que até então era única, uma só. Intervém também na Associação dos Docentes da Universidade de Buenos Aires com alguns de seus aliados e pretende que seja desses aliados a condução tanto da CONADU como da AD de Buenos Aires, que é a maior universidade da Argentina, com um peso muito grande.

Para se ter uma idéia, 60% dos professores e estudantes estão na universidade de Buenos Aires e 25% do orçamento para educação é destinado a essa universidade. Por ter tanto peso é importante para os inimigos da universidade pública evitar que nossa associação de docentes tenha uma condução combativa e autônoma. A maioria das associações passou a constituir então a CONADU Histórica que recebe essa denominação justamente por manter a tradição autônoma e independente da CONADU. Um conjunto menor de associações sai desse congresso aceitando a intervenção do Ministério do Trabalho. Passam a existir então, duas Conadus.

A situação é essa, ainda hoje, ou é possível vislumbrar uma reunificação?

Néstor – A CONADU Histórica sempre foi e continuou sendo, mesmo depois da divisão, uma Federação combativa. Nos últimos anos desenvolvemos mobilizações e greves muito importantes e estivemos à frente e na condução das reivindicações nacionais dos professores. Mantivemos nossa autonomia, nossa independência e, com certeza, os professores percebem essa diferença, mesmo os que ficaram com a CONADU governista. No último fim de semana ocorreu o primeiro plenário nacional de secretários gerais da CONADU histórica em que convidamos a maioria dos representantes da outra CONADU. Nossa representação é diferente da representação do ANDES que representa universidades públicas e particulares e por isso conta com mais de 100 associações filiadas. Nós só representamos universidades públicas e esse total chega a 37 universidades. Nesse fim de semana então, participaram desse encontro 23 associações do nosso campo e oito associações do campo que estava mais governista e agora, por conta de nossas lutas já pensam numa possível reunificação. Pode ser então que aconteça um congresso de reunificação sendo que este movimento acontece no campo da autonomia, da independência e da luta e isso é o mais importante. Restam ainda 5 associações que se recusaram a participar desse encontro e se mantém junto ao governo.

E qual é a relação da CONADU histórica com as centrais sindicais na Argentina?

Néstor – Existem duas centrais sindicais. A CGT que é pelega e completamente atrelada aos empresários e a CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) que tem uma posição mais independente mas também enfrenta um debate interno sobre seus posicionamentos frente ao governo. A CONADU histórica é filiada à CTA e a outra CONADU à CGT.

No ano passado, os professores argentinos desenvolveram uma importante luta salarial com greves e passeatas. Quais foram as conseqüências dessa luta?

Néstor – Foi um movimento importante sim, e o governo respondeu dando um aumento que, na verdade não acumula para nada e, além disso, não foi unificado.

Esse aumento é algo parecido com a gratificação que os docentes brasileiros também recebem?

Néstor – Exatamente. E, como vocês, também não é isso que queremos. Queremos aumento real de salário. O aumento dessa gratificação foi anunciado pelo governo no dia anterior em que realizamos uma grande passeata tentando nos desmobilizar. Ao contrário, intensificamos nossa mobilização e o aumento acabou sendo maior, embora continuasse como gratificação. Esse caráter de gratificação desloca o nomenclador. Ou seja, aumenta o abismo entre os docentes de nível superior e os que não possuem nível superior. Ainda que exista uma diferença, essa não deve ser absurda. Queremos quebrar esse mecanismo que só ajuda a promover uma pequena burocracia acadêmica que só serve de correia de transmissão para a política mercantilizadora, privatista e exterminadora da autonomia universitária.

Qual a realidade da universidade argentina?

Néstor – É uma catástrofe. Em primeiro lugar porque o orçamento destinado às universidades tem regredido progressivamente. Está praticamente congelado o número de professores que são obrigados a multiplicar seu trabalho de forma desumana e, acarretando assim, uma queda drástica na qualidade de ensino e da pesquisa. Há uma crise generalizada nos laboratórios e em todo o sistema de pesquisa. Na Argentina, o número de escolas privadas está longe de ser sequer próximo da realidade brasileira. O peso da universidade pública ainda é muito grande. Mas esse estrangulamento do orçamento procura colaborar com a privatização da educação. Nesse momento, os professores discutem a forte possibilidade de não iniciarmos o ano letivo para forçar o governo a aumentar o orçamento para a educação.

Quais são as principais reivindicações do movimento docente argentino?

Néstor - Nossa principal reivindicação passa pela conquista do nomenclador, ou seja, um piso salarial nacional que funcione oficialmente e definitivamente. Queremos que as gratificações sejam incorporadas ao salário. Queremos também o aumento do orçamento para a educação. Uma outra luta importante diz respeito aos professores “ad-honorem”, que, na verdade, no estatuto da universidade são professores importantes, quase aposentados, com trabalhos e contribuições reconhecidos. Agora os professores “ad-honorem” se constituem em uma via para manter a universidade funcionando e já chegam a quase 20.000 docentes. Esses professores são recém-formados, recebem pouco ou nenhum salário e trabalham em troca de aumento de currículo. Acho que esse ano temos a chance de liquidar com esse escândalo e barbárie porque estamos organizando a luta desses professores e os queremos incorporados ao quadro efetivo da universidade. Outra coisa que o governo sempre tenta acabar é

com o ingresso livre na universidade. Volta e meia eles nos ameaçam com o retorno do vestibular mas o movimento continua mantendo essa importante conquista na luta.

O que se percebe é uma lógica de destruição da educação pública tanto em seu país como no nosso. Agora essa política vem sendo implementada através de reformas como a do governo Lula. Como o senhor avalia a reforma do governo brasileiro?

Néstor – Ainda que com ritmos diferentes determinados pela história de cada país, de suas lutas e pelo grau de organização do movimento, existe uma política comum neoliberal de converter a educação em uma mercadoria e não em um direito público. Interessa a essa política converter o saber em uma propriedade privada e subordinar completamente a educação ao mercado. Essa política neoliberal está sendo implantada particularmente com mais empenho na América Latina. Agora, através dessas reformas universitárias, na verdade contra-reformas, o neoliberalismo quer derrubar direitos que ainda que sejam frágeis em nossa sociedade, foram conquistados com muita luta dos professores e estudantes como a autonomia universitária, por exemplo. Contudo, a autonomia que defendemos precisa ser entendida como autonomia de cátedra, ou seja, que a atividade educativa, científica e de pesquisa tenha autonomia tanto do governo como de interesses particulares para que se desenvolva em liberdade. As reformas também pretendem transformar o acesso ao conhecimento em um privilégio. Essas conquistas do movimento funcionam como uma muralha para o grande poder destrutivo do capital e o capital precisa liquidá-las. Por isso *a as reformas vêm com toda força.*

Faz parte dessa política de destruição do capital a liquidação das organizações sindicais e estudantis independentes e autônomas?

Néstor – Certamente. E isso acontece de duas formas, reprimindo o movimento e integrando seus principais dirigentes e organizações aos governos.

Se o ataque neoliberal se dá através de uma política comum de destruição da universidade pública em toda América Latina, não podemos pensar em uma maneira de enfrentarmos juntos e lutarmos também todos juntos?

Néstor – Começamos a discutir isso em Porto Alegre. Pensamos em organizar para agosto ou setembro desse ano um congresso latino-americano de sindicatos de educação, quem sabe no Rio de Janeiro. Estamos pensando também em uma publicação em português, inglês e espanhol que mostrem o caráter comum dessa política neoliberal e como nossa luta precisa sem comum. Nossa mobilização precisa ser unificada. Nossa resposta deve ser conjunta.

*Diretor da Federação Nacional dos Docentes Universitários da Argentina

Internacional

Universidades Italianas entram novamente em greve contra a reforma no ensino

Adesão à greve do setor público pode chegar a 100 mil

Após 16 dias da última greve geral nas universidades na Itália, os trabalhadores do setor de educação convocaram mais uma greve para o último dia 18. Os manifestantes são contra a reforma do estatuto jurídico dos docentes e a reforma do ensino, um conjunto de projetos apelidado de Lei Moratti, sobrenome da ministra da Instrução, da Pesquisa e da Universidade Letizia Moratti. Exige-se a renovação dos contratos dos pesquisadores universitários temporários, estabilidade dos empregos no setor universitário, e mais investimentos no setor de educação pública.

Segundo as organizações sindicais, o governo italiano não estabeleceu nenhum canal de diálogo para receber críticas dos manifestantes. O minstro da Economia, Domenico Siniscaldo, afirma que o limite de 2% de gastos com o crescimento das despesas públicas imposto pelo orçamento não poderá ser ultrapassado e que este valor irá direcionar todas as decisões do governo sobre a renonovação dos contratos.

A pequisadora na Faculdade de Economia da Universidade de Roma – La Sapienza, Carla Filosa disse ao **Jornal da ADURJ**, que as mudanças propostas pela Lei Moratti não melhorarão em nada a situação dos universitários italianos que sairão da universidade sem uma boa preparação e terão que enfrentar o desemprego. "Os jovens que terminam a faculdade só tem dois caminhos a seguir: tentar encontrar um emprego, que é muito difícil para os recém-formados, ou continuar os estudos como pesquisador, só que, nesse caso, os contratos são temporários. Além disso, os cursos de mestrado na Itália tem custo alto, em torno de 6.000 euros", diz a pesquisadora.

A realidade do setor de pesquisa pública na Itália já está ameaçado pela influência de empresas privadas e com a reforma do ensino, essa influência tende a aumentar. Segundo Carla Filosa, "as universidades italianas mais importantes já estão destinando suas estruturas para desenvolver pesquisas em conjunto com as empresas. Nós da comunidade acadêmica não estamos satisfeitos com essa situação, que tende a piorar. Defendemos a pesquisa e o trabalho público".Para ela, a tônica dos protestos contra a nova lei é a diminuição de investimentos público no setor de educação. "Os críticos da reforma universitária do Brasil reivindicam as mesmas questões relacionadas ao financiamento público e à autonomia universitária. O que agrava a situação na Itália é que essa realidade já vem existindo desde o governo anterior ao de Berlusconi e que era um governo de esquerda. Caso a reforma do ensino seja aprovada na Itália, no ano que vem essa realidade estará totalmente em vigor no setor acadêmico", analisa a pesquisadora Carla Filosa.

Lutando por aumento e incorporações salariais, docentes argentinos param

Na Argentina, nas províncias de Jujuy, Santa Fe, Rio Negro e Santiago del Estero, professores dos ensinos médio e superior fizeram paralisações na última semana para exigir a incorporação de aumentos e gratificações a seus salários base. Em Jujuy, as greves são organizadas pela Frente de Grêmios dos Estados (FGE). O ministro de Governo, Justiça e Educação, Armando Berruezo, diz que as aulas do nível médio começaram normalmente e critica a organização dos professores pelo movimento no início do período letivo. Os sindicatos de docentes argentinos, no entanto, calcularam uma adesão de 80% às paralisações por reajustes e incorporações salariais nas províncias.

Em Santa Fe, os professores da Associação de Professores de Santa Fe (AMSAFE) e do Sindicato de Docentes das Particulares (Sadop) realizaram uma greve de 72 horas por aumento salarial, iniciada na manhã do último dia 14. Em resposta, o governo de Jorge Obeid encaminhou um ofício às entidades propondo a incorporação gradual de gratificações aos salários base até 2007 e a criação de um outro sistema de remuneração.

Já os docentes de Santiago del Estero, ligados à Cisadems (Círculo Santiagueño de Docentes de Enseñanza Media y Superior), se retiraram das negociações com o governo e pediram a anulação do acordo apresentado pela Subsecretaria do Trabalho. Para os professores da Cisadems, a proposta é ilegítima e arbitrária e não responde às demandas da categoria. Os docentes de Santiago questionam, ainda, que a negociação proposta pelo governo "foi uma manobra ditatorial, tardia e com o único objetivo de impedir a greve que chegou a um altíssimo nível de adesão, na semana passada".

Até a semana passada, na província de Rio Negro, os docentes também se mantinham parados por tempo indeterminado, enquanto os de Santiago del Estero concluíram uma paralisação de 48 horas, no dia 14.

O secretário geral da União dos Trabalhadores da Educação de Rio Negro (Unter), Carlos Tolosa, assegurou que os professores se manteriam firmes na determinação de não aceitar a proposta do governo de um adiantamento de 15% e continuariam em greve por tempo indeterminado.

Em Santiago del Estero, província onde a greve dos docentes ganhou maior repercussão, a categoria reivindica um reajuste no salários básico de 500 pesos, a devolução do todos os cortes salariais e a definição de políticas de emergência e de máxima emergência para a infra-estrutura das instituições de ensino.

Fonte: Argenpress.info, publicado em 14/3/05

Esclarecimento

Reenquadramento dos técnicos não atinge docentes

A Adufrj-SSind entrou em contato com a Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) para esclarecer o conteúdo de uma carta que trata de reuniões sobre o enquadramento dos técnico-administrativos no Plano Único de Carreira, uma conquista deste segmento na última greve dos funcionários. A PR4 informou que houve problemas de redação, o que tem provocado confusão entre os docentes aposentados que receberam a carta. O enquadramento ao qual a PR4 se refere é apenas para os servidores técnico-administrativos, nada tendo a ver com os docentes.

Movimento

Continuação da capa

servidores afirmaram que a proposta de reajuste de 0,1% para o funcionalismo federal, que acumula perdas desde o governo FHC, é uma provocação. O ministro argumentou que o governo aposta na Mesa Nacional de Negociação Permanente como fórum de discussões das questões dos servidores públicos. Adiantou que no dia 23 de março serão retomadas as reuniões da MNNP.

Além do ministro, participaram da reunião o secretário de Recursos Humanos do ministério, Sérgio Mendonça, e o secretário executivo, Luis Inácio Adams. Junto com os representantes das entidades da CNESF, entre elas o Andes-SN, estiveram presentes os deputados federais João Batista Oliveira de Araújo (Babá), Luciana Genro e Wasny de Roure (PT/DF).

Com o lema "0,1%? Não queremos esmola, queremos dignidade!!!", os servidores federais fizeram uma manifestação em frente ao Planejamento, durante a entrega da pauta de reivindicações. A palavra de ordem é unir os vários segmentos do funcionalismo público. O apelo resulta da avaliação das lideranças sindicais de que as negociações separadas enfraquecem o movimento.

Durante a Plenária Nacional dos SPF, foram aprovados eixos de luta para forçar o governo a repor as perdas salariais acumuladas de 1995 até hoje, definir uma política salarial para o setor, elaborar planos de carreira, implementar a paridade entre servidores ativos e aposentados e a realizar concursos públicos (veja quadro com as reivindicações) .

Fotos: Leonor Costa

PLENÁRIA DOS SERVIDORES EM BRASÍLIA

Contra a reforma sindical

Os 253 delegados na Plenária aprovaram, ainda, uma campanha política para tentar impedir a aprovação do projeto de reforma sindical proposto pelo Fórum Nacional do Trabalho, que foi entregue ao Congresso Nacional pelo ministro Ricardo Berzoini. Apesar da resistência dos representantes da CUT e de algumas categorias, este item foi votado, aprovado e incorporado ao eixo da campanha.

0,1% é abuso

Os servidores recusaram o reajuste de 0,1% anunciado pelo presidente Lula e exigiram uma reposição salarial que recupere de fato a perda de poder aquisitivo. Eles defendem uma reposição baseada nos cálculos do Dieese. As perdas acumuladas entre janeiro de 1995 e dezembro de 2004, segundo estimativa do departamento, chegam a 155,98%. No entanto, se forem consideradas as revisões anuais, as perdas acumuladas neste período correspondem a 144,79%. Os servidores, no entanto, ainda não chegaram a um consenso quanto ao índice emergencial que será reivindicado.

Este índice será deliberado na próxima plenária, após as discussões nas bases das categorias. O Andes-SN defende um reajuste emergencial de 18%, correspondente à inflação de todas as perdas inflacionárias desde 1995.

Plenária aprova paralisação dias 13 e 14 de abril

Foi aprovado, na plenária, um calendário de luta que inclui a paralisação nos dias 13 e 14 de abril e indicativo de greve para maio. Durante o lançamento da campanha, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, convocou as categorias a fortalecerem o movimento nos estados. A próxima plenária nacional dos servidores será no dia 17 de abril. Um dia antes haverá as plenárias setoriais.

Pauta de reivindicações dos SPF

- Definição de uma política salarial com correção das distorções e reposição das perdas salariais de janeiro de 1995 a abril de 2005
- Diretrizes de plano de carreira
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Piso salarial do DIEESE (R$ 1.545,00)
- Contra a reforma sindical do FNT
- Concurso público
- Reconstrução do serviço público

MEC concorda com reivindicação do Sindicato de incorporar a GED ao salário

Andes-SN reinvindica incorporação da gratificação desde a sua implementação

Na reunião do Grupo de Trabalho do MEC (instituído pela portaria que reajustou a GED, no ano passado), os representantes do Ministério concordaram com a incorporação da Gratificação de Estímulo à Docência aos vencimentos dos docentes das instituições federais de ensino superior. O Andes-SN reivindica a incorporação e a extinção da GED desde a sua criação, em 1998. De acordo com o diretor da Adufrj-SSind, Salatiel Menezes, a incorporação da GED beneficia aposentados e pensionistas e, também, docentes em atividade, que teriam reajustes em função do impacto dos valores da gratificação em anuênios, quinquênios e adicionais de insalubridade ou periculosidade.

Na reunião do GT, os representantes do governo disseram que irão apresentar estudos de impacto da incorporação da gratificação, com avaliação de custos e cronograma de implementação. As entidades deverão preparar contribuições em relação a como deve ser um sistema de avaliação e propostas para ações imediatas para a melhoria salarial e para a carreira. Foi reiterado que o grupo apenas indicará propostas para a carreira, assunto que será tratado após as conclusões do trabalho do GT.

O Secretário Executivo do Ministério, Jairo Jorge, disse que a GED perdeu sua função de incentivo à docência, sendo parte integrante do salário e que deve ser incorporada. Todas as entidades concordam com a incorporação que, na visão do governo, deveria ser progressiva, sendo o primeiro passo sua transformação em gratificação fixa e extensiva integralmente aos aposentados e pensionistas, resolvendo-se o problema da paridade. O representante do MEC, no entanto, não fez qualquer menção aos valores mais altos da GED e da GEAD como propôs o Andes-SN.

Foi considerada por todos, também, a necessidade de haver um sistema de avaliação docente que fosse associado à avaliação institucional e que não deveria ser punitivo e sim um incentivo para o crescimento da universidade pública com resultados nos investimentos para expansão. A necessidade de ações imediatas para a melhoria salarial dos professores também é um consenso entre as entidades. A carreira docente deverá ser tratada somente após a finalização dos trabalhos do GT, prevista para maio e, provavelmente, em um outro fórum. O Secretário foi enfático ao dizer que o governo prefere trabalhar a carreira em seu conjunto e que a opção de se trabalhar inicialmente com a classe de professor associado poderá inviabilizar a negociação da carreira.

Avaliação

Para Godofredo de Oliveira Neto, do MEC, a avaliação interna deve ser feita em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (previsto no anteprojeto de lei do governo para a Educação Superior) e que já existe o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação Ensino Suprior) que também funcionaria como uma avaliação externa. Paulo Speller, da Andifes, insistiu que a avaliação não pode punir, mas estimular a instituição a produzir mais e expandir-se e que o docente deve ser estimulado pelo ambiente de produção acadêmica e pelos órgãos de fomento e jamais sofrer avaliações discriminadoras ou punitivas. Já para o representante da SBPC, Amílcar Baiard, deveria haver diferenciações remuneratórias em função de diferenciações de produção.

Avaliação individual como parte da institucional

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, manifestou que a posição do Sindicato é de que a avaliação de fato seja um processo combinado de avaliação institucional e avaliação individual e que esta última seria parte da avaliação institucional e não um instrumento de punição ou remuneração, um instrumento de crescimento na carreira. Por este motivo, no entendimento do Sindicato, a discussão sobre a carreira docente com o governo deveria ficar para depois do término dos trabalhos deste GT.

Andes-SN também quer incorporação da GAE

A presidente do Andes-SN indagou aos representantes do MEC sobre a incorporação da GAE. Jairo Jorge respondeu que esta proposta estaria relacionada à discussão da carreira. A próxima reunião do GT MEC está marcada para 14 de abril.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 178 • 28 de março de 2005

Manuella Soares

ESTUDANTES REIVINDICAM SAÍDA DO DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO EM SESSÃO DO CONSUNI, EM 25 DE MARÇO DE 2004

Mobilização de estudantes e greve de servidores derrubam Armênio

Reitor nomeia diretoria temporária para a Faculdade de Direito. Armênio Cruz renuncia, mas não está livre dos processos administrativos

Páginas 4 e 5

Colegiados acadêmicos discutem política de alocação de vagas docentes

Página 3

Projeto do governo privatiza Amazônia

Página 7

Alojamento sofre com falta de infra-estrutura

Página 8

Movimento

Assembléia discute suspensão da greve da Uerj

Movimento pode chegar ao fim depois de mais de nove meses

Após nove meses de greve, os funcionários técnico-administrativos da Uerj discutem em assembléia deste dia 28 a suspensão do movimento. A avaliação da diretora Perciliana Rodrigues, do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj), é que o constante ataque da reitoria à organização dos trabalhadores resultou na fragilidade da paralisação, nos últimos dias, com retorno parcial de alguns servidores às atividades. Os servidores reivindicavam a implantação de um plano de carreira e reajuste salarial de 37,74%.

Apesar de tudo, em reunião realizada com representantes da reitoria no dia 23/3, o movimento conseguiu acertar um termo de compromisso, no caso de eventual suspensão da greve: será revogado o dispositivo do Código 103 (usado para identificar e perseguir grevistas, conforme divulgado pelo Jornal da Adufrj) e haverá retomada da mesa de negociações para discutir a carreira dos servidores e a questão salarial. Além disso, será criada uma regulamentação para punir o assédio moral dentro da instituição.

Ataque ao movimento

Perciliana Rodrigues citou a divulgação de cartas à comunidade com desqualificação do movimento, a contratação de terceirizados para substituir servidores em greve e ações judiciais como alguns exemplos de ataques da reitoria.

Em uma dessas cartas da administração à qual a reportagem da Adufrj-SSind teve acesso, o reitor Nival de Almeida e seu vice-reitor Ronaldo Lauria classificaram ações dos funcionários como motivadas por "aspirações de cunho político partidário". Além disso, mesmo dizendo-se "historicamente ligada ao direito de greve", a reitoria afirmou que o movimento teve uma "condução desastrada".

Segundo Perciliana, a paralisação foi promovida pela base da categoria, sem qualquer interferência partidária. "Se não fosse assim, a greve não teria se sustentado por tanto tempo", disse. Ela lembrou que, antes da decisão de parar as atividades, a categoria discutiu o assunto por cerca de seis meses. "E a adesão à greve girou entre 80% e 85% dos trabalhadores", completou.

UFRJ

Integrantes da nova CPPD tomam posse

No último dia 22, tomaram posse os novos integrantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente, com a presença do reitor, Aloisio Teixeira, que desejou aos novos membros sucesso em seus trabalhos e falou sobre a necessidade de uma CPPD plena para fazer face às demandas da universidade. O reitor lembrou, ainda, que o mandato dos atuais membros é de seis meses, período durante o qual as regras eleitorais serão revistas pelo Conselho Universitário. As reuniões da CPPD serão realizadas todas as terças-feiras. A próxima acontece dia 29 de março quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão.

Plantão Jurídico — **Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind**

Eleições para o DCE acontecerão nos dias 3, 4 e 5 de maio

O período eleitoral foi deliberado em reunião do Conselho de Centros Acadêmicos, no dia 16/3. A inscrição de chapas para a direção ocorre nos dias 11 e 12 de abril. Atualmente, o DCE está vago e é administrado por uma comissão gestora, pois o mandato dos antigos diretores se encerrou no final do ano passado e não foram convocadas novas eleições.

Agenda Sindical

31/3 - Seminário sobre "Reforma Universitária"
Auditório da Coppe/UFRJ, Bloco G sl. 200, 15h

14/4 - Reunião do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília - DF

27 a 30/4 - IV Encontro Hemisférico de luta contra a ALCA
Campanha Jubileu Sul/Brasil contra a ALCA
Havana - Cuba

10/5 - Apresentação do Relatório Final das reuniões do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília - DF

Anote

Orquestra Sinfônica da Escola de Música

No dia 10 de abril, às 11h, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, ocorre a abertura da temporada 2005 da Orquestra Sinfônica da Escola de Música da UFRJ (ORSEM). Sob a regência do professor Ernani Aguiar, o concerto tem início com a Suite da ópera Carmen, de Bizet, e inaugura, com a nº2, a série de nove Sinfonias de Beethoven programadas para 2005. O ingresso custa apenas R$ 1. Outro docente da UFRJ, Bartholomeu Wiese vai interpretar, também neste dia 10, a obra de Joaquín Rodrigo - um dos compositores mais importantes do violão século XX. Premiado em diferentes concursos, Bartholomeu se apresentou também como solista com a Orquestra Sinfônica Brasileira, com a qual acaba de gravar, sob a batuta de Isaac Karabtchevsky, três "Canções" de Villa-Lobos para uma série de CDs.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG e CEPG definem política de alocação docente

Sessão conjunta aprova documento que será levado à instância máxima da universidade

No último dia 23/3, ocorreu uma reunião conjunta entre o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) para discutir a política de alocação de vagas docentes. Pela recente distribuição do MEC, a UFRJ poderá realizar concurso para 119 novos professores. A professora da Escola Politécnica, Claudia do Rosário Vaz Morgado, que preside a comissão mista de alocação, enfatizou a importância de se estabelecer um critério para definição da forma como as vagas serão distribuídas. Claudia Morgado fez uma apresentação gráfica das idéias dos integrantes da comissão que levaram à elaboração do documento que foi apreciado pelos dois colegiados.

Durante a exibição, que partia da premissa de se criar uma Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav), com integrantes dos dois conselhos, a professora propôs a distribuição de 90% do total de vagas oferecidas, deixando 10% de reserva técnica para a reitoria realizar pequenos ajustes. Os colegiados aprovaram, no entanto, a distribuição de 85% das vagas, destacando a título de reserva estratégica 15%.

Ainda durante a apresentação, foram expostos quatro indicadores tidos como fundamentais: alocação das perdas e ganhos de vagas docentes, avaliação da produtividade, avaliação de qualidade e avaliação estratégica. A comissão acredita que estes critérios trariam maior planejamento às unidades e aos órgãos suplementares.

O trabalho da comissão foi elogiado por todos os conselheiros que fizeram intervenções. O documento, com alguns destaques, foi aprovado pelos dois colegiados e será levado para a apreciação do Conselho Universitário, que é a instância máxima da UFRJ.

Anote

Recepção aos novos pós-graduandos

No próximo dia 30, a Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG-UFRJ) vai realizar uma atividade de resgate da cultura brasileira para receber os novos alunos dos programas. Haverá palestra no auditório da Coppe (Centro de Tecnologia, sala G-122), às 14h30, com o músico Sérgio Prata, diretor de Pesquisa do Instituto Jacob do Bandolim. Logo em seguida, às 16h30, está programada uma roda de choro no Grêmio da Coppe, com o conjunto "Sarau". O evento é apoiado pela Adufrj-SSind, pelo Sintufrj, pelo Instituto Jacob do Bandolim, pela direção e Grêmio da Coppe e pela reitoria da universidade.

A APG acredita "que a reconstrução dos movimentos populares fortes e combativos, incluído aí o movimento estudantil, se dará paralelamente ao resgate da cultura de nosso povo". A entidade pretende que este seja o primeiro de uma série de eventos ao longo do ano.

Resenha

Privatização estrangeira

A nova versão preliminar do anteprojeto da reforma universitária, que deverá ser divulgada pelo Ministério da Educação até 15 de abril, aumentará a participação do capital estrangeiro na educação superior de 30%, estabelecido pela versão apresentada no ano passado, para um limite em torno de 40% a 50%. O ministro Tarso Genro afirma que o teto será flexibilizado até o "limite em que o capital nacional não perca a maioria. A previsão do governo é enviar ao Congresso a versão definitiva do projeto de lei da reforma universitária em julho. *(Gazeta Mercantil, 22/3)*

Queda de popularidade do governo Lula

A primeira rodada do ano da pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Ibope revela que a aprovação popular ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva caiu de 62% para 58%. A queda foi por conta do desempenho do governo na área econômica: aumentos sucessivos na taxa básica de juros, a elevada carga tributária e uma menor expectativa sobre a queda do desemprego. (JB, 23/3)

Desencantados, sindicatos abandonam a CUT

A Central Única dos Trabalhadores tem perdido associados na mesma medida em que se mantém na defesa do governo Lula. Desde o ano passado, 16 sindicatos pediram sua desfiliação, oito deles nos dois primeiros meses de 2005. Ao comentar as dissidências, o presidente da entidade, Luiz Marinho, afirma que "a saída deles não me preocupa. Eram sindicatos, na maioria, inadimplentes". Marina Barbosa, presidente do Andes-SN, que se desfilou da CUT em fevereiro, afirma que "a postura política da CUT não correspondia mais às propostas do nosso sindicato. O apoio à reforma da previdência foi a gota d'água." *(O Globo, 21/3)*

Desemprego acelera no Rio: 15% de desocupação

A massa de desempregados aumentou 15% na região metropolitana do Rio de Janeiro em fevereiro. As 56 mil demissões ligadas aos setores de atividade turística e de comércio ocorridas depois da alta temporada de fim de ano e férias foram as principais responsáveis pelo aumento de 7,4% para 8,4% de desempregados na região. Além da maior alta no desemprego no país, o Rio teve a maior queda salarial: 1,1%, fazendo o valor de R$ 893,33 cair para R$ 883,50 entre janeiro e fevereiro *(Jornal do Brasil 24/3)*.

Colegiados

Armênio renuncia à direção da Faculdade de Direito

Em portaria publicada no Boletim da UFRJ, no último dia 22, Armênio Cruz renunciou ao cargo de diretor da Faculdade de Direito. Depois de um longo período de arbitariedades patrocinadas pela gestão do professor, a Faculdade de Direito terá a possibilidade de restabelecer a normalidade acadêmica e administrativa e, quem sabe, se tornar uma unidade de referência em sua área. Quem primeiro expressou essa expectativa foi o próprio reitor, Aloisio Teixeira, na sessão do Conselho Universitário, dia 23. Aloisio disse que nada em termos de irregularidades e desmandos já relatados em outras instituições ou órgãos públicos poderia ser comparado ao que foi detectado na Faculdade de Direito pelas comissões disciplinares que atuaram na unidade.

Aloisio creditou o desfecho da crise na Faculdade à mobilização dos estudantes e à greve dos servidores, inconformados com o estado de calamidade administrativa que se instalou na unidade. O reitor lembrou as iniciativas de ex-reitores para romper com o ciclo de desmandos na Faculdade. "Horácio Macedo também tentou uma intervenção, Maculan tentou uma via mais acadêmica e Paulo Gomes apostou em um novo diretor". O que mudou, segundo reitor, nos últimos anos, foi a postura dos estudantes da Faculdade. "Os estudantes começaram esta luta, no ano passado, e desenvolveram ações que permitiram a atuação desta reitoria, sendo fundamental a mobilização dos alunos neste processo". Em relação ao servidores que paralisaram as atividades na semana passada pela demissão de Armênio, o reitor considerou essa "resistência" fundamental para que ficasse caracterizada a insustentabilidade da continuidade do professor à frente da Faculdade. "Antes, havia um pacto de mediocridade e os próprios alunos e professores que não concordavam com as irregularidades acabavam se calando ou se afastando da unidade".

Para Aloisio, o estado de total falta de institucionalidade acadêmica e administrativa a que chegou a Faculdade de Direito é reflexo de uma cultura que remonta a décadas e que criou raízes em alguns espaços institucionais.

Kelvin Melo

SESSÃO DO CONSUNI DE DE 23 DE MARÇO

Irregularidades

Na sessão do Consuni, após confirmar a renúncia de Armênio, Aloisio tornou públicas as principais irregularidades cometidas pelo ex-diretor. Uma das mais emblemáticas do processo de desmandos cometidos por Armênio foi o processo de concurso do qual participou a Juíza Salete Macaloz, em 1994. Pouco antes da realização dos exames, a juíza solicitou acesso aos critérios da prova de títulos. O pedido foi negado pela direção da Faculdade. Salete ficou em segundo lugar no concurso para professor assistente, atrás de uma candidata, recém graduada, perdendo pontos justamente na prova de títulos. Vale ressaltar que a Juíza tem vários artigos e livros publicados na área.

Depois de um longo processo de brigas judiciais, a Justiça deu ganho de causa a Salete Macaloz, em 1996, determinando a realização de um novo concurso para a vaga, com os critérios da banca disponibilizados para os candidatos e para o público, em novo edital. Novamente, Armênio ignorou a decisão e refez o concurso com uma banca formada pelos mesmos integrantes da banca anterior e omitindo os critérios de avaliação. Em 2002, a Justiça multou em R$ 1.000,00 por dia a universidade pelo descumprimento da decisão. O Ministério Público Federal ajuizou um processo contra o ex-diretor por improbidade administrativa.

Documentos desaparecidos

Entre as faltas cometidas pela direção de Armênio, estão o sumiço de documentos e processos da unidade, incluindo a ata de nomeação do professor como diretor e de sua esposa, Maria da Penha Almeida Cruz, como chefe de departamento. O processo do concurso da juíza Salete Macaloz também não foi encontrado. A reitoria, no entanto, acabou tendo acesso ao conteúdo da ata da congregação que nomeou os professores através de uma cópia anexada pelo próprio Armênio em uma de suas várias ações contra integrantes da reitoria. Todas as ações de Armênio contaram com o apoio de sua esposa e da servidora Carmem Lúcia, segundo relato do reitor sobre as apurações da comissão disciplinar.

'Conexão Português-Grego'

Aloisio chamou de Conexão Português-Grego outra das irregularidades cometidas por este grupo na Faculdade. Segundo o reitor, estudantes ingressavam na universidade para a habilitação Português-Grego do curso de Letras e um semestre depois eram transferidos, através de isenção de matrícula, para o curso de Direito, um dos mais concorridos no vestibular.

Perseguições

Aloisio citou também a perseguição ao aluno que durante a solenidade de sua formatura fez um discurso denunciando as arbitrariedades de Armênio e sua direção. O aluno foi impedido de colar grau, com a justificativa da direção de que não havia cumprido todas as disciplinas do curso. O caso chegou a ser tratado pelo Conselho de Ensino de Graduação e, na ocasião, Maria da Penha, que era representante do CFCH no colegiado, confirmou a versão da direção da Faculdade que o estudante não havia cumprido os requisitos para a conclusão do curso. A investigação da comissão disciplinar da reitoria, no entanto, concluiu que, na verdade, as notas do aluno referente às disciplinas citadas no seu processo haviam sido retiradas do boletim escolar no âmbito da secretaria acadêmica da Faculdade.

Rede de favores

Para o reitor, este quadro de arbitrariedades apresentado pela direção de Armênio e Maria da Penha na Faculdade de Direito é uma amostra de uma rede mais ampla que tem interfaces com outros poderes instituídos. "Acho que esse processo de degradação da Faculdade de Direito é parte de um processo maior de degradação das boas práticas jurídicas no Rio de Janeiro, com trocas de favores que envolvem segmentos do poder judiciário, da procuradoria do MEC, do governo do Estado, Congresso Nacional e a própria OAB". O reitor considerou ainda que esta cultura da troca de favores acaba atingindo a própria estrutura da universidade e que estas práticas estão chegando ao fim por conta da atuação de professores, estudantes e servidores contrários a este tipo de política do vale-tudo.

Renúncia e pedido de aposentadoria

De acordo com o reitor, Armênio renunciou pressionado pelos próprios desembargadores que até então o apoiavam nas sucessivas decisões judiciais ao longo dos processos que envolveram o ex-diretor. Anexados à portaria da renúncia, foram encaminhados à reitoria três pedidos de aposentadoria: para Armênio, Maria da Penha e Carmem Lúcia. Segundo o reitor, a professora Penha já tem condições de requerer o benefício. No caso da servidora Carmem Lúcia, segundo o reitor, ela terá que optar por um dos proventos, já que se encontra aposentada por outro órgão. Para ter seu processo de aposentadoria deferido Armênio terá que aguardar a conclusão dos trabalhos da comissão disciplinar e dos inquéritos administrativos aos quais responde no momento.

Diretoria *pro tempore* assume por seis meses

A reitoria da UFRJ decidiu nomear uma diretoria *pro tempore* para a Faculdade de Direito por um período de seis meses até que se retome um quadro de normalidade acadêmica e administrativa para, então, convocar um processo eleitoral para escolha de novos dirigentes para a unidade. O reitor disse que fez questão de nomear docentes externos à Faculdade para assumir a direção temporariamente. O professor do Instituto de Economia Adilson de Oliveira assume a direção da Faculdade junto dos professores Protásio Martins Filho, da Escola Politécnica, como vice-diretor; e Ericksson Almendra, da Coppe, que ficará responsável pela coordenação de graduação do curso de Direito.

O Conselho Universitário aprovou também uma moção de apoio às ações da reitoria na Faculdade de Direito e à direção *pro tempore*.

Caco comemora renúncia com cautela

Integrante da diretoria executiva do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), Luanda Botelho disse estar satisfeita com a notícia da renúncia de Armênio, mas ressaltou que a crise da faculdade não pode ser dada como encerrada. Mais que isso: ela teme que a saída do cargo de diretor faça parte de algum tipo de acordo para salvá-lo da punição de demissão do serviço público, o que é negado pela reitoria. Luanda adiantou que o centro acadêmico vai cobrar o desfecho dos processos administrativos disciplinares movidos contra a direção finalmente afastada.

Em paralelo à reivindicação pela demissão do professor Armênio, Luanda explicou que o Caco vai continuar se empenhando para reconstruir a Faculdade de Direito. Nesse sentido, citou a disputa que a FND deve fazer por parte dos 119 novos concursos para docentes da UFRJ.

Direção *pro tempore*

Em relação à nova direção *pro tempore*, que assume nesta segunda-feira, dia 28, na parte da manhã (leia mais na página ao lado), Luanda espera que os professores Adilson de Oliveira, Protásio Dutra e Ericksson Almendra - designados pela reitoria - se dediquem à tarefa de resgatar o prestígio acadêmico da unidade. E, no caso de um trabalho bem realizado, a estudante nem pede pressa para as eleições de uma nova diretoria com representantes da própria faculdade. Segundo ela, ainda há um significativo número de docentes identificados com a direção exonerada. Além disso, os professores ainda têm poder de voto majoritário, de acordo com o atual regimento da FND.

Consuni credencia BioRio como fundação de apoio da UFRJ

Na sessão do colegiado, na última quinta-feira, 24, foi aprovado o pedido de regulamentação da Fundação BioRio a ser encaminhado ao Ministério da Educação. Na sessão anterior, a conselheira e representante dos técnico-administrativos Chantal Russi pediu vistas do processo e relatou um parecer contrário à aprovação do credenciamento da fundação, naquela sessão. A conselheira indicou que, no processo apresentado ao colegiado, faltavam informações no relatório de atividades da fundação, bem como a prestação de contas do exercício de 2004, requisitos previstos no decreto 5.205, de 14/9/2004, que alterou a regulamentação destas entidades com as instituições de ensino e pesquisa.

Os integrantes do Consuni, no entanto, aprovaram o pedido de credenciamento da Fundação alegando que o mesmo precedente (ausência de prestação e informações sobre atividades) havia sido aberto para as fundações Coppetec e José Bonifácio, regulamentadas em sessão anterior. De acordo com relatos de alguns conselheiros, estas duas fundações apresentaram seus relatórios e balanços completos após o credenciamento e o mesmo poderia ser feito pela BioRio.

Foi aprovado também que o colegiado irá convocar as direções das três fundações credenciadas pela UFRJ para apresentarem em sessão especial e pública os seus relatórios e balanços para conhecimento da comunidade.

Normas e editais de concursos de docentes

O Conselho Universitário, em sessão extraordinária do dia 7 de abril, vai discutir as normas e editais de concursos para a Carreira do Magistério Superior e Magistério de Ensino Fundamental e Médio, de acordo com proposta apresentada pela Comissão de Legislação e Normas do colegiado.

Opinião

A lei do ato médico ou uma discussão à procura de princípios

Qualquer discussão que envolva um conflito de interesses, especialmente entre categorias profissionais, que não evolua para um esforço na **procura por princípios** está condenada a vagar sem rumo. É o que parece estar se passando com a discussão que se vem travando nacionalmente pela "Regulamentação do Ato Médico". De um lado, permanecem as entidades médicas a tentar colocar um limite ao verdadeiro assédio que o seu campo de atuação vem sofrendo por parte de profissionais de atividades afins, como fisioterapeutas, enfermeiros, psicólogos, parteiras etc... De outro, esses profissionais acusam aquelas as entidades médicas de defender um único interesse: a reserva espúria de mercado, pois muitas das funções que estariam tentando restringir ao campo médico poderiam ser melhor realizadas, e com um custo social menor, por outros profissionais.

As entidades médicas vêm denunciando a existência de um esforço para a criação de "*uma medicina sem médicos*", mas sempre se poderia argüir contra elas: quais seriam, então, os limites do campo de atuação mais propriamente médico, na abordagem das questões de saúde? E aí, retornaríamos ao ponto inicial da discussão. Tenho a impressão que seria exatamente dessa delimitação que poderia surgir algum princípio norteador da discussão. De imediato, quer me parecer que, nesse ponto, surge, naturalmente, um princípio: **para as situações que envolvam uma patologia propriamente dita, qualquer intervenção terapêutica deveria ser coordenada por um médico.**

O problema, a partir desse ponto, passaria a ser o estabelecimento de limites entre as variações extremas do normal e as patologias propriamente ditas. Alguns

exemplos tornarão certamente mais claro o argumento que aqui se aplica: um vício qualquer de postura não implica uma patologia, mas, evidentemente, a ela induz. Seriam os médicos os profissionais mais preparados para corrigir vícios de postura? Não necessariamente. Já, diante de uma hérnia de disco, por exemplo, a intervenção mais propriamente médica torna-se obrigatória o que não exclui a participação de outros profissionais.

Mais delicada, certamente, seria a aplicação desse princípio à gravidez e ao parto, os quais, por definição, não têm nada de patológico a eles associado. Apesar disso, a passagem, nesse tipo de situação, do fisiológico e natural para o patológico pode se dar de maneira tão dramática, quase imediata e com conseqüências tão desastrosas, que não me parece razoável que possa existir uma total dissociação de qualquer procedimento, nessas situações, em relação à medicina em si. Por uma enorme coincidência, conheço muito bem um modelo que equacionou e resolveu o problema daquela que me pareceu a melhor maneira possível. Minha última filha nasceu em uma unidade materno-infantil, localizada ao lado de um grande hospital, ao qual era ligada por uma espécie de ponte, em Gävle, Suécia. Costumo brincar, dizendo que, durante aquele parto, o único médico presente na sala era eu, e ali estava mais como um problema do que como uma solução e, até por honestidade intelectual, não poderia me furtar a dizer que me senti muito melhor ali do que quando estive envolvido pela parafernália associada ao nascimento dos meus outros quatro filhos. Até do ponto de vista físico e concreto, ou seja, em relação à planta dos prédios, foi encontrada ali uma solução para a questão mais subjetiva: uma ponte oferecendo a solução imediata para a eventual passagem do natural ao patológico.

É exatamente em relação a esse tema, aliás, que as controvérsias enveredam para contradições gritantes. O projeto de lei proposto pelo CFM diz em cinco artigos, que somente o médico, ressalvado o odontólogo, tem a competência profissional para diagnosticar doenças e prescrever o tratamento para os doentes. Pois bem, diante disso, uma pergunta se impõe: quem, em sã consciência, pode dizer que o parto tem, necessariamente, a si associado algo doentio? Além disso, nem sempre os critérios para a caracterização de uma doença são universalmente aceitos, como em relação às doenças mentais, por exemplo. Ou seja, no mínimo, a discussão precisa de aprofundamento no sentido da resolução dessas contradições.

Uma mistificação freqüente e perigosa, é a de tentar "resolver" problemas desse tipo através da formação de "*lobbies*" para aprovação de leis, antes que a sociedade tenha tempo para amadurecer a discussão de uma questão que é de interesse de todos. Alguns podem se satisfazer com esse caminho, mas os mais honestos, certamente preferirão recorrer a um convencimento que não se restrinja a interesses mesquinhos e imediatos.

Bem lá no princípio desse artigo grifei o verbo "procurar" e nisso havia uma intenção. Não somos obrigados a **achar** e **estabelecer** princípios que sejam indiscutíveis e aceitos por todos, mas somos obrigados a ter a humildade de, pelo menos, por eles procurar, sob pena de darmos àqueles que nos acusam de estar engajados em uma mera defesa de mercado, um argumento fortíssimo.. De qualquer maneira, penso ser um bom hábito e, porque não dizer, princípio, tentar referenciar sempre um argumento a um princípio.

Márcio Amaral, Médico
Prof. Adjunto da UFRJ, Vice-diretor do Inst. de Psiquiatria

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Nacional

Projeto de lei do governo, em regime de urgência, privatiza Amazônia

Modelo proposto foi desastroso na África e na Ásia

Encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional no mês passado, o projeto de lei nº 4.776/05 vem sendo motivo de preocupação entre os ambientalistas do país. Sob o argumento de se obter produção sustentável nas florestas públicas, o PL introduz um conjunto de mecanismos e favorecimentos que só tendem a beneficiar as grandes corporações, nacionais e estrangeiras, do tipo madeireiras asiáticas e européias, reconhecidamente as maiores promotoras dos desmatamentos e exportações de madeiras em nível mundial.

Os benefícios para os "investidores" deste tipo de "negócio" são tão gritantes que o PL já é considerado como o principal instrumento visando à internacionalização da Amazônia, região mais afetada pelo conteúdo do documento. Entre alguns itens, o projeto prevê a concessão de grandes áreas florestais (através de leilões) para explorações madeireiras por prazos que podem alcançar até 60 anos. Ainda de acordo com o projeto, poderá ser criada uma autarquia, no pior estilo das "agências reguladoras", na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, porém desvinculada do Ibama, para gerir os "empreendimentos". Além disso, ocorrerá transferência de poder aos municípios para realização, também, das chamadas "concessões florestais", através de leilões apropriados.

Regime de urgência questionado

Pelas graves conseqüências da proposta do governo, todos aqueles preocupados com o meio ambiente e a soberania brasileira repudiam o PL e questionam o regime de urgência que o documento ganhou, durante a tramitação no Congresso. Várias pessoas e entidades já se manifestaram contra o conteúdo do projeto, como o geógrafo e presidente de honra da SBPC, Aziz Ab' Saber, a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e suas filiadas; e a Asibamas (Associações dos Servidores do Ibama), entre outras.

Carta de Aziz Ab'Saber

Abaixo, reproduzimos a carta do cientista Aziz Ab'Saber enviada para o seminário "A Questão Florestal Brasileira: não à Internacionalização da Amazônia", promovido pela Condsef, no dia 16/3, em Brasília (DF).

Opinião

A questão florestal brasileira: não à internacionalização da Amazônia

Aziz Nacib Ab'saber*

Aos participantes do Seminário:

(Reflexos do Projeto de Lei nº 4776/05 - Regime de Urgência - em apreciação no Congresso Nacional)

Na oportunidade de abertura deste Seminário, e na impossibilidade do meu comparecimento, por motivo de saúde, cumpre-me a satisfação de saudar a todos os participantes, neste 16 de março de 2005, e encaminhar alguns entendimentos sobre a temática em questão.

Em primeiro lugar, dizer do acinte a toda à Sociedade brasileira, em relação ao propósito do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que também ajudei a eleger, em tentar discutir e aprovar um Projeto de Lei que diz respeito ao conjunto das florestas públicas brasileiras, com ênfase às situadas em meio à Região Amazônica (quase 60% do nosso território) em prazo de urgência. Vale dizer, em menos de 60 (sessenta) dias de seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

Fiquei sabendo, também, nestes últimos dias, e por incrível que possa parecer, que por ocasião da constituição de Comissão Especial para exame da matéria, na Câmara dos Deputados, não teria sido incluída a Comissão da Amazônia em meio às demais. E que só posteriormente, por lembrança dos parlamentares da Região, o "descuido" teria sido sanado.

Relativamente à análise de conteúdo do Projeto, já em apreciação, é transparente o entendimento de que quase nada se consegue apurar em termos do efetivo interesse governamental, no sentido de introduzir, entre nós, a chamada prática do manejo florestal sustentável; que, por sinal, ninguém deve ser contra. Saltando aos olhos, em contraposição, quase tão-somente, a visão mercadológica-exportadora dos recursos madeireiros a serem obtidos de uma despropositada e, sem dúvida alguma, catastrófica incursão empresarial de grande porte nas florestas públicas.

E nesse particular, a simples lembrança de que idêntico processo de gestão, imposto pelos governos de países do Sudeste Asiático e África Equatorial, acabou se transformando em gigantesco desastre ecológico-ambiental, com perdas irreparáveis nos domínios da flora e da fauna, e mais recentemente na Austrália, por perda de controle na gerência e fiscalização das atividades, é suficiente para mostrar a gravidade do processo que o governo federal está propondo ao Brasil, à Amazônia e ao próprio Planeta, pelo conjunto das inquestionáveis repercussões.

Tenho certeza, de outra parte, que os participantes deste imprescindível Seminário, estão cientes de que os bens públicos da União, como devem ser consideradas as Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, possuem, constitucionalmente, as prerrogativas de não poderem deixar de existir, serem vendidas ou penhoradas, por serem de uso comum, do povo, e não se confundindo com outros tipos de bens, facilmente transferíveis.

Não querendo me exceder, mas julgando a questão em apreço sob o ângulo do interesse nacional, da manutenção da nossa soberania, e tendo como fulcro a proposição das tais possíveis "concessões florestais", através de leilões (imaginem!), em prazos que podem alcançar até 60 (sessenta anos), com possibilidade, ainda, de hipoteca das florestas, para efeito de obtenção de financiamento pelas concessionárias, não tenho dúvida, e mesmo me sinto na obrigação, de manifestar o entendimento de que o Projeto de Lei nº 4776/05, em causa, só pode merecer, de todos nós, a mais veemente das rejeições.

Em acréscimo, e parafraseando o jornalista Hélio Fernandes, em editorial, na sua Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, **"esse projeto não poderia existir, é vergonhoso, repulsivo, traidor, escandaloso, inaceitável e desmoralizante!"**

Por tudo, e mesmo em função da gravidade da questão que se nos oferecem, tenho a certeza de que ultrapassaremos mais esse obstáculo à nossa redenção sócio-econômica. Daí, também, o nosso **NÃO À CESSÃO E DESTRUIÇÃO DE NOSSAS FLORESTAS, bem como À INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**, como vem manifestar o próprio Seminário.

Saudações a todos,

São Paulo, 16 de março de 2005.

* Geógrafo, presidente de honra da SBPC

UFRJ

Alojamento Estudantil sofre com falta de infra-estrutura

Estudantes reclamam de alimentação, falta de higiene e manutenção precária

Reuniões realizadas na companhia de lacraias, ratos circulando à noite pelo refeitório e estudantes empolados por picadas de mosquitos. Cenas como estas, incompatíveis com o ambiente universitário, foram descritas por alguns alunos que residem no Alojamento Estudantil da UFRJ e, segundo eles, fazem parte do cotidiano dos que lá habitam. Os estudantes, que não gostam de serem chamados de "alojados", afirmaram que nenhuma providência vem sendo tomada pelas autoridades universitárias para a melhoria das condições.

A reportagem do Jornal da Adufrj visitou as instalações do Alojamento no horário do café da tarde: foram servidos pães murchos, leite e um tipo de fruta. Também foi verificado que a sala de vídeo e a biblioteca estão fechadas, enquanto a sala de informática funciona sem ar-condicionado, o que compromete o funcionamento dos computadores. Os corredores são mal iluminados e o refeitório está sujeito à entrada de todos os tipos de animais. Em alguns buracos do refeitório, inclusive, são utilizados pedaços de madeira e pedras para impedir a entrada de ratos.

INSTALAÇÕES DO ALOJAMENTO DA UFRJ DEMONSTRAM NECESSIDADE URGENTE DE MELHORIAS

Funcionários também sofrem

No apartamento do estudante do sétimo período de licenciatura em Matemática, Marcos Lázaro, houve um problema na tubulação do banheiro e ele comunicou o problema à secretaria do alojamento. Na tentativa de realizar o conserto, os funcionários quebraram a parede de dois cômodos do apartamento, não resolveram o problema e não apareceram para reconstituir a parede. "Eles dizem que não há material disponível", afirmou Marcos Lázaro.

Os funcionários também sofrem com a caótica situação. O local designado para o trabalho de marceneiros é uma construção semi-destruída, com lama e cachorros ao redor.

Em relação à higiene na alimentação, um dos principais pontos atacados pelos alunos, a diretora do Alojamento Estudantil, Vera Aguiar, afirmou que há uma supervisão da direção na cozinha do alojamento. A diretora revelou ainda que a cozinha está sendo reformada e que as janelas dos apartamentos estão sendo substituídas. Entretanto, os estudantes consideram estas iniciativas "obras de fachada", numa tentativa de maquiar os verdadeiros problemas.

Indeferimentos revoltam estudantes

As últimas sessões do Conselho de Ensino de Graduação vêm sendo marcadas por constantes manifestações do movimento estudantil pela renovação de auxílio-moradia para alguns alunos. O colegiado, no entanto, vem indeferindo os pedidos por considerar que esses estudantes já recebem o auxílio há muito tempo e, ainda, apresentam baixo coeficiente de rendimento. Entretanto, os estudantes contradizem os argumentos dos integrantes do colegiado, apresentando o caso de Simone Mello, que cursa o sétimo período de Geografia, e está no alojamento apenas há dois anos, desde 2002, tem coeficiente de rendimento superior a oito e, mesmo assim, teve indeferido seu pedido de renovação, devido ao descumprimento do prazo estipulado: "Qual o interesse dos conselheiros em expulsar uma aluna como eu?", questionou.

Simone Mello afirmou ainda que o argumento utilizado pelo conselho - de que os alunos que estão há bastante tempo no alojamento ocupam vagas que poderiam ser utilizados por outros estudantes – é infundado. Durante a visita da reportagem Jornal da Adufrj, ela mostrou dois quartos vazios no apartamento onde mora: "Durante os três anos que moro aqui, estes quartos nunca foram ocupados por outras estudantes", afirmou. Já Anderson Pereira, estudante de engenharia química, apresentou um outro ponto de vista sobre o assunto. Segundo ele, quando a Divisão de Assistência ao Estudante visita as casas dos alunos para comprovar as condições sócio-econômicas relatadas nos pedidos de bolsa, toma conhecimento dos alunos que não terão condições de se manterem na universidade sem o auxílio-moradia. "Tirar os alunos do alojamento é o mesmo que expulsar da faculdade. Por que fazer isso faltando um período para concluir o curso? E o dinheiro que foi investido nele até agora? Isso sim é desperdício de dinheiro público", afirmou Anderson Pereira, que também teve seu pedido de renovação indeferido pelo Conselho de Ensino de Graduação, perdeu o benefício e está à procura de emprego.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 179 • 5 de abril de 2005

Saiu o Abono Pecuniário 2004

Conforme divulgado anteriormente, já consta do pagamento deste início de abril o Abono Pecuniário 2004, garantido pela ação da Adufrj-SSind, para os professores que assinaram a planilha de requerimento de férias com opção pelo abono.

28,86%, um direito de todos
Editorial
Página 2

Diretoria da Adufrj-SSind reúne-se com o reitor
Página 3

CEPG discute normas e editais para concursos docentes
Páginas 4 e 5

Retomada Mesa Nacional de Negociação
Página 5

O setor privado critica o Anteprojeto, logo o Anteprojeto é bom - um mau silogismo para defender a contra-reforma
por Roberto Leher
Páginas 14 e 15

Manuella Soares

SEMINÁRIO É REALIZADO NO AUDITÓRIO DA COPPE, UM DIA DEPOIS DO FINAL DO PRAZO DADO PELO MEC PARA MANIFESTAÇÃO DAS ENTIDADES

Entidades divulgam propostas para a reforma universitária

No último dia 31, cerca de 100 pessoas participaram de Seminário sobre a reforma universitária no auditório do Instituto Alberto Luiz Coimbra. Pariticiparam da mesa representantes do Andes-SN, da Andifes, da SBPC, do MEC, da Coppe, da Academia Brasileira de Ciências e o reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira.

Páginas 8 a 13

Editorial

28,86%, um direito de todos

Em janeiro de 1993, a Lei nº 8.622 concedeu um reajuste geral de 100% a todos os servidores federais, civis e militares, e determinou o reposicionamento nas tabelas de vencimentos de algumas categorias, dentre as quais os militares e os docentes. Este reposicionamento representou um reajuste adicional de 28,86%, em relação às demais categorias, para os militares do Círculo de Oficiais-Generais (almirantes, generais e brigadeiros).

A partir de então, com base no dispositivo constitucional que obrigava à mesma revisão geral de salários para civis e militares e na interpretação de que o reajuste diferenciado concedido aos militares de alta patente era parte da revisão geral, por ter sido concedido pela mesma lei e na mesma data, e, portanto, representava uma infração da Constituição Federal, sindicatos de servidores de todo o país passaram a lutar para que o reajuste adicional de 28,86% fosse concedido a todos os civis e militares.

Muitos grupos ingressaram com ações judiciais com esse objetivo. A primeira que chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), movida por 11 servidores, obteve, num primeiro momento, um histórico ganho de causa em 1998, que criou jurisprudência favorável a todas as outras ações. Foi justamente por terem consciência da importância do resultado do julgamento da ação deste pequeno grupo de servidores que alguns sindicatos colaboraram intensamente para o seu sucesso, como foi o caso da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN, cuja destacada atuação no STF durante o julgamento a transformou num dos maiores protagonistas da vitória dos servidores.

No entanto, logo após o resultado deste julgamento, o governo solicitou uma revisão da sentença, para que os reajustes concedidos aos servidores por outra lei (nº 8.627, de fevereiro de 1993), fossem deduzidos dos 28,86%. Estes reajustes resultavam também de reposicionamentos nas tabelas, desta vez para um maior número de categorias de servidores, novamente incluindo os docentes, em valores variáveis de uma categoria para outra.

O STF acatou o pleito do governo, numa decisão entendida pelos servidores como contraditória em relação ao primeiro julgamento, no qual aceitara a tese de que os reajustes resultantes da Lei nº 8.622 (de janeiro) eram todos da natureza da revisão geral, não fazendo sentido, portanto, que fossem compensados por reajustes provenientes de reposicionamentos em tabelas, de outra natureza.

Seguindo a decisão do STF, o governo editou, em julho de 1998, a Medida Provisória nº 1.704, determinando a incorporação aos vencimentos dos valores apurados para cada categoria. O resultado para os docentes foi totalmente frustrante, pois ao compensar os reajustes aplicados nas suas tabelas pela Lei nº 8.627 (de fevereiro), que ficaram entre 25,6% e 30,1%, nada lhes restou, com exceção das parcelas relativas a funções gratificadas e comissionadas (FG's e CD's), que não haviam ainda sido reajustadas.

O Andes-SN e a Adufrj-SSind têm, desde então, lutado para garantir judicialmente o pagamento integral dos 28,86% aos docentes. A primeira das várias ações da Adufrj-SSind (96.0018428-3) foi proposta em 1996, obteve ganho de causa e está atualmente em fase de execução. A sentença, no entanto, tal como a imensa maioria das ações sobre este tema, segue o entendimento acertado pelo STF naquela primeira ação dos 11 servidores, ou seja, determina a compensação dos reajustes da Lei nº 8.627 e, consequentemente, pouco ou nenhum ganho garante para os docentes.

Nem todas as ações, contudo, tiveram o mesmo desfecho. Em 2002, uma ação do Sintufrj obteve ganho de causa determinando a incorporação da totalidade dos 28,86% aos vencimentos, sem qualquer compensação que diminuísse os valores dos ganhos. O pagamento vem sendo feito desde dezembro daquele ano aos servidores técnico-administrativos e aos docentes da UFRJ que são filiados àquele sindicato.

Este fato abriu novos caminhos para a luta pela incorporação plena dos 28,86%. Por deliberação da sua Assembléia Geral, a Adufrj-SSind ingressou com ação judicial requerendo o restabelecimento da isonomia por meio do pagamento do reajuste a todos os docentes. Esta ação ainda aguarda julgamento na primeira instância. Em julho de 2003, A Adufrj-SSind entregou ofício ao reitor da UFRJ solicitando a extensão administrativa do ganho judicial e mantém, desde então, ênfase permanente nesta solicitação, buscando todos os apoios possíveis para atendê-la.

A avaliação desta diretoria, que será submetida ao conjunto dos sindicalizados na próxima Assembléia Geral, sobre a forma de obter a incorporação dos 28,86% é que a luta deve ser concentrada na busca do restabelecimento da isonomia com os que recebem a totalidade do reajuste, por meios judiciais, administrativos e políticos, não prosseguindo com as ações originais, cujas execuções pouco ou nenhum ganho representarão para os docentes e que poderão, além disso, prejudicar o julgamento do mérito da ação pela isonomia.

Nesse sentido, são bem-vindos os esforços pela mobilização a favor da extensão administrativa empreendidos por um grupo de docentes desde o primeiro semestre de 2004 junto aos órgãos administrativos da universidade. A carta aberta à UFRJ assinada pelo "Comitê Gestor do Movimento pela Extensão dos 28%" está disponível a partir de hoje na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br) e esta diretoria convidou os seus membros para participarem da próxima reunião sobre o assunto marcada com o reitor da UFRJ, professor Aloisio Teixeira, no dia 12 de abril às 11h, para que se juntem as forças na luta pela incorporação plena do reajuste de 28,86% a todos.

Diretoria da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Estudantes fazem manifestação cultural no CEG

Alunos da EBA protestam contra o atraso nas bolsas

Estudantes da Escola de Belas Artes participaram da sessão ordinária do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da última quarta-feira (30/03) para protestar contra o atraso nas bolsas de iniciação artística e cultural, bolsa auxílio e auxílio manutenção. O expediente do colegiado teve que ser interrompido por alguns minutos enquanto os alunos tocavam instrumentos e dançavam perante os conselheiros. Ao final do ato, considerado pelos alunos uma manifestação cultural, o estudante Danilo Leite dos Santos leu uma carta com críticas à reitoria pela falta de interesse em incentivar a pesquisa e a arte na universidade.

O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, informou que "ainda não entrou nenhum centavo referente ao orçamento de 2005 nos cofres da reitoria", motivo pelo qual nenhuma das bolsas foi paga no corrente ano. Segundo ele, como não sobrou nada do ano passado, os prestadores de serviço que trabalharam na fase final do vestibular e no período de inscrição dos novos alunos também não receberam, ainda, os seus pagamentos. Meyer afirmou que o reitor Aloisio Teixeira estava em Brasília no momento da reunião do CEG e que torcia para que, ao retornar, trouxesse uma boa notícia, ou seja, "um cheque pronto para ser compensado", o que atenderia à reivindicação dos estudantes.

Curso ganha nome novo

Os conselheiros aprovaram, por unanimidade, o processo que solicitava a mudança de denominação do curso de graduação de ensino do Instituto de Microbiologia para Bacharelado em Ciências Biológicas: Microbiologia e Imunologia. A solicitação apresentava os prejuízos que os formados estavam tendo no mercado de trabalho, pois eles não podiam ingressar no Conselho Regional de Biologia, que é o conselho profissional da categoria. A presidente da Câmara de Currículos de CEG, Ana Canen, afirmou que houve uma avaliação do processo e que a Câmara entendeu que "o curso realmente merece conceder aos graduados pelo Instituto a participação no Conselho".

CEG terá uma comissão de sindicância

José Roberto Meyer pediu a formação de uma comissão de sindicância, constituída por integrantes do CEG, para analisar a atual situação da Escola de Música, após um período de turbulência vivido em 2004. A Escola de Música passou por uma crise no final do ano passado quando ocorreram questionamentos sobre a Congregação da unidade, divisão interna de professores, alunos sem aula e funcionários postos e m disponibilidade. A crise se instalou após a aprovação de um projeto em parceria com a Petrobrás, de cerca R$ 11 milhões, para possibilitar a revitalização da unidade. De acordo com Meyer, o CEG fez um acompanhamento constante do caso no ano passado e por isso considerou a comissão de sindicância necessária, já que é competência do colegiado evitar que uma unidade deixe estudantes sem aulas. A comissão será integrada pelos professores Maria da Silvia Possas, do CCJE, e Luiz Felipe Coelho, CCMN, além da representante dos técnicos-administrativos Vera Lúcia Vieira Barradas.

Adufrj-SSind

Diretoria da Adufrj-SSind reúne-se com o reitor

No primeiro dia de abril, a diretoria da Adufrj-Ssind reuniu-se com o Reitor Prof. Aloísio Teixeira para tratar dos seguintes assuntos: Reforma do Ensino Superior e o debate no interior da UFRJ; as freqüentes demandas à assessoria jurídica da seção sindical na resolução de casos de perseguição em diferentes unidades da universidade e a extensão dos 28,86% para todos os trabalhadores da UFRJ.

Sobre a Reforma do Ensino Superior houve convergência nas avaliações do Reitor e dos representantes da seção sindical da necessidade de aprofundar o debate na UFRJ, em todas as instâncias. Os diretores da seção sindical demandaram ao reitor espaço para apresentação da agenda do movimento docente, aprovada em seu último Congresso em Curitiba, ao Consuni, proposta que obteve a simpatia do reitor.

No segundo ponto a diretoria ouviu o Reitor externar a preocupação de que as instâncias acadêmicas da UFRJ sejam substituídas pelo recurso constante às estruturas jurídicas externas a universidade. Sem opor-se ao direito de cada cidadão de recorrer às instâncias jurídicas na defesa de seu trabalho, Aloísio manifestou preocupação com o número de ações que hoje tramitam na justiça comum e que dizem respeito ao universo da academia. O Reitor ao mesmo tempo manifestou seu empenho em acompanhar e interceder em todos os espaços nos quais as regras da vida acadêmica sejam violadas.

Com relação à demanda de extensão administrativa dos 28,86% para todos os trabalhadores da UFRJ, esta não foi a primeira vez que reitoria e Adufrj-Ssind trataram do tema (ver o editorial deste número). Para o aprofundamento da discussão sobre os 28,86% já está agendada uma nova reunião, em 12 de abril.

Resenha

Sob Nova Direção

O reitor Aloisio Teixeira esteve presente na reunião realizada na Faculdade Nacional de Direito, na qual assumiram o diretor *pro tempore*, Adilson de Oliveira, o vice-diretor *pro tempore*, Protásio Filho, e o coordenador de graduação, Ericksson Almendra, após a renúncia de Armênio Cruz. O plano da Reitoria é de que a nova diretoria ponha ordem na instituição, convocando, a seguir, eleições. Os servidores da FND, que estavam paralisados até que Armênio deixasse a unidade, se reunirão para discutir o fim da greve (www.ufrj.br/noticias/materia.php, 1/4, às 16h).

Sindicatos querem mudar MP

Centrais sindicais e entidades representativas de segurados querem mudar a MP 242 que altera as regras de concessão de auxílio-doença e aposentados por invalidez. O grupo considera que os novos critérios – como carência e forma de cálculo – prejudicam os trabalhadores. Dois pontos poderão ser revistos: o que leva em conta a média dos últimos 36 meses de contribuição para calcular o auxílio-doença e a inclusão da aposentadoria por invalidez no pacote de medidas (Extra-RJ, 31/3).

Lula Vaiado

O presidente Lula foi vaiado por cerca de 200 estudantes durante um discurso em São Carlos, interior paulista. Lula estava exaltado ao responder às críticas sobre sua política educacional e a cada afirmação do presidente sobre as necessidades de mudanças no ensino universitário, o grupo de estudantes retrucava com gritos de "mentira". Lula afirmou que a reforma que o governo está preparando visa dar autonomia para as instituições, mas os estudantes consideram que as reformas resultarão num processo de privatização de universidades públicas (O Globo, 1/4).

Sem Diplomas

Por considerar que a medida irá ferir a autonomia universitária, o ministro da Educação, Tarso Genro, proibiu o reconhecimento automático dos diplomas de brasileiros formados em medicina, em Cuba, que aguardam autorização para exercer a profissão no Brasil. De acordo com ele, não é o Ministério da Educação quem deve reconhecer os diplomas, mas sim as próprias universidades (Jornal do Commercio-RJ, 31/3).

Colegiados

CEPG discute normas e editais para concursos docentes

Consuni vai deliberar sobre o tema neste dia 7 de abril

Kelvin Melo

CARLOS LEVI, PEDRO LAGERBLAD E O PRÓ-REITOR JOSÉ LUIZ MONTEIRO

Professor aposentado pode integrar banca de concurso? Pode cair a regra de somente docentes da classe de Professor Titular, definirem sobre a aprovação de candidatos a Adjunto? A prova didática deve ser obrigatória no julgamento dos futuros professores? Currículos e planos de atividades devem ter mais peso do que provas? Essas são algumas perguntas que deverão ser respondidas pelos conselheiros do Consuni, em sessão extraordinária neste dia 7 de abril. O colegiado vai definir as normas e editais para o próximo concurso docente - pela distribuição do MEC, coube à UFRJ a cota de 119 vagas.

Uma comissão nomeada pela reitoria, em junho do ano passado, tratou de revisar o conteúdo da antiga legislação da universidade sobre o assunto - as regras para o provimento de cargo no nível de Auxiliar datam de 1982; para Assistente, de 1979; para Adjunto, também de 1979; para Titular, de 1991. O ingresso no CAp também se dá atualmente por uma regulamentação de 1979.

O resultado do trabalho dessa comissão, com algumas poucas modificações e comentários da Comissão de Legislação e Normas do Consuni, seria o ponto de pauta de uma reunião conjunta CEG/CEPG no último dia 1º de abril. Sem quórum por parte do colegiado de graduação, o tema acabou debatido apenas pelos representantes do Conselho de Ensino para Graduados, que aprovou algumas contribuições para a reunião extraordinária do Consuni deste dia 7.

Propostas incluem aposentados nas bancas

Integrante dessa comissão que revisou a legislação dos concursos e também representante do Conselho Universitário, o professor Pedro Lagerblad (CCS) fez, ao lado do professor Carlos Levi (CT), da CLN do Consuni, uma breve apresentação das novas propostas de normas e editais para concurso docente.

Segundo Pedro, o objetivo da comissão foi simplificar, sem prejuízo da qualidade, a realização dos concursos. Uma primeira providência sugerida é a separação entre os textos das normas e dos editais, que atualmente são redigidos conjuntamente. Sob a justificativa da agilidade que poderá dar aos próximos concursos, essa proposta foi aceita sem problemas pelo CEPG.

Já com a finalidade de facilitar a formação das bancas, é proposta a inclusão de docentes aposentados para os concursos de todos os níveis, à exceção das comissões julgadores de candidatos para o Colégio de Aplicação. De acordo com Carlos Levi, embora a universidade corra o risco de pessoas desatualizadas da vida acadêmica selecionarem os futuros professores, são muitos os exemplos de pessoas que mantiveram algum tipo de vínculo com a UFRJ.

Para o nível de Adjunto, também para ampliar o número de potenciais "examinadores", são incluídos até dois professores Adjunto IV na banca, em vez de se manter a exclusividade para Professor Titular neste julgamento. Pedro diz que é evidente a dificuldade das Unidades para a formação de bancas neste caso, dada a reduzida presença de docentes da classe de Professor Titular no quadro da UFRJ (menos de 10%, pelos cálculos dele). Os Adjunto IV, segundo Pedro, são professores com uma boa vivência acadêmica, muitos deles com perfil para Titular, que só não progrediram em razão da falta de concursos para esse nível. Esse fator, ainda de acordo com o representante da comissão, serviria para assegurar a qualificação dos julgadores.

Prova única para o magistério superior

A proposta da comissão abre para o colegiado da unidade ou órgão suplementar envolvido no concurso a possibilidade de realização de apenas uma única prova ou até três exames (escrito, didático ou prático) para os candidatos do concurso. Walcy Santos, conselheira do CEPG e integrante dessa comissão de revisão dos editais e normas, lembrou que a Universidade Federal de Minas Gerais, pelo menos na área da Matemática, só faz uma prova. Segundo ela, esse modelo simplificado atrai mais (e bons) candidatos.

Além disso, é proposto que cada examinador atribuirá uma nota de zero a dez ao conjunto de títulos e trabalhos; ao memorial e ao projeto de atividades acadêmicas (documentos apresentados no ato da inscrição); e a cada uma das provas (ou à prova única). A nota final do candidato por cada examinador será a média aritmética simples desses três itens da avaliação, independentemente de quantas ou quais provas forem realizadas. Ou seja, mesmo que o candidato faça, por exemplo, uma prova escrita e uma didática, o peso total destas duas provas será igual ao peso de cada um dos outros dois itens (currículo e memorial+projeto). Além disso, não haverá necessidade de "arguição oral pública".

Para o ingresso no CAp, o modelo é diferente: são atribuídas notas de zero a dez às provas (duas escritas, uma didática e uma prática), todas obrigatórias, e a um conjunto de títulos e trabalhos. Não é exigido um projeto de atividades

Anote

Ópera na Escola de Música

A ópera "O Contrato de Casamento" será apresentada na Escola de Música, no salão Leopoldo Miguez, nesta terça-feira, 5 de abril, às 18h. O espetáculo tem entrada franca. A Escola fica na Rua do Passeio, 98, Lapa.

Colegiados

acadêmicas. A nota final do candidato por cada examinador será a média aritmética simples desses cinco itens da avaliação.

CEPG propõe modificações

Os conselheiros do CEPG fizeram diversas sugestões para aperfeiçoamento dos textos propostos. As representantes do CFCH trouxeram as contribuições daquele Centro, único a apresentar na reunião do colegiado o resultado de uma discussão formal. As propostas do CFCH foram expostas pela conselheira Andréia Frazão.

Em sua maioria, as alterações do CEPG foram no sentido de evitar ambigüidades que possam levar candidatos preteridos à justiça. Na formação de banca para concursos de Adjunto, alguns conselheiros propuseram a supressão do item que obriga à presença na banca de pelo menos três docentes da classe de Professor Titular, mas foram vencidos pelo voto (7 a 5). Prevaleceu o entendimento que não caberia uma "flexibilização" tão extremada.

O CEPG propôs também eliminar a necessidade de um parecer favorável do colegiado vinculado ao concurso para a indicação dos nomes dos Adjunto IV que poderiam compor a banca. Esse mecanismo foi considerado como um entrave à agilização dos processos, justamente o que se pretende alcançar com as novas normas. Assim, pelo CEPG, todos os docentes que atingirem esse nível são potenciais examinadores de candidatos a Adjunto.

No item que fala dos dois suplentes da banca, foi aprovado pelo CEPG que um deles deverá ser Titular da UFRJ, enquanto o outro deverá ser um representante externo à universidade.

No Conselho de Ensino para Graduados, alguns representantes cobraram a obrigatoriedade da prova didática para o magistério superior. Para estes, esta seria um condição indispensável para a aprovação de um futuro professor. Neste ponto, venceu a redação original da proposta (7 a 6), que faculta aos colegiados das unidades ou órgãos suplementares responsáveis pelo concurso a exigência deste tipo de exame.

Pelo adiantado da hora, nem todos os itens das normas e editais foram apreciados. O pró-reitor José Luiz Monteiro disse que ainda poderia receber algumas sugestões pelo correio eletrônico e apresentá-las no plenário do decisivo Consuni desta semana. As propostas originais da comissão podem ser encontradas na página eletrônica da Adufrj, em "www.adufrj.org.br/documentos".

Adufrj-SSind

Concursos poderão ser menos públicos e não valorizar bons professores

Se o parecer da Comissão de Legislação e Normas sobre as normas para os concursos de professores for aprovado pelo Consuni na sua sessão extraordinária da próxima quinta-feira, estarão abertas as possibilidades de (1) concursos realizados quase totalmente fora das vistas do público; (2) não ser obrigatória a realização de prova didática, seja qual for a sua forma, e (3) o currículo anterior do candidato, associado ao seu plano de atividades para o futuro, terem o dobro do peso do conjunto de todas as provas realizadas.

Ao que parece, foi dada até agora uma grande atenção aos critérios de escolha dos membros das bancas, o que é, sem dúvida, fundamental para a lisura, eficácia e qualidade dos processos de seleção. As mudanças propostas pela Comissão permitirão a participação em bancas de um número muito maior de docentes, claramente qualificados para a tarefa, e assim darão maior agilidade à realização dos concursos, sem nenhuma perda de qualidade

Não é razoável, no entanto, que o currículo anterior e um plano de atividades do candidato, que, em si, pouco revela sobre a capacidade que o candidato terá para realizá-las, tenham o dobro do peso dado, em conjunto, à avaliação dos conhecimentos do candidato (prova escrita) e da sua capacidade de expô-los (prova didática) e utilizá-los (prova prática).

Menos razoável ainda é prescindir da prova didática numa seleção de professores. Saber "expor seus conhecimentos de maneira clara e organizada" (capacidade que se avalia numa prova didática, conforme o próprio texto das propostas de normas) é o mínimo que se espera de um futuro professor, a menos que o objetivo fosse o de selecionar "pesquisadores puros", caso em que o concurso deveria ser feito para o ingresso em outra carreira e não na carreira docente. A prova didática é também a melhor oportunidade disponível que o público em geral, além dos membros da banca, tem de conhecer os candidatos e acompanhar a realização do concurso, exercendo parte do controle social indispensável ao caráter público do concurso.

Por fim, mas não menos importante, as propostas chegam à deliberação do Consuni com pouquíssima divulgação e quase nenhum debate por parte da comunidade universitária. Dentre os representantes docentes, apenas os do CFCH levam posições elaboradas em reuniões formalmente dedicadas ao assunto. Em tal contexto, não é recomendável fazer mudanças de fundo nas normas que envolvam "questões de princípios e conceitos" sobre as quais nem mesmo os membros da Comissão de Legislação e Normas do Consuni tiveram consenso, como está explícito no parecer que ela submeterá ao Consuni. Dados os prazos para a aprovação dos editais, o melhor seria aprovar agora apenas as mudanças que representam melhorias operacionais amplamente aceitas e ampliar o debate sobre as demais antes de deliberar sobre elas.

Diretoria da Adufrj-SSind

Movimento

Retomada Mesa Nacional de Negociação

No último dia 23, governo e representantes de entidades dos servidores – reunidas na Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) - retomaram os trabalhos da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). A reunião foi realizada no Ministério do Planejamento, sob a coordenação do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça.

Os representantes do Andes-SN e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Marina Barbosa e José Milton, respectivamente, registraram a posição das entidades da CNESF, ressaltando o balanço dos trabalhos do ano anterior. Criticaram o envio do índice de reajuste de 0,1%, à revelia da Mesa de Negociação. Sobre a expectativa para os trabalhos em 2005, expuseram a necessidade de sincronizar as tarefas da mesa central com as das mesas temáticas. Fizeram ainda a apresentação da pauta de reivindicação dos servidores, enfatizando a necessidade da formulação de um cronograma com prazos definidos para cada item da pauta.

Em resposta, Sérgio Mendonça disse que o reajuste de 0,1% foi determinado para cumprir uma formalidade jurídica, destacando inclusive que há controvérsias sobre essa determinação judicial. O secretário informou que a política salarial do governo é de reajuste diferenciado por categoria, para corrigir distorções do passado, não cogitando um reajuste linear. Segundo Mendonça, o governo pretende aperfeiçoar a política de negociação com categorias, prevalecendo a política de reajuste diferenciado negociado na Mesa.

Nova reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente acontece no dia 14 de abril.

Fonte: Andes-SN

Movimento

Funcionários suspendem greve na Uerj

Categoria continuará mobilizada pelo reajuste salarial, implantação da carreira e orçamento para a instituição

Depois de nove meses de greve, os funcionários técnico-administrativos da Uerj decidiram retornar às atividades, em assembléia com mais de 200 trabalhadores realizada no dia 28/3. O fim da paralisação não significa, porém, que os servidores vão desistir das reivindicações por reajuste salarial, implantação do plano de carreira e maior orçamento para a universidade.

Reuniões em diversos pontos da instituição já estão sendo agendadas pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj), além de mesas de negociação com a reitoria, principalmente para discussão da carreira. Uma nova campanha de *outdoors* também deverá ser espalhada pela cidade, nos próximos dias, com duras críticas ao governo do estado, que não atendeu ao pleito da categoria.

Com o objetivo de manter a mobilização do movimento, um indicativo de paralisação de 24 horas será debatido na próxima assembléia do Sintuperj, marcada para 7 de abril. Existem propostas de paralisações semanais ou de apenas uma, no início de maio.

Termo de Coempromisso

Na semana que passou, o Sintuperj divulgou em sua página eletrônica (www.sintuperj.org.br) o Termo de Compromisso assinado com a reitoria. No documento, entre vários pontos, ficou assegurado que nenhum servidor poderá ser punido por ter participado da greve. O dispositivo conhecido como "Código 103", utilizado para identificar e perseguir os grevistas, de acordo com o sindicato, será revogado por decisão administrativa. A continuidade das negociações sobre a pauta de greve dos servidores também foi garantida.

Sub-reitora defende administração

Em entrevista concedida ao Jornal da Adufrj por telefone, a sub-reitora de Graduação da Uerj, Raquel Villardi, defendeu a administração das críticas do movimento, ocorridas ao longo da greve. Segundo ela, a reitoria sempre manteve o diálogo com os servidores. A professora observou ainda que, além do Sintuperj, foram recebidos, por exemplo, representantes da Fasubra, de partidos, do Andes-SN e da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) - vale registrar que, nas reuniões plenárias, embora a professora não tenha citado, marcou presença o Fórum Fluminense de Lutas. "Claro que, em determinados momentos, aconteceram acirramentos", disse.

De acordo com ela, mesmo respeitando a tradição democrática dos movimentos organizados, os administradores públicos têm responsabilidades que não podem ser evitadas. A possibilidade da Uerj não funcionar plenamente durante os últimos nove meses teria causado vários problemas aos estudantes, principalmente os mais carentes, segundo a dirigente universitária. "Temos mais de sete mil alunos cotistas. Imagine se eles ficassem esse tempo sem uma biblioteca aberta?", questionou.

Código 103

O "Código 103", tão contestado pelo Sintuperj, na visão da sub-reitora não passa de um instrumento administrativo para marcar a situação de greve. "A reitoria não poderia conceder freqüência integral ou falta ao servidor que não se sabia onde estava", comentou.

A sub-reitora lamentou que o movimento tenha criticado o papel da reitoria durante a greve, uma vez que a administração pouco podia fazer para atender às reivindicações. "A autonomia universitária, tal como ela é hoje, sem autonomia financeira, é sempre maculada. O reitor não é o dono do caixa", disse. A professora fez questão de acrescentar que foi relatora do plano de carreira cobrado pelos funcionários, aprovado no conselho universitário local, em 2002. "A nossa luta não precisa ser intramuros", completou.

Movimento sustentado pela base

Perciliana Rodrigues, uma das diretoras do Sintuperj, afirmou que a greve refletiu o pensamento da categoria, razão pela qual se sustentou pelo período superior a nove meses. Ela disse ainda que, antes mesmo da paralisação das atividades, houve cerca de seis meses de discussão em torno da pauta de reivindicações. Além disso, sem sucesso, várias tentativas de se conseguir uma solução foram feitas junto ao governo do estado, na Assembléia Legislativa e com a própria reitoria da universidade.

Anote

Semana Geográfica Chico Mendes

De 11 a 15 de abril, o Centro Acadêmico da Geografia vai realizar uma série de atividades para discussão da questão agrária no Brasil: será a "Semana Geográfica Chico Mendes". Haverá debates e exibição de filmes, no anfiteatro da decania do CCMN. Durante o evento, serão recolhidas doações para os participantes da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que vai partir da Central do Brasil, às 12h do dia 15. A programação da "Semana Geográfica Chico Mendes" está disponível na página www.igeo.ufrj.br/semana. Os estudantes, porém, avisam que algumas alterações ainda devem ser feitas.

UFRJ

Colégio Brasileiro de Altos Estudos

Pela Portaria Nº 735, de 29 de março, publicada no Boletim da UFRJ nº 6, extraordinário, o reitor Aloisio Teixeira constituiu o Conselho Deliberativo Provisório do Colégio Brasileiro de Altos Estudos - órgão aprovado pelo Consuni em agosto do ano passado (veja Jornal da Adufrj nº 149, de 16/8/2004) -, com os seguintes nomes: Adilson de Oliveira, Beatriz Vieira de Resende, Heloísa Helena Buarque de Hollanda, Herch Moyses Nussenzveig, Nelson Maculan Filho, Otavio Guilherme Cardoso Alves Velho, Samuel Mello Araújo Junior, Vivaldo Moura Neto, Wanderley Guilherme dos Santos (todos professores da UFRJ), além de Rubens Ricupero e Sergio Paulo Rouanet (como representantes externos) que deverão organizar as atividades do Colégio, bem como elaborar a proposta de regimento interno.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Opinião

Amazônia – o ataque continua

José Domingues de Godoi Filho

O governo Lula, seguindo o princípio de mudar para continuar do mesmo jeito, ressuscitou o Projeto de Concessão (privatização?) de Florestas Públicas. Tudo como antes, também nas questões da Amazônia. É nessa perspectiva que temos que analisar o projeto.

As ações para a incorporação da Amazônia às economias nacional e internacional tomaram vulto com o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 que dizia: - *"Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária. Parágrafo único: Os Estados e Territórios daquela região, bem como os municípios, reservarão, para o mesmo fim, anualmente, três por cento de suas receitas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados pelo Governo Federal".*

O artigo foi disciplinado pela Lei nº 1806, que criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, transformada, em 1966, na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) com o objetivo de aproveitar e tornar economicamente ativas as áreas inundáveis, explorar os recursos minerais e implantar uma rede de comunicação e transportes

Os incentivos fiscais concedidos ao setor agropecuário, nos anos 70 e 80, contribuíram para a apropriação da maior parte das terras amazônicas pelas grandes empresas, à custa da expropriação de posseiros, caboclos, sitiantes, índios, entre outros. Os projetos de colonização, públicos ou privados, pouco acrescentaram em benefícios para a região. Os primeiros fracassaram até pela falta de critérios sócio-econômicos que oportunizassem o acesso às terras com melhores condições de habitação e trabalho, além de não contarem com infra-estrutura e ficarem na dependência da morosidade do processo de assentamento e da regularização fundiária. Os projetos de colonização privados não passaram de "guetos" de formação e consolidação de grandes capitais que receberam terras públicas a preços simbólicos.

Como garantia para o avanço da invasão sobre o espaço amazônico a extinta Superintendência para o Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco) atuava no sentido de que "*...a concentração demográfica que vai se processar no Planalto Central deverá caminhar, progressivamente, no sentido da Amazônia, exercendo, inicialmente, atividade agrícola e, posteriormente, pastoril e deixará à sua retaguarda, uma estrutura econômica e social definida, capaz de funcionar como suporte para o avanço dessa fronteira humana, que atingirá o vale do Amazonas."*

Com a eleição do atual governo, esperava-se respeito às conquistas dos movimentos populares como a demarcação das terras indígenas, das reservas extrativistas e dos quilombolas.

Sem dificuldades, pode ser verificado que os programas oficiais, articulados com os interesses privados e oligárquicos, buscaram abrir o espaço amazônico para os excedentes populacionais de outras regiões. A "massa" humana deslocada para a Amazônia, depois de utilizadas como "amansa terra", foi expulsa da terra e transformada em sem-terras, peões, operários, favelados e garimpeiros. Hoje, a maioria, são marginalizados urbanos, utilizados para ocupar espaços de preservação ambiental de interesse da especulação imobiliária e ex-exilados rurais que se tornaram presa fácil dos "gatos" (aliciadores de trabalho escravo).

Os projetos para a Amazônia, nos anos 70 e 80, legaram: destruição das formas de organização produtiva e social das populações nativas; intensificação da degradação ambiental; indução de migrações atraídas pela propaganda enganosa; perda de identidade cultural; aumento de doenças; desapropriação de populações rurais; aumento da tensão nos núcleos urbanos; destruição de terras indígenas, invadidas por estradas, inundadas por hidrelétricas e abertas à mineração; e a concentração fundiária e conflitos pela posse da terra.

Nos anos 90, os países ricos, beneficiários da expropriação dos recursos naturais, passaram a denunciar o Brasil de conivência com a depredação da região. Como resposta, os governos que se sucederam – Collor, Itamar e FHC –, reformaram a Constituição Federal para garantir os interesses das transnacionais; impuseram uma lei de patentes que torna a nossa biodiversidade alvo fácil das multinacionais de produtos farmacêuticos e agronômicos; além de escancararem o subsolo para a especulação internacional.

O governo FHC contribuiu, ainda, com os eixos de desenvolvimento do Plano Plurianual Avança Brasil; sancionando a Lei Kandir, que beneficiou a agricultura mecanizada; intensificando o processo de reforma agrária na Amazônia, aumentando a pressão sobre áreas florestadas e repetindo o processo de utilização dos chamados "amansa a terra".

Tudo isso com a conivência dos poderes legislativo, executivo e setores do judiciário que, nos anos 90, com suas ações e relatórios que elaboraram desconsiderando o histórico do avanço da fronteira agrícola, passaram a ver no "amansa a terra" o responsável pela depredação da região. Alguns dos autores de tais relatórios ocupam cargos no atual governo, o que talvez justifique a inclusão, na exposição de motivos do PL 4776/05, de argumentos semelhantes. Manteve as políticas mineral e energética entreguistas e a política florestal baseadas na atração de investimentos transnacionais e na abertura das florestas públicas à exploração privada. Some-se a despudorada transferência de terras públicas para latifundiários.

O que se constata é o uso dos mesmos métodos de ocupação, o aumento da violência, a retomada de projetos polêmicos, articulados com os recursos das Parcerias Público-Privada

Em relação às diretrizes da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, apenas a que tratava da criação de " *bases sólidas à integração crescente da Amazônia brasileira no contexto da Amazônia Continental e seu acesso aos mercados mundiais"* foi atendida. As demais não saíram do papel.

Com a eleição do atual governo, a expectativa era de que a situação poderia se modificar e se iniciaria a recuperação do tempo perdido, com os governantes atuando nos limites constitucionais e respeitando a soberania, a vontade e os direitos dos cidadãos da região e do país. Esperava-se respeito às conquistas dos movimentos populares como a demarcação das terras indígenas, das reservas extrativistas e dos quilombolas. Acreditava-se que as alternativas de desenvolvimento seriam discutidas e decididas com a participação da população da região e da sociedade brasileira, pois as dimensões das riquezas da Amazônia podem contribuir com a melhoria das condições do país.

O que se constata é o uso dos mesmos métodos de ocupação, o aumento da violência, a retomada de projetos polêmicos, articulados com os recursos das Parcerias Público-Privada e a utilização dos meios de comunicação para impô-los a qualquer preço. Para conferir, basta consultar documentos do atual governo como o seu programa de infra-estrutura, o Plano Plurianual 2004-2007 e o orçamento do Ministério do Meio Ambiente que não lhe permite nem mesmo fiscalizar a região.

Aproveitando-se da comoção gerada pelos assassinatos ocorridos no Pará, em fevereiro deste ano, o governo encaminhou para o Congresso Nacional, em regime de urgência, junto com outros projetos que não resolverão as questões que envolvem os conflitos pela posse da terra na Amazônia, o Projeto de Lei 4776/05.

O projeto prevê a concessão de florestas públicas para a exploração, por até 60 anos. Além de privatizar as nossas florestas, com a sua aprovação, o governo aprofundará o desmanche do Ibama para atender os interesses das empresas transnacionais e de seus aliados nacionais. É mais um ato para atender o que consta do Relatório nº 24182-BR/Banco Mundial, de 20/05/2002, onde informa que *"O Banco está preparando um relatório sobre o desflorestamento na Amazônia e os resultados dessa avaliação devem subsidiar a formulação da estratégia de assistência do Banco".*

Com o projeto abre-se, ainda, a possibilidade de repetir no país o que ocorreu na Rússia, em 1996, isto é, a utilização de florestas como caução de dívidas ou de recursos naturais. Como bem definiu o professor Ab'Saber **"esse projeto não poderia existir, é vergonhoso, repulsivo, traidor, escandaloso, inaceitável.** O mínimo que se espera é que o governo reveja a sua posição e retire o PL de tramitação, para que seja melhor discutido. Senão, teremos que concordar que depois "dos leopardos, dos leões; os que irão substituir serão os pequenos chacais, as hienas....para tudo ficar do mesmo jeito".

* Professor da UFMT/GERNE

Reforma Universitária

Seminário na Coppe sobre a reforma universitária

Entidades apresentam seus projetos para a universidade mas debate fica prejudicado pelo tempo

Na última quarta-feira, 30 de março, o MEC encerrou o que considera a sua primeira grande etapa da reforma universitária. Até esta data, as entidades ligadas à Educação deveriam enviar suas sugestões sobre o Anteprojeto de Lei da Educação Superior. O propalado debate entre governo e sociedade foi, na verdade, uma grande *mise-en-scène*, realizada em palcos restritos como o auditório do Jornal O Globo, veículo que convidou, no dia 14 de março, o ministro Tarso Genro para apresentar o projeto.

Na quinta-feira, um dia após o encerramento do 'diálogo' do governo com a sociedade, as direções da Coppe e do Fórum de Ciência e Cultura, com o apoio da reitoria, realizaram outro debate sobre o tema no auditório G-122 do Centro de Tecnologia, com a presença de representantes da universidade, do MEC, da SPBC, da Andifes, da Academia Brasileira de Ciências e do Andes-SN. As entidades apresentaram para um público de cerca de 100 pessoas os seus pontos de vista sobre o anteprojeto do governo e sobre a reforma da educação já em curso.

Antes da manifestação dos participantes da mesa, o mediador do debate, professor Luiz Pinguelli Rosa, fez algumas considerações sobre as universidades públicas no Brasil e a relação da comunidade com a reforma da educação apresentada pelo governo. Para Pinguelli, que fez parte do governo Lula até maio de 2004, como presidente da Eletrobrás, não há uma ciência neutra nem uma universidade neutra e o espírito competitivo individualista cultivado por uma política produtivista, assumida pela comunidade universitária ao longo dos últimos anos, acarretou na perda de padrões éticos. "Sempre houve mecanismos éticos para coibir deslizes, produzidos pela própria comunidade." Mas a ideologia do neoliberalismo, estimulada pelo próprio governo, exacerbou essas práticas nas universidades brasileiras, sem os devidos 'freios', encontrados até nas universidades norte-americanas, berço deste modelo. Para o professor, há hoje nas instituições brasileiras uma cópia mal feita do produtivismo das universidades norte-americanas. "O espírito coletivo e o ideal do socialismo serviam aqui de resistência à competição e ao mercantilismo nas universidades públicas. O problema é que esse mecanismo de resistência foi combalido pelo neoliberalismo, no meio acadêmico", afirmou. "Os sucessivos editais, definidos tecnocraticamente para a caça aos recursos públicos, enfraquecem as instituições, que se encontram segmentadas em grupos que mal falam entre si". Os fundos setoriais seriam um exemplo desta política fragmentária. "Os departamentos ficam à míngua e seus chefes reduzidos a síndicos de uma massa falida, enquanto os docentes os ignoram e se organizam, à revelia das instituições, para competirem pelos editais".

O professor mencionou, ainda, a insuficiência das verbas de custeio e a ausência, por muitos anos, da correção de salários como causadores do desânimo da comunidade universitária em relação ao debate da reforma universitária.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· O financiamento da pesquisa deverá considerar efetivamente o princípio da autonomia didático-científica das universidades. Os órgãos de fomento devem repassar recursos diretamente para as instituições tendo como referência os critérios adotados na definição do orçamento das instituições federais e das estaduais, objetivando o atendimento das prioridades de pesquisa definidas no gozo da autonomia.

· As verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à C&T devem ser substantivamente aumentadas, revertendo a sistemática queda de recursos públicos.

· Os grupos de pesquisa consolidados devem ser apoiados por serem um patrimônio da universidade pública. É preciso que os recursos viabilizem a pesquisa nas universidades em regiões em que a pesquisa e a pós-graduação ainda não estão consolidadas, em áreas do conhecimento que atendam preferencialmente aos interesses da maioria da população.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· Valorização da carreira dos docentes e dos técnicos-administrativos, abrindo processo efetivo de negociação com o objetivo de viabilizar os projetos de carreira, respectivamente, do Andes-SN e da Fasubra. No caso da carreira docente, a implementação deverá ser gradual, referenciada no projeto de carreira única do Andes-SN e em estreito diálogo com o Sinasefe, de modo que até o primeiro semestre de 2007 todo o processo esteja concluído. Em 2005, todas as gratificações devem ser incorporadas ao vencimento, e a paridade entre os ativos e os aposentados deverá ser restabelecida. Em 2006, a classe de Associado da carreira única do Andes-SN deverá ser implementada e, finalmente, a nova matriz deverá estar estabelecida no primeiro semestre de 2007. A valorização da carreira requer a efetiva implementação do Plano Nacional de Capacitação Docente.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior

Primeira a falar e única a respeitar o tempo máximo de 15 minutos destinado pela mesa a cada um dos palestrantes, a diretora do Andes-SN e professora da Universidade Federal do Paraná, Milena Martinez, concentrou sua intervenção na apresentação da Agenda do Andes-SN para a Educação Superior, aprovada no último congresso da categoria docente, em fevereiro deste ano, em Curitiba. A Agenda do Andes-SN sintetiza os rumos estratégicos para a expansão e o desenvolvimento da educação superior pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Logo de início, a professora deixou clara a diferença entre a concepção de universidade proposta pelo governo e a proposta pelo movimento docente. A reforma do governo Lula, para o Andes-SN, foi a mesma apresentada pelo governo FHC, pautada pelo Banco Mundial na agenda neoliberal e programada para os países da América Latina.

Manuella Soares

ENNIO CANDOTTI DEFENDE EQUILIÍBRIO ENTRE AS REGIÕES

De acordo com Milena, a concepção de universidade do governo federal está mais vinculada a uma visão instrumental da produção de conhecimento do que à produção de um conhecimento que atenda ao conjunto da sociedade, no sentido da sua transformação. A Agenda do Sindicato não propõe uma lei orgânica a para educação superior "muito menos tenta regulamentar a autonomia, mas apresenta algumas questões que são fundamentais para que possamos construir este projeto de universidade para a universalidade do próprio conhecimento".

Para a diretora do Sindicato Nacional, é preciso reverter o processo de mercantilização da educação superior em favor da constituição de espaços públicos de produção de conhecimento original. Na Agenda do Andes-SN, tem destaque o papel das universidades públicas no âmbito do Estado como condição para a soberania nacional. "Portanto, é necessário reafirmar o dever do Estado para a manutenção e desenvolvimento das instituições públicas, com plena gratuidade e a autonomia como uma norma de eficácia completa, conforme está expresso na Constituição".

O Andes-SN defende a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o autogoverno compartilhado das instituições (gestão democrática) e reivindica, ainda, como função social historicamente constituída, a produção e a socialização do conhecimento, fundadas nas exigências epistemológicas e de método, com rigor científico, a serviço da sociedade historicamente determinada. "Nós, na realidade, estamos discutindo o conceito de universidade que sempre defendemos. Esse é um dos temas que está na nossa agenda", declarou a professora.

Para o Andes-SN, as medidas do governo têm restringido cada vez mais a autonomia das universidades. Um exemplo patente é a lei do SINAES, que prevê a exoneração dos reitores que não se submeterem a exigência de aplicar o ENAD (novo provão) em suas universidades. Ressalta-se que este tipo de exame, na forma em que está na lei, trará prejuízos fortes para os estudantes, visto que sua realização deverá constar de seus históricos escolares. Segundo a análise do prof. Roberto Leher, da Faculdade de Educação da UFRJ, a exemplo do que já ocorre no México, em breve teremos anúncios de emprego nos jornais classificando os pretendentes pelo seu desempenho no ENAD. Mas a comunidade universitária, na palavra de seus reitores, não poderá protestar, sob pena de exoneração de seus dirigentes. As estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) já se posicionaram contra esta medida e ameaçam não aplicar o exame. Será respeitada a autonomia destas universidades? Para o Andes-SN, a Constituição é muito clara quanto à autonomia das universidades (art. 207: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.") e não há necessidade de uma regulamentação que, como está sendo provado pelo governo atual, só servirá para impor maiores restrições.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· Revogação das medidas heteronômicas que bloqueiam a autonomia – normas e práticas do Executivo – que afrontam os preceitos constitucionais da autonomia e da gratuidade.

Milena também comentou o problema do acesso e permanência dos estudantes nas instituições. Para o Andes-SN, o primeiro grande desafio é assegurar a todos o acesso ao nível superior público, gratuito, laico e de qualidade, mas com garantia de permanência. A professora relatou a proposta do Andes-SN de contrapor à política focalista de cotas proposta pelo governo Lula com políticas afirmativas que tenham a universalização da educação básica como centro e meta. De acordo com a dirigente, para viabilizar esse propósito, é preciso garantir a oferta de educação básica de qualidade. O Sindicato propõe que as universidades participem deste processo de qualificação do ensino básico nas áreas de maior carência e se desloquem para os locais de pobreza, dando apoio às escolas de ensino fundamental e médio, numa perspectiva universalista das ações afirmativas. "Neste país, a pobreza tem cor e também local", argumentou a professora.

Ainda como parte da Agenda definida pelo movimento docente no último congresso, o tema do financiamento das universidades públicas foi abordado pela representante do Andes-SN. Segundo ela, é preciso que os vetos ao PNE (originários do governo FHC) sejam revogados. Além disso, fica claro para o Andes-SN que os recursos previstos no anteprojeto são quase a metade do que foi executado em 2004. O Andes-SN defende uma política de financiamento para as universidades públicas vinculada ao PIB (e não aos impostos como quer o governo), de modo que o mesmo seja da ordem de 1,1% do PIB atualmente e de 1,4% do PIB até 2010.

Andifes limita debate à gestão dos recursos

Cícero Mauro Fialho Rodrigues, reitor da UFF e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das IFES, elogiou a apresentação do projeto por parte do governo e considerou que o debate sobre a reforma do ensino nunca foi tão "intenso". "O professor Maculan, inclusive, costumava falar: vamos colocar a cara a tapa e é isso que o governo tem que fazer mesmo, tem que ter coragem de tocar em certos pontos". Apesar dos elogios especialmente ao MEC, o reitor criticou o curto prazo dado pelo governo para o debate e apresentação de propostas.

No papel de dirigente, para Cícero, a questão central do anteprojeto se resume à definição de autonomia administrativa das instituições. "A Andifes já vem discutindo desde 1994, mais ou menos, a questão da autonomia. A universidade já teve uma certa autonomia e quando isso foi gravado na Constituição parece que alguém disse: - Ôpa, esta autonomia aí, não. Vamos atrapalhar este negócio". Para o reitor, as normas e regulamentações posteriores à Constituição acabaram com a autonomia universitária.

Reforma Universitária

O representante da Andifes defendeu ainda uma "autonomia solidária" das universidades federais, exercida pelo conjunto das IFES, e não por cada universidade isoladamente.

Academia Brasileira de Ciências é a favor do ciclo básico e contra o voto paritário

Para o diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, é necessário redefinir o modelo de educação superior, o perfil das instituições e o dos estudantes que serão formados nas próximas décadas. Para o professor, seria necessário retomar o debate ocorrido nos anos 50 no Brasil, interrompido pela ditadura militar. "Em 1960, a SBPC realizou um simpósio sobre um novo modelo de universidade. A crítica era a um modelo do início da década de 1930, que privilegiava uma formação erudita dos estudantes". Como conseqüência desse debate, segundo o professor, foi fundada em 1962 a Universidade de Brasília.

Davidovich defendeu a proposta, que está no anteprojeto do governo, de um ciclo básico para todas as áreas, tal como acontecia na UnB, no momento de sua fundação. Grandes seminários que seriam oferecidos para todos. "Um estudante que entrasse na Universidade de Brasília para fazer engenharia podia, além dos cursos profissionais, fazer um curso de cinema com um grande cineasta como Nelson Pereira dos Santos, ou, então, entrar na orquestra do Cláudio Santoro, ou, quem sabe, fazer um curso de arquitetura com Oscar Niemeyer já no primeiro semestre. Aquela era uma universidade".

Para a ABC, a educação deve ser encarada como responsabilidade de estado, e não de governos, e deveria ser assumida não só pelo MEC mas também por outros ministérios. Davidovich considera que a educação superior só atingirá outro patamar quando houver políticas efetivas de melhoria nos ensinos fundamental e médio. "Os salários dos professores em meio de carreira, do ensino fundamental, nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) variam de menos de U$ 10 mil anuais na República Eslováquia a U$ 40 mil ou mais na Austrália, Alemanha, Japão, Coréia, Escócia, Suíça e Estados Unidos. Pensem nos salários pagos aqui e vejam o descompasso".

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - financiamento

Na definição da metodologia para repartição dos recursos, além dos reitores, pró-reitores, representados pela ANDIFES, devem participar os sindicatos, as entidades estudantis, bem como representantes das comissões de educação da Câmara e do Senado, visto que o novo orçamento das IFES deverá ser aprovado pelo Parlamento. As diversidades regionais, o tempo de existência, a distribuição dos campi, o número de estudantes de graduação e pós (estrito senso), a pesquisa e a extensão são variáveis que devem ser consideradas na referida metodologia. Os recursos para os hospitais universitários devem considerar o caráter educativo – abarcando o ensino, a pesquisa e a extensão – dessas unidades.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· Valorizar os espaços culturais e artísticos, estabelecendo relações entre museus, centros culturais, movimentos culturais da sociedade com as instituições de ensino superior, de modo que os saberes e as criações artísticas possam estar em permanente diálogo com a produção do conhecimento.

· Fortalecer e melhorar a articulação entre as editoras universitárias, as TVs e as rádios universitárias, constituindo uma rede alternativa de comunicação com o objetivo de promover diálogos com a sociedade por meio de amplo programa de divulgação científica, de modo a tornar a ciência, a tecnologia e a arte patrimônios culturais do povo brasileiro.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· A gestão democrática é condição necessária para que a universidade possa ser um espaço público de produção do conhecimento. O autogoverno requer a revogação da Lei nº 9.192/1995 (que disciplina a escolha de dirigentes universitários), bem como do artigo que trata da matéria na Lei nº 9.394/1996 (LDB). O princípio do governo compartilhado deve ser assegurado, garantindo eleições diretas, no mínimo paritárias na escolha dos dirigentes. O resultado da eleição deverá ser homologado no âmbito da instituição de educação superior. Os órgãos colegiados acadêmicos devem ser constituídos por meio de representação paritária de docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos, eleitos pelas respectivas categorias nas IES públicas e privadas. Os estatutos devem ser objeto de processos estatuintes democraticamente estabelecidos, respeitando, pelo menos, a paridade, com o objetivo de produzir estatutos fortemente legítimos, capazes de assegurar a efetividade da autonomia constitucional.

· A recomposição dos conselhos diretores das escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas federais e dos centros federais de educação tecnológica (criados a partir de 1998) deve ser defendida, garantindo a participação efetiva da comunidade escolar, bem como a homologação do resultado das eleições no âmbito da instituição.

Sobre o anteprojeto, propriamente, a Academia defende a criação de um órgão específico para avaliação externa das universidades, com a exigência por parte das instituições de atendimento a indicadores institucionais de gestão e desempenho como condição para a habilitação da instituição aos recursos, o que é praticamente a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional, previsto no anteprojeto do governo.

A Academia discorda do projeto do governo, no entanto, quanto à gestão democrática. Para a ABC, vale a legislação do ex-governo Fernando Henrique, ainda em vigor, de eleições indiretas, com um peso de 70% para o voto docente no colégio eleitoral, com o envio das listas tríplices para o referendo da Presidência da República.

Outra discordância dos acadêmicos com o governo é quanto à extensão universitária. Para a ABC, a legislação não deve obrigar as instituições a atender a demandas específicas de grupos sociais ou implantar políticas públicas. Prestações de serviço e projetos científicos vinculados à demanda de mercado das empresas privadas ou estatais, no entanto, não são considerados pela Academia como um desvio da 'missão' da universidade pública no desenvolvimento da ciência.

SPBC defende equilíbrio do sistema

Na sua intervenção, o presidente da SBPC, Ennio Candotti, apoiou a criação de um conselho de avaliação externa, nos moldes apresentados pela ABC, e a criação de um ciclo de formação geral para todos os ingressos nos cursos de graduação, independente da escolha profissional ou formação específica. O presidente da sociedade científica deu ênfase à defesa da desconcentração de recursos e da formação de doutores das regiões Sul e Sudeste para o Norte do país, principalmente para a região amazônica. O pesquisador invocou textos de Florestan Fernandes para justificar seus argumentos. "Se ele estivesse por aqui? O que nos diria Florestan? Certamente, que o espaço histórico para o desenvolvimento da ciência nesse país foi criado, no entanto, precisamos ampliá-lo, e muito. Certamente a revolução democrática da qual Florestan também falava não foi realizada. E se esse espaço para fazer ciência realmente existe, está muito mal distribuído". Trata-se, para o pesquisador, da falta de um mecanismo para equilibrar o sistema universitário público nas diversas regiões. "Se não soubermos dar uma direção à essa reforma, é melhor não fazê-la".

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· A expansão da pós-graduação deve ser ampla, atendendo as diversidades regionais, devendo contar com rubrica específica para que recursos sejam de fato disponibilizados. Urge democratizar a avaliação da CAPES, visto que, nos últimos anos, a adoção de critérios produtivistas tem produzido avaliações que não expressam o processo dos programas, as dificuldades e os distintos perfis. A hipervalorização do número de publicações não assegura a qualidade acadêmica dos programas e produz uma intensificação de publicações que, em si mesmas, não são indicadoras da qualidade do programa. Nesse sentido, a cultura de rankings baseada em conceitos atrelados à produtividade é um severo obstáculo para a colaboração entre instituições, pesquisadores e estudantes.

Reforma Universitária

Diretora da Coppe defende interação da universidade com o mercado mas sustenta que a inovação é feita nas empresas

Segundo a diretora da Coppe, Angela Üller, a interação da instituição universitária com o mercado foi uma das ousadias da unidade, desde os tempos do seu fundador, Alberto Luiz Coimbra, que teria criado a Coppetec para que o instituto participasse do desenvolvimento econômico e social do país. "E desde então, isso vem sendo feito aqui e nós temos consciência da importância que os engenheiros, que na maior parte das vezes não são chamados de cientistas, têm para o desenvolvimento do país". A professora diz sentir falta na reforma universitária de um item que trate da participação das Ifes no processo de desenvolvimento econômico e social do país. A professora considera, no entanto, que a universidade não deve fazer inovação, o que seria um papel das próprias empresas.

Sobre as fundações, a professora, que também presidiu a Coppetec, revelou que o governo já concordou em retirar do anteprojeto o artigo que prevê o seu descredenciamento. Acha que as fundações devem estar previstas como um instrumento de "intermediação entre a sociedade, as empresas e as instituições de ensino superior". Para ela, se não houver uma previsão de que os recursos não sejam considerados recursos próprios, "governos mais privatistas seguramente usarão esses recursos para diminuir o financiamento da universidade". Para a professora, no entanto, os recursos captados pelas fundações não podem substituir as verbas orçamentárias no financiamento à infra-estrutura, como ocorre hoje na Coppe.

A professora achou positiva a Lei de Inovação Tecnológica, apesar de criticar alguns dos seus aspectos, em especial o fato de que a legislação aprovada permite que a universidade pública tenha participação minoritária numa empresa e que servidores, técnicos ou docentes, também possam constituir empresas. "Não existe nada, hoje, que defina um código de ética para [a universidade] participar de uma empresa". Para a professora, o conflito de interesses é muito grande entre a pesquisa que o professor faz livremente e aquela em que faz para a sua própria empresa.

Ângela questionou a meta proposta pelo governo, de ampliar para 40%, em seis anos, a parcela das matrículas do ensino superior nas instituições públicas, aplicando uma "regra-de-três-simples" à situação atual e concluindo pela necessidade da contratação de 185.000 professores nesse período.

O Andes-SN é contrário à Lei de Inovação Tecnológica porque ela privilegia claramente o interesse privado em detrimento do público. Institucionaliza a figura do "professor empreendedor", isto é, o empresário acadêmico, e põe os recursos da universidade ao serviço da produção do conhecimento gerador de lucros para as empresas envolvidas na "parceria", prejudicando a produção do conhecimento autônomo a serviço de toda a sociedade. Esta lei, o SINAES, o Prouni, a reforma do ensino profissional e outras medidas já tomadas pelo governo sem a participação da comunidade universitária constituem uma profunda reforma universitária de orientação neoliberal, já implantada em larga medida, da qual o anteprojeto ora apresentado pelo governo para o "debate democrático" representa apenas um complemento final.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· A progressiva estatização das instituições privadas é defendida pelo Andes-SN como forma, entre outras, de ampliar as vagas no ensino superior, na via da universalização da oferta nesse nível de ensino. Como medidas transitórias, nessa direção, o Andes-SN propõe a sustação de todos os mecanismos de canalização das verbas públicas para o setor privado, o congelamento, com vistas à redução das mensalidades, o respeito à liberdade de organização e atuação sindicais, a implantação da carreira docente no curso da qual se garanta a elevação progressiva dos salários e a adoção do contrato por regime de trabalho em substituição à contratação por hora/aula.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· Extinção das fundações de apoio privadas até 2006. Uma comissão nacional deve caracterizar os óbices para que as instituições possam estabelecer acordos, contratos e convênios de modo ágil e compatível com a natureza das instituições. Os membros dessa comissão devem ser eleitos pelos colegiados superiores das IES públicas e acompanhadas pelas entidades acadêmicas e sindicais, bem como pela representação dos estudantes.

Aloisio se diz voz dissonante ao aprovar o projeto

O reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira, penúltimo convidado a falar, disse que seria a voz discordante das demais intervenções. "Eu vou dizer uma coisa que ninguém disse. Eu gosto do projeto. Eu acho que se a disjuntiva fosse aprovar o projeto do jeito que está ou jogá-lo na lata do lixo, eu não teria nenhuma hesitação e votaria pela aprovação desse projeto". Para o reitor, o projeto pode ser melhorado, mas considera que há um conjunto de idéias centrais contidas na proposta que deveriam ser apoiadas. A primeira seria a gratuidade do ensino. O reitor da UFRJ também acha que o projeto do governo fortalece o segmento público dentro do sistema de ensino superior do país. Outro aspecto positivo seria a existência de um controle mais efetivo do setor privado.

Expansão com a participação dos estados e municípios

Para Aloisio, é bom que o governo explicite o 'desejo' de expandir as vagas em 40% até 2010, ainda que saiba que esta é uma matemática quase impossível de ser realizada com o montante de recursos destinados às IFES, agravado pelo o atual quadro de déficit de docentes e técnicos. Aloisio considera que a expansão das universidades públicas só acontecerá quando houver o envolvimento dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, e citou, como exemplo, a abertura do primeiro curso de graduação da UFRJ fora do municí-

COM POUCO TEMPO PARA O DEBATE, A EX-DIRETORA DO ANDES-SN E PROFESSORA DO CAP, CRISTINA MIRANDA QUESTIONA AUTONOMIA FINANCIADA PELO MERCADO

Reforma Universitária

pio do Rio, no primeiro semestre do ano que vem. O curso de Licenciatura em Biologia será oferecido em Macaé, com o apoio da prefeitura do município que ficará responsável pela construção de um prédio para instalação do curso, infra-estrutura, equipamentos e contratação de técnico-administrativos. "Este é um tipo de modelo de expansão que a gente pode multiplicar, dividindo as atividades e tarefas entre aquilo que é próprio do governo federal e o que pode ser feito através dos outros níveis de governo".

O reitor expôs a sua visão sobre a história da universidade brasileira nas últimas décadas, durante as quais o seu papel teria sofrido alterações profundas, deixando de ser formadora de elites para se tornar cada vez mais universidade de massas e perdendo terreno para o setor privado na atividade de produção de conhecimento. Mesmo as pesquisas de caráter científico mais avançado desenvolvidas na universidade são imediatamente absorvidas pelo setor privado, como é o exemplo do uso das células-tronco produzidas pelo Instituto de Biofísica da UFRJ numa clínica privada de Laranjeiras.

O reitor da UFRJ criticou ainda as propostas da ABC e da Andifes, que, além de não preverem a prestação de contas da universidade à sociedade, buscam tutelar a autonomia universitária. Segundo Aloisio, a Andifes quer uma "autonomia para si" e não para as universidades e a ABC quer subordinar a autonomia das universidades a comissões formadas pelo governo, pelas sociedades científicas e pelo setor privado.

PINGUELLI AFIRMA QUE POLÍTICA PRODUTIVISTA LEVA À PERDA DE PADRÕES ÉTICOS

O MEC e o *marketing* do Prouni

O Secretário de Ensino Superior do MEC, Nelson Maculan Filho, também ex-reitor da UFRJ (1990-1994), praticamente repetiu o discurso feito em uma aula inaugural realizada também na Coppe, dia 5 de março. O representante do governo fez a defesa do anteprojeto do governo. Maculan ressaltou o caráter de controle do setor privado de educação pelo Estado, contido na proposta governamental.

O ex-reitor da UFRJ afirmou ser importante o apelo popular de um dos componentes da reforma universitária do governo Lula, o Prouni, que apesar da renúncia fiscal e do desvio de recursos públicos para a manutenção dos empresários da educação, poderá ser decisivo para uma eventual reeleição do presidente.

Defendeu a descentralização dos mecanismos de controle oficiais da educação superior, tendo em vista a enorme dimensão do país e comentou que, no seu entender, as principais críticas ao anteprojeto de lei do governo vêm do setor privado, que não se conforma com a possibilidade das suas atividades serem mais controladas pelo estado.

Incorporação das gratificações

Maculan mencionou a concordância do MEC com a incorporação e extinção de todas as gratificações, uma reivindicação histórica do Andes-SN. O secretário disse que uma primeira medida, cujo impacto é pequeno, da ordem de R$ 70 milhões anuais, será o pagamento do valor integral da GED aos docentes aposentados. Para o secretário, as gratificações não devem ser vinculadas ao sistema de avaliação do trabalho docente.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· Ampliar os debates com os movimentos sociais e a sociedade civil comprometidos com a educação pública tanto em âmbito nacional quanto estadual e municipal, objetivando construir bases e diretrizes que possam assegurar um sistema nacional de educação pública com padrão unitário de qualidade.

· Estreitar relações (as IES púbicas e os centros de pesquisa – C&T – públicos) institucionais – constituindo redes – com o objetivo de promover em regime de colaboração pesquisas, cursos livres, cursos de pós-graduação, facultando convênios em termos de infra-estrutura, intercâmbio de pessoal etc.

"As medidas empreendidas pelo governo e as previstas pelo Anteprojeto definem um grande marco normativo que fortalece o setor privado por meio de isenções fiscais, pelo aprofundamento da diferenciação das IES, pelo baixo perfil para a classificação das instituições como universidades e centros universitários e pela abertura do mercado ao investimento estrangeiro. A oportunidade de uma "reforma" da educação superior é vista pelos empresários como uma preciosa oportunidade de melhorar ainda mais as condições para os negócios educacionais, liberalizando e flexibilizando ainda mais o setor. E é sobre estas que os empresários têm dirigido as suas críticas (a exemplo do que fizeram no ProUni)."(Roberto Leher, "O setor privado critica o Anteprojeto, logo o Anteprojeto é bom. Um mau silogismo para defender a contra-reforma", veja o artigo completo nesta edição)

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas

· A avaliação deve ser profundamente transformada com a extinção dos exames padronizados e de aparatos em que o público e o privado se confundem. A sua função não pode ser de padrão de financiamento, certificação, triagem social, uniformização do ensino básico e superior e de estabelecimento de rankings (universidades de excelência, instituições com bom ensino e comerciais). No caso das instituições públicas, o financiamento baseado na avaliação, junto com os exames padronizados, converteram-se em um dos mecanismos mais importantes das políticas neoliberais. Os poucos recursos são explicados "tecnicamente" pela avaliação, como conseqüência da suposta falta de mérito. Assim, os necessários recursos adicionais para as instituições (OCC) deixam de ser um dever do Estado e são convertidos em uma conseqüência da "excelência" na forma de subsídios.

· A avaliação, para o Andes-SN, deve ser participativa e emancipatória, constituindo-se, pois, em instrumento de democratização objetivando o aperfeiçoamento das instituições em busca do padrão unitário de qualidade. Dessa forma, as IES implementarão mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação interna e externa de suas atividades, levando em conta os fins da educação. (Caderno 2 do Andes-SN). Nessa ótica, deve-se realizar avaliação do desempenho de cada docente vinculado à instituição com objetivo de estimular o seu aperfeiçoamento no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão, e fornecer subsídios para a sua progressão na carreira docente.

Reforma Universitária

Público tem tempo escasso para intervenções

Após mais de quatro horas de exposição contínua dos oito palestrantes, que, à exceção da representante do Andes-SN, ultrapassaram largamente o tempo que lhes fora destinado pela mesa, o tempo foi curtíssimo para que os presentes pudessem intervir no debate com perguntas ou manifestações. A professora do Colégio de Aplicação e ex-diretora do Andes-SN, Cristina Miranda, questionou a possibilidade, apresentada pela diretora da Coppe, da universidade produzir conhecimento e exercer a sua autonomia didático-científica, ao mesmo tempo em que presta serviços para o mercado.

A professora da Coppe, Vera Martins, questionou o fato de, na discussão sobre o sistema universitário, não terem sido feitas vinculações com a conjuntura política e econômica do país. "Repensar a nossa universidade, repensando um modelo social, o que eu não vi aqui (no debate), é o grito do coração de tantos que não podem estar na mesa e que estão vendo no que está se transformando o nosso país e a instituição."

O representante dos estudantes do alojamento, Anderson, questionou o atraso nas bolsas de assistência estudantil na UFRJ e criticou o projeto de assistência apresentado pelo governo no anteprojeto, que atrela as bolsas aos recursos da Loteria Federal.

O professor da Escola Politécnica e diretor da Adufrj-SSind, José Miguel Saldanha, questionou as fundações, cuja existência não é necessária para a captação de recursos próprios pelas universidades, uma vez que estas têm condições de fazê-lo diretamente. Segundo o professor, as fundações servem apenas para viabilizar o pagamento de remunerações adicionais aos funcionários e professores que participam dos projetos, consultorias, cursos pagos etc, estimulando o uso privado de recursos públicos e a distorção dos objetivos da universidade pública.

Agenda do Andes-SN para a Educação Superior - ações imediatas (não inseridas na matéria sobre o seminário na Coppe)

· Os projetos interinstitucionais e interdisciplinares de natureza acadêmica, estabelecidos a partir de critérios públicos, democraticamente estabelecidos, devem ser apoiados pelos órgãos de fomento objetivando a ampliação de grupos de pesquisa e de suas temáticas em todo o país.

· Os órgãos de fomento precisam ser vigorosamente redefinidos, em especial os procedimentos de escolha dos conselhos diretivos que devem se pautar por procedimentos democráticos, incluindo no universo da consulta a diversidade regional e a totalidade dos professores e estudantes.

· Os acordos com as universidades somente devem ser firmados em caso de relevância acadêmica para a instituição e, nesse sentido, os recursos envolvidos pertencerão às instituições e terão de ser aplicados obrigatoriamente na melhoria das condições do trabalho acadêmico.

· As atividades de extensão universitária devem ser valorizadas como forma de socialização do conhecimento produzido na universidade. Os orçamentos das IES públicas devem conter rubrica específica para esse fim.

· apoio à qualificação docente deve ser efetivo. Como ponto de partida para que uma ampla política de capacitação seja estabelecida, o ANDES-SN propõe o regresso, a todas as IFES, do PICDT, que será objeto de avaliação e correção. A partir de 2005, a União deverá assegurar bolsas para todos os docentes e técnicos-administrativos das IFES que estão em processo de qualificação sem o apoio do Estado. Os órgãos de fomento dos estados devem desenvolver programas similares ao PICDT para atender às demandas dos docentes e técnicos-administrativos das instituições estaduais.

· A autonomia da procuradoria da universidade deve ser restabelecida, sem subordinação a qualquer esfera externa à instituição.

· Constituir, de modo sistemático, convênios, programas e redes comuns de comunicação com as instituições de ensino superior públicas da América Latina, África e, em especial, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, estabelecendo consórcios que possam assegurar intercâmbio de professores, técnicos e estudantes, projetos comuns de pesquisa, publicações etc.;

· Perseverar na articulação acadêmica com instituições de ensino superior de todos os países, reforçando laços e colaborações horizontais em especial em áreas estratégicas do conhecimento e nas ciências básicas.

Autonomia Universitária

"As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão."

Artigo 207 da Constituição Federal

Para a Adufrj-SSind, embora as entidades e os palestrantes tenham feito, durante o debate, a defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, apenas críticas pontuais foram proferidas ao anteprojeto do MEC para a educação superior brasileira imposto pelo governo Lula da Silva.

Na avaliação do Andes-SN, produzida em sua maior parte por estudiosos da educação, participantes do grupo de trabalho de política educacional (GTPE/Andes-SN), e aprovada maioritariamente pelos docentes participantes dos eventos deliberativos nacionais do sindicato, a reforma da educação que vem sendo implementada caminha na direção contrária da defesa da universidade pública. Não se inicia com o anteprojeto apresentado pelo MEC, já está em grande parte efetivada por medidas provisórias e leis não discutidas pela comunidade universitária.

Conforme documento do Andes-SN entregue ao MEC em 2004, essas "medidas, concretamente encaminhadas pelo Executivo afetam profundamente diferentes âmbitos da educação superior e, portanto, devem ser inseridas no debate. Afinal, alguns dos principais resultados dessas ações são: i) a consolidação do eixo privado como o vetor do fornecimento da educação superior – e a crescente desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação pública; ii) a aceitação como premissa naturalizada e imutável, de que uns poucos jovens de camadas sociais formada por trabalhadores empobrecidos e desempregados terão acesso ao nível superior, em geral oferecido por empresas privadas de ensino, nas quais a qualidade é drasticamente inferior à realizada nas universidades públicas; iii) a transformação da universidade pública em organização de comercialização de serviços para responder ao demandado à ciência e ao conhecimento pela presente divisão internacional do trabalho em um país de capitalismo dependente como o Brasil; iv) a hipertrofia do controle governamental e do mercado sobre a universidade pública, inviabilizando a autonomia e, principalmente, a liberdade acadêmica".

Para a SBPC o eixo do debate deve ser a expansão da ciência no país. Mas como fazer isso? Como democratizar de fato a educação superior e a pesquisa no país, sem investimento do estado na educação pública? Por meio da ampliação do acesso de estudantes pobres em empresas privadas de educação em troca de isenção fiscal? As instituições privadas produzem conhecimento – no sentido estrito da produção de pesquisa? Para a Andifes a autonomia é o ponto central. Não seria o artigo 207 da Constituição Federal suficiente para a garantia e o exercício da autonomia, ao definir seus objetivos e meios, a saber – autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial? Para a representante da COPPE o problema do financiamento dos projetos, que trazem recursos via fundações, é que ele são usados também em infra-estrutura mínima. Isto não seria resolvido se o governo destinasse às universidades um financiamento compatível com as necessidades de uma universidade pública de qualidade, ao contrário dos parcos 4 bilhões que assegura (quase metade do que foi necessário em 2004)? Será de fato ideal, como defendeu o reitor da UFRJ, adotar o modelo de funcionamento da Coppe para toda a universidade?

O Andes-SN entende que a política que vem sendo implementada na educação brasileira precisa mudar de rumo. Tornar-se-á cada vez mais insustentável o trabalho docente, de ensino, pesquisa e extensão, nas universidades brasileiras, se não for de fato implementada uma política séria para a educação como um todo. Para isso há de haver compromisso político, em especial na adoção de medidas que retomem o caminho da produção de conhecimento novo e crítico nas universidades brasileiras e a primeira manifestação desta vontade política deveria privilegiar a discussão efetiva com a sociedade tendo como ponto de partida o debate sobre o financiamento. Qual será o interesse da sociedade brasileira? Escolherá priorizar a manutenção das mais altas taxas de juros do planeta ou concluirá ser mais importante investir na educação e na saúde públicas? O Andes-Sindicato Nacional e a Adufrj-Seção Sindical conclamam todos os docentes, técnico-administrativos e estudantes à defesa da universidade pública e gratuita!

Opinião

O setor privado critica o Anteprojeto, logo o Anteprojeto é bom - um mau silogismo para defender a contra-reforma

Roberto Leher *

Em um uso informal, o silogismo é uma forma de raciocínio que se presta a muitas brincadeiras entre os cientistas; contudo, na política, este modelo de apresentação de um determinado raciocínio – baseado em premissas que conduzem a uma inferência – freqüentemente é adotado com o objetivo de vender gato por lebre, gerando o sofisma.

O MEC tem sido imbatível nesse quesito. De fato, para sustentar politicamente o seu Anteprojeto de reforma da educação superior, o Ministro da Educação, seus assessores e as entidades que compõem o cinturão protetor da política do governo federal para a educação superior, têm divulgado o seguinte "silogismo":

"Os empresários da educação criticam o anteprojeto. Os empresários são contra o controle estatal. Logo, o Anteprojeto é a favor do ensino público e subordina o setor privado ao controle estatal."

Há um claro sofisma nessa argumentação

Lendo o Documento "Considerações e Recomendações sobre a Versão Preliminar do Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior", elaborado pelo Fórum Nacional da Livre Iniciativa da Educação, coletivo que reúne todas as entidades empresariais relevantes da educação superior, é cristalino que o Fórum acolhe, sem críticas, os principais aspectos da política do governo de Lula da Silva para o setor, como o ProUni, a Inovação Tecnológica, o Sinaes e mesmo o fundamental do Anteprojeto. O problema é que essas medidas são consideradas insuficientes: querem mais desregulamentação e liberalização. A divergência não é em relação ao conteúdo. É uma questão de grau. Certamente, o forte lobby privatista irá pressionar o governo a incorporar ao seu projeto os anseios do setor privado de modo ainda mais incondicional.

As queixas dos empresários causam uma sensação de já visto. Com efeito, é muito semelhante ao tom das críticas de setores empresariais ao ProUni. Quando o MEC lançou a idéia, no início de 2004, muitos dirigentes manifestaram contrariedade, alguns de modo agressivo, afirmando que 20% das vagas era uma contrapartida abusiva a completa isenção de tributos. O governo acusou a pressão e reduziu as bolsas integrais a 10% e, a seguir, já no parlamento, novos reclamos e, por acordo com a base parlamentar do governo, as bolsas integrais despencaram para 4,25%. Assim, em retribuição a uma liberação tributária que totalizará mais de R$ 2,5 bilhões por ano, as empresas do setor cederão cerca de 100 mil bolsas integrais. A previsão inicial era de 400 mil vagas "gratuitas"! Moral da história: reclamar faz bem para os lucros empresariais!

Assim, a experiência do ProUni pode nos ajudar a reescrever o "silogismo" anterior:

"Os empresários da educação criticam o anteprojeto. Os empresários são contra o controle estatal. Logo, o governo irá liberalizar e desregulamentar ainda mais o setor".

Medidas governamentais que atendem aos anseios dos empresários

Entre as proposições governamentais que são congruentes com os anseios do setor privado, conforme expresso no documento do Fórum Nacional da Livre Iniciativa em Educação, destacam-se, entre outras:

1. A tese de que a educação é um bem público: "O Fórum entende a Educação como uma política pública específica de Estado." Sendo um bem público, independentemente se a instituição é pública ou privada, as verbas estatais podem ser distribuídas a todas as instituições que atendem ao interesse social. Por isso, comemoram a isenção tributária do ProUni e a possibilidade, inédita, de conversão de filantrópicas em empresariais, inclusive com transferência do patrimônio, tudo isso sem ter de pagar impostos e contribuições. Com o ProUni, situações como a do reitor e proprietário da Universidade de Marília – que adquiriu prédios, aviões etc., em nome da instituição, quando esta ainda era filantrópica, e que se apropriou desses bens como pessoa física, sendo, por isso, condenado por sonegação – deixarão de existir. Em tempo, a sonegação desse reitor totaliza R$ 47 milhões (Germano Oliveira. Reitor é condenado por sonegação fiscal. O Globo, 3/4/05,p.12.).

2. O Estado deve estabelecer normas para a autorização dos cursos e avaliar o setor privado: "O Fórum reconhece que o Poder Executivo tem o dever de zelar pelos critérios de autorização de cursos e instituições, bem como pela observância do princípio da *´garantia de padrão de qualidade´* da educação superior, consagrado pela Constituição Federal." Por isso, estimulam o "experimento" SINAES e ENAD que "aperfeiçoados" poderão facilitar a certificação e a qualificação das instituições de interesse social.

3. A institucionalização dos Centros Universitários na forma de Lei. Vale lembrar que esta modalidade não está discriminada na LDB, tendo sido criada por Decreto (Dec. N. 2306/97). Por ser um tipo de instituição que objetiva burlar o Art. 207, CF, foi duramente criticada pela comunidade acadêmica e mesmo pelos dirigentes das universidades particulares que os concebem como uma concorrência desleal: "têm prerrogativas de universidades, mas estão liberados da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão". O Anteprojeto atende assim a uma reivindicação da Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU), embora, ao limitar a possibilidade desses Centros criarem cursos, o Anteprojeto atende a um anseio da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

4. As condições para o funcionamento das universidades e dos centros universitários privados. A abertura que a salvaguarda do Anteprojeto ofereceu satisfez de modo pleno os empresários. Com efeito, para uma instituição ser considerada universidade o Art.13 determina 12 cursos de graduação em três campos de saber e três cursos de mestrado e um de doutorado. Contudo, as universidades especializadas (o caso da quase totalidade delas, especializadas em Humanas), conforme o mesmo Artigo, podem ter apenas oito cursos de graduação (seis podem ser em um único campo!) e apenas um curso de mestrado ou doutorado! Todas cumprem essa exigência hoje! As mesmas facilidades são encontradas nos Centros Universitários. O Art. 25 determina seis cursos de graduação em, no mínimo, dois campos de saber. Se for um Centro especializado, bastam quatro cursos de graduação em um único campo de saber!

5. A autorização e a supervisão das particulares não universitárias poderão ser realizadas pelos estados, por meio de convênio da União com os entes federados, uma descentralização há mui-

Opinião

to reivindicada pelos empresários.

6. O instrumento que normatiza as condições da autonomia da universidade, o Estatuto, somente é registrado no caso das privadas, não passando por nenhuma esfera externa a instituição. Tratamento distinto é determinado para as públicas. O Estatuto precisa ser aprovado pelo CNE, um lócus privatista, e pelo próprio Ministro.

7. A qualificação da educação como área aberta aos investimentos estrangeiros. Embora restritos a 30%, o princípio da abertura do setor já está contido no Anteprojeto. No parlamento, os setores empresariais que representam as entidades com fins lucrativos (empresariais) já se manifestaram pela derrubada desse limite.

8. As mensalidades seguem liberalizadas, sem quaisquer controles.

As conquistas a serem ampliadas

1. Processo de gestão democrática. O Anteprojeto prevê a existência de eleição direta pela comunidade para a escolha de um pró-reitor com critérios elaborados pelo Conselho Superior, em geral constituído pela direção da instituição. No entanto, para as entidades empresariais isso fere o preceito constitucional (art. 209, I e II): o ensino é livre à iniciativa privada, desde que observadas as normas gerais da educação nacional, a autorização e a avaliação de qualidade pelo poder público. Os empresários lembram ainda que a CF somente prevê gestão democrática para as instituições públicas (Art. 206, CF). Desse modo, é de se prever que os empresários irão atuar no sentido de derrubar os frágeis artigos relativos a gestão democrática das privadas.

Apesar de consultivo e de possuir composição em aberto, o Conselho Comunitário Social, bem como outros colegiados propostos no Anteprojeto, na avaliação do Fórum "tornam possível a substituição do mérito acadêmico e da competência administrativa por ações de cunho sindical, corporativista ou vinculadas a forças estranhas ao meio acadêmico. Trata-se, pois, de medida inadequada e que fere o princípio constitucional da autonomia. É necessário lembrar ainda que a gestão democrática do ensino, na forma que a Constituição Federal estabelece, é obrigatória apenas nas instituições públicas". O ministro Tarso Genro, conforme Valor Econômico (01/03/05), lembra aos empresários que os referidos Conselhos serão apenas consultivos e não representam uma interferência indevida na gestão das universidades, "servindo apenas para discutir com transparência relações que já existem na sociedade", minimizou o ministro.

2. Avaliação. Em que pese o apoio ao Sinaes/ Enade, os empresários reclamam a explicitação do que vem a ser "*padrão de qualidade*" para fins de avaliação. "Não são conhecidos os indicadores de cada padrão ou definidos os valores que eles deverão assumir para fins de controle do poder público, nem as medidas necessárias para evitar que julgamentos subjetivos conspurquem decisões de ordem administrativa". Por isso, para os empresários, o credenciamento e a classificação não podem adotar, ainda, o Sinaes e o Enade.

3. Os empresários reclamam maior apoio à educação a distância e uma "gestão articulada entre ensino presencial e não-presencial, educação continuada e a distância, certificações intermediárias e finais, registro de certificações e fiscalização das profissões, etc". "Qualquer reforma que se preze deve investir na direção do futuro em termos de formação, educação continuada e a distância, inovações didáticas e metodológicas e diminuição de controles em favor de avaliações de aprendizagem." Uma matéria do jornal Valor Econômico (01/03/05) assegura que o Ministro da Educação acolheu essa sugestão que, a rigor, é congruente com as medidas de formação de professores encaminhadas pelo MEC, também assentadas na EAD.

4. As instituições privadas universitárias reivindicam maior apoio do fundo público para o financiamento da pesquisa, para favorecer a interação entre a pesquisa universitária e as empresas públicas e privadas e, também, para o apoio a qualificação dos docentes das privadas, por meio de bolsas. Nesse sentido, preconizam mudanças no sistema de avaliação da pós-graduação realizado pela CAPES (credenciamento e conceitos), objetivando melhores condições para que as universidades privadas possam edificar a sua pós-graduação.

5. O Fórum sustenta ainda que as mantenedoras, por estarem cobertas pelo preceito constitucional que assegura a livre iniciativa da oferta educacional, não podem ser objeto de regulação do Estado que ultrapasse "as normas gerais da educação nacional, a autorização e a avaliação de qualidade pelo poder público".

6. Desenho institucional: "o Fórum entende que a reforma deve constar de mais de um projeto de lei, pela impossibilidade técnica e jurídica de matérias distintas serem tratadas em uma única lei. A revisão do papel institucional do MEC, tendo em vista a criação de uma agência reguladora independente, especializada em avaliação e certificação de qualidade de cursos e instituições, com poder para acreditar outras entidades especializadas em avaliação, e capaz de produzir informação qualificada para fins de supervisão do sistema de ensino superior". Aqui as privadas querem levar ainda mais longe a descentralização da avaliação e do credenciamento já prevista no Anteprojeto. A criação de uma agência reguladora é o eixo dessa proposta.

Considerações finais

As medidas empreendidas pelo governo e as previstas pelo Anteprojeto definem um grande marco normativo que fortalece o setor privado por meio de isenções fiscais, pelo aprofundamento da diferenciação das IES, pelo baixo perfil para a classificação das instituições como universidades e centros universitários e pela abertura do mercado ao investimento estrangeiro. A oportunidade de uma "reforma" da educação superior é vista pelos empresários como uma preciosa oportunidade de melhorar ainda mais as condições para os negócios educacionais, liberalizando e flexibilizando ainda mais o setor. E é sobre estas que os empresários têm dirigido as suas críticas (a exemplo do que fizeram no ProUni).

É importante frisar que muitas reivindicações são específicas de setores (universidades empresariais, confessionais etc.) e não atendem a todo o setor privado. Os conflitos entre essas frações são agudos e o fato de todas as entidades empresariais terem acordado um documento unitário, por meio do Fórum, não autoriza a avaliação de que a competição entre essas frações será atenuada.

Contudo, é inequívoco que o lobby no parlamento irá agir de modo articulado e produzirá modificações no projeto que o tornará uma lei para os empresários da educação. Seguramente, não foi por ingenuidade do MEC que as isenções do Prouni não geraram as 400 mil novas vagas com bolsas integrais previstas no projeto inicial. É certo que o MEC sabia que o programa seria redimensionado pelo parlamento. O fato da redução das vagas ter sido aprovada por acordo de lideranças corrobora isso. Igualmente, não há ingenuidade quando o MEC faz um Anteprojeto com imensas aberturas ao setor privado e com salvaguardas fragmentadas e débeis. "Estamos em busca de um consenso" disse o Ministro em uma reunião com os empresários da educação na CNI (Valor Econômico, 01/03/05).

Não é preciso fazer futurologia para saber que as frágeis regulamentações das condições de funcionamento do setor privado serão derrubadas, muito provavelmente já na Casa Civil. Nos termos de uma liderança empresarial "a negociação tem início na Casa Civil". Os vestígios de proteção ao sistema público e de controle sobre o capital foram adequados aos reclamos do setor privado: assim aconteceu com o Prouni, a Biossegurança, as PPP etc.

Constatar que entidades participantes dos Congressos Nacionais de Educação estão sustentando o "silogismo" veiculado pelo governo, por meio de intensa propaganda, é, talvez, a única surpresa do momento. Somente desconsiderando o que de concreto já foi encaminhado pelo governo e se eximindo de uma leitura minimamente rigorosa do Anteprojeto é possível afirmar que os empresários não estão saindo ainda mais fortalecidos. De fato, após o MEC ter sido dirigido, por longos oito anos, por um ministro a favor dos empresários (e que hoje assume a sua condição de empresário da educação), parecia que a torrente privatista não poderia ser mais aprofundada. A realidade nos mostra que pode. A coerência com os princípios e valores que nortearam a defesa da educação pública e gratuita nos Congressos Nacionais de Educação, o amplo e democrático debate de uma Agenda alternativa e a forte mobilização nos espaços públicos são condições para que o programa educacional neoliberal seja revertido.

* Professor da Faculdade de Educação

Movimento

Estudantes resgatam cultura brasileira e apresentam reivindicações do movimento

Ná última quarta, 30/3, os novos pós-graduandos da UFRJ foram recepcionados com um evento cultural promovido pela Associação de Pós-Graduandos (APG) da universidade, entidade que representa os estudantes desde os anos 80. Com o objetivo de resgatar a Cultura Popular Brasileira, os novos pós-graduandos assistiram a uma palestra com o músico e pesquisador Sérgio Prata. Na abertura do evento, estiverem presentes o Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, e a diretora da Coppe, Angela Üller. No final da palestra o público pode participar de uma roda de choro no Grêmio da Coppe com o Conjunto Sarau, formado por Sérgio Prata e outros músicos, entre eles Bruno Rian, que é filho de Déo Rian, o sucessor de Jacob no conjunto Época de Ouro. Também faz parte do ciclo de resgate cultural promovido pela APG, uma exposição de fotografias do acervo do Instituto Jacob do Bandolim que está instalada no hall do bloco A do Centro de Tecnologia.

O Pró-reitor José Luiz Monteiro ressaltou a importância do trabalho da APG em valorizar um gênero musical da cultura popular e em trabalhar na defesa da pesquisa na universidade com ações "que não teriam respaldo se fossem implementadas só pelos dirigentes". A diretora da Coppe disse "que é muito importante os pesquisadores entrarem em contato com temas que não sejam só de suas unidades". Angela Üller disse também ter esperanças de que, apesar de estarem se divertindo no evento, a vida dos novos estudantes não se tornasse um choro, referindo-se aos desafios da vida acadêmica.

Melhores condições de estudo e trabalho para os pós-graduandos

A APG deu boas vindas aos novos estudantes e apresentou algumas reivindicações do segmento como o reajuste e a ampliação das bolsas das agências federais de fomento, a tramitação da Lei do Pós Graduando no Congresso, o fim dos atrasos no pagamento das bolsas Capes. Os pós-graduandos são também contrários ao corte de verbas para periódicos e querem mais verbas para a universidade pública.

A representante da APG, Ariane Larentis ressaltou a importância do apoio às atividades dos pesquisadores da UFRJ. "A ajuda dos vigilantes é algo muito valioso para nós que muitas vezes precisamos usar os laboratórios da universidades até bem tarde, mesmo após o fim das atividades nos prédios para dar andamento às nossas teses", afirma Ariane.

Chorinho e Jacob do Bandolim na recepção aos novos pós-graduandos

Fotos: Wagner Maiolino

SÉRGIO PRATA, AO LADO DA REPRESENTANTE DA APG, ARIANE LARENTIS, PROMOVE UMA AULA DE HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA. ABAIXO, PROFESSORES E ESTUDANTES PARTICIPAM DA RODA DE CHORINHO

Na apresentação da palestra sobre o chorinho, os integrantes da APG ressaltaram as conquistas da organização. Entre essas conquistas, estão a pesquisa *Radiografia da Pós-Graduação na UFRJ* realizada através em mais de 600 questionários, respondidos por pós-graduandos de diferentes programas sobre as condições de trabalho e estudo e suas reivindicações. A iniciativa teve repercussão não só entre os alunos e professores, mas também na reitoria, decanias e Prefeitura Universitária que estão recebendo as demandas apuradas pela pesquisa. A APG ressalta que algumas reivindicações, como o Bandejão, ainda não foram atendidas.

Jacob do Bandolim, um defensor da cultura popular

O músico Jacob do Bandolim era também um pesquisador da cultura popular, em especial do Choro. Jacob chegou a reunir num programa da TV Record, apresentado por Blota Jr, em 1956, o maior grupo regional surgido até então. Estiveram no palco da TV, 45 violonistas, 29 bandolinistas, 13 tocadores de acordeão entre outros músicos. Jacob fez várias gravações com outros músicos populares como Dorival Caymmi, Cartola, Elizete Cardoso, que era admirada por Jacob e foi tema de uma polêmica travada nos programas da Radio Nacional entre ele e a gravadora de Elizete que limitava o acesso aos discos da cantora. "Elizete Cardoso é nossa!", dizia Jacob na Rádio Nacional. O mestre do choro fazia arranjos também para músicas clássicas, chegando a reunir mais de 500 partituras em seu arquivo, que hoje estão arquivadas no Museu da Imagem e do Som (MIS) e foram restauradas pelo Instituto Jacob do Bandolim (IJB)

Segundo a APG, resgatar a memória do mestre do choro significa valorizar a expressão da criatividade e da resistência da sua música popular contra a colonização cultural, política e econômica. "APG Cultural é a extensão de nossas lutas, pois acreditamos que a reconstrução dos movimentos populares fortes e verdadeiramente combativos se dará simultaneamente com o resgate da cultura de nosso povo. Resgatar o Choro e a memória do grande músico Jacob do Bandolim nos dá ânimo para seguir na luta pela defesa da pesquisa que sirva à construção de um pais realmente soberano, com um povo realmente livre", afirmam os representantes da entidade.

IMPRESSO

Abono 2004 dependeu da marcação na planilha de férias
Página 2

Colegiados vão distribuir 119 vagas esta semana
Página 3

Professor da UFF comenta financiamento da contra-reforma universitária
Páginas 6 e 7

Universidades do Paraná podem paralisar dia 14
Página 7

Carta aberta da presidente do Andes-SN às entidades da CNESF
Página 8

Errata
Na edição 177, de 21/3/05, publicamos equivocadamente na continuação da matéria de capa "Andes-SN quer reajuste emergencial de 18%", na página 8, que a Plenária Nacional dos SPF havia aprovado um calendário de lutas que incluía paralisações nos dias 13 e 14 de abril e um indicativo de greve para maio. **Nem a plenária dos SPF nem o Setor das Federais do Andes-SN aprovaram tais encaminhamentos**. Na verdade, foram aprovados apenas "apoio aos indicativos de greve para maio propostos pela Condsef e pela Fenasps" e "apoio à paralisação de 13 e 14 de abril convocada pela Fenasps".

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 180 • 11 de abril de 2005

Kelvin Melo

Consuni aprovará novas normas para concursos neste dia 11

Colegiado já aprovou nova legislação para ingresso no CAp

Em sessão extraordinária do Consuni do último dia 7, começaram a ser analisadas as propostas de normas e editais relativas ao concurso para professores da UFRJ. Após uma discussão que começou de manhã e se estendeu até o meio da tarde, o colegiado conseguiu aprovar apenas a nova legislação para ingresso de docentes no Colégio de Aplicação. Uma vez que existe urgência neste tema devido à recente distribuição pelo governo de 119 vagas para a UFRJ neste ano, uma nova reunião extraordinária do colegiado foi convocada para esta segunda-feira, dia 11, pela manhã, para a deliberação sobre a carreira de magistério superior.

O debate sobre esta regulamentação, vale lembrar, começou em junho do ano passado, quando a reitoria nomeou uma Comissão de Revisão dos Editais. O objetivo era atualizar a legislação da universidade, cuja última modificação ocorreu em 1991 (regras relativas ao concurso para Titulares). A comissão apresentou sua proposta à Comissão de Legislação e Normas do Consuni, que foi distribuída, no dia 24 de março, aos conselheiros do colegiado superior. No parecer, a CLN não chegou a uma conclusão sobre todos os pontos da proposta e reencaminhou a discussão para a plenária do Consuni.

Colegiados acadêmicos também se posicionam quanto às novas normas para concurso

No dia 1 de abril, estava prevista uma sessão conjunta CEG/CEPG para analisar o parecer do CLN e as propostas da comissão. A sessão acabou não ocorrendo por falta de quórum do conselho de graduação, mas o CEPG tratou do tema em sua sessão ordinária, no mesmo dia. O colegiado de pós-graduação aprovou quase todas propostas originais da Comissão.

Já no conselho de graduação, as propostas da Comissão foram alteradas significativamente. As propostas do CEG foram sistematizadas e enca

Continua na página 4

Jurídico

Abono 2004 dependeu da marcação na planilha de férias

Para receber, professor deveria ter feito a opção em 2003

Alguns professores informaram à assessoria jurídica da Adufrj-SSind que não receberam o abono pecuniário 2004, pago no início deste mês. Em nenhum dos casos analisados pela assessoria, pelo menos até o momento, o docente fez a opção, ainda no ano de 2003, pela venda de um terço das férias.

Vale registrar que a Adufrj-SSind, a cada ano, divulga a necessidade de o docente registrar a opção pelo abono nas planilhas de marcação das férias. No ano retrasado, quando os professores poderiam fazer a opção pelo abono 2004, o assunto foi divulgado na capa da edição 110 deste jornal, de 29/9/2003. Na ocasião, como as planilhas enviadas pela reitoria não permitiam a opção, a diretoria da Adufrj-SSind solicitou à Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) a emissão de novas planilhas. Na mesma data, encaminhou-se a nota publicada no jornal também para os sindicalizados que possuem o e-mail cadastrado na seção sindical.

O jornal 111, de 6/10/2003, divulgou, na capa, que a PR-4 reeditaria as planilhas para marcação de férias de modo a contemplar a opção pelo abono pecuniário. A edição 117, de 17/11/2003, comunicou que as planilhas já modificadas estariam à disposição dos docentes nas unidades. No mesmo dia, outra mensagem eletrônica com a mesma notícia chegou aos sindicalizados com endereço eletrônico registrado na Adufrj-SSind. No jornal 120, de 8/12/2003, noticiou-se que a Assembléia Geral da Adufrj-SSind tinha aprovado a ação do abono 2004. Na edição 122, de 23/12/2003, a seção sindical informou o ganho da liminar na ação do abono 2004.

Uma ação para cada ano

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind informa que a matéria do direito à venda de 1/3 de férias pelo funcionalismo público não tem consenso entre os juristas. Por esse motivo, é preciso que, a cada ano, a entidade entre com uma ação específica para as férias do período, para evitar que o mérito da ação seja julgado com validade para todos os anos. Caso a seção sindical ganhasse a ação definitivamente em relação a 2004, por exemplo, o abono estaria garantido a partir deste ano. Por outro lado, se a ação tivesse o mesmo julgamento que obteve em 2000, não haveria a possibilidade de recorrer ou de acionar a UFRJ nos anos seguintes.

Pró-reitoria recebe reclamações

Superintendente da Pró-reitoria de Pessoal, Roberto Gambine disse que o setor recebeu diversas reclamações quanto ao não pagamento do abono pecuniário 2004. Ele afirmou que a administração vai verficiar a listagem enviada pela Adufrj-SSind para verificar algum possível erro. Mas ressalta que só pode pagar aos que fizeram a opção pelo referido abono, ainda em 2003.

Orientação da assessoria judírica da Adufrj-SSind

A assessoria jurídica vai comunicar eventuais diferenças na fase final de execução do processo, devidas àqueles que fizeram a opção pelo abono e que só tiraram 30 dias de férias. O professor que fez a opção pelo abono 2004 e não o recebeu no pagamento feito no início de abril deve se dirigir à seção sindical (CT, Bloco D, sala 200) e deixar com a secretaria o comprovante da marcação feita na planilha de férias distribuída em 2003. Se o docente tiver mais alguma dúvida, poderá marcar uma consulta junto ao plantão jurídico da entidade.

Agenda Sindical

11/4 - Plenária organizativa do 1º de maio
Na sede do SEPE, Rio de Janeiro

14/4 - Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente
Brasília (DF)

14/4 - Reunião do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília - DF

15/4 - GT de Seguridade Social do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

16 e 17/4 - Seminário da CNESF
Brasília (DF)

17/4 - Início da Marcha Nacional pela Reforma Agrária
Goiânia (GO)

23/4 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

23 e 24/4 - Reunião do Setor das Estaduais
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

24/4 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

27 a 30/4 - IV Encontro Hemisférico de luta contra a ALCA
Campanha Jubileu Sul/Brasil contra a ALCA
Havana - Cuba

10/5 - Apresentação do Relatório Final das reuniões do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília - DF

Correção de pagamento para alguns aposentados

Alguns professores aposentados da universidade constataram, em novembro de 2004, ter sofrido redução nas parcelas do contracheque chamadas "*decisão judicial trans jug apo*", relativas aos ganhos judiciais dos 26,05% e 28,86%.

Por coincidência, uma vez que não existe qualquer relação com as rubricas descontadas, essa diminuição foi registrada em um grupo pequeno de docentes que percebem, cumulativamente, as vantagens pecuniárias do art. 192 do Regime Jurídico Único (RJU) - restrita aos aposentados anteriores a 1996 - e do art. 184 do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1.711, de 1952).

A seção sindical fez requerimento administrativo à Pró-Reitoria de Pessoal postulando o restabelecimento destas parcelas e o pagamento das diferenças devidas desde a alteração.

Atendendo à solicitação, a PR-4 informou que já foi implementado o acerto daquelas rubricas e que faria o pagamento da diferença referente ao período de novembro/04 a fevereiro/05 na folha de março/05.

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Declarações de estudantes do alojamento repercutem mal em Câmara Discente

Presidente da câmara discente questiona informações de alunos

As declarações feitas por alguns estudantes à reportagem do Jornal da Adufrj, durante a visita ao Alojamento Estudantil repercutiram negativamente no Conselho de Ensino de Graduação (CEG). Em relação à matéria sobre as condições de infra-estrutura da moradia estudantil, publicada na edição 178, a professora Ana Maria Borralho esclareceu que o CEG só tem indeferido recursos dos alunos que receberam auxílio-moradia por um período bem maior que o mínimo necessário para concluir o curso de graduação ou dos que possuem baixo coeficiente de rendimento: "Existem estudantes que fazem cursos de oito períodos e estão no alojamento há 17 períodos", revelou Ana Borralho. A professora e presidente da Câmara Discente do colegiado concorda com as críticas quanto à falta de infra-estrutura do alojamento, mas com relação aos indeferimentos de prorrogação do auxílio-moradia, esclarece que cada processo é analisado particularmente, de forma minuciosa, e não em grupos, como os estudantes sugeriram nas últimas sessões do colegiado.

Em relação à publicação do caso da estudante do sétimo período de Geografia, Simone Mello, citada como exemplo pelos alunos durante a visita ao alojamento, a diretora da Divisão de Assistência ao Estudante (DAE), Sônia Furtado, considera que cabem algumas explicações. Simone Mello afirmou estar no alojamento há apenas dois anos, possuir um coeficiente de rendimento superior a oito e mesmo assim teve indeferido seu pedido de renovação devido ao descumprimento do prazo para a entrega da documentação. Entretanto, Sônia Furtado afirmou que a aluna não compareceu à DAE para a apresentar o pedido de renovação nem no prazo estabelecido (de 23 a 29 de novembro de 2004), nem no prazo prorrogado. Segundo a diretora da DAE, foram aceitos os pedidos de renovação até o dia 19 de janeiro de 2005. A não solicitação da renovação foi entendida, então, como uma falta de interesse na mesma.

Comissão cumpre resoluções do CEG

Ana Borralho informou que a DAE apenas estava cumprindo uma das resoluções do CEG, na medida em que quando os estudantes entram no alojamento, tomam conhecimento dos procedimentos para o processo de renovação. Ainda assim, quando Simone Mello declarou que seu pedido havia sido indeferido, seu recurso ainda não havia sido julgado pelo CEG: "Quando a aluna deu este depoimento para o jornal, ela tinha feito recurso ao CEG que ainda não tinha parecer da Câmara de Corpo Discente. O recurso foi analisado ontem (6/4) e o pedido foi deferido", declarou a presidente da Câmara Discente. Ana Borralho lembrou, ainda, que os alunos permanecem no alojamento enquanto seus recursos não são julgados e considerou que o exemplo de Simone Mello, que é um caso especial, teria sido apresentado para retirar as atenções da situação de alunos que estão há quase 10 anos no alojamento e não aceitam o indeferimento de seus recursos.

Colegiados

Colegiados vão distribuir 119 vagas esta semana

Proposta do CEG/CEPG sai neste dia 11; Consuni define no dia 14

Ficou para esta semana dos acadêmicos CEG e CEPG, sobre a distribuição das 119 vagas para concursos de docentes pelas unidades da UFRJ. Incumbida de apresentar uma proposta, a Comissão Temporária de Alocação de Vagas 2005 não conseguiu terminar seu relatório a tempo da reunião conjunta, agendada excepcionalmente para a tarde do último dia 8 (dia do fechamento desta edição). Haverá uma nova reunião CEG/CEPG nesta segunda-feira, dia 11, às 15h. O objetivo é terminar esta fase nesses conselhos e encaminhar o resultado para análise das câmaras setoriais do Conselho Universitário no dia seguinte (12/4). Depois, o plenário do Consuni aprovará a distribuição definitiva neste 14 de abril, em sua sessão ordinária.

Presidente da Cotav 2005, o professor Hatisaburo Masuda (um dos representantes do CCS no CEPG) pediu desculpas aos demais conselheiros, mas afirmou que a comissão - que se reuniu pela primeira vez em 31 de março - não teve prazo suficiente para reunir e trabalhar com os diversos dados solicitados às unidades, pró-reitorias e à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Pior: havia informações conflitantes entre as várias fontes. Segundo ele, a tarefa de verificar qual o material mais confiável e efetuar a divisão de acordo com os critérios estabelecidos pela comissão mista CEG/CEPG iria se estender até mais tarde e não valeria a pena fazer os conselheiros esperarem tanto assim.

Comissão permanente

A pressa com que está se desenvolvendo o atual processo foi motivo para o professor Nelson de Souza Albuquerque (outro representante do CCS no CEPG) voltar a defender a instalação de uma comissão permanente de alocação de vagas. "Precisamos de uma comissão que estude esses dados permanentemente", afirmou. Ele solicitou que uma Copav seja formada logo após o término da distribuição dessas 119 vagas.

Resenha

Hospitais Universitários querem autonomia

Os Hospitais Universitários (HUs) querem que a reforma universitária lhes assegure a mesma autonomia das instituições federais de ensino superior, como defendeu a Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino em reunião no dia 29 com o ministro da Educação, Tarso Genro. A direção do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho exige que a reforma assegure também a garantia de orçamento para os hospitais. Os 45 HUs do país acumulam dívidas de R$ 370 milhões e abrigam 35% dos leitos de CTI. *(Folha Dirigida 31/3)*

MST promete maior ofensiva a Lula: 'É agora ou nunca'

O Abril Vermelho do MST, que relembra o massacre em Eldorado dos Carajás, promete ser mais ofensivo este ano devido ao descumprimento das promessas de Lula de realizar uma ampla reforma agrária. "Mesmo que o dinheiro seja liberado, não dará mais tempo para alcançar a meta de assentar 400 mil famílias", afirma uma liderança do MST, que também se indignou com o contingenciamento de R$ 2 milhões no orçamento agrário. No momento, o movimento realiza 13 ocupações e este número pode chegar a 40, com a participação de mais de 5 mil famílias em terras improdutivas de Pernambuco. *(O Estado de São Paulo 4/4, Folha de São Paulo 5/4)*

Proposta contra nepotismo na Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara está analisando a proposta de emenda constitucional que pretende coibir o nepotismo, proibindo a contratação sem concurso público de parentes para cargo de confiança ou função remunerada. Se o relatório for aprovado, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, acusado de praticar o nepotismo em seu gabinete, terá de compor uma comissão especial na Casa. No Senado, o parlamentar Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL-AC) engorda a renda familiar em R$20 mil por mês ao empregar nove parentes no seu gabinete. *(JB 5/4)*

Recorde na remessa de lucros em fevereiro

As remessas de lucros para o exterior atingiram US$ 1,348 bilhão, maior resultado registrado desde setembro de 1998, segundo dados do Banco Central. Esse aumento foi o principal responsável pela piora no resultado da conta de transações do Brasil com outros países, que teve um superávit de US$ 117 milhões. O chefe do Departamento Econômico do BC diz que o resultado não chega a ser surpreendente, já que as multinacionais no Brasil concentram no início de cada ano o envio de lucros às suas matrizes. *(Folha de São Paulo 22/3)*

Colegiados

Continuação da capa

minhadas para apreciação do Consuni (veja matéria nesta página e quadro na página 5).

CLN apresenta substitutivo

No início da sessão extraordinária do Consuni, o presidente da Comissão de Legislação e Normas do Consuni, Luiz Antônio Cunha, apresentou um substitutivo às propostas da Comissão de Revisão, elaborado a partir destas e incorporando algumas das sugestões enviadas ao Consuni, que serviu de base à discussão dos conselheiros sobre os concursos para o Colégio de Aplicação (carreira dos professores de 1º e 2º graus). A publicidade do concurso, os critérios de inscrição dos candidatos, a composição da banca examinadora e o julgamento das provas foram os principais pontos discutidos.

Pelas novas normas aprovadas no Consuni, os concursos de professores de 1º e 2º graus serão divulgados também pela página eletrônica da universidade, além dos outros meios previstos no texto original da Comissão de Revisão: Diário Oficial da União, Boletim da UFRJ e avisos afixados no CAp e na decania do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

O colegiado aprovou a proposta originária da comissão de revisão de editais pela qual nem todos os cinco exames (avaliação de títulos e trabalhos, prova escrita de conteúdo específico, prova escrita de conteúdo pedagógico, prova didática e prova prática) para os candidatos ao CAp serão obrigatórios. A diferença do substitutivo é que este ponto foi reforçado, na redação, em outros trechos da proposição. Caberá ao diretor da unidade incluir no edital se haverá a aplicação da prova prática. Na edição anterior do Jornal da Adufrj, de forma equivocada, foi divulgado que a comissão propusera que todas as provas fossem obrigatórias.

Exterioridade garantida

Alguns conselheiros defenderam que a banca examinadora do concurso do CAp tivesse a presença de membros externos à universidade para evitar possíveis "corporativismos". Integrante da Comissão de Legislação e Normas do Consuni, o professor Luiz Antônio Cunha afirmou que a exterioridade do concurso estava garantida, o que foi acatado posteriormente: dos três julgadores, apenas um será do Colégio; os demais serão um docente da Faculdade de Educação e outro, de unidade da UFRJ da área de conhecimento específico correspondente à vaga.

Bancas já contemplam aposentados

Embora tenha sido apresentada como uma proposta nova no CEPG, em 01/4, a presença de aposentados em bancas examinadoras já é um dispositivo vigente na UFRJ, aprovado pelo Consuni desde 1998. E o CAp também poderá fazer uso deste expediente na composição de suas comissões julgadoras. Uma proposição de restringir a participação dos aposentados aos docentes eméritos foi rejeitada pelo colegiado.

Grau de aprovação é sete

O Consuni elevou de seis para sete o grau mínimo para aprovação em cada prova e que o candidato que obtiver nota inferior a sete em uma das provas, com a maioria dos examinadores, estará eliminado do concurso. Pela proposta da comissão de revisão dos editais, bastaria um único julgador dar a nota baixa para eliminar o interessado na vaga.

O substitutivo do relator igualou para o CAp a regra da classificação dos candidatos, presente nas propostas para o magistério superior, conforme o número de indicações dos examinadores. Pela comissão de revisão, o primeiro colocado seria aquele que recebesse a maior média geral. No caso de empate das indicações dos examinadores, aí sim, foi incluído como primeiro critério de desempate a maior média geral, abrangendo todas as provas. Em seguida, virá a maior média aritmética das notas atribuídas à prova didática. Depois, pela ordem, média da prova escrita de conteúdo específico; média da prova escrita de conteúdo pedagógico; média da prova prática (se houver); média da avaliação dos títulos e trabalhos dos candidatos e a antiguidade em funções do magistério de Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

Kelvin Melo

NO INÍCIO DA SESSÃO, DIRETOR DA ADUFRJ-SSIND CRITICA PROPOSTA ORIGINAL DA COMISSÃO DE REVISÃO DOS EDITAIS

Outras mudanças

Poderá o candidato ao CAp se inscrever com um comprovante que tem ou terá, em breve, a titulação exigida para a vaga. A reitoria explicou que o diploma somente será exigido no momento da posse. Na verdade, segundo explicaram o reitor Aloísio Teixeira e o pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso, já é normal que todos os candidatos portadores apenas de comprovantes da titulação consigam se inscrever, com base em liminares obtidas na justiça.

Se não houver exigência legal para a investidura no cargo, será retirado das normas o requisito que cobra do candidato a inscrição no respectivo órgão regulamentador da profissão.

Para impedir que a universidade perca vagas, o Consuni incluiu um dispositivo no edital do CAp que estende a validade do concurso "até seis meses após a homologação dos resultados". Segundo Aloísio, essa redação permitirá à UFRJ remanejar vagas de um concurso não realizado ou no qual tenham sobrado vagas para outro no qual haja candidatos aprovados mas sem vagas. Será acrescentado, ainda, um artigo para divulgação pública dos resultados do concurso.

A redação original das propostas e o parecer da Comissão de Legislação e Normas sobre as normas e editais podem ser conferidos em www.adufrj.org.br/documentos.htm. Assim que for disponibilizada pela reitoria, também será inserida na página da Adufrj-SSind a versão final dos textos.

Posição da Adufrj-SSind

Antes do início da discussão das normas e editais, o diretor José Miguel Bendrao Saldanha, da Adufrj-SSind, expôs as críticas da diretoria da Adufrj-SSind às propostas originais da comissão de revisão dos editais, já divulgadas no Jornal anterior (edição de 5 de abril).

Comentou que as novas regras que facilitam a composição das bancas e a realização dos concursos, sem prejuízo da qualidade, são bem-vindas. Já a retirada da obrigatoriedade da prova didática dos concursos para a carreira de magistério superior foi bastante criticada pelo diretor. Segundo ele, embora insuficiente, este tipo de exame é uma condição absolutamente necessária para a avaliação de um futuro professor. O fato de o conjunto das provas ter seu peso final equivalente à metade do peso da avaliação de títulos e trabalhos e de um projeto de atividades acadêmicas também foi considerado negativo pelo diretor da Adufrj-SSind.

O professor acrescentou que as normas, da maneira como foram propostas pela comissão, apontam para a prioridade na contratação de pesquisadores, e não de professores. José Miguel falou que essas diretrizes poderiam fazer sentido em concursos para outra carreira, mas não para a carreira docente.

Defendeu ainda que as normas para os concursos de ambas as carreiras (de 1º e 2º graus e a do magistério superior) fossem as mesmas. O objetivo seria caminhar na direção da unificação delas, conforme propõe o Andes-SN.

O professor também atacou o dispositivo (mais tarde remediado pelo Consuni) que permitia a eliminação de um candidato devido à nota baixa de apenas um dos examinadores da banca.

A Adufrj-SSind voltou a defender a ampliação do debate, dentro da UFRJ, de temas tão importantes como as normas e editais dos concursos docentes. Segundo José Miguel, apenas o Conselho de Coordenação do CFCH apresentou o resultado de uma discussão formal sobre o assunto. Somente na véspera do Consuni do dia 7, foram distribuídas aos conselheiros contribuições pontuais de alguns representantes, uma alteração do Conselho do CCS e duas propostas vindas do Colégio de Aplicação.

Enquadramento dos técnico-administrativos

O Conselho Universitário homologou, ainda nesta sessão extraordinária, a primeira fase do enquadramento dos servidores técnico-administrativos no novo plano de carreira, criado pela lei 11.091/2005. Nesta primeira etapa, uma comissão formada dentro da universidade teve as funções de recolher os termos de opção dos servidores pelo novo plano de carreira e também analisar os pedidos de consideração de tempo anterior de serviço público federal. Dos cerca de 14 mil técnico-administrativos da UFRJ, apenas 86 ativos e 288 aposentados deixaram de optar pela nova carreira.

CEG define posição sobre normas do concurso de magistério superior

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), reunido na última quarta-feira, 6/4, apreciou as propostas de normas e editais de concurso público para a carreira do Magistério Superior encaminhadas pela Comissão de Revisão de Editais, nomeada pela reitoria no ano passado. Na Sexta-feira, 1º de abril, haveria uma reunião conjunta CEG e Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), na qual seriam apreciadas as propostas, conjuntamente. O parecer dos colegiados seria encaminhado à sessão extraordinária do Conselho Universitário, realizada na quinta-feira, 7. Como não houve quórum qualificado do CEG para a sessão conjunta, os colegiados trataram do tema separadamente, cada qual em suas sessões ordinárias.

A discussão das normas e editais no CEG acabou sendo pautada pelas propostas apresentadas pela congregação do CFCH e pela posição da diretoria da Adufrj-SSind, apresentada na edição 179, de 5/4/05. A seção sindical questionou o fim da obrigatoriedade da prova didática nos concursos docentes e do fato de a prova de títulos ter um peso maior do que as demais, opiniões compartilhadas pela maioria do colegiado.

Ana Canen, representante do CFCH, elogiou o artigo publicado pela diretoria da seção sindical que considera que o parecer da Comissão de Legislação e Normas sobre as novas regras deixará os concursos para docentes menos públicos e não valorizará os bons professores.

Nesta página, publicamos um quadro com os pontos deliberados pelo CEG sobre as novas normas e editais para concurso docente.

Propostas do CEG para as normas e editais de concursos para docentes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pró-reitoria de Graduação

Conselho de Ensino de Graduação.

Contribuição do Conselho de Ensino de Graduação referente as propostas de Normas e Editais de Concurso Público para a Carreira do Magistério Superior, em sessão ordinária de 06 de abril de 2005.

1) acatar a proposta de redução de 180 (cento e oitenta) dias para 90 (noventa) dias para o período de inscrição dos candidatos ao cargo de professor titular;

2) acatar a proposta de flexibilização da composição da Comissão Julgadora para os concursos para o cargo de professor adjunto, contudo, permitindo a inclusão **total, não parcial,** de professores adjuntos Nível IV, de Instituição Federal de Ensino Superior -IFES, com desempenho acadêmico devidamente reconhecido pelo colegiado envolvido com o concurso. Propõe-se, portanto, suprimir o item 2.2.3 dás normas para concurso de adjuntos - "(Pelo menos 3(três) dos examinadores deverão ser Professores Titulares de Instituição Federal de Ensino Superior (IFES)";

3) que seja definido no edital a obrigatoriedade das provas escrita e didática, e que só a prova prática fique a critério do colegiado envolvido com o concurso;

4) Que não seja exigido um projeto de atividades acadêmicas dos candidatos, visto que quem deverá definir perfil acadêmico do mesmo é a instituição e que o mesmo não venha a servir de base para que, no futuro, se aprovado, ele venha a ser motivo da recusa da realização de algumas atividade;

5) Que a inclusão de apreciação de memorial apresentado pelos candidatos no ato da sua inscrição seja item de avaliação nos concursos para o nível titular. No caso de Assistentes e Adjuntos só deverá ser exigido um curriculum vitae comentado;

Aprovado com 06 votos favoráveis, 03 votos contrários e 01 abstenção

6) Que seja adotado peso igual para cada uma das provas, a saber, prova escrita, prova didática e prova prática quando houver, e, apreciação de títulos e trabalhos referidos no Curriculum vitae, no caso de concursos para Assistente e Adjunto;

7) Acatar a proposta de elaboração explicitamente separada das normas e dos respectivos editais dos concursos;

8) Que seja mantida, no edital, a redação anterior que, defina o perfil do candidato ao cargo de titular, reproduzida abaixo, em substituição a da proposta pela comissão. " 2.2 A inscrição no presente concurso de Títulos e Provas para professor Titular, estará aberta a docentes que tenham no mínimo 10 (dez) anos de atividade acadêmica de nível superior, de alta qualificação acadêmica e que sejam: a) portadores de título de Doutor obtido em curso credenciado ou reconhecido pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa da UFRJ (CEPG) para fins de

inscrição; b) portadores do título de Livre-Docente obtido conforme a Lei nº 5.802

de 11/09/72; c) portadores de título obtido no exterior, equivalente ao de Doutor,

devidamente revalidado";

Parágrafo único - excepcionalmente poderá ser dispensada a apresentação dos títulos enumerados no caput no caso de profissionais de notório saber, reconhecidos pelo CEPG.

9) Que no que se refere a participação de membros não pertecentes ao quando das IFES nas bancas de concurso para adjunto seja exigido somente o título de Livre-Docente, nos termos da Lei nº 5.802/72, ou o grau de Doutor obtido em curso credenciado ou revalidado, se obtido no exterior, e que possua alta qualificação acadêmica no setor do concurso;

10) que nos editais de concurso para Adjunto ou Titular, no item Provimento das vagas, no sub-item 3.3 seja suprimida a exigência de diploma de mestrado;

11) no edital, o diploma de nível superior deverá ser definido pela Unidade do concurso, a área de formação do candidato como também a titulação no setor do concurso

UFRJ

Secretarias acadêmicas são contempladas com técnicos concursados

O Pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, deu uma boa notícia para estudantes e professores que dependem do trabalho das secretarias acadêmicas. Na última alocação de vagas para concurso de técnico-administrativos, realizado em 2004, das 177 vagas destinadas a assistentes de administração, 93 foram alocadas nas secretarias acadêmicas de graduação. Outros 36 técnicos foram concursados para as secretarias de pós-graduação e 20 funcionários foram alocados no Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi.

Na avaliação de Meyer, esta será a primeira e última leva de concursos para técnico-administrativos liberada pelo governo Lula. O pró-reitor divulgou para os conselheiros do CEG, na sessão do dia 6, o quadro de alocação dos novos funcionários nas secretarias acadêmicas e na bibliotecas. A falta de técnicos nestes setores atinge diretamente milhares de alunos e professores e Meyer pediu para que os representantes dos colegiados nos centros e unidades cobrassem das direções que estes novos funcionários não sejam desviados de função e sejam mantidos nos setores para onde foram destinados. "A partir de agora, se faltarem técnicos nas secretarias será em função de decisão interna das unidades".

Distribuição dos novos funcionários nas secretarias acadêmicas

		Assistente em administração		Outros	Total por unidade
		Secretaria Acadêmica da Graduação	Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação		
CCMN	Decania	0	0	2	2
	IF	3	1	0	4
	IGEOC	2	1	4	7
	IMAT	3	1	0	4
	IQ	2	1	5	8
	OV	0	1	0	1
	Sub-Total	10	5	11	26
CLA	Decania	0	0	2	2
	EBA	1	1	1	3
	EM	1	0	0	1
	FAU	2	2	0	4
	FL	1	0	1	2
	Sub-Total	5	3	4	12
CFCH	Decania	0	0	2	2
	CAp	3	0	2	5
	ECO	4	2	0	6
	ESS	2	1	0	3
	FE	4	1	1	6
	IFCS	3	1	0	4
	IPSIC	3	2	0	5
	Sub-Total	19	7	5	31
CCJE	Decania	0	0	2	2
	FACC	2	1	0	3
	FD	3	0	0	3
	I. Economia	3	0	0	3
	Sub-Total	8	1	2	11

		Assistente em administração		Outros	Total por unidade
		Secretaria Acadêmica da Graduação	Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação		
CCS	Decania	0	0	2	2
	EEAN	1	0	0	1
	EEFD	4	0	0	4
	FF	2	1	1	4
	FM	6	3	1	10
	FO	1	0	1	2
	IB	4	0	2	6
	IBIOF	2	1	2	5
	IBIOQ	2	1	1	4
	ICB	3	1	3	7
	IMICRO	2	1	2	5
	I. Nutrição	2	1	0	3
	IPUB	0	1	0	1
	NESC	0	1	1	2
	NPPN	0	1	2	3
	NUTES	0	1	0	1
	Sub-Total	29	13	18	60
CT	Decania	0	0	2	2
	COPPE	0	4	8	12
	E. Politécnica	20	0	4	24
	EQ	2	0	4	6
	IMACRO	0	1	3	4
	Sub-Total	22	5	21	48
FCC	SIBI	0	0	20	20
	MN	0	2	0	2
	Sub-Total	0	2	20	22

Opinião

Algumas considerações sobre o financiamento ao ensino superior na proposta de contra-reforma universitária do MEC

Marcelo Badaró Mattos*

Entre os argumentos alardeados pelo MEC para defender sua proposta de reforma universitária, está a idéia de que o projeto apresentado representará a garantia de maiores verbas para as Instituições Públicas de Ensino Superior. Sabemos que todo um conjunto de medidas já aprovadas pôs em curso essa (contra) reforma universitária – Prouni, Sinaes, Lei da Inovação Tecnológica, PPPs – e todas tiveram um sentido privatizante. Teria o novo projeto em discussão um conteúdo diferente?

Trabalhando com dados desta década, constata-se que o país gasta hoje cerca de 4,3% do PIB com a educação. O Plano Nacional de Educação (PNE) da Sociedade Brasileira, construído nos Congressos Nacionais de Educação (Coneds), previa a elevação progressiva deste patamar, até alcançar 10% no final desta década. O Congresso Nacional aprovou um PNE com previsão de elevação dos gastos com educação para 7% do PIB em 10 anos, mas o presidente FHC vetou esse artigo na lei. A *Agenda para a Educação Superior,* do Andes-SN, resgata a idéia de que sejam derrubados os vetos de FHC ao PNE aprovado pelo Congresso, para que o patamar de gastos de 7% do PIB em educação seja considerado um primeiro passo na direção dos 10% propostos no PNE da Sociedade Brasileira. São patamares necessários para qualquer projeto político que combine resgate da dívida social com política autônoma de desenvolvimento científico e tecnológico e formação de quadros universitários qualificados.

É preciso lembrar que a equipe de transição do governo Lula havia diagnosticado uma necessidade mínima de elevação desses gastos públicos para 8% do PIB e que o governo, nos seus primeiros anos, caminhou contra essa direção, diminuindo os montantes orçamentários federais para a Educação. No que diz respeito ao ensino superior, entre 2000 e 2003/2004, a redução orçamentária foi da ordem de 20%, aproximadamente (e lembremos que, entre 1995 e 2002, o orçamento do MEC caiu de 1,44% do PIB, para 1,26%).

Este é o patamar mínimo para iniciar-se a discussão sobre financiamento. Observando as propostas para as Ifes, vê-se que o canto da sereia da proposta do governo não sobrevive ao mínimo confronto com a realidade. O anteprojeto de lei da Educação Superior (projeto do MEC), na sua versão inicial, afirma que serão subvinculados 75% dos 18% da receita líquida de impostos da União, para expansão e manutenção das Ifes. Acontece que, desde a vinculação de percentuais da arrecadação das áreas de aplicação, instituída pela Constituição de 1988, e principalmente durante a "Era de FHC", o governo federal deixou de instituir novos impostos e passou a criar contribuições e taxas nas quais as vinculações orçamentárias não se aplicam (como CPMF, CIDE, Cofins, etc). Assim, as receitas de impostos correspondem a apenas 44% do total de receitas da União.

Além disso, sobre esse montante já reduzido dos impostos, incide a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que contingencia 20% de todos os recursos, de forma a facilitar garantias como a do superávit primário, visando ao pagamento da dívida.

Trabalhando com o ano de 2003, chega-se aos seguintes números: a execução orçamentária de 2003 trazia uma receita bruta de impostos da União de R$ 113 bilhões, dos quais R$ 60,4 bilhões foram transferidos aos estados e municípios, R$ 23,2 bilhões foram confiscados pela DRU, sobrando, portanto, R$ 29,4 bilhões como receita líquida de impostos da União. Aplicando o índice de 18% sobre esta receita, chegamos a R$ 5,3 bilhões que seriam a obrigação constitucional mínima da União com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Esse valor seria muito inferior, inclusive, aos já reduzidos gastos efetivos do governo com educação naquele ano, que chegaram aos R$ 10,4 bilhões (apenas 0,68% do PIB).

Assim, numa projeção aplicada aos dados de 2003, a sub-vinculação prevista no projeto de MEC de 75% dos 18% da receita de impostos da União para as Ifes não representaria novos recursos, mas poderia sim reduzir os escassos já existentes. Na situação de 2003, esta subvinculação geraria menos de R$ 4 bilhões. Naquele ano, a União gastou com Ensino Superior R$ 6,7 bilhões. Mesmo que o governo aprovasse na sua proposta (o que não está previsto no texto, até agora) que esse montante de recursos deve incidir sobre o total de impostos líquidos, sem que a DRU fosse aplicada aos gastos com educação, o valor desses 75% seria equivalente, senão ligeiramente inferior à previsão orçamentária atual. Por este motivo, propostas como a da SBPC, que falam em percentual dos recursos de impostos sem incidência da DRU, são ainda insuficientes (e incompatíveis com a meta defendida pela própria SBPC de 7% do PIB para a educação, a não ser que os recursos do ensino superior fossem percentualmente ínfimos nesses 7%).

Os reitores parecem ter percebido isso e, no documento da Andifes sobre a o projeto do MEC, divulgado em 30 de março, falam em triplicar os atuais recursos transferidos pela União para as Ifes, fixando um montante de 50% dos 18% sobre a receita bruta do tesouro, que inclui as contribuições e os repasses constitucionais aos estados, sem a incidência da DRU.

Tanto as propostas para o financiamento das Ifes expressas na *Agenda do Andes-SN para a Educação Superior* quanto as divulgadas pela Andifes no final do último mês são incompatíveis com a lógica das políticas econômicas do governo.

A proposta do Andes-SN é de que o montante de gastos públicos (governos federal, estaduais e municipais) com o ensino superior se eleve dos atuais 0,9% do PIB para 2% nos próximos dois anos, na direção de 2,7% do PIB em 2011. Para as Ifes isso representaria superar os atuais 0,6% do PIB, para 1,1%, no curto prazo, e 1,4% até 2011. Para os que acharem essa proposta irreal, é preciso lembrar que, em 1989, o MEC gastava cerca de 1% do PIB com as Ifes e que a reversão do desastre educacional dos anos 1990 (ainda em curso nesse terceiro mandato da "Era FHC") é o primeiro passo para a expansão das vagas públicas e gratuitas na educação superior.

Neste sentido, verbas e vagas são discussões casadas. O MEC propõe a elevação do percentual de matrículas no setor público para 40% do total nos próximos anos (hoje estamos com cerca de 25%). É uma proposta rebaixada, visto que apenas recompõe o quadro percentual de 1995 (ainda que com números absolutos mais elevados). É, mesmo assim, uma proposta impossível nos marcos do projeto, visto que o setor privado não estacionará nos níveis atuais de matrícula (pelo contrário, com as vantagens do Prouni e das desregulamentações usuais, tende a crescer ainda mais) e a manutenção dos orçamentos insuficientes inviabiliza qualquer expansão do setor público. A proposta da *Agenda do Andes-SN para a Educação Superior* permitiria a elevação das matrículas nas Ifes, das atuais 532 mil para cerca de 1,5 milhão em 2001. Tal elevação das matrículas dependeria do crescimento das verbas necessárias para resolver os dois pontos de estrangulamento atual das Ifes: a ampliação das verbas de Outros Custeios e Capital – OCC (manutenção e expansão das instalações e verbas próprias para assistência estudantil e apoio a projetos acadêmicos) que defendemos que sejam equivalentes a 25% do total do orçamento das Ifes; e a abertura de novos concursos para docentes e técnico-administrativos.

A proposta do Andes-SN prevê, ainda, a manutenção dos aposentados na folha do MEC, com repasse do Tesouro e garantia de salários integralmente paritários, mecanismo essencial de preservação de direitos e dignidade, além de ponto pacífico para qualquer proposta de valorização do trabalho nas universidades públicas.

Não custa, por outro lado, comparar recursos do setor público (minguantes) com os subsídios ao setor privado (crescentes). A proposta do Andes-SN confronta-se com toda a lógica da política econômica do governo, que prioriza o

pagamento da dívida na distribuição das verbas orçamentárias. Porém, como intervenção emergencial, muito já poderia ser feito, pois há de onde cortar para elevar as verbas públicas para o ensino superior, o que garantiria o crescimento de vagas nas melhores instituições universitárias, as públicas, com gratuidade e qualidade. Os recursos do FIES, que alimentam as bolsas para estudantes no setor privado, são da ordem de R$1 bilhão por ano. Já o famigerado Prouni, que garantirá, ao fim e ao cabo, pouquíssimas vagas efetivamente gratuitas nas instituições privadas, que lucrarão enormemente com a isenção de impostos, custará aos cofres públicos cerca de R$ 2 a 3 bilhões por ano. Por esse motivo, devemos defender a suspensão desse programa e a reversão dos recursos nele aplicados para o ensino superior público.

Não há dúvidas de que a proposta do governo não resiste a uma mínima argumentação e que a rede de apoio até aqui constituída em torno do projeto do MEC – incluindo mesmo muitas direções de entidades que possuem longo histórico de defesa da educação pública, tendo colaborado para a elaboração de propostas como as emanadas dos Coneds – deve-se muito mais ao compromisso político partidário dos dirigentes, do que a coerência de propostas. Por isso mesmo, o debate deve ser feito. Mas um debate construído no interior das Universidades e com as bases das demais categorias de trabalhadores da educação, bem como com todos os setores organizados da classe trabalhadora que possuem no direito à educação pública em todos os níveis uma reivindicação histórica. Um debate que deve ganhar as ruas em novas mobilizações para barrar essa reforma.

---

* Professor da UFF

* Como fontes para esse pequeno texto, utilizei basicamente, além da *Agenda para a Educação Superior*, na versão disponibilizada no sítio do Andes-SN (www.andes.org.br), um artigo de Roberto Leher publicado no encarte do jornal da Adufrj de 14/03/2205 e a entrevista com José Marcelino, publicada no mesmo jornal, em 24/01/2005 (www.adufrj.org.br). O texto do anteprojeto do MEC, na versão de dezembro de 2004, pode ser lido no sítio do ministério (www.mec.gov.br), assim como encontramos as propostas da Andifes e da SBPC para o anteprojeto nos respectivos sítios eletrônicos (www.andifes.org.br e www.sbpcnet.org.br)

Movimento

Universidades do Paraná podem paralisar dia 14

Os docentes, técnicos e estudantes das universidades estudais do Paraná estão analisando o indicativo de paralisação para o dia 14 de abril. O movimento acontece em função do descaso do governo de Roberto Requião com o ensino superior público do Paraná e a progressiva redução do orçamento das universidades do estado. Tendo como parâmetro a arrecadação do ICMS, as universidades públicas paranaenses recebem a cada ano, segundo informativo da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Paraná (Apufpr-SSind), menos recursos para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em 2005, essas instituição receberão, relativamente, 26,39% menos do que receberam no ano de 2000.

Sindicatos e estudantes lançam Comitê

As entidades representativas das instituições paranaenses lançaram um Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Estado, formado por seções sindicais do Andes-SN, sindicatos de técnico-administrativos e DCEs. Além do aumento de verbas, o Comitê reivindica o respeito à autonomia das universidades a partir de um financiamento orçamentário que garanta a autonomia didático-científica. Mais concursos e reposição das perdas salariais acumuladas (em torno de 70%) e recursos públicos para assistência estudantil são outras lutas deste movimento unificado.

Desde a posse do governador Requião, as entidades ligadas ao Comitê tentam abrir uma negociação efetiva sobre a pauta unificada de reivindicação dos servidores e estudantes das IEES paranaenses.

De 2003 a março de 2005, por iniciativa do Comitê, foram realizadas cinco audiências com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do estado, APIESP, Casa Civil e com as comissões de Educação e de Orçamento da Assembléia Legislativa. Algumas dessas audiências só ocorreram após mobilizações das comunidades acadêmicas das IEES, como a ida de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes a Curitiba no mês de junho dos anos de 2003 e 2004 e a paralisação estadual ocorrida em 12 de maio do ano passado.

Apesar da mobilização da comunidade universitária, até o momento, predominam as explicações evasivas por parte do governo e nenhuma proposta para a pauta apresentada pelos movimentos.

Internacional

Polícia agride estudantes na França

A mobilização nacional dos estudantes da França, ocorrida no último dia 7, contra a adoção definitiva pelo Parlamento no dia 24 de março da nova lei do ensino, foi marcada por incidentes e várias intervenções policiais. Institutos de ensino das maiores cidades da França foram ocupados por manifestantes que, com a chegada da polícia, tiveram que deixar a área pressioandos pelas agressões. O lançamento de gás lacrimogênio e os golpes desferidos contra os estudantes, cujas imagens tiveram grande repercussão na rede de TV do país, foram classificados pela imprensa francesa como "chocantes ações de violência policial que se deram livremente".

Os estudantes que estavam nas manifestações afirmam que "haviam planejado uma resistência passiva, mas foram agredidos pelos policiais até que fossem obrigados a abandonar os protestos." Os professores condenaram "a ausência total de organização das autoridades para garantir a segurança dos estudantes nas vias públicas". A polícia nacional declarou não ter tido outra opção a não ser intervir, pois, segundo ela, "grupos extremistas invadiram prefeituras e institutos de ensino de forma agressiva destruindo bens públicos." A Federação Sindical Unitária (FSU) afirmou ter desaprovado o uso da força pelo governo, o que teria criado as condições para que a crise se ampliasse. Segundo a Federação, o fato de os manifestantes terem cometido alguns excessos não justificava a brutalidade usada pelos policiais.

Reprodução

FILLON, MOVA-SE, NÓS NÃO QUEREMOS TUA REFORMA!

Há três anos, a comunidade acadêmica multiplica as manifestções e greves contra a supressão de recursos, a descentralização, a reforma da aposentadoria e a Lei Fillon, como é conhecida a lei da reforma do ensino. A comunidade espera, ainda, que o ministro do Interior explique de forma convincente o porquê de as forças policiais terem permanecido passivas nos protestos de março na ocasião em que alguns estudantes foram violentamente agredidos pelos opositores aos movimentos de protestos anteriores.

O ministro da Educação, François Fillon, havia ameaçado que não permitiria que nem uma mínima quantidade de manifestantes interrompesse o funcionamento dos estabelecimentos de ensino na semana dos exames de acesso às universidades. "A cada vez que uma tentativa de intervenção acontecer, haverá repressão pela polícia", ameaçou o ministro. Os estudantes e servidores do ensino na França se indignaram com o fato de o ministro responder com brutalidade e agressão.

FONTE: Le Monde, Libération 8/8
Tradução: Wagner Maiolino

Andes-SN

Carta do Andes-SN às entidades da CNESF

Brasília, 4 de abril de 2005

Companheiros(as):

A reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada em 23 de março de 2005, trouxe à bancada sindical diversas inquietações quanto às possibilidades de termos um processo de negociação que seja efetivo e que resulte em benefícios para o conjunto dos servidores. Como estamos em fase de preparação para uma nova plenária nacional, a qual deverá avaliar o desenvolvimento da campanha salarial e definir novos encaminhamentos, gostaríamos de compartilhar com todas as entidades uma discussão que nos permita sairmos mais fortalecidos para o enfrentamento da campanha salarial. Apresentamos abaixo o problema que nos parece central e as indicações que o ANDES-SN acredita que possam nos ajudar para o fortalecimento da nossa bancada.

Freqüentemente afirmamos que o governo não tem uma política salarial e reivindicamos a definição de uma que, segundo as definições das plenárias de SPF, seria a compensação integral das perdas geradas pela inflação e, para isso, adotamos os índices do DIEESE. A bancada do governo explicitou claramente no dia 23 que o governo tem uma política salarial: "Em relação ao reajuste de 0,1%, informou que a política salarial do governo é de reajuste diferenciado por categoria para corrigir distorções do passado e não o reajuste linear. E que esse índice foi para cumprir uma formalidade jurídica, destacando inclusive que há controvérsias sobre essa determinação judicial. Afirmou que, portanto, não foi desrespeito à Mesa, foi cumprimento formal de lei. Para o governo, não deve ser considerado o salário e sim remuneração total, o objetivo é aperfeiçoar a política de negociação com categorias, prevalecendo a política de reajuste diferenciado negociado na Mesa." (RELATÓRIO DA REUNIÃO DA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE, Brasília, 23 de março de 2005). O mesmo relatório registra que solicitamos "a explicitação da política salarial diferenciada. Já que o governo não tem política de reajuste linear e sim de reajuste diferenciado, é necessário e urgente que apresente sua proposta para o Movimento analisar, pois temos plenária agendada e realização das assembléias de base". A esse questionamento, "Sérgio informou que é muito complexa a movimentação das grandezas do orçamento por categorias, usando como exemplo o processo da Fasubra na negociação passada que, segundo ele, gerou impactos até 2006. Informou ainda que não há consenso no governo sobre a política salarial e que é necessário construir as saídas."

Ora, então, estamos diante, não de uma ausência de política, mas de uma política que não satisfaz os servidores federais e que o governo não a explicita completamente. Temos total acordo em relação à necessidade de "corrigir distorções do passado". Isso faz parte de nossa pauta. O primeiro problema é que o governo opõe a correção das distorções ao reajuste linear: "Em relação ao reajuste de 0,1%, informou que a política salarial do governo é de reajuste diferenciado por categoria para corrigir distorções do passado e não o reajuste linear". Alega o governo que não precisa negociar o índice porque ele é apenas um mero cumprimento da lei, pois a verdadeira negociação se dá por categoria. O governo embora então declare ter uma política salarial, não está disposto a discuti-la. Optou por ela e autoritariamente a está aplicando. E ela é uma política de arrocho pois, ao não reajustar linearmente, as supostas correções de distorções dão-se num quadro geral de não-reparação das perdas inflacionárias, ainda que diversos segmentos possam ter tido nas suas remunerações totais reajustes acima da inflação nos dois últimos anos. Se, na década de 70, o arrocho salarial foi expresso com a máxima de Delfin Neto de que seria necessário fazer primeiro o bolo crescer para depois dividi-lo, o atual governo quer promover a divisão do bolo ao mesmo tempo em que decresce o próprio bolo, ao menos nos recursos destinados à remuneração dos servidores, uma vez que o bolo geral composto da arrecadação de impostos continua crescendo. Sabemos todos que a política salarial do governo não está dissociada da política de crescimento do superávit primário.

A primeira conclusão que indicamos, então, é que a CNESF não pode abrir mão da luta por uma política salarial que reponha integralmente, para o conjunto dos servidores, os valores perdidos no processo inflacionário. Isto é, vamos tratar das distorções numa condição de crescimento do bolo destinado ao conjunto dos servidores. A formulação de nossa proposta de política salarial é para já e não para um futuro longínquo à moda Delfin. A última plenária rejeitou o 0,1% e levamos isso para a mesa, onde recebemos a resposta autoritária do governo. Cumprindo o aprovado pela última plenária, não apresentamos uma contraproposta ao 0,1%, nos atendo, no caso específico, à reivindicação da reparação integral das perdas. É de extrema importância que a próxima plenária defina a exigência da negociação da revisão anual e que o índice seja o da inflação de 2004. Isto é, o mínimo que o governo deve conceder ao conjunto dos servidores é a reposição salarial anual integral. Essa é a base que pode dar segurança aos servidores para negociar a compensação das perdas anteriores, bem como as distorções existentes. Deixar de fazer tal exigência é aceitar passivamente a política salarial do governo.

O ANDES-SN já havia apresentado a proposta na última plenária como sendo o mínimo, associado à exigência de reajuste conforme a inflação dos dois últimos anos e outras reivindicações. Outras entidades apresentaram propostas de reajuste emergencial. Para se ter a unidade no lançamento da campanha salarial, evitando-se votações na plenária, todas recuaram de suas propostas naquele momento. No entanto, como argumentamos acima, a reunião da MNNP mostrou claramente que não basta rejeitar o 0,1% e temos, portanto, que redefinir os termos que possibilitam a unidade dos SPF e é esta unidade a nossa principal arma. Consideramos que é absolutamente possível o consenso em torno da reivindicação de reposição integral da inflação de 2004.

Gostaríamos também de argumentar sobre como nos devemos portar diante da lei. Vamos aceitar o argumento do governo de que o reajuste linear é uma mera formalidade e de que pode ser qualquer índice, mesmo que próximo de zero?

A Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998, deu a seguinte redação ao inciso X do art. 37: "X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices". Ora, a revisão só pode ser compreendida como manutenção do poder aquisitivo do servidor. Ainda que o governo possa ter a seu favor as interpretações tendenciosas do STF e quem sabe, de toda a Justiça, não podem os sindicatos acatar a falaciosa interpretação governamental. Mais que uma disputa jurídica, estamos diante da luta política. A rejeição do 0,1% passa pela denúncia de que o governo não cumpre a Constituição e deve se materializar, repetimos, na reivindicação da reposição integral dos valores perdidos a cada ano em razão do processo inflacionário.

Seria isso contraditório com a reivindicação da fixação da data-base em 1º de maio? Efetivamente não. Tais reivindicações não são excludentes, mesmo porque não temos data-base, uma vez que não há negociação do índice de reposição. Não é por outra razão que Sergio Mendonça argumentou que a data-base deixa de ser importante quando há um processo de negociação permanente, registrou ainda que devem ser consideradas as alterações previstas no projeto de reforma sindical que está em curso, e tem repercussões no nosso processo.

Quanto à correção das distorções, só pode haver negociação efetiva se estas forem tratadas na MNNP e não separadamente como tem feito o governo. Sequer sabemos quais são as distorções que o governo identifica e se o que ele está fazendo nas negociações em separado caminha efetivamente para superá-las ou para gerar novas distorções. É preciso que haja transparência para que possamos chegar a um denominador comum na identificação das supostas distorções e é bem possível que não tenhamos acordo com o governo sobre isso.

Essas são as questões que, neste momento, apontamos para o debate, o qual evidentemente envolve muitas outras. Gostaríamos que todas as entidades discutissem tais questões com suas bases e outras que julgarem relevantes, na perspectiva de vencermos unificadamente os desafios da atual campanha salarial.

Saudações a todos.

Marina Barbosa Pinto, presidente do Andes-SN

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 181 • 18 de abril de 2005

Assembléia Geral

19 abril terça-feira 15:30

Auditório do CFCH
campus da Praia Vermelha

Pauta
1) Ações dos 28,86%
2) Reajuste emergencial de 18%
3) Plenária de Servidores Federais em 24 de abril

Editoral
28,86%, uma questão sindical e política
Página 2

Direção temporária assume Faculdade de Direito
Página 3

Novas diretrizes para a Pedagogia enfraquecem formação de professores
Página 5

Consuni define normas e editais dos concursos para o magistério superior
Página 9

Governo federal quer entregar a Amazônia para grupos estrangeiros
Página 12

Antonio Vianna

MANIFESTAÇÃO NA SEÇÃO DO CEG DE 13 DE ABRIL

Estudantes protestam contra atraso das bolsas

Página 4

Consuni mantém obrigatoriedade da prova didática nos conscursos para docentes

Páginas 6, 7 e 8

Editorial

28,86%, uma questão sindical e política

Estará na pauta da próxima reunião da Assembléia Geral da Adufrj-SSind o encaminhamento a ser dado pela categoria às ações judiciais e políticas que pleiteiam o reajuste de 28,86% nos vencimentos dos docentes da UFRJ. As ações judiciais da Adufrj-SSind têm sido ganhadoras, mas as sentenças nelas proferidas determinam que esse reajuste seja compensado por outros reajustes concedidos posteriormente aos docentes, o que, na prática, reduz os ganhos a valores irrisórios, na maior parte dos casos, conforme foi sintetizado no editorial do Jornal da Adufrj de 5 de abril, assinado por esta diretoria.

No mesmo editorial, expusemos a proposta que submeteremos aos sindicalizados na AG, de concentrar a luta na busca pelo restabelecimento da isonomia salarial, por meios judiciais, administrativos e políticos, com os que recebem a totalidade do reajuste, em virtude de ação judicial ganha pelo Sintufrj, cuja sentença, ao contrário da quase totalidade das demais, determinou o pagamento do reajuste integral a todos os solicitantes, inclusive os docentes que estavam na ação.

Proporemos também que não se prossiga com as ações originais da Adufrj, uma vez que a sua execução pouco ou nenhum ganho trará para os professores. Neste caso, será também preciso resolver qual o encaminhamento a ser dado aos casos específicos em que há algum ganho, como por exemplo os docentes que receberam funções gratificadas ou comissionadas no período compreendido entre 1993 e 1998. Estas funções não tiveram reajuste em 1993 e, portanto, o reajuste de 28,86% incide por completo sobre os seus valores, até 1998, quando o governo reconheceu a defasagem.

Quanto à busca da isonomia, no plano judicial, aguardamos o julgamento da ação cuja abertura foi aprovada pela AG e, no plano político, permanecemos reivindicando ao reitor da UFRJ a extensão administrativa do ganho, contando com o apoio de todos os que vêm se mobilizando com esse fim.

Nesse sentido, fizemos no dia 12 nova reunião com o reitor da UFRJ, professor Aloisio Teixeira, que nos informou continuar buscando meios para efetivar aquela extensão, sem nos apresentar, contudo, nenhuma expectativa em relação ao prazo para alcançá-la.

Esta diretoria continuará fazendo todos os esforços para conseguir a extensão do reajuste de 28,86% a todos, com a consciência clara de que tal conquista só se torna possível a partir do ganho anterior de uma ação judicial, movida por um sindicato e apoiada por outros.

Diretoria da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

23/4 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

24/4 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

27 a 30/4 - IV Encontro Hemisférico de luta contra a ALCA
Campanha Jubileu Sul/Brasil contra a ALCA
Havana - Cuba

5 e 6/5 - Reunião do Setor das Estaduais
Curitiba (PR) **-** com o tema "As conseqüências da Reforma Universitária para as IEES".

10/5 - Apresentação do Relatório Final das reuniões do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília (DF)

17/5 - Chegada à capital da Marcha Nacional pela Reforma Agrária
Brasília (DF)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Manifesto

Solidariedade aos familiares das vítimas da chacina de Nova Iguaçu e Queimados

"Manifestamos nossa total solidariedade aos familiares das vítimas da Chacina de Nova Iguaçu e Queimados, aos moradores da Baixada Fluminense e às organizações que resistem aos abusos sistematicamente cometidos contra eles. Queremos também expressar o nosso repúdio à restrição de direitos que vem atingindo as populações pobres de todo o Rio de Janeiro. Não é de hoje que o Rio de Janeiro vem sendo palco de inúmeras chacinas de moradores de suas favelas e bairros populares. Alimentadas pela impunidade dos autores - quase sempre policiais militares - elas se multiplicam e deixam de ser acontecimentos extraordinários, tornando-se sistemáticas e vitimando sobretudo jovens que ora são mortos em grupos, ora em séries de homicídios classificados como atos de resistência. Repudiamos o desrespeito aos direitos humanos repetidamente praticado por agentes do Estado e apoiado por uma opinião pública que ora se mostra omissa, ora transforma as vítimas em criminosos e considera justificáveis essas mortes. Queremos viver em um Estado de direito democrático que não acolha em seu seio apenas a população mais abastada. Por isso,

exigimos que o Estado assuma integralmente sua responsabilidade de fazer justiça, acabando com a vergonhosa impunidade dos matadores e demais criminosos e com o desamparo das inúmeras vítimas da violência e da segregação espacial e social no Rio de Janeiro." Até o momento, além das diversas pessoas que já assinaram o manifesto, as seguintes instituições expressaram sua adesão: Abong; CESEC/UCAM; Claves/Fiocruz; Fase; Fundação Bento Rubião; Ibase; Iuperj; Justiça Global; Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal; IPPUR/UFRJ e Adufrj-SSind

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Direção temporária assume Faculdade de Direito

Recuperação da grade de disciplinas, melhorias nas instalações e recomposição das representações nos departamentos e na congregação são medidas emergenciais

A diretoria *pro tempore* da Faculdade Nacional de Direito assumiu a unidade tendo que resolver problemas que já são antigos e outros que se agravaram após a crise imposta pela gestão de Armênio Cruz. A direção temporária é composta por docentes externos à Faculdade. O diretor *pro tempore* Adilson é docente do Instituto de Economia. Protásio Martins e Ericksson Almendra são da Escola Politécnica e da Coppe, respectivamente. Os três estão realizando um levantamento da vida acadêmica e administrativa da Faculdade e, em entrevista ao jornal da Adufrj, Ericksson adiantou que as primeiras medidas tomadas pela direção temporária são para devolver a normalidade institucional à unidade.

Ericksson Almendra assumiu a coordenação acadêmica da Faculdade e diz que a situação da FND ainda é muito precária, mas que já conseguiu, nas últimas semanas, reduzir de 50 para 20 o número de disciplinas sem professor em sala de aula. Há duas semanas, a diretoria provisória se reuniu com os quatro departamentos da unidade para explicar sua proposta de trabalho e para solicitar que os docentes da unidade, entre outras medidas, recomponham as representações das chefias de departamento. De acordo com o professor, uma das prioridades é regularizar as reuniões dos departamentos e da congregação da Faculdade. Para isso, é necessário que sejam realizadas eleições para a representação de chefes de departamento e também do corpo discente. Estão sendo verificadas, ainda, a validade das demais representações de docentes e técnico-administrativos na congregação.

Instalações

De acordo com Ericksson, também estão sendo feitos levantamentos da infra-estrutura do prédio. "Quem cuida disso", lembra o professor, "é o professor Protásio, mas ele já está levantando os projetos existentes para as reformas dos banheiros, sala de professores, primeiro andar, entre outras".

Arquivo Adufrj-SSind

Situação Acadêmica

O coordenador acadêmico diz que a sua prioridade, em especial, está sendo recompor a grade de disciplinas. "Quando eu cheguei lá, há dez dias atrás, havia cerca de 50 disciplinas sem professor. Hoje, esse número caiu para 20. Ainda é um número muito alto". De acordo com Ericksson, eventualmente, será solicitada da reitoria a contratação de professores substitutos. "Isso está sendo avaliado". Para garantir as aulas, Ericksson convocou professores e redistribuiu e aumentou a carga horária entre os docentes da unidade.

A Faculdade de Direito conta, atualmente, com 37 professores substitutos e 37 do quadro permanente. Com 50% do quadro docente formado por professores temporários, a unidade ainda registra uma média bem abaixo das oito horas mínimas de aula por semana, prevista na legislação e cumprida, segundo Ericksson, nas demais unidades da instituição. "A média da Faculdade de Direito é menor do que a da UFRJ, que é acima de oito. Nós não temos o cálculo preciso, mas deve estar, mesmo após a nossa interferência, em torno de cinco a seis horas. Há muitos professores ainda sem a carga completa".

Salas de aula com mais de 120 alunos

O que mais chocou o professor ao se deparar com a situação do Direito foram as condições das salas de aula. "Entrei em várias salas com mais de 120 alunos em ambiente sem isolamento acústico, sem ar condicionado, só com ventilador, com falta de cadeiras, situações absolutamente precárias do ponto de vista acadêmico. Um horror". Para Ericksson esse é o princípio de uma cadeia de problemas. "O professor não tem condição de dar aula direito, de aplicar prova..."

Loteria de notas

Para o coordenador acadêmico, esta precariedade estrutural da unidade provoca situações absurdas como a falta de avaliações e notas, a que os alunos se referem com "loteria de notas". "Não há como realizar uma avaliação criteriosa nessas condições".

Mesmo com as medidas emergenciais que serão tomadas, mantendo o espaço físico do prédio da Faculdade e a quantidade de estudantes que ingressam todos os anos, para Ericksson, será muito pequena a redução de alunos por sala. "O máximo que conseguiremos nas condições atuais é reduzir para 100 alunos por turma, um número ainda muito alto".

Passivo acadêmico

As condições as quais foram submetidos estudantes, técnicos e professores na Faculdade de Direito, nos últimos anos, geraram o que o Ericksson chama de 'passivo acadêmico'. São, de acordo com o professor, milhares de processos que pedem regularização de notas, abono de faltas, inclusão de disciplinas, "alguns datados de quatro ou cinco anos atrás".

Estudantes da Faculdade continuam na luta

Os estudantes cujas ações foram fundamentais para garantir a saída da direção de Armênio, afirmam que têm encontrado sempre abertos os canais de comunicação com a direção provisória. "Já foram realizadas duas reuniões de alunos da FND com a nova direção, uma do Caco (Centro Acadêmico) e uma do CRT (Conselho de Representante de Turma) que tiveram uma grande participação dos estudantes", afirma a estudante e representante do Caco Luanda Botelho.

Segundo Luanda, para quem a Faculdade "encontra-se numa crise total com problemas tanto de ordem física, acadêmica e política", ainda há muito a ser feito na unidade. "A representação dos estudantes já está definida, são dois os alunos da FND que vão representar os discentes nesse conselho. O nosso centro acadêmico realizou reuniões abertas nas quais foram definidos esses nomes", afirma Luana Botelho. Para a Congregação da unidade, foram escolhidos outros três nomes que vão representar os estudantes de Direito.

Impasse sobre a chefia dos departamentos

A estudante classifica a demora na definição dos novos chefes de departamento como mais um impasse que está se formando para a regularização das reuniões formais na unidade. Segundo ela, a direção provisória da Faculdade convocou uma reunião na qual foram discutidos os procedimentos de escolha dos chefes departamentos. "Nós estudantes defendemos a realização de eleições o mais rápido possível, e uma parte dos professores presentes defendeu que o processo deveria ser de nomeação dos chefes departamentais que assumiriam os cargos por seis meses", procedimento adotado na definição da própria direção temporária que ficará à frente da unidade por seis meses, convocando eleições ao final desse período.

Os alunos, no entanto, nutrem verdadeiro trauma em relação aos procedimentos de nomeação de cargos. "Na gestão de Armênio, as nomeações eram feitas de forma obscura. Já na gestão de Alcino Câmara, decano do CCJE, que foi o responsável pela FND na época em que Armênio esteja afastado, os chefes de departamentos foram nomeados, a princípio, provisoriamente e, em seguida, seriam realizadas as eleições. Até mesmo alguns professores nomeados abdicaram dos cargos em favor das eleições, que de fato não aconteceram", avalia Luanda.

UFRJ

Bolsas dos estudantes da graduação e da pós são liberadas

Com atraso, Capes divulga números de bolsas para a pós-graduação

Uma parcela das bolsas dos estudantes da UFRJ, que estavam atrasadas nesse início de ano letivo, foram pagas em meio a manifestações de protesto de alunos da graduação, na quarta-feira, dia 13. No mesmo dia, alunos de várias unidades realizaram uma manifestação durante a reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG). Também na quarta-feira, foi divulgado o total das quotas de bolsas (renovação das bolsas concedidas em 2004) e das concessões de novas bolsas que serão liberadas aos diversos programas de pós-graduação da UFRJ para o ano letivo de 2005. Mesmo selecionados, os bolsistas ainda aguardam a finalização dos procedimentos junto aos programas para receberem, efetivamente, as remunerações.

Na graduação, estavam atrasadas as bolsas Auxílio-Manutenção, concedidas aos que precisam morar no Alojamento Estudantil da UFRJ, a bolsa Auxílio, concedida a estudantes com dificuldades sócio-econômicas efetivamente comprovadas, a bolsa de Iniciação Artística e Cultural, que visa a incentivar novos talentos entre estudantes de graduação mediante a participação em projeto artístico-cultural e a bolsa Apoio que atende estudantes de graduação no exercício de atividades acadêmicas relacionadas à sua área (ensino, pesquisa ou extensão).

Estudantes protestam no CEG

Os estudantes promoveram um apitaço durante a última sessão do Conselho de Ensino de Graduação, no dia 13. Além do atraso do pagamento das bolsas, estudantes também criticaram os procedimentos de renovação da concessão do Benefício-Moradia dos estudantes do Alojamento e a reforma universitária, especialmente o ProUni, "um verdadeiro desvio de verbas públicas", na opinião dos estudantes presentes. Os estudantes chegaram à sala de reunião no começo da reunião do colegiado e pediram para que os três pontos fossem debatidos com prioridade. Alguns conselheiros, entretanto, sentiram-se ofendidos com a manifestação e defenderam a manutenção da pauta prevista. A representante do CFCH Ana Canen chegou a ameaçar se retirar do plenário caso os estudantes não respeitassem o regimento e esperassem o fim do expediente (momento em que os conselheiros apresentam informes) para que a reivindicação fosse discutida. A negociação foi tensa. O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, propôs que o assunto fosse incluído na ordem do dia como pauta extra mas os manifestantes conseguiram antecipar a discussão para o primeiro ponto após o expediente.

Wagner Maiolino

ESTUDANTES PROTESTAM NO CEG

CEG responsabiliza MEC pelo atraso

Apesar de discutirem com prioridade a demanda apresentada pelos alunos presentes, os conselheiros não aprovaram a propostas de moção apresentada pelo representantes discentes que repudiava o atraso nas bolsas. A moção dos alunos foi substituída por outra apresentada por Maria da Silvia Possas (CCJE) e pela representante doa técnico-administrativos, Ana Ribeiro. A moção das conselheiras foi aprovada por ampla maioria e manifesta a preocupação do colegiado com o atraso das bolsas e reivindica do MEC o pagamento imediato.

Os estudantes terminaram a discussão satisfeitos com a aprovação da moção sobre as bolsas. Ana Ribeiro fez outra intervenção propondo que reitoria comunique às seções de ensino o atraso, o que evitaria prejuízos acadêmicos para os alunos. Esta medida atenderá reivindicação dos estudantes que declararam não ter condições de continuar arcando com o transporte para comparecer às aulas, enquanto o pagamento das bolsas não estivesse em dia.

Munidos de cartazes de protesto às condições do alojamento universitário, os estudantes denunciaram que a situação dos alojados "é calamitosa, pois as condições do alojamento são insalubres, o que transforma o lugar num verdadeiro depósito de gente, e tudo isso se agrava devido ao fato de sermos pegos de surpresa já que o benefício do alojamento é indeferido da noite para o dia".

Um dos que protestavam durante a manifestação no colegiado, Júlio César, do curso de Pedagogia, disse que os alunos "estão num impasse porque precisam protestar contra a crise do atraso das bolsas, mas para isso têm que descumprir as obrigações que cabem aos bolsistas como o controle da freqüência às aulas e o bom rendimento das notas. Sem o auxílio das bolsas, não há como custear os gastos para eu me deslocar da minha casa, que fica em Belford Rocho, até à universidade".

CEG rejeita moção contra indeferimento de processo

A outra moção encaminhada pelos estudantes solicitando a intervenção no CEG contra o indeferimento dos processos de alguns alunos do alojamento foi rejeitada por ampla maioria.

Pagamento das bolsas

Em meio às manifestações, os estudantes souberam que o pagamento das bolsas havia sido feito. O responsável pela Superintendência de Administração e Finanças da UFRJ (SG-6), professor Milton Flores, afirmou que apesar de a universidade ter recebido um aumento em seu orçamento de 2005, os recursos ainda não estão totalmente disponíveis porque são repassados em parcelas à universidade. "O que nós acabamos de receber foi apenas uma parcela do orçamento e priorizamos o repasse às unidades e o pagamento das bolsas dos alunos, sobretudo as bolsas dos estudantes do alojamento, que são bolsas Auxílio-Manutenção que se destinam exatamente ao custeio dos gastos dos alunos", disse Milton Flores. Segundo o responsável pela SG-6, o problema de recursos da UFRJ é generalizado, a maioria das unidades têm limitações: "Aqui mesmo na reitoria estamos sem água, a universidade tem uma defasagem de manutenção do custeio muito grande. A situação não está cômoda muito menos suficiente".

Segundo Milton, a Secretaria de Educação Superior (SESu) elabora os critérios que norteiam a distribuição da verba que o MEC libera às universidades, e analisa as necessidades das instituições de ensino superior a fim de estabelecer quais são as prioridades e as verbas que serão liberadas em etapas. "O que posso confirmar é que as bolsas referentes a janeiro e fevereiro foram pagas", afirmou Milton.

Estudantes conquistam aumento de bolsas para a pós-graduação

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível de Superior (Capes) divulgou o quantitativo de bolsas do Programa de Demanda Social que será concedida a estudantes dos diversos programas de pós-graduação da UFRJ. Para os cursos de mestrado, a concessão foi de 585 bolsas, o que configura um aumento, já que em 2004 foram concedidas 540 bolsas. Em 2004 os programas da UFRJ receberam 442 bolsas de doutorado. Esse ano, este número subiu para 491 bolsas. "O aumento das bolsas foi uma vitória para os pós-graduandos e só foi concedido devido à pressão que os estudantes estão constantemente fazendo", afirma Fernanda Lima, represente da APG/UFRJ. Outra luta dos pós-graduandos é pelo aumento do valor das bolsas, "que é pequeno diante do fato de muitos estudantes possuírem família, ou vir de outros estados se dirigindo às melhores universidades onde o custo de vida é sempre muito maior", diz a estudante. Para a APG, é um desafio para os estudantes que escolhem ser pesquisadores ter que enfrentar a baixa remuneração, "apesar de verem excelente qualidade nos seus respectivos programas de mestrado e doutorado", avalia a representante dos pós-graduandos no Conselho Universitário. Fernanda acrescenta que "a luta por conquistas dos pós-graduandos bolsistas é muito difícil devido ao fato de apenas 30% dos estudantes serem bolsistas, o que configura um grupo muito pequeno." O último aumento das bolsas da pós-graduação, depois de 10 anos sem nenhum reajuste, aconteceu na virada de 2003 para 2004 e foi de 18 %, o que, segundo Fernanda, "na época, até representou alguma coisa, mas já se tornou insuficiente".

Reforma Universitária

Novas diretrizes para a Pedagogia enfraquecem formação de professores

Entrevista com Lisete Arelaro

Termina nesta Segunda-feira, 18 de abril, o prazo dado pelo Conselho Nacional de Educação para que educadores e entidades se pronunciem sobre o Projeto de Resolução de Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia apresentado pelo Ministério da Educação. A proposta foi publicada na página eletrônica do Ministério e a Secretaria Executiva do CNE disponibilizou o documento para sugestões na rede há apenas um mês, no dia 17 de março. As novas diretrizes para o curso de Pedagogia abrangem tanto a formação de professores para a educação infantil e o ensino básico como a formação de pesquisadores e especialistas em Educação.

Para a professora e pesquisadora da Faculdade de Educação da USP, Lisete Arelaro, a concepção da formação de professores apresentada no projeto aprovado pelo CNE "é pobre e representa um retrocesso em relação ao acúmulo de discussões, pesquisas e experiências que vêm sendo produzidas, no Brasil, nos últimos 20 anos". Segundo Lisete, há um consenso entre os educadores quanto ao exercício da docência, da gestão e dos processos educativos da produção e socialização do conhecimento no campo educacional: "são dimensões integradas e indissociáveis da formação e atuação do pedagogo".

Documentos produzidos por entidades como a Anfope, Anped e FórumDir expressam concepção da formação de professores entre os educadores e são contrários à fragmentação da formação de professores e pedagogos proposta pelo CNE. "A proposta apresentada não contempla o fundamental das propostas em vigor nos Centros ou Faculdades de Educação públicos. É difícil imaginar de onde os nobres conselheiros do CNE retiraram a 'inovadora' proposta", critica Lisete.

Para a professora, o projeto do MEC traduz o conteúdo que os governos têm adotado para a autorização dos Cursos Normais Superiores, segundo ela, uma "extravagante criação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) não submetida a nenhuma comprovação científica, pedagógica ou social".

Fragmentação

O projeto do governo, aprovado pelo CNE, propõe que o estudante do curso superior de pedagogia conclua primeiramente a licenciatura e, separadamente, o bacharelado. Esta concepção, inédita, de acordo com Lisete, traduz uma visão desqualificada de que os professores da educação infantil e dos primeiros anos do ensino básico dispensam uma formação teórica sólida.

"Só 'depois' de ter sido professor, é que o profissional poderá se 'aprofundar' nas grandes questões educacionais. Enquanto professor, um bom manual de 'como' ensinar, parece dar conta da sua 'missão'", comenta a pesquisadora.

De acordo com as novas diretrizes para o curso de Pedagogia, pesquisadores e especialistas deverão ter sua formação posterior à licenciatura. Os especialistas em educação serão formados em cursos de pós-graduação. Pelo projeto, os professores licenciados pelos cursos de pedagogia não são considerados pesquisadores e portanto seria dispensada uma consistente formação teórica.

No entendimento de Lisete, no caso dos especialistas, a recomposição das "habilitações" se apresenta sob a forma de cursos para os já graduados, cursos esses "que cada Instituição poderá propor com bem entender"

Duração dos cursos

Lisete afirma que os educadores sempre defenderam que os Cursos de Pedagogia, "organizados sob a visão integrada do fenômeno educacional", devem ter a duração mínima de quatro anos. Na proposta do CNE, a licenciatura para professores de educação infantil e a de professores de ensino fundamental será realizada em três anos. "É lógico que o CNE atual deve ter pensado assim: se o conselho anterior autorizou que cursos de formação de professores para estes níveis pudessem ser realizados em até dois anos (quando destinados a titular professores que já exerciam esta função nas redes públicas) exigir três anos, agora, para todos, independentemente de sua prática, seria uma expressão de 'bom aumento' das exigências", avalia Lisete.

Formação acelerada e esvaziada

De acordo com a professora, vale destacar que não há, na proposta do CNE, exigência mínima de horas para formação dos especialistas. Para ela, esta é uma questão grave. "Afora os empresários do ensino, qual instituição séria defenderia esta proposta?", questiona. Para Lisete, as novas diretrizes não só encurtam a formação de professores quantitativamente, com redução efetiva da carga horária, mas qualitativamente, na medida em que reduzem a formação intelectual do futuro docente. "O aligeiramento não está só no número de horas previstas para o curso, mas na concepção do que é ser um professor e das condições para que ele adquira sua autonomia intelectual".

Retrocesso

A professora alerta para o fato de que, caso aprovadas, as novas diretrizes significarão um retrocesso para a área de Educação. A professora ressalta, ainda, que a proposta consolida as inúmeras tentativas, desprovidas de fundamentação pedagógica e a fragmentação da formação dos profissionais de educação. Para a professora seria uma enorme desqualificação para os profissionais de educação admitir a formação precária dos professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, assim como a equivalência unilateral dos cursos normais superiores com os cursos de pedagogia, como propõe o CNE.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Resenha

Universidades do Paraná paralisam por 24 horas

As universidades estaduais do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro) e de Ponta Grossa (UEPG) realizaram dia 14/4 uma paralisação de 24 horas como forma de mobilização para cumprimento de suas reivindicações junto ao governo do estado. As exigências são reajustes salariais, aprovação dos planos de cargos, carreiras e salários dos servidores e repasse de orçamento já aprovado pelo Estado. As universidades estaduais de Londrina (UEL) e Maringá (UEM) não aderiram à paralisação. Mesmo assim, a possibilidade de uma greve não é descartada.

Resposta sindical

O Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e da Seguridade Social (Sindsprev) realizou uma greve de 48 horas na última semana em função da falta de proposta de reajuste salarial para os servidores federais por parte do governo. A paralisação atingiu 50% das agências do INSS na cidade do Rio de Janeiro e 9% do interior, incluindo os postos de Niterói, além de oito hospitais e três PAM na capital. Só foram atendidas as situações emergenciais. De acordo com o INSS, 187 agências fecharam no país e outras 228 funcionaram parcialmente (O Dia-RJ, 14/4).

Professores sem receber no Rio

Os professores temporários, que foram contratados no início do ano pela secretaria estadual de Educação, ainda não receberam salários. Entretanto, a situação dos professores que fazem parte do projeto Sucesso Escolar é ainda pior. Neste caso, os mestres estão desde novembro sem ver a cor do dinheiro (Teresa Cristina Fayal, Coluna do Servidor, O Dia-RJ, 12/4).

Professores em greve na Venezuela

Dezessete das 22 universidades públicas da Venezuela estão sem aulas nesta quarta-feira por causa de uma greve de professores. Eles reivindicam o pagamento de perdas salariais acumuladas desde 2002 e um novo reajuste. Segundo o presidente da Federação de Professores Universitários da Venezuela, José Casal, são cerca de 45 mil educadores, que decidiram inicialmente fazer um protesto de 24 horas. Os professores alegam que o governo lhes deve o equivalente a US$ 135 milhões referentes a reajustes não pagos em 2002 e 2003, e que ainda aguardam o reajuste de 2004. O ministro da Educação, Samuel Moncada, disse à agência estatal de notícias que a greve é "injustificada" porque o governo teria disponibilizado os recursos no final do ano passado, faltando apenas definir os próximos passos. "Serão convocadas reuniões com os sindicatos e com os reitores para estabelecer um intercâmbio.

Colegiados

Consuni distribui 108 vagas para a UFRJ

CCS foi o centro que mais recebeu vagas (33), seguido pelo CLA (17)

Kelvin Melo

SESSÃO DE 14 DE ABRIL

O Consuni de 14 de abril distribuiu entre as unidades e órgãos suplementares 108 das 119 vagas atribuídas à UFRJ pela portaria nº 777 do MEC de março deste ano. As 11 vagas restantes serão divididas futuramente pelos conselheiros para corrigir possíveis distorções deste primeiro montante. O Centro de Ciências da Saúde foi o que mais recebeu vagas (33), seguido pelo Centro de Letras e Artes (17), Centro de Tecnologia (16), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (15) e o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (13). O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas ficou com 11 e o Museu Nacional, vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura, com 3 (veja quadro completo na página ao lado).

Entre as unidades, a Faculdade de Medicina obteve 11 novas vagas, seguida pela Faculdade de Letras (8), Escola Politécnica (7), Coppe (6), Faculdade de Educação e Instituto de Matemática (ambas com 5). Já o Observatório do Valongo, o Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva (NESC), o Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais (NPPN) e o Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (Nutes) nada receberam.

Diferenças para a divisão da Cotav 2005

Em relação à proposta de distribuição organizada pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas 2005 e aprovada pela reunião conjunta CEG/CEPG, do dia 11/4 (veja matéria na página ...), houve duas diferenças: o Consuni utilizou mais sete concursos da chamada reserva técnica da reitoria para "promover ajustes". Dessas sete vagas, uma foi destinada ao Instituto de Física (CCMN) e as demais foram para o CCJE: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (1), Instituto de Economia (1), Instituto de Planejamento Urbano e Regional (1), Coppead (1) e Faculdade Nacional de Direito (2). A FACC e o IPPUR obtiveram esses concursos para Titular. A Faculdade de Direito não havia sido contemplada com qualquer vaga na distribuição da Cotav.

Dois concursos para Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) foram reclassificados para Assistente, a pedido da própria unidade, que não vinha conseguindo candidatos com doutorado e temia perder as vagas.

Parecer das comissões do Consuni

Nem houve muito debate no plenário do Consuni para definir a distribuição das vagas. Os conselheiros acataram o parecer de duas das principais comissões permanentes do colegiado: a de Desenvolvimento e a de Ensino e Títulos. No relatório lido pelas professoras Suely de Almeida (decana do CFCH) e Ângela Rocha (decana do CCMN), foi feito um breve histórico de todo o processo. E, apesar de todos os elogios ao trabalho da Cotav e dos conselhos acadêmicos, algumas críticas não deixaram de ser feitas.

As comissões do Consuni verificaram que o trabalho da Cotav baseou-se em critérios cujos dados estavam bastante desorganizados. Entre alguns exemplos criticados para fazer o cálculo de prioridades de vagas para as unidades estava o número de substitutos por unidade. O problema aqui é que a Cotav manifestou a intenção de analisar uma série de 5 anos, mas só pôde fazê-lo em relação a 2004. Pior que isso, na avaliação dos conselheiros, foi a supervalorização desse índice: um dos itens contabilizados, além do quantitativo de docentes temporários, era o número de alunos inscritos em disciplinas ministradas pelos mesmos substitutos.

As comissões afirmaram que a previsão de se utilizar o conceito do Provão do MEC também não se concretizou, uma vez que nem todos os cursos foram avaliados. Neste caso, o CEG/CEPG acabou realçando, segundo o relatório, o índice de evasões. A relação entre o número de pesquisadores (CNPq, Faperj, visitantes, doutores ou Profix - programa de estímulo à fixação dos doutores) e o quadro permanente também foi inviabilizada, pois apenas aqueles ligados CNPq foram identificados. Informações solicitadas à reitoria não foram obtidas ou acabaram recebidas de forma incompleta.

Outro critério da Cotav classificado como controverso no relatório foi o limite imposto ao número de vagas distribuídas por unidade (10% do quadro permanente local). Pelo documento do Consuni, esse critério tanto pode favorecer a expansão das unidades, com padrão equivalente, quanto representar a estagnação de novas unidades com potencial de desenvolvimento.

Além disso, o documento CEG/CEPG, segundo o parecer das comissões do Consuni, preconizou a setorização das vagas nas unidades, enquanto uma resolução anterior do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) previu que os centros universitários deveriam proceder à consolidação dos pedidos de vagas em uma proposta única de sua área. Essa contradição entre as normas emitidas pelos colegiados superiores foi considerado um "grave problema" no Consuni.

Recomendações finais da comissão

Nas recomendações finais presentes no relatório, as comissões sugerem a designação imediata pelo reitor de um grupo de trabalho, com prazo determinado, para rever e tornar confiáveis as bases de dados da UFRJ. Também é solicitada a continuidade do trabalho iniciado pelas Comissões de Desenvolvimento e de Ensino e Títulos do Consuni para construir um novo modelo de alocação de vagas na universidade, "recuperando e avaliando a experiência acumulada pelo CEG/CEPG, em estreita articulação com o CSCE".

Decisões CEG/CEPG

O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, lembrou a deliberação da reunião conjunta CEG/CEPG por um indicativo, para este próximo concurso, de que toda vaga de Adjunto surgida em determinada unidade devido à aprovação de um professor da própria UFRJ, em concurso de Titular, seja aproveitada na mesma unidade. Mas não houve votação formal do Consuni sobre este ponto.

Reitor concorda com as recomendações

Ao final do longo Consuni do dia 14, iniciado de manhã e que prosseguiu até depois das 15h, o reitor Aloisio Teixeira concordou com as recomendações das comissões do colegiado. Segundo ele, seria intolerável que a universidade permanecesse sem uma política de alocação de vagas discutida amplamente até a próxima distribuição do MEC. Ele reafirmou a disposição de manter a transparência dessa discussão, incorporando contribuições dos conselhos acadêmicos e da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Informou ainda que, dos pouco mais de cem concursos destinados à UFRJ no ano passado, ainda resta fazer menos de dez.

Secretário-executivo do MEC virá à UFRJ

O reitor divulgou, após solicitação da diretoria da Adufrj-SSind para ampliar a discussão da reforma universitária, junto ao Consuni, que o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, será o convidado da próxima sessão, em 28 de abril. Em continuidade, o reitor espera dedicar cerca de uma hora das próximas reuniões do colegiado para a discussão da reforma, sempre com convidados especiais.

Colegiados

Distribuição das vagas para a universidade

Centro	Unidades	Depto/ Programa	Setor	TITULAR	ADJUNTO	ASSISTENTE	TOTAL
CCJE	FACC						3
		Ciências Contábeis	Contabilidade Ambiental	1			
		Ciências Contábeis	Contabilidade Internacional		1		
		Administração	Administração Financeira e Orçamentária		1		
	IE						2
		Instituto de Economia	Economia Aplicada		1		
		Instituto de Economia	Macroeconomia		1		
	IPPUR						2
		IPPUR	Planejamento Urbano e Regional	2			
	COPPEAD						2
		COPPEAD	Marketing e Negócios Internacionais		2		
	FND						2
		Direito	Direito		1		
		Direito	Direito		1		
FCC	MUSEU						3
		Depto de Invertebrados	Malacologia Marinha		1		
		Depto de Entomologia	Coleoptera e Trichoctera		1		
		Depto de Vertebrados	Ictiologia		1		
CT	POLI						7
		Depto de Construção Civil	Construção Civil		1		
		Depto de Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Obras Hidráulicas Continentais		1		
		Eletrônica e de Computação	Sistema de Controle		1		
		Engenharia Industrial	Petróleo		1		
		Eletrotécnica	Sistemas de Potências		1		
		Mecânica Aplicada e Estruturas	Pontes e Grandes Estruturas		1		
		Mecânica	Acústica e Vibrações		1		
	EQ						2
		DPO	Tecnologia e Caracterização de Polímeros e de Produtos Naturais e Sintéticos	1			
		DPI	Tecnologia Inorgânica	1			
	IMA						1
		IMA	Processamento e Reologia		1		
	COPPE						6
		Engenharia Met. e de Materiais	Engenharia Met. e de Materiais	1			
		Engenharia Nuclear	Engenharia Nuclear	1			
		Engenharia Oceânica	Engenharia Oceânica	1			
		Engenharia Química	Engenharia Química		1		
		Engenharia de Transportes	Engenharia de Transportes		1		
		Planejamento Energético	Planejamento Energético		1		
CCMN	IM						5
		Métodos Matemáticos	Geometria Diferencial e Sistemas Dinâmicos		1		
		Métodos Matemáticos	Ensino de Matemática e História da Matemática		1		
		Matemática Aplicada	Matemática Aplicada		1		
		Métodos Estatísticos	Probabilidade e Estatística		1		
		Ciência da Computação	Ciência da Computação		1		
	IF						3
		Fisica Nuclear	Física das Radiações		1		
		Física Teórica	Física de Partículas e Campos		1		
		Física Matemática	Óptica Experimental		1		
	IGEO						2
		Geologia	Geologia de Engenharia e Ambiental		1		
		Meteorologia	Meteorologia		1		
	IQ						3
		Bioquímica	Ciência dos Alimentos		1		
		Fisico-quimica	Físico-Química de Proteínas		1		
		Quimica Inorgânica	Química Inorgânica		1		
CFCH	IP						2
		Psicologia Geral e Experimental	Psicologia Geral e Experimental		1		
		Psicometria	Psicometria		1		
	ESS						3
		Fundamentos	Fundamentos		1		
		Política	Política	1			
		Métodos e Técnicas	Métodos e Técnicas	1			
	IFCS						3
		Filosofia	Filosofia		1		
		História	História	1			
		Sociologia	Sociologia		1		
	FE						5
		Didática	Didática		1	2	
		Administração Educacional	Administração Educacional		1		
		Fundamento de Educação	Fundamento de educação		1		

Centro	Unidades	Depto/ Programa	Setor	TITULAR	ADJUNTO	ASSISTENTE	TOTAL
CFCH	ECO						2
		Depto de Áreas Conexas	Áreas Conexas		1		
		Depto de Expressão e Linguagens	Expressão e Linguagens		1		
CCS	FM						11
		Cirurgia	cirurgia vascular	1			
		Cirurgia	cirurgia plástica		1		
		clínica médica	endocrinologia	1			
		clínica médica	nefrologia		1		
		clínica médica	cardiologia		1		
		clínica médica	Hematologia	1			
		patologia	Patologia Geral		1		
		Medicina preventiva	Bioestatística		1		
		Medicina preventiva	Saúde e Trabalho		1		
		Psiquiatria e Medicina Legal	Psicopatologia do Trabalho	1			
		Radiologia	Radiodiagnóstico		1		
	IMPPG						2
		Microbiologia Geral	Microbiologia Geral	1			
		Virologia	Virologia		1		
	Nutrição						2
		Nutrição e Dietética	Nutrição e Dietética		2		
	FF						1
		Fármacos	Planejamento de Fármacos		1		
	EEAN						2
		Materno-Infantil	Enfermagem Pediátrica		1		
		Saúde Pública	Enfermagem de Saúde Coletiva		1		
	ICB						1
		Histologia	Biologia Celular e Tecidual	1			
	IBqM						
		Bioquímica Médica	Bioquímica Molecular e Celular		2		
	EEFD						3
		Biociências	Biomecânica e Avaliação Funciona		1		
		Jogos	Marketing de Administração e Gerenciamento Esportivo		1		
		Ginástica	Ginástica, Musculação e Treinamento		1		
	Biofisica						3
		Instituto de Biofísica	Biofísica e Fisiologia de Sistemas		2		
		Instituto de Biofísica	Biofísica Celular		1		
	Biologia						3
		Biologia Marinha	Biologia Marinha		1		
		Genética	Genética		1		
		Zoologia	Zoologia		1		
	ODONTO						3
		Odonto	Cirurgia Oral e Maxilo-facial	1			
		Odonto	Patologia Oral		1		
		Odonto	Dentística Operatória		1		
CLA	LETRAS						8
		Linguística e Filologia	Filologia		1		
		Letras Anglo-Germânicas	Letras Anglo-Germânicas		1		
		Letras Clássicas	Latim	1			
		Letras Neolatinas	Língua e Literatura Espanholas		1		
		Letras Vernáculas	Letras Vernáculas		2		
		Ciência da Literatura	Ciência da Literatura		1		
		Letras Orientais e Eslavas	Letras Orientais e Eslavas		1		
	EBA						3
		BAH	História da Arte		1		
		BAU	Artes Utilitárias			1	
		BAI	Desenho Industrial		1		
	FAU						4
		Depto de Análise e Representação da Forma	Expressão Gráfica			1	
		Depto de Projeto de Arquitetônico	Projeto Arquitetônico			1	
		Depto de Tecnologia da Construção	Tecnologia da Construção		1		
		Depto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente	Paisagismo e Meio Ambiente		1		
	EM						2
		Depto de Musicologia	Educação Musical/Metodologia do Ensino da Música		1		
		Depto de Música de Conjunto	Transposição e Acompanhamento ao Piano			1	
Total geral				19	83	6	108

Colegiados

Colegiados acadêmicos aprovam distribuição de vagas da Cotav

Na ocasião, CCJE reclamou intensamente da proposta

Antes da decisão do Consuni da semana passada, os colegiados acadêmicos se reuniram, no dia 11, para apreciar e aprovar, sem modificações, a proposta original de distribuição da Comissão Temporária de Alocação de Vagas Docentes 2005.

Além disso, os conselheiros concordaram com um indicativo, para este próximo concurso, de que toda vaga de Adjunto surgida em determinada unidade por conta da aprovação de um professor da UFRJ em concurso de Titular seja aproveitada na mesma unidade.

Nesta reunião, os integrantes da Cotav apresentaram um relatório com todas as etapas do processo da atual distribuição. A Cotav 2005 teve seus integrantes indicados pelo CEG e pelo CEPG e foi nomeada pelo reitor em 29 de março. Dois dias depois, houve a primeira reunião do grupo. A partir da releitura da resolução conjunta CEG/CEPG nº 01/93, que regulamenta na universidade a formação desse tipo de comissão temporária para divisão dos concursos docentes, foi incluído um representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente (o que foi atendido oficialmente pela portaria do reitor nº 828, de 7/4).

Metodologia

Das 119 vagas autorizadas para a UFRJ pela portaria nº 777 do MEC, os colegiados acadêmicos já haviam deliberado, em fins de março, pela concessão de uma cota de 15% para a reitoria (ou 18 concursos), como reserva técnica. A Cotav passou a trabalhar, então, os critérios para dividir as 101 vagas restantes. Para balizar essa repartição, foram avaliados: perdas e ganhos de docentes por unidade; desempenho acadêmico dos últimos três anos; e plano estratégico do solicitante em relação às diretrizes acadêmicas.

Pelo sistema adotado pela comissão, as planilhas com esses dados foram preenchidas por duplas de conselheiros não pertencentes ao mesmo Centro da unidade ou órgão suplementar em análise. Com as planilhas já prontas, houve uma avaliação conjunta dos resultados obtidos, sem que as unidades fossem identificadas. Logo em seguida, eram atribuídos aos valores encontrados nas planilhas conceitos de 1 a 5, de acordo com o documento intitulado "Diretrizes e Critérios para Alocação de Vagas Docentes da UFRJ", aprovado na reunião conjunta CEG/CEPG de 23 de março. Somente na fase final de análise dos planos estratégicos (também convertidos para uma escala de 1 a 5) aconteceu a identificação das unidades ou órgãos suplementares.

Com base nos conceitos finais atribuídos a cada unidade, a Cotav fez uma primeira repartição, considerada "rigorosa" pelos seus próprios integrantes, que atingiu 90 vagas. Depois, para corrigir distorções dessa primeira etapa, dividiram as 11 finais. Presidente da Cotav 2005, o professor Hatisaburo Masuda (CEPG/CCS) comentou que os debates da comissão foram exaustivos e decididos pelo voto, vaga a vaga. Segundo o relatório, o processo só terminou no sábado, 9 de abril, à noite. Outra integrante da comissão, a professora Walcy Santos (CEPG/CCMN) acrescentou que a atual divisão não significa que as unidades contempladas com mais vagas são "melhores" que as que nada receberam. "Isso aqui é um ranqueamento das necessidades. Fizemos a distribuição conforme os critérios estabelecidos pelo CEG e pelo CEPG", disse.

A distribuição da Cotav 2005

De acordo com outro componente da Cotav, professor Ericksson Almendra (CEG/CT), pela consideração de todos os critérios, a Faculdade de Medicina mereceria ainda mais vagas e pode até se dizer "prejudicada" pela distribuição, devido aos seus indicadores de qualidade. Já a Faculdade de Educação foi um pouco mais favorecida, em função de seu recente passado de crise administrativa. Sobre estas duas exceções, o professor reconheceu que a comissão fez uma leitura política das informações. "Estamos apostando na recuperação da Faculdade de Educação". Em outro momento da reunião, Ericksson completou que se existem locais beneficiados, naturalmente há outros que perdem. "A Cotav fez política acadêmica", ressaltou.

Críticas dos conselheiros

Os representantes do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) foram os que mais reclamaram da distribuição feita. Segundo a conselheira Aracéli Cristina (e também diretora da FACC), em linhas gerais, "essa fórmula não atende às unidades que têm muitos alunos e poucos professores". A situação, como se verificou depois, acabou modificada na reunião do Consuni do dia 14.

Expectativa de novos concursos

Como existe a expectativa de realização de mais 4 mil novos concursos para todas as universidades federais até o fim de 2006, o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, solicitou que a próxima reunião da comissão mista CEG/CEPG (no dia 29/4) estude a possibilidade de se conceder um caráter permanente à comissão de alocação de vagas.

Movimento

Cinco chapas concorrerão ao DCE

Dissidência da oposição aumenta o número de concorrentes

Já estão definidas as chapas que concorrerão às eleições do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRJ. Desde janeiro, quando terminou o mandato da gestão Não Vou Me Adaptar , o DCE Mário Prata está sendo dirigido por uma comissão gestora. Na última quinta-feira (14/4), quando encerrou o prazo de inscrições, ficou estabelecido que cinco chapas disputarão a próxima gestão do Diretório.

A chapa 1, *Quem Vem Com Tudo, Não Cansa*, surgiu de um movimento contra a reforma universitária do governo, mas que nunca teve participação política anterior, em eleições universitárias. O lançamento da chapa não está ligado à atual gestão, mas também não fez parte das correntes de oposição. A situação está concorrendo na chapa 2 *Não Vou Me Adaptar e Nem Pagar Nada*, em nova aliança política, que teve influência também no nome da nova gestão.

A chapa 3, *A Hora é Essa*, e a chapa 4, *Na Pressão Pelas Mudanças*, são correntes políticas que concorreram juntas nas últimas eleições do DCE. Derrotadas, decidiram disputar isoladas, desta vez, mas sem perder o caráter de oposição à última gestão. A crítica à direção anterior também tem adesão da chapa 5, *Pra Sair Desta Maré, Oposição ao DCE*.

Estudantes vão às urnas nos dias 3 a 5 de maio

Terminado o período das inscrições, as chapas se dedicam agora às campanhas para divulgar seus programas e conquistar o maior número de alunos para a participação na eleição, pois o voto não é obrigatório. O pleito ocorrerá entre os dias 3 e 5 de maio. No processo, os estudante votam nas chapas de sua preferência e também se a composição da nova diretoria deve ser proporcional ou majoritária. Após a apuração, o Conselho de Centros Acadêmicos convoca uma reunião, uma ou duas semanas depois das eleições, e os vencedores (no caso de o segmento preferir uma gestão proporcional) ou a chapa vencedora são empossados. O DCE eleito, entre outras atribuições, poderá indicar representantes discentes para os colegiados superiores da universidade.

Colegiados

Consuni define normas e editais dos concursos para o magistério superior

Provas didática e escrita continuam obrigatórias

Apenas na reunião do Conselho Universitário do dia 14 de abril os conselheiros terminaram de aprovar a regulamentação dos próximos concursos docentes da UFRJ. No dia 7, todas as propostas começaram a ser analisadas e o colegiado conseguiu deliberar somente sobre as regras de ingresso no Colégio de Aplicação (carreira de 1º e 2º graus). Houve novo debate em sessão extraordinária marcada para o dia 11 sobre as normas e editais do magistério superior, mas o desfecho ocorreu mesmo no Consuni de três dias depois.

As principais propostas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e da Adufrj-SSind em relação à nova legislação foram aprovadas. As provas didática e escrita serão obrigatórias nos concursos para Adjunto e Assistente e apenas a prova prática ganha caráter facultativo - pela proposta da Comissão de Revisão de Editais, nomeada pela reitoria, conforme divulgado no Jornal 179, de 5 de abril, seria possível a realização de apenas uma dessas provas para os candidatos do concurso, de acordo com a vontade do colegiado local.

A prova escrita deverá ter leitura pública - mesmo sob o protesto do conselheiro Eduardo Siqueira (representante dos adjuntos do CCMN), que considerava o expediente absurdo para a área das ciências exatas -, mas caiu a exigência de argüição oral pública para a prova didática, assim como para a prova prática facultativa.

Mudou também a ponderação das notas atribuídas aos exames prestados pelo candidato. Pela proposição anterior da comissão de revisão dos editais, o conjunto das provas realizadas teria metade do peso dado ao currículo, associado ao seu plano de atividades acadêmicas. Agora, cada prova (escrita, didática e prática, quando houver) terá peso equivalente à apreciação de títulos e trabalhos e também à argüição do memorial do candidato. Para Adjunto, a argüição do memorial será realizada em sessão pública, sendo vedada sua assistência apenas pelos demais candidatos. O julgamento de títulos e trabalhos deverá seguir os critérios de cada Centro.

Kelvin Melo

CONSUNI APROVA MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DOS CONCURSOS PARA O MAGISTÉRIO SUPERIOR

Foi retirado do texto dos concursos para todos as classes o "projeto de atividades acadêmicas" - descrição dos planos do futuro professor para sua atuação no ensino, pesquisa e extensão.

Banca flexibilizada para Adjunto

Para a comissão julgadora do concurso de Adjunto, será permitida a participação de docente Adjunto nível IV, portador do título de doutor, do quadro de servidores ativos ou aposentados de instituição federal de ensino superior e que tenha "relevante e destacada produção acadêmica na área do concurso". Foi aprovada ainda a possibilidade de que uma banca examinadora tenha todos seus integrantes de fora da UFRJ.

Mudanças para Assistente

Além das normas mais gerais transpostas do concurso para Adjunto, uma das principais mudanças do concurso para Assistente ocorreu nos critérios de desempate entre as indicações dos examinadores. Antes, essa situação seria decidida pelo Conselho de Centro, Congregação da Unidade ou Órgão equivalente, conforme a localização da vaga, em tantos escrutínios secretos quantos fossem necessários. Agora, são aproveitados, pela ordem, os seguintes requisitos pela maior média aritmética das notas: de todas as provas; da prova didática; da prova escrita; da prova prática, quando houver; aquelas atribuídas à apreciação de títulos e trabalhos; e "apreciação" do memorial. Por fim, a antigüidade no exercício de funções docentes.

Concursos para Titular

A legislação para Titular sofreu poucas mudanças de conteúdo em relação à proposição original da Comissão de Revisão de Editais. Além da retirada do "projeto de atividades acadêmicas" das provas, também aqui foi criada uma hierarquia de valores para eventual desempate entre os examinadores. Pela ordem, a maior média aritmética: de todas as provas; da apreciação de títulos e trabalhos; da argüição de memorial; e da conferência. Por fim, a antigüidade no exercício de funções docentes.

Para inscrição no concurso para esta classe, as normas previam que poderia ser dispensada a apresentação dos devidos títulos, no caso de profissionais de notório saber, "reconhecido pelo Conselho de Ensino para Graduados - CEPG". A reitoria informou, no entanto, que já existe resolução, de 1949, do Consuni sobre o conceito de "notório saber". Assim, o trecho final do texto ficou "reconhecido pela UFRJ".

Outras alterações

Assim como já havia sido aprovado para o ingresso no CAp, foi estendida aos concursos do magistério superior a necessidade apenas do comprovante de obtenção dos títulos necessários ao nível pretendido, no momento de inscrição, entre outros requisitos. Os diplomas efetivos só serão pedidos no momento da posse do candidato vencedor. Também a validade dos concursos de magistério superior passa a ser de seis meses após a homologação dos resultados, mecanismo aprovado para evitar a perda de vagas com concursos não realizados ou no qual tenham sobrado vagas. Será incluído o item sobre apresentação dos resultados do concurso em u ma sessão pública.

Assim que disponibilizada pela reitoria, a versão final dos textos aprovados será inserida na página eletrônica da Adufrj-SSind, em www.adufrj.org.br/documentos.htm.

Bolsas da Capes liberadas

O pró-reitor José Luiz informou, no expediente da sessão do Consuni, a liberação das bolsas Capes do programa chamado "demanda social". Foram liberadas 585 bolsas de mestrado e 491 bolsas de doutorado. Em relação ao ano passado, houve um aumento de 44 auxílios no mestrado e 31 no doutorado.

Andes-SN

Seções sindicais do Rio divulgam agenda do sindicato para a Educação Superior

Documento com propostas para a educação superior será apresentado nos conselhos universitários

Divulgar amplamente a Agenda para a Educação Superior, aprovada no último Congresso do Andes-SN (do início de março) e disponível em www.adufrj.org.br, foi a principal decisão dos representantes das seções sindicais do Rio de Janeiro no Encontro Pós-Congresso da Secretaria Regional do Andes-SN, no dia 8/4, que contou com a participação da diretora Janete Luzia Leite, da Adufrj-SSind.

Realizado na sede da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind), em Niterói, o Encontro elaborou algumas propostas para levar essa iniciativa adiante, como: um dia de visita com a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, a todas as seções sindicais do estado; exposição sobre a Agenda nos conselhos superiores das instituições; montagem de painéis com os eixos da proposta do Sindicato Nacional nas entradas dos prédios das universidades; ato nos moldes do "Universidade pública na praça", bem como um dia de lançamento da Agenda junto aos demais sindicatos, movimentos sociais e entidades civis do Rio de Janeiro.

Palestras

Antes dos encaminhamentos de divulgação da Agenda para a Educação Superior, os representantes sindicais assistiram a palestras sobre a política econômica do governo, bem como a contra-reforma universitária e a própria Agenda, na parte da manhã.

Um dos convidados, o professor João Sicsú, do Instituto de Economia da UFRJ comentou o modelo econômico do atual governo. De acordo com o professor, a essência da política nessa área é a mesma da gestão de FHC. A diferença é que o petista aplica os conceitos de forma mais intensa, sempre privilegiando o setor financeiro.

João Sicsú minimizou a decisão do governo de não fazer um novo acordo com o FMI. Para ele, o país já tem uma espécie de FMI dentro do Ministério da Fazenda e do Banco Central. "O FMI brasileiro é muito mais radical que o americano", observou.

A professora Angela Siqueira, da Faculdade de Educação da UFF, também não poupou críticas ao modelo econômico do governo Lula. Angela, que dá aula de Economia Política naquela instituição, considera que o atual governo pratica exatamente o contrário de tudo o que o PT defendeu ao longo da sua história. Segundo ela, dispositivos como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e as PPP (Parcerias Público-Privadas) evidenciam a diretriz de transferir recursos da esfera pública para o setor privado. A professora acrescentou ainda que a proposta de reforma universitária do governo guarda estreita ligação com o projeto da Organização Mundial do Comércio, com o objetivo de mercantilizar a Educação. Ela nota isso em vários pontos, principalmente no item que abre a administração de instituições particulares de ensino superior à participação do capital estrangeiro.

A Adufrj-SSind disponibilizou em sua página eletrônica (www.adufrj.org.br/Andes/analise_gtpe_anteprojeto.pdf) a análise do Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN sobre o anteprojeto de Lei da Educação Superior do MEC - versão de dezembro de 2004.

Além desse documento, também está disponível na pagina da seção sindical a "Agenda para a Educação Superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje" (http://www.adufrj.org.br/Andes/agenda_andes.pdf)

Reforma Universitária

Entidades divulgam nota pública sobre o Anteprojeto do governo

Durante audiência pública realizada dia 13/4 no Senado Federal, representantes do movimento docente divulgaram nota pública sobre o anteprojeto de Lei da Educação Superior (versão prelimianar apresentada pelo MEC em dezembro de 2004).

O documento é assinado por várias entidades, dentre elas o Andes-SN e a Adufrj-SSind

A PRESIDENTE DO ANDES-SN MARINA BARBOSA PARTICIPA DA AUDIÊNCIA NO SENADO

As últimas pouco mais de três décadas mostraram o fim prático das formulações da social democracia e das políticas econômicas orientadas pela teoria econômica keinesiana, produtora do Estado de Bem-Estar Social. Essas transformações expressaram-se no Brasil, no âmbito da política e da prática, especialmente mediante a Reforma do Estado, levada a cabo sob a coordenação do Min. Bresser Pereira no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. A reforma, expressão de uma nova matriz política em nível planetário, impôs-se, no Brasil, em vários setores, como no da educação superior. São exemplo disto o novo papel da sociedade civil, sua nova forma de organização, que enfatiza as ONGs e o Terceiro Setor, ass im como a produção das diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Nessa nova fase, destaca-se a contradição dos pólos público e privado, tanto na sociedade, como no Estado: alterna-se a valorização desses dois pólos, mas têm continuidade os elementos mercantis no âmbito das políticas centrais do governo no plano do Estado. Isto condicionou profundamente a política e medidas relativas à educação superior no octênio FHC, assim como condiciona o conjunto de leis recém-sancionadas que atinge direta ou indiretamente a identidade pública da universidade – Lei das Parcerias Público-Privado, Lei da Inovação Tecnológica, Universidade para Todos (ProUni). Condiciona, finalmente, e com o reforço desta legislação recente, o Anteprojeto de Lei de Reforma da Educação Superior, ora em debate, que hoje, entre outros resultados, produz uma infrutífera polarização entre entidades a favor ou contra.

O que se pretende para a educação superior brasileira são Instituições de Educação Superior (IES) autônomas, financiadas pelo Estado, como parte constitutiva de uma Política de Estado. Entretanto, no atual contexto, são demasiadamente estreitos os limites impostos às iniciativas que visem redirecionar o anteprojeto, dada a racionalidade histórica em que, como se viu, ele foi produzido. Não basta fazer o discurso da valorização do público e da regulação do privado mercantil, é necessário traduzir isto em cada um dos artigos e parágrafos da lei. Como se apresenta, o anteprojeto está muito longe de cumprir esse desideratum e muito próximo de dar seguimento às diretrizes predominantes nas reformas pontuais do octênio anterior e na legislação recente acima referida, isto é, as que levam à crescente restrição do pólo estatal-público e desenfreada expansão e fortalecimento do pólo estatal-mercantil.

Entre os muitos pontos que tornam este anteprojeto incapaz de fortalecer e restabelecer a identidade de bem público da universidade, destaquem-se: 1) o financiamento das IFES na forma proposta, que se não vier apoiado na recuperação no mínimo dos índices históricos sobre o PIB (cerca de 1%, em lugar dos atuais cerca de 0,51%); 2) o Plano de Desenvolvimento Institucional, principal peça para a avaliação das IES e nele o Projeto Pedagógico, compulsoriamente orientado pelas diretrizes curriculares herdadas do governo anterior; 3) o fortalecimento do SINAES, com seu viés antiautonômico e em especial na composição do CONAES e nas suas excessivas atribuições; 4) o Conselho Comunitário Social; 5) a Responsabilidade Social das IES, sob a égide da nova organização da sociedade; 6) o Ciclo Básico com sua pretendida terminalidade e indução à neoprofissionalização das IES.

Um anteprojeto vazado nestes termos revela a influência que sofre de um contexto de densidade histórica coercitiva e evidencia a pouca possibilidade de interferência que têm na construção desta Lei e teriam, na vida universitária a ser por ela regida, os efetivos agentes da educação superior, isto é, os responsáveis por construir, no cotidiano das IES, a educação superior que melhor convém ao país.

ENTIDADES SIGNATÁRIAS
até 12-04-2005

- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped)
- Andes-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
- Conselho Regional - SP da SBPC
- Conselho Federal de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- Sociedade Brasileira de Biofísica
- Centro de Estudos de Educação e Sociedade/Unicamp (Cedes)
- Associação de Leitura do Brasil/ Unicamp
- Associação dos Docentes da USP – Adusp
- Instituto Paulo Freire
- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
- Associação Nacional de História - ANPUH

Adufrj-SSind

Nacional

Governo federal quer entregar a Amazônia para grupos estrangeiros

Carla Lisboa

Projeto de lei possibilita o arrendamento da floresta amazônica aos grandes grupos internacionais por prazo que pode chegar a 120 anos

Carla Lisboa

PROFESSOR JOSÉ DOMINGUES EXPLICA OS INTERESSES DAS MULTINACIONAIS NA REGIÃO

No tempo em que fazia oposição, o presidente Lula condenou com veemência as privatizações feitas por seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Pois ele resolveu ir mais fundo na concessão do patrimônio nacional às multinacionais. Depois da licitação do petróleo, o alvo agora é a floresta amazônica, objeto de intensa cobiça mundial.

Tramita na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, o Projeto de Lei 4.776, do Executivo, que arrenda a floresta amazônica aos grandes grupos econômicos ligados a madeireiras, mineradoras, indústria de fármacos, às ONGs e a consórcios de empresas.

O projeto, elaborado na gestão de FHC, foi aperfeiçoado pelo governo Lula e recebeu o aval da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Trata-se da escritura definitiva do projeto de internacionalização da Amazônia assinada pelo presidente da República.

O projeto considera de interesse comercial os recursos florestais brasileiros que se encontram em terras da União, dos estados e municípios e, portanto, sujeitos à exploração sob formas variadas. Dos 83 dispositivos do projeto de lei, destacam-se as concessões de grandes glebas de florestas, por meio de leilões, para explorações de madeireiras por prazos que podem alcançar até 60 anos, renováveis por mais 60 anos, a possibilidade de formação de grandes consórcios empresariais e a terceirização das atividades.

O projeto prevê ainda facilidade de obtenção de financiamentos pelas empresas concessionárias a partir da garantia (hipoteca das florestas) dos produtos a serem obtidos, a criação de uma autarquia na estrutura do Ministério do Meio Ambiente desvinculada do Ibama para gerir os empreendimentos em 23 diferentes atribuições, transformando-a em uma agência reguladora, e a transferência de poder aos municípios para realização, também, das "concessões florestais" por meio de leilões.

ADUnB discute internacionalização

Os riscos de internacionalização da Amazônia e da perda de mais de 50% do território nacional para corporações e organizações não-governamentais estrangeiras que o projeto de lei traz nos seus 83 artigos foram discutidos no debate promovido pela ADUnB, no último dia 11, no Anfiteatro 8 da Universidade de Brasília.

O físico J.W Bautista Vidal, professor aposentado da UnB, e o geólogo José Domingues de Godoi Filho, professor da Universidade Federal de Mato Grosso, afirmaram que o objetivo do PL é entregar mais de 40 milhões de hectares de terras brasileiras a empresas multinacionais e aos países do primeiro mundo.

Segundo eles, o fim da era do petróleo é a principal razão pela qual a Amazônia se transformou em alvo da cobiça internacional. No debate, José Domingues explicou que os interesses estrangeiros na região da Amazônia decorrem em grande parte da possibilidade de extração das riquezas do solo e do subsolo. Isso explicaria, na avaliação de Domingues, o fato de a distribuição dos recursos naturais pelo solo não seguir a mesma lógica de ocupação humana.

"Os programas de ocupação da área têm interesse do capital, pois trabalham como se Amazônia fosse uma grande área vazia que precisasse ser ocupada", disse Domingues. Sobre o Projeto de Lei n° 4776, que cede extensas áreas de florestas públicas para a produção sustentável, ele disse que essa iniciativa do governo representa uma afronta a todos os estudos ambientais já feitos, além de significar mais uma forma de perder território. Domingues observou que a Amazônia já tem uma série de blocos territoriais sob o comando de empresas multinacionais.

Na opinião do geólogo, a ausência de investimentos do Estado nos trabalhadores da região e na própria demarcação de terras indígenas comprova a ganância dos exploradores. "É feita a extração dos recursos, mas não há nada de caráter social", acusa.

Bautista Vidal, por sua vez, ressaltou que apenas as Forças Armadas têm consciência de que o país vive à beira de uma invasão militar na Amazônia. "As melhores forças militares estão se deslocando para a região e se preparando para uma guerrilha", revelou.

O físico acha que o Brasil precisa ocupar urgentemente a floresta amazônica com um programa de produção maciça de biomassa. Isso, garante Vidal, geraria milhões de empregos, livraria a região do risco da internacionalização e transformaria o país em uma grande potência energética do mundo, tendo em vista o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado no petróleo.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 182 • 25 de abril de 2005

Ato contra as reformas sindical e trabalhista

29 de abril sexta-feira

Concentração na Candelária, às 16h, e passeata até a Cinelândia

Conselheiros tentam evitar vagas ociosas na UFRJ
Página 2

Frente Nacional organiza ato contra reforma sindical
Página 3

Assembléia aprova luta por reajuste emergencial de 18%
Página 4

Kelvin Melo

FRENTE NACIONAL CONTRA REFORMA REALIZA ATO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

Manifestação no Rio contra a reforma sindical será no dia 29

Pagina 3

Adufrj-SSind executará ação dos 28,86% somente com autorização individual de professor

Página 4

Colegiados

Conselheiros debatem vagas ociosas na UFRJ

Integrantes do conselho concluem que evasão é a principal causa das vagas que sobram na universidade

Reunidos na sessão da última quarta-feira (20/4), os integrantes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) debateram maneiras para tentar reduzir as vagas ociosas na universidade. Durante a discussão na plenária, os conselheiros consideraram a evasão a principal causa para vagas não preenchidas na instituição. Também foi detectado que existe uma notável discrepância da quantidade de vagas ociosas entre os diferentes cursos. Na Medicina, por exemplo, o índice de evasão é praticamente zero, enquanto que na Física é muito alto. O professor Joaquim Lopes Neto, representante do CCMN, afirmou que existem casos de alunos que entram no curso de Física e ficam somente até passar em um novo vestibular para Engenharia. Para ele, quando este aluno passa no vestibular da UFRJ e apenas troca de curso, o caso não pode ser considerado evasão: "O aluno não saiu da instituição, ele apenas mudou de curso".

Miguel Jonathan, professor do CCMN, levantou um outro aspecto para explicar o abandono de vagas. De acordo com ele, existem muitos alunos que passam no vestibular mas não teriam "competência" para seguir no curso até o fim. A opinião dele foi compartilhada pelo professor Luiz Felipe Coelho, representante do CCMN que descreveu o trabalhoso processo de professores do Instituto de Física para recuperar um aluno que ficou reprovado em todas as matérias no primeiro período: "Deve haver mais realismo na hora da seleção. Recebemos alunos com nota 0,25 em Física. Como este aluno irá se graduar em Física?", questionou Luiz Felipe. Como solução para este problema específico, o representante do CCMN defendeu a volta do ciclo básico, opinião que também foi sustentada pelo professor Ericksson Rocha e Almendra, representante do CT.

Intercâmbio de informações entre as públicas

Na tentativa de solucionar o problema, a representante do CCS, Ana Maria Borralho, propôs um intercâmbio de informações entre as universidades públicas para que haja uma otimização das vagas no processo de substituição dos candidatos que passam no concursos de ingresso para mais de uma instituição. Geralmente, os estudantes prestam concurso para várias universidades e, em vários casos, passam em mais de uma delas. A idéia de Ana é que, quando o aluno optar por uma entre várias instituições para as quais tenha passado, as demais fossem automaticamente informadas para que pudessem liberar suas vagas para outros candidatos.

A discussão sobre uma política para o preenchimento das vagas ociosas voltará a ser pauta nas próximas sessões do colegiado O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, pretende convidar a diretoria da DRE para contribuir com o debate.

Preocupação com a FND

O coordenador de graduação temporário da Faculdade Nacional de Direito, Ericksson Rocha e Almendra, analisou a situação da unidade durante o expediente da última sessão do CEG. A Faculdade de Direito está sendo administrada por uma direção *pro tempore* formada por docentes externos à Faculdade. O conselheiro apontou as contradições da unidade: "É uma unidade onde faltam professores, mas existem professores sobrando. Faltam funcionários em determinados setores, mas existem funcionários sobrando em outros. Tem espaço não ocupado, mas falta espaço para outras atividades."

Agenda Sindical

27 a 30/4 - IV Encontro Hemisférico de luta contra a ALCA
Campanha Jubileu Sul/Brasil contra a ALCA
Havana - Cuba

28/4 - Reunião do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília (DF)

29/4 - Ato contra as reformas sindical e trabalhista
Rio de Janeiro (RJ)

5 e 6/5 - Reunião do Setor das Estaduais
Brasíla (DF) - na sede do Andes-SN

10/5 - Apresentação do Relatório Final das reuniões do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília (DF)

17/5 - Chegada à capital da Marcha Nacional pela Reforma Agrária
Brasília (DF)

15 a 17/6 - 50º Conad do Andes-SN
Fortaleza (CE) - com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Anote os telefones da Adufrj-SSind
3884-0701
2230-2389
2260-6368

Anote

Andes-SN convoca o 50º CONAD

Está convocado o 50º Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN (Conad). O evento acontece de 15 a 17 de julho, na cidade de Fortaleza (CE) e será sediado pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Fortaleza (Adunifor). O tema central do encontro dos representantes das SSinds será *Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo*.

Os textos de contribuição das seções sindicais e dos sindicalizados deverão chegar na sede do Andes-SN, impreterivelmente, até o dia 19 de maio, pelo correio eletrônico.
Os textos que chegarem ao Sindicato no período de 20 de maio a 30 de junho também serão remetidos às seções sindicais, juntamente com as correções e análises, compondo assim o anexo ao Caderno de Textos a ser publicado no dia 5 de julho.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Reforma Sindical

Frente Nacional organiza ato contra reforma sindical

Concentração ocorre na Candelária neste dia 29, às 16h

Organizar uma grande manifestação contra as reformas sindical e trabalhista, no centro do Rio de Janeiro, nesta sexta-feira, 29. Essa passou a ser a principal tarefa Frente Nacional contra a PEC 369 (proposta de Emenda Constitucional que trata da reforma sindical), que realizou seu primeiro ato em território fluminense, no auditório do prédio da Associação Brasileira de Imprensa, no último dia 18. Formada por dezenas de sindicatos do serviço público e da iniciativa privada, a Frente reuniu aproximadamente 150 pessoas no evento da ABI.

Na ocasião, além de diretores dos sindicatos nacionais presentes, representantes dos partidos políticos contrários à PEC 369 tiveram a oportunidade de se manifestar. Pelos discursos, ficou evidente que a atual proposta de reforma sindical abre caminho para a retirada de direitos na futura reforma trabalhista.

Conselheiro da Adufrj-SSind e integrante da diretoria nacional do Andes-SN, o professor Roberto Leher observou que vivemos uma época de expropriação, em referência aos projetos do governo que transferem recursos públicos para a esfera privada, como as PPP (Parcerias Público-Privadas). Porém, segundo ele, o próprio governo sabe que a expropriação dos direitos do trabalhador, numa futura contra-reforma trabalhista, vai gerar conflitos. A reforma sindical vem, no ponto de vista do professor, para eliminar as resistências da base das categorias, ao transferir o poder de negociação para a "direção burocratizada das centrais sindicais".

Pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), Agnaldo Fernandes observou que existe grande possibilidade de êxito na luta contra a PEC 369. E citou como um sinal a diversidade de forças políticas presentes no auditório da ABI: "Temos aqui companheiros da base do governo ou não, de dentro ou fora da CUT", disse. "Precisamos ir à base dos sindicatos e conscientizar os trabalhadores", completou.

Vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Wagner Gomes explicitou que a própria Central está dividida sobre o tema da reforma sindical. Wagner informou que, na Direção Executiva Nacional da CUT, treze pessoas são favoráveis e doze, contrárias à PEC 369. "A possibilidade de derrotar a reforma cresce a cada dia", afirmou. O dirigente sindical acrescentou que existe a proposta da Frente de se realizar uma grande Marcha, com mais de cem mil manifestantes, em Brasília, na época de votação da PEC - data que dependeria da tramitação no Congresso.

Única deputada federal presente ao ato, Jandira Feghali (PC do B) ressaltou que "qualquer que seja o governo, não pode ter o nosso apoio um projeto que traz tamanho retrocesso". Segundo ela, a PEC 369 promove o atrelamento dos sindicatos ao Estado, tal como na época de Getúlio Vargas. "Essa PEC 369 já é a reforma trabalhista", alertou. Na mesma medida em que se mostrou perplexa com o conteúdo da proposta do governo, Jandira também estava confiante na derrota da PEC no parlamento - para aprovar uma alteração da Constituição Federal, são necessários três quintos da Câmara (ou 308 votos). "A chance de derrota da PEC é grande. Diante disso, nem sei se o governo põe em votação", ressaltou.

Acácio Hermann, do Sindicato dos Metalúrgicos de Nova Friburgo, observou que, para além das ações parlamentares, é preciso construir a mobilização entre os trabalhadores e os estudantes, não só contra a PEC 369, mas também contra o conjunto das reformas neoliberais. E citou a manifestação deste dia 29, no centro do Rio, como um grande passo nessa direção.

Reforma sindical não tem nada de "democrática"

Durante o ato da ABI, foi distribuído um informativo elaborado pela Frente Nacional conta a PEC 369, com críticas à proposta do governo. Segundo o documento, o primeiro aspecto falso é o "caráter democrático" com o qual Lula e sua equipe tentam vestir a reforma sindical. "Isto não é verdade: as Centrais Sindicais que apóiam este projeto não consultaram os sindicatos a elas filiados, menos ainda aos trabalhadores da base destes sindicatos, sobre o teor da proposta. E as resoluções das plenárias estaduais patrocinadas pelas DRTs (delegacias regionais do trabalho) para discutir a reforma foram solenemente ignoradas na redação final do projeto", diz um dos trechos iniciais do informativo.

Ainda de acordo com o documento da Frente Nacional, a PEC 369/2005 traz, pelo menos, "duas aberrações autoritárias". Pela nova redação dada ao artigo 8 da Constituição Federal, fica estabelecida a volta do poder intervencionista do Estado nos sindicatos. De fato, ficará assim, se aprovado o texto do governo, em seu inciso II: "(...) o Estado atribuirá personalidade sindical às entidades que, na forma da lei, atenderem a requisitos (...)".

A segunda "aberração" é exigir do sindicato que atenda critérios de "(...) agregação que assegurem a compatibilidade de representação em todos os níveis e âmbitos da negociação coletiva". Para a Frente Nacional contra a PEC 369, este item obriga o sindicato a filiar-se a uma Central Sindical e às suas Confederações/Federações para obter representação sindical. O detalhe é que o critério determinado para reconhecimento legal de Centrais Sindicais é bastante restritivo, o que levaria "a uma espécie de monopólio de representação extremamente danoso para os trabalhadores e para a democracia". A íntegra da PEC 369 pode ser conferida em http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Projetos/PEC/2005/msg121-050303.htm.

Projeto de Lei de Relações Sindicais

Mas a PEC 369 é apenas o começo do absurdo. Se aprovada sua proposta, o governo já elaborou o chamado "Projeto de Lei de Relações Sindicais", que regulamenta a alteração constitucional. Entre os principais pontos do PL, aponta-se para a eliminação ou flexibilização dos direitos trabalhistas, através da negociação coletiva. Também permite que as entidades sindicais de grau superior possam negociar, e assinar um acordo em nome dos trabalhadores sem consultar as assembléias de base. Além disso, o acordo assinado na cúpula sindical não poderia ser mais modificado pelos sindicatos de base.

A reforma cria, ainda, a figura do sindicato "biônico", segundo o informativo da Frente Nacional. Entidades de grau superior ganham poder de construir sindicato (mesmo sem representatividade) na base de outra entidade já existente, substituindo-a, utilizando-se da "representação derivada". É instituída uma "contribuição negocial", que poderá aumentar o volume de recursos retirados dos trabalhadores. O direito de greve torna-se letra morta, uma vez que chega a autorizar o empregador a contratar substitutos para os grevistas.

Mantém-se a discriminação contra os servidores públicos, que ficam impedidos de exercer o direito de negociação e contratação coletiva, por falta de regulamentação legal.

Empresários também se mobilizam

Se os trabalhadores organizam suas forças para barrar a reforma, os empresários estão ainda mais coesos com o objetivo de "piorar" o projeto. Nas palavras de Altamiro Borges, editor da revista "Debate Sindical", a tática dos patrões "consiste em bombardear os poucos pontos positivos da 'proposta de consenso' elaborada no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e, aproveitando-se das brechas, em exigir a imediata discussão da flexibilização das leis trabalhistas", segundo texto divulgado na agência de notícias Adital (www.adital.com.br).

Os patrões centram seus ataques em cinco dos 238 artigos do projeto, segundo Altamiro: a substituição processual que permite ao sindicato acionar judicialmente as empresas em nome dos trabalhadores; a proposta da regulamentação futura da representação nos locais de trabalho; a ampliação do número de dirigentes sindicais com estabilidade no emprego; as alterações na Comissão de Conciliação Prévia; e o poder do sindicato de questionar os acordos coletivos. "Sob o falacioso argumento de que esses dispositivos reforçam o poder sindical no Brasil, os empresários exigem uma compensação imediata: a flexibilização das leis trabalhistas", diz outro trecho do texto de Altamiro.

Adufrj-SSind

Assembléia muda estratégia para conquistar os 28,86%

Execução dos pagamentos só ocorrerá com autorização expressa do professor interessado

Kelvin Melo

OS ASSESSORES JURÍDICOS ANA LUISA DE SOUZA E FELIPE SANTA CRUZ PRESTARAM ESCLARECIMENTOS SOBRE OS 28,86%

A última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, de 19/4, no auditório do CFCH, decidiu uma mudança de estratégia política para conquistar os 28,86% - percentual de aumento destinado aos militares em 1993 e não estendido aos servidores públicos civis. Agora, a seção sindical executará esta ação judicial apenas com autorização expressa do professor interessado.

Na prática, as decisões buscam contemplar o interesse dos distintos grupos formados por conta dessa intrincada questão judicial: há os que assinaram acordo com o governo e já não participam do pleito; os que pouco ou nada têm a ganhar com a ação, devido ao controverso julgamento do Supremo Tribunal Federal, de 1998, que resolveu descontar o reajuste de 28,86% de outros aumentos concedidos aos docentes após janeiro de 1993; e também ocorre o caso de professores que receberam funções gratificadas ou comissionadas no período de 1993 até junho de 1998 - estes possuem a possibilidade de ganho significativo com a ação, uma vez que os 28,86% incidem por completo sobre os valores dos vencimentos daqueles anos.

Uma vez que a primeira das várias ações propostas pela Adufrj-SSind (96.0018428-3), datada de 1996, obteve ganho de causa e está atualmente em fase de execução do pagamento, os professores que têm uma soma significativa a receber poderão autorizar a seção sindical a proceder com os devidos trâmites jurídicos. Já os que nada ou pouco receberiam poderão simplesmente não autorizar a execução do pagamento e, assim, aguardariam o julgamento de um outro processo que busca a isonomia com os pares beneficiados pela ação do Sintufrj. Os técnico-administrativos obtiveram ganho de causa em 2002 e conseguiram a incorporação da totalidade dos 28,86% aos vencimentos, sem qualquer compensação que diminuísse esses valores.

Orientação ao sindicalizado

Vale dizer que a Adufrj-SSind vai providenciar os cálculos de cada docente participante das ações da seção sindical para melhor orientá-lo na autorização ou não da execução judicial. A categoria será informada, em tempo, pelos meios de divulgação da entidade e também por correspondência.

Adufrj-SSind vai defender um reajuste emergencial de 18% para todos os servidores

A assembléia aprovou a indicação, para a Plenária dos SPF de 24/3, de um reajuste mínimo de 18% como uma reivindicação que deverá unificar a luta de todos os servidores federais. Diretor da Adufrj-SSind, José Miguel Bendrao Saldanha explicou que as diversas categorias do funcionalismo público tiveram reajustes diferenciados nos últimos anos por conta da política de gratificações produtivistas, o que dificulta a aprovação de um percentual unitário para o conjunto dos trabalhadores.

Plenária dos SPF

A diretoria da Adufrj-SSind indicou a diretora Janete Luzia Leite para acompanhar a reunião do Setor das Federais, em 23/4, e a Plenária dos SPF, em 24/4, na qual será deliberado o índice de reposição emergencial. Sem quórum suficiente, não foi eleito nenhum representante da base.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Resenha

Mulheres de militares protestam por maiores salários

Em evento de comemoração aos 357 anos do Exército, mulheres de militares fizeram uma manifestação por reajustes salariais para a categoria. Forças policias tentaram conter o grupo de mulheres que, vestidas de preto, gritavam palavras de ordem e se jogavam no chão: "O Lula chamou vocês [soldados] de idiotas, quanto mais baixos os salários, mais otários vocês são". As manifestantes cobraram uma promessa do governo feita no ano passado de pagar o reajuste de 23% previsto para o primeiro trimestre deste ano e repudiaram os baixos salários que obrigam "90% dos militares a adquirirem empréstimos". Lula comentou as manifestações prometendo "carinho" e "vontade política". O uso das mulheres nas manifestação se deve à regra das Forças Amadas que classifica as greves de militares como insubordinação. *(Folha de São Paulo, 20/4)*

ProUni tem prioridade em bolsa do MEC

O MEC anunciou a criação da Bolsa Permanência destinada a estudantes de baixa renda e "que será concedida prioritariamente a estudantes do ProUni que fazem cursos em turno integral", conforme explicou o secretário-executivo adjunto, Jairo Jorge. Alunos e reitores acreditam que a medida não será suficiente para atender a demanda de assistência estudantil, contestam a prioridade ao ProUni e defendem critérios exclusivamente socioeconômicos para a concessão da bolsa. Outro programa criado pelo governo foi o Brasil AfroAtitude destinado a estudantes que ingressaram em universidades públicas pelo sistema de cotas. As 500 bolsas desse programa serão insuficientes para atender os cotistas das 10 universidades do país que adotam a reserva de vagas. *(Folha Dirigida 19/4)*

Cursinhos ensinam redação-clichê

A Fuvest repreendeu escolas e cursos pré-vestibulares que ensinam seus alunos a produzir redações padronizadas, repletas de clichês e citações como "segundo Freud..." ou "de Marx a Hobbes o ser humano..." para mostrar erudição que "não tem valor algum se o candidato não seguir a proposta pedida pela banca", diz a diretora-executiva da fundação, Maria Tereza Rocco, que afirma ter que dar nota zero aos candidatos que seguem o texto "camisa-de-força" e acabam fugindo do tema. *(Folha de São Paulo 19/4)*

Conflito rural dobrou no governo Lula

Dados do relatório Conflitos no Campo, divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), revelam que nos dois primeiros anos do governo Lula ocorreram 2.733 conflitos pela posse da terra no Brasil, quase o dobro dos 1.424 ocorridos nos dois últimos anos do governo FHC. Em 2004, 40% das mortes em conflito na zona rural ocorreram na Terra do Meio, no Pará, entre eles a da freira norte-americana Dorothy Stang. Os números mostram o aumento dos conflitos como resultado do alto grau de expectativa e frustração dos movimentos rurais em relação à reforma agrária. *(O Estado de São Paulo, 20/4)*

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

REFORMA UNIVERSITÁRIA

EDIÇÃO DE 25 DE ABRIL 2005

Nesta edição, o Jornal da Adufrj publica uma análise do Grupo de Trabalho em Política Educacional do Andes-SN sobre o Anteprojeto de Lei da Educação Superior do MEC (versão de dezembro/2004). O texto foi produzido com a colaboração do Grupo de Trabalho Carreira. Os dois grupos estiveram reunidos em São Paulo, nos dias 12 e 13 de janeiro, na sede da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp)

Esse texto faz parte de uma publicação do Andes-SN com o mesmo nome que, assim como a *Agenda do Andes-SN para a Educação Superior,* pode ser encontrada nos sites www.andes.org.br) e (www.adufrj.org.br).

ANÁLISE DO GTPE/ANDES-SN DO ANTEPROJETO DE LEI DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MEC VERSÃO DE DEZEMBRO DE 2004

Apresentação

O Brasil precisa de uma reforma da educação superior digna desse conceito. As medidas implementadas e anunciadas pelo Executivo Federal nada têm a ver com o sentido histórico do termo "reforma", pois, em vez de ampliarem a esfera dos direitos dos cidadãos e do dever do Estado em relação à garantia destes, repassam o fornecimento da educação "destinada aos pobres" para o setor privado (Prouni) e subordinam o que é dado a pensar nas universidades aos objetivos do capital ou do governo (Inovação Tecnológica, SINAES). De fato, as orientações governamentais estão em total oposição às das lutas seculares em defesa da educação pública, gratuita e universal. Em 18 de março de 1871, nas lutas da Comuna de Paris, "todos os estabelecimentos de ensino foram abertos ao povo gratuitamente e, ao mesmo tempo, desembaraçados de toda a ingerência da Igreja e do Estado. Assim, não só a instrução se tornava acessível a todos, como a própria ciência era libertada das grilhetas com que os preconceitos de classe e o poder governamental a tinham acorrentado" (Marx e Engels, Sobre a Comuna).

Não será com o controle dos dirigentes dos governos e, tampouco, com a subordinação dos problemas, questões e temas a pesquisar ao setor empresarial que a universidade produzirá conhecimento novo.

Passados 134 anos, essas consignas continuam atuais. Uma reforma verdadeira requer a universalização da escola pública como dever do Estado e não como um inconsistente "bem público" (não-estatal). Para que a universidade possa cumprir a sua função social, é preciso assegurar amplas condições de liberdade de produção do conhecimento e, por conseguinte, liberdade para definir o que é dado a pensar. E não será com o controle dos dirigentes dos governos e, tampouco, com a subordinação dos problemas, questões e temas a pesquisar ao setor empresarial que a universidade produzirá conhecimento novo.

O País necessita de uma agenda, de um plano estratégico, capaz de reverter o encolhimento da educação pública superior e de, nesse processo, democratizar e desmercantilizar as instituições existentes. O Andes-SN elaborou e aprovou em seu 24º Congresso (24/2 a 1º/3/05) o conteúdo dessa agenda, que referenciará o diálogo do Sindicato Nacional com a sociedade brasileira, objetivando somar forças que sustentem como imperativo um projeto alternativo para a educação pública brasileira.

A despeito do que vem sendo proclamado nas faraônicas campanhas publicitárias do MEC, os orçamentos para as instituições federais dos dois primeiros anos do governo Lula foram 20% menores do que os do draconiano ano 2000. Essa situação de aperto orçamentário continua oprimindo também o desenvolvimento da quase totalidade das instituições estaduais que ou seguem a mesma orientação do governo federal ou as antecipam, em uma corrida irresponsável pelo título do governo mais "confiável" para os "senhores do mundo". O resultado: em 2000, apenas 20% das vagas eram públicas; em 2003, esse percentual foi reduzido para ínfimos 14%. Na prática, apenas 3 em cada 100 jovens estão matriculados em uma instituição pública. O hiato que separa os países centrais dos periféricos e semiperiféricos no que tange à propriedade intelectual somente se amplia: atualmente, dos 3,8 milhões de patentes, apenas 1% está registrado nas periferias. O anteprojeto, como veremos, não assegura medidas capazes de reverter esse processo de encolhimento do que é público.

O anteprojeto tem de ser lido a partir de um conjunto

de outros instrumentos normativos – da Constituição Federal, que afirma que as universidades gozam de autonomia quanto aos fins (didático-científica) e quanto aos meios (administrativa e de gestão financeira e patrimonial), da LDB que, indevidamente, restringe o disposto na CF, passando pelo PNE, que continua vetado em seus aspectos mais substantivos, entre os quais o que prevê a ampliação das verbas educacionais dos atuais 4% do PIB para 7% do PIB.

Mas não basta examinar os grandes ordenamentos. Por meio de expedientes de baixa legitimidade, uma série de normas foi encaminhada por meio de medidas provisórias, como o SINAES/ENAD e o Prouni. Outras, como a Inovação Tecnológica, foram discutidas em outros âmbitos para além do MEC, como os Ministérios do Desenvolvimento e de C&T, sem dialogar de modo verdadeiro com as universidades públicas. É um péssimo ponto de partida o governo trabalhar com a lógica: "eu exijo que a universidade seja reformada a partir de meus próprios parâmetros". Em uma esfera pública de debates, os diversos pontos de vista têm de ser expostos, não pode haver falseamento de consensos e, tampouco, ameaças e coerções.

O SINAES e o controverso ENAD invadem o espaço de autonomia das universidades, subordinando as suas atividades acadêmicas ao governo e a organismos privados desprovidos de legitimidade. Um grupo de treze representantes, todos nomeados pelo Executivo, irá compor a Comissão Nacional de Avaliação que tem como atribuição dirigir o aparato da avaliação nacional. Para assegurar o caráter compulsório do ENAD, este foi convertido em requisito curricular obrigatório. Alguns colegiados superiores, como os das paulistas, disseram que não se vêem obrigados a adotá-lo. Contudo, conforme a Lei nº 10861/04 do SINAES, os dirigentes das instituições públicas poderão ter os seus mandatos cassados pelo MEC.

É difícil imaginar um ambiente menos acolhedor para o debate acadêmico. O precedente é grave e incompatível com o Estado de direito. O mandato do Reitor não pertence ao MEC.

O Prouni consolida o eixo do fornecimento privado. O socorro financeiro às IPES (instituições particulares), por meio da completa isenção de impostos e contribuições, envolverá, em futuro próximo, um montante de cerca de R$ 3 bilhões. Inicialmente, o governo afirmou que a troca justa dessa isenção seria uma fração de 20% das vagas (400 mil bolsas integrais), depois admitiu a redução para 10%. No Congresso, a base governista acordou com os empresários apenas 4,25%, assim, não ultrapassará 120 mil bolsas a um custo elevadíssimo. Com esses recursos, teríamos ensino noturno em todas as IFES, criando, de imediato, 400 mil novas vagas; e poderíamos chegar em 3 ou 4 anos a 1 milhão de matrículas de verdade e não o embuste previsto no Prouni, que admite que o fornecimento seja por meio dos indefiníveis cursos seqüenciais.

O montante principal das verbas de pesquisa será repassado por meio da Inovação Tecnológica, uma inversão completa dos fins da universidade. Em parte alguma do mundo a inovação é feita nas universidades, mas nas empresas.

O montante principal das verbas de pesquisa será repassado por meio da Inovação Tecnológica, uma inversão completa dos fins da universidade. Em parte alguma do mundo a inovação é feita nas universidades, mas nas empresas. Conforme esste dispositivo, os professores são conceituados como "empreendedores", permitindo, ainda, o uso de instalações da universidade por empresas e a cessão, com ônus para o Estado, de docentes-empreendedores que almejam uma carreira empresarial. E, como se não bastasse, obriga os estudantes e professores financiados por mecanismos previstos na inovação ao sigilo. Nada mais ofensivo à liberdade acadêmica.

Assim, o anteprojeto não é um raio em céu azul. É parte de um processo de reforma da educação superior. Seria muito positivo se o governo admitisse isso e mudasse o seu método de discussão, inspirando-se em valores acadêmicos.

O Andes-SN tem feito criticas qualificadas, e tem proposto alternativas às medidas em curso. O Sindicato Nacional parte da premissa de que a universidade é uma instituição social que admite a critica, a pluralidade de pontos de vista e o exercício da dúvida. Contudo, o próprio Presidente da República afirma ser legítimo convocar apenas as entidades representativas que, a seu ver, concordam com a sua política ou que são dirigidas por partidários do governo. E mais, chega ao ponto, conforme o Ministro, de afirmar que é legitimo o governo patrocinar uma nova entidade sindical para concorrer com o Andes-SN na representação docente, ferindo todos os acordos da OIT, pois, prossegue o ministro, é direito do governo escolher os seus interlocutores e conferir a estes legitimidade na mesma proporção em que deles a recebe.

Partindo de um "rolo compressor" que silencia a crítica, instituindo o pensamento único e referendando a máxima de Thatcher, de que não há alternativa, o país perderá uma grande oportunidade de reformar não apenas a universidade, mas a educação pública brasileira, tecendo novos laços entre a educação básica e a superior, conforme sustenta o Andes-Sindicato Nacional em sua proposta de agenda para a educação superior.

Todos esses limites e contradições da política para a educação superior podem ser vistos, com detalhes, nas seções apresentadas a seguir, elaboradas pelo Andes-SN a partir de seu Grupo de Trabalho em Política Educacional, com a contribuição do GT Carreira, que estiveram reunidos em São Paulo, nos dias 12 e 13 de janeiro, na ADUNIFESP. A essas análises se seguem um exame da contra-reforma da educação profissional e um estudo diligentemente elaborado pela Professora Vera Jacob (ADUFPA), que, a partir das reflexões do GTPE, faz comentários artigo a artigo do documento em discussão na presente publicação.

Diretoria do Andes-SN

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br
E-mail Redação: comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

I - O Anteprojeto de dezembro de 2004 é tão somente um capítulo de um projeto de redefinição neoliberal da educação superior brasileira[1]

Ao apresentar, em 6 de dezembro de 2004, o anteprojeto da Lei da Educação Superior (que estabelece normas gerais para a Educação Superior, regula o Sistema Federal da Educação Superior e dá outras providências – versão preliminar), o governo Lula da Silva tenta caracterizá-lo como sendo o "marco zero" da reforma pretendida para esse nível educacional.

Essa caracterização, entretanto, não condiz com a realidade, pois,

> *A investida contra o ensino superior público e gratuito é bastante antiga. Antes constava de recomendações dos acordos MEC-USAID (sobretudo a partir dos anos 60) e nos dias atuais, de orientações do Banco Mundial para a reforma desse nível de ensino, assim resumidas: fomentar a diversificação de instituições públicas e privadas; incentivar as instituições públicas a buscar diferentes fontes de financiamento; redefinir as funções do Estado, enfatizando a autonomia e a responsabilidade institucional; e adotar políticas pautadas na qualidade e na eqüidade. (MURANAKA e MINTO, Revista Universidade e Sociedade nº 15, 1998, p. 65-75).*

Em que pese os avanços fundamentais da Constituição Federal, a força do lobby privatista não passou despercebida. Em seu Art. 213 possibilitou que o Estado seguisse no caminho de sua desresponsabilização para com o financiamento do ensino público – não destinando verbas públicas somente para o sistema público de ensino. Além disso, permite a dissociação do tripé ensino-pesquisa-extensão, na medida em que, de acordo com o seu § 2º, "As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Publico." (grifo nosso). Portanto, abriu-se a possibilidade de o Poder Publico garantir apenas o ensino.

Entretanto, cabe ressaltar que o teor das propostas mencionadas tem sido viabilizado pelo contexto mais amplo: o da Reforma do Estado brasileiro a partir do início nos anos 90, com os governos Collor de Melo e Itamar Franco, que promoveram o desmantelamento do aparato técnico-operativo dos serviços públicos a partir de 4 eixos principais: 1) estabelecimento de metas de inflação; 2) redução do déficit público; 3) privatização das empresas estatais; e 4) enxugamento de pessoal e de recursos financeiros - justamente os dogmas do neoliberalismo. No âmbito da Educação, em especial no governo Collor, o MEC já preconizava mudanças "necessárias" à Educação Superior, cujo objetivo central era a diversificação das instituições de ensino superior brasileiras, notadamente com a criação de "centros de excelência" (responsáveis pela produção de conhecimento redefinido a partir do mercado), sendo às demais instituições delegado o papel de "escolões de ensino superior".

Todo esse arcabouço foi transformado em instrumentos legais, durante a década de 90, sob os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, principalmente por meio de emendas constitucionais (EC), a exemplo da EC nº 19, que determinou a Reforma Administrativa.

No plano internacional, o Consenso de Washington estabelecia quatro mecanismos básicos para o modelo de Estado desejado: 1) a desregulamentação do controle estatal sobre as atividades econômicas e sociais; 2) a privatização; 3) a descentralização das atividades antes desempenhadas pelo Estado e 4) a concentração dos mecanismos de controle na esfera do Executivo. Dando conseqüência a estas determinações, FHC foi eleito sob a "aura" da modernidade, da racionalidade técnica e da eficiência, introduzindo a "probidade administrativa" a partir de princípios pretensamente científicos. Na Educação, influentes agentes formuladores de políticas educacionais, vinculados às agências internacionais, expressavam em seus textos as diretrizes desejáveis para o ensino superior nos países em desenvolvimento, baseando-se no cumprimento de quatro funções distintas: *a) formar elites, que pensariam melhor, assumiriam a liderança e exerceriam o papel de críticos; b) formar profissionais liberais cujas características demandariam apenas um ensino específico; c) formar técnicos com o domínio de conhecimentos práticos requeridos pelo mercado de trabalho; e d) formar pessoas com educação geral, não voltadas para uma única profissão, demandando menor investimento* (*Id., ibid. apud* Moura e Castro, Folha de S. Paulo, 02/09/1996, Caderno 3, p. 10).

A aprovação do projeto do Executivo de LDB, em dezembro de 1996 (em detrimento do projeto discutido com as entidades representativas da área), no que se refere à educação superior, contribuiu para a materialização dessas idéias, ao classificar, por exemplo, as instituições de ensino superior em universidades, faculdades e institutos ou escolas superiores.

A eleição de Lula da Silva à presidência esteve condicionada, por opção própria, à consecução dos acordos firmados com o FMI (julho 2002) e com as agências financeiras internacionais (como o Acordo com o FMI de novembro 2002), principalmente no que tange à complementação da Reforma do Estado iniciada pelos governos anteriores.

No âmbito da educação, objeto desta análise, coube ao governo Lula da Silva a concretização da reforma do ensino superior. Entretanto, como o bom aluno que deseja fazer mais do que manda seu mestre, as transformações que estão sendo levadas a cabo promovem uma reforma em toda a educação brasileira.

A fim de não dar visibilidade ao seu projeto, apresentando um projeto pronto e acabado (como ocorreu na reforma da Previdência), o MEC empenha-se em fazer aprovar de forma não democrática aquilo que o governo considera central para a nova configuração do ensino no Brasil (SINAES, PROUNI, Lei de Inovação Tecnológica, PPP, Regulamentação das Fundações Privadas), deixando a consolidação de outras medidas para ser "amplamente discutida pela sociedade" no anteprojeto de Lei da Educação Superior.

O governo Lula da Silva aprofunda as políticas adotadas anteriormente, a título de avaliação da educação superior, centralizando-as por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), almejando um maior controle do Poder Público.

A Lei nº 10.801, de 14/04/2004, instituiu o SINAES, que trata da responsabilidade sobre o credenciamento, o recredenciamento e o funcionamento dos cursos de graduação. Instrumento este considerado como necessário, pelo governo, para avaliar as instituições de ensino públicas e também as privadas. A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), nomeada exclusivamente pelo governo e majoritariamente governista em sua composição, passará a centralizar todo esse processo. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é instituído, com um caráter de premiação-punição, sendo inclusive considerado como componente curricular obrigatório e devendo constar do histórico escolar do estudante.

Dessa forma, o SINAES caracteriza-se como um mecanismo de regulação-ajuste da educação superior ao novo desenho de sistema pretendido pela "reforma", contribuindo, particularmente, para a indiferenciação entre as instituições públicas e privadas, orientação que é congruente com a dos organismos internacionais.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) cumpre o papel de operacionalizar as parcerias público-privadas (PPP) na educação superior. Ainda que no texto de lei aprovado no Congresso sobre as PPP não se explicite claramente a inclusão da educação como área sujeita a contratos de gestão, por meio de parcerias público-privadas, o PROUNI de fato institucionalizou a possibilidade de tais contratos, diluindo a fronteira entre o público e o privado.

Os acordos firmados entre o governo e a iniciativa privada permitem isenções fiscais às instituições que aderirem ao PROUNI. O montante dessas isenções, se arrecadado e repassado para as redes públicas de ensino superior, possibilitaria a criação de aproximadamente 4 vezes mais vagas que aquelas propagandeadas pelo governo, considerando apenas as instituições federais. Nas palavras do ministro da Educação, Tarso Genro, o PROUNI significa a "expropriação de vagas mediante indenização" (Revista ADUSP nº 32, abril de 2004), ou seja, o governo define o PROUNI como sendo uma proposta de inclusão social, de democratização do acesso da população de baixa renda ao ensino superior.

Em nome desse pretenso acesso, que em momento algum garante a permanência, fica escamoteada uma questão fundamental, a "oferta" de educação de qualidade questionável para os pobres. Isso porque o PROUNI não prevê mecanismos efetivos de controle sobre a qualidade do ensino ministrado pelas instituições credenciadas. Ademais, segundo o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES: *(...) se o governo federal, através de seus técnicos, considera mais vantajosos trocar isenções fiscais por bolsas de estudos em instituições privadas, é porque ele próprio não acredita que esse mesmo resultado possa ser conseguido com as instituições federais*. (Folha de S. Paulo, 12/01/2005, Painel do Leitor, Caderno A, p. 3).

Nesse movimento de Reforma da Educação Superior também merece destaque a aprovação da Lei de Inovação Tecnológica (**LEI No 10.973, de 2 de Dezembro de 2004**). Com o atual quadro de deterioração salarial e as precárias condições de trabalho, essa lei institucionaliza a mercantilização do conhecimento produzido nas instituições públicas com a promessa de melhoria das condições ali presentes. Na realidade, o campo empresarial irá definir, de acordo com os seus interesses, o tipo de pesquisa e de conhecimentos que serão produzidos, subordinando tais instituições ao mercado, se quiserem que seus projetos sejam financiados.

Se, antes, as relações entre as instituições públicas e essas fundações de caráter privado propiciavam algumas práticas, no mínimo duvidosas, agora, a íntegra desse decreto cumpre o papel de legitimar tais práticas outrora consideradas ilegais.

Além disso, o professor será impelido a assumir o papel de "empreendedor", com a responsabilidade de captar recursos, podendo, inclusive, deixar suas funções acadêmicas e científicas para se tornar um empresário. Ademais, contando com o amparo de recursos públicos! Permite também que o governo contrate empresas privadas para a realização de pesquisas dentro das instituições públicas, inclusive privilegiando os interesses específicos dessas empresas. Isso caracteriza uma outra inserção das PPP no âmbito da educação.

O Decreto nº 5.205/2004, que regulamenta as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, estabelece, em seu art. 1º, que as instituições públicas mencionadas e as fundações de apoio, privadas, poderão celebrar *(...) contratos ou convênios, mediante os quais essas últimas prestarão às primeiras apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, por prazo determinado*. Esse mecanismo oficializa e amplia o papel que tais fundações, ditas "de apoio", têm desempenhado no interior das instituições públicas de viabilizar "parcerias", sobretudo com a iniciativa privada, gerenciando recursos financeiros oriundos de contratos, convênios e projetos, inclusive permitindo a contratação de pessoal.

Se, antes, as relações entre as instituições públicas e essas fundações de caráter privado propiciavam algumas práticas, no mínimo duvidosas - a burla de licitações, a complementação salarial indevida, a captação de verbas (o famoso "Caixa Dois") como mecanismo de complementação financeira para a manutenção de várias das atividades institucionais -, agora a íntegra desse decreto cumpre o papel de legitimar tais práticas outrora consideradas ilegais. Por exemplo, o § 5º do art. 1º autoriza explicitamente a dispensa de licitação pública para os contratos mencionados e também o § 2º do art. 5º permite a concessão de bolsas para os servidores públicos que participem das atividades previstas em contratos, convênios e projetos.

Essas breves considerações atestam que o anteprojeto da Lei de Educação Superior mantém a mesma lógica do que foi até aqui mencionado, não podendo, portanto, ser caracterizado como o "marco zero" da reforma da educação superior almejada pelo governo.

Valendo-se de um discurso de aparência progressista, o governo tenta convencer a sociedade de que o seu projeto significa a modernização da educação superior. Tal "modernização" coincide – no essencial – com aquilo que está previsto nas agendas do Banco Mundial, do BID e da CEPAL para as instituições de educação superior públicas: acesso por cotas e não por medidas universais; programas de "estímulo" à docência (GED); instrumento padronizado de suposta avaliação da qualidade do desempenho estudantil (ENADE); definição de planos de desenvolvimento institucional com a ingerência do setor empresarial; "avaliação" por meio do SINAES e financiamento na forma de "orçamentação global". Desse modo, o governo objetiva impor uma associação linear e estreita entre a organização e o funcionamento dessas instituições e o pragmatismo gerencial que deve orientá-las.

Coincidindo também com a agenda da OMC e do ALCA, esse Anteprojeto admite, pela primeira vez na história do país, que a educação seja um campo específico para investimentos estrangeiros.

Vale recuperar algumas das diretrizes presentes nas iniciativas governamentais que fundamentam a concepção desse "novo" anteprojeto: a consolidação da privatização – agora também por meio de parcerias público-privadas – como o vetor da oferta da educação superior; a naturalização do fato de que os (poucos) jovens das classes populares que terão acesso à educação superior receberão um ensino de qualidade drasticamente inferior; a transformação das universidades em "Organizações Sociais", instituições essas que prestam serviços demandados pelo capital sob a roupagem de "inovação tecnológica"; a conversão da educação tecnológica em um braço da ação empresarial e de regulação do acesso e da exclusão aos empregos; e a hipertrofia do controle governamental ("produtividade" e "eficiência" reguladas por suposta avaliação) e do mercado (financiamento e utilitarismo) sobre a universidade pública, inviabilizando a autonomia e, principalmente, a liberdade acadêmica.

O anteprojeto assimila diversas matrizes que traduzem a concepção do Banco Mundial. Esta incorporação desenha uma instituição muito distinta da sustentada pelo conceito de "público", inviabilizando o que é essencial na universidade: a autonomia, o exercício da crítica, a liberdade acadêmica, tidas como obstáculos ao papel social (na esfera do mercado) que essa instituição deve cumprir. Ignora-se, assim, que a educação é processo e, como tal, demanda tempo e espaço próprios, que não podem ser condicionados pela imposição de uma lógica empresarial.

Em suma, o governo Lula da Silva tem assumido e difundido a ideologia dos organismos internacionais, conformando a educação pública em setor mercantil balizado pelos valores neoliberais.

Nas seções a seguir serão caracterizados as principais nervuras do anteprojeto: a definição de um papel social para a universidade que desfigura o ethos acadêmico, em favor de sua referência no mercado, o movimento centrífugo que fragmenta e diferencia a educação superior (afastando, ainda mais, o país da meta de um sistema nacional de educação) e o radical redimensionamento da autonomia universitária em benefício da hipertrofia do poder governamental em todas as esferas da vida acadêmica e do encolhimento das verbas públicas a serem repassadas as instituições federais.

Fragmentação e Diferenciação da Educação Superior

A partir dos anos 30, a concepção de sistema nacional de educação permeou os debates, propostas e políticas para a educação que configuraram o desenho das modalidades de ensino no país. Entretanto, na prática, o que se observa são ações institucionais que separam ou que expressam ambigüidades no que se refere às responsabilidades entre os entes federados.

Nos anos 90, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394/96, recolocou a questão do sistema nacional de educação no centro dos desafios políticos, visto que normatizou responsabilidades entre os entes e criou possibilidades para a configuração de três sistemas de educação: federal, estadual e municipal.

A complexidade dessa questão esteve presente nos fóruns, CONEDs, e seminários que aconteceram durante os anos de tramitação da Lei nº 9394/96. E mesmo assim, o texto aprovado introduziu a Organização da Educação Nacional substituindo a concepção de sistema nacional de educação construída nos debates dos fóruns e entidades da educação. Na prática, as ações institucionais no campo da educação são de fragmentação das modalidades de cada nível, tratando-os com legislação separada e diferenciada.

A educação é um dos instrumentos para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico do país, portanto, direito inalienável do cidadão e responsabilidade do Estado quanto ao seu financiamento público. Nesse sentido, exige-se a criação de um Sistema Nacional de Educação, nos moldes descritos no PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, que articule, coordene e otimize as ações nos diversos níveis e modalidades de ensino. Tal Sistema é:

> (...) concebido como expressão institucional do esforço organizado, autônomo e permanente do Estado e da sociedade brasileira pela educação tendo como finalidade precípua a garantia de um padrão unitário de qualidade nas instituições

públicas e privadas em todo o país. (...) As ações do Sistema Nacional de Educação, eixo central da organização da educação nacional, devem simplificar as estruturas burocráticas, descentralizar os processos de decisão e execução, fortalecer as escolas e as unidades prestadoras de serviços, articular a educação escolar com as ações educativas produzidas no interior dos movimentos populares, valorizar os processos de avaliação institucional.

Uma política para a efetivação dessa compreensão de sistema pressupõe a criação do Fórum Nacional de Educação[2], sua instância máxima de deliberação, composto com *(...) ampla representação dos setores sociais envolvidos com a educação* e sendo *responsável pela política nacional de educação e, principalmente, pela definição de diretrizes e prioridades dos planos nacionais de educação e sobre a execução orçamentária para a área*.

A implementação dessa nova política organizacional, aliada à revisão das atribuições e da composição do Conselho Nacional de Educação (CNE)[3], que, por sua vez, seria *o órgão normativo e de coordenação do Sistema*, que disporia de *autonomia administrativa e financeira*, seria *também composto com ampla representação social*, coordenaria *a política nacional de educação, articulando-a com as políticas de outras áreas*, ao se articular com *o poder legislativo e o executivo, com a comunidade educacional e a sociedade civil organizada*. Considerando as dimensões continentais do país, a diversidade regional, a pluralidade étnico-cultural e os desafios educacionais a serem enfrentados para alcançar 15% da população brasileira ainda analfabeta, a concepção de sistema nacional de educação evitaria a dispersão de esforços, diminuiria a competição pelos recursos financeiros e permitiria a construção do necessário padrão unitário de qualidade da educação.

Entretanto, o anteprojeto estabelece normas gerais apenas para a educação superior e regula o Sistema Federal de Educação Superior, aprofundando a fragmentação da educação nacional. Ao tratar em separado os níveis e modalidades de ensino, o governo federal exime-se da responsabilidade de efetivar ações integradas que conduzem a um sistema nacional de educação. Assim, ao invés de propiciar as condições necessárias à criação de um sistema nacional de educação, valorizando a construção coletiva dos fóruns e entidades, direciona-se para o caminho oposto, constituindo-se em um obstáculo considerável à realização desse objetivo.

No texto, a articulação entre níveis da educação é tratada de forma marginal. Apesar de reafirmar a validade dos Arts. 16 e 17 da Lei n° 9.394/1996 (LDB), modifica a conceituação de Sistema Federal de Ensino presente na LDB, ao transformá-lo, aparentemente, no Sistema Federal de Educação Superior, o qual exclui as autarquias que oferecem exclusivamente educação básica e educação profissional, subordinada diretamente à União. Dessa forma, estão em situação indefinida várias autarquias federais, como o Colégio Pedro II, o Instituto Benjamim Constant, colégios militares e escolas agrotécnicas não transformadas em CEFET.

Embora o anteprojeto, no inciso 4º do art. 35, preveja como *princípio* para as universidades federais *a integração com os demais níveis e modalidades de ensino*, mantém e acirra a competição por recursos federais, entre os níveis de ensino. A competição aludida é evidenciada no parágrafo único do art.41, quando afirma que fica deduzida da aplicação anual de 75% da receita da União constitucionalmente vinculada à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, a complementação federal aos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

A colaboração entre os sistemas federal, estadual e municipal que ofertam a educação superior, também é tratada superficialmente no anteprojeto, estando apenas referida nos objetivos citados para a educação superior, no inciso V, do art. 3º: *comprometimento institucional do Sistema Federal de Educação Superior com os demais sistemas de ensino e com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País*. No inciso V do art.31, tal comprometimento é reduzido a uma diretriz imprecisa: *colaboração com os sistemas de educação superior dos estados*. Em contradição com a idéia de colaboração, o art.33 diz que a *União, mediante convênios, poderá delegar aos estados a competência para autorização e supervisão do funcionamento de instituições privadas de educação superior não-universitárias, cabendo a definição de diretrizes complementares ao sistema de ensino estadual correspondente*.

A própria concepção de educação superior, apresentada no documento oficial aprofunda o caráter fragmentador das políticas educacionais em curso.

A própria concepção de educação superior, apresentada no documento oficial aprofunda o caráter fragmentador das políticas educacionais em curso. Citamos, como um dos exemplos para elucidar esse caráter, a atual política para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contida no documento *Subsídios para discussão do Anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica* e no conjunto de medidas já aprovadas para a EPT. Por meio de decretos leis, o MEC encaminha ações paralelas na tentativa de impor suas definições para educação brasileira, são eles: o Decreto nº 5205/04, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa cientifica e tecnológica e as fundações de apoio; o Decreto nº 5224/04, que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica; o Decreto nº 5225/04, que transforma os CEFETs e os centros privados de educação tecnológica em instituições de ensino superior e dispõe sobre a avaliação de cursos e instituições; e o Decreto nº 5154/04, que revoga o Decreto nº 2208/97 e regulamenta a LDB no que diz respeito à educação profissional. A despeito do debate sobre as conseqüências perversas do Decreto 2208/97 para a educação profissional, o Decreto 5154/04 apesar de prever a integração do ensino médio ao ensino técnico, mantém a concomitância e a subseqüência, com as escolas optando por unir ou manter separado o ensino médio e o ensino técnico de nível médio. Com isso, o governo ignora a concepção defendida pelos educadores da educação profissional e tecnológica baseada na formação integral e no trabalho como princípio educativo, integrada à educação básica como um referencial para estruturar e organizar o sistema público de ensino.

Esse conjunto de medidas, ao invés de fazer valer para essas instituições a mesma regulamentação que está sendo proposta para a educação superior, pretende criar um subsistema de educação profissional. Essa lógica de fragmentação, que vem sendo naturalizada desde a introdução das reformas neoliberais nos anos 90, é frontalmente contrária à perspectiva de formação omnilateral, cultural crítica, com sólidos conhecimentos acadêmicos, científicos, éticos e políticos.

Ao ser analisada a definição das modalidades de educação superior, contida no art. 7º, torna-se evidente a intenção de mercantilizar a educação, quando são restringidos os programas de pós-graduação aos cursos de mestrado e doutorado, estando apenas estes e os cursos de graduação com gratuidade garantida, e isso apenas em parte das instituições federais de ensino superior. Além dos cursos e das atividades de extensão, ficam, assim, os cursos de especialização e de aperfeiçoamento e outros cursos caracterizados como *programas de formação continuada*, abertos para a captação de recursos, com o enriquecimento e fortalecimento dos grupos privados no interior das universidades públicas. Estão colocados, assim, vários marcos legais para a desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento das instituições públicas.

Os programas, cursos e atividades de extensão são compreendidos como atividade de educação superior, bem como as atividades e os programas de formação continuada, que permitirão ao estudante a obtenção de *certificado comprobatório dos correspondentes estudos superiores*.

No caso específico da extensão, o ANDES-SN defende que:

> "As atividades de extensão, seja pela prestação de serviços à comunidade, seja por outro mecanismo, devem ser concebidas e estruturadas como instrumento de formação acadêmica, de apoio às atividades de pesquisa e extensão à comunidade, **não estando, portanto, subordinadas ao objetivo de captação de recursos para a complementação de verbas na dotação orçamentária**. *(grifo nosso)*[4] "

Além de reforçar a lógica mercantilista, a proposta do governo pretende quebrar em definitivo a indissociabilidade prevista constitucionalmente entre ensino, pesquisa e extensão, preceito caro aos educadores, necessário para que a educação superior atinja de fato seus objetivos.

Outra definição, que assume importância prática na configuração da educação superior, segundo a reforma pretendida no Anteprojeto, é encontrada no art. 8º, em que são apontados sete campos do saber: Educação; Ciências Exatas e da Terra; Engenharia e Ciências

Tecnológicas; Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Humanas e Sociais; Letras e Artes. Tal definição não confere com a que vem sendo adotada internacionalmente, e também pelo INEP, quando da classificação dos cursos superiores, sendo ainda mais restritiva. Apenas a título de exemplo, nesta classificação não há lugar para os cursos de filosofia. No plano da constituição dos cursos e das perspectivas interdisciplinares potencialmente dadas, a relação de campos não contempla situações de reorientação curricular, possíveis como práticas de autonomia didático-pedagógica-científica e administrativa. Licenciaturas, Arquitetura, Administração, Direito, Serviço Social, Psicologia estariam inseridos em qual campo do saber?

Os arts. 13, 25 e 27 do Anteprojeto elucidam as intenções de utilizar a delimitação dos campos do saber para a caracterização das instituições: universidade, centro universitário e faculdade. Além disso, há a possibilidade da existência de universidades especializadas por campo de saber. Abre-se a perspectiva do credenciamento, como universidade, de instituições privadas com atuação exclusiva em campos menos onerosos do ponto de vista material e profissional, diversificando a oferta para o consumo desenfreado de diplomas, sem a correspondente base de estudos e de formação humana e profissional. Quanto à organização da educação pública de nível superior, pode-se vislumbrar o rebaixamento curricular, na tentativa de adequação à perda/insuficiência de recursos.

O Prouni que busca legitimar medidas populistas, assistencialistas e focalizadas, que objetivam o crescimento do setor privado em detrimento do setor público.

Os centros universitários estão sendo definitivamente legalizados pelos arts 25 e 26. Estão, pois, instituídos por lei os "escolões"; serão centros universitários todas as instituições de ensino superior que oferecerem apenas ensino e tiverem programa institucional de extensão, sem exigência dos programas de pesquisa. No entanto, gozarão de autonomia didático-científica-administrativa, à exceção de criar, organizar e extinguir cursos. Algumas preocupações: onde foi parar o preceito constitucional do tripé pesquisa-ensino-extensão, como orientador da educação superior? Como pode ser instituído um padrão unitário de qualidade, sendo que nos centros universitários é diminuída a exigência da contratação do professores com dedicação exclusiva e reduzida à metade a exigência de titulação, com o agravante de ser permitida a alternativa do título de mestre ou doutor?

Por fim, a diferenciação entre as instituições de ensino superior não se dá apenas na sua organização. O art.12, § único, determina que, tendo em vista *a redução de desigualdades sociais, regionais e locais*, o MEC poderá *definir regiões e situações* em que seja suficiente a *obtenção de conceitos de qualidade* rebaixados, em um nível, em relação à exigência geral de serem *satisfatórios, situados nos dois níveis superiores da escala estabelecida*... Mais uma vez é facilitado o atendimento, pela iniciativa privada, da demanda reprimida, por exemplo, nas regiões norte e nordeste onde se projeta um mercado lucrativo por pelo mais 20 anos.

A política de diferenciação do acesso envolve ações compensatórias, pontuais e focalizadas que privilegiam o setor privado. Agravada pela ausência de políticas que assegurem a permanência dos estudantes nas IES, não garante a universalização, tão pouco o direto de todos à educação superior de qualidade.

No art. 3º do anteprojeto, ao tratar da expansão de vagas, o governo apropria-se das demandas dos movimentos sociais que colocam em pauta a exigência de oportunidade de acesso ao ensino superior, propondo a ampliação da fração de vagas públicas, a qual atualmente encontra-se na faixa de 14%, para 40% do total. Como não há previsão de financiamento crescente, na proporção necessária, é quase certo que essa ampliação, se efetivada, aconteça com enorme perda de qualidade por meio de centros universitários, federais, estaduais, ou mesmo municipais, que dispensam investimento em pesquisa e em qualificação docente ou então pela introdução do ensino a distância, especialmente danoso se aplicado à formação de professores. Vale ressaltar que a meta anunciada de alcançar, no setor público, o percentual de 40% das vagas do ensino superior até 2011 significa simplesmente retroceder à situação em que nos encontrávamos 10 anos atrás.

A política para o acesso ao ensino superior, alardeada como possibilidade de inclusão, é representada pelo Programa Universidade para Todos, que busca legitimar medidas populistas, assistencialistas e focalizadas, que objetivam o crescimento do setor privado em detrimento do setor público, conforme determinação do Banco Mundial. Além do vestibular, que configura exclusão de oportunidade a número considerável de estudantes, as outras formas de ingresso ao ensino superior para o segmento mais pauperizado da população (ENEM, sistemas de cotas, etc.), se constituem numa conjugação de mecanismos facilitados para preencher vagas em instituições privadas que oferecem formação aligeirada, visando à terminalidade (certificações) e não a processos formativos plenos e integrais, a fim de atender às determinações dos organismos internacionais.

Para assegurar a consecução do projeto de parceria público-privada, em que a educação se antecipa por intermédio do PROUNI, o Ministro da Educação realiza a pré-seleção para o ingresso ao programa, valendo-se de dados socioeconômicos, declarados nos formulários do ENEM, seguidos pelas instituições privadas, as quais poderão escolher outras medidas para ampliar a ocupação de vagas. Vale ressaltar que o Ministro Tarso Genro admitiu a possibilidade de revisão dos critérios relativos à seleção dos candidatos.

Há, ainda, uma séria ameaça à qualidade da educação superior quando, na seção IV, art. 56 a 63 do capítulo II do Anteprojeto é apresentado e regulamentado *o Primeiro Emprego Acadêmico*, dentro do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Os contratos, pela CLT, destinam-se tanto a estudantes de graduação quanto a estudantes de pós-graduação; têm duração mínima de 12 meses e referem-se, respectivamente, à execução de atividades de extensão e de ensino, no último caso, na função de instrutores ou monitores, na mesma instituição superior de ensino na qual estejam matriculados. Como requisitos são listados os seguintes: idade entre 16 e 24 anos; ausência de vínculo empregatício anterior; renda mensal/*per capita* de, no máximo, um e meio salários-mínimos; freqüência regular nos respectivos cursos, em instituição superior pública ou em cursos de educação de jovens e adultos. Dessa forma, ao não haver menção à possível contribuição das atividades para o desenvolvimento formativo dos estudantes que as executam, fica caracterizada a simples substituição de mão-de-obra de docentes mais experientes por estudantes selecionados primordialmente por critérios não-acadêmicos.

Autonomia: regulamentar para ressignificá-la e restringi-la

Fruto de intensa mobilização da comunidade universitária, o art. 207 da Constituição Federal consagrou o princípio da autonomia como uma norma de eficácia completa e imediata, bastante em si, cujo alcance deve ser extraído da doutrina, isto é, da própria Constituição. A norma garantiu que as universidades "gozam" de autonomia quanto aos fins (didático-científica) e quanto aos meios (administrativa e de gestão financeira e patrimonial), assegurando, entretanto, essa prerrogativa às instituições que praticam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, protegidas por preceitos constitucionais importantes, a universidade poder-se-ia converter em um espaço público de produção de conhecimento.

Distintamente dos anseios da comunidade acadêmica comprometida com a educação pública, que defende simultaneamente a autonomia e o caráter estatal das universidades, os neoliberais reivindicam, alternativamente, a autonomia de linhagem liberal inglesa. Para essa corrente de pensamento, considerada por Hayek como a única genuinamente liberal, somente no mercado as instituições podem ser autônomas. Desse modo, o Banco Mundial passa a sustentar, notadamente a partir de "Lições Derivadas da Experiência" (1994), que as universidades para serem autônomas devem se desvencilhar das "amarras do Estado" rumo ao mercado. A associação universidade-empresa passa a ser um norte permanente dessa política. Idealmente, os usuários devem "guiar" as instituições de ensino e, por isso, as demandas locais de mão-de-obra devem pesar decisivamente na definição da sua função social (característica presente no Anteprojeto do MEC - versão 6/12, doravante Anteprojeto) em detrimento de uma lógica política fundada na igualdade, na solidariedade e na busca de padrão unitário de qualidade para todo o território nacional.

No Brasil, desde Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso até o presente, já no governo de Lula da Silva, é essa perspectiva que orienta as políticas para a educação superior. Cardoso logrou avanços importantes com a reforma administrativa, que define que as universidades deveriam ser organizações sociais. Lula da Silva, por sua vez, tem criado os novos marcos jurídicos para tornar as macrorreformas de Cardoso uma realidade no país. A efetivação da reforma da Previdên-

cia (fundos de pensão), o fortalecimento das políticas de bolsas, o controle "por objetivos" e a inovação tecnológica são fundamentos da nova universidade.

Todo o anteprojeto é marcado pela implementação da autonomia neoliberal, que visa a submeter as instituições de ensino superior aos interesses do mercado, e pela hiperconcentração de poder nos órgãos de governo. Trata-se de uma autonomia muito distinta da assegurada no art. 207 da Constituição Federal, pois pretende conferir ao governo e ao mercado o poder de definir os aspectos mais fundamentais da vida universitária.

Ao restringir os recursos públicos a patamar inferior ao atualmente existente, cria condições para que a universidade dependa do mercado para captar recursos e tenha na interação mercantil o seu próprio éthos, aprofundando o capitalismo acadêmico. As interações com o mercado podem se dar em marcos muito mais amplos do que em qualquer outro período histórico por meio de PPP. Com efeito, conforme as parcerias público-privadas (PPPs), o setor privado assume cada vez mais o controle de funções essenciais do Estado e da infra-estrutura da sociedade, recebendo para isso recursos públicos como subsídios diretos e indiretos aos lucros privados, transformando direitos e bens públicos em serviços a serem devidamente mercantilizados e se apoderando progressivamente de todas as esferas da reprodução social da vida. Também a produção do conhecimento obedecerá a essa lógica conforme a Lei de Inovação Tecnológica.

Autonomia ou heteronomia?

O anteprojeto retoma as bases da LDB e avança na explicitação das condições de auto-organização e autonormação, nos marcos do neoliberalismo.

a) Estatuto

O principal instrumento do autogoverno da universidade, o Estatuto, expressa o princípio da autonomia de autonormação, por isso, é necessário examinar como o referido anteprojeto o caracteriza. Em primeiro lugar cumpre destacar que o anteprojeto não estabelece que o seu fundamento jurídico é a Constituição Federal, restringindo o seu amparo legal à LDB e a si próprio. Este aspecto não é secundário, pois a força do Estatuto advém de seu fundamento constitucional. O Estatuto, assim ressignificado, acaba se convertendo em um instrumento para a redução do escopo da autonomia consagrada no art. 207, Constituição Federal.

Considerando que a Carta Magna sustenta que o autogoverno deve obedecer ao princípio da gestão democrática, a elaboração do Estatuto dever-se-ia dar de forma democrática pela comunidade universitária no âmbito de cada instituição, em congressos estatuintes. As entidades organizadas no FNDEP, entre as quais se inclui o ANDES-SN, defendem que a composição do congresso deveria ser paritária, visto que a universidade é um feixe de interesses compartilhado entre docentes, estudantes e técnicos-administrativos. A pretensão heteronômica do anteprojeto é evidente. A aprovação do Estatuto, **no caso das instituições públicas**, não se esgota no âmbito de cada instituição. A sua aprovação está submetida a um duplo crivo: **a aprovação do CNE** (lócus de poder privatista) **e ao poder de veto do Ministro** - art. 37. A preocupação (pueril?) de não se confrontar com o setor privado é evidente. Enquanto o Anteprojeto determina para as universidades federais a necessidade de aprovação de seus estatutos pelo CNE e de sua homologação pelo Ministro, para as IPES, limita-se a mencionar a necessidade de registro em órgãos pertinentes - art. 64, 3 e art. 71- que sequer são definidos.

b) Gestão democrática : escolha de dirigentes, conselhos e PDI

O anteprojeto determina todos aspectos do governo da vida acadêmica, avançando definições que não estão previstas na Carta Magna (com base na lógica *sui generis*, se a Constituição Federal não é explícita na definição de um determinado aspecto, o Anteprojeto pode defini-lo). Desse modo, estabelece que os conselhos devem ser compostos majoritariamente por docentes. No caso da escolha de dirigentes, apesar de prever eleição direta para os dirigentes máximos nas instituições federais, um aspecto, sem dúvida positivo, mantém a preponderância do voto docente, negando, inclusive, a prática consuetudinária que já consagrou o voto paritário em praticamente todas as IFES. No caso das instituições privadas, o quadro ainda é pior. O anteprojeto se omite sobre as questões substantivas da gestão democrática, não prevendo sequer eleição direta para os dirigentes máximos, mencionando apenas a escolha de um dirigente, em nível de pró-reitor, por meio de eleição da comunidade.

O anteprojeto se omite sobre as questões substantivas da gestão democrática, não prevendo sequer eleição direta para os dirigentes máximos

Ademais, a pretexto de aproximar a universidade da sociedade, prevê "conselhos comunitários" com atribuições e composição não estabelecidas pela universidade. A considerar a prática existente no governo de Lula da Silva, em especial a verificada no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado com a colaboração do atual Ministro da Educação, é possível prever que "os melhores cidadãos", a saber, os empresários, banqueiros, as grandes ONGs ligadas ao setor empresarial terão ampla supremacia. Isso não seria algo inédito na história da educação superior. Esse é o modelo adotado nos *Colleges* e nas universidades estadunidenses. Em que consiste a sociedade civil no caso das instituições estadunidenses? Um estudo realizado em 1986 (antes do fundamentalismo dos Bush) indica que 37% dos conselhos diretivos eram compostos por empresários, 12%, por representantes de confissões religiosas, e apenas 3% eram de docentes.

O art. 18, II e V, explicita como o conselho comunitário social deve ser constituído: "*a organização de **conselho comunitário social**, constituído por representantes da sociedade civil, da própria instituição e da administração pública, direta e indireta, responsável pela supervisão e acompanhamento de suas atividades*[5] . Esse conselho objetiva assegurar a participação da "sociedade civil" em matérias relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à administração e ao planejamento da universidade - art. 20. Entre as prerrogativas desse novo conselho está a avaliação do desempenho da instituição e do cumprimento do PDI definido no art. 28.

O PDI é uma modalidade de contrato de gestão

Art. 28, IX - proposta de termo de compromisso de atendimento, a ser firmado pela instituição com o Ministério da Educação, dos objetivos e metas especificados no PDI, em especial quanto aos projetos de expansão e qualificação institucional propostos.

Art. 46, § 2º Os objetivos e metas especificados no PDI servirão de base para a celebração de protocolo de compromisso de seu atendimento, entre as instituições federais de educação superior e o Ministério da Educação, em especial quanto aos projetos de expansão e qualificação institucional que dependam de novos investimentos.

§ 4º Respeitado o disposto no art. 41, a expansão das instituições federais de educação superior será definida pelo Ministério da Educação mediante análise do PDI de cada instituição e respectiva avaliação de desempenho, segundo critérios definidos em regulamento.

Todas as dimensões do trabalho acadêmico, das esferas administrativa e financeira, e as metas de expansão deverão ser minuciosamente apresentadas no PDI, e será o MEC, que irá avalizar se a instituição faz jus às prerrogativas da autonomia. No que se refere aos aspectos pedagógicos, os vínculos com o mercado serão rigorosamente fiscalizados.

É importante sublinhar, ainda, que os mesmos problemas são encontrados nas atribuições e composição do CNE, que permancem inalteradas no anteprojeto. Desse modo, a regulamentação continuará atendendo aos empresários da educação, tal como nos dias de hoje.

c) uma regulamentação para reduzir a autonomia

A regulamentação da autonomia restringe o alcance do preceito constitucional das instituições públicas, visto que ao definir minuciosamente toda a vida acadêmica da instituição reduz o alcance do dispositivo constitucional. Ademais, apesar de toda a pretensão detalhista, possui lacunas muito significativas como, por exemplo, não conceitua a autonomia didático-científica, ao mesmo tempo em que impõe uma estrutura para os cursos inspirada na Reforma de 1968, reforçando a existência de ciclo básico/ profissional que, apesar de não obrigatório, irá pesar na avaliação das instituições. A função social da universidade, com o PDI, perde a sua universalidade, pois este vincula-a ao desenvolvimento regional e local, tal como vem sendo propugnado pelo BM. Além disso, o **termo de compromisso** da instituição confere ao MEC o poder de identificar o interesse público e a responsabilidade social (como? Com quais critérios? Com que legitimidade?), bem como o poder de estabelecer quais as políticas de ação afirmativa são as mais adequadas. Com essas regulamentações, o anteprojeto retira toda a autonomia de avaliação da universidade. Como se não bastasse o avanço do controle governamental, o Anteprojeto estabelece que o PDI será homologado pelo Ministro. Como, em todo Anteprojeto, pretende fazer das instituições acadêmicas centros de assistência social, o poder conferido ao MEC colocará a universidade a serviço dos

programas de governo.

Finalmente, um aspecto, que não é menor, e que **agrava a perda de autonomia**: as procuradorias das IFES serão confiadas à Procuradoria Geral Federal - art. 85. Assim, as universidades não poderão, no gozo da autonomia e, portanto, de seu autogoverno, **dispor de meios para um posicionamento autônomo no judiciário. A Procuradoria Geral converte-se num aparato heteronômico.**

Diversificação das fontes de financiamento/ financiamento

Em 2003, a União alocou o equivalente a 0,6% do PIB na educação superior, montante que é cerca de 20% menor do que no espartano ano de 2000, no governo Cardoso. No governo Sarney, correspondia a 0,97% do PIB (1989) e, no período Itamar, a 0,91%. A vertiginosa queda não decorre de uma suposta queda da arrecadação federal que, ao contrário, subiu de 17% para 25% do PIB em dez anos. Atualmente, o país não aplica mais 4% do PIB em toda a educação pública. Estudo do INEP indica que o país deveria chegar a 8% do PIB, até 2011, para estabilizar em 6-7%. É importante frisar que o padrão de financiamento das instituições públicas no Brasil é muito distinto do existente nos países da OCDE (2000): cerca de 78% dos gastos em educação superior eram públicos. No Brasil de hoje o setor público não chega a gastar 50%.

O problema central é que o anteprojeto não permite antever um novo padrão de financiamento público para as IFES.

Como já foi enfatizado, o anteprojeto repete inúmeras vezes o seu compromisso com o futuro das instituições públicas. Se essa afirmação correspondesse à verdade, teríamos a mudança no padrão de financiamento do setor federal. Vejamos.

A proposta do Executivo estabelece no art. 41 que: *A União aplicará, anualmente, nas instituições federais de educação superior, nunca menos de setenta e cinco por cento da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino.*

Quanto recurso teríamos se essa regra estivesse em vigor?

Para fazer o cálculo é preciso levar em conta que:

1. as receitas computadas no cálculo são apenas dos impostos, isto é, as contribuições não entram no cálculo dos 18% constitucionais – CPMF, COFINS, fontes de quase 2/3 das receitas da União. Assim, a base bruta de cálculo é muito menor do que as "receitas da União".

2. a base de cálculo exclui a complementação da União a ser repassada ao FUNDEB, caso este seja aprovado (prevista em R$ 2 bilhões), e a DRU (20% sobre o total das receitas de impostos).

Apenas como índice de referência, os gastos correntes das IFES foram em 2002 de R$ 7,9 bilhões e cerca de R$ 7,4 bilhões em 2003 e muito perto deste último montante em 2004. Com a nova sistemática, quanto recurso novo seria aportado nas instituições federais?

A expectativa dos 13,5% da receita líquida de impostos (correspondentes a 75% dos 18% constitucionais) realmente não é alvissareira, ao contrário. Conforme José Marcelino de Rezende Pinto (2004), em 2003, esse percentual foi equivalente a R$ 7,4 bilhões. Entretanto, com a DRU (que tomou 4,14 bi da educação), o total seria **reduzido a apenas R$ 4 bilhões**.

É certo que o art.42 prevê que as IFES não poderão receber menos do que no exercício imediatamente anterior e, portanto, as IFES continuam dependendo do jogo parlamentar e dos contingenciamentos da área econômica e que o art. 43 exclui do orçamento das IFES os gastos com aposentados e pensionistas que correrão por conta do Tesouro "sem prejuízo de seus direitos específicos" (uma quimera após a reforma da Previdência). Grosso modo, a folha dos aposentados, excluindo os precatórios, requer cerca de R$ 2,8 bilhões. Somando com os R$ 4 bilhões da subvinculação, teremos R$ 6,8 bilhões. Falta dinheiro para fechar as contas, mesmo tendo como referência um orçamento que mantém as instituições em condições de indigência.

O problema central é que o anteprojeto não permite antever um novo padrão de financiamento público para as IFES. A fonte extra pode ser encontrada no mesmo art. 42, § 2º: *Excluem-se do cálculo a que se refere o caput:III - as receitas próprias das instituições federais de educação superior, geradas por suas atividades e serviços* e no art. 46, que define como verbas suplementares para atender as metas do PDI "receitas próprias geradas por suas atividades e serviços", institucionalizando a captação de recursos, e contribuição orçamentária complementar - art. 46, 3. O anteprojeto explicita a prerrogativa de - art. 16,XI - *firmar contratos, acordos e convênios.* Essa prerrogativa, usual em instituições públicas, tem de ser vista sob um novo prisma considerando a Inovação Tecnológica e a Lei de PPP. No novo contexto, a prerrogativa de celebrar contratos pode ser a porta de entrada das referidas parcerias não por meio das fundações, como vem sendo feito nas IFES, mas de modo orgânico na própria instituição.

Outra fonte previsível de recursos advém do **fim da gratuidade** dos cursos de formação continuada oferecidos pelas IFES – seqüenciais, especialização, aperfeiçoamento etc. Nunca é demais lembrar que a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 206, o qual afirma a *gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais*, garante-a para todas as modalidades de ensino, em particular também nas IES públicas. No entanto, o inciso XII do art. 35 do Anteprojeto que trata da universidade federal, limita essa gratuidade ao *ensino de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado)*, excetuando, portanto, a extensão e todas as demais modalidades de curso. Assim, o texto fere claramente o dispositivo constitucional, favorecendo os cursos de pós-graduação *lato sensu* e de extensão pagos existentes em várias universidades públicas (federais e estaduais) e estimulando a sua proliferação.

Ademais, ao não incluir item específico sobre a gratuidade para as IES estaduais e municipais, torna legal a cobrança da educação superior por estados e municípios, justificando o que atualmente já se verifica em algumas instituições estaduais e o que é praticado, como regra e abertamente, por meio de fundações, no âmbito municipal.

A "orçamentação global" - art. 44, 45 - prevista para 2008, para aquelas instituições que cumprirem o contrato de gestão (Plano de Desenvolvimento Institucional aferido pelo sistema de avaliação) é outra fonte de enorme preocupação. Considerando que a **carreira nacional somente observará o piso**, poderá haver deslocamento de rubricas (de pessoal para custeio e vice versa). É certamente uma importante janela que poderá permitir que a União se desobrigue com a totalidade da folha de pagamento das IFES.

Um ponto que, à primeira vista, merece destaque positivo é o descredenciamento junto ao MEC e ao MCT das fundações de apoio privadas das instituições habilitadas ao orçamento global - art.44. Contudo, um exame mais acurado dissipa todo o otimismo. O PDI atrela a universidade a fins utilitaristas e, como esse PDI é condição necessária para a Orçamentação Global, é possível aduzir que as fundações privadas simplesmente não serão necessárias, visto que a própria instituição estaria cumprindo as suas funções.

NOTAS

[1] Participaram da elaboração destes estudos, pelo GTPE: **ANDES-SN – Diretoria:** Céres Maria Torres, Gilberto Pereira, Roberto Leher, Maria Rosimary Soares dos Santos e Paulo Marcos Borges Rizzo. **Seções Sindicais:** ADUFF - Gelta T. Ramos Xavier; ADUFPA -Vera Jacob; ADUFPel - Althen Teixeira Filho e Fabiane Tejada da Silveira; ADUFRJ - Elen Martins, Janete Luzia Leite, Maria Cristina Miranda e Salatiel Menezes; ADUFSCAR - Gil Vicente Reis Figueiredo; ADUnB - Rodrigo Dantas; ADUNEB - Ronalda Barreto Silva; ADUNICAMP - Cecília A. L. Collares e Maria A. Moysés; ADUNIFESP - Soraya Smaili; ADURN - John Araújo e Maria Aparecida de Queiroz; ADUR-RJ - Aloísio J. J. Monteiro e Frederico José Falcão; ADUSP - Lighia B. Horodynski e César Augusto Minto; APES - Joacir Melo; APUFPR - Cláudio A. Tonegutti e Lafaiete Neves; APUFSC - Carlos Soares, Magaly Mendonça e Maria da Graça Nóbrega Bollmann; ASPUV - Ranah Manezenco; SEDUFSM - Carlos Alberto da Fonseca Pires e Clovis R. J. Guterres; SINCEFET-MG – Ana Lúcia Barbosa Faria e Hélcio Queiroz Braga; SINDOCEFET-PR - Domingos Leite Lima Filho e Edson Fagundes; **Outras Entidades:** UNE/CONLUTE: Julia Ebehardt; SINASEFE: Marcos Neves, Carlos Roberto Coelho Martins e Tânia Guerra.

[2] Neste ponto, cabe a denúncia da apropriação indevida do nome, cunhado no PNE da Sociedade Brasileira, de Fórum Nacional de Educação, que no § 2º do art. 30 é apresentado como *órgão consultivo* da Câmara da Educação Superior do CNE, sob o nome de Fórum Nacional da Educação Superior e como *instância de articulação com a sociedade.*

[3] Cabe lembrar que o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FEDEP) encaminhou aos deputados (Carta nº 030/03 de 22/8/03) sua proposta de CNE, com atribuições e composição, de acordo com o Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira.

[4] Caderno ANDES n 2, p.33-92, Brasília, out.2003

[5] . O conselho comunitário social será constituído pelo reitor da universidade, que o presidirá; pelo vice-reitor, que o substituirá em seus impedimentos; por representantes do Poder Público de qualquer nível de governo; e, sempre com participação majoritária, por representantes de entidades de fomento científico e tecnológico, entidades corporativas, associações de classe, sindicatos e da sociedade civil.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano XI nº 455 • 2 de maio de 2005

Estudantes elegem diretoria do DCE
Página 2

Comissão apresenta resultados do vestibular 2005
Página 3

Comunidade exige sede própria para o CAp
Página 5

Adiada eleição para diretoria da Letras
Página 7

Servidores federais definem proposta de política salarial
Página 8

Fotos: Manuella Soares

MANIFESTANTES FAZEM PRIMEIRA PASSEATA CONTRA A REFORMA SINDICAL, NA AV. RIO BRANCO, NO CENTRO DO RIO

Chuva não impede manifestação no Centro do Rio

"Ô, Lula, que traição! Essa reforma sindical é do patrão".

Essa foi a palavra de ordem da manifestação contra as reformas sindical e trabalhista do governo Lula, organizada pela Frente Nacional contra a PEC 369 (reforma sindical) no estado do Rio, que concentrou centenas de trabalhadores e estudantes que seguiram em passeata, da Candelária à Cinelândia, ao entardecer do último dia 29. Às vésperas do 1º de Maio - Dia do Trabalhador, os manifestantes denunciaram à população carioca as conseqüências da reforma para a classe trabalhadora.

Servidores públicos e trabalhadores celetistas, todos perdem com as reformas que retiram direitos trabalhistas, como férias, 13º salário e podem eliminar até o FGTS para os empregados do setor privado. Caso aprovada a PEC 369, o que vier a ser negociado pelas centrais e confederações com governo ou empresários vai prevalecer sobre a legislação e vai ser tratado diretamente pelas cúpulas sindicais, sem a participação das entidades de base ou sindicatos nacionais por categoria, como o caso do Andes-SN.

Atrelamento dos sindicatos a governos, criação de sindicatos biônicos, fim do direito de greve, discriminação contra os servidores públicos serão outras conseqüências da reforma sindical que foi denunciada por representantes de diversas entidades estaduais e nacionais presentes à manifestação. Entidades e movimentos como o Fórum Fluminense de Lutas, a Conlutas, a CUT/RJ, o Andes-SN, sindicato dos previdenciários, sindicatos de Metalúrgicos do Rio e de Nova Friburgo, sindicatos dos psicólogos, enfermeiros, servidores do judiciário e de outras categorias compareceram à passeata e manifestaram-se contra as reformas em curso. Representando o Andes-SN, a diretora da Regional Rio, Sônia Lucio, chamou a atenção para o fato de que todas as reformas - sindical, trabalhista, previdenciária e da educação superior - fazem parte de um mesmo projeto do governo Lula. "Nesse sentido, é importante que essa unidade que está sendo construída pelos movimentos contra a reforma sindical seja aprofundada em um movimento maior contra as políticas gerais do governo", afirmou durante a manifestação.

Entidades estudantis também deram seu recado. Muitos criticaram também a reforma universitária e lembraram os estragos feitos pela reforma previdenciária aprovada em 2003. As seções sindicais da UFRJ (Adufrj-SSind) e da UFF (Aduff-SSind) também participaram do ato.

Estamos no número 455

A partir dessa edição, o **Jornal da Adufrj** apresenta uma recontagem do número de publicações distribuídas desde 1994, quando o veículo impresso da seção sindical ganhou periodicidade regular. Ao todo, foram 455 jornais publicados ao longo de onze anos. Em 1994 e 1995, o **Jornal da Adufrj** circulou com periodicidade mensal e a partir de março de 1996, passamos a editá-lo semanalmente. Nos dois primeiros anos, foram publicadas 22 edições mensais e, de 1996 até hoje, contabilizamos 433 edições semanais, além de encartes e outras publicações especiais editadas pela redação, nesse período.

MST

Ato marca saída da Marcha Nacional pela Reforma Agrária

Mais de dez mil trabalhadores rurais marcam o dia 1º de maio com manifestação na Praça Cívica de Goiânia

Para dar início à Marcha Nacional pela Reforma Agrária, os trabalhadores rurais sem terra vão concentrar-se no dia 30/4 (um dia após o fechamento desta edição) no Estádio Serra Dourada, em Goiânia (GO). As brigadas dos 23 estados do país onde o MST está presente começarão a chegar à tarde e permanecem no estádio até a manhã de domingo (1/5), quando saem em caminhada às 13h, rumo à Praça Cívica de Goiânia, local onde será realizado um grande ato de abertura da Marcha. O evento terá presença do governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, do prefeito de Goiânia, Íris Rezende, e de vários artistas populares.

Depois do ato os trabalhadores voltam para o Serra Dourada, onde passarão a noite. Às 6h da manhã desta segunda-feira (2/5), iniciarão a caminhada de cerca de 17 quilômetros por dia rumo à capital federal. Será o primeiro dia de caminhada dos 17 dias que marcam a Marcha Nacional entre Goiânia e Brasília, com percurso aproximado de 200 quilômetros

Reforço

Um outro movimento de trabalhadores vai reforçar a Marcha: é o Movimento das Fábricas ocupadas - funcionários que lutam pelo pagamento dos salários e direitos atrasados e pela manutenção dos postos de trabalho em fábricas abandonadas pelos patrões, sob a alegação de dificuldades financeiras -, que irá enviar 50 manifestantes de São Paulo. Para eles, "é preciso impedir demissões e o fechamento de fábricas, é preciso conquistar terra para quem nela trabalha".

As fábricas ocupadas pelos trabalhadores ficam em Santa Catarina (Cipla e Interfibra) e São Paulo (Flaskô e Flakepet). "Nossa resistência à retirada de máquinas e às tentativas de prisão de dirigentes do movimento resultou, em junho de 2004, numa Comissão do Governo Federal e estadual, com o BNDES, BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e BADESC (Agência de Fomento Catarinense). A conclusão da Comissão é de que as empresas são viáveis, rentáveis, mas, frente ao tamanho das dívidas anteriores, a solução é: BNDES e BRDE assumirem o controle, transformando as dívidas em ações e capitalizando as empresas. Nesta situação, pedimos o apoio de todo o movimento dos trabalhadores do Brasil e do mundo na campanha pela estatização da Cipla, Interfibra, Flaskô e Flakepet", afirmam os marchantes.

UFRJ

Estudantes elegem diretoria do DCE

Eleição começa nesta terça, dia 3. Alunos podem votar nas urnas distribuídas pelas unidades.

A partir da terça-feira desta semana os estudantes da UFRJ começarão a eleger a próxima gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE), em urnas que ficarão distribuídas em todas as unidades durante três dias. Nas últimas semanas as chapas intensificaram os debates e as campanhas. No momento do voto, os alunos também decidirão se a composição da nova diretoria do DCE Mário Prata será proporcional ou majoritária.

O estudante do oitavo período de Comunicação Social, Carlos Leal, defende a proporcionalidade. De acordo com ele, "a diretoria deve ser um reflexo do que realmente é o movimento estudantil, expressando as diferentes posições existentes em seu interior". Carlos Leal é um dos 21 integrantes da chapa 1, *Quem Vem Com Tudo Não Cansa!*, que tem como principal símbolo a luta contra a reforma universitária proposta pelo governo.

Chapa 2 muda de nome

Atualmente o DCE está sendo administrado por um conselho de centros acadêmicos, pois a última gestão, *Não Vou Me Adaptar*, teve o mandato expirado em dezembro de 2004. Para concorrer à reeleição, a chapa se inscreveu aliada ao movimento *Nós Não Vamos Pagar Nada* com a seguinte nomenclatura: *Não Vou Me Adaptar e Nem Pagar Nada*, formando uma chapa composta. Entretanto, após uma reunião realizada no dia 19/4, o movimento decidiu se retirar da composição e a chapa 2 concorrerá à reeleição com o mesmo nome que venceu o último pleito.

De acordo com Thiago Hastenreiter, integrante da comissão eleitoral, o regimento permite que a chapa altere a nomenclatura da gestão, mesmo após o período das inscrições já ter se encerrado. Segundo ele, a composição da chapa também pode ser modificada em até 30% da original. Hastenreiter, que cursa o oitavo período de Ciências Sociais, afirmou que a saída do *Nós Não Vamos Pagar Nada* não significa que houve uma ruptura entre as duas correntes: "A saída foi amigável, tanto que o movimento divulgou um material, por escrito, apoiando a candidatura da chapa *Não Vou Me Adaptar*".

Já no caso da chapa 3 houve realmente uma fragmentação. Nas eleições passadas, a chapa "UFRJ avante" se desmembrou em duas candidaturas para este pleito: a chapa 3, *A Hora É Essa*, e a chapa 4, *Na Pressão Pelas Mudanças*.

A eleição termina na quinta-feira desta semana e, para ser considerada válida, terá que apresentar um quórum mínimo de 20%.O número de votos válidos não pode ser inferior ao total de brancos e nulos.

Agenda Sindical

2/5 - Ato Público em defesa da greve dos profissionais de Educação de Niterói
Niterói (RJ) - em frente à prefeitura, às 11h.

2/5 - Marcha Nacional pela Reforma Agrária
Goiânia (GO) - saída rumo a Brasília

3/5 - Entrega da proposta salarial dos SPF ao governo
Brasília (DF)

5 e 6/5 - Reunião do Setor das Estaduais
Brasília (DF) - na sede do Andes-SN

10/5 - Apresentação do Relatório Final das reuniões do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília (DF)

17/5 - Marcha Nacional pela Reforma Agrária
Brasília (DF) - chegada à capital, com um ato na Esplanada dos Ministérios.

18/5 - Dia Nacional de Luta
Atos e paralisação contra a política econômica neoliberal do governo e por uma política salarial para o funcionalismo.

20 e 21/5 - 1º Encontro do Coletivo Jurídico/2005 do Andes-SN
Brasília (DF)

21/5 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF)

22/5 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

Junho - Indicativo de greve dos SPF

15 a 17/6 - 50º Conad do Andes-SN
Fortaleza (CE) - com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Comissão apresenta resultados do vestibular 2005

Coordenador acadêmico volta a defender apenas dois dias de prova para o próximo concurso

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) recebeu a coordenação da Comissão de Vestibular, na sessão da última quarta-feira (27/4), para debater os dados referentes ao concurso de 2005. O coordenador acadêmico do concurso de acesso aos cursos de graduação da UFRJ, professor Luiz Otavio Langlois, e a coordenadora administrativa, Mônica Conde Oliveira, elaboraram dois relatórios nos quais fizeram análises de todo o processo de seleção. Luiz Otavio também fez uma apresentação aos conselheiros e avaliou o último concurso como o mais bem organizado e o de melhor resultado entre todos os outros já realizados. O professor ressaltou a importância das reuniões da comissão de vestibular do CEG, que resultaram na proposta de se simplificar algumas provas consideradas muito difíceis, longas ou com níveis de eliminação muito altos em 2004.

A apresentação do trabalho agradou tanto que todos os integrantes do colegiado parabenizaram a comissão durante as suas intervenções. O professor Ericksson Rocha e Almendra, representante do CT, classificou o vestibular da UFRJ como um patrimônio da universidade porque seu resultado é aceito e reconhecido por todos. Já para Marcelo Macedo Corrêa e Castro, representante do CFCH, no processo do vestibular as coisas dão certo sempre, devido ao empenho de todos os envolvidos: "Enquanto as outras universidades escondem o processo, nós o democratizamos. O vestibular é a UFRJ que dá certo", elogiou.

Apesar do excelente resultado, o coordenador acadêmico revelou que teve dificuldades em estabelecer as datas das provas, sem que elas coincidissem com as da UFF e da UERJ. O professor defendeu a necessidade de simplificar o vestibular e de reduzir o número dos dias de prova para apenas dois. Langlois lembrou que as sucessivas decisões de mudanças no edital, especialmente as referentes aos novos cursos da Escola de Música, comprometeram a edição da revista Opção – que apresenta, para os candidatos, um pouco de cada curso oferecido pela universidade.

Internacional

Estudantes da Itália rejeitam os exames do Ministério da Instrução

Estudantes italianos protestaram contra o novo sistema de validação do aprendizado introduzido pela ministra da Instrução, Universidade e Pesquisa da Itália, Letizia Moratti, que consiste no envio de provas pré-elaboradas pelo ministério às instituições de ensino que deverão ser respondidas obrigatoriamente pelos alunos do ensino médio e facultativamente pelos do ensino superior. Os pais de alunos, que consideram discriminatório o novo sistema, proibiram que os diretores dos colégios aplicassem os exames aos seus filhos. O governo italiano encaminhou inspetores às escolas para que a nova lei fosse obedecida. "Denunciamos a ausência de democracia com que as decisões têm sido tomadas", avalia os diretores dos colégios que se declararam contra "um sistema que mede o conhecimento por meio de provas que humilham a inteligência, excluindo a capacidade de raciocício". (*Fonte: Corriere della Sera 26/4)*

Pelo visto, ao contrário dos que rejeitam os argumentos do movimento docente de que a atual reforma universitária não tem raízes em uma só cartilha (leia-se Banco Mundial), chama bastante a atenção que um país tão diverso do Brasil como a Itália esteja implementando um "sistema de avaliação" semelhante ao brasileiro. Modelo esse que, tanto aqui como lá, enfrenta vozes de resistência. Desobrigado de utilizar o exame para o ensino superior - as instituições estaduais não precisam fazê-lo -, o novo reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge não poupa críticas ao Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), criado pelo governo Lula, e também ao Provão, da gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (leia a coluna "resenha" desta edição).

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Resenha

Compulsória aos 75?

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e o ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, se manifestaram favoráveis à elevação da idade da aposentadoria compulsória do servidor público, de 70 para 75 anos; noticiou a agência Senado. A mudança está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 42/03), do senador Pedro Simon (PMDB-RS). "Sou favorável à ampliação da idade. É uma proposta que está dentro da modernidade. A questão é saber se a medida deve ser tratada de modo diferenciado para as carreiras. Se for assim, basta acrescentar na proposta que leis complementares definirão a situação de carreiras específicas", afirmou Jobim (Fonte: www.diap.org.br).

Nem Enade, nem Provão

Publicado na Folha Dirigida, em 28/4: "Questionado sobre os motivos que levara a Unicamp a não aderir ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o Enade, o novo reitor José Tadeu Jorge disse que o modelo agride a autonomia universitária. Isso porque registra seu resultado no histórico do aluno. No entanto, quem pensa que o reitor é partidário do antigo Provão engana-se. 'A Unicamp aderiu ao Provão, mas não me arriscaria a dizer que concordava com ele. Aderiu, mas isso sempre foi questionado', disse".

Conflito no campo aumenta

Nos dois primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreram 2.733 conflitos pela posse da terra no Brasil, quase o dobro das 1.424 ocorrências verificadas nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Os dados, divulgados pela Comissão Pastoral da Terra, mostram o resultado do alto grau de expectativa e frustração dos movimentos rurais em relação à reforma agrária. Para a CPT, o elevado índice de confiltos se deve também ao avanço do agronegócio e ao aumento da repressão institucional. (O Estado de S. Paulo, 20/4).

Orçamento pequeno para pós-graduação

O Brasil tem hoje 122,3 mil estudantes de mestrado e doutorado. Um número 84,6% maior do que há 10 anos, mas ainda pequeno para o tamanho do país. Os dados, divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes), mostram que os programas de mestrado e doutorado vêm crescendo, mas o orçamento não acompanha. Hoje, apenas cerca de 40% dos doutorandos e mestrandos estudam com bolsas. A meta da Capes é dobrar o número de doutores formados por ano, dos atuais 8,1 mil (dado de 2003) para 16 mil, em 2010. Para isso é necessário um investimento de R$ 1,6 bilhão (O Estado de S. Paulo, 20/4).

UFRJ

Chuva causa novos danos no CAp

Por medida de segurança, aulas foram suspensas. Possível retorno apenas no dia 4 de maio

As chuvas do feriado prolongado causaram novos danos no Colégio de Aplicação da UFRJ. Na noite do último dia 21, uma das várias paredes do colégio com problemas de infiltração não agüentou a força da água e estourou, deixando um buraco de cerca de 4m². Por causa do recesso escolar, ninguém se feriu. Porém, preocupada com a segurança das crianças e estando boa parte da estrutura do prédio ainda bastante úmida, a direção resolveu suspender as aulas no início da semana passada. De acordo com a diretora Militza Putziger, a situação assim permaneceria até a finalização das obras emergenciais, o que deve ocorrer nos próximos dias. Uma reunião, nesta segunda-feira (2/5), deve preparar o retorno às aulas possivelmente para o dia 4.

A professora informou que técnicos da Prefeitura Universitária estiveram no local, vistoriaram as instalações elétricas e já iniciaram a obra de emergência na sala avariada, que serve a uma turma de sexta série pela manhã e à classe de alfabetização, de tarde. Ainda segundo Militza, já foi feito requerimento à reitoria para iniciar a licitação do definitivo conserto do telhado do colégio. Perguntado pela reportagem da Adufrj-SSind, o superintendente de Administração e Finanças da UFRJ (SG-6), Milton Flores, garante que as obras serão iniciadas num prazo entre 30 e 40 dias.

Como fazer com a reforma

Se o conserto do telhado traz parte da necessária tranqüilidade para o futuro desenvolvimento do trabalho acadêmico, provoca também a dúvida do que fazer com alunos, professores e funcionários durante a fase de execução das obras. A diretora explica que não há espaço no CAp para o deslocamento de turmas, enquanto eventuais consertos avançam. Além disso, os perigos de acidentes aumentam se forem mantidas as crianças no local, circulando em meio ao maquinário pesado e materiais cortantes. Militza afirma que tudo será discutido junto à reitoria e não descarta, neste caso, a possibilidade de transferência das atividades do colégio para uma outra unidade da UFRJ.

Fotos/Prefeitura Universitária

FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA COBREM TELHADO DO CAP DE FORMA EMERGENCIAL. NO DETALHE, BURACO PROVOCADO PELAS CHUVAS EM UMA SALA DE AULA

Prenúncio

Em fevereiro deste ano, a reportagem da Adufrj-SSind acompanhou no colégio as conseqüências de chuvas que atingiram a cidade de pouco antes do carnaval. Na ocasião, com o ano letivo ainda não iniciado, diversos estragos foram provocados pelas infiltrações e goteiras. Trabalhos dos alunos ficaram danificados, rebocos caíram e o mofo tomou conta das paredes. A diretoria do CAp já manifestava no Jornal da Adufrj nº 173, de 21/2, a preocupação com as próximas chuvas e a necessidade de obras mais abrangentes.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Colegiados

Comunidade exige sede própria para o CAp

Representantes de alunos, professores e pais de estudantes protestam no Consuni

O debate da sessão do Consuni de 28 de abril girou em torno dos danos causados ao Colégio de Aplicação pelas fortes chuvas dos últimos dias, fato que provocou a suspensão das aulas no local. Um numeroso grupo de professores, alunos e pais de estudantes do CAp esteve na sala de reuniões do colegiado. Alguns representantes leram as cartas em que cobravam soluções aos graves problemas de estrutura da escola federal, localizada na Lagoa, em prédio emprestado pela prefeitura do município. Foram exigidas a reforma definitiva dos telhados e a construção de sede própria - opção mais desejada, a longo prazo.

Representante no Consuni dos professores de ensino fundamental e médio, Cíntia de Menezes Barboza leu a maior das cartas (reproduzida na página 6), subscrita pela direção, por docentes e pelos técnico-administrativos do CAp. No documento, fica nítido o descontentamento daquela comunidade que desenvolve um trabalho acadêmico de reconhecida qualidade, mas, ao mesmo tempo, convive com precária infraestrutura. Pior: é a única unidade da universidade sem um prédio próprio.

De acordo com o texto, o retorno às aulas somente poderia ser efetivado com as devidas garantias de segurança. Superada essa etapa emergencial, os servidores do CAp reiteraram a necessidade das obras urgentes de reforma dos telhados do prédio. O detalhe é que, como essa é uma reforma de grande porte, conforme informado pela diretora Militza, em outra matéria desta edição, surge a dúvida de como dar prosseguimento às atividades acadêmicas, longe do barulho e do risco de acidentes inerentes a obras dessa natureza. Para os professores e técnico-administrativos do colégio, somente uma sede própria, adequada a um projeto pedagógico, poderá superar esse tipo de problemas.

Resposta do prefeito universitário

O prefeito universitário, Hélio de Mattos, explicou aos conselheiros e aos demais presentes todo o trabalho emergencial - reconhecido pela direção do CAp - feito na escola desde as últimas chuvas. Segundo ele, o objetivo era fazer todo o possível para entregar as salas de aulas em condições mínimas no início desta semana (2/5). Também divulgou que fazia um monitoramento cuidadoso das instalações elétricas para evitar qualquer incidente. O prefeito acrescentou ainda que não há problema estrutural no prédio.

Kelvin Melo

COMUNIDADE DO CAP VAI AO CONSUNI EXIGIR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO. CÍNTIA DE MENEZES LÊ CARTA AOS DEMAIS CONSELHEIROS. DIREÇÃO CONVERSA COM PRÓ-REITOR JOEL TEODÓSIO

Em relação à futura obra para conserto definitivo dos telhados, Hélio ressaltou que o projeto de recuperação, revisado pela Prefeitura Universitária, já estava na Superintendência de Administração e Finanças da UFRJ para que fosse providenciada a licitação - a obra deve começar dentro de 30 a 40 dias (leia matéria na página 4). De acordo com ele, dependendo da empresa vencedora, o trabalho poderia ser feito durante os finais de semana.

Projeto de sede própria

Suely de Almeida, decana do CFCH, ao qual o CAp é vinculado, observou que o conselho de Centro decidiu formar uma comissão, inclusive com integrantes do próprio colégio, para formular uma proposta de sede própria para aquela unidade. Essa proposição seria acompanhada, ainda, de um projeto acadêmico que consolide o CAp como um pólo formador de professores. No segundo semestre deste ano, foi decidido que haverá um seminário sobre o papel do Colégio de Aplicação.

A diretora do CAp, Militza Putziger, afirmou que o colégio apóia o projeto da sede própria, antiga reivindicação da comunidade local, e espera que a idéia tenha resultado desta vez, diferentemente do que ocorreu em outras oportunidades.

Conselheiro lembra bingo em terreno da UFRJ

Vários conselheiros manifestaram solidariedade aos servidores e estudantes do CAp. Representante dos professores eméritos, Edwaldo Cafezeiro reforçou o pedido do colégio por uma sede própria. Ele lembrou que, enquanto ocorre esta absurda situação, existe um bingo instalado em pleno terreno da UFRJ, no *campus* da Praia Vermelha.

Ao final do Consuni, ficou acertado que uma reunião no sábado seguinte (30/4) iniciaria uma discussão do futuro das atividades do colégio com representações do CAP, da reitoria, da decania do CFCH e da associação de pais e alunos da escola.

Secretário do MEC não aparece

Convidado para comparecer ao Consuni e falar sobre a reforma universitária em andamento, o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, não apareceu. A vice-reitora Sylvia Vargas explicou que a exposição do dirigente do ministério ficou adiada para a próxima reunião ordinária do colegiado, em 12 de maio.

Normas para eleição da CPPD

Conforme decisão do Consuni de 13 de janeiro deste ano (ver Jornal da Adufrj 169, de 17/1), a Comissão de Legislação e Normas apresentou proposta de regulamentação para eleição da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). No entanto, pela falta de quórum para deliberar, o assunto foi apenas inicialmente discutido.

Vale lembrar que, após polêmico processo eleitoral (com precária divulgação, prazos curtos e nenhum debate entre os poucos candidatos) denunciado pela Adufrj-SSind, o Consuni do início do ano chegou a debater a possível impugnação do pleito.

Porém, diante do fato consumado, resolveu-se por uma solução intermediária: o resultado seria mantido e a CPPD eleita teria mandato temporário de seis meses. Depois da aprovação das novas regras eleitorais, haverá nova eleição para a comissão.

Bolsas Capes para UFRJ e convênio Cenpes

O pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, corrigiu uma informação divulgada na sessão anterior do Consuni sobre a liberação de bolsas da Capes do programa de Demanda Social. A UFRJ não recebeu 72 auxílios a mais para este ano (foi uma adição de apenas 27). O total de 2005: 552 de mestrado e 453 de doutorado. Já a cota de bolsas da Capes destinada à distribuição da pró-reitoria diminuiu no mestrado (32 para 29) e aumentou no doutorado (13 para 20).

José Luiz também anunciou que uma comissão distribuiu 30 bolsas no valor do mestrado concedidas pelo Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes), como um dos resultados do convênio feito entre a universidade e aquela instituição, no ano passado (ver Jornal da Adufrj 157, de 18/10/2004). Essa distribuição pode ser conferida na página da pró-reitoria: www.pr2.ufrj.br.

Colegiados

Ao Conselho Universitário da UFRJ

“ Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos. Uma crise só se torna desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados , isto é, preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão. “

Hannah Arendt - Entre o passado e o futuro

A despeito da precariedade das instalações físicas, da falta de um prédio próprio -única unidade da universidade nesta situação - e de carências, inerentes ao Ensino Público brasileiro, docentes e técnico-administrativos do’ Colégio de Aplicação da UFRJ vêm, até hoje, dando continuidade ao trabalho de excelência desenvolvido e aprimorado nos seus 57 anos de existência, garantindo aos nossos alunos e aos nossos licenciandos uma formação de qualidade.

Consideramos, no entanto, que os esforços individuais e coletivos para garantir a manutenção do nível de qualidade no desempenho das atividades foram ultrapassados pela incontestável precariedade de condições físicas mínimas que vêm se tornando insuficientes com o passar dos anos.

Em conseqüência do agravamento destas condições de trabalho, no atual prédio do Colégio de Aplicação da UFRJ - Lagoa, potencializado no incidente de conhecimento público de desabamento da parede de uma das salas de aula, ocasionado principalmente pelas últimas chuvas, viemos expor à Reitoria e aos Senhores Conselheiros nosso posicionamento acerca do quadro de insustentabilidade da convivência com a situação crítica de precariedade das nossas instalações, reflexo de anos de falta de investimento na infra-estrutura do prédio.

Reunidos na manhã do dia 27 de abril de 2005, deliberamos que o retorno às aulas nas dependências da escola somente poderá ser efetivado quando devidamente resguardada a garantia de restabelecimento das condições de segurança do prédio, conforme planejamento da Prefeitura Universitária (colocação de lonas sobre as partes danificadas dos telhados e afastamento de riscos de acidente decorrentes de infiltrações nas instalações elétricas). Após estas medidas emergenciais que possibilitarão o retorno às aulas, reiteramos, ainda, a urgência da efetivação do compromisso da Reitoria quanto à execução das obras de reforma dos telhados o mais rápido possível.

Nesse sentido, tendo em vista que a permanência no prédio durante a execução das obras definitivas de reforma dos telhados seria. inviável em virtude de riscos de acidentes, além de transtornos como ruídos, sujeira e intensa circulação de pessoas e material de construção no espaço da escola, consideramos indispensável que seja providenciado um local apropriado, para darmos continuidade às atividades pedagógicas planejadas. Ressaltamos, entretanto, que na decisão pela escolha de um local temporário não se pode deixar de levar em conta que a faixa etária do público atendido e a especificidade da organização acadêmica do Ensino Básico requer cuidados especiais.

Compreendemos que a situação atual do Colégio de Aplicação da UFRJ, no aprofundamento de condições precárias de trabalho, ê reflexo do crescente descomprometimento dos sucessivos governos com uma universidade pública, gratuita e de qualidade. No momento em que as universidades públicas do pais são ameaçadas por uma reforma do ensino superior que sequer garante o aporte de recursos, sob a responsabilidade do estado, necessários para a garantia de seu funcionamento básico, temos consciência de que não depende apenas de vontade política desta Reitoria o estabelecimento das condições ideais de trabalho. Assim, conclamamos a este Conselho o empenho político numa solução viável a curto prazo para o restabelecimento das aulas, assim como na construção de uma solução definitiva - **uma sede própria** - para os problemas de infra-estrutura que temos enfrentado no dia-a-dia de nosso exercício acadêmico-pedagógico.

É tempo do reconhecimento do Colégio de Aplicação enquanto projeto de formação de professores e, oportunamente, de inovação . Uma sede ê mais do que um espaço físico . É antes de tudo, reflexo de um projeto pedagógico, de um currículo,. do dimensionamento que conferimos â relação da Universidade com a educação básica e sua capacidade de dizer algo.

Reafirmamos nosso interesse e compromisso de retorno imediato das atividades desenvolvidas no Cap-UFRJ, nas quais estão contempladas o atendimento aos 760 alunos de ensino fundamental e médio e cerca de 400 alunos de graduação em suas respectivas licenciaturas, tão logo sejam restabelecidas as condições mínimas necessárias para tal.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2005

Direção, docentes e técnico-administrativos do CAp-UFRJ

Carta dos estudantes do CAp UFRJ ao CONSUNI do dia 28 de abril, 2005-04-28

Viemos ao CONSUNI representar a agonia dos estudantes do Colégio de Aplicação da UFRJ acerca de uma questão que nos é constante e que culminou no triste acontecimento da semana passada.

Na ultima quinta-feira, dia 22 de abril, durante fortes pancadas de chuva, nosso colégio sofreu danos estruturais graves, que resultaram na suspensão das aulas sem previsão de retorno.

Vale ressaltar que o CAp da UFRJ assume papel de importância vital para a formação dos alunos da graduação, que nele podem completar a vivência que os tornará aptos ao exercício de magistério. Além disso o CAp é responsável pela educação, nos níveis fundamental e médio de aproximadamente setecentos e sessenta (760) estudantes. Fica claro, portanto, que nosso colégio configura-se como peça indispensável para o funcionamento da universidade; como lócus formador de opinião e disseminador do conhecimento por ela produzido.

É importante observar que, no entanto, o colégio opera sob péssimas condições: As aulas ocorrem em salas onde pululam infiltrações, que, além de cobrirem as paredes de bolor, gerarem goteiras e mau cheiro, afetam também a parte elétrica.

Em suma, a estrutura física do prédio que nos serve como sede está gravemente debilitada.

A vergonhosa situação na qual nos encontramos é agravada pela pequena autonomia que nos é concedida para a reestruturação desse espaço físico. Situação essa acarretada pela falta de verba e pela não posse do terreno e da construção em si.

Cabe assinalar que esses são possuídos pelos governos estadual e municipal. Cabe também lembrar que o CAp tem em mãos moderna aparelhagem para laboratórios de Física e Química, que, entretanto, não pode ser instalada pela falta de capacidade elétrica e espacial do colégio.

Nossa vinda ao CONSUNI tem o objetivo de exigir a tomada das devidas providências para uma solução imediata frente à falta de aulas que os estudantes do Colégio de Aplicação vem sofrendo. Exigimos, nesse momento, um local seguro para o retorno às aulas, fazendo, portanto, com que a paralisação seja finda até o dia dois de maio, segunda-feira.

Mas, sobretudo, reivindicação para a qual devemos atentar é a de um prédio próprio. Esta sede possibilitaria uma soberania da instituição perante seu espaço, que nos é negada e cerceia o poder da plena troca de conhecimentos tão importantes à formação de cidadãos em sua magnitude.

Observa-se que o *campus* da Praia Vermelha é possuidor de terrenos que por diversas vezes foram planejados para o estabelecimento do CAp. O que falta, portanto, é vontade política para a realização.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2005.

Estudantes do CAp UFRJ

ANOTE

Próxima edição da “Universidade e Sociedade”

O Andes-SN anunciou que o tema central do próximo número da revista “Universidade e Sociedade” nº 36 será “O Brasil e as políticas internacionais”. Ainda será privilegiada neste número a análise política das reformas em curso.

Os artigos sobre o tema devem ser enviados até o dia 30 de maio de 2005 para o endereço andesregsp@uol.com.br. Mais informações podem ser conseguidas na página eletrônica http://www.andes.org.br/universidadeesociedade.htm.

UFRJ

Adiada eleição para a direção da Faculdade de Letras

Nenhuma chapa inscreveu-se até o prazo final, no último dia 26

A comunidade acadêmica da Faculdade de Letras se surpreendeu ao constatar que no último dia 26, prazo final para a inscrição de chapas concorrentes à direção da unidade, não havia nenhuma inscrita, fato que ocasionará a dissolução de todo o processo eleitoral. A Comissão Eleitoral, composta por dois integrantes de cada categoria (professores, técnicos-administrativos e alunos) e que está composta desde o início do ano, diz ter se esforçado para que as eleições acontecessem em condições as mais democráticas possíveis. A comunidade da Letras nutre um verdadeiro trauma causado por episódio de cartas ameaçadoras aos professores, pela má administração e por problemas nas recentes eleições para o Centro Acadêmico (CA) atribuídos à ex-diretora Edione Trindade - em outubro do ano passado, num primeiro momento, a dirigente não acatou o resultado das urnas francamente favorável a uma das chapas, que não escondia críticas à direção.

Especula-se até que, diante da insatisfação gerada por sua gestão e pressionada por uma auditoria que a reitoria abriu para apurar denúncias, a professora aposentou-se em novembro de 2004. A diretoria da faculdade ficou, desde então, na responsabilidade da professora Cecília Mollica que assumiu a diretoria *pro-tempore*.

"Nós temos lutado muito para abrir caminhos verdadeiramente democráticos na nossa faculdade, mas não vemos nossas iniciativas darem frutos nem nossas conquistas concretizadas. O que mais nos causa estranhamento é o fato de que, na Letras, 90% dos professores são doutores, e o comprometimento com essa faculdade, que tem enorme potencial de crescimento, é quase nenhum", avalia o aluno Rafael Nunes, representante do CA e integrante da Comissão Eleitoral. O professor Ary Pimentel, outro integrante da comissão, que considerou os estudantes da Letras bastante participativos em favor do processo eleitoral, afirmou não ter observado a mesma iniciativa por parte do conjunto dos professores. A comissão afirmou ter dado um prazo de vinte dias antes da assembléia na qual foi discutido o regimento das eleições para que as catego s decidissem sobre suas posições. Segundo o professor Ary, os estudantes tiveram grande mobilização entre eles, os técnicos-administrativos que realizaram reuniões com mais de 40 interessados. Mas os docentes só conseguiram reunir 5 e 8 interessados nas duas chamadas que fizeram. "Desde o primeiro momento, não houve interesse por parte dos professores em montarem chapas. O que vimos na assembléia foram mobilizações acerca especificamente da questão do voto paritário, defendido por eles, contra o voto universal, defendido pelos alunos", afirma Ary.

Voto universal é tradição na Letras

Os alunos da Letras sustentam que o voto universal é a forma mais democrática, porque não separa as categorias. O técnico-administrativo integrante da comissão eleitoral, Marco Antônio Ramos, para quem a aprovação do voto universal pela congregação da unidade "pode ter afastado possíveis chapas composta por pessoas que ainda recebem influência da Edione" informou que o voto universal é uma tradição na faculdade de Letras. Lembrou também que, apesar disso, as últimas eleições foram feitas em circunstâncias obscuras, em meio à greve, sem divulgação, e que até hoje, segundo ele, não foi divulgado nada a respeito dos processos que elegeram de forma supostamente democrática a polêmica diretora Edione para dois mandatos.

Comissão fará relatório do processo

A Comissão Eleitoral informou que o que lhe cabe agora é elaborar um relatório do seu trabalho de três meses dando conta de todo o processo eleitoral, das condições da divulgação da abertura de inscrições de chapas que, segundo os integrantes, foram suficientes para permitir que possíveis chapas se apresentassem, e das informações apuradas sobre as eleições anteriores. O relatório será encaminhado à congregação da unidade. Após serem surpreendidos com a ausência de chapas inscritas, os integrantes da Comissão Eleitoral se reuniram para avaliar em que condição se dará a conclusão do processo eleitoral. Foi decidido que será encaminhada no próximo dia 6 à congregação e à comunidade da Letras uma prestação de contas de todo o processo. A partir de então, a comissão será dissolvida. "Nosso trabalho acaba aqui, divulgamos um calendário e não houve inscrições. Os possíveis desdobramentos que a congregação vai decidir poderão ser a criação de uma nova Comissão Eleitoral que terá que refazer todo o trabalho que foi feito pela atual comissão, já que todas as decisões (calendário, tipo de voto, composição das chapas) diziam respeito a um regimento eleitoral específico, ou então a congregação irá encaminhar um pedido de permanência da diretora *pro-tempore* Cecília Mollica até dezembro, quando termina o prazo do mandato que ela está substituindo" avalia o professor Ary Pimentel. Ainda segundo o professor, a maioria dos atuais integrantes da Comissão Eleitoral não tem interesse em fazer parte de uma nova comissão.

Estudantes querem comprometimento dos professores

Os estudantes afirmaram que se sentiram muito decepcionados com a falta de comprometimento dos professores com o futuro da Faculdade de Letras. Logo após o impasse gerado pela falta de chapas, foi distribuído na faculdade um panfleto repudiando o fato de que "inexplicavelmente nenhum dos cerca de 198 professores da unidade assumiu a responsabilidade de se candidatar à direção". No panfleto, os estudantes fizeram referência também à existência de um possível "acordão" que algumas pessoas da comunidade acadêmica poderiam estar preparando e indagaram sobre o que tem causado medo aos professores que não tomam iniciativas. Rafael Nunes afirmou que esse novo impasse impede que "a faculdade caminhe para a frente explorando todo seu potencial, solucionando todos os problemas causados pelas péssimas gestões anteriores que só trouxeram crises e mais crises". Mas, afirma Rafael, "o passado não se encerrou. Vimos agora que ele ainda está aí!"

Os estudantes se indignaram com o fato de estarem sem uma direção que discuta questões educacionais latentes como as relacionadas à reforma universitária. "Não podemos permitir que fiquemos sem um diretor que se posicione contra o teor privatizante dessa reforma", afirmaram os estudantes. Os alunos da Letras admitiram que os professores têm motivo para se sentirem inseguros diante do fato de que muitas das denúncias direcionadas à professora Edione ainda não tenham sido esclarecidas, o que permite que ainda haja muita irregularidade no passado da Faculdade que poderia comprometer futuros dirigentes. "É necessário que as denúncias sejam de fato apuradas. Foi aberta uma auditoria pela reitoria logo depois do afastamento da Edione, mas até agora ninguém sabe o que se tem apurado" diz Rafael.

Descobertas novas irregularidades na gestão da ex-diretora Edione Trindade

Dois dos integrantes da Comissão Eleitoral, o estudante Rafael Nunes e técnico-administrativo Marco Antônio, afirmaram que, nas pesquisas realizadas pela comissão acerca dos registros dos últimos sete anos de gestão de Edione Trindade e dos registros das duas eleições que a elegeram, nenhum documento foi encontrado. O procedimento regular é deixá-los arquivados na Faculdade e disponíveis para a consulta da comunidade acadêmica. "Não se sabe quais os nomes que compunham as comissões eleitorais, não foram encontradas as atas das reuniões, nem os dados da apuração. A única coisa que sabemos é que as eleições aconteceram justamente no período de greve", afirma o técnico-administrativo Marco Antônio. Estudantes afirmaram que há denúncias mais graves dirigidas à ex-diretora como as de fraudes em notas fiscais. Segundo alunos e funcionários, mesmo afastada, a ex-diretora exerce influência na faculdade de Letras se valendo de contatos com pessoas que ela apoiava quando era diretora e cujo posicionamento na Faculdade são os mesmos herdados em sua gestão.

Risco de unidade ficar acéfala

A responsabilidade da professora Cecília Mollica como diretora *pro-tempore* se encerra no final de 2005. A atual diretora assumiu o cargo num momento turbulento e implementou medidas de caráter emergencial que têm sido elogiadas pelos alunos. "Alguns funcionários ausentes foram afastados", afirmam estudantes. O coordenador do projeto CLAC, Marco Antônio, afirma que a diretora Cecília Mollica organizou a casa, promoveu várias reuniões e descentralizou tudo.

Perguntados sobre uma possível candidatura da diretora *pro-trempore* em futuras eleições, estudantes e funcionários informaram ser pouco provável essa possibilidade. "Ela assumiu de forma emergencial mesmo. Ela tem um trabalho acadêmico muito grande, é uma atuante pesquisadora no campo da alfabetização", avaliou Rafael Nunes.

Segundo o professore Ary, a situação no final do ano poderá ficar crítica, pois, segundo ele, o cargo de *pro-tempore* tem um prazo definitivo e, caso a ausência de chapas inscritas se reproduza novamente no final da gestão da professora Cecília Mollica, a faculdade de Letras correrá o risco de ficar acéfala.

Movimento

Servidores federais definem proposta de política salarial

Reajuste emergencial de 18% é aprovado na plenária

Os sindicatos nacionais dos servidores públicos federais, entre eles o Andes-SN, vão entregar ao governo, até 3 de maio, a proposta de política salarial aprovada na última plenária nacional dos SPF, realizada em Brasília no dia 24/4. Entre os diversos pontos do documento, consta a reivindicação de um reajuste emergencial de 18%, a título de antecipação das perdas acumuladas desde janeiro de 1995.

Os servidores também cobrarão de Lula e sua equipe a recomposição do poder de compra das diversas categorias do funcionalismo referente ao mês de janeiro de 1995, com paridade entre ativos e aposentados e com incorporação de todas as gratificações. Também será exigido que a data-base dos funcionários públicos federais seja em 1º de maio e que a reposição salarial anual acompanhe o índice inflacionário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Para mostrar ao governo a disposição para a Campanha Salarial 2005, ficou marcado para 18 de maio um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações nas capitais estaduais, em protesto contra a política econômica neoliberal vigente no país. Para a primeira quinzena de junho, a plenária aprovou um indicativo de greve. Pouco antes, em plenária nacional do dia 22 de maio, haverá a definição da data de início da possível greve, caso não ocorra uma resposta satisfatória por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Até agora, só 0,1%

Este ano, o governo não apresentou nenhuma proposta de política salarial, além do pífio reajuste de 0,1%, já rejeitado pelos servidores. Em 2004, o governo conseguiu dividir as entidades dos SPF utilizando-se de negociações em separado. Em abril daquele ano, o governo já havia apresentado diversas propostas salariais, como foi o caso daquela dirigida aos docentes das IFES, que ficou conhecida como "proposta de abril", contra a qual o movimento docente lutou, porque não garantia a paridade, a isonomia e a extinção das gratificações produtivistas.

Organizar fóruns estaduais

Na plenária do dia 24, ainda foi aprovada a orientação às bases das categorias dos servidores federais para organizar fóruns estaduais que encaminhem a campanha salarial e a eventual greve do funcionalismo. Atos regionais também deverão ser promovidos durante o 1º de maio pela defesa do serviço público, contra as políticas neoliberais de Lula e do FMI e contra as reformas sindical e trabalhista.

Reunião do Setor das Federais

As decisões da plenária do dia 24 repetiram os encaminhamentos aprovados por unanimidade na reunião dos representantes de 29 seções sindicais de universidades federais, realizada na sede do Andes-SN, no dia anterior. Na ocasião, a diretoria do Sindicato Nacional informou que o Grupo de Trabalho que discute a situação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) teve sua reunião adiada pelo MEC, fato que aconteceu pela segunda vez, para o dia 10 de maio.

A Adufrj-SSind esteve representada na reunião do Setor das Federais e na Plenária Nacional dos SPF, que teve 314 delegados e 37 observadores, pela diretora Janete Luzia Leite.

Moção de apoio ao povo equatoriano

Foi aprovada, durante a plenária nacional, uma moção de apoio ao povo equatoriano "pelo novo levante popular que pôs abaixo o governo de Lúcio Gutierres". Neste mesmo texto, os servidores exigem do governo Lula "a retirada do asilo político a este traidor da nação equatoriana, ao mesmo tempo, que declaramos nosso repúdio pela chegada e permanência desse traidor em território brasileiro".

CHARGE/AMORIM

Política salarial aprovada na Plenária Nacional de 24/4:

- Fixação da data-base em 1º de maio;
- Reposição anual com base no índice do Dieese;
- Recomposição dos valores salariais de janeiro de 1995, com paridade entre ativos e aposentados e com incorporação de todas as gratificações;
- Reajuste emergencial de 18%, a título de antecipação da recomposição.

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Anote os telefones da Adufrj-SSind

3884-0701 • 2230-2389 • 2260-6368

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 456 • 9 de maio de 2005

Editorial

10 anos de Plano Real com FHC e Lula degradam salários de docentes

Página 2

Agenda Sindical

10/5 - Apresentação do Relatório Final das reuniões do Grupo de Trabalho do MEC
Brasília (DF)

17/5 - Marcha Nacional pela Reforma Agrária
Brasília (DF) - chegada à capital, com um ato na Esplanada dos Ministérios.

18/5 - Dia Nacional de Luta
Atos e paralisação contra a política econômica neoliberal do governo e por uma política salarial para o funcionalismo.

20/5 - 1º Seminário Conjunto Andes-SN e Sinasefe sobre diretrizes de carreira para o magistério federal
Brasília (DF)

20 e 21/5 - 1º Encontro do Coletivo Jurídico/2005 do Andes-SN
Brasília (DF)

21 e 22/5 **- Reunião dos Grupos de Trabalho do Andes (Política Educacional; Carreira; Ciência & Tecnologia; Seguridade Social; Política Agrária; Política de Formação Sindical)**
Brasília (DF)

21/5 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) **- sede do Andes-SN**

22/5 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

Junho - Indicativo de greve dos SPF

15 a 17/6 - 50º Conad do Andes-SN
Fortaleza (CE) - com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Prorrogado prazo dos concursos docentes

Segundo a portaria nº 98 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Diário Oficial da União em 5/5, foi prorrogado em cinco meses, a partir de 12 de maio, o prazo fixado anteriormente (previsto para esta semana) para a publicação dos editais de abertura de concursos docentes.

Antonio Vianna

CHAPA DA SITUAÇÃO VENCE ELEIÇÃO PARA O DCE MÁRIO PRATA COM MAIS DE 50% DOS VOTOS. MAIS DE 6.500 ESTUDANTES FORAM ÀS URNAS NA SEMANA PASSADA

"Não vou me adaptar" continuará luta contra reforma universitária

Página 4

Editorial

10 anos de Plano Real com FHC e Lula degradam salários de docentes

Perdas acumuladas são da ordem de centenas de milhares de reais por docente

Em dez anos de Plano Real – oito de governo de FHC e dois de governo Lula - os docentes das universidades federais tiveram grandes perdas nos seus salários, por causa da inflação não compensada por reajustes salariais. Um professor ativo da UFRJ Adjunto 4 doutor, em regime de Dedicação Exclusiva, por exemplo, deixou de receber, de janeiro de 1995 a dezembro de 2004, nada menos do que R$223.299,84, em valores corrigidos para dezembro de 2004. Um aposentado com os mesmos atributos perdeu ainda mais, R$282.571,51. As perdas dos docentes nas situações funcionais mais comuns estão na tabela 1 do encarte sobre salários desta edição. Os valores publicados no encarte aplicam-se a todos os docentes da UFRJ, cujas remunerações incluem uma parcela igual a 26,05% do vencimento básico acrescido da GAE, graças às ações judiciais da Adufrj-SSind e do Sintufrj. Os cálculos foram feitos corrigindo-se até dezembro de 2004 pelo ICV-SP do Dieese os valores das remunerações totais brutas mensais desde janeiro de 1995 e apurando-se, mês a mês, a perda real, ou seja, o que faltou para atingir a remuneração, também corrigida, de janeiro de 1995. Finalmente, somaram-se as perdas de todos os meses. Os cálculos detalhados para o exemplo do professor ativo acima citado estão na tabela 3 do encarte.

As perdas reais de cada docente foram ainda maiores do que as apresentadas, na grande maioria dos casos, devido aos adicionais de tempos de serviço, insalubridade, funções incorporadas, número de pontos da GED e da GID etc, diferentes para cada caso. Em alguns casos foram um pouco menores, mas da mesma ordem de grandeza. Os valores para os ativos valem para aqueles que sempre ganharam os valores máximos da GED ou da GID. Os valores para os aposentados referem-se aos que se aposentaram antes de julho de 2000.

Reajustes necessários

A tabela 2 contém, para as mesmas situações funcionais da tabela 1, os reajustes percentuais que deveriam ser concedidos às remunerações totais para que estas voltassem a ter o mesmo poder aquisitivo que tinham no início de janeiro de 1995. Na maioria dos casos dos docentes nos regimes de 40 horas e dedicação exclusiva, os reajustes necessários situam-se na faixa de 30 a 50%.

Aumento do salário-mínimo garantiu "ganhos" de alguns

Curiosamente, vários docentes no regime de 20 horas semanais tiveram, neste período, reajustes acima da inflação. São os que aparecem nas tabelas 1 e 2 com perdas e reajustes necessários negativos. O fenômeno não se deve a nenhuma política governamental de recomposição salarial preferencial de trabalhadores de baixa renda, ou algo parecido, mas ao singelo motivo de que a parcela da remuneração correspondente ao vencimento básico destes docentes é menor do que o salário-mínimo! Por isso estes docentes recebem uma "complementação do salário-mínimo", que acaba por "beneficiá-los" em relação aos demais.

Salário ficou cada vez mais precário

A existência da complementação do salário-mínimo para uma quantidade crescente de docentes é apenas uma das expressões da forte degradação da remuneração dos docentes federais, representada pela radical diminuição da participação do vencimento básico no conjunto da remuneração, acompanhada do aumento constante das gratificações, abonos, "vantagens", ações judiciais etc. Este processo não teve início com o Plano Real, mas continuou se agravando neste período. No início de 1995, por exemplo, o vencimento básico representava apenas 30,5% da remuneração total de um Adjunto 4 doutor DE da UFRJ (ativo ou aposentado, pois naquela época a paridade ainda não havia sido quebrada pela GED). Em dezembro de 2004, caiu para 18,8% no caso do ativo e 21,6% no caso do aposentado.

As reivindicações dos servidores federais e a resposta cínica do governo

Este quadro repete-se para a imensa maioria das categorias do serviço público federal. Durante estes dez anos de "estabilidade da moeda", os governos FHC e Lula aproveitaram a inflação para diminuir constantemente os salários dos servidores, ao mesmo tempo em que introduziram "gratificações" de natureza variável e precária em praticamente todas as carreiras do serviço público federal, que serviram para quebrar a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e dificultar a luta conjunta dos servidores por reajustes anti-inflacionários, que necessariamente teriam de ser iguais para todos.

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (Cnesf) reivindica a recuperação do poder de compra dos salários em janeiro de 1995 e, no caráter de antecipação dessa recuperação, um reajuste emergencial de 18%.

O governo acena, em contrapartida, com um reajuste de ... 0,1%. Alega que não é obrigado a dar um reajuste geral que cubra a inflação, interpretando o texto constitucional de forma cínica e tentando torná-lo absolutamente inócuo. Ao mesmo tempo, manobra mais uma vez para enfraquecer os servidores por meio da negociação em separado das suas carreiras.

A estes movimentos do governo, é necessário responder com firmeza e união, na luta por salários dignos, sem os quais é impossível uma vida decente e um serviço público minimamente satisfatório. A análise da "evolução" dos nossos salários mostra claramente que quem recebeu a "herança maldita" do governo FHC fomos nós, os professores e os demais servidores públicos. Enquanto isso, o inventariante segue generosamente distribuindo a parte bendita para os de sempre, desprezando as necessidades da nação.

Diretoria da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Colégio de Aplicação reinicia aulas neste dia 9

Apenas três salas não serão usadas, por enquanto

Depois dos recentes danos causados pelas recentes chuvas, o Colégio de Aplicação retoma todas as aulas nesta segunda-feira, dia 9. Antes disso, apenas os estudantes do terceiro ano do ensino médio haviam recomeçado, no dia 3. De acordo com a diretora Militza Putziger, a Prefeitura Universitária deve terminar as obras emergenciais no sábado (7/5) e efetuar o trabalho de limpeza até domingo (8/5).

Segundo a diretora, apenas três salas de aulas não serão aproveitadas nos próximos dias, por ainda apresentarem umidade significativa. Mas a expectativa é que, após a intervenção da Prefeitura Universitária, elas devem secar e serão normalmente utilizadas na semana que vem. Como não há espaço no colégio para remanejamento de turmas, parte dos alunos utilizará recintos como o auditório da escola ou a sala reservada ao laboratório de Física.

Ivan Ferreira Carmo

PINTURA DO TETO COM ADESIVO ASFÁLTICO

Diálogo com a reitoria continua

Enquanto a comunidade acadêmica local se recupera do último incidente, a direção do colégio, a reitoria, a Prefeitura Universitária, representantes discentes e a associação de pais de alunos continuam o planejamento do CAp para a fase de execução das obras definitivas do telhado - previstas para começar em aproximadamente um mês. Existe a estimativa que os trabalhos durem 90 dias e, devido ao barulho provocado e a todos os riscos envolvidos para a segurança das crianças, está sendo estudada a possível transferência das atividades da escola para algum outro espaço da UFRJ.

Sede própria ainda é a meta

Reivindicação maior dos docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos do CAp, o projeto de uma sede própria em terreno da universidade - muito provavelmente no *campus* da Praia Vermelha - ganhou força com os recentes acontecimentos. Hoje, o colégio ocupa prédio emprestado pela prefeitura do município. Uma comissão formada pelo Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, com participação dos professores do CAp, deve apresentar um primeiro esboço desta proposta no próximo dia 18.

CHARGE/AMORIM

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Anote

Atividades do Forum de Ciência e Cultura

O Forum de Ciência e Cultura apresenta extensa programação para o mês de maio. Neste dia 11, às 19h, no Salão Dourado, no *campus* da Praia Vermelha, o projeto Forum Poesia faz homenagem a Vinicius de Moraes. No dia 12, às 19h, no mesmo Salão Dourado, ocorre a exibição do Quarteto Continental: Carla Rincon (violino), João Carlos Ferreira (violino), Nayran Pessanha (viola) e Paulo Santoro (violoncelo), pelo projeto Música no Forum.

Ainda no dia 12, às 17h30, no salão Pedro Calmon, promovido pela Coordenação de Programas de Estudos Avançados (Copea), haverá palestra intitulada "Morte celular programada: para que serve?", proferida por Marcello Barcinski, do Instituto Nacional do Câncer (INCA). Mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 2295-1595, ramais 113 e 117 ou na página www.forum.ufrj.br.

Resenha

Cuidado leva MEC a atrasar novo anteprojeto

Depois da enxurrada de reclamações contra possíveis artigos inconstitucionais presentes na primeira versão do anteprojeto de Reforma Universitária, o Ministério da Educação está tomando cuidado para que isso não volte a acontecer. De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Nelson Maculan, esse é o motivo para o atraso na apresentação do novo texto. Inicialmente, o ministro Tarso Genro pretendia lançar a segunda versão até o dia 15 do mês passado. No entanto, devido à grande quantidade de sugestões que foram entregues, esse prazo foi estendido até o final de abril. O novo texto não deve passar de 50 artigos, segundo Maculan, lembrando que a primeira versão possui 100 artigos (Folha Dirigida, 5/5).

Verba para custeio

O governo afirma que as instituições federais de ensino superior receberão este ano R$ 802 milhões para custeio, 39,7% a mais do que no ano passado, que foi de R$ 574 milhões. A UFRJ ganhará pouco mais de R$ 70 milhões, mas o reitor Aloisio Teixeira já manifestou estar insatisfeito com a divisão dos recursos, que leva em conta uma matriz formulada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes). As verbas para investimento estarão vinculadas ao cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional elaborado por cada universidade (Folha Dirigida, 5/5).

Crise na Cultura

Depois do anúncio do corte de cerca de 50% do orçamento do Ministério da Cultura (MinC), o ministro Gilberto Gil encontrou-se com o presidente Lula no último dia 4. Enquanto ocorria a reunião, funcionários de órgãos do MinC protestavam em frente ao Palácio do Planalto. Os servidores, em greve desde o início de abril, pedem concurso público e plano de carreira, além de melhores condições de trabalho (Folha de S. Paulo, 5/5).

Conversão legitima a dívida externa

O debate sobre a conversão de parte da dívida externa brasileira em recursos para a educação pública vem ganhando força nos últimos anos. Com o apoio do MEC, a idéia já foi discutida em reuniões internacionais de ministros da Educação, e neste mês de maio, será aprimorada em um encontro na Espanha. No entanto, nem todos são favoráveis à idéia: para a Campanha Jubileu Sul Brasil, a proposta legitima a dívida externa. Antes da conversão deveria ocorrer uma auditoria da dívida brasileira, para estudar as condições em que ela foi contraída, como foram utilizados os recursos, e como se deu seu crescimento (Agência Carta Maior, 5/5).

Movimento

Não Vou Me adaptar vence a eleição para o DCE

Depois de apuração tensa, chapa 2 reelege gestão para o Diretório Mário Prata

Após longa e tensa sessão de apuração nas eleições do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ, a chapa 2, *Não Vou Me adaptar* - responsável pela última gestão do DCE - foi a vencedora com 3.684 do total de 6.570 votos. A apuração ocorreu durante toda a madrugada do último dia 6 em uma das salas do prédio anexo da Escola de Serviço Social, no *campus* da Praia Vermelha. Em segundo ficou a chapa 1, *Quem Vem com Tudo Não Cansa!*, com 1.273 votos. Na terceira posição ficou a chapa 4, *Na Pressão Pelas Mudanças*, com 926 e em quarto lugar a chapa 3, *A Hora é Essa*, com 181 votos. A chapa 5, *Prá sair dessa maré: oposição ao DCE*, (97 votos). As eleições tiveram ainda 90 votos brancos e 319 nulos.

Quanto ao resultado do plebiscito, venceu a proporcionalidade com 3.591 contra 1.681 para a majoritariedade. Isso significa que a diretoria do DCE Mário Prata será compartilhada, proporcionalmente, entre os integrantes das chapas participantes. Houve 1.230 votos brancos e 68 nulos, no plebiscito. A eleição aconteceu nos dias 3, 4 e 5 de maio e contou com 22 locais de votação. Puderam votar os estudantes dos cursos de graduação da UFRJ e os estudantes do CAp/UFRJ.

A previsão era de que, em torno de 1h da madrugada, as apurações começariam no auditório do CFCH, também na Praia Vermelha. Entretanto, pelo fato de o espaço do auditório não comportar muitas mesas para as apurações, a Comissão Eleitoral decidiu transferir o local de apuração para uma sala no prédio anexo da Escola de Serviço Social. Mas a apuração só começou mesmo às 2h50 da última sexta-feira.

Tensão até a abertura das urnas

A Comissão Eleitoral foi composta por seis integrantes que, nos momentos anteriores à apuração, configuravam dois grupos. O grupo da situação, formado pelos integrantes e simpatizantes das chapas 1 e 2 defendeu a legitimidade do processo e a garantia da apuração dos votos dos estudantes que compareceram às urnas, já que nada havia sido apresentado de concreto que pudesse por em dúvida a realização do pleito. Já integrantes do grupo de oposição descontentes com o previsível resultado, se apresentaram, desde o início da eleição, na terça-feira, 3, em manifestações públicas nas salas de aula ou nos locais de votação, com questionamentos ao processo, registrando supostas irregularidades que estariam ocorrendo em algumas seções eleitorais. Os registros foram feitos pela Comissão Eleitoral, de acordo com o regimento da eleição, o que não significava, no entanto, a anulação de toda a eleição.

Antonio Vianna

ADUFRJ-SSIND ACOMPANHOU A APURAÇÃO

Na noite do dia 5, data prevista para o início da contagem dos votos, integrantes das chapas 3, *A hora é Essa*, e a chapa 4, *Na pressão Pelas Mudanças*, queriam que fosse feita a análise de todas as atas e ocorrências específicas do processo eleitoral para, somente depois, proceder à apuração das urnas. que não queria a validação do processo alegaram a necessidade de apurar as ocorrências registradas antes do início à apuração.

A Comissão Eleitoral entendeu, no entanto, que avaliar as ocorrências antes da contagem dos votos iria acarretar um atraso ainda maior nas apurações e que os registros seriam analisados, caso a caso, durante o processo de apuração, se necessário. Diante dos fatos apresentados nas ocorrências e da análise da Comissão, uma ou outra urna, um ou outros votos, poderiam ser anulados, então.

Diante do impasse e dos argumentos em defesa da contagem geral dos votos, os integrantes das chapas 3 e 4 decidiram não participar da apuração e deixar o local. "Se a eleição tivesse sido realizada de forma correta, nós iríamos apurar e legitimar. Mas os companheiros foram intransigentes, não quiseram fazer nenhum tipo de acordo. Então, na próxima terça-feira no Conselho de CAs vamos discutir se essa apuração vai ser legitimada ou não. Vocês têm todo o direito de apurar, mas isso é um equívoco", sustentou o estudante Paulo Maurício, integrante da última gestão do DCE. Apesar das críticas, o estudante reconheceu a vitória das chapas 1 e 2, antes mesmo do início da apuração.

"As chapas aqui presentes convidam para o acompanhamento da apuração junto conosco", respondeu Thiago Hastenreiter, integrante da Comissão Eleitoral. Após o pronunciamento, os integrantes das chapas que discordavam do processo eleitoral deixaram o local da apuração protestando.

Para os vencedores, oposição queria invalidar o processo desde o início

De acordo com os integrantes das chapas 1 e 2, ao perceberem que iriam perder as eleições os integrantes das chapas de oposição passaram a registrar diversas ocorrências pelas unidades, já com o objetivo de tumultuar o processo de apuração. "Isso que aconteceu aqui é um fenômeno nacional que tem a ver com o governo Lula. Na UnB houve duas eleições seguidas e na UFPA não tem DCE já há uns dois anos. O motivo de todo o impasse é a posição que o DCE da UFRJ vai ter. Vai aceitar as reformas do governo ou vai derrotar essas reformas?", avaliou Thiago Hastenreiter, um dos representantes da Comissão Eleitoral.

Segundo Hastenreiter, de fato, os desdobramentos possíveis que o resultado da apuração das eleições vão ter dependem do que for decidido no próximo Conselho de Cas, que terá que ser convocado e realizado para validar o resultado.

A estudante Julia Eberhart, fiscal de chapa, que anunciava aos presentes, de tempo em tempo, os resultados parciais das urnas apuradas, afirmou que "o procedimento de apuração estava bem organizado".

Ao saberem da vitória, às 8h da manhã, os integrantes e estudantes que defendiam a chapa 2, *Não vou me adaptar*, buscaram forças para comemorar no *campus* da Praia Vermelha. A chapa 1 também ficou satisfeita com o resultado e se uniu na comemoração: "Essa reforma eu vou barrar, Conlute é para lutar!" e "Eu sou Conlute sigo adiante, romper com a UNE inimiga do estudante!".

As diretoras da Adufrj-SSind, Sara Granemman e Janete Luzia, e as professoras da UFRJ Maria Cristina Miranda e Vera Salin acompanharam, durante toda a noite, o desenrolar da apuração da eleição da nova diretoria do DCE Mário Prata.

Colegiados

Edital específico do Pibic não é aprovado

Professores aposentados da UFRJ e bolsistas externos não poderão participar do programa

Não passou na reunião conjunta CEG/CEPG de 4 de maio a proposta da reitoria de se criar um edital específico para contemplar professores aposentados da UFRJ e bolsistas externos que atualmente participam do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Essa proposta surgiu devido à reclamação, junto à reitoria, de um grupo de professores que não poderia renovar suas bolsas, de acordo com o edital aprovado em sessão conjunta do dia 11 de março. O detalhe, de acordo com estes docentes, é que as normas dos colegiados acadêmicos seriam mais restritivas que as definidas pelo próprio CNPq.

Segundo os pró-reitores José Roberto Meyer (Graduação) e José Luiz Monteiro (Pós-graduação e Pesquisa), antes da reunião conjunta, o assunto passou pela apreciação do reitor Aloisio Teixeira, que sugeriu o edital extra - ele havia sido aconselhado pela Procuradoria da Universidade a não revisar o edital já publicado, sob o risco de ações judiciais. A proposta viria para atender ao pedido de 34 professores, que orientam 36 alunos externos (dois dos docentes acompanham, cada um, dois estudantes) e 18 orientadores já aposentados, cujo conjunto orienta 28 bolsistas. No total, portanto, seria disponibilizado um número máximo de 64 bolsas pelo novo edital, que acabou não sendo aprovado.

Além disso, os colegiados acadêmicos resolveram que os recursos para esses 64 auxílios repentinamente apresentados pela reitoria serão utilizados de uma outra forma, o que será deliberado em uma futura sessão conjunta. Em relação ao edital vigente do Pibic, os conselheiros apenas modificaram um trecho inicial, que obrigatoriamente remetia para a normatização do CNPq, justamente o que não se desejava. Ficou apenas que serão "observadas as normas do Pibic/CNPq, no que couber".

Vale lembrar que o CNPq ofertou, no ano passado, 714 bolsas para o Pibic da UFRJ, enquanto a universidade participou do programa com 250 auxílios. Este ano, a reitoria disponibilizará 400 bolsas, mas ainda não se sabe qual será o quantitativo disponibilizado pela agência de fomento.

Kelvin Melo

REUNIÃO DO CEG/CEPG EM 4 DE MAIO

O debate

O professor Marcelo Castier (CT/CEPG) foi um dos que defenderam o edital extra proposto pela reitoria como "um passo adiante", embora acreditasse que o edital vigente deveria ser modificado. Marcelo observou que a legislação interna estava em desacordo com as normas do CNPq. Para ele, na reunião anterior dos colegiados acadêmicos, acabou sendo feita política "com 'p' minúsculo", uma vez que se restringia o universo de candidatos ao Pibic. Joaquim Lopes (CCMN/CEG) também foi favorável à proposição da reitoria. De acordo com ele, que especificamente tratou do caso dos docentes aposentados, não se poderia excluir pessoas de reconhecida competência do programa. Ana Canen (CFCH/CEG) observou ter votado contra a exclusão do programa dos aposentados e alunos externos e aceitou o que chamou de solução mediadora apresentada pela reitoria. Ela perguntou, ainda, qual seria o grau de autonomia da universidade para alterar uma normatização do CNPq.

Ana Maria Ribeiro (representante dos técnico-administrativos no CEG) ressaltou que a autonomia universitária não significa independência para se fazer o que bem entenda, mas afirmou que a UFRJ tem pleno poder para aplicar ou não uma orientação de agência de fomento. "Se fosse um edital, aí sim, teríamos de aplicar. Mas não é!", comentou. Ela criticou a apresentação da proposta alternativa pela reitoria. Gil Fernando (CCS/CEG) lembrou que a decisão anterior dos colegiados não foi açodada. Segundo ele, todos tinham conhecimento da instrução normativa do CNPq e a deliberação teve o objetivo de democratizar as bolsas do Pibic. Segundo ele, jovens doutores tentam, sem sucesso, o auxílio do programa, uma vez que docentes aposentados levam vantagem no julgamento de seus extensos currículos. Além disso, Gil disse que não poderia concordar com a política de conceder bolsas para alunos externos, já que muitos estudantes da própria UFRJ participam do Pibic sem qualquer tipo de auxílio.

A proposta da reitoria de edital específico foi rejeitada por 11 votos a oito e duas abstenções.

Próximos concursos docentes

As próximas reuniões CEG/CEPG já deverão pautar a distribuição dos próximos concursos docentes dentro da UFRJ - existe a expectativa de um novo quantitativo para o segundo semestre deste ano. O objetivo é evitar as decisões apressadas das últimas vezes, no limite dos prazos do governo.

Presidente da comissão mista CEG/CEPG, a professora Cláudia Morgado manifestou-se preocupada com o documento aprovado pela sessão do Consuni que definiu a repartição de 108 vagas pela universidade, no dia 14 de abril (ver Jornal da Adufrj nº 181, de 18/4). Ela leu uma carta, assinada pelos integrantes da comissão mista e posteriormente encaminhada à reitoria, na qual são comentadas as recomendações finais do texto do Consuni - na ocasião, aquele fórum sugeriu a designação imediata pelo reitor de um grupo de trabalho para rever e tornar confiáveis as bases de dados da UFRJ. Também foi solicitada a continuidade do trabalho de duas comissões do próprio Consuni para construir um novo modelo de alocação de vagas na universidade, "recuperando e avaliando a experiência acumulada pelo CEG/CEPG, em estreita articulação com o CSCE (Conselho Superior de Coordenação Executiva)".

De acordo com a carta da comissão mista, antes de se iniciar qualquer trabalho de revisão da base de dados da UFRJ, é preciso, primeiro, definir quais critérios serão utilizados em futura divisão de vagas. Mais preocupante, no entanto, seria a segunda recomendação que, no entender da comissão mista, fere o direito dos colegiados acadêmicos CEG/CEPG, registrado no estatuto da universidade e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de começar o processo de alocação das vagas.

Novos conselheiros do CCS no CEG

Assumiram a função de conselheiros do Centro de Ciências da Saúde no CEG os professores Homero Fogaça (Faculdade de Medicina) e Marta Maria Souza Santos (Instituto de Nutrição). Terminaram os mandatos de Ana Borralho (também da Faculdade de Medicina) e Jorge Fernando (Faculdade de Farmácia).

Visitas agendadas

A pró-reitoria de Graduação convidou os conselheiros para duas pequenas viagens de caráter acadêmico, nesta semana: no dia 12, haverá visita a um dos pólos de educação a distância da UFRJ, em Piraí; no dia 13, os representantes poderão conhecer as instalações do Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (Nupem). O pró-reitor José Roberto Meyer comentou que, em breve, deverá chegar à pauta do CEG a proposta de uma turma nova de licenciatura em Ciências Biológicas da UFRJ para aquele município.

No mesmo dia 13, quem visita a UFRJ, como convidado a participar de sessão conjunta CEG/CEPG, é Isaac Roitman, um dos representantes do CNPq, para falar das relações entre as instituições de pesquisa e aquela agência de fomento.

Colegiados

CEPG discute mestrado profissional

Professor da UFRGS faz apresentação sobre a modalidade no colegiado

Classificado com baixa prioridade para discussão do CEPG em reunião de julho do ano passado, o mestrado profissional chegou à pauta do conselho no último dia 6. Foi convidado para um breve relato sobre o assunto o professor Marco Antônio Moreira, que coordena uma experiência desta modalidade na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Física.

Segundo Marco Antônio, que até recentemente integrava o Conselho Técnico Científico (CTC) da Capes, a questão é polêmica dentro da própria agência de fomento. Esse é o fator que explica, para ele, o baixo número de mestrados profissionalizantes no país, que representariam cerca de 5% do conjunto dos dois mil programas de mestrado reconhecidos pelo MEC.

Uma das dificuldades admitidas pelo professor reside na avaliação do mestrado profissional. De acordo com Marco Antônio, os comitês da Capes são formados por professores que julgam os programas de caráter mais profissional com critérios puramente acadêmicos. Por este motivo, Marco Antônio afirma que existe quem defenda comitês diferenciados em cada área para avaliar os cursos profissionalizantes.

Outro ponto polêmico é o financiamento desses mestrados. Segundo ele, a Capes não financia bolsas para essa modalidade, exceção feita aos voltados para a área de Saúde ou de ensino de Ciências. O professor destacou ainda que ocorrem aquelas instituições que cobram, notadamente as particulares, e outras, nem sempre (principalmente as públicas). Assim, entre as que cobram taxas, existe a dúvida se os docentes participantes devem ser remunerados ou se o dinheiro deve ir integralmente para o caixa da universidade. "No meu programa, nenhum docente recebe nada e eu incluo o curso dentro da minha carga horária normal", disse Marco Antônio.

O professor fez questão de frisar que o mestrado profissional deve ter o mesmo valor do mestrado acadêmico, uma vez que é avaliado pela Capes e atende a uma demanda específica. "O que se espera dos cursos profissionalizantes não é a formação de pesquisadores, mas uma produtividade mais técnica", afirmou. Ele ressaltou que são duas necessidades (a ocorrência dos mestrados acadêmicos e dos profissionais) do país, assim como a coexistência das licenciaturas com os bacharelados. Marco Antônio acrescentou também que, por ter o mesmo valor, é natural que o mestre oriundo de um curso profissional possa pleitear um doutorado. Porém, frisou que o aluno deve estar consciente de que não foi preparado para um curso de natureza mais acadêmica de titulação superior. "Se for aceito, tudo bem. Vamos deixar que as bancas examinadoras dos concursos decidam", comentou.

Repercussão

Alguns conselheiros contestaram o argumento do professor de que o mestrado profissional interage melhor com indústrias e empresas, diferente dos acadêmicos. Marcelo Castier (representante do CT) acredita que, nas áreas tecnológicas e médicas, é visível o interesse dos mestrados acadêmicos nesse contato. Celuta Sales (CCS) também questionou que seja dado o mesmo valor aos diferentes tipos de mestrado, uma vez que os critérios são outros.

Ao final dessa etapa do debate, muitos solicitaram ao pró-reitor José Luiz Monteiro a permanência do mestrado profissionalizante na pauta do CEPG, eventualmente com novos convidados que participam desse tipo de experiência em outras instituições.

Atuação dos professores aposentados

O CEPG vai estudar, também em suas próximas reuniões, uma possível regulamentação para contemplar a participação dos aposentados na pós-graduação da UFRJ. Uma das representantes do CFCH no conselho, a professora Leila Rodrigues explicou, porém, que isso só poderá ser concretizado após eventual aprovação do chamado "serviço voluntário" pelo Conselho Universitário. Por conta disso, será solicitado ao Consuni que aprecie o tema com urgência. O pró-reitor José Luiz fez o pedido para que os conselheiros levem aos seus Centros e programas a discussão desse assunto.

APG faz eleições

A Associação de Pós-Graduandos pediu a prorrogação dos mandatos de seus atuais representantes por mais 30 dias, o que foi acatado pelo CEPG. Entre os próximos dias 17 e 19, haverá eleição dos novos representantes.

Bolsas Prodoc

O pró-reitor divulgou o resultado das solicitações da UFRJ para o Programa de Absorção Temporária de Doutores (Prodoc) da Capes. Foram feitos 45 pedidos, mas apenas 23 foram atendidos (11 novos e 12 renovações).

PDI da UFRJ em pauta

Parte do novo sistema de avaliação criado pelo MEC, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRJ será apreciado pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) nesta terça-feira, dia 10. Para se tornar definitivo, ainda deverá passar pelo crivo do Conselho Universitário.

Novos cursos

O colegiado aprovou a criação de curso de Pós-graduação em Ensino de Matemática e o encaminhamento ao MEC da reformulação do curso de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

MST

MST

MAIS DE 12 MIL PESSOAS, ENTRE HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS, ESTÃO PARTICIPANDO DA MARCHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. A GRANDE MAIORIA É FORMADA POR INTEGRANTES DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA, MAS A MARCHA TAMBÉM CONGREGA TRABALHADORES DE OUTRAS CATEGORIAS, ESTUDANTES, JORNALISTAS E MILITANTES DE OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE APÓIAM A REFORMA AGRÁRIA. OS TRABALHADORES PARTIRAM DE GOIÂNIA NO ÚLTIMO DIA 1, QUANDO FOI REALIZADO UM ATO PELO DIA DO TRABALHADOR, E JÁ CAMINHARAM 90 MIL QUILÔMETROS. UMA COMISSÃO DE REPRESENTANTES DA MARCHA ENTREGOU NA TERÇA-FEIRA, DIA 3, A PAUTA COM AS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO AO MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MIGUEL ROSSETO, E AO PRESIDENTE NACIONAL DO INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA), ROLF HACKBART. NO DIA 4, OS PARTICIPANTES DA MARCHA ACAMPARAM E REALIZARAM UM ATO POLÍTICO E CULTURAL EM ANÁPOLIS (GO). QUARENTA E TRÊS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR QUE PARTICIPAM DA MARCHA NÃO ESTÃO FALTANDO ÀS AULAS: OS SEM TERRA MIRINS ESTÃO TENDO AULAS NA ESCOLA ITINERANTE DO MST, QUE ACOMPANHA TODO O PERCURSO ATÉ A CAPITAL FEDERAL

Movimento

Servidores entregam pauta de reivindicações ao Planejamento

No último dia 3, a Coordenação Nacional dos Servidores Federais (CNESF) entregou ao governo a pauta unificada de reivindicações da Campanha Salarial 2005. Na ocasião, os servidores foram recebidos pela secretária Adjunta Marilane Ferrari e pelo Coordenador Geral de Negociação de Relações Sindicais, Idel Profeta Ribeiro. Os técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão justificaram a ausência do Secretário Geral, Sérgio Mendonça, que se preparava para uma viagem ao exterior.

Os representantes do governo informação que estava sendo agendada uma reunião com a Coordenação para o dia 12 de maio, mas em função de estar ocorrendo nesta data a Plenária Nacional da CUT, o encontro estaria sendo remarcado para o dia 17 de maio. Marilane Ribeiro afirmou que esta audiência não seria uma reunião formal da Mesa Nacional de Negociação Permanente, mas apenas um espaço para que as reivindicações da CNESF possam ser detalhadas ao governo.

No documento da Coordenação, protocolado oficialmente no Planejamento, é reivindicada a implantação de "políticas que, além de reconhecer o valor dos servidores, impeçam que retornem à pauta situações que perduraram ao longo do tempo e que tanto prejuízo causaram aos servidores com reflexo na qualidade dos serviços públicos".

Recomposição emergencial de 18%

Uma das reivindicações do conjunto dos servidores federais é a recomposição geral em função de todas as perdas, de 1995 a 2004. Nesse sentido, é reivindicado um índice emergencial de 18% a título de antecipação da recuperação do poder aquisitivo dos rendimentos dos servidores.

Incorporação das gratificações

A incorporação de todas as gratificações como um processo de valorização do salário-base é outra demanda de todo o funcionalismo federal. Para isso, é necessário a implementação de carreiras que superem as distorções intra e entre categorias.

Paridade

O conjunto dos SPF também quer a paridade para ativos, aposentados e pensionistas. Para mudar a atual política que diferencia estes segmentos da categoria é preciso garantir de fato a paridade. Esta deve ser uma das premissas da definição da política salarial e das carreiras dos servidores.

Carreira

Na pauta comum dos servidores é reivindicada, ainda, a estruturação das carreiras e planos de cargos, com o resgate das categorias tendo como pressuposto seu desenvolvimento. É necessário, para isso, estabelecer um piso salarial para todo o serviço público.

Na pauta de reivindicações, o conjunto dos servidores federais encampou a luta pelo reconhecimento da data-base da categoria em 1º de maio. Esta data foi estabelecida pela Emenda Constitucional 19, de junho de 1988, e deu origem ao artigo 37 que diz que "a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art.39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices".

A lei fixou em primeiro de janeiro a data da revisão, mas, até o momento, esta não se tornou objeto de negociação. Os servidores reivindicam a inclusão da revisão anual nos processos de negociação com a fixação da data-base em 1º de maio.

Reposição pelo ICV-Diesse

Os servidores querem que a revisão geral seja feita com base nos índices do ICV-Dieese. O governo já havia se comprometido com o índice na instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Incremento salarial

Para manter o valor real dos salários, os servidores reivindicam, na pauta, um dispositivo de incremento salarial agregado ao índice inflacionário. O percentual do incremento ainda não está definido pelo conjunto das categorias, mas foi apresentado, na pauta, para o debate com o governo.

Ainda foram apresentados pelos servidores ao governo a reivindicação de uma política de correção das distorções entre e intracategorias e a inclusão no orçamento da União do montante necessário ao reajuste para repor a inflação do ano anterior.

Reunião dos SPF prepara ato no dia 18

Com a presença de representantes de 10 entidades de servidores públicos federais, uma reunião realizada no dia 5/5 no Sintrasef (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal) começou a preparação das paralisações e do ato do próximo dia 18 de maio, na Cinelândia, com concentração a partir das 14h. Cada sindicato organizará uma barraca na praça. Haverá também a apresentação de um grupo de teatro político.

Além do evento fluminense, ocorrerão atividades em todo o país nessa data, definida como Dia Nacional de Luta, na última plenária dos SPF, para o qual existe a expectativa de bom nível de adesão. Na avaliação feita pelos dirigentes sindicais no dia 5, foi afirmada a importância de um grande ato, acompanhado das paralisações no dia 18, pois o Rio é o estado que possui maior número de servidores federais. A diretora Janete Luzia Leite representou a Adufrj-SSind na reunião.

Greve na cultura

Foi informado durante a reunião o andamento da greve dos servidores do Ministério da Cultura, que paralisaram as atividades desde o início de abril. Foi realizado protesto em Brasília, durante reunião entre o presidente Lula e o ministro Gilberto Gil (leia a "resenha" nesta mesma edição).

Profissionais de Educação de Niterói

Também foi informado na reunião dos SFP que os profissionais de Educação de Niterói permanecem em greve por melhores salários. No entanto, o prefeito Godofredo Pinto (PT) se recusa a negociar uma proposta diferente do simples reajuste do auxílio-transporte e reajuste de acordo com o IPCA, a partir de julho. A greve completou 64 dias em 6 de maio.

Cartas

NOTA PÚBLICA DO CENTRO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL DA UERJ SOBRE O RESULTADO DO EXAME NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES – ENADE

Esta nota tem por objetivo esclarecer o posicionamento do Centro Acadêmico de Serviço Social da Uerj diante da divulgação do resultado da avaliação do ENADE pelo MEC, que tem sido largamente veiculada pela imprensa. De acordo com os dados disponibilizados pelo MEC, o curso de Serviço Social foi um dos que obtiveram o pior desempenho na avaliação. A FSS/UERJ, seguindo a tendência nacional, também obteve nota baixa: exatamente 1,1. O que o MEC e a imprensa omitem é que o resultado do Serviço Social reflete um posicionamento político dos estudantes deste curso, deliberado no último Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), contrário ao SINAES e ao ENADE, uma vez que compõem o conjunto de medidas da chamada "Reforma" Universitária do governo Lula.

Entendemos este resultado como uma importante demonstração de articulação e força do movimento estudantil de Serviço Social nacional e da UERJ, que após intensos debates sobre a "reforma", decidiu por uma campanha de boicote ao ENADE, através da nota zero. Essa foi uma das estratégias para mostrar nossa indignação e desacordo para com as medidas privatizantes da reforma universitária e de estímulo ao ranqueamento e a competição desenfreada entre as instituições e os estudantes que é desencadeada pelo ENADE.

Após essa conquista, é importante que continuemos mobilizados! É urgente esclarecermos à sociedade as verdadeiras razões do "baixo desempenho" do Serviço Social da UERJ, bem como da área, que a imprensa burguesa e governista insiste em esconder, até porque é interessante nesse contexto do neoliberalismo desqualificar o ensino público. Estamos certos de que estudamos numa das melhores escolas do Brasil e que foi nossa ação política consciente e necessária que gerou esse resultado.

Nesse momento, então, estamos pensando conjuntamente novas estratégias e ações que dêem visibilidade para nosso repúdio ao ENADE, à "reforma" universitária, e esclareçam em todos os espaços onde surgir a oportunidade que o resultado do Serviço Social decorreu de nossa organização política. Assim, nacionalmente integramos o "Movimento para Barrar essa Reforma", do qual fazem parte diversas entidades de luta, tais como: Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), Executivas e Federações de Cursos, DCEs e Centros Acadêmicos de todo o Brasil, para organizar manifestações que furem o bloqueio do governo e da mídia burguesa. A vitória da campanha "Nota Zero para o ENADE! Contra a Reforma Universitária de Lula" somente foi possível com a maciça participação dos estudantes Serviço Social, assim, é fundamental que continuemos organizados, além de convocarmos todos aqueles que defendem uma universidade pública, gratuita e de qualidade a apoiarem nossa luta e a participem das mobilizações.

Precisamos manter acesa a chama da luta!

Centro Acadêmico de Serviço Social – CASS/UERJ

Opinião

Florestan Fernandes, a Escola do MST e o jardim cercado da academia

Por Silvia Beatriz Adoue

"Eu quero ser o biscoito fino que um dia o povo há de comer".
Oswald de Andrade

Quando Lula, após ter vencido o segundo turno das eleições, no discurso da avenida Paulista, lembrou de tantos intelectuais que participaram da construção do PT e "esqueceu" de Florestan Fernandes, eu, postada de frente para o palco, não achei aquilo uma injustiça, mas um sinal. Após uma década de progressivo afastamento orgânico dos movimentos sociais, que começou com a medida aparentemente administrativa de dissolução dos núcleos de base, e com uma seqüência de abandonos programáticos tendentes a priorizar a atividade política eleitoral em detrimento da organização popular, o PT deixou de ser uma expressão das lutas para ser expressão daquilo que Florestan chamava de "democracia radical". Às vezes, nem isso.

Florestan Fernandes militou dentro do PT pelo programa socialista. Em muitas oportunidades falava da sua aspiração a ser "intelectual orgânico" sob essa bandeira. A sua obra de maturidade, *A revolução burguesa no Brasil* (1975), atesta essa vontade. Nessa aspiração confluíam sua história familiar e sua trajetória intelectual.

Lembro que, numa das primeiras reuniões da campanha para a constituinte, e no meio de um exercício de prospectiva para o Brasil, o velho mestre disse que, em cinqüenta anos, ele estaria protegido pela morte. Ele estava sendo otimista demais: "[...] *se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer*" (BENJAMIN, 1991: p.156). Hoje, a sua memória é campo de batalha pelo "controle" do sentido da sua vida e da sua obra.

Alguém pode ficar com uma imagem instantânea do jovem Florestan defendendo a sua tese sobre os tupinambás. Esse "alguém" também poderá colocar o foco na adesão do estudante ao projeto da *Missão Francesa* para a formação de centros de excelência, nos seus esforços para incorporar o instrumental teórico aprendido com os seus professores ao estudo do Brasil. Muitos de nós, porém, preferimos outra perspectiva para observar a mesma cena: vemos o jovem aspirante sob o olhar agoniado da sua mãe, empregada doméstica, que pouco entendia do tema discutido. A mãe de Florestan, porém, bem percebia que a batalha que o seu filho lavrava era a de um rapaz pobre para ter o seu saber reconhecido pela elite acadêmica. Adotar uma determinada perspectiva é, não nos enganemos, uma escolha de classe: a partir de qual lugar olhamos e falamos.

Não havia força suficiente para romper a cerca do jardim do conhecimento. Era preciso atravessá-la e se apropriar das flores alheias, que a elite cultivava. Florestan venceu essa batalha e fez muito mais: entre os acadêmicos foi o primeiro. Modelo de intelectual, professor de professores, cuidou das flores como ninguém. Quando o golpe militar pôs a prova os membros da academia, muitos dos acadêmicos expulsos da universidade refugiaram-se embaixo do guarda-chuvas de patrocinadores como a Fundação Ford. Florestan Fernandes podia ter se limitado a lecionar numa universidade do exterior, cuidando do jardim e replantando de um canteiro ao outro as belas flores do conhecimento sociológico. Teria sido honroso e nem um pouco covarde. Mas ele escreveu *A revolução burguesa no Brasil*, que fez às vezes de uma dobradiça na sua obra. A escrita desse trabalho, de alguma maneira, mudou sua vida.

Florestan não havia apenas ocupado um lugar na universidade. Não tinha apenas atravessado a cerca do jardim e se apropriado do saber dos acadêmicos, agora ele produzia um saber que fugia dos projetos dos jardineiros. Era uma prospectiva para o Brasil. Um saber fundamental para os militantes, porque problematizava com rigor e teimosia sobre as possibilidades do programa democrático e do programa socialista. Florestan já era o "intelectual orgânico" ainda que sem partido. Participou da construção do PT, pessimista da razão e otimista da vontade. Sem imaginar o PT como um destino, mas como uma possibilidade.

Nos últimos anos, era freqüente a lembrança dos seus tempos de estudante pobre, quando lia Durkheim no bonde. Também era assídua a recordação da época em que trabalhava como garçom e do seu aprendizado "de classe" com o seu colega García, espanhol e anarquista. Mas, de todos esses "flashes", uma imagem sempre presente era a da presença da sua mãe não letrada na sua defesa de tese, muito mais do que os argumentos da banca e os seus próprios.

É esse mesmo Florestan Fernandes que o MST acolhe dando seu nome à sua Escola Nacional construída em Guararema. Foi ele o primeiro a romper a cerca que separa as grandes maiorias brasileiras do jardim do conhecimento sistematizado. A grande imprensa tem apresentado a escola dos Sem Terra com malícia e ironia. O que pode ser interpretado como mais um episódio no combate às ocupações de terra e à Reforma Agrária. Mas, na desqualificação à escola, há um *plus* de perversidade. É suficiente olhar para os números da pirâmide educativa: o lugar reservado aos pobres é junto à mesa, colhendo as migalhas que por ventura caem. Como não gritar contra o escândalo das políticas compensatórias impregnadas do cheiro acre do favor. Para a elite brasileira, a Escola Nacional do MST é um luxo. "Aliás, pergunta, de onde saiu o dinheiro?". Pergunta nunca dirigida aos empresários privados da educação. A pergunta que os trabalhadores fazem, em troca, é: "quem levantou o prédio?". Os nomes dos pedreiros, marceneiros, eletricistas, encanadores... costumam ficar perdidos. Na Escola de Guararema não: os nomes dos trabalhadores estão aí, eles ali estudaram, e os seus filhos, assim como os dos outros trabalhadores, poderão estudar lá.

A elite tolera os acampamentos quando eles aspiram apenas à sobrevivência das famílias, insultando-os com um olhar que pretende reduzi-los à condição de mendicante. Quando o acampamento vira assentamento, e quando o assentamento se torna produtivo, paradoxalmente, projeta sobre as famílias o medo paranóico à "barbárie" e ao "fundamentalismo", palavras-chave usadas mais de uma vez para legitimar a violência "preventiva" contra os pobres.

Porque os Sem Terra não permanecem na condição de pobres para assim completar a paisagem tão conhecida, tão natural, da brasilidade? Porque não seguem o roteiro traçado de antemão, no cenário das casinhas de pau-a-pique, esperando que o Estado, algum dia, tenha a bem incluí-los no "contrato social" e realizar a Reforma Agrária que, afinal, "todos almejamos"? Ou, ainda, porque não ficam *in eternum* sobrevivendo junto às estradas da caridade pública sob os barracos de plástico preto para lembrar a todos que o Brasil é o país do futuro e sempre será? Porque os Sem Terra teimam em querer abandonar a pátria pobreza e constroem uma escola como a de Guararema?

Como será, nessa escola, a tensão entre apropriação do conhecimento e a reflexão sobre as práticas que as novas formas de conflito social vão colocando? Responder de antemão e dar a resposta como favas contadas é uma temeridade.

Antes de fazer o roçado, a horta para preparar a comida dos alunos, os Sem Terra prepararam o jardim, os caminhos bordados de flores e os canteiros, e plantaram uma muda de cada região do país, para que vingue. Do terraço do refeitório pode-se ver e ouvir uma fonte que lembra as das construções daqueles árabes da península ibérica que encorajavam o diálogo entre culturas diversas e mantiveram o tesouro das civilizações anteriores num período em que o resto de Ocidente enrijecia o seu pensamento dominado pelo "fundamentalismo". Nessa *Alahambra* bem brasileira, um pouco distante, mas não separada das lutas cotidianas, os estudantes pobres, e filhos de pobres, netos de pobres, de pobreza ancestral, cortam a cerca e não pisam nas flores. Como Florestan, querem ocupar os espaços do saber, neles resistir e também produzir novos saberes que, bem vistos, sejam pão e também o biscoito fino para todos comermos.

BENJAMIN, Walter. "Teses sobre a Filosofia da História" in: BENJAMIN, Walter. Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1991. Trad. Flávio R. Kothe.
FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Texto publicado, originalmente, no site do MST, www.mst.org.br, em 29/3/2005

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ESPECIAL SALÁRIOS

EDIÇÃO DE 9 DE MAIO 2005

10 anos de Plano Real degradam salários de docentes

Em dez anos de Plano Real – oito de governo de FHC e dois de governo Lula - os docentes das universidades federais tiveram grandes perdas nos seus salários. Um professor ativo da UFRJ Adjunto 4 doutor, em regime de Dedicação Exclusiva, por exemplo, deixou de receber, de janeiro de 1995 a dezembro de 2004, nada menos do que R$223.299,84, em valores corrigidos para dezembro de 2004. Um aposentado com os mesmos atributos perdeu ainda mais, R$282.571,51. Confira, nas tabelas publicadas nesse encarte, a situação das perdas acumuladas pelos docentes da UFRJ, de janeiro de 1995 a dezembro de 2004, e os reajustes necessários para recompor o poder aquisitivo de 1995. .

Tabela 1

Total de perdas acumuladas de janeiro de 1995 a dezembro de 2004 de um docente com 26,05% do Plano Verão

(em reais de dezembro de 2004)

Magistério Superior			Dedicação Exclusiva					
			ativos			apos		
	classe	niv	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total
graduado	Auxiliar	4	94.302,49	29.490,12	123.792,61	103.247,24	34.170,36	137.417,60
		3	89.096,77	27.502,01	116.598,78	98.041,52	32.182,24	130.223,76
		2	84.097,00	25.564,46	109.661,47	93.041,76	30.244,70	123.286,45
		1	79.308,44	23.708,00	103.016,44	88.253,19	28.388,24	116.641,43
mestrado	Assistente	4	115.544,81	38.243,44	153.788,25	142.319,91	49.174,39	191.494,30
		3	107.643,31	35.228,90	142.872,21	134.418,41	46.159,85	180.578,27
		2	99.969,82	32.271,13	132.240,96	126.744,93	43.202,08	169.947,01
		1	92.535,05	29.394,46	121.929,52	119.310,16	40.325,41	159.635,57
doutorado	Titular	U	206.491,88	69.687,52	276.179,40	256.236,31	89.986,39	346.222,70
	Adjunto	4	167.341,66	55.958,18	223.299,84	209.432,50	73.139,01	282.571,51
		3	155.496,46	51.328,21	206.824,67	197.587,30	68.509,05	266.096,35
		2	144.225,64	47.016,01	191.241,65	186.316,48	64.196,84	250.513,32
		1	133.492,59	42.974,73	176.467,32	175.583,43	60.155,56	235.738,99

Magistério de 1º e 2º Graus			Dedicação Exclusiva					
			ativos			apos		
	classe	niv	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total
graduado	C	4	91.091,16	25.193,83	116.284,99	99.059,99	28.068,76	127.128,76
		3	84.442,16	22.297,89	106.740,05	92.411,00	25.172,82	117.583,81
		2	78.106,22	19.518,20	97.624,41	86.075,05	22.393,13	108.468,18
		1	71.871,44	16.731,10	88.602,54	79.840,28	19.606,03	99.446,31
aperfeiçoamento	D	4	127.023,59	40.290,36	167.313,96	134.992,43	43.165,30	178.157,72
		3	120.003,16	37.464,54	157.467,69	127.971,99	40.339,47	168.311,46
		2	112.046,40	34.012,60	146.059,00	120.015,24	36.887,54	156.902,77
		1	104.370,21	30.658,36	135.028,57	112.339,05	33.533,29	145.872,34
especialização	D	4	136.820,34	43.978,08	180.798,42	144.789,18	46.853,01	191.642,19
		3	129.335,60	40.965,34	170.300,94	137.304,44	43.840,27	181.144,71
		2	120.850,76	37.284,12	158.134,88	128.819,60	40.159,05	168.978,65
		1	112.662,22	33.706,88	146.369,10	120.631,06	36.581,81	157.212,87
mestrado	E	4	180.608,42	52.219,56	232.827,98	194.647,63	58.875,54	253.523,17
		3	171.290,56	48.656,45	219.947,01	185.329,77	55.312,43	240.642,20
		2	162.371,21	45.243,53	207.614,74	176.410,43	51.899,50	228.309,93
		1	153.867,40	42.040,09	195.907,49	167.906,62	48.696,06	216.602,68
doutorado	Titular	U	258.523,23	71.593,33	330.116,56	277.539,40	82.052,71	359.592,11
	E	4	211.304,78	53.710,21	265.014,98	230.320,94	64.169,60	294.490,54
		3	200.127,25	49.437,32	249.564,57	219.143,42	59.896,71	279.040,13
		2	189.421,27	45.340,76	234.762,03	208.437,44	55.800,14	264.237,58
		1	179.216,65	41.495,58	220.712,24	198.232,82	51.954,97	250.187,79

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br
E-mail Redação: comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Tabela 1

Total de perdas acumuladas de janeiro de 1995 a dezembro de 2004 de um docente com 26,05% do Plano Verão

(em reais de dezembro de 2004)

Magistério Superior			40 horas					
			ativos			apos		
	classe	niv	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total
graduado	Auxiliar	4	60.413,84	18.262,13	78.675,97	66.354,44	21.354,53	87.708,97
		3	57.054,94	16.980,43	74.035,37	62.995,54	20.072,83	83.068,37
		2	53.830,41	15.730,25	69.560,66	59.771,01	18.822,65	78.593,66
		1	50.741,75	14.532,49	65.274,24	56.682,34	17.624,89	74.307,24
mestrado	Assistente	4	71.803,91	22.906,02	94.709,94	90.174,39	30.412,65	120.587,04
		3	66.708,96	20.963,44	87.672,40	85.079,44	28.470,07	113.549,51
		2	61.752,93	19.053,48	80.806,41	80.123,41	26.560,11	106.683,52
		1	56.963,19	17.199,49	74.162,68	75.333,67	24.706,11	100.039,79
doutorado	Titular	U	137.021,65	46.039,47	183.061,12	167.593,97	58.511,63	226.105,60
	Adjunto	4	108.913,10	35.939,85	144.852,94	135.688,20	46.870,80	182.559,00
		3	101.271,64	32.953,56	134.225,20	128.046,74	43.884,51	171.931,25
		2	93.999,63	30.170,84	124.170,47	120.774,74	41.101,79	161.876,53
		1	87.074,45	27.563,24	114.637,70	113.849,56	38.494,19	152.343,75

Magistério de 1º e 2º Graus			40 horas					
			ativos			apos		
	classe	niv	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total
graduado	C	4	58.582,97	14.966,57	73.549,54	63.797,73	16.845,91	80.643,64
		3	54.296,50	13.099,41	67.395,91	59.511,26	14.978,75	74.490,01
		2	50.206,16	11.306,07	61.512,23	55.420,92	13.185,40	68.606,32
		1	46.183,68	9.507,54	55.691,22	51.398,44	11.386,87	62.785,31
aperfeiçoamento	D	4	81.765,14	24.706,70	106.471,84	86.979,90	26.586,03	113.565,93
		3	77.240,82	22.885,73	100.126,55	82.455,58	24.765,06	107.220,65
		2	72.106,48	20.658,44	92.764,92	77.321,24	22.537,77	99.859,01
		1	67.154,88	18.494,11	85.648,99	72.369,64	20.373,44	92.743,08
especialização	D	4	88.088,92	27.087,50	115.176,41	93.303,68	28.966,83	122.270,51
		3	83.254,99	25.141,16	108.396,15	88.469,75	27.020,50	115.490,24
		2	77.784,38	22.768,11	100.552,48	82.999,14	24.647,44	107.646,58
		1	72.500,64	20.459,26	92.959,90	77.715,40	22.338,59	100.053,99
mestrado	E	4	115.911,90	31.564,58	147.476,48	125.213,82	36.123,08	161.336,90
		3	109.898,15	29.264,72	139.162,87	119.200,07	33.823,22	153.023,29
		2	104.146,45	27.063,94	131.210,38	113.448,37	31.622,44	145.070,81
		1	98.658,43	24.996,49	123.654,91	107.960,35	29.554,99	137.515,34
doutorado	Titular	U	166.760,35	45.933,56	212.693,90	179.040,78	52.589,53	231.630,31
	E	4	136.296,22	34.395,93	170.692,16	148.576,66	41.051,91	189.628,57
		3	129.083,12	31.638,14	160.721,26	141.363,56	38.294,11	179.657,67
		2	122.177,85	28.995,94	151.173,79	134.458,29	35.651,92	170.110,20
		1	115.594,44	26.515,97	142.110,42	127.874,88	33.171,95	161.046,83

Tabela 1

Total de perdas acumuladas de janeiro de 1995 a dezembro de 2004 de um docente com 26,05% do Plano Verão

(em reais de dezembro de 2004)

Magistério Superior			20 horas					
			ativos			apos		
	classe	niv	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total
graduado	Auxiliar	4	26.290,71	1.950,28	28.241,00	29.294,87	3.538,12	32.832,99
		3	23.701,19	741,04	24.442,23	26.705,34	2.328,87	29.034,22
		2	21.224,05	-416,00	20.808,05	24.228,21	1.171,84	25.400,04
		1	18.852,02	-1.523,29	17.328,72	21.856,17	64,54	21.920,71
mestrado	Assistente	4	40.534,28	12.555,63	53.089,91	47.867,21	15.547,24	63.414,46
		3	37.984,43	11.291,77	49.276,20	45.317,36	14.283,39	59.600,75
		2	35.510,94	9.838,41	45.349,35	42.843,87	12.830,02	55.673,89
		1	33.111,65	8.219,25	41.330,90	40.444,59	11.210,86	51.655,44
doutorado	Titular	U	76.076,16	25.492,95	101.569,11	88.337,15	30.490,10	118.827,25
	Adjunto	4	61.156,32	20.062,85	81.219,17	71.864,65	24.433,63	96.298,28
		3	57.335,68	18.569,22	75.904,90	68.044,01	22.939,99	90.984,00
		2	53.699,93	17.177,58	70.877,51	64.408,26	21.548,36	85.956,61
		1	50.235,59	15.873,33	66.108,92	60.943,92	20.244,10	81.188,02

Magistério de 1º e 2º Graus			20 horas					
			ativos			apos		
	classe	niv	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total	gov FHC (8 anos)	gov Lula (2 anos)	Total
graduado	C	4	26.637,70	1.225,59	27.863,29	29.247,53	2.170,85	31.418,38
		3	23.893,12	20,03	23.913,15	26.502,94	965,29	27.468,23
		2	21.261,78	-1.140,69	20.121,08	23.871,61	-195,43	23.676,17
		1	18.730,29	-2.247,99	16.482,31	21.340,12	-1.302,73	20.037,39
aperfeiçoamento	D	4	40.665,00	8.241,71	48.906,71	43.274,83	9.186,97	52.461,80
		3	37.978,79	6.793,38	44.772,16	40.588,62	7.738,64	48.327,25
		2	35.029,20	5.344,01	40.373,21	37.639,03	6.289,27	43.928,29
		1	32.194,03	3.959,12	36.153,15	34.803,86	4.904,38	39.708,24
especialização	D	4	44.037,20	10.433,56	54.470,76	46.647,03	11.378,82	58.025,85
		3	41.585,95	8.902,38	50.488,33	44.195,78	9.847,64	54.043,41
		2	38.618,65	7.404,14	46.022,80	41.228,48	8.349,41	49.577,89
		1	35.733,67	5.969,16	41.702,83	38.343,50	6.914,42	45.257,92
mestrado	E	4	58.854,84	16.579,08	75.433,92	63.145,90	18.402,48	81.548,38
		3	55.851,56	15.431,38	71.282,94	60.142,62	17.254,78	77.397,40
		2	52.971,95	14.329,51	67.301,46	57.263,01	16.152,91	73.415,92
		1	50.228,99	13.295,67	63.524,66	54.520,05	15.119,07	69.639,12
doutorado	Titular	U	84.699,97	24.671,55	109.371,52	90.312,54	27.333,94	117.646,47
	E	4	69.469,53	18.904,06	88.373,59	75.082,09	21.566,45	96.648,55
		3	65.860,47	17.523,65	83.384,12	71.473,03	20.186,04	91.659,08
		2	62.410,00	16.203,27	78.613,27	68.022,56	18.865,66	86.888,22
		1	59.116,40	14.962,40	74.078,80	64.728,96	17.624,79	82.353,75

Tabela 2

Reajustes necessários para recuperar o valor real da remuneração de janeiro de 1995 de um docente com 26,05% do Plano Verão

Magistério Superior			20 horas		40 horas		DE	
			ativos	apos	ativos	apos	ativos	apos
	classe	niv						
graduado	Auxiliar	4	-3,96%	4,80%	35,00%	52,45%	38,20%	56,05%
		3	-8,10%	0,29%	32,58%	50,22%	35,80%	53,88%
		2	-12,05%	-4,03%	30,06%	47,87%	33,31%	51,57%
		1	-15,84%	-8,16%	27,53%	45,48%	30,79%	49,23%
mestrado	Assistente	4	36,20%	52,53%	31,05%	50,49%	35,38%	54,78%
		3	30,32%	45,94%	28,70%	48,36%	33,06%	52,72%
		2	24,71%	39,67%	26,23%	46,07%	30,62%	50,49%
		1	19,34%	33,65%	23,69%	43,68%	28,10%	48,15%
doutorado	Titular	U	45,17%	62,20%	37,21%	56,63%	35,57%	55,57%
	Adjunto	4	41,57%	58,86%	33,76%	53,50%	33,97%	54,09%
		3	39,19%	56,71%	31,31%	51,27%	31,52%	51,86%
		2	36,90%	54,66%	28,94%	49,13%	29,15%	49,74%
		1	34,66%	52,69%	26,63%	47,06%	26,84%	47,68%

Magistério de 1º e 2º Graus			20 horas		40 horas		DE	
			ativos	apos	ativos	apos	ativos	apos
	classe	niv						
graduado	C	4	-6,27%	-6,27%	28,19%	28,19%	36,19%	36,19%
		3	-10,29%	-10,29%	24,13%	24,13%	31,97%	31,97%
		2	-14,17%	-14,17%	20,14%	20,14%	27,82%	27,82%
		1	-17,86%	-17,86%	16,02%	16,02%	23,51%	23,51%
aperfeiçoamento	D	4	17,36%	17,36%	46,66%	46,66%	54,97%	54,97%
		3	12,31%	12,31%	43,73%	43,73%	52,08%	52,08%
		2	7,47%	7,47%	39,41%	39,41%	47,63%	47,63%
		1	2,85%	2,85%	35,07%	35,07%	43,14%	43,14%
especialização	D	4	25,19%	25,19%	49,70%	49,70%	57,79%	57,79%
		3	19,79%	19,79%	46,77%	46,77%	54,92%	54,92%
		2	14,64%	14,64%	42,41%	42,41%	50,43%	50,43%
		1	9,71%	9,71%	38,01%	38,01%	45,89%	45,89%
mestrado	E	4	44,07%	44,07%	42,35%	42,35%	49,09%	49,09%
		3	41,84%	41,84%	40,09%	40,09%	46,92%	46,92%
		2	39,58%	39,58%	37,81%	37,81%	44,73%	44,73%
		1	37,36%	37,36%	35,58%	35,58%	42,58%	42,58%
doutorado	Titular	U	52,04%	52,04%	47,29%	47,29%	47,89%	47,89%
	E	4	44,04%	44,04%	39,01%	39,01%	39,65%	39,65%
		3	41,81%	41,81%	36,72%	36,72%	37,37%	37,37%
		2	39,55%	39,55%	34,40%	34,40%	35,05%	35,05%
		1	37,33%	37,33%	32,14%	32,14%	32,79%	32,79%

Tabela 3

Exemplo de calculo Professor ativo do Magistério Superior, Adjunto nível 4, com doutorado, em regime de Dedicação Exclusiva e com ação judicial de 26,05% do Plano Verão

	ICV-SP Dieese		reajuste concedido		remuneração bruta total (1)		perda real (2)		reajuste necessário (3)
mês	mensal	acumulado	mensal	acumulado	nominal	real	mensal	acumulada	
dez 1994					3.290,96	8.421,29			
jan 1995	0,92%	0,92%	0,0%	0,0%	3.290,96	8.344,52	76,77	76,77	0,92%
fev 1995	1,50%	2,43%	0,0%	0,0%	3.290,96	8.221,20	200,09	276,86	2,43%
mar 1995	3,24%	5,75%	0,0%	0,0%	3.290,96	7.963,19	458,09	734,95	5,75%
abr 1995	2,69%	8,60%	0,0%	0,0%	3.290,96	7.754,59	666,69	1.401,65	8,60%
mai 1995	2,74%	11,57%	0,0%	0,0%	3.290,96	7.547,78	873,50	2.275,15	11,57%
jun 1995	2,82%	14,72%	0,0%	0,0%	3.290,96	7.340,77	1.080,51	3.355,66	14,72%
jul 1995	2,81%	17,94%	0,0%	0,0%	3.290,96	7.140,14	1.281,15	4.636,81	17,94%
ago 1995	1,49%	19,70%	0,0%	0,0%	3.290,96	7.035,31	1.385,98	6.022,79	19,70%
set 1995	0,50%	20,30%	0,0%	0,0%	3.290,96	7.000,31	1.420,98	7.443,77	20,30%
out 1995	1,47%	22,07%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.898,90	1.522,39	8.966,16	22,07%
nov 1995	2,78%	25,46%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.712,29	1.708,99	10.675,15	25,46%
dez 1995	1,58%	27,44%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.607,89	1.813,40	12.488,55	27,44%
jan 1996	2,53%	30,67%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.444,83	1.976,45	14.465,00	30,67%
fev 1996	0,31%	31,07%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.424,92	1.996,37	16.461,37	31,07%
mar 1996	1,11%	32,53%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.354,38	2.066,90	18.528,28	32,53%
abr 1996	0,56%	33,27%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.319,00	2.102,29	20.630,57	33,27%
mai 1996	1,76%	35,61%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.209,71	2.211,58	22.842,15	35,61%
jun 1996	0,09%	35,74%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.204,12	2.217,16	25.059,31	35,74%
jul 1996	2,34%	38,91%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.062,27	2.359,02	27.418,33	38,91%
ago 1996	-0,26%	38,55%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.078,07	2.343,22	29.761,55	38,55%
set 1996	0,10%	38,69%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.072,00	2.349,29	32.110,84	38,69%
out 1996	0,32%	39,13%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.052,63	2.368,66	34.479,50	39,13%
nov 1996	0,32%	39,58%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.033,32	2.387,97	36.867,47	39,58%
dez 1996	0,38%	40,11%	0,0%	0,0%	3.290,96	6.010,48	2.410,81	39.278,27	40,11%
jan 1997	2,12%	43,08%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.885,70	2.535,58	41.813,85	43,08%
fev 1997	0,46%	43,74%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.858,75	2.562,53	44.376,39	43,74%
mar 1997	0,50%	44,46%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.829,61	2.591,68	46.968,07	44,46%
abr 1997	1,08%	46,02%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.767,32	2.653,97	49.622,03	46,02%
mai 1997	-0,01%	46,00%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.767,90	2.653,39	52.275,43	46,00%
jun 1997	0,99%	47,45%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.711,35	2.709,93	54.985,36	47,45%
jul 1997	0,55%	48,26%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.680,11	2.741,17	57.726,53	48,26%
ago 1997	-0,28%	47,84%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.696,06	2.725,22	60.451,76	47,84%
set 1997	0,11%	48,01%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.689,80	2.731,48	63.183,24	48,01%
out 1997	0,06%	48,10%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.686,39	2.734,90	65.918,14	48,10%
nov 1997	0,21%	48,41%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.674,48	2.746,81	68.664,95	48,41%
dez 1997	0,18%	48,67%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.664,28	2.757,01	71.421,96	48,67%
jan 1998	0,70%	49,71%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.624,91	2.796,38	74.218,34	49,71%
fev 1998	0,28%	50,13%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.609,20	2.812,09	77.030,43	50,13%

Tabela 3

mês	ICV-SP Dieese mensal	ICV-SP Dieese acumulado	reajuste concedido mensal	reajuste concedido acumulado	remuneração bruta total (1) nominal	remuneração bruta total (1) real	perda real (2) mensal	perda real (2) acumulada	reajuste necessário (3)
mar 1998	0,20%	50,43%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.598,00	2.823,28	79.853,71	50,43%
abr 1998	0,19%	50,72%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.587,39	2.833,90	82.687,61	50,72%
mai 1998	0,41%	51,34%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.564,57	2.856,71	85.544,32	51,34%
jun 1998	0,05%	51,41%	0,0%	0,0%	3.290,96	5.561,79	2.859,50	88.403,82	51,41%
jul 1998	-0,37%	50,85%	33,4%	33,4%	4.391,36	7.449,05	972,23	89.376,05	13,05%
ago 1998	-0,89%	49,51%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.515,94	905,34	90.281,40	12,05%
set 1998	-0,11%	49,35%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.524,22	897,07	91.178,46	11,92%
out 1998	0,21%	49,66%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.508,45	912,83	92.091,30	12,16%
nov 1998	-0,34%	49,15%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.534,07	887,22	92.978,52	11,78%
dez 1998	0,15%	49,37%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.522,78	898,50	93.877,02	11,94%
jan 1999	1,38%	51,44%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.420,38	1.000,90	94.877,92	13,49%
fev 1999	1,15%	53,18%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.336,02	1.085,27	95.963,19	14,79%
mar 1999	0,98%	54,68%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.264,82	1.156,46	97.119,65	15,92%
abr 1999	0,11%	54,85%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.256,84	1.164,45	98.284,10	16,05%
mai 1999	0,22%	55,19%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.240,91	1.180,38	99.464,47	16,30%
jun 1999	0,34%	55,72%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.216,38	1.204,91	100.669,38	16,70%
jul 1999	1,19%	57,57%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.131,51	1.289,78	101.959,16	18,09%
ago 1999	0,38%	58,17%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.104,51	1.316,77	103.275,93	18,53%
set 1999	0,37%	58,75%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.078,32	1.342,96	104.618,90	18,97%
out 1999	0,93%	60,23%	0,0%	33,4%	4.391,36	7.013,10	1.408,19	106.027,08	20,08%
nov 1999	1,34%	62,38%	0,0%	33,4%	4.391,36	6.920,37	1.500,92	107.528,00	21,69%
dez 1999	0,80%	63,68%	0,0%	33,4%	4.391,36	6.865,45	1.555,84	109.083,84	22,66%
jan 2000	1,19%	65,62%	7,5%	43,5%	4.721,48	7.294,75	1.126,54	110.210,38	15,44%
fev 2000	-0,20%	65,29%	0,0%	43,5%	4.721,48	7.309,37	1.111,92	111.322,30	15,21%
mar 2000	0,77%	66,57%	0,0%	43,5%	4.721,48	7.253,51	1.167,77	112.490,08	16,10%
abr 2000	0,29%	67,05%	0,0%	43,5%	4.721,48	7.232,54	1.188,75	113.678,82	16,44%
mai 2000	-0,20%	66,71%	0,0%	43,5%	4.721,48	7.247,03	1.174,25	114.853,08	16,20%
jun 2000	0,15%	66,96%	0,0%	43,5%	4.721,48	7.236,18	1.185,11	116.038,19	16,38%
jul 2000	2,13%	70,52%	0,0%	43,5%	4.721,48	7.085,26	1.336,02	117.374,21	18,86%
ago 2000	1,31%	72,75%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.993,65	1.427,64	118.801,85	20,41%
set 2000	0,41%	73,46%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.965,09	1.456,20	120.258,05	20,91%
out 2000	0,00%	73,46%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.965,09	1.456,20	121.714,25	20,91%
nov 2000	0,34%	74,05%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.941,49	1.479,80	123.194,04	21,32%
dez 2000	0,82%	75,48%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.885,03	1.536,26	124.730,30	22,31%
jan 2001	0,83%	76,94%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.828,36	1.592,93	126.323,23	23,33%
fev 2001	0,23%	77,34%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.812,69	1.608,60	127.931,83	23,61%
mar 2001	0,48%	78,19%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.780,14	1.641,15	129.572,98	24,21%
abr 2001	0,39%	78,89%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.753,80	1.667,48	131.240,46	24,69%
mai 2001	0,22%	79,28%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.738,98	1.682,31	132.922,77	24,96%
jun 2001	1,53%	82,03%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.637,42	1.783,86	134.706,64	26,88%
jul 2001	2,12%	85,89%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.499,63	1.921,66	136.628,29	29,57%
ago 2001	0,65%	87,09%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.457,66	1.963,63	138.591,92	30,41%
set 2001	0,60%	88,22%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.419,14	2.002,15	140.594,07	31,19%
out 2001	1,20%	90,47%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.343,03	2.078,26	142.672,33	32,76%
nov 2001	0,98%	92,34%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.281,47	2.139,82	144.812,15	34,07%
dez 2001	-0,16%	92,03%	0,0%	43,5%	4.721,48	6.291,53	2.129,75	146.941,90	33,85%

Tabela 3

	ICV-SP Dieese		reajuste concedido		remuneração bruta total (1)		perda real (2)		reajuste necessário (3)
mês	mensal	acumulado	mensal	acumulado	nominal	real	mensal	acumulada	
jan 2002	1,06%	94,07%	3,5%	48,5%	4.887,36	6.444,27	1.977,02	148.918,92	30,68%
fev 2002	0,13%	94,32%	8,6%	61,3%	5.308,59	6.990,59	1.430,69	150.349,62	20,47%
mar 2002	0,23%	94,77%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.974,55	1.446,74	151.796,35	20,74%
abr 2002	0,74%	96,21%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.923,32	1.497,97	153.294,32	21,64%
mai 2002	0,10%	96,41%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.916,40	1.504,88	154.799,20	21,76%
jun 2002	0,60%	97,58%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.875,15	1.546,13	156.345,34	22,49%
jul 2002	1,34%	100,23%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.784,24	1.637,04	157.982,38	24,13%
ago 2002	0,40%	101,03%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.757,21	1.664,07	159.646,45	24,63%
set 2002	0,95%	102,94%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.693,62	1.727,66	161.374,12	25,81%
out 2002	1,13%	105,24%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.618,83	1.802,45	163.176,57	27,23%
nov 2002	3,20%	111,80%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.413,60	2.007,69	165.184,26	31,30%
dez 2002	2,39%	116,87%	0,0%	61,3%	5.308,59	6.263,89	2.157,40	167.341,66	34,44%
jan 2003	2,92%	123,20%	1,0%	62,9%	5.362,24	6.147,68	2.273,60	169.615,26	36,98%
fev 2003	1,35%	126,21%	0,0%	62,9%	5.362,24	6.065,79	2.355,49	171.970,76	38,83%
mar 2003	1,06%	128,61%	0,0%	62,9%	5.362,24	6.002,17	2.419,12	174.389,87	40,30%
abr 2003	1,39%	131,79%	0,0%	62,9%	5.362,24	5.919,88	2.501,40	176.891,27	42,25%
mai 2003	0,24%	132,34%	1,4%	65,2%	5.437,70	5.988,82	2.432,47	179.323,74	40,62%
jun 2003	-0,26%	131,74%	0,0%	65,2%	5.437,70	6.004,43	2.416,86	181.740,60	40,25%
jul 2003	0,35%	132,55%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.983,49	2.437,80	184.178,40	40,74%
ago 2003	-0,15%	132,20%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.992,48	2.428,81	186.607,21	40,53%
set 2003	1,26%	135,13%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.917,91	2.503,38	189.110,58	42,30%
out 2003	0,47%	136,23%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.890,23	2.531,06	191.641,64	42,97%
nov 2003	0,26%	136,85%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.874,95	2.546,33	194.187,98	43,34%
dez 2003	0,32%	137,60%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.856,21	2.565,07	196.753,05	43,80%
jan 2004	1,46%	141,07%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.771,94	2.649,34	199.402,40	45,90%
fev 2004	-0,18%	140,64%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.782,35	2.638,94	202.041,33	45,64%
mar 2004	0,47%	141,77%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.755,30	2.665,99	204.707,32	46,32%
abr 2004	0,06%	141,92%	0,0%	65,2%	5.437,70	5.751,85	2.669,44	207.376,76	46,41%
mai 2004	0,43%	142,96%	15,6%	91,0%	6.286,10	6.620,79	1.800,49	209.177,25	27,19%
jun 2004	1,12%	145,68%	0,0%	91,0%	6.286,10	6.547,46	1.873,82	211.051,08	28,62%
jul 2004	1,21%	148,65%	0,0%	91,0%	6.286,10	6.469,19	1.952,10	213.003,18	30,18%
ago 2004	0,69%	150,37%	0,0%	91,0%	6.286,10	6.424,85	1.996,43	214.999,61	31,07%
set 2004	0,29%	151,09%	0,0%	91,0%	6.286,10	6.406,28	2.015,01	217.014,62	31,45%
out 2004	0,53%	152,42%	0,0%	91,0%	6.286,10	6.372,50	2.048,79	219.063,41	32,15%
nov 2004	0,83%	154,52%	0,0%	91,0%	6.286,10	6.320,04	2.101,24	221.164,65	33,25%
dez 2004	0,54%	155,89%	0,0%	91,0%	6.286,10	6.286,10	2.135,19	**223.299,84**	**33,97%**

(1) remuneração bruta total, incluindo vencimento, GAE, vantagem pecuniária individual, GED e ganho judicial da ação do Plano Verão (26,05%). "nominal" representa o valor da remuneração em reais do mês correspondente (valor corrente) e "real" é o valor da remuneração corrigido até dezembro de 2004 pelo ICV-SP do Dieese.

(2) a perda real mensal é a diferença entre o valor real da remuneração do mês correspondente e o valor real da remuneração no início de janeiro de 1995; a perda real acumulada é a soma das perdas reais mensais desde janeiro de 1995, inclusive.

(3) reajuste necessário para recuperar o valor real da remuneração total em dezembro de 1994.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 457 • 17 de maio de 2005

Assembléia Geral

17 maio terça-feira

13:30

Auditório E3
Bloco F - 2º andar
Faculdade de Letras

Pauta
Campanha salarial 2005:
1) 18 de maio - dia nacional de paralisação e luta dos servidores federais
2) Plenária de servidores federais de 22 de maio
a) Eleição de delegados
b) Indicativo de greve dos servidores federais

Assessor do CNPq fala sobre PIBIC

Página 4

A assistência estudantil na UFRJ

Páginas 12 a 13

MEC cancela várias vezes reunião sobre avaliação docente

Mais uma vez, o MEC cancelou a reunião do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 4.052. A reunião estava inicialmente marcada para 20 de abril e foi transferida para 28 de abril já com sinalização de que seria somente em 5 de maio. Neste mesmo dia, o MEC retificou que a segunda reunião seria novamente adiada para 10 de maio. Os temas a serem trabalhados pelo grupo seriam: Avaliação Docente e Relatório dos Trabalhos realizados nas reuniões que já ocorreram. No último dia 10, no entanto, houve a decretação de ponto facultativo pelo governo federal por conta da realização da Cúpula dos Países Árabes e Sul-Americanos e a reunião do GT novamente não aconteceu.

Kelvin Melo

ALUNOS PROTESTAM CONTRA REFORMA, NA SESSÃO QUE RECEBEU O SECRETÁRIO DO MEC

Haddad tenta convencer que reforma de Lula é diferente da defendida por FHC

Páginas 6 a 9

Editorial

Atendimento às reivindicações depende da capacidade de mobilização dos servidores

Para pressionar o governo a negociar as reinvidicações apresentadas em 3 de maio ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), os servidores públicos federais (SPF) definiram na última Plenária (24/04) o dia 18 de maio como um *Dia Nacional de Luta com paralisação*. Os servidores pretendem organizar caravanas do interior para as grandes cidades, realizando atos contra a política econômica neoliberal do governo e por uma política salarial digna para o funcionalismo. No Rio de Janeiro, o Ato está convocado para a Cinelândia, com concentração às 14h.

Os servidores, reunidos em plenária, indicaram, ainda, que as diversas entidades discutam com suas categorias a possibilidade de uma greve unificada a partir da primeira quinzena de junho, caso o governo não responda de forma satisfatória à pauta apresentada. A orientação é de que as entidades construam como possível data de deflagração da greve, o dia 2 de junho. No dia 22 de maio haverá nova plenária dos servidores para avaliar as manifestações do dia 18 de maio, a movimentação do governo e a resposta das categorias frente ao indicativo de greve.

As revindicações centrais dos servidores vêm se repetindo ano após ano: a recuperação das perdas salariais desde 1995 e o estabelecimento de uma política salarial para os servidores (incluindo a incorporação das gratificações aos vencimentos como forma de valorização do salário, superação das distorções intra e entre categorias, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e estruturação das carreiras e planos de cargos e salários com estabelecimento de piso salarial para todo o serviço público).

As respostas a essas reivindicações nos governos FHC e Lula também têm sido as mesmas, como ficou evidenciado na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) do governo Lula, após um ano de reuniões sem resultados: por um lado, exibir para a sociedade em geral a intenção de negociar com os servidores e, por outro, tentar dividir as categorias por meio de negociações em separado, com aceno de ganhos específicos para alguns ao mesmo tempo em que propõe inacreditáveis 0,1% de reajuste para o conjunto dos servidores.

No caso dos docentes, a situação não é diferente. Além da frustração com a inexistência de negociação geral com os servidores em 2004, a Mesa Setorial do MEC também não rendeu frutos. Apesar da propalada "intenção" do MEC de incorporar aos vencimentos as "malditas" gratificações produtivistas "herdadas" do governo FHC, restaurando assim a paridade entre os docentes ativos e aposentados, e de abrir uma efetiva discussão sobre melhorias na carreira docente, as reuniões da Mesa Setorial, nas quais seria apresentado o relatório referente ao (pouco) debate realizado em 2004 e 2005 com as entidades da Educação, têm sido sistematicamente adiadas sem qualquer justificativa.

Os servidores reivindicam a recuperação do poder aquisitivo das suas remunerações em janeiro de 1995 e um reajuste emergencial de 18%, como antecipação dessa recuperação. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind e o Congresso do Andes-SN também já aprovaram estas reivindicações. No caso dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), as perdas que se acumularam nestes 10 anos sem os reajustes necessários para cobrir a inflação chegam, na maior parte dos casos, a montantes que "dariam até para comprar a sonhada casa própria", comentário de vários docentes após a leitura do editorial da edição passada do *Jornal da Adufrj* e das tabelas do encarte do mesmo jornal. A indignação dos docentes, em todo o país, tem levado a manifestações como a realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde, como parte da campanha salarial, foi feita durante a semana passada uma campanha bem-humorada intitulada "reforço do orçamento da União", através da qual foram distribuídos 70 cofrinhos no formato de "porquinhos" pelos departamentos de ensino da UFSM. As moedas arrecadadas foram depositadas na conta do governo.

Considerando os resultados da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em 2004 e que até maio de 2005 o governo nenhuma proposta apresentou além do pífio reajuste de 0,1%, ancorado no cínico argumento de que não tem obrigação legal de compensar perdas inflacionárias, os servidores resolveram protestar publicamente por meio de paralisações e manifestações neste dia 18.

Historicamente, os docentes da UFRJ vêm participando das manifestações organizadas unificadamente com os servidores. Entretanto, as últimas assembléias da Adufrj não têm refletido a necessária mobilização e disposição para esta participação. A política salarial destes dez últimos anos degradou não apenas os salários, mas as condições de trabalho e de unificação da luta. A quebra de expectativas daqueles que acreditavam que um governo eleito sob o signo da "mudança" iria melhorar essas condições pesa enormemente a favor da desmobilização. Assim, avaliamos que será difícil realizar uma paralisação dos docentes na UFRJ no dia 18, mas entendemos que devemos participar da luta com o maior empenho possível. **Conclamamos, portanto, todos os docentes da UFRJ à Assembléia Geral da Adufrj-SSind, que será realizada nesta terça-feira, às 13:30h, na Faculdade de Letras, para decidirmos em conjunto, de forma democrática, como nos manifestaremos diante do descaso do governo!**

Além das atividades do dia 18, a AG definirá também as posições que os docentes da UFRJ levarão à reunião do setor das federais do Andes-SN do dia 21 e à plenária de servidores federais do dia 22, ambas em Brasilia, sobre os demais aspectos da campanha salarial, entre os quais se inclui o indicativo de greve dos SPF para o mês de junho.

Diretoria da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

17/5 - Marcha Nacional pela Reforma Agrária
Brasília (DF) - chegada à capital, com um ato na Esplanada dos Ministérios.

18/5 - Dia Nacional de Luta nos Estados
Atos e paralisação contra a política econômica neoliberal do governo e por uma política salarial para o funcionalismo público.

20/5 - 1º Seminário Conjunto Andes-SN e Sinasefe sobre diretrizes de carreira para o magistério federal.
Brasília (DF)

20 e 21/5 - 1º Encontro do Coletivo Jurídico/2005 do Andes-SN
Brasília (DF)

21 e 22/5 **- Reunião dos Grupos de Trabalho do Andes-SN (Política Educacional; Carreira; Ciência & Tecnologia; Política Agrária; Política de Formação Sindical)**
Brasília (DF)

21/5 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) **-** sede do Andes-SN.

22/5 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF).

2 e 5/6 - Reunião do GT Seguridade Social do Andes-SN.
Brasília (DF) - Sede do Andes-SN.

3 e 4/6 Seminário sobre Seguridade Social da CNSF
Brasília – DF.

Junho - Indicativo de greve dos SPF.

14/7 - Reunião do Setor das Estaduais.
Fortaleza (CE)

15 a 17/6 - 50º Conad do Andes-SN
Fortaleza (CE) - com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Vestibular da UFRJ poderá ser realizado em dois dias

Coordenador do concurso leva proposta de redução ao colegiado de graduação

Reunido na última quarta-feira (11/5), o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) discutiu o modelo para o vestibular do próximo ano e as vagas ociosas na universidade. Em relação ao número de vagas não preenchidas, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente (PR-1) solicitou às unidades que enviem relatórios com avaliação da quantidade de vagas disponíveis. Além da prova de transferência interna, os conselheiros estudam a possibilidade de os cursos oferecerem mais vagas no vestibular. Segundo o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, na medida em que os relatórios forem enviados, este tema retornará à pauta do CEG para que as vagas sejam totalmente preenchidas.

O tema do vestibular da UFRJ para 2006 voltou a ser discutido, pois a Comissão de organização do exame entende que as provas devem ser realizadas em apenas dois dias e não em três como acontece atualmente. O coordenador acadêmico do concurso de acesso aos cursos de graduação da universidade, professor Luiz Otavio Langlois, tornou a visitar o colegiado e afirmou que tanto a UERJ quanto a UFF já reduziram os dias de suas provas: "Estão olhando para a UFRJ e perguntando: 'E vocês?'", questionou Langlois.

O professor já havia visitado o CEG na sessão do dia 27/4 para apresentar os resultados do concurso em 2005. Dessa vez, o objetivo da visita foi para solicitar algumas mudanças no processo de seleção.

Prova teria duração de cinco horas

Luiz Otávio considerou a possibilidade de haver um acompanhamento *on line* das inscrições no concurso e propôs que as provas sejam realizadas em dois dias, com cinco horas de duração cada. Para compensar o sistema atual (as provas são realizadas em três dias com quatro horas de duração), no primeiro dia seriam realizadas as provas de Língua Portuguesa, Literatura, Redação e quatro disciplinas não específicas. No segundo dia, os candidatos fariam provas de três disciplinas específicas. Este modelo reduziria o peso das provas específicas de 50% para 43%. As provas de Língua Portuguesa, Literatura e Redação também teriam o peso reduzido (de 33% para 29%), enquanto o das provas não específicas subiriam de 17% para 28%.

Dessa forma, Langlois acredita que atenderá à principal reclamação que recebe quando visita as escolas, pois os alunos consideram o processo seletivo muito cansativo. A conselheira Ana Maria Ribeiro considerou "perfeita" a idéia de se reduzir os dias dos exames e acha que o CEG deve refazer a discussão sobre o vestibular. A representante dos técnico-administrativos sugeriu também que o aluno reprovado no Teste de Habilidade Específica (THE) possa fazer uma segunda opção de curso.

O pró-reitor José Roberto Meyer afirmou que o debate sobre o vestibular terá continuidade na próxima reunião e a discussão começará com o relato da comissão de vestibular do CEG. A comissão trará para pauta, ainda, a discussão da inclusão de questões de Filosofia no exame de qualificação.

UFRJ

Chapa 2 assume o DCE Mário Prata

Após a intensa campanha eleitoral, a gestão *Não Vou Me Adaptar* pôde finalmente comemorar a vitória nas eleições do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Na última terça-feira (10/4) ocorreu a cerimônia de posse da chapa eleita, em reunião do Conselho de Centros Acadêmicos, no auditório Muniz Aragão, no *campus* da Praia Vermelha. O evento contou com a presença da vice-reitora, Sylvia da Silveira Mello Vargas, da decana do CFCH, Suely de Almeida e da presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann.

Na última quinta-feira, a chapa 2, *Não Vou Me Adaptar,* venceu as eleições com ampla maioria dos votos (3.684), seguida da chapa 1, *Quem Vem Com Tudo Não Cansa,* (1.273). A chapa 4, *Na Pressão Pelas Mudanças*, ficou em terceiro com 926 votos, seguida da chapa 3, *A Hora é Essa*, com 181 votos. A chapa 5, *Pra Mudar Esta Maré*, ficou na última colocação com 97 votos.

Como o resultado do plebiscito apontou a vitória da proporcionalidade (3.591 votos, contra 1.681 da majoritariedade), a chapa 2 terá 18 cargos na direção do diretório estudantil. A chapa 1 terá direito a seis cadeiras na diretoria do DCE Mário Prata, enquanto a chapa 4 terá cinco representantes. A chapa 3 poderá ocupar somente um cargo e a chapa 5 não poderá eleger nenhum representante.

Adufrj-SSind reconhece o resultado das eleições

No discurso de posse, representantes da *Não Vou Me Adaptar* e da *Quem Vem Com Tudo Não Cansa* ressaltaram que a vitória esmagadora dessas chapas representou a opinião dos estudantes contra a reforma universitária proposta pelo governo. A promessa de uma gestão que lutará por uma universidade pública, de qualidade e que tentará impedir a aprovação do anteprojeto do governo, foi a principal bandeira levantada por estas chapas durante a campanha.

A presidente da Adufrj-Ssind também destacou a importância da luta contra a reforma universitária que esta gestão terá de enfrentar ao longo deste ano. De acordo com Sara Granemann, para a Adufrj-SSind a mobilização dos estudantes contra a reforma do ensino superior proposta pelo governo Lula é fundamental para que o projeto de universidade pública não seja derrotado. "A Adufrj-Ssind sabe que o movimento estudantil é um protagonista central na defesa do ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado, nas lutas futuras assim como também o foi nas lutas do passado e temos certeza de que continuaremos juntos e por isto, seremos fortes", finalizou a professora.

Resenha

Banqueiros fazem a festa

O Bradesco registrou lucro líquido de R$ 1,205 bilhão no primeiro trimestre deste ano e superou o resultado do Itaú, que totalizou R$ 1,141 bilhão no período. O resultado é 98% superior ao do mesmo período de 2004 (R$ 608,7 milhões) e 14% maior do que o registrado no último trimestre do ano passado (R$ 1,058 bilhão). *(Diário Vermelho, 10/5).*

Aposentadoria do servidor aos 75 anos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou proposta de emenda constitucional (PEC) que eleva de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória no serviço público. A emenda ainda precisa ser votada em dois turnos pelo plenário e ser aprovada por, no mínimo, 49 votos. Na Câmara, a proposta também terá de ser votada em duas etapas. *(O Dia, 12/5).*

Educação como *business*

Secretária-executiva do MEC no governo Fernando Henrique, Maria Helena Guimarães afirmou na Folha Dirigida do dia 12/5 que a atual reforma universitária deve refletir os debates internos e tendências internacionais: "Hoje em dia, a educação é vista como *business* na Europa, um dos maiores negócios do mundo", disse.

Pelo visto, ao contrário do que afirmou Fernando Haddad no Consuni da UFRJ, o atual governo está ouvindo os (maus) conselhos dos antecessores...

Novo presidente da Andifes

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, a Andifes, escolheu sua nova direção, no último dia 13. O presidente eleito é Oswaldo Duarte Filho, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e o vice-presidente, Paulo Speller, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O pleito ocorreu em Niterói, durante a 51ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno da entidade. O mandato é de um ano *(Folha Dirigida, 13/5).*

Brasil lidera vergonhoso ranking da repetência

O Brasil é o país latino-americano com o maior índice de repetência. A constatação é do "Sumário de Educação Global 2005: Comparando as Estatísticas Educacionais do Mundo". O estudo, divulgado pela Unesco, é baseado em dados de 2002 e 2003. Segundo o documento, a taxa de repetentes no ensino fundamental brasileiro alcança 21%. Os índices que mais se aproximam do patamar do Brasil são os da ilha caribenha de Montserrat (17%), da Guatemala (14%) e das Antilhas Holandesas (13%). Países como Bolívia, Chile e Equador apresentam a porcentagem de apenas 2%. Cuba teve o melhor resultado: 1% de repetência *(Folha Dirigida, 9/5).*

Colegiados

Assessor do CNPq apresenta programa de iniciação científica

Colegiados acadêmicos recebem presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Iniciação Científica

O assessor da presidência do CNPq, Isaac Roitman, foi o convidado da sessão conjunta dos colegiados acadêmicos de graduação (CEG) e pós-graduação e pesquisa (CEPG), na última sexta-feira, dia 13. Professor aposentado do Departamento de Biologia Celular da UnB, Roitman aceitou o convite da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR2) para expor o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Isaac Roitman fez um histórico da implementação do programa, criado há mais de doze anos. Anteriormente, as bolsas de iniciação eram concedidas somente através do sistema conhecido como 'balcão', no qual o pesquisador recebe diretamente o recurso e é responsável pela seleção e avaliação do estudante bolsista. A partir do Pibic, a agência passou a dividir a responsabilidade da seleção e distribuição das bolsas com as instituições. Parte dos recursos para iniciação científica do CNPq foi, então, alocada através de editais institucionais, organizados por comissões internas.

Atualmente, a agência do Ministério da Ciência e Tecnologia disponibiliza 15 mil bolsas institucionais (Pibic) e cerca de 4 mil bolsas 'balcão' em edital específico para a iniciação científica. Essa chamada acontece a cada três anos e, segundo Roitman, 172 instituições, entre universidades e centros de pesquisa, participam do programa que tem um orçamento atual de R$ 53 milhões por ano. Na distribuição da agência, a UFRJ é a segunda instituição a receber mais bolsas de iniciação (714), atrás da USP, que recebe 1.014.

Sem recursos, sem possibilidade de crescimento

O número de não-bolsistas (23.000) supera o número de estudantes que recebem o incentivo da agência (20.000). Em todo o país, segundo Roitman, 63.000 jovens participam de projetos de iniciação científica nas universidades e centros de pesquisa, entre não-bolsistas e bolsistas do CNPq, de outras agências e das próprias instituições. Apesar de reconhecer que a quantidade de bolsas é pequena em relação à demanda de jovens por uma formação associada à pesquisa já na graduação, Roitman apresentou um cenário de pouca ou nenhuma esperança de que com o atual governo a situação se altere. Em resposta a alguns questionamentos por parte dos conselheiros sobre a possibilidade de a agência aumentar o quantitativo de bolsas, o assessor da agência afirmou que, "no máximo", espera-se que não haja diminuições.

Roitman reconheceu que a falta de orçamento para a Educação, Ciência e Tecnologia impede a implementação das políticas elaboradas pelos conselhos internos das instituições e até mesmo os da própria agência. O assessor da agência admitiu que todos os discursos de dirigentes e governantes são em favor do investimento em Educação e C&T, mas, na prática, "não há vontade política" de liberar recursos. "Só há discurso. Estamos com mais de 2 bilhões de reais, por exemplo, contingenciados".

Distribuição entre instituições reproduz desigualdade

Para Isaac Roitman, a distribuição do Pibic reproduz, atualmente, os níveis de concentração social no Brasil. "Estudos mostram que o programa reproduz a distribuição de renda e de terra no país. Apenas 6% das instituições têm 30% das bolsas, enquanto 40 instituições dividem 65% dos recursos, concentrados na região Sudeste". Roitman afirmou que o Ministério da C&T está estudando um aumento no valor das bolsas, hoje em R$ 241,00.

Importância da institucionalização do programa

Roitman defendeu a institucionalização das bolsas de iniciação através do programa Pibic que, para ele, contribuiu ao longo da última década para desenvolver a pesquisa em universidades fora do eixo Sul-Sudeste, em especial, nas instituições do Nordeste brasileiro. "A UFRJ está voando em relação à iniciação científica, com ou sem bolsas Pibic". Já, segundo o professor, com o programa, outras instituições tiveram a possibilidade de formar muitos jovens que seguiram a carreira acadêmica a partir da experiência com a iniciação científica. Hoje, esses estudantes participam da formação de novos grupos de pesquisa e de pós-graduação emergentes em outras regiões e já concorrem a outros editais de fomento em nível de igualdade com outros grupos já estabelecidos.

Formação e pesquisa

Segundo o representante do CNPq, a agência criou a Comissão Nacional de Avaliação da Iniciação Científica (Conaic) com o objetivo de manter a qualidade do programa e definir critérios para sua expansão. Um dos integrantes da Conaic é o ex-sub-reitor de Pós-gradudação e Pesquisa da UFRJ, professor Marcos Palatinik, que esteve presente à sessão conjunta e defendeu a institucionalização da maioria das bolsas. Para Palatinik, a experiência da Iniciação Científica deve propiciar não só a formação de futuros cientistas, mas também de bons profissionais, garantindo a qualidade da formação nas universidades.

Tanto Palatinik quanto Roitman reforçaram a tese de alguns conselheiros, como a professora Maria Lúcia Patitucci, de que o programa atende à política de formação dos alunos de graduação de forma geral e não apenas à produção de pesquisa nas instituições. De acordo com o representante da agência, a resolução normativa 015 – que estabeleceu regras para o programa no ano passado -, significa apenas critérios de orientação da agência quanto à concessão das bolsas e, portanto, não 'amarra' as comissões internas de distribuição e seleção quanto a critérios exclusivos sobre o perfil dos docentes e pesquisadores que podem concorrer às bolsas. De acordo com Roitman, há uma cultura que teria sido imposta pela própria academia de que somente os pesquisadores ou docentes com alta produção em pesquisa poderiam orientar os estudantes. O objetivo da agência, segundo o assessor, é garantir a qualidade do programa e estabelecer um perfil do orientador de acordo com a sua produção, independentemente se este é um jovem doutor ou aposentado.

Na UFRJ, por exemplo, os colegiados não seguiram à risca a resolução da agência ao não permitir que aposentados possam participar do programa nem que estudantes de outras instituições possam ser selecionados.

Iniciação júnior

Para Roitman, o processo de iniciação científica deve ser antecipado para outros níveis de ensino como uma forma de alterar o modelo pedagógico vigente e fomentar novas formas de ensino de ciências nos cursos dos níveis fundamentais e médio. Um programa da agência já oferece 4.000 bolsas do Programa de Iniciação Científica Júnior, inspirado, segundo o professor, em projetos semelhantes da Faperj e da Fundação Oswaldo Cruz. Estudantes do ensino médio, selecionados para o programa, recebem uma bolsa no valor de R$ 80,00 e participam de projetos vinculados a docentes e pesquisadores em universidades e instituições de pesquisa. Roitman também citou os exemplos dos programas do Colégio de Aplicação da UFRJ e do Colégio Pedro II que inserem seus alunos em projetos que, segundo ele, contribuem para a "modificação pedagógica e para transformar o amadurecimento educacional das pessoas através da iniciação científica".

UFRJ

CAp precisa remanejar alunos de sala para retomar as aulas

Após a interrupção das aulas em decorrência dos danos causados pelas chuvas no prédio do CAp, as atividades foram retomadas na semana passada. Algumas turmas, no entanto, tiveram que ser remanejadas de suas salas por motivo de segurança. Três salas de aula foram isoladas. Em uma delas, a parte do reboco da parede ruiu. Segundo a vice-diretora do CAp, Izabel Goudart, esse dano foi imediatamente contornado e a parede foi reconstituída, mas como a umidade foi muita, a sala ficou isolada para as atividades de aula.

As turmas das três salas interditadas foram remanejadas para outros espaços do colégio como o auditório e a sala de vídeo. "Essa foi uma ação emergencial, porque o transtorno é muito grande ao se remanejar uma turma que acaba sendo prejudicada do ponto de vista pedagógico, pois os espaços alternativos não são preparados para funcionar como sala de aulas", avalia Izabel.

Segundo a vice-diretora, a Prefeitura Universitária executou ações de reparos emergenciais imediatamente após os danos serem identificados. O telhado foi coberto com uma lona, telhas foram recompostas, houve limpeza da tubulação de escoamento da água das chuvas. "Choveu uma semana inteira, muito e ininterruptamente. As medidas tomadas foram para contornar aquele estado mais emergencial. Foi feito um serviço de avaliação das instalações elétricas e foi constatado que não apresentavam riscos. Na próxima semana os reparos continuarão a ser feitos", afirma Izabel.

Além da umidade das paredes, outros serviços de recuperação estrutural estão sendo feitos. Foram realizadas avaliações em outros locais atingidos e constatou-se que também ofereciam riscos imediatos. "Todas as avaliações estruturais foram encaminhadas à reitoria para que serviços definitivos fossem providenciados. Já havia um processo encaminhado à SG6 acerca da necessidade de obras na estrutura dos telhados de todos os blocos que compõem o prédio do CAp e, agora, acrescentamos a necessidade de intervenções mais abrangentes no escoamento e na parte elétrica", confirmou Izabel Goudart.

Creche paralisa atividades

A creche da UFRJ não funcionou nos dias 13 e 16. As educadoras que trabalham no local resolveram protestar contra o atraso no pagamento dos salários e chamar a atenção da comunidade para o problema. O Jornal da Adufrj publica, nesta página, a carta de uma mãe preocupada com a situação da creche

De: Leonor W. dos Santos
Para: ADUF RJ

De orgulho a vergonha...

A UFRJ tem a peculiar característica de nos surpreender a cada dia...nem sempre com surpresas agradáveis, porém. No início deste ano letivo, ao matricular minha filha, de 10 meses, na **Creche Universitária Pintando a Infância** – que muitos nem sabem que existe e tenta atender bem cerca de 100 crianças – fiquei feliz e orgulhosa de trabalhar em uma Universidade pública ("gratuita e de qualidade") que mantém uma creche funcionando para dar tranqüilidade a (alguns dos) seus funcionários e professores. Ouvi de amigos e familiares loas de admiração e inveja, por trabalhar em uma instituição como a UFRJ.

Para quem não sabe, a creche dispõe de um espaço físico invejável, com brinquedos ao ar livre, salas amplas e uma equipe que, se não é perfeita, se dedica para superar as muitas dificuldades, típicas de instituições públicas e já conhecidas de toda a comunidade da UFRJ. Algumas dessas dificuldades, entretanto, tornaram-se ultimamente tão graves que vêm alterando o funcionando da creche, preocupando os pais, afetando a saúde das crianças e comprometendo a qualidade de um trabalho que **deveria** ser respeitado e considerado uma das prioridades dessa Instituição que se diz de ensino, pesquisa e extensão.

Deveria, porque não parece ser compromisso da UFRJ manter a creche funcionando decentemente. Se houvesse esse compromisso, não veríamos telhas quebradas (houve inundação na sala do berçário, após uma chuva em abril), vários problemas de infiltração (uma das salas da creche está cheia de umidade e mofo – já denunciado pelo Jornal da ADUFRJ, em março) e, recentemente, **atraso no pagamento do salário das educadoras**. É difícil acreditar que a PR-4 e a Reitoria como um todo desconheçam esses fatos e não tomem providência. Quero crer, num rompante de otimismo, que isso só acontece porque ninguém ficou sabendo ainda desses problemas, ou porque houve um erro operacional qualquer e o dinheiro ficou preso no banco...Doce ilusão, porque, segundo contam os pais mais "experientes", o atraso no pagamento, por exemplo, é problema antigo.

Como pode uma universidade como a nossa ter tamanho descaso com a creche? Como pode uma universidade como a nossa desrespeitar profissionais que estão ali, cuidando das crianças para que os pais possam trabalhar tranqüilamente? Como pode a UFRJ chegar ao ponto de precisar ler esse artigo, denunciando tudo isso? Em que momento o orgulho se metamorfoseou em vergonha?

Chego a imaginar o dia em que nossas crianças entrarão no prédio da Reitoria, empunhando cartazes e gritando / balbuciando palavras de ordem, para reivindicar melhorias na infra-estrutura da creche, a tão sonhada sede própria – cujo projeto parece estar engavetado – e o mínimo que se espera para um profissional: o salário das educadoras. Para as crianças, até será uma lição de cidadania; para a UFRJ, vergonha total.

Leonor Werneck dos Santos
Profa. Adj. de Língua Portuguesa (Fac. de Letras)
Mãe de Alice (1 ano)

Faculdade de Letras tem nova Comissão Eleitoral

A Congregação da Faculdade de Letras, no último dia 6, decidiu que uma nova Comissão Eleitoral será formada para prosseguir com os esforços de realização das eleições para a direção da unidade. A Comissão Eleitoral anterior, instituída no início do ano, organizou um calendário eleitoral, mas foi surpreendida com o fato de que, ao final do prazo para inscrição, nenhuma chapa havia se candidatado. A nova Comissão poderá ser constituída com participantes da comissão anterior que queiram continuar o trabalho de organização do pleito.

O presidente da comissão anterior, professor Ary Pimentel, disse não ter interesse em permanecer, já que, para ele, os esforços da Comissão Eleitoral não receberam contrapartida da comunidade. Dentre alguns integrantes que permanecerão na Comissão Eleitoral da Faculdade, estão o representante dos estudantes, Rafael Nunes e o técnico-administrativo Marco Antônio Ramos. Segundo Rafael Nunes, uma próxima Congregação será convocada para que se discutam as bases sob as quais será retomado o processo eleitoral. Para o estudante, o regimento atual tem que ser mantido por já ter sido homologado pela Congregação da Faculdade.

Segundo Ary Pimentel, que participou da reunião da Congregação na qual a extinta Comissão Eleitoral entregou relatório e presenciou o impasse gerado pela ausência de chapas inscritas, houve pressão de algumas pessoas presentes para que fosse posto em questão o regimento eleitoral. "Muitos queriam discutir o que já estava definido, como, por exemplo, o voto universal, como se esse fosse o motivo para a ausência de chapas. Queriam reverter algo que já estava votado e decidido", afirma Ary Pimentel.

O processo eleitoral será retomado no segundo semestre para que, no início do ano, a Faculdade de Letras possa ter a sua nova direção eleita, pois o mandato da professora Cecília Mollica, atualmente diretora *pro-tempore* da unidade, finda em dezembro.

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira
na sede da Adufrj-SSind

Colegiados

Governo tenta convencer que reforma não é privatista

Com discurso vazio, Secretário tenta mostrar que a política do MEC é diferente da implementada por FHC

A dinâmica da série de debates sobre reforma universitária, que teve início no dia 12 de maio, não favoreceu um debate democrático e sistemático do conteúdo da chamada reforma da educação superior. O primeiro convidado, o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, apresentou o anteprojeto do ministério para regulação do ensino superior. O tempo disponibilizado não garantiu uma discussão genuína sobre a exposição do Secretário, repleta de pressupostos que precisam ser discutidos e que não podem ser admitidos como um "dado" tal qual a afirmação de que o anteprojeto assegura um novo padrão de financiamento para as IFES (ver artigos nos jornais da Adufrj de 28/2 e de 11/4). O dirigente chegou para a sessão, marcada para 9h30 - e que começou atrasada - já com a previsão de se retirar às 11h30. Haddad pôde usar a maior parte do tempo para sua exposição e assim, restou pouco espaço para a intervenção dos conselheiros e das entidades organizadas da UFRJ. Ao final, o discurso do secretário foi vaiado por dezenas de estudantes que acompanharam a reunião do Consuni.

Em sua exposição inicial, que tomou mais de 40 minutos, o secretário-executivo tentou defender a atuação do MEC em todos os níveis de ensino. Segundo ele, o governo anterior promoveu uma política de fragmentação durante anos, que a atual equipe do ministério busca recompor. Haddad citou os vetos de Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação - que, vale registrar, não é o mesmo PNE aprovado pela sociedade brasileira, nos Congressos Nacionais de Educação, dos quais o Andes-SN e suas seções sindicais participaram - como dispositivos negativos que o ministro Tarso Genro contorna aos poucos. Observou que a equipe do ex-ministro Paulo Renato criou um falso antagonismo entre o ensino básico e o ensino superior, em detrimento deste último. Fernando Haddad afirmou que, na prática, houve uma queda de recursos aplicados em todos os níveis de ensino.

Kelvin Melo

MANIFESTANTES VAIAM SECRETÁRIO APÓS DISCURSO

O representante do ministério ressaltou que o governo atual investe na expansão do sistema superior público, "após 10 anos de paralisia". Segundo ele, o anteprojeto amplia a verba das instituições federais, regula o papel das fundações internas, democratiza as instituições e permite a efetiva autonomia financeira e administrativa. Além disso, ainda de acordo com Haddad, a proposta do MEC serve para o controle da qualidade do setor privado de ensino. A única mudança que o secretário do ministério admitiu foi em relação à política de assistência estudantil: para ele, a segunda versão do anteprojeto, que deverá ser disponibilizada nos próximos dias, vai conter uma solução aperfeiçoada. No entanto, adiantou apenas que uma loteria não será mais a fonte de recursos para a assistência, como consta da primeira versão. O Secretário, porém lamentou que o MEC tenha tido que recuar desta possibilidade. O Andes-SN e muitas outras entidades sindicais e movimentos sociais reagiram fortemente ao estímulo dado pelo governo, por intermédio do anteprojeto da reforma do ensino superior, ao crescimento dos jogos de azar, vez que os instituir como fontes de financiamento da assistência estudantil e da educação superior revela um profundo descaso com o financiamento da educação, além de contribuir com o aumento de atividades que, em geral, estão em desacordo com posturas educativas sérias.

Participação dos conselheiros

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Teodósio, elogiou o anteprojeto na parte que diz respeito ao financiamento das instituições federais de ensino superior e também a proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), constante da avaliação das universidades. "Com o projeto, teremos uma agilidade administrativa importante", afirmou.

Fernanda Lima, representante dos pós-graduandos, ressaltou que não identifica proposta efetivas no documento do MEC para a ampliação de verbas para as instituições federais. Segundo ela, somente com os devidos recursos, será possível o aumento da oferta de vagas e o investimento em cursos noturnos, por exemplo.

Pedro Lagerblad (CCS) disse que o anteprojeto contemplava diversas reivindicações dos movimentos docente e estudantil e não compreendia a reação contrária ao documento. Segundo ele, apenas alguns pontos deveriam ser melhorados, como a criação de regras transitórias para o credenciamento das fundações.

Representante dos estudantes, Pedro Martins observou que o MEC finge democracia no debate sobre a reforma universitária. Para ele, várias medidas estruturais como o sistema de avaliação (Sinaes) ou o privatizante programa de vagas em instituições particulares (Prouni) já foram implantados sem participação da sociedade.

Outro conselheiro discente, Bernardo Lima ironizou o documento do governo: "O projeto legaliza o 'se vira nos 30' (em alusão ao quadro do Programa do Faustão) para a universidade correr atrás de financiamento. A universidade terá de se virar com a iniciativa privada (para conseguir recursos)", disse.

Pronunciamento das entidades

Pela Adufrj-SSind, tiveram a oportunidade de se manifestar por três minutos os professores José Miguel Bendrao Saldanha e Sara Granemann. O professor disse, de início, que a seção sindical apoiou a realização do debate, mas lamentou o reduzido tempo para os interlocutores, além do MEC. Solicitou à secretaria do colegiado para distribuir a Agenda para a Educação Superior, produzida pelo Andes-SN como alternativa imediata à política do ministério. Esclareceu ainda que, para confundir a opinião pública, as bandeiras alardeadas pelo governo aparentemente são semelhantes, no discurso, com as bandeiras dos movimentos sociais organizados. A verificação do conteúdo das propostas, porém, serve para derrubar essa falsa proximidade.

Sara Granemann, por sua vez, indicou conhecer os antigos trabalhos acadêmicos do secretário do MEC, de cunho progressista, e questionou se a atual política do ministério, da qual Haddad seria um dos mentores, não remontaria a mais um caso explícito do tipo "esqueçam o que escrevi", expressão que ficou famosa com o ex-presidente FHC em referência aos seus tempos anteriores como professor. A presidente da Adufrj-SSind considerou o discurso inicial do secretário um acinte aos conselheiros, aos docentes, discentes e técnico-administrativos presentes. Sustentou que havia lógica em ter sido esvaziada e apologética a exposição de Haddad posto que vários projetos (Inovação Tecnológica, Lei das Fundações, Prouni, Sinaes, Parceria Público Privadas) que compõem a reforma do ensino superior do MEC já foram aprovados e

Colegiados

implementados e que, portanto, não havia intenção do MEC em promover verdadeira discussão. Registrou também que, embora o governo faça numerosas tentativas de associar e igualar as críticas do setor privado às realizadas pelo movimento docente, os questionamentos do setor privado são diferentes dos feitos pelo movimento docente: a pilhagem aos recursos públicos que os empresários do setor da educação privada pretendem realizar está na base de sua recusa à proposta do MEC. Tal recusa, todavia, decorre de uma precisa análise dos rumos da economia e da política do governo Lula na qual vislumbram espaços de 'negociação' para que suas reivindicações sejam contempladas com um volume maior de recursos e de facilidades na tramitação do anteprojeto. A crítica do Andes-SN e de suas seções sindicais reside na defesa de uma reforma universitária que privilegie a expansão da universidade pública brasileira como um instrumento de afirmação da soberania nacional, conforme a detalhada proposta do sindicato para a Universidade Brasileira.

Ana Maria Ribeiro, pelo Sintufrj, observou que a categoria dos técnico-administrativos tem como deliberação discutir o anteprojeto da reforma universitária proposto pelo governo. Segundo ela, há alguns pontos positivos, mas o documento também apresenta falhas, como ao manter a procuradoria das universidades fora do controle das instituições. Ana criticou ainda a manutenção da maioria da representação docente nos colegiados superiores e os contingenciamentos impostos pela política econômica vigente no país. Acrescentou que os técnico-administrativos já encaminharam para a assessoria jurídica da Fasubra um estudo sobre a possível inconstitucionalidade da Lei de Inovação Tecnológica.

Antes de sair, bastante vaiado pela platéia e aplaudido por poucos conselheiros, o representante do ministério disse que estaria à disposição de novos convites da reitoria para discutir a reforma universitária.

Próximos convidados para falar da reforma

Aloisio Teixeira anunciou, antes mesmo da exposição de Fernando Haddad, que futuras sessões do Consuni continuarão o debate sobre a reforma universitária. Quando o assunto voltar à pauta, em 9 de junho de 2005, o próximo convidado será o professor Roberto Leher, conselheiro da Adufrj-SSind e diretor do Andes-SN. Em seguida, virá Célio Borja, ex-ministro da Justiça, que tem se manifestado contra a validade constitucional do anteprojeto do MEC.

Responsável por violência contra estudantes vai ao Consuni

O delegado do MEC no Rio de Janeiro, Willian Campos, compareceu à reunião do Consuni na qual esteve presente o Secretário Executivo do MEC. Sua presença chegou a ser anunciada pelo Reitor e foi seguida de uma intensa e estrondosa vaia por parte dos estudantes que o chamaram 'pelego' e 'covarde'. Willian Campos, em 25 de agosto do ano passado, protagonizou inadmissível ato de repressão aos estudantes das universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro que realizaram passeata e protesto pacífico contra a reforma do ensino superior. Ao chegarem ao MEC-RJ os estudantes foram recebidos por intenso e violento aparato policial. O resultado da repressão foi a hospitalização de cerca de 10 estudantes e a prisão de um estudante que ficou em poder da polícia por pelo menos cinco horas até que a assessoria jurídica da Adufrj-SSind o localizasse e o libertasse. Enquanto a violência policial, sob o comando da Delegacia do MEC-RJ, era utilizada contra os estudantes, Willian Campos anunciava na mesma praça que o DCE da UFRJ seria derrotado nas próximas eleições e que a luta contra a reforma universitária não mais teria lugar na universidade; teria dito ainda, que não faltariam recursos para que seus correligionários estudantes vencessem a eleição ocorrida nos dias 3, 4 e 5 de maio de 2005. O Consuni, reunido em 26 de agosto de 2004, repudiou o uso da violência utilizada contra os estudantes como nos piores anos da ditadura e lamentou que a autoridade responsável nada tenha feito para impedi-la de ocorrer (ver quadro).

Para a bancada estudantil e para os docentes que acompanharam o pacífico protesto estudantil de 25 de agosto de 2004 e a truculência promovida, a presença de Willian Campos no Consuni da UFRJ soou como uma explícita provocação e mais um ato de violência.

Sua presença no Consuni não mereceu a desaprovação somente da audiência. O conselheiro técnico-administrativo José Carlos criticou a atitude do representante do MEC naquele episódio e ressaltou a presença no Consuni da mãe de um dos estudantes feridos durante a repressão do MEC ao protesto. Willian Campos permaneceu no local, mesmo sendo cobrado por estas ações.

Aos que estiveram no Consuni, não pareceu coincidência a presença do delegado do MEC e a apresentação de recurso à mesa diretora do Consuni - pelas chapas derrotadas - para que os conselheiros indicados como representantes da chapa vitoriosa ao DCE (a mesma que Willian Campos ameaçou derrotar) não fossem reconhecidos pelo reitor como os legítimos conselheiros dos estudantes. Para impedir o exercício da representação dos vencedores do pleito, os representantes dos derrotados – que por várias vezes conversaram com Willian Campos ao longo da reunião do Consuni - questionaram a eleição e seus resultados

Guilherme Lessa

Kelvin Melo

VIOLÊNCIA CONTRA ESTUDANTES, EM 2004. NO DETALHE, WILLIAN CAMPOS NO CONSUNI

Moção

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em sessão ordinária de 26 de agosto de 2004, vem a público lamentar os acontecimentos ocorridos no dia de ontem, no pátio do prédio do MEC, no centro da cidade, quando uma manifestação de estudantes, que protestavam contra a reforma universitária, foi violentamente reprimida pela Polícia Militar, inclusive com o uso de gás pimenta diretamente sobre os manifestantes. O que mais nos consterna é não ter havido, por parte da representação do Ministério da Educação, qualquer atitude para impedir a violência policial, que repudiamos e que resultou em feridos e presos.

Tais acontecimentos, que nos trazem de volta aos piores momentos do regime autoritário, são incompatíveis com o Brasil que se deseja construir. O Conselho Universitário reafirma sua posição de absoluta confiança no diálogo, amplo e democrático, como única forma de se chegar a uma reforma do sistema de ensino superior adequada às exigências da sociedade brasileira. Para que esse clima seja restabelecido, torna-se necessária a rigorosa apuração das responsabilidades pela violência cometida contra os estudantes. É o que o Conselho Universitário da UFRJ exige.

Colegiados

Colegiado considera representantes indicados pelas chapas vencedoras

Autonomia do movimento estudantil é preservada

Um questionamento levado ao Consuni por alunos de chapas perdedoras na recente eleição do DCE quase complicou a indicação dos legítimos representantes discentes naquele colegiado. Aqueles estudantes apresentaram um texto subscrito por vários centros acadêmicos com críticas ao processo eleitoral realizado no início deste mês. Segundo eles, não poderia ser dada a posse aos conselheiros discentes oriundos de um pleito que consideram com supostas irregularidades.

Em razão do questionamento das chapas perdedoras, o reitor Aloisio Teixeira entendeu que havia uma dúvida sobre a legitimidade dos representantes e chegou a negar o direito à voz aos conselheiros discentes no momento em que se inscreviam para dirigir perguntas ao Secretário Executivo do MEC sobre a reforma universitária. Por solicitação de Fernando Haddad, entretanto, os estudantes Pedro Martins e Bernardo Lima tiveram, então, seu direito ao pronunciamento acolhido pelo professor Aloisio Teixeira.

Findo o debate com Fernando Haddad, teve início a discussão dos assuntos pautados para a sessão do conselho daquele dia. Novamente os estudantes indicados pelo DCE empossado em 10 de maio de 2005, inclusive com a presença da reitoria, solicitaram ao professor Aloisio que seus nomes fossem comunicados ao Consuni. A proposição do reitor foi a de que os indicaria provisoriamente e encaminharia consulta à Comissão de Legislação e Normas do Consuni (CLN) para saber se tudo estava em conformidade com a lei. Os estudantes não aceitaram este encaminhamento e desencadearam um forte protesto que quase chegou ao confronto físico entre os estudantes das diferentes chapas que concorreram ao DCE. Para evitar conseqüências mais sérias, os conselheiros chegaram a intervir para evitar conflitos entre os estudantes e a sessão do Consuni foi suspensa por cerca de 30 minutos.

Ao se retomar a reunião, o primeiro ponto a ser discutido pelos conselheiros foi o da representação estudantil. A primeira intervenção coube à professora Suely de Almeida – decana do CFCH – que encaminhou pelo reconhecimento imediato dos indicados pelos estudantes e esclareceu que o exame dos resultados da eleição do DCE não tem no Consuni o órgão legítimo para recursos e sim as próprias instâncias organizativas dos estudantes, opinião compartilhada pelo professor Alcino Câmara e por Denise Góes e Marcílio Lourenço, representantes dos técnico-administrativos.

Kelvin Melo

ESTUDANTES REIVINDICARAM QUE AS INDICAÇÕES DO DCE ELEITO FOSSEM ACEITAS

Fernanda Lima, representante discente dos pós-graduandos, ressaltou que nem deveria existir esse tipo de discussão no plenário, em respeito à autonomia do movimento estudantil. Porém, como estava em pauta, defendeu que os nomes deveriam ser aprovados. Um dos conselheiros técnico-administrativos, José Carlos, disse que a eleição foi pública e o resultado foi decidido pelos estudantes. Desse modo, também segundo ele, a posse deveria ser definitiva.

Entre os demais conselheiros, apenas o professor Pedro Lagerblad (CCS) sugeriu o adiamento da resolução do caso até a próxima sessão. Nesse prazo, segundo ele, os documentos poderiam ser analisados pela CLN.

A legislação pertinente à representação discente nos colegiados acadêmicos das instituições de ensino superior determina que apenas a entidade estudantil pode ser a responsável pela indicação dos nomes. Portanto, o Conselho Universitário não tem poderes para interferir no movimento estudantil.

Segundo esclarecimento solicitado pelo conselheiro professor Baraúna, além de não poder interferir na indicação dos conselheiros estudantis, o Consuni sequer pode negar "posse" – dado que este rito é inexistente nas normas da universidade para os conselhos superiores - aos representantes indicados pelo DCE.

Os conselheiros decidiram, então, considerar automaticamente os representantes eleitos do DCE como novos integrantes do colegiado. São eles: Pedro Martins (Escola de Comunicação) e Bernardo Lima (História), com os respectivos suplentes: Laura Abrantes (também da ECO) e Rafael Nunes (Letras). O DCE deve indicar, no total, outros dois representantes e seus respectivos suplentes na próxima sessão do Consuni (provavelmente em 9 de junho), para completar a bancada discente.

A proposta favorável à indicação automática dos novos representantes não teve qualquer voto contrário e apenas uma abstenção, acompanhada de declaração da conselheira Chantal Russi: entre vários pontos, ela defendeu que o segmento estudantil realizasse eleições de nomes para os colegiados separadamente do processo que escolhe a nova diretoria do DCE, assim como fazem os técnico-administrativos.

Vale lembrar que a apuração do processo eleitoral, durante a madrugada do último dia 6, foi acompanhada pela reportagem e pela diretoria da Adufrj-SSind, que não registraram qualquer tipo de problema com a lisura do processo.

Recurso pode ser apresentado

Após a deliberação do Consuni o reitor professor Aloisio Teixeira prestou longos esclarecimentos sobre a possibilidade de o Consuni, que embora não possa interferir na eleição, estudar um possível recurso formalizado sobre a legitimidade da representação naquele colegiado.

Notas do Consuni

Dívida com a Cedae

O reitor informou no Consuni de 12/5 que negocia o pagamento da dívida da universidade relativa à Cedae. Segundo ele, a UFRJ não paga essa conta desde 1996. Por outro lado, a companhia também nunca pagou pelo aluguel de terreno da universidade, no qual possuiu uma subestação, por exemplo. O cálculo das contas está em fase de processamento e, pelas estimativas, a UFRJ deverá desembolsar um montante equivalente ao acumulado das despesas mensais desde julho de 2003. Segundo a reitoria o objetivo é saldar esse compromisso ainda neste ano.

Normas e editais para concursos docentes

O conselheiro Carlos Levi anunciou que as normas e editais para os concursos docentes, recentemente aprovados pelo Consuni, já passaram pelo crivo da Procuradoria da universidade, com poucas mudanças de redação. Os documentos já estão prontos para a publicação dos próximos editais.

Representação técnico-administrativa

Foi divulgado que o mandato dos atuais representantes técnico-administrativos está próximo do fim. O sindicato solicitou prorrogação desse prazo por mais dois meses, enquanto discute com a categoria a possibilidade de pleitear ao Consuni a ampliação do tempo desses mandatos (atualmente, de dois anos), uma vez que os docentes têm mandatos de pelo menos quatro anos.

Novos conselheiros

Além dos novos conselheiros discentes, foram apresentados mais dois: o professor Leo Affonso de Moraes como decano temporário do CLA, em substituição ao professor Carlos Tannus (que pediu a exoneração); e a professora Maria Luiza Mesquita, do CAp, como suplente do representante dos professores de ensino fundamental e de ensino médio, no lugar até então ocupado pela professora Rosanne Evangelista.

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701 2230-2389 2260-6368

Adufrj-SSind

Colegiados superiores devem definir posição sobre reforma

A última sessão do Consuni foi atravessada por enorme tensão porque tratou de importante tema para a vida da universidade pública brasileira, a reforma universitária.

Kelvin Melo

OS DIRETORES JOSÉ MIGUEL SALDANHA E SARA GRANEMMAN NO ÚLTIMO CONSUNI

A idéia destes debates no âmbito do Consuni nasceu de uma análise compartilhada pelo reitor Aloisio Teixeira e pela direção da Adufrj-SSind sobre a insuficiente discussão da reforma universitária na UFRJ e da falta de posicionamento dos seus colegiados. uma posição efetiva da UFRJ frente a este importante tema seu dirigente máximo pode se considerar respaldado pelos seus conselhos superiores. Feita a análise, o reitor organizou um calendário para o debate. Nas sessões programadas para discussão e análise da reforma e dos projetos para a universidade brasileira, além dos conselheiros também as entidades dos movimentos (docente, técnicos-administrativos e estudantes) teriam oportunidade para manifestarem-se.

O convidado do dia, para apresentar a proposta do governo, foi o Secretário Executivo do Mec, o professor Fernando Haddad. Sua exposição, planejada para ter início às 9 h30 apenas começou às 10 h07 e com horário limite para terminar às 11h30 em razão de compromissos do secretário. Após 43 minutos de explanação sobre as 'diferenças fundamentais' entre os programas de governo do MEC na gestão de FHC/ministro Paulo Renato e os propostos pelo MEC sob o governo Lula/ministro Tarso Genro - considerando-se as questões fundamentais que bloqueiam o desenvolvimento da educação superior pública federal – financiamento, fomento a C&T e ampliação e democratização do acesso - nada de substantivo foi apresentado. Ademais, muitos pressupostos foram apresentados como verdades auto-evidentes. Assim, a expectativa era de que, após sua exposição, fosse possível estabelecer um debate rigoroso e democrático.

Às 10 h50 , o reitor Aloísio Teixeira passou a palavra a alguns dos conselheiros inscritos para que fizessem suas considerações ao palestrante. Vários conselheiros não puderam efetivamente fazer uso de suas inscrições porque às 11:26 minutos o reitor apelou para que o exíguo tempo restante fosse utilizado pelas entidades sindicais, a Adufrj-SSind e o Sintufrj, que teriam três minutos para suas observações.

Para a Adufrj-Ssind, o debate sobre a reforma universitária é central, e por isto o resultado deste primeiro debate não foi satisfatório. Nele os conselheiros e as entidades mal tiveram tempo, unicamente, para manifestarem suas opiniões e não para debaterem-nas, porque após as respostas do Secretário do MEC não houve espaço para novos pronunciamentos.

A clara compreensão da Adufrj-SSind de que o anteprojeto de (contra) reforma do ensino superior possui atores que o materializam ideológica-política e economicamente levou-a a chamar à responsabilidade o Secretário Executivo do MEC pelo conteúdo das propostas, pelas medidas legais (Prouni, PPP, Inovação Tecnológica, Sinaes, Fundações), pelo anteprojeto de Lei do Ensino Superior e pela política salarial em curso.

Ao final das considerações dos dirigentes da Adufrj-SSind, o reitor Aloisio Teixeira, antes que o secretário Fernando Haddad pudesse responder ao que lhe era cobrado, criticou o 'tom' da intervenção da seção sindical. Além da lamentável tentativa de cerceamento à liberdade de avaliação da diretoria da Adufrj-SSind, que fez uma crítica fundada nas deliberações do Andes-SN o reitor protagonizou outras intervenções que feriram a autonomia das entidades, notadamente do movimento estudantil.

A Adufrj-SSind avalia que as crescentes dificuldades e tensões no trato da contra-reforma do ensino superior do governo Lula no âmbito da UFRJ devem-se, em grande parte, ao atraso no debate sobre o tema que impossibilitou um posicionamento institucional da UFRJ, por meio de seus conselhos superiores. Vale lembrar que o magnífico reitor chegou a se constituir em uma referência crítica à contra-reforma no início de sua gestão, junto da então presidente da Andifes Profa Wrana Panizzi Mais recentemente, porém, os pronunciamentos públicos do Reitor da UFRJ – tanto no debate promovido pelo O Globo, como no que ocorreu na Coppe – têm sido francamente favoráveis à aprovação do anteprojeto. Sua justificativa, no geral, para seu apoio, ressalta as melhores condições que o anteprojeto possibilitaria à gestão das universidades públicas. O movimento docente, contudo, tem chamado a atenção de reitores para o fato de que o referido anteprojeto precisa ser examinado com maior profundidade e que as melhores condições de gestão são ilusórias. Assim, muitos reitores afirmavam que o anteprojeto era um avanço pois garantiria um novo patamar de financiamento que permitiria a expansão das universidades federais. A crítica do Andes-SN sublinha que isso não acontecerá com a subvinculação (75% dos 18% constitucionais) e a própria Andifes já modificou o seu posicionamento, reivindicando mudanças no financiamento. Assim, a razão para a crítica feita no Consuni à manifestação da Adufrj-SSind e a relutância em 'dar a posse' aos conselheiros estudantes decorre de um posicionamento em favor da contra-reforma que o reitor tem assumido. A Adufrj-SSind espera que os debates sobre a reforma do ensino superior que ainda terão lugar no Consuni sejam momentos em que todos os que defendem a universidade pública possam fortalecer sua defesa e reforma na direção de superar as dificuldades que esta instituição social atravessa nos dias atuais. Mas isto, para nós, somente poderá ser feito se ela não tiver sido destruída.

Diretoria da Adufrj-SSind

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Colegiados

CPPD volta à pauta do Consuni

Já ao final do sessão, no início da tarde, o Consuni começou a debater uma proposta de resolução para regulamentar as próximas eleições para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O conselheiro Eduardo Siqueira (CCMN) apresentou um texto que trazia pequenas mudanças nas disposições transitórias. Nas alterações levadas ao plenário, o objetivo seria o de evitar o controle da atual CPPD sobre o próximo processo eleitoral. Isso ocorre porque os atuais integrantes da comissão possuem mandato temporário de seis meses e são potenciais candidatos à reeleição. Numa segunda eleição, a CPPD já constituída com mandatos definitivos voltaria a ter mais poderes sobre o processo eleitoral seguinte. Por falta de quórum, a discussão foi novamente adiada para uma outra oportunidade.

Adufrj-SSind questiona proposta

Para a diretoria da Adufrj-SSind, a versão distribuída aos conselheiros em 12 de maio não mexe no principal: as regras da eleição permanecem omissas quanto aos prazos e divulgação do processo eleitoral. Além disso, submetem à aprovação da própria CPPD o regimento eleitoral do pleito. Assim, a tendência é que as próximas eleições apresentem os mesmos problemas que quase levaram à impugnação do último processo eleitoral.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Estabelece normas para eleição dos representantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente.

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sessão de..... de .....de....., em cumprimento ao Parágrafo único do Art. 79 do Estatuto, resolve:

Art. 1° Aprovar as normas para escolha dos representantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente nos termos do Anexo a esta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANEXO À RESOLUÇÃO N° DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

NORMAS PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DO OBJETO DA ELEIÇÃO

Art. 1° Estas eleições têm por objetivo a escolha dos seguintes representantes que integrarão a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), de acordo com o estabelecido no Art. 79 do Estatuto da UFRJ e no Anexo à Resolução n° 05/2004 do Conselho Universitário:

I - um representante efetivo e respectivo suplente para cada uma das seguintes classes: a) dos Professores Titulares; b) dos Professores Adjuntos; c) dos Professores Assistentes; d) dos Professores Auxiliares; e) dos Professores de Educação Básica;

II - um representante efetivo e respectivo suplente de cada Centro Universitário escolhido entre os Professores Titulares e Adjuntos, eleitos pelos docentes dos respectivos Centros Universitários, e um representante efetivo e respectivo suplente do Fórum de Ciência e Cultura escolhido entre os Professores Titulares e Adjuntos lotados no Fórum de Ciência e Cultura.

Art. 2 ° Os representantes dos alunos de Graduação e de Pós-Graduação, previstos no Art. 5°, incisos VIII e IX, do Anexo à Resolução n° 05/2004 do Conselho Universitário, serão escolhidos pelos seus pares, na forma da lei, em processo organizado pelas respectivos entidades representativas, em consonância com o Art. 64 do Estatuto.

Art. 3° Os membros docentes da CPPD terão mandato de 03 (três) anos e os membros discentes de 1 (um) ano, permitida uma única recondução.

DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 4° Para as representações a que se refere o Art. 1°, inciso I, alíneas a, b, c, d e e, e o inciso II poderão se candidatar os professores pertencentes ao quadro de servidores ativos da UFRJ.

Art. 5° As inscrições dos candidatos serão efetuadas junto à CPPD, por um período de sete dias úteis, encerrando-se em até 30 dias da data fixada para o pleito, observado o Art. 6° do Anexo à Resolução n° 05/2004 do CONSUNI.

DO COLÉGIO ELEITORAL

Art. 6° Para as representações a que se refere o Art. 1 °, inciso I, alíneas a, b, c, d e e, e o inciso II são eleitores os professores pertencentes ao quadro de servidores ativos da UFRJ.

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 7° O processo eleitoral será coordenado pela Administração Superior da Universidade e conduzido por uma Comissão Eleitoral constituída por:

I - três membros docentes pertencentes à CPPD;

II - um representante docente indicado por cada Centro Universitário; e

III - um representante docente indicado pelo FCC.

Parágrafo único. A presidência da Comissão Eleitoral caberá a um dos membros docentes pertencentes à CPPD, escolhido pelos seus pares.

Art. 8° A Comissão Eleitoral elaborará e apresentará à CPPD o regimento eleitoral para sua aprovação.

Art. 9° As Decanias dos Centros Universitários fornecerão à Comissão Eleitoral o material necessário à realização das eleições.

Art. 10. Caberá aos Centros Universitários e ao Fórum de Ciência e Cultura a indicação dos locais e o número de seções eleitorais em suas áreas, bem como os nomes de seus integrantes.

Parágrafo único. Nos Centros com Unidades localizadas afastadas geograficamente, poderá haver tantas seções eleitorais quanto forem necessárias, mediante a delegação de responsabilidade do Decano aos Diretores de Unidade.

DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

Art. 11. Será considerado representante efetivo o candidato que obtiver maior número de votos e o segundo candidato mais votado será indicado para representante suplente.

Parágrafo único. Em caso de empate serão considerados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - antiguidade na classe; e

II - antiguidade na carreira do magistério na UFRJ.

Art. 12. O resultado da eleição será apresentado pela Comissão Eleitoral à CPPD para sua homologação e posterior aprovação pelo CONSUNI.

Parágrafo único. Do resultado da eleição, caberá recurso à Comissão Permanente de Pessoal Docente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a apresentação do resultado pela Comissão Eleitoral.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 13. Os mandatos dos representantes docentes eleitos na primeira eleição após a vigência destas normas será de:

I - 2 (dois) anos para os representantes dos Centros Universitários e do Fórum de Ciência e Cultura; e

II - 4 (quatro) anos para os representantes de classes.

Art. 14. Na primeira eleição após a vigência destas normas, os integrantes da Comissão Eleitoral referidos no inciso I do art. 7° serão substituídos por três docentes indicados pelo Reitor.

Art. 15. Do resultado da primeira eleição após a vigência destas normas, caberá recurso ao Conselho Universitário, protocolado na Secretaria dos Órgãos Colegiados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a apresentação do resultado pela Comissão Eleitoral.

Movimento

Educação "levanta o traseiro" contra baixos salários

Movimentos fazem reivindicação em Niterói e Caxias

Enquanto os trabalhadores, em especial, os servidores públicos amargam anos de defasagem salarial para custear uma estabilidade do Real que só serve aos banqueiros e ao capital internacional, o presidente Lula tem a coragem de dizer para os brasileiros "levantarem os traseiros" em busca de crédito com juros mais baixos. Os profissionais da Educação da rede municipal de Niterói e Caxias estão na luta e estão mobilizando-se, sim, mas por melhores salários e pela recuperação do poder aquisitivo de suas remunerações.

Os profissionais de educação da rede municipal de Niterói estão em estado de greve - no dia do fechamento desta edição, eles decidiram suspender temporariamente a paralisação nas escolas daquele município, que já durava 72 dias. Nesta segunda-feira, dia 16, as escolas voltam a funcionar normalmente, mas o Sepe já organizou uma paralisação de 24 horas na próxima quarta-feira, dia 18, quando os profissionais farão uma nova assembléia para avaliar a negociação com o governo municipal.

Os servidores das escolas aguardam uma resposta do prefeito Godofredo Pinto (PT) à solicitação de audiência para discutir uma contraposta de reajuste emergencial para a categoria.

A direção do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe-RJ) afirma que a intransigência e o autoritarismo do prefeito petista atrapalham o diálogo. De acordo com os dirigentes sindicais, a falta de uma contraproposta que se aproxime dos anseios da categoria acirra os ânimos dos profissionais.

A prefeitura ofereceu um reajuste salarial de 8% , a partir de junho, para todo o funcionalismo municipal. Acontece que a categoria está há onze anos sem reajuste. Além do mais, a proposta do prefeito de Niterói fará com que os funcionários administrativos das escolas passem a receber um piso menor (R$ 298) do que o do novo salário mínimo (R$ 300). A reivindicação dos servidores, apresentada em 2004, é de um reajuste que contemple o equivalente a cinco salários para professores (e 3,5 para funcionários).

Sentença judicial pede solução

Na semana passada, o juiz Eduardo Paiva, da Vara da Infância e da Juventude de Niterói, determinou em sentença, com base em ação do Ministério Público, que a prefeitura e o sindicato dos professores acabassem com a greve porque a paralisação atingia mais de 30 mil estudantes. Em nota oficial divulgada no dia 10, o Sepe Niterói esclareceu que a liminar concedida pelo Poder Judiciário determinava o prazo de dez dias (a contar de 6 de maio) para "regularizar o quadro de professores nas escolas municipais, através de medidas administrativas que entender pertinentes a pôr fim ao problema, inclusive, se necessário, com a contratação de professores". Segundo o Sepe, "a contratação de profissionais substitutos para os grevistas, ao contrário de ser a única medida administrativa judicialmente obrigatória para o governo, é uma opção política do mesmo".

Passeata

Após uma das assembléias dos servidores, no dia 2 de maio, realizou-se uma passeata pelas ruas do centro de Niterói com ato público, em frente à Prefeitura, que contou com a participação do movimento universitário, do Andes-SN e da Aduff-SSind (Seção Sindical dos Docentes da UFF).

Aula pública

Uma das atividades da greve foi a promoção de uma aula pública no dia 9 de maio. Durante o protesto, a categoria colocou bonecos do prefeito Godofredo Pinto e do secretário de Educação Waldeck Carneiro "de castigo" por não aceitarem negociar as reivindicações da categoria. O índice de adesão ao movimento grevista é calculado, pelo Sepe, em torno dos 70%.

Apoio da Faculdade de Educação da UFF

Os professores da Faculdade de Educação da UFF divulgaram um manifesto de "total e irrestrito apoio à greve" dos profissionais da rede municipal. No documento, os docentes universitários exigem um posicionamento da secretaria municipal de Educação, com o objetivo de pressionar o prefeito Godofredo a apresentar uma efetiva proposta salarial.

Movimento em Caxias

Os profissionais da rede municipal de Caxias suspenderam recentemente o movimento grevista, iniciado em 28 de abril. A categoria, porém, permanece em estado de greve, enquanto espera o desenvolvimento das negociações com a prefeitura local. A próxima assembléia será nesta segunda-feira, dia 16 de maio, às 10h, em local a confirmar.

Rede estadual

A assembléia geral da rede estadual decidiu, no último dia 12, realizar nova paralisação de 24 horas no dia 1º de junho (quarta-feira), com passeata no Palácio Guanabara. A concentração para a passeata será às 10h, no Largo do Machado, Zona Sul do Rio. O Sepe-RJ aguarda a marcação de uma audiência com o secretário de Governo, Anthony Garotinho, para discutir as reivindicações da categoria.

Fonte: páginas eletrônicas do Sepe-RJ e da CUT-RJ

Dirigente sindical sofre ameaça em Caxias

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2005.

Ilmo. Sr. PEDRO LUIS MONTENEGRO
Ouvidor Geral da Cidadania
Secretaria Especial de Direitos Humanos
Assunto: Apresentação de Denúncia de ameaça de morte

SONELI ANTUNES ARLDT, brasileira, viúva, professora, portadora da identidade nº 8037018-3/IFP, dirigente sindical do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – SEPE/RJ, entidade representativa dos profissionais de educação das redes estadual e municipais do estado do Rio de Janeiro, com sede na Rua Conde de Porto Alegre, 131, 25 de Agosto – Duque de Caxias/RJ, CEP.: 5070-350, vem a V. Sa. apresentar a presente DENÚNCIA, nos seguintes termos.

01. No dia 02 de maio de 2005 a notificante recebeu um telefonema do Major/PM Rocha, Sub-Comandante do 15º Batalhão de Polícia de Duque de Caxias, solicitando que a mesma comparecesse ao Batalhão para tratar de assunto de seu interesse.

02. A notificante compareceu ao Batalhão na companhia de Marisa Gonzaga da Silva e Ricardo da Fonseca, ambos Diretores do SEPE-CAXIAS, tendo sido na ocasião informada pelo Major Rocha de que o Batalhão teria recebido uma denúncia anônima informando que a notificante corria risco de vida.

03. Na mesma ocasião o Major sugeriu, então, que a notificante "tomasse cuidado".

04. No dia 03/05/2005, a Direção do SEPE-CAXIAS solicitou através do Ofício nº 027/2005 uma audiência com o Sub-Comandante a fim de obter mais informações sobre a denúncia recebida, tendo sido marcada a reunião para o dia 05/05/2005 às 10h no 15º BPM.

05. No dia 05/05/2005, a notificante e representantes do SEPE-CAXIAS foram recebidos pelo Major/PM Blanco, Chefe da P-II, que informou que a denúncia foi encaminhada através do DISQUE-DENÚNCIA nº 233.05.2005 de 02 de maio de 2005 da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

06. Na reunião acima mencionada, foi informado, ainda, que a notificante sofreria um atentado durante a manifestação dos professores da rede municipal, que ocorreria no Município de D. de Caxias no dia 03/05/2005, e que o Batalhão teria tomado todas as medidas no sentido de garantir a integridade física da notificante, cessando aí suas atribuições.

07. Na mesma oportunidade a notificante solicitou cópia do DISQUE DENÚNCIA tendo sido informado que não havia autorização para fornecer cópia e que tal requerimento deveria ser encaminhado ao Comando do 15ºBPM e à própria Secretaria de Segurança Pública.

08. No dia 09/05/2005 a notificante protocolou requerimento junto ao 15ºBPM solicitando cópia da denúncia anônima informado ao DISQUE DENÚNCIA, sendo negada pelo comando em virtude de ser da competência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

09. Em 12 de maio de 2005 a denunciante comunicou os fatos a autoridade policial da 59ª DP, protocolo nº E-09/5318/059.

10. Em 12/05/2005 a 2ª Promotoria de Investigação Penal (3ª Central de Inquéritos – Duque de Caxias) foi comunicado dos fatos, protocolo nº 2005.007.20256-00.

A denúncia acima informada configura uma grave ameaça à vida da notificante, que é reconhecida Dirigente Sindical do SEPE, tendo destacada atuação à frente da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos direitos humanos.

Isto posto, serve a presente para requerer a V. Sa. providencias que julgar necessárias para garantir a proteção da SONELI ANTUNES ARLDT, com iminente risco de vida, em decorrência de sua atuação pela defesa e proteção dos direitos humanos.

Bem como, seja oficiado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro a fim de solicitar cópia do DISQUE-DENÚNCIA nº 233.05.2005 de 02 de maio de 2005 e para que informe que providencias estão sendo para apuração do presente caso.]

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Duque de Caxias, 12 de maio de 2005.

SONELI ANTUNES ARLDT

UFRJ

Assistência ao estudante ainda é fragmentada na UFRJ

Kelvin Melo

ESTUDANTES COBRAM A CONSTRUÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, EM 23/9/03

Na Constituição de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", a assistência social foi devidamente alçada ao *status* de política pública, o que significou a ampliação do campo dos direitos sociais no Brasil. Se, no caso das políticas assistenciais mais tradicionais, como programas voltados às famílias, idosos, crianças e adolescentes, o entendimento constitucional ainda sofre grande resistência por parte dos políticos conservadores e dos governos neoliberais, a assistência estudantil nas universidades públicas ainda está longe de ser encarada de frente, até mesmo no âmbito das próprias instituições, como uma política pública fundamental para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias.

O Jornal da Adufrj ouviu as demandas do movimento estudantil sobre o que deveria ser feito em termos de política de assistência aos alunos da UFRJ e buscou conhecer as ações implementadas e em andamento por parte da administração da universidade. O que se constata hoje, no Brasil, em relação ao jovem estudante é a ausência de uma política geral de assistência. No atual governo, a concepção de assistência à juventude, quando muito, é focada no problema do desemprego, desvinculando a atenção aos jovens trabalhadores da necessidade de formação.

Os programas de assistência governamental se resumem ao financiamento do ensino superior, através de crédito educativo ou de programas de bolsas parciais em instituições privadas, como parte de uma estratégia conservadora e privatista que garante o lucro dos empresários do ensino e promove a mercantilização da educação. Para a assistência estudantil nas universidades públicas, o anteprojeto de lei para a Educação Superior do governo propõe utilizar recursos oriundos com os jogos de azar (Concurso Especial das Loterias) para o financiamento de políticas também fragmentadas.

Assistência estudantil na UFRJ

Na UFRJ, a falta de uma política geral para a assistência estudantil também leva à fragmentação de ações e iniciativas no âmbito da instituição. A Divisão de Assistência ao Estudante (DAE), ligada à Pró-reitoria de Graduação, é responsável pela execução de alguns dos programas de assistência estudantil da UFRJ aos alunos de graduação visando à permanência dos estudantes na universidade. Entre os programas executados atualmente pela DAE, estão o auxílio moradia aos alunos do Alojamento Estudantil, e o Convênio para Estágio, cujo objetivo é divulgar a existência de estágios decorrentes dos 479 convênios que a universidade mantém com outras instituições. A isenção da Taxa de Inscrição do Vestibular e os programas de Bolsa Auxílio e de Bolsa Apoio são outras iniciativas da administração da universidade como políticas de assistência estudantil.

DAE divulga resultados

O resultado das bolsas estudantis de 2005 foi divulgado pela DAE no último dia 9 de maio. As bolsas Apoio e Auxílio totalizam 500 novas bolsas. Cerca de 100 novos alunos são beneficiados a cada ano com o auxílio moradia do alojamento, na Ilha do Fundão. No total, 504 quartos são disponibilizados a alunos já alojados que renovam a concessão do benefício aos que se inscrevem a cada ano. "Nós contamos também com uma psicóloga que atende aos novos alunos do alojamento e, se preciso for, eles recebem acompanhamento e são encaminhados aos institutos de psicologia ou psiquiatria da universidade", diz Sonia Furtado, diretora da DAE. Segundo a responsável pela Divisão, executar os programas de assistência tem sido uma tarefa difícil devido às restrições enfrentadas em termos de recursos, pessoal e infra-estrutura. "Só há uma psicológa para atender a todos os alojados, o espaço onde funciona a DAE é muito pequeno. Temos que analisar um grande montante de processos, analisar recursos e o espaço é limitado. Durante todo o ano estamos em atividade, concedendo as bolsas, renovando vagas de alunos ou providenciando as isenções para o vestibular. As isenções da taxa do vestibular e de inscrição no processo de admissão do CAp, por exemplo, que existem há uns três anos, também são coordenadas por nós e totalizam números imensos", afirma Sonia Furtado.

Já o Programa de Estágio, coordenado também pela DAE, opera fazendo o cruzamento de informações. A divisão repassa às unidades de ensino da UFRJ, comunicados sobre vagas de estágio em empresas que mantêm convênio com a universidade. Segundo Sonia Furtado, essas empresas são avaliadas quanto às condições para o aprendizado dos alunos que nela vão estagiar. Quando a empresa não concede o seguro de acidentes aos estagiários, obrigatório pela legislação do estágio, por exemplo, a universidade se encarrega do seguro do estudante.

Assistência à Saúde

De acordo com Sonia, a assistência aos alunos do Alojamento Estudantil não se resume ao benefício da moradia. Além da bolsa Auxílio-Manutenção, que os alojados recebem, os estudantes têm direito a acompanhamento psicológico promovido pela DAE e por outras unidades da universidade. Ao ingressarem no alojamento, os alunos têm ainda a saúde avaliada pela Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST), e podem recorrer a essa assistência em outros momentos durante a vida acadêmica.

As alunas alojadas, por exemplo, têm direito a atendimento médico no Instituto de Ginecologia da universidade. "O aluno não é trabalhador, mas a DVST é a única divisão que pode fazer isso. Essa avaliação não tem um caráter eliminatório, o aluno que precisar ser encaminhado para algum atendimento específico, é dirigido ao Hospital Universitário.

Segundo Sonia, a eficiência do programa de assistência do alojamento é considerável. Os alunos têm direito ao benefício da moradia por um tempo médio em relação ao mínimo e máximo do seu curso. "Em média, os alunos do alojamento se formam em cinco anos, o que é razoável. Eles não são obrigados a serem super eficientes, mas precisam corresponder à media dos alunos", afirma.

Sobre as dificuldades dos alunos do alojamento em enfrentar os problemas de estrutura do prédio onde ficam os quartos, Sonia Furtado afirmou ter conhecimento da situação e salientou que a DAE é responsável por avaliar os pedidos e conceder o benefício para os alojados. "Os problemas de estrutura, segurança,

UFRJ

transporte e conflitos internos são responsabilidade de uma divisão específica que a universidade mantém para atender à estrutura do Alojamento", afirma Sonia.

Ampla assistência

Para a diretora da DAE, é necessário encarar a assistência estudantil de uma maneira mais ampla. Segundo Sonia, a Divisão é uma das vertentes em que são tratados os programas de assistência promovidos pela UFRJ e que estão inseridos numa ampla política. "Há outros programas de suma importância para os estudantes e que não são responsabilidades da DAE, como todo o sistema de bibliotecas, assistência cultural, os cursos de língua abertos à comunidade, cuja enorme demanda obrigava, há um tempo, a que os estudantes passassem a madrugada nas filas em busca de uma vaga, transporte, alimentação, estrutura de laboratórios de informática etc", afirma Sonia.

Para a diretora da Divisão, a universidade tem unido esforços no sentido de promover uma política ampla de assistência. "Essa política que funciona atualmente foi aprovada por volta de 2002, e, como é recente, atende a demandas atualizadas quanto ao perfil de nosso aluno de graduação. Na concepção das políticas, nós tivemos um amplo diálogo com a Escola de Serviço Social e a Câmara Discente do CEG", avalia.

Os números da assistência na UFRJ

A responsável pela DAE afirmou que o trabalho da divisão incide sobre a responsabilidade técnica de avaliação sócio-econômica necessária ao funcionamento dos programas de assistência que são considerados eficientes por ela. As estatísticas da demanda dos estudantes em 2005 mostram que houve 1.500 pedidos de benefícios, entre os quais as bolsas Apoio, Auxílio e o Alojamento, podendo o mesmo estudante acumular os três benefícios. Quanto à renovação dos benefícios de bolsas, houve 750 pedidos, dos quais 638 foram deferidos. No último vestibular, houve 24.000 pedidos de isenção da taxa de inscrição, 16.000 não se enquadravam no regulamento e 7.800 foram deferidos. "O que a DAE consegue atender são esses benefícios, mas a política abrange muito mais ações que não são só de responsabilidade da Divisão. A nossa estrutura não podemos mais ampliar. O espaço aqui é pequeno, tenho que dividir a sala com mais psicólogas, atender a casos particulares de alunos e ainda avaliar os processos. Os desdobramentos da assistência na universidade como um todo estão previstos na política (da administração)", avalia Sonia.

Para a assistente social, ainda há muito o que fazer, no entanto, em termos de assistência estudantil. "A gente podia fazer muito mais. Por exemplo, estudar o porquê da evasão, mas por ora não temos estruturas para ampliar. Seria interessante também que outras unidades reproduzissem programas de assistência promovidos pela política geral da universidade", completa Sonia.

Manoella Soares

MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DA BANDEJÃO, EM 22/3/01

Assistência no CAp

No Colégio de Aplicação, a situação da assistência estudantil despertou mais interesse por parte da instituição, depois que o ingresso para alunos do ensino fundamental deixou de ser feito através de seleção e passou a ser realizado um sorteio das vagas entre todos os candidatos.O CAp ainda não possui um programa específico de assistência estudantil, mas algumas linhas gerais já estão sendo pensadas por professores e pela direção do Colégio, com o apoio da Pró-reitoria de Graduação e da própria DAE.

O acesso no Ensino Fundamental no CAP se dá na Classe de Alfabetização, na 5ª série do Ensino Fundamental e na primeira do Ensino Médio. Segundo a vice-diretora do CAp, Izabel Goudart, a assistência se dá de forma integrada com outras divisões da unidade, como a Direção Adjunta de Ensino, responsável pelo acompanhamento pedagógico do aluno, e com o trabalho dos professores e da própria direção junto aos alunos. A única atividade acadêmica do CAp que tem assistência estudantil integrada aos programas da universidade é o Exame de Admissão. A assistência se dá a partir de uma parceria do Colégio com a DAE. Os candidatos de baixa renda podem pedir a isenção da taxa de inscrição para participar do processo de sorteio e de seleção, que para este ano foi de R$ 40,00.

A Divisão Adjunta de Ensino da CAp, também conhecida como DAE, mas que não é uma subdivisão da PR1, é responsável pela estrutura acadêmica da unidade, pelo calendário de avaliações e pelos conselhos de classe. "Essa divisão é responsável pelo acompanhamento da relação entre aluno e escola, aluno professor e aluno com aluno. Há acompanhamento mais direto com o aluno também. Quando alguns se machucam, a divisão presta atendimento. Quando há questões disciplinares, faz a intermediação com os pais dos alunos", esclarece a vice-diretora do CAp.

Segundo Izabel, a diretoria do CAp tem se empenhado para que sejam desenvolvidos programas de assistência estudantil específicos para o CAp em parceria com a PR1. A diretoria está dando prosseguimento a uma pesquisa sobre o perfil dos seus alunos feita através de um questionário que produziu informações que estão em fase de processamento. "Com essa pesquisa em andamento, estamos entrando em contato com a PR1 para que haja ações específicas visando à permanência dos alunos".

Em recente reunião realizada pela AdufrjSSind com professores do Colégio foi discutido o problema da permanência dos alunos após a implementação do processo de ingresso por sorteio. Se por um lado a democratização do acesso ao CAp vem sendo muito comemorada por docentes e técnicos, as dificuldades do dia-a-dia dos estudantes mais carentes têm preocupado a comunidade e a direção do colégio. Uma das principais dificuldades é quanto à alimentação. Segundo o relato de alguns professores, algumas crianças mais carentes chegam a desmaiar em sala de aula, pela falta de refeição.

A legislação prevê que as crianças e jovens matriculados na rede pública deveriam ter garantida a merenda escolar. No caso do CAp, no entanto, a verba recebida no orçamento para este fim é absurdamente irrisória. "São R$ 0,9 centavos por aluno, por dia, no ensino fundamental e R$ 0,11 centavos para o estudante do ensino médio, por dia". De acordo com Isabel, seriam necessários cerca de R$ 1,50 a R$ 2,00 por aluno/dia para que fosse oferecida, pelo menos, a chamada 'merenda seca' (biscoitos, pão com manteiga, suco ou alguma bebida láctea, por exemplo). A unidade não possui espaço físico nem equipamentos para a construção de um refeitório e a instalação de uma cozinha industrial para o preparo de refeições. Faltam ainda, de acordo com a vice-diretora, funcionários para garantir a produção e distribuição das merendas.

Assistência aos pós-graduandos

Para os alunos da pós-graduação foi criada recentemente a Divisão de Assuntos Estudantis da Pós Graduação (DAEP), que irá identificação do perfil dos alunos, suas demandas e desenvolver ações abrangentes e universais visando a criar condições para o melhor aproveitamento dos cursos pelo estudante. A divisão será responsável também por cruzar e processar as informações referentes aos programas de pós-graduação da universidade, até então levantados pelos diversos bancos de dados que avaliam a produção da pós-graduação no seu conjunto. "Toda a política da universidade até então tinha sido direcionada só aos alunos de graduação. A gestão atual já tinha a intenção de criar essa divisão e, após a repercussão de um questionário produzido pela Associação dos Pós-graduandos (APG) junto aos estudantes que revelou demandas específicas desse segmento, a PR2 concretizou essa intenção", afirma a diretora da DAEP, Ana Teresa Suassuna.

Segundo Ana Teresa, a DAEP ainda está em fase de implementação e as políticas a serem desenvolvidas ainda estão em fase de discussão. "Estamos convocando uma comissão para discutir quais serão as políticas de assistência aos estudantes. Nossa intenção é inseri-las no orçamento da universidade".

A Escola de Serviço Social está auxiliando a DAEP com orientações que serão referências para a nova divisão. O trabalho está na fase de processamento do perfil da pós-graduação e de discussão sobre as políticas de assistência a serem desenvolvidas. "Pretendemos ampliar os instrumentos de pesquisa acerca das reivindicações dos estudantes de pós para além do que já foi possível conferir através do questionário da APG. O que já sabemos é que as demandas não são muito diferentes das dos estudantes de graduação. Por ora, a maioria das reivindicações giram em torno do tema moradia. Há muitos estudantes da pós que vêm de outros estados e até de outros países, pois participam dos programas de convênio que a UFRJ mantém".

Em dezembro do ano passado, a PR2 procurou a direção da ESS para estudar as possibilidades de um trabalho conjunto na assessoria de uma política de assistência para alunos de pós-graduação, tal como foi feito, em 2000, com a política de assistência junto à PR1, que culminou em um Projeto de Assistência Estudantil, aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG). "Se temos uma pauta

UFRJ

muito reativa para os estudantes de graduação, imagine para a pós-graduação, cujo critério meritocrático para a definição das bolsas tem uma marca muito presente", avalia a coordenadora adjunta da pós-graduação da ESS, Lilia Pougy, que participou da reunião entre a PR2 e a direção da Escola.

Para Lilia, que também participou da formulação da Política de Assistência Estudantil, apresentada em 2000, esse tipo de política deve ter uma dimensão universal. "A política de assistência estudantil deve ser desenhada a partir da perspectiva da universalidade, todos os estudantes devem ter direto à assistência independentemente da origem de graduando ou pós-graduando", comenta.

Para a professora da ESS, os instrumentos para essa universalização seriam, por exemplo, a construção do restaurante universitário e de um alojamento que abrigasse não somente os estudantes de graduação como também os de mestrado e doutorado. "Tem uma ala no alojamento para esses estudantes", lembra Lilia. Sobre o bandejão, a professora considera que não houve avanço em relação ao que foi proposto em 2000. "Continuamos com as limitações e as contingências em que se reivindicava o bandejão, quando foi aprovada a política no CEG, embora tenham sido feitas ações de verificação de área, de parceria etc, através da PR5 (Pró-reitoria de Extensão) Sobre alimentação, no entanto, não há nenhuma iniciativa concreta até então, pelo menos que eu conheça", comenta.

Política de bolsas deve ser ampliada

Lilia considera que a política de bolsas assistenciais também deve ter um caráter universalista e atingir estudantes de graduação e da pós-graduação. Para a professora, o programa de bolsas de graduação, no entanto, melhorou muito desde 2000. "Aliás, daquela política aprovada em 2000, embora as ações da assistência estejam restritas ao programa de bolsas, é com muita alegria que a gente vê o crescimento do programa e da modalidade de bolsas que a atual gestão vem empreendendo e pautando no orçamento da universidade. Isso é uma perspectiva de universalização e não só em relação às bolsas assistenciais como também às bolsas de monitoria".

Atenção à saúde também faz parte da política de assistência

A professora reconhece ainda alguns avanços em relação à oferta de transporte entre os *campi* para os estudantes (apesar de muitos alunos, principalmente os do alojamento reclamarem quanto à pouca quantidade de ônibus da universidade circulando entre os principais pontos da cidade, o que os faz dividir o transporte com estudantes de várias regiões e, ainda, com outros usuários e trabalhadores). No entanto, Lilia considera que ainda há

Antonio Vianna

ALOJAMENTO ESTUDANTIL SOFRE COM FALTA DE INFRA-ESTRUTURA, 21/3/05

muito o que fazer em relação à saúde como parte da política de assistência estudantil. "Com relação à atenção pisco-social, os atendimentos médico, odontológico e psicológico, que eram ações previstas na nossa política, também desconheço ações nesse sentido. Não só em relação ao atendimento emergencial, como também ao atendimento ambulatorial. Um aluno nosso, funcionário ou docente deveriam ter acesso aos equipamentos na área da saúde (das unidades hospitalares da instituição) de uma forma que a eles fosse possibilitada a utilização desses recursos"

A grande questão que, na opinião de Lilia, está muito longe de ser resolvida é o programa de moradia. Para a professora, nos últimos anos não houve alteração das condições dos estudantes que necessitam do alojamento universitário. "Até onde eu sei, o alojamento continua em estado precário, a equipe que lá trabalha continua tapando buracos com poucos recursos. Isso porque não há ações propositivas na área do programa de moradia, há somente uma gestão com poucos recursos e somente uma deteriorização", conclui.

Rede de solidariedade dos estudantes

No caso da demanda dos estudantes de pós-graduação sobre moradia, a diretora da DAEP, Ana Tereza, informou ter identificado que os estudantes de pós-graduação têm criado soluções alternativas para os problemas por eles enfrentados. Alguns pós-graduandos antigos se tornam tutores de alunos novos que acabam por encontrar apoio, moradia e amizade. "Mas isso é uma alternativa bem doméstica que não pode ser perpetuada. A idéia é a gente formalizar algum tipo de atenção nesse aspecto do problema da moradia, e também da alimentação", avalia a diretora da DAEP.

A primeira medida da nova divisão será a distribuição de um manual aos estudantes com informações relacionadas ao acesso aos *campi* e aos serviços disponíveis, além de informações sobre as diversas divisões da PR2 que atendem a esses alunos.

A nova divisão de assistência ao estudante de pós-graduação foi criada com a proposta de desenvolver ações numa concepção universalista. Segundo Ana Teresa, o grande problema da pós é o fato de que há vários sistemas de coletas de dados que dificultam avaliações mais abrangentes e menos específicas. "A pós tem a característica de ser muito fragmentada. É importante que essa realidade mude. As ações da DAEP não serão dedicadas a questões específicas, muito setorizadas e divididas. A pós precisa ser integrada".

Orçamento para a assistência

Para a Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (APG-UFRJ), as principais demandas em relação à assistência estudantil são a construção de um restaurante popular, o bandejão e o incentivo às bolsas. Os estudantes também reivindicam a ampliação do alojamento estudantil. De acordo com um de seus representantes, Rodrigo Volcan Almeida, a APG defende a participação dos pós-graduandos no alojamento: "Para pensarmos em ter estudantes da pós no alojamento, são necessárias obras de ampliação. Da maneira que está, o alojamento não atende nem aos estudantes de graduação da maneira como deveria".

A respeito da solução apresentada pelo governo, que divulgou em seu projeto de reforma universitária o Concurso Especial das Loterias - cuja receita seria destinada à assistência estudantil nas universidades públicas –, a APG realizou um estudo que concluiu que a verba gerada com a arrecadação dos jogos de azar seria em torno de R$ 63 milhões, valor considerado muito inferior para atender às necessidades solicitadas pelas instituições. "Para se ter uma idéia, só a UFRJ solicitou R$ 15 milhões para assistência estudantil este ano. Imaginem o que restaria de R$ 63 milhões divididos por todas as universidades públicas?", questionou Rodrigo Volcan.

Gustavo Ribeiro, outro representante da APG, lembra que estudantes também reivindicam assistência médica e uma creche para os filhos dos pós-graduandos, além de maior segurança nos laboratórios. Gustavo, que é doutorando em Ciências Biológicas, afirmou que nos laboratórios em que realiza suas pesquisas, por exemplo, existem substâncias altamente perigosas. "Falta um setor de emergência no hospital universitário e uma brigada de incêndio caso aconteça algum acidente", critica.

A creche universitária funciona no *campus* no Fundão, mas também sofre com a falta de recursos. Na semana passada, inclusive, as educadoras iniciaram uma paralisação, na sexta-feira, 13. As educadoras, contratadas pela administração da universidade, estão com seus salários atrasados há dois meses. Recentemente, a redação do Jornal da Adufrj-SSind pode conferir a situação precária deste espaço (edição de 14/3/05) que também deveria ser integrado como parte de uma política geral de assistência a pais e mães estudantes, professores e funcionários da instituição.

Governo não tem projeto para assistência estudantil

Entre os graduandos, a chapa Não Vou Me Adaptar, que foi reeleita para a gestão Diretório Central dos Estudantes (DCE), afirmou que continuará atrelando a discussão do alojamento estudantil à reforma universitária, pois acredita que a redução das verbas para a universidade pública é conseqüência do projeto proposto pelo governo. Segundo o estudante do curso de História Pedro Campos, integrante da Não Vou me Adptar, "as bandeiras defendidas serão as mesmas do mandato anterior". Como será apresentado o anteprojeto da Lei Orgânica da Universidade Brasileira ao Congresso Nacional este ano, o DCE estará empenhado em evitar que o mesmo seja aprovado, pois o governo poderia implementar a sua polêmica reforma que retira os recursos orçamentários que deveriam ser investidos em políticas para as universidades públicas e os desviam para as instituições privadas em iniciativas populistas como as bolsas do Prouni. "Essa é questão emergencial para nós", afirmou Pedro Campos.

Assim como os pós-graduandos, os estudantes de graduação reivindicam uma política de assistência que, de fato, contemple condições adequadas de infra-estrutura no alojamento universitário, mais bolsas de assistência, a construção de um restaurante universitário, transporte, bibliotecas, laboratórios entre outras ações que demandam recursos públicos. E, para eles, essas demandas são incompatíveis com a lógica das políticas do atual governo para a Educação Superior, em especial, com a reforma universitária que não garante os recursos suficientes para a implementação da necessária política de assistência ao estudante nas instituições públicas.

Opinião

Breve exposição sobre a Política de Assistência Social

A Carta Constitucional de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", revela a ampliação do campo dos direitos sociais e ergue a assistência social ao *status* de política pública.

É a primeira vez, que a assistência social é afirmada como dever do Estado e direito do cidadão, integrada à Seguridade Social, no tripé da Saúde, Previdência e Assistência.

O cidadão, no *constructo* da lei, passa a ser reconhecido como sujeito histórico, presente e partícipe nos múltiplos espaços sociais e políticos, capaz de propor e intervir na esfera pública e na defesa da democracia participativa.

Na perspectiva da Carta Magna, a partir do momento em que a Assistência Social passa a integrar a área da Seguridade Social deixa de pertencer ao campo da beneficência, do assistencialismo, da dádiva ou do favor para se inscrever decisivamente no domínio do direito da cidadania social.

É a manifestação e a possibilidade de mudanças, propiciadoras de um novo cenário político para a ressignificação da assistência social, com a definição de instrumentos de participação da sociedade civil no controle e gestão das políticas sociais, dentre os quais destacam-se os Conselhos de Assistência Social, resultantes das ações e lutas dos sujeitos políticos, envolvidos nos movimentos sociais, sindicatos, órgãos de categoria profissional, partidos políticos, etc.

Nestes espaços, os atores sociais, além de exercerem o controle social sobre as ações e decisões governamentais, tornam públicos seus projetos, discutem e deliberam sobre questões relacionadas ao que lhes é comum; estabelecem consensos e alianças, explicitam conflitos, enfim, negociam e pactuam, onde "tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos".

Embora a Constituição tenha sido outorgada em 1988, somente em 1993 a Política de Assistência foi definitivamente afirmada, a partir da assinatura da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que demarca: "a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social, que provê os mínimos sociais, realizados através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas".[1]

A Assistência Social, expressa pela primeira vez como política pública, passa a ter um mecanismo constitucional, operacionalizado pela LOAS, representativa de um estatuto de maioridade jurídica.

Confirmar a Assistência Social como política pública impõe-se a ter como balizamento não os necessitados, mas as necessidades sociais em propósito ilimitável. Isso indica que se deve buscar garantir um padrão mínimo de vida a todo o cidadão, sem a instância da contributividade.

No entanto, por ter sido historicamente uma área nebulosa e polêmica, a assistência social, apesar da garantia do direito constitucional, ainda hoje, continua sendo abordada na sua forma mais aparente: ajuda pontual e personalizada nos grupos de maior vulnerabilidade social, patenteada por "ações emergenciais e circunstanciais em que não se altera o perfil da desigualdade e se nega a dimensão redistributiva que deveria orientar a intervenção estatal no campo da política assistencial" (Yasbek, 1993:51).

Embora tenha assegurada a universalização da concretude dos direitos sociais, estes elementos não se revertem em condição *sine qua non* para que seja "prestada a quem dela necessitar", garantindo o direito dos "desamparados" ou dos que dela tiverem necessidade.

Isto porque, o texto da Lei determina uma visível separação entre os capazes e incapazes para o trabalho, como fica nitidamente claro na definição de seus objetivos quando anunciam a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com mais de 65 anos, que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. É o Beneficio de Prestação Continuada, único projeto cujo cerne de atenção não sofre interrupção, na medida em que a situação de privação permaneça relutante.

Ainda na sua efetivação enquanto política, a Assistência Social vem desenvolvendo programas e projetos direcionados, prioritariamente, às famílias, crianças e adolescentes, focalizados e absorvidos na ótica da incapacidade; todos de corte restrito e com a expectativa de atendimento de curto prazo. Como exemplo destacam-se os Programas: Fome Zero; Bolsa Família; PAIF (Programa de Atenção Integral à Família); PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) dentre outros.

A Assistência Social (vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome), está passando, hoje, por um momento especial de debate e deliberação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em finais de 2004, após um intenso processo de discussão nacional. Sua originalidade funda-se na previsibilidade da construção e implantação de um novo modelo de gestão da política: o Sistema Único de Assistência Social (Suas), uma das principais deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003.

No entanto, o cumprimento da Assistência Social como política pública, como direito de acesso universal, é cada vez, e mais, duramente criticado pelos neoliberais, que apontam suas criticas fundamentalmente para a sua execução. Como diz Bobbio, o problema dos direitos sociais não é o de justificá-los, mas de protegê-los (Bobbio:1992:24).

"Nesse contexto, onde as medidas de ajuste estrutural sobrepõem-se, as políticas sociais tornam-se naturalmente focalizadas, restritas aos segmentos mais pauperizados e a prestação de serviços tende a ser submetida aos princípios do mercado. Em outras palavras, a função pública do Estado acaba sendo obstruída e, a prestação do serviço coletivo, - público - de sua responsabilidade, acaba comprometendo, sobremaneira, sua responsabilidade e obrigação social.

Esse processo resulta na supressão dos direitos de cidadania, que só têm sentido na sua universalidade, uma vez que são direitos de todos, perante a sociedade e o Estado, estabelecidos das mesmas e iguais faculdades, advindas da condição de cidadãos e cidadãs.

Por seu turno, também a educação universitária, como política social e pública, é expressão e resultado do quadro desenhado pela atual conjuntura brasileira, onde as verbas vão tornando-se a cada dia mais escassas e, sustentadas prioritariamente pela lógica contábil do custo/benefício.

No entanto, sua função não se restringe somente a administrar com competência as verbas e a luta pela autonomia do saber que envolve a indissolubilidade do ensino, a pesquisa e a extensão. Como toda política pública também tem a obrigação, temporal, de não silenciar, não se alienar e, introduzir como componente dessa autonomia o estabelecimento de uma política de assistência aos seus estudantes.

No atual contexto não pode deixar-se ficar prisioneira dos ditames e propostas do Estado brasileiro, fundadas nos princípios do neoliberalismo, onde se transfere para o mundo acadêmico os mesmos padrões que regem a compra e venda de mercadorias, com o risco e o agravante de estimular o individualismo. Se essa perspectiva se mantiver, a assistência social não se constituirá em política e continuará movendo-se num terreno marcadamente contraditório – na tensão constante entre a inclusão e a exclusão – assumindo por isso marcas demasiadamente conjunturais, casuísticas, ora com características mais generosas ora pouco vigorosas". [2]

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2005

Marilea Venancio Porfirio
Escola de Serviço Social

[1] Artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS

[2] Subsídios para uma proposta de Política de Assistência ao Estudante (Documento para discussão encaminhado à Câmara deCorpo Discente do CEG), pelos professores Mariléa Venâncio Porfírio, Rodrigo de Souza Filho, Sheila Backx, setembro, 2000.

MST

1º Informe da Marcha Nacional do MST pela Reforma Agrária

Por Ramiro Dulcich*

Ninguém poderá deter os sonhos de um povo organizado...

Estão se completando quase 10 dias desde que a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, organizada pelo MST, saiu de Goiânia rumo a Brasília. São quase 250 km. de distância e quase 12 mil os que caminhamos pelas estradas do Brasil, conscientes da necessidade de pressionar politicamente o governo nacional para que as reivindicações históricas dos Sem Terra se materializem.

Alguns a definem como um mar vermelho, outros falam de um exército de camponeses marchando em fileiras de três. É realmente difícil definir o sentimento vivenciado ao caminhar coletivamente com o movimento dos Sem Terra do Brasil. A emoção é constante. O tempo todo se sente que se está participando desde hoje e agora numa luta que se coloca como objetivo primeiro o de desenvolver novas relações sociais, de convivência, de gênero, de solidariedade. Enfim se torna claro um sentimento de estar contribuindo desde o mais cotidiano até o mais estratégico e profundo na construção de homens e mulheres novos. Vive-se um sentimento de que aqui se estão delineando alguns dos traços fundamentais de uma sociedade diferente, nova, emancipada.

Uma das principais virtudes dos Sem Terra é, sem dúvida, seu permanente intento e (auto) exigência de coerência, isto é, a virtude de conseguir dizer o que se pensa e fazer o que se diz.

Com relação ao cotidiano da Marcha, é digna de grande destaque a organização. De outra forma não poderia colocar-se como objetivo uma Marcha Nacional que convoque a 12 mil pessoas marchando durante quase 20 dias. Basta imaginar o que sucede quando a marcha se aproxima ou atravessa localidades muitas vezes com populações menores que a da própria marcha. Só a organização conseguida pelo movimento dos Sem Terra, sua disciplina, sua claridade e disposição para a luta permite que este fato político se viva como uma verdadeira e grande festa do povo brasileiro que luta pela sua dignidade, embora o resultado político seja ainda muito incerto.

Luciney Martins/MST

Se tiver que definir-la diria que se deve pensar esta marcha como uma Grande Escola de Formação e Organização Popular. Uma escola de humanidade, de formação política e de produção de relações sociais que pretendem desalienar as imperantes.

As condições de vida neste enorme acampamento, nesta Escola Nova, muitas vezes precárias, parecem construídas magicamente. Basta apenas imaginar que em poucas horas é montada e desmontada diariamente uma cidade para 12 mil habitantes. Alimentação, segurança, formação, espaços de leitura e culturais, artísticos, reuniões diárias de coordenação, dentre outras, são as atividades cotidianas que se desenvolvem no acampamento, sendo organizadas por Estados.

Junto ao MST, marchamos estudantes, pesquisadores, amigos do movimento, jornalistas, artistas, dirigentes políticos e religiosos, etc. Com eles estamos nos educando em novos valores e formas de relacionamento. Com eles reformamos, re-atualizamos nossas energias militantes e nossas convicções. Enfim, com eles nos enchemos de vida e reafirmamos nossa disposição militante com respeito a possibilidade do socialismo, isto é, da revolução.

Politicamente a polêmica interna é evidente, transparente, quase cristalina. Diz respeito à caracterização e posicionamento político em face do atual governo. Parte-se da análise de que nele pode-se encontrar aliados pra a luta pela reforma agrária no Brasil (reivindicação que o monopólio da mídia brasileira caracteriza como anacrônica).

O resultado político deste enorme esforço do MST, ainda está aberto e é incerto. A Marcha Nacional vai ganhando força política na medida que se aproxima seu destino final, que é em Brasília no 17 de maio. As negociações deverão começar a render alguns frutos. Veremos o que acontece...

De qualquer forma, e apesar do boicote do latifúndio midiático brasileiro, não há espaço para o desânimo nas fileiras dos marchantes do MST. Por mais que a mídia procure desviar a atenção, é muito difícil esconder 12 mil camponeses, rigorosamente organizados, com claridade política nos seus objetivos táticos para a conjuntura, que vão tingindo de vermelho as estradas que caminham dia a dia.

É uma média de 18 km diários de Marcha, desde as 6 da manha até o sol intenso do meio dia, onde podem ver-se desde crianças até anciãos... O movimento se fortalece a cada dia de marcha... Seu ânimo, sua ansiedade de vencer se renovam com a superação de cada obstáculo. Chegará o dia em que este sofrido povo, junto com seus irmãos latino-americanos e do mundo inteiro, recolha os frutos que tantas vezes plantou e dos que tantas vezes foi expropriado.

Estamos confiantes.

Até a vitória sempre.

* Integrante do Grupo de Estudos da América Latina (GEAL), doutorando da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Ato pela Reforma Agrária ocorre neste dia 17

No dia de fechamento desta edição (em 16/5), os participantes da Marcha Nacional pela Reforma Agrária já estavam em Brasília, após 13 dias na estrada. Durante a caminhada, chamou a atenção que muitos carros buzinaram e apoiaram a mobilização. Nos pontos de ônibus por onde a Marcha passava, a recepção também foi calorosa. Acampados próximos ao Zoológico, eles seguiriam mais 10 quilômetros até o estádio Mané Garrincha.

Nesta terça-feira, dia 17, está programado um ato cultural. Cantores como Pereira da Viola, Marcelo Yuka, Gog e a Família já confirmaram presença, assim como os artistas Letícia Sabatela, Marcos Winter e Osmar Prado. O ato é aberto ao público e começa às 15h, na Esplanada dos Ministérios.

Mística relembrou luta dos escravos

Na manhã do dia 13 de maio, quando a Marcha entrou na área do Distrito Federal, cada vez mais próxima de Brasília, a delegação do Mato Grosso realizou uma mística que lembrou a luta dos escravos, na data da abolição da escravatura no país.

Em carta divulgada na véspera, na capital federal, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) demonstrou total apoio à Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que reúne cerca de 12 mil Sem Terra rumo à Brasília.

"O conteúdo da carta diz que a Marcha é pacífica, que a CNBB é totalmente solidária com essa mobilização, que a Igreja pede para o governo cumprir a sua promessa de Reforma Agrária e também ajude os pequenos proprietários a poder trabalhar na sua terra", disse Dom Eugênio Rixen, bispo de Goiás. Ele esteve no acampamento da Marcha, em um trecho conhecido como "Sete Curvas", no município Alexânia (GO), onde leu o documento aos sem terra.

O bispo elogiou a organização e seriedade das reivindicações. "Vemos uma coisa muito bem organizada, um ambiente excelente. Fomos acolhidos de maneira maravilhosa e vemos que são pessoas sérias, que realmente procuram lutar pelos seus direitos, que é um pedaço de terra para produzir e poder alimentar sua família a fim de ter uma vida melhor".

Fonte: página eletrônica do MST (www.mst.org.br)

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 458 • 30 de maio de 2005

Reunião da Adufrj-SSind para leitura e discussão da 2ª versão do projeto de reforma universitária do governo Lula

2 de junho, às 17h30

Auditório da Escola de Serviço Social, Praia Vermelha

Assembléia organiza mobilização pela campanha salarial

Página 2

Vestibular da UFRJ será em dois dias

Página 3

Estudantes da EBA ocupam salão da reitoria

Página 5

Lula promete assentamentos após Marcha de 12.000 trabalhadores

Página 8

Leonor Costa/Andes-SN

SERVIDORES ORGANIZAM MANIFESTAÇÕES NOS ESTADOS PELA CAMPANHA SALARIAL

2 de junho Dia Nacional de Luta

Página 12

Adufrj-SSind

Assembléia organiza mobilização pela campanha salarial

Alertar a comunidade acadêmica sobre ameaça da reforma universitária também será prioridade

Intensificar a mobilização, na UFRJ, em defesa da Campanha Salarial dos servidores públicos federais e contra a reforma universitária do governo. Esses foram os pontos de destaque da última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada na Faculdade de Letras, em 17 de maio.

Os professores aprovaram algumas recomendações à diretoria para dar continuidade ao processo de conscientização dos colegas sobre a importância da pauta de reivindicações dos SPF. Neste aspecto, em especial, serão criticados os seguidos ataques contra os direitos dos aposentados. Além disso, foram propostas atividades que servirão como novos alertas em relação à contra-reforma governamental da Educação Superior.

Para fomentar o debate dentro da universidade sobre a campanha salarial e a reforma universitária, a AG recomendou que a diretoria busque intervir nos fóruns institucionais de debate, como as Congregações ou reuniões de Conselho de Centro. A assembléia indicou ainda a possibilidade de organização de um cronograma de pequenas paralisações na UFRJ com o objetivo de estimular a discussão desses dois temas.

A professora Gumercinda Gonda, a Cinda, da Faculdade de Letras, ressaltou que a palavra de ordem do momento deveria ser a criatividade. "Os professores não querem discutir a reforma sindical porque não se dizem sindicalistas; não querem discutir a reforma trabalhista porque não se dizem trabalhadores; mas quem afinal vai discutir a reforma universitária?! Temos que apresentar esses debates e chamar os aposentados", afirmou. Outra sugestão da assembléia foi a produção de um encarte especial do Jornal da Adufrj com depoimentos dos mestres que já não estão na UFRJ sobre os itens da pauta da campanha salarial dos servidores. Por terem sido aqueles que ajudaram a construir a universidade pública no país, nesta mesma publicação, os aposentados poderiam, por exemplo, opinar em relação à reforma do ensino superior. A Assembléia recomendou, ainda, que a diretoria promova uma campanha de *outdoors* com dizeres contra o desconto dos aposentados, em conseqüência da reforma da Previdência, no início do governo Lula.

Kelvin Melo

ASSEMBLÉIA NA FACULDADE DE LETRAS

Dia Nacional de Luta

Como o grau de mobilização dentro da UFRJ ainda era insuficiente na semana retrasada, os professores decidiram que não haveria condições de suspender as atividades acadêmicas no Dia Nacional de Luta dos servidores, marcado para 18 de maio. Foi aprovada, porém, a participação da Adufrj-SSind no ato regional dos SPF, na Cinelândia (leia matéria na página 12 desta edição).

Com a mesma justificativa da pouca mobilização, a maioria dos docentes decidiu que os delegados da Adufrj-SSind à próxima plenária dos SPF deveriam se abster durante a votação do indicativo de greve para o começo de junho.

Representantes da Adufrj-SSind na plenária dos SPF

A Assembléia Geral elegeu a professora Cristina Miranda (do CAp) como delegada da base da Adufrj-SSind para a Plenária dos SPF (em 22/5). Como delegado da diretoria, foi indicado posteriormente o nome do professor Walcyr de Oliveira Barros. Os docentes ainda acompanharam outras atividades sindicais convocadas pelo Andes-SN para o fim de semana.

A degradação do salário dos docentes

Como parte dos esclarecimentos da diretoria sobre a campanha salarial, José Miguel Bendrao Saldanha apresentou um breve resumo do encarte especial, publicado junto da edição de 9 de maio. De acordo com o documento, os dez anos de Plano Real degradaram o poder aquisitivo dos professores a ponto de um Adjunto 4, Doutor, em regime de Dedicação Exclusiva (classificação de grande parte do corpo docente), da ativa, ter deixado de receber cerca de R$ 225 mil, no período - um aposentado com os mesmos atributos perdeu ainda mais: aproximadamente R$ 283 mil.

José Miguel também relembrou os acontecimentos dos últimos anos que levaram ao atual estágio de degradação dos salários dos professores. Segundo ele, a política de gratificações por categoria dos últimos governos criou um quadro muito diferenciado dentro do funcionalismo. O índice de reajuste geral de 18% aprovado para a Campanha Salarial 2005 é um percentual que unifica a luta. Muito embora, por exemplo, no caso da maioria dos docentes universitários, não sirva para recompor as perdas salariais do período. Até por este motivo, tem sido ressaltado na Campanha que o percentual solicitado é uma espécie de antecipação das perdas acumuladas desde janeiro de 1995.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Vestibular da UFRJ será em dois dias

A sessão ordinária do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) do dia 18 de maio decidiu, por unanimidade, que a partir do próximo concurso de acesso ao ensino de graduação da UFRJ, as provas serão realizadas em dois dias. A proposta havia sido apresentada pelo coordenador acadêmico do concurso, professor Luiz Otavio Langlois, na reunião do dia 11 de maio. De acordo com Langlois, o fato de o vestibular ser realizado em três dias estava contribuindo para a redução no número de candidatos que consideravam o processo bastante cansativo.

Com a mudança, o candidato realizará os exames de Redação, Literatura, Língua Portuguesa e mais quatro disciplinas não específicas no primeiro dia. As três disciplinas específicas serão realizadas juntas, no segundo dia de exame. As provas começarão às nove da manhã e terminarão às duas da tarde. Em relação aos últimos vestibulares, cada dia terá uma hora há mais de duração.

Além da redução para dois dias de prova, o CEG aprovou a manutenção do cálculo da nota final, no qual o candidato pode atingir até 60 pontos. A novidade será a inscrição feita somente pela *internet*. Como 80% dos candidatos possuem acesso à rede em casa ou no trabalho, a Comissão de Vestibular da Pró-Reitoria de Graduação acredita que estará otimizando o processo. Entretanto, a comissão não deixará de atender os outros candidatos que não têm recursos para realizar a inscrição *on line*. Segundo Luiz Langlois, haverá postos com ampla divulgação dos locais em todas as regiões da cidade.

A plenária do CEG também aprovou, por unanimidade, outra significativa alteração no edital do vestibular. A partir de agora, o candidato que tirar zero em uma das provas não específicas não estará mais automaticamente fora do concurso. A eliminação só ocorrerá caso a média de todas as provas não específicas seja igual a zero.

Vestibular 2006 não terá Filosofia

Das modificações discutidas pelo conselho, para o próximo vestibular, a que gerou mais expectativa foi a proposta de inclusão da prova de Filosofia. Embora já tenha sido aprovada pelo CEG, a disciplina não constará no exame de 2006. A Comissão de Vestibular do CEG, presidida por Marcelo Corrêa e Castro, avaliou que a inclusão é inadequada, pelo menos para o próximo concurso. Marcelo Castro, representante do CFCH, afirmou que não houve debate entre os professores de Filosofia do IFCS e portanto não há uma posição oficial do departamento de Filosofia. O principal temor do presidente da Comissão é de que a disciplina seja ensinada de maneira supérflua, apenas para garantir a aprovação do candidato.

A opinião foi compartilhada pela conselheira Ana Maria Ribeiro: "Não é uma coisa automática: aprender Filosofia e adquirir capacidade de reflexão. Nosso concurso é um dos poucos neste país a desenvolver uma capacidade crítica do candidato, pois eles não precisam marcar cruzinha. Entretanto, não tenho dúvidas de que se incluirmos Filosofia no vestibular hoje, estaremos excluindo quem já vem sendo excluído há muito tempo". A representante dos técnicos-administrativos se referia ao fato de os colégios particulares terem verba disponível para a contratação imediata de professores de Filosofia, ao passo que a grande maioria das escolas públicas levaria desvantagem por não ter a disciplina oferecida em sua grade.

O conselheiro discente Thiago Loureiro não concordou com o parecer da comissão de vestibular do CEG. Para o estudante, como a inclusão de Filosofia já havia sido aprovada e a nova decisão estaria questionando a legitimidade do conselho. Loureiro afirmou que as discussões deveriam girar em torno da forma como a disciplina seria implementada e lutar para que a inclusão da disciplina não gere uma exclusão social: "Por que não cobramos um debate do IFCS?", questionou.

Ana Canen, representante do CFCH, concordou plenamente com os argumentos de Thiago Loureiro. Para ela, a comissão deveria estar debruçada em apresentar alternativas para os problemas encontrados para a implementação da Filosofia e não em reapresentar os argumentos contrários utilizados anteriormente.

Mesmo como desacordo de parte dos conselheiros, a disciplina não fará parte dos exames em 2006. O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, afirmou que quer ouvir todas as instâncias da universidades, em debates que serão promovidos pelo colegiado, a respeito da inclusão da disciplina no concurso. O presidente do Conselho também convidou os representantes discentes a se integrarem à Comissão de Vestibular do CEG.

Mudanças em debate na Capes

Pró-reitor divulga medidas em estudo pela agência de fomento

O pró-reitor José Luiz Monteiro informou no CEPG de 20/5 que a direção da Capes estuda mudanças operacionais nos programas de pós-graduação do país. Segundo ele, que esteve em Brasília nos dias 16 e 17 para a reunião do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação (Forprop), as alterações ainda deverão passar pela avaliação do Conselho Técnico-Científico (CTC) da agência de fomento.

Uma delas seria a iniciativa de se criar um número mínimo de docentes por programa. Para a diretoria da Capes, os cursos de conceito mais alto, em especial, mantêm um quantitativo muito restrito, o que não seria desejável. O problema apontado pelos pró-reitores seria a diversidade encontrada nas várias áreas do conhecimento.

A exigência de manutenção de uma página eletrônica por cada curso é outra medida em estudo na Capes. No ano passado, foi feita uma recomendação neste sentido, mas a agência pensa em incluir esse item na avaliação para torná-lo obrigatório. Também segundo José Luiz, houve uma certa reação dos dirigentes universitários a esta possível obrigatoriedade, dadas as dificuldades financeiras gerais das instituições. Foi sugerido, pelo fórum de pró-reitores, que uma página-padrão seja criada pela Capes para facilitar esse trabalho, caso aprovado pelo CTC.

Outra polêmica criada pela Capes foi a possível exigência, para avaliação dos programas, que as teses fiquem disponíveis no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), vinculado ao ministério de C&T. O pró-reitor observou que a preocupação maior dos dirigentes universitários era com o prazo exíguo estipulado para a tarefa, que seria voltado inicialmente para os documentos novos produzidos: os cursos 6 e 7 deveriam fazê-lo ainda este ano, por exemplo.

Os cursos de doutorado com conceito três também estão na mira das mudanças propostas pela direção da Capes: ou melhoram ou devem ser fechados, na ótica da agência de fomento. A Capes reavalia, ainda, o retorno do apoio dos comitês de área aos programas.

Critérios da reforma universitária

O pró-reitor mostrou-se preocupado com um dos requisitos mínimos ligados à pós-graduação para que uma instituição seja considerada como uma universidade, na primeira versão divulgada do anteprojeto da reforma universitária do governo. Pelo artigo 13, inciso II, do documento do MEC, uma "universidade" deverá ter, pelo menos, três cursos de mestrado e um de doutorado. De acordo com José Luiz, das atuais 168 universidades, aproximadamente 100 não passam por esse critério - inclusive federais. Cerca de 50 deste montante não possuem sequer um curso de mestrado. As instituições teriam que ser reclassificadas.

Bolsas do PICDT

A Capes enviou mais 9 bolsas para a UFRJ (no total, são 14) do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT). O programa financia a qualificação do corpo docente/técnico de instituições de ensino superior públicas, concedendo cotas de bolsas para a realização de cursos de mestrado e doutorado junto a cursos de pós-graduação avaliados pela Capes.

O pró-reitor saudou a iniciativa de retomada do PICDT, após a implementação do polêmico Programa de Qualificação Institucional (PQI) - muito criticado pelo Andes-SN. Ele lamentou, porém, o curto prazo para levantamento dos interessados e requerimento das bolsas (até 31 de maio). A pró-reitoria já fez uma solicitação para a prorrogação desse prazo.

Acessos da UFRJ ao portal de periódicos

O pró-reitor divulgou alguns números relativos ao Portal de Periódicos da Capes, em 2004. Segundo ele, 20 instituições de ensino superior concentram 79% da utilização, o que equivale a cerca de 18 milhões de acessos. A UFRJ ostenta a quarta posição (apenas 4,7% do total), atrás de USP (24%), Unesp (13%) e Unicamp (8%). A UFMG vem em quinto (4,4%). As estatísticas completas podem ser conferidas na própria página do Portal (www.periodicos.capes.gov.br).

Representação do Fórum

A Congregação do Museu Nacional indicou o nome da professora Tânia Andrade Lima para substituir Mariângela Menezes na representação do Fórum de Ciência e Cultura, mas fica como suplente no colegiado. Bruna Franchetto passa a ser a titular.

UFRJ

Colégio de Aplicação poderá ter sede própria

No dia do aniversário do CAp, dirigentes e alunos cobram melhor estrutura

"O CAp é bom, é referência, mas o seu prédio está em plena decadência", gritavam os estudantes, durante a comemoração do qüinquagésimo sétimo aniversário do Colégio Aplicação da UFRJ, que contou com a participação de professores, funcionários, ex-professores, ex-alunos e ainda familiares de alunos da instituição. A manifestação aconteceu no *campus* da Praia Vermelha, no último dia 20. A manifestação/festa foi animada pela apresentação do Coral do CAp e de um grupo de alunos que utilizam objetos reciclados como instrumentos.

Devido aos recentes incidentes provocados pelas chuvas, que culminaram com a interrupção das atividades, no início do mês de maio, todos os segmentos do colégio se mobilizaram para superar os problemas estruturais da unidade. Na ocasião, mesmo após as aulas terem sido retomadas, três salas tiveram que ser isoladas, levando ao remanejamento de algumas turmas.

CAp na Praia Vermelha

As dificuldades transformaram a data comemorativa em cobranças públicas de uma sede própria, já que o prédio onde funciona o CAp, na Lagoa, pertence à Prefeitura do Rio. De acordo com a diretora Militza Bakich Putziger, a reitoria já sinalizou um projeto de transferência do Colégio Aplicação para o *campus* da Praia Vermelha. Para ela, no entanto, a mudança tem que ser feita o mais rápido possível, uma vez que são precárias as condições da sede atual.

As comemorações do aniversário do CAp, que normalmente acontecem na Lagoa, este ano ocorreram na Praia Vermelha justamente para cobrar maior agilidade no processo de transferência: "Queremos estar mais presentes na UFRJ", afirmou Militza Putziger. Os alunos chegaram a deixar alguns tijolos em frente à Faculdade de Educação para simbolizar o primeiro passo das obras necessárias para a construção da sede própria.

Antonio Vianna

MANIFESTAÇÃO NA PRAIA VERMELHA

Militza disse que este projeto da reitoria prevê o CAp funcionando dentro da Faculdade de Educação, cujo diretor, Marcelo Macedo Corrêa e Castro, participou da manifestação. Marcelo Castro ressaltou que seria uma honra para ele abrigar os alunos do Colégio Aplicação: "Minha filha foi educada no CAp e eu tenho muito orgulho disso", afirmou. O diretor da Escola de Comunicação, José Amaral Argolo, também compareceu ao aniversário do Colégio.

No final da manifestação e festividade, Militza convocou os presentes para cantarem "parabéns para o CAp". Em seguida, munidos de faixas, apitos e outros instrumentos, estudantes percorreram o *campus*, avisando que, em breve, também integrarão o espaço: "Praia Vermelha, qualquer dia estamos aí".

Temporal do dia 25 inunda biblioteca do CAp

O temporal do dia 25 de maio causou novo dano ao Colégio de Aplicação. Uma das lonas que emergencialmente cobriam o prédio foi arrancada pelo vendaval e, com a força da chuva, houve vazamento na biblioteca da escola. Os livros foram rapidamente cobertos por plástico e nada se perdeu, mas o local está interditado até segunda ordem. A Prefeitura Universitária já fixou a lona novamente, mas a direção do CAp aguarda o auxílio do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ e da Superintendência de Administração e Finanças para liberar a utilização da sala.

Vazamento no IPPMG compromete atividades da Creche Universitária

Um vazamento de esgoto, que começou no último dia 23 e atingiu as dependências do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), trouxe transtornos para as crianças e educadores da Creche Universitária, que fica em um dos blocos que compõem o IPPMG. Não houve necessidade de interromper as atividades no Instituto. O atendimento nos ambulatórios, a emergência e a internação funcionaram normalmente. "O IPPMG não fechou em nenhum momento. Nós só fechamos o atendimento em circunstâncias bem específicas como quando a emergência está superlotada e mesmo assim é uma interrupção momentânea", afirmou a assessoria do Instituto. De acordo com a assessoria, uma equipe trabalharia durante o feriado de *Corpus Christi* para tentar minimizar a situação.

Obras no IPPMG interditam a Creche

A Creche Universitária também foi atingida pelo vazamento de esgoto no IPPMG e interrompeu o fluxo de água e esgoto na unidade. As atividades na creche foram interrompidas durante os reparos na tubulação.

Algumas semanas antes do problema de vazamento de esgotos, a rotina das crianças da creche também foi alterada, só que por problemas internos. Nos dias 13/5 e 16/5, as educadoras fizeram um protesto contra o atraso no pagamento dos salários. "A maior dificuldade que as mães enfrentam é com relação à freqüência do atendimento. Sempre há algum problema que fecha a creche além dos dias já habituais em que a creche fica fechada para procedimentos internos como reuniões ou dedetização do prédio" afirmou Márcia Diniz, mãe e assistente social do Instituto de Doenças do Tórax do Hospital Clementino Fraga Filho.

UFRJ

Estudantes da EBA ocupam salão da reitoria

Luminárias desabando, estalactites e ratos no Pamplonão são comuns na Escola

Para protestar contra os problemas estruturais das instalações da Escola de Belas Artes (EBA), os estudantes decidiram transferir suas atividades para o salão da reitoria, em frente ao auditório onde são realizadas as reuniões dos colegiados superiores. O objetivo é chamar a atenção dos dirigentes e órgãos superiores da universidade para o alarmante quadro de dificuldades, e reivindicar melhores condições estruturais para o desempenho das atividades acadêmicas de formação.

No final da semana passada, os estudantes completaram quinze dias de ocupação do espaço com faixas e cartazes cobrando providências urgentes: "Estudantes da EBA exigem reformas imediatas do Pamplonão". Além dos cartazes, o salão está repleto de telas de pintura, pois os trabalhos dos alunos estão sendo confeccionados no local. Segundo os manifestantes, os professores também estão apoiando à iniciativa e a maior prova disso é que algumas disciplinas também estão sendo ministradas no salão.

Segundo a aluna Rafaela Magnani, o espaço utilizado como *atellier* funciona em um ginásio adaptado, conhecido como Pamplonão, que "estala e alaga quando chove", comprometendo os trabalhos dos discentes. "Ano passado uma luminária de ferro enferrujada desabou ao lado de um professor. Imaginem as conseqüências se a luminária caísse na cabeça dele?", questiona Rafaela.

Fotos/Douglas Pereira

ALUNOS TÊM AULA NO *HALL* DA REITORIA

UMA DAS PINTURAS EM FASE DE PRODUÇÃO, NO *HALL*

CARTAZ AVISA SOBRE INTERDIÇÃO NA EBA

Ratos circulam pelo Pamplonão

A precária condição do Pamplonão não põe em risco a vida de alunos e professores apenas pela iminência de desabamento. As permanentes goteiras geradas pelas chuvas, dissolvidas com o bicarbonato de cálcio das obras, criam estalactites e estalagmites (cristais) no teto e no piso do ginásio. Os manifestantes também se queixam da presença de ratos, visto que são reconhecidos vetores de transmissão de doenças infecto-contagiosas.

De acordo com Magnani, o objetivo do protesto é de pressionar a reitoria a cobrar o repasse da verba para a construção de um novo espaço, que já teria sido aprovada pelo Ministério da Educação, mas ainda não foi repassada. A estudante revelou à reportagem do **Jornal Adufrj** que a idéia inicial da manifestação era levar os modelos vivos para a frente da sala de reuniões. Entretanto, a idéia não foi possível pelo fato de os modelos, que são terceirizados, estarem em greve.

Diretor critica MEC por falta de verbas

Em matéria publicada pelo jornal O Globo (25/5/05), o diretor-adjunto de Graduação, Carlos Terra, diz que a situação da Escola de Belas Artes é talvez a pior de todas as unidades da UFRJ.

Segundo ele, as chuvas do fim do ano passado molharam obras raras na biblioteca. Livros e revistas de artes do início do século XX foram danificados e tiveram de ser restaurados na própria escola. "As verbas prometidas inúmeras vezes pelo MEC para a reforma do telhado nunca saem. Os móveis são muito velhos, estão destruídos. Anos de descaso e abandono resultaram nesse colapso. Mas temos trabalhado com os poucos recursos de que dispomos. Já desratizamos o ateliê e expulsamos os pombos".

Resenha

Custo dos cursos nas universidades gratuitas

Apesar de estudarem em universidades gratuitas, muitos estudantes enfrentam enorme gastos com material de estudo, transporte e alimentação. O custo de um curso como o de Medicina pode chegar a R$24 mil. Se for considerado um ano letivo de 200 dias, o aluno que gasta R$ 5 em alimentação, ao final do ano terá gasto mil reais. Passam de mil reais também os custos com a compra de equipamentos indispensáveis para estudantes de cursos como Odontologia (motores, fórceps etc), Desenho Industrial (computadores), Bela Artes (telas, tintas), Engenharia (calculadoras científicas), Direito (livros e códigos) (*O Globo, 24/5).*

Sem-terras do MTL não recebem cestas básicas há 5 meses

Sem–terras ligados ao MTL (MovimentoTerra, Trabalho e Liberdade) ocuparam na noite de 22/5 o armazém da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) em Uberlândia (MG). O MTL afirma que foram 600 integrantes entre mulheres, idosos e crianças que protestaram contra o atraso de mais de cinco meses na entrega das cestas básicas do governo federal. A superintendência da Conab afirmou que há 9.414 cestas básicas em estoque. Segundo o Incra, o MTL está com a prestação de contas irregular, o que impede o envio das cestas. O movimento alegou ter como comprovar o envio dos documentos e distribuiu uma pauta de reivindicações como o cumprimento de vistorias em fazendas da região e a liberação de créditos para assentamentos *(Folha de São Paulo, 24/5).*

Relatório da FAO mostra retrocesso na Guerra contra a fome

Após reunião em Roma que terminou em 26/5, o Comitê Mundial Para a Segurança Alimentar, que integra a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), órgão da ONU, criado em 1996 com metas delineadas para reduzir pela metade a fome no mundo até o ano 2015 divulgou dados que revelam que os esforços não têm sido atingidos. Mais de 35 % das emergências alimentares decorrem de conflitos armados e problemas econômicos. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre de janeiro de 2005 foi citado no relatório como a ocasião em que "foi colocada a possibilidade de uma influência positiva da sociedade civil sobre os governos a fim de que executem políticas de redução da fome e da pobreza, oportunidade de troca de experiências vitoriosas contra a fome e promoção de itercâmbio com organizações da sociedade civil" *(www.fao.org).*

Movimento

Seminário conjunto discute plano único de carreira

Nos dias 21 e 22 de maio, docentes de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) reuniram-se no Andes-SN para reunião do Grupo de Trabalho de Carreira. A reunião foi precedida por um Seminário, no dia 20/05, organizado conjuntamente pelo Andes-SN e pelo Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), sobre Diretrizes de Carreira para o magistério federal. A iniciativa de organização do Seminário e da reunião do GT faz parte de um amplo debate implementado pelo sindicato nacional, a partir das resoluções do 24º Congresso do Andes-SN, com vistas a construir uma proposta de Plano de Carreira para os docentes das Instituições Federais de Ensino hoje pertencentes às carreiras de 1º e 2º graus e de ensino superior.

A retomada do debate entre Andes-SN e Sinasefe decorre das medidas do governo Lula que, com o objetivo de desestabilizar o movimento dos servidores públicos federais na Campanha salarial de 2004, induziu as entidades à negociações em separado, tentando enfraquecer as diferentes categorias de servidores. No caso dos docentes, estabeleceu-se o fim da gratificação produtivista para a carreira de 1º e 2º graus com a criação da GEAD (com paridade para os aposentados) e manteve-se a GED para a carreira do ensino superior, ainda que sem pontuação, com valores diferenciados entre as duas carreiras e entre ativos e aposentados. Estas medidas aprofundaram as diferenças entre as duas carreiras e criaram um mal estar na base de docentes da carreira de 1º e 2º graus vinculada as Instituições de Ensino Superior, que receberam a GEAD por conta da negociação do MEC com o Sinasefe sem poderem se manifestar pela proposta, já que o Andes-SN não foi chamado para participar da negociação. Entretanto, ao contrário da intenção do governo, o balanço das negociações em separado provocadas pelo MEC, levou as entidades dos servidores à indicação da necessidade do fortalecimento da unidade na luta. Nesse sentido, os docentes das instituições de ensino superior reunidos no 24º Congresso do Andes-SN aprovaram uma resolução de que o sindicato nacional deve buscar retomar a discussão de carreira com o Sinasefe, com o objetivo de elaboração de um único projeto de carreira que possa contemplar todos os docentes da educação federal. O 24º Congresso apontou, ainda, para a necessidade de que a discussão de carreira *tenha por base os projetos das duas entidades* sindicais (Andes-SN e Sinasefe) e que neste processo de discussão seja buscada uma *convergência de definição em relação ao papel das IFE, à responsabilidade do Estado, à natureza do processo educativo em sua função social e, a partir daí, a definição conjunta das diretrizes e da própria carreira considerando os* princípios da isonomia e da paridade entre ativos e aposentados.

O seminário organizado pelas entidades se dividiu em dois momentos. Na parte da manhã, o Advogado Luís Fernando Silva (OAB/SC), assessor jurídico de diversas entidades de servidores, retomou a discussão mais geral sobre as Diretrizes de Carreira para o serviço público federal. Segundo o expositor, uma carreira "deve constituir-se em elemento de valorização do exercício da função pública e de melhoria da qualidade do serviço", assim como "assegurar perspectiva de crescimento funcional para os atuais servidores" e contribuir para "estabelecer uma relação justa entre menores e maiores salários". Diante da possibilidade de construção de uma carreira única para o magistério federal, Luis Fenando alertou que a transição entre as carreiras existentes atualmente para a carreira única deve ter caráter de 'transformação' e não de 'instituição de nova carreira' para que não haja perdas de direitos, como por exemplo os referentes à previdência, onde ressalta-se a PEC Paralela, em tramitação, que além dos 5 anos de exigência do servidor no mesmo cargo para se aposentar, exige 15 anos na carreira e 25 anos no serviço público. Outra questão apontada por Luis Fernando foi a de que uma carreira pode ser 'única', mas atender as especificações de cada órgão público, ou seja, não há necessidade de, numa única carreira, haver cargo único (pode haver por exemplo cargo de docente de 1º e 2º graus e cargo de docente de ensino superior). De certa forma, isto resolveria uma questão que têm sido apontada por alguns docentes – o tempo de trabalho para aposentadoria diferenciado nas duas carreiras. Atualmente os docentes da carreira de de 1º e 2º graus possuem aposentadoria especial, que prevê 30 anos para os homens e 25 para as mulheres (5 anos a menos do que na carreira de ensino superior).

No segundo momento do Seminário, as duas entidades apresentaram seus projetos de carreira e suas concepções de trabalho docente. Ressaltou-se no debate, após as exposições das entidades, a necessidade de que os docentes, em seus locais de trabalho, realizem ampla discussão sobre a natureza do trabalho docente como referência para a construção de uma carreira única que possa abarcar todas as IFE. Como encaminhamentos do Encontro os docentes indicaram ainda, 0 debate conjunto entre as bases das duas entidades organizado por meio das Secretarias regionais do Andes e do Sinasefe, e que as duas entidades produzam um documento conjunto contendo os planos de carreira das duas entidades, assim como textos e documentos de referência para a discussão.

GT Carreira do ANDES-SN

O grupo de trabalho de carreira do Andes-SN reuniu-se nos dois dias seguintes ao Seminário. A reunião tratou de diversos pontos relativos a carreira docente: as demandas das instituições de ensino superior federais, estaduais e particulares com base na proposta de Carreira Única do ANDES-SN, as diretrizes para avaliação docente, a construção de uma proposta de carreira para o magistério federal e os encaminhamentos referentes às deliberações do 24º Congresso do ANDES-SN. Segundo as resoluções do Congresso, o ANDES-SN deve defender junto ao MEC a *valorização do título de doutor na carreira atual de 1º e 2º graus com a criação de uma nova classe* – a Classe Especial, que funcionaria similarmente a Classe de professor Adjunto. O Congresso apontou ainda para a necessidade de reivindicação ao MEC de *negociação da classe do Professor Associado, nos termos do projeto de carreira única docente do Andes-SN, independentemente da tramitação do anteprojeto de reforma da educação superior. Na negociação com o governo deve ser rejeitada a proposta de limitação de acesso a essa classe em função de percentuais máximos de professores.* O processo de construção de uma carreira não é imediato e alguns problemas devem ser solucionados no futuro próximo.

O grupo de trabalho avaliou como positiva a realização do seminário conjunto, buscando os princípios comuns das propostas das duas entidades, e ratificou os encaminhamentos indicados, sobretudo a realização de seminários regionais buscando levantar as especificidades das várias instituições. O primeiro seminário deverá ser realizado em Curitiba nos dias 17, 18 e 19 de junho. Na UFRJ a discussão teve início num grupo de trabalho organizado por docentes do CAp com a coordenação da Adufrj-SSind. A perspectiva é de que o grupo se amplie e aprofunde o debate na UFRJ. Representando a Adufrj-SSind, participaram do Seminário os docentes Cristina Miranda e Fernando Villar, do CAp, e da reunião do GT, Fernando Villar.

Setor das Federais também apóia luta unificada

No dia anterior à Plenária dos SPF, os representantes das seções sindicais vinculadas às universidades federais se reuniram na sede do Andes-SN. O apoio à luta unificada também predominou nas deliberações do Setor. A única diferença em relação aos encaminhamentos da Plenária, devido ao grau de mobilização verificado, foi a não aprovação de greve dos professores universitários para a primeira quinzena de junho. Representaram a Adufrj-SSind na reunião do Setor os professores Walcyr de Oliveira Barros, Janete Luzia Leite e Cristina Miranda.

Pauta específica

Foi reafirmada, no Setor, a pauta emergencial específica dos docentes já protocolada no MEC que cobra, entre outros itens, o fim das gratificações produtivistas com sua incorporação pelos valores mais altos, respeitadas a paridade entre docentes ativos e aposentados e a isonomia entre os docentes das carreiras de magistério de 1º e 2º e magistério superior. A imediata realização de mais concursos públicos, a defesa da autonomia universitária e a luta contra todas as formas de precarização do trabalho docente são alguns dos outros pontos da pauta específica.

O objetivo é aumentar a mobilização sobre esta pauta específica e cobrar prazos para definição do governo. O assunto deverá ser debatido nos conselhos universitários e no Congresso Nacional. As exigências dos professores serão novamente protocoladas tanto no Ministério da Educação (MEC), como no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Movimento

Servidores federais cobram do governo política salarial

No último dia 17, dirigentes das entidades nacionais dos servidores públicos federais reuniram-se mais uma vez com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça.

Inicialmente, Maria da Graça Sousa, diretora da Fenajufe, registrou protesto pelo que ocorreu ao diretor da entidade Rogério Fagundes, que foi agredido e retirado do elevador à força. Destacou que todos ali presentes eram trabalhadores, representantes dos servidores públicos, e, por isso, não poderiam ser confundidos com alguém capaz de colocar uma bomba no prédio do Ministério do Planejamento. A diretora da CUT Lúcia Reis solicitou que fosse apurada a agressão. Sérgio Mendonça respondeu que esse foi um fato isolado e que haverá maior cuidado nas próximas reuniões.

Em seguida, os servidores cobraram uma posição do secretário Sérgio Mendonça sobre as reivindicações, em especial sobre a definição de uma política salarial para os SPFs. Os trabalhadores ressaltaram que essa pauta já havia sido entregue ao governo e que muitos pontos são os mesmos da Campanha Salarial do ano passado e mesmo assim o governo ainda não se posicionou.

Sérgio Mendonça argumentou que aquele não era um encontro da Mesa Nacional de Negociação e por isso não era o momento para apresentar uma posição formal do governo.

Sobre a posição do governo quanto à campanha salarial, Mendonça afirmou que 0,1% seria uma exigência formal e legal que o governo cumpriu. Disse ainda que a política de reajuste diferenciado por categoria é um mecanismo para repor perdas, que seria diferente ao do governo anterior, porque seria institucionalizada e ocorreria uma negociação.

Não está na agenda do governo, segundo o secretário, um reajuste pautado na reposição inflacionária, porque não haveria orçamento para isso. A expansão com gasto de pessoal este ano é de R$ 8,6 bilhões, incluindo o resultado das negociações do ano passado, de acordo com o secretário..

O representante do Sinasefe, Marcos Dorval, questionou a política de reajuste diferenciado visto que, no ano passado, mesmo sendo em relação à política de gratificações, o debate teve início com R$ 1,5 bilhão e agora, dos R$ 8,6 bilhões do orçamento, o governo apresenta como saldo não comprometido R$ 11,3 milhões. O secretário rebateu que não há espaço no orçamento para esses reajustes.

O diretor da Fasubra Paulo Henrique lembrou que é necessário definir parâmetros de política salarial agora, para que, em 2006, os servidores federais não estejam na mesma situação de hoje, visto que o orçamento do próximo ano já está em discussão no Congresso Nacional.

Sérgio Mendonça informou que a equipe do governo vai verificar a possibilidade de folga orçamentária, que poderia atender alguns pontos da pauta, como os benefícios.

Sinalizou que a recomposição diferenciada não pode ser feita concomitante com a recomposição de perda geral. Questionado se isso vale apenas para este ano ou para os outros também, respondeu que, na visão do governo, parece mais justa a política de reajuste diferenciado.

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, propôs que o governo subscreva documento da proposta de política salarial com reajuste diferenciado e o prazo para apresentação de propostas que materializem essa política por categoria e a política dos benefícios proposta pelo governo. Marina solicitou ainda a definição de data para próxima mesa nacional, tendo como pauta a apresentação de proposta para o governo.

Marina Barbosa informou, também, sobre o calendário que prevê greve para a primeira quinzena de junho. Os representantes da bancada sindical informaram que vão protocolar pedido de audiência com os ministros que instalaram oficialmente a MNNP para pressionar em busca de avanços nas negociações.

Sérgio Mendonça afirmou que não era possível assinar documento com o que havia sido apresentado na reunião. Disse que já conversou com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, sobre as reivindicações dos servidores federais e que tentará uma reunião com ele nos próximos dias. De acordo com Sérgio Mendonça, essa discussão levará pelo menos um prazo de três a quatro semanas e, por isso, só terá condições de dar um retorno às entidades sindicais na segunda semana de junho. Para ele, até essa data será possível elaborar uma posição oficial sobre a pauta de reivindicações.

Fonte: *Andes-SN*

Em defesa da universidade pública

Comunidade acadêmica reage contra sucateamento da Faculdade de Formação de Professores da Uerj

A crise da Faculdade de Formação de Professores da Uerj chegou a um ponto insuportável. De 2003 a 2004, o orçamento de custeio da unidade caiu de R$ 150 mil para R$ 60 mil. Neste ano, apenas R$ 20 mil chegaram às mãos da diretoria local. Verba para investimentos novos, nem pensar. Diante desse quadro, alunos, técnico-administrativos e docentes decidiram se mobilizar por melhores condições de trabalho e estudo.

No dia 11 de maio, mais de 500 pessoas realizaram um protesto contra o sucateamento da universidade pública em frente à própria faculdade, que funciona em São Gonçalo. A comunidade acadêmica chegou a fechar o trânsito em alguns momentos e não desistiu da manifestação, mesmo depois de violenta ação policial para furar o bloqueio.

Em uma assembléia comunitária no dia seguinte, mais de 400 pessoas decidiram por um novo protesto, desta vez no prédio da reitoria da Uerj, no *campus* do Maracanã, no último dia 24. Com o apoio da Associação de Docentes da Uerj (Asduerj) e do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj), quatro ônibus foram alugados para levar os manifestantes de São Gonçalo até o local, onde também ocuparam a rua por alguns minutos para chamar a atenção da sociedade para o problema.

Manifestação diante do governo estadual

Durante o ato, após demorada negociação, segundo contou Eduardo Torres, aluno da Licenciatura em Ciências Biológicas da faculdade, uma comissão da comunidade acadêmica arrancou da reitoria o compromisso de realização de uma audiência pública na própria Faculdade de Formação de Professores, na primeira quinzena de junho, para discutir os problemas. Ainda no início do próximo mês, Eduardo contou que deverá ser organizado, no caso em conjunto com outras faculdades da Uerj, um protesto na frente do Palácio Guanabara. “A reitoria tem deixado muito claro que aceita tudo o que vem do governo”, afirmou Eduardo.

Outras reivindicações da comunidade

O estudante acrescenta que, na campanha eleitoral para a reitoria da Uerj, os atuais mandatários prometeram um bandejão para a faculdade e uma linha de ônibus gratuito entre as unidades da universidade, entre outras reivindicações da comunidade acadêmica. Nada foi cumprido e o orçamento só fez cair: há poucas bolsas de estudo, o quadro de pessoal abriga vários terceirizados e faltam materiais básicos, como papel e tinta para impressora. “Desde abril, com a diminuição do número de vigilantes, a faculdade não abre mais aos finais de semana, como fazia antes”, comentou Eduardo. Segundo ele, essa nova situação não permite que os estudantes que realizam trabalhos de campo aos sábados e domingos possam passar pela unidade para deixar ou buscar algum equipamento.

MST

Lula promete assentamentos após Marcha de 12.000 trabalhadores

Marcha pela Reforma Agrária arranca compromisso

Na noite da chegada da Marcha Nacional pela Reforma Agrária a Brasília, no último dia 17, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu 50 lideranças do MST e convidados do movimento. Na ocasião, Lula voltou a prometer os recursos necessários para cumprir o compromisso do próprio governo de assentar 400 mil famílias até 2006. "Se não cumprirmos as metas da Reforma Agrária, teremos um problema de consciência com nós mesmos", afirmou.

No dia seguinte, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, acertou a contratação de 137 servidores para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a abertura de concurso para 1,3 mil vagas, além de mais oito pontos relacionados com medidas concretas para acelerar a Reforma Agrária. Entre eles, a mudança dos índices de produtividade, que definem se uma propriedade é produtiva, um novo crédito especial para as famílias assentadas, a garantia de reestruturação do Incra, cestas básicas e a prioridade para assentar as 120 mil famílias acampadas até o final deste ano.

Sobre os demais pontos que o MST discutiu com a população ao longo da Marcha, como a redução da taxa de juros, a proibição dos transgênicos (até a eventual liberação com base em pesquisas) e a democratização dos meios de comunicação de massa, o governo manteve silêncio.

Manifestação sofre repressão policial

Em 17 de maio, após caminharem mais de 230 quilômetros, os 12 mil trabalhadores e trabalhadoras que participaram da Marcha Nacional pela Reforma Agrária encerraram sua mobilização em Brasília (DF). O informativo eletrônico do movimento, disponível em www.mst.org.br dá uma versão detalhada do conflito, provocado, na verdade, pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Pela manhã, 200 marchantes foram ao Congresso Nacional para participar de uma cerimônia em homenagem a Dom Luciano Mendes de Almeida. Depois, compareceram a audiências com os presidentes da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e do Senado, Renan Calheiros, que cumprimentou a Marcha "por sua organização e serenidade, demonstrando de uma vez por todas que é possível reivindicar com civilidade". Nos dois encontros, o movimento apresentou apoio à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para a auditoria das dívidas interna e externa e ao anteprojeto elaborado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que garante ao povo o direito de convocar plebiscitos, além de defender o referendo que proíbe a venda de armas.

Marcello Casal Jr/ABr

MANIFESTAÇÃO EM BRASÍLIA

À tarde, acampados nas redondezas do estádio Mané Garrincha, os marchantes saíram em direção à Esplanada dos Ministérios. O primeiro local visitado foi a Embaixada dos Estados Unidos. Ali despejaram simbolicamente o lixo da sociedade com produtos do McDonald's, da Coca-Cola e armas de brinquedo. Deixaram cravadas duas faixas: "Bush: o chefe mundial dos terroristas" e "Estamos devolvendo vosso lixo".

Em seguida, os sem terra se dirigiram ao Ministério da Fazenda para realizar um protesto contra a política econômica. Ao mesmo tempo no Banco Central, a taxa de juros paga pelo governo aos bancos era aumentada de 19,5% para 19,75% ao ano, o que significa um custo de mais de 900 milhões de reais ao povo brasileiro.

Neste ato, Plínio Arruda Sampaio, presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) deu uma aula aos marchantes sobre a natureza da atual política econômica. "Nós não precisamos de interferência estrangeira no Brasil para ajudar a economia. Precisamos fazer o modelo da barriga cheia, da mudança digna, da escola eficiente, do hospital que recebe as pessoas. E nós temos condições de mudar com o que já existe no Brasil", afirmou Sampaio.

Quando todos já se dirigiam ao Congresso para o início do ato político de encerramento, onde os partidos e as entidades falariam, veio a provocação organizada e planejada pela polícia do governo do Distrito Federal. Primeiro, um veículo da polícia civil, sem motivo aparente, tentou entrar no meio da multidão, o que levou alguns a cercar a viatura. Imediatamente, a cavalaria da polícia militar se jogou contra os manifestantes, enquanto o helicóptero dava vôos rasantes, arrancando chapéus e bandeiras. Segundo reportagem no Jornal do Brasil, a PM infiltrou no meio da multidão 18 soldados, como se fossem manifestantes. O resultado: 50 feridos e as manchetes nos jornais no dia seguinte. "Era tudo o que a direita e o agronegócio queriam".

O estranho é isso acontecer agora, em pleno regime democrático. Isso prova que as forças reacionárias atuam deliberadamente no Estado brasileiro, à revelia de qualquer poder.

Ao contrário dos policiais rodoviários federais, que durante os 15 dias de caminhada mantiveram boa relação com os marchantes, garantido sua segurança, a polícia militar do DF parecia orientada a dificultar a manifestação legítima. Desde a saída em Goiânia até a chegada em Brasília nenhuma ocorrência foi registrada. Nesses 21 anos, o MST nunca adotou princípios violentos para resolver o problema da Reforma Agrária no Brasil.

Apesar da tentativa de descaracterizar a Marcha, o ato de encerramento foi realizado como planejado, com a participação de muitos apoiadores do MST, artistas, cantores e parlamentares que lembraram a urgência da Reforma Agrária.

O MST faz um balanço positivo dos resultados da Marcha. Conseguimos colocar a Reforma Agrária de novo na pauta política da sociedade e do governo. Conseguimos, ao longo da Marcha, pautar o tema da necessidade de mudar a política econômica do governo. E demos um exemplo de organização e espírito de sacrifício para mudar o país, esperando ver um reascenso do movimento de massas. Agora é seguir se organizando nas bases, sabendo que somente a luta social conseguirá as mudanças necessárias.

Nos diversos atos públicos e na imprensa, o MST lembrou a todo tempo que a Marcha dos Sem Terra só foi possível graças à solidariedade. Contamos com o apoio das prefeituras de Anápolis e Goiânia, e do governo do estado de Goiás (PSDB), que cedeu banheiros químicos, ambulâncias e água potável, e também de milhares de pessoas anônimas, entidades, religiosos, ONGs, partidos políticos e parlamentares, em um grande mutirão nacional que viabilizou a Marcha. A todos e todas, agradecemos orgulhosos.

Opinião

"A charanga [1] do ajuste fiscal e da focalização do gasto social"

Laura Tavares Soares*

Análise da conjuntura social de maio de 2005

Entra ano sai ano, muda governo, e o tema do ajuste fiscal permanece, bem como o da "indispensável" focalização do gasto social. Os economistas da Fazenda, incansáveis na defesa de suas teses, acabam de lançar mais um documento a respeito, sob um título aparentemente técnico e neutro: "Orçamento Social do Governo Federal. 2001-2004"[2]. Com mais essa investida, já é a terceira vez nesta página[3] (entrando no seu terceiro ano) que analisamos os argumentos desses ilustres *intelectuais orgânicos* do ajuste fiscal que continuam no poder[4]. Outros *especialistas* de fora do governo – como Marcelo Neri da FGV (Fundação Getúlio Vargas), ou que já fizeram parte do governo FHC – como Wanda Engel (atualmente no BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento) apóiam o documento, reforçando a tese de que o governo tem que ampliar os programas de transferência de renda focalizados nos mais pobres[5].

Interessante como a separação ou a mistura de recursos contributivos e fiscais ("não-contributivos") é feita conforme a conveniência. Quando interessa, se separam os recursos fiscais dos contributivos, conferindo uma capacidade distributiva apenas para os primeiros, alegando que somente os recursos fiscais poderiam ser "universalizáveis". Neste sentido, o discurso é de que Saúde e Assistência Social deveriam apenas ser financiadas com recursos fiscais e a Previdência apenas com os contributivos. É a tese do "esquartejamento" da Seguridade Social, uma das heranças da década passada que continua sendo defendida.

Por outro lado, quando se trata de desvincular recursos para o financiamento do superávit fiscal, se unificam e se "misturam" todos os recursos – contributivos e fiscais. Aqui as contribuições dos trabalhadores e das empresas passam a *contribuir* não apenas para a Previdência, mas para o ajuste fiscal. Também uma herança que continua sendo rigorosamente aplicada através da DRU (Desvinculação da Receita da União), que desvincula linearmente 20% de todos os recursos da União.

No caso da análise feita no documento da Fazenda, todos os recursos são misturados e analisados como um único "gasto social", incluindo aqueles gastos financiados com recursos contributivos – no caso a Previdência, para chegar à conclusão de sempre de que "o gasto social" (?) precisa ser melhor "focalizado" nos "mais pobres".

No caso do gasto da Previdência, o eterno "vilão" do gasto social, o peso maior recai (obviamente, senão não seria Previdência), nas aposentadorias em geral, sem esclarecer que as mesmas foram financiadas por contribuições equivalentes. Ah, mas e as aposentadorias "não contributivas"? Aqui, além das aposentadorias garantidas pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) – estas sim de caráter eminentemente assistencial[6], são incluídas de modo equivocado como "não contributivas" as aposentadorias rurais, relacionadas ao trabalho rural e que possui um sistema contributivo especial, diferente do urbano. Vale a pena recordar que ambas as aposentadorias – a da LOAS e a rural – foram conquistas sociais inspiradas na idéia da Seguridade Social financiada por toda a sociedade[7] tanto por recursos fiscais como contributivos, sendo que estes últimos deveriam ser diversificados, desonerando a folha de salários e onerando o faturamento e o lucro líquido das empresas.

As receitas provenientes das contribuições sociais (em seu conjunto) vêm apresentando um crescimento superior ao do PIB[8]. Essas receitas são suficientes para cobrir todas as despesas da Previdência Social, da Saúde e da Assistência Social, gerando inclusive um *superávit*. [9] No entanto, quando é para calcular o "déficit" da Previdência, são levadas em conta apenas as contribuições sobre folha de salários, obviamente em queda aqui e no mundo inteiro, dado o aumento do desemprego e do trabalho informal.

As receitas provenientes das contribuições sociais (em seu conjunto) vêm apresentando um crescimento superior ao do PIB[8]. Essas receitas são suficientes para cobrir todas as despesas da Previdência Social, da Saúde e da Assistência Social, gerando inclusive um *superávit*.

Do ponto de vista da progressividade do gasto com a Previdência Social, já reportamos inúmeras evidências em análises de anos anteriores[10]. Já que o assunto está de novo na pauta, recordemos algumas delas. A primeira é de que mais da metade dos nossos municípios (63% segundo a Anfip) vive dos recursos pagos pela Previdência. A nossa Previdência Social é responsável pelo sustento de milhões de famílias brasileiras – sobretudo nas pequenas cidades e nas áreas rurais. Ou seja, mesmo não sendo considerado um programa de "combate à pobreza", os recursos da previdência social têm cumprido um papel importante na composição da renda familiar. Como a grande maioria dos benefícios previdenciários encontra-se na faixa de um salário mínimo, certamente não são as famílias ricas as beneficiadas. Há exatamente um ano atrás[11] publicamos aqui os dados da POF 2002-2003, onde se demonstrava que no grupo das Transferências o peso preponderante (75%) cabia à aposentadoria previdenciária; sendo que a Previdência Pública, no *ranking* total, estava apenas um (1) ponto percentual abaixo do rendimento do Trabalho por conta própria. Mostrando o seu caráter redistributivo, o peso das Transferências é maior nas áreas rurais (com 16,3%) que nas urbanas; e bem maior no Nordeste (18,4%) do que nas demais regiões e do que a média brasileira. Existem também referências internacionais a respeito: estudo da OIT (Organização Internacional do Trabalho)[12] mostra a importância dos benefícios previdenciários em nosso país: entre 62% e 67% das pessoas acima de 60 anos e cerca de 84 % das acima de 70 recebem alguma prestação previdenciária. Os domicílios com aposentados ou pensionistas apresentam uma renda 14,5 % superior aos sem benefícios previdenciários. A pobreza dos idosos no Brasil estimada em um patamar de 23% ascenderia a 72 % sem a Previdência Social. Outro trabalho da OIT[13] aponta ainda para a incidência dos Benefícios Previdenciários na Distribuição de Renda através do Coeficiente de Gini: este coeficiente cai de 0.544 para 0.538 no Brasil, enquanto que na média latino-americana essa redução é de 0.449 para 0.423. Este dado contesta a afirmação do documento da Fazenda de que o Gini não é afetado pela Previdência. Finalmente, uma referência não incluída nas análises citadas, proveniente de um artigo do ex-Ministro da Previdência de fevereiro deste ano[14]: em 1999, 34% dos brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza; sem a Previdência esse percentual chegaria a 45,3% ou mais de 81 milhões de pessoas.

Ainda em relação ao texto da Fazenda,

Opinião

alguns comentários rebatendo as afirmações de que a Previdência não atinge os mais pobres *porque os "informais" não são beneficiados pelo sistema* e *porque as crianças, onde a incidência da pobreza é maior, tampouco são beneficiadas*. Em primeiro lugar, segundo o critério utilizado para a classificação dos "pobres"[15], estes seriam aqueles cuja renda estaria abaixo de uma determinada linha de pobreza (ou de indigência, conforme o valor utilizado). Portanto, quando se fala de "informais" há que ter cuidado com a heterogeneidade desse universo, onde uma parcela importante recebe uma renda superior a muitos assalariados formais. Em segundo lugar, essa situação não se corrigiria com a redução dos gastos da Previdência e sim pela inclusão dos informais por outros mecanismos, como redução da alíquota de contribuição (aliás expressa na PEC paralela da atual Reforma da Previdência para os *autônomos*). Quanto aos "informais" idosos ou portadores de deficiências que estão abaixo da linha da pobreza, a LOAS já lhes garante uma aposentadoria universal, cuja cobertura, inclusive, vem sendo substancialmente ampliada e, não por acaso, também vem sendo objeto de ataque (dos mesmos que defendem a "focalização nos pobres") por ser responsável pelo aumento do "déficit da Previdência".

São os assalariados formais (uma categoria hoje considerada "privilegiada") que pagam imposto de renda neste país (diretamente descontado na folha); enquanto que os verdadeiramente "ricos" – em renda e patrimônio – descontam muito pouco imposto direto.

Quanto à afirmação de que a Previdência não afeta as crianças, é de um "*acacianismo*" pasmoso. A pobreza das crianças brasileiras precisa ser atacada por outras políticas e programas que proporcionem, além de renda, proteção social às famílias e às mulheres com filhos. Já que o documento cita tanto os países europeus (!), lá as mulheres e as crianças têm acesso universal à proteção social, a programas e equipamentos públicos, como educação, saúde, creche, lazer, moradia, além de programas de renda familiar quando estão em situação de desamparo. Oxalá, pelo menos neste sentido, o exemplo europeu fosse seguido, o qual representa exatamente o oposto do que os autores do documento querem defender.

Se quisermos efetivamente debater a questão do financiamento público para a área social que saia da *camisa-de-força* do ajuste e da focalização do gasto, vale a pena introduzir e (mais uma vez) relembrar[16] algumas outras questões pendentes. A primeira delas é da história recente da "inversão" do financiamento público brasileiro: os recursos fiscais neste país sempre foram usados para subsidiar e financiar o econômico, enquanto que os recursos contributivos (antes provenientes exclusivamente dos salários dos trabalhadores) financiavam o social.

A segunda é a de que o nosso Sistema Tributário foi e continua sendo regressivo. Os nossos impostos (ao contrário dos países que financiam seus Estados de Bem-Estar com recursos fiscais) são predominantemente indiretos, o que implica que os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos em relação à sua renda do que os mais ricos[17]. Ao incidir sobre os preços dos produtos, bens e serviços, na medida em que as empresas repassam para esses preços os custos das contribuições sociais, toda a população – contribuintes ou não da Previdência - estaria, indiretamente, financiando esse sistema.

Os impostos diretos incidem de modo predominante sobre a renda proveniente do trabalho. São os assalariados formais (uma categoria hoje considerada "privilegiada") que pagam imposto de renda neste país (diretamente descontado na folha); enquanto que os verdadeiramente "ricos" – em renda e patrimônio – descontam muito pouco imposto direto, até porque se constituem em pessoas jurídicas, beneficiadas por uma enorme quantidade de descontos e por uma incidência menor do Imposto de Renda em comparação à pessoa física. Isso sem falar no problema da Sonegação Fiscal.

Nada disso é novidade, nem para o governo federal, que no texto que encaminhava a Proposta de EC para o Sistema Tributário [18] dizia: *"A minoração da regressividade do sistema impositivo deverá resultar da ampliação e do aprimoramento da tributação direta, especialmente, pela progressividade que lhe está sendo conferida. No caso dos tributos indiretos, esse processo se dará pelos mecanismos de seletividade, observando-se a redução do ônus para as populações de baixa renda, mediante redução da carga tributária sobre os bens de consumo popular, em especial, sobre os gêneros alimentícios de primeira necessidade."* O problema é a efetivação da Reforma e o caráter que ela acaba assumindo. Tal como o mesmo texto afirma, *"o tema "Reforma Tributária" tem sido recorrente nos debates nacionais, do ponto de vista do plano político, econômico ou social brasileiro, sem, entretanto, lograr-se êxito na efetivação das mudanças almejadas para a simplificação e a racionalização do Sistema Tributário Nacional."* [19] O texto também evidencia a visão que ainda orienta de modo predominante a reforma: *"Todavia, está claro que o Brasil necessita dessa reforma estrutural para elevação de sua eficiência econômica, estimulando a produção, o investimento produtivo e a geração de emprego e de renda."* [20]. Ou seja, a eterna dualidade: mesmo reconhecendo a regressividade do sistema, o seu objetivo maior continua sendo não prejudicar o bom funcionamento (para quem?) da economia, na velha suposição de que são os impostos os que impedem a "eficiência econômica" e a "geração de emprego e renda".

O esforço por compatibilizar o ajuste fiscal com distribuição de renda e geração de empregos também aparece no documento *"Bases de um Projeto para o Brasil"* [21] que reafirma o apoio à política econômica praticada pelo governo. Segundo o texto, *"as metas de ajuste fiscal nas contas públicas, superávit primário e controle da inflação perseguidas pelo governo Lula não são incompatíveis com o programa do PT e com os objetivos históricos do partido de aumentar a oferta de emprego e promover distribuição de renda."* [22] Infelizmente, a afirmação de que *"os resultados dessa política econômica de seriedade fiscal e cambial em breve vão se refletir no emprego e na renda das pessoas"* [23] não tem tido comprovação empírica "sustentável" na história dos nossos países[24] submetidos a esse ajuste fiscal já há bastante tempo. Continuaremos a acreditar em "miragens" que nunca se concretizam? Esperar até quando? Segundo Palocci, *"será necessária pelo menos mais uma década de "aperto fiscal" para transformar o Brasil em um país "atraente" para o "mercado". "O governo, o Congresso e a sociedade precisam criar instituições que permitam controle maior dos gastos públicos", afirmou Palocci. "Isso não pode ser uma tarefa de apenas um governo ou de apenas quatro anos. Vamos precisar de pelo menos uma década para fazer os ajustes necessários", afirmou."* [25] O Ministro da Fazenda, pelo menos, é mais explícito ao justificar o ajuste para tornar o Brasil mais "atraente para o mercado".

Por último, essa Política Social *"não pode ser entendida apenas na perspectiva de geração de renda. Ela é também aquela capaz de garantir direitos sociais, constitutivos dos direitos humanos e de cidadania."*

Nossos problemas não apenas não serão resolvidos pelo ajuste fiscal como foram e continuarão sendo agravados por ele. O problema do financiamento público é bastante mais complexo, e vem sendo vítima de uma superposição perversa de causas (aliás tal como boa parte dos problemas brasileiros). Continuamos com uma estrutura regressiva do sistema tributário que, combinada com políticas recessivas, "flexibilização" do mercado de trabalho, desemprego, desestruturação do sistema produtivo, etc., geram problemas pelo lado da receita. Pelo lado do gasto, a *financeirização* do problema se manifesta de forma ainda mais aguda: a regressividade não está no gasto com a Previdência Social, e sim no gasto financeiro - *sem desvinculações* - no pagamento dos juros da nossa crescente e interminável dívida. Acho que não é necessário explicar a quem este gasto favorece e o seu evidente caráter regressivo.

O problema, portanto, tampouco está na ausência de "focalização" do gasto social. Que tal *focalizarmos* a DRU deixando de fora o gasto social?[26] Que tal uma Reforma Tributária que além da "eficiência econômica" confira progressividade aos tributos para financiar o Estado no sentido de permitir a implementação de políticas públicas e sociais no seu sentido mais amplo, universal e igualitário? Estas sim, políticas geradoras de emprego e renda, com capacidade redistributiva, permitindo o acesso a bens e serviços essenciais, promovendo outra qualidade de vida a toda a população, e superando a dualidade entre continuar a financiar programas focalizados nos mais pobres com os recursos que sobram do ajuste fiscal, de um lado, e de outro deixar que o "resto" da população (de modo indiferenciado, aquela que se situa acima da linha de indigência) se incorpore pela economia de mercado. Em outras palavras, Políticas Públicas que constituam *"uma verdadeira POLÍTICA SOCIAL que deixe de ser residual e que represente, ela* mesma, *uma alternativa real de desenvolvimento que incorpore nos circuitos de cidadania aqueles que nem tão cedo terão condições de incorporar-se pelo "mercado"."* [27]

Por último, essa Política Social *"não pode ser entendida apenas na perspectiva de geração de renda. Ela é também aquela capaz de garantir direitos sociais, constitutivos dos direitos humanos e de cidadania."*[28] Num esforço de ampliar nossos horizontes, nosso Ministro Gilberto Gil[29] afirma ser preciso reconceituar as políticas públicas e o desenvolvimento, o qual *"é, necessariamente, econômico, social e cultural, "tudo-ao-mesmo-tempo-agora", conforme a definição poética e afinada de*

Opinião

Arnaldo Antunes". *"Não basta crescer, não basta distribuir renda; é preciso democratizar o acesso à felicidade"*. Ou ainda, na versão da música dos Titãs, "*o povo não quer só comida*", mote da campanha "O Brasil tem fome de direitos" promovida pela FASE[30] na defesa do Art. 6º. da Constituição: *"São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."*

* Consultora do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj. Este texto foi publicado na página www.outrobrasil.net em maio de 2005

[1] Segundo uma das versões de Antonio Houaiss, "conjunto musical desafinado e barulhento".

[2] Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. "Orçamento Social do Governo Federal. 2001-2004", abril de 2005. Fonte: página do Ministério da Fazenda.

[3] Ver análises anteriores: "*O debate sobre o Gasto Social do Governo Federal ou os economistas da Fazenda atacam outra vez*", de 2003; e "*A Agenda Social passa a ser uma questão da Fazenda*", de 2004.

[4] A exceção de Marcos de Barros Lisboa, um dos signatários do documento ainda como Secretário de Política Econômica, que teria saído do governo, segundo os jornais, por ser "contra os juros": o que não impede ser a favor do "arrocho fiscal". Esta é a posição da maioria dos empresários brasileiros, de vários economistas ilustres e de políticos. *"Minha receita para o governo: superávit primário teria de ir a mais de 5% ao ano, coincidindo com uma redução sistemática dos juros"* (entrevista do senador Jefferson Peres, publicada dia 15 de maio, no Jornal do Brasil; o sublinhado é da autora).

[5] Ver matéria *"Apoio à transferência de renda cresceu pouco"* publicada no jornal O Globo de 15 de maio.

[6] Entendida como Política de Assistência Social garantidora de direitos, e não no sentido pejorativo que sempre se quer emprestar ao termo "assistencial".

[7] Idéia consubstanciada no capítulo da SEGURIDADE SOCIAL da Constituição de 1988.

[8] Ver estudos a esse respeito da Profa. Sulamis Dain, como por exemplo o publicado no livro "A Reforma da Previdência no Brasil", São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

[9] Ver último estudo da ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social) – "*Análise da Seguridade Social em 2004",* também publicado em abril de 2005, cujos dados foram apresentados na nossa análise do mês de abril*"O novo pacote da Previdência e a velha questão do déficit: quem paga o preço"*.

[10] Ver análises de 2003 e 2004 citadas na nota 3.

[11] Na análise de maio de 2004, *"O novo perfil dos Orçamentos Familiares no Brasil"*

[12] Bertranou, Fábio. "Cobertura previdenciária na Argentina, Brasil e Chile". OIT, 2001.

[13] Ver Seminário OIT-OPS, México, nov./dez. 1999, in: www.redsegsoc.org.uy

[14] Ver artigo "O peso da Previdência", de Amir Lando, publicado no jornal O Globo de 17 de fevereiro de 2005.

[15] Critério que temos criticado sistematicamente por não expressar a totalidade das condições de pobreza, vulnerabilidade e exclusão de parcelas da população que estão "acima" dessa linha.

[16] Acho que esta coluna além de se chamar *Análise da Conjuntura Social* vai incluir o mote *Relembrar é viver*.

[17] Fenômeno suficientemente demonstrado por inúmeros estudiosos e tributaristas no Brasil.

[18] Ver texto "E.M.I. no 84/MF/C.Civil" de abril de 2003.

[19] Idem.

[20] Idem.

[21] Elaborado durante encontro do "Campo Majoritário" do PT nos dias 9 e 10 de abril deste ano.

[22] Agência Carta Maior. "Por dentro do PT", de Maurício Thuswohl , de 11/04/2005. O negrito é da autora.

[23] Idem. O negrito é da autora.

[24] Em nossa tese de doutorado, defendida em 1995, ainda no início do governo FHC, já alertávamos sobre o impacto do ajuste nos países latino-americanos. A tese central de que *"as possibilidades de uma mudança no perfil das Políticas Sociais, no sentido da sua maior universalização e progressividade, são incompatíveis com as atuais políticas de ajuste neoliberal"* * parece que continua vigente. (*In: Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina, Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, Coleção "A Outra Margem", 2001: p. 13.)

[25] Ver matéria *"Palocci defende "aperto fiscal" por mais dez anos"* publicada em 11 de maio no *Portal Vermelho.* Fonte: várias agências.

[26] Eis aí um bom mote para uma campanha: "Pela focalização da DRU".

[27] *In: "Questões pendentes na configuração de uma Política Social: uma síntese"* . Análise da Conjuntura Social de dezembro 2004: p.1.

[28] Idem.

[29] Em seu pronunciamento na abertura do *Seminário Internacional de Políticas Públicas da Cultura*, promovido pelo Laboratório de Políticas Públicas – LPP da UERJ, em 09 de maio deste ano, no Rio de Janeiro.

[30] Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Internacional

Manifestação na Itália contra a reforma do ensino

Mais de 50.000 pessoas protestaram, no último dia 14, exigindo o abandono da reforma do ensino na Itália, proposta pela Ministra da Instrução, Universidade e Pesquisa, Letizia Moratti. Os manifestantes seguiram uma grande passeata pelas ruas de Roma em defesa do ensino público naquele país. "Paremos a reforma, Moratti", "O conhecimento é um bem de todos" eram algumas das inscrições das faixas carregadas por estudantes, professores e pais, acompanhados pelos integrantes da Cobas (Confederação das Associações de Base) da qual fazem parte, entre outras categorias, os funcionários de universidades, pesquisadores e professores, e integrantes da CGIL (Conferação Italiana do Trabalho).

O anteprojeto da reforma educacional na Itália já está em sua nona edição e o chamado sistema dos 'três is' (em português: inglês, internet e empresa) tem tipo pouca adesão entre os educadores, demonstrado

ser apenas uma estratégia de marketing adotada pelo governo italiano. Os fundos para a reforma, divulgados em 9 bilhões de euros, anteriormente, foram reduzidos na última versão da reforma italiana a alguns milhões. "O aumento da idade escolar para 18 anos, a luta contra a evasão, que é muito grande no nosso país, e o fato de o desastre econômico, anunciado depois de anos de propaganda, serem motivos para o enxugamento dos futuros recursos da escola pública servem, na verdade, para continuar a assegurar recursos à escola privada", afirma um representante da CGIL.

Qualquer semelhança com a proposta do governo brasileiro para a reforma da Educação Superior em nosso país não parece ser mera coincidência. As reformas educacionais na Europa e na América Latina, particularmente, seguem o receituário dos organismos financeiros internacionais e a política dos governos neoliberais para os países em desenvolvimento. Lá como cá, a receita difere pouco em seus ingredientes. "Moratti nos propõe uma escola para ser comprada e uma escola para poucos. É uma tentativa de corromper algumas conquistas do movimentos democráticos. Este movimento vem dizer que não se pode decidir sobre a escola prescindindo da sociedade", afirma o secretário da organização sindical italiana em uma manifestação clara da disposição dos europeus de barrar as reformas de cunho liberal para a educação em seus países.
Fonte: La Repubblica

Agenda Sindical

2/6 – Reunião da Adufrj-SSind, para leitura e discussão da 2ª versão do projeto de reforma universitária do governo Lula
Auditório da Escola de Serviço Social, às 17h30
Praia Vermelha

2 e 5/6 - Reunião do GT Seguridade Social do Andes-SN.
Brasília (DF) - Sede do Andes-SN.

3 e 4/6 Seminário sobre Seguridade Social da CNSF
Brasília – DF.

Junho - Indicativo de greve dos SPF.

14/7 - Reunião do Setor das Estaduais.
Fortaleza (CE)

15 a 17/6 - 50º Conad do Andes-SN
Fortaleza (CE) - com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Movimento

Plenária reforça luta unificada

Servidores promovem Dia Nacional de Luta em 2 de junho

Realizada em Brasília, no último dia 22 de maio, a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais decidiu reforçar o caráter unificado das reivindicações. Foi reafirmado o índice de 18% de reajuste como parte do processo de recuperação das perdas salariais desde janeiro de 1995. Ficou definido também que a política salarial para os SPF tenha como princípios a data base, a reposição pela inflação e ganho real a cada ano.

Em respeito aos variados níveis de mobilização nas diversas categorias do funcionalismo, aprovou-se o apoio ao início das greves da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) e da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) a partir de 2 de junho. À medida que outras categorias tenham condições de paralisar as atividades, contarão também com o auxílio das demais entidades nacionais dos servidores. Serão desenvolvidas ações comuns, com a combinação entre reivindicações específicas e a pauta geral dos servidores.

Também para fortalecer a luta unificada, todas as negociações e audiências concedidas pelo governo às entidades serão acompanhadas por uma bancada sindical. Será criado o Comando Nacional de Mobilização dos SPF, acompanhado de suas instâncias estaduais.

Pressão no Congresso

As presidências da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como líderes dos partidos políticos, receberão cartas com relato do processo de negociação. Ainda no Congresso, o objetivo é negociar emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para conseguir recursos para reajustes e ganhos reais para os servidores.

Dia Nacional e ato em Brasília

Para dar continuidade ao processo de mobilização em todas as categorias e marcar o início da greve de algumas entidades, foi convocado o próximo 2 de junho (quinta-feira) como Dia Nacional de Luta. Mais adiante, em data que será definida pelo Comando de Mobilização e os comandos de cada categoria, ocorrerá um ato em Brasília. Existe o indicativo de que a atividade aconteça na primeira semana de julho.

Moção contra a reforma sindical

Entre várias moções aprovadas ao final da plenária nacional do dia 22, merece destaque aquela que cobra do conjunto dos servidores a intensificação da luta contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 369, que trata da reforma sindical do governo Lula. O texto da moção critica a deliberação da última Plenária da Central Única dos Trabalhadores, na qual foram indicadas mudanças apenas pontuais na PEC 369.

Servidores realizam ato no último dia 18 por melhores salários

No Rio, ato foi na Cinelândia

Os servidores públicos federais organizaram um Dia Nacional de Luta para mostrar ao governo a insatisfação com as atuais condições salariais e de trabalho. Em 18 de maio, paralisações e atos ocorreram em todo o país em defesa da pauta unificada de reivindicações, com destaque para o reajuste emergencial de 18%, a título de antecipação das perdas acumuladas pelo funcionalismo desde janeiro de 1995. No Rio de Janeiro, o palco para a manifestação foi a Cinelândia.

Pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE (Assibge), a diretora Suzana Lage cobrou a unidade na luta do funcionalismo: "É fundamental que a gente garanta a unidade dos servidores. Ela é melhor que qualquer negociação específica. É o nosso futuro que está em jogo e essa manifestação é um primeiro passo", afirmou. A dirigente aproveitou a ocasião para criticar a proposta de reforma sindical, que retira o poder de negociação das bases e transfere o fechamento de acordos para as cúpulas sindicais.

Rute Gusmão, do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef), também chamou para a unidade da greve dos servidores. "Precisamos conscientizar nossa base e arrancar do governo a paridade entre ativos e aposentados e os 18% de reajuste emergencial", exigiu, entre outros pontos. Segundo ela, o governo assume em seu orçamento todos os riscos financeiros envolvidos nas Parcerias Público-Privadas, mas diz ser capaz de só dar um "reajuste" ínfimo de 0,01% para todo o funcionalismo.

Em alusão à derrubada do presidente Lucio Gutierrez pelo povo equatoriano, Luis Fernando, do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência do Rio de Janeiro, comentou que a construção da greve de 2005 tem o objetivo de "colocar esse governo no eixo". Segundo ele, Lula foi eleito com a expectativa pela mudança, mas, na prática, aprofundou a política neoliberal.

Crítica também à reforma universitária

A professora Gelta Xavier, da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind), criticou vários aspectos da reforma universitária em andamento. Segundo ela, o governo busca eliminar a fronteira entre o público e o privado para confundir a população. Um exemplo claro dessa política, no ponto de vista da docente, é o privatizante programa Universidade para Todos (ProUni), que oferta algumas bolsas em instituições de duvidosa qualidade, em troca de gigantesca renúncia fiscal.

Diretora da Associação dos Servidores do Ibama, Maria Léa Xavier ressaltou que as condições de trabalho estão péssimas naquela instituição. "Estamos dentro de um órgão sucateado onde não há dinheiro sequer para um cartucho de impressora", comentou.

Sistema financeiro favorecido de novo

Já pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Sérgio Belsito disse que o governo planeja desativar as chamadas Centrais de Atendimento ao Público, que registram denúncias e reclamações contra instituições financeiras e administradoras de consórcio. Com essa mudança, estaria sendo privilegiado, mais uma vez, o sistema financeiro, em detrimento do cidadão.

Andes-RJ também destaca unidade no estado

Diretora da Secretaria Regional do Andes-SN, a professora Sonia Lúcio acredita que o ato da Cinelândia demonstrou a retomada da luta unificada dos servidores. Segundo ela, para uma primeira manifestação da campanha salarial nas ruas do Rio, houve uma presença significativa de 250 servidores. "E, pela manhã do mesmo dia, no próprio centro da cidade, aconteceu uma passeata dos funcionários civis das Forças Armadas, com cerca de 2 mil pessoas", comentou. Sonia também ressaltou que as reuniões convocadas para organizar a campanha salarial deste ano tem atraído uma boa média de doze representações sindicais. "No ano passado, diante da intervenção governista, não conseguimos elaborar ações conjuntas. Mas este ano, depois da autocrítica, todos vêem que o melhor caminho passa pela unidade da luta", completou.

Funcionários da Cultura em greve

Enquanto o conjunto do funcionalismo constrói a mobilização pela campanha salarial de 2005, os servidores do Ministério da Cultura (MinC) já paralisaram as atividades desde 4 de abril. Durante o ato na Cinelândia, bem em frente à Biblioteca Nacional fechada, foi distribuído um panfleto à população com esclarecimentos do movimento.

Os funcionários do MinC reivindicam recomposição dos salários, implantação de um plano de carreira e abertura de concursos públicos. O ministério conta com apenas 0,27% do orçamento da União e possui pouco mais de dois mil profissionais "responsáveis pela proteção, conservação, promoção e difusão da Cultura Nacional", de acordo com os trabalhadores.

Ainda segundo o panfleto, a força de trabalho do ministério representa o segmento que recebe os menores salários dentre os servidores civis da União. "Alguns, inclusive, precisando receber complementação para chegar aos valores do salário mínimo". O texto informa ainda que a média de idade dos funcionários da Cultura gira em torno dos 48 anos: "Em bem pouco tempo, sem concurso público, não haverá mais quadro funcional", diz um trecho.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 459 • 6 de junho de 2005

CEG aprova edital de vagas Cederj
Página 3

Trabalhadores de educação mobilizam-se em todo o país
Páginas 4 e 5

Grupos de trabalho do Andes-SN discutem reforma sindical e políticas de C & T
Página 6

GT do MEC reúne-se nessa segunda-feira
Página 6

França e Holanda dizem não à constituição européia
Página 8

MEC atende demandas do setor privado da educação superior

Segunda versão da reforma universitária propõe expansão pelo ensino a distância e favorece instituições privadas de ensino superior. Leia, em encarte nessa edição, a análise do Andes-SN do novo texto do MEC e a íntegra da segunda versão do Anteprojeto de Lei que regulamenta a Educação Superior no país.

Notas CEPG

Durante a última sessão do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), de 3 de junho, o professor José Luiz Monteiro informou aos conselheiros sobre o encontro da regional Sudeste do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop), realizado nos dias 30 e 31 de maio. José Luiz comentou que os demais dirigentes universitários foram convidados a visitar algumas instalações da UFRJ e ficaram impressionados de duas formas: positivamente, pela beleza de locais como a capela do Palácio Universitária e a qualidade do acervo do Museu Nacional; negativamente, pela precariedade da infra-estrutura dos prédios.

Na reunião dos pró-reitores, discutiu-se, entre outros assuntos, a realização da 3ª Conferência de C&T, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, e a inserção do Foprop na atividade. O pró-reitor da UFRJ lembrou que, como produto da edição anterior da Conferência (em 2001), surgiu o chamado "Livro Branco" do setor, publicado em 2002.

Livro, na crítica do Andes-SN, que estimula a privatização da universidade pública, uma prévia das hoje conhecidas Parcerias Público-Privadas (PPPs): "Olhando esse esforço de forma retrospectiva, o que se evidencia como mais duradouro é uma política de consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, focalizando a ação no fortalecimento das interfaces entre setor público e setor privado. É esse o sentido maior de todas as ações, inclusive as que levaram ao Projeto de Lei da Inovação", diz um trecho do Livro Branco.

José Luiz também comunicou que a decisão do Conselho Técnico-Científico (CTC) da Capes dos dias 23 e 24 de maio sobre a exigência mínima de quadro docente permanente, a que faz referência à portaria nº 068 de agosto de 2004 do MEC/Capes, foi transferida para as coordenações de cada grande área. Em sua grande maioria, esse índice mínimo das áreas ficou em 70%. O restante do quadro do programa poderá ser preenchido por professores aposentados, colaboradores, bolsistas do Prodoc, entre outras situações.

Durante a sessão do CEPG, foram apresentadas propostas de criação de novos cursos de pós-graduação: Nutrição (doutorado) e Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde (também doutorado). Os dois possuem mestrado com conceito 4 da Capes.

Agenda Sindical

6/6 - Reunião do Setor das Federais
***Brasília (DF)* - sede do Andes-SN**

6/6 - Reunião do GT MEC
Brasília (DF)

14/7 - Reunião do Setor das Estaduais
Fortaleza (CE)

15 a 17/7 - 50º Conad do Andes-SN
Fortaleza (CE) - com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Anote

EEFD prepara homenagem a mestre da capoeira

O Departamento de Lutas da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ organiza um evento cultural de grande porte para o próximo dia 16 de junho: nesta data, a partir das 11h, ocorre o VII Festival de Capoeira. Na ocasião, haverá homenagem especial a Artur Emídio de Oliveira, de 75 anos, um dos mestres e introdutores desta luta-arte no estado do Rio de Janeiro.

A expectativa dos organizadores é que cerca de mil pessoas compareçam à Escola para acompanhar a homenagem e participar das oficinas de Jongo, Maculelê, Dança-Afro, Samba e, é claro, Capoeira. Estão sendo convidados estudantes de projetos escolares e comunitários, universitários, grupos de capoeira, entre muitos outros. A entrada é franca. Mais informações podem ser conseguidas na página do Forum de Ciência e Cultura (www.forum.ufrj.br) ou pelo telefone 2562-6810.

Plantão Jurídico
Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

UFRJ

Reitoria instala comissão de sindicância na ECO

O reitor Aloisio Teixeira designou os professores Edson Watanabe, Orlando Martins e Antônio Cláudio de Souza para apurarem os fatos relatados nos treze documentos listados na portaria 1357, de 11/5/05, assinada pelo reitor e publicada no Boletim Extraordinário 9 da UFRJ, que apontam irregularidades na Escola de Comunicação (Eco) da UFRJ. Os documentos apontam problemas administrativos na pós-graduação de Comunicação, da insatisfação dos estudantes em relação à reforma curricular e da perseguição a um funcionário que teria sido impedido de entrar para trabalhar, entre outros fatores.

A portaria que instaurou a comissão de sindicância, que será presidida por Edson Watanabe. Na semana passada, alguns estudantes já estavam sendo convocados para prestar declarações à comissão. O prazo para a conclusão dos trabalhos se esgotará no dia 11 deste mês. Entretanto, o prazo estabelecido, de trinta dias, poderá ser prorrogado por igual período, caso a comissão julgue necessário.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG aprova edital de vagas Cederj

Conselheiros também discutem a situação caótica da EBA

A proposta do edital de vagas de educação a distância foi aprovada pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na sessão da última quarta-feira (1/6). A UFRJ oferecerá vagas através da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj), que já conta com a participação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf).

O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, colocou o edital em votação como uma proposta feita pela reitoria. Entretanto, apesar da aprovação, o presidente da comissão de vestibular do CEG, Marcelo Macedo Castro, questionou se o nível das aulas, ministradas a distância no Cederj, têm o mesmo elevado padrão das ministradas na universidade. Já o professor Luiz Felipe Coelho, representante do CCMN, considerou que alguns esclarecimentos precisam ser feitos em relação às aulas não presenciais: "Um professor poderá contar as horas de aulas a distância como carga horária na universidade? E quem definirá os professores das disciplinas? A UFRJ ou o Cederj?", indagou.

Modalidade ainda gera dúvidas entre os conselheiros

Miguel Jonathan, que também representa o CCMN, lamentou o fato de o curso de Ciências da Computação no consórcio ser coordenado pela UFF, mesmo com a UFRJ tendo desenvolvido 90% do seu programa. A representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro, enfatizou que não há dúvidas quanto à qualidade do ensino a distância. Para ela, a problemática diz respeito ao fato de o curso ser experimental: "O ensino a distância é uma metodologia de ensino. A questão é: vamos institucionalizar ou não?", questionou. De acordo com Ana Ribeiro, muitas dúvidas ainda precisam ser dirimidas: "Um professor deve ou não utilizar suas horas de dedicação exclusiva para ministrar aulas a distância? Os alunos a distância são representados pelo DCE? Eles têm direito às bolsas?".

Os conselheiros Thiago Loureiro e Rafaela Magnani também criticaram a modalidade e preferiram se abster da votação. Loureiro e Magnani, que são representantes discentes no colegiado, ainda fizeram uma moção, que foi anexada à ata, na qual consideram que o ensino a distância não oferece a mesma qualidade do presencial. Segundo eles, "o ensino a distância cumpre um papel nefasto de oferecer vagas que não existem".

Posicionamento do Andes-SN sobre ensino a distância

O Plano Geral de Lutas do Andes-SN, atualizado no último Congresso da categoria, realizado em Curitiba (PR), em fevereiro deste ano, é claro sobre o ensino a distância: "Assumir posição contrária à política do MEC de ampliação de vagas no ensino superior por meio de educação a distância (EAD)". A reivindicação do Sindicato é pelo aumento de vagas presenciais nas instituições de ensino públicas e gratuitas, em todos os níveis de ensino, em especial em cursos noturnos, com admissão de docentes e técnico-administrativos, via concurso público e pelo Regime Jurídico Único e pelos regimes próprios dos servidores estaduais e municipais, e melhoria das condições infra-estruturais das instituições públicas.

O Plano de Lutas do Sindicato parecia prever o que vinha na segunda versão do anteprojeto da reforma universitária - a primeira versão, divulgada em dezembro do ano passado, não mencionava essa modalidade. Em encarte desta edição, o Jornal traz uma crítica preliminar da Diretoria do Andes-SN sobre o documento mais recente do MEC.

Os dirigentes sindicais lembram o interesse dos Estados Unidos, além de Austrália, Inglaterra e Japão, que tanto desejam a inclusão da Educação no Acordo Geral de Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com a Educação transformada em mercadoria, abre-se um imenso filão para as empresas transnacionais do setor, com graves e facilmente imagináveis conseqüências para a produção do conhecimento nos chamados países periféricos. De acordo com a nota do Andes-SN, "o principal filão é o comércio transfronteiriço que poderá ser conquistado por meio da educação a distância".

Daí a necessidade de se remover todo e qualquer obstáculo à oferta de graduação e pós-graduação neste tipo de modalidade. E é justamente o que busca contemplar a última versão do anteprojeto governamental para o ensino superior. "Quando o nosso País admite a graduação e a pós-graduação por meio da educação a distância, fica evidente a sua submissão a interesses de organismos internacionais", diz um trecho.

Em reunião promovida pela Adufrj-SSind para discutir o texto da segunda versão da reforma universitária (leia também no encarte), no dia 2/6, no *campus* da Praia Vermelha, o professor Roberto Leher disse não ter dúvidas de que a meta de expansão de vagas até 2011 no ensino público (mínimo de 40% de todo o sistema), expressa no documento do MEC, terá um desdobramento significativo pela educação a distância e pelos aligeirados cursos seqüenciais. Roberto, que é docente da Faculdade de Educação e diretor do Andes-SN, participou da elaboração da nota do Andes-SN e afirmou que a aprovação do texto da reforma da forma como está já viabiliza essa mercantilização do ensino. "Não precisa nem assinar o acordo da OMC", ressaltou.

CEG discute questão da EBA

Rafaela Magnani também relatou aos conselheiros do CEG a situação caótica da Escola de Belas Artes (EBA) e acrescentou que, na última terça-feira, completou três semanas que os estudantes ocuparam o saguão da reitoria. Para acabar com as estalactites e com os ratos no atellier onde os alunos realizam seus trabalhos (conhecido como Pamplonão), a representante discente solicitou que sejam tomadas medidas urgentes. De acordo com ela, estes problemas já ocorrem há bastante tempo, mas a situação chegou ao seu limite: "Antigamente, quando chegávamos no Pamplonão, encontrávamos fezes de gatos sobre nossos trabalhos. Decidiram acabar com os gatos. Então vieram os ratos, que além de defecarem ainda espalham pulgas que passam doenças para nós".

O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, avisou que a verba para as obras já foi aprovada pelo Ministério da Educação, mas ela ainda está presa por questões burocráticas. Entretanto Meyer lembrou que não é só a EBA que está reivindicando obras em sua sede: "Existem outras questões como o CAp, a creche, o CT... até o meu laboratório tem um buraco enorme no teto, que alaga quando chove". Para Ana Maria Ribeiro o principal problema não é a falta de recursos e sim a distribuição dos mesmos: "A maior prova disso são as outras faculdades federais do Brasil. Nenhuma delas sofre problemas de estrutura física".

Os conselheiros aprovaram, por unanimidade, uma moção do CEG solicitando providências urgentes na EBA. A moção, que foi apresentada por Rafaela Magnani, será levada pelo pró-reitor José Roberto Meyer ao Conselho Universitário da UFRJ desta quinta-feira (9/6). A conselheira avisou que os estudantes da EBA só deixarão de ocupar o salão da reitoria quando as obras no Pamplonão começarem.

Resenha

Fotocópia de livros em questão

A antes "inofensiva" xerox nas universidades é hoje motivo de uma disputa milionária. De um lado, editoras querem acabar com a prática para garantir a venda de seus livros. Do outro, alunos e docentes tentam defender o que eles consideram uma ferramenta indispensável para o ensino. A ABDR (Associação Brasileira de Direitos Reprográficos) calcula que perdeu, em 2004, R$ 400 milhões com livros didáticos devido à xerox ilegal. Por isso, a associação decidiu intensificar as ações, desde o ano passado, tanto de conscientização quanto policiais. A proibição até de capítulos é considerada inviável por alunos e professores. "É um absurdo", disse o presidente da Adusp (Associação dos Docentes da USP), Américo Kerr. "O aluno vai comprar todos os livros? Não dá."(Folha de S. Paulo - 30/05/2005).

Ab'Sáber critica política ambiental de Lula

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo (29/5), o geógrafo Aziz Ab'Sáber faz duras críticas à política ambiental do governo Lula. Não só pela recente divulgação de mais um recorde na taxa de desmatamento, mas também pela falta de planejamento para combater o problema. Nessa entrevista, o professor da USP chama atenção para o poder de fazendeiros e madeireiros na região amazônica e ataca o projeto do governo de fazer concessões de florestas nacionais para ONGs estrangeiras por períodos superiores a 30 anos. "Alugar por 30 ou 60 anos é uma das mais terríveis propostas contra a soberania brasileira na Amazônia", disse.

Banqueiros fazem a festa

A volta da temporada de juros altos fez bem aos balanços dos bancos no primeiro trimestre deste ano. Além de emprestar mais dinheiro - graças ao avanço do crédito para pessoa física -, as instituições financeiras também estão ganhando mais devido ao aumento da taxa básica. Os quatro maiores bancos do país (Bradesco, Banco do Brasil, Unibanco e Itaú) lucraram juntos R$ 3,71 bilhões no primeiro trimestre deste ano, o dobro do conquistado no mesmo período de 2004 (JB Online, 28/5).

Movimento

Trabalhadores mobilizam-se em todo o país

Diante da intransigência dos governos, as armas das categorias são os protestos, as paralisações e as greves

Os servidores públicos federais não são os únicos em plena campanha salarial. Por todo o país, diversas categorias enfrentam a intransigência dos governos estaduais ou municipais em busca de melhores condições salariais e de trabalho

No estado de São Paulo, o aumento da contribuição previdenciária de 5% para 11% foi aprovado, o que significou redução média de salários de cerca de 6% para os servidores ativos. No entanto, até o momento, apesar das várias manifestações realizadas pelos educadores paulistanos, o prefeito José Serra (PSDB) não deu nenhuma resposta às reivindicações que constam da pauta aprovada pela categoria e entregue ao governo no mês de fevereiro. Afirma que não há dinheiro para qualquer reposição, aumento real, elevação do piso profissional e até mesmo para cumprir o que já haviam prometido fazer, como o enquadramento por evolução do quadro de apoio. Diante disso, a categoria se prepara para greve.

Mais de três mil professores decidiram, em assembléia geral, responder ao confisco de salários e à intransigência do governo em não atender às reivindicações da categoria com a preparação e realização da greve prevista para 2 de junho.

Professores do CE podem iniciar greve em 7 de junho

Em Fortaleza, os professores estão em estado de greve desde o dia 19, quando decidiram reduzir em 10 minutos o tempo de aula para a discussão dos problemas da educação com alunos e pais. Assembléia da categoria será realizada dia 7 de junho, às 9h, em frente à Assembléia Legislativa do Ceará. Os educadores não aceitam o reajuste proposto pelo Governo de 5,5%. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores de Educação das Redes Estadual e Municipais de Ensino do Ceará (Apeoc), a defasagem do salário é de 71,9%. O aumento imediato exigido pelos representantes da categoria é de 19%. A médio prazo é pedida uma política de recompensa das perdas e estabelecimento de um piso para esses profissionais.

Entre vários pontos, a categoria reivindica verbas para as escolas, ampliação definitiva da carga horária e a convocação dos aprovados no concurso de 2003.

Segundo o sindicato local, 2.441 educadores concursados ainda não foram chamados para trabalhar.

Manifestação no Rio acaba em confronto com PMs

Uma manifestação de profissionais da educação do estado do Rio por reajuste salarial terminou em confronto com a Polícia Militar no dia 1º, em frente ao Palácio da Guanabara, em Laranjeiras. Participavam cerca de 300 pessoas, segundo os organizadores.

Os profissionais foram alvo de bombas de efeito moral e *sprays* de pimenta, além de agressões como empurrões e chutes.

Depois de muita negociação dos dirigentes sindicais, Ricardo Bittar, assessor do secretário de Governo Anthony Garotinho, recebeu o Sepe rapidamente. Na reunião, os sindicalistas repudiaram firmemente a atuação a violência da PM, no que vem se tornando uma triste rotina nas manifestações dos servidores. O governo comprometeu-se a receber o sindicato em 8 de junho, com a expectativa de discutir uma agenda de negociações.

Em seguida, a categoria realizou uma assembléia na sede da Associação de Moradores de Laranjeiras, próxima ao Palácio, onde decidiu por uma nova paralisação de 24 horas no dia 7 de julho, com uma nova passeata até o Palácio Guanabara – nesse dia, em 1988, ocorreu uma passeata da educação, com milhares de profissionais, até o Palácio Guanabara, no governo Moreira Franco. Na ocasião, a passeata foi duramente reprimida com bombas de efeito moral e espancamento dos servidores. A assembléia também decidiu também realizar o "Dia de discussão nas escolas" no dia 28 de junho, quando a rede estadual discutirá a sua pauta de reivindicações.

Docentes das estaduais baianas em greve

No último dia 24, na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), em assembléia que contou com a participação de 192 professores e vários estudantes, definiu-se pela deflagração da greve. Na manhã seguinte, esse grupo de docentes cumpriu uma das deliberações da assembléia fechando os portões do *Campus* I, paralisando assim as atividades.

Em moção divulgada no dia 1º, o Andes-SN manifestou seu apoio à luta dos docentes da Uneb e também daqueles vinculados à Universidade Estadual de Feira de Santana, Santa Cruz e do Sudoeste da Bahia, todas também em greve. Os professores reivindicam aumento de verbas para as universidades, incorporação dos 27,33% de uma gratificação acadêmica, compensação das perdas salariais e aumento emergencial de 46% para que possam ser garantidas as condições de trabalho e de vida dos profissionais. Ainda de acordo com a nota do Sindicato Nacional, o governo reduziu o percentual da Receita Tributária Liquida (RTL) para a sustentação daquelas instituições.

Greve no Ceará

A greve geral dos estudantes e professores da Universidade estadual do Ceará (Uece), que já dura cerca de um mês, ganhou mais um capítulo. Na manhã do dia 1º, o movimento interrompeu o tráfego nos dois sentidos de uma importante avenida de Fortaleza e seguiu em passeata até o Palácio Iracema (sede do governo estadual), que ficou isolado pela Polícia Militar (PM). O objetivo dos manifestantes era negociar a pauta de greve diretamente com o governador Lúcio Alcântara (PSDB), que não estava. Uma comissão acabou sendo recebida pelo secretário da Ciência e Tecnologia do Estado, Hélio Barros.

No encontro foi entregue o documento que define a quantidade de vagas para professores efetivos, apontadas pelos grevistas, como necessárias para a entidade: 140 para este ano e 115 para 2006, num total de 255. Anteriormete o pedido era de 310 vagas. O material, elaborado pelos estudantes e coordenadores dos cursos da Uece, havia sido requisitado pelo secretário. Para Hélio Barros, o número de professores a ser contratado permanece indefinido. Ele disse que a lista deve ser elaborada oficialmente pelas 56 coordenações de cursos da universidade.

Na reunião, nada de concreto foi definido. Apenas ficou acertado um novo encontro, ainda sem data marcada, entre o secretário, a administração da Uece e coordenadores do movimento grevista.

Estaduais paulistas fazem protesto

Cerca de 400 professores e funcionários das universidades estaduais paulistas fizeram um protesto no dia 24/5 na zona oeste de São Paulo, em frente à reitoria da Unesp, onde ocorreu negociação com os reitores. Devido ao ato, houve paralisação parcial na USP, Unesp e Unicamp. Uma das reivindicações do Fórum das Seis (entidade que representa docentes e funcionários das três instituições estaduais paulistas e do Centro Paula Souza) é reajuste salarial de 13%. O Cruesp (entidade que reúne os reitores) alterou sua proposta inicial e aumentou de 4% para 5% o reajuste sobre o salário de maio, além de 2,8% em outubro.

Sintepe rechaça reajuste zero

A notícia de que o governo de Pernambuco pretende conceder reajuste zero para os trabalhadores da administração direta, incluindo professores e servidores administrativos da rede estadual de ensino, foi rechaçada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe). O anúncio governamental surge no momento em que a categoria negocia com o Governo do Estado os 20 itens constantes na pauta da Campanha Salarial Educacional 2005, cujas reivindicações foram entregues em 20 de abril. Entre as exigências consta a reposição das perdas salariais registradas no período de janeiro de 1999 a março de 2005, que superam os 60%. Segundo Fernando Melo, os trabalhadores em educação de Pernambuco estão entre os que recebem os piores salários do país.

Paralisação no MT supera expectativas

Em Cuiabá (MT), a greve dos trabalhadores da educação teve adesão de 70% da categoria em todo o estado. "Isso mostra que os trabalhadores e as trabalhadoras estão firmes na posição de enfrentar os absurdos cometidos pelo governo Blairo Maggi (PPS) contra a educação", assegura o presidente do Sintep, Júlio César Viana. Os trabalhadores no ensino público, que estão acampados em frente à Assembléia Legislativa, prometem pressionar os deputados.

Mobilização em Santa Catarina

Em Florianópolis (SC), na última audiência com os Secretários de Estado da Educação, da Administração e da Fazenda, o governo insistiu na manutenção da política de abono e voltou a apresentar o projeto de Acordo de Resultados, que prevê gratificações a partir das economias feitas em cada setor da administração estadual.

O governo transfere, com essa proposta, a responsabilidade por reajuste salarial para o servidor. Por esse e outros motivos, os profissionais de educação do estado não vêem outra possibilidade que não seja a mobilização, para arrancar reajuste salarial para a categoria.

Greve também entre servidores municipais

Os trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte estão em greve desde o dia 5 de maio. A categoria deflagrou o movimento em resposta à ausência de propostas da atual administração de Fernando Pimentel (PT), à pauta de reivindicações da categoria. Dentre os vários pontos da pauta de reivindicações destacam-se: reajuste salarial de 35,82%; manutenção do tempo de projeto pedagógico coletivo semanal, que foi retirado dos professores através de portaria em dezembro de 2004; fim da terceirização e concurso público para auxiliares de serviços; isonomia salarial das educadoras infantis com os professores (educador infantil é a denominação criada em 2003 para romper a carreira única da educação e propiciar às educadoras infantis salários inferiores aos das professoras com a mesma função). Os trabalhadores em greve também denunciam o reajuste de 59% que o executivo se concedeu elevando o salário do prefeito a R$ 530 por dia e dos secretários a R$ 318 diários. A postura da prefeitura é de se negar a negociar enquanto a greve se mantiver e desferir ataques ao direito constitucional da livre manifestação dos trabalhadores. As paralisações realizadas pela categoria antes da greve foram descontadas do salário dos servidores. Os trabalhadores grevistas estão sendo ameaçados de corte do salário. As educadoras infantis foram encaminhadas para a Corregedoria por estarem em greve. No dia 12 de maio, uma comissão composta por mães, estudantes, sindicalistas e professores foi recebida com pancadas pela guarda municipal da prefeitura quando tentava ser recebida na Secretaria de Administração a fim de protocolar um pedido de negociação.

Professores do Recife enfrentam intransigência

Os servidores municipais do Recife (PE) também estão mobilizados. Em dezembro de 2004, a prefeitura preparou um pacote que extinguiu os qüinqüênios, aumentou o desconto para a Previdência de 11% para 13%, taxou a saúde em 3,5% e acabou com plano de saúde dos servidores da Empresa de Urbanização do Recife (URB) e da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb). Como se não bastasse, os salários do prefeito e dos secretários foram aumentados em 30,7%. Tudo isso foi aprovado com o apoio dos vereadores, que receberam de presente um salário extra. Na hora de negociar com os servidores, a prefeitura ofereceu um reajuste de 0%. Diante dessa provocação, os professores municipais entraram em greve no dia 17 de maio.

Com a greve, os professores têm tido dificuldades na negociação com a Prefeitura. A Secretária de Educação, professora Maria Luíza Aléssio, diz que os servidores serão recebidos. Ela adiantou que a Secretaria está aberta a discutir em relação à greve, mas só falarão sobre um possível reajuste quando os professores voltarem às salas de aula

Servidores de Teresina decidem continuar greve

A pedido da prefeitura de Teresina (PI), um juiz expediu liminar no dia 17, que obrigava o retorno imediato às atividades dos mais de 9 mil servidores que aderiram à greve deflagrada desde o dia 9 de maio. Os trabalhadores, no entanto, em assembléia geral do dia 18/5, no Teatro de Arena, centro de cidade, decidiram continuar o movimento que se fortaleceu com a adesão dos servidores médicos. Os grevistas deliberaram ainda por montar acampamento em frente ao Palácio da Cidade, sede oficial da prefeitura de Teresina, com o objetivo de forçar o prefeito Sílvio Mendes (PSDB) a abrir um canal de negociação com a categoria, que reivindica 71% de reposição, referentes às perdas desde 1996.

Até agora, a Câmara Municipal limitou-se a aprovar um ``reajuste`` de 1,5% ao funcionalismo. Devido às mobilizações da categoria, quatro sessões haviam sido suspensas, impedindo a votação do projeto que legaliza o arrocho salarial contra o funcionalismo. Como não conseguiam entrar pela porta da frente da Câmara, devido aos protestos dos servidores, os vereadores da base de apoio ao prefeito só tiveram acesso ao plenário através de um buraco feito na parede de uma das lojas do centro comercial, entrando pelos fundos do prédio. Parte dos vereadores também entrou na Câmara disfarçada de policiais militares. Mesmo com a aprovação do projeto, os servidores municipais decidiram continuar a luta.

Servidores de Curitiba paralisam por um dia

No dia 13 de maio, o funcionalismo municipal de Curitiba paralisou suas atividades por 24 horas e mais de três mil trabalhadores demonstraram que não aceitam a política de arrocho salarial e realizaram uma passeata pelo centro, até a prefeitura. O prefeito Beto Richa (PSDB) não aceita nem repor as perdas salariais do último período, que chegam a quase 30%, oferecendo um reajuste de 5,98% a ser pago em duas parcelas. O aumento da contribuição previdenciária para 11%, implementada pela prefeitura, causou uma redução considerável nos salários dos servidores, e o aumento anunciado sequer cobre essa perda.

Andes-SN

GT do MEC reúne-se na segunda-feira

ANDES-SN protocolará pauta específica mais uma vez

Depois de sucessivos adiamentos da reunião do GT do MEC instituído pela Portaria nº 4052/04, finalmente serão retomados os trabalhos na próxima segunda-feira, dia 6/6, às 14h30. O GT foi criado com a finalidade de "apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, a paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão, bem como do novo sistema de avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)".

De acordo com o cronograma previsto, o item que falta ser tratado é a questão da avaliação docente. Na ocasião, o Sindicato Nacional apresentará documento no qual defende a avaliação desvinculada de qualquer caráter punitivo, mas que cumpra o papel de retratar as dificuldades que deverão ser superadas no âmbito da instituição, sendo a avaliação docente um componente desse processo.

O ANDES-SN convocou para a manhã desse dia uma reunião do Setor das Federais. O objetivo é avaliar o momento de negociação com o governo e definir o processo de mobilização da categoria. Pauta específica do Setor, que resgata também reivindicações comuns a todos os servidores, será protocolada, no mesmo dia, nos ministérios do Planejamento e da Educação.

Além disso, o Setor vai redigir uma nota a fim de esclarecer a opinião pública sobre os posicionamentos do Sindicato Nacional a respeito da campanha salarial dos docentes das IFES.

Com a bandeira "Pela valorização do trabalho Docente, na luta pela incorporação das gratificações", o ANDES-SN iniciará, nessa data, grande mobilização. Serão realizadas atividades em frente ao MEC. Haverá distribuição de adesivos com o mote da luta.

Para a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa, "este é o momento de a categoria fortalecer a mobilização, pois, o processo de negociação na Mesa Nacional de Negociação Permanente e no MEC nos coloca o dilema da ausência de recursos para atender as reivindicações. Além disso, o Anteprojeto da Reforma Universitária, em sua segunda versão, ameaça frontalmente a carreira docente".

Fonte: ANDES-SN

GTPFS debate reforma sindical

O Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical do Andes-SN discutiu no último encontro a participação do Andes-SN na Frente Nacional contra a PEC 369, que trata da Reforma Sindical. O encontro do GT aconteceu nos últimos dias 21 e 22 de maio e a avaliação é que a Frente permitirá a ampliação do movimento contra as ameaças à organização dos trabalhadores. Já está prevista a realização de uma Marcha a Brasília, entre os meses de agosto e setembro.

Quanto à reforma sindical, na avaliação do grupo, o governo pode estar adiando a tramitação da PEC como uma estratégia para ganhar a sociedade para a reforma sindical e fazer os movimentos acreditarem que essa não é prioridade no momento.

O GT destacou a necessidade de esclarecer a categoria docente sobre os efeitos da reforma e de ampliar a discussão sobre o tema. Sugeriu, ainda, a produção de uma publicação com explicações sobre a importância dos sindicatos para a organização dos trabalhadores, traduzindo a linguagem legislativa sobre as conseqüências da reforma, em especial para os docentes da educação superior.

Também foi discutida a importância de fóruns, a exemplo da CNESF e da Conlutas como alternativas de mobilização dos trabalhadores contra a reforma. O grupo ressaltou que as seções sindicais e as regionais do Andes-SN devem promover, conforme deliberado no último Congresso, em fevereiro, o debate sobre a construção de alternativas para a unidade dos trabalhadores na defesa de seus direitos. Esse debate faz parte dos desdobramentos da desfiliação do Andes-SN da Central Única dos Trabalhadores. O grupo destacou, ainda, a necessidade da realização de um seminário sobre concepção sindical, balanço da experiência da CUT e propostas organizativas. A Seção Sindical dos Docentes da UFF se propôs a sediar o evento, que poderá acontecer ainda em junho, em data a ser confirmada.

Sobre a 11º Plenária da CUT, realizada na primeira quinzena de maio, foi analisado o documento do Plano de Lutas da Central. Com base na análise, o GTPFS produziu um documento que serviu como base para a nota do Andes-SN que publicamos na página 7 desta edição.

O GTPFS contou com a participação de dez seções sindicais. A diretora Janete Luzia Leite representou a Adufrj-SSind na reunião.

GT C&T do Andes-SN organiza seminário

Organizar um seminário sobre Ciência e Tecnologia, antes da realização do próximo Conselho Nacional do Andes-SN (Conad), em julho, na cidade de Fortaleza (CE). Esse foi um dos encaminhamentos aprovados pelo Grupo de Trabalho C&T do Sindicato Nacional, que se reuniu nos dias 21 e 22 de maio, em Brasília (DF).

A idéia é que sejam realizados debates sobre financiamento da área de C&T, fundos setoriais, Lei de Inovação Tecnológica, fundações privadas e gestão de recursos públicos para o setor e a produção de um texto para o 50º Conad.

Para ampliar a mobilização em torno destes temas, foi encaminhada a criação de grupos de discussão. Serão reenviadas para as seções sindicais as deliberações de Congressos e Conads anteriores sobre fundações. Além disso, o GT irá elaborar e divulgar, na página do Andes-SN (www.andes.org.br), um Caderno Especial sobre as fundações de direito privado.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Andes-SN

Nota da diretoria do Andes-sn sobre a decisão da 11ª plenária nacional da CUT de adesão à unicidade sindical

A decisão do ANDES-SN de desfiliar-se da Central Única dos Trabalhadores deveu-se ao fato de que progressivamente a central abandonou os princípios que a caracterizavam como um movimento sindical classista, autônomo e independente e deixou de expressar os interesses e a vontade dos trabalhadores à medida que burocratizou e elitizou suas instâncias de decisão. Apesar de toda a luta empreendida nesses últimos anos para que os seus congressos e plenárias fossem ocupados por trabalhadores da base, cada vez mais foram preenchidos pela burocracia sindical, que os tornou lócus de ritos de confirmação para a política decidida pela direção da Central. Ciente de que muitos sindicatos ainda ligados à CUT mantêm acesos tais princípios, o ANDES-SN alerta para o apoio declarado desta ao Projeto de Lei de Reforma Sindical em sua 11ª Plenária Nacional, bem como a sua adesão à Unicidade Sindical. A tradição de luta sindical combativa que lhe deu origem torna-se agora sua pior inimiga. Contra a autonomia dos sindicatos, contra a liberdade de organização, contra o direito de greve, a CUT confere apoio a uma estrutura sindical verticalizada, defendida no Projeto de Lei de Reforma Sindical, subordinando a luta à conciliação e os sindicatos de base às centrais sindicais. Mais surpreendente do que isso, a CUT decidiu em sua 11ª Plenária aderir à concepção de Unicidade Sindical.

A principal herança da estrutura sindical varguista - a Unicidade – foi produzida para conter a liberdade de organização dos trabalhadores e para facilitar o controle do Estado sobre as entidades sindicais. Durante décadas, a Unicidade contribuiu para a consolidação de burocracias sindicais apartadas dos interesses e da vontade dos trabalhadores e ligadas ao Estado e às políticas de governos. Contra essa tradição sindical - colaboracionista, corporativa, burocrática e antidemocrática - mantemo-nos fiéis aos princípios inegociáveis do classismo, da autonomia, da independência e da liberdade de organização sindical. Por essa razão, somos a antítese da Unicidade Sindical. Rejeitamo-la desde a origem porque nascemos como expressão dos interesses e da vontade dos trabalhadores. Já a Unicidade Sindical foi a expressão de uma classe dominante que exigiu do Estado a domesticação dos sindicatos. A CUT, que ajudamos a construir como a concretização do princípio da livre organização sindical, formaliza agora o abandono desse princípio e abraça a Unicidade Sindical por decisão tomada em sua 11ª Plenária. Tal decisão revela também uma tentativa de recuperar e fortalecer a reforma sindical do governo Lula – a PEC-369, rejeitada em inúmeras manifestações de trabalhadores desde 2004. Esse projeto serve-se da CUT como avalista, mas esta não pode falsificar a tradição sindical da qual fez parte e tentar se matizar de forma enganosa com os tons do classismo, da autonomia, da independência e da liberdade de organização sindical e assim ludibriar trabalhadores e sindicatos. Ao contrário do caminho escolhido pela CUT, seguimos a velha e bem construída trilha que tem nos permitido resistir ao novo corporativismo apresentado pelo projeto de reforma sindical e pela Unicidade Sindical defendidos agora pela CUT. A construção da Frente Nacional Contra a PEC 369 é um exemplo de que podemos seguir resistindo e de que diferenças entre nós podem ser tratadas fraternalmente – sem serem apagadas – de maneira que possamos travar batalhas comuns. Com essa intenção é que o ANDES-SN se manifesta diante da decisão da 11ª Plenária afirmando que o atrelamento da central ao Estado levou à falência dos princípios do classismo, da autonomia, da independência e da livre organização dentro da CUT, mas não extinguiu tais princípios da vida e da tradição de muitos sindicatos. Na perspectiva do que reivindicamos não há central sem sindicatos. Na perspectiva dessa nova estrutura sindical, não há sindicatos sem central.

Brasília, 26 de maio de 2005

Diretoria do ANDES-SN

Movimento

É hora de intensificar a luta contra a PEC 369

Está crescendo e se consolidando em todo o país a compreensão de que a Reforma Sindical apresentada no Congresso Nacional pelo governo Lula é profundamente nefasta para os trabalhadores brasileiros, ao permitir a revogação de direitos trabalhistas e a intervenção do Estado na organização sindical. Este quadro observa-se claramente entre os trabalhadores que têm acesso a um mínimo de informação sobre o teor da Reforma, na sociedade de forma geral e mesmo dentro do Congresso Nacional. A Frente Nacional Contra a PEC 369 – que agrega milhares de entidades sindicais em todo o país - orgulha-se do trabalho feito para o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores, contribuindo, portanto, para a conformação desse quadro.

Entregando os anéis para não perder os dedos

Cientes de que perderam o debate na sociedade, setores do movimento sindical tentam reverter essa situação e dar novo gás a proposta de Reforma Sindical. A última Plenária Nacional da CUT aprovou proposta que traz mudanças apenas pontuais na proposta original do governo e indica um caminho de se buscar emendas à PEC que já vem sendo rejeitada pela sociedade. O objetivo seria construir um "novo consenso" do movimento sindical em torno à defesa de uma Reforma Sindical.

A Frente Nacional Contra a PEC 369 manifesta-se frontalmente contrária a esta proposta, pois se trata de cortina de fumaça para tentar confundir trabalhadores e a sociedade. O caminho de emendar a PEC é o caminho da derrota dos trabalhadores. Um novo "novo consenso" em torno a esta idéia será tão falso quanto o "consenso" anterior, do chamado Fórum Nacional do Trabalho. Além disso, estaria mantida a essência da proposta original do governo, ou seja, abre as portas para a flexibilização e eliminação dos direitos trabalhistas (13º, férias, licença maternidade, etc), dá ao Estado o poder de intervir na organização sindical, subordina os sindicatos de base à cúpula das Centrais Sindicais, praticamente elimina o direito de greve e ainda aumenta o desconto nos salários dos trabalhadores para o financiamento da estrutura sindical.

Não aceitamos esta proposta, nem aceitamos a posição dos empresários que querem piorar ainda mais a proposta de reforma, no sentido de ampliar as ameaças aos direitos trabalhistas que ela já contem.

Manter e fortalecer a luta pela rejeição global da PEC 369

A Frente Nacional Contra a PEC 369 **reafirma sua forte disposição de dar prosseguimento e de intensificar o trabalho de esclarecimento e de mobilização dos trabalhadores** na base, de esclarecimento e pressão sobre os parlamentares. **O que queremos do Congresso Nacional é a rejeição da PEC 369 em sua totalidade.** Apenas dessa forma poderiam criar-se as condições no país para que se realize um debate democrático envolvendo os trabalhadores na base e seus sindicatos, para definirmos quais mudanças deveremos fazer na estrutura de organização sindical em nosso país.

É com este objetivo que estamos convocando uma **Grande Marcha a Brasília,** no segundo semestre deste ano. Vamos ocupar Brasília para defender os direitos trabalhistas; demonstrar o repúdio dos trabalhadores brasileiros a esta Reforma Sindical, a política econômica e estes juros escorchantes, pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário, em defesa do emprego, melhores salários, saúde, educação e reforma agrária. Convocamos todos os trabalhadores brasileiros, suas organizações, movimentos sociais, organizações populares e entidades estudantis, a organizarem-se em cada estado para somarem-se a esta jornada de lutas.

Brasília, 16 de maio de 2005.

FRENTE NACIONAL CONTRA A PEC 369
EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Internacional

O “non” na França e o “nee” na Holanda, população rejeita a Constituição da União Européia

Os referendos realizados na semana passada na França e na Holanda revelaram que a população desses países é contra a Constituição da União Européia. Na França, houve uma adesão recorde ao referendo, 70% foram às urnas no dia 29 dizer que 55% dos franceses rejeitam a constituição. Três dias depois, 62% dos Holandeses também votaram pelo não. Essa postura da população dos dois países revela que a proposta de abertura de mercados e de valorização da competitividade estão desagradando os europeus ameaçados pela crise de emprego e temerosos com as reformas que visam o livre mercado. Segundo os jornais franceses, o que “mais motivou o voto pelo não” foram as taxas de desemprego do país que giram em torno de 10%, índice próximo a de países como a Polônia e Eslováquia. Entre os jovens com menos de 25 anos, o desemprego atinge 23%. Indícios de que a Turquia se tornaria um país membro da União Européia preocupam os europeus, temerosos com a imigração, sobretudo de mulçulmanos.

Análises publicadas nos jornais europeus avaliaram que o futuro do projeto da Constituição poderá ser o total abandono ou a aplicação de apenas alguns de seus dispositivos sem que haja uma renegociação do projeto em seu conjunto. A maioria dos governos dos países membros anunciam que as negociações para o tratado da Constituição Européia vão continuar. Por enquanto, o bloco europeu segue funcionando com base no Tratado de Nice.

Na tentativa de contornar a falta de confiança no governo revelada pelo resultado das urnas, o presidente da França, Jacques Chirac, demitiu o primeiro-ministro Jean-Pierre Raffarin, imediatamente após o referendo e nomeou para o cargo o então ministro do Interior Dominique de Villepin. A troca de ministros foi marcada por promessas de criação de mais emprego, apesar de Villepin ser visto como um político com pouca experiência na administração econômica.

Reprodução

ACIMA, MANIFESTANTES CONTRA CONSTITUIÇÃO ÚNICA. AO LADO, NAS POSSESSÕES E TERRITÓRIOS FRANCESES REFERENDO COMEÇOU UM DIA ANTES

Attac comemora o ‘não’

A Attac (Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos), organização que desenvolve um movimento internacional para o controle democrático dos mercados financeiros comemorou a vitória do não, visto como “a rejeição a uma Europa que quer fazer da concorrência desleal o princípio social dominante com um projeto monetário e mercantilista com livre circulação do capital financeiro e privatização dos serviços públicos”. Partidários do não encaram a constituição como uma ameaça à ecologia, ao meio ambiente e uma via aberta à militarização e aos conflitos bélicos. Para a Attac, o não significou um sim a uma Europa independente, social e solidária com o resto do mundo, sobretudo com os países em desenvolvimento. A livre circulação de serviço, mercadoria e mão-de-obra tem sido vista pelos europeus como uma política que delega tão somente ao mercado o papel do controle da sociedade. Foi contra a implementação destas políticas que o Attac desenvolveu intensa campanha – em associação com vários outros movimentos sociais e intelectuais de esquerda – pela aprovação do ‘non’ à constituição européia e pela sua conseqüente rejeição.

Outros países decidirão sobre a constituição única

Após a França e Holanda, quinze dos vinte cinco países membros vão decidir sobre a constituição. Já estão confirmados os referendos de 10 de julho em Luxemburgo, de 27 de setembro na Dinamarca, de outubro em Portugal e na Polônia e de 2006 na Irlanda e Grã-Bretanha, país cujos governantes defendem a suspenção do referendo uma vez que “o tratado tem enfrentado graves dificuldades que exigem uma pausa para a reflexão” como afirmou Tony Blair.

O Conselho europeu vai se reunir nos dias 16 e 17 de junho em Bruxelas para avaliar o avanço do não na Europa. Em julho, a presidência do conselho, atualmente sob a responsabilidade de Luxemburgo, será exercida pela Grã-Bretanha. Partidários do não acusam Tony Blair, a quem chamam de filho espiritual de Margaret Thatcher, de propor um programa ultraliberal para a União Européia.

Fonte : Attac

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
REFORMA UNIVERSITÁRIA
EDIÇÃO DE 6 DE JUNHO 2005

Nota da Diretoria do Andes-SN sobre a 2ª versão do Anteprojeto de Lei, de 30 de maio de 2005, que regulamenta o ensino superior.

No mesmo dia em que a área econômica anunciou o maior superávit primário da história, equivalente a 7,26% do PIB, o MEC apresentou por vídeo-conferência a nova versão do Anteprojeto que "Estabelece Normas Gerais da Educação Superior" sem a previsão de novos recursos para as instituições públicas de ensino. Apesar do enorme aparato da mídia do Ministério da Educação, constituído por um grande número de assessores que seguramente enviaram centenas de releases para os diversos meios de comunicação, os principais jornais on line do dia não repercutiram o anúncio. Desinteresse pela educação, mas, também, faro jornalístico: as corajosas mudanças foram, no geral, recuos em relação aos itens da versão anterior que regulavam debilmente as mantenedoras. É interessante a mudança na argumentação do Ministro e de seu Secretário executivo: após sustentarem que as críticas dos empresários eram a prova irrefutável de que o anteprojeto de dezembro impunha um rigoroso controle social sobre as instituições privadas, reconhecem que, de fato, os empresários tinham razão. A pergunta óbvia é: como ficam os seus aliados que compraram o inconsistente discurso do MEC?

Confirmando as análises anteriores do ANDES-SN, após fazer alguma pressão, o setor privado levou todas. As suas mantenedoras estão inteiramente livres de regulamentação. Nos termos de Fernando Haddad, Secretário executivo do MEC, "o setor privado reclamou com razão" (O Globo, 31/5) e, assim, toda a seção I do capítulo 3 (Das mantedoras) da versão de dezembro simplesmente desapareceu. Na nova versão do texto, foram excluídas a criação dos conselhos administrativos e a necessidade de eleição direta de dirigentes das universidades e dos centros universitários particulares. Esses conselhos, que seriam responsáveis pela parte administrativa e acadêmica, teriam no máximo 20% de representantes das mantenedoras. Agora, volta a reinar a livre iniciativa sem restrições ou obstáculos aos negócios!

As condições para a criação e transformação de IES privadas em universidades continuam generosas. Se a instituição optar por ser universidade especializada (ou tecnológica), a conquista do status de universidade será banal. Embora preveja 25% ou 12% de doutores, conforme o caso (universidade ou universidade especializada), o prazo para cumprir essa meta é amplo o suficiente para alcançar a meta sem investimentos bruscos: 8 anos! Infelizmente, centenas de doutores continuarão perdendo os seus empregos por muitos anos. Como os concursos para as instituições públicas continuam raquíticos, o quadro é desalentador. Quando os Estados Unidos (e Austrália, Inglaterra e Japão) reclamaram a inclusão da educação no Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS) da OMC, indicaram que o principal filão é o comércio transfronteiriço que poderá ser conquistado por meio da educação a distância. Assim, o primeiro obstáculo a remover, conforme esses países, é a proibição, em muitos estados nacionais, da oferta de graduação e pós-graduação a distância. Quando o nosso País admite a graduação e a pós-graduação por meio da educação a distância, fica evidente a sua submissão a interesses de organismos internacionais. Junto com a abertura do setor educacional ao capital estrangeiro e a compreensão de que a educação é um abstrato bem público (não importando se ofertado pelo Estado ou pela iniciativa privada) quase toda a agenda da OMC está sendo cumprida, mesmo sem a assinatura do AGCS. A nova versão amplia as prerrogativas das instituições privadas, permitindo-lhes o reconhecimento dos cursos de pós-graduação feitos no exterior que poderão ser credenciados por universidades privadas que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior. A abertura dos negócios educacionais aos investidores estrangeiros continua prevista no Anteprojeto (Art. 13): "Pelo menos 70% do capital total e do capital votante das entidades mantenedoras com fins lucrativos deverá pertencer direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados". Não está muito claro se o investimento estrangeiro é livre nas demais modalidades de instituições (comunitárias, filantrópicas e confessionais), como chegou a sugerir o Ministro da educação em entrevista, ou se somente as empresariais poderão fazer associações. De todo modo, permanece válida a avaliação do ANDES-SN de que a barreira de 30% para o capital estrangeiro poderá ser facilmente derrubada no parlamento. O repasse de verbas públicas para as instituições privadas comunitárias está previsto de modo completamente aberto (Art. 14: incentivo às instituições comunitárias inclusive com apoio de verbas públicas específicas). Cumpre registrar que as instituições comunitárias podem ser confessionais ou filantrópicas. Os empresários que apostaram nos centros universitários também têm motivos para comemorar. A nova versão institucionaliza essas exóticas instituições de modo definitivo e confere-lhes amplas prerrogativas de autonomia. A nova versão foi mais cuidadosa ao associar o fazer acadêmico ao mercado. O texto é mais sutil, evitando uma associação mecânica e linear dos fins da universidade ao mercado e ao entorno local. Contudo, um exame mais de perto revela enormes retrocessos como a institucionalização da pós-graduação estrito senso instrumental, por exemplo. De fato, o art.6º admite mestrados e doutorados profissionais, para júbilo do mercado educacional. Mais uma concessão à mercantilização, junto com os cursos a distância e os cursos tecnológicos de curta duração (2 anos).

As reivindicações do ANDES-SN e da ANDIFES, no que se refere ao financiamento, foram completamente desconsideradas. A rigor, o financiamento das instituições federais encolheu em relação à versão anterior de dezembro

de 2004, que implicitamente reconhecia que a subvinculação (75% dos 18% constitucionais) iria reduzir as verbas atualmente disponíveis e, por isso, continha a salvaguarda de que o orçamento nominal (não corrigido) não poderia ser inferior ao do ano imediatamente anterior. Na versão atual, não apenas essa já débil salvaguarda desaparece (mais uma vitória da área econômica), como as instituições federais terão de retirar 5% das parcas verbas de outros custeios para assistência estudantil. Ainda mais preocupante, porque envolve uma questão de ética, é o fato de o governo submeter o financiamento da educação superior pública federal às vicissitudes das Loterias Federais existentes. (Art. 63) As instituições públicas federais sem um novo padrão de financiamento terão de fazer o milagre da multiplicação das vagas, inclusive ampliando corretamente as vagas noturnas para pelo menos 1/3 do total, um porcentual já próximo ao existente atualmente, mas que está concentrado em alguns poucos cursos. Nesse contexto, insere-se a regulamentação da EAD e há o retorno triunfal das fundações de apoio privadas.

A ausência de um novo padrão de financiamento para as instituições de ensino superior públicas é determinada pela política econômica que limita gastos sociais e revela a desconsideração do MEC a propostas vindas de diferentes entidades em relação à sustentação das IFES. Dessa forma, o MEC divide a responsabilidade direta com o colegiado de dirigentes das IFES na distribuição dos recursos públicos que serão insuficientes em relação ao padrão de financiamento previsto.

As políticas de quotas étnicas foram relativizadas, propiciando maior autonomia das instituições para que as ações afirmativas sejam implementadas, como quer o ANDES-SN; contudo, seguindo a tática de fatiamento da "reforma", o MEC patrocina o Projeto de Lei nº 3.627/04, que tramita no parlamento em regime de urgência, que colide com o suposto respeito à autonomia universitária. A consideração ao preceito da autonomia, no caso, é apenas aparente. No que se refere à democratização da gestão, o Anteprojeto impõe um retrocesso na prática de voto paritário estabelecida na maior parte das IFES, exigindo a prevalência majoritária do voto docente, e suprime a escolha de pelo menos um dirigente nas IPES por meio de eleição direta. A reeleição dos reitores não será permitida, porém os seus mandatos serão de cinco anos.

Algumas questões requerem exame mais detido. Apenas para pontuar. Aparentemente as procuradorias serão definidas a partir da indicação da instituição e referendadas pela AGU. Os recursos para os aposentados não integram o montante de 75% dos 18%, não está claro se de fato estarão inseridos na folha do MEC e, muito menos, se os aposentados terão seus direitos garantidos. A contra-reforma da Previdência precisa ser considerada no exame da questão. Quanto à Carreira, o Anteprojeto estabelece que o Poder Executivo encaminhará em dois anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano imediatamente subseqüente ao da publicação da lei, projeto de lei instituindo novo plano de carreira do magistério superior das instituições federais de educação superior. Aos incautos, cautela: a nova carreira pode ser por instituição, algo explicitamente admitido no Anteprojeto. O único ponto comum previsto para as carreiras específicas no Anteprojeto diz respeito tão-somente ao piso salarial. Fica evidente a subordinação da carreira à regulamentação do ensino superior.

Finalmente, uma questão crucial: a democracia. Não bastasse as lições advindas da tentativa de sufocamento da CPI dos correios e da bravata autoritária da ameaça de expulsão dos parlamentares que assinaram o pedido da CPI, o governo continua adotando um conceito de democracia inspirado nas cartilhas do diamat estalinista: discutirá o projeto apenas com os que concordam com os seus termos. Os demais são inimigos que devem ser silenciados. Com a palavra o ministro:

"Com novas contribuições, que certamente nascerão do debate, o Ministério da Educação irá apresentar a terceira versão, que será submetida ao grupo de entidades que participaram da audiência pública com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que foram designadas por ele como responsáveis pela sugestão de redação final da Lei de Educação Superior."

Entidades como o ANDES-SN, as universidades estaduais paulistas e tantas outras que se posicionaram criticamente não serão escutadas. A opção pelo setor privado e pelas demandas dos mercadores da educação, entretanto, já foi feita. A exclusão é coerente, mas grave sob uma perspectiva democrática

O caminho para um enfrentamento unitário, qualificado e maciço, se ampliou com as novas contradições. Seguramente, muitas das entidades que estiveram na reunião presidencial mencionada acima não concordam com a institucionalização do status quo privado agora legitimado em lei. Todo o esforço para articular os vastos setores que não irão compactuar com a rendição incondicional da educação aos grupos de pressão dos mercadores da educação será necessário. O ANDES-SN conclama as entidades do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública a se engajarem em uma agenda consensuada a partir dos encaminhamentos do CONED e das Plenárias do Fórum. O ANDES-SN não medirá esforços na busca da construção política e de mobilizações no espaço público que resistam ao cerco que se fecha contra a educação pública. Nessas horas, as lutas são insubstituíveis. Vamos organizá-las a partir de amplas frentes unitárias e combativas, pautados nos princípios e no projeto de educação pública que sempre têm nos unificado.

Brasília – DF, 1º de junho de 2005.

Kelvin Melo

Reunião da Adufrj-SSind para discutir reforma

No último dia 2, professores e alunos compareceram à reunião no *campus* da Praia Vermelha para discutir a segunda versão do anteprojeto do governo para a educação superior. Todos os artigos foram lidos e, ao fim de cada capítulo do texto, ocorria uma pausa para análise. O professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação e diretor do Andes-SN, que ajudou na elaboração da nota do Sindicato, prestou os esclarecimentos para os presentes.

Nos dias 4 e 5 (depois do fechamento desta edição), o Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN estaria se reunindo em Brasília para uma discussão mais detalhada do documento do MEC. Assim que forem disponibilizados, o Jornal da Adufrj vai publicar os resultados do GTPE.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Reproduzimos, nessa e nas próximas páginas do encarte, a íntegra da segunda versão do anteprojeto de Lei que Estabelece Normas Gerais da Educação Superior, apresentada pelo Ministério da Educação, no dia 30 de maio.

Ministério da Educação

Apresentação

"A educação é ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade sobre ele."
Hanna Arent

O Ministério da Educação apresenta a segunda versão do Anteprojeto da Lei que Estabelece Normas Gerais da Educação Superior, resultado de um amplo debate com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil brasileira. O novo texto acolhe inúmeras sugestões e aperfeiçoamentos recebidos durante quatro meses de discussão. Neste período, houve o envolvimento direto de professores, estudantes, técnico-administrativos, pesquisadores e representantes de entidades acadêmicas, da comunidade científica, do movimento social e do setor produtivo.

Ao apresentá-lo publicamente, abrimos um novo período de discussão para que o Anteprojeto possa receber mais contribuições, sugestões e críticas. Somente desta forma, a partir do debate público, transparente e democrático, do diálogo maduro e profícuo, ele transformar-se-á, não mais em um projeto de governo, mas em uma proposta que consolida uma política de Estado.

Especialistas e dirigentes do Ministério da Educação, que trabalharam nesta segunda versão, buscaram preencher lacunas detectadas, agregando temas como Sistema Estadual de Ensino e Educação a Distância, dando uma formatação mais adequada ao texto e elucidando conceitos que antes não estavam tão precisos.

Com a redução do número de artigos, a segunda versão aprofunda os três objetivos da Reforma da Educação Superior:

- vínculo da universidade ao projeto de nação, como elemento estratégico na busca de um novo modelo de desenvolvimento, central para a consolidação de uma nação soberana, democrática e inclusiva;

- republicanização da universidade, como um espaço público e plural de produção de conhecimento e saberes e de diálogo e interação com a sociedade civil;

- constituição de um marco regulatório orientador de regras claras, precisas e permanentes que promovam a qualificação contínua do sistema federal de ensino e que impeçam a mercantilização da educação.

Este é, a exemplo do primeiro, um texto posicionado, mas aberto às contribuições, que traz avanços e ajustes essenciais. Não poderia ser diferente, estamos construindo uma proposta que deve ser reconhecida como resultado de um amplo debate com a sociedade civil brasileira e que busca projetar um cenário promissor para a educação superior em nosso país.

Com novas contribuições, que certamente nascerão do debate, o Ministério da Educação irá apresentar a terceira versão, que será submetida ao grupo de entidades que participaram da audiência pública com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que foram designadas por ele como responsáveis pela sugestão de redação final da Lei de Educação Superior.

Tarso Genro
Ministro Estado da Educação

ANTEPROJETO DE LEI

2º Versão

Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e dá outras providências.

TÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. l.º Esta Lei estabelece normas gerais para a educação superior no país, regula a educação superior no sistema federal de ensino e altera a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; a Lei n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997; a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999; o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001; e a Lei n.º 10.480, de 2 de julho de 2002.

Art. 2º As normas gerais para a educação superior se aplicam às:

I - instituições públicas de educação superior mantidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

II - instituições privadas de educação superior; e

III - instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, quando promoverem a oferta de cursos e programas de graduação ou de pós-graduação.

Art. 3º A educação superior é bem público que cumpre sua função social por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. A liberdade de ensino à iniciativa privada será exercida em razão e nos limites da função social da educação superior.

Art. 4º A educação superior tem por finalidade:

I - a formação pessoal e profissional de elevada qualidade científica, cultural e técnica, nos diferentes campos do saber;

II - o estímulo à criatividade, ao espírito crítico e ao rigor acadêmico-científico;

III - a oferta permanente de oportunidades de informação e de acesso ao conhecimento, aos bens culturais e às tecnologias;

IV - o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura;

V - o atendimento das necessidades sociais de formação e de conhecimento avançados;

VI - o aprimoramento da educação e das condições culturais para a garantia dos direitos sociais e do desenvolvimento sócio-econômico e ambiental sustentável;

VII - a promoção da extensão, como processo educativo, cultural e científico que busca a articulação do ensino e da pesquisa a fim de viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade; e

VIII - a valorização da solidariedade, da cooperação, da diversidade e da paz entre indivíduos, grupos sociais e nações.

Art. 5º A instituição de educação superior cumprirá seu compromisso social mediante a garantia de:

I - formação acadêmica e profissional em padrões de qualidade reconhecidos nacional e internacionalmente;

II - liberdade acadêmica, de forma a garantir a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;

III - disseminação e transferência de conhecimento e tecnologia;

IV - interação permanente com a sociedade e o mundo do trabalho, urbano e rural;

V - incorporação de meios educacionais inovadores e de educação a distância, baseados em tecnologias de informação e comunicação;

VI - preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural, artístico e ambiental;

VII - articulação com a educação básica;

VIII - consideração da diversidade cultural e da identidade, memória e ação dos diferentes segmentos étnico-raciais;

IX - inserção regional, nacional ou internacional das atividades acadêmicas;

X - democratização do acesso e das condições de trabalho acadêmico;

XI - gestão democrática das atividades acadêmicas, assegurada a participação dos diversos segmentos da comunidade institucional;

XII - promoção do exercício da cidadania, do respeito aos direitos humanos e garantias fundamentais da pessoa e do cidadão;

XIII - liberdade de expressão e associação aos docentes, estudantes e pessoal técnico e administrativo; e

XIV - valorização profissional dos docentes e do pessoal técnico e administrativo.

Art. 6º A instituição de educação superior poderá oferecer:

I - ensino em cursos de graduação, compreendendo bacharelado, licenciatura e cursos de educação profissional tecnológica, para candidatos que tenham concluído o ensino médio, devidamente classificados em processo seletivo;

II - ensino em programas de pós-graduação, compreendendo cursos de mestrado e doutorado, de natureza acadêmica ou profissional, credenciados pelas instâncias federais competentes e em funcionamento regular, para candidatos graduados que atendam aos requisitos estabelecidos pelas respectivas instituições de educação superior;

III - extensão em programas e atividades, para candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas respectivas instituições de educação superior;

IV - formação continuada, em cursos para candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas respectivas instituições de educação superior, abrangendo entre outros:

a) cursos seqüenciais de diferentes tipos e níveis;

b) cursos de especialização e de residência nas áreas especializadas da saúde e outras, destinados a graduados; e

c) cursos de aperfeiçoamento e de capacitação específica, destinados a graduados;

§ 1º Os cursos, programas e atividades mencionados neste artigo poderão ser ministrados nas modalidades presencial e a distância, ou por complementação entre estas.

§ 2º As universidades, na forma de seus estatutos, poderão organizar seus cursos de graduação, exceto os de educação profissional tecnológica, incluindo um período de formação geral, em quaisquer campos do saber e com duração mínima de quatro semestres, com vistas a:

I - formação humanística, científica, tecnológica e interdisciplinar;

II - realização de estudos preparatórios para os períodos posteriores de formação; e

III - orientação para a escolha profissional.

§ 3º Os cursos de graduação terão a duração mínima de três anos, excetuando-se:

I - cursos de educação profissional tecnológica, com duração mínima de dois anos; e

II - cursos estruturados na forma do § 2º, com duração mínima de quatro anos.

§ 4º Será concedido diploma com validade nacional, decorrente de seu registro legal, nos seguintes casos:

I - conclusão de curso de graduação - bacharelado ou licenciatura - e cursos de educação profissional tecnológica, credenciados pela instância competente; e

II - conclusão de curso compreendido em programa de pós-graduação - mestrado e doutorado - credenciado pela instância federal competente.

§ 5º Será concedido certificado com validade nacional, nos seguintes casos:

I - conclusão do período de formação geral, nos termos do§ 2.º; e

II - conclusão de cursos e atividades compreendidos em programas de extensão e de formação continuada, inclusive os cursos de especialização e aperfeiçoamento.

§ 6º Os diplomas expedidos por universidades e por centros universitários serão por eles próprios registrados, e aqueles conferidos por faculdades serão registrados em instituições de educação superior indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 7º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso reconhecido do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 8º Os diplomas de mestrado e de doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação avaliados e reconhecidos, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 7º A educação superior na área das ciências da saúde articula-se com o Sistema Único de Saúde, de modo a garantir orientação intersetorial ao ensino e à prestação de serviços de saúde, resguardados os âmbitos de competências dos Ministérios da Educação e da Saúde, bem como dos sistemas estaduais de ensino.

Parágrafo único. As orientações gerais referentes aos critérios para autorização e reconhecimento dos cursos de graduação em biomedicina, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, nutrição, odontologia, psicologia e terapia ocupacional, bem como cursos de educação profissional tecnológica na área da saúde profissional de saúde, serão estabelecidas após manifestação do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 8º Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais.

§ 1º As instituições tornarão públicos, antes de cada período letivo, a organização curricular de seus cursos, incluindo o plano de estudos com suas disciplinas, etapas, módulos ou outras formas de estruturação do ensino e respectivos requisitos, duração, - qualificação dos docentes, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas da respectiva instituição de educação superior.

§ 3º É obrigatória a freqüência dos estudantes em, pelo menos, 75% das horas previstas no respectivo curso, salvo normas específicas dos cursos e programas de educação a distância.

§ 4º Os cursos de graduação oferecidos no período noturno devem ter os mesmos padrões de qualidade dos oferecidos no período diurno.

Art. 9º As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei.

Art. 10. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, poderão autorizar matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Parágrafo único. A alunos não regulares serão conferidos atestados de freqüência ou de aproveitamento, neste caso podendo ser considerados para a integralização de cursos seqüenciais ou de graduação, de acordo com os critérios de organização curricular da instituição.

Art. 11. A instituição de educação superior interessada em oferecer a modalidade de educação a distância deverá prever esta modalidade em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e solicitar credenciamento à União.

§ 1º A instituição de educação superior credenciada para oferta de cursos de graduação ou cursos e programas de pós-graduação na modalidade de educação a distância poderá operar em unidade da federação distinta de sua sede, inclusive mediante consórcios, parcerias, convênios, contratos ou instrumentos similares organizados em regime de colaboração com a União, outros Estados, o Distrito Federal ou com os Municípios, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e legislação complementar.

§ 2º Os diplomas e certificados de cursos e programas na modalidade de educação a distância, quando expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Art. 12. Todos os cursos e programas de pós-graduação no país serão submetidos aos processos de avaliação, reconhecimento e credenciamento pela instância competente da União.

CAPÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Poderá ser mantenedor de instituição de educação superior:

I - o Poder Público; ou

II - sociedade, associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, cuja finalidade principal deverá ser a educação.

§ 1º As instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público terão personalidade jurídica própria.

§ 2º Os atos jurídicos das instituições de educação superior mantidas por pessoa jurídica de direito privado serão praticados por intermédio de sua mantenedora.

§ 3º O estatuto ou contrato social da mantenedora de instituição privada de educação superior, bem como suas alterações e atos que impliquem o controle de pessoal, patrimônio e capital social, serão devidamente informados ao órgão oficial competente do respectivo sistema de ensino.

§ 4º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das entidades mantenedoras de instituição de educação superior, quando constituídas sob a forma de sociedade com finalidades lucrativas, deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão de suas atividades.

Art. 14. As instituições de educação superior classificam-se como:

I - pública, inclusive por consórcio público, a instituição criada e mantida pelo Poder Público;

II - comunitária, a instituição cuja mantenedora é constituída na forma de fundação ou associação instituída por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem orientação confessional ou filantrópica, que inclui, em suas instâncias deliberativas, significativa participação da comunidade local ou regional;

III - particular, a instituição de direito privado mantida e administrada por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Parágrafo único. As atividades de pesquisa e extensão de instituições de educação superior comunitárias poderão ser objeto de políticas especiais de qualificação promovidas pelo Poder Público.

Art. 15. As instituições de educação superior, quanto à sua organização e prerrogativas acadêmicas, podem ser classificadas como:

I - universidade;

II - centro universitário; ou

III - faculdade.

Art. 16. São comuns às instituições de educação superior as seguintes prerrogativas:

I - organizar-se de forma compatível com sua peculiaridade acadêmica, estabelecendo suas instâncias decisórias;

II - definir a política geral de administração da instituição;

III - elaborar e reformar seu estatuto ou regimento, nos termos das normas e aprovação de suas instâncias respectivas;

IV - estabelecer normas e exercer o poder disciplinar relativamente ao seu quadro de pessoal e ao corpo discente;

V - fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes nacionais pertinentes;

VI - fixar seus objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos, culturais e sociais;

VII - estabelecer calendário acadêmico, observadas as determinações legais;

VIII - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, de produção artística e cultural e de extensão;

IX - conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos;

X - estabelecer normas e critérios para seleção, admissão e exclusão de seus estudantes, assim como para aceitação de transferências;

XI - firmar contratos, acordos e convênios;

XII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimento, referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos e deles dispor, na forma prevista no ato de constituição, nas leis e no respectivo estatuto ou regimento; e

XIII - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultantes de convênios com entidades públicas e privadas.

Art. 17. As instituições de educação superior deverão observar as seguintes diretrizes:

I - implementação de planos de carreira, bem como de capacitação e treinamento, para docentes e pessoal técnico e administrativo;

II - divulgação pública de critérios de seleção para admissão de docentes e pessoal técnico e administrativo;

III - avaliação institucional interna e externa, abrangendo seus cursos e programas, com participação de docentes, estudantes, pessoal técnico e administrativo e representantes da sociedade;

IV - organização colegiada, garantida a prevalência da representação docente;

V - proteção da liberdade acadêmica contra o exercício abusivo de poder, interno ou externo à instituição;

VI - institucionalização do planejamento acadêmico e administrativo; e

VII - prévia tipificação de infrações disciplinares e de suas correspondentes penalidades, para os docentes, os estudantes e o pessoal técnico e administrativo, bem como dos processos administrativos para sua aplicação.

SEÇÃO II

DA UNIVERSIDADE

Art. 18. As instituições de educação superior poderão ser classificadas como universidade por atenderem, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - estrutura pluridisciplinar, com oferta regular, em diferentes campos do saber, de pelo menos doze cursos de graduação, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes;

II - programas de pós-graduação, com três cursos de mestrado e um curso de doutorado, todos credenciados pelas instâncias federais competentes;

III - programas institucionais de extensão nos campos do saber abrangidos pela instituição;

IV - um terço do corpo docente em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, majoritariamente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

V - metade do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo pelo menos metade destes doutores;

VI - produção intelectual institucionalizada; e

VII - indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º As universidades especializadas, inclusive as tecnológicas, deverão oferecer, no mínimo, oito cursos de graduação, sendo seis no campo do saber de designação, um curso de mestrado e um de doutorado, no mesmo campo do saber, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes.

§ 2º As universidades tecnológicas devem oferecer cursos de graduação em pelo menos três áreas profissionais, cursos técnicos de nível médio nas áreas profissionais de sua atuação e programa institucional de extensão em sua especialização.

Art. 19. As universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 20. As universidades, no exercício de sua autonomia, devem, de forma indissociável, realizar:

I - geração de novos conhecimentos, tecnologias, cultura e arte;

II - disseminação e transferência de conhecimentos e tecnologias, preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural, artístico e ambiental;

III - formação acadêmica e profissional em padrões de qualidade reconhecidos nacional e internacionalmente; e

IV - articulação com a sociedade, visando contribuir por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento educacional, sócio-econômico e ambiental sustentável de sua região.

Art. 21. As universidades gozam de:

I - autonomia didático-científica, que consiste em definir seu projeto acadêmico, científico e de desenvolvimento institucional, e alcançar reconhecimento de sua qualidade universitária e relevância social;

II - autonomia administrativa, que consiste na capacidade colegiada de auto-organização, para edição de normas próprias, de escolha de seus dirigentes e de administração e valorização de seu pessoal docente, discente, técnico e administrativo, e de gestão de seus recursos materiais;

III - autonomia de gestão financeira e patrimonial, que consiste na capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais, próprios, recebidos em doação ou gerados por suas atividades finalísticas.

Parágrafo único. A autonomia administrativa e a autonomia de gestão financeira e patrimonial decorrem e estão subordinadas à autonomia didático-científica, como meios de assegurar a sua plena realização.

Art. 22. O exercício da autonomia universitária implica as seguintes prerrogativas específicas, sem prejuízo de outras:

I - criar, organizar e extinguir, no Município de sua sede ou no Distrito Federal, cursos e programas de educação superior; e

II - fixar o número de vagas em seus cursos e programas, de acordo com a capacidade institucional, as exigências do seu meio e as áreas de influência.

Parágrafo único. O *campus* fora de sede, devidamente autorizado, que, isoladamente considerado, atender às exigências previstas nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 18, gozará das prerrogativas da sua sede.

SEÇÃO III

DO CENTRO UNIVERSITÁRIO

Art. 23. As instituições de educação superior poderão ser classificadas como centro universitário por atenderem, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - estrutura pluridisciplinar, com oferta regular, em diferentes campos do saber, de pelo menos, oito cursos de graduação, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes;

II - programa institucional de extensão nos campos do saber abrangidos pela instituição;

III - um quinto do corpo docente em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, majoritariamente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

IV - um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo um terço destes doutores.

§ 1º Os centros universitários especializados, inclusive os tecnológicos, deverão oferecer, no mínimo, seis cursos de graduação no campo do saber de designação, todos reconhecidos e com avaliação positiva pela instância competente, e ter programa institucional de extensão em sua especialização.

§ 2º Os centros universitários tecnológicos deverão ter quatro cursos de graduação tecnológica em um campo do saber e duas áreas profissionais, todos reconhecidos e com avaliação positiva pela instância competente, e ter cursos técnicos de nível médio e programa institucional de extensão em sua especialização.

Art. 24. Os centros universitários têm as seguintes prerrogativas específicas:

I - atuar no Município de sua sede ou no Distrito Federal;

II - criar, no mesmo campo de saber, cursos congêneres, conforme explicitado e aprovado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, aos cursos de graduação positivamente avaliados pelas instâncias competentes; e

III - fixar o número de vagas em seus cursos e programas, de acordo com a capacidade institucional, as exigências do seu meio e as áreas de influência.

SEÇÃO IV

DA FACULDADE

Art. 25. Faculdades são instituições de educação superior que têm como objetivo precípuo a formação pessoal e profissional de elevada qualidade científica, cultural e técnica.

Parágrafo único. Duas ou mais faculdades credenciadas, atuando no mesmo Município, podem articular suas atividades mediante regimento comum e direção unificada, na forma proposta por seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

SEÇÃO V

DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 26. As instituições de educação superior deverão elaborar seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo:

I - projeto pedagógico da instituição e de cada um de seus cursos, identificando sua vocação educacional, definindo os campos do saber de sua atuação e explicitando, quando for o caso, a proposta de criação de cursos congêneres aos já oferecidos;

II - demonstração da relação entre o projeto pedagógico, a finalidade da educação superior e o compromisso social da instituição;

III - perspectiva de evolução da instituição no período de vigência do PDI; e

IV - avaliação do PDI anterior, quando for o caso.

Parágrafo único. O PDI, bem como seus posteriores aditamentos, uma vez avaliados na sua consistência e homologados pela instância competente, constituem termo de compromisso com o Poder Público, observados os dispositivos regulatórios.

SEÇÃO VI

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

Art. 27. A educação superior nos sistemas estaduais de ensino compreende:

I - as instituições de educação superior estaduais e municipais; e

II - órgãos e entidades vinculados à educação superior no âmbito dos respectivos Estados e do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os sistemas estaduais de ensino têm como órgão normativo os respectivos conselhos, conforme legislação própria.

Art. 28. Compete aos sistemas estaduais de ensino a definição das normas aplicáveis ao funcionamento das instituições de que trata o artigo anterior, especialmente quanto à função regulatória, excetuando-se os cursos e programas de pós-graduação e a modalidade de educação a distância.

Art. 29. A União poderá participar no financiamento das instituições de educação superior estaduais e municipais que com ela celebrarem convênios ou consórcios públicos, com o compromisso de aumento da oferta de vagas e de qualificação dos cursos e programas, inclusive visando à criação de novos estabelecimentos e cursos de educação superior.

TÍTULO II

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. A educação superior no sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de educação superior mantidas pela União; e

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Art. 31. A organização da instituição de educação superior deverá prever a existência de uma ouvidoria, cujo titular, docente, técnico ou administrativo, deverá ter estabilidade garantida no período de exercício de seu mandato e ser eleito diretamente pelos segmentos da comunidade institucional, na forma do seu estatuto ou regimento.

Art. 32. A organização da universidade e do centro universitário será definida por seus colegiados superiores, na forma de seus estatutos e regimentos, assegurada a participação no colegiado superior de representantes dos docentes, dos estudantes, do pessoal técnico e administrativo e da sociedade civil, observada a participação majoritária de docentes em efetivo exercício na instituição, sendo pelo menos cinqüenta por cento destes de mestres e doutores.

Parágrafo único. A universidade e o centro universitário, comunitário ou particular, quanto à composição do colegiado superior de que trata o *caput*, deverão, adicionalmente, observar que os integrantes indicados pela entidade mantenedora, independentemente do cargo ou atividade que exercem na instituição de educação superior, não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da representação total.

Art. 33. A universidade deverá constituir um conselho social de desenvolvimento, de caráter consultivo, presidido pelo reitor, conforme disposto em seus estatutos, com representação majoritária e plural da sociedade civil, cuja finalidade é assegurar a participação da sociedade em assuntos relativos ao desenvolvimento institucional da universidade e às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. O conselho social de desenvolvimento terá as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que lhe possam ser estatutariamente conferidas:

I - viabilizar amplo conhecimento público das atividades acadêmicas da universidade, com vista à avaliação social de sua efetividade enquanto instituição;

II - acompanhar a execução do PDI; e

III - indicar demandas da sociedade para a fixação das diretrizes e da política geral da universidade, bem como opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos.

CAPÍTULO II

DA REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO

Art. 34. Cabe à União o exercício da função regulatória da educação superior no sistema federal de ensino.

§ 1º A função regulatória será realizada mediante processos de verificação para pré-credenciamento, credenciamento, recredenciamento, descredenciamento e alteração de classificação de instituições de ensino, e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como pela supervisão técnica, para fins de acompanhamento das condições da educação superior no país.

§ 2º Deverá ser assegurada transparência e publicidade dos critérios adotados e da motivação para quaisquer atos administrativos decorrentes.

Art. 35. O credenciamento de instituições de educação superior, bem como a autorização e o reconhecimento de cursos, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.

§ 2º No caso de instituição pública, o órgão do Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 36. O credenciamento de instituição de educação superior do sistema federal de ensino somente será concedido após três anos, a partir do ato de pré-credenciamento pela instância pertinente do Poder Público.

§ 1º No decorrer do período de pré-credenciamento, a instituição de educação superior será especialmente submetida aos processos de verificação e supervisão.

§ 2º Decorrido o período definido no *caput*, a instituição de educação superior pré-credenciada que obtiver resultado satisfatório nos processos de avaliação para fins de verificação e supervisão, poderá ter seu credenciamento concedido.

§ 3º A instituição de educação superior que infringir disposição de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados no seu estatuto ou regimento poderá ter o credenciamento cassado a qualquer tempo.

Art. 37. A universidade somente será criada por novo credenciamento de instituição de educação superior já credenciada e em funcionamento regular por no mínimo cinco anos, que apresente desempenho satisfatório nas avaliações realizadas, ou, no caso de instituição federal, por lei específica.

Art. 38. O centro universitário somente será criado por novo credenciamento de instituições de educação superior já credenciada e em funcionamento regular por no mínimo cinco anos, que apresentem desempenho satisfatório nas avaliações realizadas, ou, no caso de instituição federal, por lei específica.

Art. 39. A faculdade somente será autorizada a funcionar para oferta regular de pelo menos um curso de graduação, mediante prévia avaliação das condições de ensino.

§ 1º A faculdade que pretender a criação de novos cursos de graduação congêneres a outro que contar com avaliação positiva terá esta examinada com prioridade e procedimento sumário pelas instâncias regulatórias da União.

§ 2º A faculdade poderá, no ato de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento de cursos de graduação que tiverem recebido avaliação positiva, na forma da Lei nº 10.861, de 2004, ampliar o número de vagas em até cinqüenta por cento.

Art. 40. O pré-credenciamento, o credenciamento e o descredenciamento, bem como a alteração de classificação de instituição de educação superior, são de competência do Ministério da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. Uma vez descredenciada a instituição de educação superior ou indeferido seu pedido de credenciamento, o Ministério da Educação estabelecerá as providências a serem adotadas no sentido de salvaguardar os direitos dos estudantes.

Art. 41. Uma vez credenciada, a instituição de educação superior deverá ser periodicamente recredenciada, mediante processo permanente de avaliação de qualidade, na forma da Lei nº 10.861, de 2004, sempre com base nas informações prestadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em consonância com diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES.

Art. 42. A alteração de classificação da instituição de educação superior de ensino será efetivada com base nos processos de avaliação institucional e de cursos, nos termos da Lei nº 10.861, de 2004.

Art. 43. As instituições de educação superior do sistema federal de ensino serão submetidas a procedimentos de avaliação para fins de credenciamento ou recredenciamento, inclusive as criadas anteriormente à vigência da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 44. As instituições de educação superior que, por qualquer forma de acordo, contrato, ajuste ou convênio, tácito ou expresso, licenciem sua marca serão avaliadas conjuntamente com as instituições licenciadas, sem prejuízo de avaliação institucional específica destas últimas.

Art. 45. A transferência de cursos e instituições de educação superior entre mantenedoras deverá ser previamente aprovada pela instância pertinente do Poder Público.

CAPÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 46. São comuns às instituições federais de educação superior as seguintes diretrizes específicas:

I - inclusão de grupos sociais e étnico-raciais subrepresentados na educação superior;

II - articulação com órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, em especial com as entidades de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica;

III - articulação com os demais sistemas de ensino visando à qualificação da educação básica e expansão da educação superior;

IV - cooperação na redução de desigualdades regionais, mediante políticas e programas públicos de investimentos em ensino e pesquisa e de formação de docentes e pesquisadores;

V - formação e qualificação de quadros profissionais, inclusive por programas de extensão universitária, cujas habilitações estejam especificamente direcionadas ao atendimento de necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, do mundo do trabalho, urbano e do campo;

VI - eficiência, probidade e racionalização na gestão dos recursos;

VII - garantia de condições dignas de trabalho aos docentes e técnico-administrativos;

VIII - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; e

IX - obrigatoriedade do docente ministrar, no mínimo, oito horas semanais de aulas.

Art. 47. As instituições federais de educação superior, na elaboração de seus Planos de Desenvolvimento Institucional, nos termos do art. 26, especificarão os objetivos e metas que propõem realizar em ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, com especial destaque aos projetos de expansão e qualificação institucional, em consonância com suas características vocacionais e regionais.

§ 1º O PDI deverá especificar a fonte dos recursos, incluídas as receitas próprias geradas por suas atividades e serviços, necessários à realização dos objetivos e metas propostas, em especial quando impliquem novos investimentos, destinados a suportar os projetos de expansão e qualificação institucional.

§ 2º O plano de trabalho das instituições federais de educação superior com suas respectivas fundações de apoio, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com a finalidade de obtenção de apoio a programas ou projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive de infraestrututura, deverá estar devidamente consignado nos respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional.

SEÇÃO I

DA UNIVERSIDADE FEDERAL

Art. 48. A universidade federal é pessoa jurídica de direito público, instituída e mantida pela União, criada por lei, dotada de capacidade de auto-normação, de auto-gestão e de outras prerrogativas inerentes à autonomia universitária, na forma da Constituição.

§ 1º A Universidade Federal constitui ente jurídico peculiar, denominado universidade pública federal, na forma estabelecida pela Constituição, regendo-se por seu estatuto.

§ 2º O estatuto da universidade pública federal é aprovado pelo respectivo colegiado superior, cabendo às instâncias competentes da União a verificação de sua constitucionalidade e legalidade.

Art. 49. No exercício da sua autonomia, as universidades federais poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente e técnico e administrativo, atendidas as normas gerais pertinentes;

II - remunerar serviços extraordinários e gratificar atividades específicas, conforme definição do conselho superior da instituição e observados os recursos disponíveis;

III - contratar por tempo determinado pessoal docente e técnico-administrativo para atendimento de necessidades temporárias;

IV - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

V - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

VI - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

VII - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VIII - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos; e

IX - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 1º A prerrogativa prevista no inciso I será exercida com observância dos planos de carreira nacional, para os docentes e para técnico-administrativos, com piso salarial assegurado, e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 50. O estatuto de universidade federal deve estabelecer a forma de escolha do Reitor e do Vice-Reitor, com ele registrado, mediante eleição direta pela comunidade.

Parágrafo único. O Reitor e o Vice-Reitor, com mandato de cinco anos, vedada a recondução, deverão possuir o título de doutor, ter pelo menos dez anos de docência no ensino superior público e estar em efetivo exercício.

SEÇÃO II

DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FEDERAL E DA FACULDADE FEDERAL

Art. 51. O centro universitário federal e a faculdade federal são pessoas jurídicas de direito público, instituídas e mantidas pela União, criadas por lei federal.

§ 1º O estatuto do centro universitário federal será proposto pelo respectivo colegiado superior, cabendo a sua aprovação e homologação pelas instâncias competentes da União.

§ 2º O regimento da faculdade federal será proposto pelo respectivo colegiado superior, cabendo aprovação e homologação pelas instâncias competentes da União.

SEÇÃO III

DO FINANCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 52. A União aplicará, anualmente, nas instituições federais de educação superior, nunca menos de setenta e cinco por cento da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º Excluem-se do cálculo a que se refere o *caput*:

I - os recursos alocados às instituições federais de educação superior pelas entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica e por suas congêneres privadas;

II - os recursos alocados às instituições federais de educação superior, por força de convênios, contratos, programas e projetos de cooperação, por órgãos e entidades públicos federais não participantes do sistema federal de educação superior, por outros órgãos e entidades públicos, federais ou não, bem como por organizações internacionais;

III - as receitas próprias das instituições federais de educação superior, geradas por suas atividades e serviços;

IV - as despesas que não se caracterizem como de manutenção e desenvolvimento do ensino;

V - as despesas com inativos e pensionistas das instituições federais de educação superior, sem prejuízo de seus direitos específicos;

VI - as despesas referentes a ações e serviços de saúde promovidos pelos hospitais vinculados às instituições federais de ensino, que serão contabilizadas para efeito do cumprimento do disposto no art. 198, § 2º da Constituição Federal e art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e

VII - as despesas com pagamentos de débitos judiciais que tenham origem em legislação do período anterior à promulgação desta Lei, ou resultem de atos posteriores que não tenham decorrido de decisão emanada das instituições federais.

§ 1º Os pagamentos judiciais serão contabilizados para efeito do *caput* de acordo com a natureza da despesa que lhe deu causa.

§ 2º Os excedentes financeiros de cada exercício, a qualquer título, serão automaticamente incorporados ao exercício seguinte.

§ 3º A instituição federal publicará anualmente o balanço das receitas auferidas e das despesas efetuadas no Diário Oficial da União.

Art. 53. Cada universidade federal deverá habilitar-se ao regime de orçamentação global, devendo a União repassar os recursos pactuados em duodécimos mensais.

§ 1º As despesas referidas nos incisos IV, V, VI e VII do artigo anterior incluir-se-ão no orçamento global da instituição.

§ 2º Os centros universitários e faculdades federais poderão se habilitar ao regime de orçamentação global, pelo atendimento de indicadores de gestão e desempenho institucional.

Art. 54. A diferença entre o aporte de recursos previstos no art. 52 e o somatório dos orçamentos das instituições federais de ensino será destinada à expansão, interiorização e qualificação da educação superior pública federal.

Parágrafo único. A distribuição dos recursos previstos no *caput* será feita mediante análise da avaliação institucional e do plano de desenvolvimento institucional de cada instituição federal, inclusive as não-universitárias, por orientação de comissão colegiada paritária de membros indicados pelo Ministro de Estado da Educação e pelo colegiado de dirigentes de instituições federais de ensino superior, na forma do regulamento.

SEÇÃO IV

DAS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art. 55. As instituições federais de educação superior deverão formular e implantar, na forma estabelecida em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, medidas de democratização do acesso, inclusive programas de ação afirmativa e inclusão social, e medidas de assistência estudantil.

Parágrafo único. As instituições deverão incentivar ações de reforço do ensino médio, promovendo a participação de seus estudantes, apoiados por bolsas especiais para essa finalidade, e supervisionados por docentes.

Art. 56. As medidas de democratização do acesso devem considerar as seguintes premissas, sem prejuízo de outras:

I - condições históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos étnico-raciais e sociais;

II - importância da diversidade social, étnico-racial e cultural no ambiente acadêmico; e

III - condições acadêmicas dos estudantes ao ingressarem, face às exigências dos respectivos cursos de graduação.

§ 1º Os programas de ação afirmativa e inclusão social deverão considerar a promoção das condições acadêmicas de estudantes egressos do ensino médio público oriundos de segmentos sociais e étnico-raciais historicamente prejudicados.

§ 2º As instituições federais de ensino deverão oferecer, sempre que pertinente, pelo menos um terço de seus cursos e matrículas de graduação no turno noturno.

§ 3º Será gratuita a inscrição de candidatos de baixa renda nos processos seletivos para cursos de graduação, conforme normas estabelecidas e divulgadas por cada instituição.

Art. 57. As medidas de assistência estudantil deverão contemplar, sem prejuízo de outras, a critério do conselho superior da instituição:

I - bolsas de fomento à formação acadêmico-científica e à participação em atividades de extensão;

II - moradia e restaurantes estudantis e programas de inclusão digital;

III - auxílio para transporte e assistência à saúde; e

IV - apoio à participação em eventos científicos, culturais e esportivos, bem como de representação estudantil nos colegiados institucionais.

Parágrafo único. As instituições federais de ensino superior deverão destinar um montante de recursos correspondente a pelo menos cinco por cento de sua verba de custeio para implementar as medidas previstas neste artigo.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58. As instituições de educação superior deverão adaptar seus estatutos e regimentos ao disposto nesta Lei no prazo de em cinco anos, contados a partir de 1° de janeiro do ano imediatamente subseqüente ao de sua publicação.

§ 1º O prazo para a adaptação prevista no *caput* se aplica, no que couber, às mantenedoras constituídas sob a forma de pessoas jurídicas de direito privado, inclusive àquelas criadas antes da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º As universidades deverão atender ao disposto no art. 18, II, e as universidades especializadas ao disposto no art. 18, §1º, quanto aos cursos de mestrado, no prazo de seis anos, e, quanto aos cursos de doutorado, no prazo de oito anos, contados de 1º de janeiro do primeiro ano subseqüente ao da publicação desta Lei.

§ 3º A adaptação de cumprimento das exigências previstas nesta Lei, nos prazos referidos no parágrafo anterior, deverá ser acompanhada de cronograma específico aprovado em termo de compromisso junto ao Ministério da Educação.

§ 4º As questões suscitadas por ocasião da adaptação de que trata o *caput* serão resolvidas pelo Ministério da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 59. Os centros federais de educação tecnológica e as faculdades federais tecnológicas gozarão das prerrogativas atribuídas aos centros universitários federais especializados e às faculdades federais, respectivamente, garantidas as demais prerrogativas definidas pelas Leis de criação dessas instituições.

Art. 60. Os institutos superiores de educação gozarão das prerrogativas atribuídas à faculdade.

Art. 61. Fica assegurada a expedição de diploma aos estudantes matriculados em cursos seqüenciais de formação específica até a data da publicação desta Lei.

Art. 62. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, em dois anos contados a partir de 1º de janeiro do ano imediatamente subseqüente ao da publicação desta Lei, projeto de lei instituindo novo plano de carreira do magistério superior das instituições federais de educação superior.

Art. 63. A Caixa Econômica Federal fica autorizada a realizar extração anual especial com destinação da renda líquida exclusivamente para o financiamento da educação superior pública federal, referente a todas as modalidades de Loterias Federais existentes, regidas pelo Decreto-Lei n.º 204, de 27 de fevereiro de 1967, e pelas demais normas aplicáveis, e mediante aprovação das respectivas regras pelo Ministério da Fazenda.

Art. 64. Será realizada com periodicidade inferior a quatro anos, uma Conferência Nacional da Educação Superior, patrocinada pelo Ministério da Educação.

Art. 65. O Art. 2º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido de dois parágrafos com a seguinte redação:

"§1º São condições para credenciamento e renovação de credenciamento de que trata o inciso III:

I - estatuto referendado pelo conselho superior da instituição apoiada;

II - órgão deliberativo superior da fundação integrado por no mínimo um terço de membros designados pelo conselho superior da instituição apoiada; e

III - demonstrações contábeis do exercício social, acompanhadas de parecer de auditoria independente, bem como relatório anual de gestão, encaminhados ao conselho superior da instituição apoiada para apreciação, em até sessenta dias após a devida aprovação pelo órgão deliberativo superior da fundação:

§2º As fundações de apoio que descumprirem as condições estabelecidas no parágrafo anterior poderão ser descredenciadas a qualquer tempo."

Art. 66. O art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso VIII, com a seguinte redação:

"Art. 24. .....

VIII - mantenedora de instituição educacional".

Art. 67. O art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. .....

§2º Para gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

.....

h) não alienar ou constituir ônus reais sobre bens do ativo, ou realizar quaisquer outros atos que gerem obrigações para a instituição no interesse preponderante de seus associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores;

i) não firmar quaisquer contratos a título oneroso com seus associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores;

j) não permitir a utilização, em condições privilegiadas, de quaisquer recursos, serviços, bens ou direitos de propriedade da instituição imune por seus associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores;

l) outros requisitos estabelecidos em lei, relacionados ao funcionamento das instituições a que se refere este artigo.

§ 3º . .....

§4º Deverão ser arquivados no órgão competente para registro dos atos constitutivos das instituições de que trata este artigo, todos os atos praticados ou contratos celebrados pela mesma que sejam relacionados direta ou indiretamente com seus associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores.

§5º Para fins deste artigo, são equiparados aos associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores das entidades sem fins lucrativos seus cônjuges ou parentes até segundo grau, ou, ainda, seus controladores, controladas e coligadas e seus respectivos sócios e administradores".

Art. 68. O art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o texto da proposta de contrato, o valor apurado na forma do art. 1º e o número de vagas por sala-classe, no período mínimo de cento e vinte dias antes da data final para matrícula, conforme calendário e cronograma da instituição de ensino".

Art. 69. O item 4.3 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescido dos subitens 2 e 24, com a seguinte redação:

"4.3 .....

2. Ampliar a oferta de ensino público mediante expansão do sistema público federal e cooperação entre os sistemas públicos federal e estaduais de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a quarenta por cento do total das vagas, prevendo inclusive a parceria ou o consórcio público da União com os Estados e os Municípios na criação de novos estabelecimentos de educação superior.

.....

24. As instituições federais de educação superior, segundo etapas fixadas em cronogramas constantes de seus respectivos programas de ação afirmativa, deverão alcançar, sem prejuízo do mérito acadêmico, até 2015, o atendimento pleno dos critérios de proporção de pelo menos cinqüenta por cento, em todos os turnos e em todos os cursos de graduação, de estudantes egressos integralmente do ensino médio público, respeitada a proporção regional de segmentos sociais e étnico-raciais historicamente prejudicados".

Art. 70. O art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. .....

§3º Os dirigentes dos órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal serão nomeados por indicação do Advogado-Geral da União, observado, quanto às universidades federais, o disposto no §8º deste artigo.

.....

§ 8º Os procuradores-chefes dos órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal, junto às universidades federais, serão indicados pelos reitores e aprovados pelo Advogado-Geral da União".

Art. 71. Revogam-se etc.

(os artigos incompatíveis com esta Lei serão expressamente mencionados na versão definitiva a ser enviada ao Congresso Nacional)

Art. 72. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 460 • 13 de junho de 2005

Confira a pauta de reivindicações dos docentes das IFES
Página 2

Consuni distribui vagas da reserva estratégica
Página 5

Estudantes impedem a criação de curso pago na Educação Física
Página 8

Agenda Sindical

13/6 - Reunião de Representantes dos SPF
Rio de Janeiro (RJ) - no Sintrasef (av. 13 de maio, 13), às 16h30

21/6 - Plenária do comitê Rio do Fórum Social Mundial
Rio de Janeiro (RJ) - av. Rio Branco, 109, 19° andar - Auditório do Corecon, de 18h30 às 20h30.

1º e 2/7 - Seminário "Alternativas de Organização dos Trabalhadores"
Niterói (RJ) - local a confirmar

3/7 - Reunião do Pleno do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
Niterói (RJ) - Sede da Aduff-SSind (Rua Professor Lara Vilela, 110 – São Domingos), a partir das 9h.

14/7 - Reunião do Setor das Estaduais
Fortaleza (CE)

15 a 17/7 - 50 º Conad do Andes-SN
Fortaleza (CE) - com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Kelvin Melo

SESSÃO DO COLEGIADO COM A PRESENÇA DO PROFESSOR ROBERTO LEHER

Diretor do Andes-SN debate reforma universitária no Consuni

Professor identifica, no anteprojeto do MEC, as benesses concedidas ao setor particular

Como reverter a tendência de transformar a Educação em negócio, sem um novo padrão de financiamento? Como fortalecer o conceito de universidade como espaço público de produção de conhecimento, livre dos interesses do mercado? Como reverter o avanço do setor privado sobre o setor público? Esses foram alguns dos questionamentos apresentados pelo professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação da UFRJ e diretor do Andes-SN, ao Consuni de 9 de junho. A palestra do docente fez parte de uma iniciativa promovida no colegiado para debater a reforma universitária, conforme sugestão da diretoria da Adufrj-SSind ao reitor feita em reunião de abril. Munido de vários dados e gráficos exibidos aos conselheiros, Roberto demonstrou que o discurso do governo de estimular o ensino público não corresponde à realidade.

O primeiro ponto criticado pelo palestrante foi a fórmula de financiamento proposta na nova versão do anteprojeto do MEC, divulgada em 30 de maio e reproduzida no Jornal da Adufrj de 6 de junho. De acordo com Roberto, a verba será insuficiente para cobrir as despesas de custeio das instituições federais de educação superior.

Continua na página 4

Andes-SN

A pauta de reivindicação dos Setor das Federais foi atualizada em reunião que antecedeu a participação do sindicato no Grupo de Trabalho do Ministério da Educação, no dia 6 de junho (veja matéria na página ao lado).

Pauta de reivindicações dos docentes das IFES

Em conformidade com as resoluções do 24º CONGRESSO do ANDES-SN

1. Considerando o compromisso firmado pelos ministros presentes na instalação da MNNP, de que, durante este governo, não haveria perdas salariais para os servidores, reivindicamos a implantação de política salarial que cumpra o dispositivo constitucional que assegura a revisão anual dos vencimentos básicos dos servidores públicos, de forma a compensar, no mínimo, as perdas referentes à inflação do ano anterior, de acordo com os índices do DIEESE;

2. Política de recomposição salarial que elimine as perdas sofridas desde janeiro de 1995, com reposição emergencial de 18%, conforme pauta dos servidores públicos federais;

3. Incorporação imediata das gratificações (GED, GEAD, GAE), com paridade entre docentes ativos, aposentados e pensionistas isonomia entre os docentes das carreiras de magistério de 1º e 2º graus e superior em seus valores mais altos com:

3.1 equiparação dos valores da GED (140 pontos) e da GEAD, com seus valores extensivos integralmente aos aposentados e pensionistas, conforme os valores da tabela abaixo, a vigorar independentemente do reajuste no vencimento básico que deve ser concedido a todos os servidores públicos:

Proposta em Reais				
Equiparação GED e GEAD				
Titulação	classe	20H	40H	DE
graduação	todas	321,23	572,60	858,20
aperfeiçoamento	todas	321,23	634,20	947,80
especialização	todas	321,23	634,20	947,80
mestrado	titular	476,00	1.191,40	1.492,40
	outra	428,77	1.024,80	1.492,40
doutorado	titular	681,80	1.702,40	2.770,60
	outra	596,40	1.492,40	2.345,00

3.2. Enquanto a GED não for integralmente incorporada, deve haver extensão integral aos aposentados e pensionistas.

4. Abertura imediata de negociação com vistas ao estabelecimento de carreira única para os docentes das IFE em substituição aos atuais planos diferenciados para 1º e 2º grau e 3º grau, garantindo a paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas.

5. Instituição da classe especial e de professor associado no atual plano de cargos respectivamente para os docentes de 1º e 2º grau e ensino superior, enquanto passos importante na direção da nova carreira.

6. Restabelecimento dos anuênios;

7. Imediata realização de todos os concursos públicos recentemente aprovados e anunciados pelo MEC, com cumprimento urgente da integralidade do aprovado, bem como a liberação de concursos públicos para a recomposição e ampliação de todas as vagas nas carreiras de Magistério de 1º e 2º graus e Superior das IFES, com a definição e cumprimento de calendário para reposição de todas as vagas;

8. Revogação das proibições às IFES de realizar concursos para preencher todas as vagas de docentes e de técnicos-administrativos existentes ou que venham a existir por aposentadorias e outras formas de vacância;

9. Extinção de todas as formas de precarização do trabalho docente nas IFES, tais como: aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos, programas de excelência para aproveitamento de aposentados, programas de aproveitamento de jovens doutores e estudantes de pós-graduação como alternativa à contratação de professores, aproveitamento de técnicos-administrativos na docência, prestação de serviços via convênios que descaracterizam a carreira docente, redução no número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado;

9.1 Equiparação imediata da remuneração dos professores substitutos aos efetivos conforme titulação e regime de trabalho, incluindo todas as gratificações;

10. Manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES;

11. Revogação do decreto que regulamenta as fundações de apoio (Dec. N) e proibição de cursos pagos que violam os princípios da universalidade e da gratuidade do ensino público.

Brasília, 6 de junho de 2005

Seminário em Curitiba vai reavaliar proposta de carreira docente

A Secretaria Regional Sul do Andes-SN realizará de 17 a 19 de junho, em Curitiba, o seminário *Estratégias de Articulação entre as Diferentes Modalidades da Educação e do Ensino Superior*.

Será o primeiro evento regional com o objetivo de reavaliação da proposta de carreira docente do Andes-SN, com o propósito de construir uma carreira única com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais em Educação Básica e Profissional (Sinasefe), conforme deliberação do 24.º Congresso do Sindicato Nacional. Na ocasião serão discutidos os pontos levantados na reunião do GT Carreira do Andes-SN, realizada nos dias 21 e 22 de maio de 2005.

As seções sindicais dos docentes da Universidade do Paraná, do Cefet-PR, da Universidade de Santa Catarina, do Cefet-SC e do Sinasefe também participam da organização do seminário e convidam os professores de todas as instituições a participar do evento e contribuir para o processo de construção da carreira única. Outras informações podem ser obtidas no sitio do Sindicato (www.andes.org.br) ou na Adufrj-Ssind.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

MEC realiza finalmente reunião do GT que trata das reivindicações das Ifes

Após três reuniões sucessivamente desmarcadas pelo MEC, o GT que trata das questões específicas das IFES reuniu-se finalmente no dia 6 de junho. Na reunião, o secretário executivo adjunto do MEC, Jairo Jorge, manifestou a intenção do Ministério em trabalhar a pauta específica dos docentes a partir de dois eixos: incorporação da GED e da GAE e o aumento percentual dos incentivos à titulação docente. Segundo o secretário, o primeiro cenário representa um impacto no orçamento de 2005 de R$ 610 milhões; o segundo, de R$ 370 milhões. O impacto na incorporação da GED nos proventos dos aposentados e nas pensões foi calculado pelo MEC com base nos valores que estão sendo pagos atualmente, ou seja, mantendo a disparidade em relação aos ativos. Jairo Jorge afirmou que a proposta está sendo discutida com a área econômica do governo.

Em resposta às propostas apresentadas pelo MEC, o vice-presidente do Andes-SN , Paulo Rizzo, reafirmou as principais reivindicações do Sindicato Nacional: incorporação imediata das gratificações, com paridade entre ativos e aposentados e pensionistas; isonomia entre docentes das carreiras de magistério de 1º e 2º graus e superior em seus valores mais altos.

Paulo Rizzo avaliou como positiva a intenção do MEC de incorporar as gratificações, o que pode ser um passo para a implementação da nova carreira. Quanto ao aumento dos incentivos, o vice-presidente do Andes-SN disse que é preciso avaliar quais os impactos que tal medida poderá trazer para o futuro plano de carreira, uma vez que aumentar os incentivos pode interferir na construção do novo plano. Ressaltou que o aumento dos incentivos não faz parte da pauta de reivindicações do Andes-SN deliberada pelo conjunto dos docentes das IFES e manifestou a preocupação de que a introdução desse tema no debate possa prejudicar o processo de discussão da carreira.

Paulo Rizzo cobrou ainda do Ministério a discussão e implementação imediata das Classes de Professor Associado (ensino superior) e Especial (carreira de 1 e 2 graus), como forma de desafogar a situação nas universidades.

Enfatizou que o Andes-SN já vem discutindo a carreira em seus fóruns, conjuntamente com o Sinasefe. Segundo Paulo Rizzo, é importante refletir sobre os ganhos duradouros. Afirmou que, para o Sindicato, a discussão da carreira deve ser feita em paralelo à discussão dos ganhos salariais e cobrou agilidade do governo nesse processo.

Andifes

Os representantes da Andifes questionaram quais critérios o MEC adotará dentre os cenários apresentados. Jairo Jorge respondeu que a posição do ministério é procurar contemplar os dois cenários. Os reitores apresentaram preocupação da Andifes com a possibilidade de deflagração de greve em algumas IFES, por isso, observaram que o MEC deve sinalizar avanços aos docentes. Os reitores manifestaram preocupação com o debate, uma vez que as propostas mencionadas representam alto impacto financeiro, e isso indica a necessidade imediata da discussão da carreira. Segundo eles, não levar em conta o debate sobre a carreira neste momento pode representar um atraso de décadas.

SBPC

O representante da SBPC, Almícar Baiardi, considerou positivas as propostas apresentadas pelo MEC. Destacou a importância de se avaliar as distorções que hoje existem e que prejudicam a isonomia da categoria. Chamou atenção para o fato de que categorias congêneres, como algumas relacionadas à Ciência e Tecnologia, têm remuneração maior que os docentes das IFES.

Proifes

Os representantes do Proifes, convidados do governo no GT, defenderam que a discussão da carreira não deve aguardar a aprovação da Reforma Universitária, mas que é uma discussão complexa e deve ser feita com a categoria. Propuseram que o atual GT se transforme em um grupo de trabalho sobre carreira. Apoiaram a intenção do governo de aumento percentual dos incentivos à titulação, item que reivindicam como ponto central da discussão e, ignorando as deliberações de base do Andes-SN, criticaram o sindicato por não apoiar a proposta.

Depois de ouvir os representantes de todas as entidades, o secretário Jairo Jorge afirmou que a posição do MEC é de defender a implementação das duas propostas feitas e de verificar outros cenários. Afirmou que o MEC estaria disposto, como defendeu o Proifes, a transformar o atual GT em um grupo que discuta a carreira. Destacou que os valores apresentados são significativos e representam 10% do total do volume de reajustes ao funcionalismo em 2004.

Durante a reunião do GT, estiveram presentes em vigília, no prédio do Ministério, docentes de mais de trinta seções sindicais do Andes-SN, que haviam participado pela manhã reunião do Setor das IFES que preparou para preparar a intervenção do Andes-SN no GT.Uma nova reunião foi marcada para dia 27 de junho quando, segundo o secretário, o MEC apresentará propostas mais concretas.

Fonte: Andes-SN

MEC não cumpre prazo sobre avaliação docente

Até o momento, o MEC não cumpriu o prazo definido pela Lei nº 11.087/2005 (que modificou a Gratificação de Estímulo à Docência - GED) para instituir "novas formas e fatores de avaliação quantitativa do desempenho docente". O governo deveria ter instituído este ato até 20 de fevereiro. Em 9 de dezembro do ano passado, o ministro Tarso Genro criou um grupo de trabalho, no âmbito do próprio MEC, para definir a nova avaliação e, a partir daí, iniciar a incorporação da GED. Este GT também teve expirado seu prazo para apresentar uma proposta, em 18 de maio. E, pela portaria 1680, o ministro prorrogou por sessenta dias (até 9 de julho) o tempo máximo para execução dessa tarefa.

No último dia 9, o Andes-SN encaminhou ofício ao Ministério alertando para o atraso no cumprimento da lei e reivindicado a retroatividade dos efeitos das medidas que vierem a ser tomadas quando da incorporação das gratificações referente aos prazos definidos pela legislação. O Sindicato defende a equiparação da GED e da GEAD (a gratificação devida aos docentes de 1º e 2º graus) em seus valores mais altos e a incorporação de ambas, como também da GAE.

Carreira docente

O GT criado pelo ministro em dezembro de 2004 também tem a função de apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes e a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. O Andes-SN vem debatendo, junto do Sinasefe, uma proposta de carreira nacional única dos professores das instituições federais de ensino superior - um seminário regional conjunto sobre o assunto está agendado para Curitiba, nos dias 17 a 19 de junho (veja nota nesta edição).

Com o objetivo de conquistar a nova carreira, segundo deliberação da categoria em seu último Congresso, o Sindicato defenderá ainda a valorização do título de doutor na carreira de 1º e 2º graus com a criação de uma nova classe, que não substituiria a de Titular. O Andes-SN também cobra a implantação da classe de Professor Associado, nos termos da carreira do Sindicato, independentemente da tramitação do anteprojeto de reforma da educação superior, sem limites de percentuais máximos para a progressão dos docentes.

No ofício ao governo, o Andes-SN considera que o atual GTMEC não deve dedicar-se à discussão sobre carreira, o que deveria ser feito um GT específico para essa finalidade com a participação, em termos de representação sindical, do Andes-SN e Sinasefe, sem prejuízo da participação de outras entidades.

A íntegra da carta protocolada no MEC, com as informações aqui resumidas, podem ser conferidas na seção "Circulares expedidas (circular nº 165/05)" do *link* "Secretaria", da página do Andes-SN (www.andes.org.br).

Incentivo à discórdia

As propostas apresentadas pelo MEC são mais do que frustrantes. Primeiro, porque não são, de fato, *propostas*, e sim *cenários* ou *simulações de intenções*, que ainda terão de ser autorizadas pela "área econômica" do governo. Segundo, porque simulam intenções cujo objetivo não é atender reivindicações dos professores das Ifes, e sim minimizar gastos. Assim, a incorporação da GED é feita pelos valores – díspares – atuais e aumentam-se os percentuais de titulação. Ora, uma vez extinto o caráter pseudo-produtivista da GED, esta passa a servir apenas para impedir a paridade entre ativos e aposentados. Incorporá-la aos vencimentos pelos valores atuais é consolidar a disparidade e, portanto, injusto e totalmente inaceitável. Quanto ao "incentivo à titulação" que o aumento dos percentuais (mais barato do que a incorporação da GED) representaria, não passa de uma isca a ser mordida pelos docentes mais titulados, levando-os a preferir ganhos específicos em detrimento de ganhos coletivos. Um incentivo, sem dúvida, mas à competição predatória por recursos escassos. Para temperar a isca, o MEC serve-se da ajuda do seu convidado no GT, o Proifes, que despreza as assembléias de base e apresenta o aumento dos percentuais de titulação como se fosse uma "reivindicação dos docentes das federais". Afirma o MEC que a incorporação da GED custa R$ 610 milhões e que o aumento dos percentuais de titulação custa R$ 370 milhões. Não é difícil prever qual será a *opção preferencial* do governo no atual contexto. Restará aos docentes submeterem-se a esta tática divisionista ou apostarem na sua união para obter ganhos dignos para todos.

Diretoria da Adufrj-SSind

Reforma Universitária

Continuação da capa

Pelo anteprojeto, o orçamento total das IFES corresponderá a 75% das receitas federais constitucionalmente vinculadas à Educação, que representam, por sua vez, 18% da receita de impostos da União, deduzidas a DRU (Desvinculação das Receitas da União) e as transferências obrigatórias para estados e municípios. Este mecanismo é chamado de "subvinculação" e tem sido propagandeado pelo governo como uma forma de ampliar os recursos destinados às universidades federais. A análise dos dados orçamentários revela, no entanto, que isto não ocorrerá. Em 2004, a União arrecadou R$ 126,1 bilhões de impostos, dos quais R$ 26,1 bilhões foram liberados pela DRU e R$ 68,6 bilhões foram transferidos para estados e municípios. Restaram, portanto, R$ 31,4 bilhões, dos quais 18%, ou seja, R$ 5,65 bilhões, seriam vinculados à Educação. Finalmente, seriam subvinculados às IFES 75% deste montante, isto é, R$ 4,24 bilhões. Acontece que a despesa real das IFES em 2004 foi igual a R$ 7,34 bilhões, valor bem superior, portanto, ao que o MEC propõe no seu anteprojeto.

Outra modificação para pior, comentada pelo professor: na primeira versão, de dezembro de 2004, os eventuais excedentes de cada exercício seriam incorporados ao exercício seguinte e excluídos do montante geral do qual se faz a partilha dos recursos. Na nova versão, esse mecanismo de segurança para as IFES foi suprimido.

Também o chamado "orçamento global", tal como está definido no anteprojeto, no ponto de vista de Roberto Leher, não prevê rubrica de pessoal e mecanismos para eventuais reajustes. A fração de 5% das verbas de custeio voltada para a assistência estudantil cria uma situação surreal, uma vez que o dinheiro não cobre as necessidades básicas para a simples manutenção das IFES. "E outro ponto que a versão anterior mencionava e o atual não menciona é a exclusão das verbas para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Como é criado por Emenda Constitucional, seguramente estará amparado nos 18% destinados à Educação", ressaltou ele, em referência a mais um item que diminuirá o montante da base de cálculo do orçamento das IFES.

Gratuidade posta à prova

O professor disse estar preocupado com o conceito de gratuidade nos estabelecimentos públicos. Embora sujeito a controvérsias jurídicas, o anteprojeto restringe essa definição apenas ao ensino (graduação, mestrado e doutorado), liberando cursos de especialização dessa obrigatoriedade.

Kelvin Melo

ROBERTO LEHER CRITICA ANTEPROJETO

Ensino a distância

Outro ponto para o qual Roberto Leher chamou a atenção dos conselheiros foi a "hipertrofia" do ensino a distância (EAD). O artigo 5 diz que uma das formas de a universidade demonstrar seu "compromisso social" é por meio do EAD. "Importante frisar que, há uns vinte dias, dezenas de empresários se reuniram na Espanha justamente para pensar estratégias de fornecimento de diplomas espanhóis na América Latina", afirmou. E, segundo Roberto, não é coincidência que ocorra, na atual conjuntura, a liberalização do ensino a distância, inclusive no mestrado e doutorado. O professor disse que não é inimigo das novas tecnologias, que podem e devem ser aperfeiçoadas. O problema, segundo ele, é a que tipo de concepção o ensino a distância está servindo. Ele indagou porque 90% dos cursos desta modalidade visam à formação de professores. "Por que não forma engenheiros, enfermeiros ou médicos? O que isso significa? O que estamos dizendo sobre o papel do professor do ensino básico e o futuro da Nação brasileira?", questionou.

O doutorado, em iniciativa inédita do MEC na nova versão, pode ganhar caráter profissional. "Ou seja, um título acadêmico pode ensejar uma formação de natureza profissional", comentou, em referência ao artigo 6 da proposta do ministério.

Participação estrangeira

No entender de Leher, bastante relacionada ao ensino a distância, a participação estrangeira nas instituições privadas manteve-se limitada em 30%, mas o professor não duvida que essa barreira seja derrubada no Congresso Nacional. "O Brasil estaria consolidando uma reivindicação dos EUA, Austrália e Inglaterra no que concerne à liberalização do comércio no ensino superior transfronteiriço", afirmou.

Cursos noturnos

A medida de incentivar os cursos noturnos (o projeto estabelece um índice geral de 30% das matrículas) nos cursos públicos se torna inócua diante de dados do próprio MEC. Hoje, eles atendem a cerca de 36% dos alunos.

Anteprojeto não é marco zero

Roberto comentou que o anteprojeto não deve ser analisado como um marco zero de discussão da reforma. Um conjunto de medidas já foi implantado, como a Lei de Inovação Tecnológica (que vincula a pesquisa a interesses de mercado) e o Prouni (que isenta de impostos instituições particulares em troca de poucas vagas, de duvidosa qualidade). Este último programa ocupou boa parte da apresentação crítica do professor.

Avanço das particulares

Roberto Leher mostrou que o Prouni consolida o avanço da educação superior privada no Brasil. Um avanço que teve início durante a ditadura e tomou impulso no governo FHC. Apresentando os dados da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) de 2000, o professor comparou a taxa de matrícula no ensino superior público de vários países: o Brasil figurava nas piores posições (com 36,9%), atrás dos EUA (68,7%), Argentina (85,2%), Espanha (88,7%), Itália (93,8%) e Austrália, Alemanha e Canadá (esses três últimos com 100%).

Argumento falacioso

Segundo Roberto, a proposta do Prouni atende ao falacioso argumento do Ministério da Fazenda que o fornecimento público é irracional porque beneficia a elite do país. Mas os números desmentem: com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001, verifica-se que, nas faixas de renda familiar mais baixa, o percentual de alunos das públicas é superior ao de estudantes das particulares. Inversamente, nas faixas mais altas, o índice de alunos das públicas é inferior ao encontrado nas instituições privadas. Para se ter um exemplo: abaixo de uma renda per capita de dois salários mínimos dentro da família, existe um índice de 40% dos alunos das públicas, contra 24% das particulares. E isso é independente do curso, garante Leher.

Custo zero?

O "mérito" da proposta posto à parte, o governo defende, ainda, que o programa conseguiria vagas no ensino superior com baixo impacto econômico para as contas do país. O pretexto, desta vez, é que a Previdência e a Receita Federal quase nada arrecadam das instituições particulares de educação. Roberto contra-atacou mais uma vez com os números: considerada a isenção fiscal fornecida pelo programa, as instituições deixariam de repassar à União percentuais entre 15% e 25% do seu faturamento anual. Só que a revista Exame e o jornal Gazeta Mercantil já publicaram que o setor privado mobiliza R$ 18 bilhões por ano. Cálculos feitos, a isenção do Prouni fica no patamar dos R$ 3 bilhões/ano.

E a polêmica contrapartida proposta inicialmente pelo MEC ainda foi mais reduzida, na tramitação do projeto, implantado por Medida Provisória: de 400 mil vagas passou a cerca de 100 mil vagas, no Congresso. Roberto lembrou que a associação de reitores (Andifes) chegou a apresentar ao presidente Lula um documento no qual se propunha a criar 300 mil novas vagas públicas em cursos noturnos por R$ 1 bilhão/ano. "Com R$ 3 bilhões, a estimativa seria de um milhão de novas vagas em instituições públicas", comparou Leher. O professor não deixou de acrescentar que as vagas do Prouni podem ser oferecidas pelos aligeirados cursos seqüenciais.

Papel do Consuni

Roberto conclamou os conselheiros a defender a educação pública superior como um fator estratégico da Nação brasileira. O professor ressaltou o papel dos conselhos universitários nesse sentido. "E que isso ocorra a partir de uma agenda alternativa, não baseada nos pressupostos governamentais. Mas que reconheça a importância do financiamento público das instituições públicas, que avance na implementação do conceito de autonomia universitária do artigo 207 e que a educação pública seja compreendida como um direito", observou.

Vale registrar que os conselhos universitários das estaduais paulistas (USP, Unicamp, Unesp) e das universidades federais de Santa Catarina e do Amapá já se manifestaram criticamente sobre o anteprojeto do governo.

Colegiados

Consuni distribui vagas da reserva estratégica

Onze concursos devem estimular áreas novas da UFRJ

O Consuni de 9 de junho retomou a distribuição de concursos docentes dentro da universidade - em reunião de 14 de abril deste ano, foram repartidas 108 das 119 vagas que couberam à UFRJ pela última autorização do governo (leia Jornal da Adufrj de 18 de abril); as 11 restantes foram disponibilizadas para a chamada reserva estratégica da reitoria e o Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) foi encarregado, na ocasião, de preparar uma proposta para a alocação dessa "sobra". O resultado, que busca estimular áreas novas da instituição, chegou à pauta do colegiado em sua reunião da semana passada e acabou aprovado com um voto contrário e sete abstenções.

Das 11 vagas, 6 serão voltadas para a constituição de um Programa Interdisciplinar de Políticas Públicas da UFRJ. A justificativa para essa novidade é o fato de a universidade já contar "com diversas instâncias de ensino, pesquisa e extensão que trabalham com temáticas relacionadas às Políticas Públicas" - um levantamento preliminar citado em documento lido no Consuni indicou, por exemplo, a existência de 19 programas de pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) relacionados ao tema, além de outros projetos isolados, observatórios, laboratórios ou grupos de estudo. O novo programa visaria à integração acadêmica, de caráter interdisciplinar, entre as várias iniciativas já em curso na universidade.

A setorização dessas vagas ocorrerá em cada um dos Centros da universidade. "Isso não significa que tal Programa e atividades relacionadas serão desenvolvidos pelos Centros, cuja finalidade estatutária é de coordenação acadêmica e não de implementação das atividades acadêmicas", diz outro trecho do documento. Para cada vaga deverá ser elaborado um plano de trabalho, aprovado pelo respectivo Conselho de Coordenação de Centro. A iniciativa será avaliada ao final de um ano e, eventualmente, poderá sofrer ajustes.

Licenciatura em Ciências Biológicas

Outras quatro vagas serão destinadas ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, que será oferecido no Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (NUPEM/UFRJ). A motivação, no caso, é "um novo modelo de interiorização do ensino superior". Ainda segundo o documento lido no Consuni, em vez da tentativa de se implantar cursos de graduação como é usual nesses casos, a iniciativa do NUPEM, criado em 1994, é marcada pela "pesquisa de qualidade, com forte enfoque regional, complementada pela extensão, que possibilita a implantação do ensino de graduação". As vagas serão setorizadas no Instituto de Biologia, mas os aprovados nos concursos deverão exercer suas atividades docentes exclusivamente no *campus* avançado, em Macaé.

Vaga para permuta

A última vaga foi disponibilizada em sistema de permuta. O objetivo é trazer para o quadro da UFRJ um docente da área de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense de reconhecida qualidade para que se possa constituir um Programa Integrado de Relações Internacionais.

O debate

Apesar de a aprovação ter acontecido por ampla maioria, a proposta não escapou de algumas críticas. Os professores Franklin Trein e Norma Musco, representantes do CFCH e lotados no IFCS, lembraram a situação difícil do instituto. Segundo eles, houve perda de docentes recentemente e a última distribuição, datada de abril, não foi favorável àquela unidade. Norma comentou que se sentia constrangida a votar em favor de algo novo, uma vez que os cursos antigos apresentam sérias deficiências de pessoal.

Diretor da Faculdade de Educação e também representante do CFCH no Consuni, Marcelo Corrêa e Castro ressaltou esse dilema existente entre o "apelo ao desenvolvimento e o sucateamento". Mas foi além: de acordo com ele, o Consuni estaria aprovando um curso de licenciatura sobre o qual a Faculdade de Educação não teria sido sequer consultada.

Os defensores da proposta se apressaram em dizer que certamente a Faculdade de Educação será consultada no decorrer desse processo de implantação do curso. E, ao final da votação, prevaleceu a distribuição originalmente apresentada.

Notório saber

Como resultado da recente revisão das normas e editais para concursos do magistério superior da UFRJ - já publicadas no Boletim extraordinário da universidade de 10 de maio (http://www.pr4.ufrj.br/publicacoes/boletim/boletim102005ex.pdf) -, o Consuni votou, em regime de urgência, a regulamentação do processo de reconhecimento do notório saber. A legislação anterior era de 1949 e dizia respeito ao notório saber para o professor catedrático, uma figura já extinta.

A solicitação do título de notório saber deverá ser encaminhada pelo interessado ao diretor da unidade. O processo passará pelo crivo dos colegiados e Congregação do programa de pós-graduação com doutoramento na área do conhecimento correspondente (ou, na inexistência deste, a programa com doutoramento em área afim). Um parecer circunstanciado deverá ser produzido e transmitido pela direção da unidade ao Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), a quem caberá o reconhecimento final, em decisão final e irrecorrível, do notório saber do interessado.

CPPD

Sem qualquer nova discussão, foi aprovada a mesma proposta de resolução, já divulgada no Jornal da Adufrj de 17 de maio, para regulamentar as próximas eleições para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

Conforme a diretoria da Adufrj-SSind já havia afirmado, a versão aprovada é omissa quanto aos prazos e divulgação do processo eleitoral. Além disso, submete-se à própria CPPD o regimento eleitoral do pleito. Assim, permanecem as condições para que as próximas eleições apresentem os mesmos problemas que quase levaram à impugnação do último processo eleitoral.

Obra da EBA começa este ano

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Teodósio, informou que as obras de recuperação da Escola de Belas Artes devem ser iniciadas ainda este ano. Por causa da precariedade das instalações, alunos e professores da unidade resolveram fazer um protesto e transferiram atividades para o *hall* do salão de entrada da reitoria desde o final de maio.

Homenagens a professores

O Consuni aprovou moções de pesar pelo falecimento dos professores Edson Saad (Faculdade de Medicina) e Newton Alberto de Araújo (Escola Politécnica). O primeiro, que era integrante do Consuni como representante dos ex-alunos, foi lembrado em vários discursos dos conselheiros.

O reitor Aloisio Teixeira comentou que será feita uma sessão solene de homenagem ao professor Saad no próximo dia 23 e, por essa razão, deverá ser adiada a visita do ex-ministro Célio Borja, no ciclo de debates sobre reforma universitária do colegiado. Existe a intenção de incorporar o nome do homenageado ao Instituto do Coração, do qual foi um dos fundadores.

Aposentadoria

O professor Olínio Gomes Paschoal Coelho, representante do CLA no Consuni, comunicou sua aposentadoria pela "expulsória" (atingiu os 70 anos) nos próximos dias e também recebeu a homenagem dos colegas.

Campanha de preservação de livros

A conselheira técnica-administrativa Chantal Russi divulgou no colegiado o lançamento da campanha do Sistema de Bibliotecas e Informação (Sibi) para preservação e utilização dos livros da UFRJ.

Novos representantes discentes

Depois das eleições do DCE, mais dois estudantes assumiram a representação discente no Consuni: Carlos Leal (como titular) e Diana Moraes (suplente). Ainda é aguarda a indicação de mais um representante titular e um suplente de uma das chapas que concorreram para a direção da entidade estudantil.

Prorrogados mandatos dos TAs

Foram prorrogados os mandatos dos representantes técnico-administrativos por mais dois meses, enquanto a categoria formula uma proposta que vai unificar o período de representação nos diferentes colegiados superiores da universidade. Hoje, esse prazo é de dois anos no Consuni e de três anos no CEG e no CEPG.

UFRJ

Pós-graduação e Centro Acadêmico denunciam irregularidades na ECO

Dos treze processos que compõem os fatos a serem apurados pela comissão de sindicância que apura possíveis irregularidades na direção da Escola de Comunicação, onze são denúncias encaminhadas pelo Centro Acadêmico. Os dois outros processos foram encaminhados pela coordenação da Pós-graduação da unidade.

Os integrantes do CA lamentam o prejuízo acadêmico da reforma curricular e, nos documentos listados para apuração da sindicância, levantam suspeitas de irregularidades em concurso de professor assistente, perseguição da direção a funcionário da escola, entre outros problemas.

As deliberações internas de departamentos e da direção são classificadas pelos estudantes como obscuras. Eleições para a chefia de dois departamentos da ECO, o Departamento de Métodos e Áreas Conexas (DEMAC) e o Departamento de Expressões e Linguagem (DEL), geraram polêmica entre alguns professores e estudantes que se mostraram insatisfeitos com o fato de que os dois departamentos não seguiram o estatuto da universidade para realizar a eleição. Esses fatos constam da sindicância instaurada na ECO.

Outra denúncia que faz parte do material documentado pelo CA e apresentado à sindicância diz respeito a suspeitas de que tenha ocorrido fraude na emissão de diplomas de um curso de especialização que funcionou na ECO entre 1997 e 2001. Os estudantes informaram que o Ministério Público abriu um processo para investigar o funcionamento desse curso de especialização e a utilização das verbas destinadas pelo IBICT para o curso.

Perseguição a funcionário

Outro fato que está sendo apurado pela comissão de sindicância se refere a denúncias de perseguição ao funcionário público Luis Alberto Moreira, posto à disposição pelo diretor José Amaral Argolo, em fevereiro de 2004, sob a alegação de que o servidor, então responsável pela organização das pastas dos professores, teria feito uma troca de materiais entre as pastas. "O que de fato desencadeou a perseguição a este funcionário foi o simples fato de ele ter manifestado desejo de mudar do setor de Pessoal para o setor de Pós-graduação. Eu formalizei o pedido de Cessão de Servidor. Esse é um triste caso que já dura dois anos. Até hoje ele, que mantinha amigos pessoais na ECO, está afastado de tudo", disse a coordenadora de pós-graduação da unidade, Raquel Paiva, à redação do **Jornal da Adufrj**.

Consta do processo que está sendo executado pela sindicância, uma carta ao Sintufrj na qual Luis Alberto informa ter sido coagido pelo serviço de vigilância do *campus* da Praia Vermelha a se retirar da escola em 15 de fevereiro de 2005, ocasião em que, já afastado pela direção da Escola, ele teria ido visitar uma amiga, funcionária da unidade. Na carta, o funcionário classifica esse procedimento, executado a pedido da direção, como "mais uma atitude que reforça o assédio moral que venho sofrendo."

Raquel Paiva afirmou que o servidor Luis Alberto Moreira, que exerceu suas atividades na ECO durante nove anos, acabou pedindo sua transferência para o Fórum de Ciência e Cultura.

Conseqüências da reforma curricular

Integrantes do centro acadêmico da ECO que prestaram esclarecimentos à comissão de sindicância disseram que, além da reivindicações específicas, há um conjunto de problemas referentes às conseqüências da reforma curricular que a ECO implementou em 2001 e que constam de uma pauta de reivindicações aprovada na assembléia do dia 2, a qual os alunos tentarão anexar ao processo de sindicância em andamento.

Os estudantes citam como principais dificuldades enfrentadas: a lotação de turmas, a *via crucis* dos que não conseguem inscrição em disciplinas obrigatórias, e a perda e repetição de conteúdo devido à fusão de disciplinas do currículo anterior com as do atual. Há casos em que três disciplinas equivalem a apenas uma do currículo novo, o que prolonga o tempo de formação pois, segundo os estudantes, "o número de disciplinas oferecidas pela ECO não corresponde ao ideal para que o novo currículo possa cumprir seu papel". A escolha de habilitação por Coeficiente de Rendimento Acumulado, sistema atualmente vigente na ECO, foi classificada pelo CA como "uma angústia que deixa os alunos neuróticos com as notas, impedindo que se dediquem a outras atividades tão importantes quanto as provas".

Os que conviveram com o fim do currículo anterior e a adaptação ao currículo atual falaram sobre as dificuldades que enfrentam. "Nós do 10º período, que conhecemos as duas versões de currículos, dificilmente encontramos vagas nas disciplinas para completar o curso", revelou o estudante Pedro Martins, que também lamentou que os alunos que enfrentam a transição dos currículos muitas vezes têm repetição de conteúdo, visto em disciplinas do currículo antigo. "Nós do CA consideramos que o currículo da ECO não tem um projeto pedagógico. A mesma disciplina tem conteúdo diverso, quando ministrada por um ou por outro professor, que quase nunca cumprem as ementas", avaliou a estudante e integrante do CA Carolina Barreto.

Integrantes do CAECO estão programando uma ampla divulgação do trabalho de investigação da comissão de sindicância. Um mural foi montado na ECO com cópia de documentos que integram o processo. Na próxima quarta-feira, dia 15 será realizada uma manifestação nas salas de aula para divulgar os resultados já obtidos.

Pós-graduação também questiona direção

Segundo a professora Raquel Paiva, "o funcionamento da pós esteve constantemente prejudicado pelas interferências da direção da escola." Raquel, que já deu seu depoimento à comissão de sindicância, afirmou que a pós-graduação tem sofrido constantes interferências da direção da ECO, o que estaria prejudicando os esforços coletivos da pós para que os programas possam melhorar sua conceituação na avaliação Capes. Os questionamentos da pós referem-se à possível interferência do diretor Argolo na administração dos recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Capes. O processo de recebimento desses recursos se dá através da direção dos institutos, mas são verbas cuja aplicação já vem destinada a atividades específicas de pós-graduação. "Nós não conseguimos sequer ter acesso ao saldo do Proap, cujo destino deveria ser o investimento em melhorias como infra-estrutura, compra de periódicos científicos, deslocamento de alunos para eventos acadêmicos", afirmou Raquel Paiva.

A coordenadora da pós-graduação da ECO afirmou também que as dificuldades enfrentadas não eram sentidas apenas pela coordenação, mas também pelos professores. "Apesar disso, nós conseguimos atingir nota 4. Era iminente uma nota 3, o que poderia levar nossa pós-graduação à falência" Os professores da pós assinaram um documento afirmando que as dificuldades eram sentidas como uma questão coletiva.

Raquel Paiva, cujo mandato de dois anos está terminando, afirmou que, apesar dos conflitos, conseguiu implementar importantes mudanças. Segundo ela, houve uma restruturação das linhas de pesquisa, um recredenciamento de professores e melhorias na estrutura física. Ao comentar sobre as possibilidades de se reeleger para um segundo mandado como coordenadora disse estar muito debilitada com os conflitos causados pela direção da escola e que não pensa em continuar na coordenação. "Em dois anos, esforcei-me para por em prática mudanças necessárias para a pós. Minha pergunta é o que esse diretor tem de concreto no final desses quatro anos na diretoria da ECO," disse Raquel Paiva.

Diretor não quis falar

Procurado pela reportagem da Adufrj-SSind, o diretor José Argolo avisou, por meio de uma secretária, que não iria se pronunciar.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

UFRJ

Reforma curricular de 2000 ainda é motivo de polêmica

Estudantes reclamam; diretor adjunto de graduação responde

Outra polêmica na ECO diz respeito à reforma curricular do curso de Comunicação Social. De acordo com o Centro Acadêmico, a mudança ocorrida em 2000 provocou insatisfação generalizada entre os estudantes, com reflexos até os dias atuais.

O primeiro questionamento dos estudantes é que a reforma foi aprovada às pressas, sem uma discussão aprofundada. O segundo problema é que os estudantes que entraram na unidade ainda com o currículo antigo não se formam porque não conseguem inscrição nas novas disciplinas criadas pelo esquema de equivalência. As turmas estão sempre lotadas e não existe preferência para os graduandos mais antigos.

O detalhe da nova grade curricular, no ponto de vista do CA, foi a remoção de disciplinas de formação acadêmica mais abrangente, como Sociologia Geral e Antropologia Cultural. Para os estudantes, isso significa que o curso ganhou um caráter mais tecnicista. Outro ponto criticado pelos estudantes é que, com essas alterações, não existe mais o deslocamento para o IFCS, onde aquelas aulas eram oferecidas, e assim reduziu-se o contato com outros cursos.

Segundo "vestibular"

Também repudiada pelo CA foi a introdução, pela reforma curricular, do que os estudantes chamam de "guerrinha de CRs (coeficientes de rendimento)". Os estudantes agora entram de forma única pelo vestibular no curso de Comunicação Social e, apenas ao fim do terceiro período, optam por uma das habilitações específicas (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial e Direção Teatral). Contudo, a escolha de cada um só vai se confirmar mediante boas notas obtidas nos três primeiros semestres letivos. Como os cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda são mais desejados, de acordo com o centro acadêmico, a situação provoca uma intensa disputa pelos professores com fama de distribuir melhores médias. Também nas palavras dos estudantes, configura-se uma espécie de segundo "vestibular" em pleno andamento do curso.

Diretor adjunto de Graduação responde

O diretor adjunto de Graduação da ECO, professor José Henrique Moreira, não considera que a reforma curricular tenha sido aprovada de forma apressada. "As discussões preliminares começaram ainda em 1999", disse ele. Também segundo ele, o problema dos estudantes do currículo antigo que não conseguem se formar não pode ser atribuído à reforma. "Há pouquíssimos remanescentes daquela época", defendeu. O diretor adjunto conta que a situação desses graduandos está sendo monitorada caso a caso.

A suposta perda de disciplinas mais gerais do novo currículo também é rebatida pelo professor. "Esses conteúdos não foram abandonados, mas embutidos em outras disciplinas", afirmou. De acordo com ele, existem docentes da ECO com formação e trabalhos, por exemplo, nas áreas de Filosofia e Antropologia, reconhecidamente habilitados para assumir as novas tarefas. Outra questão que motivou a mudança foi a dificuldade de conseguir docentes de outras unidades para ministrar essas aulas, no início de cada período. Muitas vezes, os estudantes ficavam várias semanas até aparecer um responsável pela disciplina. "Infelizmente, ocorre essa perda do trânsito dos estudantes entre as unidades, mas nada impede que, pelo SIGA, os estudantes possam fazer a inscrição em algumas matérias do IFCS", observou.

José Henrique também defende a entrada única pelo vestibular e a escolha da habilitação após o período. "Agora, essa opção é muito mais amadurecida por parte do aluno", comentou. Segundo ele, antes todos tentavam Jornalismo e Publicidade e entravam reclassificados para as demais habilitações. O resultado é que ficava uma pressão muito grande pela transferência de curso. "Hoje, entram 101 estudantes pelo vestibular. Desses, cerca de 90 chegam ao terceiro período e mais de 80 ficam com a habilitação preferida", garante, acrescentando que as turmas ainda são expandidas na medida do possível.

Superlotação

A superlotação de turmas da ECO tem outra explicação para o diretor, que junta três fatores alheios à vontade da administração: limitação do espaço físico do Palácio Universitário, mercado de trabalho recessivo e uma resolução do CEG que dispõe sobre manutenção do vínculo (nº 2/77).

"Como o mercado está difícil e o aluno quer, pelo menos, manter um estágio, ele pede a manutenção de vínculo, em outra habilitação da Comunicação Social, como permite a resolução, e eu não posso fazer nada. Apenas deferir o pedido", disse.

Questão da sindicância

José Henrique disse ter sido convocado pela comissão de sindicância para falar de uma situação em que supostamente haveria técnico-administrativos dando aulas. Para a reportagem da Adufrj-SSind, o dirigente disse que isso não ocorria, mas não deu detalhes, sob a alegação de que a comissão estaria cuidando do assunto.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Andes-SN

GTPE critica Diretrizes Curriculares da Pedagogia

A reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN dos dias 21 e 22 de maio, em Brasília (DF) fez duras críticas às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, disponibilizadas recentemente pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Para o GT, o projeto de resolução encaminhado pelo CNE indica duas formas de fragmentação da formação do pedagogo. A primeira está expressa no artigo 2º, na medida em que identifica que o Curso de Pedagogia destina-se, apenas, à formação de docentes para a educação básica com duas habilitações, uma direcionada para a educação infantil e outra para os anos iniciais do ensino fundamental. Essa divisão repete o modelo do Curso Normal Superior, rejeitado amplamente pelas entidades educacionais.

A segunda expressão dessa fragmentação, de acordo com o GT, está indicada na concepção de que para a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental a formação docente está direcionada para o "contato direto com crianças", enquanto a "formação científica" está relacionada com a formação de "especialistas", mediante cursos de pós-graduação, abrindo a possibilidade de se transformar em filão comercial, mesmo dentro das universidades públicas, nas quais, para o curso de especialização *lato sensu*, na maioria destas, são cobradas mensalidades.

Ainda segundo o documento do GT, o projeto do CNE promove a dicotomia entre teoria e prática no estágio de Pedagogia; conceitua "atividades práticas" em articulação com a legislação do voluntariado de FHC; reduz a carga horária do curso para 2.800 horas de efetivo trabalho acadêmico; desvincula a formação do professor da formação do especialista, restabelecendo a "velha dicotomia" entre a formação do Licenciado e do Bacharel; e retira dos cursos de graduação em Pedagogia o papel de principal *locus* de formação docente para atuar na educação básica, na medida em que reedita aspectos constantes no Decreto 3.276, de dezembro de 1999, que instituiu o Curso Normal Superior.

A íntegra da análise do GTPE sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia pode ser encontrada na circular 153-05 do Andes-SN, na página www.adufrj.org.br/documentos, na pasta do dia 1º de junho

UFRJ

Estudantes impedem a criação de curso pago na Educação Física

Com apitos, faixas e cartazes, dezenas de alunos impediram congregação de votar o projeto

Antonio Vianna

MANIFESTAÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE

Dezenas de alunos ocuparam a sala da direção da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), na última quinta-feira (9/6) e impediram que a congregação da unidade votasse a criação de um curso pago, que seria ministrado aos sábados, na unidade. O 1º Curso de Extensão em Dança de Salão – Módulo 1 – Ensino já havia sido aprovado pelo Departamento de Arte Corporal e, se passasse pelo conselho da instituição, precisaria apenas da autorização da reitoria para entrar em vigor. Os estudantes da universidade pagariam R$ 350 e o público externo R$ 500 por um curso de cinco meses de duração, que seria ministrado por professores da UFRJ e da Associação Nacional de Dança de Salão (Andanças).

Segundo o diretor da EEFD, Alexandre Moraes do Mello, o regimento da UFRJ autoriza a criação de cursos pagos, desde que eles não sejam ministrados nos horários que os professores se dedicam à universidade: "Se um professor, que é de dedicação exclusiva, por exemplo, trabalhar sua carga horária de segunda a sexta, ele está autorizado a ministrar aulas aos sábados e domingos e receber por elas. O Conselho de Ensino para Graduados autoriza isso".

Para os estudantes, no entanto, a criação deste curso seria o primeiro passo para a privatização da universidade: "Cursos pagos na EEFD/UFRJ = Reforma Universitária do Governo Lula/FMI", dizia um cartaz que foi levado para a sala onde ocorria a plenária. Esta foi a principal argumentação defendida pela conselheira Cínthia Ramos. Durante a sua intervenção, quando criticava a criação do curso de extensão pago, a aluna do quinto período de licenciatura fez um encaminhamento aos outros conselheiros para dar voz a Bruno Adriano, do décimo período de licenciatura, que é representante do Centro Acadêmico. Como o pedido foi negado e o diretor se preparava para iniciar a votação, os estudantes iniciaram um apitaço e interromperam a reunião: "Não pago, não pagaria, educação não é mercadoria", gritavam os manifestantes.

Apitaço impede votação

Percebendo que não haveria condições para votar o projeto, Alexandre Mello encerrou a reunião. Neste momento, o estudante do quarto período de licenciatura Gabriel Marques anunciou a ocupação na sala da diretoria até que houvesse uma negociação com a presença do reitor. O acordo só aconteceu no fim da tarde daquele dia, quando o decano do CCS, João Ferreira, compareceu à sala da diretoria da EEFD para conversar com os manifestantes. Foi, então, criada uma comissão com a presença de cinco estudantes, o diretor, Alexandre Mello, e o vice-diretor, Mário Albuquerque Thomaz, além do próprio decano do CCS. A comissão se reuniu com a vice-reitora, Sylvia Vargas.

O resultado do encontro foi a elaboração de um documento assinado pela vice-reitora, pelo decano, pelo diretor Alexandre Mello, por Gabriel Marques (que representou o centro acadêmico) e por Carlos Leal (que representou o DCE) que inviabiliza a criação do curso de extensão pago até segunda ordem. Após a assinatura do documento, os estudantes desocuparam a sala da direção.

De acordo com Gabriel Marques, já existem outros cursos de extensão que são pagos na EEFD, como as aulas de hidroginástica que são ministradas na piscina do *campus* da Praia Vermelha. Segundo ele, estas aulas são dadas pelos monitores (que recebem R$ 3 a hora/aula) enquanto os coordenadores das aulas (que recebem R$ 15 a hora/aula) não comparecem aos locais para orientar os monitores. O Curso de Extensão em Dança de Salão seria o primeiro curso pago ministrado por professores.

Os estudantes também apresentaram a João Ferreira uma série de reivindicações como a solução para problemas com o abastecimento de água, estacionamento gratuito e melhoria da biblioteca, entre outras. Gabriel Marques afirmou que o objetivo maior é acabar com todos os outros cursos pagos que já existem na unidade.

Movimento

Universidades estaduais da Bahia permanecem em greve

A assembléia docente das universidades estaduais da Bahia, realizada na tarde do último dia 8, definiu pela continuidade da greve que paralisa a Universidade do Estado da Bahia, a Universidade Estadual de Santa Cruz, a Universidade do Sudoeste da Bahia e a Universidade Estadual de Feira de Santana, desde o mês passado. Na votação pela manutenção da greve por tempo indeterminado registrou-se uma ampliação do número de professores favoráveis ao movimento. Foram 157 votos contra apenas 28 e 10 abstenções. A assembléia deliberou ainda pela realização de uma campanha de doação de sangue no dia 15 de junho, em local a ser ainda definido, como gesto humanitário e simbólico da doação que é necessária para que o profissional continue sendo professor na Bahia. Os professores devem realizar também manifestações em rodovias próximas de Salvador e ocupações relâmpago das dependências dos *campi* das universidades em greve. No dia 13 de junho haverá uma concentração na Secretaria de Educação do Estado, no Centro Administrativo, a partir das 9h, para acompanhar de perto a audiência agendada com a secretária de Educação, Anaci Paim. A próxima assembléia da categoria está marcada para o dia 17 de junho, às 9h, na Uneb.

Fonte: Assessoria de Comunicação das seções sindicais das universidades em greve

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 461 • 20 de junho de 2005

Assembléia Geral

22 junho quarta-feira 17:00

Institulo de Psicologia
Sala 03

Pauta

1) A Adufrj-SSind no 50º Conselho do Andes-SN (Conad):
   a) eleição de delegado e observadores
   b) posição sobre os textos-resolução
2) Campanha salarial
   a) construção da greve dos servidores federais e paralisações em 22 e 23 de junho de 2005
   b) escolha de delegados da Adufrj-SSind na plenária de SPF de 25/6
3) Reforma universitária

Reunião da Adufrj-SSind para discussão do Caderno de Textos do 50º Conad
21/6 - terça-feira
14h30 às 16h30
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Universidade ameaçada de perder bolsas Pibic do CNPq
Página 7

Servidores federais fazem marcha em Brasília
Página 8

Wagner Maiolino

OCUPAÇÃO NA SALA DA DIREÇÃO DA ECO

Estudantes protestam contra diretoria da Escola de Comunicação

Páginas 4 e 5

Opinião

Sucateamento da UFRJ - mais um reflexo do descaso do governo federal com a educação superior

A UFRJ vem defrontando diversos problemas acerca da falta de investimento em infra-estrutura. E este é mais um reflexo do descaso do Governo Federal com a educação superior no país. Observamos diversos exemplos que explicitam isso, como a questão da Escola de Belas Artes (EBA), onde os estudantes têm que enfrentar luminárias desabando, ratos, estalactites nos tetos e pisos e inundações em dias de chuva, o que os impossibilita de ter suas aulas nem sequer em mínimas condições. Outro exemplo é o Colégio de Aplicação (CAp), que passou por problemas no início de maio, provocados pela chuva, o que resultou na interrupção das atividades por algum tempo. Além disso, no temporal do dia 25 de maio houve vazamento na biblioteca da escola, devido às lonas, que cobriam o prédio por medidas emergenciais, terem sido arrancadas pelo vendaval.

O caso do vazamento de esgoto no último dia 23, no IPPMG (Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira), é outra mostra da falta de estrutura: a Creche Universitária foi interditada durante os reparos na tubulação. Os problemas de alagamento ocorridos nas bibliotecas do Instituto de Matemática e da Obras Raras ou Antigas do CT, bem como o fechamento por dois anos da biblioteca do IFCS devido à presença de fungos só reforçam a necessidade de mais recursos para obras nos centros. As bibliotecas, que já possuem acervo atrasado e poucos livros, com estes acontecimentos acabam auxiliando cada vez menos nas pesquisas bibliográficas, essenciais à qualidade do ensino. Em pesquisa realizada em 2004 pela APG-UFRJ, constatou-se os mesmos tipos de problemas enfrentados pelos programas de pós-graduação: péssimas condições de limpeza de banheiros e prédios; problemas estruturais das instalações, como prédios antigos no IFCS e na Praia Vermelha, com necessidade de muitas obras; vazamentos e problemas na rede elétrica nos laboratórios e programas; sistema de rede com muita lentidão e vírus que atrapalham o andamento das pesquisas, além de problemas sérios de segurança no trabalho (exposição insalubre a produtos químicos e radioativos, falta de tratamento de rejeitos e de equipamentos de proteção, aparelhos em mau estado de conservação).

Esses problemas estruturais, como sabemos, se devem à falta de verbas para obras, causada pelo estreito orçamento da UFRJ, que não cobre a demanda de todas as atividades. A precária assistência estudantil também se deve à falta de verbas: não temos bandejão, e isto faz com que a comunidade universitária recorra aos trailers e lanchonetes para se alimentar, a preços altos e sem garantia nenhuma de que a comida passe por algum controle de qualidade, o que põe em risco sua saúde. Enquanto isso, o Governo reforça a desobrigação do Estado com o Ensino Superior Público, atribuição constitucional, em prol da manutenção e intensificação da política econômica de juros elevados e superávits primários estratosféricos, superávits estes que significam dinheiro público, a diferença entre as receitas e despesas da União, Estados, municípios e estatais, destinado ao pagamento da dívida interna, à especulação financeira.

Somente nos quatro primeiros meses deste ano, o superávit foi de 7,3% do PIB (R$44 bilhões) e no primeiro trimestre os lucros dos bancos foram 50% maiores que em 2004 (cerca de R$9 bilhões), enquanto somente 1,25% do investimento previsto para 2005 (ou seja, 271 milhões de R$21 bilhões) foi liberado até agora. Os cortes de R$204milhões no CNPq denunciam esta política, assim como o menor investimento em saúde desde 1995.

As bolsas de estudo para a pós-graduação contemplam apenas 30% do total de pós- graduandos, e, além disso, em dez anos sofreu reajuste de apenas 18%, e isso graças às nossas reivindicações constantes e incansáveis, pois de outra forma nem isso teríamos. As bolsas de Iniciação Científica estão congeladas desde 1994. Esse contingenciamento de recurso gera atraso do pagamento de bolsas, impossibilidade de implementar projetos e de ampliar o número de contemplados com as bolsas, impedindo o pleno andamento da pesquisa e desenvolvimento dos pesquisadores.

Perante o que foi exposto, é necessário um posicionamento do CONSUNI, da Reitoria e do MEC com relação às questões emergenciais na UFRJ. Precisamos cobrar do Ministério da Educação o repasse da verba para a construção de um novo espaço para os estudantes da EBA terem suas aulas, a qual já foi aprovada; transferência do CAp para a Praia Vermelha o mais rápido possível e obras de reparos nos telhados de todos os centros da UFRJ. Isso somente para iniciar o enfrentamento de nossos sérios problemas.

Associação de Pós-Graduandos da UFRJ

Agenda Sindical

20 a 23/6 - Atividades do acampamento dos SPF
Brasília (DF)

21/6 - Plenária do comitê Rio do Fórum Social Mundial
Rio de Janeiro (RJ) - av. Rio Branco, 109, 19° andar - Auditório do Corecon, de 18h30 às 20h30.

22/6 - Marcha a Brasília com concentração no acampamento
24/6 - Reunião do setor das IFES
Brasília (DF) - na sede do Andes-SN

25/6 - Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)
27/6 - Reunião do GT MEC
Brasília (DF)
1º e 2/7 - Seminário "Alternativas de Organização dos Trabalhadores"
Niterói (RJ) - Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Auditório Milton Santos.

3/7 - Reunião do Pleno do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
Niterói (RJ) - Sede da Aduff-SSind (Rua Professor Lara Vilela, 110 – São Domingos), a partir das 9h.
14/7 - Reunião do Setor das Estaduais
Fortaleza (CE)
15 a 17/7 - 50 º Conad do Andes-SN
Fortaleza (CE) - com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".
Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
***Caracas* - Venezuela**

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Esperanças

Ignacio Ramonet

A França rebelde, ao dar um "não" às pretensões ultraliberais do tratado constitucional para a Europa, enche de força e esperança o movimento antermundialista

Mais uma vez, ao dizer "não" de maneira retumbante, no último dia 29 de maio, ao projeto de tratado constitucional para a Europa, a França rebelde honrou sua tradição de "nação política por excelência". Ela sacudiu o Velho Continente, suscitando novamente a esperança dos povos e a inquietação das elites estabelecidas. Retomou sua "missão histórica" ao provar, por meio da ação audaciosa de seus cidadãos, que é possível escapar da fatalidade e do peso dos determinismos econômicos e políticos.

Efetivamente, esse "não" tem um significado central: ele marca um freio na pretensão ultraliberal de impor, em todo o mundo e a despeito dos cidadãos, um único modelo econômico – aquele definido pelo dogma da globalização.

Em meados da década de 1990, esse modelo já havia suscitado diversas resistências. Por exemplo, durante o grande movimento social de novembro de 1995 na França. Ou também em Seattle (1989), onde nasceu o que passou a ser denominado depois – sobretudo após o I Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2001), seguido dos acontecimentos de Gênova (2001) – "movimento altermundialista". E em diversos países, da Argentina à Índia, passando pelo Brasil. Mas é a primeira vez que, em um país do Norte e no âmbito de uma consulta política institucional, uma sociedade tem a oportunidade de dizer oficialmente "não" à globalização ultraliberal.

> Privados de referendo, muitos europeus pediram aos franceses para emitir em seu nome um voto por procuração

> A França sacudiu o Velho Continente, suscitando novamente a esperança dos povos e a inquietação das elites estabelecidas

Vitória da democracia

Os editorialistas da mídia dominante, tais como entomologistas debruçados sobre um inseto que acreditavam ter desaparecido, tentam desfigurar o "não" maciço da França. Tendo em sua maioria feito uma campanha unilateral pelo "sim", alegando o "populismo", a "demagogia", a "xenofobia", o "masoquismo" etc. de seus adversários, eles se revelam incapazes de adaptar suas análises à amplitude de sua derrota. Extraordinária suficiência de notáveis que não compreendem – e muito menos suportam – que o povo (palavra que só utilizam tampando o nariz) tenha recusado seguir as prescrições do "círculo da razão" europeísta. Pois foi exatamente o povo que retomou o caminho das urnas: apenas 30% de abstenções em comparação aos 57% há exatamente um ano por ocasião das eleições do Parlamento europeu.

Essa mobilização, especialmente das categorias populares e também entre os jovens, sobre um tema árido – um texto de 448 artigos, sem contar os anexos, declarações e protocolos – constitui por si só um sucesso inesperado para a democracia. O povo deu sua grande guinada: diante do sentimento de privação, expressa sua vontade de reapropriação.

> Uma nova situação foi criada, permitindo reavaliação detalhada dos valores da vontade de viver em comunidade na Europa

Desde o início em 1958, e sobretudo desde o Ato Único Europeu de 1986, a construção da comunidade exerceu uma pressão crescente sobre todas as decisões nacionais. O Tratado de Maastricht (1992), em seguida o Pacto dito de Estabilidade e de Crescimento (1997) retirou dos governos duas das maiores alavancas da ação pública: a política monetária e a política orçamentária. A terceira, a política fiscal, é cada vez menos autônoma, pois se inscreve em uma lógica generalizada de "concorrência livre e perfeita".

Voto pró-europeu

Os cidadãos compreenderam que o tratado submetido à sua aprovação "constitucionalizava", em escala européia, a concorrência exacerbada não só entre os produtores de bens e serviços, mas também entre sistemas sociais abocanhados por uma espiral descendente. Sem dúvida, não seriam os pouquíssimos "avanços" democráticos do tratado que poderiam compensar o bloqueio induzido pelo modelo ultraliberal, esvaziando assim de sentido as futuras consultas eleitorais.

O voto "não" foi um voto extremamente esclarecido por milhares de encontros, debates e leituras, tendo as obras sobre a Constituição figurado durante meses entre os livros mais vendidos. Diante da propaganda ora do governo, ora pela maior parte da mídia, os cidadãos quiseram ter sua própria opinião. Foram ajudados pelo trabalho de formiga realizado na área por múltiplos coletivos que espontaneamente se constituíram em toda a França, particularmente os comitês locais do Attac. Essa grande mobilização honra a democracia...

> O povo deu sua grande guinada: diante do sentimento de privação, expressa sua vontade de reapropriação

Esse voto foi nacionalista? Não, em sua maioria, ele foi pró-europeu. Não se enganaram todos esses sindicalistas e militantes associativos de muitos países da União Européia que, seja por eles próprios, seja por sua participação na campanha na França, manifestaram sua solidariedade com a aspiração a uma outra Europa conduzida pelas forças vivas do "não". Privados de referendo, muitos europeus pediram aos franceses para emitir em seu nome um voto por procuração!

Portas abertas

No exterior, alguns interpretaram esse "não" como um enfraquecimento da Europa em relação aos Estados Unidos, algo que deixa a grande potência norte-americana sem contrapeso. Estão enganados: a Constituição teria submetido ainda mais a União (particularmente no plano militar) a Washington.

Uma nova situação foi criada, permitindo uma reavaliação detalhada dos valores e das regras da vontade de viver em comunidade na Europa. Essa vontade de viver poderia apenas reduzir a seu grau zero a liberdade de circulação dos capitais, dos bens, dos serviços e até mesmo das pessoas. Desse ponto de vista, o "não" do dia 29 de maio não fecha nenhuma porta. Ao contrário, ele permite todas as esperanças.

Trad.: Wanda Caldeira Brant

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

UFRJ

"Fora, Argolo"

Estudantes da ECO ocupam o gabinete da direção

A crise que a Escola de Comunicação está atravessando, após a instauração de uma sindicância da reitoria que vai investigar denúncias de estudantes e professores sobre as práticas do diretor José Amaral Argolo, tem mobilizado a comunidade da unidade. No último dia 15, data escolhida para dar visibilidade aos problemas enfrentados pela ECO e divulgar a existência da sindicância, os estudantes ocuparam o gabinete da direção da escola. Segundo integrantes do Centro Acadêmico da ECO, os estudantes decidiram pela ocupação "por não tolerarem mais a falta de atenção dispensada pelo diretor Argolo e alguns professores que, de forma autoritária, não atendem as reivindicações dos estudantes e não dão acesso a informações importantes da escola".

Os estudantes promoveram um panelaço e um apitaço na sala da diretoria, ocuparam o gabinete da direção da unidade e impediram o acesso de José Argolo, requisitando a presença de um representante da reitoria que se dispusesse a ouvi-los e se comprometesse a encaminhar a lista de reivindicações aos órgãos colegiados da universidade. José Argolo fez uma rápida aparição no local, mas não quis dar declarações ao **Jornal da Adufrj.**

Os estudantes reivindicam desde melhorias na estrutura física da unidade, laboratórios, acesso à biblioteca, reformulação pedagógica dos cursos, paridade nas eleições dos órgãos internos até a exoneração do atual diretor. Dentre as reivindicações, preocupa muito os estudantes a reformulação pedagógica dos conteúdos ensinados no curso de comunicação da UFRJ porque muitos professores estão desatualizados e ministram aulas com conteúdo obsoleto.

O pedido junto à reitoria da exoneração de Argolo é justificado pelos alunos porque, para eles, o diretor age de forma autoritária na escola e não permite a participação dos estudantes nas decisões que dizem respeito ao sistema acadêmico da escola. Sobre o diretor da ECO, incidem ainda denúncias de interferência nos recursos dispensados pela Capes à pós-graduação da escola, de perseguição a um funcionário que foi posto à disposição e de recorrer ao serviço de segurança da universidade para cometer excessos de autoridade.

Pró-reitor se apresenta na ocupação

No final da tarde da ocupação, o pró-reitor de ensino de graduação José Roberto Meyer Fernandes, acompanhado pelo superintendente e pela coordenadora de graduação do CFCH, respectivamente o professor Moacyr Barreto e a professora Andréa Teixeira , chegou ao local. Diante das várias reivindicações, além das que já estão sendo apuradas pela comissão de sindicância, José Meyer prometeu a instauração de uma comissão acadêmica pelo Colegiado de Ensino de Graduação que vai ouvir as reivindicações dos alunos. Os estudantes reivindicaram a participação na comissão e que esta seja dirigida para três questões principais: a estruturação de um projeto pedagógico, a discussão acerca da legitimidade da eleição da atual direção e a paridade no regimento das eleições dos órgãos colegiados. "Solicitamos o acesso à ata de posse da atual direção, mas ela nos foi negada pelo diretor. Consideramos que não é legítima essa direção que está constituída", afirmou o estudante Pedro Martins.

José Meyer disse que a comissão acadêmica deverá se ocupar da discussão do projeto pedagógico e dos problemas decorrentes do novo currículo. O pró-reitor disse que o pedido de exoneração do diretor Argolo e a defesa da paridade não são atribuições acadêmicas do CEG e sugeriu que estas reivindicações fossem encaminhadas ao Consuni. "Vocês alunos estão convidados a ocupar o CEG. No final do expediente, será dada voz a um de vocês", disse José Meyer.

Estudantes encerram o diálogo com a direção

O ato de ocupação do gabinete foi convocado pelos alunos como uma alternativa diante do fato de eles se verem excluídos do diálogo acadêmico. "Nós chegamos a esse ponto porque é inviável fazer qualquer manifestação dentro dos colegiados da ECO. Não somos um bando de malucos, gostaríamos de estar em sala de aula fazendo nossas coisas, mas, desde que entrei na universidade, em 2000, O CAECO sempre enviou documentos à reitoria apontando problemas na ECO. Esses documentos sempre voltavam com a alegação de que os problemas deviam ser discutidos na congregação da unidade. Estamos aqui para abrir diálogo com a reitoria porque o diálogo com a direção da ECO se encerrou hoje. A gente tentou várias vezes dialogar e nunca atenderam a uma reivindicação nossa. Além de uma moção de repúdio à postura que a direção vem assumindo, é importante constituir uma comissão de estudantes da ECO que vão participar da comissão acadêmica para haver um diálogo maior dos problemas", ressaltou Pedro Martins , aluno da ECO e representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Os estudantes presentes ressaltaram a importância de que as investigações instauradas na ECO não se atenham somente a questões legais, mas também a problemas estruturais da ECO. "Falta de bolsas de pesquisa e extensão, problemas com laboratórios, o autoritarismo da direção que quer acobertar os problemas da ECO e a defesa de maior participação dos estudantes intervindo nos rumos da escola. É um absurdo que a proporcionalidade seja 70%, 15% e 15%. Esses pontos têm que ser revertidos", avaliou o estudante Carlos Leal, diretor do DCE e do CAECO.

PRÓ-REITOR JOSÉ ROBERTO NA OCUPAÇÃO

DOCUMENTO ASSINADO POR PRÓ-REITOR COM CRIAÇÃO DE COMISSÃO ACADÊMICA E ENCAMINHAMENTO AOS COLEGIADOS

Comissão Acadêmica será instaurada para avaliar problemas na ECO

No final do ato, foi assinado um documento em nome do DCE, da reitoria e do CAECO validando o compromisso de que a comissão acadêmica, composta por professores, estudantes e técnicos-administrativos, vai se debruçar sobre a discussão do projeto pedagógico da ECO. No documento, os signatários se comprometeram também a apresentar ao CEG e ao Consuni uma moção redigida pelos estudantes da ECO solicitando a exoneração do professor Argolo da direção da escola e a defesa da paridade nas eleições dos órgãos colegiados da unidade.

Os estudantes presentes escolheram sete nomes para constituírem um grupo que vai dialogar com a comissão acadêmica e acompanhar as discussões.

Estiveram presentes no ato, as diretoras da Adufrj-SSind, Sara Granemann e Janete Leite, cujas presenças foram destacadas pelos estudantes como um importante apoio ao ato. A presidente da seção sindical, Sara Granemann, ressaltou que "o sindicato dos docentes não pode deixar de apoiar demandas estudantis que caminhem na direção de preservar o que há de melhor na universidade: o seu caráter público, democrático e a qualidade na formação dos estudantes. Os alunos não podem ter óbices ao seu processo de aprendizado e o que vocês fazem aqui, com este ato, é a defesa da universidade pública que com a reforma universitária precisará ainda mais de nossa luta pela sua qualidade e democracia porque reivindicações por projetos pedagógicos de qualidade serão cada vez mais freqüentes diante do desmonte da universidade pública que estamos sofrendo. Esperamos que a reitoria esteja sensível às demandas dos estudantes e preserve os espaços de manifestação para que as graves denúncias trazidas por eles sejam apuradas."

Fotos: Wagner Maiolino

ALUNOS NA SALA DA DIREÇÃO

Internacional

Portugal enfrenta onda de protestos contra reformas no regime dos docentes

Professores não aceitam as mudanças impostas pelo governo

Os trabalhadores do setor de educação e do funcionalismo público de Portugal estão convocando uma onda de protestos no país contra medidas impostas pelo governo no sistema de aposentadoria, aumentando a idade para a concessão do benefício, e no regime de trabalho dos professores. No último dia 17, data em que estudantes do país faziam seus exames escolares, professores estavam sendo convocados pelas centrais sindicais a aderirem ao movimento de contestação dos funcionários públicos em Lisboa.

A Federação Nacional dos Sindicatos em Educação (FNE) protesta contra a forma com a qual o governo está conduzindo o processo de revisão da Lei relativa ao Estatuto dos Profissionais da Setor Público. O governo elaborou um projeto de lei que inclui propostas que possibilitam o direito discricionário na nomeação de Dirigentes da Administração Pública, não respeitando a proposta de nomeação por concurso, defendida pela FNE.

Além desse impasse, os manifestantes demonstraram também indignação com o fato de o ministério das Finanças e da Administração Pública estar "atacando" os benefícios de algumas classes do funcionalismo público no cálculo das pensões de aposentadoria. O alvo principal são as regras em matéria de tempo de serviço e idade de aposentadoria das classes especiais, onde se incluem juízes do Tribunal Constitucional, magistrados do Ministério Público, aposentados e educadores infantis e de primeiro ciclo do ensino básico, no regime geral de aposentadoria. O ministério das Finanças deverá apresentar a conclusão da reforma na legislação até o final de novembro.

Pelo sistema atual, os educadores infantis e de primeiro ciclo se beneficiam de direitos mais favoráveis do que os educadores do setor privado. Podem se aposentar com proventos equivalentes a 36 anos de serviço, desde que possuam pelo menos 52 anos de idade e, na prática, 32 de serviços, ou 55 de idade e 30 de serviço. Os manifestantes viram nas mudanças o risco de terem que prestar serviços até os 65 anos de idade e ainda perderem os direitos dos planos de carreira.

Professores consideram que governo não respeita sindicatos

Para os professores, houve da parte do Governo um total desrespeito às estruturas sindicais. Os prazos estabelecidos governo para os Sindicatos darem o seu parecer à proposta de revisão da Legislação foram considerados inaceitáveis. A FNE considera que, com os prazos concedidos pelo Secretário de Estado da Administração Pública para o envio dos pareceres dos Sindicatos, não é cumprida a lei e fica inviabilizada qualquer proposta de alteração.

A escolha da manifestação no dia em que estudantes deveriam comparecer às escolas para prestarem os exames anuais gerou uma polêmica envolvendo o Ministério da Educação, que impetrou judicialmente a convocação de um quantitativo mínimo de professores nas escolas para garantir o andamento dos exames, e os professores que alegavam ser inconstitucional a exigência desse quantitativo e a punição com a contagem de falta aos professores que não comparecessem aos locais dos exames. A greve específica do setor de educação está agendada para acontecer entre os dias 20 e 23. A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) esclareceu que "não convocou para o dia das provas qualquer paralisação e que apenas emitiu um pré-aviso de greve para permitir a participação dos docentes na manifestação da função pública neste dia". Segundo o jornal português *Público,* na manhã do dia 17 os exames se desenrolaram em perfeita normalidade.

A FNE considera imprescindível que "o governo assuma a educação como prioridade e que não se esquive de suas responsabilidades com a qualidade do sistema educativo, quer no que diz respeito à sua organização, quer no que diz respeito às instalações utilizadas para o ensino, quer no combate implacável à evasão escolar".

Fonte: Público

Colegiados

UFRJ poderá revalidar diplomas estrangeiros de qualquer curso

Universidade terá prerrogativa de aceitar diplomas vindos do exterior, mesmo dos cursos que não oferece

Em sua última sessão (15/6), o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. A medida foi apresentada para aprovação no colegiado, sob a justificativa de que a universidade precisa atender à resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), divulgada no último dia 10 de junho. A resolução do CNE, que permite a revalidação dos diplomas expedidos por instituições estrangeiras, no entanto, diz respeito tão somente aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Na plenária do CEG, o ponto que gerou mais discussão foi a possibilidade de a UFRJ revalidar diplomas de cursos que ela não oferece. Inicialmente, os conselheiros se mostraram contrários a idéia: "Nós não podemos revalidar diplomas de cursos que não oferecemos", afirmou Ana Maria Ribeiro, que é representante dos técnico-administrativos. A opinião da conselheira foi compartilhada por Marcelo Corrêa e Castro, representante do CFCH. Entretanto, o professor Luiz Felipe Coelho, que representa o CCMN, apresentou uma nova visão: "Se a revalidação ficar sob nossa responsabilidade, estaremos fortalecendo as universidades públicas deste país".

Comissões terão especialistas do setor

A superintendente geral de graduação, Deia Maria dos Santos, também acredita que a UFRJ não estaria flexibilizando a qualidade, "mas sim os diplomas emitidos pelas públicas".

O artigo quinto da proposta que diz que "o interessado indicará, no seu pedido, o curso de graduação da UFRJ de área de conhecimento mais próxima do curso a que se refere o seu diploma" também foi motivo de polêmica no colegiado. O conselheiro Homero Fogaça ressaltou que, como médico, não se sente apto a avaliar diplomas de áreas de conhecimento próximas a do seu curso, como fonoaudiologia, odontologia, entre outras. Miguel Jonathan, representante do CCMN, sugeriu que sejam formadas comissões não permanentes de profissionais especializados nos cursos em questão - ainda que estes não sejam professores da UFRJ - para julgar a validade do diploma no Brasil.

Na resolução do colegiado foi incluído um parágrafo que deixa "a critério de cada unidade/curso a exigência de proficiência em língua portuguesa".

Reforma universitária também amplia prerrogativas das particulares

O conselheiro discente Thiago Loureiro analisou a resolução em relação à segunda versão do Anteprojeto de Lei da Educação Superior do governo que também amplia as prerrogativas das instituições privadas, permitindo-lhes o reconhecimento dos cursos feitos no exterior. Thiago Loureiro disse que compartilha integralmente da opinião emitida pela diretoria do Andes-SN, um dia depois da segunda versão do Anteprojeto ter sido divulgada pelo MEC.

Para garantir que o propósito da resolução seja o fortalecimento das universidades públicas, Loureiro propôs que na resolução fosse incluída uma consideração para que as universidades públicas tivessem exclusividade na revalidação dos diplomas no Brasil. Entretanto, por apenas um voto, esta consideração não foi aprovada pelo colegiado.

Sem o adendo proposto pelo estudante, a proposta foi aceita por unanimidade. Com a aprovação da Resolução CEG 02/2005, fica revogada a Resolução CEG 10/1991.

CNE reconhece fragilidade dos diplomas estrangeiros e 'passa a bola' para as universidades

No último dia 10 de junho, o Conselho Nacional de Educação divulgou a resolução que valida os diplomas de mestrado e doutorado de cursos oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras conveniadas ou não a instituições brasileiras. A validação desses títulos havia sido suspensa pelo Conselho em 2001, quando esses cursos foram fechados. Na ocasião, o MEC recebeu uma demanda por validação de mais de 9.500 diplomas concedidos por instituições estrangeiras para estudantes residentes no país.

O próprio presidente da Capes, Jorge Almeida Guimarães, reconhece a fragilidade desses diplomas. Em matéria do portal do CNE (10/6/05), Guimarães relembra os motivos que levaram o CNE a suspender a validação dos diplomas estrangeiros. "Algumas instituições começaram a oferecer cursos de finais de semana, não-presenciais, gerando teses de qualidade duvidosa, o que levou a direção da Capes, na época, a se articular com o CNE para lançar a Resolução nº 2/2001", disse Guimarães. O presidente da Coordenação diz que o grande número de pedidos inviabilizou o trabalho de revalidação dos diplomas, o que levou à paralisação. A solução encontrada pela Capes e pelo CNE foi passar a responsabilidade pela validação desses diplomas para as universidades brasileiras, em especial as públicas, pelos critérios estabelecidos na resolução.

Segundo a nova resolução do CNE, os alunos terão um ano para procurar universidades que ofereçam cursos equivalentes e com conceito igual ou superior a 3, de acordo com a avaliação feita pela Capes. A revalidação de diplomas estrangeiros obtidos no exterior já era feita por universidades federais através de programas equivalentes. A nova resolução, no entanto, amplia essa prerrogativa para instituições particulares, que só precisam atender aos mesmos critérios de conceituação de seus cursos.

CEG atende à reforma do governo

Curioso é o fato de o Conselho de Graduação da UFRJ, a pretexto de se adequar às novas normas do CNE que trata de cursos de mestrado e doutorado ter aprovado de forma tão rápida uma resolução que também permite a revalidação de diplomas de graduação de instituições estrangeiras e de cursos que a instituição nem oferece! Ao contrário do que foi anunciado no início das discussões sobre o tema no colegiado de graduação, a medida não atende a nenhuma necessidade de adequação às novas normas do CNE.

A medida do CEG acata, de fato, o que está proposto no parágrafo 7º da segunda versão do anteprojeto de lei do governo Lula para a Educação Superior. Pelo anteprojeto, "os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso reconhecido do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação".

Medida pode favorecer comércio de diplomas

A medida do CNE e a proposta contida na segunda versão da Lei da Educação Superior abrem espaço definitivo para a mercantilização do ensino e superam a necessidade de o Brasil se inserir nos acordos multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que diz respeito a Educação como serviço. Na audiência pública, realizada em 7 de junho pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, ficou evidente a posição do governo de dispensar a inclusão da Educação no Acordo Geral de Serviços (Gats) da OMC. Na ocasião, o chefe de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, responsável pelas negociações do Brasil junto ao Gats, disse que o país não incluirá a Educação em sua lista de produtos e serviços a serem negociados no âmbito do Acordo.

A permissão da revalidação dos diplomas estrangeiros por instituições públicas e privadas (no caso da pós-graduação) para cursos estrangeiros ministrados ou não no país, no entanto, liberaliza por completo o setor de oferta de cursos do ensino superior no país. E numa condição piorada em relação aos acordos previstos pela OMC, isso é, sem nenhuma contrapartida por parte dos países que venham a inserir pólos de oferta de ensino presencial ou a distância no Brasil.

Colegiados

UFRJ ameaçada de perder bolsas de Iniciação Científica

CEG/CEPG debatem o tema em sessão conjunta no dia 22

A instituição está seriamente ameaçada de perder a cota de auxílios do CNPq em relação ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). A recomendação do corte veio da comissão nacional de avaliação do programa (Conaic), datada de 6 de junho. A justificativa seria o fato de o edital da universidade ter restringido a participação de professores aposentados e estudantes de outras instituições de ensino superior, "contrariando explícitas disposições da Resolução Normativa 015/2004" da agência de fomento, segundo trecho da recomendação ao qual a reportagem da Adufrj-SSind teve acesso. E, até o momento, o CNPq parece seguir a opinião da Conaic. No dia do fechamento desta edição (em 17/6), quem acessasse a página da cota Pibic aprovada para o período de agosto de 2005 a julho de 2006 (www.cnpq.br/areas/pibic/cota05_06.htm) não encontraria na lista o nome da UFRJ.

O pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, fez um breve histórico da situação que culminou com a recomendação da Comissão Nacional de Avaliação da Iniciação Científica (Conaic). Desde março, dirigentes da instituição fazem gestões junto ao CNPq em busca de mais bolsas e de reajuste para os auxílios.

Após a decisão dos colegiados de 11 de março sobre o edital da UFRJ, José Luiz admitiu que foi criado um certo "mal-estar" com a agência de fomento, mas novos contatos foram mantidos com o CNPq em busca do entendimento. José Luiz lembrou, ainda, que o próprio responsável pelo Pibic na agência de fomento, professor Isaac Roitman, chegou a participar de uma sessão conjunta CEG/CEPG no dia 13 de maio.

Kelvin Melo

ALUNOS DA GEOGRAFIA PROTESTAM NO CEPG

Segundo ele, em uma rápida análise da cota 2005/2006 do Pibic disponibilizada na página do CNPq, não parece que as bolsas da UFRJ (cerca de 700 no ano passado) tenham sido redistribuídas entre outras instituições, o que daria alguma esperança de a universidade ainda poder contar com os auxílios. Ele anunciou que o assunto será discutido em uma sessão conjunta CEG/CEPG desta quarta-feira, dia 22.

Protesto da Geografia

Estudantes do Centro Acadêmico da Geografia (Cageo) que souberam da possibilidade de corte das bolsas dirigiram-se ao colegiado para protestar. Eles apelaram para que o CEPG fizesse uma revisão do edital interno "de modo a se adequar ao modelo do CNPq". O pró-reitor lembrou que o tema só poderia ser decidido pela reunião dos dois colegiados acadêmicos, nesta semana.

O Cageo também reivindicou que o CEPG aprovasse um pedido ao CNPq para dobrar o número de bolsas oferecidas atualmente e reajustar o valor, "depreciado por mais de 10 anos de inflação".

Conselheiro discente vê situação mais grave

Um dos representantes discentes no CEPG, Rodrigo Volcan observou que falta compromisso do governo com a pesquisa nas universidades. Segundo ele, mesmo que a reivindicação dos alunos do Cageo fosse atendida, milhares de outros continuariam sem bolsas. Rodrigo culpou o modelo econômico vigente, que força os cortes e os contingenciamentos na área de Ciência e Tecnologia do país. "Se nós nos limitarmos apenas a essa discussão (das bolsas), estaremos perdendo uma oportunidade de cobrar desse governo uma política séria de C&T", afirmou.

Convênio Cenpes

Foi finalmente assinado, em 2 de junho, o contrato de cooperação entre o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) e a UFRJ para a concessão de bolsas. Por dificuldades administrativas, os dois primeiros meses dos auxílios a 30 mestrandos (no mesmo valor padrão da Capes) foram pagos pela própria universidade.

Prazos da jornada

O pró-reitor divulgou no CEPG a reabertura das inscrições no período de 7 a 13 de junho dos resumos da Jornada de Iniciação Científica. Quase 200 novos trabalhos foram inseridos no sistema durante este prazo.

Importação bloqueada

A conselheira Bruna Franchetto (representante do Forum de Ciência e Cultura) cobrou da reitoria uma solução para o problema dos materiais importados por vários professores da UFRJ que estariam retidos pela Receita Federal há mais de oito meses, em função de dívida da universidade com a Previdência. O pró-reitor disse que iria buscar informações mais precisas para a próxima sessão. Ele adiantou, porém, que o problema parece estar vinculado à prática das diferentes unidades no pagamento de pessoal terceirizado. Enquanto algumas recolhem o INSS, outras não o fazem como deveria. Essa situação deixaria a UFRJ como um todo inadimplente diante da Previdência, o que teria provocado o bloqueio da Receita Federal. "Então, temos de resolver esse passivo e tomar providências para que isso não ocorra mais", comentou.

Nova representação discente

A Associação de Pós-Graduandos (APG-UFRJ) comunicou o resultado das eleições para os novos representantes do CEPG. Permanecem como titulares Rodrigo Volcan de Almeira e Raphael Costa Cruz. Camila Mayworm passa da condição de suplente a titular. Entram no colegiado como novos suplentes Rodrigo Bitzer e Renata Pereira.

Rápidas do CEG

CEG protesta contra suspensão das bolsas Pibic

O CEG também se manifestou contrário à suspensão das bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) para a UFRJ. Para efetuar o corte, o CNPq alegou não concordar com o edital aprovado pelo colegiado da universidade em 11 de março (veja matéria acima). Os conselheiros aprovaram uma moção na qual lembram que o assessor da presidência da agência, Isaac Roitman, que assinou a suspensão das bolsas, esteve presente no último dia 13 de maio a uma sessão conjunta CEG/CEPG para falar sobre o programa. Na ocasião, o representante da agência afirmou a importância do desenvolvimento de um programa próprio pela universidade e que não havia obrigatoriedade de o colegiado seguir a instrução do CNPq. A moção foi inspirada na carta do reitor Aloísio Teixeira encaminhada ao CNPq, na qual ressalta a autonomia dos colegiados superiores.

FND terá mais sete professores

O Conselho de Ensino de Graduação também aprovou, em caráter de urgência, a renovação dos 25 professores substitutos para a Faculdade Nacional de Direito, assim como a contratação de sete novos substitutos para os próximos seis meses. O CEG também elegeu o conselheiro Gil Fernando Salles, representante do CCS, como novo presidente da câmara de corpo docente do colegiado.

Movimento

"Não ao mensalão, queremos é reposição salarial"

Servidores ironizam crise do governo e fortalecem a greve com Marcha

"Não ao mensalão, queremos é reposição salarial". Esse é o slogan que deverá ser utilizado em faixas e cartazes pelos comandos estaduais de greve da Seguridade Social - que estima a paralisação da sua categoria em 80% - em todos os aeroportos do país, para recepção dos deputados federais oriundos de Brasília. A greve começou em 2 de junho.

A exemplo dos funcionários da Seguridade Social, as categorias da base da Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal) também começaram a greve no início do mês: são os servidores da Cultura - estes, há mais de dois meses - e de órgãos da Agricultura, Funasa (Fundação Nacional de Saúde), Ibama, Funai, Incra, além daqueles lotados nos ministérios da Fazenda, da Educação, dos Transportes e do Trabalho, Advocacia-Geral da União, Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas). Também estão paralisados os servidores civis da Aeronáutica. A entidade sindical calcula adesão de 50%.

Na pauta principal de reivindicações, estão o reajuste emergencial de 18% a título de antecipação das perdas ocorridas entre janeiro de 1995 e dezembro de 2004, além da incorporação das gratificações ao vencimento base do servidor.

Ato e Marcha

No mesmo dia em que o deputado Roberto Jefferson (PTB) prestava seu depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, os grevistas realizaram um ato público na Esplanada dos Ministérios com mais de 2 mil pessoas. Na análise das entidades sindicais, essa foi uma amostra do que acontecerá no dia 22 de junho, quando ocorre uma Marcha do funcionalismo federal. Ainda nesta semana, os servidores da base da Condsef estarão acampados na capital do país, com uma série de atividades. Será realizada, ainda, Plenária Nacional de Servidores Públicos Federais no dia 25/6.

E o combate à corrupção entrou definitivamente na ordem do dia com o escândalo do "mensalão". De acordo com informativo da Condsef, a corrupção torna-se um dos principais escoadores do dinheiro público. "O governo oferece um reajuste de 0,1% aos servidores enquanto a maior parte da categoria amarga 10 anos de arrocho salarial. Enquanto isso, o dinheiro que poderia ser investido na melhoria do serviço público e do atendimento à população continua sumindo nos escândalos de corrupção que sempre dominaram o cenário político", afirma o secretário geral da Confederação, Josemilton Maurício da Costa.

Fotos: Lindomar Cruz/ABr

MANIFESTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

ÍNDIOS PARTICIPAM DA MANIFESTAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

Governo mente sobre INSS

Além da já costumeira intransigência ao negociar, o governo Lula mente ao dizer que os servidores do INSS receberão reajuste de 22% ainda em 2005 e que, por esta razão, não deveria haver greve da categoria.

De acordo com informativo do Sindsprev-PR, o tal "reajuste" não passa da reposição de uma ação judicial, retirada no governo Collor e finalmente reposto no governo Lula. Também foi divulgado no informativo que apenas 30% da categoria terá direito a esse passivo trabalhista.

Ataques ao direito de greve

Segundo o Comando Nacional de Greve da Seguridade Social, "os mais recentes ataques do governo contra a liberdade do exercício do direito de greve podem ser comparados com os pacotes antigreves lançados por FHC, que se mostraram ineficazes, pois diante de cada ação desta natureza os trabalhadores dão resposta à altura que é o fortalecimento do movimento".

Fontes: Fenasps, Andes-SN e Condsef

Greve nas universidades estaduais baianas

Foram frustradas as expectativas dos professores das universidades estaduais da Bahia em audiência realizada no dia 13, com a secretária de Educação, Anaci Paim. Ela suspendeu unilateralmente a reunião sob a alegação de animosidade no diálogo. Vale registrar, porém, que antes mesmo do início da reunião, a secretária já havia adiantado a diversos órgãos de imprensa presentes que nenhuma das reivindicações dos docentes seria atendida, especialmente àquelas relativas à suplementação orçamentária, que encabeçam a pauta dos professores e estudantes.

O detalhe é que esta foi a primeira tentativa de diálogo atendida pela secretária Paim, como resultado da greve das quatro estaduais e do intenso processo de mobilização. E terminou praticamente sem começar.

Sangue pela Universidade Pública

Com esta frase e para dar ainda mais visibilidade à greve local, o Fórum das seções sindicais das quatro instituições estaduais de ensino superior programou uma grande campanha de doação de sangue, no dia 15. O ato simbolizou a dedicação e luta dos professores que "dão sangue" pela universidade pública.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 462 • 27 de junho de 2005

Seminário "Alternativas de organização dos trabalhadores"

Será realizado, em Niterói, nos dias 1º e 2 de julho, o seminário "Alternativas de organização dos trabalhadores". O evento, promovido pelo Andes-SN e organizado pela Secretaria Regional Rio de Janeiro e pela Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind), é resultado de deliberação do último Congresso da categoria. O objetivo é discutir concepção sindical, o balanço da experiência da CUT e propostas de alternativas organizativas – em articulação com a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), com a incorporação de sindicatos do funcionalismo federal, bem como setores da esquerda da CUT que assumiram a luta contra as políticas governamentais.

Solicita-se que os interessados em participar do seminário procurem a direção da Adufrj-SSind com a maior brevidade possível.

Agenda Sindical

27/6 - Reunião do GT MEC
Brasília (DF)

27/6 - Plenária Estadual dos servidores
Rio de Janeiro (RJ) - no SEPE, à Rua Evaristo da Veiga, 55 – 7° andar, às 17h.

30/6 - Passeata Unificada dos Servidores
Rio de Janeiro (RJ) - da Candelária à Cinelândia, a partir das 14h

1º e 2/7 - Seminário "Alternativas de Organização dos Trabalhadores"
Niterói (RJ) - Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Auditório Milton Santos.

3/7 - Reunião do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
Niterói (RJ) - Sede da Aduff-SSind (Rua Professor Lara Vilela, 110 – São Domingos), a partir das 9h.

14/7 - Reunião do Setor das Estaduais
Fortaleza (CE)

14 e 15/7 - Reunião do GTEGC (Etnia, Gênero e Classe) do Andes-SN
Fortaleza (CE)

15 a 17/7 - 50º Conad do Andes-SN
Fortaleza (CE) - com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - **Venezuela**

Ricardo Borges/Andes-SN

SERVIDORES EXIGEM REAJUSTE EMERGENCIAL DE 18% NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

Marcha por reajuste reúne 10 mil

Cerca de 10 mil servidores de 31 órgãos públicos federais em greve fizeram no último dia 22 uma grande marcha pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, reivindicando melhores salários e condições de trabalho e exigindo a abertura de negociações efetivas. Após a concentração em frente à Catedral, os grevistas seguiram em direção ao Palácio do Planalto e ao Ministério da Justiça, onde foi realizado um ato público pela ética e contra a corrupção.

Continua na página 4

Colegiados

Indignação com o CNPq

CEG e CEPG voltam atrás no edital do Pibic, mas criticam arbitrariedade da agência de fomento

Em uma sessão conjunta tensa, os colegiados acadêmicos CEG e CEPG decidiram ceder em relação às normas do CNPq para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Para a cota a ser oferecida pela agência de fomento, ainda não conhecida (foram 714 no ano anterior), poderão participar docentes orientadores aposentados e alunos externos à UFRJ, conforme a polêmica Resolução Normativa nº 15 do CNPq.

Já para as 400 bolsas ofertadas pela própria universidade, continua em vigor o edital decidido anteriormente pelos colegiados, com restrições a aposentados e bolsistas externos. Para não prejudicar nenhum interessado, os candidatos ao edital Pibic da UFRJ também poderão concorrer à cota do CNPq. A proposição, encampada pela maioria dos conselheiros (22 votos a favor, 10 contrários, nenhuma abstenção), foi apresentada pelos pró-reitores José Luiz Monteiro e José Roberto Meyer, uma vez que a reitoria considerava esgotados todos os níveis de negociação com a agência de fomento.

Debate

Não foi uma decisão fácil. Mesmo entre aqueles conselheiros que se posicionaram contra a exclusão dos aposentados e alunos externos, havia quem estivesse revoltado com a arbitrariedade da agência de fomento ao não divulgar a cota da universidade em sua página eletrônica (www.cnpq.br).

"Chantagem" foi um dos termos mais utilizados pelos representantes para caracterizar a atitude do CNPq. No entanto, devido ao curto prazo para a implementação dos novos auxílios (que devem ser pagos a partir de agosto), os conselhos CEG e CEPG preferiram evitar um possível prejuízo para os alunos da UFRJ. A pressa também foi o motivo pelo qual a maioria dos conselheiros rejeitou uma proposta de não se decidir nada naquela reunião e dar à reitoria uma semana ou duas para eventual negociação institucional.

Rodrigo Volcan, da APG e representante discente no CEPG, reafirmou o que já havia dito no CEPG do dia 17 sobre a crise do financiamento da pesquisa no país. Ele ressaltou o esforço da reitoria em implementar e ampliar uma política de bolsas estudantis, "coisa que o CNPq não faz".

Ana Canen (CEG/CFCH) disse acreditar que os colegiados erraram ao aprovar o edital fora das regras da agência de fomento. Segundo ela, valeria a pena viabilizar o edital que seguisse as normas do CNPq.

Nelson Souza e Silva (CEPG/CCS) também considerava inconstitucional a resolução normativa do CNPq. Para ele, ao aprovar o segundo edital, os colegiados estariam respaldando uma ilegalidade. "O CNPq é que tem de rever o edital dele", ressaltou.

Hatisaburo Masuda (CEPG/CCS) concordou com o novo edital: "Acho que é obrigação desse conselho fazer o novo edital. Tem hora para avançar e para recuar na disputa política. Então, temos de tomar uma decisão cuidadosa agora para avançar depois", comentou.

O pró-reitor José Luiz Monteiro também se disse insatisfeito com a situação, mas observou que um adiamento da decisão poderia atrasar o recebimento das novas bolsas.

Alunos protestam

Estudantes, em sua maioria do curso de Geografia, foram à sessão conjunta para protestar contra a possibilidade de suspensão das bolsas Pibic do CNPq. Eles reivindicaram a revisão do edital da UFRJ "de modo a se adequar ao modelo" da agência de fomento.

Conselheiro sugere greve de estudantes

Joaquim Neto (CEG/CT), que votou contra a exclusão dos aposentados, considerou arbitrária a medida do CNPq. Segundo ele, os estudantes deveriam entrar em greve como protesto contra a atitude do órgão do MCT, em vez de exigir a revisão do edital.

Moção aprovada

Os alunos também solicitaram dos colegiados a aprovação de uma moção ao CNPq para dobrar o número de bolsas oferecidas, bem como o reajuste de seu valor. O documento foi aprovado com 14 votos favoráveis, 10 contrários e 4 abstenções.

Muitos conselheiros entenderam que este não era o momento adequado para fazer tal pedido ao CNPq, uma vez feita a concessão à resolução normativa. "Uma moção deste teor é uma chantagem ao contrário", disse Ericksson Almedra (CEG/CT).

Prêmio Destaque do Ano

Em clima de desolação, os colegiados aprovaram, ainda, o edital do Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica. Pelo edital do Prêmio, a UFRJ seleciona três de seus alunos de graduação bolsistas CNPq/Pibic ou CNPq/Balcão há pelo menos 12 meses (em agosto próximo) e que estejam em processo de renovação. As premiações contemplam um estudante de cada uma das assim chamadas "grandes áreas do conhecimento" (Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; Ciências da Vida; e Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes). O incentivo para cada premiado corresponde a uma quantia equivalente a doze meses de bolsas de Iniciação Científica, em dinheiro. As inscrições ocorrem na Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, sala 811, no período de 1 a 12 de agosto. Dúvidas podem ser esclarecidas por correio eletrônico (vilma@pr2.ufrj.br) ou telefone: 2598-1739.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG aprova comissão para Escola de Comunicação

Conselheiros vão analisar impacto da reforma curricular da unidade

Uma semana depois da ocupação de uma das salas da diretoria da Escola de Comunicação (ECO), os efeitos da mobilização estudantil chegaram ao Conselho de Ensino de Graduação. Em sua sessão de 22/6, o colegiado aprovou a formação de uma comissão acadêmica para acompanhar aquela unidade. O grupo será composto pelas professoras Ana Canen e Maria José Coelho, pelas técnico-administrativas Ana Maria Ribeiro e Vera Barradas e pelos alunos Thiago Barcellos e Rafaela Magnani.

A comissão vai estudar as conseqüências da reforma curricular do curso (de 2000), tão criticada pelo centro acadêmico local, bem como outros fatos relacionados ao cotidiano acadêmico de graduação da unidade. Atribuições bem diferentes, vale registrar, da comissão de sindicância instalada em maio pelo reitor para investigar possíveis irregularidades administrativas na ECO. Esta tinha 30 dias para apresentar algum resultado, mas solicitou a prorrogação de suas atividades até a primeira quinzena de julho.

Visões sobre a atitude dos estudantes

Uma das componentes da comissão acadêmica recém-criada, Ana Canen afirmou que não aprovava atitudes como a ocupação realizada pelos estudantes. Segundo ela, não existe mais o ambiente de uma "reitoria ditatorial" que justifique o ato.

Outra integrante da comissão, Ana Maria Ribeiro louvou a manifestação. Para ela, que trabalhou alguns anos na Pró-reitoria de graduação, já é fato conhecido que a Escola de Comunicação apresenta problemas acadêmicos há muito tempo. "Eu diria que o problema acadêmico é histórico", afirmou.

Moção negada

A comissão acadêmica havia sido uma solicitação do Centro Acadêmico da Escola de Comunicação, que compareceu com faixas e cartazes ao CEG do dia 22. Os conselheiros, no entanto, rejeitaram uma moção apresentada pelos estudantes, com pedido de exoneração do diretor da ECO e paridade nas próximas eleições para a direção daquela unidade.

Novas vagas e edital do vestibular

O colegiado aprovou o aumento na oferta de vagas do próximo vestibular para três cursos. O Instituto de Nutrição poderá matricular 40 novos alunos por semestre, em vez dos 36 atuais. O Instituto de Microbiologia também será capaz de inscrever 40 estudantes no primeiro período (eram 35). O curso de Ciências Biológicas, modalidade médica, coordenado pelo ICB, ganhou mais sete vagas (foi a 42).

A aprovação deste último aumento não foi tão rápida. Em meio à documentação, havia um parecer contrário de autoria da direção do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF). O texto reclamava de possível sobrecarga dos professores e instalações do IBCCF, que seria responsável por boa parte das disciplinas do curso em questão.

Os representantes do CCS presentes fizeram questão de esclarecer que o aumento de vagas foi longamente discutido no Centro. Segundo eles, não haveria qualquer problema com a ampliação da turma, o que convenceu o restante do colegiado.

Outra proposta de aumento das vagas foi mais polêmica. A Escola de Educação Física e Desportos apresentou a criação de uma nova turma diurna de bacharelado com 40 vagas. O turno da noite continuaria com 50 alunos. O detalhe é que a turma de licenciatura seria diminuída de 100 para 80 estudantes. Os conselheiros não aceitaram esta redução da capacidade de formação de professores da UFRJ. Nem a alegação, constante do processo, de que as novas diretrizes curriculares da área limitaram a atuação dos formados na licenciatura foi suficiente para a aprovação do colegiado. A EEFD tem até esta semana para reformular sua proposição a tempo de incluí-la no edital do próximo vestibular da universidade, um dos pontos de pauta do CEG do dia 29/6.

Próxima distribuição de concursos

Ana Canen divulgou que a comissão mista CEG/CEPG, da qual faz parte, dividiu-se em três grupos para preparar a discussão da próxima distribuição de vagas docentes. Um deles buscará meios de tornar mais preciso o banco de dados da universidade; o segundo terá a responsabilidade de preparar a proposta de fórmula com os indicadores, colhidos no banco de dados, que deverão influenciar a partilha dos concursos entre as unidades; o último organizará quatro grandes seminários, espalhados por toda a UFRJ, para ampliar esse debate - o que deverá acontecer em setembro.

Sede própria do CAp

O professor Marcelo Correa e Castro informou que uma comissão do Conselho de Centro do CFCH já apresentou a primeira proposta de sede própria para o Colégio de Aplicação. Marcelo explicou que a proposição não se limita a uma simples planta do prédio, pois está acompanhada de um projeto pedagógico para a realização das atividades da unidade. O desenho ainda se encontra em fase de avaliação no colegiado do Centro e deverá ser disponibilizado em breve para o conhecimento da comunidade acadêmica.

CEPG discute decreto das fundações

Colegiado estuda possível aplicação na UFRJ de reforma universitária do governo

Engana-se quem diz que a reforma universitária não começou. Mais uma prova foi dada durante a sessão do Conselho de Ensino para Graduados de 24/6. Os conselheiros discutiram os possíveis efeitos na UFRJ do decreto presidencial nº 5.205, de setembro do ano passado, que regulamenta as relações entre as instituições federais de ensino superior e as chamadas fundações de apoio.

O debate surgiu no colegiado por conta de um ofício do presidente da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), Raymundo de Oliveira, ao reitor Aloisio Teixeira. No documento, datado de 10 de maio, o presidente da FUJB pedia a análise do Conselho Universitário sobre a implementação do decreto na instituição. O CEPG foi chamado a opinar pelo pró-reitor José Luiz Monteiro para subsidiar o debate naquele outro colegiado, principalmente sobre a concessão de bolsas de pesquisa, prevista no decreto presidencial.

Conselheira do CFCH, Leila Rodrigues posicionou-se contrariamente à normatização do decreto dentro da UFRJ. Para ela, aplicar o texto do governo seria como legitimar a privatização da universidade.

Representante dos ex-alunos, Cláudia Morgado disse não se preocupar com a origem do dinheiro que entra na universidade. "O que me preocupa é usar dinheiro público para interesse privado. Isso nós devíamos combater", afirmou. Segundo ela, a aplicação do decreto serviria para a instituição controlar o que acontece nesses contratos via fundações. "Se eu não regulo, eu não posso controlar", completou.

Rodrigo Volcan, represente dos pós-graduandos no colegiado, observou que o problema é maior. "Se o financiamento da pesquisa nas universidades fosse suficiente, nada disso aqui estaria sendo discutido", disse.

O assunto voltará à pauta do CEPG nesta semana (em 1º de julho) para que seja feita alguma indicação ao Consuni.

Cursos novos

O pró-reitor dividiu com os conselheiros uma notícia da Capes da semana passada sobre o intenso crescimento do sistema de pós-graduação do país. Em 2002, foram feitas 380 propostas de cursos novos; em 2003, mais 440 propostas; em 2004, 442. Somente este ano, a agência recebeu 474 novos pedidos de abertura de programas. O detalhe é que, nesses últimos três anos, foram criados efetivamente 582 cursos, o que corresponderia a cerca de 30% de todo o sistema.

Informes da Capes

José Luiz Monteiro também informou ao CEPG da última reunião do Diretório do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação, que contou com a participação de representação da Capes. Segundo ele, os dirigentes universitários voltaram a comentar as dificuldades de seguir a exigência para disponibilizar todas as teses dos cursos de pós-graduação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), vinculado ao ministério de C&T. Além do prazo exíguo - os cursos de conceitos 6 e 7 deveriam fazê-lo ainda este ano -, existem incompatibilidades técnicas entre as bases de dados do IBICT e das instituições que já possuem algum acervo de teses, como a própria UFRJ (Base Minerva). "E, das 164 instituições com pós-graduação, apenas 16 estão na base do IBICT", disse o pró-reitor.

Entre outros informes, José Luiz explicou que a Capes anda preocupada com os cursos de conceito 3 (mestrado ou doutorado). A agência definiu que programas que possuam mestrado com esta nota não poderão solicitar a abertura de um doutorado. Hoje, existem 67 cursos de doutorado nota 3 em todo o país, sendo três deles da UFRJ (Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, Educação e Cardiologia).

A Capes também vai solicitar um plano de recuperação de programas de mestrado nota 3, que mantenham esse conceito por três avaliações seguidas (portanto, desde 1998). São 64 nesta situação em todo o país, sendo dois da UFRJ (Cardiologia e Saúde Coletiva). Os dirigentes universitários observaram que a agência de fomento não deveria se limitar à exigência do plano de recuperação; deveria contribuir para o aperfeiçoamento dos cursos.

O professor também comunicou a prorrogação dos prazos para o preenchimento do Coleta Capes 2005 para 18 de agosto.

Continuação da capa

Na mesa, governo não cede e ameaça cortar o ponto

Se depender do governo, o funcionalismo público não terá nenhum item da pauta de reivindicações da campanha salarial deste ano atendido. Pelo menos foi o que disse ministro Paulo Bernardo na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente realizada nessa quinta-feira (23): "Minha posição é falar com franqueza: há limitações orçamentárias claras e não temos condição de negociar reajuste este ano", disse ele, logo no início da reunião.

Segundo o ministro, a folha de pagamento do serviço público teria inchado em R$ 8,5 bilhões — o governo estima gastar R$ 98 bilhões com os salários dos servidores este ano —, resultado de acordos fechados com várias categorias no ano passado. O vice-presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, disse que só há uma alternativa para esse impasse: fortalecer o movimento grevista dos servidores públicos federais.

O governo recusou a reivindicação de reajuste salarial de 18% em 2005, o pedido de aumento linear no ano que vem e a solicitação de rever o corte de ponto dos grevistas. Os sindicalistas classificaram como frustrante a tentativa de acordo. Aberta por Paulo Bernardo, a reunião durou três horas e meia.

Na próxima quarta-feira, 29, haverá outra reunião da MNNP, na qual governo e lideranças dos servidores discutirão a definição de uma agenda para 2006. Os sindicalistas acreditam que ainda têm chances de reverter a situação desfavorável, mas reconhecem dificuldades em vencer a resistência do governo.

Os servidores em greve convocam as demais categorias a aderirem à greve e pedem aos setores já paralisados que intensifiquem as mobilizações nesta semana com atos unitários nos estados e paralisações onde for possível, até esta quarta-feira, quando acontece nova reunião da mesa de negociação permanente.

Adufrj-SSind

Assembléia discute textos do 50º Conad

Professores aprovam planos de lutas da categoria

Em Assembléia Geral da Adufrj-SSind realizada no dia 22, no Instituto de Psicologia, os professores discutiram a participação da seção sindical no 50º Conselho do Andes-SN (em Fortaleza, de 15 a 17/7). O Conad é a instância deliberativa intermediária do Sindicato Nacional - abaixo apenas do Congresso da categoria.

Na AG, os docentes apreciaram as resoluções constantes do Caderno de Textos - documento que guiará os trabalhos dos representantes das seções sindicais no 50º Conad (e disponível na página www.andes.org.br, no link "Secretaria", em "circulares expedidas", no dia 3/6). Foram aprovadas as atualizações nos planos de lutas apresentados pela direção do Andes-SN (o mais geral e os específicos: do Setor das Federais, do Setor das Estaduais e do Setor das Particulares). Apenas na parte de recomendações sugeridas ao Sindicato no plano de lutas das particulares, a AG da Adufrj-SSind fez pequenas mudanças na redação de um dos itens.

Carreira

A direção do Sindicato Nacional também propôs um texto de resolução (TR-6) para aprofundar a articulação com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) para a construção de uma carreira única das instituições federais de ensino.

Neste ponto, a AG da Adufrj-SSind aprovou uma alteração de conteúdo: em sua redação original, um dos itens do TR-6 observa que "a carreira única deverá ter um único cargo correspondente a todas as suas classes e níveis e, portanto, haverá um único concurso público, que é o de ingresso". Para a diretoria da Adufrj, esse dispositivo pode não ser conveniente, uma vez que a estrutura de cargos deve corresponder à natureza do trabalho docente. Esta avaliação acabou aprovada pela AG. Ainda sobre a proposta de carreira, a assembléia fez alguns aperfeiçoamentos na redação do documento.

Questões financeiras e organizativas

A assembléia acatou as prestações de contas da Diretoria do Andes-SN, disponibilizadas no Caderno de Textos, bem como as previsões orçamentárias para o próximo ano (uma para cada semestre).

Foram rejeitados os textos de resolução que promoviam mudanças nos critérios de representatividade nas instâncias do Sindicato (TRs 11 e 12), entre outros pontos.

Delegação da Adufrj-SSind

Foram eleitos os representantes da Adufrj-SSind para o 50º Conad: Walcyr de Oliveira (delegado); Janete Luzia Leite; Salatiel Menezes; José Miguel Bendrao Saldanha; Elen Castelo Branco; e Vera Salim (observadores).

A diretoria da Adufrj-SSind lembrou que novos textos poderão ser postos em debate no Anexo do Caderno de Textos, cujo prazo final para envio das contribuições se esgota no próximo dia 30 de junho.

Campanha Salarial

Dado o grau de mobilização dentro da universidade, não foi deliberada a paralisação indicada pelo Comando Nacional de Mobilização dos SPF para os dias 22 e 23 da semana passada. Mas foi lembrado que deverá acontecer um ato no centro da cidade neste dia 30 (quinta-feira), com passeata da Candelária até a Cinelândia, que também contará com a participação de setores do funcionalismo estadual em greve.

Reforma universitária novamente rejeitada

Acompanhando a discussão feita pelo Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN nas últimas semanas, a AG da Adufrj-SSind rejeitou também a segunda versão do anteprojeto do MEC para regulamentar a educação superior do país. Entre diversos pontos do texto do governo, foi criticado principalmente o favorecimento aos empresários do ensino.

Moções

Devido às várias notícias de repressão aos movimentos sociais organizados, profissionais da educação e estudantes, em todo o país, a AG da Adufrj-SSind aprovou moções de repúdio às arbitrariedades cometidas contra estudantes e trabalhadores.

Colegiados

Consuni aprova alterações no orçamento em função dos cortes impostos pelo MEC

Na última sessão do Conselho Universitário, os representantes no colegiado aprovaram o redimensionamento da previsão orçamentária da UFRJ para 2005. Na revisão orçamentária aprovada, a universidade sofreu uma diminuição na sua previsão de R$ 92 milhões para R$ 84, 2 milhões. O maior corte é correspondente à verba a ser recebida diretamente da Secretaria de Ensino Superior (SESu). Dos R$ 25 milhões prometidos no ano passado, a Secretaria, segundo informações da reitoria, se comprometeu com apenas R$ 15 milhões, mas, até o momento, só foram liberados R$ 1,2 milhões.

Dos recursos previstos, R$ 54,5 milhões são a parte que coube à UFRJ na divisão da verba orçamentária do MEC para as instituições federais de ensino superior. Na divisão feita no ano passado, a UFRJ ficou com pouco mais de R$ 52 milhões. Na correção feita através da 'emenda Andifes', foram acrescidos cerca de R$ 2,2 milhões.

Este acréscimo, no entanto, foi praticamente anulado na revisão dos recursos próprios. Estimados, no ano passado, em R$ 14,9 milhões, foram reduzidos para R$ 12 milhões. A justificativa apresentada pela Superintendência Geral de Finanças (SG6) é que alguns aluguéis e outros patrimônios foram superestimados.

Verba para as unidades

Mesmo os R$ 15 milhões da SESu ainda não estão totalmente garantidos. Ainda assim, a revisão orçamentária aprovada na última sessão do Consuni destina, deste recurso, R$ 9,6 milhões para investimento nas unidades. Caso a verba realmente chegue ao caixa da reitoria, a distribuição seguirá os mesmos critérios aprovados pelo colegiado no final de 2004 e já utilizados para distribuir o montante de R$ 1,2 milhão já recebidos da Secretaria, este ano.

Com o corte, a verba destinada à assistência estudantil (bolsas, alojamento etc) e a projetos como a construção do bandejão podem ficar comprometidos. Dos recursos prometidos pela SESu, sobram apenas R$ 5,4 para serem aplicados em despesas. No novo orçamento, dos R$ 4 milhões previstos anteriormente, por exemplo, sobraram apenas R$ 900 mil para despesas com o restaurante universitário. A verba geral para assistência estudantil, no entanto, passa a ser de R$ 11,2 milhões, pela revisão aprovada. Deste montante, R$ 5,9 milhões sairão dos recursos próprios, R$ 1,55 milhão do orçamento do Tesouro, R$ 1,97 milhão da verba da SESu e R$ 1,8 milhão da 'emenda Andifes'.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 463 • 11 de julho de 2005

Assembléia Geral

12 julho terça-feira

Das 14:30 às 17:30

Sala Anisio Teixeira
Faculdade de Educação

Pauta
Posição da Adufrj-SSind no 50º Conselho do Andes-SN (Conad) sobre:

a) indicativo de adesão dos docentes à greve dos servidores federais;

b) forma de participação do Andes-SN nas atividades da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), e

c) propostas de resoluções apresentadas no Anexo ao Caderno de Textos.

Kelvin Melo

SERVIDORES REALIZAM ATO CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO, POR REAJUSTE SALARIAL E CONTRA AS REFORMAS

Para reajustar salários, governo diz não ter dinheiro

Editorial e páginas 4, 5 e 12

EDITAL
Eleições para Diretoria e Conselho de Representantes

De acordo com o disposto no Art. 38 do Regimento Geral e no Art. 4º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, convoco eleições para a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2005-2007, para os dias 13, 14 e 15 de setembro de 2005.

As chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 15 de agosto de 2005, de acordo com o disposto no Art. 41 do Regimento Geral e no Art. 12 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 05 de setembro de 2005, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Podem se candidatar a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 16 de maio de 2005, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 15 de julho de 2005 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Sara Granemann
Presidente da Adufrj-SSind

Editorial

Sem mobilização dos docentes, MEC continuará enrolando

Quase um ano após a edição da medida provisória que aumentou os valores da GED e encerrou unilateralmente a precária negociação que o MEC fazia com o Andes-SN a respeito do reajuste salarial dos docentes, não houve qualquer avanço na direção dos objetivos declarados pelo governo naquela ocasião, que incluíam a retomada da paridade entre os docentes ativos e aposentados e com os pensionistas e o estabelecimento de mecanismos de avaliação institucional e pessoal que substituíssem a GED. A leitura dos relatos das cinco reuniões realizadas entre dezembro de 2004 e junho de 2005 deixa evidente o abandono daqueles objetivos por parte do governo. Durante este período, o MEC só produziu cálculos, aliás nada complicados para quem tem fácil acesso a todos os dados necessários, do impacto orçamentário de "cenários" não reivindicados pelos docentes, para chegar enfim à conclusão de que não há dinheiro para construí-los!

Ora, se não há nem um tostão disponível em 2005 para os servidores federais além dos cínicos 0,1% prometidos pelo governo, com que objetivo o MEC constrói cenários, faz simulações e acena com propostas irrealizáveis? Ou, pior, por que os docentes devem acreditar nessas ilusões? Se o MEC está de mãos atadas por causa das restrições orçamentárias resultantes da opção pelo pagamento ao capital financeiro dos mais altos juros do planeta, as inúteis reuniões com o MEC só servem para desviar as energias do foco para onde deve apontar a mobilização dos docentes, que é a construção da união com os demais servidores federais na luta pela recuperação do poder aquisitivo dos salários depreciado pela inflação. Com uma ampla articulação dos servidores, certamente aumentarão as chances de obrigar o governo a redirecionar uma fração daquilo que destina ao pagamento de juros para a recuperação de salários e condições de trabalho e realização de concursos para suprir as deficiências de pessoal em todas as áreas, notadamente na educação superior pública.

Isto não significa que devamos abandonar as negociações com o MEC. Além da necessidade evidente de participar das reuniões para que as suas limitações fiquem claras para todos, o MEC é o interlocutor necessário do governo para o tratamento das questões realmente específicas da universidade pública e dos docentes. É importante comprometer o ministério responsável pela educação pública com a construção de uma carreira que valorize o trabalho docente, a ampliação de vagas, a realização de concursos para docentes e servidores tecnico-administrativos e ampliação das verbas de custeio e investimento. Não seria sensato, no entanto, imaginar que tais ações poderiam ser empreendidas por um ministério dirigido por um governo cuja política tem direção oposta sem, ao mesmo tempo, lutar, no plano mais geral, para mudar esta política. Assim, o sucesso das negociações específicas está condicionado à pressão que o conjunto dos servidores conseguir acumular contra a política de contenção salarial do governo.

É urgentemente necessário ampliar a união dos professores universitários com o restante dos servidores públicos federais. Esse será um dos pontos da pauta da próxima reunião da Assembléia Geral da Adufrj-SSind, nesta terça-feira, 12 de julho. Compareça e defenda o seu salário e a sua universidade.

Diretoria da Adufrj-SSind.

Movimento

Rodada de assembléias discutirá adesão dos docentes à greve dos servidores

Propostas das AGs das seções sindicais serão avaliadas no 50º Conad

Até o dia 14 de julho, as seções sindicais do Andes-SN deverão organizar assembléias para discutir a possibilidade de adesão à greve dos servidores públicos federais, bem como a indicação de uma data para deflagração do movimento. Os resultados das AGs de todo o país serão avaliados durante o 50º Conad do Sindicato Nacional, que se realizará em Fortaleza (CE), de 15 a 17 de julho. Esta foi a proposta aprovada por unanimidade na última reunião do Setor das Federais de 24/6, em Brasília (DF).

Além da rodada de assembléias, o Setor definiu que o Andes-SN prepare atividades paralelas durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que também ocorrerá na capital cearense, logo após o Conad. As seções sindicais serão convocadas a participar dos eventos do movimento docente durante a SBPC. Os atos vão divulgar a campanha salarial, com denúncias contra a postura protelatória do governo federal e mobilizar os professores para o fortalecimento da greve dos SPF.

Recomendações

Na reunião do Setor das Federais, foi recomendado ainda que as seções sindicais articulem a constituição de fóruns autônomos e independentes contra a corrupção do governo Lula; ou se juntem a fóruns já existentes e cobrem as devidas punições. Outra recomendação é quanto à participação das seções sindicais na Marcha a Brasília do dia 17 de agosto, convocada pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

Seminários sobre carreira

Durante a reunião do Setor, a diretoria do Andes-SN informou que terá continuidade a série de seminários sobre carreira organizados conjuntamente pelo Sindicato e pelo Sinasefe Os eventos ocorreram em Curitiba (PR), nos dias 17 a 19 de junho, em Belém (PA), em 29 e 30 de junho e em Belo Horizonte (MG), de 8 a 10 de julho.

Conversão da dívida

Foi lançada no dia 23/6 a campanha de conversão da dívida em investimentos para a Educação. A iniciativa parte de proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do MEC. O assunto será remetido para análise do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2ª Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Docentes discutem alternativas de organização dos trabalhadores

Nos dias 1º e 2 de julho, docentes de diversas Seções Sindicais do Andes-SN e representantes de vários sindicatos - locais e nacionais - estiveram reunidos em Niterói no Seminário *Alternativas de Organização dos Trabalhadores* organizado pelo Andes-SN em conjunto com a Aduff-SSind, a partir de indicação do 24º Congresso do Andes-SN.

Considerando que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) optou claramente pelo apoio incondicional ao governo Lula, em detrimento da defesa dos direitos da classe trabalhadora – fato que levou os docentes a votarem pela desfiliação do Andes-SN à Central no último congresso – a proposta foi que o seminário iniciasse um balanço da experiência da CUT, e a partir daí, abrisse a discussão sobre concepção sindical e formas de organizaçào dos trabalhadores e dos movimentos sociais (propostas de alternativas organizativas) frente à conjuntura de retirada de direitos dos trabalhadores por meio de sucessivas reformas. Como forma de ampliar o debate com outras categorias, o seminário foi organizado em articulação com a Conlutas (Coordenação Nacional de lutas) – da qual o Andes-SN faz parte – e incorporou sindicatos do funcionalismo que compõem a CNESF e os setores de esquerda que ainda permanecem filiados à CUT mas que têm assumido a luta contra as políticas governamentais.

Na abertura, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, ressaltou, como um dos desdobramentos da decisão do Andes-SN de desfiliação à CUT, a importância do debate sobre o papel dos instrumentos de luta dos trabalhadores para a organização de novas alternativas. Enfatizou a necessidade de que os docentes aprofundem o debate em suas respectivas seções sindicais / universidades, pois só a partir do acúmulo desta discussão na base do sindicato é que será possível avançar para novas propostas.

Na mesa de debates, durante o primeiro dia do seminário, foram destacados aspectos importantes da conjuntura, como o avanço das políticas neoliberais e da retirada dos direitos dos trabalhadores traduzidos na manutenção da política econômica e produção de estrondoso superávit primário, impondo reformas que restringem cada vez mais as ações de Estado e sucateiam os serviços públicos, dentre eles a educação. O escândalo das denúncias de corrupção no Congresso é mais uma faceta do projeto que o governo Lula escolheu e torna-se elemento central da conjuntura o enfrentamento contra a corrupção e a politização deste debate. Afinal, como ressaltou o 1º vice-presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, não haveria necessidade de 'compra de votos' para projetos que fossem beneficiar a classe trabalhadora, só se 'compra voto' para aprovar reformas que em nada tem a ver com as reais necessidades da Nação. As tentativas de defesa do governo, a exemplo da Carta Aberta ao Povo Brasileiro em Apoio ao Presidente Lula assinada por diversas entidades e movimentos, inclusive a CUT, além de não se sustentarem, só reforçam a necessidade de novas alternativas de organização dos trabalhadores para luta, com autonomia perante a governos e partidos.

Para a representante da CNESF, Júnia Gouveia (Sindsprev-SP), a politização do debate e a reorganização dos trabalhadores partem necessariamente da experiência que cada categoria vive nas lutas diárias, e a CNESF é um exemplo emblemático disto. Júnia recuperou o histórico de debates internos dos servidores públicos federais, na década de 90, em relação à crescente burocratização e verticalização da CUT, e a necessidade de uma organização mais efetiva da categoria, fato que determinou o surgimento da CNESF – coordenação que congregava as entidades para, a partir de suas deliberações de base, organizar plataformas de enfrentamento aos governos. Da mesma forma, não é coincidência que este mesmo setor, o mais afetado pela reforma da previdência em 2003, tenha sido um dos primeiros a diagnosticar a continuidade da política neoliberal no governo Lula e também um dos primeiros a propor a desfiliação à CUT. Por isso, para Júnia , é importante que neste debate de novas alternativas de organização sejam compreendidos os tempos diferenciados de cada categoria – o debate deve se dar a partir do acúmulo das bases dos sindicatos, e não pelas vanguardas. Júnia indicou ainda, como aprofundamento deste debate, o que entende ser imprescindível para avançar nas lutas, a necessidade de discussão sobre a relação vanguarda e os movimentos sociais, baseando-se inclusive nas experiências dos diversos países da América Latina.

Representante da Conlutas, José Maria de Almeida destacou a importância do momento de construção do Partido dos Trabalhadores e da CUT no Brasil, ressaltando que com o projeto majoritário que se impôs (diferente do originário) e levou Lula ao governo do país, se fechou um ciclo que alterou as tarefas da classe trabalhadora, que cada vez mais passa a buscar altenativas de organização porque os instrumentos de luta anteriores já não servem. Para ele, vivemos um momento de recomposição das lutas e também político-partidário, e é importante analisar os diferentes exemplos de outros países da América Latina como na Argentina, quando da criação de uma Nova Central que depois veio a apoiar De La Rua, impulsionando o movimento dos piqueteiros. No Equador, durante o processo de luta contra as privatizações, criou-se a coordenação dos movimentos sociais, que acabou por tornar-se um braço do Governo de Gutiérrez. Estes e outros exemplos mostram que os trabalhadores se reorganizam também a partir das necessidades conjunturais. O respeito aos ritmos diferenciados, entretanto, não pode se traduzir numa 'paralisia' da esquerda, sob o risco de impor grandes derrotas para classe por ausência de um instrumento de luta. Assim, o debate sobre novas alternativas deve avançar – que tipo de entidade precisamos, forma, estatuto, etc. Um debate que deve ser feito desde já, pois se trata de uma longa discussão.

O representante da esquerda da CUT, Jorge Luis Martinho, o Jorginho, alertou para o fato de que, ao contrário de quando foi criada a CUT, não vivemos um ascenso das lutas no país. Embora importantes enfrentamentos e greves tenham se realizado nos últimos anos, como a da reforma da previdência e a dos bancários, o cenário é de grandes derrotas para a classe trabalhadora, a despeito de toda a reação e resistência que tem havido. Assim, torna-se secundário o debate se os sindicatos devem ou não desfiliar-se imediatamente da CUT para criar novas alternativas. Ao contrário, na sua avaliação, é importante ainda permanecer dentro da CUT para ajudar no debate das bases dos sindicatos, ainda lutadoras, diferente das direções majoritárias governistas. Da mesma forma, é preciso compreender o MST, separando-se as iniciativas das direções, muitas vezes em apoio ao governo, da grande base social que é lutadora. Destacou ainda a necessidade da unidade na luta entre aqueles que já saíram da CUT e os que ainda permanecem, mas não concordam com a política do governo.

O 1º vice-presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, concluiu o debate convocando os docentes e demais sindicatos à persistência na luta. Ao contrário do descrédito da luta que o governo e todo o aparato que o cerca têm procurado implantar, a persistência na luta é uma necessidade que se impõe. Paulo Rizzo conclamou à reflexão sobre dois temas: a unidade e a ruptura. Para ele, a unidade é uma questão estratégica, pois é um problema de classe em todos os momentos de sua luta – unidade do campo classista, na defesa de seus interesses. Devemos assumir o desafio da reconstrução da unidade da classe trabalhadora, conclui.

No segundo dia do seminário os docentes e representantes dos demais sindicatos se organizaram em grupos de discussão para aprofundar o debate iniciado pelos expositores. A discussão nos grupos e a conseqüente plenária final, serviram de instrumental para a reunião do Grupo de Trabalho de Politica e Formação Sindical realizada no dia 3 de julho na sede da Aduff. O GT fez indicações para a direção do Andes-SN de pontos que devem ser pautados para debate no próximo Conad, dentre eles a que indica a necessidade de contínuo aprofundamento do debate, não só na direção do movimento docente, mas principalmente nas bases de todas a Seções Sindicais como preparação para a participação do Andes-SN no Encontro Nacional da Conlutas que se realizará em 18 de agosto deste ano.

Movimento

MEC protela novamente: se houver dinheiro, só no ano que vem

Em reunião no dia 27 de junho do Grupo de Trabalho formado pelo MEC em dezembro de 2004 com a finalidade de apresentar propostas para substituir a GED por outra forma da avaliação dos docentes e restaurar a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, os dirigentes do MEC voltaram a frustrar as expectativas dos professores em relação a alguma melhoria na sua estrutura salarial ainda em 2005. Na reunião anterior, em 6 de junho, o MEC propusera (ou melhor, apresentara "simulações" sobre) a incorporação da GAE e da GED ao vencimento básico e aumento dos adicionais de titulação, comprometendo-se a buscar, junto à área econômica do governo, os recursos necessários para a implantação destas medidas ainda no ano de 2005. A incorporação da GAE e da GED custaria cerca de R$ 610 milhões e o aumento dos adicionais de titulação R$ 370 milhões, de acordo com os cálculos feitos pelo MEC.

Na reunião do dia 27, no entanto, o Secretário Executivo Adjunto do MEC, Jairo Jorge, disse que não há recursos para reajustar docentes ou outros servidores públicos em 2005, repetindo o que o ministro Paulo Bernardo, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), dissera aos representantes dos servidores federais na reunião do dia 23 de junho da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

Para Jairo, no entanto, esta restrição não deve afetar os trabalhos do GT do MEC e propôs que este formulasse, até o final de agosto, uma proposta de nova carreira docente, a ser implantada em 2006, cujo impacto orçamentário anual fosse, no máximo, igual a R$ 1 bilhão. Os meses de setembro e outubro seriam dedicados a discutir com o MPOG a inclusão desses recursos no Orçamento da União de 2006.

Andifes

Os representantes da associação de reitores (Andifes), que também participa do GT do MEC, consideraram um avanço a proposta da nova carreira, que, para eles, superaria o problema da incorporação das gratificações. O reitor Paulo Speller (1º vice-presidente da entidade), porém, manifestou-se preocupado com a mobilização dos professores para a greve e cobrou pressa na elaboração da nova carreira.

SPBC e a carreira

Para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a carreira a ser tratada deveria ser exclusiva do magistério do ensino superior "dadas as especificidades deste" e deve haver "compensação financeira por mérito".

Andes-SN cobra objetivos originais do GT do MEC

Um dos representantes do Andes-SN, o professor Márcio de Oliveira, Secretário Geral da entidade, considerou inaceitável a alegação governamental de falta de disponibilidade orçamentária em 2005. Havendo consenso em relação à extinção da GED, o MEC deveria, no mínimo, ter formulado uma proposta nesse sentido. Não o fazendo, nem sequer cumpria os termos da sua própria Medida Provisória 208, de 20/08/04 (baixada sem acordo com o Sindicato Nacional), que reajustou os valores da GED e fixou um prazo de 180 dias para definir novos critérios de avaliação.

Outro representante do Andes-SN, o professor Paulo Rizzo, 1º vice-presidente do sindicato, também enfatizou a situação irregular da GED e lembrou que haviam faltado apenas R$ 70 milhões no Orçamento de 2004 para viabilizar a substituição da GED dos docentes do magistério superior por uma gratificação fixa e paritária, a exemplo da GEAD que substituiu a GID para os professores da carreira de 1º e 2º graus. Paulo enfatizou que o GT foi criado justamente para tratar dessa pendência das negociações de 2004. Assim, deveria cumprir a sua função e ser dissolvido.

Andes-SN e a nova carreira

Paulo ressaltou que o Andes-SN tem total disposição para tratar da nova carreira, sobre a qual tem propostas já apresentadas ao governo e à sociedade. Informou que ela está sendo debatida com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), com o qual tem o compromisso de trabalhar conjuntamente sobre o assunto, e que a composição do GT do MEC não é adequada a essa discussão nem corresponde ao sistema de mesas nacional e setoriais de negociação permanente. Solicitou a retomada dos trabalhos da Mesa Setorial [da Educação] de Negociação Permanente e considerou que a negociação em torno da carreira certamente demandaria um trabalho bem mais longo do que os dois meses propostos pelo MEC.

MEC volta à estaca zero

Na ausência da definição de recursos por parte do MEC e da retomada da Mesa Setorial, o secretário Jairo Jorge reconheceu que a disposição da negociação de mudanças na carreira não era verdadeira, alegando uma inexistente falta de consenso sobre o tema.

Achou natural que os professores tivessem expectativa de algum ganho em 2005, mas disse também que eles deveriam reconhecer as dificuldades do momento e considerar a viabilidade de ganhos a partir de 2006. Propôs a realização de mais duas reuniões, uma no final de julho e outra no final de agosto, para continuar os estudos da incorporação das gratificações, da recuperação da paridade e do aumento dos incentivos de titulação, com a perspectiva de implantação (e respectivos impactos orçamentários) a partir de 2006. Uma nova portaria será editada para prorrogar os trabalhos do GT até 30 de setembro. Sobre a retomada da Mesa Setorial reivindicada pelo Andes-SN, o outro representante do MEC, Sylvio Petrus, alegou que seria difícil tratar nela de questões específicas e informou que, por isso, o MEC está se reunindo com todas as entidades separadamente, exemplificando este procedimento com a classe especial para os docentes de 1º e 2º graus, que o MEC está discutindo com o Sinasefe. Paulo Rizzo retrucou que o tema não é específico do Sinasefe, pois o Andes-SN representa uma parcela relevante da categoria. Os representantes do governo disseram então que não viam obstáculos à participação conjunta do Andes-SN e do Sinasefe em negociações sobre a carreira docente.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Agenda Sindical

28/6 a 14/7 - Rodada de assembléias nas Seções Sindicais do Andes-SN para discutir o indicativo de greve das IFES

8 a 10/7 - 3º Seminário conjunto Andes-SN/Sinasefe sobre carreira
Belo Horizonte (MG)

14/7 - Reunião do Setor das Estaduais
Fortaleza (CE)

14 e 15/7 - Reunião do GTEGC (Etnia, Gênero e Classe) do Andes-SN
Fortaleza (CE)

15 a 17/7 - 50º Conad do Andes-SN
***Fortaleza (CE)* -** com o tema central "Autonomia, Democracia e Liberdade: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo".

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
***Caracas* - Venezuela**

Movimento

Breve histórico do GT do MEC

Objetivo inicial do GT foi a extinção da GED

No dia 9 de dezembro de 2004, o ministro da Educação, Tarso Genro, assinou a Portaria nº 4.052, que criou um "Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar propostas para o *aperfeiçoamento da estrutura salarial* dos docentes, a *paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão*, bem como do *novo sistema da avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)*" (art. 1º, grifos nossos). O Grupo foi formado por 4 representantes do MEC, 2 da Andifes, 2 da SBPC, 2 do Andes-SN e 2 do Proifes (art. 2º) e teria um prazo de 150 dias para apresentar ao MEC o seu relatório final (art. 3º). O prazo terminou em 9 de maio deste ano, sem que o GT produzisse qualquer relatório. Na última reunião do GT, em 27 de junho (ver relato nesta edição, na página 4), o MEC anunciou que vai prorrogar o prazo até o final de setembro.

A criação do GT foi a única iniciativa do MEC no sentido de concretizar a sua declarada intenção de extinguir a GED e restaurar a paridade entre os docentes ativos e aposentados. Esta intenção foi manifestada pelo MEC e pelo MPOG várias vezes, verbalmente e por escrito, durante o processo de negociação com o Andes-SN a respeito do reajuste salarial dos docentes em 2004, e reafirmada ao ser editada a Medida Provisória nº 208, de 20/08/04, por meio da qual foram aumentados os valores da GED e com a qual o governo encerrou, unilateralmente, aquela negociação.

A MP 208/2004, convertida sem alterações na Lei nº 11.087 em 4 de janeiro de 2005, além de aumentar os valores dos pontos da GED, retirou-lhe temporariamente o caráter avaliativo, ao fixar o pagamento para todos os docentes ativos em 140 pontos, "até que ato do Poder Executivo institua novas formas e fatores de avaliação qualitativa do desempenho docente, bem como critérios de atribuição de pontuação por natureza das atividades [de docência, pesquisa e extensão]", e deu o prazo de 180 dias (que terminou em 16 de fevereiro de 2005) para a edição deste ato.

Ao mesmo tempo, a MP aumentou o número máximo de pontos individuais da GED para 175, mas estabeleceu o limite máximo de 140 pontos para a média de pontos dos docentes de cada instituição. Ou seja, deixou espaço para que o tal "ato do Poder Executivo" (que pode ser até uma portaria ministerial) implante um regime fratricida de avaliação, no qual o ganho de um dependa diretamente da perda de outro.

Ministério previu o fim dos trabalhos para maio de 2005

Foram realizadas até agora cinco reuniões do GT. Na primeira, em 21 de dezembro de 2004, o GT foi instalado formalmente pelo ministro Tarso Genro e foi feito um cronograma de atividades, no qual a aprovação do relatório final foi prevista para maio de 2005.

A segunda reunião foi em 16 de fevereiro de 2005 e foi dedicada à apresentação das posições dos participantes do GT sobre GED e avaliação docente. Nenhuma entidade defendeu a manutenção da GED como instrumento de avaliação. O Andes-SN reivindicou a equiparação da GED e da GEAD, a incorporação da GED, pelos valores máximos (140 pontos) e, enquanto ela não ocorresse, que os aposentados e pensionistas recebessem a GED integral. O MEC concordou com a necessidade de incorporação da GED e disse que a sua transformação numa gratificação fixa talvez pudesse ser um passo nessa direção.

MEC afirmou concordar com o fim da GED e com a recuperação da paridade

Na terceira reunião, em 16 de março, o representante do MEC, Jairo Jorge, afirmou que entendia a incorporação da GED como um consenso no GT e que o governo defendia que a incorporação deveria ser progressiva, começando pela transformação da GED em gratificação fixa e paga integralmente a ativos, aposentados e pensionistas, resolvendo logo assim a questão da paridade. Nada disse, no entanto, sobre a reivindicação do Andes-SN relativa à equiparação dos valores da GED e da GEAD. Disse ainda que a carreira docente deveria ser tratada após o encerramento dos trabalhos do GT, que continuava previsto para maio. Os representantes do governo ficaram de apresentar estudos sobre os custos da incorporação da GED e cronograma de implantação na reunião seguinte.

A quarta reunião, prevista no cronograma para o dia 14 de abril, foi adiada quatro vezes pelo MEC, para 20 de abril, 28 de abril, 10 de maio e 6 de junho, quando finalmente se realizou. Nesta reunião, o representante do MEC apresentou os impactos orçamentários em 2005 de dois cenários, (1) a incorporação da GED e da GAE, que custaria R$ 610 milhões, e (2) o aumento dos adicionais de titulação (aperfeiçoamento de 5% para 10%, especialização de 12% para 20%, mestrado de 25% para 40% e doutorado de 50% para 80%), cujo custo seria de R$ 370 milhões. Esclareceu que o custo da incorporação fora calculado com base nos valores atualmente pagos e que para restaurar a paridade dos aposentados e pensionistas com os ativos haveria um impacto adicional da ordem de R$ 80 milhões. Continuou sem nada mencionar a respeito da equiparação dos valores da GED e da GEAD. Disse também que não havia qualquer garantia de disponibilidade de recursos e que, portanto, os cenários não eram propostas e sim "simulações", cuja concretização dependeria de gestões junto à área econômica do governo (Fazenda e Planejamento).

Nesta reunião, os representantes do Andes-SN frisaram que o aumento dos adicionais de titulação não era uma reivindicação dos docentes e que na proposta de carreira do sindicato os cargos estavam vinculados às titulações, dispensando o incentivo à titulação por meio de adicionais, como ocorre na carreira atual, que abriga docentes com diferentes titulações no mesmo cargo. Assim, esse tema seria tratado mais adequadamente no âmbito da discussão sobre carreira.

Nada além de uma ilusão

Na quinta e última reunião até o momento, em 27 de junho, os representantes do MEC informam que o governo não disponibilizará recursos em 2005, seja qual for a proposta, simulação ou cenário apresentado (ver matéria na página 4). Mais de seis meses depois da instalação do GT, a mensagem do governo para os docentes continua a mesma de 2004: dinheiro só no ano que vem.

Ensino a Distância

Ensino a Distância

Ensino a distância é implementado na UFRJ com pouca discussão

Está proposta na segunda versão da reforma da educação superior do governo federal a autorização para que as instituições possam oferecer qualquer curso, programa ou atividade a distância. Na UFRJ, a discussão sobre a modalidade adjetivada de 'a distância', em contraposição ao sistema 'presencial', ainda não tomou uma dimensão amplamente institucional. A ausência de debate sobre a questão ainda é grande em praticamente todas as unidades e fóruns acadêmicos, principalmente no Colégio de Aplicação, tradicional campo de formação de professores. No entanto, já tramitam no Conselho Universitário duas propostas de criação de cursos de licenciatura não presenciais. Os cursos de licenciatura em Biologia e em Física, na realidade, já funcionam há pelo menos três anos, desde que foram aprovados, em caráter experimental, em janeiro de 2002, pelo Conselho de Ensino de Graduação.

As duas licenciaturas são realizadas em parceria com a Fundação Centro de Ciências e Educação a Distância (Cederj) do estado. O Edital de vagas de educação a distância do Cederj foi aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação no último dia 1º de junho e o consórcio é vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia do estado. O curso de licenciatura em Biologia a distância é coordenado pelos institutos de Biologia, Biofísica, Biomédicas e Microbiologia, com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (Nutes). Já a licenciatura em Física a distância tem a coordenação do Instituto de Física da universidade.

Segundo a assessoria de Comunicação do Cederj, são selecionadas as consideradas melhores universidades em determinada área de conhecimento, que se responsabilizam pela coordenação dos cursos no consórcio. As coordenações (unidades de cada instituição) se revezam no gerenciamento e na emissão dos diplomas. "Um aluno de Biologia do Cederj que mora na área de Angra dos Reis, por exemplo, é diplomado pela UFRJ e um do mesmo curso, que vive em Petrópolis é diplomado pela UenF", afirmou a assessora Flora Daemon.

Funciona ainda, na UFRJ, o curso de extensão à distância *A TV na Escola e os desafios de hoje,* projeto de capacitação que divulga o canal TV Escola (MEC) e é desenvolvido através da Unirede, um consórcio de 70 instituições públicas de ensino superior que atuam com ensino a distância.

Expansão em detrimento da qualidade

No debate, muitos educadores criticam a proposta por considerarem o ensino a distância uma educação de menor qualidade frente ao sistema presencial, principalmente em relação ao ensino superior público. Outros consideram a modalidade como apenas mais uma num processo de transferência e produção de conhecimento que envolveria atividades presenciais e não presenciais. O debate, entretanto, não pode ser secundarizado, pois a forma como vem sendo implantada a modalidade no Brasil sugere muito mais críticas do que elogios.

Um questionamento comum entre entusiastas e críticos é a utilização das experiências de educação a distância como uma política de governo que substitui a responsabilidade do Estado com o acesso às instituições públicas. A reforma universitária apresentada pelo MEC propõe a expansão do sistema através do aumento de vagas nas instituições públicas por meio do ensino virtual. O anteprojeto do governo federal para a Educação Superior propõe o aumento de 40% do total de vagas das universidades públicas até 2011. Com a política de financiamento prevista no mesmo projeto, a rede pública federal só poderia crescer através de uma modalidade que apresenta custos reduzidos de infra-estrutura e pessoal docente e técnico-administrativo. E esse pode ser o maior motivo da expansão das vagas públicas via ensino a distância para um governo que economiza em um mês para o pagamento de juros da dívida R$ 6,3 bilhões – esse foi o superávit primário de maio de 2005 – o equivalente a 86,3% do total gasto com a Educação Superior durante todo o ano de 2004.

Para o diretor da Faculdade de Educação da UFRJ, Marcelo Corrêa e Castro, a modalidade de ensino 'a distância' deve ser desenvolvida, mas com algumas ressalvas. O professor, que é representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas no CEG, alerta exatamente para a utilização do ensino a distância como 'salvação' para os problemas atuais do ensino superior. "Não sou contra, acho que a modalidade deve ser desenvolvida, mas sem o tom de triunfalismo com que vem sendo tratada a proposta". Para o docente, as políticas de governo que envolvem o ensino a distância no Brasil têm deslocado a discussão curricular para o foco na solução dos problemas de acesso. "O que se ensina a distância, quem ensina e para quem?", são questionamentos que, para o professor, ainda não estão devidamente equacionados.

Para o vice-coordenador do curso de Licenciatura em Física Leandro Paula, o projeto inicial do Cederj é voltado para a formação de professores qualificados para suprir as deficiências que existem no ensino. "A iniciativa de começar com a formação de professores na área das ciências foi tomada porque, nas avaliações internacionais, ciências é a área em que o Brasil tem mais deficiência", afirma o professor.

Visão instrumentalista

Algumas críticas quanto à qualidade dos cursos a distância oferecidos, ao menos pelas instituições que compõem o Cederj, são rebatidas pela instituição. Segundo dados fornecidos pelo Consórcio, no último concurso para professores da rede estadual, realizado em 2004, uma aluna do curso de matemática a distância oferecido através do consórcio obteve primeiro lugar. A terceira colocada no curso de Biologia também era estudante das instituições participantes do Cederj. Mesmo não tendo nenhuma turma formada, mais de mil candidatos já se submeteram a concursos públicos para a rede e foram classificados.

A coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, professora Masako Oya Masuda, classifica o ensino à distância como uma nova modalidade de aprendizado que é 'centrada' no estudante e não no docente. "O aluno não senta para escutar o professor falar. O professor escreve o conteúdo, o aluno lê a matéria através do material didático impresso e se compromete a buscar mais informações na bibliografia que lhe é passada", relata. Quanto à avaliação, a coordenadora diz que as provas presenciais são responsáveis por 80% da avaliação dos alunos.

Os exames das licenciaturas a distância oferecidas pelo consórcio acontecem sob um formato semelhante ao dos vestibulares, numa data já pré-estabelecida, geralmente num sábado ou num domingo, o que leva em consideração, segundo os coordenadores, o fato de que muitos estudantes trabalham durante a semana. Nestas datas, todos os pólos do Cederj no estado aplicam provas iguais para todos os alunos de uma determinada disciplina. Masako diz que o cronograma é organizado de modo que as datas sejam todas bem fechadas. Uma outra parcela da avaliação é constituída por uma série de atividades que incluem elaboração de relatórios, aulas práticas e participação em fóruns de discussão.

Para Masako, a influência dessa nova perspectiva de ensino pode chegar até ao ensino presencial. A coordenadora salientou, no entanto, que os cursos do Cederj devem ser vistos não como a distância, mas semi-presenciais, já que a parte que envolve o uso de laboratórios e a parte correspondente aos estágios é presencial.

Os cursos a distância contam com uma estrutura de apoio formada pelos chamados tutores, alunos de pós-graudação das instituições consorciadas que ficam responsáveis por tirar as dúvidas dos alunos. A professora afirmou que os cursos à distância funcionam com total transparência para que todos os envolvidos, alunos professores e tutores, avaliem os procedimentos e melhorem o que for preciso. Todo o cronograma, o conteúdo e os fóruns de discussão sobre as disciplinas ficam disponíveis em bases de informações na *Internet*. Segundo a coordenadora, é feita anualmente uma avaliação institucional que congrega todos os parceiros envolvidos no projeto, quando são levantadas as opiniões dos alunos, dos tutores e professores.

Licenciatura em Física a distância

Os coordenadores do curso de licenciatura em Física a distância informaram que ainda não existe nenhuma turma formada pelo Cederj. A turma mais avançada é a do curso de Licenciatura em Matemática, oferecido pela UFF. A turma de Física mais avançada está no quinto período e o vestibular aconteceu no segundo semestre de 2002. A diplomação para o curso de Licenciatura em Física do Cederj é feita apenas pela UFRJ, embora haja professores de outras universidades no corpo docente. As disciplinas pedagógicas, de responsabilidade da Uerj e da UniRio, estão integradas no curso de Licenciatura em Física coordenado pela UFRJ.

Há 275 matrículas ativas, o que, segundo os coordenadores, corresponde ao número de alunos do curso de Física presencial. O curso de Física está disponível para os alunos do Cederj nos pólos de Itaperuna, Paracambi, Macaé, Volta Redonda, Três Rios e, em breve, no próximo pólo a ser inaugurado na Zona Oeste do Rio, no bairro de Campo Grande.

O único curso de bacharelado do consórcio é o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Computação a Distância que, apesar de constar como ativo no consórcio, teve a participação de unidades da UFRJ rejeitada pelo Conselho de Ensino de Graduação desta universidade. "Os novos cursos que o Cederj está preparando são Licenciatura em Geografia e em Química", afirmou Felipe Canto.

O sistema de avaliação da licenciatura em Física a distância é semelhante ao de Biologia. A orientação dos tutores e estudantes também é feita via e-mail e por uma linha 0800. No portal do Cederj, o atendimento é contínuo e o maior nível de interatividade ainda se resume a participação dos estudantes em *chats* ou fóruns de discussão das disciplinas. Mas os coordenadores ressaltaram que há atividades obrigatoriamente presenciais que os alunos devem realizar nos pólos. "Nós estimulamos os estudantes a se reunirem e formarem grupos de estudo entre eles", afirmou Canto.

Sem assistência

Para os estudantes dos cursos a distância não existe ainda nenhum tipo de assistência sob a forma de programas de bolsa, mas, segundo os coordenadores, há um esforço dentro do Cederj para que a assistência seja desenvolvida. "Em tese, os alunos podem comparecer à UFRJ, freqüentar as bibliotecas, mas na prática são estudantes que moram em outras cidades, o que inviabiliza o acesso. Todos ao atos acadêmicos, como emissão de boletins, são feitos nos pólos", disse Leandro Paula.

"A tendência de expandir é muito grande. O que ainda limita a abertura de cursos é a exigência de pólos com instalações adequadas", disse Canto. Os professores afirmaram que a Licenciatura em Química certamente vai entrar no consórcio do Cederj. Em agosto, será aberto o pólo de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que será o pólo mais próximo do centro da capital do estado.

Alunos da UFRJ desempenham papel de tutores

No consórcio do Cederj, o material didático, a coordenação dos cursos e a equipe de docentes são responsabilidades das universidades. ''Além dessa contribuição, a UFRJ provê também uma tutoria que se concentra na universidade e é composta por alunos dos cursos presenciais da universidade, selecionados entre os estudantes de pós-graduação. Funciona como uma monitoria, os tutores podem ser acionados por telefone, fax ou email", afirmou Felipe Canto.

Além dos tutores da UFRJ, há os tutores que atuam diretamente nos Pólos Regionais que dão assistência aos alunos numa espécie de plantão. "Toda essa equipe é coordenada por professores, que recebem semanalmente relatórios sobre a rotina dos pólos", afirmou Felipe Canto.

Contratação de docentes, um "grande problema"?

Os professores do corpo docente dos cursos são todos professores da UFRJ e das outras universidades que participam do consórcio. "Nós temos professores também da UFF colaborando conosco com elaboração de material didático e coordenando duas disciplinas", afirmou Felipe Canto.

A contratação de professores para a docência nos cursos à distância foi classificada por Felipe Canto como "um grande problema". O professor defende uma contratação específica para a docência a distância, mas com a posterior incorporação ao quadro das instituições, tal como ocorreu com a implementação dos curso de licenciatura noturno de Física na UFRJ. "O projeto poderia se desenvolver como a Licenciatura Noturna (de Física). Para a sua criação foi necessário abrir vagas para professores que se comprometeram com o curso noturno", considera.

Apesar de serem do quadro das universidades, os professores que trabalham junto ao Cederj recebem uma bolsa paga pelo Cederj. "Esse trabalho, aprovado por nossa congregação (Física), é adicional, não traz prejuízo à universidade e é ainda uma solução provisória", afirmou Canto.

Visitas duas vezes por semestre

Os docentes que participam dos cursos e a coordenação visitam os pólos duas vezes por semestre. No início do curso, é ministrada uma aula inaugural. "Nessas ocasiões de visita, vai um professor responsável para cada pólo onde há o curso de Física. O professor primeiro tem uma reunião com a equipe do pólo, em seguida há uma reunião global com todos os presentes, alunos, tutores, e em seguida há uma terceira reunião só com os professores e alunos sem a presença da equipe do pólo, para os alunos poderem se manifestar sem inibição", afirmou Leandro Paula. No meio do semestre, após a primeira prova, há uma segunda visita. Além disso, ocorrem visitas não regulares dependendo das demandas.

Infra-estrutura

Para serem oferecidas as disciplinas nos pólos, é necessário haver uma infra-estrutura montada com laboratórios. "Em diversos pólos não oferecemos as disciplinas do curso de Física porque para esse curso são necessários laboratórios muito bem equipados. O curso de Física é oferecido em sete pólos. O curso de Matemática, apesar de ter Física no currículo, não necessita de laboratórios tão exigentes, por isso este curso está sendo oferecido em 15 pólos", afirmou o vice-coordenador Leandro Paula. "Eventualmente, os laboratórios dos pólos são mais bem equipados que os da universidade por possuírem equipamentos mais recentes", afirmou Felipe Canto.

Diplomas

Os coordenadores afirmaram que os diplomas emitidos pela UFRJ nos cursos à distância são emitidos com uma menção que demonstra que o curso foi realizado na modalidade à distância. "Mas em termos de qualidade, nossa intenção é que os cursos não sejam diferentes. Futuramente, os alunos poderão escolher, sem prejuízo de formação, qual modalidade de curso vai seguir, presencial ou à distância. Essa é a nossa visão, mas que, depende de todo um contexto dentro da universidade, os cursos estão em fase de implantação e avaliação. Com o tempo, vamos ver se esses cursos serão equivalentes ao presencial," afirmaram os coordenadores.

Os cursos à distância se inserem nas unidades da UFRJ sob uma coordenação específica, assim como funciona com as coordenações dos vários cursos de graduação presenciais existentes numa determinada unidade. "O Instituto de Física oferece quatro diplomas, o de Bacharelado em Física, o de Física Médica, o de Licenciatura em Física e, agora o de Licenciatura à distância. Isso significa que internamente existem quatro coordenações", afirmou o vice-coordenador. "A diferença que pode existir é que nas coordenações que são exclusivamente da UFRJ, o processo é mais interno, enquanto à distância é todo dentro da estrutura do Cederj", afirmou Felipe Canto.

Autorização do MEC

O curso de Física, aprovado no IF, foi encaminhado e aprovado pelo CEG e, de lá, seguiu para o MEC que fez uma visita e autorizou a abertura do curso. "Como qualquer outro curso que ainda não tem turmas formadas, a autorização é provisória. Após a primeira formatura, o MEC faz uma segunda visita e uma nova avaliação, após a qual será dada a autorização definitiva", afirmou Leandro Paula.

Curso de extensão a distância em Educação

A PR-5 tem executado o curso de extensão à distância *A TV na Escola e os desafios de hoje,*

Ensino a Distância

que iniciou em 2001 e cuja edição mais recente foi em 2004. Já se formaram quatro turmas no total. O objetivo do curso é a capacitação de profissionais em educação na apropriação da TV como ferramenta de ensino nas escolas. A coordenadora do curso, Cleide Lima, disse que ele é resultado de uma parceria entre o MEC, a Secretaria Estadual de Educação e as universidades que o executam. "Uma coordenação a nível nacional do curso produziu o material e as universidades executam. Não é um curso de formação, mas de capacitação. Os alunos recebem certificados por módulos cursados e um certificado final quando concluem o curso", afirmou Cleide.

O curso capacita professores no uso da TV na escola. É dividido em três módulos, o primeiro sobre Teorias da Comunicação, o segundo sobre informações técnicas da área audiovisual e o terceiro com propostas do uso da imagem na escola. Cada módulo dura em média dois meses.

Há uma seleção de alunos para as vagas do curso, que na última edição foi de mil, frente a uma procura de três mil inscritos. "Os selecionados recebem o material em casa e se comprometem a estudar e enviar relatórios, atividades complementares e um trabalho final, que se constitui numa proposta de como usar pedagogicamente a TV e o Vídeo nas escolas", afirmou Cleide Lima.

A dinâmica do curso ocorre de forma semelhante aos cursos de licenciatura à distância da UFRJ. Há uma equipe de tutores, composta de estudantes de Mestrado e Doutorado nas áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação Social, que pode ser acionada. "Ainda não temos uma linha 0800 para viabilizar o contato dos alunos com os tutores. Essa linha seria muito importante, pois temos alunos do interior do Rio", afirmou Cleide.

Cleide Lima disse que a iniciativa de desenvolver o curso foi resultado da constatação, por meio de uma pesquisa da Unicamp, de que poucos professores conheciam o canal TV Escola, que há 10 anos é desenvolvido pelo MEC. As

universidades entraram no projeto do curso de extensão através da Unirede, um consórcio de 70 instituições públicas de ensino superior que atuam com ensino a distância. "A UFRJ, como qualquer universidade do programa, tem autonomia para executar o curso montando seu cronograma, capacitando os tutores e avaliando os alunos".

Inserção de disciplinas a distância nos cursos presenciais

Segundo o diretor da Faculdade de Educação, Marcelo Corrêa, a atual legislação já prevê que um percentual de 20% das atividades de um curso presencial podem ser desenvolvidas a distância. Para o docente, esse seria, aliás, um melhor caminho para desenvolver a modalidade. Corrêa critica o que considera 'novas tecnologias para velhas práticas' e acredita que falta o envolvimento dos profissionais da área de educação e pedagogia no desenvolvimento dos cursos. "Aqui, os profissionais que não são da área da Educação são geralmente os convidados a montar cursos a distância, o que confirma uma velha tendência de valorizar o especialista da área e não o pedagogo".

Outra crítica é o fato de o ensino a distância, no Brasil, começar essencialmente com as licenciaturas, o que, na opinião de Corrêa, reforça a desvalorização da formação de professores, "considerado um curso menor". O diretor da Faculdade de Educação, no entanto, diz que a unidade vem tentando promover sua inserção na modalidade. "Primeiro tivemos que nos equipar para trabalhar com ensino a distância, já que nossas condições de equipamento eram precárias". A Educação, segundo Marcelo, também está desenvolvendo atividades interdisciplinares em ensino a distância com o Núcleo de Computação Eletrônica, Coppe e Escola Politécnica.

A coordenadora do curso de extensão *A TV na Escola e os desafios de hoje*, Cleide Lima, também é favorável à inserção de disciplinas à distância nos cursos presenciais. Cleide disse que o curso de extensão que coordena poderia ser incluído nos cursos de Licenciatura da UFRJ como uma disciplina para os estudantes que se interessam pelo tema.

Autonomia dos alunos

Os coordenadores dos atuais cursos à distância da UFRJ salientaram a importância da dedicação dos alunos para o aproveitamento do programa. Os coordenadores disseram que os alunos não devem ter a ilusão de que a aprovação 'a distância' é garantida. A dedicação do estudante nessa modalidade deve ser maior e os que não administram bem os estudos não conseguem obter notas satisfatórias nos exames presenciais . "Esses alunos procuram os professores para tirar a dúvida com muito mais freqüência do que os alunos presenciais", afirmou Leandro Paula. "O volume de leituras é muito maior", afirma Cleide Lima.

Especialista critica uso de tecnologia para certificação de professores

Mais de 90% dos cursos a distância oferecidos pelas instituições públicas são para a formação de professores e essa política de certificação a distância é apresentada como estratégica pelo MEC e suas secretarias. Diante desse quadro não resta muito a especialistas em Educação como a pesquisadora do CNPq e professora visitante da Uerj Raquel Goulart senão a crítica ao modelo.

Para além das concepções filosóficas que envolvem o uso das tecnologias no processo de aprendizagem e transmissão de conhecimentos, a pesquisadora critica a utilização da modalidade como uma política de Estado para países periféricos ou em desenvolvimento, que adotam o receituário neoliberal dos organismos financiadores externos e reduzem a formação docente ao treinamento de habilidades necessárias ao manejo de materiais de ensino. "Essa situação é agravada, na conjuntura atual, pela mercantilização da educação, deslocada nos mais recentes acordos da Organização Mundial do Comércio". Para a docente, as tecnologias de informática e comunicação quando associadas à educação passam a constituir recursos através dos quais as coorporações que atuam na área educacional pretendem expandir negócios e encontram em países como o Brasil "um mercado extremamente promissor".

Opinião

O ensino funciona a distância ou a sala de aula é a instância do ensino?

Alípio Casali*

Se com apenas seis contatos na www posso conectar-me a qualquer outro sujeito no mundo, já não podemos dizer que a escola é coisa do passado, que o melhor modo de aprender é, na rede, a distância? Não duvido que se possa aprender, e muito, a distância. Mas nós não nascemos a distância, e sim de um útero. O que realiza a aprendizagem é a fixação de memórias, que se formam e se fixam principalmente quando associadas a emoções e afetos. Daí vem uma importante diferença no modo de aprender, presencialmente ou a distância. Pois a vivência de emoções e afetos acontece com mais freqüência e intensidade nos espaços de proximidade. Sabemos que a educação, como fato social, tem uma matriz histórica e cultural: aquela cena ancestral, milênios atrás, de adultos e crianças em volta do fogo, na intimidade, compartilhando suas experiências do dia, recontando histórias, rindo e amedrontando-se, fixando as memórias vitais do grupo. Fazendo cultura. Uma sala de aula só é lugar de aprendizagem se e quando, de alguma maneira, revive essa cena originária, agregando a ela novas experiências. Então, não embarquemos na ilusão de que a distância, no virtual, possamos aprender igualmente tudo aquilo que só poderíamos construir na rede intersubjetiva real (emocional) que nos matriciou. E atenção ao novo mito, que inculca no professor já combalido a ilusão de que a sua presença doravante será dispensável; e que ele estaria desobrigado de fazer a difícil passagem das crianças, de ida e vinda, entre o mundo próximo e o distante. A educação a distância será boa se servir para aproximar pessoas e conhecimentos; será uma deseducação se, a pretexto de aproximar o que está longe, distanciar as crianças e jovens da emoção de realizarem novas aprendizagens.

* Professor titular de pós-graduação em educação pela PUC de São Paulo.

Reproduzido a partir da página eletrônica da Revista Caros Amigos (www.carosamigos.com.br), da seção "República".

Opinião

Acerca da formação de professores a distância

Raquel Goulart Barreto

No Brasil, desde 1995, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm sido identificadas a uma "revolução educacional", associada, por sua vez, a uma "revolução tecnológica". Em outras palavras, o uso intensivo das TIC está posto como solução para os problemas educacionais. Nesta perspectiva, o MEC, através da Secretaria de Educação a Distância (www.portal.mec.gov.br/seed), explicita suas ações a partir da "existência de um sistema tecnológico, cada vez mais barato, acessível e de manuseio mais simples".

Mesmo sem discutir, aqui, os atributos acima, é preciso indagar as razões pelas quais: (1) um sistema tecnológico é posto na base; (2) as TIC são reduzidas a estratégias de EAD; e (3) esta redução prioriza a formação de professores. É preciso questionar a suposta modernização que, ao invés de remeter à apropriação das TIC, encara-as como substituição do ensino, agora adjetivado: presencial. Os argumentos que sustentam esta proposta tendem a privilegiar a "democratização", a superação das distâncias geográficas e a capacitação de professores em serviço. Também tendem a proliferar iniciativas voltadas para o ensino virtual, enquanto o ensino nas instituições concretas pode não garantir sequer o direito de acesso às TIC.

Como nos demais países em desenvolvimento, a incorporação das TIC como EAD, especialmente na formação de professores, está entre as *condicionalidades* estabelecidas, pelos organismos internacionais, para a concessão de empréstimos. É, assumidamente, uma estratégia de substituição tecnológica: centrada nos materiais de ensino, de modo a permitir que um número cada vez maior de alunos seja atendido por um número cada vez menor de professores, cujo trabalho é progressivamente reduzido a atividades e tarefas específicas, voltadas para a racionalização (controle do tempo destacado) do contato dos alunos com os materiais.

A aposta nas tecnologias e nos materiais, em si, acaba sendo tão grande que, por vezes, instituições que oferecem EAD se vangloriam de seus cursos *online* serem idênticos aos desenvolvidos em sala de aula. Neste enredo de simplificações, são apagados os desafios implicados na incorporação das TIC como novas possibilidades educacionais.

No Brasil, a EAD também precisa ser pensada como vértice da triangulação que visa a um controle sem precedentes das metas estabelecidas para a educação: a compreendida pelo currículo centralizado (parâmetros e diretrizes com "tradução" para os professores) e pelas modalidades de avaliação unificada, centradas nos produtos e nos indicadores quantitativos (SAEB, ENEM, ENC, Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores), através dos programas e materiais de EAD. Esta triangulação permite reduzir a formação de professores ao treinamento das habilidades desejáveis ao manuseio dos materiais de ensino que, traduzindo os parâmetros curriculares, favoreçam um bom desempenho na avaliação das competências estabelecidas.

Neste sentido, as políticas de EAD podem ser eficientes. Também podem sê-lo na multiplicação das vagas oferecidas, sem qualquer redimensionamento das condições de trabalho nas universidades, até podendo favorecer a compressão do tempo de formação profissional. Em permanecendo as condições atuais, a EAD equivale às TIC como presença associada à ausência dos sujeitos, à multiplicação do seu número, à redução do tempo e ao aligeiramento dos processos.

UFRJ

"Acordo" suspende processo de interesse da UFRJ

Até o fim de setembro, está suspenso o processo no Supremo Tribunal Federal que decide qual a instituição proprietária do terreno onde hoje se localiza o Bingo Botafogo. A decisão, tomada em 30 de junho pelo ministro Eros Grau, baseou-se na iminência de suposto acordo entre as partes envolvidas na disputa judicial: a UFRJ e a Associação dos Servidores Civis do Brasil (ASCB), que sublocou a área para a casa de jogos. Só tem um problema: não combinaram nada com a reitoria da universidade.

Na petição para suspender o processo junto ao Supremo - cuja cópia foi obtida na mais alta corte do país com o auxílio de funcionários do Andes-SN, sediado na capital federal - não há qualquer detalhe sobre o eventual acordo. O documento, datado de 24 de junho, e assinado pelo advogado da ASCB, limita-se a requerer o prazo de 90 dias, "em razão das partes estarem por concluir acordo para por fim a presente demanda" (sic). O que foi acatado pelo ministro do STF.

Procurado pela reportagem da Adufrj-SSind, o presidente da ASCB, Darcy Daniel, foi evasivo: afirmou que o caso estava sob a responsabilidade do advogado Pedro Calmon, em Brasília. Ele apenas lamentou que a pendenga judicial se arrastasse por tantos anos (mais de 30). Através de contato telefônico com o escritório do advogado Pedro Calmon, foi informado que ele entrou de férias, viajou para o exterior e só retorna às atividades no final de julho.

Pelo lado da UFRJ, o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Teodósio, negou veementemente qualquer acordo sobre o terreno do *campus* da Praia Vermelha e contou não ter conhecimento sobre o último movimento desta ação no Supremo Tribunal Federal. A reportagem da Adufrj-SSind também conseguiu falar com o procurador da universidade, Ronaldo de Medeiros e Albuquerque. Segundo ele, o reitor ficou surpreso quando soube dessa notícia de possível acordo. O procurador comentou que entrará em contato com a Advocacia-Geral da União - responsável pela representação jurídica das universidades federais - nos próximos dias para esclarecer toda essa situação.

Morador preocupado

O informe sobre o tal "acordo" chegou à Seção Sindical por uma mensagem eletrônica do presidente da Associação de Moradores da Lauro Müller e Adjacências (ALMA), Abílio Tozini. Preocupado com a movimentação no Supremo, ele pedia esclarecimentos e assinava como um "cidadão indignado com acordos espúrios esperando que este não seja mais um".

Também procurado pela reportagem, Abilio classificou o impasse na reintegração de posse do terreno da UFRJ, onde hoje funciona o Bingo Botafogo, como uma manobra para protelar o julgamento, o que permitiria o funcionamento da casa de jogos. "A justiça está mudando sua máxima. Em vez de 'na dúvida, pró-réu', está agindo segundo a máxima 'na dúvida, pró-rico'", disse.

Tozini disse também que, além de ser representante da ALMA, reivindica como cidadão que haja uma transparência no litígio condizente com o que se espera de uma universidade pública, que deveria ser voltada ao ensino e prezar pela ética. "Aquele terreno está localizado na área mais valorizada do Brasil, a zona sul do Rio de Janeiro, próximo ao centro comercial de maior movimento da cidade, a Torre do Rio Sul".

Procurador não entende

O procurador da universidade, no entanto, vê a suspensão do processo de uma forma diferente. Para ele, quem tem pressa no caso específico dessa ação (de um emaranhado de tantas outras sobre o assunto) é a própria ASCB, que é a autora. Ronaldo Albuquerque não entende o motivo do pedido de paralisação.

Colegiados

CEPG adia decisão sobre decreto das fundações

Conselheiros não querem limitar normas apenas para a FUJB

Ficou para uma próxima sessão do CEPG a decisão dos conselheiros sobre a aplicação na UFRJ do decreto presidencial nº 5.205, que trata da relação entre as universidades e as fundações internas. O assunto começou a ser discutido na reunião de 24 de junho e, na sessão de 1º de julho, permaneceram muitas dúvidas sobre o funcionamento do dispositivo introduzido pelo decreto quanto ao pagamento de bolsas de pesquisa a professores e técnico-administrativos, via fundações.

Além disso, há o receio de que regras e valores sejam aplicados de forma diferente pelas diversas fundações existentes na universidade. Hoje, encontram-se credenciadas junto à reitoria a FUJB, a Coppetec e a BioRio, mas apenas a FUJB apresentou uma proposta de implementação do decreto na UFRJ.

De acordo com a proposição da FUJB, que deverá ser julgada em última análise pelo Conselho Universitário, os contratos e/ou convênios de apoio deverão ser previamente aprovados por todas as instâncias da UFRJ (do Departamento até o reitor). Entre outros pontos, a FUJB sugere uma tabela de pagamento das bolsas de pesquisa que siga o padrão do CNPq.

Diante do impasse verificado na última reunião do CEPG, ficou decidido que a Câmara de Fomento à Pesquisa (CFP) do colegiado irá formular uma proposta que tente contemplar as observações surgidas durante o plenário. Em síntese, a CFP deverá manter o trâmite do processo de pedido de bolsas por todas as instâncias da universidade, a partir do departamento. No caso específico do CEPG, deverá ser julgado o mérito acadêmico do projeto relacionado aos auxílios de pesquisa. A autorização da direção da unidade onde está lotado o servidor, com o compromisso de que as atividades funcionais não serão prejudicadas com o envolvimento do professor ou técnico-administrativo num eventual projeto gerido pela FUJB, foi outro ponto defendido no colegiado.

A tabela de valores não foi bem vista pela maioria dos conselheiros, uma vez que a tabela do CNPq é considerada bastante defasada. Alguns representantes chegaram a sugerir que não houvesse limite financeiro para o oferecimento de bolsas

A recomendação que a proposta aprovada para a FUJB sirva para as demais fundações que queiram seguir o dispositivo do decreto 5.205 é outra demanda do CEPG. Para os conselheiros, regras diferentes poderiam provocar uma centralização dos projetos na fundação que tivesse regras mais benevolentes ou valores mais generosos.

Segundo edital do Pibic está disponível

Já está disponível na página da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (www.pr2.ufrj.br) o segundo edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic-02/2005). Esta segunda chamada é resultado da pressão feita pelo CNPq sobre os colegiados acadêmicos da universidade para aceitação das normas que permitissem a participação de bolsistas externos e docentes aposentados. As inscrições estão abertas até 11 de julho, às 17h.

O pró-reitor José Luiz Monteiro afirmou que todos que apresentaram pleito no primeiro edital Pibic (sem as imposições da agência de fomento) estão automaticamente inscritos neste segundo, a não ser que declarem expressamente o contrário.

O conselheiro Nelson de Souza (CCS) informou que um grupo de docentes resolveu entrar com um recurso no Consuni contra a aplicação das normas do CNPq por entender que o repasse de verbas públicas para instituições privadas, conforme permite a agência, representa uma inconstitucionalidade.

Importações ainda bloqueadas

O pró-reitor também comunicou que continuava a pendência da UFRJ com o INSS (leia Jornal da Adufrj de 20 de junho). Conseqüentemente, mantém-se a retenção de materiais da universidade nos postos alfandegários.

Fundações de Apoio e a Universidade Pública e Gratuita

A disseminação das Fundações de Apoio – organismos de natureza privada – tem assolado as Universidades Públicas nas últimas décadas, em concomitância com as políticas governamentais de desmonte, sucateamento, privatização do serviço público, e arrocho salarial a todos os servidores públicos. Trata-se de um insidioso canto de sereia, que tem aprofundado ainda mais os problemas e dificuldades já existentes na Universidade Pública.

A rigor, as referidas fundações viabilizam tão somente a burla ao princípio da gratuidade (por meio de cursos de especialização e outras modalidades pagas), à contratação de pessoal fora do RJU e o estabelecimento de contratos de prestação de serviços que, no geral, beneficiam somente o setor empresarial e os "sócios" das fundações. Na maior universidade pública do país, a USP, as suas 34 fundações repassam menos de 4% dos seus recursos para o orçamento da instituição.

Não é preciso qualquer tratado político, para se perceber que a lógica privada que move as Fundações de Apoio está em contínua rota de colisão com o papel social da Universidade Publica e que, a bem da verdade, tem sua concepção ideológica para além de uma "mera" otimização administrativa. Na realidade sua presença se organiza através da desresponsabilização do Estado e das pressões de uma lógica privativista e mercantil. O discurso oficial de que "(...) *hoje não é possível prescindir das fundações, pois têm um grande papel a cumprir no funcionamento autônomo das universidades* (...)", contido no documento do Grupo Interministerial criado pelo MEC para discutir a crise 'atual' das Universidades e orientar o projeto de Reforma Universitária, além de não apresentar nenhum dado concreto é uma clara demonstração do projeto que orienta a política governamental para o ensino superior.

Três questões básicas têm envolvido o discurso defensor da necessidade e da existência das Fundações. A primeira envolve uma concepção de imprescindibilidade, e de como ela é construída. Imprescindível por que? Por conta da Universidade não conseguir se manter em virtude de asfixia financeira? Mas quais são os antecedentes e as responsabilidades pela ausência deste financiamento? A segunda que atribui às Fundações um importante papel para o desenvolvimento da autonomia das Universidades. Qual concepção de autonomia? Autonomia gerenciada de que forma? Seria por demais surreal, testar a inteligência acadêmica, julgar que não se nos apresenta os desdobramentos iatrogênicos introduzidos e produzidos por tal asserção. E uma terceira, tenta justificar-se pela concepção burocrática que envolve a gerência e a captação de recursos no seio da Universidade. Esta nos surge como um grande movimento dissimulado para descarregar a motivação os objetivos inconfessos de aumentar a desresponsabilidade do Estado com o financiamento das Universidades Públicas e ampliar a interferência do setor privado nos rumos da Universidade.

Desta forma, é notório que a irrefragabilidade que se tenta dar as Fundações de Apoio, nada mais é que um simulacro para impor às Universidades Públicas, a irreversibilidade de um projeto de sua privatização. Antes de naturalizar e instituir a existência destes organismos no interior da Universidade Pública, o debate, ferramenta que determina o seu *modus operandi*, deve ocupar a nossa agenda, de forma pública, transparente, e democrática.

Colegiados

CEG aprova relatório da comissão acadêmica sobre a Escola de Música

A sessão ordinária do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), da última quarta-feira (6/7), presidida pelo conselheiro mais antigo do colegiado, Gil Fernando de Salles, aprovou o relatório da comissão acadêmica do CEG relativo à Escola de Música. O documento foi contestado por alguns integrantes do conselho por considerarem que o mesmo responsabilizava o próprio CEG pela aprovação das habilitações na licenciatura em Música.

Enquanto alguns conselheiros se resignaram com o equívoco outros defenderam alterações no relatório. "Este colegiado não aprovou habilitações. O erro foi no quadro de opções de vagas", afirmou a superintendente geral de graduação Déia Maria dos Santos. Segundo ela, a universidade oferece hoje oferece 52 vagas em licenciatura no vestibular, sem discriminar as habilitações. Desta forma, se os primeiros colocados escolherem a mesma habilitação as vagas podem se esgotar, sem que as vagas de uma outra habilitação estejam totalmente preenchidas: "Este problema a Escola de Música e o CEG têm que resolver", sentenciou Déia dos Santos.

Como a maioria dos conselheiros entenderam que não aprovar o documento na íntegra seria um desrespeito ao longo trabalho realizado pelos os integrantes da comissão acadêmica, o relatório foi aprovado com dez votos favoráveis, dois contrários e três abstenções.

Na plenária do colegiado também estiveram presentes diversos integrantes da Escola de Música. Professores do Departamento de Sopro acusaram a direção de criar a disciplina Licenciatura Instrumento, sem submetê-la a aprovação do departamento. A diretora Harlei Elbert se defende afirmando que o próprio CEG aprovou a criação da disciplina. Estudantes da unidade também compareceram à sessão para exigir seus direitos pois, com o impasse, a disciplina não estaria sendo ministrada. A representante dos técnico-administrativos Vera Lúcia Barradas também atacou a direção ao declarar que Harlei Elbert coloca em disponibilidade todos os funcionários que não concordam com o seu modo de proceder.

"Independente de quem estiver mais próximo da verdade, temos que entender que a Escola de Música é muito maior do que professores, coordenadores, estudantes ou funcionários. A unidade tem que se esforçar para superar as divergências", afirmou Marcelo Macedo Corrêa, representante do CFCH.

"Concordo com o que disse o professor Marcelo. Para superar as divergências, todo mundo tem que abrir mão de alguma coisa", completou Homero Fogaça, do CCS. A questão voltará a ser pauta do colegiado nas próximas reuniões.

Aprovado o edital do vestibular

Além do relatório da comissão acadêmica relativo à Escola de Música, o CEG aprovou, com pequenas alterações, a proposta de edital do concurso de acesso aos cursos de graduação em 2006. Além do edital do vestibular, o colegiado concordou com a proposta de edital de admissão de alunos do Colégio de Aplicação (CAp). O conselho também aprovou, por unanimidade, a contratação de 11 professores substitutos para a Faculdade de Direito.

Administração protesta contra a falta de salas

Manifestantes vestem-se de preto e chegam a sugerir redução nas vagas do vestibular

Estudantes, professores e técnico-administrativos da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Facc) compareceram à sessão do CEG de 29/6 para um protesto contra a falta de salas de aula. Vestidos de preto e exibindo um cartaz com os dizeres: "A Facc exige respeito. Qualidade, sim; quantidade, não", os manifestantes submeteram ao plenário uma polêmica proposta de redução no número de vagas dos cursos de Ciências Contábeis e Administração no próximo vestibular da UFRJ.

Na discussão, os conselheiros concederam a palavra à diretora da unidade, Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, que reconheceu a situação delicada: "Sabemos que estamos fazendo um pedido que se choca com a proposta da UFRJ, que é a de ampliação no número de vagas. Entretanto, não vemos outra alternativa, pois não somos atendidos quando reivindicamos nossos problemas". De acordo com ela, a Facc já recorreu a todos os órgãos da universidade mas não obteve sucesso: "Nenhuma instância da UFRJ convocou professores para prestar esclarecimentos quanto a esta questão. A redução no número de vagas é a última medida que podemos tomar para continuar garantindo um ensino de qualidade", explicou Aracéli Ferreira, antes de convidar todos os integrantes do CEG para visitar a unidade e comprovar a situação apresentada.

Andréia de Lima, estudante do quarto período de Administração, também fez uma intervenção no conselho, denunciando que algumas aulas são ministradas com a presença de até cem alunos: "Corremos sérios riscos de não termos mais salas a partir de agosto", alertou ela.

PR-1 resolverá os conflitos

A maioria dos conselheiros reconheceu que a situação é grave, entretanto considerou precipitada a redução das vagas: "Eu apóio a reivindicação da Facc mas sou contra a redução no número de vagas. O que deve ser cobrado são as garantias para a continuidade do curso", afirmou o professor Homero Fogaça, representante do CCS. Os conselheiros disseram esperar pela divisão das sete salas que estarão disponíveis no *campus* da Praia Vermelha, a partir de agosto, pois acreditam que estas reduzirão parte dos problemas de estrutura física da Faculdade.

O CEG não concordou com a redução das vagas, mas aprovou um documento que deixa a cargo da pró-reitoria de graduação (PR-1) a função de dirimir os conflitos quanto à falta de salas. O texto também deixou a cargo da PR-1 o compromisso de garantir o seguimento dos cursos da Facc com as salas de aula necessárias.

EEFD ganha nova turma

A proximidade da aprovação do edital para o vestibular de 2006 levou uma série de outros processos à reunião do Conselho. Os processos eram todos relativos ao número de vagas que serão oferecidas no concurso.

Relatado por Miguel Jonathan (CCMN), o primeiro diz respeito à abertura de uma turma diurna no curso de graduação de bacharelado em Educação Física. Os conselheiros lembraram que a conquista da nova turma foi uma vitória do CEG, já que a proposta foi feita pelo próprio colegiado. A idéia foi considerada viável pelo diretor da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), Alexandre Mello, após ser submetida à congregação da unidade. O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, afirmou que a vitória foi ainda maior porque com o curso serão criadas 40 novas vagas por semestre, sem que sejam reduzidas as vagas de licenciatura. A proposta foi aprovada por unanimidade.

UFRJ terá turma em Macaé

Homero Fogaça relatou à plenária a solicitação do Instituto de Biologia de ampliação das vagas no vestibular para o curso de licenciatura em Ciências Biológicas Noturno. Os conselheiros não só aprovaram a criação de oito novas vagas como também ressaltaram a importância da licenciatura para a UFRJ. De acordo com Marcelo Macedo Corrêa e Castro (CFCH), "a licenciatura é o carro-chefe da universidade".

O Instituto de Biologia também solicitou a ampliação de vagas no curso de licenciatura de Ciências Biológicas, por meio da criação de uma nova turma em Macaé. Este novo processo foi relatado pela professora Selma Gomes Leite (CT) que apresentou parecer favorável e recebeu o apoio do professor Gil Fernando Salles, representante do CCS. Gil Salles ressaltou a importância da interiorização dos cursos, "pois é uma bandeira que nós (os conselheiros) sempre defendemos".

Foi concedida a palavra à diretora do Instituto de Biologia, Maria Fernanda Santos Quintela, que explicou a importância da nova turma: "Está havendo uma demanda cada vez maior no norte-fluminense pela interiorização das atividades da UFRJ, o que também é idéia deste conselho", justificou ela, antes de se desculpar por não ter formalizado a proposta anteriormente.

CEG aprova experiência inédita

Maria Fernanda Quintela explicou ainda que já existem equipamentos disponíveis no Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (Nupem/UFRJ), que é uma parceria entre a prefeitura de Macaé, a Petrobrás e o Instituto de Biologia da UFRJ. O núcleo será o local onde as aulas serão ministradas. Para ela, o núcleo - que começou a ser construído em 1994 - tem uma importância fundamental no desenvolvimento da cidade.

Segundo José Roberto Meyer, o prédio da Nupem foi integralmente custeado pela prefeitura de Macaé. O pró-reitor afirmou que a experiência de interiorização que a UFRJ terá será diferente de todas as outras vividas por outras universidades públicas do estado do Rio de Janeiro: "Na nossa universidade o professor não ganhará bolsa e as 40 horas de dedicação exclusiva serão todas cumpridas em Macaé", afirmou Meyer, enquanto enfatizava que estava sendo criada uma nova turma e não um novo curso. Os cursos de extensão (*lato sensu*) promovidos pelo Nupem são gratuitos.

Como apenas um conselheiro não acompanhou o parecer da relatora, a criação da nova turma foi aprovada pelo colegiado tanto no mérito quanto na operacionalização.

Campanha Salarial

Servidores unem forças e obtêm apoio da população

Funcionários federais e estaduais protestam contra os governos de Lula e Rosinha Garotinho

Fotos/Kelvin Melo

O funcionalismo público uniu forças para fazer suas reivindicações no último dia 30. Centenas de servidores federais e estaduais, além de estudantes, realizaram uma passeata da Candelária à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). No discurso dos representantes dos sindicatos, ficou visível o descontentamento com a política econômica, com o arrocho salarial dos trabalhadores e com a corrupção que atravessa o congresso Nacional e Governo Federal.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj), Perciliana Rodrigues destacou a união dos diversos movimentos para denunciar a prática dos governos federal e estadual. "É preciso revogar todas as reformas votadas à custa da corrupção, com a compra de votos dos deputados. Vamos à luta em busca de nossos direitos", afirmou.

Evandro Tavares, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef), observou que bastou um dia de protesto dos ruralistas e seus tratores para o governo abrir os cofres (uma linha de crédito de R$ 3 bilhões do BNDES). No entanto, os servidores em greve há cerca de um mês não haviam tido suas reivindicações atendidas e se encontravam sob ameaça de corte de ponto. Na semana passada, foi aberto um edital para concurso público para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (Iphan), o que atende apenas parcialmente as demandas do funcionalismo.

Pelo Sindsprev (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência), Janira Rocha chamou a atenção da sociedade para a necessária distinção a ser feita pela população sobre quais são os reais opositores do governo Lula. Segundo ela, o PSDB e o PFL não serão conseqüentes na luta contra a corrupção. "Esses, ao contrário dos servidores, também querem defender Educação privatizada e a Saúde privatizada", ressaltou.

Leila dos Santos, da Associação de Servidores do Proderj, denunciou a crescente terceirização no quadro de funcionários do estado. Ela afirmou que o governo Rosinha Garotinho só sabe fazer políticas assistenciais de um real e contrata bolsistas para realizar o trabalho de concursados.

Bernardo Lima, do DCE da UFRJ e da Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (Conlute), defendeu a ruptura com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a CUT, que prestam apoio ao governo Lula, envolvido com a corrupção.

Sônia Lúcio, diretora do Andes-SN, criticou a atitude do governo de classificar como uma tentativa de "golpe" toda e qualquer manifestação contra o governo, em relação aos escândalos denunciados no Congresso. "Esse papo de golpe não nos engana. O golpe que existe é contra a classe trabalhadora", afirmou.

Deputado critica pagamento de juros da dívida

Presente ao ato, o deputado federal Babá (P-SOL) foi um dos que também ressaltaram o papel oportunista do PSDB e do PFL durante a crise do governo. Segundo o parlamentar, basta lembrar o escândalo que foi a aprovação no Congresso da emenda da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Mas isso, no ponto de vista dele, não pode aliviar a posição de Lula e sua equipe, que mantiveram a mesma política econômica de FHC. "Em dois anos e meio, foram destinados R$ 315 bilhões somente para o pagamento de juros da dívida", completou.

Apoio da população

Durante a passeata integrantes de diversos sindicatos distribuíram panfletos à população explicando a situação de desmonte dos serviços públicos e de degradação salarial e das condições de trabalho. A avaliação do movimento é de que há um forte apoio popular às reivindicações dos servidores federais e estaduais, assim como uma grande revolta com o escândalo da corrupção no Congresso.

Lavagem das escadarias

Ao final da passeata, os manifestantes fizeram uma lavagem das escadarias da Alerj, num gesto simbólico contra a corrupção na política do estado e também do país.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

REFORMA UNIVERSITÁRIA

EDIÇÃO DE 11 DE JULHO 2005

O movimento docente e a reforma universitária

Não é de hoje que o movimento docente se preocupa com a reforma do ensino superior proposta pelo governo Lula. Já em dezembro de 2003, a Adufrj-SSind realizou uma primeira Assembléia Geral em que esta contra-reforma aparecia como ponto de pauta, fato que se repetiu em várias das AGs e reuniões seguintes do Conselho de Representantes da Seção Sindical. O Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) do Andes-SN, à época, já cobrava mobilização da comunidade acadêmica contra o que se desenhava como ameaça à Universidade pública.

Em janeiro do ano passado, o grupo de trabalho conjunto Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj sobre Política Educacional realizou um seminário sobre a Política Educacional do governo. O professor Roberto Leher, diretor do Andes-SN, foi um dos palestrantes. E, durante a Congresso do Andes-SN, em março de 2004, a reforma figurou como um dos temas principais. Em abril, os movimentos organizados da UFRJ voltaram a criticar a reforma no seminário conjunto "Que Universidade queremos?". No mesmo mês, o Jornal da Adufrj publicava o seu primeiro encarte sobre a reforma universitária com uma análise sobre as Parcerias Público-Privadas e a renúncia fiscal das instituições particulares, via Programa Universidade para Todos (Prouni) do MEC.

Manifestações, encontros, congressos e seminários dos movimentos organizados voltaram a abordar a reforma até os dias de hoje. Em maio, por sugestão da diretoria da Adufrj-SSind ao reitor, o Consuni iniciou uma série de palestras sobre a reforma universitária no Conselho Universitário com convidados especiais. Diversos artigos, editoriais, matérias e encartes foram publicados no Jornal da Adufrj desde então, inclusive com a divulgação das duas versões da reforma (nas edições de 13 de dezembro de 2004 e de 6 de junho deste ano) e todas as reflexões do GTPE do Sindicato Nacional. O encarte desta edição é mais um resultado das atividades do GT do Andes-SN.

Uma opção pelo setor privado em detrimento do público: Uma análise do GTPE do Andes-SN do Anteprojeto de 30 de maio de 2005

Reunido em Brasília, nos dias 4 e 5 de junho de 2005, o GTPE do ANDES-SN examinou a segunda versão divulgada pelo MEC em 30/5/05 do **Anteprojeto de Lei que estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e dá outras providências**. As críticas feitas na Nota da Diretoria do ANDES-SN sobre a segunda versão do anteprojeto de lei, publicada no dia 1º de junho de 2005, foram aprofundadas.

A análise feita sobre as instituições federais abrange tanto as universidades federais quanto os centros federais de educação tecnológica. Questões específicas das instituições de ensino do setor das particulares e das estaduais são examinadas em seções específicas. Não havendo particularização. Este estudo compreende todas as instituições de ensino superior. Como salientado, os eixos que orientam a presente análise foram extraídos das questões consideradas prioritárias na "Agenda para a Educação Superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje", a saber:

1. Os fins da educação superior
2. Oferta, assistência estudantil e acesso à educação superior
3. Financiamento
4. Autonomia e gestão democrática
5. Controle social do setor privado
6. As instituições estaduais no anteprojeto

1. OS FINS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O tenebroso inverno da ditadura empresarial-militar não foi sucedido por uma aurora democrática. A partir da década de 90, os sucessivos governos implantaram políticas que diluem as fronteiras entre o público e o privado, seguindo a matriz neoliberal. O governo de Lula da Silva aprofundou essa tendência por meio do conceito de parceria público-privada (convertido na Lei 11.079, 30 de dezembro de 04, que orientou: (i) o Programa Universidade para Todos; (ii) o conjunto de medidas para o financiamento da ciência e tecnologia (agora ressignificado como Pesquisa e Desenvolvimento na Lei de Inovação Tecnológica), e (iii) a institucionalização de fundações de apoio privadas nas IES públicas.

Podemos constatar essa assertiva tanto na primeira versão (dezembro de 2004), como na segunda (maio de 2005) do anteprojeto da lei, em que a educação é concebida como *bem público*, conforme seu art. 3º: "A Educação superior é bem público que cumpre sua função social por meio das atividades de pesquisa, ensino e extensão". De acordo com a lógica neoliberal, o bem público abrange as esferas pública e privada, levando à diluição da fronteira entre ambas como se, de fato, o privado pudesse conceber a educação como um bem social e um direito de todos. Na realidade, com essa indistinção pretende-se a inserção da educação superior como filão de mercado, conforme as reivindicações dos países centrais, na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como decorrência dessa concepção neoliberal, a educação, em especial a educação superior, passa a ser um novo *produto* no mercado internacional, constituindo, portanto, um item estratégico para as corporações que atuam no setor.

Num contexto mundial de encolhimento do público em favor do privado, a segunda versão do anteprojeto recupera o conteúdo dos textos anteriores e faz concessões ainda mais incondicionais aos interesses que privilegiam o setor privado da educação, consolidando a *mercadorização* da educação.

Quando trata do compromisso social, os termos utilizados pelo governo remetem às finalidades da educação superior (art. 4º) e à organização do que vinha sendo referido em documentos anteriores como Sistema Federal de Ensino, incluindo elementos que tratariam de princípios e da estruturação da Educação Nacional. Entretanto, as práticas políticas governamentais tornam vazias de sentido expressões como: formação, liberdade acadêmica, interação permanente com a sociedade, articulação com a Educação Básica, consideração da diversidade cultural, inserção regional, democratização do acesso, valorização profissional.

Se a versão atual abandonou o termo "missão" da educação superior e as menções explícitas ao direcionamento dos fins da educação para o mercado, a expressão que lhe sucedeu "função social" não contém significado coerente com a defesa da democracia e da construção do público. No art 3º, a "função social" está claramente associada também à liberdade de ensino para a iniciativa privada. O fato de a iniciativa privada "ganhar" a prerrogativa de função social amplia a possibilidade de acesso às verbas públicas, de forma mais ampla do que antes já se experimentou. A ampliação do escopo das instituições comunitárias e a explicitação de que o Estado pode repassar recursos públicos para estas ilustram a opção privatista.

É flagrante a contradição da função social da educação superior frente às finalidades e aos princípios propalados. É marcante, por exemplo, o inciso I, art. 4º, quando ressalta como uma das finalidades da educação superior "a formação pessoal e profissional de elevada qualidade científica, cultural e técnica, nos diferentes campos do saber", pois no seu conjunto o anteprojeto reflete o propósito de formar rapidamente para o mercado, tendo como base valores como o individualismo e a competição.

2. OFERTA, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Referenciadas no clima de propaganda a respeito do acesso, são enganosas as formas de garantir a democratização da educação superior propostas nesse anteprojeto. A política focalizada do ProUni e mesmo a manutenção do vestibular não favorecem "a democratização do acesso e das condições de trabalho acadêmico;" (conforme art. 5º, inciso X). O fortalecimento do setor privado, muito mais flexibilizado e liberalizado nesta segunda versão, e a centralidade da educação a distância (que será operacionalizada por um Fundação Privada, a Universidade Aberta, entre outras medidas afins), não possibilitam a garantia de todos ao acesso, à permanência e à sólida formação acadêmica.

De igual modo, o vestibular continua sendo o meio mais perverso de justificar a exclusão, com base na "competência dos indivíduos". Talvez devido ao fato de já estar tão entranhado na cultura escolar, pouca crítica vem sendo feita ao vestibular, no sentido de evidenciar que o direito pleno à educação deveria ser a bandeira levantada. O vestibular perpassa a vida dos escolares e suas famílias, sendo entendido como via "normal" de chegar ao exercício de uma eventual profissão.

As políticas afirmativas relativas à educação superior, nos termos da Agenda do ANDES-SN, deveriam tratá-la como um direito, no sentido de assegurar àqueles mais duramente explorados melhores condições de acesso a esse nível educacional. A menção feita no inciso VII do art. 5º de que "A instituição de ensino superior cumprirá seu compromisso social mediante a garantia de: (...) articulação com a educação básica" é imprecisa, frágil, não indicando qualquer disposição de construir um sistema nacional de educação que pudesse articulá-la com os demais níveis de ensino.

Os cursos de educação a distância, associados à promessa de ampliação de vagas, têm sido alardeados como forma de democratização do acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, às carreiras profissionais. Mas são alternativas inconsistentes, aligeiradas, desprovidas de rigor acadêmico que abrem as portas das universidades para reduzidos grupos de pobres para, ao mesmo tempo, fecharlhes o acesso ao conhecimento. Infelizmente, essas ilusões são difundidas por milionária campanha publicitária.

No art. 6º do anteprojeto, repete-se a mesma dispersão já anunciada em outros documentos: o curso de graduação pode, cada vez mais, desdobrar-se em bacharelado, licenciatura, curso de educação profissional tecnológica. E os cursos de pós-graduação multiplicam-se em mestrado e doutorado, acadêmicos ou profissionais (SIC!), presenciais e a distância, ou por complementação dessas duas últimas modalidades. A extensão passa a ser realizada como programa ou como atividade, com ruptura do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto constitucionalmente para as universidades. Ampliam-se as perspectivas de formação continuada – por meio das modalidades seqüencial, especialização, aperfeiçoamento e capacitação específica – que vêm se constituindo como grande filão para o mercado (art. 5º, inciso V e art. 6º, § 1º).

Na forma de seus estatutos, as universidades poderão rebaixar exigências e tempo de formação, agrupando cursos e campos do saber e orientando para a "realização de estudos preparatórios para os períodos posteriores de formação", independentemente da conclusão da graduação, acompanhada de diplomas de pós-graduação (art. 6º, § 2º, inciso II).

A conceituação de gratuidade torna-se elástica, infringindo o que está determinado na Constituição Federal de 1988. Passa-se da compreensão de que os cursos realizados em instituições oficiais têm que ser gratuitos para o entendimento de que os cursos que forneçam *certificados* possam ser pagos. Nos estatutos das universidades vem sendo consolidada a cobrança de todos os cursos, exceto os de graduação e pós-graduação estrito senso. Tenta-se caracterizar os demais cursos como sendo "ensino não-regular".

Quanto à expedição de diplomas e certificados, o anteprojeto admite que as universidades privadas possam reconhecer os diplomas de mestrado e doutorado realizados em universidades estrangeiras, desde que ofereçam cur-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br
E-mail Redação: comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

sos similares na pós-graduação (o que, com os cursos de pós-graduação a distância, será muito fácil!), constituindo um comércio de validação e um incentivo às *joint ventures*, inserindo a educação no circuito internacional do comércio de serviços.

As preocupações do ANDES-SN se ampliam quando a **minuta de decreto para regulamentação da educação a distância** (Versão disponibilizada para análise política, em abril de 2005) é cotejada com os artigos do anteprojeto dedicados à educação a distância. Essa minuta trata a educação a distância com a mesma amplitude da modalidade presencial, permitindo que ela seja utilizada em todos os níveis de formação, da educação básica ao doutorado, inclusive em cursos que exigem um treinamento prático, tais como a medicina, a odontologia etc.

Em consonância com a minuta mencionada e diferentemente da versão anterior (Dez/2004), **a segunda versão do anteprojeto** (Maio/2005) **trata - e com ênfase - da educação a distância**. A importância dada pelo governo a essa modalidade fica clara logo na apresentação do anteprojeto, quando se afirma: "especialistas e dirigentes do ME [Ministério da Educação], que trabalharam nesta segunda versão, buscaram preencher lacunas detectadas, agregando temas como Sistema Estadual de Ensino e Educação a Distância."

É positivo que essa modalidade seja utilizada como um dos meios complementares para que as IES cumpram seu compromisso social (conforme o art. 5°, V). Entretanto, preocupa-nos o fato de que o §1° do art. 6° revela que, segundo a concepção do governo, a educação a distância poderá ser utilizada de forma ampla, geral e irrestrita, ou seja, em todas as atividades das IES, tais como o ensino de graduação, o de pós-graduação (mestrado e doutorado, inclusive "profissionais"), a extensão e a educação continuada.

Entendemos que, dessa forma, o governo visa aumentar a inclusão de alunos na educação superior, o que é positivo, mas é inaceitável que a expansão do ensino público se dê mediante a modalidade de educação a distância como preconiza a segunda versão do anteprojeto. Observa-se hoje que a educação a distância já é a que gera um maior aumento de vagas nas universidades públicas. Interroga-se, portanto, se é por meio dessa modalidade que o MEC e as instituições buscarão atingir a meta de chegar aos 40% do total de vagas ofertadas no ensino superior até 2011.

Outra questão relativa à modalidade de educação a distância embutida nessa versão é que, conforme o § 1° do art. 11, as IES (públicas ou privadas) credenciadas para a oferta de cursos via educação a distância poderão fazê-lo por meio de "consórcios, parcerias, convênios, contratos ou instrumentos similares organizados em regime de colaboração com a União, outros Estados, o Distrito Federal ou com os Municípios." Fica claro que esse artigo constitui uma abertura para o financiamento público das IES privadas por meio da educação a distância, o que confirma a opção privatista do Executivo.

O ensino a distância no Brasil está previsto na Lei n° 9.394/1996 (LDB), cujo art. 80 diz: "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada." (g. n.). Entretanto, conforme alerta o professor José Augusto Dias,[1] a leitura desse artigo deve levar em conta o conjunto dessa lei, pois seus arts. 62 e 63, por exemplo, tratam especificamente da formação dos profissionais em educação, da seguinte forma:

"Artigo 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em **curso** de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal." (g. n.).

"Artigo 63 – Os institutos superiores de educação manterão:

I – **cursos** formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – **programas** de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – **programas** de educação continuada para os profissionais de educação em todos os níveis." (g. n.).

Como podemos ver, a LDB faz uma distinção clara entre cursos e programas. Quando trata da formação de profissionais em educação, essa lei exige que tal formação se dê por meio de cursos em universidades ou institutos de educação. Isso porque programas são entendidos como atividades especiais que contribuem na oferta de oportunidades de complementação de estudos, ou de educação continuada, mas nunca para a formação inicial de profissionais em educação. Assim, observando o art. 80 da LDB, constatamos que este recomenda apenas a oferta de programas e sequer menciona a oferta de cursos a distância, o que nos faz crer que a autorização de cursos a distância constitui uma prática que não condiz com a legislação em vigor, sobretudo quando se trata de formação inicial.

Ora, retomando a segunda versão do anteprojeto, observamos que seu art. 11 possibilita que a educação a distância seja utilizada não só para programas de complementação de formação, mas para a oferta de cursos de graduação e até mesmo para cursos de pós-graduação, de mestrado e doutorado, o que é ilegal. E, como mencionamos anteriormente, a própria minuta do decreto para regulamentação da educação a distância (de abril de 2005, ainda em discussão) possibilita, de forma ampla e irrestrita, a implantação dessa modalidade, deixando claro as reais intenções do governo.

Reiteramos que a utilização da educação a distância é cabível nos programas de complementação da formação. Entretanto, para que isto ocorra, é necessário que existam diretrizes bem definidas, pois estas são indispensáveis para orientar e regulamentar o credenciamento de instituições de ensino que se disponham a oferecer programas e cursos (exceto os de formação inicial), sobretudo para a população excluída do sistema escolar.

A formação (em especial a de professores, mas não só) exige relações dialógicas presenciais, para que o professor estimule a reflexão, possibilitando o questionamento, a problematização, a constatação e a superação de contradições, a constante motivação e o crescimento progressivo do educando a partir da vivência de experiências efetivamente socializadoras. Todas essas dimensões ficam extremamente prejudicadas, se não impedidas, quando da adoção da educação a distância.

Afora isso, o estímulo à observação, à formulação de hipóteses, à desestabilização, à equilibração, à reelaboração de conceitos são desafios constantes, possibilitados apenas pelo processo educacional presencial. Tais dimensões são intrínsecas à modalidade presencial e estariam descartadas no ensino a distância, como estariam, em tese, também sendo descartados os professores de um sistema educacional nos moldes tradicionais (cf. Minto e Silva, 2001).[2]

A questão é que o governo propaga um discurso de expansão da educação pública, sem garantir condições para isso. Daí cria ilusões, oferecendo milhares de vagas em cursos a distância. A proposta do "Fórum das Estatais pela Educação" chega a prever uma universidade aberta de natureza privada (e não-gratuita) para ofertar milhares de vagas para professores do ensino básico (as modalidades mais aligeiradas sempre são lembradas para formar professores, por que?). Na concepção do ANDES-SN, o curso de pedagogia forma profissionais em educação para o exercício da docência, o que pressupõe sólida formação, só propiciada pela integração entre a teoria e a prática.

Assistência Estudantil

No que se refere à assistência estudantil, a segunda versão do projeto acrescenta uma seção para tratar do tema, em conjunto com as *Políticas de Democratização do Acesso*. No entanto, apenas dois artigos tratam dessa questão. A primeira manifestação está presente no caput do art. 55, que afirma que as IFES "deverão formular e implantar, na forma estabelecida em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, medidas de democratização do acesso, inclusive programas de ação afirmativa e inclusão social, e *medidas de assistência estudantil*". Dessa forma, a proposta governamental exime o Ministério da Educação de estabelecer uma política nacional de assistência estudantil, transferindo às IFES essa tarefa e condicionando-a aos diversos pressupostos e disputas que permeiam o cotidiano acadêmico da universidade.

O outro artigo do projeto da contra-reforma da educação superior do governo Lula da Silva, que trata da assistência estudantil, é o de número 57, que, além de estabelecer quais são as medidas de assistência estudantil que deverão ser estabelecidas pela IFES – não acrescentando nada de novo àquilo que já vem sendo precariamente estabelecido pelas universidades –, afirma que as instituições deverão destinar "pelo menos cinco por cento de sua verba de custeio para implementar as medidas previstas neste artigo". Se considerarmos que o percentual das verbas de custeio de cada universidade é muito pequeno, não ultrapassando 18% do orçamento das IFES, é possível deduzir que o valor destinado à assistência estudantil será irrisório. Para termos uma idéia do que representa essa proposta, podemos tomar como exemplo o que o orçamento geral da União destina ao ensino superior. O montante dos recursos executados em custeio para a educação superior em 2004 foi em torno de 1,3 bilhões de reais, envolvendo todas as 54 IFES do país. Assim, se aplicarmos os percentuais mínimos definidos no anteprojeto do governo, a destinação de recursos para a assistência estudantil, considerando o montante global das IFES, seria de mais ou menos 62 milhões de reais. Cabendo, em média, 1,5 milhão de reais para cada universidade.

Para problematizarmos essa questão, podemos tomar como referência uma universidade de porte médio para analisarmos os aportes financeiros destinados à assistência estudantil. Para tanto, pegaremos o caso da UNICAMP, que possui em torno de 16 mil alunos e investiu, em 2004, mais de 17 milhões de seus recursos em assistência estudantil. Além disso, estudos da própria universidade afirmam que um terço desses alunos não possui nenhuma condição de manter seus estudos caso não receba tal as-

sistência. Se a proposta governamental fosse aplicada àquela universidade, o montante destinado à assistência estudantil se restringiria a 7 milhões de reais, muito aquém do que vem sendo aplicado. Portanto, a proposta de governo, expressa na segunda versão do anteprojeto, não atende nem a 50% das necessidades mínimas de uma universidade do porte da UNICAMP.

Se tomarmos uma instituição de menor porte, como por exemplo a Universidade Federal de Rio Grande (RS), encontraremos ao final do seu relatório de gestão[3] o seguinte texto: "Da mesma forma que ocorreu no exercício de 2003, o orçamento destinado à FURG pelo MEC para Custeio, foi insuficiente para a manutenção das atividades da instituição. O valor destinado para Custeio com dotação do Tesouro foi de R$ 6.052.674,00 (excluído PASEP e Capital CTI), valor este que foi comprometido em quase sua totalidade com as DESPESAS FIXAS que, por obrigação legal (Decreto nº 4.992 de 18/02/2004), tiveram de ser empenhadas no início do exercício. Dessa forma, para minimamente manterem-se todas as atividades previstas pela instituição, ocorreu um grande esforço da Administração Superior no sentido de conseguir recursos adicionais por meio de convênios que foram firmados com a SESu/MEC especificamente para complementar a necessidade de Custeio, os quais, em número de três, possibilitaram o aporte de R$ 1.697.469,29, ou seja uma complementação de correspondente a 28% do orçamento inicial." Esse fato não é isolado acontecendo em muitas universidades federais. Como pode ser visto na seção dedicada ao financiamento, não havendo aumento de aporte financeiro, não há possibilidade de reversão de situações como a da FURG, e se confirma a inexeqüibilidade da assistência estudantil prevista na versão 2 do projeto.

Assim, a proposta apresentada pelo governo mais uma vez deixa de atender minimamente às necessidades dos estudantes, tentando criar a imagem de que pretende cumprir seu dever de não só criar mecanismos de acesso à universidade, mas, principalmente, de comprometer-se com a manutenção do discente na educação superior pública. Por outro lado, se a intenção do governo foi quebrar a resistência e dirimir as críticas advindas de parte do movimento estudantil, provavelmente não obterá êxito, pois suas propostas não resistem à mais superficial análise e representam um profundo desrespeito àqueles que necessitam de assistência estudantil para permanecer em uma IES pública.

Outro aspecto importante que precisa ser destacado é que essa proposta se direciona às IFES, não fazendo nenhuma indicação a respeito do compromisso que as demais instituições devem ter com a assistência estudantil.

Se compararmos a primeira e a segunda versões do anteprojeto, notaremos importantes modificações no que se refere à assistência estudantil. Um dos pontos refere-se à proposta, expressa na primeira versão, de que a CEF realizaria concursos anuais de uma loteria especial destinada ao financiamento exclusivo de programas de assistência estudantil e estudantes de baixa renda do sistema federal de ensino – leia-se aqui instituições privadas e federais de educação superior. O artigo que trata da questão foi modificado – recebendo o número 60 na segunda versão – e agora afirma que os recursos auferidos pela extração anual especial serão destinados "exclusivamente para o financiamento da educação superior pública federal". Portanto, a principal crítica é que a proposta que era submeter o financiamento educacional com verbas advindas de jogo de azar se manteve, modificando-se apenas a destinação de tal arrecadação, ou seja, deixa de ser destinada à assistência estudantil e refere-se de forma genérica ao financiamento da educação superior pública federal.

O Primeiro Emprego Acadêmico, que seria feito em conjunto com o Ministério do Trabalho, foi excluído na segunda versão. Tal retirada deveu-se às muitas críticas, por representar mais uma forma de precarização do trabalho das atividades técnicas e administrativas, visto que previa a contratação de estudantes de graduação ou pós-graduação do sistema federal de ensino, provenientes de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário-mínimo e meio, para atuação em atividades de ensino e extensão, podendo ser celebrados contratos por tempo indeterminado ou determinado, nos termos da CLT. Por outro lado, essa contratação apontava para a continuidade das iniciativas do MEC de colocar estudantes com atividades de docência (em especial os pós-graduandos) ao invés de abrir concurso para preenchimento das vagas de docentes.

Em suma, se a ampliação das vagas públicas não se der predominantemente por meio de educação a distância, a questão central é que a promessa de expansão da educação superior pública (até 2011) aos níveis de 1994 (40% das matrículas nas instituições públicas), atendendo a uma meta definida no Plano Nacional de Educação (e vetada por Fernando Henrique Cardoso), não pode ser feita sem um novo padrão de financiamento. E o veto ao aumento das verbas educacionais para 7% do PIB, interposto por Fernando Henrique Cardoso, foi mantido por Lula da Silva apesar das promessas em contrário de seu plano de governo. Como pode ser visto adiante, os recursos serão drasticamente reduzidos caso a nova versão seja aprovada (o que é verdade também para a versão anterior).

3. FINANCIAMENTO

A garantia de financiamento público das IES públicas constitui condição necessária para a efetiva autonomia universitária. Caso a IES seja obrigada a buscar recursos por meio de sua inserção no mercado, sua autonomia tornar-se-á virtual, existente apenas no plano dos discursos. A obrigação quanto ao financiamento adequado da universidade pública fundamenta-se no fato de que a educação, em todos os níveis, constitui um direito social, universal e, portanto, dever do Estado.

A experiência dos últimos 17 anos mostra que, sem a obrigatoriedade constitucional da vinculação de verbas para a educação, os governos, nos âmbitos federal, estaduais e municipais, de diferentes partidos, não cumpririam sua função de financiar a educação pública, o que constitui a cassação de um direito social da população brasileira.

Entretanto, o governo federal vem burlando essa vinculação de diferentes maneiras, processo que se aprofundou no período FHC e vem se intensificando no governo Lula da Silva, de tal modo que, na prática, o direito constitucional à educação e à saúde vem sendo negado.

Como os governos neoliberais burlam as verbas constitucionais para a educação?

(i) O primeiro instrumento consiste na tática de criar **contribuições e taxas** sobre as quais não incide a vinculação constitucional de recursos. Assim, em 2004, a base de cálculo dos repasses para educação, saúde, estados e municípios foi apenas 28,55% das receitas correntes. Dito de outro modo, as verbas para a educação e saúde deveriam ser 3,5 vezes maiores, se os governos FHC e Lula da Silva não usassem esse artifício.

Receitas da União em 2004 (em valores nominais)		
	R$	%
Receitas correntes	450.589.980.944,80	100
Receitas de impostos	*128.674.367.343,10*	*28,55*

Fonte: Ministério da Fazenda. SIAFI – STN/CCONT/GEINC

(ii) O segundo instrumento, também criado no governo FHC e mantido pelo governo Lula da Silva, consiste na **Desvinculação de Recursos da União** (DRU). Por esse mecanismo, se subtrai 20% das receitas tributárias (sobre as quais as receitas vinculadas são definidas). Assim, em 2004, R$ 25,73 bilhões foram subtraídos da base de cálculo, o que significou **retirar 4,63 bilhões de reais do orçamento da educação**.

(iii) O terceiro instrumento consiste na **renúncia tributária**, que, no orçamento social do governo federal, em 2004, foi de R$ 17,8 bilhões, correspondendo a 13,84% da receita proveniente de impostos. No que se refere especificamente à educação, essa renúncia foi de R$ 1,3 bilhões, o que representa 10% dos gastos do governo federal com educação. (Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, Orçamento Social do Governo Federal 2001-2004). Com o ProUni, a renúncia chegará a cerca de R$ 3 bilhões/ano.

Os recursos para as IFES conforme o "Anteprojeto de Lei (2ª versão,) que estabelece Normas Gerais da Educação Superior"

O ministro da Educação e seus assessores têm divulgado por meio de robusta campanha na imprensa que o projeto garante um grande aumento de recursos para as IFES. Entretanto, esse discurso não resiste à análise dos próprios dados do orçamento da União.

As duas versões do anteprojeto asseguram que 75% dos 18% constitucionalmente vinculados à educação serão destinados às IFES (Art. 52). Entretanto, dados do próprio MEC mostram que esses 18% têm-se mostrado insuficientes, pelos mecanismos de burla do dispositivo constitucional vistos anteriormente.

A análise dos dados de receitas de impostos de 2004 é auto-explicativa. Descontadas as transferências constitucionais para estados e municípios e a DRU, encontramos que, dos R$ 128,67 bilhões de impostos arrecadados, restam apenas R$ 34,38 bilhões como base efetiva de cálculo (apenas 26,7% dos impostos e 7,6% das receitas correntes) para os 18% constitucionalmente vinculados à educação. Dito de outra forma: se não houvesse mecanismos de burla, o orçamento seria 13 vezes maior do que o efetivado.

Podemos, agora, analisar o significado real da proposta do MEC, ainda tendo por base os dados do orçamento de 2004. Calculando 75% dos 18% constitucionais sobre o montante de 34,38 bilhões, chegaremos a 4,64 bilhões de reais como recursos que seriam destinados às IFES em 2004.

Orçamento das IFES, em 2004, segundo a proposta atual do MEC		
Categorias	***Base de cálculo (mil reais)***	***Descontos (mil reais)***
Receita tributária	128.674.367	
Transferências Constitucionais		-68.557.453
Subtotal 1	60.116.914	
DRU		-25.734.873
Subtotal 2	34.382.041	
18% (art. 212 C.F.)	6.188.767	
75% dos 18% (proposta MEC)	4.641.575	

Fonte: Ministério da Fazenda. SIAFI – STN/CCONT/GEINC

Refletindo o fato de que a vinculação constitucional tem sido burlada, o próprio governo tem destinado um montante de verbas superior ao que resultaria da aplicação restrita da lei. Ainda em 2004, o governo federal aportou 7,3 bilhões de reais à educação superior, ou seja, 58% acima do valor que o MEC afirma ser um aumento de dotação.

Orçamento das IFES em 2004 (em bilhões de reais)	
Segundo a proposta do MEC	4,24
Orçamento realizado	7,3

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria de Política Econômica Orçamento Social do Governo Federal 2001 - 2004

A supressão do desconto do repasse para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - Fundeb da base de cálculo do orçamento para as IFES (proposta contida em um parágrafo que constava da versão anterior do anteprojeto) tem sido apontada como um dos pontos positivos da versão atual, pois propiciaria um aumento substancial dos recursos destinados à educação superior. Entretanto, não se pode omitir que o Fundeb substituirá o Fundef por emenda constitucional, enquanto o anteprojeto de reforma da educação superior inscreve-se na legislação infraconstitucional. Desse modo, o desconto – para o Fundef ou para o Fundeb, se aprovada a PEC – acontecerá, independentemente de constar ou não do anteprojeto. Cabe, então, a pergunta: por que foi retirada a menção a um desconto que acontecerá de todo modo?

A proposta de criação do Fundeb traz, em si, alguns problemas. Dos 25%, no mínimo, do orçamento que estados e municípios destinam à educação, 15% vão para o Fundef, e vão sendo devolvidos aos municípios proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação fundamental. Os atuais 10% restantes ficam no próprio estado – financiando a educação de jovens e adultos, a educação especial, o ensino médio e a educação superior – ou no município, financiando a educação infantil e em outros níveis. O Fundeb amplia de 15% para 20% (ou, conforme algumas versões na imprensa para 25%) o repasse de estados e municípios para um fundo educacional, agora, destinado a financiar todos os níveis de educação, exceto a educação superior. Daí, decorre que estados e municípios que destinem à educação apenas os 25% constitucionalmente estabelecidos não terão recursos suficientes para investimentos educacionais que considerem prioritárias. **Essa situação fragilizará ainda mais as IEES, pois estas serão financiadas apenas com verbas educacionais que ultrapassem o limiar de 20%, o que corresponde a um valor muito baixo na maioria dos estados brasileiros.** Assim, as IEES, que têm sido responsáveis pela maior parte da expansão de vagas no ensino superior público, podem ser irreversivelmente desmanteladas. É preciso lembrar que grande parte das novas instituições estaduais de ensino possui um nível de institucionalização muito débil – o que repercute em desigualdades nas condições de trabalho, de carreira e salariais dos quadros de docentes e técnicos-administrativos.

Outro aspecto importante que precisa ser considerado nesta discussão, que confronta os recursos orçamentários da educação superior e da educação básica, é que os discursos dos governos insistem em colocar o ensino superior em oposição aos demais níveis de educação, construindo um conflito artificial por verbas, pelo imaginário de que as IES retiram verbas da educação básica. Deslocam, assim, a discussão do ponto central: a inegável escassez de recursos para a educação.

Ainda no art. 52, § 1°, vários incisos discriminam despesas a serem excluídas do cálculo a que se refere o *caput* (75% dos 18% constitucionais, destinados à manutenção e desenvolvimento da educação), novamente criando a idéia de aumento da dotação para as IFES. Alguns desses incisos merecem destaque.

Aposentados e pensionistas

O inciso V do art. 52 trata de questão mais delicada: "despesas com inativos e pensionistas das IFES, sem prejuízo de seus direitos específicos". Uma iniciativa governamental que propusesse que recursos educacionais fossem integralmente aplicados em "educação ativa" e que despesas com aposentados e pensionistas fossem de responsabilidade do tesouro nacional, que repassaria verbas adicionais ao MEC para o custeio da folha de aposentados e pensionistas, seria bem-vinda, se não ocorresse no contexto de um governo que burla todas as vinculações constitucionais de recursos e ataca direitos conquistados pelos trabalhadores, com destaque para os previdenciários. O anteprojeto simplesmente não menciona de onde virá o recurso para o custeio dos aposentados e pensionistas.

Não se pode desconsiderar que o governo Lula da Silva manteve a política de arrocho salarial e de instituição de gratificações que contemplam apenas o pessoal em atividade, cristalizando a quebra da paridade entre ativos e aposentados, situação sumamente agravada pela Emenda Constitucional n° 67, de 2003, efetivando a destruição do sistema de seguridade social. A manutenção de aposentados na folha de pagamento das IFES é uma bandeira histórica do movimento docente, pois representa maior garantia de respeito aos direitos conquistados por docentes e técnicos-administrativos das IFES; no momento atual, em que direitos trabalhistas e previdenciários são atacados e transformados em "privilégios" e responsabilizados pela situação econômica do país, essa bandeira torna-se ainda mais relevante; basta imaginar o que poderá acontecer às pessoas que dedicaram sua vida profissional e pessoal à construção da universidade pública brasileira se seu pagamento estiver vinculado ao ministério da Previdência ou da Fazenda.

Embora no art. 53 conste, no § 1°, que "as despesas referidas nos incisos IV, V, VI e VII do artigo anterior incluir-se-ão no orçamento global da instituição", isso não significa garantia explícita de manutenção de aposentados e pensionistas na folha de pessoal das IFES. Além disso, preocupa ainda mais a supressão, ao final do parágrafo, do texto que constava na versão anterior do anteprojeto: "correrão à conta do Tesouro Nacional, mediante alocação de recursos de fontes que não as referidas no [art. 52 da 2ª versão]". Assim, ao não explicitar a fonte de recursos e a manutenção na folha das IFES, o anteprojeto deixa em aberto a possibilidade de que aposentados e pensionistas, em futuro muito próximo, sejam retirados da folha de pagamento das IFES e/ou tenham seus pagamentos dependentes de recursos captados pela instituição decorrentes da venda de serviços ou aluguel de equipamentos, laboratórios e mesmo pessoal (vide lei de inovação tecnológica), desobrigando totalmente a União dos compromissos previdenciários.

Hospitais universitários

Ainda no § 1° do referido art. 53, que discrimina despesas excluídas dos 75% dos 18% constitucionalmente vinculados (dos 7,6% das receitas correntes da União, nunca é demais repetir), o inciso VI trata das "despesas referentes a ações e serviços de saúde promovidos pelos hospitais vinculados às IFES, que serão contabilizados para efeito do cumprimento do disposto no art. 198, § 2° da Constituição Federal e art. 77 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias". Mais uma vez, transparece a intenção de criar a ilusória aparência de aumento de recursos, pelo fato de que despesas com os hospitais universitários federais seriam repassadas ao SUS.

Alguns pontos são importantes, na análise da questão dos hospitais-escola. Em primeiro lugar, o pagamento de pessoal dos hospitais-escola não se inclui entre as despesas a serem repassadas ao Ministério da Saúde. Restam, então, despesas com insumos, equipamentos e outras, imprescindíveis às "ações e serviços de saúde". No entanto, não se pode omitir que tais despesas já são, atualmente, de responsabilidade do SUS e que, embora os hospitais universitários sejam esteio da existência de um sistema de saúde, respondendo pela maioria das internações e atendimentos de média e alta complexidade, têm sido desvalorizados pelo Ministério da Saúde na repartição de verbas SUS, em tal intensidade que a maioria dos hospitais-escola federais têm sido obrigados a realizar convênios com empresas privadas como meio de reduzir o sucateamento a que o Ministério os condena.

É importante considerar que o aprofundamento da privatização interna das instituições públicas constitui uma política de governo e não se restringe a um ou outro ministério. Cabe lembrar que o Ministério da Saúde *pallocianamente* tem defendido que os recursos destinados ao programa Fome Zero sejam computados como verbas do SUS, o que ainda não ocorreu pela reação indignada e unânime de todo o setor da saúde pública.

Então, pode-se afirmar que: a) as verbas para a educação superior não serão aumentadas por uma aparente transferência dos custos dos hospitais universitários para a pasta da saúde; b) o que está em curso é a intensificação da privatização interna das IFES e dos hospitais universitários, obrigados que serão a buscar recursos no mercado, pela venda de serviços; c) a imensa maioria da população brasileira, sem condições de pagar convênios médicos, ficará ainda mais desassistida e à mercê do assistencialismo eleitoral de políticos locais.

Heteronomia de gestão financeira e retirada das verbas do Estado na manutenção e no desenvolvimento da educação superior

No mesmo art. 52, o § 2° estipula que: "os excedentes financeiros de cada exercício, a qualquer título, serão automaticamente incorporados ao exercício seguinte", porém, com **supressão** da parte final do texto que constava na versão anterior do anteprojeto "**e não serão considerados na fixação do montante a que se refere o *caput*.**" Ou seja, não se pode falar em autonomia de gestão financeira se, a cada final de ano, a administração da IFES poderá ter de devolver os recursos não utilizados no período. Isto significa que tudo continuará como hoje: a instituição, se se ativer à definição de prioridades, arrisca-se a não conseguir comprar equipamentos e insumos; daí, será impelida a gastar imediatamente os parcos recursos de custeio, comprando o que for possível em curto prazo, mesmo que não seja o mais relevante.

Cada artigo do anteprojeto deverá ser lido como parte articulada de um conjunto de artigos que se referem, direta ou indiretamente, ao financiamento das IFES. O conceito de "orçamentação global" – um dos alicerces da proposta governamental – fica totalmente em aberto, sem a mínima

explicitação de como será composto, com recursos de quais fontes e quais modos de captação e quais as destinações possíveis, isto é, as rubricas em que poderá ser utilizado. Apenas uma certeza: parte substantiva dos recursos que o MEC prevê que comporão o "orçamento global" virá da inserção da IFES no mercado. Essa perspectiva se confirma se analisarmos o inciso III do art. 21, que afirma que a "autonomia financeira e patrimonial, que consiste na capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais,***próprios***, recebidos em doação ou***gerados por suas atividades finalísticas***".

Deve-se enfatizar que recursos provenientes de privatização interna não se caracterizam pela sua repartição igualitária entre todos as unidades, setores, laboratórios, pessoas; a maior parte das verbas é privadamente apropriada, sendo repassada à instituição uma parcela mínima (em torno de 2%, no caso das fundações ligadas à USP). Ou seja, a instituição está sendo obrigada a ir ao mercado, captar recursos que não garantirão sua sobrevivência como universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, mas a transformarão em mais um espaço onde a educação é um bem comercializável.

A proposta de "orçamento global" incorpora a agenda do FMI e do Banco Mundial. Reforçando essa submissão, o governo retirou da nova versão um ponto que poderia representar um obstáculo à ainda maior desreponsabilização da União em relação ao financiamento das IFES: o*caput* do art. 42 da versão anterior, que estabelecia que "a participação de cada IFES nos recursos destinados pela União à manutenção e desenvolvimento do ensino não poderá ser inferior ao montante recebido, a mesmo título, no exercício financeiro imediatamente anterior". A supressão da já débil garantia de uma dotação mínima (nominal) é mais um retrocesso frente a um anteprojeto que já era regressivo.

Também não se pode desconsiderar que o*caput* suprimido possuía um parágrafo que estabelecia que: "o montante a receber, na forma do*caput*, será acrescido dos recursos necessários para cobrir o aumento de despesas de pessoal – reajuste salarial, contratações, alterações de carreira – e despesas de custeio, considerada a variação média dos preços dos insumos essenciais às atividades de ensino e pesquisa, conforme regulamento", o que significava que mesmo a garantia de uma dotação nominalmente igual à do ano anterior deveria ser acrescida de montante que compensasse a inflação do período. Essas garantias deixaram de ser compromisso do governo.

Outro ponto que se tem prestado a confusão refere-se à supressão da expressão "contrato de gestão" – um dos itens importantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) na versão anterior –, provavelmente pela reação dos reitores à sua responsabilização pessoal em caso de descumprimento do plano apresentado. Entretanto, o art. 53 da nova versão estabelece que a União deverá " **repassar os recursos pactuados**"; ora, o que significa pactuar um repasse de recursos, se não assumir um compromisso? E como esse compromisso será firmado? Contra quais garantias e contrapartidas? O texto é suficiente e adequadamente vago para esconder o intento de transformação das IFES em organizações sociais (OS).

Cabe ainda destacar que, em princípio, não serão todas as IFES que terão acesso ao regime de orçamentação global; tal condição será reservada àquelas que sejam "habilitadas", segundo critérios não-declarados.

Por fim, o art. 54 finaliza um projeto deliberado e sistemático de destruição da universidade pública brasileira, ao estabelecer que "a diferença entre o aporte de recursos previstos no art. 52 [75% de 18% dos impostos, isto é, de 7,6% das receitas correntes] e o somatório dos orçamentos das IFES será destinada à expansão, interiorização e qualificação da educação superior pública federal".

Apenas como simulação, admita-se que o governo Lula da Silva decida destinar às IFES um montante equivalente aos recursos de 2004 (7,3 bilhões de reais). Ora, o art. 52 prevê que sejam destinados 4,24 bilhões de reais para as IFES a título de manutenção e desenvolvimento de ensino. Pois bem, os 3,06 bilhões, que compõem a diferença, deverão ser destinados a atividades de expansão, interiorização e qualificação, ou seja, não podem ser utilizados no já existente. Como ficará, então, a folha de pessoal das IFES, que em 2004 consumiu 6,03 bilhões? Terá que se adequar ao texto da lei, demitindo pessoal?

O descompromisso do governo Lula da Silva com a expansão e com qualidade do ensino superior já é notório, como bem demonstra o Prouni. Entretanto, devemos reconhecer que, aqui, atinge seu ápice, ao propor o desvio de parte dos recursos atuais das IFES, para a sua própria expansão. Isso significa aprofundar a insuficiência crônica de recursos para a educação pública inviabilizando-a.

É nesse contexto que deve ser lida a criação de comissão paritária composta pelos reitores das IFES e representantes do MEC, para repartir os parcos recursos que superem o previsto pela vinculação constitucional. Certamente, a expectativa do MEC é que os reitores deixarão de lutar conjuntamente por mais recursos para as IFES e passarão a disputar entre si as verbas que foram retiradas de suas instituições. O projeto pretende, assim, transformar a Andifes, de pólo de luta e resistência em defesa das IFES, em algo assemelhado às agências reguladoras.

A referência à carreira docente no anteprojeto consolida a desconstrução das IFES. A autonomia universitária lhes dá a prerrogativa, segundo o art. 49, de "propor o seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo [...] com observância dos planos de carreira nacional, com piso salarial assegurado" (inciso I, § 1°). Em projeto alicerçado na privatização das universidades públicas e na submissão ao mercado, somente se pode propor um piso salarial; daí para a frente, rompe-se de vez com qualquer perspectiva de isonomia, premiando os mais adaptados à lógica mercantil, denominados "docentes empreendedores" na lei de inovação tecnológica.

Pelo exposto, é coerente que não apenas a sorte da assistência estudantil dependerá do incentivo à jogatina popular. Agora é a própria educação superior que necessitará de jogos de azar (art.61). E as públicas terão de concorrer com as privadas por esses recursos. Um péssimo prenúncio para a universidade pública que fez o Brasil se tornar uma nação muito melhor do que as suas elites retrógradas e corruptas pretenderam.

4. AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A autonomia constitucionalmente assegurada tem como corolário necessário as capacidades de autonormação e de autogoverno. O estatuto é, portanto, uma materialização do princípio da autonomia. No caso das instituições públicas, a autonomia continua subordinada às prescrições externas. Os estatutos das IFES deverão ser aprovados pelo governo federal, diferentemente das IES privadas que não precisam da verificação da constitucionalidade ou legalidade de seus estatutos. Ademais, na segunda versão do anteprojeto, assim como na anterior, não há explicitação sobre a elaboração de forma democrática pela comunidade universitária de seus estatutos, principalmente, a presença de congressos estatuintes.

O pressuposto fundamental da autonomia: provimento de recursos públicos capazes de assegurar a manutenção e desenvolvimento das instituições é, como visto, inexistente. Não há como romper com a dependência frente ao mercado se a universidade depende deste para custear suas necessidades elementares. Além disso, as universidades somente poderão se habilitar ao regime de orçamentação global, caso atendam aos indicadores de gestão e desempenho institucional. Novamente, uma esfera externa (e escassamente democrática) irá definir o futuro da universidade, favorecendo toda ordem de clientelismo e troca de favores.

Admitindo a insuficiência de recursos para a expansão e pleno desenvolvimento das IFES, a autonomia de gestão financeira e patrimonial é definida como a*capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais próprios, recebidos em doações ou gerados por suas atividades finalísticas.* Liberadas e incentivadas (sobrevivência institucional) a buscar recursos extra-orçamentários, as universidades poderão remunerar serviços extraordinários e gratificar atividades específicas, contratar por tempo determinado pessoal docente e técnico- administrativo (medidas que obviamente colidem com a Constituição e com o Regime Jurídico Único). As universidades poderão ainda propor seus planos de carreira, cabendo ao governo tão somente assegurar piso salarial nacional. Em suma, as medidas propostas na segunda versão do anteprojeto desfiguram a autonomia.

A segunda prerrogativa fundante do conceito de autonomia é o autogoverno. Uma concepção fundamental no ANDES-SN é a de que as instituições de ensino superior, públicas e privadas devem obedecer ao princípio da gestão democrática, assegurando a participação da comunidade universitária em todas as instâncias deliberativas. A gestão democrática é condição necessária para que a universidade possa ser um espaço público de produção do conhecimento. Nas condições históricas produzidas pelas lutas democráticas, algumas conquistas são patrimônios que não podem ser cedidos. Arepresentação paritária de docentes, discentes e de servidores técnico-administrativos nos colegiados superiores e nos colegiados das unidades, eleita pelas respectivas categorias, é uma delas. Dessa forma, entendemos a gestão democrática no âmbito da autonomia universitária como **governo compartilhado**, com garantia de eleições diretas, no mínimo paritárias na escolha dos dirigentes, com o resultado da eleição homologado no âmbito da instituição de educação superior.

Gestão democrática no anteprojeto de maio

As medidas propostas na segunda versão do anteprojeto não asseguram a democratização da gestão nas instituições de ensino superior, e até mesmo retroagem em relação à versão anterior. O art. 5º estabelece genericamente que a instituição de educação superior cumprirá seu compromisso social mediante a garantia de:*gestão democrática das atividades acadêmicas, assegurada a participação dos diversos segmentos da comunidade institucional.*

Os incisos que se referiam à garantia de liberdade de associação, organização e livre expressão dos segmentos da comunidade universitária foram retirados na nova versão ficando apenas assegurada a*liberdade de expressão e associação aos docentes, estudantes e pessoal técnico e administrativo.*

Os itens referentes à livre organização em sindicatos e à garantia de condições para o exercício sindical dos dirigentes sindicais retirados da nova versão são, particularmente, graves, no caso das IES privadas, onde a prática vigente é a da perseguição, demissão e impedimento da livre organização dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que o inciso segundo do art. 21 do anteprojeto estabelece que para as universidades a*autonomia administrativa, que consiste na capacidade colegiada de auto-organização, para a edição de normas próprias e de administração e valorização de seu pessoal docente, discente, técnico e administrativo, e de gestão de seus recursos materiais*, o art. 17, inciso IV, mantém a diretriz de que esta organização colegiada deverá ter (…) *garantida a prevalência da representação docente.*

Além de ferir o preceito constitucional da autonomia, o anteprojeto não traz medidas para democratizar a gestão, mas impõe um retrocesso na prática já estabelecida na maior parte das IFES de voto paritário, exigindo a prevalência majoritária do voto docente. A intenção já manifestada nas diretrizes gerais é enfatizada do Capítulo II, que trata da regulação do sistema federal de ensino em seu art. 32, que estabelece:*A organização da universidade e do centro universitário será definida por seus colegiados superiores, na forma de seus estatutos e regimentos, assegurada a participação no colegiado superior de representantes dos docentes, dos estudantes, do pessoal técnico e administrativo e da sociedade civil, observada a participação majoritária de docentes em efetivo exercício na instituição, sendo pelo menos cinqüenta por cento destes de mestres e doutores.*

No que diz respeito à escolha de dirigentes das universidades federais, o anteprojeto estabelece a eleição direta, cujo processo deverá estar definido no estatuto. Da versão anterior, não foram mantidos o inciso IV do art. 38 que tratava das prerrogativas das universidades federais*no exercício da sua autonomia*, em que estava assegurada a escolha dos seus dirigentes, e o art. 39 e seu parágrafo único em que estavam definidos os preceitos a serem observados no processo de eleição direta dos dirigentes das universidades. Diante disto, mantém-se nossa posição crítica já expressa na análise da primeira versão. Seguindo a lógica da organização dos colegiados, pode-se deduzir que os docentes permanecerão com representação majoritária também no processo de escolha do reitor e vice-reitor e, ao não indicar que o processo se encerrará no âmbito da própria instituição, fica aberta a possibilidade da decisão final da nomeação ser tomada pelo Ministro. Ademais, foram suprimidos dispositivos previstos anteriormente tais como o voto uninominal e secreto e a garantia da utilização dos votos válidos e observância da ponderação. Por fim, o art. 50 diz que a reeleição dos reitores não será permitida, mas estende os seus mandatos para cinco anos.

Cabe ainda destacar a presença nas universidades de um *conselho social de desenvolvimento* (art.33). Conforme o anteprojeto, trata-se de um conselho*de caráter consultivo, presidido pelo reitor, conforme disposto em seus estatutos, com representação majoritária e plural da sociedade civil, cuja finalidade é assegurar a participação da sociedade em assuntos relativos ao desenvolvimento institucional da universidade e às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão*. A versão anterior instituía nas universidades a figura do*conselho comunitário social* com a função de legitimar os contratos de gestão por meio dos planos de desenvolvimento institucionais (PDI). Na nova versão, o alcance das atribuições e prerrogativas está nebuloso, podendo se constituir em mais um mecanismo de heteronomia das universidades públicas, em vez de espaço de diálogo e participação de representações da maioria da população.

O governo também cedeu às pressões das mantenedoras, e os conselhos de desenvolvimento tornaram-se ainda mais manipuláveis pela instituição. A composição também foi alterada. A versão anterior previa a representação do poder público, agora excluída. Foram excluídas ainda as entidades de classe, corporativas, associações de classe e sindicatos.

5. CONTROLE SOCIAL DO SETOR PRIVADO

A nova versão do anteprojeto, que se propõe a "Estabelecer Normas Gerais da Educação Superior", traz profundas inovações em relação à versão anterior, ao suprimir os mecanismos de controle do Estado sobre as instituições privadas de educação superior, notadamente a supressão do capítulo específico (Capítulo III), que regulava as mantenedoras e as instituições privadas de educação superior.

A versão atual retira do texto original as exigências de eleição de pelo menos um dirigente das universidades e centros universitários privados de forma direta pela comunidade (Art. 73), a necessidade de comunicação e aprovação pelo MEC de qualquer alteração do patrimônio das empresas (Art. 64 § 4º) e a criação de conselho responsável pela elaboração das normas e diretrizes acadêmico-administrativas com presença na sua composição de no máximo 20% de representantes das mantenedoras (Art.72). Dessa forma, o texto atual do anteprojeto abdica da oportunidade de institucionalizar freios regulatórios à voragem expansionista do ensino privado.

O cotejo das duas versões do anteprojeto da educação superior permite evidenciar aspectos que devem ser objeto de atenção. Na segunda versão as questões relativas às instituições privadas estão diluídas, não estando ordenadas por especificidade de tratamento no regramento das instituições de ensino privado. Assim, depara-se com a criação de uma ouvidoria (Art. 31), presente em todas as instituições de educação superior. Como a proposta está alheia às garantias de gestão democrática no âmbito das instituições privadas, tal criação pode resvalar para a legitimação de "informantes" da cúpula da entidade, mesmo sendo explicitado que tal função será preenchida por meio de eleição. O papel da ouvidoria pode resvalar, principalmente no setor privado, no qual há um predomínio do autoritarismo, para aborto de todas as iniciativas internas e externas de transparência de gestão, além de sepultar a defesa de práticas democráticas garantidas pela Constituição Federal como, por exemplo, o direito de livre associação/ sindicalização.

O Conselho Comunitário Social, instituído na versão anterior (Art.20), foi substituído, na versão atual, por um conselho social de desenvolvimento (Art.33), de caráter consultivo, presidido pelo reitor, com representação majoritária e plural da sociedade civil. As atribuições que são listadas em três incisos interferem na autonomia das instituições, na medida que esse conselho deverá acompanhar a execução do PDI e indicar as demandas da sociedade (mercado) para a fixação das diretrizes e políticas, além de poder "opinar sobre todos assuntos que lhe forem submetidos". Mesmo não tendo caráter deliberativo em relação às atribuições que a legislação venha a outorgar-lhe, poderá servir de instrumento de pressão que poderá definir as agendas das instituições de educação superior, sobretudo em tempos de educação tratada como mercadoria.

O atual capítulo II – Da Regulação da Educação Superior no Sistema Federal de Ensino (Arts. 34 a 45) se propõe a equivaler ao Capítulo IV – Da Regulação do Sistema Federal da Educação Superior (Art. 75 a 83) da versão anterior do anteprojeto. Em que pese permanecerem atuais as indagações quanto à permeabilidade de conceitos como "resultados satisfatórios" e "avaliação positiva" presentes na versão anterior no tocante aos critérios para credenciamento e recredenciamento, que se nota na atual versão, nos conjuntos de normas que foram mantidas para compor o regramento do Sistema Federal de Ensino Superior, algumas sutilezas estratégicas devem ser levantadas. O art. 35 da 2ª versão estabelece que: "o credenciamento de Instituições de Educação Superior bem como a autorização e o reconhecimento de cursos terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação." A imprecisão quebra a efetividade normativa do § 1º ao dizer que "após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na Instituição, em suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, ou em descredenciamento". Por dedução, pode-se inferir que esse prazo corresponda ao termo de compromisso ao qual se refere o SINAES, em termos de busca de saídas para a resolução de problemas identificados.

Os arts. 34 §, 1º, 36, caput e 40, caput, trazem o critério do "pré-credenciamento", inexistente na versão anterior, sem o detalhamento conceitual que lhe dê concretude. Assim, o anteprojeto, em sua segunda versão, deixa entrever, apesar do falso rigorismo de apontar a competência do Ministério da Educação para a validação do conteúdo, mais uma porta de flexibilização que tem destinatário certo. Na medida em que o pré-credenciamento será feito pela União, sem uma especificação do órgão competente, isso pode deixar uma brecha para que outros Ministérios, além do da Educação, possam desempenhar essa função.

No capítulo II, fica evidente o papel do SINAES como parte integrante e fundamental da reforma da educação superior. Todas as ações explicitadas nesse capítulo estão sujeitas aos resultados apresentados pelo SINAES. Isso reforça as análises do ANDES-SN quando da divulgação desse instrumento, de quanto este é concentrador de poder e quanto a CONAES, comissão indicada majoritariamente pelo Governo, tem poderes de definir a vida das instituições.

O art. 37, ao alterar o art. 75 da versão anterior, retirando a exigência de que a criação de universidade dar-se-á somente a partir da existência da instituição como centro universitário, oferece um verdadeiro presente à iniciativa privada, já que possibilita a criação de universidade a partir de instituição de educação superior, inclusive faculdade, criada há no mínimo cinco anos, cujo único compromisso será atender aos reclamos expansionistas que permeiam o anteprojeto. Mas a boa vontade do anteprojetista eleva-se à condição de subserviência ao retocar, no art. 44 atual, o que já dispunha o art. 88 da versão anterior, mas agora explicitando que "as instituições de educação superior, que por qualquer forma de acordo, contrato, ajuste ou convênio, tácito ou expresso, licenciem sua marca, serão avaliadas conjuntamente com as instituições licenciadas sem prejuízos de avaliação institucional específica destas últimas." Tal correção não

se opera apenas como questão semântica, mas ideológica, e fica clarificada a intenção de, em uma linguagem de mercado, igualar a educação a serviço.

Outro benefício para as instituições privadas observa-se no redimensionamento do Plano de Desenvolvimento Institucional, Seção V, art. 26, atual (versão anterior, art. 28), com enxugamento de suas exigências e eliminação do prazo de 5 anos para revisão do planejamento estratégico. Benefício que se nota também pela obediente saída de ingerência, com a exclusão na nova versão do anteprojeto do conteúdo do art. 96 (anterior), que tratava de planos de carreira (prazo de 5 anos) e concurso para admissão de docentes e servidores (prazo de 2 anos).

O art 39, na versão atual, é idêntico ao art. 77 da anterior. Os parágrafos é que trazem alguma alteração no tocante ao campo de saber, passando para "cursos congêneres", o que demonstra flexibilização na possibilidade de permitir a compatibilização de faculdades, facilitando que estas possam se transformar em centros universitários, ou quiçá em universidades.

O Conselho Nacional deixa de ter as prerrogativas de autorização colocada na versão anterior (art.82) e passa (art.40) a apenas ser ouvido no caso de pré-credenciamento, credenciamento e descredenciamento das instituições.

Nas Disposições Transitórias, observa-se que subitamente aparece a figura dos institutos superiores como tendo as mesmas prerrogativas das faculdades. Essa inclusão parece inapropriada em relação à classificação do que sejam instituições de educação superior em relação à organização e a prerrogativas acadêmicas (art.15).

Da mesma forma, o art. 96 da versão anterior foi suprimido. Esse artigo tratava do plano de carreira, de concurso, em fim, da vida funcional dos docentes.

O que se pode observar na segunda versão do anteprojeto da reforma de educação superior é uma recorrente diluição dos poderes ou falta de clareza na definição da instituição responsável pelas atividades ou cumprimento das funções regulatórias do Sistema Federal de Educação, que pode estar escondendo simultaneamente o jogo de poderes, definições/ indefinições: poder público ora significa MEC, ora União.

As mudanças ocorridas em relação ao setor privado foram no sentido de deixá-lo mais desregulamentado, mais flexibilizado em detrimento das instituições públicas, onde se mantiveram as exigências de rigor e controle. Essa opção feita só reitera a mudança de eixo do público para o privado, que se evidencia nas políticas públicas educacionais do governo. A questão da educação como bem público é o principal elemento que conduz a essa compreensão.

Destacamos que o fato de o documento anterior trazer algum controle sobre as instituições privadas não significa que era bom, apenas mantinha alguma ingerência própria do Estado. A primeira versão, assim como a segunda, não foge à lógica privatista que está instalada nas políticas públicas educacionais no Brasil.

Para o setor privado o governo cede em praticamente todas as reivindicações dos empresários. O anteprojeto favorece o setor com uma flexibilização ainda maior para a abertura e transformação das instituições em universidades, e com uma indiferenciação das instituições no se refere à prerrogativa da autonomia, ao aligeiramento dos cursos de graduação e à institucionalização de modalidades precarizadas de formação superior (ciclos básicos, cursos seqüenciais, tecnólogos e a distância).

Para se definir como universidade basta apenas ter 12 cursos de graduação. Não há mais a exigência de se ter pelo menos três campos de saber. O que distingue uma universidade *stricto sensu* (vários campos de saber) de uma universidade especializada por campo de saber, que deverá ter oito cursos de graduação sendo seis em um mesmo campo de saber.

Já os centros universitários poderão ser constituídos de no mínimo oito cursos de graduação, 1/5 do corpo docente em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, e 1/3 com titulação de mestre ou de doutor. Gozarão das mesmas prerrogativas da universidade com autonomia didático-científica e administrativa, podendo inclusive criar, organizar e extinguir cursos e registrar diplomas com a exigência apenas de ter algum programa institucional de extensão.

No caso das faculdades, essas poderão ser criadas sem nenhuma restrição, pois não são estabelecidos requisitos para a sua criação. Legaliza-se dessa forma a criação de instituições que poderão oferecer ensino superior sem qualidade. Foi retirada a possibilidade das faculdades registrarem diplomas, no entanto, o anteprojeto não mais menciona o limite de 50% para a ampliação de vagas desde que a instituição tenha obtido avaliação positiva. Terão assim liberdade total para criar novas vagas.

A nova versão do anteprojeto concede às instituições privadas a prerrogativa de reconhecer cursos de pós-graduação feitos no exterior desde que as universidades *possuam cursos de pós-graduação avaliados e reconhecidos, na mesma área de conhecimento em nível equivalente ou superior* (art. 6º, par. 8º).

6. AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS NO ANTEPROJETO

A nova versão do anteprojeto, em contraste com a anterior, dedica uma seção (a de nº VI do Capítulo I – Disposições Gerais) ao Sistema Estadual de Ensino. Assim, nos arts. 27 e 28, é definido que, ambas, as instituições estaduais (IEES) e as municipais (IMES) de Educação Superior fazem parte desse sistema, que compreende, ainda, todos os outros órgãos e entidades vinculados à educação superior no âmbito dos respectivos estados e do Distrito Federal.

No parágrafo único do art. 27, é reafirmado que o conselho estadual de educação de cada estado é o órgão normativo do sistema de ensino correspondente e que, portanto, é responsável pela definição das normas aplicáveis às referidas instituições de educação superior, especialmente quanto à função regulatória, excetuando-se os cursos e programas de pós-graduação e a modalidade de educação a distância, estes regulados por normas federais. O que está explicitado nessa seção, procurando com isso calar a resistência de algumas IEES influentes, mina definitivamente a possibilidade da construção de um sistema nacional de educação que articule todos os níveis de ensino e defina meios de colaboração entre estados, em prol de uma educação de qualidade socialmente referenciada. O vago aceno, contido no art. 29, de que a União *poderá participar* do financiamento das IEES e IMES, provavelmente nunca se concretizará, tendo em conta o financiamento precário apresentado para as próprias IFES no anteprojeto.

Desse modo, possivelmente, as grandes e mais antigas IEES, como a USP, UNICAMP e UNESP, terão meios para contraporem-se a decisões arbitrárias ou, mesmo, incorretas frente aos objetivos mais amplos da educação, mas é previsível que a maioria das instituições se encontrará em situação fragilizada, com respeito ao respectivo CEE, especialmente as IEES e IMES mais novas, nos estados menos abastados. Projeta-se, assim, para tais instituições um aprofundamento de suas condições, atualmente, bastante precárias de funcionamento. Além disso, é previsível que os diversos sistemas estaduais, presencialmente já diversificadas, acabem por divergir totalmente, cristalizando ensino de melhor qualidade para os mais ricos e escalões para os mais pobres.

Alguns perigos contidos nessa 2ª versão do anteprojeto podem ser apontados de imediato: as Disposições Gerais são absolutamente genéricas em alguns aspectos, especialmente no que concerne a que sejam garantidas condições adequadas de funcionamento, enquanto são específicas e mandatórias com respeito a outros.

Assim, ao mesmo tempo em que nem são mencionadas, mesmo de modo genérico, condições de financiamento das IES, em particular como proporção do PIB ou do PIB/ per capita, exigem-se de todas as IES a construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de duração indeterminada nessa 2ª versão, que constitui "termo de compromisso com o Poder Público, observados os dispositivos regulatórios". Vale ressaltar que, de modo estranho, os termos da Constituição Federal "gratuidade do *ensino* público em estabelecimentos oficiais" são citados *apenas para as IFES*, no capítulo III.

Levantamento feito junto às IEES pelo ANDES-SN mostra que o financiamento, inegavelmente insuficiente, é parcialmente responsável pela busca de alternativas privatizantes, incentivando a explosão de cursos pagos verificada nos sistemas estaduais. Por outro lado, em quase todos os estados, houve, e ainda há, forte pressão dos executivos estaduais sobre as respectivas IEES pela ampliação da oferta de vagas, muitas vezes como meio de credenciamento positivo frente ao eleitorado. As conseqüências dessa situação são visíveis: houve clara perda de qualidade da educação superior em alguns estados, enquanto outros já de início instalaram *universidades* que não têm condições de, efetivamente, organizarem sua pesquisa, vendo, por outro lado, nas atividades de extensão um simples meio de subsidiarem seus parcos recursos.

Em tal contexto, e conhecendo a composição da maioria dos CEE, é alta a probabilidade de que, além de serem tomadas medidas que resultarão em maior precariedade do funcionamento de IEES e IMES, sejam legalizadas as situações que, atualmente, inclusive por causa da cobrança de taxas e contribuições, se encontram na semiclandestinidade frente à legislação vigente. Tal fato contribuirá decisivamente para a descaracterização da educação superior pública. A abertura escancarada para a educação a distância, contida nos arts 5º e 6º, com grande chance, pode resultar na tentativa de produzir, em especial nos estados, educação mais barata, de qualidade questionável, massificada e uniformizadora que em nada contribuirá para que a nação usufrua de modo construtivo de sua diversidade regional, étnica e cultural.

Brasília, junho de 2005

[1] Dias, José Augusto. Ensino a distância para que? São Paulo/SP, maio de 2005, mimeo.

[2] Minto, C. A. e Silva, M. A. da. Treinamento travestido de formação de nível superior. In: Revista Universidade e Sociedade, ANDES Sindicato Nacional, Brasília/DF, 2001, p. 137-140.

[3] http://www.furg.br/furg/prestacaocontas/relatorio_gestao_2004/3.htm#3.2 - acessado em 23 de junho de 2005.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 464 • 25 de julho de 2005

Jurídico do Andes-SN analisa aprovação da PEC Paralela
Página 3

Consuni adia votação de licenciaturas a distância
Páginas 4 e 5

CEG aprova o edital do Vestibular 2006
Página 5

Movimentos sociais querem expansão de vagas públicas
Página 9

Agenda Sindical

Até 15/8 - Rodada de assembléias gerais para apreciação do indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto

17/8 - Marcha contra a corrupção, as reformas e a política econômica do governo Lula
Brasília (DF)

18/8 - Encontro Nacional da Conlutas
Brasília (DF)

19/8 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

20 e 21/8 - Conad Extraordinário
Brasília (DF) - com o tema: "Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei do Andes-SN sobre a educação superior"

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

MESA DE ABERTURA DO CONAD DE FORTALEZA

Docentes vão lutar contra a reforma universitária com seu próprio projeto

O 50º Conselho Nacional do Andes-SN, reunido em Fortaleza (CE), aprovou a elaboração de um substitutivo global à reforma universitária do governo Lula. Em um Conad Extraordinário, nos dias 20 e 21 de agosto, em Brasília, o movimento docente definirá o texto final do substitutivo

Páginas 6 a 8

Nacional

Governo reserva R$ 710 milhões para servidores do Judiciário

Integrantes do Judiciário terão reajuste considerável, enquanto servidores públicos receberam proposta de 0,1%

O mesmo governo que alega não ter verba disponível para o reajuste salarial dos servidores público federais, disponibilizará R$ 710,099 milhões, em 2006, para aumentar os salários de integrantes do Judiciário. Enquanto isso, não apresentou nenhuma proposta de política salarial para os servidores federais, além do irrisório reajuste de 0,1%.

O elevado valor, que será destinado ao reajuste salarial no Judiciário, ficou estabelecido após o Senado Federal aprovar, no início do mês, o aumento para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que recebiam R$ 19,1 mil e passarão a ganhar R$ 21,5 mil. O reajuste ainda será retroativo a 1º de janeiro de 2005.

O projeto de lei aprovado (4651/04) também prevê aumento no salário dos magistrados para R$ 24,5 mil a partir do primeiro dia de 2006. Na justificativa do projeto, o STF afirma que a despesa está dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere aos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário.

Procuradores também terão reajuste

O Senado também aprovou este mês o projeto 4.652/094, de autoria do Ministério Público, que eleva dos atuais R$ 12,8 mil para R$ 21,5 mil a remuneração mensal de procurador-geral da República. Assim como os ministros do STF, os procuradores passarão a receber R$ 24,5 mil a partir de 1° de janeiro de 2006 e o reajuste também será retroativo a janeiro de 2005.

O valor dos vencimentos dos ministros do STF, estipulado por lei, é uma exigência constitucional introduzida pela reforma da Previdência de 2003 e serve de teto para os salários do funcionalismo público. O impacto bruto do reajuste no Orçamento do Judiciário está calculado em R$ 484,16 milhões. Em 2006, o valor subirá para R$ 710,099 milhões.

Congresso poderá determinar mais três reajustes

Outros três reajustes também estão em discussão. Apesar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter vetado os projetos de lei que aumentariam em 15% os salários dos servidores do Senado, Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU), três comissões mistas foram criadas para analisar o veto. O projeto alterava a remuneração dos servidores a partir de 1° de novembro de 2004.

Apesar do veto presidencial, a ministra Ellen Gracie, vice-presidente do STF, recebeu o pedido de reconsideração feito pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), no qual pedia que o Supremo determinasse ao Congresso Nacional a apreciação dos vetos na sessão conjunta que ocorreu no dia 5/7. Embora a liminar tenha sido indeferida pela ministra e, por conseqüência, tenha inviabilizado a inclusão dos vetos na pauta, o Supremo ainda analisará o mérito do mandado de segurança, o que significa que o processo terá prosseguimento no STF.

Militares também querem aumento

Após reunião com o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, para tratar da remuneração dos militares, o general Francisco Albuquerque informou, por meio de nota na página oficial do Exército, que "haverá paridade" (os militares da ativa, reformados e pensionistas recebendo o mesmo tratamento) e "o mesmo índice será aplicado para todos os postos e graduações".

A reunião, inconclusa, segundo a nota, contou com a presença dos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento e do Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; além dos comandantes da Marinha, almirante Roberto Carvalho, e da Aeronáutica, brigadeiro Luis Carlos Bueno.

O general Francisco Albuquerque ressaltou que manteve "firme posição" tanto em relação à paridade quanto à aplicação do mesmo índice para toda a tropa". A nota informa que Albuquerque considerou esses dois pontos "inegociáveis desde o início dos estudos". O general Albuquerque acrescentou, segundo o texto, que continua "a defender a proposta do Ministério da Defesa, que prevê reposição de 23%".

Internacional

Militares norte-americanos ampliam presença na América do Sul

Soldados gozam de imunidade total no Paraguai, onde já possuem base fixa

Artigo da jornalista Elaine Tavares, postado pela agência de notícias Adital (www.adital.org.br), no dia 14 de julho, chama a atenção para a movimentação de tropas norte-americanas na América do Sul. Segundo a articulista, a presença militar estadunidense no vizinho Paraguai não é uma novidade. "Desde 2002 foram realizadas 46 operações militares dos EUA em regiões importantes e estratégicas tais como San Pedro, Concepción, Alto Paraná e Boquerón. Nesta última eles construíram uma estrutura de base militar que conta com um dos maiores aeroportos da América do Sul, onde podem aterrizar aviões transportadores de tanques de guerra e maquinaria pesada, conforme denúncia feita por Orlando Castillo, integrante da ONG Servicio de Paz y Justicia. Esta será a primeira base fixa dos Estados Unidos no sul da América (já existe a de Manta, no Equador, ao norte, e a de Guantánamo, em Cuba) e seu significado é muito mais do que simbólico. É ocupação real de um espaço altamente estratégico para países como Brasil, Paraguai e Uruguai: a tríplice fronteira", ressalta.

A jornalista destaca que nesta região fica a maior hidrelétrica das Américas (Itaipu) e o Aqüífero Guarani, o maior reservatório de água doce do mundo. Além disso, há uma estratégica proximidade com a região da Bolívia onde ficam importantes reservas de gás e petróleo. Apesar das riquezas naturais disponíveis, o motivo oficial da presença norte-americana no local é o suposto terrorismo, ainda segundo o texto da jornalista. "E, então, para prevenir, eles vão ficar por ali. Já desembarcaram 400 *marines*, mas a previsão é de que o número chegue a 16.000. Assim, qualquer semelhança com o que se passa no Oriente Médio não é mera coincidência", conta.

À margem da lei

Para piorar este quadro, o Senado paraguaio aprovou uma lei - sem qualquer discussão popular - que dá imunidade total aos soldados dos Estados Unidos baseados no país. "Eles têm livre trânsito e permanência, podendo transportar armamentos e medicamentos para qualquer ponto do país. Com a lei, o Paraguai renuncia ao poder jurisdicional para investigar quaisquer delitos que venham a cometer os soldados estadunidenses".

Movimento Camponês rechaça presença de tropas dos EUA

Já uma notícia divulgada pelo Diário Vermelho (www.vermelho.org.br), em 21 de julho, diz que o Movimento Camponês Paraguaio rechaça "energicamente a presença de tropas norte-americanas no território paraguaio que goza de toda a imunidade e impunidade outorgado pelo governo nacional e o Congresso da Nação". O documento denuncia que "isso significa que o Paraguai vai ser utilizado como base militar e política dos Estados Unidos para a implementação da extensão do 'Plano Colômbia'".

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Jurídico do Andes-SN analisa nova legislação previdenciária

Mudanças ocorreram em função da Emenda Constitucional 47, aprovada no último 5 de julho

A Assessoria Jurídica do Andes-SN produziu, no início desse mês, uma nota técnica sobre o conjunto da legislação previdenciária do funcionalismo federal. O motivo foi a recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional nº 47. Antes conhecida como "PEC Paralela", pelo fato de ter iniciado sua tramitação ao lado da proposta de reforma da previdência do governo Lula, em 2003 (esta então aprovada como Emenda Constitucional nº 41), a emenda nº 47/05 minimiza alguns efeitos negativos daquela contra-reforma.

Os advogados do Sindicato Nacional destacam que a emenda nº 47/05 modificou alguns aspectos das regras de aposentadoria, "especificamente no que diz respeito à integralidade e à paridade" dos proventos. Além disso, com a nova emenda constitucional, foi criada uma quarta regra de transição, aplicável a todos os servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 (data de publicação da reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso).

A emenda aprovada exclui as parcelas de natureza indenizatória do teto de remuneração, o que influencia no cálculo da aposentadoria. Também cria a possibilidade de aposentadoria especial, na forma definida em lei complementar, para o servidor portador de deficiência, que exerça atividade de risco ou em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Outro detalhe é que a nova emenda institui faixa de isenção de contribuição previdenciária diferenciada para o servidor aposentado portador de doença incapacitante, que corresponderá ao dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social.

Situação dos servidores aposentados ou elegíveis

Para os servidores aposentados ou em condições de se aposentar quando da aprovação da Reforma da Previdência em 2003, a nova emenda assegura o direito à integralidade da remuneração no ato da aposentadoria e à paridade dos proventos com os servidores em atividade, incluindo os reajustes e aumentos salariais. Para os servidores nessas condições está mantida a contribuição previdenciária estabelecida na Emenda Constitucional 41/03.

Aposentados após a Reforma de 2003

Os servidores aposentados após a Emenda Constitucional 41/03, a partir de 1º de janeiro de 2004, terão seu regime de aposentadoria definido de acordo com a data de ingresso no serviço público. Para estes, a emenda estabelece três situações distintas.

Quem ingressou a partir de janeiro de 2004

Para os servidores que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2004, as regras são as da reforma de 2003. Só poderão se aposentar com a idade mínima de 60/55 anos de idade (homem/mulher), com 35/30 anos de contribuição (homem/mulher), com 10 anos de efetivo exercício no serviço público, cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria e ainda perdem a integralidade e a paridade, tendo seus proventos calculados e reajustados de acordo com as regras permanentes.

De acordo com o parágrafo 3º do art. 40 da CF, os proventos serão calculados a partir das remunerações que serviram de base de incidência das contribuições previdenciárias vertidas aos regimes Próprio (art. 40) e Geral (art. 201). O parágrafo 8º do artigo 40 prevê o reajustamento dos benefícios, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor, conforme critérios estabelecidos em lei (ainda não há previsão legal específica de revisão dos proventos concedidos nesse regime de aposentação). Já o parágrafo 17 do art. 40 da CF prevê a atualização de todos os valores de remuneração sobre os quais incidiram as contribuições previdenciárias.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 10.887/04, no cálculo dos proventos de aposentadoria, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que ele esteve vinculado: Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou regime próprio. Será levado em consideração 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, desde a competência de julho de 1994, ou desde o início da contribuição (caso esta seja posterior a julho de 1994).

Na situação desses servidores, é mantida a contribuição previdência e garantido o abono de permanência para os elegíveis.

Quem ingressou até 31 de dezembro de 2003

Para os servidores que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003, a aposentadoria será regida pelo artigo 6º da Emenda Constitucional 41/03. Neste caso, os servidores devem se aposentar com idade mínima de 60/55 anos de idade (H/M), 35/30 anos de contribuição (H/M), 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.

O art. 2º da nova emenda estende a todos os servidores aposentados na forma do art. 6º da Emenda 41/05 a paridade e a integralidade. Além disso, o art. 5º da nova emenda revoga o parágrafo único do art. 6º da Emenda 41/03, que estabelecia a paridade apenas mitigada para os servidores que se aposentassem após a Emenda 41/03.

Quem já era servidor até 1998

Os que ingressaram até 16 de dezembro de 1998 passam a ser regidos por duas regras. Uma prevista na Reforma de 2003 (Emenda 41) – extremamente desvantajosa, segundo a assesoria jurídica nacional – e outra introduzida pela nova emenda (Emenda 47/05).

Na regra estabelecida pelo artigo 2º da Emenda 41/3 (opção pelo art. 6º da EC 41/03 e pela regra geral do art. 40 da CF), vale a idade mínima de 53/48 anos (H/M), cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria, 35/30 anos de contribuição (H/M), e é estabelecido um pedágio (20%) e um redutor (3,5% ou de 5%). Neste caso, o servidor também perde o direito à integralidade e à paridade. Não há exigência para mínimo de permanência para os elegíveis e a contribuição previdenciária é mantida para os aposentados.

A regra do art. 3º da nova emenda (47/05) estabelece, para os servidores nesta situação, que estes poderão aposentar-se, desde que cumpridos os seguintes requisitos (além de optar pelas regras dos arts. 2º e 6º da EC 41/03 e do art. 40 da CF): 35/30 anos de contribuição (H/M), 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira, 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria. Para cada ano de contribuição que exceder ao limite de 35/30 anos, será diminuído um ano do limite de idade do art. 40 (60/55 anos), não há redutor no valor dos proventos. Os proventos, neste caso, são integrais e paritários.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Colegiados

Consuni adia votação sobre Licenciatura a distância

Faltou quórum para deliberação

O período de férias acadêmicas foi decisivo para o adiamento da votação de cursos a distância pelo Consuni de 14 de julho. A sessão não alcançou o quórum mínimo para deliberação sobre as licenciaturas (em Física e em Ciências Biológicas), assunto que deve ser o primeiro ponto de pauta da próxima reunião do colegiado, no próximo dia 28.

O número insuficiente de conselheiros para a tomada de decisões não impediu, porém, o debate sobre as licenciaturas a distância. A ponto de o reitor Aloísio Teixeira acrescentar que o tema já entrará em regime de votação no Consuni seguinte, se não houver objeção da maioria.

Antes da fase de discussão, foi lido o parecer da Comissão de Ensino e Títulos (CET) do colegiado que encaminhava favoravelmente à aprovação dos dois cursos a distância. O documento recomendava, ainda, a criação de uma comissão de acompanhamento e avaliação com a presença de representantes do CEG e das unidades envolvidas, além da produção regular de relatórios sobre o desenvolvimento dos cursos. Esses relatos serão produzidos pelos participantes dos cursos e enviados à comissão de acompanhamento e, posteriormente, para o próprio CEG.

O relato da CET, lido pela professora Belkis Valdman (representante do CT), fez um breve histórico do Cederj (Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro), criado em 2000, e a participação da UFRJ nele, a partir de 2003. A iniciativa, que congrega várias universidades públicas em 18 pólos espalhados pelo estado, hoje alcança 4,5 mil estudantes, sendo cerca de 800 vinculados à UFRJ, em cursos experimentalmente aprovados pelo CEG. O relatório também ressalta que o público atendido, na média, tem origem na rede pública de ensino, é composto predominantemente por estudantes trabalhadores e de baixa renda familiar. Um ponto que a professora destacou no relatório foi o fato de os cursos observarem práticas obrigatórias de ensino presencial. Ainda segundo o relato, os cursos de licenciatura propostos, que foram caracterizados como semipresenciais, foram discutidos e aprovados em todas as instâncias envolvidas da universidade.

O debate

Primeira a se inscrever para o debate, a própria professora Belkis contou que, em meados de maio, esteve num dos pólos do Cederj e ficou agradavelmente surpreendida pela qualidade da educação oferecida. Segundo ela, que se reuniu com alunos e tutores dos cursos separadamente, os testemunhos são os mais positivos possíveis.

Eliezer Barreiro (CCS) afirmou ter ficado muito feliz com a associação da UFRJ ao Cederj. Para ele, a iniciativa é marcante pela promoção de inclusão social em áreas empobrecidas do estado do Rio. O professor destacou também a utilização do ensino a distância "de forma selvagem" pelas instituições particulares, situação que deveria sofrer a oposição qualificada dos cursos oferecidos pelas universidades públicas.

Representante do CFCH e docente da Faculdade de Educação, Luiz Antônio Cunha disse apoiar os cursos a distância, mas cobrou vigilância sobre a iniciativa, que se desenvolve principalmente na área de formação de professores: "Já existem condenações por crimes médicos, mas quero ver quando vierem a existir por crimes pedagógicos. Aí os tribunais estarão lotados", comentou. Luiz Antônio gostou das recomendações da Comissão de Ensino e Títulos, mas solicitou a inclusão de representantes da Faculdade de Educação no acompanhamento dos cursos a distância.

Decana do CCMN, Ângela Rocha citou os baixos números da formação de professores dentro da rede estadual de ensino em áreas prioritárias como Física e Matemática. E o detalhe, segundo um estudo citado por ela, é que os poucos licenciados estão concentrados na capital. Por conta disso, Ângela também concordava com a formação de qualidade de professores no interior pela educação a distância: "Mas isso não elimina nossa responsabilidade. Estamos dando uma carta de crédito aqui. Mas temos de abrir a discussão sobre educação a distância na UFRJ", comentou.

Pedro Lagerblad (CCS) afirmou que "sempre foi muito preconceituoso" contra o ensino a distância, mas foi sendo convencido do contrário com o passar do tempo. Para ele, o número do público atendido é impressionante e a documentação acerca dos pólos revela uma infra-estrutura superior a dos cursos regulares de graduação da UFRJ.

Representante discente, Carlos Leal cobrou atenção dos conselheiros para a conjuntura em que os novos cursos a distância poderiam ser institucionalizados. De acordo com ele, não se poderia perder a relação com a reforma universitária do governo, cuja segunda versão privilegia esta modalidade de educação. O aluno demonstrou preocupação com possível e paulatina substituição dos cursos presenciais.

Outro conselheiro estudante, Pedro Martins observou que o debate não deveria ser apenas técnico. Para ele, o ensino a distância quebra o tripé que caracteriza a universidade de qualidade: ensino, pesquisa e extensão: "Pode ser um método conservador, mas temos muito a desenvolver no ensino presencial. Temos que pensar a universidade de forma mais ampla", disse.

O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, comentou que muitos alunos dos pólos do Cederj trocaram cursos de instituições particulares por uma opção que diziam ter qualidade. "Se nós não nos ocuparmos disso (educação a distância), as particulares vão fazer", alertou. O dirigente acrescentou que a reitoria poderia organizar visitas aos pólos para tirar as dúvidas dos conselheiros – a exemplo da realizada em 12 de maio, em Piraí. José Roberto também concordou com a presença da Faculdade de Educação em uma eventual comissão de acompanhamento dos cursos.

O reitor Aloísio Teixeira foi um dos que também se manifestaram a favor da iniciativa, embora dissesse não ter abandonado a posição de cautela. "Tenho acompanhado isso de perto e vejo que é um trabalho que vale a pena", comentou. Aloísio acrescentou que a UFRJ tem uma responsabilidade real: "Como conviver diante da escassez e das restrições de toda ordem?". Ele apoiou as recomendações da Comissão de Ensino e Títulos e a inclusão da Faculdade de Educação no acompanhamento acadêmico das licenciaturas a distância.

Outro representante dos estudantes, Bernardo Lima considerou que o Consuni concordar com esses cursos a distância seria como assinar embaixo de mais um ataque à universidade pública. Segundo ele, a aprovação de licenciaturas nesse tipo de modalidade pode representar um empecilho à implantação de cursos presenciais naquelas regiões: "É um princípio perigoso e até preconceituoso: de que a juventude de lá pode ter um ensino inferior", criticou.

Decano do CCS, João Ferreira afirmou que a grande tarefa da Educação é saber como lidar com esses novos instrumentos de ensino. Segundo ele, até porque a UFRJ a distância seria muito melhor que muitas outras instituições "de perto". O decano cobrou que a Faculdade de Educação não somente participasse, mas presidisse a comissão de acompanhamento das licenciaturas a distância.

Aumento de vagas

Depois de aprovada pelo CEG, foi levada ao conhecimento do Consuni a ampliação de vagas de vários cursos da UFRJ já para o próximo edital de vestibular: Licenciatura em Ciências Biológicas – noturno (de 40 para 48); Ciências Biológicas – modalidade Médica (35 para 42); Nutrição (36 para 40); Bacharelado em Ciências Biológicas, Microbiologia e Imunologia (de 35 para 40); Bacharelado em Educação Física – diurno (40 novas

Colegiados

CEG aprova o edital do vestibular 2006

Indefinição nas vagas oferecidas pela Escola de Música atrasa trabalhos da Comissão do Vestibular

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), reunido no dia 13/7, decidiu não reduzir as vagas oferecidas pela Escola de Música no vestibular. A unidade havia decidido, em sua congregação, retirar metade das vagas disponíveis para o concurso. Os conselheiros não concordaram com a proposta e as 52 vagas estão mantidas.

Apesar de não alterar o número de vagas, o colegiado concordou com o relatório da comissão acadêmica do CEG que indica a necessidade de modificação do edital do último concurso. De acordo com o texto anterior, todas as vagas da Escola de Música eram oferecidas como Licenciatura Instrumento.

Para solucionar o impasse, Joaquim Lopes Neto (CCMN) elaborou uma nova proposta cujo texto determina que serão abertas 52 vagas para Licenciatura em Música, sem nenhuma referência a Instrumento. Segundo a proposta, o candidato indicará qual a sua opção de instrumento no ato da inscrição no vestibular. O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, pôs em votação e a proposta foi aprovada.

A distribuição das 52 vagas também foi aprovada no CEG com pequenas alterações. O destaque significativo é o fato de o instrumento Trompete não oferecer nenhuma vaga em 2006. É o primeiro ano, desde que foi criada essa opção, que não há vagas para este instrumento.

CEG aprova edital do vestibular

A situação da Escola de Música já preenche o tempo das discussões do colegiado há três plenárias, devido às divisões internas da unidade. A definição do número de vagas oferecidas e a distribuição das mesmas eram as últimas pendências antes da aprovação do edital do vestibular 2006 (os conselheiros aprovaram o edital por unanimidade). Até esse momento, a comissão de vestibular da UFRJ estava impossibilitada de confeccionar os editais.

O conselho também deliberou que fica a cargo da comissão alterar a ordem da nomenclatura dos cursos (Bacharelado/Educação Física ou Educação Física/Bacharelado, por exemplo) para que haja uma redução na grande quantidade de equívocos cometidos pelos candidatos.

Recesso do CEG

Ainda na plenária do último dia 13, o CEG aprovou, por unanimidade, a proposta do edital de bolsas de iniciação artística e cultural. Também foi aprovada, com a totalidade dos votos, a permissão para a pró-reitoria providenciar a contratação de professores substitutos da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Facc). A sessão foi a última do CEG antes de um recesso de quinze dias. A próxima reunião do conselho ocorrerá na primeira semana de agosto.

Pós-graduação forte na Odontologia

O Conselho de Ensino para Graduados de 15 de julho aprovou o processo de incorporação pelo programa de Ortodontia (que possui mestrado e doutorado) de outros dois programas daquela área: Periodontia e Odontopediatria (que ofereciam apenas o mestrado). Essa era uma recomendação da Capes e a negociação entre os programas contou com a intermediação do próprio CEPG.

Continuação da página ao lado

vagas); Licenciatura em Ciências Biológicas em Macaé (25 novas vagas).

Cursos novos

Foi criado o curso de graduação de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Embora vinculado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), o curso terá caráter multidisciplinar. Aprovado em todas as instâncias envolvidas no mérito, a iniciativa teve como principal dificuldade apontada a reduzida disponibilidade de salas de aula no *campus* da Praia Vermelha. Mas os conselheiros levaram em conta a construção de três novos módulos de salas naquela área, cujas obras do primeiro estão previstas para se encerrar em junho do ano que vem. Também foi aprovado o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas – modalidade Biofísica, de responsabilidade do Instituto de Ciências Biomédicas.

Edital da FUJB

O pró-reitor José Roberto Meyer anunciou um edital da Fundação Universitária José Bonifácio que destina o valor de R$ 200 mil para edição de livros didáticos. O documento pode ser encontrado na página www.fujb.ufrj.br.

Bandejão

O representante discente Bernardo Lima cobrou informes atualizados sobre a construção do restaurante universitário da universidade. O aluno comentou que o assunto é cercado de grande expectativa pela comunidade acadêmica.

Sindicância na ECO

Os estudantes solicitaram que fosse incluído como ponto de pauta o debate sobre a Escola de Comunicação (ECO). O reitor Aloísio Teixeira pediu paciência aos conselheiros, uma vez que a comissão de sindicância instituída para apurar supostas irregularidades naquela unidade já havia encerrado os trabalhos e seu relatório foi encaminhado para a Procuradoria da UFRJ alguns dias antes da reunião de 14 de julho. "O Consuni deveria esperar para debater o relatório final da comissão", afirmou, o que foi acatado pela bancada discente.

Aprovada mudança de nome de curso

O curso de graduação de Microbiologia e Imunologia teve seu nome alterado para Bacharelado em Ciências Biológicas, Microbiologia e Imunologia para atendimento das normas do conselho profissional da área e pleno exercício profissional dos egressos do curso.

Sem sessão especial

Por falta do quórum qualificado para iniciar a sessão especial do Consuni, marcada para 12h30 do próprio dia 14, não entrou em debate a criação do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé (Nupem) como órgão suplementar do Centro de Ciências da Saúde.

Resenha

Resultados da Comissão de sindicância na ECO

O resultado da sindicância instaurada na ECO foi entregue ao reitor Aloísio Teixeira no último dia 12, mas só será divulgado na próxima reunião do Consuni, dia 28. Já o trabalho da comissão acadêmica, que investiga denúncias dos alunos, não está inspirando confiança nos discentes, que alegam não estar sendo convocados para as reuniões. *(Folha Dirigida 19/7)*

Fasubra adia paralisação para agosto

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) decidiu no último dia 18 adiar o indicativo de paralisação nacional. A categoria reivindica do governo federal o investimento dos R$ 250 milhões previstos pela lei que instituiu seu plano de carreira. Até o dia 12 de agosto, a Fasubra espera que o MEC libere este dinheiro. *(Folha Dirigida* 18/7)

Servidores do MinC põem fim à greve de 3 meses

Os servidores do Ministério da Cultura puseram fim à greve e aceitaram a proposta de gratificação salarial do governo, que entrará em vigor em janeiro de 2006. O acordo prevê aumento de 76,34% para servidores de nível superior, de 55,15% para os de intermediário e de 49,46% para os de auxiliar além de proposta para a liberação de mais 212 vagas para concurso. *(O Glo bo, 13/7)*

Fracasso do Brasil Alfabetizado

As metas do programa Brasil Alfabetizado, do MEC, cujo objetivo é alfabetizar pessoas acima de 15 anos, estão muito longe de ser alcançadas. Apenas 1.022 dos 5.563 municípios brasileiros se cadastraram. Apesar do fracasso, o MEC comemora a triplicação de cidades cadastradas em relação a 2004 (1,7 milhão de brasileiros em 308 municípios). Este ano espera alfabetizar 2,2 milhões de pessoas. *(Folha Dirigida*, 8/7)

Andes-SN

Conad aprova elaboração de substitutivo à reforma universitária de Lula

Em Fortaleza, professores reafirmam universidade autônoma, pública e gratuita e querem lutar contra projeto do governo no Congresso Nacional

Reunidos na capital cearense, os representantes das seções sindicais do Andes-SN aprovaram a apresentação ao Congresso Nacional de um substitutivo global ao Projeto de Lei da Educação Superior que o governo federal deve encaminhar no início do próximo semestre. O 50º Conselho Nacional das Seções Sindicais (Conad) aconteceu nos dias 15 a 17 de julho, na cidade de Fortaleza (CE) e reuniu 56 delegados e 36 observadores.

O Conad aprovou também a participação do Andes-SN na Marcha a Brasília convocada pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), no dia 17 de agosto. No dia 18, o Sindicato e as seções sindicais participarão, também na capital federal, do 3º Encontro da Conlutas.

No dia 19, os representantes das seções sindicais das universidades federais se reúnem no Setor das Ifes para deliberar sobre o indicativo de greve nacional dos docentes aprovado no Conad para a segunda quinzena de agosto. A greve dos docentes das federais terá como bandeiras de luta a valorização do trabalho docente e defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada, contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as Ifes.

A greve tem como um dos pontos de pauta a luta por um reajuste emergencial de 18% como parte da recomposição salarial e a incorporação da GED e da GAE com equiparação pelos seus valore mais altos, com paridade e isonomia.

Docentes reafirmam projeto de universidade pública

No Conad de Fortaleza, os delegados das seções sindicais reafirmaram o projeto do Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira. A idéia do substitutivo, aprovada no Conad, busca estabelecer um novo instrumento de luta diante da iminência da apresentação do projeto de reforma universitária do governo ao Congresso Nacional no mês de agosto. O projeto de lei do Andes-SN deverá contemplar os eixos, princípios, concepções e propostas para a educação superior já deliberados nos últimos Congressos da entidade.

Fotos: Manuella Soares

MESA DA PLENÁRIA DO TEMA I

GRUPO MISTO

Desta forma, o sindicato dos docentes propõe o reestabelecimento do diálogo entre movimentos sociais, populares e entidades ligadas à educação com o propósito de barrar a reforma privatizante e apresentar como alternativa um projeto que, em seu *caput*, reafirme a autoregulamentação da autonomia universitária disposta no artigo 207 da Constituição Federal.

A apresentação de um projeto de lei ao parlamento elaborado pelo Sindicato ou com a sua participação não é novidade. Em 1989, o Andes-SN participou da elaboração do primeiro substitutivo ao Projeto de Lei de Diretrizes e Bases, apresentado pelo então deputado Jorge Hage, que incorporou 13 projetos parlamentares e as discussões realizadas nas audiências públicas que envolveram os movimentos do campo da educação.

Em fevereiro de 1998, o deputado federal Ivan Valente (PT/SP), protocolou o Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, cuja elaboração teve a participação expressiva do Andes-SN junto aos demais movimentos aglutinados no FNDEP. O PNE da Sociedade acabou sendo substituído por uma versão governista que rebaixava o investimento proposto para a educação pública de 10% para 7% do PIB em dez anos. A versão governista foi aprovada em 2001, na Lei 10.172, e editada pelo próprio ex-presidente Henrique Cardoso com vetos ao percentual de financiamento da educação.

Proposta do Andes-SN deve ser discutida e deliberada pelas assembléias locais

O compromisso do Estado com a Educação Superior pública e gratuita também faz parte do projeto do Sindicato. O projeto de substitutivo deverá ser encaminhado para apreciação das assembléias das seções sindicais, que também avaliarão a pertinência ou não do envio do texto em forma de Projeto de Lei para o Congresso e sua apresentação para a sociedade brasileira. Em um Conad Extraordinário, o movimento docente decidirá sobre o texto final do substitutivo e sua forma de utilização junto ao parlamento e à sociedade.

O Conad para apreciação do substitutivo acontece nos dias 20 e 21 de agosto, em Brasília

Na apresentação do texto de resolução que propunha a elaboração do Projeto de Lei do Sindicato, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, expôs o entendimento da direção da entidade. "Construímos aqui, em meio a muita polêmica, a muita franqueza na discussão, um caminho tático para nos apresentarmos na nova arena de luta (Congresso). Para dizermos em alto e bom som que há um setor do movimento que está disposto a aglutinar mais uma vez todos aqueles que querem lutar contra o projeto privatizante do governo Lula da Silva. Vamos nos apresentar para a sociedade e para o parlamento a partir do enriquecimento e do fortalecimento dessa discussão nas nossas assembléias de base".

Segundo Marina, o Andes-SN fez uma discussão importante sobre os instrumentos de privatização das instituições públicas e foi capaz de reconhecer os limites dessa luta, encontrando na apresentação do projeto de lei a possibilidade de recuperar as lacunas preenchidas com as ações que o governo federal já implementou em vários dispositivos de sua reforma universitária. De acordo com a presidente do Sindicato, o novo sistema de avaliação (Sinaes), a Lei de Inovação Teconológica e as Parcerias Publico-Privadas (expressas nas ações e atividades das fundações de apoio universitárias) podem ser revertidos na luta pelo Projeto de Lei do Andes-SN.

Andes-SN critica acomodação dos movimentos

Diretoria nacional conclama trabalhadores a romperem com governo Lula

Na plenária Inicial do 50º Conad, foram apresentadas as teses da diretoria, seções sindicais e de docentes para a análise da conjuntura. Na maioria quase absoluta das intervenções do plenário do Conad, o governo Lula, seu ministério e aliados não foram poupados. A exposição da corrupção envolvendo setores da iniciativa privada, do Congresso Nacional e das estatais foi o mote para a avaliação do desastre das políticas econômica e social de caráter neoliberal iniciadas no governo Collor de Melo, intensificadas por Henrique Cardoso e aprofundadas por Lula da Silva.

Na análise de conjuntura apresentada pela diretoria do Sindicato Nacional, o elemento novo, nas palavras da presidente Marina Barbosa, é mesmo a "crise política que se abate sobre o governo Lula." Essa crise, segundo a diretoria do Andes-SN, é explicitada na medida em que se torna escancarada a relação corrupta do governo com as instituições do país. "Na nossa opinião, a corrupção é a aparência de um fenômeno, é uma expressão do assalto ao fundo público, do fisiologismo como método político do governo, da compra de votos como a tática consolidada para aprovar uma série de medidas que destróem os direitos da classe trabalhadora", afirmou Marina, durante a apresentação da contribuição da diretoria nacional para os debates durante o evento.

Na análise do Andes-SN, os escândalos de corrupção que envolvem um governo que se elegeu com o voto da mudança desnudam os instrumentos utilizados pelo sistema capitalista para garantir influência e controle sobre economias dependentes como o Brasil. Esse aparato de corrupção explica a aprovação de medidas contrárias aos cidadãos, como aquelas que envolvem a Lei de Patentes, a Lei da Inovação Tecnológica, a Reforma da Previdência Social, as Parcerias Público-Privada, além das reformas universitária, sindical e trabalhista em curso.

> "Na nossa opinião, a corrupção é a aparência de um fenômeno, é uma expressão do assalto ao fundo público, do fisiologismo como método político do governo, da compra de votos como a tática consolidada para aprovar uma série de medidas que destróem os direitos da classe trabalhadora"

Na plenária, Marina Barbosa chamou a atenção para a blindagem imposta na política econômica do país e para isso o governo estaria dando uma guinada à direita, realizando uma recomposição ministerial, "uma no sentido de cooptar e dar uma satisfação para os movimentos de que 'eu (governo Lula) sou o seu governo' e 'vocês (direções dos movimentos) são o meu', outra ampliando a base do PMDB dentro dos ministérios".

Ao longo e ao final da apresentação da tese da diretoria, a presidente do Sindicato conclamou ao fortalecimento da unidade das categorias em luta e convocou os movimentos sociais a romperem com o governo Lula para fortalecer a trincheira da autonomia, da combatividade e do classismo.

Professores das fundações municipais

Docentes da Seção Sindical dos Professores Universitários de Gurupi (GO) apresentaram um texto de contribuição no qual reivindicam a formação do setor das Fundações Municipais de Ensino Superior como mais uma instância do Sindicato Nacional. "Nós somos professores de ensino superior, estamos no Andes-SN e queremos reivindicar o direito de sermos incluídos como um setor específico que tem problemas peculiares nos seus locais de trabalho. Temos que nos relacionar com o poder municipal e ao mesmo tempo com a cobrança de mensalidade, com a visão que se tem sobre Público e Privado. Ora somos vistos como parte de uma instituição privada, ora como uma instituição pública". Essa confusão, de acordo com a tese dos docentes da Apug-SSind, cresceu muito nos anos 1990, quando os governos passaram a distinguir fundações públicas, gratuitas, mas de direito privado. O processo de interiorização do ensino superior promovido por governos estaduais e federal introduziu este novo tipo de estabelecimento, caracterizado pela tese apresentada como "o elo da política de privatização do ensino que conseguiu produzir um complexo emaranhado de instituições atuantes no setor, indo das públicas das três esferas (União, estados e municípios) até a iniciativa privada", que se subdividiram em: privada strito sensu (as que se mantém mercantilmente com capital privado) e as que funcionam como autarquias fundacionais, que recebem tanto recursos privados quanto públicos através de contratos, convênios ou cobranças de serviços.

Na análise dos professores da Apug, seria necessário estabelecer bandeiras específicas para os docentes deste tipo de instituição. "No Brasil, existem muitos municípios, como em Tocantins, que possuem fundações de ensino superior". Só no estado de Goiás, funcionam oito fundações municipais de ensino. Os professores não apresentaram para deliberação no 50º Conad, no entanto, nenhum texto de resolução sobre o tema.

Andes-SN

Principais deliberações do Conad de Fortaleza

No 50º Conad, o movimento docente deliberou que as ações do Andes-SN para o próximo período devem estar centradas em três eixos: Agenda para a Educação Superior Pública e Gratuita; Mobilizações; e combate as medidas que impedem um projeto transformador para a universidade pública.

Para isso, o Andes-SN deverá ampliar o debate sobre Educação com a sociedade brasileira a partir da Agenda e o diálogo sobre a mesma com os movimentos sociais, entidades sindicais, científicas, profissionais e estudantes da educação básica e demais segmentos.

Quanto às mobilizações, o Sindicato dará continuidade às ações junto à Frente Parlamentar e Movimentos Sociais em Defesa da Escola Pública, intensificará o debate no âmbito do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e assumirá o calendário de lutas unificado construído pelas entidades: Fórum de DCEs, Conlute, Conlutas, Fortalecer a Luta, MST e demais movimentos.

Na luta em defesa do projeto transformador de universidade pública, o Conad aprovou o combate contra a resolução do Conselho Nacional de Educação, de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia. O Sinaes/Enad deve ser denunciado por não avaliar o trabalho acadêmico e legitimar as instituições mercantis.

Foi aprovada a luta contra a utilização indevida de bolsas para aposentados, como uma das formas de precarização do trabalho docente nas universidades públicas. Por decisão do Conselho, ainda, a assessoria jurídica do Andes-SN fará um estudo das condições de trabalho de docentes aposentados nas universidades públicas que será remetido para apreciação das seções sindicais e futura deliberação sobre o tema nos próximos eventos do sindicato.

Estaduais

Neste Conad, os docentes aprovaram a realização do 3º Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Ensino Superior. As secretarias regionais e seções sindicais devem promover reuniões, debates e seminários sobre as reformas sindical, universitária e trabalhista e a situação das estaduais nesses contextos.

Particulares

O Conad também aprovou a realização do 1º Encontro Nacional das Instituições Particulares de Ensino, nos dias 14 a 16 de outubro em Brasília. O objetivo é tratar da política de expansão do Sindicato neste setor. Foi aprovado um mecanismo que permitirá ao Sindicato financiar a participação de docentes das instituições particulares que não tenham seção sindical organizada no Encontro de Brasília.

O Conselho recomenda ainda ao Andes-SN que acompanhe as negociações das campanhas salariais nestas instituições. Que seja denunciada em todos os eventos a recusa do MEC em receber o Sindicato para uma audiência específica sobre as Ipes.

Federais

Uma das resoluções aprovadas que acrescenta ações ao Plano de Lutas do Setor das IFES é a deliberação de dar ampla publicidade ao fato de o governo estar protelando as negociações. O Andes-SN e as seções sindicais deverão trabalhar a pauta da campanha salarial nos conselhos universitários e no Congresso Nacional.

Novo Grupo de Trabalho

Identificando a luta contra as fundações de apoio universitárias como estratégica para barrar a privatização nas universidades públicas, foi criado o Grupo de Trabalho Fundações, com o objetivo de realizar um diagnóstico nacional da situação das fundações e colaborar na construção de uma estratégia nacional para enfrentar a privatização promovida por esses organismos internos.

Educação a Distância

O Conad aprovou ainda posição contrária a emissão de diplomas de graduação, pós-gradução (mestrado e doutorado) a distância. Na avaliação do Sindicato esta modalidade não atende à formação humana e profissional nas universidades.

Greve dos docentes das federais em agosto

O Conad de Fortaleza aprovou um indicativo de greve dos docentes das universidades federais para a segunda quinzena de agosto. A greve indicada tem como pauta:

- Reajuste emergencial de 18% como parte da recomposição salarial.
- Incorporação da GED e da GAE com equiparação pelos seus valores mais altos, com paridade e isonomia.
- Retomada dos anuênios
- Implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado.
- Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFEs, envolvendo o MEC, Andes-SN e o Sinasefe, com definição de um calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso Nacional do Andes-SN.
- Realização de concursos públicos para a reposição de todas as vagas nas IFEs

Jurídico

Ação do Ministério Público Federal impede cobrança de curso lato sensu

Universidade de Pelotas recorre da decisão do Supremo

A Universidade Federal de Pelotas ajuizou a Ação Cautelar 863 com pedido de liminar, no Supremo Tribunal Federal, contra recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal. O MPF pretende impedir que a entidade cobre taxa de matrícula e mensalidade nos cursos de pós-graduação lato sensu.

De acordo com a ação, o MPF requereu, por meio de ação civil pública, que fosse declarada a impossibilidade de cobrança direta de mensalidade dos estudantes da pós-graduação, por se tratar de instituição pública de ensino, razão pela qual a universidade "deveria reger-se pela regra da gratuidade", conforme o artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal. O apelo teria sido admitido.

Segundo os advogados que representam a Ufpel, no recurso extraordinário contestado, sustenta-se que os cursos de pós-graduação lato sensu, que se caracterizam como especializações, não são alcançados pela regra da gratuidade, uma vez que os cursos de especialização concedem certificados, mas não conferem graus acadêmicos, enquanto a graduação é direito comum a todos, independentemente do ramo do conhecimento em que esteja o indivíduo. Entretanto, a defesa argumenta que as especializações feitas após a formação superior atendem a necessidades e objetivos pessoais e não se configuram como atividades de ensino regular, como é o caso da pós-graduação stricto sensu, isto é, mestrado e doutorado.

Para a defesa da Ufpel, a garantia da autonomia universitária de que trata o artigo 207 da Carta Magna estaria, através da tese do MPF, frontalmente violada. De acordo com a entidade, impor às instituições públicas de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação lato sensu gratuitos resultaria na subtração de recursos públicos que deveriam se destinar ao custeio das funções essenciais da universidade, como por exemplo, cursos de graduação, mestrado e doutorado. Além disso, a defesa alega que, ao contrário do que afirma o MPF, o Ministério da Educação não reconhece a inserção dos cursos de pós-graduação na esfera da gratuidade.

Fonte: MPF

Andes-SN

Movimentos sociais querem expansão das vagas públicas

Entidades querem democratização do acesso ao ensino superior pelas instituições públicas

Manuella Soares

UMA DAS COORDENADORA DO GT, MARIA INÊS, E OS PALESTRANTES COGGIOLA, CERES E JUPIARA

Desde o seu 24º Congresso Nacional, realizado em fevereiro de 2004, em Salvador (BA), o Andes-SN vem aprofundando o debate sobre a adoção de políticas de ação afirmativa para grupos étnicos e sociais. Antecedendo à abertura do 50º Conad, em Fortaleza, o Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe se reuniu nos dias 14 e 15, e como resultado de suas atividades indicou à diretoria do Sindicato e às seções sindicais a reativação dos grupos locais de EGC. Na avaliação dos participantes, a reativação do trabalho nacional e das atividades locais relativas ao tema deve ser ampliada em função da implementação de reservas por parâmetros étnicos ou de perfil de renda em diversas instituições de ensino superior.

As resoluções do grupo foram tomadas após o debate com os palestrantes do painel "Universalização da Educação Superior no Brasil: direitos sociais, políticas públicas e ações afirmativas". Participaram do evento o diretor Osvaldo Coggiola e as convidadas Jupiara Castro, técnica-administrativa da USP e militante do Movimento Negro Unificado, e Ceres Marisa Silva dos Santos, do Centro de Estudos Afros da Federal da Bahia.

Para Ceres Marisa, as políticas de ação afirmativa implementadas até o momento estão limitadas à gestão das reservas de vagas. Segundo a estudiosa, há no Brasil uma distorção do que seriam ações afirmativas de inclusão de grupos sociais e étnicos. Para Ceres, o que garante as políticas afirmativas são os recursos destinados a sua plena efetivação. Recursos que, na sua avaliação, deveriam garantir, no caso das políticas de democratização do acesso às universidades, bolsas estudantis e ações para garantia da permanência dos estudantes oriundos destas ações, aumento das vagas públicas, cursos noturnos e qualificação do corpo docente. "O que garante a política são os recursos", afirmou.

Jupiara Castro ressaltou a importância dos movimentos sociais no processo de democratização da universidade pública e disse que uma grande parte do movimento negro não concorda com a expansão através de programas privatistas como o ProUni. "Queremos o acesso à universidade pública". Jupiara diz que dirigiu sua militância para a universidade e criou, junto com outros colegas, um núcleo de técnico-administrativos para discutir essa temática na USP. A ativista considera que as políticas implementadas pelas instituições a partir da reforma universitária do governo não incluem as comunidades negras e de baixa renda. "Essas políticas de ação afirmativa são para os privilegiados. As crianças pobres e negras não conseguem disputar as vagas", comentou.

Jupiara considera que as ações afirmativas para as universidades públicas devem ser inseridas num debate sobre "a transformação da sociedade e o respeito às diferenças étnico-raciais". A militante reclamou também da falta de produção de conhecimento na universidade sobre afrodescendência e a origem dos povos africanos e a história de sua inserção no país. "A população negra não tem oportunidade de fato. Hoje somos o maior exército de desempregados do país, as nossas crianças saem para o trabalho com pouca idade, elas não se desenvolvem intelectualmente ainda por conta da subalimentação".

Na opinião de Jupiara, o grande debate em torno do tema é a política de cotas que, para ela, mexe com os interesses hegemônicos. Defendendo as ações afirmativas, Jupiara considera que a política de cotas é uma possibilidade para que a sociedade entenda o programa do MNU, que não se resume às reservas. "Nossa proposta é muito mais ampla. Queremos abertura de concurso público, financiamento público para as universidades públicas, cursos noturnos, monitoria para o suporte à formação dos estudantes negros, inclusão do ensino sobre o continente africano nos currículos dos cursos universitários, capacitação docente para a questão étnica e uma nova perspectiva para a formação dos profissionais".

Representando o Andes-SN, Osvaldo Coggiola fez um histórico da implementação de políticas afirmativas na América Latina e ressaltou a necessidade da defesa da ampliação das vagas públicas como a única forma de não deixar que as ações afirmativas tornem-se políticas sem conseqüências para o processo de alteração da realidade social de exclusão de classe e de grupos étnicos. Segundo Coggiola, o Andes-SN amadureceu o seu entendimento sobre o tema ao longo dos dois últimos anos e reconhece que hoje não se trata de discutir a pertinência da adoção de cotas étnicas ou de classe para a democratização do acesso às universidades. "As cotas já são uma realidade, trata-se de como elas estão sendo implementadas, através da compra de vagas do sistema privado, por exemplo", questionou, referindo-se ao Programa Universidade para Todos.

Para o professor, o mérito das ações deve estar na base das políticas afirmativas que não podem ser desenvolvidas sem estar associadas a uma política de expansão das vagas públicas nas universidades públicas. Para Coggiola, a associação da adoção de reservas com o aumento das vagas nas universidades públicas pode garantir um processo de democratização do acesso que aponte para a universalização do ensino.

Andes-SN

Carta de Fortaleza

Os docentes das Instituições de Ensino Superior reuniram-se em Fortaleza, de 15 a 17 de julho de 2005, no 50° CONAD do ANDES-SN. 56 delegados e 136 observadores refletiram detidamente sobre a conjuntura internacional e especialmente sobre a grave crise na conjuntura nacional, de modo a desenvolver as ações mais adequadas para intervir na realidade social.

Constataram que o cenário mundial evidencia a continuidade das ações criminosas do capital contra os trabalhadores e as populações militarmente dominadas. Continuam as agressões que segregam os palestinos, destroem o Iraque e dizimam milhões de africanos, ações imperialistas de longa data que eliminam inúmeras comunidades transformadas em veios inesgotáveis de uma exploração desumana.

Na América Latina, tratada como "condomínio especial dos EUA", avança a implantação do controle por meio de bases militares e "acordos de cooperação", ontem na Colômbia e no Equador, hoje no Paraguai. O governo Chávez, tido como inimigo porque além de aliado de Cuba recusa-se a estar sob o manto dos EUA, sofre a ameaça da desestabilização financiada pelo capital americano. A Amazônia vai sendo, pouco a pouco, cercada e preparada para o controle ianque, com a aquiescência passiva da autoridade brasileira, tão pródiga em assumir uma política externa de interesse imperial quanto a política interna em subsumir a lógica do capital.

Na crise brasileira, o escândalo da corrupção desnuda os instrumentos utilizados pelo capital para garantir a influência e o controle sobre as economias subalternas e dependentes e a hegemonia das classes dominantes pelo tráfico de influência, a troca de favores e as concessões. Somente isto pode explicar a aprovação de medidas contrárias aos trabalhadores – envolvendo Patentes, Inovação Tecnológica, Previdência Social, PPP, sem esquecer as que estão sendo encaminhadas ao parlamento: a reforma sindical e trabalhista e a reforma universitária. Essa trajetória teve início com Collor de Mello, se acentua com FHC, e é aprofundada por Lula da Silva.

Os efeitos das denúncias de corrupção envolvem o governo, partidos e congressistas. Iniciadas pela direita, imobilizaram o governo e visam a torná-lo refém da sua própria estratégia de aliança com o capital. O governo inclina-se mais e mais contra os interesses populares ao aprofundar a política de cooptação e colaboração de classes, integrando de vez a Central Única dos Trabalhadores - CUT no governo com a nomeação de Luis Marinho como Ministro do Trabalho.

Manuella Soares

O SECRETÁRIO GERAL, MÁRCIO DE OLIVEIRA LÊ A CARTA DE FORTALEZA NA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Diversos movimentos sociais assinaram uma "Carta ao povo brasileiro: contra a desestabilização da política do governo e contra a corrupção, por mudanças na política econômica, pela prioridade aos direitos sociais". Esse documento não foi assinado pelo ANDES-SN porque defendemos intransigentemente a autonomia do movimento sindical e social em relação ao governo. O ANDES-SN tem clareza de que o projeto do governo faz parte integrante da aliança com o capital, sob o receituário do Fundo Monetário Internacional - FMI. Os que argumentam que há conspiração de direita contra Lula se esquecem de que o governo Lula não encabeça um projeto de mudança progressiva, mas de regressão social e histórica no Brasil.

São inaceitáveis um governo e um regime político dominados pela corrupção. O movimento docente envidará todos os esforços no combate a todas as propostas e procedimentos que aviltem a população e achincalhem a nação, defendendo um projeto democrático e de igualdade social para todos os trabalhadores brasileiros.

O 50° CONAD, com base nesta análise, atualizou o Plano de Lutas do sindicato aprovado no 24° CONGRESSO. Considerou extremamente grave o quadro da educação superior no Brasil e reiterou os seus eixos de luta para garantir o futuro da educação superior, o financiamento público, a democratização de acesso, a assistência estudantil, a regulamentação do setor privado, a autonomia e a gestão democrática, contidos na Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira.

Ciente da complexidade desse quadro e considerando ser importante responder a essa conjuntura, o 50° CONAD deliberou que o ANDES-SN reafirme o seu projeto de universidade pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, de modo a dialogar com os movimentos sociais, populares e entidades ligadas à educação no sentido de contraposição ao projeto privatizante do governo; que o ANDES-SN elabore um projeto de lei que contenha os eixos, princípios, concepções e as propostas para a educação superior, já discutidas e deliberadas nas instâncias do Sindicato; que o ANDES-SN encaminhe para as assembléias das seções sindicais a discussão do envio de PL para o Parlamento e a sociedade, a ser apreciado em CONAD Extraordinário a ser convocado pela diretoria. O 50º CONAD reafirmou o princípio básico do movimento docente de continuar trabalhando democraticamente no contraponto da proposta autoritária do governo.

O ANDES-SN deverá envidar todos os esforços buscando aglutinar as entidades, movimentos sociais e estudantis, para resistirem a essas ações do governo e para defenderem a universidade pública e um projeto emancipatório de educação para o país.

O 50° CONAD reconheceu e saudou a luta dos docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES. Em vários estados, a luta recrudesce firme e intransigente na defesa da universidade pública e gratuita. No estado de São Paulo, essa luta conseguiu obter mais recursos para a educação e para as universidades em especial. Na Bahia, há mais de 60 dias todas as instituições públicas estaduais de ensino superior estão em greve na luta por melhores condições de trabalho e por verbas para a universidade. A despeito de estarem com salários cortados, a luta não esmorece e a insensibilidade governamental será vencida. Essa firmeza e resistência dos docentes baianos é um exemplo de coragem na luta pela universidade pública e gratuita. No Ceará, a universidade estadual esteve em greve por 57 dias, com a intervenção policial, ameaças de demissões de dirigentes docentes e estudantis e inúmeros percalços. O resultado da resistência dos cearenses foi um salto qualitativo na organização de fóruns comuns de deliberações e ações conjuntas de docentes e estudantes. E a lição: para avançar é preciso lutar! Além de discutir essas experiências das quais o ANDES-SN partilhou e ajudou a construir, o CONAD aprovou a viabilização financeira do 2º Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Ensi-

Andes-SN

Manuella Soares

PLENÁRIA DO 50º CONAD DE FORTALEZA

no Superior que será fundamental para aprofundarmos questões como financiamento e autonomia universitária.

Para o setor das particulares, o 50° CONAD avaliou ser fundamental continuar a luta por melhores condições de salário e de trabalho e consolidar este setor no sindicato. O ANDES-SN continuará a investir nesse setor, não abrindo mão da sua importância na construção da universidade brasileira. Nesse sentido, o 50º CONAD aprovou o financiamento do 3° Encontro Nacional das Instituições Particulares de Ensino Superior que permitirá a participação de docentes de diversas partes do país. Nesse Encontro, serão problematizadas as dificuldades enfrentadas na organização dos docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior - IPES de modo a traçar estratégias para a expansão do setor. O 50º CONAD reafirma: o ANDES-SN não abrirá mão da luta contínua em defesa dos professores e do enfrentamento cotidiano contra o autoritarismo e os desmandos perpetrados pelos donos dessas instituições.

O 50° CONAD considera que para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES a hora é de decisão. O governo federal vem há tempos tratando os servidores públicos federais de forma depreciativa e desrespeitosa. O anúncio de um reajuste de 0,1% para os servidores públicos federais desrespeita os que trabalham no serviço público, assim como a população que necessita desses serviços. As ações do governo permanecem na linha de construir o Estado mínimo, favorecendo a privatização de setores públicos fundamentais para a população, como a saúde e a educação. Os docentes devem manter a articulação de suas lutas com os demais servidores públicos federais por meio da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF, na perspectiva da luta conjunta e articulada para conquistar e defender seus direitos.

O quadro de deterioração salarial é aviltante. Professores recebem ganhos maiores de gratificação do que salariais. Há um ano, houve "reajuste" da Gratificação de Estímulo à Docência – GED. E pouco têm avançado as negociações para a sua extinção. Agora, o governo anuncia que as perspectivas de modificações salariais ficam somente para 2006. O 50° CONAD indicou às seções sindicais a greve nacional dos docentes das IFES para a 2ª quinzena de agosto com os seguintes eixos: valorização do trabalho docente e defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada, contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES.

O 50º CONAD avaliou como importantes os esforços que vêm sendo realizados pela categoria para a construção da carreira docente única dos professores de 1º e 2º graus e do ensino superior e considerou que são muito significativas as ações conjuntas que vêm sendo feitas articuladamente com outras entidades da educação pública federal.

O 50° CONAD alertou também que, nesta conjuntura de crise na qual ninguém pode permanecer alheio, não se pode ficar restrito aos limites das reivindicações específicas, pois essas têm conexão mais do que nunca com o marco político e econômico geral; os rumos do Brasil, da educação e da universidade pública, dependem inexoravelmente da ação independente do movimento de massas.

Na mesma perspectiva, o ANDES-SN deve contribuir para fortalecer uma política autônoma para o movimento dos trabalhadores urbanos e rurais e da juventude. Impulsionando nossa luta específica, devemos convocar todos os movimentos sociais a romperem com o governo Lula, aprofundando o debate na base desses movimentos e com toda a sociedade.

O fortalecimento da unidade dos movimentos que ousam contestar o modelo econômico em curso é a resposta à tentativa de isolamento que tentam nos impor. Ao lado desses movimentos, devemos insistir que a "defesa da ética", marco no qual se pretende fechar a reação popular contra o espetáculo escancarado da monumental corrupção política, deve ser colocada em termos de luta antiimperialista e contra o capital: não haverá ética nem democracia num país em que os corruptores, em primeiro lugar o grande capital financeiro, continuem a se apropriar privadamente da riqueza social produzida pelos trabalhadores.

Por isso o ANDES-SN participará também da Marcha a Brasília convocada pela Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS para o dia 17 de agosto próximo e continuará participando dos fóruns estaduais e nacionais de luta em defesa dos serviços públicos, aliando-se aos movimentos sociais e a todos aqueles que se opõem às políticas do governo que retiram direitos e conquistas dos trabalhadores.

Hoje, mais do que nunca, nesta hora crucial para o Brasil, o ANDES-SN ocupa seu lugar na trincheira de luta comum de todos os trabalhadores brasileiros, em defesa da soberania nacional e do socialismo. O 50º CONAD chama as direções sindicais e dos movimentos sociais a se posicionarem de modo autônomo em defesa da independência de classe e das conquistas e direitos dos trabalhadores; saúda o combate de nossos irmãos de classe na América Latina e no mundo todo, para opormos uma frente comum de luta ao imperialismo capitalista, destruidor de povos, nações e culturas.

O 50º CONAD proclama:

Fora a corrupção e a exploração capitalista e imperialista! Defendamos a universidade e a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada! Unifiquemos os trabalhadores brasileiros na luta por políticas de independência classista!

Fortaleza, 17 de julho de 2005.

Adufrj-SSind

Perdas salariais e descaso do governo levam a indicativo de greve

Deflagração do movimento ainda depende de reunião do Setor das Federais e de nova AG

Antes da realização do 50º Conad, em Fortaleza, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind reuniu-se no dia 12 de julho para analisar a conjuntura e a campanha salarial dos servidores. Na ocasião, a AG decidiu aprovar o indicativo de adesão dos docentes à greve do funcionalismo, sem uma data específica.

A decisão da Assembléia da Adufrj-SSind, e das demais assembléias do país, foi levada ao Conad, que deliberou pelo indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto (veja matéria na página. 6

Como é prática no Andes-SN, o assunto será submetido a uma nova rodada de assembléias, cujos resultados serão analisados por uma reunião do Setor das Federais, em 19 de agosto. Caso o Setor indique a deflagração da greve, uma outra rodada de assembléias será chamada a deliberar acerca da possível paralisação das atividades.

Nível de mobilização

Na Assembléia do dia 12 de julho, que ocorreu na Faculdade de Educação, houve evidente preocupação com o nível de mobilização para uma greve na UFRJ. No entanto, a decisão da maioria foi justificada como uma forma de pressionar o governo e funcionaria como uma última alternativa para pressionar uma negociação com o MEC.

Antes da fase de avaliação, o diretor José Miguel Bendrao Saldanha esclareceu que a campanha salarial estava paralisada pelo governo, que se recusa a conceder qualquer reajuste neste ano. Paralelamente, ainda segundo José Miguel, o Grupo de Trabalho constituído pelo MEC para discutir a questão salarial docente, inclusive a substituição da GED por uma forma de avaliação não-produtivista que restaurasse a paridade na categoria, não tem apresentado nenhum resultado. Pior: na última reunião, o ministério anunciou que deseja discutir a carreira docente em apenas dois meses, numa clara tentativa de protelar e desvirtuar a função original do GT. O professor comunicou que a diretoria da Adufrj-SSind recomendava a aprovação do indicativo e a continuidade do trabalho de mobilização para construir a greve na UFRJ.

Professora da Faculdade de Educação, Anita Handfas disse entender que o indicativo não implicava em uma greve imediata, mas ainda assim estava preocupada com o baixo nível de mobilização. Segundo ela, a prioridade seria a organização de reuniões no maior número possível de unidades com o objetivo de discutir a campanha com os docentes.

José Miguel respondeu que a diretoria não apoiaria nenhuma greve sem mobilização da categoria. Segundo ele, esse trabalho de esclarecimento já está sendo feito, dentro das possibilidades, em reuniões de Departamentos ou de Congregações das unidades para as quais os diretores são convidados. "Tem sido uma iniciativa bem interessante", disse. Ele solicitou auxílio dos demais professores para viabilizar e ampliar a intervenção da Adufrj-SSind nesses espaços institucionais.

Cristina Miranda, do Colégio de Aplicação, comentou que o governo tem conhecimento do quadro de desmobilização atual, não só na UFRJ: "Por isso, fica enrolando na mesa de negociações", disse. Segundo ela, com a possível aprovação do indicativo de greve pelo conjunto dos professores, algo pode mudar nessa postura dos representantes governamentais. André Chevitarese, do IFCS, também concordou com a aprovação do indicativo de greve. Para ele, o governo Lula já demonstrou que, sem pressão, não vai fazer nada. "Com o indicativo de greve, talvez possa incomodar, desde que haja mobilização", comentou.

Depois da avaliação, a proposta do indicativo foi aprovada pela maioria.

Discussão do Anexo do Caderno de Textos do Conad

Na Assembléia, os professores também analisaram os dois textos de resolução apresentados pelo Anexo do Caderno de Textos do Conad de Fortaleza. Em um deles (TR-15), proposto pela Seção Sindical dos Docentes da Unicamp, a AG da Adufrj-SSind aprovou o item que prestava apoio aos trabalhadores bolivianos na luta pela estatização das empresas de petróleo e gás daquele país, "incluindo a Petrobras". No outro item, que cobrava a participação do Andes-SN na "Marcha contra a Corrupção" do dia 17 de agosto, convocada pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), os professores da UFRJ fizeram algumas retificações. Para eles, o foco da Marcha deve ser o combate à política econômica vigente e às reformas neoliberais. Foi aprovada ainda no TR-15 a inclusão de um ítem - com atualizações - com o documento da Diretoria Nacional sobre Elementos para a Caracterização da Conlutas, apresentado no Encontro desta Coordenação ocorrido em janeiro deste ano, em Porto Alegre.

No outro texto de resolução (TR-16), proposto pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Catarina, que tratava do debate sobre a carreira dos professores, a AG aprovou alterações, sempre tendo em vista a aproximação das propostas históricas do Andes-SN e do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional).

Informe sobre eleições da Adufrj

O diretor José Miguel reiterou na assembléia as informações divulgadas no último Jornal da Adufrj (de 11 de julho) a respeito das eleições para a diretoria e para o Conselho de Representantes da seção sindical. O pleito ocorre entre os dias 13 e 15 de setembro. A inscrição de chapas para a diretoria vai até 15 de agosto. As listas dos candidatos ao Conselho deverão ser inscritas até 5 de setembro.

Podem se candidatar a cargo da diretoria ou do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 16 de maio de 2005, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 15 de julho de 2005 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Justiça concede GED máxima aos aposentados

Devido a uma ação da Adufrj-SSind, na última semana, foi publicada sentença proferida pelo juiz da 19ª Vara Federal determinando que GED - Gratificação de Estímulo à docência - seja paga aos aposentados pelos valores máximos, aplicando-se aos docentes inativos o art. 2º da Lei 11.087/2005, até que se institua novo regime de avaliação. Dispõe o art. 2º da Lei: "Até que ato do Poder Executivo institua novas formas e fatores de avaliação qualitativa do desempenho docente, bem como critérios de atribuição de pontuação por natureza das atividades descritas no § 2º do art. 1º da Lei nº 9.678, de 1998, a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior será paga no valor correspondente a cento e quarenta pontos aos servidores ativos, respeitadas as classes, a titulação, a jornada de trabalho e os respectivos valores unitários do ponto, fixados no Anexo da mesma Lei, com a redação dada por esta Medida Provisória."

Isto significa que foi reconhecido que, pelo menos enquanto não for criada nova forma de avaliação docente (o que ocorre desde agosto de 2004, com a edição da Medida Provisória 208/2004), os aposentados devem receber a GED como os ativos, com a pontuação máxima (140 pontos) atribuída à gratificação.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 465 • 1º de agosto de 2005

Lula recebe anteprojeto da Lei da Reforma da Educação Superior

Fernando Haddad assume como novo ministro

No dia do fechamento desta edição (29/7), o ainda ministro Tarso Genro entregou ao presidente Lula a terceira versão do anteprojeto da Lei da Reforma da Educação Superior. Com 69 artigos, o documento está disponível na página do MEC (www.mec.gov.br). Na próxima semana, o Jornal da Adufrj disponibilizará o projeto do governo, na íntegra.

Se já estiver pronto pelo Andes-SN, junto da edição também será divulgado o texto do movimento docente em relação à reforma. Este texto será discutido no Conad Extraordinário do Sindicato Nacional, que ocorre em Brasília (DF), nos dias 20 e 21 de agosto. Dependendo das resoluções daquele Conad, o texto poderá ser apresentado ao Congresso Nacional como Projeto de Lei.

Novo ministro

Na mesma data, logo depois da entrega do anteprojeto, o ex-secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, tomou posse como ministro da Educação. Na ocasião, Haddad disse que a saída de Tarso Genro não implicará a descontinuidade dos projetos do MEC. "Sempre trabalhamos em conjunto e por isso também me sinto autor dos projetos do ministro Tarso", afirmou para o informativo eletrônico do ministério.

Kelvin Melo

MST discute na UFRJ desafios da conjuntura

Página 8

UFRJ debate crise do governo e da esquerda

Págínas 4 a 6

Movimento

Servidores exigem retomada das negociações com o governo

Para pressionar por acordo, manifestantes ocupam Ministério da Previdência

Servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) decidiram ocupar o oitavo andar do Ministério da Previdência Social, em Brasília, na última terça-feira (26/7), e ali permaneceram durante sete horas até serem recebidos pelo titular da pasta, ministro Nelson Machado. O objetivo dos trabalhadores era o de forçar a retomada das negociações com o governo, que estão paralisadas desde o impasse ocorrido no dia 22/7.

Na ocasião, o Ministério do Planejamento ofereceu um aumento de até 17% para os servidores da ativa por meio de uma gratificação de desempenho. Como os funcionários não aceitaram, a proposta foi retirada e as negociações estão paralisadas.

A categoria reivindica reposição salarial e um plano de cargos, carreiras e salários.

A greve completou 60 dias no dia 31/7 e os servidores da Previdência Social e da Saúde prometeram novas ações para obrigar o governo a retomar o diálogo.

Fonte: Correio Braziliense

Termina a greve dos professores da Uneb

Em assembléia realizada na manhã desta sexta-feira, 29, os professores da Uneb suspenderam a greve da categoria que, no caso da Uneb, já durava dois meses. A seguir publicamos o posicionamento do Comando de Greve apresentado na assembléia, que faz uma avaliação preliminar do movimento e indica os encaminhamentos para o retorno às aulas.

Posição do Comando de Greve

Após intensa avaliação sobre o movimento grevista, realizada no dia de ontem (28/07/05), e considerando que:

1. O repasse de verbas que até o final de abril não tinha ocorrido começou a ser liberado e se intensificou com adiantamentos do Quadro de Cotas mensal (QMC) o que leva a crer que haverá suplementação orçamentária para a UNEB este ano;

2. A Comissão Paritária apesar de não ter sido constituída formalmente, já trabalhou esta semana, apesar dos dados ainda não serem o suficiente, mas foram já agendadas mais três reuniões;

3. A greve das Universidades Estaduais baianas foi amplamente divulgada pela mídia baiana, o que tornou pública e notória a real situação das instituições. Até o reitor da UEFS, Onofre Boaventura, reconheceu em matéria publicada no jornal A Tarde, de 22/07/05, que "a greve das universidades estaduais serviu para abrir uma discussão em relação às reais condições vivenciadas pelas instituições", na mesma matéria a reitora Ivete Sacramento disse não ter "nada a declarar".

4. Considerando que a secretária de Educação, Anaci Paim se comprometeu publicamente afirmando que as nossa pauta seria atendida exceto no que diz respeito ao orçamento, em função da nova lei do FUNDEB;

5. Considerando que entendemos como importante a manutenção da unidade com as demais universidades estaduais que suspenderam a greve na semana passada.

O comando de greve comunica que neste momento defende a suspensão da greve na Uneb, indicando a volta aos departamentos na próxima semana para discutir e elaborar com os estudantes, demais colegas, coordenadores e diretores, o calendário de reposição para ser levado ao CONSEPE e CONSU e a realização uma nova assembléia no dia 05/08/2005, quando será definido o retorno às aulas. Ficam mantidas ainda as reuniões da Comissão de Mobilização.

Fonte: Aduneb

Agenda Sindical

1º/8 - Plenária Estadual da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ) - no SENGE (Avenida Rio Branco, 277 / 17º andar), às 18h30.

Até 15/8 - Rodada de assembléias gerais para apreciação do indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto

17/8 - Marcha contra a corrupção, as reformas e a política econômica do governo Lula
Brasília (DF)

18/8 - Encontro Nacional da Conlutas
Brasília (DF)

19/8 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

20 e 21/8 - Conad Extraordinário
Brasília (DF) - com o tema: "Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei do Andes-SN sobre a educação superior"

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Eleições para a CPPD ocorrem em setembro

Enquanto isso, foi prorrogado o mandato, já provisório, da atual Comissão Permanente de Pessoal Docente

Vão finalmente acontecer as eleições para a próxima Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Na reunião do Consuni de 28 de julho, o reitor Aloisio Teixeira divulgou um calendário para o pleito: de 18 a 26 de agosto ocorre a inscrição de candidatos; em 26 e 27 de setembro, a votação; na primeira reunião ordinária de outubro, o Consuni homologa (ou não) os resultados.

O detalhe é que o mandato provisório de seis meses da atual CPPD - concedido pelo Consuni em janeiro deste ano - já estaria extinto desde meados de julho. Para não ficar sem a comissão nesse meio tempo, foi proposta pela reitoria e acatada pelo colegiado uma prorrogação de mais três meses do mandato dos atuais representantes.

Segundo as regras eleitorais para a CPPD aprovadas pelo Consuni em junho, a comissão eleitoral deve ter a participação de um representante indicado por cada Centro. O reitor esperava ter os nomes para publicar a portaria que institui a comissão eleitoral neste dia 1º de agosto.

Com o prazo até 18 de agosto para inscrição de candidatos e com a votação realizada no final de setembro, Aloisio espera ter suficiente tempo para divulgar as eleições e permitir que os docentes conheçam seus possíveis representantes na CPPD.

Histórico

As eleições da atual CPPD, no final de 2004, entraram em julgamento no Consuni pelo fato de terem sido realizadas em desacordo com o estatuto da UFRJ. Também a legitimidade do processo eleitoral foi questionada, à época, pela diretoria da Adufrj-SSind, inconformada com a precária divulgação, prazos curtos e nenhum debate entre os poucos candidatos.

A primeira reunião do Consuni de 2005 decidiu conceder o mandato temporário de seis meses, como uma alternativa à anulação do pleito. Em 9 de junho, foi aprovada a resolução nº 10/2005 (disponível na página www.consuni.ufrj.br) que regulamenta as eleições para a CPPD.

A diretoria da Seção Sindical voltou a manifestar-se contrariamente ao texto, considerado novamente omisso quanto aos prazos e divulgação do processo eleitoral. Além disso, submete-se à própria CPPD o regimento eleitoral. Assim, segundo a diretoria, permanecem as condições para que as próximas eleições reproduzam os mesmos problemas que quase levaram à impugnação do último pleito.

Situação da ECO

Mais uma vez, ficou adiado para a próxima sessão do colegiado o debate sobre a Escola de Comunicação. Uma comissão de sindicância havia sido instituída para apurar supostas irregularidades naquela unidade e entregou seu relatório para a reitoria poucos dias antes da sessão de 14 de julho. Na ocasião, o reitor pediu paciência aos conselheiros, pois queria aguardar um posicionamento da Procuradoria da universidade sobre questões formais do processo.

Na sessão do último dia 28, Aloisio contou que recebeu o relato da Procuradoria naquela mesma manhã, mas não conseguiu estudar o assunto. Ele solicitou novo adiamento do ponto de pauta - o que foi acatado -, mas distribuiu o documento produzido pela comissão de sindicância, em caráter confidencial, aos conselheiros.

Licenciaturas a distância aprovadas

Sem nova discussão, o Consuni aprovou os cursos de Licenciatura em Física e em Biologia, na modalidade a distância. Os conselheiros acataram ainda as recomendações feitas na reunião passada pela Comissão de Ensino e Títulos do colegiado: a criação de uma comissão de acompanhamento e avaliação desses cursos a distância com a presença de representantes do CEG e das unidades envolvidas, além da produção regular de relatórios sobre o desenvolvimento das licenciaturas. Foi incluída a representação da Faculdade de Educação nesta comissão.

Professores aposentados

A conselheira Norma Musco (CFCH) cobrou uma definição urgente sobre o aproveitamento de professores aposentados nos programas de pós-graduação. Segundo ela, a situação funcional deles ainda está irregular na UFRJ, ao passo que outras universidades já regulamentaram a situação.

O pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, comentou que o assunto já está na Comissão de Legislação e Normas do Consuni para análise. Segundo ele, a Procuradoria da UFRJ manifestou que o colegiado deve regulamentar na universidade a aplicação de uma lei federal que trata do voluntariado.

Um dos representantes dos técnico-administrativos, Marcilio Lourenço disse que já havia uma solução para o aproveitamento desses profissionais: o interessado pode requerer à administração da UFRJ o retorno à ativa. Caso aprovado, ao retornar, o servidor não descontará para a Previdência, segundo as novas regras de aposentadoria, e poderá exercer todas as atividades normalmente.

Reivindicação de concurso para técnico-administrativos

O conselheiro Marcilio também cobrou a realização de concursos para funcionários das áreas de Oftalmologia, Ortopedia e Neurologia do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). Segundo ele, são setores essenciais para o pronto atendimento da comunidade carente que busca assistência médica da UFRJ.

Emerência concedida

Foi concedido, por aclamação, o título de Professor Emérito a Helena Maria Scofano, Titular aposentada do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB). Ex-alunos dela e hoje conselheiros, os professores Pedro Lagerblad e José Roberto Meyer lembraram a importância de Helena para a UFRJ.

O pró-reitor José Roberto contou uma passagem que considerou marcante, durante a primeira greve nacional dos docentes, há mais de vinte anos, em que o instituto estava às voltas com uma importante renovação de um projeto da Finep. Ele recordou que Helena Maria exerceu seu papel de liderança e anunciou para todos que não ia levar adiante o projeto Finep: "Estamos em greve. Ou eles (Finep) adiam (o prazo) ou a gente não vai enviar", teria dito ela. Depois, o movimento grevista acabou e o projeto acabou encaminhado e renovado.

Mandato dos técnico-administrativo

Foi prorrogado por mais um ano o mandato dos atuais representantes técnico-administrativos. Nesse tempo, o colegiado vai estudar, em conjunto com o CEG e o CEPG, uma proposta para sincronizar o período de representação da categoria nos colegiados superiores. Hoje, de três anos, nos conselhos acadêmicos e de dois, no Consuni.

Concursos para Titulares

Aprovou-se resolução do Consuni de que permanecerão à disposição das unidades, não necessariamente no mesmo Programa ou Departamento, as vagas de Adjuntos que eventualmente conquistem o cargo de Titulares na própria UFRJ. Essa decisão já havia sido tomada pelos colegiados CEG e CEPG, de forma conjunta.

Nupem aprovado

A sessão ordinária foi momentaneamente interrompida para a reunião especial que trataria da criação do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé (Nupem) como órgão suplementar do Centro de Ciências da Saúde. Havia quórum qualificado e a alteração estatutária foi aprovada. O regimento do Nupem, no entanto, ainda precisa passar pelo crivo do Consuni.

UFRJ

UFRJ debate crise do governo e da esquerda

Acadêmicos e parlamentares comentam conjuntura política e ecônomica

A crise do governo e a crise da esquerda brasileira foram destacadas em debate, no último dia 27, que reuniu dirigentes e lideranças acadêmicas e políticas no Auditório Muniz Aragão, no *campus* da Praia Vermelha. Mediador da mesa 'A Esquerda e a Crise Política do Governo', Luiz Pingueli Rosa falou da importância daquele auditório como um espaço que abrigou os primeiros debates sobre a crise que desencadeou o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, em 1992. "Aqui se reuniram muitos dos que estão aqui presentes, certamente Jandira e Saturnino, muitos intelectuais e pessoas da esquerda política carioca, naquele tempo conturbado que antecedeu o *impeachment.*"

Nesse mesmo auditório, segundo Pinguelli, também ocorreu, em 2002, um debate com a presença de outros convidados, como Miro Teixeira e Milton Temer, no qual a comunidade da UFRJ debateu os rumos de um possível governo das esquerdas coligadas em torno do Partido dos Trabalhadores, tendo como candidato a presidente, Luiz Lula da Silva. Na ocasião, segundo Pinguelli, os presentes promoveram uma discussão na qual se confrontaram uma "certa necessidade de pragmatismo para que o novo governo viabilizasse o poder e, por outro lado, a necessidade de se cumprir a expectativa do eleitorado de um governo de esquerda".

Corrupção branca

Para Pinguelli, para além do processo de corrupção que se apresenta na crise do governo Lula, há um processo de "corrupção branca" materializada, na sua opinião, na política de superávit primário, cuja conseqüência mais aparente para a comunidade presente seria a falta de recursos que deixa a universidade pública sem condições de investimento e manutenção. A raiz da crise seria, para o professor, a descaracterização que sofreu o PT e as forças de esquerda que giraram e giram em torno desse partido. "Existe também uma corrupção branca. Eu acho que destinar recursos que são recolhidos dos impostos às custas do trabalho de todos para maciçamente direcioná-los aos banqueiros e credores é também uma forma de corrupção". Cada vez que a taxa de juros aumenta como forma de atrair recursos externos há um crescimento da dívida pública, o que para Pinguelli seria um dos motores da crise. "Infelizmente o governo Lula e sua base não deram a prioridade que se esperava para as ações sociais. Não que se pensasse em uma ruptura radical e se ignorasse os credores internos e externos, mas que se implementasse toda a discussão que aconteceu [em 2002]". Para Pinguelli, o governo Lula deveria ter feito movimentos de "zigue-zague", ora à esquerda, ora à direita, mas o que fez foi caminhar para um só lado", concluiu.

Essa opção pela direita teria, na opinião do professor, gerado um certo cinismo político que teria criado as condições para o desvio de recursos privados e públicos para fins políticos. Pinguelli listou uma série de corrupções 'brancas' como a de políticos que recebem dinheiro de empresas e refletem os interesses dessas empresas nas suas ações como representante legislativo (lobies). Lembrou que na época da quebra do monopólio do petróleo, ainda durante o governo Fernando Henrique, figuras ilustres da política nacional eram apoiadas por grandes empresas de petróleo. "São pessoas que, estando no governo, servem a interesses privados, como ocorre nas estatais, isso é corrupção branca". Para ele, esses fatores não colocam em segundo plano a crise e o processo de corrupção atual, mas apresentam como centro da crise "a descaracterização daquilo que se esperava de um governo de esquerda".

O ex-presidente da Eletrobrás criticou ainda a prática do governo Lula de considerar que os contratos herdados pelo governo neoliberal anterior teriam que ser cumpridos à risca. "Todo mundo sabe que no setor privado os contratos são repactuados. O governo do presidente Lula entrou com a posição de que os contratos são intocáveis. Os contratos não são rompidos unilateralmente, mas senta-se à mesa para repactuá-los".

Política econômica e o desgaste do PT e do governo

Para o senador carioca Saturnino Braga, em meio à chamada 'crise das esquerdas', deve ser analisado o processo histórico da formação do Partido dos Trabalhadores. "O PT nunca foi um partido de definição programática nítida como eram os PCs, por exemplo, e outros partidos de esquerda. O PT sempre evitou se enquadrar em posições programáticas se dizendo o partido de todos os trabalhadores, que faria a política dos trabalhadores quando chegasse ao poder. Tinha como um pólo aglutinador a figura do Lula. Tinha a bandeira da ética e a postura radical, muitas vezes antipática na defesa da ética. Pois bem, o PT no poder em vez de fazer a política dos trabalhadores fez a política dos banqueiros e dos aplicadores, rasgou a bandeira da ética e sobrou a figura do Lula".

Saturnino não economizou ataques à figura do presidente Lula. Para o senador, até a oposição quer blindar o presidente que, na sua opinião, exibe um despreparo psicológico para enfrentar a crise que se abateu entre seus pares e a base aliada. "Há um despreparo piscológico, mais do que um despreparo cultural ou informacional. O Lula é um inseguro, assim como no debate com o Collor, em 1989, ele exibiu essa insegurança, e, no governo, está sendo incapaz de dar mais firmeza a uma política que minimamente fosse mais favorável aos trabalhadores, ficando inseguro diante do mercado". Saturnino criticou também o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que estaria fazendo todas as concessões possíveis ao mercado financeiro internacional. "O PT está numa situação lastimável", concluiu o senador petista, ao mesmo tempo em que disse não pretender sair do partido "nesse final de vida política, o que seria um oportunismo".

Eneraldo Carneiro

LUIZ PINGUELLI ROSA MEDIOU O DEBATE PROMOVIDO PELO FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

Deputada defende financiamento público das campanhas

Para a deputada Federal Jandira Feghali do PC do B fluminense, nenhuma crise é apenas negativa ou positiva e a crise da corrupção pode apresentar à academia, aos partidos e à sociedade organizada uma possibilidade de refletir sobre fatores estruturais e conjunturais que levariam à situação vivida pelo governo e pelo parlamento. De sua experiência no Congresso Nacional, durante quatro mandatos, Jandira diz ter detectado o afastamento da sociedade organizada, desde o governo do ex-presidente Sarney, da arena política nacional. "Todo e qualquer governo precisa ter maioria no congresso para garantir a possibilidade de governar, mas tem se vivido uma tentativa de auto compensação entre governo e parlamento, ao largo do sentimento das necessidades do que a sociedade pensa", diz.

Para a deputada, desde a década de oitenta, as buscas das maiorias parlamentares pelos governos têm sido feitas, cada vez mais, através de instrumentos fisiológicos, e não por posições programáticas. "O Congresso tenta responder ao governo e o governo se volta para o Congresso, e a sociedade vai passando ao largo".

A deputada defendeu o financiamento público das eleições como forma de amenizar o processo de corrupção da cooptação de políticos e parlamentares por grupos econômicos e de interesses privados. Ela acha que as eleições devem ser financiadas de forma orçamentária tal como outros setores sociais, como a Saúde e a Educação. "O financiamento público das campanhas não vai, de imediato, acabar com o caixa dois. Isso não acontece por decreto, é um processo. Mas eu não tenho dúvida de que o [maior] grau de controle [social] e as possibilidades de desvinculação entre o financiador privado e os mandatos reduzirão muito [a corrupção]".

Falta a 'grande política'

Para Carlos Nelson Coutinho, há uma crise da política geral. Citando Gramsci, o professor da Escola de Serviço Social disse que a esquerda brasileira fez a opção pela 'pequena política'. "Nessa nova etapa do capitalismo, que tem sua expressão ideológica no chamado neoliberalismo, temos o triunfo da pequena política". Para o cientista, é esse triunfo que explicaria porque os partidos da esquerda internacional, em especial, a européia, que se debateram durante muito tempo em relação a alternativas de projetos socialistas, abandonaram projetos programáticos e partiram para a cena política na disputa da chamada 'pequena política' ou de quem representaria o sistema neoliberal de forma mais 'eficiente', 'produtiva' ou 'moderna'. "A Europa, que certamente é o continente mais marcado pela esquerda, conheceu uma discussão em torno de alternativas de sociedade. Havia momentos em que, na Inglaterra, quem votava no *People Party*, votava num programa socialista, portanto numa outra ordem social. Quem votava conservador queria manter essa ordem social. Quem, na Itália, durante muitos anos, votou no Partido Comunista, votava numa sociedade comunista. Quem votava na democracia existente e seus aliados votava pela conservação do existente".

Para o professor, o que marca a política na Europa hoje é o fato de que o modelo da 'grande política' dá lugar ao modelo da política americana, onde grandes partidos disputam o poder, mas não disputam alternativas de sociedade. Carlos Nelson considera que o Brasil conseguiu sair do período da ditadura militar com uma forte possibilidade de se tornar um país com alternativas políticas de sociedade e o PT teria tido um papel fundamental nesse processo. O professor lamenta, no entanto, que, nos últimos anos, tenha predominado na vida brasileira também o modelo político institucional de tipo americano. "E o PT que, na sua origem, era um partido que se pretendia construtor de uma alternativa de sociedade, foi cada vez mais se adaptando à pequena política e se tornou, finalmente, mais um gestor da ordem capitalista, do *status quo*".

Carlos Nelson também falou da blindagem da política econômica que estaria sendo posta de lado na discussão da crise pela mídia e pela sociedade. "Esse tal do mercado termina por ser colocado como uma entidade para além da política", questionou. Para o professor, discutir a política econômica e apresentar alternativas a essa política seria discutir a 'grande política' e outras formas de sociedade. "Estamos diante do risco de um "americanalhamento" da política do Brasil: dois blocos que seriam o PT e o PSDB que vão se alternando no poder sem nenhuma modificação das grandes estruturas do país, o que seria uma vitória definitiva da pequena política", concluiu.

Carlos Nelson disse ter abandonado o PT em 2003 e estar filiado ao PSOL, partido que ele acredita estar recuperando a trajetória inicial e os princípios do Partido dos Trabalhadores de vinte e cinco anos atrás. "O PSOL é essa promessa de que o PT não acabou, de que a luta pelo socialismo no Brasil ainda é possível e eu acho que é um grande desafio que nós devemos enfrentar".

Na defesa do governo

Wanderley Guilherme dos Santos foi a voz governista do debate. O cientista político defendeu a tese de que a crise é um reflexo da disputa entre o PSDB e o PT, especialmente sobre quem será o candidato vencedor nas urnas em 2006. Para o cientista, não é à toa que a imprensa bombardeia e desgasta o governo federal com o objetivo, na sua opinião, de desgastar a imagem do presidente Lula para que este não concorra à reeleição em 2006.

Wanderley não poupou criticas, no entanto, à ação dos corruptores e corrompidos no processo de pagamento de cam-

UFRJ

Eneraldo Carneiro

APESAR DA POUCA DIVULGAÇÃO, COMUNIDADE E IMPRENSA ACOMPANHARAM A DISCUSSÃO DA CRISE NO FÓRUM

dente não concorra à reeleição. Também criticou a forma de direção dogmática e autoritária de uma oligarquia petista originada do estado de São Paulo que teria afastado a militância do partido ao longo dos últimos anos, com medidas à revelia dos seus grupos de base.

A crise republicana e as duas torres gêmeas brasileiras

Para o também cientista político, Luiz Werneck Vianna, a crise republicana vivida pelo Brasil é universal e não adianta querer reanimá-la apenas com os partidos políticos. "A democracia representativa não pode significar para nós o que significava noutro tempo, quando imaginávamos que os partidos de extração popular, democráticos, socialistas pudessem, pelo sufrágio, conquistar posições importantes na vida parlamentar e no mundo da social-democracia".

Para o professor, as instituições políticas partidárias estão esgotadas na atual conjuntura política no Brasil e no mundo e não podem continuar como um 'fetiche' da mudança social, "é mentira, acabou, finito", bradou.

Werneck Vianna considera que a crise atinge todos os partidos da atual institucionalidade e deve "levar de roldão as duas grandes torres gêmeas do sistema partidário brasileiro: o PT e o PSDB". A exposição da corrupção das instituições fará com que as forças políticas de esquerda retomem um papel redefinido no processo político institucional. Werneck não vê, a curto prazo, um novo partido com condições de resgatar de verdade o melhor da história da esquerda. "Haverá novos partidos, vão jogar um jogo num espaço sanitarizado, mas não darão conta da imensidão das tarefas de construir uma agenda efetivamente republicana para esse país".

Para Werneck, haveria um novo 'continente' político a ser desbravado. A 'terra nova' seria um novo espaço de representação social, constituído por integrantes de categorias ou pelo que chamou de 'corporações associativas'. "Imaginem um congresso de saúde com dez mil profissionais de Saúde, médicos, psicólgos, psicoterapeutas. E se conseguirmos estabelecer conexões vivas entre essas corporações e o mundo associativo e popular?", indagou. "Isso não é novidade, isso é século 19, é Durkheim, e daí?", provocou.

Reitor considera que crise pode levar a uma nova recomposição das esquerdas

Aloisio Teixeira reconheceu no PT uma experiência diferente dos partidos de esquerda no Brasil, especialmente os comunistas, até então, no sentido de se propor um partido que abrangesse as massas populares e não se resumisse a partidos pequenos e restritos a ação de seus quadros. Aloisio chamou a atenção para o fato de o PT ter nascido junto a um novo sindicalismo que, na sua origem, era desprovido de consciência de classe e que desconhecia "questões fundamentais para a esquerda como a questão nacional".

Esse novo sindicalismo, na versão do economista Aloisio Teixeira se juntou a grupos importantes da igreja progressista e a várias correntes resultantes da esquerda pós-ditadura, que trariam as teses mais próximas do que seria um projeto de esquerda socialista. Aloisio chamou a atenção para o papel do operário Lula na consolidação do PT como expressão da esquerda brasileira. Para o reitor essa também é uma das razões da fraqueza dessa mesma esquerda aglutinada pelo PT e seu símbolo, Lula. "É impossível ter um partido de esquerda sem uma teoria de esquerda, o PT jamais teve uma teoria de esquerda", criticou. Discordando de Carlos Nelson, Aloisio afirmou que o PT jamais teria se constituído em uma alternativa de esquerda, mas seria apenas uma vertente crítica importante à forma como o capitalismo se manifestou no país. "Rever essa história e esse tsunami que se abateu na nossa história republicana é uma base importante para a construção do futuro do conjunto da esquerda".

Resenha

Reserva de vagas de pós-graduação

A Faculdade de Direito da USP criou curso de mestrado em direitos humanos, que começa em 2006, com um terço das vagas destinado a negros, índios, deficientes físicos e candidatos com dificuldades socioeconômicas. Todos os concorrentes farão as mesmas provas eliminatórias e a separação segundo a reserva de vagas será feita na última fase. *(Folha de São Paulo, 27/7)*

Multiplicação do ensino a distância

Os cursos superiores a distância multiplicaram-se em cinco anos. Em 2001, quando foram autorizados pelo governo, havia cinco milhares de alunos matriculados e 11 cursos foram criados. A cada ano são criados novos cursos na modalidade, tanto que, em 2004, o número de alunos matriculados saltou para 160 milhares e foram criados 77 cursos. *(Veja, 27/7)*

Forças militares dos EUA podem intervir no Brasil, diz Fidel Castro

Fidel Castro denunciou, ao comentar o envio de 400 soldados norte-americanos ao Paraguai, que os EUA estão tentando criar um "dispositivo militar" para "deter" o movimento político na América Latina afirmando que os americanos planejam "entrar na Bolívia quando for preciso, e intervir inclusive no Brasil". Castro reiterou que os EUA "não aceitam a realidade de que seu sistema conduz à catástrofe" e que a Alca "é um fracasso". Fidel também advertiu que não tolerará as "provocações" dos dissidentes cubanos, que têm colaborado com os EUA no envio de ondas de rádio e televisão com propaganda ideológica antiFidel. *(Diário Vermelho, 28/7)*

Entidades lutam para barrar novos cursos de medicina

A Associação Médica Brasileira (AMB) e Conselho Federal de Medicina (CFM) estão preocupadas com a qualidade de cursos de medicina. Mais de um terço dos 146 cursos começou a funcionar nos últimos 4 anos. As entidades, que querem que o MEC reveja os critérios para a permissão de instalação de novos cursos, elaboraram um relatório detalhado com o panorama da medicina. O título do documento tem força: *Abertura de Escolas de Medicina no Brasil, Relatório de um Cenário Sombrio*, 2ª edição. A cada ano são formados 10 mil médicos no Brasil. "O sistema de ensino não está preparado para formar tanta gente", avalia a presidente da AMB. *(estadao.com.br 19/7)*

Andes-SN

Conad aprova princípios para a carreira única dos docentes das instituições federais de ensino

O 50º Conselho Nacional do Andes-SN de Fortaleza, realizado no mês de julho, aprovou uma série de princípios e elementos estruturadores para a construção de uma carreira única para as instituições federais de ensino. Na nova carreira, seriam enquadrados os docentes dos níveis superior, médio e fundamental das instituições. O Andes-SN vem discutindo a nova carreira também com os representantes do Sinasefe - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional. Nesta edição, publicamos o texto aprovado pelo Conad de Fortaleza no que se refere à carreira docente.

TR 6 - CONSTRUINDO COM O SINASEFE A CARREIRA ÚNICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO.

O 50º CONAD delibera, segundo as atribuições que lhe foram conferidas pelo 24º CONGRESSO, que o ANDES-SN dê continuidade às ações comuns com o SINASEFE com vista à elaboração de proposta de carreira única para os professores das IFE, a ser denominada CARREIRA ÚNICA PARA OS PROFESSORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, respeitando o que se segue:

I. Princípios:

1. a seleção, a contratação e a carreira dar-se-ão exclusivamente sob o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da União, RJU, e de acordo com o disposto no inciso V do art. 206 da Constituição Federal;

2. a carreira única será respeitada em sua integralidade por todas as instituições federais de ensino e não haverá, portanto, carreiras e remunerações suplementares nas IFE;

3. a diferenciação por critérios de produtividade, em nenhuma hipótese, será admitida, pois haverá isonomia remuneratória para os docentes da mesma classe e nível, bem como paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas;

4. os direitos adquiridos inclusive aposentadoria especial para professores de 1º e 2º graus dos atuais ocupantes de cargo de professor nas IFE, dos aposentados e pensionistas serão respeitados integralmente na implantação da carreira única e na definição das normas de transposição para a nova carreira;

5. o ingresso na carreira dar-se-á exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

6. as IFE terão autonomia para definição de vagas, áreas de conhecimento e exigências de capacitação para os candidatos em concursos;

7. a implementação do padrão unitário de qualidade entre as IFE terá como base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

8. a avaliação de cada docente para fins de progressão na carreira será parte integrante da avaliação institucional, a partir de sua vinculação a um projeto científico pedagógico institucional, do seu departamento, da sua unidade, bem como de seu desempenho ao longo do processo e deve ser feita nas instâncias em que se realiza o trabalho docente, envolvendo todos os que dele participam (docentes,discentes e ténicos-adminstrativos);

9. o processo de avaliação não é pessoal e, sim, institucional, passando pela avaliação do desempenho profissional individual; a IFE é, primordialmente, responsável por ele, bem como seu objeto prioritário;

10. a avaliação deve ter como objetivo a formulação - ou reformulação - da política acadêmica das unidades de ensino, na qual fiquem explicitadas todas as condições necessárias para que ela se desenvolva plenamente;

11. a articulação da implementação da carreira com o plano nacional de capacitação docente e com os planos internos das IFE será adotada para possibilitar as condições plenas para que o docente curse e conclua sua formação;

12. o regime de dedicação exclusiva deverá ser adotado como regime preferencial na contratação nas IFE.

13. na transposição da carreira antiga para a nova o professor aposentado ou em final de carreira seja enquadrado em nível e classe equivalentes aos da carreira anterior.

14. na transposição de carreira será destacado que a migração não deve implicar em novo cargo. Dessa forma, todos os direitos previdenciários dos docentes serão mantidos.

II. Elementos a serem respeitados ou a serem tratados para a definição da estrutura da carreira:

1. a carreira única deverá ter um único cargo correspondente a todas as suas classes e níveis e, portanto, haverá um único concurso público, que é o de ingresso;

2. os regimes de trabalho adotados serão o de 20 horas semanais caracterizado como regime de tempo parcial e o de 40 horas semanais caracterizado como regime de dedicação exclusiva;

3. o número de classes e de níveis dentro de cada classe, bem como a nomenclatura para designação destes, partindo-se da proposta da carreira única do ANDES-SN na busca da construção da carreira única com o SINASEFE, deverão ser reavaliados;

4 - as classes serão definidas, tomando-se como critérios de titulação, a partir de graduação, com possibilidades de progressão inclusive aos portadores de título de doutor;

4.1. cabe ao ANDES-SN tomar posição em relação à proposta do SINASEFE, que contempla uma classe específica para os portadores de certificado de especialização.

5. os critérios de organização das classes deverão ser reavaliados em busca de um consenso, pois, segundo a proposta do ANDES-SN, as classes deverão se organizar somente uma após outra, já a do SINASEFE defende a existência de zonas de justaposição.

6. o piso salarial dos docentes em regime de 20h deve ser o salário-mínimo do DIEESE, a partir do qual será construída a malha de vencimentos da carreira;

7. a atribuição do valor "1,0" ao piso (professor graduado em regime de 20 horas semanais); piso em regime de DE será "3,1". Os tetos para ambos os regimes corresponderão a 3 vezes o piso, respectivamente "3,0" para 20 horas e "9,3" para dedicação exclusiva.

III. Processo:

1. realizar seminários regionais conjuntos ANDES-SN/SINASEFE a fim de diagnosticar as especificidades das realidades das IFE para subsidiar a elaboração da proposta de carreira única para os professores nas instituições federais de ensino;

2. realizar reuniões comuns dos grupos de trabalho de carreira das duas entidades para sistematização das propostas submetendo-as ao Setor das IFES, respeitando as decisões das AGs, com avaliação e redefinições nas instâncias deliberativas do sindicato;

3. a proposta final elaborada pelas duas entidades será formalizada em projeto de lei a ser negociado com o governo e o Congresso Nacional.

TR 16 - DEFININDO PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE CARREIRA DOCENTE

O 50º CONAD delibera:

1 - Que o ANDES – SN continue denunciando e combatendo a proposta do governo de carreiras específicas para os docentes da educação técnica e tecnológica e dos Colégios de Aplicação, respectivamente.

2 - Que o ANDES- SN exija do governo a volta dos programas de capacitação docente, contemplando os docentes do ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista a carreira única; a) Os programas de capacitação deverão ser presenciais b)Tais programas deverão possibilitar o afastamento periódico e remunerado especificamente para esse fim e a devida substituição do docente.

3 – Que o GT-Verbas reveja a malha salarial em conjunto com o GT-Carreira, tendo como parâmetro outras carreiras do Estado brasileiro após a definição do projeto de carreira única para os professores nas IFE.

4 - Que a Assessoria Jurídica produza, com a maior brevidade possível, parecer acerca das implicações nos direitos previdenciários para os docentes que lecionam na educação básica e tecnológica quando da mudança de denominação da carreira.

UFRJ

Curso do MST discute desafios da conjuntura

Professora critica "esquerda" que colabora com o desmonte dos movimentos sociais

"Desafios da Realidade Atual" foi o tema de um debate que reuniu, no último dia 25, o ex-reitor Carlos Lessa, o advogado e ex-governador Nilo Batista e a professora Virginia Fontes (da Universidade Federal Fluminense). Os três fizeram uma exposição dentro do curso de extensão da Escola de Serviço Social da UFRJ "Teorias Sociais e Produção do Conhecimento", ministrado para formadores e dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e integrantes de outros movimentos sociais atuantes na sociedade brasileira. A parceria com o MST existe desde o final de 2003 e as atividades ocorrem sempre nos períodos de recesso universitário. Neste mês, foi realizada a quarta etapa das cinco programadas para a conclusão do primeiro curso.

De forma didática, a professora Virginia Fontes fez comentários pontuais sobre uma recente análise de conjuntura do MST. Datado de julho, o documento dizia em determinado trecho que "o governo não discutiu com a sociedade um projeto de desenvolvimento". Para ela, o uso do termo "sociedade" desta forma esconde o fato de que a sociedade é um lugar de luta; não é um bloco homogêneo. "Evidentemente que o governo conversou com parcelas da sociedade, aquelas que interessam na correlação de forças que constituem o Estado (empresários do setor de exportação e a burguesia financeira, por exemplo)", afirmou.

Outra frase da análise de conjuntura do MST aponta que "o governo nunca levou em conta o fator organização popular e mobilização social para alterar a relação de forças". A professora mostrou-se parcialmente de acordo com o trecho. "Ele (governo) levou em conta, sim. Mas levou para outra direção, diferente da nossa. Ele vem atuando no sentido de desmontar por dentro as formas de organização popular, por cooptação ou por descrédito ou por ingerência interna, como ocorreu em algumas entidades, ou em âmbito nacional, com as PPP (Parcerias Público-Privadas)", disse.

Kelvin Melo

O CURSO DE EXTENSÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL É DIRIGIDO A MILITANTES DO MOVIMENTO SOCIAL

"Houve uma subordinação total do partido ao governo" foi outro trecho analisado por Virginia Fontes. Ela concordou, mas foi fundo nas condições dessa subordinação. "O processo de transformação do PT não começa nas eleições, mas antes, com a adequação dos quadros a formas oportunistas de condução política. Houve um deslocamento da questão de classe para a questão da aquisição do voto. Mas o voto só é arma se vinculado a uma luta fundamental, que é a organização de classe", ressaltou.

Um outro parágrafo do documento do MST lamentava a continuidade da política neoliberal, inicialmente anunciada pelo governo como transitória e limitada a seis meses. "Tem razão (o documento), mas alguém acreditava que seria possível fazer uma política neoliberal por apenas seis meses para depois mudar de rumo?", questionou.

A professora observou que, apesar da conjuntura adversa, não é o momento de se aceitar o fim da luta. "As nossas lutas causam efeitos. Elas ganham agora em expressão. Não podemos é permitir o processo de desmonte por dentro de movimentos sociais de base classista", alertou.

Sobre as notícias da corrupção atual, Virginia Fontes criticou setores da antiga esquerda que foram paulatinamente se transformando em uma esquerda para o capital. Para ela, há pessoas que sustentam um discurso considerado de "esquerda", mas que, na prática, agem como verdadeiros capitalistas. "O nosso papel não é ser uma esquerda para o capital. É nos organizarmos enquanto classe, de forma intransigente", afirmou.

Mercantilização do voto

Declarando-se otimista, Carlos Lessa lembrou a enorme potencialidade do Brasil. Segundo ele, o país possui uma base excepcional de recursos, como a extensão territorial agricultável, o maior suprimento de água doce do mundo, a variedade de fauna e flora e a possibilidade de exploração de fontes de energia alternativas ao petróleo. Além disso, e o que é mais precioso para o professor, o Brasil tem um povo singular que, contra todas as adversidades, tem o dom da sobrevivência.

Acontece que, mesmo reunindo todas essas condições, o país não deslancha. E, para Lessa, a explicação está na cultura política. "A experiência democrática do país é próxima a zero. O Brasil não viveu a experiência do direito e obrigação. O direito gera a obrigação. Esse par se desenvolveu na Idade Média, nas aldeias feudais. Mas o Brasil cresceu com a escravidão. Na escravidão, todos os direitos são dos senhor e todas as obrigações do escravo. Com essa pedagogia histórica, somente em 1988, por exemplo, conquistamos o direito de ir e vir, na Constituição Federal", disse.

O ex-reitor da UFRJ chamou a atenção para a importância do voto numa sociedade tão heterogênea como a brasileira. "A revolução está no voto. Se a consciência política se aprofunda, o voto cada vez mais passa a ser um instrumento de transformação", disse.

O problema é que o brasileiro convive com um fenômeno que Lessa chama de "mercantilização do voto". Ele citou casos em que candidatos fazem pequenos favores em troca do voto, o que provoca efeito novamente negativo na outra ponta do processo: eleitores aproveitam a época de eleições para vender o voto em troca até de telhas e tijolos. "E aí a cultura popular diz que o representante não vale nada. E o voto vira mercadoria. Na lógica de um povo que precisa sobreviver, isso é considerado esperteza", criticou.

Estado policial

Nilo Batista criticou a criminalização dos movimentos sociais. Segundo ele, os últimos tempos vêm assistindo a um avanço do que denominou de "Estado policial". "E esse caminho do Estado policial só é bom para as oligarquias", afirmou.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 466 • 8 de agosto de 2005

EDITAL

Eleições para Diretoria e Conselho de Representantes

De acordo com o disposto no Art. 38 do Regimento Geral e no Art. 4º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, convoco eleições para a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2005-2007, para os dias 13, 14 e 15 de setembro de 2005.

As chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 15 de agosto de 2005, de acordo com o disposto no Art. 41 do Regimento Geral e no Art. 12 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 05 de setembro de 2005, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Podem se candidatar a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 16 de maio de 2005, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 15 de julho de 2005 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Sara Granemann
Presidente da Adufrj-SSind

Esse edital foi originalmente publicado na edição 463 de 11 de julho de 2005.

Aposentados da UFRJ vão receber GED integral

Página 2

Ato contra o governo Lula lota auditório da ABI

O amplo auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro do Rio de Janeiro, reuniu mais de mil pessoas em um ato contra o governo Lula realizado na noite do último dia 28 de julho. O ato foi convocado pelos partidos de oposição PDT, PSTU, PSOL, PCB, PPS e PV e por entidades do movimento social como ABI, o Clube de Engenharia, a Conlutas, o Modecon, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Sintrasef, Sindsprev, Nova Central Sindical e Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O protesto que lotou o auditório Oscar Guanabarino reuniu dezenas de sindicatos, entidades estudantis e diversos parlamentares. Palavras de ordem como "Neste Congresso do Mensalão, a CPI não vai prender nenhum ladrão" foram diversas vezes clamadas.

O presidente da ABI, Maurício Azêdo, abriu o ato solicitando calma aos presentes, em razão do número de participantes ter superado as expectativas da organização.

Ronaldo Lessa, governador de Alagoas, alertou que a luta contra a corrupção deve ser feita com prudência e responsabilidade. Segundo ele, é possível promover transformações sem criar uma crise institucional. "É preciso a apuração de todos esses escândalos. O País não agüenta mais tanto sofrimento".

Zuleide Faria de Melo, Presidente do PCB, discursou sobre o quadro de degeneração do Governo. "É preciso denunciar e pedir a punição dos que traíram o povo brasileiro. Mas também é preciso reforçar que o Congresso não tem legitimidade para aprovar o impeachment de Lula".

Rodrigo Caixeta/ABI

FALTOU ESPAÇO NO AUDITÓRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

Aliança e combate

Representando a Senadora Heloísa Helena, Martiniano Cavalcante, da Executiva Nacional Provisória do PSOL, criticou o apodrecimento de um regime político. "Governabilidade para quem e para quê? Para atender às classes dominantes? O Governo se aliou às elites. A esquerda do PT tem que assumir uma postura de combate à corrupção". A Deputada federal Luciana Genro também falou da importância de mobilizar a sociedade. "Nós do PSOL nos recusamos a concordar com a prática do sindicalismo dentro de qualquer governo. Não temos medo de uma crise institucional. É fundamental confiar na luta dos pobres e trabalhadores".

O Presidente da ABI leu um texto enviado pelo Deputado federal Chico Alencar e pelo Deputado estadual Alessandro Molon, no qual declararam seu apoio à voz coletiva dos manifestantes na luta contra a corrupção e afirmando que o Brasil não está à venda, mas a mensagem não agradou aos participantes, que a vaiaram durante a leitura. O Senador Juvêncio Fonseca (PDT- MS) afirmou que é necessário ir às ruas manifestar antes que o Brasil entre numa crise moral irreversível.

Também estiveram presentes, entre outros, os deputados federais Babá (PSOL) e Severiano Alves (PDT); os ex-deputados Clemir Ramos (PDT) e João Sampaio (PDT), ex-prefeito de Niterói; os Deputados estaduais José Bonifácio (PDT), Paulo Ramos (PDT) e André Correia (PPS); o ex-vereador Américo Camargo, representando o Vereador Sami Jorge (PDT); e os Vereadores Eliomar Coelho (PT) e Brizola Neto (PDT).

Fonte: ABI

Movimento

Aposentados da UFRJ vão receber GED integral

Rubrica deverá ser incluída na folha de agosto, paga no início de setembro

Após sete anos, os docentes aposentados da UFRJ terão novamente restabelecida a paridade com os professores da ativa. Mas isso só vai ocorrer graças a uma ação judicial da Adufrj-SSind, impetrada em dezembro do ano passado. No dia 27 de junho, o processo foi julgado pelo juiz Dário Ribeiro Machado Júnior, da 19ª Vara Federal. Ele julgou procedente em parte o pedido da seção sindical em relação ao pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Assim, todos os aposentados vão receber a gratificação em seus valores máximos (140 pontos) até que o governo institua novos parâmetros de avaliação da categoria - atualmente, os aposentados até julho de 2000 ganham apenas o equivalente a 91 pontos. Aqueles que saíram da universidade depois dessa época percebem o correspondente a uma média de pontos dos últimos dois anos de atividade. A universidade ainda pode recorrer da ação.

Adufrj-SSind acompanha cumprimento da decisão judicial

Há cerca de duas semanas, diretores e a assessoria jurídica da Adufrj-SSind vêm mantendo contato com a Procuradoria da universidade e com a Pró-reitoria de Pessoal para providenciar o cumprimento do mandado de segurança. Nas reuniões deste período, a reitoria comprometeu-se a fazer todo o possível para incluir os beneficiários da ação no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (SICAJ) antes de rodar a próxima folha de pagamento (de agosto). No início de setembro, os novos valores já deverão ser depositados na conta dos docentes aposentados.

A decisão do juiz foi apenas parcialmente favorável, uma vez que a Seção Sindical reivindica a extensão da GED em seus valores máximos para todos, independentemente de futuro sistema de avaliação. O movimento docente sempre defendeu a paridade entre ativos e aposentados, dispositivo que foi quebrado com a criação da GED em 1998.

A sentença tem aplicabilidade imediata, ou seja, a Universidade deve passar a pagar a GED aos aposentados pelos valores máximos imediatamente. Ao fim da ação serão executadas as diferenças devidas desde dezembro de 2004.

Justificativa do juiz

O juiz Dário Ribeiro compreendeu que o artigo 40 da Constituição da República estava sendo desrespeitado no trecho que diz: "os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos".

Na sentença, o magistrado argumenta que a obrigatoriedade dessa extensão não abrange toda e qualquer parcela paga aos servidores ativos, como é o caso do auxílio transporte. No entanto, "a diferença de pagamento da GED entre ativos e inativos somente tem lugar quando variável o pagamento da gratificação. Quando se tratar de valor único, ao revés, não pode subsistir a distinção de tratamento para com os servidores em inatividade". Por isso, segundo o juiz, somente quando instituído novo regime de avaliação, os aposentados e pensionistas voltarão a se submeter ao limite dos 91 pontos.

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind já anunciou que vai recorrer dessa parte da decisão, sempre em busca da paridade e objetivando que a GED continue a ser paga aos aposentados nos valores máximos independentemente da instituição de novo regime de avaliação.

Histórico

A MP 208/2004, convertida sem alterações na Lei nº 11.087 em 4 de janeiro de 2005, além de aumentar os valores dos pontos da GED, retirou-lhe temporariamente o caráter avaliativo, ao fixar o pagamento para todos os docentes ativos em 140 pontos, "até que ato do Poder Executivo institua novas formas e fatores de avaliação qualitativa do desempenho docente, bem como critérios de atribuição de pontuação por natureza das atividades [de docência, pesquisa e extensão]", e deu o prazo de 180 dias (que terminou em 16 de fevereiro de 2005) para a edição deste ato.

No dia 9 de dezembro de 2004, o ministro da Educação, Tarso Genro, assinou a Portaria nº 4.052, que criou um "Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, a paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão, bem como do novo sistema da avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)" (art. 1º). O Grupo teria um prazo de 150 dias para apresentar ao MEC o seu relatório final (art. 3º). O prazo terminou em 9 de maio deste ano, sem que o GT produzisse qualquer relatório. Na última reunião do GT, em 27 de junho, o MEC chegou a anunciar que não teria dinheiro para implementar qualquer reajuste neste ano e que os trabalhos do grupo seriam prorrogados até setembro.

Agenda Sindical

9/8 - Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
Auditório da Escola de Serviço Social (*campus* da Praia Vermelha), a partir das 17h (veja chamada de capa)

Até 15/8 - Rodada de assembléias gerais para apreciação do indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto

17/8 - Marcha contra a corrupção, as reformas e a política econômica do governo Lula
Brasília (DF)

18/8 - Encontro Nacional da Conlutas
Brasília (DF)

19/8 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) - Auditório Dois Candangos - Faculdade de Educação da UnB

20 e 21/8 - 6º Conad Extraordinário
Brasília (DF) - com o tema: "Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei do Andes-SN sobre a educação superior"

21 a 23/10 -Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Reunião do Conselho de Representantes

9 de agosto - terça-feira
17:00 horas

Auditório da Escola de Serviço Social
campus **da Praia Vermelha**

Pauta:
1) Campanha salarial 2005
a) Organização das reuniões em unidades e departamentos da UFRJ
b) Indicativo de greve dos docentes das Ifes
2) Reforma universitária
a) PL do governo
b) 6º Conad Extraordinário
3) Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind - Escolha da Comissão Eleitoral

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Alunos poderão ter acesso à UFRJ sem vestibular

Reitoria apresenta projeto piloto de programa que visa elevar o nível do ensino médio na rede pública do Rio de Janeiro

O professor do Colégio de Aplicação (CAp) Maurício Luz apresentou o projeto piloto do Programa Sucesso Escolar ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na reunião da última quarta-feira (3/8). O programa tem como objetivo democratizar e criar alternativas para o acesso aos cursos de graduação da UFRJ, seguindo os caminhos apontados pelo conselho na resolução aprovada na sessão ordinária do dia 22 de setembro de 2004. Na ocasião, os conselheiros destacaram a importância da interiorização dos cursos, de aumentar o número de vagas e de novos cursos na universidade. O CEG foi o primeiro colegiado ao qual o projeto foi apresentado.

De acordo com o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, o reitor Aloísio Teixeira havia solicitado à pró-reitoria de graduação (PR-1) um projeto que visasse à melhoria do ensino médio no país. O projeto piloto foi elaborado pelo professor Maurício Luz, que também é assessor da PR-1. O Sucesso Escolar pretende determinar que professores de escolas públicas do estado do Rio de Janeiro passem por um curso de formação continuada, ministrado por professores da UFRJ. O curso terá 80 horas, sendo metade delas presencial e as outras 40 horas a distância. Será estabelecida também uma reorientação curricular, além de cursos de avaliação. Em seguida, todos os professores se reuniriam para discutir a elaboração do material didático.

Projeto abrirá 216 novas vagas

Os alunos das escolas estaduais que participarem do projeto receberão aulas em curso de nivelamento, com duração de seis meses. Ao final, cada estudante será classificado de acordo com uma determinada pontuação e fará uma opção de carreira. Os melhores classificados de cada área serão alocados no curso escolhido sem o tradicional vestibular.

Maurício Luz informou que 216 novas vagas seriam disponibilizadas para o projeto: a área biomédica, classificada como grupo 1, teria 64 vagas; a tecnológica (grupo 2) ficaria com 44; o grupo 4, que compreende Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Geografia, teria 23 vagas enquanto as Ciências Humanas (grupo 5) ficariam com 85. As unidades do grupo 3 (Arquitetura, Desenho Industrial e Belas Artes não poderiam ser integradas por exigirem teste de habilidade específica para o ingresso.

O pré-requisito para as escolas estaduais que desejarem participar do programa é ter pelo menos quatro docentes, de disciplinas diferentes, que tenham concluído o curso de formação continuada.

O objetivo do Sucesso Escolar é aumentar a porcentagem de alunos da rede pública estadual nas universidades. Segundo os dados apresentados ao colegiado, 25,1% dos alunos que concluem o ensino médio por escolas estaduais se candidatam ao vestibular. Dos que fazem o concurso, apenas 12,6% são aprovados. Maurício Luz alertou que o curso de nivelamento não tem o objetivo de reparar todas as falhas no ensino da rede pública estadual, mas sim elevar o nível dos alunos que estarão ingressando na universidade. O assessor da PR-1 ressaltou ainda que o projeto poderá apresentar algumas falhas, por ainda estar numa fase experimental: "O programa ainda é piloto, mas esperamos evoluir depois da sua implementação".

Votação deverá ser em setembro

Segundo José Roberto Meyer, o objetivo da apresentação foi de abrir um debate na universidade sobre o tema: "Críticas e sugestões serão muito bem vindas", avisou. O pró-reitor espera contar também com um apoio financeiro da Secretaria Estadual de Educação, que seria parceira da UFRJ no projeto. Meyer avaliou o programa como o primeiro passo para elevar o nível do ensino médio público do Rio de Janeiro: "A UFRJ concedeu 10 mil isenções para o vestibular 2006. São pessoas que vivem com uma renda mensal de 300 reais e nós queremos dar a chance para elas de, pelo menos, fazerem a prova", afirmou. O Sucesso Escolar também será apresentado aos outros colegiados superiores e aos centros. Após a divulgação, o projeto retornará ao CEG para ser votado, o que deve acontecer no começo de setembro.

Reitoria promete melhorar o Siga

Para solucionar os problemas gerados pelo Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), que dificultaram a inscrição em disciplinas dos alunos da UFRJ para esse semestre, o pró-reitor José Roberto Meyer garantiu que haverá um investimento pesado que visa à otimização do sistema. O período de inscrições para o segundo semestre de 2005 teve que ser prorrogado duas vezes pois os alunos não conseguiam regularizar no Siga as disciplinas desejadas. De acordo com Meyer, a expectativa da reitoria é de que já nas próximas inscrições, para o primeiro semestre de 2006, os alunos percebam uma sensível diferença quando acessarem o sistema.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Resenha

Salários menores

Caso o ritmo da rotatividade de mão-de-obra no país continue até o fim do ano, para cada cem empregados 43 seriam substituídos por outros com salários menores. A taxa de 43,1% seria a maior desde 2001. O salário médio dos demitidos foi de R$ 2.380 e dos admitidos R$ 392,70 (seis vezes menor).A projeção é do economista e professor da Unicamp, Marcio Pochmann. De acordo com ele, a alta rotatividade no mercado de trabalho e perda de renda do trabalhador com carteira assinada é reflexo do impacto da estagnação econômica, que é conseqüência da alta dos juros *(O Globo, 5/6)*.

Andifes reprova anteprojeto

Como a terceira versão da Reforma Universitária não traz mudanças para o modelo de financiamento das instituições de ensino federais (Ifes), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) criticou o projeto governista. Para o presidente da associação dos reitores, Oswaldo Baptista, o financiamento das Ifes deve ser compatível com as atribuições a elas reservadas e os planos de expansão em curso. O MEC não incluiu os pedidos de alteração, entregue em meados de julho pela Andifes, no texto definitivo *(Folha Dirigida, 2/8)*.

Fundo mais econômico

José Marcelino Pinto, professor da USP, fez uma projeção de como ficaria o gasto por aluno do ensino público, no ano passado, caso o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) já estivesse em vigor com a contrapartida da União de R$ 1,9 bilhão. O Fundeb (que pode substituir o atual Fundef) causaria uma queda no valor médio repassado pelo fundo por aluno de R$ 914 para R$ 871/ano. *(Folha Online, 5/8)*

Técnicos da receita seguem em greve

Técnicos da Receita Federal se reuniram na semana passada e decidiram manter a greve nacional da categoria. A paralisação deve continuar pelo menos até o próximo dia 15, data em que entra em vigor a Medida Provisória 258, que regulamentou a união dos serviços da Previdência e da Receita. A greve tem adesão de 90% dos funcionários. O movimento grevista estuda uma atendimento especial para idosos, gestantes e deficientes físicos. *(O Fluminense, 5/8)*.

Movimento

Congresso do Sintufrj debate reforma universitária

Niko Junior

JANINE VIEIRA, SÔNIA LÚCIO, NEUZA LUZIA (MEDIADORA) E CELSO CAVARVALHO

Palestrantes criticam projeto do governo

"Reforma da Educação/Ensino Superior" foi o tema do debate da tarde do dia 3 de agosto, durante o 8º Congresso do Sintufrj. A mesa teve a participação da professora Sônia Lúcio, representante do Andes-SN, e de dois integrantes da Coordenação de Educação da Fasubra, Janine Vieira Teixeira e Celso Carvalho. Sônia Lúcio e a técnica-administrativa Janine Vieira criticaram de forma intensa a proposta do MEC, apresentada no final de julho (e divulgada em encarte especial desta edição). Por sua vez, Celso Carvalho comentou que o anteprojeto governamental atende a algumas reivindicações dos trabalhadores, embora tenha feito ressalvas ao seu conteúdo geral.

De acordo com Celso, nos últimos anos, o mundo assistiu a uma demanda cada vez maior por educação. A razão disso seria o novo processo produtivo, que exigiria maior escolaridade e conhecimento dos trabalhadores. Para ilustrar, Celso afirmou que, em 1980, havia 51 milhões de estudantes universitários no planeta. Quinze anos depois, já eram 81 milhões. Esse "fenômeno" mundial ganhou maior impacto nas regiões menos desenvolvidas e a ampliação da oferta de educação superior se deu pelas instituições particulares.

Segundo ele, baseado em dados do Censo do MEC de 2003, das 163 universidades do país, apenas 79 são públicas. Se considerado o total do sistema (incluindo faculdades isoladas, centros universitários e outras classificações), são 1.859 instituições, sendo 1.652 privadas.

Para Celso, afirmar a educação pública significa combater a opção privada como política de governo. E um ponto fundamental dessa política significa inserir o Estado como regulador do sistema de educação superior. "A reforma apresentada, seja na primeira, segunda versão ou versão final, em síntese, nos parece que dá conta disso", disse. O palestrante considerou, no entanto, que a última proposta governamental "perdeu força" nessa tarefa de regular o sistema privado.

Reforma consolida relações promíscuas da universidade com o mercado

Celso chamou a atenção para o fato de que o anteprojeto não pode ser visto isoladamente, uma vez que outras medidas interferem na área educacional. Ele abordou rapidamente alguns elementos, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): Para o técnico-administrativo, existe uma analogia "muito grande" entre o sistema e a proposta de avaliação contida no projeto da Fasubra, conhecido como "Universidade Cidadã para os Trabalhadores".

Já sobre a Lei de Inovação Tecnológica, o entendimento é outro: "Somos e devemos ser contrários. O que ela faz é regulamentar uma série de relações promíscuas entre o mundo da pesquisa e o mercado. Muito do que está ali já existia, independente da lei. E o que existe é ruim", observou.

O integrante da Coordenação de Educação da Fasubra disse ter recebido com alegria a iniciativa do Andes-SN de discutir a apresentação de um projeto como substitutivo global à reforma. Segundo ele, o movimento poderá servir como uma reaproximação com a própria Fasubra, uma vez que a Federação dos técnico-administrativos possui deliberação de apresentar seu projeto para disputa no Congresso.

Representante do Andes-SN apresenta argumentos contrários à reforma do MEC

Posicionando-se contrariamente à reforma em andamento do governo, a diretora Sônia Lúcio, do Andes-SN, comentou a iniciativa do possível projeto de lei substitutivo à reforma universitária, elaborado pelo Sindicato Nacional - o assunto ainda será discutido nas assembléias locais e em um Conad Extraordinário nos dias 20 e 21 de agosto, em Brasília.

Segundo ela, a proposta do Andes-SN é restabelecer o diálogo com o conjunto das entidades da área da Educação para barrar a reforma do governo. "Nossa idéia é apresentar o projeto ao Parlamento, sem ilusão de ganho naquela Casa, como instrumento de diálogo com a categoria, com a sociedade e com as entidades do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública", contou.

Sônia ressaltou que o movimento docente avaliou a reforma como mais um instrumento para garantir a ampliação de novos campos lucrativos para o capitalismo; a crescente desresponsabilização do Estado com custeio e investimento de políticas públicas e a privatização do setor educacional.

Esse movimento, no ponto de vista dela, não é exclusivo do Brasil. A professora observou que os organismos internacionais elaboram, difundem e monitoram reformas nos países periféricos. "Basta acessar o site do Banco Mundial, onde está a proposta das reformas e a ordem em que devem ser feitas. O governo não só tem seguido à risca, como também na ordem", disse.

Sônia Lúcio citou que a proposta de reforma universitária, em sua terceira versão, consolida a opção privatizante do setor, ainda mais com a abertura explícita ao capital estrangeiro (no limite de 30% das instituições particulares).

Ela foi além: a reforma ganhou agora também a função de dar prestígio ao atual presidente do Partido dos Trabalhadores, Tarso Genro, que iniciou a tramitação do anteprojeto. Classificou, ainda, como "grande jogada midiática" o anúncio de cinco novas universidades federais, nos últimos dias - na verdade, desmembramentos de universidades já existentes, sem alocação extra de recursos.

A professora lembrou que o anúncio da reforma coincidiu com a divulgação pelo Banco Central do superávit primário do país, no primeiro semestre do ano, de quase R$ 60 bilhões - montante recorde desde 1991. Segundo ela, o resultado só pôde ser alcançado por causa dos cortes nos gastos sociais do Estado. "É aqui que entra o anteprojeto de lei da Educação Superior do governo Lula da Silva".

Pela análise do movimento docente, a manutenção da fórmula de financiamento na terceira versão representaria para as instituições federais de ensino superior, pelos dados de 2004, R$ 4,3 bilhões. Só que as despesas executadas com as IFES naquele superaram os R$ 7 bilhões. "Essa será a contribuição da educação superior para a ampliação do superávit primário", afirmou.

Se fossem de FHC, projetos não teriam passado

Outra integrante da Coordenação de Educação da Fasubra, Janine Vieira Teixeira também criticou a proposta de reforma do governo. Segundo ela, se medidas como o Prouni viessem do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, não teriam passado. "Temos de enfrentar esse governo de forma mais dura", comentou

O primeiro ponto que a funcionária atacou foi a ausência de debate na tramitação do anteprojeto. Ela lembrou a deliberação do Congresso de sua categoria para participação no debate da reforma. De acordo com Janine, esse "debate" limitou-se à entrega do projeto da Fasubra em uma reunião pública, com a presença de outras entidades. "Isso, pra mim, não se reflete em debate.

Ela assinalou outro item preocupante: ao participar de um seminário da Andifes, em Fortaleza, no início de julho, foi apresentada ao projeto da chamada Universidade Aberta, que vai gerenciar o ensino a distância em todo o país. "Isso foi discutido com quem? Em que espaço?", questionou. E, segundo ela, a fundação, que é privada, deverá estar pronta para funcionar em setembro.

Janine até considerava que a primeira versão apresentada pelo governo continha alguns avanços, como na parte de políticas afirmativas, no desaparecimento das fundações (graças à autonomia financeira) e, principalmente, na regulação do setor privado. Nas edições seguintes do texto, acabou a regulação do setor privado. "E a educação não aparece mais como direito, mas como bem público. Logo, pode ser comercializável", disse, acrescentando neste ponto a justificativa para o retorno das fundações.

Janine também se mostrou descontente com o financiamento da educação superior federal: além da reduzida participação da União (75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino, com alguns itens excluídos do cálculo), há apenas a renda de uma loteria de extração anual e o incentivo à captação de recursos próprios pelas instituições.

A palestrante questionou, ainda, a criação separada, no anteprojeto, do Sistema Federal de Ensino e do Sistema Estadual de Ensino. "Isso inviabiliza o Sistema Nacional de Educação previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) da Sociedade Brasileira". Ela também falou que a inclusão das particulares no denominado Sistema Federal atende ao princípio das Parcerias Público-Privadas. "O pouco (de verba) que entrar ainda será repartido com as privadas", lamentou.

Niko Junior

NA MESA, JOSÉ MIGUEL, ARIANE LARENTIS, BERNARDO LIMA, ROBERTO GAMBINE E ANA RIBEIRO (MEDIADORA)

Movimentos saúdam Congresso dos técnico-administrativos

Adufrj-SSind, DCE e APG criticam governo Lula e conclamam unidade em defesa da universidade pública

A abertura do 8º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj) foi também um momento de debate dos movimentos docente, estudantil e dos técnico-administrativos sobre a crise do governo Lula e as perspectivas para a organização dos trabalhadores. A Adufrj-SSind esteve representada no evento pelo diretor José Miguel Bendrao Saldanha. O diretor da seção sindical ressaltou a importância da unidade dos trabalhadores docentes e técnicos. Para o professor, as bases dos movimentos são sábias e a principal lição que se pode tirar da atual conjuntura é que as entidades devem procurar manter "a todo custo a autonomia em relação a governos e partidos e praticá-la diariamente como a única forma de não serem identificadas com desvios".

Para o representante do DCE Bernardo Lima, os estudantes têm grande expectativa em relação às deliberações do congresso dos técnico-admnistrativos. Bernardo acredita que os movimentos sociais e sindicais são chamados nesse momento a fazer uma escolha: defender o governo ou enfrentar esse mesmo governo que implementa agenda contrária aos interesses dos trabalhadores e da população.

Ariane Larentis, representante da Associação dos Pós-graduandos, considera que os movimentos locais devem retomar a mobilização na perspectiva de reverter o quadro de abandono da universidade pública. Ariane também criticou a política econômica do governo Lula. "Em meio aos mensalões, currupção, CPIs, o país continua pagando juros exorbitantes aos banqueiros de 150 bilhões por ano com a política de superávit". Para a estudante, a crítica maior deve ser o mensalão oficial dos juros da dívida pública. "O montante de juros pagos em dinheiro vivo aos organismos financeiros, de janeiro a julho de 2005, eqüivalem a 25 anos do Bolsa-Família ou a sete anos do orçamento para a Educação deste ano ou, ainda, manter funcionando 2.000 universidades do porte da UFRJ!".

Reforma Universitária

O diretor da Adufrj-SSind José Miguel criticou também a política econômica e lembrou que a opção do governo petista por aprofundar o neoliberalismo começou a se concretizar com a Reforma da Previdência "que fortaleceu o grande capital" a partir da criação dos fundos de pensão para os servidores. Quanto à reforma universitária, o diretor da seção sindical disse que, diferentemente do que quer mostrar o Ministério da Educação, "não há consenso em relação ao projeto do governo". José Miguel ressaltou que os docentes da base do Andes-SN estão discutindo a possibilidade de apresentar um projeto de lei para se contrapor à reforma privatista do governo. O movimento docente vai deliberar sobre o projeto nos próximos dias 20 e 21 em um Conselho Extraordinário do Andes-SN, em Brasília.

Também participaram da mesa de abertura do Congresso do Sintufrj o superintendente da Pró-reitoria de Pessoal, Roberto Gambine; o decano do Centro de Ciências da Saúde, João Ferreira; Paulo Henrique dos Santos, diretor da Fasubra Sindical e Jayme Ramos, presidente da CUT/RJ.

Entrevista

Osvaldo Coggiola analisa a conjuntura

Osvaldo Luis Angel Coggiola – Professor Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP) – concedeu uma breve entrevista ao ADUR Informa, durante o 50º Conad, em Fortaleza. Graduado em História e em Economia pela Université de Paris VIII, Mestre e Doutor pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França), Livre-Docente pela Universidade de São Paulo, Coggiola tem pesquisado sobre a História do Movimento Operário e da América Latina, com ênfase nos aspectos político e econômico.

No dia em que nos concedeu esta entrevista, Osvaldo Coggiola participaria de uma manifestação pública, paralela à reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que também acontecia em Fortaleza. No entanto, ele e os demais manifestantes foram recebidos por uma tropa de choque. Felizmente, não houve agressões físicas nem confrontos.

Nesta breve entrevista, Osvaldo Coggiola analisa a crise política brasileira, as relações entre a mobilização docente e uma possível greve, e as expectativas acerca do CONAD Extraordinário do Sindicato Nacional, a realizar-se em agosto, quando será discutido o Projeto de Lei do Andes-SN, substitutivo ao da Reforma Universitária do governo Lula da Silva.

ADUR Informa: O que houve na reunião da SBPC?

Osvaldo Coggiola: Estava previsto um ato público na frente do teatro José de Alencar, que sinalizava a abertura oficial da SBPC. Assim como estava prevista uma SBPC paralela, também estava prevista uma abertura paralela, com um ato público, de forças políticas. Havia uma boa quantidade de bombeiros, tropas de choque, que sem dúvida estavam destinadas a evitar que o ato previsto acontecesse. Foi uma grande exibição de força, de pessoas que estavam ali para, supostamente, cuidar da segurança de uma abertura da SBPC ou evitar a realização do ato político. As pessoas que participariam deste ato, a maioria estudantes, conseguiram entrar e cantar palavras de ordem. Realizaram um jogral no local onde estava sendo feita a reunião da SBPC. Não houve nenhum choque com as tropas, felizmente.

ADUR Informa: Como a atual conjuntura política pode favorecer a uma inversão de forças entre o governo e o Andes-SN e como o Sindicato Nacional pode, a partir dessa conjuntura, avançar mais nas suas reivindicações?

Osvaldo Coggiola: Bom, o momento torna-se propício porque não é o governo apenas, entendido como poder executivo, mas o conjunto do regime político que está em crise, em particular porque as denúncias de corrupção não recaíram sobre o presidente, com foi no caso do Fernando Collor, mas sim, sobre o Congresso. Portanto, neste momento em que esse mesmo Congresso está sendo chamado pelo governo para aprovar uma lei de Reforma Universitária, que o Andes – Sindicato Nacional tem criticado pelo seu caráter privatizante, existe a possibilidade de que uma pressão social, uma pressão organizada, uma pressão militante sobre esse Congresso tenha efeito, porque o poder Legislativo, o Congresso Nacional, está debilitado diante dessa denúncia de corrupção. Por outro lado, está perfeitamente claro que o governo, o Gabinete, inclusive o próprio presidente, não são alheios a esses fenômenos da corrupção. Então, trata-se de um poder político em um regime político que está debilitado, que cria uma situação que dá melhores condições do que no período da Reforma da Previdência, para nos opormos às Reformas Universitária, Sindical e Trabalhista. Vamos barrar essas reformas! A situação política é essa: na verdade, está se criando uma espécie de vazio político no país. A suposta manutenção da popularidade de Luiz Inácio Lula da Silva apresenta uma única possibilidade, de que ele governasse sem um Ministério que está queimado e sem um corpo legislativo, mas isso é impossível. A tendência da situação política vai ao sentido de criar uma espécie de um poder bonapartista de Lula. O PT está liquidado como ator político, como eixo de estabilidade do governo. Lula está tentando governar como Bonaparte, com uma espécie de um governo de coalizão nacional. Mas, por outro lado, ele tem enorme dificuldade de fazê-lo. Não há o menor interesse do partido que restou no governo, o PMDB, em prometer apoio à Lula. O PMDB não se comprometeu em aceitar a reeleição de Lula. Isso significa que temos um governo profundamente debilitado. De modo geral, a situação política faz com que sejam grandes as possibilidades para os movimentos populares, em particular para o movimento docente, de levar adiante uma luta efetiva pelas suas reivindicações, mobilizar e obter vitórias concretas. Um exemplo importante foi dado no estado de São Paulo, onde uma crise semelhante opôs o próprio governo estadual a uma parte de sua própria bancada. O governo tem ampla maioria na ALESP (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo), mas conseguimos impor uma vitória histórica, aumentando de 9,5% para 10% de ICMS a base de financiamento das universidades, elevando para 31% o financiamento geral da educação – 31% de todas as receitas – e incorporando, organicamente, o financiamento com 1% da receita do Estado, do Centro Paula Souza (CEETEPS), que comanda a educação técnica e tecnológica. Então, foi uma vitória histórica, porque as receitas são vinculadas, são de caráter constitucional. O exemplo de São Paulo mostra que se pode ir mais longe no caso do governo federal, tanto na Campanha Salarial, quanto na luta contra a Reforma Universitária.

Kelvin Melo

ADUR Informa: E como se explica que a crise política não tenha atingido, de forma impactante, a política econômica do país?

Osvaldo Coggiola: Em primeiro lugar, por enquanto, esta é uma crise por cima, porque não há intervenção do movimento popular. Não há uma pressão para que essa política econômica seja mudada. Temos uma população que está assistindo, estarrecida, ao espetáculo de desmoralização completa do regime político. Nesse quadro de crise, a única coisa que interessou às classes dominantes, que estão por trás do poder político, é que a política econômica esteja imbatível. Daí a "blindagem" de Antonio Palocci e a pressão sobre o deputado Roberto Jefferson – que inicialmente não poupou Palocci das denúncias de corrupção – para que o deixasse fora das denúncias de corrupção. Assim, os únicos que têm sido poupados nesta cascata de denúncias são Lula e Palocci – como o representante do plano político e como o responsável pela política econômica, respectivamente. Mas está cada vez mais difícil protegê-los, porque se sabe que Palocci estava metido na história e as denúncias têm chegado cada vez mais perto de Lula, envolvendo, inclusive, um dos filhos do presidente. Eles não serão poupados pela crise. No entanto, há jornais que especulam que, caso Lula seja muito "sangrado" até o final do seu mandato, o PT, ou o que restasse do PT, tentaria uma reeleição, através de uma aliança política, tendo Palocci como candidato à Presidência. Esta é uma das questões po-

Entrevista

líticas que estão em jogo, embora sejam relativamente secundárias, porque o principal é que esta crise política abre perspectiva para uma forte intervenção do movimento popular. O que aconteceu, até agora, foi que a política econômica foi blindada porque não há, até o momento, um movimento popular forte. E não é somente isso. As direções dos principais movimentos populares – MST, UNE e CUT – têm tido uma atitude pró-governista. Eles indicam que as denúncias de corrupção precisam ser apuradas, mas sustentam que o principal é proteger o governo de uma suposta conspiração de "direita". O próprio presidente Lula disse que não há golpe. A reação popular acontecerá, principalmente porque essa política econômica condena cada vez mais brasileiros ao desemprego, a miséria. As direções desses setores do MST, da UNE e da CUT sentirão a pressão dessa crise. Por enquanto, essas entidades têm atuado como o principal freio para que essa crise política não tenha se transformado em uma crise institucional e em uma situação marcada pela mobilização popular. As coordenações das lutas que têm acontecido neste momento estão isoladas, mas obtêm vitórias importantes, com a dos estudantes de Florianópolis que conseguiram o passe livre; a de docentes, técnico-administrativos e estudantes de São Paulo que obtiveram uma vitória muito importante no mês passado. Contudo, não há uma coordenação geral de todas essas lutas porque há uma dispersão do movimento. MST, UNE e CUT se unificaram, somente, para sair em defesa do governo. Essa política pró-governista não faz jus – principalmente no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – à trajetória de lutas dessas organizações, que terão que ser redefinidas, inclusive, por meio das mudanças dessas direções. Há uma pressão de base e há a possibilidade de que os militantes de base intervenham para mudar os rumos políticos dessas direções.

ADUR Informa: O 50ºCONAD aprovou o indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto, mas as associações de docentes, de uma maneira geral, não estão mobilizadas para a greve. Existe alguma explicação para que, no caso, o movimento docente não esteja tão "seguro" e consolidado a respeito da greve? A greve é um instrumento legítimo de luta, mas na sua visão, é o mais eficiente desses instrumentos?

Osvaldo Coggiola: O Andes-SN lutou dentro da CNESF para que esse reajuste de 0,1%, oferecido para todos os servidores públicos federais, pudesse ser combatido. Isso não tem sido possível por divergências políticas no interior da própria Coordenação e, pelo fato de que ainda sentimos, em particular no caso dos SPF's, a derrota pela aprovação da Reforma da Previdência. Empreendemos muitos esforços para barrá-la e, no caso, a emenda constitucional do governo acabou passando. Isso desmoralizou um pouco o movimento e não tem sido possível construí-lo com a mesma natureza que ele teve contra a Reforma da Previdência, para combater esse reajuste ridículo de 0,1%. Existem as dificuldades objetivas, o peso da derrota na Reforma da Previdência, as divergências políticas e as oscilações políticas de diversos setores. No caso da Fasubra, há setores majoritários que aparecem, perante a opinião pública, defendendo o projeto de Reforma Universitária do governo Lula. O resultado disso é que temos uma dispersão de forças ocasionada por divergências políticas e pelo peso da derrota no caso da Reforma da Previdência. Isso tem pesado muito. Agora, essa crise política atual favorece a recomposição da unidade na luta. A unidade na luta não significa que os professores universitários tenham que esperar que todos os outros setores que estejam dispostos para ir à luta tenham que ir, para que eles possam tomar uma atitude. Os professores universitários têm que sair à luta pelas suas reivindicações, independentemente de ter ou não unidade com outros movimentos sociais. Mas eles têm que lutar para que exista uma luta unificada. Contudo, é muito difícil colocar uma greve unificada das estaduais, federais e municipais porque os ritmos do movimento são diferentes. Em São Paulo, por exemplo, já terminou a Campanha Salarial de todas as instituições públicas. Não há mais Campanha Salarial em São Paulo, então, é praticamente impossível termos uma greve por lá que acompanhe a greve nas federais. Essas são as dificuldades objetivas que todos os movimentos passam e que só podem ser superadas com a unificação de todos os setores dos trabalhadores, em um momento muito excepcional da história. Estamos em um momento de crise, mas repito, é uma crise "por cima", que não tem provocado a intervenção dos movimentos populares, embora crie as condições para que essa intervenção aconteça. A greve continua sendo não o único instrumento, mas o instrumento fundamental. Geralmente, há um discurso de que a greve está esgotada, que não serve mais. Esse discurso corresponde a setores que não querem fazer greve, que não querem lutar. Eles falam de outros métodos de luta, de fazer shows e etc. Na Rússia pré-revolucionária, o instrumento de luta da burguesia que se opunha ao regime não era a greve, eram os banquetes. Eles realizavam grandes banquetes e liam seus discursos. O movimento dos trabalhadores não pode fazer banquete! Ele pode usar de métodos criativos para divulgar as suas reivindicações, mas a paralisação da produção continua sendo o fator fundamental para isso. E as Universidades são produtivas. Se você consegue parar as Universidades, você interrompe o curso normal de importantes setores econômicos no Brasil. A greve dos universitários, se diz, não faz mal a ninguém porque não é greve de metalúrgicos, que vão parar de produzir carros. Os universitários produzem conhecimento, que você vê ao longo prazo, mas, às vezes, também vê imediatamente. Se as Universidades parassem totalmente, isso incidiria diretamente no setor financeiro. E não somente no setor financeiro, porque a Universidade é o principal fluxo de pesquisa no Brasil e produz, constantemente, conhecimentos e tecnologias sem os quais o aparelho produtivo do país não consegue funcionar.

ADUR Informa: Quais são as expectativas em relação ao CONAD EXTRAORDINÁRIO, a realizar-se em agosto, já que o ANDES-SN vai discutir a questão do Projeto de Lei Substitutivo à Reforma Universitária do governo?

Osvaldo Coggiola: Esta é uma proposta audaciosa, porque reflete o momento político que estamos. Se apresentássemos essa proposta antes das denúncias de corrupção, do mensalão, ela poderia parecer inócua, porque o governo poderia passar o rolo compressor, como fez com a Reforma da Previdência. Com a Reforma Universitária, apresentar um Projeto de Lei alternativo teria sido considerado ridículo. Agora já não mais é visto como ridículo, porque o governo está muito queimado e o próprio Congresso está muito sensível às pressões externas, devido à situação em que se encontra. Então, acho oportuno lançarmos um substitutivo que defenda todos os princípios da universidade pública, gratuita, laica do movimento docente, não com a ilusão de que o Congresso vá aprová-la, mas para fazer desse debate parlamentar e da popularização da nossa proposta fatores de mobilização. E essa mobilização na rua é que vai efetuar uma pressão em cima do Congresso, como foi o caso de São Paulo com a LDO, recentemente. Isso permitiria não somente barrar a Reforma Universitária, mas, inclusive, avançar em cima da Reforma Universitária que já foi feita através de decretos e medidas provisórias, como o ProUni, a Lei de Inovação Tecnológica e etc. Para isso que vamos fazer o Conad Extraordinário, que vai refletir os debates das assembléias de associações de docentes de todos o país e terá que tomar decisões em função das indicações que provenham das bases. Contudo, isso vai ter que ser feito com certa rapidez, porque continuamos atrelados ao calendário do próprio governo. Não temos tempo hábil para fazer uma discussão muito prolongada e, em um mês, teremos que esgotar o debate para podermos entrar com o Projeto de Lei substitutivo à Reforma Universitária do governo.

Fonte: Adur Informa 73

Reforma Universitária

Eatudantes debatem reforma em 'calourada' no IFCS

DCE promove atividades nos dias 9 a 11

Como parte das atividades de recepção aos novos alunos, o Centro Acadêmico de História promoveu na semana passada um ciclo de debates. A 'calourada' reuniu a comunidade em uma das salas do IFCS, na noite da última quarta-feira, 3, para um debate sobre a reforma universitária do governo Lula. Participaram como convidados representantes da Adufrj-SSind, Aduff-SSind, DCE-UFRJ e UNE.

Professora da Aduffj-SSind e integrante do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN, Kátia Lima afirmou que o processo intenso de privatização da educação brasileira tem se dado a partir de duas estratégias fundamentais: um processo de privatização dentro das universidades públicas e um outro de empresariamento da educação brasileira. "O grupo de pesquisa aprofundou esse tema e lançou em 2002 o livro *O empresariamento da educação* no qual são analisadas as políticas elaboradas por organismo internacionais do capital para a periferia do capitalismo", disse Kátia. Segundo a professora, os organismos financeiros internacionais condicionam os empréstimos aos governos brasileiros em troca de reformas econômicas e políticas neoliberais. "No grupo de pesquisa, analisamos todos os documentos elaborados pelo Banco Mundial e pelo FMI e vimos que eles ganham materialidade nos governos Collor, Cardoso e Lula".

Para Kátia Lima, o centro da reforma é a diluição da fronteira entre público e privado através das fundações de direito privado, a Lei de Inovação Tecnológica e a parceria público-privada. "Essa estratégia é muito inteligente porque a educação é apresentada como bem público, ou seja, aparentemente uma bandeira dos movimentos sociais, um serviço prestado por instituições públicas e privadas. Na verdade, isso permite o financiamento público para instituições privadas, o Prouni por exemplo, e o financiamento privado para instituições públicas".

Wagner Maiolino

NA ATIVIDADE DO CA DE HISTÓRIA, JOSÉ MIGUEL COMENTA TERCEIRA VERSÃO DO PROJETO DO GOVERNO

UNE

Daniel Iliescer, representante da UNE, citou o recente Congresso da entidade com a participação de 15 mil estudantes, em Brasília, como um espaço em que foi debatido o conteúdo da reforma e as estratégias de ação na disputa política da reforma universitária. Daniel concordou com Kátia na determinação da década de 90 como o período de crescimento do poder financeiro na sociedade brasileira. Para Daniel, no entanto, o processo de privatização gera nos movimentos sociais uma resistência e identifica a chegada ao governo de Lula como oposição ao neo-liberalismo.

Falso consenso

O diretor da Adufrj-Ssind José Miguel disse que não houve debate nenhum com a oposição sobre a reforma a ponto de, no final da segunda versão, o ministro dizer que o anteprojeto da reforma estaria submetido ao grupo de entidades que participaram de audiência pública com o governo Lula e que foram designadas como responsáveis pela sugestão de redação final (terceira versão), excluindo a participação de qualquer entidade ou movimento contrário ao projeto governista. A participação das entidades nas tais audiências públicas foi agendada em dezembro de 2004, durante o recesso letivo. "A segunda versão do governo foi divulgada, ainda, às vésperas do final de período letivo, e a terceira apresentada com toda a pompa no dia da posse do atual ministro Fernando Haddad, seguida da criação de cinco novas universidades que, na verdade, não são novas, mas apenas novos nomes de universidades já existentes ou desdobramentos de outras", criticou.

José Miguel ressaltou que o Sistema Nacional de Avaliação criado pelo governo (Sinaes) serve apenas para tentar demonstrar que existem universidades privadas "boas"." "Esse sistema vem para legitimar, por meio de um pretenso controle de qualidade, uma visão de educação como mercadoria. E o Prouni serve para transferir recursos públicos para o setor privado de educação com a desculpa de para comprar vagas ociosas que não existem de fato".

Aumento do percentual da assistência não significa aumento de verba

O professor lembrou que os 9% propostos pelo projeto do governo para a assistência estudantil não serão recursos novos, mas parte do orçamento já fixado para as universidades. "Não tem dinheiro novo e o aumento de 5% para 9% não faz a menor diferença para o governo porque virá do atual orçamento da universidade".

Vele registrar, também, a intensa participação dos estudantes com perguntas aos debatedores após a exposição dos convidados. Foi uma clara demonstração de que o movimento estudantil promete ampliar a mobilização em defesa da universidade pública no próximo período, com a participação de veteranos e calouros.

Programação dos estudantes para o segundo semestre

O ciclo de debates do CA de HIstória fez parte das atividades do movimento estudantil na semana das chamadas 'calouradas'. O DCE também programou atividades para esse início de semestre. Outro ciclo de debates acontece de 9 a 11 de agosto com o tema "Conjuntura nacional e a crise do governo e as reformas". No dia 11, está previsto um ato na reitoria em defesa de melhorias estruturais na UFRJ e pela construção do bandejão. "Pelo que sabemos, o projeto da reitoria é que o bandejão não será gratuito e poderá ser terceirizado e nós achamos que o bandejão deve ser responsabilidade exclusiva da universidade", disse Pedro Martins do DCE.

Os estudantes também estão mobilizados para Marcha em Brasília contra a corrupção, as reformas neoliberais e a política econômica do governo Lula/FMI *no dia 17 de agosto. "Já estão confirmados ônibus que levarão os estudantes e o alojamento, para quem precisar, na UnB", disse Pedro.*

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

REFORMA UNIVERSITÁRIA

EDIÇÃO DE 8 DE AGOSTO 2005

Introdução

Apresentamos, a partir da página 3 deste encarte, a última e definitiva versão do anteprojeto de lei do MEC que regulamenta o ensino superior. O documento, que contém 69 artigos, foi entregue ao presidente Lula no dia 29 de julho. Foi o último ato de Tarso Genro como ministro da Educação, antes de assumir a presidência do PT. A primeira versão do anteprojeto, vale lembrar, foi divulgada em 6 de dezembro do ano passado (e reproduzida em encarte do Jornal da Adufrj de 13/12/04). Já a segunda versão, de 30 de maio, apareceu na edição de 6 de junho deste ano.

De início, trazemos também uma análise preliminar da diretoria do Andes-SN sobre o anteprojeto do governo. Para a direção do Sindicato Nacional, a versão atual confirma a opção privatista na educação superior junto do descompromisso com o financiamento das instituições federais públicas. No texto de análise, os dirigentes também conclamam à unidade os movimentos organizados da área da Educação no sentido de barrar a contra-reforma universitária.

A luta no Congresso Nacional

Seguindo deliberação do 50º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), entre os dias 15 e 17 de julho, a diretoria preparou para a categoria um conjunto de medidas que poderá ser levado ao Congresso Nacional como uma concepção de ensino superior para o Brasil. Todos os textos (a partir da página 9 deste encarte) serão avaliados durante o 6º Conad Extraordinário dos professores universitários, que ocorre em Brasília (DF), nos dias 20 e 21 de agosto.

Há projetos de emenda à Constituição sobre o financiamento da Educação no país, além de outras propostas sobre orçamentação das instituições federais de ensino superior; acesso e permanência nas universidades, revisão do Conselho Nacional de Educação, processo de escolha de reitores e vice-reitores e avaliação institucional. Também existe um PL que poderá estabelecer os dispositivos legais para regulação das instituições privadas da educação superior.

Disponibilizamos, ainda, as contribuições da diretoria da Seção Sindical dos Docentes da USP sobre a reforma universitária, CNE e situação das instituições particulares.

Versão definitiva do anteprojeto de lei da educação superior consolida a opção privatista e o desfinanciamento das públicas

Notas preliminares da Diretoria do ANDES-SN

A chamada reforma da educação superior foi definitivamente inserida no gigantesco operativo para dar alento ao governo Federal empreendido pelos grandes investidores internacionais que atuam no setor financeiro (vide matérias dos principais informativos do grande capital, como *W. Street Journal, Financial Times*, as entrevistas de P. Kruegman[1] e, principalmente, do Secretário do Tesouro dos EUA, John Snow[2]), pelos representantes do grande capital no país (Febraban, CNI, Agronegócio...) e pelo próprio governo de Lula da Silva[3]. De fato, o anteprojeto anunciado em 29 de julho faz parte da "agenda de união nacional" lançada pelos setores dominantes para retirar o governo da imprevisível crise de legitimidade que corrói fundamentos de sua força política. Não que todos os setores dominantes estejam especialmente empenhados nesta "reforma", um assunto que interessa mais diretamente a uma fração, a chamada "burguesia de serviços" que, no geral, está muito satisfeita com os rumos da "reforma". Os objetivos principais com a reforma, neste momento, são legitimar o novo presidente do PT, mostrando o seu *prestígio* e quebrar a desconcertante seqüência de noticias envolvendo os principais personagens do governo e do PT em um capilarizado e intercomunicante sistema de corrupção.

Fazem parte desse movimento o anúncio da criação de cinco novas universidades federais, na verdade, desmembramento de campi das Federais existentes[4], uma medida que, como não veio acompanhada da alocação de novos recursos, será uma jogada

puramente midiática e, essa sim concreta, a alocação de recursos públicos adicionais nas instituições privadas já beneficiadas pelo Prouni. Como os 25% das vagas que deveriam ser disponibilizadas pelo Programa na forma de bolsas integrais foram reduzidas a 4,25%, os estudantes que terão de se conformar com bolsas de 25% ou 50%, pelo perfil social, não poderão custear os seus cursos. A solução encontrada pelo MEC foi repassar verbas públicas para o pagamento das mensalidades que, pelo projeto inicial do Prouni deveria ser a contrapartida a isenção de impostos e contribuições. Os empresários obviamente comemoram mais essa vitória. Não deveria ser descartada, nesse contexto, a possibilidade de regulamentações em favor do empresariado da educação por meio de decretos e outros instrumentos de eficácia imediata.

A comparação da versão atual com a anterior confirma que as mudanças são muito localizadas e não alteram substantivamente os termos da contra-reforma, ao contrário, adensa-os. As nervuras principais da contra-reforma já estão definidas pelo conjunto das medidas colocadas em prática pelo governo, em especial o Prouni, o Sinaes, a Inovação Tecnológica e a reforma da educação profissional e tecnológica e, também, leis correlatas ao tema, como a das fundações de apoio das IFES e os diversos decretos, portarias que dispõem sobre os mais diversos aspectos da educação superior. O ensinamento de Anne Krueguer, atual vice-presidente do FMI, quando esteve à frente da direção do Banco Mundial, foi diligentemente aprendido: as contra-reformas precisam ser graduais, encaminhadas por instrumentos diversos e articulados entre si, denominado de "decreto-ponte".

Não foi por um acaso histórico que o anúncio da terceira versão do anteprojeto coincidiu a exemplo da versão anterior com a divulgação, pelo BC, do superávit primário total acumulado no primeiro semestre do ano: R$ 59,95 bilhões ou 6,43 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Este montante é recorde desde 1991, quando começou a série histórica e somente pôde ser alcançado através de voraz corte nos gastos sociais do Estado. É aqui que entra o anteprojeto. O superávit primário e a "reforma" da educação se complementam. A manutenção do mecanismo de financiamento das Federais no reduzidíssimo patamar de 75% dos 18% das receitas provenientes de impostos (o que daria R$ 4,3 bilhões pelo orçamento executado de 2004 frente a despesas realizadas de R$ 7,3 bilhões) será a contribuição da educação superior para a viabilização do superávit primário que deverá ser ampliado, posto que o montante de cortes nos gastos públicos, R$ 60 bilhões, ainda foi insuficiente para o governo cobrir a conta de juros do período, que somou R$ 80,128 bilhões, também o maior valor desde 1991. Daí a sugestão do novo papa da economia do *new-PT*, Delfim Neto, de cortar ainda mais gastos públicos por meio do déficit nominal zero.

Coincidindo com a agenda da OMC e do ALCA, o Anteprojeto admite que **a educação é um campo específico de investimentos estrangeiros.** O Anteprojeto autoriza uma participação de até 30% de capital estrangeiro (Art.13, §4) criando a "segurança jurídica" que os empreendedores reivindicam nos tratados de livre comércio (TLC). O que importa, por agora, é que o princípio de que o setor comporta investimentos estrangeiros está estabelecido. A versão do Anteprojeto em tela centra toda a estratégia de ampliação da oferta nos cursos a distância, admitindo mestrados e doutorados 'profissionais´ (sem exigência de dissertações e teses) igualmente a distância e, também pela primeira vez, o credenciamento de diplomas de pós-graduação estrangeiros por instituições privadas, consolidando a possibilidade de associações das empresas situadas no país com as corporações multinacionais (ver Art. 5, V; Art.6, §3; Art.11). Aqui pode ser encontrado o núcleo sólido do projeto. A criação da "Universidade aberta do Brasil" como uma instituição de direito privado e não gratuita será um instrumento importante nesse sentido, pois esta organização poderá realizar convênios com o setor privado. Por isso, a meta de alcançar 40% das vagas no setor público não garante, por si só, a expansão qualitativa da rede pública.

Desde a primeira versão, o setor privado somente avançou em suas reivindicações: o controle sobre as mantenedoras praticamente desapareceu, assim como a exigência de escolha de pelo menos um pró-reitor por meio de eleição direta, as condições para credenciamento como universidade (a presente versão é ainda mais flexível, reduzindo de 12 para 8 cursos a exigência mínima para credenciamento, cf. Art. 18) e como centro universitário, uma instituição não prevista na LDB, seguem congruentes com a opção privatista.

A hipertrofia das atribuições da CAPES na pós-graduação *stricto sensu* vem sendo objeto de preocupação crescente nos programas de pós. De uma agência de fomento a partir das demandas das universidades e de avaliação conforme anseios da comunidade acadêmica, paulatinamente essa agência vem se imiscuindo na esfera da autonomia das universidades. Nesse sentido, a inclusão de um artigo (Art.12) institucionalizando esse processo é mais um fator que amplia a presença governamental e de esferas exógenas na vida acadêmica das instituições, a exemplo do CONAES, uma comissão com considerável poder toda ela escolhida pelo Executivo.

Como apontado acima, o problema crucial da ausência de recursos para as IFES foi ratificado como política de governo na nova versão. Nas três versões do anteprojeto o governo reitera que o montante para as Federais deve ser o possibilitado pela sub-vinculação de 75% dos 18% das receitas provenientes de impostos (Art.49). Apesar do anteprojeto excluir deste montante (R$ 4,3 bilhões) parte dos gastos com pessoal, como os aposentados e pensionistas, e parte dos gastos com a infra-estrutura da saúde (art. 48, V, VI), o cômputo geral não irá alterar o padrão de financiamento.

Objetivando a criação de justificativas para facilitar o apoio das correntes majoritárias do movimento estudantil, o MEC finalmente confirmou o que era óbvio: a proposta da segunda versão (maio de 05) de alocar não 5% dos recursos da educação superior para a assistência estudantil, mas de aplicar 5% das verbas de custeio de cada instituição para a assistência, uma medida defendida de modo entusiástico por seus aliados estudantis, não permite agregar nenhum centavo novo para a assistência. Na versão atual do projeto, o governo reconhece que com 5% das verbas de custeio de cada instituição nada seria acrescentado aos exíguos (quase inexistentes) recursos aplicados na assistência estudantil, por isso, ampliou para 9% (Art. 54). O problema de fundo, conforme os estudos do financiamento apontam, é que nem mesmo com este aumento haverá recursos novos (muitas instituições já destinam 9% ou mais para a assistência) e, portanto, dificilmente haverá mudanças perceptíveis no financiamento da assistência, um direito que segue negado.

Na mesma linha de ampliar os apoios ao seu projeto, para fortalecer o novo presidente do PT ungido pela corrente majoritária que perdeu os seus dirigentes, o projeto exclui os atuais reitores da regra que proíbe a reeleição (Art.58). Acena para os docentes com uma promessa etérea de enviar para o parlamento um projeto de nova carreira um ano após a aprovação desta medida, buscando envolver a categoria no projeto reeleitoral que recentemente sofreu significativas avarias.

Para conquistar apoio público, anuncia (Art. 65) um conjunto de medidas de ação afirmativa para supostamente democratizar o acesso que, apesar da retórica proclamada, não enfrenta o problema nodal apontado pelo ANDES-SN em sua agenda: a articulação das políticas de melhoria das escolas básicas dos territórios de pobreza onde se localizam as etnias historicamente discriminadas com a educação superior pública. A focalização é um instrumento utilitarista em que os pobres estruturais devem entrar em competição entre si para definir os poucos que poderão ter acesso a um determinado "benefício". Os milhões de "sobrantes" (não contemplados pelas cotas), na ótica dessa política, seriam os setores mais elitizados que não atenderam aos critérios da política focalizada.

Os demais artigos são, com poucas nuances, cópias da versão anterior e a análise sistemática elaborada pelo GTPE em junho do ano corrente segue atual. Por que o governo não modificou o projeto? Para os empresários, praticamente tudo já está perfeito, embora ajustes e regulamentações de suas conquistas sejam necessários, como a institucionalização da educação a distância e os centros universitários. Torna-se cada vez mais provável que o MEC tente arrematar a liberalização e a flexibilização do setor privado por meio de instrumentos que não necessitem do crivo parlamentar, como fez Cardoso.

Conformar um pólo de lutas autônomo para construir uma educação pública essencialmente democrática

Aos que lutam pela universidade pública restam ásperos desafios que não podem ser enfrentados com falsas dicotomias. Deixar do jeito que está a educação superior (pública e privada) do país para privilegiar as lutas abstratamente contra "o capital e seus representantes", é uma orientação que a prática está demonstrando ser incapaz de adensar os eixos políticos que devem referenciar as lutas e de agregar amplos setores enraizados nas lutas sociais, gerando imobilismo e substitucionismo: as organizações de vanguarda acabam falando em nome dos protagonistas das lutas que são ressignificados como atores ou, ainda pior, figurantes. Nesta ótica, a questão da educação é remetida para um nebuloso futuro emancipado. Esta tática joga contra a maioria do povo, pois a mercantilização da educação é um processo que se difunde no cotidiano, provocando cicatrizes profundas e duradouras nas instituições. Quando o professor e o aluno se identificam com a condição de empreendedor, a luta sindical perde a sua força. Para tentar reverter esses revezes, com entidades

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

enfraquecidas, será preciso um difícil e longo trabalho político em condições muito mais adversas. Por isso as lutas não podem deixar de priorizar os embates concretos na universidade como dimensão da luta contra a ordem do capital.

O ANDES-SN compreende que as táticas e as consignas de luta precisam acompanhar os desdobramentos da conjuntura, em especial em um contexto de crise, para que o movimento possa se orientar na nova situação. O ANDES-SN tem trabalhado politicamente no sentido de *convencer* as entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública de que o projeto de governo de Lula da Silva irá destruir os princípios e valores da educação pública edificados nos CONED´s e no PNE: Projeto da sociedade brasileira. Obviamente, não se trata de uma questão de esclarecimento ou de equívocos, mas de trabalhar por mudanças na avaliação do Fórum. A despeito de muitas divergências, um passo para isso seria a construção de uma agenda de lutas unitária para barrar essa contra-reforma, derrubar o veto ao artigo do PNE que assegura a ampliação das verbas para 7% do PIB, forjar marcos normativos para garantir a democracia nas escolas e IES públicas e privadas e, nunca menos importante, para garantir a democratização do acesso do povo, ampliando a oferta da educação pública e, simultaneamente, estabelecendo formas renovadas de acesso que permitam superar o falso universalismo liberal.

Para contribuir efetivamente com essa tarefa construiu uma agenda para a educação superior que está aberta ao diálogo. Certamente, a agenda comum fortaleceria a ampliação do arco de forças para fazer frente ao operativo montado pelo governo e seus aliados orgânicos na CUT e no movimento estudantil. As frentes de unidade de ação com setores autônomos frente ao governo e empenhados na defesa da supremacia do social frente ao capital são indispensáveis para assegurar caráter de massa aos embates e às lutas.

Havendo êxito na construção de um pólo combativo capaz de garantir a retomada das lutas de massas, é certo que a frente parlamentar irá adquirir outros contornos. Relativamente, o eixo dos embates se deslocará para a esfera dos movimentos. Caso a construção das lutas massivas ainda requeira um trabalho organizativo e ideológico mais sistemático das forças empenhadas "na unidade dos que lutam", inevitavelmente o movimento para "barrar a reforma" irá se defrontar com o parlamento pois os privatistas não vão perder a oportunidade de ampliar as suas conquistas, como a admissão de capital estrangeiro nas IES privadas e a difusão do comércio transfronteiriço por meio de educação a distância. O que fazer?

Coerentemente, o ANDES-SN por estar empenhado vigorosamente na luta pela transformação da universidade desde o presente, e, ao mesmo tempo, por estar engajado de corpo-e-alma na construção da unidade dos que lutam para viabilizar movimentos massivos, indicou a construção de um instrumento político na forma de um projeto para a educação superior não para uma disputa pelo melhor projeto no parlamento, o que seria uma ingenuidade imperdoável, mas **para servir de elemento de agregação de forças**, de explicitação de divergências e de diferenciação de projetos estratégicos entre os que defendem a educação pública e os que estão atuando com o único objetivo de manter o projeto de poder do grupo reunido na coalizão de forças em que está inserido Lula da Silva, entre os quais estão os empresários da educação.

Seria um grave erro não reconhecer que o governo e seus aliados estão tentando a todo custo isolar os críticos da "reforma" e por isso a tarefa de construir um arco de forças engajado no combate à mercantilização é uma tarefa imediata que teremos de dar a nossa contribuição concreta. Este instrumento terá de ser substantivo e capaz de ir ao âmago dos problemas da educação superior e, ao mesmo tempo, ser sintético e conciso, como devem ser as consignas que orientam as lutas. Os seus propósitos são, em suma, a ampliação do nível de consciência política, a propaganda, a edificação de referências para a unidade das forças em luta e um meio para **enfrentar,** no parlamento, a institucionalização da destruição da educação pública superior.

O melhor da energia criadora do sindicato deve ser utilizado para estruturar formas de lutas que permitam um amplo e consistente diálogo com a base do sindicato nacional, as entidades acadêmicas e sindicais empenhadas na defesa da educação pública, os estudantes que seguem nas lutas e com os movimentos sociais que estão enfrentando a barbárie do capital em defesa dos direitos sociais, de modo que as referências e as práticas extraídas desses diálogos permitam apontar para a criação de uma "educação para além do capital", como conclamou recentemente o filósofo István Mészáros.

Brasília, 2 de agosto de 2005

Diretoria do ANDES-SN

[1] Na opinião de Paul Krugman Lula se encaixa no perfil ideal na ótica do mundo financeiro e, por isso, não deve ser questionado pelos investidores estrangeiros. FSP/Dinheiro, São Paulo, domingo, 31 de julho de 2005.

[2] O Secretário do Tesouro manifestou o posicionamento dos EUA frente a crise do governo Lula da Silva: "o mercado financeiro está dando um voto de confiança ao Brasil. (...) O que conta é o comprometimento com uma boa política macroeconômica e a expectativa de ela vai continuar." (O Globo, Economia,p.24, 2/8/05).

[3] O deslocamento de três ministros do governo para a direção nacional do PT ilustra isso.

[4] Os atos transformam a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) em Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (Esam) em Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa) e a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - Centro Universitário Federal (Efoa/Ceufe) em Universidade Federal de Alfenas (Unifal); instituem a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cruz das Almas, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia.

Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior

ANTEPROJETO DE LEI

Estabelece normas gerais para a educação superior no país, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968; a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999; o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001; a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002; a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

TÍTULO I
DAS NORMAS GERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e dá outras providências.

Art. 2º As normas gerais para a educação superior se aplicam às:

I – instituições públicas de ensino superior mantidas pela União, pelos Estados, pelo

Distrito Federal e pelos Municípios;

II – instituições comunitárias e particulares de ensino superior mantidas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado; e

III – instituições de pesquisa científica e tecnológica, quando promoverem a oferta de cursos e programas de graduação ou de pós-graduação.

Art. 3º A educação superior é bem público que cumpre sua função social por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. A liberdade de ensino à iniciativa privada será exercida em razão e nos limites da função social da educação superior.

Art. 4º A educação superior tem por finalidade:

I – a formação pessoal e profissional de elevada qualidade científica, técnica, artística e cultural, nos diferentes campos do saber;

II – o estímulo à criatividade, ao espírito crítico e ao rigor acadêmico-científico;

III – a oferta permanente de oportunidades de informação e de acesso ao conhecimento, aos bens culturais e às tecnologias;

IV – o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura;

V – o atendimento das necessidades sociais de formação e de

conhecimento avançados;

VI – o aprimoramento da educação e das condições culturais para a garantia dos direitos sociais e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável;

VII – a promoção da extensão, como processo educativo, cultural e científico, em articulação com o ensino e a pesquisa, a fim de viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade; e

VIII – a valorização da solidariedade, da cooperação, da diversidade e da paz entre indivíduos, grupos sociais e nações.

Art. 5º A instituição de ensino superior cumprirá seu compromisso social mediante a garantia de:

I – democratização do acesso e das condições de trabalho acadêmico;

II – formação acadêmica e profissional em padrões de qualidade aferidos na forma da lei;

III – liberdade acadêmica, de forma a garantir a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;

IV – atividades curriculares que promovam o respeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania;

V – incorporação de meios educacionais inovadores, especialmente os baseados em tecnologias de informação e comunicação;

VI – articulação com a educação básica;

VII – promoção da diversidade cultural, da identidade e da memória dos diferentes segmentos sociais;

VIII – preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural, artístico e ambiental;

IX – disseminação e transferência de conhecimento e tecnologia visando ao crescimento econômico sustentado e à melhoria de qualidade de vida;

X – inserção regional ou nacional, por intermédio da interação permanente com a sociedade e o mundo do trabalho, urbano ou rural;

XI – estímulo à inserção internacional das atividades acadêmicas visando ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e intercâmbio de docentes e estudantes com instituições estrangeiras;

XII – gestão democrática das atividades acadêmicas, com organização colegiada, assegurada a participação dos diversos segmentos da comunidade institucional;

XIII – liberdade de expressão e associação a docentes, estudantes e ao pessoal técnico e administrativo; e

XIV – valorização profissional dos docentes e do pessoal técnico e administrativo, inclusive pelo estímulo à formação continuada e equalização das oportunidades acadêmicas.

Art. 6º A educação superior abrangerá:

I – ensino em cursos de graduação, compreendendo bacharelado, licenciatura e cursos de educação profissional tecnológica, para candidatos que tenham concluído o ensino médio;

II – ensino em programas de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo cursos de mestrado e doutorado, de natureza acadêmica ou profissional, reconhecidos pelas instâncias federais competentes e em funcionamento regular, para candidatos graduados que atendam aos requisitos estabelecidos pelas respectivas instituições de ensino superior;

III – pesquisa e produção intelectual;

IV – extensão em programas e atividades, para candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas respectivas instituições de ensino superior;

V – formação continuada, em cursos para candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas respectivas instituições de ensino superior, abrangendo entre outros:

a) cursos seqüenciais de diferentes níveis e abrangência; e

b) cursos em nível de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e de especialização.

§ 1º O acesso ao ensino superior depende de classificação em processo seletivo definido pela instituição de ensino superior.

§ 2º As competências e conhecimentos adquiridos no mundo do trabalho e em cursos de formação continuada poderão ser considerados para a integralização de cursos superiores, de acordo com a legislação aplicável.

§ 3º Os cursos de graduação, observada a carga horária estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação, terão a duração mínima de três anos, excetuando-se:

I – cursos de educação profissional tecnológica, com duração mínima de dois anos; e

II – cursos estruturados na forma do § 4º, com duração mínima de quatro anos.

§ 4º As instituições de ensino superior, na forma de seus estatutos ou regimentos e respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, poderão organizar seus cursos de graduação, exceto os de educação profissional tecnológica, incluindo um período de formação geral, em quaisquer campos do saber e com duração mínima de quatro semestres, com vistas a desenvolver:

I – formação humanística, científica, tecnológica e interdisciplinar;

II – estudos preparatórios para os níveis superiores de formação; e

III – orientação para a escolha profissional.

Art. 7º Será concedido:

I – diploma com validade nacional nos seguintes casos:

a) conclusão de curso de graduação reconhecido pela instância competente; e

b) conclusão de curso compreendido em programa de pós-graduação *stricto sensu*

reconhecido pela instância federal competente.

II – certificado ou atestado com validade nacional, respeitada a legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) conclusão do período de formação geral, nos termos do § 4º do Art. 6º; e

b) conclusão de cursos e atividades compreendidos em programas de extensão e de formação continuada, inclusive os cursos em nível de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e de especialização.

§ 1º Os diplomas expedidos por universidades e por centros universitários serão por eles próprios registrados, e aqueles conferidos por faculdades serão registrados em instituições de ensino superior indicadas pelo Conselho de Educação competente.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso reconhecido do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades que possuam cursos de pós-graduação *stricto sensu* avaliados e reconhecidos, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

Art. 8º Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem no mínimo duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado às provas finais.

§ 1º As instituições tornarão pública, antes de cada período letivo, a organização curricular de seus cursos, incluindo plano de estudos com respectivas disciplinas, etapas, módulos ou outras formas de estruturação do ensino, requisitos, duração, qualificação dos docentes, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as condições publicadas.

§ 2º Os estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas da respectiva instituição de ensino superior.

§ 3º É obrigatória a freqüência dos estudantes a pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das horas previstas para as atividades presenciais estabelecidas em cada disciplina e componente curricular, salvo normas específicas dos cursos e programas de educação a distância.

§ 4º Não haverá distinção de padrão de qualidade entre os cursos superiores oferecidos nos turnos diurno e noturno e nas modalidades presencial e a distância.

Art. 9º As instituições de ensino superior podem aceitar a transferência de alunos regulares para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo específico.

§ 1º A aceitação de transferência é compulsória, em qualquer época do ano e independente da existência da vaga, para instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, quando requerida por servidor público, civil ou militar estudante, da administração direta ou indireta, ou seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o Município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.

§ 2º No caso de transferência compulsória, dar-se-á matrícula do servidor ou seu dependente em instituição pública ou privada, conforme a respectiva origem.

§ 3º Não se aplica a transferência compulsória quando o interessado se deslocar para assumir cargo efetivo em razão de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança.

Art. 10. As instituições de ensino superior, quando da ocorrência de vagas, poderão abrir matrículas nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo específico.

Parágrafo único. A alunos não regulares serão conferidos atestados de aproveitamento, que poderão ser considerados para a integralização de cursos superiores, de acordo com as normas estabelecidas pela instituição.

Art. 11. Os cursos superiores mencionados no art. 6º desta Lei poderão ser ministrados nas modalidades presencial ou a distância.

§ 1º A oferta de cursos superiores a distância deverá estar prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição de ensino superior.

§ 2º A oferta de cursos superiores a distância depende de credenciamento específico da instituição de ensino superior junto ao Ministério da Educação.

§ 3º A instituição de ensino superior credenciada para oferta de cursos superiores a distância poderá operar em unidade da federação distinta de sua sede, observada a legislação aplicável.

§ 4º Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, quando expedidos por instituições credenciadas para esta modalidade e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Art. 12. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES elaborará, a cada cinco anos, Plano Nacional de Pós-Graduação sujeito a homologação pelo Ministro de Estado da Educação, contemplando necessariamente:

I – a articulação da pós-graduação *stricto sensu* com a graduação;

II – a previsão para expansão do ensino de pós-graduação *stricto sensu*, inclusive com o aumento de vagas em cursos de mestrado e doutorado, acadêmicos ou profissionais, compatível com as necessidades econômicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas do país e, em especial, com as exigências desta Lei, para o gradativo incremento de mestres e doutores no corpo docente das instituições de ensino superior;

III – os meios necessários para assegurar a manutenção e o aumento da qualidade tanto nos cursos já existentes quanto nos que venham a ser criados;

IV – a consideração das áreas do conhecimento a serem incentivadas, especialmente aquelas que atendam às demandas de política industrial e comércio exterior, promovendo o aumento da competitividade nacional e o estabelecimento de bases sólidas em ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica; e

V – o desenvolvimento prioritário das regiões com indicadores sociais, econômicos, culturais ou científicos inferiores à média nacional, de modo a reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Parágrafo único. A autorização de funcionamento e a reco-

mendação de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento de cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu* pelo Conselho Nacional de Educação contarão com relatório exarado em caráter conclusivo pela CAPES, a quem compete a verificação e a avaliação das condições institucionais de atendimento dos padrões de qualidade.

CAPÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Seção I

Disposições Gerais

Art. 13. Poderá manter instituição de ensino superior:

I – o Poder Público; ou

II – pessoa física, sociedade, associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, cuja finalidade principal seja a formação de recursos humanos ou a produção de conhecimento.

§ 1º As instituições de ensino superior mantidas pelo Poder Público terão personalidade jurídica própria.

§ 2º Os atos jurídicos das instituições de ensino superior mantidas por pessoa jurídica de direito privado serão praticados por intermédio de sua mantenedora, excetuando-se os de natureza acadêmica.

§ 3º O estatuto ou o contrato social da mantenedora de instituição privada de ensino superior, bem como atos e alterações que impliquem o controle de pessoal, patrimônio e capital social, serão devidamente informados ao órgão oficial competente do respectivo sistema de ensino.

§ 4º Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das entidades mantenedoras de instituição de ensino superior, quando constituídas sob a forma de sociedade com finalidades lucrativas, deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

§ 5º É vedada a franquia no sistema de educação superior.

Art. 14. As instituições de ensino superior classificam-se como:

I – públicas, as instituições criadas e mantidas pelo Poder Público;

II – comunitárias, as instituições cujas mantenedoras sejam constituídas sob a forma de fundações ou associações instituídas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com ou sem orientação confessional ou filantrópica, e que inclua majoritária participação da comunidade e do Poder Público local ou regional em suas instâncias deliberativas; ou

III – particulares, as instituições de direito privado mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Serão adotadas práticas de administração que conduzam à transparência nas instituições públicas, comunitárias ou particulares para a informação do Poder Público e da sociedade.

§ 2º As atividades de pesquisa e extensão de instituições de ensino superior comunitárias poderão ser objeto de políticas específicas de qualificação promovidas pelo Poder Público.

Art. 15. As instituições de ensino superior, quanto à sua organização e prerrogativas acadêmicas, podem ser classificadas como:

I – universidades;

II – centros universitários; ou

III – faculdades.

Art. 16. São comuns às instituições de ensino superior as seguintes prerrogativas:

I – organizar-se de forma compatível com sua peculiaridade acadêmica, estabelecendo suas instâncias decisórias;

II – elaborar e reformar seu estatuto ou regimento, cabendo às instâncias competentes a verificação de sua regularidade formal, observada a legislação aplicável;

III – exercer o poder disciplinar relativamente a seu quadro de pessoal e ao corpo discente, na forma de seus estatutos e regimentos;

IV – fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes curriculares pertinentes;

V – fixar seus objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos, culturais e sociais;

VI – estabelecer calendário acadêmico, observadas as determinações legais;

VII – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, de produção artística e cultural e de extensão;

VIII – conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos, na forma da lei;

IX – estabelecer normas e critérios para seleção, admissão e exclusão de seus estudantes, inclusive para admissão por transferência;

X – firmar contratos, acordos e convênios, observado o disposto no art. 13 § 2º e § 5º;

XI – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimento, referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos e deles dispor, na forma prevista no ato de constituição, nas leis e no respectivo estatuto ou regimento, observado o disposto no art. 13 § 2º; e

XII – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultantes de convênios com entidades públicas e privadas, observado o disposto no art. 13 § 2º.

Art. 17. As instituições de ensino superior deverão observar as seguintes diretrizes:

I – implementação de planos de carreira, bem como de capacitação e treinamento, para docentes e pessoal técnico e administrativo;

II – divulgação pública de critérios de seleção para admissão de docentes e pessoal técnico e administrativo;

III – avaliação institucional interna e externa, abrangendo seus cursos e programas, com a participação de docentes, estudantes, pessoal técnico e administrativo e representantes da sociedade civil;

IV – organização colegiada, garantida a prevalência da representação docente;

V – proteção da liberdade acadêmica contra o exercício abusivo de poder interno ou externo à instituição;

VI – garantia de condições dignas de trabalho aos docentes e pessoal técnico e administrativo;

VII – institucionalização do planejamento acadêmico e administrativo;

VIII – prévia tipificação de infrações disciplinares e de suas correspondentes penalidades, para os docentes, os estudantes e o pessoal técnico e administrativo, bem como dos processos administrativos para sua aplicação, garantido o direito ao contraditório; e

IX – estabelecimento de normas e critérios públicos de seleção e admissão de estudantes, levando em conta os efeitos sobre a orientação do ensino médio e em articulação com os órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino.

Seção II

Da Universidade

Art. 18. Classificam-se como universidades as instituições de ensino superior que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

I – estrutura pluridisciplinar, com oferta regular, em diferentes campos do saber, de pelo menos dezesseis cursos de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu*, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes, sendo, pelo menos, oito cursos de graduação, três cursos de mestrado e um curso de doutorado;

II – programas institucionais de extensão nos campos do saber abrangidos pela instituição;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, majoritariamente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

IV – metade do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo pelo menos metade destes doutores; e

V – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. As universidades especializadas deverão oferecer, no mínimo, dez cursos de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes, sendo, pelo menos, seis cursos de graduação no campo do saber de designação, um curso de mestrado e um de doutorado, no mesmo campo do saber e cumprir o disposto nos incisos II, III, IV e V.

Art. 19. A universidade, no exercício de sua autonomia, deve promover concomitantemente:

I – geração de conhecimentos, tecnologias, cultura e arte;

II – disseminação e transferência de conhecimentos e tecnologias, preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural, artístico e ambiental;

III – formação acadêmica e profissional em padrões de qualidade reconhecidos nacional e internacionalmente; e

IV – articulação com a sociedade, visando contribuir por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento educacional, socioeconômico e ambiental sustentável de sua região.

Art. 20. A universidade goza de:

I – autonomia didático-científica para definir seu projeto acadêmico, científico e de desenvolvimento institucional;

II – autonomia administrativa para elaborar normas próprias, escolher seus dirigentes e administrar seu pessoal docente, discente, técnico e administrativo e gerir seus recursos materiais;

III – autonomia de gestão financeira e patrimonial para gerir recursos financeiros e patrimoniais, próprios, recebidos em doação ou gerados através de suas atividades finalísticas.

Parágrafo único. A autonomia administrativa e a autonomia de gestão financeira e patrimonial são meios de assegurar a plena realização da autonomia didático-científica.

Art. 21. O exercício da autonomia universitária implica as seguintes prerrogativas específicas, sem prejuízo de outras:

I – criar, organizar e extinguir na sua sede, localizada no Município ou no Distrito Federal, cursos e programas de educação superior; e

II – fixar o número de vagas em seus cursos e programas, de acordo com a capacidade institucional e as necessidades de seu meio e as áreas de influência.

Parágrafo único. O *campus* fora de sede, devidamente autorizado, gozará das prerrogativas da sua sede desde que, isoladamente considerado, atenda às exigências previstas nos incisos II, III, IV e V do art. 18.

Seção III
Do Centro Universitário

Art. 22. Classificam-se como centros universitários as instituições de ensino superior que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

I – estrutura pluridisciplinar, com oferta regular, em diferentes campos do saber, de pelo menos oito cursos de graduação, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes;

II – programa institucional de extensão nos campos do saber abrangidos pela instituição;

III – um quinto do corpo docente em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, majoritariamente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e

IV – um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo um terço destes doutores.

Parágrafo único. Os centros universitários especializados deverão oferecer, no mínimo, seis cursos de graduação no campo do saber de designação, reconhecidos e com avaliação positiva pela instância competente, e cumprir o disposto nos incisos II, III e IV.

Art. 23. Os centros universitários têm as seguintes prerrogativas:

I – atuar na sua sede, localizada no Município ou no Distrito Federal;

II – criar, no mesmo campo do saber, cursos congêneres, conforme explicitado e aprovado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, aos cursos de graduação que tenham sido positivamente avaliados pelas instâncias competentes; e

III – fixar o número de vagas em seus cursos e programas, de acordo com a capacidade institucional e as necessidades de seu meio e as áreas de influência.

Seção IV

Da Faculdade

Art. 24. Classificam-se como faculdades as instituições de ensino superior que tenham como objetivo precípuo a formação pessoal e profissional de garantida qualidade científica, técnica, artística e cultural, e que atendam ao requisito mínimo de um quinto do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado em efetivo exercício docente.

Parágrafo único. Duas ou mais faculdades credenciadas, atuando no mesmo Município, podem articular suas atividades mediante regimento comum e direção unificada, na forma proposta por seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Seção V

Do Plano de Desenvolvimento Institucional

Art. 25. As instituições de ensino superior deverão elaborar seus Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo:

I – projeto pedagógico da instituição e de cada um de seus cursos, identificando sua vocação educacional, definindo os campos do saber de sua atuação e explicitando, quando for o caso, a proposta de criação de cursos congêneres aos já oferecidos;

II – demonstração da relação entre o projeto pedagógico, a finalidade da educação superior e o compromisso social da instituição;

III – perspectiva de evolução da instituição no período de vigência do PDI; e

IV – avaliação do PDI anterior, quando for o caso.

Parágrafo único. O PDI, bem como seus aditamentos, uma vez avaliados na sua consistência e homologados pela instância competente, constituem termo de compromisso com o Poder Público, observados os dispositivos regulatórios.

Seção VI

Da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino

Art. 26. A educação superior nos sistemas estaduais de ensino compreende:

I – as instituições de ensino superior estaduais e municipais; e

II – órgãos e entidades de natureza pública, estaduais ou municipais, vinculados à educação superior no âmbito dos respectivos Estados e do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os sistemas estaduais de ensino têm como órgão normativo da educação superior os respectivos Conselhos de Educação, conforme legislação própria.

Art. 27. Compete aos sistemas estaduais de ensino e ao sistema de ensino do Distrito Federal a definição das normas aplicáveis ao funcionamento das instituições de que trata o artigo anterior, especialmente quanto à função regulatória, excetuando-se os cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu* e a modalidade de educação a distância.

Art. 28. A União poderá participar do financiamento das instituições estaduais e municipais de ensino superior que com ela celebrarem convênios ou consórcios públicos, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com o compromisso de expansão da oferta de vagas e de qualificação dos cursos e programas, inclusive visando à criação de novos estabelecimentos e cursos de ensino superior, observada a legislação do respectivo sistema de ensino.

TÍTULO II
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. A educação superior no sistema federal de ensino compreende:

I – as instituições de ensino superior mantidas pela União; e

II – as instituições de ensino superior mantidas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 30. A organização da instituição de ensino superior deverá prever a existência de uma ouvidoria, cujo titular, docente, técnico ou administrativo, deverá ter estabilidade garantida no período de exercício de seu mandato e ser eleito diretamente pelos segmentos da comunidade institucional, na forma do seu estatuto ou regimento.

Art. 31. A organização da universidade e do centro universitário será definida por seus colegiados superiores, na forma de seus estatutos e regimentos, assegurada a participação no colegiado superior de representantes dos docentes, dos estudantes, do pessoal técnico e administrativo e da sociedade civil, observada a participação majoritária de docentes em efetivo exercício na instituição, sendo pelo menos 50% (cinqüenta por cento) destes mestres e doutores.

Parágrafo único. Nas universidades e nos centros universitários, comunitários ou particulares, os integrantes do colegiado superior indicados pela mantenedora não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da representação total, independentemente do cargo e da atividade que exerçam na instituição de ensino superior.

Art. 32. A universidade deverá constituir conselho social de desenvolvimento, de caráter consultivo, presidido pelo reitor, conforme disposto em seus estatutos, com representação majoritária e plural da sociedade civil, com a finalidade de assegurar a participação da sociedade em assuntos relativos ao desenvolvimento institucional da universidade e às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. O conselho social de desenvolvimento terá as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que lhe possam ser estatutariamente conferidas:

I – dar amplo conhecimento público das atividades acadêmicas da universidade, com vista à avaliação social de sua efetividade enquanto instituição;

II – acompanhar a execução do PDI; e

III – indicar demandas da sociedade para a fixação das diretrizes e da política geral da universidade, bem como opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos.

CAPÍTULO II

DA REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO

Art. 33. Cabe à União o exercício da função regulatória da educação superior no sistema federal de ensino.

§ 1º A função regulatória será realizada mediante processos de pré-credenciamento, credenciamento, renovação de credenciamento, descredenciamento e alteração de classificação de instituições de ensino, e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

§ 2º Deverá ser assegurada transparência e publicidade dos critérios adotados e da motivação para quaisquer atos administrativos decorrentes.

Art. 34. O credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos, terão prazos limitados, sendo renovados periodicamente, após processo regular de avaliação e supervisão.

§ 1º Identificadas eventuais deficiências em processos de supervisão e avaliação e decorrido o prazo fixado para seu saneamento, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, ouvido o Conselho Nacional de Educação:

I – suspensão temporária de processo seletivo de cursos superiores;

II – suspensão temporária de prerrogativas de autonomia;

III – não renovação de reconhecimento de cursos por ela oferecidos;

IV – intervenção; e

V – descredenciamento.

§ 2º No caso de instituição pública, o órgão do Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 35. O credenciamento de instituição de ensino superior do sistema federal de ensino somente será concedido após três anos, a partir de ato de pré-credenciamento pela instância competente do Poder Público.

§ 1º No decorrer do período de pré-credenciamento, a instituição de ensino superior será submetida a processo específico de supervisão.

§ 2º Decorrido o período definido no *caput*, a instituição de ensino superior pré- credenciada que obtiver resultado satisfatório nos processos de avaliação e supervisão poderá receber credenciamento, bem como obter reconhecimento dos cursos autorizados.

§ 3º A instituição de ensino superior que infringir disposição de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados no seu estatuto ou regimento poderá ter o credenciamento cassado a qualquer tempo.

Art. 36. A universidade e o centro universitário somente serão criados por alteração de classificação de instituição de ensino superior, já credenciada e em funcionamento regular por no mínimo cinco anos, que apresente desempenho satisfatório nos processo de avaliação e supervisão realizadas.

Art. 37. A faculdade somente será pré-credenciada para oferta regular de pelo menos um curso de graduação.

§ 1º A criação, por faculdade credenciada, de novos cursos de graduação congêneres a cursos já criados e que contem com avaliação positiva, será examinada com prioridade e procedimento sumário pelas instâncias regulatórias da União.

§ 2º A faculdade credenciada poderá, após o ato de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento de cursos de graduação avaliados positivamente, ampliar o número de vagas em até 50% (cinqüenta por cento).

§ 3º A faculdade credenciada poderá remanejar vagas entre turnos autorizados do mesmo curso.

Art. 38. O pré-credenciamento, o credenciamento, o descredenciamento, e a alteração de classificação de instituição de ensino superior, serão precedidos de manifestação do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. No caso de descredenciamento de instituição de ensino superior ou de indeferimento de pedido de credenciamento, o Ministério da Educação estabelecerá as providências a serem adotadas no sentido de salvaguardar os direitos dos estudantes.

Art. 39. Uma vez credenciada, a instituição de ensino superior deverá se submeter à renovação periódica de seu credenciamento e poderá ter sua classificação alterada, mediante processos de avaliação e de supervisão, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* a todas as instituições de ensino superior do sistema federal de ensino, inclusive àquelas criadas anteriormente à vigência da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 40. A transferência de instituições de ensino superior e de seus cursos entre mantenedoras deverá ser previamente aprovada pela instância competente do Poder Público.

Art. 41 A educação superior na área das ciências da saúde articula-se com o Sistema Único de Saúde, de modo a garantir orientação intersetorial ao ensino e à prestação de serviços de saúde, resguardados os âmbitos de competências dos Minis-

térios da Educação e da Saúde.

Parágrafo único. As orientações gerais referentes aos critérios para autorização de novos cursos de graduação na área da saúde serão estabelecidas pelo Ministério da Educação, após manifestação do Conselho Nacional de Saúde e Conselho Nacional de Educação.

CAPÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Art. 42. São comuns às instituições federais de ensino superior as seguintes diretrizes:

I – inclusão de grupos sociais e étnico-raciais subrepresentados na educação superior;

II – articulação com órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, em especial com as entidades de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica;

III – articulação com os demais sistemas de ensino visando à qualificação da educação básica e à expansão da educação superior;

IV – cooperação na redução de desigualdades regionais, mediante políticas e programas públicos de investimentos em ensino e pesquisa e de formação de docentes e pesquisadores;

V – formação e qualificação de quadros profissionais, inclusive por programas de extensão universitária, cujas habilitações estejam especificamente direcionadas ao atendimento de necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, do mundo do trabalho, urbano e do campo;

VI – eficiência, probidade e racionalização na gestão dos recursos;

VII – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VIII – determinação da carga horária mínima de ensino, com atenção preferencial aos cursos de graduação;

IX – definição da política geral de administração da instituição; e

X – pleno aproveitamento da capacidade de atendimento institucional, inclusive pela admissão de alunos não regulares, mediante processo seletivo ou avaliação de capacidade, quando da ocorrência de vagas em atividades ou disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação.

Art. 43. As instituições federais de ensino superior, na elaboração de seus Planos de Desenvolvimento Institucional, nos termos do art. 25, especificarão as metas e os objetivos que se propõem a realizar em ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, com especial destaque aos projetos de expansão e qualificação institucional, em consonância com sua vocação institucional e as características da região.

§ 1º O PDI deverá especificar o prazo para execução das metas e dos objetivos propostos, a fonte dos recursos necessários à sua execução, incluídas as receitas próprias, em especial quando impliquem novos investimentos em projetos de expansão e qualificação institucional.

§ 2º O plano de trabalho das instituições federais de ensino superior com suas fundações de apoio abrangendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o desenvolvimento de infra-estrutura institucional, científica e tecnológica, deverá estar devidamente consignado nos respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional.

Art. 44. A universidade tecnológica federal, o centro tecnológico federal e a escola tecnológica federal devem oferecer ensino médio integrado à educação profissional, nas áreas profissionais de sua atuação, com atenção à modalidade de educação de jovens e adultos.

Seção I

Da Universidade Federal

Art. 45. A universidade federal é pessoa jurídica de direito público, instituída e mantida pela União, criada por lei, dotada de capacidade de auto-normação, auto-gestão e de todas as prerrogativas inerentes à autonomia universitária, na forma da Constituição.

Parágrafo único. A Universidade Federal constitui ente jurídico peculiar, denominado universidade pública federal, na forma estabelecida pela Constituição, regendo-se por seu estatuto, aprovado pelo respectivo colegiado superior, cabendo às instâncias competentes da União a verificação de sua regularidade formal.

Art. 46. No exercício da sua autonomia, as universidades federais poderão:

I – propor seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, atendidas as normas gerais pertinentes e de acordo com o orçamento autorizado;

II – remunerar serviços extraordinários e gratificar atividades específicas, conforme definição do conselho superior da instituição e os recursos disponíveis;

III – contratar por tempo determinado pessoal docente e técnico-administrativo para atendimento de necessidades eventuais, conforme critérios definidos pelo conselho superior da instituição, através de processos seletivos e observados os recursos disponíveis;

IV – elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

V – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos disponíveis;

VI – elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

VII – adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VIII – realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação da instância competente do Poder Público, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

IX – efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho; e

X – manter educação básica e profissional.

§ 1º A prerrogativa prevista no inciso I será exercida em observância aos planos de carreira nacional, para docentes e pessoal técnico-administrativo, com piso salarial assegurado, e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, inclusive nas carreiras de ensino básico e profissional nas instituições que mantiverem as atividades previstas no inciso X.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 47. O estatuto de universidade federal deve estabelecer a forma de escolha do Reitor e do Vice-Reitor, com ele registrado, mediante eleição direta pela comunidade.

§ 1º O Reitor e o Vice-Reitor, com mandato de cinco anos, vedada a recondução, deverão possuir o título de doutor e ter pelo menos dez anos de docência no ensino superior público.

§ 2º O mandato de Reitor e de Vice-Reitor se extingue pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo, na forma do estatuto.

Seção II

Do Centro Universitário Federal e da Faculdade Federal

Art. 48. O centro universitário federal e a faculdade federal são pessoas jurídicas de direito público, instituídas e mantidas pela União, criadas por lei.

§ 1º O estatuto do centro universitário federal será proposto pelo respectivo colegiado superior, cabendo a sua aprovação e homologação pelas instâncias competentes da União.

§ 2º O regimento da faculdade federal será proposto pelo respectivo colegiado superior, cabendo aprovação e homologação pelas instâncias competentes da União.

Seção III

Do Financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior

Art. 49. A União aplicará, anualmente, nas instituições federais de ensino superior, nunca menos de 75% (setenta e cinco por cento) da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º Excluem-se do cálculo a que se refere o *caput*:

I – os recursos alocados às instituições federais de ensino superior por entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica e por suas congêneres privadas;

II – os recursos alocados às instituições federais de ensino superior mediante convênios, contratos, programas e projetos de cooperação, por órgãos e entidades públicas federais não participantes do sistema federal de ensino superior, por outros órgãos e entidades públicas de qualquer nível de governo, bem como por organizações internacionais;

III – as receitas próprias das instituições federais de ensino superior, geradas por suas atividades e serviços;

IV – as despesas que não se caracterizem como de manutenção e desenvolvimento do ensino;

V – as despesas com inativos e pensionistas das instituições federais de ensino superior, sem prejuízo de seus direitos específicos;

VI – as despesas referentes a ações e serviços públicos de saúde promovidos pelos hospitais vinculados às instituições federais de ensino, contabilizadas para efeito do cumprimento do disposto no art. 198, § 2º da Constituição Federal e art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

VII – as despesas com pagamentos de débitos judiciais originados em legislação vigente no período anterior à promulgação desta Lei, ou que resultem de atos posteriores que não tenham decorrido de decisão emanada das instituições federais.

§ 2º Os pagamentos judiciais serão contabilizados para efeito do *caput* de acordo com a natureza da despesa que lhe deu causa.

§ 3º Os excedentes financeiros de cada exercício, a qualquer título, serão automaticamente incorporados ao exercício seguinte, sem prejuízo do previsto no *caput*.

§ 4º As instituições federais de ensino superior aplicarão, no mínimo, o equivalente a 12% (doze por cento) de seus orçamentos de manutenção e desenvolvimento do ensino em despesas de capital e despesas de custeio, excluídas as despesas de pessoal, nos termos das leis que regem as finanças públicas.

§ 5º A instituição federal publicará anualmente o balanço das receitas auferidas e das despesas efetuadas no Diário Oficial da União.

Art. 50. Cada universidade federal deverá habilitar-se ao regime de orçamentação global, devendo a União repassar os recursos pactuados em duodécimos mensais.

§ 1º As despesas referidas nos incisos IV, V, VI e VII do artigo anterior incluir-se-ão no orçamento global da instituição.

§ 2º Os centros universitários e faculdades federais poderão se habilitar ao regime de orçamentação global, pelo atendimento de indicadores de gestão e desempenho institucional.

Art. 51. Em cada exercício, a diferença entre o aporte total de recursos previstos no art. 49 e o somatório dos orçamentos das instituições federais de ensino será destinada à expansão, interiorização e qualificação da educação superior pública federal.

Parágrafo único. A distribuição dos recursos previstos no *caput* será feita conforme orientação de comissão colegiada paritária, integrada por membros da comunidade acadêmica, da sociedade civil e dirigentes públicos, indicados pelo Ministro de Estado da Educação e pelo colegiado de dirigentes de instituições federais de ensino superior, mediante avaliação externa de cada instituição federal e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, na forma do regulamento.

Seção IV

Das Políticas de Democratização do Acesso e de Assistência Estudantil

Art. 52. As instituições federais de ensino superior deverão formular e implantar, na forma estabelecida em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, medidas de democratização do acesso, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social.

Parágrafo único. As instituições deverão incentivar ações de nivelamento educacional, promovendo a participação de seus estudantes, apoiados por bolsas especiais para essa finalidade e por supervisão docente.

Art. 53. As medidas de democratização do acesso devem considerar as seguintes premissas, sem prejuízo de outras:

I – condições históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos sociais;

II – importância da diversidade social e cultural no ambiente acadêmico; e

III – condições acadêmicas dos estudantes ao ingressarem, face às exigências dos respectivos cursos de graduação.

§ 1º Os programas de ação afirmativa e inclusão social deverão considerar a promoção das condições acadêmicas de estudantes egressos do ensino médio público, especialmente afrodescendentes e indígenas.

§ 2º As instituições deverão oferecer, pelo menos, um terço de seus cursos e matrículas de graduação no turno noturno, com exceção para cursos em turno integral.

§ 3º Será gratuita a inscrição de todos os candidatos de baixa renda nos processos seletivos para cursos de graduação, conforme normas estabelecidas e divulgadas pela instituição.

Art. 54. As medidas de assistência estudantil deverão contemplar, sem prejuízo de outras, a critério do conselho superior da instituição:

I – bolsas de fomento à formação acadêmico-científica e à participação em atividades de extensão;

II – moradia e restaurantes estudantis e programas de inclusão digital;

III – auxílio para transporte e assistência à saúde; e

IV – apoio à participação em eventos científicos, culturais e esportivos, bem como de representação estudantil nos colegiados institucionais.

Parágrafo único. As instituições federais de ensino superior deverão destinar recursos correspondentes a pelo menos 9% (nove por cento) de sua verba de custeio para implementar as medidas previstas neste artigo.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55. As instituições de ensino superior deverão adaptar seus estatutos e regimentos ao disposto nesta Lei no prazo de dois anos, contados de 1º de janeiro do primeiro ano subseqüente ao da publicação desta Lei.

§ 1º As universidades deverão atender ao disposto no art. 18, quanto aos cursos de mestrado, no prazo de seis anos, e, quanto aos cursos de doutorado, no prazo de oito anos, contados de 1º de janeiro do primeiro ano subseqüente ao da publicação desta Lei.

§ 2º O requisito expresso no art. 24 deverá ser atendido no prazo de dois anos, contados de 1º de janeiro do primeiro ano subseqüente ao da publicação desta Lei.

§ 3º As questões suscitadas por ocasião da adaptação de que trata o *caput* serão resolvidas pelo Ministério da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 56. Os centros federais de educação tecnológica e as faculdades federais tecnológicas gozarão das prerrogativas atribuídas aos centros universitários federais especializados e às faculdades federais, respectivamente, garantidas as demais prerrogativas definidas pelas Leis de criação dessas instituições.

Art. 57. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, em um ano contado a partir de 1º de janeiro do ano imediatamente subseqüente ao da publicação desta Lei, projeto de lei instituindo novo plano de carreira do magistério superior das instituições federais de ensino superior.

Art. 58. O disposto no art. 47, § 1º, aplicar-se-á aos dirigentes da universidade federal que forem empossados após a publicação desta Lei.

Art. 59. A Caixa Econômica Federal fica autorizada a realizar extração anual especial com destinação da renda líquida exclusivamente para o financiamento da educação superior pública federal, referente a todas as modalidades de Loterias Federais existentes, regidas pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e pelas demais normas aplicáveis, e mediante aprovação das respectivas regras pelo Ministério da Fazenda.

Art. 60. Será realizada, com periodicidade inferior a quatro anos, Conferência Nacional da Educação Superior, patrocinada pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outros temas, caberá à Conferência Nacional propor:

I – a atualização das exigências mínimas quanto à titulação docente, ao regime de trabalho docente em tempo integral e à obrigatoriedade de oferta de cursos de pós- graduação *stricto sensu* para efeito de classificação das instituições de ensino superior em universidade, centro universitário e faculdade; e

II – a revisão dos parâmetros de financiamento das instituições federais de ensino superior.

Art. 61. O Art. 2º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único. São condições para credenciamento e renovação de credenciamento de que trata o inciso III:

I – estatuto referendado pelo conselho superior da instituição apoiada;

II – órgão deliberativo superior da fundação integrado por no mínimo um terço de membros designados pelo conselho superior da instituição apoiada; e

III – demonstrações contábeis do exercício social, acompanhadas de parecer de auditoria independente, bem como relatório anual de gestão, encaminhados ao conselho superior da instituição apoiada para apreciação, em até sessenta dias após a devida aprovação pelo órgão deliberativo superior da fundação".

Art. 62. O art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso VIII, com a seguinte redação:

"Art. 24. .....

.....

VIII – mantenedora de instituição educacional".

Art. 63. O art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. .....

.....

§2º Para gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

.....

h) não alienar ou constituir ônus reais sobre bens do ativo, ou realizar quaisquer outros atos que gerem obrigações para a instituição no interesse preponderante de seus associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores;

i) não firmar quaisquer contratos a título oneroso com seus associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores;

j) não permitir a utilização, em condições privilegiadas, de quaisquer recursos, serviços, bens ou direitos de propriedade da instituição imune por seus associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores;

l) outros requisitos estabelecidos em lei, relacionados ao funcionamento das instituições a que se refere este artigo.

§3º .....

.....

§4º Deverão ser arquivados no órgão competente para registro dos atos constitutivos das instituições de que trata este artigo, todos os atos praticados ou contratos celebrados pela mesma que sejam relacionados direta ou indiretamente com seus associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores.

§5º Para fins deste artigo, são equiparados aos associados, dirigentes, sócios, instituidores ou mantenedores das entidades sem fins lucrativos seus cônjuges ou parentes até segundo grau, ou, ainda, seus controladores, controladas e coligadas e seus respectivos sócios e administradores".

Art. 64. O art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o texto da proposta de contrato, o valor apurado na forma do art. 1º e o número de vagas por sala-classe, no período mínimo de sessenta dias antes do final do período letivo, conforme calendário e cronograma da instituição de ensino".

Art. 65. O item 4.3 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescido dos subitens 24, 25 e 26, com a seguinte redação:

"4.3 .....

.....

24. Ampliar a oferta de ensino público mediante expansão do sistema público federal e cooperação entre os sistemas públicos federal e estaduais de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% (quarenta por cento) do total das vagas, prevendo inclusive a parceria ou o consórcio público da União com os Estados e os Municípios na criação de novos estabelecimentos de ensino superior.

25. As instituições federais de ensino superior, segundo etapas fixadas em cronogramas constantes de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, deverão alcançar, sem prejuízo do mérito acadêmico, até 2015, o atendimento pleno dos critérios de proporção de pelo menos 50% (cinqüenta por cento), em todos os cursos de graduação, de estudantes egressos integralmente do ensino médio público, respeitada a proporção regional de afrodescendentes e indígenas, devendo prever em seu PDI o cronograma de implantação.

26. As instituições federais de ensino superior que venham a ser criadas, bem como novos campi ou unidades administrativas das já existentes, deverão implementar, desde o seu primeiro processo seletivo, o atendimento pleno dos critérios estabelecidos no subitem anterior".

Art. 66. O art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. .....

.....

§ 3º Os dirigentes dos órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal serão nomeados por indicação do Advogado-Geral da União, observado, quanto às universidades federais, o disposto no § 6º deste artigo.

.....

§ 6º Os procuradores-chefes dos órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal junto às universidades federais serão indicados pelos reitores, dentre integrantes do quadro próprio da Procuradoria-Geral Federal, e aprovados pelo Advogado-Geral da União".

Art. 67. O art. 43 da Lei nº 9.394, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. Sem prejuízo do atendimento das diretrizes estabelecidas por esta Lei, a educação superior reger-se-á por Lei específica".

Art. 68. Revogam-se os art. 44 a 57 da Lei nº 9.394, de 1996, e a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Propostas das diretorias do Andes-SN e da Adusp-SSind para o 6º Conad Extraordinário

TEMA

Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei do Andes-SN sobre a Educação Superior

TEXTO - 1

Diretoria do ANDES-SN

EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA PROPOSTA PARA ENFRENTAR A CRISE

TEXTO DE APOIO

Em que pesem as disputas envolvendo praticamente todos os partidos políticos no terreno institucional motivadas pela crise política decorrente dos escândalos de corrupção, um determinado consenso foi cuidadosamente construído com vista a possibilitar, mais uma vez na história do nosso país, uma saída da crise sem crise institucional. Tal construção baseia-se na idéia de que a crise política não pode abalar a economia. A imprensa não se cansa de noticiar que, apesar de pequenas oscilações, tudo vai bem nas bolsas, o risco Brasil mantém-se estável, como também a taxa de câmbio, os resultados positivos da balança comercial e, principalmente, as finanças públicas devido aos resultados surpreendentes do superávit primário. Assim, enquanto a coordenação política do governo desmorona, a área econômica se fortalece, inclusive o Presidente do Banco Central, alvo de sérias denúncias de práticas ilícitas. A governabilidade se assenta em um pacto de blindagem da política econômica – nos termos do Secretário do Tesouro dos EUA, "o mercado financeiro está dando um voto de confiança ao Brasil. (...) O que conta é o comprometimento com uma boa política macroeconômica e a expectativa de que ela vai continuar". (O Globo, Economia, p.24, 2/8/05). A construção ideológica de tal pacto dá-se com imagens de positivação das ações da política econômica, tão bem expressa em termos como "MP do bem" e outros como o de uma "agenda positiva", com o Presidente Lula pregando em palanques a valorização da auto-estima do povo que deveria se expressar na confiança no Brasil e conseqüentemente no próprio presidente.

Nessa conjuntura, como a "agenda positiva" é voltada centralmente para atender as demandas do capital, principalmente o financeiro, o grande desafio é assegurar no plano ideológico o apoio popular a um governo que inevitavelmente irá seguir subtraindo os direitos sociais. Certamente, as contradições irão se aprofundar, pois, de um lado Lula da Silva tem de voltar aos palanques para manter o apoio popular e, de outro, nada pode oferecer em termos sociais. Para tentar adiar o esgarçamento dessas contradições deslocou ministros para cuidar do PT e convocou o presidente da CUT para o governo objetivando operar a desmobilização da base da Central. Até mesmo às direções de entidades de movimentos sociais, que lhe ofereceram apoio (e solicitaram improváveis mudanças na política econômica), Lula deu as costas costurando à direita o seu novo ministério, incluindo o PP de Severino e Maluf e o PMDB governista, e abrindo via de conversações com o PSDB e o PFL, partidos que se somam na blindagem da política econômica e na sustentação da governabilidade.

Alegando a urgência de aprovação da agenda positiva que supostamente o Brasil precisa, o governo e as entidades empresariais já sinalizam que o Congresso precisaria dar fim logo nas CPI com o afastamento de uma dúzia de parlamentares e voltar "a trabalhar". Isto significa, dentre outras coisas, não apenas dar continuidade ao processo das contra-reformas, mas acelerá-las, particularmente em relação à parte que compete ser feita sob o comando de Lula e não de outrem: a reforma sindical, sendo esse um dos mais importantes serviços a ser prestado pelo "operário" presidente ao capital em nosso país. A consolidação da agenda neoliberal passa necessariamente pela destruição da capacidade de organização e de resistência dos trabalhadores e a reforma visa justamente enfraquecer os sindicatos em um contexto em que os trabalhadores em toda a América Latina estão retomando as lutas mais amplas.

No entanto, o governo e os representantes do capital sabem que uma longa travessia ainda terá de ser feita para que, no contexto de aguda crise, Lula da Silva possa continuar servindo aos "senhores do mundo". Faz parte das ações de fortalecimento da capacidade de governabilidade a centralização do PT como partido da ordem. Tarso Genro foi escolhido pela Articulação (campo majoritário) para reorganizar o partido que perdeu grande parte de suas principais lideranças.

É certo que o governo e seus apoiadores irão tentar fortalecer o ex-ministro Genro, robustecendo-o na presidência do PT. Exemplo disso é o fato de que ele pôde indicar o seu principal assessor para cuidar do MEC. Assim, é seguro que irá manter forte influência nos assuntos do ministério. A elaboração de um projeto que contempla os empresários da educação (e de anunciar a edição de decretos para acelerar as benesses) tem de ser compreendido nesse esforço de governabilidade.

Indubitavelmente, o quadro político é complexo e difícil. A ofensiva que o MEC, a CUT, o PT e os demais aliados, dentro e fora do governo, empreendida a partir do êxito da Grande Marcha do dia 25 de Novembro, incidindo para inviabilizar o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, como aconteceu na Plenária na véspera do V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, e o fortalecimento do operativo para estreitar o campo de atuação da esquerda estudantil já indicavam que o esforço do governo se daria no sentido do isolamento das forças que se opõem à destruição da educação pública. As movimentações dos setores que lutam para barrar essa reforma comprovam que o governo não logrou paralisar a resistência e as lutas, contudo, num primeiro momento, é forçoso reconhecer que houve uma maior desarticulação das entidades e movimentos, sugerindo que todo o operativo havia obtido uma vitória parcial.

De outra parte, a ação no sentido de "ganhar" os reitores – frente de ação priorizada pelo MEC – que aparentemente foi bem-sucedida, logo revelou a sua fragilidade, tendo em vista a completa falta de respostas às demandas mais elementares das administrações. A reiteração de que as verbas para as federais estarão limitadas, em termos de ordem de grandeza, aos 75% dos 18% constitucionais foi a gota d´água para muitos colegiados superiores e reitores que passaram a manter maior distância em relação às ações de propaganda do MEC. Iniciativas junto aos movimentos sociais, que faziam parte da ação de isolamento das entidades críticas, nos termos acima descritos, igualmente perderam vigor, tendo em vista a completa ausência de respostas às reivindicações desses movimentos.

Um balanço preliminar indica que a ofensiva do governo junto aos movimentos sociais, CUT, sindicatos, correntes do movimento estudantil que apóiam a contra-reforma e partidos aliados irá seguir, mas sem os mesmos resultados. As devastadoras denúncias da corrupção sistêmica e amplamente vascularizada reduziram a legitimidade e a capacidade política dos instrumentos que o governo até então dispunha para implementar as suas políticas neoliberais. Isso significa que os embates ressurgirão com mais força, pois tanto os setores que defendem a educação pública como os empresários irão trabalhar para alcançar os seus objetivos que, necessariamente, são antagônicos. As lutas entre o público e o privado irão ganhar densidade.

Após sucessivas vitórias sobre a educação pública (Prouni, em especial a redução das contrapartidas dos empresários, Sinaes, Inovação Tecnológica e as imensas concessões ao setor privado nas últimas versões do anteprojeto de lei do ensino superior), os empresários certamente irão se valer da maior fragilidade do governo e, em especial, dos residuais setores que ainda proclamam defender a educação pública para ampliar, ainda mais, as suas conquistas. A abertura indiscriminada da educação superior ao capital estrangeiro, o comércio globalizado de educação a distância, nos termos reivindicados pelos cyber-rentistas são possibilidades promissoras para a mercantilização da educação. Com o envio do anteprojeto ao parlamento, os empresários irão jogar em sua própria casa.

Pelo lado das entidades e movimentos que lutam em defesa da educação pública, o momento conjuntural também abre perspectivas, mas, distintamente dos empresários, para que as lutas aconteçam em terreno propício às lutas sociais, será preciso fortalecer as ações de massas e a constituição de um amplo arco de forças combativas para viabilizar ações de massas nas ruas. Como sublinhado na Nota da Diretoria publicada no dia 2 de agosto, o movimento docente terá diante de si uma imensa tarefa política. Será necessário definir as consignas que podem favorecer a constituição do arco de forças e, ao mesmo tempo, viabilizar uma direção política que eleve a consciência política da categoria para que a luta não seja caracterizada pelo descolamento entre o sindicato nacional e a base concreta.

Confirmando um pólo combativo capaz de garantir a retomada das lutas de massas, é certo que a frente parlamentar irá adquirir outros contornos. Nem mesmo os empresários poderão se movimentar com a desenvoltura atual. No processo de construção das lutas o movimento para "barrar a reforma" irá se defrontar com lutas no parlamento pois os privatistas não vão perder a oportunidade de ampliar as suas conquistas.

Por estar empenhado vigorosamente na luta pela transformação da universidade desde o presente, e, ao mesmo tempo, por estar integralmente engajado na construção da unidade dos que lutam para viabilizar movimentos de massas, o ANDES-SN, em seu 50º CONAD, indicou a construção de um instrumento político multifacetado capaz de resgatar e ampliar a educação pública superior. Não se trata aqui de disputar no parlamento o melhor projeto ou de pretender substituir o projeto do governo pelo do Sindicato Nacional, mas de **servir de elemento de agregação de forças**, de explicitação de divergências e de diferenciação de projetos estratégicos entre os que defendem a educação pública e os que estão atuando em defesa da contra-reforma.

O conjunto de medidas implementado pelo Executivo do qual Anteprojeto de lei da Reforma de Educação Superior faz parte, busca consolidar o processo de desresponsabilização do Estado com a educação e favorecimento do privado, com base no conceito da parceria público-privada. O Anteprojeto pretende tal consolidação com o aniquilamento das fronteiras entre o público e o privado, introduzindo na legislação específica a definição conceitual da educação superior enquanto **bem público**. As condições para a apresentação de tal projeto foram construídas na última década com diversas modificações nas leis do país, desde sua lei máxima - a Constituição, passando por leis complementa-

res, leis ordinárias, decretos e outros expedientes administrativos. O ANDES-SN considera totalmente inócua a discussão em torno do anteprojeto do governo, pois a reversão do desmonte da educação pública não pode se dar em seu escopo; assim, é um equívoco direcionar a energia política das entidades e movimentos no sentido de emendá-lo.

O ANDES-SN considera que é preciso situar a magnitude política do embate. Isso significa que teremos de romper com a lógica difundida pelo governo que muitas vezes acaba sendo incorporada por defensores da educação pública. O conjunto articulado de dispositivos legais que a Diretoria do Sindicato Nacional está submetendo ao debate das assembléias gerais deve ser pensado como um "guia para a ação" para qualificar a natureza e o caráter dos embates que devemos nos empenhar.

Um primeiro esforço é demonstrar de modo substantivo que a ofensiva contra o público alcançou um nível de radicalidade que atingiu o pilar normativo da nação, a própria Constituição Federal, como a burla aos 18% constitucionais (criação de contribuições em detrimento de impostos, conceito de responsabilidade fiscal e desvinculação de receitas da União). Esta dimensão tem de ser incluída na agenda política dos movimentos, pois, desde os encaminhamentos dos CONEDs essa leitura vem encontrando dificuldades de prevalecer. Outra dimensão é a do financiamento das IFES. Como propôs Florestan Fernandes, somente uma lei de natureza complementar poderia institucionalizar o dever do Estado na manutenção e no desenvolvimento das IES públicas. Esses grandes balizamentos poderiam assegurar o gozo efetivo da autonomia universitária estabelecida no Art. 207. Somente a partir dessas lutas mais amplas e diretamente dirigidas contra a reforma neoliberal do Estado é que caberia normatizar as metas de expansão, as formas de democratização do acesso e da permanência, a gestão democrática, o não-repasse de recursos públicos para as fundações de apoio, entre outros desafios imediatos.

O controle social sobre o setor privado merece uma explicitação à parte. Para frear e reverter a avassaladora privatização do fornecimento são necessárias ações múltiplas: do rígido controle das condições da filantropia à garantia de autonomia acadêmica frente as mantenedoras, passando pelo direito de organização sindical e estudantil e pelo controle social das mensalidades. Esses marcos são indispensáveis para que seja possível impedir o repasse de verbas públicas para as 1302 instituições com fins lucrativos (possibilitado pelo Prouni) e para redimensionar, em profundidade, as isenções para as comunitárias, filantrópicas e confessionais, no curso da luta pela estatização da educação superior.

O acima exposto reforça a linha do ANDES-SN de que não há sentido em se tentar melhorar o anteprojeto do governo. Como vimos, os maiores desafios estão situados em camadas mais profundas da contra-reforma do Estado. Para efeito de explicitação dos projetos em disputa, é preciso reconhecer que a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira foi elaborada levando-se em conta outra ordem legal que a atual e, assim, também seria inócuo transformá-la em um projeto de lei ordinário, deixando de enfrentar as questões substantivas da estrutura legal que impedem a possibilidade de uma verdadeira reforma universitária no país.

Assim, a tarefa posta pelo 50º CONAD de que *"o ANDES-SN elabore um projeto de lei que contenha os eixos, princípios, concepções e as propostas para a educação superior, já discutidas e deliberadas nas instâncias do Sindicato"* e que, a partir da apreciação pelas assembléias, o 6º CONAD Extraordinário delibere sobre o projeto de lei e a apresentação ao Congresso Nacional, mostra-se complexa, mas irá possibilitar a diferenciação das lutas, dos projetos em disputa e irá contribuir para indicar para os movimentos as tarefas históricas que os lutadores sociais terão de levar adiante. Como exposto, a tarefa posta ao 6º CONAD Extraordinário é a de definir não um único instrumento, mas diversas medidas que compõem um conjunto que tem como ponto de partida a disputa pelas condições de financiamento estatal da educação superior.

TR 1

O 6º CONAD Extraordinário aprova:

1 - PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Justificativa

A garantia do direito à educação constitucionalmente estabelecido exige a definição no corpo da Carta Magna das formas de financiamento público que expresse o dever do Estado no atendimento social e subjetivo do referido direito à educação pública em todos os níveis e modalidades de ensino.

As políticas de ajuste estrutural estabelecidas pelo FMI e o BM e assimilada por setores dominantes no país que foram implementadas por meio de seus governos, em especial Sarney, Collor, Itamar, Cardoso e mais recentemente, Lula da Silva atingiram profundamente o financiamento da educação pública. A vitória conquistada em 1988 de sub-vinculação das receitas da União (18% das verbas da União e pelo menos 25% das receitas dos estados e municípios, expresso no Art. 212) foi paulatinamente desmontada. O artigo 212 da Carta Magna perdeu o seu conteúdo original tanto pela via da sua afronta direta, no caso da Emenda Constitucional que impôs a Desvinculação dos Recursos da União, mesmo que em caráter transitório, como pela via da burla, no caso da ampliação proporcional desmedida da arrecadação da União por meio das chamadas "contribuições" que escapam ao cálculo previsto pela Constituição. Atualmente, os impostos constituem tão somente 28,55% dos recursos da União:

Receitas da União em 2004 (em valores nominais)	R$	%
Receitas correntes	450.589.980.944,80	100
Receitas de impostos	*128.674.367.343,10*	*28,55*

Fonte: Ministério da Fazenda. SIAFI – STN/CCONT/GEINC

A definição política de que a prioridade da ação do Estado deve ser a garantia dos direitos sociais exige a reversão das medidas que beneficiaram tão somente o capital financeiro e os setores que gravitam em seu redor. A garantia do direito à educação exige o restabelecimento do padrão de financiamento previsto na versão original da Constituição Federal. O ANDES-SN sustenta que todas as medidas relativas à educação superior pública têm de estar amparadas nesse novo marco de financiamento da educação pública brasileira. Em virtude da desconstituição da CF, o ANDES-SN está propondo aos movimentos em defesa da educação pública o encaminhamento da mudança constitucional a seguir apresentada.

PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2005

Altera o artigo 212 da Constituição Federal e revoga dispositivos do art. 72 Do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 1º O caput do artigo 212 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação: art. 212 – A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, contribuições e taxas que compõem a receita da União, compreendida a proveniente de transferências, e outras contribuições que façam parte da receita destes entes federados, excluídas receitas previdenciárias, já instituídos ou a serem criados, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 2º O disposto no art. 72 Do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias não se aplicará a parcela de recursos vinculada ao desenvolvimento e manutenção do ensino, pelo art. 212 da Constituição Federal, que será deduzida previamente a base de cálculo do Fundo Social de Emergência.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

2 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(retomando PLC 119 Ubiratan Aguiar, Florestan Fernandes)

Justificativa

Durante o período que sucedeu à promulgação da Constituição de 1988, tanto no debate parlamentar como naquele travado pelos movimentos sociais ligados à educação, houve clareza de que a garantia do financiamento público para lastrear a existência de instituições de ensino superior públicas no país e para o exercício da autonomia universitária prevista no artigo 207 da Carta Magna, somente seria firmado institucionalmente pela fixação em nível de LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (e não da legislação ordinária) de normas gerais, compromissos e salvaguardas, capazes de assegurar recursos para a adequada gestão financeira.

Isto porque a elaboração dos Orçamentos expressa um pacto anual a respeito da aplicação dos recursos públicos para o próximo exercício, seguindo uma diretriz constitucional que resulta em seqüência temporal de Leis, ficando a anterior como orientadora da seguinte, na qual o Plano Plurianual antecede a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e esta, por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA. Em cada etapa, a iniciativa do Poder Executivo e a obrigatória aprovação pelo Congresso Nacional, reproduzem o resultado da correlação de forças e das disputas por verbas existente naquele momento, tudo condicionado apenas pela Constituição e Leis Complementares, já que os fóruns de deliberação são idênticos aos exigidos para aprovação da legislação ordinária.

Assim é que, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, propugnada para funcionar como orientação e salvaguarda de determinados valores a serem respeitados nos vários orçamentos seguintes, foi concebida como LEI COMPLEMENTAR, e é por esta condição que tantas vezes é invocada como diretriz intransponível, aquela que realmente vale, mesmo por sobre outros princípios e/ou valores previstos no extenso leque da legislação ordinária.

Outro exemplo eloqüente é que a forma jurídica escolhida para a constituição do FUNDEB foi a Emenda Constitucional e não uma lei ordinária, visto que se destinava a imprimir efeito nos orçamentos futuros.

Recentemente a Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, emitiu nota técnica esclarecedora sobre o assunto:

> "...
> Em suma, as leis complementares que versarem sobre matérias que lhes foram reservadas pela Constituição Federal NÃO poderão ser alteradas por leis ordinárias. E quando versarem sobre matérias que não lhes foram reservadas pela Constituição, apesar de seu quorum qualificado, elas poderão vir a ser objeto de alteração por leis ordinárias.
> Nessa perspectiva, para afirmar se a regulamentação da matéria por meio de lei complementar resultará em salvaguarda perante as leis de diretrizes orçamentárias e as leis do orçamento (leis ordinárias), é preciso analisar, no caso concreto, se os assuntos estão, ou não, constitucionalmente reservados às leis complementares, vejamos:
>
> CAPÍTULO II
> DAS FINANÇAS PÚBLICAS
> Seção I
> NORMAS GERAIS
> **Art. 163. Lei complementar disporá sobre:**
> **I - finanças públicas;**
> II - ...omissis
>
> Seção II
> DOS ORÇAMENTOS
> Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
> I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;
III - os orçamentos anuais.
...omissis.
§ 9º - Cabe à lei complementar:
I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;
II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 167. São vedados:
I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, **ressalvadas** a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.
Como se vê, as normas de gestão financeira e administrativa para a instituição e funcionamento de um fundo específico para a manutenção das instituições públicas de ensino superior só pode ser realizado por meio de lei complementar.
Outrossim, os efeitos da instituição desse fundo, quando houver impacto nas finanças públicas, também deverão ser objeto de regulamentação por meio de lei complementar, as quais não poderão vir a ser ignoradas pela Administração Pública na confecção das leis anuais do orçamento."

Com esta visão, já em 1992, o deputado Ubiratan Aguiar tomou a iniciativa de propor o projeto de lei complementar 119/92, com base no inciso II, do parágrafo nono, do artigo 165 da Constituição, do capítulo Dos Orçamentos. Tal inciso diz que cabe à lei complementar estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Apesar de estar submetido à objeção do Poder Executivo, o PLC 119/92 tramitou na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados que chegou a aprovar, em 1994, um substitutivo do relator Deputado Florestan Fernandes. A tentativa de que o texto do substitutivo pudesse ser aceito, inclusive pelo Executivo, incorporou algumas deturpações que lhe enfraqueceram o apoio e estando o período legislativo próximo do seu final, o projeto foi para arquivamento. Foi desarquivado na legislatura seguinte por solicitação do autor, mas voltou para arquivamento posteriormente.

Dos textos produzidos pelo ANDES-SN durante os debates e embates ocorridos em torno da tramitação do projeto, é possível extrair, com clareza, mais uma vez, que o alvo prioritário da intervenção do Executivo e das forças conservadoras era atingir a unidade nacional da carreira e dos salários, afastando o custo da folha de pessoal das obrigações do Governo. A resposta do movimento docente foi estruturada sobre dois eixos básicos, quais sejam, a garantia de destinação orçamentária dos recursos de pessoal e encargos (necessários ao pagamento de professores e técnico-administrativos, segundo o disposto no plano de carreira e salários nacionalmente unificado) e, de outro lado, a exigência de destinação de recursos sob a forma de orçamento global para outros custeios e capital em montante equivalente a 25% do total daqueles destinados à pessoal e encargos.

Vários eventos do ANDES-SN reiteraram posteriormente esta mesma avaliação, como o Congresso de Juiz de Fora, em fevereiro do ano de 2000 que afirmou "lutar, pela aprovação do PLC 119/92, em sua última versão que trata do financiamento das IFES, mediante ação no Congresso Nacional", ou como expresso na Agenda Para a Universidade Brasileira, aprovada no último Congresso em Curitiba "A institucionalização do novo padrão de financiamento deve ser objeto de legislação que regulamente o dever do Estado com a manutenção e desenvolvimento das IFES, tomando como base o substitutivo original de Florestan Fernandes ao PLC 119, aprovado na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em novembro de 1994.

A partir de todas estas considerações fica evidente que qualquer pactuação estável de financiamento público para as Instituições Federais de Ensino, capaz de assegurar alocação nos orçamentos anuais e firmar salvaguardas que garantam o funcionamento das instituições, definir compromisso de verbas para o pagamento de pessoal, para manutenção, investimentos, ampliação, fomento ou para garantia de acesso e permanência estudantil, somente terá efeito se firmado em LEI COMPLEMENTAR.

Evidente também é que a fixação deste instrumento impõe-se como condição prévia para que se possam pactuar outros elementos da organização universitária, que não passarão de palavras ao vento sem a garantia dos meios para a sua efetivação.

A referência usada no debate do PLC 119/92, visando garantir recursos para lastrar o exercício da autonomia universitária na IFES, era a relação verbas de Pessoal versus verba de OCC, que tem uma lógica distinta daquela que está em debate atualmente. Esta última referenciada em percentual do recurso constitucionalmente vinculado à educação. No entanto as duas podem ser complementares, desde que as premissas básicas estejam atendidas: haver alocação de recursos suficientes e garantir-se o pagamento da folha de pessoal e encargos resultante de Plano de Carreira e Salários Isonômicos Nacionalmente Unificado.

É preciso ressaltar que a referência feita aos recursos constitucionalmente vinculados para a educação está tratando de 18% do total da arrecadação liquida e que se destinam exclusivamente para aquelas atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino. Portanto subentende-se recuperação do preceito original da constituição, através de uma emenda constitucional que evite a burla e uma lei que defina as despesas, mesmo do âmbito das instituições do ensino, que serão cobertas com recursos orçamentários excedentes aqueles oriundos da vinculação constitucional.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2005

Dispõe sobre o financiamento e as normas de gestão financeira das instituições Federais de ensino superior, nos termos do art.165,

Parágrafo 9º, II, da Constituição Federal, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art 1º A União alocará anualmente às instituições federais de ensino superior por ela mantidas um percentual da receita equivalente a 75% do montante que resultar da aplicação do artigo 212 da Constituição Federal, além dos recursos destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos inativos e outros destinados a cobrir despesas do âmbito destas instituições que não se enquadrem na condição de manutenção e desenvolvimento do ensino, repassado em duodécimos mensais, de forma a garantir:

I - recursos para despesas de pessoal e encargos, nos termos definidos nesta lei;

II - recursos para despesas de outros custeios e capital, equivalentes, no mínimo a 28% da parcela de recursos referidos no inciso anterior;

III - recursos para despesas de assistência estudantil, equivalentes, no mínimo, a 3% da soma das parcelas de recursos referidas nos incisos anteriores;

IV - recursos para expansão e fomento, equivalentes, no mínimo, a diferença entre o total dos recursos previstos no caput e a soma das parcelas referidas nos itens anteriores;

§ 1º A distribuição de recursos entre as instituições Federais de ensino superior será feita de acordo com critérios que garantam seu funcionamento e aperfeiçoamento;

§ 2º Os recursos previstos no inciso I deste artigo compreenderão as despesas para pagamento de pessoal e encargos, ativos e inativos, resultante do enquadramento e desenvolvimento dos quadros de pessoal em plano único de carreira e subsídios isonômicos nacionalmente para níveis, funções e titulação equivalentes, definido em lei, a cujo total será acrescido, ainda, um percentual de, no máximo, 3% para atendimento de substituições temporárias decorrentes de afastamentos ou licenças de servidores, na forma da lei;

§ 3° Os recursos previstos nos incisos II e III deste artigo serão alocados mensalmente a cada instituição sob a forma de dotação global, permitindo a livre aplicação e remanejamento, entre diferentes rubricas de elementos ou categorias de despesas, executado sob normas próprias, sem prejuízo da prestação de contas pública e da fiscalização dos órgãos internos e externos competentes.

§ 4º Os recursos de que trata o inciso IV serão alocados globalmente ao Ministério responsável pela área de educação superior, que o distribuirá às instituições federais de ensino superior, com destinação específica, visando ao atendimento das diretrizes constitucionais de padrão de qualidade, indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, atendidos os objetivos do Plano Nacional de Educação, visando prioritariamente a universalização do acesso, o seu aprimoramento e revitalização;

§ 5º Os saldos positivos dos recursos referidos nos incisos II e III deste artigo são automaticamente transferidos a crédito dos recursos próprios de cada IFES, ao final de cada exercício.

§ 6° Na hipótese do montante de recursos previsto no caput não ser suficiente para cobrir o que prevêem os incisos I, II e III, a União complementará com recursos extraordinários.

Art. 2° As Instituições Federais de Ensino Superior poderão prover os cargos de servidores necessários ao desenvolvimento de suas atividades, nos termos legais, em seus quadros de pessoal ou, no caso de necessidade de ampliação, a criação de novos cargos obedecerá ao plano de expansão, estabelecido.

Art. 3° Os débitos e encargos para com servidores celetistas ou estatutários, ativos e inativos, decorrentes de ações judiciais anteriores a promulgação desta lei ou que vierem a ocorrer em função de atos administrativos alheios à competência decisória de cada Instituição Federal de Ensino Superior, correrão à conta de dotação suplementar própria da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no exercício subseqüente à data da sua publicação, cabendo ao Ministério responsável pela área da educação superior fazer os ajustes necessários à execução orçamentária.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

3 - PROJETO DE LEI

Financiamento Público para Universidade Pública – recuperação dos instrumentos para implementação das metas previstas no PNE

Justificativa

Os países da OCDE, em média, destinam 1,3% do PIB para a

educação superior para um sistema já consolidado. No Brasil, o sistema público da educação superior ainda não está consolidado e terá de ser muito ampliado. As matrículas em cursos presenciais aumentaram nas instituições federais e estaduais. Por exemplo, nas federais, o crescimento foi de 46% entre 1996 e 2002, passando de 364 mil para 532 mil. Ao mesmo tempo, os recursos foram drasticamente diminuídos e os concursos para reposição de vagas foram muito reduzidos e até interrompidos nas federais. Isso significa que o crescimento se deu por meio de uma intensificação extraordinária do trabalho dos docentes, da precarização e pela sobreutilização dos equipamentos e da infra-estrutura, como bibliotecas e laboratórios etc.

Não há mais como crescer sem comprometer a qualidade do ensino e da pesquisa.

O PNE da Sociedade da Sociedade Brasileira que tomou como referência os artigos da Constituição Federal que, a partir da mobilização da sociedade organizada, garantiram o direito à educação para todos os brasileiros, apontava para a meta da aplicação de 10% do PIB para a educação pública em todos os níveis até 2007. Transformado em lei o PNE aprovado pela câmara e pelo Senado tiveram vetados, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, nove artigos. Todos envolviam de uma ou outra forma, recursos financeiros e foram considerados incompatíveis com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desde 2001, até o presente momento, a situação só tem se agravado. Os governos de FHC impuseram sérias restrições ao financiamento da educação em todos os níveis, sempre à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao mesmo tempo em que foram promovidas e incentivadas uma série de medidas que favoreceram a iniciativa privada, especialmente no ensino superior. O programa do governo Lula prometeu reexaminar os vetos de FHC ao PNE, mas como tantos outros compromissos, este também não foi cumprido.

Faz-se necessário, para o bem da educação pública brasileira, retomar a construção democraticamente feita dos PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, apresentando para aprovação o que foi retirado da população brasileira pelos vetos presidenciais.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

Dispõe sobre a aplicação de recursos públicos na educação pública brasileira, como instrumento para implementar as metas previstas no PNE.

Art. 1º Aplicar, imediatamente, através de esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, 7% do PIB em educação, distribuídos de forma equilibrada, segundo o número de alunos e as especificidades de todos os níveis de ensino, da educação infantil à pós-graduação, definindo uma aplicação progressiva até chegar a 10% no prazo de 10 anos.

Art. 2º Orientar os orçamentos nas três esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente.

Art. 3º Assegurar, na esfera federal, através de legislação, pelo menos 75% dos recursos da União provenientes de impostos e contribuições vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino superior, destinados à manutenção, desenvolvimento e expansão da rede de instituições federais.

Art. 4º Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, por meio das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade.

§ 1° Os recursos provenientes de convênios das IES com empresas públicas e privadas não serão computados na meta estabelecida no caput.

§ 2° Os convênios com empresas públicas e privadas são de natureza estritamente acadêmica, não podendo comportar prestação de serviços, contratação temporária de pessoal e complementação salarial de docentes e técnicos e administrativos e somente poderão ser efetivados mediante aprovação em conselho acadêmico pertinente.

Art. 5º Garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público na esfera federal, através da folha de pagamento de cada instituição na qual o servidor foi lotado, assegurando a paridade com os servidores da carreira correspondente que estão na ativa, excluindo estes gastos das despesas consideradas como manutenção de desenvolvimento do ensino.

4 - PROJETO DE LEI

Educação Superior como Direito
Justificativa

Em uma sociedade capitalista dependente como a brasileira, submetida a políticas macroeconômicas que tornam abissais as desigualdades sociais, o acesso à educação superior pública e gratuita não pode ser livre, aberto a todos os que desejam dar seguimento aos seus estudos. As barreiras atualmente existentes são de várias ordens: muitas crianças e jovens têm de buscar formas de sobrevivência que os impedem de concluir a educação básica: 44% dos estudantes têm algum tipo de trabalho e 30% dividem o dia entre o trabalho e o estudo (em geral à noite); entre os poucos que terminaram o ensino médio, milhões não podem sequer sonhar com o direito de cursar uma universidade. O Censo Demográfico do IBGE (2000) registra cerca de 18 milhões de jovens entre 15 e 19 anos. O último Censo escolar, realizado em 2003, atesta que 9 milhões de jovens estavam matriculados no ensino médio. O cruzamento de indicadores dos Censos permite concluir que cerca de 6 milhões de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola. Dos 9 milhões de matriculados no ensino médio regular, concluem, por ano, apenas 1,8 milhão (INEP, 2003). Atualmente, o número de vagas nos vestibulares já é superior a 1,8 milhão, mas destas apenas 14% são públicas.

Além das condições de sobrevivência, do baixo número de jovens no ensino médio e do reduzidíssimo número de vagas públicas, outros bloqueios são importantes: a degradação das condições de oferta (grande parte dos estudantes sequer tem acesso ao conjunto das disciplinas); a baixa oferta de educação de jovens e adultos na rede pública, a reduzida oferta de ensino noturno regular, a ausência de assistência estudantil para os jovens na educação básica, o grande número de estudantes por turma entre tantos outros problemas. Como declaram os educadores reunidos nos CONEDs, a superação desse quadro não se dará com a manutenção das políticas neoliberais; ao contrário, a ampliação das desigualdades lhe é inerente.

Uma agenda democrática tem de partir do princípio de que o acesso e permanência à educação pública são direitos inalienáveis e dever do Estado. Assim, é indispensável garantir, no plano da legislação, o direito constitucional da educação superior pública, universal, gratuita, aberta a todos aqueles que desejem dar prosseguimento aos estudos e garantir os conhecimentos necessários para continuar com probabilidades de êxito seus estudos. Faz-se necessária a mudança na orientação geral das políticas em curso que trabalham na perspectiva da focalização do acesso, reconhecendo, contudo, a justeza das reivindicações elaboradas pelos movimentos sociais, a partir dos anos 80, que exigem maior acesso ao ensino superior para negros e índios a partir de políticas de ação afirmativa.

As políticas para assegurar a universalização não podem partir de um falso universalismo liberal, segundo o qual o mérito é um crivo igual para todos, como se a sociedade fosse de iguais em direitos. Por isso, como parte da implementação de um sistema estruturalmente inclusivo é preciso colocar em prática, dentre outras coisas**,** políticas afirmativas tratadas como direitos e capazes de assegurar aos segmentos mais duramente explorados melhores condições de acesso à educação superior. No processo de formação econômico-social do país, a constituição das classes se deu a partir de sua superposição à desigualdade racial oriunda de mais de três séculos de vigência de um sistema escravista. Assim, a condição econômica e o pertencimento étnico se somam, tornando a discriminação simultaneamente econômica e étnica. Obviamente, não serão mecanismos de mercado que irão conduzir os setores historicamente hiperexplorados para a universidade. Por isso, as ações afirmativas devem ser políticas de Estado, democraticamente estabelecidas e duradouras.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

Dispõe sobre o acesso e condições de permanência aos cursos superiores de graduação das instituições públicas federais de educação superior.

Art. 1º O Estado assegurará o acesso à educação superior gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada, enquanto direito social de todos os cidadãos, oferecido pelas Instituições de Ensino Superior públicas, com garantia de permanência, observados os incisos abaixo:

I - atender no ensino superior, num prazo máximo de dez anos, 40% da população na faixa etária de 18 a 24 anos, inclusive aos alunos com necessidades educativas especiais.

II - ampliar, no prazo máximo de dois anos, o quadro de vagas mediante aproveitamento total da infra-estrutura existente, garantindo pelo menos 40% das matrículas gerais e de cada curso no período noturno, excetuando somente os cursos que por peculiaridades reconhecidas pelo Conselho Superior da IES não puderem ser ofertados neste turno.

Art. 2° A assistência estudantil é um direito dos cidadãos e um dever do Estado expresso na garantia de material pedagógico, alimentação em restaurantes universitários, subsídios para transporte, moradia estudantil e bolsas de demanda social.

I - serão atendidos todos os estudantes que cumprirem os requisitos democraticamente estabelecidos pela instituição com ampla participação do movimento estudantil.

II - deverão ser oferecidas, com parte do trabalho acadêmico bolsas de iniciação acadêmica, envolvendo atividades de pesquisa e extensão.

Art. 3º O poder público federal desenvolverá políticas de democratização do acesso a educação superior pública, em articulação com as redes públicas dos estados e municípios, por meio de:

I - aporte de recursos complementares da União prioritariamente para as escolas situadas nos territórios com menor IDH, prioritariamente em territórios em que a renda é menor e os equipamentos urbanos e níveis mais débeis, com o objetivo de assegurar a ampliação da jornada escolar, a melhoria da infra-estrutura das escolas, a assistência estudantil, o estabelecimento da dedicação exclusiva de docentes e programas de capacitação de professores.

II - articulação das IES públicas, nos termos da autonomia garantida a cada IES com as escolas referidas no inciso I objetivando a cooperação pedagógica e a definição de formas especiais de acesso para os estudantes das escolas conveniadas.

III - as instituições de ensino superior desenvolverão estratégias para assegurar acesso a descendentes dos povos originários, às comunidades quilombolas e a movimentos sociais do campo, no sentido de fortalecer as iniciativas desses segmentos de ocupação democrática do território, respeitando o meio ambiente e a diversidade cultural do povo.

Art. 4º Ao longo de 2006 e 2007, as universidades devem construir uma alternativa ao processo do vestibular, considerando, para isso, as metas de crescimento da oferta da educação superior pública e gratuita. O vestibular deverá ser progressivamente extinto a partir de avaliações realizadas pelas instituições de ensino superior em articulação com as redes de ensino básico.

Art. 5º Garantir, nas instituições de ensino superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades de educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor no ano subseqüente ao da sua aprovação.

5 - PROJETO DE LEI

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Justificativa

"A gestão democrática da educação brasileira deve ter como

preceito básico a radicalização da democracia, que se traduz no caráter público e gratuito da educação, na inserção social, nas práticas participativas, na descentralização do poder, no direito à representação e organização diante do poder, na eleição direta dos dirigentes, na socialização dos conhecimentos e das decisões colegiadas e, muito especialmente, na construção de uma atitude democrática das pessoas em todos os espaços de intervenção organizada. Assim o processo de construção da gestão democrática da educação pressupõe: autonomia, representação social e formação para a cidadania." Assim se inicia o texto do eixo temático 2 – Gestão Democrática da Educação Nacional, do 5º CONED.

Encaminhando as posições defendidas pelas entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, alguns instrumentos e mecanismos de gestão democrática precisam ser revistos ou instalados. O Conselho Nacional de Educação precisa ser revisto para tornar-se um órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador da educação brasileira, para isto sua composição precisa ter uma ampla representação da sociedade, em especial da comunidade da educação e precisa ter alterado seu papel e atribuições. Na mesma direção precisam ser pensados os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

As eleições de dirigentes precisam ser democratizadas, com a participação no mínimo paritária de docentes, técnicos e administrativos e estudantes, encerrando-se o processo no âmbito da própria instituição, com dirigentes que pertençam ao quadro.

A autonomia deve estar vinculada à democracia interna, garantida estruturalmente nos mecanismos de decisão, controle e gestão. É neste contexto que se coloca a avaliação, com o objetivo de, em linhas gerais, subsidiar permanentemente o processo de tomada de decisão necessário pela indicação de necessidades, prioridades, definição de objetivos e metas e apontar recursos, procedimentos e instrumentos.

É dentro deste espírito que propomos o presente PL.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

Regulamenta o art. 206, VI e o art. 211 da Constituição Federal. Cria o Conselho Nacional da Educação, regulamenta o processo de elaboração das normas e eleição dos Reitores e Vice-reitores e determina as bases para a avaliação das instituições do ensino superior.

Art. 1º Fica criado o Conselho Nacional de Educação nos termos desta lei.

Art. 2º Cabe ao Conselho Nacional de Educação:

I - formular, coordenar e avaliar a política nacional de educação, articulando-a com as políticas públicas de outras áreas, respeitadas as diretrizes do Plano Nacional de Educação;

II - acompanhar as metas e prioridades definidas no Plano Nacional de Educação e sua expressão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e nas demais políticas correlatas, avaliando a sua implementação;

III - acompanhar de forma sistemática a aplicação dos recursos constitucionais vinculados à educação, os do Salário-Educação, os dos fundos especiais e das contribuições sociais ou econômicas destinadas à área educacional;

IV - estabelecer normas comuns a serem observadas pelos sistemas de ensino, de forma a garantir o direito social à educação;

V - decidir sobre conflitos na legislação educacional e sobre recursos por argüição de contrariedade à legislação de diretrizes e bases da educação nacional, interpostos contra decisões finais dos órgãos normativos dos sistemas de ensino dos Estados, dos Municípios e dos órgãos deliberativos máximos das instituições que integram o sistema da União;

VI - articular-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino e com as Comissões de Educação do Congresso Nacional e estimular a integração entre as redes de ensino federal, estaduais, municipais e privadas;

VII - estabelecer diretrizes gerais para a organização e o desenvolvimento da educação básica e da educação superior, resguardada a autonomia universitária estabelecida no Art. 207, da Constituição Federal;

VIII - estabelecer as diretrizes para uma base comum nacional de estudos, incorporando as discussões e propostas da comunidade acadêmica e a experiência acumulada dos setores organizados da sociedade civil;

IX - estabelecer diretrizes para a avaliação da educação pública e privada, das instituições e dos cursos, em todos os níveis e modalidades de ensino, observado o Art. 207, da Constituição Federal;

X - estabelecer diretrizes para o credenciamento e funcionamento de instituições públicas e privadas e para a avaliação das condições de oferta e de ensino dos cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento, tendo em vista, inclusive, a expansão da educação superior, respeitado o Art. 207, da Constituição Federal;

XI - estabelecer diretrizes para revalidação de diplomas e certificados expedidos por instituições estrangeiras, de nível médio e superior, observado o Art. 207, da Constituição Federal;

XII - estabelecer diretrizes, para efeito de certificação escolar e profissional, a ser expedida pelos sistemas de ensino, levando em conta as experiências adquiridas pelos requerentes em processos formativos não abrangidos por esses sistemas;

XIII - estabelecer diretrizes para articular as instituições de pesquisa científica e tecnológica e as culturais com os sistemas de ensino;

XIV - estimular e acompanhar a adoção de inovações educacionais e formas não-convencionais de educação no âmbito dos sistemas de ensino, em particular aquelas advindas de experiências populares de educação;

XV - estabelecer normas para o credenciamento institucional e para a avaliação das condições de oferta e de ensino, na modalidade de educação a distância;

XVI - estabelecer normas e deliberar sobre os processos de avaliação institucional necessários ao credenciamento ou recredenciamento de Instituições de Ensino Superior, para atribuir-lhes a qualificação de Universidade;

XVII - homologar os estatutos e regimentos de Faculdades e Centros Federais de Educação Tecnológica;

XVIII - designar as universidades que, em cada região do país, registrarão os diplomas das instituições não-universitárias e aquelas que exercerão funções de apoio acadêmico a essas instituições, na respectiva área de influência, em articulação com os órgãos normativos dos respectivos sistemas, expedindo as normas necessárias;

XIX - estabelecer normas e critérios, quando da destinação de recursos públicos a projetos de pós-graduação, pesquisa e extensão sob a responsabilidade de universidades privadas, nos termos do § 2º, do Art. 213, da Constituição Federal;

XX - exercer as funções de órgão normativo do sistema federal de ensino, observado o Art. 207, da Constituição Federal;

XXI - fiscalizar o funcionamento das instituições privadas de ensino superior, com base nos padrões de qualidade estabelecidos para a educação nacional.

Art. 3º O Conselho Nacional de Educação terá a seguinte composição:

I - 5 conselheiros escolhidos livremente pelo presidente da República, por indicação do ministro de Estado responsável pela área da Educação, observados critérios de representatividade regional e contemplados os diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - 3 conselheiros integrantes dos sistemas de ensino dos Estados, indicados por entidades nacionais que congreguem os secretários responsáveis pela educação, nas unidades federadas, e pelos Conselhos Estaduais de Educação;

III - 3 conselheiros integrantes dos sistemas de ensino dos Municípios, indicados por entidades nacionais que congreguem os dirigentes municipais de Educação e os órgãos normativos desses respectivos sistemas;

IV - 3 conselheiros indicados por entidades nacionais que congreguem os dirigentes das instituições de ensino superior do país, sendo 1 representante das instituições federais, 1 das estaduais e 1 das particulares;

V - 1 conselheiro indicado por entidade nacional representativa dos dirigentes dos estabelecimentos privados de educação básica;

VI - 3 conselheiros indicados por entidades nacionais representativas dos trabalhadores docentes da educação superior, sendo 2 da rede pública e 1 da rede privada;

VII - 6 conselheiros indicados por entidades nacionais representativas dos trabalhadores docentes da educação básica, sendo 4 da rede pública e 2 da rede privada;

VIII - 2 conselheiros representantes de entidades nacionais representativas de trabalhadores docentes na formação profissional de nível médio;

IX - 4 conselheiros indicados por entidades nacionais representativas dos demais trabalhadores em educação, sendo 3 da rede pública e 1 da rede privada;

X - 6 conselheiros indicados por entidades nacionais representativas dos estudantes, sendo 3 da educação básica e 3 da superior, 2 destes de graduação e 1 da pós-graduação;

XI - 4 conselheiros indicados por associações ou sociedades científicas nacionais que congreguem profissionais, sendo 3 da área da educação e 1 da área de ciência e tecnologia;

XII - 2 conselheiros representantes da área de fomento à pesquisa do sistema de Ciência e Tecnologia;

XIII - 2 conselheiros representantes de entidades nacionais da área cultural;

XIV - 3 conselheiros indicados por entidades nacionais que congreguem movimentos sociais nacionais que realizem experiências populares de educação;

XV - 2 conselheiros indicados por entidades nacionais que congreguem as instituições que atuam na área da proteção da criança e do adolescente;

XVI - 2 conselheiros indicados por entidades nacionais que congreguem pessoas com deficiência, nas suas diferentes modalidades.

§ 1º Todos os membros do Conselho Nacional de Educação, exceto os representantes das entidades estudantis, serão nomeados pelo presidente da República, para mandato de 4 anos, vedada a recondução imediata, cessando a cada 2 anos o mandato de metade dos conselheiros.

§ 2º Os conselheiros de que trata o inciso X, deste artigo, serão nomeados pelo presidente da República, para mandato de 2 anos, sendo permitida somente uma recondução.

§ 3º Cada membro do Conselho Nacional de Educação será indicado com seu suplente, que o substituirá nos termos do Regimento Interno do Conselho.

§ 4º Os conselheiros, titulares ou suplentes, exercem função de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares.

§ 5º O Ministério da Educação tomará as providencias necessárias para que as representações sejam indicadas tempestivamente e a instalação do Conselho dar-se-á dentro de sessenta dias a contar da publicação desta lei

Art. 4º O Conselho Nacional de Educação constituirá unidade orçamentária que onerará o Ministério da Educação e gozará de autonomia administrativa, cabendo-lhe aprovar seu regimento interno, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. As despesas dos conselheiros, realizadas no exercício de suas funções, serão cobertas pelos recursos financeiros destinados à unidade orçamentária prevista no *caput* deste artigo e terão sua tipologia regulamentada no Regimento Interno do Conselho.

Art 5º A organização e o funcionamento das Universidades serão disciplinados em estatutos e regimentos próprios, definidos democraticamente pela comunidade universitária.

§ 1º As Universidades terão gestão colegiada e o Conselho Superior da Instituição homologará os estatutos e regimentos, bem como suas alterações.

§ 2º Sobre o Conselho Superior recairá o exercício do poder residual, não expressamente atribuído aos gestores, além de suas atribuições ordinárias previstas nos estatutos e regimentos de caráter deliberativo, normativo e consultivo.

§ 3º O Conselho Superior das Universidades será composto por representação paritária das categorias docente, discente e de servidores técnico-administrativos em exercício na instituição, sem prejuízo da participação de representantes da comunidade e do poder público.

§ 4º As novas Universidades terão Regimentos provisórios homologados pelo Conselho Nacional de Educação que regerão o seu processo de institucionalização até que as suas próprias instâncias aprovem os seus Estatutos.

Art. 6º O Reitor e vice-reitor das Universidades serão escolhidos através de eleições diretas e secretas, com a participação, no mínimo paritária, de todos os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, conforme definido em seus estatutos e regimentos, encerrando-se o processo no âmbito da instituição.

§ 1º O Conselho Superior será o responsável pela organização das eleições referidas no caput deste artigo, declarando eleito e empossando o mais votado para cada um dos cargos, bem como notificando as autoridades competentes.

§ 2° O mandato do reitor e do vice-reitor é de quatro anos, sendo vedada a recondução.

§ 3° A posse do reitor e do vice-reitor eleitos dar-se-á imediatamente após o término do mandato anterior.

Art. 7º A avaliação institucional deverá ser realizada de forma permanente, atendendo ao preceito constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, referenciada no projeto científico-pedagógico institucional em seus diferentes níveis: departamento, unidade e da própria instituição ou mesmo em programas interinstitucionais.

§ 1º Serão construídos mecanismos de avaliação interna e externa das atividades das instituições de ensino superior, em processos coordenados pelos seus conselhos superiores.

§ 2º A avaliação institucional tem como objetivo o aperfeiçoamento das atividades acadêmicas e a função social da instituição e não terá caráter classificatório, não visará hierarquização interna entre docentes, cursos ou unidades, ou externa entre instituições, nem poderá ser tomada como referência de produtividade para efeito de qualquer tipo de contraprestação pecuniária.

Art. 7º O disposto nos arts. 5, 6 e 7 desta lei se aplicam no que couber as Instituições Isoladas de Ensino Superior e aos Centros Federais de Educação Tecnológica.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

6 - PROJETO DE LEI

A EDUCAÇÃO COMO CONCESSÃO DO ESTADO – REGULAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Justificativa

A mercantilização da educação superior ganhou maior ímpeto com a hegemonia neoliberal e com os programas de ajuste estrutural. Esse processo provocou duas profundas mudanças na educação superior. Em primeiro lugar, por ter estrangulado economicamente as instituições públicas e por ter difundido um ethos gerencial-empresarial aproximou de modo linear grupos de pesquisa, programas, cursos e mesmo instituições do mercado, difundindo a cultura do docente como empreendedor. O mais importante suporte para esse processo de privatização insidiosa foi a fundação de apoio privada que conheceu um extraordinário crescimento na última década. A lei de inovação tecnológica é hoje o principal marco normativo dessa forma de mercantilização.

A outra mudança de proporções extraordinárias foi a expansão vertiginosa do setor privado. No ano que antecedeu o golpe empresarial-militar, 1963, a relação entre o fornecimento público e privado era de aproximadamente 62% de matrículas públicas e de 38% no setor privado. A partir do golpe a situação foi drasticamente modificada de modo que em 1970 as matrículas públicas e privadas se equilibraram e em meados dos anos 70, a relação já havia sido invertida: 60% privadas e 40% públicas. A nova onda de expansão privada aconteceu no governo Cardoso, quando as matrículas privadas alcançaram perto de 70%. É de se prever que uma nova onda de expansão venha a acontecer com o Prouni.

O número de instituições privadas de ensino superior, que aumentou 111% nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, continuou crescendo mais do que a rede pública com Lula. De 2002 a 2004, a taxa de crescimento das particulares foi de 25% – o dobro dos 12% da rede pública (dados do Censo da Educação Superior do MEC que se referem apenas ao número de instituições).

Entre os fatores que explicam esse crescimento vertiginoso das IES privadas, é possível destacar a reserva de mercado aberta com o estancamento da expansão pública, os recursos públicos diretos e indiretos, por meio de mecanismos como a "filantropia", os empréstimos subsidiados e as bolsas de estudo (crédito educativo, FIES) e, muito relevante, a desregulamentação das mensalidades que passaram a ser compreendidas como um problema de vendedores e compradores de serviços. Na hora de receber isenções as instituições privadas reivindicam a sua natureza "pública não estatal", mas na hora de regulamentar o seu funcionamento reivindicam a sua natureza "privada" e a livre iniciativa.

Com a Constituição Federal, 1988, as filantrópicas, as comunitárias e as confessionais passaram a ter isenções de impostos e contribuições amparadas na CF e alargadas pelos governos Cardoso e, principalmente, Lula da Silva (Prouni). Uma instituição privada com fins empresariais chega a ter de repassar 25% de sua receita (mensalidades) na forma de impostos e contribuições. O Prouni as isentou por completo, alargando o lucro empresarial e encolhendo de modo muito significativo o fundo público.

A conseqüência de fundo desta modalidade de mercantilização – a expansão privada – é a negação do direito ao acesso do conhecimento pela ausência de educação pública e, no caso dos estudantes que nelas estudam, pela inexistência de condições mínimas para um trabalho acadêmico efetivo: professores submetidos a controle taylorista, turmas hiperlotadas, remuneração por hora-aula, ausência de liberdade de pensamento, bibliotecas e instalações adequadas à cultura do shopping center, mas não da produção do conhecimento. Sem um rigoroso controle social esse grave quadro não poderá ser revertido. Objetivando assegurar condições para o controle social dessas instituições privadas, diversos aspectos terão de ser contemplados na regulamentação do setor:

1. As condições em que as instituições podem se valer da filantropia e da natureza comunitária, mecanismos que sistematicamente são utilizados para burlar o pagamento de impostos e contribuições, bem como o controle do Estado sobre a instituição. A atribuição da condição de filantrópica precisa ser rigidamente definida, nos termos dos debates encaminhados pelos fiscais da seguridade social que possuem larga experiência na área. Um aspecto importante é a questão do controle sobre o patrimônio, pois o Prouni permite a mudança de denominação (por exemplo, de filantrópica para empresarial) com a conseqüente migração de patrimônio.

2. As empresariais, hoje a grande maioria das privadas, não podem contar com nenhum tipo de repasse de verbas públicas – seja por repasses diretos na forma de bolsas, seja indiretos, na forma de isenções como no Prouni.

3. A classificação das IES privadas: é preciso rigoroso controle das condições de oferta. As universidades devem atender ao disposto no Art. 207 da CF, a saber, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Urge extinguir os exóticos centros universitários, obviamente um modo de burlar a CF.O padrão de rigor das faculdades deve ser igualmente estabelecido de modo a permitir ensino de qualidade.

4. Assegurar a autonomia da mantida no que se refere a concursos, carreira, definição de pessoal, currículos e pesquisas.

5. Assegurar liberdade de organização dos trabalhadores e estudantes.

6. Estabelecer controle social sobre as mensalidades.

7. Garantir a gestão democrática por meio de eleições paritárias, colegiados com representantes eleitos nos termos dos estatutos e regimentos e, também, estabelecendo formas democráticas de elaboração dos estatutos e regimentos.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

Estabelece dispositivos legais para regulação das Instituições Privadas de Educação Superior

Art. 1º As entidades mantenedoras de instituições de educação superior terão personalidade jurídica própria e serão instituídas, na forma de seus atos constitutivos, como associações, sociedades ou fundações, cuja finalidade principal deverá ser a oferta de educação.

Art. 2º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior privadas, ainda que de natureza civil, deverão elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras elaboradas por comissão fiscal independente eleita diretamente pela comunidade docente, estudantil e dos funcionários técnicos e administrativos da instituição e aprovadas pelo Conselho Superior da instituição, a serem publicadas em órgãos de imprensa para amplo conhecimento da sociedade.

Art. 3º Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de educação superior, públicas e privadas classificam-se em:

I – Universidades

II - Faculdades

III – Centros Federais de Educação Tecnológica

Parágrafo único. A conceituação como universidade é limitada às instituições que mantêm atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão, possuam universalidade de campos do saber, pós-graduação institucionalizada, abrangendo o doutorado, em pelo menos 3 áreas, e o mestrado, em pelo menos 5 áreas, pelo menos 70% de docentes em regime de dedicação exclusiva e, pelo menos 70% do corpo docente com pós-graduação stricto sensu, sendo que destes, pelo menos 50% com doutorado.

Art. 4º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior sem finalidade lucrativa publicarão, para cada ano civil, suas demonstrações financeiras elaboradas por comissão fiscal independente eleita diretamente pela comunidade docente, estudantil e dos funcionários técnicos e administrativos da instituição e certificadas por auditores independentes e com parecer do respectivo conselho fiscal e aprovadas pelo Conselho Superior da instituição sendo ainda obrigadas quando determinado pelo Ministério da Educação a:

I - submeter-se a auditoria; e

II - comprovar:

a) a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino superior mantida; e

b) a não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes.

Parágrafo único. Em caso de encerramento de suas atividades, as instituições de que trata o caput deverão destinar seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente.

Art. 5º A determinação do valor total anual das mensalidades escolares do ensino superior a ser contratado, no ato da matrícula, entre o estabelecimento de ensino e o aluno, o pai de aluno ou o responsável serão regulados por legislação específica.

§ 1º Os alunos já matriculados terão preferência na renovação das matrículas para o período subseqüente, observado o calendário escolar da instituição, o regimento da escola ou cláusula contratual.

§ 2º São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive os de transferência, ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas, por motivo de inadimplemento.

§ 3º Será nula, não produzindo qualquer efeito, cláusula de revisão ou reajuste de preço de mensalidade escolar, salvo quando expressamente prevista em lei.

§ 4º O estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o texto da proposta de contrato, o valor apurado na forma do artigo anterior, e o número de vagas por sala-classe, no período mínimo de sessenta dias antes da data final para matrícula.

§ 5º Quando as condições propostas de reajuste não atenderem à comunidade escolar, será instalada comissão de negocia-

ção, constituída por representação paritária da instituição, do sindicato e da entidade estudantil

Art. 6º As instituições privadas de educação superior deverão constituir um conselho superior autônomo em relação a mantenedora composto de forma paritária por professores, estudantes e técnicos e administrativos e representação da reitoria e suas pró-reitorias, responsável pela elaboração das normas e diretrizes acadêmico-administrativas.

Parágrafo único. Na sua composição, as instituições deverão observar:

I – todos os componentes deverão ter vínculo acadêmico e/ou administrativo com a instituição de educação superior

II – os integrantes da instituição de educação superior que exerçam exclusivamente atividade administrativa não poderão exceder a 10% (dez por cento) da representação total.

IV – os integrantes da entidade mantenedora, independentemente do cargo ou atividade que exercem na instituição de educação superior não poderão exceder a 10% da representação total.

Art. 7º O Reitor, o vice-reitor e os pró-reitores das instituições privadas de ensino superior serão escolhidos a partir de chapas, através de eleições diretas e secretas, com a participação de todos os docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, conforme definido em seus estatutos e regimentos, encerrando-se o processo no âmbito da instituição.

Art. 8º Deverão estar definidos nos estatutos e regimentos, critérios públicos para a contratação de docentes e técnicos e administrativos.

Art. 9º Deverá ser implementado plano de carreira para os docentes e técnicos e administrativos, estabelecido a partir de ampla e democrática discussão com os mesmos.

Parágrafo único. Deverá ser adotada a contratação por regime de trabalho em substituição à contratação por hora /aula.

Art. 10. É livre a organização por local de trabalho com autonomia e independência sindical dos trabalhadores docentes e técnicos e administrativos.

Disposições finais e transitórias

Art.11. As instituições de ensino superior classificadas como Centro Universitários terão o prazo de seis meses para apresentar documentação circunstanciada e o MEC terá prazo de nove meses para avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como as condições de trabalho e infraestrutura para fins de classificação da instituição como universidade ou faculdade.

Art. 12. As IES classificadas como Universidades que na atenderem ao previsto no Art. 3 parágrafo único terão que cumprir o seguinte calendário:

I - o atendimento do porcentual de docentes com dedicação exclusiva terá de ser realizado no prazo de dois anos a partir da promulgação desta Lei

II - o atendimento ao disposto sobre a qualificação acadêmica dos professores terá de ser concluído no prazo de dois anos para atingir o patamar estabelecido para os mestres e de três anos para o patamar definidos de doutores.

III - atendimento ao disposto sobre cursos de pós-graduação previstos nesta lei terá de ser concluído no prazo dois anos para criar os mestrados e de três anos para a criação dos doutorados.

Art. 13. As mantenedoras de instituições de educação superior, inclusive as criadas anteriormente a vigência da Lei nº 9.394, de 1996, deverão adaptar-se aos demais dispositivos desta Lei no prazo de dois anos contados a partir de 1º de janeiro do ano subseqüente ao da vigência desta lei.

TEXTO - 2

Contribuição da Diretoria da ADUSP - S. Sind.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

A legislação brasileira prevê a possibilidade de organização de vários sistemas de ensino: da União ou federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas tal organização deve ocorrer "em regime de colaboração" (LDB, Art. 8°), o que pressupõe a constituição de um Sistema Nacional de Educação (SNE). Entretanto, historicamente, essa segmentação sistêmica tem dificultado, ou mesmo impedido, a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE), nos moldes propostos no *Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira*, pelos setores organizados da sociedade que se articulam por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, entre estes o ANDES-SN. Como enfrentar essa questão?

Uma das incumbências da União, na área educacional, é coordenar a política nacional de educação. Para cumprir essa tarefa, a legislação prevê que ela deva articular os diferentes níveis e sistemas, exercendo as funções "(...) normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais." No que se refere à educação superior, a União tem as incumbências de "autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.", sendo que, pela legislação vigente, tais tarefas podem ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, "(...) desde que mantenham instituições de educação superior." (LDB, Art. 8°, § 1° e Art. 9°, IX, respectivamente). As instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada ficam sob a responsabilidade exclusiva do sistema federal de ensino, cuja fiscalização e controle são fundamentais, sobretudo por tratar-se de concessão do Poder Público.

Nos parece urgente a necessidade de normatização e articulação global dos diversos estamentos que caracterizam a Educação no território nacional, de forma a dar consecução às importantes incumbências da União apontadas acima. O instrumento que consideramos privilegiado para esta tarefa é o CNE delineado no PNE: Proposta da Sociedade Brasileira e já apresentado na forma de proposta de Projeto de Lei (PL) ao Congresso Nacional pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em agosto de 2003 (Carta n° 030/2003 – FNDEP).

O atual CNE, basicamente de indicação do Executivo e majoritariamente constituído por representantes do setor privado, tem um caráter essencialmente cartorial e as poucas iniciativas de política educacional que nele se originaram têm forte teor privatista e de omissão no que se refere à fiscalização do setor e da atividade dos empresários de ensino.

São características fundamentais da proposta de CNE do FNDEP:

- a ampliação e melhor especificação das competências do CNE;
- a composição ampliada dos conselheiros, para melhor cumprimento das tarefas que lhe são atribuídas;
- a definição de uma composição mais representativa dos setores da sociedade mais envolvidos com a educação;
- a definição do CNE como unidade orçamentária própria.

Entendemos que uma iniciativa importante do ANDES-SN – nesse momento de intensa discussão sobre uma reforma da Educação Superior – é propor um substitutivo ao projeto privatista do governo federal, que potencialize a defesa e a promoção da educação pública, gratuita e de boa qualidade, em todos os níveis e em todo o território nacional, e contribua para a construção do SNE. Para aumentar a probabilidade de que isto aconteça, é imprescindível que, acoplada a este substitutivo, retomemos a nossa proposta de Conselho Nacional de Educação (CNE), já aprovada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Plenária de 6 de abril de 2003.

TR - 2

Nota da redação da Adufrj-SSind: não transcrevemos o texto-resolução proposto, pois ele corresponde exatamente aos artigos 2º e 3º (com exceção do parágrafo 5º deste) do PL da parte 5 do TR-1.

TEXTO -3

Contribuição da Diretoria da ADUSP S.Sind.

REFLEXÕES SOBRE UM (POSSÍVEL) PROJETO DE LEI DO ANDES-SN PARA A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

TEXTO DE APOIO

O 50º CONAD decidiu encaminhar para discussão na base do Movimento Docente a construção de uma proposta que poderá constituir-se, dependendo de decisão do 6º CONAD Extraordinário, em um substitutivo global ao projeto de lei apresentado pelo governo. Tal substitutivo deve ser balizado por algumas considerações de ordem política, a saber:

1 - O substitutivo deve ser um instrumento de potencialização da nossa luta em defesa da Educação pública, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada;

2 - Como no caso da proposta do ANDES-SN e de suas Seções Sindicais para a Constituição Federal de 1988, o substitutivo deve conter finalidades e diretrizes progressistas e republicanas para o desenvolvimento e a manutenção da Educação Superior no Brasil;

3 - O substitutivo deve permitir o embate com o projeto do governo - na opinião pública e no Congresso Nacional -, proporcionando uma discussão aprofundada do tema, especialmente

com os Movimentos Sociais Organizados, em particular no interior do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e em seus similares estaduais. Devemos ter particular atenção com a parte combativa do Movimento Estudantil e dos funcionários técnico-administrativos;

4 - O substitutivo deve contribuir para a construção de um Sistema Nacional de Educação como proposto no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira;

5 - Devemos continuar a ser portadores de uma perspectiva de diálogo e negociação, tendo sempre presente nossos propósitos estratégicos, definidos pelas instâncias do ANDES-SN.

Tendo estes eixos como base, esse projeto substitutivo poderá ter – no contexto de fragilização e de divisão ocasionadas pelas inúmeras denúncias de corrupção que assolam o governo e o Congresso Nacional – chances não desprezíveis de tornar-se politicamente significativo, a exemplo do ocorreu com as propostas de aumento da vinculação de verbas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Estado de São Paulo para as universidades estaduais, para o Centro Paula Souza e para a Educação Básica em geral.

Uma vez que tomarmos conhecimento da proposta oriunda da Diretoria do ANDES-SN, na medida das suas possibilidades, a ADUSP enviará às demais Seções Sindicais, ainda antes do 6° CONAD Extraordinário, comentários e propostas acerca do texto apresentado, que poderão contribuir para torná-lo um substitutivo global do ANDES-SN à terceira versão da proposta do governo federal.

Feitas estas considerações gerais, apresentamos abaixo um TR que diz respeito à contribuição, que nos parece importante, da União para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na rede de universidades públicas estaduais.

A situação das universidades estaduais, que, já na última década se apresentava desfavorável em praticamente todas estas instituições, está se encaminhando para um ponto crítico, ameaçando seu caráter público e gratuito, bem como a qualidade do trabalho acadêmico desenvolvido nestas instituições.

Houve expressiva expansão neste setor, alavancada predominantemente por interesses político-eleitorais dos governadores dos respectivos Estados, que reconheceram no crescente apelo popular do Ensino Superior um modo eficiente de autopromoção. O número atual de vagas para ingresso nas IEES se aproxima do das IFES, ultrapassando 100 mil, com forte tendência ao crescimento. Grande parte desta expansão se deu pela interiorização, sem o correspondente aporte de verba, com precarização estrutural das condições de trabalho acadêmico e dos níveis salariais.

Dada a concentração de recursos nas mãos do governo federal, que desenha e implanta uma política econômica contrária aos interesses dos trabalhadores e da esmagadora maioria da população brasileira, consideramos fundamental que a União também contribua para a manutenção e o desenvolvimento acadêmico das universidades públicas estaduais. Esta contribuição deverá se dar destinando uma parte da receita federal às universidades estaduais, satisfazendo, pelo menos, os seguintes critérios:

- Como forma de redistribuição de recursos públicos, o montante destinado a cada Estado dever ser inversamente proporcional à arrecadação de impostos per capita em cada Estado;

- O pagamento deve ser feito diretamente às universidades estaduais, em parcelas mensais correspondentes a duodécimos de um certo montante, sem a intermediação dos executivos estaduais;

- Em Estados nos quais existirem mais do que uma universidade estadual, a distribuição da contribuição a cada universidade deverá ser decidida por um Conselho das Universidades Estaduais, constituído democraticamente e exclusivamente por membros do corpo das universidades.

Uma vez que a movimentação financeira se dá essencialmente através das estruturas econômicas instaladas nos Estados, uma parcela significativa da receita oriunda da CPMF deveria se constituir na origem dos recursos para este programa, com o montante calculado antes da aplicação da perversa Desvinculação das Receitas da União (DRU). É sempre bom lembrar a argumentação original que justificava a introdução da CPMF: obter recursos para o financiamento de serviços públicos essenciais. Em contraposição à postura do governo de utilizar a CPMF para fazer crescer o superávit primário, ou seja, para pagar banqueiros com dinheiro vivo, propomos aplicar uma parte significativa desta contribuição para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades estaduais. Os parâmetros apontados anteriormente deram origem à proposta de TR explicitada a seguir.

TR - 3

Inclua-se, onde apropriado, o seguinte:

Art. - ?. A União destinará, a cada ano, nunca menos do que 25% da receita total da CPMF à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades públicas estaduais, obedecidas as seguintes disposições:

Parágrafo 1º – O montante a que se refere o caput deste artigo será computado antes do desconto proveniente da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e destinado exclusivamente às universidades públicas criadas e mantidas pelos Estados da União.

Parágrafo 2º – O montante da contribuição à rede de universidades públicas estaduais em cada Estado será inversamente proporcional à receita total de impostos, per capita, do respectivo Estado.

Parágrafo 3º – Nos estados em que houver mais do que uma universidade pública estadual criada e mantida pelo Estado será criado um Conselho das Universidades Públicas Estaduais, constituído democraticamente e exclusivamente por membros do corpo destas universidades. Entre as atribuições deste Conselho, a ser disciplinado em lei estadual específica, estará a divisão das verbas destinadas à rede no respectivo Estado, a fiscalização e a prestação de contas ao MEC da aplicação da contribuição da União indicada no caput deste artigo.

Parágrafo 4º – A contribuição a que se refere o caput deste artigo será paga diretamente a cada universidade pública estadual criada e mantida pelo respectivo Estado, em parcelas mensais correspondentes ao duodécimo do montante a que fizer jus, conforme determinado pelo Conselho das Universidades Estaduais no Parágrafo 3º.

TEXTO - 4

Contribuição da Diretoria da ADUSP-S. Sind.

A SITUAÇÃO DAS IPES E A NECESSIDADE DE SEU CONTROLE PELO ESTADO[1]

A extraordinária privatização que tem caracterizado a Educação Superior no Brasil, a qual tem se acentuado na última década, requer que sejam indicadas etapas intermediárias na construção do padrão unitário de qualidade do ensino oferecido nas IES privadas.

Conforme definido pelo Setor das IPES, há várias providências, necessárias no curto prazo, relacionadas, em especial, a quatro (4) questões:

- organização colegiada, em todos os níveis hierárquicos, para permitir a gestão democrática da IES;
- estabilidade no emprego; regime de contrato compatível com a função; transição do regime de trabalho horista para o regime de trabalho contínuo;
- carreira baseada na progressão vertical e horizontal;
- liberdade de associação sindical.

Adicionalmente, entendemos que a autonomia da IES frente à sua mantenedora é fator essencial para evitar interferências indevidas de interesses mercantis. Ainda, como concessão do Estado, as IES particulares precisam de credenciamento específico, segundo normas emanadas do CNE (novo!). Na prática, há ainda a necessidade de impedir que as IES particulares utilizem o subterfúgio de se transformarem em Centros Universitários, o que implica em explicitar (nas "Disposições Transitórias") a revogação dos dispositivos legais que autorizaram sua criação.

TR - 4

No caso de ser aprovada a apresentação de um PL substitutivo do ANDES-SN em contraponto ao PL do governo sobre a Reforma da Educação Superior, incluir – **onde apropriado e com a redação adequada** – os seguintes pontos:

1. Mencionar explicitamente o fato de o Ensino Superior privado ser concessão do Poder Público, precisando submeter-se à regulamentação específica, segundo normas do CNE (conforme proposta do FNDEP), para credenciamento, recredenciamento e eventual descredenciamento.

2. Definir como se dá o relacionamento entre entidade mantenedora e IES, em particular quanto ao financiamento e à transparência contábil.

3. Detalhar os organismos colegiados paritários para os níveis hierarquicamente inferiores da IES (privada ou pública): Congregação, Conselho de Departamento, Conselho de Graduação, Conselho de Pós-graduação, Conselho de Pesquisa, Conselho de Extensão etc..

4. Definir como IES apenas as universidades (explicitar suas características!) e os estabelecimentos de Ensino Superior isolados. Revogar a legislação que criou os Centros Universitários.

5. Explicitar a autonomia didático-científica e administrativa da universidade privada frente à sua mantenedora.

6. Exigir estabilidade no emprego, vetando o recurso ao contrato precário, em particular por hora-aula, e às demissões sem justa causa, em prol da qualidade do Ensino Superior.

7. Exigir a definição de carreiras para pessoal docente e pessoal técnico-administrativo, que associem a ascensão à titulação e a avaliação de desempenho, segundo as diretrizes acadêmicas das IES.

§ A IES deve tornar pública, um mês antes do início do semestre letivo, preferencialmente por meio de seu site na internet, a relação nominal, incluindo titulação e posição na carreira, de todos os docentes, especificando a(s) disciplina(s) e o(s) curso(s) que está(ão) sob a responsabilidade de cada um.

8. Inserir explicitamente a garantia de associação sindical de docentes e pessoal técnico-administrativo e de livre associação estudantil em entidades representativas.

[1] Este texto está inacabado, tem o objetivo apenas de levantar algumas questões que consideramos importantes a serem discutidas.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 467 • 17 de agosto de 2005

Assembléia Geral

17/8 QUARTA-FEIRA

14:30 HORAS

Sala 03 do Instituto de Psicologia
Praia Vermelha

Pauta

1) Indicativo de greve dos docentes das Ifes
2) 6º Conad extraordinário
   a) propostas da Adufrj-SSind
   b) escolha de delegado e observadores da Adufrj-SSind

GED integral para aposentados agora só depende do MPOG
Página 7

Duas chapas inscritas na eleição para diretoria da Adufrj-SSind
página 8

Agenda Sindical

17/8 - Marcha contra a corrupção, as reformas e a política econômica do governo Lula
Brasília (DF)

18/8 - Encontro Nacional da Conlutas
Brasília (DF)

19/8 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF)

20 e 21/8 - 6º Conad Extraordinário
Brasília (DF) - com o tema: "Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei do Andes-SN sobre a educação superior"

21 a 23/10 -Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Kelvin Melo

Consuni repudia queixa na polícia contra estudantes da ECO

Colegiado também aprova resolução em busca da normalidade acadêmica daquela unidade

Não ficou sem resposta do Conselho Universitário da UFRJ, em 11/8, a atitude do diretor José Amaral Argolo, da Escola de Comunicação, de recentemente prestar uma queixa na 10ª Delegacia Policial (Botafogo) contra alunos daquela unidade. O colegiado aprovou uma moção de repúdio ao fato por entender que a iniciativa "atenta contra a autonomia da universidade e contra a liberdade de expressão do movimento estudantil", conforme o trecho final do texto.

Continua na página 4

Adufrj-SSind

Conselho de Representantes discute campanha salarial

Professores também analisaram enfrentamento contra reforma universitária do governo

Debater a campanha salarial e um possível indicativo de greve em reuniões realizadas no maior número de locais da universidade, preferencialmente até a data da Assembléia Geral da Adufrj-SSind, dia 17 de agosto. Esta foi a indicação do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, reunido no Auditório da Escola de Serviço Social, no *campus* da Praia Vermelha, em 9/8.

Os conselheiros pretendem ampliar a compreensão dos demais docentes acerca da campanha salarial deste ano e aumentar o grau de mobilização da categoria para uma eventual greve neste segundo semestre. Os conselheiros saíram da reunião com a tarefa de buscar informações das próximas reuniões de departamentos ou colegiados dos programas em suas respectivas unidades. O objetivo é aproveitar o espaço no qual os docentes já estarão reunidos para discutir situações do cotidiano acadêmico e explicar os pontos da campanha salarial durante uma breve intervenção.

A iniciativa é conseqüência de outras experiências bem-sucedidas em alguns departamentos ou programas, como no de Letras Vernáculas (da Faculdade de Letras), no de Biomédica (da Coppe) e no de Eletrotécnica (da Escola Politécnica), bem como numa reunião no Colégio de Aplicação (CAp). Nesses locais, após a explanação do diretor da Adufrj-SSind, os professores manifestaram interesse em continuar o debate sobre a campanha salarial, carreira docente e reforma universitária.

Na reunião do Conselho de Representantes do dia 9/8, a diretoria da Adufrj-SSind afirmou ser favorável ao indicativo de greve, que estará na pauta da AG desta semana - o CR é apenas um órgão consultivo. O movimento depende, obviamente, do respaldo da categoria. "Só conseguiremos algo neste momento com um movimento forte. Dá muito trabalho (para a diretoria e militantes) fazer a greve, mas vamos ouvir o que o conjunto dos docentes vai dizer", afirmou o diretor Salatiel Menezes. Vários professores destacaram a importância da greve, mas também ressaltaram a rejeição que a paralisação das atividades encontra em alguns colegas. "Os professores já começaram a revelar o incômodo com o salário. Mas nós sabemos que essa situação é fragmentada pela universidade", ressaltou Sandra Martins, do CAp.

Reforma universitária

Os conselheiros da Seção Sindical também debateram a possibilidade de o Andes-SN apresentar um conjunto de projetos no Congresso Nacional para disputar com a reforma universitária do governo. As propostas da diretoria do Sindicato Nacional, elaboradas na forma de uma emenda constitucional, uma lei complementar e quatro leis ordinárias, foram divulgadas no encarte do Jornal da Adufrj de 8 de agosto. O tema estará em pauta na próxima AG da Adufrj-SSind e será discutido no 6º Conad Extraordinário do Andes-SN, em Brasília (DF), nos dias 20 e 21 de agosto.

A diretoria da Adufrj-SSind informou que haveria ainda uma reunião preparatória para o Conad Extraordinário no dia 16, na sede da Seção Sindical.

O diretor Salatiel defendeu a estratégia de apresentação de um substitutivo global à reforma universitária do governo. Segundo ele, embora de difícil aprovação pelo atual Congresso Nacional, os projetos do Sindicato servem como instrumento de diálogo com outras entidades da Educação, com a categoria e a sociedade.

Vera Martins (da Coppe) não concordou com a proposta. Para ela, não faz sentido para um sindicato a tarefa de legislar. A professora também tinha dúvidas se a iniciativa iria aumentar a mobilização da categoria sobre a reforma universitária. Segundo ela, apostar num substitutivo pode levar a uma perda de foco na luta.

O diretor José Miguel esclareceu que o papel do sindicato, dependendo da conjuntura, pode ser também o de legislar. Ele lembrou que os docentes universitários ligados às instituições federais, em especial, mantêm sua vida profissional estreitamente ligadas a leis. De acordo com José Miguel, elaborar propostas de legislação complementará a mobilização contra o projeto do governo.

Comissão eleitoral

O Conselho de Representantes escolheu os nomes da comissão eleitoral que será responsável pelas eleições para a diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. São as professoras Sandra Martins, Celina Costa e Cristina Miranda (todas do Colégio de Aplicação).

Andes-SN

Regional realiza encontro Pós-Conad

A pertinência da elaboração de um projeto de lei da Educação Superior do Andes-SN e sua apresentação ao Congresso Nacional foram objeto de debate do Encontro Pós-Conad realizado pela Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN. As discussões dos representantes das seções sindicais presentes foram precedidas de uma análise da professora da UFF e integrante do Grupo de Trabalho Política Educacional da Aduff-SSind, Katia Lima, sobre o projeto de reforma universitária do governo e a proposta de o movimento docente formular seu próprio instrumento jurídico.

Segundo a 1ª Secretária da Regional Rio, Sônia Lúcio, em síntese, os presentes identificaram preocupações em algumas seções sindicais com o envio de um projeto a um parlamento que estaria em crise, desmoralizado a partir das denúncias de corrupção envolvendo parlamentares e integrantes do governo. Por outro lado, foi lembrado que a corrupção é um processo endêmico ao sistema capitalista e que projetos de lei elaborados com a participação do movimento docente, como o Plano Nacional de Educação da Sociedade, já tramitaram em parlamentos igualmente permeados pela corrupção. "Não há ilusão na via parlamentar, mas sim a compreensão de que um instrumento jurídico nesse momento pode aglutinar novamente as entidades que assinaram o PNE e que participam do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública para se contrapor à reforma universitária do governo", comentou Sônia.

Houve ainda a compreensão entre os presentes de que esta nova forma de intervenção só tem sentido se associada a outras ações como *a Marcha do dia 17* de agosto, em Brasília, *contra a corrupção, as reformas neoliberais e contra a política econômica do governo Lula/FMI* e a greve do setor das Federais que está sendo construída.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Condomínio organiza utilização de salas na Praia Vermelha

Há pouco mais de um mês, estudantes da Faculdade de Administração realizaram um protesto durante sessão do CEG pela falta de salas de aula. Apoiados pela direção da unidade, os estudantes chegaram a pedir a redução do número de vagas para os cursos de Ciências Contábeis e Administração no edital do vestibular 2006. Na ocasião, os conselheiros apoiaram a manifestação estudantil mas negaram o pedido de redução da oferta de vagas na universidade.

Na sessão do CEG do último dia 10, a Coordenadora de Graduação do CFCH, Andrea Teixeira, apresentou o relatório da Comissão Mista do Condomínio de Salas da Praia Vermelha e explicou a origem do problema apresentado pela Faculade de Administração e Ciências Contábeis. Pela exposição de Andrea Teixeira, desde 2002, a comissão mista integrada pelo Coordenador de Graduação do CCJE, Abílio Lucena, a assessora da PR1 Conceição Gonçalves e ela própria, passou a gerir um banco de salas de utilização comum para todas as sete unidades da Praia Vermelha. Com o Condomínio da Praia Vermelha, como ficou conhecido, os horários de aulas para todos os cursos do *campus* foram uniformizados, com duração de 50 minutos e intervalos de 10 minutos, das 7h30 às 22h.

Os critérios utilizados pelo Condomínio levam em conta, de acordo com a coordenadora, a autonomia das unidades na elaboração de seus horários e a utilização tradicional dos espaços por elas utilizados. A partir daí as demandas para a utilização das vagas são contempladas somente em horários não utilizados pelas unidades. A prioridade do Condomínio é o atendimento aos pedidos dos cursos de graduação, mas a comissão também atende a pedidos da pós-graduação e outras demandas de órgãos de fora do *campus*.

As alocações efetuadas respeitam a ordem de chegada das demandas das unidades. O problema, segundo a avaliação da comissão, começa neste ponto. A ausência de planejamento das unidades, para Andrea, é a principal causa do problema de falta de salas apresentado pela FACC no primeiro semestre desse ano. Segundo a planilha apresentada pela Comissão, todas as unidades que solicitaram horários foram atendidas com salas de aula no *campus*. Apenas três disciplinas da Faculdade de Administração não puderam ser alocadas nos horários solicitados. Os horários demandados por essas disciplinas seriam nos primeiros horários do turno da noite, às segundas e quartas-feiras, dias e horários já preenchidos por outros pedidos que chegaram anteriormente, segundo Andrea. O que não significava a total falta de disponibilidade de salas em outros dias e horários para as disciplinas da Facc.

Para a coordenadora, a falta de planejamento prévio por parte das unidades não permite alterações sem prejuízos para esta ou aquela unidade e impede a utilização máxima dos espaços existentes. O mapa de distribuição de horários e salas entre os cursos da Praia Vermelha mostra que em algumas unidades há um descompasso considerável na utilização de horários nos primeiros para o último dia da semana (sexta-feira). A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis apresenta a pior distribuição de horários ao longo dos dias da semana. Em 2005/1, de segunda a quinta-feira, o curso de Administração aloca, em média, 32 horários ao longo do dia, contra 17 horários preenchidos, na sexta-feira.

Como proposta para melhorar a gestão das salas na Praia Vermelha, a comissão mista solicitou a inclusão no calendário acadêmico elaborado pelo CEG das datas e prazos referentes aos trabalhos do Condomínio. A expectativa da comissão é que, a partir da orientação formal dos colegiados para as unidades com relação aos prazos de planejamento das turmas para o semestre seguinte, as unidades consigam utilizar melhor os espaços disponíveis na universidade para o atendimento do ensino de graduação.

Comissão da ECO propõe avaliação acadêmica em todas as unidades

A Comissão Acadêmica do Conselho de Ensino de Graduação para a Escola de Comunicação apresentou na sessão do dia 10/8 suas considerações sobre a reforma curricular do curso de graduação da unidade, implementada em 2001. Com a reforma, o curso de Comunicação Social passou a ser constituído por um ciclo básico (três períodos iniciais e uma grade curricular comum para todas as habilitações) e um ciclo profissional com cinco períodos.

A comissão comparou a reforma com as diretrizes curriculares para o curso de Comunicação Social e a partir daí destacou uma série de recomendações. Uma delas é que sejam criadas estratégias para reformular os critérios de acesso ao ciclo profissional, principalmente em relação às escolhas da carreira. Apesar de a unidade oferecer cinco habilitações na área, o curso de Jornalismo é o mais procurado em relação às demais carreiras - Rádio e TV, Produção Editorial, Publicidade e Propaganda e Direção Teatral. A falta de estratégia para minimizar essa disputa ao final do ciclo básico foi identificada como um dos problemas a serem enfrentados pela unidade. De acordo com a relatora do parecer da Comissão, Ana Canen, o fato de o critério para a entrada no ciclo profissional desejado ser o Coeficiente de Rendimento faz com que muitos alunos, durante o ciclo básico, se inscrevam em eletivas ou algumas disciplinas em que consideram que teriam mais chances de obter boas notas sem pensar na qualidade da formação. Outro problema indentificado a partir daí foi a alocação de estudantes em habilitações para as quais não estariam vocacionados.

A desinformação dos estudantes com relação às carreiras do curso de Comunicação Social, à exceção do curso de Jornalismo, seria um dos motivos para disputa intensa pelas vagas dessa habilitação ao final do ciclo básico. Para resolver esse problema, a Comissão propõe a divulgação e articulação do conteúdo e da proposta das habilitações já no ciclo básico.

Com uma experiência anterior de mais de 20 anos do extinto ciclo básico no curso de Engenharia, o representante do Centro de Tecnologia, Ericksson Almendra, questionou a eficácia da recomendação. Ericksson se disse favorável ao ciclo básico, mas relatou que diversas formas de envolver os estudantes com todas as habilitações da Engenharia foram tentadas, mas as carreiras concorridas, como a Engenharia de Produção, continuaram as mais disputadas. Para o professor, o critério para a escolha da carreira deveria ser o número de créditos cursados e não o CR. "Isso faria com que o estudante buscasse fazer mais disciplinas ao invés de prolongar seu ciclo básico em busca de notas altas".

O diretor da Faculdade de Educação e conselheiro, Marcelo Corrêa, também é favorável ao ciclo básico, mas no qual o estudante ingressasse já com a carreira profissional escolhida, sem a possibilidade de alteração de habilitação no meio do curso.

O Pró-reitor José Roberto Meyer destacou o sucesso do trabalho da comissão e chamou atenção para o fato de que esta se constituiu, por decisão do CEG, de forma paritária com a participação de dois representantes dos três segmentos, estudantes, docentes e técnico-administrativos. "Que esta experiência sirva de exemplo de que não devemos ter medo da paridade".

Estágios

Uma das observações da comissão acadêmica da ECO foi a ausência de estágio curricular, o que deixaria de atender a uma das exigências das diretrizes curriculares nacionais. A comissão recomendou a implantação dos estágios supervisionados pelos docentes como uma forma de viabilizar a execução do currículo em sua articulação teórico-prática.

O parecer da comissão recomendou, ainda, que seja elaborado até o final de 2005, com a participação de docentes, discentes e técnico-administrativos, um planejamento estratégico e medidas que garantam o aprimoramento e implantação da reforma curricular na Escola.

Recomendações aos colegiados superiores

A comissão acadêmica da ECO também recomendou que o CEG normatize a obrigatoriedade de relatórios periódicos pelas unidades que tenham implementado reformas curriculares. O objetivo é possibilitar o acompanhamento acadêmico dessas reformas.

Outra recomendação foi para que a PR1 elabore um levantamento sobre a distribuição dos estudantes nas habilitações do curso de graduação da ECO, desde 2001, e verifique se as vagas aprovadas pelo colegiado para cada uma das habilitações estão sendo rigorosamente cumpridas.

A comissão propôs, ainda, que seja realizada uma avaliação institucional a partir da Comissão Própria de Avaliação e de comissões locais para incentivar o acompanhamento contínuo dos cursos em todas as unidades.

Colegiados

Continuação da capa

Vale lembrar que, no dia 15 de junho, estudantes ocuparam o gabinete da direção da ECO para fazer diversas reivindicações. Já naquela ocasião, solicitavam a exoneração de Argolo do cargo de diretor. Para eles, o professor agiu de forma autoritária, não permitindo a participação dos alunos nas decisões que dizem respeito ao sistema acadêmico da Escola. O diretor não conseguiu entrar na sala naquela data, assim como um outro docente da ECO. Na semana retrasada, cinco alunos presentes na manifestação foram convocados a depor na 10ª DP sob a queixa de "constrangimento ilegal" em relação ao diretor e ao outro docente impedidos de entrar na sala.

Fotos: Kelvin Melo

ESTUDANTES PROTESTAM CONTRA 'QUEIXA' DA DIREÇÃO NA DP

Resolução do Consuni

Além da moção de repúdio, o Consuni aprovou também uma resolução com várias determinações a serem cumpridas pela Congregação da ECO - o Plano de Trabalho local deve ser apresentado num prazo de 30 dias - em busca da normalidade acadêmica. O documento foi baseado em três fontes: no relatório final de comissão de sindicância instituída pelo reitor em maio; no relatório da comissão acadêmica do CEG; e no informe encaminhado ao reitor pelo Centro Acadêmico da ECO, em 5 de agosto.

Destaque para os itens que cobram a discussão e aprovação dos projetos acadêmico e pedagógico da unidade, envolvendo graduação e pós-graduação - o Centro Acadêmico da Escola reclama que a reforma curricular implantada em 2000 trouxe sérios problemas para a formação dos alunos. Será criada uma comissão de especialistas integrada também por membros externos à UFRJ, para avaliação dos novos projetos.

O Consuni decidiu ainda pela revisão, também pela Congregação, das eleições nos Departamentos de Expressão e Linguagem (DEL) e de Métodos e Áreas Conexas (DEMAC) – realizadas em desacordo com o Estatuto da UFRJ, por excluírem a participação de representantes dos alunos e dos técnico-administrativos, e sem portaria de nomeação, como no caso do chefe do DEMAC, publicada no Boletim da universidade. Presidente da Comissão de Legislação e Normas do Consuni, o professor Luiz Antônio Cunha observou que os chefes dos departamentos em questão não poderiam ter assento na Congregação. O Conselho Universitário incluiu no texto da resolução aprovada que estes chefes de departamento deverão ser substituídos naquele fórum pelos docentes de maior titulação de cada departamento, entre eles os mais antigos.

Outro ponto que chama a atenção no texto do Consuni é o pedido de revisão e encaminhamento para aprovação dos colegiados superiores do Regimento Interno da ECO - no relatório da comissão de sindicância explica-se que, enquanto não houver um novo regimento, ficam valendo os artigos que não entrem em conflito com a legislação superior. Havendo conflito, prevalece a legislação superior. Além disso, determina-se que a Congregação da Escola adote, imediatamente, as providências necessárias ao estrito cumprimento do que estabelece o Estatuto da UFRJ no tocante à garantia de representação dos três segmentos constituintes da comunidade universitária em todas as instâncias colegiadas da unidade.

Entre vários pontos, a queixa do diretor na 10ª DP também motivou dois itens da resolução: no primeiro, de caráter universal, declarava-se incompatível com a cultura universitária a conduta de encaminhar "para a esfera da autoridade policial a arbitragem de conflitos próprios da vida acadêmica", seja por parte de dirigentes, seja por parte de qualquer outro integrante do corpo social; no segundo item, determinava-se à Congregação que fizesse o máximo esforço para retirar do âmbito policial a discussão dos recentes acontecimentos de ocupação estudantil na ECO.

De olho no futuro, a resolução do Consuni também cobra que o próximo processo eleitoral para a diretoria da ECO (o mandato do professor José Argolo encerra-se em 23 de janeiro) tenha um calendário e normas claramente definidos e que o pleito seja concluído antes do fim da atual gestão.

Comissão do Consuni vai acompanhar ECO

Uma comissão do Consuni, que terá participação de professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos, vai acompanhar o cumprimento da resolução tomada no dia 11 de agosto. Os nomes não foram escolhidos durante o colegiado, mas o reitor disse que vai constituir a comissão antes mesmo da próxima reunião (marcada para 25 de agosto).

Alunos queriam afastamento do diretor

A resolução do Consuni não atendeu ao pleito original dos estudantes, que queriam o afastamento, mesmo que temporário, do diretor da ECO. Na votação, a maioria do conselho foi contrária à medida. Um dos representantes do DCE no colegiado e estudante do curso de Comunicação Social, Carlos Leal observou que, caso não se concretizasse a saída de José Argolo da direção, estariam prejudicadas todas as demais decisões.

Outro conselheiro discente, também da ECO e um dos atingidos pela queixa do diretor na Polícia, Pedro Martins ressaltou que não "daria em nada" a resolução de cobrar algo da Congregação, presidida por José Argolo. "É a mesma coisa que o Consuni fechar os olhos para todos os problemas da Escola de Comunicação", disse.

Alguns conselheiros que se manifestaram a seguir mostraram-se indignados com o deslocamento do conflito para a esfera policial, mas ponderaram que a resolução e seus adendos, mesmo sem o afastamento do diretor, atenderiam às necessidades do momento.

O reitor Aloisio Teixeira ressaltou que não havia nenhum ponto no relatório da comissão de sindicância instituída em maio ou no da comissão acadêmcia do CEG que pudesse motivar, resguardada pelo Regime Jurídico Único (RJU), a formação de um processo administrativo disciplinar contra o diretor da ECO. "É muito fácil falar. O que eu faço deve ser regido pela lei, pelo estatuto e pelo regimento desta universidade", comentou. Segundo ele, o caso seria diferente das situações encontradas na Faculdade de Educação e da Faculdade Nacional de Direito, que vivenciaram a intervenção mais contundente da reitoria.

Após a resolução do Consuni, o reitor concordou com proposta da decana do CFCH, Suely Almeida, de convidar os integrantes da Congregação para uma reunião com a comissão de acompanhamento e outros integrantes do colegiado numa tentativa de solucionar a crise institucional.

Eleições paritárias?

Os estudantes também reivindicaram que as eleições para a direção da ECO sejam paritárias. O reitor Aloisio classificou como indevido que o Consuni indicasse a paridade apenas para uma unidade, mas garantiu que o tema será abordado em futuras sessões do colegiado.

Estudantes são intimidados pelo telefone

Os estudantes da Escola de Comunicação estiveram no gabinete da reitoria na manhã do dia 5 de agosto e apresentaram um documento com detalhes sobre o telefonema de um comissário de polícia que intimou integrantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e do Centro Acadêmico da ECO (Caeco) a comparecerem à 10ª Delegacia de Polícia (DP), em Botafogo, para responder sobre uma queixa de "quebra de tranqüilidade" apresentada pelo diretor José Argolo.

De acordo com Laura Abrantes, representante do Caeco, a pessoa que ligou fez referência à ocasião em que cerca de cinqüenta estudantes da ECO ocuparam o gabinete da direção, no mês de junho, após a instauração da comissão de sindicância para investigar denúncias de estudantes e professores contra o diretor José Amaral Argolo.

Laura Abrantes, que recebeu o telefonema no último dia 4, contou que ela e mais quatro colegas - Pedro Martins (DCE), Leila Leal (Caeco), Carolina Barreto (Caeco) e Carlos Leal (DCE) - foram convocados a comparecer à delegacia na quinta-feira, 11, no mesmo horário em que foi realizada a sessão do Conselho Universitário. O debate sobre a situação da ECO estava previsto na pauta do colegiado. Os estudantes foram orientados por advogados a não comparecer à delegacia e a aguardar uma notificação por escrito.

Ao receber o telefonema do policial, os estudantes entraram imediatamente em contato com o superintendente do CFCH, Moacyr Barreto, que encaminhou o caso à reitoria. Os estudantes foram recebidos no dia seguinte pelo chefe de gabinete do reitor, João Eduardo Fonseca. Para a redação do Jornal da Adufrj, João Eduardo lamentou o fato de o conflito ter transposto a esfera da universidade.

Ainda no dia 5, o diretor José Argolo foi procurado pela equipe deste jornal para se pronunciar sobre o caso. De acordo com informações prestadas no gabinete da direção da unidade, o diretor se encontrava em reunião e só retornaria no dia seguinte (sábado, dia 6). Não houve retorno por parte do diretor à redação deste jornal.

Na segunda-feira, dia 8, a redação obteve o retorno do diretor adjunto de ensino, José Henrique, também procurado pelo jornal na sexta-feira dia 5. José Henrique disse que não tinha conhecimento da queixa e nem de nenhuma ação contra os estudantes da Escola. A queixa na delegacia, no entanto, já havia sido confirmada pelos advogados que estão assessorando os estudantes.

Mais cobrança sobre bandejão

Manifestação no Consuni ocorreu durante o Dia do Estudante

Munidos de faixas, cartazes e muitos apitos, os alunos não protestaram apenas contra a direção da ECO no Consuni. Eles cobraram, em carta lida no início da sessão, "condições decentes" no alojamento; aumento do número de bolsas; revogação imediata de todas as medidas e reformas "aprovadas com o dinheiro do mensalão", como o Prouni, reforma da Previdência e Lei de Inovação Tecnológica. Também reivindicaram, entre outros pontos, mais salas de aula para a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) e início imediato das obras na Escola de Belas Artes. Porém, a principal demanda do numeroso grupo que acompanhou o colegiado de 11 de agosto, justamente Dia do Estudante, foi, sem dúvida, a construção de bandejão público, gratuito e de qualidade a serviço de todos os alunos, em todos os *campi*.

A primeira a mencionar o tema foi a representante dos pós-graduandos no Consuni, Fernanda Lima. Ela criticou a política econômica vigente, que paga pesados juros internacionais da dívida, com conseqüente comprometimento dos gastos sociais. Segundo ela, isso explica a asfixia financeira a que são submetidas as universidades federais, com reflexo em fechamento de bibliotecas, alagamentos no CAp e a falta de bandejões, por exemplo.

Fernanda lembrou que a UFRJ, há 15 anos, possuía nove bandejões contra nenhum dos dias de hoje. Também citou a pesquisa realizada pela Associação de Pós-Graduandos (APG) com cerca de 600 pessoas, cuja imensa maioria aprovava a construção de um bandejão, desde que fosse cobrado um preço máximo de R$ 2. "Isso entre pós-graduandos que, teoricamente, possuem melhores condições financeiras", afirmou, referindo-se à necessidade de conseguir um custo menor para atendimento do conjunto dos alunos da universidade.

Bernardo Lima, um dos representantes dos estudantes de graduação e integrante do DCE, solicitou da reitoria o projeto e o cronograma de obras do bandejão da UFRJ, anunciado como promessa de campanha eleitoral de Aloisio Teixeira.

O reitor comprometeu-se em discutir o tema no Consuni, mas informou que o bandejão seria discutido previamente por uma reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), que congrega reitoria, decanos e prefeito universitário.

Diretor da Adufrj-SSind solidariza-se com estudantes

Depois da reivindicação estudantil, o diretor José Miguel Bendrao Saldanha, da Adufrj-SSind, teve a oportunidade de se manifestar no Consuni. O professor observou que a Seção Sindical está solidária à luta por uma melhor assistência estudantil. "Qualquer discurso sobre democratização do acesso é vazio, se não forem garantidas as condições de permanência universais, como bandejão e alojamento", comentou. Ele também protestou contra a atitude do diretor da ECO que prestou queixa na Polícia contra alunos (veja matérias acima), o que considerou uma forma de intimidação do movimento.

José Miguel conclamou, ainda, a volta dos debates sobre a reforma universitária no colegiado. Segundo ele, a terceira e definitiva versão do MEC, divulgada no Jornal da Adufrj de 8 de agosto, aprofunda os problemas apresentados nos documentos anteriores. Ele criticou a fórmula governamental de financiamento para as instituições federais de ensino superior, a inclusão do capital estrangeiro na educação superior e a liberdade de atuação concedida para o setor privado. "Nem manter o orçamento precário de hoje em dia está garantido pelo projeto", disse. A propósito da justa demanda estudantil no colegiado, José Miguel comentou que a última versão do projeto de reforma aumentou de 5% para 9% do orçamento a aplicação em assistência estudantil. Só que isso foi feito sem garantir novas fontes, o que vai acrescentar outras necessidades à universidade.

Titulares em estágio probatório e concursos docentes

O colegiado considerou que o professor Titular, mesmo em estágio probatório, poderá integrar banca examinadora de concurso docente para a mesma classe.

Recusado o recurso contra edital do Pibic/CNPq

O Consuni recusou o recurso de alguns conselheiros do CEG e do CEPG contra a decisão dos respectivos colegiados acadêmicos sobre o edital Pibic/CNPq. Em 22 de junho deste ano, uma reunião conjunta CEG/CEPG aprovou mudanças no edital anteriormente lançado, sob forte pressão da agência de fomento para flexibilização dos critérios (foi incluída a participação de docentes aposentados e bolsistas externos à universidade para a cota do CNPq). Os requerentes, sob o argumento de defesa da autonomia universitária, não desejavam essa flexibilização. No entanto, após argumento do reitor de que a negociação com o CNPq alcançou um termo aceitável, o colegiado indeferiu o recurso.

Chico de Oliveira é novo Honoris Causa da UFRJ

Foi apresentada e aprovada, por aclamação, a concessão do título de Professor Honoris Causa ao sociólogo Francisco de Oliveira, mais conhecido como Chico Oliveira.

Consuni preocupado com orçamento do MEC

Por proposta da reitoria, também foi aprovada moção no Consuni que demonstra "forte apreensão" com notícia publicada em O Globo (11/8) sobre corte de R$ 1,4 bilhão no orçamento do MEC: "A garantia das condições de financiamento capazes de garantir às IFES o seu regular funcionamento e a expansão de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão é dever do Estado, direito da sociedade e requisito para o desenvolvimento independente do País", diz uma parte do texto.

Fundações vão entrar na pauta

Já é certo que a relação entre a UFRJ e suas fundações ditas "de apoio" será ponto de pauta das próximas sessões do Consuni. Os conselheiros receberam um documento com uma justificativa e um projeto de resolução na tentativa de regulamentar esse vínculo. Atualmente, são quatro as fundações credenciadas pelo MEC/MCT para atuar no âmbito da universidade: FUJB, Coppetec, Bio-Rio e Fundação José Pelúcio Ferreira.

Colegiados

CEPG indignado com convênio irregular no IFCS

Na sessão de 12/8, após o relato do Pró-reitor, professor José Luiz Monteiro, o Conselho de Ensino para Graduados discutiu o convênio estabelecido entre o Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGF), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS) e a Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC) que teve início em 2002 e por meio do qual o Programa conduziu, na cidade de Campos, um curso de Mestrado *stricto sensu*, com pagamento de mensalidades pelos alunos e remuneração adicional aos professores da UFRJ que participaram do curso.

O convênio, proposto ao PPGF em 2002, pelo professor Emmanuel Carneiro Leão, da Escola de Comunicação, foi implantado na gestão do então coordenador, professor Aquiles Côrtes Guimarães, atual vice-diretor do IFCS, e teria sido aprovado pelo Programa, embora a maioria dos professores do PPGF desconhecesse o fato.

O assunto veio à tona no primeiro semestre de 2004, quando a professora Graça Schalcher assumiu a coordenação do PPGF e descobriu uma série de irregularidades relacionadas ao convênio. A divulgação do assunto custou à professora o arrolamento, na "condição de acusada", em uma comissão de inquérito disciplinar instituída pelo Diretor da unidade, professor Franklin Trein.

Com base no convênio, um edital específico ofereceu vinte vagas para o Mestrado em Filosofia na Faculdade de Filosofia de Campos. Nele se inscreveram dezessete alunos que cursaram disciplinas apenas aos sábados nas instalações da instituição privada. No texto do convênio há uma "planilha de custos" segundo a qual os professores receberiam para fazer orientações (R$ 8.000), participar de bancas (R$ 2.000) e ministrar aulas (R$ 3.000).

Além de Carneiro Leão, que faz parte do corpo docente do PPGF, e Aquiles Côrtes, apenas dois outros professores do Programa, Fernando Santoro e Gilvan Fogel, são indicados, na documentação analisada pelo CEPG, como orientadores. Ainda de acordo com o relato feito na sessão do Conselho, estava previsto o pagamento, durante dois anos, de R$ 1.200 mensais, à coordenação do programa. A atual coordenadora teria inclusive recebido por três meses até descobrir que tal gratificação lhe fora garantida por uma cláusula de um convênio não reconhecido pela UFRJ. A planilha de custos do convênio prevê ainda pagamentos, durante dois anos, ao "Coordenador Operacional junto à FAFIC", professor Emmanuel Carneiro Leão (R$ 1.000 mensais) e a duas secretárias (R$ 1.000 e R$ 700 mensais, respectivamente). O custo total, a cargo da FAFIC, foi de R$ 151.100.

Em nota de repúdio divulgada em maio de 2004, os alunos do PPGF expressaram indignação, além de não reconhecerem o processo de seleção e protestarem contra a abertura de 20 vagas em Campos, ao passo que no IFCS apenas 10 vagas foram disponibilizadas no mesmo ano.

Entre as várias irregularidades relatadas pelo pró-reitor, destacou-se o fato da constituição da turma de Mestrado na FAFIC se caracterizar como "fora da sede", o que exigiria acompanhamento acadêmico pelo CEPG e tratamento especial pela CAPES, na modalidade MINTER. Outro aspecto amplamente ressaltado relacionou-se à completa desconsideração das instâncias da universidade. O convênio não foi apreciado pela Congregação da Unidade, pelo Conselho de Centro e pelo próprio CEPG. Até mesmo a aprovação pelo PPGF foi feita por uma "Comissão de Pós-Graduação" do Programa, composta quase exclusivamente pelos próprios professores que participam do convênio como docentes, orientadores e coordenadores.

O assunto já havia sido tratado pelo CEPG em 01/07/05, que remeteu o processo à Procuradoria da UFRJ e deliberou pela suspensão de exames de qualificação ou defesas de tese dos alunos da FAFIC até o pronunciamento do Jurídico. De acordo com o parecer do procurador, também apresentado na sessão de 12/8, o convênio seria realmente irregular. Entre outras razões, porque o coordenador não poderia ter assinado o convênio já que tal atribuição não era de sua competência.

Ainda como parte do seu relato, o pró-reitor informou que na semana passada foi surpreendido por um mandado de segurança contra o reitor Aloisio Teixeira, com pedido de liminar, no qual a FAFIC solicita a realização das defesas de tese dos alunos que freqüentaram o mestrado em Campos. Entre outros argumentos, a FAFIC alega que os alunos "cumpriram toda a parte pedagógica e os pagamentos das mensalidades".

A petição apresentada pela FAFIC no mandado de segurança faz referência a outro processo que tramita na coordenação criminal do Ministério Público Federal (MPF), cuja cópia foi anexada à petição. Trata-se de uma representação contra a superintendente acadêmica da PR2, professora Leila Rodrigues da Silva, e a atual coordenadora do PPGF, Maria das Graças Ferreira Schalcher, assinada pelos professores Carneiro Leão e Aquiles Côrtes. No documento, ambos alegam que a primeira estaria dificultando a conclusão do Curso de Mestrado por parte dos alunos "sem nenhuma motivação administrativa plausível". Já a professora Graça Schalcher é acusada de, "por mero capricho e espírito de vingança", tentar destruir o convênio. Os professores pedem ao MPF a apuração da responsabilidade das acusadas e também da co-participação de outras autoridades e dos órgãos colegiados da UFRJ.

Os conselheiros ouviram o relato do pro-reitor visivelmente estarrecidos, posicionando-se em seguida com forte indignação, tanto em relação aos fatos do convênio propriamente dito quanto à representação criminal movida pelos professores Carneiro Leão e Aquiles Côrtes contra Leila Rodrigues e Graça Schalcher. Esta representação motivou manifestações de solidariedade às professoras por parte dos membros do CEPG. O convênio foi visto como um expediente para utilização de recursos públicos em benefício privado e foram solicitados esclarecimentos ao pro-reitor sobre os procedimentos necessários para ser cassado o título de Professor Emérito da UFRJ, possuído por Emmanuel Carneiro Leão.

Rápidas do CEPG

Reintegração

No CEPG do último dia 12, data em que se comemorou os 189 anos da Escola de Belas Artes (EBA), foi comunicada a reintegração de posse de um terreno localizado na Lapa, corredor cultural do Rio. O terreno, que fica ao lado do Circo Voador, na Rua Mem de Sá, 78, e há anos era utilizado como estacionamento particular, foi reintegrado pela reitoria e devolvido à unidade. Em comemoração, os estudantes da unidade fizeram uma grafitagem nos muros que cercam o terreno. Por enquanto será instalada no local uma lona cultural até que o projeto de criação do Centro Cultural Belmiro de Almeida seja concluído.

A EBA comemorou também a reabertura do auditório localizado no sexto andar da unidade. Fechado há três anos, o auditório foi reformado com o apoio da reitoria. Estão também sendo feitas obras de reparos estruturais no galpão da Escola destinado às atividades da pós-graduação na unidade.

Pós-graduandos

A PR-2 anunciou que está concluindo folheto que será distribuído aos alunos da pós-graduação com informações importantes para a vida acadêmica. O projeto é uma iniciativa da Pró-reitoria que contou com a participação da APG.

A CPPD solicita retificar no jornal da ADUFRJ
(N. da R: de 1º de agosto) uma informação errada.

Errado : pág.3 - " o detalhe é que o mandato provisório de seis meses da atual CPPD- concedido pelo Consuni em janeiro deste ano - já estaria extinto desde meados de julho"

Correto : o mandato da atual CPPD terminou na 4a. feira, 27/07 e foi prorrogado por mais 3 meses pelo Consuni a partir da 5a.feira, 28/07.

Não houve, portanto, interrupção no mandato da atual Comissão!

Atenciosamente,

Leslie C. Benchetrit,Ph.D.

Professor Titular, Presidente da CPPD
p/ Porta-voz da Comissão

Nota da redação: De fato, embora a criação do mandato provisório tenha sido aprovada por uma reunião do Consuni realizada em 13 de janeiro (o que teria provocado a expressão "desde meados de julho", contados os seis meses), a resolução relativa só foi publicada no boletim da UFRJ em 27 de janeiro. Além disso, esta resolução do Consuni (nº 01/2005) observa que o mandato se encerra no prazo de seis meses "contado da investidura". E esta "investidura" foi decretada pela portaria nº 169 do reitor, que também só entrou em vigência a partir de sua publicação no mesmo boletim de 27 de janeiro.

Movimento

8º Congresso do Sintufrj rejeita reforma universitária

Categoria também aprova proporcionalidade para próximas eleições do sindicato

O 8º Congresso do Sintufrj decidiu, por maioria, rejeitar o projeto de lei de reforma universitária apresentado pelo governo. O evento da categoria foi realizado no auditório do Quinhentão, no CCS, entre os dias 3 e 5 de agosto. Dos 138 eleitos delegados pela base, 112 se credenciaram.

A decisão refletiu o debate sobre o tema, ocorrido logo no primeiro dia do 8º Consintufrj. Na ocasião, o projeto do MEC recebeu severas críticas da funcionária técnico-administrativa Janine Vieira, da Coordenação de Educação da Fasubra, e da professora Sônia Lúcio, que representava o Andes-SN. Apenas um outro integrante desta coordenação, o servidor Celso Carvalho disse ser favorável ao anteprojeto governamental. Ainda assim, Celso não deixou de questionar a maior liberdade concedida ao setor privado do ensino superior, na última versão divulgada.

Ainda em relação à universidade – reafirmando a luta em defesa da instituição pública, gratuita, democrática e autônoma –, o Congresso condenou a "atual estrutura das fundações" e as chamadas Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Proporcionalidade

O Congresso também aprovou mudanças no estatuto da entidade e estabeleceu a proporcionalidade entre as chapas como critério para a composição da direção do sindicato. A proporcionalidade se dará a partir da próxima eleição, que deverá ocorrer antes do fim deste ano.

Crise política reflete nas resoluções

O Congresso foi realizado em meio à grave crise política que envolve o país, o que acabou influenciando os debates dos cinco grupos de trabalho (conjuntura, reforma sindical, reforma da educação de nível superior, plano de lutas e alterações estatutárias).

Nas suas resoluções, o Congresso aprovou a "cassação de mandatos com prisão e apreensão de bens" dos envolvidos em corrupção e "uma reforma política profunda, com a participação ampla da sociedade organizada", que acabe com as doações de pessoas físicas e empresas a candidatos e institua o financiamento público.

Plano de Lutas

No item plano de lutas, o Congresso do Sintufrj aprovou a participação nas duas manifestações programadas para Brasília, no dia 16 de agosto, convocada pela Coordenação de Movimentos Sociais e por outras entidades, entre as quais a CUT e a Fasubra, e a do dia 17, convocada pela Conlutas e pelo o Andes-SN, dentre outras entidades.

Reforma sinical

Em relação ao debate sobre a reforma sindical, o Congresso decidiu apoiar a plataforma básica de lutas aprovadas pela CUT.

Fonte: www.sintufrj.org.br

Jurídico

GED integral para aposentados da UFRJ

Em contato da assessoria jurídica da Adufrj-SSind com a Pró-reitoria de Pessoal, no dia do fechamento desta edição (em 16/8), foi informado que já foi enviada para o governo a inclusão dos nomes dos docentes aposentados da UFRJ, que agora terão direito ao pagamento da GED em seus valores máximos, no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (Sicaj).

Em reunião com os diretores da seção sindical um dia antes, em 11 de agosto, o próprio reitor Aloisio Teixeira afirmou que faria todos os esforços para que o pagamento fosse efetivado na folha de agosto (com pagamento no início de setembro), que fecha neste 19/8. Para que isso ocorra, agora só depende que os dados do processo sejam homologados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) ainda esta semana.

A GED integral é resultado de uma ação impetrada pela Adufrj-SSind em dezembro de 2004. No dia 27 de junho deste ano, o juiz Dário Ribeiro Machado Júnior, da 19ª Vara Federal julgou procedente a paridade entre ativos e aposentados em seus valores máximos (140 pontos) até que o governo institua novos parâmetros de avaliação da categoria.

Resenha

14% dos docentes precisam dar aula em mais de uma instituição

Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), 31.600 professores do ensino superior (14%) dão aulas em mais de uma instituição, chegando ao extremo de haver um professor que trabalha em nove instituições. "A defasagem salarial pode ser o motivos que explica esses dados", disse o diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior. Cerca de 60% dos professores está na rede particular *(Folha de São Paulo, 16/8).*

Quantos a favor de Lula, afinal?

Fracassou a manifestação promovida pela CUT, UNE e MST contra a corrupção e em defesa do mandato de Lula, segundo o colunista Noblat, que tem um blog na internet (noblat.ultimosegundo.ig.com.br). Os organizadores (e alguns sites de notícias) falaram em 10 mil pessoas reunidas na Esplanada dos Ministérios. Mas a polícia calcula que elas não foram mais do que cinco mil. "Fonte deste blog: o Coronel Serra, que está à frente da Central do Comando Móvel 1 da Polícia Militar do Distrito Federal. A Central está estacionada ao lado do Teatro Nacional". Detalhe: o site da CUT fala em 40 mil e o da UNE, mais de 30 mil.

Públicas têm grande número de professores temporários

O Censo da Educação Superior do MEC revelou que há um grande problema no quadro de professores nas instituições públicas. É muito grande o número de professores trabalhando como substitutos ou temporários, principalmente em universidades estaduais. Em 22 universidades públicas, o número de temporários compromete um quinto do quadro docente. Na Universidade Estadual do Amazonas, 100% do quadro é de temporários; no Piauí, 78%; em Montes Claros, 72%; Mato Grosso, 63% *(Folha de São Paulo, 15/8).*

Governo investe cada vez menos

A execução orçamentária da União revela as prioridades do governo Lula. O ano projetado em janeiro pelo presidente para ficar marcado como o "das realizações e dos investimentos", com R$ 22 bilhões previstos, até agora teve apenas R$ 886,8 milhões gastos pelo governo, o equivalente a 4% do total. O valor é menor até do que o aplicado pelo governo no mesmo período de 2004, R$ 1 bilhão *(JB, 15/8).*

Movimento

Educação prepara greve

Andes-SN, Fasubra e Sinasefe estão intensificando a mobilização

A continuidade da política econômica que mantém baixos os salários dos servidores federais vai encontrar forte resistência do setor da Educação. Professores universitários, técnico-administrativos e docentes da carreira de 1º e 2º graus estão em processo de mobilização para possível greve a partir desta segunda quinzena de agosto.

O 50º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no fim de julho, aprovou um indicativo de greve dos docentes das universidades federais para a segunda quinzena de agosto. A greve indicada tem na pauta o reajuste emergencial de 18% como parte da recomposição salarial; a incorporação da GED, da GEAD e da GAE com equiparação pelos seus valores mais altos, com paridade e isonomia; a retomada dos anuênios e a implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado nas carreiras docentes. O possível movimento grevista também vai reivindicar a abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFES, com envolvimento do MEC, do Andes-SN e do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional). Cobrará, ainda, a realização de concursos públicos para a reposição de todas as vagas nas instituições federais.

Está em curso no país uma rodada de assembléias para apreciação do indicativo de greve, cujos resultados serão avaliados em uma reunião do Setor das Federais, no dia 19 de agosto. Caso o Setor aprove a greve, as assembléias locais deliberarão sobre a deflagração da greve nas suas seções sindicais.

Um quadro sobre a mobilização nas bases do Andes-SN (www.andes.org.br) - atualizado em 16 de agosto - e contatos com outras seções sindicais, indica que 35 assembléias posicionaram-se favoravelmente ao indicativo de greve (sendo algumas com data definida) e apenas duas foram contrárias.

Fasubra constrói mobilização

Já no movimento nacional dos funcionários técnico-administrativos das universidades federais está em discussão um indicativo de greve específica para o dia 17 de agosto. Na pauta, os servidores cobram a garantia de recursos para a implantação da segunda etapa da nova carreira - cuja lei nº 11.091 foi promulgada em janeiro deste ano -, bem como a negociação acerca da chamada "racionalização dos cargos". No texto da lei, isso depende de um decreto do governo.

Também reivindicam uma resolução acerca do vencimento básico complementar (VBC) da categoria: para não prejudicar os servidores que, no momento do enquadramento por tempo de serviço, tenham remuneração superior ao padrão de vencimento correspondente na nova carreira, está sendo paga a diferença entre as duas com essa denominação de VBC. Essa parcela só será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória. Os funcionários propõem um piso de três salários mínimos para acabar com o chamado VBC.

Na última Plenária Nacional da Fasubra, realizada em Brasília (DF), no dia 17 de julho, estava em debate um indicativo de greve para 20/7. No entanto, os servidores decidiram adiar o indicativo, uma vez que o Congresso Nacional somente reiniciaria suas atividades no dia 2 de agosto - o que permitiria o diálogo com os parlamentares. Também consideraram aguardar a apresentação de uma contraproposta do MEC com relação aos itens constantes da pauta específica. Mas foi uma decisão apertada: na ocasião da plenária, 14 entidades de base haviam aprovado a data indicativa de greve para julho e 17 foram contrárias.

Para agosto, os informativos eletrônicos da página da Fasubra (www.fasubra.org.br) já anunciam a aprovação do indicativo de greve (ou mesmo a deflagração do movimento) pelos técnico-administrativos das universidades federais de Ouro Preto, Juiz de Fora, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Goiás, Lavras e da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro.

Sinasefe também mobilizado

O Sinasefe deve definir o seu rumo na chamada "67ª Plena", que ocorrerá nos dias 19 e 20 de agosto. Em sua base, cinco escolas já se encontram na greve unificada dos servidores federais. Na "Plena", no entanto, existe uma tendência a ser debatida de transformar o movimento em greve específica.

Estado de greve no Pedro II

Realizada no Teatro Mario Lago, em 3 de agosto, a Assembléia do Sindscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II) aprovou a construção da greve do Sinasefe - ao qual é filiado - e do setor da Educação, indicando às entidades nacionais o período da última semana de agosto para a deflagração do movimento. A assembléia contou com a participação de 239 servidores e a decisão teve apenas 10 votos contra e 18 abstenções

O Colégio Pedro II já está em estado de greve e decidiu paralisar integralmente as atividades no dia 25 de agosto para a realização da próxima assembléia, no mesmo teatro, com a seguinte pauta: os resultados da Plenária Nacional do Sinasefe (19 e 20 de agosto) e a possibilidade de deflagração da greve.

Adufrj-SSind

Duas chapas inscritas na eleição para diretoria da Adufrj-SSind

Pela primeira vez na história da Adufrj, duas chapas se inscreveram para concorrer à diretoria da entidade: a "Pública, Autônoma e Participativa" e a "Universidade Aberta". Confira no quadro a nominata das chapas.

As eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2005-2007, ocorre nos dias 13, 14 e 15 de setembro. São eleitores os docentes sindicalizados até 15 de julho de 2005 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Conselho de Representantes

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 5 de setembro de 2005, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Podem se candidatar a cargo do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 16 de maio de 2005, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Nominata das chapas

Chapa "Pública, Autônoma e Participativa"

Presidente - José Antonio Martins Simões

1º Vice-Presidente - Vera Maria Martins Salim

2ª Vice-Presidente - Sara Granemann

1º Secretário - Ricardo Silva Kubrusly

2º Secretário - Salatiel Menezes dos Santos

1º Tesoureiro - Raphael de Haro Junior

2º Tesoureiro - Fernando Celso Villar Marinho

Chapa "Universidade Aberta"

Presidente - Fernando Antonio Sampaio de Amorim

1º Vice-Presidente - João Ramos Torres de Mello Neto

2º Vice-Presidente - Bruno Alexandre Soares da Costa

1ª Secretária - Maria Paula Nascimento Araujo

2º Secretário - Fernando José de Santoro Moreira

1º Tesoureiro - Armando Alves de Oliveira

2º Tesoureiro - (vago)

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 468 • 22 de agosto de 2005

Assembléia da Adufrj-SSind não delibera sobre a greve
Página 2

13º salário ameaçado na Unesp
Página 3

CEPG rejeita convênio irregular
Página 4

Setor indica deflagração de greve para 30 de agosto
Página 8

MANIFESTAÇÃO CONTRA A CORRUPÇÃO E O GOVERNO DO DIA 17 SUPEROU ATO EM FAVOR DO PRESIDENTE PROMOVIDO NO DIA ANTERIOR

Marcha reúne 25 mil contra as políticas de Lula

Página 8

Agenda Sindical

21 a 23/10 - Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Adufrj-SSind

Assembléia da Adufrj-SSind não delibera sobre a greve

Falta de mobilização na UFRJ não permite um indicativo de greve neste momento

Abstenção em todas as votações relativas à greve dos docentes das instituições federais de ensino superior. Essa foi a posição levada pelo representante da Adufrj-SSind à reunião do setor das federais, reunido em 19/8, em Brasília (DF) (veja matéria na página 8). A decisão unânime sobre a atitude do representante da seção sindical foi tomada na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada no Instituto de Psicologia, em 17/8.

Na avaliação dos presentes à AG da Adufrj-SSind, ainda não existem condições objetivas para a deflagração de uma greve na UFRJ. Ao mesmo tempo, uma simples negativa ao movimento grevista também não contempla a insatisfação geral da categoria com os salários. Os professores esperam que ainda neste mês se amplie a mobilização em torno da pauta de reivindicações, que inclui um reajuste de 18% a título de antecipação das perdas salariais desde 1995, entre outros pontos (veja quadro).

Debate

Diretor da Seção Sindical, Salatiel Menezes defendeu o voto de abstenção. Segundo ele, ainda é preciso fazer um forte trabalho de conscientização dos colegas sobre a pauta de reivindicações, uma vez que não há sentido em fazer uma greve sem o apoio da maioria.

José Simões (do Instituto de Física) também reforçou a necessidade de mostrar ao Setor o quadro mais correto possível da UFRJ: "Nossa reivindicação é justa. Mas o Setor tem que ver que a UFRJ está sem a necessária mobilização", comentou.

Outra dirigente da Adufrj-SSind, Janete Luzia Leite concordou que o quadro da universidade era "desalentador". Ela, porém, acredita que a UFRJ tem uma responsabilidade no movimento nacional que não poderia conduzir a uma simples negativa à greve. Por isso, também votou pela proposta de abstenção.

Raphael de Haro (Instituto de Física) somou-se aos que não viam uma situação favorável à deflagração da greve na UFRJ: "Mas a greve seria bem vinda, diante dos nossos salários", comentou.

Os presentes à Assembléia reiteraram a indicação do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, desde o início do ano, de que é preciso que os docentes discutam em suas unidades e departamentos, conjuntamente com a Adufrj-SSind, a necessidade de uma maior mobilização em torno da pauta de reivindicações. Nesse sentido, conclamaram os conselheiros a colocarem em prática esta indicação, agendando reuniões nos departamentos das suas unidades. Como a decisão do Setor das Federais, pela maioria das seções sindicais, foi entrar em greve no dia 30 de agosto, os docentes deverão avaliar, numa próxima AG, a possibilidade de acompanhar o movimento nacional.

Conad extraordinário

A Assembléia do dia 17 também debateu a participação da Adufrj-SSind no 6º Conad extraordinário do Andes-SN, que ocorreu em Brasília (DF), nos dias 20 e 21. Segundo a decisão da AG, o Sindicato Nacional deverá apresentar suas propostas de legislação para o ensino superior no Congresso Nacional para fazer frente ao anteprojeto do MEC.

Como princípio, a AG decidiu que o conjunto da legislação proposta pelo Andes-SN deve ser apresentado como um substitutivo global ao texto governamental, e não na forma de emendas específicas à versão apresentada pelo MEC. Isso não impedirá, no entanto, a negociação do texto com outros movimentos organizados da Educação, como Fasubra e Sinasefe. "Esta é mais uma forma de luta contra o projeto do governo", disse Salatiel Menezes. Cristina Miranda, do Colégio de Aplicação, acrescentou: "O fato de termos um projeto substitutivo pode servir para politizar essa discussão".

Os professores aprovaram uma alteração no item da proposta da diretoria do Andes-SN que trata do financiamento do ensino. Para eles, o cálculo das verbas para a Educação não pode ser feito com base nas contribuições que se destinam constitucionalmente a outras políticas sociais, como, por exemplo, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cuja finalidade é o financiamento da seguridade social. No entendimento dos docentes da AG, a medida poderia prejudicar outras políticas sociais tão importantes quanto a Educação. A ampliação da parcela da educação nos gastos públicos deve ser alcançada aumentando-se o percentual vinculado sobre as receitas de impostos e proibindo a prática atual de desviar os recursos orçados para o pagamento dos encargos da dívida pública, segundo os docentes presentes à AG.

Escolha de delegação ao Conad

A AG aprovou os nomes de Salatiel Menezes (delegado), Janete Luzia Leite e Walcyr de Oliveira Barros (suplentes de delegado e observadores) para representar a Adufrj-SSind no 6º Conad extraordinário.

Pauta da greve:

a) Reajuste de 18% como parte da recomposição salarial;

b) incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;

c) Retomada dos anuênios;

d) Implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;

e) Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º CONGRESSO do ANDES-SN;

f) Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

CA de Letras protesta contra responsável pela "xerox"

Estabelecimento não estaria legalizado, além de não repassar a verba para os estudantes

Estudantes do Centro Acadêmico da Faculdade de Letras ocuparam o estabelecimento onde funciona uma das copiadoras da unidade, alegando que o responsável não estava repassando a verba a qual a entidade estudantil tem direito. Revoltados, os alunos chegaram a retirar as máquinas copiadoras do local na manhã da última sexta-feira (19/8).

Segundo o estudante do oitavo período de Português/Russo Gregory Magalhães Costa, desde que a atual gestão assumiu o Centro Acadêmico, em outubro de 2004, seus diretores manifestaram interesse em mudar a administração da copiadora. A sala pertence ao espaço reservado para o CA. Gregory Costa disse à redação deste jornal que, em represália ao pedido de retirada, o responsável pela 'xerox' passou a não repassar mais as verbas para a entidade.

Os estudantes apresentaram o problema à direção da Faculdade de Letras e foram orientados a procurar a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PR3). Gregory Costa afirmou que a PR3 chegou a abrir um processo, mas transferiu o caso para a Superintendência Geral de Administração e Finanças (SG6) que não encontrou uma solução que contemplasse os estudantes. O funcionário da PR3 Hélcio Gomes, da seção de administração de permissionários e receitas próprias, informou que o processo sobre a situação da copiadora da Letras encontra-se na Procuradoria Jurídica da UFRJ.

Estudantes ameaçados

De acordo com Renato Pardal, aluno do terceiro período de Português/Literatura, a dívida que a copiadora acumulou, durante os últimos onze meses que não efetuou o repasse ao Centro Acadêmico, está em cerca de R$ 8 mil. Segundo Gregory Costa, de janeiro até abril, os estudantes Diego Resende e Rafael Nunes, ambos do oitavo período, receberam ameaças de morte por causa do processo que pedia a saída dos responsáveis pela copiadora da sala do CA.

O chefe de gabinete da direção da Faculdade, Paulo Renato das Chagas, informou que o processo foi instaurado desde dezembro do ano passado na Procuradoria da universidade. O documento voltou três vezes para a Faculdade de Letras para prestar esclarecimento, e se encontra, há mais de cinqüenta dias, parado. Paulo Chagas não soube informar o nome do responsável pela copiadora da Letras "Não há nenhum documento legal que vincule este cidadão à UFRJ. Ele não tem contrato e nem permissão para trabalhar na universidade".

Policiais fazem plantão na unidade

Devido ao impasse com a copiadora, integrantes do CA ocuparam a sala e retiraram as máquinas do local. A vigilância foi chamada e a tensão no corredor aumentou ainda mais. A polícia militar foi chamada e os estudantes foram convencidos a colocarem as máquinas novamente na sala onde funciona a copiadora. Os serviços de xerox, no entanto, não funcionaram naquela manhã.

Representantes do Centro Acadêmico afirmaram que continuarão pressionando para que a sala seja lacrada visto que o responsável não paga aluguel, não presta contas e não tem sua situação legalizada pela direção da unidade. As negociações continuarão no decorrer desta semana.

Movimento

13º salário ameaçado na Unesp

Com desculpa na crise política do governo, já há administrações institucionais sinalizando absurdos: na Universidade Estadual Paulista (Unesp), por exemplo, circula um comunicado da Pró-reitoria de Administração que informa estar "em risco o pagamento do 13º salário".

De acordo com o assessor técnico José Gilberto de Souza, que assina o comunicado, datado de 12 de agosto, a crise político-administrativa do país causa reflexos na queda do perfil de arrecadação de São Paulo, o que influencia nos repasses para aquela instituição estadual. Assim, a Pró-reitoria de Administração da Unesp sentiu-se na responsabilidade de alertar "aos servidores sobre a necessidade de cautela ao firmarem compromissos sustentados no pagamento do 13º salário (empréstimos de antecipação, por exemplo), nos meses de novembro e dezembro do corrente ano".

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Resenha

Candidato gasta até R$ 3 mil para prestar vestibular

Candidatos ao vestibular que queiram aumentar suas chances de aprovação prestando exame para mais de uma universidade terão que desembolsar quantias que podem chegar a R$ 800, caso se inscrevam em oito concursos, levando em conta uma média de R$ 100,00 por inscrição. Segundo estudantes, os gastos são maiores quando se calculam as despesas relacionadas às viagens para outras cidades, que podem totalizar um gasto de até R$ 3 mil. (*Folha de São Paulo*, 16/8)

Federais do RJ tem déficit de mais de R$15 milhões

Os R$ 8 milhões aprovados pelo Congresso Nacional para as universidades federais do Rio de Janeiro continuam retidos pelo governo. Dirigentes da UFRJ, UFRRJ, UFF, UniRio e Cefet-RJ estiveram reunidos no último dia 15 com o senador Saturnino Braga, integrante da Comissão de Educação. Os reitores pediram empenho no repasse dos recursos e descreveram o quadro de "calamidade" nas federais. Os dirigentes decidiram solicitar também uma audiência com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Nesta semana, um protesto deve marcar a abertura de campanha pelo descontingenciamento. (*Folha Dirigida*, 16/8)

Agora, até a residência médica pode ser a distância

Até o final do mês, estarão disponíveis pontos de transmissão para residência médica a distância em hospitais universitários federais de 12 estados (AM, AL, SE, PI, MA, CE, AC, PA, MT, RN, PE e RS). Os cursos, gratuitos, terão duração de um ano e carga horária de 100 horas/aulas, nas áreas de Pediatria, Medicina de Família e Comunidade, Ética e Bioética, Cirurgia Geral, Clínica Médica, Obstetrícia e Ginecologia. O Departamento de Residência do MEC argumenta que a medida permite "levar informações a lugares de difícil acesso, evitando que os residentes se desloquem". Também poderão participar residentes de instituições particulares e médicos. (*Folha Dirigida*, 16/8)

Governo derruba salário mínimo de R$ 384

O governo conseguiu, com apoio de partidos de oposição, rejeitar na Câmara Federal, no último dia 17, o salário mínimo de R$ 384, aprovado pelo Senado, e manteve o valor de R$ 300 fixado pelo presidente Lula. A votação terminou em tumulto. Deputados de diferentes partidos de oposição protestaram contra a manobra regimental feita pelo governo que garantiu que a votação fosse simbólica, sem registro no painel eletrônico. Tal manobra foi fundamental para o governo conseguir o apoio de deputados, que não precisaram temer o possível desgaste por votarem em um mínimo menor para os brasileiros. (*O Estado de São Paulo*, 18/8).

Colegiados

CEPG rejeita convênio irregular

Colegiado cobra apuração da responsabilidade dos envolvidos

Nem houve polêmica. O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) de 19/8 recomendou ao reitor que seja oficialmente declarada a inexistência do "convênio" estabelecido irregularmente entre o Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGF), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e a Faculdade de Filosofia de Campos (Fafic).

Após extenso debate sobre o tema na semana retrasada (veja Jornal da Adufrj de 17 de agosto), o CEPG ouviu em 19/8 um parecer da Comissão de Legislação e Normas do próprio colegiado, que se baseou, por sua vez, em uma análise do caso pela Procuradoria da universidade. O documento da CLN confirmou o entendimento que predominou entre os conselheiros na sessão anterior sobre as irregularidades do "convênio", cujos alunos eram registrados como sendo da UFRJ e pagavam mensalidades.

Outra recomendação ao reitor foi a apuração de responsabilidade dos professores envolvidos nesse curso de mestrado *stricto sensu*, que era ministrado aos sábados, na sede da Fafic. Foram citados os nomes dos docentes Emmanuel Carneiro Leão, que propôs o "convênio" em 2002 ao PPGF e era o seu "coordenador operacional"; Aquiles Côrtes, então coordenador do PPGF e atual vice-diretor do IFCS; mais Fernando Santoro e Gilvan Fogel, indicados como orientadores do curso na documentação avaliada pelo CEPG.

O parecer da Comissão de Legislação e Normas, aprovado por unanimidade pelo CEPG, também determina que a atual coordenadora do PPGF, professora Maria da Graça Schalcher (que denunciou o caso à pró-reitoria) cesse qualquer iniciativa acadêmica relativa ao "convênio".

Conselho do CFCH também se posiciona contra "convênio"

Logo em seguida à leitura do parecer da CLN, a professora Andréia Frazão divulgou uma nota também contrária ao "convênio" do Conselho de Coordenação do CFCH. Além disso, a nota registra o repúdio à atitude dos mencionados professores Carneiro Leão e Aquiles Guimarães de mover um processo judicial junto ao Ministério Público Federal contra as docentes Maria da Graça Schalcher e Leila Rodrigues da Silva. A primeira é acusada, no processo, de tentar, "por mero capricho e espírito de vingança", destruir o "convênio". Sobre Leila, que é superintendente acadêmica da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, diz-se que estaria dificultando a conclusão do curso de mestrado por parte dos alunos "sem nenhuma motivação administrativa plausível".

Reunido em 15/8, o colegiado daquele Centro manifestou ao CEPG que a proposta de convênio não foi submetida ao órgão colegiado do CFCH, como deveria ser feito. Acrescenta que o curso de mestrado sem respaldo de convênio das instâncias pertinentes "constitui irregularidade flagrante no que se refere às normas da UFRJ".

Sobre a ação judicial junto ao Ministério Público, o conselho de centro observou que "a acusação fundamentada em supostos motivos de ordem pessoal, e não em fatos e argumentos objetivos sustentados, é atitude inaceitável (...)". O CFCH cobra que as questões acadêmico-administrativas devem ser exaustivamente discutidas com a participação de todas as instâncias da UFRJ. Solicita, ainda, ao CEPG "que envide esforços para que as professoras Maria da Graça Ferreira Schalcher e Leila Rodrigues da Silva tenham o apoio jurídico de que necessitarem em conseqüência de suas atividades acadêmico-administrativas, no sentido de manter a boa ordem na Universidade".

Sobre os alunos

A conselheira Cláudia Lage indagou sobre a situação acadêmica dos alunos que freqüentaram o curso irregular. Foi respondido pela Comissão de Legislação e Normas que o convênio nasceu de forma ilegal e não poderia ser fornecido o diploma da universidade nessas condições. O pró-reitor José Luiz Monteiro ressaltou que os estudantes têm todo o direito de entrarem com uma ação na Justiça para reivindicar o que considerem como seus direitos.

Faperj representada no CEPG

Prevista no regimento do CEPG, finalmente será preenchida a representação da Faperj, após insistentes pedidos da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa àquela fundação de amparo: a professora Vania Paschoalin, que também é docente do Instituto de Química da UFRJ, participará das próximas reuniões do colegiado.

Rápidas do CEG

Bolsas de Iniciação Artística e Cultural 2005/2

Foi aprovado relatório de distribuição das 165 bolsas de Iniciação Artística e Cultural para 2005/2. Como não podia deixar de ser, as unidades do CLA foram mais contempladas, mas houve concessão de bolsas também para EEFD, CAp, Escola Politécnica e ECO.

Fundações

Assim como o Consuni de 25/8, a próxima sessão do CEG (em 24/8) deverá discutir o projeto de resolução acerca das fundações ditas "de apoio" à universidade. O objetivo do pró-reitor José Roberto Meyer é levar ao Conselho Universitário do dia seguinte o posicionamento do CEG.

Cursos novos

Uma proposta para regulamentar a criação de cursos novos de graduação e pós-graduação na UFRJ foi remetida para a comissão mista dos colegiados CEG/CEPG.

Substituto para FND

Foi aprovado um concurso de professor substituto para a Faculdade Nacional de Direito na disciplina "Direito Social e Legislação de Seguros", por seis meses. A matéria é obrigatória para o curso de Ciências Atuariais de outra unidade (Instituto de Matemática) e estava sem professor desde o semestre letivo passado. A expectativa é que o processo seletivo dure cerca de 15 dias para não prejudicar mais os alunos. Para 2006, a Faculdade deverá designar um docente para resolver essa situação de forma permanente.

Curso a distância

Cumprindo a decisão do Consuni de 28 de julho, o CEG já escolheu seus representantes para a comissão que acompanhará e fará a avaliação dos cursos a distância da universidade (Física e Ciências Biológicas): Luiz Felipe Coelho (CCMN), Vera Barradas (técnico-administrativa), Marta Maria Souza Santos (CCS) e Deize Vieira dos Santos (CLA).

Eleições da Adufrj-SSind

13, 14 e 15 de setembro

Biênio 2005-2007

Eleição

Carta Programa da Chapa 1 Pública, Autônoma e Participativa

A eleição da diretoria da ADUFRJ-Ssind, Seção Sindical dos docentes da UFRJ, ocorre em um momento particular e dramático da história brasileira em que assistimos graves denúncias de corrupção, mergulhando o governo no redemoinho de uma crise política profunda.

A falência do governo Lula, temerariamente, pode significar um forte abalo na própria confiabilidade da construção de sociedades mais justas. Não é possível descartar a irradiação da descrença e do imobilismo, gerando uma desmobilização política de dimensões históricas, tragédia magnificada pela robusta reaglutinação das forças conservadoras.

É preciso ter claro o lugar histórico-político da crise, reconhecer seu pano-de-fundo, e suas origens. Não se trata de uma situação nova, nem restrita a nosso país. Temos inúmeros exemplos históricos recentes que repetem o mesmo padrão. A crise estrutural do capitalismo em nível mundial se expressa também como crise no modo como os dominantes governam. É o que se vê hoje no Brasil: o grande capital recebeu todos os benefícios governamentais (taxa de juros mais elevadas do planeta, exorbitantes superávits primários), as frações que estão tendo seus lucros reduzidos exigem privilégios adicionais. Com o acirramento da competição nos mercados, a briga entre os segmentos da burguesia tende a resultar em crises de coesão intra-burguesa. Por isso saídas como o pagamento do "mensalão".

A crise resulta da opção deste partido e do governo de serem operadores dessas políticas neoliberais e de suas contradições

Cabe àqueles historicamente comprometidos com a ética, com a defesa e com a ampliação do público, com as lutas sociais e com a elaboração de políticas transformadoras iniciar um ciclo de defesa, resistência e reconstrução.

Não, não somos todos iguais.

Não são todos que se vendem. Muitos de nós não perderam os valores éticos, os referenciais emancipatórios, a coragem, a força e a dignidade, nem abriram mão do projeto de construção uma sociedade justa, igualitária e democrática. Muitos de nós não abandonaram os trabalhadores, os pobres, os aposentados, os estudantes e também não viraram as costas às parcelas cada vez mais numerosas da população que, diariamente, são arrastadas para a miséria absoluta numa crônica de morte anunciada e premeditada.

Um ciclo está se fechando, por isso, a necessidade de iniciar um trabalho de reconstrução, de iniciar um período virtuoso de trabalhos e de lutas que nos levem verdadeiramente a uma patamar superior na construção da sociedade que almejamos.

No campo específico da educação, sabemos que dada a atual dificuldade de reprodutibilidade do capitalismo, o fundamental é destruir todas as barreiras para livre circulação de capital. Com isso, o estado deixa de ter recursos mínimos para garantir saúde, moradia, emprego e EDUCAÇÃO.

Sendo assim, o advento do neoliberalismo traz duas grandes conseqüências para a universidade, diminuição drástica de recursos estatais e subordinação da universidade ao mercado, com crescente diminuição da autonomia universitária.

Assim a universidade deixa de ser um espaço público de produção de conhecimento autônomo que aponte para um caminho de transformação social e se torna, cada vez mais, um espaço de reprodução do capitalismo.

O surgimento deste modelo de capitalismo acadêmico dissocia o ensino da pesquisa e da extensão, desconstruindo o tripé característico da universidade, tornando a formação superior uma mera reprodução das técnicas já existentes no mercado. A prática educacional vive sob permanente pressão no sentido de fortalecer o consenso ideológico de legitimação do neoliberalismo e de seus piores valores, como o individualismo, a competitividade, a ausência de solidariedade entre os trabalhadores ativos e os aposentados, como a comunidade pode acompanhar, indignada, em assembléias da Adufrj-SSind, quando um grupo de professores optou por um pouco mais de recursos para os ativos as custas da redução da correção salarial dos companheiros aposentados.

Assim se constrói um modelo dual de educação que destrói expressivos setores da universidade e desvaloriza a graduação e, isoladamente, cria centros de excelência voltados para a incorporação constante de Pesquisa e Desenvolvimento ao processo produtivo.

Estes feudos de excelência são sustentados através do modelo de fundações, instaurando o modelo de **parceria público privada,** no qual o capital passa a se apropriar de um patrimônio publico para os seus próprios fins particularistas. Os pesquisadores perdem sua autonomia investigativa em troca de benefícios econômicos se constituindo, assim, em capitalistas acadêmicos. Assim se instaura a lógica de apropriação do público pelo privado, da competição e da desqualificação dos processos de avaliação do trabalho acadêmico por critérios como rentabilidade, eficiência, lucratividade. Esta tendência aponta para a desconstrução da universidade enquanto um espaço de construção coletiva do saber, capaz de relacionar as várias áreas de conhecimento e lhe conferir um sentido transformador. Observa-se também ao esvaziamento das instâncias colegiadas de deliberação; quanto mais "pequenos feudos" se criam mais a estrutura de poder se torna autoritária e marginal aos seus espaços representativos. Assim também desaparece a concepção de universidade enquanto uma construção da comunidade acadêmica (Professores, Servidores e Alunos) unida em torno de um feixe de interesses, uma vez que estes três segmentos se tornam funcionais, para simples reprodução do já existente. Este é o modelo que , em linhas gerais vem sendo implementado nas nossas universidades e este modelo é que tem sido combatido e criticado pelo movimento docente organizado em torno de seu Sindicato Nacional – o Andes-SN

No plano da UFRJ, os reflexos dessa conjuntura são bastante visíveis, em todos os espaços do cotidiano da universidade. Os escassos recursos para o ensino e a pesquisa e, em grande parte, balizados por demandas privadas, a precariedade da infra-estrutura dos *campi* da UFRJ, tornando cada vez difíceis as condições de trabalho, a ausência de uma discussão orgânica, ampla e sistemática sobre os propostas da UFRJ para a educação superior, tendo em vista os compromissos históricos de ampliação das possibilidades de acesso aos cursos de educação básica, graduação e pós-graduação das IFES, a pouca disponibilidade de verbas institucionais para a participação de docentes em congressos e outros eventos acadêmicos, o número excessivo de alunos por docente, a não-reposição de vagas de concurso para docentes, o número excessivo de alunos nas salas de aula, a dificuldade de atualização das bibliotecas espalhadas pelos *campi*, entre várias outras dificuldades, têm exigido uma participação cada vez mais efetiva dos docentes da UFRJ nas várias instâncias da Universidade e, sobretudo, na ADUFRJ-Seção Sindical do ANDES, espaço privilegiado de discussão, reflexão e proposição de alternativas para o movimento docente e para a universidade pública brasileira.

Neste sentido, a chapa **Pública, Autônoma e Participativa** defende, submete ao debate e conclama à luta o seu Plano de Lutas.

Plano de lutas

1. Defesa da educação pública e dos espaços públicos de produção do conhecimento

Defender a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade social e sua universalização, em todos os níveis e modalidades, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação, dentre as quais a inclusão da educação no Acordo Geral de Comércio e Serviços da OMC, seu impacto e suas conseqüências nas relações do trabalho docente.

Lutar em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, bem como dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, do acesso universal com gratuidade plena, do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financia-

Eleição

mento público estatal e o autogoverno democrático como pilares da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da "Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira" (Cadernos ANDES, nº 2, 2003), nas diretrizes e metas do "PNE: Proposta da Sociedade Brasileira" e na Agenda do Andes-Sn para a Educação Superior.

Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento públicos, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais e empresariais.

Lutar contra todas as formas de privatização da pesquisa desenvolvidas com recursos públicos; contra o corte de verbas públicas; contra as políticas de favorecimento dos projetos direcionados às demandas de mercado e/ou interesses privados; contra os cursos pagos em instituições oficiais e o favorecimento das fundações de direito privado, denominadas "de apoio" às instituições de ensino superior públicas; pela revogação da legislação que dá suporte jurídico à existência dessas fundações.

2. Salário e condições de trabalho:

Exigir do governo o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura a revisão anual dos vencimentos básicos dos servidores públicos. A revisão deve compensar, no mínimo, as perdas referentes à inflação do ano anterior, de acordo com os índices do DIEESE;

Denunciar a atitude do governo por protelar todas as negociações na Mesa Nacional de Negociação Permanente (Ministério do Planejamento, revisão anual da remuneração) e a não implementação da Mesa Setorial do MEC (implementação da carreira única do Andes-SN).

Continuar participando do GT proposto pelo MEC (incorporação das gratificações) e cobrando desse Ministério o imediato restabelecimento da Mesa Setorial de Negociação Permanente, articulada com a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Lutar pelo restabelecimento dos anuênios e defenda a inclusão deste item na pauta dos SPF;

Defender a extinção das gratificações (GED, GEAD, GAE), com sua incorporação, paridade entre docentes ativos e aposentados e isonomia entre os docentes das carreiras de magistério de 1º e 2º graus e superior em seus valores mais altos;

Lutar pela pauta da campanha salarial 2005:

Recomposição geral em função de todas as perdas de 1995 a 2004, sendo pleiteado **índice emergencial de 18%,** a título de antecipação parcial da recuperação do poder aquisitivo de janeiro de 1995;

Incorporação de todas as gratificações como processo de valorização do salário-base, da construção das carreiras e superação das distorções intra e entre categorias;

Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;

Reposição anual dos valores correspondentes ao índice inflacionário de acordo com o ICV-DIEESE;

Incremento salarial agregado aos valores correspondentes ao índice inflacionário;

Estabelecimento de uma política de correção das distorções ocorridas entre e intracategorias.

3. Articular as lutas em defesa do serviço público

Organizar debates nas unidades com o objetivo de ampliar a mobilização em defesa da Valorização do trabalho docente e em favor da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada, contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES.

Aprofundar o debate, entre as categorias de servidores, sobre as reformas trabalhistas, sindical e universitária e de construir ações conjuntas nos estados tanto em relação às reformas, quanto à campanha salarial de 2005.

Lutar contra as reformas do governo Lula que retiram direitos dos trabalhadores, com destaque para as reformas universitária, sindical e trabalhista e continuar realizando encontros e seminários sobre essas reformas.

Intensificar a luta contra qualquer modelo previdenciário de caráter privado nos âmbitos federal, estadual e municipal, lutando também pela revogação da EC-20/98, 41/03 e pela não-regulamentação da última em qualquer esfera do Estado.

4. Unidade e democracia do Movimento Docente

Reafirmar o ANDES-SN como espaço de expressão da unidade democrática e instrumento de luta do Movimento Docente, cujas diferentes posições produzidas na multiplicidade de experiências da sua ampla base nacional incluem, articuladamente, os setores das IFES, IEES e IPES;

Denunciar a prática do divisionismo sindical largamente estimulada, ao longo da história, pelos patrões para enfraquecer a luta dos trabalhadores tentando desestabilizar suas formas organizativas;

Denunciar que essa mesma prática vem sendo utilizada pelo governo Lula como forma de antecipação da reforma sindical para debilitar as organizações dos servidores públicos;

Desautorizar qualquer organização que queira se apresentar como representante dos professores da IFES.

5. Financiamento público e expansão das Federais

a) Concursos e dignidade do trabalho docente.

Exigir a imediata realização dos concursos públicos recentemente aprovados e anunciados pelo MEC e continuar lutando pela realização de concursos públicos para a recomposição e ampliação de todas as vagas nas carreiras de Magistério de 1º e 2º graus e Superior das IFES, exigindo do governo a construção e cumprimento de calendário para reposição de todas as vagas;

Exigir do governo a revogação das proibições às universidades de realizar concursos para preencher todas as vagas de docentes e de técnicos-administrativos existentes ou que venham a existir por aposentadorias e outras formas de vacâncias;

Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente nas IES públicas, tais como: aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos, programas de excelência para aproveitamento de aposentados, programas de aproveitamento de jovens doutores e estudantes de pós-graduação como alternativa à contratação de professores, aproveitamento de técnicos-administrativos na docência, prestação de serviços via convênios que descaracterizam a carreira docente, redução no número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado;

b) Expansão do fornecimento público de educação superior.

Lutar pelo dever do Estado de assegurar o acesso à educação superior gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada, enquanto direito social de todos os cidadãos. Cabe ao poder público federal desenvolver políticas de democratização do acesso a educação superior pública, em articulação com as redes públicas dos estados e municípios e denunciar o caráter irresponsável da política de expansão sem dotação de recursos financeiros e humanos compatíveis com um ensino público de qualidade socialmente referenciada;

c) Financiamento.

A luta pelo cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece vinculação de 18% da receita da União para educação, incluindo não apenas os impostos mas também as contribuições e taxas e aqueles atualmente retirados pela Desvinculação das Receitas da União – DRU;

A luta pela derrubada dos vetos ao PNE e pelo aumento progressivo de investimentos públicos com educação para, em um prazo de até oito anos, alcançar o equivalente a 10% do PIB, com vista ao pleno atendimento das propostas contidas no *PNE: proposta da sociedade brasileira.*

Lutar pelo aumento das dotações orçamentárias assegurando a plena transparência no ingresso e na aplicação dos recursos e pela efetiva autonomia das IFES;

Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência e incentivo ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica, entre outras), com orçamento definido, revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim.

Lutar contra as fundações de direito privado, ditas de apoio e os cursos pagos que violam os princípios da universalidade e da gratuidade do ensino público, participando do grupo de trabalho provisório sobre Fundações, com o objetivo de realizar um diagnóstico nacional da situação das fundações nas Instituições de Ensino Superior Públicas e colaborar na proposição de uma estratégia nacional de enfrentamento no processo de privatização perpetuado

Rio de Janeiro 15 de agosto de 2005

Presidente - José Antonio Martins Simões

1º Vice-Presidente - Vera Maria Martins Salim

2ª Vice-Presidente - Sara Granemann

1º Secretário - Ricardo Silva Kubrusly

2º Secretário - Salatiel Menezes dos Santos

1º Tesoureiro - Raphael de Haro Junior

2º Tesoureiro - Fernando Celso Villar Marinho

Eleição

Carta Programa da Chapa 2 Universidade Aberta

Programa.

O movimento docente deve voltar a ser a expressão política dos professores da UFRJ. Portanto, deve expressar a vontade, os anseios, as necessidades e os interesses da maioria. Ao longo dos últimos anos a ADUFJ foi se afastando desta referência política e deixou de ser a representação orgânica deste movimento na UFRJ. Chegou mesmo a impedir que professores participassem de assembléias para discutir propostas de greve e de reajuste salarial. O propósito principal da Chapa é reconstruir a ADUFJ como a expressão política da maioria dos docentes.

A perda de substância dos movimentos sociais ocorre quando perdem a relação com suas bases, deixando de representá-la e invertendo o sentido da relação política, abrindo o caminho para o aparelhismo e a partidarização, versões burocráticas e autoritárias das relações necessárias que os movimentos sociais devem ter com os partidos políticos. A organização política das sociedades contemporâneas democráticas depende fundamentalmente da existência livre de partidos políticos organizados em torno de projetos políticos e ideológicos. No entanto, não são os únicos protagonistas na cena política. Os movimentos sociais são protagonistas de importância vital e para realizar seus objetivos precisam manter relação de independência em relação aos partidos políticos, sobretudo porque representam projetos mais amplos do ponto de vista social. O atrelamento mecânico a um partido ou a um grupo de partidos restringe e limita as possibilidades de ação e inevitavelmente levará ao afastamento das bases e a perda de representatividade e da legitimidade.

Uma das causas da crise política que vivemos no pais foi a debilidade dos movimentos sociais que impediu que ocupassem o espaço político aberto com a eleição de Lula, se constituindo como interlocutores na formulação de novas propostas de políticas públicas para a sociedade brasileira.

O movimento docente foi construído no final dos anos 70 no interior das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Suas bandeiras e projetos eram parte de um projeto mais amplo que tinha como objetivo construir uma universidade pública que fosse a expressão de uma sociedade democrática e um instrumento de construção de uma ordem social e econômica mais justa. Autonomia e democratização da universidade eram os eixos principais de luta que produziram diversos resultados que transformaram profundamente a estrutura da universidade pública brasileira. A primeira conquista importante foi o plano de carreira de 1980 que permitiu a profissionalização do corpo docente das universidades federais e a institucionalização da atividade de pesquisa. Na conquista da eleição direta de todos os dirigentes o movimento docente foi o protagonista principal e este constituía o eixo principal da democratização da universidade. A carreira foi reformulada em 1987 e a vinculação de recursos para educação e o princípio da autonomia forma consagrados na Constituição de 1988. Ao contrário do que se esperava a inscrição como princípio constitucional não encerrou a luta e consagrou a vitória do movimento docente, mas a colocou em outro patamar. Ao longo dos anos 1990 o movimento docente foi perdendo força e substância. A ação política foi se tornando essencialmente sindical. As questões da universidade forma progressivamente saindo da pauta. Tornou-se presa fácil paira a burocratização e a partidarização, o que agravou o afastamento do professores que deixaram de ver representados pelos discursos e práticas das Associações de Docentes. Muitos de seus principais quadros foram eleitos para cargos de direção na universidade e acabaram se afastando do movimento. O centro da ação política foi migrando para a instituição, que, com dirigentes eleitos, ganhou em legitimidade e representatividade. No entanto, muitos são os entraves no plano institucional. Ainda vivemos e trabalhamos na universidade estruturada durante a ditadura pela lei 5540. A nova Lei de Diretrizes de Bases não foi capaz de fazer surgir uma nova estrutura adequada as novas funções e responsabilidades da Universidade Pública Brasileira para com a sociedade brasileira, sobretudo no que se refere à construção de uma ordem social efetivamente democrática. Este é ainda um desafio em aberto.

Consideramos que este desafio deve ser o centro da reflexão que deverá orientar a reconstrução do movimento docente na UFRJ. Portanto, a formulação de um novo projeto político para o movimento docente deverá ser uma ação de construção coletiva, de caráter plural e que envolva e expresse a vontade política da maioria dos docentes. Para isto deveremos recuperar o compromisso com a discussão ampla e fraternal, que reconheça as diferenças de visão como a base para a busca de sínteses mais amplas e de grande representatividade política. Precisaremos buscar os professores e criar as formas mais efetivas para que sejam estimulados a participar da reflexão e da formulação de novas propostas e projetos para a universidade e a sociedade brasileira.

Para dar conseqüência a esta filosofia de trabalho pretendemos realizar no primeiro semestre de 2005 um **Congresso Interno,** precedido de **Seminários** preparatórios.

Iremos realizar atividades sociais e culturais como estratégia de reconstruir as relações dos professores com o movimento docente e a ADUFRJ.

Criar uma publicação que se constitua como instância de reflexão e discussão sobre as questões da universidade brasileira.

Criar novas formas de discussão e comunicação utilizando as diversas mídias disponíveis na UFRJ

Presidente - Fernando Antonio Sampaio de Amorim

1º Vice-Presidente - João Ramos Torres de Mello Neto

2º Vice-Presidente - Bruno Alexandre Soares da Costa

1ª Secretária - Maria Paula Nascimento Araujo

2º Secretário - Fernando José de Santoro Moreira

1º Tesoureiro - Armando Alves de Oliveira

Eleições da Adufrj-SSind

13, 14 e 15 de setembro

Biênio 2005-2007

Movimento

Setor indica deflagração de greve para 30 de agosto

Seções sindicais mobilizam-se para paralisar atividades

Com a presença de representantes de 40 seções sindicais, o Setor das Federais do Andes-SN decidiu indicar o dia 30 de agosto para a deflagração da greve. Pelo calendário aprovado na reunião, que se realizou em Brasília (DF), no dia do fechamento desta edição (19/8), deverá acontecer uma rodada de assembléias de base até o fim desta semana (26/8) para discutir a conjuntura e a paralisação das atividades por tempo indeterminado a partir de 30/8.

No dia 29, ocorre nova reunião do Setor para avaliar o resultado das assembléias. Na mesma data, caso o indicativo seja confirmado, será enviada ao MEC, reitorias e entidades como a Andifes uma carta política que explicite os motivos da entrada dos docentes numa greve. No dia 30, deverá ocorrer a instalação do Comando Nacional de Greve (CNG) com representação das seções sindicais que deliberarem pela paralisação das atividades.

Na análise da presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, feita antes da votação que indicou data para a deflagração da greve, cresceu o número de professores nas assembléias de base. Segundo ela, isso se deve à indignação da categoria com a crise política que atinge o Palácio do Planalto e o Congresso. "Precisamos fazer da apatia, do estarrecimento e do espanto a ação", comentou.

Janete Luzia

QUARENTA SEÇÕES SINDICAIS PARTICIPAM DO SETOR DAS FEDERAIS, EM BRASÍLIA

Marina lembrou, no entanto, que o atual governo, mesmo com suas dificuldades, "não está morto". A utilização de medidas repressivas e autoritárias contra movimentos que já se encontram em greve, como a do IBGE, demonstra, para Marina, que as reivindicações não serão facilmente atendidas. "Temos condições de fazer essa greve, mas ela deve ser forte e unitária", afirmou.

A presidente do Sindicato Nacional também questionou a não aplicação do orçamento previsto, principalmente nas políticas sociais, enquanto degradam-se as condições de trabalho dos professores. A intransigência do governo para negociar, ainda no ponto de vista de Marina, revela-se na instituição de um Grupo de Trabalho do MEC para substituição da GED que não alcança nenhum resultado. Pior: um GT que o ministério tenta desvirtuar a função original para transformá-lo num fórum de discussão da carreira docente em exíguo prazo.

Informe do Encontro da Conlutas

Marina também classificou como um sucesso o Encontro Nacional da Conlutas (em 18/8), em Brasília, na medida em que significou mais uma etapa do processo de resistência na perspectiva de unidade de trabalhadores e setores populares. Informou que haverá atos nos estados como desdobramento do Encontro: já estão confirmados o de Belo Horizonte (1º/9) e os de São Paulo e Rio de Janeiro (em 14/9).

GT MEC

A diretoria do Andes-SN divulgou que o MEC convocou reunião do Grupo de Trabalho que trata da avaliação docente para o dia 30/8.

Adufrj-SSind no Setor

A Adufrj-SSind esteve representada no Setor pelos professores Salatiel Menezes e Janete Luzia Leite.

Marcha contra Lula reúne 25 mil em Brasília

Polícia militar revela que manifestação foi maior do que a do dia anterior

Marcada pela irreverência e pela crítica ao presidente Lula, uma marcha contra a corrupção reuniu cerca de 25 mil manifestantes de diversos segmentos da sociedade na Esplanada dos Ministérios, na última quarta-feira (18/8). O ato foi palco de críticas às reformas neoliberais, à política econômica do governo e ao Fundo Monetário Internacional. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes-SN) foi um dos organizadores do evento, que contou com a participação de partidos políticos de esquerda e da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

Segundo a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa Pinto, estudantes, servidores públicos e outros setores sociais disseram "não a tudo que está acontecendo no país". Segundo ela, o ato serviu para mostrar à população que diversas categorias estão insatisfeitas com a atual posição do governo: "Defendemos a punição de todos os corruptos, independente de quem seja", afirmou a professora. Em Brasília, Marina Barbosa considerou satisfatório o resultado da marcha e cobrou uma política que atenda a necessidade dos trabalhadores.

Marcha supera manifestação pró-Lula

Durante a manifestação, representantes do Andes-SN e de outras entidades protocolaram documento no Ministério do Trabalho pedindo a retirada do projeto de Reforma Sindical e pelo aumento do salário mínimo. Ao final da manifestação, foi entregue à senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) carta a ser encaminhada ao presidente da CPMI dos Correios, Delcídio Amaral. O documento pede rigorosa investigação das denúncias de corrupção envolvendo o governo e parlamentares.

A marcha realizada na quarta-feira, 17, foi uma resposta a uma outra manifestação - favorável ao presidente Lula - ocorrida no dia anterior (16), no mesmo local. Segundo a polícia militar local, a marcha contra o presidente teve um público superior à manifestação de terça, organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e aglutinou pouco mais de 5 mil pessoas, ainda segundo a PM.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 469 • 29 de agosto de 2005

Eleições Adufrj-SSind 2005

Debate entre as chapas

1º de setembro
quinta-feira
10h30
local a ser confirmado

Conselho Universitário debate fundações de apoio

Páginas 6 e 7

Kelvin Melo

NO CONSUNI, ESTUDANTES ACOMPANHARAM APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE BANDEJÃO

Eleições para o Conselho de Representantes
Página 2

Assembléias avaliam início da greve
Página 3

Reitor nomeia comissão eleitoral da CPPD
Página 7

Conad Extraordinário aprova legislação para a Educação Superior
Página 12

Adufrj-SSind conquista GED integral para aposentados

Pró-reitoria informa que pagamento começa a ser feito na folha de agosto

O setor de pagamento da Pró-reitoria de Pessoal (PR4) da UFRJ confirmou o pagamento no contracheque referente ao mês de agosto, da rubrica "decisão judicial não transitada em 'julgado" relativa à diferença entre os valores recebidos pelos aposentados e pensionistas a título de GED e os valores máximos que estão sendo pagos aos ativos (140 pontos).

Segundo a PR4, a implantação definitiva da GED integral para os aposentados e pensionistas ainda depende de autorização do Ministério do Planejamento.

GED quebrou a paridade e a isonomia em 1998

Ao final da greve de 1998, durante o mês de julho, a diretoria então recém-eleita do Andes-SN (gestão 1998-2000) passou por cima do Comando Nacional de Greve do movimento e aceitou um acordo com o governo para implantação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) no contracheque dos docentes da carreira de magistério superior. Os professores de 1º e 2º graus vinculados às universidades federais (caso dos colégios de aplicação) foram excluídos e os aposentados só tiveram direito a 60% da GED. Desde então, a Adufrj-SSind vem lutando, em todas as frentes, contra essa quebra da isonomia e da paridade dentro da categoria.

Continua na página 12

Eleição

Eleições para o Conselho de Representantes

A Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind informa que **as inscrições de candidatos a cargos no Conselho de Representantes** para o biênio 2005/2007 devem ser feitas na forma de listas, até o dia 5 de setembro, na Secretaria da Adufrj-SSind, no Centro de Tecnologia bloco D – sala 200, Cidade Universitária. O horário de funcionamento da secretaria é de 08:30 às 17:30h.

De acordo com o disposto no art. 34 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, o número de representantes dos sindicalizados de cada unidade dependerá do número de sindicalizados na unidade (até 60 sindicalizados: 1 representante e 1 suplente; de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes e 2 suplentes, e mais de 120 sindicalizados: 3 representantes e 3 suplentes). As quantidades de sindicalizados e de representantes de cada unidade são as seguintes:

Unidade	sindicalizados	representantes
Instituto de Matemática	146	3
Instituto de Física	115	2
Instituto de Química	131	3
Instituto de Geociências	95	2
Observatório do Valongo	10	1
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	123	3
Escola de Belas Artes	106	2
Escola de Música	89	2
Faculdade de Letras	279	3
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	137	3
Instituto de Psicologia	68	2
Escola de Comunicação	57	1
Faculdade de Educação	135	3
Escola de Serviço Social	72	2
Colégio de Aplicação	124	3
Faculdade de Direito	37	1
Inst. Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional	15	1
Inst. Pos-graduação e Pesquisa em Administração	9	1
Instituto de Economia	81	2
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	26	1
Faculdade de Medicina	265	3
Faculdade de Odontologia	70	2
Faculdade de Farmácia	60	1
Escola de Enfermagem Ana Nery	98	2
Instituto de Ciências Biomédicas	62	2
Inst. Microbiologia Professor Paulo de Góes	61	2
Instituto de Nutrição Josué de Castro	41	1
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	62	2
Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais	10	1
Instituto de Psiquiatria	18	1
Inst. Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira	36	1
Instituto de Doenças do Tórax	10	1
Escola de Educação Física e Desportos	72	2
Instituto de Biologia	53	1
Maternidade Escola	10	1
Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde	10	1
Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva	18	1
Escola Politécnica	253	3
Escola de Química	69	2
Coord. Programas de Pos-graduação em Engenharia	145	3
Inst. Macromoléculas Professora Eloisa Mano	14	1
Museu Nacional	86	2

Ressaltamos, ainda, que conforme o disposto nos artigos 3º, 8º, 9º, 13º e 14º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind:

Art. 3°. É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.

(...)

Art 8°. Pode candidatar-se a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind qualquer sindicalizado há pelo menos 120 (cento e vinte) dias na data da respectiva eleição que esteja em pleno gozo de seus direitos, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Art. 9°. Não pode candidatar-se a cargo (...) do Conselho de Representantes o sindicalizado que:

I - exerça alguma das seguintes funções na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): reitor, vice-reitor, sub-reitor, decano de centro, diretor de unidade ou chefe de departamento, ou

II - exerça alguma outra função de direção na UFRJ ou outro órgão da administração municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. O candidato a cargo (...) do Conselho de Representantes que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo terá sua candidatura automaticamente cancelada.

(...)

Capítulo III - Das candidaturas ao Conselho de Representantes

Art. 13. Não pode candidatar-se a cargo no Conselho de Representantes o sindicalizado que esteja ocupando o cargo ao qual está se candidatando pela segunda vez consecutiva.

Art. 14. As inscrições de candidatos a cargos no Conselho de Representantes devem ser feitas junto à Secretaria da Adufrj-SSind até 10 (dez) dias antes do início da eleição.

§ 1°. As inscrições devem ser feitas na forma de listas.

§ 2°. Para os efeitos deste Regimento, entende-se por lista um conjunto ordenado de candidatos aos cargos de representantes dos sindicalizados de uma Unidade.

§ 3°. Uma lista pode conter, no mínimo, um candidato, e, no máximo, o dobro do número de representantes que os sindicalizados da Unidade podem eleger.

§ 4°. Cada lista deve inscrever-se mediante requerimento do seu primeiro candidato dirigido à Comissão Eleitoral, no qual constem os nomes dos candidatos, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas.

Os modelos dos formulários para requerimento de inscrição de listas para o Conselho de Representantes e declaração de aceite dos candidatos, assim como os textos completos do Regimento Eleitoral e do Regimento Geral da Adufrj-SSind podem ser encontrados no sítio da Seção Sindical, www.adufrj.org.br ou na Secretaria da Adufrj-SSind.

Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind.

Agenda Sindical

29/8 - Setor das IFES
Brasília (DF) - sede da Adunb (Casa do Professor)

30/8 - Indicativo de deflagração da greve dos docentes das IFES

30/8 - Instalação do CNG/Andes-SN
Brasília (DF) - sede da Adunb

30/8 - Reunião do GT MEC
Brasília (DF) - convocada pelo Ministério da Educação

30/8 - Reunião de organização de atos estaduais contra a corrupção e a política econômica do governo Lula
Rio de Janeiro (RJ) - sede da Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN (Av. Rio Branco, 277/ 1306), às 17 h.

1/9 – Debate entre as chapas concorrentes à eleição da Adufrj-SSind
Local a ser confirmado, às 10h30

23 a 25/9 - 3º Encontro Nacional das IEES
São Paulo (SP)

21 a 23/10 - Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701

2230-2389

2260-6368

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Assembléias avaliam início da greve no dia 30

AG da Adufrj-SSind ocorre no dia 1º de setembro

A indicação do Setor das Federais do Andes-SN é pela deflagração da greve dos professores universitários no dia 30 de agosto, o que está sendo avaliado por uma rodada de assembléias em todo o país. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, com esse item na pauta, ocorre em 1º/09, em local e horário que serão confirmados no início da semana. Os resultados das AGs serão novamente analisados por uma outra reunião do Setor das Federais, em 29 de agosto, antes do bastante provável início do movimento nacional.

De acordo com quadro de mobilização disponibilizado na página do Sindicato (www.andes.org.br), no dia 26/8, três seções sindicais já se encontram em greve e outras 26 estão com indicativo de greve aprovado (com ou sem data). Apenas três entidades de base manifestaram-se contra a greve, sete não discutiram o assunto e outras quatro não deliberaram (entre estas, a Adufrj-SSind, conforme decisão da AG de 17/8).

Na pauta da greve, estão: reajuste de 18% como parte da recomposição salarial; incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade entre ativos e aposentados e isonomia entre magistério superior e carreira de 1º e 2º graus; retomada dos anuênios; implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado (nível superior); abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o Andes-SN e o Sinasefe, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do Sindicato Nacional; e realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

Histórico

Em reunião no dia 27 de junho do Grupo de Trabalho formado pelo MEC com a finalidade de apresentar propostas para substituir a GED por outra forma de avaliação dos docentes e restaurar a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, os dirigentes do MEC voltaram a frustrar as expectativas dos professores em relação a alguma melhoria salarial ainda em 2005.

Após a expectativa criada em reunião anterior, de 6 de junho, que poderia ocorrer a incorporação da GAE e da GED ao vencimento básico e aumento dos adicionais de titulação, o Secretário Executivo Adjunto do MEC, Jairo Jorge, disse que não há recursos para reajustar docentes ou outros servidores públicos em 2005, repetindo o que o ministro Paulo Bernardo, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), dissera aos representantes dos servidores federais na reunião do dia 23 de junho da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

Para Jairo, no entanto, esta restrição não deveria afetar os trabalhos do GT do MEC. Ele propôs, numa evidente desvirtuação da função original do grupo de trabalho, que seus integrantes formulassem, em curto espaço de tempo, um novo projeto de carreira docente, a ser implantada em 2006. A próxima reunião do GT está marcada para o dia 30.

Fasubra já está em greve

Sinasefe deflagra movimento no dia 29

Enquanto os docentes das universidades federais organizam entrada em greve a partir de 30 de agosto, outra categoria já paralisou as atividades: os funcionários técnico-administrativos. Já os professores das instituições federais de 1º e 2º graus da base do Sinasefe devem parar no dia 29. É a resposta dos trabalhadores da Educação à política do governo.

A Plenária Nacional da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), realizada em 13 de agosto, decidiu o início da greve a partir do dia 17. O movimento tem uma pauta específica, que busca basicamente a garantia de recursos orçamentários para completar a implementação da nova carreira da categoria (conquistada na greve do ano passado).

Sintufrj aderiu à greve

Em Assembléia Geral da semana retrasada, os funcionários da UFRJ decidiram aderir à greve específica por tempo indeterminado, indicação que foi reafirmada na assembléia de 25. De acordo com um dos coordenadores do Sintufrj e diretor da Fasubra, Agnaldo Fernandes, já são 30 entidades da Fasubra em greve. "No dia 30, vai acontecer uma audiência com o governo e, logo após, novas assembléias ocorrerão para avaliar o movimento".

Em carta aberta disponível na página do sindicato (www.sintufrj.org.br), o Comando Local de Greve justifica a entrada em greve: "A indignação e a revolta da categoria com o atual quadro nacional legitima uma ação ofensiva e impõe a todos uma intervenção na conjuntura no sentido de contribuir para uma saída para os trabalhadores", diz um trecho. "Uma resposta radicalizada corresponde ao quadro de descaso do atual governo para com as reivindicações dos trabalhadores - enquanto assistimos aos enormes desvios de verbas e escândalos de corrupção - ao mesmo tempo em que o governo promove cortes em todas as áreas sociais, principalmente na educação e na saúde, dando continuidade ao projeto neoliberal", afirma em outro.

Sinasefe também mobilizado

Com a presença de 53 delegados e 18 observadores, representando 37 Seções Sindicais, a 67ª Plena do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) deliberou pela deflagração da greve da entidade a partir do dia 29 de agosto. Também foi aprovada a viabilização de um diálogo com Fasubra e Andes para construção de um movimento grevista no setor da educação.

O Sinasefe defende reivindicações históricas como a data-base (em 1º de maio), reposição anual das perdas, concurso público, paridade, incorporação das gratificações e democratização das instituições, entre outros pontos.

"Lembramos aos quase 22 mil filiados(as) que o Sinasefe é um sindicato autônomo e independente. Portanto, a construção e consolidação de uma greve forte na educação é no sentido de romper com toda essa enrolação do governo e resgatar o brio do movimento sindical na base das entidades representativas desse segmento", diz um trecho do informativo da entidade, disponível na página www.sinasefe.org.br.

Anote

UFRJ transmite palestras do ciclo "O silêncio dos intelectuais"

O Ministério da Cultura (MinC) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) promove um ciclo de palestras com o tema " O Silêncio dos Intelectuais". O objetivo do evento é discutir o papel dos intelectuais do século XXI em relação à política e ao pensamento.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) transmite as palestras em dois de seus *campi*: no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), que fica na Praia Vermelha, e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), que fica no Centro. As transmissões serão feitas sempre às 19h.

Abaixo segue a programação do 1° Ciclo – O Silêncio dos Intelectuais":

29 de agosto - No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil / Francisco de Oliveira

30 de agosto - O imperativo ético de Sartre / Franklin Leopoldo e Silva

31 de agosto - A crise dos universais / Sérgio Paulo Rouanet

12 de setembro - Dilemas trágicos do intelectual / Francis Wolff

13 de setembro - Marx, o jornalista e o espaço público / Géraldine Muhlmann

14 de setembro - O peso das palavras / Michel Déguy

19 de setembro - O pastor da noite / Jean-François Sirinelli

20 de setembro - Intolerância religiosa e a morte de um intelectual / Newton Bignotto

21 de setembro - A sedução relativa / Antonio Cicero

26 de setembro - O silêncio dos Céticos / José Raimundo Maia Neto

27 de setembro - Ave, palavra! / Haquira Osakabe

28 de setembro - Palavra sobre palavra / José Miguel Wisni

5 de outubro - O cientista e o intelectual / Renato Janine Ribeiro

Movimento

I Congresso da Conlutas está marcado para 2006

Encontro da Coordenação Nacional de Lutas aprova manifesto

De 28 de abril a 1º de maio, ocorrerá o I Congresso da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). No encerramento do evento, em homenagem ao Dia do Trabalhador, haverá um ato nas ruas de São Paulo (SP). A decisão foi tomada no Encontro da Conlutas realizado no último dia 18, em Brasília (DF). Cerca de 1,7 mil participantes estiveram presentes, entre 85 sindicatos e federações, 15 oposições sindicais e 8 entidades do movimento popular, como a Coordenação de Luta do Movimento Popular (CLMP).

O Encontro foi marcado pelo debate sobre os critérios para a escolha dos delegados que estarão no I Congresso e sobre a importância de estarem representadas as oposições sindicais, as organizações do movimento popular e a juventude.

Por enquanto, cada sindicato que participar do congresso terá direito a levar cinco delegados e poderá eleger outros em assembléia, seguindo o critério de um representante para cada 500 trabalhadores na base. Um último delegado poderá ser eleito em fração de 250 trabalhadores. As assembléias, para escolher os representantes, precisarão reunir um número de trabalhadores três vezes maior do que o total de delegados a que têm direito de eleger. No evento, serão aprovadas as regras definitivas para os próximos congressos.

As oposições sindicais terão direitos a dois representantes. Oposições que já disputaram eleições, como a dos bancários de São Paulo e de Porto Alegre, terão direito a levar mais delegados, além destes dois. A quantidade será definida pelo percentual da categoria que votou na oposição. Como exemplo, se 30% dos votos de uma categoria com 10 mil trabalhadores tiverem ido para uma oposição, esta teria direito a eleger mais seis delegados, sendo 1 por cada 500 trabalhadores, dos três mil que teriam votado nela.

Estudantes

Também foi aprovada a participação de estudantes no congresso. O critério é o mesmo do utilizado para os trabalhadores – 1 para cada 500 – sendo que as eleições podem reunir alunos matriculados em um curso ou em vários cursos de uma universidade.

Reunião ampliada

Entre outros temas, os critérios de representação para as organizações do movimento popular e camponês ficaram para deliberação de uma reunião ampliada da coordenação, em outubro. A reunião ampliada de outubro também irá discutir a convocação do I Congresso. A idéia é aglutinar outros setores que ainda não integram a Conlutas, e iniciar um amplo processo de construção desta alternativa de organização.

Manifesto aprovado

O Encontro Nacional aprovou, ainda, um manifesto no qual sustenta que a defesa das reivindicações dos trabalhadores só pode ser praticada em oposição a este governo. De acordo com o texto, a Conlutas "denuncia a cooptação e o aliciamento de entidades históricas pelo governo Lula. Sem luta não haverá mudança na política econômica e sem resistência nas ruas as reformas neoliberais não cessarão, o que implicará a permanência da corrupção como método para a realização dos interesses da burguesia".

O manifesto também conclama os segmentos dos movimentos sociais que não aceitam a atual política econômica a romperem com o governo Lula e a retomarem o caminho da mobilização e da luta. O documento é encerrado com uma plataforma de reivindicações, como a cassação de direitos políticos, confisco dos bens e cadeia para todos os corruptos e corruptores. O manifesto defende a reforma agrária, bem como a Saúde e Educação públicas e a suspensão imediata do pagamento das dívidas externa e interna. Defende, ainda, a anulação da reforma da Previdência e protesta contra o leilão, pelo governo, de reservas petrolíferas, entre outros pontos.

Calendário

A fim de informar e mobilizar a população para essa e outras reivindicações, foi indicado um calendário de atos em várias capitais do país: em Belo Horizonte (1º de setembro); São Paulo (14/9); Rio de Janeiro (15/9); Florianópolis (22/9) e Natal (26/9).

Fonte: PSTU e Conlutas

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Andes-SN

CARTA DE BRASÍLIA

Os docentes das instituições de ensino superior brasileiras, reunidos no 60 CONAD Extraordinário, ocorrido em Brasília nos dias 20 e 21 de agosto de 2005, consideraram que a atual conjuntura política nos pôs diante de uma série de questões de extrema gravidade política. Por um lado, a chamada "crise da corrupção" questiona abertamente a capacidade do governo em continuar levando adiante a sua agenda política. Por outro lado, nos defrontamos também com as tarefas de organização da luta imediata e da construção de instrumentos necessários para a ampliação do enfrentamento com a tentativa governamental de destruição da universidade pública brasileira.

A avaliação dessas questões não se fez a partir de uma visão limitada e corporativista. Os docentes trabalharam na compreensão da necessidade da perspectiva de classe diante dos problemas graves que afetam a Nação e da formulação de um denso procedimento de construção, com as demais entidades educacionais, da defesa e ampliação da educação como direito de todos e dever do Estado.

Em tempos recentes, em dois momentos, os docentes expressaram a sua disposição de luta, assim como o PAPEL de protagonista do ANDES-SN no embate contra o projeto neoliberal do governo e seu aprofundamento. Os docentes participaram da grande marcha a Brasília do dia 17 de agosto, organizada pela Conlutas. Em conjunto com outros movimentos sociais, manifestaram seu repúdio às reformas neoliberais do governo Lula, expressaram a sua firme vontade de luta contra todas as políticas em curso e exigiram a apuração e o julgamento dos responsáveis pela apropriação privada dos recursos públicos em beneficio de uma pretensa governabilidade que não apenas destrói os direitos sociais, como também busca quebrar a resistência popular. À marcha seguiu-se o Encontro da Conlutas, onde foram definidas as tarefas conjuntas para o enfrentamento da grave crise nacional com um programa de luta dos trabalhadores.

Em outro momento importante, os docentes do setor das instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do ANDES-SN definiram seu processo de luta salarial. Dez anos de arrocho e compressão das condições de trabalho, dos recursos para as instituições públicas e de penalização da luta dos trabalhadores vinculados à esfera estatal exigem a mobilização de todos e o trabalho conjunto com outros sindicatos também vitimados pelas políticas governamentais.

Os docentes das IFES deliberaram indicar a greve nacional para o dia 30 de agosto. No processo democrático de deliberação, o indicativo será enviado à decisão das assembléias gerais de nossas seções sindicais. A greve sairá pela vontade do conjunto da militância. Nela e durante ela, iremos aprofundar as decisões sobre os instrumentos definidos neste CONAD para a defesa da universidade pública.

Nesse contexto, o 60 CONAD Extraordinário do ANDES-SN fez o debate sobre o conjunto de instrumentos politico - institucionais que permitam

Internacional

Universidades da Argentina em greve

O mês de agosto na Argentina tem sido marcado por uma série de paralisações nas universidades públicas. Nos dias 10 e 11 deste mês, as federações de docentes do país, (Conadu e Conadu Histórica), convocaram greves nacionais. Os professores universitários estão em greve contra as medidas do governo que não garantem os reajustes salariais que há anos são reivindicados pela categoria. Os docentes denunciam também a defasagem no orçamento das instituições. Conselhos Superiores das universidades, como o conselho da Universidade Nacional do Litoral, na província de Santa Fé, manifestou apoio às reivindicações dos docentes. A reitoria desta universidade ressaltou que desde o ano passado o Conselho Interuniversitário Nacional (CIN) reivindica um aumento do orçamento de 750 milhões de pesos, necessários para o reajuste salarial de docentes e funcionários.

Os conselheiros reivindicam do governo argentino a aprovação dos aumentos no orçamento das universidades nacionais para uma paulatina recomposição salarial e a transformação dos aumentos aprovados para 2004 e 2005 em remunerações e bonificações. Os conselheiros ressaltaram que, desta forma, estaria sendo feita justiça em relação à remuneração dos docentes e também se garantiria a tranqüilidade necessária para o desenvolvimento normal das atividades acadêmicas e de pesquisa.

Governo faz 'manobra midiática' e divulga falsos reajustes

Os docentes das universidades nacionais da Argentina rejeitaram a 'manobra midiática' feita pelo governo de Néstor Kirchner que permitiu serem apresentados enganosos reajustes salariais de 22%, o que gerou confusão na opinião pública e expectativas frustradas entres os professores universitários.

As federações da categoria denunciaram que a falsidade das informações consistiu no anúncio das bonificações que os próprios docentes há muito já vem cobrando do governo. O único dado realmente novo é a incorporação de adicionais salariais não computados anteriormente que, além de serem insuficientes, geram uma distorção nas carreiras, que se mantêm congeladas. As federações denunciaram que a remuneração dos docentes que atuam nas universidades públicas continua como uma das mais baixas do setor público nacional.

As federações argentinas classificaram a política salarial divulgada pelo governo como uma proposta que transforma o próprio Estado no principal responsável pela evasão fiscal previdenciária, pelo fato de as remunerações não serem computadas nas políticas sociais do país e de não serem incorporadas para o cálculo das aposentadorias. As federações classificaram a manobra do governo como "uma mostra de desrespeito intolerante, um abandono das vias de negociação estabelecidas com os trabalhadores e uma divulgação de cifras que desconsideram as reivindicações dos sindicatos e deformam o regimento dos docentes, gerando conflitos".

Forte adesão às greves nacionais

Quase a totalidade das universidades argentinas paralisou nos dias das greves nacionais, em 10 e 11 de agosto. Em várias delas foram interrompidas também as provas. Estima-se que a adesão à greve tenha atingido 80% a 90%.

Todos os docentes das universidades federais do país manifestaram rejeição unânime ao anúncio de falsos reajustes salariais feitos pelo ministro da Educação, Daniel Filmus. Os docentes argentinos divulgaram na semana passada que o diálogo com o governo estava interrompido. Entre as principais reivindicações, está a aplicação do regimento dos docentes, a aposentadoria com 85% dos vencimentos para todas as categorias e funções. Reivindicam também uma proposta salarial do governo que contemple um aumento de 40% da massa salarial no segundo semestre deste ano e a reabertura de negociações com o setor, na incorporação de todas as remunerações extras. No último dia 22, as duas federações de docentes voltaram a se reunir com os reitores das universidades e declararam esperar que o governo acerte uma proposta para superar o conflito.

Em Córdoba, universidades paradas há cinco semanas

Na Universidade de Nacional de Córdoba (UNC), os docentes estão na quinta semana consecutiva de greve. Nesta universidade e na Universidade Nacional de Rio Cuarto, os estudantes iniciaram ocupações nos institutos. Um grupo de pais de alunos do Colégio Montserrat, unidade da UNC, reuniu-se para decidir se seria apresentado um recurso na Justiça Federal para que as aulas fossem retomadas a fim de que "o governo soubesse que os pais de alunos também estão preocupados". Ainda que o secretário de Políticas Universitárias, Juan Carlos Pugliese, tenha afirmado que o governo vai dar na segunda-feira, dia 29, mais um passo adiante na oferta de melhoria salarial, as reivindicações continuaram: estava agendada uma marcha no último dia 25, na qual os estudantes ocupariam simbolicamente o Hospital das Clínicas. A marcha pelas ruas de Córdoba reuniu 20.000 manifestantes.

Em Buenos Aires estudantes convocam marcha

Em Buenos Aires, uma marcha foi convocada pelos estudantes da Federação Universitária de Buenos Aires (Fuba) também para o dia 25 de agosto.Os manifestantes protestaram da praça de Houssay até o Ministério da Educação em apoio à greve nas faculdades da Universidade de Buenos Aires. Estão paralisadas as faculdades de Ciências Sociais, Exatas, Filosofia e Letras, e Medicina.

No sábado, 27, as duas federações de docentes se reuniriam em Córdoba para avaliação do movimento nacional. Na segunda-feira dia 29, o governo irá se reunir com reitores e sindicatos de professores para elaborar uma nova proposta de aumento.

Fonte: *ARGENPRESS*

desnudar a política governamental e mostrar ao conjunto da população trabalhadora onde e como vêm sendo elaboradas a destruição e a descaracterização da universidade pública. Esse debate deverá ser travado amplamente em todos os lugares possíveis, dos movimentos sociais ao Parlamento.

Os docentes não acreditam no Parlamento como panacéia universal, nem como a via principal para a defesa e conquista dos direitos à educação pública em todos os níveis do ensino, mas pretendem travar aí, também, esse debate. Não o faremos na perspectiva de tentar emendar o projeto governamental para a universidade, a malfadada chamada "Reforma Universitária", que abre no Brasil as portas da área de educação superior para uma maior privatização, inclusive em benefício do capital financeiro internacional.

O 6º CONAD Extraordinário elaborou e aprovou, nesse sentido, um conjunto de projetos de lei (PL) e emendas constitucionais (EC), que refletem os princípios de defesa da educação e da universidade públicas, gratuitas, laicas e de qualidade social concebidas e defendidas pelo ANDES-SN ao longo das duas últimas décadas, assim como os princípios e políticas contidos no PNE (Plano Nacional de Educação), Proposta da Sociedade Brasileira.

Não se trata de uma tentativa de ganhar o voto de parlamentares de um Congresso majoritariamente desacreditado pelo "mensalão" e a corrupção escancarada, ora trazida à tona pela crise política do país. Trata-se de construir, inclusive pela intervenção parlamentar, como arena de luta política de alcance nacional, uma proposta de intervenção dos movimentos sociais dos trabalhadores brasileiros na definição da universidade e da educação que o conjunto da sociedade exige e requer.

O desmonte do engodo governamental qualificará para esse debate. Os instrumentos acima definido, serão utilizados para impulsionar o Plano de Lutas, do ANDES-SN em toda as frentes em que o sindicato atua, junto a outras entidades, ao movimentos sociais, e ao movimento estudantil no enfrentamento com o governo, no embate parlamentar, no Congresso Nacional – inserido em calendário congruente com o conjunto das mobilizações em curso, em particular a greve das IFES, com a luta contra as reforma, neoliberais do governo Lula daSiIva e os desdobramentos da conjuntura.

O 6º CONAD EXTRAORDINÁRIO expressou com vigor a autonomia e independência do ANDES-SN e o seu compromisso exclusivo com as lutas dos docentes por condições de trabalho, pela universidade pública e gratuita e por um projeto de sociedade igualitária, viável e possível tão somente no marco do compromisso histórico com o conjunto dos trabalhadores brasileiros e da solidariedade com os povos que lutam pela liberdade e contra o imperialismo capitalista em todo o mundo.

6º Conad Extraordinário do Andes -SN

Brasília, 21 de agosto de 2005

Colegiados

Consuni discute funda

Tema volta ao colegiado para deliberação no fim de setembro

Seguindo solicitação do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da véspera (veja matéria na página 7), o Consuni de 25/8 resolveu adiar a definição de regras para as fundações internas da UFRJ. Os conselheiros do CEG haviam pedido mais tempo para discutir o assunto na comunidade acadêmica e o Consuni acatou, fixando um prazo até a segunda reunião do colegiado no próximo mês (no dia 22), para a deliberação final.

Isso não impediu o debate preliminar sobre as fundações, baseado em um projeto de resolução apresentado pela reitoria. De acordo com o texto, a UFRJ poderá celebrar convênios e contratos, por prazo determinado, com as denominadas "Fundações de Apoio, criadas com a finalidade de promover ou apoiar a realização ou gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico, artístico e cultural". Além da definição de conceitos sobre as fundações, o projeto versa sobre seu credenciamento e registro, contratação de pessoal, celebração de convênio, controle das atividades e percentual das receitas arrecadadas destinado à universidade, entre outros itens.

O projeto de resolução já teve o parecer favorável de duas comissões internas do Consuni (a de Desenvolvimento e a de Legislação e Normas), embora com sugestões de mudança diferentes entre elas. Segundo o decano do CCJE, Alcino Câmara, a CLN centraliza as decisões acerca das fundações na figura do reitor, enquanto a Comissão de Desenvolvimento privilegia o controle pelos colegiados superiores.

Kelvin Melo

ANTES DAS FUNDAÇÕES, APRESENTAÇÃO DO BANDEJÃO

O debate

Alguns conselheiros, principalmente os discentes, criticaram a proposta por considerarem as fundações um avanço da privatização na UFRJ. Segundo eles, com o descaso de seguidos governos com o financiamento das instituições, as fundações submetem as universidades à lógica do mercado, estimulam a busca de receitas externas e quebram o princípio da autonomia universitária.

Outros enxergaram a regulamentação das fundações com naturalidade. Para o decano do CCS, professor João Ferreira, o importante da proposta seria tornar as fundações "mais públicas e mais transparentes". Segundo ele, a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) é um bom exemplo de funcionamento a ser seguido, embora ainda possa ser aperfeiçoado.

Reitor é contra, mas não quer inviabilizar fundações

O reitor Aloisio Teixeira foi taxativo: "Eu sou inteiramente contra as fundações, por questão de princípio", disse. De acordo com ele, as fundações fazem parte de uma política de financiamento herdada do período militar, segundo a qual as universidades não seriam "confiáveis" para o recebimento direto de todos os recursos. Para o reitor, se as universidades federais conquistassem a plena autonomia para gerir seu orçamento, as fundações seriam desnecessárias. Porém, enquanto isso não ocorre, Aloisio não vê como inviabilizar essas instituições ditas "de apoio", pela agilidade que conferem à utilização de certas verbas. Já sobre a regulamentação proposta, o reitor solicitou que os conselheiros buscassem aperfeiçoar o controle das fundações.

Moção sobre greve dos funcionários

Em função da greve nacional dos funcionários técnico-administrativos, ficou definida a elaboração de uma moção na qual o Consuni reconhece a legitimidade da pauta de reivindicações, respeita o direito de greve da categoria e solicita empenho das autoridades governamentais para a solução do impasse.

Segurança no Fundão

Após relato do conselheiro Edmundo Albuquerque (CCMN) sobre assalto sofrido por uma colega nas imediações do clu-

Sem perspectiva ainda para o restaurante universitário

Apesar da enorme expectativa, não será tão cedo que a comunidade acadêmica poderá almoçar ou jantar em um bandejão da universidade. Pelo menos essa foi a impressão que ficou do Consuni de 25/8. Na ocasião, foi apresentada a planta do futuro prédio, além do seu projeto de funcionamento. Mas não há sequer previsão para o início das obras.

Pela exposição, o restaurante comportaria uma cozinha industrial, uma área de administração e apoio, mais o refeitório, além do espaço destinado à estocagem dos alimentos, espalhados pela construção que ocuparia 2,2 mil m^2 do *campus* do Fundão. Seria capaz de atender 3.250 pessoas no período de cada refeição e ainda abrigaria um setor para acompanhamento nutricional dos interessados, coordenado pelo Instituto de Nutrição da UFRJ.

No entorno do restaurante, que ficaria próximo à Escola de Educação Física e Desportos, seriam criados um ponto de ônibus e estacionamento para 102 vagas. Nas imediações, também haveria uma praça para estimular a convivência entre os usuários.

Estudantes cobram gratuidade

Os conselheiros estudantis cobraram uma definição sobre a gratuidade do restaurante. Eles aceitam, no máximo, um preço simbólico cobrado por refeição. Também observaram que os pouco mais de três mil atendimentos previstos para o restaurante não dariam conta de toda a demanda da UFRJ e seus mais de trinta mil alunos. Reivindicaram distribuição de "quentinhas" para estudantes que devem se deslocar para outros *campi* da universidade e rapidez para o início das obras.

Reitor sinaliza cobrança

O reitor Aloisio Teixeira deixou claro que muito do "detalhamento" do projeto precisa ser feito ainda. Ele sinalizou, no entanto, que a universidade não tem condições de pagar integralmente pelas refeições dos alunos e já

ções

be dos funcionários da Petrobras, localizado no Fundão, o reitor Aloísio Teixeira resolveu pautar o tema da segurança do *campus* na próxima reunião do colegiado.

Comissão para Escola de Comunicação

Foi parcialmente constituída a comissão para acompanhar o cumprimento da decisão do Consuni de 11 de agosto sobre a Escola de Comunicação. Fazem parte dela os professsores Pedro Lagerblad (CCS), Átila Freire (CT), Lilia Prado (CCMN) e Eduardo Siqueira (CCMN). Os técnico-administrativos estarão representados na comissão por Chantal Russi e mais um nome ainda a ser indicado. Os estudantes também vão escolher seus dois representantes.

Comissão para ensino a distância

Para verificar o desenvolvimento dos cursos a distância da UFRJ, conforme decisão do próprio Conselho Universitário de 28 de julho, também foi aprovada uma outra comissão de acompanhamento com representantes do CEG, do Consuni e da Faculdade de Educação. O CEG já havia escolhido seus nomes (veja edição de 22/8). Na sessão de 25/8, o Consuni indicou os professores Edwaldo Cafezeiro (representante dos Eméritos) e Belkis Valdman (CT), além da conselheira Chantal Russi. Os alunos ainda vão apresentar seu nome. Já a Faculdade de Educação deverá escolher seu representante em uma Congregação a ser realizada nesta semana.

avisou que os funcionários do restaurante serão terceirizados. Para Aloisio, não há previsão para o início das obras, que ainda dependem de uma negociação com o Banco do Brasil para liberação de recursos.

O reitor divulgou que vai constituir uma comissão para o acompanhamento do projeto do restaurante, que poderá contar com a participação estudantil. Segundo ele, a comissão produzirá relatos periódicos para informação do Consuni e demais interessados.

CEG pede prazo maior para deliberar sobre as fundações

Pró-reitor não consegue levar ao Consuni um posicionamento do colegiado

O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer tentou sem sucesso aprovar um posicionamento do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) sobre as fundações de apoio na universidade, na sessão de 24/8. A decisão do colegiado seria encaminhada à reunião do Conselho Universitário (Consuni) que se realizaria no dia seguinte. Os representantes do CEG pediram mais tempo para aprofundar algumas questões antes de emitir um parecer acerca da proposta de resolução que dispõe sobre as relações entre a UFRJ e suas fundações de apoio.

No debate, a representante dos técnico-administrativos Vera Lúcia Vieira Barradas, informou ao colegiado que a posição de sua categoria é contrária às fundações na universidade: "Defendemos uma universidade autônoma, independente de fundações", afirmou.

José Roberto Meyer considerou que o tema não é uma novidade para a universidade. "Pode ter faltado qualquer coisa para os centros e para as unidades. O que não faltou foi tempo para o debate". O pró-reitor enfatizou a necessidade da discussão no Conselho Universitário, mesmo que nada seja deliberado: "O debate é um avanço. Pedir para retirar da pauta é uma posição de quem não quer modificar a situação atual".

O professor Miguel Jonathan, representante do CCMN, não condenou as fundações: "O mais importante é termos regras claras para elas". Já Ericksson Rocha e Almendra, do CT, considera importante não esquecer que os projetos ligados às fundações estão submetidos aos departamentos e unidades, caso contrário, "estaríamos criando universidades paralelas".

O consenso entre os conselheiros do CEG foi estabelecer que a função das fundações deve ser exclusivamente de apoio. Desta forma, Ericksson Almendra solicitou que fosse retirado o termo "promover" do artigo primeiro do projeto apresentado pela reitoria que diz: "(...) Fundações de Apoio, criadas com a finalidade de promover ou apoiar a realização ou gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão (...)".

Ao final da plenária, os integrantes do colegiado acadêmico decidiram solicitar aos colegas do Conselho Universitário que não votassem o projeto no dia seguinte. O CEG também solicitou ao Consuni o estabelecimento de um prazo para se definirem as posições dos segmentos universitários.

Rápida do CEPG

O colegiado, em 26/8, continuou o debate de revisão da resolução nº 05/01, que dispõe sobre a criação, organização, regime didático e atividades acadêmicas dos cursos de pós-graduação da UFRJ.

Eleições no CCMN

No dia do fechamento desta edição (em 26/8), foi divulgado o resultado das eleições para representantes do CCMN no CEG e no CEPG. Para o Conselho de Ensino para Graduados, apenas uma chapa, composta pelos professores Carlos Eduardo Magalhães de Aguiar (titular) e Walcy Santos (suplente), concorreu e obteve 218 votos. Houve ainda 22 brancos e 11 nulos.

Para o Conselho de Ensino de Graduação, a disputa foi acirrada: a chapa composta pelos professores Maria Lucia Patitucci (titular) e Julio Cezar Mendes (suplente) venceu a disputa por apenas 16 votos. Obtiveram 122 contra 106 da chapa de João Massena Melo Filho (candidato a titular) e Edson Farias Mello (candidato a suplente). Houve ainda 10 brancos e 10 nulos.

UFRJ

Reitor nomeia comissão eleitoral da CPPD

Integrantes da nova comissão se reúnem nesta quarta-feira

O reitor Aloisio Teixeira nomeou os integrantes da comissão eleitoral da Comissão Permanente de Pessoal Docente. Na manhã da quarta-feira, dia 31, a comissão eleitoral se reunirá pela primeira vez para definir a sua presidência e estabelecer o calendário para as eleições.

O mandato dos atuais integrantes da CPPD foi prorrogado pelo Consuni até 26 de outubro.

A comissão eleitoral da CPPD contará com a participação de um representante de cada Centro: Eduardo Qualharini (CT), Marta de Souza Santos (CCS), Sylvio Ricart (CCJE), Júlio Afonso (CCMN), Eduardo Refkalefsky (CFCH) e Helenise Guimarães (CLA), além do representante do Fórum de Ciência e Cultura, Paulo Buckup. Mais três representantes da reitoria integram a comissão: Geraldo Nunes, Déia Maria dos Santos e Leila Rodrigues da Silva.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

O faz-de-conta da ajuda ao desenvolvimento

Damien Millet e Eric Toussaint*

O anúncio por parte dos países do G7 da anulação da uma parte da dívida multilateral de 18 países pobres endividados mascara mais uma vez o fato de que a "ajuda" alardeada por eles costuma enriquecê-los mais e às custas daqueles países que pretendem ajudar.

Desde já, várias razões nos permitem fazer o prognóstico sobre um importante aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) destinada aos países do Sul, para 2005. Em primeiro lugar, em fevereiro de 2005, os países contribuintes decidiram colocar 18 bilhões no Banco Mundial, "para permitir um crescimento de pelo menos 25% do montante dos seus donativos e empréstimos"..[1] Em segundo lugar, o tsunami que atingiu o circuito do Oceano Indico, em dezembro de 2004, provocou o envio para a Ásia de uma importante ajuda financeira para a reconstrução de zonas costeiras destruídas [2]. Em terceiro lugar, o acordo assinado, em novembro de 2004, pelos países membros do Clube de Paris prevê a anulação de 80% da dívida pública do Iraque em relação a eles, das quais 30% desde primeiro de janeiro de 2005.

Enquanto isso, em 2004, os Estados Unidos e seus aliados incluíram 2,2 bilhões de dólares como despesas no Iraque na sua APD , "segundo o ritmo da realização dos acordos bilaterais concluídos entre Iraque e seus credores, os membros do CAD - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento[3] - poderão talvez notificar, em 2005, na APD até 15 bilhões de dólares em nome deste esforço de diminuição dos "encargos"".

Entretanto, apesar das declarações da mídia, a maioria dos governos de países ricos renegam o compromisso, feito em 1970, nas Nações Unidas, de consagrar à Ajuda Pública ao Desenvolvimento 0,7% da sua renda nacional bruta (RNB)- produto interno bruto mais as rendas "recebidas do resto do mundo". Certamente, a grande redução da ajuda constatada durante os anos 90 parece ter sido jugulada: depois de ter baixado um terço em comparação a renda nacional bruta (RNB) dos países membros do CAD – de 0,34 % em 1990 a 0,22% em 2001-, a APD aumentou de 0,25% em 2004, ou seja 78,6 bilhões de dólares. [4] Esta notável inversão de tendência está, entretanto, longe de ser vertiginosa.

Entre o final do ano de 1996 e o de 2003, os países em desenvolvimento desembolsaram 31 bilhões de dólares a mais do que eles receberam como novos empréstimos

O objetivo de 0,7% só é alcançado por alguns países do norte da Europa – Noruega, Luxemburgo, Dinamarca, Suécia e Holanda – enquanto três países não superam 0,2%- a Itália, os Estados Unidos e o Japão. No dia 24 de maio de 2005, os países da União Européia aumentaram as cifras de 0,56% até 2010, e 0,7% até 2015. Esta promessa teria mais condições de ser mantida do que a de 1970?

Ajuda de conteúdo problemático

Na verdade, a própria natureza da APD e seu conteúdo é problemática. A definição dada pelo CAD mostra seus limites e estabelece previamente seus trâmites: ela é constituída de "empréstimos ou doações feitas aos países e territórios que figuram na parte I da lista de beneficiários da ajuda [...] do setor público, com o objetivo principal de facilitar o desenvolvimento econômico e de melhorar suas condições de vida."

O CAD tem atualizada uma lista, chamada « parte I » , atualmente constituída de 150 países e territórios de renda frágil ou intermediária, candidatos a essa ajuda. Os outros países, os chamados "em transição" e integrantes da "parte II" são países do ex-bloco soviético e alguns outros mais avançados: os empréstimos e doações que lhes são concedidos não entram ns APD.

Em troca, os empréstimos são considerados no cálculo, quando são concedidos aos países escolhidos a uma taxa inferior as taxas do mercado e desde que comportem uma parte de donativos superior a 25%. O seu montante é considerável: no final do ano 2002, a dívida dos países do Sul ligados a APD – e a própria Ajuda Pública- elevavam-se a 171,7 bilhões de dólares.[5] Ela é portanto, ela própria, uma profunda geradora de dívida. Em conseqüência, os pagamentos que ela engendra provocam uma hemorragia de capitais dos países do Sul.

Entre o final do ano de 1996 e o de 2003, no que concerne às dívidas ativas bilaterais com taxas preferenciais, os países em desenvolvimento desembolsaram 31 bilhões de dólares a mais do que eles receberam como novos empréstimos.[6] Feitas as contas, os países doadores se enriquecem às custas daqueles que eles pretendem ajudar.

A maioria dos governos de países ricos renegam o compromisso, feito em 1970, na ONU, de consagrar à Ajuda Pública ao Desenvolvimento 0,7% da sua renda nacional bruta

Doações para pagar dívidas

A definição dos objetivos desses donativos e empréstimos é suficientemente pouco clara para permitir múltiplas manipulações estatísticas. Na verdade, as principais atividades financiadas estão muito longe das necessidades prioritárias das populações. O exame das cifras de 2003 revela que 12% do APD foram consagrados ao pagamento da dívida, não criando portanto nenhum fluxo financeiro positivo para os países endividados. E esta cifra quadruplicou em três anos. A impostura nasce do fato que, freqüentemente, as dívidas anuladas são antigas e duvidosas. Sua anulação é apenas uma operação de saneamento das contas por parte do país que se aproveitam duplamente no plano mediático, posto que podem anunciar alto e em bom tom a diminuição da dívida, antes de proclamar no próximo ano o aumento de sua ajuda ao desenvolvimento, quando se trata da mesma operação financeira.

O anúncio em Londres, no dia 11 de junho de 2005, pelos ministros de finanças dos sete países mais industrializados - o G7 – da anulação da uma parte da dívida multilateral de 18 países pobres endividados (PPTE) participa dessa lógica. Apresentada como um favor "histórico", a anulação da dívida com o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, refere-se apenas aos países que concluíram a iniciativa PPTE, ou seja, submeteram-se ao menos quatro longos anos à camisola de força neoliberal (abertura dos mercados a favor das empresas multinacionais, privatizações, liberalização da economia, aumento da fiscali-

zação indireta, taxas escolares e taxas de saúde), todas medidas que afetam sobretudo os pobres.

Estes 18 países só representam 5% da população total dos países em desenvolvimento. O custo deste resgate deveria ser somente 1,2 bilhões de dólares por ano para os países do G7, ou seja 600 vezes menor que suas despesas militares e sem a menor garantia que isso será agregado ao APD atual.

O exame das cifras de 2003 revela que 12% do APD foram consagrados ao pagamento da dívida, não criando portanto nenhum fluxo financeiro positivo para os países endividados.

O valor do resgate da dívida, que se eleva a 30% na França, permitiu anunciar um aumento do APD em 2003, enquanto que, além do menor peso da dívida, esta de fato diminuiu.[7] Da mesma maneira, a redução do peso da dívida da República democrática do Congo permitiu a Bélgica anunciar uma APD em nítida alta em 2003 (0,60 % do RNB contra 0, 43 % em 2002). Mas, desde 2004, esta cifra caiu para 0,41% , revelando a fraude. O recorde em 2004 ficou com Portugal cujo APD alcançou 187,5% depois da redução excepcional da dívida da Angola.

Contabilidade discutível

Além disso, a contabilidade dessas anulações é discutível. Segundo as regras da OCDE, um empréstimo comercial outorgado em 1990 e anulado em 2005 provoca um aumento da APD 2005. No papel as coisas acontecem como se estes fundos tivessem sido distribuídos novamente quando na verdade não foi nada disso. Pior que isso: é o valor nominal das dívidas anuladas que é levado em conta. Ora, diante das dificuldades encontradas pelos países envolvidos, uma real avaliação de sua dívida deveria incluir corte importante, que mostrasse que no caso do credor tentar vender o título dessa dívida ativa, ele deveria oferecer um desconto importante para achar um comprador.

Para as PPTE, « o governo dos Estados Unidos- que é encarregado pelo Congresso de avaliar o valor atualizado de sua carteira de empréstimos – tem aplicado um desconto de 92%"[8]. Nestas condições, incluir na APD o valor nominal dos créditos anulados, como fazem os governos dos países industrializados(dentre eles os Estados Unidos) é um desvio deliberado.

Aliás, a cooperação técnica – mais que um quarto do APD - engloba "os donativos aos nativos de países beneficiários da ajuda que recebem um ensino ou uma formação em seus países ou no estrangeiro "e" os pagamentos destinados a custear os consultores, conselheiros e pessoais análogos, assim como os educadores e administradores em missão nos países beneficiários".. Desta forma, é publicamente notório que os educadores de países ricos expatriados dão, muitas vezes, cursos nas estruturas escolares freqüentadas majoritariamente pelas crianças dos outros expatriados...

Financiamento reembolsado pelo financiador

A França, o Canadá, a Áustria e a Alemanha contabilizam em sua APD os gastos de escolaridade, ou seja, o custo gerado pelos estudantes originários dos países escolhidos prosseguindo os estudos de segundo e terceiro ciclo nestes quatro países. Inicialmente, o CAD tolera a inclusão dos gastos de escolaridade com a condição de que os estudos feitos versem sobre as questões de desenvolvimento e que os estudantes retornem em seguida para exercer sua profissão em seu país de origem. O cálculo real não é levado em conta pois, de uma parte, ele integra as somas antes de saber se esta volta será efetiva, e que, por outro lado, ele diz respeito também aos estudantes estrangeiros nascidos nos países doadores, que aí permanecerão na sua maioria. As quantias são, não obstante: 660 milhões de euros para a França, em 2005.

As despesas referentes à « acolhida » dos refugiados são também incluídas no APD: assim acontece com as despesas de detenção ou expulsão

As despesas referentes à « acolhida » dos refugiados são também incluídas no APD: assim acontece com as despesas de detenção ou expulsão, em condições muitas vezes dramáticas, de muitos candidatos ao exílio que tentam encontrar refúgio nos países do Norte para escapar à repressão. A ligação com o desenvolvimento dos países do Sul é impossível de justificar. Aí também as quantias referidas são importantes: para a França, em 2005, 373 milhões de euros, ou seja seis vezes mais que em 1996.[9]

Mais que um quarto do APD engloba a ajuda que os nativos dos países beneficiários recebem em ensino em seus países ou no estrangeiro "e" os pagamentos de consultores e educadores

Segundo a OCDE, cerca de três quartos da APD bilateral é constituída de fundos "com objetivo especial", como a cooperação técnica, os abonos das dívidas, a ajuda de urgência e os custos administrativos. O Banco Mundial acrescenta: "Apesar dos donativos com objetivo especial serem um elemento essencial do processo de desenvolvimento e tenham um impacto orçamentário sobre os países doadores, les não fornecem recursos financeiros adicionais para atingir os Objetivos do Milênio[10] "

Na verdade, uma parte importante das quantias declaradas é gasta no país "doador" (compra de alimentos, de medicamentos, de equipamentos, frete, missão de especialistas etc) ou repartidas aí, como reconheceu Robert Mcnamara, presidente do Banco Mundial, entre 1968 e 1981. Além disso, esta ajuda não se concentra na prioridade para os países que teriam necessidade. Em 2002-2003, somente 41% das ajudas se destinaram aos 50 países menos avançados (PMA)[11] .. Ao contrario, a parte do Afeganistão, da Colômbia, do Iraque, da Jordânia e do Paquistão no APD bilateral total foi multiplicada por 3,5 entre 2000 e 2003, confirmam que os fatores estratégicos continuam a jogar um papel maior na alocação de recursos para os países receptores. O principal objetivo dos doadores é realmente o reforço de sua zona de influência através do apoio político aos dirigentes aliados do Sul, a fim de estarem em condições de lhes impor decisões econômicas e de controlar as posições que eles adotem por ocasião das reuniões de cúpulas internacionais.

Tradução : Celeste Marcondes

* Millet é presidente do Comitê pela anulação da dívida do Terceiro Mundo (CADTM) da França, autor de *A África sem dívida* (CADTM/ Syllepse, Paris,2005). Toussaint é Presidente do CADTM da Bélgica, autor de *As finanças contra os povos* (CADTM/ Syllepse, Paris,2004) .

[1] OCDE : A ajuda pública ao desenvolvimento cresceu mas os objetivos para 2006 ainda são um desafio.(11 de abril de 2005 www.ocde.org/cad.)

[2] Ver Damien Millet e Eric Toussain, Os tsunamis da divida, CADTM/ Syllepse, Paris,2005.

[3] Como instância da Organização de cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) da qual fazem parte 23 países dos 30, o CAD está encarregado de centralizar as informações referentes a APD.

[4] Comparando, a cada ano, os países em desenvolvimento reúnem 370 milhões de dólares para pagar sua divida externa. Veja www.cadtm.org

[5] OCDE, Estatísticas da divida externa 1998-2002, Paris, 2003.

[6] Cálculo dos autores de Desenvolvimento Global de Finanças, 2004. Banco Mundial, Washington,2004.

[7] "Divida e Desenvolvimento: relatório 2003-2004: a divida em face de democracia. www.dette2000.org"..

[8] Conferencia das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Cnuced): O desenvolvimento econômico na África. Endividamento viável: Oásis ou miragem?. Genebra,2004

[9] Conselho de Cooperação Internacional: A programação da ajuda publica francesa ao desenvolvimento: recomendações, posição adotada em sessão plenária , 11 de maio de 2005. www.hcci.gov.fr/travail/avis/avisapd.html

[10] Banco Mundial, Desenvolvimento Global das Finanças,2005.

[11] Ver OCDE, Direção da cooperação para o desenvolvimento(CAD). Anexo estatístico da publicação, Cooperação para o desenvolvimento, Relatório 2004 www.oecd.org/dac/stats/dac/dcrannex

CHAPA 1 - PÚBLICA, AUTÔNOMA E PARTICIPATIVA

Aos professores da UFRJ:

CADA UM DE NÓS, professoras e professores da UFRJ, está acompanhando com apreensão o que ocorre no país. As práticas de corrupção política expressam um modo de fazer política em que a busca do poder é tudo e o projeto transformador é apenas a propaganda enganosa para chegar ao governo. O poder econômico comprometeu alguns dos principais instrumentos de luta do povo brasileiro, como o PT e a CUT, à revelia de militantes e simpatizantes que lutaram durante anos na sua construção.

O Andes-SN foi uma das principais vozes a criticar os rumos políticos que hoje causam indignação aos brasileiros e, principalmente, a reversão das prioridades deste governo que, em vez de privilegiar o social, os direitos sociais e o público, optou por manter os privilégios do setor financeiro, dos especuladores e dos mercadores da educação. É inaceitável que a educação, a saúde, o emprego, a segurança de milhões de brasileiros tenham seus recursos diminuídos, enquanto os juros e os interesses do capital financeiro são priorizados. O governo não aceita a independência do Sindicato Nacional e se empenha num projeto sindical referenciado no mote de que "não há alternativa à política privatista". Para implementar a privatização da universidade pública, incentivou e legitimou a criação de uma entidade paralela ao Andes-SN, o Proifes. Objetivando fortalecê-la, o MEC indicou representantes dela para comissões governamentais para legitimar a completa falta de resposta às reivindicações do Andes-SN.

Na eleição para a sucessão da diretoria da Adufrj-SSind, teremos a reedição desse confronto. De um lado, a chapa **Pública, Autônoma e Participativa,** construída pelo movimento docente que, historicamente, busca assegurar a Adufrj-SSind como um espaço aberto ao debate e à crítica. Suas assembléias são publicamente convocadas e democraticamente conduzidas com o objetivo de construir a agenda de lutas e a pauta de reivindicações dos professores e de organizar nacionalmente a atuação do Andes-SN. De outro, a chapa dessa nova entidade concorrente ao Andes-SN, ligada ao governo e descolada da base e das lutas dos professores, faz uso de práticas antidemocráticas, não solidárias e não autônomas. Isto fica claro em nossa história recente, por exemplo, na posição defendida por seus membros em nossas assembléias, contrária à paridade por considerarem os aposentados 'improdutivos'.

Estão em jogo, portanto, perspectivas distintas para o futuro da nossa entidade e da própria Universidade Pública Brasileira. Nós compreendemos que a entidade representativa dos docentes não pode viver em simbiose com o governo e os partidos que o sustentam. A independência frente a governos e partidos é condição essencial e imprescindível para um diálogo real e verdadeiro entre os projetos em disputa na sociedade brasileira. É falso supor que a intimidade com os gabinetes pode produzir melhores conquistas para os professores e para a universidade pública do que o processo de construção coletiva do sindicato. A subordinação do sindicato ao governo corrompe, cria vícios e práticas como as que a sociedade brasileira está acompanhando hoje, estarrecida, através da imprensa.

Nós, da **Chapa 1 - Pública, Autônoma e Participativa,** sempre estivemos na luta em defesa dos aposentados e pensionistas. Nossos adversários defendem, sem constrangimento, que os professores ativos devem ter salário diferenciado, mesmo às custas da redução dos vencimentos daqueles já aposentados. Sempre defendemos a isonomia entre a carreira do ensino superior e a carreira de 1º e 2º graus, assim como a incorporação das gratificações, que atualmente desqualificam a carreira docente. Nossos adversários, ao contrário, celebram a GED como um fator positivo de estímulo à produção docente, mesmo que, na prática, essa política produtivista avilte e deturpe o sentido de nosso trabalho e tenha discriminado a carreira de 1º e 2º graus e os aposentados. Essas divergências políticas apontam para profundos embates que definirão os rumos da Universidade Pública, o que confere a esta eleição um caráter de grande relevância.

Temos a mais profunda convicção de que o que foi construído nos espaços do movimento docente, por meio de debates, reflexões, críticas e solidariedades, é algo substantivo, duradouro e que será ativamente defendido por todos os que compartilham o sonho de uma universidade pública democrática.

Na história dos 25 anos da Adufrj foram escritas, com as tintas das lutas e da liberdade, linhas de ação que são indeléveis: o empenho para assegurar a liberdade de produção do conhecimento e forjar a universidade como um espaço regido por regras que assegurem o seu caráter público; o enfrentamento a toda forma de obscurantismo e intolerância, como vivido na ditadura empresarial-militar e nas demais ofensivas contra a universidade pública; a defesa da dignidade da docência por meio de salários compatíveis com as atribuições socialmente conferidas aos professores; a luta por verbas para a manutenção e o desenvolvimento das universidades e para a pesquisa acadêmica e, mais amplamente, a defesa de um Estado republicano e democrático que assegure os direitos sociais para todos, fundamento maior da democracia.

Muitos são os desafios: o reajuste previsto para 2005 é inexistente (0,1% sobre o vencimento); não havia previsão de verbas para correção salarial no projeto de lei de diretrizes orçamentárias de 2006, ou seja, se dependesse da vontade governamental, somente haveria algum reajuste em 2007, primeiro ano do próximo governo! A contra-reforma da educação superior reduzirá ainda mais as verbas para as IFES e facilitará o comércio da educação com o ensino à distância; com a reforma sindical proposta, os sindicatos ficarão subordinados ao grupo dirigente das Centrais; e, por fim, como decorrência da suposta crescente escassez de recursos públicos, os intentos para ampliar o fosso entre ativos e aposentados serão cada vez mais cruéis.

Neste momento de perdas de referências políticas, morais e éticas tão duramente construídas, não basta assegurar a vitória da Chapa **Pública, Autônoma e Participativa**. É preciso um amplo protagonismo dos docentes na criação de uma nova etapa de lutas para a entidade que construímos por meio do trabalho sindical consciente, crítico e participativo.

Assim, convidamos todos para participarem de forma efetiva nesta eleição, demonstrando disposição para a realização de um trabalho conjunto de revitalização do movimento docente na UFRJ, que comporte e congregue diferentes visões, mas que tenha sua unidade articulada em torno dos seguintes eixos:

1. DEFESA da Universidade Pública e da obrigação do Estado em mantê-la;
2. INDEPENDÊNCIA e autonomia do sindicato em relação a partidos, governos e administrações universitárias;
3. RECOMPOSIÇÃO salarial e conquista do plano de carreira única do Andes-SN;
4. ARTICULAÇÃO das lutas em defesa do serviço público;
5. REAFIRMAÇÃO da unidade e democracia do movimento docente;
6. LUTA pela ampliação das verbas públicas para a educação pública e para a pesquisa acadêmica.

O apoio à **Chapa 1 - Pública, Autônoma e Participativa** expressa o desejo de preservação do caráter público da educação superior, da democracia no movimento docente, da postura autônoma em relação a governos e partidos e da Adufrj-SSind como espaço aberto ao debate e à crítica!

LISTA DE APOIO - Os professores identificados que desejarem manifestar o seu apoio público, podem nos contatar pelo e-mail simoes@if.ufrj.br

REUNIÃO PÚBLICA DA CAMPANHA DA CHAPA 1 - Convidamos todos a próxima reunião de Campanha, no dia 31 de agosto, quarta-feira, no Auditório da Escola de Serviço Social, às 18 horas.

O Pluralismo é Essencial a Universidade e ao Movimento Docente

Apresentação da Chapa Universidade Aberta

Prezados Colegas,
A chapa "Universidade Aberta" é constituída por um grupo de professores oriundos de diferentes cursos e departamentos da UFRJ que se aproximou nos últimos anos em função de algumas idéias e propostas em comum. O que primeiro nos aproximou foi uma postura crítica em relação ao que chamamos, na época (2003), de "grevismo", ou seja, a sucessão de greves burocráticas propostas pela direção do movimento docente e aprovadas, de forma recorrente, em assembléias esvaziadas com pouca representatividade e pouco estímulo ao debate. Concluímos, na época, que o recurso freqüente e sistemático à greve havia desgastado inteiramente este importante instrumento de luta e novas formas de pressão e de sensibilização da opinião pública deveriam ser buscadas.

Após este primeiro encontro descobrimos outras afinidades entre nós: a constatação da fragmentação da universidade, a necessidade de tentar promover uma maior integração entre cursos, professores e pesquisadores, a importância da discussão da renovação de nosso plano de carreira, de buscar um estreitamente maior nas relações entre universidade e sociedade. Achamos também, igualmente importante neste momento, um debate amplo sobre a reforma universitária, incluindo temas como a democratização do acesso, ampliação de vagas, criação de cursos noturnos, ampliação de bolsas para os alunos de graduação e pós-graduação, a criação de programas visando a qualificação dos professores das redes de ensino básico e fundamental e ensino médio e de programas visando a elevação da qualidade de ensino da rede pública. Enfim, pensamos ser importante, ir além da dimensão sindical da ADUFRJ e recuperar a discussão sobre seu próprio sentido na universidade e na sociedade. Para nós, portanto, o trabalho na ADUFRJ se coloca como uma complementação necessária de nossa atividade de docente, de professor, pesquisador e orientador de futuros pesquisadores e profissionais que irão construir o futuro de nossa sociedade.

Não temos entre todos nós – aqueles que participam ou apóiam a chapa - unanimidade em relação a várias questões, não somos absolutamente homogêneos. Pelo contrário, valorizamos a pluralidade e acreditamos ser importante trabalhar com as diferenças. Acreditamos ser esta a característica mais importante de um movimento social com vitalidade e dinamismo.

A pluralidade também é condição vital para o desenvolvimento da instituição universitária. É na tensão do confronto das idéias que surgirão e se desenvolverão novos conhecimentos. Para isto acontecer é preciso promover a convivência fraterna e respeitosa com as diferenças. Acreditamos ser possível construir no movimento docente e na universidade unidade em torno das principais questões profissionais e acadêmicas. Acreditamos também ser possível construir unidade em torno da construção de novas relações com a sociedade. Para isto será preciso promover um amplo debate, que envolva todos os professores e que supere as limitações dos fóruns e instâncias institucionais, mas que não as desconheça ou ignore. Com este objetivo estamos propondo a realização de um grande **Congresso**, precedido por seminários ou encontros locais para estimular a mais ampla participação dos docentes, com o propósito de construir um novo projeto político para a intervenção do movimento docente na universidade brasileira.

A campanha eleitoral se dará, de forma emblemática, sobre a referência de mais uma proposta de greve apresentada pela direção da ANDES para o próximo dia 30 de agosto. Aprovada numa reunião pouco representativa da maioria dos docentes, mostra que a questão do "grevismo", que estimulou a aproximação do grupo que formou a chapa Universidade Aberta, continua sendo um aspecto central a ser debatido em nosso movimento docente.

Discussão sobre campanha salarial e plano de carreira:

Um aspecto importante na mudança de conjuntura se refere ao fato de que durante muitos anos o governo se recusava a negociar com a representação dos professores os diversos aspectos relativos a reposição de perdas salariais e aperfeiçoamento da carreira. Só com a greve abria negociações e freqüentemente fazia propostas direto para a categoria, passando por cima da representação. No governo atual, pelo segundo ano consecutivo, foi criado um grupo de trabalho que chegou a uma proposta. No ano passado a diretoria da ANDES se recusou a aceitar a proposta, que acabou sendo aprovada pela grande maioria das seções sindicais, inclusive pela UFRJ, numa das assembléias mais representativas dos últimos anos. No final de 2004 o governo criou um grupo de trabalho plural com representantes da SESU, da SBPC, da ANDIFES, da ANDES e do PROIFES - Fórum dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior, que atualmente tem seis associações de docentes filiadas (UFMG,UFRS,UFSCar, UFG,UFMS e UFPi) e outras discutindo o processo de filiação, são cera de 11000 docentes, incluindo filiações individuais. Este grupo de trabalho chegou a uma proposta que em termos gerais é a seguinte:

1) Aumento do incentivo à titulação do vencimento básico (Doutorado de50% para 80%, Mestrado de 25% para 50%, especialização de 15% para25%), sobre o qual incide a GAE e GEAED.

2) Incorporação gradual da GED e da GAE ao salário: Neste caso, apenas os docentes com um número significativo de quinquênios e anuênios obteriam aumentos imediatos no salário. Contudo, esta medida fortalece os vencimentos básicos, fortalecendo também a carreira e a aposentadoria.

3) Extensão plena da GED aos inativos.

4) Transformação do Grupo de Trabalho para a formulação de um novo plano de carreira e novos mecanismos de avaliação da atividade docente.

Esta proposta tem sofrido restrições da área econômica do governo. As pressões das entidades do Grupo de trabalho forçaram a abertura de negociações entre o MEC e a área econômica, que ficaram de apresentar uma posição final do governo no dia 30 de agosto.

Não se trata de acreditar ou não numa solução favorável, nem de ser otimista ou pessimista, mas de criar as condições políticas para obter, através da negociação, o melhor resultado possível. O PROIFES, a SBPC e a ANDIFES estão mobilizando lideranças parlamentares e pressionando diretamente o Planejamento e a Fazenda para um desfecho favorável das negociações. Para o dia 30 de agosto foi convocada uma vigília para Brasília pelo Grupo ANDES SIND que já conta com a adesão da maioria das seções sindicais. Entendemos que o recurso à greve neste momento ainda é precipitado porque existem negociações em curso, que estão longe do esgotamento e da ruptura. Entendemos que o movimento docente deve privilegiar a via da negociação buscando manifestações públicas de massa que possam estimular um desfecho favorável. Precisamos ficar atentos tanto aos resultados das negociações quanto às formas de pressão mais adequadas a serem utilizadas pelo movimento dos professores. A proposta de greve apresentada pelo ANDES para 30 de agosto, precisa ser discutida e avaliada a luz de todos os elementos que estão compondo o cenário. Devemos estar preparados para construir e discutir propostas alternativas ou, se for o caso de promover uma ruptura das negociações, construir uma greve que efetivamente expresse a vontade coletiva da maioria dos docentes.

Queremos, nessa campanha eleitoral, construir um movimento de informação e discussão das várias questões pertinentes à Universidade Pública (Salários, Carreira, Reforma Universitária, Segurança, Saúde) visando à reaproximação da ADUFRJ com os professores. Precisamos recuperar o compromisso com uma discussão ampla e cordial que respeite nossas diferenças de visão e construa a unidade num debate amplo, franco e fraterno. Acreditamos que isso somente poderá ser alcançado com uma categoria que se reconheça plural em sua direção sindical. Pedimos seu voto e, mais do que isso: a participação de vocês na construção dinâmica desta unidade.

Chapa 2 - Universidade Aberta

Presidente - Fernando Sampaio de Amorim - Engenharia Naval

Primeiro Vice-Presidente - João Ramos Torres de Mello Neto – Física

Segundo Vice-Presidente - Bruno Costa – Matemática

Primeira Secretária - Maria Paula Nascimento Araújo – História

Segundo Secretário – Fernando Santoro

Primeiro Tesoureiro – Armando Alves de Oliveira Educação Física

Andes-SN

Conad Extraordinário aprova legislação para a Educação Superior

Andes-SN poderá encaminhar projetos e emenda para o Congresso Nacional

Com o tema *Educação Superior, uma proposta para enfrentar a crise,* foi realizado nos últimos dias 20 e 21 de agosto, em Brasília, o 6º Conselho Nacional do Andes-SN Extraordinário. Quarenta e três seções sindicais enviaram delegados que deliberaram sobre os textos de três projetos de lei e uma Emenda Constitucional do Andes-SN para a Educação Superior brasileira. Cerca de 60 observadores das seções sindicais também participaram do evento. Os projetos de legislação apresentados pela diretoria do Sindicato Nacional foram aprovados com algumas modificações.

As propostas encaminhadas pela assembléia geral da Adufrj-SSind foram apreciadas e aprovadas em plenária pelos delegados ao 6º Conad Extraordinário. Uma delas se refere ao cálculo da vinculação orçamentária para a Educação Superior. De acordo com o delegado da Adufrj-SSind ao Conad, Salatiel Menezes, foi aprovado que a fração do orçamento público destinada à Educação deve ser calculada sobre as receitas de impostos e contribuições, com exceção das destinadas a outras políticas sociais, como por exemplo a previdência social.

Outra proposta encaminhada pela assembléia da Adufrj-SSind diz respeito ao encaminhamento da legislação aprovada pelo Conad. Foi deliberado que o conjunto de projetos de lei e a emenda do Andes-SN deverão ser apresentados ao Congresso Nacional como um substitutivo à reforma universitária do governo federal, sem a possibilidade de que o material legislativo do sindicato seja utilizado para 'emendar' o projeto governamental.

Presidente fala sobre instrumento jurídico para barrar a reforma privatista do governo

As propostas de lei e de emenda constitucional aprovadas no Conad Extraordinário foram formuladas com base no Projeto de Universidade Brasileira do Andes-SN e outras contribuições históricas apresentadas e aprovadas pelo movimento docente ao longo dos últimos anos. Na abertura do Conad Extraordinário, a presidente da entidade, professora Marina Barbosa, afirmou que o conjunto de leis do Andes-SN para a Educação Superior é uma forma de o movimento construir novos instrumentos de luta e "seguir propiciando, em melhores condições, o diálogo com as diversas entidades do movimento da educação e demais setores".

Projeto do Andes-SN seguirá para o Congresso Nacional

No Conad Extraordinário foi aprovado também o encaminhamento a ser dado pela diretoria do Andes-SN ao conjunto de leis para a Educação aprovado pelo movimento docente. Os projetos de Lei e a PEC aprovados no Conad seguirão para análise da Assessoria Jurídica do Sindicato Nacional e poderão ser apresentados pela diretoria da entidade ao Congresso Nacional no momento em que a direção considerar adequado como uma estratégia para combater o projeto privatista do governo de reforma universitária, que deverá ser encaminhado para tramitação naquela casa. "Ao apresentar nossas propostas no parlamento buscamos ampliar a ressonância de nossas propostas de embate com o governo sem cairmos no mito de que o parlamento é um fim em si mesmo. Por isso, apresentamos o que para nós são premissas para um projeto de educação superior pública, traduzindo nossas propostas com o objetivo de desconstruir o discurso do poder", disse Marina no seu discurso de abertura dos trabalhos do Conad Extraordinário.

Segundo o delegado da Adufrj-SSind ao Conad, a seção sindical da UFRJ defendeu que não havia sentido a diretoria do Sindicato e as seções sindicais produzirem e aprovarem um conjunto de leis para a Educação Superior se não fosse para apresentá-lo ao parlamento. Salatiel Menezes disse que os delegados votaram pelo encaminhamento do projeto do Andes-SN ao Congresso conscientes de que as chances de o atual parlamento aprovar a reforma proposta pelo movimento docente são pequenas. Mas a idéia, segundo o professor, é que o projeto do Sindicato sirva para abrir o diálogo com os parlamentares, com a sociedade e, especialmente, com os demais setores que defendem a educação pública sobre as conseqüências da reforma privatizante do governo Lula. "Temos que mostrar que o Andes-SN tem um projeto alternativo de universidade e que este tem viabilidade constitucional".

Os escândalos envolvendo o governo federal e parlamentares vieram à tona nos debates durante o Conad Extraordinário. Alguns delegados manifestaram a preocupação de o Andes-SN enviar um projeto de lei a um Congresso que está sob a mira de investigação de corrupção de alguns de seus integrantes. Mas a decisão final do Conad foi pelo envio do projeto ao parlamento, com a compreensão de que a corrupção é inerente ao sistema capitalista vigente e que a preocupação do movimento deve ser a de garantir a correta tramitação de seu projeto e debate com a sociedade e as demais entidades do setor de Educação do país em torno da defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Além de Salatiel Menezes, participou do 6º Conad Extraordinário como observadora a professora Janete Luzia.

Continuação da capa

Em janeiro de 2000, a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) foi imposta aos docentes de 1º e 2º graus, nos moldes da GED, embora em valores inferiores. Pela mesma Medida Provisória que criou a GID (nº 2.125-12, depois convertida na lei nº 10.187), o governo reajustou os valores da GED em 30%. Ou seja, aprofundaram-se as diferenças salariais entre os docentes da ativa e em relação aos aposentados.

Nova tentativa de aumento da GED e da GID foi impedida pela greve dos docentes de 2001, que obrigou o governo a utilizar os recursos com os quais pretendia fazer o aumento na concessão do último reajuste decente que os docentes tiveram, em fevereiro de 2002, nos seus vencimentos.

Em 2004, o governo nada apresentou ao Andes-SN sobre os docentes da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, mas assinou, no dia 12 de julho, acordo ("termo de compromisso") com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), pelo qual apresentou projeto de lei ao Congresso, válido para estes docentes, substituindo a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) por uma nova gratificação (que se chama GEAD). O valor desta foi retroativo a maio de 2004, igual para ativos, aposentados e pensionistas, não sujeita a contagem de pontos e dependente unicamente do regime de trabalho (20 horas, 40 horas ou DE) e da titulação (graduação, mestrado ou doutorado) do docente. Os valores para os docentes com aperfeiçoamento ou especialização são iguais aos dos graduados, tal como era com a GID.

Em agosto de 2004, pela Medida Provisória nº 208 (depois convertida na Lei nº 11.087), o governo voltou a reajustar a GED, congelou a pontuação para todos os docentes da ativa em 140 pontos, aumentou o limite máximo dos aposentados para 91 pontos (65%) e remeteu a ato do Poder Executivo a definição das novas regras de pontuação.

Em dezembro de 2004, o MEC criou um grupo de trabalho, no qual o Andes-SN está representado, com a finalidade de elaborar propostas para alcançar a paridade e substituir a GED por outra forma de avaliação.

O grupo realizou, até o momento, cinco reuniões. A próxima está marcada para esta terça, 30 de agosto. Foram apresentadas e discutidas várias propostas, mas na quinta reunião realizada em 27 de junho, o governo informou que não tinha recursos para fazer nada em 2005 (mais detalhes sobre esse GT podem ser conferidos na edição de 11 de julho do Jornal da Adufrj).

Sete anos depois, a volta da paridade

Na UFRJ, a quebra da paridade acabou. A GED integral para aposentados é resultado de uma ação impetrada pela Adufrj-SSind em dezembro de 2004. No dia 27 de junho deste ano, o juiz Dário Ribeiro Machado Júnio, da 19ª Vara Federal julgou procedente a paridade entre ativos e aposentados em seus valores máximos (140 pontos), uma vez que os docentes da ativa não estão sofrendo qualquer tipo de avaliação e recebem seus maiores valores. A decisão vale até que o governo institua novos parâmetros de avaliação da categoria.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 470 • 5 de setembro de 2005

Colegiado de graduação tenta acabar com as vagas ociosas
Página 3

Assembléia ainda não delibera sobre greve dos docentes
Página 4

Governo não apresenta nada de novo e faz promessas para 2006
Página 5

Andes-SN instala Comando Nacional de Greve
Página 5

Greve das paulistas
Dois mil manifestantes exigem a derrubada do veto ao orçamento das instituições
Página 8

Daniel Tiriba

MANIFESTAÇÃO NA CINELÂNDIA ACONTECEU NO ÚLTIMA QUINTA, 1º DE SETEMBRO

Estudantes protestam contra o governo federal no Centro do Rio

"Não vamos deixar a Reforma Universitária ser aprovada com 'mensalão"

Indignados com a denúncia de corrupção no governo federal, na qual deputados receberiam malas de dinheiro para aprovar as propostas governistas, estudantes que já se mobilizam há bastante tempo para reivindicar melhorias na infra-estrutura, construção de alojamentos, restaurantes populares e ampliação das bolsas estudantis, foram às ruas para cobrar satisfações do Ministério da Educação (MEC), que sempre respondeu negativamente às reivindicações alegando falta de verbas: "Como pode não haver verba para a Educação se há verba para pagar o 'mensalão'?", indagou Carlos Bruno, estudante de Ciências Sociais da Uerj.

Para cobrar uma resposta do governo, sob gritos de "Não tem dinheiro; para Educação; mas tem dinheiro para pagar o 'mensalão'", centenas de pessoas se reuniram na última quinta-feira (1/9) em frente a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, na Cinelândia, e caminharam até a Rua da Ajuda, onde está localizada a delegacia regional do MEC. A manifestação contou com a presença de representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRJ, DCE da Uerj, DCE da UFF, DCE da UFRRJ, DCE da Facha, Diretório Acadêmico de Nutrição da UniRio, estudantes secundaristas, Círculo Bolivariano de Niterói e estudantes representando a Baixada Fluminense.

Continua na página 2

Continuação da capa

Estudantes lutam para impedir Reforma Universitária

O estudante de comunicação da Facha Edson Mendonça afirmou ao **Jornal da Adufrj** que as reformas que o governo vem aprovando no congresso, além de serem votadas de maneira ilícita, estão acabando com todas as garantias dos trabalhadores: "A corrupção está intrinsecamente ligada ao desmantelamento que o governo vem fazendo no país", afirmou.

Para impedir que este desmantelamento se instale também na Educação, os estudantes esperam impedir a aprovação da Reforma Universitária, cujo projeto de lei já está no Congresso Nacional: "A luta contra a corrupção é uma luta contra as reformas. No nosso caso, principalmente a Reforma Universitária", declarou o coordenador de comunicação do DCE da UFRJ, Jorge Badauí. De acordo com o estudante, que cursa o quinto período de Direito, os métodos do governo não se mostraram uma alternativa para melhorar o Brasil.

Durante o percurso até a sede do MEC, o carro de som que acompanhou o ato ecoava "Não vamos deixar a Reforma Universitária ser aprovada com 'mensalão'" e arrancava aplausos dos manifestantes. Segundo eles, as denúncias são reflexos do rumo que Lula deu ao governo: "Se hoje esse governo é corrupto é porque optou por governar da mesma forma que o Collor e da mesma forma que o Fernando Henrique", denunciou Gregório Gould, presidente da Associação Estadual dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro.

Ato é considerado o "primeiro passo"

Para o representante do DCE da UFRJ Bernardo Lima esta é a mesma política econômica neoliberal do governo anterior: "É por isso que estamos aqui para gritar 'Fora Todos. Fora Lula, fora o congresso", exclamou ele. Esta declaração resumia a vontade da maioria dos manifestantes que, revoltados com o escândalo de corrupção que já vem desde os governos anteriores, defendem a saída do presidente e do todo o congresso nacional.

O ato, realizado na última quinta-feira, foi considerado o início de um processo que pretende mobilizar os estudantes para cobrar o fim da corrupção e a não aprovação de outras reformas: "Este é apenas o primeiro momento. Vamos fazer outros e eles serão cada vez maiores. Há muito tempo não tínhamos todos os DCEs das universidades públicas do Rio de Janeiro juntos", afirmou o coordenador geral do DCE da Uerj, Matheus Thomaz.

Agenda Sindical

7/9 - 11º Grito dos Excluídos

8 e 9/9 - Reunião do Grupo de Trabalho sobre Verbas do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

10 e 11/9 - Seminário sobre Carreira Docente das IFES
Brasília (DF) - realização: Andes-SN e Sinasefe

22/9 - Marcha contra a política econômica e a corrupção
Rio de Janeiro (RJ)

23 a 25/9 - 3º Encontro Nacional das IEES
São Paulo (SP)

21 a 23/10 - Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

28/10 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Brasília (DF)

28 a 30/10/2005 - XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Belo Horizonte (MG)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Colegiados

CEPG discute Mestrado Profissional

Na reunião do CEPG da última sexta-feira (2/9), a representante dos ex-alunos, professora Cláudia Morgado, conforme sugestão da sessão anterior fez uma apresentação ao colegiado sobre Mestrado Profissional na UFRJ. O mestrado profissional não é permitido pela resolução 05/01 do CEPG.

Além de representante no colegiado, Cláudia é uma das coordenadoras do projeto de Mestrado Profissional da Escola Politécnica, que já foi aprovado pela Capes. O Mestrado Profissional prevê a possibilidade do auto-financiamento dos cursos, ou seja, sem financiamento direto da universidade, sendo sustentado por empresas privadas ou outras instituições públicas.

Financiamento

Para além da discussão acadêmica com relação a um curso de pós-graduação *stricto sensu* de caráter profissionalizante, os conselheiros demonstraram preocupação também com a proposta de financiamento deste tipo de curso, que certamente receberá influência das empresas e órgãos financiadores dos programas. Cláudia ressaltou que a abertura ao financiamento externo não seria tão descontrolada. A professora disse que o financiamento de uma grande empresa deverá preconizar a continuidade do programa de mestrado na área de atuação em questão. "O financiamento é bem definido e deve obedecer à necessidade de se respeitarem as fases de implementação, maturação, extensão e encerramento da área de atuação", disse Cláudia.

Mestrado Profissional e Especialização

Presidindo a sessão, Nelson Souza e Silva, representante do CCS, ressaltou a importância de se elaborarem critérios mais claros para que seja criada uma nova categoria de pós-graduação. Nelson ressaltou que a proposta de Mestrado Profissional, como foi apresentada no colegiado, não difere em nada dos cursos de especialização *lato sensu* que já existem. "A especialização da UFRJ também tem um ciclo de vida curto, destina-se à qualificação do profissional, possui a duração de um ano, carga horária em tempo parcial para os docentes e conclusão de um projeto de pesquisa sob a forma de monografias de conclusão de curso". Nelson ressaltou que, a princípio, a motivação em aprovar os cursos de Mestrado Profissional parece se justificar pela importância da atribuição do título de mestre, mais valorizado do que o de especialista.

Os conselheiros decidiram continuar a discussão nas próximas reuniões do CEPG, que poderão contar com a presença do presidente da Capes, Jorge Guimarães.

Nova representação discente

Foi apresentado como novo conselheiro discente do CEPG Rodrigo da Silva Bitzer. O estudante, que passa a ser representante suplente no colegiado, é doutorando do programa de Pós Graduação em Química Inorgânica.

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701

2230-2389

2260-6368

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG tenta acabar com vagas ociosas

Diretor da DRE elabora proposta para preencher as vagas através de transferência e prevenir evasão

O diretor da Divisão de Registro de Estudantes, Roberto Vieira, apresentou uma proposta para ocupar as vagas ociosas na universidade, na sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da última quarta-feira (31/8). A proposta, que foi solicitada pela pró-reitoria de graduação (PR1), aponta também medidas para prevenir a ociosidade das vagas. Dentre as medidas de prevenção, o documento propõe a redução no prazo de permanência com a matrícula trancada; a transferência dos graus, além dos créditos, quando houver pedido de dispensa nas disciplinas; trancamento automático de matrícula, para os alunos que não realizaram seus pedidos de inscrição; descancelamento de matrícula cancelada por abandono; identificação de candidatos que tenham obtido classificação para cursos iguais na UFRJ e em outra IES públicas do estado do Rio de Janeiro; e criação do Serviço de Atendimento ao Usuário do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga).

Conselheiros debatem documento

Em relação ao prazo de permanência com a matrícula trancada, Marta Maria Souza Santos, representante do CCS, considerou absurdo o fato de um aluno ficar três anos longe da faculdade: "O que está faltando para o Conselho Universitário rever esta decisão?", questionou.

A transferência dos graus, quando houver pedido de dispensa nas disciplinas, foi outro ponto bastante polêmico entre os conselheiros. A medida visa impedir os ingressos de participarem um novo vestibular para "zerar" o Coeficiente de Rendimento (CR). A representante do CFCH, Ana Canen, considera que o estudante que prestar novo vestibular deve ter o direito de melhorar o seu CR. Ana Maria de Almeida Ribeiro, representante dos técnico-administrativos, sugeriu que só entrem no cálculo do CR as matérias em que o aluno for aprovado: "Até o preso que passa dez anos na prisão pode ser um homem livre após cumprir sua pena. Como vamos condenar um aluno a carregar um CR para a vida toda?", protestou.

Conselheiros defendem centralização nas provas

Ericksson Rocha e Almendra (CT) manifestou preocupação em relação à abertura de novas vagas por considerar deficiente o sistema de provas de transferência da universidade. Para dirimir estas questões, Ericksson Almendra sugeriu que a reitoria assumisse a responsabilidade das provas de transferência, que hoje são realizadas pelas próprias unidades. Ana Maria Ribeiro concordou com a centralização das avaliações: "Ao mesmo tempo que algumas unidades têm total controle sobre as vagas, outras são extremamente problemáticas".

Comissão formalizará proposta

Já o representante discente Gabriel Rodrigues Daumas Marques apontou a falta de uma política para manter os alunos na universidade como a principal razão da evasão: "O aluno tem gastos com transporte, material e alimentação. Entretanto a UFRJ não tem um programa desenvolvido de bolsas, monitoria, bandejão, entre outras... o estudante acaba saindo da UFRJ para procurar um estágio remunerado". Segundo Gabriel Marques, este exemplo é muito comum na Escola de Educação Física e Desportos.

Por sugestão do pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, a Comissão de Legislação e Normas do CEG, acrescida de uma representante dos técnico-administrativos e de três representantes discentes formarão uma Comissão de Sistematização para transformar a proposta elaborada por Roberto Vieira em proposta de resolução. Quando esta elaboração estiver concluída, a proposta retornará ao CEG para ser votada.

Eleição

Manuella Soares

A ADUFRJ-SSIND PROMOVEU UM DEBATE ENTRE AS CHAPAS CONCORRENTES À DIRETORIA DA SEÇÃO SINDICAL PARA O BIÊNIO 2005/2007. O EVENTO ACONTECEU NO AUDITÓRIO G-2 DA FACULDADE DE LETRAS, NO DIA 1º DE SETEMBRO. NA FOTO (DA ESQ. PARA DIR.), PELA CHAPA 2, PROFESSOR FERNANDO AMORIM; A MEDIADORA DO DEBATE, PROFESSORA CRISTINA MIRANDA; E O CANDIDATO DA CHAPA 1, PROFESSOR JOSÉ SIMÕES

Resenha

Apenas R$ 1,5 bi para servidores

Com a previsão de arrecadar mais de 16% do Produto Interno Bruto (PIB) em impostos federais, o governo federal terá uma folga de R$ 4,43 bilhões no Orçamento da União no próximo ano. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, disse, ao apresentar a proposta, que para o reajuste dos servidores em 2006 os únicos recursos disponíveis serão R$ 1,5 bilhão da reserva específica. A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) criticou o governo. "O dinheiro é insignificante. Com R$ 1,5 bilhão não dá para nada. Seriam necessários, pelo menos, R$ 5 bilhões", disse Josemilton da Costa, secretário-geral da entidade.

Propaganda em uniforme escolar?

A privatização da Educação não encontra limites. O prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), liberou o uso de propaganda em uniformes escolares da rede pública municipal. Segundo a proposta, em troca das propagandas, as empresas financiarão a compra das roupas dos 900 mil alunos da rede, segundo matéria da Folha de S. Paulo *(30/8)*.

Horista

O regime de trabalho dos docentes é, em grande parte, de horistas, segundo dados do Cadastro de Docentes da Educação Superior. Do total de 248 mil funções docentes, 103 mil trabalham nesse regime, 41,5% do total. Esse percentual, somado ao de professores em regime de tempo parcial, atinge 62% *(Folha Dirigida, 1/9)*.

Para o Congresso tem dinheiro

O governo diz que não tem dinheiro para reajustar o conjunto dos servidores, mas teve de engolir o aumento de 15% para os salários dos funcionários da Câmara e do Senado, retroativo a janeiro deste ano. O impacto será de mais de R$ 500 milhões por ano. A medida ainda beneficia indiretamente os parlamentares, que têm suas verbas de gabinete ampliadas (de R$ 44.187 para R$ 50.815, na Câmara, e de R$ 70 mil para R$ 80.500, no Senado) *(O Globo, 1/9)*.

Movimento

Assembléia ainda não delibera sobre greve

Professores vão priorizar reuniões nas unidades

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 1º de setembro decidiu, por unanimidade, não deliberar sobre greve. A decisão dos professores repetiu a da AG de 17/8. Nas duas oportunidades, predominou o entendimento de que não havia suficientes condições para a deflagração do movimento na UFRJ. Ao mesmo tempo, simplesmente negar a greve não contemplaria a insatisfação geral da categoria com as condições salariais e a forma com que o governo vem tratando a universidade pública.

A proposta de não-deliberação veio da direção da Adufrj-SSind, após os informes sobre a instalação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN e a última reunião do GT MEC (veja matérias na página ...). Segundo o diretor Salatiel Menezes, não haveria sentido em iniciar uma greve com cerca de duas dúzias de professores.

Richard Stephan (Coppe) afirmou estar impaciente com a situação do país. Para ele, os docentes teriam de tomar alguma atitude. Mas posicionou-se frontalmente contra a greve. "Devemos, alunos e professores, vestir luto. E chamar a imprensa para divulgar essa insatisfação", comentou.

Anita Handfas (Faculdade de Educação) concordou com a orientação da diretoria da Adufrj-SSind, mas cobrou a realização de maior número de reuniões nas unidades, para construir a mobilização. E, segundo ela, as reuniões não deveriam se limitar à questão salarial: também as dificuldades enfrentadas nos locais de trabalho deveriam ser debatidas pelos professores.

Cinda (Faculdade de Letras), por sua vez, ressaltou que a universidade estava muito envolvida com a realização dos concursos docentes, daí a desmobilização para a greve. Ela sugeriu paralisações diárias de alguns minutos para iniciar a mobilização e lembrou que o aumento de 15% concedido aos servidores do Congresso pode ampliar esse movimento.

O diretor José Miguel observou que a Adufrj-SSind tem feito esforços para realizar reuniões nas unidades e participar daquelas de caráter institucional, tendo conseguido bons resultados. José Miguel não concordou com a proposta de luto, uma vez que a universidade pública, mesmo sob ataque, permanece viva.

José Simões (Instituto de Física) também aprovou a proposta da diretoria da Adufrj-SSind. Ele relacionou as dificuldades da greve com os problemas financeiros das IFES. "Se nós estamos com dificuldades de deflagrar o movimento de greve, as universidades correm o risco de parar por falta de dinheiro", comentou.

Kelvin Melo

PROFESSORES VOTAM NO AUDITÓRIO G-2 DA FACULDADE DE LETRAS

Fernando Amorim (Escola Politécnica) disse que ninguém acreditava na pauta do movimento que cobra 18% de reajuste emergencial do governo. Ele defendeu, sem detalhar propostas, a conquista de apoio da população para a causa da universidade. Representante do movimento dissidente do Andes-SN intitulado "Proifes" e candidato à presidência em uma das chapas da eleição da Adufrj-SSind, o professor Fernando Amorim criticou a greve como instrumento de luta, fez pouco caso da pauta de reivindicações e considerou enfraquecida a posição do Andes-SN na mesa de negociações. O professor Fernando Amorim aproveitou para comparar a criação do Proifes com a desfiliação da CUT pelo Andes-SN. Segundo ele, seriam situações semelhantes.

Docentes criticam Proifes

Cristina Miranda (CAp) ressaltou que o possível enfraquecimento nas negociações estaria relacionado, na verdade, à opção política do governo de chamar para a mesa não só as entidades sindicais reconhecidas, como o Andes-SN ou Sinasefe, mas também o dissidente "Proifes". Cristina lembrou que nem sempre toda greve consegue tudo que está na pauta de reivindicações, mas busca conquistar o máximo dentro da conjuntura possível. Observou, ainda, que o processo de negociação montado pelo governo é falso. Recordou que, entre as primeiras atitudes como ministros da Educação, Cristovam Buarque e Tarso Genro chamaram o Andes-SN para uma audiência. Naquelas oportunidades, os dirigentes do MEC defenderam o diálogo com o Sindicato, mas tudo ficou apenas no discurso. "Na prática, ocorreu o contrário", disse.

O diretor José Miguel observou que, na campanha salarial anterior, quando os servidores exigiam a reposição das perdas desde 1995, com um índice reivindicado próximo dos 150%, retirando as gratificações, os adversários do Andes-SN diziam que era uma meta inatingível, ignorando que os índices de reajuste efetivos, após abatidas as gratificações criadas no período, seriam muito mais baixos. E agora que a pauta exprime claramente um índice emergencial que corresponde à inflação de 2003 e 2004 (18%), novamente os oposicionistas tentam desqualificar a luta.

José Miguel também discordou da comparação de Amorim. Segundo ele, a CUT tornou-se governista desde a posse de Lula e não encaminhou mais a luta dos trabalhadores. Prova mais evidente desse estreito vínculo entre a central sindical e o Palácio do Planalto foi a transformação de Luiz Marinho, ex-presidente cutista, em ministro do Trabalho. Daí resultaria, segundo José Miguel, o motivo da desfiliação do Andes-SN, movimento contrário ao procurado pelo Proifes, que foi dividir a categoria docente para aproximar-se do governo.

Reuniões de unidades e mobilizações

A Assembléia aprovou a realização de reuniões nos locais de trabalho, que deverão ser comunicadas à diretoria da Adufrj-SSind. O objetivo é fazer com que a seção sindical ajude na divulgação dessas reuniões e forneça material de apoio às discussões. Além disso, dentro das possibilidades, quando informado, um diretor poderá deslocar-se até o local para debater temas como a campanha salarial ou a reforma universitária.

Nas reuniões, os docentes poderão propor atos e mobilizações para a categoria, que serão discutidos posteriormente no Conselho de Representantes da seção sindical e, finalmente, em outra AG.

AG também não delibera sobre plebiscito

Também não foi deliberado pela AG uma proposta de plebiscito, feita pelo professor Richard Stephan (Coppe) sobre greve. Alguns professores observaram que uma iniciativa como essa poderia até funcionar como forma de mobilização da categoria. O diretor José Miguel esclareceu que o dispositivo de deliberação por meio de plebiscito não está previsto no estatuto do Andes-SN, nem no regimento da Adufrj-SSind. Dessa forma, se aprovado, poderia funcionar somente como instância consultiva. A decisão final sempre caberia à Assembléia Geral da seção sindical.

O professor José Henrique Sanglard ponderou, porém, que não poderia apenas votar numa "idéia" de plebiscito. "Como seria esse plebiscito?", questionou. Como não foi apresentado nenhum detalhamento, os professores preferiram não deliberar sobre o tema, no momento.

Servidora em greve fala à AG

Representante do Sindscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II), que se encontra em greve, a dirigente Kátia Motta teve a oportunidade de se manifestar para a AG da Adufrj-SSind. Segundo ela, o Sindscope tem como decisão de assembléia buscar a articulação dos comandos de greve dentro do estado para a realização de atos comuns. Kátia explicou que o governo sempre alega não ter dinheiro, mas, com luta, os servidores podem alcançar seus objetivos.

Movimento

Mais uma vez, governo não apresenta nada de novo

Representantes do MEC se limitam a jogar promessas para 2006

Mais uma vez, o governo Lula demonstrou a total falta de vontade de negociar com os docentes do Andes-SN. Na reunião do Grupo de Trabalho do MEC na qual se esperava alguma proposta para a substituição da Gratificação de Ensino à Docência e sua conseqüente incorporação, a novidade foi apenas a substituição do secretário adjunto do ministério: saiu Jairo Jorge, entrou Ronaldo Teixeira da Silva. Na reunião do grupo de trabalho, realizada no último dia 31, Ronaldo informou não haver nenhuma proposta concreta para os docentes das instituições federais.

O representante do MEC comunicou que há apenas estudos feitos junto ao Ministério do Planejamento com o objetivo de incorporar a GAE, a partir de julho de 2006. O novo secretário enfatizou que só "apresentará algo de concreto" em 30 de setembro, quando espera finalizar os trabalhos do GT.

No debate, o representante da SBPC Amílcar Baiard questionou a retirada da incorporação da GED das negociações no GT MEC, visto que esta incorporação já tinha sido objeto de acordo por todos os integrantes, governo e entidades.

Representando a Andifes, o reitor da UFMT Paulo Speller expressou a preocupação da entidade em relação à greve nas universidades. O dirigente afirmou que a greve dos docentes nasce forte e que o resultado daquela reunião poderia ser um elemento de fortalecimento da mobilização para a paralisação nacional.

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, informou que o Comando Nacional de Greve do Andes-SN havia sido instalado com 12 seções sindicais em greve. Marina ressaltou que poderia haver uma rápida adesão à greve nacional pela falta de propostas oficiais do governo, o que tem levado a um aumento expressivo do número de docentes nas assembléias locais que discutem o movimento.

Os representantes do MEC continuaram, no entanto, a insistir na tese de que há limites orçamentários como obstáculos à incorporação das gratificações e para a paridade entre as remunerações dos aposentados e pensionistas e os docentes em atividade.

Avaliação do Comando Nacional de Greve

Na avaliação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, o MEC apresentou apenas estudos que não correspondem às reivindicações centrais dos docentes. "É importante registrar que o Andes-SN investiu, por decisão das assembléias de suas seções sindicais, no trabalho do GT, ainda que suas atribuições específicas não contemplassem o conjunto de reivindicações. Criado para dar solução à GED, para atender ao que estabelece a MP 208, de 20 de agosto de 2004, seus trabalhos deveriam estar concluídos em fevereiro deste ano, Após sucessivos adiamentos, o MEC, hoje, continua não apresentando proposta. Afirma que manterá a GED, contrapondo-se, portanto, à isonomia entre as carreiras docentes existentes, sendo que sequer se refere aos docentes da carreira de 1ºe 2º graus e recusando-se a conceder a paridade. O MEC não materializa em proposta o acordo conceitual que afirma ter com as nossas reivindicações", diz um trecho do comunicado nº 2 (www.andes.org,.br) do CNG. Segundo o Comando de Greve, apesar da disposição do Andes-SN para negociar, o esforço fica comprometido pela atitude tomada pelo governo. Assim, "a greve é fundamental para que essas negociações se efetivem".

Andes-SN instala Comando Nacional de Greve

Com a presença de representantes de várias seções sindicais e de dirigentes de outras entidades, foi instalado no dia 30 de agosto o Comando Nacional de Greve do Andes-SN, na sede do sindicato, em Brasília. Durante a instalação do CNG, a presidente da entidade, Marina Barbosa, fez um breve histórico do impasse nas negociações provocado pela ausência de uma proposta oficial do governo para a categoria. Marina lembrou que o Ministério do Planejamento adotou uma manobra para protelar as negociações ao tentar transformar o grupo de trabalho que iria formular uma proposta de gratificação para substituir a atual Gratificação de Estímulo à Docência em um fórum para debater a carreira dos professores, sem sequer determinar prazos para sua conclusão. A presidente do Andes-SN afirmou ainda que o governo, além de alegar não haver recursos para o reajuste este ano, não apresenta qualquer previsão orçamentária para um reajuste salarial em 2006. "Vamos às ruas exigir dignidade para os docentes e melhores condições para as instituições federais de ensino superior", disse Marina Barbosa.

Unidade dos servidores

Jorge Moreira, diretor da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social, presente ao ato de instalação do CNG do Andes-SN, afirmou que o governo tem investido na divisão dos servidores. Segundo ele, será essencial a unidade na ação entre as categorias em greve no serviço público.

Fonte: Andes-SN

Pauta de greve dos docentes das IFES:

a) Reajuste de 18% como parte da recomposição salarial;

b) incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;

c) Retomada dos anuênios;

d) Implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;

e) Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE), envolvendo o MEC, o Andes-SN e o Sinasefe, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do Andes-SN;

f) Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Andes-SN apresenta seu projeto para entidade dos reitores

Sindicato relata processo de mobilização dos docentes na greve nacional da catetoria

Na manhã do dia 31, antes de participar da reunião do GT MEC, a diretoria do Andes-SN esteve com representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na reunião com os reitores, Marina Barbosa ressaltou o aumento da indignação da categoria frente à postergação das conclusões dos trabalhos do GT do MEC sobre a incorporação da GED e à ausência de propostas de reajuste para 2005 e 2006. A presidente do sindicato relatou aos reitores o processo de mobilização dos docentes em torno da pauta de reivindicações da categoria, iniciado em maio e que culminou na indicação da deflagração da greve nacional para a segunda quinzena de agosto.

O presidente da Andifes, Osvaldo Baptista, reconheceu a greve dos docentes como um instrumento legítimo, mas ressaltou o ônus que a mesma traz para a universidade. Afirmou que a entidade dos reitores entende como uma questão central a discussão da carreira docente e que considera a discussão da incorporação das gratificações como um elemento nesse debate.

Os reitores consideram, no entanto, possível um trabalho na linha defendida pelo Andes-SN, de incorporação da gratificação. Osvaldo comunicou que a Andifes também criou um grupo de trabalho sobre carreira e que tem disposição de debater o tema com o Andes-SN. Para o dirigente, o papel da Andifes é o de catalisar o processo de discussão e avanço nas negociações, colocando-se disponível para intermediar as negociações entre o sindicato e o governo.

A diretoria do Andes-SN apresentou ainda aos reitores o seu projeto de legislação para a educação superior, aprovado no 6º Conad Extraordinário, ainda em agosto. A lógica central do projeto do sindicato é que sem financiamento público para as universidades públicas não há autonomia e sem democracia não se exerce a autonomia universitária. Foi enfatizado para os reitores que os documentos do Andes-SN não têm caráter de substitutivo ou de emenda ao Projeto de Lei Orgânica (reforma universitária) já encaminhado pelo MEC à Casa Civil da Presidência da República.

De acordo com a avaliação apresentada por Osvaldo Baptista, há avanços na terceira versão da reforma universitária do governo, mas concorda com o Andes-SN que há problemas estruturais no projeto do governo, especialmente com relação ao financiamento da educação superior pública.

Fonte: Andes-SN

CHAPA 1 - PÚBLICA, AUTÔNOMA E PARTICIPATIVA

Projetos em disputa: Universidade aberta ao mercado ou Universidade Pública?

O final do século XX no Brasil foi um período de desmonte, fragmentação e desinstitucionalização de todo o setor público, inclusive das universidades. Em diversas assembléias, debates e manifestações os professores organizados na Adufrj-SSind saíram em defesa do público.

Contudo, nem todos se indignaram e lutaram contra essa política. Guiados pelo individualismo, pela noção de que mais do que docentes, devemos ser empreendedores ou empreiteiros, não foram poucos os que viram na ruína da universidade como instituição pública a possibilidade de constituir pequenos nichos de poder, privilégio e lucros. São os defensores da universidade como uma organização aberta aos interesses do mercado, independente do valor teórico, epistemológico e social do conhecimento, pouco importando a busca do conhecimento novo e transformador. Na UFRJ, essa concepção foi materializada por meio da imposição de Vilhena como reitor.

Todos os que são devotados à causa da educação pública, à produção livre do conhecimento, dedicando-se à docência, à pesquisa e à extensão sofrem com o capitalismo acadêmico, seja pelas pressões impostas pelas linhas de pesquisa "amigas" do mercado, seja pelo produtivismo que desqualifica o rigor científico, seja pela enorme carga didática e pelo grande número de estudantes nas turmas. Falta tempo para conversar e trocar idéias e opiniões com nossos colegas e para dialogar com os estudantes com o vagar necessário. Todos os que defendem a universidade pública têm uma convicção: a universidade aberta ao mercado é pouco estimulante, atomizada e competitiva, mas de pouco valor acadêmico. Por isso, a revitalização dos espaços públicos de produção do conhecimento é estratégica.

Os professores dispõem de um poderoso instrumento de transformação do mundo: o seu próprio trabalho. O conhecimento humano tem feito, e continuará a fazer, progressos notáveis que podem melhorar as condições de vida em uma sociedade para além da barbárie do capital. Devemos nos orgulhar por dedicarmos nossas vidas a esse objetivo.

O ponto fundamental que queremos ressaltar é o papel da Universidade Pública. No momento de crise em que todos vivemos, afirmar o papel da construção coletiva e histórica do conhecimento humano, colocá-lo como um direito básico de todos e como obrigação do Estado enquanto provedor material e ressaltar a responsabilidade social da universidade, faz uma diferença considerável na construção de opções melhores.

E é nessa construção que destacamos a importância de nosso sindicato. Não pretendemos que este seja o nosso único instrumento, mas o consideramos central por lidar com uma questão básica: o sentido do nosso trabalho. Precisamos lutar por melhores condições materiais, pela ampliação da Universidade Pública para todos, pelo fortalecimento dos espaços de discussão e de deliberação sobre os caminhos a seguir. Para isto, afirmamos nossa opção pelo projeto da **Universidade Pública** socialmente comprometida. Somente com um sindicato independente das injunções partidárias e conjunturais de governos podemos alcançar esses objetivos. Por isto, o sindicato deve ser **autônomo.**

A enorme e difícil tarefa de revitalizar a universidade pública não pode ser obra apenas da direção sindical. É essencial a **participação** de todos nesse projeto de futuro, forjando, desde o presente, a universidade como espaço público e defendendo o nosso sindicato como um instrumento original e fecundo para encaminharmos nossas lutas no cotidiano da UFRJ e nas lutas nacionais!

Chapa 1
Pública, Autônoma e Participativa

Presidente
José Simões (Física)

1ª vice-presidente
Vera Salim (Coppe)

2ª vice-presidente
Sara Granemann (Serviço Social)

1º secretário
Ricardo Kubrusly (Matemática)

2º secretário
Salatiel Menezes (Biofísica)

1º tesoureiro
Raphael de Haro (Física)

2º tesoureiro
Fernando Marinho (Colégio de Aplicação)

Meu voto na Chapa 1
Pública, Autônoma e Participativa

Nenhuma política alternativa para a universidade pública brasileira será possível se não dermos prioridade à manutenção de espaços democráticos de ação coletiva. A eleição para a Adufrj-SSind, importante em si mesma, torna-se ainda mais relevante no atual contexto, em que referências decisivas são corroídas pela política neoliberal das classes dominantes. O voto na Chapa 1 - **Pública, Autônoma e Participativa** é um voto a favor da luta não só por salários dignos e por uma carreira que valorize o trabalho acadêmico, mas também pela autonomia universitária, que evite a subordinação da produção do conhecimento às leis do mercado. Para conseguirmos isso, é imprescindível a participação ativa, decidida e consciente de cada docente nesta eleição. No atual momento, está em jogo a democracia e a participação dos cidadãos na vida política e social. Assegurando a Adufrj-SSind como espaço público, autônomo e participativo, seguiremos plantando em solo fértil a educação do futuro.

Carlos Nelson Coutinho
Professor Titular da ESS/UFRJ

A Chapa 1 - **Pública, Autônoma e Participativa** parece-nos ser a garantia de manutenção e ampliação das conquistas coletivas que a ADUFRJ vem consolidando. Conquistas e coletividade sempre configuradas mediante a presença dos associados - sua voz, seu gesto, sua contribuição. Não se admite que políticas neoliberais, apoiadas por ingênuas buscas de "alternativas", acabem por esvaziar o tão sofrido esforço de companheiros de tantos anos de luta pautados pelo respeito à pluralidade e à diversidade de pensamentos e posturas. Nunca foi tão necessária a conjugação de forças em torno dos interesses de uma universidade pública autônoma e de qualidade. Dirigimo-nos a todos, desde os mais antigos aos mais novos, que confiaram e confiam na defesa de princípios democráticos inconfundíveis nestes dias de desencanto.

Hasta la vitoria, siempre!
Carmem Gadelha - Comunicação
Edwaldo Cafezeiro – Letras

Meu voto na Chapa 1
Pública, Autônoma e Participativa

Precisamos de uma universidade que, atenta às exigências do presente, comprometa-se com a formulação democrática do futuro desejável: justo, criativo e verdadeiramente inteligente. Na atual conjuntura, a construção desta universidade tem sido impedida pela hegemonia do pensamento neoliberal, que desconhece a necessidade até mesmo de preparar a juventude para o mercado de depois de amanhã. Sob a hegemonia deste pensamento, utilitarista e pragmático, os acúmulos alcançados pelas gerações anteriores tem sido destruídos por um tipo de ambição do imediato que não faz jus à real missão do ensino superior. É necessário resistir a este pensamento. Por esta razão e em defesa da universidade aberta, pública, gratuita e de qualidade, voto na chapa 1 - Pública, Autônoma e Participativa para a Adufrj-SSind. Sem dúvida, a tradição de luta, assim como a tradição do ensino sério, dedicado e socialmente comprometido, devem ser preservadas por nossa Associação.

Ana Clara Torres Ribeiro
IPPUR

Envie seu apoio para
simoes@if.ufrj.br com cópia para **simoesrj@osite.com.br**

A Política de Terra Arrasada do ANDES da ADUFRJ

Ativos X Inativos; Terceiro Grau X Ensino Médio; Filiados X não Filiados

Prezados Colegas,

Neste último contato pelo jornal da ADUFRJ antes das eleições para a diretoria resolvemos propor uma discussão que, em nossa opinião, incomoda a maioria dos docentes, mas que nunca é discutida de forma franca, sincera e, sobretudo respeitosa. Várias questões relativas às gratificações de produtividade foram suscitadas nas últimas campanhas salariais:

1. Extensão da GED plena aos inativos anteriores a 1998;

2. Reajuste da GID para os professores do ensino médio;

3. A incorporação de todas as gratificações ao vencimento básico.

4. Extinção da GED e Gratificações de Caráter produtivista.

São questões recorrentes, porque tem ficado em aberto na medida em que as últimas negociações têm sido feitas baseadas em um valor global no orçamento e a forma de divisão destes recursos tem sido deixada para a categoria decidir. A falta de uma direção sindical fortemente conectada às suas bases tem transformado as negociações salariais em fatores de grande divisão interna. Essa situação se agrava quando as divisões produzidas artificialmente pela direção sindical entre ativos e inativos e entre os professores da carreira de terceiro grau e os de 1º e 2º graus passam a ser utilizadas como eixo de intervenção política. O resultado desta ação política é a destruição das relações entre os professores dos diversos segmentos entre si e entre os professores e sua representação sindical.

A incorporação das gratificações ao vencimento básico é o objetivo a ser perseguido, contudo a utilização da totalidade dos recursos para uma incorporação imediata deixaria sem reajuste todos aqueles desprovidos de anuênios, qüinqüênios e aqueles que não possuem ganhos judiciais (26%,28%,84%,37%), que vêm a ser os mesmos jovens pais de família, que pagam aluguel, e que possuem como única fonte de financiamento o seu único contra-cheque da UFRJ. Estes são os jovens professores, em sua maioria, jovens doutores, muitas vezes chamados de "produtivistas", aqueles que ministram uma grande parte das aulas de graduação e pós-graduação das universidades federais. O mesmo acontece em relação aos professores dos Colégios de Aplicação, cuja carreira separada foi consolidada em 1987, quando tivemos uma oportunidade política de enquadrar todos os professores das Instituições Federais de Ensino Superior numa carreira única. A decisão que prevaleceu foi a de preservar uma carreira diferenciada, o que consideramos uma escolha equivocada que precisa ser corrigida.

Nós, integrantes da Chapa 2, avaliamos que a política divisionista que vem sendo realizada pela direção do movimento docente é um grave erro. A divisão artificial promovida por esta política não se encerra nessas questões, mas estende-se a outras ações como a divisão entre professores filiados e não-filiados, que presenciamos na última assembléia do ano passado, quando cartões de várias cores foram distribuídos e não se permitiu a votação dos não filiados, mesmo em questões de seu interesse direto. Estas ações associadas a uma atitude arrogante, prepotente e intolerante, que busca resolver as divergências naturais em qualquer processo de natureza política pela intimidação agressiva e pela exclusão criaram um afastamento progressivo dos professores da entidade que deveria representá-los. Este processo se expressa no fato de que cerca de mil professores ativos da UFRJ não são filiados ou se desfiliaram da ADUFRJ. Produz-se, desta forma, um quadro de terra arrasada onde é muito difícil semear um novo projeto político capaz de recompor uma unidade dinâmica baseada no respeito às diferentes visões e concepções políticas e acadêmicas.

Queremos nessa campanha propor o exercício radical do pluralismo de pensamentos, pois entendemos ser esse o melhor caminho para aumentar a participação de nossa categoria nas discussões e deliberações relativas tanto às questões salariais quanto as relativas ao desenvolvimento da UFRJ e da universidade brasileira. Somente quando a categoria se reconhecer no comando de sua seção sindical é que poderemos esperar o reinício de um efetivo movimento docente. E o exercício dessa pluralidade traduz-se

- Na democratização da informação, que hoje vem cifrada no linguajar da militância e circula restrita nas nossas esvaziadas assembléias.

- No estímulo à utilização da comunicação eletrônica, não como substitutivo a discussão presencial, mas como instrumento de fortalecimento da discussão política.

- A criação de mecanismos de pressão sobre o Governo que não se resumam à deflagração de greves esvaziadas e burocráticas.

O atual esvaziamento do movimento docente e o conseqüente rompimento das relações com a maioria dos professores retira a sua legitimidade para que atue, como protagonista, nas crises internas da universidade brasileira e para que possa contribuir, de forma efetiva, para a superação da crise política que vivemos.

Chapa Universidade Aberta

Presidente – Fernando Amorim – Engenharia Naval

Vice-Presidente – João Torres de Mello Neto– Física

Segundo Vice-Presdiente – Bruno Costa – Matemática

Primeira Secretária – Maria Paula Araújo – História

Segundo Secretário – Fernando Santoro – Filosofia

Primeiro Tesoureiro – Armando Alves de Oliveira – Educação Física

Movimento

Grande manifestação defende orçamento das estaduais paulistas

Dois mil manifestantes saem em passeata até o Masp, levando às ruas a greve das universidades

A presença de mais de 2 mil manifestantes na Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) não inibiu os deputados governistas, que conseguiram obstruir a sessão na qual estava pautada a derrubada do veto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) ao aumento de verbas vinculadas para a educação pública na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006 (LDO). Uma reunião do Colégio de Líderes deve ocorrer na terça-feira (6/9) para definir um acordo que permita a votação.

Conforme noticiado no Expresso Adusp 51 (30/8), o fato de o presidente da Alesp, deputado Rodrigo Garcia (PFL), ter pautado a derrubada na Ordem do Dia de 1º/9 não significava necessariamente que haveria votação da matéria. Faltava costurar um acordo entre os líderes partidários para que isso ocorresse.

Diante do fracasso em construir um consenso, oposição e governo seguiram caminhos diferentes. A liderança do PT protocolou, na manhã do dia 1º de setembro, um pedido de inversão de pauta, de modo que a derrubada do veto fosse a primeira matéria a ser discutida. Assim, a inversão teria que ser discutida em plenário antes de os parlamentares votarem os itens da pauta.

As galerias do plenário Juscelino Kubitschek, o principal da Alesp, estavam inteiramente lotadas. No início da sessão de sexta-feira, a lista de presença registrava 61 deputados. Porém, apenas 36 encontravam-se em plenário para votar a inversão da pauta. A maioria dos governistas e dos ditos "independentes" sequer apareceu. O quórum mínimo para votação de qualquer matéria na Alesp é de 48 parlamentares. No final, apenas 26, todos favoráveis à inversão, votaram, número insuficiente para aprová-la e tornar a votação válida. Resultado: obstrução da pauta.

"O problema é que não houve tempo para o diálogo", disse o líder do governo, deputado Edson Aparecido (PSDB), que, em entrevista a jornalistas, acusou o Fórum das Seis de ter procurado o Colégio de Líderes apenas na última terça-feira (30/8). "Esse argumento é uma desculpa esfarrapada para justificar a estratégia [governista] de faltar quórum", afirmou, também em entrevista, o líder do PT, deputado Renato Simões. Depois, na tribuna do plenário, ele disse que Aparecido não estava falando a verdade sobre a atitude do Fórum e, ainda que tal demora tivesse ocorrido, houve prazo suficiente desde a terça-feira para discutir o assunto entre os líderes.

"Acabou o amor! Isto aqui vai virar o inferno!", reagiram os manifestantes presentes nas galerias do plenário, que também vaiaram os poucos deputados governistas ali presentes. Depois, eles dirigiram-se à saída norte da Alesp, em cujo hall e escadarias realizaram uma assembléia que contou com mais de mil participantes, e que deliberou pela passeata até o Masp.

Por alguns minutos, os manifestantes bloquearam o trânsito na Avenida Pedro Álvares Cabral, em frente à Alesp, até que a passeata saísse e tomasse corpo. Ela enveredou pela Avenida Brigadeiro Luis Antonio com cerca de duas mil pessoas, tendo à frente um caminhão de som. Apesar da grande animação, não houve incidentes com a Polícia Militar. Ao longo da subida, a passeata conquistou o apoio de muitos populares, com seu entusiasmo e suas palavras de ordem bem-humoradas.

Os manifestantes entraram na Avenida Paulista e seguiram até o Masp, onde a passeata foi encerrada pelo comando de greve. "Vamos lutar até derrubar o veto", reiterou ao microfone, no encerramento, o professor Marcos Magalhães, representante da Adusp.

Histórico

Em 7 de julho deste ano, a Assembléia Legislativa de São Paulo já havia aprovado a LDO de 2006, com o resultado da mobilização de anos das entidades sindicais e estudantis: os recursos destinados à Educação passariam de 30% para 31% do orçamento do estado, incluindo o aumento de percentual repassado à USP, Unesp e Unicamp de 9,57% para 10%. Pela primeira vez, seria repassado para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps) 1% da arrecadação do ICMS. Dias depois, ocorreu o veto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) aos dispositivos que ampliavam as verbas do setor.

Fonte: Adusp-SSind

Fasubra mantém greve

Sintufrj tem nova assembléia no dia 6

De acordo com o último informativo eletrônico da Fasubra disponível no dia do fechamento desta edição (em 2/9), 37 entidades de base já encontravam-se em greve, iniciada em 17 de agosto. O movimento reivindica, principalmente, a garantia de recursos orçamentários para a implantação da segunda etapa da nova carreira dos técnico-administrativos das IFES.

Em assembléia realizada no dia 1º, no prédio da reitoria, os técnico-administrativos da UFRJ aprovaram a continuidade da greve e marcaram nova AG para o dia 6, no auditório do CT.

Greve no Sinasefe

A greve continua num ritmo crescente no Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional). No dia 1º, trabalhadores de mais cinco instituições ligadas decidiram aderir ao movimento grevista deflagrado desde o dia 29 de agosto. Já são 16 entidades de base com participação na greve, o que já ultrapassa o índice de 50% da categoria.

Greve no Colégio Pedro II

No dia 31/8, servidores e estudantes do Colégio Pedro II localizado no Humaitá fizeram uma manifestação pelas ruas do bairro em defesa do ensino público de qualidade. Em passeata organizada pelo grêmio estudantil que ocupou duas pistas da principal rua, foram até a entrada do túnel Rebouças e retornaram à escola, com palavras de ordem contra a política de arrocho salarial do funcionalismo federal.

Todas as unidades do CPII apresentam alto índice de adesão ao movimento grevista, iniciado no dia 29 do mês passado, segundo o coordenador-geral do Sindscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II), Everardo Cantarino.

Filiados ao Sinasefe, os profissionais do Colégio Pedro II reivindicam, entre outros pontos, 18% de reajuste emergencial, como antecipação das perdas salariais de 1995 até 2005; data-base para 1º de maio; e paridade entre ativos e aposentados. A próxima assembléia da categoria está marcada para o dia 5 de setembro, às 13h, no Teatro Mário Lago.

UFRJ

Comissão eleitoral da CPPD quer mais tempo

Em sua primeira reunião (em 31/8), os integrantes da comissão eleitoral que vai conduzir o próximo pleito para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) já chegaram a duas conclusões: querem a maior divulgação possível das eleições e das atribuições da CPPD; porém, consideram muito exíguo o tempo disponível para essa tarefa.

No Conselho Universitário, o mandato temporário da atual CPPD foi prorrogado por três meses, a partir de 28 de julho (vai, portanto, até 28 de outubro). A comissão eleitoral entende que precisaria de pelo menos mais 30 dias para realizar com tranqüilidade e transparência todo o processo.

Presidente da comissão eleitoral eleito na primeira reunião, o professor Geraldo Nunes disse que tentaria dialogar com o reitor Aloisio Teixeira sobre essa possibilidade de extensão do mandato da atual CPPD, além de verificar o orçamento para execução das atividades da comissão eleitoral. "Por isso, ainda não fixamos um calendário para as eleições", afirmou Geraldo.

Nova reunião da comissão eleitoral acontece nesta segunda-feira, 5 de setembro.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 471 • 12 de setembro de 2005

Faculdade de Educação debate mobilização docente

Logo após a última assembléia da Adufrj-SSind (1/9), os professores da Faculdade de Educação Anita Handfas, Ana Lúcia Fernandes e Jailson dos Santos decidiram organizar uma reunião na unidade para debater as condições de trabalho docente e a situação da universidade. A reunião acabou acontecendo na última sexta-feira, dia 9, com a presença de 13 professores da unidade e também do conselheiro e diretor do Andes-SN, Roberto Leher. A presidente da seção sindical, Sara Granemann, também participou do debate com os professores. Na ocasião, foram apresentados informes sobre a greve nacional do Andes-SN e a mobilização na UFRJ. Foi discutida a necessidade de se pensar ações políticas locais com relação à Campanha Salarial de 2005, já que o governo federal não apresenta nenhuma proposta concreta de reajuste para a categoria. Uma nova reunião dos docentes na unidade será realizada ainda este mês.

Greve nacional do Andes-SN já tem a adesão de 21 universidades
Página 4

Consuni comemora 85 anos da UFRJ
Página 6

Professores elegem nova diretoria da Adufrj-SSind nos dias 13, 14 e 15

confira como votar, localização das urnas e outras informações sobre as eleições nas páginas 7, 8 e 9

UFRJ

Eleições para a CPPD serão no final de novembro

Comissão eleitoral solicitará a prorrogação do mandato da atual gestão

Após concluírem que precisariam dar a maior divulgação possível ao processo de eleição e às atribuições da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), a comissão eleitoral que conduzirá o próximo pleito decidiu solicitar a ampliação do mandato da atual gestão da CPPD. Reunidos na segunda-feira 5/9, os integrantes da comissão decidiram elaborar um documento oficial para ser votado na próxima sessão do Conselho Universitário (Consuni). O documento pedirá a prorrogação do mandato atual por, no mínimo, mais 30 dias.

Na sessão do Consuni do dia 28 de julho deste ano, o colegiado já havia prorrogado por três meses o atual mandato da Comissão. Os integrantes da comissão eleitoral, no entanto, consideram inviável realizar o pleito até o dia 28 de outubro com a garantia de uma boa divulgação e conseqüente participação dos docentes na votação. De acordo com Geraldo Nunes, presidente da comissão eleitoral, o ideal seria o atual mandato ser prorrogado por mais 40 dias. O professor já teria entrado em contato com o reitor Aloisio Teixeira que, por sua vez, concordou com a prorrogação: "Falta apenas o Consuni homologar", disse o presidente da comissão eleitoral.

A comissão eleitoral da CPPD volta a se reunir na segunda-feira (12/9) para definir o calendário das eleições. Para Geraldo Nunes, é provavel que as eleições ocorram na segunda quinzena de novembro. O professor apontou os três últimos dias do mês como os mais prováveis a serem escolhidos como dias de votação.

Agenda Sindical

13 a 15/9 - Eleições para a diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

14/9 - Plenária estadual preparatória para a Marcha contra a política econômica e a corrupção
Rio de Janeiro (RJ) - no Sepe, às 18h

22/9 - Marcha contra a política econômica e a corrupção
Rio de Janeiro (RJ)

23 a 25/9 - 3º Encontro Nacional das IEES
São Paulo (SP)

21 a 23/10 - Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

28/10 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Brasília (DF)

28 a 30/10/2005 - XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Belo Horizonte (MG)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Movimento

"Super-receita" é armadilha do governo

Manifesto do Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social (Sindsprev) propõe a retirada imediata da Medida Provisória 258/05, publicada em 22 de julho no Diário Oficial da União, que cria a denominada "Super-Receita". De acordo com o sindicato, a MP oficializa o funcionamento do "caixa único" das receitas da União e da Previdência, viabilizando, por meio da Desvinculação da Receita da União - DRU, a apropriação do orçamento da Seguridade Social para pagamento da dívida externa.

Segundo o manifesto: "Arquiteta-se, portanto, sob o aparente "choque de gestão", o mais profundo ataque privatista ao patrimônio dos trabalhadores construído sob a base da solidariedade entre as gerações. O Encontro Nacional da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – Fenasps, de 8/8/2005, aprovou a campanha pela retirada imediata da MP 258. Também adotaram esta posição várias outras entidades de servidores federais, bem como um número muito expressivo de parlamentares", diz um trecho.

Servidores do Rio organizam marcha contra política econômica

No próximo dia 22, os servidores organizam marcha contra a atual política econômica e a corrupção. O ato acontece no centro do Rio, com concentração na Candelária a partir das 16h, seguida de passeata até a Cinelândia.

Caravanas do interior do estado estão sendo preparadas pelos sindicatos para reforçar a atividade do dia 22. Uma plenária estadual dos servidores foi convocada para este 14 de setembro, no Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação), a partir das 18h, para definir os últimos detalhes da manifestação.

Assembléia dos estudantes

No dia 14/9, a partir de 12h30, haverá assembléia dos estudantes da UFRJ no pátio central da Faculdade de Letras. Na pauta, serão discutidos: greve e crise na universidade, além do bandejão.

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Democracia de volta à Letras

Conversa entre reitor e diretora cria clima de entendimento na unidade

Parece ter surtido bom efeito para a democracia interna da Faculdade de Letras o diálogo entre o reitor Aloisio Teixeira e a diretora daquela unidade, professora Maria Cecilia de Magalhães Mollica, no último dia 2. A conversa ocorreu porque os representantes estudantis da Congregação da Letras reclamaram à reitoria de "condução arbitrária" daquele fórum da faculdade. Já em reunião realizada no próprio 2 de setembro, os estudantes afirmaram que puderam expressar seus pleitos com tranqüilidade.

Após o incidente que envolveu a "xerox" local no dia 19 de agosto (estudantes ocuparam a sala das fotocopiadoras, alegando que o responsável não estava repassando ao centro acadêmico a verba à qual a entidade teria direito), a Congregação seguinte, em 24/8, foi marcada por críticas à atuação estudantil. Na ocasião, chegou a ser aprovada uma moção de repúdio ao ato na faculdade. Além disso, ainda com a motivação do episódio da "xerox", um dos integrantes do CA e também representante discente na Congregação foi ameaçado de expulsão da UFRJ pela diretoria da faculdade.

Naquela mesma reunião, foram aprovadas duas outras moções, também contra a vontade estudantil: uma de repúdio a outro ato de estudantes de Letras, no caso, de todo o Brasil, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, e uma de desculpas ao reitor da UFPE - durante o Encontro Nacional dos Estudantes de Letras, no início de agosto, houve manifestações no *campus* daquela universidade para protestar, com justiça, contra a precariedade do alojamento e das condições de segurança oferecidas.

"Tudo esclarecido"

A reportagem da Adufrj-SSind tentou ouvir a diretora da Letras sobre os questionamentos dos estudantes, mas o chefe de gabinete da direção da FL, Paulo Renato das Chagas, afirmou que a professora Maria Cecilia não teria tempo para responder algumas perguntas. Segundo ele, a diretora estava muito envolvida com uma série de eventos da faculdade e com a organização dos concursos docentes da unidade.

Ao ser informado do tema da reportagem, Paulo comentou que "tudo" já havia sido "esclarecido" entre alunos e professores, na Congregação do dia 2. A reportagem da Adufrj-SSind teve acesso à proposta de ata da sessão do dia 24/8, distribuída em 2/9, que ainda não foi aprovada, e, de fato, a eventual expulsão do estudante e as moções não constavam do documento.

Novo processo eleitoral

Outro representante discente na Congregação, Rafael Nunes informa que o processo eleitoral para a direção da Faculdade de Letras está sendo reiniciado. O problema, segundo ele, é que a Congregação não reafirmou o voto universal - decidido em assembléia geral da unidade no primeiro semestre deste ano - para esta continuidade do pleito. "Vamos precisar mobilizar novamente os estudantes para garantir o voto universal", disse Rafael. Segundo ele, a decisão final caberá a uma nova assembléia geral interna, ainda a ser convocada. A comissão eleitoral composta para as eleições de abril, que não aconteceram pela ausência de candidatos, foi mantida.

Diretor da ECO vai à polícia contra seus alunos

Estudante que participou da ocupação na sala da direção é intimada a depor e sofre constrangimento pelo telefone

A crise da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ ultrapassou as esferas da universidade. Na manhã da última quinta-feira (8/9) a estudante Leila Leal recebeu um mandado de intimação, por escrito, para depor na 10ª Delegacia de Polícia (DP), em Botafogo, no próximo dia 13/9. A queixa partiu do diretor da unidade, José Amaral Argolo, que teve a sua sala ocupada no dia 15 de junho por cerca de 50 estudantes. Na ocasião, o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, assinou um documento criando uma comissão acadêmica para discutir o projeto pedagógico e o currículo novo da ECO, já que os estudantes afirmavam que o diretor não discutia o currículo com o corpo discente.

Sem o apoio da reitoria, dos estudantes e da coordenação de pós-graduação da unidade, José Argolo resolveu ir à polícia e fazer uma queixa formal alegando constrangimento ilegal. Entretanto, ao invés de indiciar os 50 alunos, o diretor da ECO denunciou apenas cinco: Laura Abrantes, Carolina Barreto e Leila Leal, integrantes do Centro Acadêmico de Comunicação (Caeco), além de Pedro Martins do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade e Fábio Savino.

No dia 5 de agosto os estudantes estiveram no gabinete da reitoria para comunicar ao chefe de gabinete do reitor, João Eduardo Fonseca, que Laura Abrantes recebera um telefonema informal, no dia anterior, convocando os cinco alunos a comparecerem à 10ª DP no mesmo horário do Conselho Universitário (Consuni) que discutiu a Escola de Comunicação. Os estudantes decidiram comparecer ao Consuni no dia 11 de agosto e nesta mesma sessão o colegiado aprovou uma moção condenando a atitude do diretor da ECO. Desde então, José Argolo avisou que não iria se pronunciar sobre o caso.

Policial faz ameaça pelo telefone

Na sessão solene do Consuni da última quinta-feira, Pedro Martins fez um comunicado público da intimação que Leila Leal recebeu na mesma data. Além do comunicado por escrito, a estudante ainda passou por um constrangimento: ela recebeu um telefonema no qual um policial ameaçou buscá-la com uma viatura caso ela não comparecesse à delegacia na data estabelecida.

De acordo com Pedro Martins, João Eduardo Fonseca se comprometeu em arcar com todas as despesas jurídicas dos estudantes relativas a este caso. Para o chefe de gabinete da reitoria, o ideal seria que José Argolo retirasse a queixa para "não transbordar as esferas da universidade". O procedimento investigatório foi iniciado no dia 20 de junho. Os estudantes agora correm contra o tempo para apresentar provas para que a investigação não se transforme em inquérito.

Reitoria diz que vai assumir defesa dos estudantes

O chefe de gabinete, João Eduardo Fonseca, informou que o reitor Aloisio Teixeira quer assumir política e institucionalmente a defesa dos estudantes contra a ação encaminhada pelo diretor da Escola de Comunicação. João Eduardo disse ao **Jornal da Adufrj** que a reitoria está estudando a melhor forma de encaminhar a defesa dos alunos.

Resenha

Brasil desigual

O Brasil é o quinto país mais desigual do mundo, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O país recebeu 14 citações no assunto desigualdade. Caso fosse considerada a renda dos 20% mais pobres, o Brasil ocuparia a 115ª posição que hoje pertence a Moldávia, cuja renda *per capita* é de US$ 1510. Pela pesquisa, no entanto, foi considera a renda de apenas 10% da população mais pobre, o que permitiu ao país aparecer com o IDH em 63° lugar entre os 177 países acompanhados pelo relatório. Segundo Kevin Watkins, principal autor do relatório, os 10% mais pobres do Brasil são mais pobres do que os seus equivalentes no Vietnã *(O Globo, 7/9).*

Pouco investimento

O relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também mostra que o governo brasileiro aplica apenas 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação. O valor é inferior aos países desenvolvidos que já têm um sistema educacional estável e necessitam de menor investimento. O ensino médio ainda não chega à metade dos estudantes no Brasil (apenas 9% dos jovens estão na universidade). O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2000 pelo Congresso, previa chegar a 7,5% do PIB em dez anos, mas o artigo foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso *(Estado de São Paulo, 8/9).*

Lula é contra as greves

O presidente Lula prepara um projeto de lei que visa regulamentar o direito de greve no serviço público. O governo está negociando o texto do projeto com representantes de entidades sindicais. Entretanto, ciente de que as lideranças sindicais não vão aceitar todas as propostas, Lula não abre mão de incluir no projeto um dispositivo que lhe garanta o direito de "cortar o ponto" e, assim, descontar os dias parados do salário de quem fizer greve. O direito de greve no serviço público existe desde a Constituição de 1988 *(Valor Econômico, 7/9).*

Governo não cumpre compromisso

O governo recuou e manteve a alíquota de 27,5% da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para o ano que vem. A mensagem presidencial que informa que a alíquota de 27,5% não seria cobrada a partir de 1º de janeiro de 2006 foi considerada um equívoco. Em abril, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por votação simbólica, o projeto de lei de conversão da MP 232/04 somente com a correção de 10% dos valores da tabela do IRPF. Mas o governo retirou a MP. As centrais sindicais cobraram a correção da tabela de IR pois o governo teria que cumprir o compromisso assumido em 2004 *(Diário Vermelho, 9/9).*

Movimento

Greve nacional do Andes-SN já tem a adesão de 21 universidades

A campanha salarial dos docentes das universidades públicas federais se intensificou na última semana com a participação de 21 seções sindicais na greve nacional do Andes-SN. Os eixos da greve são a valorização do trabalho docente, a incorporação das gratificações e a compreensão de que a Educação é um direito de todos e não pode ser transformada em mercadoria. Na última semana, aderiram à greve nacional as universidades federais do Ceará, Piauí, Pelotas, Santa Maria, Uberlândia, São Carlos e UnB. Na avaliação do Comando Nacional de Greve do Sindicato, esta é uma dimensão muito forte do movimento que ressalta a diferença dos projetos de universidade e se contrapõe ao que o governo federal vem implementando como política educacional, particularmente, por meio da sua Reforma da Educação Superior.

Para o CNG, algumas tarefas apresentam-se como urgentes, entre elas a busca de interlocutores da parte do Executivo e do Congresso. Na última reunião do Comando, em Brasília, foi encaminhada a solicitação de audiência com o Ministro da Educação para que se inicie a discussão sobre a pauta da greve. Outro encaminhamento do Comando foi a identificação junto ao SINASEFE dos pontos comuns na pauta de reivindicações dos dois sindicatos.

De acordo com o Comunicado 4 do CNG (6/9), muitas seções sindicais organizarão atos nas capitais, com apoio das regionais do Andes-SN, e um grande ato nacional em Brasília, com caravanas de docentes de vários estados.

Avaliação da 'proposta' do MEC

No último dia 6 de setembro, um acontecimento mobilizou os docentes nas seções sindicais e no Comando de Greve: a notícia de que o MEC apresentara documento *"ratificando a proposta"*, o que foi avaliado como uma tentativa do governo de sugerir a existência de um processo negocial entre o ministério e o Sindicato Nacional.

Informada da existência de documento originado do MEC, a diretoria do Andes-SN, imediatamente, buscou informações junto ao presidente da associação dos reitores (Andifes), Osvaldo Baptista, e ao Secretário da Secretaria de Ensino Superior, Nelson Maculan, posto que a entidade representativa dos docentes não recebera nenhum ofício do MEC. Em resposta a esta solicitação, ambos informaram que o MEC realmente encaminhara um ofício, datado do dia 5 de setembro, via *e-mail*, às entidades componentes do GT-MEC (que trata da incorporação da Gratificação de Estímulo à Docência).

Diante do registro de que a direção do Sindicato não havia recebido o tal ofício, Nelson Maculan solicitou esclarecimentos à Coordenadora Geral de Gestão de Pessoal, Maria do Socorro Mendes Gomes, a qual ratificou o envio a todas as entidades, no dia 5. Maria do Socorro informou que o endereço eletrônico para o qual fora encaminhado o e-mail para o sindicato, foi o de sua presidente, Marina Barbosa. O curioso é que todas as mensagens oficiais do Ministério deveriam ser encaminhadas para a caixa eletrônica da secretaria do Andes-SN e não para a da professora, em particular.

Na análise do CNG, cabe indagar porque o MEC utilizou um e-mail que não é o credenciado pelo Andes-SN, para o envio do ofício que *"ratifica"* uma proposta que, efetivamente, não fez na reunião na última reunião do GT MEC.

Também foi questionado porque o MEC tem insistido na instância do GT-MEC (ANDES, ANDIFES, SBPC e PROIFES) como canal de negociação da campanha salarial, quando os docentes em greve já constituíram um Comando Nacional de Greve e, portanto, somente este e o Andes/SN se constituem nos únicos autorizados, pela categoria, a negociar com o Ministério da Educação.

Na avaliação do Comando, a 'proposta' do MEC não contempla as reivindicações do Movimento Docente e remete para 2006, qualquer perspectiva de discussão (*incorporação da GAE*) ou recomposição salarial (*aumento sobre titulação*). Outro questionamento do Comando é o fato de a carreira docente ter que ser compreendida em sua totalidade, e seus desdobramentos devem contemplar as propostas indicadas em colaboração com o SINASEFE, não cabendo, portanto, aceitar a transformação do atual GT em um GT-Carreira.

Para o CNG, é necessário registrar que o MEC, há mais de um ano, unilateralmente, suspendeu a Mesa Setorial de Negociação Permanente e, até o momento, não estabeleceu um canal de negociações com o próprio Comando. "Desta forma, parecenos, claramente, que os procedimentos e propostas do MEC pretendem confundir e desmobilizar os professores, não somente desrespeitando sua instância representativa, mas também a sua pauta de reivindicações", diz um dos trechos finais da avaliação do Comunicado 4 do CNG.

O eixo de luta da greve dos docentes das federais

Valorização do trabalho docente e em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada, contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES, expresso na pauta abaixo:

Pauta de reivindicações

1. Reajuste de 18% como parte de recomposição salarial;
2. Incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;
3. Retomada dos anuênios;
4. Implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;
5. Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN;
6. Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

QUADRO DA GREVE DOS DOCENTES DAS IFES Adaptado e Atualizado no dia 07/09/05

	SEÇÃO SINDICAL	SITUAÇÃO
01	**ADUFAC – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. do Acre**	**Em greve desde o dia 15/08**
02	**ADUA – Seção Sind. Doc. Univ. do Amazonas**	**Em greve desde o dia 30/08**
03	**ADUFPA – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. do Pará**	**Em greve desde o dia 23/08**
04	**APRUMA – Seção Sind. Doc. Univ Fed.. Maranhão**	**Em greve desde o dia 30/8**
05	**SESDUFT – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Tocantins**	**Em greve desde o dia 30/8**
06	**ADUFMAT – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Mato Grosso**	**Em greve desde o dia 30/08**
07	**ADUFMAT-ROO – Seção Sind. Rondonópolis**	**Em greve desde o dia 17/08**
08	**SINDCEFET-MG – Seção Sind. Doc. do CEFET-MG**	**Em greve desde o dia 30/8**
09	**ASPUV – Seção Sind. Profs. Univ. Fed. de Viçosa**	**Em greve desde o dia 29/8**
10	**ADUFLA – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Lavras**	**Em greve desde o dia 29/08**
11	**ADUFF – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Fluminense**	**Em greve desde o dia 30/08**
12	**APUFSC – Seção Sind. Univ. Fed. Santa Catarina**	**Em greve desde o dia 30/8**
13	**SESDUF-RR – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Roraima**	**Em greve a partir de 01.09**
14	**ADOURADOS – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Mato Grosso–Campus Dourados**	**Em greve a partir de 05/09**
15	**ADUFC – Seção Sind. Univ. Fed. Ceará**	**Em greve a partir de 05/09**
16	**ADUFPI – Associação Doc. Univ. Fed. Piauí**	**Em greve a partir de 05/09**
17	**ADUFPel – Seção Sind. Univ. Fed. Pelotas**	**Em greve a partir de 05/09**
18	**SEDUFSM – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Santa Maria**	**Em greve a partir de 05/09**
19	**ADUFU – Seção Sind. Univ. Fed. Uberlândia**	**Em greve a partir de 06/09**
20	**ADUFSCar – Seção Sind. Univ. Fed. São Carlos**	**Em greve a partir de 06/09**
21	**ADUnB – Seção Sind. Univ. de Brasília**	**Em greve a partir de 06/09**
22	SINDUFAP-SEÇÃO SINDICAL – Seção Sind. Amapá	Indicativo de greve p/ 12/09
23	ADUFOP – Seção Sind. Univ. Fed. Ouro Preto	Indicativo de greve p/ 12.09
24	APUBH – Seção Sind. Univ. Fed. de Minas Gerais	Indicativo de greve p/ 12/09
25	ADUFPB - Seção Sind. Univ. Fed. Paraíba	Indicativo de greve para 14/9
26	ADUFERPE – Seção Sind. Univ. Fed. Rural de Pernambuco	Indicativo de greve sem data
27	ADURN – Seção Sind. Doc. da UFRN	Indicativo de greve sem data
28	ADUFCG – Seção Sind. Univ. Fed. Campina Grande	Indicativo de greve sem data
29	APUB – Seção Sind. Prof. Universitários da Bahia	Indicativo de greve sem data
30	ADUFG – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Goiás	Indicativo de greve sem data
31	ADCAC – Seção Sind. Doc. Campus de Catalão – UFG	Indicativo de greve sem data
32	APES-JF – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Juiz de Fora	Indicativo de greve sem data
33	APROEFEI – Seção Sind. Doc. Esc. Fed. Eng. Itajubá	Indicativo de greve sem data
34	SINDCEFETOuro Preto – Seção Sind. Doc. CEFET Ouro Preto	Indicativo de greve sem data
35	SINDEFOA – Seção Sind. Doc. Esc. Farmácia e Odont. Alfenas	Indicativo de greve sem data
36	ADFUNREI – Assoc. Doc. Fund. Ensino Sup. São João Del Rey	Indicativo de greve sem data
37	ADUR-RJ – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Rural Rio de Janeiro	Indicativo de greve sem data
38	ADCEFET-RJ – Seção Sind. Doc. Centro Fed. Educ. Tecnológica	Indicativo de greve sem data
39	ADUC – Seção Sind. Doc. Universitários Cajazeiras	Indicativo de greve sem data
40	ADUNIR – Seção Sind. Doc. Fund. Univ. Fed. Rondônia	Indicativo de greve 2º semestre letivo
41	ADUFEPE – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Pernambuco	Aprovado o indicativo para não s iniciar o 2º semestre letivo
42	ADFCAP – Seção Sind. Doc. Fac. C. Agrárias Pará	Não aderir à greve até a conclusão do 1º período letivo, previsto para 4/10
43	SINDOCEFET-PR – Seção Sind. Doc. CEFET-PR	Indicativo de greve 03/10 Em recesso.
44	APUFPR – Seção Sind. Profs. Univ. Fed. Paraná	Retirada do indicativo de greve
45	APROFURG – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Rio Grande	Retirado o indicativo de greve
46	SINDFAFEID – Seção Sind. Doc. da FAFEIDiamantina	Contra a greve
47	ADUFRGS – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Rio Grande do Sul	Contra a greve
48	ADUFS – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Sergipe	Em recesso até 10/10. Próxima AG deliberará sobre entrada em greve
49	ADUFAL – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Alagoas	AG sem quorum Recesso de 04 a 18/09.
50	SINDCEFET-GO – Seção Sind. Docentes CEFET-GO.	AG sem quorum
51	ADFMTM – Seção Sind. Doc. Fac. Med. Triângulo Mineiro	AG sem quorum
52	ADUNIRIO – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Estado do Rio de Janeiro	AG sem quorum
53	ADUFES – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Espírito Santo.	Sem deliberação sobre greve
54	ADUNIFESP – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. São Paulo	Sem deliberação sobre greve
55	ADUFRJ – Seção Sind. Doc. Univ. Fed. Rio de Janeiro	Sem deliberação sobre greve
56	ASDESAM –Seção Sind. Docentes ESAMossoró	Sem discussão
57	ADUFPB Patos Seção Sind. Doc. UFPb Patos	Sem discussão
58	ADCAJ – Seção Sind. Doc. Campus Avançado Jataí	Sem discussão
59	ADUFMS – Seção Sind. Mato Grosso Sul	Sem discussão
60	SINDOCEFET-PI SEÇÃO SINDICAL – Seção Sind. Doc. CEFET- Piauí	Sem informação
61	ADAFA – Seção Sind. Doc. Academia de Força Aérea	Sem informação

As greves nas Federais

Há 23 anos, os professores das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil realizavam a primeira greve da categoria. De lá para cá, já ocorreram treze paralisações do setor. O maior ganho social dessas greves, sem dúvida, tem sido a manutenção da universidade pública. Vale a pena destacar os direitos e as vitórias conquistadas ao longo da história do Movimento Docente.

Ano	Período	Atores envolvidos	Principais reivindicações	Resultado
1980	26 dias (16/11 a 11/12)	Professores de 19 Universidades Autárquicas e 7 Escolas Isoladas	Reajuste de 48% retroativo à março; envio ao Congresso do anteprojeto de Carreira do Magistério; revogação da lei que determinava a nomeação de reitores pelo Presidente da República; 12% do orçamento da União para a educação.	Aprovação de decreto estabelecendo novo plano de carreira do magistério superior das IFES Autárquicas e reenquadramento dos docentes; reajuste de 35% para janeiro de 81 e 35% cumulativos em abril, resultando em 82,25% de aumento para os servidores
1981	20 dias (11/11 a 01/12)	Professores de 19 Universidades Autárquicas e 5 Escolas Isoladas	Reposição de 45% retroativo a março; enquadramento dos professores colaboradores admitidos após 31/12/79; eliminação de distorções na Carreira do Magistério; 12% do orçamento da União para a educação.	Absorção dos colaboradores; reposição de 30% a partir de 01/01/82; recuo do governo federal em transformar as Universidades Autárquicas em Fundações.
1982	32 dias (18/11 a 20/12)	Professores de 19 Universidades Autárquicas e 3 Escolas Isoladas. Adesão dos técnicos-administrativos em 29/11. Pela primeira vez, ANDES e FASUBRA apóiam o movimento das categorias.	Reposição de 23,8%; aposentadoria integral; direitos iguais para estatutários e celetistas; correção de distorções no enquadramento de docentes na Carreira do Magistério; reestruturação da Universidade com base na proposta da ANDES.	Recuo do governo na implantação do ensino pago nas IFES e na transformação das Universidades Autárquicas em Fundações; derrota nas reivindicações salariais.
1984	84 dias (15/05 a 07/08)	Professores de 19 Universidades Autárquicas e 8 Escolas Isoladas. Adesão dos técnicos-administrativos.	Reposição de 64,8% retroativo a janeiro; 13º para estatutários e qüinqüênios para celetistas; piso de 3 mínimos para servidores; verbas para financiamento das IES.	Suspensão da greve com o corte dos salários em 01/08; formação de uma "Comissão de Alto Nível" no Congresso para reabrir negociações revertendo as punições; não houve conquistas salariais mas a consolidação da ANDES naquela que fora, até então, a greve mais longa e de maior confronto entre docentes e governo.
1985	45 dias (10/08 a 23/09)	Professores de 16 Universidades Fundações	Reposição de 38,5%; aposentadoria integral; adicional de DE acima de 50%; 5% de produtividade; adicional de 5% a cada qüinqüênio; verbas de OCC para as IES Fundacionais (954 bilhões de cruzeiros).	Reajuste de 75,06% a partir de setembro; liberação de 60 bilhões de cruzeiros para as IFES; promessa de criação de um Plano de Cargos e Salários que garantisse isonomia entre Fundações e Autarquias, descumprido pelo MEC devido à diferença de regimes jurídicos.
1987	44 dias (25/03 a 07/05)	Professores de 45 IFES, incluindo autarquias e fundações.	Defesa do ensino público e gratuito; carreira única para docentes das IFES; isonomia salarial plena aos docentes de autarquias e fundações; aposentadoria integral; revogação de decreto proibindo a contratação de pessoal; verbas de OCC (14,5 bilhões de cruzados) para retornar aos índices de 1973 e mais 5,8 bilhões para retornar o pleno funcionamento das IFES.	O Congresso aprova lei criando o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos, regulamentada por decreto presidencial em 23/07/87, com nova tabela salarial com efeito retroativo a abril.
1989	66 dias (08/05 a 13/07)	Professores de 42 IFES; estudantes; técnicos-administrativos (em 02/05)	Verbas de OCC/OG em 27,8% assegurados por recursos do Tesouro; revogação de decreto proibindo contratações e imediata abertura de concurso; reposição de 34,9%; anuênio de 1% em substituição ao qüinqüênio; incorporação da gratificação de nível superior aos salários, estendendo-a às IES Fundacionais; aposentado-ria integral.	Liberação de 60 milhões de cruzados novos; alteração no plano de carreira dos docentes, aumentando de 40 para 50% o incentivo de DE sobre o salário base; para os docentes de 1 º e 2 º graus das IFES o percentual passa de 25 para 30%; a progressão horizontal, de um nível para outro passa de 4 para 5%; o governo autoriza contração de 760 docentes e 1340 técnico-administrativos para as IFES e reconhece o direito à aposentadoria integral.
1991	107 dias (05/06 a 20/09)	Professores de 45 IFES e técnicos-administrativos	Reposição de 144,38%; incorporação de perdas salariais nos planos "Bresser", "Verão" e "Collor" (640,39%); abertura de concurso e expansão do quadro de pessoal com imediata contratação; escolha direta e democrática de dirigentes das IFES; repasse para a ANDES-SN das contribuições dos docentes, conforme a Constituição.	Rejeição da medida provisória que excluía docentes e técnicos dos reajustes do governo; reajuste geral de 20%; correção da tabela dos vencimentos dos docentes; aumento do valor das gratificações por títulos; implantação da gratificação para especialização; aumento da gratificação de DE de 50 para 55%.
1993	31 dias (13/05 a 14/06)	Primeira greve unificada dos SPF's, com apoio dos estudantes.	Pauta unificada: definição de uma política salarial com reajustes mensais mediante a inflação; unificação dos percentuais das gratificações pelo maior valor e incorporação aos salários; pagamento de perdas salariais; extensão das gratificações por titulação a todos os SPF's; anistia para todos os servidores punidos em greves.	Anistia aos servidores punidos em greves anteriores; reajuste salarial escalonado de 85%; aprovação de uma política salarial vinculada à receita líquida até junho/94, quando outra seria definida; elevação da GAE escalonada; os SPF's abandonam a greve em 03/06, enquanto os docentes tentam manter o movimento por discordarem das medidas do governo, mas não conseguem por mais de 11 dias.
1994	50 dias (19/04 a 08/06)	Professores de 38 IFES, técnicos-administrativos e demais SPF's.	Pauta específica das IFES: reposição de perdas salariais em planos econômicos; definição do Plano Nacional de Capacitação Docente e do Projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IFES públicas e privadas.	Nenhum ganho econômico; STF decide que SPF's têm direito à greve, desde que regulamentada pelo Congresso; o governo ameaça com corte de pontos e inquéritos administrativos que poderiam levar a demissões.
1998	104 dias (31/03 a 13/07)	Professores de 51 IFES, técnicos-administrativos, com apoio de estudantes.	Reajuste de 48,65%; recomposição do quadro de docentes das IFES; ampliação de vagas e abertura de concursos para docentes; retirada do PIB.	Mesmo após greve de fome de 14 docentes, não houve nenhuma conquista referente aos itens da pauta; o governo não abriu mão de seu projeto excludente e privatizante; substituiu o PIB pela GED, que tem em comum as mesmas características; nada foi concedido aos professores de 1 º e 2 º graus e aposentados;
2000	87 dias (24/05 a 18/08)	Professores de 31 IFES e servidores, com apoio de alunos e servidores públicos	Pauta unificada dos servidores: reposição de 64% e investimento para serviço público federal	Barrar o projeto de autonomia do MEC e barrar o envio ao Congresso Nacional do projeto de emprego público do Governo Federal
2001	108 dias (22/08 a 07/12)	Professores de 54 IFES, técnicos-administrativos e estudantes	Reajuste de 75,58%, manutenção do Regime Jurídico Único, abertura de oito mil vagas, incorporação das gratificações	Abertura de duas mil vagas, equiparação da GID à GED, manutenção do RJU, reajuste salarial variando entre 8 e 15%.

Colegiados

Consuni comemora 85 anos da UFRJ

Sessão solene em homenagem ao aniversário foi realizada no salão Pedro Calmon

Vencer a fragmentação interna e demonstrar para a sociedade a importância da universidade. Esses são os principais desafios que a comunidade acadêmica da UFRJ tem pela frente, de acordo com o reitor Aloisio Teixeira. As conclusões do dirigente foram proferidas durante sessão solene do Conselho Universitário, no dia 8 de setembro, no salão Pedro Calmon (*campus* da Praia Vermelha), em homenagem aos 85 anos da instituição, completados na véspera.

Para Aloisio, o fenômeno da fragmentação da enorme e espalhada UFRJ não vai se extinguir com uma mera decisão administrativa do reitor ou com uma resolução determinada pelo Consuni. Será necessária a criação de uma nova cultura de aproximação entre as unidades. "A geração de conhecimento novo não pode se dar mais pelas 'caixinhas fechadas'", disse.

Fora dos limites da UFRJ, o reitor acredita que a maior dificuldade decorre de uma visão equivocada de seguidos governos sobre a educação superior. Como o orçamento tem sido insuficiente ao longo dos tempos para o pleno funcionamento das universidades, Aloisio defende uma "ofensiva" para demonstrar à sociedade a importância destas instituições. O dirigente pensa que nenhum governo conseguirá se opor às solicitações de verba e concursos públicos para as universidades, quando a população entender o papel estratégico desempenhado por elas no desenvolvimento do país. "Daqui a 85 anos, a UFRJ estará aqui nesse salão comemorando mais um aniversário e esperamos que esses problemas tenham sido definitivamente superados", completou.

Orgulhos da UFRJ

Durante a sessão solene, o reitor não falou apenas dos desafios da universidade. Ele destacou o primeiro lugar da UFRJ no ensino de graduação entre todas as instituições de ensino superior e a relevante posição alcançada na pesquisa científica do país. "Também temos orgulho de nossos programas de extensão, embora ache que ainda estejamos devendo nessa área", afirmou.

Aloisio também apontou a pluralidade dentro da UFRJ como sua maior riqueza: "O nosso maior bem são as contradições. Se não respeitarmos isso, não constituiremos uma universidade", comentou.

Fotos Kelvin Melo

O REITOR ALOISIO TEIXEIRA COMENTA OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE

ANTES DA SESSÃO SOLENE, CONSELHEIROS ACOMPANHAM RECITAL DE VIOLÕES COORDENADO PELO PROFESSOR BARTOLOMEU WIESE FILHO

Professores recuperam história da UFRJ

Antes do reitor, os professores Maria de Lourdes Fávero e Luiz Antônio Cunha tiveram a oportunidade de recuperar a história da UFRJ diante dos conselheiros e da platéia que compareceu em bom número ao Salão Pedro Calmon.

Aposentada da Faculdade de Educação, Maria de Lourdes Fávero fez questão de rejeitar uma curiosa história apontada por muitos como o motivo de fundação da então Universidade do Rio de Janeiro: a exigência imediata de existir uma instituição que pudesse outorgar o título acadêmico de Doutor *Honoris Causa* ao rei Alberto, da Bélgica, de passagem pelo Brasil. O decreto presidencial 14.343, de 7 de setembro de 1920, juntou a Faculdade Nacional de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina como "embrião" da atual UFRJ. "Pesquisei as atas das reuniões dessas três unidades e do Conselho Universitário (da instituição recém-criada) e não aparece referência alguma a essa concessão de título", afirmou a professora.

Segundo Maria de Lourdes, a fundação da UFRJ vem para responder a uma necessidade histórica do momento. É nesse mesmo período, de acordo com a professora, que surgem universidades no Amazonas, São Paulo e Paraná, só que em âmbito estadual e de curta existência. A palestrante ainda discorreu brevemente sobre a história da UFRJ até a reforma universitária de 1968.

Reforma do regimento à vista

O professor Luiz Antônio Cunha, também da Faculdade de Educação, foi o primeiro a comentar a fragmentação da UFRJ, depois mencionada pelo reitor. Segundo ele, no fim da década de 60, a desconexão era tão grande que o estatuto da época criou a figura dos "centros" para fazer uma espécie de "amarração" administrativa das diversas unidades. "E os centros, ao meu ver, até hoje têm esse papel coesivo", disse.

Segundo ele, porém, a fragmentação ainda é evidente e novos dispositivos precisam ser criados para ampliar esses vínculos. Nesse sentido, anunciou que a Comissão de Legislação e Normas do Consuni terminou uma proposta de atualização do regimento da universidade, datado do regime militar. Para aplauso da platéia, o professor observou que o texto será apresentado na próxima sessão do colegiado (provavelmente em 22/9).

Manifestação dos conselheiros

A estudante Fernanda Lima leu uma carta preparada pela Associação de Pós-graduandos da UFRJ em que se aponta o problema financeiro da instituição. De acordo com o documento, as dificuldades dão mais importância ainda à resistência da Universidade. "E nestes 85 anos devemos reforçar a defesa da UFRJ e das universidades públicas como ferramentas para o desenvolvimento soberano do país", diz um trecho.

Chantal Russi, pelos técnico-administrativos, saudou os três segmentos que compõem a comunidade acadêmica da UFRJ e fez a defesa da autonomia universitária, acompanhada de gestão democrática.

Representante dos docentes eméritos, Edwaldo Cafezeiro leu o poema "A Flor e a Náusea", de Carlos Drummond de Andrande, em que uma rosa nasce em plena rua de uma cidade grande. O professor comparou a flor à universidade, que também precisa enfrentar "o tédio, o nojo e o ódio", conforme o verso final da obra.

O conselheiro discente Pedro Martins observou que os estudantes continuarão lutando por um ensino público, gratuito e de qualidade. Pedro divulgou, ainda, que cinco alunos (ele inclusive) foram citados em processo movido pela diretoria da Escola de Comunicação e, por conta disso, precisarão de advogado. Como essa situação implicará em elevado custo, o estudante anunciou que passaria um "Livro de Ouro" para arrecadar recursos entre os conselheiros.

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA E O CONSELHO DE REPRESENTANTES, BIÊNIO 2005-2007

Nos dias 13, 14 e 15 de setembro, os professores vão eleger a nova Diretoria e o novo Conselho de Representantes da Seção Sindical. É fundamental que todos compareçam às urnas para expressar seu voto!

Quem pode votar? Todos os professores da UFRJ sindicalizados à Adufrj-SSind até o dia 14/07/2005, ativos ou aposentados.

Onde votar? Os professores devem votar, preferencialmente, na Seção Eleitoral que abrange a sua unidade de origem, onde haverá uma listagem com os nomes dos professores daquela Seção. Os professores aposentados estão lotados na última unidade em que trabalharam. Mas todos os professores, ativos ou aposentados, podem votar em qualquer outra Seção Eleitoral – nesse caso será um "voto em separado". Veja no verso a tabela de Seções Eleitorais, com os respectivos lugares, unidades abrangidas e horários de funcionamento.

Como me identifico? Os professores devem apresentar aos mesários, antes de votar, um documento de identificação.

Atenção! Antes de colocar seu voto na urna verifique se há no verso a assinatura de pelo menos dois mesários.

Eleição para a diretoria da Adufrj-SSind é por CHAPA
VOTE em uma das chapas

Chapa 1
Pública, Autônoma e Participativa
Presidente - **José Simões**
1ª vice-presidente - **Vera Salim**
2ª vice-presidente - **Sara Granemann**
1º secretário - **Ricardo Kubrusly**
2º secretário - **Salatiel Menezes**
1º tesoureiro - **Raphael de Haro**
2º tesoureiro - **Fernando Marinho**

Chapa 2
Universidade Aberta
Presidente – **Fernando Amorim**
1º Vice-Presidente – **João Torres de Mello Neto**
2º Vice-Presdiente – **Bruno Costa**
1ª Secretária – **Maria Paula Araújo**
2º Secretário – **Fernando Santoro**
1º Tesoureiro – **Armando Alves de Oliveira**
2º tesoureiro - vago

Eleição para o Conselho de Representantes é por LISTA
VOTE em uma das listas de sua unidade

Instituto de Matemática
Lista 1: Luis Paulo Vieira Braga, Nelson Quilula Vasconcelos
Lista 2: Tatiana Roque

Instituto de Psicologia
Lista única: Fernanda Glória Bruno

Faculdade de Educação
Lista 1: Jailson Alves dos Santos, Roberto Leher
Lista 2: Marcio da Costa

Escola de Serviço Social
Lista única: Janete Luzia Leite, Lenise Lima Fernandes, Luis Acosta Acosta, Mavi Pacheco Rodrigues

Escola de Enfermagem Anna Nery
Lista única: Walcyr de O. Barros, Elen M. da S. Castelo Branco, Claudia Regina G. C. dos Santos, Liane Gack Ghelman

Escola de Educação Física e Desportos
Lista única: Leandro Nogueira Salgado Filho, Elizabeth Lugão

Escola Politécnica
Lista única: José Miguel Bendrao Saldanha, José Henrique Erthal Sanglard

COPPE
Lista única: Carlos Roberto Strauss Vieira

NESC
Lista única: Regina H. Simões Barbosa

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA E O CONSELHO DE REPRESENTANTES, BIÊNIO 2005-2007

VEJA AQUI ONDE VOTAR!

Atenção para os dias e horários em que as Seções Eleitorais funcionarão.

Seção Eleitoral	Local de votação	Unidades agrupadas	Terça-feira (13/9)	Quarta-feira (14/9)	Quinta-feira (15/9)
01 - Praia Vermelha 1 PV-1	ESS	Inst. Psicologia ESS Inst. Psiquiatria Inst. Neurologia Inst. de Economia FACC	9 às 13h e 17:30 às 20:30	9 às 13h e 17:30 às 20:30	9 às 13h e e 17:30 às 20:30
02 - Praia Vermelha 2 PV-2	Corredor de entrada da Fac. Educação pé da escada	Fac. Educação ECO	9 às19h	9 às19h	9 às19h
03 - IFCS	Hall de entrada IFCS	IFCS Fac. Direito Música		10 às 13h e 17:30 às 20:30	10 às 13h e 17:30 às 20:30
04 - Museu	Hall de entrada Museu	Museu Nacional Observatório do Valongo	13 às 14h	13 às 14h	13 às 14h
05 - Anna Nery	Hall do Pavilhão de Aulas	Escola de Enfermagem		8 às 17h	12 às 17h
06 - CAp	Pátio Interno / sala dos professores	CAp	8 às 14h e 15 às 17h	8 às 13h e 14 às 17h	8 às 13h e 15 às 16h
07 - Reitoria	Hall do Prédio da Reitoria	Escola de Belas Artes IPPUR COPPEAD FAU	10 às 13h	10 às 13h	10 às 13h
08 - Letras	Hall de entrada da Fac. Letras	Faculdade de Letras	9 às16h	9 às16h	9 às16h
09 - CT-1	Em frente ao bloco D (térreo)	Escola Politécnica (Civel e Naval) COPPE (Cível, Oceânica, Energia, Química) Escola de Química	9:30 às 13:30 e 15:30 às17:30	8:30 às 17:30	9:30 às 13:30 e 15:30 às17:30
10 - CT- 2 CCMN-1	Burguesão	Escola Politécnica (demais áreas) COPPE (demais áreas) Int. de Macromoléculas	11 às 15h	11 às 15h	11 às 15h
11 - CCMN-2	Hall do Bloco A do CT	Inst. Matemática Inst. de Física Inst. de Química Inst. de Geociências NCE	9:30 às 13:30 15:30 às 17:30	9:30 às 13:30 15:30 às 17:30	9:30 às 13:30 15:30 às 17:30
12 - EEFD	Corredor da Piscina	EEFD	9:30 às 12:30 17:00 às 20:30	9:30 às 12:30 17:00 às 20:30	9:30 às 12:30 17:00 às 20:30
13 - CCS-1	Bloco A (térreo) do CCS	Inst. de Biologia NUTES Faculdade de Farmácia	10 às 16h	10 às 16h	10 às 16h
14 - CCS-2	Bloco H (térreo) do CCS	ICB Inst. de Microbiologia Inst. de Nutrição Inst. de Biofísica NPPN	10 às 16h	10 às 16h	10 às 16h
15 - HUCCF	Subsolo do HUCCF (Hall dos elevadores)	Faculdade de Medicina Inst. de Ginecologia Inst. de Doenças do Tórax IPPMG Odontologia	7:30 às 14h	7:30 às 14h	7:30 às 14h
16 NESC	Hall de entrada	NESC	10 às 13h	10 às 13h	10 às 13h

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA E O CONSELHO DE REPRESENTANTES, BIÊNIO 2005-2007

COMISSÃO ELEITORAL ADUFRJ-SSIND

RESOLUÇÃO 01

NORMAS PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES ADUFRJ-SSIND BIÊNIO 2005-2007 - Complementação do Regimento da Eleição da Adurj-SSind

1. DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO ELEITORAL

1.1. As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

1.2. Os relatórios das reuniões da Comissão Eleitoral, com a assinatura dos presentes, estarão disponíveis na Secretaria da Adufrj-SSind até 5 dias após cada reunião.

1.3. Cada chapa concorrente indicará, mediante documento assinado pelo candidato a presidente, um representante autorizado a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a Comissão Eleitoral. No referido documento, deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a COMISSÃO ELEITORAL e o representante autorizado pela chapa. A partir do dia 9 de setembro de 2005 toda e qualquer comunicação da Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind se dará por meio de contato com os representantes nomeados pelas chapas;

1.4. Estará disponível aos representantes das chapas concorrentes, na secretaria da Adufrj-Ssind, a partir do dia 09 de setembro, a lista de sindicalizados aptos a votar. Cópia eletrônica da lista poderá ser solicitada pelos representantes das chapas concorrentes.

1.5. A Comissão Eleitoral divulgará aos representantes das chapas concorrentes, até o dia 09 de setembro, a relação das Seções Eleitorais, com respectivos locais e horários de funcionamento dos turnos de votação. A relação será divulgada aos eleitores pelo Boletim da Adufrj-SSind.

2. DAS SEÇÕES ELEITORAIS

2.1. Em cada Seção Eleitoral haverá uma Mesa Receptora composta por um (1) Responsável pela Seção e dois Mesários, docentes sindicalizados ao Andes-SN, indicados pela Comissão Eleitoral.

2.2. Além do disposto no Art. 19 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, em cada Mesa Receptora deverá constar uma cópia do conjunto de Normas estabelecidas pela Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind, uma cópia do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, uma cópia do Regimento Geral da Adufrj-SSind, uma cópia das Orientações aos Mesários e a Relação de fiscais credenciados por cada chapa concorrente.

2.3. No início de cada turno de votação, o lacre da urna deverá ser retirado no próprio local da votação, com a presença do responsável pela Seção Eleitoral, dos respectivos Mesários e de um fiscal de cada chapa concorrente. Cinco (5) minutos após o horário estipulado para abertura do turno da Seção Eleitoral não será necessária a presença dos fiscais para proceder à abertura do lacre.

2.4. Ao final de cada turno de votação, a urna deverá ser lacrada no próprio local de votação, com a presença do responsável pela Seção Eleitoral, dos respectivos Mesários e de um fiscal de cada chapa concorrente. Cinco (5) minutos após o horário estipulado para fechamento do turno da Seção Eleitoral não será necessária a presença dos fiscais para proceder o fechamento do lacre.

3. DA VOTAÇÃO

3.1. Durante o período de votação só poderão permanecer junto à Mesa Receptora, além do Responsável pela Seção e dos Mesários, no máximo, um (1) fiscal de cada chapa concorrente, um (1) fiscal de cada lista concorrente ao Conselho de Representantes e o eleitor durante o tempo necessário ao ato de votar;

3.2. Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada por pelos menos dois (2) integrantes da Mesa Receptora de votos da respectiva Seção Eleitoral;

3.3. Após o encerramento das eleições as urnas lacradas deverão ser entregues na sede da Adufrj-SSind, preferencialmente no mesmo dia e impreterívelmente até às 12:00 h do dia 16 de setembro.

4. DA PROPAGANDA E FISCALIZAÇÃO

4.1. É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SN, o Regimento Geral da Adufrj-SSind e o Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind;

4.2. É assegurado às chapas fiscalizarem os processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais. Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e apenas um fiscal para a mesa de apuração com seu respectivo suplente. A indicação do(s) fiscal(is) de apuração não poderá recair em integrantes da Comissão Eleitoral ou de Mesa Receptora;

4.3. As chapas indicarão para a Comissão Eleitoral, por meio de documento assinado pelo candidato à presidente, docentes sindicalizados Andes-SN para exercerem as funções de fiscais de votação e fiscais de apuração. A relação dos **fiscais de votação** deverá ser entregue à Comissão Eleitoral até as 12:00 h do dia 12 de setembro. A relação dos **fiscais de apuração** deverá ser entregues até as 12:00 h do dia 15 de setembro.

5. DA APURAÇÃO

5.1. A apuração dos votos iniciar-se-á no dia 16 de setembro de 2005 a partir das 14 h em local a ser divulgado pela Comissão Eleitoral. A Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind procederá a computação do resultado final da eleição imediatamente após a apuração dos votos, na presença de um fiscal de apuração de cada chapa.

Rio de Janeiro 09 de setembro de 2005
Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind

O Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind está disponível no Site www.adufrj.org.br

Eleições da Adufrj-SSind

13, 14 e 15 de setembro

Biênio 2005-2007

CHAPA 1 - PÚBLICA, AUTÔNOMA E PARTICIPATIVA

AGRADECEMOS O APOIO DE TODOS OS PROFESSORES!

Presidente - José Simões (Física)
1ª vice-presidente - Vera Salim (Coppe)
2ª vice-presidente - Sara Granemann (Serviço Social)
1º secretário - Ricardo Kubrusly (Matemática)
2º secretário - Salatiel Menezes (Biofísica)
1º tesoureiro - Raphael de Haro (Física)
2º tesoureiro - Fernando Marinho (Colégio de Aplicação)

Meu voto na Chapa 1 - Nenhuma política alternativa para a universidade pública será possível se não dermos prioridade à manutenção de espaços democráticos de ação coletiva. Assegurando a Adufrj-SSind como espaço público, autônomo e participativo, seguiremos plantando em solo fértil a educação do futuro.

Carlos Nelson Coutinho - Professor Titular da ESS/UFRJ

Precisamos de uma universidade que comprometa-se com a formulação democrática do futuro desejável: justo, criativo e verdadeiramente inteligente. Por esta razão e em defesa da universidade aberta, pública, gratuita e de qualidade, voto na **Chapa 1 - Pública, Autônoma e Participativa** para a Adufrj-SSind.

Ana Clara Torres Ribeiro - Professora Adjunta do IPPUR/UFRJ

A vitória da **Chapa 1 – Pública, Autônoma e Participativa** é uma garantia que os valores da solidariedade, do compromisso com o caráter público da universidade e da defesa da dignidade do trabalho docente - de ativos e aposentados - seguirão sendo perseguidos com determinação e democracia.

Roberto Leher - Educação

A defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade, bem como as justas reivindicações do magistério público requerem mais do que nunca a existência de um Movimento Docente que seja **autônomo** face a toda e qualquer instância de poder estabelecido e que seja **democrático** nas suas formas de organização e deliberação.

Miriam Limoeiro Cardoso - Professora aposentada, IFCS/UFRJ

Apoio a Chapa 1 - Pública, Autônoma e Participativa - pela defesa e a expansão da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, voltada para o desenvolvimento e a justiça social.

Eduardo Serra – Engenharia

Voto na chapa 1- Pública, Autônoma e Participativa - por uma Universidade popular - pública, gratuita, includente e de alta qualidade.

Zuleide Faria de Mello - IFCS

O DCE da UFRJ apóia a Chapa 1

Adilson Dias Sales - ICB
Alice Casimiro Lopes - Educação
Álvaro Alfredo Bragança Júnior - Letras
Alvaro da Costa Leitão - Biofisica
Ana Borralho - Medicina
Ana Canen - Educação
Ana Clara Torres Ribeiro - IPPUR
Ana Lucia Soutto Mayor - CAp
Ana Maria Monteiro - Educação
André Leonardo Chevitarese - IFCS
Andréa Pinheiro - CAp
Andréa Teixeira - ESS
Andréia Cristina L. Frazão da Silva - IFCS
Angela Alves da Fonseca - CAp
Ângela Beatriz Faria - Letras
Angela Hygino - ESS
Angela Maria Pineschi de Avila - Meteorologia
Anita Fiszon - CAp
Anita Handfas - Educação
Anita Leocádia Prestes - IFCS
Antonio Carlos Marques Alvim - Coppe
Antonio Carlos Moraes - Educação
Antonio Flavio Barbosa Moreira - Educação
Arthur Arruda Leal - Psicologia
Carla Holandino Quaresma - Farmácia
Carlos Frederico Loureiro - Educação
Carlos Montaño - ESS
Carlos Nelson Coutinho - ESS
Carmem Gadelha - ECO
Carmen Oliveira - CAp
Carolina Coelho Fortes - IFCS
Ceci Juruá - Economia
Celéia Machado - CAp
Celia Brito Teixeira Gama - CAp
Célia Lopes - Letras
Celia Maria Paiva - Meteorologia
Cerly Gatass - Biofísica
Cinda Gonda - Letras
Clara de Góes - IFCS
Claudia Alencar Santos Lage - Biofisica
Claudia Regina G. dos Santos - EEAN
Claudio Ávila - Medicina
Cláudio Borsntein - Coppe
Cláudio Marcio V. da Rocha - Letras
Cleusa Santos - ESS
Cristina Melo - Biofísica
Cristina Maria Douat Loyola – EEAN
Dagoberto S. de Moura - Meteorologia
Davis Ferreira - Microbiologia
Denise Pamplona - Museu
Denise Pires de Carvalho - Biofisica
Dircéia Machado Gonçalves - Educação/EBA
Diva Lúcia Gautério Conde - Educação
Eduardo Gonçalves Serra - Engenharia
Eduardo Granja Coutinho - ECO
Eduardo Mourão Vasconcelos - ESS
Edwaldo Cafezeiro - Letras
Elaine Gomes Quintana - Biofísica
Elen Castelo Branco - EEAN
Elenice Maria Correa - ICB
Eliana Amorim Moura - ESS
Elisabeth da Silva dos Passos - IFCS
Eronides da Silva LIma - Nutrição
Fábio Garcez - CAp
Fábio Lessa - IFCS
Fátima Grave - ESS
Fátima Vollú Brito - CAp
Fernando Portela Câmara - Microbiologia
Flávio Gomes - IFCS
Francisco Hardd Lourenço - Meteorologia
Francisco Martins de Souza - IFCS
Gabriela Lema Icassuriaga - ESS
Helena Gryner - Letras
Heloiza Costa Brambati - CAp
Henrique Innecco Longo - Engenharia
Humberto Peixoto Menezes - Letras
Ilma Rezende Soares - ESS
Inácio Domingos Neto - Biologia
Iris Rodrigues de Oliveira - Educação
Ivone Evangelista Cabral – EEAN
Jailson dos Santos - Educação
Janete Luzia Leite - ESS
Janice Caiafa - ECO
Jaques Gheiner - Matemática
José Garcia Ribeiro Abreu - ICB
José Henrique Erthal Sanglard - Engenharia
José Maria Gomez - ESS
José Miguel Bendrao Saldanha - Engenharia
José Paulo Netto - ESS
José Roberto da Rocha Bernardo - CAp
Júlio Buchmann - Meteorologia
Júlio Dalloz - Letras
Laura Amaral Mello - CAp
Leandro Nogueira - EEFD
Leila Escorsin - ESS
Leila Rodrigues da Silva - IFCS
Lenise Lima Fernandes - ESS
Letícia Legay - NESC
Lília Guimarães Pougy - ESS
Lúcia Helena Gazólis de Oliveira - CAp
Lucia Kubrusly Bornstein - Economia
Luis Acosta Acosta - ESS
Luis Paulo da Moita Lopes - Letras
Luis Paulo Vieira Braga - Matemática
Luiz Palladino - Letras
Maité Vaslin - Microbiologia
Marcelo Braz - ESS
Marcelo de Pádula - Farmácia
Marcelo Maciel Pereira - Inst. de Química
Marcelo Pereira Lima - IFCS
Marcia Capella - Biofisica
Marcia Serra Ferreira - Educação
Marcos Andrade - CAp
Marcos Varela - EBA
Margareth Maria Santiago Rego – EEAN
Maria Cecília Cardoso - CAp
Maria Cristina Rebello - Microbiologia
Maria da Conceição Pinto de Góes - IFCS
Maria da Graça Silva Vaz - Microbiologia
Maria da Soledade S. dos Santos - EEAN
Maria de Fátima S. Galvão - CAp
Maria de Lourdes Barreto S. Filha - EBA
Maria de Lourdes Xavier - CAp
Maria do Carmo Gavaglia - ICB
Maria do Socorro C. L. de Almeida - Letras
Maria Fátima Simões Novo - CAp
Maria Inês Bravo - ESS
Maria José Trindade Negrão - Letras
Maria Lídia Souza da Silveira - ESS
Maria Lucia Patitucci - Instituto de Química
Maria Lucia Pimentel - HU
Maria Luiza Braga - Letras
Maria Luiza Mesquita da Rocha - CAp
Maria Magdala V. de Araújo Silva - ESS
Maria Teresa Lopes da Cruz - CAp
Mariana Vilela - CAp
Mariangela de Sã Rerreira - CAp
Marilda Vilela Iamamoto - ESS
Marildo Menegat - ESS
Mariléia Venâncio Porfírio - ESS
Mario Ary Pires Neto - ICB
Mário César Rodriguez Vidal - Coppe
Mariusa Vieira Gomes - Letras
Mariuza Vieira - Letras
Marlene Carvalho - Educação
Marlise Vinagre - ESS
Maulori Cabral - Microbiologia
Mavi Pacheco Rodrigues - ESS
Militza Bakich Putziger - CAp
Milton Roedel Salles - Instituto de Química
Miriam Kaiuca - CAp
Miriam Limoeiro Cardoso - IFCS
Moacir Alcoforado Rebello - Microbiologia
Mônica Pereira dos Santos - Educação
Morgana T. L. Castelo Branco - ICB
Nelson A. de Souza e Silva - Medicina
Nelson Quilula - Matemática
Neyde Themel - IFCS
Norma Musco Mendes - IFCS
Olaf Malm - Biofísica
Osvaldo Luiz de Souza Silva - FAU
Patricia March - EBA
Paulo R. G. Bordoni - Matemática
Paulo R.R.Costa - NPPN
Pedro Benjamin Garcia - Educação
Philomena Gebran - IFCS
Raquel Goulart Barreto - Educação
Regina Helena Simões Barbosa - NESC
Regina Maria da Cunha Bustamante - IFCS
Regina Pugliese - CAp
Reinaldo Gonçalves - Economia
Ricardo de Ary Pires - ICB
Roberto Houaiss - FAU
Roberto Leher - Educação
Rogério Lustosa - ESS
Ronaldo Lima Lins - Letras
Ronaldo Souza Castro - Educação
Rosalina Maria Costa - CAp
Rosanne Evangelista Dias - CAp
Rozana Gomes de Abreu - CAp
Ruth Machado Barbosa - Psicologia
Sandra M.F.O. Azevedo - Biofisica
Sara Nigri Goldman - ESS
Selene Alves Maia - Matemática
Sérgio de Souza Brasil - Psicologia
Sheila Backx - ESS
Silvia Tereza Carvalho de Araújo – EEAN
Silvio de Almeida Carvalho Filho - IFCS
Simone de Alencastro Rodrigues - CAp
Suzana Ortiz - CAp
Tatiana G.Mariz - Letras
Tatiana Sampaio - Biologia
Teresa Cristina O. C. C. de Andrade - CAp
Tonia Costa - Educação
Vania Maria Rocha Gomes - CAp
Vânia Nunes Morgado - CAp
Vera Lucia Nunes de Oliveira - Letras
Vera Vergara - Educação
Virginia de Paula Collyer - CAp
Vivian M. Rumjaneck - Biofisica
Walcyr de Oliveira Barros - EEAN
Waldemir de Araujo Filho ("Ceará") - CAp
Wojciech Roman Drabik - Matemática
Yolanda Guerra - ESS
Yosie Yoneshida Valentin - Biologia
Zuleide Faria de Mello - IFCS
Zuleica Oliveira - ESS

Por que Universidade Aberta

Chapa 2 OPOSIÇÃO À ATUAL DIRETORIA DA ADUFRJ

Muitos professores, inconformados com o descompasso entre as últimas diretorias sindicais e os interesses do movimento docente, começaram a buscar alternativas de ação e comunicação que viabilizassem a convivência e a expressão direta de suas idéias e preocupações. Desta mobilização surgiram discussões, concretizadas na lista eletrônica Universidade Aberta, cujo nome retomamos em nossa chapa, tratando não apenas da distância entre a associação docente e os professores que esta deveria representar nos seus interesses profissionais e acadêmicos, mas também sobre o nosso papel na construção de uma universidade verdadeiramente pública.

Um diagnóstico que congregou nossas diferentes perspectivas num primeiro consenso foi o de que a nossa universidade pública estava fechada em demasia ao público: restrita no seu ingresso, elitista nas suas diretrizes educativas de ensino e pesquisa, corporativa na sua administração, ausente na extensão. Não era apenas a nossa associação que estava distante do corpo vivo dos professores e do seu movimento político. Também nós, professores, estávamos ficando cada vez mais distantes da sociedade e dos fins que efetivamente podem tornar nossa universidade aberta e pública; e não mais um teatro de reprodução das contradições e injustiças que fazem da sociedade brasileira uma sociedade tão desigual.

Começamos a perceber que a palavra de ordem em defesa da Universidade Pública tinha virado um jargão vazio, quando ocultava os diversos lugares em que o público tinha sido posto a serviço de interesses corporativos e privados. Quando privilégios tinham virado falaciosamente direitos. Quando greves perdiam o rumo de reivindicações por uma carreira decente para se transformarem em instrumentos de suporte ou desestabilização partidária. Quando até mesmo conselhos eram instrumentalizados para criar artificialmente situações de política sindical barradas por assembléias do movimento docente. Quando os espaços da universidade não são ocupados plenamente (em turnos noturnos, por exemplo) para ampliar o acesso aos seus serviços. Quando nossos alunos mais carentes não apenas enfrentam barreiras para entrar, mas ainda muito mais para se manter estudando. Quando não se tem uma política de licenciatura que integre a universidade aos demais níveis de educação, e a um programa para combater a carência educacional no ensino médio. Quando a pesquisa se encastela para suprir exigências quantitativas das agências de fomento e se dissocia da extensão. Cada um de nós pode lembrar de um exemplo para testemunhar o quanto nossa universidade ainda guarda de estamentação, hierarquia e privilégios medievais, e o quanto precisa mudar para merecer o adjetivo de pública.

Universidade Aberta é uma meta. Uma meta para construir uma Universidade que ouça a sociedade em seus anseios, carências e prioridades; que seja mais permeável ao seu ingresso; que seja mais integrada a um projeto nacional de educação em todos os níveis; e que seja plural e livre para o encontro e a geração de idéias.

Por que somos oposição:

1) Porque queremos por fim à esquizofrenia do atual movimento docente que transforma as seções sindicais em partidos políticos, adotando o pensamento único e a exclusão da maioria dos professores por não comungarem com a sua agenda sectária e corporativista.

2) Porque queremos que a ADUFRJ volte a discutir a problemática interna da UFRJ e se posicione como um instrumento de defesa da universidade pública. Atualmente a ADUFRJ atua como correia de transmissão do ANDES e sua agenda anacrônica.

3) Porque queremos reconstruir o tecido universitário promovendo a integração entre os múltiplos setores da categoria: Ativos, Inativos, Professores do Terceiro Grau e do Ensino Médio; e entre os vários segmentos da universidade: Departamentos, Institutos e Centros.

Nosso primeiro nível de responsabilidade no processo de mudanças da sociedade está em promover políticas internas que tomem como objeto principal a formulação de políticas públicas capazes de promover transformações profundas. Este processo precisa ser coletivo e institucional, não pode se limitar, como ocorre atualmente, à ação isolada e individual de alguns de nossos colegas, encastelados em nossa associação sindical, que se acha abandonada em grande parte pela indiferença e imobilismo de nossa categoria, desanimada que se encontra ao se deparar com uma direção sindical que precisa desse imobilismo como forma de sobrevivência política.

Queremos lembrar que não existem mudanças sem crises e lutas políticas. Porém, no bojo da crise que vivemos atualemte, marcada pelo denuncismo inquisitorial, ainda não surgiram propostas conseqüentes para transformar as estruturas políticas e sociais que a engendraram. E, provavelmente, só aparecerão formuladas pelos movimentos sociais, que ora se encontram perplexos e imobilizados. Como professores e pesquisadores, temos responsabilidade nestas transformações, sobretudo pelo que nos diz respeito diretamente: a Educação Pública – que acreditamos ser o melhor instrumento de formação e transformação ética, política e social.

Chapa 2 - Universidade Aberta

Presidente - Fernando Antonio Sampaio do Amorim - Engenharia Naval

Vice-Presidente - João Ramos Torres de Mello Neto – Física

Segundo Vice-Presidente - Bruno Costa - Matemática

Primeira Secretária - Maria Paula Nascimento Araújo - História

Segundo Secretário - Fernando Santoro - Filosofia

Primeiro Tesoureiro - Armando Alves de Oliveira - Educação Física

Movimento

Mais de 180 mil participaram do Grito dos Excluídos em todo o país

Nas principais cidades, protestos contra o governo marcam o Sete de Setembro

Protestos contra a corrupção marcaram o Sete de Setembro em todo o país. A maior manifestação ocorreu em Aparecida do Norte, São Paulo, onde cerca de 5.000 pessoas participaram diretamente dos protestos, em meio às cerca de 100 mil que passaram pela basílica de Nossa Senhora Aparecida.

A campanha de 2005 é o 11º ano de edição do "Grito dos Excluídos" que nasceu como um movimento que reconhece o protagonismo do povo sofrido, se manifesta nas ruas, opina, atua, persiste e acredita que tem nas mãos, a possibilidade de transformação da sociedade. Retomar o trabalho de base, discutir, definir com a população os principais problemas são os eixos centrais dos movimentos sociais que articulam o Grito, na construção de um Brasil mais justo e com maior igualdade econômica e social.

Um dos organizadores da manifestação, João Pedro Stédile, coordenador nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST), afirmou que a perplexidade do país diante da crise influenciou o Grito dos Excluídos. "O lado bom da crise é que ela vai ajudar a conscientizar as pessoas de que não basta votar e esperar. As verdadeiras mudanças só vão acontecer se houver mobilização da sociedade", disse.

O coordenador nacional do MST afirmou que a manutenção do modelo econômico do governo anterior é responsável pelo aumento da desigualdade social no país e por gerar mais excluídos.

E o movimento já tradicional do Grito dos Excluídos tem muita razão para existir. De acordo com dados da ONU divulgados na semana passada, a renda do brasileiro caiu mesmo com a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,790 para 0,792. Outro índice da ONU é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que mostra 10% dos brasileiros mais ricos com 46,9% da renda do país, enquanto os 5% mais pobres ficam com apenas 0,7%.

Nas capitais

Em São Paulo, a política econômica do governo Lula, e a corrupção, foram os principais alvos de críticas da edição do "Grito dos Excluídos". O bordão "Brasil sem exclusão, injustiça e "mensalão" foi anunciado em missa na Igreja da Sé, que iniciou o ato, e repetido na marcha e no encerramento no Monumento do Ipiranga, que reuniu cerca de 2.000 pessoas. Além de entidades católicas, participaram do ato o MST, movimentos indígenas e de moradia.

No Rio de Janeiro, a concentração se deu na esquina da avenida Presidente Vargas com a rua Uruguaiana. Para os que vieram de longe foi servido um almoço no final do ato na Ocupação Zumbi dos Palmares. Em Brasília, os participantes realizaram um ato ecumênico em frente à catedral da cidade. Para simbolizar a exclusão social no país, foram colocados pães e rosas vermelhas sobre uma bandeira do Brasil estendida no chão, ao lado de outra do MST. Segundo a Polícia Militar do Distrito Federal, 250 manifestantes participaram da mobilização contra a política econômica, a corrupção e a permanência de tropas brasileiras no Haiti. Mas, segundo os organizadores, o protesto reuniu aproximadamente 500 pessoas.

O lema nacional do Grito dos Excluídos deste ano foi "Brasil, em nossas mãos a mudança". O movimento é uma iniciativa da Campanha Jubileu Sul, Cáritas Brasileira, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Movimento Nacional dos Catadores e entidades sociais. A manifestação exigiu, entre outras reivindicações, o cumprimento da meta para a reforma agrária. Para cobrar do governo o assentamento de 115 mil famílias até o final do ano, como está previsto no Plano Nacional de Reforma Agrária, o MST quer promover em todo o país uma série de manifestações e ocupações nos próximos três meses.

O número de participantes do Grito nas principais capitais, de acordo com a organização do Grito dos Excluídos:

Maceió – 3 mil pessoas	**Brasília** – 250 pessoas	**Rio de Janeiro** – 2.500 pessoas
Manaus – 10 mil pessoas	**Cuiabá** – 2 mil pessoas	**Porto Alegre** – 1.700 pessoas
Salvador – 30 mil pessoas	**Belo Horizonte** – 3 mil pessoas	**Florianópolis** – 600 pessoas
Fortaleza – 15 mil pessoas	**Curitiba** – 600 pessoas	**São Paulo** – 114 mil pessoas (Aparecida, Capital e Campinas)

Fontes: JB, Folha de S. Paulo, O Globo e Diário Vermelho

Em defesa do orçamento da educação pública paulista

Continua o movimento em defesa de um orçamento maior para a educação pública de São Paulo, com destaque para as universidades (USP, Unicamp, Unesp). Pleiteia-se que 10% (em vez dos atuais 9,57%) da arrecadação de ICMS do estado sejam destinados às três instituições de ensino superior.

Como resultado da mobilização das entidades estudantis e sindicais, a Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) já havia aprovado a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 com o reivindicado aumento. No entanto, dias depois, o dispositivo foi vetado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Vigília e passeata

No dia 13/9 o Fórum das Seis, que congrega as entidades de docentes e funcionários técnico-administrativos das universidades, marcou uma vigília na Alesp. No local, haverá uma reunião dos líderes partidários com representantes dos reitores e do Fórum das Seis. O objetivo é pressionar os deputados a derrubar o veto do governador. No dia 14, ocorre uma passeata até a assembléia legislativa.

Fasubra em greve pela carreira

De acordo com o último informativo eletrônico da Fasubra disponível no dia do fechamento desta edição (em 9/9), 37 assembléias de entidades de base já deflagraram greve. O movimento, iniciado em 17 de agosto, reivindica, principalmente, a garantia de recursos orçamentários para a implantação da segunda etapa da nova carreira dos técnico-administrativos das IFES.

Em assembléia realizada no dia 8, no auditório do CT, os técnico-administrativos da UFRJ aprovaram a continuidade da greve e marcaram nova AG para o dia 13, no Quinhentão.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 472 • 19 de setembro de 2005

CEG não delibera sobre fundações
Página 3

Pós-graduandos apresentam pauta de reivindicações à reitoria
Página 4

Greve dos docentes chega a 23 universidades
Página 5

Movimento em defesa da educação infantil ganha as ruas do Rio
Páginas 9 e 10

CPPD terá novos integrantes em novembro
Página 11

Índios ocupam Parque Nacional no Paraná. Professores da UFRJ defendem ocupação
Páginas 11 e 10 e 12

622 para Chapa 1 e 203 para Chapa 2

Regina Barbosa, foto tirada em 1º de setembro no CT, *campus* do Fundão

Os valores coletivos foram os grandes vitoriosos na última eleição para a Adufrj-Seção Sindical do Andes-SN. O reflorescimento do protagonismo dos docentes na afirmação do sindicato autônomo e independente na UFRJ é uma demonstração de que os professores permanecem firmes e comprometidos com os destinos da universidade pública brasileira

Chapa Pública, Autônoma e Participativa obtém vitória expressiva com 75,4 % dos votos. Com 857 votantes, eleição da diretoria para o biênio 2005/2007 tem participação histórica da categoria. Páginas 6, 7 e 8

Movimento

Continua movimento contra veto de verbas para Educação pública paulista

Terminou sem acordo a segunda sessão extraordinária da Assembléia Legislativa de São Paulo (em 15/9) acerca da manutenção ou derrubada do veto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) ao dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 que aumentaria as verbas para a Educação pública, com destaque para as universidades (USP, Unicamp e Unesp). Uma outra sessão deverá ocorrer somente no dia 20. Para a derrubada do veto, são necessários 48 votos dos 94 deputados que compõem a Assembléia.

No dia 15/9, grupos de estudantes acompanharam as discussões. Na noite do dia 14, porém, durante a primeira sessão extraordinária para discutir o assunto, quem marcou presença foi a volência policial. Naquela ocasião, mais de três mil manifestantes participaram da passeata convocada pelo Fórum das Seis (que congrega sindicatos de professores e técnico-administrativos das três universidades estaduais paulistas) contra o veto do governador Geraldo Alckmin (PSDB).

A passeata seguiu pela avenida Paulista e desceu pela Brigadeiro Luís Antônio, até a Assembléia Legislativa daquele estado. Só que todas as entradas da Alesp estavam tomadas por policiais, que tinham ordens para deixar entrar apenas um pequeno número.

A sessão extraordinária foi tensa, com os manifestantes gritando palavras de ordem que exigiam a entrada dos que estavam do lado de fora. Poucos deputados governistas apareceram. Como não houve acordo com a bancada do governo, a votação foi novamente adiada para o dia 15/9.

Truculência policial

A polícia militar sob o comando do governo, visando reprimir a manifestação, jogou bombas de "efeito moral", que feriram alguns estudantes e um profissional de jornalismo. Onze pessoas foram detidas, sendo liberadas ao final da noite. Mesmo assim, cerca de 150 manifestantes decidiram permanecer na Assembléia em protesto contra a truculência da polícia e exigindo a votação do veto do governador.

Indicativos do Fórum das Seis

O Fórum das Seis decidiu indicar a continuidade da greve para os movimentos organizados das três universidades paulistas. Além disso, vai mobilizar para prosseguir com a pressão sobre os deputados em busca da derrubada do veto do Governador. Nova reunião do Fórum está marcada para o dia 20/09, às 14h, na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Fontes: Adunesp e Folha de S.Paulo

Prossegue a greve da Fasubra

De acordo com o último informativo da Fasubra (de 15/9) disponibilizado até o fechamento desta edição, 38 entidades de base mantinham a greve. Os técnico-administrativos das universidades federais iniciaram o movimento há cerca de um mês com um eixo específico de reivindicações. A principal delas é conseguir garantias junto ao governo de que haverá recursos no orçamento do ano que vem para implantar a segunda etapa do plano de carreira conquistado na greve anterior.

No próprio dia 15, no entanto, em reunião com o deputado Gilmar Machado (PT-MG), vice-líder do governo, o Comando Nacional de Greve da Fasubra obteve novas informações que podem dar fim ao movimento. Segundo o informativo, já estão incluídos na Lei de Orçamento Anual de 2006 os recursos para a implantação da segunda etapa da carreira dos funcionários das IFES, na ordem de R$ 320 milhões.

Na UFRJ, ainda sem saber o resultado da reunião com o deputado governista, a última Assembléia Geral (também em 15/9) deliberou pela continuidade da greve. Os técnico-administrativos decidiram, ainda, participar da Marcha contra a política econômica e a corrupção do próximo dia 22, no centro do Rio, com concentração na Candelária a partir das 16h, seguida de passeata até a Cinelândia. A próxima AG está marcada para o dia 20, às 10h, no auditório do Quinhentão.

Marcha contra a política econômica e a corrupção nesta quinta-feira dia 22

No dia 22/9, haverá uma Marcha estadual contra a política econômica do governo Lula e a corrupção, com uma passeata da Candelária até a Cinelândia. A concentração para o ato terá início às 16 horas na Candelária.

Articulado nacionalmente, este ato já aconteceu em São Paulo no dia 15 e em Belo Horizonte, no início do mês. A expectativa da coordenação é de que, no Rio de Janeiro, o ato reúna milhares de pessoas vinculadas a movimentos sociais, sindicais e estudantis da capital e do interior do estado.

Mais de trinta entidades (Sintrasef, Sepe-RJ, Sintuff, P-SOL, PDT, PSTU, PCR, PCB, Sindjustiça, Campanha Estadual contra a Alca, movimento dos sem-teto, entre outros) já se comprometeram com a participação no evento e a Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN integra a coordenação.

Vale lembrar também que a participação neste evento faz parte do calendário aprovado nos últimos encontros nacionais do Sindicato. "O objetivo é mostrar a capacidade de resistência e a indignação da população do estado com a corrupção, uma vez que entendemos que o assalto aos fundos públicos é uma condição para a efetivação da política econômica implementada pelo governo Lula. No ato, enfatizaremos os efeitos desta política na dilapidação do patrimônio público e da universidade pública, em especial", afirma Sonia Lúcio, diretora da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN.

Agenda Sindical

22/9 - Marcha contra a política econômica e a corrupção
Rio de Janeiro (RJ) - concentração na Candelária a partir das 16h.

23 a 25/9 - 3º Encontro Nacional das IEES
São Paulo (SP)

30/9 a 2/10 - Reunião do GTPE do Andes-SN
Brasília (DF) **-** sede do Andes-SN

8 e 9/10 - Reunião do GT-Fundações do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

21 a 23/10 - Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

28/10 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Brasília (DF)

28 a 30/10/2005 - XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Belo Horizonte (MG)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas **-** *Venezuela*

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

CEG não delibera sobre fundações

Conselheiros estão preocupados com a relação entre a UFRJ e as instituições que deveriam dar sustentação aos projetos universitários

A proposta de resolução dispondo sobre as relações entre a Universidade e suas fundações de apoio voltou a ser discutida pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) na plenária da última quarta-feira (14/9). De acordo com o presidente do conselho, pró-reitor José Roberto Meyer, o objetivo da discussão era de levar a posição do CEG ao Conselho Universitário (Consuni) que pretende deliberar sobre o projeto ainda nesta semana. No debate os conselheiros se mostraram contrários à autonomia que as fundações estão tendo dentro da UFRJ. Representante do CT, Ericksson Rocha e Almendra se disse temeroso em relação aos problemas que as fundações vêm apresentando em outras grandes universidades públicas do país. O professor citou o exemplo de uma fundação que usou uma universidade gaúcha para burlar licitações.

Conselheiros queriam mais tempo para discutir

O professor Luiz Felipe de Souza Coelho (CCMN), ressaltou que nem professores nem funcionários devem receber a mais por estarem participando de projetos em parceira com as fundações: "Se somos professores de dedicação exclusiva nós não podemos receber a mais quando realizarmos uma função dentro da UFRJ", analisou. Para Miguel Jonathan, do CCMN, antes da elaboração e discussão de uma proposta, devem ser analisadas as diretrizes que serão seguidas a respeito do tema. Segundo ele, a questão tem que ser mais aprofundada por todos os setores da universidade e aprovar alguma coisa, no momento, é uma atitude precipitada. A representante do CCS Marta Maria Souza Santos manifestou opinião muito parecida e sugeriu que o Consuni realizasse uma discussão mais ampla antes de aprovar a resolução.

Dos conselheiros que se pronunciaram, todos afirmaram que o papel das fundações é o de dar apoio e não gerenciar cursos. Com esta preocupação, foi aprovada, por unanimidade, a retirada da palavra "promover" do artigo primeiro do projeto. De acordo com o texto da proposta, a UFRJ poderá "celebrar convênios e contratos, por prazo determinado, com instituições denominadas Fundações de Apoio, criadas com a finalidade de promover ou apoiar a realização ou gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico, artístico e cultural".

CEG decide não deliberar

A mesma preocupação também causou modificações no texto introdutório. Na passagem que comunica que a proposta dispõe sobre as relações da UFRJ com as Fundações, os conselheiros decidiram frisar que as fundações serão de apoio. O colegiado também aprovou, por unanimidade, que as atribuições das entidades serão de "incentivo à pesquisa" e não de "realização de pesquisas".

O professor Ubiratan da Silva Ribeiro de Souza (CLA) elaborou ainda um encaminhamento que irá sugerir que o colegiado não realize uma deliberação formal sobre o caso e que todos os assuntos pertinentes às fundações sejam submetidos ao CEG e ao Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) antes de entrarem em vigor. Apesar de contar com a aprovação da maioria dos integrantes do colegiado, o encaminhamento só será votado na sessão desta quarta-feira (21/9), na véspera da reunião do Conselho Universitário que irá decidir se aprova ou não esta proposta de resolução.

CEG aprova calendário de 2006

O Conselho de Ensino de Graduação também aprovou, por unanimidade, o calendário das atividades acadêmicas de ensino para o ano letivo de 2006. O primeiro período letivo será de 6 de março a 8 de julho enquanto o segundo período está programado para começar no dia 7 de agosto e se encerrar no dia 16 de dezembro. A exceção ficará mais uma vez por conta da Faculdade de Medicina, que precisa de um prazo maior para cumprir sua carga horária. Os cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Medicina têm o primeiro período estimado entre os dias 30 de janeiro e 7 de julho, enquanto o segundo período será de 24 de julho a 22 de dezembro.

Os conselheiros demostraram preocupação com o fato de que quatro feriados do próximo ano ocorrerão em uma quinta-feira. De acordo com eles, nestes casos, a aula de sexta-feira se torna um fator problemático pois muitos alunos faltam. Em outros casos, ainda segundo os conselheiros, a reitoria resolve suspender as atividades de sexta-feira na véspera do feriado de quinta. Além disso, ainda existem outros tipos de problemas como a falta de transporte e o não funcionamento dos locais que vendem alimentos.

Aulas podem ser suspensas nos "feriadões"

Para evitar a indefinição em relação a estas situações e garantir que professores e funcionários cumpram suas obrigações acadêmicas, a conselheira Ana Maria Ribeiro propôs a inclusão de um parágrafo único, no artigo sexto, que prevê que as unidades identifiquem os dias que antecedem ou sucedem os feriados e comunique - de acordo com as suas necessidades - se haverá ou não atividades de ensino. O parágrafo, que enfatiza que as outras atividades acadêmicas estarão mantidas normalmente, foi aprovado com ampla maioria dos votos.

A proposta aprovada também prevê para começar no dia 2 de janeiro de 2007 o período especial (conhecido como "terceiro período") que proporciona que uma matéria seja ministrada em, no máximo, dois meses. O período especial termina no dia 28 de fevereiro de 2007. Já os alunos do Colégio Aplicação (CAp) tem aulas programadas do dia 6 de fevereiro de 2006 até 22 de dezembro de 2006, com uma paralisação de quinze dias após 14 de julho.

O único artigo que não foi aprovado na proposta de calendário escolar para 2006 foi o segundo, pois diz respeito aos cursos de pós-graduação e será motivo de deliberação do CEPG.

Resenha

MEC divulga avaliação da pós-graduação

O MEC divulga os resultados da avaliação trienal dos cursos de pós-graduação. Três por cento dos 1.819 programas foram avaliados como ruins. A maioria dos programas (64%) pode ser considerada regular e boa. Os excelentes são 11%. O MEC recusa-se a divulgar quais são as instituições com problemas, porque elas ainda têm 30 dias para recorrer. A UFRJ, com oito programas com nota 7, é a segunda com maior concentração de cursos bem avaliados, atrás apenas da USP com 20 cursos que possuem o conceito máximo. Em breve, será anunciada a criação de dois novos programas de pós-graduação no país, um em cinema e vídeo e o outro em geopolítica e defesa. (*estadao.com.br,* 16/9)

Ministros lançam programa Mulher e Ciência

Programa, que nasceu de uma parceria entre Ministério da Ciência e Tecnologia, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), tem o objetivo de incentivar a produção científica sobre as relações de gênero no Brasil e promover a participação feminina nas áreas de ciências e carreiras acadêmicas. O programa foi lançado no ano de comemoração de 20 anos do CNDM, criado com a missão de promover nacionalmente políticas para garantir a igualdade de direitos e a plena participação das mulheres nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. (*Agência Brasil*, 16/9)

Ex-detentores de cargo público perdem direito a foro especial

O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do foro especial para ex-ocupantes de cargos públicos e/ou mandatos eletivos. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2797) proposta pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público que contestava os parágrafos 1º e 2º do artigo 84 do Código de Processo Penal (CPP), que estabelecia foro privilegiado a ex-detentores de cargo público por ato de improbidade administrativa (Lei 10.628/2002). Com a decisão, essas ex-autoridades devem ser julgadas pela instância judicial competente, de acordo com a natureza do ato. (*stf.gov.br*, 15/9)

APG/UFRJ

Pós-graduandos apresentam pauta de reivindicações à reitoria

No dia 14 de setembro aproximadamente 25 pós-graduandos, organizados na Associação de Pós-Graduandos, estiveram reunidos com o Prof. Aloísio Teixeira, Reitor, com o Prof. Hélio de Mattos, Prefeito da Universidade, com a Profa. Leila Rodrigues, Superintendente da Pró-reitoria de Pós-Graduação e com o Prof. José Roberto Meyer, Pró-reitor de Graduação, para apresentarem a sua pauta de reivindicações e cobrarem da reitoria uma solução dos diversos problemas enfrentados pelos pós-graduandos e também pelo restante da comunidade universitária. Esta pauta foi centrada nos seguintes pontos principais:

- Implementação de uma Política de Segurança no Trabalho

Foram essencialmente cobradas a continuidade dos estudos da periculosidade dos laboratórios na universidade, a implementação de brigadas de incêndio, a implantação de uma central de rejeitos e descarte de resíduos e a abertura imediata da emergência do HU para a comunidade universitária. Sobre este ponto foi ressaltada pelos pós-graduandos presentes a situação de periculosidade de inúmeros laboratórios onde se trabalha com radioatividade, produtos voláteis, inflamáveis, dentre outros, que expõem estudantes, funcionários e professores a riscos e que efetivamente poucas medidas de segurança estão presentes nos centros da universidade. Manifestando as limitações no encaminhamento destas questões por parte da UFRJ, o Prof. Aloísio se comprometeu em levar a discussão da política de segurança para o Conselho Superior de Coordenação Executiva.

- Transporte

Foram cobradas a divulgação dos horários dos ônibus internos, a volta da linha Bonsucesso/Fundão pela manhã, a implantação de uma linha Fundão/Tijuca-Tijuca/Fundão, novos horários para as linhas Fundão/Bonsucesso e Fundão/Praça XV, além da integração com o Metrô no Estácio, da resolução dos problemas das linhas 485 e 998, e também do cadastramento das Vans que não cobrem os horários de menor freqüência de ônibus. Sobre todas estas questões o Prof. Hélio respondeu que o retorno da linha Bonsucesso/Fundão será implementada brevemente e que o estudo das linhas para Tijuca estão sendo feitos. Sobre os vários problemas com as linhas 485 e 998 o Prefeito manifestou a dificuldade da universidade em cobrar melhores serviços das empresas responsáveis, mas que numerosas reuniões já foram feitas com a SMTU.

- Alimentação (BANDEJÃO JÁ!!)

Os pós-graduandos cobraram o começo imediato das obras do bandejão. Além disso, foi requerida a fiscalização dos trailers e restaurantes com um controle dos preços, da qualidade e das condições de higiene. Sobre este ponto o Prof. Aloísio disse que as negociações com o Banco do Brasil avançaram e que estão sendo fechadas em um valor de 10 milhões de reais, o que vai possibilitar o início das obras até o fim do ano. Além disso, foi discutida a questão do preço das refeições, pois segundo anunciado pela reitoria o preço de custo de cada refeição seria de R$5,00, o que na prática poderia dificultar o subsídio para valores próximos ao reivindicado pelos pós-graduandos de R$1,00. Este preço de custo foi considerado muito caro, pois alguns restaurantes no Fundão servem pratos feitos ao preço de R$3,50. O Prof. Aloísio disse que poderia rever os estudos de custo. Sobre a fiscalização dos trailers e restaurantes foi dito que a reitoria está implementando um tipo de contrato padrão entre a universidade e os estabelecimentos comerciais presentes nos diversos *campi* da UFRJ.

- Segurança

Com relação à segurança, foi pedida a contratação de mais vigilantes para a UFRJ, com rondas mais freqüentes nos pontos de ônibus e estacionamentos, além da implantação imediata do plano de segurança que há muito vem sendo discutido pela universidade, ou seja, a implementação das guaritas, a instalação das câmeras, a melhoria da rede elétrica, cuja precariedade provoca freqüentes faltas localizadas de energia. Nesta ocasião foi entregue um abaixo assinado com mais de 450 assinaturas reivindicando a solução dos problemas de segurança, além da apresentação dos resultados de uma pequena entrevista com 253 pessoas da comunidade universitária que indicou o problema da falta de segurança como uma das principais questões a serem resolvidas. Tanto o Prof. Aloísio como o Prof. Hélio expuseram o andamento da implementação do plano de segurança e explicaram que a instalação das guaritas está na dependência da licitação para a contratação dos vigilantes, que deverá sair até outubro, sendo que o cadastramento dos veículos já se encontra em andamento. Eles também disseram que em vista das dificuldades encontradas pela reitoria de negociar com a PM o policiamento nas entradas do *campus,* a UFRJ tem que buscar a implantação de seu próprio sistema de segurança urgentemente.

APG

APG APRESENTA REIVINDICAÇÕES PARA REITORIA

- Bibliotecas

Após diversas denúncias referentes às péssimas condições das bibliotecas da universidade foi cobrada uma política de investimento para a recuperação do acervo e aquisição de periódicos em papel, além da aquisição do serviço de interligamento das bibliotecas nacionais e algumas da América Latina (sistema ISTEC) para todas as bibliotecas. Sobre isto foi manifestado que dentro do quadro de dificuldades orçamentárias da UFRJ está sendo difícil atender também as demandas das bibliotecas, contudo o Reitor disse que estudaria a aquisição do sistema ISTEC.

- Assistência ao Pós-graduando

A Profa. Leila comentou que a Divisão de Assuntos Estudantis da Pós-Graduação (DAE-Pós), foi criada, mas encontra-se em fase de implementação, com a primeira atividade tendo sido o lançamento do Manual do Estudante de Pós-Graduação. Além disso, até o fim do ano o questionário sócio-econômico da pós-graduação estará concluído e servirá como base para a implementação de uma política de assistência ao pós-graduando através da DAE-Pós.

Entendemos que com todas as limitações orçamentárias impostas pelo modelo econômico brasileiro, que prioriza o pagamento de juros das dívidas em detrimento das áreas sociais, só conseguiremos resolver esses problemas se houver mais verbas para a educação, ciência e tecnologia. Por isso continuaremos organizados em torno das nossas reivindicações para a melhoria das condições de ensino e trabalho na universidade, assim como pela ampliação de vagas e concursos para professores e funcionários.

Associação dos P´sos-graduandos

Andes-SN

Greve dos docentes chega a 23 universidades

Outras 18 podem aderir ao movimento nos próximos dias

A greve dos docentes universitários já havia chegado a 23 universidades federais do país até o fechamento desta edição (em 16/9). Mais: as seções sindicais do Cefet-RJ e da Universidade Federal do Amapá definiram sua adesão ao movimento a partir, respectivamente, dos dias 26 e 29 de setembro. Outras 18 assembléias de base aprovaram indicativos de greve (com ou sem data) para os próximos dias e também podem juntar-se à greve. Apenas duas seções sindicais posicionaram-se contrariamente ao movimento até agora.

Entre as demais, ou não há informação disponível, ou não houve deliberação sobre a greve (caso das duas últimas assembléias da Adufrj-SSind) ou não aconteceu ainda uma discussão do assunto.

Reunião conjunta CNG-Andes-SN, Sinasefe e Fasubra

No dia 13/9, na sede do Andes-SN, ocorreu reunião com representantes do Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional, do Sinasefe e da Fasubra para discutir os rumos da greve deflagrada na base das três entidades.

Carla Lisboa

COMANDO DE GREVE DO ANDES-SN REUNIDO EM BRASÍLIA

O representante do CNG-Andes-SN comentou o seminário sobre carreira realizado em conjunto com o Sinasefe nos dias 10 e 11 de setembro.

O representante da Fasubra divulgou a possibilidade de envio de caravanas a Brasília nos dias 20, 21 e 22 de setembro, com o plano de fazer acampamento e atos em Brasília. O objetivo seria tentar quebrar a barreira do MEC nas negociações.

Atividades na Câmara dos Deputados

Em busca de apoio para as reivindicações dos servidores da educação pública federal, delegados e observadores do CNG-Andes-SN visitaram, no dia 14/9, os gabinetes dos deputados federais. O objetivo era articular para o dia seguinte, com a Fasubra e com o Sinasefe, uma Audiência Pública com a Frente Parlamentar e Social em Defesa da Universidade Pública e Gratuita.

Ao final daquela data das visitas, porém, o CNG recebeu um comunicado da Frente Parlamentar propondo o adiamento da atividade para o dia 21 de setembro, em decorrência da intensificação da agenda do Congresso Nacional na semana que passou. O Comando ainda não informou o horário e o local da atividade.

Movimento

Unidade entre sindicatos de servidores

Convidado, Andes-SN acompanha reunião entre MEC e Sinasefe

O atual momento demonstra a unidade de atuação do Andes-SN e do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), apesar das tentativas de divisão do movimento pelo governo federal.

No dia 9, as entidades sindicais protocolaram, no Ministério da Educação (MEC), um pedido de audiência conjunta para negociar a pauta das categorias. E no dia 12, representantes da diretoria e do Comando Nacional de Greve do Sinasefe compareceram a reunião previamente agendada com o MEC e a qual o CNG do Andes-SN foi convidado a acompanhar em razão da pauta geral comum dos servidores públicos federais.

Governo enrola

O MEC, porém, não apresentou nada de novo, à exceção de um anúncio sobre a implantação da classe Especial - proposta de topo de uma nova eventual carreira - para os docentes de 1º e 2º graus. Segundo o secretário executivo adjunto do MEC, Ronaldo Teixeira, "estava tudo acertado para implantar a classe Especial". Afirmou ainda apenas aguardar a resposta do Sinasefe sobre o assunto.

Um dos coordenadores gerais do Sinasefe, William Carvalho ressaltou que a criação da classe especial era apenas uma das reivindicações da categoria. O representante do MEC, no entanto, limitou-se a dizer que os pontos referentes à política salarial deveriam ser tratados na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) do conjunto dos servidores.

Avaliação

Para as duas entidades sindicais, ficou claro que o MEC recusa-se a tratar a pauta geral e limita-se a dizer que só terá alguma resposta para as reivindicações ao final de setembro, período no qual afirma que buscará o aval do Ministério do Planejamento para emendas no orçamento de 2006.

Próxima Plenária do Sinasefe

Até o fechamento desta edição (em 16/9), 20 entidades de base do Sinasefe encontravam-se em greve e havia a possibilidade de mais 11 adesões. A próxima Plenária Nacional do Sinasefe, com avaliação do movimento, estava marcada para os dias 17 e 18 de setembro, em Brasília (DF).

Anote os telefones da Adufrj-SSind

3884-0701

2230-2389

2260-6368

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Eleição

Chapa Pública, Autônoma e Pa

Eleição da diretoria da Adufrj-SSind para o biênio 2005/2007 tem participação histórica da categoria

Nos últimos dias 13, 14 e 15, os professores da UFRJ elegeram para a Adufrj-SSind a Chapa 1 – Pública, Autônoma e Participativa para representar a categoria durante o biênio 2005/2007. A Chapa vencedora obteve 622 (75,4 %) votos válidos contra 203 (24,6%) da Chapa 2 – Universidade Aberta.

Para o presidente eleito, José Simões, o primeiro destaque em relação ao resultado da eleição é a expressiva participação dos docentes. Do total de eleitores que formam o colégio eleitoral da seção sindical (3.366), 857 compareceram às urnas. "Através de variadas formas, desde espontâneas declarações escritas, a adesão a uma lista de apoio com mais de duzentos nomes e a participação de 119 que garantiram o funcionamento das seções eleitorais, até o massivo comparecimento às urnas, um número expressivo de professores da UFRJ trouxe a esta eleição um elemento fundamental: a vontade de participar", comentou o professor.

Para José Simões, essa eleição representa uma vontade inequívoca dos docentes da UFRJ de defender a educação pública – um dos eixos da campanha realizada pela Chapa 1. "Esse resultado tem, para nós, um conteúdo claro de identificação com o caráter público e democrático da universidade brasileira pois este tem sido o eixo central de nossas propostas de campanha e de nossa atuação nos últimos anos. Portanto, o resultado da eleição indica claramente que os professores da UFRJ identificam, na sua seção sindical, um importante instrumento de luta pela universidade pública brasileira", afirmou.

Kelvin Melo

SEÇÃO ELEITORAL NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO.
ABAIXO, VOTAÇÃO NO CCS

Douglas Pereira

Kelvin Melo

APOSENTADOS VOTAM NA ELEIÇÃO DA ADUFRJ-SSIND

A derrota da Chapa 2 é também uma derrota do Proifes, fórum criado após a última eleição do Andes-SN quando a chapa perdedora organizou essa entidade que conta com o apoio do governo federal.

Número de eleitores cresce em relação às últimas eleições

O resultado da eleição da próxima diretoria da Adufrj-SSind representa claramente o aumento da mobilização da categoria para as atividades do movimento docente. Em 2003, o número de participantes na eleição para o biênio 2003/2005 foi de 479 e na última eleição para a diretoria do Andes-SN, em maio de 2004, 799 docentes compareceram às urnas. Em 1997, considerado um pico de participação do movimento docente local nas eleições para a direção da seção sindical 609 professores da UFRJ participaram do pleito. De lá para cá, em 2000, a eleição para a diretoria nacional do Andes-SN teve seu maior registro local de participação com o comparecimento de 1.038 docentes às urnas.

Representantes do Conselho são eleitos

Foram eleitos também os novos integrantes para o Conselho de Representantes da seção sindical, com listas únicas nas seguintes unidades: Escola de Serviço Social, Instituto de Psicologia, Escola de Enfermagem Anna Nery, Escola de Educação Física e Desportos, Escola Politécnica. Coppe e Nesc. No Instituto de Matemática, as duas listas concorrentes foram eleitas e na Faculdade de Educação, seguindo os critérios da proporcionalidade estabelecidos no artigo 34 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, foi eleita a lista 1. Confira o quadro com os conselheiros eleitos na página ao lado.

articipativa vence com 75,4 %

Resultados das eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

A chapa 1 - Pública, Autônoma e Participativa - venceu a eleição para a Diretoria da Adufrj-SSind, biênio 2005-2007, obtendo 622 votos (75,4%), contra 203 votos (24,6%) dados à chapa 2 - Universidade Aberta. O resultado da votação por seção eleitoral foi o seguinte:

Seção Eleitoral	Eleitores	Votantes da seção	Votantes em trânsito	Total de votantes	Chapa 1	Chapa 2	Brancos	Nulos	Total de votos
01 - Praia Vermelha 1 (ESS)	265	47	11	58	51	5	0	2	58
02 - Praia Vermelha 2 (Educação)	192	47	24	71	52	15	1	2	70
03 - IFCS	273	30	5	35	21	13	0	1	35
04 - Museu	85	20	3	23	19	4	0	0	23
05 - Anna Nery	108	46	0	46	40	3	3	0	46
06 - CAp	124	55	2	57	55	1	1	0	57
07 - Reitoria	252	28	4	32	25	7	0	0	32
08 - Letras	275	103	6	109	81	20	1	8	110
09 - CT-2 (bloco D)	346	59	7	66	30	34	1	3	68
10 - CT-1 (Burguesão)	281	68	2	70	34	32	3	1	70
11 - CCMN	337	105	6	111	68	40	1	2	111
12 - Educação Física	71	28	0	28	19	9	0	0	28
13 - CCS-1 (bloco A)	123	29	6	35	28	7	0	0	35
14 - CCS-2 (bloco H)	236	37	7	44	35	8	1	0	44
15 - HUCFF	380	49	8	57	52	4	0	1	57
16 - NESC	18	13	0	13	12	1	0	0	13
Total	**3366**	**764**	**91**	**855**	**622**	**203**	**12**	**20**	**857**

A nova Diretoria da Adufrj-SSind será composta por:

Presidente - **José Simões**

1ª vice-presidente - **Vera Salim**

2ª vice-presidente - **Sara Granemann**

1º secretário - **Ricardo Kubrusly**

2º secretário - **Salatiel Menezes**

1º tesoureiro - **Raphael de Haro**

2º tesoureiro - **Fernando Marinho**

Os resultados das eleições para o Conselho de Representantes foram os seguintes

Unidade	Eleitores	Votantes	Lista 1 ou única	Lista 2	Brancos	Nulos	Total
Escola de Serviço Social	72	39	37		1	1	39
Instituto de Psicologia	68	7	7		0	0	7
Faculdade de Educação	135	38	28	5	0	5	38
Escola de Enfermagem	98	46	41		4	1	46
COPPE	145	30	26		2	2	30
Escola Politécnica	253	54	40		9	6	55
Instituto de Matemática	146	37	16	19	0	2	37
Educação Física	71	28	28		0	0	28
NESC	18	13	13		0	0	13

Os resultados das eleições ainda serão homologados pelo Conselho de Representantes da Adufrj-SSind.

A nova Diretoria e o novo Conselho de Representantes tomarão posse no dia 17 de outubro de 2005.

Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind

Foram eleitos os seguintes conselheiros:

Instituto de Matemática - Tatiana Roque e Luis Paulo Vieira Braga (titulares), Nelson Quilula Vasconcelos (suplente)

Escola de Serviço Social - Janete Luzia Leite e Lenise Lima Fernandes (titulares), Luiz Acosta Acosta e Mavi Pacheco Rodrigues (suplentes)

Instituto de Psicologia - Fernanda Glória Bruno (titular)

Faculdade de Educação - Jailson Alves dos Santos e Roberto Leher (titulares)

Escola de Enfermagem Anna Nery - Walcyr de O. Barros e Elen M. de S.Castelo Branco (titulares), Claudia Regina G. C. dos Santos e Liane Gack Ghelman (suplentes)

NESC - Regina Helena Simões Barbosa (titular)

Escola de Educação Física e Desportos - Leandro Nogueira Salgado Filho e Elizabeth Lugão (titulares)

Escola Politécnica - José Miguel Bendrao Saldanha e José Henrique Erthal Sanglard (titulares)

COPPE - Carlos Roberto Strauss Vieira (titular)

Eleição

Cento e dezenove professores colaboram para a realização da eleição

Os números dessa histórica eleição não foram altos somente em relação aos votantes. A organização efetiva do pleito contou com a colaboração de 112 docentes de praticamente todas as unidades da UFRJ como mesários nas 16 seções eleitorais espalhadas por todos os *campi*. A comissão eleitoral contou ainda com a colaboração de sete docentes de outras seções sindicais (Aduff-SSind, Adufrgs-SSind e Adufscar-SSind). A expressiva participação desses professores garantiu o sucesso do processo eleitoral da seção sindical e demonstra que a categoria está mobilizada na luta por sua entidade de classe e pelo que esta historicamente representa na construção de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Publicamos abaixo a lista de todos os que contribuíram e empenharam esforços para garantir a abertura das urnas e o processo democrático que elege mais uma direção representativa da entidade. A todos esses docentes fica o registro dessa mobilização e o agradecimento da diretoria da Adufrj-SSind e da Comissão Eleitoral que encaminhou a eleição da próxima diretoria do biênio 2005/2007 por mais essa demonstração da força e da disposição de nossa categoria.

Adufrj: Adir Moyses Luiz, *Alcimar do Lago Carvalho*, Alejandra Pastorini Corleto, *Alvaro Jose Rodrigues de Lima*, Ana Lucia de Almeida Soutto Mayor, *Ana Maria Vergueiro Borralho*, Angela Alves da Fonseca, *Angela Bretas Gomes dos Santos*, Angela Maria Pineschi de Avila, *Anita Handfas*, Antonio Carlos Moraes, *Antonio Mauricio F. L. de Sa* , Arthur Arruda Leal Ferreira, *Carlos Roberto Strauss Vieira*, Carmem Cinyra Gadelha Pereira, *Carolina Coelho Fortes*, Celia Brito Teixeira Gama, *Claudia Marcia Vasconcelos da Rocha*, Claudia Regina G Couto dos Santos, *Claudio Miguel Avila*, Claudio Thomas Bornstein, *Cleres Leonor Russo Amaral Leitao*, Cleusa dos Santos, *Dianne Fontanelli Cunha*, Dirceia Machado Goncalves, *Eduardo Alexander J.C. Fonseca Lucas*, Eduardo Goncalves Serra, *Eduisa Silva do Nascimento*, Elen Martins da Silva Castelo Branco, *Eliza Maria Proenca Pereira*, Fabio de Souza Lessa, *Fabio Garcez de Carvalho*, Fatima da Silva Grave Ortiz, *Flavio dos Santos Gomes*, Francisco Martins de Souza, *Gabriela M. Lema Icasuriaga*, Gumercinda Nascimento Gonda, *Helena Gryner*, Heloisa Costa Brambati, *Henrique Innecco Longo*, Iris Rodrigues de Oliveira, *Jailson Alves dos Santos*, Joao Augusto de Mello Gouveia Matos, *Joao Carlos dos Santos Basilio*, Joao Carlos Teixeira de Mello, *Jose Helder Lopes*, Jose Henrique Sanglard, *Julio Aldinger Dalloz*, Julio Buchmann, *Lavinia Maria Sanabio Alves Borges*, Leandro Nogueira Salgado Filho, *Lenise Lima Fernandes*, Leonor Werneck dos Santos, *Leticia Legay Vermelho*, Leticia Maria Mayr, *Lilian Karam Parente Cury Spiller*, Livia Prestes Lemos da Silva, *Luis Aureliano Imbiriba Silva*, Luis Eduardo Acosta Acosta, *Luis Paulo Vieira Braga*, Luiz Claudio Gomes Pimentel, *Luiz Felipe de Souza Coelho*, Marcelo Braz Moraes dos Reis, *Marcelo da Silva Bueno*, Marcia Fajardo de Faria, *Marcia Serra Ferreira*, Marco Antonio Cavalcanti Garcia, *Marcos Baptista Varela*, Marcos Vinicios Pimentel de Andrade, *Maria Angelica Navarro de Andrade*, Maria Auxiliadora Santa Cruz Coelho, *Maria Cecilia Machado Cardoso*, Maria Cleide de Mendonca, *Maria Conceicao Pinto de Goes*, Maria Cristina Lemos Ramos, *Maria da Soledade Simeao dos Santos*, Maria de Lourdes Barreto Santos Filha, *Maria do Perpetuo S C Lima de Almeida*, Maria Fatima Simoes Novo, *Maria Lizete dos Santos*, Maria Lucia Patitucci, *Maria Luiza de Oliveira Teixeira*, Mariangela de Sa Ferreira, *Marilea Venancio Porfirio*, Marilurde Donato, *Mario Cesar Rodriguez Vidal*, Mario Eduardo Toscano Martelotta, *Mario Jacinto Ferraro Junior*, Mariusa Vieira Gomes, *Marta Feijo Barroso*, Marta Mega de Andrade, *Milton Roedel Salles*, Miriam Abduche Kaiuca, *Osvaldo Luiz de Souza Silva*, Patricia March de Souza, *Paulo Livio Pereira Pinto*, Pedro Antonio Peixoto Vieira, *Priamo Albuquerque Melo Junior*, Regina Celi Oliveira da Cunha, *Regina Celia de Souza Pugliese*, Rejane Sobrinho Pinheiro, *Ricardo Cunha Michel*, Roberto Andrade Medronho, *Roberto Leher*, Rosanne Evangelista Dias, *Rosemere Santos Maia*, Ruth Machado Barbosa, *Selene Alves Maia*, Valeria Cid Maia, *Vania Maria Rocha Gomes Hozumi*, Vera Lucia Nunes de Oliveira, *Wojciech Roman Drabik*.

Aduff: Andre Elias F. Feitosa, *Claudia March*, Elisabete da Silva Passos, *Gelta Ramos Xavier*, Sonia Lucio Lima.

Adufrgs: Laura Fonseca

Adufscar: Marilia L. Washington,

UFRJ

Assembléia de estudantes discute greve, bandejão e situação das unidades

No último dia 14, os estudantes da UFRJ se reuniram na primeira Assembléia Geral do segmento nesse ano, a primeira na atual gestão do DCE Mário Prata. Foram discutidas a reivindicação do bandejão e a proposta defendida pelos alunos, as greves nas universidades públicas e os problemas específicos das unidades. Participaram da Assembléia o DCE e a Associação dos Pós-graduandos (APG) junto com aproximadamente 120 estudantes que se reuniram no pátio central da Faculdade de Letras.

Os estudantes declararam apoio à greve dos servidores da UFRJ e à greve nacional dos docentes as universidades federais do Andes-SN. Os estudantes da UFRJ não estão em greve, mas manifestaram apoio aos estudantes de outras universidades que estão aderiram à paralisação.

Foram discutidos os problemas das unidades da UFRJ que configuram o que os estudantes chamam de crise na UFRJ. Os alunos reivindicam melhores condições de estudos, salas de aula na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, e solução para problemas relacionados ao relacionamento da direção com os alunos que ocorrem em algumas unidades, como a Escola de Comunicação e a Faculdade de Direito.

Para mapear os problemas nas unidades, foi instituída uma comissão estudantil aberta composta por todos os coordenadores do DCE e outros estudantes interessados. Além dos integrantes do DCE, há aproximadamente dez alunos inscritos na comissão. A comissão percorrerá as unidades promovendo reuniões abertas. O objetivo é elaborar uma pauta de reivindicações que será encaminhada pelo DCE à reitoria da universidade.

A comissão vai se encarregar também de elaborar um documento com a proposta de bandejão defendida pelos estudantes. O DCE defende a gratuidade total no bandejão e que ele seja criado nos *campi* da UFRJ no Fundão, no Centro e na Praia Vermelha. Defende ainda que ele funcione pela manhã, tarde e noite e que sirva tanto almoço como jantar. Pedro Martins, integrante do DCE, ressaltou que mesmo que a reitoria apresente a proposta de cortar as bolsas de assistência estudantil para que seja viável a gratuidade do bandejão, os estudantes vão insistir na proposta. "Isso é um retrato que revela que não há verba, mas os alunos precisam de uma assistência estudantil integral", disse. Os estudantes reivindicam também que todo os prazos estabelecidos para a construção de um possível bandejão sejam divulgados para que eles possam cobrar os resultados.

Douglas Pereira

ESTUDANTES REUNIDOS NA FACULDADE DE LETRAS

A Associação de Pós-Graduandos esteve presente na Assembléia Geral dos estudantes. Logo após, a APG reuniu-se com o reitor Aloísio Teixeira para discutir a pauta de reivindicações dos pós-graduandos (página 4). Segundo uma das coordenadoras da entidade, Ariane Larentis, a associação considera "essencial a solidariedade às lutas dos demais segmentos, assim como necessário o avanço na construção de uma pauta de reivindicações a cerca dos problemas a serem enfrentados na UFRJ".

Movimento

Movimento Fraldas Pintadas irá às ruas nesta sexta

Organizadores promovem um "chocalhaço" para garantir educação de crianças de 0 a 3 anos de idade

Será realizada nesta sexta-feira (23/9), a partir do meio-dia, uma manifestação no Centro do Rio de Janeiro em protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 415, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O protesto partirá da esquina da Avenida Rio Branco com a Rua São José e irá até o prédio do Ministério da Educação (MEC), no Palácio Capanema. O ato está sendo denominado "Chocalhaço" pelos organizadores.

O grupo que organiza a manifestação, por sua vez, ficou conhecido como "Fraldas Pintadas" e está preparando uma "carrinhata" com balões, chocalhos e faixas. O movimento conta ainda com o apoio da UFRJ, UFF, Uerj, UNIRIO, PUC-Rio e mais seis outras instituições.

A principal reivindicação do movimento é a inclusão das creches no Fundeb, já que a Proposta de Emenda Constitucional 415 prevê que o Fundo não se responsabilize pelo financiamento da educação das crianças de 0 a 3 anos de idade. O movimento alega também que não há critérios nacionais claros para a divisão dos recursos do Fundeb.

Após a última assembléia da Adufrj-SSind, realizada no dia 1º de setembro, os professores da Faculdade de Educação da UFRJ Anita Handfas, Ana Lúcia Fernandes e Jailson dos Santos organizaram uma reunião na unidade para debater as condições de trabalho docente e a situação da universidade.

Nesta reunião, realizada no dia 9/9, a professora Patricia Corsino conclamou os professores presentes a apoiarem e divulgarem a campanha do Movimento Fraldas Pintadas.

O Fórum Permanente de Educação Infantil do Estado do Rio de Janeiro já havia encaminhado aos docentes da UFRJ um documento manifestando a preocupação com a possibilidade de ser aprovada a Emenda Constitucional que, segundo o Fórum, fere o direito das crianças pequenas à Educação Infantil. A PEC-415 já foi encaminhada ao Congresso Nacional desde o dia 14 de junho deste ano mais ainda não foi votada.

Aos professores e funcionários da UFRJ,

O Fórum Permanente de Educação Infantil do Estado do Rio de Janeiro vem a público manifestar sua apreensão diante da possibilidade de ser aprovada no Brasil uma Emenda Constitucional que fere o direito das crianças pequenas à Educação Infantil.

A PEC 415, que institui o FUNDEB, encaminhada ao Congresso Nacional em 14 de junho de 2005, apresenta lacunas que precisam ser superadas.

A primeira diz respeito à exclusão, na distribuição dos recursos do Fundo, das matriculas das crianças de 0 a 3 anos de idade. Tal fato evidencia grave inconsistência com a Política Nacional de Educação Infantil, recentemente explicitada em documento do Ministério da Educação, após amplo processo de consulta e discussão nacional, que define como uma estratégia importante para a viabilização dos objetivos "a inclusão da educação infantil – creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 6 anos) no sistema de financiamento da educação básica" (MEC/Política Nacional de Educação Infantil, 2005, página 24.

Ao colocar a educação das crianças de 0 a 3 anos de idade à parte da política nacional de financiamento da Educação Básica, a PEC 415 implica a exigência de outros mecanismos para a manutenção das creches, fragilizando a concepção e a gestão da Educação Básica e a própria identidade e natureza do FUNDEB, que passa a se constituir como um mecanismo de financiamento para parte da Educação Básica.

A outra lacuna da proposta relaciona-se à falta de definição de critérios para o estabelecimento do valor do repasse diferenciado por etapa/modalidade. Na falta de critérios nacionais claros para a divisão dos recursos, não se pode admitir que a Educação Infantil tenha um coeficiente inferior ao do Ensino Fundamental, e nem que a disputa política observada nesse debate agrave as disparidades existentes entre os sistemas e acentue as desigualdades na oferta educacional.

O **Fórum do Rio** defende a proposição de uma emenda substitutiva à PEC 415, propondo a inclusão das matriculas da educação infantil, oferecida em creches e pré-escolas, na distribuição dos recursos que compõem o FUNDEB.

Como mobilizar os parlamentares e a sociedade para a inclusão das creches na proposta de emenda constitucional 415?

- Chocalhaço no dia **23 de setembro**, no Centro do Rio - concentração **às 12 horas**, na esquina da Av. Rio Branco com R. São José (altura da Estação de Metrô da Carioca, na calçada oposta ao "Banerjão") e Carrinhata com balões, chocalhos e faixas até o prédio do MEC (Palácio Gustavo Capanema).

A participação de todos que lutam pela garantia do direito à educação é fundamental!!!!

Informações:
UNIRIO (21) 2295.38844 e CAMPO (21) 2275 4793 – Rosângela
Apoio:
UNDIME, CAMPO, ACTION AID, UNIRIO, UERJ, UFF, UFRJ, PUC-Rio, OMEP, CECIP, Rede de Creches e Movimento Interfóruns de Educação infantil do Brasil.

Opinião

Inclusão das creches no Fundeb

Patrícia Corsino*

Garantindo direitos e reduzindo desigualdades

Quando nos debruçamos nos dados sobre a situação da infância no Brasil,vemos um retrato cruel das desigualdades sociais. O avanço da legislação brasileira no que se refere à infância não foi capaz ainda de reverter o quadro crítico em que esta parcela da população se encontra, especialmente no que tange às crianças de 0 a 6 anos de idade. Segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE), contamos com 23.141.413 crianças, desta faixa etária, o que representa 13,63% da população brasileira.[1]

A pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV, do IBGE no período de 1996 –1997- Primeira Infância (IBGE, 2000)[2], ao traçar o perfil socioeconômico das famílias com crianças pequenas, traz alguns indicadores importantes. As crianças de 0 a 6 anos de idade, devido aos diferenciais de fecundidade existentes entre as camadas socioeconômicas, se concentram desproporcionalmente nos extratos inferiores de renda (37,8% das crianças dessa idade em 1996 estavam no quartil inferior de renda domiciliar per capta e apenas 14,4%, encontrava no quartil mais elevado). O que significa que grande parte delas vive nas piores condições de vida do país. Estudos sociológicos e demográficos associam a renda familiar a um conjunto de variáveis que são determinantes do bem-estar nos primeiros anos de vida, destacando entre elas o nível educacional dos pais; o tamanho das unidades domiciliares, a estrutura das famílias e as condições sanitárias básicas.

Conforme a pesquisa supra citada, tanto na Região Nordeste quanto na Sudeste, as famílias com crianças pequenas tendiam a possuir menores percentuais de água, esgoto e lixo adequados, tais famílias possuía menores percentuais de imóveis próprios e menos posse de bens duráveis; o nível de escolaridade dos chefes dessas famílias era mais elevado que os demais, porém a média de estudos não chegava ao ensino fundamental completo; os pais das crianças de 0 a 6 anos trabalhavam bastante (entre 47 e 49 horas semanais para os chefes homens e quase 40 horas para os chefes mulheres) e grande parte não tinha proteção trabalhista. Os indicadores de rendimento apontaram valores mais baixos nas famílias chefiadas por mulheres e com filhos de 0 a 6 anos de idade (a menor renda per capta do país - R$ 37,50- foi encontrada nas famílias nordestinas de chefe mulher com filhos até 6 anos de idade e a maior- R$ 379,70 - nas famílias de casal com filhos acima de 7 anos residentes no Sudeste). A renda familiar per capta é a variável que apresentou a relação mais forte com a avaliação da saúde infantil, revelando a extrema desigualdade entre os grupos (a renda do quartil superior foi 22 vezes maior que a do primeiro quartil). Houve também uma forte associação entre pobreza e maternidade adolescente (a PPV constatou que 73,4% destas mães pertenciam aos 50% de domicílios mais pobres); e pobreza e ser mãe solteira (73,8 % das mulheres solteiras que tiveram filhos durante os cinco últimos anos da pesquisa pertenciam aos 50% dos domicílios mais pobres).

Embora a taxa geométrica de crescimento populacional anual venha caindo progressivamente, de mais de 3% nos anos 1950, para 1,64%, entre 1991 e 2000, devido à redução da taxa de fecundidade que chegou, em 2001, a 2,18 filhos por mulher, as crianças de até seis anos deverão aumentar em números absolutos. Segundo estimativa do IBGE, em 2011, o Brasil deverá ter 24,3 milhões de crianças desta faixa etária, sendo que 10,5 milhões entre 4 a 6 anos de idade e 13,7 milhões até três anos.

Uma política inclusiva, não pode desconsiderar o significativo número de crianças brasileiras de 0 a 6 anos de idade. Não será possível diminuir as desigualdades sem ações efetivas e integradas para a infância. Concorrências ou disputas de verbas entre diferentes setores como saúde, assistência, trabalho e educação, estâncias administrativas, entes federativos e níveis de ensino precisam ser superados porque a cada dia nascem crianças cujas condições de vida são determinantes não apenas do seu momento atual, mas das suas trajetórias futuras.

Pesquisas revelam que a primeira infância é crítica para o desenvolvimento cognitivo e base do aprendizado ao longo da vida. Estudos demonstram que políticas de educação e cuidado nos primeiros anos de vida é um investimento que gera uma série de resultados positivos para o desenvolvimento educacional, social e econômico de um país e também revelaram que os benefícios são mais significativos entre crianças e famílias em desvantagem. Órgãos internacionais como a UNESCO e OCDE consideram as políticas de educação e cuidados na primeira infância como *uma estratégia eficaz de redução da pobreza e da desigualdade social por abordar suas raízes.*

Em relação à Educação Infantil, a taxa de cobertura de atendimento, além das variações regionais e estaduais, apresentam relação estreita com as diferenças de renda familiar, a cor da pele da população e a localização (rural ou urbana). Mesmo nas redes públicas, as famílias de menor renda têm maior dificuldade de acesso aos serviços, inclusive porque as áreas dos municípios onde vive a população menos privilegiada são também aquelas onde há menor oferta de equipamentos sociais. O acesso á educação Infantil é condicionado amplamente pelas condições sócio-econômicas das famílias. Independente da região, a taxa para crianças de renda familiar *per capita* superior a cinco salários-mínimos mensais era três vezes maior que a daquelas crianças oriundas de famílias sem rendimento.

Os dados da PNAD-2003 (IBGE) indicam que a taxa de freqüência, das crianças de 0 a 3 anos de idade, às creches é de 11,7% e das de 4 a 6 em pré-escolas é de 68,4%, sendo que a taxa de escolarização líquida (dentro da faixa etária regular) destas últimas é de 59,9% . O gráfico a seguir mostra taxa de escolarização das crianças de 0 a 6 anos por regiões brasileiras:

Como pode ser observado, em relação às crianças de 0 a 3 anos de idade, em todas as regiões brasileiras as metas do PNE- Plano Nacional de Educação- de atender, até 2006, 30% das crianças desta faixa etária e, até 2011, 50% está bastante distante.

Quando a PEC 415 que institui o FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, encaminhada ao Congresso Nacional, em 14 de junho de 2005, não inclui a educação das crianças de 0 a 3 anos, além de fragmentar a Educação Infantil, primeira etapa da educação Básica, inviabiliza as metas do PNE, evidencia incoerências com os preceitos constitucionais (artigos 7º, 208 e 211), desrespeita a prioridade absoluta que deve ser dada a crianças e adolescentes (artigo 227) e descumpre os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

A oferta de educação para as crianças de 0 a 3 anos de idade, sem a garantia dos recursos do FUNDEB, fica restrita às condições de cada um dos quase seis mil municípios brasileiros, ou seja, a União, os Estados e o Distrito Federal não exercem sua função equalizadora, impossibilitando o cumprimento de um dever do poder público frente aos direitos do pequeno cidadão e a implantação de uma das políticas de maior impacto social , econômico e educacional. Perdemos todos e, principalmente, as crianças.

Cabe ressaltar que o vácuo deixado pela instância pública abre espaço para soluções alternativas precárias, iniciativas privadas, muitas vezes, improvisadas, sem condições mínimas de funcionamento sem instalações e materiais adequados, pessoas sem qualificação para atender as crianças etc. Paliativos que acabam comprometendo a qualidade do atendimento às crianças, desrespeitando outros direitos.

Educação Infantil de qualidade, com sua dupla função de educar e cuidar as crianças pequenas, embora não seja a solução para as condições precárias a que muitas estão sujeitas, nem lugar de preparar para o Ensino Fundamental, é uma forma de garantir os direitos da criança no seu aqui e agora, considerando suas necessidades e interesses atuais, é uma forma de inserção sócio-cultural, além da garantia dos cuidados básicos para o desenvolvimento integral da criança (físico, cognitivo e emocional etc).

A inclusão das crianças de 0 a 3 anos do FUNDEB está dependendo agora do Congresso Nacional. Num momento em que se fala em ética na política, cabe também uma ampla discussão sobre as políticas sociais, especialmente, para a infância. Como as crianças brasileiras estão sendo tratadas pelas políticas públicas? Será possível reverter o fosso social sem priorizar as crianças pequenas, sem investir numa das estratégias mais eficazes para a diminuição das desigualdades que é a Educação Infantil? Será possível se pensar em ética, desconsiderando milhões de crianças de 0 a 3 anos que não têm sequer o direito à educação garantido?

*Faculdade de Educação-UFRJ
Fórum de Educação Infantil do Rio de Janeiro

[1] No Nordeste este percentual é de 15% e na Região Sudeste, 12,3%.

[2] A PPV foi uma pesquisa domiciliar realizada uma única vez entre março de 1996 e março de 1997, pelo IBGE, que teve como objetivo fornecer informações para planejamento, acompanhamento e análises de políticas econômicas e programas sociais em relação aos seus impactos nas condições de vida domiciliar, em especial nas das populações mais carentes.Foi publicado em 2000 um estudo sobre as condições de vida da primeira infância.

UFRJ

Manifesto de apoio aos indígenas da nação avá-guarani do oco'y-jacutinga do estado do paraná

Como integrantes da equipe do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva e do Instituto de Biofísica da UFRJ, atendemos a solicitação da FUNAI sobre questões de Saúde e Ambiente relacionadas aos habitantes da aldeia ***Avá-Guarani do Oco'y*** Jacutinga, São Miguel do Iguaçu, Paraná.

Após a notícia recentemente divulgada na imprensa sobre a presença de 55 indígenas desta aldeia no Parque Nacional do Iguaçu (PR) e a alegação, por órgãos e autoridades governamentais brasileiros, de que esta denominada "invasão" ameaça o título de Patrimônio Natural da Humanidade, concedido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), em 1986, a esta reserva natural, vimos, através deste manifesto, nos solidarizar com o povo ***Avá-Guarani*** e apoiar sua justa luta por terras que supram adequadamente suas necessidades de sobrevivência física e cultural.

Em recente visita a esta aldeia, evidenciamos as péssimas condições de vida e saúde em que esses indígenas se encontram, com riscos à sua própria sobrevivência. chamou-nos a atenção o fato de, que, mesmo em situação tão adversa, esse povo mantém postura serena, digna, combativa e solidária. Além dos agravos à saúde por doenças plenamente evitáveis e da alimentação insuficiente e inadequada, determinada principalmente pela exigüidade da área da reserva ocupada por eles (231 hectares), que não permite sequer o plantio e outras atividades de subsistência, este grupo vem sendo também lentamente envenenado pela contaminação ambiental por agrotóxicos, pesadamente utilizados nas plantações que circundam a estreita faixa de terra da aldeia. De fato após o desterramento de suas áreas pelo INCRA em 1973 suas novas terras foram inundadas e este grupo foi novamente transferido em 1982 e estão agora espremidos entre uma mata secundária ciliar ao reservatório de Itaipu e a fronteira da soja que avança também sobre seus aldeamentos. Índios precisam de áreas dignas, com matas primárias!

Olaf Malm

MENINAS DA TRIBO DOS AVÁ-GUARANIS. ABAIXO, RITUAL REUNE OS SÁBIOS DO ALDEAMENTO, HOMENS E MULHERES DECIDEM A SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO

Olaf Malm

Considerando a complexidade da questão indígena que envolve, além dos aspectos biológicos, as dimensões sócio-econômicas e culturais, que não podem ser desconsiderados na busca de soluções, pensamos que as dimensões ética e humanista devem estar hoje no foco principal de nossas preocupações e ações.

Destas nações tudo foi usurpado, a começar pela terra de direito original, o Parque Iguaçu, que, desde que os colonizadores aqui chegaram, pertenciam aos ***Guarani*** pertencia. O sustento que dela vinha hoje está reduzido a programas assistencialistas.

É absolutamente inaceitável que a presença de índios ameace o estatuto de Patrimônio Histórico da Humanidade do Parque Nacional do Iguaçú. Afinal, os ***Avá-Guarani*** querem, legitimamente, retornar às suas terras ancestrais, de onde foram expulsos.

Nós, professores universitários, formadores e disseminadores de ciência, cultura e humanismo, nos indignamos diante deste quadro de exploração e exigimos que o direito a uma vida digna seja garantido aos ***Avá-Guarani***.

Professoras Heloisa Pacheco-Ferreira, Letícia Fortes Legay, Regina Helena Simões Barbosa do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva e Professor Olaf Malm, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Data: 15/09/2005

UFRJ

CPPD terá novos integrantes em novembro

Comissão eleitoral deverá aprovar, nesta quarta-feira, 21, as datas da votação

A comissão eleitoral já elaborou o edital para o próximo pleito da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Na reunião desta quarta-feira (21/9), os integrantes da comissão deverão aprovar o documento que programa as eleições para o dias 26, 27 e 28 de novembro. Segundo o presidente da comissão eleitoral da CPPD, Geraldo Nunes, as

unidades já receberam um memorando solicitando uma resposta de quantas urnas serão necessárias para cada uma delas para que a preparação seja feita com bastante antecedência.

A prudência se deve ao fato das eleições organizadas pelos membros da atual CPPD já ter sido adiada por duas vezes - a última data da votação, que foi marcada para o dia 28 de outubro, também foi prorrogada. Por este fato, o reitor Aloisio Teixeira decidiu criar esta comissão eleitoral. Os integrantes da comissão vêm se reunindo semanalmente e manifestam preocupação em divulgar as atribuições da CPPD e as datas do processo eleitoral. O professor Geraldo Nunes afirmou ainda que transmitirá ao Jornal da Adufrj todos os detalhes do edital, caso ele seja realmente aprovado na reunião desta semana.

UFRJ

Em defesa de sua sobrevivência, índios ocupam Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná

Professores do Nesc estiveram na região e se manifestam pela ampliação do território índigena

Cinqüenta e cinco índios avá-guarani, que vivem na reserva Santa Rosa do Oco'y, em São Miguel do Iguaçu, no oeste do Paraná, ocupam, desde o último dia 4 de setembro, parte do Parque Nacional do Iguaçu. A ocupação tem como objetivo chamar a atenção das autoridades governamentais e instituições para as péssimas condições de vida e saúde das populações indígenas da região e para a reivindicação de mais terra para o plantio de subsistência dos guaranis. De acordo com a administração do Parque, cerca de 70% dos índios que ocupam o local são mulheres e crianças, que se alojaram em sete barracas e fizeram uma trilha de cerca de 500 metros adentro dos limites do Parque. Segundo matéria do Estado de São Paulo (7/9/05), os índios só sairão quando houver uma decisão da Funai e de Itaipu Binacional sobre suas terras.

Um grupo de professores do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (do Nesc e do Instituto de Biofísica), da UFRJ, visitou a convite da Funai a aldeia dos Avá-Guarani do Oco'y, em Jacutinga e viu de perto a situação crítica da população que mora às margens do Lago de Itaipu e sofre com o excessivo uso de agrotóxicos e outros poluentes promovido por usineiros e colonos no entorno dos aldeamentos. Os docentes colheram mostras da água do Lago e estão preparando um estudo do índice de contaminação ao qual estão expostos os índios.

De acordo com recente estudo realizado pela antropóloga Maria Lucia Brant, do departamento de Geografia da USP, a área de 231 hectares na qual vivem hoje 19 famílias Oco'y foi reservada num processo totalmente ilegal e inapropriado para a garantia constitucional da sobrevivência física e cultural dos guaranis. Hoje, a população Avá-Guarani que vive em torno do Lago é de 600 indivíduos. O local apresenta-se insuficiente para a habitação da população indígena sob numerosos pontos de vista, de acordo com Maria Lucia Brant, contrariando inclusive os artigos constitucionais vigentes (231 e 232) e o Estatuto do Índio (Lei 6001, de 1973).

Segundo a pesquisadora, o espaço originalmente reservado a quatro famílias indígenas, reconhecidas pela Itaipu Binacional em parceria com a Funai e o Incra, acabou sendo ocupado pelas outras 15 famílias também indígenas mas não reconhecidas pelos órgãos governamentais. Essas famílias e aldeamentos foram as que sobreviveram ao processo de implantação da Hidrelétrica de Itaipu durante os anos 70 até a inundação da região pela represa em 1982.

Hoje, as famílias Avá-Guarani sobrevivem na faixa estreita de terra ao redor do Lago de Itaipu em uma área que deveria ser de extrativismo indígena (caça, pesca e coleta). Os 100 primeiros metros dessa faixa, no entanto, são caracterizados como Área de Proteção Ambiental, e oficialmente não podem ser utilizados pelos índios. Restam às famílias 128 metros de largura, em média, de terras para sua subsistência. Cerca de um hectare por grupamento, o que não permite mais de três cultivos de alimentos por temporada. Vale registrar que a cultura auto-sustentável dos índios dessa região chega a envolver 13 variedades diferentes de plantio. Hoje, por conta da poluição intensa do lago, os índios se limitam ao cultivo e consumo de mandioca, banana e milho.

Os professores do Nesc e da Biofísica que assinam o manifesto publicado nessa página, puderam presenciar a situação de calamidade na qual se encontram os aldeamentos dessa região do Paraná, onde não há sequer disponibilidade de água potável, nem em qualidade, nem em quantidade suficientes, com as suas fontes expostas à contaminação química (pelos agrotóxicos) e biológica (bactérias).

Governo ameaça

Os docentes se indignaram também com a ameaça anunciada pelas autoridades governamentais de que a ocupação, considerada pelo Incra como uma 'invasão', ameace o título de Patrimônio Natural da Humanidade, concedido pela Unesco ao Parque Nacional do Iguaçu.

Regina Barbosa

CRIANÇAS INDÍGENAS EM ESCOLA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Olaf Malm

FAIXA DE TERRA DESTINADA ÀS FAMÍLIAS INDÍGENAS

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 472 • 26 de setembro de 2005

Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

27 de setembro
15 horas

Pauta:
1) Homologação dos resultados das eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2005-2007
2) Greve

Agenda Sindical

24 e 25/9 - Assembléia Nacional Popular e de Esquerda
São Paulo (SP)

25 e 26/9 - Reunião do GT-Verbas do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

28/9 - 1º Seminário sobre Política Agrária
Campo Grande **(MS) - organizado pelo Andes-SN e pela Regional Pantanal**

30/9 - Dia Nacional de Luta dos Docentes em Defesa da Universidade Pública e pela valorização do trabalho docente

30/9 a 2/10 - Reunião do GTPE do Andes-SN
Brasília (DF) **- sede do Andes-SN**

6 e 7/10 - III Seminário Regional sobre Carreira Docente Andes-SN - Sinasefe
Teresina (PI)

8 e 9/10 - Reunião do GT-Fundações do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

21 a 23/10 - Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

28/10 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Brasília (DF)

28 a 30/10/2005 - XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Belo Horizonte (MG)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - *Venezuela*

Daniel Tiriba

ATO CONTRA O GOVERNO NO CENTRO DO RIO, DIA 22.
MANIFESTANTES SEGUIRAM EM PASSEATA PELA AV. RIO BRANCO ATÉ A CINELÂNDIA

Lula veta reajuste para servidores durante o seu mandato

Presidente vetou artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias que previa aumento para os servidores federais em 2006. Categorias protestam contra a política econômica e a corrupção no Centro do Rio.

Páginas 4 e 5

Movimento

Continua mobilização contra veto do governo paulista

Fórum das Seis indica suspensão da greve e convoca ato

Reunido no dia 20 de setembro, o Fórum das Seis (entidade que congrega professores e funcionários técnico-administrativos das três universidades estaduais paulistas) resolveu indicar às assembléias de base a suspensão da greve. O movimento, iniciado há cerca de um mês contra o veto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) a um dispositivo da lei de diretrizes orçamentárias daquele estado, que aumentava as verbas da educação pública, possuía grau de adesão diferenciado na USP, Unicamp e Unesp. No entanto, tal situação não significa o fim da mobilização.

A avaliação das entidades que compõem o Fórum é que a deflagração da greve contra o veto do governador representou um fato histórico por se dar fora do contexto da campanha salarial e por ter como bandeira exclusiva a luta por mais verbas e em defesa da qualidade da educação pública. Só que o governo, ao utilizar todos os recursos regimentais e burocráticos para estender as discussões e adiar a votação sobre o veto na assembléia legislativa de São Paulo, onde tem maioria, apostou no desgaste do movimento, caso continuasse a greve.

Assim, como forma de rearticular as forças entre as entidades, o Fórum resolveu investir em paralisações e atos que alcancem impacto na mídia. "Devemos deixar claro aos senhores deputados que aquele que fugir do debate e/ou mudar de posição votando contra a ampliação de verbas para a educação terão seus nomes colocados no poste e vinculados aos inimigos da Educação Pública do Estado de São Paulo", diz um trecho do último informativo conjunto dos sindicatos de docentes e funcionários da Unesp até o fechamento desta edição (em 23/9).

Ato público

O próximo ato público das entidades contra o veto está marcado para o dia 28/9, com passeata até a Assembléia Legislativa de São Paulo.

UFRJ

Eleições para a CPPD acontecem 28, 29 e 30 de novembro

Candidatos podem se inscrever de 19 a 27 de outubro

Os esforços da comissão eleitoral que organiza o pleito da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) já estão mostrando resultados. Segundo a superintendente geral de graduação e participante da comissão, Deia Maria Ferreira dos Santos, os integrantes ficaram reunidos na manhã da última quarta-feira (21/9) revisando todos os pontos do texto do regimento eleitoral da CPPD: "É processo trabalhoso por isso demorou bastante", afirmou. A análise minuciosa deu resultado e o edital foi aprovado na reunião do Conselho Universitário (Consuni) que ocorreu no dia seguinte.

As eleições dos novos membros da CPPD serão realizadas nos dias 28, 29 e 30 de novembro. As vagas serão disputadas por classe (titulares, adjuntos, assistentes, auxiliares e de educação básica) e por Centro (CCS, CCJE, CFCH, CCMN, CLA, CT e Fórum de Ciência e Cultura). Para cada representação serão eleitos um representante titular e um suplente. Os mandatos de representantes de centros e do Fórum serão de dois anos, enquanto os representantes de classe permanecerão quatro anos na Comissão Permanente.

Com o regimento eleitoral aprovado, a comissão terá um mês para divulgar o processo eleitoral e as atribuições da CPPD. As inscrições dos candidatos junto à comissão eleitoral serão entre os dias 19 e 27 de outubro e a apuração e divulgação dos eleitos estão previstas para o dia 5 de dezembro.

Vida no Campus

CA de Letras promove semana em homenagem a Ferreira Gullar

Wagner Maiolino

GULLAR ASSISTE À APRESENTAÇÃO DE FAGNER NO AUDITÓRIO G-2, DA LETRAS

Aconteceu na Faculdade de Letras um evento que durou toda a semana passada em homenagem ao poeta Ferreira Gullar, que completou, no último dia 10, 75 anos de idade. O evento contou com a participação do crítico literário Alfredo Bosi e de outros convidados. Na manhã do dia 21 foi promovido um show com Raimundo Fagner no auditório G2 da Faculdade de Letras. Para os alunos que não conseguiram lugar no auditório, houve a transmissão ao vivo em um telão. Fagner possui parcerias com Ferreira Gullar em algumas canções. O poeta esteve presente na apresentação e relatou muitas de suas memórias, sobretudo dos anos em que viveu exilado na Rússia, Chile, Peru e Argentina, no período em que vigorava a ditadura militar no Brasil.

Fagner disse ter se surpreendido com a grande participação dos estudantes e com o fato deles conhecerem a maioria de suas letras. Gullar disse que a maioria das canções em parceria são de poemas que já existiam e que foram musicados por Fagner. O show foi produzido pelos estudantes Marcos Paschi e Daniel Gil.

"Para nós é uma honra, por se tratar do maior poeta vivo do Brasil. É a terceira vez que ele visita a nossa faculdade. Na nossa gestão, essa foi a segunda vez", disse Gregory Magalhães, integrante do CA. Gullar disse estar "honrado com a homenagem dos alunos e satisfeito com a grande participação dos estudantes no evento".

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Movimento Fraldas Pintadas faz passeata no centro do Rio contra a exclusão das creches no Fundeb

Na tarde do último dia 23, foi realizada no Centro do Rio de Janeiro uma manifestação, apelidada pelos organizadores de "Chocalhaço" e "Carrinhata", contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 415, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Pela proposta, estão excluídas do Fundeb as creches públicas que atendem crianças de zero a três anos de idade.

O ato foi organizado pelo grupo que ficou conhecido como "Fraldas Pintadas", uma realização do Fórum de Educação Infantil. O grupo de manifestantes, composto por professores, mães, diretoras de creches, monitoras e apoiadores do movimento, fez uma passeata pela Av. Rio Branco. Da concentração, numa área próxima à estação Carioca do metrô, o grupo caminhou em direção ao prédio do MEC (Palácio Gustavo Capanema) com balões, chocalhos, bonecas e faixas, acompanhado por um carro de som que tocava músicas infantis.

Wagner Maiolino

ATO LEVA CENTENAS PELAS RUAS DO CENTRO

Quase 90% das crianças de zero a três anos não têm acesso à creche pública

Segundo os organizadores do "Fraldas Pintadas", a exclusão das creches do Fundeb fere o direito das crianças com menos de três anos. Com a PEC 415, ficam prejudicadas 13 milhões de crianças. Atualmente, 88,3% das crianças de zero a três anos não freqüentam creches pela falta de oferta. Além disso, a medida fere o conceito de Educação Básica, por excluir aquela que seria parte de sua primeira etapa.

Ciranda no pátio do prédio do MEC

A passeata chegou ao pátio do prédio do MEC, onde os manifestantes continuaram os protestos pondo as faixas no chão do pátio para que os representantes do MEC pudessem ler as reivindicações das janelas do edifício e fizeram uma ciranda ao som de palavras de ordem pela inclusão das creches no Fundeb.

Os representantes do MEC permitiram que quatro integrantes do "Fraldas Pintadas" entrassem no edifício. Foi entregue a carta com a pauta de reivindicações do movimento e foi agendada uma audiência para o próximo dia 28 às 14h.

Além desse ato, o movimento programa expandir as manifestações. Quando a PEC for a votação no Congresso Nacional, o movimento prometeu que estará presente para protestar contra tal medida.

Além das instituições da cidade do Rio de Janeiro, estiveram presentes representantes de instituições da Baixada Fluminense, Niterói, São Gonçalo, Barra Mansa, Volta Redonda e Resende. Apóiam o movimento a UniRio, UFRJ, SINTUFRJ, UERJ, UFF, Puc-Rio, SINPRO, SEPE, Fiocruz, Associação Mulheres do Brasil, Rede Comunitária de Creche, Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, Associação Brasileira de Educação Infantil. O Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP) foi o responsável pela criação do símbolo do movimento.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Resenha

A terceira reforma da previdência

Está sendo preparada pelo governo Lula uma espécie de terceira reforma da previdência que pretende ampliar o tempo de contribuição e elevar as idades mínimas de aposentadoria para 75 anos (homens) e 70 (mulheres). A fonte, segundo o Jornal O Dia, de 23/9, é a Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social. "Outras perversidades estão previstas, como fixar teto máximo de cinco salários, no INSS, e favorecer os planos privados de previdência", diz o colunista do jornal Cláudio Humberto.

Governo economiza mais para pagar juros da dívida

Em agosto, o governo Lula conseguiu ultrapassar a meta de economia de recursos para pagar os juros da dívida pública durante todo o ano de 2005, estipulada em R$ 46,5 bilhões. O superávit primário acumulado no ano chegou a R$ 49,3 bilhões. Segundo o jornal O Globo (22/9), o valor é 20,43% maior do que o apresentado no mesmo período de 2004. A meta estabelecida até agosto era R$ 39,7 bilhões e havia sido cumprida já em julho. De acordo com a matéria, o arrocho imposto pela política econômica deve aumentar em 2006. Os analistas prevêem um superávit de 4,8% no próximo ano.

Hospitais federais e universitários do Rio terão equipes para primeiro atendimento

Os hospitais federais e universitários do Rio de Janeiro vão ter, até o final deste ano, profissionais de saúde prestando o primeiro atendimento aos pacientes. O objetivo é humanizar o atendimento hospitalar, cujo modelo será o mesmo adotado, com sucesso, pelo Instituto Nacional de Tráumato-Ortopedia (Into). Serão contratadas cerca de dez equipes de profissionais de saúde capacitadas. Numa segunda fase, a medida deverá ser estendida aos hospitais estaduais e municipais. (*Agência Brasil,* 23/9).

Movimento

Centro do Rio pára em protesto contra o governo federal

Depois de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo, foi a vez do povo do Rio de Janeiro manifestar sua insatisfação com a política econômica de Lula e Palocci

Aproximadamente três mil pessoas paralisaram o Centro do Rio de Janeiro, no final da tarde da última quinta-feira (22/9), para protestar contra a política econômica e a corrupção envolvendo parlamentares e integrantes do governo . A manifestação contou com o apoio de diversos sindicatos, partidos políticos e servidores públicos federais e estaduais. A passeata saiu da Candelária e seguiu rumo à Cinelândia, ocupando integralmente a Avenida Rio Branco e contando com o apoio da maioria da população que passava no local.

Antes da marcha, a concentração foi animada por bonecos que carregavam malas de dinheiro e tinham notas escondidas na cueca. Havia também dezenas de máscaras do deputado federal cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que aparecia com o olho roxo. Alguns presentes também carregavam embalagens de pizza, fazendo referência à falta de punição aos políticos corruptos.

Durante a concentração, os manifestantes assistiram a uma apresentação da Companhia Emergência corruptos e deu o tom da manifestação: incisivo nas críticas, mas sem deixar de lado a ironia: "Você sabia que com o dinheiro do 'mensalão' daria para serem construídos 1.200 hospitais com Teatral. A peça mostrou uma senhora pobre tentando comprar deputados 50 leitos cada um?", indagou uma das personagens.

Babá defende plebiscito para decidir quem deve ser cassado

Também esteve presente ao ato o deputado federal João Batista de Araújo (PSOL-PA), o Babá. O deputado falou à reportagem do **Jornal da Adufrj**. Disse que apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) ao Congresso Nacional que aponta para a realização de um plebiscito para que o povo decida que parlamentares deverão ser cassados: "Não é justo que a população eleja um político e depois só possa tirá-lo quatro anos depois. Precisamos ir às ruas para que estas denúncias de corrupção não terminem num grande acordo entre os banqueiros e os partidos políticos", afirmou.

Babá informou que a PEC necessita de 308 votos para ser aprovada e os próprios deputados permitirão, ou não, a realização do plebiscito: "só o povo tem essa moral", declarou. Segundo o deputado, a população já saiu as ruas em Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS) e em São Paulo (SP): "O Rio de Janeiro é mais um grande centro que não vai engolir estes escândalos", finalizou.

Fotos: Daniel Tiriba

GRUPO TEATRAL APRESENTA CRÍTICA À FALTA DE PUNIÇÃO DE CORRUPTORES E CORROMPIDOS

Categorias estão unidas no Rio de Janeiro

O Andes-SN participou da organização do ato e esteve representado pela 1ª Secretária da Regional Rio, Sônia Lucio. Depois de agradecer no carro de som a presença dos manifestantes e divulgar a greve dos professores, que já conta com o apoio de 24 universidades federais, Sônia Lucio revelou a pauta de reivindicações que a categoria espera obter: 18% de reajuste (referente à inflação no governo Lula), incorporação das gratificações aos salários e ampliação das vagas para concursos de docentes.

Para a diretora do Sindicato dos Docentes, "só com a mudança da política econômica acabará a corrupção. Por isso o Andes-SN decidiu se unir às outras categorias neste protesto contra as políticas econômicas do governo e a corrupção", afirmou. Sônia Lucio enfatizou ainda a importância das categorias estarem lutando juntas para obter suas reivindicações: "O povo brasileiro tem hoje um grande exemplo no Rio de Janeiro que é a unidade".

Rosinha Matheus também é alvo de críticas

O presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, Amarildo Silva, já havia pronunciado opinião bastante parecida, antes mesmo dos manifestantes deixarem a Candelária: "Nossa princi-

pal luta é contra a corrupção e contra o modelo econômico do governo federal. Isso sem esquecer do governo estadual que também vem fazendo uma péssima administração", explicou ele.

A insatisfação com a governadora Rosinha Matheus também marcou a passeata. Dezenas de concursados para a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap), aprovados em 2003, acusaram o estado de estar contratando outras pessoas para o lugar deles. Vestidos de preto, eles exibiam uma faixa com os dizeres: "Queremos trabalhar".

Os manifestantes usaram nariz de palhaço e levaram muitas faixas para o ato. A manifestação contou ainda com faixas e bandeiras do MST, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), Sindicato dos Servidores do Colegio Pedro II (Sindscope), Sindicato dos Comerciários de Nova Iguaçu e Regiões e Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense (Sintuff), além de diversos partidos políticos.

Ato termina com protesto contra a UNE

A faixa do Sintuff comparava o ínfimo reajuste de 0,1% dos servidores em 2005 com os 30 mil reais que, segundo as denúncias, era o valor da propina paga pelo governo federal aos deputados: "Lula sabia, ele é ladrão, roubou do povo para pagar o 'mensalão'", gritavam os manifestantes. O ensino público de qualidade também foi cobrado, em coro, pelos presentes: "Não tem dinheiro para educação, mas tem dinheiro para pagar o 'mensalão'".

Além do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal Fluminense (UFF), que esteve na organização da marcha, o ato contou com o apoio do DCE da UFRJ (Mário Prata). De acordo com Rafaela Magnani, representante discente no Conselho de Ensino do Graduação (CEG), na assembléia do último dia 14 de setembro o DCE Mário Prata deliberou apoiar as greves e participar desta manifestação.

O movimento estudantil demonstrou mais uma vez a insatisfação com a União Nacional dos Estudantes (UNE) que continua apoiando o governo: "Que coisa feia, que papelão, até a UNE recebeu o 'mensalão', gritavam os estudantes, em referência aos mais de R$ 1 milhão recebidos do governo pela entidade para a realização de encontros nacionais. O ato se encerrou em frente à Câmara dos Vereadores com os manifestantes queimando bandeiras da UNE e bonecos que representavam de putados corruptos e Lula.

Presidente veta reajuste em 2006

Lula joga reajuste de servidores para o próximo governo

Em plena campanha salarial, mais uma vez o governo Lula puxou o tapete dos servidores públicos federais que estão na luta pelo reajuste ainda em 2005. Para a surpresa até de parlamentares petistas, Lula da Silva vetou o artigo que previa um reajuste linear para todos os funcionários públicos federais pelo menos no próximo ano. A fórmula, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e que se baseava no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, poderia significar algo em torno de R$ 1,9 bilhão para este fim. Nas razões do veto, publicado em edição extra do Diário Oficial da União do dia 22, o governo justifica que "o dispositivo se traduz em indexação dos gastos da União com pessoal e encargos sociais com inequívoca repercussão negativa sobre as contas públicas". Para Fernando Antunes, presidente da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon), o episódio exige uma reflexão da sociedade. "Ao barrar a sugestão, Lula passa a idéia de que não aceita a intervenção do Congresso. Quase diz que os servidores são seus servos. O caráter absolutista do presidente, de qualquer presidente no Brasil, precisa ser discutido", reforçou.

O relator da LDO, Gilmar Machado (PT-MG), reagiu com surpresa. "Isso foi um equívoco", resumiu. Segundo ele, as negociações com a equipe econômica aconteceram de forma transparente e realista durante boa parte do primeiro semestre. Machado esteve com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, de quem buscou respostas para o "não" ao cálculo de reajuste linear para os servidores. "O Paulo Bernardo me garantiu que o dinheiro não vai evaporar e que o valor correspondente será usado para corrigir distorções", completou. Analisando a repercussão da notícia na imprensa nacional, é fácil perceber que está em jogo mais uma vez a manutenção da política econômica de superávit primário para o pagamento de juros da dívida pública em detrimento dos salários dos servidores e de outras ações de natureza social. De acordo com a matéria do Correio Braziliense (23/9), o Ministério do Planejamento julga que o desgaste político ocasionado pelo veto presidencial representa pouco perto do que a aplicação da verba prevista na LDO para o pagamento do funcionalismo significaria nas contas públicas na lógica de arrocho do governo federal. "A política do governo é conceder reajustes diferenciados por categoria. Não queremos atrelar salários", afirmou Paulo Bernardo ao periódico do Distrito Federal. A expectativa oficial é que um plano de novos reajustes diferenciados, já em estudo pela equipe econômica, anule os efeitos negativos gerados por mais essa infeliz decisão de Lula de barrar o artigo 90 da LDO. Ainda de acordo com o Correio, o petista Wasny de Roure (PT-DF) classificou a medida como lamentável. "Representa um prejuízo político muito grande", reforçou. Segundo ele, os trabalhos na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados ficarão ainda mais difíceis.

Mais contingenciamento

De acordo com a Folha de S. Paulo (22/9), outras áreas também sofreram cortes a partir dos vetos de Lula ao orçamento de 2006 aprovado pelo Congresso em agosto último. Um dos artigos vetados da LDO previa limites para o contingenciamento dos recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), do Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) e do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que deveria ser limitado a 40% da arrecadação prevista. O outro impedia o contingenciamento das verbas de emendas parlamentares individuais.

A LDO traz ainda, de acordo com a Folha, algumas inovações em relação aos anos anteriores. Entre elas está a limitação da carga tributária a 16% do PIB - levando em conta apenas as receitas administradas pela Secretaria de Receita Federal. Já as despesas correntes ficam limitadas a 17%.

O governo trabalha com um superávit primário (receitas menos despesas, excluindo os gastos com juros) de 4,25% do PIB para o ano que vem, mantendo a meta deste ano e dando continuidade à sangria de recursos que deveriam ser aplicados em Educação, Saúde e outras áreas sociais. Enquanto isso, a equipe econômica sob o comando de Antônio Palocci trabalha com um parâmetro de 4,5% para o crescimento da economia brasileira no ano que vem.

Colegiados

Conselheiros não votam o *Sucesso Escolar*

Programa de ingresso sem vestibular não é deliberado. Conselheiros solicitaram mais tempo para análise da proposta da reitoria

O professor do Colégio Aplicação (CAp) Maurício Luz voltou a comparecer ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na sessão da última quarta-feira (21/9). O objetivo mais uma vez foi a apresentação do projeto piloto do *Programa Sucesso Escolar* que visa democratizar e criar alternativas para o acesso aos cursos de graduação da UFRJ, seguindo os caminhos apontados pelo conselho na resolução aprovada na sessão ordinária do dia 22 de setembro de 2004. Na ocasião, os conselheiros destacaram a importância da interiorização dos cursos, de aumentar o número de vagas e da criação de novos cursos na universidade.

Na última quarta-feira (21/9), a proposta havia sido apresentada para deliberação do Conselho. Entretanto, alegando que os centros e as unidades não fizeram a discussão necessária sobre o assunto, os conselheiros não quiseram votar uma posição definitiva.

De acordo com o projeto piloto, que foi elaborado pelo próprio Maurício Luz, professores de escolas públicas do estado do Rio de Janeiro passariam por um curso de formação continuada, ministrado por professores da UFRJ. O curso teria 80 horas, sendo metade delas presencial e as outras 40 horas a distância. Seria estabelecida também uma reorientação curricular, além de cursos de avaliação. Em seguida, todos os professores se reuniriam para discutir a elaboração do material didático.

Projeto abriria 216 novas vagas

Os alunos das escolas estaduais que participassem do projeto receberiam aulas em curso de nivelamento, com duração de seis meses. Ao final, cada estudante seria classificado de acordo com uma determinada pontuação e faria uma opção de carreira. Os melhores classificados de cada área seriam alocados no curso escolhido sem as tradicionais provas do vestibular. Ao todo, seriam disponibilizadas 216 novas vagas na graduação para o projeto.

Preocupação

A opinião da maioria dos conselheiros foi expressa pelo professor Homero Fogaça (CCS): "O trabalho é excelente, mas a operacionalização não". O professor revelou não estar muito convencido se este mecanismo de ingresso é realmente o melhor para a universidade e revelou que se sentiria constrangido em votar em uma proposta que não foi discutida por seu centro: "Não estou aqui para emitir a minha opinião mas sim para defender a posição do CCS", afirmou o conselheiro.

Para o professor Gil Fernando da Costa Mendes de Salles, também representante do CCS, a Faculdade de Medicina não tem a menor condição de receber mais dez alunos no segundo semestre. Gil Salles informou que as turmas daquela unidade sempre abrigam mais do que os 96 alunos que ingressam no vestibular pois recebem estudantes de convênios e de transferências.

Gabriel Rodrigues Daumas Marques, representante discente, ressaltou que não se pode desvincular o projeto piloto da assistência estudantil: "Tendo em vista que um aluno proveniente de uma escola da rede pública não possui uma renda mensal alta, de que adianta trazer um aluno para a UFRJ se não podemos oferecer alojamento decente e bolsas estudantis? Será que ele terá condições de gastar seis reais por dia com lanche na cantina? E as passagens de ônibus que antes ele não pagava?", questionou.

O pré-requisito para as escolas estaduais que desejarem participar do programa é ter pelo menos quatro docentes, de disciplinas diferentes, que tenham concluído o curso de formação continuada previsto no projeto piloto.

O pró-reitor José Roberto Meyer decidiu atender os conselheiros e estender o prazo das discussões sobre o projeto e estabelecer um novo prazo para a proposta voltar ao CEG e finalmente ser votada. Meyer afirmou que apresentará o projeto no Fórum de Diretores e Decanos desta semana. O debate do projeto *Sucesso Escolar* retornará à pauta do colegiado no dia 14 de outubro e deverá ser deliberado no dia 19.

UFRJ

Alunos da ECO depõem na 10ª DP

Motivo foi a queixa do diretor da unidade

Como conseqüência da queixa do diretor José Argolo sobre a ocupação de seu gabinete pelos estudantes, em meados de junho, quatro representantes do Centro Acadêmico da Escola de Comunicação (ECO) foram chamados para prestar depoimento na 10ª Delegacia Policial, em Botafogo, no dia 19 de setembro. Os alunos são acusados de "desacato" e "constrangimento ilegal".

De acordo com os estudantes, que pela primeira vez pisaram em uma delegacia, transcorreu sem qualquer problema o relato dos acontecimentos do dia 15 de junho, marcado pela ocupação da sala da diretoria da ECO. Chamados separadamente para conversar com o inspetor Dejair de Souza Cardoso encarregado do caso, cada um lembrou que o protesto nasceu de decisões tomadas de forma coletiva pelo corpo discente. Um dos depoentes, que também é integrante do Conselho Universitário, Pedro Martins destacou que não havia líderes no movimento do dia 15/6, o que foi confirmado ao inspetor pelas três depoentes seguintes: Leila Leal, Laura Abrantes e Carolina Barreto.

Pedro foi o primeiro a depor. Muito provavelmente foi escolhido para iniciar a "série" por ter sido o único do grupo intimado a ter tido contato com o diretor e com um outro professor da ECO que tentou entrar na sala ocupada durante o dia do protesto. Precisou, portanto, ser mais detalhista e demorou mais que as alunas, também representantes do CaECO e do DCE. Os quatro foram acompanhados, durante os depoimentos, pelo advogado que os defende no caso, João Pedro Chaves V. Pádua.

Reitoria envia professor da FND

Quem também esteve na entrada da Delegacia foi o professor Silvio Ricart, da Faculdade Nacional de Direito. Designado pela reitoria para verificar se os estudantes estavam sendo assistidos, o docente teve breve conversa com o advogado e os estudantes. Disse que retornaria ao reitor para informar que a "rotina estava compatível e adequada ao caso".

Próximo passo: Juizado Especial Federal Criminal

O advogado João Pedro esclareceu para a reportagem da Adufrj-SSind que o próximo e obrigatório movimento na Justiça, após os depoimentos dos estudantes, será uma audiência de conciliação no Juizado Especial Federal Criminal. Quando intimados, provavelmente dentro de dois meses, segundo João Pedro, deverão comparecer à audiência os supostos autores (estudantes) e supostas vítimas (diretor José Argolo e o outro professor, Luciano Saramago).

Mas o advogado explica também que a audiência em si tem poucos efeitos práticos. Segundo ele, a legislação do país cobra, nesse caso da ECO, a necessária intervenção do Ministério Público, que pode, independentemente dos resultados da audiência - na qual também estará representado -, continuar o processo ou arquivá-lo. "Claro que, se houver conciliação, reforça o pedido de arquivamento", afirma João Pedro, confiante na defesa dos estudantes.

Para ele, o reconhecimento do Consuni (em agosto) do caráter responsável da manifestação estudantil e a moção de repúdio à atitude do diretor de prestar queixa na polícia contra um grupo de alunos, são pontos que qualificam a situação. João Pedro citou ainda o direito garantido pela Constituição Federal de os estudantes se manifestarem como mais um argumento que deve levar ao arquivamento das acusações.

Colegiados

Professor critica mestrado profissional no CEPG

Segundo Oscar Rosa Mattos, a intenção é substituir o atual mestrado

Um dos primeiros na UFRJ a se manifestar publicamente contra o mestrado profissional, o professor Oscar Rosa Mattos (da Coppe) foi o convidado do CEPG na sessão de 23/9 para falar sobre o assunto. Segundo ele, o mestrado profissionalizante é inconstitucional ao introduzir o ensino pago com o caráter *stricto sensu* nas universidades.

Foi com essa justificativa, inclusive, que o professor resolveu entrar com uma representação junto à Procuradoria Geral da República em agosto de 2000. A PGR levou o tema à Justiça e conseguiu uma liminar que proibiu o mestrado profissionalizante em todo o estado do Rio de Janeiro. "E acredito que essa liminar não foi cassada até hoje", afirmou Oscar, acrescentando que chegou a ser ameaçado na época por esta iniciativa: "Disseram que eu teria problemas na Capes (que apóia o mestrado profissionalizante)", comentou.

Para o docente, o objetivo do mestrado profissionalizante, que garante um *status* superior ao de um curso de especialização, é substituir os mestrados acadêmicos ao longo do tempo. "Eu não consigo ver exemplo de mestrado profissional que não possa ser classificado como um mestrado simples ou um curso de especialização", criticou.

O professor releu um texto de sua autoria publicado no Jornal da Adufrj em 1999 com suas primeiras impressões negativas sobre o mestrado profissional. Segundo ele, nada mudou, bastando atualizar as referências de governo e datas.

Por fim, Oscar observou estar feliz com a discussão do mestrado profissional pelo CEPG e, posteriormente, pelo Consuni. Para ele, muitas universidades adotaram a iniciativa sem um debate mais aprofundado.

Após a exposição do professor, alguns conselheiros manifestaram-se a favor ou contra o mestrado profissional. Mas é certo que o assunto continuará em pauta no colegiado com novos convidados.

Presidente da Capes visitará o colegiado

Tanto é assim que já está agendada uma visita do presidente da Capes, Jorge Guimarães, para falar ao CEPG do dia 7 de outubro sobre mestrado profissionalizante.

Regulamentação de pagamento de bolsas

O CEPG bateu o martelo sobre uma proposição da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) de regulamentar o pagamento de bolsas de pesquisa, via fundações, a professores e técnico-administrativos da UFRJ, conforme o decreto presidencial nº 5.205. A legislação governamental, que não tinha muito apoio entre os conselheiros, estava sendo discutida no colegiado desde o final de junho.

O colegiado formulou algumas exigências, como a garantia pelo diretor da unidade à qual o candidato a bolsa está vinculado de que não haverá conflito com as atividades regulares do servidor. Outro ponto é que a tabela de valores e os critérios a serem seguidos serão os utilizados pelo CNPq. A decisão final caberá ao Consuni, no entanto.

Curso *lato sensu* da FND

A proposta de um curso de especialização em Direitos Humanos vinculado à Faculdade Nacional de Direito sofreu diversas críticas por parte do conselho. Havia inadequações e desrespeito às normas da universidade em diversos pontos. Pior que isso: o curso já estava em funcionamento desde o dia 15 de setembro com inscrições para 70 alunos (sendo 60 vagas reservadas para integrantes do Ministério Público da União). A quantidade de estudantes do MPU seria explicada por um convênio entre a UFRJ e aquele órgão público. Detalhe: um convênio do qual não foi encontrado registro na universidade.

O colegiado resolveu declarar o curso inexistente, determinando que fossem avisados a coordenadora do curso, o diretor *pro tempore* da unidade, o decano do CCJE, o próprio MPU e o presidente da FUJB. Também será informada à Pró-reitoria de Pessoal a carga horária considerada desmedida de alguns dos docentes envolvidos na iniciativa (alguns diziam ter mais de cem horas de trabalho semanais em mais de uma instituição, contando a UFRJ).

Fundações em pauta

Uma vez que o Consuni não deliberou sobre a relação entre as fundações e a UFRJ no dia anterior (22/9), o CEPG ganhou mais tempo para discutir o assunto, que deverá estar em pauta nas próximas sessões.

Calendários da pós-graduação em 2006

Foram aprovados pelo colegiado os calendários da pós-graduação da UFRJ para 2006, embora a decisão definitiva caiba ao Consuni. Para os cursos que se organizam semestralmente, o primeiro período letivo inicia-se em 6 de março e acaba em 21 de julho. O segundo período letivo começa em 7 de agosto e vai até 22 de dezembro.

O calendário bimestral também vai de 6 de março a 22 de dezembro, mas há mais dois recessos (em maio e em outubro). Já o calendário trimestral, apesar de também iniciar-se em 6 de março, prossegue até 28 de fevereiro de 2007.

História do edital Pibic não acabou

Ainda não acabou a tumultuada história do último edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), que sofreu forte ingerência do CNPq para ser modificado no primeiro semestre deste ano. Pelo menos para o professor Nelson Souza e Silva (CCS) que, ao lado de outros conselheiros, fez um recurso ao Consuni para tentar reverter a decisão conjunta CEG/CEPG de 22 de junho deste ano (leia Jornal da Adufrj de 27/6). O Conselho Universitário de 11 de agosto, porém, indeferiu o pedido.

Nelson ponderou, durante a reunião do CEPG, que os argumentos utilizados para o indeferimento não foram satisfatórios e que vai se reunir com os demais proponentes do recurso para decidir o que será feito.

Conselho Universitário adia deliberação sobre fundações de apoio

Previstos para a última sessão do colegiado superior (21/9), o debate e deliberação sobre a proposta apresentada pela reitoria para regular a relação da universidade com as suas fundações de apoio acabaram não ocorrendo. As justificativas apresentadas por alguns conselheiros foram a ausência do reitor Aloísio Teixeira (o colegiado foi presidido pela vice-reitora, Sylvia Vargas) e, principalmente, a falta de posicionamento dos centros e unidades com relação à proposta de resolução.

O único que questionou a decisão do Consuni de retirar a matéria da pauta daquela sessão foi o Pró-reitor de Finanças, Joel Teodósio. Para Joel, o debate sobre as fundações de apoio já estaria amadurecido pela comunidade e suas instâncias institucionais. O colegiado, no entanto, solicitou à reitoria que reforce o pedido para os centros e unidades ampliarem o debate sobre o assunto e para que estes se posicionem sobre a matéria. Foi criada, ainda, uma comissão de sistematização que tem até o dia 27 de outubro para receber e encaminhar ao colegiado superior a síntese das avaliações e sugestões das unidades e centros sobre o tema. Participam da comissão os conselheiros Ângela Rocha (CCMN) e Carlos Levy (CT) e a conselheira técnica-administrativa Chantal Russi.

Para o conselheiro Ricardo Tauille (CCJE), o Consuni está preocupado com a relação das fundações com a universidade, no entanto, até o momento, de acordo com o professor, apenas a Fundação José Bonifácio apresentou sua forma de atuação com as instâncias da UFRJ. "As demais ignoraram a solicitação deste conselho", criticou.

Atualmente, a UFRJ tem quatro fundações de apoio credenciadas pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. De fato, apenas a FUJB considerou a solicitação feita pelo Consuni quando este aprovou a regulamentação das fundações internas e a encaminhou para os ministérios, atendendo ao decreto 5.205 (de 15/9/04) que regulamentou a Lei de 1994. Na ocasião, o colegiado aprovou também a existência das fundações Coordenação de Projetos e Estudos Tecnológicos (Coppetec), Bio-Rio e José Pelúcio Ferreira (FJPF).

Movimento

CNG-Andes/SN organiza Dia Nacional de Luta dos Docentes

Objetivo é pressionar governo a abrir efetivas negociações

A ausência de negociações por parte do governo com os comandos nacionais de greve das entidades da Educação (Fasubra, Sinasefe e Andes-SN) vai provocar uma série de atos nesta semana. O Sinasefe promove um acampamento em Brasília, entre os dias 27 a 30 de setembro, na Esplanada dos Ministérios. A Fasubra realiza uma caravana, também para a capital federal. Já o CNG/IFES/Andes deliberou pela participação da categoria no Dia Nacional de Luta dos Docentes em defesa da universidade pública e pela valorização do trabalho docente, em 30 de setembro.

Neste dia, o Comando propõe atividades em âmbitos nacional e local com ações como o tradicional "universidade na praça". O lema será: "O espelho da universidade: defenda-a para que ela não morra". Haverá distribuição de notas públicas à comunidade e à imprensa e divulgação do endereço eletrônico de parlamentares para que a população possa pressioná-los para a abertura de negociações efetivas com o movimento.

Além dessas atividades, o CNG-Andes entende que é fundamental mostrar à sociedade a luta histórica do movimento docente e o processo que resultou na deflagração da atual greve, com destaque para a opção do governo de canalizar as verbas públicas para o pagamento de juros e de se recusar a estabelecer um processo democrático e transparente de negociação com os servidores públicos federais.

Para as seções sindicais, o Comando recomenda, ainda, o envio de militantes, material e sugestões de atividades para a realização de um ato nacional durante o dia 30, na capital federal. No caso de impossibilidade, pede contribuição financeira para auxiliar a participação de outras seções sindicais próximas a Brasília. Outras contribuições, dentro das possibilidades, também serão bem vindas para as caravanas e acampamento do Sinasefe e Fasubra.

Audiência Pública da Frente Parlamentar e Social em defesa da Universidade Pública e Gratuita

No dia 21, no Plenário Freitas Nobre, no Anexo IV da Câmara dos Deputados, com a participação de mais de 160 presentes, entre parlamentares, grevistas do Andes-SN, Fasubra, Sinasefe e estudantes da UnB, houve audiência pública com a Frente Parlamentar e Social em defesa da Universidade Pública e Gratuita. O objetivo era conseguir o apoio de deputados e senadores para a abertura de efetivas negociações com o governo.

A abertura da audiência foi feita pelo deputado Babá (PSOL-PA), que conduziu os trabalhos e concedeu a palavra aos líderes dos três comandos de greve e aos seguintes parlamentares: Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ), Geraldo Mesquita (PSOL-AC), Gilmar Machado (PT-MG), Sergio Miranda (PDT-MG), Paulo Rubens Santiago (PT-PE), Chico Alencar (PT-RJ), João Alfredo (sem partido-CE), Ivan Valente (PT-SP) e Walter Pinheiro (PT-BA). Através de mensagens enviadas por assessores ou colegas ou por rápidas passagens pelo local do evento, Luiza Erundina (PSB-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Orlando Fantazini (PT-SP) também manifestaram solidariedade aos movimentos em greve.

O tom geral da intervenção de todos os parlamentares foi a justeza das reivindicações dos trabalhadores em educação no serviço público federal e o comprometimento de todos no empenho na efetiva abertura de negociações, além de garantias na luta por mais verbas para educação na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006.

Na avaliação realizada pelo CNG dos docentes do Andes-SN, a audiência com a Frente Parlamentar foi excelente em termos de mobilização das categorias em greve e da presença dos parlamentares. "Este fato só foi possível graças à força da nossa greve e à importância que a defesa da universidade tem. Conseguimos dar mais visibilidade à nossa greve tanto pela ação conjunta dos CNG, quanto pela atenção que o parlamento manifestou", diz um trecho do Comunicado nº 9, disponível em www.andes.org.br.

Comandos do Andes-SN, Fasubra e Sinasefe promovem ato na Câmara

As manifestações no Congresso continuaram no dia 22. Docentes e técnicos administrativos federais da área de educação voltaram a realizar reuniões com parlamentares. As categorias, representadas pelo Andes-SN, Fasubra e Sinasefe buscaram o apoio de políticos e promoveram uma plenária conjunta dos segmentos. O presidente da Andifes (entidade dos reitores), Oswaldo Duarte Filho, também esteve no ato. As deputadas Alice Portugal (PCdoB-BA) e Fátima Bezerra (PT-RN) integraram a mesa de trabalho. Participaram do ato, ainda, os deputados Gilmar Machado (PT-MG), Wasny de Roure (PT-DF), Iara Bernardi (PT-SP), Walter Pinheiro (PT-BA), Selma Schons (PT-PR). Foi registrado o apoio e a solidariedade à luta enviado, por escrito, pelo deputado Carlos Abicalil (PT-MT).

Reunião na Comissão de Educação

Um pouco mais tarde, durante o próprio dia 22, houve reunião na sala da Comissão de Educação, na Câmara dos Deputados, com a presença dos parlamentares Iara Bernardes (PT-SP), Alice Portugal (PCdoB) e Fátima Bezerra (PT-PN), dos dirigentes e representantes do Andes-SN, da Fasubra, do Sinasefe, e do presidente da Andifes.

A deputada Fátima Bezerra informou que já se constituiu uma frente (comissão) suprapartidária para interferência nas negociações entre governo e servidores. O debate transcorreu sobre a pauta de reivindicações dos movimentos, sobre os recursos e a situação das greves. Ficou agendada nova reunião para o dia 27/9.

Nova Avaliação do CNG/Andes-SN

O Comando Nacional de Greve do Andes-SN avaliou, já em seu Comunicado nº 10, que as atividades foram positivas, pois reforçaram a presença política na arena do parlamento, defendendo as reivindicações unitariamente com o Sinasefe e a Fasubra, com os parlamentares e a Andifes se comprometendo a trabalhar junto ao MEC na busca da abertura de negociações com os comandos de greve.

Quadro da greve no Andes-SN

A greve dos docentes universitários alcançou 24 universidades até o dia do fechamento desta edição (em 23/9) e mais duas seções sindicais (do Cefet-RJ e da Universidade Federal do Amapá) já haviam definido sua adesão ao movimento a partir, respectivamente, dos dias 26 e 29 de setembro. Outras 17 assembléias de base aprovaram indicativos de greve (com ou sem data) e também podem juntar-se à greve. Apenas duas universidades mantinham-se contrárias ao movimento.

Entre as demais, permanece o quadro de falta de informação disponível ou não aconteceu discussão. Em outros casos, decidiu-se não deliberar (caso das duas últimas assembléias da Adufrj-SSind).

Fasubra fortalece a greve

Movimento chega a 40 universidades

Os técnico-administrativos das universidades federais decidiram continuar e fortalecer a greve, iniciada há pouco mais de um mês por um eixo específico de reivindicações. A principal delas era conseguir a garantia junto ao governo de que haverá recursos no orçamento do ano que vem para implantar a segunda etapa do plano de carreira conquistado na greve anterior. Segundo o último informativo disponibilizado pela Fasubra até o fechamento desta edição (em 23/9), 40 entidades de base encontravam-se paralisadas.

No fim da semana retrasada, o Comando Nacional de Greve da Fasubra obteve a confirmação da existência dos recursos voltados para a carreira na Lei de Orçamento Anual de 2006. Mas o fato não foi suficiente para encerrar o movimento. A categoria também quer resposta do governo para as outras reivindicações, como a racionalização dos cargos após a implantação da nova carreira e uma resolução acerca do vencimento básico complementar (VBC) dos funcionários. Cobram, ainda, reajuste do vale-alimentação, auxílio à saúde e parcelamento do desconto de adiantamento das férias, no mínimo, em seis vezes, entre outros itens.

Caravanas a Brasília

Entre os dias 28 e 30, o CNG-Fasubra deliberou pelo envio de caravanas de servidores a Brasília com o objetivo de pressionar o governo a reabrir as negociações.

Sinasefe mantém greve

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) aguarda, em greve, a prometida proposta do governo para negociação salarial até o dia 30 de setembro. "Com o crescimento econômico e o reajuste nos salários dos servidores da câmara e do congresso, não há mais argumentos que justifiquem a falta de orçamento para o atendimento do nosso reajuste salarial. A nossa base precisa ir às ruas e mostrar à sociedade a irresponsabilidade com que o governo vem tratando essa questão. Precisamos investir cada vez mais para que toda a nossa base paralise as suas atividades. Este recurso tem de ser a nossa forma de mostrar a indignação e a revolta dos trabalhadores e trabalhadoras pelo descaso com o Setor da Educação", diz um trecho do editorial do último informativo da categoria.

Entre as entidades de base do Sinasefe, 21 encontravam-se paralisadas, mais duas poderiam aderir ao movimento no dia do fechamento desta edição (em 23/9) e outras duas, nesta semana.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 474 • 4 de outubro de 2005

Reunião dos docentes da Faculdade de Educação

11h

6/10 (quinta-feira)

Faculdade de Educação sala 206

Pauta:
Informes gerais; levantamento dos problemas da FE; propostas

Governo Lula bate recorde de universidades privadas

Página 2

Agenda Sindical

30/9 a 2/10 - Reunião do GTPE do Andes-SN
***Brasília (DF)* - sede do Andes-SN**

4/10 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
Sede da Adufrj, às 17h

6 e 7/10 - III Seminário Regional sobre Carreira Docente Andes-SN - Sinasefe
Teresina (PI)

8 e 9/10 - Reunião do GT-Fundações do Andes-SN

***Brasília (DF)* - sede do Andes-SN**

11/10 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind

21 a 23/10 - Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

28/10 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Brasília (DF)

28 a 30/10/2005 - XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Belo Horizonte (MG)

2 a 4/11 - 1º Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial

Caracas* - *Venezuela

Luís André Barreto/Andes-SN

MANIFESTANTES NA PORTA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, EM 30/9

Em 31 universidades, docentes param por reajuste salarial e condições de trabalho

MEC apresenta proposta de reajuste nas titulações e novamente deixa de fora docentes de 1º e 2º graus, aposentados e pensionistas

Já são trinta e uma as seções sindicais do Andes-SN que aderiram à greve nacional. Na última sexta-feira, dia 30 de setembro, foi o prazo final para que o governo federal apresentasse uma proposta concreta para substituir a GED por alguma forma de avaliação dos docentes ao Grupo de Trabalho do MEC, do qual faz parte o Sindicato Nacional dos Docentes. No mesmo dia, foi realizado o Dia Nacional de Luta dos Docentes, com a participação de centenas de grevistas em passeata na Esplanada dos Ministérios.

Continua na página 4

Editorial

Sem luta agora, reajuste salarial e verbas só depois de 2007

Que os nossos salários estão depreciados, todos sabemos.

Contudo, o que muitos ainda não perceberam é que o governo vem mantendo o mesmo padrão de recursos para reajustar os servidores desde 2003 e não tem demonstrado disposição de mudar essa ordem de grandeza: pouco mais de R$ 1 bilhão para 1.125 mil funcionários públicos (ativos e aposentados). Para 2006, a previsão é de R$ 1,5 bilhão. Com essa ordem de grandeza, o reajuste não pode ser muito diferente dos 0,1% previstos para 2005.

Sem pressão sobre o governo já, o próximo reajuste poderá ser apenas em 2008.

Na última reunião com o Planejamento, o ministro Paulo Bernardo afirmou que a "negociação" atual será a última do governo, pois 2006 será ano eleitoral. Sabemos também que o governo demonstrará ao mercado que não transigirá em sua política de contenção dos gastos com os servidores em benefício dos bancos e do capital. Em 2007, o novo governo irá alegar que recebeu o orçamento do governo anterior, que precisará "arrumar a casa" e que, portanto, somente no ano seguinte poderá dar algum reajuste... Como poderemos sobreviver com o salário congelado até 2008?

A mesa de negociação específica também não avançou até agora

Na última reunião do Grupo de Trabalho do MEC que deveria tratar do fim da GED, em 30/9, o governo nada apresentou, além de cálculos e possibilidades vagas para 2006. E o pior: exprimiu claramente que não pensa em incluir os docentes da carreira de 1º e 2º graus das IFES em qualquer negociação com o Andes-SN, desprezando, mais uma vez, as reivindicações dos 8.000 professores dessa carreira representados pelo nosso sindicato. Além disso, ainda não recebeu o Comando Nacional de Greve do Andes-SN para negociar a greve em curso.

A folha de pagamento de todos os servidores federais equivale a 5% do PIB brasileiro, enquanto os juros da dívida pública ultrapassam 11% do PIB e chegarão a R$ 160 bilhões durante o ano de 2005.

A cada ano aumenta a parcela do orçamento público destinada ao pagamento dos juros da dívida pública (o superávit primário). Para esse fim, FHC cortou das despesas públicas o equivalente a 2,5% do PIB em 2002. Lula retirou 3,25% em 2003 e 4,2% em 2004. Em 2005, até agosto, foram retirados 6,5% do PIB. A projeção para todo o ano de 2005 é que sejam efetivamente pagos cerca de R$ 120 bilhões de juros ao capital rentista. Mas os juros debitados ao governo nesse período chegam a R$ 160 bilhões, o que significa que, apesar desse imenso sacrifício imposto ao povo brasileiro, a dívida continuará aumentando, sem perspectivas de melhora, a curto ou a longo prazo, se não houver mudanças na política econômica. Ou seja, recursos para reajustar os servidores e para investir nos serviços públicos existem!

Um reajuste linear de 18% e a incorporação da GAE, da GED e da GEAD nos valores máximos para os ativos, aposentados e pensionistas, com isonomia e paridade, requerem apenas cerca de R$ 1,3 bilhões anuais.

É uma reivindicação equilibrada, emergencial e justa e que permitirá manter a remuneração dos docentes em um patamar significativamente superior ao atual, além de recuperar parcialmente a estrutura dos salários.

A hora é essa. Não podemos jogar a possibilidade do reajuste para 2008.

Unidos, organizados e mobilizados, podemos reunir forças para que o governo atenda às nossas reivindicações básicas e que os recursos duramente extraídos do povo brasileiro tenham uma destinação social. E a universidade pública é um dos pilares das nações democráticas.

O que fazer diante desse quadro?

Já ultrapassamos em muito os limites de tolerância. Necessitamos debater as alternativas para a inserção dos professores da UFRJ na greve em curso nas universidades federais, à qual já aderiram os docentes de 31 instituições, nas reuniões da Adufrj que estão sendo realizadas nas unidades da UFRJ, no Conselho de Representantes do dia 4/10 e na Assembléia Geral do dia 11/10.

Diretoria da Adufrj-SSind

Reforma Universitária

Governo Lula bate recorde de universidades privadas

Nenhum outro governo havia autorizado a abertura de tantas instituições particulares num período tão curto

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o número de portarias autorizando a abertura de novos cursos de instituições do ensino superior privado é grande, inclusive quando comparado ao governo Fernando Henrique Cardoso, antigo recordista no quesito. Entre janeiro e agosto deste ano, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a criação de 290 instituições de ensino superior. Dessas universidades, 273 (94%) são particulares. Nunca antes o governo federal havia permitido a abertura de tantas instituições privadas em período tão curto.

No governo de Fernando Henrique, na gestão de Paulo Renato de Souza à frente do MEC, chegaram a ser assinadas 234 portarias durante um ano, que havia sido o maior número até então. Foi ele quem criou as regras que possibilitaram a expansão das faculdades particulares. Entretanto, Paulo Renato sempre deixou bem claro que o objetivo do seu ministério era investir em educação básica e que caberia ao mercado regular o ensino superior.

Já o atual governo assumiu com idéias opostas. "Esta orgia da expansão do ensino privado tem de acabar. Não podemos permitir que o mercado comande a educação superior privada no Brasil. Assim, está na hora de colocarmos o setor privado nos trilhos do interesse público", declarou o ex-ministro Tarso Genro, em março do ano passado, quando completava o terceiro mês à frente do MEC.

O governo federal, de acordo com a coordenadora-geral de Regulação da Educação Superior do MEC, Heloísa Hene, alterou o rumo do discurso com a prática e tenta responder ao desequilíbrio com a política de interiorização das universidades federais. O argumento agora é de que o MEC não pode cercear o interesse dos empresários de abrir cursos. "Cabe ao ministério exigir qualidade", afirma Heloísa. Existem hoje uma universidade pública para cada dez instituições privadas no país, o que corresponde a 70,8% do total de alunos do ensino superior dentro de universidades particulares.

Fonte: Estado de Minas (25/9/05)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp:** Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Estudantes pedem a construção imediata do "bandejão"

Aluno condenam processo lento e cobram o início das obras dos restaurantes universitários

Dezenas de estudantes cobraram providências em relação à construção de restaurantes populares na universidade na reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na quarta-feira, 28. Embora o assunto não estivesse previsto na pauta da sessão do colegiado, a banca discente sugeriu a inclusão do ponto para ser discutido em plenária, como extra pauta, e os conselheiros aprovaram a sugestão.

De acordo com os estudantes, os restaurantes (conhecidos como "bandejões") devem ser gratuitos, em todos os *campi*, sem o corte de bolsas, funcionando para almoço e janta, e com o prazo estipulado para o fim das obras. Durante o debate, o conselheiro Jorge Badauí informou que o movimento estudantil cobra que seja posto em prática o projeto de construção do restaurante popular e que nada seja cobrado pela alimentação: "Nossa defesa é por um bandejão gratuito, mas não seremos intransigentes em não aceitar o projeto, caso seja cobrado um valor simbólico pela refeição", avisou. Badauí, que também é coordenador de comunicação do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ (DCE Mário Prata), ressaltou o alto índice de evasão na universidade provocado pela falta de condições mínimas para os alunos se manterem estudando: "Esta questão deveria ser lembrada quando se discute as medidas para reduzir as vagas ociosas", alertou.

Conselheira propõe "bandejão" provisório

O conselheiro Luiz Felipe de Souza Coelho, representante do CCMN, levantou a possibilidade de se haver um critério sócio-econômico para disponibilizar os restaurantes populares: "Não é justo criar 'bandejão' para estudantes de renda alta", afirmou. A opinião do professor não foi compartilhada pelos demais conselheiros. Para a professora do Colégio Aplicação (CAp), Celina Maria de Souza Costa, os restaurantes populares - assim como a universidade pública – é um direito de todo o cidadão que paga seus impostos. A conselheira concordou com a reivindicação dos estudantes e também considerou emergencial a construção do "bandejão".

A representante discente Viviane da Silva apontou uma solução de curto prazo enquanto as obras para o restaurante popular não terminarem. A conselheira sugeriu que fossem reativados os antigos restaurantes populares da universidade: "Não adianta ficar pensando no futuro tendo um problema atual para resolver", afirmou.

Apesar de concordar com a urgência das necessidades estudantis, a representante dos técnico-administrativos Ana Maria de Almeida Ribeiro manifestou uma preocupação em relação ao "imediato início das obras" cobrado pelos representantes discentes. Segundo ela, existe uma lei vigente que proíbe que a UFRJ contrate cozinheiros, auxiliares de cozinha e motoristas, entre outros profissionais: "Para colocarmos o 'bandejão' para funcionar, sem antes eliminarmos esta lei, teremos que contratar profissionais terceirizados. Minha experiência ensinou que o imediatismo no setor público significa privatização", argumentou.

Reitoria comunica falta de recursos

O pró-reitor de graduação José Roberto Meyer concordou com a intervenção de Ana Maria Ribeiro e considerou inviável até mesmo a reativação dos antigos restaurantes enquanto as obras do projeto não forem iniciadas: "Não temos mais os garfos, nem os pratos e nem as bandejas. Como poderemos reativar estes restaurantes sem utilizar mão-de-obra privada?", questionou. José Roberto Meyer explicou que a verba que a universidade recebe já vem pré-estabelecida quanto aos gastos: "Nem o computador nos permite transferir parte da verba destinada aos imóveis, por exemplo, para a construção dos restaurantes", informou.

Conselheiros aprovam moção

De acordo com Meyer, para tudo o que a UFRJ precisa gastar a mais com determinado setor tem que utilizar a chamada "verba própria": "Atualmente toda a verba própria da nossa universidade é utilizada para o pagamento de bolsas estudantis", justificou. O pró-reitor de graduação afirmou ainda que a pessoa mais indicada para responder estas questões é o pró-reitor de planejamento e desenvolvimento, Joel Teodósio.

Como vários representantes de centros alegaram desconhecer o projeto piloto de construção do "bandejão", José Roberto Meyer sugeriu que a coordenadora do anteprojeto, professora Lúcia Andrade, faça a apresentação na próxima reunião do colegiado para que o assunto seja mais aprofundado. No final da sessão os conselheiros aprovaram, por unanimidade, uma moção favorável à agilidade no processo de construção dos restaurantes populares gratuitos dentro da UFRJ.

Oposição ao DCE critica resultado da assembléia geral dos estudantes

Um pequeno grupo de estudantes compareceu ao CEG e criticou atual gestão do DCE Mário Prata. O grupo não reconhece a derrota na últimas eleições e criticou a deliberação da última assembléia geral dos estudantes que aprovou a reivindicação de um bandejão gratuito. Os representantes do DCE no conselho, no entanto, deixaram claro em suas intervenções que os estudantes da UFRJ estão dispostos a negociar um valor mínimo para as refeições em favor da construção imediata dos restaurantes universitários. Alguns conselheiros reprovaram a atitude do grupo e o fato de o movimento discente não estar unificado nas lutas pelos interesses comuns. O professor Ubiratan da Silva Ribeiro de Souza (CLA) lamentou o fato de um segmento estudantil pedir voz no CEG e contrariar a posição dos seus próprios representantes no colegiado.

Centros analisam proposta da reitoria

O pró-reitor José Roberto Meyer esclareceu que o projeto piloto que visa democratizar e criar alternativas para os acessos aos cursos de graduação da UFRJ, apresentado ao CEG no dia 21/9 pelo professor do CAp Maurício Luz, por se tratar de um projeto piloto, ainda não possui um nome definitivo. Meyer explicou que o Programa *Sucesso Escolar* é um projeto que já existe e servirá como base para o projeto piloto que a reitoria pretende implantar. A proposta, que prevê o ingresso de alguns alunos oriundos da rede pública estadual, sem o tradicional vestibular, está sendo discutida nos centros e retornará ao colegiado na sessão do dia 19/10 para ser deliberada.

Resenha

MST pressiona Lula

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) confirmou que vai manter a ocupação de prédios públicos e propriedades rurais, consideradas improdutivas pelo movimento. O objetivo é pressionar o governo Lula a cumprir metas já firmadas com os Sem Terra. A decisão foi anunciada após reunião realizada na tarde desta terça-feira (27), em Brasília, entre ministros do governo Lula e lideranças do movimento, que terminou, segundo os sem-terra, em "nada de concreto" (Agência Carta Maior, 27/9).

Uma alternativa à Alca

Enquanto grande parte dos governos dos continentes americanos ainda tenta manter na pauta do debate sobre a integração regional o agonizante acordo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a Venezuela gestou e procura expandir a idéia da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), um projeto de integração que já teve início através de acordos entre o país e Cuba. De acordo com o governo venezuelano, a Alba é fundamentada nos conceitos de cooperação, complementação e solidariedade e deve representar um contraponto ao caráter puramente comercial da Alca (Agência Carta Maior, 28/9).

Bolsas não divulgadas

Até esta quinta-feira (29/09), quando o ministro da Educação, Fernando Haddad, anunciou o cronograma do Prouni 2005, o MEC (Ministério da Educação) ainda não havia informado o número de bolsas integrais e parciais disponíveis este ano. O número de vagas por cursos e turnos só será anunciado a partir do dia 7 de outubro, quando as instituições de ensino superior deverão ter concluído o balanço de pagantes e bolsistas (Universo *Online*, 29/9/2005.

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701

2230-2389

2260-6368

Movimento

Continuação da capa

Sinasefe é impedido de participar

O ministro Fernando Hadadd chegou a participar dos 15 minutos iniciais da reunião do Grupo de Trabalho do MEC e se retirou alegando outro compromisso. Vale registrar, ainda, que o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) foi impedido pelo MEC de participar da reunião. O Sinasefe havia sido convidado pelo Andes-SN para acompanhar as atividades do GT. O secretário Ronaldo Teixeira assumiu a representação do governo e apresentou como proposta aos docentes a transformação do GT em um espaço para reestruturação da carreira, no qual seria tratada também a incorporação das gratificações. Não houve, portanto, como estabelecia a portaria 4.052/04 que instituiu o GT, nenhuma proposta concreta para a substituição da GED.

Ronaldo Teixeira propôs estabelecer um cronograma para discutir duas medidas. A primeira seria a criação da classe de Professor Associado. Existem, de acordo com o secretário, 12 mil professores na posição de Adjunto IV em condições de ascender para a nova classe, sendo o interstício salarial de 10%. Os critérios para a progressão deverão ser tratados nas próximas reuniões. A segunda seria um aumento de 50% nos incentivos de titulação, o que, segundo o Secretário, resultaria em um reajuste médio do total da remuneração de 9,47%.

Ronaldo Teixeria finalizou a exposição do governo informando que o impacto orçamentário das duas propostas será, conforme os cálculos do MEC, de R$ 395.422.574.08. Informou que ainda está sendo redigida a proposta e que possivelmente, até o final do dia, esta seria enviada às entidades.

Representando a Andifes na reunião do GT, o reitor da UFMT, Paulo Speller, perguntou se o MEC tinha idéia sobre quando ocorreria a implantação das propostas. A resposta do secretário foi de que elas são para janeiro de 2006 e, portanto, o impacto seria no orçamento do próximo ano.

Docentes de 1º e 2º graus de fora

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, questionou o fato de a proposta não englobar os docentes da carreira de 1º e 2º graus e se não havia uma previsão de período e destinação orçamentária para a incorporação das gratificações. Marina questionou a falta de uma proposta de incorporação da GED "até mesmo com passos intermediários, com o objetivo de valorizar o trabalho docente, considerando que a GED se estrutura tendo como princípio a titulação". O secretário do MEC respondeu que a proposta apresentada é de fato somente para os professores do 3º grau e que chegaram a ser calculados os impactos das incorporações, mas o governo optou por não apresentá-los nesse momento.

O vice-presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, questionou a ausência de proposta para a garantia da paridade com a utilização, por exemplo, de uma gratificação fixa no lugar da GED, "como passo para a futura incorporação, proposta que foi pauta no ano passado quando o governo rompeu as negociações".

Luís André Barreto

DIRIGENTES DO ANDES-SN, EM PRIMEIRO PLANO, NA REUNIÃO DO DIA 30/9

Fingindo de morto

Os representantes do MEC responderam que trabalharam apenas com as propostas "que estavam na mesa". Marina Barbosa reagiu lembrando que o Andes-SN já apresentara documento que propunha a equiparação da GED e da GEAD e que esta era a segunda vez que os representantes do MEC afirmavam desconhecimento da proposta feita pelo Sindicato, lembrando ainda que, da primeira vez, uma cópia do documento estava na pasta de um dos representantes do MEC.

Montante é uma conquista

Marina considerou um avanço a disponibilidade de R$ 400 milhões no orçamento do próximo ano, mas disse que ainda há uma expectativa na base do sindicato em relação à proposta do governo e que a greve está crescendo entre os professores. Para Marina, a proposta apresentada, a despeito de algum avanço no que se refere à existência de um montante definido, gera certa frustração, na medida em que o MEC não vislumbra formas para atender à paridade, à isonomia entre as duas carreiras existentes e às incorporações, temas que, por determinação da portaria, deveriam ter sido tratados por aquele grupo que encerrava seus trabalhos. A próxima reunião do MEC com o Andes-SN será dia 7 de outubro, às 10 horas.

Comando de greve avalia proposta do MEC

Apesar da definição do montante, nenhuma reivindicação foi atendida

No dia seguinte, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN avaliou o encontro do Andes-SN com o MEC na última reunião do Grupo de Trabalho na qual o governo deveria ter apresentado uma proposta de incorporação das gratificações. "É importante registrar que após oito (8) meses de reuniões de 'enrolação' o GT foi encerrado e nada efetivamente foi cumprido em relação à tarefa a que se destinava. A GED permanece sem nenhuma definição concreta e não se sabe o que acontecerá com essa gratificação daqui para frente", diz o relatório de avaliação do Comando.

Para os representantes das seções sindicais em greve, mesmo que seja formalizada pelo MEC, a proposta não atende a nenhum item da pauta de reivindicações do Sindicato. Ao contrário, exclui parte considerável da categoria docente e pode asseverar as distorções em relação aos professores da carreira de 1° e 2° graus, titulares, graduados, substitutos, aposentados e pensionistas. Além do fato de que nenhum reajuste será concedido ainda em 2005. Na análise do CNG, o governo foi evasivo quanto à criação da classe de professor associado e não apresentou nenhum dado concreto para a sua implementação na carreira docente.

O Comando considera mais grave ainda o fato de o governo reconhecer a greve nacional dos docentes, mas não abrir um canal efetivo de negociação com o CNG. Na avaliação dos docentes, ainda assim, o movimento grevista conquistou, pela primeira vez, a sinalização de um determinado montante de recursos.

Cabe agora, ao movimento, a ampliação da greve nacional da categoria para forçar o governo a negociar em torno de um reajuste que garanta a paridade e a isonomia entre as carreiras e os níveis, tanto para professores em atividades quanto para os aposentados e pensionistas.

Dinheiro para o reajuste o governo tem de sobra

Na reunião do último sábado, 1/10, o Comando de Greve avaliou que o governo federal ao garantir um desempenho de mais de 6% do PIB a título de superávit primário, quando o compromisso inicialmente firmado no orçamento se limitava a 4,25% do PIB, não pode falar em falta de recursos para o pagamento de reajuste aos servidores públicos. Os números apresentados pelo governo mostram que a arrecadação da União tem superado, largamente, o que foi previsto. Haverá, portanto, sobra de caixa certamente superior a 1,5% do PIB. Em termos reais, o montante se aproximará a R$ 30 bilhões, cifra superior a três vezes o orçamento global de todas as Instituições Federais de Ensino Superior, em 2005, e mais de vinte vezes maior do que a repercussão financeira da pauta de reivindicações emergencial do movimento docente, estimada em, aproximadamente, R$ 1,3 bilhão.

Movimento

Reajuste somente com luta

Governo não diz nada de novo na Mesa Nacional de Negociação Permanente

Ricardo Borges/Andes-SN

MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE, EM 26/9

Se não houver luta, não será assegurado qualquer aumento para os servidores neste ano ou em 2006. Essa foi a conclusão do Comando Nacional de Greve do Andes-SN sobre a última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), no dia 26/9, em Brasília.

Na Mesa, que reúne representantes do governo e das entidades sindicais do funcionalismo federal, os integrantes do Ministério do Planejamento voltaram a defender a política de reajustes diferenciados por categoria. Para o ano que vem, o secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, disse que será disponibilizado o montante de R$ 1,5 bilhão para o conjunto dos servidores. Só que somente em reunião de outubro o governo pretende apresentar proposta de distribuição de valores para cada carreira.

A reunião

Após a manifestação dos representantes do governo, a bancada sindical ressaltou a dificuldade de negociação, a situação das categorias que fizeram greve e não tiveram os acordos cumpridos, as greves em curso e o tratamento dado pelo governo aos movimentos grevistas.

Os dirigentes sindicais voltaram a cobrar o atendimento à pauta de reivindicações do movimento, entre as quais o reajuste de 18% a título de antecipação das perdas desde 1995

Diferenciação entre ativos e aposentados

O ministro afirmou que o reajuste salarial dos servidores, para 2006, encerra-se na atual fase de conversas, uma vez que não está nos planos do governo fazer negociação durante o ano que vem, que será ano eleitoral e apresenta impedimentos legais.

Para o reajuste diferenciado, limitou-se a responder que os parâmetros a serem utilizados podem ser: os de categorias mais numerosas; aquelas que realizam atendimento social; diminuição da diferença salarial entre o menor e o maior salário; correção de possíveis distorções que ocorram no processo; e manutenção de diferenciação de salário entre ativos e inativos.

Sobre a possibilidade de adotar a inflação como o critério para repor as perdas salariais, anunciou que pode avaliar o critério de nenhuma categoria ter reajuste inferior à inflação no período do governo Lula (2003 a 2006).

Outras reivindicações

Quanto a outras reivindicações que não são de caráter estritamente salarial, o ministro informou que "poderemos passar o ano de 2006 inteirinho discutindo".

Avaliação do Comando

Na avaliação do CNG/Andes-SN, o governo "mais uma vez fala de montantes e põe para o movimento a responsabilidade de 'dividir as migalhas', tornando claro que se não lutarmos agora não asseguraremos nenhum reajuste para 2005, e nem sequer para 2006". A orientação do Comando é para a intensificação da greve, com destaque para as atividades a serem realizadas em Brasília e pressão sobre os parlamentares nos seus estados de origem.

Fasubra leva mais de 600 manifestantes a Brasília

Durante a semana passada, o Comando Nacional de Greve da Fasubra organizou o envio de caravanas de servidores a Brasília com o objetivo de pressionar o governo a reabrir as negociações. De acordo com um levantamento divulgado no informativo eletrônico da entidade, 646 técnico-administrativos deslocaram-se para a capital federal.

Até o fechamento desta edição (em 3/10), o informativo da Fasubra falava em 41 instituições em greve, após 48 dias de deflagração do movimento. A categoria tem um eixo específico de reivindicações, principalmente relacionadas à implantação da nova carreira (conquistada na greve anterior).

Sintufrj

A próxima Assembléia do Sintufrj para avaliação da greve está marcada para o dia 4 de outubro, às 10h, no Auditório do Quinhentão.

Assinados acordos de greve do INSS e da Seguridade Social

Embora a greve dos servidores da Seguridade Social e dos trabalhadores do INSS tenha sido encerrada em 17 de agosto, apenas na semana passada foram assinados os acordos entre as categorias e o governo.

O aumento do INSS será dado integralmente em janeiro de 2006. Serão R$ 140 milhões para reajustar duas gratificações já existentes. Esse montante será dividido em duas partes: R$ 86 milhões serão vinculados à gratificação de produtividade (60% do total) e R$ 54 milhões serão destinados à uma gratificação fixa (40% do total). Esta segunda será paga também aos aposentados e pensionistas. A proposta inicial do governo era destinar os R$ 140 milhões ao pagamento integral da gratificação de desempenho ou produtividade, que foi rejeitada pelos trabalhadores da Previdência.

Já os servidores da Seguridade Social receberão aumento de 47,11%. Trata-se, na prática, da extensão do pagamento do Adiantamento Pecunário do Plano de Carreiras Cargos e Salários- PCSS, instituído em 1987 e que era pago apenas aos servidores do INSS. O percentual será pago até 2011, em duas parcelas por ano.

Sinasefe faz greve em 25 instituições

Em greve há cerca de 30 dias, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) já conta com a paralisação em 25 instituições. De acordo com o informativo da categoria de 27/9, esse número representa uma adesão de mais de 60% da categoria.

Os servidores aguardavam uma resposta do MEC à pauta de reivindicações até o dia 30/9 para definir, em nova rodada de assembléias nas bases, os próximos passos do movimento. Mas a audiência com os representantes do MEC foi adiada para 5/10.

No mesmo informativo, um texto rejeitava o discurso do governo de que não há disponibilidade financeira para conceder reajustes neste ano. "Ressalte-se que nos oito primeiro meses de 2005, o governo fechou as contas com uma sobra de caixa de R$ 39,7 bilhões, o que corresponde a R$ 10 bilhões a mais do que sua meta de superávit fiscal. Essa arrecadação foi possível devido à falta de uma política de reajuste salarial dos Servidores e aos cortes de verbas nas áreas sociais", diz um trecho.

Entrevista

Antropofagia científica

Por Eduardo Geraque*

"Viva o Brasil!". Com essa exclamação, Bernardo Beiguelman, professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), encerrou seu discurso na abertura do Congresso Brasileiro de Genética, realizado no início do mês em Águas de Lindóia (SP). O geneticista foi o grande homenageado do evento e aproveitou para alardear a necessidade urgente de se criar um "movimento antropofágico da ciência".

Envolvido diretamente com a formação de mais de 70 pesquisadores e com a autoria de 400 trabalhos científicos, Beiguelman contribuiu de forma definitiva para os estudos da hanseníase no Brasil. Presidiu a Sociedade Brasileira de Genética entre 1970 e 1972. Foi ainda um dos fundadores do departamento de genética da Unicamp, universidade que outorgou a ele o título de professor emérito em 2004.

Nascido em Santos em 15 de maio de 1932 - ele era torcedor do Jabaquara, pois, como diz, o "Santos era o time da alta sociedade do café, e não gostava muito de negros" -, Beiguelman acredita que a auto-estima do pesquisador brasileiro esteja em baixa. Entre outros motivos, isso ocorreria pelo pouco reconhecimento que as revistas brasileiras e a língua portuguesa têm hoje no cenário científico mundial.

Em entrevista à Agência FAPESP, o cientista explica mais sobre por que chegou o momento de se criar um movimento de nacionalização da ciência. Países como o Brasil, segundo ele, precisam usar a ciência para resolver seus muitos problemas e não, simplesmente, aderir aos modismos que vêm do estrangeiro.

Agência FAPESP - Quer dizer que a ciência brasileira está precisando de uma "Semana de Arte Moderna"?

Bernardo Beiguelman - Sem dúvida. Em relação à ciência ainda não ocorreu uma vontade generalizada de se fazer uma grande nacionalização. Em 1922, o movimento antropofágico fomentou a vontade de nacionalizar a literatura, as artes plásticas. No Brasil, o movimento para tornar o país repleto de cientistas dentro das universidades começou depois da Segunda Guerra. Naquela época foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O próprio nome já é uma tradução da *American Association for Advancement of Science*. Claro que a SBPC, que está um pouco perdida hoje, mas ainda vai achar seu caminho de novo, teve um papel importante naquele período. Na ditadura, por exemplo, ela foi um baluarte político.

Esse modelo estrangeiro segue até hoje?

Para isso colaboram não apenas os cientistas mais velhos,os jornais também. Se o indivíduo publica alguma coisa em *Nature*, por exemplo, todos os jornais e revistas endeusam isso. Fulano fez um trabalho e saiu publicado lá porque interessa à revista norte-americana. Muitas vezes isso não interessa em absolutamente nada para os próprios brasileiros. Hoje em dia, o desprezo para os trabalhos nacionais de importância é fulminante. Olha-se com pouco caso um trabalho publicado apenas no Brasil e em português. Tem um exemplo de 1947, que nem é de hoje, muito bom. Um estudante de medicina da Universidade da Bahia, o Jessé Accioly, fez, em seu trabalho de conclusão de curso, um estudo detalhado sobre a anemia falciforme que foi publicado por uma revista da universidade. Na mesma época, James Neel, nos Estados Unidos, publicou uma coluna pequena em uma revista de prestígio sobre o mesmo tema. Acho até hoje que os louros da descrição da doença deveriam ter sido divididos, mas isso nunca ocorreu.

Qual a conseqüência mais imediata desse pouco caso com o próprio país e com a própria língua?

Isso gera uma perda da auto-estima do cientista brasileiro. No próprio Congresso Brasileiro de Genética é possível notar isso. Tem um monte de resumos apenas em inglês. Mas estamos no Brasil, onde a língua oficial é o português. As revistas boas, feitas aqui, rejeitam sumariamente trabalhos escritos na língua que se fala no Brasil. Isso é inclusive anticonstitucional.

A língua inglesa, dentro do mundo científico, não facilita o diálogo entre os pares de nacionalidades diferentes?

Não estou dizendo que temos que deixar de escrever e publicar em inglês. Tudo depende do artigo. Um artigo científico no plano geral, que vai ter uma importância global, tudo bem. Mas já vi um trabalho na revista da SBPC, sobre estudo cromossômico do tico-tico, em que o autor traduziu o nome do pássaro para o inglês. Isso é de um ridículo absurdo.

Mas é possível fazer ciência hoje sem o relacionamento internacional?

O que existe é um grande mecanismo de ascensão. A ciência é uma multinacional. Você tem os meios de subir e de cair. A sede do poder está no hemisfério Norte. Ele é que dita as modas e esse é o grande problema. Para você ser um cientista reconhecido, tem que fazer sucesso lá, trabalhar nos programas de lá. Se você fica apenas aqui, no hemisfério Sul, está frito. Nem sei como fui a para frente, para dizer a verdade. Trabalhei durante anos e anos em uma doença que apenas hoje começa a interessar o pessoal do Norte. Eles têm um doente importado para mostrar em aula.

Existe uma fórmula para que seja criada uma ciência verdadeiramente nacional?

Primeiro, não podemos tolher a liberdade de criação de ninguém. Mas acredito que uma das fórmulas de entrar em uma ciência nacional seria o trabalho interdisciplinar. E aqui quero fazer uma distinção clara entre isso e os projetos multidisciplinares. Nós estamos, por exemplo, acostumados a ver grupos de pesquisadores que vão estudar na Reserva do Xingu. Estão todos juntos, mas um colhe o sangue dos índios, outro vê como está a lactase intestinal - e às vezes até provoca diarréia nos índios - e outro verifica se existe tolerância ao leite. Ou seja, cada um tira uma fatia dos moradores da reserva. Muitas vezes, ninguém foi lá pensando de uma forma interdisciplinar.

Apesar de essa cultura ter se alterado um pouco nos últimos tempos, como fazer para que as mudanças sejam aceleradas?

Tem que começar olhando para os problemas regionais. Não adianta discutir a pesquisa em si e dizer: "Ah! Ciência é internacional".

É preciso pensar em relação aos problemas locais. É claro que depois se passa para um plano superior, mas não adianta, por exemplo, querer fazer uma pesquisa sobre gado indiano no Alasca. Isso não faz sentido. O que vale é fazer esse tipo de pesquisa em Uberlândia ou Uberaba.

O direcionamento dos projetos não acaba sendo muito grande?

Aceito que existam pessoas que não queiram trabalhar em projetos interdisciplinares. Tudo bem, o direito à pesquisa não pode ser cerceado. Mas grande parte das pesquisas só vai ter desenvolvimento se existir um interesse naquilo. Países do Terceiro Mundo, principalmente, precisam pensar diferente. É preciso olhar para os problemas locais e regionais e ver como eles podem ser solucionados por meio da ciência.

Esse processo pode até levar ao descobrimento de áreas novas de pesquisa, que sejam puras. Quando começou a genética, aqui no Brasil todos só faziam estudos em drosófilas. No momento em que se percebeu que era possível trabalhar com seres humanos, o interesse mudou os rumos dos trabalhos.

A chave, então, é interdisciplinaridade e foco nos problemas locais ou regionais?

Sim, é claro. É preciso ter cientistas das mais variadas áreas para resolver o problema. No caso de uma questão oceanográfica, relacionada à diminuição da pesca em parte do litoral, por exemplo, não adianta ter apenas o geneticista do camarão. Tem ter que mais pessoas: oceanógrafos para os detalhes físicos e químicos, sociólogos para as comunidades de pescadores, ecologistas e assim por diante. Precisa haver um estudo integrado de todos esses fatores. Mesmo com um problema importante a princípio, acabarão surgindo outros no meio do caminho.

Quer dizer que não existe muito aquela idéia das descobertas ao acaso?

Chego a ficar com urticária quando começam com essa história. Dizem que grandes descobertas sempre foram ao acaso, e citam exemplos como o do Michel Faraday [1791-1867]. Todos gostam de dizer: "Olha a eletricidade, ele nem pensava nisso quando ocorreu a descoberta". Mas isso equivale a dizer: "Vou pegar um avião, sobrevoar a selva amazônica e jogar um tijolo lá de cima. Nunca se sabe. Amanhã alguém passará por lá e pode construir uma casa a partir do primeiro tijolo". É claro que isso é conversa mole. A ciência só vai ser algo de vanguarda mesmo quando existirem condições para isso. Gosto de dar, nesse caso, o exemplo da própria genética.

Qual exemplo?

Gregor Mendel [1822-1884] descobriu as leis básicas da genética no final do século 18. Isso ficou engavetado por 35 anos e ninguém reconheceu aquilo. Apenas em 1900, três pesquisadores diferentes redescobriram o trabalho dele. Praticamente, as famosas leis básicas foram descobertas duas vezes. A minha pergunta é: qual foi o papel do Mendel para o desenvolvimento da genética. Resposta: zero. Nunca ninguém deu bola para ele. Não adiantou nada estar na vanguarda daquele conhecimento porque estava deslocado do todo. Não tinha nada a ver com a época.

Essa cultura da multidisciplinaridade e do entendimento desse processo de descobertas não precisaria ser ensinada desde o início para os jovens estudantes?

Claro que não conseguimos nessas duas questões uma mudança de uma hora para outra. Eu costumava ser muito crítico com os cursos de pós-graduação, pois estávamos multiplicando os profissionais, mas sem uma criatividade direcionada para os novos cursos. Mas hoje penso diferente. Esse aumento de quantidade está dando frutos. A diversificação está ocorrendo. A garotada está trabalhando nas coisas mais avançadas. O problema é que ainda falta uma certa integração. Falta se voltar mais para os problemas nacionais no lugar daqueles que estão exclusivamente na moda. As casas que lançam a moda mundial sempre foram as "maisons" de Paris, Londres e Nova York. Sem trabalhar nos problemas da moda você não é aceito, porque não aparece no hemisfério Norte, na sede do poder.

Células-tronco são um problema da moda?

Os problemas médicos normalmente estão relacionados com o sofrimento individual. A medicina não é um bom exemplo. Nesse campo é preciso sempre fazer o que existe de mais moderno. Isso é indiscutível. Estou falando de outras áreas da ciência, da física, química e assim por diante. De todas as áreas onde existe a necessidade de se voltar para os nossos problemas.

* Entrevista divulgada pela Agência FAPESP, em 26/9.

Movimento

Alesp mantém veto contra educação pública

A Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) manteve o veto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) ao aumento de verbas para a educação pública paulista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2006). A votação aconteceu em sessão extraordinária, dia 28/9, por votação simbólica de líderes.

A sessão extraordinária começou às 19 horas. Antes disso, cerca de dois mil manifestantes da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza concentraram-se no MASP e desceram em passeata pela avenida Paulista até a Alesp. Como das outras vezes em que ocorreram manifestações contra o veto do governador, um verdadeiro batalhão de policiais aguardava os estudantes, funcionários e docentes. Apenas uma parte foi autorizada a entrar. Após a votação, bastante revoltados, os manifestantes saíram em nova passeata, fazendo o caminho inverso, para denunciar o que havia ocorrido.

A votação simbólica permitiu que a bancada governista não se manifestasse publicamente. Também fez com que outras bancadas, que haviam assumido compromisso com o movimento, mas que estavam sob forte pressão do governador, apenas se declarassem simbolicamente contra o veto.

O Fórum das Seis (entidade que congrega os sindicatos de professores e técnico-administrativos das três universidades estaduais paulistas) está providenciando o mapa da votação do dia 28/9, para divulgar os nomes dos "traidores da educação". Isso será feito pela internet e em cartazes.

O que acontece agora

No dia 29/9, estava prevista a entrega à Assembléia Legislativa, pelo governador, do projeto de Lei Orçamentária (LO) para 2006. Na LO, quando os índices aprovados na LDO são transformados em valores, ainda são possíveis alguns remanejamentos de verbas. A informação que circula é que a LO traria uma previsão de cerca de R$ 3,7 bilhões para as universidades, equivalentes aos 9,57% do ICMS, mais alguns pequenos montantes destinados à expansão. Obviamente, isso fica muito aquém do que foi vetado (aumento de 30 para 31% da receita tributária para o conjunto da educação, 10% do ICMS para as universidades e 1% do ICMS para o Centro Paula Souza).

No caso do Centro Paula Souza, a manutenção do veto deixa tudo como está atualmente, com o governador fazendo repasses diretamente para o órgão, da forma que melhor lhe convier. O Fórum das Seis vai estudar o conteúdo da LO e avaliar a possibilidade de apresentar emendas novamente.

Fonte: Boletim Adunesp/Sintunesp nº 04/05

UFRJ

Estudantes e professores reivindicam obras na Faculdade de Educação

No dia 27/9, a Faculdade de Educação viveu intensa mobilização. Em função das fortes chuvas, professores e estudantes encontraram um grande número de salas em péssimas condições de funcionamento: alagamento em algumas salas, rebocos de teto caindo em outras, cascatas de água descendo pelas paredes e até mesmo pelas lâmpadas.

Entre o horário do almoço e as primeiras horas da tarde, uma das salas teve de ser interditada, aumentando ainda mais a indignação de alunos e de professores que já estavam no local ou ainda iriam utilizar o espaço. A essa altura, já havia uma grande concentração de alunos na sala de estudos, aguardando um pronunciamento do professor Marcelo Correa, diretor da unidade. Ele informou sobre todas as iniciativas que tem tomado junto à prefeitura da Praia Vermelha e aos demais órgãos da universidade, no sentido de que as obras necessárias sejam feitas, sem obter respostas concretas. Afirmou também que tinha acabado de se comunicar com a Reitoria dizendo que, a partir daquele momento, a Faculdade de Educação estaria interditada e que só abriria as portas com a presença de profissionais do Escritório Técnico da Universidade.

Logo após, os estudantes, junto dos professores, decidiram sair em passeata até a Subprefeitura da Praia Vermelha, caminhando por todo o *campus*, com direito a uma parada no Teatro de Arena, passando pela Escola de Comunicação, pelo Instituto de Economia e pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. A manifestação seguiu com palavras de ordem que exigiam a imediata solução para as condições de infra-estrutura do prédio da Faculdade de Educação. Após a passeata, os estudantes decidiram elaborar uma nota que foi lida pela representante do Centro Acadêmico na reunião do CEG do dia 28/9.

E a mobilização surtiu efeito, já que, no mesmo dia, foi confirmada a presença de representantes do Escritório Técnico da UFRJ para fazer uma vistoria no prédio. No dia 6/10, às 11h, os professores vão realizar mais uma reunião para discutir as condições de infra-estrutura, além de outros problemas da Faculdade de Educação

Resumo da reunião dos professores da FE e convite para a próxima reunião

Os que acompanham as notícias relativas ao movimento docente na UFRJ devem ter tido conhecimento da reunião de professores ocorrida na Faculdade de Educação no último dia 9, por meio da nota (na primeira página!) do jornal da Adufrj.

Para os que, infelizmente, não tiveram oportunidade de participar da reunião, aqui vai um breve resumo.

Estiveram reunidos 14 professores da Faculdade de Educação, incluindo aí a professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social, na condição de representante da Adufrj-SSind, para informar sobre o movimento docente em nível nacional.

Como ponto inicial, foi dado um informe pormenorizado sobre como vem se dando o processo de negociação do Andes-SN e de outras entidades (SBPC, Andifes, Proifes) com o governo Lula em relação às reivindicações dos docentes do ensino superior, que se arrasta desde a instalação do governo de transição, buscando-se insistentemente a abertura de uma mesa de negociação com o governo para discutir o atendimento da nossa pauta de reivindicações, sem obter respostas concretas sobre nenhum dos seus itens.

A seguir, discutiu-se o posicionamento da Faculdade no que se refere aos rumos do movimento e perante o estado atual em que se encontra a universidade pública no Brasil e, em particular, a UFRJ.

Pelas intervenções ocorridas tivemos a oportunidade de constatar a preocupação quase que dominante em relação às condições de trabalho e ao descaso do Poder Público com a Universidade. A falta de verbas e a política do governo federal que não prioriza o desenvolvimento econômico e social do Brasil tem tido como consequência a progressiva regressão nas condições de trabalho e o rebaixamento salarial. Os participantes foram unânimes em apontar a baixa mobilização no interior da UFRJ para a deflagração de uma greve, neste momento. Contudo, alguns colegas ressaltaram que poderiam ser idealizadas e realizadas outras formas de mobilização da comunidade universitária e mesmo da sociedade civil no sentido de buscar soluções para os problemas enfrentados pelas universidades públicas.

Foi também mencionada a necessidade de tornar mais evidente para a sociedade a função social da universidade, ou seja, foram lembradas ações como "A Universidade vai à rua", ocorrida nos anos 80, como forma de dar a conhecer o que se faz na Universidade em termos de produção de conhecimento, ciência e tecnologia relevantes para a vida social, no sentido de buscar apoio junto à opinião pública para as reivindicações por mais recursos e por uma efetiva política de valorização das universidades públicas.

Inúmeras foram as ponderações feitas ao longo da reunião e diversos os pontos levantados, o que demonstra a carência de espaços como esse no atual momento de vida da nossa instituição. Desde já, uma questão parece mobilizar a todos: a necessidade de discutirmos os problemas concretos com os quais somos obrigados a conviver no dia a dia de nosso trabalho, como os problemas de infraestrutura do prédio, o acervo de livros e de periódicos da biblioteca, além do elevadíssimo número de professores substitutos.

Nossa inciativa de realizar a reunião, já proposta por nós na última assembléia da Adufrj, se mostrou muito acertada. Mesmo sabendo que ela ainda significou uma gota num oceano de inquietações e problemas, os que lá estiveram tiveram a sensação de poder realizar algo maior e mais abrangente do que o seu trabalho individual, relevante, sem dúvida, porém isolado por vezes. Ao final da reunião, se ainda éramos poucos, estávamos contentes. Tentaremos não nos deixar paralisar pela falta de tempo e pelas solicitações cada vez maiores do dia-a-dia. Com reuniões assim, as solicitações aliás aumentam, mas, certamente, teremos mais condições de levantarmos os problemas da Faculdade de Educação e pensarmos em formas de mobilização para superá-los.

TODOS OS PROFESSORES ESTÃO CONVIDADOS A PARTICIPAR DA PRÓXIMA REUNIÃO, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 06/10, 5ª FEIRA, ÀS 11:00, NA SALA 206

PAUTA: INFORMES GERAIS; LEVANTAMENTO DOS PROBLEMAS DA FE; PROPOSTAS

Ana Lúcia Fernandes, Anita Handfas, Jaílson Santos

Movimento

Assembléia Popular em São Paulo organiza jornada de lutas

Mais de 800 pessoas participaram do evento

A primeira "Assembléia Nacional Popular e da Esquerda", realizada nos dias 24 e 25 de setembro em São Paulo, mostrou a disposição dos trabalhadores e jovens do país para enfrentar os ataques impostos pelo governo Lula. De acordo com a página montada pelos organizadores (www.assembleiapopular.org), mais de 800 pessoas, representando 110 entidades sindicais, estudantis e populares, além de partidos de esquerda, estiveram presentes.

Ao longo dos dois dias, foram apresentadas dezenas de propostas oriundas dos 13 grupos de discussão. Aprovou-se também a continuidade dos debates para a construção de uma plataforma unitária dos lutadores socialistas.

Na jornada de lutas aprovada na Assembléia, destaque para a manifestação contra a visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil, marcada para 6 de novembro. Em várias capitais do país, especialmente São Paulo, serão realizadas manifestações "Contra o acordo neoliberal de Bush e Lula. Fora do Brasil: Bush, o FMI e todos os corruptos do Congresso e do governo!". Os atos vão repudiar a presença de Bush em nosso continente e as políticas impostas pelo imperialismo norte-americano, entre elas a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), as privatizações e a corrupção.

Novo encontro no ano que vem

O objetivo da Assembléia Popular é construir mobilizações unitárias com todos os lutadores sociais do país. Com o entendimento de que é necessário mais do que nunca democratizar os espaços de elaboração de discussão, os participantes da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda decidiram realizar um novo encontro nacional entre março e abril do ano que vem. Até lá, serão realizados seminários temáticos e assembléias por regiões, locais de trabalho e estudo. Além disso, serão formados um comitê nacional de ação e comitês regionais e estaduais permanentes da Assembléia Popular, com representantes eleitos nas assembléias locais.

Solidariedade às greves

Foram aprovadas também moções contra a criminalização dos movimentos populares e a prisão, em 24 de agosto, com possível extradição, do padre Olivério Medina (interlocutor das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC- no Brasil), e em solidariedade às greves em curso de professores e trabalhadores das universidades estaduais e federais.

Ao final foi aprovada, ainda, a "Carta Aberta da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda", com severas críticas ao governo Lula. "As políticas sociais, que não ultrapassam os limites do assistencialismo mais canhestro, só fazem aumentar os efeitos do desemprego e a perda de poder de compra dos salários", diz um trecho.

A Carta também condena a reforma da Previdência, as Parcerias Público-Privadas e a contra-reforma universitária e a cooptação de diretorias de movimentos sociais. "Para realizar a sua "obra", o governo Lula trabalhou para cooptar as direçõese desmobilizar os movimentos sociais, o caso mais escandaloso é o das direções majoritárias da CUT e da UNE, que apóiam todas as medidas impopulares do governo, em particular as reformas sindical/trabalhista e universitária, estabelecendo um novo marco de incorporação orgânica com o governo com a nomeação de Marinho como ministro do Trabalho", ressalta outro trecho.

Algumas bandeiras da Assembléia

A Assembléia Nacional Popular e da Esquerda aprova a luta, entre outros itens, pela reforma agrária e urbana com o fim do latifúndio, com todo apoio às ocupações. Também cobra a revogação de todas as votações do Congresso sob regime do "mensalão"; o fim do sigilo bancário dos partidos políticos, parlamentares e ocupantes de cargos executivos; garantia de realização de plebiscitos e consultas populares para decidir medidas que o Congresso Nacional não tem moral para instituir. Rejeita, ainda, a Proposta de Emenda Constitucional 157/2003, que propõe autorizar a aprovação de reformas constitucionais por maioria simples no Congresso Nacional, o que facilitaria os ataques aos trabalhadores.

A democratização da informação e dos meios de comunicação, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário e a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos em todos os níveis são alguns dos outros pontos presentes na Carta da Assembléia Popular e de Esquerda.

A Carta foi aprovada ao final da Assembléia, na tarde de domingo, quando várias delegações já haviam retornado para seus estados. Dos presentes, 345 votaram a favor do texto, 80 votaram contra e 10 se abstiveram.

Fonte: www.assembleiapopular.org

Andes-SN e Adufrj-SSind participam

O Andes-SN também marcou presença na Assembléia Popular e de Esquerda. Essa participação foi estimulada pelas últimas deliberações do movimento docente, em especial aquela que exige "política de combate às reformas sindical, trabalhista e universitária do governo Lula, bem como a sua participação nos fóruns de luta contra essas reformas", aprovada durante o 24º Congresso do Sindicato, em Curitiba (PR), no início deste ano.

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, ficou impressionada com o amplo espectro de forças sociais presentes na Assembléia de São Paulo. Segundo ela, havia muitos representantes de entidades de base e de sindicatos nacionais, movimentos populares dos mais diversos e vários centros acadêmicos. "Saí com uma boa impressão da Assembléia, mas é preciso ampliar o diálogo entre essas entidades de base", ressaltou Marina, preocupada com possível diluição da resistência à política neoliberal entre tantas iniciativas que estão surgindo, dando como um exemplo a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). "Temos de superar essa fragmentação para vencer os desafios. Isso é o que a conjuntura exige", afirmou. Marina lembrou também que o Andes-SN teve a oportunidade de se manifestar sobre a greve dos docentes, que ganhou o apoio da Assembléia em sua Carta final.

Diretora da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, a professora Sonia Lúcio também esteve na Assembléia Popular e de Esquerda realizada em São Paulo. Além de também valorizar a diversidade de forças sociais presentes no evento, Sonia elogiou a metodologia dos grupos de discussão. Segundo ela, muitas propostas surgiram nessa etapa da Assembléia, o que reforçou seu caráter democrático. Mas a diretora também cobrou uma maior aproximação entre os movimentos populares e sindicatos. "Nesse momento de crise, há essa fragmentação, fruto do projeto neoliberal. Então, toda iniciativa como a Assembléia Popular e de Esquerda é bem vinda e deve ser fortalecida", afirmou.

O professor Salatiel Menezes, diretor que representou a Adufrj-SSind na Assembléia, também considerou válida a experiência de São Paulo. Ele ressaltou, porém, que o discurso de "unidade de ação" contra as reformas neoliberais ainda encontra obstáculos, como a disputa pela liderança política desse tipo de iniciativa. "Pode ser que, com o tempo, as pessoas deixem as divergências de lado. Mas ainda vai precisar amadurecer bastante para se tornar algo mais consistente", comentou.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 475 • 10 de outubro de 2005

Assembléia Geral

11 outubro
terça-feira
14:00

Auditório do Centro de Tecnologia-CT
Bloco A - Ilha do Fundão

Pauta

Campanha Salarial

a) avaliação das propostas do governo

b) indicativo de adesão à greve nacional

Conselho de Representantes

Aberto à participação de todos os sindicalizados da Adufrj-SSind

10/10 segunda-feira

18h

Auditório Anísio Teixeira da Faculdade de Educação

Campus da Praia Vermelha

Pauta:

1) Avaliação da conjuntura

2) Campanha salarial
a) avaliação das propostas do governo
b) mobilização local
c) indicativo de greve
d) preparação para a Assembléia Geral de 11 de outubro

Agenda Sindical

28/10 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Brasília (DF)
28 a 30/10/2005 - XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Belo Horizonte (MG)
2 a 4/11 - 1º Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)
Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Luís André Barreto/Andes-SN

MANIFESTAÇÃO EM BRASÍLIA NO DIA 30/9

Proposta formalizada não atende às reivindicações dos docentes

MEC finalmente envia documento com "proposta"

Desrespeitosa, excludente e divisionista foram algumas das qualificações do Comando Nacional de Greve do Andes-SN para a "proposta de recomposição salarial" do governo para os docentes, apresentada no dia 30, enviada por fax ao Sindicato dos Docentes somente em 3 de outubro.

A verdade é que não havia expectativa positiva quanto à formalização da proposta, comentada informalmente pelos integrantes do governo em reunião do dia 30/9. O Comando de Greve reafirmou em seu comunicado especial nº 6 (disponível em www.andes.org.br) o que já havia observado nos primeiros informes após aquela reunião: a proposta não atende a nenhum item da pauta de reivindicações, não contempla parte considerável da categoria docente e assevera distorções em relação aos professores da carreira de 1º e 2º graus, titulares, graduados, substitutos, aposentados e pensionistas.

No comunicado, volta a criticar-se o fato de o governo não abrir negociações com o CNG/Andes-SN. Em caminho inverso, chamou nova reunião do GT-MEC para o dia 7 "para uma próxima rodada de negociações", que não estava agendada com o Comando (no dia do fechamento desta edição).

Outra inverdade, segundo o CNG, apresentada na proposta do governo diz respeito "ao elevado impacto financeiro para incorporação da Gratificação da Atividade Executiva (GAE) e Gratificação de Estimulo a Docência (GED)". Para os integrantes do Comando de Greve, fica evidente que o ministério não se debruçou sobre nenhuma proposta e que o GT/MEC foi na verdade uma grande "enrolação". "Caso o Governo tivesse algum compromisso com a elaboração de uma proposta séria, ele, minimamente, teria apresentado projeções dos impactos financeiros sobre os itens da pauta de reivindicações", diz um trecho do comunicado especial nº 6. "Os docentes saberão pronunciar-se, com força e clareza, interpretando adequadamente os fatos e os conteúdos, radicalizando a greve, fazendo gestões junto aos Parlamentares, para que pressionem o Governo, e apontando para o Comando Nacional de Greve os próximos passos para avançar na luta", conclui o comunicado.

MST

Violência no campo persiste

Impunidade contribui para esta realidade

Vinte oito pessoas foram assassinadas em conflitos no campo, de janeiro a agosto deste ano, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. Foi registrado um assassinato a mais do que no mesmo período de 2004, quando houve 27 mortes. O dado revela que apesar das inúmeras denúncias e da ação dos movimentos sociais do campo, incluindo a própria CPT, a violência persiste. Além da falta de uma política econômica que proporcione uma verdadeira reforma no campo, um dos fatores que contribui para esta realidade é a impunidade. O exemplo mais recente foi o *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal ao coronel Mário Pantoja no dia 23/9. Pantoja foi condenado a 228 de prisão por ser um dos responsáveis pelo massacre de 19 trabalhadores em Eldorado de Carajás, em 1996. Agora, ele vai esperar em liberdade o julgamento do seu recurso.

Nesse período, dos 28 assassinatos o Pará destaca-se com 14, seguido de Mato Grosso, com 3. Nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro e Maranhão ocorreram 2 mortes. O caso que mais despertou a atenção foi o assassinato da Ir. Dorothy Stang, em Anapu (PA), em 12 de fevereiro. A missionária americana, naturalizada brasileira, de 74 anos, foi assassinada por pistoleiros, a mando de fazendeiros e madeireiros da região na disputa pela terra. A missionária apoiava e estimulava a criação dos chamados PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentável), que aliavam produção e proteção ao meio ambiente.

O levantamento da CPT registra ainda 27 tentativas de assassinato, 114 ameaças de morte, 2 pessoas torturadas, 52 agredidas fisicamente, 144 presas e 80 feridas.

Conflitos

De janeiro a agosto, foram registrados 794 conflitos no campo envolvendo 615.260 pessoas. Estes números representam 44% a menos de conflitos em relação ao mesmo período de 2004, 1.416; e de 26% a menos no número de pessoas envolvidas, 834.484, em 2004. Por outro lado, os dados mostram, em 2005, uma média de 774 pessoas envolvidas em cada conflito, contra 589, em 2004. O número de pessoas envolvidas por conflito é 31% maior.

Nestes conflitos 1.664 famílias foram expulsas da terra pelo poder privado. Outras 10.990 famílias foram despejadas com mandado judicial. 8.412 famílias sofreram intimidação de pistoleiros.

Famílias expulsas

O Mato Grosso destaca-se pelo número de famílias expulsas pela ação do poder privado, 320 famílias. No mesmo período, em 2004, foram 60. O Amazonas também se destaca, houve a expulsão de 400 famílias em 2005, contra 131, em 2004. No Rio de Janeiro e São Paulo cresceu o número de expulsões, 100 e 250, respectivamente, contra 80 e 85, no mesmo período em 2004.

A ação do poder Judiciário, determinando o despejo de famílias, foi mais intensa no Rio Grande do Sul com 1.680 famílias despejadas. Logo depois vem o Mato Grosso, com 1.485; São Paulo, 1.380; Goiás, 1.248 e Pernambuco 1.100. Neste período, os despejos cresceram no Amapá. 70 famílias, em 2005, e nenhuma em 2004, em Santa Catarina, 53, em 2005, e 1 em 2004; e no Pará, 849 em 2005 e 314 em 2004. Nos demais estados, os números em 2005 foram inferiores ao mesmo período de 2004.

Mortes em conseqüência de conflitos

Um dado que a CPT registra é o das mortes em conseqüência de conflitos, por omissão de socorro, por acidentes ou por situações de tensão, de ameaças, de impedimento de acesso a alimentos que provocam abortos, doenças que levam à morte ou inanição.

De janeiro a agosto deste ano, 67 pessoas morreram em conseqüência dos conflitos no campo, contra somente 20 em igual período do ano passado. Destacam-se o Mato Grosso do Sul, com 27 mortes, e Minas Gerais, 26 mortes, a grande maioria de crianças indígenas por desnutrição e falta de atendimento adequados.

Ocupações e acampamentos

O Setor de Documentação da CPT registrou no período de janeiro a agosto, 257 novas ocupações, envolvendo 31.509 famílias e 43 novos acampamentos, com 7.897 famílias. No mesmo período, em 2004, foram registradas 429 ocupações, com 66.250 famílias e 132 acampamentos, com 18.590 famílias.

Segundo Isidoro Revers, da Coordenação Nacional da CPT, essa diminuição nos números de ocupações e acampamentos mostra que os movimentos sociais perderam a esperança de que este governo faça a reforma agrária. "Das 450 mil famílias previstas para serem assentadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, apenas 160 mil tiveram acesso à terra nestes três anos de governo. Para cumprir esta meta, seria necessário assentar mais 390 mil famílias no que resta desta governo", destaca Revers. Outro fator que desestimula os trabalhadores rurais sem terra é o fato do governo tratar a reforma agrária com políticas compensatórias. "O exemplo disto é que das 550 mil famílias assentadas nos últimos 20 anos, apenas 47 mil tiveram acesso a crédito. Isso causa frustração e desânimo nos trabalhadores que sonham em conquistar um pedaço de chão", completa o coordenador da CPT.

Trabalho escravo

Até final do mês de agosto a Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da CPT registrou 173 denúncias de trabalho escravo com o envolvimento de 5.407 pessoas. Destas, 72 foram fiscalizadas com a libertação de 3.135 trabalhadores submetidos a condições análogas ao trabalho escravo. O Mato Grosso foi o estado com maior número de trabalhadores resgatados, 1.426; seguido do Pará com 906, Tocantins com 199, Bahia com 186, e, Maranhão, com 180.

O que chama a atenção é que pela primeira vez houve uma denúncia de trabalho escravo no Rio Grande do Sul, envolvendo 35 pessoas que foram resgatadas pela fiscalização. Também no Paraná houve uma denúncia envolvendo 82 pessoas, que foram resgatadas. Neste estado, só em 1999 é que houve outras denúncias que, porém, não foram fiscalizadas.

O número de situações denunciadas é 4,94% menor que o do mesmo período em 2004, 182 denúncias registradas. Já o número de trabalhadores em situação de escravidão é 13,6% maior do que 2004: 5.403, em 2005, 4.759, em 2004. O número de trabalhadores resgatados é significativamente maior 29,8%: 3.135, em 2005, 2.414 em 2004.

Desde 1985 a CPT vem registrando e divulgando a violência contra a ocupação e a posse da terra e a violência que se abate sobre os trabalhadores rurais e os que os apóiam. São registrados conflitos fundiários, trabalhistas, pela água, em tempos de seca, sindicais e conflitos em áreas de garimpo.

Observação: matéria divulgada na página eletrônica do MST (www.mst.org.br), em 28/9, tendo como fontes a Comissão Pastoral da Terra e o jornal O Liberal (PA).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Entrevista

Reitor fala sobre a importância da Comissão Permanente de Pessoal Docente

Para Aloisio Teixeira, a CPPD é uma conquista dos professores e deve ter como princípio a agilidade na solução dos processos que dizem respeito à vida funcional do docente

Na semana passada, o reitor da UFRJ concedeu uma entrevista ao Jornal da Adufrj comentando a necessidade de uma ampla participação dos professores da universidade na eleição da próxima composição da Comissão Permanente de Pessoal Docente. Para o reitor, a administração tem responsabilidade no desconhecimento das atribuições da comissão e da ingerência desta na vida acadêmica da instituição. E é essa a situação que a reitoria está querendo mudar a partir dos esforços que vêm sendo empreendidos pela comissão eleitoral que organiza o pleito que se realizará nos dias 28, 29 e 30 de novembro.

As vagas para a CPPD são distribuídas por classe (titulares, adjuntos, assistentes, auxiliares e de educação básica) e por Centro (CCS, CCJE, CFCH, CCMN, CLA, CT e Fórum de Ciência e Cultura). Para cada representação serão eleitos um representante titular e um suplente. Os mandatos de representantes de centros e do Fórum serão de dois anos, enquanto os representantes de classe permanecerão quatro anos na Comissão Permanente.

Os candidatos à CPPD devem se inscrever entre os dias 19 e 27 de outubro. A apuração e divulgação do resultado estão previstas para o dia 5 de dezembro.

Arquivo

ALOISIO TEIXEIRA E A VICE-REITORA SYLVIA VARGAS

Jornal - Qual a importância da Comissão Permanente para o professor da UFRJ?

Aloisio Teixeira - É um órgão muito importante por várias razões. Primeiro, a comissão é uma conquista do professor. Por ocasião das discussões e da aprovação do plano de Carreira (1990), foi uma demanda dos docentes das universidades federais que todos os procedimentos relativos à vida funcional do docente fossem objeto de análise e pareceres por parte de comissões eleitas pelos docentes. Isso é muito importante, é uma conquista. O segundo aspecto é que tudo o que diz respeito à vida profissional dos docentes passa pela CPPD. Desde o ingresso, as progressões, até a sua aposentadoria, tudo passa por esta comissão. Portanto, desconhecer isso é muito ruim para os professores e para a própria universidade.

Apesar de toda a sua importância, porque motivos a CPPD ainda é desconhecida e esteve distante da vida do professor da UFRJ até hoje?

Talvez a universidade, a administração central tenha divulgado pouco a importância da comissão e contribuiu para isso o fato que nós passamos um período, ainda recente, de anormalidade institucional (1998/2002, sob a intervenção da administração Vilhena).

Mas antes, a CPPD já atuava. E ainda assim, não havia muito envolvimento do corpo docente ou havia?

Já havia a Comissão e apesar de não ser muito conhecida, pelo menos, tinha um funcionamento regular, com realização de eleições. E nesse período recente, a Comissão ficou inteiramente irregular. Os mandatos dos membros da CPPD venceram e vários integrantes se afastaram. Um dos fatos importantes de ser ressaltado é que o próprio regimento da CPPD não havia sido discutido pelo Conselho Universitário e nós, num esforço de normalização, procedemos à elaboração de um regimento e o submetemos ao Consuni. Em seguida, houve a convocação de um processo eleitoral, mas o próprio Conselho Universitário verificou que não haviam sido obedecidas as normas aprovadas, além de ter havido, em alguns locais, uma baixa participação. Decidimos, então, convocar um novo processo eleitoral para o qual achamos importante chamar atenção de toda a universidade e particularmente do seu corpo docente, para ver se damos um rumo diferente para a comissão do que ocorreu no passado.

Então, a CPPD, desde o seu estabelecimento pelo Regime Jurídico Único, só agora foi regulamentada na UFRJ?

Ela foi regulamentada no ano passado.

Qual o nível de ingerência dessa Comissão nas políticas acadêmicas?

Veja, não é uma comissão que elabore normas para vida acadêmica *stricto sensu*, mas ela, como órgão de assessoramento do reitor, tem um papel importante em todas as decisões que têm grande repercussão na vida acadêmica, como por exemplo a distribuição de vagas docentes, que talvez seja uma das questões mais estratégicas para a universidade.

Na nossa gestão, a alocação de vagas tem sido discutida pelo Conselho Universitário, o que eu acho um avanço importante. Mas a CPPD tem um papel importante nesse processo, porque tem a memória do que é a vida funcional dos professores, da situação das unidades em termos de quadro docente. E a análise dessa situação pela Comissão auxilia o Consuni na sua decisão.

Na visão da reitoria, quais seriam as prioridades da Comissão?

Eu imagino que, embora, a comissão seja regimentalmente um órgão de assessoramento da reitoria e dos conselhos, o fato de seus integrantes serem eleitos e não nomeados dá a ela um relativo grau de autonomia. A comissão tem que espelhar aquilo que é o desejo do corpo docente da universidade. Então, não gostaria, nesse momento, de dizer o que eu acho que é prioridade para a comissão. Acho que as prioridades virão da própria CPPD, uma vez eleita, e serão discutidas com a reitoria e com o Conselho Universitário.

Mas há alguma demanda da reitoria para a CPPD para o próximo período?

Agilidade. Agilidade com relação aos processos e, particularmente, como estamos numa fase de concursos, em alguns casos, a velocidade de atuação da CPPD é fundamental para que a gente possa abrir vagas não preenchidas para novos concursos, dentro dos prazos legais. A agilidade na comissão é muito importante também para o professor, que por vezes tem que aguardar semanas, meses, sem que haja alguma resposta a determinado processo que lhe diz respeito. Acho que esse deveria ser um princípio geral da universidade. Ainda não é, mas, principalmente, no que diz respeito à vida das pessoas, estudantes, funcionários e professores, devemos ter decisões rápidas, para o bem ou para o mal. Como a CPPD estava bastante desorganizada, os processos tramitaram com grande lentidão. Nesse último período provisório, já houve uma melhora e eu espero que, agora, com a eleição de uma Comissão com mais estabilidade, se possa melhorar mais ainda.

Movimento

Sinasefe recebe proposta semelhante à do Andes-SN

Aposentados também são excluídos

A reunião entre representantes do MEC e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), no dia 5/10, foi muito semelhante à reunião ocorrida em 30/9 entre integrantes do ministério e a representação do Andes-SN. Assim como naquela ocasião, o MEC tratou o encontro como a continuidade de um grupo de trabalho (GT), embora os movimentos insistissem em serem recebidos como comandos de greve.

O ministério também fez questão de excluir do "GT" a representação do CNG/Andes-SN, tal como havia feito com o CNG/Sinasefe dias antes. Mesmo após a intervenção de três deputados federais (Fátima Bezerra e Wasny de Roure - do PT - e Alice Portugal - do PCdoB), o MEC manteve a proibição ao Andes-SN, mas afirmou que, em outro momento, receberia em conjunto as duas entidades.

Incentivo à titulação

Após a realização da reunião, um integrante do Sinasefe relatou ao Andes-SN que o MEC apresentou como proposta o aumento de 50% dos incentivos de titulação para os professores da carreira de 1º e 2º graus e a criação da "Classe Especial", sem inclusão dos aposentados. A proposta é para 2006 e o impacto orçamentário seria de R$ 75 milhões. O ministério propôs, ainda, a criação de um "Grupo de Trabalho" para tratar de carreira docente. Igualzinho ao que foi exposto ao Andes-SN, trocando apenas a "Classe Especial" pela criação da classe de "Professor Associado" para a carreira do magistério superior e a diferença no impacto orçamentário (no caso do 3º grau, de cerca de R$ 395 milhões).

Avaliação preliminar do Sinasefe

Em seu boletim eletrônico seguinte à reunião do dia 5, o CNG/Sinasefe fez uma avaliação preliminar negativa da "proposta" do MEC. A primeira crítica é que o aumento sobre a titulação não contemplará uma parte considerável da categoria, principalmente docentes que possuem apenas graduação. Além disso, esse tipo de reajuste tende a aumentar as distorções salariais do menor para o maior salário entre os professores de 1º e 2º graus. "Isso vai de encontro ao discurso do próprio governo de buscar reduzir as diferenças salariais no serviço público. Um exemplo dessa distorção são os graduados (cerca de 6 mil) que, pela proposta do governo, não serão contemplados com o aumento de percentual de titulação, pois não possui o incentivo à titulação", diz um trecho do boletim.

Outro ponto é a implementação da Classe Especial. A justificativa do governo para a não inclusão dos aposentados é que a progressão na Carreira somente é permitida para quem continua na ativa. "Isso vai acarretar o fim da paridade entre ativos e aposentados que tem sido uma das conquistas da nossa entidade nas negociações com o governo. O Sinasefe entende que as discussões sobre a Classe Especial ainda não foram encerradas e continuará lutando pela inclusão dos apresentados no projeto, já que essa é uma deliberação de PLENA (a plenária deliberativa daquele sindicato)", segundo outro trecho.

A criação de um GT Carreira no MEC para tratar dos docentes deve ter uma agenda mínima de trabalho que não foi apresentada na audiência, segundo o CNG/Sinasefe. "A discussão da Carreira Docente deve acontecer em conjunto com Andes e Sinasefe conforme solicitação da nossa entidade", ressalta-se em outro trecho.

A proposta do governo será debatida no 19º Congresso do Sinasefe, de 13 a 16 de outubro, em Brasília (DF). No dia 19/10, está marcada uma nova audiência com o governo para uma resposta do movimento.

Técnico-administrativos

O Sinasefe também fez referência, na reunião do dia 5, sobre a necessidade de discutir a pauta de reivindicações, em conjunto com a Fasubra, incluindo as questões relativas aos técnico-administrativos em educação. Apesar da insistência do movimento e dos parlamentares presentes, o governo continuou intransigente e não debateu o assunto.

CNG/Andes-SN cobra soluções do MEC

Em carta dirigida ao ministro da Educação, Fernando Haddad, no dia do fechamento desta edição (em 7/10), o Comando Nacional de Greve do Andes-SN informa que as assembléias de base rejeitaram a proposta apresentada pelo MEC na reunião do dia 30/9.
No mesmo documento, reproduzido na íntegra nesta página, o CNG/Andes-SN reivindica do ministério alguns pontos para uma efetiva negociação salarial.

Carta nº 315/05
Brasília, 7 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Educação

Brasília – DF

Senhor Ministro:

O Comando Nacional de Greve/ANDES-SN, instância dirigente e representativa dos docentes das IFES em greve (já totaliza 32 instituições), em face da proposta do Ministério apresentada em Ofício Circular nº 541/2005/MSN/SEAD/MEC,

INFORMA:

A proposta formulada pelo MEC foi rejeitada por unanimidade nas assembléias gerais realizadas desde o dia 3/10, data em que o ANDES-SN a recebeu e divulgou para o Movimento Docente.

Essas assembléias reafirmaram a pauta protocolada no Ministério pelo ANDES-SN, a qual se distancia da proposta apresentada pelo MEC, que:

1- não assegura nenhum reajuste para o ano de 2005;

2- apresenta montante insuficiente para o atendimento das reivindicações;

3- transfere a resolução das gratificações para um possível grupo de trabalho;

4- não assegura isonomia e paridade, ampliando as distorções.

REIVINDICAMOS DO MINISTÉRIO:

1- preliminarmente a pactuação de uma lógica conceitual e prioridades sobre as quais se aplicará o montante de recursos a ser disponibilizado;

2- a explicitação do Ministério de sua posição expressa ao longo de 2005 no GT-MEC, além de reiteradas manifestações públicas de autoridades do Ministério, em defesa da paridade e extinção da GED;

3- a necessidade de apresentar projeções e detalhamento da repercussão financeira dos itens da pauta de reivindicações dos docentes das IFES;

4- firmar disposição política para negociar alternativas que viabilizem a recuperação e reestruturação salarial, proporcionando assim a valorização do trabalho docente.

Reafirmamos nossa disposição, como é a trajetória deste sindicato, de estabelecermos um processo de negociação que possa viabilizar as condições para atendimento dos pleitos dos docentes, assegurando passos e prazos que materializem a solução para o desfecho da situação aguda que ora vivenciamos.

Respeitosamente,
Profª Marina Barbosa Pinto
Presidente

Movimento

Servidores querem derrubar veto presidencial à LDO

Dispositivo vetado garantiria um mínimo de garantia contra futuras defasagens salariais

Um mínimo de garantia contra maiores defasagens salariais. Esse foi o objetivo de uma carta dirigida aos parlamentares pelas entidades sindicais dos funcionários públicos federais, em 29/9, com a solicitação para derrubar um dos vetos presidenciais à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No vetado parágrafo único do artigo 90 da LDO, estava estabelecido que "a Lei orçamentária incluirá recursos necessários ao atendimento da revisão geral de que trata o *caput* deste artigo em montante que assegure, no mínimo, reajuste em percentual equivalente à estimativa de crescimento real do PIB per capita em 2005."

O governo justificou o veto por não querer comprometer a "necessária flexibilidade de gestão (...) das suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, bem como da política de recursos humanos". Além disso, afirmou que o eventual direcionamento de determinado montante para a revisão geral anual da remuneração dos servidores impediria a distribuição dos recursos adicionais para "diversas ações prioritárias que se revestem em benefício de toda a população".

Em audiência da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP, realizada no dia 26 de setembro de 2005, o ministro Paulo Bernardo reforçou o veto argumentando que o governo tem posição contrária à concessão de reajustes lineares para os servidores públicos e que sua política é de reajustes diferenciados. No entanto, não apresentou às entidades sindicais nenhum parâmetro para a promoção de tais reajustes, afirmando apenas que haverá R$ 1,5 bilhões disponíveis no orçamento de 2006 para todos os incrementos da folha dos servidores civis do poder executivo: reajustes, promoções nas carreiras, precatórios, contratações etc.

O ministro declarou à imprensa que pretende, em 2006, por intermédio dos reajustes diferenciados, atingir, para todos os servidores, a compensação das perdas geradas pela inflação acumulada de 2003 a 2006, proposta que ele não assumiu na reunião da MNNP, uma vez que tal meta demanda quantias muito superiores a R$ 1,5 bilhões, principalmente pelo fato de que não houve nenhum reajuste em 2005.

Na carta enviada aos parlamentares, as entidades sindicais se mostram surpresas pelo veto, uma vez que a referida emenda foi resultado de amplas negociações e acordos que a princípio tiveram o aceite do governo. "A emenda possibilita o estabelecimento inicial de uma política salarial que venha a atender ao que dispõe a Constituição e dê um mínimo de garantia para não haver maiores defasagens salariais, ainda que os recursos gerados pela emenda sejam insuficientes para disponibilizar recursos orçamentários para a compensação de todas as perdas salariais e as correções de todas as distorções remuneratórias existentes no serviço público federal", afirma.

Gastos com pessoal declinaram

Ainda no documento, registra-se que a arrecadação tributária evoluiu de 23,8% do PIB em 1985 para 36% atualmente. Em direção inversa, caminhou a despesa de pessoal da União que regrediu de 5,85% do PIB em 1995, o que correspondia a 56% da receita corrente líquida, para 5,03% em 2005. Em 2004, a despesa de pessoal correspondeu a 30% da receita corrente líquida (arrecadação menos despesas da União). "Portanto, a tendência declinante verificada nos últimos dez anos poderá começar a ser revertida caso o veto seja derrubado", diz o trecho final da carta, assinada pelo Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, Unafisco, Assibge, entre outros sindicatos.

UFRJ

Vigilância continua com o porte de armas suspenso

Vigilantes esperam a regularização e voltam a fazer as rondas com os giroscópios

No último dia 4, o reitor Aloísio Teixeira levou ao Conselho Superior Executivo da universidade o impasse sobre a suspensão da autorização de porte de armas aos vigilantes da UFRJ devido à aplicação do Estatuto do Desarmamento. O CSE aprovou a abertura de processo administrativo para a concessão do porte de arma em serviço dentro do campus do Fundão. Entretanto, a solução ainda depende de parecer da Procuradoria Regional Federal.

Os vigilantes, que se mostram satisfeitos com os esforços para que a situação seja regularizada, decidiram depositar um voto de confiança de que em breve será feita a legalização e retomaram as atividades de ronda no último dia 6, paralisadas na semana anterior. Além disso, foram substituídos os giroscópios que, agora, foram instalados na cor amarela, padrão estabelecido para o tipo de vigilância que é feita. Vale lembrar que os vigilantes ainda continuam incapazes de planejar efetivas ações de combate em prováveis confrontos, pois ainda estão vulneráveis sem as armas.

Wagner Maiolino

CARROS DA VIGILÂNCIA DA UFRJ VOLTAM A FAZER RONDAS

"Ainda não é uma situação de segurança para a gente, o que podemos fazer é coibir da melhor forma possível as ocorrências. Caso seja identificada alguma ação, podemos acionar a viatura da Polícia Militar com mais rapidez", disse o vigilante e coordenador de Segurança das Universidades, Antônio Gutenberg.

Vigilância perde direito de usar armas de fogo

Os vigilantes da Divisão de Segurança (Diseg) que patrulham o *campus* da UFRJ na Ilha do Fundão estão há quatro semanas impedidos de trabalharem portando armas de fogo. A proibição é resultado do Estatuto do Desarmamento, a Lei nº 10826/03, que não permite o porte de arma para vigilantes de Instituições Federais de Ensino Superior. Como o porte de armas é fundamental para o serviço de segurança, alguns órgãos podem pleitear o uso das armas caso haja um parecer jurídico comprovando a verdadeira necessidade. Algumas instituições já obtiveram o direito de usarem as armas, como a UFRRJ, o IBAMA, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com o prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos Alves, o porte de armas é fundamental para a segurança dos vigilantes e das 65 mil pessoas que circulam todos os dias pelo *campus*. Segundo Hélio, o *campus* se localiza numa área de grande índice de violência que corta algumas das vias expressas que ligam o Centro à região Oeste. Embora não tenha havido um considerável aumento de ocorrências que justificassem a suspensão das aulas e outras atividades do Fundão, Hélio afirmou que a situação é de desconforto porque as notícias sobre a proibição do uso de armas geram insegurança nos freqüentadores do local. Foram registrados cinco roubos de carros, um furto a auto e um assalto à mão armada em um ônibus. Hélio afirmou que ainda não foi possível fazer uma análise em relação aos dados que comprovem um aumento de crimes em decorrência da falta de armas. Segundo os vigilantes, houve um retorno de ocorrências que há cerca de um ano não eram registradas, como os assaltos a ônibus.

Colegiados

Reitoria não pode começar as obras do "Bandejão"

Pró-reitor de graduação explica que Ministério do Planejamento impede maior investimento em assistência estudantil

Os integrantes da comissão criada pela reitoria para elaborar o projeto dos restaurantes universitários compareceram ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na última quarta-feira (5/10). O assunto ganhou espaço no colegiado após dezenas de estudantes terem comparecido à plenária do dia 28/9 para cobrar o imediato início das obras do "bandejão". Na ocasião, alguns conselheiros alegaram falta de informação para debater o assunto, pois desconheciam o projeto. O pró-reitor José Roberto Meyer, presidente do colegiado, convidou os integrantes da comissão para dirimir as dúvidas dos conselheiros.

Uma das integrantes da comissão, a diretora do Escritório Técnico da UFRJ (ETU), Maria Ângela Dias, explicou que o objetivo do grupo é discutir as políticas, em um primeiro momento, para posteriormente criar um programa: "A proposta só pode ser elaborada após um programa ter sido estabelecido", explicou a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). De acordo com ela, o objetivo inicial da comissão que integra foi apontar as principais necessidades como espaço, número de pessoas, divisão de tarefas, entre outras. Após a comissão ter apontado as diretrizes, foram chamados outros profissionais arquitetos, nutricionistas e membros do ETU para que fosse planejada a proposta de execução do projeto. Os arquitetos Alexandre Martins e Miguel Pinheiro, servidores da universidade, são os autores do projeto.

"Bandejão" com mão-de-obra tercerizada

Durante o debate, os conselheiros mostraram-se satisfeitos com o que foi apresentado, mas discordaram de alguns pontos. A questão mais polêmica refere-se à lei que proíbe a contratação de servidores para alguns cargos na universidade como cozinheiros, auxiliares de cozinha, motoristas entre outros. A sugestão apresentada pela comissão é a contratação de mão-de-obra terceirizada.

Apesar de alguns professores se manifestarem favoráveis, a bancada discente se pronunciou totalmente contrária à entrada de mais empresas privadas dentro da universidade. Já para a representante dos técnico-administrativos Ana Maria Ribeiro o projeto pode até ser implantado com mão-de-obra terceirizada, desde que "fique bem claro que é por um período de transição e que seja pré-estabelecida a quantidade de funcionários da UFRJ presentes nos restaurantes".

Reitoria fica impossibilitada de agir

Questionado sobre o prazo para o início das obras, José Roberto Meyer explicou novamente que as verbas da universidade vêm com uma designação para quais setores devem ser destinadas e a reitoria não tem o poder de transferir a verba de uma determinada rubrica para investir em assistência estudantil: "Se estiver pré-estabelecido que só poderão ser gastos R$ 14 milhões com assistência estudantil, mesmo que a UFRJ arrecade R$ 30 milhões, só poderão ser gastos R$ 14 milhões com assistência estudantil. Os outros R$ 16 milhões só serviriam para aumentar o superávit do Palocci", afirmou ele, fazendo referência ao ministro da Fazenda do governo Lula.

O pró-reitor de graduação revelou ainda que o reitor Aloisio Teixeira conseguiu uma audiência com o Ministério do Planejamento para tentar reverter esta situação. Segundo ele, outro fator que está emperrando o início das obras é a negociação com o Banco de Brasil que "não está como nós gostaríamos que estivesse". Desta forma, Meyer informou que a reitoria ainda não pode se comprometer com uma data para o início das obras do restaurante universitário. Apesar do cenário pouco favorável, o pró-reitor revelou que existe uma perspectiva de que seja ampliada a verba para a UFRJ em 2006.

CEG aprova edital de bolsas de monitoria

O CEG aprovou, por unanimidade, a proposta de edital para bolsas do programa de monitoria de 2006. Os conselheiros fizeram apenas algumas alterações no texto da proposta original antes da deliberação. As unidades terão até o dia 20 de outubro para solicitar o número de monitores que desejam para o próximo ano. A divulgação dos bolsistas classificados para o período de março de 2006 até dezembro de 2006 sairá no dia 16 de dezembro.

UFRJ

Centros elegem novos representantes para colegiados

À medida que alguns mandatos nos colegiados de graduação e de pós-graduação estão expirando, os centros estão renovando sua representação nos conselhos superiores da universidade. O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) realizou eleições no início de setembro.

No Conselho de Ensino de Graduação (CEG), o diretor da Faculdade de Educação, Marcelo Macedo Corrêa e Castro, deixará o posto de titular, a partir desta semana, e ocupará a suplência, junto da professora do Colégio Aplicação (CAp) Celina Maria de Souza Costa, que já ocupava uma das duas vagas de suplente do CFCH no conselho. Ana Canen, outra representante titular do centro, também sai da representação no CEG. Para as duas vagas de titulares do CFCH, foram eleitas as professoras Márcia Serra Ferreira, da Faculdade de Educação, e Andrea Maria de Paula Teixeira, da Escola de Serviço Social. O mandato dos conselheiros do CFCH no CEG será de três anos após a homologação do colegiado, o que deverá ocorrer na sessão desta semana.

O Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) também tem novos representante no CEG, desde o final do mês passado. O professor Joaquim Lopes Neto terminou seu mandato no dia 01/09 e foi substituído por Júlio Cezar Mendes, do Instituto de Geociências, que ocupará o cargo de suplente da professora Maria Lúcia Patitucci, que foi reeleita como titular. Os mandatos dos professores Luiz Felipe de Souza Coelho (titular) e Miguel Jonathan (suplente) deste Centro só se encerrarão em julho de 2007.

Já no Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), a professora de História Regina Maria da Cunha Bustamante e o ex-diretor da Escola de Comunicação Paulo Vaz serão os novos representantes suplentes do CFCH no colegiado. A atual conselheira Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva foi reeleita como titular junto do professor Marildo Menegat, da Escola de Serviço Social.

Outra alteração será a da representante do CCMN no CEPG: Walcy Santos era titular e foi eleita suplente no lugar do conselheiro Ricardo Martins da Silva Rosa. O novo representante titular do Centro será o professor Carlos Eduardo Aguiar, do Instituto de Física. O Centro de Letras e Artes (CLA) ainda não definiu seus novos conselheiros no CEPG que tiveram mandato expirado em setembro. Ana Lúcia Nogueira de Paiva Britto e Harlei Aparecida Elbert Raymundo (titulares) e Maria Carlota Amaral Paixão Rosa e Cybele Vidal Neto Fernandes (suplentes) tiveram seus mandatos prorrogados até o dia 23/10.

	Titular	Suplente
CEPG		
CFCH	Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva Marildo Menegat	Paulo Vaz Regina Bustamante (suplente)
CCMN	Carlos Eduardo Aguiar	Walcy Santos
CEG		
CFCH	Andrea Maria de Paula Teixeira Márcia Serra Ferreira	Celina Maria de Souza Costa Marcelo Macedo Corrêa e Castro
CCMN	Maria Lúcia Patitucci	Júlio Cezar Mendes

Colegiados

Presidente da Capes fala ao CEPG sobre mestrado profissional

Jorge Guimarães defende ampliação da iniciativa

O presidente da Capes, Jorge Guimarães, foi o convidado do CEPG de 7 de outubro para debater o mestrado profissionalizante. Munido de diversos dados, o professor defendeu essa nova modalidade de mestrado, que considera uma prioridade para a rápida formação de quadros qualificados para o país.

Segundo ele, já é grande o número de alunos que entram para o sistema de pós-graduação tradicional, chamado de "acadêmico", com uma expectativa "tipicamente profissionalizante". Para Jorge, um desejo que tem origem na fragilidade encontrada na maior parte dos cursos de graduação do país e nos demais níveis de ensino. "Os futuros professores de Matemática têm tirado em média 18 pontos em cem nas provas que medem o desempenho. Aí está o desastre. Que também afeta Português, História e outras disciplinas. Seguramente, esse é o maior desafio brasileiro", afirmou.

O presidente da agência de fomento observou que, no último triênio avaliado pela Capes (2001-2003), foram formados 8.094 doutores. Destes, apenas 13% são das áreas de Engenharia e Computação. "Isso mal substitui as aposentadorias do setor e muitos deles nem vão para atividades acadêmicas", disse.

Números do mestrado profissional

Para alavancar essa formação de novos quadros para o mercado, Jorge vê com bons olhos o crescimento dos mestrados profissionais. Segundo ele, existiam, até a semana passada, 144 cursos deste tipo reconhecidos pela Capes, com destaque para as áreas Multidisciplinar, de Ensino de Ciências, Sociais Aplicadas, Engenharias e Saúde.

Os mestrados profissionais, em relação ao sistema, representam 7% do total, aí incluídos os programas de doutorado. O presidente da Capes acrescentou ainda que há mais 87 projetos em processo de análise.

Kelvin Melo

PRESIDENTE DA CAPES FALA AO LADO DO PRÓ-REITOR JOSÉ LUIZ MONTEIRO

"Em 1999, eram 18 programas assim; em 2000, 37; em 2002, 93; em 2003, 111", comentou.

Dos 144 mestrados profissionais existentes, 55% estão localizados no Sudeste, 21% no Sul, 14% no Nordeste, 7% no Centro-Oeste e 2% no Norte. No total, são 5.065 alunos matriculados contra 67 mil do mestrado acadêmico.

As diferenças

De acordo com o presidente da Capes, a grande diferença entre os mestrados acadêmico e profissionalizante reside no perfil do estudante: os mestrandos acadêmicos geralmente vêm das jornadas científicas e possuem uma formação "mais alargada", além do tipo de dissertação; já os candidatos ao profissional são mais maduros, geralmente têm emprego e o foco da dissertação é mais específico. "E eles não têm bolsas", fez questão de dizer Jorge Guimarães.

A instituição com mais mestrados profissionais é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 9. Nos estados, a liderança fica para São Paulo (35), seguido por Rio de Janeiro (21) e Rio Grande do Sul (15).

No total, 48% dos mestrados profissionais são vinculados a instituições federais e somando os de instituições estaduais ou municipais, chega-se ao índice de 61%.

Ao fim da exposição, Jorge chamou a atenção para a necessidade "dramática" de pessoal qualificado no país para defender a ampliação do mestrado profissional. O presidente da Capes comentou o exemplo dos planos de expansão da Petrobras, que vão exigir 60 mil novos técnicos até 2010. "Se nós não fizermos isso (formar recursos humanos novos), eles vão pegar pessoas fora do país. A demanda é enorme. Em linhas gerais, o mestrado profissionalizante tornou-se uma prioridade", afirmou.

Debate com conselheiros

Seguiu-se intenso debate com os conselheiros sobre o mestrado profissionalizante. Muitos não viam diferença entre a nova modalidade e os já conhecidos cursos de especialização. Alguns conselheiros argumentaram também que o mestrado tradicional de vários cursos já contém um aspecto profissionalizante. Também foi motivo de dúvidas a avaliação dessa modalidade, assim como sua possível influência para o fim do mestrado dito acadêmico.

O presidente da Capes reagiu veementemente contra a possibilidade de término do mestrado tradicional. Para ele, trata-se de um patrimônio nacional de mais de 40 anos. Observou, sim, que algumas disciplinas poderiam ser semelhantes ou até idênticas nos dois tipos de mestrado e minimizou os receios com iniciativa. Diferente da especialização, Jorge argumentou que o mestrado profissional terá caráter *stricto sensu*, com diploma de validade nacional e acompanhamento constante da Capes.

Portal de Periódicos

Embora não fizesse parte da pauta, o professor aproveitou a ocasião para elogiar o portal de periódicos da Capes: "Hoje, são 9.100 periódicos e 80 mil acessos por dia ao portal. Todas as patentes do mundo desde 1966 estão lá em uma das bases de dados", contou.

Aprovação de novos cursos na UFRJ

No dia 14/10, haverá reunião CEG/CEPG e um dos pontos de pauta será um projeto de resolução sobre procedimentos para encaminhamento e aprovação de novos cursos de graduação e pós-graduação. A decisão definitiva, vale ressaltar, caberá ao Consuni.

Prêmio Petrobras de Tecnologia

O pró-reitor José Luiz Monteiro informou os conselheiros sobre o destaque da UFRJ durante a entrega do Prêmio Petrobras de Tecnologia, na semana passada. Esse prêmio foi um reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos nas instituições de ensino superior brasileiras em nove diferentes áreas de atuação da empresa. Foram inscritos 335 trabalhos (graduação, mestrado e doutorado) e 69 foram pré-selecionados, dos quais foram escolhidos os 27 finalistas (três por área). A UFRJ foi a instituição com o maior número de trabalhos premiados, recebendo um total de quatro prêmios, sendo 2 primeiros lugares e 2 segundos lugares.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind - www.adufrj.org.br

Internacional

Sindicatos pressionam primeiro-ministro francês

Fotos: Reprodução internet

Desde o último dia 3 de outubro,uma série de greves de vinte e quatro horas contra a política econômica do governo francês paralisou escolas, o sistema de transportes na capital francesa. Serviços de ferrovia, bonde e ônibus foram afetados em diferentes partes da França, incluindo a rede ferroviária de alta velocidade, o TGV. De acordo com fontes internacionais, um milhão de manifestantes se juntaram a dezenas de milhares de grevistas nas ruas de Paris e em outras cidades. "Unidos por emprego, poder aquisitivo e direitos do trabalhador", dizia uma faixa à frente de uma das passeatas realizadas pelos franceses na capital com mais de 150.000 manifestantes.

Depois de uma manifestação da ilha da Córsega, um grupo de cerca de 100 ativistas, alguns encapuzados, entraram em choque com a polícia. Não há informação de feridos. O plano do governo de privatizar o serviço de balsa que liga a Córsega ao continente vem agravando as tensões na área.

A greve na França atingiu os serviços de aviação, e as autoridades cancelaram mais de 400 vôos que sairiam ou pousariam nos dois principais aeroportos da capital, durante a semana passada. Em toda a França, cerca de 230 mil professores não deram aulas, de acordo com o ministério da educação daquele país. Também aderiram à greve cerca de 15% dos funcionários dos correios. Não houve entrega de jornais em Paris no último dia 3.

De acordo com as agências internacionais, o *premier* Dominique de Villepin, que declarou o combate ao desemprego uma prioridade, disse ao Parlamento que está ouvindo "a mensagem enviada pelos franceses". A greve nacional é a primeira desde que Villepin assumiu a chefia do governo, quatro meses atrás.

Nas ruas, o gerente de vendas Jean Aubigny disse que dois trens que deveriam passar por sua estação foram cancelados. "É um incômodo, mas se não houvesse greves, não teríamos direitos", disse.

Resenha

Bancários em greve

Na sexta-feira passada (7/10), os bancários decidiram manter a greve por tempo indeterminado e receberam reforços de mais dois estados, que também decidiram aderir à paralisação. Segundo a Confederação Nacional dos Bancários (CNB), cruzaram os braços 100 mil dos 300 mil bancários de 20 Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Acre, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Piauí, Sergipe, Pará, Paraíba, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. A greve foi iniciada no dia 6/10 *(Folha Online, 7/10)*.

Exército desumano

A Suprema Corte israelense baniu o abuso militar de usar civis palestinos como "escudos humanos" pelas forças armadas do país, em ofensivas nos territórios palestinos, sob o argumento de que isso viola as leis internacionais. A decisão da corte foi tomada no dia 6/10. Entretanto, os militares israelenses já planejam o uso de outras "táticas" para prender suspeitos palestinos em missões consideradas "perigosas". O Exército ainda tem a permissão de enviar cães treinados às casas dos suspeitos e destruir moradias onde os "procurados" possam eventualmente se esconder, caso resistam à prisão *(Diário Vermelho, 7/10)*.

Sem política para os sem-teto

Cerca de setenta famílias foram despejadas de um edifício na região central da cidade de São Paulo. O prédio estava ocupado por integrantes do Movimento Sem-Teto desde novembro de 2003. De acordo com representantes de movimentos de moradia e de entidades ligadas à questão, existem sucessivas reintegrações de posse, ausência de programas habitacionais e tentativas de tirar as pessoas de baixa renda do centro das cidades no Estado de São Paulo *(Diário Vermelho, 7/10)*.

Chávez critica O Globo

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, criticou duramente O Globo acusando o jornal de ser "lacaio do imperialismo americano no coração da América do Sul". Para Chávez, O Globo "se presta ao jogo" quando publicou um editorial que manipula dados e números classificando como fracassada a administração do venezuelano. O presidente afirmou ainda estar disposto a destinar US$ 5 bilhões das reservas cambiais da Venezuela para criar um banco de desenvolvimento sul-americano *(O Globo, 1/10)*.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 476 • 18 de outubro de 2005

Assembléia Geral

18 de outubro terça-feira **10:00**

Auditório do Centro de Tecnologia
Campus do Fundão

Pauta:
Greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

Funcionários públicos federais em defesa da educação pública, por negociações efetivas já!

Concentração às 10 horas em frente ao Instituto Pinel *Praia Vermelha*

19 de outubro
quarta-feira

Andes-SN e Sinasefe fazem ato no MEC

Página 5

Assembléia da Adufrj-SSind rejeitou proposta do MEC apresentada em 3 de outubro

Página 6

Em defesa da educação pública e por negociações efetivas já, sindicatos organizam Dia Nacional de Luta nessa quarta-feira, 19 de outubro

Carla Lisboa/Adunb-SSind

MANIFESTAÇÃO NO MEC, EM BRASÍLIA, NO DIA 14/10

Greve conquista mais recursos do governo

Mas MEC quer usar a verba para impor reajustes diferenciados aos docentes

Páginas 8 e 12

A manifestação do Dia de Luta na UFRJ será no *campus* da Praia Vermelha, com concentração às 10 horas em frente ao Instituto Instituto Pinel, quarta, dia 19

Jurídico

Pró-reitoria de Pessoal disponibiliza novas planilhas para abono 2005

Como resultado de reunião da diretoria da Adufrj-SSind com a Pró-reitoria de Pessoal (PR4), foram disponibilizadas novas planilhas com a opção pela venda de um terço dos 45 dias de férias aos quais têm direito os servidores docentes. A opção pelo abono 2005 deve ser feita pelo próprio professor até o próximo dia 1º de novembro, através do preenchimento das planilhas que devem estar disponíveis nas unidades. A PR4 informa que é da competência das unidades a retirada das novas planilhas na pró-reitoria e sua disponibilidade aos docentes nos locais de trabalho.

A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind lembra que os professores que já tiverem preenchido a planilha das férias referente ao ano corrente e quiserem optar pela venda de um terço dos 45 dias devem preencher a nova planilha com a opção explícita pelo abono, o que garantirá o pleito pelo seu recebimento.

UFRJ

Definidos os candidatos para direção do Hospital Universitário

Eleição acontece nos dias 7, 8 e 9 de outubro

Professores em efetivo exercício do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), técnico-administrativos pertencentes ao quadro permanente, alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e residência médica votarão, no início do próximo mês, em um dos dois candidatos que concorrem à direção geral do Hospital. A disputa será entre o professor Alexandre Pinto Cardoso e o técnico-administrativo Paulo Félix em consulta proporcional entre os segmentos: 50%, 30% e 20% (falta confirmar quem é 20%, quem é 30%).

O pleito ocorrerá nos dias 7, 8 e 9 de novembro e a apuração está prevista para o dia 10. O resultado será encaminhado ao Conselho de Administração do HUCFF, que irá elaborar uma lista tríplice, tomando o resultado como referência. Ao receber a lista do Conselho de Administração, o reitor Aloisio Teixeira nomeará o novo diretor do HUCFF. O mandato será de dezembro deste ano até dezembro de 2009.

De acordo com a assessoria de imprensa do HUCFF, o professor Hilton Koch será o presidente da comissão eleitoral, que contará ainda com um representante dos técnico-administrativos e um representante discente. Entretanto, o próprio Koch afirmou ao **Jornal da Adufrj** que o convite ainda não fora formalizado e que a comissão só deverá iniciar os trabalhos a partir da próxima semana. O regimento básico prevê que a comissão eleitoral organize debates, entrevistas, plataformas, panfletos, faixas e cartazes até as vésperas das eleições.

Assine a revista
Universidade e Sociedade
www.andes.org.br/assinaturas.doc

Agenda Sindical

17/10 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Rio de Janeiro (RJ) - no Auditório Pedro Calmon, 2º andar do prédio do Instituto de Economia, *campus* da Praia Vermelha, às 17h30. Pauta: Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind.

17/10 - Ato contra a Sétima Rodada de licitação dos blocos de petróleo
Rio de Janeiro (RJ) - em frente ao Hotel Sheraton, na Av. Niemeyer, nº 121, às 10h.

18/10 -Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Rio de Janeiro (RJ) - no Auditório do Centro de Tecnologia, *campus* do Fundão, às 10h. Pauta: Greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

19/10 - Dia Nacional de Luta
Na UFRJ, ato no *campus* da Praia Vermelha, com concentração às 10h. Em defesa da educação pública. Por negociações efetivas já.

28/10 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Brasília (DF)

28 a 30/10/2005 - XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Belo Horizonte (MG)

2 a 4/11 - 1º Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

5 e 6/11 - Protestos contra a visita de Bush ao Brasil

Janeiro de 2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - *Venezuela*

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **2º Vice-presidente:** Salatiel Menezes dos Santos **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Celina Maria Souza Costa - Titular; Miriam Abduche Kaiuca - Titular; Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Elizabeth Lugão - Titular; Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** com unica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG e CEPG discutem criação de cursos novos

Colegiados acadêmicos rejeitam gestão acadêmica de novos cursos pelas decanias

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) se reuniram, na última sexta-feira (14/10), para discutir um projeto que visa a estabelecer uma orientação e normas para a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação na UFRJ. Uma comissão mista - com integrantes dos dois colegiados - elaborou um parecer avaliando a proposta que foi encaminhada aos conselhos acadêmicos pelo Conselho Universitário.

Alguns artigos da proposta foram aceitos pelos conselheiros. Um deles é que todos os cursos que envolvam a participação de mais de uma unidade ou Centro desenvolvam um projeto pedagógico unificado que seria aprovado por seus colegiados máximos, conselho de coordenação da respectiva decania ou decanias ou, ainda, pelos conselhos acadêmicos superiores (CEG ou CEPG). O que hoje, segundo, alguns conselheiros, já é uma realidade em várias unidades.

A proposta que não foi aceita na sessão mista foi o fato de as decanias poderem ser também responsáveis academicamente por esses cursos. Pela proposta original do Consuni, seria instaurado um Conselho de Coordenação do Curso ou do Programa, vinculado à decania. Esse conselho elegeria um coordenador que seria responsável pela gestão do curso, com suporte de uma secretaria acadêmica, e com mandato de dois anos, renováveis por igual período. Os alunos desses cursos inter ou multidisciplinares estariam vinculados ao curso de graduação ou ao programa de pós-graduação e não mais à Unidade.

Pela proposta do Consuni, os certificados e diplomas desses cursos passariam a ser assinados pelas decanias ou por delegação de competência do reitor, no caso, os pró-reitores de graduação e pós-graduação.

Mas, o parecer da comissão mista CEG/CEPG, aprovado pelos colegiados, não recomendou essas mudanças com relação à gestão acadêmica dos novos cursos. Os colegiados aprovaram apenas os artigos da proposta que dizem respeito à tramitação do processo de criação dos novos cursos, com exigências de projetos pedagógicos e prazos e encaminhamento para aprovação no Consuni somente após aprovação em todas as instâncias acadêmicas, desde as congregações de unidades envolvidas, passando pelos colegiados dos departamentos responsáveis por disciplinas, conselhos de centro e colegiados superiores, CEG e CEPG.

Após as modificações, o relatório dos colegiados CEG e CEPG será encaminhado ao Conselho Universitário que deverá discuti-lo na reunião da próxima semana.

Diretora toma posse na FND

Antes da plenária, o pró-reitor de pós-graduação e pesquisa, José Luiz Fontes Monteiro, que presidiu a sessão conjunta, parabenizou a Faculdade Nacional de Direito (FND) que elegeu uma nova diretora, após um longo período de conflitos internos que culminou com o afastamento do ex-diretor Armênio Cruz. Eleita pela chapa única, a professora Juliana Neuenschwander Magalhães tomou posse na última terça-feira (11/10): "Esperamos que esta diretoria seja o símbolo de novos tempos na Faculdade de Direito", afirmou José Luiz Monteiro.

Novos conselheiros no CEG

Como o **Jornal da Adufrj** anunciara, foram apresentados os novos conselheiros do Conselho de Ensino de Graduação na reunião da semana passada. Apesar do dia oficial das reuniões do CEG (quarta-feira) ter coincidido com o feriado de 12 de outubro, na semana passada, o pró-reitor de graduação José Roberto Meyer aproveitou a sessão conjunta CEG/CEPG para anunciar oficialmente os conselheiros Andrea Maria de Paula Teixeira e Márcia Serra Ferreira (titulares) e Celina Maria de Souza Costa e Marcelo Macedo Corrêa e Castro (suplentes) como representantes do CFCH até 2007. Com o mesmo mandato, foi reeleita como titular do CCMN a professora Maria Lúcia Patitucci, que terá o professor Júlio Cezar Mendes como seu suplente.

Anote

Associação de Pós-Graduandos convida para a segunda edição de Cine-clube

Os pós-graduandos inauguraram na segunda quinzena de setembro o espaço Cine-clube APG, com a exibição de *Fahrenheit 9/11*, do americano Michael Moore. Após a exibição do filme, foi realizado debate entre os presentes sobre a resistência do povo iraquiano à invasão pelos Estados Unidos.
Nesse mês, uma novidade. O público do Cine-clube APG poderá escolher, dentre as opções para a quinzena, o filme que será apresentado.
Os informes e a votação acontecerão por e-mail. Os que ainda não possue e-mail registrado na associação devem encaminhar mensagem para apg@if.ufrj.br, e passarão a receber informações sobre as atividades e os eventos culturais da APG. O Cine-clube APG acontece às quartas-feiras, a cada duas semanas, no auditório da Biofísica (CCS sala G-22), às 17h, com entrada franca. A próxima exibição acontece nesse dia 19 e o público escolherá o filme que quer assistir. Em comemoração ao mês das crianças, as opções são: A Fantástica Fábrica de Chocolate (versão de 1971) ou E.T., O Extra-terrestre (1982). A votação deverá ser realizada por e-mail.

Resenha

MEC admite gasto insuficiente

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou ontem em viagem a Portugal que o Brasil investe "menos do que 4% do PIB (Produto Interno Bruto) na sua área", ao contrário do que indicam as estatísticas oficiais dos últimos anos. Segundo ele, gastos em outras áreas como saúde são contabilizados como despesas em educação. Haddad disse ainda que o país deve investir durante 20 anos, pelo menos 6%, do PIB, se quiser realmente resolver os problemas na área educacional (*Folha de São Paulo, 14/10*).

Reeleição investigada

Ronivon Santiago será o primeiro dos parlamentares do Acre envolvido no escândalo da compra de votos no Congresso Nacional a depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), nesta quarta-feira (19/10). A CPMI da Compra de Votos investiga se parlamentares teriam recebido R$ 200 mil para aprovar, em 1997, a emenda constitucional da reeleição que permitiu ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ficar mais quatro anos no poder. Depois de Ronivon Santiago, será a vez dos ex-deputados Osmir Lima e Chicão Brígido prestarem esclarecimentos (*Diário Vermelho, 13/10*).

Movimento dos Sem-Terrinha

Cerca de 300 crianças sem-terra realizaram uma manifestação nesta quinta-feira, em frente à Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e do Incra, em Porto Alegre, reivindicando melhorias na educação no campo e na infra-estrutura de escolas que ficam em assentamentos do estado. O ato fez parte do "Encontro dos Sem-Terrinha", quando cerca de 1.300 crianças e adolescentes, com idades entre 8 e 14 anos, participaram de vários encontros em sete cidades do Rio Grande do Sul (*Folha Online, 13/10*).

Metalúrgicos em greve

Os metalúrgicos lotados na Refinaria de Duque de Caxias decidiram ontem, por unanimidade, manter a paralisação da categoria. De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Duque de Caxias, São João e Nilópolis, Carlos Fidalgo, as principais reivindicações são: pisos salariais por função, participação nos lucros e resultados (PLR), fornecimento de cesta básica e vale transporte gratuito (*Extra-RJ, 14/10*).

Andes-SN

Andes-SN realiza primeira reunião do GT-Fundações

Objetivo é combater a privatização interna representada pelas fundações "de apoio"

Nos dias 8 e 9 de outubro, realizou-se em Brasília (DF) a primeira reunião do mais novo grupo de trabalho do Andes-SN: o GT-Fundações. Criado em julho deste ano, por deliberação do 50º Conad do Sindicato, o GT tem o objetivo de realizar um diagnóstico nacional da situação das fundações nas instituições de ensino superior públicas e colaborar em uma estratégia de enfrentamento do processo de privatização por elas representado. Para subsidiar esse debate nacional, foi indicado pelo GT que o Andes-SN solicite às seções sindicais diversas informações relativas às fundações presentes em cada instituição, como o estatuto e a cópia do convênio formal assinado com a universidade. As seções sindicais devem enviar os dados para a sede do Sindicato até 18 de novembro. Com base nesse material, o GT promoverá uma análise geral e também vai construir um banco nacional de dados, em processo que terá divulgação ampla e periódica.

GTs locais

O GT encaminhou a realização de seminários regionais sobre o tema, além de ter recomendado a constituição de GTs locais em cada seção sindical para produzir estudo sobre a presença de fundações privadas "de apoio" nas universidades.

Publicações

No sentido de ampliar a divulgação do caráter dessas fundações privadas, o Sindicato deverá, ainda, publicar dois cadernos: no primeiro, terão destaque artigos, análises e pareceres jurídicos sobre os efeitos das fundações privadas 'de apoio' no interior das universidades públicas; já em um segundo caderno, haverá a análise jornalística dos estudos realizados por diversas seções sindicais sobre o assunto.

Próxima reunião

A próxima reunião do GT-Fundações está prevista para os dias 3 e 4 de dezembro, quando deverão ser discutidos: as formas de encaminhar os problemas concretos referentes ao ensino, à pesquisa e à extensão que hoje são forçados a utilizar os serviços das fundações privadas "de apoio"; os dados solicitados às seções sindicais; a preparação do primeiro caderno sobre o assunto e a repercussão desse debate no congresso seguinte da categoria.

Medidas propostas

O GT propõe, para deliberação durante o 25º Congresso do Sindicato (no início de 2006), o ingresso de ações na Justiça contra os cursos pagos e contra o exercício concomitante, por integrantes da administração universitária, de cargos decisórios das fundações privadas.

Adufrj-SSind representada no GT

A primeira reunião do GT contou com a presença de professores de nove seções sindicais. A Adufrj-SSind esteve representada pelo diretor Walcyr de Oliveira Barros.

Fundações agridem o caráter público da universidade

Em sua primeira reunião, o GT aprovou um documento intitulado "As Fundações Privadas 'de apoio' e a Universidade Pública", com severas críticas à origem e à atuação destas entidades no interior das instituições universitárias. De acordo com o texto, é a partir do início dos anos 80 e durante toda década de 90 que se instala nas universidades públicas um processo de privatização "por dentro", caracterizada pela realização de negócios (venda de projetos, cursos pagos e outros serviços), organizados a partir de fundações privadas. "Essas fundações agridem frontalmente o caráter público da universidade, desvirtuando as suas atividades-fim: de ensino, pesquisa e extensão, que passam a ser dirigidas cada vez mais pelas necessidades do chamado "mercado" do que pela lógica da produção de saber e do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural", diz um trecho.

Esse desenvolvimento coincidiu com a iniciativa de governos em todos os níveis de se desobrigarem do financiamento de políticas públicas de longo prazo. "O arrocho de verbas e salários nos serviços públicos essenciais, como saúde e educação, forneceu terreno fértil para a proliferação de formas de privatização do espaço e dos bens públicos (...)", diz outro trecho.

Argumentos rebatidos

O documento rebate as justificativas mais comuns dos defensores da presença das fundações nas universidades públicas, como a falta de agilidade das regras do setor público e a necessidade de diversificar a captação de recursos para as universidades. Segundo o texto aprovado pelo GT, o estudo detalhado de vários casos demonstra que as fundações, na prática, se constituem em meios de transferência de dinheiro público para o setor privado, às vezes com complementações salariais vultosas para os seus integrantes. O documento também destaca que boa parte dos ganhos das fundações são auferidos por sua contratação pelo próprio setor público. A prática da delegação da administração de recursos da administração pública direta, indireta ou fundacional, a entidades de direito privado, sob a forma de terceirização, são condenáveis "pelos princípios de unicidade de caixa e moralidade administrativa, competindo exclusivamente ao gestor público a gerência dos recursos públicos".

Os cursos pagos administrados pelas fundações também são criticados pelo documento do GT: "Isso viola, frontalmente tanto a LDB, quanto a Constituição Federal, que, em seu art. 206, inciso IV, reza que o ensino será gratuito em estabelecimentos oficiais. Assim, caso um curso, por força de qualquer convênio, seja de responsabilidade de uma universidade pública, ainda que administrado por fundação privada, deverá, necessariamente, ser gratuito". O texto observa, ainda, que as atividades desenvolvidas por docentes nessas fundações não estão sob controle nem das reitorias, nem da comunidade universitária. "Ao contrário do que propalam, (as fundações) apóiam-se nas instituições de ensino com as quais dizem cooperar, utilizando a força de trabalho, as instalações, os equipamentos e, sobretudo, a força simbólica da "marca". São, em muitos casos, utilizadas como mecanismo de precarização do trabalho na universidade, burlando a obrigatoriedade de concursos públicos", complementa outro item do documento.

Legislação contestada

Nem a legislação que sustenta a existência de tais fundações privadas, no caso das universidades federais, escapa da crítica do GT-Fundações. Segundo o documento, que se baseia na opinião de muitos promotores e juízes do Tribunal de Contas da União, tanto o recente Decreto Federal 5.205/04, como a Lei 8958/94 do governo Itamar Franco, são ilegais. A razão é permitirem a violação de princípios constitucionais, abrindo a possibilidade de concorrência desleal, em especial quando da contratação de fundações privadas de apoio por outros órgãos e entidades.

Consuni adia deliberação sobre fundações de apoio

Previstos para a sessão do Conselho Universitário da UFRJ de 21 de setembro, o debate e deliberação sobre a proposta apresentada pela reitoria para regular a relação da universidade com as suas fundações de apoio acabaram não ocorrendo. As justificativas apresentadas por alguns conselheiros foram a ausência do reitor Aloísio Teixeira (o colegiado foi presidido pela vice-reitora, Sylvia Vargas) e, principalmente, a falta de posicionamento dos centros e unidades com relação à proposta de resolução.

O colegiado solicitou à reitoria que reforce o pedido para os centros e unidades ampliarem o debate sobre o assunto e para que estes se posicionem sobre a matéria. Foi criada, ainda, uma comissão de sistematização que tem até o dia 27 de outubro para receber e encaminhar ao Consuni a síntese das avaliações e sugestões das unidades e centros sobre o tema. Participam da comissão os conselheiros Ângela Rocha (CCMN) e Carlos Levy (CT) e a conselheira técnica-administrativa Chantal Russi.

Atualmente, a UFRJ tem quatro fundações de apoio credenciadas pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. E apenas a FUJB considerou a solicitação feita pelo Consuni quando este aprovou a regulamentação das fundações internas e a encaminhou para os ministérios, atendendo ao decreto 5.205 (de 15/9/04) que regulamentou a Lei 8.958 de 1994. Na ocasião, o colegiado aprovou também a existência das fundações Coordenação de Projetos e Estudos Tecnológicos (Coppetec), Bio-Rio e José Pelúcio Ferreira (FJPF).

Campanha Salarial

Andes-SN e Sinasefe fazem ato no MEC

Carla Lisboa/Andes-SN

PROFESSORES REALIZARAM MANIFESTAÇÃO DENTRO E FORA DO PRÉDIO DO MINISTÉRIO

Entidades voltam a cobrar negociação conjunta

No dia 14 de outubro, os delegados do Comando Nacional de Greve do Andes-SN e os delegados presentes no 19º Congresso do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) uniram-se em uma manifestação no MEC.

Na parte da tarde, um grupo de aproximadamente 60 pessoas ocupou o 8º andar do MEC, com palavras de ordem, apitaço e ainda realizou uma passeata pelo corredor do ministério. Ao mesmo tempo, havia uma concentração de manifestantes na portaria principal do MEC.

Após uma hora de manifestação o Subsecretário de Assuntos Administrativos do MEC, Silvio Petrus, informou aos manifestantes que estava disposto a receber uma comissão formada por dois representantes de cada entidade.

A comissão foi então formada pelos professores Gilberto Marques e Emerson Araújo da base do Andes-SN e William Carvalho e Ednaldo Pereira, pelo Sinasefe. A comissão foi recebida por Silvio Petrus e três assessores. O representante do MEC iniciou a reunião perguntando o motivo da manifestação. William Carvalho disse que era a insatisfação das duas entidades diante da insistência do MEC em promover mesas de negociação em separado, contrariando as reivindicações já encaminhadas por escrito ao ministério, por terem em suas pautas de reivindicações pontos em comum e representarem professores e funcionários de uma única rede de ensino no país.

Proifes questionado

O professor Gilberto questionou também a presença da entidade Proifes na mesa de negociação, o que está causando mais insatisfação nas bases, pois as assembléias reconhecem o Andes-SN como seu único e legítimo interlocutor nas negociações. Silvio Petrus argumentou que a presença na mesa de negociação do Proifes, Andifes e SBPC eram asseguradas por uma portaria do MEC. Em resposta, Gilberto observou que tal portaria havia expirado e, portanto, o GT-MEC não mais existia. Também foi criticado, desta vez pelo professor Emerson, o fato de o ministério receber o Proifes e a CUT para negociar assuntos relativos à pauta de reivindicações dos docentes (veja matéria na página 8).

Petrus comprometeu-se em analisar com assessores o pleito das entidades e responder até 18/10, véspera da próxima reunião já agendada. Logo após a reunião, os manifestantes que se encontravam no interior do prédio do MEC uniram-se aos que estavam no lado externo e fizeram uma passeata pela Esplanada dos Ministérios.

Campanha Salarial

Assembléia rejeitou proposta do MEC de 3/10

Em defesa da educação pública e por negociações efetivas já, sindicatos organizam Dia Nacional de Luta em 19/10

Por indicação da diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, a Assembléia Geral rejeitou a proposta do governo de aumento de 50% no incentivo às titulações, apresentada em 3/10, a partir de 2006 (dias depois, o MEC fez nova proposta). A AG da Adufrj-SSind rejeitou também a lógica da criação do "Professor Associado" e da "Classe Especial" dentro, respectivamente, das carreiras de magistério superior e de 1º e 2º graus. Na opinião da maioria dos presentes, a proposta governamental não assegura os princípios de isonomia, paridade e recuperação do poder aquisitivo dos salários dos docentes que a seção sindical historicamente tem defendido.

Vale lembrar que a proposta não atende a nenhum item da pauta de reivindicações dos docentes, não contempla parte considerável da categoria e aprofunda distorções em relação aos professores da carreira de 1º e 2º graus, titulares, graduados, substitutos, aposentados e pensionistas.

O professor José Simões, do Instituto de Física, presidente eleito da Adufrj-SSind, ressaltou que os indicadores da área econômica do país são apontados como positivos na mídia, mas os ganhos não se refletem na área social, especialmente na Educação. Simões defendeu a rejeição da proposta do MEC e sugeriu a denúncia desta precária situação da área educacional em *outdoors* a serem espalhados pela cidade: "Se não subirmos o tom, parece que tudo ficará na mesma", afirmou.

Bruno Costa (Instituto de Matemática), que se disse de oposição à diretoria da Adufrj-SSind, defendeu unidade por alguns pontos comuns entre docentes contrários e favoráveis à greve. Segundo ele, a discussão da campanha salarial está esvaziada dos dois lados. "Até nas listas eletrônicas", comentou.

Eduardo Serra (Escola Politécnica) considerou a fragilidade do momento do atual governo como um ponto positivo para que o movimento avance com suas reivindicações. No entanto, lamentou a falta de um interlocutor direto, uma vez que as negociações com o MEC dependem das decisões da área econômica. "Mas não podemos esmorecer. Tem que elevar o tom, sim, como disse o Simões", ressaltou, acrescentando que a Adufrj-SSind poderia organizar um debate com parlamentares de vários partidos sobre a conjuntura do país.

Kelvin Melo

A PRESIDENTE DO ANDES-SN, MARINA BARBOSA, FALOU À AG

Cristina Miranda (do Colégio de Aplicação) afirmou que a proposta do MEC causou muito desconforto em sua unidade por excluir os docentes de 1º e 2º graus e os aposentados. "Cada universidade tem o seu ritmo, mas, por mim, a UFRJ já tinha entrado em greve há muito tempo", comentou.

Roberto Leher (Faculdade de Educação), que também rejeitou a proposta governamental, clamou por um ato conjunto no dia 19/10 (Dia Nacional de Luta). "É importante que o Comando Nacional de Greve e a diretoria do Andes-SN sejam fortalecidos pela nossa ação nessa data. É preciso sintonizar a UFRJ com a greve nacional", disse.

Reunião de mobilização

Também foi aprovada uma reunião de mobilização da categoria para o dia 13/10 (veja quadro), quando seriam organizadas atividades para o dia 19, que ficou convocado pelos comandos de greve das entidades sindicais da Educação como o Dia Nacional de Luta. O objetivo é realizar atos em todas as instituições para chamar a atenção da sociedade e pressionar o governo no atendimento da justa pauta de reivindicações das categorias.

Assembléia não delibera sobre greve

Mais uma vez, em função do baixo índice de mobilização na UFRJ, decidiu-se por unanimidade não deliberar sobre o indicativo de adesão à greve nacional dos docentes.

Presidente do Andes-SN fala à assembléia

Antes das deliberações, foi anunciada pela diretoria da Adufrj-SSind a presença da presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, que falou para os docentes da assembléia. Marina recapitulou a origem da atual greve e abordou em sua exposição pontos do difícil processo de negociação com o MEC.

Para se ter uma idéia dos obstáculos enfrentados, Marina lembrou que o Comando Nacional de Greve do Sindicato só foi convidado a participar de uma reunião com o ministério (em 7/10) após mais de um mês do início da paralisação das atividades em cerca de 35 instituições federais.

Marina observou que o ministério evita as reivindicações do movimento, como a incorporação das gratificações e o reajuste salarial de 18% e tenta impor sua "proposta" à categoria. Apesar da tentativa do MEC, as assembléias de base têm rejeitado o aumento do incentivo às titulações.

Além do objeto da negociação, a presidente do Andes-SN afirmou que o ministério também tenta impor seus interlocutores para a greve, como, por exemplo, docentes convidados da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal de São Carlos que se intitulam 'representantes do Proifes'.

No entanto, com a greve crescente, já atingindo 36 instituições federais, e o trabalho político feito junto aos parlamentares, inclusive da base governista, Marina acredita na vitória do movimento. Segundo ela, o Comando tem lutado pelos princípios de isonomia e paridade e o momento de conseguir o atendimento da pauta é agora, uma vez que o governo já avisou que não pretende nem conversar sobre reajuste salarial em 2006 (ano eleitoral).

Universidades do Rio em greve

Ainda na AG do dia 11, também teve a oportunidade de se manifestar a professora Gelta Ramos Xavier, integrante do Comando Local de Greve da Universidade Federal Fluminense. Ela informou sobre as atividades desenvolvidas pelo movimento docente naquela instituição e comentou sobre a importância de a UFRJ se juntar às universidades em greve para fortalecer as reivindicações da categoria. Também compareceu à assembléia o professor Waldyr Lins de Castro, outro integrante do CLG da Aduff.

No mesmo sentido, pronunciou-se a professora Sonia Lúcio Lima, 1ª Secretária da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN. No estado, além da UFF, Sonia comunicou que, da base do ANDES-SN, estão paralisados o Cefet e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (veja quadro). O Colégio Pedro II, da base do Sinasefe também se encontra em greve.

Unidade com o CLG do Sintufrj

Participou também da assembléia Marcos Paulo Botelho, um dos representantes do CLG do Sintufrj. Ele informou sobre a assembléia dos técnico-administrativos que já apontava para um diálogo com a seção sindical dos docentes para organizar um ato conjunto no dia 19.

Convite para a posse da diretoria e do CR da Adufrj-SSind

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, divulgou na AG os resultados do último processo eleitoral para a diretoria, com a vitória da chapa "Pública, Autônoma e Participativa", e para o Conselho de Representantes da Seção Sindical. Sara convidou todos os presentes para a assembléia de posse dos novos diretores e conselheiros, que ocorre neste dia 17/10, às 17h30, no Salão Pedro Calmon, no 2º andar do Prédio do Instituto de Economia da UFRJ, na Av. Pasteur, 250 *campus* da Praia Vermelha.

Campanha Salarial

Ato vai cobrar do governo negociações efetivas

A reunião de mobilização do dia 13, realizada no *campus* da Praia Vermelha, tornou-se uma resposta à tática do governo de tentar isolar as categorias em luta. Com representantes da Adufrj-SSind, do comando local de greve da Aduff e do Sintufrj e da Regional RJ do Andes-SN, foi aprovada a proposta de realização de um ato conjunto nesta quinta-feira (19/10), marcado como Dia Nacional de Luta pelos comando nacionais de greve das entidades sindicais da Educação. O objetivo é dar visibilidade às reivindicações do setor educacional, pressionar o governo durante a negociação marcada para o próprio dia 19, em Brasília, e, ao mesmo tempo, mobilizar a UFRJ.

O evento, intitulado "Trabalhadores da Educação Pública Federal - Em defesa da Educação Pública! Por negociações efetivas já!", ocorre no próprio *campus* da Praia Vermelha, a partir das 10h. A expectativa é pelo comparecimento da comunidade acadêmica da UFRJ, inclusive estudantes, além de representantes de outras instituições em greve, como o Colégio Pedro II, UFF e Rural, que também serão convidados a participar da atividade.

Haverá atividades na concentração e, entre 12h e 13h, a rua deverá ser fechada durante alguns intervalos de tempo para a abertura das faixas com os pleitos das categorias e discursos em um carro de som.

A greve dos docentes no Rio de Janeiro

No estado do Rio, a greve dos docentes ocorre em quatro instituições: na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, desde 6 de outubro; no Cefet-RJ, desde 26 de setembro; e na Universidade Federal Fluminense, desde 30 de agosto, além do Colégio Pedro II, desde 29 de agosto.

Moção da Assembléia Geral da Adufrj-SSind

Os docentes da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral da Adufrj-SSind no dia 11/10/2005, manifestam seu repúdio ao desrespeito com que o Ministério da Educação vem tratando as Instituições Federais de Ensino e seus respectivos sindicatos nacionais, em especial o ANDES-SN, pelos seguintes motivos:

1) Por ter apresentado sua proposta inicialmente em um fórum que não era o de negociação com a categoria em greve, mas em um Grupo de Trabalho do qual participam entidades que não têm mandato para negociar reivindicações dos docentes das IFES: só o Andes-SN, nosso único e legítimo representante, negocia em nosso nome!

2) Por esperar 30 dias para, finalmente, receber o Comando Nacional de Greve do Andes-SN;

3) Por novamente apresentar uma proposta contrária às reivindicações da categoria: o argumento do MEC exclui parte da categoria docente das Instituições Federais de Ensino Superior, especialmente os docentes da carreira de 1o e 2o graus e os aposentados. Nós os docentes das IFES, fundamentamos nossas reivindicações nos princípios de isonomia e paridade.

Rejeitamos a proposta feita pelo MEC, em resposta à greve dos docentes em campanha salarial, de aumento nos percentuais de titulação e criação de uma nova classe nas carreiras de ensino superior e de ensino de 1º e 2º graus. Consideramos que tais propostas aprofundam as distorções entre os salários dos docentes ativos e aposentados e a quebra da isonomia entre as carreiras. Exigimos uma proposta que considere as reivindicações aprovadas nas assembléias de todo o país, fundamentada na isonomia e paridade entre os docentes de diferentes carreiras, ativos e aposentados.

Por fim, manifestamos a expectativa de que o governo, na reunião do dia 19/10, considere as reivindicações que levaram os docentes das IFES à greve e proceda de forma objetiva nas negociações.

Pelo aumento das verbas para atender as reivindicações dos docentes!

Pelo tratamento isonômico e paritário dos direitos dos docentes das IFES!

SÓ O ANDES-SN NEGOCIA EM NOSSO NOME!

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2005
Assembléia Geral da Adufrj-SSind.

Sinasefe volta a criticar "proposta" do governo

O Comando Nacional de Greve do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) voltou a criticar a "proposta" de reajuste salarial recebida do MEC no último dia 5. Embora tenham considerado como positiva a tão esperada abertura das negociações, os termos apresentados pelo ministério ainda estão longe das reivindicações da categoria - à semelhança da proposta para o Andes-SN, o governo ofereceu aumento de 50% no incentivo às titulações dos docentes de 1º e 2º graus e a criação da "Classe Especial" dentro da carreira.

Para o CNG-Sinasefe, a "proposta apresentada, além de muito ruim financeiramente, deixa de contemplar uma grande parte dos professores lotados nas nossas IFEs. O aumento na titulação, como já dissemos em boletim anterior, não atende a cerca de 72% da nossa base docente", conforme trecho do último informativo eletrônico daquele sindicato no dia do fechamento desta edição (14/10).

O orçamento designado pelo ministério para sustentar a "proposta" (da ordem de R$ 75 milhões, incluídos os recursos destinados à Classe Especial) não pode ser aceito, segundo o CNG-Sinasefe, uma vez que a alteração na carreira já estava prevista no acordo da greve de 2001. Outro fator negativo para o Comando de Greve é o montante orçamentário, "que está bem abaixo dos 120 milhões de 2004, quando negociamos o fim da GID (Gratificação de Incentivo à Docência, anterior à GEAD - Gratificação Específica de Atividade Docente)", ainda segundo o informativo disponível em www.sinasefe.org.br.

Movimento quer radicalizar

Já que a proposta para os docentes de 1º e 2º graus é irrisória e as negociações com os técnico-administrativos em Educação estão paradas, o movimento pretende fortalecer a greve e radicalizar as ações. Existe o objetivo de suspender os processos seletivos das instituições federais de ensino superior e promover o maior número possível de atividades de rua para ampliar a visibilidade das reivindicações da categoria.

A próxima reunião entre MEC e representantes do movimento está marcada para o dia 19/10.

Fasubra permanece em greve

Os técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior permanecem em greve pela garantia de recursos orçamentários para implantação da segunda etapa da carreira da categoria e outras reivindicações específicas, como o auxílio à saúde e reajuste do auxílio alimentação, entre outros itens. O movimento completava 59 dias de paralisação das atividades na data de fechamento desta edição (14/10).

Na semana passada, o Comando Nacional de Greve da categoria enviou ofício ao ministro da Coordenação Política, Jacques Wagner, para buscar uma ajuda para a reabertura das negociações com o MEC. No mesmo sentido, mensagens foram dirigidas para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e para a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

O movimento também continua o trabalho de pressão sobre os parlamentares e organiza os atos unificados do Dia Nacional de Luta, em 19/10, com os comandos de greve do Andes-SN e do Sinasefe.

Sintufrj

A próxima assembléia do Sintufrj está marcada o auditório do Quinhentão (CCS), no dia 18/10, a partir das 10h.

Campanha Salarial

Greve nas federais leva governo a ampliar recursos para reajuste dos professores

Professores param em trinta e seis instituições federais de ensino superior

No último dia 11, o Ministério da Educação divulgou no seu portal eletrônico a ampliação de R$ 395 milhões para R$ 500 milhões dos recursos disponíveis para o reajuste da carreira dos docentes da educação superior das universidades federais. O governo, no entanto, insiste em apresentar somente para o Sinasefe uma proposta também para os professores de 1º e 2º graus das instituições de ensino superior, ignorando que mais de 40% desse segmento pertence à base sindical do Andes-SN. Na avaliação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, o montante de R$ 395 milhões foi uma conquista da greve que se tornou necessária em razão da insistência do governo em acenar com o inconveniente reajuste de 0,1% em 2005 e zero por cento em 2006. As reiteradas embromações a que o governo vem submetendo os sindicatos do funcionalismo público desde 2003 - com falsas negociações que nunca são implementadas, a perspectiva anunciada pelo governo de não reajustar os salários dos funcionários públicos senão após 2007 e a capitulação do governo em cumprir promessa feita aos funcionários públicos e aos trabalhadores em geral de que no governo Lula a inflação seria sempre reposta integralmente aos salários - motivaram a decisão dos docentes na direção da greve como a última forma de fazer o governo abrir negociações. A avaliação revelou-se correta já que não somente 395 milhões foram disponibilizados, ainda que após um mês de greve, como o aumento do montante para R$ 500 milhões revela a força da greve dos professores que cresce a cada semana e já atinge 36 instituições.

A paralisação das atividades em todo o país tem incomodado o governo que agora manifesta uma certa "pressa" para por um fim ao movimento grevista, mesmo que, para isso, utilize, mais uma vez, propostas que não atendem às reivindicações fundamentais da categoria: reajuste salarial (antecipação de 18% das perdas acumuladas desde janeiro de 1995) com isonomia entre as carreiras e paridade entre classes e níveis e entre ativos, aposentados e pensionistas.

No mesmo dia 11, em reunião técnica do CNG com representantes do MEC, não foi mencionada, em nenhum momento, a possibilidade de aumento do montante, uma das reivindicações feitas formalmente pelo Comando ao governo. Ao contrário, os representantes do governo foram enfáticos ao afirmar que os R$ 395 milhões eram o limite para as negociações em curso.

Docentes ligados a 'entidade chapa-branca' negociam lógica de reajuste derrotada pelas assembléias gerais

Na tarde do dia 11, representantes da CUT e do chamado Proifes, estiveram reunidos com o ministro interino do MEC, Jairo Jorge, e trataram da liberação de mais recursos em troca da aceitação da proposta apresentada pelo governo de reajuste somente nas titulações, sem paridade nem isonomia.

Pegando carona na conquista do movimento docente e das seções sindicais em greve, os docentes 'chapa-branca' junto da CUT fizeram questão de marcar presença em encontro com o ministro interino para referendar a proposta do governo de reajuste diferenciado, sem isonomia ou paridade. Com isso planejam passar a idéia de que estariam 'negociando' algo com o governo. Pela proposta governista, o montante disponibilizado será utilizado apenas para aumento de 50% nos percentuais de titulação. Ao colaborar com o governo na imposição de sua proposta, cuja lógica já foi derrotada pelas assembléias, o agrupamento de docentes vinculados ao Proifes trabalha contra a vitória do movimento e da greve na conquista de um reajuste linear e digno para todos os professores das duas carreiras docentes existentes nas federais. Para todos os efeitos, trata-se de uma intervenção do governo no movimento sindical, uma vez que constitui como seu interlocutor um agrupamento que busca viabilizar propostas do próprio governo.

Aumento de recursos é uma vitória da greve

É importante ressaltar que a reunião do fórum de professores e da CUT com Jairo Jorge, que momentaneamente substituía o ministro Fernando Haddad, não teve qualquer relação com a motivação do governo em elevar o montante de recursos para os professores. O anúncio do aumento dos recursos é uma vitória devida exclusivamente à força da greve da categoria e ao trabalho desenvolvido pelo Comando junto a parlamentares e forças políticas no Congresso Nacional e na sociedade. A forma como o MEC propõe o reajuste, no entanto, amplia as distorções e nem sequer assegura a promessa feita pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, de que os servidores federais teriam garantida a reposição das perdas inflacionários do governo Lula até o final de 2006!

CUT não representa os professores das instituições federais

Nada mais inapropriado do que a presença do presidente da CUT, João Felício, no encontro do agrupamento de docentes que corroboram com a proposta do governo com o ministro interino, Jairo Jorge, na tarde do dia 11. Tanto o Andes-SN como o Sinasefe, entidades que representam os docentes das instituições federais, universidades e centros de educação técnica e tecnológica, desfiliaram-se da Central no início deste ano. A postura do dirigente da CUT é, portanto, inaceitável e caracteriza uma ingerência indevida e ilegítima no processo de negociação da categoria docente com o governo federal.

Leia mais na página 12 desta edição

Encaminhamentos de priorização do Comando Nacional de Greve para as assembléias gerais:

1º - incorporação das gratificações ainda em 2005 (equiparação da GED e GEAD pelos seus valores mais altos e suas incorporações + incorporação da GAE);

2º - reajuste linear de 18% sobre o vencimento base, ainda em 2005;

3º - abertura de concurso público para recomposição do quadro permanente;

4º - criação da classe de professor associado e da classe de professor especial, por ocasião da discussão sobre carreira + retomada dos anuênios.

Os princípios da isonomia, da paridade, do fim das gratificações produtivistas, bem como a reestruturação da carreira, ficam preservados dentro dessa hierarquia ao mesmo tempo em que se apresentam as condições para o desenvolvimento do processo de negociação.

Encaminhamentos do CNG para as seções sindicais em greve:

1. Envio de delegados e observadores para o fortalecimento do Comando, frente às intensas atividades que devem ser realizadas.

2. Indicação de delegados e observadores deverá ter por critério a disponibilidade para participar de todas as reuniões e atividades do CNG.

Quadro da greve dos docentes das Ifes

Atualizado no dia 11/10/05

	SEÇÃO SINDICAL	Última AG	Presentes na AG	Deliberação sobre a Greve	Data da próxima AG
01	**ADUFAC –** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Acre	Sem inform.	Sem inform.	**Em greve desde 15/08**	Assembléias às terças e quintas feiras.
02	**ADUFMAT- ROO –** Seção Sindical de Rondonópolis	04/10	39	**Em greve desde 17/08**	Seção Sindical não informou.
03	**ADUFPA –** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará	14/09	Sem inform.	**Em greve desde 23/08**	13/10
04	**ASPUV -** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa	06/10	62	**Em greve desde 29/8**	17/10/05
05	**ADUFLA -** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Lavras	07/10	Seção Sindical não informou	**Em greve desde 29/08**	Assembléia permanente
06	**APRUMA –** Seção Sindical dos Professores da Universidade do Maranhão	03/10	28	**Em greve desde 30/08**	10/10 (Assembléias todas as segundas)
07	**SESDUFT -** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins	30/09	50	**Em greve desde 30/08**	14/10
08	**ADUFMAT -** Seção Sindical dos Docentes da Univ. Federal de Mato Grosso	10/10	56	**Em greve desde 30/08**	17/10
09	**SINDCEFET-MG** – Seção Sindical dos Docentes do CEFET-MG	10/10	55	**Em greve desde 30/08**	13/10
10	**ADUFF -** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense	03/10	104	**Em greve desde 30/08**	10/10
11	**APUFSC –** Seção Sindical dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina	04/10	197	**Em greve desde 30/08**	11/10
12	**ADUA –** Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Amazonas	11/10	29	**Em greve desde 30/08**	Seção Sindical não informou
13	**SESDUF- RR –** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima	04/10	66	**Em greve desde 01/09**	Seção Sindical não informou
14	**ADOURADOS –** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso–Campus Dourados	04/10	47	**Em greve desde 05/09**	10/10
15	**ADUFC -** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Ceará	05/10	158	**Em greve desde 05/09**	11/10
16	**ADUFPI –** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Piauí	11/10	65	**Em greve desde 05/09**	Sem informação
17	**SEDUFSM -** Seção Sindical dos Docentes UFSM	06/10	60	**Em greve desde 05/09**	Data a ser definida
18	**ADUFPel -** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas	06/10	98	**Em greve desde 06/09**	Data a ser definida
19	**ADUnB -** Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Brasília	06/10	42	**Em greve desde 06/09**	Data a ser definida
20	**ADUFU –** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia	04/10	127	**Em greve desde 06/09**	Seção Sindical não informou
21	**ADUFOP –** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto	06/10	22	**Em greve desde 12/09**	11/10
22	**APES-JF –** Seção Sindical dos Professores da Universidade Federal de Juiz de Fora	04/10	59	**Em greve desde 15/09**	11/10
23	**SINDCEFET-GO** - Seção Sindical dos Docentes do CEFET-GO.	22/09	Seção Sindical não informou	**Em greve desde o dia 15/09**	Seção Sindical não informou
24	**ADUFEPE** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco	6/10	123	**Em greve desde o dia 19/09**	14/10
25	**ADCEFET-RJ -** Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal Educ. Tecnológica	27/09	Seção Sindical não informou	**Em greve desde 26/09**	Seção Sindical não informou
26	**ADUFPB** – Seção Sindical dos Docentes do Campus I da Universidade Federal Da Paraíba	28/09	454	**Em greve desde 28/09**	11/10
27	**ADUFAL** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas	11/10	68	**Em greve desde 27/09**	20/10
28	**SINDCEFET – Ouro Preto -** Seção Sindical dos Docentes do CEFET Ouro Preto	29/09	48	**Em greve desde 29/09**	Data a definir
29	**ADCAC** – Seção Sindical dos Docentes do Campus de Catalão – UFG	28/09	Seção Sindical não informou	**Em greve desde 28/09**	Seção Sindical não informou
30	**SINDUFAP-** Seção Sindical dos Docentes da UNIFAP	29/09	26	**Em greve a desde 29/09**	Data a definir
31	**ADFCAP** – Seção Sindical dos Docentes da Faculdade Ciências Agrárias do Pará	04/10	Seção Sindical não informou	**Em greve desde 06/10**	Seção Sindical não informou
32	**ADUR-RJ** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	06/10	51	**Em greve desde 06/10**	11/10
33	**ADUNIFESP**- Seção Sindical dos Docentes da Universidade de São Paulo.	04/10	30	**Em greve desde 10/10**	10/10
34	**ADUC** – Seção Sindical dos Docentes Universitários de Cajazeiras	06/10	29	**Em greve desde 10/10**	Sem informação
35	**ADUFS** – Seção Sindical dos Doc. da Universidade Federal de Sergipe	11/10	117	**Em greve desde 11/10**	Seção Sindical não informou
36	**ADUNIR –** Seção Sindical dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Rondônia	22/09	59	**Entrada na greve em 15/10**	13/10
37	**ADUFCG -** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande	30/09	174	**Entrada na greve em 01.11/05. Paralisação no dia 04.10.05**	Data a ser definida
38	**SINDOCEFET-PR** – Seção Sindical dos Docentes do CEFET-Pr	28/09	191	**Indicativo de greve sem data**	Seção Sindical não informou
39	**SINDFAFEID** – Seção Sindical dos Docentes da FAFEID	04/10	30	**Indicativo de greve sem data**	Data a ser definida
40	**SINDEFOA** – Seção Sindical dos Docentes da Esc. de Farmácia e Odont. de Alfenas	21//09	31	**Indicativo de greve sem data**	Seção Sindical não informou
41	**ADUFG** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Goiás	15/09	142	**Indicativo de greve sem data**	13/10
42	**ADURN** - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	15/09	Seção Sindical não informou	**Indicativo de greve sem data**	Assembléia permanente
36	**ADUNI-RIO** - Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro	20/09	Sem quorum	**Indicativo de greve sem data**	Seção Sindical não informou
44	**ADUNIFEI** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Itajubá	01/09	75	**Indicativo de greve sem data**	Data a ser definida
45	**ADUFCG - Patos** Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Patos	16/09	29	**Discussão sobre indicativo de greve após a posse da nova diretoria (dia 29.09)**	Seção Sindical não informou
46	**ADAFA** – Seção Sindical dos Docentes da Academia de Força Aérea	20/04	Seção Sindical não informou	**Em processo eleitoral**	Seção Sindical não informou
47	**ADCAJ** – Seção Sindical dos Docentes do Campus Avançado de Jataí	24/08	Seção Sindical não informou	Sem discussão	Seção Sindical não informou
48	**ADFMTM –** Seção Sindical dos Docentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	16/08	Seção Sindical não informou	Sem quorum	Seção Sindical não informou
49	**ADUFRJ** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro	01/09	29	Sem deliberação sobre a greve	11/10
50	**ASDESAM** –Seção Sindical dos Docentes da ESAM	21/09	Seção Sindical não informou	Sem deliberação	Seção Sindical não informou
51	**ADUFMS** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato grosso do Sul	20/09	53	Aguarda posição de outras S.Sindicais	Seção Sindical não informou
32	**APUBH** – Seção Sindical dos professores Universidade Federal de Minas Gerais	03/10	Seção Sindical não informou	Sem informação	Seção Sindical não informou
53	**ADUFRGS** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	14/09	Seção Sindical não informou	Sem informação	Seção Sindical não informou
54	**SINDCEFET - PI** Seção Sindical dos Docentes do CEFET-Piaui	Seção Sindical não informou	Seção Sindical não informou	Seção Sindical não informou	Seção Sindical não informou
55	**ADUFSCar** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos	14/09	95	Saída de Greve	Data a ser definida
56	**APUB** – Seção Sindical dos Professores da UFBa e do CEFET Bahia	16/09	60	Retirada do indicativo de greve	Seção Sindical não informou
57	**ADFUNREI** – Seção Sindical dos Docentes da Fundação de Ensino Superior São João Del Rey	06/09	46	Retirada do indicativo de greve	Data a ser definida
58	**APUFPR** – Seção Sindical dos Professores da Universidade Federal do Paraná	24/08	76	Retirada do indicativo de greve	???
59	**APROFURG** - Seção Sindical dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande	21/09	80	Rejeitado indicativo de greve	Seção Sindical não informou
60	**ADUFES** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo	14/09	91	Contra a greve	Seção Sindical não informou
61	**ADUFERPE** – Seção Sindical dos Docentes Da Universidade Federal Rural de Pernambuco	13/09	160	Contra a greve	Data a ser definida

Opinião

As dificuldades de inclusão dos surdos brasileiros e dos intérpretes de libras nas universidades públicas

Myrna Salerno

Este é um depoimento que objetiva comentar um pouco sobre as dificuldades dos Surdos brasileiros já formados em Lingüística e outras áreas, que trabalham em Universidades Brasileiras Públicas ou não, Escolas Municipais, Estaduais ou Federais do Ensino Fundamental e Médio, que necessitam de intérpretes capacitados em LIBRAS durante as aulas.

O objetivo deste artigo é não somente falar da falta de intérpretes de LIBRAS no Brasil, mas também ressaltar a reclamação dos Surdos Brasileiros, que não conseguem entrar nas Universidades Públicas, devido à dificuldade que possuem em relação à Língua Portuguesa, que é a 2ª língua dos surdos, pois a 1ª língua dos Surdos é a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

No passado, as escolas de ou para Surdos (públicas) eram precárias e durante muitos anos a sociedade brasileira ouvinte proibiu o uso da Língua de Sinais aqui no Brasil. Somente no ano de 2002, com muita luta e esforço, a Língua de Sinais foi reconhecida como Língua oficial dos Surdos, através da Lei da LIBRAS n° 10.436. Apesar de ter conseguido essa vitória, ainda há muitas metas a serem atingidas em escolas e universidades públicas para que se tenham professores Surdos Mestres ou Doutores, também para que se tenham Intérpretes de LIBRAS, assim como professores bilíngües, para atuarem em salas de aula em todas as áreas, para que o surdo sinta tranqüilidade em seus estudos.

Outra preocupação é a falta de *Escolas de Surdos,* que diminuem a cada dia devido às metas do MEC e à Globalização que defenderam a Educação Inclusiva. Ela tem como objetivo incluir o surdo em escolas regulares por um período de 10 anos. A prioridade do governo atual é garantir a educação gratuita e obrigatória *"Inclusão de Surdos na rede oficial de ensino objetiva colocar as crianças em condições sociais de vincular-se aos ouvintes"*. O único problema foi o aparecimento dessa política sem preparo, que fez com o MEC fizesse uma parceria com a FENEIS, para a elaboração dos cursos de Capacitação dos Instrutores Surdos e a Capacitação dos Intérpretes de LIBRAS que formaram de forma ineficiente os intérpretes de LIBRAS e um número insuficiente de Instrutores Surdos para atender a necessidade.

A minha pergunta: as escolas de surdos vão continuar a diminuir?

Professores, pesquisadores ouvintes, Universidades deveriam procurar as ***Associações de Surdos*** do seu próprio município ou e*stado,* pois elas *(as associações)* devem estar abertas para trabalhar em parceria com os profissionais e vice-versa, e os profissionais darem oportunidade aos Surdos, pois eles podem ser seus colaboradores em pesquisas e projetos. Ceder espaços para as associações de surdos pode contribuir para desenvolver a cultura e identidade Surda.

Percebe-se também que no momento parece que tudo ficou pior que antes; se tem a impressão que a sociedade brasileira ouvinte voltou a defender o *"Oralismo"*. Aparecem muitas reportagens nos jornais e TV sobre *"Os portadores de necessidades educativas especiais"* (todas as deficiências).

Existem surdos que não aceitam o termo ***"Deficiente Auditivo"*** escolhido pelos profissionais da área de saúde, como médicos e fonoaudiólogos. *"Deficientes Auditivos"* são pessoas que não convivem com os Surdos, pessoas que perderam a audição leve ou moderadamente e ouvem um pouco, falando ou escrevendo bem o português e não usam ou não querem usar a LIBRAS.

Os surdos que não aceitam o termo *"Deficiente Auditivo"* mostra que as reportagens não conhecem a cultura e a identidade da comunidade surda.

No momento são poucos os Surdos que sabem as duas línguas, por isso, somente ***1% de Surdos*** consegue entrar nas Universidades Públicas. Desta maneira, pouco adiantou a presença dos Intérpretes de LIBRAS nos vestibulares. Cheguei à conclusão que o que falta e é fundamental para o Surdo é **"entender"** as questões da Língua Portuguesa.

A sociedade brasileira ouvinte diz que existe uma lei que obriga a inclusão de ***5%*** de portadores de todas as deficiências nas escolas, universidades e também no mercado profissional, mas eu não acredito muito, pois, sabemos que os deficientes físicos conseguem mais, por serem pessoas ouvintes e dominarem o português. Somente barreiras arquitetônicas impedem sua entrada nas universidades ou empresas.

Há uma revolta da comunidade Surda a respeito da inclusão de ouvintes na futura Faculdade do INES (Instituto Educacional Educação dos Surdos) no Rio de Janeiro, por esta ser a primeira escola federal de Surdos. No próximo ano, em 2006, vai se iniciar o curso de pedagogia. A profa. Steny, diretora do INES comentou, em março de 2005, que vai colocar ***50% para os Surdos*** e os ***50% para os ouvintes.***

Já que existem tantos cursos de pedagogia em universidades públicas para pessoas ouvintes, eu pergunto: por que pessoas ouvintes desejam entrar em faculdade de Surdos?

Nós Surdos sofremos durante anos para conseguirmos **apenas 1%** das vagas nas universidades públicas, e agora que existe uma para surdos, querem colocar 50% de alunos ouvintes? Isso é justo? Isso é uma vergonha! (como diria Boris Casoy)

A Comunidade Surda se revolta também com o fato de existirem cotas para negros e mulatos. Apesar de a maioria deles ser de uma classe social mais baixa, e por causa disso terem uma formação escolar mais fraca, eles têm a vantagem de falar a língua portuguesa.

Quanto a nós que não falamos a Língua Portuguesa e sim LIBRAS como ficamos? Onde estão os nossos direitos?

Gostaria de lembrar que no dia 26 de setembro é o dia especial para a comunidade Surda, que comemoramos o "dia dos Surdos", toda luta por nossos direitos e cidadania. Se a sociedade brasileira ouvinte e o MEC

Opinião

tivessem reconhecido verdadeiramente o valor da nossa língua, a LIBRAS, e a Cultura Surda Brasileira, tivessem incentivado a presença dos Intérpretes de LIBRAS, já estaríamos bem avançados e desenvolvidos como acontece com os Surdos de outros países que reconhecem a Língua de Sinais como língua natural das pessoas Surdas.

Porém há muitos anos que lutamos pela oficialização da LIBRAS, mas não estamos ainda satisfeitos com a falta de organização e preparo na sociedade brasileira ouvinte, nas Universidades Públicas e do MEC.

Na maioria das vezes os intérpretes de LIBRAS têm somente o Ensino Médio, pois não existe ainda a Formação dos Intérpretes de LIBRAS em níveis superiores nas Universidades Públicas.

Aproveito também para relatar um pouco sobre a minha vinda ao Rio em 1991: medi esforços e sacrifícios ao me mudar para o Rio de Janeiro, deixando minha família, para atender ao convite para participar da equipe de pesquisadores do Projeto **Estudos da LIBRAS, Aquisição de Linguagem e Aplicação na Educação** da Faculdade de Letras da UFRJ . Neste mesmo ano comecei a ministrar Curso de Extensão Língua Brasileira de Sinais (nível I), pela Diretoria Adjunta de Extensão e Cultura da Faculdade de Letras da UFRJ. Paralelamente, ingressei no meu primeiro Curso de Especialização na Faculdade de Letras da UFRJ, intitulado *Contribuição da Lingüística para a Problemática Linguagem e Surdez*, concluindo-o em 1992.

Percebi que não havia intérprete de LIBRAS para atuar nas aulas. Mesmo assim, dei prosseguimento, recebendo auxílio de meus colegas que conhecem um pouco de LIBRAS.

Em 1994, o meu interesse pelos estudos lingüísticos aumentava a cada dia e atendendo a minha necessidade de conhecer mais o português e, conseqüentemente, a minha própria Língua de Sinais, resolvi fazer um outro curso de especialização, na Faculdade de Letras da UFRJ, intitulado *Lingüística Aplicada ao Ensino de Português*, concluído em 1995. Desta vez, contei com a colaboração da colega de curso Emeli Costa Leite, que fez a interpretação (português/LIBRAS) de quase todas as aulas.

De 1996 até hoje não pude mais continuar meus estudos devido às dificuldades que tenho com a minha 2ª língua, ou seja, com a Língua Portuguesa e também a Língua Inglesa. Fato que dificulta muitíssimo o acompanhamento das aulas e também na participação em Fóruns, Encontros, Congressos, de discussões existentes nas Universidades, além de dificultar também o acompanhamento nas reuniões do departamento de Lingüística, em que eu também sou "*docente*", a única professora auxiliar IV, em disciplina optativa, no ensino da graduação da Faculdade de Letras e da Faculdade de Fonoaudiologia e as demais áreas da UFRJ.

Muitas vezes paguei do meu próprio bolso intérpretes da FENEIS para me atenderem e também contei com auxílio de meus alunos do curso de LIBRAS I que possuíam um pouco de conhecimento para interpretar e para me ajudar em atividades relacionadas às minhas aulas inaugurais nos cursos de LIBRAS do ensino de graduação. É fundamental a presença de um intérprete de LIBRAS nestas aulas, para que os objetivos e metas a serem alcançadas nestes cursos possam ser alcançados, sem dúvidas e mal-entendidos conseqüentes de problemas de comunicação. Dessa maneira venho obtendo êxito em meus cursos na UFRJ.

Uma outra justificativa do meu interesse pela vaga do mestrado em Lingüística da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS do Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é que este curso é muito importante para a minha formação acadêmica. No momento, a UFRJ – RJ não possui os conhecimentos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, apesar de ter uma pesquisadora de Lingüística de Língua de Sinais, a Professora Doutora Lucinda Ferreira Brito. Hoje em dia, por motivos particulares a pesquisa sobre Linguagem e Surdez está parada. Antes, como aluna, era colaboradora de outros colegas que já se formaram no Mestrado ou Doutorado, ajudando em suas pesquisas. Com isso, também tive experiências de estudos lingüísticos em LIBRAS.

Agora falta abrir espaços para Surdos nas Universidades Públicas e também para Intérpretes de LIBRAS, que são fundamentais para o sucesso dos alunos da Faculdade de Letras e de outras áreas. É necessário haver cursos de Pós-Graduação, cursos da Língua Portuguesa para os Surdos (L2) e a Língua Inglesa para os Surdos (L3), curso para a formação dos Intérpretes de LIBRAS e a continuidade das pesquisas em LIBRAS no projeto: **Estudos da LIBRAS, Aquisição de Linguagem, Aplicação na Educação** do Laboratório da Linguagem e Surdez, da Faculdade de Letras da UFRJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O depoimento pessoal descrito serve de alerta pois tenho certeza de que num futuro muito próximo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e outras Universidades Brasileiras garantirão o direito de alunos ou funcionários surdos terem as vagas nas Universidades Públicas e com a presença dos Intérpretes de LIBRAS em todas as áreas desejadas.

Até quando os Surdos brasileiros vão esperar pela garantia do direito à sua Língua natural da LIBRAS e aos serviços de Intérpretes de LIBRAS?

É um ABSURDO o que reivindicamos?

Queremos respostas e ações.

* Profa. de LIBRAS

(Estrutura da Língua Brasileira de Sinais)

Faculdade de Letras – UFRJ - RJ

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Anote os telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

Campanha Salarial

Nova proposta tenta dividir categoria

MEC continua sem apresentar ao Andes-SN proposta para os professores de 1º e 2º graus

Após várias cobranças feitas ao MEC, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN recebeu, no dia 14/10, o ofício 555/05/SEAD-MEC (transcrito nesta página). Surpreendentemente, em vez de responder às solicitações do CNG, o documento apresenta uma nova proposta, oficializando o montante de R$ 500 milhões, antes apenas anunciado, e mais uma vez, nada propõe para os professores de 1º e 2º graus.

O ofício enfatiza a presença da CUT nas formulações do MEC - chega-se a insinuar que o acréscimo de R$105 milhões ao montante da proposta foi conseguido junto ao Ministério do Planejamento com a intercessão da central sindical!

Para o Comando, mais uma vez, entidades que não representam a categoria docentes apropriam-se indevidamente da interlocução e tentam reverter as conquistas da greve. "Além disso, essa importância que o MEC atribui à CUT é para não reconhecer a pressão exercida pela greve e pelo trabalho desenvolvido pelo CNG e pelos CLGs junto aos parlamentares", diz trecho de um dos últimos comunicados do Comando (especial nº 8).

Evidências da tática divisionista

Duas ações do governo ilustram a ação divisionista, segundo o Comando: a primeira é que o MEC nega-se a receber, conjuntamente, os comandos do Andes-SN e do Sinasefe, propondo reuniões em separado; em segundo, a nova proposta difunde uma ilusão de ganhos ao incentivar o aumento na titulação. "Isso reitera sua postura excludente, tensionando alguns segmentos para impor sua lógica", ressalta outra parte do comunicado especial.

O Comando destaca que todas as assembléias de greve rejeitaram a primeira proposta do MEC (apresentada em 30/09) e que o novo ofício mantém os principais problemas apontados na versão anterior e cria outros. A opção pela elevação dos incentivos a titulação deixou grande parte dos professores sem qualquer reajuste ou com ganhos abaixo da inflação. Para tentar resolver tal inclusão sem abandonar a proposta original, o MEC optou pela alteração de valores dos pontos da GED para professores com graduação, especialização, aperfeiçoamento e mestrado, gerando mais distorções na carreira atual.

A questão da extinção da GED era tarefa do GT instituído em dezembro de 2004, e dissolvido em 30 de setembro sem que isso ocorresse. O MEC abandonou tal proposta substituindo-a pelo aumento dos incentivos. A introdução de aumento dos pontos da GED em 20% para a graduação, 15% para especialização, 10% para aperfeiçoamento e 5% para mestrado e, portanto sem alterações para doutorado, conforme apresentado agora, é a demonstração da insustentabilidade da proposta de aumento de 50% nos incentivos de titulação. "Isto é, ao elevar os incentivos e, não querendo abrir mão disso, o MEC encontrou como solução absurda para minimizar as distorções por ele produzidas, elevar os pontos da GED das titulações mais baixas", comenta outro trecho do comunicado. "Finalmente, é importante ressaltar que os montantes referem-se a 2006 e não a 2005", completa.

O CNG/Andes-SN encerra a análise do ofício com a reafirmação da pauta de reivindicações e sua disposição de só negociar em conjunto com o Sinasefe.

Encaminhamentos

O Comando de Greve indica às seções sindicais que discutam e deliberem, até o final da tarde do dia 18/10, a lista de priorização da pauta; a proposta do MEC, apresentada em 14/10. O CNG solicita às seções sindicais que enviem os resultados das deliberações até o dia 18/10, às 20h, para que possa se preparar para a reunião com o MEC, agendada para 19 /10.

Diante da conjuntura dinâmica da greve, o CNG também solicita que as seções sindicais mantenham-se em assembléias permanentes e preparadas para convocações em caráter de urgência.

Oficio nº 555/2005/SEAD-MEC ao ANDES-SN

Ofício nº 555 /2005/SEAD-MEC
Brasília, 14 de outubro de 2005.

Ao : **ANDES - Sindicato Nacional; Pró-IFES; ANDIFES e Representantes da SBPCq**

Assunto: **resposta à Carta ANDES nº 315, de 07/10/2005 e ampliação da proposta apresentada pelo MEC.**

Senhores Dirigentes,

1. Em atenção às ponderações e as reivindicações contidas na Carta nº. 315, de 07 de outubro de 2005, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, e considerando a reunião dos ministros que compõem a Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP, do dia 11/10/2005, apresentamos a seguir o posicionamento do Ministério da Educação:

a) O Ministério da Educação trouxe como centro de sua proposta, apresentada na reunião do dia 30 de setembro, a melhoria salarial aliada ao investimento na qualidade orgânica e sistêmica das Instituições Federais de Ensino. Tanto a criação da Classe de Professor Associado quanto a alteração dos atuais percentuais de titulação vêm como medida de qualidade, na busca pela profissionalização, dando maior prospecção na Carreira de Magistério de 3º Grau e incentivando aos profissionais desta carreira buscarem seu melhor desempenho e qualificação. Neste mesmo passo, poderemos obter resultados como a retenção dos melhores quadros com o aumento do número de classes, tornando a carreira mais atrativa para novos profissionais com retribuições sobre a sua qualificação.

b) A proposta de criação da Classe de "Professor Associado" busca minimizar o represamento de Professores Doutores que por alterações da legislação não mais puderam ascender à categoria de Professor Titular, permanecendo por mais de 10 anos na Classe Adjunto Nível 4 sem perspectiva de melhoria e de reconhecimento;

c) A alteração dos percentuais de Titulação busca incentivar e reconhecer os profissionais que melhor se qualificam.

d) O Governo, sensível aos seguimentos (sic) da própria categoria que não seriam contemplados com as propostas acima elencadas, ficando portanto abaixo do limite de reposição da inflação do governo Lula, e diante das observações apresentadas pelas entidades nas reuniões que ocorreram nos dias 7 e 11 de outubro, o MEC, contando com o apoio da Central Única dos Trabalhadores que intercedeu sobre a temática, conseguiu, junto a área econômica do Governo, aumentar o valor disponível para as negociações salariais com os docentes de 3º grau de R$ 395 milhões para R$500 milhões.

e) Desta forma passamos a trabalhar com a ampliação da proposta anteriormente apresentada nos seguintes termos:

· Aumento dos atuais percentuais de titulação em 50% passando: aperfeiçoamento de 5% para 7,5%; especialização de 12,5% (sic) para 18,75%; mestrado de 25% para 37,5% e doutorado de 50% para 75%.

· Criação da Classe de Professor Associado com três níveis de progressão sendo: o nível 1 com 12% de "step"em relação ao vencimento básico da classe de professor adjunto 4; o nível 2 com mais 3% de "step" em relação ao nível 1 e o nivel 3 com 3% de "step" em relação ao nível 2.

· Alteração da diferença entre o vencimento básico da classe de professor adjunto 4, para o vencimento básico do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%.

· Alteração nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (15%), aperfeiçoamento (10%), e mestrado(5%) afim de proporcioná-los (sic) a reposição da inflação do período.

· Ampliação da pontuação da GED para os inativos passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.

2. Entendemos que com a melhoria do montante orçamentário disponível a proposta torna-se mais consistente e atraente à categoria. Solicitamos que as entidades avaliem as propostas apresentadas para que na reunião do dia 19/10 possamos finalizar a proposta a por término ao movimento de greve que tanto tem causado prejuízos à população brasileira.

3. Reafirmando o nosso compromisso com o processo negocial em curso, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Inajara Inês Ferreira
Sylvio Pétrus Júnior
Secretário-Executivo Adjunto Substituta
Subsecretário de Assuntos Administrativos
Godofredo de Oliveira Neto
Secretário de Educação Superior, Substituto

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 477 • 24 de outubro de 2005

Editorial
A Universidade necessária
Página 2

CEPG inicia discussão sobre Ensino a Distância
Página 4

Assembléia da UFRJ rejeita proposta do MEC
Página 5

Petroleiros realizam ato contra leilão das reservas nacionais
Página 9

Ato no Rio por negociações efetivas e em defesa da universidade pública
Página 12

Nova direção da Adufrj-SSind toma posse

Daniel Tiriba

O PRESIDENTE DA SEÇÃO SINDICAL, JOSÉ SIMÕES, AO LADO DOS DIRETORES VERA SALIM E RAPHAEL DE HARO. À DIREITA, REPRESENTANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRJ, GUSTAVO MENEZES (APG) E JORGE BADAUÍ (DCE)

Movimento docente apresenta contraproposta ao MEC

Página 9

Editorial

A Universidade necessária

Assumimos a direção da Adufrj-Ssind com o compromisso de defender e valorizar a Universidade Pública. Ao analisarmos a situação atual de nossas instituições de ensino superior e as decisões políticas do governo Lula para o setor da educação, somos levados a conclusão de que o governo não tem compromisso com políticas sociais, obrigação do Estado brasileiro. As restrições orçamentárias para educação, saúde, segurança aumentaram nos últimos anos, configurando uma situação paradoxal em que diariamente a mídia noticia que a economia do país está em franca expansão e que os saldos das contas do governo são positivos. Também está nas principais manchetes para onde vão os recursos da nação: o Brasil paga uma das taxas de juros mais altas do mundo e só o serviço da dívida é enorme.

Apesar deste quadro difícil, a Universidade Pública brasileira continua atraindo jovens, continuamos formando os melhores quadros do país, somos o único setor que faz pesquisa de qualidade, nosso quadro de professores é altamente qualificado. E temos um potencial para ampliar nossas atividades e contribuir para melhorar a qualidade de vida de nossa população. Também sabemos que a natureza de nosso trabalho requer investimentos, planejamento, avaliações, objetivos que levam alguns anos para serem implementados. Infelizmente, dentro das prioridades demonstradas até agora pelo governo Lula só podemos esperar a aceleração do desmonte de nossa instituição.

Uma demonstração clara deste descaso do governo foi o recente grupo de trabalho formado pelo MEC para encaminhar a questão das distorções das gratificações. Desde o início de 2005 até 30 de setembro, foram realizadas cerca de 10 reuniões, com a participação do Andes-SN, e o governo não apresentou nenhuma proposta. Somente a partir da greve dos docentes da Ifes é que surgiram outras propostas, ainda tímidas. Este é mais um episódio que demonstra que dependemos de nossas próprias forças e mobilização para mudarmos a política do governo atual em relação à educação superior.

Também está claro para nós que as dificuldades não se resumem à questão salarial. O orçamento do governo para 2006 já indica que a universidade terá enormes restrições pela frente. Nosso sindicato não resolverá sozinho todas estas dificuldades. Mas terá um papel preponderante e único, como demonstrado nos últimos anos, na defesa da Universidade Pública. Para isto devemos concentrar nossos esforços no sentido de aumentar a participação dos professores nas instâncias da Adufr-SSind. O quorum registrado nas últimas eleições nos indica que há um interesse crescente pelos rumos da Adufrj-SSind. Por outro lado, nos preocupa o baixo número de professores presentes em nossas últimas Assembléias Gerais. Duas medidas nos parecem importantes: estimular a participação dos nossos colegas no nosso jornal, através de artigos, opiniões, sugestões e ampliar o nosso Conselho de Representantes. Nossas atuais condições de trabalho limitam em muito a participação mais efetiva dos professores. É importante que, através da representação local nas unidades, possamos estabelecer um vínculo maior com nossos colegas. Para isto continuaremos a realizar reuniões ampliadas do Conselho, abertas à participação de todos, e nas unidades onde ainda não foram escolhidos representantes, procederemos a realização de eleições em breve.

A defesa da universidade pública e da dignidade da nossa carreira dependem da ação conjunta e cotidiana. Esperamos contar com apoio e colaboração de todos aqueles comprometidos com estes princípios.

Este será nosso compromisso e maior desafio no biênio 2005-2007.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Agenda Sindical

28 a 30/10/2005 - XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Belo Horizonte (MG)

2 a 4/11 - 1º Encontro dos Docentes do Setor das IPES
Brasília (DF)

5 e 6/11 - Protestos contra a visita de Bush ao Brasil

26/11 - Seminário do Fórum Social Carioca
Rio de Janeiro (RJ) - com o tema "Um outro Brasil é possível: por um Brasil soberano, democrático e com justiça social". Local: a confirmar

24 a 29/1/2006 - Fórum Social **Mundial**
Caracas - *Venezuela*
Obs: o 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN, marcado para
Brasília (DF), em 28/10, foi adiado em função da greve. Nova data do evento ainda será informada.

Professores se candidatam a representantes na CPPD

Começaram hoje as inscrições dos candidatos para as eleições da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), como estava previsto no edital aprovado pelo Conselho Universitário (Consuni) no último dia 22 de setembro. O edital permite que os professores interessados em disputar a representação na comissão se candidatem até esta quinta-feira (27/10).

De acordo com a superintendente geral de graduação, Deia Maria Ferreira dos Santos, que integra a comissão eleitoral, as inscrições estão sendo realizadas na sala de reuniões do gabinete do reitor, das 9hs às 17hs. As eleições estão programadas para os dias 28, 29 e 30 de novembro.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Halo **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Entrevista

Na defesa da educação superior para surdos

Com Myrna Salerno

Myrna Salerno é talvez a única professora surda da UFRJ e, até onde tem conhecimento, das universidades federais brasileiras. Concursada em 1997 como docente do Departamento de Lingüística, a professora conta nessa entrevista um pouco de sua trajetória na universidade e as dificuldades da comunidade surda em ter acesso à educação superior pública. A professora de Libras (língua de sinais) critica a Lei de Inclusão aprovada em 2002, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. Para Myrna, não basta aos surdos serem 'incluídos' na universidade. É preciso que seja respeitado o direito à educação superior em Libras, com a garantia da permanência e qualificação de alunos e docentes surdos.

Manuella Soares

A PROFESSORA MYRNA SALERNO, COM SUA INTÉRPRETE

Como foi sua trajetória como estudante e professora da UFRJ?

*Eu morava em São Paulo, no início da década de 1990, e estudava Comunicação Visual na Faap. Tínhamos um grupo de estudos com a professora Lucinda Ferreira Brito, que também era professora do departamento de Lingüística da Faculdade de Letras da UFRJ, com doutorado em Libras. Essa professora achava importante o estudo da língua dos surdos, a Libras, como identidade particular da comunidade. Lucinda fundou a Comissão Paulista de Defesa dos Surdos, um grupo que mantinha vínculo com o trabalho desenvolvido na universidade. Havia um professor surdo, José Roberto, que desenvolvia um curso de extensão de Libras aqui na Faculdade de Letras. Mas ele veio a falecer neste período e a professora Lucinda me convidou para continuar esse curso aqui na UFRJ.

Vim então, para o Rio de Janeiro, participar da pesquisa sobre a linguagem dos surdos com uma bolsa de especialização no departamento da professora Lucinda. A vida no Rio, no início, era muito difícil. Minha família era toda de São Paulo. Não queria vir, mas a professora Lucinda me convenceu e conversei com meus familiares, que me deram apoio.

Mas a bolsa atrasava muito.

Isso foi em que ano? Quais foram as maiores dificuldades nesse período?

1991. Ficava agoniada, pois não tinha dinheiro para as despesas no Rio quando a bolsa atrasava. A professora Lucinda tentava me acalmar e me incentivava na conclusão do curso. Respondia: - como vou ficar calma, com a bolsa atrasada? Um colega me ofereceu um apartamento vazio. Me mudei várias vezes de lugar até conseguir fazer o concurso para docente e me manter do meu salário. Para sobreviver como estudante, dava aulas particulares de Libras, aulas no Instituto Nacional de Educação para Surdos (Ines), em Laranjeiras. O pior momento foi quando tive que dormir no Ines, pois estava sem moradia naquele momento. Havia sido roubada no apartamento que estava dividindo com outras pessoas. Fui perguntar para meus companheiros sobre o incidente e me expulsaram, ofendidos. Aproveitei que estava sendo realizado um congresso no Instituto e consegui me instalar junto dos participantes. As dificuldades foram muitas até prestar o concurso.

Quem eram seus alunos antes de se tornar docente da UFRJ?

Professores formados com mestrado, doutorado, que me pagavam para ajudá-los nas pesquisas sobre a Libras.

A senhora é professora da universidade desde que ano?

Fiz o concurso em 1997 para o Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras. Ofereço uma disciplina optativa de língua de sinais.

Para quais cursos?

Quem mais procura são os alunos de Fonoaudiologia, porque trabalham com atendimento aos surdos, e estudantes do curso de Letras, com interesse maior pela pesquisa no campo da linguagem.

Existem alunos surdos na universidade?

Não. E essa é uma questão. Quando a professora Lucinda ainda estava aqui (atualmente a professora se encontra na Holanda), tínhamos cursos de extensão voltados para a comunidade surda. Hoje, não. No curso regular, nunca tivemos.

No seu artigo, publicado na edição anterior desse jornal, a senhora fala um pouco do problema da inclusão dos surdos na universidade pública. Deveria haver uma política nesse sentido?

Primeiro, precisamos abrir a possibilidade de o surdo entrar na universidade pública. O candidato surdo pode até fazer o vestibular, mas não tem uma prova específica na língua dos sinais e tem que se submeter às dificuldades da prova dos ouvintes, em português, que é uma outra língua. O surdo precisa de uma prova especial, em Libras, com a presença de um intérprete. E isso é muito difícil. Como o cego tem o Braile, o surdo precisa da Libras para a prova, porque o português é muito difícil para ele.

Há um tempo atrás, fui à comissão de vestibular e eles queriam fazer a prova em Libras para os surdos, estávamos em um projeto nesse sentido. Fui ao Ines e verifiquei quantos alunos queriam fazer o vestibular da UFRJ e trinta queriam. Trouxe a proposta para o grupo e precisávamos de cinco intérpretes, mas não imaginávamos uma prova tão difícil. Não adianta termos o intérprete com uma prova tão difícil que envolva todos os conteúdos do ensino formal dos ouvintes.

Essa experiência foi em que ano?

Acho que 1994 ou 1995.

E hoje existe alguma discussão na Faculdade de Letras sobre o acesso dos estudantes surdos à universidade?

Está parada. Desde que fiz o concurso, a professora Lucinda foi para a Holanda e como não tenho o doutorado não posso assumir nenhum projeto nesse sentido. Estou tentando fazer o mestrado, mas as dificuldades são muitas.

Quais são as dificuldades?

Tentei durante esse tempo todo fazer o mestrado, mas agora estou cansada. Nunca senti receptividade no departamento para isso. Preciso de intérprete, o que é minha maior dificuldade. E também ter aulas em Libras, isso é muito importante.

Não existe nenhuma legislação que garanta a sua qualificação enquanto docente da universidade pública?

Esse é um problema. Quando fiz o concurso, havia uma disposição do governo de querer a inclusão. Mas hoje, penso que há uma inversão: antigamente tínhamos a lei que assegurava a educação para surdos através de instituições como o Ines. Mas, hoje, temos a lei de inclusão (abril de 2002), que nos põe na universidade mas não garante nossa permanência ou qualificação, no caso do docente. A política de inclusão quer o surdo na escola, mas não dá condições para sua permanência. Nós não queremos a inclusão, mas o direito à educação e o reconhecimento da nossa necessidade específica, a educação em Libras.

* Essa entrevista foi realizada com a colaboração de uma intérprete de Libras.

Colegiados

CEPG inicia discussão sobre Ensino a Distância

A conselheira Cláudia Motta e o professor Marcos Elia, do Instituto de Matemática, apresentaram ao Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), na última sexta, 21, um breve levantamento das experiências com ensino a distância na UFRJ e em outras instituições do Brasil.

Os expositores informaram que essa modalidade de ensino ganhou força na década de 90 com a expansão de novas tecnologias, sobretudo a internet. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no seu artigo 80, autorizou atividades de ensino a distância em todos os níveis de ensino, exceto o fundamental. E foi em 1997 que o MEC criou a Secretaria de Educação a Distância.

Pelo levantamento, observou-se que, em quase 10 anos de introdução do EAD, passaram a existir duas vertentes opostas de avaliação dessa modalidade. Uma é a que poderia ser chamada de Educação Superior a Distância, que vê a modalidade restrita a um objeto definido: os cursos de ensino a distância. Esses cursos são montados numa lógica de cadeia de produção na qual o professor é apenas um coadjuvante.

A outra, conhecida como Educação a Distância no Ensino Superior, privilegia a modalidade como uma inovação a ser incorporada na estrutura acadêmica, ou seja, a introdução de uma cultura pedagógica que se valha das novas tecnologias. Essa vertente pôde ser aplicada, na prática, a partir da regulamentação de uma portaria de 2001, que permite que 20% do conteúdo do ensino pode ser ministrado na modalidade a distância.

Marcos Elia ressaltou que a vertente que está sendo mais difundida atualmente no ensino brasileiro é a primeira, fato que classificou como um uso "equivocado" das novas tecnologias. O quadro se agrava se for observada a evolução do ensino nos últimos 40 anos. As conseqüências foram a instituição do analfabetismo funcional no país, com a difusão da educação profissionalizante em detrimento da formação mais abrangente e a baixa taxa de adultos que concluem o ensino médio (32% dos adultos com idade entre 25 e 34 anos).

Críticas à modalidade de ensino a distância na reforma universitária

Marcos informou também sobre os riscos da difusão da modalidade de ensino a distância que cria uma estrutura paralela ao ensino presencial. Segundo ele, uma política como esta pode ser erroneamente aplicada para criar a ilusão de expansão da educação superior. Marcos ressaltou que no projeto de reforma universitária nota-se um apego ao recurso da modalidade de ensino a distância para o aumento da oferta de vagas das instituições. Dentre as evidências, está a grande valorização que está sendo conferida à Secretaria Especial de Educação a Distância (SEED/MEC). "A secretaria responsável pelo ensino superior é a SESU. A SEED deveria ser encarada como um projeto especial, temporário", disse Marcos. Outra evidência foi a criação da Universidade Aberta a Distância, que não é integrada com a estrutura universitária atual, pois propõe o sistema de consórcios que culminam com a criação de parcerias individuais entre professores e os consórcios, não contemplando nem a universidade como um todo, nem as decisões dos órgãos colegiados.

Debate necessário

Os expositores defenderam a necessária análise de ambas as vertentes de modalidade de ensino a distância. Apresentaram, ainda, as bases da modalidade que privilegia a incorporação dessa inovação sem o prejuízo da estrutura acadêmica. Essa perspectiva considera as unidades departamentais como o âmbito adequado para que projetos de ensino a distância sejam experimentados e avaliados pela comunidade acadêmica. "Nesse sentido, o eixo mais importante não será a tecnologia, mas o conhecimento", disse Marcos.

EAD na UFRJ

O levantamento do ensino a distância na UFRJ revelou a dificuldade para enquadrar os cursos nas áreas de ensino, uma vez que a maioria deles se vale da dinâmica multidisciplinar. São 79 projetos de pesquisa na UFRJ que se valem da educação a distância. No nível dos cursos de extensão, os centros com mais cursos semi-presenciais, que se valem do ensino a distância como apoio às aulas presenciais, são: o CFCH, com 16 deles, e o CCJE, com oito. Na graduação, já funcionam, aprovados pelo CEG, os cursos de licenciatura em Biologia e em Física oferecidos pela UFRJ em parceria com o consórcio do Cederj. As atividades do Laboratório de Pesquisa em Tecnologias da Informação e da Comunicação (LATEC) foram incluídas no levantamento.

A pesquisa revelou que as universidades autorizadas a ministrarem cursos a distância em nível de graduação são duas no Nordeste do país, uma no Norte, quatro no Sul, seis no Sudeste e três no Centro-Oeste. Em nível de pós-graduação *lato-sensu* são duas no Sul, seis no Sudeste e duas no Centro-Oeste.

Marcos concluiu que a UFRJ poderia estimular experiências de ensino na modalidade a distância em nível departamental e a criação de plataformas próprias da universidade na internet, de modo a criar ambientes que efetivamente congreguem alunos, professores e coordenadores. Salientou também o risco de as experiências caminharem na direção da formação de uma estrutura paralela às universidades e de terceirização do sistema educacional, o que deveria ser controlado pelo estabelecimento de critérios.

Estudantes pedem o adiamento do vestibular

Conselheiros do CEG se solidarizam, mas consideram inviável o adiamento

Estudantes do Colégio Pedro II (das unidades São Cristóvão e Centro), Cefetec, Cefet, Colégio Estadual Prado Júnior e Colégio Estadual Souza Aguiar estiveram presentes no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na sessão da última quarta-feira (19/10), para pedir o adiamento das provas do vestibular 2006, devido à greve dos docentes nas escolas públicas.

Os estudantes, que gritaram palavras de ordem e levaram faixas para a plenária, alegam que não terão os mesmos direitos que os alunos de escolas particulares. De acordo com eles, como as provas da UFRJ serão as primeiras (nos dias 13 e 27 de novembro), existiria a possibilidade de adiamento das mesmas para meados de janeiro, no mesmo período em que a universidade realizou a terceira prova no último vestibular.

Entretanto, como o edital do vestibular já foi aprovado pelo CEG, os conselheiros consideraram imprudente o adiamento das provas: "Após a publicação do documento, não depende mais da nossa boa vontade. Alterar as datas agora pode significar até processos judiciais", afirmou a professora Maria José Coelho, representante do CCS.

O pedido do adiamento do vestibular teve apenas três votos favoráveis e 11 contrários. Desta forma, as datas para o vestibular 2006 da UFRJ foram mantidas pelo CEG.

CEG modifica edital de bolsas para 2006

O CEG aprovou duas alterações no edital de bolsas de monitoria para 2006, em relação ao documento original proposto pela reitoria. A partir do próximo ano, o relatório elaborado pelos monitores bolsistas será semestral e não anual como ocorre em 2005. Foram modificadas também as datas específicas da Faculdade de Medicina, cuja divulgação do resultado da classificação dos monitores será no dia 9 de janeiro de 2006.

De acordo com o coordenador de ensino de graduação, Armando Borges Neto, das 27 unidades contempladas com bolsas neste ano, nove ainda não enviaram os relatórios solicitados pela reitoria.

Consuni discutirá novos cursos

O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, esclareceu que a proposta que visa a estabelecer uma orientação e normas para a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação na UFRJ, discutida pelos colegiados (CEG/CEPG), na semana anterior, não foi elaborada pelo Conselho Universitário (Consuni) como descreve o título do documento. A informação acabou sendo reproduzido na edição anterior do Jornal da Adufrj-SSind. De acordo com Meyer, o projeto foi elaborado por integrantes do Consuni, integrantes do CEG e integrantes do CEPG simultaneamente.

Esta semana o Consuni deverá discutir o documento, juntamente com o parecer elaborado na reunião conjunta CEG/CEPG.

Movimento

Professores da UFRJ rejeitam proposta do MEC

Assembléia prioriza itens para negociação com o governo

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada em18/10 no auditório do Centro de Tecnologia, rejeitou a nova proposta do MEC que trazia reajustes diferenciados entre os docentes, através de alterações na carreira, reajuste da GED e aumento no incentivo às titulações.

A assembléia também priorizou alguns itens para negociação entre governo e o Comando Nacional de Greve do Andes-SN. Seguindo a lista encaminhada pelo próprio Comando, a assembléia definiu como prioritária a incorporação das gratificações ainda em 2005. Depois, viria o reajuste linear de 18% sobre o vencimento base, também para este ano. Finalmente, a abertura de concurso público para recomposição do quadro permanente. Os presentes preferiram não discutir neste momento a criação das classes de Professor Associado e Professor Especial dentro das carreiras, respectivamente, do magistério superior e de 1º e 2º graus, quarto ponto encaminhado para apreciação pelo CNG.

Antes da fase de avaliações da assembléia, o novo presidente da Adufrj-SSind, professor José Simões, relatou o desenrolar das negociações com o governo, em Brasília, até a apresentação da mais recente proposta aos docentes do magistério superior. Proposta que, segundo o anúncio do MEC, custaria cerca de R$ 500 milhões. Para ampliar a discussão da campanha salarial dentro da UFRJ, o presidente da Adufrj-SSind ressaltou que a diretoria, junto do Conselho de Representantes da seção sindical, pretende organizar uma agenda de reuniões nas unidades. Divulgou, ainda, que vão ocorrer, dentro de algum tempo, novas eleições para preenchimento dos cargos vagos no conselho da Adufrj-SSind.

O debate

Diversos professores manifestaram-se sobre a proposta apresentada pelo MEC e quais deveriam ser os itens a serem priorizados pelo movimento docente, durante as próximas negociações. José Miguel, da Escola Politécnica, lembrou que a discussão em torno dos R$ 500 milhões só existia em função da greve nacional dos docentes, que contava com a adesão de mais de 35 instituições. "Antes, era reajuste apenas de 0,1% em 2005 e R$ 1,5 bilhão para todos os funcionários públicos federais em 2006", comentou. O professor frisou, no entanto, que a proposta apresentada não contemplava as reivindicações do movimento docente e que a assembléia deveria rejeitá-la.

Kelvin Melo

RAPHAEL DE HARO, JOSÉ SIMÕES E VERA SALIM

O professor José Simões retomou a palavra para também criticar o que foi oferecido pelo MEC. Segundo ele, a proposta poderia significar algum dinheiro a mais para determinados docentes. Observou, porém, que sua aceitação certamente seria mais uma distorção difícil de resolver na já tão deteriorada carreira do magistério superior. Adir Luiz, do Instituto de Física, recomendou a rejeição da proposta do governo e defendeu como prioridade para futuras negociações a incorporação das gratificações. "O meu contracheque tem 10 itens. Isso é uma vergonha para a categoria", criticou.

João Torres, também do Instituto de Física e simpatizante da entidade Proifes, observou que a proposta do Sindicato Nacional não traria benefícios para a carreira docente. Defendeu que o documento do MEC não fosse rejeitado em bloco e cobrou aperfeiçoamentos, segundo o que é defendido pelo Proifes. Também de acordo com ele, não seria a greve que estaria forçando o governo a negociar e aumentar o montante orçamentário para o atendimento das reivindicações.

Cristina Miranda, do Colégio de Aplicação, discordou e pediu a rejeição da proposta governamental. Segundo ela, o movimento deveria priorizar a equiparação das gratificações GED e GEAD pelos seus valores mais altos, o que resolveria o problema da falta de paridade e isonomia dentro da universidade e, com os recursos que sobrassem, poderia ser concedido um reajuste linear no vencimento básico de todos os professores. Luciano Menezes, da Escola Politécnica, criticou o reajuste na GED oferecido pelo MEC. "Eu não quero saber de gratificações. Se forem incorporadas, já estou satisfeito", destacou. Logo em seguida, ocorreu a votação que rejeitou por maioria a proposta do ministério.

Cálculos

Neste ponto, após a deliberação, as atenções da assembléia voltaram-se definitivamente para os itens sugeridos pelo Comando Nacional de Greve para a negociação. O professor José Miguel, que também é integrante do Grupo de Trabalho Verbas do Andes-SN e tem participado dos cálculos de impacto orçamentário das diferentes propostas do governo e do movimento, afirmou que a equiparação das gratificações produtivistas, sem incorporação aos vencimentos básicos dos docentes, mais o reajuste de 18% reivindicado na pauta, custaria cerca de R$ 800 milhões anuais. José Miguel argumentou ser favorável às incorporações, mas disse que o movimento deveria neste momento priorizar a correção da maior distorção na atual malha salarial, por ele considerada a disparidade entre ativos e aposentados e, em seguida, o maior reajuste linear possível com os recursos disponíveis.

Luis Paulo (Instituto de Matemática) viu diferente. Segundo ele, independentemente de ser total ou parcial, o movimento deveria investir na incorporação das gratificações. "Incorporar é necessário para a normalização do trabalho docente", defendeu. Acrescentou que um eventual recurso que sobrasse dessa primeira aplicação poderia ser utilizado para o reajuste linear no vencimento básico.

A Assembléia definiu que o item número um da pauta de negociações deveria ser a incorporação das gratificações e, como o segundo item, o reajuste linear de 18%, seguido pela abertura de novos concursos públicos.

Observador ao CNG

A Assembléia aprovou o nome do diretor Salatiel Menezes para representar a Adufrj-SSind no Comando Nacional de Greve. Como a UFRJ não se encontra em greve, ele irá como observador, que não pode votar nas decisões do Comando, mas pode participar das discussões. Também foi aprovado que, em caso de retorno do professor antes de uma próxima assembléia, a diretoria da seção sindical terá autonomia para enviar um substituto.

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

Adufrj-SSind

Nova direção da Adufrj-SSind toma posse

Em solenidade no Auditório Pedro Calmon, no *campus* da Praia Vermelha, tomou posse no último dia 17 a nova diretoria da Adufrj-SSind para o biênio 2005/2007. Eleitos com 75% dos votos dos mais de 850 votantes em eleição histórica que aconteceu em setembro, os integrantes da nova direção da seção sindical se comprometeram com a continuidade das ações desencadeadas pelas gestões anteriores na defesa da universidade e com as lutas do movimento docente combativo e comprometido com a transformação da realidade social no país. Na ocaisião, foram empossados, também os novos integrantes do Conselho de Representante da Seção Sindical.

O presidente empossado, José Simões, enfatizou como perspectiva do trabalho da nova direção a centralidade na defesa da Educação Pública como transformadora da realidade social brasileira. "Nós (educadores) continuamos necessários, continuamos ocupando um lugar único nessa sociedade. Temos uma responsabilidade muito grande para apontar alguns horizontes, gerar algumas idéias. Enquanto cientistas, enquanto educadores, sabemos que o nosso conhecimento não vem da nossa cabeça de ontem. Ele vem da história de várias gerações. É um patrimônio da humanidade. Quando alguns de nossos colegas se apropriam do conhecimento, quando alguns países se apropriam das patentes, do direito à vida, à biodiversidade, temos a nossa frente uma opção: ou nos calamos e consentimos e nos aproveitamos disso, ou elevamos a nossa voz e dissemos: alto lá, a vida não é patrimônio de ninguém! O direito à educação não pode ser limitado porque o governo Lula tem que pagar juros da dívida externa, por exemplo".

Para o professor, a seção sindical tem um papel imenso na canalização das várias opões que estão se formando em contraposição ao desgaste do governo Lula e dos partidos que abandonaram a defesa dos direitos dos trabalhadores e a construção de um país soberano. "Estamos apostando que, de um jeito ou de outro, sairão opções melhores para esse país".

José Simões disse ver como um grande desafio para o sindicato aglutinar os segmentos, docentes, funcionários e estudantes na defesa da instituição pública. "Se não tivermos uma instituição pública, a educação vira comércio. E é o que está acontecendo". Para o professor, a comunidade vai participar de embates dentro e fora da instituição já que a visão comercial e mercantilista da educação está crescendo dentro da própria universidade. "Temos que trazer isso ao centro das nossas preocupações. Essa universidade pública tem um papel inestimável nesse país e ele não pode ser reduzido ao item "despesas". Temos que lutar sim para sermos considerados como investimento".

Conselho de Representante

A primeira vice-presidente, Vera Salim, comentou o momento de crise política no qual a direção da entidade assume esse mandato. "Sabemos, no entanto, que o resultado mais temerário da falência do governo Lula não é o governo Lula ter traído os trabalhadores, mas é a irradiação da descrença e do imobilismo, gerando a desmoralização das forças de esquerda, de dimensões históricas, tragédia mais explicitada pela reaglutinação das forças conservadoras. Esse foi o panorama, há dois meses atrás, que tínhamos a nossa frente, quando formamos a nossa chapa". Para a professora, a vitória dessa gestão é um reflexo das vitórias dos professores que antecedem à nova diretoria "que mantiveram com esforço, viva, a seção sindical, em tempos de ascenso e em tempo de descenso do movimento docente. Essa vitória, por tanto, é de todos nós". A professora ressaltou o papel do Andes-SN como força política nacionalmente organizada "em defesa da universidade da universidade pública e dos princípios de solidariedade de classe e de independência da classe trabalhadora. A professora conclamou, ainda, os docentes a participarem cotidianamente das atividades da seção sindical junto dos estudantes e funcionários.

Na solenidade, a ex-presidente Sara Granemann saudou os novos companheiros de diretoria que assumem o desafio de continuar a luta desenvolvida pela gestão anterior na defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada em conjunto com os movimentos sociais e com as entidades ligadas à educação. Para a professora essa luta se trava no sentido de se contrapor ao projeto de privatização da educação superior do governo federal e no reforço da perspectiva defendida pelo fortalecendo o Andes-SN nesse embate.

A professora, que permanece na nova gestão como segunda vice-presidente, relembrou as atividades desenvolvidas pela gestão do biênio 2003/2005, em especial as luta travadas pelos docentes junto das demais categorias dos servidores públicos pela garantia dos direito dos trabalhadores frente às reformas liberalizantes promovidas pelo atual governo. "Começamos a nossa gestão em meio à reforma da previdência, pegamos uma greve, outra greve, as mesas de negociação com o governo que desde 2003 não acontecem, enfrentamos a reforma do ensino superior e a despeito de todas as dificuldades continuamos a nossa luta". Para Sara, no entanto, o movimento docente local saiu fortalecido com o que considera a mais importante vitória desde 1997 que foi o resultado dessa última eleição da Adufrj-SSind. "Foi uma vitória da participação dos professores da UFRJ em uma eleição que contou com um número superior dos votantes dos anos 80, inclusive. Um marco importante do sindicalismo brasileiros".

A professora destacou o envio de uma carta da presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, parabenizando à nova diretoria e as presenças das seções sindicais Aduff-SSind, Asduerj, Adcefet. Representando a Regional Rio do Andes-SN, a professora da UFF Sônia Lúcio saudou a nova direção da seção sindical.

O representante do Diretório Central dos Estudantes, Jorge Badauí, saudou a nova diretoria destacando que a Adufrj-SSind sempre foi uma parceira importante para o movimento estudantil na universidade. "Queremos que nessa nova gestão, se imponha aquilo que marcou as nossas relações que foi a unidade. Uma unidade em defesa da educação pública e da universidade que vem desde a luta contra a reforma da previdência".

O representante da Associação de Pós-graduandos, Gustavo Menezes, também ressaltou o trabalho conjunto dos estudantes com a Adufrj-SSind e destacou a necessidade da mobilização conjunta dos segmentos. "Esperamos que a Adufrj-SSind esteja sempre atuando com o intuito de mobilizar a massa dos professores, estimulando-os a participar da luta, tanto a diária, dentro de seus departamentos, quanto as lutas gerais por mais verbas para as universidades públicas, mas vagas para alunos e mais concursos para professores e funcionários e melhores condições de ensino e de trabalho".

O professor Geraldo Nunes representou o reitor Aloisio Teixera e saudou a nova diretoria. Como presidente da Comissão Eleitoral da Comissão Permanente de Pessoal Docente, o professor reiterou a importância da participação dos professores neste fórum e relembrou as datas do pleito (28 a 30/11).

Também esteve presente a professora do IFCS Philomena Gebran, fundadora da Adufrj, que rememorou as dificuldades iniciais da formação da entidade.

Fotos: Daniel Tiriba

RICARDO KUBRUSLY, JOSÉ SIMÕES, RAPHAEL DE HALOHO, FERNANDO MARINHO, SARA GRANEMANN, SALATIEL MENEZES, VERA SALIM

A PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA DE POSSE, NO PEDRO CALMON

COQUETEL DE COMEMORAÇÃO DA POSSE, NO SALÃO DOURADO DO FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

GRUPO *MISTURA E MANDA* SE APRESENTA NA FESTA DA POSSE

EX-PRESIDENTES DA SEÇÃO SINDICAL, A PROFESSORA CLEUSA SANTOS (ESS) E JOSÉ SANGLARD (POLITÉCNICA) PRESTIGIARAM A SOLENIDADE

Novo Conselho de representantes da Adufrj-ssind

Instituto de Matemática - Titulares: Luis Paulo Vieira Braga e Tatiana Roque. Suplente: Nelson Quilula Vasconcelos

Escola de Serviço Social - Titulares: Janete Luzia Leite e Lenise Lima Fernandes. Suplentes: Luiz Acosta Acosta e Mavi Pacheco Rodrigues

Instituto de Psicologia - Titular: Fernanda Glória Bruno

Faculdade de Educação - Titulares: Jailson Alves dos Santos e Roberto Leher

Escola de Enfermagem Anna Nery - Titulares: Walcyr de O. Barros e Elen M. de S.Castelo Branco. Suplentes: Claudia Regina G. C. dos Santos e Liane Gack Ghelman

NESC - Titular: Regina Helena Simões Barbosa

Escola de Educação Física e Desportos - Titulares: Leandro Nogueira Salgado Filho e Elizabeth Lugão

Escola Politécnica - Titulares: Titulares: José Henrique Erthal Sanglard e José Miguel Bendrao Saldanha

COPPE - Titular: Carlos Roberto Strauss Vieira

Opinião

O Professor Acidental

Luis Paulo Vieira Braga

Os professores das IFES, ao longo dos últimos anos, viram crescer em seus contra-cheques o peso das gratificações no valor final das remunerações. Uma das formas especiais de salário que não deve ser confundida com os abonos, adicionais diversos (periculosidade, insalubridade, etc), ou ainda com as comissões, todas elas muito bem definidas pela legislação trabalhista. A opção do poder executivo pelas gratificações como estratégia de atendimento às reivindicações salariais dos docentes tem muitas justificativas. A mais evidente é que elas representam menores gastos, já que um sistema de gratificações segmenta ainda mais a categoria, implicando em diferentes valores pagos, ao invés de porcentuais sobre os salários básicos de cada nível – auxiliar, assistente, adjunto e titular. A gratificação, por ser vinculada a alguma característica do empregado ou de sua atividade, não necessariamente é estendida a aposentados e pensionistas, o que representa menos dispêndio de caixa para a União. Igualmente, por ocasião de novos reajustes salariais, as gratificações não precisam ser reajustadas nos mesmos porcentuais dos salários básicos, podendo ficar congeladas, ou mesmo retiradas!

Entretanto, pior do que a fragilização da remuneração docente foi a crescente convicção de que o sistema de gratificações seria um instrumento para a melhoria da capacitação e desempenho docente. Assim as gratificações por titulação melhorariam a formação docente, a GED o ensino de graduação, e as bolsas de pesquisa (estas totalmente à margem da folha de pagamentos e da administração da universidade) a produção científica. Cabe ainda mencionar as remunerações adicionais por projetos de extensão e consultoria, os quais são gerenciados por fundações relativamente autônomas com respeito à administração central da universidade. Como toda a moeda tem duas faces, olhemos aquela que não deu certo nesta sistemática. As gratificações, se por um lado, alavancaram grupos que já tinham propensão a desenvolver determinadas atividades, por outro, sancionaram aqueles que rejeitam tê-las. Assim, se é dada a gratificação a quem tem doutorado, então eu posso continuar sem doutorado e não receber a gratificação. Se é dada a gratificação de pesquisa a quem faz pesquisa, então eu posso continuar a não fazer pesquisa e não receber a gratificação. E assim por diante. O resultado desta política ao longo dos anos é a crescente heterogeneização do corpo docente, já que as barreiras para alcançar ou manter as gratificações vão se tornando cada vez mais difíceis. Se a taxa de renovação do corpo docente fosse elevada, a inércia resultante deste processo não seria tão grave, porém a tendência de permanência na ativa é cada vez maior em função da reforma da previdência. Assim a legião dos *caídos* cada vez aumenta mais, como conseqüência das exigências cada vez maiores para se ter alguma gratificação. Comenta-se que para ser professor associado seria necessário ter pós-doutorado, e que a GED voltaria numa forma mais competitiva - seus mais altos níveis seriam concedidos àqueles que fizerem mais pontos, e não mais aos que tivessem atingido um limiar mínimo de pontos.

Apesar de o Andes-SN sempre apresentar como prioridade em suas campanhas a incorporação das gratificações, na prática, as negociações por reajuste salarial, por imposição do governo, acabam implicando no reajuste de alguma gratificação, aprofundando-se assim uma lógica perversa que está destruindo qualquer perspectiva de uma carreira docente decente. Há vinte, trinta anos, em que pesem os problemas da época, um docente ao ingressar em uma Universidade Federal tinha a consciência de seus deveres e direitos, independentemente de ter esta ou aquela gratificação. Era óbvio que precisava dar aulas, se titular e fazer pesquisa, e ao final do ano apresentar um relatório completo de suas atividades ao chefe do departamento. A leniência na cobrança das atividades docentes foi cedendo lugar a um sistema que se premia os *bons*, nada faz em relação aos demais, esperando que sequem ao sol e se dispersem no vento. O ponto de partida para qualquer reformulação na carreira docente é a incorporação da maioria das gratificações aos salários base – como a GAE e a GED/GEAD. Por outro lado, deve-se instituir mecanismos de avaliação de atividades docentes, nos mesmos moldes daqueles que já existem para a pós-graduação, com avaliação externa. E isto significa, também, dar voz efetiva aos alunos no julgamento dos cursos que lhes são oferecidos.

Se, por um lado, a situação sindical não tem conseguido fazer valer seus princípios de isonomia e paridade, a oposição sindical, por outro, tem contribuído para algo pior do que apregoa, levando ao cada um por si e ninguém por todos. A cooptação dos segmentos mais titulados da universidade pelo Ministério da Educação explica, em parte, porque as maiores universidades federais não aderiram à greve. O teatro encenado pela CUT, PROIFES e SESU aponta para o reajuste de gratificações. Já antevejo as palavras de praxe de algum alto companheiro – O Brasil mais uma vez deu o exemplo ao mundo de como resolver o problema do ensino superior público!

* Conselheiro da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Matemática

Nacional

Petroleiros realizam ato contra leilão das reservas nacionais

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) realizou ato no último dia 17, no Rio, contra a Sétima Rodada de Licitação de Blocos Petrolíferos. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) pôs em leilão 1.134 blocos de áreas brasileiras produtoras de petróleo. A manifestação aconteceu em paralelo à paralisação de 24 horas dos petroleiros pelo atendimento de seus pleitos da campanha salarial deste ano.

Entre outros pontos, a categoria reivindica melhorias no fundo de previdência complementar dos trabalhadores (conhecido como Petros) e reajuste salarial de 10,2%. A Petrobras suspendeu as negociações em torno do fundo de previdência no mês passado e só oferece 4,89% de reposição salarial.

Plebiscito já

A FUP defende um plebiscito nacional para que a população participe ativamente da construção de uma nova legislação para o setor. Em agosto de 2004, quando a ANP realizou o 6º leilão das reservas, o barril de petróleo custava em torno de 30 dólares. Agora, o barril já é negociado acima de 60 dólares. E analistas internacionais prevêem que, em breve, o barril chegará a 100 dólares.

Projeto de Emenda Constitucional

A Federação também elaborou um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que trata sobre a propriedade das reservas de petróleo. A emenda proposta pelos petroleiros foi apresentada ao deputado federal Luciano Zica (PT-SP) em junho e está tramitando no momento pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A PEC devolve à União o monopólio sobre as reservas petrolíferas do Brasil, resgatando, assim, a soberania nacional sobre este setor estratégico para o país.

Resultado do leilão

Dos 1.134 blocos oferecidos pela ANP, nesta Sétima Rodada de Licitações, 251 foram arrematados. Destes, a Petrobras, sozinha ou em consórcio, ficou com 96. Empresas nacionais, excluindo a estatal, ficaram com outros 96, enquanto as estrangeiras levaram 114.

(Fontes: FUP, Globo Online e Rápido da CUT)

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Campanha Salarial

Movimento docente reafirma paridade e isonomia

O Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-SN apresentou uma contraproposta para o Ministério da Educação (MEC), à proposta do governo divulgada em dia 14 de outubro, de reajuste de 50% nos percentuais de titulação. A greve dos professores das universidades federais já atinge 36 instituições e na contraproposta o CNG faz questão de enfatizar que é a única representação dos professores com legitimidade para negociar a pauta da greve que tem como principal reivindicação a paridade entre os salários dos docentes da ativa, aposentados e pensionistas. Na ordem de prioridade estabelecida pelo CNG, a partir das orientações das assembléias locais, a proposta de reajuste deve contemplar ainda a isonomia, a recuperação do poder aquisitivo e o fortalecimento dos vencimentos do salário base da categoria a partir da extinção das gratificações e suas incorporações.

A greve já havia conseguido, no último dia 11, que o Ministério da Educação ampliasse de R$ 395 milhões para R$ 500 milhões os recursos disponíveis para o reajuste dos docentes da educação superior das universidades federais. Entretanto o MEC não atendeu aos princípios apresentados pelo Comando de Greve ao apresentar sua proposta no último dia 14.

Para discutir as reivindicações do Andes-SN, dirigentes do CNG se reuniram com o Comando de Greve do Sinasefe, na manhã do dia 19, e prepararam-se para o encontro com os representantes do governo, no mesmo dia. Na ocasião, os representantes do CNG evidenciaram as incongruências da proposta do governo e reafirmaram os três eixos principais que fundamentam a greve dos docentes das IFES: paridade e isonomia entre ativos e aposentados com a transformação da GED/GEAD em uma gratificação fixa valorização salarial através de reajuste de 18%, criação da classe de professor associado (ensino superior) e da classe especial (ensino básico), vagas para concurso público e discussão conjunta com o Sinasefe sobre carreira.

Na tarde do dia 19, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa Pinto, diretores e representantes do CNG, se reuniram com o ministro da Educação, Fernando Haddad, o secretário de ensino a distância do MEC, Ronaldo Mota, e o secretário de ensino superior, Nelson Maculan Filho. Os representantes do governo, entretanto, se recusaram a receber o Sinasefe. Na reunião, Fernando Haddad enfatizou que conversou com Lula e constatou três pontos essenciais, cujas soluções não dependeriam mais do MEC, mas dos ministérios que controlam o orçamento. São eles, segundo o ministro: a aprovação do Fundeb, o projeto de Reforma do Ensino Superior e a situação salarial dos professores.

Apesar de o MEC deixar claro que a proposta só poderá ser aprovada pelo Ministério de Fazenda e do Planejamento, Marina Barbosa destacou os principais problemas que a metodologia de negociação tem apresentado, no que se refere à separação entre os docentes de 1°, 2° graus e magistério superior. Segundo ela, esta opção, somada às propostas apresentadas para estes segmentos, geram distorções que dificultam a construção de uma carreira.

A presidente do Andes-SN afirmou também que as opções políticas do Ministério geram conseqüências para a relação da categoria com o MEC, principalmente porque há uma expectativa dos professores de que este governo resolveria os dilemas centrais que atingem o salário dos docentes. Paulo Rizzo exemplificou ainda citando a paridade, professores que não receberão a inflação do período e as distorções que a valorização da titulação nos moldes apresentados pelo governo produzem.

Ao final da reunião o CNG/Andes-SN apresentou um documento com a contraproposta e destacou a responsabilidade do ministério em apresentar soluções que resolvam o impasse e que atendam as reivindicações da categoria. O Ministério da Educação havia prometido uma resposta a contraproposta até a última quinta-feira (21/10).

Na noite da última quinta, o MEC encaminhou um e-mail ao Andes-SN dizendo que não havia viabilidade 'técnica' para atender ao acordo estabelecido na reunião do dia 19 de que o ministério encaminharia uma nova proposta com base na negociação com o Sindicato. "Vimos informar a inviabilidade técnica de emitir ainda hoje a resposta anteriormente acordada, esperamos contar com a compreensão de todos (as). Informamos que no mais tardar amanhã enviaremos o texto com o conteúdo de nossa resposta", diz o texto da mensagem eletrônica.

Até o final do fechamento dessa edição, o MEC ainda não havia encaminhado proposta alguma ao Sindicato Nacional nem tampouco ao Comando de Greve.

Quadro com a contraproposta apresentada pelo Comando de Greve do Andes-SN ao MEC

1. Equiparação da GED e da GEAD pelos valores máximos por titulação, criando uma única gratificação fixa, com paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas a partir de janeiro de 2006.

2. Reajuste de 18% no vencimento básico retroativo a maio de 2005.

3. Criação das classes Especial e Associado a partir de janeiro de 2006, com recursos destinados à reestruturação de carreira.

4. Abertura de concursos públicos que preencham as vagas existentes e assegurem o processo de fortalecimento e expansão da IFES, com cronograma para o seu pleno cumprimento a partir de novembro de 2005, com recursos orçamentários que não interfiram nos montantes destinados ao atendimento das demais medidas ora em negociação.

5. Criação de Grupo de Trabalho com a participação dos dois sindicatos representativos dos professores, ANDES-SN e SINASEFE, com instalação em novembro de 2005 e com prazo para conclusão dos trabalhos em maio de 2006.

Sinasefe tenta ampliar orçamento

Na semana passada, para minimizar a imposição do governo de não permitir a negociação da carreira dos docentes em conjunto, o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) e o Andes-SN mantiveram diálogo para construção de uma proposta semelhante. Com base em simulações de reajuste salarial feitas a partir dos pontos da pauta de reivindicações (como a equiparação da GEAD com a GED, reajuste linear de 18% , criação da Classe Especial e a construção de uma carreira única para os docentes da rede federal de ensino), o Comando de Greve do Sinasefe constatou que os R$ 75 milhões apresentados pelo governo para os docentes de 1º e 2º graus estão muito distantes das metas esperadas.

Audiência

O Comando Nacional de Greve do Sinasefe tinha audiência com representantes do Ministério de Educação no dia 20/10, à tarde. No dia do fechamento desta edição (em 21/10), porém, ainda não estavam disponíveis os resultados da reunião na página eletrônica daquela entidade.

Radicalização

Se o governo não demonstrar interesse em atender à pauta da greve, a orientação do CNG-Sinasefe é para a radicalização do movimento, com possível suspensão dos processos seletivos e dos vestibulares nas instituições federais de ensino superior, entre outros itens. "Compete agora a cada Assembléia de Base fortalecer a nossa Greve se tivermos que ir para um enfrentamento ainda maior, caso o Governo tome a postura de não aumentar o orçamento de 1º e 2º graus, consequentemente impossibilitando as negociações para o nosso setor", diz um trecho do informativo daquele sindicato de 20/10. Eram 34 instituições da base do Sinasefe em greve até o fim da semana passada.

Eleições

Realizado entre os dias 13 e 16 de outubro, em Brasília (DF), o 19º Congresso do Sinasefe elegeu a nova diretoria da entidade para a gestão de 2005 a 2007. O Congresso contou com a presença de 217 delegados e mais de 40 observadores. Os novos coordenadores gerais da diretoria são: William do Nascimento Carvalho (do Rio de Janeiro), Marcos Dorval Schmitz e Carlos Roberto Coelho Martins (ambos de Florianópolis).

UFRJ

Licenciatura é motivo de polêmica na Escola de Música

Comissão trabalha para resolver o impasse

O oferecimento de um curso novo de licenciatura causa divergências na Escola de Música por parte de um grupo de docentes. Enquanto a diretoria defende a iniciativa, os integrantes do Departamento de Sopros recusam-se a dar parte das disciplinas que lhes foram atribuídas pelo novo currículo. Seguindo proposta do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), uma comissão formada dentro da unidade por professores, técnico-administrativos e alunos tenta resolver o impasse e deverá apresentar os resultados de seu trabalho até o fim do mês de outubro.

De acordo com a professora Vanda Freire, diretora adjunta de graduação da Escola de Música e integrante da comissão que elaborou a proposta inicial da licenciatura, o novo curso, com 52 vagas, veio para responder às mais recentes diretrizes curriculares da área e já conta com grande aceitação entre os alunos, apesar dos problemas internos enfrentados.

Vanda observa que, antes da implantação plena dessa licenciatura em 2004, só havia na UFRJ a Licenciatura em Educação Artística, baseada em lei da década de 70, segundo a qual um docente deveria ser polivalente em todas as linguagens artísticas, portanto, com a exigência de envolvimento de várias unidades. Para Vanda, o professor saía, embora com Habilitação em Música no diploma, sem consistência em sua formação musical. Ainda segundo Vanda, a LDB de 1996 modifica esse perfil e possibilita a formação específica para a Música, "o que atende a um apelo nacional da área". "Antes, o curso era no Fundão. Agora, a maioria das disciplinas é oferecida na própria Escola e uma outra parte, na Faculdade de Educação", acrescenta a professora. Segundo a direção, a proposta do novo currículo é formar professores que, além de capacitados pedagogicamente, dominem o conteúdo musical e toquem direito o instrumento de sua escolha, o que vem ao encontro das Diretrizes Curriculares para os cursos de licenciatura, que prevêem equivalência, nos currículos, entre os conteúdos pedagógicos e os específicos da área.

A diretora adjunta de graduação valoriza ainda a dimensão social do currículo da nova licenciatura que, segundo o texto da proposta, "sem subordinar-se ao mercado de trabalho (...)", visa à formação de professores efetivamente preparados e prevê também a possibilidade de contribuir para a atualização permanente do professorado já formado e atuante, "conferindo-lhes certificados de cursos de extensão".

Apesar dos benefícios da nova licenciatura, a direção da Escola viu com preocupação a aprovação do edital de vestibular para o ano que vem. Diferente do concurso anterior, quando havia a discriminação de vagas por instrumento (que o candidato deveria escolher no momento da inscrição para guiar seu curso na licenciatura), o novo edital aprovado pelo CEG não fez essa divisão. O resultado, para a direção da Escola, é que os vestibulandos com as melhores notas poderão priorizar alguns poucos instrumentos – tradicionalmente, são mais procurados violão, piano e canto – e não haverá docentes em número suficiente para atendê-los ao longo do curso. A diretora Harlei Elbert acredita que o edital foi um "retrocesso" e existe a possibilidade de se perder o equilíbrio entre a oferta e a demanda do ensino de determinados instrumentos.

Os alunos da Licenciatura, segundo a direção, são totalmente favoráveis ao novo currículo e ao formato do vestibular que aprofunda o Teste de Habilidade Específica (THE) por instrumento.

Departamento questiona licenciatura

A diretoria teme pelo futuro do curso, pois os integrantes do Departamento de Sopros da unidade, que questionam a origem da licenciatura, recusam-se a dar aula da disciplina obrigatória Instrumento/Licenciatura. No entanto, de acordo com os professores Eduardo Monteiro (atual chefe do departamento) e Afonso de Oliveira (chefe anterior), o curso recém-implantado na Escola de Música apresenta irregularidades.

A primeira delas, segundo os docentes, seria a não aprovação das disciplinas afeitas ao Departamento de Sopros pelos seus próprios integrantes. Eduardo e Afonso servem-se do regimento da Escola e da resolução nº 02/2003 do CEG para embasar seus argumentos: "Ambos dizem que a prerrogativa de criar novas disciplinas cabe aos departamentos", afirma Afonso. "Essa resolução do CEG é posterior à aprovação do currículo que ocorreu na Congregação de 29 de julho de 2002. Além disso, o regimento da Escola dá poderes à Congregação para propor e criar disciplinas", responde Vanda.

A diretoria da Escola contesta a justificativa do Departamento de Sopros e diz que o processo de discussão e formulação do novo currículo durou cerca de três anos, incluindo os trabalhos que precederam a comissão que o finalizou. Comissão formada, entre outros, pela professora Vanda Freire e pelo próprio Afonso de Oliveira. "Sim, eu fazia parte da comissão, mas ela não era deliberativa", responde o docente.

A diretoria acrescenta, ainda, que o projeto pedagógico da licenciatura foi aprovado em Congregação de julho de 2002, "sem restrições ou pendências", e que apenas "alguns detalhamentos ficaram para decisão posterior", conforme documento enviado pela diretora ao CEG, durante a polêmica sobre o curso que tomou conta daquele colegiado. Em seguida, a comissão de Licenciatura continuou com os trabalhos, elaborando as ementas das novas disciplinas, inclusive a de "Instrumento/Licenciatura", parte do curso mais rejeitada pelo Departamento de Sopros. Ainda segundo a direção, a proposta desta disciplina foi levada a duas reuniões com os chefes dos departamentos de instrumentos, com todos os detalhes. Pelo documento assinado pela diretora Harlei e enviado ao CEG, "todos elogiaram a proposta, inclusive o chefe de Departamento de Sopros, à época, professor José Rua". De acordo com o documento, há várias testemunhas desses encontros e a então diretora adjunta Wanda Eichbauer levou as ementas das disciplinas Instrumento/Licenciatura ao Conselho Departamental da unidade, no qual foram aprovadas. "Fato esse já confirmado diversas vezes pela ex-diretora em público", observa Vanda. O problema é que, por admitida falha administrativa, a aprovação não constou da ata do colegiado local.

Professores do Departamento de Sopros são taxativos ao afirmar que não houve aprovação do projeto inteiro na Congregação de julho de 2002. "Naquela ocasião, aprovou-se a 'idéia' do novo curso de licenciatura", ressalta Eduardo Monteiro. E, para ele, é óbvio que, se não existiam ementas, cuja discussão prolongou-se até 2003, não existiam disciplinas a serem aprovadas. Reforçam essa defesa com trecho da já referida resolução 02/2003 do CEG, em seu artigo 4º, pelo qual o projeto pedagógico de uma unidade acadêmica deve conter as "ementas dos conteúdos, acompanhadas de objetivos e metodologias de trabalho didático, formas de avaliação, carga horária e bibliografia básicas, aprovadas pelos colegiados competentes". A diretoria reitera que o projeto pedagógico aprovado continha os objetivos, cargas horários, sistema de avaliação, rol de disciplinas, estrutura do

CEG analisa situação da Escola de Música

O conflito em torno da licenciatura chegou ao Conselho de Ensino de Graduação, que formou uma comissão acadêmica para avaliar o assunto em abril. Em 6 de julho deste ano, o relatório desta comissão foi aprovado, após muita contestação, com algumas propostas para tentar resolver o impasse. Destaque para aquela que sugere uma outra comissão, desta vez interna à Escola de Música, composta por professores não envolvidos nas disputas, "com a missão de aprofundar a discussão e viabilizar a completa institucionalização do curso de música (da licenciatura)".

Na Escola, conforme citado na matéria principal, a comissão foi formada por docentes e também por alunos e técnico-administrativos. O prazo final para a entrega dos resultados está previsto para o fim de outubro.

Pró-reitor de Graduação e presidente do CEG, o professor José Roberto Meyer espera que a Escola de Música "esteja pacificada" em tempo mais curto possível. Segundo ele, o colegiado aguarda os desdobramentos do trabalho da comissão interna com a volta da normalidade acadêmica à unidade.

UFRJ

curso. Apenas o detalhamento das ementas foi feito posteriormente, com o aval da Congregação.

Sobre as reuniões da direção com os chefes dos departamentos para discussão das ementas, os professores contam que o comparecimento foi parcial e que o Departamento de Sopros não estava representado, por exemplo, no segundo encontro, quando supostamente ocorreu a concordância geral. Recorrem novamente a um trecho de ata, desta vez do Conselho Departamental de junho de 2003, para atestar que as ementas ainda não tinham sido resolvidas. No relato, o então diretor da Escola de Música, professor João Ripper, pedia a colaboração dos chefes de departamento para que fosse "agilizado o mais rápido possível a entrega das ementas". A diretoria reporta-se à época e afirma que a entrega referia-se ao preenchimento dos formulários CEG, e que o chefe do Departamento de sopros esteve efetivamente presente nas duas reuniões em que os chefes analisaram e apoiaram a proposta da disciplina.

Segundo Afonso Oliveira, aconteceu, sim, uma tentativa da direção da Escola de conseguir o referendo do Departamento para a disciplina Instrumento/Licenciatura às vésperas de sua implantação, no início de 2004. O pleito não foi aceito pelos professores que já consideravam a disciplina ilegal.

Esses docentes observam, ainda, que as ementas criadas para o curso demonstram que não houve participação dos departamentos. "Todas as ementas de um mesmo período são idênticas. Ora, como poderiam todos os quatro departamentos de instrumento e canto, aos quais cabem regimentalmente propor a criação das disciplinas, leia-se elaborar as ementas, ter pensado literalmente igual em todos os períodos?", questionam. A diretoria contesta, afirmando que as ementas iguais garantem, em linhas gerais, o perfil do curso, e que cabe aos Departamentos fazer programas específicos para cada instrumento.

Questão pedagógica

Além das alegadas questões de irregularidade na tramitação da nova licenciatura, os docentes do Departamento de Sopros manifestam-se contrariamente à iniciativa por motivos pedagógicos e administrativos. No entendimento deles, "a filosofia do curso está totalmente inadequada". A disciplina obrigatória licenciatura/instrumento é, mais uma vez, o alvo preferencial das críticas: "Há um problema de perfil, que confunde bacharelado com licenciatura", defende Afonso de Oliveira. Segundo ele, a existência dessa disciplina ao longo dos oito períodos da licenciatura significa o mesmo que incluir uma disciplina de conteúdo pedagógico ao longo de todo o curso de bacharelado.

A diretora adjunta de graduação Vanda Freire entende diferente. Para ela, o novo curso segue a tendência nacional de ensinar uma formação musical consistente aos licenciandos. "Ou seja, o aluno tem que saber tocar bem um instrumento, junto dos outros conteúdos, para que possa expressar-se e comunicar-se adequadamente com seus alunos, em qualquer contexto educacional", esclarece.

Esses docentes do Departamento de Sopros contra-argumentam que o ensino mais "puxado" dos instrumentos, tal como se configura no currículo, pode levar a um fracasso escolar dos estudantes, com posterior evasão. "Se a pessoa está vocacionada para dar aula, ela não precisa ter um perfil de instrumentista", comenta Afonso de Oliveira. Em relação ao restante do currículo, ele faz questão de lembrar que participou de sua formulação básica, quando integrava a comissão inicial da licenciatura. Mas acredita que há outros equívocos, com disciplinas que deveriam ser obrigatórias, enquanto outras deveriam ser eliminadas.

Sobrecarga

A sobrecarga de trabalho aos professores do Departamento de Sopros, causada pelo acréscimo das disciplinas obrigatórias da licenciatura é outro problema, segundo Afonso e Eduardo. "É ingerenciável. Fomos os únicos a fazer uma projeção do impacto. Nós já temos a maior carga horária média da Escola de Música, com 8 docentes efetivos (um deles em regime de 20h) e 7 substitutos (todos 20h) ministrando 148 disciplinas. Com a licenciatura, surgiriam 72 novas disciplinas. Para 2007 (quando todos os períodos do novo curso estiverem ativos), precisaríamos de 27 docentes em regime de 40h", calcula Eduardo Monteiro. A Diretoria contesta esta afirmativa, pois ela superdimensiona o impacto de horas–aula para o Departamento de Sopros. Na verdade, não são 72 disciplinas, mas *uma* disciplina (Instrumento/Licenciatura) que deverá ser oferecida pelos 9 instrumentos do departamento, com uma hora de aula semanal, ou seja, se cada professor receber um novo aluno de Licenciatura por ano, ministrará apenas 1 hora-aula nesse ano para o Curso de Licenciatura. Além disso, é o Departamento quem deve indicar, a cada ano, sua disponibilidade de vagas. A idéia inicial, para a direção, era a de deslocar uma vaga do contingente a ser oferecido para o Bacharelado (que nem sempre é preenchido) e oferecê-la à Licenciatura, o que em nada sobrecarregaria o departamento. Ainda segundo a direção, o departamento não concorda nem em oferecer uma vaga por instrumento para a Licenciatura, dizendo não reconhecer o curso.

Contudo, a direção da Escola acredita que o Departamento poderia suportar o acréscimo de horas-aula do novo curso. Inclusive, para não prejudicar os licenciandos, afirmam que as aulas que caberiam ao Departamento de Sopros estão sendo supridas por um convênio com a Uni-Rio e apenas mais três substitutos, que estão lotados no gabinete da diretoria da unidade. "No entanto, os alunos ainda estão com um semestre defasado, pois ficaram sem aulas durante algum tempo, em virtude da recusa dos professores de instrumentos de sopros em ministrarem a disciplina, que é obrigatória, a esses alunos ", afirma a diretora Harlei.

Professores do Departamento de Sopros, neste ponto, fazem críticas ainda mais severas. Para Eduardo e Afonso, o que está sendo ensinado pela Uni-Rio não corresponde ao que está descrito pela ementa. "Na verdade, seria uma mera iniciação aos instrumentos, o equivalente ao que chamamos 'instrumento B'", defende Afonso de Oliveira. Já os substitutos teriam, segundo Eduardo Monteiro, a função de "garantir a aprovação em quaisquer condições desses alunos", conforme assegurou para a reportagem da Adufrj-SSind. A diretoria discorda, pois, os professores substitutos estão dando horas de aula extra para os alunos a fim de que os mesmos possam recuperar o atraso derivado da decisão do Departamento de Sopros. "Quanto às aulas na Uni-Rio, estão sendo, em caso extremo, a solução, via-convênio, para que os alunos não fiquem totalmente parados", completa Vanda Freire.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Resenha

UFRJ é a mais procurada

Com 50.181 candidatos a UFRJ foi a universidade que mais recebeu inscrições para o vestibular 2006 no Rio de Janeiro, com cerca de cinco mil estudantes a mais em relação ao vestibular passado. O curso de Medicina segue sendo o mais concorrido com 28,21 inscritos por vaga. A relação candidato-vaga trouxe uma boa surpresa para a direção da Escola Politécnica da federal: entre os dez cursos mais concorridos, cinco são engenharias, um recorde nos últimos anos. Pelo terceiro ano consecutivo, ou seja, desde que foi criado, o curso de engenharia de petróleo ocupa o segundo lugar no ranking da UFRJ (*Revista Megazine, 18/10).*

Sem-terras massacrados em Minas

Segundo informações da polícia, pelo menos 20 homens fortemente armados e encapuzados invadiram um acampamento sem-terra em uma fazenda no Pontal do Triângulo Mineiro deixando pelo menos 40 pessoas feridas. A destruição do acampamento foi total:quatro carros, duas motos, 14 barracos, roupas e comidas ficaram totalmente queimados. O conflito aconteceu na fazenda Jacaré-Curiango, distrito de Chaveslândia, no município de Santa Vitória (MG), próximo à divisa com Goiás (Diário Vermelho, 21/10).

Estudantes dormem na Uerj

Cerca de 50 estudantes de Geografia da Uerj e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da instituição dormiram no 4º andar da universidade entre a última terça-feira, dia 18, e quarta, dia 19. Eles protestam contra o fim do turno diurno em 2006. A ocupação foi promovida durante a paralisação de 48 horas realizada pelos alunos da unidade. Os alunos de Geografia sofrem ainda com a falta de recursos para a realização de trabalhos de campo (Folha Dirigida, 20/10).

Cem mil em greve

Canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco decretaram greve na tarde desta quarta-feira (19/10). Eles trabalham para as 20 usinas, que devem deixar de moer, cada uma, cerca de 6 a 10 mil sacas de açúcar por dia por causa da paralisação. De acordo com o sindicato da categoria, a greve é por tempo indeterminado e tem adesão de cerca de 100 mil trabalhadores rurais. A categoria reivindica piso salarial de R$ 335; garantia de um piso sempre superior ao salário mínimo e compra de equipamento para a aferição do peso do corte da cana (Diário Vermelho, 21/10).

Movimento

Ato no Rio por negociações efetivas e em defesa da universidade pública

Na manhã da última quarta-feira, 19, a Adufrj-SSind participou do ato conjunto dos servidores públicos federais em frente ao Instituto Pinel, na Praia Vermelha. O ato foi uma atividade do movimento de greve dos professores, funcionários e estudantes das instituições federais de ensino do Rio de Janeiro pelo Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública e por negociações efetivas com o governo federal. Atos semelhantes foram realizados em várias capitais e cidades do país. Com faixas reivindicando educação pública e gratuita para todos, os manifestantes da UFRJ fecharam uma das pistas da Av. Venceslau Brás, em Botafogo, até o início da tarde.

Professores e estudantes protestam contra o governo em defesa do ensino público e para pressioná-lo por negociações objetivas. Participaram também do ato na Praia Vermelha representantes do Andes-SN, Adur-rj, Aduff-SSind, Aduni-Rio, Adcefet, Sintufrj, Sintuff, Situr-rj, Sindscope (Pedro II), Sinasefe, Fasubra, DCE-UFRJ, DCE-UFF, DCE-Rural, os centros acadêmicos da Escola de Educação Física e Desporto e da Escola de Comunicação da UFRJ e servidores da UniRio.

Como parte da agenda de atividades do Dia Nacional de Luta no Rio, estavam programados atos também em Niterói, na região do Terminal das Barcas, com esclarecimentos à população e prestação de serviços gratuitos à comunidade, como aferição de pressão arterial, e no bairro do Humaitá, no Rio, pelos estudantes e servidores do Colégio Pedro II.

Os funcionários públicos das instituições federais de ensino se mostraram indignados com a forma como o governo Lula vem tratando as categorias em plena campanha salarial "Lula que traição, 0,1% ao servidor e 30 mil ao mensalão!" era o trecho de um dos cartazes carregados pelos manifestantes.

Mais de 160 mil trabalhadores técnicos-admistrativos em todo o país realizam uma greve em 43 universidades em defesa da universidade pública. Na UFRJ, os servidores estão em greve desde o dia 23 de setembro. Os servidores do Colégio Pedro II desde 29 de agosto. Os docentes de 36 universidades federais participam da greve nacional do Andes-SN, que conta ainda com o apoio do movimento estudantil nas instituições.

Daniel Tiriba

SERVIDORES FECHAM A AVENIDA VENCESLÁU BRÁS, EM BOTAFOGO

Unidade dos segmentos

Professores e técnico-administrativos se uniram para reivindicar uma pauta comum em defesa da universidade e de melhores condições de trabalho e de salários nas instituições, contra a destruição do ensino público pelo governo. Reivindicaram negociações do governo com o setor de forma 'decente' para que fossem atendidas as justas reivindicações dos trabalhadores.

Os manifestantes criticaram a intransigência do governo Lula em não negociar efetivamente com as categorias e exigiram mudanças na política econômica e social desenvolvida. Os servidores são contra a política neoliberal que privilegia o pagamento da dívida externa aos banqueiros por meio de arrochos salariais aos trabalhadores, o que faz com que seja construída uma pretensa estabilidade. Os servidores protestaram contra o desvio de dinheiro público para os 'mensalões' e reivindicaram o fim dos contratos de trabalhos precarizados no serviço público.

Ronaldo Barroso.

EM BRASÍLIA, SERVIDORES FEDERAIS TAMBÉM PROTESTARAM NO DIA 19

Greve dos técnicos

Os técnicos-administrativos estão em greve pela execução de um Plano de Carreira que recompense as perdas salariais acumuladas ao longo de 10 anos. Os diretórios e centros acadêmicos de estudantes presentes no ato (da UFRJ e da UFF), mostraram que estão lutando por assistência estudantil, construção de bandejões e moradias para os estudantes e contra o fechamento de cursos.

Professores em greve por reajuste e pela dignidade do trabalho docente na universidade pública

Os docentes ressaltaram a importância de investimentos em educação para que o país consiga superar as dificuldades sociais, pois são registrados índices alarmantes de desigualdade social, ao passo que o governo, afirmam, continua a secundarizar a educação e a privatizar os serviços públicos que tornam o acesso à educação, saúde, moradia digna, saneamento um privilégio de poucos.

Os manifestantes destacaram a necessidade de mais investimentos na educação uma vez que 90% das pesquisas científicas no país são desenvolvidas nas universidades públicas.

Os servidores denunciaram que a política neoliberal do governo Lula destina 65% do PIB para o pagamento dos juros, o que aumenta o superávit primário e diminui o orçamento da educação. Além disso, o governo restringe as verbas da educação pública e as repassa para o setor privado através do ProUni. Contrários à Reforma Universitária, repudiaram a destruição das universidades públicas presente no projeto do governo e as perdas significativas no processo de formação dos estudantes.

Os servidores da educação prometem realizar outros protestos nas ruas para comunicar à população as dificuldades que o setor está enfrentando e exigir respostas do governo Lula.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 478 • 31 de outubro de 2005

Confira documento entregue pelo Comando de Greve do Andes-SN ao MEC
Página 2

Professores do CAp debatem campanha salarial
Página 3

Sentença da GED integral para aposentados continua válida
Página 4

Polícia não entra mais na UFF
Página 4

Andes-SN

REUNIÃO DO COMANDO DE GREVE DO ANDES-SN COM OS REPRESENTES DO MEC, EM 26/10

Assembléias avaliarão negociação com governo

Comando Nacional de Greve apresenta ao governo viabilidade das reivindicações da categoria

O Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) apresentou, na última quinta-feira (27/10), aos técnicos do Ministério da Educação cálculos que indicam ser viável dentro do orçamento o atendimento às reivindicações da categoria.

O encontro foi definido durante a reunião ocorrida no dia anterior, entre integrantes do comando de greve e o secretário executivo adjunto do MEC, Ronaldo Nado Teixeira, e sua equipe. Ficou acertado que nessa segunda-feira (31) o MEC informa se adotará os métodos de cálculo sugeridos pelos grevistas sobre o montante necessário para resolver o déficit salarial dos docentes da rede federal de ensino. A resposta do governo será encaminhada para apreciação das assembléias gerais e o Comando de Greve do Andes-SN participará de mais uma reunião com o MEC no próximo dia 4/11. A Adufrj-SSind realiza sua assembléia geral para apreciação das negociações com o governo e da Campanha Salarial até a próxima semana.

A nova etapa de negociações foi determinada por força da rejeição dos professores à última proposta do governo da aplicação dos R$ 500 milhões assegurados para a categoria no ano que vem. Em ofício enviado ao comando de greve, no dia 21 de outubro, o MEC informou que mantinha os critérios de distribuição do valor já liberado para os docentes, promovendo somente pequenas alterações percentuais.

Na reunião com o MEC do dia 26, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, disse ao secretário Ronaldo Teixeira que o MEC estava insensível às reivindicações dos docentes. Reiterou a necessidade de se garantir a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; a isonomia entre os ensinos básico, profissional e superior, e o poder aquisitivo dos professores diante da inflação. Destacou ainda que o movimento grevista vem sendo flexível para chegar a um acordo com o governo. “Temos toda disposição para apresentar alternativas e negociar”, ponderou a dirigente.

Ronaldo Teixeira salientou as limitações orçamentárias, que até o momento disponibilizam somente R$ 500 milhões. Disse que vontade do governo não é frustrar as expectativas dos docentes.

A presidente do Andes-SN respondeu que a tentativa da categoria é superar as distorções e avançar em discussões como a do grupo de trabalho que debaterá a carreira docente no ensino superior federal.

Fonte: CNG/Andes-SN

Campanha Salarial

Documento entregue pelo Comando de Greve do Andes-SN ao MEC

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior se aproxima dos dois meses e poderá chegar a **um impasse** criado pelo governo. Nesse período, o movimento grevista defendeu sua pauta de reivindicações, que incluía o respeito à isonomia entre docentes de 1º,2º e 3º graus e à paridade entre os salários dos docentes da ativa, aposentados e pensionistas.

A proposta do MEC encaminhada pelo Ofício nº 581/2005/SEAD-MEC, de 21 de outubro de 2005, foi apreciada pelas assembléias das seções sindicais realizadas nos dias 24 e 25 de outubro. A esmagadora maioria das assembléias rejeitou mais uma vez a proposta apresentada pelo MEC, reiterando a contraproposta do Comando Nacional de Greve apresentada na audiência do dia 19 de outubro.Destaca-se, ainda, que novos indicativos de greve foram aprovados, motivados pela postura do MEC. Causou indignação o fato de não haver qualquer mudança que aproximasse a proposta do MEC às reivindicações do Andes-SN. Ela é um passo atrás em relação ao que foi desenvolvido e acordado no Grupo de Trabalho no que se refere às gratificações e à paridade, contradizendo declarações do Ministro Tarso Genro e do Secretário Jairo Jorge, em 30 de julho de 2004.

Desde o início das negociações, o MEC insistiu em outra lógica, propondo reajustes diferenciados por titulação, que geram maiores distorções na carreira, reconhecidas pelo próprio MEC e que dividem os professores de 1º, 2º e 3º graus. Na contraproposta, os professores propõem um passo na direção da incorporação das gratificações, com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária, algo que o MEC mostrou ser viável, já em 2004, quando implantou uma gratificação dessa natureza para os professores da carreira de 1º e 2º graus e comprometendo-se a dar o mesmo tratamento aos docentes da carreira de 3º grau.

Quanto ao conteúdo da proposta reapresentada pelo MEC, as pequenas mudanças (elevação dos percentuais de aumento na pontuação da GED: Aperfeiçoamento de 10% para 12% e Especialização, de 15 para 16%; acréscimo de mais um nível na classe de Professor Associado) não alteram a lógica que fundamentou as propostas anteriormente apresentadas. Os impactos financeiros para as elevações dos percentuais na pontuação da GED são mínimos e a inserção de mais níveis na Classe de Associado não implica em qualquer acréscimo para o próximo ano. As principais mudanças observadas encontram-se no Ofício nº 581/2005 que apresenta a proposta.

Se a proposta permaneceu a mesma, não haveria necessidade de uma nova justificativa. O atraso por parte do MEC poderia nos fazer supor que ele estaria analisando a proposta apresentada pelo CNG. A leitura do texto revela que a proposta não foi considerada. Os signatários do documento se limitam a afirmar erradamente que o custo da proposta do CNG, apenas para a reposição salarial (itens 1 e 2), seria de R$ 1 bilhão e 300 milhões. Na verdade, mesmo utilizando-se a metodologia adotada pelo governo, de acordo com estudos realizados pelo CNG/Andes-SN, a equiparação da GED e da GEAD, pelos valores máximos por titulação e reajuste de 18% no vencimento básico custa, respectivamente:

a) Equiparação GED e GEAD: R$ 222,6 milhões incluindo todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus (R$ 181, 2 milhões para o 3º grau e R$ 41,4 milhões para 1º e 2º graus).

b) Reajuste de 18% no Vencimento Básico: R$ 618 milhões (R$ 509,2 milhões para 3º grau e R$ 108,8 para 1º e 2º graus).

Isto totaliza R$ 840,6 milhões (R$ 690,4 milhões para 3º grau e R$ 150,2 milhões para 1º e 2º graus).

Como já observado insistentemente pelo CNG, os impactos são ainda menores. Retirando-se a contribuição patronal ao PSS – não paga pelo governo – o impacto cai, para os docentes do 3º grau, para R$ 597 milhões. Mas o governo economiza ainda mais. Há o desconto de 11% de cada docente para o PSS e o recolhimento do Imposto de Renda, que faz com que o impacto líquido da proposta do CNG, para tais itens, seja de R$ 386,1 milhões para o 3º grau. Estendendo para 1º e 2º graus, o impacto líquido seria de R$ 473,1 milhões.

Recentemente, o Ministério do Planejamento acordou com o SINAL – Sindicato dos Trabalhadores do Banco Central, proposta com custo final de R$ 180 milhões para atender os cerca de 9.500 servidores do BACEN. O governo adotou para o cálculo do impacto a metodologia que desconta a contribuição patronal ao PSS. Há, portanto, uma contradição no interior do governo ao considerar, para os docentes, impactos brutos.

O MEC superestimou os impactos de nossas reivindicações, como recurso para desconsiderá-las e sugerir que o atendimento de nossas demandas é inviável. Isso é uma tentativa de desqualificar o sindicato perante a opinião pública, omitindo a disposição do CNG, respaldado pelas assembléias, em negociar.

Com isso, o MEC tenta impor, sem negociar, suas medidas como sendo as únicas possíveis de serem implementadas, a despeito destas terem sido rejeitadas pelas assembléias por não atenderem os princípios da paridade, da isonomia e da recuperação do poder aquisitivo.

O ofício afirma, em seu segundo parágrafo, que, de 2003 a 2005, os percentuais de reajustes dos docentes do magistério superior variaram de 25,24% a 55,24%. É importante registrar, em primeiro lugar, que não houve qualquer reajuste em 2005. Na verdade, o menor reajuste, no período, foi de 13,61% (Titular, com mestrado, aposentado, com DE) e o maior foi de 80,57% (Auxiliar 1 graduado a Assistente 3 graduado em regime de 20 horas). Os maiores reajustes foram para os professores em regime de 20 horas com vencimento básico inferior ao salário mínimo e que, por isso, recebem uma parcela complementar.

A expectativa da categoria era clara, apresentando uma contraproposta realista: esperava do governo uma resposta que assumisse a lógica das reivindicações docentes, mesmo que alguma diferença ainda persistisse na discussão sobre o montante de recursos envolvido. O resultado das propostas, no valor final do contracheque dos professores da ativa é muito similar, entretanto, os princípios que as orientam são muito diferentes, o que significa que o governo faz uma opção política que tenta nos impor e não premido pela falta de recursos, como alega nas reuniões e na imprensa. Esta opção política do governo já foi recusada pelas Assembléias Gerais.

Pelo exposto, evidencia-se que o CNG tem demonstrado disposição para negociação e de flexibilidade nas propostas, desde que princípios fossem mantidos. O governo pode resolver as demandas dos professores, desde que não se mantenha inflexível na lógica que sustenta suas propostas e não aposte no impasse.

CNG/Andes-SN

MEC mantém proposta rejeitada pelo movimento

A proposta que ainda estava em pauta, na semana passada, até o fechamento dessa edição foi encaminhada ao Comando de Greve do Andes-SN no dia 21 de outubro. A proposta do MEC mantém os princípios do governo de distribuição dos R$ 500 milhões divulgados no dia 14 de outubro: aumento dos percentuais de titulação em 50%; alteração da diferença do vencimento básico da classe de professor adjunto 4 para o vencimento básico do cargo de professor titular de 21% para 26%; alteração nos valores da pontuação da GED; ampliação da pontuação da GED para inativos passando de 91 pontos para 115 a partir de julho de 2006; criação da classe de professor associado e criação de um grupo de trabalho para discutir a carreira do magistério, sem a participação do Sinasefe.

Confira o ofício com a proposta enviada pelo MEC ao Sindicato dos Docentes no dia 21/10 no endereço www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Professores do CAp debatem campanha salarial

Campanha salarial foi o tema de reunião de professores no CAp

Cerca de 30 professores do Colégio de Aplicação acompanharam a reunião organizada pela Adufrj-SSind naquela unidade, em 26/10, sobre a campanha salarial deste ano. A iniciativa faz parte da estratégia da diretoria da seção sindical de realizar reuniões nos diversos locais da universidade para ampliar o contato com a base da categoria e a mobilização dos docentes.

Foi ressaltado que os professores dos Colégios de Aplicação são professores das universidades federais e, portanto, quem os representa nas negociações com o governo é o Andes-SN. O MEC não tem reconhecido essa representação e isso foi considerado inaceitável pelos presentes.

Na reunião, foi citado que os professores do Colégio de Aplicação de Uberlândia apresentaram uma moção de repúdio pela atitude do ministro da Educação Fernando Haddad de não permitir que as duas entidades nacionais Andes-SN e Sinasefe participem juntas das reuniões de negociação com o governo durante a campanha salarial.

Como conseqüência do encontro no CAp, ficou decidido que uma comissão de professores da unidade redigiria um documento a ser lido na próxima assembléia da Adufrj-SSind. O objetivo é divulgar a natureza do trabalho universitário executado no Colégio, com destaque para a formação de professores. Desse modo, entendem os professores do colégio, cairão por terra os argumentos daqueles que se opõem à defesa dos interesses dos professores do CAp nas negociações salariais. "Isso vai como recado para aqueles que enchem a assembléia e dizem que nós somos uma 'outra coisa'. Está na hora dessa escola falar", ressaltou a professora Ana Lúcia.

Kelvin Melo

PROFESSORES DO CAP RECONHECEM ANDES-SN COMO REPRESENTANTE LEGÍTIMO NAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS COM O GOVERNO

Compromissos da diretoria

Antes da aprovação da idéia do documento, os professores Fernando Marinho e Vera Salim, diretores da Adufrj-SSind que conduziram a reunião, reafirmaram os compromissos da seção sindical em defesa da paridade entre ativos e aposentados e da isonomia entre 1º, 2º graus e Ensino Superior. Vera recapitulou o processo eleitoral da seção sindical e a importante vitória conseguida na apuração dos resultados do pleito (mais de 75% dos votos) contra os simpatizantes do Proifes - entidade que não representa os docentes universitários, defende as propostas que excluem os professores de 1º e 2º graus e que o MEC insiste em manter presente na mesa de negociações.

Fernando Marinho, também diretor da seção sindical e professor do CAp, informou para os presentes os desdobramentos das negociações entre Andes-SN e o governo, com a intransigência deste último em não aceitar um diálogo conjunto com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional).

Vera Salim também lembrou que deverão ser convocadas eleições para o preenchimento dos cargos vagos no Conselho de Representantes da seção sindical, quando espera contar com a inclusão dos docentes do CAp.

O debate

Ao longo da reunião, os professores do CAp manifestaram indignação com as atitudes do governo e mostraram-se dispostos a construir uma maior mobilização dentro da universidade.

A professora Sandra Martins conclamou ao comparecimento na próxima Assembléia da seção sindical. Segundo ela, já está difícil justificar a ausência da UFRJ na greve nacional da Educação.

Marcos Andrade afirmou que seria favorável à realização de um ato próximo ao colégio se isto fizesse parte da mobilização da categoria. Disse que iria se empenhar para acompanhar as próximas assembléias e que convocaria os outros professores, principalmente os mais novos, a fazerem o mesmo.

Comissão de mobilização

A reunião no CAp foi encerrada com a criação de uma comissão de mobilização para integrar os professores do CAp na Campanha Salarial.

Nota dos professores do Colégio de Aplicação

No âmbito da luta em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, dos princípios de isonomia entre as carreiras de 1º., 2º. e 3º. graus e de paridade entre ativos e aposentados, da recuperação dos salários dos docentes das IFES, o ANDES-SN vem enfrentando sérias dificuldades nas tentativas de negociação com o governo, uma vez que este insiste em não reconhecer as principais reivindicações da categoria docente. Uma das questões mais urgentes diz respeito ao reconhecimento, pelo governo, do papel desempenhado pelos docentes de 1º. e 2º. graus das IFES na formação de professores, tendo em vista a articulação entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

A intransigência do MEC em não reconhecer o caráter universitário do trabalho desenvolvido por esses docentes, manifesta pela exclusão dos docentes de 1º. e 2º. graus das propostas apresentadas ao ANDES-SN, torna imprescindível o compromisso explícito e inadiável de defesa desse trabalho por parte de todos os docentes das IFES, considerando o envolvimento de várias instâncias das Universidades comprometidas com a formação de professores. Aceitar a exclusão dos docentes da carreira de 1º. e 2º. graus das IFES das propostas apresentadas pelo governo é pactuar com o sucateamento das licenciaturas e com o esvaziamento de programas de formação de professores.

Por isso, os docentes do CAp rejeitam a proposta do governo! É chegada a hora de assumir o lugar dos Colégios de Aplicação no interior das IFES e de cobrar do governo um tratamento isonômico e paritário entre as carreiras de 1o., 2o., e 3o. graus!

CAp resiste bem ao temporal do dia 24

O prédio do Colégio de Aplicação resistiu sem problemas ao temporal que desabou sobre a cidade no último dia 24. Havia uma certa expectativa sobre os efeitos das fortes chuvas no local, após os problemas enfrentados em abril deste ano, quando a força da água causou danos à estrutura da escola. Naquela ocasião, preocupada com a segurança de servidores e das crianças, a diretoria chegou a suspender as aulas por alguns dias.

Segundo a diretora do CAp, Militza Putziger, a resistência demonstrada já é reflexo das obras de recuperação dos telhados encaminhadas pela reitoria após o episódio de abril. De acordo com informe da Prefeitura Universitária enviado para a redação da Adufrj-SSind, a cobertura do colégio deverá estar totalmente refeita em novembro.

Campanha Salarial

Polícia não entra mais na UFF

Decisão teve origem em truculência policial contra manifestação de greve

O Conselho Universitário da UFF, reunido em 26/10, decidiu que dirigentes da instituição não poderão autorizar a entrada de forças repressivas (Polícia Militar e Polícia Civil) nos espaços da universidade. A deliberação foi causada por truculenta ação policial contra manifestação pacífica de greve no *campus* do Valonguinho, em Niterói (RJ), no dia anterior, segundo a assessoria de imprensa da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind).

Os conselheiros também determinaram a abertura de sindicância para apurar a violência policial cometida contra os grevistas, além de recomendar o afastamento do superintendente administrativo Mário Augusto Ronconi, de quem partiu a orientação para a invasão do *campus*.

Espancamento

No dia 25/10, estava previsto um ato dentro da universidade organizado pelo Sintuff (sindicato dos técnico-administrativos locais) do qual também participavam a Aduff-SSind e o Diretório Central dos Estudantes da UFF. Ocorre que, chamada pela reitoria, a PM reprimiu com violência a manifestação. Gás de pimenta, gás lacrimogêneo e cães foram usados contra os servidores e alunos, que foram espancados pelos policiais. O estudante de economia Antares Valente e o técnico administrativo José Bianco chegaram a ser detidos, interrogados e hospitalizados. Há suspeita de que o estudante tenha sofrido lesão grave, ainda segundo o informativo da Aduff-SSind.

Indignados com a atitude da reitoria, no mesmo dia, os manifestantes seguiram para o gabinete do reitor da UFF, Cícero Fialho, e ocuparam o local. Ainda no meio do protesto, o reitor admitiu que mandou chamar a polícia, mas não esperava esse resultado.

Zulmair Rocha/Aduff-SSind

ESTUDANTE É AGREDIDO EM MANIFESTAÇÃO NO *CAMPUS* DA UFF, EM NITERÓI (25/10)

Para o diretor da Aduff-SSind, Juarez Duayer, o que aconteceu foi uma selvageria. "Não havia tumulto. Eu estava lá desde a manhã. Fomos surpreendidos com a violência da polícia. Os policiais foram chamados pelo reitor e saíram de dentro do *campus* da UFF, eu nem sei como. Vamos ver que medidas jurídicas tomaremos. A PM não pode entrar em espaços federais. É absurdo. O estudante agredido nem era grevista e foi à universidade para assistir aula. Mas também ficou revoltado com a ação da polícia e por isso protestou!", declarou o dirigente.

Conselheiros questionam ação policial

Mesmo conselheiros contrários à greve não pouparam críticas à ação da PM. Sidênia Alves de Alencar Mendes, diretora da escola de enfermagem da UFF, chegou a sugerir o *impeachment* do reitor Cícero Fialho. A proposta, contudo, não foi apreciada.

Adufrj-SSind repudia violência no *campus*

Ao tomar conhecimento do ocorrido, a diretoria da Adufrj-SSind enviou mensagem aos dirigentes da Aduff-SSind na qual protesta contra a brutalidade policial praticada durante a manifestação e contra a atitude do reitor da UFF. "Estendemos nossa solidariedade aos professores, funcionários e estudantes na luta pela Universidade Pública Brasileira", diz um trecho.

Na UFRJ, Consuni também repudia ação da PM

O Conselho Universitário (Consuni) da UFRJ, na sessão de 26/10, também aprovou uma moção repudiando a atitude da polícia militar dentro do *campus* da UFF. De acordo com o documento, as atitudes da polícia ferem a democracia e lembram os piores momentos da nossa história.

Jurídico

Sentença da GED integral para aposentados continua válida

Na semana passada, chegou ao conhecimento da diretoria da Adufrj-SSind a notícia de que a rubrica da decisão judicial garantindo a GED integral para os aposentados, conquistada através de ação da assessoria jurídica da entidade, não consta do contracheque de outubro. A entidade foi informada por sindicalizados que a universidade estaria efetuando outros descontos referentes à GED sem qualquer comunicação aos aposentados.

Conquistada em junho deste ano, a sentença do juiz Dário Ribeiro Machado Júnior, da 19ª Vara Federal, garantiu o direito à GED em seus valores máximos para os aposentados a partir da folha de agosto, paga no início de setembro. Foi a volta da paridade, após sete anos da instituição desta gratificação produtivista nos contracheques dos docentes. Antes, por exemplo, os aposentados até julho de 2000 só ganhavam o equivalente a 91 pontos da GED, enquanto os ativos recebiam 140 pontos.

Após informada da sentença, a universidade procedeu à inclusão da rubrica referente às diferenças de GED no contracheque dos aposentados dos meses de agosto e setembro de 2005. Todavia, neste mês de outubro de 2005, a UFRJ retirou a rubrica do contracheque dos aposentados e está procedendo ao desconto dos pagamentos efetuados nos meses anteriores.

Adufrj-SSind vai reivindicar efeitos imediatos para a sentença

A Adufrj-SSind comunicou o fato grave ao Juízo da 19ª Vara Federal. Todavia, a juíza em exercício, Dra. Cleyde Muniz da Silva Carvalho, mesmo tendo ciência de que a UFRJ já havia implementado o pagamento das diferenças nos meses anteriores, entendeu que a sentença deverá aguardar o trânsito em julgado (julgamento de todos os recursos cabíveis) para ser executada. O sindicato recorrerá na próxima semana da decisão, pedindo que o Tribunal Regional Federal conceda efeitos imediatos à sentença proferida pelo juiz Dário Ribeiro Machado Júnior, que garantiu a paridade no pagamento da GED aos aposentado.

A assessoria jurídica da seção sindical chama a atenção para o fato de que a sentença permanece em vigor, e o que está sendo discutido são seus efeitos, ou seja, se será necessário aguardar o julgamento dos recursos para que possa ser executada. A íntegra da sentença pode ser encontrada no endereço http://146.164.4.136/site/arquivos//documento/documento/doc_022.htm

Orçamento ainda abaixo do pretendido pelo Sinasefe

Na dia 26 de outubro, o governo fez nova proposta de reajuste aos professores dos ensinos Fundamental e Médio das escolares federais, a partir de 2006. Dos R$ 75 milhões oferecidos anteriormente, o governo aumentou a verba para R$ 100 milhões. Desse total, R$ 39 milhões seriam utilizados para a implementação da Classe Especial na carreira e R$ 61 milhões para um aumento na gratificação (GEAD) dos professores

Na visão do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional, o governo novamente reconheceu a deficiência da proposta anterior, que concedia aumento de 50% sobre a titulação. "Ainda, reafirmou que houve dificuldade de apresentar antes a proposta para o Sinasefe pois existem dificuldades sobre o banco de dados do MEC e do MPOG (Planejamento), que diferem e por isso criam uma certa confusão de qual a base de servidores seria atendida e qual montante seria gasto com essa base". O Sinasefe, que divide a representação dos professores dos ensinos Fundamental e Médio com o Andes-SN, considera insuficiente o montante oferecido pelo governo, mesmo após o acréscimo de 25 milhões, muito aquém do necessário para o atendimento dos itens da pauta de reivindicações.

MEC também apresenta proposta rebaixada para os Técnico-administrativos

Depois de ter suspendido o processo de negociação por cerca de um mês, o governo voltou a dialogar com as entidades representativas (Sinasefe e Fasubra) dos técnico-administrativos em Educação. A audiência dos comandos de greve com o governo ocorreu no dia 25 e contou com a presença de dois parlamentares.

A proposta apresentada pelo secretário-executivo adjunto do MEC, Ronaldo Teixeira, foi rebaixada em relação ao documento oficial enviado pelo governo no final do mês de agosto. Alguns itens foram retirados e o montante orçamentário diminuiu de R$ 320 milhões para R$ 250 milhões.

Além de várias críticas dos representantes das categorias em greve, houve dúvidas de como o MEC chegou ao montante de R$ 250 milhões para a implantação da segunda etapa do plano de carreira. Não foram apresentados os dados e números utilizados pelo governo.

A próxima negociação conjunta Sinasefe/Fasubra/governo deve ocorrer no dia 31/10.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 479 • 7 de novembro de 2005

Assembléia Geral

10 novembro
quinta-feira
17h00

Auditório Anísio Teixeira
Faculdade de Educação
Praia Vermelha

Pauta
Indicativo de greve dos docentes da UFRJ

Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

8/11 18h às 20h

Salão Pedro Calmon
Praia Vermelha

Pauta: A greve nas IFES

Estudantes protestam contra o Enade em todo o país
Página 3

Greve nacional dos docentes das federais completa dois meses
Página 4

Seção sindical prepara recurso para pagamento da GED integral para os aposentados
Página 6

Antonio Vinna

NO AUDITÓRIO DO CFCH, NA PRAIA VERMELHA, PROFESSORES VOTAM PELO INDICATIVO

Professores da UFRJ aprovam indicativo de greve sem data

MEC insiste em proposta rejeitada pelo Comando Nacional de Greve

Integrantes do Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) saíram decepcionados da reunião da última sexta-feira com o secretário executivo adjunto do Ministério da Educação (MEC), Ronaldo Nado Teixeira. Após cinco dias aguardando uma nova proposta do MEC, que assegurou enviá-la na última segunda-feira (31 de outubro), o comando recebeu somente hoje um documento que reitera pontos já rejeitados pelas assembléias de base do movimento grevista. "O que ocorreu aqui gera uma profunda indignação no comando de greve e no sindicato. O governo nos entregou formalmente um documento em que ele reproduz e ratifica a mesma proposta entregue nas duas últimas rodadas de negociação", disse a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa.

Nesse dia 10, haverá mais uma reunião na qual o comando apresentará ao MEC a resposta das seções sindicais sobre a reapresentação da proposta do governo. Pela reação do movimento ao documento entregue por Teixeira, a expectativa é que as assembléias não aceitem o que o governo propõe. Segundo Marina, as assembléias das seções sindicais da base do Andes-SN vêm confirmando que não há acordo sobre o montante apresentado à categoria, R$ 500 milhões, e sobre os critérios impostos pelo MEC para distribuir a quantia. "Foi reafirmado, nas assembléias, o princípio da paridade entre ativos e aposentados, isonomia entre 1º, 2º e 3º graus, da recomposição salarial e de passos reais e concretos para acabar com as gratificações", reitera a dirigente.

A greve já ultrapassou 60 dias e conta com adesão de aproximadamente 70% da categoria, de acordo com estimativas de Marina. Já são 38 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) paralisadas, com mais oito votando pelo indicativo de greve, inclusive a UFRJ. Nessa semana devem deflagrar a greve as universidades federais do Paraná e do Rio Grande.

Leia mais na página 5

Editorial

Momento de decisão

O MEC assumiu o compromisso de apresentar uma nova proposta ao movimento grevista no início da semana passada e fazer uma reunião com o CNG na sexta-feira 4/11. Não apresentou nada que pudesse ser apreciado nas Assembléias e na reunião de sexta reapresentou a mesma proposta anterior. É importante ressaltar que as principais diferenças entre as propostas do MEC e do CNG não são de origem financeira. São concepções de universidade, de sociedade, diferentes e opostas. Enquanto o MEC aprofunda as distorções já existentes na nossa carreira, deixando de lado aposentados, pensionistas e os professores de 1º e 2º graus, o movimento docente insiste em manter a isonomia e a paridade como princípios básicos. Estas diferenças não se limitam apenas a uma questão salarial.

Podemos aprofundar esta questão de várias maneiras. Um exemplo contundente é fornecido pela recente declaração do subsecretário de Assuntos Administrativos do MEC, Sylvio Petrus, de que **“ o MEC não está autorizado a apresentar qualquer proposta sem o aval do Ministério do Planejamento** “. Ou seja, a política educacional do governo Lula está subordinada à área econômica, que por sua vez abandona todas as prioridades sociais, educação, saúde, segurança pública, empregos para financiar a especulação financeira e juros exorbitantes. Os efeitos desta opção política são visíveis em nosso cotidiano, dentro e fora da Universidade. Convivemos com condições de trabalho cada vez mais difíceis e os efeitos da crise social são cada vez mais presentes e dramáticos.

A reflexão sobre a greve dos docentes das IFES nos sugere pelo menos dois aspectos importantes. O primeiro é a diferença de participação e mobilização entre algumas das ditas “grandes universidades” e várias das “pequenas universidades”. O mesmo fato ocorre também aqui na UFRJ, entre os centros/unidades “maiores” e os “menores”. Este fenômeno, que à primeira vista é associado com “ falta de tempo” não se limita apenas às questões do nosso sindicato. Observamos o mesmo tipo de comportamento em relação às questões da universidade, da nossa comunidade mais próxima, na desilusão com a participação política de uma forma geral. Entendemos que isto é fruto de um modelo econômico que intensifica ao extremo a produtividade, restringe direitos, isola os indivíduos, terminando por considerá-los como meras engrenagens na cadeia produtiva, absolutamente descartáveis. Nos lugares onde há mais possibilidades de realizações pessoais, maiores financiamentos, nossos colegas ainda ocupam todas suas energias para manter suas situações atuais. Embora a crise não atinja todos igualmente, seus efeitos negativos se propagam por toda a universidade.

Porém o segundo aspecto é o que mais nos interessa. A resistência, às vezes silenciosa, em outros casos mais explícita, que as universidades “menores” ou do interior, que as unidades “periféricas “ demonstram, as críticas mais contundentes, são a evidência de que o modelo dominante não é capaz de oferecer soluções para as dificuldades que ele mesmo criou. Não é uma atitude política isolada do governo Lula a cooptação da CUT, ou a promoção da divisão sindical da nossa categoria. É exatamente por que somos um foco de resistência e denúncia do modelo econômico, das desigualdades crescentes, e do desastre social que isto causa, que as baterias do governo e seus aliados são voltadas contra nós.

Ressaltamos que o endurecimento do governo na questão salarial não é isolado. As restrições sobre o orçamento da universidade para o próximo ano já antecipam dificuldades enormes. A reforma universitária, a privatização crescente do ensino superior, a abertura da educação ao capital internacional estão na pauta do governo que aguarda um momento político mais favorável para ampliá-la. Embora a greve dos docentes das IFES seja o fato político mais relevante neste momento, a mobilização da comunidade universitária em torno da defesa da Universidade Pública é fundamental para a sobrevivência de nossa instituição e deverá nos ocupar nos próximos tempos.

Neste sentido, a diretoria da Adufrj-SSind está convocando todos os professores a participarem nas reuniões que estamos promovendo nas unidades, nas nossas Assembléias Gerais, nas manifestações a favor da Universidade Pública. O indicativo de greve aprovado na nossa última Assembléia coloca para todos um grande desafio : quais os caminhos que fortalecerão a Universidade Pública. A direção da Adufrj-Ssind está chamando a atenção para o fato de que, neste momento, o enfrentamento com a política do governo Lula é essencial para a sobrevivência da Universidade Pública.

Nota aos aposentados da UFRJ

O Andes Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior vem travando uma luta desigual, mas sem esmorecimento, contra o Governo Federal, para manter a paridade salarial entre aposentados e ativos das Universidades Federais. A Adufrj Seção Sindical tem sido um dos pilares desta luta, não transigindo nem aceitando mudanças nesta conquista histórica do movimento sindical. No momento atual, a balança tem pendido para o lado do governo, devido principalmente à cooptação de um grupo de professores autointitulado Proifes, que tem sistematicamente apoiado as medidas do governo contra os professores, principalmente contra os aposentados. Este grupo, formado e dirigido por professores rancorosos que perderam três eleições para o Andes-SN, que pretendiam dirigir, é algo fantasmagórico, pois é apresentado sempre nas Assembléias como número abstrato, como “doze mil associados”, cuja prova de existência é tão somente uma suposta resposta a “consultas eletrônicas”. Isto não impede que o MEC e o governo os aceitem como representantes de “uma parte substancial dos professores universitários”, posto que interessa ao governo fazer de conta que há uma entidade legal, representativa dos professores, que aceita suas propostas. Apesar de tudo, na UFRJ os poucos representantes deste grupo conseguem levar às Assembléias um certo número de professores para votar contra as políticas pelas quais lutam o Andes-SN e a Adufrj-SSind, como paridade e isonomia salariais, fim das famigeradas Fundações de Apoio, luta contra a privatização das Universidades e mercantilização da Educação, etc. Na luta atual por reajuste salarial dos professores, OS APOSENTADOS CORREM O RISCO DE SEREM OS GRANDES PERDEDORES, se as propostas do governo forem aceitas pelas seções sindicais. Na UFRJ este risco é iminente. Erradamente, pensam alguns dos atuais professores ativos que o problema não é deles. É sim, na medida em que as perdas impostas aos aposentados agora dificilmente serão revertidas no futuro, e quando inexoravelmente os ativos de hoje se aposentarem, talvez tenham de chorar lágrimas de sangue por não terem compreendido o que está em jogo hoje. Vamos continuar lutando até o fim pela dignidade salarial também dos aposentados, mas É FUNDAMENTAL SEU COMPARECIMENTO À PRÓXIMA ASSEMBLEIA GERAL, dia 10/11, às 17 horas, na Praia Vermelha, no Auditório Anísio Teixeira - Faculdade de Educação. Aposentado(a) da UFRJ, saiba que este é o momento de ajudar a Adufrj-SSind a lutar por seus direitos. Os que não se incomodam em rifar os aposentados para ganhar alguns reais a mais estão se organizando e reunindo para participarem desta Assembléia. O que se pede aos aposentados é pouco, muito pouco, em relação ao que está em jogo. Não prometemos vitória, prometemos luta. Luta que será inglória, ou nem existirá, se as forças conscientes da UFRJ não tomarem em suas mãos as decisões de seu destino.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Reforma Universitária

Protestos contra o Enade ocorrem em todo o país

No Rio, mobilização foi no Centro de Educação de Quintino

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2005 foi aplicado no dia 6 de novembro a 344.501 alunos inscritos em todo o país. Mas a discordância com a metodologia utilizada pelo governo no seu sistema de avaliação do ensino superior também provocou uma série de manifestações nos acessos dos locais de prova.

O DCE da UFRJ organizou um ato contra o Enade no dia da prova em frente ao Centro de Educação Integrada (CEI) de Quintino, lugar escolhido pela grande quantidade de estudantes que deverá receber. O objetivo foi panfletar as críticas do movimento estudantil ao exame e solicitar que os alunos entregassem a prova em branco com o adesivo da campanha do boicote - antes, os estudantes deveriam assinar a lista de presença para garantir o recebimento do diploma.

Diretora do DCE, Leila Leal informou que houve uma reunião com representantes dos centros acadêmicos dos cursos envolvidos no Enade 2005 no dia 31/10 e a expectativa era positiva quanto ao boicote do exame. Leila acredita que a mobilização é importante na luta contra a reforma universitária do governo Lula, da qual o Enade já é um dos dispositivos implantados. "Contra o Enade, estamos defendendo a universidade pública", afirmou.

Números

Nesta segunda edição do Enade serão avaliados estudantes de cerca de 8 mil cursos superiores de 1.072 instituições em todo o País. São 191.368 alunos de primeiro ano e 153.133 formandos em 20 áreas de conhecimento. As áreas avaliadas no Enade 2005 serão: Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Sociais, Computação, Engenharia (8 grupos), Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química.

Nota do ANDES-SN:
ENADE - um instrumento para a mercantilização da educação

O boicote estudantil é um ato de defesa da educação pública

A avaliação acadêmica das instituições de ensino superior e da qualidade da educação é um anseio da comunidade acadêmica comprometida com a educação pública de alta qualidade e com o controle social da educação. Contudo, desde o final dos anos 80, os organismos financeiros internacionais e os governos neoliberais de toda a América Latina têm-se apropriado desse anseio para convertê-lo em um instrumento para impulsionar as reformas educacionais encaminhadas pelo Banco Mundial. Além de ser um meio para impor a eficiência gerencial das instituições em moldes empresariais e legitimar cortes de recursos públicos, essa pretensa avaliação tem sido um poderoso meio de conformar o que é dado a pensar nas universidades e, por conseguinte, um recurso para tentar legitimar o pensamento único nos campi universitários.

O ENADE está inscrito no rol dessa avaliação que chegou ao Brasil com o ajuste "estrutural" decorrente da crise da dívida de 1982. O seu objetivo é heteronômico, confrontando diretamente a autonomia universitária constitucionalmente assegurada, o seu método de encaminhamento é antidemocrático e como instrumento de avaliação é incompatível com o fazer acadêmico.

Cumpre destacar que o exame dos estudantes é parte de um sistema mais amplo, o SINAES (Lei 10.861/04), imposto por Medida Provisória e coordenado por uma comissão nacional (CONAES) de caráter inteiramente governamental. A regulamentação do ENADE tornou patente o seu caráter autoritário. Os dirigentes que se recusarem a aplicar o exame podem ser punidos pelo Ministro que tem o poder de destituir o dirigente, independentemente das decisões autonomamente estabelecidas pela instituição. Ademais, o exame passou a ser um componente curricular obrigatório que, inclusive, prevê a não-concessão do diploma estudantil. Em conformidade com a cultura individualista e da livre concorrência, o exame prevê a autorga de distinções e prêmios para os melhores, promovendo o ranqueamento, tanto de estudantes como de instituições.

Esse caráter instrumental e de cunho empresarial foi logo compreendido pelos mercadores da educação. Atualmente, a maior parte das instituições privadas de caráter mercantil já utiliza o ENADE como um suporte para suas estratégias publicitárias e, conforme pesquisas, está majoritariamente satisfeita com o novo instrumento que é defendido de modo veemente pelo Fórum Nacional em Defesa da Livre Iniciativa da Educação.

Na condição de componente curricular obrigatório, o ENADE define, à revelia da instituição, a natureza e o caráter dos currículos e das prioridades de formação, afrontando, abertamente, a autonomia didático-científica das instituições. Essa definição abre caminho para uma maior presença de empresários e setores particularistas na educação superior brasileira. A exemplo do Exame Nacional de Cursos (provão), as instituições privadas desprovidas de legitimidade passam a se imiscuir na definição da avaliação, fato agravado pela ausência de autonomia do INEP frente ao governo Federal. O interesse dos empresários nesse tipo de avaliação pode ser explicado pelo uso desse instrumento pelo mercado na contratação de profissionais.

Consoante com os seus objetivos afins aos dos empresários, esse instrumento serve tão somente para legitimar uma educação desprovida de qualidade. Os objetivos e os indicadores da avaliação foram tão mal-elaborados que o ENADE produziu o seguinte paradoxo: no último exame, surpreendentemente, a nota do exame do conhecimento específico da maior parte dos cursos foi maior entre os estudantes ingressantes do que entre os que estão perto da conclusão do curso, levando a crer que a universidade impõe a ignorância no lugar do saber.

A convocação do boicote por uma série de Executivas estudantis tem de ser saudada como um gesto em defesa da universidade pública de alta qualidade e de sua autonomia. Essa avaliação padronizada é uma agressão à autonomia, favorece a publicidade de empresas inescrepulosas, promove o ranqueamento e a cultura empresarial, premiando a falsa qualidade e impondo o pensamento único. Por uma avaliação de verdade, o ato de resistência estudantil e das instituições que se recusaram a compactuar com essa farsa é um gesto em defesa da qualidade da educação brasileira. O ANDES-SN está junto nessa luta!

Brasília, 31 de outubro de 2005

Campanha Salarial

Greve nacional completa dois meses

Assembléias cheias e apoio estudantil são as marcas das instituições mais mobilizadas

A greve nacional dos docentes completou dois meses no último dia 31. E, mesmo com as manobras protelatórias e divisionistas do governo e contra a resistência de setores conservadores das universidades, o movimento permanece firme com a adesão de 38 instituições. Para enfrentar a conjuntura difícil, assembléias cheias e o apoio dos estudantes têm sido instrumentos decisivos.

Na Universidade Federal de Alagoas, representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica fazem reuniões semanais para discutir atividades conjuntas - os técnico-administrativos também estão em greve e os alunos encontram-se em estado de mobilização. O presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFAL, Antônio Passos, considera a greve forte e destaca seu impacto na instituição: "A adesão é total. Estamos com o *campus* parado e temos ampla repercussão na mídia".

Nas assembléias locais, o presidente observa que a média de participação é superior a 100 docentes. Na última delas, realizada no dia 1º de novembro, antes do feriado de Finados e ainda sem a aguardada contraproposta governamental, compareceram 72 professores. Passos acrescenta também que as últimas respostas do governo foram todas rejeitadas.

Foi também nesta AG que os professores aprovaram uma moção de apoio aos estudantes, que ocupam a reitoria da universidade desde o dia 26 de outubro. "O nosso entendimento é que a pauta dos alunos é justa e não consideramos a ocupação um ato isolado da nossa greve", completa Antônio Passos.

Integrante do Comando de Mobilização Estudantil, Lara Tapety, que cursa Comunicação Social na UFAL, explica a ocupação como uma tentativa de sensibilizar a reitoria para a pauta de reivindicações específicas dos alunos. Eles pleiteiam ampliação do atendimento do restaurante universitário local, o fim de taxas cobradas aos estudantes e o término do processo de privatização interna. "É a defesa da universidade pública. Estamos ocupando com 20 a 30 estudantes e, durante atividades culturais aqui realizadas, chegamos a 50", disse Lara. A aluna contou que o próximo ato dos estudantes seria a panfletagem contra o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), previsto para o domingo posterior ao fechamento desta edição.

Tadeu Brandão

REUNIÃO COM REITORA ANA DAYSE DURANTE OCUPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE DE ALAGOAS

Intensa participação estudantil também no DF

Outra instituição que tem contado com a intensa participação estudantil é a UnB. De acordo com o presidente da Seção Sindical dos docentes locais (Adunb-SSind), Rodrigo Dantas, há muito não se via um apoio tão forte dos alunos como na atual greve. Segundo ele, essa força teve origem bem antes da deflagração do movimento nacional, durante os debates sobre a reforma universitária do governo Lula.

Os docentes paralisaram as atividades acadêmicas desde o dia 6 de setembro e as assembléias seguem o ritmo da resposta do governo à pauta do movimento. "Com a greve deflagrada, temos de 50 a 100 professores participando. Mas já tivemos cerca de 250 no início. Com o governo começando a fazer contrapropostas, voltamos a ter em torno de 100 docentes em cada AG", observa Rodrigo.

Pela proximidade com o centro das negociações, o professor esclarece que os docentes mais envolvidos com a greve buscam se somar aos atos das entidades nacionais Andes-SN, Fasubra e Sinasefe, principalmente na Esplanada dos Ministérios. "Isso ocorreu bastante durante o primeiro mês da greve, quando o movimento estava se consolidando", contou Rodrigo.

Na UFF, violência contra grevistas

Já na Universidade Federal Fluminense, nem a violência contra os grevistas faz parar o movimento. Chamada pela reitoria, a Polícia Militar reprimiu de forma truculenta uma passeata dos três segmentos no último dia 25. De acordo com o 1º vice-presidente da Aduff-SSind, Juarez Torres, uma nova passeata será chamada para o mesmo local, nesta semana. "E vamos entrar com uma representação judicial contra o reitor (Cícero Fialho), que chamou a polícia para o *campus*", informou Juarez.

Segundo Juarez, as atividades de greve têm sido marcadas pela unidade de professores, alunos e técnico-administrativos, apesar da resistência "de alguns setores mais conservadores da universidade". O professor comenta que o índice de paralisação, estimado entre 70% e 80%, demonstra a força do movimento de greve.

As assembléias da Aduff-SSind têm mobilizado cerca de cem docentes, mas já houve reunião que registrou perto de 200 assinaturas. Ainda segundo Juarez, todas as propostas do governo foram rejeitadas. A greve dos professores da UFF iniciou-se em 30 de agosto.

Em Pernambuco, muita informação para municiar o movimento

Outra instituição bastante mobilizada durante a atual greve é a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), paralisada desde o dia 19 de setembro. O presidente da seção sindical dos docentes, Evenildo Bezerra, conta que a entidade tem buscado fazer o papel de levar bastante informação para a categoria, com muitas mensagens eletrônicas, panfletagens e campanha de *outdoors*, sem deixar de lado a relevância do espaço das assembléias.

A última AG da Adufepe-SSind reuniu cerca de 120 professores e, segundo Evenildo, o destaque das reuniões tem sido a defesa da paridade entre ativos e aposentados. O dirigente sindical observa que há um pequeno foco de resistência ao movimento por parte de simpatizantes do Proifes. "O Proifes existe aqui sem força e tenta cooptar os meritocráticos. É deles que vem a resistência à greve", acrescenta Evenildo, que estima que uma adesão de 70% do quadro docente à paralisação.

Evenildo ressalta que o movimento tem conseguido espaços de divulgação junto à TV Universitária local, além de chamadas para as assembléias na rádio universitária. Mas o diretor acrescenta ainda as campanhas de conscientização da categoria: na mais recente delas, disponível na página da entidade (www.adufepe.com.br), há um texto que compara os gastos com a dívida externa e o dinheiro investido na universidade de Pernambuco. "O Brasil paga, por dia, aos banqueiros R$ 437 milhões. O orçamento da UFPE para 2005 é de R$ 417 milhões. Pense nisso". O professor completa: "Com o dinheiro do pagamento da dívida equivalente a mais um ou dois dias, as nossas reivindicações poderiam ser atendidas".

Mobilização grande em SC

Na Universidade Federal de Santa Catarina, a menor assembléia desde a deflagração do movimento, em 30 de agosto, reuniu cerca de 150 docentes, de acordo com o presidente da Apufsc-SSind, Carlos Soares. E as assembléias cheias têm rejeitado as propostas do governo.

Para Carlos Soares, as atividades de greve dos docentes têm se juntado a outros movimentos sociais existentes em Santa Catarina nas manifestações de rua, como o que defende o passe livre dos estudantes.

Na universidade, a preocupação do momento é sobre a perseguição a alunos que participaram de um ato no Conselho Universitário local, em 18/10 - após uma manobra protelatória da reitoria, que adiou, pela quarta vez, uma votação de interesse dos estudantes (era solicitado o aumento do valor das bolsas), os estudantes resolveram bloquear os acessos ao conselho para simbolizar a intransigência das negociações. Em função disso, a reitoria pediu abertura de inquérito policial contra os alunos sob a alegação de "cárcere privado e seqüestro".

A AG da Apufsc-SSind já aprovou uma moção e o Comando Nacional de Greve do Andes-SN iniciou uma campanha de envio de mensagens à reitoria da UFSC para repudiar a atitude da reitoria em criminalizar a ação estudantil.

Campanha Salarial

Professores da UFRJ aprovam indicativo de greve

Docentes reivindicam aumento salarial, paridade e isonomia

Os docentes da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral, decidiram aprovar o indicativo de greve como resposta à falta de posicionamento do Ministério da Educação às reivindicações da campanha salarial. Até a realização da assembléia local, o MEC não havia respondido se aceitaria ou não a proposta apresentada pelo Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-SN. A assembléia foi realizada no dia 3/11, no auditório do CFCH, no *campus* da Praia Vermelha.

Durante a avaliação dos presentes, a professora Cristina Miranda, do Colégio de Aplicação (CAp), informou que não adiantará o MEC apresentar contrapropostas a qualquer outro segmento de professores, pois só o Sindicato tem a prerrogativa de negociar os interesses da categoria: "Só o Andes-SN negocia em nosso nome", afirmou ela, protestando contra o fato de o governo tentar negociar com um grupo de professores associados ao Proifes.

"Paridade e isonomia acima de tudo"

Sara Granemann destacou um dos pontos considerados mais importantes nas reivindicações dos professores: "Paridade e isonomia antes e acima de tudo", exclamou ela, arrancando aplausos dos presentes. A professora se referia à necessidade de se garantir a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, além da isonomia entre os professores dos ensinos básico, profissional e superior.

O também diretor da seção sindical Salatiel Menezes, do Instituto de Biofísica, reiterou a necessidade da luta pela paridade: "Todos nós envelheceremos e um dia também seremos aposentados. Se rá importante que tenhamos alguém para lutar pelos nossos direitos e, por isso, hoje nós devemos lutar pelos deles".

Diante dos questionamentos em relação à real necessidade da paralisação, Fernando Marinho não só realçou os pontos cobrados pelos docentes como apontou ainda outras necessidades da categoria: "Não é só a questão salarial. Nós temos péssimas condições de trabalho, péssimas condições de contratação de professores e péssima infra-estrutura".

Roberto Leher criticou a política do governo federal e o orçamento destinado às universidades federais. Segundo o professor, o orçamento aplicado em 2004 e que se repete em grandeza esse ano é da ordem de R$ 7,3 bilhões. Se a reforma do governo fosse implementada esses recursos seriam da ordem de R$ 4,2 bilhões e, mesmo se os aposentados fossem pagos em outra rubrica, esse valor não passaria dos R$ 7 bilhões. Para Roberto é claro que a estratégia do MEC é congelar os recursos de manutenção e desenvolvimento e, óbvio, os salários, até pelo menos o próximo governo.

Ex-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos saudou a nova diretoria da seção sindical e ressaltou a retomada da mobilização dos docentes na UFRJ.

Além do indicativo de greve, os docentes também aprovaram uma moção de apoio ao CNG e repudiaram a proposta do MEC que estava sendo discutida até então. Com o indicativo aprovado, os docentes decidirão sobre a greve na próxima assembléia, que ainda será agendada pela diretoria da Adufrj-SSind.

Consulta é rejeitada pelos docentes

Contrário à aprovação do indicativo de greve, o professor Bruno Soares da Costa, do Instituto de Matemática, sugeriu que fosse realizada uma espécie de referendo entre os professores cujo resultado refletiria se a maioria é favorável à paralisação. Os docentes chegaram a discutir a forma como seria feita esta consulta, mas a proposta encaminhada por Bruno da Costa foi rejeitada pela maioria dos presentes na assembléia geral. Um dos argumentos que convenceu os presentes contra a proposta foi o fato de que qualquer tipo de consulta feita eletronicamente seria um risco para a legitimidade de seu resultado. Alguns lembraram, ainda, que as assembléias públicas e presenciais são os fóruns adequados para a manifestação da categoria sobre suas deliberações.

CAp conclama para rejeição à proposta do MEC

Professores do Colégio Aplicação (CAp) encaminharam uma carta à Adufrj-SSind com um posicionamento em relação às negociações do movimento docente com o governo. O documento afirma que o CAp concorda com as 38 Ifes em greve e conclama as demais a rejeitarem a proposta do MEC: "Queremos negociar, mas não abriremos mão dos princípios de isonomia e paridade", afirma um trecho da carta. O documento recebeu o apoio da maioria dos presentes na assembléia geral.

Professores repudiam repressão na UFF

A assembléia geral também aprovou uma moção repudiando a atitude das autoridades da Universidade Federal Fluminense (UFF) que utilizaram força policial para reprimir uma manifestação de greve no *campus* do Valonguinho, em Niterói (RJ). Na ocasião, a polícia utilizou gás de pimenta, gás lacrimogêneo e cães contra estudantes e funcionários da UFF, chegando, inclusive, a espancar um aluno de economia.

Compromisso com a transformação

A professora Vera Salim destacou que o compromisso da universidade com a sociedade não é abstrato. "A universidade precisa dizer se está do lado dos trabalhadores ou dos banqueiros, dos estudantes ou das autoridades que chamam a polícia para reprimir os protestos. O compromisso da universidade é com a transformação e não com a manutenção do estado de caos social", disse a professora fazendo referência aos atos de repressão da polícia militar aos estudantes na UFF.

A Greve na Universidade de Alagoas

"A decadência do governo Lula e a perda da legitimidade do PT é, também, a crise ideológica das propostas reformistas. Se o que ocorre em Alagoas neste momento é algo representativo, talvez haja uma disposição de luta difusa e incipiente à espera de ser polarizada por uma postura mais combativa. Neste contexto político e ideológico em que a marca parece ser a desesperança, a nossa greve tem propiciado, pelo menos no interior da universidade, o aprofundamento da discussão política pela contraposição entre os governistas e os oposicionistas. Desde aqueles governistas que, de forma legítima e honesta, se opõem ao movimento, até as ações divisionistas e solertes da CUT e do PROIFES. Esta contraposição mais nítida entre as posições políticas possibilitou o avanço do debate e terminamos aprovando, na UFAL, uma contundente moção de repúdio à CUT e ao PROIFES e, também, marcamos uma assembléia em que discutiremos a nossa relação com a CUT estadual. Este avanço também tem favorecido uma participação mais intensa dos professores; a graduação está paralisada, bem como a maioria das pós-graduações.

Avança entre nós, também, a convicção de que a divisão entre o movimento dos professores e o dos técnico-administrativos enfraquece a todos. Buscamos ações conjuntas e estabelecemos um comando unificado de greve. Os resultados têm sido promissores, ainda que um avanço mais consistente dependa da unificação dos movimentos em nível nacional.

O movimento estudantil da UFAL está dando uma lição de unidade e maturidade. Unificou-se ao redor de uma plataforma que articula a defesa da universidade pública com reivindicações específicas. Ocuparam a reitoria há quase uma semana e têm demonstrado um grau de compromisso, e uma solidariedade dos indivíduos para com o coletivo, que há muito não víamos na luta. Grupos de discussões se sucedem, com temas tão variados quanto Graciliano Ramos, sindicalismo, a questão da relação estratégia/tática, o papel do Estado e a revolução, etc. No próximo sábado, a ADUFAL promoverá uma sessão do filme Reds na Reitoria como apoio à ocupação. E novas ações conjuntas deverão ocorrer nos próximos dias.

Uma última faceta interessante tem sido a solidariedade dos sindicatos mais fortes e estruturados de Alagoas, os petroleiros e químicos. Têm enviado o carro de som sempre que precisamos e colaboraram significativamente com a alimentação dos estudantes que ocupam a reitoria.

Neste breve espaço, não temos como expor, ao lado destas facetas mais interessantes da greve na UFAL, alguns de seus problemas e debilidades, algumas graves, que precisam ser superados no curto e no longo prazo. Problemas existem, mas talvez tenhamos a partir de agora novas e melhores condições para enfrentá-los."

Sergio Lessa
Professor da Universidade Federal de Alagoas, sobre a greve neste estado.

Movimento

Sinasefe indica continuidade da greve

O Comando Nacional de Greve do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) indicou para sua base a continuidade do movimento até o dia 10, quando responderá ao MEC sobre a última proposta governamental, apresentada em 3 de novembro.

Na avaliação do CNG/Sinasefe, os valores oferecidos pelo governo (cerca de R$ 100 milhões) estariam longe de atender às reivindicações da categoria. Além disso, o montante orçamentário estaria sendo aplicado de uma forma diferente daquela pleiteada pelo movimento.

No caso dos docentes de 1º e 2º graus, o governo tenta fortalecer a política das gratificações, com aumento da GEAD. Ainda pela proposta do MEC, seria implantada a Classe Especial dentro da carreira e haveria a criação de um Grupo de Trabalho para Carreira Única do magistério federal.

Técnico-administrativos

Já para os técnico-administrativos em Educação, segundo o Comando de Greve do Sinasefe, a proposta apresentada significa que dois terços da categoria não terá ganho algum.

CNG/Fasubra indica suspensão da greve

O Comando Nacional de Greve da Fasubra indicou para avaliação das assembléias de base a suspensão do movimento. O resultado das AGs da categoria seria considerado no dia 5 de novembro, posterior ao fechamento desta edição.

O CNG/Fasubra justifica o possível retorno dos técnico-administrativos ao trabalho com o receio de retirada, pelo governo, dos recursos apresentados para a negociação (R$ 250 milhões), entre outros fatores. Além disso, o Comando considera exíguo o tempo para trabalhar alternativas de aumento deste montante para 2006, até porque "foram esgotados todos os limites de interlocução com instâncias do governo, inclusive com a intermediação dos parlamentares", segundo trecho do último informativo de greve da Fasubra.

Sintufrj

Em assembléia realizada no Quinhentão, no dia 3, os técnico-administrativos da UFRJ aprovaram o indicativo de saída da greve encaminhado pelo Comando. O possível retorno ao trabalho, porém, precisará ser confirmado em nova AG marcada para este dia 8.

Colegiados

CEG aprova edital de vestibular de educação a distância

Conselheiros consideram que universidade deveria ter influência maior na elaboração das provas do Cederj

O edital de vestibular para cursos de ensino a distância na UFRJ foi aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na manhã da quarta-feira 26 de outubro. Uma das reivindicações dos conselheiros na produção do edital foi uma maior participação da universidade na gerência das provas, já que os exames são formulados pela Fundação Centro de Ciências e Educação a Distância (Cederj).

O colegiado também procurou garantir que eventuais candidatos portadores de algum tipo de deficiência tenham direito a uma prova especial.

De acordo com a proposta de reforma da educação superior do governo federal, as instituições estariam autorizadas a oferecer qualquer curso, programa ou atividade a distância. Na UFRJ, há pelo menos três anos, os cursos de licenciatura em Biologia e em Física a distância já funcionam em caráter experimental.

As duas licenciaturas são realizadas em parceria com o Cederj. O consórcio é vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Após ter aprovado o edital de vagas, no dia 1º de junho deste ano, o conselho aprovou, desta vez, o edital do vestibular de educação a distância.

CEG pede mais verbas para assistência estudantil

O Conselho de Ensino de Graduação aprovou uma moção reivindicando junto ao Ministério da Educação (MEC) o aumento das verbas para a universidade, com o objetivo de melhorar as condições de assistência estudantil da UFRJ. O colegiado entende que a instituição passa por uma crise que atinge principalmente os estudantes que necessitam de assistência. A moção cita também que as novas verbas priorizariam a construção de um restaurante popular e de melhorias na creche universitária.

Jurídico

Assessoria prepara recurso da GED integral

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind está preparando o recurso sobre a questão do pagamento da GED integral para os aposentados. De acordo com decisão emitida na semana retrasada pela juíza em exercício da 19ª Vara Federal, Cleyde Muniz da Silva Carvalho, a sentença conquistada pela seção sindical (em junho) só deverá ser executada após o chamado "trânsito em julgado", ou seja, o julgamento de todos os recursos cabíveis.

O sindicato vai pedir em recurso ao Tribunal Regional Federal que sejam concedidos efeitos imediatos à sentença proferida anteriormente pelo juiz Dário Ribeiro Machado Júnior, que garantiu a paridade no pagamento da gratificação produtivista aos professores da UFRJ.

Rubrica foi excluída

A sentença do juiz Dário Ribeiro garantiu o direito à GED em seus valores máximos para os aposentados a partir da folha de agosto, paga no início de setembro. A UFRJ procedeu à inclusão da rubrica referente às diferenças da GED no contracheque dos aposentados nos meses de agosto e setembro. No entanto, a rubrica foi retirada da última folha salarial e a universidade começou a descontar os pagamentos efetuados nos meses anteriores.

Anote

Cine Clube APG

Dando continuidade à programação da segunda edição de seu Cine-clube, a Associação de Pós-Graduandos da UFRJ convida a todos para a exibição do filme "Quase dois irmãos" nesta quarta-feira, 9 de novembro. Durante a exibição, será escolhido o próximo filme (Escolha da audiência – Cinema Nacional) para o dia 23 de Novembro. Informações sobre eventos culturais e a votação acontecerão através do e-mail apg@if.ufrj.br. O Cine-clube APG acontece às quartas-feiras, a cada duas semanas, no auditório da Biofísica (CCS sala G-22) às 17h, entrada franca.

3º Enuds

De 12 a 15 de novembro, ocorre em Niterói o 3º Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual. O evento, que tem como tema "Sexualidades e identidades: saúde, educação e família", será realizado na sede do Diretório Central dos Estudantes, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mais informações podem ser conseguidas pelos telefones 8716-3453, 9866-9734 e 9652-3408.

Opinião

Entre Adiamentos e Decisões

Cinda Gonda*

Depois de amanhã, sim, só depois de amanhã...
***Fernando Pessoa*[1]**

Os últimos acontecimentos dessa terra chamada "brasílis" me lembram uma anedota antiga. Um barco naufragara. Poucos sobreviventes, extenuados, chegam à praia. Ali, encontram um eficiente fiscal da guarda costeira. Cônscio de suas tarefas, requisita: "Os documentos, por favor." [2]

A República - cai não cai – como diria o velho Camilo, lá se vai arranjando menos mal com a vida. Desde que o mercado esteja sob controle, que todos estejam fazendo seu "dever de casa", os juros da dívida religiosamente pagos, vamos muito bem. Obrigada.

Contrariando a máxima do padre António Vieira, não há palavra mais terrível que esta, o país "comemora" a vitória do **não**.

Continuo a aprender com as crianças. Hoje ocupam o lugar de intelectuais. São capazes de dizer: o rei está nu. Uma menininha de 10 anos comentava: "Sabe, tia, pensei que entendia tudo o que via na televisão. Mas como é que pode? Você é da paz vai votar no sim, muita gente que conheço que é a favor das armas vai votar no não". Na pureza do raciocínio, toda a clareza do que se passa: nada de perguntas diretas, de debates que deveriam anteceder às questões colocadas para a sociedade, o que alguém, leia-se a indústria armamentista, a mesma que elegeu o "grande chefe" Bush, pauta como prioridade. Monta-se um circo, não o da infância. Confundem-se palavras, utilizam-se prefixos: desarmamento, descomercialização, juntam-se bons marqueteiros e a receita está pronta. É verdade que nos é servida fria, como diria Pessoa, na sua "Dobrada à moda do Porto". Daqui a pouco, "ameaçaram", será a vez de se opinar sobre o aborto: já podemos ouvir as trombetas do juízo final, os tambores e estandartes da TFP. E outra vez: sim ou não? Maniqueísta, o nosso mundo, como nos lembraria o escritor angolano Pepetela, desconhece o sentido do talvez...

Nada como uma boa pesquisa de opinião para distrair a atenção do povo de seus problemas reais.

Mais uma base norte-americana instala-se na América Latina, desta vez, não em Guantánamo, mas em frente a uma das maiores hidroelétricas do mundo. E ninguém sabe, ninguém comenta, ninguém viu...

Com tantos faraós - banqueiros internacionais - é natural que as pragas os acompanhem. Assolem este planeta ironicamente chamado Terra, cuja superfície é coberta de 2/3 de água. Vampiros atacam: carrapato-estrela, febre aftosa, gripe do frango, guerras. Povoam a paisagem desértica... onde sonhar parece ser vocação de *clowns*.

A Universidade, obedecendo à lógica perversa, deixa de ser o espaço de reflexão. Abre mão de seu papel de ponderar sobre as questões da época. Em meio a uma reforma que a atinge diretamente, tergiversa sobre as discussões. "Hoje não; só depois de amanhã", é que está bom para nos debruçar sobre problemas inadiáveis. E, infelizmente, sabemos que a vida não tolera adiamentos, sob pena de não encontrarmos, no dia e no local que julgávamos ter acertado com eles – os sonhos – o nosso encontro: o projeto de uma Universidade livre, democrática, pública, gratuita e de qualidade.

Como o guarda alfandegário, preenchemos uma avalanche de formulários que chegam para ontem. Ou, como o personagem de Chaplin, de *Tempos Modernos*, nos limitemos a ajustar peças da engrenagem mecanicamente. Assistimos, como se estivéssemos de pés e mãos atados, pensamento e ações tolhidos, à implantação da reforma, cuja papelada é símbolo e sinal de que já se encontra em curso. Nossa carreira se desmorona sem que nada se faça. Sem que a discussão seja travada em sala de aula, em seminários, ou reuniões... Somos convocados a pensar, mas é como se não nos dissesse respeito. Acostumamo-nos ao papel de meros executantes de ordens. Eficientes, é claro. Números, números, tudo em nome de notas, avaliações que trarão recursos. O deus mercado trocou nossos sonhos. E, agora, a questão prioritária é saber: deve-se ou não pagar taxas na pós- graduação? Chega-nos à véspera de um feriado, e deve ser respondida, imediatamente, depois de um outro feriado. Tão simples, não é mesmo? Como um riscar de fósforos... Afinal, já se privatizou a extensão, agora, é a vez da pós. A graduação será a próxima peça desse xadrez a ser movida. *O sétimo selo*, onde a morte jogará com o ensino público e gratuito a derradeira partida. Xeque mate! A lembrança de um verso de Sophia de Melo nos chega com toda intensidade: "Perdoai-os, Senhor, porque eles sabem o que fazem".

A população, carente de projetos, vê a Universidade pública e gratuita como algo cada vez mais distante de seu horizonte de possibilidades. Desconhece o desmantelamento, a crônica ausência de recursos para o ensino superior. Os senhores da educação com uma das mãos oferecem o PROUNI, com a outra entregam às multinacionais parcelas consideráveis das instituições privadas.

E lá vamos nós, tocando um cotidiano precário, embora lá fora nossos companheiros estejam em greve. Em alguns locais, como no caso da UFF, levando pancada. Um estudante encontra-se gravemente ferido por defender um funcionário; um professor com o braço luxado, o tórax coberto por escoriações e hematomas no enfrentamento com policiais. Ou sofrendo todo tipo de pressão, como em Alagoas, pela ocupação da Reitoria: cortes de luz, alimentação, água. Resistem, combatem na defesa da nossa causa. Acreditam que *Vale a pena sonhar.*

Por aqui, a greve (oh palavra nefasta!) que venha depois de amanhã, porque depois de depois de amanhã é a melhor data para fazermos planos.

A propósito, que tal deflagrá-la às vésperas das férias?

Enquanto aguardamos, o ipê branco, no Fundão, floresce. Insiste em nos alertar: é hora de decisão. O tempo range... o tempo urge...

*professora da Faculdade de Letras

[1] Utilizamos o nome do poeta por ser mais conhecido do grande público. Na verdade, o poema é de autoria Álvaro de Campos, um dos heterônimos de Pessoa. Em algumas passagens do nosso texto ele será retomado.

[2] A referência encontra-se na obra *O riso*, de Bergson. Sobre o tema Freud teria comentado: " O contrário do riso não é o sério mas o real". O velho Lima Barreto (com um traço de melancolia) escrito: " A ironia vem da dor"

Resenha

Luta por moradia

Um grupo ligado à Frente de Luta por Moradia ocupou três prédios e um terreno em São Paulo. Segundo o movimento, cerca de 1,5 mil pessoas participaram das ocupações. O objetivo seria pressionar o governo a abrir negociações para a compra financiada de imóveis. O terreno do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) fica na região de Cidade Dutra. Os outros imóveis ficam na região do Brás (pertence à CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), do Pari (pertence à Caixa Econômica Federal) e do Belenzinho (particular). A Polícia Militar não registrou confrontos durante as ocupações (Folha Online 3/11).

Lucro do Itaú cresce quase 40%

Os banqueiros continuam sem ter do que reclamar no governo Lula. O banco Itaú, por exemplo, registrou lucro líquido de R$ 3,827 bilhões no acumulado de janeiro a setembro deste ano, resultado 39,4% superior ao de igual período do ano passado, que foi de R$ 2,745 bilhões. No terceiro trimestre deste ano, o lucro do banco somou R$ 1,352 bilhão, 1,42% maior do que nos três meses anteriores (R$ 1,333 bilhão) (Diário Vermelho, 3/11).

Jornal britânico coloca USP entre as 200 melhores

A publicação britânica "The Times Higher" divulgou um *ranking* com as 200 melhores universidades do mundo e colocou a Universidade de São Paulo na 196ª posição. A USP foi a única instituição sul-americana a figurar na lista. Entre os latino-americanos, aparece também a Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), classificada pela segunda vez, agora na 95º posição. O ranking, elaborado pelo segundo ano consecutivo, se baseou na análise de 2.375 acadêmicos de todo o mundo. A Universidade Harvard (EUA) foi a primeira colocada, seguida pelo MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, dos EUA) e pela Universidade de Cambridge (Reino Unido). Entre as dez primeiras colocadas, sete instituições são norte-americanas, duas britânicas e uma, francesa (1/11).

Exame da OAB reprova 81,6% dos candidatos

O último exame da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP), realizado em agosto e setembro, reprovou 81,6% dos candidatos, de acordo com os resultados divulgados na semana passada. Dessa vez, do total de 17.978 inscritos, cerca de 40% passaram para a primeira fase e apenas 18%, ou 3.295, foram aprovados e poderão exercer a profissão (O Estado de São Paulo, 26/10).

Internacional

Onda de protestos contra a presença de Bush toma conta da Argentina

Em Mar del Plata, 40 mil manifestantes: "Contra a Alca e o imperialismo!"

A presença de George W. Bush, que participou da IV Cúpula das Américas junto de outros 31 chefes de Estado na cidade de Mar del Plata, na Argentina, provocou uma onda de protestos nos países sul-americanos. No último dia 4, cerca de 40 mil pessoas participaram do "Ato em favor da Dignidade Latino-americana" no estádio da cidade. A passeata percorreu de forma pacífica as 30 quadras que separam o estádio da área de concentração na região da estação de trens da cidade. Os manifestantes viajaram de Buenos Aires até Mar del Plata no trem *Expreso del Alba*. Chegaram ao estádio carregando faixas contra Bush, bandeiras de todos os países latino-americanos e faixas com os rostos de Che Guevara, Fidel Castro e Hugo Chávez.

O ato teve a participação de diversos grupos e lideranças anti-imperialistas. Participaram das manifestações contra Bush o prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, o líder boliviano Evo Morales, que demonstrou estar "impressionado" com a "consciência dos povos latino-americanos", o músico cubano Silvio Rodriguez e o ex-jogador Diego Maradona, que também esteve no *Expreso del Alba*. Maradona disse ser um orgulho para ele, como argentino, viajar no trem para demonstrar o repúdio "ao lixo social" que representa a figura do presidente americano. O trem parou em vários momentos durante a viajem para que as centenas de pessoas que se aglomeravam pelo caminho pudessem saudar os manifestantes. O ato no estádio de Mar del Plata se encerrou com discurso de Hugo Chávez.

Manifestações em Buenos Aires

Em Buenos Aires, um grupo de manifestantes protestou em frente à sede da Embaixada dos Estados Unidos. "Viemos mostrar repúdio ao pior genocida da história", disse Raúl Castells, líder do grupo. Integrantes do Movimento Independente dos Aposentados e Pensionista (MIJD) também participaram do ato. Havia forte operação de segurança no local. Em seguida, dirigiram-se a uma loja das redes de alimentação americanas para protestar contra o capital norte-americano.

Reprodução Internet

UM TREM COM MANIFESTANTES PARTIU DE BUENOS AIRES EM DIREÇÃO A MAR DEL PLATA. ABAIXO, PASSEATA ATÉ A CONCENTRAÇÃO DO ATO CONTRA BUSH

Ainda estavam agendados para o dia 4 vários atos em Buenos Aires. A manifestação mais numerosa seria organizada por mais de vinte organizações entre as quais o Pólo Operário, o Movimento Sem Trabalho e partidos de esquerda como o Partido Obrero, que fariam uma passeata do Congresso em direção à Praça de Maio.

A Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) realizou uma greve em hospitais da capital (só atenderam casos de emergência), tribunais, escolas públicas e na administração pública central. Estavam previstos protestos também em frente ao Ministério da Saúde e à rede de supermercados Wal-Mart.

O que está em jogo na cúpula

Segundo reportagem do jornal argentino La Nación, a visita de Bush ao país foi interpretada como uma cristalização das relações que ambos os países estão mantendo e que o presidente Kirchner insiste em não admitir. Segundo o jornal, nesse encontro, seria possível definir a força que o bloco do Mercosul pode adquirir contra a Alca e a liderança que Kirchner pode passar a ter frente à de Lula da Silva, 'enfraquecido' por seus problemas internos e o possível afastamento do Chile e do México devido ao fortalecimento do Mercosul.

México entra em crise com a Argentina pela Alca

A inclusão de menção à Alca no documento final da IV Cúpula das Américas provocou um conflito entre a Argentina e o México. O presidente mexicano, Vicente Fox, não satisfeito com a condução do tema, cobrou da Argentina mais destaque para o assunto e decidiu pela suspensão de uma possível reunião bilateral entre os dois países. Autoridades argentinas negaram que tenha havido uma promessa de reunião entre Argentina e México. O presidente mexicano defende que o projeto da Alca deva ser levado a cabo pelos países que o apóiam sem a participação dos cinco que o rejeitam e que são integrantes do Mercosul. Fox declarou que aproximadamente 29 nações estão considerando a possibilidade de separar-se dos países opositores e fazer sua própria área comercial. A declaração é dirigida sobretudo para os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) que, junto da Venezuela, fazem frente de oposição à Alca na cúpula que culminará com a Declaração do Mar del Plata.

Chávez lidera na anti-cúpula: "Aqui está o túmulo da Alca!"

Em seu discurso para a platéia de manifestantes reunidos no estádio de Mar del Plata, Chávez afirmou que os Estados Unidos vão fracassar na tentativa de deter a revolução bolivariana assim como fracassou, comparou, diante da revolução cubana. O presidente da Venezuela ressaltou que os povos latino-americanos deverão ser os parceiros do novo tempo, da nova história, da nova integração e da ALBA, em referência à Alternativa Bolivariana para as Américas.

Participação de Lula é classificada como fria

O presidente Lula foi o último dos chefes de Estado a chegar na Argentina para participar da IV Cúpula das Américas, fato que já era previsto pelos participantes. Lula não deu declarações à imprensa e seria o primeiro presidente a deixar o país antes do encerramento oficial do evento. A justificativa para a fugacidade da visita foi a ausência de integrantes de sua equipe, como o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Jornais argentinos comentaram que a "frieza" de Lula poderia ser uma resposta à participação de Kirchner durante a Cúpula dos presidentes da Comunidade Sul-americana em Brasília que se resumiu a apenas uma noite, fato que os jornais argentinos relataram e que foi entendido pelos grandes veículos de comunicação brasileiros como uma afronta.

Fonte: *La Nación, Clarín*

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 480 • 14 de novembro de 2005

Orçamento da União confirma o objetivo de destruir a educação pública no país
Por Roberto Leher
Página 5

A revolta da juventude na Fraça
Por Osvaldo Coggiola
Páginas 6 e 7

Agenda Sindical

18 e 19/11 - 2º Encontro do Coletivo do Jurídico do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

21 e 22/11 - Reunião do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

22/11 - Marcha Zumbi + 10 - II Marcha contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida
Brasília (DF)

23/11 - Reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social/ Assuntos de Aposentadoria (GTSS/A) do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

26/11 - V Fórum Social do Rio de Janeiro
Com o tema "Por um Brasil soberano, democrático e com justiça social".
Auditório 53 da Uerj

3 e 4/12 - Reunião do GT-Fundações do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

17 e 18/12 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Uberlândia (MG) - Universidade Federal de Uberlândia

24 a 29/1/2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Kelvin Melo

NA ÚLTIMA QUINTA, PROFESSORES DA UFRJ MANTIVERAM O INDICATIVO DE GREVE SEM DATA. EM BRASÍLIA, REPRESENTANTES DO MEC REAFIRMAM A PROPOSTA REJEITADA PELO MOVIMENTO DOCENTE E INSISTEM NO IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES

Assembléia rejeita proposta do MEC e mantém indicativo de greve sem data

Leia sobre a Campanha Salarial nas páginas 4 e 5

Editorial

Uma Assembléia representativa

Nossa Assembléia do dia 10 de novembro mais uma vez rejeitou a proposta do governo e manteve o indicativo de greve sem data. Se para o tamanho da UFRJ a presença dos professores ainda foi pequena, esta Assembléia foi representativa da situação atual da universidade e do momento em que vivemos.

Em primeiro lugar, uma reflexão sobre a participação. No mesmo dia o Consuni interrompe sua sessão por falta de quorum e várias unidades em processo eleitoral encontram dificuldades. Fora da universidade, a participação em espaços coletivos e em movimentos sociais apresenta dificuldades. Assim, embora possamos apontar alguns pontos específicos, internos à nossa Universidade, existe um problema mais geral que afeta a disposição de participação.No nosso entendimento, isto está relacionado com o momento político atual do país, com a crise econômica e com o desencanto com o governo Lula. E, principalmente, com o fato de que a crise não afeta a todos igualmente. A presença significativa de professores aposentados é conseqüência direta da política perversa de concentração de riquezas às custas dos direitos dos trabalhadores. O interesse crescente dos estudantes em nosso movimento revela suas preocupações com seu futuro e com a busca de outros caminhos mais participativos. A ausência de muitos de nossos colegas está relacionada ao ritmo alucinante de trabalho para manter esta instituição viva, assim como as complementações aos salários cada vez mais reduzidos. Este mesmo fenômeno atinge outras partes do mundo e outros setores excluídos pela globalização econômica recente. A crise na educação e no trabalho é sentida principalmente nos jovens. As manifestações explosivas atualmente ocorrendo na França são talvez o exemplo mais contundente dos rumos e das conseqüências que o modelo de sociedade excludente está impondo ao mundo.

O segundo ponto importante é o reconhecimento de que a política educacional do governo Lula é um desastre. A proposta do governo foi rejeitada duas vezes. Primeiro, na votação do encaminhamento em bloco, reconhecendo claramente que se trata de uma concepção de universidade contrária à de uma universidade pública; e, depois, no seu mérito. A proposta do governo aumenta as distorções já existentes em nossa carreira, quebra a paridade e a isonomia com os aposentados e exclui os professores de 1° e 2° graus. Foi compreendida como mais um ponto na política de privatização da universidade pública, de submissão do governo aos interesses econômicos que sufocam o país. Sua rejeição foi mais um avanço no enfrentamento do desmonte das instituições públicas.

A aprovação do indicativo de greve sem data foi um fato significativo para o nosso movimento. É importante fortalecer a greve nacional, sem a qual o governo não apresentará nenhuma proposta que atenda às nossas reivindicações. Também está claro que na agenda do governo, após o encerramento da greve, a reforma universitária voltará à tona. A posição crítica do nosso movimento tem sido importante em denunciar o caráter privatizante da reforma e o desfecho da greve terá conseqüências neste embate.

Mas a situação interna da UFRJ ainda é de baixa mobilização. Neste momento, é importante refletirmos sobre o tipo de movimento que estamos construindo. Entendemos que a greve é um instrumento político legítimo fundamental, cuja função é pressionar o governo a negociar. Por isto, defendemos uma greve participativa, de ocupação da universidade, onde os professores devem utilizar seu local de trabalho para dialogar com os estudantes e funcionários, promover reuniões e debates, e principalmente, sair do espaço da universidade para mostrar à população nossa luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, realizando atos públicos, manifestações, Universidades na Praça. É essencial a participação ativa dos professores na politização da greve, mas ainda não vemos esta mobilização necessária para uma greve forte.

A Diretoria da Adufrj-SSind está empenhada no fortalecimento do nosso movimento. A exemplo da preparação desta assembléia, continuaremos a promover reuniões em unidades, debates e a divulgar as reuniões do nosso Conselho de Representantes, abertas a todos.

Jurídico

Adufrj-SSind entra com recurso sobre GED integral

Seção sindical tenta garantir pagamento da gratificação em seus valores máximos para os aposentados

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind entrou com recurso, no último dia 7/11, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para garantir o pagamento imediato da GED integral para os aposentados da UFRJ. A seção sindical obteve o ganho judicial em julho (que chegou a ser pago nos meses de agosto e setembro), mas a universidade recorreu e a juíza em exercício da 19ª Vara Federal, Cleyde Muniz da Silva Carvalho, entendeu que a sentença só deveria ser executada após o chamado "trânsito em julgado", ou seja, após o julgamento de todos os recursos cabíveis.

De acordo com a advogada Ana Luisa de Souza, que defende a Adufrj-SSind, o recurso pedindo efeitos imediatos à sentença ainda aguarda distribuição dentro do TRF.

Sentença inédita

Esta foi a primeira ação interposta pedindo a paridade entre os aposentados e os servidores da ativa após a edição da MP 208/2004, que alterou a sistemática da GED, e a única sentença que reconheceu o direito de que se tem conhecimento no país. A advogada Ana Luisa esclarece que a discussão na justiça gira em torno dos efeitos da sentença conquistada pela Adufrj-SSind em julho. "A sentença está válida. Estamos lutando para que ela tenha efeitos imediatos", afirma. A advogada acrescenta que foi pedida urgência na tramitação do recurso no TRF.

Diálogo com a reitoria

Em outra frente, a diretoria da Adufrj-SSind enviou ofício à reitoria da UFRJ, no dia 8, para que sejam tomadas as medidas necessárias para o cumprimento imediato da sentença, "restaurando a rubrica da decisão judicial da GED no contracheque dos servidores, bem como autorizando o pagamento das diferenças descontadas na folha de pagamento do mês de novembro".

No mesmo sentido, foi agendada uma reunião entre a direção do sindicato e a reitoria no próximo dia 17.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21941/972 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Vigilantes voltam a andar armados na UFRJ

Apesar do Estatuto do Desarmamento, reitor se apóia em deliberação do colegiado máximo da instituição

O Conselho Universitário (Consuni) no dia 27 deliberou que os vigilantes da UFRJ poderão voltar a utilizar armas de fogo. Os vigilantes da Divisão de Segurança (Diseg), que patrulham os *campi* da universidade, há cerca de dois meses e meio trabalhavam desarmados devido à aplicação do Estatuto do Desarmamento (Lei n° 10826/03). A decisão chegou a provocar uma paralisação de atividades por parte da segurança, que se sentia impossibilitada de desempenhar suas funções.

Como o porte de armas é considerado fundamental para o serviço dos profissionais, alguns órgãos podem pleitear sua utilização caso haja um parecer jurídico comprovando a necessidade. De acordo com o reitor Aloisio Teixeira, vários outros órgãos federais como o Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) mantêm seguranças armados em suas instituições, respaldados pelos seus respectivos colegiados máximos.

Decisão agrada prefeito universitário

Os conselheiros foram favoráveis ao parecer da Comissão de Legislação e Normas que apoiava o uso de armas. O tema atraiu dezenas de vigilantes para a sessão do Consuni que, ao final, comemoraram a decisão do colegiado.

A volta da segurança armada também agradou ao prefeito da cidade universitária, Hélio de Mattos Alves. Ele afirmou, ainda, que pretende implementar três guaritas blindadas nos acessos ao *campus* da Ilha do Fundão (previstas para o fim do mês), além de uma cancela para controlar todos os veículos que circulam pela universidade. O prefeito revelou que serão instalados telefones públicos nos pontos de ônibus como mais uma medida para aumentar a segurança da população da cidade universitária. Anunciou também que, ano que vem, serão implantadas câmeras de vigilância pela universidade.

Entrevista

Marildo Menegat*

Existem registros de episódios de truculência policial contra alunos e servidores de universidades, principalmente durante manifestações. Como garantir que isso não se repita com a vigilância interna? Como deveria ser esse convívio com a comunidade acadêmica?

A violência não pode ser vista como uma anomalia isolada do conjunto das relações sociais. Ela é um sintoma de mudança da sociedade. Quando nos deparamos com índices e cenas cotidianas de violência precisamos pensar que isto não foi sempre assim e, principalmente, não deve ser assim. No caso do Brasil, em que pese que as relações da classe dominante com as classes subalternas sempre tenham sido violentas, há desde o início dos anos 1990 uma mudança de qualidade nestas relações, e esta mudança é para pior. A razão deste quadro deve ser buscada no encerramento do nosso modelo de substituição de importações. Com o fim deste ciclo da nossa história, o país precisou encarar a concorrência aberta do mercado global. Setores inteiros do nosso parque industrial não suportaram. Além disso houve uma renovação das bases tecnológicas do processo de produção, que acarretou uma imensa economia de mão-de-obra. Esta situação tem nos levado ao que alguns economistas têm chamado de as "décadas perdidas" - 1980 e 90. Ora, no país campeão mundial da desigualdade social, este estado de coisas não poderia produzir outra coisa diferente de uma guerra civil de novo tipo. Nos últimos 15 anos, morreram por causas externas no Brasil 600 mil pessoas, na maioria jovens negros. Morreram nos últimos cinco anos uma média de 37 mil pessoas por ano! Estes são números de uma sociedade em estado de barbárie. Você me pergunta como podem ser as relações na universidade em relação a este tema. Agora eu lhe respondo: deveriam ser lúcidas e não engrossar este caldo regressivo que toma conta do senso comum manipulado pelos grandes meios de comunicação e sua produção interessada de medos.

Gostaria que o senhor comentasse o plano de segurança da reitoria para o Fundão, com o uso de guaritas blindadas nos acessos da ilha, cadastramento dos veículos, cancelas e diversas câmeras nas vias e prédios da universidade.

Técnicas de controle social não vão nos salvar desta situação. De nada adianta esta proteção toda, pois o problema continua vivo e em andamento. O mais absurdo é que se está aceitando a mobilização de um verdadeiro arsenal de guerra para se proteger de brasileiros que não tem outra esperança de futuro além de vegetarem até a morte. E é exatamente isso que a comunidade universitária está dizendo aos jovens que vivem no complexo da Maré. Ao invés de gastar esta fortuna em segurança, a Reitoria e o Conselho Universitário fariam melhor se criassem um ousado projeto de extensão. É por este meio que a universidade chega às camadas populares. Como para alguns a pesquisa pode dar um título de nobreza a alguém dentro da universidade, e esta é também um espaço de ascensão social, parece que meus pares preferem mesmo encenar que estão em Harvard ou Oxford, quem sabe em Paris, e que, afora o português que atrapalha a comunicação, em tudo o mais somos cidadãos cosmopolitas do mercado de idéias. Enquanto isso na linha Vermelha ...

*Professor da Escola de Serviço Social/UFRJ

Reforma Universitária

Estudantes boicotam exame de desempenho

Os alunos da UFRJ concentraram a panfletagem contra o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) em dois colégios da zona norte da cidade. O protesto contra o exame que faz parte da reforma do ensino superior do governo Lula aconteceu no domingo, dia 6.

Os representantes do DCE Mário Prata concentraram as atividades nos colégios Pedro II, em São Cristóvão, e São José, na Tijuca. Representante do movimento discente na UFRJ, Carlos Leal acredita que houve boa receptividade ao protesto contra o exame por parte dos selecionados. "A prova é tão autoritária (os selecionados são obrigados a fazer a prova ou perdem o diploma) que, após mais alguns esclarecimentos, as pessoas ficam ainda mais indignadas", disse Carlos, que espera maior adesão da UFRJ ao boicote deste ano nos cursos de Arquitetura e Letras.

Arquitetura

Representante do Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Daniel Souza tem a expectativa que 60% a 70% dos alunos do curso da UFRJ tenham aderido ao boicote. "Nós fizemos um trabalho de informação muito bom, a duas semanas do Enade, inclusive enviando cartas para as residências dos estudantes", disse. Ele também participou da panfletagem, só que em frente ao Colégio São José, onde houve maior concentração dos estudantes selecionados da FAU.

A orientação da campanha do boicote era colar o adesivo na prova e entregar a prova em branco para não se perder o direito ao diploma.

UFRJ

Assembléia da Letras aprova voto universal para eleger nova direção

A próxima direção da Faculdade de Letras será eleita pelo voto universal, expressão máxima de igualdade entre os três segmentos da comunidade universitária. Por 39 votos contra 30 (pela paridade) professores, técnico-administrativos e estudantes serão 'cada cabeça um voto' nessa eleição.

Pelo calendário aprovado, as eleições ocorrem nos dias 6, 7 e 8 de dezembro, com apuração no dia 9. As inscrições de chapas podem ser feitas de 16 a 23 de novembro na secretaria acadêmica da Faculdade de Letras. Estão programados dois debates com os candidatos. O primeiro acontece no dia 24 de novembro e o segundo em 1º de dezembro, na própria faculdade.

As chapas podem ser formadas por no mínimo quatro e no máximo cinco integrantes, sendo um diretor e os demais diretores-adjuntos. No ato da inscrição, a chapa deve indicar o nome do candidato a diretor-adjunto que será o eventual substituto do diretor em caso de ausência deste.

Fazem parte do Colégio Eleitoral da unidade todos os professores, alunos e funcionários com matricula ativa, inclusive os licenciados. O quórum mínimo da eleição é de um quinto dos eleitores do Colégio.

Moção de Repúdio

A comunidade da Faculdade de Letras da UFRJ, reunida na Assembléia Geral do dia nove de novembro, manifestou o seu mais alto repúdio ao ato de violência e barbárie perpetrado contra professores, alunos e funcionários da Universidade Federal Fluminense. É inadmissível que métodos de truculência sejam postos em prática em quaisquer situações. Intolerável, mais ainda, quando estes, como os que ocorreram no *campus* do Valonguinho, partam de quem deveria zelar pela comunidade para a qual foi eleito. O livre debate de idéias, o direito de organização, o direito à greve são conquistas das quais cidadãos e cidadãs não abrem mão. Enganam-se os que julgam que, pela força, pela ocupação do território universitário por tropas policiais, irão intimidar uma comunidade em luta pelos seus ideais.

O compromisso com a Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade não se acha à venda.

A comunidade de alunos, professores e servidores técnicos - administrativos da Faculdade de Letras da UFRJ, em Assembléia Geral, se solidariza com companheiros da UFF.

II Assembléia Geral da Faculdade de Letras

Adufrj-SSind

Assembléia rejeita, mais uma vez, proposta do MEC

Categoria defende princípios de isonomia e paridade

A insistência do governo com a política de gratificações produtivistas, entre outros pontos, ganhou um sonoro "não" da assembléia geral da Adufrj-SSind de 10 de novembro, realizada na Sala Anísio Teixeira da Faculdade de Educação. Desde a formalização da proposta salarial pelo MEC, no início de outubro, foi a terceira vez seguida que os docentes da UFRJ votaram pela rejeição aos termos governistas (45 votos contrários, 16 favoráveis e 8 abstenções). A assembléia, que contou com 79 docentes filiados à seção sindical e 10 não-sindicalizados, também aprovou a manutenção do indicativo de greve sem data (43 favoráveis, 35 contrários e 4 abstenções). Em sua fase inicial, a AG recebeu a saudação dos estudantes e de uma professora aposentada.

Prevaleceu, para a maioria, o entendimento de que a resposta do MEC à greve nacional dos docentes só faz aumentar as distorções existentes na carreira. Em avaliação da diretoria e do Conselho de Representantes da seção sindical, divulgada no início da assembléia, a divergência com o governo não se restringe ao orçamento disponibilizado para a proposta (em torno dos R$ 500 milhões). O grande problema para os diretores e conselheiros da seção sindical está na lógica do ministério de apostar nas gratificações produtivistas, o que fere os princípios do movimento docente de respeito à paridade e à isonomia. "Para quem defende uma Universidade pública empenhada na construção de um país melhor é inaceitável compactuarmos com a discriminação entre os docentes, com a competição pelos parcos recursos destinados à educação e aos diversos setores sociais", segundo trecho da nota da diretoria e do Conselho de Representantes.

O debate

O professor Salatiel Menezes, diretor da Adufrj-SSind, relacionou a política econômica vigente no país, com o pagamento de bilhões da dívida externa e a recusa do governo em atender ao pleito dos docentes universitários. "Temos duas opções: ou nos resignamos ou nos indignamos. Nós nos indignamos com isso", afirmou.

José Henrique Sanglard (Escola Politécnica) defendeu o encaminhamento da nota da diretoria e do Conselho de Representantes de rejeitar a proposta do governo. "Não podemos rifar, como já aconteceu antes, os nossos aposentados", afirmou. O professor também defendeu a isonomia: "Trabalho igual tem de ter remuneração igual. Não podemos deixar os colegas do 1º e 2º graus de fora de qualquer proposta", completou. Observou ainda que não há condições de entrada em greve na UFRJ, porque o processo de mobilização está em seu início.

Luis Paulo (Instituto de Matemática) falou que a política de gratificações do governo passa pelo princípio de que a competição melhora a universidade. Ele alertou, no entanto, que isso é "uma corrida sem fim". Para ele, os grupos ditos competitivos nunca ficam satisfeitos. Em substituição, Luis Paulo acredita numa política salarial que incentiva a responsabilidade de cada um.

Ana Lúcia (Colégio de Aplicação) falou sobre o que classificou de "especificidade das desigualdades". "Específico não é sinônimo de desigual", comentou. Ela indagou, para os que desconhecem o trabalho desenvolvido no CAp e acreditam que os professores de 1º e 2º graus devam ganhar menos, se os colegas de unidades voltadas para a pós-graduação, como o IPPUR e o Museu Nacional, deveriam receber mais que a maioria.

Márcio da Costa (Faculdade de Educação) manifestou-se contrariamente à proposta do Andes-SN. Segundo ele, há um erro de diagnóstico, uma vez que não são enfrentadas as questões centrais, como a reforma da universidade e a carreira docente. Márcio disse que o Sindicato virou um "bastião de defesa de privilégios". O professor acrescentou que a política de gratificações não agrava a situação de desigualdades já existente. Em outro momento, fez a ressalva que o dispositivo da gratificação englobe, na mesma base, os colegas de 1º e 2º graus e inativos.

Luciano Menezes (Escola Politécnica) posicionou-se favoravelmente à isonomia com os colegas de 1º e 2º graus. Segundo ele, o professor que alcança o doutorado e dá aulas no CAp não tem um título diferente daquele que trabalha nos cursos de graduação do magistério superior.

Já Mauricio Lissovsky (Escola de Comunicação) disse que os professores ganham razoavelmente bem e não trabalham tanto assim. Para ele, o Sindicato não trabalha em defesa da universidade pública, mas em função de uma agenda política partidária e certos privilégios. Afirmou que não fazia questão de nenhuma proposta (tanto a do MEC, como a do movimento docente), mas frisou que seria importante os docentes continuarem com suas atividades. "A tentativa aqui é de fazer a greve pegar no 'tranco'. Eu nunca faço greve por decisão de assembléia. O único fórum legítimo pra mim sou eu e os meus alunos. É lá que eu voto", contou.

Quem discordou imediatamente desta avaliação foi o professor José Miguel (Escola Politécnica). "Eu ganho mal e trabalho muito. E acho que a maioria dos professores das universidades está nesta situação. Agora, cada um fala daquilo que conhece mais de perto", comentou. Sobre a campanha salarial, o professor observou que a proposta do movimento docente cabe dentro do orçamento disponibilizado pelo ministério. Segundo José Miguel, a novidade que veio à tona nos últimos dias foi a ordem explícita do Ministério do Planejamento de não aceitar a paridade entre docentes ativos e aposentados.

Roberto Leher (Faculdade de Educação) comentou a diferenciação de princípios e valores, verificada nas assembléias. O professor citou o filósofo italiano Norberto Bobbio, que classificava de direita quem não trabalha com valores de igualdade e solidariedade. "Agora, esse Sindicato, com 25 anos de luta, com muitos fundadores aqui presentes, nunca abriu mão de seus valores e princípios. Nós não podemos aceitar a quebra da paridade e da isonomia. A UFRJ não vai se curvar à barbárie", completou.

Bruno Costa (Instituto de Matemática), por sua vez, disse que o sindicato se distanciou das bases e que algum tipo de consulta deveria ser organizada para os docentes falarem. "Objetivos políticos coletivos tem que enquadrar todas as diferenças", observou.

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, buscou a raiz do problema que assola a campanha salarial dos docentes universitários. Citou artigo publicado em O Globo, de 2 de setembro de 2005, de autoria de Sebastian Edwards, que foi economista-chefe do departamento da América Latina do Banco Mundial. Segundo alguns trechos daquele texto, o economista prega a regulamentação do pagamento de professores de acordo com o desempenho. Além disso, afirma que a adoção de critérios de competitividade para financiar a pesquisa universitária deve ser especialmente encorajada. No mesmo artigo, observa que "implantar essas reformas requer coragem e visão. Em particular, os políticos precisam estar preparados para enfrentar o sindicato de professores (...)". Simões alertou, portanto, a todos os presentes sobre o inimigo comum a ser combatido: "Então, não estamos inventando que existem interesses enormes em comercializar a nossa atividade. E quem está dizendo 'não' a tudo isso é o sindicato", completou.

Edwaldo Cafezeiro (Faculdade de Letras), aposentado e fundador da Adufrj-SSind, lembrou que as primeiras reuniões de fundação da entidade eram feitas escondidas, por conta da repressão da ditadura, como uma resposta a quem desejava desqualificar as assembléias. Comentou, ainda, que os aposentados passavam dificuldades por terem seus salários reduzidos, graças à política de gratificações produtivistas. Ressaltou, por fim, que todas as conquistas da categoria, em todos esses anos, só foram obtidas às custas de greves. O professor foi longamente aplaudido, pouco antes das votações que definiram a rejeição à proposta do governo e a manutenção do indicativo de greve sem data.

Consulta plebiscitária

Ao final da assembléia, dado o adiantado da hora, foi acolhida a proposta do professor Bruno Costa de incluir como ponto de pauta da próxima AG a discussão de uma eventual consulta plebiscitária sobre a greve na universidade.

Estudantes falam à assembléia

Na fase de informes da assembléia, representantes do DCE Mário Prata tiveram a oportunidade de se manifestar aos presentes. Pedro Martins divulgou que o diretor da Escola de Comunicação, José Argolo, entrou com uma nova ação na justiça contra ele, desta vez por danos morais, ainda por conta do ato político de ocupação estudantil da sala da direção daquela unidade, em meados de junho. Outro dirigente do DCE, Jorge Badauí comentou sobre as mobilizações dos alunos junto aos professores e técnico-administrativos das instituições já em greve. Ele ressaltou a importância de possível adesão da UFRJ ao movimento nacional e anunciou que o DCE irá apoiar a iniciativa.

Aposentada reivindica paridade

A professora Marylena Salazar, aposentada do Instituto de Química, emocionou os presentes ao pedir o reconhecimento dos docentes da ativa ao trabalho desenvolvido na UFRJ pelos antigos mestres. "É você hoje, em plena atividade, que pode e deve reconhecer a intenção, a devoção e a mesma dedicação dos que trilharam o mesmo caminho", afirmou, dirigindo-se aos jovens colegas.

Campanha Salarial

MEC insiste no impasse

Assembléias rejeitam proposta do governo pela terceira vez

Terminou sem definição a etapa de negociação ocorrida no último dia 10 entre o Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e o Ministério da Educação. Após ser informado de que as assembléias das seções sindicais do Andes-SN rejeitaram pela terceira vez a proposta do governo, o secretário executivo adjunto do MEC, Ronaldo Nado Teixeira, disse que pretende consultar o ministro Fernando Haddad sobre os próximos passos a serem tomados.

Na avaliação da presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, o governo se manteve "rígido e intransigente" em relação às demandas prioritárias da categoria. "Para nós, o MEC perdeu a grande oportunidade de resolver o conflito. Ele reapresentou sua proposta pela segunda vez, as assembléias rejeitaram e apresentaram alternativas que somam um montante um pouco acima do que o ministério está apresentando. Nesse sentido, nos pareceu que o MEC está sendo mais uma vez intransigente", disse a dirigente. Além de rejeitar a proposta do MEC, as assembléias decidiram manter a greve e reafirmar as reivindicações. "Não há sinais de esgotamento e há disposição de nossa parte para seguir a negociação", salientou Marina.

Teixeira reiterou durante o encontro a proposta apresentada na última sexta-feira (4 de novembro) e disse que vai defendê-la em diversas instâncias. "Nossa proposta é do MEC e do governo". Revelou ainda que, para 2007, o governo destinará aos docentes um montante de R$ 700 milhões.

Sobre uma das reivindicações mais discutidas entre os professores, que é a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, o secretário atribuiu mais uma vez ao Ministério do Planejamento (MPOG) a responsabilidade por não atendê-la. Teixeira destacou ainda que "nenhum governo fez nada parecido pela universidade". "Não há nenhuma proposta semelhante", declarou, referindo-se à atenção que o governo tem dado à universidade.

Marina argumentou que o balanço do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deve ser feito em relação aos governos anteriores e sim em relação aos compromissos deste governo com os trabalhadores e às expectativas destes de que suas vidas melhorariam. "Comparar com FHC ou Collor é diminuir a potencialidade e responsabilidade desse governo", ressaltou.

Integrantes do Proifes, " entidade paralela" ao Andes-SN que também participa das negociações com o MEC, e neste encontro foi alçada pelo governo à categoria de Associação Nacional dos Docentes – PROIFES – pois assim foi denominada –, questionaram a veracidade das informações fornecidas pelo comando, em especial sobre o número de assembléias que rejeitaram a proposta do governo. Eles chegaram a qualificar de "mentirosos" os dados do Andes-SN. Membros do comando de greve se disseram ofendidos e indignados com o tratamento e cumpriram nesta reunião tão somente o papel de fieis escudeiros e defensores da proposta do MEC.

O deputado Babá (PSol-PA) respondeu aos representantes do Proifes que deveria ser criada uma lei que não desse reajuste para quem não faz greve. "É fácil ficar na academia, dando aula e opinando sobre uma greve. Se vocês estivessem certos, já tinham convencido o Brasil inteiro".

Babá também chamou a reunião de hoje de "mesa de enrolação permanente". "Se tivesse gravado o que você (Ronaldo Teixeira) falou há três semanas, se vê que é a mesma coisa que está falando hoje".

Do lado de fora do MEC, representantes dos comandos de greve do Andes-SN, do Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) aguardavam o fim da reunião promovendo uma manifestação, como parte das atividades do dia nacional de luta pela valorização do trabalho docente.

Fonte:
Comando Nacional de Greve

Opinião

Orçamento da União confirma o objetivo de destruir a educação pública no país

Roberto Leher*

Neste período atual, que alguns pretendem pós-moderno, as palavras ocultam as condições e os sentidos originais que lhes deram origem. Assim, por exemplo, reforma, uma expressão cunhada para expressar a ampliação da esfera dos direitos, passa a significar justo o seu oposto: a retirada de direitos, como atestam os 25 anos de "reformas de ajuste estrutural" que devastaram o Estado social. A "prioridade para a educação" é um exemplo concreto desse delito semântico. Todos os governos neoliberais afirmam categoricamente que o principal compromisso de seus mandatos será com a educação, mas fazem justo o seu contrário.

Lula da Silva não foge a essa triste tradição. Em seu programa de governo, "Uma Escola do Tamanho do Brasil", afirmou que derrubaria o veto de Cardoso ao Plano Nacional de Educação que prevê a alocação de 7% do PIB em educação. Como é notório, o Brasil, apesar de possuir mais de 55 milhões de estudantes nas escolas públicas, aplica tão somente 3,8% do PIB em todos os níveis da educação pública, um dos menores índices da América Latina. Instado a se pronunciar sobre a manutenção ou rejeição do veto, Lula da Silva enviou mensagem ao parlamento confirmando o veto. E o silêncio nada inocente dos aliados foi absoluto.

Examinando os grandes números do **orçamento da União**, é possível concluir o que parecia impossível: o governo Lula da Silva é mais antipúblico do que o de Cardoso. De fato, em valores correntes, de 2002 a 2004, o orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) decresceu 22%, passando de R$ 9,2 bilhões para R$ 7,3 bilhões (2004). A mesma tendência é verificada no ensino fundamental: em 2002, os repasses da União totalizaram irrisórios R$ 2,4 bilhões e em 2004 tão somente R$ 672 milhões, uma queda de 71% no período, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional.

O MEC, reiterando o seu compromisso com a educação superior, elaborou um anteprojeto para a educação superior (a mal chamada reforma universitária) que, conforme seu discurso significaria a redenção das IFES: alocaria 75% dos 18% da receita líquida resultante dos impostos. Embalado com papel celofane, os números assumiram uma tonalidade sedutora. A aparência é de um montante estupendo para as IFES e essa foi a mensagem. Não foram poucos os reitores que comemoraram. Novamente, a realidade falou mais alto. Na ponta do lápis, 75% dos 18% constitucionais significam irrisórios R$ 4,6 bilhões (dados extraídos do último orçamento praticado: 2004).

Ainda no anteprojeto, o MEC incluiu um artigo que retira os aposentados da folha das universidades, não especificando como estes serão pagos (a julgar pela criação da "super receita" e pelo tratamento conferido aos aposentados na atual campanha salarial, estarão fora das prioridades). Admitindo, ainda que contra os fatos, as boas intenções do MEC, teríamos algo como R$ 2,5 bilhões de redução dos gastos do MEC e, ainda, algo como R$ 1 bilhão de verbas extras para o custeio dos Hospitais Universitários. Assim, em um cálculo otimista, poderíamos contar com um orçamento definitivo de R$ 8,1 bilhões, um orçamento insuficiente para a prometida expansão das IFES. Mas nem esse pouco existirá: Lula da Silva **vetou** os recursos suplementares para os HU´s, cortando R$ 1 bilhão no orçamento de 2006. Com isso, teremos um montante próximo ao atual nos próximos anos. Em termos práticos, isso significa: baixos salários, infra-estrutura indigente, novas unidades sem professores concursados. Daí porque, no mesmo anteprojeto (Art. 43), o MEC propõe que a expansão deve se dar por meio de "recursos próprios" das IFES (provenientes de onde?).

Se a Constituição não estivesse sendo burlada (pela criação de contribuições e pela Desvinculação das Receitas da União), o orçamento teria de ser de R$ 35 bilhões. Por isso, o Andes-SN elaborou propostas de projetos de lei para restabelecer o padrão de financiamento previsto pela Constituição de 1988.

Em relação à C&T o quadro é o mesmo. A previsão de receita do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológica (FNDCT) prevista no Orçamento de 2006 é de R$ 2 bilhões, mas a área econômica somente autorizou o uso de R$ 850 milhões. O resto é a contribuição da comunidade acadêmica para o superávit primário! Entre 2001 e 2004 foram retidos deste Fundo R$ 2,4 bilhões pela área econômica (65% do que os fundos arrecadaram!), quebrando a continuidade de todos os programas de investigação.

Mas o Ministro da Educação diz que está tudo bem e que não entende porque os docentes estão em greve na maior parte das IFES brasileiras.

* Professor da Faculdade de Educação/UFRJ

Opinião

A revolta da juventude da França e dos jovens da europa

Osvaldo Coggiola

Partindo das periferias miseráveis de Paris, a revolta juvenil iniciada na França a 27 de outubro se alastra para o interior das principais cidades francesas. A região da Alsácia (nordeste) foi uma das áreas mais afetadas pela onda de violência, com 40 carros queimados, a metade na capital, Estrasburgo. No oeste do país, houve novos distúrbios e destruição em cidades como Ruan, Le Havre, Nantes, Rennes, Caen, Tours e Quimper, com dezenas de carros incendiados. Rapidamente, os confrontos se espalharam por 300 localidades na França, incluindo Nice, Lyon, Marselha, Rennes, Nantes, Rouen e Quimper. O estopim da revolta, iniciada por jovens filhos de imigrantes, em sua maioria do norte da África, foi a morte *não* acidental de dois adolescentes, que morreram eletrocutados ao entrar numa subestação de energia. Eles estavam tentando se esconder da polícia.

No dia 30/10, uma bomba de gás lacrimogêneo lançada pela polícia entrou em uma mesquita da periferia durante um ritual religioso. A revolta teve início de maneira desordenada, mas foi se organizando à medida em que transcorreram as noites. A maior parte dos manifestantes tem entre 14 e 20 anos e são imigrantes africanos sem acesso aos estudos e ao mercado de trabalho. Até 8/11, mais de 6.000 veículos foram destruídos nos protestos, e um manifestante foi morto.

Seguindo o exemplo, e adotando os mesmos métodos, jovens da Alemanha e da Bélgica também começaram a se manifestar. A 9 de novembro, dez carros e uma motocicleta foram incendiados em Berlim e em Colônia (oeste da Alemanha), em um contágio dos "distúrbios" da França. Depois do rotundo *não* á Constituição (capitalista) da União Européia, nos recentes plebiscitos, que instalou a crise no projeto da UE, este foi o desdobramento político e social necessário. A crise "de cima" começa a se transformar em revolta "de baixo". Os sintomas da *revolução* começam a se acumular no horizonte histórico do berço do capital (a Europa).[1]

O MAPA DA REVOLTA PARISIENSE

Para o líder da oposição de centro-esquerda italiana, Romano Prodi, uma explosão de violência urbana na Itália é só uma questão de tempo, já que os subúrbios da península "estão entre os piores de Europa". Uma apreciação mais realista do que a do eurodeputado espanhol Miguel Portas, do Bloco de Esquerda, que disse que a violência não é conseqüência da pobreza: "Isso pode explicar a violência das megalópoles da América Latina, mas não em Paris. Os árabes ou os negros da periferia parisiense são simplesmente uma geração desencantada e consideram seus bairros como territórios que lhes pertencem, por isso vêem a polícia como um estrangeiro e um ministro idiota e reacionário como um general de tropas de ocupação". Coincidindo com a direita, que afirma que a violência que atinge a periferia das cidades francesas "*constitui uma advertência da enorme dificuldade de integrar os emigrantes muçulmanos na Europa*", seria um problema exclusivamente "cultural". Mas os líderes islâmicos moderados fizeram um apelo pela paz, entre eles, imãs (líderes religiosos muçulmanos) de mesquitas da periferia. Uma organização islâmica francesa emitiu uma *fatwa* [lei] condenando a violência.

Para demonstrar a "diminuição da violência nos subúrbios" a direção da Polícia mostrou um total de 394 veículos queimados e 169 pessoas detidas, na quarta-feira dia 9. Na noite anterior o saldo fora de 558 veículos queimados e 204 detidos. E agora a "França dos direitos humanos" quer deportar "estrangeiros envolvidos em distúrbios": o ministro solicitou que eles "sejam expulsos imediatamente do território nacional, incluindo aqueles que têm permissão de residência". 130 pessoas maiores de idade foram condenadas até agora pelos distúrbios, a penas de prisão.

Está em vigor o estado de emergência decretado pelo governo, que permite aplicar "medidas extraordinárias para garantir a ordem pública". A aprovação das leis de emergência, que dão mais autoridade às administrações locais da França foi aprovada horas depois de uma entrevista dada pelo primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin, à rede de TV francesa TF1. Ele afirmara que o governo iria apresentar "medidas de urgência" contra a violência dos subúrbios, qualificada como "inaceitável e sem justificativa". Villepin afirmou que toques de recolher seriam impostos onde fosse necessário, e que 9.500 policiais foram destacados para impedir os confrontos.

O decreto invoca uma lei extraordinária de 50 anos atrás (uma lei de abril de 1955 sobre o estado de emergência, adotada durante a guerra da Argélia). Ela permite deter em prisão domiciliar, restringir a circulação de pessoas ou veículos, confiscar armas, fechar espaços públicos e decretar toque de recolher. Uma região no norte da França foi a primeira a impor toque de recolher: o governo do Departamento de Somme (norte) impôs um toque de recolher das 22h às 6h na cidade de Amiens e em sua região.

O que comentaristas e "intelectuais" franceses chamam, há anos, o *mal des cités*, revela sua verdadeira face. Há mais de três décadas, governos de direita e de "esquerda" oprimem os pais desses jovens (em boa parte originários da África do

CRONOLOGIA

27 de outubro - Um confronto entre grupos do subúrbio de Clichy-sous-Bois (nordeste de Paris) terminou com uma perseguição policial e a morte de dois adolescentes de 15 e 17 anos, após se esconderem dentro de um transformador de energia. A polícia francesa diz que não houve perseguição. Ao menos 15 veículos foram incendiados nessa noite, a primeira que marca os conflitos.

28 de outubro - Na região de Chêne-Pointu, cerca de 400 jovens confrontaram um grupo formado por 300 agentes de segurança. Manifestantes atiraram contra um veículo da polícia, mas ninguém ficou ferido no episódio. Em compensação, sete policiais se feriram em mais incêndios provocados na região: 30 veículos foram incendiados. Treze jovens, entre eles um menor de idade, são detidos pela polícia.

29 de outubro - Ao menos 500 pessoas, em sua maioria moradores de Clichy-sous-Bois, fizeram um protesto e uma homenagem aos dois adolescentes que morreram eletrocutados.

30 de outubro - Sarkozy afirma que os policiais envolvidos na ação do dia 27 não perseguiram os jovens que morreram eletrocutados, e defende a "tolerância zero" contra a violência urbana. Sete batalhões da polícia são deslocados para a região de Clichy-sous-Bois.

31 de outubro - A polícia faz mais prisões e o incêndio de veículos em Clichy-sous Bois continuam. Policiais afirmam que as manifestações já chegaram em Sevran, Neuilly-sur-Marne e Bondy. As famílias das vítimas eletrocutadas se recusam a encontrar o ministro francês do Interior, Nicolas Sarkozy.

1º de novembro - O primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin, afirmou às famílias das vítimas que o caso das mortes dos jovens mortos será investigado e pede para que a calma "retorne" à região. Mas nessa noite, a violência já se alastra nas regiões de Seine-et-Marne, Yvelines e Cal-d'Oise. Segundo a polícia, "pequenos grupos móveis" fazem "ataques esporádicos".

2 de novembro - Mais de 300 veículos foram queimados em diferentes áreas do subúrbio parisiense, a metade deles em Seine-Saint-Denis. Houve registros de incêndios também em Hauts-de-Seine (oeste), onde duas bombas molotov foram lançados contra uma delegacia. Duas escolas primárias também foram danificadas pela multidão. No subúrbio nordeste de Aulnay-sous-Bois, jovens queimaram uma garagem da marca Renault, dezenas de outros veículos, um supermercado e um ginásio local.

3 de novembro - Manifestantes nas cidades em volta de Paris queimam mais de 520 veículos. A polícia diz que os con-

Norte), e lançam na precariedade absoluta os próprios jovens, através do desemprego. Segundo o Observatório Nacional de Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS), o índice médio de desemprego em 2004 foi de 20,7% nos subúrbios, ou seja, o dobro do índice nacional. Entre os jovens de 15 a 25 anos, ele afeta 36% da população masculina e 40% da feminina. Esse índice é o dobro da média nacional nas *banlieues* das grandes cidades. E também dos estágios mal pagos, sem estabilidade nem perspectivas, do fracasso e da discriminação educacionais.[2] A ofensiva contra os jovens de origem árabe, com ou sem profissão islâmica, lhes impedindo de se vestirem de acordo com sua cultura ou religião (proibição do *tchador* às meninas) na escola pública, feita em nome da histórica bandeira do laicismo, foi o cúmulo da hipocrisia. Semearam o vento: agora recolhem a tempestade.

Além do desemprego, que afeta toda a juventude trabalhadora, a discriminação contra os candidatos de origem árabe foi ficando cada vez mais acentuada. "Até os que têm nível universitário acabam em empregos muito abaixo de sua qualificação", disse Samuel Thomas, vice-presidente da entidade SOS-Racismo. A Alta Autoridade contra a Discriminação e pela Igualdade (Halde), em funcionamento desde o segundo trimestre de 2005, recebeu em julho 400 denúncias, a metade delas relacionadas a emprego. O certo é que as medidas para promover o emprego existem em abundância: ajuda estatal a contratos para desempregados, *Pactos Junior* destinados a jovens sem qualificação e tutorias para a inserção social. Além disso, as zonas francas industriais instaladas nesses bairros, e que reservam pelo menos um terço de suas vagas para moradores locais, pagam menos impostos. Mas todos estes instrumentos acabam sendo fontes de novos lucros para o capital, sem diminuir o desemprego e, menos ainda, a discriminação.

Entidades chegam a pedir a criação do currículo anônimo, para pelo menos "permitir que cada um possa defender sua candidatura em uma entrevista, fazendo com que o contratante perceba o absurdo de seu preconceito", defendendo que as agências de emprego informem o governo sobre os patrões que desejam apenas os franceses de "raça pura", conhecidos como BBR (sigla em francês para azul, branco e vermelho: cores da bandeira da França). A França abriga 5 milhões de muçulmanos, e tem a maior população islâmica da Europa Ocidental.

Os carros, esses símbolos da marginalização da juventude de origem maghrebí, ardem aos milhares. Só na 2ª feira 7/11, se registraram 1.173 veículos incendiados e realizaram 330 prisões, segundo o balanço da polícia. Quem provocou isto, senão o ministro direitista do Interior da França, Nicolas Sarkozy, tratando esses jovens de *racaille* (canalhas ou "ralé"): Sarkozy defende a utilização de métodos repressivos contundentes e a política de "tolerância zero". Mas há pouco tempo, também, os ministros de interior da "esquerda" (PS), Jean-Pierre Chévènement e Daniel Vaillant, os tratavam de *sauvageons* (super-selvagens). Desde 1981 (governo de François Mitterrand) esquerda e direita, alternando-se no governo, puseram em marcha uma "política da cidade" que se traduziu em mais desemprego, mais controles policiais dirigidos contra os *bronzés* (negros, de origem árabe ou da África sub-sahariana), mais humilhação, mais desesperança. Neste ano, foram registrados incêndios com mortes em edifícios da periferia de Paris, onde viviam imigrantes africanos ilegais. Os bairros atingidos -com população de 150 mil pessoas- concentram altíssimos índices de desemprego, violência e falta de saneamento básico. Os prefeitos dos subúrbios dizem que o Estado cortou 300 milhões de euros em recursos públicos que seriam destinados a estratégias de política e habitação.

E agora se surpreendem do que acontece?

A revolta da juventude dos bairros e ghettos sacudiu França e comoveu Europa e o mundo. Seus protagonistas são uma nova geração sem nenhum porvir social sob as condiciones reais do capitalismo. Não acontece em um subúrbio de África ou da América Latina, mas no coração do imperialismo francês e da União Européia. Depois da exibição de pobreza, desigualdade e miséria de Nova Orleáns, a revolta na França expõe a realidade social do chamado primeiro mundo, e o conteúdo da chamada globalização. Ao longo dos últimos anos, o Estado francês reduziu a assistência social aos bairros populares, sob pretexto da necessidade de não superar os limites previstos do déficit orçamentário.

O levante generalizado dos adolescentes franceses se produz no mesmo momento em que a maioría dos estados da Europa, assim como os EUA, enfrentam uma crise de regime político, estando encabeçados pelos governos mais fracos das últimas duas décadas. A sublevação juvenil se desenvolve nas condições de uma crise de conjunto, social e política, dos principais estados imperialistas.

É natural que a massa da juventude insurgente seja compota por descendentes de imigrantes, africanos ou asiáticos, *les noirs et les beurs*, desmentindo as pretensões "integradoras" da democracia do capital.

Esses jovens refletem o ódio da juventude aos atropelos do imperialismo francês e mundial contra as nações de Oriente Médio e da África do Norte; sabem muito bem o que ocorre na Palestina ou no Iraque. Estão indignados pela repressão que o governo "socialista" espanhol reservou para os marroquinos e senegaleses que queriam ingressar na Europa por Ceuta e Melilla. A essa massa se uniu desde o início, e de modo crescente, a juventude desempregada de ascendência européia. A repressão só aprofundou a rebelião, em momentos em que a cidade-porto de Marselha vive a comoção de una greve do transporte e de uma luta de trabalhadores do porto.

As direções oficiais da esquerda francesa formaram uma frente comum com o governo da *'Chiracaille'* contra o que chamam de 'violência' da juventude. O partido socialista e o partido comunista publicaram comunicados que chamam a "pôr um fim à violência". Essa violência não tem, certamente, o caráter de uma luta revolucionária contra o estado capitalista, nem o nível de uma luta de classe do proletariado contra o capital. É a violência massiva de uma juventude "lumpenizada" pelo capitalismo. Se dirige contra as instituições do Estado, mas também contra os bens de outros trabalhadores, ou contra bens comunitários.

Mas isto é só um estágio, que precede uma crise maior em que esteja posta a questão do poder. Mas a esquerda européia, majoritariamente, está empenhada em diversos países em formar governos de centro-esquerda que salvem o Estado da crise. Esta saída política, no estilo governo Lula, é incompatível com a tendência à miséria social e com o desespero crescente das massas na Europa. A revolta na França abre uma nova perspectiva na crise mundial do capital, ao instalar a mobilização de massas no centro do próprio imperialismo capitalista.

frontos diretos diminuem, mas a crise na França por conta das violentas manifestações aumenta, com o protesto de autoridades das pequenas cidades ao redor da capital francesa contra a falta de controle na situação por parte da polícia.

4 de novembro - Rebelados ateiam fogo em 897 veículos e 253 pessoas são detidas. Vários prédios públicos e comerciais são danificados. A região de Paris e várias outras localidades são afetadas por um aumento da violência urbana, entre elas Toulouse, Rennes, Nantes, Lille, Le Havre, Soissons, Dijon, Pau e Estrasburgo.

5 de novembro - Mais 2.000 pessoas fazem uma manifestação silenciosa contra a violência em um dos subúrbios mais atingidos, Aulnay-sous-Bois. Durante a noite, manifestantes incendiaram 900 carros. A polícia deteve 253 pessoas.

6 de novembro - O governo francês faz a convocação de um conselho de segurança interna. O presidente Jacques Chirac quebra o silêncio sobre os confrontos e diz que "a prioridade é o restabelecimento da segurança e da ordem pública" nos subúrbios de Paris. Ao menos 1.295 veículos são incendiados e 312 pessoas são detidas pela polícia.

7 de novembro - O chefe da Polícia nacional francesa, Michel Gaudin, afirma que a onda de violência já se espalhou por mais de 300 localidades do país [entre bairros, distritos e cidades]. Um homem morre em decorrência dos machucados sofridos na noite de sexta-feira (4) em Seine-Saint-Denis.

8 de novembro - O governo francês permite que autoridades locais imponham o toque de recolher nas regiões afetadas pela violência. Na 12ª noite consecutiva de distúrbios, manifestantes atacaram e incendiaram mais de mil veículos em várias regiões do país, e cerca de 300 pessoas foram presas.

[1] Segundo *Le Monde*, "A onda de violência que atingiu a periferia parisiense suscita mais perguntas que respostas. Há versões que aludem a uma *revolução social* em marcha. Outras atribuem os confrontos a vandalismo organizado e ao abandono do governo, mas, acima de tudo, predomina a sensação de que a questão da *guerrilha urbana* se apóia nas incertezas de um modelo de integração falido" (grifo nosso).

[2] "Nestes bairros, o fato de ser jovem, mulher ou imigrante aumenta o risco de ficar desempregado", diz um jornal da delegação interministerial para as cidades. No caso das mulheres imigrantes, originárias de países que não fazem parte da União Européia, a taxa de desemprego é de 38%, segundo o documento. De acordo com outra fonte, o Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos, a taxa de desemprego de pessoas que cursaram a universidade é de apenas 5%. Mas no caso de diplomados de origem do norte da África (os países do Maghreb, ex-colônias francesas), o índice atinge 26,5% (!).

Internacional

Em Portugal, professores entram em greve a partir do dia 18

As federações sindicais dos professores de Portugal organizam uma greve geral da categoria a partir de 18 de novembro. Os professores portugueses esperam que essa seja uma manifestação bem maior do que a realizada em 25 de abril desse ano. Os professores portugueses reivindicam que o Ministério da Educação abra diálogo com os representantes dos docentes sobre medidas que vêm sendo tomadas a revelia da comunidade. A principal critica dos educadores é que o governo português põe em risco a qualidade do ensino no país e a dignidade da categoria quando impões mudanças na idade mínima para aposentadoria (de 60 para 65 anos) e congela os planos de carreira dos docentes. Os professores portugueses também são contra a reorganização dos horários escolares imposta pelo ministério, que os obriga a passar mais horas nos estabelecimentos de ensino.

Dois mil protestam em Lisboa

Dois mil universitários participaram de manifestação em Lisboa contra as reformas promovidas pelo governo português, em especial contra os cortes no financiamento do setor da educação. Os estudantes fizeram uma marcha, partindo da Cidade Universitária, passando pela Assembléia da República, chegando ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Os alunos gritaram palavras de ordem como 'bolsas sim, cortes não! Este governo não tem educação!'. Como no Brasil, os portugueses protestam contra o descaso do governo com a Educação, o que ameaça a qualidade do ensino naquele país. Eles criticam a falta política de assistência estudantil. "Muitos alunos estão abandonando o ensino superior porque não têm condições de permanência", afirmou um dirigente do movimento estudantil.

Fonte: Público

Colegiados

Adufrj-SSind pede posição do Consuni sobre negociação do governo com docentes

Reitor repudia perseguição de diretor da ECO ao movimento estudantil

Na última sessão do Conselho Universitário (10/11), os diretores da Adufrj-Ssind José Simões e Vera Salim solicitaram aos integrantes do colegiado superior um posicionamento favorável à negociação efetiva por parte do Ministério da Educação com os docentes das universidades federais em campanha salarial. José Simões relatou a greve nacional dos professores, que conta com adesão de 38 instituições, e o impasse criado pelo MEC quando insiste em não alterar a lógica de reajustes diferenciados imposta pela equipe econômica do governo. O professor ressaltou que os docentes da UFRJ também rejeitam a proposta de reajustes diferenciados do governo e já indicaram, em assembléia geral, a participação na paralisação, ainda que sem data de deflagração da greve. "Sabemos que com essa postura intransigente, o MEC atende não só a lógica financista de reajustes da equipe econômica mas também a uma lógica de carreira que quebra a isonomia e a paridade entre os professores".

No Consuni, o presidente da seção sindical também solicitou que a reitoria volte a cumprir a sentença judicial que garante o pagamento da GED integral para os aposentados da UFRJ e explique a esses professores os motivos da suspensão da remuneração após dois meses de cumprimento da ação.

Manuella Soares

PRESINDENTE DA SEÇÃO SINDICAL RELATA IMPASSE GERADO PELO MEC NAS NEGOCIAÇÕES COM A CATEGORIA

Estudantes continuam sendo perseguidos por diretor da ECO

O representante dos estudantes e aluno da Escola de Comunicação, Pedro Martins, denunciou as ações cíveis impetradas pelo diretor José Argolo contra ele, um funcionário da unidade e a diretoria da Adufrj. O estudante está sendo processado pelo diretor por ter participado de um protesto contra a política acadêmica da direção da unidade em junho desse ano. A diretoria por ter veiculado no jornal da seção sindical matéria sobre a ocupação dos estudantes e os protestos contra o diretor. A ação contra o funcionário tem um caráter de perseguição funcional, já que o questionamento é o fato de o servidor ter solicitado sua saída da secretaria de graduação para o programa de pós-graduação da unidade, que o acolheu.

O reitor Aloisio Teixeira sugeriu que o colegiado aprovasse nova moção de repúdio à atitude de Argolo, o que não ocorreu devido ao término da sessão antes que a proposta fosse apreciada. O reitor fez um apelo para que o diretor da ECO retire imediatamente as ações e disse que, como docente e servidor, não pode conceber como um professor move uma ação contra estudantes na universidade. "Isso revela uma incapacidade de setores da universidade em lidar com a autonomia que a própria universidade reivindica". A moção deve ser pauta da próxima reunião do conselho.

Perseguição política

Pedro Martins declarou ser uma vítima clara da perseguição política do diretor da Escola e propôs ao colegiado medidas para que essa prática não se reproduza mais na universidade. "Estou sendo punido por fazer movimento estudantil. E com isso estou tendo sérios prejuízos como aluno, já que estou em final de período e preciso me preocupar com audiências, contratação de advogados etc".

A Adufrj-SSind também reconhece como perseguição política a investida do professor Argolo contra a comunidade através das ações contra estudantes, funcionários e contra o jornal dos professores. Os diretores da seção sindical esperam que na próxima sessão o colegiado aprove a moção de repúdio às atitudes arbitrárias do diretor da ECO.

Consuni aprova regulamentação das fundações internas

Na sessão, o colegiado iniciou a aprovação da regulamentação das fundações de apoio na universidade. Dos 22 votos, apenas dois estudantes e uma representante dos técnico-administrativos votaram contra a permissão para que as fundações privadas continuem a operar recursos públicos em nome da instituição. A nova Pró-reitora de Extensão, Laura Tavares, se absteve da votação justificando não ter participado do debate no colegiado anteriormente.

Nova página da Adufrj-SSind na Internet Informação e opinião todos os dias

Desde o início do mês de outubro, a seção sindical está com nova página na Internet. A mudança foi bem recebida pelos professores. O número de visitas à página da seção sindical aumentou de 267 no mês de setembro para 2.990 em outubro. Nos primeiros dez dias de novembro o número de acessos chegou a 727 endereços únicos (IP).
No mês passado, foram 2.435 visitas de protocolos diferentes à nova página.

Com atualização diária do noticiário do movimento docente local e nacional, a nova estrutura do *site* da Adufrj-SSind permanece no endereço www.adufrj.org.br. Outra novidade da página é a publicação do jornal semanal da entidade em arquivo texto, o que facilita o acesso e a leitura das matérias *on line*. O material fotográfico produzido pela Comunicação da entidade também pode ser acessado através do *link* 'arquivo fotográfico' na primeira página do site.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 481 • 22 de novembro de 2005

Conselho de Representantes

Reunião aberta à participação de todos os sindicalizados da Adufrj-SSind

23/11 quarta-feira

18h às 20h

Auditório Anísio Teixeira

Faculdade de Educação
Praia Vermelha

Pauta:
Greve das IFES

Andes-SN diz que projeto de lei do MEC reforça intransigência do governo

Página 5

Mobilização segue intensa nas universidades

Página 6

Professores debatem reforma universitária na Economia

Página 7

UFRJ desconta complemento da GED de aposentados

Página 8

Carla Lisboa

ATO DA CAMPANHA SALARIAL NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS NO ÚLTIMO DIA 14, EM BRASÍLIA

MEC rompe negociação salarial com a categoria e anuncia envio de PL ao Congresso

Em entrevista restrita à imprensa comercial, Fernando Haddad anuncia envio de Projeto de Lei que concede rejustes diferenciados aos docentes das universidades federais. Jornalistas da imprensa sindical são impedidos de participar da coletiva do MEC. Comando Nacional de Greve convoca para ato pela paridade e isonomia nessa quarta-feira, 23, em Brasília.

Páginas 4 e 5

Editorial

Governo Lula - Arrocho Salarial, Desrespeito e Arrogância

Projeto de lei do governo é um ataque à Universidade Pública

O governo declarou nesta última semana, através de seu ministro da Educação Fernando Haddad, encerradas as negociações da campanha salarial com o movimento docente. O governo encerra as negociações depois de reapresentar a mesma proposta em três rodadas em que os docentes em greve revisaram suas prioridades, apresentaram uma contraproposta e o governo permaneceu inflexível.

O anúncio de que iria enviar um Projeto de Lei ao legislativo, o que não aconteceu na data divulgada (18/11), ocorreu numa semana particularmente marcada pelos conhecidos espetáculos midiáticos encenados pelo governo que, desta vez, monta um bem ensaiado teatro em torno de uma aparente disputa entre os ministros Palocci e Dilma Rousseff e de um produzido depoimento do ministro da Fazenda numa CPI para, mais uma vez, tentar blindar a economia da crise política e da dificuldade em aprovar a "super-receita" no Senado.

Seria cômico se não fosse trágico: enquanto a miséria absoluta cresce, e basta andar pelas ruas do Rio de Janeiro de olhos abertos, o governo Lula não se envergonha em gastar mais de 50 milhões de dólares num avião novo, de servir de interlocutor privilegiado de Bush na América Latina, de manter as tropas brasileiras no comando da ocupação no Haiti e nem de repassar aos banqueiros e especuladores 120 bilhões de reais a título de pagamento dos juros da divida pública, de janeiro a setembro de 2005.

Fechar as portas, dar as costas às nossas reivindicações imediatas – paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, isonomia entre docentes dos 1º, 2º e 3º graus, recuperação do poder aquisitivo diante da perda inflacionária e fim das remunerações por critérios produtivistas – é questão de princípio para este governo cuja meta prioritária é implantar a lógica mercantilista na área da educação.

E implantar a reforma universitária na base do "pau vai comer", no linguajar pouco educado do então todo-poderoso ministro José Dirceu, é uma ordem obedecida literalmente por seus subordinados: policiais espancam estudantes e funcionários em manifestações enquanto caravanas da UNE, entidade que já foi símbolo de consciência e luta, são financiadas pelo governo para defender seu projeto de reforma universitária mercantilista.

Enquanto isto o Ministro da Cultura participa do programa Faustão, lixo da indústria cultural, exibindo publicamente sua intimidade com a Rede Globo, que por sua vez ataca na primeira página do seu jornal (20/11) não só os professores em greve, mas a própria Universidade Pública.

Seguindo a mesma lógica, o Ministro de Educação sequer ficou vermelho quando "corajosamente" expulsou os jornalistas sindicais da entrevista coletiva concedida à imprensa em geral. Como se não bastasse tudo isto e mais o arrocho salarial, articulou-se, nos salões do governo, a criação do sindicato chapa-oficial Proifes, imposto e escolhido pelo governo como seu interlocutor preferencial.

Belo prenúncio da reforma sindical e trabalhista que vem por aí!

É importante, deixar claro que o encerramento unilateral, oficial, das negociações com o movimento docente faz parte deste projeto, no qual, por trás da intransigência do governo, existe o interesse explícito em derrotar aqueles que não concordam com a transformação das instituições públicas de ensino superior em lucrativo mercado dos negócios na área da educação. E só para não esquecer: enquanto gasta, em menos de um ano, 1 bilhão de reais em passagens aéreas para assessores, este governo não se envergonha de disponibilizar inicialmente, apenas 350 milhões do orçamento para reposição salarial de toda a categoria dos docente, em nível nacional, que recebeu 0,1% em 2004 e nada em 2005!!

A UFRJ, a maior universidade federal do país, ainda não tomou plena consciência da dimensão e da gravidade do ataque que o governo Lula realiza nos alicerces da universidade brasileira e na educação pública em geral.

Enquanto a miséria e a violência se espalham e se aprofundam em todo o território nacional, a grande imprensa louva os índices econômicos oficiais, o CNPq e a FINEP anunciam cortes expressivos. Façamos as contas: 8 anos de FHC mais 3 anos de Lula não seria tempo suficiente para alguma coisa mudar? Afinal, em nome deste milagre econômico, não foi privatizada a CSN, a Vale do Rio Doce, as empresas de telefonia e muitas outras? Qual o retorno para o país? E para a Universidade Pública?

Além da intransigente e autoritário, o governo Lula demonstra seu descaso com a Universidade Pública ao ameaçar enviar sua proposta como um Projeto de Lei ao legislativo. Sem maioria parlamentar, sua tramitação no Congresso pode sofrer todas as barganhas vergonhosas que diariamente assistimos e ter um desfecho catastrófico. É uma irresponsabilidade total do governo Lula encaminhar os destinos da Universidade Pública desta maneira.

Assim, é chegado o momento de reafirmarmos nossos princípios e mais uma vez, defendermos a rejeição à proposta do governo, a reabertura imediata das negociações e repudiarmos a tramitação insinuada pelo governo.

A história nos ensina aonde podem nos levar o conformismo e a passividade.

Convocamos os professores da UFRJ para a necessária reflexão e a conseqüente participação na defesa da carreira docente e da Universidade Pública, da dignidade da nossa profissão e do futuro do nosso país.

Agenda Sindical

21 e 22/11 - Reunião do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

22/11 - Marcha Zumbi + 10 - II Marcha contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida
Brasília (DF)

23/11 - Ato Unificado Andes-SN, Fasubra, Sinasefe
Brasília (DF) - com os eixos: 1) Em defesa da Educação Pública e Gratuita; e 2) Pelo imediato atendimento das reivindicações da greve da educação.

23/11 - Reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria (GTSS/A) do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

26/11 - V Fórum Social do Rio de Janeiro
Com o tema "Por um Brasil soberano, democrático e com justiça social".
Auditório 53 da Uerj

3 e 4/12 - Reunião do GT-Fundações do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

17 e 18/12 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Uberlândia (MG) - Universidade Federal de Uberlândia

24 a 29/1/2006 - Fórum Social Mundial
Caracas - Venezuela

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG define prazos administrativos para 2006

Resolução define calendário acadêmico com datas para inscrição em disciplinas e trancamento de matrículas

Após o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) ter apreciado o calendário acadêmico para o ano letivo de 2006 - aprovado pelo Conselho Universitário (Consuni) na sessão do dia 27/10 - o colegiado discutiu a proposta de resolução que fixa as épocas para os atos da administração acadêmica no ano de 2006. A discussão ocorreu na sessão do último dia 9.

O documento aprovado pelo CEG dispõe sobre os prazos para os pedidos de inscrição, alteração e desistência nas disciplinas, além de reativações e trancamentos de matrículas em vigor. Segundo a resolução, os pedidos de inscrição em disciplinas para o primeiro período do ano que vem serão entre os dias 23 de janeiro e 16 de fevereiro. A DRE e o NCE farão a efetivação dos pedidos até o dia 2 de março e o período de alterações nas disciplinas irá de 6 a 19 de março. O primeiro período letivo de 2006 está previsto para se iniciar no dia 6 de março e terminar no dia 8 de julho.

Condomínio de salas da Praia Vermelha

Além de fixar as épocas para os atos da administração acadêmica no ano que vem, o CEG ainda incluiu na resolução um artigo sobre a responsabilidade do condomínio de salas do *campus* da Praia Vermelha, como uma tentativa de prevenir futuros conflitos entre as unidades pelo espaço físico. Apesar da distribuição do espaço estar atualmente a cargo da reitoria, o CEG deseja formalizar esta responsabilidade para evitar eventuais problemas em administrações futuras.

CEG aprova distribuição de mil bolsas

O CEG também aprovou a distribuição preliminar de mil bolsas de monitoria para 2006. Como houve 1.501 solicitações de bolsas, a comissão do colegiado responsável pela distribuição resolveu desconsiderar as bolsas solicitadas para disciplinas eletivas. Também foi observado o número de inscritos em cada matéria, sendo que a prioridade foi dada às disciplinas com mais estudantes. A carga horária do monitor foi outro fator utilizado para a seleção dos bolsistas, assim como os relatórios de monitoria de 2005 enviados pelas unidades.

ICB foi o maior contemplado

O Instituto de Ciências Biológicas (ICB) foi a unidade mais contemplada com a divisão, ficando com 105 bolsas. O ICB engloba o Instituto de Biofísica (20 bolsas), Instituto de Bioquímica Médica (11 bolsas) e o Instituto de Ciências Biomédicas (74 bolsas). A segunda unidade mais contemplada foi a Faculdade de Letras (90), seguida do Instituto de Matemática (77). Das unidades que reberam bolsas de monitoria, as que menos terão alunos bolsistas em 2006 serão o Instituto de Microbiologia (5) e a Faculdade de Farmácia (8).

CEG dá parecer favorável a edital da FUJB

Na sessão da última quarta-feira (16/11) o CEG aprovou por aclamação o relatório de avaliação dos projetos encaminhados pelos centros sobre o edital do Programa de Apoio à Publicação de Livros Didáticos da FUJB. O relatório foi elaborado pela comissão de fomento do colegiado. De acordo com o documento aprovado, seriam publicados 25 livros pela UFRJ em 2006, com um investimento de R$ 200 mil pela FUJB.

O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, informou ainda que os conselheiros ainda deverão discutir quais as prioridades, em termos financeiros, para o ano que vem.

UFRJ

CAp elege nova diretoria

O Colégio de Aplicação terá uma nova diretoria em janeiro de 2006. Em eleições realizadas nos dias 8 e 9 de novembro, a chapa única "Raízes" obteve expressiva votação naquela unidade. Foram 88 votos favoráveis dos docentes, 10 dos técnico-administrativos e 399 dos alunos. Compareceram às urnas 102 professores, 11 funcionários e 455 estudantes. A professora Celina Maria de Souza Costa será a nova diretora e Miriam Abduche Kaiuca, a vice-diretora. Ângela Alves da Fonseca, Marcelo Bueno, Mário Ferraro Júnior e Rowilson Aparecido da Silva vão integrar a diretoria adjunta de ensino. Fábio Garcez de Carvalho e Maria Luiza Mesquita da Rocha assumirão a diretoria adjunta de licenciatura e estágio/diretoria adjunta de projetos.

Para a diretora eleita Celina Maria, um dos principais pontos da futura gestão será a luta por uma maior inserção do CAp na universidade, com destaque para o papel do colégio na formação de professores. A nova direção também pretende manter a disputa por um espaço próprio - o Colégio de Aplicação ocupa hoje um terreno emprestado pela prefeitura do Rio de Janeiro, na Lagoa.

Campanha salarial

Sobre a questão salarial, Celina reafirma o conteúdo da nota divulgada pelos professores do CAp no Jornal da Adufrj nº 478 (de 31/10), com críticas ao governo pela exclusão dos docentes da carreira de 1º e 2º graus das propostas apresentadas ao Andes-SN. "Nós, do CAp, não aprovamos esta postura que entendemos como uma tentativa de enfraquecer o movimento. O Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) é um sindicato legítimo, mas nós somos representados pelo Andes-SN", completa Celina.

Resenha

Cotistas da Uerj lutam para terminar o curso

Enquanto parlamentares discutem a aprovação das cotas nas instituições federais de ensino superior, o sistema já é realidade em quase 30 universidades públicas. No entanto, os cotistas sofrem para permanecer nos cursos. Na Uerj, em 2004 havia 2.386 alunos cotistas, mas o governo do estado só disponibilizava 924 bolsas, no valor de R$190 mensais com duração de um ano, sem prorrogação. A cada semestre, é percebida uma diminuição do número de alunos em sala. O reitor da Uerj afirma que o problema é a falta de verbas (Folha Dirigida, 17/11).

Conselho reprova cinco cursos de Medicina

O Conselho Regional de Medicina de SP divulgou os resultados da primeira fase da avaliação de estudantes do sexto ano do curso de medicina. Cinco das 23 escolas avaliadas não tiveram nem 50% de aprovação. Para ser aprovado, o estudante precisava acertar 60% das questões. A presença na prova não era obrigatória. Dos 2.197 estudantes aptos a fazer o exame, 1.003 participaram. Muitos não compareceram por discordarem da avaliação. Os resultados do Cremesp não impedem as faculdades que não tiveram bons resultados de continuar funcionando normalmente. (Folha de São Paulo, 18/11)

Pré-escola combate pobreza e desigualdade, diz Nobel

O investimento na educação nos primeiros anos de vida é o que mais dá retorno à sociedade, e melhor desempenho no mercado de trabalho, além de evitar a criminalidade, a gravidez na adolescência, o abandono da escola, entre outros. Esta visão foi apresentada por James Heckman, prêmio Nobel de Economia, durante seminário sobre educação, no Rio (estadao.com.br, 16/11).

Pressão contra vôos secretos da CIA aumenta na Europa

Aumenta a pressão dos governos europeus para que os EUA respondam às acusações de que aviões clandestinos da CIA transportando presos usaram aeroportos no continente. Têm surgido denúncias de pousos realizados por jatos particulares, alugados para a agência de espionagem desde 2001 na Espanha, Portugal, Noruega, Suécia, Dinamarca e Islândia, no momento em que o Conselho da Europa, que fiscaliza o respeito aos direitos humanos, investiga as denúncias levantadas pelo *Post*, no que diz respeito à instalação de prisões secretas na Europa Oriental. A CIA tem repetidamente se recusado a comentar o transporte de suspeitos pelo território de países europeus (vermelho.org.br, 18/11).

Campanha Salarial

Descaso e incapacidade de Haddad o levam a romper negociação

Na avaliação do Comando de Greve do Andes-SN, governo demonstrou sua incapacidade de negociar com os docentes

O ministro da Educação, Fernando Haddad, encerrou as negociações com o movimento grevista dos docentes de ensino superior federal e anunciou que encaminhará um Projeto de Lei (PL) ao Congresso Nacional com a proposta de reajuste diferenciado com aumento nas titulações e sem paridade entre ativos e aposentados. O texto do PL já estaria na Casa Civil. Haddad anunciou o rompimento das negociações com a categoria docente na semana passada, dia 16, durante uma entrevista coletiva à imprensa na qual impediu a participação dos jornalistas sindicais e do jornalista da reitoria da UnB. "Optamos pelo projeto de lei porque o considerarmos mais palatável ao Congresso Nacional. O Congresso prefere receber assim e não por Medida Provisória", disse Haddad a repórteres da imprensa comercial que repassaram as informações aos colegas que foram grosseiramente tratados pela assessoria de comunicação do Ministério (leia box).

No projeto de lei do governo, o MEC reitera a proposta já rejeitada em três ocasiões pelos professores durante o processo de negociação. Ela oferece a criação da classe associado, aumento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) para inativos de 91 para 115 pontos, reajuste do percentual da titulação em 50%, aumentos diferenciados nos pontos da GED e elaboração de um Grupo de Trabalho para discutir a reestruturação da carreira docente. O governo não contempla reivindicações prioritárias dos professores, que são a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, isonomia entre docentes dos 1º, 2º e 3º graus, recuperação do poder aquisitivo diante da perda inflacionária e fim das remunerações por critérios produtivistas.

Carla Lisboa

MANIFESTAÇÃO REALIZADA EM BRASÍLIA, NO ÚLTIMO DIA 14

Para o vice-presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, o movimento grevista continua e, a partir de agora, vai atuar forte na Casa Civil e no Congresso na tentativa de evitar o envio do projeto de lei do governo. "Nós acreditamos que a greve vai permanecer e esperamos que o governo retome as negociações antes de enviar qualquer proposta ao Congresso", disse o dirigente.

Em nota divulgada na manhã dessa segunda, 21, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN considera que, com o rompimento das negociações, o governo deixa clara a incapacidade de negociar com a categoria docente. "Desde o início do governo Lula, esse ministério tem tratado as reivindicações dos professores das IFES com intransigência, quando não com sistemática desconsideração. O GT-MEC foi criado e chegou ao fim sem que nada fosse resolvido, compromissos jamais foram cumpridos ou sequer formalizados", avalia o CNG.

Na avaliação dos docentes em greve, o governo precisou convocar uma coletiva para anunciar sua decisão de interromper a negociação e transferir o embate pelo reajuste para o Congresso Nacional por saber que não haveria argumentos financeiros ou políticos que não pudessem ser questionados e derrubados pelo movimento docente. O CNG ressalta que essa manobra de jogar a negociação para o âmbito do Congresso Nacional custou R$ 1 milhão num único dia, "para divulgar à imprensa de todo o país um conjunto de inverdades sobre sua proposta de reajuste aos professores".

Anúncio de rejuste acima da inflação é mentiroso

Não é verdade quando o governo anuncia um reajuste de 9,5% acima da inflação para os docentes. Não é verdade quando o MEC diz que, com a criação da classe de professor associado, atende a reivindicações históricas da categoria, pois uma das mesmas é a implantação de uma nova carreira na qual essa classe é apenas um dos seus itens. No momento, a principal reivindicação da categoria docente é a garantia da isonomia e da paridade. "É inadimissível que um ministro de Estado use de inverdades ao dirigir-se o povo e aos parlamentares no intuíto de obter apoio para combater o movimento legítimo de greve".

Para essa semana, o CNG estará se reunindo com a associação dos reitores (Andifes), bancadas da Câmara e do Senado, entidades e movimentos sociais que possam intervir em favor das reivindicações da categoria. Foram enviadas também cartas à ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, ao ministro das Relações Internacionais, Jaques Wagner, e ao líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, relatando o rompimento do MEC e solicitando que invervenham pela reabertura das negociações.

Jornalistas são expulsos de coletiva com ministro da Educação

A transparência parece não ser o forte da equipe do ministro da Educação, Fernando Haddad. Na entrevista coletiva que o ministro concedeu à imprensa na manhã do dia 16, três jornalistas foram impedidos de participar sob a alegação de que não eram profissionais da imprensa.

Os repórteres André Castro, da assessoria de imprensa da UnB, Luciana Bezerra, da assessoria de imprensa do Comando Nacional de Greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, e Carla Lisboa, da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), foram constrangidos e humilhados, diante de vários colegas da imprensa comercial, pela coordenadora de imprensa do MEC, Vera Flores. "É uma coletiva à imprensa e por isso vocês não podem participar", disse ela, de forma grosseira e com o tom da voz alterado.

Questionada sobre a decisão, Vera Flores disse que só estava cumprindo ordens. Os jornalistas tiveram de esperar do lado de fora os colegas da imprensa comercial saírem da entrevista para poder obter informações. "Hoje de manhã liguei para o Ministério e perguntei à assessoria se repórteres da imprensa sindical poderiam participar da coletiva, já que o ministro iria falar sobre os pontos conflitantes e impasses da negociação entre governo e docentes das universidades públicas federais em greve. A resposta que tive foi a de que poderia participar. Por isso estou aqui", disse Carla Lisboa.

Nem na ditadura

"Isso é um absurdo. Só na ditadura militar vimos isso no Brasil! Estamos impedidos de apurar a matéria porque conhecemos profundamente o assunto e o ministro não quer correr o risco de ter de responder perguntas que o deixem em má situação diante da imprensa", disse o jornalista André Costa. Ele foi expulso do Salão de Cristal, onde já estava instalado para cobrir o evento. Em seu desabafo, o repórter lembrou os tempos da ditadura, quando os generais e seus auxiliares escolhiam os jornalistas para os quais iriam conceder entrevistas.

Campanha Salarial

Envio de Projeto ao Congresso reforça postura intransigente do MEC

Dirigente alerta que movimento do ministro pode ser mais uma tentativa de acabar com a greve

A diretoria do Andes-SN recebeu como mais um sinal de instransigência o anúncio do ministro Fernando Haddad de que a proposta salarial rejeitada pela categoria, por três vezes, seria enviada ao Congresso Nacional, na forma de um projeto de lei. "Fizemos um esforço grande para negociar. Tínhamos proposta diferente e chegamos a flexibilizá-la, mas o governo rompeu a negociação", comentou o 1º vice-presidente do Sindicato Nacional, Paulo Rizzo.

Segundo Paulo Rizzo, a "saída" encontrada pelo governo também pode ser apenas mais uma tentativa de acabar com a atual mobilização: "Aí nós acabamos com a greve e ele (governo) nem envia o PL", afirma o dirigente sindical. Paulo Rizzo acrescenta que um projeto de lei, mesmo em regime de urgência, na conjuntura vivida pelo Legislativo, só deve ser aprovado em março do ano que vem.

O alegado "tensionamento" citado pelo ministro Fernando Haddad durante a coletiva de imprensa do dia 16 teve como referência o episódio de Catalão - em greve desde o dia 28 de setembro, os docentes do *campus* de Catalão da Universidade Federal de Goiás foram ameaçados de demissão pela reitora

Carla Lisboa

PAULO RIZZO

local e o Comando Nacional de Greve do Andes-SN manifestou seu repúdio às perseguições - e um suposto apedrejamento de carro oficial do ministério, o que foi desqualificado pelo dirigente sindical.

De acordo com Paulo Rizzo, não houve apedrejamento algum e, sim, num lance isolado de manifestação, foi atirado um pedaço de gelo que não provocou dano ao veículo. "Isso foi confirmado pela segurança do próprio ministério", contou. Sobre Catalão, o diretor do Andes-SN disse que o ministro ficou irritado porque o Comando Nacional de Greve cobrou a responsabilidade do MEC através de uma moção. "Na verdade, ele usou isto como pretexto para encerrar a negociação", completou.

Muito mais grave, na opinião do dirigente sindical, deve ser considerado o impedimento de jornalistas participarem da coletiva do dia 16. As jornalistas a serviço do Comando Nacional de Greve do Andes-SN e da Seção Sindical dos Docentes da UnB não puderam acompanhar o anúncio do ministro Haddad, por ordem da acessoria do MEC. Outro detalhe: o repórter da reitoria da UnB, que já havia entrado na sala da coletiva, foi retirado do local pela assessoria do MEC. "Isso é de um autoritarismo sem precedentes", critica Paulo Rizzo, que até o dia seguinte (17/11) ainda aguardava um comunicado oficial do envio do PL para o CNG/Andes-SN. "Se era um anúncio para os professores, tinha que ser encaminhado para o Sindicato, mas foi comunicado apenas para uma imprensa selecionada", ironizou.

Histórico de intransigência

O mais recente movimento do MEC representa mais um triste capítulo do histórico de instransigências nas "negociações" com os docentes universitários. Em 1998, sem apoio do Comando Nacional de Greve, mas amparado por acordo com uma antiga diretoria do Sindicato, foi criada a GED. No ano passado, também sem o crivo da categoria, o governo baixou uma Medida Provisória (nº 208) para reajustar o salário dos professores através de aumento da GED, enquanto as assembléias de base reivindicavam a incorporação das gratificações, isonomia e paridade.

Para Paulo Rizzo, existe nos últimos governos um controle muito grande da administração de pessoal. "A atual organização do Estado bloqueia qualquer negociação que quebre com essa lógica de política salarial para os funcionários públicos", explica. "No caso da GED, para os docentes, ainda conseguimos tirar a questão da contagem de pontos, mas não se paga, por exemplo, a integralidade da gratificação para os aposentados, o que é uma outra diretriz da política de governo", completa.

Análise da greve

Paulo Rizzo classifica como importante a atual greve, que, segundo ele, teve a legitimidade conferida pelas bases e mesmo no meio parlamentar, com o qual foram feitas algumas articulações para tentar resolver o impasse junto ao governo.

E o apoio parlamentar trabalhado durante a mobilização, também segundo o dirigente sindical, será fundamental nessa fase da greve. "Já estamos trabalhando com uma comissão suprapartidária formada durante as negociações para evitar que o projeto de lei seja enviado ao Congresso Nacional e para buscar a reabertura do diálogo", falou.

Professores indignados com decisão do ministro

Avaliação é que Fernando Haddad não tem capacidade para negociar

Já começou a causar má repercussão dentro da categoria a decisão do ministro Fernando Haddad de enviar uma proposta salarial rejeitada pelos professores para o Congresso Nacional. Incapacidade de negociar com os docentes e fidelidade à política do Banco Mundial são algumas razões apontadas para justificar o último movimento do MEC.

Para a diretora da Secretaria Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN, professora Sonia Lúcio, o governo demonstra com esta atitude que vai permanecer fiel às diretrizes do Banco Mundial para a Educação, com o pagamento de gratificações produtivistas. Segundo ela, o próximo passo do movimento docente será a radicalização da greve, em defesa dos princípios de paridade e isonomia. Sonia informa que a assembléia da Aduff-SSind já deliberou pelo adiamento do vestibular e pela participação em uma atividade conjunta de estudantes, docentes e técnico-administrativos, em Brasília, durante esta semana. "Há uma previsão de viagem para 40 estudantes e 17 professores", conta, acrescentando que aguarda informes das assembléias do Cefet-RJ e da UFRRJ.

Integrante do Comando Local de Greve da Aduff-SSind, o professor Waldyr Lins de Castro acredita que o governo "tenta se livrar do problema". "Como o ministro não tinha força para resolver, ele jogou para a frente, para os parlamentares", observa. Segundo ele, a contraproposta do movimento docente mexia em dois pilares da política governista ao defender a paridade e o fim do produtivismo acadêmico.

Já para Rosane Ferreira, 1ª vice-presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFRRJ, é justamente a pressão dos parlamentares envolvidos nas negociações com o MEC que deve estar incomodando o ministro Haddad. "Estamos vendo que ele não tem capacidade de resolver o conflito e devemos partir para o diálogo com escalões superiores do governo", avalia a professora, que estava presente na última audiência entre representantes do MEC e do CNG/Andes-SN, no dia 10.

Campanha Salarial

Mobilização segue intensa nas universidades em greve

Ocupações estudantis ocorrem em diversas instituições

Prossegue a intensa mobilização de várias universidades em greve. E, diante de todas as tentativas do governo de desgastar o movimento, a tarefa passa a ser a radicalização das atividades, com o decisivo apoio estudantil.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, durante os dias 10 e 11 de novembro, a Seção Sindical dos Docentes local (Apufsc-SSind) alugou vários carros com aparelhagem de som para circular próximos aos prédios da instituição com esclarecimentos sobre a greve. O objetivo era também convocar à paralisação os demais professores que insistiam em dar aulas.

De acordo com o presidente da Apufsc-SSind, Carlos Soares, foi uma atividade interessante por ter chamado a atenção dos alunos desses docentes que não estão em greve. Como o som estava muito alto, as alunos desceram dos prédios para conversar com os manifestantes, fato que criou polêmica com os não-grevistas. E o dirigente adianta que haverá uma nova atividade-surpresa no *campus* da universidade, nos próximos dias.

Ocupação do Conselho Universitário

O professor Carlos Soares informa também sobre os desdobramentos da ocupação estudantil do Conselho Universitário da UFSC, realizada em meados de outubro. Na ocasião, a reitoria entrou com processo administrativo contra os estudantes, além de ter sido aberto um inquérito na Polícia Federal.

Segundo o presidente da Apufsc-SSind, os alunos ainda não tinham sido chamados a depor em nenhuma instância. Ele conta que o grande trunfo surgido esta semana, na capital catarinense, foi a absolvição de um outro grupo de estudantes envolvidos em manifestações de rua pela defesa do passe livre para o segmento. Segundo Carlos Soares, vai ser estudado como transferir os argumentos de defesa de um ato estudantil para o outro, ocorrido dentro da universidade, com a finalidade de descaracterizar todas as acusações.

Tadeu Brandão

ESTUDANTES DURANTE OCUPAÇÃO NO GABINETE DA UFAL

Na UnB, ocupação foi na reitoria

E já vai se tornando uma marca do movimento estudantil a ocupação dos espaços institucionais para chamar a atenção para suas reivindicações. Na Universidade de Brasília (UnB), os estudantes ocuparam a reitoria em 10 de novembro e só se retiraram no dia seguinte, após a assinatura de um termo de compromisso por parte da administração universitária. Toda a negociação foi intermediada por integrantes do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, procurado por representantes dos alunos.

Entre outras reivindicações, a reitoria da Universidade de Brasília (UnB) comprometeu-se a realizar um debate público sobre as fundações privadas no primeiro semestre letivo de 2006. Também garantiu o aumento, ainda não estipulado, da chamada Bolsa Permanência, destinada aos alunos de baixa renda (atualmente de R$ 130) e assinou o compromisso de que não haverá nenhuma retaliação ao movimento, em função do ato de ocupação do gabinete da sala do reitor. Segundo nota divulgada pela diretoria da Seção Sindical dos Docentes (Adunb-SSind), "esse episódio demonstra muito claramente que a via democrática e pacífica do diálogo e da negociação deve sempre prevalecer, sobretudo num ambiente como o da universidade".

Em Alagoas, ocupação também terminou bem

Outra ocupação estudantil de reitoria que terminou pacificamente foi na Universidade Federal de Alagoas, já noticiada na edição anterior do Jornal da Adufrj. Apesar de a administração universitária ter solicitado à justiça a reintegração de posse do local, o que poderia provocar o uso de força policial, uma audiência de conciliação convocada pelo próprio juiz foi suficiente para resolver o impasse. Os alunos tiveram suas reivindicações parcialmente atendidas e se retiraram, na semana passada.

De acordo com Lara Tapety, do Comando de Mobilização estudantil, primeiro foi acertado que não haveria qualquer retaliação aos manifestantes. Outro ponto disse respeito às taxas que estavam sendo cobradas dos alunos para expedição de documentos da universidade: a reitora assumiu posicionamento contrário à cobrança e vai pautar o assunto no conselho universitário da UFAL. O pró-reitor que deveria cuidar dos assuntos de assistência estudantil, mas que, segundo Lara, não estava comprometido com suas funções, será afastado até o fim deste mês. Ampliou-se, ainda, em mais 300 vagas o atendimento no restaurante universitário gratuito local. "Foram conquistas boas, dentro das nossas possibilidades", comenta Lara.

Suspensão do vestibular

Com o fim da ocupação estudantil, que era apoiada pelos demais segmentos em greve da universidade, as atenções agora se voltam para a radicalização das atividades. O professor Ailton Silva Galvão, da diretoria da Seção Sindical dos Docentes (Adufal-SSind), diz que a atual tarefa dos movimentos é o adiamento do vestibular. "Existem vários caminhos e vamos analisá-los em reunião do comando unificado de greve", conta. Uma das formas é a via institucional, através de aprovação do Conselho Universitário, explica o professor. Mas não está descartado um possível boicote por parte dos professores universitários, que são os coordenadores dos fiscais de prova, o que levaria à suspensão do concurso. "Em última instância, pode haver até mesmo uma invasão dos locais de prova para anular o exame", esclarece.

Sinasefe pede mais R$ 80 milhões para categoria

O Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) exige que o governo retire a proposta de criação da "classe especial" do montante orçamentário apresentado para atender aos pleitos da categoria (R$ 100 milhões). De acordo com o sindicato, a alteração na carreira é resultado de acordo, ainda não cumprido, de uma greve anterior e deveria ser resolvida à parte das verbas atualmente disponibilizadas. Feito isso, o Sinasefe entende que basta a ampliação dos recursos apresentados em mais R$ 80 milhões para atendimento das reivindicações imediatas.

A categoria pretende pressionar o governo e também vai participar das atividades em Brasília, entre os dias 22 e 24, junto dos professores da base do Andes-SN e dos técnico-administrativos da Fasubra.

Fasubra organiza caravana a Brasília

Próximos aos cem dias de greve, os técnico-administrativos organizam uma nova caravana esta semana para Brasília. O objetivo é pressionar o governo ao atendimento das reivindicações: 21 assembléias de base já se comprometeram a participar das atividades na capital federal, que também vão envolver os professores federais e estudantes.

Reforma Universitária

Estudantes de Economia promovem debate sobre Reforma Universitária

Professores convidados polemizam no auditório Pedro Calmon

Enquanto um lado rejeita o anteprojeto do governo para a reforma universitária, o outro considera que este pode ser uma alternativa para mudar o quadro do ensino superior no Brasil. Essa foi a tônica do debate organizado pelo Centro Acadêmico do Instituto de Economia da UFRJ, na manhã do último dia 17, no auditório Pedro Calmon.

Contrário ao projeto do governo, Roberto Leher, da Faculdade de Educação e diretor do Andes-SN, falou sobre o conceito de "reforma", uma expressão historicamente ligada à ampliação do que é público. De acordo com Leher, sobretudo a partir da década de 80, passaram a se chamar "reforma" todas as medidas que retiram recursos do setor público: "As mudanças conduzidas pelo Banco Mundial, por exemplo, mostram apenas a visão das classes dominantes, que fazem reformas de ajuste estrutural, sempre objetivando reduzir o que é público: previdência pública, saúde pública, educação pública, inúmeros direitos trabalhistas, entre outros pontos".

Leher classificou a reforma universitária de Lula como uma contra-reforma, pois reduz os gastos públicos com educação superior em benefício do setor privado mercantil. O professor citou os três eixos que considera fundamentais para as universidades públicas e não estão previstos no anteprojeto: ampliação do acesso à universidade pública, transformação da universidade num espaço de produção de novos conhecimentos e controle social sobre o setor privado.

Já Fernando Giuseppe Cocco, da Escola de Serviço Social, declarou que concordaria quase que plenamente com estes três eixos. A ampliação do acesso ele classificou como prioridade e afirmou que a transformação da universidade num espaço de produção de novos conhecimentos seria uma conseqüência natural caso os demais eixos fossem implementados: "Se, hoje em dia, pouco mais de 2% da população entre 18 e 24 anos estão nas universidades públicas no Brasil, isso não é apenas por causa do que aconteceu durante o governo FHC e do governo Lula, mas pela história do ensino público superior no Brasil, que é muito mais longa".

Antonio Vianna

DEBATE ORGANIZADO PELO CENTRO ACADÊMICO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

Para Cocco, não se trata apenas de dizer que o Brasil tem um percentual pequeno da população nesta faixa etária dentro das universidades públicas. Deve-se levar em consideração o percentual do PIB que é gasto com educação, segundo o professor: "O Brasil gasta o percentual do PIB equivalente ao que gastam a Espanha, a Argentina... Países que chegam a ter 45% desta população nas universidades públicas", afirmou.

Roberto Leher respondeu que o Brasil gasta cerca de 4% do seu PIB com educação, sendo que a Unesco recomenda como valor mínimo o índice de 6%. O professor informou que nenhuma das medidas encaminhadas pelo governo Lula, desde que ele assumiu, sequer se aproximam de nenhum dos três eixos citados por ele.

Leher ressaltou ainda as conclusões elaboradas pelo governo, através do Ministério da Fazenda, em relação às universidades públicas. A pasta do governo teria concluído que as instituições são notoriamente ineficientes, custosas e elitizadas. Portanto, seria irracional continuar utilizando recursos no desenvolvimento da universidades públicas. A solução apresentada pelo próprio Ministério da Fazenda para democratizar o acesso a educação se dará pela realização de parcerias com o setor privado, através das Parceiras Público-Privadas (PPPs), que ferem claramente o terceiro eixo proposto: controle do social sobre o setor privado.

Por sua vez, Cocco acredita que não se pode raciocinar sobre a situação do ensino superior do Brasil separando-o do contexto mais geral do ensino no país, do "contexto social futurístico" do Brasil. Para ele, "se estamos numa determinada situação temos que analisar porque estamos nesta determinada situação".

Professor critica entidades

Cocco afirmou que o fato de Lula ser considerado um governo de direita por sindicatos e movimento estudantil fez com que fosse rejeitada previamente a proposta. Cocco criticou as entidades que, em vez de preferirem apostar na construção democrática de reforma ou na construção abstrata de projeto de Estado, teriam optado por um discurso da rejeição.

Roberto Leher acredita que a rejeição à Reforma Universitária se deve justamente ao fato de ela sequer se aproximar dos eixos que caracterizariam uma reforma de fato que ampliaria direitos e democratizaria as instituições públicas. O professor citou alguns aspectos do anteprojeto: o desaparecimento da fiscalização das universidades privadas, o financiamento proposto - que reduziria a verba das federais de R$ 7,2 bilhões para R$ 4,6 bilhões – e criticou duramente o fato de todos os cursos poderem ser ofertados a distância: "Imaginem um médico que nunca entrou num consultório e que se graduou a distância", sugeriu.

Orçamento de Lula é menor do que o de FHC

Leher lembrou também que o orçamento para Educação de 2004 e 2005 é 20% menor que o orçamento de FHC: "Não estou dizendo que o Cardoso era bom, mas o Lula é muito ruim mesmo", criticou.

Já Cocco considera moderada a proposta de reforma, assim como o governo Lula. Para o professor, como o governo é moderado, parte dos que o apóiam hoje também apoiava o governo anterior: "A principal questão no momento é: como vamos rearticular uma força que permita uma mudança social?", questionou.

Reforma favorece setor privado

Leher explicou que hoje existem no Brasil aproximadamente 1.620 instituições de ensino superior privadas, sendo cerca de 320 instituições consideradas filantrópicas comunitárias (como Univercidade, Estácio de Sá e Gama Filho, entre outras, que possuem isenções fiscais). Mesmo sabendo que estas instituições não são verdadeiramente filantrópicas, mas sim uma fonte de sangria de recursos públicos, Leher afirmou que as outras 1.300 instituições privadas não filantrópicas deveriam repassar, pela lei, 25% do que arrecadam por meio de tributos. Mas o governo resolveu conceder também isenções fiscais para as outras 1.300 instituições em troca de as universidades privadas cederem 25% de suas matrículas gerais para atender as necessidades sociais.

De acordo com Roberto, as vagas que as universidades privadas cedem atualmente ao governo são apenas 4,25% do total (pouco mais de 100 mil vagas), um percentual bastante reduzido após as pressões dos empresários. Para efeito de comparação, Leher citou um estudo feito pela Gazeta Mercantil e pela Revista Exame com a constatação de que o ensino superior privado movimenta hoje em torno R$ 18 bilhões por ano. Segundo Roberto, isso renderia mais de R$ 3 bilhões para o governo, caso ele recebesse o percentual a que teria direito. Leher considerou incoerente o governo abrir mão dos impostos do setor privado e propor, através da Reforma Universitária, reduzir os gastos com as universidades federais.

UFRJ

Eleições para CPPD começam no dia 28

No último dia 27 de outubro, foram encerradas as inscrições para a eleição de Representantes de Centro e representantes de classe e categorias para a Comissão Permanente de Pessoal Docente. Vinte professores se candidataram à representação na Comissão. A votação será nos dias 28, 29 e 30 de novembro, com seções em todas as Unidades da Universidade. A apuração, aberta ao público, acontece no dia 5 de dezembro no Salão do Conselho Universitário. Dia 8 é a vez de o Consuni apreciar e homologar o resultado.

REPRESENTAÇÃO DE CENTRO	CANDIDATO	UNIDADE DE ORIGEM
C.C.S.	THEODOR LOWENKRON	Fac.Medicina
C.C.S.	ALANE B. VERMELHO	I. Microbiologia
C.C.S.	ELIZABETH ACCIOLY	Inst.Nutrição
C.C.J.E.	VITOR MARIO IORIO	Fac.Administr.C.Cont.
C.F.C.H.	CARMEM TERESA GABRIEL ANHORN	Fac. Educação
C.F.C.H.	MARILÉIA FRANCO MARINHO INOUE	Escola Serv.Social
C.C.M.N.	RICARDO BORGES BARTHEM	Instituto de Física
C.L.A.	MURILLO MENDES GUIMARÃES	E. de Belas Artes
C.L.A.	AURÉLIO A. MENDES NOGUEIRA	E. de Belas Artes
C.L.A.	MARCIA BOTELHO JUNQUEIRA	Fac. Arquitetura
C.T.	SEM CANDIDATO	
F.C.C.	SEM CANDIDATO	

CLASSE CATEGORIA	CANDIDATO	UNIDADE
TITULAR	JARI NOBREGA CARDOSO	Inst.Química
TITULAR	MARIA CECILIA DE MAGALHÃES MOLLICO	Fac. De Letras
TITULAR	LESLIE CLAUDE BENCHETRIT	Inst.Microbiologia
ADJUNTO	DENISE FERNANDES LOPEZ NASCIMENTO	Fac.Odontologia
ADJUNTO	EMILIO VELLOSO BARROSO	Inst.Geociências
ASSISTENTE	HUGO BORGES BACKX	E.de Belas Artes
ASSISTENTE	ROSANE MARA PONTES DE OLIVEIRA	E. de Enfermagem
AUXILIAR	SERGIO JACOB MOLINA	F.Nac. Direito
EDUC.BÁSICA	MILITZA BAKICH PUTZIGER	Col.Alicação
EDUC.BÁSICA	CELIA BRITO TEIXEIRA GAMA	Col.Aplicação

Adufrj-SSind na Internet. Informação e opinião todos os dias

A seção sindical está com nova página na Internet. Com atualização diária do noticiário do movimento docente local e nacional, a nova estrutura do *site* da Adufrj-SSind permanece no endereço **www.adufrj.org.br.** Outra novidade da página é a publicação do jornal semanal da entidade em arquivo texto, o que facilita o acesso e a leitura das matérias *on line*. O material fotográfico produzido pela Comunicação da entidade também pode ser acessado através do link 'arquivo fotográfico' na primeira página do *site*. Confira.

Jurídico

Próxima assembléia discute abono 2006

Na próxima Assembléia Geral da Adufrj-SSind, estará em pauta a ação do abono pecuniário de 2006. O abono para os professores da UFRJ já se tornou uma costumeira fonte de ações judiciais. Todo ano, a seção sindical entra com um processo para possibilitar a venda de um terço dos dias de férias dos seus sindicalizados que tenham feito a opção pelo abono, nas listagens de marcação de férias.

Uma ação para cada ano

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind informa que, como a matéria do direito à venda de 1/3 das férias pelo funcionalismo público não tem consenso entre os juristas, é preciso que, a cada ano, a entidade entre com uma ação específica para as férias do período. Isso é feito para evitar que a ação seja julgada no mérito sobre o direito para todos os anos - caso ganhasse, estaria garantido o direito; se perdesse, não haveria mais a possibilidade de recorrer ou de acionar a UFRJ nos próximos anos.

UFRJ desconta GED paga a aposentados

Os professores aposentados da UFRJ tiveram uma desagradável surpresa no seu último contracheque: além da suspensão da GED integral, ainda tiveram o desconto do pagamento do mês anterior. Com o agravante de que nenhuma informação foi repassada pela reitoria, muitos deles procuraram a Adufrj-SSind para maiores esclarecimentos. A sentença ganha em julho último pela Adufrj-Ssind continua válida e nossa assessoria jurídica já encaminhou o pedido de recurso para seu cumprimento. Paralelamente enviamos requerimento à Reitoria solicitando a restauração administrativa da sentença, fomos ao Conselho Universitário e tivemos uma audiência com o Reitor da UFRJ na última quinta-feira, 17 de novembro. Nesta reunião o Reitor informou que a suspensão do pagamento foi iniciativa do Procurador do Ministério Público na UFRJ. Reconheceu que a universidade deveria ter comunicado aos interessados tal decisão e que iria discutir o assunto com o Procurador da UFRJ na semana seguinte. Também confirmou que na próxima folha de pagamento não haverá nenhum desconto.

Diretoria da Adufrj-SSind

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 482 • 29 de novembro de 2005

Conselho de Representantes

Reunião aberta à participação de todos os sindicalizados da Adufrj-SSind

1º/12 quinta-feira

14h às 17h

Sede da Adufrj-SSind
Centro de Tecnologia
bloco D sala 200
Ilha do Fundão

Pauta:
Greve das IFES

Professores mostram que aulas em períodos de greve são sempre integralmente repostas

Página 3

Chapa candidata à direção da Letras defende ensino público e gratuito

Página 6

Por que o socialismo?
Albert Einstein

Encarte especial nesta edição

Carla Lisboa

UMA MULTIDÃO DE SERVIDORES DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS PARTICIPOU DE VIGÍLIA NO ÚLTIMO DIA 23 EM FRENTE AO CONGRESSO NACIONAL. OS SERVIDORES REALIZARAM DIVERSAS ATIVIDADES EM FRENTE AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ATÉ A ÚLTIMA SEXTA, 25

Pressionado por grevistas, MEC recebe Comando Nacional do Andes-SN

Apesar de ter feito grande alarde na imprensa nacional, o ministro Haddad não encaminhou projeto de lei que reajustaria os salários dos professores das universidades federais.

Páginas 4 e 5

Editorial

A cortina de fumaça do governo Lula sobre as universidades

Anunciado há mais de dez dias, até hoje (28/11) o governo ainda não apresentou o Projeto de Lei sobre o reajuste dos docentes das IFES. A novidade ficou por conta de várias notícias na imprensa, com dados contraditórios e distorcidos sobre as intenções do governo. Mais uma vez, como nos velhos tempos da ditadura e dos governos neo-liberais, o MEC divulga boatos e lança uma cortina de fumaça para ocultar os fatos relevantes. Vamos a eles.

O primeiro fato importante que o MEC esconde é o de que nosso sindicato participou de uma série de reuniões entre janeiro e setembro com representantes do governo, com a presença dos seus "convidados" e que neste tempo todo o governo não apresentou nenhuma proposta, nada sobre a nossa carreira, nenhum sinal de disposição em atender reivindicações básicas para o funcionamento das IFES, que inclusive vêm sendo pedidas pelos próprios reitores, através da Andifes. Somente após a deflagração da greve é que o governo Lula lembrou das Universidades Públicas.

O segundo fato conhecido é que o movimento docente apresentou uma contraproposta, revendo suas prioridades, enquanto que o governo tem sido inflexível e se apega "aparentemente" a uma questão de falta de recursos. Desde o início do movimento estamos enfatizando a divergência de princípios entre as duas propostas: a do governo que acentua as distorções atuais entre ativos e inativos e exclui os docentes de 1° e 2° graus e a do movimento docente que se baseia na paridade e na isonomia. Os anunciados 500 milhões de reais como um limite intransponível, representam aproximadamente um dia de juros pagos pelo governo aos especuladores financeiros.

Outro ponto importante é o da carreira docente. No início de nossa carreira atual, com incentivos à titulação e regras claras de progressão, tivemos um notável estímulo à capacitação e qualificação dos docentes das IFES. No entanto, com o passar do tempo, esta carreira ficou desatualizada. Há mais de dez anos o ANDES-SN elaborou uma nova proposta de carreira, onde, entre outros pontos, sugerimos a criação de um novo nível – o de professor associado. Nunca tivemos resposta do MEC sobre esta proposta. A proposta atual do MEC apropriou-se desta nomenclatura, porém num sentido totalmente diferente. Para nós, a questão básica de uma nova carreira é o estímulo ao trabalho, com regras claras de progressão que revertam numa melhoria da qualidade do desempenho das IFES. O MEC reduziu esta proposta a um simples reajuste salarial. Em nenhum lugar propõe regras de progressão, criando a expectativa, sem confirmação, de que todos os atuais Adjuntos 4 seriam promovidos burocraticamente para Associados. A ausência de um tratamento sério desta questão revela mais uma vez o descaso do governo com a Universidade Pública.

Uma antiga questão também voltou a ocupar a imprensa, com a divulgação de intenções do governo de limitar o direito de greve dos servidores públicos. Embora já tenha sido tentado por vários governos anteriores, nossas greves nunca foram reconhecidas como ilegais pela Justiça. O ponto básico, escamoteado pelo governo atual e pela imprensa, é o da definição dos serviços essenciais que, sob hipótese nenhuma poderiam ser interrompidos. Tal definição, apesar de constitucionalmente sugerida, nunca foi regulamentada pelo simples fato de que seus desdobramentos vão muito além do direito ou não de greve. É o próprio Estado brasileiro que deve prover os meios necessários para que nossa população não morra por falta de atendimento e recursos, para que nossas escolas não tenham instalações inadequadas e nem falta de professores. A definição de serviço essencial também tem como conseqüência a responsabilidade dos dirigentes e das prioridades dos governos com o seu efetivo cumprimento. Sabemos que atualmente os recursos públicos não têm sido encaminhados para as prioridades sociais e lamentamos que o governo Lula adote a velha estratégia da direita – esconde os fatos e joga sobre os servidores a culpa sobre o mau atendimento à população. Muitas das greves do serviço público teriam sido evitadas se o atendimento efetivo à população fosse feito.

Além de não aprofundar as discussões sobre as questões da política universitária, a falta de qualquer proposta mais efetiva por parte do governo Lula mostra sua real função – gerenciar a política econômica dos grandes grupos internacionais. Na última semana tivemos demonstrações claras disto. Enquanto o Presidente da República ocupa seu tempo acalmando as divergências na área econômica, o governo não consegue sequer encaminhar o PL ao legislativo.

Agenda Sindical

29/11 - Debate "Conjuntura e Universidade Pública em tempos neoliberais"
Niterói (RJ) - Auditório Florestan Fernandes - FEUFF - Gragoatá - Bloco D, das 16h30 às 19h30.

2/12 - Reunião dos docentes das Instituições de Ensino Superior Municipais
Brasília (DF) **-** sede do Andes-SN

3 e 4/12 - Reunião do GT-Fundações do Andes-SN
Brasília (DF) **-** sede do Andes-SN

16 e 17/12 - Reunião do GT Ciência & Tecnologia do Andes-SN
Brasília (DF) **-** sede do Andes-SN

17 e 18/12 - 4º Seminário Nacional de Política Agrária do Andes-SN
Uberlândia (MG) - Universidade Federal de Uberlândia

24 a 29/1/2006 - Fórum Social Mundial
Caracas **-** Venezuela

5/3 a 10/3/2006 - 25º Congresso do Andes-SN
Cuiabá (MT)

Jurídico

GED dos aposentados

Alguns professores já entraram em contato com a seção sindical para afirmar que sofreram novo desconto nos atuais contracheques em função do pagamento da GED integral para aposentados.

A Pró-reitoria de Pessoal informou que, para aqueles que receberam valores mais altos da gratificação, essa diferença foi descontada em duas parcelas.

Anote os telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião

Aulas não ministradas em períodos de greve são sempre repostas por categoria

Raphael de Haro Júnior*

A chamada grande imprensa, particularmente o Jornal O Globo, tem veiculado inverdades a respeito das greves dos professores das federais. Todas as aulas são repostas ao final de cada período de paralisação, como é de conhecimento e da aprovação dos órgãos colegiados das instituições

Com respeito às inverdades que têm sido veiculadas pela imprensa, pelo menos por alguma imprensa, e pelo próprio MEC, as quais se referem aos supostos três anos e meio de "gazeta" que os estudantes teriam sofrido ao longo dos últimos 25 anos (um quarto de século!), deve-se lembrar que isto corresponde, em média, a pouco mais de um mês e meio por ano, o que assim já não pareceria tanto, e é um período, que se justifica pelo lamentável descaso com que o Governo tem tratado o ensino público.

Contudo, o essencial ainda não abordado, que tem sido sistematicamente "esquecido" nestas perniciosas "notícias", é que os docentes da UFRJ têm, continuamente, exigidos de si próprios uma completa e detalhada reposição das aulas suspensas durante a greve, assim como têm exigido da Universidade - leia-se Conselho Universitário - a conseqüente alteração do calendário acadêmico, para que este se adapte a esta reposição plena e satisfatória.

A aprovação pelo Consuni da reposição das aulas e, coerentemente, de um novo calendário que a esta atenda, representa a chancela oficial da universidade (e do próprio MEC) ao fato óbvio de que as aulas não ministradas no período das greves foram **sempre repostas.**

Arquivo Adufrj-SSind/ Guilherme Lessa

ASSEMBLÉIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 2001.
OS DOCENTES DA UFRJ APROVAM A REPOSIÇÃO INTEGRAL DAS AULAS DOS 108 DIAS DE GREVE

Conclui-se, portanto, que a greve tem, em última análise, representado um abalo no período letivo normal e mesmo um desconforto, sem configurar uma perda de conteúdo, ou qualidade. Lembre-se que este desconforto, até em grau mais elevado, é partilhado e vivido pelos docentes, abrindo mão de seu período de férias, ou seja, de descanso, com toda a dificuldade acarretada ao seu trabalho, à sua pesquisa, ao seu planejamento e à sua atividade familiar, em nome de um objetivo maior, que é a manutenção do nível e da qualidade do ensino (gratuito), materializados na reposição das aulas.

Como exemplo, lembre-se a mais longa greve docente, a de 2001, que durou 108 dias, que teve plena reposição das aulas, sendo que houve cursos, como o de Medicina, em que se trabalhou até o ano de 2003, para completar a reposição das aulas a contento.

Deve-se então repelir, com toda veemência, a tentativa de, maliciosamente, jogar sobre os docentes a responsabilidade por virtuais perdas sofridas pelos estudantes no decorrer de nossa luta pela qualidade do trabalho docente e do ensino ministrado.

*Diretor da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Física

Os formandos perdidos de O Globo

Luis Paulo Paulo Vieira Braga*

Em matéria de destaque o jornal O Globo responsabilizou as Associações Docentes pela perda de três anos e meio de aulas com as greves. A fim de verificar alguns exemplos de como a reposição de aulas foi tratada na UFRJ, transcrevemos, a seguir, as deliberações a este respeito tomadas em algumas das greves.

Em 1996, os docentes da UFRJ, reunidos em assembléia geral, em 28 de maio, manifestam aos Colegiados Superiores da UFRJ sua posição em defesa da reposição integral de aulas e avaliações relativas ao período da greve que se iniciou em 16 de abril e se encerrou em 27 de maio de 1996. A reposição integral deve respeitar as cargas horárias, os conteúdos e os ritmos normais das disciplinas e demais atividades acadêmicas. As aulas e avaliações que eventualmente tenham se realizado no período da greve devem também ser repostas. Não devem ser realizadas avaliações na primeira semana após o retorno da greve, de forma a permitir uma readaptação completa dos alunos.

Em 2001, vários princípios gerais foram aprovados pela Assembléia da Adufrj-SSind de 10 de dezembro, para reposição de aulas que foram encaminhados aos colegiados superiores:

a) Calendário unificado para toda UFRJ, definido pelo CEG e homologado pelo Consuni, como referência para o calendário específico das unidades; b) Reposição integral da carga horária e do conteúdo das disciplinas, sem compactação do período e/ou aumento da carga horária semanal, com base em 15 semanas de aulas, resguardadas as especificidades da Faculdade de Medicina e do Colégio de Aplicação; c) A primeira semana de aulas deve ser dedicada à revisão da matéria do período anterior à greve, sem haver avaliações em geral, especialmente testes e provas, nas duas primeiras semanas de aula, a menos que exista concordância expressa de todos os alunos da turma; d) As aulas do primeiro período de 2002 só devem começar após o término do segundo período de 2001; e) Garantia do direito dos estudantes que não freqüentaram as aulas das disciplinas ministradas pelos professores que não interromperam as suas atividades durante o período de greve de terem novas aulas e provas; f) Intervalo mínimo de 4 (quatro semanas) entre os períodos letivos, visando garantir o direito de férias de docentes e alunos, a complementação das atividades letivas e os procedimentos administrativos necessários; g) O calendário de 2002 deve se basear em períodos letivos de 15 semanas de aula; h) O prazo para exames de qualificação e defesa de teses (mestrado e doutorado), além de monografias/projetos de final de curso de graduação, deve ser ampliado por um tempo igual ao da duração da greve; j) O CEPG e o Consuni devem fazer gestões junto aos órgãos de financiamento da pesquisa (Capes, CNPq, Faperj etc) no sentido de ampliar os prazos concedidos aos programas de pós-graduação; k) Reconhecimento da suspensão dos calendários acadêmicos durante a greve, com a interrupção de contagem de prazos para a integralização de créditos, tempo máximo de permanência no cursos, condições para jubilamento, manutenção de bolsas, defesas de teses e dissertações, trancamento de matrículas, novas opções, etc.

Em 2003, o calendário aprovado pelo CEG também previu a reposição:

Término do primeiro período: 30 de agosto de 2003; Início do segundo período: até 8 de setembro de 2003; Fim do segundo período: até 16 de janeiro de 2004; Fim do segundo período para a Faculdade de Medicina: 30/1/2004; Fim do segundo período para o Colégio de Aplicação: até 19 de dezembro 2003; (com reposição de aulas aos sábados e no feriado de 28/10).

O movimento docente, de uma forma geral, sempre considerou a reposição como uma forma de solidariedade para com os alunos e a sociedade que, em última instância, paga pelos serviços públicos. Não serão portanto matérias tendenciosas que irão ensinar à categoria o que é cidadania. A greve não é um passatempo ou diversão, todas as vezes que foi deflagrada representou a última etapa de uma série de iniciativas que enfrentaram a instransigência dos governos federais desde a era autoritária ao neo-trabalhismo atual.

O jornal O Globo perde seu tempo procurando os formandos perdidos das IFES, há muito tempo comparecemos às suas formaturas, hoje eles devem achar que os perdidos somos nós, seus professores, tratados como estranhos por estranhos ao meio da universidade pública, gratuita e de qualidade.

*Conselheiro da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Matemática

Campanha Salarial

MEC recebe representantes do Andes-SN, Fasubra, Sinasefe e estudantes

Comando indica continuidade da greve já que governo não apresentou nenhuma nova proposta

Após uma semana de intensos protestos dos docentes em greve na capital federal e nos estados, o secretário executivo do Ministério da Educação, Jairo Jorge da Silva, decidiu receber, no fim da tarde do último dia 23, os três comandos nacionais de greve do Andes-SN, da Fasubra e do Sinasefe. Lideranças do movimento estudantil também participaram da audiência. O encontro foi considerado inédito pelos grevistas, já que o MEC resistia em receber conjuntamente as entidades. "Quero dar os parabéns ao MEC por atender às entidades sindicais", destacou a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa. Participaram ainda os deputados federais Fátima Bezerra (PT-RN), Alice Portugal (PCdoB – BA), Wasny de Roure (PT-DF), Babá (PSol-RJ) e Paulo Rubem Santiago (PT-PE).

Na reunião, os representantes das categorias reafirmaram as reivindicações do movimento e solicitaram esclarecimentos sobre os desdobramentos das negociações com o MEC. Pelo Andes-SN, Marina confirmou a continuidade da greve, reiterou a disposição do movimento em manter a negociação com o ministério e destacou a viabilidade de se chegar a um acordo. Ela chamou atenção sobre a insatisfação da categoria ao ser informada pela imprensa de que o MEC estaria enviando ao Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL) com a proposta do governo aos professores do ensino superior federal. "A categoria foi comunicada por meio de uma entrevista coletiva e por uma nota paga nos jornais", disse. A dirigente indagou ainda onde se encontrava o PL. "Ninguém sabe onde ele está. A Casa Civil ainda não recebeu e a liderança do Governo no Congresso não sabe onde está".

MEC não encaminha PL

Apesar de o secretário ter anunciado, na ocasião, que o MEC enviaria o Projeto de Lei do reajuste dos professores universitários, até o fechamento dessa edição (segunda-feira, 28), nenhum projeto ou medida provisória a respeito entrou em tramitação na Casa Civil ou no Congresso Nacional.

Carla Lisboa

SERVIDORES PROTESTAM EM FRENTE AO PRÉDIO DO MEC, EM BRASÍLIA

A reunião com Jairo Jorge foi resultado de vários atos, em especial os realizados nos dias 23 e 24, quando cerca de 1.400 manifestantes, entre professores, estudantes e técnico-administrativos, vindos de vários estados brasileiros em caravanas, ocuparam as entradas do ministério. Na manhã de quinta, 24, realizaram simbolicamente o "café com o ministro Fernando Haddad" e promoveram uma série de atividades. Entre elas, a apresentação do congado de Viçosa e da capoeira de Airões, municípios do interior de Minas Gerais, e do grupo Paraibola. O ato ainda foi animado com palavras de ordem, como "Não ao mensalão, pelo atendimento da pauta de reivindicação", e pela marchinha do ministro. Deputados federais, como Babá, Ivan Valente (PT-SP), Paulo Rubem e Maninha (PT-DF), e representantes de entidades também estiveram no ato. À noite, os manifestantes saíram do MEC com tochas, percorreram a Esplanada dos Ministérios e encerraram o dia de mobilização em frente ao Congresso Nacional. Na sexta, dia 25, os manifestantes repetiram o "café com o ministro" e permaneceram em vigília em frente ao MEC, promovendo um enterro simbólico de Haddad.

Comando diz que governo não tem argumento econômico para não atender reivindicação da paridade e isonomia

Na avaliação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, apesar de o ministro Haddad afirmar à imprensa que o Sindicato transformou a paralisação em uma disputa política, a verdade é que não há argumentos econômicos para que a categoria não seja contemplada na sua reivindicação principal que é a garantia do reajuste paritário e isonômico. O CNG questiona, por exemplo, porque o governo incorporou a gratificação de outras carreiras da educação federal e não procede da mesma forma com os professores de ensino superior das federais. Por que a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas foi possível para um segmento da educação federal (professores da base de 1º e 2º graus) e não para os do segmento do ensino superior? Que o reajuste linear no vencimento básico seja anunciado para os docentes de 1º e 2º graus da educação federal e não para os mesmos docentes das universidades? Essas, para o CNG, são questões que o MEC não pode responder sem deixar claro que o tratamento diferenciado aos docentes do Andes-SN é uma forma de reprimir as manifestações dessa entidade contra as políticas econômicas e as reformas neoliberais do governo Lula ao longo dos três últimos anos, em especial contra a reforma universitária e a reforma da previdência.

Governo tem recordes de arrecadação e superávit e impõe política de arrocho

Na avaliação do CNG, ainda, os sucessivos recordes na arrecadação tributária, na formação de superávit e nas taxas de juros e serviços da dívida, mostram que há recursos disponíveis no orçamento para atender às reivindicações dos docentes. A força da greve foi capaz de impor recuos. Sem ela, não haveria qualquer proposta de reajuste e o governo não teria apresentado, primeiramente, os R$ 395 milhões como montante para o reajuste da categoria, nem, muito menos, o teria elevado para R$ 500 milhões.

O CNG chama atenção para o fato de que o PL não foi enviado ao Congresso, nem tampouco foi editada nenhuma medida provisória. A avaliação do movimento é que não se pode condicionar a greve à apresentação ou tramitação do projeto de lei. A tarefa, segundo o Comando, é denunciar a manobra do governo e tentar reverter a posição autoritária do MEC e, caso o PL seja realmente enviado ao parlamento, atuar junto aos deputados para adequá-lo à pauta de reivindicações da categoria, em especial ao atendimento da paridade e da isonomia salarial.

Campanha Salarial

Adiamento do vestibular tornou-se tarefa da greve

Além de chamar a atenção da sociedade, adiar o concurso representa solidariedade aos colégios federais paralisados

Arquivo Adufrj-SSind/ Guilherme Lessa

EM 2001, ESTUDANTES DO CAP E DO PEDRO II COMEMORAM O ADIAMENTO DAS PROVAS DO VESTIBULAR DA UFRJ PELO CONSELHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Para pressionar o governo e em solidariedade aos alunos e servidores federais também em greve da educação básica e profissional, o adiamento do vestibular nas diversas universidades tornou-se uma das principais tarefas do movimento docente. Com a aproximação das datas das provas no fim deste ano e início de 2006, dirigentes sindicais e comandos locais de greve organizam a pressão sobre os colegiados superiores das instituições para a suspensão do concurso de acesso aos cursos. Mas não estão descartadas outras alternativas que possam levar à anulação do exame.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), o vestibular estava marcado para o domingo posterior ao fechamento desta matéria. Diretora geral da seção sindical daquela universidade (Adufpa-SSind), Vera Jacob esclarece que uma assembléia realizada no dia 22 deliberou por indicar aos professores da instituição que não participem de qualquer etapa do processo seletivo, enquanto perdurar a greve docente. E, segundo ela, muitos docentes designados para a fiscalização do concurso já decidiram que não iriam trabalhar neste dia – o que poderá ocasionar a suspensão do exame.

Vera Jacob observa que a realização do vestibular nesta data estava sob a exclusiva responsabilidade do reitor da universidade. Por conta da greve, o dirigente universitário disse que não poderia convocar o conselho universitário local, "em respeito" ao movimento. O problema dessa atitude é que os sindicatos não puderam conseguir do colegiado máximo da instituição documentos de apoio às reivindicações da greve, nem fazer a pressão para o adiamento do concurso, de acordo com Vera Jacob. "É uma decisão unilateral dele (reitor) fazer a prova neste domingo (27/11)", disse.

A dirigente sindical informa, ainda, que toda a graduação da universidade em todos os seus *campi* está paralisada em função da greve. O movimento naquela instituição foi iniciado em 23 de agosto e, portanto, completou três meses na semana passada. "A assembléia que deliberou pela greve tinha mais de 200 professores", completa Vera Jacob.

Ao falar para a reportagem da Adufrj-SSind, Vera Jocob não hesitou em fazer um comentário dirigido aos professores da UFRJ: "Seria mais ético que os docentes da UFRJ abrissem mão dos futuros ganhos da greve", disparou.

Na UFF, pressão sobre o Conselho Universitário

No último dia 23, servidores e estudantes dirigiram-se ao Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF para solicitar o adiamento do vestibular, cuja primeira etapa está agendada para 4 de dezembro. A iniciativa, no entanto, não obteve êxito. Diretor da seção sindical dos docentes da instituição, o professor Juarez Torres explica o motivo: "Infelizmente, o conselho foi absolutamente insensível à solicitação (a proposta foi superada por 9 votos a 2). Havia até vários alunos e professores do Colégio Pedro II presentes, mas o conselho adotou essa posição conservadora", afirmou.

Mas o dirigente ainda espera que os movimentos organizados consigam alterar essa decisão no Conselho Universitário da UFF, que tem reunião marcada no dia 30 de novembro, quando novamente deverão comparecer servidores e estudantes das unidades do Colégio Pedro II e do Cefet-RJ. "Não teria problema algum adiar o vestibular por mais tempo. Isso já foi feito durante a greve de 2001. Daria condições de igualdade aos alunos dos colégios em greve e mais tempo de estudo para os demais candidatos", explica.

Juarez acrescenta que a violenta repressão contra a manifestação de greve no *campus* do Valonguinho, realizada em 25/10, e divulgada no Jornal da Adufrj nº 478 (de 31/10), não foi esquecida – na ocasião, a reitoria convocou a PM para o local e os manifestantes foram agredidos pelos policiais. "Estamos aqui trabalhando no texto da representação judicial contra o reitor. Isso é uma questão de honra para nós", comentou Juarez.

Santa Maria também quer adiar o vestibular

Na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, os professores estão em greve desde o dia 5 de setembro. E, de acordo com o presidente da seção sindical dos docentes daquela instituição (Sedufsm-SSind), Carlos Pires, em assembléia realizada na semana passada, foram aprovadas ações que podem levar à anulação do semestre acadêmico e ao adiamento do vestibular, marcado para janeiro.

O professor acrescenta que a adesão ao movimento de greve na instituição gira em torno dos 60%. Já as assembléias têm registrado a presença de aproximadamente 120 pessoas. Carlos Pires destaca, entre outras atividades de mobilização, o chamado "Café da Manhã", que reúne autoridades da cidade, no qual é articulado o apoio às reivindicações da greve. Dele já participaram o próprio reitor da universidade e até mesmo o prefeito da cidade.

Na UFRJ, reivindicação foi rejeitada

Na sessão do dia 19/10, o Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ rejeitou o pedido feito por estudantes e servidores de colégios federais em greve para o adiamento do vestibular. A solicitação teve três votos favoráveis e 11 contrários.

Novo apoio à greve

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), reunido no dia 24/11), aprovou por unanimidade uma nota de apoio à mobilização docente nas Instituições Federais de Ensino Superior que estão em greve. Considerando o movimento "justo", os conselheiros da UFPB alertam para os prejuízos causados a toda a comunidade acadêmica e sociedade pela "postura não resolutiva do MEC na mesa de negociações" com o Sindicato Nacional (Andes-SN).

Além disso, o Consuni considera "absolutamente indispensável a reabertura de negociações entre o Governo os docentes". Representantes do Comando Local de Greve da Adufpb-SSind (Seção Sindical dos Docentes da UFPB) estiveram presentes durante a reunião do colegiado.

UFRJ

Chapa inscrita para a direção da Letras defende ensino público e gratuito

Professor de Ciência da Literatura é candidato a diretor da Faculdade de Letras

A chapa Reconstrução foi a única inscrita para a eleição nos dias 6, 7 e 8 de dezembro, com apuração no dia 9, para a direção da Faculdade de Letras. Ela se apresentou à comunidade no último dia 24, num debate no Salão João do Rio na unidade.

Com cinco integrantes, dela participam os professores Ronaldo Lima Lins (diretor), Luiz Edmundo Coutinho (vice-diretor), Helena Gryner (Pesquisa e Apoio Acadêmico), Vera Lúcia de Oliveira (Ensino e Corpo Discente), Vera Lima (Cultura e Extensão). Na mesa, representando a comissão eleitoral, como mediadores, estavam o professor Julio Dalloz e o estudante Renato Pardal.

Ronaldo Lima Lins pertence ao departamento de Ciência da Literatura e já dirigiu a Faculdade na década de 80, com uma gestão que se encerrou em 1985. Segundo afirmou, caso eleita, a chapa pretende estabelecer a transparência como um dos elementos fundamentais da futura administração. Outro ponto de seu programa salienta a defesa do ensino público e gratuito enquanto um princípio que precisa se afirmar "como compromisso básico e inalienável a ser defendido em todas as instâncias, dentro ou fora da Faculdade, toda vez que estiver ameaçado".

Estão ainda na memória os conflitos que ocorreram na instituição entre estudantes e dirigentes. A chapa Reconstrução defende o "espírito de diálogo" com docentes, funcionários e alunos, bem como o respeito aos órgãos colegiados e às entidades representativas de cada categoria (Adufrj-SSind, Sintufrj e Centro Acadêmico).

Wagner Maiolino

PRIMEIRO DEBATE COM OS CANDIDATOS À DIREÇÃO DA UNIDADE

Os candidatos contaram com oito dias para se apresentarem. De acordo com o depoimento do professor Júlio Dalloz, a comissão tem trabalhado em harmonia com os três segmentos, a fim de cumprir o calendário eleitoral e garantir o espaço para que as questões sejam tratadas de forma democrática. O presidente da Adufrj-SSind, professor José Simões, estava presente no dia do debate.

É opinião geral que o interesse da chapa Reconstrução pelas eleições revela a disposição dos professores de viabilizar o processo democrático. É uma mudança, já que, no início do ano, com uma comissão eleitoral e um regimento aprovado pela congregação, surpreendeu a comunidade o fato de que, concluído o prazo de inscrição, no dia 26 de abril, ninguém se apresentou. Decepcionados, os estudantes cobraram o comprometimento dos professores.

Renato Pardal, também representante do CA da Letras, destacou: "Estamos satisfeitos com o debate. O atual processo constitui uma evolução política na nossa faculdade". Associando-se a ele, Diego de Oliveira, aluno do 8º período de Português-Russo, confessou-se igualmente animado com a iniciativa dos professores da Reconstrução e considerou que são todos muito profissionais, competentes e atuantes.

O próximo debate terá lugar no dia 1º de dezembro, às 12 horas, no Auditório G-2.

Escola Politécnica elege nova diretoria

No dia 25 de novembro, encerrou-se o processo eleitoral para a diretoria da Escola Politécnica. A votação obedeceu ao critério da proporcionalidade: 70% para docentes, 15% para funcionários e 15% para alunos. A chapa 1, dos professores Ericksson Rocha e Almendra e Eduardo Gonçalves Serra, obteve um resultado ponderado de 68% e venceu nos três segmentos. A chapa 2, dos professores Protásio Dutra Martins Filho e Régis da Rocha Motta, ficou com 32%.

O diretor eleito Ericksson Almendra, que pretende continuar com suas aulas, observa que um dos principais pontos de seu futuro mandato será a tentativa de alterar o mecanismo de escolha dos cursos da Escola pelos alunos. Segundo decisão tomada pela unidade em 1994, essa opção passou a ser feita já no vestibular. Ericksson entende que foi uma deliberação equivocada e espera criar uma alternativa semelhante ao que era antes: somente após freqüentar um curso básico, o estudante escolhia a habilitação desejada. Ericksson também entende que a Politécnica poderá ampliar sua participação na área da extensão universitária. "Acho que a Escola faz bem a parte do ensino básico, mas pode fazer mais nessa parte da educação continuada", afirma.

Eleição com Escola cheia

A posse da nova diretoria será apenas em março do ano que vem, mesmo após a homologação dos resultados pela Congregação neste dia 30 de novembro. Ericksson explica que a opção de realizar o processo eleitoral com esta antecedência tinha por objetivo encontrar a Escola cheia e voltada para o pleito. "Depois, até dezembro, estariam todos envolvidos nas provas finais. Antes de março, seria o recesso acadêmico", comentou. Ericksson acrescentou que foi um processo tranqüilo, com um debate oficial entre as chapas e muitas reuniões com grupos de professores e alunos sobre os planos da chapa. "As propostas foram muito bem discutidas", completou.

Resenha

Diferença de pensamento...

Enquanto certos países limitam seus investimentos nas universidades, a China resolveu aplicar pesado no setor: o país quer elevar suas maiores universidades ao nível das melhores do mundo no prazo de uma década. Desde 1998, quando o dirigente chinês Jiang Zemin deu início ao esforço oficial para transformar as universidades chinesas, as verbas dedicadas pelo Estado ao ensino superior mais do que dobraram, chegando a US$ 10,4 bilhões em 2004 (Folha de S. Paulo, 19/11)

Aparelhamento do Inep

Ex-diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, Carlos Henrique de Araújo faz várias críticas à gestão do órgão vinculado ao Ministério da Educação. Segundo ele, desde o governo do PSDB já existia uma terceirização do serviço do Inep, via licitações para fazer as avaliações e via organismos internacionais no que se refere ao corpo de funcionários. Essa situação está sendo alvo de vários processos do Ministério Público. "O Inep não tem um corpo de reflexão sobre a qualidade da educação e hoje está completamente aparelhado do ponto de vista político", disse Carlos Henrique, em referência à imposição de nomes pelo PT (Folha de S. Paulo, 20/11).

Al-Jazira inicia campanha por investigação

A equipe do canal de televisão por satélite catariana Al-Jazira iniciou ontem uma manifestação para que seja investigada a intenção do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de bombardear seus escritórios. Funcionários se sentaram à porta do quartel-general dos EUA em Doha para chamar a atenção das autoridades e da imprensa. Segundo o jornal britânico *Daily Mirror*, Bush teria comentado sua intenção de bombardear a sede da Al-Jazira com o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, que o teria dissuadido de realizar o ataque. A informação foi publicada esta semana (Diário Vermelho, 25/11).

ACM comanda grupo corrupto

O centro de Salvador foi palco, na última sexta-feira (25/11), de uma manifestação de repúdio ao escândalo de corrupção na Bahiatursa. A empresa estatal de turismo ligada ao governo baiano movimentou um montante de R$ 101 milhões, valor equivalente a dois valeriodutos, numa conta fantasma durante a gestão do governador Paulo Souto (PFL-BA), conforme foi apurado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). O esquema envolve pessoas ligadas do "grupo carlista", comandado pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) (Diário Vermelho, 25/11).

Colegiados

Reitoria apresenta proposta orçamentária para 2006

Pró-reitor afirma que obras para o 'bandejão' devem começar em abril

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UFRJ (PR-3), Joel Teodósio, apresentou a proposta orçamentária da universidade para 2006 na sessão do Conselho Universitário (Consuni) da última quinta-feira (24/11). A proposta, que foi elaborada com base nos limites previstos na Lei do Orçamento pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO-MEC), não chegou a ser votada por falta de quórum, mas retornará à plenária na próxima reunião, dia 8 de dezembro.

De acordo com a apresentação feita por Teodósio, a UFRJ terá orçamento de R$ 91.900.878,00 para o próximo ano. Entretanto, apesar desse montante vir aumentando gradativamente nos últimos anos (em 2000, o orçamento aprovado foi de pouco mais de R$ 32 milhões), a universidade ainda não conseguirá atender à demanda total dos centros e dos hospitais que gira em torno de R$ 278 milhões.

Reitoria cria fundos específicos

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento apresentou também os critérios da distribuição orçamentária entre as unidades. A partir de 2006 passarão para o controle da reitoria os gastos com passagens e diárias das unidades, centros e hospitais, assim como as despesas de trabalho de campo e auxílio financeiro ao estudante.

Além disso, foi criado um fundo de R$ 1 milhão em "Serviços de Terceiros Pessoa Física" para as unidades, centros e hospitais, que será gerido pela administração central. Já para os equipamentos e materiais permanentes foi criado um outro fundo, de R$ 550 mil, que será administrado pelas decanias.

PR-3 comemora incorporação de R$ 15 milhões de verba da SESu

A superintendente-geral da PR-3, Almaisa Monteiro Souza, falou à reportagem do **Jornal da Adufrj** que houve um grande avanço em relação aos anos anteriores, uma vez que foi incorporado aos recursos do Tesouro os R$ 15 milhões recebidos em 2005 através da Portaria Interministerial da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC).

Segundo Almaisa Souza, a UFRJ terá ainda uma fonte de receita própria, que se dará a partir da arrecadação do vestibular, além dos aluguéis e arrendamentos das áreas ocupadas no *Campus* e as taxas administrativas geradas através da emissão de diplomas para as faculdades particulares e algum eventual convênio que possa vir a ser assinado. A superintendente-geral de Planejamento e Desenvolvimento informou que o vestibular está orçado em R$ 4,3 milhões e a origem desta despesa está em sua própria arrecadação.

NO COLEGIADO, CENTRO ACADÊMICO APRESENTA CAMPANHA DOS ESTUDANTES DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO PELO ADIAMENTO DAS ELEIÇÕES DA DIREÇÃO DA UNIDADE

Questionada sobre a vinculação da proposta apresentada para execução do orçamento da universidade com a regulamentação das fundações de apoio que se encontra em tramitação no Consuni, a superintendente negou que os recursos orçamentários advindos do Tesouro ou de verbas ministeriais passem pela administração dessas entidades. É sabido, no entanto, que as verbas da universidade, inclusive os recursos do MEC são geridos pela Fundação José Bonifácio. Essa declaração já havia sido dada publicamente pelo próprio reitor Aloisio Teixeira, em sessão anterior do colegiado, sob a justificativa de que essas fundações são necessárias exatamente para que o exercício contábil da universidade possa ser executado sem que se corra o risco de no final de cada ano, a instituição pública ter que 'devolver' para a União a verba não executada dentro dos prazos legais da legislação que rege as autarquias. "Os recursos que tramitam nas diversas fundações são frutos de convênios, doações e projetos vinculados que estas administram. As fundações possuem seus próprios órgãos de controle e enviam relatórios anuais para a Reitoria com o balancete financeiro", declarou a superintendente.

Obras do bandejão começarão em abril

O pró-reitor Joel Teodósio informou também que, para a assistência estudantil, a reitoria destinará R$ 13 milhões, provenientes do Tesouro. Segundo ele, o Banco do Brasil destinará R$ 1,8 milhão para eventos promovidos pela UFRJ e outros R$ 6,4 milhões para a construção do tão esperado restaurante universitário.

Encerrada a sessão do Consuni, Teodósio declarou que o projeto executivo para o "bandejão" já está pronto para ser aprovado. De acordo com o pró-reitor, se tudo acontecer conforme o previsto, a licitação para o restaurante universitário será realizada em março de 2006 e as obras começariam em abril.

Orçamento confirma caráter antipúblico do governo

Apesar de a reitoria ver com otimismo a perspectiva de orçamento para 2006, a situação permanece complicada para o sistema público de ensino superior federal. De acordo com artigo do professor da Faculdade de Educação da UFRJ e diretor do Andes-SN, Roberto Leher, o orçamento da União confirma o caráter antipúblico do governo Lula. O texto, publicado na edição de nº 480 (de 14/11), informa que o orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em valores correntes, decresceu 22% a partir de 2002, passando de R$ 9,2 bilhões para R$ 7,3 bilhões (2004).

Para Roberto, assim como todos os governo neoliberais, Lula afirma que a Educação seria um dos principais compromissos de seu mandato. No entanto, o que tem se verificado é o contrário: nem mesmo o veto de FHC ao artigo do Plano Nacional de Educação que prevê a alocação de 7% do PIB em Educação foi derrubado pelo atual presidente.

Como se não bastasse a difícil conjuntura, o professor lembra, ainda, que o anteprojeto governamental para o ensino superior (com o cálculo de 75% dos 18% da receita líquida resultante dos impostos) representará uma nova redução do orçamento das universidades federais. Mesmo com as exclusões do cálculo citadas no anteprojeto, o que poderia favorecer o orçamento das IFES, Roberto esclarece que "nem esse pouco existirá", uma vez que Lula já vetou os recursos suplementares para os hospitais universitários do orçamento de 2006.

Estudantes pedem o adiamento das eleições da ECO

"O diretor da ECO não é Papai Noel para só chegar em dezembro", dizia o cartão de Natal distribuído pelos representantes discentes aos demais conselheiros do Consuni. De acordo com o Diretório Central dos Estudantes Mário Prata, as eleições para a direção da Escola de Comunicação foram providencialmente marcadas para dezembro para não contar com os votos dos estudantes, uma vez que estarão no período de recesso acadêmico. O cartão pede o adiamento das eleições para março, quando o ano letivo de 2006 já estiver iniciado.

O reitor Aloisio Teixeira, que chegou a cogitar uma intervenção da reitoria caso o processo eleitoral não atendesse o estatuto da universidade, afirmou que o diretor José Amaral Argolo tem o seu mandato vigente até o dia 22 de janeiro de 2006 e poderá realizar o pleito em qualquer data, antes desse prazo.

Reitor considera situação da ECO muito grave

De acordo com o reitor, a situação da ECO é uma das mais graves em toda a UFRJ: "Quem visita aquela unidade não vê professores, não vê funcionários, a biblioteca não funciona... é um verdadeiro esgarçamento do tecido acadêmico".

Por conta disso, Aloisio Teixeira pretende manter a comissão de acompanhamento do Consuni fiscalizando a Escola de Comunicação mesmo após o término das eleições, que ocorrerão nos dias 5, 6 e 7 de dezembro. O objetivo de Teixeira é conseguir elaborar um projeto acadêmico que solucione os principais problemas da unidade. Os estudantes, no entanto, não concordam e decidiram não enviar representantes para a comissão eleitoral, caso as datas do pleito não sejam alteradas para março, após o início do primeiro período de 2006.

ATENÇÃO

Espaço integrado de bibliotecas

Antes do início da sessão do Consuni de 24/11, foi assinado um protocolo para a criação do Espaço Integrado das bibliotecas do IPPUR, FAU e EBA. O objetivo é melhorar o atendimento aos usuários, com a reforma da biblioteca da FAU e aproveitamento da área onde hoje se localiza o Museu Dom João VI (vinculado à EBA), no 2º andar do prédio da reitoria. O museu seria deslocado para outro andar.

Movimento

Estudantes da UFRJ repudiam declaração de presidente da UNE

Gustavo Petta considera que as greves vitimam os alunos, sem criticar o governo

Não poderia ser mais infeliz a declaração do presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta, ao jornal O Globo, de 20/11, em matéria sobre as greves nas universidades federais. Perguntado sobre o assunto, o dirigente máximo da entidade estudantil que já promoveu diversas mobilizações em defesa da educação pública no passado, afirmou que a principal vítima dos movimentos grevistas são os estudantes, "que correm o risco de perder o ano letivo". Ele acrescentou que ainda deve ser considerada a perda econômica de quem muda de cidade para estudar e fica sem as aulas. O comentário do presidente da UNE repercutiu muito mal entre os estudantes da UFRJ.

Integrante do Diretório Central dos Estudantes Mário Prata, Bernardo Lima considerou a fala de Gustavo Petta como mais um reflexo de como a UNE foi cooptada pelo governo. Segundo ele, esse tipo de discurso demonstra que a entidade nacional vai defender os interesses do governo mesmo contra os trabalhadores da Educação. "Ainda que um ou outro aluno sofra um revés com a greve, os ganhos posteriores são enormes para a educação pública", afirmou. Bernardo acrescenta ainda que o papel da UNE, na atual conjuntura, deveria ser o de organizar uma greve estudantil em todo o país.

Nos centros acadêmicos da universidade, a reação à fala do presidente da UNE não foi diferente. Leila Leal, do CA da Escola de Comunicação, considerou o comentário de Gustavo Petta "uma síntese do que a UNE é hoje em dia, descolada da realidade dos estudantes". Segundo ela, o discurso do presidente da entidade nacional está comprometido com as políticas de governo. "Até uma caravana pelo país, a UNE já fez para defender a reforma universitária do MEC", comentou. Leila acredita ainda que as greves melhoram as condições de ensino ao obter mais recursos dos governos. "E aí vai o presidente da UNE à grande mídia, que tem todo o interesse em criminalizar os movimentos sociais e privatizar a educação pública, e fala o que falou", criticou a estudante.

Guilherme Lessa

ENQUANTO O PRESIDENTE DA UNE CRITICA GREVE DOS PROFESSORES, O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRJ E DE VÁRIAS OUTRAS INSTITUIÇÕES ESTÃO NAS RUAS CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS DO GOVERNO. A FOTO MOSTRA MANIFESTAÇÃO DO DIA 25/8/04

Entidade se esgotou como instrumento para a luta

Também do CA da ECO, Carlos Leal entende que a UNE se esgotou enquanto instrumento de luta. Para ele, a entidade nacional recebe apoio financeiro do governo e se exime de defender os interesses estudantis. "E, se não fossem as greves fortes de 1998 e 2001, por exemplo, talvez não existisse mais a universidade pública", comentou.

Na Faculdade de Letras, Rafael Nunes, um dos representantes do centro acadêmico, também condenou o discurso do presidente da UNE. "Se existe greve, ela se deve à política econômica do governo. A UNE só se manifesta contrariamente ao movimento porque recebe dinheiro de empresas estatais", afirma. Não é à toa, de acordo com Rafael, que as mobilizações estudantis favoráveis aos servidores vêm passando por fora da entidade nacional. "Foi por causa disso que surgiu a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (Conlute)", explica Rafael.

Na Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), a resposta do CA local vem nas palavras de Marcelo Bernardo: "A UNE não fala em nome dos estudantes", afirma. De acordo com Marcelo, a entidade mostra, mais uma vez, que está distante dos interesses dos alunos. Marcelo observa que o centro acadêmico da EEFD ainda não rompeu com a UNE, mas já não se faz representar mais nos fóruns da entidade.

Integrante do CA da História, Roberta Correia Maiani reforça o entendimento de que as greves representaram importantes instrumentos de luta dos trabalhadores. Segundo ela, a existência do ensino público é resultado das muitas paralisações que impediram o avanço das piores políticas de seguidos governos.

CA da ESS rompe com a UNE

Um centro acadêmico da UFRJ que rompeu recentemente com a UNE e resolveu aderir à Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (Conlute) foi o da Escola de Serviço Social. Nas eleições realizadas para compor a diretoria do CA nos dias 25 a 27 de outubro, o rompimento com a entidade nacional conseguiu mais votos que a chapa vencedora da disputa, segundo informa Camila Brandão. Dos 410 votantes, 294 rejeitaram a UNE e 63 foram favoráveis à manutenção em sua base. Houve, ainda, 12 votos nulos e 43 brancos. A chapa 1, "A nossa luta continua", teve 191 votos e a chapa 2, "Ocupe seu CA", 210. Camila, da chapa 2, integra o CA pelo fato de ter ganho o critério da proporcionalidade no pleito.

Adufrj-SSind na Internet. Informação e opinião todos os dias

www.adufrj.org.br

UFRJ

EEFD reelege chapa para o centro acadêmico

Entre os dias 22 e 24 de novembro, os estudantes da Escola de Educação Física e Desportos foram às urnas para escolha da nova gestão do Centro Acadêmico e dos representantes discentes nos colegiados da unidade no ano de 2006. Apenas a chapa de situação, "Quem vem com tudo não cansa", concorria ao pleito, tendo 18 estudantes em sua composição, sendo 13 do curso de Licenciatura em Educação Física e 5 do Bacharelado em Dança.

A chapa obteve 96,5% dos votos (192 de 199 eleitores), tendo como principais desafios uma maior aproximação com a base do corpo discente, a continuidade da ampla participação no Movimento Estudantil de Educação Física e Geral, além das lutas contra a Reforma Universitária do governo Lula, pelo bandejão gratuito já na UFRJ, rompimento com a União Nacional dos Estudantes (UNE), pela gratuidade dos cursos de extensão e pós-graduação pagos na EEFD e em defesa da Regulamentação do Trabalho, contrária à Regulamentação Profissional imposta pelo Conselho Federal de Educação Física (Confef) e suas representações regionais (Crefs).

A nova diretoria toma posse em janeiro e inicia efetivamente os trabalhos junto ao corpo discente na recepção aos calouros.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 483 • 13 de dezembro de 2005

Recurso da GED integral dos aposentados ainda será julgado pelo pleno do TRF
Página 3

Assembléia mantém indicativo de greve sem data
Página 4

Ivana Bentes será a nova diretora da ECO
Página 5

Artigo: "As teses do movimento docente e os inimigos da universidade pública para todos"
Por Leandro Nogueira
Páginas 10 e 11

Governo mantém distorções salariais em projeto de lei
Página 12

Wagner Maiolino

COMUNIDADE DA FACULDADE DE LETRAS COMEMORA VITÓRIA DA CHAPA "RECONSTRUÇÃO". NA SEGUNDA, DIA 12, A CONGREGAÇÃO HOMOLOGOU O RESULTADO. PROFESSOR RONALDO LIMA LINS É O NOVO DIRETOR DA UNIDADE.

Ensino público e gratuito vence na Letras

Páginas 6 e 7

Opinião

A lógica do Caveirão

R.S. Kubrusly

Conto natalino, ou quase, em homenagem aos professores, em greve, das IFES que inventam o professor e a sua hora, na prática cotidiana das lógicas das diferenças

À noite não se dizia palavra, era o silêncio que atravessava as nossas casas. Não muito longe dali a universidade erguia seus muros e distante dos problemas da cidade, calculava.

Não havia, mesmo, muito mais a fazer, depois de mais um ano de surpresas e decepções, além, é claro, da espera paciente por melhores tempos, o que já quase ninguém acreditava e de uma certa confiança desesperada, esta sim, imprescindível, de que a sociedade, com seus mecanismos de controle e coerção, herdados dos tantos anos de progresso sombrio que passamos, saberia impor a ordem e a calma essenciais para qualquer boa pesquisa cientifica, mantendo todo sinal de conflito para além das cercas da academia.

Eram tempos modernos e eles exigiam técnicas modernas, sem compaixão e sem medo. Não éramos mais crianças que, àtoa, sonham, mas adultos responsáveis sem tempo para brincar de igualdades e pieguices, num mundo em tudo desigual, num universo sem deus e sem humanidade. Não seríamos monstros, posto que civilizados, mas pragmáticos, saberíamos encontrar o caminho verdadeiro que a ciência e só ela nos indicara. Se preciso fosse, usaríamos a tática da avestruz americana; enterraríamos nossas cabeças, mas falaríamos inglês.

Viveríamos uma ilha sem conflitos. Para além do senso comum, comunicando-nos apenas eletronicamente, somos capazes de criar uma rede internacional de saberes que detecta e resolve todos os problemas importantes da atualidade. Viveríamos um mundo sem mistérios, onde os sempre eternos modelos científicos substituíssem a reflexão, onde não haveria luta de classes nem conflitos raciais, onde uma apartheid higienizadora nos daria a tranqüilidade para reinventar a vida como modelo e onde, na confabulação dos algoritmos, substituíssemos a felicidade, sempre adiada, pela certeza das equações numéricas, com seus princípios de energia mínima e de lucro máximo a nos garantir o norte. Como num livro de ficção, vislumbramos a morte da morte. Seremos pura biologia e física mescladas, sem acontecimentos. Fatos, fatos matemáticos construídos de matéria e números que nos permitirão, finalmente e de uma vez por todas, redirecionar a estrutura dos desejos: que passará da dinâmica da transcendência para o imobilismo da eternidade.

Na prática, éramos os construtores do futuro e precisávamos saber com quem contar para a secreta missão a que nos propúnhamos. Para isso, fomos forçados a nos isolar do resto da sociedade que poderia, muito bem, não nos compreender e nem aos nossos mais nobres ideais. Começamos pela construção das grades, dos muros das cercas elétricas, dos fossos e dos abismos para afastar para longe de nossa vista, pois afinal, o que os olhos não vêem, ... os moleques que tanto nos aterrorizavam pelas ruas da cidade. Não era possível pensar um bom modelo com suas não linearidades sutis, por entre as pernas magricelas, nuas e sujas das milhares de crianças que, como formigas, já nos desorientavam gritando e pedindo, como se fossem eles, e não nós e nossos ideais, com suas temporalidades mesquinhas o objeto das nossas preocupações, e não eram.

Homens superiores, capazes, apenas pelo exercício da razão, de compreender a imensidão, dos quanta ao cosmos, não merecem se aborrecer com a pequenez de outros homens, mas apenas com o tudo que esplandece em suas cabeças. É lá que estão a chave, o mapa e o destino. Para evitar as crianças, que além do mais certamente cresceriam e se tornariam, só deus sabe o quê, além das grades, contratamos as milícias, com suas roupas cinzas, seus pensamentos cinzas, suas armas cinzas e prontas, como não poderiam deixar de estar, para transformar em cinzas, qualquer empecilho ao mundo colorido que inventávamos em nossos laboratórios. Agora sim: poderíamos andar pelo campus como se fosse a América.

Livre, mesmo que artificialmente, dos problemas que vinham de fora, precisávamos, agora, equacionar nossas diferenças internas; e o que parecia simples complicou-se. Havia professor de todo o tipo e embora se parecessem eram sempre diferentes uns dos outros. Enquanto alguns, para espanto de muitos, não queriam a polícia no *campus*, não gostavam das grades que nos cercavam e sonhavam uma universidade entrelaçada com a cidade, outros, enfeitiçados pelos modelos científicos que estudavam, entendiam um homem sem humanidade e achavam que o determinismo da mãe natureza escolheria, entre os muitos que tentavam, os vencedores; e a eles, e apenas a eles, a vida sorriria seus fogos de excelências, restando aos outros a brisa morna e úmida do esquecimento e da submissão. Acaso e evolução, eram os nomes de deus.

Mas a universidade, esse organismo estranho e gerador de estranhos acontecimentos, ainda se mexia. Estando em greve por quase todo o país, lutamos por universidades públicas entrelaçadas as cidades, contra o projeto da pretensa excelência dos auto-denominados superiores, que optaram, em consonância com a fé que praticam na ciência como religião e no movimento imediatista do meu pirão primeiro, por um projeto de universidades pagas, que excluem as comunidades que as circundam e se entrelaçam, pelos fios fantoches do peleguismo, com o governo e sua corrupção.

É a lógica da gratificação no lugar do salário, onde não há espaço para diferenças e diferentes, a lógica da indicação como instância superior à do concurso, das consultas eletrônicas e invisíveis no lugar das assembléias presenciais, de projetos internacionais em detrimento dos regionais. É a lógica do caveirão que nos protege, e que a poucos metros dos nossos corredores embecados, invade os becos escuros onde nunca estamos, implantando o horror verdadeiro que desconhecemos. Lá, onde a teoria esbarra nos acontecimentos e de onde ainda surge o espanto. Ali, do outro lado do mangue, onde a cidade ensangüentada se emudece e os fogos resplandecem nas metralhadoras.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Recurso da GED integral dos aposentados ainda será julgado pelo pleno do TRF

Após intimada da sentença favorável à Adufrj-SSind pelo pagamento integral da GED aos aposentados, a Universidade procedeu à inclusão da rubrica referente às diferenças de GED no contracheque dos aposentados dos meses de agosto e setembro de 2005. Em outubro, no entanto, a reitoria retirou a rubrica do contracheque dos aposentados e descontou os pagamentos efetuados nos meses anteriores. A Adufrj-SSind comunicou o fato ao Juízo da 19ª Vara Federal. A juíza em exercício, Dra. Cleyde Muniz da Silva Carvalho, mesmo tendo ciência de que a UFRJ já havia implementado o pagamento das diferenças nos meses anteriores, entendeu que a sentença deverá aguardar o trânsito em julgado para ser executada.

A seção sindical apresentou, então, recurso ao TRF pedindo efeitos imediatos à sentença proferida pelo juiz Dário Ribeiro Machado Júnior, que garantiu a paridade no pagamento da GED aos aposentados. O relator do recurso, juiz Luiz Paulo Filho, manteve a decisão da juíza da 19ª Vara Federal, argumentando que a sentença que garantiu a paridade da GED só poderá ter efeitos após o trânsito em julgado.

Em suas razões o relator suscitou o impedimento do art. 2º, B da Lei 9.494/97, que veda execução provisória de sentença que tenha como objeto "liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações."

Mas o recurso da Adufrj-SSind pedindo efeitos imediatos à sentença ainda deverá ser julgado pelo pleno da 7ª Turma Especializada do TRF, que pode reverter a decisão do juiz. A assessoria da seção sindical explica que "existe uma sentença reconhecendo o direito dos aposentados a receberem a GED pelos mesmos valores que os ativos, ou seja, calculada com base em 140 pontos, todavia, o entendimento da juíza da 19ª Vara Federal, corroborado pelo Juiz convocado da 7ª Turma do TRF, foi o de que a sentença deverá aguardar o trânsito em julgado (julgamento de todos os recursos) para que possa ser executada". É importante destacar, segundo os advogados da seção sindical que, mantida a sentença, durante a sua execução, os aposentados terão direito ainda a receber as diferenças devidas desde dezembro de 2004 (data do ajuizamento da ação).

No mês de outubro chegou ao conhecimento da Adufrj-SSind a notícia de que a rubrica da decisão judicial garantindo a GED integral para os aposentados, conquistada através de ação da assessoria jurídica da entidade não constava no contracheque daquele mês. Além disso, entidade foi informada por sindicalizados que a universidade estaria efetuando outros descontos referentes à GED sem qualquer comunicação aos aposentados.

Conquistada em junho deste ano, a sentença do juiz Dário Ribeiro Machado Júnior, da 19ª Vara Federal, garantiu o direito à GED em seus valores máximos para os aposentados a partir da folha de agosto, paga no início de setembro. Foi a volta da paridade, após sete anos da instituição desta gratificação produtivista nos contracheques dos docentes. Antes, por exemplo, os aposentados até julho de 2000 só ganhavam o equivalente a 91 pontos da GED, enquanto os ativos recebiam 140 pontos.

Sentença inédita

Esta foi a 1ª ação interposta pedindo a paridade entre os aposentados e os servidores da ativa após a edição da MP 208/2004, que alterou a sistemática da GED, e a única sentença que reconheceu o direito que se tem conhecimento no País.

Assembléia aprova ação do abono 2006

Na Assembléia Geral da Adufrj-SSind do último dia 8, os professores aprovaram que a assessoria jurídica da seção sindical entre com ação para garantir o pagamento do abono pecuniário de 2006. As ações anuais do abono já se tornaram costumeiras desde 1998. A partir de então, todos os anos a seção entra com um processo para garantir que seus sindicalizados possam vender um terço dos dias de férias.

A assessoria explica a necessidade da ação para cada período de férias pelo fato de não haver consenso entre os juristas sobre a matéria. No caso de uma ação sobre o direito para todos os anos, em caso de perda, não haveria a possibilidade de recorrer ou acionar a UFRJ nos anos seguintes.

PSS: aposentados serão restituídos

Neste mês dezembro de 2005 a UFRJ cumpriu parcialmente a determinação da sentença da ação ordinária nº **2000.510.1007517-1,** na qual a Adufrj-SSind postula o reconhecimento da inconstitucionalidade dos descontos efetuados nas parcelas de gratificação natalina e abono de férias a título de contribuição previdenciária dos filiados. Os professores que estão abrangidos pela ação tiveram ressarcidos os descontos efetuados a título de seguridade social sobre a parcela de gratificação natalina. Todavia, a UFRJ não restituiu os descontos efetuados nos proventos dos professores aposentados da ação. O setor de pagamento da Reitoria de Pessoal informou que ocorreu um erro na elaboração da folha dos aposentados, mas que estará sanando o problema no próximo mês.

ATENÇÃO

Contribuição de dezembro será de 1,6%

A contribuição do sindicalizado da Adufrj-SSind é descontada diretamente da folha de pagamento e representa 0,8% da remuneração. A contribuição relativa ao 13º será descontada no contracheque de dezembro, por isso o desconto neste mês será 1,6% (0,8% a mais correspondente ao 13º).

Resenha

Varig investigada pelo sindicato

O Sindicato Nacional dos Aeronautas questionará na Justiça a venda da VarigLog (cargas) e VEM (manutenção) para a Aero-LB, sociedade liderada pela estatal aérea portuguesa TAP. A venda foi aprovada na assembléia do dia 7/11 sem a concordância dos trabalhadores. O sindicato questiona a concessão do direito de uso da marca "Varig" para a sociedade e quer saber o motivo que levou a Varig a escolher a proposta da Aero-LB, que ofereceu US$ 62 milhões para ficar com a VarigLog e VEM já que a Matlin Patterson teria oferecido US$ 98 milhões só pela VarigLog (Folha Online, 9/12, às 13h31).

Sem medo do "radical"

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, afirmou que a América Latina deve ser cada vez "mais socialista" e "mais radical" para avançar, desenvolver-se e superar as dificuldades de seus povos. "Não devemos ter medo da palavra radical, que significa voltar às raízes, e isso é o que temos que fazer na região", afirmou o presidente venezuelano durante visita a um povoado a cerca de 95 quilômetros de Montevidéu (Diário Vermelho, 9/12).

Isenções para as particulares

Terminou na última sexta-feira (9/10) o prazo para as instituições de ensino superior assinarem o termo de adesão ao Prouni. Pelo programa a instituição de ensino privada recebe isenção fiscal em troca de conceder bolsas de estudos a alunos de baixa renda. Ao todo o Prouni gera uma renúncia fiscal da ordem de bilhões de reais que poderiam ser destinados à abertura de vagas nas universidades públicas, com contratação de pessoal docente e técnico-administrativo.

Metalúrgicos contra a PM

Metalúrgicos mineiros promoveram um ato em frente ao Palácio da Liberdade, na tarde do dia 7/12, em protesto contra a repressão da polícia militar. Em campanha salarial desde o dia 1º de outubro, eles permanecem sem acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a qual, segundo denúncia feita pelos manifestantes, tem se valido da PM e de seguranças particulares para impedir que a categoria se organize em defesa de suas reivindicações. O ato reuniu cerca de 300 pessoas (Diário Vermelho, 9/12).

Adufrj-SSind

Assembléia mantém indicativo de greve sem data

Professores da UFRJ rejeitam projeto de lei encaminhado pelo governo ao Congresso

Os professores presentes à última assembléia geral da Adufrj-SSind rejeitaram por unanimidade o Projeto de Lei que altera a carreira e concede reajuste diferenciados aos docentes das universidades federais. A assembléia também manteve o indicativo de greve sem data. Para os presentes, o principal problema não é mais o montante para o reajuste, elevado de R$ 500 milhões para R$ 650 milhões, uma clara conquista da greve nacional encaminhada pelo Andes-SN com a participação de 39 instituições em todo o país. O projeto do governo ainda não atende às reivindicações docentes, não pelo valor do montante, mas pelo fato de a proposta apresentada manter a lógica dos reajustes diferenciados nas titulações sem isonomia entre as carreiras e paridade entre ativos e aposentados.

Na avaliação geral dos presentes à assembléia que ocorreu no auditório da decania do Centro de Tecnologia, no Fundão, o movimento docente terá que investir esforços junto aos parlamentares para reverter a lógica imposta pelo Ministério da Fazenda de reajustes diferenciados para os professores do ensino superior. O questionamento maior vem do fato de que o governo fez um acordo com o Sinasefe – representante do segmento dos professores dos ensinos fundamental e médio das escolas federais. Por esse acordo, foi concedido 12% de reajuste linear para essa categoria, mantendo a isonomia salarial entre as classes da carreira e a paridade entre aposentados e ativos.

Ao insistir em não conceder um reajuste linear para os professores de ensino superior e insistir na falta de isonomia e paridade, o governo interrompe as negociações com o Sindicato Nacional e com as seções sindicais em greve e joga para o Congresso Nacional a luta da categoria pela manutenção desses direitos, já reconhecidos pelo acordo feito com o outro segmento, dos professores de 1º e 2º graus da rede federal.

Unidades em eleição na UFRJ

Na assembléia, ainda, a vice-presidente da seção sindical, Vera Salim, lembrou a situação das unidades que realizaram eleições na semana passada. Para Vera, a disputa na Faculdade de Letras entre a chapa concorrente à direção e alguns setores da unidade que defendem a manutenção dos cursos pagos na unidade é um exemplo da crise geral pela qual passa a universidade pública. "Infelizmente, temos unidades que só querem saber de vender cursos. Hoje o CLAC (Curso de Línguas Aberto à Comunidade, com cobrança de R$ 190 por semestre) tem mais alunos do que o curso regular de graduação da unidade", criticou. Na Escola de Comunicação, a disputa era entre a professora Ivana Bentes e o atual diretor José Argolo, que entre outras ações contra o movimento universitário, impetrou ações na justiça contra o Jornal da Adufrj, estudantes e um funcionário da unidade, todas, diga-se, com decisão desfavorável ao professor.

UFRJ

Argolo perde as ações em primeira instância

Diretor tentava indenização por danos morais em processo contra aluno, técnico-administrativo e o Jornal da Adufrj

O diretor da Escola de Comunicação, José Argolo, não teve sucesso na sua tentativa de processar o estudante Pedro Martins, o técnico-administrativo Luiz Alberto Lima Moreira e o Jornal da Adufrj. No dia 29 de novembro, a juíza Luciana Santos, do IV Juizado Cível, julgou improcedentes os pedidos de indenização por danos morais feitos por Argolo contra o aluno e o funcionário. No dia 6 de dezembro, foi o juiz Luiz Eduardo de Castro Neves que indeferiu outro pedido de indenização por danos morais contra a Seção Sindical dos Docentes. O diretor ainda pode recorrer.

Argolo acusava o técnico-administrativo de tê-lo afrontado ao supostamente ingressar sem autorização em áreas de acesso restrito ou usar indevidamente computadores da ECO. Segundo a juíza, em sua sentença, "é absolutamente desprovida de razoabilidade a alegação de que a mera presença física do réu nos corredores da ECO constituiria afronta ao autor". A polêmica começou quando Luiz Alberto, que chefiava o Departamento de Pessoal da unidade, pediu transferência para a coordenação de pós-graduação. Só que, sem nenhuma explicação, em vez de atender à solicitação do servidor, o diretor o pôs em disponibilidade e proibiu sua entrada na Escola de Comunicação.

Arquivo Adufrj-SSind

ATO ESTUDANTIL NO GABINETE DA DIREÇÃO, EM 15/6

Contra Pedro Martins, Argolo baseou-se na ocupação estudantil de seu gabinete em 15 de junho. Só que a juíza entendeu que todo cidadão tem direito à liberdade de expressão. Além disso, afirmou que a ação no gabinete foi compartilhada por mais de cem estudantes e, portanto, não caberia processo contra apenas um dos participantes. Completou que o ato estudantil foi dirigido contra a direção, não contra a pessoa.

"Direito de expressão"

Ao fundamentar a sentença que indeferiu a solicitação de Argolo contra o jornal do sindicato, o juiz Luiz Eduardo compreendeu que "não haveria razão para que o autor considerasse que a reportagem foi ofensiva a ele, já que se limitou (a matéria) a relatar os fatos ocorridos, sendo a atividade decorrente apenas do direito de expressão, assegurado na Constituição Federal".

O diretor tentava processar o jornal por matéria publicada em 20 de junho deste ano, quando foi relatada a ocupação do gabinete da direção da ECO. O juiz prossegue em sua sentença: "De toda sorte, mesmo não tendo sido ofendido, já que foi relatado apenas o fato ocorrido, o autor poderia requerer a publicação de sua versão para os fatos, o que a ré não se oporia a fazer, conforme esclarecido na defesa".

Consuni congratula aluno

O Conselho Universitário de 8 de dezembro aprovou uma moção de congratulações ao aluno Pedro Martins, após o resultado do julgamento.

UFRJ

Ivana Bentes será a nova diretora da ECO

Processo eleitoral criticado por alunos conduz professora ao cargo, em substituição a José Argolo

Sob críticas do centro acadêmico da Escola de Comunicação, o processo eleitoral para a direção da unidade elegeu a chapa encabeçada pela professora Ivana Bentes. A diretora eleita obteve 40 votos entre os docentes, contra 22 destinados à chapa do professor José Argolo, que tentava a reeleição, e apenas um voto nulo. Foram 244 votos favoráveis entre os estudantes e 35 dirigidos ao atual diretor, mais três nulos. Ivana não venceu entre os técnico-administrativos: 11 contra 44 e 2 nulos. A votação foi realizada nos dias 5, 6 e 7 de dezembro, com apuração em 8/12, e seguiu o critério da proporcionalidade de 70% para docentes e 15% para cada um dos outros segmentos. A homologação dos resultados seria feita no dia do fechamento desta matéria (em 9/12) pela Congregação local. Ivana assume o mandato de quatro anos a partir de 23 de janeiro de 2006.

Para Leila Leal, representante do Centro Acadêmico da ECO, a eleição não atendeu às expectativas dos estudantes, já que ocorreu no final do período, quando a comunidade já está em processo de finalização das atividades. "A Congregação acabou resolvendo burocraticamente a crise da unidade convocando eleições, sem tocar nos problemas estruturais. Foi uma eleição de fim de período, muito corrida e só teve um debate anunciado através do Siga, com menos de 24 horas de antecedência, bastante esvaziado no dia 1º de dezembro", relatou.

Por esse motivo, o Centro Acadêmico da ECO decidiu não apoiar qualquer uma das chapas concorrentes durante o processo e seus representantes se retiraram da comissão eleitoral. Outro questionamento dos estudantes foi o fato de a Congregação não ter optado pela paridade e o pleito ser decidido pela proporcionalidade com 70% de peso para o voto docente.

Um grupo de alunos chegou a divulgar um manifesto pelo adiamento das eleições para o primeiro semestre letivo de 2006. O documento foi subscrito por mais de 250 pessoas da comunidade da ECO, principalmente estudantes. De acordo com o abaixo-assinado, entregue ao reitor Aloisio Teixeira durante a última sessão do Consuni (8/12), o resultado do processo estaria comprometido por conta da baixa presença da comunidade na unidade nesse período. O abaixo-assinado cobrou o esclarecimento de pontos de vista diante das dificuldades da Escola e observou que "quanto mais democrática for uma consulta, desde a sua constituição, mais representativa será o resultado. A desconfiança e o mal-estar provocados por um processo inconsistente de consulta, ao invés de facilitarem a construção das nossas relações, servem apenas para fragilizá-las ainda mais".

Arquivo Adufrj-SSind

PROTESTO NO CONSUNI, EM 11/8, CONTRA DIRETORIA DA ECO QUE SERÁ SUBSTITUÍDA ANO QUE VEM

Comissão de acompanhamento divulga análise da unidade pouco antes da eleição

Presidente da comissão formada no Consuni para acompanhar a situação da ECO, o professor Eduardo Siqueira informou que as eleições para as chefias de departamentos, ocupadas de forma irregular, bem como para a Congregação da unidade, já foram realizadas conforme cobrava a resolução nº 15/2005, aprovada no colegiado em 11 de agosto. "Primeiro, foi preciso normalizar essas representações para dar validade legal a todos os atos subseqüentes", explicou Siqueira sobre a crise na Unidade. Além das eleições internas, a comissão foi informada pelo diretor José Argolo que havia sido feita uma cobrança quanto à assiduidade de docentes e funcionários, uma outra exigência da resolução do Consuni. Siqueira disse que a comissão só terá uma visão melhor da freqüência dos servidores quando começar o próximo semestre letivo em 2006.

Entre as soluções de médio e longo prazo para a crise na ECO, Eduardo listou como exemplos a revisão do regimento interno da unidade e a análise e aperfeiçoamento do currículo e projeto acadêmico. Para o professor, estes assuntos já estão sendo discutidos na unidade há um bom tempo e poderiam fazer parte de um debate inicial das eleições, sendo resolvidos ao longo da próxima gestão.

O professor considerou equivocado o posicionamento dos alunos de pedir o adiamento das eleições. "Um possível adiamento não acrescentaria nada relevante ao processo eleitoral. E, com um diretor *pro tempore*, a administração da unidade ficaria muito dificultada. Os problemas da ECO já foram ventilados. Precisa que alguém ou uma direção possa agir sobre eles em conjunto com a comunidade".

Para a reportagem da Adufrj-SSind, o reitor Aloisio Teixeira também se posicionou a favor das eleições agora em dezembro para evitar o desgastante processo de nomeação de um *pro tempore*. "Havendo condições, é melhor fazer agora para não prolongar mais essa situação", disse.

Estudantes consideram que *pro tempore* não seria problema

Leila Leal discorda que uma possível nomeação de um *pro tempore* até a constituição de novo processo eleitoral em março seria ruim. Para ela, a Escola já está em crise e não seria este dispositivo que iria piorar a situação atual. "Essa preocupação com as normas burocráticas (realizar o processo antes do fim do mandato de Argolo) não foi tão grande na hora de implementar a resolução do Consuni, cujo alcance seria muito maior", questionou.

Também do CA, Carol Barreto considera que o processo eleitoral foi conduzido a toque-de-caixa. "Só houve um debate entre as chapas, convocado pelo Sistema de Gerenciamento Acadêmico (Siga) da UFRJ com pouca antecedência. O processo eleitoral não resolve por si os problemas da Escola", criticou.

Nova diretora diz que priorizará a recuperação da imagem da unidade

Ivana Bentes disse que a primeira meta de sua gestão será recuperar a imagem da ECO, que considerou muito isolada politicamente nos últimos quatro anos. Internamente, pretende mobilizar a comunidade acadêmica para a participação em um projeto acadêmico e político da unidade. "Achamos que a universidade não é só um local de produção de conhecimento, mas também de convivência, que pretendemos retomar com um projeto coletivo. Vamos buscar envolver alunos, funcionários e professores em grupos de trabalho que criamos em setembro, com diversas finalidades, como o GT Coordenações de Novo Currículo e o GT Regimento Interno". Ela observa ainda que a revisão do regimento demanda urgência, "acho que não só na ECO", complementa.

Ivana discorda que tenha sido uma má idéia a realização das eleições neste fim de período. "Houve uma mobilização enorme. Havia um desejo de mudança que mobilizou a ECO e não houve esvaziamento algum".

Segundo a professora, a UFRJ passou por crises em diversas unidades, como a Faculdade de Educação, Letras, Direito e a própria Comunicação, mas a universidade começaria a viver um novo momento, "com pessoas que têm uma forma diferente de trabalhar, menos centralizadora".

A diretora eleita fez questão de frisar que discorda "radicalmente" da prática de processar alunos e servidores na justiça comum. Segundo ela, essa relação tem de ser resolvida na base da conversa. "Esse tipo de cultura policialesca é alheia ao meu pensamento e ao da minha chapa".

O professor José Argolo foi procurado pela redação do Jornal da Adufrj na tarde da última sexta, 9/10, para comentar o processo eleitoral. A redação foi informada pela secretaria da unidade que o professor participou da sessão da Congregação que homologou o resultado da eleição e saiu para almoçar, sem previsão de volta naquele dia.

UFRJ

Ronaldo Lima Lins é eleito diretor da Letras

Novo diretor inicia a reconstrução da unidade e defende ensino público e gratuito

Na segunda-feira, dia 12, a Congregação da Faculdade de Letras homologou o resultado da eleição da nova diretoria da unidade. A eleição teve uma única chapa inscrita – Reconstrução e o novo diretor é o professor do Departamento de Ciência da Literatura Ronaldo Lima Lins. A chapa Reconstrução defendeu a Universidade Pública e Gratuita, a importância do diálogo permanente entre os setores da unidade bem como o respeito às respectivas entidades que os representam (Adufrj-SSind, Sintufrj e Centro Acadêmico).

Na sexta-feira, dia 9, os integrantes da comissão eleitoral reuniram-se no Salão João do Rio num intenso e ininterrupto trabalho que começou às 10h e terminou no final da tarde. Acompanharam a apuração, através do vidro que isola o Salão, estudantes e professores da unidade, integrantes do CA e membros da chapa. Foram 587 os votantes. Entre os funcionários, o total de votantes foi de 64, entre os professores foi de 81 e entre os alunos foi de 443. A chapa Reconstrução recebeu 53 votos dos funcionários, 57 dos docentes e 428 dos estudantes.

A sessão da congregação que homologou o resultado foi presidida pela diretora *pro-tempore* Cecília Mollica e também contou com intensa participação dos estudantes e professores que lotaram a sala mostrando comprometimento com o futuro da faculdade.

O novo diretor disse que a congregação na unidade tem a tradição de ser aberta à comunidade. "Apenas o voto é que é exclusividade dos membros". Cecilia Mollica ressaltou publicamente que o trabalho da comissão eleitoral foi "impecável", que a iniciativa da chapa foi louvável e que a direção e os funcionários da unidade deram total apoio ao pleito. "Toda a máquina da faculdade estava à disposição da eleição", disse.

Apesar da semana das eleições ter sido marcada por grande tensão na unidade, a partir de uma polêmica instaurada após o segundo debate, em 1º dezembro, a comissão eleitoral conseguiu dar prossegimento aos trabalhos sem permitir que o processo fosse comprometido. O clima de polêmica na unidade permaneceu vivo nos corredores até o final do pleito. No centro das divergências, encontrava-se o projeto Clac (Curso de Línguas Aberto à Comunidade). No debate no G-2, Ronaldo Lima Lins comunicou à comunidade sua intenção de pôr em discussão o projeto a fim de serem reformuladas as diretrizes e seu funcionamento para que seja de fato "um projeto de extensão da Faculdade de Letras e não mais funcionar de maneira quase autônoma e sem prestação de contas na congregação".

Vera Salim, vice-presidente da Adufrj-Ssind, que esteve presente na sessão da congregação disse que tem acompanhado pessoalmente todos os processos de reconstrução da UFRJ rumo à garantia da universidade pública e gratuita. Disse ter acompanhado as eleições que aconteceram na ECO e na Faculdade de Direito. Ressaltou ainda que a UFRJ está sendo reconstruída após anos de obscurantismo, cujo marco foi a gestão do ex-reitor Vilhena. "Essa congregação e a Faculdade de Letras como um todo está de parabéns por ter assegurado o processo democrático frente à campanha do Não Vote", disse.

Comparecimento às urnas foi grande, segundo comissão

O presidente da comissão eleitoral, Julio Dalloz, disse que a eleição foi prestigiada por toda a unidade com um considerável comparecimento às urnas por todos os setores da unidade: alunos, funcionários e professores de todos os departamentos.

Renato Pardal, aluno e integrante da comissão eleitoral, disse que os estudantes deveriam diferenciar o mito do fato. "Nós, como alunos de Letras que somos, devemos ter total consciência da diferença entre os dois sistemas e tomar cuidado com o sistema de propaganda de informações", advertiu, em relação aos boatos construídos pelos opositores da chapa Reconstrução em relação ao Clac.

Diretor comemora resultado

O diretor eleito Ronaldo Lima Lins, após o anúncio do resultado, recebeu cumprimentos dos presentes que comemoraram a vitória após terem acompanhado um dia inteiro de apuração. "Posso dizer que tivemos um final feliz. A discussão que trouxemos à tona repercutiu e mostrou que todos estão comprometidos com a nossa faculdade num período em que tradicionalmente a escola está esvaziada devido ao recesso", disse.

Fotos:Wagner Maiolino

RONALDO FALA À CONGREGAÇÃO AO LADO DE BOA PARTE DA CHAPA ELEITA

PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL, JULIO DALLOZ, E CECILIA MOLLICA, DIRETORA *PRO TEMPORE*

A comunidade da Letras, segundo Ronaldo, demonstrou nas urnas que aprovou a atitude corajosa de sua chapa em tentar assumir a Letras para reconstrui-la de maneira "fraternal, humana e solidária", o que, acrescentou, é importante não só para a unidade mas para o fortalecimento da universidade pública no país. "A onda de manifestações contra a chapa e a produção de boatos não conseguiram influenciar o andamento da eleição," acrescentou.

Ronaldo anunciou que sua gestão vai encontrar desafios que não serão fáceis, mas que deverão ser enfrentados com o apoio da comunidade. A maioria dos presentes na apuração ressaltou a eficiência do desempenho da comissão eleitoral presidida pelo professor Julio Dalloz. "Há três dias os integrantes se dedicam de maneira obstinada a essa tarefa, não descansam. Foi um trabalho admirável que conseguiu ser mantido em meio a toda a tensão que tomava conta da casa, o que é normal acontecer em períodos de eleição", disse o diretor eleito.

A professora Cinda Gonda salientou que a eleição conseguiu gerar grande efervescência na unidade. "Foram três dias de festa democrática". Cinda ressaltou ainda a importância dos debates onde a comunidade demonstrou muita disposição para discutir os temas referentes à própria unidade. "Há muito não víamos um processo eleitoral que nos mobilizasse tanto." Cinda lembrou que, no início do ano, quando se abriram as inscrições para as eleições, a Letras se frustou com a ausência de inscrição de uma chapa. "Mas sabíamos que reverteríamos este quadro. Nossa faculdade tem história, guarda uma tradição de lutas, e seus professores, quando percebessem a dimensão da crise, diriam sim, estamos presentes".

REPRESENTANTES DO CA, DO DCE E DA ADUFRJ-SSIND JUNTO A UMA DAS ARTICULADORAS DA CHAPA ELEITA, PROFESSORA CINDA GONDA (DE BRANCO)

"Foi feita uma campanha de desinformação sobre minhas propostas"

Para o diretor eleito, as reações que se seguiram após ele ter publicamente assumido que irá estimular a discussão sobre mudanças no Clac se devem a uma manipulação agendada para que se pensasse que ele acabaria deliberadamente com o projeto. "Há vários elementos a serem amplamente discutidos. Minha intenção não é ter uma decisão de gabinete. Não sou contra o Clac, o que defendo é que temos que mudar alguns procedimentos", esclareceu.

Ronaldo Lima Lins disse que a polêmica se instaurou devido aos esforços de pessoas interessadas em ter seus privilégios mantidos e que, de maneira "agressiva", têm disseminado informações falsas sobre seus projetos para a direção. "O que defendo é que haja uma reformulação financeira, operacional e pedagógica no Clac, uma vez que ele cresceu muito e está quase funcionando autonomamente. O Clac é um projeto válido, ma a Letras não pode viver em função do Clac". Ronaldo ressaltou que, como membro da congregação da unidade, pôde comprovar que atualmente o Clac funciona sem regimento e não presta contas na congregação e que o fato de ser um curso pago faz com que suas diretrizes e sua concepção devam ser repensadas. Ronaldo admitiu que, nos últimos anos, a gestão do Clac obteve consideráveis melhoras. "Mas ainda falta um regimento e a transparência na congregação", completou.

CA de Letras apoiou a eleição na unidade

Estudante da Letras e membro do CA da unidade, Bruno Rabelo, disse confiar em Ronaldo Lima Lins, que para ele é um professor com tradição na militância. Bruno disse que o CA respeita a candidatura de Ronaldo e que foi encaminhada à chapa do professor uma pauta de reivindicações dos estudantes da unidade.

Bruno disse ainda que, no segundo debate, ficou clara a reação das pessoas envolvidas com o projeto Clac à candidatura de Ronaldo, inclusive a dos monitores. Para Bruno, há muito o que se discutir sobre a faculdade de Letras com um todo e o Clac é apenas uma das partes que a compõem. Para ele, o Clac não pode ser considerado a atividade mais importante da Letras.

Rafael Nunes, integrante do CA da Letras e do DCE Mário Prata, disse que a campanha pelo absenteísmo foi antidemocrática. "Por que o grupo dos descontentes não montou uma chapa para disputar? Em vez disso, quiseram destruir um processo de longo trabalho feito pela comunidade da Letras nas Assembléias e na Congregação. Isso foi irresponsável diante do momento delicado que a unidade vive, marcado pelo final do mandato da atual diretora".

Rafael observou que foi feita uma campanha para que as pessoas rejeitassem o candidato sem mesmo terem a oportunidade de conhecer as suas idéias. Para ele, foi uma verdadeira manifestação em defesa de valores materiais e financeiros. "Apesar disso, politicamente, a chapa saiu vitoriosa, é reconhecida e respeitada pelo CA e pelo DCE. Tudo foi admirável desde a iniciativa, a defesa institucional e a proposta de defender a universidade gratuita", disse.

Defensores de curso pago pregam boicote à eleição

Paralelamente à convocação oficial da comissão eleitoral, outra campanha tomou corpo após o acalorado debate que instaurou a polêmica sobre o Clac. Pelos corredores, cartazes da comissão eleitoral e da chapa Reconstrução passaram a dividir espaço com cartazes conclamando a comunidade da Letras a não comparecer às urnas para "não se arrependerem amanhã". Esses últimos foram assinados por um grupo que se denominou *Movimento Nessa Chapa Eu Não Voto*. No corredor que dá acesso à secretaria do Clac, um cartaz dizia "Eu amo o Clac". Alguns cartazes de autoria da comissão eleitoral, informando as datas da eleição, foram adulterados à caneta. A palavra "Vote" foi alterada para "Não Vote".

Polêmica sobre cobrança dos cursos de extensão

O Clac, Curso de Línguas Aberto à Comunidade, começou como um projeto gratuito do setor de Extensão da Faculdade de Letras. Posteriormente, foram cobradas taxas. Hoje giram em torno de R$ 190,00 por semestre. Alguns alunos conseguem isenção da taxa, mas somente duas vagas por turma são destinadas a estudantes do alojamento universitário. Alunos da unidade também têm direito à isenção, mas nem todos que tentam conseguem uma vaga. Estudantes de graduação da unidade dão aulas de idiomas sob a 'orientação' de professores.

O diretor eleito Ronaldo Lima Lins teve como proposta de campanha uma "ampla discussão" sobre o projeto, acompanhada do acesso aos dados do mesmo de modo que ele seja redimensionado de acordo com os parâmetros da universidade pública e gratuita. Já o coordenador do Clac, Marco Antonio Ramos, criticou a posição do candidato. "Nós acreditamos no Clac e estamos em sua defesa", disse Marco Antonio.

Histórico das eleições na Letras

A comunidade da Letras, desde o início do ano, se mostrou preocupada com o futuro da unidade, uma vez que a diretora anterior, Edione Trindade, não concluiu seu mandato porque se aposentou enquanto ainda estava no cargo e teve sua gestão criticada pela falta de transparência e de prestação de contas. Quem prosseguiu como *pro-tempore* foi Cecília Mollica, com um mandato que finda neste mês.

No início deste ano, foi aprovado um regimento eleitoral na unidade, que definiu o voto universal, uma tradição na Letras, foi formada uma comissão eleitoral, mas os alunos e os funcionários da Letras foram surpreendidos com o fato de que, ao final do prazo de inscrição em abril, nenhuma chapa havia se inscrito.

De acordo com o reitor Aloisio Teixeira, a reitoria seguirá o regimento da UFRJ em relação às eleições na unidade. Segundo ele, a lei estabelece que a congregação da unidade escolha uma lista tríplice para que o reitor nomeie o novo diretor. Aloisio afirmou que para seguir o espírito democrático da atual gestão, ele escolherá o nome mais votado da lista tríplice: "O que pode acontecer é a congregação não incluir na lista tríplice o nome do professor mais votado. Neste caso, a decisão iria para o Consuni", informou o reitor.

O reitor espera que a eleição mude o rumo da Faculdade de Letras: "Desejo que aquela unidade encontre o seu caminho e formule um projeto acadêmico de acordo com as suas tradições", finalizou.

Sobre o clima que se instaurou em torno da eleição na Letras, o professor de Italiano Andrea Lombardi, da unidade, disse ser fundamental que a preocupação do cidadão em ser participativo em momentos de tensão aumente cada vez mais. "O prior do mundo global é a falta de reação, o auto-esgotamento, a incapacidade de reagir. Um clima mais vivo é fundamental", disse

Colegiados

Consuni aprova orçamento para 2006

Relatório de Comissão de Desenvolvimento aponta insuficiência de recursos

Apresentada na sessão de 24 de novembro, a proposta orçamentária da UFRJ para 2006 voltou ao Consuni de 8 de dezembro, quando foi finalmente aprovada. A universidade contará com uma dotação global para o próximo ano de quase R$ 92 milhões. Embora não tenha acontecido qualquer modificação de valores ou de destino na aplicação das verbas entre uma reunião e outra, a votação do orçamento foi precedida de análise da Comissão de Desenvolvimento do colegiado.

De acordo com o relatório da comissão, lido pela decana Ângela Rocha dos Santos (CCMN), apesar de "significativo aumento" da dotação orçamentária (de 30% em relação a 2005), é notório que os recursos destinados pelo governo ainda não são suficientes para suprir necessidades básicas da UFRJ. Já está previsto pela própria reitoria um déficit de cerca de R$ 9,5 milhões, concentrado, em especial, nos serviços de energia elétrica, limpeza e conservação, telecomunicações, água e esgotos e vigilância.

Entre as principais mudanças da proposta orçamentária em relação a 2005, a Comissão de Desenvolvimento destaca positivamente o uso de R$ 600 mil para aquisição específica de acervo bibliográfico. Elogia também a destinação de parte da verba do Tesouro Nacional a ser distribuída pelas unidades. Segundo a comissão, isso permitirá um fluxo financeiro contínuo (diferente do que ocorre com as receitas próprias da universidade) e poderá ocorrer um planejamento adequado pelas diretorias, sob o acompanhamento da administração da UFRJ.

Recomendações

A Comissão de Desenvolvimento recomenda que a elaboração das próximas propostas orçamentárias da universidade obedeça fielmente ao estatuto. De acordo com a legislação, cabe ao Consuni fixar as datas em que as unidades deverão apresentar o plano anual e seu orçamento ao Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE); em seguida, cabe ao CSCE apresentar ao reitor, para encaminhamento ao Consuni, a proposta do orçamento global da UFRJ e cabe aos centros exercer a gestão direta das dotações que lhes forem destinadas no orçamento, resultante da coordenação de propostas de suas unidades vinculadas. Assim, segundo a comissão, o orçamento ficará mais próximo das "reais necessidades" de cada unidade.

Kelvin Melo

ESTUDANTE APRESENTA 'FUNDAÇÃO DCE MÁRIO PRATA', UMA IRONIA ÀS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO NA UFRJ

Outra recomendação da CD aprovada pelo Consuni é a necessidade de se implantar uma estrutura de planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, articulada com a administração central. A comissão também cobra treinamento do pessoal encarregado deste tipo de tarefa, bem como um curso de capacitação e gestão financeira voltado, especificamente, para diretores de unidades e dirigentes universitários.

Uma espécie de "Lei de Responsabilidade Fiscal" interna foi outra sugestão da comissão: nenhuma resolução que implique ampliação de despesas poderá ser tomada por órgãos ou instâncias da universidade sem que, simultaneamente, sejam indicados os recursos necessários à sua implementação.

Regulamentação das fundações ainda não foi aprovada

Não entraram em discussão as sugestões finais para definir a regulamentação interna das fundações de apoio. No entanto, o representante discente Pedro Martins não perdeu a oportunidade de fazer um protesto bem-humorado contra estes dispositivos de privatização da UFRJ.

De posse de um porquinho porta-níqueis, o estudante anunciou que tinha criado a Fundação DCE Mário Prata. Só não havia definido o valor a ser revertido para a UFRJ: se 5%, que é o padrão oficial das fundações, ou 85% (uma vez que 15% é a proporção destinada aos alunos na composição dos colegiados e, em geral, nas consultas não-paritárias).

Representantes na FUJB são reeleitos

Em votação realizada durante a própria sessão do Consuni, foram reeleitos todos os representantes do Consuni nos conselhos da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB). No Conselho de Administração, permanecem os professores Luiz Antônio Cunha, Eliezer Jesus Barreiro, Carlos Antônio Levi (efetivos) e Ermelinda Azevedo, Raimundo Rocha e Celeste Carvalho (suplentes). No Conselho Curador, ficam os docentes Ricardo Bicca, Franklin Trein (efetivos) e Edwaldo Cafezeiro e Eduardo Siqueira (suplentes).

Déficit na FUJB

Um dos integrantes do Conselho Curador, Ricardo Bicca, aproveitou a ocasião para fazer um rápido balanço da situação da FUJB. Segundo ele, a fundação apresentou déficit ao final de 2004 de R$ 2,094 milhões. O professor aponta uma tendência para a redução dessa dívida até o final deste ano, que ficaria em R$ 1,2 milhão - até o fim de setembro, estava em R$ 958 mil.

Novo edital do CT-Infra

O pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, informou que já está disponível na página da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a chamada pública para o Fundo de Infra-estrutura (CT-Infra), para aplicação nos anos de 2006 e 2007, num valor de até R$ 120 milhões. As propostas podem ser enviadas até 30 de março de 2006.

José Luiz comentou que o prazo é complicado, devido ao recesso acadêmico, mas esclareceu também que a reitoria pretende trabalhar desde já num projeto que atenda a toda a universidade.

Também informou que se tornou, no mês passado, presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

Filosofia aguarda até fevereiro

Apesar do pedido de alguns alunos e professores presentes ao colegiado, o Consuni não incluiu como ponto de pauta a decisão de incluir no próximo vestibular da UFRJ a disciplina de Filosofia. O reitor Aloisio Teixeira pediu paciência aos solicitantes e aos conselheiros, uma vez que o Conselho de Ensino de Graduação também debatia o assunto. Segundo ele, nada impede que o Consuni aprove a Filosofia no vestibular já para o próximo ano, quando forem reiniciados os trabalhos efetivos do colegiado, em fevereiro.

Terreno do Fundão cedido à Defesa Civil

O colegiado aprovou a cessão de terreno, na ilha do Fundão, entre a Bio-Rio e o alojamento estudantil, para a construção do Instituto Tecnológico de Defesa Civil (ITDEC). Trata-se de órgão que, entre várias atividades, fará o serviço de certificação de materiais para prevenção e proteção contra incêndio e pânico, sem fins lucrativos.

A cessão do terreno surge em contrapartida à negociação entre a UFRJ e a Secretaria de Defesa Civil para instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros na ilha do Fundão. O objetivo será o de diminuir o tempo-resposta no atendimento aos chamados no Fundão e adjacências.

Regimento do Colégio Brasileiro de Altos Estudos

Com poucas modificações, foi aprovado o regimento do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, que deverá funcionar na antiga Casa do Estudante Universitário, na avenida Rui Barbosa.

Foi feita uma recomendação ao Conselho Deliberativo do Colégio para que estude uma forma de contemplar a participação de estudantes e técnico-administrativos neste futuro órgão da universidade.

Mandato prorrogado

Foi prorrogado o mandatos dos representantes dos pós-graduandos até fevereiro, enquanto não se elege uma nova composição.

Colegiados

Eleição da comissão docente é homologada

Resultado da eleição dos integrantes da CPPD é homologado pelo Conselho Universitário

O Consuni de 8/12 também homologou os resultados das eleições para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), realizadas no fim de novembro. Mas, por muito pouco, quase não foi necessário convocar novo pleito para preencher a vaga de suplente da representação dos Professores Titulares - a CPPD é composta por representantes dos centros e de classe/categoria.

Um recurso apresentado ao colegiado pelo professor Luis Paulo Braga, do Instituto de Matemática, questionou o teor de mensagem eletrônica enviada aos docentes do CCMN em 25/11 que pedia votos, neste segmento dos Titulares, para um determinado candidato. A mensagem foi enviada aos docentes do centro pelo professor Júlio Afonso, que representava o CCMN na própria comissão eleitoral da CPPD.

A Comissão de Legislação e Normas analisou o recurso e entendeu que a vaga de titular para este segmento (ganhou um professor do CCS, professor Leslie Benchetrit, com 72,5% dos votos) não foi influenciada pela mensagem. Porém, recomendou ao plenário do Consuni a anulação e a realização de novo pleito para a vaga de suplente, disputada por dois candidatos: Jarí N. Cardoso (do CCMN), obteve 13,75% dos votos, enquanto Maria Cecília Mollica (do CLA), ficou com 11%.

Kelvin Melo

SESSÃO QUE HOMOLOGOU ELEIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

O vencedor foi aquele para quem o integrante da comissão eleitoral pediu votos.

Moção contra a atitude

Na discussão do Consuni, apesar da reprovação à atitude do integrante da comissão eleitoral em buscar votos para um candidato (fato que mereceu uma moção, aprovada ao final da sessão), a votação foi decidida pelo chamado "voto de Minerva" e o reitor foi favorável à homologação dos atuais resultados - no plenário, houve empate em 10 a 10 e mais 4 abstenções. Também foi aprovada moção de louvor ao trabalho dos demais integrantes da comissão eleitoral.

Nova CPPD

A nova CPPD fica composta pelos seguintes nomes, como representantes de centros: pelo CFCH, Carmem Teresa G. Arnhorn (titular) e Mariléia F. M. Inoue (suplente); pelo CLA, Aurélio Nogueira (titular) e Márcia Botelho (suplente); pelo CCMN, Ricardo Borges Barthem (titular); pelo CCJE, Vitor Mario Iório (titular); e pelo CCS, Elizabeth Accioly (titular) e Alane B. Vermelho (suplente).

Como representantes de classe/categoria, ficaram: pelos Titulares, Leslie Benchetrit (titular) e Jarí N. Cardoso (suplente); pelos Adjuntos, Denise F.L.Nascimento (titular) e Emilio V. Barroso (suplente); pelos Assistentes, Hugo Borges Backx (titular) e Rosane Mara P. de Oliveira (suplente); pelos Auxiliares, Sergio Luiz Jacob Molina (titular); pela Educação Básica, Militza Bakich Putziger (titular) e Celia Brito Teixeira Gama (suplente).

CEG aprova distribuição de substitutos para 2006

Estudante repudia MEC e professores de dedicação exclusiva que dão aulas em universidades privadas

Na sessão do CEG do dia 30/11 os conselheiros aprovaram o relatório referente à distribuição de vagas para professor substituto em 2006. Durante a discussão, o professor Homero Fogaça (CCS) ressaltou que os departamentos falharam na solicitação de vagas: "Os departamentos têm o dever de justificar os pleitos dos seus centros. Não é trabalho da comissão procurar saber porque estão solicitando as vagas".

De acordo com Fogaça, que integra a Câmara de Corpo Docente do CEG, ainda assim a comissão procurou saber as principais especificidades para que nenhum Centro fosse prejudicado. De acordo com os professores que elaboraram o relatório, os docentes efetivos que ministram apenas poucas horas de aula semanais são a principal causa da falta de professores nas unidades.

Conselheiro condena atitude do MEC

Os representantes discentes no colegiado também entenderam desta forma. Pouco antes da aprovação do relatório, o conselheiro Gabriel Rodrigues Marques registrou um repúdio ao Ministério da Educação (MEC) que dispõe poucas vagas para a contratação de professores efetivos e deixa as universidades públicas com a obrigação de contratar um grande número de professores substitutos.

Marques também repudiou a atitude de professores em regime de dedicação exclusiva que ministram um número mínimo de aulas semanais para dedicarem o restante do tempo a cursos pagos dentro da UFRJ ou em universidades particulares.

CEG aprova editais para 2006

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou os editais de bolsa de iniciação artística e cultural e de bolsa de estágio para laboratórios de informática para 2006. De acordo com os dois documentos aprovados, as unidades terão até o dia 2 de fevereiro de 2006 para encaminhar a solicitação de bolsas. A análise das solicitações ocorrerá entre os dias 8 e 17 de fevereiro do próximo ano.

Colegiado tenta acabar com as vagas ociosas

De acordo com o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, as unidades foram solicitadas a encaminharem uma planilha indicando quantas vagas não estão preenchidas para que a câmara discente do CEG possa elaborar uma proposta de resolução que tenha o objetivo de ocupar as vagas ociosas na universidade.

De acordo com o presidente da câmara discente, Ericksson Rocha e Almendra (CT), a principal medida que está sendo discutida é o fim do descancelamento de matrícula: "Nossa proposta é que seja um processo automático: uma vez que uma matrícula for cancelada, uma nova vaga será aberta", afirmou. De acordo com o representante do Centro de Tecnologia, o objeto de estudo agora é como estas novas vagas serão preenchidas.

Opinião

As teses do movimento docente e os inimigos da universidade pública para todos

Leandro Nogueira*

De forma recorrente, há algum tempo as assembléias da Adufrj-SSind têm testemunhado ataques virulentos contra o Movimento Docente (MD), invariavelmente tachado como de caráter corporativista e defensor de privilégios. Noves fora o fato de que tais ataques são desferidos por segmentos da própria docência universitária, que ainda acusam o MD de cerceamento do "debate democrâtico", causa espécie como professores de inquestionáveis titulações acadêmicas se esmeram em pronunciamentos públicos destituídos da rigorosa delimitação de termos, que certamente procuram adotar no curso de suas atribuições universitárias.

Pretendo nesse breve texto, a partir das expressões "corporativismo" e "privilégios", incitar o debate que contribua para o emprego mais rigoroso de diversos termos veiculados em assembléias da Adufrj-SSind, eventos que paralelamente à legitimidade de sua condição política, são de inarredável conotação acadêmica, consideradas a qualificação de seus participantes e o *locus* em que ocorrem. De acordo com Bobbio (1992, 1995), o tipo de sociedade em que vivemos, cada vez mais interessada no alargamento do processo democrático, pode também ser entendido como policêntrico, que não tem apenas um centro de poder (a vontade geral de Rousseau), mas muitos, merecendo por isso o qualificativo de poliárquico (ou ainda policrático). Nesse tipo de sociedade, os grupos e não os indivíduos protagonizam a vida pública (política), num contexto que conseqüentemente solicita o devido e contínuo ajuste com o pluralismo.

Através da livre (e legítima) associação, diferentes grupos procuram ampliar o espaço dos debates e os procedimentos democráticos em várias instâncias da sociedade civil, da escola à fábrica, não se contentando mais em pedir, em troca de obediência ao chamado estado de direito, apenas a proteção das liberdades fundamentais e da propriedade adquirida através das trocas, mas também uma equânime distribuição da riqueza, para com isso atenuar, se não mesmo eliminar, as desigualdades dos pontos de partida (Rawls, 2000).

Como o velho e o novo liberalismo já demonstram ser incompatíveis com a democracia moderna (Bobbio, 1992), nos regimes políticos em que a sua predominância seja real, ocorre a desqualificação das demandas democráticas e seu respectivo enquadramento na categoria de "corporativismos", quando vinculadas a grupos organizados de trabalhadores. No Brasil, país em que os governos têm sido submetidos aos preceitos neoliberais, essas demandas ainda são literalmente tratadas como questão policial, não importando se são provenientes de humildes agricultores ou de professores universitários. Torna-se previsível assim a acusação governista de que o MD constitui um "corporativismo", cioso de seus "privilégios" e promotor do grevismo inconseqüente que submete e constrange a imensa maioria dos professores. Compreende-se que essa grosseira parolagem venha de um tucano como o ex-ministro Paulo Renato Souza, ou de um petista como o deputado federal Paulo Delgado, atual presidente da Comissão de Educação da Câmara. Ambos apenas a defendem suas posições no *status quo* dos podres poderes vigentes no país, tanto fazendo se suas declarações misturam alhos com bugalhos.

No Brasil, país em que os governos têm sido submetidos aos preceitos neoliberais, essas demandas ainda são literalmente tratadas como questão policial, não importando se são provenientes de humildes agricultores ou de professores universitários

Lamentável é saber, que uma parcela expressiva de PhDs concorda com esse vitupério. Senão vejamos: (a) em suas numerosas publicações e congressos, o Andes-SN tem continuamente reafirmado a sua posição em prol da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade para todos; (b) também é sobejamente conhecido, o compromisso do Andes-SN com um modelo de universidade pautado pela atenção efetiva à tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, dimensões inseparáveis da plena elaboração acadêmica; (c) O MD em todo o país, não determina a filiação compulsória dos professores universitários às suas associações docentes (ADs), rejeita qualquer cobrança de imposto sindical e sobrevive fundamentalmente dos descontos em folha autorizados pelos docentes que livremente decidem se filiar; (d) O Andes-SN constitui uma das raras confederações sindicais em todo o mundo, concretamente autônoma com relação aos governos, partidos políticos e com relação às próprias universidades nas quais são formadas suas ADs;(f) sua gestão organizativa é uma contribuição da comunidade acadêmica à instituição sindical, não admitindo o sindicalismo profissional ou a perpetuação *ad eternum* de seus dirigentes, uma vez que todos os cargos de direção do MD não são remunerados e é ainda vedada a permanência de qualquer dirigente, em qualquer cargo, por mais de dois mandatos consecutivos.

Registre-se ainda que: (1) o MD jamais promoveu greves contra os alunos, sendo notória em suas assembléias, a abertura de espaços efetivos para a manifestação das representações estudantis; (2) jamais as greves foram adotadas como instâncias imediatas de luta, mas porque os sucessivos go-

Opinião

vernos têm manifestado pouco ou nenhum interesse pela negociação de nossas diversas perdas; (3) em tempo algum greves foram declaradas ao arrepio da lei e constrangendo uma suposta "maioria silenciosa de professores", ocorrendo tão somente devido ao comprovado esgotamento de todos recursos perseguidos pelo MD; (4) outrossim, as declarações de greve obedeceram aos procedimentos democráticos e estatutários que foram devidamente registrados em atas de assembléias, muitas das quais testemunhadas pela mídia em geral; (5) em mais de uma ocasião, a comunidade acadêmica rejeitou por votação majoritária em assembléias da AdufrjSSind encaminhamentos de greve propostos pela diretorias local e nacional do MD.

Diante desses aspectos, apenas a má-vontade política ou a total ignorância do que seja "corporativismo", podem considerar o MD como iniciativa sectária e ciosa de privilégios

Diante desses aspectos, apenas a má-vontade política ou a total ignorância do que seja "corporativismo", podem considerar o MD como iniciativa sectária e ciosa de privilégios. Por outro lado, qualificar como corporativismo, a luta do MD por demandas corporativas que vão da reposição salarial à paridade de vencimentos entre ativos, aposentados e pensionistas entre outros pleitos, compara-se ao que Hobsbawm (1997) nos relata sobre os teólogos do livre mercado que utilizando levianamente a expressão "corporativismo", uma palavra que já então tinha associações meio esquecidas e inteiramente irrelevantes com o fascismo do entre guerras, atacaram barbaramente as conquistas que os trabalhadores ainda detinham ao final do período do Estado de Bem-Estar Social.

Mas ainda que se concorde com essa "tese", seguem algumas questões a investigar: (1) num país em que quase 70% da população economicamente ativa ganha até três salários mínimos (IBGE, 2003), como classificar os apoiadores do ProUni, que desvia recursos públicos mediante renúncia fiscal e ainda disponibiliza bolsas com financiamento estatal para as universidades privadas e suas franquias? (2) a quem interessa a reserva de mercado que declara o doutorado como sendo "o início de carreira na docência universitária" (sic), vedando aos professores com grau de mestrado a possibilidade de participação em concursos de provas e títulos para o provimento de vagas nas universidades públicas? (3) como classificar os adesistas à Contra-Reforma Universitária do governo Lula da Silva, que estrangula ainda mais o financiamento das IFES e consagra a transmutação de doutores em "empreendedores acadêmicos?"

É verdade que um dos mais importantes empreendimentos científicos de toda a história, o Instituto Pasteur, a organização de ensino, pesquisa e extensão que assinalou a passagem da *little science* para a *big science*, nasceu como uma instituição privada e de utilidade pública, graças à iniciativa genial de Louis Pasteur e um punhado de colegas e discípulos, mais tarde reconhecidos como "pausteurianos" (Cinti & Lupi, 1997). Mas a história dessa extraordinária iniciativa, construída em sua maior parte com subscrições de toda a sociedade francesa e que também contou com dotações regulares do Estado assim que tiveram início suas atividades, em nada se assemelha ao *ethos* capitalista, e por conseguinte excludente, que se encontra consagrado na Contra-Reforma lulista.

Quanto aos "privilégios" que o MD procura manter, poderia encerrar o texto, lembrando a admissão pública do próprio ministro da Educação, de que os professores das IFES têm acumulado seguidas perdas em seus proventos. Mas penso que dois pontos devem ainda ser ressaltados. No primeiro deles, anote-se que o Brasil recebeu destaque negativo no relatório do estudo sobre "Eqüidade e Desenvolvimento" do Banco Mundial (World Bank, 2005), sendo apresentado como um dos mais desiguais do mundo e envolto no que foi definido como "inequality trap" (armadilha da desigualdade). Pior: o mesmo estudo revelou que o país reúne quase todos os ingredientes possíveis para continuar perpetuando essa situação. Campeão da desigualdade social na América Latina, o Brasil só está melhor hoje do que quatro países africanos (Suazilândia, República Centro-africana, Botswana e Namíbia), segundo o relatório desse estudo.

Quanto aos "privilégios" que o MD procura manter, poderia encerrar o texto, lembrando a admissão pública do próprio ministro da Educação, de que os professores das IFES têm acumulado seguidas perdas em seus proventos

No texto "Oportunidades desiguais persistem por gerações no Brasil" (p.29), o Banco Mundial observa que não somente a renda dos mais pobres é um problema, ao lado da falta de bons serviços como saúde e educação, mas que não há no Brasil condições e mecanismos de interação entre ricos e pobres. O mesmo estudo define "eqüidade" como chances iguais a todos, independentemente de cor, raça ou nível social. Numa conclusão surpreendente para os produtivistas de plantão, que contraria ainda a maioria dos especialistas do setor e do próprio Banco Mundial, a eqüidade - e não apenas o simples crescimento econômico - foi considerada no estudo como a base fundamental para o combate à pobreza.

O corolário decorrente sugere que os professores propagadores dessa inverdade aliam-se, não obstante suas qualificações acadêmicas, aos piratas que seguem cassando os direitos dos trabalhadores no Brasil em todo o mundo

Quanto à "armadilha da desigualdade", ela se dá quando as elites econômica e política perpetuam-se no poder, criando mecanismos financeiros e legislativos para manter o comando e obter vantagens. Ora, não é difícil concluir que o exemplo clássico no caso brasileiro, ocorre quando o Poder Legislativo ou Judiciário aumenta os próprios salários e estabelece ganhos previdenciários incompatíveis com a realidade econômica do país, mantidos mesmo quando seus pares são afastados de suas funções por motivo de corrupção. A discussão dos privilégios, no caso brasileiro, passa, portanto, pela devida atenção à essa questão. E insistir em apontar o MD como defensor de privilégios, obscurece o fato de que os professores das IFES, além das contínuas perdas salariais, enfrentam a crônica escassez de financiamento para suas pesquisas, além de constantes ataques à estabilidade e aos seus direitos previdenciários entre outras dificuldades.

O corolário decorrente sugere que os professores propagadores dessa inverdade aliam-se, não obstante suas qualificações acadêmicas, aos piratas que seguem cassando os direitos dos trabalhadores no Brasil em todo o mundo. Dados do recente relatório sobre segurança econômica da OIT (ILO, 2004) estimam que somente 8% dos trabalhadores em todo o mundo – menos de um em cada dez - vivem em países onde se encontram as condições favoráveis em matéria de segurança econômica, promotoras do acesso ao trabalho decente (*decent work*). Trata-se de uma conclusão altamente preocupante para os que lutam pela afirmação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ratificadora dos efeitos deletérios da globalização assimétrica sobre as condições de trabalho. Com efeito, o processo globalizador tem sido célere na liberalização econômica e na geração de uma riqueza sem precedentes, mas a ONU adverte que o mundo está mais desigual do que há dez anos (UNO, 2005). Mesmo assim, não se tem qualquer discussão sobre a criação de normas e padrões internacionais para o mercado de trabalho, à semelhança dos certificados internacionais que garantem o cumprimento de normas para produção.

Nesse âmbito, como se sabe, a palavra de ordem é *flexibilização*, um eufemismo para a precarização radical das relações trabalhistas. Para os que assacam contra os direitos dos professores universitários e a própria universidade pública, o quadro não poderia ser melhor. Afinal, esse ataque representa uma importante etapa na estratégia que visa perpetuar a indefectível armadilha da desigualdade brasileira, sinalizando para os demais segmentos sociais, que a universalização do trabalho decente não passa de uma utopia irrealizável.

*Professor EEFD-UFRJ

Referências

BOBBIO, N. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BOBBIO, N. *Estado, Governo e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CINTI, P. & LUPI, S. Uma cooperativa científica: o Instituto Pasteur de Paris. In: *A Emoção e a Regra*. DE MASI, D. (org). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997. pp. 103-130.

HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Economic Security For a Better World*. Geneva: ILO Publications, 2004.

RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000

THE WORLD BANK. *World Development Report 2006. Equity and Development*.New York: Oxford University Press, 2005

THE UNITED NATIONS. *The Inequality Predicament. Report on the World Social Situation 2005*. New York: United Nations, 2005.

Campanha Salarial

Governo mantém distorções salariais em projeto de lei

Governo foge de sua responsabilidade e remete ao parlamento em caráter de urgência projeto de reajuste dos docentes das universidades federais

Passados mais de 100 dias de mobilização da Campanha Salarial 2005, com greve em 39 instituições, os professores das federais receberam como resposta à reivindicação de 18% de reajuste linear um projeto de lei (6.368), protocolado no Congresso Nacional, no último dia 9, com a mesma proposta diversas vezes rejeitada pelas assembléias de docentes em todo o país. O governo rompeu as negociações com o Andes-SN e seu Comando de Greve em 10 de novembro e o projeto de lei foi anunciado pelo MEC em 16 de novembro em coletiva concedida pelo ministro Fernando Haddad à imprensa, sem que, na ocasião, fosse permitida a participação dos profissionais da imprensa sindical.

Com o PL, o governo materializou sua proposta que desrespeita os princípios da paridade e da isonomia, adia para 2006 qualquer perspectiva de reajuste salarial e não atende a pauta da categoria, diluindo ainda sua implementação em três etapas: janeiro, maio e julho.

A pauta de reivindicações salariais dos docentes tem como horizonte a recuperação do valor aquisitivo de janeiro de 1995, último reajuste concedido antes dos 8 anos do governo FHC. A partir de 1998, o governo passou a fazer reajustes diferenciados em gratificações, dentro da lógica da reforma do Estado (com a introdução da GED e da diferenciação entre 1º e 2º graus e 3º grau). Na pauta da Campanha Salarial dos docentes deste ano também constava o fim de todas as gratificações, com suas devidas incorporações ao vencimento básico; a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; e uma carreira única e isonômica para todos os professores das Federais, sem qualquer distinção.

Ao longo da Campanha, o MEC excluiu o Andes-SN das negociações relativas aos professores de 1º e 2º graus, repetindo a mesma política adotada em 2004 contra a paridade e a correção das distorções, numa clara manifestação de autoritarismo, pois não cabe ao governo decidir sobre representação sindical. O resultado dessa política do governo é revelador. Para o 3º grau, aumentou-se a titulação e rejeitou-se o reajuste linear. Para os 1º e 2º graus concede-se reajuste linear e não é aumentada a titulação. Para o 3º grau aumenta-se a GED e não se completa a paridade. Para os 1º e 2º graus não se aumenta a GEAD e a equiparação entre as duas gratificações torna-se cada vez mais difícil.

Carla Lisboa

MANIFESTAÇÃO DA CAMPANHA SALARIAL, EM BRASÍLIA, DIA 14/11

Para os professores da base do Sinasefe, pelo termo de acordo assinado pelo MEC, está previsto um reajuste linear de 12%. Com isso, serão implementados maiores índices de reajustes para os doutores em relação às demais titulações para os professores da carreira do 3º grau; enquanto ocorrerá o inverso na carreira de 1º e 2º graus.

As negociações em separado de 2004 e desse ano resultaram na ampliação das diferenças. Tomando-se a comparação entre a remuneração de um professor da carreira de 1° e 2° graus, no nível 4 da Classe E; e de um professor Adjunto 4, ambos com doutorado, tem-se o seguinte quadro: em dezembro de 2002, a diferença entre eles era de R$ 148,86 em favor do Adjunto 4. Atualmente a diferença é de R$ 518,91 e, de acordo com o conteúdo do PL e do acordo firmado entre MEC e Sinasefe, a diferença será de R$ 680,04.

Panorama da greve nacional dos docentes informado no comunicado de 12/12/05

Universidade Federal Paulista – saiu da greve

Cefet-RJ e Federal de Juiz de Fora - saída da greve a partir do dia 12

Federal de Rondonia e Federal Roraima - saída da greve dia 14

Federal de Pelotas - indica a suspensão da greve a partir do dia 14

Federal de Santa Catarina - indica saída unificada da greve para o dia 19

Federal da Paraíba - indica saída unificada da greve sem data

Federal do Piauí - Reavaliação da continuidade ou não da greve após envio do Projeto de Lei ao Congresso

Não informaram posição ao CNG/ANDES-SN até o último dia 9/12 - Federais do Ceará, Lavras, Maranhão, Amapá, Paraíba (*campus* de Cajazeiras), Faculdade de Ciências Agrárias do Pará e Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas

Indicam a continuidade da greve - Federais Fluminense, Pará, Mato Grosso, Viçosa, Tocantins, Mato Grosso do Sul (Dourados), Santa Maria, Brasília, Uberlândia, Ouro Preto, Pernambuco, Alagoas, Amazonas, Pernambuco, Rural Rio de Janeiro, Sergipe, Campina Grande (PB), Campina Grande (Patos), Mato Grosso (Rondonópolis), Cefet Minas Gerais e Cefet Goiás

As diferenciações para outras classes e titulações, ainda que com valores diferentes, seguem, segundo a análise do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, a mesma tendência. Para o movimento grevista, o aprofundamento das distorções implicará em maiores dificuldades em futuras negociações para a carreira docente.

Governo opta pelo pagamento de juros e nega reajuste linear para professores

O Comando Nacional de Greve do Andes-SN avalia que, dos R$ 8,8 bilhões previstos para investimentos no Orçamento de 2005 que estão sendo desviados para a formação do superávit primário (56% do total de investimentos previstos para esse ano), mais de R$ 400 milhões dos investimentos que deveriam ser feitos pelo Ministério da Educação foram, mais uma vez, desviados para o pagamento de juros da dívida pública.

Embora a meta de superávit primário para 2005 fosse de 4,25% (a maior de toda a história), o governo sacrificou mais de 5% do PIB para atender os interesses dos banqueiros e credores. O mais perverso na política econômica adotada pelo governo Lula é que nem mesmo esse superávit é suficiente para pagar sequer metade dos serviços de uma dívida que, não obstante ser paga a cada dez anos, aproximadamente, não cessa de crescer. Essa política recessiva absorve cada vez mais os recursos do país e serve para justificar a aplicação intermitente de uma política econômica que leva o Brasil à condição do país da América Latina que menos cresceu esse ano.

Comando de greve sugere avaliação sobre a capacidade do movimento nas bases

Segundo o Comando de Greve do Andes-SN, o quando geral da greve se encontra em uma encruzilhada. Algumas seções sindicais apontam uma saída unificada, outras indicam a continuidade do movimento de greve. Nessa semana, as seções sindicais devem realizar assembléias locais até quarta, dia 14, para que o Comando faça uma avaliação sobre os rumos da Campanha Salarial.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 484 • 20 de dezembro de 2005

Editorial
A greve, as desventuras do Projeto de Lei do governo e a UFRJ
Página 2

UFRJ começa a preencher vagas ociosas
Página 3

Alexandre Cardoso é o novo diretor do Hospital do Fundão
Páginas 4 e 5

Política externa brasileira, tratados de livre comércio e inserção do país na economia-mundo
Por Roberto Leher
Páginas 6 e 7

Celso Amorim fala de política internacional na Coppe
Página 8

Reajuste fica nas mãos do Congresso Nacional

Projeto não tramita em regime de urgência e governo pode ter que editar medida provisória para cumprir o compromisso de reajuste

No último final de semana, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN avaliou os procedimentos a serem adotados em relação ao Projeto de Lei n° 6.368/05 encaminhado pelo governo federal como proposta de reajuste dos professores das universidades federais. Já na semana passada, após o envio do PL ao Congresso, o CNG encaminhou para as seções sindicais em greve a suspensão da paralisação nas universidades a partir da segunda, dia 19. A partir de indicações feitas por algumas assembléias e de avaliações feitas pelos delegados das seções, o Comando deliberou pelo seguinte indicativo para o movimento docente: "atuar junto á sociedade civil e ao Congresso Nacional para ***denunciar*** o processo autoritário que deu origem ao PL, bem como a discordância do Movimento Docente com seu conteúdo, uma vez que ele fere, frontalmente, os princípios da isonomia e paridade".

Projeto de lei corre o risco de não ser votado esse ano

O Projeto de Lei do governo, protocolado na Câmara dos Deputados em 8 de dezembro, formaliza a proposta do MEC para os docentes do ensino superior rejeitada por três vezes consecutivas pelas assembléias de base da categoria.

O Projeto de Lei tramita em regime de poder conclusivo, o que significa que o colégio de líderes da Câmara Federal não atribuiu ao PL a condição de urgência política.

Caso não seja votado esse ano e não for incluído na pauta da convocação extraordinária da Câmara para janeiro, o PL só poderá ser apreciado no próximo ano legislativo. Essa situação pode levar o governo a emitir uma Medida Provisória, caso pretenda manter o compromisso assumido publicamente.

O PL define que o aumento de 50% nos incentivos de titulação incidirá a partir de janeiro de 2006, a classe de professor associado e o aumento do vencimento básico do professor titular incidirão a partir de maio e os aumentos nos valores dos pontos da GED e a elevação da pontuação de 91 para 115 para aposentados e pensionistas serão implantados a partir de julho do mesmo ano. O PL modifica leis vigentes: Lei 7.596/87 (PUCRECE); Lei 9.678/98 (GED) e revoga a Lei 8.243/91 (percentuais das titulações).

A assessoria jurídica do Andes-SN participou da reunião do CNG do Andes-SN e deu esclarecimentos sobre o conteúdo do projeto, especialmente no tocante aos aumentos de incentivos de titulação. Ao contrário de modificar a Lei 8.243/91, o governo optou por revogá-la, apresentando no PL nova redação para a definição dos percentuais de titulação. Com a redação proposta pelo projeto, o vencimento deixa de ser 'acrescido' ao vencimento básico para apenas 'incidir' sobre o valor do vencimento.

Presidente do Andes-SN fala sobre o projeto de reajuste do governo e faz um breve balanço da greve. Página 3

A assessoria jurídica do Sindicato alerta para o fato de que a nova redação permite interpretar que o vencimento básico restringe-se à tabela do anexo II do PL (veja encarte nessa edição) e que os percentuais de titulação sejam complementos e não componentes do vencimento básico. Isto pode ter implicação, por exemplo, no cálculo da GAE e dos anuênios, com redução da remuneração do professor, ferindo o dispositivo constitucional que determina sua irredutibilidade. O jurídico do Andes-SN chama a atenção que a redação da lei em vigor (8.243/91) dá total garantia ao docente de ter sua titulação incluída como vencimento básico.

Os assessores jurídicos admitem que o PL deve ser votado após a aprovação da lei orçamentária anual de 2006 (LOA2006). Os assessores alertam também para o fato de que o pagamento diferenciado da GED para ativos e para aposentados e pensionistas é inconstitucional e esta tese está sendo defendida nas ações que as seções sindicais têm impetrado na justiça. A elevação de 91 para 115 pontos na GED para os aposentados e pensionistas manterá a GED não paritária e, portanto, inconstitucional.

A ausência da paridade poderá ainda ser questionada e alterada no PL durante sua tramitação Congresso, ou questionada na justiça após a sua aprovação. Os assessores jurídicos alertam para as possibilidades de manobras no Congresso que levem a um veto do Executivo, o que poderia resultar aos aposentados a perda do aumento para 115 pontos na GED.

A compreensão da assessoria jurídica é a de que deve ser mantida a luta no judiciário, mas que não se deve argüir, nesse momento, a inconstitucionalidade da ausência da paridade no Supremo Tribunal Federal, pois as decisões desta instância têm poder vinculante e não admitem recurso.

Editorial

A greve, as desventuras do Projeto de Lei do governo e a UFRJ

Acabou nesta segunda-feira, 19 de dezembro a mais longa das greves das IFES. Com o envio do Projeto de Lei 6.368/05 ao Congresso, a maioria das seções sindicais em greve entendeu que mudaria o foco da pressão da greve e optaram pelo seu encerramento.

Lembramos que em 2005 tivemos 0,1% de reajuste, que participamos de fevereiro a setembro de um Grupo de Trabalho com o MEC e que o governo não apresentou nenhuma proposta anterior a greve. Somente após a deflagração da greve tivemos notícias sobre o montante de recursos destinados ao reajuste dos professores e seu aumento de 400 para 650 milhões para os professores do terceiro grau e 140 milhões para os do primeiro e segundo graus. Não foi a boa vontade do governo nem o sindicalismo eletrônico que obtiveram estes resultados. Foi a greve. Não foram resultados espetaculares, nem uma das greves mais mobilizadas que já tivemos, porém mais uma vez constatamos que sem a força da greve as dificuldades da Universidade Pública brasileira não sensibilizam o governo.

Conscientes das suas limitações políticas, esperávamos muito mais de um governo eleito por ampla maioria, com uma plataforma de mudanças sociais. Além dos escândalos políticos notórios, assistimos ao mesmo tratamento que os governos anteriores deram à educação pública: descaso, intolerância com nossas reivindicações, ausência de propostas transformadoras. Durante a greve redefinimos nossa pauta de luta, solicitamos audiências com o governo e recebemos não apenas o silêncio, mas a confirmação de que o MEC, e portanto a política educacional do governo Lula, estão subordinadas à área econômica. Isto foi várias vezes reconhecido pelo MEC, sem nenhum constrangimento. Com a recente divulgação da antecipação do pagamento da dívida brasileira ao FMI e a manutenção da taxa de juros mais alta do mundo, fica clara a opção política do governo em favorecer a especulação financeira em detrimento das necessidades básicas de nossa população.

O governo foi intransigente, não no montante financeiro, mas no conteúdo de sua proposta. Enquanto concedia reajuste linear aos docentes de 1ºe 2º graus e mais recentemente aos funcionários do Legislativo, promove mais distorções na carreira dos docentes das universidades, redefinindo o vencimento básico. No Art. 3º do PL, os percentuais de titulação estão separados do vencimento básico, o que não constava das versões iniciais. A nova redação permite a interpretação de que os percentuais de titulação são complementos e não componentes do vencimento básico.

A política de sucateamento e privatização do ensino público superior continua no governo Lula. Ao enviar o Projeto de Lei ao Congresso, Lula inspira-se em Poncio Pilatos, lava as mãos e foge de sua responsabilidade. O que irá acontecer agora, num Congresso que dá demonstrações públicas diárias de sua instabilidade? A Universidade Pública foi lançada ao acaso, ao sabor das injunções políticas do momento, sem o tratamento sério que merece.

A situação da UFRJ no ano de 2005 merece destaque e uma análise mais profunda. Em greves anteriores tivemos uma participação importante e expressiva, em algumas outras ocasiões nossas assembléias decidiram pela não adesão à greve, porém em 2005 tivemos um cenário diferente: poucos professores compareceram às nossas assembléias, tanto para votarem contra a greve, a favor da proposta do governo, quanto para manifestarem sua adesão à greve e rejeitarem a proposta do governo. A grande maioria dos professores da UFRJ transferiu a decisão e os encaminhamentos da greve para outras instâncias. Vários fatores podem ter contribuído para isto: a crescente privatização do trabalho docente, o aumento da carga de trabalho dos professores que se dedicam a esta instituição, a desilusão com o governo Lula e o conseqüente desânimo com movimentos coletivos, críticas às direções sindicais. Estes e outros aspectos devem ser debatidos em nosso meio e aprofundados pois suas conseqüências ultrapassam em muito a questão da greve.

A UFRJ tem uma agenda cheia para os próximos meses: mestrado profissionalizante, funcionamento das fundações, além do orçamento da universidade para 2006, das restrições ao financiamento da pesquisa e da própria eleição para reitor. Qualquer um destes pontos deverá contar com a mais ampla discussão sobre suas conseqüências. E fica a pergunta: como está a participação dos professores na tomada de decisões sobre estes e outros pontos importantes? Uma constatação pode ser feita a partir dos últimos processos eleitorais ocorridos aqui. Observamos a coexistência de processos altamente mobilizados com outros de uma apatia preocupante. A eleição para a diretoria da Adufrj-Ssind teve uma boa presença dos professores, com uma clara opção pela chapa que defendeu a Universidade Pública, mas a participação na greve foi baixa. Enquanto a Faculdade de Letras mobilizou sua comunidade para legitimar uma nova direção comprometida com o ensino público, a Escola de Engenharia teve duas chapas com propostas diferentes e uma eleição disputada, em outras unidades os processos eleitorais se resumiram a escolhas pelas congregações ou opções entre candidatos sem maiores diferenças de conteúdo político.

A participação da comunidade universitária, e dos professores em particular, nos próximos embates sobre os rumos da universidade continuará sendo decisiva para a efetivação de medidas que apontem para uma instituição verdadeiramente pública.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Entrevista

Presidente do Andes-SN analisa greve nas federais

Qual a avaliação do Andes-SN sobre o envio do PL de reajuste pelo governo ao Congresso Nacional?

O projeto de Lei do governo, não entrou no Congresso em caráter de urgência, até o dia 15 de dezembro, último dia legislativo para a entrada e distribuição dos projetos nas comissões temáticas da Câmara dos Deputados. O PL sobre os salários dos docentes não tinha sequer sido distribuído para a primeira comissão. O PL que o governo enviou formaliza sua proposta, a mesma que foi rejeitada pela categoria, portanto a nossa avaliação é que este não atendeu aos princípios e às nossas reivindicações.

O governo diz que os docentes terão reajuste médio de 9,25%, mas manteve no PL o aumento diferenciado nas titulações, sem paridade para ativos e aposentados? Todos os docentes serão contemplados, como anunciou o MEC?

Todos os docentes terão reajustes, mas, serão diferenciados. O projeto discriminou, por exemplo, os docentes da carreira de 1º e 2º grau, que vão receber um reajuste menor, e ficaram separados dos docentes do 3º grau no projeto do governo. Vale ressaltar ainda que tais reajustes só serão recebidos em 2006. Destaca-se o fato de que os reajustes serão diluídos durante o ano, sendo os relativos a aumento do incentivo a titulação em janeiro,

Arquivo Adufrj-SSind

MARINA BARBOSA

os referentes à classe de associado em maio e os relativos a alterações na GED em julho. A escrita do PL, em seu artigo 3º pode, se interpretada literalmente como perda salarial, e isso está sendo estudado pela assessoria jurídica e discutido nas assembléias.

Quais serão os próximos passos do Sindicato e do Comando de Greve?

A greve não encerra a luta do Sindicato pelas nossas reivindicações. O comando de greve está encerrando o seu trabalho até o dia 19 de dezembro. Todos os desdobramentos resultantes das assembléias gerais serão tratados nas instâncias do Sindicato como tem revelado historicamente a nossa prática.O setor das federais do Andes-SN, deverá ser convocado para responder a estas demandas.

Que balanço o Andes-SN faz dessa greve?

O que ficou claro nesta greve é que mais uma vez o governo federal mostrou o seu desrespeito para com a educação pública e a sua incapacidade de lidar com o contraditório. Demorou um mês para receber o comando nacional de greve, não respeitou a vontade da categoria que por três vezes recusou sua proposta, exigiu a presença da entidade de carimbo nas pretensas negociações e encaminhou um PL para o Congresso com o mesmo conteúdo já tantas vezes rejeitado, dando por encerradas as negociações. Por outro lado a força do nosso movimento não se intimidou diante do autoritarismo do governo, manteve-se unido e coerente obrigando o governo a aumentar o montante dos recursos até chegar aos 650 milhões para os docentes do terceiro grau e mais 140 milhões para os docentes de 1º e 2º graus, quantia ainda insuficiente para responder as nossas reivindicações mas muito maior do que a oferecida inicialmente. O balanço será feito pela categoria, mas podemos afirmar que o instrumento da greve demonstrou-se necessário e foi capaz de conduzir a nossa luta a um patamar superior, a firmeza dos princípios e a coerência das ações foram mantidas e o sindicato sai fortalecido e os docentes aumentam sua dignidade.

Colegiados

CEG começa a ocupar vagas ociosas

Além de aprovar editais de transferência externa e mudança de curso, colegiado divulga que investimento em informática será maior no ano que vem

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), que há muito tempo discute uma solução para extinguir as vagas ociosas na UFRJ, aprovou o edital de mudança de curso e o edital de transferência externa e isenção do vestibular para o primeiro semestre de 2006, na sessão da última quarta-feira (14/12).

Serão disponibilizadas 284 vagas para transferência externa no primeiro semestre do ano que vem e 276 vagas para matrícula com isenção de vestibular. A universidade disponibilizará ainda 258 vagas para mudança de curso, exclusivamente na graduação. O curso noturno de Licenciatura em Física (20) é o que mais oferece vagas de transferência interna.

Desta forma o conselho pretende ocupar as vagas dos estudantes que abandonam seus cursos antes de concluírem e deixam ociosas as vagas que, na UFRJ, são bastante concorridas.

Reitoria pretende investir em informática em 2006

O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, divulgou antes da plenária que parte da verba de R$ 2 milhões - originadas das luvas do Centro de Pesquisa da Petrobrás (Cenpes) – será investida no setor de informática da universidade. Os professores Ericksson Rocha e Almendra (CT) e Miguel Jonathan (CCMN) foram destacados pelo colegiado para acompanhar o Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), junto à reitoria, na distribuição desta verba.

De acordo com Meyer, as prioridades serão a criação de novas bolsas para o Laboratório de Informática da Graduação (LIG) e um maior desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga).

Resenha

Balanço negativo do ProUni

Segundo o balanço do Enem aplicado em setembro, 60,2% dos participantes obtiveram menos de 40 pontos na parte objetiva, não alcançando a nota de corte do ProUni, 45 pontos. A peneira fina deixará de fora de 80% a 90% dos candidatos às bolsas do programa. Cerca de 1 milhão das 2.199.214 pessoas que fizeram o Enem 2005 já concluíram o ensino médio há algum tempo e o primeiro ano do ProUni mostra que não basta ter alcançado a nota mínima. As bolsas de 2005 foram destinadas aos que obtiveram pelo menos 65 pontos, muito acima da nota de corte. No fim, recebem as bolsas os que, além de comprovarem ser carentes financeiramente, fazem mais pontos. (estadao.com.br, 14/12)

Curso a distância de Administração já funcionam em seis federais

Até fevereiro, seis universidades federais realizarão vestibular para o primeiro curso a distância do Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), da Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC). O curso de administração de empresas, com duração de quatro anos e currículo único, será ministrado pelas universidades federais de Brasília, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Mato Grosso e Maranhão. Serão oferecidas 3.500 vagas. No vestibular, os candidatos farão provas apenas de português, matemática e conhecimentos gerais. O curso será baseado em aprendizagem pela internet, videoconferências e materiais didáticos impressos. (estadao.com.br, 14/12)

Baixada fluminense sem ensino superior público

No Estado do Rio de Janeiro, a maioria dos *campi* de instituições públicas de ensino superior está localizada na capital. Com isto, os moradores do interior e de regiões do porte da Baixada Fluminense têm poucas opções. Em 2004, o MEC abriu um pólo da UFRRJ em Nova Iguaçu, que, segundo o presidente da Câmara de Vereadores do município, Carlos Ferreira, está longe de atender às necessidades da região. Outra razão para a criação de uma universidade é o potencial econômico da região, principalmente em razão do pólo petroquímico da Baixada e da Refinaria de Duque de Caxias. (Folha Dirigida, 8/12)

Hugo Chávez no Brasil para lançar refinaria em Pernambuco

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, esteve no Brasil no último dia 16 para inaugurar, junto com Lula, as obras da refinaria binacional José Ignacio Abreu de Lima, em Pernambuco. A refinaria, que terá capacidade para 200 mil barris diários, será construída com um investimento binacional de 2,5 bilhões de dólares e deverá estar operacional em 2011. Os diversos acordos entre a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) e a Petrobras prevêem a exploração de uma jazida de petróleo pesado na Venezuela, que será processado no Brasil. (JB, 15/12)

UFRJ

Novo diretor do hospital do Fundão se elege com ampla maioria de votos

Professor Alexandre Cardoso, eleito com 94% dos votos, diz que quer aumentar a auto-estima dos servidores do hospital

Na última terça-feira, tomou posse o novo diretor geral do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Alexandre Pinto Cardoso é pneumologista, ex-reitor interino da UFRJ e assume o cargo no lugar do gastroenterologista Silvio Martins. Martins ficou apenas alguns meses à frente do HU, ao substituir, na condição de *pro-tempore*, Amâncio Paulino de Carvalho, que assumiu a direção do Departamento de Saúde Especializada do Ministério da Saúde.

Professor Adjunto da Faculdade de Medicina da UFRJ, Alandre Cardoso reconhece a crise sistêmica por que passam os hospitais universitários. De acordo com a assessoria do novo diretor, 45 hospitais universitários subordinados ao MEC acumulam uma dívida conjunta que se aproxima a R$ 400 milhões. No caso do Hospital do Fundão, a dívida é em torno dos R$ 7 milhões, o que afeta desde o abastecimento, com reflexos principalmente na assistência até o investimento em ensino e pesquisa, finalidades de um hospital escola.

Alexandre Cardoso foi eleito com quase 94% dos votos em uma eleição proporcional com 50% do peso dos votos para os docentes, 30% para os técnico-administratios e 20% para os estudantes. Pelo critério da paridade, o professor obteve 94% dos votos em relação ao outro candidato. A maioria (85%) também o escolheria pelo critério universal.

Em entrevista ao Jornal da Adufrj-SSind, dias antes da posse, Alexandre Cardoso diz ter como prioridade da sua gestão a retomada de uma política de recursos humanos que valorize os profissionais servidores que, para ele, são a base que fundamenta o funcionamento da unidade. Entre as suas prioridades, diz que promoverá uma política de qualificação e estímulo ao trabalho dos técnico-administrativos. "Queremos claramente resgatar a vontade, o empenho e o compromisso de trabalho aqui no Hospital. Esses compromissos vinham sendo desgastados nos últimos anos, por várias razões, uma delas a remuneração prevista para os servidores pelo governo e a dificuldade de apostar na qualificação do pessoal, no aperfeiçoamento do pessoal do HU, disse referindo-se aos funcionários técnico-administrativos".

Trabalho Docente

Em relação ao pessoal docente, a unidade conta com professores vinculados a estutura administrativa do hospital que são os chefes de serviço e diretores de divisão e formam o corpo docente que estará sob a direção do professor. Aleandre diz que o corpo acadêmico ligado à administração do hospital estará comprometido 40h por semana com as atividades específicas de cada um dos setores e com avaliações pontuais do desempenho global da unidade. Cardoso ressalta, no entanto, a necessidade de que docentes de outras unidades se integrem ao trabalho de ensino e pesquisa no Hospital. "Estes docentes (vinculados à estrutura do HU) já estão comprometidos com o ensino, pesquisa e extensão. No entanto, os demais professores trabalham nos nossos serviços mas estão vinculados aos departamentos e à estrutura de ensino das unidades, como a Faculdade de Medicina, os cursos de enfermagem, fonaudiologia, sob os quais o diretor do hospital tem uma influência relativa, também devem estar comprometidos com as nossas atividades".

Para Cardoso, o ensino de Medicina necessita de uma integração com a atividade assistencial. "É o que a gente chama de integração docente-assistencial. Medicina é um curso profissionalizante. A gente precisa ensinar pessoas a atender pessoas e isso em profissões muito específicas", ressalta. Para essa integração ser maior, segundo o novo diretor, é preciso que os docentes estejam envolvidos com os seus projetos de pesquisa, na busca de novas soluções, criando com isso possibilidades de ensino critico junto de seus estudantes. Essa relação entre projetos acadêmicos e o trabalho de assistência, de acordo com ele, já acontece de forma mais regular e intensa com curso de Medicina. "A relação com docentes de outras unidades tem sido mais intensificada, também, com outros cursos, como os da Escola de Enfermagem, Nutrição e Escola de Serviço Social", diz.

"Medicina é um curso profissionalizante. A gente precisa ensinar pessoas a atender pessoas e em profissões muito específicas"

Arquivo Adufrj-SSind

ELEITO COM AMPLA MAIORIA DOS VOTOS DO CLEMENTINO FRAGA FILHO, ALEXANDRE CARDOSO CHAMA ATENÇÃO PARA A NECESSIDADE DE MAIOR INTEGRAÇÃO DO ÓRGÃO COM AS UNIDADES ACADÊMICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA ÁREA DA SAÚDE. ABAIXO, EM SUA SALA, NO INSTITUTO DE PNEUMONOLOGIA, NO TERCEIRO ANDAR DO HOSPITAL, O PROFESSOR CONCEDE ENTREVISTA AO JORNAL DA ADUFRJ

Manuella Soares

Uma das dificuldades para essa integração com as atividades desenvolvidas no HU, seria a baixa quantidade de docentes nas demais unidades."O curso de Fisioterapia, por exemplo, já mantém vínculo com o hospital, implementando um serviço de fisioterapia, assim como a Fonoaudiologia. Já no Serviço Social, a interação se faz apenas no campo da prática, com os estágios dos alunos, mas é fundamental ampliar a participação dos docentes das diversas unidades no Hospital", reivindica.

Para promover essa integração, o professor diz que estão sendo oferecidas salas de aula e uma unidade de pesquisa clínica. "É o que nos cabe fazer, interagindo com a área básica do CCS". Cardoso informa que já há professores de diversas unidades que trasferiram seus laboratórios para dentro do HU. "Um exemplo disso é o banco de células que, na ponta do conhecimento, está trabalhando com células-tronco e sua aplicação prática. Já temos projetos de ensaios clínicos utilizando essa nova tecnologia de cultura de células em alguns protocolos", comenta.

Unidade de Pesquisa Clínica receberá R$ 40 milhões

Cardoso diz que recebe da gestão anterior um convênio que renderá R$ 40 milhões para a construção de una Unidade de Pesquisa Clínica Profissional. Os recursos vêm de uma chamada dos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia, da qual a UFRJ participou, ficando em terceiro lugar no montante de recursos recebidos, atrás da UFRGS e da USP. A Unidade será instlada na área do quinto andar, no correder 5F, onde hoje funciona o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (Cesat) . Cardoso garante que os recursos para as obras de instalaçãoda clínica de pesquisa já estão disponíveis e que serão necessários apenas seis meses para a conclusão das obras.

"A relação com docentes de outras unidades tem sido mais intensificada, também, com outros cursos, como os da Escola de Enfermagem, Nutrição e Escola de Serviço Social"

Financiamento público

O Hospital do Fundão é especializado em tratamento de alta complexidade, entre os quais se destacam os transplantes e outras grandes cirurgias, tais como as neurocirurgias e as cirurgias ortopédicas. Por dia, o HU administra 1.200 consultas, entre 1.300 e 1.500 exames complementares e 50 cirurgias.

O professor diz que do SUS recebe cerca de R$ 3 milhões fixos por mês para os atendimentos ambulatóriais regulares. Já para os procedimentos de alta complexidade, o hospital gasta, em média, cerca de R$ 2 milhões, que são pagos também pelo sistema público. A diferença é que como são situações não totalmente previsíveis, o SUS só paga ao HU após a realização do procedimento. No mês de novembro, o novo diretor, diz que o município não repassou o dinheiro gasto com os procedimentos de alta complexidade realizados no mês anterior, o que gerou para o hospital, somente nesse período, um défict da ordem de R$ 2 milhões.

Ala particular

A nova admnistração não tem intenção de fechar a ala de leitos reservada a convênios com planos privados. Apesar de reconher que os recusos gerados com a 'venda' desses leitos são pequenos, cerca de R$ 400 mil reais/mês, Cardoso diz que vai questionar uma ação ganha pelo Ministério Público Federal que determina que, num prazo de quatro anos, todos os leitos do hospital voltem a ser públicos. Segundo Alexandre, para isso ocorrer, o SUS deveria manter integralmente os mais de 400 leitos do hospital, o que, segundo ele, não acontece.

O dinheiro recebido do atendimento privado é empregado, segundo Cardoso, no pagamento de equipes terceirizadas que realizam procedimentos complexos com o de transplantes de órgãos. O novo diretor alerta para o fato de que o Clementino Fraga Filho é a única unidade hospitar do Rio de Janeiro que realiza transplante de órgãos. Segundo o professor, muitas vezes esses procedimentos são realizados em horários fora do expediente normal dos técnicos e docentes do hospital, o que demanda a contração de equipes particulares. "Como esses servidores não podem receber hora-extra, precisamos contratar pessoal e utilizamos esses recursos para esse tipo de procendimento" Ainda assim, de acordo com Cardoso, os recursos não cobrem essas cirurgias. "Em média, o hospital gasta R$ 800 mil com transplantes, por mês".

Emergência

Questionado sobre a reabertura da emergência, o professor explica que o HU é uma unidadade cuja finalidade principal não é a assistência, mas sim o ensino e a pesquisa. Cardoso diz que o hospital não tem condições operacionais de manter uma emergência funcionando, o que necessitaria de equipes completas de profissionais em plantões de 24 horas, diariamente.

Para atender a comunidade interna, o professor diz que pretende implementar um 'modelo eletivo de emergência'. Isso significa dizer que algumas populações específicas da comunidade, como os estudantes do alojamento e os da Vila Universitária teriam acesso ao atendimento de emergência e ambulatórial (em dias e horários pré-definidos) por equipes determinadas.

Opinião

Política externa brasileira, tratados de livre comércio e inserção do país na economia-mundo[1]

Roberto Leher

Muitos dos mais ásperos críticos do governo de Lula da Silva sustentam que existe uma ilha programática em seu governo: a política externa. Entre os indicadores que sustentam essa avaliação, são citados: o posicionamento no G-21, a ajuda a Chaves no contexto do golpe contra o seu governo e a autonomia frente aos EUA. Ultrapassaria muito os limites deste artigo examinar cada uma dessas assertivas com vagar e, por isso, o artigo enfocará apenas a questão do livre comércio pois, nessa esfera, é possível avaliar mais do que as intenções e palavras genericamente terceiro-mundistas. Nas negociações sobre os tratados de livre comércio (TLC), é possível verificar que setores estão sendo protegidos e apoiados pelo governo e quais os que são descartáveis. O texto sustenta, ainda, que os acordos de livre comércio são indissociáveis da crescente militarização e, nesse sentido, faz breves pontuações sobre a ocupação militar do Haiti.

Na primeira manifestação contra a nova etapa da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorreu dois dias antes do início da VI Reunião Ministerial da OMC, 13 a 18 de dezembro, em Hong Kong, China, uma convergência já ficou evidente: os manifestantes exigem o fim de qualquer tipo de discussão sobre assuntos como a água ou a educação. Pelo lado governamental, os impasses que vinham sendo desenhados nos últimos meses parecem indicar que dificilmente se concretizará um acordo que dê sentido e substância a Rodada Doha. Como observa um conhecedor das entranhas das negociações comerciais, Joseph Stiglitz (A rodada que não houve, Opinião, O Globo, 11/12/05), frente à situação atual "nenhum acordo é melhor do que um mau acordo".

Cristina Miranda

ROBERTO PARTICIPA DO DEBATE NO FSM PROMOVIDO PELO DCE DA UFRGS EM JANEIRO DE 2005

De fato, para viabilizar um acordo, os diversos governos terão que impor pesadas perdas às suas sociedades. As contrapartidas dos países periféricos e semiperiféricos para que os países da União Européia (UE), os EUA e o Japão reduzam os subsídios agrícolas e promovam maior acesso aos seus mercados de produtos silvos-agropecuários provenientes das periferias – uma necessidade para os países pobres nos quais grande parte da população vive da agricultura – serão draconianas. O secretário da OMC, Pascal Lamy, deixou claro que as contrapartidas exigidas pela tríade (UE, Japão, EUA) envolvem ainda maior abertura para os serviços e os produtos industriais.

Certamente, um jogo fundamental para o imperialismo interessado em institucionalizar as trocas desiguais e o padrão de acumulação por despossessão a que se refere David Harvey[2]. Uma política externa autônoma e que considere a soberania dos povos não pode trabalhar com os termos do imperialismo centrados na barganha entre as principais frações do capital: o capital portador de juros, o agronegócio, a moderna burguesia de serviços e o setor industrial. Nestes termos, os países das periferias entram com o agronegócio e os países da tríade, em troca do maior acesso aos produtos agropecuários, exigem maior abertura para os investimentos, os serviços e os produtos industriais. Mais neocolonial impossível.

Uma política externa autônoma e que considere a soberania dos povos não pode trabalhar com os termos do imperialismo centrados na barganha entre as principais frações do capital: o capital portador de juros, o agronegócio, a moderna burguesia de serviços e o setor industrial

Os objetivos da política externa de um determinado país devem ser aferidos considerando o referido equilíbrio de forças e a real agenda que define o lugar de cada nação na economia-mundo. É preciso estar atento ao canto das sereias que anunciam uma melodia 'terceiro-mundista´ quando, na verdade, operam os interesses dos setores dominantes. É sob esse prisma que os supostos avanços da política externa brasileira precisam ser considerados.

Brasil, líder de um novo terceiro-mundismo?

A afirmação do G-21, por ocasião da Reunião da OMC em Cancún (2003), foi considerada um novo marco da política externa mundial. A grande mídia atribuiu o impasse da Reunião à posição do G-21, liderado pela Índia e Brasil – que teria ressuscitado o espírito de (um idealizado) Bandung e de um não menos idealizado "terceiro-mundismo", enchendo de esperanças intelectuais e analistas pouco atentos aos verdadeiros objetivos da política de comércio externo brasileira, centrada no agronegócio.

O G-21 reuniu aliados muito estreitos dos EUA, como Chile e México, todos insatisfeitos com a proposta conjunta dos EUA e UE – que carecia de proposições concretas para a agricultura. Mas é preciso examinar com mais vagar as vozes que puderam externar o seu descontentamento: o agribusiness ou a agricultura camponesa?

É certo que a tríade pretendia cindir os países "em desenvolvimento" em "subdesenvolvidos" e "miseráveis", impondo um retrocesso em relação ao conceito de "Rodada do Desenvolvimento" anunciado em Doha. Mas o G-21 realmente significa uma oposição aos interesses das corporações? Durante a Conferência o G-21 foi a voz d´ África, cujo comércio exterior, excluindo a África do Sul, representa menos de 1% do comércio mundial, equivalendo a pequena Finlândia, ou foi a pauta dos países de grupo de Cairns (os países de fora da tríade que lideram o agronegócio)?

Opinião

Inicialmente, a irritação do negociador estadunidense Robert Zoellick pareceu dar razão à interpretação corrente. Após o fracasso da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) na reunião de Miami, em novembro de 2003, os EUA optaram por acordos bilaterais ou regionais (como o Acordo de Livre Comércio com a América Central – Cafta). A contrariedade dos EUA ficou patente nas pressões impostas a diversos países que se retiraram do G-21, como El Salvador, Colômbia, Peru, Costa Rica e Guatemala que, de fato, se afastaram do Grupo.

Contudo, como observaram Walden Bello & Aileen Kwa (2004), a tática dos EUA mudou. Concluindo que grandes reuniões fortaleceram os países pobres, em especial quando acompanhadas de enormes manifestações, os EUA e a UE apostaram no grupo das "5 partes interessadas" (P-5) para fazer um acerto pelo alto em nome dos setores internacionalizados dos EUA, da UE, da Austrália, do Brasil e da Índia. Com essa iniciativa, os EUA e a UE venceram uma batalha extremamente importante, após duas derrotas (Seattle e Cancun), recolocando nos trilhos os TLC, objetivando avanços na redução das tarifas para produtos não agrícolas (NAMA, em sua sigla em inglês).

Ao inserir o Brasil e a Índia, em abril de 2004, no seleto grupo das "5 partes interessadas" (P-5) – sem a presença dos países pobres (cerca de 100 países estavam ausentes da reunião do Conselho Geral) e dos alterglobalistas –, a reunião em Genebra garantiu a assinatura de um acordo correspondente a uma Declaração ministerial (porém sem Conferência Ministerial), que expressava o ponto de vista do *agribusiness*, mas não da pequena agricultura e muito menos da agricultura camponesa.

Zoellick regressou aos EUA eufórico, afirmando que o acordo foi uma arrasadora vitória das empresas estadunidenses e que este era apenas o primeiro passo para a abolição das tarifas alfandegárias aos produtos industrializados do país. Nas palavras da Associação Nacional de Fabricantes de Estados Unidos, "este é um grande logro e uma grande vitória para a OMC, os Estados Unidos e a economia mundial" (Bello & Kwa, 2004). O agronegócio brasileiro venceu, afinal obteve a promessa da redução gradual dos subsídios dos EUA e da UE; contudo, a indústria, os serviços, e a propriedade intelectual dos países capitalistas dependentes seguirão estrangulados pelo poderio das corporações. Nos termos de Pascoal Lamy, diretor-geral da OMC, o ganho agrícola brasileiro não será gratuito, o Brasil terá de oferecer maior acesso a bens industriais e serviços para obter contrapartida: "É uma negociação. A UE, os EUA, o Japão e a Coréia do Sul terão de convencer seus produtores rurais a aceitar muitos cortes, mas precisam convencê-los de que é um jogo em que todos ganham"[3].

Ao inserir o Brasil e a Índia, em abril de 2004, no seleto grupo das "5 partes interessadas" (P-5), a reunião em Genebra garantiu a assinatura de um acordo correspondente a uma Declaração ministerial (porém sem Conferência Ministerial), que expressava o ponto de vista do *agribusiness*, mas não da pequena agricultura e muito menos da agricultura camponesa.

A reação dos países pobres foi fortalecer o G-33 – que persiste na defesa de salvaguardas especiais para proteger a pequena agricultura – e o G-90 – criado com forte protagonismo africano organizado contra os temas de Singapura. Em suma, o que esses países anunciam e denunciam é que os interesses do agronegócio não são coincidentes com os da quase totalidade de 1,3 bilhão de pequenos agricultores e camponeses dos países capitalistas dependentes, como dramaticamente revela o caso dos plantadores de algodão da África. As distorções da Rodada Uruguai seguem intactas.

A liderança da China, da Índia e do Brasil no G-21, como apontado anteriormente, nada tinha de ideológica ou difusamente "terceiro-mundista". Ao negociarem, à parte, a agenda do agronegócio afastaram-se dos países mais pobres, perdendo a sua credibilidade, como ficaria evidente na sucessão da OMC, em que o candidato brasileiro foi inexpressivo. Alternativamente, o candidato dos "senhores do mundo", Pascal Lamy, o hábil negociador europeu e interlocutor habitual das grandes ONGs, venceu por larga margem a disputa.

Ao não ampliar o controle sobre o livre fluxo de capitais, ao incentivar a reprimarização da economia brasileira e ao desviar a produção para a exportação, Lula da Silva mantém intacto o tripé da coalizão de classes dominantes

O peso do setor financeiro, do agronegócio e do setor exportador de *commodities* em geral no Governo Lula tem gerado não apenas retrocessos na OMC, como já relatado, mas, paulatinamente, na política interna do país, cada vez mais próxima dos interesses imperialistas, como pode ser visto no caso dos transgênicos, das parceiras público-privadas e do resseguro, da venda de imensas glebas da Amazônia e de bacias petrolíferas, da educação a distância e, nunca menos importante, na ocupação militar do Haiti.

Com efeito, o militarismo e os TLC andam sempre muito próximo um do outro. Seja porque viu na ocupação do Haiti uma oportunidade para pleitear uma vaga no Conselho de Segurança da ONU (vista como uma oportunidade do país aumentar a sua influência no mundo e, quiçá, de fazer bons negócios), seja, menos crível, por acreditar no "humanismo militar" difundido por Clinton (na antiga Iugoslávia), o fato é que as forças armadas brasileiras estão sustentando um regime que colocou no cárcere milhares de democratas, como a cantora **Sò Anne (Irmã Anne), encarcerada na Penitenciária de Pétionville, Haiti, desde 24 de maio de 2004; fazem vista grossa às perseguições e assassinatos da polícia nacional, utilizada como braço armado do atual regime contra todos os suspeitos de apoiarem Aristide; e, recentemente, atuaram diretamente na** região miserável de *Cité Soleil*, em Porto Príncipe, provocando a morte de crianças e mulheres desarmadas. Longe de restabelecer a democracia, as eleições presidenciais foram adiadas por três vezes, fortalecendo o regime de intervenção estadunidense liderado por Latortue e apoiado pelas "forças de paz".

No rastro da crise política do governo Lula da Silva provocada pelas denúncias de corrupção, também o ministro – âncora do governo, Antonio Palloci foi atingido, em especial no seu período como prefeito do município de Ribeirão Preto. Fragilizado, Palloci chegou a defender um choque de liberalização unilateral do país, provavelmente avaliando que os investidores seriam mais enfáticos na defesa da política encaminhada pelo governo, o que aumentaria a sua força política. Embora a retórica da política externa seja outra, o fato é que o busílis da política externa é a agricultura e, como ficou evidente nos embates no seio da OMC, a agricultura é compreendida como *agribusiness*. Assim, resta indagar sobre as conseqüências do avanço da liberalização nas áreas de investimentos, serviços e produtos industriais.para a educação pública.

Ao não ampliar o controle sobre o livre fluxo de capitais, ao incentivar a reprimarização da economia brasileira e ao desviar a produção para a exportação, Lula da Silva mantém intacto o tripé da coalizão de classes dominante e, com isso, aprofunda o que Florestan Fernandes denominou de capitalismo dependente. E os gestos concretos da política externa não esboçam sequer mudanças de rumos para o país. Assim, ao manter o padrão do novo imperialismo, denominado por Harvey de acumulação por "despossessão", Lula da Silva segue com uma política externa que não pode se deslocar da opção de coalizão de classes e muito menos da agenda macroeconômica adotada. Isso, apesar dos posicionamentos pessoais e dos desejos de Samuel Pinheiro Guimarães e do próprio ministro Celso Amorin.

(FEUFRJ)

[1] O presente texto é uma versão resumida publicada em Outro Brasil (www.outrobrasil.net), dezembro 05.

[2] . David HARVEY 2004 *O novo imperialismo*. SP: Loyola.

[3] . Rossi, C. Ganho agrícola não será gratuito, diz OMC. *FSP*, 24/11/05, Caderno B, p. 14.

Nacional

Brasil busca diversificação de parceiros comerciais

Ministro Celso Amorim fala sobre política internacional em conferência na Coppe

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, esteve em auditório da Coppe no último dia 5 de dezembro para proferir a conferência "A política externa do governo Lula: grandes desafios". Celso Amorim deu ênfase às relações comerciais entre o Brasil e o restante do mundo, mas também comentou o envio de tropas nacionais ao Haiti e a ação militar norte-americana no Paraguai.

A diversificação das relações comerciais, segundo Celso Amorim, tem sido a tônica do governo Lula. Em seu discurso de aproximadamente uma hora, o ministro pontuou os movimentos de aproximação com outras nações fora do eixo Estados Unidos/União Européia. "Num mundo globalizado, buscar ser independente é trabalhar com uma quantidade grande de atores". Segundo ele, isso não significa o abandono de negociações com as grandes potências. Pelo contrário, ainda nas palavras de Amorim, seria essa diversificação que ajudaria a equilibrar o relacionamento com os países mais poderosos.

O ministro destacou, por exemplo, a viagem que Lula fez aos países árabes no fim de 2003 e a aproximação com o continente africano. Segundo ele, a África ficou abandonada pela diplomacia brasileira por muitos anos. "Agora, estamos reabrindo e até abrindo novas embaixadas naquele continente", contou Amorim, acrescentando o fato de o Brasil possuir intensa ligação histórica com aquela região.

O ministro também ressaltou a missão comercial brasileira que esteve na China em 2004, que disse ser "a maior já enviada àquele país". Acrescentou que o país asiático é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas de Estados Unidos e Argentina. "Há, sim, um desequilíbrio na qualidade do comércio. Importamos muito mais produtos manufaturados e exportamos mais matérias-primas. Isso deverá ser corrigido a médio prazo", observou.

Kelvin Melo

CELSO AMORIM COM O REITOR NA AULA MAGNA, EM 12/3/04

Fortalecimento do Mercosul

Outro ponto importante da política externa do governo Lula foi a defesa do Mercosul (bloco comercial integrado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), segundo o ministro. Para ele, a impressão quando se fala do Mercosul, em qualquer tempo, é que o bloco está "em crise". No entanto, Celso Amorim considera que há "avanços" e já é notável o número de empresas brasileiras na Argentina, por exemplo. "Nossas exportações para a Argentina no ano passado foram recorde e este ano são 30% maiores que no ano passado", afirmou.

Celso Amorim viu como fator positivo para o Mercosul o iminente ingresso da Venezuela - em conflito com o bloco da Comunidade Andina do qual faz parte, devido à aproximação dos demais países-membros com os EUA. Segundo Amorim, se bem trabalhada, essa incorporação formará uma coluna vertebral no comércio de toda a América do Sul.

O ministro destacou ainda que, em seus dois primeiros anos de mandato, Lula recebeu todos os chefes de Estado da América do Sul e também visitou todos os países da região. Alguns deles, mais de uma vez.

Freada na Alca

Dos primeiros meses do governo, Amorim lembrou as dificuldades encontradas na negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Embora tenha afirmado não ter "qualquer preconceito ideológico" contra a iniciativa, o ministro observou que os interesses brasileiros estavam visivelmente prejudicados se o acordo fosse implementado nos termos daquela ocasião. Ele considerou uma vitória a freada no andamento das negociações. "Era um trem a 200Km/h e os nossos vagões tinham sido esquecidos na estação anterior", disse.

Crescente importância na OMC

O ministro também falou do que chamou de crescente importância do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo ele, ao se tornar um dos líderes na criação do chamado G-20 (bloco composto por Brasil e Índia, Argentina, Bolívia, Chile, China, Cuba, Egito, Guatemala, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Filipinas, África do Sul, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue. São países, em sua maioria, exportadores de produtos agrícolas), em 2003, o Brasil ganhou poderoso instrumento de pressão no jogo das relações comerciais. Amorim afirmou já ter ouvido de diretores da OMC que as principais forças do momento no comércio internacional são EUA, União Européia e o G-20.

Tropas brasileiras no Haiti

Questionado sobre a presença de tropas brasileiras no Haiti, o ministro observou que o Brasil não atua isoladamente naquele país, mas como parte de uma força de paz da ONU. Segundo ele, o envio e manutenção de militares no local estão sendo feitos de forma responsável e têm ajudado na reconstrução política e econômica do Haiti. Afirmou, ainda, que todos os candidatos às próximas eleições daquele país classificam como positiva essa presença militar, apenas com graus variados de satisfação - o primeiro turno das eleições presidenciais, legislativas e municipais no Haiti, hoje sob governo provisório, está previsto para 8 de janeiro de 2006. Amorim disse que esteve três vezes no país, uma delas para a famosa partida de futebol envolvendo as seleções local e brasileira.

Base de Alcântara

O ministro não quis entrar em detalhes, pois disse não ter conhecimento sobre o assunto, que é um projeto da Aeronáutica, do Ministério da Ciência e Tecnologia e outras pastas do governo.

Norte-americanos no Paraguai

Amorim confirmou a existência de missões militares norte-americanas naquele país (cujo efetivo não seria superior a 400 pessoas). Sem criticar diretamente a iniciativa, limitou-se a afirmar que o Brasil deve exercer uma liderança positiva na região. Porém, se o Brasil não exerce esse papel, há outros países que vêm e fazem. Citou, de passagem e muito diplomaticamente, um certo arrocho financeiro nas Forças Armadas que impede esse tipo de atuação. Como exemplo, comentou que há vários Urutus esperando conserto no Exército.

Guerra no Iraque

Segundo o ministro, foi sem "estridência" que o país se posicionou contra a guerra e isso não afetou o relacionamento entre EUA e Brasil. A relação entre os presidentes George Bush e Lula sempre foi respeitosa.

Reitor elogia política externa

A conferência do ministro foi antecedida de breves discursos da diretora da Coppe, Angela Uller, e do reitor Aloisio Teixeira, que elogiou a atual política externa do país. Para Aloisio, "uma área que está dando certo" ao recuperar uma tradição de diplomacia brasileira autônoma em relação aos países mais poderosos do mundo. O reitor ainda lembrou ter trabalhado com Celso Amorim no Ministério de Ciência e Tecnologia nos anos 80 e presenteou o ministro com um "pin" da Minerva.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

CAMPANHA SALARIAL

EDIÇÃO DE 20 DE DEZEMBRO 2005

Projeto de Lei N° 6.368/05

Altera a estrutura e a remuneração da Carreira do Magistério Superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Carreira de Magistério Superior, pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, fica reestruturada, a partir de 1º de maio de 2006, na forma do Anexo I, em cinco classes:

I - Professor Titular;

II - Professor Associado;

III - Professor Adjunto;

IV - Professor Assistente; e

V - Professor Auxiliar.

Art. 2º São requisitos mínimos para a progressão para a classe de Professor Associado, observado o disposto em regulamento:

I - estar há, no mínimo, dois anos no último nível da classe de Professor Adjunto;

II - possuir o título de Doutor; e

III - ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmico.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho acadêmico a que se refere o inciso III deste artigo será realizada no âmbito de cada instituição federal de ensino por banca examinadora constituída especialmente para este fim, observados os critérios gerais estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O docente integrante da Carreira de Magistério Superior fará jus, conforme a titulação, aos seguintes percentuais incidentes sobre o valor do vencimento básico:

I - setenta e cinco por cento, no caso de possuir o título de Doutor ou de Livre-Docente;

II - trinta e sete vírgula cinco por cento, no de grau de Mestre;

III - dezoito por cento, no de certificado de especialização; e

IV - sete vírgula cinco por cento, no de certificado de aperfeiçoamento.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo disciplinará os critérios para o reconhecimento de especialização e de aperfeiçoamento de que tratam os incisos III e IV.

Art. 4º Os valores de vencimento básico da Carreira de Magistério Superior passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 5º O Anexo da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, passa a vigorar na forma do Anexo III desta Lei.

Art. 6º O § 1º do art. 5º da Lei nº 9.678, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Na impossibilidade do cálculo da média referida no **caput** deste artigo, a gratificação de que trata esta Lei será paga aos aposentados e aos beneficiários de pensão no valor correspondente a 115 (cento e quinze) pontos." (NR)

Art. 7º Os acréscimos de vencimentos decorrentes da titulação não serão percebidos cumulativamente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros relativamente ao disposto no art. 3º, a partir de 1º de janeiro de 2006; no art. 4º, a partir de 1º de maio de 2006; e nos arts. 5º e 6º, a partir 1º de julho de 2006.

Art. 9º Ficam revogados a Lei nº 8.243, de 14 de outubro de 1991; os Anexos II e VI, da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996; e a Tabela "a" do Anexo I da Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002.

Brasília,

ANEXO I

ESTRUTURA DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2006

CARREIRA	CLASSE	NÍVEL
MAGISTÉRIO SUPERIOR	TITULAR	1
	ASSOCIADO	4 3 2 1
	ADJUNTO	4 3 2 1
	ASSISTENTE	4 3 2 1
	AUXILIAR	4 3 2 1

ANEXO II
VALORES DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2006

CLASSE	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO (EM R$)		
		20 HORAS	40 HORAS	EXCLUSIVA DEDICAÇÃO
TITULAR	1	323,47	646,95	1.002,77
ASSOCIADO	4	306,93	613,88	951,52
	3	299,32	598,64	927,89
	2	291,71	583,42	904,30
	1	284,10	568,20	880,71
ADJUNTO	4	253,66	507,34	786,38
	3	243,24	486,49	754,06
	2	232,97	465,94	722,21
	1	222,94	445,89	691,13
ASSISTENTE	4	204,71	409,41	634,59
	3	196,03	392,07	607,71
	2	188,00	376,01	582,82
	1	180,43	360,86	559,33
AUXILIAR	4	166,53	333,05	516,23
	3	159,77	319,54	495,29
	2	153,44	306,86	475,63
	1	147,40	294,79	456,92

ANEXO III
Anexo da Lei nº 9.678, de 1998
VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA NA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2006, EM REAIS (R$)

ANEXO III: a) Regime de trabalho de vinte horas semanais:

CLASSE	NÍVEL	TITULAÇÃO ACADÊMICA				
		Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduação
TITULAR	1	4,87	3,57	2,59	2,50	2,50
ASSOCIADO	4	4,26	3,07			
	3					
	2					
	1					
ADJUNTO	4					
	3					
	2					
	1					
ASSISTENTE	4	3,05				
	3					
	2					
AUXILIAR	1	2,92	2,61			
	4					
	3					
	2					
	1					

ANEXO III : b) Regime de trabalho de quarenta horas semanais:

CLASSE	NÍVEL	TITULAÇÃO ACADÊMICA				
		Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduação
TITULAR	1	12,16	8,94	5,25	5,07	4,86
ASSOCIADO	4	10,66	7,69			
	3					
	2					
	1					
ADJUNTO	4					
	3					
	2					
	1					
ASSISTENTE	4	7,59				
	3					
	2					
	1					
AUXILIAR	4	7,32	5,84			
	3					
	2					
	1					

ANEXO III : c) Regime de trabalho de dedicação exclusiva:

CLASSE	NÍVEL	TITULAÇÃO ACADÊMICA				
		Doutorado	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduação
TITULAR	1	19,79	11,19	7,85	7,58	7,36
ASSOCIADO	4	16,75				
	3					
	2					
	1					
ADJUNTO	4					
	3					
	2					
	1					
ASSISTENTE	4	12,77				
	3					
	2					
	1					
AUXILIAR	4	10,87	7,95			
	3					
	2					
	1					

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.